ROLLO

1692

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1692 (SI)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 22 de mayo de 1998.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1997.

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. Nro. 9708300 Ref. a: BRASIL: Traficante detenido en Farroupilha posible participante de gran asalto en Argentina. Fs. 01/01.

OPERARIO/S: Cbo. 2da. Sonia Mello, Sdo. 1ra. Marlene Silva y Sdo.1ª J.González

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: ////////////////////

PREPARACION DOCUMENTAL:

CONTROL: Personal del A.G.I.I.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M.
Efraín Silva

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.
Cnel
Dorval D. Rodríguez

DOCUMENTOS

D.G.I.D

AÑO 1997

Poco legible

CRIME ORGANIZADO

Exame de digitais denuncia assaltante

Traficante preso em Farroupilha é apontado como participante de um assalto milionário na Argentina

A descoberta da verdadeira identidade de um homem preso há duas semanas, em Farroupilha, na Serra, por tráfico de drogas, está ajudando a polícia gaúcha a esclarecer duas das mais ousadas ações criminosas já realizadas na América do Sul. Uma investigação conduzida pela Delegacia de Capturas de Porto Alegre descobriu que Edson Mariano Dias Pereira, preso pela Polícia Federal no dia 10 de abril, é na verdade Getúlio Alves Dornelles da Vaca, um dos mais perigosos assaltantes em ação no país.

Entre outras acusações, Getúlio teria participado do assalto de um carro-forte, em Caçapava do Sul, quando foram levados R$ 550 mil, e do roubo de US$ 18 milhões de uma empresa distribuidora de valores, ocorrido no município de Lanús, na Grande Buenos Aires, em dezembro do ano passado. O assalto é considerado como o maior do século na Argentina e figura entre os maiores já realizados em todo o mundo.

Condenado a 18 anos por homicídios, Getúlio acumula em sua longa carreira criminal, iniciada em 1977, prisões por estupro, tóxicos, roubos, furtos e falsificações de documentos. Como integrante da quadrilha de Nicolau Veranicz e José Carlos Bilhan, o Catarina Bilhan – dois dos maiores assaltantes do Brasil, condenados cada um a mais de 50 anos de prisão – ao longo dos últimos 20 anos, Getúlio conseguiu arrecadar um patrimônio invejável: apartamentos em Santa Maria, casas e fazendas em São Gabriel, uma casa de câmbio no Uruguai, uma imobiliária em Bagé e 12 carros. Todos os bens, conforme a polícia, estão colocados em nome de amigos.

Com mandado de prisão expedido pela comarca de Passo Fundo, acobertado por uma grande rede de traficantes e alçado a condição de chefe do crime organizado, Getúlio resolveu trocar de identidade para escapar do cerco policial. Com uma certidão de nascimento roubada, foi até Santa Catarina onde conseguiu registrar-se como o nome de Edson Mariano Dias Pereira. Com esta denominação, em outubro de 1996, foi preso por agentes do Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (Denarc), sendo liberado dias depois por falta de provas. "Pesou a favor dele o fato do nome Edson Pereira ser limpo na Justiça", explica o chefe de investigações da Delegacia de Capturas, Luiz Carlos Kampff.

Enquanto isso, durante o trabalho de investigação para capturar o criminoso, os policiais iam reconstituindo as últimas ações de Getúlio. Souberam que estaria controlando algumas atividades ilícitas em Balneário Camboriú (Santa Catarina) e, em seguida, que teria confecionado uma carteira de identidade falsa. De posse documento falso e das impressões digitais do assaltante, o Instituto de Identificação do Estado confirmou: Edson Pereira e Getúlio Alves Dornelles eram a mesma pessoa.

Getúlio tem ligações com um criminoso argentino, suspeito de ter participado do assalto milionário

A ação policial foi facilitada pela prisão do suposto Edson em Farroupilha, quando ele ia receber uma carga de 60 quilos de maconha. Imediatamente dirigiram-se para lá Kampff, o delegado de Capturas, João Lopes Ferrão, e o subchefe de Polícia Civil, Abílio Pereira. Getúlio foi transferido para a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc), onde também estão Veranicz e Catarina Bilhan.

Os policiais gaúchos garantem que Getúlio participou do ataque na Argentina devido a sua ligação com um argentino chamado *Oscar Palau*, que se encontra foragido, e é acusado pelo roubo. Getúlio negou tudo, usando o direito de só prestar declarações à Justiça.

Outro gaúcho, Vladimir Bittencourt Martines, 45 anos, está preso em Buenos Aires e respondendo pelo roubo na Argentina. Dois dias depois do crime, no dia 22 de dezembro, foram encontrados em sua casa, dentro de uma geladeira desligada, no quintal, US$ 3 milhões do total roubado. Além de Martines, foram detidos na época os ex-policiais federais argentinos Héctor Chiappe e Roberto Tréllez, que trabalhavam como segurança da empresa assaltada, a Firme Segurdad. O ataque foi considerado como um dos maiores roubos já ocorrido neste século na Argentina.



Mercadoria: Getúlio foi detido quando iria receber uma carga de 60 quilos de maconha, na Serra



Prisão: Getúlio foi condenado por assassinato

ALVOS RENTÁVEIS

Getúlio é acusado de participar de dois grandes assaltos:

□ **Caçapava do Sul, 24 de novembro de 1994**

Dez homens armados de fuzis importados atacam um posto da Polícia Rodoviária Federal na BR-290, roubam os uniformes dos patrulheiros e impedem a passagem de um carro-forte da Prosegur. Depois de atirar contra o veículo, fogem levando R$ 550 mil.

□ **Lanús, Grande Buenos Aires, 20 de dezembro de 1996**

Seis assaltantes usando fuzis automáticos, dois deles encapuzados e um vestido de policial, entram no escritório da Firme Seguridad Sociedad Anónima – uma empresa de transporte de valores –, desativam o esquema de segurança e deixam o prédio carregando US$ 18 milhões em pesos. Dois dias depois, a polícia apreende em Lanús, na casa do brasileiro Vladimir Bitencourt Martines, três milhões de pesos escondidos dentro de uma geladeira desativada. Outras 16 pessoas tiveram prisão preventiva decretadas.

Nº DOCUMENTO 9708301

TÍTULO

PROCEDE: Agencias 25/4/94

Doc. claro

PROPONEN LUCHA INTERNACIONAL FRONTAL CONTRA "LAVADO" DINERO

Caracas, 25 abr (EFE).- El responsable de la lucha antidrogas de Venezuela, Carlos Tablante, propuso hoy una cooperación internacional más frontal contra el "lavado" de dinero procedente del narcotráfico.

En su opinión, esa es la actividad "más criminal" del negocio de las drogas y para combatirla ha pedido la colaboración de países como Estados Unidos, Francia y España, entre otros.

"Pueden establecerse controles más efectivos contra el lavado de dólares si queremos derrotar al narcotráfico", dijo Tablante al inaugurar el seminario sobre "Prevención contra la legitimación de capitales: experiencia española", que se celebra hoy en Caracas.

Agregó que ese objetivo deben respaldarlo los grandes países industrializados, que son también los grandes consumidores, debido a que las redes del narcotráfico utilizan tecnología avanzada para mover el dinero que generan sus actividades.

Tablante, ministro presidente de la Comisión Nacional Antidrogas de Venezuela, dijo que el negocio del narcotráfico moviliza cada año unos [illegible] millones de dólares por medio de las más importantes redes financieras internacionales.

Explicó que esa enorme cantidad de dinero se genera básicamente en los países consumidores.

Venezuela, añadió, no es productor pero sí se le considera uno de los "países puente" para el traslado de drogas a Estados Unidos y Europa, así como sede para la legitimación de capitales, aunque no en los niveles que señalan algunos informes internacionales.

En el acto inaugural del seminario intervino también el embajador de España en Venezuela, Miguel Angel Fernández Mazarambroz, quien expresó su satisfacción por la oportunidad de que su país pueda transmitir a las autoridades venezolanas sus experiencias [illegible] por medio de cuatro destacados expertos.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708301

01-01

Nº DOCUMENTO 9708302

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA Agencias

[illegible] 25/4/97

[illegible] 1114

[illegible]

[illegible] [illegible]

[illegible]

MEXICO-NARCOTRAFICO

JUEZ ANULA CONDENA 40 AÑOS PRISION A NARCOTRAFICANTE MEXICANO

México, 24 abr (EFE).- Un juez federal en el estado de Jalisco, occidente de México, anuló hoy la sentencia de 40 años de prisión que cumplía el narcotraficante Rafael Caro Quintero por secuestro y asesinato de un agente antidrogas estadounidense y un piloto mexicano.

El narcotraficante se encuentra acusado de asesinar al agente norteamericano del Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA) Enrique Camarena Salazar y al piloto de la Secretaría de Agricultura y Recursos Hidráulico (SARH) Alfredo Zavala Avelar.

Abogados defensores del "Caro" habían pedido en 1995 un amparo por algunas inconsistencias detectadas durante el juicio, en el que no se realizaron careos solicitados por la defensa.

Los abogados lograron que el primer tribunal del tercer circuito concediera el amparo que anula ahora la sentencia por secuestro, tortura y doble asesinato, informaron medios periodísticos de Jalisco.

Al conceder el amparo, el juez ordenó reponer totalmente el procedimiento y anuló la sentencia, para que se inicie un nuevo proceso por la misma causa en el que ahora sí habrá oportunidad de que la defensa aporte las pruebas que no fueron consideradas.

Rafael Caro Quintero permanecerá preso en cumplimiento de otras sentencias por delitos contra la salud.

En 1989, la justicia mexicana dictó sentencia de 40 años de prisión contra este "Caro", quien fue acusado de secuestro, tortura y asesinato del agente antidrogas estadounidense Enrique Camarena Salazar y del piloto mexicano Alfredo Zavala Avelar.

Además, a Caro Quintero se le acusa de asociación delictiva y delitos contra la salud.

Rafael Caro Quintero, detenido en Costa Rica en 1985, era uno de los principales jefes del narcotráfico en México que comandaba entonces en el oeste y norte del país.

Entre sus propiedades figuraba un rancho llamado "El Búfalo", en Chihuahua, ciudad fronteriza con Estados Unidos, en el que fueron encontradas [illegible] toneladas de marihuana, el mayor decomiso de esa droga hasta ahora en México.

Caro Quintero está recluido en el penal de máxima seguridad de Almoloya de Juárez, a [illegible] kilómetros al oeste de la capital mexicana. [illegible]

[illegible]

[illegible]

9708302

01-01

Nº DOCUMENTO 9708303

TITULO [illegible]

PROCEDE[illegible] Agencias

FECHA 25/4/94

[illegible]CULACIO[illegible] [illegible]

[illegible]

[illegible] Cuba [illegible] [illegible]

[illegible] Cuba prepara una ley antidrogas que [illegible] aunque el consumo [illegible] el turismo hace que se [illegible] las señales de alarma, según fuentes oficiales.

Un funcionario de la Fiscalía General cubana, Roberto Rodríguez, [illegible] en una conferencia que en el Código Penal [illegible] el delito de "[illegible]" para quien no entregue la droga que encuentre en las costas.

"El problema [illegible] alarmante -dijo Rodríguez- tanto por el [illegible] como de uso en el comercio con los [illegible] sin embargo, el consumo interno para el cubano no es algo que haya [illegible] como alarma por los sistemas [illegible] la [illegible]".

Según Rodríguez, en Cuba "no existe una cultura de las drogas y no se han detectado [illegible]", aunque considera que hay un [illegible] y mencionó un caso procesado en el que fue vendido un [illegible] dólares.

De acuerdo con datos de la Comisión Nacional Antidrogas, en [illegible] de cocaína, marihuana [illegible] por las autoridades de [illegible].

[illegible] fueron [illegible] los [illegible] en [illegible] operaciones [illegible] cocaína 1.5

El [illegible] del Centro de Estudios sobre Estados Unidos de la Universidad de La Habana, [illegible], [illegible] en el mismo [illegible] a Cuba en el [illegible] internacional".

[illegible] la presidencia de Ronald Reagan [illegible] George [illegible]

[illegible]

[illegible]

01-01

CONSEJO EUROPA DROGAS
CONFERENCIA MINISTERIAL SOBRE ABUSO DROGAS, EN NORUEGA

Estrasburgo (Francia), 25 abr (EFE). Los ministros europeos responsables de la lucha contra la droga se reunirán en la ciudad noruega de Tromso los próximos día 15 y 16 de mayo.

El encuentro ha sido organizado por el Grupo Pompidou del Consejo de Estrasburgo, que coordina la lucha contra el abuso y el tráfico ilícito de estupefacientes.

La implicación creciente del crimen organizado en el tráfico de drogas en los países de Europa central y oriental, el desarrollo del consumo de drogas sintéticas, como el éxtasis, en los países occidentales y la evolución en la demanda de estupefacientes, figuran entre los puntos principales a debatir.

Entre los objetivos de la conferencia, a la que asisten representantes de 47 países, figuran "la definición de políticas adecuadas para la reducción de la demanda (prevención, tratamiento y rehabilitación) y de la oferta (mayor control sobre fabricantes de substancias psicotrópicas y más coordinación entre las policías y los servicios aduaneros de los países).

Cada delegación presentará un informe, que en el caso de la española versará sobre "la evolución reciente del mercado de la droga y sus consecuencias sanitarias y sociales".

En el texto se recuerda que "España es el país con la tasa más elevada de casos de Sida relacionados con el consumo de drogas por vía intravenosa", [illegible] veces superior a la de Italia, el segundo país en esta escala. EFE

[illegible]

04/25/12-07/97

Nº DOCUMENTO 9708304
TITULO CONSEJO DE EUROPA: Se realizará conferencia Ministerial sobre abuso de drogas en Noruega. -
PROCEDENCIA AGENCIAS
FECHA DE PROCEDENCIA 25/4/97
[illegible] 11446 11648
Consejo de Europa
11360
11356
11349
11224
11342
11234
11369
11884

9708304

Nº DOCUMENTO 9708305

TITULO ... COL. Incautan 300 kg de cocaína a embarcación. -

PROCEDENCIA Agencia

FECHA 26/4/97

VINCULACIONES 11116
65092
65592
11351
11352
11354
11226
65890
11428

CLARO

9708305=

01-01

Nº DOCUMENTO 9708306
TITULO Brasil. PF desarticula banda distribuidora de cocaína.
PROCEDENCIA Zero Hora
FECHA DE PROCEDENCIA 26/4/97
VINCULACIONES 11116 11351 11663
65092 11352 11214
507482 11354 11229
11645 11422

Doc. mal pegado

TÓXICOS

PF prende quadrilha que vendia cocaína

Os agentes trocaram tiros com um traficante que distribui 15 quilos da droga toda semana em Porto Alegre

UILSON PAIVA

A Polícia Federal (PF) apreendeu na manhã de ontem mais 15,7 quilos de cocaína que seriam comercializados em Porto Alegre. A droga foi encontrada em um compartimento falso improvisado na carroceria de uma caminhonete Toyota, estacionada nas proximidades da Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa), no bairro Anchieta, Zona Norte da Capital. Ao final da operação, que resultou em um tiroteio entre agentes federais e traficantes, quatro pessoas foram presas. Volnei Corrêa, apontado pela PF como líder da quadrilha, conseguiu fugir.

A droga confiscada ontem teria o mesmo destino dos 16,5 quilos encontrados na última quarta-feira em poder de Genilson Coldebella, passageiro de um vôo proveniente de Porto Velho (Rondônia) que chegou ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. O titular da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da PF, delegado José Paulo Rubim Rodrigues, calcula que a quadrilha vinha atuando havia pelo menos seis meses, colocando em circulação na cidade uma média de 15 quilos de cocaína por semana. Um dos homens presos, Carlos Alex Santos de Souza, é apontado como o líder do tráfico de drogas no Morro da Cruz.

Detentor de um considerável patrimônio obtido graças ao tráfico de drogas, Volnei era procurado havia meses pelos agentes federais. Utilizando o nome falso de Hélio Antônio Schardosin, ele montou uma empresa de importação e exportação em Novo Hamburgo, intitulada Balcan Rei, comprou um sítio em Montenegro, uma frota de carros e passou a administrar diversas contas bancárias – segundo a PF, utilizadas para a lavagem de dinheiro do tráfico. "Agora iremos pedir a quebra de sigilo dessas contas", informa o delegado Rubim.

O cerco à quadrilha liderada por Volnei ficou mais próximo quando a PF obteve a informação de que um homem chamado Waldemir Caldas Rodrigues, natural de Corumbá (Mato Grosso do Sul), chegaria a Porto Alegre para negociar um carregamento de cocaína. Outra informação dizia que a droga chegaria a Porto Alegre em uma caminhonete Toyota, proveniente de Corumbá. Duas equipes de agentes federais foram mobilizadas. Uma descobriu o paradeiro de Waldemir, no Hotel Santa Catarina, no centro de Porto Alegre, e passou a vigiá-lo. Outra localizou a Toyota. As peças começaram a se juntar na manhã de ontem, quando Volnei passou no Hotel Santa Catarina para apanhar Waldemir. Em seguida, os dois se dirigiram, em uma caminhonete S-10, para a Ceasa, onde estava a Toyota carregada com a droga, vigiada a distância por policiais.

A prisão parecia fácil. Quando os agentes cercaram os veículos, no entanto, Volnei teve uma reação inesperada. Ao contrário dos demais, que se entregaram, ele deu ré na S-10, puxou de uma arma e passou a disparar em direção aos policiais. Os agentes revidaram, atingindo os dois pneus do lado esquerdo do veículo e acertando mais dois disparos na lataria. Apesar disso, Volnei conseguiu fugir. O carro foi localizado horas mais tarde na Vila Dique, na Zona Norte.

Enquanto era montado o cerco a Volnei – com a participação da Brigada Militar e de patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal –, outra equipe da PF fazia buscas em sua casa, em Novo Hamburgo, onde acabou preso Carlos Alex de Souza, apontado como gerente do tráfico de cocaína, bancado por Volnei, no Morro da Cruz. Volnei e Carlos tiveram a prisão temporária decretada pela Justiça Federal. Volnei deverá ser indiciado por tráfico de drogas e infração fiscal, além de ter os bens confiscados. Waldemir, o motorista da Toyota, Paulo Roberto Barreto Sims, e uma mulher que o acompanhava foram presos em flagrante. "Não desmantelamos uma quadrilha qualquer de traficantes", diz Rubim. "Isso é crime organizado."



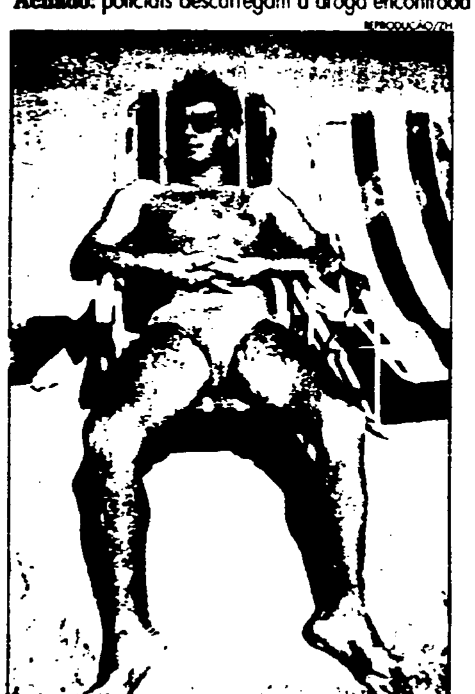
"Não era uma quadrilha qualquer. É crime organizado"
JOSÉ PAULO RUBIM,
delegado federal

FOTOS JOSÉ DOVAL/ZH



Achado: policiais descarregam a droga encontrada no fundo falso de uma caminhonete estacionada

REPRODUÇÃO/ZH



Foragido: Volnei atirou nos agentes e escapou

AS MAIORES APREENSÕES

Foram encontrados mais de 60 quilos de cocaína este ano no Rio Grande do Sul:

26/janeiro: 3,8 kg no Chuí, na fronteira do Brasil com o Uruguai
4/fevereiro: 2 kg em Passo Fundo
20/fevereiro: 1,5 kg em Porto Alegre
28/fevereiro: 1,5 kg em Bento Gonçalves
3/março: 3 kg em Torres
17/abril: 8 kg em Caxias do Sul
23/abril: 16,5 kg em Porto Alegre
24/abril: 15 kg em Sarandi
25/abril: 15,7 kg em Porto Alegre

Total: 67 quilos

❑ No dia 3 de abril, policiais do Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (Denarc) descobriram em Tapes, a 102 quilômetros de Porto Alegre, uma refinaria de processamento de cocaína, onde foram encontrados 200 litros de acetona e diversas bacias com pasta de cocaína.

9708306

01-01

Nº DOCUMENTO 9708307
TITULO Méx: Policía Judicial incautó 8.670 kg de marihuana.
PROCEDENCIA Agencias
27/4/97
11170
65092 11226
507023
11351
11352
11389

XA9287

R VARBT 04-27 00267
icx mun exo

MEXICO-NARCOTRAFICO
INCAUTAN POLICIA JUDICIAL MAS DE 8 TONELADAS DE MARIHUANA

México, 27 abr (EFE).- La policía mexicana ha detenido a siete presuntos narcotraficantes e intervenido más de ocho toneladas de marihuana en varias operaciones, informó la Procuraduría General de la República (PGR).

Elementos de la Policía Judicial Federal (PFJ) incautaron 8.670 kilos de marihuana en acciones desarrolladas en puntos fronterizos con Estados Unidos, en los estados de Chihuahua, Sonora, Nuevo León y Baja California, así como en Jalisco y Sinaloa, occidente y noroeste de México, respectivamente.

En Sonora la policía se apoderó de 3.302 kilos de marihuana y detuvo a dos presuntos delincuentes.

Otro operativo de la PJF se realizó en Chihuahua, donde se confiscaron 2.650 kilos de marihuana que era transportada en un camión.

Por otra parte, la PGR informó de que en Jalisco se intervino 1.322 kilos de yerba oculta en macetas de barro, que eran transportadas en un camión de carga, y que no fueron reclamadas por su propietario, según dijo el conductor a los agentes judiciales.

También se informó de la detención de dos personas más en Sinaloa, cuando transportaban en vehículos 748 kilos del narcótico.

De igual forma, en un control de carreteras de la carretera 57, en el poblado de San Roberto, municipio de Galeana, estado de Nuevo León, la PJF detuvo a una persona que llevaba en un vehículo 101 paquetes con 440 kilos de marihuana.

Finalmente, la PGR informó que en el municipio de Rosarito, en Baja California, la policía detectó una avioneta abandonada tipo cessna 206 sin matrícula, en cuyo interior había 190 paquetes que contenían en total 207 kilos de marihuana. EFE

iar/fio/cor

04/27/23-22/97

9708307

Nº DOCUMENTO 9708308

TITULO España: Detienen colombiano con 3 kg de cocaína pura.-

PROCEDENCIA Agencias

FECHA 27/4/97

VINCULACIONES 11176

10184

307513

11351

11352

11354

11675

FE5783

R SUCBT 04-27 00152

icx mun exg

ESPAÑA-DROGA

DETIENEN COLOMBIANO CON MAS DE TRES KILOS COCAINA PURA

Madrid, 27 abr (EFE).- Un colombiano fue detenido hoy, domingo, en el aeropuerto madrileño de Barajas al descubrir la policía en su equipaje más de tres kilos de cocaína pura, que escondía en el doble fondo de una maleta y en un portatrajes.

El detenido, identificado como Héctor Raúl Dorado García, de 39 años, llegó a Madrid procedente de Panamá en un vuelo de la compañía Iberia, aunque su destino último era Bilbao (norte de España).

Al pasar el control de pasaportes de la terminal de vuelos internacionales de la terminal aérea madrileña, el nerviosismo demostrado por Dorado García hizo sospechar a la policía.

Efectivos del grupo de Estupefacientes de la Policía Nacional del Aeropuerto registraron su equipaje y encontraron, en el doble fondo de una maleta y en una bolsa portatrajes, la droga, de gran pureza, distribuida en paquetes y con un peso de 3.4 kilos. EFE

nal/Hma dlh

04/27/13-31/97

9708308

31-01

ENCUENTRO CON FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Menem: "No hay ningún conflicto con el Brasil"

El Presidente arribó a Río y dijo que con Cardoso, hoy, va a hablar de "temas generales" • No estará el ministro de Hacienda del Brasil • Pero igual Menem quiso que vaya Roque Fernández

ELEONORA GOSMAN Y CEFERINO REATO
Río de Janeiro. Enviados especiales

"No hay **ningún problema** en el Mercosur. Con Cardoso voy a hablar de temas generales porque no hay ningún conflicto, no los hubo ni los habrá". Fue lo primero que dijo el presidente Carlos Menem cuando pisó Río de Janeiro ayer a la tarde.

Su postura fue reforzada, instantes después, por el canciller Guido Di Tella, que sólo admitió la existencia "de algunos menores, que son los que surgen cuando hay **muchos romances**".

Esto coincidió con la tónica que durante todo el día de ayer intentaron darle los negociadores argentinos a la cumbre de hoy entre Menem y *Fernando Henrique Cardoso*. Ayer, el propio vicecanciller Andrés Cisneros, que comandó las reuniones previas a la cumbre, lo reflejó de esta manera: "El Mercosur marcha, y seguirá marchando, maravillosamente bien".

El cambio de humor en las relaciones de los dos socios, que *venían manifestándose* muy tensas, obedece más a una decisión política que a las soluciones del tema más conflictivo. Lo que más dividió a los socios sigue pendiente: las restricciones a las *importaciones* impuestas por el Brasil. "No veníamos a discutir eso ahora, porque ya hablaron los ministros de Economía en Asunción (Paraguay) el miércoles pasado", argumentó el vicecanciller Cisneros.

La llegada de Fernández a Río de Janeiro fue objeto de múltiples versiones. Una *fuente le contó a* **Clarín**: "El viernes vimos la lista de los participantes brasileños en este encuentro presidencial y detectamos que no venía Malán. Nos comunicamos de inmediato con Roque Fernández para ver si era conveniente que él viajara hacia Río. Todo indicaba que no". Después el presidente Menem *zanjó* el asunto:

–¿Por qué vino el ministro Fernández?, quiso saber **Clarín**.



GESTOS. Los presidentes de la Argentina y Brasil tratarán de calmar las aguas.

> Lo que más dividió a los socios sigue pendiente: las trabas a las importaciones impuestas por el Brasil

–Porque es el ministro de Economía.

–Pero Pedro Malán no viene...

–¿Y eso qué tiene que ver? Yo lo quería tener cerca.

En esta reunión habrá algunos anuncios concretos. En lo económico, hay dos que son significativos. Uno fue asunto de disputa fuerte y demandó larguísimo tiempo cerrar la negociación. Se trata del **comercio de automóviles**. Ayer, después de una extensa reunión entre el secretario Alieto Guadagni y el ministro brasileño de Industria, Francisco Dornelles, las partes lograron firmar un convenio: beneficia a las empresas automotrices radicadas en la *Argentina* pero que no están en el Brasil. El otro se refiere a un plan de obras públicas en puestos fronterizos (ver pág. 23).

Otras trabas al comercio, como medicamentos y lubricantes, merecieron un debate y algunas propuestas que marcarían un **principio de solución**.

Los funcionarios del Brasil, como dueños de casa, no se cansaron de subrayar la relación privilegiada que tienen con la Argentina y la importancia estratégica que le dan al Mercosur.

Entre la gente de la Cancillería argentina no se olvidan de los **malos tragos** de los últimos tiempos. Y esos sinsabores tienen *nombre y apellido*: las trabas a la importación que Brasil desplegó el 1º de abril. En voz baja lo reconocen: "Las **burocracias económicas** no sintonizan con los acuerdos políticos del Mercosur. Están todavía muy acostumbradas a la rutina anterior: toman decisiones sin importarles qué piensan los socios".

Creen que la clave es el tiempo y el "trabajo político" para negociar **salidas decorosas**. Según una fuente: "Es cierto que en Asunción no se llegó a un gran resultado. Pero si lee la letra del comunicado, usted se dará cuenta de que los países se dieron cuatro meses para discutirlo. Y que en esos cuatro meses, **habrá un acuerdo**".

Un acuerdo militar

Los presidentes de la Argentina y del Brasil establecerán un mecanismo permanente de consulta y coordinación sobre defensa y seguridad internacional para el "examen, evaluación, implementación y seguimiento" de esos temas en lo que se considera *un intento de paliar el* desequilibrio estratégico en el Cono Sur y evitar una carrera armamentista en la subregión.

El mecanismo –que entrará en vigencia desde la firma del memorándum por Carlos Menem y Fernando Cardoso– estará integrado por funcionarios de los ministerios de Relaciones Exteriores y de Defensa de la Argentina y de la Cancillería y de la Secretaría de Asuntos Estratégicos del Brasil y oficiales superiores de los respectivos Estados Mayores.

Luego de la reunión presidencial en el vecino país, el titular de Defensa, Jorge Domínguez, viajará a los Estados Unidos, donde el 1º de mayo se entrevistará con el secretario estadounidense del área, William Cohen, con quien tratará –entre otros temas– de levantar las restricciones para el equipamiento de radares de los aviones A4-AR "Skyhawk" adquiridos en los EE.UU. Se trata de que esos sistemas se encuentren en un 100% de eficiencia, en vez del 80% aceptado hasta ahora por las fuertes presiones británicas.

Domínguez, quien será acompañado por el secretario de Asuntos Militares, Jorge Pereyra de Olazábal, visitará el edificio militar de última generación que se construye en Redstone (Alabama) con vistas al futuro Edificio Militar Conjunto que se proyecta erigir en Villa Martelli, como sede de los Estados Mayores de las FF.AA. y de la Gendarmería.

Nº DOCUMENTO 9708310

TITULO COL: Autoridades en busca de los capos más importantes (nombres). –

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PRODUCCION 27/4/97

[illegible] 11140
65092 11351
65592 11349
11670
11214
11229
11422

FB5803

R SUCBT 04-27 00550
icx mun exg

COLOMBIA-DROGAS
AUTORIDADES BUSCAN OTROS OCHO "CAPOS"

Bogotá, 27 abr (EFE).- Las autoridades colombianas, tras las detenciones de los integrantes de la cúpula del cartel de Cali y de Pastor Perafán, dirigen ahora sus esfuerzos a buscar otros ocho "capos" de las drogas, según un informe publicado hoy.

Tras esas detenciones, "la Fiscalía, la Policía y el Ejército apuntan contra una generación desconocida pero importante de 'narcos'(...) y sigue la cacería", destaca el diario "El Tiempo".

Así, la persecución "contra los sucesores de los Rodríguez (Orejuela) y Perafán", arrecia en todo el país, según el informe, que identifica a los narcotraficantes que están en la mira de las autoridades.

Tanto la Fiscalía General como el Ejército, la Policía y otros organismos de seguridad colombianos, aglutinados en el "Bloque de Búsqueda", han emprendido la busqueda con vistas a la detención y enjuiciamiento de los "herederos" del negocio de las drogas.

La lista de los mas buscados la encabeza Nelson Urrego "El Loco", quien, tras la caída de Perafán, es "una de las prioridades de la Policía", señala el matutino y añade que contra él existen tres órdenes de detención.

De "El Loco" se lee en el libro "El hombre que hizo llover coca", del estadounidense Max Mermelstein, un "narco arrepentido" que se entregó a las autoridades de su país, que éste se hizo conocer en la organización del fallecido jefe del cartel de Medellín Pablo Escobar, "por su especial manera de traficar la droga, tirándola empacada al mar".

Según Mermelstein, Urrego era, además, "el principal contacto de María Monzano, la reina de la droga en Cali (...) tenía varios laboratorios en Antioquia (noroeste colombiano), donde producía cocaína y la despachaba luego por una flota mercante de su país.

El segundo en la nueva lista de "capos" es Orlando Sánchez Cristancho, quien hasta 1994 "era un desconocido y hoy es uno de los hombres más poderosos del norte del Valle" (suroeste del país), según las autoridades.

Sánchez Cristancho fue descrito como "El hombre del overol" (traje de albañil), en una conversación interceptada a Miguel Rodríguez Orejuela alias "El Señor", en el que el "capo" del cartel de Cali preso expresa su temor por las acciones que el hoy buscado narcotraficante pueda emprender.

Las autoridades señalan a "El hombre del overol" como uno de los mafiosos más violentos del norte del Valle y de dirigir el brazo armado del narcotráfico en esa región.

De Dennis Patiño, alias "El Zarco", las autoridades que hoy lo buscan consideran que "fue uno de los hombres que más aprovechó la caída del cartel de Cali para asumir posiciones de vanguardia en la nueva estructura del negocio". 01-02

Otro supuesto mafioso sanguinario es Arturo de Jesús Herrera,

9708310

conocido como "Bananas", quien es señalado como presunto autor de varias matanzas, especialmente la de la localidad de Riofrío, en 1991 y de ser socio del confeso narcotraficante preso Juan Carlos Ramírez, alias "Chupeta".

En la lista también se incluyen a Edgar Marroquín, "uno de los nuevos cabecillas tras la captura o sometimiento de los jefes de Cali", según las autoridades, y Edgar Fernández Agudelo, alias "Ñoño", también de la nueva estructura del narcotráfico.

Pablo de J. Rayo, alias "papoitas", es también buscado por las autoridades que le acusan de pertenecer a la organización del sometido Helmer "Pacho" Herrera.

Un hermano del anterior, Roberto Rayo, también es requerido por la Fiscalía por narcotráfico y enriquecimiento ilícito. EFE

RRM/jla dlh

04/27/16-27/97

Nº DOCUMENTO 9708311

TITULO Aéreo: Control aéreo, un arma letal contra el NT.

PROCEDENCIA La Nación 27/4/97

111710 11680
65092 11220
66900 51038 Comando Su
13065
11349

El control aéreo, un arma letal contra el narcotráfico

Pese a los esfuerzos, nuestro país se presenta vulnerable

El constente control aéreo de los aviones *piratas* se ha convertido en una de las armas más efectivas en la lucha actual y futura contra el poder del narcotráfico mundial, y nuestro país no está, para nada, ajeno a ello.

Pese a los continuos patrullajes y controles aéreos de las Fuerzas Armadas, que por momentos han mermado por sus recortes presupuestarios, las fronteras argentinas -en particular las del Norte- muestran un peligroso grado de vulnerabilidad.

Esto se comprobó en recientes operaciones sorpresivas realizadas en las últimas semanas por la Fuerza Aérea Argentina en los espacios aéreos lindantes con Bolivia, Brasil y Paraguay.

Justamente en ese último país vecino es donde los Estados Unidos han puesto el acento en cuanto al narcotráfico se refiere, pues se lo considera como una de las rutas y uno de los principales productores de Cannabis sativa, es decir, la marihuana.

Los Awacs en acción

Desde hace algunos años, por convenios suscriptos con la Drug Enforcement Administration (DEA) y la Fuerza Aérea norteamericana, han hecho base en el aeropuerto de Asunción aviones Boeing E-3B, más conocidos como Awacs (Airborne Warning and Control System).

Este es un avión, similar a un 727, muy particular. Es virtualmente una importante estación de radar en vuelo, equipado con un complejo centro de comunicaciones computadorizado que le permite rastrear, a gran altura, el tránsito aéreo que circula a miles de kilómetros a su alrededor.

De esta manera cruza información, detecta y alerta a las fuerzas de seguridad de cada país sobre la incursión de los aviones *piratas* que, generalmente, son del narcotráfico.

Los Awacs, en Asunción, también transitan las zonas fronterizas con Bolivia, Brasil y nuestro país.

Tal vez por los resultados de esos rastreos aéreos, datos sobre secuestros de estupefacientes e información de inteligencia sobre la gran cantidad de pistas clandestinas en el norte de la Argentina han llevado al Departamento de Estado norteamericano a ubicar a nuestro país entre los que han pasado de ser de mediana intensidad a alta intensidad en el mapa mundial del narcotráfico.

Por cierto, la Argentina no está aún en la llamada *zona caliente* de países que padecen el gran tráfico de cocaína, como Colombia, Perú y Bolivia (producción de esos países en 1996: 780 toneladas), así lo describen especialistas militares en narcotráfico del país del Norte.

Una mirada preocupante

Pero en cierta forma preocupa también que nuestro país haya empezado a dejar de ser, como siempre se dijo, un país de tránsito de los estupefacientes.

Pese a que el narcotráfico ha sufrido duros golpes en la Argentina en los últimos años -como las operaciones Langostino, con más de media tonelada de cocaína, o Café Blanco, con 1028 kilogramos de la misma droga-, los Estados Unidos siguen observando con preocupación cómo podría intensificarse el desembarco del narcotráfico en un país con tan extensas fronteras y tan pobres controles de seguridad.

También se sabe que una parte importante de los embarques de cocaína y marihuana que ingresan en la Argentina recalan en la Capital y en el Gran Buenos Aires.

Más allá de los controles terrestres de las fuerzas de seguridad, tanto las policías Federal como Bonaerense ya cuentan, en sus cuerpos de aviación, con los Cessna Citation, modernas aeronaves de reacción de mediano porte, que tienen como principal misión los reconocimientos aéreos.

Pero también nuestro país se adueña de un cúmulo de sombras cuando se dan a conocer datos oficiales sobre supuestas irregularidades aduaneras.

Tal es el caso de un informe que la Administración Nacional de Aduanas elevó a la Justicia, que revela que entre marzo de 1995 y octubre de 1996 hubo 18.000 bultos salidos del aeropuerto internacional de Ezeiza y del puerto de Buenos Aires que no llegaron a destino y que nunca se supo qué contenían realmente.

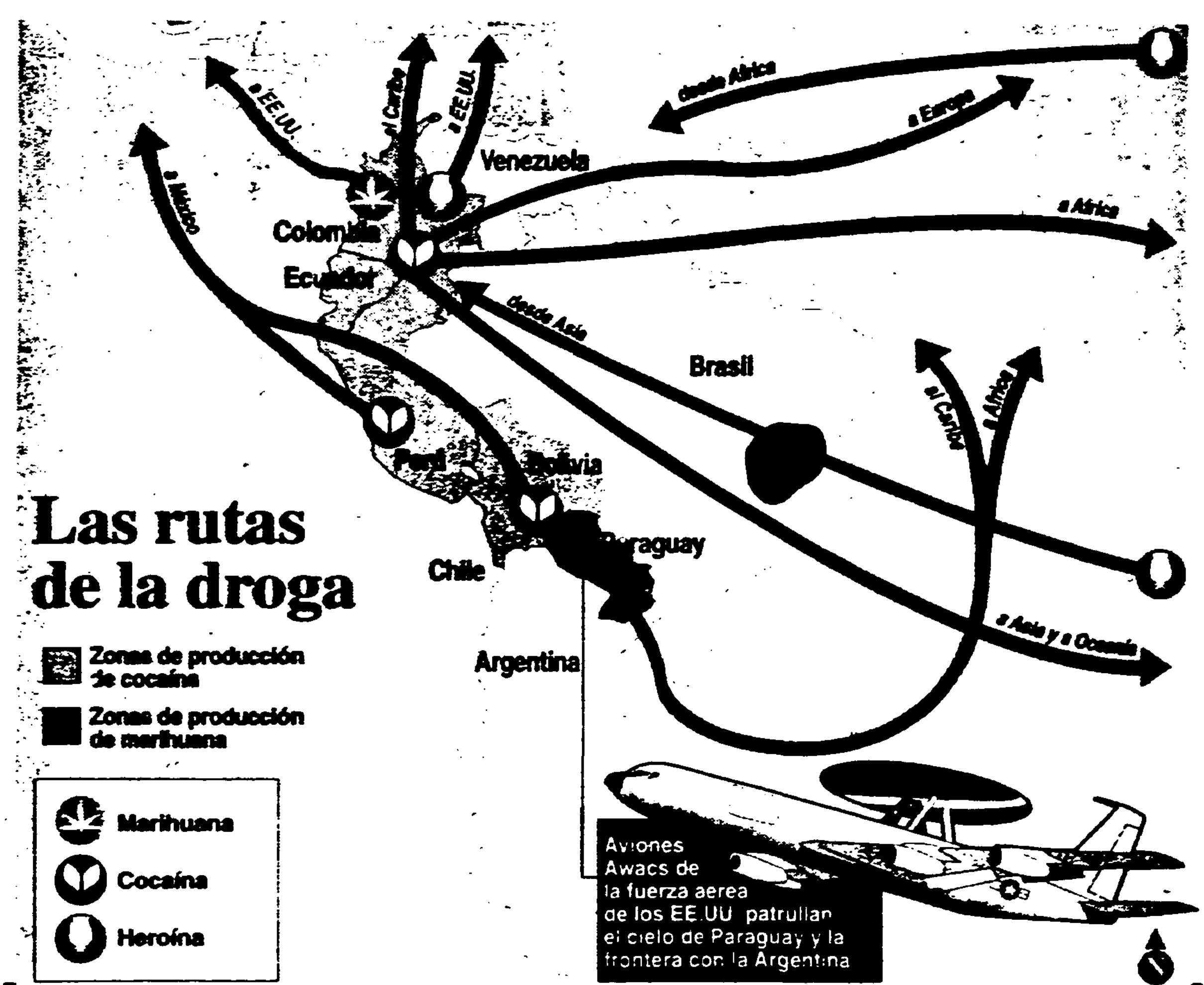
Es decir, los controles fallaron otra vez, y en el exterior lo saben.

Como dijo hace pocos meses un jefe del ejército norteamericano a este redactor, durante una charla informal sobre narcotráfico en Fort Clayton, Panamá, "las intenciones pueden ser buenas (por la Argentina), pero la cuestión es que se lleven a la práctica".

Ricardo Larrondo

01 02

9708311



Fuente: Courrier International, de París

LA NACION

La estrategia norteamericana, en marcha

El brazo operativo de la política norteamericana antidrogas en América latina es el Comando Sur de las fuerzas armadas de los Estados Unidos, cuyo cuartel general tiene su asiento en la base de Quarry Heights, en las afueras de la ciudad de Panamá.

El Comando Sur, uno de los cinco que posee Estados Unidos en todo el mundo y que depende del Departamento de Defensa norteamericano, es el responsable de todas las actividades militares de los Estados Unidos en la masa terrestre americana al sur de México y en las aguas adyacentes a América Central y del Sur.

Pero su rol destacado ha sido el desarrollo de la estrategia norteamericana contra el narcotráfico en la región, donde nuestro país es considerado "el mejor aliado" de dicha política, tal como lo afirmó en diciembre último el propio jefe del Comando Sur, general Wesley Clark.

Los puntos más importantes que se destacan de este programa son:

- Proteger y vigilar las fronteras aéreas, terrestres y marítimas de la amenaza de la droga.
- Desarticular fuentes extranjeras y locales de suministro de drogas.
- Intercambiar inteligencia y brindar apoyo logístico y de comunicaciones.
- Asistencia de planeamiento.

9708311

C2 · C2

Nº DOCUMENTO 9708312

TITULO Brasil. Polícia peruana derruba avião com 500 kg de cocaína.

PROCEDENCIA O Estado de São Paulo.

27/3/97.

11176

65092 55482

66814

11351

11352

11354

11226

Polícia do Peru derruba avião do narcotráfico

No Sêneca, foram encontrados 500 quilos de cocaína; tripulantes morreram

EDSON LUIZ

BRASÍLIA — A polícia peruana derrubou, no início da semana, um avião Sêneca com 500 quilos de cocaína. A operação contou com a ajuda do serviço de inteligência da Polícia Federal brasileira, que forneceu as informações sobre o destino da droga — a região de Tabatinga, no Amazonas.

Na semana passada, os policiais brasileiros auxiliaram a polícia colombiana a apreender 8 toneladas de cocaína. A droga passaria pelo Brasil e seguiria para o exterior.

Segundo a PF, o sucesso das duas operações deve-se aos acordos firmados pelo País com a Colômbia e o Peru para o combate ao narcotráfico. No fim de semana, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o diretor da PF, Vicente Chelotti, estiveram no interior do Amazonas, onde foram destruídas dez pistas de pouso utilizadas pelo narcotráfico. "Estamos trabalhando para reduzir o tráfico a zero na região amazônica", anunciou Chelotti.

OPERAÇÃO CONTOU COM AJUDA DA POLÍCIA FEDERAL

O trabalho, segundo o diretor-geral da PF, é feito conjuntamente com a Colômbia. "Este ano não temos registros de entrada de grande quantidade de droga na fronteira", disse Chelotti.

No avião abatido pela polícia peruana foram encontrados 500 quilos de cocaína pura. Os tripulantes morreram. As autoridades peruanas, no entanto, não informaram a Polícia Federal sobre quantos tripulantes havia no avião e se entre eles estava algum brasileiro. ∎

01 01

9708312

Nº DOCUMENTO 9708313

TITULO Mex: Asesinan a agentes judiciales que buscaban a Carrillo Fuentes.

PROCEDENCIA Agencias

27/4/97

11110 / 11228

65092 11426

504623

11110

11214

XA9236

R SUCBT 04-27 00324

mun exg

MEXICO-NARCOTRAFICO

ASESINAN A AGENTES JUDICIALES QUE BUSCABAN A CARRILLO FUENTES

México, 27 abr (EFE).- Dos agentes de la Policía Judicial que seguían la pista del narcotraficante más buscado en México, Amado Carrillo Fuentes, fueron asesinados y sus cuerpos hallados dentro de un automóvil abandonado en la capital mexicana, informó la Procuraduría General de la República (PGR).

Los agentes judiciales desaparecieron el pasado 4 de abril cuando investigaban al cartel del narcotráfico de Ciudad Juárez, que lidera Carrillo Fuentes, alias "El Señor de los Cielos".

La PGR indicó ayer que los dos policías asesinados estaban encargados del rastreo de domicilios donde podría encontrarse Amado Carrillo u otros miembros del grupo, como su hijo Vicente Carrillo Leyva, su hermano Vicente Carrillo Fuentes o Eduardo González Quirarte, uno de sus lugartenientes.

Los cuerpos de los agentes judiciales fueron encontrados en el portamaletas de un automóvil abandonado en el estacionamiento de un lujoso restaurante en la Avenida Insurgentes, una de las principales calles de la capital mexicana.

El pasado martes, la PGR informó de que agentes judiciales habían registrado una finca en la lujosa zona de Jardines del Pedregal, al sur de la capital mexicana, donde se encontró correspondencia y documentos pertenecientes a Vicente Carrillo Leyva, hijo de Amado Carrillo.

La PGR registró ese domicilio basándose en documentos sobre movimientos banarios hechos por Carrillo Leyva, como la compra de un automóvil blindado valorado en 255.000 dólares.

Amado Carrillo Fuentes es el "capo" más buscado por la Policía y el Ejército mexicanos, y durante las investigaciones para dar con su paradero se ha descubierta una red de colaboradores dentro de la milicia y de las agrupaciones policiales que protegen el movimiento de esa banda narcotraficante.

En febrero pasado fue destituido y detenido el encargado del Instituto Nacional para el Combate a las Drogas (INCD), general Jesús Gutiérrez Rebollo, acusado de proteger la actividad ilícita de Amado Carrillo. EFE

iar/ila/pgl

04/27/15-03/97

01-01

9708313

DOCUMENTO 97083115

TITULO VEN: Decomisan 1.246 kg de cocaína y 36 de heroína en lo que va del año. -

ABENCIA EFE

28/4/97

11140

05092 11663

07390 11214

11351 11229

11352 11422

11354

11662

U APLBT 04-28 00281

mun exo

VENEZUELA DROGA

DECOMISADOS 1.246 KILOS COCAINA Y 36 HEROINA ESTE AÑO

Caracas, 28 abr (EFE).- Un total de 1.246 kilos de cocaína y 36 de heroína se han incautado en lo que va de año y se hadetenido a 192 venezolanos y 80 extranjeros por delitos relacionados con el tráfico de drogas, informaron hoy las autoriades venezolanas.

El general Uriangel Hernández, jefe antidrogas de la Guardia Nacional (GN), dijo que, durante este mismo periodo, también se decomisaron 451 kilos de "bazuko", un subproducto de la cocaína, y 642 kilos de marihuana.

El militar manifestó que en las últimas operaciones fueron detenidos una joven belga con 10 kilos de cocaína, y un británico con un kilo, ambos en el aeropuerto internacional de Maiquetía.

La belga Joan Camille Helmanns, de 25 años, había distribuido la droga en una chaqueta y pretendía tomar un vuelo con destino a Miami (EEUU), mientras que Gary Jonhson, de 37 años, se había adherido un kilo de la sustancia a los muslos y trataba de viajar a Londres con escala en Madrid.

Hernández se refirió también a otros casos curiosos como el de una pareja de venezolanos formada por Víctor Cárdenas, de 72 años, y Rubén Colmenares, de 20 años, que fueron sorprendidos cuando transportaban 22 kilos de cocaína camuflados en latas de atún.

También fueron localizados 900 gramos de la misma droga en las gruesas tapas de un libro que fue facturado a Miami (EEUU), y detenidos tres colombianos en la población de San Antonio del Táchira, en la frontera con Colombia.

De estos tres últimos, Yesid Valencia fue arrestado por llevar en el estómago 102 bolsitas de plástico que contenían, en total, un kilo de cocaína, mientras que sus compañeros Antonio Rosero y Wilson Montilla fueron detenidos acusados de haberle proporcionado la droga. EFE

PR/MV/ND

04/28/20 51/97

9708315

c) c)

Nº DOCUMENTO 9708316

TITULO ARG: Detienen a distribuidor de cocaína de carnicería.

PROCEDENCIA Clarín

FECHA 28/4/97

VINCULACIONES 11176

65092

66960

11351

11352

11354

Paraná: un hombre vendía cocaína en su carnicería

■ El dueño de una carnicería de la ciudad de Paraná, Entre Ríos, fue detenido cuando la Policía descubrió que, además de pollos, carnes y huevos, el comerciante vendía cocaína. El hombre fue arrestado durante un operativo realizado el sábado. La Policía le secuestró 300 dosis de clorhidrato de cocaína y varias armas de fuego, consideradas de guerra. La Policía realizó el operativo cuando advirtió que no sólo iban al negocio amas de casa o vecinos que compraban carne: cada vez más jóvenes entraban a la carnicería y salían a los pocos minutos con las manos aparentemente vacías. La Policía sospecha que el comerciante puede tener cómplices, debido a la gran cantidad de armas que poseía.

9708316

01 01

Nº DOCUMENTO 9708317

TITULO Birmania: "Mientras haya clientes habrá drogas", según Kun Sa. –

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PROCEDENCIA 28/4/97

VINCULACIONES 11176 11662 10224 [illegible]
10034 11226
501419 Birm. 11314
11214 501889
11229 11048
11422

FB5830

R SUCBT 04 28 00467
exg mun icx

BIRMANIA DROGAS
MIENTRAS HAYA CLIENTES, HABRA DROGAS, DICE CAPO NARCO BIRMANIA

Viena, 28 abr (EFE).- Kun Sa, considerado hasta hace poco como "el rey del opio" del Sudeste Asiático, afirma que mientras haya clientes para las drogas seguirá cultivándose la adormidera para el opio y habrá narcotráfico.

En unas declaraciones al diario "Die Presse", de Viena, el birmano Kun Sa, de 61 años, critica la política antidrogas de Estados Unidos, así como el programa antinarcóticos de la ONU porque "se dirigen contra el cultivo y el comercio de drogas" exclusivamente.

"De lo que no se ocupan para nada es de pagar directamente a las grandes familias para compensar las pérdidas de ingresos que sufrirían si se dedicasen a cultivar arroz en lugar de adormidera", explica.

"Las autoridades de Estados Unidos están convencidas de que yo apoyo con mi dinero la divisa birmana, y creen que la economía de Birmania sólo sobrevive porque el Gobierno de Rangún está involucrado en negocios de drogas. Pero sólo son suposiciones", agrega Kun Sa.

"El Gobierno de Birmania comenzó hace muchos años una campaña contra el cultivo y el tráfico de drogas, y si sólo ha tenido éxito parcial ello se debe a que las arcas nacionales están vacías. ¿Cómo va a proseguir la campaña en tales condiciones?", se pregunta.

"Además, el tratamiento médico de los drogadictos se ha encarecido muchísimo. Numerosos heroinómanos son hoy además seropositivos, y una campaña (birmana) contra el sida está también fracasando por falta de dinero", agrega Kun Sa.

"El sida se está propagando en Birmania a mucha mayor velocidad que en la vecina Tailandia", afirma Jun Sa, quien advierte también del peligro futuro de las drogas sintéticas, más baratas que las tradicionales.

"Las gentes del Tercer Mundo serán los principales clientes futuros de ese tipo de drogas nuevas", pronostica Kun Sa, que dominó durante 30 años el comercio ilegal de opio en el llamado "Triángulo de Oro", entre Birmania, Laos y Tailandia.

Kun Sa encabezó un ejército privado de 10.000 personas en el norte de Birmania hasta pasarse, el pasado año, junto a sus soldados al campo gubernamental.

Según Jun Sa, el Gobierno de Rangún "no tiene dinero ni divisas, y se concentra por ello en las exportaciones de arroz y madera de teca".

"Pero el cultivador de arroz obtiene muy poco dinero por el arroz exportado: del margen comercial se aprovecha sobre todo el Gobierno, siempre y cuando consiga exportar", dice Jun Sa, según el cual "es lógico que el agricultor se dedique al mismo tiempo a otros cultivos".

9708317

01-02

"Con la venta de arroz apenas saca para alimentarse, y la exportación de teca no constituye tampoco una perspectiva realista

en su caso", explica Jun Sa, quien se dedica actualmente a la especulación urbana en Rangún.

"No soy el único especulador", afirma. los precios del mercado en la capital los dictan sobre todo las empresas extranjeras

dispuestas a pagar lo que sea por un edificio de oficinas en un buen barrio". EFE

ir/mar/ik

04/28/08-49/97

2-2

9708317=

9708318
Mex: Gno estudia extradición temporal de narcos a EEUU.-

AGENCIA EFE
28/4/97
11176 65890
65092 11214
50.4623 11229
11422
11433

MEXICO-DROGAS

GOBIERNO ESTUDIA EXTRADICION TEMPORAL NARCOTRAFICANTES A EEUU

México, 28 abr (EFE).- México estudia aprobar una "extradición temporal" de narcotraficantes para su enjuiciamiento en Estados Unidos, indicó el subsecretario de Asuntos Bilaterales de su Secretaría de Relaciones Exteriores, Juan Rebolledo Gout.

El Gobierno de EEUU pretende que México extradite a una quincena de jefes del narcotráfico incluidos en una lista que encabeza Amado Carrillo Fuentes, alias "el señor de los cielos", jefe del cartel de Ciudad Juárez, el más grande que opera en territorio mexicano.

Carrillo, un prófugo de la justicia mexicana, cobró notoriedad al conocerse que tenía en su "nómina" al general mexicano Jesús Gutiérrez Rebollo, actualmente preso y quien fue comisionado del Instituto Nacional para el Combate a las Drogas (INCD) entre diciembre de 1996 y febrero pasado.

En declaraciones efectuadas anoche a la cadena de televisión por cable Multivisión, Rebolledo Gout señaló que la extradición temporal, de acuerdo con el tratado bilateral vigente, permitiría que un criminal fuera juzgado en EEUU después de haber sido llevado ante los tribunales mexicanos.

Rebolledo opinó que este mecanismo de extradición ayudaría a las autoridades a evitar el desvanecimiento de pruebas contra los delincuentes, tanto en México como en Estados Unidos.

Una vez que el criminal hubiera sido juzgado en Estados Unidos, sería devuelto a México para purgar su condena y, tras cumplirla, sería nuevamente enviado a ese país para saldar las cuentas pendientes con la justicia estadounidense, indicó el funcionario mexicano.

En la entrevista, Rebolledo Gout precisó que los casos de extradición deberán ser considerados individualmente, y, si se cumplen los términos del tratado, entonces procedería la entrega a Estados Unidos.

"No podemos obviar o eliminar el cumplimiento de la ley mexicana para satisfacer una demanda de extradición, por muy legítima que sea; primero se debe cumlir nuestro ordenamiento jurídico", recalcó.

Entre los narcotraficantes que EEUU quiere juzgar figura también Rafael Caro Quintero, el mayor introductor de marihuana en ese país desde la década pasada, acusado del asesinato del agente del Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA) Enrique Camarena Salazar y del piloto mexicano Alfredo Zavala.

Caro Quintero cumple actualmente una condena de 90 años en la cárcel de máxima seguridad de Almoloya de Juárez, pero un juez federal invalidó la semana pasada el juicio por el asesinato de Camarena Salazar, aunque ello no implicó su excarcelación.

También aparece en lista de "extraditables" el narcotraficante Ernesto Fonseca, alias "Don Neto", señalado como cómplice de Caro Quintero en la muerte del agente del DEA. EFE

[illegible]

9708318

01 01

Bajo la pizza había cocaína

A domicilio: con la frase clave de "empanadas con morrones", los compradores pedían la droga en Caballito.

Como para colocarse en buena posición en el ranking de audacias a las que nos tiene acostumbrado la acción delictiva, hizo su debut la venta de drogas a domicilio disfrazada de inocente pedido telefónico para engullir algunas porciones de pizza.

En este caso, descubierto por la comisaría 12a., el propósito de satisfacer afanes adictivos se concretaba llamando a la pizzería Manuelita, situada en Juan Bautista Alberdi 1134, en el barrio de Caballito.

Si al muy común y ortodoxo pedido de una "grande de mozzarella con fainá" le seguía el más extravagante de "media docena de empanadas con morrones", se estaba dando la contraseña para que el envío incluyera cocaína fraccionada.

Fuentes de la dependencia policial consignaron: "Tras varios días y a raíz de una denuncia, la pesquisa telefónica efectuada puso en evidencia la reiteración de pedidos en los que se solicitaban las empanadas con morrones, siempre a continuación de la pizza".

Así fue como, en la madrugada de anteayer, efectivos de la brigada antidrogas detuvieron a Jorge Vallena (28) y Maximiliano Araujo (22) -encargado y repartidor del local, respectivamente- en la esquina de Pedro Goyena y Centenera.

La cocaína

Al abrir las cajas que llevaban, los policías se encontraron con que dos de ellas contenían pizza. En una tercera estaban prolijamente colocados 177 ravioles de cocaína bajo un papel en el que se había garabateado: "Empanadas con morrones".

Según las fuentes policiales, la explotación del rubro extrapizzero habría comenzado hace unos cuatro meses y no se descarta que los principales clientes serían estudiantes secundarios de la zona.

El juez federal Claudio Bonadío, a cargo de la causa, la caratuló "tráfico de estupefacientes" y dispuso la clausura de la casa de comidas.

Sin embargo, uno de los propietarios del comercio, Alberto Vicenzi, aseguró que en la maniobra estaban involucrados algunos empleados, pero que ellos no tenían nada que ver.



De la pizzería salían algunas cajas con un contenido fuera de lo normal

Alejandro Kamin[...]

Los dueños acusan a los empleado[s]

Ubicado en Alberdi 1134, el local de la pizzería donde se realizó el allanamiento es todo un clásico en la gastronomía pizzera del barrio.

"Por favor, yo no sé cómo decirle esto. Pero nosotros no tenemos nada que ver. Somos respetuosos de nuestros clientes y esto es una mala pasada que nos hizo la gente en quien confiamos la entrega de la mercadería", dijo a LA NACION Alberto Vicenzi, uno de los responsables de Pizza Manuelita.

"Esto nos provoca un enorme perjuicio moral y comercial. Es lamentable", añadió.

Vicenzi indicó que uno de los detenidos ya hacía unos días que no trabajaba con ellos. "Llegaba siempre tarde y por eso lo echamos. Insisto en que nuestro negocio es totalmente ajeno a todo esto y así consta en el expediente", expl[...]

"Es evidente que había una [ma]niobra para colocar estupefa[cien]tes en el mercado con una n[...] metodología", comentó un of[...] de la comisaría 12a.

Los dueños del local dijero[n] confían en la Justicia y en q[...] do se aclare. "De esto depen[...] trabajo de mucha gente", as[...] Vicenzi.

XM7292

R SUCBT 04-29 00113
sur and icx

PARAGUAY-DROGAS
CHILENA QUE SIMULO EMBARAZO DETENIDA CON TRES KILOS MARIHUANA

Asunción, 29 abr (EFE).- Una turista chilena que simulaba estar embarazada fue detenida en el aeropuerto asunceño Silvio Pettirossi con tres kilos de marihuana adheridos a su cuerpo, informó hoy, martes, la policia antidrogas de Paraguay.

Pamela del Carmen Guzmán Pérez, de 23 años, debía viajar el lunes a las 16.00 hora local (20.00 GMT) a Santiago de Chile en un vuelo comercial, pero fue detenida minutos antes de subir al avión.

La policía sospecha que Guzmán no trabaja por cuenta propia, sino que fue contratada por alguna banda de narcotraficantes para llevar la droga hasta centros de distribución en Chile. EFE

JBC jla/M

04/29/15-42/97

Nº DOCUMENTO 9708320
TITULO Paraguay: Chilena simulaba embarazo con marihuana.-
PROCEDENCIA Agencias
29/4/97

11146
65092
66723
11214
11229
11422
11351
11352
11344

11226
65709

9708320

01-01

R FO7BI 04-29 0030

1CX ESP EUT MAG EXO EXO

COSTA RICA-DROGAS

DETIENEN 3 GUATEMALTECOS Y UN COLOMBIANO CON 357 KILOS COCAINA

San Jose, 28 abr (EFE). Tres guatemaltecos y un colombiano han sido detenidos por la policía de Costa Rica con 357 kilos de cocaína procedentes de Colombia, y que intentaban transportar hasta Guatemala.

Así lo ha informado hoy, en una rueda de prensa, Manuel Alvarado, director del Organismo de Investigación Judicial, quien dijo que la policía busca a otros dos colombianos, considerados los "cabecillas" de la banda, que lograron huir de las autoridades.

Alvarado no facilitó los nombres de los narcotraficantes porque, según explicó, "cada uno de ellos manejaba varios pasaportes" con nacionalidades distintas, y se limitó a identificar a los guatemaltecos con los apellidos Roca, Martínez y Nájeras. Al parecer, estos dos últimos preparaban un segundo envío de droga.

La droga, que fue localizada en un contenedor, llegaba a la comunidad de Manzanillo, en el Atlántico costarricense, donde era transportada por vía terrestre hasta San José, y de allí enviada en furgones hasta Guatemala antes de ser comercializada en Estados Unidos.

Según Alvarado, las sospechas sobre la banda, a la que se seguía desde hacía tres meses, comenzaron hace más de un año en "estrecha coordinación" con la policía antidrogas de Estados Unidos (DEA).

El jefe policial explicó que los guatemaltecos eran chóferes que llegaban con distinto tipo de cargamento a Costa Rica, y debían regresar con los vehículos vacíos, aunque en compartimentos secretos trasladaban la droga, vía terrestre, hasta Guatemala.

Por cada viaje, según las investigaciones, los guatemaltecos recibían unos 5.000 dólares, dijo Alvarado.

Los decomisos de cocaína en los primeros cuatro meses del año suman más de media tonelada, lo que fue atribuido por Alvarado "a la mayor eficacia" de las autoridades, aunque también admitió que pueda obedecer a un aumento del tráfico de estupefacientes. EFE

MHS/rsm/fp/cor

04/29 00-03/97

Nº DOCUMENTO 9708321

TITULO COSTA RICA: Detienen narcos extranjeros con 357 kg cocaína

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA 29/4/97

DESCRIPCIONES 11176 11351

65549 11352

65644 (C.RICA) 11354

11351 11224

11352 11226

11354

65592

9708321

01.02

FB5806

R SUCBT 04-27 00150

icx msp exg

COSTA RICA-NARCOTRAFICO

POLICIA DECOMISA 370 KILOS DE COCAINA EN NORTE DEL PAIS

San José, 27 abr (EFE).- Agentes del Organismo de Investigación Judicial (OIJ) decomisaron 370 kilos de cocaína cerca del puesto fronterizo con Nicaragua, en el norte del país, cuyo destino final supuestamente era Estados Unidos.

El OIJ informó hoy de que la incautación de la droga se realizó el sábado después de varias semanas de seguimiento en distintos lugares de la provincia de Guanacaste, donde se desarrolló la operación policial.

La droga, cuyo valor no fue revelado, estaba oculta en pequeños compartimentos secretos de un contenedor, camuflada entre la mercancía con el fin de que no fuera detectada en los puestos de aduana en los países de Centroamérica, por donde debía pasar.

En varios allanamientos, la policía detuvo el sábado a varios sospechosos, entre ellos guatemaltecos y colombianos, pero sus identidades no fueron reveladas. EFE

JRR/FR ila dlh

04/27/16-47/97

Nº DOCUMENTO

TITULO COSTA RICA Decomisan 370 kg de cocaína en norte del país. -

PROCEDENCIA AGENCIAS

27/4/97

11176 11226

65549 65880

C.Rica 11675

11351

11352

11354

9708321

02 02

XY4410

U POXBT 04-29 00408
mun exg

AGENDA AMERICAS/DROGAS
CONDENA AL PROCEDIMIENTO ESTADOUNIDENSE DE "CERTIFICACION"

Atlanta (Georgia EEUU), 29 abr (EFE).- Un total de 19 jefes y ex jefes de estado participantes en una reunión de dos días organizada por el Centro Carter en Atlanta (Georgia, EEUU) condenaron hoy el proceso por el que Estados Unidos evalúa cada año la lucha de los países contra el narcotráfico.

"Es tiempo de reemplazar la política unilateral de certificación por una estretegia multilateral que incluya el seguimiento y aplicación de las medidas para la reducción y producción de drogas", afirma un documento difundido al final del encuentro, a cuya segunda jornada asistió el vicepresidente de EEUU, Albert Gore.

El ex presidente estadounidense y anfitrión de la reunión, Jimmy Carter, definió como "ambiguo" y "poco transparente" el método por el que Estados Unidos certifica o desaprueba los esfuerzos de las naciones en la lucha contra el narcotráfico.

El ex mandatario demócrata indicó que si EEUU fuera a someterse al procedimiento no pasaría la prueba, ya que es el mayor consumidor mundial y proveedor en aumento de drogas ilícitas.

Carter anunció también que el presidente de la Cámara de Representantes, el republicano Newt Gingrich, se comprometió a modificar la ley que obliga al gobierno de EEUU a "certificar" el comportamiento de otros países.

En la declaración, los participantes se muestran alentados por el unánime reconocimiento del "zar antidrogas", Barry McCaffrey, y del presidente del Comité de Relaciones Internacionales de la Cámara Baja, Bel Gilman, de la necesidad de reemplazar el método.

También se propone que otros foros multilaterales, como la Organización de Estados Americanos (OEA) o una comisión de notables, recomienden procedimientos de evaluación o que se utilicen los métodos de las Naciones Unidas.

La última certificación de la Casa Blanca dejó a Colombia fuera de la lista de los aprobados y, sin embargo, respaldó a México, decisión que desató una agria polémica en el Congreso.

El procedimiento, que ha sido considerado como una intromisión en los asuntos internos de otras naciones, ha sido muy criticado durante estos dos días, especialmente de parte del ex presidente uruguayo, Luis Alberto Lacalle, y del primer ministro de Jamaica, Percival John Patterson.

Los reunidos en el Centro Carter tampoco han reconocido la autoridad de Estados Unidos para calificar a otros países.

El documento propone una lucha global contra el narcotráfico, que abarque la producción, tráfico, comercialización, lavado de dinero, y comercio de sustancias químicos. EFE

frb/mla/mms/nd

Nº DOCUMENTO

TITULO EEUU. Centro Carter de Atlanta condena el proceso de certificación.
04/29/23-55/97

PROCEDENCIA México

FECHA DE PRODUCCION 29/4/97

VINCULACIONES 11176 11234
65092 500889
65890 501889
11235 11600
11349

CA-C1 9708322

Nº DOCUMENTO 9708323

TITULO Bolivia/UE: Comisión europea evaluará lucha antidroga.—

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PROCESO 29/4/97

VINCULACIONES 11176 11354
65092 11358
504482 11356
514142
11349
11225

XY4412

R POXBT 04-29 00266
mun exg

BOLIVIA-UE/DROGAS
COMISION EUROPEA EN BOLIVIA EVALUARA LUCHA ANTIDROGA

La Paz, 29 abr (EFE).- Una delegación de la Comisión Europea encargada de lucha antidroga, antifraude e inmigración llegará este miércoles a Bolivia para entrevistarse con autoridades de Gobierno y visitar la región de Chapare, la mayor productora de coca de este país, y conocer las estrategias de la lucha al narcotráfico.

Según un comunicado de la Comisión Europea en Bolivia, la delegación está encabezada por Anita Gradin, quien llegará acompañada de Nils Oberg, miembro de la Comisión, y de Liliana Brykman, jefa del sector de cooperación en el ámbito de las drogas, informó hoy la Cancillería boliviana.

La delegación llegará mañana, miércoles, a la ciudad boliviana de Santa Cruz, al sureste de La Paz, donde entrevistará a representantes del Gobierno local.

El 1 y 2 de mayo, visitará la región de Chapare, donde se llevan a cabo programas de erradicación de cultivos de la hoja de coca y de desarrollo alternativo, y celebrará encuentros con autoridades policiales y del Ministerio de Justicia de Bolivia.

Varios de estos proyectos han contado con financiación de la Unión Europea por un total de 40 millones de dólares, según el comunicado de la Comisión Europea.

El 3 de mayo, la delegación se trasladará a La Paz, donde será recibida por el presidente interino de Bolivia, Víctor Hugo Cárdenas, el Canciller en funciones, Eduardo Trigo, y los ministros de Justicia, René Blattmann, y de Gobierno, Víctor Hugo Canelas.

El sábado 3 de mayo, Gradin y el Canciller brindarán una conferencia de prensa y, según la información oficial, la funcionaria dejará el país el próximo 4 de mayo. EFE.

lc/eb/fjo/nd

04/29/23-49/97

9708323

01-01

XT5343

R SUCBT 04-29 00133
eut sur icx

PARAGUAY-DROGAS
HOLANDESA CONDENADA A CINCO AÑOS CARCEL POR TRAFICO COCAINA

Asunción, 29 abr (EFE).- La holandesa Johana Vandik fue condenada por un tribunal de Asunción a cumplir una pena de cinco años de cárcel por posesión y tráfico de cocaína, informaron hoy fuentes judiciales paraguayas.

Vandik fue detenida en julio pasado en el aeropuerto asunceño Silvio Pettirossi con un alijo de más de cinco kilos de cocaína de gran pureza, que estaba escondido en su equipaje y a punto de ser embarcado en un avión hacia Europa.

Según los antecedentes elevados al juez Arnulfo Arias, quien dictó la condena, la misma encausada introdujo la droga en Asunción desde la ciudad brasileña de Sao Paulo hasta Asunción por la misma encausada y al parecer tenia contactos con narcotraficantes que operan en España y otros países europeos. EFE

JBC/LGO jla

04/29/18-03/97

Nº DOCUMENTO 9708324
TITULO PAR: Holandesa es condenada a 5 años x tráfico de cocaína -
PROCEDENCIA Agencias
FECHA DE PROCESO 29/4/97
VINCULACIONES 11176 11351
65092 11352
66723 11354
11214
11229
11422

9708324

DOCUMENTO 9708325

TITULO Bolivia: Paises del Cono Sur analizan control de químicos para fabricar drogas

PROCEDENCIA Agencia

FE 29/4/97

VINCULACIONES 11176 65109 11265 65092 66801 507480 507466 11356 11343 11362 11354

FM7303

R SUCBT 04-29 00297
AMT icx

BOLIVIA-DROGAS
CINCO PAISES ANALIZAN CONTROL QUIMICOS PARA FABRICAR DROGAS

La Paz, 29 abr (EFE).- El control de las substancias químicas que se utilizan para la fabricación de drogas es analizado en La Paz por legisladores, expertos y policías de Argentina, Bolivia, Chile, Perú y Uruguay en un seminario auspiciado por las Naciones Unidas.

El seminario, inaugurado ayer, lunes, tiene como finalidad intercambiar experiencias e información respecto a diversas cuestiones relacionadas con los productos químicos que emplean los narcotraficantes para transformar la hoja de coca en cocaína.

Durante la inauguración, el secretario de Defensa Social de Bolivia, Oscar Olmedo, destacó que el contrabando y desvío de reactivos, "que este país no produce, vulnera las fronteras con los cinco países limítrofes" y proporciona anualmente material a más de 10.000 laboratorios rudimentarios de cocaína.

Durante el seminario, que concluye mañana, los representantes de cada país analizaron los procedimientos para la investigación de los envíos de productos químicos precursores de las drogas y explicaron los métodos que utilizan para el control de estas substancias.

Los ponentes coincidieron en señalar la importancia del intercambio de información entre los organismos antidroga de los países de la región para el control de estas substancias, además del registro de empresas importadoras y exportadoras, de transporte y otras que trabajan con productos químicos.

Los representantes de Argentina, Bolivia, Chile y Perú dieron a conocer los procedimientos seguidos en cada país para la manipulación y preservación de pruebas contra los traficantes de estos productos químicos.

La segunda jornada del seminario está dedicada a "Los procedimientos de investigación de sustancias químicas", a las técnicas para fiscalizar y controlar estos productos y a la legislación en la zona. EFE

LC/EB/cho/M

04/29/20-16/97

01-02

9708325

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Agencias
FECHA DE PRODUCCION 30/4/97
VINCULACIONES

XA9492

R POXBT 04-30 00262
mun exg

BOLIVIA DROGAS
PROPONEN CREACION FUERZA INTERNACIONAL LUCHA CONTRA DROGAS

La Paz, 29 abr (EFE).- Los representantes de Argentina, Chile, Perú, Uruguay y Bolivia en el seminario sobre substancias químicas controladas que se clausuró hoy en laz Paz, propusieron la creación de una fuerza especial internacional de lucha contra el tráfico de drogas.

Legisladores, expertos, policías y técnicos de organismos de la lucha antidroga procedentes de esos cinco países, participaron en un seminario sobre substancias químicas controladas que comenzó el lunes en la capital boliviana.

Los participantes establecieron también la necesidad de coordinar las acciones de control de substancias químicas utilizadas para fabricar droga, así como de intercambiar información oficial sobre estos productos.

También recomendaron la designación de un organismo único por cada país que reciba y emita información sobre la exportación, importación, traslado, tránsito y almacenamiento de los productos y substancias químicas contempladas en las listas I y II de la Convencion de Viena de 1988.

Los participantes en el seminario propusieron que Brasil y Paraguay se incorporen a las reuniones sobre el tráfico de substancias químicas y productos usados en la fabricación de drogas.

El experto para Latinoamérica del Programa de la ONU para la Fiscalización Internacional de Drogas (PNUFID), Manuel Martínez, destacó durante la reunión la importancia de un control riguroso sobre estos productos y añadió que los narcotraficantes han cambiado sus métodos para obtenerlos.

El seminario fue auspiciado y organizado por el PNUFID y por el ministerio de Gobierno de Bolivia.EFE

LC/AS/MMS/ND

04/30/23-47/97

9708325

C2 C2

Nº DOCUMENTO 9708326

TITULO COL. Anuncian Plan Manual de Fumigación aérea complementario de la fumigación. –

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA 29/4/97

11176 11354

65092 11235

65092

11374

1894

COLOMBIA DROGAS

PLAN MANUAL ERRADICACION CULTIVOS ILICITOS COMPLEMENTO AEREO

Bogotá, 28 abr (EFE). El Gobierno colombiano anunció hoy la puesta en marcha de un plan especial de erradicación manual de los cultivos ilícitos, complementario de la fumigación aérea, informó el director de la Red de Solidaridad Social, Eduardo Díaz Uribe.

Díaz Uribe, que dirige esa entidad de fomento al desarrollo y de ayuda a los más necesitados, dijo que el plan se desarrollará principalmente en las zonas cocaleras de los departamentos amazónicos de Putumayo y Caquetá, sur del país.

Para el desarrollo de esa actividad es fundamental el apoyo de organizaciones campesinas, dijo Díaz Uribe, quien añadió que a los labriegos que sean contratados se les pagarán jornales por eliminar los cultivos.

El funcionario, asimismo, anunció que habrán nuevas inversiones para adecuar esas tierras y para sustitución de siembras.

En El Putumayo y en el Caquetá se concentra más del 80 por ciento de la superficie de siembras ilegales de Colombia, que se calcula en unas 60.000 hectáreas, entre plantaciones de coca, marihuana y amapola. EFE

RRM/JMA

04/29/00 55/97

9708326

DOCUMENTO 9708327
TITULO Brasil también se convirtió en ruta hacia ASIA -
PROCEDENCIA Agencias
FECHA 29/4/97
CLASIFICACION 111116 11351 110000
65092 11352 501623
501482 11354
11226 11214
11229
10034 11422
101849

XM7294

R SUCBT 04-29 00378
mun exg icx

BRASIL-NARCOTRAFICO
DESCUBREN QUE BRASIL TAMBIEN SE CONVIRTIO EN RUTA HACIA ASIA

Río de Janeiro, 29 Abr (EFE).- Brasil, que se ha convertido en un importante puente en las rutas del narcotráfico internacional hacia Europa, también es utilizado como puerto en el tráfico de cocaína hacia Asia, según la Policía Federal de Río de Janeiro.

Agentes federales aseguran, en declaraciones que publica hoy, martes, el diario "Jornal do Brasil", que el descubrimiento de una pequeña carga de cocaína en un vuelo que se dirigía a Hong Kong revela que una nueva ruta del narcotráfico internacional utiliza Brasil como puente.

Los miembros del equipo de estupefacientes de la Policía Federal decomisaron 4,96 kilos de cocaína el viernes pasado en el aeropuerto internacional Galeao, de la ciudad de Río de Janeiro.

La droga estaba escondida en un doble fondo de una maleta que pertenecía a Olivia Cynthia Domingo, de 23 años, ded origen español y naturalizada holandesa.

Esta es la primera vez que, según los agentes federales, la policía brasileña descubre cocaína en un vuelo con destino en Asia, específicamente al centro financiero de Hong Kong, una ruta que la aerolínea brasileña "Varig" abrió hace tres años.

Esta nueva ruta del narcotráfico podría ser una de las más rentables del mundo, si se tiene en cuenta que, según los cálculos de la Policía Federal, un kilo de cocaína puede venderse en Hong Kong por entre 150.000 y 180.000 dólares.

En la última década, Brasil, un país que limita con los grandes productores mundiales de cocaína y tiene una extensa región selvática, la Amazonia, con escasa vigilancia policial, se ha convertido en un importante puente en el tráfico de cocaína hacia Europa.

La principal ruta que utiliza Brasil como puerto es la "Conexión Nigeriana", que se inicia en Bolivia y, tras pasar por Río de Janeiro y Sao Paulo, continúa hacia Lagos, la capital de Nigeria.

Desde ese país africano, la droga, generalmente transportada por "mulas" (personas que hacen la función de correo), llega fácilmente a Europa.

La "Conexión Nigeriana", que controla una organización de narcotraficantes africanos, transporta anualmente unas diez toneladas de cocaína, según informes de la policía brasileña.

En los últimos cuatro años, han sido detenidos en este país más de 130 ciudadanos nigerianos y europeos que pretendían abandonar Brasil con diversas cantidades de cocaína. EFE

CM/cho/M

04/29/15-52/97 05-06 9708327

[illegible]

[illegible]

ITALIA MAFIA

[illegible] FUGITIVOS MAS PELIGROSOS

Roma, 29 abr (EFE). El capo de la mafia calabresa ("Ndrangheta") Giuseppe Mancuso, considerado por las autoridades italianas uno de los fugitivos mas peligrosos del pais, fue detenido hoy en la localidad de San Calogero (noroeste del pais), informaron fuentes policiales.

Mancuso, que encabezaba uno de los clanes de la 'Ndrangheta, fue arrestado en una casa de campo durante una operacion en la que participaron medio centenar de agentes de los carabineros (policia militarizada), al termino de una larga investigacion.

Los policias irrumpieron en la casa hacia las cuatro de la manana (02.00 GMT), en la que Mancuso se encontraba solo.

El capo, que fue sorprendido mientras dormia, no opuso resistencia a los agentes.

La casa en la que se practicó la detención pertenece a un agricultor, que fue arrestado por encubrimiento.

Giuseppe Mancuso, de 48 años, era buscado por la justicia desde 1993 y sobre el pesan cuatro ordenes de prision preventiva por los presuntos delitos de homicidio, asociacion mafiosa, tráfico de estupefacientes, extorsion y tenencia ilicita de armas.

El jefe mafioso figuraba en la lista del Ministerio del Interior sobre los treinta fugitivos mas peligrosos. EFE

com/mcd/pq

04/29/11-25/97

Nº DOCUMENTO 9708328

TITULO ITALIA. Arrestan capo de la N'drangheta vinculado al tráfico de estupefacientes -

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA DE PROCEDENCIA 29/4/97

VINCULACIONES 11176

10184

507604

11214

11229

11422

11224

11351

9708328

01-01

1CX exd mun

VIETNAM DROGAS

CAPO DROGA VIETNAM AMENAZA REVELAR NOMBRES ANTE TRIBUNAL

Hanoi, 29 abr (EFE). Un ex capitan de la Policia Criminal ha amenazado con revelar los nombres de oficiales de alto rango implicados en el narcotrafico, en el juicio que el viernes proximo comienza contra el mayor cartel de drogas descubierto en Vietnam .

"Dire al tribunal quienes me han traicionado y los nombres de personas extremadamente importantes", declaró Vu Xuan Truong al diario "Lao Dong" (Trabajadores).

El ex jefe de policia es el principal involucrado en el mayor caso de narcotráfico en Vietnam, en el que están implicados otros 12 agentes y funcionarios de alto nivel de la Policia Criminal.

El presidente del tribunal que los juzgará pronosticó que al menos 10 de los 40 acusados pueden ser condenados a muerte.

El ex capitán declaró al diario que revelará los nombres de algunos altos cargos sólo si se concede una amnistia a su esposa y a un hermano, también detenidos por su relación con la banda.

Truong, jefe de las operaciones de la banda en Vietnam, tenía como enlace con el exterior al laosiano Sieng Phenh, que lo delató cuando iba a ser fusilado por narcotrafico, a cambio de clemencia.

Phenh fue detenido en enero de 1995 en un hotel de Hanoi, y le fueron incautados 15.05 kilos de heroina. Su confesión condujo al arresto de 12 policias y cuatro agentes de aduanas vietnamitas y el del ciudadano laosiano Sieng Nhon.

Vu Xuan Truong tenia, al ser detenido, 4.9 kilos de heroina y 80.000 dolares.

Las investigaciones señalan que la red desmontada introdujo en Vietnam, en un periodo no precisado, unos 141 kilos de heroina y cientos de kilos de opio procedentes de Tailandia y Laos.

La banda, la mas importante descubierta en Vietnam, tenia contactos en Laos, Vietnam y Tailandia, segun fuentes oficiales.

En 1996 las fuerzas antinarcóticos vietnamitas descubrieron mas de 7.800 casos de tráfico de estupefacientes y detuvieron a 6.650 personas relacionados con ese delito, y estiman que existen en el pais unos 140.000 consumidores de droga.

El mes pasado fueron condenados a muerte dos ciudadanos de la colonia británica de Hong Kong por un tribunal de Ciudad Ho Chi Minh (ex Saigon), por introducir en el pais 18.1 kilos de heroina, el mayor alijo descubierto en Vietnam.

La pena de muerte en Vietnam, que puede aplicarse a los detenidos con un kilo o mas de drogas, fue establecida en una ley que entró en vigor a finales del año pasado. EFE

ap.ntc/ma

Nº DOCUMENTO 9708329

TITULO Vietnam Capo de drogas amenaza revelar nombres ante el Tribunal.--

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA 29/4/97

VINCULACIONES 11176 11214 11233 10034 11229 507667 507074 11423 507010 11051 11052 11541 11234 11662 11663 11113 01-02

9708329

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencias 11/4/97

Droga

837446

~~R SUEBT 04 11~~ 00342

mun exg icx

VIETNAM DROGA

TRIBUNAL JUZGARA MAYOR BANDA NARCOTRAFICO DESCUBIERTA VIETNAM

Hanoi, 11 abr (EFE).- Los presuntos miembros de la mayor red de narcotráfico descubierta en Vietnam, que estaba comandada, al parecer, por un capitán de la Policía Criminal, serán juzgados en el Tribunal de Justicia de Hanoi a primeros del próximo mes.

Un funcionario de ese tribunal declaró a EFE hoy, viernes, que el proceso de investigación está casi concluido y abarca a cuarenta personas, entre ellas el capitán Vu Xuan Truong, considerado el cabecilla de la banda en Vietnam, y a su presunto enlace con el exterior, el laosiano Sieng Phenh.

Entre los acusados figuran doce policías, cuatro agentes del servicio de aduanas y otro ciudadano laosiano, Sieng Nhon, añadió el informante, que pidió el anonimato.

La desarticulación de la red fue posible gracias a las revelaciones de Phenh, quien junto a Nhom fue sentenciado a muerte por el tribunal provincial de Lai Chau por el delito de narcotráfico.

Phenh ofreció, justo en el momento en que iba a ser fusilado, revelar los nombres de sus cómplices en Vietnam, a cambio de clemencia.

La información facilitada por Phenh llevó a la detención del capitán Vu Xuan Truong, a quien le fueron incautados 4,9 kilos de heroína y 80.000 dólares que guardaba en su casa.

Asimismo, se ha detenido a Dao Xuan Xe, residente en Hanoi y chófer de ocupación, mientras que en Laos ha sido implicado Sieng Kham Chan.

El ministerio del Interior ha dispuesto la creación, a corto plazo, del departamento Antidrogas, dentro del cuerpo de la Policía, en respuesta al alarmante crecimiento del consumo y tráfico de estupefacientes en el país.

El nuevo departamento asistirá al jefe de la oficina general de la policía e instruirá a los agentes en el combate contra el narcotráfico, la drogadicción y delitos conexos.

El Gobierno de Hanoi destinó 40.000 millones de dong (unos 4,5 millones de dólares) fundamentalmente en programas de control y prevención de drogas, para el periodo 1996-1997.

Las autoridades consideran que existen en el país unos 140.000 consumidores de drogas, de los aproximadamente 76 millones de habitantes de Vietnam. EFE

sp/mz/sp egn

04/11/14 44/97

9708329

07 02

Nº DOCUMENTO 9708330

TITULO COL - Samper firmará acuerdos antidrogas en gira africana -

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PROTOCOLO 29/4/97

VINCULACIONES 11176 11356
65092 11225
65592 11341
11005 11342
10022 11226

XE7984

R FOXBT 04-29 00253
mun exg icx

COLOMBIA-NO ALINEADOS
SAMPER FIRMARA ACUERDOS LUCHA ANTIDROGAS DURANTE GIRA AFRICANA

Bogotá, 29 abr (EFE).- Colombia firmará acuerdos de cooperación en materia de lucha antidrogas con Argelia y otros países africanos durante la próxima gira de su presidente, Ernesto Samper, anunció la ministra de Relaciones Exteriores, María Emma Mejía.

Samper visitará Kenia, Sudáfrica, Israel, Egipto, Argelia y Marruecos entre el 1 y el 10 de mayo, y hará una escala en España a su regreso.

Según Mejía, esos acuerdos se firmarán porque el problema del narcotráfico "empieza a presentarse en algunas de esas regiones, sobre todo como productores de marihuana en el sur de Africa y como países de tránsito en drogas sintéticas".

La ministra también reveló que Argelia solicitó a Colombia "prestar veeduría y facilitar observadores internacionales" para el proceso electoral que se avecina en ese país del norte de Africa, en especial por "la amenaza fundamentalista contra el Estado argelino", dice un comunicado oficial.

"Formaremos parte de esa fuerza internacional, de ese grupo de observadores internacionales, en las próximas elecciones de un país tan convulsionado, con enormes problemas", agregó Mejía.

"Por supuesto -prosiguió la ministra-, el presidente del Movimiento de Países No Alineados (Ernesto Samper) estará allí apoyando esta causa de evitar estos conflictos por el fundamentalismo de algunos de los árabes".

Las autoridades argelinas han anunciado que al menos doscientos observadores extranjeros supervisarán las elecciones legislativas previstas en su país para el 5 de junio próximo. EFE

AM/fr

04/29/16-19/97

9708330

01.01

XE8023
R VARBT 04-30 00267
mun exg icx

COLOMBIA-DROGAS/SUIZA
DETENIDO NARCOTRAFICANTE SUIZO SOLICITADO EN EXTRADICION

Bogotá, 30 abr (EFE).- El narcotraficante suizo Rene Sporle fue detenido hoy en Colombia tras ser solicitada su extradición por las autoridades de Suiza, informó el director de la policía secreta colombiana, general Luis Enrique Montenegro.

Agentes del Departamento Administrativo de Seguridad (DAS, policía secreta colombiana) localizaron a Sporle en la ciudad de Ibagué, capital del departamento del Tolima.

El ciudadano suizo afronta también varios procesos por narcotráfico en Alemania y Francia, y ya ha sido condenado en varias ocasiones a penas de prisión por traficar con cocaína.

El jefe del DAS declaró en una rueda de prensa que Sporle es el quinto narcotraficante suizo reclamado en extradición que es detenido en Colombia desde 1995.

La captura del ciudadano extranjero había sido solicitada el pasado 18 de febrero mediante un oficio que la embajada de Suiza en Bogotá entregó a las autoridades colombianas.

Según la nota, contra Sporle existe una orden de arresto del 13 de junio de 1996 emitida por la Procuraduría del distrito suizo de Badén, en el cantón de Argovia, por "contravención calificada múltiple contra la ley de estupefacientes".

Los documentos anexados a la solicitud de extradición precisan que Sporle fue acusado de manera formal por la Fiscalía de Argovia el 28 de enero pasado.

Sporle fue condenado por la justicia alemana en julio y agosto de 1978, en dos causas por narcotráfico, a penas de prisión de tres años y cinco años y seis meses, respectivamente.

En octubre de 1992 había sido detenido en el aeropuerto parisiense de Orly con 500 gramos de cocaina. EFE
JGH/mmg/tr

04/30/21-10/97

Nº DOCUMENTO 9708332
TITULO BIRMANIA Estructura al Narco Estado
PROCEDENCIA AGENCIA (actos [illegible])
FECHA DE PRO... 30/4/94
VINCULACIONES 11140 11214 30044 507479 11227 11235 65702 10034 11662 11433 11514 11226 11223 11365 11214 11686 11229 65890 11422 10184

TD4177

R FOXBT 04-30 00697
icx mun exg

BIRMANIA-DROGA (Crónica)
RANGUN ESTRUCTURA EL NARCO-ESTADO

Por Miguel F. Rovira
Bangkok, 30 abr (EFE).- Mientras las autoridades de la mayoría de los países combaten la epidemia de heroína que arruina a la juventud, la Junta Militar de Birmania protege el negocio de la droga y ampara a los narcotraficantes.

"La Junta Militar no sólo tutela el tráfico de droga sino que, además, desafía la preocupación mostrada por la comunidad internacional", señaló Robert Gelbart, subsecretario norteamericano de Estado para Asuntos Internacionales sobre el Narcotráfico, a su paso por Tailandia.

Según los expertos, Birmania se está transformando en una narcodictadura en la que prácticamente todos los que forman el Gobierno central de Rangún se hayan envueltos en el boyante negocio de la droga.

"Los narcotraficantes son en la actualidad los mayores inversores y encabezan el nuevo orden político de ese país", precisó Gelbard.

De acuerdo a un informe de la embajada estadounidense en Rangún, las exportaciones de narcóticos sobrepasan el valor de las exportaciones legales birmanas.

Las inversiones en Birmania, país donde se han producido algunas reformas económicas en los últimos años, no sólo refuerzan la financiación del régimen sino que también permiten la expansión del negocio de la droga y proveen convenientes conductos para el lavado del dinero.

"Los narcotraficantes y sus familias están entre los que levantan los más importantes proyectos de infraestructura, lavan el dinero con total impunidad en los bancos controlados por las Fuerzas Armadas y el país paga las importaciones con divisas procedentes del narcotráfico", explicó Gelbard.

Según una investigación de la institución norteamericana "Geopolitical Drugwatch", la compañía nacional petrolera birmana Myanmar Oil es uno de los principales conductos para lavar los beneficios de las exportaciones de heroína, que controla el Ejército.

Los narcotraficantes birmanos ya no se ocultan en las junglas; ahora cortejan a los militares y adquieren bienes inmobiliarios en las mayores ciudades del país, como es el caso de Khun Sa, el llamado Pablo Escobar del sudeste asiático.

Khun Sa vive cómodamente en Rangún desde que entregó a los cerca de 20.000 guerrilleros que formaban su ejército personal y la Junta Militar se niega a entregarlo a las autoridades norteamericanas, que han solicitado su extradición.

01-02 "Existen numerosas evidencias que demuestran que Khun Sa sigue activo en el negocio a pesar de que el Gobierno de Rangún trata de hacer creer lo contrario", dijo un agente de los servicios 9708332

01-02

antidroga apostado en una misión diplomática de Bangkok.

La producción de opio en Birmania se ha doblado desde que la Junta Militar tomó el poder en 1988.

Datos de la Agencia Estadounidense Antidroga (DEA) indican que las últimas cosechas de opio han superado las 2.560 toneladas, lo que representa un aumento del 10 por ciento respecto del año

pasado.

La decisión de Birmania de entrelazar el negocio de la droga con su economía tiene implicaciones que van más allá de sus fronteras.

Al menos un 60 por ciento de la heroína, además de toneladas de anfetaminas producidas también en Birmania, tienen como destino final los Estados Unidos y Europa, aunque la incidencia de la drogadicción también causa serios problemas en Asia.

La cifra de drogadictos en China ha aumentado de forma espectacular desde la formación de la Junta Militar. El Instituto Nacional para la Drogodependecia china estimaba que el número de heroinómanos rondaba los 70.000 en 1989 y que ahora sobrepasan el medio millón.

El consumo de heroína se ha disparado en Vietnam, donde las autoridades calculan que hay, al menos, 200.000 adictos. En Malasia, cada mes, mil personas caen en el hábito del consumo de heroína. Y en Tailandia la cifra de heroinómanos ronda los 500.000.

En Birmania la situación no es mejor. Según la Organización Mudial de la Salud (OMS), existen en ese país más de medio millón de adictos, de los cuales un 70 por ciento padece el virus que causa el SIDA.

Pero de momento, quizás para evitar perturbar las delicadas relaciones con Rangún, ningún Gobierno de la región ha dicho nada acerca de la expansión de droga y mucho menos mencionado la complicidad del régimen militar birmano.

"A medida que corre el tiempo y se deteriora el Estado de derecho en Birmania, aumenta la amenaza que la heroína plantea contra la comunidad internacional", advirtió Gelbart.- EFE

mfr/ntc/lm

04/30/09-21/97

9708333

MERCOSUR/ANDINOS Uruguay y Bolivia reafirman voluntad de acuerdo.

PROCEDENCIA Agencias 30/4/97

1110 507480
61092 11356
523395 524385
507466 11688
507466

XY4416

R FOXBT 04-30 00391
amt

MERCOSUR-ANDINOS/BOLIVIA
URUGUAY Y BOLIVIA REAFIRMAN VOLUNTAD ACUERDO ANDINOS-MERCOSUR

La Paz, 29 abr (EFE).- Los vicecancilleres de Bolivia, Jaime Aparicio, y de Uruguay, Carlos Pérez del Castillo, reafirmaron hoy en La Paz la voluntad de sus gobiernos para concluir las negociaciones de asociación entre la Comunidad Andina y Mercosur.

En esta reunión del mecanismo bilateral de consulta que se celebró ayer y hoy, los vicecancilleres intercambiaron información sobre el avance de lo acordado en las últimas reuniones presidenciales acerca de una zona económica común entre el Mercosur y la Comunidad Andina.

El Ministerio de Relaciones Exteriores de Bolivia informó de que el vicecanciller boliviano presentó a su colega uruguayo una evaluación sobre el Plan de Acción de la Cumbre sobre Desarrollo Sostenible que se celebró en diciembre pasado en la ciudad boliviana de Santa Cruz.

Aparicio presentó, además, un diagnóstico relativo a la Cumbre del Grupo de Río que se llevó a cabo en la ciudad boliviana de Cochabamba, en septiembre pasado y al IX Consejo Presidencial Andino que se celebró la semana pasada en Sucre.

El vicecanciller de Uruguay, por su parte, presentó a su colega boliviano una evaluación de la situación del Mercosur, de sus relaciones externas y de otros grupos regionales.

Según la Cancillería boliviana, ambos diplomáticos "coincidieron en la voluntad de concluir las negociaciones en curso para suscribir un acuerdo entre el Mercosur y la Comunidad Andina antes del próximo año".

Durante la Cumbre Andina que se efectuó el 22 y 23 de abril pasado, los presidentes dedicaron especial atención a las relaciones de integración con el Mercosur y fijaron un plazo máximo de ocho meses para concluir las negociaciones pendientes.

En la reunión del mecanismo de consulta boliviano-uruguayo, Aparicio y Pérez del Castillo destacaron la importancia del Grupo de Río como foro de diálogo y de concertación política y su relacionamiento con la Unión Europea.

Señalaron la importancia de la convergencia de políticas de lucha contra el narcotráfico, basada en la responsabilidad compartida y el respeto a la soberanía de las naciones.

También destacaron el trabajo conjunto de Bolivia y Paraguay en la aprobación final de la Estrategia Hemisférica y el Plan de Acción, en el marco de la Conferencia Interamericana sobre el Control y Abuso de Drogas (CICAD), del pasado año y la conveniencia de continuar el tratamiento de ese asunto por parte de la ONU. EFE

eb/lc/jlm/nd

04/29-01-57/97

9708333

04-04

XE8870

U POXBF [illegible] 0060G
[illegible]

SOCIALDEMOCRATAS ELECCIONES (Previsión)
C.RICA: CANDIDATO PARA UNIR PARTIDO Y SUPERAR IMAGEN GOBIERNO

San José, 2 jun (EFE).- El candidato socialdemócrata para las elecciones presidenciales que se celebrarán en febrero de 1998 en Costa Rica, José Miguel Corrales, deberá unificar su partido y superar la pésima imagen del actual Gobierno de José María Figueres, reconocen hoy diversos comentaristas.

Corrales, abogado y ex diputado de 58 años, se impuso con gran facilidad a Walter Coto, actual diputado y ex presidente de la Asamblea Legislativa, al obtener más del 72 por ciento de los votos en la convención nacional interna celebrada el domingo.

Las principales figuras del Partido Liberación Nacional (PLN), al que pertenece Corrales y actualmente en el poder, así como comentaristas independientes aseguran que la tarea del nuevo candidato es unificar el partido, sumido en graves divergencias en los últimos años.

A los conflictos internos, que han llevado al PLN a la popularidad más baja desde su fundación, en 1951, se suma la pobre calificación que obtiene entre los ciudadanos el gobierno del presidente Figueres, quien pertenece también al PLN aunque legalmente no puede participar en política partidista interna.

"Hay nuevas esperanzas y nuevas ilusiones, y todos juntos vamos a estar en esta lucha para forjar la nueva Costa Rica, la nueva patria que dejaremos a nuestros hijos e hijas", declaró el candidato presidencial, que se enfrentará el 1 de febrero próximo al socialcristiano Miguel Angel Rodríguez.

Añadió que se propone "rescatar" la fe que los costarricenses han perdido en sus gobernantes, al admitir que "ya casi no creen en ninguna forma de gobierno", y pidió a los seguidores de Coto que se sumen a la lucha en busca de un segundo gobierno socialdemócrata consecutivo.

Según fuentes del PLN, a los comicios internos del domingo acudieron unos 160.000 electores, casi la tercera parte del total que acudió a las urnas para elegir como candidato al actual presidente de la República, José María Figueres, hace cuatro años.

La pésima calificación que dan los ciudadanos a la administración de Figueres fue el factor principal para esta baja votación, coinciden diversos comentaristas políticos, pese al escándalo que ha sacudido al Partido Unidad Socialcristiana (PUSC) en las últimas semanas y que se suponía que iba a animar a los socialdemócratas a participar el domingo en su votación interna.

Antes de este escándalo, por una reunión de los máximos dirigentes del PUSC con el empresario y político mexicano Carlos Hank González, Rodríguez tenía una ventaja del 9.5 por ciento sobre Corrales, según las encuestas.

El ex presidente costarricense Luis Alberto Monge, especie de "patriarca" del PLN, admitió que existe "decepción y desencanto con el Gobierno que elegimos", en referencia al de Figueres, razón a la que atribuyó la baja votación.

El presidente del PLN, Rolando Araya, afirmó que "ahora tenemos un nuevo reto", que identificó con encontrar el camino que debe seguir el pueblo costarricense, y para eso "tenemos que hacer una llamada a la unidad" del partido, agregó.

Tras conocer los resultados de la convención, otros dirigentes

del PLN insistieron en que la tarea que tienen por delante es superar las diferencias [illegible] en los comicios del 1 de febrero de 1998.

Corrales [illegible]

[illegible]

EFE

[illegible]

01-01

9708334

Nº. DOCUMENTO 9708335

TITULO

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDEN.: 23|6|97

VINCULACIONES 11921

65644 - 11164 - 11388

11163

ISRAEL 507603

11019

X03826

R SUCBT 06-23 00212

msp exp

COSTA RICA-ISRAEL

CONTRALORIA INVESTIGA COMPRA DE ARMAS POR 505.000 DOLARES

San José, 23 jun (EFE).- La Contraloría General de la República, máximo tribunal de cuentas de Costa Rica, investiga la compra de armas a Israel a nombre de Armando D'Ambrosio Morales, jefe de seguridad del presidente costarricense, José María Figueres, por un importe de 505.634 dólares.

La compra de armas, que desde abril del año pasado ha estado rodeada de polémica, cobró un nuevo giro al conocerse que la importación de 800 pistolas, 250 subametralladoras UZI y 72 MINIUZI, no fueron enviadas a nombre del Ministerio de Seguridad, que las adquirió, sino de un particular.

Según publica hoy el diario local "La Nación", las armas se adquirieron el 16 de junio del año pasado, mientras estaba vigente un decreto del Gobierno que impuso el "secreto de Estado" a la transacción.

D'Ambrosio, por su parte, calificó como "un error" que el envío haya aparecido a su nombre, y explicó que la única relación con la Industria Militar de Israel (TAAS), que vendió las armas, fue coordinar una muestra de material militar de esa empresa, entre enero y marzo de 1995.

El contralor general, Luis Fernando Vargas, confirmó al diario que realizan una investigación para determinar cómo fueron enviadas las armas, quién las solicitó y con qué fondos se pagaron. EFE

mds/lbb/lal/arn

06/23/21 03/77

01-01 9708335

Costa Rica y México enfrentados por escándalo "Hank González"

LH 9/6.

SAN JOSE (Reuter) - El escándalo ocasionado por la reunión del empresario mexicano Carlos Hank González con un grupo de políticos costarricenses derivó en un enfrentamiento entre los gobiernos de México y Costa Rica.

El choque, en el ámbito diplomático, se produjo como secuela de las declaraciones del embajador mexicano en San José, José Rafael Castelazo, a la revista mexicana "Siempre".

El embajador fue desautorizado por la Secretaría mexicana de Relaciones Exteriores y ocasionó una reacción del ministerio costarricense de Relaciones Exteriores, que exige una retractación de Castelazo.

Castelazo emitió en la noche del sábado un comunicado en que advirtió que su gobierno "rechaza tajantemente lo publicado por ese motivo".

"Consecuentemente", agregó Castelazo, "soy el único responsable político de lo acontecido... Manifiesto al gobierno y al pueblo de Costa Rica mi más sincero reconocimiento".

El escándalo surgió en los últimos días de mayo en San José, cuando se conoció que González había recibido en su residencia de Toluca, México, entre los días 18 y 20 de mayo, a un grupo de políticos del opositor Partido Unidad Social Cristiana (PUSC) de Costa Rica.

El grupo de costarricenses viajó encabezado por el virtual candidato del PUSC para las elecciones generales de febrero de 1998, Miguel Angel Rodríguez.

Pero el encuentro fue gestionado por el líder del PUSC y ex presidente de Costa Rica entre 1990 y 1994, Rafael Angel Calderón, vinculado con González por fuertes lazos de amistad.

Algunos medios de prensa de Estados Unidos, entre ellos The New York Times y The Washington Post, atribuyen a González vínculos con organizaciones delictivas del tráfico internacional de drogas y lavado de dinero.

La reunión de Toluca derivó en un escándalo político de grandes proporciones en Costa Rica.

Víctor Ramírez, asesor de imagen del candidato del oficialista Partido Liberación Nacional (PLN), José Miguel Corrales, se refirió a aquella reunión en un noticiero de la televisión costarricense y lanzó hace dos semanas fuertes críticas al sistema político mexicano.

Ramírez cuestionó la institucionalidad mexicana y la calificó de corrupta y poco democrática.

Sus declaraciones produjeron una rápida respuesta en la prensa del embajador Castelazo, quien calificó a Ramírez de irresponsable e ignorante.

De acuerdo con la revista "Siempre", Castelazo dijo que en Costa Rica "el poder político está atomizado. Aunque hay solamente dos partidos fuertes, es una misma oligarquía.

Castelazo dijo además, según la revista, que las inversiones mexicanas en Costa Rica causan "cierto estupor, en razón de que viene un empresario más agresivo desde el punto de vista económico, más acostumbrado a la apertura y a un mercado más grande".

La Mañana del Lunes 9 de Junio de 1997

Nº. DOCUMENTO 9708337

TITULO

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 24/6/97

VINCULACION 11921. 516532 11164 11302

FA7894

R POXBT 06-24 00147

mst e40 icx

GRANADA-PARLAMENTO

PRIMER MINISTRO QUIERE DETENER DESERCION PARLAMENTARIOS

San Jorge (Granada), 23 jun (EFE).- El primer ministro de Granada, Keith Mitchell, manifestó hoy, lunes, su desacuerdo con la idea de que los parlamentarios retengan sus escaños, sin tener que enfrentar otro comicio, después de cambiar de partido tras su elección.

"Considero injusto para un partido impulsar a un candidato en unas eleciones y que los seguidores de ese partido lo elijan creyendo que respaldan su programa y al asumir su escaño se pase a otro partido político", se quejó.

El comentario se produjo luego de que el oficialista Partido Laborista de Santalucía (PLS) anunció entre sus prioridades la aprobación de una ley para que quienes abandonen un partido tengan que entregar el puesto al que fueron elegidos.

Mitchel apuntó que favorece esa ley, pero no dejó claro si su partido introduciría un proyecto en ese sentido. EFE

ty/ndc/nd

06/24/00:56/97

01-01 9708337

... DOCUMENTO 9708338

518593

FE... 19/6/97

VINCULACION ... 11921.
507683.
67390.
11164.
11399.
11400.
11161.
11405.

01-02

9708338

[illegible]

[illegible]

[illegible] Relaciones Exteriores de Trinidad y Tobago, Ralph Maraj, [illegible] (OEA).

[illegible] Venezuela a una distancia [illegible].

El Gobierno [illegible] ha reaccionado con sorpresa y molestar [illegible] Maraj [illegible] Asamblea General de la OEA celebrada [illegible] este mes.

En [illegible] Maraj [illegible] "violaciones [illegible] a la soberanía [illegible]" de Trinidad y Tobago.

Maraj [illegible] de presuntos ataques a pescadores trinitenses por parte de la Guardia Costera venezolana y añadió que [illegible] el pasado 11 de abril, abordaron una plataforma de [illegible] petrolera propiedad de Trinidad y Tobago, lo que [illegible] "un acto de agresión".

El canciller venezolano, Miguel Angel Burelli, no ha ocultado [illegible] Maraj presentó la [illegible] en la OEA [illegible] el agresor.

[illegible] los hechos [illegible] por el Ministro de Relaciones Exteriores trinitense constituyen "un [illegible] de los [illegible] venezolanos [illegible] aguas [illegible]".

"En estricto cumplimiento de su Constitución y de conformidad con los principios [illegible], las autoridades venezolanas protegen su soberanía territorial y sus aguas, así como [illegible]", [illegible] el Gobierno en una declaración.

[illegible] que la plataforma petrolera de Trinidad y Tobago [illegible] aguas territoriales [illegible].

Burelli manifestó el pasado domingo que su país espera un grado de "reconciliación" de Trinidad y Tobago [illegible] a una normalización de las relaciones [illegible] de la mutua cooperación.

[illegible] además, que [illegible] Maraj [illegible] incidentes [illegible] a la OEA.

En un [illegible] fin a la [illegible] el presidente de Venezuela, Rafael Caldera, [illegible] al primer ministro de Trinidad y Tobago, Basdeo Panday, lo que hizo pensar que las tensiones [illegible], lo que no ocurrió.

[illegible] presidenta de la Cámara de Comercio del Sur, [illegible] de Maraj [illegible] la OEA fue un error.

[illegible] Trinidad y Tobago [illegible]

[illegible]

[illegible]

Nº. DOCUMENTO 97 08 339

TITULO

PROCEDENC. 51ª 593

FECHA DE R... 8/6/97

VINCULACION 11521.
51653 2.
11164.
11302.
11426.

mun ... 1..

SANTA LUCIA-GOBIERNO
NUEVO EJECUTIVO INVESTIGARA CORRUPCION

Castries. (Santa Lucia). 8 jun (EFE) El nuevo primer ministro de la isla caribeña de Santa Lucia, Kenny Anthony, anunció hoy que ser n inestigadas las denuncias de corrupción que pesan contra la saliente administracion del Partido de los Trabajadores Unidos (PTU).

Anthony precisó que ha instruido al Fiscal General de la Nacion para que organice una comisión que investique el asunto. aunque no precisó qué denuncias se han hecho contra el gobierno del PTU, que gobernó Santa Lucia entre 1964 y 1979, y desde 1982 hasta mayo pasado.

La próxima semana. anuncio tambien el primer ministro, un grupo de trabajo comenzará a examinar en qué estado están las finanzas gubernamentales. asi como la situación de la economia en general.

No obstante. Anthony descarto las especulaciones que el gobierno está en bancarrota y que en muy poco tiempo no podrá pagar los salarios de los empleados estatales.

Tambien descarto que tenga planes de despedir a empleados públicos.

"No tenemos intenciones de reducir el servicio público". dijo el nuevo primer ministro de Santa Lucia en una conferencia de prensa. EFE

TY/BTG/MMS/GIP

04/08/21-44/97

9708339

04-01

Nº. DOCUMENTO 9708340

TITULO

PROC[illegible] 518593

F[illegible] 11/6/97

V[illegible] 11921 · 516532 · 66603 · 66153 · 11164 · 12000

01-02

Doc. clara

[illegible]

[illegible] 00424

CENTROAMERICA GOLFO FONSECA
HONDURAS ACEPTA VOLVER A DIALOGO DEMARCAR LIMITES CON MANAGUA

Managua, 11 jun (EFE). El ministro nicaragüense de Relaciones Exteriores, Emilio Alvarez Montalván, informó hoy de que Honduras aceptó regresar a la mesa de negociaciones con Nicaragua para la demarcación de los límites marítimos de ambos países en el Golfo de Fonseca (océano Pacífico).

Alvarez Montalván dijo al canal 12 de la televisión privada que este miércoles recibió una nota de la cancillería hondureña, en la cual promete regresar a la mesa de negociaciones para que las comisiones técnicas "lleguen a fijar el sitio" donde serán instaladas las boyas que fijarán los límites marítimos.

El Golfo de Fonseca, cuyas aguas comparten Honduras, Nicaragua y El Salvador, ha sido escenario de numerosos incidentes entre patrullas navales de esos tres países y, principalmente, de los dos primeros por la supuesta pesca ilegal de parte de pescadores artesanales.

El diplomático insistió en la necesidad de la colocación de las boyas en los límites marítimos para evitar esos incidentes, que dijo es lamentable que ocurran entre países hermanos.

"Para evitar esas confusiones nosotros creemos que la única medida es colocar esas boyas que funcionarán todo el tiempo. Hay que evitar [illegible] estar en dimes y diretes que no llegan a nada", añadió el jefe de la diplomacia nicaragüense, tras afirmar que Nicaragua no tiene problemas de límites con Honduras.

El canciller recordó que los límites fueron acordados hace 97 años, cuando en la localidad hondureña de San Marcos de Colón se suscribió un acta que determina la trayectoria que divide a los dos países.

"Lo que Nicaragua [illegible] que en esas líneas divisorias se pongan boyas para evitar que barcos [illegible] de otros países [illegible] a pescar en [illegible]", [illegible], que no precisó la fecha de la próxima reunión de las comisiones técnicas para demarcar los límites en el Golfo de Fonseca.

El canciller [illegible] que en las anteriores reuniones de trabajo [illegible] (por [illegible] supuestamente [illegible]), pero manifestó su confianza en que pronto [illegible] la reunión [illegible].

[illegible] el [illegible] este miércoles de que las autoridades de Honduras [illegible] a los [illegible] pescadores [illegible] que fueron detenidos el pasado [illegible] en aguas nicaragüenses del Golfo de Fonseca.

El canciller Alvarez [illegible]

[illegible]

[illegible]

08-02

9708340

Integración Militar en centroamé

LJ 27/6.

Ciudad de Guatemala- Los ejércitos de cuatro países centroamericanos (Nicaragua, Honduras, El Salvador y Guatemala) anunciaron su intención de unificar la doctrina militar mediante el intercambio de oficiales y experiencias académicazs, según lo informado en ciudad de guatemala por el Ministro guatemalteco de Defensa, Julio Arnoldo Balconi Turcios. Éste dió cuenta de la reunión sostenida días atrás con su homólogo de El Salvador Jaime Guzmán Morales; el jefe del Ejército nicaragüense Joaquín Cuadra Lacayo; y el de las FF.AA. hondureñas, Mario Hung Pacheco.

Compras de armas en bloque

En la reunión se intercambiaron ideas sobre la posibilidad de realizar adquisiciones militares como «bloque» de estados y no individualmente, lo que posibilitará el hacerse con pertrechos en mejores condiciones y a un mejor precio.

Los problemas fronterizos no permanecieron aislados de las conversaciones ya que, por ejemplo, existen problemas fronterizos entre Honduras, Nicaragua y El salvador. A tales temas se los trató como cuestiones de «Seguridad Nacional» para las tres naciones.

Y aparentemente, el diálogo dió sus frutos: al respecto se informó que los jefes militares de Nicaragua, Honduras, El Salvador y Guatemala acordaron buscar soluciones, garantizando la paz en centroamérica.

Sin embargo, los ecos del incidente del último 29 de mayo -cuando patrulleras navales nicaragüenses y hondureñas se dispararon mutuamente en rel Golfo de Fonseca, en la costa del Pacífico, durante la detención de unos pescadores.

El General nicaragüense Cuadra explicó que inicialmente se fijará la fecha más adecuada para tratar el caso y «adoptar todas las medidas para resolver los problemas limítrofes y garantizar la vida y la seguridad de salvadoreños, hondureños y nicaragüenses». En una conferencia de prensa conjunta, Cuadra reconoció la existencia real en el Golfo de Fonseca que genera tensiones e incidentes entre unidades navales, por no existir señalización.

«Integración militar»

«Se trata por medios pacíficos y diplomáticos de resolver problemas pendientes», dijo Guzmán (salvadoreño) y Hung (hondureño) añadió que existe un espíritu pacifista de cooperación entre los ejércitos del área. «aspiramos a que el proceso de integración centroamericano incluya también a la rama militar, para preservar conjuntamente el orden y la seguridad regional», afirmó el representante guatemalteco.

LRB



Efecto de las nuevas leyes de inmigración

PAISES LATINOAMERICANOS FRENTE A UN CORTE DEL FLUJO DE DIVISAS

Las nuevas leyes de inmigración en los Estados Unidos provocarán el cese de un flujo de divisas de unos 5.500 millones de dólares al año, que los nativos de países centroamericanos envían a sus familiares en el país de origen. Para esas naciones, tal flujo de capitales representa una inestimable inyección.

The New York Times

SANTO DOMINGO, República Dominicana (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS).— A principios de cada mes, en un ritual que ha practicado durante más de 15 años, Al García, un gerente de servicio de la concesionaria automotriz Peabody, lleva 75 dólares en efectivo a una tienda de muebles Jamaica Plain, una de las decenas del área comercial de Boston que maneja transferencias de dinero como negocio extra.

El efectivo llega el mismo día a una modesta casa verde ubicada en la calle José Contreras de esta capital, entregado en un sobre por un mensajero armado que viaja en motocicleta. Ya convertido en pesos, el dinero es utilizado por el padre de García, Gilberto de 76 años, para comprar todo tipo de artículos desde hojuelas de maíz, pasta de dientes, hasta detergente para lavar.

"Ese dinero es muy importante", afirmó Gilberto García, un chofer de camión jubilado. "No sólo para nuestra familia, sino para el país".

■ ENORMES REMESAS

La transacción mensual de García es repetida alrededor de 4.5 millones de veces al año por los inmigrantes dominicanos. El valor total de sus remesas representan cerca de diez por ciento de la economía dominicana y demuestra por qué los recientes cambios a la ley de inmigración de Estados Unidos han provocado alarma no sólo entre las comunidades de inmigrantes estadounidenses sino en toda Latinoamérica.

Las leyes totalmente nuevas reducen de manera radical los beneficios a cientos de miles de inmigrantes legales, aceleran los procedimientos de deportación, y combaten la inmigración ilegal. Algunas personas temen que las nuevas leyes debilitarán también un enorme sistema financiero de apoyo que ha sido construido durante décadas de inmigración generacional.

Los investigadores están empezando a darse cuenta de la cantidad de dinero que envían a sus familiares los alrededor de 10.5 millones de inmigrantes legales y cinco millones de inmigrantes ilegales y millones de ciudadanos naturalizados estadounidenses más. El Instituto de Política Tomás Rivera estimó recientemente que las remesas combinadas de 1994 a República Dominicana, Colombia, El Salvador, Guatemala y México sumaron 5.470 millones de dólares.

Pero se cree que incluso esta cifra es conservadora. La embajada de Estados Unidos en Santo Domingo estimó el año pasado que solamente República Dominicana recibe 1.140 millones de dólares de alrededor de un millón de expatriados (que incluyen a los cerca de 70.000 que viven en el área de Boston) de los cuales por lo menos 20 por ciento regresan el dinero en sus propios bolsillos.

■ ECONOMIAS VULNERABLES

Las cifras han sorprendido incluso a aquellos familiarizados con la floreciente industria de las remesas: agencias de transferencias de dinero que operan en lugares que van desde amplias oficinas hasta salones de belleza y agencias de viaje. Para algunos, las cantidades ponen al descubierto la vulnerabilidad de economías que se han vuelto dependientes de los flujos constantes de la inmigración legal e ilegal a Estados Unidos.

Las remesas a la República Dominicana, concluyó el informe de la embajada, son "las fuentes de dólares más constantes y quizá más grandes del país. Sin esos dólares —añade— República Dominicana registraría enormes déficit en la balanza comercial y sería forzada eventualmente a reducir grandemente los bienes de consumo importados".

La Asociación Dominicana de Transferencias de Dinero estimó que las remesas caerán 200 millones de dólares durante el primer año en el que entren en vigor las nuevas leyes de inmigración. Las remesas ya se habían nivelado en los últimos meses después de subir constantemente durante 15 años consecutivos, afirmó Freddy Ortiz, presidente de la organización.

"Los dominicanos dependemos de los dólares para comprar casi todo lo que se consume aquí", añadió Ortiz. "Esto va a afectar a cada sector del consumo social".

"Es increíble", puntualizó Rodolfo de la Garza, quien dirigió el estudio para el Instituto de Política Tomas Rivera. "Y lo que es todavía más increíble para nosotros es que la gente pobre está enviando todo este dinero".

Desde el año pasado, dos leyes estadounidenses han sido dirigidas contra los no ciudadanos. La ley de reforma al bienestar social eliminó los cupones alimenticios a alrededor de un millón de inmigrantes legales y suspendió el Ingreso Complementario de Seguridad mensual a alrededor de 500.000 no ciudadanos que son mayores de edad, ciegos o incapacitados. El Congreso está debatiendo actualmente si restablece algunos de esos beneficios.

La Ley de Reforma a la Inmigración Ilegal y de Responsabilidad de Inmigrantes, que entró en efecto el pasado dos de abril, incrementó los esfuerzos de intercepción y devolución de inmigrantes, aceleró los procedimientos de deportación, y actuó contra 15 industrias conocidas por utilizar mano de obra de inmigrantes.

■ MENSAJE DE TRANQUILIDAD

El efecto de las nuevas leyes sobre las remesas dependerá de qué tan vigorosamente sean cumplidas. Milton Drucker, el consejero político y económico de la Embajada de Estados Unidos en República Dominicana, expresó dudas de que las leyes hagan una mella significativa a las transferencias totales de dinero debido a que sólo una fraccion de inmigrantes serán deportados.

Sin embargo, Midalma E. Sánchez, gerente de servicios a clientes de Remesas Vimenca, la agencia más grande de transferencia de dinero en República Dominicana, afirmó que la mayoría de las personas que envían dinero a sus familiares son inmigrantes ilegales quienes serán afectados directamente por las nuevas leyes.



INMIGRANTES. *Millones de inmigrantes envían dineros desde Estados Unidos a sus familiares. Las divisas constituyen un importante ingreso de capitales en los países receptores. La suspensión de dicho flujo causará serios problemas a varias economías*

Nº DOCUMENTO 9708343
TITULO
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 11/6/97
VINCULACIONES 11921
507683
11164
11302
11837
11304

01 - 02

[illegible]

[illegible]

TRINIDAD Y TOBAGO POLITICA
LIDER OPOSICION ADVIERTE SOBRE AMENAZA A LA DEMOCRACIA

Puerto España, 10 jun (EFE). El líder de la oposición en Trinidad y Tobago, Patrick Manning, ha advertido hoy que el primer ministro, Basdeo Panday, amenaza la democracia de este país.

Manning, dirigente del Movimiento Nacional del Pueblo (MNP), afirmó que presentará una moción de censura en el Parlamento, el primer ministro Panday.

Por su parte el primer ministro, Panday, en un discurso ante un grupo religioso durante el fin de semana, dijo que no permanecerá indiferente ante los ataques a su Gobierno.

El Primer Ministro prometió que quienes lancen ataques a su Gobierno no "saldrán incólumes".

Manning, quien fue ex primer ministro de Trinidad y Tobago, indicó a los periodistas que el país es conducido por un peligroso sendero cuando Panday advirtió que nadie que ataque a su Gobierno quedará ileso.

"Esto resulta más preocupante si recordamos que el Primer Ministro es también jefe del Consejo Nacional de Seguridad", subrayó Manning.

Al tiempo que acusó a Panday de estar "desesperado", sostuvo que es el Primer Ministro más "arrogante" que ha tenido jamás Trinidad y Tobago. EFE

[illegible]

[illegible]

01 - 02

9708343

13/6/97

11921
66123 — 11127
11164
11302
11437
11304

01 - 03

TD6115

U FOXBT 06-13 00587
mun

HAITI-ELECCIONES (Previsión)
SUSPENSION COMICIOS, NUEVO ELEMENTO EN CRISIS HAITIANA

Por Hérold Jean-Francois

Puerto Príncipe 12 jun (EFE). La decisión tomada por el Consejo Electoral Provisional (CEP) de aplazar las elecciones legislativas que debían realizarse el próximo domingo agrega un nuevo elemento a la actual crisis haitiana, abierta con la renuncia el lunes del primer ministro Rosny Smarth.

Los comicios fueron boicoteados por los principales partidos, la Organización Política Lavalás (OPL, de gobierno) y el Partido Loubri Bary, que acusaron al CEP de intransigencia y de favorecer al ex presidente haitiano Jean Bertrand-Aristide.

Este se distanció del Gobierno y formó su propio grupo político Lavalás. Cuando ello ocurrió, surgieron serias dudas acerca de la capacidad del actual CEP para conducir esta segunda vuelta electoral, en la que se elegirían nueve senadores.

Debido a las duras críticas dirigidas al CEP, se anticipaba que a los comicios sólamente concurriría la organización que encabeza Aristide.

El CEP no ha fijado una nueva fecha para el acto electoral y su secretario general, Lavaud Jean-Baptiste, anunció que se conocerá "en un plazo corto".

Contra la decisión de concurrir a los comicios adoptada por el grupo que encabeza Aristide el líder de la OPL, Gérard Pierre-Charles, abogó las elecciones tengan lugar en un marco de apertura hacia la oposición democrática contraria a Lavalás.

El veterano político considera que es necesario "favorecer un diálogo para alargar las bases del Gobierno al sector democrático que no es de Lavalás".

Pierre-Charles es de opinión que "ningún partido político haitiano puede por sí solo asegurar los cargos de la gestión del país y llevarle al desarrollo".

La crisis provocada por la suspensión de las elecciones no ha hecho olvidar la renuncia del primer ministro Smarth, por lo que ya se hacen especulaciones respecto a la composición que debe tener el futuro gobierno.

En este sentido, dirigentes de la OPL consideran que se debe encontrar una "nueva fórmula" para definir las reglas del juego democrático.

Sectores políticos opinan que el aplazamiento de las elecciones por parte del CEP ofrece una buena oportunidad para que se produzca el retorno de los partidos al proceso electoral haitiano.

Después de participar en las legislativas del 25 de junio del año pasado, la oposición política denunció que se produjeron acciones fraudulentas en beneficio de Lavalás, por lo que desde ese momento decidió boicotear las siguientes elecciones, que tuvieron una baja participación popular.

Sin embargo, hay serias dudas en los sectores políticos nacionales acerca de que el presidente de Haití, René Préval, pueda llamar a la oposición para que participe en la conformación del nuevo Gobierno tras la salida del primer ministro Smarth.

Al mismo tiempo, se considera poco probable que, si se produjera un llamamiento del Préval en ese sentido, la oposición esté dispuesta a aceptar puestos en el nuevo gabinete.

La situación prevaleciente es descrita por diversos sectores de la vida nacional haitiana como "un callejón sin salida" y se considera que la comunidad internacional ejercerá presiones sobre el CEP para que salve el proceso eleccionario.

Más que conseguir atraer a los candidatos de la oposición con el aplazamiento de los comicios legislativos, el CEP aparentemente ha colocado a Haití en una verdadera opción cero, a juicio de analistas, por lo que habrá que esperar la actitud que adoptarán los que terminaron al frente en la primera vuelta electoral, celebrada el pasado 6 de abril.

En esa oportunidad el partido del ex presidente haitiano Aristide obtuvo los dos escaños del Senado correspondientes a los distritos sur y noreste. EFE

HJF/ndc/lm

02

9708344

FB7445

B POXBT 06-12 00413
mun exg aicx

HAITI-ELECCIONES (Ampliación)
APLAZAN COMICIOS PARCIALES PARA EL SENADO DEL PROXIMO DOMINGO

Por Hérold Jean Francois

Puerto Príncipe, 12 jun (EFE).- Las autoridades haitianas aplazaron hoy, jueves, la segunda vuelta de las elecciones legislativas parciales para el Senado que se iban a celebrar este domingo, aparentemente ante el malestar casi general con el organismo electoral.

El Consejo Electoral Provisional (CEP), sin embargo, no fijó una nueva fecha para el proceso electoral, aunque su secretario general, Lavaud Jean-Baptiste, dijo que se conocerá "en un plazo corto".

En los comicios, los haitianos iban a elegir nueve senadores, aunque, ante las críticas al CEP, sólo era previsible la participación en el proceso del partido político que encabeza el ex presidente haitiano Jean Bertrand Aristide.

El vicepresidente del CEP, Hérold Julien, dijo el miércoles que el proceso de este domingo era irreversible, pero diveras fuentes insistían en que el proceso se iba a aplazar e incluso se dice aún que podría disolverse el citado organismo.

Sólo el partido de Aristide, "Familia Lavalas", mantenía, hasta que se pospuso la cita electoral, su compromiso de participar en los comicios.

Jean-Baptiste justificó el aplazamiento por la controversia política y dijo que el Gobeirno no ha desbloqueado los fondos para financiar la elección.

Los principales partidos políticos, la Organización Política Lavalás (OPL, gobierno) y el partido Louvri Barye, habían retirado sus respectivos candidatos, lo que ya auguraba el aplazamiento del proceso electoral.

Ambas formaciones políticas acusan a la CEP de responder a ıristide, que se distanció del gobierno y formó su propio grupo Lavalás.

Fuentes diplomáticas han indicado a EFE que la comunidad internacional impulsa la dimisión de los actuales miembros del CEP, por su manifiesta vinculación a Aristide, lo que descarta la imparcialidad en la consulta electoral.

La situación sobre el proceso electoral coincide con la crisis política originada el pasado lunes con la dimisión del primer ministro, Rosny Smarth, quien reconoció el fracaso de la política económica de su Gobierno.

Por su parte, el presidente René Preval afronta dificultades para elegir por consenso al sustituto de Smarth.

Según versiones de prensa, el gobierno estadounidense ha pedido a Aristide que no obstaculice el mandato de Preval, lo que ha originado fuertes críticas de sus seguidores.

Políticos cercanos a Aristide han acusado a Estados Unidos de entrometerse en el proceso haitiano y de querer sacar del "panorama político" al ex presidente y ex sacerdote salesiano. EFE

HJF/jad/fp/nd 23-03

9708344

06/12/23-07/97

XV4726

U FOXBT 06-03 00226

mun exo

HAITI-ELECCIONES

INTRODUCEN REFORMA EN CONSEJO ELECTORAL PROVISIONAL HAITIANO

Puerto Príncipe, 2 jun (EFE).- El Consejo Electoral Provisional (CEP) haitiano anunció hoy diversos cambios en su administración interna a nivel regional, pero descartó la anulación de los recientes comicios.

El secretario general del CEP, Alexandre Lavaud, explicó que las reformas están dirigidas a satisfacer los exigencias de varios grupos políticos que intervinieron en las elecciones del pasado 6 de abril.

"Estos cambios permitirán a la institución electoral corregir los errores de abril", dijo Lavaud al anunciar el traslado o la destitución de varios responsables de las direcciones departamentales.

A nivel comunal, también fueron reemplazados algunos de los responsables de las oficinas del CEP.

En cuanto a la posibilidad de anulación de la primera vuelta como fue solicitada por candidatos, partidos políticos y algunos diplomáticos, Lavaud descartó esta posibilidad, argumentando que "los resultados son irreversibles".

El consejo electoral fijó la segunda vuelta para el 15 de junio próximo.

La Organización Política Lavalas, que dirige Gérard Pierre-Charles, que participó en la primera vuelta, exigió reformas en el CEP como condición a su participación en la segunda vuelta.

Por su parte, la misión de las Naciones Unidas en Haití reclamó cambios en el proceso electoral para seguir financiando las elecciones. EFE

HJF/NDF/JLH/FG

06/03/01 50/97

04-01 9708345

Nº DOCUMENTO 9708346
TITULO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 10/6/97
VINCULACIONES 11821
66123
11164
11302
11127
11458

01-04

DP858B

R POXBT 06 10 00360
mun exa icx

HAITI GOBIERNO
PREVAL DESIGNARA AL SUCESOR DE SMARTH

Puerto Príncipe 10 jun.(EFE).- El presidente de Haití, René Préval, realiza hoy consultas con sus colaboradores para designar al sucesor Rosny Smarth, el primer ministro que dimitió ayer, informaron fuentes políticas.

Miembros de varias organizaciones populares consideraron que la renuncia de Smarth se debe a las presiones sobre el gobierno por varios tipos de manifestaciones, mientras que los líderes políticos interpretaron esta renuncia de distinta forma.

Para Victor Benoit, líder del partido Congreso de los Movimientos Democráticos (KONAKOM), Preval pretende dar muestra de visión política decidiendo con independencia, y en un programa de la emisora Radio IBO, consideró que la renuncia de Smarth abre la vía para corregir irregularidades que se han venido cometiendo desde las elecciones del 25 de junio de 1995.

El líder del KONAKOM pidió la formación de un nuevo consejo electoral para celebrar unas elecciones en la que los partidos puedan participar con total independencia.

Por su parte, Gerard Pierre Charles, jefe de la Organización Política Lavalas (OPL), partido del primer ministro dimisionario, consideró que "la renuncia de Smarth es fruto de un cálculo político".

Pierre Charles, que también participó en dicho programa de radio, explicó que su partido no controla todo el poder, y sin embargo se le responsabilizó de todos los problemas del país.

"La renuncia de Smarth fue decidida por el partido para permitir a los que criticaron a OPL por gobernar. Pero se equivocan si piensan que pueden dirigir solo", expresó Pierre-Charles.

Además recordó que su partido tiene 35 diputados en la cámara, por lo que la aprobación de cualquier ley pasa por negociaciones con OPL, y criticó la postura de quienes se han beneficiado del apoyo de parlamentarios de su partido sin reconocerlo en ocasiones.

Varios miembros de las organizaciones populares reclamaron un cambio en la política neoliberal del Gobierno, pero el ministro de finanzas del Gobierno dimisionario, Fred Joseph, dijo que no cree que el cambio de Gobierno afecte a las reformas aplicadas.

La comunidad internacional no ha reaccionado todavía tras la renuncia del primer ministro Rosny Smarth, cuyo sucesor será designado próximamente.- EFE

HJF [illegible]

06-10-15 75 [illegible]

02

9708346

[illegible]
[illegible]
[illegible]

HAITI GOBIERNO (Previsión)
CRISIS EN EJECUTIVO HAITIANO TRAS RENUNCIA PRIMER MINISTRO

Por Herold Jean Francois

Puerto Príncipe, 10 jun (EFE). La renuncia del primer ministro de Haití, Rosny Smarth, pone de manifiesto la grave crisis en la que está sumido el país y la necesidad de que su sustituto sea elegido por consenso, según analistas y políticos.

El líder del partido Congreso de los Movimientos Democráticos, Víctor Benoit, indicó que el presidente, René Préval, "debe aprovechar de esta situación para un nuevo arranque", en referencia a que la designación de un nuevo primer ministro sea por el acuerdo de los diversos grupos políticos nacionales.

Esta, según los analistas, es una tarea excesivamente difícil para Préval.

Smarth, un profesor universitario de 56 años, admitió al dimitir ayer, lunes, el "fracaso" de su gestión económica, lo que algunos sectores atribuyen a la escasa ayuda recibida por las naciones que le prometieron apoyo.

Los analistas políticos y los adversarios del actual Gobierno consideran que es el momento de que Préval tenga en cuenta la influencia que ejerce en su administración el ex presidente Jean-Bertrand Aristide, quien lidera una tendencia en la Organización Política Lavalas (OPL).

Un punto de enfrentamiento entre los parlamentarios de oposición y los oficialista es la confirmación del nuevo primer ministro, quien de acuerdo con las normas constitucionales tiene que recibir el apoyo de ambas cámaras legislativas, la Cámara de Diputados y el Senado.

La renuncia de Smarth es considerada por militantes de diversas organizaciones como un problema más que no traerá soluciones al país porque, consideran, "se trata de una crisis del sistema".

Gérard Pierre Charles, líder de la OPL, explicó que su partido no respaldó la dimisión de Smarth de su cargo por entender que no es la salida a la crisis que vive la nación haitiana.

Opinó, además, que el abandono de Smarth, en todo caso, debió producirse dentro del marco constitucional, como cuando fue interpelado en marzo pasado por el Parlamento haitiano.

"Entonces su renuncia hubiera tenido un carácter constitucional", dijo.

Pierre Charles indicó que, a pesar de los fallos que caracterizaron su gestión, el gobierno de Smarth obtuvo avances en la política pública de Haití.

"Esa renuncia es parte de una estrategia política, pero no se debe olvidar que ninguna ley se puede aprobar en el Parlamente si no se cuenta con la OPL", dijo el veterano político, quien pasó la mayor parte de su exilio en México.

La dimisión de Smarth ha hecho temer que las elecciones legislativas parciales anunciadas para el próximo día 15 sean desacreditadas en los sectores políticos nacionales.

Asimismo existe en Haití, el temor de que la comunidad internacional deje de financiar el programa económico neoliberal de Smarth, ante la incertidumbre de que el nuevo primer ministro no esté de acuerdo con esa política.

Las reformas políticas y económicas forman parte de las exigencias de las naciones que han brindado apoyo a la gestión de Smarth. EFE

[illegible]

[illegible]

03

9708346

[illegible]

HAITI-GOBIERNO (ampliación)
DIMISION PRIMER MINISTRO AGUDIZA CRISIS INSTITUCIONAL

Por Herold Jean François

Puerto Príncipe, 9 jun (EFE). El primer ministro haitiano, Rosny Smarth, anunció hoy su dimisión en un discurso ante el Parlamento, en el que reconoció que ha "fracasado" su gestión y que "ha llegado el momento" para que un nuevo equipo de gobierno colabore con el presidente René Preval.

"El gobierno no logró satisfacer las esperanzas de la población. El trabajo no es fácil. Este equipo no fue malo, pero a pesar de esfuerzos muchas personas piensan que este gobierno es malo", dijo Smarth, quien vaticinó que el próximo gobierno "tendrá muchos problemas".

En diciembre pasado, se intensificaron los reclamos de varios sectores políticos y cívicos, que pedían la renuncia de Smarth bajo el argumento de que su gobierno había demostrado que era incapaz de resolver los graves problemas sociales que afronta el país caribeño.

Smarth había sido designado primer ministro por Préval en abril de 1996, dos meses después de que ganara las elecciones presidenciales.

Profesor universitario de 56 años, ejerció antes de entrar en la política como economista experto en agricultura y se dedicó a la investigación, trabajadando en proyectos en Chile, México, Nicaragua y República Dominicana.

Militante de la Organización Política Lavalás (OPL), por la que fue elegido Préval, Smarth, casado con una puertorriqueña, era antes de su elección director del Centro de Investigaciones Económicas, Sociales y de Difusión Popular.

Llegó al poder prometiendo reformar el atribulado sistema económico del empobrecido país, mediante la aplicación de políticas neoliberales que provocaron reacciones de hostilidad por parte de sectores populares haitianos.

Las expectativas creadas por Smarth dependían en gran parte de una ayuda internacional, que nunca se concretó, por lo que el gobierno tuvo grandes dificultades para ejecutar los cambios prometidos.

Además, durante el primer año de gobierno de Préval y Smarth, las condiciones de vida se deterioraron seriamente en Haití. Comenzaron a proliferar grupos armados que aterrorizan a la población, sin que la Policía Nacional o las fuerzas internacionales pudieran dar una respuesta adecuada.

Préval utilizó el fenómeno del bandolerismo como uno de los principales puntos de su campaña electoral, hasta el punto de que en su discurso inaugural prometió "restablecer la autoridad del Estado".

El gobierno encabezado por Smarth tuvo grandes problemas de comunicación con una población mayoritariamente analfabeta que esperaba ansiosamente cambiar sus difíciles formas de vida.

La primera duda planteada por la renuncia de Smarth es si la comunidad internacional, que había apoyado incondicionalmente las reformas económicas impulsadas durante su gestión, continuará brindando ayuda al régimen haitiano.

El presidente Préval, que no ha reaccionado a la renuncia de su cercano colaborador, tendrá que escoger un sucesor en los próximos días, tarea en la que, según observadores, tendrá que lidiar con las distintas facciones que se disputan el poder en su partido, la Organización Política Lavalás (OPL).

Según la Constitución haitiana, "el presidente escoge al primer ministro en el partido mayoritario en las cámaras". En la actualidad, debido a divisiones en los diferentes partidos que forman la plataforma Lavalás, no se sabe quién detenta tal mayoría.

Se prevé que la designación del nuevo primer ministro será objeto de largas y difíciles negociaciones con las diferentes tendencias dentro de la OPL, incluida la liderada por el ex presidente Jean Bertrand Aristide, quien sigue siendo una figura central de la política haitiana, pese a [illegible].

A la incertidumbre se suma el que solamente dos terceras partes del Senado haitiano funcionan y las elecciones para designar a los nuevos senadores, que no han asumido sus puestos, son [illegible].

La [illegible] prevista para el próximo 13 de junio [illegible] con la renuncia de Smarth. EFE

[illegible]

04-04

970834

[illegible]

TITULO ....

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 16/6/97

VINCULACIONES 11321
66967
11165
11414
11163
11335
13065

01-02

X09417

R BUEDT 06 16 00368
1[illegible] mun e/q

R.DOMINICANA-SEGURIDAD
AUMENTA VIGILANCIA POLICIAL Y MILITAR POR AMENAZA DISTURBIOS

Santo Domingo, 16 jun (EFE).- La vigilancia politial y militar se incrementó hoy, lunes, en Santo Domingo para prevenir los disturbios que podrían desencadenar las protestas populares que se desarrollan contra el Gobierno y la Compañía Dominicana de Teléfonos.

La vigilancia policial y militar es más intensa en barrios pobres, vías comerciales, puentes, establecimientos de venta de combustibles y en las proximidades de industrias y empresas.

La medidas de seguridad coinciden con las protestas que la pasada semana se produjeron en la capital y comunidades del interior contra el aumento de la tarifa del servicio telefónico.

La empresa telefónica decidió aumentar en más de un 50 por ciento el costo de las llamadas para "reducir las pérdidas que genera el servicio local" y por la competencia que sufre en las llamadas internacionales.

Unas 20 personas resultaron heridas, la pasada semana, en las protestas convocadas contra el Gobierno y la empresa telefónica.

La vigilancia en la capital dominicana se inició también por la amenaza de huelga de los trabajadores del transporte de pasajeros que reclaman de las autoridades la entrega de un subsidio de 2.000 pesos (142.6 dólares) mensuales para compensar el incremento registrado en el precio de los combustibles hace siete meses.

Tambien se quejan de presunta corrupción en la compra, por parte del Gobierno, de 300 autobuses para mejorar el servicio en Santo Domingo

Desde hace tres semanas grupos comunitarios se unieron para organizar protestas contra el Gobierno en todo el territorio dominicano para reclamar mejoras económicas y sociales.

También piden que se aclare la desaparición del profesor universitario Narciso González, ocurrida hace tres años tras denunciar presuntos actos de corrupción protagonizados por militares y civiles que integraban el Gobierno del entonces presidente Joaquín Balaguer.

Funcionarios del Gobierno y del Partido de la Liberación Dominicana, en el poder, han acusado al Partido Revolucionario Dominicano (PRD) de José Francisco Peña Gómez, principal opositor, de ser el responsable de las protestas.

No obstante, [illegible] el Partido Reformista Social Cristiano (PRSC), de Balaguer, [illegible] participación en esos hechos. EFE

RM [illegible]

06 16 [illegible]

02-02

9708347

AA7877

R VARBT 06-24 00737
ICX 885

Doc. claro

R.DOMINICANA-CUBA

GOBIERNOS DOMINICANO Y CUBANO BUSCAN RESTABLECER CONSULADOS

Santo Domingo, 24 jun (EFE).- Los gobiernos dominicano y cubano buscan restablecer relaciones consulares para llegar a un acuerdo migratorio entre ciudadanos de ambas islas del Caribe, anunció hoy la cancillería de la República Dominicana.

Una delegación dominicana, encabezada por la viceministra de Relaciones Exteriores, Minou Tavárez Mirabal, y el director de Migración, Danilo Díaz, partirá hacia La Habana el próximo jueves.

La cancillería dijo que recibió instrucciones del presidente dominicano, Leonel Fernández, para que iniciara una ronda de negociaciones con las autoridades cubanas para solucionar la situación migratoria entre Cuba y la República Dominicana, "que se había tornado muy compleja y problemática".

Recordó que en el inicio de las conversaciones en marzo pasado, una delegación cubana encabezada por la vicecanciller María Flórez, visitó el país y desde entonces ambos países avanzaron hacia el establecimiento de un acuerdo migratorio.

El pasado día nueve el canciller cubano, Roberto Robaina, se reunió con el presidente dominicano, a quien entregó una carta del presidente cubano, Fidel Castro, para tratar de conseguir apoyo en la lucha del Gobierno cubano contra la ley Helms Burton de EEUU contra Cuba.

La República Dominicana y Cuba no mantienen relaciones diplomáticas pero sí mantienen actividades culturales, científicas y comerciales. EFE

[illegible]

[illegible]

01-01 9708348

Cofe: Paro continental, solidaridad y rechazo a los ajustes semestrales

Los funcionarios de la Cofe (Confederación de Obreros y Funcionarios del Estado) evaluaron en una mesa representativa del sector, las características que tendrá la jornada de los funcionarios estatales de todo el continente a llevarse a cabo el día 27 del corriente.

En el márco de la Clate (Confederación Latino Americana de Trabajadores Estatales) los funcionarios y obreros del sector realizarán una medida continental en contra «del neoliberalismo» y sus consecuencias.

En ese sentido, los trabajadores entienden se encuentra la reforma estatal aplicada, que deja a «miles y miles de funcionarios en la calle».

Cofe resolvió el día viernes realizar un paro general del sector por el lapso de 24 horas a partir de las cero horas del día viernes próximo.

La medida será de carácter nacional (además de continental), y contará en el caso de Uruguay, con actos de denuncia de toda la situación en casi todos los departamentos del territorio nacional. En algunos de ellos -dijo un dirigente- se realizarán movilizaciones.

El gremio uruguayo de trabajadores estatales fue uno de los sindicatos que en la mesa representativa del Pit-Cnt había solicitado convocar a un paro de carácter general, pero ésto fue desestimado por el organismo. En su lugar fue convocada una paralización parcial de 12.00 a 15.00 horas con una concentración en el Msp a la hora 13.00.

Precisamente ésto último, también había sido solicitado por Cofe, debido al conflicto que vienen llevando adelante los funcionarios de la Ffsp. La mesa representativa no sólo señaló la medida en solidaridad con la Ffsp (sino) con todos los gremios que hoy se encuentran en conflicto y extendió la medida contra la política económica aplicada por el gobierno.

Cofe cuenta con una plataforma reivindicativa que señala 1.000 pesos de incremento salrial con una base salarial de 4.000. Esto quiere decir que en algunos casos el incremento solicitado sería de un 100%.

Asimismo solicitan cuota mutual íntegra y sin franjas; la derogación del impuesto a las retribuciones personales (impuesto a los sueldos), ámbitos reales de negociación colectiva y un profundo rechazo a los ajustes semestrales que el poder Ejecutivo impulsa, y con buen éxito lo viene implantando en dos gremios del sector privado (Sunca y Fus).

En América se violan los DDHH

Londres, agencias

Amnistía Internacional denunció ayer las graves violaciones de los derechos humanos registradas en los países americanos en 1996, como atrocidades cometidas por los propios gobiernos y grupos armados al tiempo que los autores de miles de exacciones siguen en libertad.

En su informe anual, la organización humanitaria denunció la aplicación de la pena de muerte en Estados Unidos, así como la tortura y malos tratos a presos en ese país.

El secretario general de Amnistía Internacional, Pierre Sané, subrayó que "el origen de las corrientes masivas de refugiados de las que hemos sido testigos en 1996 no ha estado sólo en los gobiernos directamente responsables de la violación de los derechos humanos en su propio país".

Sané recordó que gobiernos como el de Colombia fomentaron "los conflictos que engendran abusos contra esos derechos y después no se han hecho responsables de la trágica situación que habían creado".

En Perú, "miles de presos acusados de delitos relacionados con el terrorismo sufrieron demoras en la celebración de su juicio, o estaban cumpliendo penas dictadas de conformidad con procedimientos que no se habían ajustado a las normas internacionales de justicia procesal. La oposición armada siguió cometiendo abusos", destacó dicho informe.

La toma de rehenes del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA) en la residencia del embajador japonés en Lima también fue denunciada por Amnistía Internacional.

Sin embargo, la organización señaló en un comunicado anexo al informe —que sólo incluye los acontecimientos del año 1996— que los medios de comunicación peruanos e internacionales afirmaron que algunos secuestradores fueron ejecutados en forma sumaria después de haber sido capturados vivos durante la operación realizada de las Fuerzas Armadas, en abril pasado.

La organización de defensa de derechos humanos se congratuló por la liberación de 71 rehenes, pero pide una investigación imparcial sobre la muerte de todos los integrantes del comando del MRTA.

En Argentina, las investigaciones sobre las pasadas "desapariciones" lograron muy pocos progresos, "a pesar de que salieron a la luz nuevas pruebas que apuntaban a la responsabilidad del ejército en la tortura y ejecución de miles de personas que 'desaparecieron' durante el último régimen militar. Durante el año se informaron decenas de posibles ejecuciones extrajudiciales atribuidas a la policía", agregó el texto.

Violación de los Derechos Humanos

Informe de Amnistía Internacional para 1996

Tipo de violación	Cantidad de casos señalados	Cantidad de países concernidos	Principales países citados en el informe
Desaparecidos	decenas de miles	39	Bosnia, Burundi, Irak Rwanda, Colombia, Sri Lanka, Venezuela
Presos maltratados	decenas de miles	124	Cuba, Egipto, Rusia Nigeria, Birmania
Muertes de presos torturados	varias centenas	[illegible]6	Camerún, Venezuela, RF de Yugoslavia Libia, India
Objetores encarcelados	varios miles	94	Túnez, Grecia, Perú, Afghanistán, Guinéa Ecuatorial
Juicios sin garantía	cantidad no especificada	39	Burundi, China, Grecia Israel y territorios ocupados, Perú
Condenados a muerte	más de 7.[illegible]	[illegible]	Marruecos, Sahara Occidental, Uganda, Filipinas
Pena de muerte aplicada	más de 4.270	[illegible]1	China, Irak, Nigeria, Rusia, Estados Unidos
Terrorismo	centenas	38	Argelia, Sri Lanka, Burundi, Colombia Gran Bretaña

En Brasil, "la policía y escuadrones de la muerte que actuaban con su apoyo mataron a cientos de personas en circunstancias que sugerían que se trataba de ejecuciones extrajudiciales. Los informes recibidos indicaban que la tortura era una práctica generalizada en las comisarías de policía", señala la Amnistía.

En Colombia, "las fuerzas de seguridad y sus aliados paramilitares ejecutaron extrajudicialmente a más de mil civiles, entre los que había defensores de los derechos humanos, y más de 120 civiles 'desaparecieron'.

En las zonas urbanas continuaron los homicidios, al estilo de los escuadrones de la muerte, de personas consideradas desechables".

En Cuba, numerosos disidentes, entre los cuales había defensores de los derechos humanos, "estuvieron detenidos arbitrariamente durante períodos cortos o fueron sometidos a hostigamiento persistente.

A varios los juzgaron y los encarcelaron; Amnistía Internacional consideró que algunos eran presos de conciencia. A otros los recluyeron en zonas específicas del país y al menos 9 personas fueron obligadas a exiliarse. Otros 600 presos de conciencia y varios cientos de presos políticos continuaban encarcelados", sostuvo este informe.

También se persigue a los periodistas independientes.

En Guatemala, "las fuerzas de seguridad y grupos respaldados por el gobierno fueron presuntamente responsables de más de cien ejecuciones extrajudiciales y de decenas de casos de tortura, malos tratos y detención arbitraria.

Apenas se lograron avances en la aclaración de la ejecución extrajudicial de decenas de miles de guatemaltecos en las dos décadas anteriores, ni en el procesamiento de los autores de violaciones de derechos humanos. La pena de muerte se aplicó en el país por primera vez en 13 años", subrayó Amnistía.

En México, numerosos militantes de derechos civiles y periodistas fueron amenazados de muerte, sometidos a agresiones y otras violaciones graves de derechos humanos, como secuestros y torturas, dijo la organización.

La tortura se practicó de forma generalizada, decenas de personas fueron ejecutadas extrajudicialmente y decenas "desaparecieron" tras ser arrestadas por las fuerzas de seguridad, indicó la organización.

En Venezuela, decenas de presos, entre los que había niños, "fueron ejecutados extrajudicialmente durante operaciones de la policía aparentemente encaminadas a luchar contra la delincuencia. Las condiciones de vida en las prisiones siguen siendo extremadamente duras; los guardias de una prisión de Caracas mataron al menos a 25 presos quemándolos vivos. La tortura y los malos tratos fueron generalizados y algunas personas murieron como consecuencia de las torturas", denunció el informe.

Amnistía Internacional señaló que la pena de muerte continuó utilizándose en Estados Unidos, donde "45 personas fueron ejecutadas y más de 3.150 estaban condenadas a muerte. Se recibieron informes sobre muertes bajo custodia, homicidios y lesiones causadas por la policía en circunstancias polémicas, así como informes sobre casos de tortura y malos tratos a presos. Se introdujo por primera vez el uso de cuerdas de presos para las mujeres".

Amnistía Internacional lamentó este martes "la situación crítica" en que se encuentran los refugiados en todo el mundo, y que según la organización está "inextricablemente vinculada" a las violaciones de los Derechos Humanos.

Las violaciones de los Derechos Humanos por los gobiernos de numerosos países siguen provocando exilios masivos, destacó Amnistía con ocasión de la publicación en Londres de su informe anual que establece la lista de las violaciones de esos derechos en 151 países o territorios.

Constatando que el número de refugiados pasó en 10 años de 8 a 15 millones, la organización estimó que "el sistema internacional de protección de los refugiados está en crisis".

Los textos internacionales, como la convención de las Naciones Unidas sobre el estatuto de los refugiados de 1951 y el protocolo de 1967, revelan frecuentemente su insuficiencia o caducidad porque las situaciones de los refugiados "son cada vez más complejas".

XM878

R FOXBT 06-26 00189
mun exg icx

ECUADOR-GOBIERNO
MINISTRO DE FINANZAS CONFIRMA RENUNCIA A GABINETE DE ALARCON

Quito. 26 jun (EFE).- El ministro ecuatoriano de Finanzas, Carlos Dávalos, confirmó hoy, jueves, que ha presentado la renuncia a su cargo ante el jefe de Estado, Fabián Alarcón, pero se abstuvo de informar si fue aceptada.

Dávalos confirmó su renuncia tras una serie de rumores que daban cuenta de su dimisión por discrepancias con Alarcón por el manejo de la economía del país, informó la emisora local de radio "Sonorama".

La renuncia de Dávalos se produce a menos de un mes de que Alarcón ratificó su gabinete y tan solo tres semanas después de que anunció las medidas económicas de su administración para reducir el déficit fiscal.

Dávalos podría ser reemplazado por el diputado Marco Flores, ex militante del partido socialcristiano, según supo EFE de fuentes oficiosas.

Las mismas fuentes precisaron que Alarcón prevé cambios en su gabinete, que afectarían también al gerente del Banco Central (emisor), Fidel Jaramillo.

Se desconoce aún si se producirán cambios en la Junta Monetaria o en el Consejo Nacional de Modernización (CONAM), organismo encargado de las privatización en este país andino. EFE

SM/M

06/26/17-02/97

[illegible]

[illegible]

ECUADOR GABINETE

RUIDOSO ANUNCIO CAMBIOS TERMINA CON SILENCIO DE CONTINUISMO

Por Susana Madera

Quito, 7 jun (EFE). El esperado cambio de gabinete del centropopulista Fabián Alarcón, que tras conseguir la ratificación popular en el referéndum del domingo pasado en Ecuador anunció "cambios profundos" en la administración, no pasó de ser una tímida sustitución de dos ministros que no le eran afines.

Terminaron así diez días de expectación, después de que los ministros, encabezados por el del Interior, César Verduga, presentaran sus renuncias tras conocer, a través de los sondeos a pie de urna, que el 65 por ciento de los ecuatorianos respaldó al gobierno de Alarcón en la consulta pública.

Alarcón ratificó a la mayoría de sus colaboradores y sólo aceptó la renuncia de los ministros de Obras Públicas, Estuardo Hidalgo, y Salud, Marcelo Wagner.

Pero, pese a que se esperaban mayores cambios, Alarcón ha considerado que la anunciada "oxigenación" la proporciona el cambiar solo a dos de los componentes del gabinete.

Sin embargo, el haber cesado a Estuardo Hidalgo en el Ministerio de Obras Públicas, da al Gobierno un clima "poco oxigenado", pues varias poblaciones de la Amazonía, de donde proviene el político, han amenazado con adoptar medidas de fuerza contra la decisión del gobernante.

La salida de Marcelo Wagner aportará poco a la solución de la huelga en el sector de la salud, que se reanudó ayer tras una semana de aparente solución, pero al menos sí incluirá a nuevos protagonistas en las negociaciones.

El suspense en que se mantuvo a los ecuatorianos durante una semana para conocer el cuarto gabinete ministerial en lo que va de año ha dejado un sabor de continuismo en la administración de Alarcón, que asumió el poder el pasado 11 de febrero por autorización del Parlamento.

Varios comentaristas políticos aseguraron que el primer gabinete de Alarcón estaba plagado de "arreglos" políticos, por lo que suponían que, con la legitimación de su administración a través de la consulta popular, podría dejar de gobernar con las manos atadas.

La seguridad de varios de los trece ministros de que serían ratificados en sus cargos los llevó a difundir su permanencia en los ministerios antes de que Alarcón hiciera pública su decisión, asegura el diario "El Comercio", de Quito, que informó de que el jefe del Estado tiene previsto renovar casi todo su gabinete en agosto próximo.

En Ecuador, tradicionalmente, cada 10 de agosto, fecha en que normalmente acceden al cargo los presidentes, los ministros presentan su dimisión para dar al jefe del Estado libertad para gobernar.

En caso de que esto ocurra, Ecuador tendría en agosto próximo su quinto gabinete de 1997, tras el del populista Abdalá Bucaram; el gabinete de 18 horas de la vicepresidenta Rosalía Arteaga, y los dos que de momento ha formado Alarcón.

Pese a que Alarcón habla de la "estabilidad" como bandera de su gobierno, los ecuatorianos están a la espera de que, tras casi

cuatro meses en el poder, [illegible] todas las entidades públicas, que [illegible] para la próxima semana. EFE

[illegible]

02-02

87085511

TI1563

R ECOBT 06-26 00229
mun exq icx

ECUADOR-ECONOMIA
PREVEN CAMBIOS FRENTE ECONOMICO TRAS RATIFICACION GOBIERNO

Quito, 26 jun (EFE). El presidente ecuatoriano, Fabián Alarcón, prevé cambios en el frente económico de su Gobierno a menos de un mes de haber ratificado su gabinete y tan solo tres semanas después de haber anunciado las medidas económicas de su administración, tendentes a reducir el déficit fiscal.

Los cambios afectarían, de momento, al ministro de Finanzas, Carlos Dávalos, y al gerente del Banco Central (emisor), Fidel Jaramillo.

Dávalos puede ser reemplazado por el diputado Marco Flores, ex militante del partido socialcristiano, supo EFE extraoficialmente.

Se desconoce aún si se producirán cambios en la Junta Monetaria o en el Consejo Nacional de Modernización (CONAM), organismo encargado de las privatización en este país andino.

El diario "El Comercio", de Quito, no descartó que los cambios en el frente económico del Gobierno respondan a "fuertes dicrepancias con Alarcon por el manejo fiscal", así como por la poca atención que supuestamente presta el jefe de Estado a las recomendaciones de los máximos integrantes del equipo económico.

De acuerdo al diario, Alarcón se habría negado a aplicar medidas económicas más drásticas para intentar cubrir el déficit fiscal, lo que afectaría las metas macroeconómicas de la actual administración, así como el cumplimiento de las metas propuestas a los organismos internacionales de crédito. EFE

SM/EHC/chs/ddp

06/26/15-21/97

01-05

XM8795

R POXBT 06-26 00284
mun exa icx

ECUADOR-GOBIERNO
ALARCON DESMIENTE EXISTENCIA DE CRISIS EN EQUIPO ECONOMICO

Quito, 26 jun (EFE).- El presidente ecuatoriano, Fabián Alarcón, desmintió hoy, jueves, que se haya registrado una crisis en el equipo económico de su gobierno, pese a que el propio ministro de Finanzas, Carlos Dávalos, confirmó que ha presentado la renuncia a su cargo.

"No ha habido ninguna discrepancia con el frente económico", dijo Alarcón al desmentir la existencia de una eventual crisis en su equipo de trabajo por diferencias de criterios.

La mejor prueba de que no existen problemas en esa área, según Alarcón, es que hoy mismo viajó a Estados Unidos todo el equipo económico para mantener reuniones con representantes de organismos internacionales de crédito como el Banco Mundial (BM) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Alarcón reiteró que "ningun ministro toma decisiones en el Gobierno" y aclaró que es él quien tiene la decisión final en su administración.

El jefe de Estado afirmó que en su gobierno hará "todo lo posible" para desplegar una economía "con rostro humano, que no golpee a los sectores populares y medios del país, por lo que se evitará adoptar medidas económicas dolorosas".

"Los que están de acuerdo con ese rubro (de la economía) están en el Gobierno, los que no, están a libre disposición de dejar el Gobierno, pero, por el momento, no existe ninguna discrepancia de fondo o forma ", señaló el jefe de Estado.

Alarcón recordó que el pasado 25 de mayo, tras su triunfo en la consulta popular que legalizó su administración, todos los ministros presentaron su renuncia para facilitarle la definición de un nuevo equipo de trabajo.

El anuncio de profundos cambios en su gabinete terminó con la sustitución de sólo dos ministros y la ratificación de los restantes. EFE

SM/EHC/M

06/26/17-58/97

02

9708352

XA7771

R ECODT 06-23 00332
icx mun exg

ECUADOR-ECONOMIA

ALARCON ANUNCIA 20 PROYECTOS DE DESARROLLO PARA SUPERAR CRISIS

Quito, 22 jun (EFE).- El presidente de Ecuador, Fabián Alarcón, anunció hoy, domingo, la aplicación de 20 proyectos de desarrollo que emprenderá durante su administración, la mayoría de ellos con crédito exterior.

Alarcón afirmó, en un mensaje a la nación, que las obras costarán unos 2.000 millones de dólares que serán financiados con créditos de organismos internacionales y por inversionistas extranjeros.

El jefe del Estado destacó que continuará con la privatización parcial de la telefónica estatal (Emetel), la adjudicación a consorcios privados la ampliación del oleoducto ecuatoriano y la construcción de uno nuevo que permitirá incrementar la producción petrolera.

Así mismo, anunció que licitará varias obras de generación hidroeléctrica, y un programa de construcción de carreteras con créditos del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y la Corporación Andina de Fomento (CAF).

También anunció la ejecución de infraestructura en todo el país, y puso énfasis en obras de agua potable, alcantarillado, vivienda y carreteras.

Alarcón admitió que para lograr el desarrollo del país es necesario reducir el déficit fiscal en unos 522 millones de dólares para fines de año, de los 1.400 millones que se registró en febrero pasado cuando asumió el cargo en sustitución del depuesto Adbalá Bucaram.

Una política de austeridad y de control de los ingresos fiscales fue propuesta por Alarcón para superar la crisis económica y lograr un cremiciento económico del 5 por ciento a finales del próximo año.

"No debo tomar medidas que golpeen a los más pobres del país", dijo el Presidente al ratificar su ofrecimiento de no aumentar las tarifas de servicos públicos ni el precio de los combustibles.

Alarcón ratificó que su gobierno prevé "sentar las bases" de un despegue económico que beneficie a la población y reduzca el desempleo, la pobreza y la marginalidad.

El jefe del Estado prevé entregar "un país en marcha" al próximo gobernante que le suceda el 10 de agosto de 1998 cuando termine su mandato. EFE

FA//cor

06/23/02:30/97



REUTER

META. El presidente Fabián Alarcón se propuso llegar a fin de año con un déficit fiscal que no represente más del 2,7% del PBI.

El Gobierno presentó un plan económico a medias

El objetivo principal es reducir el déficit fiscal, estimado en un billón de dólares. Para lo que se espera generar recursos adicionales por 400 millones. El plan no incluye medidas de ajuste. Pero fue acusado de implementar "simples medidas de tipo administrativo financiero." El Gobierno espera reducir la inflación del 29 al 20% y proyecta un crecimiento del 3,3%.

POR ROBERTO ASPIAZU E.
CORRESPONSAL EN ECUADOR

QUITO. El presidente **Fabián Alarcón** dio a conocer finalmente un plan económico destinado a paliar el abultado déficit fiscal, estimado en una cifra cercana al billón de dólares. Con un conjunto de seis medidas que no suponen costo social alguno, aspira a reducirlo del 4,6 al 2,7% del Producto Interno Bruto (PIB), lo que implica generar ingresos adicionales por, al menos, un monto cercano a los 400 millones de dólares.

A la postre, el mandatario no echó mano a medidas de ajuste tradicional como la elevación del precio de los combustibles y del gas de uso doméstico, ambos congelados desde el derrocamiento del régimen de **Abdalá Bucaram** en febrero pasado.

"Las políticas de ortodoxia ciega han conducido a mejorar la situación fiscal pero al mismo tiempo han empeorado las condiciones del bolsillo de los ecuatorianos. Este Gobierno se resiste a continuar con este tipo de políticas," sentenció **Alarcón** al dar a conocer su plan.

El mismo consiste en:

•Reducir del 19 al 16% el margen de utilidad de las comercializadoras de combustibles.

•Eliminar la utilización de recursos del Estado para financiar la importación de derivados de petróleo en los cuales el país es deficitario; esta actividad a cargo del ente estatal PETROECUADOR pasaría a manos privadas.

•Efectivizar, sin demora, las cartas de crédito que respaldan la compraventa de crudo.

•Utilizar eficientemente los recursos que el Gobierno mantiene en el Banco Central.

•Cobrar la deuda que la Empresa Eléctrica de Guayaquil, EMELEC, un concesionario privado, mantiene con el Estado por 57 millones de dólares.

•Mantener el programa de mejoramiento de recaudaciones tributarias y aduaneras y continuar la política eléctrica de subsidios a la población de menos recursos, además de eliminar los mismos a los sectores con capacidad de pago.

Este menú no convenció a los entendidos. *"Son simples medidas de tipo administrativo financiero, que no generan en sí mayores recursos al fisco,"* sostuvo el analista **Francisco Swett**.

En semejante línea, pero con un tono más suspicaz e irónico, el presidente de la Cámara de la Pequeña Industria de Guayaquil, **Joyce de Ginatta**, manifestó que *"los integrantes del Frente Económico dejarán de ser economistas y se convertirán en magos si logran reducir el déficit fiscal con las medidas anunciadas."*

En suma, prevalece la impresión de que se ha postergado la adopción de un ajuste necesario para no tener que asumir su costo social y político.

Por su parte, las comercializadoras de combustibles han protestado con una mezcla de desilusión e impotencia. *"TEXACO está muy preocupada porque al fijarse el 16% como margen de utilidad nos trastocaría todo, ya que el retorno del capital estimado para unos 5 u 8 años casi se duplicaría,"* expresó **Mario Torres**, gerente de la transnacional en Ecuador.

Este sector en particular ha efectuado una considerable inversión en los últimos tres años, estimada en unos 300 millones de dólares, para renovar las obsoletas gasolineras con que contaba el país. Ahora tiene que enfrentar lo que sería un cambio en las reglas del juego, asunto que los analistas estiman contraproducente para la imagen del país, en especial frente a los inversionistas tanto nacionales como extranjeros.

Entre los reparos al plan también consta la intención de cobrar a EMELEC una deuda que en definitiva está sujeta a un acuerdo suscripto en 1995, que prevé renovar la concesión y a la vez adoptar un pliego tarifario sin subsidios. No habiéndose cumplido estas condiciones no habría pago de la aludida *"deuda."*

En este marco de dudas, en una editorial titulado *"Las cuentas del semi-ajuste,"* el diario *"El Comercio de Quito"* sostuvo que *"ante todo, sigue en pie y ahora con mayor fuerza la conveniencia de un plan renovado de austeridad."*

"Limitar en lo que sea factible el gasto público es una de las medidas inevitables de una situación como la actual," señaló el periódico.

En tanto, el Gobierno ratificó que se mantiene como metas macroeconómicas el 29% de inflación al término del año, con la pretensión de disminuirla al 20 o 25% en 1998. Proyectó, asimismo, un crecimiento del 3,3% respecto al último año, lo que se considera un objetivo demasiado optimista al tenor del ambiente un tanto recesivo que se percibe en el conjunto de la economía. ◆

Asamblea nacional

El Congreso dejó esbozado el esquema de la Asamblea Nacional que tendrá por encargo reformar la Constitución, según lo resuelto por la consulta popular del pasado 25 de mayo.

En principio, ha sido aprobado un calendario que supone su elección el 21 de septiembre y su instalación el 10 de octubre, justo un día después del término del período ordinario de sesiones de la Legislatura. Su labor se prolongaría durante 90 días calendario, luego de lo cual quedaría automáticamente disuelta el 8 de enero, a más tardar.

Según lo resuelto por el Parlamento, la Asamblea tendría facultades específicas, en ningún caso discrecionales como pretendían algunos sectores. Al elaborar su estatuto, se ha impuesto restricciones relativas a que no podrá modificar los períodos de elección popular actualmente vigentes ni los asuntos que hayan sido aprobados en plebiscito.

Igualmente, se ha explicitado que no podrá disolver el actual Congreso o llevar a cabo enjuiciamientos políticos. De esta forma, se intenta de antemano resolver cualquier conflicto que pudiera presentarse entre ambos órganos colegiados, que tendrán que convivir forzosamente por espacio de tres meses.

La idea que tenían algunos sectores, principalmente el sindicalismo e indigenismo, respecto a que a la Asamblea le competía elaborar una nueva Carta Política, ha quedado descartada. Su parte dogmática se mantendría sin variantes, no así su cuerpo institucional y orgánico.

Se da por descontado un intenso debate ideológico sobre la modernización del Estado y las privatizaciones. La derecha intentará flexibilizar el concepto histórico de las denominadas áreas estratégicas de la economía, petróleos, electricidad y telecomunicaciones, entre otras, que tradicionalmente han sido monopolio del Estado. La actual Constitución prescribe que sólo por excepción y ante una notable incapacidad en la prestación de los servicios éstos pueden ser delegados al sector privado.

Procurará, en definitiva, hacer menos subjetivo el criterio de *"incapacidad"* manifiesta.

Por su lado, la izquierda obstaculizará semejante cambio, que permitiría a la postre el desmantelamiento del Estado burocrático en el que continúan manteniendo importantes espacios de poder.

Asimismo, pretenderá rever la reforma laboral aprobada en 1992, que limitó el derecho a la huelga y la contratación colectiva, a la vez que redujo las indemnizaciones por despidos. En igual línea reivindicativa, aspira a que se le devuelva al congreso la facultad que tenía para fijar sueldos y salarios.

Respecto al número de asambleístas habría también un principio de acuerdo: uno por cada una de las 21 provincias del país, a más de uno por cada 300 mil electores o porción que exceda a los 200 mil en las citadas circunscripciones geográficas. De esta forma, la Asamblea contaría con 56 miembros.

En todo caso, su estatuto definitivo es al momento objeto de debate en el Congreso, que inició un período extraordinario de sesiones este martes, con el propósito exclusivo de materializar el conjunto de reformas constitucionales y legales producto de la referida consulta popular. ◆

04

9708352

ECUADOR-INVERSIONES

AUTORIDADES ANUNCIAN PLAN INVERSION 4.500 MILLONES EN DOS AÑOS

Quito, 17 jun (EFE).- Las autoridades económicas de Ecuador anunciaron hoy la aplicación de un plan de inversión extranjera por [illegible] millones de dólares en los próximos dos años, se informó oficialmente.

El presidente de la Junta Monetaria (control financiero), Danilo Carrera, aseguró que tras la visita de las autoridades ecuatorianas al Reino Unido, España y Estados Unidos, se ha logrado que los inversores extranjeros ofrezcan capitales para proyectos más concretos y en condiciones más favorables.

Carrera reconoció que "la nueva imagen del país" ha permitido que los inversores hayan mostrado su disposición a efectuar negocios con Ecuador.

El director del Consejo Nacional de Modernización (Conam), Raúl Gangotena, aseguró que en los próximos dos años se prevé una inversión para áreas de infraestructura productiva y social, especialmente en la industria petrolera e hidroeléctrica.

Agregó que con los nuevos recursos se emprenderá la ampliación del oleoducto ecuatoriano que permitirá incrementar la producción de crudo en [illegible] barriles diarios.

El petróleo es el principal rubro de exportación de Ecuador que produce actualmente unos [illegible] barriles diarios, de los que el 60 por ciento se exporta a los mercados internacionales y el restante [illegible] por ciento se refina para consumo interno.

Gangotena dijo que se requieren también inversiones para la construcción principales ciudades del país.

principales ciudades del país.

Mientras, el gerente del Banco Central (emisor), Fidel Jaramillo, dijo que para que las inversiones se incrementen, el país deberá garantizar "la estabilidad política". EFE

[illegible]

05-05

9708352

XA2385
U POXBI 06-05 00307
mun exg

ECUADOR-BUCARAM

DIPUTADOS REBELDES CAUSAN CRISIS EN PARTIDO DE BUCARAM

Quito, 4 jun (EFE).- Varios diputados del Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE) del depuesto presidente Abdalá Bucaram decidieron renunciar a su filiación política y crearon una crisis en dicha agrupación, informaron hoy fuentes periodísticas.

Unos seis legisladores "roldosistas" decidieron "abandonar" el PRE por discrepancias con los nuevos directivos del partido, del cual el "líder supremo" es Bucaram, aunque desde su exilio en Panamá, señaló la estación de televisión "Ecuavisa".

El congresista Líder Padilla aseguró que abandonará el PRE, al considerar que el subdirector de dicho grupo, el polémico ex ministro de Energía Alfredo Adum, no representa una garantía para el normal desempeño político.

Asimismo, denunció que existieran "arbitrariedades" en la Convención Nacional del PRE que se efectuó en días pasados en la ciudad de Guayaquil, cuando se designó a Bucaram como "líder supremo".

Los legisladores censuraron además que se continúe presentando en los logotipos del partido la figura del depuesto gobernante.

Con la retirada de los seis legisladores roldosistas y la destitución de otros tres en meses pasados, el PRE reducirá su cuota política en el congreso de diecinueve a diez legisladores.

Los diputados que abandonaron las filas del PRE formarán un nuevo grupo político que prevé llegar a acuerdos con el bloque que respalda al presidente interino, Fabián Alarcón.

Bucaram, destituido por el Congreso el 6 de febrero pasado por una supuesta "incapacidad mental para gobernar", desistió de reclamar el poder ante los resultados del referendo del pasado 25 de mayo en el cual se legalizó su censura en las urnas por un 76 por ciento de la población.

El ex gobernante tiene cerradas todas las puertas para ejercer la política en su país, ya que el Parlamento emitió una ley en la que se le prohíbe ocupar, en el futuro, un cargo público. EFE

FA/tmr/nd

06/05/02 24/97

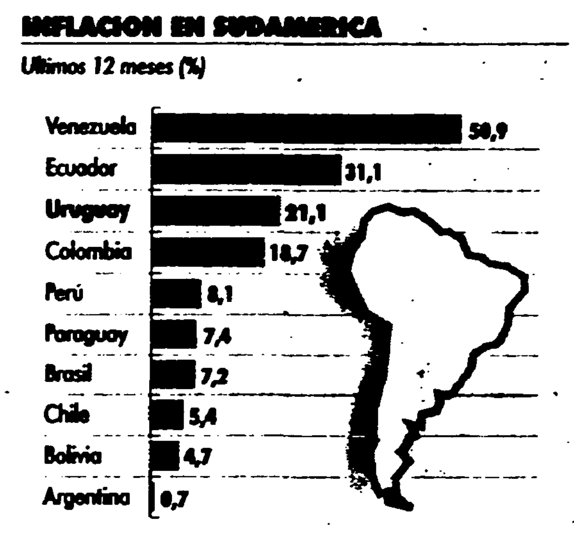
01-01 9708353

Montevideo, Martes 10 de Junio de 1997

Sólo en Ecuador operó al alza

Inflación cayó en seis países sudamericanos

El ritmo anual de inflación registró en mayo nuevas bajas en seis países sudamericanos (Brasil, Chile, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela), mientras que se mantuvo estable en tres (Argentina y Bolivia en niveles reducidos y Colombia con un guarismo levemente inferior al 20%). Sólo en Ecuador se observó un repunte inflacionario.



En términos absolutos pueden identificarse básicamente tres grupos: los dos primeros incluyen aquellos países con inflación anual de un sólo dígito, distinguiéndose aquellos donde se ubica en el orden del 5% y aquellas donde supera ese nivel; por último aún persiste un grupo de cuatro países —entre los cuales se ubica Uruguay— cuyo ritmo inflacionario es de dos dígitos.

Los países con menor son tres Argentina (0.7%), Bolivia (4.7%) y Chile (5.4%). Le siguen Brasil (7.2%), Paraguay (7.4%) y Perú (8.1%).

Finalmente la inflación anual es de dos dígitos en Colombia (18.7%), Uruguay (21.1%), Ecuador (31.1%) y Venezuela (50.9%).

Argentina

El costo de vida en Argentina durante el pasado mayo mostró una deflación del 0,1%, el tercer mes consecutivo que registra un índice negativo.

De esa manera, en los últimos 12 meses, los precios minoristas acumularon un alza del 0,7%.

Ninguno de los nueve rubros que componen el índice registró aumento de precios en mayo, respondiendo la deflación a la caída del 0,3% que registraron los sectores de vivienda y esparcimiento.

Los precios de alimentos y bebidas, indumentaria, salud y educación se mantuvieron estables, y hubo descensos del 0,3 al 0,1 por ciento en vivienda, equipamiento del hogar, transporte y comunicaciones, esparcimiento, y bienes y servicios varios.

Bolivia

La inflación en Bolivia alcanzó al 0,72% en mayo, mientras que en el acumulado de los primeros cinco meses totalizó apenas un 1,22%, según la información oficial.

Los productos que más elevaron sus precios en mayo fueron las verduras, tubérculos y hortalizas, así como el transporte. Por el contrario, bajaron las carnes rojas y blancas.

El ritmo de inflación interanual se ubicó así en el orden del 4,77% siendo luego de Argentina la economía que muestra un menor guarismo inflacionario. El reciente comportamiento habilita expectativas que en 1997 la inflación se ubique por debajo de la meta gubernamental del 7,5% anual.

Brasil

Los precios al consumidor en San Pablo aumentaron 0,55% en mayo, la misma cifra que en abril, según las estadísticas no oficiales de FIPE.

En los primeros cinco meses del año, la inflación sumó 2,7% en el índice, al que consideran un fiel reflejo de la inflación a nivel nacional.

La inflación de mayo fue encabezada por un alza de 5,3% en los precios de la ropa y los zapatos. Otros factores fueron un aumento de 2,0% en el costo de la vivida y un alza de 1,2 por ciento en los servicios de salud.

Colombia

La inflación de mayo en Colombia fue de 1,62% respecto a abril, informó el estatal Departamento Nacional de Estadística.

El organismo indicó que el comportamiento del crecimiento de la inflación se encuentra dentro de los parámetros "normales" para el año, pues el acumulado hasta ahora es de 9,94%, mientras la meta gubernamental es del 18,0% para 1997.

Según analistas privados, el reciente descenso de la inflación tiene origen en la fuerte recesión que afecta la actividad económica de ese país.

Variación de precios

en porcentajes

	Marzo	Acumulado año	Ultimos 12 meses
Argentina	-0.1	-0.1	0.7
Bolivia	0.7	4.8	4.7
Brasil	0.6*	2.7*	7.2*
Colombia	1.6	9.9	18.7
Chile	0.2	2.2	5.4
Ecuador	1.5	15.8	31.1
Paraguay	0.3	5.2	7.4
Perú	0.8	3.0	8.1
Uruguay	1.3	7.9	21.1
Venezuela	3.1	12.6	50.9

* Corresponde al Indice FIPE para la ciudad de San Pablo

Chile

La economía chilena logró una reducción de su inflación, la que alcanzó al 0,2% en mayo, acumulando un 2,2% para los cinco primeros meses del año, según el Banco Central de Chile.

La caída de la inflación permitió disminuir a 5,4% la inflación acumulada en los últimos 12 meses, lo que ubica a Chile en tercer lugar dentro de las economías sudamericanas con menor inflación, luego de Argentina y Bolivia.

La reducción inflacionaria concuerda con la severa contracción del gasto, fenómeno inducido por el duro y prolongado ajuste monetario impulsado por el Banco Central.

La meta inflacionaria anual del gobierno es del 5,5% para 1997, la que parece estar asegurada por la tendencia actual de la economía, según las autoridades.

Ecuador

La tasa de inflación llegó al 1,53% el último mes, lo que elevó la inflación anual al 31,1%, pautando un repunte respecto a abril, cuando ascendía al 28,9%, según un informe oficial.

En los cinco primeros meses, la tasa acumulada alcanza al 15,8%.

Según el informe del organismo estatal, si se mantiene en los meses siguiente una tasa mensual promedio de 1,5%, a fines del año se lograría la meta gubernamental de una inflación de entre 28 y 30 por ciento, lo cual implicaría una aceleración respecto al año pasado, cuando la inflación cerró en un 25,5%.

Paraguay

La inflación de Paraguay fue de 0,3%, con este registro, la tasa inflacionaria acumulada durante 1997 es de 5,2%, inferior al 6,0% registrado en el mismo período un año atrás.

La inflación interanual fue de 7,4 por ciento, también inferior al 10,5 por ciento registrado en el mismo período de 1996.

Perú

La inflación de mayo en Perú llegó a 0,76%, resultando por cuarto mes en este año menor a un dígito y llevando el acumulado de 1996 a 3,02% y el de los últimos doce meses a 8,08%, informó el oficial Instituto Nacional de Estadística.

Venezuela

La inflación venezolana de mayo fue del 3,1%, frente al 2,4% de abril, según datos del Banco Central de Venezuela.

En lo que va de 1997, el índice inflacionario se ubicó en 12,5%, frente a un 51,5% registrado en el mismo período durante 1996.

El rubro de alimentos, bebidas y tabaco registró una desaceleración de 1,7% respecto a abril, indicó el BCV.

El mayor incremento en el mes se observó en el rubro "gastos diversos" —que incluye, entre otros, enseñanza y cuidados médicos— con un 4,4%, seguido de los "gastos del hogar" con 3,5% y vestido y calzado con un 2,7%.

La meta del gobierno es de una inflación de 35% a fin de 1997, pero el FMI pronostica un 46% y el sector industrial la estima en un 52%, nivel similar al que se observó en los últimos doce meses (50.9%).

Nº. DOCUMENTO 9708355

TITULO

PROCEDENCIA 318593

FECHA 11/6/97

VI... 11921, 65838, 11164, 11302, 11830

ECUADOR GOBIERNO

VICEPRESIDENTA DISPUESTA A SUPERAR DIFERENCIAS CON ALARCON

Quito, 10 jun (EFE). La vicepresidenta de Ecuador, Rosalía Arteaga, manifestó hoy, martes, que está dispuesta a dialogar con el jefe del Estado, Fabián Alarcón, y superar de esa manera las discrepancias que les ha distanciado.

Arteaga reiteró que ha enviado a Alarcón varias cartas en las que le solicita una reunión para conversar sobre las políticas de Estado, pero enfatizó que no ha recibido "ninguna" respuesta del gobernante.

Los dos altos cargos han mantenido discrepancias desde que Alarcón asumió la Presidencia de la República por encargo del Congreso, tras la destitución de Abdalá Bucaram el 6 de febrero pasado.

Arteaga afirmó que Alarcón "dirige un Gobierno de facto", al advertir supuestas irregularidades en la designación de Alarcón, cuando ella reclamaba suceder a Bucaram por ser la vicepresidenta de la República y porque esa norma se establece en la Constitución ecuatoriana.

El Congreso posesionó a Alarcón y desestimó la solicitud de Arteaga por considerar que la vicepresidenta formaba parte del anterior Gobierno destituido, y pese a todo la ratificó en el segundo cargo del Estado.

Arteaga ha manifestado que espera una pronta reunión con el jefe del Estado para superar sus diferencias y fortalecer las políticas del Gobierno y el desarrollo del país. EFE

FA/FJN/FG

06/11/01 01/97

01—01 9708355

XY5767

R FO/DT 06-27 00787
aml exg

ECUADOR EEUU
FIRMAN CONVENIO PARA INSTALAR CENTRO DE INFORMACION ANTIDROGAS

Quito, 26 jun (EFE).- Los gobiernos de Ecuador y Estados Unidos firmaron hoy en Quito un convenio para crear un centro de información en la ciudad portuaria de Guayaquil, que permitirá la vigilancia, en puertos y aeropuertos, de actividades relacionadas con el narcotráfico.

El centro aspira a lograr un intercambio de información entre los dos países para vigilar las actividades aéreas y marítimas en los dos países y detectar acciones que se presuman estén relacionadas con el narcotráfico, se informó en un comunicado de prensa de la Procuraduría General de Ecuador.

El acuerdo fue suscrito por el ministro ecuatoriano de Relaciones Exteriores, José Ayala Lasso, y el embajador estadunidense en Quito, Leslie Alexander, agregó el boletín.

Según el canciller ecuatoriano, el convenio es parte de la política antinarcóticos que ha emprendido el Gobierno ecuatoriano y que aspira a consolidar la cooperación con "todos los países" para combatir el negocio ilegal de drogas.

"Estamos abiertos a toda forma de cooperación" para luchar contra los delitos relacionados con el narcotráfico, subrayó Ayala Lasso al destacar la cooperación que su país mantiene con EEUU.

Por su parte, los expertos estadounidenses Gary Peter y Paolo Di Ross, que colaboran en la vigilancia del "lavado" de dinero que proviene del narcotráfico en Ecuador, conversaron con autoridades parlamentarias para que se aplique un convenio bilateral para combatir ese delito.

Una misión del departamento antinarcóticos de EEUU, que visita Ecuador, informó de que el Banco Mundial otorgará al país andino un crédito de 11 millones de dólares para capacitar a la policía ecuatoriana y fortalecer la acción policial en contra de los delitos relacionados con las drogas. EFE

FA/FR/FG

06/27/00 56/97

01-01 9708356

Ecuatorianos a favor de la asamblea constituyente

QUITO (Reuter) - La gran mayoría de los ecuatorianos creen que la asamblea constituyente aprobada en el plebiscito de mayo es la mejor opción para cambiar al país, dijeron ayer los realizadores de una encuesta.

La encuestadora privada Informe Confidencial dijo que el 56 por ciento de quiteños y el 61 por ciento de guayaquileños están a favor de que los asambleístas se elijan en las próximas elecciones presidenciales de mayo de 1998 para asumir funciones en agosto, cuando el nuevo presidente tome el poder.

"La asamblea es vista como medio para lograr esos cambios, pero no hay la expectativa de que solucionará todos los problemas ni de que es tan urgente", dijo Informe Confidencial al diario Hoy.

Los ecuatorianos decidieron en el referendo del 25 de mayo ir a una asamblea constituyente que facilite una sustancial reforma a la constitución del estado.

En dicho plebiscito, el gobierno interino de Fabián Alarcón legitimó su gestión tras el triunfo en la pregunta referente sobre la elección de Alarcón por parte de unicameral congreso, en febrero, luego de destituir al ex presidente Abdalá Bucaram por "incapacidad mental" para gobernar.

La Mañana del Lunes 23 de Junio de 1997

Nº DOCUMENTO 9708358

TITULO

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 17/6/97

VINCULACIONES 11921.
507511.
65890.
11164.
11302.
11399.

11148.

[illegible]

EFEUU-EL SALVADOR
PRESIDENTE CALDERON SOL INICIA EEUU DIALOGO FAVOR SALVADOREÑOS

Washington, 17 jun (EFE).- El presidente de El Salvador, Armando Calderón Sol, comenzó hoy en Washington una serie de encuentros con congresistas y funcionarios norteamericanos, en busca de una solución para los miles de salvadoreños sobre los que pende la amenaza de ser deportados de los EEUU.

Tras su llegada anoche a Washington, Calderon Sol celebró hoy una reunion privada con el presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Enrique Iglesias, y está previsto que se entreviste con más [illegible] decena de congresistas.

Al problema que sufren los inmigrantes ilegales salvadoreños en EEUU, afectados por las nuevas leyes norteamericanas que prevén su expulsión, se unen los daños económicos que ésto ocasionaría al país centroamericano, al que los salvadoreños que residen en los EEUU enviaron en 1996 remesas por valor de unos 1.200 millones de dólares.

Fuentes de la embajada de El Salvador en Washington indicaron a EFE que la visita del presidente Calderon Sol tiene una gran parte de actividades privadas, aunque también ha sido invitado por instituciones como el Diálogo Interamericano para pronunciar una conferencia.

Mañana, miércoles, en el segundo día de su visita, Calderon Sol proyecta entrevistarse también con responsables de algunas organizaciones no gubernamentales salvadoreñas con sede en los Estados Unidos, encargadas de velar por la situación de los inmigrantes.

El presidente Armando Calderón Sol mantendrá encuentros con los congresistas Cass Ballenger, Lamar Smith, Christopher Smith, Tom Delay y Lee Hamilton.

Otros tres congresistas, Ileana Ros-Lehtinen, Lincoln Diaz Balart y Robert Menendez, todos ellos de origen hispano y especialmente preocupados por la situación de los inmigrantes [illegible], figuran en la agenda de encuentros del presidente salvadoreño.

La pasada semana, Ros-Lehtinen y Diaz Balart anunciaron que [illegible] Representantes para [illegible] de los inmigrantes ilegales [illegible].

[illegible] el presidente Bill Clinton, anunció en la [illegible]

[illegible]

[illegible]

CA-04

9708358

[illegible] INMIGRANTES

[illegible] El Salvador, [illegible] ventaja.

[illegible] (19.00 GMT) [illegible] de El Salvador [illegible] Ramos, [illegible] Información, Eduardo Torres [illegible] de la Presidencia, Benjamín Cestoni.

El mandatario declaró a la prensa poco antes de su viaje, que [illegible] que intentará "flexibilizar" las nuevas leyes migratorias estadounidenses que entraron en vigencia el pasado 1 de abril y que contemplan la deportación de todo inmigrante que no haya puesto en regla su situación legal.

Calderón afirmó que pedirá al Gobierno estadounidense que aplique una "política bipartidista" para El Salvador y el resto de Centroamérica, a fin de que no se den expulsiones de inmigrantes, cuyas remesas significan un enorme aporte para las economías de la región.

"Pedir que una política bipartidista de Estados Unidos para la región centroamericana y para El Salvador, ya que la hubo en la década pasada cuando fuimos el teatro de operaciones de la guerra fría", manifestó el mandatario salvadoreño.

La comitiva salvadoreña se reunirá con congresistas y senadores estadounidenses, así como con otros funcionarios del gobierno de Bill Clinton y con miembros del partido Republicano.

Además, sostendrá encuentros con representantes de organismos defensores de los derechos de los inmigrantes como "Inter-American Dialogue", "Brookings Institutions" y "Carnegie Endowment for International Peace".

Calderón abogará por los más de 200.000 salvadoreños que residen de manera ilegal en EEUU, cuyas remesas mensuales significan el principal ingreso de divisas para este país de 5.6 millones de habitantes.

Según datos del Banco Central de Reserva (BCR), las remesas que envían los salvadoreños residentes en esa nación, alcanzaron los 1.200 millones de dólares durante el año pasado.

La deportación de los salvadoreños ilegales como parte de la ley de inmigración de EEUU traería graves problemas económicos para este país, cuya tasa de crecimiento del Producto Interior Bruto (PIB) ha mostrado un escaso crecimiento, aunque leve, desde la firma de la paz en enero de 1992.

Las expulsiones de salvadoreños no se han detenido, a pesar del compromiso de no realizar deportaciones masivas de ilegales que no pudieron arreglar su situación, adquirido por el presidente de EEUU, Bill Clinton, en la reunión con sus colegas de Centroamérica en mayo pasado en Costa Rica.

Según la Dirección General de Migración de este país, desde enero hasta mayo de este año, han ingresado al país 1.019 salvadoreños deportados desde diferentes ciudades estadounidenses, de los cuales 51 han [illegible] con la justicia de [illegible]

"En Centroamérica [illegible] a que Estados Unidos [illegible] triunfante de la guerra fría [illegible] Nicaragua y El Salvador fuimos los países más afectados por el [illegible] la destrucción que [illegible] [illegible] con toda voluntad pedir comprensión y apoyo [illegible] salvadoreño.

Calderón [illegible]

[illegible]

9708358

SP7712

R ECOLT 06-03 00176

msp exa lca

EL SALVADOR-TELEFONICA

PRESIDENTE CALDERON DISPUESTO PROSEGUIR MODERNIZACION ESTADO

San Salvador, 7 jun (EFE).- El presidente salvadoreño, Armando Calderón Sol, dijo hoy que está dispuesto a "seguir por la ruta de la modernización del país" y que el debate que concluyó con la derogación de la ley de venta de la telefónica estatal, el pasado jueves, ayudará a "fortalecer" a este país.

El mandatario señaló, en una rueda de prensa, que "nadie ha discutido la necesidad de vender ANTEL (Administración Nacional de Telecomunicaciones) puesto que la cuestión de fondo es seguir adelante en el proceso de modernización en el país".

El cuestionamiento, apuntó, "podría estar en el mecanismo, la metodología y las posiciones", a la vez que insistió que "existe coincidencia entre el Ejecutivo y el Legislativo" sobre la modernización del país.

Calderón Sol añadió que su Gobierno está en "la buena disposición de ofrecer al Parlamento asesoría técnica y nombrar a sus representantes para que puedan despejar dudas" y expresen las opiniones del Ejecutivo en torno a la nueva ley de privatización de ANTEL. EFE

LPA/LBB/JMA

06/03/00-13/97

XA7153

R POXBT 06-01 00318
asn

EL SALVADOR-GOBIERNO
CALDERON RESALTA LOGROS DE TRES AÑOS DE GOBIERNO

San Salvador, 1 jun (EFE).- El presidente salvadoreño, Armando Calderón Sol, presentó hoy, domingo, al Parlamento el informe de sus tres años de Gobierno, donde resaltó como uno de sus principales logros la recuperación económica del país.

En una sesión solemne del Parlamento, el mandatario aseguró que la economía "está experimentando una recuperación, tras la desaceleración temporal" registrada en 1996, ya que la inflación ha descendido al 7 por ciento, la más baja en los últimos 20 años, lo que generó la reducción de las tasas de interés y la estabilidad en el tipo de cambio del dólar.

Agregó que el crecimiento de las exportaciones alcanzó el 30 por ciento con relación al mismo período del año anterior, lo que ha permitido que la situación macroeconómica haya mejorado.

"Esta es una credencial que goza de plena credibilidad internacional y es la llave que estamos usando para abrir puertas a la inversión", apuntó Calderón, quien anunció que "respetaba" la decisión del Parlamento de derogar la ley para privatizar la telefónica, y le instó a formar la comisión que elabore una nueva propuesta.

El presidente dijo que El Salvador debe prepararse para entrar a los "cambios profundos" que se registran a nivel mundial y que sólo podrán lograrlo con una "visión global y una firme determinación de alcanzar nuevas fronteras políticas, económicas, sociales, científicas y tecnológicas".

"Hemos perdido el temor a las innovaciones que imponen estos tiempos" apuntó, a la vez que hizo un llamamiento al Parlamento y a los diferentes sectores de este país a trabajar juntos "para enfrentarse a los grandes retos que tenemos por delante".

Calderón Sol señaló que en el área social su Gobierno incrementó en los últimos tres años en un 65 por ciento las partidas presupuestarias asignadas a educación y salud, que permitieron la implantación de programas como "Escuelas Saludables" y "EDUCO", un programa de participación comunitaria.
EFE

lpa/lbb jla/mlr 04-04 9708358

ASUNTO: U.S.G.I. (SOKA GAKKAI INTERNACIONAL DEL URUGUAY)

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: —

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

OBSERVACIONES: En la dirección de referencia funciona la "Asociación Budista" Soka Gakkai

FIRMA: CAP. NORBERTO [illegible]

FECHA: 07 AGO. 1997

CORREGIDO F 19/8/97

9708359

001 1/3

12:13

2

USGI

Soka Gakkai Internacional del Uruguay

Av. Italia 3280 Tel.: (598 - 2) 47 12 56 Fax.: 598 - 2 - 47 14 60

Casilla de Correo 441 / C.P. 11600 Montevideo - Uruguay

Montevideo, 3 de junio de 1997.-

Exmo. Señor Presidente de la República
Doctor Julio María Sanguinetti
Presente

Con motivo de realizarse la exposición: "Armas Nucleares: una amenaza para la Humanidad", que se llevará a cabo entre los días 8 de setiembre y 5 de octubre del corriente, en el Atrio de la Intendencia Municipal de Montevideo, a continuación resumimos la historia de la muestra:

La SGI inauguró esta muestra en la sede central de las Naciones Unidas, en Nueva York, en cooperación con el Departamento de Información Pública de este organismo y las ciudades de Hiroshima y Nagasaki, mientras se efectuaba la Segunda Sesión Especial sobre el Desarme de la Asamblea General de las Naciones Unidas. A partir de entonces y hasta 1988 recorrió veinticinco ciudades de dieciseis países, como parte de la Campaña de Desarme General de la ONU, siendo visitada por un millón doscientas mil personas.

En 1996, comienza su segunda etapa en la ciudad de San José de Costa Rica, donde es coorganizada con el Despacho de la Primera Dama de la República y la Fundación Arias para la Paz y el Progreso Humano.

Su segunda presentación fue en nuestra hermana República Argentina, entre los días 10 de abril y 15 de mayo, realizada en el "Salón de los Pasos Perdidos" de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Contó con los auspicios de: Presidencia de la Nación y Ministerio de Cultura de la Nación, obteniendo a su vez las respectivas declaraciones de Interés Nacional y Cultural.

Además, destacamos un hecho importante referido a la fecha de inauguración. El 8 de setiembre de 1957, Josei Toda, entonces Presidente de la Soka Gakkai pronunció la "Declaración por la Abolición de las Bombas Atómicas y de Hidrógeno". Según su esclarecida visión, estas armas son por su naturaleza esencial producto de una función negativa inherente a la vida del ser humano que aspira a "ejercer el dominio sobre la vida de los semejantes".

002   8359

USGI Soka Gakkai Internacional del Uruguay

Para dar solución fundamental al problema, no queda otro camino que luchar sin desmayo contra la "perversidad extrema" latente en el corazón humano, que amenaza la dignidad de la vida del planeta entero.

Naturalmente la muestra se funda en el espíritu de la declaración del señor Toda.

Destacamos que sumados a los auspicios internacionales que ya posee la muestra, de las prefecturas de Hiroshima y Nagasaki y Asociación Internacional de Médicos para la Prevención de la Guerra Nuclear, en nuestro país se estan gestionando los auspicios de la Intendencia Municipal de Montevideo, Ministerios y Oficinas de la ONU con representación en Uruguay.

Considerando que el Uruguay tiene una larga tradición pacifista, humanística y de respeto por los derechos humanos, solicitamos tenga a bien brindar la Presentación y Declaración de Interés Nacional a esta muestra.

Desde ya extendemos la invitación para la inauguración de la misma y esperamos contar con su mensaje para la revista que publicaremos.

Aprovechamos la oportunidad para felicitarlo a Usted por haber sido nominado nuestro país sede del Centro Mundial de Investigaciones para la Paz, para el continente. Sin otro particular saludamos muy atentamente.

ORIGINAL

Tadashi Tanaka
Director General
U.S.G.I.

FECHA 18/8/97 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

Nota: Adjuntamos catálogo de la muestra en Costa Rica y catálogo, folleto y afiche muestra en Argentina.

9708359

XQ9340

R POXBT 06-14 00180
icx asp

EL SALVADOR-POLITICA
PARTIDOS MINORITARIOS SE FUSIONAN EN "UNION SOCIAL CRISTIANA"

San Salvador, 13 jul (EFE).- Tres partidos políticos de la oposición salvadoreña han anunciado hoy su fusión para formar la "Unión Social Cristiana" (USC), lo que les permita situarse como la tercera fuerza política tras la Alianza Republicana Nacionalista (ARENA) y el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN).

El nuevo partido estará constituido por las formaciones minoritarias Movimiento de Unidad (MU, centro), Movimiento de Solidaridad Nacional (MSN, derecha) y Renovación Social Cristiana (PRSC), informó el secretario general de este última fuerza, Abraham Rodríguez.

El también diputado del Parlamento por el PRSC dijo que el objetivo de formar el partido único "estriba en la razón intelectual de que al ser social cristianos debemos organizarnos para formar una sola fuerza".

Los secretarios de los tres partidos presentarán en los próximos días al Tribunal Supremo Electoral (TSE) la documentación para legalizar la creación de USC, que hará su presentación en las próximas elecciones presidenciales de 1999. EFE

lpa/lbb/MV/cgra

06/14/00-20/97

01-OL

DOCUMENTO 97 08 361

TITULO

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE P OCEFEN I 5/6/97

VINCULACIONES 11921.
507511.
11164.
11302.
11426.

XG9074

R FOXDT 06 05 00337
icx smt

EL SALVADOR CORRUPCION
CONTRALORIA SANCIONA 150 EMPLEADOS GOBIERNO POR MAL USO FONDOS

San Salvador, 5 jun (EFE).- Al menos 150 ex empleados del Fondo de Inversión Social (FIS) de El Salvador deberán devolver a esa institución unos 2.1 millones de dólares que les fueron entregados en concepto de indemnización al cesar en sus cargos.

La Corte de Cuentas de la República inició a finales de 1996 una investigación por supuesto uso fraudulento de unos 2.1 millones de dólares por parte de los directivos del FIS, quienes autorizaron se pagasen indemnizaciones a los empleados al acogerse a un decreto de retiro voluntario de las instituciones gubernamentales salvadoreñas.

El Consejo Directivo violó la ley, dice la resolución, "al recurrir al decreto 471 nada más como un subterfugio para favorece al personal del FIS, especialmente al del nivel ejecutivo, que abusando de su calidad o de sus funciones indujeron y presionaron para que se les diera o permitiera indebidamente prestaciones de dinero".

La sanción deberá ser pagada por los empleados que recibieron dicha indemnización, incluidos el ex director Ejecutivo, Carlos Adrián Rodríguez, también ex viceministro de Educación, y el ex secretario, Miguel Sandoval Guerra.

Rodríguez y Sandoval deberán pagar una multa de unos 7.000 dólares cada uno, el equivalente a dos de sus sueldos cuando ejercían como ejecutivos del FIS.

La resolución de la Corte de Cuentas sólo señala a los ex miembros del Consejo Administrativo del FIS, Norma de Dowe, Regina Pinto de Alfaro, Roberto Alejandro Sorto Fletes y Carlos Mejía Peña como "responsables patrimoniales de manera directa y conjunta" del pago indebido de los fondos.

En ellos no procede la sanción económica ya que los ejecutivos desempeñaban sus cargos sin remuneración económica, por lo que será la Fiscalía General de la República la que determinará la multa que se les impondrá.

El FIS fue creado por el Gobierno salvadoreño en 1992, tras la firma de los acuerdos de paz, para gestionar y ejecutar programas sociales y de desarrollo comunal en las zonas afectadas por el conflicto armado que duró más de una década. EFE

lna ers/bb/lel/cor

06/05 22:40 27

01-01

9708361

DP9551

R POXBT 06-19 00204
asp icx

EL SALVADOR-DIPLOMACIA
VICEMINISTRO ECONOMIA NOMBRADO NUEVO EMBAJADOR WASHINGTON

San Salvador, 19 jun (EFE).- El viceministro de Economía de El Salvador, René León, fue nombrado como nuevo embajador de este país en Washington, informaron hoy fuentes oficiales.

Un comunicado del ministerio de Economía dice que León recibió ya el beneplácito de Washington para que asuma sus funciones de embajador salvadoreño en sustitución de Ana Cristina Sol, cuyo nuevo destino no ha sido revelado, ni los motivos de su sustitución.

La fuente indicó que en lugar de León será juramentado como nuevo viceministro de Economía Eduardo Ayala Grimaldi, actual director de Política Comercial y Negociador Oficial de ese ministerio.

Ayala se encuentra al frente de la comisión salvadoreña que negocia junto a Guatemala y Honduras la suscripción de un Tratado de Libre Comercio (TLC) con México, labor que continuará desarrollando "hasta que se encuentre el candidato idóneo para continuar con las negociaciones comerciales", dice la nota.

Ayala será juramentado como nuevo viceministro por el presidente, Armando Calderón Sol, mientras que el ministro de Relaciones Exteriores Ramón González Giner tomará juramento a León en su nuevo cargo diplomático en una fecha que aún no ha sido determinada. EFE

CR/LBB/JMA

06/19/23-50/97

Nº. DOCUMENTO 9708362

TITULO

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 19/6/97

VINCULACIONES 11821.
50751.
11164.
11302.
11398.
65850.
11458.

01-0L

9708362

PANAMA

La Policía tendrá un director civil y no habrá más obediencia debida

La sanción de la nueva ley para la Policía impone un director civil en el organismo. Elimina la "obediencia debida" y le quita los rangos militares. El presidente Pérez Balladares aseguró que la institución "no volverá a ser jamás árbitro supremo de las disputas políticas." Según la comisión encargada del proyecto, la intención de la ley es "borrar todo rastro de militarismo."

POR FRANCO ROJAS
CORRESPONSAL EN PANAMA

PANAMA. Hastiada de la dictadura militar del general **Manuel Antonio Noriega**, Panamá ha decidido enterrar para siempre el *"militarismo"*: abolió constitucionalmente el ejército y acaba de firmar la ley que regirá los preceptos de una nueva Policía obediente a los civiles.

La renovada institución tendrá un director civil, de libre nombramiento o remoción por el gobernante de turno, no tendrá rangos militares y no podrá ampararse más en el precepto de *"obediencia debida."*

La ley, sancionada por el presidente **Ernesto Pérez Balladares**, deroga la número 20 de 1983, que rigió la vida de las desmanteladas Fuerzas de Defensa de **Noriega**.

Para **Pérez Balladares**, lo más importante es que la nueva legislación *"no volverá a ser jamás arbitro supremo de las disputas políticas,"* según expresó tras la firma de la nueva norma.

"La policía no volverá a ser actora en política ni objeto de burla. Los panameños tenemos razones de sobra para sentirnos orgullosos de nuestra policía, sin las prebendas y privilegios de otros tiempos," subrayó el mandatario en alusión a la época *"dorada"* que vivieron los militares del llamado *"proceso revolucionario."*

La larga etapa militar comenzó en 1968, encabezada por el fallecido general **Omar Torrijos**, y culminó con la invasión norteamericana a Panamá el 20 de diciembre de 1989, que puso fin al régimen de **Noriega**.

El llamado *"hombre fuerte"* panameño se refugió en la Nunciatura Apostólica en la nochebuena del 24 de diciembre de 1989, y se entregó a las tropas estadounidenses el 3 de enero de 1990.

Noriega fue llevado a los Estados Unidos, donde un tribunal lo juzgó y condenó a 40 años de cárcel por narcotráfico.

Tras el desmantelamiento de las Fuerzas de Defensa, la nueva administración de **Guillermo Endara** (1989-1994) creó la Fuerza Pública con los remanentes de los militares que quedaron esparcidos sin su institución —ni su general— y con un futuro profesional incierto.

El presidente **Pérez Balladares**, secretario general del Partido Revolucionario Democrático (PRD, en el poder), cuyo colectivo respaldó hasta el último momento la política de **Noriega**, expresó que la Policía Nacional cuenta con un nuevo estatuto orgánico, pero *"lo que va a determinar el respeto de la ciudadanía no es el texto legal sino la conducta de cada uno de sus miembros."*

El mandatario exhortó a los más de 13.000 agentes que componen la Fuerza a ser *"un modelo a seguir por todos los compatriotas."*

La nueva ley fue aprobada el pasado 22 abril por la Asamblea Legislativa, en tercer y último debate, y los puntos mas polémicos fueron la elección de un director civil y el precepto de *"obediencia debida."*

Según el legislador liberal de oposición **Alberto Cigarruista** y el ex presidente **Guillermo Endara**, el precepto de *"obediencia debida"* fue usado por los militares de **Noriega** para *"asesinar y torturar"* a los detractores del régimen militar. Las bancadas oficialistas y de oposición, tras largas y ácidas discusiones, aprobaron finalmente por consenso los doce capítulos que contiene la nueva ley, que trunca las aspiraciones de los oficiales de carrera a dirigir la institución.

En relación al precepto de *"obediencia debida"* al que debían someterse los militares y policías durante la dictadura militar de **Noriega**, la legislación responsabiliza penalmente al oficial y al subalterno por alguna orden que viole los derechos humanos o que signifique delito.

El proyecto de ley de la Policía Nacional fue redactado por una comisión de notables, entre los que figuraron el ex presidente **Endara**, cuyo propósito, según dijeron, buscó *"borrar todo rastro de militarismo."*

De hecho, el gobierno de **Endara** eliminó constitucionalmente el ejército y luego propuso una ley para la Policía que permitiera la depuración de sus filas.

En este sentido, una alta fuente de la Policía Nacional dijo a **Tiempos del Mundo** que la nueva ley sólo beneficia a los uniformados y no al componente civil, que para efectos de jubilación y salario se regirá por las normas del Seguro Social.

"Esta ley beneficia a 12.999 policías y sólo perjudica a uno que no va a poder ser su director," subrayó. Añadió que a diferencia del componente civil (casi un 5%), los uniformados de la Policía Nacional se van a jubilar con sólo 25 años de servicio y con su último sueldo, en tanto que cada dos años tendrán derecho a un sobresueldo.

Con la Ley 20, de **Noriega**, los policías debían jubilarse a los 30 años de servicio y tenían derecho a un sobresueldo cada cuatro años, por lo que en este aspecto la ley nueva beneficia enormemente al componente policial uniformado. La fuente policial, que pidió reserva de su nombre, manifestó además que con la nueva ley se busca que a más tardar en el año 2005 no quede ningún militar con uniforme policial, los que serán reemplazados por jóvenes policías formados en el extranjero. ◆



DEDOC/TDM
LEY. Pretende cambiar la imagen de la policía del régimen de Noriega.

9708364

518593
25/6/97
11921
66718 → 11165
11413
11316

[illegible]
PANAMA-HUELGA
PARO EDUCADORES CUMPLE UNA SEMANA SIN VISOS DE SOLUCION

Panamá, 25 jun (EFE). La huelga de los profesores de colegios públicos de Panamá cumplió hoy una semana sin visos de solución, al mantener los docentes su exigencia de que se retire del Parlamento una polémica ley que descentraliza la educación.

La situación podría agravarse hoy, tras la advertencia del Ejecutivo de que no retirará el proyecto de ley que se discute en la Asamblea Legislativa y ante el anuncio del ministro de Educación, Pablo Thelassinos, de que reemplazará a los educadores que no cumplan con su trabajo.

El titular de Educación emitió un comunicado, a últimas horas de ayer, martes, donde pide a los docentes que regresen a las aulas de clases y exhortó a los padres de familia a "que asuman una actitud responsable y envíen a sus hijos a los colegios para colaborar con el normal desarrollo del proceso educativo".

Sin embargo, la dirigencia magisterial constató que el paro continuaba y hoy unos 25.000 educadores que se mantienen en huelga no impartieron clases en los diferentes colegios públicos del país.

Portavoces de los huelguistas aseguraron que de continuar la "soberbia" del ministro de Educación, el país se puede "paralizar" porque los docentes están contactando a otros gremios para que los respalden en su lucha y que estarían dispuesto a ir a una paro general.

En tanto, el Frente Unitario de Acción Nacional (FUAN), que agrupa a varios sindicatos obreros y a la Asociación de Médicos, Odontólogos y Afines de la Caja de Seguro Social, señaló en un comunicado que se encuentran en estado de alerta ante la situación y que respaldan todas las acciones de los docentes.

Unos 15.000 educadores de los colegios particulares también han advertido que de no resolverse la crisis se sumarán a la huelga, lo que dejaría sin clases a más de 610.000 estudiantes del nivel básico y medio.

La protesta de los educadores se fundamenta en que la reforma a la ley atenta contra su estabilidad laboral y les reduce su salario [illegible], mientras que el Gobierno argumenta que pretende [illegible] y "modernizar" la educación.

[illegible] Asamblea [illegible] Ministerio de Educación [illegible] Rafael [illegible]

El Presidente de la República, Ernesto Pérez Balladares, [illegible]

[illegible]

01-01

9708364

Nº DOCUMENTO 9708365
TITULO
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE P.O. FUENTE 19/6/97
VINCULACION 11921
66718
11164 → 11302
12592

XU4570

R ECOBT 06-19 00242
msp exg

PANAMA-OMC
PARLAMENTO APROBO ADHESION A ORGANIZACION MUNDIAL COMERCIO

Panamá, 19 jun (EFE).- El Parlamento panameño aprobó el proyecto de ley que oficializa el ingreso del país centroamericano a la Organización Mundial de Comercio, con lo que se convierte en el miembro número 125 que se adhiere a ese organismo y el último de América Latina, informaron hoy fuentes legislativas.

El gobierno panameño desde hace cinco años gestionaba el ingreso del país a la OMC y luego de amplias consultas con la empresa privada, agricultores y comerciantes se remitió el texto a la Asamblea Legislativa en donde fue aprobado el miércoles por la noche.

El documento, que tiene 300 artículos y 700 páginas, establece un techo arancelario de 40 por ciento ad valorem a las importaciones de productos que será reducido al 30 por ciento y se exceptuaron 83 partidas cuyo techo arancelario se reducirá en un período de diez años.

La comisión negociadora de Panamá acordó reducir al 40 por ciento alrededor de 2.645 partidas de productos, regulaciones en materia zoosanitarias, reformó el impuesto de combustible y derivados del petróleo y permite a abogados extranjeros asesorar compañías panameñas sobre legislación de su país de origen.

El viceministro de Comercio e Industrias, José Troyano, manifestó hoy que los efectos reales de la ley se verán dentro de año y medio, sin embargó aseguró que la legislación se traducirá en beneficios para los consumidores al provocar abaratamiento de los productos por causa de la baja de aranceles. EFE

VB/rsm/jf/dv

06/19/15-41/97

01-01

9708365

Nº DOCUMENTO 9708366
TITULO ....
PROCEDENCIA 5/8593
FECHA DE PROCEDENCIA 28/6/97
VINCULACIONES 11991
66718
11164
11458 11302

01-02

309709

U POXCT 06-28 00386

msp pxc

PANAMA-OMBUDSMAN

CONSTITUCIONALISTA ITALO ANTINORI ELEGIDO DEFENSOR DEL PUEBLO

Panamá, 27 jun (EFE). El constitucionalista Italo Antinori fue elegido hoy por la Asamblea Legislativa de Panamá como primer Defensor del Pueblo del país centroamericano.

Antinori, de 38 años y graduado con los mas altos honores en la Universidad Complutense de Madrid, obtuvo 41 de los 69 votos válidos depositados por los legisladores panameños, lo que hizo innecesario una segunda vuelta ya que para el nombramiento hacía falta mayoría simple de los 72 escaños que tiene el Parlamento.

Detrás de Antinori quedaron los candidatos Graciela Dixon y Jaime Padilla González, con 7 votos cada uno; hubo un voto nulo y los otros 13 sufragios quedaron repartidos entre los restantes 35 candidatos.

De acuerdo con la ley por la que se creó la oficina del Defensor del Pueblo en febrero pasado, corresponde al presidente de Panamá, Ernesto Pérez Balladares, ratificar el nombramiento de Antinori.

El defensor del pueblo declaró, tras conocer su elección, que recibía el mandato "con humildad". "Mi primera tarea -afirmó- es organizar una institución que no existe".

En una amplia entrevista publicada hoy por el decano de la prensa local, "La Estrella de Panamá", Antinori aseguró que fue uno de los primeros que propuso la creación de esta institución en su país, en el año 1990, al tiempo que explicó que fue discípulo del constitucionalista Luis Sánchez Agesta y del primer Defensor del Pueblo de España, Joaquín Ruiz Giménez.

Natural de la provincia occidental panameña de Chiriquí, Antinori está casado con la médico María Eugenia Barnett Herrera y tiene una niña de 17 meses de edad.

Antinori fue el único de los 38 candidatos que acreditó el requisito de tener un posgrado en Derechos Humanos, impartido por el Instituto de Derechos Humanos de la Universidad de Madrid.

Nunca ha estado inscrito en ningún partido político, ni ha sido candidato independiente para puestos de elección popular, según explicó.

Entre sus metas, citó la mediación entre el Estado y los ciudadanos, la vigilancia, fiscalización e inspección de los actos de la Administración Pública para que estos no violen los derechos fundamentales, la búsqueda de mayor justicia social y la defensa del equilibrio ecológico.

El mandato de Antinori es por diez años. El Defensor del Pueblo tendrá la responsabilidad de proponer los nombres de sus adjuntos para su ratificación en el Parlamento. EFE

LBB/FP/PG

06/28/00 20:07

2-2

9708366

E EFORT 06 26 00356
msp ecg

PANAMA-ECONOMIA
ECONOMIA CRECIO 2.8 PRIMER TRIMESTRE SEGUN UNIVERSIDAD

Panamá, 26 jun (EFE).- La economía panameña creció 2.8 por ciento en el primer trimestre del presente año, según informó hoy, jueves, el Instituto de Estudios Nacionales (IDEN) de la Universidad de Panamá.

Este crecimiento es menor al 3.6 por ciento reportado para el mismo periodo por el Ministerio de Planificación y Política Económica.

Juan Jované, director del IDEN, dijo hoy en conferencia de prensa que la economía panameña no es capaz de solucionar el problema del desempleo que aumentó de 13.9 por ciento en el primer trimestre de 1996 a 14.1 por ciento en los tres primeros meses de 1997.

Añadió que el desempleo aumenta a casi 22 por ciento si se toma en cuenta el sector informal, lo que a juicio del investigador universitario la situación de los panameños es áun peor.

Jované expresó que como puede hablar el ministro de Planificación, Guillermo Chapman, de una gran mejoría en la economía panameña, si el desempleo no muestra ningún signo positivo desde hace cuatro años.

Aunque señaló que las cifras de pobreza han disminuido después de la invasión militar de Estados Unidos a Panamá en 1989, que afectaba a más del 50 por ciento de la población, actualmente el 45 por ciento de la población aún esta por debajo de la línea de la pobreza.

Subrayó que el costo de la canasta básica subió en los últimos dos años de 413 a 450 dólares a pesar de que los niveles de inflación se mantienen relativamente bajo (1.2 por ciento).

Especificó que algunos productos como el pan se ha incrementado su precio en 3.2 por ciento, los mariscos y pescados en 10.1 por ciento y la leche y queso en un 2 por ciento.

La economía precisa de tasas de crecimiento más altas que creen alternativas de empleo y si se les da un uso civil a las instalaciones militares que EEUU viene revirtiendo a Panamá se lograría una rentabilidad mayor en términos económicos que mejoraría la constante actual de desempleo, dijo Jované.

Añadió que la experiencia de América Latina es que el capital extranjero llega cuando ya el desarrollo económico de los Estados es palpable, por lo que es necesario que Panamá muestre signos de estabilidad para que los inversionistas se interesen en el país.
EFE

VB/rsm/chs/dv

06/26/18-06/97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

PANAMA-ECONOMIA
CONGRESO REVISA PODERES ESPECIALES APROBAR LEYES ECONOMICAS

Panamá, 17 jun (EFE).- El Gobierno panameño pedirá a la Asamblea Legislativa facultades especiales para aprobar por la vía rápida varios proyectos de ley, todos de carácter económico, informó hoy el ministro de la Presidencia, Olmedo Miranda.

Entre las leyes que el Ejecutivo pretende aprobar está una nueva legislación bancaria y otra para modernizar la administración financiera estatal.

La Asamblea Legislativa finalizará el próximo 30 de junio su tercera sesión del actual mandato y entrará en receso hasta septiembre, por lo que durante ese período el Gobierno pudo pedir poderes especiales para legislar.

Miranda explicó que la mayoría de los asuntos que discutirán están pendientes por solucionar y que tienen varios periodos de esperar ser debatido en la Asamblea Legislativa.

El funcionario subrayó que lo que se busca con esa iniciativa, que no es la primera vez que se ha llevado a cabo durante el mandato presidencial de Ernesto Pérez Balladares, es de "reformar el Estado de manera rápida".

"Es necesario legislar de manera expedita y el Parlamento tiene una agenda recargada de temas pendientes por resolver y que nosotros quisiéramos agilizar", expresó. EFE

VR/RR RR [illegible]

[illegible] 54/57

02-02

9708367

Nº. DOCUMENTO 9708368

TITULO

PROCEDENCIA 150050

FECHA DE P... 18/6/97

VINCULACION 11921,
66718,
11164,
11437,
11837,
11304.

Doc. claro

[illegible]

[illegible]

[illegible]

PANAMA ELECCIONES
[illegible] PARA ELECCIONES DE 1999

Panamá, 18 jun (EFE). - [illegible] partidos panameños de oposición firmaron [illegible] "Unión por Panamá", en el que [illegible] las elecciones de mayo de 1999 ante el gubernamental Partido Revolucionario Democrático (PRD).

[illegible] del Partido [illegible] Mireya Moscoso; el [illegible] (MOLIRENA), de Ramón [illegible] de Rubén Arosemena, [illegible]

[illegible] al PRD, del [illegible] Pérez Balladares [illegible] la alianza.

[illegible] presidente de Panamá [illegible] al PRD, partido fundado por [illegible] Omar Torrijos, [illegible] 1981, [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] Balladares [illegible]

[illegible]

9708368

01-03

[illegible]

[illegible]

PANAMA ELECCIONES
MAYORIA ENCUESTADOS CONTRA REELECCION PRESIDENTE BALLADARES

Panamá, 12 jun (EFE).- La mayoría de los panameños rechaza una posible reelección del actual presidente de su país, Ernesto Pérez Balladares, en los comicios de mayo de 1999, según una encuesta publicada hoy por el diario "El Panamá América".

Según el sondeo, realizado por la empresa "Cid Gallup" del 15 al 23 de mayo pasado, que no precisa el número de consultas ni su margen de error, sólo el 19,7 por ciento de la población de Panamá votaría a favor de una reforma constitucional que permita la reelección de Pérez Balladares, lo que rechaza el 55.4 por ciento.

La reelección del presidente ha sido una fuente constante de conflicto entre dirigentes políticos simpatizantes del Gobierno y [illegible] posibilidad, hace un año.

En un anterior sondeo publicado por el diario "El Universal de Panamá" el pasado 5 de mayo, [illegible] por ciento de los consultados [illegible] Pérez Balladares para un segundo mandato.

Según esa encuesta, [illegible] por la empresa "Marketing Ideas" a finales de abril pasado [illegible], el 15.5 por ciento de las [illegible] a favor de la principal líder de oposición, [illegible] presidente y las [illegible]

En [illegible] la alcaldesa del distrito de la [illegible] porcentaje de [illegible] por [illegible], con un [illegible] por ciento.

[illegible] al presidente Pérez Balladares [illegible] las elecciones generales [illegible]

[illegible]

[illegible]

02

9708368

XY5070

R POXBT 06 06 00257

mbp exu

PANAMA-ELECCIONES

ASAMBLEA APRUEBA REFORMAS ELECTORALES PARA COMICIOS 1999

Panamá, 5 jun (EFE). La Asamblea Legislativa de Panamá aprobó hoy, jueves, el anteproyecto de ley de reformas electorales que tiene como propósito establecer las reglas para los comicios generales que se celebrarán en 1999.

El proyecto fue aprobado por la Comisión de Gobierno y Justicia del Parlamento panameño, que hizo cambios en algunos artículos relacionados con el porcentaje de candidaturas de mujeres a puestos de elección popular, que quedó finalmente como una cuestión optativa, y los fondos para las campañas electorales, entre otros.

La Comisión rechazó una propuesta de los legisladores de la oposición para establecer que el funcionario que vaya a aspirar a la Presidencia deba retirarse del cargo seis meses antes de la campaña electoral y aprobó finalmente que este período debe ser de tres meses.

También rechazó la propuesta que hizo el Movimiento Papa Egoró (Madre Tierra) para que el Tribunal Electoral supervise los fondos que se donen a los partidos para los comicios, así como la introducción de la segunda vuelta electoral, que fue planteada por la oposición.

Quedó aprobada, por el contrario, la celebración de elecciones primarias en los partidos para elegir a los candidatos a la presidencia de la República.

Los comicios de mayo de 1999, los últimos de este siglo, se celebrarán siete meses antes de que EEUU entregue a Panamá el control del Canal interoceánico, que construyó y administra desde 1914, y tendrán un costo aproximado de 27 millones de dólares, según el Tribunal Electoral. EFE

FA/LBB/IBB/PG

06/06/07 17/27

03 - 03

9708368

Los panameños están preparados para manejar el canal a partir del 2000

Por **Manolo Alvarez**

Panamá, AFP

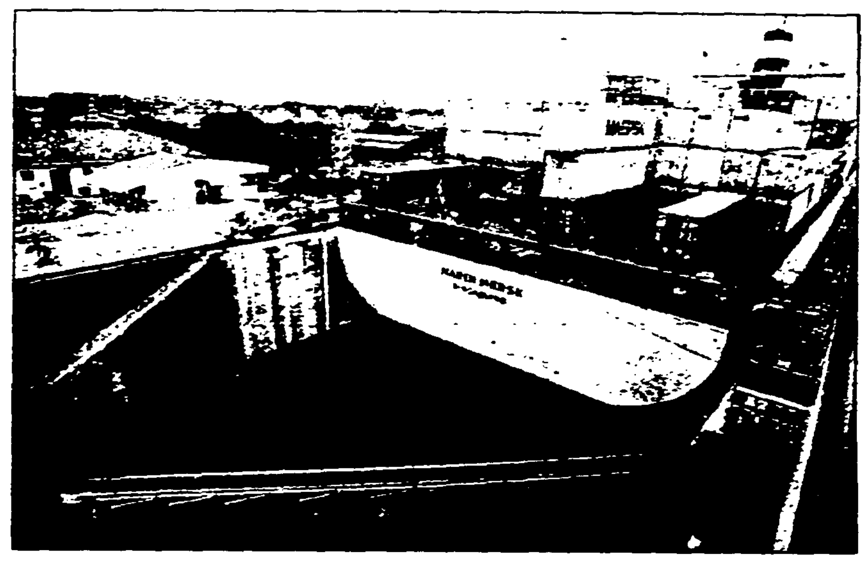
Los panameños están preparados para manejar de m... eficiente el canal interoceánico cua... los años y medio después de la devolución de Hong Kong a China, éste pase a ... manos el 31 de diciembre de 1999, p... que será "imperceptible" la salida ... los estadounidenses, aseguraron este sábado fuentes oficiales de ambos países.

El canal es una agencia federal norteamericana, administrada conjuntamente por Panamá y Estados Unidos, pero el gobierno panameño se hará cargo de la misma a partir del año 2000, en virtud de los tratados Torrijos-Carter, suscritos en 1977.

El presidente de Panamá, Ernesto Pérez, aseguró que los trabajadores panameños han demostrado capacidad para administrarlo, mientras que el canciller, Ricardo Arias, destacó el hecho de que el actual administrador de la vía, Alberto Alemán, es un panameño.

"Alemán con su equipo vienen manejando el canal y desarrollando planes importantes para aumentar su capacidad, demostrando un alto profesionalismo", sostuvo Arias.

La Comisión del Canal (CC) tiene previsto invertir 1.000 millones de dólares en los próximos seis años en un programa de modernización que ponga la vía a tono con las actuales necesidades de la marina mercante mundial.



Entre los planes de modernización se realizan trabajos de ensanche del llamado corte Culebra, a un costo de 400 millones de dólares, lo que aumentará en un 20% la capacidad del canal, según cifras oficiales.

Por otra parte, voceros estadounidenses han expresado que no les preocupa el aspecto de la seguridad, garantizada ahora por las tropas del Comando Sur del ejército estadounidense, que también deberán haber abandonado Panamá al último día de este siglo.

"El canal tiene una fuerza de seguridad de primera línea y un sistema de vigilancia del siglo XXI; además, el Tratado de Neutralidad estipula que, si es necesario, Estados Unidos estaría disponible y obligado a proteger la vía interoceánica", afirmó el presidente de la CC, el estadounidense Joe Reeder.

Según el vocero de la CC, Franklin Castrellón, el 92% de los 8.500 trabajadores del canal es panameño y gran parte de ese personal ocupa puestos de alta responsabilidad.

Por ejemplo, de los 266 pilotos, que son los que toman el control de las naves cuando cruzan la vía, 169 son locales, aseveró el funcionario.

De 324 posiciones gerenciales, 148 están a cargo de panameños, entre ellas las principales en el área operativa, la dirección de Marina, la de ingeniería y la de construción.

El presidente Pérez sancionó hace apenas 20 días una ley que crea la Autoridad del Canal de Panamá (ACP), que se encargará de administrar la vía a partir del año 2000, en reemplazo de la CC.

Esta ley contiene, en gran parte, las mismas normas que hasta el momento han regido la vía interoceánica, pero también contiene cláusulas que pretenden mantener su administración libre de los vaivenes de la política partidista, a fin de garantizar un buen funcionamiento.

En un esfuerzo por demostrar la seriedad con que Panamá ha asumido la responsabilidad, el gobierno ha organizado para setiembre próximo el denominado Congreso Universal del Canal, al que han sido invitados los principales usuarios de la vía. Los trabajos para la construcción del canal fueron iniciados por Francia en 1880, pero, luego de 20 años, derrotados por las enfermedades tropicales y las penurias económicas, los franceses vendieron a Estados Unidos los derechos por 40 millones de dólares.

Al cabo de una década, y a un costo de 387 millones de dólares, los norteamericanos concluyeron la obra, que fue inaugurada el 15 de agosto de 1914.



Ladrones de cuatro ruedas

PAGS. 4 a 7

CENTRO ANTIDROGAS ES UN POSIBLE EJE EN LAS CONVERSACIONES ENTRE LA CASA BLANCA Y PANAMÁ

Un nuevo rol para el Canal

España y México, a favor del centro

En todas las cumbres a nivel regional centroamericano y continental, el presidente de Panamá Ernesto Pérez Balladares ha pedido el respaldo hemisférico para la creación del Centro Antidrogas e incluso en la Cumbre de Río logró que su iniciativa fuese considerada fuera de la declaración final y en una nota aparte que obtuvo el respaldo de la mayoría de los países asistentes.

La iniciativa también ha sido promovida en Europa durante una gira hecha en 1995 por el presidente para promover la inversión extranjera en extensas zonas aledañas al Canal Interoceánico que Estados Unidos debe revertir a Panamá a más tardar el 31 de diciembre de 1999, según así lo estipula el tratado firmado en 1977 por el fallecido general panameño Omar Torrijos y el ex presidente norteamericano Jimmy Carter.

España y México han sido los primeros países en pronunciarse en firme en favor de la iniciativa antidrogas del presidente panameño y han expresado su voluntad de colaborar con hombres y equipos apenas se prenda la luz verde que dará paso a la concreción del proyecto.

El ministro panameño de Relaciones Exteriores, Ricardo Alberto Arias puso de relieve a **Tiempos del Mundo** la importancia de este centro y explicó que si había algún contingente militar, ese iba a ser asignado sólo para las labores de seguridad del centro y que no iban a tener funciones investigativas.

Se trata, manifestó el canciller, de que los países de este continente puedan aportar fondos para sufragar los gastos que genere el centro y también puedan enviar a sus agentes y policías a participar en las labores de interdicción e investigación de este delito. ◆

POR FRANCO ROJAS
CORRESPONSAL EN PANAMA

PANAMA. El gobierno panameño de Ernesto Pérez Balladares lleva a cabo una agresiva campaña de promoción para la instalación en la base aérea militar norteamericana de Howard, en las riberas del Canal, de un Centro Multinacional contra el Narcotráfico, una vez que esa base revierta a Panamá, a finales de esta década en cumplimiento de un tratado que firmaron ambos países en 1977, como informó **Tiempos del Mundo** en su edición anterior.

Pérez Balladares, quien dio a conocer su iniciativa hace dos años durante una visita a Washington, consideró que la creación del Centro Multinacional Antidrogas va a ser vital para la lucha contra ese flagelo que lleva a cabo América Latina.

"Bajo ningún punto de vista se puede considerar que el centro antidrogas sea una forma de encubrir la prolongación de la presencia militar norteamericana más allá del año 2000," dijo el presidente de la república consultado sobre esa inquietud.

De la misma manera, el jefe del Comando Sur del Pentágono en Panamá, el general Wesley Clark, negó que Washington esté tratando de prolongar la presencia militar de Estados Unidos con la participación de hombres y equipos en dicho centro contra el narcotráfico.

El presidente Pérez Balladares ordenó la apertura de un proceso de conversaciones informales con Estados Unidos sobre la creación de este centro antinarcotráfico en la base aérea militar de Howard, localizada en la ribera del Pacífico del Canal, en cuya base de hecho funciona desde hace varios años un complejo tecnológico militar para combatir a los narcotraficantes.

El jefe del Comando Sur Estados Unidos en Panamá y nuevo jefe de la Organizacion del Tratado del Atlantico Norte (OTAN), el general Wesley Clark, ratificó una vez más su convencimiento de que la idea del presidente de Panamá, Ernesto Pérez Balladares, sobre la creación de un centro multinacional antidrogas es "tremendamente útil" para los esfuerzos de la región y para este país.

Clark manifestó que en las conversaciones bilaterales más recientes ha surgido una "clara convergencia de intereses" y puso de relieve que la creación del centro antidrogas en una base militar norteamericana en Panamá será de "una tremenda utilidad" para la lucha continental contra este flagelo.

"Tengo fe de que el actual diálogo pronto culminará en las negociaciones formales entre nuestros dos países," expresó el militar tras completar recientemente una gira por América Latina antes de asumir su nuevo mando en la OTAN.

Tanto el general Clark como su antecesor en la jefatura del Comando Sur del Pentágono, el general Barry McCaffrey se han convertido en implacables luchadores contra el narcotráfico, cuyo flagelo consideran como uno de los peores males que aquejan a la juventud de América y una de las peores fuentes de origen de la violencia.

El jefe negociador estadounidense para el Centro Multinacional Antidrogas (CMA), John Dimitri Negroponte, y el representante oficial panameño, el ex canciller Jorge Eduardo Ritter, han mantenido una serie de conversaciones informales sobre la creación de este centro propuesto por Pérez Balladares.

El jefe del Comando Sur del Pentágono, consultado hace unos meses por este corresponsal, negó que la propuesta oficial panameña de creación de un



NUEVO DESTINO. La base Howard cambiaría de destino. ¿También lo hará de manos?

US AIR FORCE

Piden que EE.UU. controle el consumo

POR ESTUARDO GASPARICO M.
CORRESPONSAL EN GUATEMALA

GUATEMALA. Aunque distintos funcionarios y representantes de diversos sectores coincidieron en afirmar que desconocían el proyecto de crear una base estadounidense en Panamá para combatir con mayor eficacia el narcotráfico, la mayoría de ellos coincidió en que podría tratarse de un esfuerzo de permanencia de los EE.UU. en ese país.

En todo caso, se indicó que EE.UU. debería centrar sus esfuerzos en la disminución del consumo de drogas entre sus habitantes, además de luchar contra el tráfico de estupefacientes y su ingreso a su territorio.

La diputada Nineth Montenegro indicó que existe la necesidad de crear mecanismos regionales de combate al narcotráfico, pero no debe utilizarse el Canal de Panamá como pretexto para que Estados Unidos mantenga su presencia militar en la zona.

Por su parte, el teniente coronel (R) Mauricio López Bonila comentó que la creación de dicho centro podría constituir una justificación de EE.UU. para continuar con su presencia militar en la región. *"El problema es complejo, pero me parece que ellos deberían centrar sus esfuerzos en reducir el consumo dentro de sus fronteras, en lugar de invadir las ajenas."*

Asimismo, el activista comunitario Oscar Recinos apoyó la idea y señaló que la globalización está forzando la creación de bloques de cooperación. *"Si las potencias pueden ayudarnos en ese sentido, no hay razón para rechazarla,"* destacó.

Cinco extraditados por narcotráfico

De 1992 a la fecha, Guatemala ha extraditado a tres guatemaltecos y dos estadounidenses debido a acusaciones de narcotráfico, la mayoría solicitados por el gobierno de los Estados Unidos.

El organismo judicial refiere que los extraditados son Maynor Sarceño García (por asesinato); Arnoldo Vargas, Otto Evelio Quiroz, Víctor Manuel Escobar, Sara Matzar y Maurice Scott (acusados de narcotráfico; los dos últimos, estadounidenses); Julio Roberto Mazariegos y Héctor Emilio Cabrera (por asesinato, agresión y robo).

Actualmente, se halla pendiente de ejecución la misma acción contra 19 personas reclamadas por los Estados Unidos, acusadas de cometer ilícitos como el cuestionado. Su detención es impredecible. ◆

centro continental antidrogas sea un plan norteamericano para mantener aquí sitios de defensa más allá del año 2000.

"Las naciones del Grupo de Río deben decidir cuán seria consideran la amenaza (del narcotráfico) y cómo van a trabajar para atacarla," dijo Clark consultado en el sentido de que algunas autoridades de los países del Grupo latinoamericano han expresado sus reservas en torno a la iniciativa panameña, porque ven detrás un plan militar de Estados Unidos.

El jefe militar precisó que Panamá ha expresado que está dispuesta a tener en su territorio un centro multinacional de lucha contra el narcotráfico y "nosotros, nada más, consideramos esta propuesta muy interesante y la apoyamos," manifestó Clark.

Advirtió que a ambos gobiernos también les compete adoptar una prioridad sobre la lucha contra el narcotráfico y decidir cuál va a ser su estrategia para combatir este flagelo.

"El apoyo militar es uno de los aspectos de las operaciones contra el narcotráfico, y el narcotráfico, como violación de la ley, es un problema policial y una amenaza contra la autoridad legal de una sociedad," explicó el general estadounidense.

El último de los 6.500 efectivos que el Comando Sur tiene en ocho sitios de defensa en las riberas del canal debe abandonar el país a más tardar el 31 de diciembre de 1999, en cumplimiento del Tratado de 1977, que devuelve la soberanía a Panamá sobre la franja de 1.500 kilómetros cuadrados que ocupa desde 1903.

Perú, Colombia y México, que sufren los embates de la guerrilla y el narcotráfico, expresaron durante una reunión celebrada en este país su "reserva" sobre si en la propuesta panameña de un centro continental de lucha antidrogas observaban un plan norteamericano para mantener algunas tropas en el canal, más allá del año 2000.

Sobre el particular, la oposición panameña calificó el resultado logrado por Panamá en la décima reunión del Grupo de Río, en Bolivia, celebrada a finales de 1996, como fracaso diplomático y revés político, al no incluirse en la declaración final su propuesta de crear este centro internacional antidrogas en la base aérea de Howard.

Respecto a la presencia de tropas norteamericanas aquí, más allá del año 2000, Clark dijo que es algo que le compete decidir sólo a los gobiernos de Panamá y Estados Unidos.

"Estamos cumpliendo con proporcionar recursos y las técnicas disponibles" para combatir el tráfico de drogas, insistió Clark en la base aérea de Albrook, donde se llevó a cabo, en septiembre pasado, un ejercicio combinado contra el narcotráfico, en el que participaron Bolivia, Ecuador, Perú, Venezuela y Estados Unidos.

El gran ausente en ese ejercicio fue Colombia, cuyos efectivos se retiraron del ejercicio denominado "Fuerzas Unidas 96" en medio de un enfriamiento de las relaciones entre Colombia y Estados Unidos, luego de que Washington consideró que el gobierno de Ernesto Samper no hizo los esfuerzos necesarios en la lucha antidrogas, por lo que lo descertificó. ◆

[illegible]

[illegible]

[illegible]

PANAMA-EEUU

AUTORIZAN EJERCICIOS MILITARES EN AREAS DEL CANAL

Panamá, 16 jun (EFE).- Tropas estadounidenses desarrollarán un ejercicio de entrenamiento en navegación costera en aguas del Canal de Panamá, informó hoy el ministerio panameño de Relaciones Exteriores.

Las maniobras militares se desarrollarán entre el 25 y 26 de junio en áreas de la isla de Barro Colorado, Río Chagres y Río Chilibre, unos 50 kilómetros al norte de la capital panameña.

Este tipo de ejercicios, de acuerdo con la fuente oficial, fueron autorizados porque contribuyen a la protección y defensa del Canal de Panamá, conforme a lo estipulado por los Tratados Torrijos-Carter de 1977. EFE

LBB/MV/ND

06/16/97 [illegible]

04

9708369

[illegible]

[illegible] Pérez Balladares [illegible] Canal de Panamá [illegible] consenso nacional [illegible] una [illegible] del país.

"Con la [illegible], que se aprobó por unanimidad en la Asamblea Legislativa [illegible] por la ONU Panamá [illegible] por primera vez en su historia, la legislación que regulará toda la actividad del Canal", afirmó el Presidente.

Este nuevo [illegible] legal, [illegible] un título que se incorporó a la Constitución [illegible], desarrollará [illegible] durante los próximos tres años y sustituirá a miles de leyes y [illegible] norteamericanos bajo los cuales se desarrolló la actividad del Canal desde su puesta en funcionamiento en 1914.

A partir del mediodía del 31 de diciembre de 1999, EEUU traspasará la vía interoceánica a Panamá, que de esta forma será el único responsable de su manejo y operatividad mediante la Autoridad del Canal que crea la nueva ley.

"El día de hoy quedará grabado para siempre como un hito trascendental", sentenció el Presidente, quien añadió que de esta forma Panamá "tiene [illegible], por primera vez en su historia, la legislación que regulará toda la actividad del Canal, para que en 1999 pueda ser transferido de manera ordenada".

Pérez Balladares reconoció que ni siquiera a los más optimistas, que [illegible] que antes de terminar el siglo se tendría una legislación especial para el Canal, "se les pudo ocurrir que, en medio de [illegible] confrontaciones políticas, se aprobara una ley por unanimidad".

El Presidente hizo un breve repaso histórico del marco legal [illegible] el que funcionó la vía acuática, desde el Tratado de 1903 (año de la independencia de Panamá) que le otorgaba a EEUU derechos a perpetuidad, hasta la firma de los Tratados de 1977, que establecían que el Canal sería transferido a Panamá el 31 de diciembre de 1999.

La [illegible] de la Autoridad del Canal de Panamá sustituirá a la actual Comisión del Canal de Panamá, agencia federal de los EEUU que administra la vía interoceánica.

En presencia del cuerpo diplomático, ministros de Estado y directivos de la Comisión del Canal, entre otras personalidades, Pérez Balladares resaltó que con esta ley "Panamá le dice al mundo hoy que está preparada para administrar el Canal".

"Les informo a sus clientes y usuarios de que el tránsito por la vía interoceánica [illegible] en el siglo XXI [illegible] eficiencia [illegible] hasta ahora", subrayó, al tiempo que garantizó a los trabajadores del Canal que sus condiciones de trabajo [illegible].

[illegible] los recursos naturales que [illegible] del Canal [illegible] de las [illegible].

[illegible]

9708369

[illegible]

[illegible] Por [illegible]

Panamá, [illegible] de Panamá, [illegible] Pérez Balladares, [illegible] la autoridad del Canal, [illegible] el [illegible] de diciembre de 1999.

"[illegible] usuarios del Canal deben estar confiados [illegible] el canal que [illegible] por la aprobación y sanción de la ley que regulará [illegible] su transferencia a Panamá", señala una declaración conjunta del administrador del Canal, Alberto Alemán Zubieta, y del presidente de la Junta Directiva, Joe Reeder.

La declaración, entregada a EFE por la Comisión del Canal, hace una breve historia desde el origen hasta la sanción presidencial de la ley, cuya norma concede rango constitucional a la administración del Canal y lo aísla de los vaivenes de la política partidista.

Zubieta y Reeder, que estarán presentes en la ceremonia de sanción de la ley que se celebrará hoy en el Palacio de las Garzas, sede de la Presidencia, felicitan al Gobierno panameño y a la Comisión de Transición, que preside Jorge Eduardo Ritter, por el "magnífico esfuerzo realizado en los dos últimos años".

Para la comunidad marítima mundial es de "suma importancia" el hecho de que la ley codifica el compromiso de Panamá de operar el Canal mediante "sólidas prácticas comerciales íntegras, al margen de la política", precisan Alemán Zubieta y Reeder en su nota.

Uno de los preceptos más discutidos fue la prohibición del derecho de huelga de los más de 10.000 obreros del Canal, lo que, a juicio de Alemán Zubieta y Reeder, asegura a los usuarios el servicio de tránsito ininterrumpido.

"Se prohíbe la huelga, el trabajo a desgano, la simulación de enfermedad, la suspensión injustificada de labores o cualquier otra conducta similar", según la nueva norma que sancionará el presidente Pérez Balladares, que fue aprobada por unanimidad el pasado 13 de mayo en la Asamblea Nacional.

El presidente panameño afirmó tras esa decisión parlamentaria que se trata de una ley con sentido de patria, libre de la política partidista o de grupos y con alto sentido de responsabilidad hacia el comercio mundial que se sirve del Canal.

Los obreros del Canal, que lucharon para que la norma incluyera el derecho de huelga que consagra la Organización Internacional del Trabajo (OIT), sostuvieron de que Panamá violó un derecho constitucional y las normas que ha suscrito ante esa institución mundial rectora de la normativa laboral.

El sindicato panameño de los trabajadores del Canal, al que están afiliados unos 7.500 obreros, amenazó con presentar una demanda ante la Corte Suprema de Justicia para que declare inconstitucional el artículo 91 de la nueva ley, que prohíbe las huelgas.

Consultado al respecto, uno de los nueve magistrados de la Corte Suprema, Eduardo Molino Mola, sostuvo que los obreros del Canal deberán esperar a la sanción del presidente y que la ley sea publicada en la Gaceta Oficial para presentar su demanda.

Jorge Eduardo Ritter [illegible] el artículo [illegible] de la Constitución, que [illegible] del Canal [illegible] la Autoridad del Canal [illegible] administración.

[illegible]

Ob.

9708369

xY5015

E ECOBT 06 06 00799

icx msb exo

PANAMA CANAL

SEGURIDAD E INFRAESTRUCTURA CANAL EN "MUY BUENA FORMA"

Panamá, 5 jun (EFE).- El administrador del Canal de Panamá, Alberto Alemán, dijo hoy en Londres que los programas de seguridad e infraestructuras del Canal están en "muy buena forma" para su puesta en marcha, una vez que Estados Unidos lo transfieran a Panamá en el año 2000.

Alemán hizo estas declaraciones durante la vigésima conferencia sobre puertos de la Asociación Internacional de Puertos y Muelles (IAPH), informó hoy la Comisión del Canal, agencia federal estadounidense que administra la vía acuática.

El administrador señaló que una encuesta del Servicio de Guardacostas y el Cuerpo de Ingenieros de EEUU, a solicitud de la Comisión, llegó a la "conclusión preliminar (...) de que nuestra infraestructura y programa de seguridad se encuentran en muy buena forma".

Durante su participación en Londres, Alemán habló ante representantes de la Organización Marítima Internacional (OMI), armadores y operadores de terminales portuarias, a los que invitó a asistir al Congreso Universal del Canal que se celebrará en Panamá el próximo mes de septiembre.

Describió el programa multimillonario de mejoras y modernización de la vía interoceánica, para aumentar su capacidad y seguridad, entre los que destacó el aceleramiento del programa de ensanche del Corte Gaillard (la parte más estrecha del Canal).

"Nuestro objetivo estratégico es asegurar el valor del Canal a largo plazo, para beneficio tanto de la República de Panamá como de la comunidad marítima internacional a la que servimos", indicó Alemán, ingeniero de profesión.

En su ponencia sobre "Seguridad en la zona Interfacial de los Puertos", hizo hincapié en los niveles de seguridad del Canal porque son "sobresalientes" de acuerdo con los estándares industriales y su tasa de accidentes de naves es menor del 2 por ciento del número total de tránsitos. EFE

FA/LBR/BB/EG

06/06/01 40/97

07-07

9708369

Nº. DOCUMENTO 9708370
TITULO CANADÁ ELECCIONES LIBERALES RETIENEN EL PODER
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 10/6/97
VI... 11921, 65456, 11164, 11302, 11437, 11304,

367081

R POXBT 06 10 00413
1XX mun exo

CANADA-GOBIERNO
GOBERNANTE PARTIDO LIBERAL DIVIDIDO POLITICA NUEVA LEGISLATURA

Ottawa (Canadá), 10 jun (EFE). La división domina en el gobernante Partido Liberal (PL), una semana después de vencer en las elecciones generales canadienses y pocas horas antes de que el primer ministro, Jean Chrétien, anuncie su nuevo gabinete ministerial.

Despues de varios años de austeridad y recortes sociales para reducir el deficit del Estado, buena parte de los miembros del partido consideran que la actual situación económica permite destinar mas dinero a los programas sociales.

"Los días difíciles y duros han quedado atrás. (...) Ahora vamos a ver un Gobierno decidido a prestar atención a las oportunidades que esperan a la vuelta de la esquina a los canadienses", afirmó el diputado liberal, Joe Fontana, uno de los principales hombres del partido.

Fontana explicó que la eliminación del déficit puede producirse dentro de unos dos años, con lo que el Gobierno podría invertir en investigación, sanidad, familia e infancia.

Sin embargo, otros miembros del partido, como el hasta ahora ministro de Industria, John Manley, situado en el ala más derechista del PL, consideran que es necesario mantener los sacrificios económicos del país hasta que el déficit esté totalmente eliminado.

"¿Dónde está el dinero para el empleo y los programas sociales? Antes debemos pagar nuestras facturas", afirmó John Manley.

Por su parte, Jean Chrétien aun no ha desvelado su decisión final y no ha dado muestras claras de cuál será la corriente de opinión por la que optará.

"Actualmente, es fácil ser liberal, porque la definición es: la gente de derechas dirá que eres de izquierdas, y la gente de izquierdas, que eres de derechas", afirmó Chrétien en tono de humor, y añadió que "es fácil saber donde estamos. Estamos en el medio, en el centro radical".

Chrétien anunciará este miércoles su nuevo gabinete ministerial, en el que no se espera que haya muchos miembros del anterior equipo de Gobierno.

El ministro de Economía, Paul Martin, artífice de la reducción del déficit canadiense, y el ministro de Asuntos Exteriores, Lloyd Axworthy, serán probablemente dos de los pocos miembros que continúen en el nuevo gabinete, según los analistas.

La viceprimera ministra del Gobierno, Sheila Copps, cuenta con pocas posibilidades de conservar el cargo, aunque puede continuar como titular del Ministerio del Patrimonio (Cultura).

El PL logró una ajustada mayoría absoluta en las elecciones generales del pasado 2 de junio, al conseguir 155 diputados de los 301 que componen la Cámara de los Comunes (cámara baja del Parlamento). EFE

mar/ma 100/97

01 – 12

9708370

9708370

Por [illegible]

Montreal (Canadá), 5 jun (EFE).- El ascenso del derechista Partido de la Reforma en las elecciones generales canadienses del pasado lunes parece incrementar el antagonismo entre el Canadá anglohablante y la provincia francohablante de Quebec.

El Partido de la Reforma (PR), dirigido por Preston Manning y que tiene su feudo en el oeste del país (provincias de Alberta y Columbia Británica), defiende una política de línea dura para luchar contra el movimiento independentista existente en Quebec.

En los comicios generales de esta semana, en los que los liberales han logrado una ajustada mayoría absoluta, el PR ha obtenido 60 escaños de los 301 que conforman la Cámara de los Comunes (cámara baja del Parlamento), lo que le convierte en el principal partido de la oposición federal.

Un dato significativo que representa la gran división existente en el país es el hecho de que los reformistas han logrado todos sus escaños en las cuatro provincias más occidentales del país (Columbia Británica, Alberta, Saskatchewan y Manitoba), donde existe una mayor aversión al nacionalismo quebequés.

Por contra, el apoyo al PR ha sido mínimo en las provincias del Este, donde han dominado las formaciones políticos partidarias de alcanzar un consenso nacional para conceder más autonomía y ciertos derechos especiales a Quebec, como es el caso del Partido Liberal o del Partido Conservador.

El separatista Bloque Quebequés, que aspira a la independencia de Quebec, se ha convertido en la tercera fuerza política en la Cámara de los Comunes, gracias a sus 44 escaños, todos ellos logrados en la provincia francohablante, único lugar donde presentaba candidatos.

El ascenso del PR al rango de principal partido de la oposición federal es algo que inquieta en buena parte de Canadá, pero especialmente en Quebec, donde el primer ministro provincial, el separatista Lucien Bouchard, ya ha advertido del éxito reformista.

"El aumento del Partido de la Reforma significa que una gran parte del Canadá anglohablante ha expresado políticamente, de un modo concreto, su rechazo al carácter distinto de Quebec, lo que impide, a partir de ahora, cualquier consenso canadiense sobre el reconocimiento del pueblo quebequés", afirmó Bouchard.

"Por primera vez desde 1867 (año de la fundación de la federación canadiense), el principal partido de oposición rechaza formalmente la idea de que Canadá se basa en la cohabitación de dos pueblos fundadores. El hecho es extremadamente significativo", añadió el primer ministro quebequés.

Quebec celebró en 1995, por segunda vez en su historia, un referendum de separación de Canadá, en el que la opción federalista se impuso a la independentista por el estrecho margen de 1,2 puntos (50,6 por ciento frente a 49,4 por ciento).

Bouchard ha reiterado incesantemente en los últimos meses que Quebec celebrará un nuevo referendum de independencia tan pronto como se den unas condiciones favorables para un triunfo secesionista.

Los reformistas, que sostienen que todas las provincias de Canadá son iguales y que por tanto ninguna debe tener más derechos que otra, dejaron patente durante la campaña electoral su sentimiento antiquebequés.

En un anuncio televisivo días antes de las elecciones, el PR cuestionaba si los líderes políticos nacidos en Quebec eran capaces de gobernar Canadá y mantener la unidad federal, amenazada por el separatismo de la provincia francohablante.

La mayoría de los primeros ministros canadienses de los últimos 30 años han sido quebequeses, al igual que lo son los actuales líderes nacionales del Partido Liberal, Jean Chrétien; el Partido Conservador, Jean Charest; y el Bloque Quebequés, Gilles Duceppe.

El politólogo David Taras, de la Universidad de Calgary (Oeste), considera que Preston Manning sabe rentabilizar al máximo, en beneficio de su partido, el sentimiento antiquebequés existente en gran parte de Canadá.

"Toca todas las fibras sensibles de la gente en relación con ese tema, y obtiene las respuestas que cabe esperar", afirmó Taras.

Más gráfico aun se mostró un antiguo líder liberal de la provincia occidental de Columbia Británica, Gordon Gibson, respecto al ascenso de Manning.

"No será fácil para los quebequeses, porque es, sin duda, un demonio con cuernos, como lo es Lucien Bouchard para los canadienses anglohablantes", afirmó Gibson.

Preston Manning, genuino representante del tradicional anglohablante canadiense, e hijo del primer ministro de Alberta de 1943 a 1968, Ernest Manning, es el único líder de un partido nacional canadiense que no sabe hablar francés, una de las dos lenguas oficiales del país.- EFE

[illegible]

[illegible]

02 9708370

Por Miguel San.

Montreal (Canadá), 4 jun (EFE). El Partido Liberal (PL) de Canadá, pese a haber conseguido la mayoría absoluta en las elecciones generales de este lunes, tiene ante sí un difícil panorama para gobernar el país, profundamente dividido.

El PL gobernará en Canadá con mayoría absoluta, pero con tan solo 155 escaños de los 301 que compondrán la nueva Cámara de los Comunes (cámara baja del Parlamento), es decir, al borde de la mayoría simple.

Con esa situación, los liberales podrían perder la mayoría absoluta antes de acabar la legislatura, que en principio debería durar cinco años.

"No pueden permitirse mas que tres o cuatro bajas, entre muertes y abandonos del partido", afirmó el politólogo John Courtney, de la Universidad de Saskatchewan (centro del país).

Pese a la mayoría absoluta lograda por el PL gracias a la distribución de escaños del sistema electoral canadiense, el voto de los ciudadanos del país ha estado muy repartido entre cinco partidos con grandes diferencias ideológicas entre ellos.

Los liberales lograron únicamente el apoyo del 38,5 por ciento de los votantes, frente al 19 por ciento del Partido de la Reforma (PR, conservador) que obtuvo 60 escaños, mientras que el Partido Conservador (PC) cosechó también el 19 por ciento de los sufragios, aunque se quedó en 20 diputados.

El Bloque Quebequés, que aspira a la independecia de la provincia francohablante de Quebec, logró el 11 por ciento de los votos del país y 44 escaños, y el Partido Neodemócrata (PND, progresista), también un 11 por ciento de votos, pero 21 diputados.

En las elecciones generales canadienses de 1993, el Partido Liberal había logrado el 41 por ciento de los votos y 177 escaños de los 295 de que constaba la Cámara de los Comunes en la anterior legislatura.

El primer ministro, Jean Chrétien, dijo hoy, miércoles, en conferencia de prensa, que el descenso de su partido se había debido a los impopulares recortes sociales que el Gobierno practicó en los últimos tiempos para reducir el déficit y la deuda externa de Canadá.

"Es el precio que hay que pagar por los recortes que tuvimós que hacer, y que no los hicimos por gusto, sino porque había que hacerlos. Sabíamos que había que pagar un precio por ello", afirmó el primer ministro.

Además de su precaria mayoría absoluta en el Parlamento federal, los liberales deben afrontar el problema de un país con enormes diferencias entre las provincias, tanto ideológicas como económicas y lingüísticas.

En las 10 provincias que, junto a dos territorios, conforman la nación, existen Gobiernos de los cinco principales partidos representados en la Cámara de los Comunes.

Mientras que el oeste es, por naturaleza y por tradicion, el feudo de los reformistas, en Quebec dominan los separatistas desde hace algunos años, mientras que en la demarcación oriental de

Ontario los liberales han conseguido en estos comicios 101 de los 103 escaños de la provincia, donde gobiernan los conservadores.

Las diferencias económicas son enormes entre las provincias del Canadá Atlántico, como Terranova y Labrador, donde el indice de desempleo llega hasta el 20 por ciento, y las provincias del oeste, de gran prosperidad económica, y con tasas de paro muy por debajo del 10 por ciento.

"Canadá no está dividida sólo linguisticamente, sino también económicamente. (...) En el este es mucho más difícil crear crecimiento económico que en el oeste. Esa es la realidad que hay en Canadá desde hace tiempo", advirtió hoy Chrétien.

En el plano linguistico y cultural, el gran antagonismo se centra entre francohablantes, mayoritariamente asentados en Quebec, y anglohablantes.

Quebec celebró en 1995 un referendo de separación de Canadá en el que la opcion federalista se impuso a la independentista por el estrecho margen de 1,2 puntos (50,6 frente a 49,4 por ciento).

El Gobierno separatista de Quebec ha reiterado en los últimos meses que celebrará otro referendo de independencia (sería el tercero de la historia de la provincia) en cuanto se den unas condiciones favorables para el triunfo secesionista.

Las posturas de los distintos partidos respecto a este problema, que amenaza a la unidad federal, también difieren enormemente, como se vio en la anterior legislatura.

Mientras que liberales y conservadores son partidarios de alcanzar un consenso nacional para conceder más autonomía a Quebec, los reformistas defienden la línea dura ante los separatistas, con cierta indiferencia de los neodemócratas. EFE

MS. EMM. EMI

06/04/1?-56???

Por Miguel Sanz

Montreal (Canadá), 4 jun (EFE). El Partido Liberal (PL) de Canadá, pese a haber conseguido la mayoría absoluta en las elecciones generales de este lunes, tiene ante sí un difícil panorama para gobernar el país, profundamente dividido.

El PL gobernará en Canadá con mayoría absoluta, pero con tan sólo 155 escaños de los 301 que compondrán la nueva Cámara de los Comunes (cámara baja del Parlamento), es decir, al borde de la mayoría simple.

Con esa situación, los liberales podrían perder la mayoría absoluta antes de acabar la legislatura, que en principio debería durar cinco años.

"No pueden permitirse más que tres o cuatro bajas, entre muertes y abandonos del partido", afirmó el politólogo John Courtney, de la Universidad de Saskatchewan (centro del país).

Pese a la mayoría absoluta lograda por el PL gracias a la distribución de escaños del sistema electoral canadiense, el voto de los ciudadanos del país ha estado muy repartido entre cinco partidos con grandes diferencias ideológicas entre ellos.

Los liberales lograron únicamente el apoyo del 38,5 por ciento de los votantes, frente al 19 por ciento del Partido de la Reforma (PR, conservador) que obtuvo 60 escaños, mientras que el Partido Conservador (PC) cosechó también el 19 por ciento de los sufragios, aunque se quedó en 20 diputados.

El Bloque Quebequés, que aspira a la independecia de la provincia francohablante de Quebec, logró el 11 por ciento de los votos del país y 44 escaños, y el Partido Neodemócrata (PND, progresista), también un 11 por ciento de votos, pero 21 diputados.

En las elecciones generales canadienses de 1993, el Partido Liberal había logrado el 41 por ciento de los votos y 177 escaños de los 295 de que constaba la Cámara de los Comunes en la anterior legislatura.

El primer ministro, Jean Chrétien, dijo hoy, miércoles, en conferencia de prensa, que el descenso de su partido se había debido a los impopulares recortes sociales que el Gobierno practicó en los últimos tiempos para reducir el déficit y la deuda externa de Canadá.

"Es el precio que hay que pagar por los recortes que tuvimos que hacer, y que no los hicimos por gusto, sino porque había que hacerlos. Sabíamos que había que pagar un precio por ello", afirmó el primer ministro.

Además de su precaria mayoría absoluta en el Parlamento federal, los liberales deben afrontar el problema de un país con enormes diferencias entre las provincias, tanto ideológicas como económicas y lingüísticas.

En las 10 provincias que, junto a dos territorios, conforman la nación, existen Gobiernos de los cinco principales partidos representados en la Cámara de los Comunes.

Mientras que el oeste es, por naturaleza y por tradición, el feudo de los reformistas, en Quebec dominan los separatistas desde hace algunos años, mientras que en la demarcación oriental de

Ontario los liberales han conseguido en estos comicios 101 de los 103 escaños de la provincia, donde gobiernan los conservadores.

Las diferencias económicas son enormes entre las provincias del Canadá Atlántico, como Terranova y Labrador, donde el índice de desempleo llega hasta el 20 por ciento, y las provincias del oeste, de gran prosperidad económica, y con tasas de paro muy por debajo del 10 por ciento.

"Canadá no está dividida sólo lingüísticamente, sino también económicamente. (...) En el este es mucho más difícil crear crecimiento económico que en el oeste. Esa es la realidad que hay en Canadá desde hace tiempo", advirtió hoy Chrétien.

En el plano lingüístico y cultural, el gran antagonismo se centra entre francohablantes, mayoritariamente asentados en Quebec, y anglohablantes.

Quebec celebró en 1995 un referendo de separación de Canadá en el que la opción federalista se impuso a la independentista por el estrecho margen de 1,2 puntos (50,6 frente a 49,4 por ciento).

El Gobierno separatista de Quebec ha reiterado en los últimos meses que celebrará otro referendo de independencia (sería el tercero de la historia de la provincia) en cuanto se den unas condiciones favorables para el triunfo secesionista.

Las posturas de los distintos partidos respecto a este problema, que amenaza a la unidad federal, también difieren enormemente, como se vió en la anterior legislatura.

Mientras que liberales y conservadores son partidarios de alcanzar un consenso nacional para conceder más autonomía a Quebec, los reformistas defienden la línea dura ante los separatistas, con cierta indiferencia de los neodemócratas. EFE

ms.emm.rml

06/04/17 56/97

9708370

C3

CUATRO ESCAÑOS MÁS QUE LA OPOSICIÓN

Liberales retienen mayoría

El oficialismo triunfó en los comicios, pese a sufrir una fuerte caída del apoyo a su gestión de gobierno



El Partido Liberal (PL) logró en las elecciones generales del lunes renovar su mayoría en la Cámara de los Comunes del Parlamento Federal por el estrecho margen de apenas cuatro escaños.

La agrupación liderada por el actual primer ministro Jean Chrétier obtuvo, según datos oficiales, 155 escaños de los 301 que componen la Cámara Baja del Parlamento canadiense, cuatro diputados más de los necesarios para lograr la mayoría.

En un hecho histórico, el oficialismo logró la mayoría legislativa por segunda vez consecutiva

Los resultados indican que el oficialismo cuenta con el apoyo de un 38,5% del electorado. Este respaldo es el más bajo logrado por un partido político que obtuviera la mayoría en Canadá en el presente siglo. Los liberales sufrieron una considerable merma de escaños en relación a las anteriores elecciones generales de 1993, en las que consiguieron 177 de los 295 escaños que conformaban la Cámara de los Comunes en la última legislatura.

Preston Manning, líder del Partido de la Reforma (conservador) afirmó: "El reducido apoyo al gobierno es una clara señal que debe tenerse muy en cuenta". El Partido de la Reforma, en la nueva legislatura, ostentará el título de principal opositor al gobierno tras lograr el segundo lugar en número de escaños en las legislativas, con 60 diputados.

SERIO CUESTIONAMIENTO

En las primeras reacciones al conocerse los resultados de los comicios, el diario canadiense *The Globe and Mail* afirmó en su edición de ayer que: "El jefe liberal, Jean Chrétien, podría afrontar un serio cuestionamiento de su liderazgo, de las políticas que disgustaron a los votantes y de la campaña política que finalizó, inesperadamente, en una noche de gran nerviosismo para su partido y sus dirigentes".

Sin embargo, el primer ministro, tras conocer los resultados definitivos de los comicios se mostró muy satisfecho con lo conseguido y señaló: "El pueblo de Canadá renovó la confianza en nuestro equipo y en nuestro programa de gobierno, por lo que acepto este inmenso honor y esta responsabilidad de conducir el país hacia el siglo XXI. Además es un hecho político histórico, porque es la primera vez en 45 años que el Partido Liberal logra una mayoría por segunda vez consecutiva", indicó Chrétien. *(En base a EFE)*

LIBERALES OBTUVIERON LEVE MAYORIA EN CANADA Y RETUVIERON EL GOBIERNO

OTTAWA, 3 (Reuter) - El gobierno del Primer Ministro liberal Jean Chretien fue reelecto ayer con una mayoría mínima en unos comicios que acentuaron el enfrentamiento entre anglófonos y francófonos, así como la creciente división entre el este y el oeste sobre el futuro del país, dijo una fuente electoral.

Añadió que los liberales de Chretien ganaron 155 de los 301 escaños del Parlamento, y que 100 de éstos fueron en Ontario, la provincia más rica y popular del país.

Los liberales ganaron 177 asientos de los entonces 295 escaños del Parlamento en las elecciones de 1993.

Los votantes en Ontario nivelaron para Chretien las pérdidas electorales en la zona atlántica de Canadá, en donde dos de sus ministros perdieron sus bancas.

En la zona atlántica de Canadá, un bastión liberal en 1993, el Partido Liberal perdió los escaños del Ministro de Defensa, Doug Young, y del Ministro de Salud, David Dingwall.

El Partido Reformista, cuyo apoyo y sede está en el oeste del país y que muestra simpatías por los secesionistas de Quebec y un gobierno más pequeño, se convirtió en el segundo con más escaños en el Parlamento de 301, para reemplazar al Bloque Quebequense como la oposición oficial.

Los reformistas ganaron los 60 escaños de las provincias occidentales de Alberta y Columbia Británica.

El líder del Bloque Quebequense, Gilles Duceppe, agradeció el martes a sus partidarios el apoyo brindado para mantener la influencia separatista, antes de otro esperado referendo sobre la independencia.

Chretien convocó a las elecciones a finales de abril, con año y medio de antelación, con la esperanza de que su partido, que mostraba amplio apoyo en las encuestas, obtendría otra gran mayoría.



Toda la familia del Premier Jean Chretien sigue las alternativas del escrutinio por televisión. Los liberales ganaron 155 escaños de los 301 del Parlamento y retienen el gobierno. (Foto AP)

[illegible]

[illegible]

EL PARTIDO LIBERAL [illegible] MAYORÍA ABSOLUTA

Por Miguel [illegible]

Montreal (Canadá), 3 jun (EFE). El gobernante Partido Liberal logró en las elecciones generales canadienses de este lunes renovar su mayoría absoluta en la Cámara de los Comunes del Parlamento federal por el estrecho margen de cuatro escaños.

El Partido Liberal (PL), liderado por el primer ministro federal, Jean Chrétien, obtiene 155 diputados de los 301 que compondrán la nueva Cámara baja del Parlamento canadiense, según los resultados oficiales provisionales.

El Partido de la Reforma (PR), de ideología conservadora y liderado por Preston Manning, con 60 diputados, ostentará el título de oposición oficial, en sustitución del separatista Bloque Quebequés (BQ), hasta ahora el principal partido opositor, y que ha obtenido 44 escaños en estos comicios.

La cuarta fuerza del panorama político canadienses será a partir de ahora el Partido Neodemócrata (PND), progresista, que logra 21 diputados, mientras que el Partido Conservador (PC) dispondrá de 20 escaños en la Cámara de los Comunes.

Estos resultados suponen una considerable merma de escaños para el PL, que en las anteriores elecciones generales canadienses, celebradas en 1993, consiguió 177 de los 295 escaños que conformaban la Cámara de los Comunes en la última legislatura.

Por su parte, el PR gana 8 escaños, el BQ pierde 10, el PND logra 12 y el PC obtiene 18. El incremento de votos de neodemócratas y de conservadores les permitirá a estas dos fuerzas políticas formar grupo parlamentario, algo que no eran en la última legislatura.

El PL obtuvo el 39 por ciento de los votos; el PR y el PC, el 19 por ciento cada uno; y el BQ, el 11 por ciento, al igual que el PND.

Los liberales han sufrido un considerable revés en las provincias llamadas atlánticas (Isla del Príncipe Eduardo, Terranova y Labrador, Nueva Escocia, Nuevo Brunswick), al no lograr los ministros federales de Defensa, Doug Young, y de Sanidad, David Dingwall, el acta de diputado.

En la provincia francohablante de Quebec se impuso el BQ con sus 44 diputados, y el Jean Chrétien tuvo que esperar hasta el último momento para confirmar su victoria sobre el candidato separatista, Yves Duhaime, en la circunscripción de Saint Maurice, área natal del primer ministro.

Por contra, en Ontario (este del país), la provincia que cuenta con más diputados de todo el país, los liberales barrieron literalmente a sus adversarios, al hacerse con 101 de los 103 escaños en juego.

Chrétien, que tras conocer los resultados compareció acompañado de su esposa, Aline, ante una multitud de seguidores del PL y ante las cámaras de televisión, agradeció a los votantes del partido el triunfo en las urnas.

"El pueblo de Canadá ha renovado la confianza en nuestro equipo y nuestro programa. Acepto este honor y esta responsabilidad para preparar Canadá para el siglo XXI", afirmó el primer ministro.

Chrétien destacó el hecho de que "por primera vez en 45 años el Partido Liberal ha logrado una mayoría absoluta por segunda vez consecutiva".

El primer ministro reiteró el compromiso de su partido con las [illegible] de [illegible] el servicio público, crear empleo, mejorar la economía, luchar contra la pobreza infantil y mantener el país unido y fuerte.

[illegible]

"[illegible]", dijo el primer ministro.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

06

9708380

[illegible]

[illegible]

[illegible] ... del electorado.

Ese apoyo es [illegible] con el que un partido político ha obtenido [illegible].

Los liberales han sufrido una considerable merma de escaños respecto a las anteriores elecciones generales, celebradas en 1993, en las que consiguieron 177 de los 295 escaños que conformaban la Cámara de los Comunes en la última legislatura.

"El reducido apoyo al Gobierno es un aviso que debe tenerse en cuenta", afirmó Preston Manning, líder del Partido de la Reforma (conservador), que en la nueva legislatura ostentará el título de principal partido de la oposición, al ser la formación que ha quedado en segundo lugar en número de escaños, con 60 diputados.

El único diario nacional de Canadá, "The Globe and Mail", de Toronto (este del país), afirma en su edición de hoy que los resultados del lunes pueden llevar la controversia al PL.

"El jefe liberal, Jean Chrétien, podría afrontar un serio cuestionamiento de su liderazgo, de las políticas que disgustaron a los votantes y de la campaña electoral que finalizó, inesperadamente, en una noche de gran nerviosismo para su partido", dice el rotativo.

Durante la mayor parte de los tres años y medio de la última legislatura, el partido gubernamental gozó de un índice de popularidad que rondaba el 50 por ciento y el pasado abril, mes en el que Chrétien decidió adelantar las elecciones, el apoyo popular de los liberales era del 55 por ciento, aproximadamente.

La incapacidad del PL para resolver el problema del separatismo de la provincia francohablante de Quebec, así como el elevado índice de desempleo que sufre el país -el 9,6 por ciento el pasado abril- han sido dos de las principales causas de esa pérdida de apoyo popular, según los observadores.

Además, para reducir el elevado déficit y la enorme deuda exterior de la nación, el Gobierno liberal ha llevado a cabo en los últimos tiempos una política de severa austeridad que ha acarreado grandes recortes sociales en ámbitos como el de la Sanidad, con la consiguiente impopularidad para el Ejecutivo.

Chrétien, tras conocer los resultados, agradeció a los votantes del partido el triunfo en las urnas.

"El pueblo de Canadá ha renovado la confianza en nuestro equipo y nuestro programa. Acepto este honor y esta responsabilidad para preparar a Canadá para el siglo XXI", afirmó el primer ministro.

Chrétien destacó el hecho de que, "por primera vez en 45 años, el Partido Liberal ha logrado una mayoría absoluta por segunda vez consecutiva".

El primer ministro reiteró el compromiso de su partido con las promesas electorales de reducir el déficit público, crear empleo, mejorar la economía, luchar contra la pobreza infantil y asegurar el [illegible].

[illegible] ... del Partido Conservador.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

07 9708380

Canadá elige hoy a su primer ministro

Por Christine Courcol
Ottawa, AFP

Cerca de 20 millones de canadienses deben elegir el lunes a los 301 diputados de la Cámara de los Comunes y, en forma indirecta, al primer ministro que gobernará el país por un periodo máximo de cinco años.

La campaña electoral de 36 días fue la más corta en la historia de Canadá. Los ciudadanos deben elegir entre 1.672 candidatos (1.264 hombres y 408 mujeres).

Las cinco formaciones políticas más relevantes son: Partido Liberal (en el poder), Partido de la Reforma (ultraconservador), Partido Progresista Conservador, Bloque Quebequeño (independentista) y el Nuevo Partido Democrático (NPD, socialdemócrata).

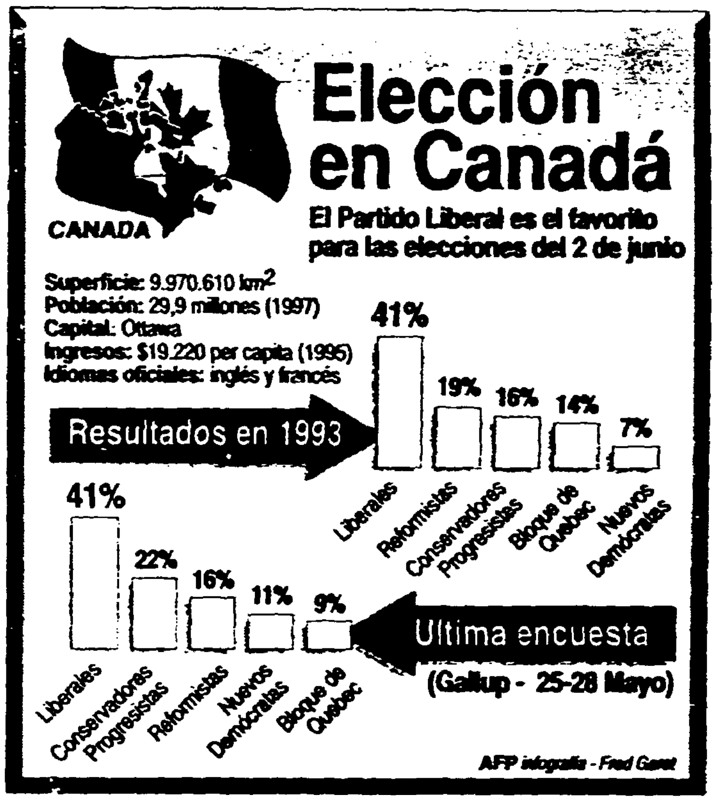
Sólo los tres primeros presentan candidatos en todos los distritos electorales, aunque el NPD no puede aspirar, según los analistas, más que a unos diez diputados. El Bloque Quebequeño sólo concurre en Quebec, donde dos minipartidos, el marxista leninista y el de la Ley Natural, adepto al yoga, presentan más candidatos que el Partido de la Reforma.

El jefe del partido que tenga mas diputados automáticamente será primer ministro.

En la cámara saliente, el Partido Liberal contaba con 174 diputados de los 295. Ahora, el primer ministro Jean Chretien, si bien es favorito, podría encontrarse con que ya no tiene mayoría absoluta.

Los otros partidos se disputan el título de "oposición oficial", que brinda ventajas materiales y el papel relevante en todos los debates parlamentarios.

Es probable que obtenga ese estatuto el ultraconservador Partido de la Reforma, cuyo líder, Preston Manning, llevó a cabo una agresiva campaña electoral, sobre todo en sus feudos del oeste del país. La votación se llevará a cabo a partir de las 08.30 locales en Terranova (11.00 GMT) y se irá escalonando debido a los seis husos horarios canadienses. La última de las 53.000 mesas electorales cerrará en Saskatchewan el lunes a las



20.30 locales (02.30 GMT del martes). Sólo después se anunciarán los resultados nacionales, conforme a la ley electoral.

De hecho, las elecciones comenzaron el 19 de mayo para las fuerzas militares de ultramar y prosiguieron el 23 con la votación anticipada de viajeros y prisioneros. Las provincias que cuentan con más diputados son Ontario, con 103, y Quebec, con 75. El territorio de Yukón está representado por un solo diputado.

En 1993, cerca del 70% de los electores participaron en el sufragio.

Canadá elige hoy a su primer ministro

Por **Christine Courcol**
Ottawa. AFP

Cerca de 20 millones de canadienses deben elegir el lunes a los 301 diputados de la Cámara de los Comunes y, en forma indirecta, al primer ministro que gobernará el país por un periodo máximo de cinco años.

La campaña electoral de 36 días fue la más corta en la historia de Canadá. Los ciudadanos deben elegir entre 1.672 candidatos (1.264 hombres y 408 mujeres).

Las cinco formaciones políticas más relevantes son: Partido Liberal (en el poder), Partido de la Reforma (ultraconservador), Partido Progresista Conservador, Bloque Quebequeño (independentista) y el Nuevo Partido Democrático (NPD, socialdemócrata).

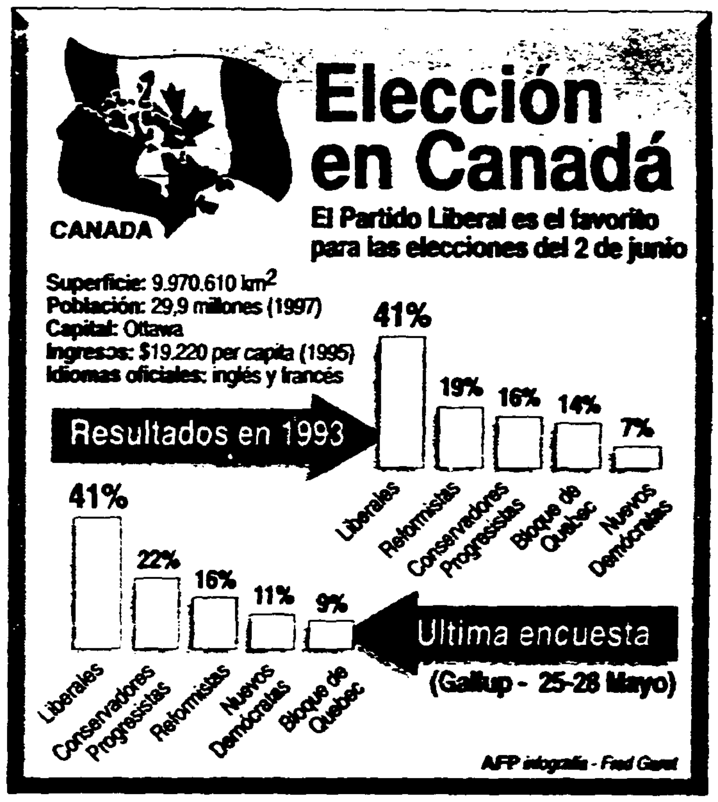
Sólo los tres primeros presentan candidatos en todos los distritos electorales, aunque el NPD no puede aspirar, según los analistas, más que a unos diez diputados. El Bloque Quebequeño sólo concurre en Quebec, donde dos minipartidos, el marxista leninista y el de la Ley Natural, adepto al yoga, presentan más candidatos que el Partido de la Reforma.

El jefe del partido que tenga mas diputados automáticamente será primer ministro.

En la cámara saliente, el Partido Liberal contaba con 174 diputados de los 295. Ahora, el primer ministro Jean Chretien, si bien es favorito, podria encontrarse con que ya no tiene mayoría absoluta.

Los otros partidos se disputan el título de "oposición oficial", que brinda ventajas materiales y el papel relevante en todos los debates parlamentarios.

Es probable que obtenga ese estatuto el ultraconservador Partido de la Reforma, cuyo líder, Preston Manning, llevó a cabo una agresiva campaña electoral, sobre todo en sus feudos del oeste del país. La votación se llevará a cabo a partir de las 08.30 locales en Terranova (11.00 GMT) y se irá escalonando debido a los seis husos horarios canadienses. La última de las 53.000 mesas electorales cerrará en Saskatchewan el lunes a las 20.30 locales (02.30 GMT del martes). Sólo después se anunciarán los resultados nacionales, conforme a la ley electoral.



De hecho, las elecciones comenzaron el 19 de mayo para las fuerzas militares de ultramar y prosiguieron el 23 con la votación anticipada de viajeros y prisioneros. Las provincias que cuentan con más diputados son Ontario, con 103, y Quebec, con 75. El territorio de Yukón está representado por un solo diputado.

En 1993, cerca del 70% de los electores participaron en el sufragio.

LR 2/6

08 9708380

ELECCIONES GENERALES **EL PRIMER MINISTRO JEAN CHRÉTIEN PONE A PRUEBA SU LIDERAZGO**

Canadienses votan mirando Quebec

La cuestión nacionalista de la provincia francohablante y separatista se convirtió en el centro del debate político las últimas semanas de la campaña

Las elecciones generales anticipadas que celebrará Canadá hoy serán, según los analistas, un buen termómetro para conocer el estado del movimiento separatista de la provincia francohablante de Quebec.

El problema de la unidad nacional, seriamente amenazada por el independentismo quebequés, ha sido uno de los principales temas de la campaña electoral de estos comicios.

Los partidos de oposición han acusado al primer ministro canadiense, Jean Chrétien, de haber sido incapaz de resolver el problema, tal y como había prometido.

Chrétien, quebequés y francohablante, prometió encontrar una solución basada en el consenso nacional durante la campaña del referéndum de separación que celebró Quebec a finales de 1995, pero, año y medio después, Canadá continúa amenazada por la escisión.

"Chrétien es un enemigo de la democracia", afirmó Lucien Bouchard

En ese referendo la opción federalista se impuso a la separatista por el estrecho margen de 1,2 puntos (50,6% frente a 49,4%), y el mismo día de la consulta el gobierno separatista de Quebec anunció que convocaría a una nueva en cuanto se dieran condiciones favorables para un triunfo del independentismo.

La cuestión del secesionismo quebequés provocó esta semana un fuerte enfrentamiento dialéctico entre los gobiernos de Ottawa y de Quebec, al reiterar Chrétien que no consentirá la separación de la provincia francohablante si sus habitantes deciden la independencia por una ajustada mayoría en un próximo referendo.

El jefe del Ejecutivo central afirmó que el 50% de los votos más uno a favor de la indepedencia en un futuro referendo no bastaría "de ninguna manera" para admitir esa separación.

"Con el 50% más uno (...) creo que no es razonable (consentir la separación)", dijo Chrétien en una entrevista de televisión enmarcada dentro de la campaña electoral.

La indignada respuesta del primer ministro provincial de Quebec, el separatista Lucien Bouchard, no se hizo esperar, al considerar que la afirmación de Chrétien choca con los principios del sistema democrático.

"Chrétien es un enemigo de la democracia", dijo Bouchard durante un acto del partido separatista Bloque Quebequés (BQ).

El BQ, que sólo presenta candidatos en Quebec y el Partido Liberal (PL), de Jean Chrétien, son los dos principales favoritos para alzarse con el triunfo en la provincia francohablante en los comicios de hoy.

Los últimos sondeos de la campaña, dados a conocer el pasado viernes, concedían al BQ entre el 38% y el 35,5% de la intención de voto en Quebec, mientras que al PL le asignaban entre el 35% y el 29%.

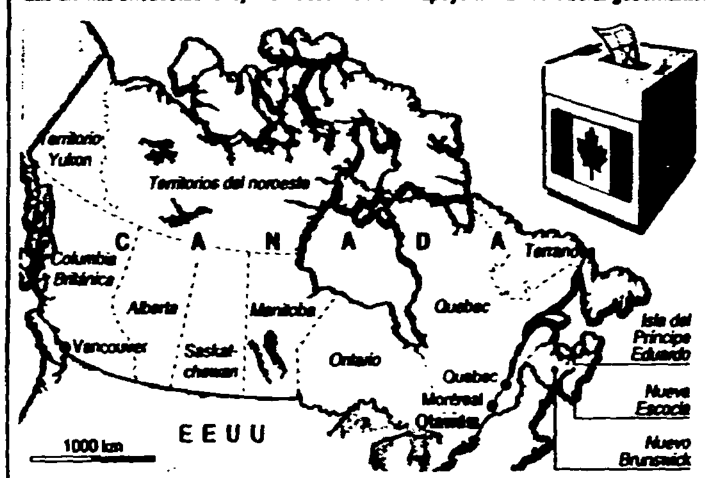
En el conjunto nacional, las encuestas indicaban que el PL obtendrá entre el 36% y el 42% de los votos, y que probablemente conseguirá mantener su actual mayoría absoluta en la Cámara de los Comunes.

El Partido Conservador se perfila como la formación que obtendrá más votos después del PL. Los últimos sondeos dan a los conservadores alrededor del 20%. El Partido de la Reforma obtendría alrededor del 18%, mientras que el Partido Neodemócrata lograría alrededor del 11%, y el BQ, entre el 9 y el 10%. *(AP)*

ELECCIONES EN CANADA

Los canadienses acudirán hoy a las urnas para elegir un nuevo Parlamento. El actual primer ministro, Jean Chretien, expresó su confianza en que su partido vuelva a alcanzar la mayoría.

Las últimas encuestas reflejan un descenso en el apoyo al Partido Liberal gobernante.



CANADA

Superficie:	9.922.385 km2
Capital:	Ottawa
Población:	28.406.400
Fuerzas Armadas:	70.500

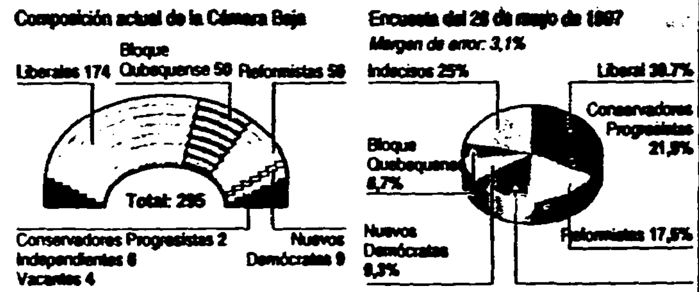
ECONOMIA (datos de 1995)

Inflación:	2,2%
Crecimiento:	2,2%
PIB:	US $ 22.100 per cápita
Exportaciones:	Madera, pescado, cereales, ganado, maquinaria, pieles.

POLITICA

Senado - Cámara alta: 104 representantes designados por el gobernador general a sugerencia del primer ministro. Los senadores están en activo hasta los 75 años.

Cámara de los Comunes - Cámara baja: 295 miembros (301 a partir del próximo 2 de junio), elegidos democráticamente para un periodo de cinco años



Fuentes: IISS, The Europa World Year Book, Political Handbook of the World, Zogby REUTERS

HISTORIA RECIENTE

- **KIM CAMPBELL.** Después de la dimisión del conservador Brian Mulroney, en el poder durante nueve años (1984-1993), la carismática Kim Campbell asumió la dirección del Partido Conservador y automáticamente se convirtió en la primera jefa de gobierno.
- **TERAPIA DE CHOQUE.** Campbell heredó el liderazgo de una nación que se enfrentaba casi por primera vez a una crisis económica y para combatirla aplicó –sin mucho éxito– una terapia de choque como fue un drástico recorte de los gastos de la administración.
- **DESCONTENTO.** Después de casi diez años votando la opción conservadora, en las últimas elecciones del 25 de octubre de 1993 el Partido Conservador Progresista sólo consiguió dos escaños de los 155 que [illegible] legislatura [illegible].
- **TRES BLOQUES.** El gran vencedor, el Partido Liberal, liderado por Jean Chrétien, logró la mayoría absoluta en unos comicios que rompieron el tradicional bipartidismo en Canadá y [illegible] ron un mapa [illegible] bloques: [illegible] mación ganadora, el Bloque Quebequés que se convirtió en el primer partido de oposición en la capital federal, y el Partido de la Reforma (nacionalista).

09 9708370

[illegible]

CANADA ELECCIONES (Previsión)
LOS CANADIENSES, DISPUESTOS A RENOVAR EL GOBIERNO LIBERAL

Por Miguel Sanz

Montreal (Canadá), 2 jun (EFE).- Los canadienses volverán a apostar hoy, lunes, por el Partido Liberal para gobernar la nación, según los últimos sondeos, después de una campaña que no ha servido para despejar incógnitas sobre el futuro del país.

Los 36 días de campaña electoral, la más corta de los últimos tiempos en Canadá, no han servido para clarificar los principales problemas del país, entre los que destaca el de la unidad nacional, seriamente amenazada por el movimiento separatista de la provincia francohablante de Quebec.

Quebec celebró a finales de 1995, por segunda vez en 15 años, un referendum de separación de Canadá, en el que la opción federalista se impuso a la separatista por el estrecho margen de 1,2 puntos (50,6 por ciento frente a 49,4 por ciento).

El mismo día de la consulta, el Gobierno separatista de Quebec anunció que convocaría un nuevo referendum de separación de Canadá en cuanto se dieran unas condiciones favorables para un triunfo del independentismo, algo que ha reiterado el primer ministro de la provincia francohablante, Lucien Bouchard, en los últimos meses.

El primer ministro de Canadá, Jean Chrétien, quebequés y francohablante, prometió encontrar una solución basada en el consenso nacional durante la campaña de aquel referendo, pero año y medio después, Canadá continúa amenazada de escisión.

La situación de inestabilidad planteada por el independentismo quebequés tiene todos los visos de seguir completamente igual tras las comicios de hoy, según los analistas, ya que apenas habrá cambios significativos en el nuevo Parlamento si se cumplen los pronósticos.

La probable renovación de la mayoría absoluta por parte del gobernante Partido Liberal (PL) es la principal incógnita de estas elecciones.

El PL obtendría entre el 36 y el 42 por ciento de los votos y probablemente conseguirá mantener su actual mayoría absoluta en la Cámara de los Comunes (cámara baja del Parlamento canadiense), según las encuestas.

Sin embargo, los liberales no tienen, ni mucho menos, esa mayoría absoluta asegurada, ya que la mayoría simple se situará con toda probabilidad ligeramente por debajo del 40 por ciento de los votos, según los analistas.

En las últimas elecciones generales celebradas en Canadá, en el año 1993, el PL cosechó el 41 por ciento de los votos, lo que le supuso 177 diputados de los 295 de que constaba la Cámara de los Comunes, que en la nueva legislatura tendrá 301 escaños.

El porcentaje necesario para obtener la mayoría absoluta es difícil de calcular debido al sistema electoral canadiense, en el que sólo es elegido un candidato por cada circunscripción.

De ese modo, podría darse el caso de que un partido político obtuviera un gran porcentaje de votos en el conjunto nacional y que no obtuviera ningún diputado, si sus candidatos, por ejemplo, quedaran en segundo lugar en todas las circunscripciones, aunque fuera a un solo voto de los candidatos elegidos en cada zona electoral.

El Partido Conservador (PC) se perfila como la formación que obtendrá más votos después del PL. Los sondeos conceden a los conservadores alrededor del 20 por ciento.

El Partido de la Reforma (PR, conservador) obtendría alrededor del 18 por ciento, mientras que el Partido Neodemócrata (PND, progresista) lograría en torno al 11 por ciento, y el Bloque Quebequés (BQ, separatista), entre el 9 y el 10 por ciento.

Pero, a pesar de estos porcentajes, debido al sistema electoral canadiense, el BQ podría ser el principal partido de oposición en el Parlamento federal, como fue en la legislatura 1993-1997, si logra unas dos terceras partes de los 75 diputados de Quebec, única provincia en la que presenta candidatos.

Las proyecciones apuntan a que el PR superará muy probablemente en varios escaños al PC, pese a que éste seguramente obtendrá más votos, y parece ser que los reformistas son la única formación que puede arrebatarle al BQ el título de oposición oficial. EFE

[illegible]

[illegible]

10

9708379

FB7085
U POYBT 06 01 00506
mon esq

CANADA ELECCIONES (Previsión)
LAS ELECCIONES GENERALES, TERMOMETRO DEL SEPARATISMO QUEBEQUES

Por Miguel Sanz

Montreal (Canadá), 1 jun (EFE).- Las elecciones generales anticipadas que celebrará Canadá este lunes serán, según los analistas, un buen termómetro para conocer el estado del movimiento separatista de la provincia francófona de Quebec.

El problema de la unidad nacional, seriamente amenazada por el independentismo quebequés, ha sido uno de los principales temas de la campaña electoral de estos comicios.

Los partidos de oposición han acusado al primer ministro canadiense, Jean Chrétien, de haber sido incapaz de resolver el problema, tal y como había prometido.

Chrétien, quebequés y francohablante, prometió encontrar una solución basada en el consenso nacional durante la campaña del referéndum de separación que celebró Quebec a finales de 1995, pero, año y medio después, Canadá continúa amenazada de escisión.

En ese referendo, la opción federalista se impuso a la separatista por el estrecho margen de 1,2 puntos (50.6 por ciento frente a 49.4 por ciento), y el mismo día de la consulta el Gobierno separatista de Quebec anunció que convocaría una nueva en cuanto se dieran unas condiciones favorables para un triunfo del independentismo.

La cuestión del secesionismo quebequés provocó esta semana un fuerte enfrentamiento dialectico entre los Gobiernos de Ottawa y de Quebec, al reiterar Jean Chrétien que no consentirá la separación de la provincia francohablante si sus habitantes deciden la independencia por una ajustada mayoría en un próximo referendo.

El jefe del Ejecutivo central afirmó que el 50 por ciento de los votos más uno a favor de la indepedencia en un futuro referendo no bastaría para admitir esa separación.

"Con el 50 por ciento más uno (...) creo que no es razonable (consentir la separación)", dijo Chrétien en una entrevista de televisión enmarcada dentro de la campaña electoral.

La indignada respuesta del primer ministro provincial de Quebec, el separatista Lucien Bouchard, no se hizo esperar, al considerar la afirmación de Chrétien contraria al sistema democrático.

"Chrétien es un enemigo de la democracia", dijo Bouchard durante un acto electoral del partido separatista Bloque Quebequés (BQ).

El BQ, que sólo presenta candidatos en Quebec, y el Partido Liberal (PL), de Jean Chrétien, son los dos principales favoritos para alzarse con el triunfo en la provincia francohablante en los comicios del lunes.

Los últimos sondeos de la campaña, dados a conocer el pasado viernes, concedían al BQ entre el 38 y el 35.5 por ciento de la intención de voto en Quebec, mientras que al PL le asignaban entre el 35 y el 29 por ciento.

En el conjunto nacional, las encuestas indicaban que el PL obtendrá entre el 36 y el 42 por ciento de los votos, y que probablemente conseguirá mantener su actual mayoría absoluta en la Cámara de los Comunes (cámara baja del Parlamento canadiense, que estará integrado por 301 escaños en la nueva legislatura).

El Partido Conservador (PC) se perfila como la formación que obtendrá más votos después del PL. Los últimos sondeos concedían a los conservadores alrededor del 20 por ciento.

El Partido de la Reforma (PR, conservador) obtendría alrededor del 18 por ciento, mientras que el Partido Neodemócrata (PND, progresista) lograría entorno al 11 por ciento, y el BQ, entre el 9 y el 10 por ciento de los sufragios nacionales.

Pero a pesar de esos porcentajes, debido al sistema electoral canadiense, el BQ podría ser el principal partido de oposición en el Parlamento federal, como lo fue en la legislatura 1993-1997, si al igual que en los comicios de hace cuatro años lograra unas dos terceras partes de los 75 diputados de Quebec. EFE

ms/ref/mal.ll

06-01-15:55:57

XA3122

R DOCBT 06-01 00392
mun exg

CANADA ELECCIONES (Documentación)
EVOLUCION POLITICA Y SOCIOECONOMICA

Madrid. 1 jun (EFE-Documentación).- Después de la dimisión del conservador Brian Mulroney, en el poder durante nueve años (1984-1993) y considerado como el primer ministro más impopular de Canadá desde el final de la II Guerra Mundial, la carismática Kim Campbell asumió la dirección del Partido Conservador y automáticamente se convirtió en la primera jefa de Gobierno del país americano.

Sin embargo, los conservadores estaban ya prácticamente acabados. Campbell heredó el liderazgo de una nación que se enfrentaba casi por primera vez a una crisis económica y, para combatirla, aplicó -sin mucho éxito- una terapia de choque como fue un drástico recorte de los gastos de la Administración.

Después de casi diez años votando la opción conservadora, el pueblo canadiense, acostumbrado al bienestar, les retiró masivamente su confianza. En las últimas elecciones del 25 de octubre de 1993, el Partido Conservador Progresista sólo consiguió dos escaños de los 155 que obtuvo en la legislatura anterior.

El gran vencedor, el Partido Liberal, liderado por el francófono Jean Chretien, logró 178 escaños (mayoría absoluta) en unos comicios que rompieron el tradicional bipartidismo en Canadá y configuraron un mapa político de tres bloques: además de la formación ganadora, el separatista Bloque Quebequés (54 escaños, frente a los 0 en 1988), que se convirtió en el primer partido de oposición en la capital federal, y el Partido de la Reforma -nacionalista- (52 escaños, también 0 en 1988), y el Partido Neodemócrata.

El gran conflicto político sigue siendo la vieja questión de la provincia francófona de Quebec (más del 80 por ciento de la población es francófona frente a un 9 por ciento anglófono), con aspiraciones secesionistas, y que se negó a firmar en 1981 la nueva Constitución.

En el primer referéndum sobre la independencia convocado por el movimiento nacionalista, celebrado en 1980, el 57,5 por ciento del electorado rechazó la independencia de Quebec frente a un 40,5 por ciento. En la segunda consulta popular (30 octubre 1995) los federalistas lograron también una ajustada victoria: el 50,6 por ciento contra el 49,4 por ciento.

Canadá es el segundo país mas grande del mundo, después de Rusia, con ricos y vastos recursos naturales (por ejemplo, está entre los primeros puestos en la producción mundial de minerales), exporta energía, tiene una de las economías más diversificadas del mundo y es uno de los países mas industrializados del planeta. EFE
ALR/doc/cml/mir

06/01/15-30/97

9708360

12- 12

DOCUMENTO ..... [illegible]
TITULO .....
PROCEDENCIA 513 593
FECHA DE P..... 8/6/97
VINCULACION 11921
66899
11164-11392
65890
501889

01-02

FB/35

E PURBT 06-08 00501
mun exo

P.RICO-ONU
SE REANUDA DEBATE SOBRE PUERTO RICO EN COMITE DESCOLONIZACION

Por Jose A. Delgado

San Juan de Puerto Rico. 8 jun (EFE). - El Comité de Descolonización de Naciones Unidas examinará el próximo 19 de junio la situación política de Puerto Rico, un Estado Libre Asociado (ELA) de EEUU que aun no ha decidido su futuro como nación.

Los miembros del comité denominado de los 24 podrían aprobar ese día, o el 20, una nueva resolución que reafirme el derecho de Puerto Rico a su libre determinación e independencia.

Sectores independentistas, autonomistas y anexionistas suelen acudir a la audiencia del comité de la ONU a "revivir" el secular debate sobre las relaciones entre este país caribeño y Estados Unidos.

Esta vez, como ha sucedido en otras ocasiones recientes, el debate se desarrollará coincidiendo con un nuevo intento del Congreso de EEUU de convocar un plebiscito sobre alternativas de estatus para Puerto Rico.

Estados Unidos, que invadió militarmente Puerto Rico en 1898, nunca ha consultado a los puertorriqueños sobre alternativas de estatus pues, cuando se estableció la actual relación política, en 1952, el país sólo pudo votar "sí" o "no" al ELA.

El Partido Independentista Puertorriqueño (PIP) confirmó a EFE que ha comenzado a buscar apoyos a nivel internacional en favor de un borrador de resolución que reconoce el derecho de Puerto Rico a su libre determinación e independencia.

A su vez, la propuesta insta a Estados Unidos a ofrecer a Puerto Rico alternativas políticas soberanas, basadas en la nacionalidad puertorriqueña, dijo el vicepresidente del PIP, Fernando Martín.

El borrador de resolución, a su vez, reclama la excarcelación de los 15 independentistas puertorriqueños presos en EEUU por actividades derivadas de sus ideas políticas y pide a las Naciones Unidas mantener bajo continuo examen el caso puertorriqueño, explicó.

El PIP ya hace consultas en busca de apoyos con los gobiernos de Chile y Venezuela, junto a Cuba, países latinoamericanos que tienen representación en el Comité de Descolonización.

Cuba, y en algunas ocasiones Venezuela, han sido los portavoces de los llamamientos regionales en favor de la autodeterminación e independencia de Puerto Rico.

El otro país del continente americano que pertenece al Comité de descolonización es Trinidad y Tobago.

Este verano, el pleno de la Cámara de Representantes de EEUU debe aprobar el proyecto "856" del congresista de Alaska Don Young, dirigido a convocar un plebiscito en Puerto Rico en 1998, cuando se cumple el centenario de la invasión estadounidense.

La medida, aprobada en mayo por la Comisión de Recursos del cuerpo legislativo, se basa en que en 1953, cuando el Gobierno de EEUU dijo a la ONU que Puerto Rico había conseguido su propio gobierno, realmente ocurrió un "malentendido".

Los promotores del plebiscito en EEUU sostienen que Puerto Rico no ha dejado de estar sujeto a los poderes plenarios del

2-2

Congreso estadounidense desde la ocupación militar de 1898 y que esa subordinación política debe [illegible].

El proyecto de ley estadounidense propone como alternativas permanentes la anexión, la independencia o la libre asociación.

EFE

[illegible]

9708371

XU4699

P ECOBT 06-27 00354
mes año

P RICO-PRESUPUESTO
GOBERNADOR FIRMA MAYOR PRESUPUESTO EN HISTORIA DEL PAIS

San Juan de Puerto Rico, 27 jun (EFE). El gobernador de Puerto Rico, Pedro Rossello, firmó hoy, viernes, un presupuesto consolidado para el año fiscal 1997-98 de 18.000 millones de dólares, el mayor en la historia del país.

El presupuesto para el próximo año fiscal, que comienza dentro de tres días, también refleja unos 6.065 millones de dólares para el fondo general, con una partida de 638 millones para llevar la controvertida tarjeta de salud a 12 pueblos del Área oeste.

El Gobernador defendió, al firmar el presupuesto en el patio de La Fortaleza, sede del gobierno de Puerto Rico, los recaudos estimados para el nuevo año fiscal.

Durante la ceremonia, Rosselló estuvo acompañado de los presidentes de la Cámara, Edison Misla Aldarondo, y del Senado, Charlie Rodríguez; el secretario de Hacienda, Manuel Díaz Saldaña; el presidente del Banco Gubernamental de Fomento (BGF), Marcos Rodríguez Ema, y el director de la Oficina de Gerencia y Presupuesto (OGP), Jorge Aponte, entre otros legisladores y funcionarios.

El Gobernador mostró un gráfico en la que se destaca que de 1989 a 1993 los recuados estimados de 19.476 millones de dólares estaban por encima de las recaudaciones reales de 18.980 millones, pero de 1994 a 1997 han estado por debajo, con un estimado de 19.213 millones de dólares y un recaudo real de 20.592 millones de dólares.

"El estimado de 1989 a 1993 sí fue exagerado, pero eso se ha superado por la politica conservadora del Secretario de Hacienda, que hace los estimados y que han estado por debajo de los recaudos", añadió.

Rosello destacó que "a pesar" de rumores, hoy se firmó "un presupuesto balanceado, que nos permite realizar la obra que el pueblo nos ha encomendado hacer".

Declaró que el presupuesto, que la Oficina de Gerencia y Presupuesto (OGP) ha colocado en la red informática "Internet" para que pueda ser analizado por los interesados, se ha firmado desde 1994-95 previo a comenzar el año fiscal al que corresponde.

También destacó la diferencia entre el presupuesto consolidado recomendado y el aprobado fue de 0.7 por ciento, mientras que la diferencia en el presupuesto del fondo general fue de 0.9 por ciento. EFE

HDC rad/mrd

01-01

Nº. DOCUMENTO 97 08 373

TITULO

518 593

13/6/97

11921
66899
65890
11164 - 11399
11055

XA3036

R POXBT 06-13 00218
ass exg

P.RICO-EEUU
COMISION RECURSOS PRESENTO INFORME PLEBISCITO

San Juan de Puerto Rico, 12 jun (EFE).- La Comisión de Recursos de la Cámara de Representantes de EEUU presentó hoy el informe del proyecto de ley "856" que convoca un plebiscito sobre el futuro político de Puerto Rico.

De esta forma, la medida puede ser considerada -se espera que en un plazo de dos semanas- por la Comisión de Reglamentos, que ordenará el proceso de discusión en el pleno del cuerpo legislativo.

Manase Mansur, funcionario de la Comisión de Recursos, dijo a EFE que la presentación del informe "es otro paso significativo hacia el proceso de convocar el plebiscito", previsto para 1998, año en el que se cumplirá el centenario de la invasión estadounidense de la isla.

En conversación telefónica desde Washington, Mansur sostuvo que la Comisión de Reglamentos recibirá un proyecto de ley que ya tiene incorporado el procedimiento que había propuesto en 1996.

Mansur sostuvo que técnicamente la Comisión de Reglamentos puede esperar entre dos y cuatro semanas para considerar el proyecto y entonces programar su presentación ante el pleno de la Cámara de Representantes de EEUU.

El presidente de la Comisión de Recursos y autor del proyecto de plebiscito, Don Young, "quiere que la medida se apruebe lo más pronto posible" una vez que el comité de Reglamentos ordene el proceso, dijo Mansur. EFE

jad/fp/arp

06/13/00-12/97

01 - 01.

9708373

Fujimori otorgó su beneplácito a la designación del embajador Zorrilla

El gobierno de Perú concedió ayer su beneplácito para la designación del nuevo embajador de Uruguay, Diego Zorrilla, actual jefe de gabinete de la Cancillería de la República.

La respuesta peruana se conoció "menos de dos horas después" que nuestro país oficializara el nombramiento ante las autoridades del Perú.

Resta ahora que el Senado de la República otorgue la venia correspondiente para que el diplomático esté en condiciones de viajar a Lima y asumir al frente de la legación uruguaya.

Fuentes de la Cancillería señalaron que el embajador Zorrilla asumiría el próximo 28 de julio, fecha "simbólica", que coincide con las fiestas nacionales del Perú.

Por su parte, el peruano Guillermo del Solar, que había sido llamado en consulta por el gobierno de su país durante la crisis, regresará al Uruguay para ocupar la titularidad de la Embajada.

Con la designación del nuevo embajador uruguayo, adelantada por **LA REPUBLICA**, y la reasunción de su homólogo peruano, ambos países dan por concluido el episodio que provocó un súbito enfriamiento de las relaciones diplomáticas.

Mientras tanto, Tabaré Bocalandro, el ex embajador en Perú, sería designado para ocupar la titularidad de la representación uruguaya en Panamá.

Ramos en Colonia Suiza

El ministro de Relaciones Exteriores, Alvaro Ramos, participará junto a 28 embajadores uruguayos ante gobiernos extranjeros, en un encuentro para realizar un relevamiento de la política exterior y la reestructura puesta en marcha bajo la actual administración.

El evento tendrá lugar a partir de hoy en el Hotel Nirvana (Colonia Suiza), departamento de Colonia. Es el segundo de este tipo que se realiza desde 1995.



Ramos evalúa hoy política exterior con embajadores.

OL-05

9708374

mun exq lcx

PERU-URUGUAY (Ampliación)
PERU Y URUGUAY DECIDEN NORMALIZAR RELACIONES

Lima. 3 jun (EFE). Lima y Montevideo han decidido "volver la página" y normalizar sus relaciones diplomáticas "a la mayor brevedad", dijo hoy a EFE en la capital peruana el canciller uruguayo, Alvaro Ramos.

La decisión se tomó en el transcurso de una entrevista, "muy franca y positiva", que Ramos mantuvo en Lima con su colega peruano, Francisco Tudela, y en la que, segun el canciller uruguayo, se trataron "los episodios de la embajada del Japón en Lima".

Tras ello, "de común acuerdo, decidimos ambos Gobiernos volver la página, dar el tema por concluido y, en el tiempo más corto posible, recuperar el máximo nivel en nuestras relaciones diplomáticas".

Ramos no quiso precisar el momento exacto en el que los embajadores de ambos países volverán a las respectivas capitales, pero reiteró que sera "lo antes posible".

Agregó que entre ambos Gobiernos no existen ya problemas, porque "los temas se han ido recomponiendo todos y lo que resta es poner en marcha la decisión de normalizar las relaciones".

Esta misma tarde, Ramos será recibido por el presidente de Perú, Alberto Fujimori, y en esa entrevista le transmitirá "la solidaridad y el saludo" del presidente uruguayo Julio María Sanguinetti.

En principio, no parece que vaya a ser el embajador Tabaré Bocalandro quien vuelva a hacerse cargo de la representación diplomática uruguaya en Lima.

"Ese es un tema que la Cancillería uruguaya tiene que resolver. No tiene nada que ver con este hecho, sino que es más bien un asunto de tipo funcional y personal y lo vamos a ver en estos días", dijo Ramos, quien dejó fuera de toda duda el hecho de que "cualquier decisión se va a tomar muy rápidamente".

Las relaciones entre ambos países se vieron deterioradas el pasado mes de diciembre, cuando fue liberado en Lima el embajador Bocalandro, rehén del comando del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA) que asaltó la residencia del embajador japonés en Perú.

Bocalandro fue liberado después de que la justicia de Montevideo liberara a dos "emerretistas" presos en Uruguay, lo que fue interpretado en Perú como un aparente canje y una inequívoca concesión al terrorismo.

Tras estos sucesos, el Gobierno de Perú llamó a consultas a su embajador en Montevideo, mientras que Bocalandro regresó a Uruguay sin volver a ocupar su puesto en Lima. Ambas embajadas quedaron en manos de un "encargado de negocios".

Sin embargo, en opinión de Ramos, las relaciones diplomaticas, que durante estos cinco meses se han visto erosionadas por este conflicto, "van a continuar siendo tan francas, tan buenas y tan complementarias como lo han sido siempre".

Por tanto, Uruguay está dispuesto "desde ya" a apoyar el acercamiento de Peru, que se retiró del Pacto Andino el pasado mes de abril, al Mercosur.

Perú pretende concertar un acuerdo del tipo "cuatro más uno", como los que Mercosur firmados con Chile y Bolivia.

Posteriormente, si las negociaciones avanzan hacia la Unión Aduanera se podría habilitar a Perú como un socio de pleno derecho ya que, tras su retirada del Pacto Andino, no forma parte de otro bloque de integración comercial en el continente. EFE

MLA\AV/cho

06/03/19-44/97

9708374

CR 4/6.

Ramos y Fujimori se reunieron y dieron por concluida la crisis

El canciller uruguayo retorna hoy y a la brevedad se nombrarán embajadores en ambos países

Lima y Montevideo han decidido volver la página y normalizar sus relaciones diplomáticas designando sus embajadores en breve, afirmó en la tarde de ayer el canciller uruguayo Alvaro Ramos. El diplomático compatriota se reunió ayer en Lima con el presidente peruano Alberto Fujimori en el Palacio de Gobierno.

La reunión se realizó a última hora de la tarde, duró 30 minutos y significó la culminación de la crisis diplomática entre los dos países, a partir de la negativa de la Justicia uruguaya a extraditar a dos peruanos acusados de pertenecer al MRTA y la posterior liberación del embajador uruguayo Tabaré Bocalandro, uno de los rehenes de un comando guerrillero en la residencia del embajador japonés en el país incaico.

El acuerdo alcanzado implicará entre otras medidas la designación "a la brevedad posible" de los respectivos embajadores que cubran las vacantes generadas durante la crisis.

Ramos, que se encontraba en Lima participando de una reunión de la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), se había reunido el lunes con su colega peruano Francisco Tudela.

En las últimas semanas las relaciones se tensaron a raíz del cambio de nombre de una escuela denominada José Gervasio Artigas en Lima y por trabas para la exportación del arroz uruguayo, mientras el gobierno de nuestro país negó que se opusiera al ingreso de Perú al Mercosur.

La primera muestra oficial de acercamiento la dio Fujimori con una breve carta dirigida al presidente Julio María Sanguinetti, agradeciendo la postura asumida por el primer mandatario de nuestro país ante la toma por fuerzas de elite peruanas de la residencia del embajador japonés, que culminara con la muerte de los catorce guerrilleros, un rehén y dos militares.

Ramos calificó la reunión con su par Francisco Tudela como "muy franca y positiva", y en la que según el canciller uruguayo "se trataron los episodios ocurridos en la residencia del embajador japonés".

Vale recordar que el canciller peruano permaneció de rehén durante varios meses, cuando un comando emerretista tomó la residencia del embajador japonés Aoki. Allí permaneció hasta que un operativo militar recuperó la residencia, matando a todos los miembros del grupo guerrillero y en donde el propio Tudela resultó herido.

Luego de dialogar sobre esto, resolvieron de común acuerdo dar vuelta la página, declarar el tema por concluido y en el menor tiempo posible recuperar el mejor nivel de las relaciones diplomáticas.

Ramos no quiso confirmar el momento exacto en que los embajadores de ambos países volverán a sus respectivas capitales "pero será lo antes posible", culminó el canciller oriental.

Alvaro Ramos regresa hoy a nuestro país y brindará una conferencia de prensa en el Aeropuerto Internacional de Carrasco, donde informará sobre los pormenores de las conversaciones con las autoridades peruanas y las medidas que se adoptarán próximamente. Posteriormente se trasladará al Parque Hotel donde inaugurará la sede del Mercosur. (Ver nota aparte).

03

9708374

El canciller Ramos se reunió con el presidente Fujimori y su colega Tudela

RELACIONES DIPLOMATICAS CON PERU SE NORMALIZAN

4/6 EP.

Perú y Uruguay han decidido "volver la página" y normalizar sus relaciones diplomáticas "a la mayor brevedad", dijo en la capital peruana el canciller uruguayo, Alvaro Ramos, quien se reunió con el presidente peruano Alberto Fujimori y el canciller incaico, Francisco Tudela.



SOLUCION. *El presidente peruano Alberto Fujimori y el canciller uruguayo, Alvaro Ramos, acordaron normalizar las relaciones diplomáticas entre los dos países*

LIMA, (De nuestras agencias AP y EFE) El canciller de Uruguay Alvaro Ramos se ha convertido aquí en mensajero de buena vecindad y sus gestiones, realizadas con la paciencia de un artesano, han sido exitosas para restituir las relaciones con Perú a su nivel que estuvieron hace cinco meses.

Ramos se reunió ayer con el presidente Alberto Fujimori y el lunes con su colega peruano Francisco Tudela en un intento por limar las asperezas surgidas entre ambos países durante la crisis de los rehenes en Lima.

■ REUNION CON FUJIMORI

El ministro se entrevistó esta tarde con Fujimori por más de media hora en Palacio de Gobierno. A la reunión asistieron también el embajador José María Araneo, director general de política externa de la cancillería uruguaya y el encargado de negocios Nelson Chaben.

En la cita, Fujimori y Ramos acordaron normalizar las relaciones diplomáticas entre los gobiernos de Perú y Uruguay, y por ello decidieron nombrar de inmediato a sus respectivos embajadores, informó la presidencia.

El canciller Ramos se reunió también con su homólogo peruano.

"La reunión con el canciller Tudela fue una reunión franca, positiva, en la cual se acordó, en el tiempo más breve posible, llegar a relaciones diplomáticas completas, como históricamente siempre existieron entre Uruguay y Perú", dijo Araneo a The Associated Press.

■ NUEVOS EMBAJADORES

Ramos no quiso precisar el momento exacto en el que los embajadores de ambos países volverán a las respectivas capitales, pero reiteró que será "lo antes posible".

Agregó que entre ambos Gobiernos no existen ya problemas, porque "los temas se han ido recomponiendo todos y lo que resta es poner en marcha la decisión de normalizar las relaciones".

En principio, no parece que vaya a ser el embajador Tabaré Bocalandro quien vuelva a hacerse cargo de la representación diplomática uruguaya en Lima.

"Ese es un tema que la Cancillería uruguaya tiene que resolver. No tiene nada que ver con este hecho, sino que es más bien un asunto de tipo funcional y personal y lo vamos a ver en estos días", dijo Ramos, quien dejó fuera de toda duda el hecho de que "cualquier decisión se va a tomar muy rápidamente".

En opinión de Ramos, las relaciones diplomáticas, que durante estos cinco meses se han visto erosionadas por este conflicto, "van a continuar siendo tan francas, tan buenas y tan complementarias como lo han sido siempre".

■ APOYO A PERU

Por tanto, Uruguay está dispuesto "desde ya" a apoyar el acercamiento de Perú, que se retiró del Pacto Andino el pasado mes de abril, al MERCOSUR.

Perú pretende concertar un acuerdo del tipo "cuatro más uno", como los que el MERCOSUR tiene firmados con Chile y Bolivia. Las relaciones diplomáticas peruano-uruguayas se enfriaron luego que las autoridades judiciales de Uruguay liberaron a dos encausados como presuntos miembros del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), grupo rebelde que por entonces había tomado la residencia del embajador del Japón en Lima y mantenía a decenas de rehenes, entre ellos el embajador de ese país Tabaré Bocalandro.

Los peruanos liberados fueron identificados como Luis Samaniego y Silvia Gora, quienes estaban desde diciembre de 1995 en Uruguay. Actualmente, las propias autoridades uruguayas desconocen el paradero de ambos, y en Lima versiones de prensa dijeron que habían regresado al Perú para reintegrarse al MRTA.

Tras la liberación de los sospechosos, el comando rebelde en la residencia nipona liberó a Bocalandro, acción que fue considerada aquí como un canje, no obstante las explicaciones posteriores de Uruguay en el sentido de que el poder judicial actuó de manera autónoma del gobierno central.

Bocalandro retomó a su país y el gobierno peruano llamó a su embajador en Uruguay.

"En Uruguay existe una separación de poderes muy nítida que todo el pueblo uruguayo sabe y conoce, donde el poder ejecutivo no tiene influencia sobre el poder judicial. Uruguay estaba plenamente informado sobre cuál es la realidad jurídica e institucional del país", dijo Araneo.

El funcionario señaló que previamente a la 27ma Asamblea anual de la OEA, que se efectúa en Lima, se mantuvieron conversaciones diplomáticas entre Uruguay y Perú en distintos niveles para preparar el encuentro de los cancilleres Ramos y Tudela que se efectuó ayer.

04

URUGUAY PERU (Previsión)
ENTRE NORMALIZACION DE RELACIONES Y ACERCAMIENTO AL MERCOSUR

Por Alberto Pena Leira

Montevideo, 1 jun (EFE). Perú comenzará la próxima semana en Montevideo un acercamiento concreto al Mercado Común del Sur (Mercosur), mientras el canciller uruguayo, Alvaro Ramos, buscará en Lima superar el distanciamiento diplomático entre los dos países, informaron hoy, domingo, a EFE fuentes diplomáticas.

Ramos viajó el sábado a Lima para participar en la Asamblea Ordinaria de la Organización de Estados Americanos (OEA), pero mañana, lunes, tendrá su primer encuentro privado con el canciller peruano, Francisco Tudela.

El encuentro de los ministros de ambos países había sido adelantado a EFE por el vicecanciller Carlos Pérez del Castillo como el primer paso de un programa para avanzar en la normalización de las relaciones, que se había acordado diplomáticamente en reuniones de funcionarios en un reciente encuentro en Belo Horizonte, Brasil, cuando la reunión del ALCA (Asociación de Libre Comercio de las Américas).

Perú, tras retirarse en marzo del Pacto Andino, quedó habilitado para negociar directamente su entrada al acuerdo de integración de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

Los primeros pasos concretos se darán el próximo día 10, 72 horas después de que se reanuden en otra reunión las conversaciones con los integrantes que permanecen en el Pacto Andino, tras haberse suspendido tiempo atrás por los problemas internos de ese bloque y la situación institucional en Ecuador.

El primer paso que dará Perú con el Mercosur será la concreción de un acuerdo de libre comercio "cuatro más uno", como el que tienen firmado Chile y Bolivia.

Posteriormente, si las negociaciones avanzan hacia la unión aduanera se podría habilitar a Perú como un socio de pleno derecho, en razón de que al no ser parte de otro bloque de integración, por su retirada del Pacto Andino, está en las mismas condiciones que Chile, de acuerdo con el Tratado de Asunción de 1991, que creó el Mercosur.

Los aspectos de integración van de la mano de la normalización de las relaciones diplomáticas de Uruguay y Perú, deterioradas desde diciembre cuando fue liberado en Lima el embajador Tabaré Bocalandro, rehén del comando del MRTA que asaltó la residencia del embajador japonés en Perú, después de que la justicia de Montevideo negara la extradición a dos acusados de pertenecer a esa banda armada.

Mientras el Gobierno del presidente Alberto Fujimori entendió la liberación como un canje por la negativa de la extradición de los peruanos Silvia Gora y Luis Alberto Samaniego, el de Uruguay argumentó que se trataba de una decisión tras dos instancias de la justicia, que es un poder autónomo en el país.

Tras los sucesos de diciembre, el Gobierno de Perú llamó a consultas a su embajador en Montevideo, que no ha regresado, mientras que Bocalandro regresó a su país sin volver a ocupar su cargo diplomático en Lima.

Las representaciones en ambos países tienen a su frente a "encargados de negocios".

Pese a que diplomáticamente se desarrollaban positivos contactos, hubo actitudes políticas que al parecer frenaron el avance, como la retirada en una Escuela de Lima de un busto del prócer uruguayo, general José Artigas, y de la encubierta amenaza desde Montevideo de un eventual "veto" al ingreso de Perú al Mercosur.

En lo que aparecía a los ojos de la prensa como un pulso entre Fujimori y el presidente uruguayo, Julio María Sanguinetti, los temores de un agravamiento de la situación se disiparon esta semana cuando el mandatario peruano envió una carta de agradecimiento por la reacción de Uruguay ante el fin de la crisis de la residencia del embajador de Japón en Lima.

Sanguinetti recibió el miércoles la carta de Fujimori, que tenía fecha de un mes atrás.

El mensaje se interpretó en Montevideo como una "señal" de que el Gobierno peruano deseaba normalizar sus relaciones con Uruguay, coincidiendo con el viaje del canciller Ramos.

Sanguinetti estaba en China cuando acabó la crisis de los rehenes y el día 23 de abril elogió en un mensaje la "firmeza y paciencia" de Fujimori y manifestó su deseo de que lo ocurrido en en Lima "sirva de lección a quienes aún piensan en el recurso de la violencia como instrumento político".

El intercambio epistolar se produjo tres días antes del viaje de Ramos a Lima [illegible] del anuncio de que Perú comenzará en Montevideo la negociación para entrar al Mercosur. EFE

[illegible]

05-05 9708374

[illegible]

PROMUEVEN PRIVATIZACIONES

Perú busca socios argentinos

El gobierno peruano realizó ayer su "roadshow" en la Argentina para promover las próximas privatizaciones que pondrá en marcha. La gira ya pasó por México, Brasil y Colombia, y seguirá rumbo a Estados Unidos y Europa. La llegada a Buenos Aires fue seguida con interés, sobre todo por las petroleras locales, varias de las cuales ya tienen fichas jugadas en el mercado peruano.

Minería, telecomunicaciones y electricidad, así como hidrocarburos, agroindustria, transporte, mercados de capitales, puertos y aeropuertos son las **áreas de mayor atractivo** en la etapa de privatizaciones que se abrió este año, luego de iniciar Perú esta política en 1991 mediante la Copri (Comisión de Promoción de la Inversión Privada) y Promcepri, encargada de los proyectos de concesiones.

En la ronda de ayer, que contó con el apoyo del Citibank, **escucharon las propuestas peruanas**, entre otros, ejecutivos **de las petroleras YPF**, Perez Companc, Interpetrol, Pluspetrol y Bridas (algunas ya tienen presencia en Perú), constructoras como Techint y Arcor, también con un pie puesto en ese país en el **área de alimentos**.

Hasta hoy, Perú recaudó **7.000 millones** de dólares por venta de activos públicos y obtuvo compromisos de inversión por otro monto similar. Alrededor de 30 **grupos locales y extranjeros han participado de las ventas de ex empresas públicas.**

En lo que el gobierno que encabeza Alberto Fujimori llama **"segunda generación" de privatizaciones, la minería suscitó el interés mayor manifestado en planes de inversión por 4.700 millones de dólares en los próximos años.**

Beatriz Boza, presidenta de Promperú y especialista en el marco legal de las privatizaciones, dijo que su gobierno busca un "cambio de paradigma" para **que la población apoye las privatizaciones.** En tal sentido, Promperú coordinó una encuesta regional donde Perú, Chile y Brasil registraron las opiniones más favorables sobre percepción de mejora económica en la población, en tanto la Argentina, México y Venezuela, **las de mayor percepción de retroceso.**

08-04

9708375

ESI417

S ECOEC 06-18 [illegible]

and sur [illegible]

PERU-ALADI

COMERCIO PERU CON ALADI AUMENTA A 578 MILLONES DOLARES

Lima, 17 jun (EFE).- El intercambio comercial entre Perú y los países de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) aumentó en un 13.8 por ciento al alcanzar los 578 millones de dólares en el primer trimestre de 1997, informó la Superintendencia Nacional de Aduanas.

El [illegible] comercializado con la región representó el 26.8 por ciento del total de intercambio de bienes a nivel mundial realizado por este país andino, con lo cual el Aladi se constituyó como uno de los más importantes socios comerciales de Perú.

Este repunte del comercio está asociado con la expansión de las exportaciones peruanas que registraron un crecimiento del 19.8 por ciento al alcanzar los 218 millones de dólares en el primer trimestre.

En cambio, las importaciones (372 millones) mostraron un crecimiento de 10,5 por ciento y el resultado de la balanza comercial con estos países de la región fue de 430 millones de dólares, [illegible] en 5.7 por ciento el alcanzado en los primeros tres meses de 1996.

Este saldo comercial regional explica prácticamente la totalidad del déficit registrado por la economía peruana a nivel mundial, puesto que los saldos fueron negativos con todos sus países vecinos, según el informe de Aduanas.

Cabe resaltar que las exportaciones de los productos no tradicionales registraron un incremento de 25,1 por ciento, mientras que las de [illegible] se expandieron en 15.7.

En el primer trimestre de 1997, [illegible] de divisas lo [illegible] las [illegible] de [illegible] y los productos [illegible] 101 millones de dólares.-EFE

[illegible]

06 18 06-56 97

02

9708375

La Mañana
DEL MUNDO

El desempleo: un problema para el Perú

CM 17/6

Fujimori dice que el índice del mismo es de 7,8 por ciento, y la tasa del subempleo se encuentra actualmente en el 45 por ciento

EL presidente peruano Alberto Fujimori dijo ayer que el desempleo de su país se encuentra cerca del 7,8 por ciento, nivel que sigue siendo un problema para su gobierno.

ROMA (Reuter) - "Reconocemos que el desempleo es uno de los factores que todavía no hemos superado totalmente", Fujimori dijo en una conferencia de prensa en Roma, donde se encuentra de visita.

"El desempleo está actualmente en aproximadamente 7,8 por ciento", señaló.

Los comentarios del mandatario contrastan con las cifras divulgadas por el ministerio del Trabajo en abril, que mostraron un descenso en la tasa de desempleo a 7,1 por ciento en el cuarto trimestre de 1996, frente al 7,5 por ciento del mismo período de 1995.

Fujimori dijo que la tasa de subempleo se encuentra actualmente en 45 por ciento. Funcionarios gubernamentales habían señalado en abril que la tasa era de 47 por ciento.

El presidente dijo que espera que la situación laboral de su país mejore a través de la promoción de inversiones y el apoyo a la pequeña y mediana industria.

Fujimori agregó que un proyecto de ley fue presentado ante el Congreso para permitir que los jóvenes ingresen al mercado laboral.

Las estadísticas del gobierno divulgadas en abril muestran que la tasa de desempleo entre los jóvenes de 14 y 24 años se encuentra en niveles de 13,5 por ciento.

03

Fondo oscuro en algunas partes.

[illegible]

[illegible]

PERU ACUERDOS

GOBIERNO DESEA NEGOCIAR "RAPIDAMENTE" ACUERDOS MEXICO Y CHILE

Lima, 11 jun (EFE).- El Gobierno de Perú desea negociar "rápidamente" unos acuerdos comerciales con Chile y México, para que la industria peruana tenga "la mayor oportunidad de abastecerse de materia prima", afirmó hoy el ministro peruano de Industria, Turismo y Negociaciones Comerciales, Gustavo Caillaux.

"Deseamos que el industrial peruano no solo tenga la opción de comprar insumos a Venezuela, Colombia, Ecuador y Bolivia sino también a Chile y México. Esa es la idea por lo cual estamos apurados en negociar con ambos países", dijo el ministro peruano.

Caillaux especificó a la agencia oficial de noticias "Andina", que las negociaciones para establecer un Acuerdo de Complementación Económica (ACE) con Chile "están bastante avanzadas".

"Tuvimos algunos problemas que han sido superados. Esperamos intercambiar las listas de los productos en los próximos días" dijo, tras precisar que en días posteriores los negociadores peruanos y chilenos sostendrán una nueva reunión de trabajo con el objetivo que el ACE se suscriba antes de fin de año.

Refiriéndose a las negociaciones comerciales con México, el ministro afirmó que éstas son "más complicadas", debido a que "es un país más grande que utiliza normas de origen del Tratado de Libre Comercio del Acuerdo de América del Norte (TLC).

"Por este motivo, hay que discutir norma por norma y eso calculamos que nos va a tomar, por lo menos, un año", subrayó.

El ministro manifestó, además, que Perú también pretende incorporarse al Foro de Cooperación Económica Asia Pacífico (APEC), aunque eso "probablemente no esté resuelto antes del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (ALCA)".

En relación a la salida peruana de la Zona de Libre Comercio (ZLC) de la Comunidad Andina de Naciones (CAN), Caillaux afirmó que su país espera "tener por lo menos un marco definido, para luego tratar el tema a nivel de cancilleres y ministros de la comunidad". EFE

DUB/OTE

06/12/[illegible]

04-04

9708375

DF87

U VARBT 06-13 00622
mun exg icx

PERU-FUJIMORI
PRESIDENTE PERUANO GARANTIZA LIBERTAD Y DESARROLLO EN SU PAIS

Lima, 12 jun (EFE).- El presidente de Perú, Alberto Fujimori, garantizó hoy la democracia, la libertad de expresión y el desarrollo económico y social de su país durante un recorrido de varias horas por Lima con el presidente de la Agencia EFE, Miguel Angel Gozalo.

Fujimori recibió a Gozalo en el Palacio de Gobierno peruano y, tras una conversación de hora y media, el gobernante invitó al presidente de EFE a visitar algunas de las zonas más emprobrecidas de Lima y a almorzar en un restaurante popular de comida típica peruana.

El jefe de Estado le explicó a Gozalo las dificultades económicas y políticas que afrontó desde que asumió la presidencia de la República, en julio de 1990, y señaló que su principal compromiso es combatir la pobreza y establecer unas condiciones de igualdad social que hagan viable y sólida la democracia en Perú.

El gobernante recordó que heredó la presidencia de un país que se encontraba en una situación similar a la de un estado de guerra, devastado por la actividad terrorista de las bandas armadas Sendero Luminoso y Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA), actualmente desarticuladas y con sus principales líderes muertos o en la cárcel.

Desde 1980 a 1992, las acciones terroristas de Sendero Luminoso y el MRTA causaron 25.000 muertes y unos 25.000 millones de dólares en pérdidas económicas para el Estado, en medio de un proceso inflacionario que llegó a la tasa récord del 7.000 por ciento.

El presidente peruano recordó también las deudas que tuvo que afrontar, desde las contraídas con diferentes países u organismos financieros internacionales, hasta, por ejemplo y entre otras, una de un millón de dólares pendientes desde 1940 por la incautación de un avión de la compañía aérea alemana "Lufthansa".

La principal estrategia de su Gobierno, según explicó, es el cumplimiento de los compromisos adquiridos y de los planes económicos para desarrollar. "No me gustan las medias tintas", agregó.

Fujimori lamentó que las disputas políticas que protagonizan la actualidad peruana hayan eclipsado la reciente liberación de los rehenes secuestrados durante más de cuatro meses en la residencia del embajador de Japón en Lima por un comando del MRTA.

Reconoció la dificultad del momento político que atraviesa su país, pero lo desdramatizó y lo atribuyó a la estrategia de los grupos de oposición a su Gobierno.

En cuanto a su intención de presentar su candidatura en las elecciones del 2000 para ejercer un tercer mandato presidencial consecutivo, Fujimori invocó el derecho de los peruanos a ser quienes designen a su presidente por encima del resultado de cualquier debate constitucionalista.

Respecto a la libertad de prensa y de expresión, aseguró que en Perú existe plenamente, como lo demuestran, según dijo, los medios de comunicación que denuncian, diariamente y sin traba alguna, lo contrario.

Fujimori, no obstante, consideró que la libertad de prensa y de expresión no debe ser un beneficio exclusivo de los periodistas y reivindicó su derecho a emitir sus opiniones.

"Yo no me voy a callar lo que pienso", subrayó el gobernante, quien recientemente opinó en público que algunos medios de comunicación, sin llegar a identificar a alguno, son tan cómplices como otros sectores de la sociedad en casos de corrupción.

En el ámbito de las relaciones internacionales, mencionó la constante inversión extranjera como un respaldo inequívoco a su gestión y se refirió en concreto al caso de España, primer país inversor en Perú, por delante de Esatados Unidos y el Reino Unido.

Fujimori le mostró al presidente de EFE algunas de las obras, principalmente la construcción de escuelas, que su Gobierno desarrolla en las zonas más deprimidas de Lima.

El jefe de Estado recorrió junto a Gozalo, a pie, varios barrios marginales de la capital peruana, en medio de muestras de afecto de los sorprendidos ciudadanos que hallaban a su paso. EFE

¿Quién será el siguiente en la ruta de Fujimori?

GDA

LIMA (Por Alejandro Miró Quesada C. - Firmas Press).— En la vida de los gobiernos hay hitos que la historia recuerda con amargura y que, en algunos casos, se convierten en el inicio de etapas de decadencia. El Perú no escapa a esta premisa. Así, para la dictadura militar de Velasco Alvarado lo fue la incautación de los diarios y para el corrupto gobierno de Alan García el intento de apropiarse de los bancos. Muy posiblemente la toma del Tribunal Constitucional quedará, para la historia del gobierno del presidente Fujimori, como un hito nefasto.

Sin embargo, en el actual caso peruano debemos distinguir dos etapas. Una primera, correspondiente a los primeros años del gobierno de Fujimori (1990-1995), generosa en la promulgación y desarrollo de instituciones democráticas, y una segunda (1995-1997) caracterizada por maniatarlas y sojuzgarlas, borrando con una mano lo que hizo con la otra.

CONTRA TODA LOGICA

Recordemos la primera etapa del gobierno de Fujimori; su desconcierto inicial al descubrir el descalabro económico en el que encontraba al país; el terrible "fujimorazo", que produjo una inflación de 411% en agosto de 1990, pero que, contra toda lógica política, aumentó su popularidad porque el pueblo entendió que con ello ordenaba la economía; los cientos de Decretos Ley dirigidos a plasmar los cambios estructurales, pero gran parte derogados por el legislativo controlado por el Apra y la Izquierda Unida; el consecuente autogolpe con el apoyo de las Fuerzas Armadas —para muchos justificado por las circunstancias pero innegablemente antidemocrático y, por otro lado, posible origen de quién sabe qué tipo de compromisos—; la inmediata reacción nacional y mundial contra el quebrantamiento del orden democrático con el consiguiente apurado viaje a la reunión de la OEA en el Caribe para evitar sanciones internacionales y, finalmente, la promulgación de la Constitución de 1993 que, como hemos dicho, incluía una serie de felices iniciativas en favor del desarrollo democrático del país.

Entre estas felices iniciativas resaltaban, por independientes, autónomas y capaces de frenar excesos de los gobiernos, la Defensoría del Pueblo, el Ministerio Público, el Consejo de la Magistratura —que permitía la no politizada elección de jueces— la Consulta Popular, y... el Tribunal Constitucional. Este último dirigido a servir de contrapeso a posibles excesos del Poder Legislativo, institución que tras una larga tradición bicameral adoptaba, en pro de su agilidad, una estructura unicameral. Se hacía pues prudente la presencia de otra institución que corrigiese posibles excesos.

Así, con la estabilidad económica lograda por un hábil manejo de la hacienda pública, las ostensibles mejoras en la seguridad ciudadana, producto de la captura de Abimael Guzmán, líder de Sendero Luminoso, la promulgación de la Constitución del 93, y la reelección de Fujimori, concluye la primera etapa.

CONSTITUCION CON VIRUS

Sin embargo, la Constitución de 1993 traía inmerso un virus que infectaría todo el manejo del país: la reelección... y el virus de la reelección ya había empezado a contaminar: la campaña electoral había obligado, por "estrategia", a quebrar las rígidas normas del exitoso plan económico. Las consecuencias no se hicieron esperar. Después de una etapa de bonanza artificial —que obviamente coincidió con el período electoral— vino una recesión cuya secuela, luego de dos años, aún persiste.

Pero algo aún más grave se iba gestando en otro campo, el político. La reelección por cinco años lograda en 1995 resultaba corta. Ahora los gobiernistas buscaban 15 años en el poder. Pero había impedimentos insoslayables, empezando por la Constitución vigente. Así, las nuevas instituciones tan hidalgamente creadas por la Constitución del 93, con capacidad para enfrentarse a los gobiernos, fueron haciéndose cada vez más incómodas. Y lo que tanto se temía empezó a suceder: una a una fueron siendo sojuzgadas. La Consulta Popular se mediatizó, obligándola a pasar por el tamiz de una votación en el Congreso, el Fiscal de la Nación vio recortadas sus principales facultades, como la de designar fiscales y al Consejo de la Magistratura se le limitó la función de nombrar jueces.

Pero el ensañamiento mayor fue con el Tribunal Constitucional. Se le exigió nada menos que seis votos de siete para declarar la inconstitucionalidad de una ley.

En estas circunstancias el Colegio de Abogados de Lima solicitó la inconstitucionalidad de la ley que "interpretaba" —más valdría la pena decir reacomodaba— la Constitución para permitirle al presidente Fujimori un tercer período gubernamental cuando ésta autorizaba un máximo de dos. La "interpretación" se basaba en que Fujimori fue elegido para su primer período (1990-1995) bajo la Constitución de 1979, por lo que el segundo período (1995-2000) sería recién el primero bajo la vigente Constitución de 1993. Era pues "legal" un tercer período (2000-2005), ya que bajo la Constitución reinante sería recién el segundo. Un máximo de diez años se transformaban en quince.

El Tribunal no logró los seis votos; cuatro vocales se abstuvieron pero tres firmaron una declaratoria de "inaplicabilidad". En ella se aclaraba que la ley no era inconstitucional en sí, pero no aplicaba para el caso de Fujimori pues éste ya tenía dos períodos presidenciales. Como consecuencia, el Congreso inició un juicio político contra los tres que firmaron la declaratoria de inaplicabilidad justificándose en que las sentencias debían ser firmadas por un mínimo de seis vocales y por lo tanto los tres habían hecho Abuso del Poder.

ELIMINANDO OPOSITORES

Se procuró finalmente, días antes del juicio en el Congreso, sojuzgar a los disidentes, dándose a entender que serían perdonados si se retractaban. No lo hicieron y los botaron, del Tribunal... mas no de la historia.

Pasada la indignación queda ahora preguntarse: ¿Y ahora, a quién le toca? ¿Quién será el siguiente en esta desbocada carrera hacia la reelección del 2000? ¿Será el Defensor del Pueblo, cuya actitud independiente nadie puede negar? Porque cuando el poder obnubila sólo se acepta la sumisión y toda actitud independiente es interpretada como de oposición. ¿O será el Poder Electoral?, que luego de defenestrado el Tribunal Constitucional deberá decidir si acepta o no la candidatura de Alberto Fujimori para su reelección en el 2000. ¿O le tocará a la prensa?, contra la que se vislumbra la muy probable existencia de planes para amedrentarla, sojuzgarla u "ordenarla", algunos de los cuales se encuentran en aparente ejecución.

¿A quién le toca? A cualquiera, si la carrera por la tercera reelección en el año 2000 sigue tan desenfrenada como hasta ahora.

Sin embargo, hay una persona que puede controlar esta obnubilación por el poder. Quien lo ostenta: el presidente Fujimori. Es a él a quien le toca. Esperemos no esté él también obnubilado. Ojalá mantenga la serena actitud de dignatario capaz de hacer retornar al país por las sendas de la unión, la concordia y el progreso.

(Alejandro Miró Quesada C. es Subdirector del diario "El Comercio" de Lima y vicepresidente del Comité de Libertad de Prensa de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP).)

PERU

Protestas estudiantiles en favor del Tribunal Constitucional

La destitución de tres de sus magistrados finalmente generó la reacción estudiantil. Jóvenes universitarios protestan desde hace dos semanas en varias regiones del país. Reclaman la reapertura del organismo autónomo y critican los embates contra la libertad de expresión.

POR NIDIA CERNA DE LA TORRE
CORRESPONSAL EN PERU

LIMA. La destitución de tres magistrados del Tribunal Constitucional y la posterior renuncia de su presidente, que ha devenido en la inhabilitación de este organismo autónomo, ha encendido una llama que se está expandiendo por todo el país.

La medida provocó la reacción de miles de jóvenes universitarios —que desde hace años no participan en la política nacional—, quienes manifestaron su apoyo a los jueces acusados y reclamaron por la defensa de la democracia a través de multitudinarias marchas que se vienen realizando desde hace dos semanas en diferentes puntos del país.

El 28 de mayo, cuatro magistrados del Tribunal Constitucional fueron acusados de usurpación de funciones al declarar inaplicable la ley que permite una tercera reelección del presidente **Alberto Fujimori**. El Congreso destituyó a tres: **Delia Revoredo, Manuel Aguirre Roca y Guillermo Rey Terry**. Días después, el titular de ese organismo, **Ricardo Nugent**, renunció en solidaridad con sus compañeros.

Las manifestaciones estudiantiles asombraron a todos. No sólo por la naturaleza de sus demandas, sino por el origen de sus participantes: estudiantes de universidades particulares que no acostumbran a realizar este tipo de actividades.

En este sentido, el prestigioso catedrático **Luis Jaime Cisneros** resaltó que *"los universitarios acaban de decirnos que no están ausentes, que tienen ojos para ver y voz rotunda para decir su protesta."*

Pero los estudiantes declararon que su protesta no es por un sólo hecho. *"La gota que derramó el vaso fue la destitución de los magistrados del Tribunal Constitucional,"* señaló el universitario José Díaz.

Ese vaso se fue llenando desde el año pasado, afirma el analista político y catedrático de la Universidad de Lima, **Fernando Tuesta Soldevilla**.

Las gotas fueron:

- La ley de Participación y Control Ciudadano, que exige para la realización de una consulta popular la recolección de firmas del 10% del electorado (antes único requisito), y además el apoyo de 48 congresistas;
- La ley de reelección, que permite que **Alberto Fujimori** se postule por tercera vez;
- Las continuas denuncias en contra del **Vladimiro Montesinos**, principal asesor del Gobierno;
- La encarcelación del general **Rodolfo Robles Godoy** por haberse pronunciado sobre la existencia de un grupo paramilitar (Colina); y
- Los continuos obstáculos que, por parte de organismos del Gobierno, fueron puestos en el camino del alcalde de Lima, **Alberto Andrade**, quien goza de gran popularidad.

Tuesta considera que *"estas marchas significan que el clima político ha cambiado de forma definitiva, y que lo que antes era una ventaja para Fujimori ahora podría ser una gran desventaja."*

Las marchas estudiantiles, junto a otras de trabajadores obreros, empleados estatales, profesionales, parlamentarios y jubilados, se siguen produciendo en el resto del país como en Trujillo, Ayacucho, Arequipa, Cuzco, Cajamarca, Puno y Huancayo.

Por su parte, los magistrados destituidos están siendo recibidos con honores en el sur del país, en donde se destaca su trabajo y transparencia.

El Gobierno, sin embargo, sigue acusando a los medios de comunicación de emitir reportajes que desprestigian al régimen y a las Fuerzas Armadas. El primer mandatario no ha dado respuesta a las demandas de estudiantes y trabajadores, pero sí continúa reafirmando la libertad de prensa en el Perú.

La mayoría oficialista del Congreso de la República también ha ignorado las manifestaciones y, por el contrario, ha aprobado una moción que rechaza el pronunciamiento de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA, en el que se advertía que la desactivación del Tribunal Constitucional es negativo para la democracia y el estado de derecho. ◆

3F9747

E FOXBT 0A-17 0074

[illegible]

PERU-MAGISTRADOS

CORTE DE GUATEMALA PEDIRA A OEA QUE OBSERVE PROCESO PERUANO

Guatemala, 17 jun (EFE).- La Corte de Constitucionalidad de Guatemala anunció hoy que solicitará a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la OEA que observe el desarrollo de los acontecimientos en Perú tras la destitución de tres magistrados el pasado 29 de mayo.

Los magistrados del Tribunal Constitucional de Perú Manuel Aguirre Roca, Guillermo Rey Terry y Delia Revoredo fueron acusados por una comisión del Congreso de su país de "negligencia" y "usurpación de funciones" tras declarar inaplicable al presidente Alberto Fujimori una ley que le permite presentarse a un tercer mandato en el año 2000.

El presidente de la Corte de Constitucionalidad de Guatemala, Alejandro Maldonado, dijo hoy que es preocupante que se haya "politizado" una decisión [illegible] jurídica, y se solidarizó con los magistrados destituidos.

Según Maldonado, la destitución de los magistrados es una clara violación al Estado de Derecho y de la supremacía de la Constitución peruana, y advirtió de que ese hecho puede conducir a la neutralización o paralización de las funciones del Tribunal Constitucional de Perú.

Maldonado anunció que el asunto será analizado durante la reunión de presidentes de Tribunales Constitucionales de América Latina que se celebrará en septiembre próximo en Nicaragua para emitir un pronunciamiento.

Agregó que también será [illegible] en la II Conferencia de Justicia Iberoamericana, Portugal y España, que se celebrará en Madrid [illegible] de 1998. EFE

OPO [illegible]

06 17/18 [illegible]

02

9708378

Protestas en Perú

LR 7/6.



Lima, ANSA

La Policía antimotines reprimió la noche del jueves una masiva movilización de trabajadores, políticos, estudiantes y pobladores que protestan contra la política económica del gobierno y la destitución de tres miembros del Tribunal Constitucional.

Miles de personas marcharon por las calles del centro de Lima hacia la plaza donde se alza la sede del Congreso de la República, mientras la Policía realizaba esfuerzos denodados para neutralizar a los manifestantes. Los enfrentamientos se libraron en varios tramos de las principales avenidas de esta capital cuando la Policía impidió el avance de los manifestantes. Según las evaluaciones de los organizadores de la manifestación política, ésta es la primera vez que se produce una movilización coordinada de miles de representantes de universidades, sindicatos, partidos políticos de oposición y pobladores de las zonas marginales de esta capital.

La Policía bloqueó varias calles adyacentes al Palacio de Gobierno y al Congreso Nacional, a donde los manifestantes querían llegar para expresar su protesta contra el gobierno y su política económica.

La Policía montada cargó varias veces contra los manifestantes pero sin mayor éxito ya que los revoltosos rompieron los cercos y superaron en número a los agentes del orden.

03

Perú: destitución de magistrados, intimidación de opositores y torturas y la discrecionalidad con que actúan los militares elevan

Pese a los esfuerzos del presidente peruano Alberto Fujimori por mostrar una imagen de gobierno democrático hacia el exterior, los hechos indican que lo que existe en Perú es una dictadura y que ningún disfraz es ya suficiente para esconder la intimidación hacia aquellos que se interponen a los designios de un gobierno acusado de violar sistemáticamente el orden jurídico y los principios de la democracia. Los propios peruanos, por otra parte, también parecen verlo de esta forma, si se tienen en cuenta las recientes encuestas que indican que 85% estima que el de su país no es un gobierno democrático.

Lo ocurrido la semana pasada, cuando la mayoría oficialista en el Congreso destituyó a tres magistrados del Tribunal Constitucional por haber rechazado una ley de interpretación que facilitaba el camino a Fujimori para una segunda reelección, es una clara muestra del autoritarismo con el que se maneja el gobierno peruano.

Pero además de la condición del gobierno, existe asimismo la duda respecto a quién es el que detenta en realidad las riendas del poder en Perú: el propio Fujimori, su enigmático asesor Vladimiro Montesinos, o el máximo jefe militar, general Nicolás Hermoza Ríos. Mientras algunos analistas aseveran que la cúpula del gobierno está compuesta por un triunvirato integrado por los tres personajes, otros creen que Fujimori no es más que una figura de legitimación.

La idea de que el gobierno peruano es una dictadura disfrazada está avalada por crecientes denuncias de intimidación, de violaciones a los derechos humanos, por la intocable actitud de la Justicia Militar —que sistemáticamente se niega a acatar recursos y denuncias interpuestas por el Poder Judicial— por los visos de impunidad sobre un sinnúmero de acciones del gobierno y por la falta de contralores efectivos sobre el Poder Ejecutivo, entre otros muchos signos inequívocos de autoritarismo.

● **Ventanita legal.** La oficialista alianza Nueva Mayoría-Cambio 90 del Congreso destituyó el jueves 29 a tres magistrados del Tribunal Constitucional (TC) por haber rechazado la "ley de interpretación auténtica de la Constitución" aprobada por los legisladores oficialistas de la alianza para facilitarle el camino a Fujimori para una segunda reelección. El argumento de esta ley es que el mandatario se puede presentar a un tercer mandato en el 2000 debido a que su primer período (1990-95) no debe ser tomado en cuenta por haberse iniciado antes de que la Constitución fuese aprobada en 1993.

Los magistrados en cuestión se pronunciaron a fines del año pasado contrarios a la posibilidad de una segunda reelección de Fujimori. El oficialismo rechazó ese dictamen, pero el asunto quedó congelado en medio de la crisis de los rehenes.

Justamente, el reflote del tema de la reelección se produjo tras el rescate de los secuestrados en la embajada japonesa. Si bien esa acción militar aumentó por unos días la popularidad del presidente, no consiguió revertir la creciente oposición hacia un tercer mandato de Fujimori.

El presidente sorprendió cuando poco después del rescate declaró que "si por allí hay una ventanita legal" que habilite su nueva postulación "ya se verá" qué hacer.

Los congresistas oficialistas encontraron esa ventanita: designaron una comisión para investigar supuestas irregularidades en el TC. Casualmente, durante la pesquisa encontraron "una infracción" cometida por los tres jueces del TC —Manuel Aguirre Roca, Delia Revoredo y Guillermo Rey Terry— y su presidente —Ricardo Nugent—, quienes se habían pronunciado contra la reelección.

La comisión del Congreso adujo que los cuatro magistrados cometieron el delito de haberse atribuido toda la representación del TC, órgano integrado por siete miembros. La Comisión Permanente del Congreso aprobó la acusación, y el jueves 29 el pleno destituyó a los tres jueces. El caso de Nugent quedó sujeto a un estudio de la Comisión Permanente, pero el presidente del TC renunció horas después de que sus colegas fueran destituidos.

La destitución de los jueces generó un repudio generalizado. Dennis Jett, embajador de Estados Unidos en Perú, señaló que "cuando una institución clave en una democracia ataca en vez de acatar lo que señala otra, no se puede lograr la estabilización del sistema democrático".

● **¿Quién manda en Perú?** A fines de noviembre de 1996 hubo un fuerte enfrentamiento entre los poderes civil y militar después que los servicios de inteligencia detuvieran, en forma violenta y en plena vía pública, al general (r) Rodolfo Robles, por haber denunciado días antes en un programa de televisión que el grupo paramilitar Colina seguía operando con impunidad.

Robles había tenido que exiliarse en Argentina en 1993 tras revelar la existencia de ese grupo ilegal, al que había responsabilizado por varios crímenes, incluida la matanza de nueve estudiantes y un profesor de la Universidad La Cantuta, atribuida por las autoridades al grupo guerrillero Sendero Luminoso.

Las denuncias de Robles fueron plenamente comprobadas por el Poder Judicial e implicaron la condena de varios miem-

Senda autoritaria desde las ruinas

Fujimori fue el primer mandatario latinoamericano en quebrar el proceso de democratización de América Latina iniciado en la década del ochenta, tras dar un golpe de Estado en abril de 1992.

Al asumir la Presidencia en julio de 1990, Fujimori heredó un país en ruinas, avasallado por la hiperinflación, la corrupción, la pobreza y la violencia terrorista. Sin un aparato partidario estructurado, careció de las mayorías necesarias en el Parlamento para llevar adelante las reformas que entendía necesarias. Entonces parece haber resuelto transitar, con el apoyo incondicional de las Fuerzas Armadas (o instigado por ellas), por la senda autoritaria. Disolvió a los poderes Legislativo y Judicial, instauró un "gobierno de emergencia y de reconstrucción nacional" y estableció un cronograma para reinstaurar una democracia a su medida.

En noviembre de 1992 hubo elecciones para un Congreso Constituyente, en las que la mayoría de los partidos políticos tradicionales se abstuvieron de participar y en las que la oficialista alianza Nueva Mayoría-Cambio 90 obtuvo una primacía absoluta.

Ese Congreso redactó una Constitución —que incluyó la reelección presidencial, la pena de muerte para los terroristas y un Congreso unicameral de 120 miembros— la que fue aprobada en referéndum (por 52,9% de los votos contra 47,1%) en noviembre de 1993.

De cara a las elecciones generales de 1995, Fujimori se había anotado varios éxitos tras recuperar la estabilidad económica de su país y haber propinado duros golpes a los movimientos guerrilleros Sendero Luminoso (maoísta) y Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA, guevarista).

Por otro lado, la guerra no declarada que libró contra Ecuador por un antiguo contencioso territorial en la Cordillera del Cóndor a comienzos de 1995 se tradujo en un aumento de la popularidad del presidente peruano. Varios analistas lo acusaron de haber propiciado ese enfrentamiento para cohesionar a la opinión pública en torno a su figura en un año electoral. En abril de 1995 los peruanos reeligieron a Fujimori y dieron a su alianza Nueva Mayoría-Cambio 90 una mayoría absoluta en el Congreso.

Encuestas: la popularidad de Fujimori sigue en baja

El 85% de los peruanos estima que su país no disfruta de un gobierno democrático, según reveló hace pocos días una encuesta de la empresa Apoyo. Por otro lado, un sondeo de la empresa Imasen situó en 53,3% el índice de desaprobación hacia la gestión del presidente Alberto Fujimori.

La popularidad es algo que importa mucho al presidente peruano, quien tiene aspiraciones de postularse nuevamente en las elecciones del 2000.

Tras haber disfrutado de altos porcentajes —70%— de aprobación durante los siete años que lleva en el gobierno, Fujimori empezó a padecer una creciente desprobación entre la opinión pública en diciembre de 1996, fundamentalmente producto del aumento del desempleo.

Pese a que la ciudadanía consideró, según los sondeos, que Fujimori había sorteado con éxito las tensiones del caso Robles (ver nota central) a fines del año pasado, ello no se tradujo en un aumento de su popularidad. En diciembre la misma se ubicó en 42%, diez puntos menos que la registrada en el mes anterior.

Luego vino la toma de la embajada japonesa por parte de un comando guerrillero del MRTA. Durante los cuatro meses que duró el secuestro, Fujimori no logró revertir la tendencia. En vísperas del rescate de los rehenes del 22 de abril, la popularidad del mandatario se ubicaba en 38%.

A partir del rescate, Fujimori disfrutó de algunos días de gloria: su popularidad subió 30 puntos, a 67%. Pero eso duró poco. Los fuegos de artificio se fueron apagando hasta que la tendencia volvió a la senda negativa. Asimismo, mientras su aceptación había aumentado como consecuencia de la conclusión de la crisis de los rehenes, una mayoría superior a 55% rechazaba la posibilidad de que Fujimori fuera reelecto.

La popularidad del mandatario comenzó a descender nuevamente hasta perder los 30 puntos que había ganado a fines de abril. Tras la destitución de la semana pasada de los tres jueces del Tribunal Constitucional que se pronunciaron contrarios a la reelección de Fujimori, el presidente volvió a los índices previos al rescate de los rehenes, ubicándose en 39%.

periodistas, omnipotencia de justicia castrense, denuncias de cada vez más el tenor dictatorial del gobierno de Fujimori

bros de Colina. En 1995 Fujimori amnistió a los paramilitares que purgaban penas de cárcel y al propio Robles, requerido por la Justicia Militar (por las denuncias que hizo), quien pudo regresar a Lima.

Tras la controvertida detención de noviembre de 1996, Robles —declarado preso de conciencia por Amnistía Internacional— fue acusado por el fuero castrense de "ultraje a las Fuerzas Armadas, desobediencia, insulto al superior y falsedad genérica".

La Justicia Militar hizo oídos sordos a un recurso de Habeas Corpus interpuesto en favor de Robles por la jueza civil Greta Minaya —a la que encima acusó de prevaricato (proponer una resolución de manifiesta injusticia)— al tiempo que ignoró las exigencias de Fujimori, quien se había declarado "indignado" por el episodio, de que liberaran al general retirado, amenazando incluso con indultarlo en caso de que fuera condenado.

Fue la primera vez que el presidente se enfrentó abiertamente a los militares. Tras varios días de tensión, Fujimori envió al Congreso un proyecto de amnistía hecho a la medida de Robles para que fuera aprobado en forma urgente, tras lo cual fue liberado.

El balance de la crisis cívico militar dejó un sabor amargo entre los peruanos. Quedó flotando la interrogante respecto a cuánta autoridad y control tenía el presidente sobre la cúpula militar.

Todo el mundo había quedado sorprendido cuando, en medio de la crisis, el ministro de Defensa, general Tomás Castillo, que había sido llamado por el Congreso para dar explicaciones sobre el caso, se retiró del recinto sin responder a la pregunta de un congresista respecto a si apoyaba al presidente o al tribunal militar.

"Lejanos quedaron los días en que el presidente Fujimori hacía gala del control total que ejercía sobre las instituciones castrenses", señaló en aquella oportunidad el congresista opositor Gustavo Mohme, mientras el diario "La República" que Mohme dirige se preguntaba: "¿Quién manda en el Perú?".

Resuelto el episodio, sectores oficialistas y opositores comenzaron a reclamar a Fujimori la remoción del máximo jefe castrense, general Nicolás Hermoza Ríos.

Los analistas consideraron que la próxima jugada de Fujimori sería el pase a retiro del general Hermoza, decisión que —señalaron— probablemente tomaría a fines del mes de diciembre, cuando tradicionalmente se realizan los cambios del mando militar.

Nunca se sabrá si Fujimori hubiera pasado o no a Hermoza a retiro, porque el 17 de diciembre



Alberto Fujimori

ocurrió la toma de la residencia del embajador japonés en Lima por un comando del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), momento nada propicio para realizar cambio alguno.

● **Intimidación.** Por otro lado, tanto periodistas como opositores han denunciado tener los teléfonos intervenidos y ser seguidos por desconocidos en autos sin matrícula y lunetas oscuras.

En las últimas semanas la editora general del opositor diario La República, Blanca Rosales, fue secuestrada por unas horas, en tanto que el chofer y guardaespaldas del parlamentario opositor Javier Diez Canesco también lo fueron de la misma manera y el auto del legislador incendiado.

Mientras los protagonistas aducen que los secuestros son "sospechosos" e insinúan que fueron obra de los servicios de inteligencia, el gobierno los atribuyó a delincuentes comunes. Sin embargo, ¿cuál puede ser el objetivo de secuestrar por algunas horas a estos personajes sin siquiera robarles alguna pertenencia?

El canal de televisión Frecuencia Latina, en tanto, está siendo hostigado por el régimen, al punto que su propietario, Brauch Ivcher, debió abandonar el país a mediados de mayo por temor a ser detenido y procesado por la Justicia Militar.

Desde comienzos de abril, Frecuencia Latina viene denunciando el "abierto acoso tributario, policial y militar" del que es víctima, por haber revelado varias informaciones incómodas para el gobierno.

El canal fue el que entrevistó a la agente Leonor La Rosa cuando ésta denunció a comienzos de abril las torturas de las que había sido objeto por parte de sus compañeros del servicio de inteligencia (ver recuadro). También reveló el caso de asesinato y descuartizamiento de otra agente de inteligencia, Mariela Barreto, ex concubina del mayor (r) Santiago Martín Rivas, considerado jefe del grupo paramilitar Colina.

Tras esas informaciones, inmediatamente se iniciaron investigaciones contables sobre la televisora, que recibió una visita de amedrentamiento de dos oficiales de inteligencia y padeció sobrevuelos amenazantes a baja altura de helicópteros militares sobre una empresa vinculada al canal.

Ivcher expresó que el año pasado había sido amenazado por un emisario de Montesinos, luego de que su emisora revelara las declaraciones que el narcotraficante Demetrio "Vaticano" Chávez Peñaherrera realizó en el marco de su proceso en el ámbito judicial castrense, respecto a que le había pagado sobornos a Montesinos para poder desempeñar su actividad (Chávez luego se retractó).

Frecuencia Latina fue también la que reveló hace pocas semanas la declaración de bienes de Montesinos, según la cual en 1996 percibió 75 mil dólares mensuales. Esa información llevó a los congresistas opositores a interpelar al primer ministro Alberto Pandolfi, quien rehusó dar explicaciones.

● **Poner las cosas en su sitio.** El viernes 23 de mayo, las Fuerzas Armadas divulgaron un insólito comunicado en contra de Ivcher, a quien acusaron de "desnaturalizar situaciones, tergiversar hechos y difundir comentarios desde una posición claramente malintencionada". El texto del Comando Conjunto de las FFAA subrayó que las fuerzas castrenses "son respetuosas de la libertad de prensa (...) pero denuncian que la campaña de Frecuencia Latina desnaturaliza el respeto de las libertades de expresión al pretender distanciar a las instituciones del pueblo peruano".

El comunicado castrense fue emitido mientras Fujimori se encontraba de viaje oficial en India, desde donde dijo que si bien "las Fuerzas Armadas no son deliberantes" éstas "tienen derecho a poner las cosas en su sitio cuando tienen la razón".

Tres días después, el semanario oficialista Sí acusó a Ivcher de ser amigo del jefe del Ejército de Ecuador, Paco Moncayo, y de haber vendido armas a ese país durante el conflicto que mantuvo con Perú a principios de 1995. "Las acusaciones son totalmente falsas", se defendió Ivcher desde Estados Unidos.

Más allá de las formas que se guarden para evitar la condena internacional y de las dudas respecto al poder real de Fujimori, resta saber si a la postre se concretará su segunda reelección. En ese plano, nada le asegura de antemano una victoria que posiblemente hoy no conseguiría. Aún faltan tres años para el 2000 y en ese lapso pueden pasar muchas cosas que modifiquen o sinceren la realidad política peruana. (Redacción de **Búsqueda** en base a información de AFP, ANSA, DPA, archivo y fuentes propias.)

Zapatero a tus zapatos

A comienzos de abril la mayoría oficialista en el Congreso desistió de investigar las acusaciones de torturas contra cuatro oficiales de Inteligencia por parte de la agente de esos servicios del Ejército, Leonor La Rosa.

El ministro de Defensa, general Tomás Castillo, acudió al recinto parlamentario para explicar la situación y terminó diciendo a los congresistas: "Zapatero a tus zapatos". En buen romance, que dejaran la investigación al fuero castrense.

Castillo también sembró la duda sobre la credibilidad de la denunciante (fue internada con quemaduras en los cuatro miembros y fuertes hemorragias vaginales) al poner en tela de juicio su capacidad psicológica. La Rosa había dicho días antes haber sido torturada por sus compañeros después de que la acusaran de filtrar información a la prensa respecto a un plan de Inteligencia para espiar e intimidar a los políticos y a los medios de comunicación adversos al régimen.

Si bien los cuatro acusados fueron recientemente condenados a ocho años de cárcel, La Rosa se encuentra aislada en un hospital militar y será sometida a proceso por infidencia.

El episodio generó nuevas sospechas de que se estaba tejiendo una nueva impunidad para los actos criminales perpetrados por elementos de las Fuerzas Armadas. Incluso el pro-gubernista diario Expreso señaló que "la gente que se preocupa por el futuro del país (...) comienza a preguntarse si no se está enquistando en el Perú un Estado dentro del Estado". La reflexión apuntó al Servicio de Inteligencia Nacional, cuyo asesor principal, y presunto director, es Vladimiro Montesinos, quien —prosiguió el editorial— "avanza a toda prisa y sin ninguna pausa (...) en un flujo de acontecimientos que pareciera pasar sin que el presidente Fujimori lo advirtiera cabalmente".

Montesinos: personaje en la sombra

Vladimiro Montesinos es un personaje controvertido cuya aureola de poder omnímodo inspira temor y recelo entre los peruanos, que lo tienen bajo sospecha de narcotráfico y de organizar escuadrones de la muerte.

Acostumbrado a vivir a la sombra del poder, Montesinos —un ex militar que se graduó de abogado tras ser dado de baja del Ejército— está al lado de Fujimori desde 1990 y figura como asesor del Servicio de Inteligencia Nacional, aunque en los hechos se le atribuye dirigir ese servicio y tener una enorme influencia para designar a sus amigos en puestos clave de las Fuerzas Armadas, la Policía Nacional, el Poder Judicial y organismos estatales de importancia.

Sus detractores lo acusan de ser hombre de confianza de la norteamericana Agencia Central de Inteligencia (CIA) y de haber implantado en el país una red de espionaje de la que no escapan políticos, opositores y periodistas, quienes han denunciado reiteradas veces ser objeto de seguimiento y cuyos teléfonos parecen estar intervenidos.

El espionaje, de acuerdo con las denuncias, alcanza también a personajes del propio gobierno, incluidos ministros, que estarían interesados en la



Vladimiro Montesinos, una cara poco conocida para un hombre con mucho poder

caída en desgracia del controvertido asesor presidencial.

Renuente a las apariciones públicas, Montesinos mostró la cara el martes 22 de abril, tras el rescate de los rehenes en la residencia del embajador japonés. Su aparición —la segunda desde 1990— fue considerada como un intento por mejorar su cuestionada imagen, después de las denuncias de torturas por parte de la agente Leonor La Rosa y del hallazgo del cadáver descuartizado de la agente Mariela Barreto (ver recuadro y nota central).

Se sospecha que las torturas y el asesinato se produjeron como parte de un ajuste de cuentas en los servicios secretos que buscaban a agentes disconformes que habrían entregado a la prensa informes sobre operaciones ilegales de los servicios de inteligencia, como atentados y amenazas contra políticos y periodistas opositores.

También se sospecha que Montesinos es el organizador del grupo paramilitar Colina, formado por oficiales de Inteligencia del Ejército.

En su imagen negativa influye un oscuro pasado vinculado a la defensa legal de narcotraficantes, sensación agravada en agosto de 1996 por la declaración del conocido narco peruano Demetrio Chávez Peñaherrera, quien durante su proceso reveló que sobornaba a Montesinos con fuertes sumas de dinero para que le permitiera hacer embarques de droga hacia Colombia.

9708378

05-05

U FOXDT 06-16 00686
mun exa icx

ITALIA-PERU (Previsión)
FUJIMORI RECHAZA ACUSACIONES Y DEFIENDE AVANCE DE LIBERTADES

Por Carlos Gosch

Roma, 16 jun (EFE).- El presidente peruano, Alberto Fujimori, aseguró hoy, lunes, en Roma, que las acusaciones de autoritarismo contra el régimen de su país "no se ajustan a la realidad", y destacó que en su mandato ha logrado "reconstruir" la democracia.

Fujimori mantuvo una rueda de prensa en un céntrico hotel de la capital italiana, tras ser recibido en el Vaticano por el papa Juan Pablo II en una audiencia privada a la que acudió acompañado por las viudas de dos militares y un magistrado muertos durante la operación de rescate de la residencia del embajador japonés en Lima.

El presidente peruano, en visita privada a Roma, hizo ante los periodistas un análisis de la situación de su país, y destacó los "avances" en las libertades y los derechos humanos experimentados durante los siete años de su mandato y su determinación de proseguir su batalla contra el terrorismo.

Fujimori afirmó que "bastaría con ver cómo ha sido este proceso de siete años" para comprobar que las acusaciones contra el regimen peruano "distan mucho de la realidad".

El presidente peruano aseguró que se ha producido "una reconstrucción de la democracia, de la que las elecciones son una muestra" y que, además, "se ha recuperado la libertad de prensa y expresión" y "ha mejorado sustancialmente la situación de los derechos humanos".

Reconoció, sin embargo, que en Perú "no existen partidos políticos fuertes", pero puntualizó que no es por culpa de su Gobierno, sino "de los propios partidos".

"Espero que los partidos, en este proceso democratizador, vayan tomando fuerza, pero con propuestas concretas", añadió Fujimori, quien criticó a las formaciones políticas su sistemática oposición a las propuestas de su Gobierno.

El presidente peruano reclamó el logro de "haber recuperado los derechos humanos de 24 millones de peruanos".

"Cuando el terrorismo estaba rampante, pocos hablaban de las violaciones de los derechos humanos", reprochó.

Fujimori admitió que bajo su mandato se han producido "casos de violaciones de los derechos humanos que nadie esconde: ha habido detenciones injustas, sentencias injustas del poder judicial", pero añadió que "el Gobierno ha puesto en marcha mecanismos para superarlos".

El presidente señaló que "las condiciones de vida carcelaria están mejorando en su país", y anunció que la política penitenciaria peruana "será calificada dentro de unos años como una de las mejores de América Latina".

Frente a las denuncias por las condiciones de los presos, Fujimori justificó las medidas especiales para los reclusos acusados de terrorismo afirmando que fueron adoptadas en un momento de especial gravedad para el país.

Fujimori anunció el fin de la limitación de las visitas de familiares a los presos del MRTA y Sendero Luminoso.

El presidente peruano dijo que todas las manifestaciones convocadas en su país "se procura que sean siempre libres", y que

en Perú se vive con "una total libertad de prensa", aunque ratificó sus acusaciones sobre la corrupción de "ciertos periodistas" de su país efectuadas ante la Organización de Estados Americanos (OEA).

Fujimori añadió que no le corresponde a él dar los nombres de esos periodistas, sino que será la magistratura la encargada de investigar sus denuncias.

Por otra parte, Fujimori dijo que no permitirá "un rebrote" del terrorismo en Perú, y reprochó a los países europeos "las pequeñas corrientes" de apoyo a los guerrilleros del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA).

"No entiendo por qué en Europa hay pequeñas corriente de apoyo a Tupac Amaru. En Perú no vamos a ser conejillos de indias para ver si con el terrorismo hay mejorías en la situación de los pueblos", afirmó.

A escasa distancia del hotel en el que se celebró la rueda de prensa, algunas decenas de personas manifestaron en la céntrica Plaza Barberini su apoyo a los guerrilleros del MRTA, en medio de una fuerte vigilancia policial.

Fujimori no quiso entrar en el debate sobre su reelección, y al ser preguntado por las dimisiones de los jueces del Tribunal Constitucional que se oponen a su nueva candidatura se remitió al Congreso de la República.

"Este es un tema que está analizando el Congreso de la República", dijo el presidente, quien anunció que "todo se hará dentro de las normas legales". EFE

CGM/aro/jpg

06/16/15-06/97

Indultan a 116 presos, condenados sin pruebas por terrorismo en Perú

26/6 EP

LIMA, 25 (AP).— El presidente Alberto Fujimori indultó hoy a 116 personas que fueron condenadas con pruebas insuficientes por terrorismo o traición a la patria, y ablandó el régimen carcelario y de visitas para los presos encausados o sentenciados por esos delitos.

Los favorecidos son 94 hombres y 22 mujeres de diferentes prisiones del Perú, especialmente del penal limeño Miguel Castro Castro, ubicado al noreste de la ciudad.

Los presos por terrorismo o traición a la patria, condenados o que esperan juicio, son 3.800, de los cuales unos 1.000 serían inocentes, dijo a la AP el subdirector de la Asociación Pro Derechos Humanos, Miguel Jugo. Indicó que la cifra de 3.800 fue cotejada con la entidad estatal que administra las prisiones.

Anteriormente, entre agosto y diciembre de 1996, fueron indultados otras ciento diez personas encausadas o condenadas por terrorismo o traición a la patria, que se encontraban en diferentes cárceles.



INDULTO. *Fujimori aprobó la medida que favorece a 94 hombres y 22 mujeres recluidos en Perú* **(AP)**

El indulto se produce seis días seis días después que unos 5.000 presos comunes de la cárcel limeña de Lurigancho se rebelaran. Protestaron por la lentitud de sus juicios, el hacinamiento, recorte de visitas y el traslado de internos a cárceles en lugares inhóspitos de los Andes.

Entre las mejoras en el tratamiento para los internos procesados o sentenciados por terrorismo o traición a la patria, según una disposición publicada en el periódico oficial, figuran:

- Los internos recibirán una visita semanal en locutorios entre una y cuatro horas, en vez de una sola visita mensual de una hora. Se permitirá el ingreso de hasta tres visitantes, familiares directos, por interno, en cada fecha.
- Los hijos visitarán a sus padres una vez a la semana, en lugar de una visita cada tres meses. Progresivamente las visitas de familiares o hijos serán directas, en ambientes de visita.

Anteriormente los visitantes y los presos estaban separados por barrotes y vidrios, hablaban a través de micrófonos en presencia de policías enmascarados, y sus conversaciones eran grabadas, según organizaciones de derechos humanos.

La disposición no dice si se suprimirá la grabación de las conversaciones.

Nº DOCUMENTO 9708381

TITULO

PROCEDENCIA 8/8593

FECHA 25/6/97

VINCULACION 12527

66817

11164

11837

11437

04-02

9708381

OPOSICION SE PREPARA PARA ELECCIONES [illegible]

Por Víctor Robles

Lima, 25 jun (EFE). La oposición política de Perú ha empezado a prepararse para las elecciones generales del año 2000, alentada por el desgaste político del presidente Alberto Fujimori, a quien consideraban hasta ahora su principal adversario electoral.

El alcalde de Lima, Alberto Andrade, anunció el martes la fundación del partido político "Somos Perú", sobre la base del movimiento "Somos Lima" que le llevó a la alcaldía de la capital peruana en las elecciones de ediles de 1995.

De manera simultánea se conoció la aparición de un nuevo Partido Socialista formado por diversos partidos de la extinta izquierda marxista, algunos de los cuales promovieron la lucha armada como único medio para llegar al poder.

La nueva identidad de "socialistas democráticos" asumida por esos grupos, así como la presencia en su seno de allegados al ex presidente Alan García, hacen suponer que apoyará una alianza para promover la candidatura del anterior gobernante.

Alberto Andrade, que marcha primero en las encuestas de popularidad, dijo que decidió fundar su partido "obligado" por un proyecto de ley que, según dijo, le impide usar el símbolo electoral con que su partido ganó en las elecciones municipales.

Andrade afirmó hasta ayer que sólo quería ser reelecto alcalde de Lima en las elecciones municipales de 1998 y que no le interesaba la presidencia del país.

Esta vez ha admitido, sin embargo, que su partido presentará candidatos a alcaldes en todas las provincias con el propósito aparente de contar así con una organización nacional que le sirva de base para su posible campaña a la presidencia.

El congresista opositor Fernando Olivera, que también aspira a ser presidente, afirmó que "si Andrade desea ser candidato, que lo diga ahora, para que no se convierta en alcalde-candidato, pues podría usar los recursos del municipio para inscribir su partido político".

Olivera, líder del Frente Independiente Moralizador (FIM), es un político joven que ganó credibilidad ciudadana debido a que fue el primero en denunciar la corrupción del gobierno de García y en desvelar varios casos de sobornos y comisiones ilegales.

Mientras, se informó de que la declaración de principios del nuevo Partido Socialista propone "un diálogo entre los sectores de izquierda y centroizquierda para darle forma a un vasto movimiento democrático".

Esa propuesta, a juicio de los analistas, es básica para un entendimiento con el partido Apra (Alianza Popular Revolucionaria Americana), que lidera García y que se reclama "socialdemócrata" pese a su práctica populista.

La formación del nuevo PS afectará al parecer al partido Unión Por el Perú (UPP), del embajador Javier Pérez de Cuellar, pues se supo que entre sus promotores figuran al menos dos congresistas de UPP, Daniel Estrada y Gustavo Mohme.

Este último es además propietario del diario "La República", conocido por su simpatía hacia Alan García.

El inusitado movimiento político que se observa en Perú y que contrasta con la inactividad en que se mantuvieron los partidos opositores desde hace siete años, ha sido atribuido al deterioro que ha sufrido la imagen de Fujimori en los últimos meses.

El respaldo ciudadano al presidente ha descendido a una media de 35 por ciento después de haberse mantenido en un nivel medio del 60 por ciento durante seis años consecutivos, como consecuencia de diversos acontecimientos políticos.

Entre estos últimos figuran la destitución de tres miembros del Tribunal Constitucional por parte del Congreso, el asesinato de una agente militar, las torturas aplicadas a otra y la manera en que el Gobierno ha interpretado leyes para permitir que Fujimori sea candidato a un tercer Gobierno en las elecciones del 2000.

La población, según las encuestas, ha responsabilizado por esos hechos en última instancia a Fujimori, porque considera que influyó de alguna manera en esas decisiones o fue tolerante con los militares.

Por otro lado, los analistas han señalado que el dinamismo político de la oposición "llega sólo hasta el ámbito electoral, sin plasmarse en propuestas de gobierno alternativas a las del actual Gobierno".

El nuevo Partido Socialista, por ejemplo, ha manifestado que se opone al proceso de privatización, a la reforma del Estado y a la liberalización plena de la economía, pero no ha formulado alternativas concretas.

Andrade, por su parte, es una gran incógnita, pues se le reconoce como "hombre duro" para ejercer la autoridad y eficiente en la administración urbana, pero nadie sabe cuáles son sus propuestas políticas para gobernar el país. EFE

fin

02-02 9708381

DOCUMENTO 1708382
[illegible]LO ......
[illegible]EDENCIA 150050
FECHA DE PROCEDENCIA 26/6/97
VINCULACIONES 11911. 6687. 11164 11302 11399 11163 11019

65890 ✓

[illegible]

[illegible] 06 26 [illegible]
mun

→ sigue título.

PERU EEUU

GOBIERNO FUJIMORI EXPRESA MALESTAR POR CRITICAS EMBAJADOR EEUU

Lima, 25 jun (EFE).- El gobierno peruano expresó su profundo malestar por las críticas que formuló el embajador de Estados Unidos en Lima sobre la compra de aviones de guerra por este país y defendió su derecho a adquirir el material bélico necesario para defender su territorio.

Las opiniones vertidas el martes último por el embajador norteamericano en Lima, Denis Jett, motivaron que éste fuera convocado por el canciller peruano, Francisco Tudela, en la sede de Palacio de Torre Tagle.

Tudela explicó a Jett que los asuntos referentes a presupuesto y seguridad nacional son tema de carácter interno del Perú y que es "inaceptable" que un diplomático se pronuncie al respecto, precisaron voceros de la Cancillería a la agencia oficial "Andina".

Jett opinó el martes pasado que el dinero empleado por el gobierno del presidente Alberto Fujimori en la compra de aviones MIG, fabricados en Bielorrusia, debería ser destinado a programas sociales.

Aunque dijo que no pretendía criticar la mencionada compra de aviones, agregó que ésta trae consigo efectos regionales ya que se puede generar una carrera armamentistas entre los países vecinos.

"No sabemos cuánto dinero se ha gastado el Gobierno peruano en esta adquisición pero una escuela en un área rural cuesta 25 mil dólares y comprar un MIG-29 representa el gasto de 400 escuelas", señaló.

Tudela pidió al embajador norteamericano que cuando el gobierno de Estados Unidos tenga un comentario que formular lo haga mediante los canales diplomáticos que el Derecho Internacional establece, señalaron las fuentes consultadas por "Andina".

El ministro de Defensa, general Tomás Castillo, dijo ayer, miércoles, que el Perú es un país libre y soberano que está en condiciones de adquirir el material bélico que sea necesario para la defensa del territorio nacional.

Subrayó que los embajadores deben ser respetuosos de las decisiones de cada país.

Lo que pasa, agregó, es que lo aviones MIG son "los mejores del mundo" y "cierta gente hace posiblemente comentarios que no corresponden, pero las naves las hemos comprado para la defensa de nuestro territorio".

Los aviones MIG fueron adquiridos por Perú el año pasado sin que las autoridades revelaran el número de unidades compradas a Bielorrusia, aunque versiones extraoficiales señalan que se adquirieron quince.

Las declaraciones de Jett fueron consideradas como "impertinentes" y "desafortunadas" por el presidente del Congreso, Víctor Joy Way, tras señalar que "reflejan un altísimo desconocimiento de lo que sucede en el país".

Estas opiniones, agregó, son "ajenas a lo que dispone la Convención de Viena respecto a la no intervención en asuntos internos de un país por el representante de otra nación".

[illegible] dijo que el tema de la asignación de un presupuesto

nacional [illegible] autoridades [illegible] preocupe a las autoridades extranjeras".

Respecto a la [illegible] por el embajador Jett, Joy Way [illegible]

[illegible]

DMF [illegible]

[illegible]

01-04

9708382

309637

R POXBT 06-26 00313

mun exg

PERU EEUU

GOBIERNO CONVOCA EMBAJADOR EEUU Y EXPRESA MALESTAR OPINIONES

Lima, 25 jun (EFE).- El ministro de Relaciones Exteriores peruano, Francisco Tudela, convocó hoy al embajador de Estados Unidos en Lima, Dennis Jett, a quien expresó la preocupación y profundo malestar del Gobierno por las declaraciones que formuló en contra de la compra de este país andino de aviones de guerra.

Un portavoz de la cancillería peruana señaló que Tudela explicó a Jett que los asuntos referentes a presupuesto y seguridad nacional son temas de carácter interno de Perú y que es "inaceptable" que un diplomático se pronuncie al respecto.

Jett opinó el pasado martes que el dinero empleado por el Gobierno peruano en la adquisición de aviones MIG-29, fabricados en Bielorrusia, debería ser destinado a inversiones en programas sociales.

"En Perú se han comprado aviones MIG-29; el precio de un avión usado es de cinco millones de dólares y el de uno nuevo es 25 millones. No sabemos cuánto ha gastado el Gobierno peruano en esta adquisición, pero una escuela en un área rural cuesta 25.000 dólares y comprar un MIG-29 representa el gasto de 400 escuelas", comentó el diplomático.

Tudela pidió al embajador norteamericano que cuando el Gobierno de los Estados Unidos tenga un comentario que formular lo haga mediante los canales diplomáticos que el Derecho Internacional establece, agregaron las fuentes consultadas por la agencia oficial "Andina".

No obstante, Jett, que anteriormente ha hecho declaraciones consideradas por diversos sectores oficiales y políticos como una intromisión, señaló el miércoles pasado que continuará expresando la opinión de su gobierno "en asuntos internos con implicación internacional".

El ministro de Defensa de Perú, el general Tomás Castillo Meza, consideró hoy las declaraciones de Jett como una "impertinencia", mientras que el presidente del Congreso, Víctor Joy Way, las calificó de "desafortunadas" y dijo que interfieren en asuntos internos de este país. EFE

dme/fp/arp

06/26/00-41/97

02

PERU EEUU

COMPRA ARMAMENTO GENERA NUEVA DISCORDIA CON ESTADOS UNIDOS

Por Victor Robles

Lima, 27 jun (EFE).- La decision de Perú de adquirir aviones de guerra bielorrusos ha generado una nueva crisis política entre los Gobiernos de Washington y de Lima, afirmaron hoy, jueves, analistas políticos peruanos.

El Gobierno peruano compró este año al de Bielorrusia un número indeterminado de aviones interceptores Mig-29 y caza-bombarderos Shukoi, en una operación sin intermediarios.

La crisis alcanzó su punto más alto el miércoles, cuando el canciller peruano, Francisco Tudela, convocó al embajador de Estados Unidos, Dennis Jett, para expresarle el rechazo de Perú a las críticas hechas por el diplomático a esa compra.

Jett dió a entender ante la prensa que la decisión de Perú podría desatar una carrera armamentista en la región y mantuvo que los diez millones de dólares que, según dijo, habría costado cada avión, debieron ser destinados a la lucha contra la pobreza.

Tudela le dijo a Jett, según fuentes diplomáticas, que "sus declaraciones han sido interpretadas como una clara actitud de intervención en asuntos de defensa nacional y de soberanía en los que sólo al Perú le corresponde actuar y decidir".

Le pidió también que "cuando el gobierno de Estados Unidos tenga un comentario que formular sobre el Perú lo haga mediante los canales diplomáticos que el Derecho Internacional establece" y no públicamente, como hizo el embajador.

Jett, según la misma fuente, dijo que declaró a la prensa "sin el ánimo de criticar al Gobierno peruano" y que lo hizo porque considera que la compra de los aviones "trae consigo efectos regionales".

Reiteró también la "preocupación" de Estados Unidos porque los recursos de los países de la región sean gastados en armas en vez de ser destinados a combatir la pobreza.

Ambos argumentos fueron descartados por los analistas peruanos, quienes coincidieron en señalar que detrás del incidente hay al parecer presiones de Washington para que Perú deje de adquirir aviones rusos y los reemplace por F 16 estadounidenses.

La versión del armamentismo en el caso de Perú "es débil porque este país dejó de comprar aviones hace más de 20 años, y ahora solo quiere renovar una flota obsoleta".

Una fuente militar peruana indicó que se prefieren los aviones rusos "porque son de buena calidad y porque en más de 20 años la Fuerza Aérea ha desarrollado una tecnología propia que le permite reducir muchos costos de mantenimiento"

El ministro de Justicia, Carlos Hermoza Moya, rechazó también las declaraciones de Jett y preguntó "¿Por qué Estados Unidos, si tanto le preocupa ahora la pobreza y el armamentismo, autorizó la venta de aviones de guerra (F-5) a Ecuador?".

"Eso es lo que a mi me preocupa y me llama la atención, pues allí hay un trato discriminatorio. ¿O es que en Ecuador no hay acaso pobreza?", agregó Hermoza.

La prensa peruana, por otro lado, destacó la cautela con que había actuado hasta ahora Jett en materia política y, sobre esa base, atribuyó a instrucciones de Washington la reciente locuacidad del diplomático para opinar sobre temas políticos peruanos.

En las últimas semanas Jett criticó ante la prensa la decisión del Congreso peruano de destituir a tres de los siete miembros del Tribunal Constitucional, así como la actuación de las autoridades peruanas en el caso de una agente militar torturada por sus superiores.

En ambos casos el Gobierno "respetó" las opiniones del embajador "porque trató temas muy sensibles, el primero vinculado a la institucionalidad democrática y el segundo a los derechos humanos", señaló un analista.

En el caso de la compra de armas, Jett criticó decisiones del Estado peruano en materia de presupuesto y de seguridad nacional, lo cual el Gobierno considera inaceptable, tal como se lo hizo saber el Canciller Tudela, indicó la misma fuente. EFE

[illegible]

[illegible] de [illegible] el embajador [illegible] Jett.
[illegible]
[illegible]

El [illegible] de [illegible] hoy, [illegible] compra [illegible] de material bélico, [illegible] de aviones MIG-29, [illegible] en [illegible] en gastos sociales.

En sus declaraciones [illegible] que había vertido durante una conferencia que [illegible] en la Universidad de Lima, sobre "Perú y la economía global".

"En el Perú se han comprado aviones MIG 29; el precio de un avión usado es cinco millones de dólares y el de uno nuevo es 25 millones. No sabemos cuánto ha gastado el Gobierno peruano en esta adquisición, pero una escuela en un área rural cuesta 25.000 dólares y [illegible] un MIG 29 representa el gasto de 400 escuelas", [illegible] el [illegible].

Dijo [illegible] que cualquier país tiene el derecho y la responsabilidad de defenderse, al comentar sobre la soberanía de cada nación en sus decisiones de compra de armamento, pero añadió que su opinión era que "simplemente los gastos del Gobierno son un caso de [illegible]".

Jett, que anteriormente ha hecho declaraciones que también fueron consideradas por diversos sectores oficiales y políticos como una intromisión en política interna de este país, señaló que continuará expresando la opinión de su Gobierno "en asuntos internos con implicación internacional".

"No es una intromisión, son sólo observaciones", dijo el embajador.

El presidente de Perú, Alberto Fujimori, no se pronunció sobre la actitud de Jett y señaló al respecto que no quería adelantar opinión porque era un asunto que tenía que ser analizado por la Cancillería peruana.

Fujimori precisó luego que "es claro que en el Perú se da prioridad al gasto social sin descuidar la defensa nacional, precisamente para preservar la soberanía".

Añadió que las compras que hace Perú son de armamento de carácter defensivo y que "lo hace en condiciones muy ventajosas y competitivas".

Los aviones MIG-29 fueron adquiridos por Perú el año pasado sin que oficialmente se revelara el número de unidades compradas a Bielorrusia, aunque versiones extraoficiales señalaron que se adquirieron quince aviones.

Jett también hizo referencia a las relaciones entre Perú y Ecuador, que llevan adelante un proceso de pacificación tras la guerra no declarada que les enfrentó entre el 26 de enero y el 28 de febrero de 1995, y comentó que dicho proceso es esencial para el futuro de ambos países.

"El Perú y Ecuador están concentrados en llevar con éxito sus conversaciones. Esa es nuestra esperanza y creo que es la mejor arma para lograr la paz y al mismo tiempo luchar contra la

[illegible] pobreza", [illegible] al responder al [illegible].

Las declaraciones de Jett fueron calificadas [illegible] el presidente del Congreso de Perú, [illegible], como "[illegible]" [illegible] asuntos internos de [illegible] [illegible] Carlos [illegible] [illegible] norteamericano [illegible]

[illegible]

04-04 9708382

Perú ratifica acuerdo con Chile sobre hitos en frontera

LN 17/6

LIMA (Reuter) - Perú ratificó ayer un acuerdo con Chile sobre la conservación de hitos en su frontera común, firmado en marzo en Santiago por ambos gobiernos.

"Es conveniente a los intereses del Perú la ratificación del citado instrumento internacional", indicó un decreto supremo difundido en el diario oficial con las firmas del presidente Alberto Fujimori y el ministro de Relaciones Exteriores, Francisco Tudela.

En el acuerdo, Perú y Chile convienen designar una comisión mixta permanente de límites para que, entre otras cosas, procedan a "colocar hitos intermedios donde se considere necesario a fin de señalar, con más claridad y precisión, la línea de frontera".

Ambos países transitan actualmente por un proceso de negociaciones para sellar asuntos pendientes del "Tratado de 1929" que delimitó la frontera común tras una guerra en el siglo pasado, en la cual Perú perdió la ciudad de Arica.

Las negociaciones se reactivaron en 1993 cuando Chile y Perú firmaron la denominada Convención de Lima, pero quedaron paralizadas cuando el congreso peruano la rechazó y la devolvió al ejecutivo.

[illegible]

[illegible]

PERU-CHILE

LIMA RATIFICO ACUERDO CONSERVACION HITOS EN FRONTERA CON CHILE

Lima, 16 jun (EFE). El Gobierno de Perú ha ratificado un "Acuerdo sobre la Conservación de Hitos en la Frontera Común con Chile", suscrito en Santiago el 6 de marzo de 1997, mediante un decreto supremo publicado hoy en Lima.

El decreto señala que, mediante el Acuerdo, los dos gobiernos se comprometen a designar una "Comisión Mixta Permanente de Límites", que se encargará de reparar los hitos fronterizos cuya estructura presente daños menores, reponer aquellos que se encuentren "removidos o en mal estado", y colocar hitos intermedios "donde se considere necesario".

"En la oportunidad que esta Comisión estime pertinente", indica, se procederá a la determinación de coordenadas y cota de los hitos existentes, mediante un sistema que usen los organismos cartográficos de ambos países, así como a la elaboración de una cartografía común de la frontera.

Se señala además que si al reponer un hito o colocar uno intermedio se produce algún desacuerdo acerca de su situación o ubicación, los delegados someterán las divergencias a los presidentes de las respectivas comisiones.

Pese a que el acuerdo tendrá "una duración indefinida", cada parte podrá denunciarlo mediante una notificación formal presentada por los medios diplomáticos, que "producirá sus efectos seis meses después de efectuada tal notificación". EFE.

dub-nd

[illegible]

02 - 02

9708383

[illegible] 9708384

[illegible]

[illegible]CEDENCIA 150050

FECHA DE PROCEDENCIA 15/6/97

VINCULACIONES 11921

66817

11164

11302

[illegible]

Fs. clara

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708384

01-03

La Iglesia le dice no a Fujimori

Denuncian el autoritarismo del mandatario incaico

Por [illegible] Llorca

Lima, AFP

El cardenal Augusto Vargas Alzamora, primado de la Iglesia Católica peruana, se declaró favorable el domingo a la realización de un referéndum sobre una nueva candidatura de Alberto Fujimori a la presidencia en el año 2000, uniendo con ello su voz a la de la oposición, que denuncia el "autoritarismo" del gobierno.

Es "desafortunado creer que solamente una persona puede acertar en el gobierno de un país", estimó el primado en una entrevista publicada el domingo por el periódico opositor La República.

"Que se manifieste el pueblo y diga sus razones", si está o no contra un tercer mandato de Fujimori, sostuvo el cardenal en la entrevista, y también precisó: "Hemos visto tantas personas que se han creído indispensables y han pasado y el mundo ha seguido, entonces ninguno es indispensable".

Vargas también advirtió que "todo lo que sea contar con la opinión del pueblo es legítimo". Estas declaraciones se producen en momentos en que Fujimori se encuentra en Roma donde se reunió este lunes con el papa Juan Pablo II.

En la audiencia debía ser tratada la crisis de los rehenes de Lima, liberados por el ejército el 22 de abril, después de 126 días de secuestro por un comando del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA, guevarista). El asalto dejó un saldo de 17 muertos, un rehén, dos militares y 14 miembros del MRTA.



G. SERRANO

En mayo, el marzo el arzobispo de Ayacucho, monseñor Juan Luis Cipriani, representante del Vaticano en la comisión de garantes para una salida pacífica de la crisis de rehenes, se dirigió a Roma donde fue recibido largamente por el Papa. Las declaraciones del cardenal Vargas constituyen un apoyo evidente a la campaña lanzada por la alianza de la oposición, el Foro Democráctico.

El Foro afirma haber recogido ya 400.000 firmas de electores de las 1.200.000 requeridas para la organización de un referéndum sobre la reelección presidencial.

Fujimori hizo adoptar la actual Constitución de 1993 un año después del "auto golpe", su golpe de Estado civil. Fue reelecto por un segundo mandato de 5 años en 1995.

Fujimori mismo declaró que buscaba "una ventana", un ardid para volver a presentarse.

Así, la mayoría parlamentaria no dudó en destituir a fines de mayo a tres de los siete magistrados del Tribunal Constitucional que se oponían a la tercera reelección de Fujimori.

A partir de entonces, las protestas de la oposición se multiplicaron, agregándose a ello las intimidaciones y amenazas que sufrió la prensa peruana por sus revelaciones de casos de tortura en el seno del ejército en las que se deploraba asimismo los menoscabos al estado de derecho y a la democracia.

9708384

XAZ308

R POXDT 06-16 00276

MUN. EXG 107

PERU-ENCUESTA

68 POR CIENTO PERUANOS A FAVOR REFERENDO POSTULACION FUJIMORI

Lima, 15 jun (EFE).- El 68 por ciento de los peruanos está a favor de la realización de un referendo en el que se consulte la viabilidad de una nueva postulación del presidente Alberto Fujimori en las elecciones del año 2000, reveló hoy una encuesta elaborada por la empresa consultora "Apoyo".

El sondeo de opinión indica además que, en caso de realizarse el referendo, el 64 por ciento de los votantes se manifestará en contra de la nueva postulación de Fujimori, mientras que un 31 por ciento aprobará su candidatura.

La Constitución peruana permite la postulación del presidente para un nuevo período inmediato, y aunque Fujimori gobierna Perú desde 1990 y fue reelegido en 1995, sus seguidores consideran que actualmente cumple su primer periodo, ya que la nueva "carta magna" fue elaborada en 1993, luego del "autogolpe" que dió el presidente en abril de 1992.

Entre los candidatos "presidenciables" con mayor apoyo popular se menciona al actual alcalde de Lima, Alberto Andrade, con un 28 por ciento, quien es seguido por Fujimori, que cuenta con un 24 por ciento de la aprobación.

Asimismo, son mencionados el ex presidente del sistema de Seguridad Social peruano, Luis Castañeda, con un 11 por ciento, y el ex gobernante Alan García, con un 3 por ciento de preferencia.

La encuesta indica además que el 90 por ciento de los peruanos cree que el país debe ser gobernado con un sistema "democrático constitucional", contra un 4 por ciento que se inclina por un régimen "dictatorial", y un 2 por ciento que desea uno "revolucionario".

Finalmente, pese a que el 57 por ciento considera improbable un golpe de Estado, un 36 por ciento cree que este "es posible".

EFE

dub/arp

06/16/03 49/97

03-03

DOCUMENTO 9708385
[illegible]
[illegible]NCIA 5/8593
FECHA DE PROCEDENCIA 7/6/97
VINCULACIONES 11821.
66817.
11164.
11302.
11830.
11837.

FR[illegible]

[illegible]

PERU-OPOSICION

CONGRESISTAS CREAN BLOQUE OPOSICION CONTRA EL GOBIERNO

Lima, 7 jun. (EFE).- Un total de 41 congresistas de la oposición peruana se unieron para conformar el Bloque Parlamentario de Oposición Democrática (BPOD) con el fin de defender el estado de derecho y frenar la acción de la mayoría gubernamental en el Congreso.

Según informaron hoy, sábado, portavoces parlamentarios el bloque opositor se constituyó ayer, viernes, y coordinará acciones conjuntas para velar por los intereses de la población y defenderá la libertad de expresión.

En su primer pronunciamiento público, el BPOD señaló que "en el Perú de hoy tenemos un gobierno autocrático. En el Congreso de la República impera la tiranía del oficialismo, se legisla frecuentemente contra los intereses nacionales, se impide toda función fiscalizadora y se restringe todo debate sobre los grandes temas del país".

El primer acuerdo político adoptado por el Bloque de Oposición es no integrar la Comisión Especial Evaluadora de los candidatos del Tribunal Constitucional, tres de cuyos miembros fueron destituidos por decisión de la mayoría, a fines de mayo.

Los magistrados Delia Revoredo, Guillermo Rey Terry y Manuel Aguirre Roca declararon, en enero pasado, la constitucionalidad de una ley de reelección presidencial aprobada en 1996, al rechazar un recurso planteado contra la misma, pero [illegible] a ese fallo [illegible] de que la norma es "inaplicable" a Fujimori.

El BPOD [illegible] en un sólido bloque de 41 votos y [illegible] de la destitución de los magistrados del Tribunal Constitucional, [illegible] por el pleno del Congreso hace [illegible].

El bloque [illegible] formado por los partidos Unión por el Perú (UPP, la segunda fuerza política), Acción Popular, Partido Popular Cristiano, Coordinadora Democrática, Partido Aprista Peruano, [illegible] y [illegible] Perú.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

01-01 9708385

UNA FRANJA DE 2.200 KILOMETROS BAJO ASEDIO NARCOGUERRILLERO

Venezuela reforzará sus tropas en la frontera

CL 18/6.

LUDMILA VINOGRADOFF
Caracas. Especial

El Ministerio de Defensa de Venezuela pidió al Congreso una partida especial de 417 millones de dólares para reforzar el equipamiento bélico en la frontera con el objetivo de combatir el acoso permanente de la guerrilla colombiana.

Toda la franja limítrofe entre Venezuela y Colombia está seriamente afectada por el dominio de la guerrilla colombiana. El Ministerio de Defensa venezolano subrayó que las fuerzas militares necesitan adquirir en forma urgente equipos aeronáuticos y material bélico a fin de reforzar las tropas fronterizas y brindar seguridad a las poblaciones asentadas a lo largo de los 2.200 kilómetros limítrofes.

La ofensiva de la guerrilla colombiana se ha acentuado en los últimos meses debido a sus vínculos con el narcotráfico. La infiltración permanente de la denominada narcoguerrilla ya ha creado más de un conflicto diplomático entre ambas cancillerías.

La penetración de la narcoguerrilla en tierra venezolana se traduce en secuestros, extorsiones, robo de aviones y coches, ataques a los puestos fronterizos y compras compulsivas de fincas y haciendas productivas en un clima de terror y amenazas que ha provocado el desplazamiento de poblaciones enteras.

Un millón de hectáreas, ricas en ganadería y agricultura, fueron abandonadas por sus propietarios en los estados de Mérida y Zulia, debido a las amenazas guerrilleras.

De norte a sur

Desde el norte y hasta el sur, los estados fronterizos de Zulia, Mérida, Táchira, Apure y Amazonas viven el asedio permanente de las FARC y del Ejército de Liberación Nacional, la segunda fuerza rebelde de Colombia. Los irregulares colombianos han robado 45 avionetas desde 1984, según estadísticas policiales locales, la última de ellas del empresario estadounidense Jerel Shaffer y su piloto Elias Barnard, secuestrados en febrero pasado por el ELN mientras estaban en la provincia de Apure.

En los últimos 10 años la narcoguerrilla ha atacado cerca de 60 veces los puestos militares venezolanos en la frontera para robar armamentos. Los ataques más sangrientos ocurrieron en junio de 1987 cuando en la sierra de Perijá, estado de Zulia, los rebeldes emboscaron una patrulla de la Guardia Nacional, asesinando a 9 de sus miembros, y en febrero de 1995, tropas del ELN se atribuyeron la masacre de varios infantes de la marina venezolana en el puesto fluvial de Carabo, en Apure.

Pero los civiles se han llevado la peor parte. En los últimos 8 años la narcoguerrilla ha secuestrado a 160 empresarios y ganaderos, de los cuales 42 han muerto. En lo que va del año se han reportado 16 secuestros.

Los rescates, las extorsiones o "vacunas" que los narcoguerrilleros exigen a los venezolanos para que no les ocurra nada, les reporta 20 millones de dólares anuales, según informes del Parlamento caraqueño, aunque los secuestrados nunca revelan la cifra real de lo pagado por su liberación.

A pesar de que el gobierno venezolano ha exigido en los acuerdos binacionales que su vecino incremente la presencia militar en la zona fronteriza, Colombia por ahora no lo ha hecho.

Mientras el sur colombiano y toda la frontera sigan bajo el dominio de las fuerzas guerrilleras, los insurgentes continuarán su desplazamiento hacia Venezuela y su asedio en la búsqueda de fuentes de recursos y de armas. De allí que las autoridades venezolanas han decidido reforzar los comandos limítrofes, cueste lo que costare, que no es otra cosa que militarizar la frontera. □

Nº DOCUMENTO 9708387
TITULO
PROCEDENCIA 5/8593
FECHA DE 27/6/97
VINCULADO 11921.
67390.
11164.
11302.
11458.
11163.
~~11 ...~~
13065.

fichar

168507

R FOXRT 06 27 00277

VENEZUELA GOBIERNO

CALDERA NOMBRA A VICEALMIRANTE RINCON NUEVO MINISTRO DEFENSA

Caracas, 27 jun (EFE).- El presidente venezolano, Rafael Caldera, designó al vicealmirante Tito Manglio Rincón Bravo nuevo ministro de Defensa en sustitución del general Pedro Valencia, quien había asumido el cargo en junio de 1996, informaron hoy fuentes oficiales.

El mismo general Valencia confirmó hoy que Rincón Bravo, quien dirigía la Comandancia General de la Armada venezolana, tomará posesión de su nuevo cargo el próximo martes.

En un breve anuncio en el Palacio de Miraflores, sede del Gobierno, Valencia también informó de que el presidente Caldera nombró al general Gustavo Adolfo León Campos como inspector general de las Fuerzas Armadas.

Además, el general Raul Alejandro Salazar Rodriguez ha sido designado jefe del Estado Mayor Conjunto y el general Félix Aquiles Loreto Gonzalez, comandante de las Fuerzas Armadas de Cooperación.

Para las comandancias del Ejército y la Armada fueron nombrados, respectivamente, el general Wilfredo José Guerrero Corpa y el vicealmirante Julio Henry Chacón Hernández, mientras que el general Juan Antonio Paredes Niño fue ratificado como comandante general de la Aviación.

Los cambios en los altos mandos militares venezolanos se producen tradicionalmente entre los meses de junio y julio, y coinciden con la aprobación de los ascensos anuales en el escalafón militar. EFE

ad.mmg/fr

06/27/17-21/97

9708387

01-01

Nº. DOCUMENTO 9708388

TITULO

PROCEDENC. 150090

FECHA DE 19/6/97

VINCULACIONES 11321,
67390,
11164,
11165,
11413,

01-02

9708388

[illegible]

[illegible]

[illegible] norma [illegible] que elimina el carácter retroactivo del salario en el cálculo de las prestaciones del empleado al cabo de una [illegible] de trabajo, [illegible] ahora al presidente del país, Rafael Caldera, para su promulgación y definitiva entrada en vigor.

La reforma fue aprobada por [illegible] parlamentarios y rechazada por 45, en su mayoría de la Causa Radical, en la oposición, que considera que el nuevo texto legal representa "un atentado contra los intereses de los trabajadores".

Según el Gobierno, la nueva ley permitirá que los trabajadores reciban mejores pagas, eliminará el carácter proteccionista del régimen anterior, acabará con la llamada "bonificación" del salario y aliviará las cargas que suponía la ley anterior para los patronos.

Una comisión tripartita, formada por representantes del Gobierno, patronales y sindicatos, fue la encargada de elaborar el proyecto de reforma laboral.

Sin embargo, el acuerdo al que llegaron fue modificado en algunos aspectos por el Congreso, lo que generó algunas reacciones entre los empresarios y los trabajadores.

Una vez que Caldera promulgue la reforma laboral, el Gobierno informó de que el salario mínimo de los trabajadores pasará de los 15.000 bolívares (30 dólares) actuales a 75.000 (154 dólares).

No obstante, los sindicatos han manifestado su inconformidad con este anuncio, pues consideran que no significará un aumento real de los ingresos de los trabajadores.

Según los sindicatos, si bien el salario base es hoy de 15.000 bolívares, el ingreso mínimo es de precisamente 75.000, en virtud de una serie de bonos de asistencia que las empresas están obligadas a pagar a quienes devengan el salario mínimo.

La reforma laboral también significará un enorme desembolso de dinero para las empresas y el Gobierno, uno de los principales creadores de empleo del país, pues deberán cancelar las deudas que acumularon con sus empleados durante los más de 30 años de vigencia del régimen que será sustituido por la nueva ley.

El ministro de Hacienda, Raúl Matos Azócar, afirmó hoy que el Gobierno no tendrá inconvenientes para hacer frente a las erogaciones -aún no cuantificadas- que se desprenderán de la modificación de las leyes laborales.

Según Matos Azócar, ingresos extraordinarios que ha tenido el país por sus exportaciones de petróleo, una prevista mejora en la recaudación tributaria y un posible refinanciamiento de parte de la deuda exterior dotarán a Venezuela de "una mayor solvencia" y permitirán cumplir los compromisos con los trabajadores.

Portavoces del Consejo Nacional del Comercio y los Servicios (Consecomercio) afirmaron que la reforma laboral representará un aumento de por lo menos el 30 por ciento en los costos de las empresas.

La pequeña y la mediana empresa serán las más perjudicadas, sobre todo si el Gobierno insiste en mantener la inamovilidad laboral" [illegible] hace dos meses, declaró el presidente de Consecomercio, Antonio Fernández.

En el mismo sentido se expresó el presidente del Consejo Nacional de la Industria (Conindustria), Luis Enrique Ball, quien explicó que "prorrogar la inamovilidad laboral no favorecería la [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

02 - 02

9708388

Nº DOCUMENTO 9708389
TITULO 518593
PROCEDENCIA
FECHA DE PROC. 9/6/97
VINCULACION 11321
67390
507482
11164 - 11388
11161 - 11078
12795

X06046
R FLUBI 06-07 00205
and sur icx

VENEZUELA BRASIL
RATIFICAN DECISION DE ESTRECHAR RELACION POLITICA Y ECONOMICA

Caracas, 9 jun (EFE).- Representantes de Venezuela y Brasil inauguraron hoy en Caracas la VI reunión del Mecanismo Político de Consulta entre ambos países y ratificaron la decisión de los dos gobiernos de estrechar sus lazos políticos, económicos y comerciales.

En la reunion participaron los viceministros de Relaciones Exteriores de Venezuela, Carlos Rivero, y de Brasil, Sebastiao do Rego Barros, quienes hicieron un repaso de las relaciones entre ambos países.

Rivero y Rego Barros explicaron que tanto Brasil como Venezuela "atribuyen prioridad a la integración económica binacional, así como a las conversaciones para la formacion de un área de libre comercio entre la Comunidad Andina y el Mercosur".

La Comunidad Andina (Bolivia, Ecuador, Colombia y Venezuela) y el Mercosur (Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay) negocian desde hace varios meses una posible asociación, que según distintas fuentes pudiera ser una realidad antes del año 2000.

Los vicecancilleres también analizaron las posibilidades de que las estatales Petróleos de Venezuela (PDVSA) y PetroBras se asocien en distintas áreas del negocio petrolero, lo cual señalaron que "abriría perspectivas promisorias para los dos países". EFE
ed/eo/fl

06/09/21-24/97

01-01 9708389

TITULO ....

PROCEDENCIA 5/8 593

FECHA DE 17/6/97

V 11921

67390

11165

11245

500576

[illegible]

AI-VENEZUELA

EJECUCIONES SUMARIAS, TORTURAS E IMPUNIDAD, SEGUN INFORME 1997

(Embargada hasta las 00.01 GMT del miércoles 18 de junio)

Londres, 17 jun (EFE).- Decenas de personas, entre ellas niños, fueron ejecutadas extrajudicialmente en Venezuela en operaciones militares y policiales aparentemente concebidas para combatir el crimen, denuncia el informe anual de Amnistía Internacional (AI).

Esta organización humanitaria cita el ejemplo de Lian Jonathan Cáseres Herrera, de 17 años, que murió al recibir un disparo en la cabeza efectuado a quemarropa por un miembro de la Policía Metropolitana cuando paseaba con dos amigos por una calle de Caracas.

Relata el informe que "los testigos impidieron que el agresor colocara un arma sobre el cuerpo de la víctima para alegar que había muerto en un tiroteo". El agente fue suspendido temporalmente de sus funciones a la espera del resultado del juicio.

AI recuerda de manera especial lo ocurrido el 22 de octubre en la cárcel de La Planta, en Caracas, donde al menos 25 reclusos murieron calcinados. Miembros de la Guardia Nacional les encerraron en una celda y arrojaron en su interior botes de gas lacrimógeno que provocaron un incendio, según la organización.

Por lo general, subraya AI, la condiciones penitenciarias volvieron a destacar el pasado año por su extrema dureza y por el trato "cruel, inhumano y degradante" dispensado a los presos.

Además, continuaron llegando informes sobre torturas y malos tratos generalizados, especialmente en la zona fronteriza con Colombia, donde, según AI, las fuerzas de seguridad venezolanas respondieron a la incursión de grupos armados colombianos con la represión generalizada de la población civil.

Amnistía Internacional asegura que en las zonas bajo jurisdicción militar, donde seguían suspendidas algunas garantías constitucionales en 1996, las fuerzas de seguridad detuvieron al azar a decenas de personas y las torturaron durante los interrogatorios.

"Se utilizaron métodos de tortura", explica el informe, "como palizas, suspensión prolongada por las muñecas o los tobillos, semiasfixia con bolsas de plástico, descargas eléctricas y simulacros de ejecución para extraer confesiones".

Amnistía es especialmente crítica con los fiscales públicos, sobre los que dice que "generalmente no cumplieron con su responsabilidad frente a las denuncias de tortura", y con los médicos forenses, que "a menudo evitaron documentar estos casos".

A consecuencia de estas torturas, algunas personas murieron cuando estaban bajo custodia, afirma AI, que se refiere en concreto a Francisco [illegible], arrestado arbitrariamente por miembros de la Policía Metropolitana y trasladado a una comisaría de Caracas donde murió después de sufrir palizas prolongadas y [illegible].

[illegible]

[illegible]

[illegible] Derechos Humanos [illegible], quien fue detenido junto [illegible] por exhibir un cartel con la Declaración Universal de Derechos Humanos, que las autoridades calificaron como "subversivo".

[illegible]

[illegible]

9708390

Nº DOCUMENTO 9708391

TITULO

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE ... 26/6/97

VINCULACION 11921 .. 67390. 11164. 11161. 11302. 11209. 11382 Presupuesto 11849.

YU4678

R ECOBT 06-26 00786

mun exg

VENEZUELA-ECONOMIA

GOBIERNO ELABORO PRESUPUESTO 1998 POR 23.000 MILLONES DOLARES

Caracas, 26 jun (EFE).- El Gobierno de Venezuela presentó hoy al Congreso para su aprobación un proyecto de presupuesto para 1998 por 23.000 millones de dólares, el más alto en la historia del país.

Las previsiones del Gobierno indican que casi el 50 por ciento de los ingresos tendrán su origen en la actividad petrolera, mientras que el resto provendrá principalmente de impuestos.

Los expertos oficiales señalan que la economía Venezolana crecerá en 1998 un 5,4 por ciento y que la inflación se situará en torno al 15 por ciento, cifra considerada "excesivamente optimista", por analistas independientes, que la vinculan a la celebración de elecciones generales en diciembre de ese año.

Los cálculos muestran que se registrará un fuerte aumento de las exportaciones, que llegarán a los 24.000 millones de dólares, de los que 19.000 corresponderán a petróleo y drivados y 5.000 al resto del sector productivo.

En la distribución presupuestaria destacan los 6.000 millones de dólares asignados al Ministerio de Hacienda, los 4.000 millones del Ministerio de Educación y los 1.500 millones destinados al Ministerio dela Defensa.

Los analistas destacan que el presupuesto de 1998 sigue siendo rígido ya que el 70 por ciento del mismo ya está comprometido en el pago de la deuda exterior y en obligaciones fijas con el aparato burocrático estatal.

En cuanto a la paridad del bolívar frente al dólar, se indica que se mantendrá la política de bandas cambiarias pero no se da ninguna cifra de referencia sobre el valor de la moneda estadounidense.

Este proyecto de presupuesto será discutido por el Congreso que podrían devolverlo al Ejecutivo para que lo afine o corrija los desajustes que los parlamentarios le encuentren. EFE

BR/chs/dx

06/26/16-07/97

01-03

XU460A

R ECORT 06-20 00216

amt

VENEZUELA-BID

BID APOYARA REFORMA SEGURIDAD SOCIAL DE VENEZUELA

Caracas, 20 jun (EFE).- El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) apoyará con 270 millones de dólares la reforma del sistema de seguridad social que adelanta Venezuela, afirmó su presidente Enrique Iglesias, al iniciar una visita a Caracas que durará hasta el domingo próximo.

Iglesias, que llegó a Caracas el pasado jueves, añadió que Venezuela "ha hecho reformas importantes y la economía está creciendo", informa hoy la prensa local.

El presidente venezolano, Rafael Caldera, que ayer promulgó la reforma parcial de la Ley del Trabajo, tiene previsto complementarla con una reforma del sistema de seguridad social que rige desde hace 30 años.

El presidente del BID precisó que el organismo prestará asistencia técnica al gobierno y participará en la coordinación de proyectos con la sociedad civil, ya que considera que se debe hacer un esfuerzo "redoblado" en el tema educativo, donde América Latina se ha quedado rezagada "frente a la calidad y cantidad de educación".

Iglesias se reunirá hoy, viernes, con el gobernante venezolano, y participará en el foro "Opciones de financiamiento del BID para el sector privado", que ha organizado el Consejo Nacional de Promoción de Inversiones (CONAPRI), un organismo conformado por instituciones de los sectores público y privado de Venezuela. EFE

MM/lup/dv

06/20/17-32/97

02

9708391

304417

R ECOBT 06 09 00321

mun exg

VENEZUELA SALARIOS

GOBIERNO ANUNCIA SALARIO MINIMO SERA 154 DOLARES

Caracas, 9 jun (EFE).- El Gobierno venezolano anunció hoy que el salario mínimo de los trabajadores será de 75.000 bolívares (154 dólares), cuando el Congreso apruebe una reforma de las leyes laborales, lo cual se espera que suceda el próximo martes.

La ministra del Trabajo, María Bernardoni, informó de que el presidente venezolano Rafael Caldera ratificará en breve el nuevo salario mínimo y "exhortará a los empresarios a realizar ajustes".

El salario en Venezuela tiene un piso de 15.000 bolívares (30 dólares), pero los ingresos mínimos de quienes devengan ese sueldo alcanzan los 75.000 bolívares, en virtud de una serie de bonos de asistencia que las empresas están obligadas a pagar.

Bernardoni explicó que una vez aprobada la reforma laboral, todos los bonos de asistencia pasarán a formar parte del salario, con lo que el ingreso mensual mínimo seguirá siendo de 75.000 bolívares, pero con la diferencia de que sobre esa base salarial se calcularán todas las prestaciones de los trabajadores.

La reforma laboral propuesta por los empresarios, sindicatos y el gobierno plantea la eliminación del carácter retroactivo del salario para calcular las prestaciones sociales, y a cambio los trabajadores recibirán mejores pagas, se eliminará la "bonificación" de los ingresos y el sector empresarial aliviará la enorme carga que tiene a causa del actual sistema salarial.

Bernardoni explicó que un incremento salarial por encima de los 75.000 bolívares debe ser evaluado para evitar más presiones sobre la inflación, que en lo que va de año se ubica en 12.5 por ciento.

"Queremos hacer un llamado al sector empresarial para que haga efectiva la promesa que ha hecho en más de una oportunidad, en relación a ajustar las escalas de remuneración. Más allá del salario mínimo pueden hacerse modificaciones en beneficio de los trabajadores por parte de los empresarios y esto sería muy saludable porque no serían ajustes impuestos por el Gobierno", dijo la ministra. EFE

MM/chs/dv

06/09/18 25/97

03-03

9708391

Nº. DOCUMENTO 9708392

TITULO VENEZUELA: SERVICIO MILITAR OBLIGATORIO

PROCEDENCIA 15 00 18

FECHA DE P... 26/6/97

VINCULACIONES 11921

67390 - 11163. ✓

~~11467~~

11417

01-(A)-02 9708392

Servicio militar obligatorio:

¿Me obligan a qué?

En Venezuela, como en muchos otros países, el servicio militar es obligatorio.

Dentro de un contexto de marginalidad y de pobreza como el que vivimos todos los países de Latinoamérica, la pregunta es: ¿por qué "yo", ciudadano de un Estado que no me respeta ni representa, porque no me cura no me educa ni me alimenta, tengo que servirle con las armas para defender fronteras en las que no creo, enfrentarme a tratos humillantes durante dos años de mi vida, y vivir con la posibilidad, en caso de guerra, de matar a gente que nada me ha hecho? ¿Eh?, ¿por qué?

Como respuesta a éstos surgen movimientos juveniles en los diferentes sitios, en más de 20 países de nuestro continente, agrupados bajo el nombre de la Red de Objeción de conciencia de Latinoamérica y el Caribe (ROLC), que nació en 1994, por la abolición del servicio militar obligatorio, la desmilitarización y para una educación por la paz.



Declaración de principios de la ROLC

"La realidad latinoamericana y caribeña, con su dinámica de contradicciones, ha interpelado a diferentes grupos de nuestros países, los cuales con esperanza y voluntad política trabajamos con un compromiso que nace de nuestra conciencia. Somos parte de un movimiento positivo de superación de la situación actual, y nos sentimos unidos y empeñados en hacer posible la cultura de la paz.

Contamos con la existencia de una realidad injusta y excluyente en Latinoamérica. En lo económico, se caracteriza por la supremacía del modelo neoliberal, la globalización de la economía y el proceso de homogeneización de la sociedad en beneficio del mercado, modelo impuesto por grupos nacionales e internacionales, sin respeto por la persona humana.

En lo político, se caracteriza por la existencia de democracias formales y amenazas de conflictos armados. La manipulación de las instancias de participación y tomas de decisiones por parte de los grupos hegemónicos, permite e impone un modelo de exclusión social.

En lo cultural, se constata la sumisión, violencia y discriminación étnica y social que origina y sustenta el militarismo.

Las policías civiles y militarizadas, Fuerzas Armadas y demás órganos de represión, son aliados de los poderes políticos y económicos, parte activa de este sistema y sus defensores. Han podido readecuarse para mantener su poder limitando la participación activa y propositiva de las grandes mayorías.

Todo lo anterior provoca un creciente militarismo que entendemos como la incidencia en la vida cotidiana de la gente y en las estructuras sociales de prácticas y valores que promueven el autoritarismo, el verticalismo, la intolerancia, el machismo, la obediencia ciega y la resolución violenta de los conflictos, generando la monopolización del poder, injusticia y desigualdad social.

Ante esta realidad, la ROLC se propone ayudar a una transformación del sistema de dominación, trabajando específicamente por la desmilitarización de la sociedad, basada en:

a) La no violencia activa como principio de la defensa de la vida y de la cultura de paz, que opera a través de métodos y de formas de lucha que implican la denuncia, la no colaboración con el sistema de dominación y la desobediencia civil a las leyes injustas.

Reconocemos el derecho de resistencia de los pueblos, pero asumimos en el trabajo antimilitarista la no violencia activa como metodología para la transformación de la sociedad.

b) La vigencia de los derechos humanos y de los pueblos, entendida como filosofía y promoción de una cultura de vida, asegurando factores de convivencia y respeto a la persona.

c) El derecho a la libertad de conciencia, es un derecho humano fundamental, que garantiza el desarrollo de la vida de las personas y de los pueblos de acuerdo a su idiosincrasia.

La objeción de conciencia es la expresión más clara de este derecho, entendida como una postura ética, colectiva y política de oposición a los instrumentos que utilizan los opresivos y el militarismo (Fuerzas Armadas, servicio militar, gastos militares, policía, educación militarista y uso de la violencia para la resolución de conflictos) y sus causas (violencia estructural).

d) La valoración de la diversidad a partir de una práctica de respeto, diálogo, tolerancia y reconocimiento de las diferencias culturales y de vida, sin distinción de etnias, edad, género, religión, convicciones políticas, ideologías ni orientación sexual.

e) La justicia social como la base del desarrollo humano.

Proponemos, en conjunto con otros movimientos sociales, trabajar por un mundo diferente, con una equitativa distribución de recursos, donde las personas tengan acceso a un desarrollo integral de todas sus capacidades, en un marco de democracia, solidaridad y de respeto por el entorno natural y social.

f) La solidaridad como principio liberador y movilizador social, es una forma de convivencia que promueve el apoyo mutuo, el comunitarismo, el respeto, las relaciones horizontales. Asumimos el valor de la solidaridad que mantienen los pueblos indígenas de nuestro continente.

g) La perspectiva de género y el aporte de la mujer que cuestiona en sus raíces la cultura bélica del patriarcado, la igualdad de género, se refleja en la ROLC en el trabajo de mujeres y hombres para abolir la opresión, agresión, violencia, mentalidad y cultura militarista".

Los objetores de conciencia se mueven en diferentes países del mundo, pero especialmente aquí, en América Latina y el Caribe, donde los militares son casi el primer poder en muchas regiones, se plantea de un modo urgente una solución. Los temas que preocupan a los pertenecientes a esta red podrían reunirse del siguiente modo:

La lucha de la sociedad civil contra el militarismo, integración forzada de los pueblos indígenas a los ejércitos, legislación sobre la Objeción de Conciencia en nuestros países.

Los nacionalismos siempre vienen a cubrir con humo los desastres internos de un país, de las sociedades empobrecidas. *"El asunto del Continente* —según dice en un comunicado firmado por diferentes organismos del Sur a propósito del clima de guerra que se vive entre Chile y Argentina— *es que a nadie se le ocurre decir la verdad: los glaciares, como el aire, como el cielo, pertenecen a todos los seres humanos. El problema real es la existencia de fronteras, la geografía de egoísmos en que se ha convertido nuestro mundo.*

La paz y el acuerdo entre los pueblos puede lograrse a través de la cooperación, la integración, la solidaridad, la confianza mutua, el desarme y el conocimiento del otro. De ese modo derribaremos arcaicas divisiones limítrofes que enfrentan, separan y fanatizan a los hombres".

Este documento está firmado por gente como Osvaldo Bayer, Adolfo Pérez Esquivel, Madres de Plaza de Mayo, Comité de Servicio Cuáquero de Chile, etcétera.

Raúl Corredor, vocero de los Objetores de Conciencia de Venezuela, que trabajan dentro de la organización no gubernamental "Red de Apoyo por la Justicia y la Paz", responde en entrevista:

—¿Qué es la objeción de conciencia?

—Es un derecho que todos tenemos de rehusarnos a hacer cualquier cosa que esté en contra de nuestra ética y de nuestra moral. Por ejemplo, de usar armas, de matar a nuestro prójimo, solucionar conflictos de forma violenta. Todo ese tipo de cuestiones que involucran el militarismo, las repercusiones que tiene en toda la sociedad y en la vida cotidiana de las personas. Por eso en Latinoamérica estamos luchando para que se dé el derecho a la objeción de conciencia al servicio militar. Y uno de los primeros pasos es quitar la obligatoriedad.

En todos los países de América Latina se está empezando a gestar. Hay varios que han obtenido la figura jurídica de Objeción de Conciencia.

—Y has visto cómo es aquí en Venezuela: te van a buscar. Estás paseando por la calle y vienen los policías y te agarran, porque te ven que sos joven. Te llevan, te cortan el cabello y después averiguan si eres apto o no apto.

—La objeción de conciencia tiene, no sólo el nivel legal de una figura jurídica, sino un estilo de vida, actitudes y de cosas que vienen justamente, en toda una búsqueda de lo que sería una sociedad sin militarismo. Estamos en contra del militarismo y la figura más representativa del militarismo es el servicio militar obligatorio.

—¿Y qué es lo que proponen? ¿un mundo sin gobierno?

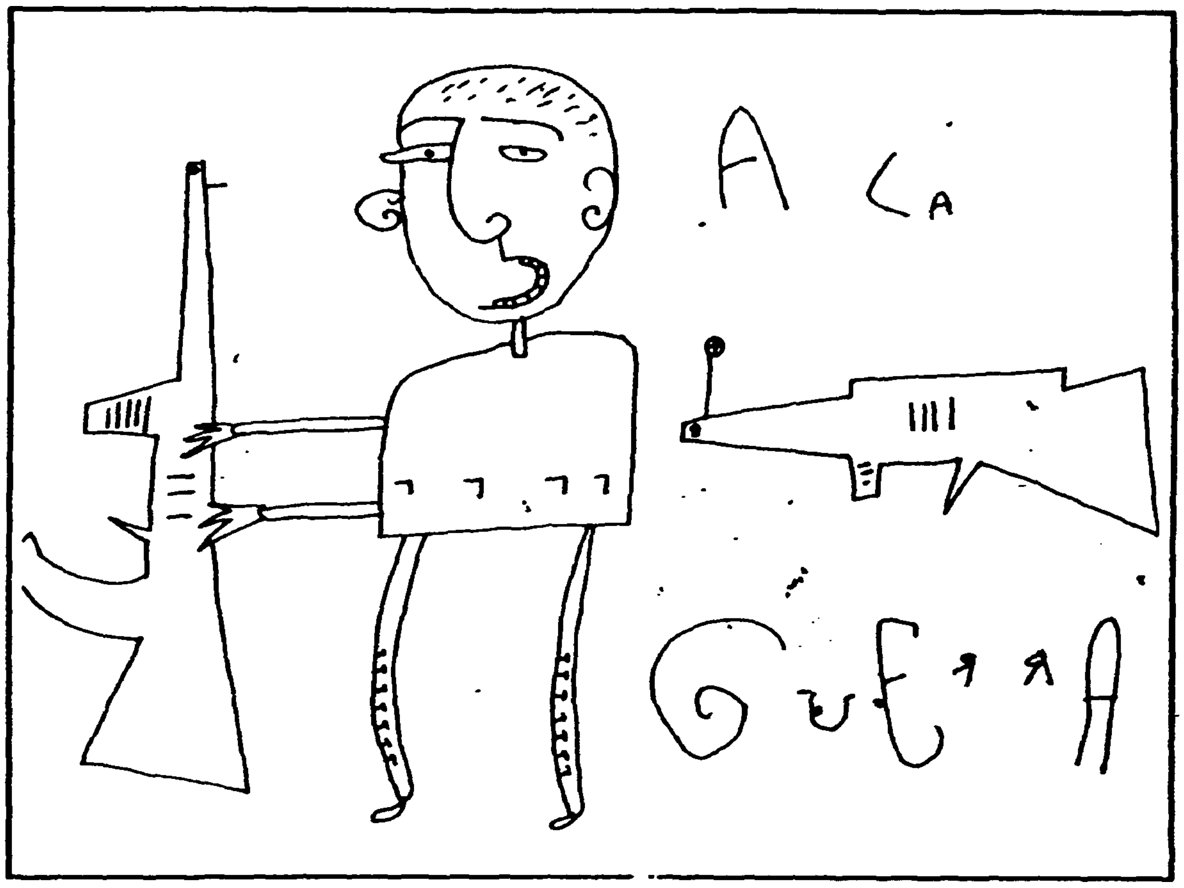
—Bueno, ahí hay dos tendencias: para los anarquistas, la eliminación del Estado, para otras tendencias simplemente es eliminar el militarismo de la sociedad, pueden permanecer las fronteras. Eso es porque se basan en que hay fronteras naturales entre países, fronteras culturales. Pero en realidad el sentido es que se renueve el orden natural de las cosas.

Además el reclutamie[illegible] za a los 18 años: los 18 [illegible] la etapa en que el joven está [illegible] un proceso mental en el que busca la verdadera orientación de su vida y en ese momento te agarran, te hacen pensar que toda tu vida anterior no sirve para nada y que esa vida militar es la que sirve. Te enseñan la doctrina de premio o castigo, la subordinación, obediencia ciega, machismo. Entonces uno se pregunta, coño, soy obediente, pero ¿defendiendo qué intereses, y obediente a quién? y ve los intereses que defiende, no son los del pueblo ni de la vida social, ni de ellos mismos, son sólo los intereses de ese grupo de poder.

—¿Cómo es la organización estructural de la ROLC?

—Criticamos el verticalismo. Por lo que hay redes de América, de Eu-

OL-B



ropa, de Estados Unidos, y no existe la figura de presidente, sino de coordinadores, que coordinan las acciones del grupo. Y se realizan encuentros de los países. En Ecuador el próximo va a ser en agosto.

—*¿Cuál es la explicación en la que se escudan los gobiernos para obligarte a hacer la conscripción?*

—Que tú durante dos años de tu vida tienes que devolverle al Estado lo que supuestamente él ha invertido en ti. También existe la objeción fiscal, que es la objeción a pagar impuestos que serán destinados a comprar armamento. Tienes que responder a un Estado paternalista, que supuestamente ha hecho lo mejor por ti.

Situación legal

La declaración de la objeción de conciencia es una potestad exclusiva de la persona que lo declara. Ningún órgano del Estado tiene jurisdicción sobre la conciencia, al ser la conciencia anterior al Estado, a su ordenamiento jurídico y a las instancias sobrevenidas de éste.

Recordemos que la objeción de conciencia es un derecho humano fundamental, reconocido así por la Comisión de Derechos Humanos y por Amnistía Internacional.

En la declaración del 10 de marzo de 1993 de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, los Estrdos miembros se comprometen a garantizar la objeción de conciencia como un derecho humano y a desarrollar legislaciones que permitan la objeción.

Esto no significa que los derechos humanos sean absolutos y no limitables; por el contrario todos los derechos fundamentales tienen dos límites bien claros: que no lesione esos derechos de terceros, y que no se ponga en peligro el orden constitucional, cosas que no se producen por la objeción de conciencia.

Resulta contradictorio que siendo el servicio militar obligatorio un problema social, por la cantidad de hechos irregulares que diariamente son denunciados, por su inutilidad demostrada y por la injusticia de su composición, no sea resuelto en modo alguno por parte de las instancias con poder de decisión para ello.

Sin embargo, se busca poner cortapisas —a través de proyectos de ley— a las iniciativas de la población que buscan superar estas injusticias y estructuras tan arcaicas como el servicio militar, mediante posturas como la objeción de conciencia, que a su vez goza de pleno aval constitucional para su libre ejercicio.

Realidad de algunos países:

(Relata la SerPaJ de Paraguay, vocero oficial de la ROLC)

"En Paraguay comienza a organizarse el movimiento antimilitarista en febrero del '91, y para los objetores paraguayos está claro que no se limita sólo a un rechazo al servicio militar, sino que cuestiona a fondo el problema del militarismo. Su Constitución reconoce el derecho a la Objeción de Conciencia desde 1992, presentándose públicamente en 1993 el primer grupo de 5 objetores.

Actualmente hay más de 5.000 objetores. El trabajo de los MOC (Movimiento de Objeción de Conciencia) y SerPaJ de Paraguay, se concentra en la concientización de la Objeción de Conciencia, campaña de desobediencia al servicio militar obligatorio y contra los gastos militares.

Para ejemplificar aún más, está el caso de Roberto Rivas Esquivel, un campesino de 17 años que decidió abandonar el servicio militar por no estar de acuerdo con la práctica de torturas, que constató, se realizaba dentro de los cuarteles, y de las que él mismo había sido víctima.

Realizó una acción judicial, apoyado por el MOC y el SerPaJ de este país, declarándose objetor de conciencia. El recurso fue admitido, es decir que ganó el juicio, mediante sentencia definitiva el 7 de marzo.

Por otro lado, en este mismo país, los familiares de las víctimas organizados bajo el nombre de "Familiares de Víctimas por el servicio militar", en rueda de prensa el 19 de diciembre, declararon: *"Nosotros hemos sufrido en carne propia el sistema de educación militar y nuestros hijos han muerto por causa de ese sistema. Rechazamos por tanto la institución del servicio militar por perjudicial para la juventud y hacemos un llamado a todas las madres para que no envíen a sus hijos al cuartel, para que no cometan el mismo error que nosotras cometimos.*

Los autores de las muertes de nuestros hijos siguen en sus puestos esperando la próxima remesa de jóvenes".

En Colombia se presentó el primer objetor de conciencia durante un encuentro internacional de los MOC, realizado en Bogotá, en el '94.

Dicho objetor fue juzgado por desertor y condenado, y tras pasar un tiempo detenido en la cárcel, se encuentra actualmente buscado por la Justicia colombiana.

En Guatemala, donde el 70 por ciento de la población es indígena y con un conflicto armado que terminó a fines del '96, comenzaron en noviembre del '92 las primeras campañas contra el reclutamiento militar forzoso, verdaderas cacerías humanas. Estas campañas fueron impulsadas por la Coordinadora Nacional de Viudas, CONAVIGUA. El 15/05/95 realizan la primera participación pública de 17 objetores, existiendo actualmente más de 300, todas ellas indígenas Mayas, manteniendo una fuerte organización en las zonas rurales del país. Actualmente negocian con el Ejército una ley que reconozca la Objeción de Conciencia y un Servicio Civil.

En Honduras, desde finales de 1993 se lanza una fuerte campaña pidiendo el fin del reclutamiento militar forzoso y un Servicio Militar voluntario. Fruto de una huelga de hambre, el gobierno aprueba en mayo del '94 un cambio en la Constitución, según el cual *"El Servicio Militar será voluntario, educativo, humanístico y democrático"*. A raíz de ello, el movimiento cívico creado para esta campaña interrumpió su actividad.

Actualmente existe un proyecto de ley por el cual los jóvenes sean llamados a filas para que éstos acudan "voluntariamente", por lo que la lucha se vuelve a reactivar.

En Argentina, en 1994, mientras grupos de jóvenes lanzaban una campaña por la inclusión de la OC como derecho en la Constitución, haciendo la primera presentación de objetores, y a causa del escándalo público por la muerte de un conscripto, el gobierno decide derogar el servicio militar obligatorio (lo cual también sirvió como pantalla para ocultar o aliviar la escasa condena que tienen los oficiales involucrados y los pactos de silencio existente en este cuerpo armado).

Siguen trabajando por el antimilitarismo, la no violencia y la educación para la paz.

En Venezuela se acaba de realizar el día 15/05/97 el 1er Encuentro Regional Andino, con presencia de grupos de varios países de la región.

En Chile, la muerte de un conscripto en oscuras circunstancias, como siempre, y los intentos de la Justicia Militar de encubrir el caso, han causado gran polémica sobre la obligatoriedad del servicio militar. En un país donde todavía el Ejército permanece en la oficialidad de la dictadura de Pinochet.

El 14 de diciembre de 1996 se dio por desaparecido a Pedro Soto Tapia, que luego de abandonar su hogar, supuestamente, no habría llegado al Regimiento donde realizaba el servicio militar obligatorio.

Desde ese momento sus familiares han denunciado que tenían conocimiento de abusos físicos, situaciones violentas y castigos que venía sufriendo el conscripto, señalando una posible detención del mismo en el interior de la unidad militar.

El 15 de marzo se descubrieron en un cerro los restos de osamentas humanas, junto a los cuales se encontraban ropas de Pedro Soto Tapia y cartas que confesaban un *"suicidio por desesperación"*. Los padres y familiares se negaron a aceptar esta versión, haciendo ver contradicciones tales como que las ropas encontradas no corresponden a las que la víctima usaba en el momento de retirarse de su hogar, las dos cartas encontradas no permiten identificarlas como escritas por el joven, porque su letra es diferente y la forma de dirigirse a las personas íntimas no es reconocida como propia de él. Y por otra parte, en el lapso de tres meses no podría haberse dado una descomposición total del cadáver y haber desaparecido extrañamente partes importantes de los restos del cuerpo.

Diferentes organizaciones y grupos de la ROLC han emprendido acciones directas por este tema, solicitando el esclarecimiento de los hechos y presionando la abolición del servicio militar obligatorio en Chile.

En Ecuador, el 8 de marzo se realizó en Quito, el primer concierto de rock contra el servicio militar. Asimismo, un Taller nacional sobre la objeción de conciencia, los días 21 y 22 del mismo mes.

Las conclusiones de dicho taller son fortalecer un proceso educativo sobre la Objeción de Conciencia y la desmilitarización. Entendiendo por militarismo el poder basado en el "nacionalismo" bajo un régimen autoritario, enmarcado en una disciplina sustentada por mecanismos represivos y obligatorios, que generan gastos y por ende pobreza, y utiliza mecanismos represivos violentos.

Algunos aspectos a tener en cuenta

En una zona con tanta tensión como Latinoamérica, las FFAA se rehúsan a perder el papel fundamental en la toma de decisiones al que están bastante acostumbradas.

La subordinación de ellos a los poderes civiles, y el intento de reducción (por parte de los gobiernos democráticos) de la cuota de poder de la institución militar, resulta un asunto por demás complicado.

Es importante remarcar que esta costumbre al poder absoluto por parte de las Fuerzas Armadas, fue avalado en su mayoría por Estados Unidos, que con intereses económicos y políticos en la zona, tuvo necesidad de una herramienta represiva que controlase la región.

Así es cómo la tristemente célebre Escuela de las Américas "educó" a decenas de ejércitos americanos y de todo el mundo, en las más sangrientas técnicas de exterminio, dejando un saldo de decenas de miles de muertos, desaparecidos, torturados, aldeas arrasadas, comunidades enteras masacradas y miles de refugiados en otros países.

Por otra parte, el actual sistema imperante ha cambiado al ejército de lugar, en una sociedad donde las fronteras a proteger no son las territoriales sino las económicas y la "amenaza comunista" dejó de ser tal. Las Fuerzas Armadas necesitan encontrar nuevas actividades que legitimen su existencia. Entre los nuevos roles que ahora pretenden desempeñar, están *"la guerra contra el narcotráfico"* y hasta la *"defensa del medioambiente"* como en El Salvador, donde los soldados se encuentran haciendo trabajos de protección forestal, y por otro lado, pidiendo un aumento en el presupuesto de Defensa.

El dinero invertido en armamentos es desorbitante. América Latina, cuna de millones de hambrientos y de fronteras inventadas por conquistadores despóticos, debería ser un poco más pudorosa y solidaria en cuanto a sus realidades ■

Marina C. Klein

VENEZUELA

TIEMPOS DEL MUNDO 19/6/97

Rechazan la candidatura del hijo de Caldera

POR CARLOS COELLO
CORRESPONSAL EN VENEZUELA

CARACAS. Un rechazo generalizado recibió la sugerencia del senador **Juan José Caldera**, hijo del presidente, de reformar la Constitución para que su hermano **Andrés** acceda a ser candidato presidencial.

El artículo 184 de la Carta Magna no solamente es categórico contra un nuevo mandato del primer mandatario, sino que precisa diversas variantes sobre quienes no pueden ser elegidos presidente de la República. Entre ellas figuran los parientes hasta el tercer grado de consanguinidad o segundo de afinidad del mandatario en ejercicio.

Los únicos que se manifestaron de acuerdo con los planteamientos de **Juan José Caldera** fueron los miembros de *Convergencia*, el movimiento político que él dirige.

Pero en el Senado la proposición de *una reforma constitucional para favorecer* a los hijos de **Rafael Caldera** fue recibida con un balde de agua fría.

Mientras **Juan Francisco Sosa**, coordinador de la fracción parlamentaria de *Convergencia* declaró que cualquiera de los hijos de **Caldera** —**Rafael Tomás**, **Juan José** o **Andrés**— *serían unos excelentes presidentes*, en el diario *"El Nacional"* el columnista **Abulio López** dijo que un Gobierno de familiares conduciría al rápido hundimiento del país: *"Como el Titanic, con sus cuatro calderas."*

De paso afloraron nuevamente las acusaciones de nepotismo que suelen ser lanzadas contra **Caldera**. Sus adversarios le han criticado a menudo que su hijo **Andrés** ocupó el cargo de secretario de la Presidencia; que su otro hijo **Juan José** presida el movimiento *Convergencia* y que su yerno, el general **Rojas**, esté a cargo de custodiar al Presidente como jefe de la Casa Militar.

El presidente del Senado, **Cristóbal Fernández**, integrante del Partido Socialista de Gobierno, precisó que el *artículo 184* de la Constitución debe mantenerse tal como fue redactado en 1961, siguiendo una tradición positiva: eliminar la posibilidad de que se gobierne a través de un hijo o de un hermano.

El senador **Humberto Celli**, miembro de Acción Democrática, el partido *más importante de este país*, precisó que con la proposición de modificar la Constitución se plantea la posibilidad de reelegir a **Rafael Caldera** o de nombrar a uno de sus hijos, lo cual rechazó categóricamente.

Celli, quien dirige la Comisión de Reforma Constitucional, dijo que ese tipo de ideas no tiene ninguna posibilidad de ser apoyada, ya que lo que se está buscando es todo lo contrario: consagrar la no reelección absoluta de los presidentes.

En Venezuela un presidente puede ser reelegido luego de dos períodos, es decir, diez años después de haber dejado el cargo.

El senador de AD agregó que en la comisión a su cargo no está contemplado tratar cuestiones de tipo personalista, sobre todo en este momento en el cual en el temario figuran materias realmente importantes como la reforma del Poder Judicial, la creación del cargo de Primer Ministro, el plebiscito en todas sus variedades y el llamado a asambleas constituyentes.

El senador socialcristiano **Pedro Pablo Aguilar** destacó que la inmensa mayoría del país está contra la reelección inmediata del presidente o la elección de sus parientes y lo que muchos desean es la reforma del régimen presidencialista: "*Es absurdo que si el señor Menem quiere reelegirse haya que reformar la Constitución para autorizarlo. Eso es un defecto del presidencialismo copiado del modelo norteamericano. Lo que está planteado aquí es ir a un régimen de tipo semipresidencial, como el que hay en Francia o Portugal.*"

Luego de la polvareda levantada por el rechazo a la idea lanzada por su hijo, el presidente **Rafael Caldera** descartó que él o sus familiares hayan pensado modificar la Constitución con el propósito de aspirar a la jefatura del Estado. ◆

B

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO

Montevideo, 30 de Julio de 1997.-
PARTE Nº 176.-

//

SECTOR PRIVADO
UNION NAL. DE OB. TRAB. DEL TRANSP.
Luis A de Herrera 3597.

La UNOTT conjuntamente con los delegados de todas las compañías y del MTSS se encuentran negociando en tripartita el aspecto salarial. El nuevo convenio deberá entrar en vigencia a partir del próximo 01/08.-

PLENARIO. INTERSIND. DE TRAB.
18 de Julio 2190

En el día de hoy a la hora 19.00 se llevará a cabo la elección del nuevo Secretariado Ejecutivo, por otra parte declararon su solidaridad al sector de Salud Pública.-

//

ORGANIZACIONES GREMIALES SOCIALES
INTERSOCIAL

Este nucleamiento que agrupa a 33 organizaciones sociales, religiosas, Partidos Políticos y fuerzas vivas realizarán en el día de hoy un "Ayuno" de 24 horas en reclamo de 35 puntos, medida que se llevará a cabo junto con el SUINM (Sind. del Menor) frente al Pcio. Legislativo.-

//

SECTOR PUBLICO
FED. FUNC. SALUD PUBLICA
D.F. Crespo 2173.

Los trabajadores continúan a la espera de la respuesta de los técnicos del MSP en cuanto a la fórmula encontrada por la gremial para otorgar el aumento solicitado.-
Cabe agregar que en el día de hoy a la hora 09.00 se llevará a cabo un Plenario de Delegados.-

ASOC. DE CONT. TRANSITO. AEREO. URUG.

En la Asamblea realizada por el gremio el 28/07 se resolvió de que en caso de que el conflicto no se solucione antes del 01/08 se agravarán las medidas de lucha no atenderán los vuelos de las compañías Varig y Pluna S.A., ni los vuelos que tengan origen o destino a Laguna del Sauce, estas medidas se iniciarán a partir de la hora 00.00 del día 01/08, manteniéndose las demoras a otras de 15 minutos a las otras compañías aéreas. Tienen previsto los trabajadores presentar una denuncia penal contra el Director de la D.G.I.A. por omisión a los deberes a su cargo.-

FED. URUG. DE TRAB. DE VIALIDAD.
Canelones 1005

Esta gremial decidió apoyar en todos sus términos el conflicto del INAME, realizando en el día de hoy a la hora 09.00 una Asamblea en la Carpa y de allí se decidirá un nuevo plan de movilizaciones, como cortes de ruta, etc. A la hora 15.00 se realizará un Foro y Debate con la participación de parlamentarios, ediles, representantes de distintos sectores políticos, curia, ongs, etc.-

SIND. UNICO DEL INST. NAL DEL MENOR

Av. Uruguay 2113.-

Esta gremial está realizando un "Ayuno" frente al Pcio. Legislativo desde el 29 y hoy 30/07 donde instalaron el "Campamento de la Dignidad". Esta medida fue aprobada por COFE el 15/07 pasado que además decidió acompañar la iniciativa conjuntamente con la intersocial. En el día de ayer personal de esta Dirección Nacional realizó una recorrida por la zona del Pcio. Legislativo, observando que en la carpa ubicada en la Plazoleta (Avda. de Las Leyes entre Agraciada y Colombia) se encontraban unas 10 personas que en horas de la tarde llegaron a un máximo de 20 que ivan rotando permanentemente. Al costado de la carpa se observó un fogón para calentar agua. Hay un equipo amplificado por el cual irradian musica y sus reivindicaciones. Cabe señalar que los ayunantes son relevados cada 12 horas para no exigir a sus organismos. Se observaron diversas pancartas entre ellas "Campamento de la Dignidad", "La Torre de 1.000 U$ para todos los públicos" Un salto por partida fija de U$. 1.000, "Un INAME Transparente y Honesto, SUINM. "Paysandú por los gurises".-

Por otra parte los funcionarios nucleados en el SUINM resolvieron además realizar en el día de hoy un paro activo de 24 horas.-

FED. FUNC. DE OSE.

D.F. Crespo 2256

Al no haberse recibido respuesta por parte del Directorio sobre el 3?% de aumento salarial solicitado y recuperación de los porcentajes perdidos, tomarán las siguientes medidas: No realizar guardias rotativas y a la [illegible] del sistema de montevideo, No tramitar cortes, Jornadas de agitación y [illegible] un paro de 48 horas los días 31/07 y 01/08 .-

SIND. UNICO DE LA ADM. PUERTOS.

25 de Mayo 562.

Se logró establecer que los afiliados a este sindicato, realizaron en el día de ayer un Paro Parcial de actividades en el horario de 10.00 a 13.00 hs. en algunas de sus secciones por Convenio salarial, fuente laboral y contra las privatizaciones de la palya de contenedores. Dentro de este horario efectuaron una volanteada en la Ciudad Vieja cuyo ejemplar expresa "Paradoja el Partido Colorado quiere privatizar la Paya de contenedores, afectando la soberanía nacional y defienden la estatización de un Hotel- Portuarios en Lucha contra la Privatización de la Playa de Contenedores".-

//

INFORMACIONES VARIAS

DEPARTAMENTO DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE FLORIDA

En el día de ayer como estaba previsto a la hora 14.00 se concentraron unas 2.500 personas en la Plaza Artigas, tomando luego por calles Independencia, Gral. Flores y por esta hasta Plaza Asamblea (Frente a la Jef. de Policía). Una vez allí un orador reclamó por fuentes de trabajo y defensa de la industria y comercio, el agro y las empresas establecidas, es de significar que el evento se realizó con total normalidad y durante el desarrollo del mismo el ?? % de los comerciantes cerraron sus comercios. La jornada culminó a las 15.50.-

//

DEPARTAMENTO DEL INTERIOR

CONFLICTO DE LA SALUD

DEPARTAMENTO DE SALTO

En el día de ayer con una concurrencia de 300 personas promovido por el Plenario Departamental del PIT-CNT Salto, en solidaridad con los funcionarios de Salud Pública se efectuó un acto frente a la Universidad de la República Regional Norte. Luego se realizó una marcha por la calle Uruguay desde Plaza Artigas hasta Plaza de los Treinta y Tres, allí se llevó a cabo un espectáculo artístico.- El acto finalizó a las 21.05 en forma pacífica.-

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU

Continúa incambiada la situación del conflicto, sin ocupaciones, estando a la espera de lo que se resuelva en el Plenario que se realizá en la fecha en la Capital.-

DEPARTAMENTO DE RIO NEGRO

Continúa la ocupación del hospital de Fray Bentos en el resto del Departamento sigue el conflicto.-

DEPARTAMENTO DE FLORIDA

Continúa incambiada la situación en esa ciudad. mientras continúa la ocupación del Hospital de Sarandí Grande.-

//

1/2

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO

Montevideo,31 de Julio de 1997.-

PARTE Nº177.-

//

SECTOR PRIVADO

ORGANIZACIONES GREMIALES SOCIALES

INTERSOCIAL

Como estaba previsto en el día de ayer efectuaron un ayuno de 24 horas ,medida esta que realizaron conjuntamente con el SUNTMA,EN EL Campamento a la Dignidad que estaba instalado frente al Palacio Legislativo.A la hora 13.00' se procedió a levantar la carpa que se encontraba instalada.-

CONSTRUCCION

EMPRESA ALBERTO BRIGNONI

Cno.Perseverano Nº 5959

Se levantó la ocupación continuando las negociaciones por parte del Comité de Base con el M.T.S.S.para lograr un acuerdo en lo referente a las deudas pendientes.-

Doc. con partes ilegibles

SUNCA

YI Nº 1636

En la fecha a partir de la hora 09.00' y hasta la hora 12.00' realizarán un paro por la muerte de un obrero en el Departamento de Soriano.-

GREMIOS DE LA ALIMENTACION

Se encuentran movilizados en reclamo de la firma del nuevo convenio salarial y de mejoras salariales.-

//

SECTOR PUBLICO

FED.DE FUN.DE SALUD PUBLICA

Avda Pdez.Crespo Nº 2173

En el día de ayer se reunió el Plenario Nacional de Delegados.resolvió rechazar la propuesta del M.S.P.de incluir un aumento salarial y en fecha a determinar efectuar el abandono de las tareas lo que será comunicada a las autoridades del Ministerio antes de su aplicación.Cabe destacar que los medicos no adhieren a la medida de abandono de tareas.-

ASOC.DE CONTROLADORES DE TRANSITO AEREO DEL URUG.

Aeropuerto Internacional de Carrasco Aeropuerto Internacional de Carrasco

Según lo resuelto en asamblea el 28/07,si no se soluciona en conflicto antes del día 1/08 a partir de la hora 00.00' de ése díacomenzarán con la demora de 15 minutos a todas las compañías aeres.Por su parte en el Aerodromo Angel S.Adami los controladores de transito aereo comenzaron a aplicar la medida de demora de 15 minutos en la atención de los vuelos que allí operan.-

...///

·001/2

///...

ASOC.DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNICIPALES

La Asociación de Profesionales Universitarios de la I.M.M.,se declararon en conflicto en reclamo de un aumento del 30% de la Compensación unificada,extensión horaria opcional y transparente para todos los profesionales.-

//

INFORMACIONES VARIAS

DEPARTAMENTOS DEL INTERIOR

ARTIGAS

En el día de ayer un Equipo de la D.N.A. procedió a la detención de una persona la que llevaba consigo mercadería varias de origen Paraguayo,siendo trasladada conjuntamente con la mercadería alas oficinas respectivas.Paralelamente unas 70 personas feriantes de dicha ciudad al tomar conocimiento del hecho cerraron sus puestos de trabajo dirigiendose a las Oficinas de Aduanas,en protesta por dicho operativo,amenazando con obstruir el Puente de la Concordia.A la hora 07.00' fué liberado el demorado y su vehículo,no la mercadería,por lo que la personas concentradas se dispersaron,quedando establecida una reunión para la hora 20.00'en el local del Municipio,frente a la Jefatura de Policía,donde efectuarán una Asamblea.A la hora 10.45' realizaron una marcha y manifestación la que recorrió diferentes calles finalizando a la hora 11.15',portando pancartas que rezaban:"QUEREMOS TRABAJO","PLAZO DE 12 HORAS,O SI NO OCUPAMOS EL PUENTE".-

//

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO

1)-30/07/97,hora 02.30',Sanatorio Casa de Galicia,allí se recibió una llamada telefónica donde una voz de sexo masculino con acento español anunciaba:"TE VOY A HABLAR EN SERIE,SOY ETARRA HAY UNA BOMBA EN CASA DE GALICIA Y NO ES BROMA".Al lugar concurrió personal de la D.N.B. los que efectuaron una inspección interna y externa de dicho centro de salud finalizando sin novedad.-

//

CONSTANCIA:Se efectuará en el día de hoy una concentracción en la Plaza de Cagancha por parte del Cté Central Israelita,entre la hora 19.00' y las 19.30',en repudio a los atentados ocurridos en el día de ayer.-

//

9708398

002/2

ARCHIVO

1/2

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO

Montevideo,01 de Agosto de 1997

PARTE N°178.-

//

SECTOR PRIVADO

UNION.OB. TRANSPORTE

Luis A. de Herrera 3597.-

La UNOTT conjuntamente con los delegados de las compañías y del MTSS se encuentran negociando en tripartita un nuevo convenio salarial, dicho convenio entrará en vigencia a partir del día de hoy, aspirando el gremio a que tenga una duración de dos años.-

PLENARIO INTERSIND. DE TRAB.

13 de Julio 2190

El día 30/07 en la sesión de la Mesa Representativa de la Central se realizó la elección del Secretariado Ejecutivo, en dicha votación se registraron cuatro abstenciones.-

//

SECTOR PUBLICO

FEDERACION DE FUNC. SALUD PUBLICA

D. F. Crespo 2173.

El 30/07 se reunió el Plenario Nal.de Delegados rechazando la propuesta del M.S.P. de incluir un aumento salarial y llevar a cabo el abandono de tareas en fecha que será comunicada al Ministerio de Salud Pública antes de su aplicación. Cabe destacar que los médicos no se adhieren a la medida de abandono de tareas.-

ASOC. DE CONTROLADORES DE TRANSITO AEREO

Este conflicto quedaría solucionado en un plazo de 3 a 4 días aprobándose por parte del Ministerio de Defensa una forma de pagar los proventos atrasados a los trabajadores.-

//

INFORMACIONES VARIAS

CONSTANCIA: A la hora 10.15 de ayer se toma conocimiento de que en la finca sita en Martín C Martínez 2513 se había producido una pintada en una de las paredes de la misma la que expresaba "Muerte a los Judíos, Judíos Muertos", observándose además el equipo de esta Dirección Nacional cruces svásticas, cabe agregar que el autor del hecho, había derramado pintura en la vereda daejando huellas de sus championes las que se dirigían a la calle Arézaga por lo cual se solicitó la presencia de Policía Técnica. Cabe agregar que entrevistado el propietario de la casa de origen Israelita manifestó que se percató del hecho a la hora 07.00 del día de ayer no aportando más datos. De lo actuado se enteró al P.J. de 4to. Turno .-

//

INFORMACIONES VARIAS

DEPARTAMENTO DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU

El Plenario de Funcionarios de Salud Pública decidió [illegible] el planteo del Ministerio, tomando la decisión de abandonar los puestos de trabajo, en una medida que podría ser ejecutada a partir del 15 del mes en curso.-

//

·0021/2 9708399

1/2

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO

Montevideo, 02 de Agosto de 1997
PARTE Nº 179.-

//

SECTOR PRIVADO

ORGANIZACIONES GREMIALES SOCIALES

Se encuentran analizando una propuesta para realizar una marcha el día 8/08.-

GREMIOS DE LA ALIMENTACION

Se encuentran movilizados en reclamos de mejoras salariales y en reclamo de la firma del nuevo convenio.-

//

SECTOR PUBLICO

ASOC.DE CONTROLADORES DEL TRANSITO AEREO

Aeropuerto Internacional de Carrasco

En asamblea efectuada el 31/07 se resolvió levantar las medidas de lucha que vienen realizando por 30 días y efectuar un seguimiento a la propuesta de las autoridades del Ministerio de Defensa Nacional.-

ASOC.DE FUN.DE LA CAMARA DE REPRESENTANTES

Los funcionarios de la Camara de Representantes se declararon en pre-conflicto en reclamo de la aprobación de la reforma escalafonaría.-

COORDINADORA DE SIND.DE LA ENSEÑANZA DEL URUG.

Yaguarón Nº 1170

El 14/08 efectuarán una Marcha en conmemoración del "Dia de los Martires Estudiantiles" y en rechazo a la Reforma Educativa.-

ASOC.DE OBREROS DE ARQ.DEL M.T.O.P.

Mercedes Nº 1505

En la fecha se efectuará el 5to Plenario del gremio, en el que analizarán la firma de los Convenios ya firmados por el M.T.O.P.-

ASOC.DE TRAB.DE LA SEG.SOCIAL

Se encuentran en pre-conflicto en reclamo de la firma del nuevo convenio salarial.-

//

INFORMACIONES VARIAS

DEPARTAMENTO DEL INTERIOR

SALTO

SALUD PUBLICA

Según lo resueto en Asamblea Extraordinaria en el día de ayer los funcionarios de Salud Pública resolvieron efectuar la desocupación de los lugares que venían cumpliendo entregando las instalaciones a las autoridades correspondientes, previa confección del Acta correspondiente. Atienden casos de Urgencias y Emergencias, internaciones, policlínicas y laboratorios funcionan con guardias gremiales.-

Doc. Poco Legible ...///

///...

PERSONA DETENIDA

CONSTANCIA

En virtud de un hecho que investiga ésta Dirección Nacional y a instancias de distintas ordenes de allanamiento ordenadas por el Sr.Juez Letrado de 19no Turno Dr. Ruben SAQUIUZ,se procedió a la detención de la persona Rolando Conrado BORGHINI ANTUNEZ,oriental,casado de 44 años,domiciliado en la calle Nº 77 Esq. Montevideo (Solymar).Dicha persona se encuentra a disposición del Magistrado actuante.-

//

.0021/02 9708400

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO DESPACHO

Montevideo, 04 de Agosto de 1997
PARTE Nº 13.-

8106.

//

SECTOR PRIVADO

GREMIOS DE LA ALIMENTACION

En reclamo de la firma del nuevo convenio salarial y de mejoras salariales se encuentran movilizados.-

PIT CNT

Avda.18 de Julio 2190

El 8/08 realizarán una marcha en adhesión a la Federación de Funcionarios de Salud Pública reclamando una solución al conflicto.El 5/08 la Mesa Representativa se reunirá para definir si acompaña el paro general que C.O.F.E. tiene previsto realizar el día en que los Funcionarios de la Salud instrumenten el abandono de las tareas.-

//

SECTOR PUBLICO

FED.DE FUN.DE SALUD PUBLICA

Avda.B.Crespo Nº 2173

Se reunirá mañana la Tripartita para analizar la propuesta de aumento salarial,en caso de que no se logre un acuerdo en fecha a determinar se comenzará con el abandono de las tareas.-

ASOC.DE CONTROLADORES DE TRANSITO AEREO

Aeropuerto Internacional de Carrasco

Los mismos levantaron las medidas por 30 días efectuando un seguimiento a la propuesta del Ministerio de Defensa Nacional,dejando sin efecto las demoras de 15 minutos,atendiendo los servicios en forma normal.-

ASOC.DE FUN.DE LA CAMARA DE REPRESENTANTES

Los Funcionarios de la Camara de Representantes se declararon en pre-conflicto,teniendo previsto para el 5/08,una concentración de media hora en las puertas de Palacio Legislativo.-

COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA DEL URUGUAY

Maldonado Nº 1170

Las gremiales de la Enseñanza agrupadas en ésta Coordinadora,efectuarán el 14/08 Aniversario de la muerte de Liber Arce,una marcha en Conmemoración del "DIA DE LOS MARTIRES ESTUDIANTILES".-

ASOC.DE OBREROS Y EMPLEADOS MUNICIPALES

La Asociación de Profesionales Universitarios de la I.M.M.se declararon en conflicto en reclamo de un aumento del 30% de la compensación unificada,extensión horaria opcional y transparente para todos los profesionales.-

ASOC.DE TRAB.DE LA SEG SOCIAL

En reclamo de la firma del nuevo convenio colectivo se encuentran en pre-conflicto.-

Doc Roco Legible

//

INFORMACIONES VARIAS

RESOLUCION JUDICIAL

CONSTANCIA:

Con reclación a la detención de la persona Rolando Conrado BORGINI ANTUNEZ y prosiguiendo directivas del Juez del P.J. de 19 Turno Dr EGUILUZ,se efectuó la detención de Roberto Antonio ALFONZO PEREZ,oriental,casado,de 56 años,domiciliado en la calle 36 Solymar.Se efectuó además un allanamiento en la calle Ojo del Norte Nº 3794 con la respectiva Orden Judicial la que no registro resultados positivos.Enterado el Magistrado Actuante resolvió,para BORGINI ANTUNEZ "Procesado con Prisión por el DELITO DE FALSIFICACION DE MONEDA EXTRANJERA EN EL GRADO DE TENTATIVA EN REITERACION REAL CON UN DELITO DE RETENCION DE MONEDA FALSIFICADA",en tanto que para ALFONZO PEREZ,dispuso "Libertad y Emplaza sin tiempo".Se hace constar que BORGINI ANTUNEZ fué trasladado a Carcel Central donde quedo por disposición judicial.-

//

BI09

ORIGINAL

002/02 9708402

FECHA 19-7-97 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

CORREGIDO

F 19/8/97

Inic.: SM

05-AGO-1997 10:27 DNII. DESPACHO 5982910319 P.01/01

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

SECRETARIA
Fecha 2/8
9708402/56

Montevideo, 05 de Agosto de 1997
PARTE 2181.-

ARCHIVO

//

SECTOR PRIVADO

PLENARIO INTERSIND. DE TRAB.
Av. 18 de Julio 2190

En el día de mañana se realizará el 6to. Congreso de la Central, cabe agregar que también en el día de mañana se decidirá si se acompaña el Paro General que COFE tiene previsto para el día que la FFSP instrumente el abandono de tareas dicha medida será tratada en el ámbito de la Mesa Representativa.-

//

SECTOR PUBLICO
FED. FUNC. DE SALUD PUBLICA.
D.F. Crespo 2173 .-

Doc. ilegible

En el día de hoy el Ministerio de Salud Pública presentará una fórmula en base a un ahorro en sus economías la que será analizada por la Federación de Funcionarios de Salud Pública.-

ASOC. DE FUNC. DE LA CAMARA DE REPRES.

Los funcionarios de la Cámara de Representantes se declararon en pre-conflicto debido a la postergación de la aprobación de su reforma escalafonaria por parte del Poder Legislativo, lo que trae como consecuencia que no habrá ascensos ni ingresos. En virtud de ello en el día de hoy a las 14.45 se concentrarán en las Puertas del Palacio Legislativo.-

ORIGINAL

COORD.DE SIND. DE LA ENSEÑANZA DEL URUG.
Maldonado 1170.-

El próximo 14/08 las gremiales de la Enseñanza agrupados en la Coordinadora realizarán una marcha en conmemoración del "Día de los Mártires Estudiantiles, contra la Rendición de Cuentas presentada por el CODICEN y en rechazo a la Reforma Educativa.-

//

INFORMACIONES VARIAS
DEPARTAMENTO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE RIO NEGRO

El Hospital local ha sido desocupado el día 01/08 a la hora 13.00 y se mantienen las medidas gremiales.-

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU

Se mantienen las medidas gremiales, no habiendo ocupación de los Centros de Salud.-

DEPARTAMENTO DE SALTO

El Hospital local se encuentra desocupado, manteniéndose las medidas gremiales.-

DEPARTAMENTO DE FLORIDA

En el Hospital Local se atienden Urgencias y Emergencias, no hay ocupación.- En el Centro de Asistencia de Sarandí Grande hasta el día de ayer, previendose su desocupación en las próximas horas por parte de los funcionarios para entregarlo a las autoridades.-

//

Doc. Poco Legible

1. 001/01 9708402

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO

Fecha 8/8
9708403/96

Montevideo, 6 de Agosto de 1997
PARTE 3132.-

SECTOR PRIVADO

UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA

Avda.Luis A de Herrera Nº 3597

Efectuarán a partir de la hora 11.00' de hoy detención de las tareas para reunirse en Asamblea en el local sindical a la hora 13.00' en que analizarán los reclamos salariales que plantearán en la negociación del nuevo convenio colectivo,unico punto que falta para lograr el acuerdo total con la empresa.-

PIT CNT

Avda.18 de Julio 2190

En la fecha a partir de la hora 15.30' se reunirá la Mesa Representativa con autoridades del Ministerio de Economía para tratar el conflicto de la Salud.El 8/08 realizarán una marcha "Gigante" en adhesión a la FFSP reclamando una solución.Hoy se definirá por parte de la Mesa Representativa si acompaña el paro general convocado por COFE para el día en que la FFSP instrumente el abandono de tareas.-

FEDERACION DE TRANSPORTISTAS DE BEBIDAS

Regidores Nº 1325

A partir de la hora 16.00' de hoy las Micro y Pequeñas Empresas nucleadas en esta Federación efectuarán una marcha con camionada la que partirá desde J.P.Varela y Bvar.José Batlle y Ordoñez,recorriendo Avda.Luis A de Herrera,Gral Flores,hacia el norte,Circunvalación de la Plaza del Ejercito para dirigirse hacia el Edificio Libertad,donde entregarán una misiva al Presidente de la República,para posteriomente dirigirse al Palacio Legislativo donde entregarán una copia similar al Presidente de la Asamblea.Esta movilización es en protesta por el avance del contrabando.-

GREMIOS DE LA ALIMENTACION

Se encuentran movilizados en reclamo de mejoras salariales y de la firma del nuevo convenio colectivo.-

SECTOR PUBLICO

FED.DE FUN.DE SALUD PUBLICA

Avda.Fdez.Crespo Nº 2173.

Existe una propuesta por parte del M.S.P., que estaría en U$ 700 de aumento la que sería presentada a la tripartita en las próximas horas y analizada por los trabajadores. En caso de no llegar a un acuerdo los trabajadores de la Salud abandonarían sus tareas en la segunda quincena del corriente mes.-

Doc Poco Legible

...///

ASOC.DE CONT. DE TRANSITO AEREO DEL URUG.

En la última reunión de la Asamblea de la ACTAU se resolvió levantar las medidas de lucha por 30 días y efectuar un seguimiento a la medida del Ministerio de Defensa Nacional, en consecuencia quedan sin efecto las medidas de lucha. Dentro de la plataforma de reclamos los funcionarios solicitan quedar fuera de la órbita de la DGIA.-

ASOC.DE FUNC. DE LA CAM. DE REPRES.

En el día de ayer a la hora 14.45 se concentraron en el Palacio Legislativo en la Puerta de la Cámara de Diputados 60 personas, sin carteles, ni pancartas, tampoco entonando cánticos permaneciendo en actitud pacífica, observándose en el lugar prensa oral y escrita. A la hora 15:15 se retiran en forma pacífica.-

HOSPITAL DE CLINICAS

Se viene aplicando un Plan de emergencia" el que establece entre otros puntos, reducir la intervenciones quirúrgicas de 15 a 10 por día, medida en la que no está de acuerdo la UHC.-

COORD. DE SIND. DE LA ENSEÑANZA DEL URUG.

Maldonado 1170

Las gremiales de la enseñanza agrupadas en ésta Coordinadora, realizarán el próximo jueves 14/08 una marcha en conmemoración del "Día de los Mártires Estudiantiles", contra la Rendición de Cuentas presentada por el Codicen y en rechazo a la Reforma Educativa.-

//

INFORMACIONES VARIAS

DEPARTAMENTO DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE FLORIDA

En horas de la tarde de ayer fue entregado a las autoridades de Salud Públic. el Hospital de Sarandí Grande, manteniéndose las medidas gremiales.-

DEPARTAMENTO DE RIVERA

El Plenario Intersindical de River dio a conocer un Comunicado en el cual hace un llamado a las Organizaciones Sociales y Políticas del Departamento buscando coordinar una jornada Cívica donde se manifestará la disconformidad con la política económica gubernamental.-

//

CONSTANCIA: Con respecto al presunto artefacto explosivo encontrado en el Palacio de la Luz el día 30/07/97, se realizan las indagaciones correspondientes por parte de un equipo de esta Dirección Nacional entrevistando a funcionarios y mediante un reconocimiento fotográfico se establece que es la persona de ESPALZA CASTIGLIONI : Osvaldo César, se entera de esta novedad al Juez Penal de 21 er. Turno el que dispone que se conduzca a su despacho, a la hora 15.00 del 05/07/97 el Magistrado dispuso Pe[illegible] Psiquiátrica y extendió una orden de allanamiento a su domicilio la que no arrojó resul[illegible] positivos. Posteriormente siendo la hora 18.30 el Juez actuante dispuso la internación e[illegible] Hospital Vilardebó siendo alojado en la sala 11 del citado nosocomio.-

806

//

·002|02 9708403

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

"DESPACHO

Montevideo,07 de Agosto de 1997

PARTE Nº 1 5 3.-

//

SECTOR PRIVADO

PLENARIO INTERSIND. DE TRAB.

18 de Julio 2190

En horas de la tarde de ayer se reunieron con el Ministro de Economía y asesores dirigentes del PIT-CNT para analizar el conflicto de Salud Pública. El Ministro declaró que se está estudiando la posibilidad de otorgar el aumento solicitado por el sector. Por otra parte el PIT-CNT, realizará en el día de mañana una marcha "Gigante" en adhesión a la FFSP en reclamo de la solución de este conflicto.-

UNION DE TRAB. DE CUCTSA.

Luis A. de Herrera 3597.

En el día de ayer los afiliados a esta gremial paralizaron sus tareas a partir de la hora 11.00, para reunirse en Asamblea General a partir de las 13.00 horas en Avda. Luis A. de Herrera 3972, analizando los reclamos salariales que plantearan en la negociación del nuevo Convenio Colectivo, único punto que resta para llegar a un acuerdo total con la empresa. Se aprobó lo ya acordado en la Tripartita en materia laboral. La normalización de los servicios se efectuó a partir de la hora 23:29 con los primeros nocturnos.-

Doc. poco legible

FED.DE TRANSP.DE BEBIDA.

Regidores 1325

En el día de ayer a la hora 15:00 comenzaron a concentrarse los agremiados a FETRABE con sus camiones en José P. Varela y Bvar. José Batlle y Ordoñez , partiendo a la hora 16.00 hacia el Edificio Libertad, haciendo sonar sus bocinas. Posteriormente ingresan al Edificio Libertad dos trabajadores los que entregan una carpeta conteniendo sus reclamos a funcionarios de Presidencia. Luego de ello circulan por Luis A. de Herrera, Avda. Gral. Flores, Circunvalación Plaza del Ejército. Avda. Gral Flores y Circunv. Palacio Legislativo, donde hicieron sonar sus bocinas en forma constante. Luego toman por Avda. Gral. Flores para dispersarse en diferentes direcciones.-

SIND. NAL. DE TRAB. DE LA EN. PRIVADA.
Maldonado 1170.-

La Asamblea de esta gremial resolvió realizar un paro de 24 horas, realizándose el 13/08 una reunión en la Casa del Maestro para determinar fecha.-

//

SECTOR PUBLICO
FED. FUNC.SALUD. PUBLICA.
Daniel F. Crespo 2173.

Se vienen realizando intensas reuniones se vienen llevando a cabo analizando las formúlas presentadas para solulcionar el conflicto existiendo voluntad de parte del Ministerio de conceder el aumento a los trabajadores. En caso de no llegar a un acuerdo el abandono de tareas se realizaría a partir del día 19/08.

COORD. DE SIND. DE LA ENSEÑANZA DEL URUG.
Maldonado 1170

Las gremiales de la enseñanza agrupadas en esta coordinadora, realizarán el próximo 14/08 una marcha conmemorando la muerte de "Liber Arce" y en el marco del "Día de los Mártires Estudiantiles", en contra de la Rendición de Cuentas presentada por el Codicen y en contra la Reforma Educativa.-
En el día de mañana se reunirán a efectos de coordinar los detalles de la marcha.-

COORD. INTERGREMIAL DE ESTUD. DE SECUND. Y U.T.U

En el día de hoy en el local de Emilio Frugoni 1176 (AFUTU) se reunirán para determinar las medidas a tomar en torno a la marcha del 14/08.-

//

INFORMACIONES VARIAS

CONSTANCIA: En el día de ayer se presentó en la Secc. 1era. un empleado del Círculo de Tiro ubicado en la calle Paysandú 781 manifestando que personas desconocidas en horas de la madrugada violentando una puerta de la azotea, hurtaron las siguientes armas : Pistola Colt. Cal. 45, Pistola Geriko Cal. 9.mm, 1 revólver Cal.44 Mg. de 8 pulgadas, 4 revolveres Cal. 44 de 4 pulgadas, 2 de 6 pulgadas cal. 44Mg. y un revólver S&W Cal.22 y un Fax no llevándose municiones. Cabe agregar que en el lugar se hizo presente un equipo de esta Dirección Nacional.-

CONSTANCIA: INTENTO RAPIÑA SUPERMERCADO CHIPS.3 Siendo la hora 20.30 se toma conocimiento de que en el Supermercado ubicado en la calle Chucarro esquina Cmno. de los Hormigueros donde se presta servicios por Art. 222 por esta Dirección Nacional se había intentado realizar una rapiña siendo detenido uno de los atracadores incautándosele un revólver cal. 357 con 6 proyectiles vivos, siendo conducido a la Seccional 10ma por razones de jurisdicción , estableciendose allí que se encontraba prófugo del Complejo Carcelario de Santiago Vázquez. Continúan las investigaciones en procura de los 2 restantes NN-M trabajando la Secc. 10ma.-

9708404

AMPLIACION SECTOR PUBLICO

ENSEÑANZA

En el día de hoy se realizará un Paro de 12 a 15 horas en las Facultad de Derecho, Odontología, Psicología. Estando previsto para el lunes 11 ocupaciones por un lapso de 48 horas en las Fac. de Psicología y Odontología, por parte de la Asociación de Funcionarios de la Universidad de la República en respaldo de la jornada prevista por los estudiantes para el 14. El día 15 la ocupación se trasladará a la Facultad de Derecho

//

003|03 9708404

1/2

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO

Montevideo, 08 de Agosto de 1997
PARTE Nº 134.-

SECTOR PRIVADO

UNION.NAL. DE OB. TRAB. TRANSPORTE.
Luis A de Herrera 3597.-

Las Cooperativas del Transporte Capitalino detendrán sus actividades hoy a partir de la hora 08.30 para reunirse en Asamblea a la hora 10.00 en Fray Bentos 3426 a fin de tratar el Convenio Colectivo. Se reintegrarán sus servicios a partir de las primeras horas de la tarde.-

SIND. NAL. DE TRAB. DE LA ENS. PRIVADA.
Maldonado 1170.-

La Asamblea de esta gremial resolvió realizar un paro de 24 horas en fecha a determinar. La fecha del paro será establecida el próximo miércoles 13/08 en reunión que se realizará en la Casa del Maestro.-

GREMIOS DE LA ALIMENTACION

Se encuentran movilizados por mejoras salariales y firma de Convenio desde el 11/07.-

SECTOR PUBLICO

COORD. DE SIND. DE LA ENSEÑANZA DEL URUG.
Maldonado 1170.-

Las gremiales de la enseñanza agrupadas en esta Coordinadora realizarán el 14/08 una marcha en conmemoración de la muerte de "Liber Arce" "Día de los mártires estudiantiles".-

COORD. INTERGREM. DE EST. SEC. UTU.

El próximo lunes 11/08 en horario a determinar los afiliados a esta Coordinadora se concentrarán frente al Liceo Nro.8 Avda. 8 de Octubre 2629 y entre el jueves 14/08 y el viernes 15/08 realizarán un Campamento frente al Pcio. Legislativo.-

INTERGREM.UNIV. Y ASOC. FUNC. UNIV. REP.

Desde ayer se encuentran movilizados en reclamo del aumento salarial y que se incluyan recursos en la Rendición de Cuentas para la enseñanza. Jueves 07/08 Paros de 3 horas por turno en todas las Facultades de 12.00 a 15.00 Hs.- En el día de hoy Paros de 3 horas por turno en todas las Facultades.-

Lunes 11/08 y Martes 12/08 ocupan por 48 horas las Facultades de Sicología, Odontología, Medicina, e Instituto de Higiene. También el 12/08 a la hora 11.30 realizarán un acto en el Paraninfo de la Universidad.- Jueves 14/08 Ocupación de la Facultad de Derecho por 24 horas.-

...///

ASOC. DE DOCENTES ENS. SECUND.

Juan. C. Gomez 1459

Realizarán hoy paros de una hora por turno en reclamo de recursos para la Enseñanza en la Rendición de Cuentas.-

FACULTAD DE SICOLOGIA

J. Leguizamon 3666.

En horas del mediodía de ayer el Rector de ésta Facultad dió una clase abierta en la vereda de R. Anador y Luís A. de Herrera para informar simbólicamente a estudiantes y transeuntes ocasionales sobre los motivos por los cuales la enseñanza solicita se le incluyan rubros en la Rendición de Cuentas dicha clase se llevó a cabo de 13.00 a 13.30. Hs. y contó con la participación de 50 estudiantes y transeuntes.-

//

INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO: En el día de ayer siendo a la hora 19.35 un empleado de la empresa COECT que se desempeña como largador recepciona una llamada telefónica por parte de una voz masculina que daba cuenta de que se había instalado una bomba en los surtidores de Gas-oil. Atento a ello concurre personal de esta Dirección Nacional y de la Dir. Nal. de Bomberos, realizados los procedimientos de rigor se informó sin novedad.-

//

DEPARTAMENTO DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE MALDONADO

Con relación al presunto artefacto explosivo aparecido en el Departamento de Maldonado el Director Nacional se contactó vía telefónica con el Jefe de Policía de dicho Departamento el quién lleva adelante las investigaciones y que la autoría del hecho serían internas.-

//

Nº DOCUMENTO

TITULO PEI ASUNTO: Falsificación moneda norteamericana y brasilera.-

PROCEDENCIA 8 AGOSTO 1997

FECHA Y PROCEDENCIA Narcotráfico

VINCULACIONES PEI 63890
1146 66403
65092 11214
504406 11229
11345 11422

Ser. 0

RESERVADO

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SUB DIRECCION EXTERIOR - SECCION NARCOTRAFICO

Montevideo, 8 de agosto de 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 04/97

RESERVADO

01-03

9708407

ASUNTO: FALSIFICACION DE MONEDA NORTEAMERICANA Y BRASILEÑA

Distintas fuerzas de seguridad de nuestro país se encuentran investigando una organización dedicada a la falsificación de moneda norteamericana y brasileña, la que tendría vínculos con el narcotráfico internacional.

La detención y posterior procesamiento de un Comisario Inspector del Dpto. de Maldonado, un ex Comisario y el dueño de una imprenta ubicada en el barrio Atahualpa de Montevideo, por delitos relativos a la falsificación de dichas monedas generó preocupación a nivel gubernamental y regional.

En relación al hecho, el oficial SERGIO AMILCAR CAGGELO, que revista como administrativo de la Dirección de Cárceles, fue detenido en Maldonado luego de cambiar billetes de U$S 100 falsos, a quien se le incautaron aproximadamente U$S 2.000 de igual procedencia. El mismo fue procesado por un delito continuado de circulación de moneda falsa, dolo en reiteración real, con un delito de hurto; con cargos similares fueron procesados JUAN FERNANDO DELGADO ANTUNEZ, de 21 años y otro joven de la misma edad, quienes fueron detenidos junto al mencionado oficial.

Posteriormente, en el balneario de Solymar, Dpto. de Canelones, efectivos de la Prefectura Nacional Naval descubrieron más de medio millón de dólares apócrifos y matrices para imprimir billetes brasileños. Con apoyo del Departamento del Tesoro Norteamericano, se habría constatado que los dólares incautados en ambas oportunidades fueron impresos en el mismo lugar.

Por su parte, el Juez RUBEN EGUILUZ determinó el procesamiento del ex Comisario ROLANDO BORGHINI ANTUNEZ y del propietario de la imprenta. Cabe destacar, que BORGHINI fue dado de baja en el año 1991, cuando se lo vinculó a otro caso de falsificación, en el marco del cual fue procesado el Tte. Cnel.(R) JOSE NINO GAVAZZO.

Mientras tanto, fue detenido en Madrid. España, HECTOR HUGO PALOMEQUE VARELA, de nacionalidad uruguaya,

requerido por la justicia de nuestro país por cargos de narcotráfico, quien se disponía a cerrar un negocio de drogas junto a un ciudadano francés en dicha ciudad. A los detenidos se les incautaron 43.800.000 pesetas (unos U$S 300.000), los que tras ser examinados por expertos españoles se comprobó que el 25% de los billetes eran falsos.

ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
091200AG097

M E M O R A N D U M Nro. 9708412

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : ACHIGAR JUANICOTENEA Hector (C/A).

T E X T O : 05-08-97 Se domicilia en:

Avenida NACIONES UNIDAS Manzana 183 Solar 4
Entre PATRIA y DEMOCRACIA 9a.Secc.Judicial
a dos cuadras de Av. Giannastacio (EL PINAR)
E/C.: CASADO con: SHIRLEY
NUCLEO FAMILIAR: Tres Hijos.-
El causante es socio representante de:
IMPRESORA GARIBALDI SRL.-
GARIBALDI 2579 TEL: 818620



D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la División Biográfico y Antecedentes
Capitán
Norberto Devincensi

001/01

9708412
11 AGO. 1997

FECHA 11/9/97 INICIAL

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

ORIGINAL

Article Id: drafr08071997000723
Document Id: 0eema2x03dnqqs
Insert Date: 08/08/97
Purge Date: 08/22/99
Publish Date: 08/07/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 41

Title: Angola: UNITA Official Concerned About Situation in Malanje

Document Number: FBIS-AFR-97-219
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 7 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB0708140497 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 1200 GMT
AFS Number: MB0708140497
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

General Abilio Numa, National Union for the Total Independence of Angola's [UNITA] Malanje provincial coordinator, has expressed concern over the political and military situation in the region. In an interview with our correspondent Simbo Pindundo, Gen. Numa alerted the UN Observer Mission in Angola of the danger to the peace process as government forces in the region are ready to attack UNITA positions. Abilio Numa said the government is doing everything to turn the international community against UNITA so as to fulfill its program of eliminating the party from the Angolan political scene. At the end of the interview, Abilio Numa said his party is truly committed to peace and will do everything to prevent war from resuming in Angola.

Doc. poco legible

Article Id: drafr08071997000674
Document Id: 0eema2v002dicf
Insert Date: 08/08/97
Purge Date: 08/22/99
Publish Date: 08/07/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 43

Title: Angola: UNITA Rep[illegible] MPLA Forces Attack, Take Area in Huambo 5 Aug

Document Number: FBIS-AFR-97-219
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 7 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB0708133697 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 1200 GMT
AFS Number: MB0708133697

Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

Sources in the National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] secretariat in (?Bailundo) reported today that the Angolan Armed Forces attacked and took the area of Boas Aguas, in Huambo Province on 5 August. This area lies midway between Cova do Alemao and Vila Nova.
The UNITA source also reported that the UN Observer Mission in Angola, UNOMA, has been apprised of this development, but no measures have been taken yet. The source said the situation is reminiscent of the incongruities witnessed in Lunda Norte Province.
The source also said there was no reason to impede the normal restoration of state administration in Boas Aguas, but this behavior by the Popular Movement for the Liberation of Angola, which took up arms to do it, is a clear and dangerous violation of the cease-fire agreement included in the Lusaka Protocol.

Article Id: drafr08071997000664
Document Id: 0eema2v001065a
Insert Date: 08/08/97
Purge Date: 08/22/99
Publish Date: 08/07/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 44

Title: Angola: UNITA: No Democracy Lessons From 'Unelected' DRCongo Leader

Document Number: FBIS-AFR-97-219
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 7 Aug 1997
Division: Southern Africa,Central Africa
Subdivision: Angola,Zaire
Sourceline: MB0708132997 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 1200 GMT
AFS Number: MB0708132997
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

A National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] deputy yesterday said that, quote, the National Assembly does not have to get lessons in democracy from an unelected president, unquote. He was commenting on the UNITA bench's refusal to speak at a plenary session by the president of the Democratic Republic of the Congo, who ended his two-day visit to Angola yesterday. [sentence as heard]
The source said UNITA has great respect for Laurent-Desire Kabila, whom UNITA got to know in the 1960's, but UNITA cannot make compromises that undermine the basic tenets of democracy. He said Kabila used force to take over [words indistinct] and, as long as this does not happen, he will lack the legitimacy to address an elected Parliament. This was the view of the Angolan opposition led by UNITA.
Contrary to his wishes, and those of the MPLA, Kabila left Angola without addressing the National Assembly.

9708414
8/9/97 9:35 AM

Article Id: drafr08071997000106
Document Id: Ceema2m036ascn
Insert Date: 08/08/97
Purge Date: 08/22/99
Publish Date: 08/07/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 40

Title: Angola: Neighboring Nations Asked To Stop Flights to UNITA Areas

Document Number: FBIS-AFR-97-219
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 7 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: Lusaka Zambia National Broadcasting Corporation Network in English 0500 GMT 7 Aug 97
AFS Number: MB0708065897
Citysource: Lusaka Zambia National Broadcasting Corporation Network
Language: English
Article Type: BFN

Angola has asked Botswana, Namibia, and South Africa to restrict flights into territory held by the opposition movement.
A Western diplomat in the capital, Luanda, is quoted as saying the Angolan Government is talking to the three neighboring countries about stopping flights into UNITA [National Union for the Total Independence of Angola] areas.
Officials close to Angola's peace process have in recent weeks said the country is drifting toward war, as the government and UNITA have positioned arms and troops around the country.

Article Id: drafr08061997001233
Document Id: 0eema2k02nsz5t
Insert Date: 08/08/97
Purge Date: 08/22/99
Publish Date: 08/06/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 47

Title: Angola: UNITA Secretary General: Savimbi is Peace Guarantor

Document Number: FBIS-AFR-97-218
Document Type: Daily Report

Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 6 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB0608193297 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 1900 GMT
AFS Number: MB0608193297
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

Lukamba Paulo, secretary general of the National Union for the Total Independence of Angola [UNITA], said UNITA and Dr. Savimbi are the guarantors of peace and national reconciliation in Angola. Gato was addressing thousands of UNITA militants and sympathizers during the main ceremony marking Savimbi's 73d birthday in Bailundo. He added: Peace in Angola must be accomplished with UNITA, not against it.
The UNITA secretary general noted that although it is still not yet deeply rooted, Angola's democracy stemmed from the struggle waged by UNITA and Jonas Savimbi. Turning to the political and military situation in Angola, Lukamba Paulo Gato stressed that ever since its military victory in Kinshasa in support of Laurent Kabila, the Popular Movement for the Liberation of Angola [MPLA] has been thinking of a military victory against UNITA. It is for that reason that the MPLA has launched an offensive in Lunda Norte and Lunda Sul Provinces. In view of the prevailing situation, Gato appealed to UNITA militants and sympathizers to strengthen their unity around party leader Savimbi so that the Muangai flame continues to shine as the Angolan people's path of honor and freedom.

Article Id: drafr08071997000175
Document Id: 0eema2c01jvax7
Insert Date: 08/08/97
Purge Date: 08/22/99
Publish Date: 08/07/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 51

Title: Namibia: High Court Overturns Nujoma Ban on Public Meetings

Document Number: FBIS-AFR-97-219
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 7 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Namibia
Sourceline: MB0708080697 Johannesburg SAPA in English 0730 GMT 07 Aug 97
AFS Number: MB0708080697
Citysource: Johannesburg SAPA
Language: English
Article Type: BFN

WINDHOEK Aug 7 SAPA -- The Windhoek High Court has ordered police to stop harassing Ovahimba people opposed to the government's planned Epupa hydro-electric scheme on Namibia's northern border with Angola.

9708414

04

In an interim ruling on Wednesday, the court also declared unconstitutional and invalid Proclamation AG 23 of 1989 on which President Sam Nujoma is believed to have based his recent ban on public meetings without prior police permission, The Namibian newspaper reported on Thursday.
The application follows the recent disruption by security forces of two meetings in Kunene province between Ovahimba Chief Hikuminue Kapika and his followers and their legal representatives from Windhoek's Legal Assistance Centre [LAC].
Authorities maintained the meeting was illegal as prior police permission had not been obtained. The LAC argued it was a private meeting between lawyers and their clients.
Nujoma issued the decree banning public meetings on July 9 following a spate of demonstrations by former SWAPO [South-West African People's Organization] combatants demanding employment.
The Namibian government has until October 20 to give reasons why the ruling, handed down by acting Justice Fonnie Karuaihe, should not become final, the newspaper report said.

Article Id: drsov08061997000511
Document Id: 0eekb2h044icln
Insert Date: 08/07/97
Purge Date: 08/21/99
Publish Date: 08/06/97
Publish Region: Central Eurasia
Lines: 58

Title: Russia: Moscow Law Enforcement Statistics on Expelled Foreigners

Document Number: FBIS-SOV-97-218
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Central Eurasia
Document Date: 6 Aug 1997
Division: Russia
Subdivision: Russia
Sourceline: LD0608112997 Moscow Interfax in English 1056 GMT 6 Aug 97
AFS Number: LD0608112997
Citysource: Moscow Interfax
Language: English
Article Type: BFN

MOSCOW, Aug 6 (Interfax-Moscow) -- Moscow law enforcement agencies during the first half of the year expelled from Russia 2,330 foreigners, including 206 people who had to be accompanied by a convoy.
The number of crimes committed by foreign citizens in Moscow this year was more than 30% down on the respective period last year, Igor Kochetkov, deputy head of the Visa and Registration Division of the Moscow City Law Enforcement Department, told a briefing Wednesday.
During January-June 1997, the law enforcement department registered 427 crimes committed by foreign nationals, he said. Thse crimes were chiefly related to illegal trafficking in drugs and counterfeit of documents. "Residents of Angola and Nigeria were arrested more often than others," Kochetkov said.
He also said that no restrictions would be imposed on the entrance of

9708414

foreign citizens into Moscow during the celebrations of the city's 850th anniversary.
However, in the run-up to the festivities, Moscow police are ready to step up their work to evict foreigners staying in Moscow without corresponding documents, Kochetkov said.
The only problem is shortage of money for air and railroad tickets needed for sending "persistent violators of the passport and visa regulations" home, he said.
According to the law enforcement department, 60 foreigners, most of them residents of China and African countries, are currently staying in special centers and will be expelled from Russia shortly.
City law enforcement agencies plan to start a series of raids on hotels and dormitories in Moscow in order to reveal foreigners staying in the city illegally, Kochetkov said. Police will also check city railroad stations and airports, he said.

Atitudes da UNITA preocupam os EUA

Washington poderá apoiar adopção de sanções ao movimento de Jonas Savimbi caso este continue a resistir à aplicação do Protocolo de Lusaca



Arquivo AP-Paul White

FAVORECIDO. Atitude da UNITA fortalece posição de Eduardo dos Santos

Washington está preocupada com a degradação da situação politico-militar em Angola, nomeadamente com a recusa da UNITA em cumprir as suas obrigações ao abrigo do Protocolo de Lusaca. Entre essas obrigações estão a desmobilização das restantes forças do movimento de Jonas Savimbi, o alargamento da administração estatal a todo o território e o fim da propaganda hostil através da rádio da UNITA, a Vorgan.

A posição americana em relação ao que se está a passar em Angola ficou relativamente clara durante os contactos estabelecidos esta semana entre uma delegação enviada por Luanda a Washington e membros da Administração liderada por Bill Clinton.

As conversações incidiram particularmente na necessidade de se imprimir novo impulso ao processo de paz angolano, evitando um eventual regresso à guerra, segundo as fontes contactas pela agência Lusa na capital americana. Os Estados Unidos terão manifestado o seu apoio à adopção de sanções contra a UNITA, caso o movimento persista na recusa do Protocolo. A UNITA terá até dia 15, data da apresentação do relatório do representante do secretário-geral da ONU, para mostrar boa vontade.

Um encontro entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA foi uma das hipóteses sugeridas durante as conversações em Washington como possível saída para a actual crise.

Nos contactos participaram importantes membros da equipa presidencial americana, como o subsecretário de Estado, Tomas Pickering, o subsecretário adjunto para África em exercício, Johnie Carson, e o secretário adjunto para as organizações internacionais, Pryceton Lyman. O representante dos Estados Unidos na ONU, Bill Richardson, marcou também presença. De recordar que Richardson desempenhou um papel de relevo na solução da crise zairense, que levou ao derrube de Mobutu e à tomada do Poder por Laurent Kabila.

O embaixador angolano em Washington, António dos Santos França, manifestou já o seu agrado pela posição americana.

PÚBLICO

internacional

Sábado
9 de Agosto de 1997

General angolano Higino Carneiro falou ao PÚBLICO de passagem por Lisboa

primeira página

Luanda quer o Bailundo daqui a dois meses

Canal PÚBLICO
Suplementos
Calvin & Hobbes
Pesquisa
Últimas
Dossiers
Portfólios
Televisão
Guia do Lazer
Fórum PÚBLICO
Nós
Serviço PÚBLICO
Gabinete PÚBLICO
PÚBLICO na escola
Eu leio o PÚBLICO
Home Page

Jorge Heitor

Uma das principais figuras do regime angolano confirmou que a paz está em perigo no seu país, atribuindo as responsabilidades à UNITA. O general Higino Carneiro anunciou que daqui a dois meses o Estado quer assumir o controlo dos municípios de Andulo e Bailundo, onde Savimbi tem insistido em permanecer.

O primeiro dos três vice-ministros angolanos da Administração do Território, general Francisco Higino Lopes Carneiro, declarou ontem ao PÚBLICO, durante uma passagem por Lisboa, ser bem "real a ameaça à paz" no seu país, pois que a UNITA ainda contará com 35.000 dos seus antigos combatentes, "80 por cento dos quais armados".

Higino Carneiro, que nos últimos quatro anos fez parte das equipas negociadores de Abidjan e de Lusaca, entre o Estado e o movimento de Jonas Savimbi, disse que "a UNITA continua a adquirir armamento e a apetrechar unidades, a partir de países do Leste europeu e de dealers internacionais"; inclusive com a conivência de algumas pessoas na África Austral: "Temos a confirmação da passagem de meios por território zambiano".

O general, que horas antes estivera com o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamego, ao regressar de uma viagem a Washington e a Nova Iorque, também se queixou de que em Angola vivem actualmente, nomeadamente em zonas sob controlo da UNITA, 6.000 soldados das antigas Forças Armadas Zairenses, para além de elementos provenientes do Ruanda e do Burundi.

Ao confirmar que os Estados Unidos autorizaram a Grã-Bretanha a fornecer a Luanda seis aviões Hércules C-130, observou: "Nada impede o Governo angolano de apetrechar as suas Forças Armadas", nas quais foram entretanto incorporados 11.000 elementos provenientes do grupo de Savimbi.

Quanto à desmobilização dos efectivos oriundos das ex-FAPLA que ainda se apresentem como excedentários nas novas Forças Armadas Angolanas (FAA), Higino Carneiro admitiu que só se possa verificar depois de Outubro, após terem sido desmobilizados 24.000 antigos combatentes da outra parte. Mas também avançou a hipótese de, ao fim e ao cabo, as FAA virem a ficar com mais de 90.000 dos soldados que para elas tinham sido projectos após a assinatura do Protocolo de Lusaca: "O Estado determinará".

Proliferação de diamantes

Interrogado sobre se os confrontos dos últimos meses têm tido em grande parte a ver com os diamantes das Lundas, que a UNITA em boa medida controla, o vice-ministro respondeu que diamantes não os há apenas naquelas duas províncias, mas também em outras (incluindo Malanje). E que problemas, como assassínios, roubos e emboscadas, não são apanágio do Norte e do Nordeste do país, estando também a verificar-se no Centro e no Sul.

Para ele, a necessidade primordial é a de levar a administração central a todo o território angolano, prevendo o Governo numa primeira fase recolocá-la em 145 localidades, incluindo municípios que fazem fronteira com a República Democrática do Congo (ex-Zaire) e com a Namíbia.

Depois, numa segunda fase, a encetar "daqui a dois meses", procurar-se-ia levar a autoridade estatal a terras como o Bailundo e o Andulo, nas quais se centra actualmente a actividade de Jonas Savimbi, que pediu para ficar por lá mais algum tempo.

Higino Carneiro afirmou que enquanto não houver extensão da administração do Estado a muitas dezenas de municípios ainda ocupados pela UNITA esta não receberá o governo das províncias de Uíge, Lunda Sul e Cuando Cubango, nem as seis embaixadas previstas no Protocolo de Lusaca.

No seu entender, se generais, ministros e deputados do Galo Negro já estão a viver normalmente em Luanda, não há razão nenhuma para Savimbi continuar a alegar falta de segurança para justificar por mais tempo a sua permanência fora da capital.

Durante a visita a Washington, de 4 a 6 deste mês, acompanhado por Victor Lima, assessor especial do Presidente José Eduardo dos Santos, o vice-ministro angolano da Administração do Território foi recebido pelo subsecretário de Estado Thomas Pickering e por outros altos funcionários.

Depois, em Nova Iorque, esteve com os adjuntos do secretário-geral das Nações Unidas para as questões políticas e para as forças de manutenção da paz. Kofi Annan deverá enviar na próxima semana um relatório sobre Angola ao Conselho de Segurança, que sobre ele se pronunciará entre os dias 20 e 30 de Agosto.

Títulos desta secção

índice - primeira página - destaque - a semana - política - pública e notério - internacional - espaço público - sociedade - local Lisboa - local Porto - cultura - desporto - economia - media - última página

Kabila's Congo discusses security with Angola

Reuters World ReportFriday, August 08, 1997 11:27:00 AM

By Richard Meares

PRETORIA, Aug 8 (Reuter) - The Democratic Republic of the Congo said on Friday it was discussing security matters with Angola, which backed the rebellion to topple Mobutu Sese Seko but now faces a growing threat from its own opponents.

"We and Angola have a border of 2,600 km (1,600 miles) so you would understand we have so much to discuss together," Kinshasa's Foreign Minister Bizima Karaha told a news conference in Pretoria.

"There is no way that we cannot discuss security," he added when asked about a visit this week to Angola by Congo's President Laurent Kabila.

Kabila, who toppled president Mobutu Sese Seko of what was Zaire in May, had two days of talks in the Angolan capital Luanda this week with President Jose Eduardo dos Santos.

There was no official word on whether they had discussed military cooperation but diplomats said dos Santos was likely to have asked Kabila to play a vital role in helping the Angolan government deal with former rebel movement UNITA if hostilities resume.

A three-year-old peace accord between Jonas Savimbi's UNITA and dos Santos's MPLA is coming unstuck, diplomats say.

The two sides have clashed in the north, near the Congo border, in recent weeks, raising fears that a two-decade civil war that ended in 1994 could resume

UNITA is widely believed to have sent troops to help Mobutu, to repay him for support during Angola's war and afterwards.

The former rebels, who still control much of Angola's countryside and diamond mines, sent gems -- which helped bankroll their movement -- out of the country through Zaire for sale. Mobutu's fall has closed this route.

Karaha said Congo hoped the 1994 Angolan peace deal, signed in Zambia's capital Lusaka, would not unravel. But he declined to rule out military support from Kabila's alliance forces if civil war resumed in its southern neighbour.

"We fully support the Lusaka accord. We do not support the military option," he said after talks with South African Foreign Minister Alfred Nzo.

"We will do everything we can so that war won't resume."

Karaha said he was in South Africa to thank President Nelson Mandela for his diplomatic help and to tell the country there was still much it could do to reconstruct the former Zaire.

"The people of South Africa, and especially the business community, can help in rebuilding our country," he said.

Nzo said Mandela had invited Kabila to visit South Africa, probably within the next few weeks. REUTER

Namibia's Swapo accused of stirring tribal conflict

Reuters World ReportWednesday, August 06, 1997 12:13:00 PM

WINDHOEK, Aug 6 (Reuter) - The DTA of Namibia, the southern African country's official opposition in parliament, on Wednesday accused President Sam Nujoma's ruling Swapo party of stirring tribal conflict.

"Namibia is rapidly becoming a dictatorship in which those who oppose Swapo will enjoy no civil or political rights," DTA President Mishake Muyongo said at a news conference.

"Swapo is clearly bent on creating tribal conflict in Namibia when one looks at the way in which this party has been applying double standards to the ordinary people of Namibia in contrast to its own supporters," he said.

Warning that this practice had led to most of Africa's civil wars, the DTA pointed to the weekend disruption of a scheduled inauguration of the king of the OvaZemba tribe.

The party also pointed to the police's breaking-up of a recent meeting by Himba opposed to a planned hydro-electric scheme, and their action against San demonstrators near the Etosha National Park last year.

The OvaZemba, a Herero tribe numbering between 5,000-10,000, fled Angola in 1945 to escape oppression by Portuguese settlers.

They settled near Ruacana and were made to fall under the authority of the Aakolonkadhi, an Ovambo tribe, by the then South African administration.

Under the Traditional Authorities Bill of 1995, which provides for communities of a certain size, equal language and culture to be headed by their own traditional leader, the OvaZemba decided to revive their own clan.

Police said Saturday's inauguration ceremony was illegal in terms of President Sam Nujoma's decree last month that no public gatherings would be allowed without written police approval.

The inauguration had apparently also not been sanctioned by Local Government Minister Nickey Iyambo. But the DTA said that this year alone, two other inaugurations of traditional leaders had taken place with Swapo's blessing. REUTER

UNITA cancels Kabila speech to Angolan assembly

Reuters World ReportWedr ·sday, August 06, 1997 7:05:00 AM

LUANDA, Aug 6 (Reuter) - UNITA deputies have cancelled a meeting of Angola's national assembly that was to have been addressed by Congolese President Laurent Kabila, an official of the former rebel movement said on Wednesday.

"It would be unconstitutional for an elected parliament to meet for an unelected president," said Abe Chivukuvuku, UNITA's leader in the national assembly.

Chivukuvuku said only a permanent parliamentary standing committee had the constitutional authority to call such meetings and the committee had not met.

The former rebels are a minority party with 70 seats in the national assembly that they took up earlier this year as part of a three-year-old peace process that ended two decades of civil war against the ruling MPLA party.

Kabila, who arrived in Angola on Tuesday, will still meet a small group of deputies in the assembly building before returning home to Kinshasa later on Wednesday, said Chivukuvuku.

Diplomats and officials close to Angola's long peace process say Kabila and Angolan President Eduardo dos Santos may discuss security issues involving the former UNITA rebels, who still control large areas of the Angolan countryside.

Military tension has mounted ahead of a mid-August deadline for UNITA to comply with a number of U.N. Security Council demands. Diplomats and officials have expressed fears that the country is drifting towards renewed conflict.

The Angolan government has been suspected of supporting Kabila's drive to depose former Zairean President Mobutu Sese Seko, a longtime UNITA ally, whose government fell to Kabila's rebels in May.

Diplomats and officials close to the Angolan peace process say the two presidents are exploring ways to cooperate in .efeating UNITA in the event of a renewal of hostilities. REUTER

Angola's UNITA may not reply to U.N. demands

Reuters World ReportSunday, August 10, 1997 9:02:00 AM

LUANDA, Aug 10 (Reuter) - Angola's former rebel movement UNITA shows little sign of responding to U.N. Security Council demands before Friday's deadline despite the threat of sanctions, diplomats said on Sunday.

"They have done very little so far to answer to the Security Council," one diplomat told Reuters. "I doubt very much that UNITA will give them what they want by August 15."

Last month UNITA leader Jonas Savimbi agreed to a number of Security Council demands calling for UNITA, among other things, to begin handing over to the government the vast territory it still controls and to define the number of its armed troops.

UNITA and the government fought a two-decade civil war that erupted at independence from Protugal in 1975. A peace treaty signed by the two sides in the Zambian capital Lusaka in 1994 has brought Angola nearly three years of peace.

But military buildups, isolated fighting and the threat of sanctions has brought peace in Angola to the brink of collapse and sent the country lurching toward renewed conflict, say diplomats and officials involved in the peace process.

Military analysts in Luanda say fighting between the two sides has come to a stop but the buildup of troops, especially on the government side, continues.

"We have seen a lot of FAA (Angolan army) being moved into Huambo and Malange in the past few weeks," said one military analyst, referring to two government-held provincial capitals surrounded by UNITA forces.

UNITA, already operating under fuel and arms sanctions imposed by the United Nations, was given until August 15 to comply or face additional sanctions on travel and banking.

Savimbi's response of late July, saying he had some 3,000 armed men, was deemed not credible by the Security Council.

The Angolan government says UNITA has around 35,000 armed men, while military analysts and diplomats in Luanda estimate the former rebels have anywhere from 15,000 to 25,000 armed troops.

In the past UNITA has typically replied to U.N. demands at the last minute, but U.N. officials say a last-minute response by the former rebels will not be accepted this time.

"If UNITA replies on the morning of the 15th, that isn't good enough," said one U.N. official close to the peace process. "We need a few days to go out and verify these numbers. We can't count thousands of people all over the country in an afternoon."

One Western diplomat put it this way: "Savimbi is a great brinkmanship artist. He always waits until the last minute. But how much longer can he do that and get away with it.

"I think this time is different. If he's going to pull something out of his hat it better be very soon."

But another diplomat said: "I still expect Savimbi to send

in a reply on the 15th...The Security Council only convenes on the 15th. They won't make a decision on the sanctions for a few days at least. That will give a bit more time for UNITA to supply some information and for the U.N. to verify it." REUTER

LUSA NOTÍCIAS

10 AGO 97 - 12:59
Professora de 35 anos amante de aluno de 13 teve um filho dele

Seattle, EUA, 10 Ago (Lusa) - Uma professora norte-americana de 35 anos, casada, manteve relações sexuais com um antigo aluno de 13 anos e teve um filho dele há dois meses.

A professora, agora detida, incorre numa pena de prisão de sete anos e meio por violação premeditada de um menor.

Mary LeTourneau declarou-se culpada no início da semana para evitar que o adolescente tivesse de comparecer em tribunal, disse o seu advogado, David Gehrke.

A leitura da sentença está marcada para 29 de Agosto.

Em declarações ao "Seattle Times", Mary LeTourneau disse que continua apaixonada pelo antigo aluno. Segundo o periódico, o tribunal proibiu-a de ver o rapaz, agora com a família.

Os dois encontraram-se pela primeira vez quando o rapaz tinha 7 anos. O jovem foi seu aluno até 1995.

Considerado pela família como "muito maduro para a idade", o rapaz, hoje com 14 anos, disse ao jornal que a professora não lhe fez mal e que não quer ser visto como uma vítima.

"Quem são eles para me julgar, se nem sequer me conhecem?", perguntou.

O caso foi tornado público quando Mary LeTourneau, que já tinha quatro filhos, entre os 3 e os 12 anos, ficou grávida.

A professora não queria abortar mas sabia que a identidade do pai seria conhecida porque a criança é mestiça.

O marido denunciou a gravidez aos familiares do jovem, um dos quais alertou a direcção da escola.

Depois de obtido o divórcio, o marido partiu para o Alasca onde vive com os quatro filhos.

Apesar de ter conseguido a guarda do bébé, a professora está proibida de se encontrar a sós com os restantes filhos e com outros menores.

A mulher poderá perder a guarda do filho. Nesse caso, a guarda seria atribuída à mãe do adolescente.

Mary LeTourneau era muito popular e considerada muito sedutora na escola primária de Shorewood, na cidade de Burien, perto de Seattle.

As suas aulas tinham tal sucesso que havia listas de espera de crianças que queriam ser suas alunas.

O advogado da acusada disse que irá pedir uma pena reduzida e um tratamento médico contra desvio sexual para a sua cliente.

Lusa/Fim

9708414

EDIÇÃO ELECTRÓNICA

GOVERNO NÃO COMPREENDE ÁFRICA

Pedro Fonseca

Durão Barroso acha que, em termos de política externa, Portugal está a perder pontos na cena internacional. O Continente africano é, para o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, um caso paradigmático: «O actual Governo não percebe África», disse ao JN em Moledo do Minho, onde se encontra a passar férias. Quanto ao incidente diplomático entre Portugal e a África do Sul, de que resultou a expulsão do embaixador português em Pretória, Durão Barroso manifesta a sua estranheza pelos «ciúmes» de que pareceram tomados os órgãos de soberania português pela iniciativa de Nelson Mandela e acusa o Governo de falta de capacidade e influência: «Portugal, pelos vistos, conta pouco para o Governo sul-africano», registou.

[*N*]«Jornal de Notícias» - Qual o comentário que faz ao incidente diplomático que ocorreu entre Portugal e a África do Sul?

Durão Barroso - Eu penso que o Governo português não defendeu os interesses nacionais e a imagem de Portugal no âmbito externo. O Governo devia ter evitado a saída do embaixador Vasco Valente. A decisão tomada pelo governo sul-africano é um acto extremamente grave e praticamente inédito na história diplomática. Ora, isto sucedeu entre dois países que tinham relações de grande cordialidade e pouco depois do presidente Sampaio se ter encontrado com o presidente sul-africano Nelson Mandela.

JN - Como vê a actuação do Governo português neste processo?

DB - O Governo não teve a capacidade nem a influência de convencer o governo sul-africano a não cometer aquele acto. Começamos por lamentar, ora, lamentar, em linguagem diplomática é quase sempre uma confissão de impotência. É também muito mau sinal que os responsáveis sul-africanos não tenham atendido aos pedidos do nosso ministro dos Negócios Estrangeiros. Isso significa que o ministro e o Governo de Portugal contam pouco para o Governo da África do Sul.

JN - Como ex-ministro dos Negócios Estrangeiros como sentiu toda esta «novela» da nossa política externa?

DB - Fiquei triste. Existem tantas questões de nível interno para se atacar o Governo português que não era necessário este «caso», que denigre a imagem de Portugal. Eu faço parte de um partido da Oposição, mas em relação à nossa política externa procuro ter sempre alguma contenção. Como português não fiquei satisfeito por o Governo sul-africano ter expulso o nosso

embaixador, apesar, ao que se diz, das pressões do Governo português para que tal não acontecesse. Isso demonstra falta de autoridade do nosso Governo. Depois, eu não acredito que se o Governo português tivesse explicado, com vigor e com verdade, ao Governo sul-africano as consequências de uma tal atitude, eles não mostrassem compreensão, dada a influência que Portugal tem na União Europeia.

JN - Defende que Portugal devia ter retaliado?

DB - Bom, isso acho que não. O Governo sul-africano já se terá apercebido que foi longe de mais e, depois, temos de ter alguma tolerância para com um país cujo regime actual é relativamente jovem e está, ainda, pouco à-vontade nestas questões. Insisto que a posição inicial do Governo português não devia ter sido tão branda, mas mais enérgica.

JN - O que pensa que o Governo deverá agora fazer?

DB - O Governo tem de responder perante o país pelas suas posições em política externa. Se isto acontecesse em qualquer outro país europeu, o Governo já teria ido à Assembleia da República prestar contas.

JN - Como justifica as versões desencontradas que foram dadas deste incidente?

DB - Desde o início deste processo houve várias ambiguidades por parte do Governo português. O presidente Mandela mostrou-se interessado em colaborar na resolução da questão de Timor, recomendando a Suharto a libertação de Xanana Gusmão e, em vez disso ter sido visto em Portugal como um facto extremamente positivo, que o é, houve alguns ciúmes, para não dizer competição, entre os órgãos de soberania portugueses. Ora, o presidente Mandela é, talvez, a personalidade internacional de maior prestígio em todo o Mundo. Não conheço outra. Portanto, o simples interesse de Mandela pela questão de Timor é, só por si, uma grande vitória. O facto de ter imposto ao presidente indonésio um encontro com Xanana é notável. E o que é que eu verifiquei? Da parte portuguesa esse facto foi quase que secundarizado, dizendo-se que a questão de Timor terá que ser resolvida no quadro das Nações Unidas. Claro que tem que ser no quadro das Nações Unidas, mas isso não impede que o presidente Mandela tome a iniciativa de enviar uma recomendação a Suharto para que libertem Xanana Gusmão. A posição portuguesa face a este acto de Mandela não foi inequívoca, houveram sinais contraditórios e claros indícios de ciúmes.

JN - Pensa que isto pode ter inquinado, de vez, as negociações sobre Timor-Leste?

DB - Nós tivemos aqui uma oportunidade óptima. Espero que ela não fique completamente comprometida, mas com certeza que durante algum tempo vai ser ensombrada por estes acontecimentos insólitos.

JN - Que lhe pareceram as declarações do presidente Jorge Sampaio?

DB - Foi útil que da parte do presidente da República tivesse havido este sinal de aprovação relativamente à iniciativa de Nelson Mandela.

JN - Se fosse no seu tempo de ministro dos Negócios Estrangeiros este caso teria sido conduzido de que maneira?

9708414

DB - Bom, não gostaria de estar a comparar. Apenas posso dizer que, no passado, nunca aconteceram coisas deste tipo. O caso mais grave que tivemos foi a expulsão de um jornalista da Lusa, e mesmo não estando em causa, como agora, o chefe da delegação diplomática portuguesa, que é o representante do chefe de Estado e do Governo no estrangeiro, a nossa reacção foi radicalmente diferente. Lamento, por isso, o que se passou porque colocou em causa o bom nome de Portugal.

JN - África é um tema que, para si, é muito caro. Como vê a actual política externa neste domínio?

DB - Estou sinceramente preocupado. Acho que o actual Governo não percebe África. O engenheiro Guterres é primeiro-ministro há dois anos e ainda não foi ao Continente africano - foi a Cabo Verde, mas apesar do respeito que tenho por este país, não é representativo do Continente africano. Penso que o presidente Sampaio, pelo contrário, tem maior sensibilidade para as questões africanas do que o primeiro-ministro Guterres e o ministro Jaime Gama que, não sei porquê, não gostam de África. Por exemplo, o que se está a passar com a CPLP -Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é confrangedor, apesar de ter sido anunciada com grande pompa. O facto é que a CPLP está muito longe daquilo que todos nós, que trabalhamos para que ela viesse a nascer, estávamos à espera.

JN - E relativamente a Angola?

DB - Eu estive recentemente em Angola a convite pessoal do presidente José Eduardo dos Santos e pude constatar, sem satisfação, que a maneira como o actual Governo lida com a questão angolana deixa muito a desejar. Há aqui um problema de comunicação que eu espero seja rapidamente ultrapassado porque ninguém ganha nada com isso. Agora, de facto, a política externa portuguesa tem vindo a perder pontos em África. Se se perguntar a qualquer observador externo, nomeadamente nos Estados Unidos, verifica-se que eles são de opinião que o peso que Portugal tinha em África é hoje muito menor. Eu digo isto com pena. Para muita gente África é considerado um Continente perdido e os africanos têm muita sensibilidade para verem, de imediato, quem está e quem não está com eles. Ora, hoje em dia, a corrente não está a passar com África como estava há alguns anos atrás.

Regresso à pagina anterior

U.N.I.T.A.
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA: [illegible]
JORNAL: Jornal de Notícias
AUTOR: Redacção
PÁGINA: ....

UNITA ACUSA MINISTRO MOÇAMBICANO DE FAZER O JOGO DO *MPLA*

O representante da UNITA em Lisboa condenou ontem as declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Leonardo Simão, proferidas há dois dias em Luanda, nas quais este criticou as **"manobras dilatórias"** da organização liderada por Jonas Savimbi.

Isaac Wambembe disse à Agência Lusa lamentar que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, **"um país democrático"**, tenha **"entrado no jogo do MPLA, em vez de ajudar à unidade dos angolanos"**, e tenha **"incentivado à guerra"**.

"Leonardo Simão esqueceu-se que faz parte da jogada do MPLA, nesta fase, antes da reunião do Conselho de Segurança, no próximo dia 15, convidar governantes da Namíbia e de Moçambique", para que estes dêem cobertura à sua intenção de fazer regressar a guerra a Angola, disse.

"No quadro actual, qualquer dirigente de bom senso deve consultar as duas partes envolvidas e pelo menos *seguir os caminhos da paz*. Esperamos que o Governo de Moçambique, que pensamos que é um país democrático, reconsidere esta tomada de posição negativa" do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, acrescentou.

Isaac Wambembe frisou que o objectivo da UNITA **"é a paz, a democracia e a dignidade para o povo angolano"**.

Quanto à possibilidade de os Estados Unidos apoiarem a aplicação de novas sanções à UNITA, caso o relatório do representante especial da ONU em Angola para a reunião do dia 15 indique que o partido continua a não cumprir com as suas obrigações, Wambembe garantiu que a organização **"cumpriu com a sua parte"**.

"Não há nenhum país democrático que deva sancionar a UNITA, quando esta cumpriu os pressupostos do protocolo de Lusaca", disse, acusando o MPLA de ser a parte que não cumpre.

970841

08/11/97 19:36 ☎202 785 8063 FAIS →→→ COL. E. FERRO 001/001

THE CENTER FOR DEMOCRACY IN ANGOLA, INC. **NEWS**

P.O. Box 65463 ● Washington, DC 20035-5463 ● (202) 775-0958

Savimbi Informs Pickering of Proposal to Resolve Crisis, Provides Detailed Timetable for Administrative Extension

August 12, 1997- The UNITA President, Dr. Jonas Malheiro Savimbi informed Thomas Pickering, the U.S. Undersecretary of State for Political Affairs, during a telephone conversation yesterday afternoon, of a proposal, developed by the UNITA Political Commission Standing Committee, "to overcome the existing difficulties and put the peace process back on the track". The detailed proposal, which was also presented to the United Nations Mediator, Maître Alioune Blondin Beye, addresses three critical elements of the peace process, which has been stalled since the government Angolan Armed Forces (FAA) launched a military offensive on May 17 against UNITA administered areas in the diamond rich Lunda Norte Province that threatened to plunge the country back into war. The three elements covered in detail are the extension of the state administration, military forces still under UNITA command and changing the status of *Radio VORGAN*, the UNITA shortwave radio.

The Political Commission statement describes the extension of the central administration throughout the nation territory as "a very concrete expression of national reconciliation" that demands "political will and imagination from both sides for its harmonious implementation". UNITA stressed that the extension of the central administration did not require large numbers of police armed with military weapons. The proposal calls for it to be carried out in two phases. The first phase begins immediately and covers 56 localities in ten provinces. It will be concluded by September 24.

The second phase will begin on September 15 and cover 56 localities in eight provinces. The extension of the central administration would be totally concluded by the end of November. The UNITA proposal provides details on the location and number of the military forces still under its command.

The UNITA leadership body proposed transforming *Radio VORGAN*, a shortwave station, into a series of FM stations capable of covering the entire country. It pledged to use the present station to promote national reconciliation.

Jardo Muekalia, the chairman of The Center for Democracy in Angola, a Washington D.C. based nongovernmental organization, said, "These are comprehensive, concrete proposals aimed at reinitiating dialogue and re-energizing the dormant peace process. This is the time to seek solutions and not cast blame. Peace and national reconciliation reflect the highest aspirations of the Angolan people, and political leaders, with the active support of the international community, must assiduously work toward these ends".

For further information, contact:
202-775-0958

U.N.I.T.A.
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA 12/8/1997
JORNAL O DIÁRIO
AUTOR XAVIER DE FIGUEIREDO
PÁGINA

O espantalho da guerra

Os cenários (muitos e para todos os gostos) que dão como inevitável a eclosão de uma nova guerra em Angola suscitam reservas em meios que acompanharam de perto o processo. O facto de se agitar tanto a ideia de que vem aí uma guerra, por vezes com data marcada e planos conhecidos, pode não valer mais que um clássico exercício de propaganda política ou de guerra psicológica.

Para se prever com suficiente grau de consistência se haverá guerra, é preciso começar por inventariar, usando simples critérios de racionalidade, que condições favorecem ou desfavorecem tal projecção. A verdade é que, para os especialistas, a média ponderada das condições favoráveis e desfavoráveis dá ainda prevalência a estas. E sendo assim, a guerra é um cenário mais remoto do que se julga.

À cabeça da lista das condições desfavoráveis aparece aquilo que os analistas julgam ser a ausência de uma vontade política clara do MPLA para fazer a guerra. A esta evidência (da falta de vontade), não são estranhas cavadas dúvidas, essas alargadas aos próprios meios militares, acerca das capacidades operacionais, logísticas, etc., para a conduzir com êxito e rapidamente.

Ninguém tem nenhuma dúvida de que, a haver uma guerra, o primeiro tiro seria sempre disparado pelo MPLA, que teoricamente tem capacidade táctica para o fazer. A UNITA, ao contrário do que insinua a propaganda do seu adversário, apenas terá capacidade para resistir. A posição de escrutínio em que o regime do MPLA se coloca, como parte de que forçosamente partiria a abertura de hostilidades, é-lhe embaraçosa.

É absolutamente notório (o superlativo justifica-se) que a questão da guerra ou da não guerra atravessa o MPLA e divide-o. A novidade é que a ala contrária à guerra, muito estimulada por estímulos vindos de meios influentes da própria sociedade, está hoje em maioria e tem maior capacidade de pressão do que antes. Por simples arrastamento, os antigos «falcões» vêm perdendo o pio ou tornaram-se mesmo apóstolos da paz (ainda que apenas por uma questão de moda).

Entre os argumentos antiguerra, avultam os seguintes: no caso de um novo colapso, Angola desacreditar-se-ia aos olhos da comunidade internacional com todas as consequências nefastas que daí adviriam no plano da recuperação do país e do investimento; a reconciliação interna MPLA-UNITA seria definitivamente enterrada, com custos que poderiam ir ao extremo de uma fragmentação do país.

As avaliações acerca do «estado» da UNITA vão em geral no sentido de que se recompôs depressa de danos como a queda do seu aliado Mobutu, inclusivamente no que toca ao restabelecimento pleno do circuito dos seus reabastecimentos pelo ar. Estimativas da Inteligência Militar, em Luanda, indicam que a UNITA efectua diariamente entre 20/30 voos de reabastecimento.

O MPLA expôs-se a más experiências sempre que se deixou levar pela megalomania de que poderia derrotar militarmente a UNITA. Em boa verdade, nunca o conseguiu. E em 1991, nas vésperas de Bicesse, estava mesmo a caminho da derrota. A UNITA tem actualmente um território muito vasto, recursos, dinheiro e uma significativa base de apoio na população. Ou seja, boas condições para resistir.

A única operação militar capaz de desarticular irremediavelmente a UNITA e aniquilá-la a prazo teria de ser lançada de forma fulminante (surpresa e poder de fogo) e de atingir de forma certeira os seus alvos vitais. A não ser assim — e há muitas dúvidas de que pudesse ser assim —, o feitiço poderia virar-se contra o feiticeiro. Entre outras razões, porque nas FAA têm vindo a acentuar-se tensões, entre as quais de carácter racial, susceptíveis de afectar a moral e a prontidão combativa, sem as quais dificilmente poderia aguentar uma guerra de longa duração. E na população civil, especialmente em Luanda, bastião do MPLA, a ideia de uma guerra é não só impopular como instintivamente associada aos conhecidos apetites dos generais para o negócio.

Se a guerra é, como parece, uma espécie de espantalho usado como meio de pressão política e psicológica, então para que serve tal pressão? Porventura, para alcançar por outros meios, pacíficos, o que estaria reservado a uma nova guerra: a defesa dos interesses que ambas as partes, MPLA-UNITA, ainda acham que estão por defender no que falta do processo de paz.

Atribulações eleitorais

O adiamento das eleições autárquicas em Moçambique para uma data que não seja tão imprópria como a de 27 de Dezembro nem fomente tantas discórdias internas como esta tem fomentado é agora um dado adquirido. A chamada comunidade de doadores, que se comprometeu a financiar parte substancial do processo eleitoral, incluindo o recenseamento (cerca de vinte milhões de dólares, para um total de 27 milhões), adverte o Governo de que não avançará com um tostão se não for arranjada outra data. Na comunidade de doadores, pesam especialmente a União Europeia, os Estados Unidos e países como o Canadá e a Noruega. Também há cada vez menos dúvidas de que, ao marcar as eleições para uma data tão absurda, entre o Natal e Ano Novo, a Frelimo tratou simplesmente de montar um estratagema destinado a provocar o seu adiamento. Mas em condições que não a expusessem ao ónus político de estar a adiá-las pela segunda vez (já tinha havido um adiamento em 1996). E também de não parecer que tem medo. Por outro lado, ao ser aparentemente forçada a adiar as eleições marcadas para 27 de Dezembro, a Frelimo ganha margem de manobra para fixar uma data que lhe convenha em absoluto. E esta não será antes de meados de 1998, de modo a ficar com mais tempo para se preparar. A oposição sugere que as eleições tenham lugar em Fevereiro ou Março. Cinco partidos da oposição, Renamo, Fumo, Monamo, Partido da Convergência Nacional e Partido Trabalhista, decidiram entretanto constituir uma coligação para as autárquicas e chegaram mesmo a um entendimento no sentido da apresentação de Lourdes Mabota, presidente da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, como candidata ao Município de Maputo. É considerada uma «boa aposta». Por sua vez, a Frelimo parece hesitar entre dois nomes, certo que está a retirada de cena de João Baptista Cosme, actual presidente da Câmara de Maputo. São eles Teodoro Hunguana ou Jorge Tembe.

9708414

U.N.I.T.A.
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA 12/8/1997
JORNAL O DIABO
AUTOR XAVIER DE FIGUEIREDO
PÁGINA

Campanha de lavagem

O Governo de Luanda prepara um pacote de medidas destinado a «regenerar» a imagem que o país tem, interna e externamente, como «paraíso de corrupção e outras venalidades afins». Os conselheiros de José Eduardo dos Santos sustentam que o regime do MPLA em geral colherá importantes «benefícios políticos» se for possível passar para o estrangeiro convincentes mensagens de que tem vontade e determinação para combater a corrupção. Do referido pacote de medidas faz parte a criação de uma Alta Autoridade contra a Corrupção e de um Tribunal de Contas, bem como acções de propaganda destinadas a retirar ao problema da corrupção os contornos comprometedores para os dirigentes.

De volta à Ngola

A South African Breweries (SAB) está a negociar com o Governo de Angola um contrato de gestão a três anos para a fábrica de cervejas Ngola, situada no Lubango (ex-Sá da Bandeira). A fábrica foi construída pela própria SAB, em associação com a Venâncio Guimarães (Cardoso e Cunha), que também a geriram desde a sua inauguração, em 1974, até à nacionalização, quatro anos depois. É voz corrente em meios económicos de Luanda que a SAB quer comprar a Ngola quando se perfizerem os três anos de gestão que está a negociar, tendo sugerido um restabelecimento da antiga associação com Cardoso e Cunha. Este controla e gere actualmente a fábrica de cervejas de Bimon, CICER (tecnologia similar à da Ngola), e está a construir de raiz, em Nampula, uma nova fábrica.

LUSA
NOTÍCIAS

12 AGO 97 - 01:42

Angola: Jonas Savimbi apresenta novas propostas da UNITA

*** Por Jose Ricardo, Correspondente em Washington ***

Washington, 12 Ago (Lusa)- Jonas Savimbi apresentou aos Estados Unidos e às Nações Unidas uma proposta visando ultrapassar os actuais problemas no processo de paz, soube a agência LUSA junto do Centro para a Democracia em Angola (CEDA), representante da UNITA em Washington.

A proposta foi transmitida segunda-feira pelo Presidente da UNITA, por telefone, ao subsecretário de Estado para os assuntos políticos, embaixador Thomas Pickering, e apresentada também ao representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Alioune Blonin Beye.

A proposta, desenvolvida pelo comite' permanente da comissão politica da UNITA, prevê a extensão da administração do Estado a todo o território em duas fases, ate' finais de Novembro, e a transformação da VORGAN numa série de estações de rádio FM capazes de cobrir a totalidade do territorio, promovendo a reconciliação nacional.

Segundo a proposta do comite' permanente da UNITA, a extensão da administração do Estado não necessita de grandes números de policias armados com equipamento militar e constitui "uma concreta expressão de reconciliação nacional", que "exige vontade politica e imaginação de ambas as partes para a sua harmoniosa implementação".

A proposta prevê essa extensão em duas fases. A primeira começaria imediatamente, cobriria 56 localidades em 10 provincias e estaria terminada em 24 de Setembro.

A segunda fase começaria no dia 15 de Setembro, abrangeria 56 localidades em oito províncias e estaria concluida em finais de Novembro.

A proposta da UNITA da' tambem detalhes sobre a localização e número de forças militares sob o seu comando, mas não foi possivel apurar pormenores.

A propósito destas propostas, o representante da UNITA, Jardo Muekalia, disse que elas se destinam "a dar nova energia ao processo de paz que estava adormecido" e se inserem no espirito de reconciliação nacional.

Os Estados Unidos, depois de na semana passada terem recebido uma delegação do GURN, anunciaram que "dariam forte consideração ao apoio a novas sanções contra a UNITA através do Conselho de Segurança", caso o relatório do representante especial da ONU, a apresentar no dia 15 de Agosto, não indique que a UNITA tenha cumprido as "tarefas imediatas".

Entre estas, eram citadas o fim da obstrução à extensão da administração do Estado, a transformação da VORGAN, e o desarmamento das restantes forças da UNITA.

Não foi possivel apurar se a proposta da UNITA inclui referências ao desarmamento dessas forças.

A declaração do Departamento de Estado, após a visita da delegação angolana, diz que os Estados Unidos tornaram claro que "a comunidade internacional não aceitara' que qualquer das partes regresse à guerra".

Nessa declaração, divulgada pelo porta-voz Jamie Rubin, o Departamento de Estado diz ter encorajado "tanto o governo de Angola

9708414

como a UNITA, a completarem a implementação do protocolo de Lusaka, que contém um plano detalhado para levar a paz a uma Angola unificada".

Lusa/fim

THE CENTER FOR DEMOCRACY IN ANGOLA, INC. **NEWS**

P.O. Box 65463 ● Washington, DC 20035-5463 ● (202) 775-0958

Savimbi Informs Pickering of Proposal to Resolve Crisis, Provides Detailed Timetable for Administrative Extension

August 12, 1997- The UNITA President, Dr. Jonas Malheiro Savimbi informed Thomas Pickering, the U.S. Undersecretary of State for Political Affairs, during a telephone conversation yesterday afternoon, of a proposal, developed by the UNITA Political Commission Standing Committee, "to overcome the existing difficulties and put the peace process back on the track". The detailed proposal, which was also presented to the United Nations Mediator, Maître Alioune Blondin Beye, addresses three critical elements of the peace process, which has been stalled since the government Angolan Armed Forces (FAA) launched a military offensive on May 17 against UNITA administered areas in the diamond rich Lunda Norte Province that threatened to plunge the country back into war. The three elements covered in detail are the extension of the state administration, military forces still under UNITA command and changing the status of *Radio VORGAN*, the UNITA shortwave radio.

The Political Commission statement describes the extension of the central administration throughout the nation territory as "a very concrete expression of national reconciliation" that demands "political will and imagination from both sides for its harmonious implementation". UNITA stressed that the extension of the central administration did not require large numbers of police armed with military weapons. The proposal calls for it to be carried out in two phases. The first phase begins immediately and covers 56 localities in ten provinces. It will be concluded by September 24.

The second phase will begin on September 15 and cover 56 localities in eight provinces. The extension of the central administration would be totally concluded by the end of November. The UNITA proposal provides details on the location and number of the military forces still under its command.

The UNITA leadership body proposed transforming *Radio VORGAN*, a shortwave station, into a series of FM stations capable of covering the entire country. It pledged to use the present station to promote national reconciliation.

Jardo Muekalia, the chairman of The Center for Democracy in Angola, a Washington D.C. based nongovernmental organization, said, "These are comprehensive, concrete proposals aimed at reinitiating dialogue and re-energizing the dormant peace process. This is the time to seek solutions and not cast blame. Peace and national reconciliation reflect the highest aspirations of the Angolan people, and political leaders, with the active support of the international community, must assiduously work toward these ends".

For further information, contact:
202-775-0958

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Nº 9708415 Montevideo 11 de agosto 1997.-

Objeto:

DE: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

PARA: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

TEXTO:

Adjunto elevo a usted la información recibida de una agencia amiga, referente a SOKA GAKKAI para su conocimiento y demás efectos.-

ORIGINAL

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Tte. Cnel. (Av.)

Hugo Dávila

FECHA 26/08/97 INICIAL GM

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES Organizaciones y Personas

28/8/97

GM

.001/04

9708415

11 AGO. 1997

FECHA 26/08/97 INICIAL GM

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES Organizaciones y Personas

ASUNTO: SOKA GAKKAI

* Secta fundada en JAPON en el año 1930.
* Nombre oficial: SOCIEDAD CREADORA DE VALORES.
* Actual Presidente (desde 1960): Ikeda DAJSAKU, japonés nacido el 02 ENE 1928.
* Su filosofía se basa en que todo individuo tiene derecho a bienestar en forma inmediata.
* En el plano religioso, considera que todo ser humano puede acceder a una paz interior plena, sin necesidad de ser monje.
* Sostiene la doctrina de NICHIREN, monje budista del siglo XIII, que enseñaba una versión nacionalista intolerante del budismo. En la actualidad la secta considera a NICHIREN como el verdadero Buda.
* Objetivo (aparente) de la secta: traer la paz y la felicidad a la humanidad entera.
* Adeptos: se calculan cerca de 20 millones en todo el mundo.
* Los principales países en los cuales la secta se ha expandido son: ESTADOS UNIDOS, SINGAPUR, REINO UNIDO y BRASIL.
* No obstante lo anterior, el país en el cual ha logrado mayor despliegue es JAPON. De hecho, en las elecciones legislativas de 1990 obtuvo 45 bancas en la Cámara de Diputados, sobre un total de 512. También publica el diario SEIKO SHIMBUN, que tira aproximadamente 4,5 millones de ejemplares y dirige la SOKA UNIVERSITY.
* Otro país en el cual se ha implantado con bastante éxito es FRANCIA, donde edita la revista bimestral "LA TROISIEME CIVILISATION" (dato de 1993) y ha hecho cuantiosas inversiones inmobiliarias (a fines de 1996, se calculaba que las propiedades de la secta ascendían a un monto aproximadamente U$S 20 millones).
* En 1960 la organización se instala en ESTADOS UNIDOS a partir de la actividad de un grupo de inmigrantes japoneses. Hasta el presente, los adeptos en este país suman aproximadamente 330 mil personas, distribuidas en casi todos los estados y que, a su vez, cuentan con más

de 60 Centros Comunitarios distribuidos en 33 estados del país. La unidad orgánica básica en ESTADOS UNIDOS es el Distrito. Los Distritos, que se reúnen regularmente, agrupan entre 15 y 30 personas. Como estructuras menores (que forman parte de los Distritos) se encuentran las Unidades o Grupos. Asimismo, existen grupos mayores llamados "Chapters", Cuarteles Generales y Territorios que constituyen la estructura a nivel nacional; son los que planifican actividades en gran escala. Las actividades para sus miembros son divididas de acuerdo al sexo y la edad; por ejemplo: División de Mujeres, de Hombres, de Mujeres Jóvenes, de Hombres Jóvenes, de Niños en Preescolar, de Niños en Escuela Primaria, de Jóvenes Adolescentes. Las actividades comprenden grupos de estudios, simposios y todo tipo de evento cultural.

* En 1990 fue fundado el Departamento Cultural de la rama norteamericana, cuyos miembros están vinculados a la educación, las leyes, las ciencias y las artes.
* En ESTADOS UNIDOS también funciona la SOKA UNIVERSITY OF AMERICA (SUA).
* En 1975 se fundó la SOKA GAKKAI INTERNATIONAL (SGI) cuyo objetivo es aunar los esfuerzos de todos los miembros de la secta en el mundo. Las actividades de la SGI están consagradas (de acuerdo a manifestaciones de sus dirigentes) a la promoción de la paz, la cultura y la educación, basadas en el budismo de NICHIREN. La SGI es una asociación internacional que agrupa actualmente a unas 76 organizaciones de SOKA GAKKAI en varios países alrededor del mundo.
* La SGI a adherido a los principios de la Carta de las NACIONES UNIDAS. Tanto la SGI como la SOKA GAKKAI en JAPON están registradas ante diferentes órganos de NACIONES UNIDAS como organizaciones no gubernamentales (ONG).
* El actual y primer presidente de la SGI es DAJSAKU IKEDA.
* La SGI es administrada por un Directorio. La funciones de la Secretaría recaen en la Organización SOKA GAKKAI de JAPON.
* La SGI organiza habitualmente Conferencias

Internacionales que nuclean a distintas actividades: educadores, médicos, científicos, artistas, abogados, etc..

* Su actual Presidente IKEDA, mantiene estrechos vínculos no sólo con organismos internacionales (v.g. NACIONES UNIDAS) sino que también con varias universidades. Ha recibido 20 Doctorados Honoris Causa de -entre otras- las siguientes Universidades de Glasgow (REINO UNIDO), de Moscú (RUSIA), de Sofía (BULGARIA), de Buenos Aires (ARGENTINA), de Ankara (TURQUIA), de Nairobi (KENIA), de FILIPINAS. Asimismo es Profesor Honorario en 14 universidades, incluidas las de Beijing (CHINA) y la de San Marcos (PERU).

* IKEDA a escrito varios libros, entre los que se pueden mencionar:

- The Human Revolution (12 volúmenes).
- Choose Life: a dialogue with Dr. Arnold Toynbee.
- Dawn After Dark.
- Before it is too late.
- A lifelong quest for peace.
- Dialogue of Worl Citizens.
- Choose peace.
- The snow country prince.
- The cherry tree.
- The Princess and the moon (libro para niños).
- Over the deep blue sea (libro para niños).

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO I (INTERIOR)

ACTUALIZACION DE SITUACION

MAYO - JULIO / 97

INDICE

FECHA DE PUBLICACION : 12/AGO/97

I.- CAMPO POLITICO

A.- COALICION DE GOBIERNO

- Respecto a la coalición de gobierno, se puede afirmar que en los hechos funcionó sobre la base de un firme acuerdo entre los sectores del Partido Colorado y el Partido Nacional. Esta coalición obtuvo una serie de resultados significativos que ha ido generando una sucesión de cambios trascendentes en la estructura del país. Los hechos más sobresalientes, en el correr de estos tres años de la coalición son: Reforma de la Seguridad Social, Reforma Educativa, reacondicionamiento de la estructura del Estado y Reforma Constitucional.

Sin embargo, se reconoce que la estabilidad de la coalición está llegando a su fin. Su debilidad está muy clara en la preocupación constante del Presidente de la República, Dr. Julio Mª SANGUINETTI, ya que el mantenimiento de la coalición, significa la única forma de consolidar su gobierno, completando reformas que todavía no se han concretado, mientras que sin la misma, sólo podría terminar su mandato en un papel de administrador.

Hasta el momento, el Herrerismo se ha mantenido en la coalición para no quedar políticamente aislado en momentos donde los cuestionamientos a su anterior gestión de gobierno siguen siendo muy fuertes, pero seguramente, sea de los primeros en abandonarla.

Cabe recordar, que el sector liderado por Luis A. LACALLE, es el más crítico de los que la integran, respecto a su funcionamiento. Desde sus filas han salido afirmaciones tales como que el gobierno no ha aprovechado debidamente las mayorías con las que cuenta, que no ha profundizado lo suficiente las reformas del Estado, así como críticas a la aplicación de la Ley de Seguridad Ciudadana y la gestión del Ministro del Interior, Didier OPERTTI entre otros puntos.

Con relación al Dr. Alberto VOLONTE, se puede afirmar que está atado en la coalición de gobierno, ya que sin ella, perdería protagonismo político.

Cabe destacar que la evaluación de la coalición ya fue realizada por Propuesta Nacional, en una oportunidad que sirvió al grupo liderado por el canciller Alvaro RAMOS para marcar su perfil. Procurando un cuidadoso equilibrio y esquivando choques, Propuesta Nacional busco remarcar su identidad a través de dos puntos principales: el reclamo de que en lo que quede de 1997 se transforme en el año de las demandas sociales y que el relacionamiento y la toma de decisiones en la coalición se traslade básicamente en el Parlamento.

En el Movimiento Nacional de Rocha, aunque también hay críticos al gobierno, prima la idea de continuar integrándola, mas allá de los ajustes que se propongan para su funcionamiento.

El frente interno del Partido Colorado, en tanto, sigue ofreciendo al Primer Mandatario tranquilidad necesaria para gobernar y encarar los entendimientos con las otras fuerzas.

Sólo el senador Pablo MILLOR (Cruzada 94), ha marcado sus diferencias en materia de seguridad pública, pero en lo sustancial seguirá apoyando al gobierno.

- Programa de Capacitación de Jóvenes Dirigentes Políticos

- Entre el 04 y el 05/SET, tendrá lugar en Montevideo un Foro regional sobre la formación de jóvenes militantes y dirigentes políticos del que participarán parlamentarios de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

El Programa de Capacitación de Jóvenes Políticos, es organizado por el Instituto Wilson FERREIRA ALDUNATE (Partido Nacional) y la Fundación PAX (Instituto vinculado al Partido Colorado), con el asesoramiento y la financiación de la Unidad de Promoción de la Democracia de la OEA.

En el Foro, los invitados analizarán la contribución de los partidos, las instituciones académicas y la sociedad civil a la formación de dirigentes políticos, así como los valores y prácticas de una cultura política democrática, las técnicas modernas del trabajo político y las teorías y el funcionamiento de las instituciones democráticas.

Por Uruguay participarán cuatro militantes, que representarán a cada uno de los lemas con representación parlamentaria.

B.- PARTIDO COLORADO

- Aunque faltan dos años para las elecciones internas, el Partido Colorado ha comenzado y - o está a punto de hacerlo - una serie de movimientos tendientes a perfilar las precandidaturas presidenciales que deberán decidirse en ABR/98.

Cabe recordar que, ya que los partidos tradicionales no podrán presentar como en el pasado, una oferta presidencial diversa a las opciones de "izquierda" o "derecha" dentro de esos partidos, apenas servirán ahora para facilitar los apoyos de fuerzas externa (a su electorado) en el balotaje.

En el Partido Colorado, el propio Presidente de la República, a asegurado que no intervendrá en la definición del candidato y tampoco se sabe si habrá un candidato de consenso entre el Foro Batllista y el Batllismo Radical.

La única candidatura lanzada formalmente, es la del senador Pablo MILLOR, líder de la Cruzada 94, quien anunció que se postulará y si no gana, apoyará al mas votado.

Asimismo, el manejo de los tiempos políticos, especialmente en una etapa que el partido de gobierno debe abocarse a realizar obras que dejen su impronta, parece crucial entre los que están en el tapete, lo admitan públicamente o no.

A la fecha, esos nombres son aparte de Pablo MILLOR y Jorge BATLLE (se estima probable que éste se aboque a un cuarto intento presidencial), el senador Hugo FERNANDEZ FAINGOLD, el presidente de ANTEL, Ricardo LOMBARDO; el presidente de UTE, Mario CARMINATTI y el senador Luis HIERRO LOPEZ, todos ellos del Foro Batllista. Se

agregan, el presidente de ANCAP, eduardo ACHE (proveniente de filas pachequistas, actualmente separado del sector), y el Ministro de Economía, Luis MOSCA (oriundo de la desaparecida Corriente Batllista Independiente), y con apoyos en el Foro Batllista y la Lista 15, por lo que es mencionado en algunos círculos como un "posible candidato de la unidad".

1.- **Convención del Partido Colorado**

- La última Convención del Partido Colorado, constituyó la Comisión Asesora de Disciplina prevista por el art. 91 de la Carta Orgánica que rige la actividad partidaria.
La comisión que tendrá como cometido entender en materia de ética y disciplina partidaria quedó integrada por Renán ROGRIGUEZ (FB), Darío CORGATELLI (BR), Juan Carlos SCAPPERONE (C 94) y Gastón LABADIE (UCB).

2.- **Comité Ejecutivo Nacional**

- El Secretario General del partido, Lic. Hugo FERNANDEZ FAINGOLD (FB), está tratando de imponer en el correr de este año, una reforma a la Carta Orgánica a efectos de permitir una mayor participación de los cuadros en las decisiones que hoy adoptan exclusivamente las cúpulas. Se trata de una apertura del partido, sobre todo, dando entrada a la dirigencia del interior del país que en las últimas asambleas foristas ha sentado protestas.
La propuesta que alienta FERNANDEZ FAINGOLD, se basa en la creación de nuevas estructuras plurisectoriales, realzando la función de los ejecutivos departamentales y las seccionales.

- El Comité Ejecutivo Nacional, viene trabajando en una estrategia para movilizar al partido de Montevideo, preparándose para las elecciones departamentales en MAY/2000, según el calendario fijado en la nueva Constitución.
Los colorados observan que, tanto nacionalistas como frentistas, están hoy mejor organizados en la capital con dirigentes "visibles", que se perfilan como candidatos para las próximas elecciones, como en el caso de Jorge GANDINI en el Partido Nacional o la reelección de Mariano ARANA en el Frente Amplio.
Cabe destacar, que la estrategia colorada, se basa en una fuerte defensa del gobierno nacional, mostrar un partido unido y marcar los puntos débiles de la administración del Frente Amplio en la Intendencia de Montevideo.

- El CEN, designó a los siete integrantes de la Comisión de Relacionamiento que deberá recibir y canalizar información entre los entes públicos y los diputados colorados.
Los integrantes de dicha comisión son el Dr. Oscar RICCA (MRB), Winston ELUTECHANZ (UCB) y Daniel GARCIA PINTOS (C 94).
La bancada de diputados colorados, propuso por su parte a los otros cuatro integrantes, todos ellos del Foro Batllista: Carlos

LAGO, Luis BATLLE BERTOLINI, Walter VERNER y Martha MONTANER.

- Con la firma de todos los ediles y diputados del Partido por Montevideo, el CEN presentó una denuncia penal por irregularidades en el Mercado Modelo denunciadas por el Tribunal de Cuentas.

3.- Comité Ejecutivo Departamental de Montevideo del Partido Colorado

- Con la creación de una comisión especial que elaborará las "líneas de acción" que seguirá el Partido Colorado en Montevideo, la dirigencia colorada dio el 25/JUN el primer paso para lanzar su ofensiva que lo lleve a recuperar el gobierno departamental en las elecciones de 1999.
La formación de esta comisión, que se integrará con un dirigente de cada uno de los sectores del partido, quedó acordada luego de una sección conjunta de los Comités Ejecutivos Nacional y Departamental con ediles y diputados de Montevideo. La intención es conformarla con dirigentes de primera línea, quienes deberán trazar una estrategia política que logre aumentar la presencia del partido en los barrios.
Esta comisión organizará el primer congreso de diputados, ediles, concejales y dirigentes de Montevideo que se realizará en SET/97.

4.- Sectores del Partido Colorado

a.- Foro Batllista

- El 12/JUN, se formalizó la agrupación "Acción Batllista", integrada entre otros por el intendente de Salto Eduardo MALAQUINA, los diputados Mario ACOSTA (Lavalleja), Daniel ARENA (San José), Luis BATLLE BERTOLINI (Salto), José BOER (Cerro Largo), Adolfo FALERO (Durazno), Carlos LAGO (Montevideo), Ariel LAUSAROT (Colonia), Ricardo MOLINELLI (Paysandú) y Carlos SORIA (Artigas), el sub-secretario del MSP Amén VAGHETTI, el edil Gerardo TOVAGLIARI y el ex-candidato a la Intendencia de Canelones Milton RODRIGUEZ.
En su presentación oficial, esta agrupación se autodefinió como un grupo de fundadores del Foro Batllista que reconocen al Dr. Julio Mª SANGUINETTI como líder y "de donde no saldrá ningún candidato a la presidencia".
Actualmente esta agrupación viene intensificando su labor en los barrios de Montevideo y en el interior del país a efectos de organizarse con vistas al acto eleccionario interno que se producirá en ABR/99.

- En una reunión con la agrupación de gobierno del Foro Batllista, el Presidente de la República, Julio Mª SANGUINETTI, defendió enfáticamente la gestión y los logros de la coalición de gobierno, reclamó la participación activa de los legisladores y jerarcas del FB en esa defensa, y acusó

directamente a los sectores radicales del Frente Amplio de estar detrás de las acciones de agitación.

b.- Cruzada 94

- Este sector viene preparando su estrategia para 1999 y cree necesario que el Partido Colorado fortifique su "ala derecha". En ese marco la C 94 considera la posibilidad de intentar una alianza con el pachequismo.

Por otra parte, su líder, el senador Pablo MILLOR ha sido crítico respecto a la forma en que se impulsó el tema de la reelección presidencial por parte de dirigentes del Foro Batllista.
MILLOR en reiteradas oportunidades, señaló que su sector siempre ha sido reeleccionista y lo continúa siendo, pero que el tema se planteó fuera de tiempo y a través de un procedimiento erróneo.

- Se ha producido en el presente período, la ruptura entre el sector y el Foro Batllista en el departamento de Rivera, al no votarle los Foristas a la Intendencia un acuerdo con el Banco de Previsión Social, lo que determinó que el Jefe comunal, Asdrúbal VAZQUEZ solicitara la renuncia de dos directores sanguinetistas.

- El 07/JUN se llevó a cabo el Encuentro Nacional de Dirigentes de la C94, donde se apoyó el planteo de dos de sus legisladores Eduardo RODINO y Daniel GARCIA PINTOS de no votar la Rendición de Cuentas tal como lo plantea el Poder Ejecutivo.

Cabe destacar que en su explosión, Alfredo PIFARETTI (dirigente que ejerce un cargo en el INJU) criticó por "innecesaria y poco conveniente" la operación política que lanzó la propuesta reeleccionista del presidente SANGUINETTI.
En una clara alusión el Primer Mandatario, PIFARETTI, mencionó que el Partido Colorado cuenta con muchas figuras de recambio, incluyendo al senador Pablo MILLOR, y que no se debe considerar a una sola figura como la tabla de salvación para el partido.-

c.- Batllismo Radical

- En el presente período, lo mas significativo fue lo que parecía una crisis interna para el Partido Colorado a partir de la propuesta del líder de este sector, Dr. Jorge BATLLE, para postergar la Torre de las Comunicaciones en beneficio de un plan de erradicación de cantegriles, fue transformado por el Dr. Julio Mª SANGUINETTI, en un componente de las políticas sociales del gobierno y del partido. Sin embargo, el episodio mostró la vigencia del líder quincista y la influencia que mantiene en el oficialismo, y acentuó la idea de que peleará con fuerza la candidatura presidencial de 1999.

d.- Unión Colorada y Batllista

- Respecto a este sector, se puede afirmar que fracturado el pachequismo en 1994 entre el grupo de Jorge PACHECO KLEIN -Eduardo ACHE y la Lista 123, y con Jorge PACHECO ARECO virtualmente retirado de la actividad pública, parece difícil su reorganización. Algunos dirigentes se han acercado al Foro Batllista o al Batllismo Radical; otros podrían apoyar a ACHE si se postula como pre-candidato o nuclearse en torno a la Cruzada 94 de Pablo MILLOR.-

e.- Partido Por el Gobierno

- El Ministro de Educación y Cultura, Cr. Samuel LICHTENSZTEJN, Planteó al Dr. Hugo BATALLA que convoque al Congreso del PGP, para definir el ingreso del Partido Colorado, con alternativa al borrador de un documento que propone la recolección de firmas para que BATALLA gestione el ingreso en forma directa.-

- En directa oposición a declaraciones efectuadas por el Presidente de la República, el Dr. Hugo BATALLA indicó que muchas de las movilizaciones que surgieron o pueden surgir en el interior del país" son legítimas".-

C.- PARTIDO NACIONAL

1.- **Convención Nacional**

- Con el aval de los principales líderes blancos e impulsados por el Presidente de la Convención, Sergio ABREU, el Partido Nacional , inició un proceso de contacto para delinear un programa único de gobierno con vistas a las elecciones nacionales de 1999.

2.- **Directorio del Partido Nacional**

- Con la oposición del Herrerismo, el Directorio del Partido Nacional resolvió suspender en forma transitoria al ex-Ministro y ex.Presidente del Banco Central del Uruguay, Enrique BRAGA, para actuar como integrante del Partido hasta que la Justicia pronuncie un fallo definitivo.-

- El titular del Directorio del Partido Nacional, Alberto VOLONTE, renunciará a la presidencia del ejecutivo nacionalista en SET/98, ocasión en la que comenzará oficialmente la campaña proselitista con miras a las elecciones internas de ABR/99.

- Los once Intendentes electos por el Partido Nacional, hicieron llegar al Directorio, una declaración pública, en la que rechazan los dichos del ex-presidente Luis Alberto

LACALLE sobre la administración de las comunas, la patente única de automotores y la rebelión de los contribuyentes. La Comisión de Asuntos Municipales, entendió que no existe mérito para ingresar en la polémica, por lo tanto el Directorio no tratará el tema.

- El Directorio resolvió y comunicó a los distintos órganos partidarios, que los ex-jerarcas del gobierno de LACALLE, Javier de HAEDO y Gustavo LICANDRO, no integran mas dicha colectividad política. Los jerarcas antes mencionados, habían comunicado al Directorio que no les correspondía contribuir al tesoro partidario al entender, que había ocupado cargos de gobierno a raíz de su calidad técnica y no por su militancia partidaria. Esas expresiones fueron consideradas agravantes por lo tanto se resolvió aceptar su autoexclusión.

3.- <u>Sectores del Partido Nacional</u>

a.- Manos a la Obra

- El senador Walter SANTORO, propuso que cuando lleguen los "tiempos electorales", técnicos nacionalistas sustituyan a los ministros políticos (Raúl ITURRIA, Ana Lía PIÑEYRUA, Alvaro RAMOS Y Juan CHIRUCHI) que representan al Partido Nacional en el gabinete, para permitir que la coalición de gobierno continúe hasta el final de este período de gobierno.
Por otra parte, SANTORO hizo un llamado a los nacionalistas para que considere que un eventual triunfo del Frente Amplio en 1999 no supondría una simple rotación de partidos en el gobierno sino "una amenaza al sistema democrático uruguayo".-

- El diputado Julio LARA se desvinculó del sector Propuesta Nacional, aunque continuará actuando en forma independiente dentro de Manos a la Obra.-

- El líder de Propuesta Nacional, Alvaro RAMOS y el senador Jorge GANDINI, lanzaron un cuestionamiento al movimiento Nueva Fuerza Nacional, que agrupa a varios intendentes nacionalistas, debido a su actitud en la interna del Partido. En una referencia indirecta a ese movimiento, RAMOS consideró acabada "la etapa épica" de la descentralización, para dar paso "al trabajo".
Asimismo, pidió elaborar programas de capacitación de dirigentes para que el intendente que asuma en el año 2000 pueda elegir su equipo entre gente realmente capacitada y con criterio descentralizador.-

- Fue convocada para la primera quincena de agosto la Junta Nacional del movimiento Propuesta Nacional, con el propósito de definir su estrategia política de cara a la campaña para las elecciones internas del Partido Nacional y su posicionamiento en el escenario político dentro de Manos a la Obra.

El Ing. Alvaro RAMOS, líder de este sector señaló la conveniencia de que los temas que aborde la Convención -que tendrá lugar en los primeros días de octubre- sean de estrategia política, en función de lo que establece la Carta Orgánica, y no sobre asuntos coyunturales o puntuales, que de alguna manera comprometan al partido con decisiones que carezcan de ámbitos para instrumentarlas.-

b.- Herrerismo

- El 03/JUN, Ignacio DE POSADAS presentó su renuncia a la banca en la Cámara de Senadores, aduciendo motivos personales y familiares, asumiendo la titularidad el Dr. Guillermo GARCIA COSTA.-

- El ex-presidente, Luis Alberto LACALLE, convocó a una "rebelión de los contribuyentes" en todo el país, para provocar un cambio sustancial en el destino final de los recursos municipales, con el objeto de aliviar el peso tributario que agobia a la población. Esta convocatoria la realizó en el Primer Encuentro Nacional de Ediles Herreristas en la ciudad de Montevideo.

c.- Desafío Nacional

- El 01/JUL, el Comité Ejecutivo de la lista 11 del Partido Nacional de Cerro Largo, resolvió por unanimidad, adherirse a Desafío Nacional. También lo hizo el ex-diputado Jorge CORONEL.-

d.- Movimiento Nacional de Rocha

- A nivel del MNR hay actualmente dos tendencias internas: una de las que se encuentra la Ministra de Trabajo, Ana Lía PIÑEYRUA, afín a un acuerdo con el Dr. Juan Andrés RAMIREZ, y otra encabezada por el Presidente de OSE, Wilson ELSO GOÑI, partidario de una alianza con el grupo de los intendentes, "Nueva Fuerza Nacional".

El MNR, inició el 19/JUN contactos oficiales con otros grupos del Partido Nacional con fin de constituir una nueva corriente política.-

- El 18/JUN, la Ministra de Trabajo, Ana Lía PIÑEYRUA realizó el lanzamiento formal de su grupo político "Convocatoria", dentro del Movimiento Nacional de Rocha.-

e.- Propuesta Nacional

- La Lista 250 de Montevideo, pidió al intendente Mariano ARANA, la destitución del Presidente del CAMM, Angel SPINOGLIO, por las irregularidades surgidas en el Mercado Modelo.

f.- Nueva Fuerza Nacional

- El Congreso fundacional de este sector designó por aclamación, al Intendente de Lavalleja, Esc. Héctor LEIS, como Presidente del Comité Ejecutivo. Los seis intendentes fundadores de Nueva Fuerza Nacional, LEIS, Domingo BURGUEÑO (Maldonado), Jorge LARRAÑAGA (Paysandú), Eber DA ROSA (Tacuarembó), Walter CAMPANELLA (Treinta y Tres) y Gustavo LAPAZ (Soriano), integran el Comité Ejecutivo Nacional del movimiento, que será ampliado a 15 miembros.
Esta agrupación tendrá además, otros dos órganos de alcance nacional, un Consejo Federal integrado por dos representantes de cada uno de los 19 departamentos, que sesionará con carácter ordinario cada 60 días y el Congreso Nacional, que lo hará una vez por año.-

- Este sector presentó el 04/JUN sus credenciales como grupo político ante el Directorio del Partido Nacional. Presentó además 5.000 firmas en apoyo a la participación de ser aceptado como fuerza del Partido.
El Intendente de Treinta y Tres, Walter CAMPANELLA anunció el lanzamiento de una campaña de afiliación a NFN en todo el país y reafirmó la posibilidad de que su sector presente su propio candidato a las elecciones internas de ABR/99.-

- El Intendente de Treinta y Tres, Walter CAMPANELLA, aseguró que las críticas del Dr. LACALLE a las intendencias son irresponsables, anticonstitucionales y peligrosas. A su vez, dijo que eran provocadas por el nerviosismo que genera ver el crecimiento de la Nueva Fuerza Nacional.

g.- Independientes

- El diputado blanco independiente Alem GARCIA, desmintió las versiones que daban como inminente su incorporación a Nueva Fuerza Nacional. Por el contrario, el legislador anunció la conformación de un sector independiente que tenga como objetivo la defensa de la producción, la industria y el trabajo nacional.-

D.- NUEVO ESPACIO

- Este partido viene realizando un redimensionamiento partidario que le permita mejorar su funcionamiento orgánico para que luego, en el Congreso Federal a realizarse en AGO/97, se diseñe las principales líneas programáticas de cara a las elecciones nacionales de 1999. Según la nueva disposición interna, las cuatro secretarías se transformaron en seis: Organización, Finanzas, Programa, Asuntos Internacionales, Prensa y Propaganda.
Los encargados de cada una de estas áreas tienen una directa relación con la Mesa Ejecutiva Nacional.

- En cuanto a la organización interna, se propuso la

subdivisión territorial en 17 regiones, nueve de las cuales funcionan en Montevideo (una por cada dos Centros Comunales Zonales), y el resto en el interior del país.
Las actividades de estas regionales son apoyadas por la Secretaría de Organización, que está integrada, además de su titular, por los secretarios de Finanzas y Programa, por los responsables de las Comisiones de Recursos Humanos y de la Juventud, y el coordinador de las regionales de Montevideo, el de Canelones y el del resto del país, quienes aun no han sido nombrados.
La Comisión de Recursos Humanos es la encargada de "captar" nuevos adherentes. Por su parte, la Secretaría de Finanzas es la encargada de administrar los recursos económicos y la recaudación de dinero para las elecciones de 1999.

- El NE, instaló el 27/JUN todas las sub-comisiones de elaboración programática, organizadas en cuatro áreas, y que cuentan con la participación de mas de 200 técnicos.
Estas sub-comisiones son transitorias, y se fijó para AGO/97 que cada una de ellas comience la redacción de un documento, que deberá terminarse en el mes de marzo del año próximo. En ese período, existirán diversas instancias de control del trabajo, y cuando éste culmine, los informes circularán ente los dirigentes nuevoespacistas, que los analizarán antes del Congreso Federal (DIC/98) que aprobará el Programa de Gobierno.
Las cuatro áreas son:

1.- **Area Económica:** compuesta por nueve sub-comisiones:

- Política Económica
- Agro
- Industria y Energía
- Pequeñas y Medianas Empresas
- Sistema Tributario
- Banca y Sistema Financiero
- Empleo y Trabajo
- Turismo
- Seguridad Social

2.- **Area Social:** la componen doce sub-comisiones:

- Salud
- Vivienda y Ordenamiento Territorial
- Educación
- Universidad
- Pobreza
- Familia y Niñez
- Mujer
- Juventud
- Medio Ambiente
- Cultura
- Medios de Comunicación

- Sociedad Civil

3.- Area del Estado: incluye a diez sub-comisiones:

- Reforma del Estado
- Descentralización
- Empresas Públicas
- Ciencia y Tecnología
- Fuerzas Armadas
- Seguridad Ciudadana y Policía
- Telecomunicaciones
- Reforma Política
- Derechos Humanos
- Corrupción y Etica Política

4.- Area Internacional: esta integrada por tres sub-comisiones:

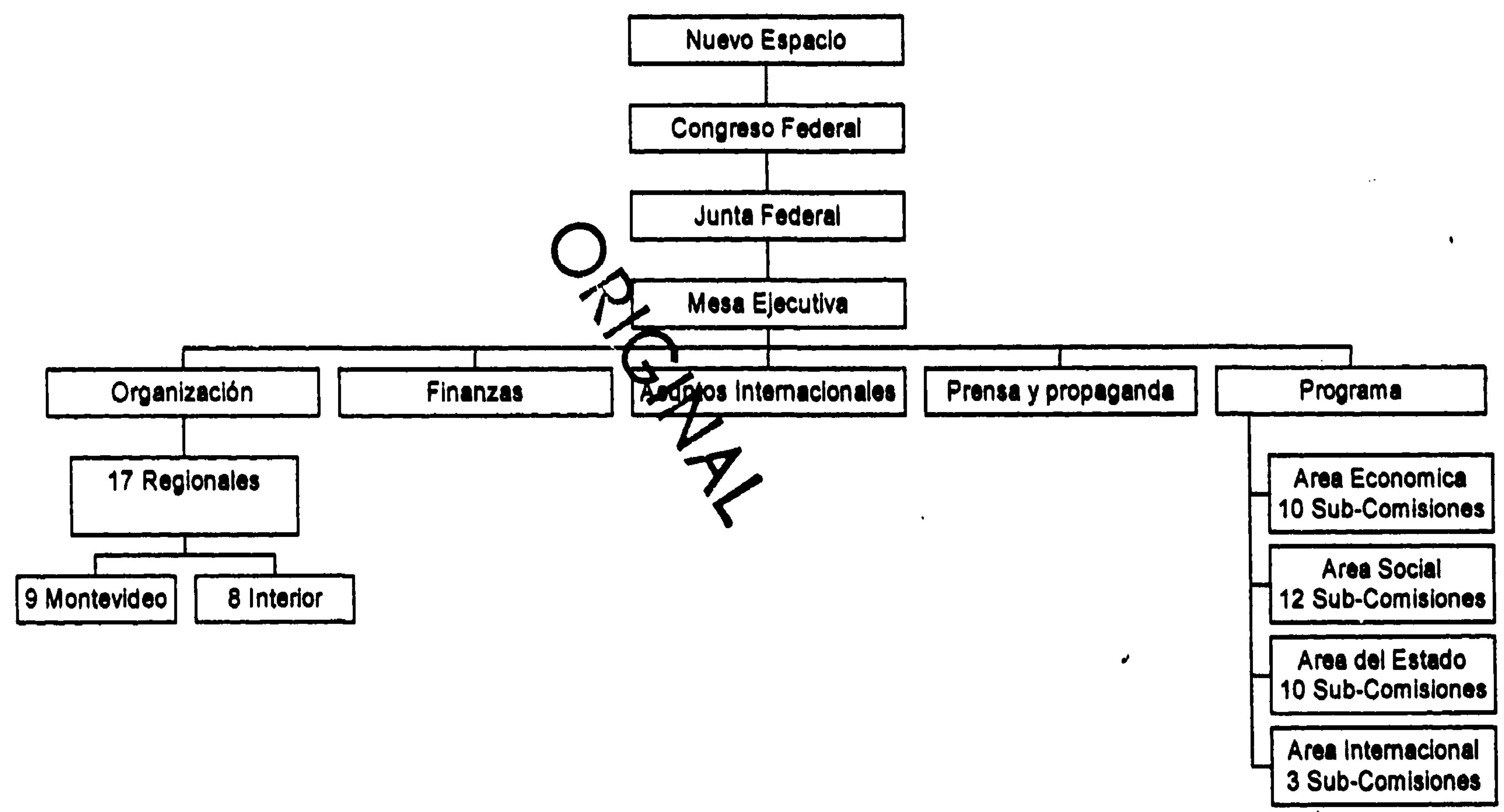
- Mercosur
- Comercio Exterior
- Inserción Internacional

- Dentro de la reestructura interna, el 13/JUL, asumieron los nuevos encargados de las principales comisiones nuevoespacistas:

- Fernando LORENZO (Srio. Organización)
- Jorge POZZI (Srio. propaganda)
- Carlos MASI (Srio. A. Internacionales)
- Gonzalo MUJICA (Srio. Asuntos Políticos)

- La Junta Federal del NE, se reunió en el departamento de Tacuarembó, con la presencia de sus principales dirigentes, los cuales recorrieron varias ciudades de ese departamento. El senador Rafael MICHELINI, en esta ocasión volvió a marcar distancia con el FA y dijo "que su partido estará a la vanguardia de la lucha contra populistas y oportunistas".

Estructura del Nuevo Espacio



E.- ENCUENTRO PROGRESISTA

- La Coordinadora Nacional del EP se encuentra elaborando un documento marco que sea la referencia de su programa de gobierno y representarlo en un acto público en el que participen técnicos y actores sociales.
El acto de presentación de su programa será coordinado con el Area Programática del Frente Amplio.
El 15/AGO está previsto en Florida el acto de conmemoración del 3º aniversario de la creación del EP.-

- La bancada de legisladores del EP no concurrieron a la sección de bienvenida que le brindara la Asamblea General al Presidente de Chile, Eduardo FREI, como forma de rechazo hacia la actitud del mandatario de no recibir las llaves de la ciudad de Montevideo. Pese a este incidente el presidente del EP, Dr. Tabaré VAZQUEZ mantuvo una reunión privada con el Presidente de Chile.

1.- <u>Frente Amplio</u>

a.- Estructura del Frente Amplio

- El nuevo esquema de funcionamiento de la coalición de izquierda concebido por Tabaré VAZQUEZ deja en evidencia la formación de un verdadero "elenco de gobierno" que vigilará la gestión actual, y que promoverá políticas alternativas acordes con la ideas del FA. Asimismo, pretende de este modo, el control del aparato de la coalición. Esta nueva estructura se parece a lo que hizo durante su administración en la IMM, en 1992, cuando suprimió algunas áreas y creó otras con mayor poder.

- Con relación a la designación de los responsables de las diferentes áreas, se puede afirmar que volvieron a la escena piezas importantes del gabinete de VAZQUEZ durante su mandato como intendente.-

- Al tiempo que fueron definidos los lugares en que sesionará la Mesa Política del FA en forma abierta en lo que queda del corriente año, el Area Programática de la coalición de izquierda, estableció el cronograma temático a analizar también en 1997.
A mediados de JUL, se discutirá el tema del fortalecimiento de la producción. Para ello se dividió en grupos para abordar los temas que incluyen la producción de leche, carne, cuero y lana; azúcar, cebada y aceite; cereales, arroz y forestación; políticas de tierras, que incluirá al Instituto Nacional de Colonización, y finalmente se estudiará el tema de la pesca.
En un segundo orden, se analizarán las políticas de crédito, lo que está previsto para el mes de agosto, y en ello se estudiará la situación de la pesca.
En un segundo orden, se analizarán las políticas de crédito, lo que está previsto para el mes de agosto, y en ello se estudiará el

papel del BROU y la plaza financiera.
A mediados de SET, se prevé analizar la problemática de la Universidad de la República, en NOV la globalización y en DIC la deuda externa.-

b.- Comisiones Nacionales

- El Presidente del FA Dr. Tabaré VAZQUEZ, designó a los presidentes de las principales comisiones. La socialista Mónica XAVIER, estará al frente de la **Comisión Nacional de Organización**, María Rosa CUNIO (IND) continuará como responsable de la **Comisión de Finanzas**, Miguel Angel FAJARDO (Independiente cercano a UNIR) es el nuevo presidente de la **Comisión Nacional de Propaganda** y Ricardo DARRE (PS) de la **Comisión del Interior**.-

c.- Plenario Departamental

- El Plenario Departamental del FA, respaldó la actuación de la IMM en el proceso de licitación del Hotel Casino Carrasco. Los sectores que dieron su respaldo fueron el PCU, AU, VA, PS, y los que se opusieron fueron el MPP, PVP, M26M y el PST.

d.- Instituto Fernando Otermín

- Creado bajo la Presidencia de Liber SEREGNI para elaborar y analizar propuestas programáticas, el IFO comenzó una nueva etapa bajo la presidencia de Tabaré VAZQUEZ. El Instituto actúa dentro de la órbita del área programática, creada por VAZQUEZ a comienzos de este año, cuando asumió la presidencia de la coalición.
El Director General del IFO, José DIAZ explicó que la entidad albergará un Instituto de Información de cuadros de izquierda en aptitud para afrontar tareas de gobierno.
Sobre las bases ideológicas del IFO, DIAZ señaló que son las mismas del FA, pero que tendrá un carácter mas abierto.
Asimismo, se estará estableciendo contactos con la bancada parlamentaria de la coalición para formalizar un vínculo e intentar coordinar propuestas y ofrecer el trabajo del Instituto como asesoría para los legisladores.
El 09/JUN se completó el equipo que forma su consejo directivo, integrado por:

- José DIAZ (PS) (Director General)
- Carmen BERAMENDI (CONFA) (Directora Ejecutiva)
- Rodrigo AROCENA (IND) (Dtor.Modelo Alternativo)
- Alvaro PORTILLO (MPP) (Dtor. de Formación)

e.- Elecciones Internas - 28/SET/97

- El Plenario Nacional del Frente Amplio del 18/MAY ppdo. aprobó el proyecto de reglamento para las elecciones internas a realizarse el 28/SET, y entre las principales novedades

figura la supresión del requisito de cotización para poder votar - aunque se mantiene el de adhesión simultánea -, con el voto contrario del PCU, VA, PVP, UNIR y parte de los Delegados de Base. Se rechazó una propuesta de Democracia Avanzada, del PVP y algunos de los llamados sectores "radicales", para que sólo votaran quienes figurasen previamente como adherentes, y también una del PS para limitar el número de candidatos (a 21).

- Cabe destacar, que por primera vez los 144 miembros del Plenario Nacional, correspondientes a los sectores políticos y a las Bases serán electos en un acto simultáneo.
Según el proyecto de reglamento elaborado por La Comisión Nacional de Organización del FA, la totalidad de los lugares pertenecientes a los sectores políticos se distribuirá de acuerdo al sistema de representación proporcional integral y se asegurará a cada una de las organizaciones integrantes un representante en el plenario.
Sin embargo, el mismo criterio no prima para la integración de la Mesa Política que surja de la elección, ya que de acuerdo al Estatuto sólo quince representantes de las organizaciones políticas del Plenario Nacional formarán parte - en forma proporcional - el órgano de dirección cotidiano- es decir, que los grupos que no obtengan un buen resultado electoral no estarán representados en la Mesa.

- Actualmente el sector liderado por Danilo ASTORI, Asambla Uruguay, cuenta con la mayor representación política en el órgano de dirección, seguido en su órden por el Partido Socialista, la Vertiente Artiguista, el Movimiento de Participación Popular y el Partido Comunista.
Tras la crisis de AU - que generó el alejamiento del sector de seis diputados - el PS aspira a lograr la mayoría del plenario.
También la VA podrá mejorar su representación de los votos de los ex-adherentes de AU, mientras el PCU por su estructura y el nivel de militantes, mantendrá o incrementará su representación.
Por su parte, los sectores radicales confían en su estructura de militantes par aumentar su representación, así como también a captar votantes frenteamplistas independientes, en el entendido que el contenido de su discurso es "oficialista".

- Cabe acotar, que la importancia que adquirirá el resultado electoral para varios sectores choca con las intenciones de algunos de realizar alianzas.

*** Partido Socialista:**

- Fuentes del PS aseguraron que el partido aspira a lograr una alianza entre el Espacio 90 y sectores moderados de la VA.-

*** Vertiente Artiguista:**

- El grupo liderado por el Intendente de

Montevideo, Mariano ARANA, anunció públicamente su decisión de participar sólo en los comicios. El argumento utilizado fue que el sector es una opción dentro del FA que tiene que marcar sus votos.-

*** Partido Comunista del Uruguay:**

- Se presentará como 1001 con la subcoalición Democracia Avanzada.

*** Asamblea Uruguay:**

- No ha establecido si hará alianza. No obstante se pronunció a favor de concretar algún acuerdo con aquellos grupos con que han tenido coincidencia.
Este sector realizó elecciones internas.-

*** Movimiento de Participación Popular - UNIR :**

- Se estima que el espacio radical compuesto por todos los grupos que integran al sub-lema Por el Frente (MPP - IFI - UNIR - M20M) participa juntos en la elección.-

*** Partido Por la Victoria de Pueblo:**

- No estableció si hará alianza. Realizará una elección interna antes de los comicios del FA en SET.-

f.- Comisión Electoral

- El 01/JUN, el Plenario Nacional aprobó por unanimidad que Victor LICANDRO, Carlos GOMEZ HAEDO, Jorge BRUNI, Elbio FRADE y Walter PESQUEIRA sean miembros titulares de la Comisión Electoral que lleve el control de los comicios internos del 28/SET.

- Se llegó a un acuerdo de que José Pedro MONTERO (AU), Carlos BIA (MPP), Mariana VIERA (PCU) y Alfredo ASTI (AU) actúen como suplentes.-

g.- Nuevos Ingresos a estructura frenteamplista

- El Plenario Nacional del FA, resolvió incorporar a su orgánica a Izquierda Abierta y rechazó nuevamente el ingreso de CONFA. A su vez, esperan once grupos para formar parte de la orgánica frentista.

2.- Sectores Frenteamplistas

a.- Asamblea Uruguay

- El 10/MAY, el Consejo Político Nacional de AU aprobó las nuevas estructuras del sector:

ESTRUCTURA POLITICA	
ASAMBLEA NACIONAL	= 200 miembros, 60 son electos y el resto elegidos por los afiliados según sectores.
CONSEJO POLITICO NACIONAL	= Presidente + 14 miembros
COORDINADORA DEPARTAMENTAL	
COORDINADORA ZONAL	
UNIDADES POLITICAS DE BASE	

ESTRUCTURA FUNCIONAL		
A R E A S	**PARLAMENTARIA** (Jorge ORRICO)	* Todos los parlamentarios y suplentes
	MUNICIPAL (Carlos VARELA)	* Ediles, jerarcas de la IMM y Secretarios de Juntas Locales.
	FRENTE AMPLIO (Carlos BARAIBAR) (Alberto CID) (Brum CANET)	* Delegados a la Mesa Política, a las Comisiones, Coordinadoras y Delegados de los Ctes. de Base.
	OPERATIVA (Enrique PINTADO)	* Finanzas, Organización, Prensa y Propaganda.
	RELACIONAMIENTO CON LA SOCIEDAD (Susana DALMAS)	* Profesionales, Juventud, Sindicatos, Mujer y Cooperativistas.

- Ocho de los diez integrantes de la actual dirección de Asamblea Uruguay que postulaban su reelección para la integración del futuro Consejo Político Nacional (CPN) del sector, lograron retener sus puestos al conocerse oficialmente los resultados de las elecciones celebradas, en todo el país, el 08/JUN, por ese movimiento frenteamplista, que tuvieron una instancia de rectificación el 22/JUN en el departamento de Canelones.

El 95% de los adherentes de AU que participaron en esta elección confirmaron al senador Danilo ASTORI , cuya presidencia se votó por lista separada.

El CPN quedó integrado por los siguientes titulares, ordenados según el caudal de votos obtenidos:

- Danilo ASTORI (presidente)
- Susana DALMAS

- Alberto CID
- Enrique PINTADO
- Carlos BARAIBAR
- Carlos VARELA
- Brum CANET
- Luis GALLO
- José CARRASCO
- Ruben VILLAVERDE
- Manuel NEGRO
- José MAHIA
- Inmer PRADA
- Jorge ORRICO
- Victor SEMPRONI

- En esta elección, también se eligieron cinco cargos de suplentes, que correspondieron al representante de la Juventud, Andrés SCAGLIOLA, a la representante de la Departamental de Rivera, Herminda PUCCI, a la edila Bertha SANSEVIERO y al edil de San José, Roberto COSTA.
Quienes dejaron de pertenecer al CPN, son el senador Albérico SEGOVIA y Andrés SCAGLIOLA, aunque éste último quedó como primer suplente.-

b.- Espacio ´90

(1).- Partido Socialista

- Según un documento de este sector, el PS planea eregirse en el principal soporte político del presidente del FA, Tabaré VAZQUEZ, de cara a un eventual gobierno de izquierda a partir del año 2000.
Elaborado para definir los criterios de trabajo del PS en el interior con vistas a las elecciones internas del FA, el informe estableció que los socialistas tienen la responsabilidad de lograr una conducción certera de la coalición presidida por Tabaré VAZQUEZ.
Asimismo, el documento plantea algunas líneas de trabajo a seguir por los dirigentes socialistas del interior, a quienes pidió realizar un censo de los votantes frenteamplistas de cada localidad.-

(2).- Juventud Socialista del Uruguay

- La Juventud Socialista, ha perdido en este período a dirigentes de primer nivel, como en el caso de Javier CHA, Luis MARDONE y Fernando URIARTE, quienes renunciaron a sus cargos en la dirección nacional. Sostuvieron mantener serias discrepancias con la conducción del PS, principalmente con el Secretario General, Reinaldo GARGANO.-

(3).- Vinculaciones Internacionales

- El dirigente GOMENSORO, participó en JUN/97 en la IV Conferencia Política del Socialismo Latinoamericano, realizado en QUITO (ECUADOR).-

3.- Cabildo 2000

- En JUN/97 se realizó, en la ciudad de MALDONADO la presentación pública de "Cabildo 2000", agrupación frenteamplista de carácter departamental. A la misma no sólo se han integrado adherentes del Movimiento Frenteamplista de Maldonado, de ex-adherentes de AU, sino además personas de notoria vinculación con los partidos tradicionales, como el ex-convencional del Partido Colorado, Jorge OLSINA. Esta agrupación es liderada por el escindido de Asamblea Uruguay, Darío PEREZ.-

- El Plenario Departamental del FA de MALDONADO, rechazó el 07/JUN el ingreso de esta agrupación. Los 13 votos que representan la Asamblea Uruguay fueron los que se opusieron no sólo al ingreso, sino también al reclamado por el ex-comisario Nervis SUAREZ BARRIOS (Corriente 78/EP) y al de un grupo de ciudadanos colorados, que bajo la denominación "Espacio Batllista", pretendían obtener derechos plenos como miembros de la coalición de izquierda.
Cabe destacar, que la actitud de AU en este departamento coincide con lo afirmado por el diputado Brun CANET, quien reveló que es partidario de no votar el ingreso de ninguna fuerza política si se rechaza el de Confluencia Frenteamplista.

4.- Grupos no frentistas

a.- Partido Demócrata Cristiano

- Al tiempo de impulsar la consolidación del funcionamiento orgánico del EP, la Comisión Nacional del PDC resolvió trabajar intensamente para el lanzamiento de la propuesta programática de la coalición para el mes de agosto.
Este partido, acordó propugnar la participación de los actores sociales en la elaboración de propuestas; y se decidió trabajar en sistema de talleres permanentes para analizar los temas fundamentales como los macroeconómicos, los macrosociales, la Reforma del Estado y el Mercosur.-

- El secretario general del PDC, Jorge RODRIGUEZ, manifestó que el gobierno chileno al no aceptar las llave de la ciudad de Montevideo desconoce la realidad del gobierno de EP.

(1) Vinculaciones Internacionales

- El 25/JUN, organizado por el PDC, se realizó

en el Salón Azul de la IMM, un foro sobre "La Democracia Cristiana en América Latina inaugurando un nuevo milenio", para celebrar los 50 años de la fundación de la Organización Democrática Cristiana de América (ODCA). Contó entre los panelistas al ex-presidente de Venezuela, Luis HERRERA CAMPINS.-

b.- Corriente 78

- El diputado Daniel DIAZ MAINARD, propuso la convocatoria a un segundo Congreso del Pueblo, ya que considera que el protagonismo de las fuerzas sociales es la única salida para la crisis. Enfatizó la necesidad de esa instancia de "síntesis" de las reivindicaciones particulares y la elaboración de un programa alternativo al neoliberalismo, hacia "un Uruguay nuestro, productivo y solidario".
Sin embargo reconoció que lograr un convocatoria con la representatividad del Congreso del Pueblo realizado en AGO/1965 con 1400 delegados y 700 organizaciones lleva tiempo.
Cabe destacar que la idea lanzada por DIAZ MAINARD fue acogida con gran expectativa en ámbitos políticos y sociales.-

5.- Centro de Estudios Estratégicos 1815

- Con el objetivo de realizar estudios y análisis prospectivos sobre temas de definición estratégica acerca de la realidad socio-política del Uruguay del siglo XXI, el ex-presidente del FA, Liber SEREGNI inauguró, el 19/JUN el Centro de Estudios estratégicos 1815 (CEE-1815). Otros de los objetivos es la publicación y socialización de los trabajos a través de una revista, conferencias y seminarios.
SEREGNI, sostuvo que los Grupos de Trabajo estarán organizados por una afinidad temática y de tipo personal de manera de facilitar el trabajo de equipo.
El programa previsto para el segundo semestre de 1997, establece la conformación de grupos de estudio para abordar siete temas:

* "Las relaciones exteriores y diplomáticas del Uruguay para el siglo XXI".
* "Los problemas de la Defensa Nacional".
* "La superestructura política de futuro, como consecuencia de la Reforma Constitucional".
* " Las relaciones Estado-Mercado-Sociedad".
* "El sector público en el proceso de desarrollo de nuestro país".
* " Marginalidad económica, social y política".
* " Economía y medio ambiente".

- Esta entidad cuenta con el apoyo de la Fundación Friedrich Ebert (FESUR), vinculada ésta al Partido Socialdemócrata alemán.

- La Comisión Directiva está integrada por:

- Liber SEREGNI
- Antonio ELIAS PERDOMO (ex-Presidente del IFO)
- Marta JAUGE (ex-Presidenta de la Comisión Programa del FA)
- Fredy LIMA (ex- Técnico del IFO)
- Ingo GERTNER (Representante de FESUR en Uruguay)

- La sede del CEE-1815 está ubicada en Colonia 1456 (2do. Piso).-

6.- <u>Frente Amplio - Fuerzas Armadas</u>

- El Presidente de la Comisión de Defensa del FA, Victor LICANDRO, señaló que la coalición de izquierda entiende que debe haber una "depuración" de las Fuerzas Armadas y , para ello, los militares involucrados en denuncias por violación a los derechos humanos deben "clarificar" si participaron o no en esos actos.
Agregó que las FF.AA están "sobredimensionadas", cumplen "muchas tareas de civiles", aunque plantean reclamos salariales "atendibles".-

- El ex presidente del FA; Gral.(r) Liber SEREGNI, consideró "positiva" la participación de las FF.AA. en los operativos de combate al contrabando que vienen desarrollando la Dirección de Aduana, el MEF, el MI y el MDN.

7.- <u>Frente Amplio - Derechos Humanos</u>

- La Comisión de Derechos Humanos del FA, reafirmó en forma enfática "la lucha por la verdad", en el tema de los detenidos-desaparecidos, expresando su aspiración que el Poder Ejecutivo cumpla con el reclamo de los familiares de llevar adelante una investigación administrativa, tal como lo establece el Art.4º de la Ley de Caducidad.
Asimismo, la comisión exhorta a la población a participar de la recolección de firmas en apoyo al petitorio de los Familiares Detenidos-Desaparecidos "en apoyo humano y ético, a tal elementa derecho de los familiares reclamantes".-

8.- <u>Vinculaciones Internacionales</u>

a.- Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina

- Liber SEREGNI, actual Vicepresidente de la COPPPAL (Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina), designó el 16/JUN al actual Secretario Político de la coalición, Hugo CORES, como su representante ante el organismo. El encuentro de dicha entidad se desarrolló en JUN/97, en la ciudad de Mérida, provincia de YUCATAN (MEXICO).

- El 07/JUL, a sugerencia del dirigente del MPP, Jorge QUARTINO, se trató en la Mesa Política, el relanzamiento de la coalición de izquierda con esa organización internacional. Cabe destacar, que en la misma conviven partidos marxistas y organizaciones revolucionarias, hasta hace poco tiempo en combate como el FMLN y el FSLN, marxistas-leninistas ortodoxos como el Partido Comunista cubano, socialdemócratas como el PRD dominicano y organizaciones como el PTD de Leonel BRIZZOLA de Brasil y el Partido Justicialista argentino.

- CORES, destacó que la labor que viene desarrollando la COPPPAL, tiene muchos puntos de coincidencia con la concepción programática del FA, con la lucha contra el neoliberalismo, la dependencia, el neocolonialismo y el bloqueo a Cuba.-

b.- Foro de San Pablo

- El documento que siervó como base para las discusiones del 7º encuentro del Foro de San Pablo, que se realizó entre los días 31/JUL y 01/AGO en la ciudad de Porto Alegre (BRASIL), fue ajustado en Montevideo en una reunión que mantuvieron representantes del FA con el Secretario de Relaciones Internacionales del Partido de los Trabajadores (PT) de BRASIL, Marco Aurelio GARCIA.

F.- INTENDENCIAS

ORIGINAL

1.- Intendencia Municipal de Montevideo

- El intendente Arq. Mariano ARANA, junto la colectividad judía, inauguraron la Plaza Jerusalén, en la Rambla Naciones Unidas. Esto provocó el malestar y la protesta formal ante en Ministerio de Relaciones Exteriores, de los países árabes-islámicos que mantienen estrechas relaciones comerciales con el Uruguay.

- La Comisión Uruguay Transparente, se reunió con el jefe comunal, donde se le transmitió que no se había encontrado ningún rastro de corrupción en la licitación del Hotel Casino Carrasco.
Por su parte el PVP, rechazó la concesión, por considerarla inconveniente "política y económicamente".

- Fuentes frenteamplistas, aseguraron que el intendente ARANA, mantiene la decisión de renunciar a la jefatura de la comuna si son designados en sus cargos los ediles de la coalición de izquierda de la Junta Local Nº 11.
Estos ediles, habían sido destituídos de sus cargos por el jefe comunal, por no aceptar el nombramiento de la secretaria de la Junta. Esto llevó a un conflicto en la interna del FA, que decidió realizar elecciones, donde fueron electos de nuevo los curules

locales destituídos.

- El déficit acumulado por la IMM de los últimos siete años totaliza casi US$ 53 millones, de los cuales US$ 30 millones corresponden a la administración del Dr. Tabaré VAZQUEZ.

- El Secretario del CAMM, Ing. Agr. Estanislao CHIEZZARO, denunció penalmente al senador GANDINI por difamación. El senador GANDINI, habría dado a entender en manifestaciones públicas, que dicho funcionario depositaba dineros municipales en su cuenta personal.

2.- Junta Departamental de Montevideo

- La Junta aprobó el 15/MAY por unanimidad, la autorización para que la IMM firme un convenio con el Poder Ejecutivo, por el que se entregará el Parque Hotel para sede de la Secretaría Administrativa del Mercosur.-

- El edil del Foro Batllista, Gerardo TOVAGLIARI, desmintió que haya un acuerdo entre su sector y el oficialismo de la JDM, para aprobar la licitación del Hotel Casino Carrasco.

- El presidente de la JDM, Jorge ZABALZA, fue el único edil que se negó a votar una declaración de condena a la ETA, por la ejecución del Concejal español Miguel Angel BLANCO.

- Las bancadas de ediles de los partidos Nacional y Colorado, decidieron no apoyar la privatización del Hotel Casino Carrrasco, en función de lo cual no hay votos suficientes de acuerdo con lo que exige la Constitución para su privatización.

- La bancada de ediles del EP emitió un declaración en rechazo a lo que entiende como una discriminación de la IMM y de la JDM por parte del Presidente de Chile Eduardo FREI, durante su visita a nuestro país.

3.- Congreso Nacional de Intendentes

- El 18/JUN, con la aceptación de la fórmula presentada por la comuna de Flores, el CNI acordó la patente única nacional. De esta manera se superan quince años de enfrentamiento y diferencias entre las intendencias; y se aprobó además un régimen único de bonificaciones.

d.- Intendencias del Interior

- El Intendente de Artigas, Luis Eduardo JUAN, rechazo la propuesta del ex-presidente Luis Alberto LACALLE, quien convocó a un rebelión de los contribuyentes en todo el país.

- Por 16 votos contra 9, la Junta Departamental

de Cerro Largo aprobó el informe de la Comisión Investigadora sobre la Junta Local, Autónoma y Electiva de la ciudad de Rió Branco durante la presidencia del Dr. Gonzalo ALZUETA. Surge de la investigación, que el Dr. ALZUETA amerita un juicio político por aparentes violaciones de disposiciones legales y constitucionales vigentes.

- Veinte ediles de la Junta Departamental de Paysandú, votaron una declaración en la que señalan no compartir los conceptos vertidos por el Presidente de la República, acerca de la problemática del desempleo y de las dificultades del sector comercial, industrial y productivo de esa zona del país. Los curules, manifestaron que el gobierno desconoce las dificultades de ese departamento y no aporta soluciones.

- Los Intendentes del centro del país, reclamaron al gobierno nacional una aceleración en la inversión pública prevista para esa zona como forma de resolver los problemas mas acuciantes que enfrentan esas comunas.

G.- PODER JUDICIAL

- El Dr.Miguel LANGON, renunció a su candidatura para Fiscal de Corte y Procurador General de la Nación hasta el año 2007. LANGON, fue propuesto para dicho cargo por el Dr. SANGUINETTI, pero en el Senado, no cuenta con el apoyo suficiente para ser designado. El FA, el NE y algunos senadores del Partido Nacional no votan su designación por su participación durante el proceso cívico-militar. Tras la renuncia del Dr. LANGON, el Presidente de la República propuso al Dr. Oscar Darío PERI VALDEZ para el cargo de Fiscal de Corte. El Dr. PERI VALDEZ, cuenta con el apoyo del Partido Colorado y de los principales líderes nacionalistas.

- La jueza del caso FOCOEX y del secuestro del periodista de El Observador, Cecilia SCHROEDER, titular del Juzgado Penal de 13er. Turno, renunció a la magistratura. Provocando la vacante, que la Suprema Corte deberá proveer.

H.- CORRUPCION

- La Aduana de la cuidad de Artigas, fue intervenida por la dirección central de ese organismo. Esta medida fue tomada luego de las denuncias de "coimas" y "negligencia". Fue designado como interventor Jorge TRUCCELLI, ex-director de la División PRIA. Se dispuso el traslado y sumario del receptor, el receptor adjunto de la Aduana de dicha cuidad.

I.- GUBERNAMENTALES

- El presidente de Chile, Eduardo FREI, visito el nuestro país. Su visita no solo fue destacada por los acuerdos

comerciales a que se llegaron con su país, sino también por la negación del mandatario trasandino de recibir las llaves de la ciudad de Montevideo. El gobierno chileno, expreso que el presidente no recibió la llave por problemas de agenda, mientras que extraoficialmente se supo que no lo hizo por lo sucedido con los discursos de el presidente de la JDM, Jorge ZABALZA, cuando vinieron los presidentes de Francia y Brasil.

II.- CAMPO SICOSOCIAL

A.- SECTOR GREMIAL

1.- Situación General

- El 01/MAY se realizó el acto central del PIT-CNT en la Plaza Mártires de Chicago, dando comienzo a las 15 horas, bajo la consigna "Para construir juntos la esperanza reafirmamos la unidad", contó con una concurrencia apróximada de 10.000 personas. El objetivo del PIT-CNT fue transformar el acto en un homenaje a los Mártires de Chicago, lo cual trató de reflejar, tanto en la escenografía del estrado, como en el propio contenido de la proclama, como símbolo "político-ideológico" de la propia central.

Cabe señalar que es la cuarta vez que se usa el espacio de la Plaza Mártires de Chicago, en 1983 cuando el recién formado Plenario Intersindical de Trabajadores (PIT) realizó allí el acto aún bajo el gobierno de facto. Luego se efectuaron actos en 1984 y en 1990, estos aún sin estar construída la referida Plaza.

La apertura del acto comenzó con un espectáculo musical con la presentación de artistas como el duo Larbanois Carrero, la murga La Reina de la Teja y el cantante Daniel VIGLIETTI. Luego de estas actuaciones, se realizó la parte oratoria haciendo uso de la palabra en primer término Ruben YAÑEZ (repesentante de la cultura), dos representantes de la coordinadora que nuclea a los sindicatos estudiantiles, el integrante de la Intersocial Elías YAFALIAN. En último lugar fue leída la proclama de la central por parte de Juan CASTILLO (PCU-SUANP) y Juan José BENTANCOR (VA-FANCAP).

Para la redacción de la proclama, se conformó una comisión integrada por: Luis PUIG (PVP-UAOEGAS), Juan José BENTANCOR (VA-FANCAP), Uberfil HERNANDEZ (MLN-ADEOM) y Juan CASTILLO (PCU-SUAN), los cuales redactaron la misma.
En la proclama leída se hizo énfasis en temas clásicos como el salario, desempleo, los ámbitos de negociación colectiva, la defensa de los fueros sindicales, criticas al MERCOSUR. Incluyó además el tema de los desaparecidos, expresando la posición del PIT-CNT, diciendo: "que si bien hay una ley de caducidad vigente

es necesario contestar las interrogantes de qué, quién, dónde, y cuándo, identificando a los responsables. Este último tema fue tratado por todos los oradores.

- En ocasión de la celebración del 1º de Mayo hizo uso de la palabra el integrante de la Intersocial, Elías YAFALIAN, el cuál realizó un llamado a todas las organizaciones sociales, sectores políticos, etc. a formar la Intersocial, cosa que sucedió el 15/MAY. El grupo de trabajo de la Intersocial está integrado por el PIT-CNT, ASU, Frente Amplio, Comisión Nacional de Organizaciones Sociales, Partido de la Seguridad Social, FEUU, ONAJPU, Productores Rurales de Juanico, Manos a la Obra y Nuevo Espacio.
El objetivo de la organización es tratar de buscar una salida a la crisis existente en el país, a través de reuniones y debates. En este sentido el 26/JUN se reunió en la sede del PIT-CNT con el objetivo de planificar tareas para instalar la Asamblea Nacional del Pueblo a mediados de 1998.
La Intersocial ha tenido en el período comprendido un papel preponderante en lo concerniente a las distintas movilizaciones que se han venido realizando en distintos puntos de nuestro país.
El Coordinador de la Intersocial en representación del PIT-CNT es Alberto MELGAREJO (PDC/ASU-COT).

- El 27/JUN se realizó un paro general parcial, organizado por la central, bajo la consigna "En rechazo a la política económica del gobierno, en solidaridad con los gremios en conflicto y en conmemoración del inicio de la histórica huelga general del 27 de junio de 1973", además de un conjunto de actos recordatorios a la fecha del golpe de Estado.
Los gremios de la enseñanza se concentraron frente a la Plaza Fabini, recorriendo 18 de Julio hasta el Ministerio de Salud Pública donde tuvo lugar el acto central. Hicieron uso de la palabra Juan CASTILLO, Secretario de Organización del PIT-CNT; Angel BATALLA, dirigente de la Federación de Funcionarios de la Salud Pública (COFE-FFSP) y Pablo MORALES de la Federación Uruguaya de la Salud (FUS).
Con posterioridad manifestantes se dirigieron hasta la Plaza de los Detendidos Desaparecidos donde se depositó una ofrenda floral.
Durante sus intervenciones, Angel BATALLA y Pablo MORALES, se refirieron al conflicto de Salud Pública, a las necesidades de los trabajadores en general, al 24 aniversario del inicio de la huelga general contra la dictadura y "a los compatriotas que fueron detenidos por los militares y posteriormente desaparecidos".
Por su parte el dirigente que habló en nombre de la Central Sindical, realizó una breve sintaxis de la situación actual, citó los gremios en conflicto, etc.

- En noviembre de 1996, se realizó el VI Congreso Ordinario del PIT-CNT, en aquella instancia un grupo de sindicalistas encabezados por AEBU y FFOSE introdujeron en los debates la modificación del Estatuto para darle cabida a los

criterios de proporcionalidad y ponderación a la hora de elegir los organismos de dirección.
Al no existir acuerdo en momentos de la votación definitiva el VI Congreso voto un cuarto intermedio para el primer semestre de 1997.
En busca de caminos de salida a la crisis interna es que José D'ELIA, presidente honorario; Wladimir TURIANSKY, veterano dirigente de AUTE y fundador de la CNT y otros dirigentes sindicales realizaron diversas gestiones para recomponer la unidad de la central obrera.

La Comisión de Estatutos fracasó en su intento de lograr acuerdos sobre los principales temas a discusión como paso previo a la sesión diferida del VI Congreso a realizarse antes del 30/JUN. Estos temas son una reforma estatutaria para consagrar el principio de proporcionalidad en la elección de los miembros de la Mesa Representativa; la reforma previa del Art. 64 (que exige mayorías especiales para cambiar los estatutos) y el planteo de que las medidas de lucha que involucran el conjunto sean aprobadas por mayorías especiales.

A la comisión le fueron presentadas dos propuestas:

* El "Documento de los seis", firmado por AEBU, AUTE, FFOSE, COT, SUANP y UNTMRA
* El "Documento de los cuatro", firmado por AFUTU, FUS, SUNTMA y UAOEGAS.

El único punto de coincidencia entre ambas propuestas es el referido a "la necesidad de tender a conformar federaciones, de valorizar la organización nacional de la convención, de darle más fuerza a las organizaciones zonales" y de encarar las reformas organizativas y estatutarias desde la óptica de los requerimientos que plantean las luchas de los sindicatos afiliados.

El 27/JUN el Congreso levantó el cuarto intermedio y sesionó hasta las primeras horas del 29/JUN. Las deliberaciones fueron abiertas por un informe de la Comisión que presidió José D'ELIA. Este reconoció no haber tenido éxito en su gestión y en lo que calificó como "último discurso" de su extensa actividad sindical, se manifestó a favor de la modificación de los estatutos, de modo que el PIT-CNT pase a ser de una convención de sindicatos a una central.

Luego se votó una moción que proponía modificar el Art. 64 del Estatuto procurando que los cambios estatutarios, que requiere el voto de dos tercios de los delegados, resulten aprobados con el voto de dos tercios de los delegados representantes.

La moción obtuvo la mayoría - 343 votos a favor, 190 en contra y 6 abstenciones - pero no logró los dos tercios (450 votos) requeridos. Votaron a favor sindicalistas del Grupo de los 60 (PS, AU, VA, PDC, NE e INDEP.) del Espacio Paraninfo (Comunistas que no responden a la dirección del PCU y la mayoría de los dirigentes sindicales comunistas). Fue votada en contra por militantes de la Tendencia (MPP, MLN, PVP, M26M, PST e INDEP.) y algunos delegados comunistas.

Fracasado el nuevo intento reformista, sesionó la

comisión de candidatos que no logró acuerdo ni sobre el número de sindicatos para integrar la Mesa Representativa ni para conformar una lista única de candidatos.

El Congreso resolvió que la Mesa Representativa se integre con hasta 35 sindicatos. La moción recibió 303 votos del Grupo de los 60, el Espacio Paraninfo y el Partido Comunista. La Tendencia propuso que 39 gremios integren la Mesa logrando 193 votos.

Se trató de conformar una lista única para esta votación pero no hubo acuerdo y se presentaron cuatro listas para la elección de la Mesa Represenativa realizada el 05/JUL que por primera vez en la historia del movimiento sindical fue mediante voto secreto.

Las lista que se presentaron son las siguientes:

Lista 1 **"Grupo de los 60"** con presencia de dirigentes socialistas, AU, Confluencia Frenteamplista, VA, Espacio 90, PDC e INDEP. En la lista también aparecen dirigentes afines al PCU pero por resolución del sindicato al que pertenecen.

Lista 2 **"Espacio Paraninfo"** aparecen dirigentes afines al PCU pero por resolución del sindicato al que pertenecen.
Confluyen comunistas críticos y orgánicos y también de CONFA así como independientes.

Lista 3 **"La Tendencia"** nuclea a los sectores radicales del PVP, MLN y M26M.

Lista 4 La integraron los sindicatos de COFE y UTHC, con dirigentes viculados orgánicamente al PCU.

Los resultados de la votación fueron los siguientes:

LISTA	VOTOS	CARGOS
LA TENDENCIA	209	12
GRUPO DE LOS 60	187	11
ESPACIO PARANINFO	178	10
LISTA 4 (COFE Y UTHC)	64	2

La **MESA REPRESENTATIVA** quedó integrada de la siguiente manera:

GRUPO DE LOS 60		
Eduardo FERNANDEZ	AEBU	PS
Jorge MESA	SUNCA	CONFA
Juan José BENTANCOR	FANCAP	VA

Hector FLORIT	FUM	MNR/ASU
Carmen ANASTASIA	FFOSE	AU
Luis ROMERO	FED.CAUCHO	ESP.90
Alberto MELGAREJO	COT	PDC/ASU
Manuel MENDEZ	APU	INDEP.
Juan SILVERA	UF	PS
Daniel FERNANDEZ	AFCC	
Hector MASSEILOT	SUGU	VA
ESPACIO PARANINFO		
Juan CASTILLO	SUANP	PCU Orgánico
Ismael FUENTES	FOEB	PCU No Orgánico
Julio GARCIA	AUTE	PCU No Orgánico
Eduardo PEREIRA	UNOTT	INDEP.
Milton CASTELLANO	FUECI	PCU No Orgánico
Hugo BIANCHI	[illegible]RMA	INDEP.
Daniel OLESKER	ADUR	PVP
Eduardo FERNANDEZ	ATSS	INDEP.
Ariel FERRARI	UOC	PCU Orgánico
Carlos TRINIDAD	FOPCU	PCU Orgánico
LA TENDENCIA		
Noris MENOTTI	FUS	MLN
Luis PUIG	UAOEGAS	PVP
Carmen ZURANO	SUTEL	PCU Orgánico
Uberfil HERNANDEZ	ADEOM	MLN
Alicia MESA	AFUTU	MLN
José Carlos AZPIROZ	STIQ	M26M
Francisco SAAVEDRA	SUNTMA	MLN
Aparicio GUZMAN	SAG	INDEP.
Cristina DIAZ	AFFUR	M26M
Raúl OLIVERA	AFJU	PVP
Juan HOMAR	SIMA	M26M

Carmen YUCUERO	FENAPES	MPP
COMUNISTAS ORTODOXOS		
Carlos SANCHEZ	COFE	PCU Orgánico
Sergio RODA	UTHC	PCU Orgánico

- El PIT-CNT en la sesión diferida del VI Congreso realizado el 27/JUN, aprobó un plan de acción política el cual fue redactado por el Economista Daniel OLESKER. El plan se divide en cuatro etapas: una crítica descripción del gobierno de Julio María SANGUINETTI, los objetivos programáticos, los objetivos organizativos y un plan de movilización hasta fin de año.

El documento comienza describiendo la "administración SANGUINETTI", que con su orientación a logrado "profundizar el modelo liberal, concentrador y desregulador". Menciona el ajuste fiscal que "generó un aumento de la concentración de la riqueza y un mayor desempleo".

El punto dos del plan referido a los objetivos programáticos señala la necesidad de debatir el modelo que aplica el gobierno y para transformarlo plantea la necesidad de una "intervención estratégica del Estado, de apertura selectiva y distribución de la riqueza". Entre los objetivos a perseguir, el PIT-CNT se propone cinco ejes programáticos: Salario, Negociación Colectiva y Fuero Sindical, Empleo y Políticas Productivas, Políticas de Impuestos y Gastos Públicos y Social del Estado.

Entre los objetivos organizativos que figuran en la tercera parte del documento se plantean dos temas centrales de cara a la interna de la central obrera: una campaña de afiliaciones para organizar vastos sectores que se encuentran fuera de la estructura sindical y "desprotegidos frente al avance del capitalismo".

El segundo elemento a que apunta la central obrera es a "acelerar y profundizar la organización en grandes federaciones de ramas de actividad, objeto imprescindible para fortalecer los sindicatos en un momento de avance neoliberal, de desorganización, de descomposición de la estructura productiva tradicional".

La Mesa de Diálogo por el Empleo y la Intersocial son considerados como "portenciales aliados" contemplados en el Plan de Emergencia aprobado por el VI Congreso.

Entre los objetivos de la movilización se proyecta un plan de movilizaciones que fije una pauta de acción para el segundo semestre de 1997. A tales efectos se establecen tres etapas.

En el período julio y agosto, se señala como objetivo central la lucha por los salarios, la negociación colectiva y el fuero sindical. Como plataforma se propone: "por más y mejores empleos", "por un salario mínimo, digno y aumento general de salario", "por la legitimación e igualdad de derechos para los trabajadores tercerizados", "por la eliminación del impuesto a los sueldos y su sustitución por el impuesto a las rentas personales".

Para la segunda etapa, prevista para setiembre y octubre, el PIT-CNT se plantea como objetivo central la lucha por el "empleo y las políticas productivas".
En la tercera y última etapa correspondiente al bimestre noviembre-diciembre, la Central se propone como objetivo las políticas económicas y el gasto público. Un paquete de propuestas de reforma tributaria junto a una propuesta de reestructura del gasto público y una serie de movilizaciones conforman el plan para los últimos dos meses del año.

- El gobierno procura introducir nuevos elementos de flexibilización laboral, a través del proyecto de ley de convenios colectivos, en el mismo se promueven cambios en el cómputo de las horas extras, los descansos semanales intermedios y el salario vacacional, complementando las desregularizaciones previstas en la iniciativa de ley para la promoción de las inversiones.
La Ministra de Trabajo, expresó que este proyecto permitiría adaptar determinadas normas laborales pero por la vía del acuerdo entre empresarios y sindicatos. Se busca lograr dos objetivos, por un lado la creación de una tripartita conformada por el gobierno, los empresarios y los trabajadores; y por otro lado un marco legal de relacionamiento de las partes y abatir los niveles de conflictividad laboral.
Existen dos proyectos de ley sobre "fueros sindicales", los cuales se encuentran a estudio de la Comisión de Legislación del Trabajo y de la Cámara de Diputados, la central obrera está dispuesta a apoyar el mecanismo establecido en los mismos. Cabe señalar que estos proyectos promueven "el inmediato reingreso del trabajador despedido; sea éste militante o dirigente". Pese a esto el PIT-CNT advirtió que no "serviría de mucho tener un fuero sindical muy amplio si no se dicta una ley de negociación colectiva".

- El 30/JUL en la sesión de la Mesa Representativa de la central obrera entre otros puntos se trató la conformación del Secretariado Ejecutivo y la reglamentación de funcionamiento del organismo de dirección cotidiana de la central.

Cabe señalar que esta fue la tercera reunión de la Mesa Representativa que trató este tema. En las dos primeras, las diferentes listas no lograron ponerse de acuerdo.

Existían dos propuestas en cuanto a la organización del mismo, unos propugnaban porque fueran 15 los miembros y la otra propuesta era de 13 miembros, resultando ganadora la de 13.

La resolución fue tomada tras un cuarto intermedio, ya que ambas propuestas no conseguían la aceptación de la mayoría. Pasado el cuarto intermedio y después de varios acercamientos se optó por la propuesta que resultó triunfadora.-

La integración del **SECRETARIADO EJECUTIVO** es la siguiente:

GRUPO DE LOS 60		
Eduardo FERNANDEZ	AEBU	PS
Jorge MESA	SUNCA	CONFA
Juan J.BENTANCOR	FANCAP	V.A.
Alberto MELGAREJO	COT	PDC/ASU
ESPACIO PARANINFO		
Ismael FUENTES	FOEB	PCU No Orgánico
Julio GARCIA	AUTE	PCU No Orgánico
Eduardo PEREIRA	UNOTT	INDEP.
Hugo BIANCHI	UNTMRA	INDEP.
GRUPO LA TENDENCIA		
Sandra MENOTTI	FUS	MLN
Luis PUIG	UAOEGAS	PVP
Carmen ZURANO	SUTEL	PCU Orgánico
Uberfil HERNANDEZ	ADEOM	MLN
COMUNISTAS ORTODOXOS		
Carlos SANCHEZ	COFE	PCU Orgánico

- Durante el mes de JUL/97 el gobierno ha venido apoyando la gestión que el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social viene llevando adelante junto con los empresarios para abrir el camino del Diálogo Social con el PIT-CNT. De acuerdo a manifestaciones de la Ministra Ana Lía PIÑEYRUA, la iniciativa surgió a partir de un seminario academico al cual asistió su cartera junto al Presidente de la Cámara de Industrias del Uruguay y representantes del PIT-CNT, en el cual les fue transmitida la experiencia de España sobre el tema y su beneficio.

PIÑEYRUA expresó que el Ministerio de Trabajo "aprueba el Diálogo Social ya que nos parece fundamental la participación de los actores sociales en todas aquellas materias que están directamente involucradas".

Se decidió instrumentar el diálogo con las organizaciones empresariales y el PIT-CNT a través de la convocatoria del Congreso Económico Social del MERCOSUR. En representación del gobierno participarán los ministros de Trabajo y Seguridad Social, de Economía y Finanzas, de Relaciones Exteriores, de Industria y Energía y el Director de la OPP. Por parte del sector empresarial lo harán representantes del Consejo Superior Empresarial y por los trabajadores los delegados del PIT-CNT.

La Ministra de Trabajo y Seguridad Social le elevó al Presidente Julio M. SANGINETTI un documento elaborado por su cartera sobre el "Dialogo Social". En el mismo recordó que se promoveran las siguientes iniciativas con fines legislativos: reformulación del marco normativo regulatorio que fijaba los cometidos de la Dirección Nacional de Empleo, proyecto de Empleo Juvenil y creación del marco regulatorio de la negociación colectiva. Asimismo afirmó que en el ministerio han funcionado el Consejo Nacional de Seguridad y Salud en el Trabajo, el Grupo Tripartito de Asesoramiento en asuntos relacionados con la OIT; la Junta Nacional de Empleo y la Comisión de Vendedores y Viajantes de Plaza.

Reclama la reinstalación de la Comisión Tripartita de agenda abierta, que debería tratar la organización y manejo de recursos humanos como "forma de reducir el desempleo". Cabe señalar que los sectores herreristas y de Manos a la Obra del Partido Nacional se han mostrado muy de acuerdo con este tema. Por su parte la CIU promoverá que el diálogo social esté limitado a temas puntuales, incluyendo la reglamentación y el fuero sindical.

Para el dirigente sindical Juan José BENTANCOR, "llama la atención que se plantee recién ahora la vocación de diálogo social", luego de varios intentos de la Central Obrera que no fueron escuchados. Asimismo aclaró que hasta el momento el anuncio se ha manejado a nivel de los medios de prensa, ya que la Central Sindical no ha recibido oficialmente ninguna propuesta para integrarse al diálogo social.

- En Diciembre de 1996 el Movimiento "Por Paysandú entre todos", elaboró un documento que fue presentado ante el presidente Julio Mª SANGUINETTI. Este documento fue confeccionado por el Centro Comercial e Industrial de Paysandú, la Asociación Rural y Exposición Feria de Paysandú, la Asociación Agropecuaria del Litoral, la Asociación de Productores Lecheros de Paysandú, PIT-CNT, Asociación Exportadores de Paysandú, Círculo de la Prensa, IMP, Centro de Desarrollo Cooperativo, Cámara de la Construcción, Junta Departamental de Paysandú, Empresarios Turísticos, Grupo Ecuménico, COPAY y Red de Mujeres Políticas.

En el referido documento se realiza un estudio en profundidad de la situación socio-económica del departamento y se dan soluciones a estos temas.

Luego de tres meses, en Marzo de 1997, Julio Mª SANGUINETTI, recibió a una delegación de 50 representantes de todo el abanico social (incluído el Intendente blanco Jorge LARRAÑAGA), la cual solicitó incentivos tributarios y crediticios. En virtud de no haber surgido ninguna variante a la situación existente en Paysandú y al no haberse registrado ninguna medida por parte del gobierno, se decide realizar una jornada de paro cívico el 29/JUN.-

La movilización contó con la adhesión del 90% de los comercios del departamento.

Las demandas de la sociedad sanducera apuntan básicamente, a la reactivación económica y a la creación de

fuentes de trabajo. En dicha movilización también hubo un fuerte componente de afirmación regional y de descontento con el estado de las relaciones entre Montevideo e Interior.

Esta movilización es la continuidad de lo que han venido realizando en el departamento un conjunto de fuerzas políticas sociales en reclamo de una mayor inversión productiva. La iniciativa está resumida en un documento con propuestas en favor de la producción y el empleo en el departamento, denominado "Paysandú entre todos".

En el departamento existe un 18% de desocupación y se ha aplicado una política de "tercerización de servicios que ha hecho estragos en las familias sanduceras". En la década del 70 comenzó una debacle que se intensificó hacia fines de los 80. Como contrapartida, la parte industrial exportadora en la zona fue la que se vio beneficiada con la llegada de la tecnología, pero la mano de obra que emplean no se ha visto aumentada, sumándose a esta situación la tercerización de los servicios.

El padre Sixto MONETA, de la parroquia San José Obrero, integrante de este movimiento, manifestó que la familia se desintegra y aumenta no sólo la mendicidad sino también la prostitución infantil y crece la delicuencia, en el departamento.

El Partido Obrero Revolucionario (POR-FA) convocó a apoyar la movilización en el departamento, manifestando que se "está mostrando la profundidad de la crisis del modelo de desarrollo neoliberal capitalista implantado en el país, sostenido por la coalición de partidos rosados".

El 12/JUN le fue entregado al Presidente de la República, Julio María SANGUINETTI, una carta donde se reclama por parte de las fuerzas vivas del departamento de Soriano, la aplicación de una política de empleo real para el departamento y el resto del país.

La Central Obrera decidió impulsar en el interior del país movimientos cívicos similares al de Paysandú, promoviendo la creación de Comites de Crisis a través de los plenarios departamentales.

El 17/JUN se realizó en el departamento de Durazno una movilización similar a la que se efectuó en Paysandú (29/MAY). La misma consistió en una paralización de dos horas y una marcha, convocada por la Asociación de Pequeños y Medianos Empresarios (APYMED), bajo la consigna "Durazno entre todos", contanto con el respaldo total del comercio, la adhesión de la Central Obrera y el apoyo de la Intendencia a la mayoría de las demandas que se formulan. Se reclama la creación de fuentes de trabajo, políticas de desarrollo para el sector productivo y una reestructura del sistema tributario a efectos de ajustar la carga impositiva a la situación de la pequeña y mediana empresa.

Simultaneamente una delegación de Comerciantes de Salto, se reunió el 17/JUN con el Ministro de Economía y Finanzas, Lic. Luis MOSCA, en la misma se planteó por parte de los comerciantes que se tomen medidas urgentes para combatir el comercio informal y el contrabando que generan una fuerte competencia al comercio establecido. El ministro se comprometió a

tomar "medidas tajantes".

Como forma de evaluar la situación que se registra en Durazno, el Senador Hugo FERNANDEZ FAINGOLD, realizó una gira por todo el departamento, el 21/JUN, reuniéndose con organizaciones partidarias, entrevistas radiales y televisivas y visitas a diferentes centros como escuelas, institutos de salud, etc.

El 18/JUN la Regional Este de la Confederación Empresarial del Uruguay (Artigas, Rocha, Maldonado, Lavalleja, Cerro Largo y Treinta y Tres) se reunió para realizar un diagnóstico de la situación de sus departamentos. Los reclamos que se dejan ver en dicho informe son similares a los expresados por centros de comerciantes de los restantes departamentos, mostrando su disconformidad con la aplicación de nuevos impuestos, y que ya no hay posibilidades de seguir gravando al empresario sin provocar un caos general.

En el primer encuentro Regional Centro y Litoral Oeste, realizado por centros comerciales e industriales y asociaciones comerciales que se efectuó el 28/JUN en Paysandú, se resolvió endurecer su posición de rechazo a la política económica de Gobierno y exigen que se establezca un diálogo para buscar una solución a la problemática existente, también que se aplique una urgente medida de descentralización y de incentivos fiscales que apunten al desarrollo de las localidades del interior.

El 02/JUL se realizó en la ciudad de Treinta y Tres, una marcha en reclamo de mejoras para la clase trabajadora y para los desempleados.
La convocatoria fue realizada por la filial local de la Federación de Funcionarios de Salud Pública. Adhiriendo a la misma los maestros, bancarios, municipales, comisiones barriales e integrantes de los Retirados y Pensionistas Militares. En la proclama leída se criticó duramente la política económica que aplica el gobierno y se destacó en especial la situación económica que tienen los trabajadores de la Salud Pública.

El 05/JUL se efectuó otra movilización en contra de la actual política de gobierno, en esta oportunidad se produjo en la ciudad de Castillo (ROCHA). Se reclamó la reactivación de la economía regional. En la marcha se destaca la participación de ediles del FA y de algunos sectores del Partido Nacional, gente de la zona y en especial del sector de la salud.

El 11/JUL en la ciudad de Maldonado se realizó una movilización. La Mesa Intersocial y la Intersindical de Maldonado fueron los que realizaron esta convocatoria como forma de demostrar su descontento por la situación existente de virtual paralización económica que atraviesa el departamento. La misma consistió en una caravana por diferentes puntos, leyendose una proclama en la cual se denunció la situación de desempelo que se sufre y se expresó que el gobierno "habla con aprecio de los números y con desprecio de la gente". Contó con una buena adhesión de los comercios y de la población de la zona.

Asimismo en Montevideo se movilizaron los barrios

de Paso Carrasco, pidiendo mejoras para esta zona y en el barrio del Cerro se instaló una olla popular para que hagan usufructo de ella los desocupados.

El 29/JUL fue la ciudad de Florida la que marchó por las calles de la capital departamental reclamando la reactivación económica del departamento, como así también la creación de nuevas fuentes de trabajo y una política tributaria que esté de acuerdo con la situación por la que atraviesa el sector empresarial. De esta marcha se estima que participaron aproximadamente 4.000 personas.

2.- Principales Conflictos

En el presente período se destacan los conflictos registrados en la FFSP (Federación de Funcionarios de Salud Pública); el SUINM (Sindicato Unico del Intituto Nacional del Menor), Educación, etc.

a.- Sindicato Unico del Instituto Nacional del Menor - SUINM

Los funcionarios agrupados en el Sindicato Unico del Instituto Nacional del Menor (SUINM), se encuentran movilizados desde JUN/97 en reclamo de una partida fija de $ 1.000 para todos los funcionarios públicos, cuota mutual integra para el núcleo familiar, pago de la nocturnidad, no al cierre de servicos y contra las privatizaciones y por fuentes de trabajo.
Integrantes del SUINM instalaron un campamento frente al Palacio Legislativo el 29 y 30/JUL y mientras su duración realizaron un ayuno rotativo de 12 horas, esta movilizacion se denomió el "Campamento de la Dignidad". El 30/JUL se realizó un paro de 24 horas y ese mismo día se llevó a cabo un Plenario Nacional de Delegados, declarándose en estado de asamblea permanente y reiteró su plataforma.

b.- Coordinadora de Sindicatos de la Enseñanza del Uruguay (CSEU)

La Coordinadora inició en el mes de mayo una ronda de conversaciones con líderes políticos para tratar el tema de la Reforma de la Educación.
Se reunieron el 05/MAY con el Presidente del Frente Amplio, Dr. Tabaré VAZQUEZ, manifestándole en la misma su discrepancia con la intención del presidente del CODICEN, Germán RAMA de querer legitimar la reforma educativa como política nacional.

El 29/MAY se realizó una paralización de 24 horas de carácter nacional, en las tres ramas de la enseñanza (Primaria, Secundaria y UTU) adhiriéndose además primaria y secundaria del sector privado. La medida se realizó con la siguiente plataforma: Por mayores salarios, presupuesto para la educación, en contra de la Reforma Educativa y de las Universidades Privadas.

Se efectuaron asambleas populares en diferentes puntos de la ciudad, en Defensa de la Educación Pública, culminando a las 14 horas con un acto en el Paraninfo de la Universidad, con una mesa redonda sobre: Neoliberalismo y Educación, en el cual participaron invitados sindicatos de la Educación de América Latina.

En dicha mesa se acusó a la reforma educativa de neoliberal, hubo variás manifestaciones de apoyo hacia Cuba y se llegó a proclamar al FA como ganador de las próximas elecciones.
Se cuestionó por parte de la CSEU todas las acciones de la reforma, así como la política del gobierno "de coalición", de privatización de la educación superior. Así como también se criticó a los sectores políticos por no haber cumplido la promesa de incrementar el presupuesto para la educación.

La CSEU realizó los días 26 y 27/JUN una serie de movilizaciones, en rechazo al Proyecto de Rendición de Cuentas, por no conocer, según manifiesta la gremial, detalles de dicho proyecto que se refieren a la ANEP. Expresando que no se ha convocado para discutir o analizar los alcances del mensaje y que la situación salarial, la falta de locales y la insuficiencia de cargos, entre otros son argumentos más que válidos para que el CODICEN reclamen al Parlamento los recursos que la Enseñanza Pública requiere.
En el marco de dicha movilización la Asociación de Maestros (ADEMU), decidió iniciar el 26/JUN un ayuno frente a la Plaza del Entrevero, los voluntarios fueron 19 maestros, 2 docentres de AFUTU y 1 estudiante. Entregándole el 27/JUN al Vice Pte. del CODICEN, Carlos WILLIMAN, un memorándum, en el cual piden un salario básico de $ 4.000 para los maestros y convenio salarial para llegar a la media canasta, cuota mutual sin franja, creación de cargos y llenado de vacantes no docentes.

La dirigente de la Asociación de Funcionarios de UTU, Ivonne PASADA, propuso realizar en la región (Uruguay y Brasil) una manifestación similar a la que se encuentran realizando los maestros en la República Argentina hace más de 100 días (la instalación de una carpa).

c.- Federación de Funcionarios de Salud Pública (COFE-FFSP)

Los trabajadores agremiados en la FFSP se encuentran movilizados desde abril en procura de un aumento salarial de $ 1.000. El Ministro de Salud Pública y otras jerarquías de la cartera han manifestado que la política salarial se basa en los incentivos por sector de funcionarios y que en las arcas del MSP no existen los recursos para atender los reclamos.

El 13/JUN dio comienzo el paro por tiempo indeterminado en todas las dependencias de Salud Pública, en virtud de la falta de acuerdo en materia salarial con el ministerio. A nivel ministerial se afirmó no contar con los recursos presupuestales necesarios para hacer frente a dicho planteo. A pesar de la situación, los funcionarios continuaran asistiendo a la mesa negociadora con el MSP para concluir el

acuerdo sobre los incentivos para los empleados del Hospital Vilardebó. Desde el 10/JUL los funcionarios del Hosptial de Rivera vienen realizando paralizaciones.
Se reconoció por parte del Ministerio que alrededor de un 75% de los centros de asistencia de Montevideo se encuentran paralizados y un 55% acató en el interior.

El 18/JUN se palanteó la posibilidad de instalar una tripartira la cual quedó integrada por el sector gremial, el MTSS y el MSP, con la posibilidad de que intervenga en la misma el Ministerio de Economía, pero se planteo como condición para instalar dicha mesa el cese de las medidas que se vienen realizando, condición que no fue aceptada en un principio. El 24/JUN la FFSP resolvió en asamblea mantener el paro por tiempo indeterminado sin efectuar ocupación ni abandono de locales para, de esta manera poder entablar las negociaciones.
Los trabajadores del Hospital Vilardebó y de Colonia Santín Carlos Rossi decidieron negociar directamente con el Ministerio de Salud Pública, es asi que a través de una carta, los funcionarios de Santín Carlos Rossi, deciden ampararse en el Art. 4o. del acuerdo firmado entre la secretaría del Estado y la gremial, que se refiere al sistema de compensaciones e incentivos, priorizar los puntos contenidos en la plataforma de los hospitales Psiquiátricos; y se firmó entre las autoridades del MSP y los funcionarios del H.Vilardebó un acuerdo que establece un régimen de compensación. A pesar de firmar este acuerdo el centro continúa con las medidas de paro por tiempo indeterminado.

El 03/JUL se produjo la primera ocupación en el marco del conflicto que vienen llevando a cabo los funcionarios del MSP, la que se produjo en el Hospital de Salto. Fueron ocupadas las siguientes instituciones: Hospital de Salto, de Sarandí Grande (Florida), Fray Bentos y el Piñeyro del Campo (Mdeo.) (este último levanto la ocupación para hacer posible el pago de las pasividades a los internados).
El 10/JUL se instaló la mesa tripartita de negociaciones, la cual tendrá a su cargo el analizar un informe sobre asiganción de las partidas, ajustes y otros datos económicos solicitados por los funcionarios, con respecto al presupuesto que tiene asignado el Ministerio, la esperanza de dicha cartera es que luego de este análisis la Federación vea que no es posible otorgar el aumento que exigen.

El Sindicato Médico del Uruguay (SMU), se declaró en "preconflicto" con el Ministerio de Salud Pública, manifestando su respaldo a los movilizaciones que vienen realizando los funcionarios de esta cartera. La adhesión se efectúa en protesta por "la insuficiencia crónica de recursos materiales y humanos", por "las condiciones laborales deficitarias", por "la existencia de contratos de obra inaceptables". No realizaran abandono de los puestos de trabajo.

A la fecha el MSP estaría por presentarle al gremio una propuesta de incremento salarial basado en la productividad que podría rondar los $ 900 trimestrales por funcionario.-

38

3.- **Conflictividad**

La conflictividad en el período comprendido entre ENE-JUN de 1997 fue un 41% superior que en igual período de 1996 y cayó casi un 24% respecto al semestre JUL-DIC/96. Hubieron 64 conflictos por los cuales se perdieron 615.616 jornadas laborales.
La conflictividad fue básicamente sectorial, los conflictos a nivel de empresa o sector representan el 75% del total y paro general el 25%.
En el sector público los sectores más conflictivos fueron Salud Pública y la Enseñanza. Dentro del sector privado se destaca el gremio de la construcción como el de mayor conflictividad.
Entre las causas de mayor conflictividad encontramos: reivindicaciones salariales (tanto de funcionarios públicos como la negociación de convenios en el sector privado) y represión sindical.
Como hecho novedoso se destacan las movilizaciones en el interior del país, en la que se destaca que fueron convocadas conjuntamente por empresarios, trabajadores y grupos sociales del departamento.

B.- **EDUCACION**

1.- **Reforma de la Educación**

- Desde el retorno al Gobierno Democrático en 1985, las encuestas indicaban que existía en la población una gran demanda por reformas en la educación. En 1996 cuando el actual CODICEN pone en marcha la Reforma Educativa, el tema regresa al primer plano de la atención, mostrando las encuestas a mediados de 1996, que en medio de la confrontación entre las autoridades de la educación y los estudiantes, existía en la población un importante índice de resistencia a la misma.
Pasado un año de su implementación (MAY/97), la posición de la opinión pública ha variado y un 43% de los montevideanos apoya la Reforma.

Actualmente, a casi dos años de haberse comenzado a implantar los pilares de la Reforma Educativa, estos ya están asentados; lo que queda hasta el fin de este período de Gobierno, es la profundización de las principales líneas planeadas, como la universalización de la educación preescolar, la extensión de la experiencia piloto a todo el ciclo básico de Secundaria y UTU, los bachilleratos tecnológicos en la educación técnica y la capacitación y perfeccionamiento docente.

- El 12/MAY el Presidente del CODICEN Germán RAMA, acudió a la Comisión de Educación del Senado, para responder a las denuncias que las Asambleas Técnico Docentes del Area de Formación de Profesores, realizaran ante esta Comisión el pasado 23/ABR, respecto a la existencia de designaciones directas de docentes sin concurso previo en los Centros de Formación Docente del Interior. Los docentes sostienen que las nuevas formas de contratación implantan la inestabilidad laboral en la enseñanza, consideran que

se está procediendo a un planteo de amiguismo en la formación docente.
RAMA explicó el proceso de selección que se realizó para designar a estos profesores, recibiendo el respaldo de todas las bancadas e indicó que lo que el CODICEN busca "descentralizar" la formación de profesores y lograr la reducción de la escasez de profesores con formación docente que hay en el interior.
En el año 2000 comenzarán a dictar clases en secundaria los primeros 300 docentes titulados de los CERP de Rivera y Salto.
Anualmente se retiran de la enseñanza media 750 docentes mientras que egresan del IPA promedialmente 170 profesores.

- El Comite Ejecutivo del Partido Colorado, recibió en MAY/97 al Presidente del CODICEN, quien informó sobre la marcha de la Reforma Educativa; recibiendo el respaldo de todos los sectores colorados y la solicitud de que acentúe la Reforma, tanto a nivel preescolar como de formación docente en todo el territorio nacional, y que dispusiera un mayor contacto con la sociedad en la ejecución de las reformas.

- El 19/MAY se inauguró en Salto la Escuela de Administración de la UTU y el Centro Regional de Profesores; ambas instituciones se enmarcan en el proceso de descentralización regional de la enseñanza.

- Se distribuyó entre el estudiantado, el nuevo reglamento de la educación que, entre otras cosas, penaliza la ocupación de los locales de enseñanza y da plena libertad a los directores para sancionar a los educandos.
La nueva normativa indica que la injuria, la pornografía, los grafitis y las ocupaciones de locales están severamente penalizados.
Básicamente el "Acta 14", como se conoce a este reglamento, se trata de un método para regular el comportamiento del alumno que incluye, la creación del Consejo de Orientación Educativa (COE) dentro de cada Centro Educativo. Este Consejo está destinado a apoyar las acciones para un mejor desarrollo de las tareas dentro de los liceos y servirá para atender, orientar y corregir todos los aspectos de comportamiento del alumno, previo a la aplicación de sanciones.

- El 03/JUL se realizaron las elecciones de integración de Consejos Asesores Consultivos (CAC), de los Institutos de Formación Docente del País, en el Instituto de Profesores Artigas (IPA).
Los CAC fueron reinstalados por el actual CODICEN después de haber sido suprimidos durante el Gobierno Militar.
A pesar de estar en desacuerdo con los CAC, el Centro de Estudiantes del IPA (CEIPA) presentó una lista única con la aspiración de convertirlos en un Organo de Cogobierno de la enseñanza y poder continuar desde allí su lucha contra la Reforma.
También presentaron su lista los profesores disidentes del

sindicato de secundaria que participan activamente de la Reforma Educativa.
Los CAC funcionan como órganos deliberantes con facultades de iniciativa, proposición, consulta y asesoramiento en materia técnico-docente a la dirección y se integran con cuatro representantes docentes, tres de los estudiantes y dos de los egresados. En el interior tienen similar integración con excepción de los egresados contaran con un sólo representante.
Contrario a las aspiraciones del los estudiantes del CEIPA estos Consejos no tienen facultades para ejercer el Cogobierno en los Institutos de Formación.
Las elecciones configuraron una puja electoral entre los sectores que rechazan radicalmente la Reforma y otros que , sin compartirla totalmente, reconocen en ella aspectos positivos.
Los radicales lograron una leve supremacía, pero a pesar de ello la cantidad de delegados del orden docentes y egresados quedó repartida en formas iguales.
En el orden estudiantil, hubo una amplia votación en blanco, ya que se presentó una sola lista impulsada por el CEIPA, que profesa un rechazo absoluto a la Reforma.

- Los objetivos centrales que el CODICEN busca lograr con la Reforma fueron contenidos en el mensaje presupuestal que éste envió al parlamento a fines de JUN/97:

1.- Consolidación de la equidad social.
(Un 40% de los niños pertenecen a hogares ubicados en el quintil inferior de la distribución de ingresos).
2.- Dignificación de la formación y la función docente, mejorando la calidad de la formación del cuerpo docente.
3.- Mejoramiento de la calidad de la educación.
4.- Fortalecimiento de la gestión institucional.
Siendo el eje de los propósitos reformista la educación media.

- Para 1998 los planes del CODICEN en materia de Reforma Educativa incluyen:

PRIMARIA:
- En la educación inicial se inscribirán entre 10.000 y 14.000 niños y por lo tanto se universalizará la educación inicial.
- Crear o convertir 50 escuelas de tiempo completo y atender aproximadamente a 10.000 niños.

SECUNDARIA:
- Cubrir con la extensión horaria a más del 60% del alumnado del Ciclo Básico.
- Se extenderá la experiencia piloto a casi 60 establecimientos, con lo que se cubrirá al 20% del alumnado de primer año.
- Se distribuirán 450.000 textos para todos los estudiantes de ciclo básico.
- Se dotará a las bibliotecas liceales de 130.000 libros y se entregará a cada establecimiento una "canasta básica" de materiales didácticos con videos y software educativos.

- Se incorporarán otras 40 aulas de informática.
- Se inaugurarán nuevos liceos: ex quinta de Luis Batlle Berres, Larrañaga y Guaviyú, Cerro y Dos en la Gil en Capurro.

EDUCACION TECNICA (UTU):
- Continúa experiencia piloto en ciclo básico.
- Ampliar a 1.000 el número de estudiantes de Escuela Técnica del Buceo.
- Se crearán bachilleratos tecnológicos en electrónica y electromecánica, en diseño y tecnología de la construcción y se ampliaran las nuevas escuelas de administración.
- En el segundo semestre de 1998 se iniciará la construcción del nuevo local de la Escuela de Electricidad y Electrónica "José F. Arias", y se iniciará la ampliación del Instituto de Enseñanza de la Construcción. Se construirá una escuela técnica en Solymar Norte y se refaccionarán y ampliarán seis escuelas politécnicas en el interior.

FORMACION DOCENTE:
- Se creará un Centro Regional de Profesores en Maldonado.
- Cursos de capacitación y perfeccionamiento para docentes que participan en los programas de la Reforma y para docentes no titulados.

CENTROS DE LENGUAS:
- Se crearan seis nuevos centros de lenguas extranjeras.

- Con respecto al mensaje presupuestal que el CODICEN envió al Parlamento para ser incluido en la próxima rendición de cuentas, figuró un préstamo del Banco Mundial para la construcción de aulas para preescolares por US$ 40 millones y una partida presupuestal para el aumento salarial de los docentes en peores condiciones y para el mantenimiento y adquisición de material educativo; aunque es sabido que los aumentos salariales para docentes son definidos entre el Poder Ejecutivo y el Parlamento, ya que el CODICEN no tiene esa potestad y función.
La cantidad solicitada por el CODICEN para continuar con la Reforma fue de US$ 14 millones, cifra que equivale a un 4,2% de incremento de su presupuesto global, que actualmente ronda los US$ 380 millones.
El Gobierno anunció que otorgaría US$ 8 millones extrapresupuestales de los 14 solicitados los que serán destinados a la construcción de aulas, quedando descartado el aumento salarial para los maestros de los primeros grados.
Según anunció Germán RAMA el no otorgamiento del monto solicitado no pone en riesgo la Reforma Educativa, aunque si le imprimirá un cambio de ritmo.
La Rendición de Cuentas será aprobada el 13/AGO y recién entonces se sabrá con exactitud cual es el monto asignado para la enseñanza.

2.- Conflicto de la enseñanza

- Este período ha sido de gran movimiento por parte de los sindicatos de la enseñanza y de las gremiales estudiantes, en la lucha que mantienen contra las autoridades de la educación y la Reforma Educativa.

- El 01/MAY durante el acto de celebración del día de los trabajadores organizado por el PIT-CNT, y en el que participó la Coordinadora de Estudiantes de Secundaria y UTU (CIESU), el discurso que ésta pronunció se caracterizó por la violencia y agresividad hacia las autoridades de la enseñanza y críticas hacia la Reforma.

Días después durante la realización en la Universidad de la República, de un acto académico en honor del Presidente brasileño Fernando CARDOZO, la FEUU pretendió exteriorizar su adhesión al movimiento de los Sin Tierra; una movilización más bien de protesta contra el mandatario brasileño. En esta ocasión la manifestación fue neutralizada por el Rector quien sugirió entregar una carta al mandatario donde expresaran sus ideas.

- El 18/JUN, ocurrieron incidentes en apariencia aislados en dos Liceos de Montevideo.
En el interior del Liceo Zorrilla, desconocidos pintaron en la madrugada leyendas contra Germán RAMA y la Reforma, y por la tarde en el Miranda unos 50 estudiantes cortaron el tránsito con cubiertas, para realizar una asamblea que duró varias horas impidiendo el dictado de las clases.
Según los estudiantes se trato de un jornada normal de integración sin fines políticos.
Un integrante de la CIESU dijo que los incidentes no fueron promovidos por la gremial pero que si eran indicativos del próximo reinició de las protestas.

- El 19/JUN estudiantes de UTU (Instituto José F. Arias, Figari, IEC y Escuela Superior de Mecánica), realizaron una movilización hacia el CODICEN en reclamo por la partida presupuestal para mejorar las condiciones de los establecimientos. En esta ocasión fueron recibidos por el vicepresidente Claudio WILLIMAN, a quien entregaron una carta con sus reclamos.

- En ninguna de estas ocasiones existió constancia que las acciones partieran de la denominada Coordinadora de Estudiantes, una instancia gremial que ha cobrado protagonismo en la lucha estudiantil contra la Reforma en medio del año lectivo y que en el de JUN reconociera a la prensa, que por el momento no contaba con la "suficiente convocatoria" para desarrollar movilizaciones de trascendencia, esta fue la razón que motivó el 21/JUN una reunión en la explanada del IPA, donde sus dirigentes manifestaron la necesidad de reactivar el movimiento.

El mismo día el CODICEN convocó a una reunión a todos los

directores de Liceos e Institutos de Educación Técnica de Montevideo, para impartir una serie de medidas referentes a las situaciones que se pueden generar en "un ambiente que está politizado". RAMA señaló que la posición de las autoridades es que cualquier establecimiento educativo que vaya a ser ocupado, y en los que las autoridades no sean respetadas, existe autorización para la intervención policial y el posterior desalojo inmediato. También realizó un llamado público a padres y estudiantes a defender la Educación Pública, preparándose para hacer frente a una posible nueva escalada de protestas.

RAMA señaló que "sólo en Montevideo hay 80.000 estudiantes, con la consecuencia que los grupos o personas que están interesados en la ideologización acelerada del estudiante, van a estar en el campo educativo, con la preocupación de ver como ideologizan o movilizan".

- El 04/JUL la CIESU realizó una nueva marcha en contra de la Reforma, a un año de iniciadas las ocupaciones en centros de enseñanza, recibiendo el apoyo de los gremios de docentes de secundaria, UTU y maestros.

Los estudiantes pretendían entregar al CODICEN una proclama, pero se los impidió el fuerte dispositivo policial que se montó para evitar que se repitieran los incidentes de la marcha anterior. En esta ocasión la reivindicación estudiantil se centraba en "las pésimas condiciones edilicias de los establecimientos de enseñanza técnica y secundaria" y el rechazó al reglamento disciplinario estudiantil que "no permite reuniones ni asambleas" y que "jerarquiza la autoridad al mejor estilo militar y fomenta la alcahuetería, entre otras cosas".
Luego de la marcha la CIESU anunció que no protagonizaría nuevas movilizaciones en el mes de JUL, pero que serían reiniciadas en AGO cuando no descartan la ocupación de un sólo centro de estudios, para poder resistir con más fuerza el desalojo policial.
Tampoco falto la violencia en esta marcha de la que fueron víctima los vidrios del local Mc Donald's de 18 de Julio y Ejido y de la que la CIESU deslindó toda responsabilidad en un comunicado de prensa.

- Los estudiantes comenzaron a movilizarse desde principios de año realizando asambleas y talleres, donde debaten los cambios que implica la puesta en marcha de la Reforma. Al suspenderse las medidas de ocupación en AGO/96 éstos manifestaron en reiteradas oportunidades que no se trataba de un levantamiento definitivo, sino de una suspensión momentánea de las medidas. La CIESU no ha dudado en ningún momento en calificar a la reforma de "antinacional" y "antipopular"
En los últimos tiempos la característica del accionar de los grupos de jóvenes minoritarios, ha sido por medio del anonimato y la resistencia a asumir la responsabilidad de sus acciones.
El 14/AGO próximo resulta ser un día clave en la lucha estudiantil contra la Reforma, es la fecha en que se cumplen 29 años de la muerte del estudiante comunista Liber ARCE, definido como "Día de

los Mártires Estudiantiles". Fecha que un año atrás fue elegida para impulsar una sorpresiva movilización que devino rápidamente en decenas de liceos e institutos ocupados con cientos de jóvenes que en cada acto clamaban "abajo la resignación, abajo el individualismo, arriba los que luchan, viva la educación popular"

El CODICEN declaró en varias oportunidades que contrariamente a lo que sucedió en AGO/96, hoy si hay problemas actuará "rápido e inteligentemente" llegando al desalojo si hay ocupaciones.

El hecho de que el movimiento de 1996 no pudiera frenar la reforma ni modificar su contenido en ninguno de sus puntos deprime mucho a los activistas. Por eso se manejan con cautela, realizan asambleas y se organizan. Se encuentran con mayor fuerza en los llamados macrocentros: IAVA, 34 de Cuareim y Colonia, Zorrilla, Bauzá y Miranda; centros que cuentan con miles de alumnos cada uno y en los Centro nocturnos.

Fuentes estudiantiles explicaron que los principales puntos de la reforma impulsada por el CODICEN son "la reformulación de las materias por areas temáticas, el mal uso de los recursos y la implantación del Acta 14 que es totalmente represiva", "esta Reforma que está delineada por el BID no apunta a una mejor educación, sino a una reforma administrativa"

Las exigencias de la Coordinadora de Estudiantes se centran en "el cese de a reforma y la realización de una consensuada entre todos los que forman parte de la educación".

Los dirigentes de CIESU rehúsan en todas sus declaraciones por norma de identificarse por nombre y apellido.

3.- Universidad de la República

- Se vive en la Universidad de la República un período de gran movimiento, por la próxima renovación de la casi totalidad de sus autoridades. Se definirá quien será el próximo rector y los decanos de 11 de las 14 facultades que terminan sus mandatos después de las elecciones de SET/97.

Los estudiantes, docentes y egresados universitarios deberán elegir ese mes a los miembros de los consejos de las facultades a las que pertenecen y a los integrantes de las respectivas asambleas del Claustro. Estos últimos son los que en MAR y MAY/98 deberán elegir al decano de su facultad.

Los universitarios también elegirán en SET a sus representantes en la Asamblea General del Claustro que en ABR/98 elegirán al nuevo rector. El actual, Jorge BROVETTO, cumplió dos períodos por lo que no puede ser reelecto.

Los decanos cuyo período de mandato terminan a comienzos del próximo año y que no pueden ser reelectos son Mario WSCHEBOR de Ciencias, Juan Carlos DEAN de Ciencias Económicas, Juan Carlos ZUBILLAGA de Humanidades, Rafael GUARDA de Ingeniería, Eduardo TOUYA de Medicina y Patrick MOYNA de Química.

Los decanos cuyos mandatos terminan a principios del año próximo pero que pueden ser reelectos porque cumplieron un sólo período son Gonzalo GONZALEZ de Agronomía, Américo PLA RODRIGUEZ

de Derecho, Jorge LANDINELLI de Ciencias Sociales y Leonardo PESCE de Veterinaria. En esta categoría se encontraba el ex decano de Arquitectura Carlos ACUÑA que fue vencido en los comicios de JUL/97 por Ruben OTERO que de este modo se convirtió en el nuevo decano de la Facultad de Arquitectura.
La Facultad de Bellas Artes también definirá a su decano con los claustristas que elijan este año. Hasta ahora ese cargo está vacante y hay un director interino.
En Odontología el decano actual, Pablo PEBE, tiene aún tres años de mandato porque fue elegido en noviembre del año pasado, y en Psicología, al decano Alejandro SCHERZER le quedan aún dos años.

- Como preparación para las próximas elecciones universitarias, se realizaron en MAY/97, en la Universidad de la República, las Jornadas de Reflexión bajo el título "Universidad de la República en un Tiempo de Cambio. Críticas y Propuestas para la Transformación de la Educación Superior".
Constituyó una etapa de autocrítica de la Universidad en la que participaron entre 500 y 600 universitarios.
La Jornadas surgieron a propuesta de los docentes nucleados a ADUR, quienes tienen el propósito de trasladar los resultados de estas jornadas a una convención, para enseguida implantar su instrumentación a través de los órganos que la Ley establece: el Claustro General y el Consejo Directivo Central, que es el que tiene la potestad resolutiva. Participaron autoridades del Gobierno Universitario, egresados, docentes, estudiantes y funcionarios no docentes.
Los temas que se abarcaron y aprobados por el Consejo Directivo Central fueron:
- Aspectos estructurales y organización general.
- Organismos de gobierno y participación en la Universidad.
- Gestión.
- Carrera docente.
- Sistema terciario de enseñanza.

Otro de los temas tratados fueron: flexibilización de la estrutura académica, la instauración de un sistema de créditos, la creación de otras universidades públicas y el relacionamiento de la Universidad con el sector privado.
Para el debate fueron presentados en forma colectiva o individual una serie de documentos, elaborados por los distintos ordenes de la enseñanza.
La FEUU presentó su modelo universitario consistente en organizar la Universidad en seis áreas de conocimiento: Area Tecnológica, Básica, Artística, Social, Salud y Agraria, buscando simplificar los veinte servicios que existen, para darle una mayor agilidad y racionalidad de recursos.
El debate sobre reestructura universitaria ya se había iniciado a principios de los 90, pero tuvo su fuerte impulso en MAY/93, cuando fue presentado al Consejo Directivo Central el "Documento de los Cuatro Decanos" sobre reformas para la universidad. En su momento fue leído como un documento de corte electoral, ya que en SET/93 debían realizarse las elecciones generales para los

Consejos y Claustros, y luego elegirse los Decanos y el Rector.
Los temas fundamentales del "Documento de los Cuatro", con fuertes objeciones hacia la estructura actual y propuestas de cambio, revivieron a partir de las jornadas de debate universitario, quizás por las próximas elecciones de SET/97.
Aún no han sido ofrecidas oficialmente las candidaturas, pero si se manejan los nombres de los posibles candidatos para sustituir a BROVETTO.
Dentro de la Universidad existen dos corrientes: mientras que un sector sostiene que las reformas deben procesarse gradualmente conservando la estructura actual de la educación superior, existe otro grupo que está a favor de una transformación profunda que llega incluso a la fragmentación del actual concepto de universidad estatal única.
La corriente Gradualista del Oficialismo nuclea al decano de Ciencias Económicas Juan Carlos DEAN, al de Humanidades Carlos ZUBILLAGA y al de Ingeniería Rafael GUARDA; este último se señala como el depositario de mayor apoyo en los distintos órdenes universitarios pero declaró no tener interés en la candidatura porque pretende dedicarse a su profesión.
El oficialismo refleja la continuidad de BROVETTO, plantean reformas graduales conservando la actual estructura dentro de la educación superior.
Esta postura es la que tiene actualmente mayor consenso entre los Decanos.
Por otro lado la Corriente Renovadora nuclea al ex decano de Agronomía Alvaro DIAZ, de Ciencias Mario WSCHEBOR y de Medicina Eduardo TOUYA.
WSCHEBOR es el que tiene mayor respaldo entre docentes, estudiantes y egresados pero está inhabilitado a acceder al rectorado por la Ley Orgánica. La imposibilidad de WSCHEBOR le da mayores posibilidades a DIAZ dentro de esta corriente.
Estos son los decanos que, junto con el ex decano de Veterinaria Roberto SCARSSI, presentaran en 1993 el llamado "Documento de los Cuatro".
Aquí también se pueden ubicar al Decano de Agronomía Gonzalo GONZALEZ que presenta una línea de pensamiento cercana a esta corriente, y a la economista Celia BARBATO, que en JUL/97 se sumó a la lista de posibles candidatos para suceder al actual rector de la Universidad de la República Jorge BROVETTO.
La elección de Ruben OTERO como decano de Arquitectura fortaleció esta posición. OTERO es partidario de la creación de otras universidades públicas y de un sistema de politécnicos y comparte las críticas que el documento de los cuatro realiza a la universidad.
WSCHEBOR propone sustituir la Universidad pública única, por un sistema público de educación superior, integrado por la actual Universidad de la República y una nueva Universidad en el norte, más cuatro institutos politécnicos distribuídos en todo el país; considera que la actual estructura universitaria se ha convertido en un gran obstáculo para la mejora de la calidad académica.
Por su parte TOUYA propone un ciclo general universitario de 3 o 4

años, en el que se proporcionen las bases del conocimiento al estilo de los colleges anglosajones con varias opciones de salida, partiendo de la base de que el conocimiento es primordial para el desarrollo de una sociedad libre, más justa más equitativa y más solidaria.
BROVETTO presentó un documento en el que propone modificar la Ley Orgánica que data de 1958, pero sin tocarla en sus principios básicos de Autonomía, Cogobierno y Elecciones Democráticas de Autoridades.
Sus planteamientos principales son:

- Dar rango legal y participación en el Consejo Directivo Central (CDC), a las áreas académicas -agrupando varios servicios- en sustitución de los servicios individuales hoy individualmente representados.
- Crear tres cargos de Vicerrectores, con sendas responsabilidades en las áreas de investigación, enseñanza y extensión y actividades en el medio, quienes serían elegidos por los universitarios y un Prorrector para lo vinculado al área de gestión, el cual sería designado directamente por el Rector. Esta estructura se repetiría en cada facultad donde propone crear cargos de Vicedecanos.
- Incluir en la Ley Orgánica la constitución de Consejos Sectoriales que surgirán de la transformación de las actuales Comisiones Sectoriales de Investigación Científica, Enseñanza y Extensión y Actividades en el Medio.
- A nivel de funcionamiento, propone que se fijen los plazos en los que los Claustros de las Facultades deberán pronunciarse respecto a los temas que deben abordar, e incluir en estos organismos representantes de los sectores sociales (empresarios, productores rurales, trabajadores, cooperativistas, entre otros) a instancias formales de consulta.
- Otorgar carácter legal al Consejo Consultivo Delegado que actualmente se encarga de abordar los asuntos administrativos liberando de la discusión de los mismos al CDC.
- Incluir en el Presupuesto Nacional un porcentaje fijo para la enseñanza.

Sobre este punto los tres académicos renovadores consideraron que la Universidad no va a obtener más presupuesto si no hay propuestas de cambio.
BROVETTO es contrario a la creación de otras Universidades Públicas porque "la Constitución deposita únicamente en la Universidad de la República actual la responsabilidad de la educación superior del país", pero si es partidario de que se organice la Universidad por áreas temáticas y no en facultades como hasta ahora, acompañando la realidad mundial.
DEAN a pesar de pretender a la corriente del oficialismo, es contrario a modificar la Ley Orgánica, porque considera que "puede haber pérdidas crecientes de grados de autonomía y porque hasta ahora sin cambios en ella se han podido hacer reformas importantes e incluso crear nuevas Facultades.
Otro tema que ocupó el debate universitario fue el relacionamiento de la Universidad de la República con el Sector Social y el medio

productivo.
Los representantes de las Facultades con mayor número de convenios, como el Decano de Ingeniería y el de Ciencias Económicas manifestaron la necesidad de profundizar esta política y apelar al sistema político para lograr transformaciones de los servicios universitarios prestados al sector industrial.

Al culminar las jornadas, en las conclusiones hubo varias propuestas de modelos de estructura universitaria, que reflejaron las opiniones de los participante sobre las que no se llegó a consenso, ni a una propuestas para un sistema terciario estatal.

Se reivindicó la necesidad de que la habilitación y control de las Universidades Privadas, estén a cargo de la Universidad de la República y se cuestionó a los docentes que dictan clases y tienen cargos de responsabilidad en ambas instituciones.

No se descartó la propuesta de creación de otras Universidades Públicas, e imperó la percepción de que no es conveniente modificar la ley orgánica porque la misma es lo suficientemente flexible como para permitir realizar los cambios que se necesitan en la Universidad y por desconfianza hacia el sistema político , que sería el que en definitiva a través del Parlamento, la tendría que aprobar.

Los universitarios señalaron su voluntad expresa de plantear estos asuntos en los órganos formales de decisión universitarias.

Por su parte los funcionarios no docentes, plantearon su deseo de integrar como cuarto orden el cogobierno de la Universidad.

Las conclusiones finales no tuvieron carácter decisivo sobre los aspectos tratados, sino que fueron un reflejo de la realidad universitaria actual y servirán de base para la reunión de la Asamblea General del Claustro que se realizará hacia finales de año, y que entre otras cosas decidirá la modificación o no de la Ley Orgánica, como así también la elección del nuevo rector.
La escasa participación de estudiantes y docentes (participaron 150 estudiantes cuando la Universidad estatal cuenta con 60,.000), ante talleres donde supuestamente estaba en juego su suerte confirmó un diagnóstico común: el decaimiento de la participación. No alcanzó la cercanía de las elecciones para motivar una concurrencia masiva.

- El 11/JUN el Ministro de Educación y Cultura Samuel LINCHTENSTEJN suscribió en Asunción un acuerdo "protocolo de Admisión de Títulos y Grados Universitarios", que permite validar títulos universitarios y ejercer la docencia en forma indistinta en los países integrantes del MERCOSUR.

4.- Educación Privada

- Desde ABR/97 se viene manejando, por parte de los representantes de Centros Privados de Educación de los tres

niveles de enseñanza, el tema de la subvención de la educación privada por parte del Estado.
La educación en manos del Estado se justificaba ampliamente hace 130 años cuando fue implantada por José Pedro VARELA y asistían a la escuela el 2% de los niños. Pero desde entonces la educación se ha disparado en forma acelerada superando al lento proceso estatal que ha quedado rezagado y llevando al actual deterioro de la educación pública que sólo en apariencia cumple con el principio de gratuidad y libertad educativa, ya que esta libertad educativa se paga dos veces, a través de los impuestos y a través de la cuota que cobrar las instituciones privadas, pagando toda la población obligatoriamente por la enseñanza pública la utilice o no.

Este tema salió a la luz en medio de la creciente insatisfacción de la población por la situación de los centros públicos de enseñanza que se manejan en medio del desorden, la superpoblación, los programas desactualizados y clases frecuentemente interrumpidas por la agitación de los propios estudiantes y docentes bajo la influencia de grupos políticos.
En el caso concreto de la Universidad de la República, ésta debería adecuarse a los requerimientos de la demanda actual en materia de educación, creando nuevas carreras en el campo tecnológico y científico, que actualmente son cubiertas por las Universidades Privadas, que durante los últimos años le han quitan terreno a la Universidad Estatal pero a las que solo las minorías pueden acceder.

En ABR/97, el Arzobispo de Montevideo Monseñor José GOTTARDI, declaró su deseo de que el Estado subvencionara los servicios educativos a cargo de la Iglesia porque los padres católicos que quieren educar a sus hijos en Centros de Enseñanza Católica tienen que pagar dos veces por su educación.

En MAY/97 durante un Encuentro Nacional de Directores de Colegio Católicos, organizado por la Asociación Uruguaya de Educación Católica (AUDEC), éstos señalaron que son partidarios de plantear alternativas propias de innovación educativa, que tengan en cuenta la calidad, la equidad y la libertad educativa y reiteraron su reclamo para que el Estado subvencione estas instituciones.
El Director de AUDEC, Sacerdote Pablo INCIO, señaló que el estado debe hacer aportes a los Colegios Católicos porque "el derecho a elegir la educación lo tiene la familia y debe haber igualdad de acceso" tanto a institutos públicos como católicos.
El investigador Pablo DA SILVEIRA, Dr. en Filosofía vinculado a UCUDAL manifestó que la estructura de financiamiento de la educación en Uruguay "es insólita en el mundo", porque le otorga todo el dinero disponible a las instituciones públicas y nada a las privadas. Esto deteriora la calidad de la educación pública porque le otorga a ella un monopolio"
El Rector de la Universidad ORT, Ingeniero Jorge GRUNBERG, planteó la posibilidad de conceder al usuario del sistema educativo nacional, la libertad para seleccionar donde desea invertir parte

de su juventud para su educación. Considera que mediante un sistema de becas el alumno podría optar entre la Universidad de la República y las Universidades Privadas.
Al Estado sólo le corresponde monopolizar el derecho a establecer los niveles de calidad y realizar los controles para que efectivamente los mismos se logren.

Una encuesta publicada MAY/97 por la revista "Posdata", daba como resultado que el 64% de la población nc compartía esta propuesta de que el estado subvencione la educación privada.

- El 08/MAY realizó su acto de presentación la nueva "Universidad de Montevideo" (ex-Instituto de Estudios Empresariales de Montevideo - IEMM), que fuera reconocido como tal por el Ministerio de Educación y Cultura.
Esta universidad, cuyo Rector es el ex ministro de Defensa Nacional, Mariano BRITO, cuenta con tres Facultades: Derecho integrada por carreras de posgrado, Ciencias Empresariales y Económicas e ingeniería. Cuenta además con una Escuela de Negocios que conserva la denominación de IEMM.
En su actividad cuenta con el apoyo logístico y de difusión del matutino "EL OBSERVADOR" perteneciente a la familia PEIRANO y está vinculada con uno de los grupos más conservadores de la Iglesia Católica: el OPUS DEI.

C.- **JUBILADOS**

- Con fecha 26 y 27/JUL se realizó un encuentro sobre políticas de Seguridad Social a fines del Siglo XX, con la participación de delegados de centrales sindicales de América y de Europa, junto a autoridades de la Organización Internacional de Trabajo (OIT). En el encuentro se analizaron cinco documentos con visiones muy diferentes sobre las políticas de Seguridad Social que se aplican en América Latina.
Participaron centrales sindicales de Argentina, Brasil, Paraguay, Bolivia, Chile, Cuba, España e Italia.
En la primera jornada se lanzó el libro titulado "La Seguridad Social del Uruguay", elaborado por técnicos de la central obrera uruguaya.
El 27/JUL se discutieron los documentos de alto nivel técnico internacional y se analizaron pautas alternativas a los modelos existentes en la región, desde la perspectiva de los trabajadores.
Esos documentos fueron confeccionados por la Unión Europea, la OIT y la Universidad de Cambridge, principalmente.
Jorge BRUNI, que integra el grupo de representantes sindicales en el directorio del Banco de Previsión Social del Uruguay, manifestó que los delegados uruguayos presentarán además un documento para que sea base de las discusiones. Asimismo confirmó la intención de poner en marcha de inmediato, una red alternativa de información sindical sobre seguridad social.

- El 30/JUL quedó conformada la MESA COORDINADORA DE ASOCIACIONES DE LA SEGURIDAD SOCIAL, la integran:

* Federación de Asociaciones de Policías en Retiro y Pensionistas Policiales del Uruguay (Crio.(R) Edgardo BENITEZ)
* Confederación Nacional de Retirados y Pensionistas del Personal Subalterno de las Fuerzas Armadas (SOM(R) Isidoro CIANELLI)
* Organización Nacional de Jubilados y Pensionistas del Uruguay (Prof. Elías YAFALLIAN)
* Caja de Jubilaciones y Pensiones de Profesionales Universitarios (Dr. José P. GIANERO)
* Consejo Directivo Autónomo de Jubilados y Pensionistas de AEBU (Sra. Gladyz HARAWAR)
* Asociación de Funcionarios de la Caja Profesional
* Asociación de Trabajadores de la Seguridad Social (Adolfo BERTONI)

Se designó a Adolfo BERTONI como Secretario General.
Los objetivos de esta Mesa es coordinar acciones de conjunto en cuanto al proyecto de ajustes semestrales y la reforma de las Cajas Paraestatales.

D.- ASENTAMIENTOS IRREGULARES

1.- Ministerio de Vivienda

- Al iniciar su gestión el Ministro de Vivienda Juan CHIRUCHI, encaró como uno de los aspectos prioritarios de su acción, la regulación de los asentamientos irregulares; desde entonces las autoridades han considerado que estos asentamientos constituyen expresiones límites de la marginalidad y la pobreza urbana, que requieren acciones específicas para provocar mejoras inmediatas a las condiciones críticas de habitabilidad. Con tal finalidad se creó en la órbita de esa Secretaría de Estado la denominada "Comisión de Normalización de Asentamientos Irregulares", un grupo interdisciplinario de trabajo, que parte de la premisa de que la solución al problema de los asentamientos no pasa por su erradicación, sino por la normalización o regularización en base al reconocimiento de las consecuencias de fuertes procesos urbanos que el país padece desde hace ya cuatro décadas, y que tiene como objetivo formular y coordinar programas, tendientes a articular soluciones para este fenómeno de inquietantes proporciones.
Se proponen en primer lugar, revalorizar el derecho legítimo a la propiedad. Por su parte las autoridades encomendaron a esta comisión que en el futuro no se habiliten procesos de consolidación de asentamientos levantados en terrenos inundables, en zonas hacia las que resulte inviable hacer llegar la red de saneamiento o en tierras destinadas a emprendimientos comunitarios de trascendencia ciudadana.

- De acuerdo a un informe elaborado por los técnicos del Ministerio de Vivienda denominado "Estimación de costos de un programa de Normalización de Asentamientos Irregulares", para liquidar definitivamente este tema en el Uruguay son necesarios US$ 341.600.000 millones. El documento da cuenta de que en Montevideo el total de asentamientos es de 145 con 30.000 lotes y 150.000 personas y un costo de US$ 280.000. Sólo en las riveras del Miguelete hay 1200 viviendas que no corresponden a un plan director, ni a un crecimiento ordenado de la ciudad, y además atentan contra el paisaje y el medio ambiente.
Para el interior, el informe toma en cuenta los departamentos donde la situación se estima como más crítica: Canelones, Paysandú, Rivera, Soriano y Colonia, con un total de 7.000 lotes, una población de 35.000 personas y un costo de US$ 61.600.

- En MAY/97 el ministro de Vivienda Juan CHIRUCHI, anunció el Plan de Regulación de asentamientos Irregulares en Montevideo" que el Ministerio lanzaría para la regulación de diez asentamientos.
El proyecto que involucra 1.900 viviendas y a más de 10.000 personas, demanda una inversión cercana a los 5.400.000 US$ y comenzará a ser ejecutado en los primeros días de AGO/97.
Las zonas involucradas son la periferia de Colon, Lecocq y Punta de Rieles, y más concretamente los barrios Flor de Punta de Rieles, 19 de Abril, 33 Orientales, Las Retamas, 8 de Marzo, Nuevo Colon, Parque Ambientalista Nueva Esperanza, La Esperanza, Los Polvorines y Nueva España; zonas en las que este fenómeno social y poblacional asume perfiles más críticos y donde se conectarán los servicios de energía eléctrica, alumbrado público, saneamiento, agua potable, construcción de viviendas y reparación de calles, se reubicarán las viviendas ubicadas en terrenos no aptos, inundables o destinados a espacios verdes.
El plan de regulación fue puesto en marcha hace más de dos meses con un llamado a grupos multidisciplinarios para la elaboración de los proyectos. Las soluciones encaradas comprenden dos alternativas que son la construcción de viviendas en la modalidad de núcleos básicos evolutivos, y la eventual regularización jurídica de la tenencia de tierra por parte de sus actuales ocupantes. Las familias adquirirán el predio que ocupan pagando 120 cuotas de 2 UR. Los terrenos destinados para tal fin comprenden 72 hectáreas que ya son propiedad del Ministerio.
Estos objetivos urbanísticos corren en forma paralela con la necesidad de mejorar el nivel de vida de miles de uruguayos.
Actualmente el Ministerio se encuentra preparando un plan de relevamiento que abarcará el resto del país.

2.- Intendencia Municipal de Montevideo

- En MAY/97 los ediles de Propuesta Nacional, Mario BARBOZA y Guillermo REY, fueron apercibidos por una comisión investigadora de la Junta Departamental de Montevideo, por haber alentado la ocupación del Asentamiento Irregular de Cañada Jesús

María; esta comisión también expresó su rechazo a la actuación de dos dirigentes de la misma agrupación por el mismo hecho.

- Fue constatado por parte de la Intendencia Municipal de Montevideo y por la Comisión Montevideo Rural, el fraccionamiento irregular y venta de terrenos para la posterior edificación de viviendas, en la zona rural protegida de Montevideo.
En algunos casos los compradores fueron engañados, pero en otros saben que adquieren en condiciones ilegales, con la convicción que al pasar el tiempo las autoridades regularizarán la situación jurídica.
Esta situación provoca perjuicios al ordenamiento de la ciudad, a la producción rural y a las propias personas que adquieren los terrenos que no podrán regularizar jurídicamente la tenencia del bien.
Fueron aplicadas por parte de la Intendencia multas extraordinarias, que van de 7.500 a 35.000 dólares a los propietarios de los predios rurales y a los escribanos que participaron en los negocios, luego que fracasaron las acciones legales iniciadas ante los tribunales.
La mayor parte de estos asentamientos, donde según datos de una empresa privada, viven alrededor de 30 mil personas, la mayoría jóvenes que no forman parte del mundo marginal, se producen en el eje de Camino Maldonado, Villa García, Manga y Av. de las Instrucciones, donde operan empresas clandestinas que organizan ocupaciones o condominios ilegales con la participación de escribanos, agentes inmobiliarios, agrimensores y propietarios de terrenos.
Según un estudio de la Intendencia, la zona rural del Departamento abarca 33.746 hectáreas, que representan 64% del área departamental total, con una población que supera las 60.000 personas. La tasa de crecimiento de estos asentamientos se calcula en el 9%, mientras que en el resto de Montevideo es de 2%.
Este crecimiento básicamente se debe a la migración interna de la ciudad que no pueden pagar alquileres, y se van a la periferia, en tierras que no pueden ser fraccionadas por sus características físicas o por su ubicación, ya que llevarles servicios de agua, luz, saneamiento y transporte tendría un costo muy alto para la ciudad.
Estos asentamientos se fueron creando en forma casi imperceptible durante los últimos años y hoy constituyen una realidad que ya modificó el paisaje de los suburbios de Montevideo.
Alberto ZUMARAN, integrante de la Comisión Montevideo Rural, afirma que los planes para el desarrollo de la Ciudad son puestos en riesgo por la indiscriminada proliferación de los asentamientos.
Estos planes incluyen:
Como futuras zonas industriales, un estudio de la Facultad de Arquitectura y la IMM propone destinar predios situados en las inmediaciones de Villa García y el Barrio Peñarol.
El emplazamiento de un nuevo Mercado Modelo está previsto en La

Tablada, al igual que una terminal de grandes camiones de transporte.
El establecimiento de playas de contenedores y estacionamiento de madera provenientes de la explotación forestal en la zona que se extiende detrás del Cerro de Montevideo.
ARANA se comprometió a no regularizar ninguno de estos asentamientos porque afectan toda la planificación que la Intendencia está proyectando a través del Plan de Ordenamiento Territorial que llevará a cabo y que
incluye ampliar su cartera de tierras para contar con terrenos disponibles a los requerimientos de la población con necesidades habitacionales, el establecimiento de medidas y acciones para impedir la proliferación de baldíos rurales, que incentiven los fraccionamientos y ha coordinado acciones con otras instituciones estatales para ordenar el crecimiento de la ciudad y sus servicios.

- La intendencia viene regularizando asentamientos desde 1991 de forma lenta y con el aval y la participación de los ocupantes.

3.- Poder Ejecutivo

- En MAY/97 el líder de la "Lista 15", senador Jorge BATLLE, lanzó la idea de suspender por dos años la construcción de la Torre de las Telecomunicaciones de ANTEL y destinar los recursos a erradicar los Asentamientos Irregulares; esto sumado a un proyecto impulsado por el ministro de Transporte y Obras Públicas Lucio CACERES, derivó en la decisión del Poder Ejecutivo de formar una comisión que se encargara de tratar el tema de los asentamientos.
El acuerdo al que habría llegado el Presidente de la República con BATLLE, fue que se creara una comisión y se destinaran fondos para atender los asentamientos a cambio del voto de la "15" para levantar la Torre.
El Gobierno resolvió en primer lugar continuar con la construcción de la Torre, respetando la autonomía de ANTEL y al mismo tiempo resolver la situación de los más carenciados, mediante al aporte de los Ministerios y Entes Autónomos. En segundo lugar se determinó que con ese fin se crearía una comisión interministerial, a través de un Decreto del Poder Ejecutivo, la que diseñará un Plan para subsanar la precariedad de miles de uruguayos.
El 30/MAY el Presidente de la República Julio Mª SANGUINETTI, solicitó al Partido Nacional, que tomara parte de la Instrumentación y ejecución del "Proyecto de Resignación de Recursos para la Erradicación de los Asentamientos Irregulares".
Por tal motivo en JUN/97 el Partido Nacional designó a los senadores Guillermo GARCIA COSTA y Jorge GANDINI, y a los Ministros Ana Lia PIÑEIRUA y Juan CHIRUCHI para que integrarán la comisión en representación del Partido Nacional.
Luego de superar algunas diferencias entre los colorados y

nacionalistas por la formación de la comisión, mayoritariamente integrada por representantes colorada y por la no convocatoria por parte de SANGUINETTI a los representantes blancos en la comisión, que llevo al Directorio blanco a no avanzar en soluciones para los asentamiento y a suspender la firma del decreto que autorizaba la formación de la comisión hasta que la situación fuera rebertida.
La convocatoria fue realizada en JUL/97 y durante la reunión se logró acuerdo entre las parte y fueron aceptados en general los puntos de la propuesta blanca para integrar la comisión.
La propuesta comprendía:
- Que el Ministro de Vivienda sea la unidad ejecutora del Proyecto, la creación de un MEVIR urbano, el aporte gratuito de servicios que brindan las empresas públicas, la propuesta de que el dinero del MVOTMA destinado a la erradicación de los asentamientos se vuelque a la financiación del Proyecto, la ratificación del programa piloto, la reasignación de programas de inversión, el traslado del programa a todo el interior y la preparación de lotes con servicios prontos para la instalación.
Inicialmente la Comisión trabajará en la instrumentación de la reasignación de recursos que impulsará el Gobierno de Coalición y otras políticas sociales para después proceder a definir los objetivos concretos del plan a encarar y los sectores que se beneficiarán.
Con respecto a la financiación del Plan, el Ministro de Vivienda Juan CHIRUCHI señaló que de los US$ 341.600.000 que costaría erradicar los asentamientos en todo el país, se contaría con US$ 90 millones a través de un préstamo del BID, 70 US$ millones por reasignación de recursos y US$ 10 millones aportados por el MVOTMA, totalizando US$ 170 millones.
Para el otorgamiento del préstamo fueron acordados con el BID algunos programas donde se destacan el desarrollo de lotes con servicios y la la construcción de viviendas para asentar a ciudadanos que habitan en terrenos que no sean viables.
Para la total erradicación de los asentamientos se habla de varias etapas cada una de las cuales deberá ir acompañada de un presupuesto diverso.
El Director de la OPP Ariel DAVRIEUX se mostró preocupado en cuanto a las contradiciones en las cifras que se manejan sobre el presupuesto que demandará el plan, por lo que aseguró que las cifras concretas no están establecidas.
También existen diferencias sobre la cantidad de personas que habitarían en los asentamientos; El Instituto Técnico para la Promoción y el Desarrollo (INTEC), en un estudio que encaró para el propio Ministerio de Vivienda, asegura que esta población en Montevideo sobrepasa apenas las 50.000 personas, cifra tres veces menor a la manejada por el MVOTMA.
Las líneas generales del Plan fueron anunciadas por CHIRUCHI y consisten en financiar lotes con servicios, construir viviendas para asentar a una parte de los precarios y promover la autoconstrucción de unidades habitacionales.
El objetivo trazado es atender a 150.000 personas en Montevideo y 35.000 en el interior.

UTE y ANTEL no cobraran tasa de conexión en la instalación de los servicios y las primeras medidas se tomarían durante el segundo semestre de este año.
Tras reuniones entre el Pte. de la República Julio Mª SANGUINETTI con el Pte. del Directorio del Partido Nacional Alberto VOLONTE y el Director de la OPP Ariel DAVRIEUX se convino en que el proyecto que en un primer momento abarcaría a Montevideo, Canelones, Maldonado y San José, se aplicara a todo el territorio nacional.

- El 16/07 el intendente de Montevideo Mariano ARANA solicitó al Presidente de la República formar parte de la comisión. La misma solicitud fue hecha por la Junta Departamental, a través de una carta remitida por ZABALZA al Presidente señalando que en JUN/97, el cuerpo que preside resolvió apoyar la iniciativa promovida por el Poder Ejecutivo.

- El 30/JUL se dio a conocer la resolución final del Poder Ejecutivo donde se señala que el Programa de Erradicación de Asentamientos será ejecutado por todo el aparato estatal y su plan de cumplimiento no estará encabezado por ningún ministerio en particular, no siendo aceptada la propuesta de los nacionalistas de que la ejecución del proyecto fuera impulsada por el Ministerio de Vivienda, y se desestimó la propuesta del Intendente de Montevideo de integrar el comite, al confirmar su formación mediante un decreto firmado por el Presidente SANGUINETTI.
La Comisión estará integrada por el Presidente de la República que la presidirá, los Ministros de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, Transporte y Obras Públicas, Trabajo y Seguridad Social, el Director de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, los Presidentes y Vicepresidentes de los Directorios de UTE y ANTEL y un Intendente en representación del Congreso de Intendentes.
Según la resolución, el Gobierno ha promovido a través de los Ministerios del área social y los entes autonomos y servicios descentralizados, distintas acciones tendientes a mejorar y regularizar la situación de asentamientos espontáneos y evitar su proliferación el "Comite Coordinador Interinstitucional" tendrá como principales objetivos, "establecer y coordianar los lineamientos de acción para un efectivo mejoramiento de la calidad de vida de los habitantes de los barrios conformados por asentamientos espontáneos ubicados en la periferia de las ciudades"
El comité contará con un grupo asesor de apoyo que tendrá tres miembros designados por el Presidente de la República, integrado por personal técnico y administrativo que podrá solicitar la colaboración de los organismos nacionales públicos y privados, para el cumplimiento de sus cometidos.
Este grupo estará presidido por el General (R) Ricardo GALARZA.

- Hasta ahora la única crítica frontal a los planes del gobierno fue hecha por la revista "PROPIEDADES" cuyo editor Julio Cesar VILLAMIDE, especializado en temas inmobiliarios

sostuvo que el proyecto presenta una serie de fallas que a mediano plazo pueden agravar la situación.
VILLAMIDE considera que los que se está haciendo es premiar la ilegalidad, porque si se premia a los que ocupan tierras el fenómeno de los asentamientos irregulares va a crecer con gente que ahora vive en pensiones o en situación de hacinamiento, creándose una situación que define como "invitación para seguir ocupando".
A diferencia de lo que ocurría en los años 50 y 60 cuando los cantegriles los conformaban personas llegadas del interior, ahora los asentamientos los forman familias de clases media expulsadas de la zona central de la ciudad victimas de la apertura económica, la desindustrialización, el desempleo y el subempleo, y la liberalización del mercado de alquileres.
La evolución de la ciudad es un reflejo de los cambios en curso; En Montevideo en los últimos 30 años se produjo una gran transformación: la población de la franja costera se mantuvo estable, los barrios centrales perdieron un 30% de población y los barrios periféricos crecieron más de 10 % albergando casi la mitad de la población total de Montevideo.
Los barrios centrales donde existe amplia infraestructura de servicios se vacían, la periferia crece a gran ritmo y la franja costera donde se construyen 80% de los metros cuadrados de la ciudad se estanca.
Según VILLAMIDE el proyecto de gobierno consolida la división de la ciudad, perjudica la calidad de vida de todos y agudiza los problemas de seguridad pública directamente relacionado con la marginalidad social.
VILLAMIDE presenta una propuesta consistente en exonerar de tributos municipales y conexiones de agua y saneamiento a las viviendas que se construyan en determinados barrios, creando zonas francas urbanas, exonerar del IRIC a las inversiones inmobiliarias y otorgar un subsidio directo para alquilar a las familias con bajos ingresos repoblando la zona central de la ciudad a un costo mucho menor que el que implica la erradicación de asentamientos.
Esta iniciativa tuvo el rechazo del Presidente de la República, el del BHU y el del subsecretario del MVOTMA y tuvo el visto bueno del intendente de Montevideo.

E.- RELIGION

- La Iglesia Católica del Uruguay, continúa tratando el tema de los desaparecidos. El vicario pastoral de la Arquidiócesis de Montevideo, Daniel BAZZANO, se reunió en el mes de mayo con familiares de desaparecidos y opinó al respecto que los mecanismos para conocer la verdad, deberán ser "muy finos y ajustados".

Por su parte el Arzobispo de Montevideo, Mons. José GOTTARDI, manifestó que "no espera que el Gobierno dé algún paso para solucionar el tema... y que la iglesia tampoco lo hará", aunque personalmente se mostró "abierto a salir al encuentro de todas las posiblilidades de apoyo que se puedan dar en este tema", puntualizando que la iglesia uruguaya no participó de la marcha

que se realizó el 20/MAY denominada "Queremos la verdad", señalando que "si estamos abiertos a una prestación de servicios, es importante que tengamos una posición de expectativa sin tomar parte en una u otra posición".

El sacerdote, Wálter PEREZ, cuestionó la iniciativa de Mons. Pablo GALIMBERTI referente al tema de los desaparecidos señalando que "si la parte interesada no hubiera hecho el planteo, ahí se estudiaría, pero actuar en este tema por iniciativa propia no lo comparto". Manifestando que "la iglesia católica asumio como propio el ofrecimiento público efectuado por Mons. GALIMBERTI", y que "si bien el planteo fue adoptado por unanimidad de los obispos existen diversas posturas en el interior de la comunidad religiosa".

En un documento presentado por la Confraternidad Judeo-Cristiana de Uruguay, dieron a conocer su pronunciamiento al tema planteado. El mismo entre otras cosas señala que "sin menoscabar el pleno respeto a la ley de Caducidad, apoya el legítimo derecho de conocer definitivamente cual fue el destino final de los desaparecidos". Indica también que en caso de que existan restos identificables, "éstos deben ser entregados a sus familiares".

El presidente de la Conferencia Episcopal del Uruguay, Mons. Orlando ROMERO, inidicó que "hay unanimidad de los obispos... en esclarecer la situación, en la busqueda de la paz y reconciliación para que no quedemos en nuestro país atados al pasado". Señalando que la iglesia católica, "ha realizado contactos con familiares de desaparecidos sin que haya contactado aún a militares o representantes del Poder Ejecutivo".

Por su parte, el Padre Wálter PEREZ reiteró su discrepancia con Mons. GALIMBERTI, sugiriendo "el olvido para el tema de los detenidos desaparecidos, lo único recomendable hacer, es consolar a los familiares, porque la ley ya laudó el asunto".

En una carta enviada a El Observador, el Cnel. (R) Luis María AGOSTO BESSONART, ex miembro del Estado Mayor de la Junta Interamericana de Defensa, se pronuncia en favor de la propuesta de Mons. GALIMBERTI, para esclarecer el destino de los desaparecidos pidiendo aceptar "la generosa oferta del Obispo".

Este planteo se constituye en la primera expresión pública en apoyo a GALIMBERTI emanada del Ejército a título personal.

Referente a la observación del Cnel. (R) Luis AGOSTO, Mons. GALIMBERTI opinó que ésto demuestra que el tema "duele". Señaló además que "desde hace días se venía manifestando que había caído muy bien entre los militares de la carta del oficial retirado, pero al mismo tiempo demuestra que el tema interesa mucho, toca un punto que duele, y quizás estén buscando una elaboración más orgánica y que no solamente dependa de voces aisladas".

La Nunciatura Apostólica, representante de la Santa Sede ante la Iglesia Católica y el Estado Uruguayo, no tomará posición sobre la oferta de mediación del obispo de San José, Mons. GALIMBERTI. El Nuncio puntualizó que "al igual que cualquier

embajador, no debe inmiscuirse en cuestiones locales, por lo tanto, no puedo tomar posición ni emitir comentario alguno". A la vez, comunicó al Vaticano la propuesta realizada por la Iglesia Católica sobre el tema de los desaparecidos, realizada en un primer momento por Mons. Pablo GALIMBERTI y que luego hiciera suya la Conferencia Episcopal del Uruguay. Fuentes de la Nunciatura Apostólica, anunciaron que la Santa Sede respalda la posición de los Obispos Uruguayos y que le dio amplias libertades.

En una reunión mantenida con dirigentes del Partido Socialista, el Obispo de San José opinó "que tiene que haber un gran acuerdo para zanjar heridas en la sociedad". La entrevista fue planteada por el PS y se desarrollo en la recidencia del obispo en la calle Sarandí en la capital del departamento de San José. El diputado CHIFLET, manifestó su convencimiento de que con la reapertura del tema de los desaparecidos "había militares dispuestos a declarar". La misma línea de pensamiento mantuvo el senador GARGANO, quienes analizaron junto al Obispo la situación para solucionar el tema de los desaparecidos y "que permita avanzar y contribuir para que los familiares puedan hacer el duelo final".

Finalmente, Mons. GALIMBERTI consideró que su propuesta para conocer el destino de los ciudadanos desaparecidos debe tener un punto final en el mes de setiembre.

- El 25/JUN, la Suprema Corte de Justicia rechazó el período de gracia realizado por Mario CORGATELLI, abogado defensor del sacerdote Adolfo ANTELO. El máximo organo judicial comunicó al abogado CORGATELLI que sólo consideraría una petición de ese tenor luego que el Tribunal de Apelaciones de Segundo Turno en lo Penal dicte sentencia en el caso.

Personas allegadas al grupo religioso que orienta el sacerdote ANTELO indicaron que el cura aguarda el pronunciamiento definitivo sobre su causa para evaluar la posibilidad de fijar su recidencia en Argentina.

- Fuentes allegadas a la Asociación de Fomento y Defensa Agrícola de Joanicó, informaron a la prensa que el ex capellán militar del grupo Albatros, Luis Moises JARDIN, refugiado en nuesto país y nombrado Cura Párroco de la localidad de Joanicó, "alienta en forma decidida" las movilizaciones que se llevan adelante en su localidad.

La Iglesia Católica, también estuvo presente en las movilizaciones que se hicieron en Paysandú, Salto y Florida.

- La llegada del Grupo Moon a la zona del Cerro de Montevideo, ha generado diversas expectativas e interrogantes entre sus vecinos, tales como "trabajo y religión, esperanza y temor".

"La Federación", presidida por el senador pachequista Mario CANTON, tiene proyectado lanzar cinco empresas en la zona: en el predio que ocupa el Frigorifico Nacional se instalará una fábrica de computadoras que va a trabajar en el mercado externo, una

fábrica de máquinas agrícolas, una procesadora de chips y una fábrica de autopartes. En el antiguo astillero "Tsakos" se fabricarán embarcaciones livianas de pesca y deportivas.
Para cubrir los puestos de trabajo que se crearán entre dos mil y cinco mil el Grupo Moon creará una Escuela de Capacitación para los nuevos empleados.
Steven BOYD, vocero de la Iglesia de la Unificación, liderada por el reverendo Moon, sostuvo que "la obra nuestra abarca todos los sectores del país de manera que no es una obra política, sino más bien dirigida a la familia unida, por lo que hay personas que participan en todas las perspectivas religiosas y sectores de la población nacional".
Agregó que "el reverendo Moon y su señora han establecido a lo largo de 50 años ciento de organizaciones en el campo religioso, académico, cientifico, económico,medios de comunicación, proyectos humanitarios, en el campo de la cultura del arte". Además "están impulsando ahora un movimiento en pro de la familia y que están practicando millones de personas de 185 países donde trabajamos en todas las razas, religiones culturales y nacionales".
Agregó que el grupo "no está buscando el poder en el Uruguay. La obra nuestra es positiva, ya tiene más de dos décadas de actuación en el país y creo que eso habla por sí".
El 28/JUL, la familia Moon celebró el primer año de fundación de la Federación para Salvar la Nueva Nación con la entrega de treinta distintivos "Premio Diamante de la Sociedad" a ciudadanos destacados por sus actividades profesionales o laborales.
Esta Federación se fundó en JUL/96, en un acto inaugurado por el revendedo Moon y su señora en la sala de convenciones del nuevo Victoria Plaza. En ese momento la directiva se componía de 33 personas y estaba encabezada por el ex ministro de Justicia Rafael ADDIEGO BRUNO. Luego de su renuncia, le sucedieron siete dimisiones, las de: Alvaro ALONSO, Bernardino AYALA, Dimar LARROQUE, Carlos TESTONI, Carlos RODRIGUEZ LABRUNA, Washington CORALO y Victor Hugo LAMONACA.
Actualmente la dirección está compuesta por 37 y varias de ellas son candidatas al Premio Diamante de la Sociedad. Ellos son: Carlos ABDALA, Enrique ALVAREZ, Nelson ARREDONDO, Bautista AYOROA, Mario CANTON, Mario CERUZZI, Neber COSSIA, Luis CURBELO, Hugo DAMASCO, Winston ELUTCHANZ ex jefe de Policía de Montevideo, Cnel. (R) Romero ZINA FERNANDEZ, Aulo GARCIA CORONEL, Insp.Gral. de Policía (R) Humberto FRAGA, Jorge GOYENOLA, Antonio GUERRA, Julio GUIDA, Julio Cesar HERNANDEZ, Mario LOPEZ, Carlos LOPEZ FERNANDEZ, Oscar MAGURNO, Abayubá MARTOREL, Alphonas MAX, Cnel. Carlos MAZULLO, Augusto MONTESDEOCA, Tte.Cnel. (R) Carlos PACHE, Miguel PAÑOLIAS, diputado Gonzalo PIANA, Cnel (R) Domingo PUGLIESE, Cnel (R) Alberto QUINTANA, Oscar RODRIGUEZ BARRIOS, Julio César SAETONE, Roberto SCONFIANZA, diputado Edison SEDARRI, Carlos SEOANE, diputado Pedro SUAREZ, Nelson VAZQUEZ, Leonardo VERTIZ.
En una charla realizada en Villa del Cerro, la pastora sicóloga Aracelí EZZATTI, representante de la Iglesia Metodista, hizo uso de la palabra, señalando que su iglesia, haciendo referencia a la Secta Moon, "desde hace mucho tiempo está expresando repudio a

esta invación". Agregó que "nos sentimos violentados por nuestro propio gobierno, que los dejó entrar cuando otros gobiernos del mundo lo han resistido".
También integraron la mesa, el periodista Juan José VAZQUEZ de CX 36 Centenario y otros representantes de las fuerzas vivas del Cerro, inclusive de la Iglesia Católica.
La recordada militante por los derechos de la familia policial, Sandra DODERA, es ahora vocera de la iglesia del reverendo Moon en Fray Bentos, representando allí a la federación de Mujeres para la Paz Mundial.

- Entre el 01 y 03/AGO, tuvo lugar en Montevideo la XI Gran Asamblea del Gran Oriente Latinoamericano, Potencia Masónica Soberana, que por primera vez se reúne en nuestro país.
La Gran Asamblea está integrada por delegados electos de todas las Logias federales que trabajan bajo los auspicios del Gran Oriente Latinoamericano.
En esta asamblea se eligió al nuevo Gran Maestro, siendo electo el argentino afincado en Ecuador Rolando MOYA TASQUER Gran Maestro del Gran Oriente Latinoamericano, a la vez apoyaron el proceso de integración regional.
Estuvieron presentes delegaciones provenientes de diversos países latinoamericanos y europeos y autoridades de diversas instituciones masónicas.
La XI Gran Asamblea del Gran Oriente Latinoamericano concluyó con la aprobación de una declaración en la que se reafirma el compromiso de sus integrantes con "políticas que promuevan valores de vida más éticos, una redistribución de la riqueza más equitativa y una mayor participación ciudadana".

F.- MEDIOS DE COMUNICACION

1.- <u>Información general</u>

- Según un reciente fallo del Tribunal de Apelaciones, un periodista no incurre en abuso de derecho cuando "informa de los hechos que pudo conocer, acudiendo a las fuentes que se estiman, pues es algo habitual, bien informadas". Mediante este pronunciamiento judicial, se otorga prioridad al derecho de informar de quienes ejercen la profesión periodística sobre el derecho a la privacidad de las personas".
El fallo del Tribunal, que contó con con los votos de los Ministros Pablo TROISE y Ricardo HARRIAGUE, desestimó la demanda por "daño moral" iniciada contra un periodista del diario EL PAIS, por considerar que "la prensa informa sobre hechos de interés; el medio de prensa no incurrió en abuso de ejercicio de una función que es pública: informar".-

- El presidente de la Asociación de la Prensa Uruguaya (APU) Juan Carlos OTORMIN, confesó su escepticismo en cuanto a que las investigaciones ordenadas por el Ministerio del Interior para aclarar el secuestro del periodista del diario EL

OBSERVADOR Pablo ALFANO, acaben esclareciendo el hecho y dijo que esas pesquisas "estuvieron viciadas" por la injerencia de ex miembros de los servicios de inteligencia que mantienen contacto con los actuales funcionarios de la DNII de la Policía.-

- Los diputados José BAYARDI y Enrique SOTO, ambos de la Vertiente Artiguista (VA), elevaron un pedido de informes al Ministerio del Interior por el secuestro de ALFANO. En la solicitud, los representantes del FA reclaman conocer los resultados obtenidos en las investigaciones que, durante casi seis meses, se vienen realizando.-

2.- **Medios electrónicos uruguayos**

- En torno al tema de que grupos extranjeros inviertan en los medios electrónicos uruguayos, el Director Nacional del Comunicaciones Ernesto DEHL, admitió que existe la posibilidad y reconoció que esa corriente que surgió en los EE.UU. se encuentra presente actualmente en el Río de la Plata. DEHL expresó además: "que pueda haber multimedios argentinos que inviertan en Uruguay, por supuesto; hace pocos días se promulgó en nuestro país una ley que permite a ANTEL asociarse con empresas extranjeras".-

- En este sentido, el Grupo CLARIN (Argentina) obtuvo el control de la programación de TVC, el canal codificado para abonados adjudicado también por LACALLE a la empresa BERSABEL S.A. Dicha operación, que implicó una suma millonaria en dólares, pasa el control de ese canal uruguayo a la empresa MULTICANAL (grupo CLARIN), que opera en el canal cable argentino con un total de abonados estimados en 2.000.000.-
TVC era operado por OTEGUI y Asociados, que por razones legales mantienen la titularidad de la onda, aunque la programación será resuelta por MULTICANAL. TVC cuenta con un total de abonados en torno de los 15 y 20 mil.-

- Según la Justicia, los canales privados podrán continuar con el cableado de Montevideo, mientras se analiza la legalidad del acto administrativo dictado por el gobierno presidido por el Dr.Luis A. LACALLE, que les otorgó el monopolio de las emisoras por cable.-

3.- **Medios radiales**

- En lo que tiene que ver con las radios truchas o piratas, el Senador Jorge GANDINI (Manos a la Obra) reclamó al Poder Ejecutivo, una nueva legislación para penalizar a las citadas radios, "las cuales operan sin inocencia y no sin fines de lucro", afirmó GANDINI, asegurando poseer recibo de un cobro por publicidad de una de estas emisoras. Observó que "no se debe confundir la libertad de expresión con el derecho a la propiedad. No es cierto que para consagrar la libertad de pensar distinto haya que ser propietario de un medio de comunicación y mucho menos defender que estos existan al margen de las disposiciones legales

vigentes". Abogó también por una legislación que "dote a la Dirección Nal. de Comunicaciones de los medios necesarios para poder cumplir adecuadamente su función".
Por otro lado el Diputado herrerista Jaime TROBO, presentó un proyecto de ley para castigar con penas de entre 24 meses de prisión a 6 años de penitenciaría, "a las trasmisiones ilegales tanto de radio como de televisión".-

- Entre los meses de Mayo y Julio fueron allanadas tres radios truchas: EL PUENTE FM, SEMBRANDO FM (Jardines del Hipódromo), EMISORA DE LA VILLA (Cerro) y ALTERNATIVA FM (La Teja). A pesar de haber sido clausuradas, continúan trasmitiendo desde otros puntos.-

- A continuación y según información aparecida en el diario EL OBSERVADOR, las emisoras truchas que emiten a la fecha son:

* SEMBRANDO FM 103.5 -- Lutecia 3811
* ALTERNATIVA FM 97.9 -- Molina 146
* RADIO FEUU FM 102.5 -- A.Grande 1422
* IAVA (Varía frecuencia) -- Centro
* LA ESQUINA FM 103.1 -- Gral.Flores 4040
* FM LA VILLA 104.1 -- Grecia 4031
* SUBRETA FM 104.1 -- Las Piedras
* EL PUENTE FM 103.5 -- Dionisio Coronel 519

- Se tomó conocimiento de la actividad de una emisora denominada "Ciudad Dormitorio" con emisiones en el 103.5 FM, la cual comenzó a funcionar oficialmente el día 18JUN en la localidad de BARROS BLANCOS. La emisora comenzará a emitir desde un local fijo ubicado en Ruta 8 KM 23.500, calle Alamos Solar 1 Manzana 302, siendo su responsable Washington CARABELLI.-

- Una sanción económica de hasta 300 UR podría recibir la conocida emisora capitalina CONCIERTO FM por utilizar, supuestamente, una repetidora no autorizada en Punta del Este. La novedad se conoció al concluir la investigación que sobre la eventual retrasmisión venía llevando a cabo la DNC. Altas fuentes del MDN manifestaron que si bien no se constató la retrasmisión, "existen elementos e indicios que permiten sugerir la infracción, ya que, entre otras cosas, el aparato estaba fuera de la dirección registrada para su instalación y funcionamiento".-

- Desde el año 1996 el gobierno instituyó que el día 25MAY se celebre el "Día de la radiodifusión del Interior", como homenaje a la inauguración de CX35 Radio Paysandú, primera en el interior, fundada el 25MAY de 1924. "Actualmente RAMI (Asociación de Radios del Interior) cuenta con 89 radios afiliadas", señaló Gerardo AREVALO, presidente de RAI.-

- Dieron comienzo las emisiones de la emisora de Frecuencia Modulada cuyos estudios están instalados en el subsuelo del edificio que alberga a la Revista Tres. Fuentes oficiales confirmaron que la emisora -originariamente del SODRE y adjudicada

por el Gobierno del Dr. Julio Mª. SANGUINETTI a BARROS ALI - integrante del Buró de Medios que comercialiaza la Revista Tres-, lleva el nombre de "VENUS FM".-

- Con la presencia del presidente de la República, el SODRE ha inaugurado sus estudios de radio propios en su local de Ciduad Vieja.-

4.- Prensa

- En el mes de Mayo volvió a salir "LA DEMOCRACIA", perteneciente al sector Wilsonista, siendo su Redactor Responsable Aníbal STEFFEN.-

- Por su lado, el Partido Colorado también sacó a la venta una publicación llamada "LA VANGUARDIA", que edita para todo el país COMUNICPUB y Asociados. El Director Responsable es César GARCIA ACOSTA.-

G.- RURALES

- Con fecha 12/JUL se realizó el "2do. Encuentro del Campo y la Ciudad", en la ciudad del Sauce, bajo la consigna "Unidos por un país productivo", en defensa del productor rural y su producción agrícola y los reclamos de los trabajadores de la ciudad. El acto contó con la presencia de productores rurales y de la ciudad diversos puntos del país, aproximadamente unas 4.000 personas siendo reorganizado por la Asociación Fomento y Desarrollo Agrario de Joanicó (AFYDAJ). Así mismo participaron representantes de la Coordinadora de Jubilados, fuerzas sociales y gremiales, así como integrantes del PIT-CNT, AEBU y ASCOT.
Se expresa que en 1996 una huelga de hambre del Presidente de AFYDAJ logró demorar las ejecusiones y los embargos de un número importante de productores granjeros del departamento de Canelones, los plazos se vencieron y las soluciones de fondo para el sector siguen sin aparecer.
En virtud de ello estos comienzan una nueva huelga de hambre, reivindicando "ley de tierras" que le garantice al productor rural su espacio para producir y lograr sobreponerse al endeudamiento que contrae con el Banco República, siempre y cuando éste congela y refinancie dicha deuda.
El Presidente de AFYDAJ, Aramir SILVA, expresó que las condiciones que deberían darse para el levantamiento de la huelga de hambre serían que el Poder Ejecutivo y la coalición congelen la deuda. Los huelguistas son Aramir SILVA, Gerardo GIORDANO y Walter MACHIN.
El 26 y 27/JUL la Intersocial dío su total apoyo a la medida de la AFYDAJ de realizar cortes de ruta, como forma de sensibilizar al gobierno y de dar información a la población. El 28/JUL una delegación de los productores fue recibida por el Directorio del Banco de la República, en la cual plantearon medidas de protección a la industria nacional y facilidades para el acceso a la tierra

de todos aquellos que siguen interesados en trabajarla, sin tener que abandonarla para buscar otras ocupaciones. La delegación cuestionó los planes de reinversion propuestos por el gobierno, porque no alcanzan a los pequeños productores que arrastran deudas o necesitan tiempos más largos para encontrar transformaciones.

H.- DERECHOS HUMANOS

- En relación al tema Derechos Humanos, cabe reseñar que con fecha 21/ABR el Juez Alberto GOMEZ hizo lugar a una denuncia presentada por el Senador Rafael MICHELINI que revelaba la existencia de dos dependencias militares donde se hallarían enterrados restos de personas desaparecidas durante el gobierno de facto.

También se da cuenta a la Justicia de un operativo de remoción de restos, denominado "zanahoria", ocurrido con posterioridad a 1985.

El magistrado entendió, en contra de la opinión de la fiscal Ana María MERELLO, que la investigación de la existencia de estos restos no era alcanzada por la ley de caducidad.

La fiscal se mostró firme en su dictamen y se opuso al fallo del magistrado, llevando el expediente en apelación al mencionado Tribunal de Apelaciones. REYES contestó en términos muy duros la apelación de la fiscal, poniendo en juego incluso, consideraciones de orden ético, para abrir una investigación sobre los desaparecidos.

El Tribunal de Apelaciones en lo Penal de 2º Turno, luego de 53 días de haber recibido la causa, el 13/JUN dio a conocer su resolución, en la cual se decidió remitir al Poder Ejecutivo la denuncia. Los ministros del Tribunal de Apelaciones argumentaron su decisión en la letra del artículo 3º de la Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado, respaldando así la posición de la fiscal Ana María MERELLO y cuestionando los pronunciamientos del Juez Penal de 2º Turno, Alberto REYES. Asimismo el gobierno deberá pronunciarse sobre el petitorio presentado por los familiares de los detenidos desaparecidos el 16/ABR, para el cumplimiento del artículo 4º de la Ley de Caducidad. Allí se establece que el Poder Ejecutivo deberá investigar administrativamente, cuál fue el destino de estos ciudadanos, sin definir quiénes fueron los responsables de los desaparecidos.

El Dr. Javier MIRANDA, vocero de familiares de detenidos desaparecidos, afirmó que la sentencia "no cierra ninguna fuente", sino que, por el contrario, "el Poder Ejecutivo tiene otra vez la palabra".

El 02/JUL, al cumplirse la mitad del plazo constitucional, familiares de uruguayos desaparecidos, le enviaron una carta a distintas personalidades en la cual les solicitan su colaboración para que insten al Poder Ejecutivo a brindar una respuesta a la brevedad posible "acogiendo lo peticionado".

El 29/JUL el Juez Alberto REYES envió al Poder Ejecutivo, el expediente que contiene la denuncia Penal del Senador Rafael MICHELINI. A partir de esta fecha el P.E. dispone de 30 días perentorios para indicar si el hecho denunciado se encuentra

atrapado o no, en la Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado.-

- A mediados del mes de Julio viajaron a España, Sara MENDEZ y Elsa VILLAFLOR, las que declararon ante el Juez Baltasar GARZON, quien sigue la causa por la desaparición en la Rep.Argentina, de más de 300 ciudadanos de origen español, algunos de ellos nacidos en Uruguay, durante la última dictadura militar. Sara MENDEZ es testigo sobre los sucesos de los Automotora Orletti. Elsa VILLAFLOR, hija de un uruguayo y una uruguaya hija de gallegos desaparecidos en Buenos Aires.
Sara MENDEZ, con posterioridad a declarar en España, viajó a Francia donde se entrevistó con la organización "¿Dónde Están?". Esta organización está integrada por ciudadanos franceses y uruguayos residentes en Francia y su actividad consiste fundamentalmente en apoyar el petitorio de los familiares desaparecidos, presentado al presidente de la República, Julio Mª SANGUINETTI.

- Amnistía Internacional presentó el 19/JUN su informe anual ante el Senado de la República, en el que censuró al gobierno uruguayo por continuar "sin investigar la mayoría de las violaciones de los derechos humanos cometidas en años anteriores". Dicho informe explica que pese a las declaraciones públicas de ex miembros de las Fuerzas Armadas en Febrero, Abril y Mayo de 1996, que corroboran los informes sobre violaciones de derechos humanos cometidos por gobiernos militares anteriores, "no se iniciaron investigaciones oficiales al respecto".
Cabe señalar que el Coordinador General del capítulo uruguayo de Amnistía Internacional, Leonardo KAMMERMANN, sostuvo que el presidente de la República, Julio Mª SANGUINETTI, "defendió ante Amnistía Internacional, la necesidad de no investigar las violaciones a los derechos humanos para evitar la apertura de una caja de pandora". Sin embargo en declaraciones que le concedió a la Cadena CBS, en el programa "Tele Noticias, América Habla", admitió que la entrega de los cuerpos a los familiares de las víctimas de la "dictadura militar" hoy desaparecidos, es una obligación moral y no debe ser objeto de acuerdo o negociación alguna. Asimismo afirmó que este es un tema que "no puede estar en debate" pero sobre el cual, "desgraciadamente, no sabemos y nadie sabe".

III.- CAMPO ECONOMICO

- En el orden regional podemos señalar que, la Administración SANGUINETTI apuesta a la "profundización del compromiso integracionista con el MERCOSUR". Es por ello que, Uruguay buscará que se llegue a un Acuerdo Marco sobre los

servicios, que se eliminen las políticas públicas que distorcionen la competencia y que se adopte un código anti-dumping.
Al mismo tiempo, apoyará la incorporación de Chile y Bolivia a las negociaciones que realice el MERCOSUR con otros bloques comerciales, e insistirá en que el MERCOSUR negocie en paralelo con el NAFTA y con la UE, para lo que se fijará un calendario de negociaciones.
Por otra parte, luego de los episodios que pusieron de manifiesto distanciamientos entre el Gobierno Nacional y el Perú, quedó establecida la intención de las autoridades peruanas de negociar en un plano de "4+1", descartando la posibilidad de hacerlo a través del Pacto Andino, de quien se alejara en el correr del presente año.

- En el orden nacional, al igual que en el trimestre anterior, los indicadores de actividad económica marcan importantes déficit en el área fiscal y comercial, así como un aumento de la deuda externa.
Al mismo tiempo, muestran un aumento de las inversiones, pero sin que existan posibilidades de disminuir la desocupación.

- De los mencionados indicadores, se destaca que:

a.- La pauta devaluatoria se reducirá del 1.2 al 1% mensual a partir del 01/AGO. La medida se sitúa dentro de la política de gobierno de bajar la inflación, como un paso más en la reducción de la carga impositiva.
La inflación, de hecho, que viene cayendo paulatinamente desde 1991, había hecho una pausa en su descenso en los últimos dos meses, permaneciendo en el 1.3% mensual.
Considerando que la tasa de inflación converge desde arriba a la pauta devaluatoria, el piso que la medida le pone a la tasa de inflación para el presente año es de 16%.
Cabe consignar que, paralelamente al presente anuncio, se adoptaron otras medidas que lo refuerzan, como la intervención del BROU en el mercado de cambios, vendiendo pequeños montos de la moneda norteamericana.

b.- Aproximadamente el 12% del PBI representaría el sector informal de la economía en el presente año, significando en 1996 el equivalente a U$S 2.300:.
Sin embargo, y a propósito del "informalismo", el Gobierno Central, a través del Consejo de Ministros, aprobó en JUL/97 un Proyecto de Ley que lo combatiría, estableciendo una "obligación tributaria unificada" que comprenda los impuestos que corresponden efectuar a la DGI y al BPS.
Del Proyecto, se destaca la creación de un Fondo de Solidaridad con los dineros recaudados, el que tendrá como beneficiarias a las familias más carenciadas.

c.- Las importaciones, si bien bajaron en MAY/97 su ritmo de aumento, igualmente continúan presentando una importante tasa de

crecimiento acumulada en lo que va del año.
En el referido mes, la cifra de compras externas mostró un incremento de 10.5% respecto de MAY/96. No obstante, al considerar su variación acumulada en el período ENE-MAY se deriva una evolución de U$S 204:, que porcentualmente equivale a un 17.1%.
Como consecuencia de esta evolución, las importaciones alcanzaron en los últimos doce meses la cifra de U$S 3.527:, mientras que en 1996 había cerrado con una cifra de U$S 3.323:.
Es de destacar que, el fuerte crecimiento que han registrado nuestras importaciones desde Argentina en los últimos años, determinó que ese país haya pasado a ser nuestro principal proveedor, superando incluso a Brasil. Precisamente, las compras a Argentina con un 29.3% de aumento, alcanzaron el 23% del total importado, mientras que las de Brasil se elevaron en 12.6% en estos cinco meses, siendo en su caso la participación relativa de 22.9%.
Por otra parte, otros mercados de origen que tuvieron importantes aumentos fueron los de Estados Unidos con 16.7% y el europeo con 25.8%.
Mientras tanto, podemos indicar que el déficit comercial de Uruguay alcanzó en MAR/97 los U$S 1.000:, dado por el alto índice de importaciones que mencionábamos y el escaso aumento de las exportaciones, las que representarían el 5% del PBI.

d.- El IMS registró un aumento del 3% en el mes de MAY/97, dado que los salarios públicos registraron un alza del 5% en el mencionado mes, en tanto que los privados registraron un incremento del 2.1%.
Es importante mencionar que, en los primeros cinco meses del año se registró un aumento del salario real inferior al 1%, al tiempo que se incrementó 4.5% el salario real en el sector público y se produce una caída del 1% en el sector privado.
Vale recordar que, la variación del IMS que mencionábamos fija la UR, la que se sitúa desde el 01/AGO en $ 159,17. Este aumento, significó un alza de $ 1,55 respecto al mes anterior, ya que se situaba en $ 157,62; así como el incremento en los últimos doce meses del 20.84%.

e.- La deuda externa neta del sector público a fin del primer trimestre del año ascendió a U$S 2.512:, mostrando un descenso de U$S 68: respecto a la registrada a fines del año pasado. Este descenso se produjo como consecuencia de la disminución que experimentó la deuda externa del sector público (U$S 101:) que superó la baja de U$S 33: registrada en las reservas internacionales brutas y los otros activos con no residentes del sistema financiero oficial.
Por otra parte, podemos indicar como un hecho relevante en lo que a deuda externa se refiere que, el Presidente del FA (EP), Dr. Tabaré VAZQUEZ, propuso "trabajar en todos los niveles para la creación de un frente de países deudores, capaz de plantear tanto la auditoría de la deuda como su renegociación, buscando en conjunto, justamente, obtener lo que sea posible incluyendo la

condonación total de la misma".
Asimismo propone realizar "una auditoría política y técnica que realice un estudio estructural de la deuda, de su composición, de la impugnabilidad de su monto, del análisis de recargos derivados de las refinanciaciones para determinar el monto real y verdadero e incluso de la operación de recompra de los Bonos Brady".

f.- Pese a los nuevos puestos de trabajo surgidos en el interior del país, el desempleo continuó en niveles altos e incluso subió levemente como consecuencia de un aumento de la oferta de la mano de obra. De este concepto desprendemos que:
- La tasa de desocupación del trimestre móvil MAR-MAY fue 11.5%, lo que significó un leve incremento respecto a FEB-ABR cuando se ubicaba en 11.4%.
- Al discriminar por regiones se observó que mientras en Montevideo el desempleo subió de 12.1% a 12.3%, en el interior se mantuvo estable en 10.7%.
- El aumento de la demanda de mano de obra se produjo sólo en el interior, ya que en Montevideo los niveles de empleo se mantuvieron estables.
- La tasa de ocupación, que mide la demanda laboral, subió de 48.3 a 49.2% en el interior pero se mantuvo estable en 52.6% en Montevideo.
- Entre tanto, la tasa de actividad, que mide la oferta de trabajadores, aumentó de 59.8% a 60% en Montevideo y de 54.1 a 55.1% en el interior.
Ello significó que casi catorce mil personas (11.600 en el interior y 2.300 en la capital) que se encontraban inactivas se incorporaran al mercado laboral en búsca de empleo.

g.- El PBI, principal indicador de la actividad económica, aumentó 4.2% en el primer trimestre del año respecto al mismo período del año anterior y acumula un alza anual de 5.6%.

h.- La canasta familiar ascendió en JUN/97 a $ 12.863,11 lo que es equivalente a U$S 1.363 y a 15,3 Salarios Mínimos.

- Por otra parte, en el ámbito nacional debemos resaltar que, el Gobierno se comprometió con el FMI a reducir durante el presente año en diez mil la cantidad de empleados públicos, según la "Carta Intención" que envió al Organismo con el Programa Económico para 1997, Programa que incluye un crédito stand-by por U$S 174: de carácter precautorio.
Al mismo tiempo, el Programa prevé que en el correr del año habrá un traspaso de aportes obreros del sistema público al privado de U$S 200: (1% del PBI), como consecuencia de la Reforma Previsional vigente desde ABR/96, y anunció la venta por parte del Estado de dos Instituciones Financieras que aún están intervenidas: el Banco Caja Obrera y el Banco Pan de Azúcar.

IV.- CAMPO MILITAR

A.- DEMOCRACIA AVANZADA

1.- Partido Comunista del Uruguay

- Nuevamente la ruptura marca su presencia en las estructuras del otrora poderoso Partido Comunista, el que ha sido sacudido ahora por el surgimiento de un foco disidente que decidió desconocer la autoridad partidaria en los sindicatos y promover un análisis de los sistemas socialistas.
Por su lado la dirección del Partido, órgano que siempre ha estado aferrado a sus tradicionales métodos organizativos como también a la ideología marxista-leninista, rechazó la autonomización de un grupo de comunistas y sometió a la Comisión de Control disciplinario a los militantes Marcelo ABDALA, Celia RUIZ, Jorge CASTRO, Julio GARCIA y Vladimir TURIANSKY, por firmar y divulgar en el mes de mayo un documento crítico hacia la línea del PCU.
El conflicto entre ambas partes permanece en una situación ambigua en la cuál ninguno de los sectores en pugna desea asumir la decisión de precipitar una ruptura como sucedió en 1992.
La situación interna del Partido es en extremo tirante, viéndose esto agudizada por fuertes presiones del Frente Amplio para que el PCU abandone su posición a que sus antiguos camaradas ingresen a la coalición, organizados en la Confa.
La dirección comunista sigue firme en sus acusaciones a los disidentes de haber promovido la destrucción de su organización, así como de vaciarla económicamente.

a.- Frente Sindical

- Los llamados dirigentes sindicales rebeldes presentaron su propia lista en las recientes elecciones realizadas en el PIT-CNT, aunque en ellas incluyeron a algunos dirigentes comunistas ortodoxos.
Obtuvieron el tercer puesto en esos comicios superando a una lista de la ortodoxia partidaria transformándose de esta manera en la segunda vertiente moderada de la central sindical.
Este grupo sindical edita su propia revista llamada "Tesis XI" y trabajan alrededor del llamado "Espacio Comunista".
El mismo actúa en forma autónoma en relación a las estructuras partidarias.
Desde mayo este grupo viene realizando reuniones de discusión y análisis en el que también participan miembros de la Confluencia Frenteamplista (Confa).

b.- Frente de Finanzas

- El PCU lanzó a la venta una rifa, consistente el premio en un viaje a Cuba y el valor de la misma es de $60.oo la

que se jugó con la última lotería de Julio.

B.- MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR M.P.P.

- Recientemente dicho movimiento realizó su Plenario Nacional en cuya oportunidad se aprobó impulsar con el resto de los integrantes del Sub-lema "Por el Frente" una lista única para las elecciones internas del Frente Amplio, a partir de un acuerdo político-programático sobre las bases fundacionales de la coalición de izquierda.
Asimismi la Dirección Nacional (DN) del MPP resolvió que el Partido Socialista de los Trabajadores (PST) fuera incluído en dicho acuerdo; a la vez que propondrán a los diez primeros de la DN para integrar la lista única, ocupando los primeros lugares de la misma el senador Helio SARTHOU, los diputados José MUJICA y Marcos ABELENDA y el Pte. de la Junta Departamental edil Jorge ZABALZA.

1.- **I.M.M.**

- Con respecto al tema de los "asentamientos", el edil Jorge ZABALZA solicitó al Pte. de la República la participación de los Consejos Vecinales y las Juntas Locales de Montevideo, ya que son los que se han ganado el derecho "a contribuir en la solución a tan grave cuestión social", afirmó el edil; la misma fue contemplada por el gobierno pero no sólo para Montevideo sino para todo el país, a la vez que creó un Comité coordinador para establecer y coordinar los lineamientos de acción para "mejorar la calidad de vida de los asentamientos".
Otro tema sobre el cuál se pronunció la organización emepepista fue el de la privatización del Hotel Carrasco, quiénes "están en contra" de votar la licitación de dicho Hotel.A la vez proponen hacer del mismo una residencia para estudiantes del interior, siendo los gastos compartidos por el Ministerio de Educación y Cultura y las Intendencias participantes.
Al respecto, el dirigente emepepista Jorge QUARTINO dijo que dicha privatización sería un "grave error político", dándole chance a la derecha para que "nos critique" diciendo que "cuando no estamos en el gobierno nos oponemos a las privatizaciones y cuando estamos las llevamos adelante". Frente éstas declaraciones el diputado vertientista Enrique RUBIO reclamó "coherencia como fuerza de gobierno" y una votación "unida" sobre la licitación antes mencionada.
Por su parte, los ediles del Foro Batllista votaron en contra de la concesión del Hotel a la empresa Véltica S.A. y como consecuencia de ello el voto del Pte. de la Junta Departamental Jorge ZABALZA es decisivo para la aprobación de la misma, el que solicitó a la bancada del MPP "libertad de acción" para poder rechazar la concesión.

2.- **MPP - FA**

- En declaraciones a la prensa, con respecto al F.A. el senador Helio SARTHOU señaló que si la coalición llega al gobierno debe llevar adelante con firmeza "un programa popular" que implique cambios profundos que sean palpables en los primeros años de gestión. Agregó además que en lo inmediato el Frente debe "unificar las luchas populares", para formar "un sujeto social" que posteriormente respalde la gestión del mismo en el gobierno nacional.
Por su parte, el edil Jorge ZABALZA dijo que el programa del FA es "nacional, popular y democrático" y que tiende a cambiar el capitalismo. "Nosotros creemos que hay que modificarlo con un nuevo orden jurídico y legal en beneficio de los más desprotegidos y con el apoyo del movimiento popular", señaló.

3.- **Viajes**

- En los primeros días de julio se realizó en Caracas organizado por el Congreso de Venezuela y el Parlamento Lationamericano el evento denominado "La Deuda Externa y el Fin del Milenio", al mismo concurrieron legisladores uruguayos y enviado por el MPP lo hizo el diputado Jorge QUARTINO.
En el encuentro se trabajó en base a 5 talleres, tratando de abarcar el endeudamiento de los países latinoamericanos.
QUARTINO señaló que el buen nivel expuesto en el mismo dió para que posteriormente se sigan realizando estos encuentros.

4.- **Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros**

- Este movimiento según manifestaron sus propios dirigentes hoy día es un grupo "muy reducido", aunque la gente no milita como en la década del 60, tienen sí actividades sociales y políticas de distinto tipo. Además de ser menos los integrantes rentados dentro del mismo, es imposible "hoy estar las 24 horas del día para el MLN" y a pesar de tener menos estructura organizativa "la comunicación con la sociedad es la misma", señalaron.
Por otra parte, se tiene conocimiento que integrantes del movimiento estuvieron presentes en la olla popular realizada recientemente en el Cerro, la cual también habría sido organizada por los tupamaros.

a.- **Sindical**

- Dentro de la dirigencia de la Mesa Representativa y Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT se encuentran intregrantes del movimiento que fueron elegidos para integrarlos, tal es el caso de Sandra MENOTTI (FUS) (MLN-T), quien pertenece a la lista de la "Tendencia" por la cuál fue electa.
La misma al ser entrevistada por la prensa, se mostró partidaria de la convocatoria a un "diálogo social", pero advirtió que un

acuerdo o "pacto" que alcance a empresarios, trabajadores y gobierno, sólo podría concretarse si el gobierno introduce cambios en su política económica y social.
Además de MENOTTI integra también el Secretariado Ejecutivo Uberfil HERNANDEZ (ADEOM) (MLN-T) entre otros.

b.- Viajes

- En el mes de Julio el dirigente tupamaro Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO viajó a España enviado por el Regional Exterior del movimiento para organizar el encuentro de tupamaros residentes en Europa, previsto para el mes de setiembre. Este encuentro es "un trabajo que el movimiento hace desde siempre", señaló FERNANDEZ HUIDOBRO.

c.- MLN - ETA

- Este movimiento emitió un comunicado el pasado mes de julio al enterarse del secuestro del concejal Miguel Angel BLANCO. El mismo fue confeccionado y enviado a Montevideo por Eleuterio FERNANDEZ HUIDOBRO quién se encontraba en España, para que fuesen notificados los dirigentes históricos, José MUJICA y Julio MARENALES.
En el mismo pedían por la vida del concejal, además de recordar las manifestaciones del 1992 y 1994 en apoyo a los vascos.
Este comunicado fue criticado por distintos dirigentes de los partidos tradicionales, a la vez que el Pte. de la República ponderó la actitud del movimiento.
Pese a todos los esfuerzos realizados, tanto por el MLN-T como por Partidos Políticos, organizaciones sociales y personalidades del mundo que mediaron para evitar que se cometiera el "asesinato", el mismo fue llevado a cabo el 12JUL.
Este hecho produjo repercusiones en todas partes del mundo y en nuestro país entre otros la Mesa Política del FA "condenó" a través de una declaración el "asesinato".
Por su parte, el ala radical (MPP.M20M.M26M,PST y Pregón) se negaó a "apoyar" la misma, considerando que lo sucedido debe analizarse dentro de una "situación compleja que existe entre el gobierno español y la ETA", finalizaron diciendo.

V.- CONCLUSIONES

A.- CAMPO POLITICO

- Por lo expuesto anteriormente, cabe concluir que ya comenzó la carrera electoral entre los partidos políticos, entre los sectores y sus principales líderes.
En el Partido Colorado, los sectores no pertenecientes al Foro

Batllista, ya han comenzado a marcar sus diferencias con el sector de gobierno, y en dicho sector, sus principales figuras tratan de encontrar al reemplazante del presidente SANGUINETTI quien se negó a una reelección. Los colorados a su vez, llevan un ataque sistemático hacia el gobierno municipal de Montevideo, hacia el EP y en menor intensidad hacia algunos sectores y figuras del Partido Nacional.
En el Partido Nacional, los sectores del Herrerismo, Desafío Nacional, MNR y la Nueva Fuerza Nacional están marcando sus diferencias con la coalición de gobierno. Entre los sectores nacionalistas también ya se marcan las diferencias y se presumen la futuras coaliciones para las elecciones internas de marzo de 1999. Los blancos están llevando una campaña en pro de la recuperación de sus electores de la capital, lo que lleva al enfrentamientc con el EP y los representantes de esta colectividad en el interior del país marcan sus pronunciadas diferencias con el gobierno de coalición.
En el EP, continúan las disputas entre los sectores radicales y los moderados por temas como el ingreso o no de diferentes grupos y quien acompañará en la fórmula presidencial al Dr. Tabaré VAZQUEZ. El EP lleva adelante una campaña de acercamiento de sus principales líderes a los ciudadanos del interior en un continuo recorrido por el país. También marca las diferencias de logros entre el gobierno departamental del EP y el gobierno nacional de coalición.
En el NE, su líder Rafael MICHELINI también comenzó una campaña de información a la ciudadanía de todo el país, difundiendo los planteos de su partido y marcando sus diferencias con la izquierda tradicional (FA).

B.- CAMPO SICOSOCIAL

- Se destaca del Acto del 1º/MAY que quienes representaron a la central fueron moderados en el tono que utilizaron en la proclama a diferencia de lo sucedido en 1996. Sin embargo los estudiantes si fueron sumamente agresivos en su propuesta. Es de resaltar que éstos al hablar no se identificaron cosa común dentro de la estrategia actual del movimiento estudiantil, hablando en tercera personal.

- Con respecto al VI Congreso, el retiro provisorio de cuatro sindicato de los organismos de dirección del PIT-CNT, marcó el predominio en el movimiento sindical de una coalición integrada de hecho por los sectores de la izquierda y del PCU, que dejaron sin espacio a los gremios orientados por mayorías de izquierda moderada que procuraron, sin éxito modificar los estatutos de la central.
Podría decirse que quedaron reafirmadas tres grandes corrientes en el seno de la central sindical:

* Moderados (afines al PS, AU y VA)
* Radicales (afines MPP, UNIR, PT, FAU y otros)

* y en el medio dirigentes afines a los partidos PCU y PVP

- Cabe resaltar que por primera vez en el PIT-CNT se eligió la Mesa Representativa por voto secreto lo cual marca un hito histórico y en cierta forma un triunfo de los sectores moderados que desde siempre junto a la reforma de los estatutos han propugnado una democratización del movimiento obrero.
Las tendencias radicales agrupadas en **LA TENDENCIA** fue la más votada, convirtiéndose así en la memoria mayor.
Los sectores moderados representados por **EL GRUPO DE LOS 60** y el **ESPACIO PARANINFO** pese ha haber concurrido a votar separados tienen varias cosas en común. Ejemplo de ello es que ambos aspiraban a la reforma de los estatutos.
A pesar de lo expresado anteriormente para poder dirigir a la Central Obrera los distintos actores deberan recurrir a la cultura de la coalición.

- En relación a la elección del Secretariado Ejecutivo cabe señalar que de los 13 gremios integrantes del mismo, 8 pertenecen a los sectores moderados y 5 a los sectores radicales.

- La propuesta del gobierno de un "dialogo social" con empresarios y trabajadores tiene por objetivo lograr un "entendimiento" con la central sindical, que si es posible lo conduzca a un "pacto" que asegure la "paz social" como elemento imprescindible para lograr gobernabilidad y en consecuencia poder llevar a cabo su política de gobierno, particularmente la económica.
Por otra parte cabe señalar que el PIT-CNT ya desde el año 1990, en la primera administración de SANGUINETTI había propuesto un dialogo social, el cual se encontraba enmarcado en las resoluciones emanadas del IV Congreso Ordinario del PIT-CNT realizado en MAY/90 y apuntaba a la realización de un nuevo "Congreso del Pueblo", del que surgiría una nueva "propuesta de país" avalado por todas las fuerzas sociales.

- Se observa en general una ofensiva radical destinada a restablecer una estrategia de confrontación en el frente estudiantil como lo indican las movilizaciones registradas en los últimos meses. Por tal motivo, las autoridades comenzaron a estudiar acciones para prevenir una posible nueva escalada de protestas aunque no existen evidencias de que se trate de movimientos concentrados y que las distintas acciones partieran de grupos de la denominada Coordinadora de Estudiantes de Secundaria.
Las movilizaciones registradas reflejan la continuación del rechazo a la reforma educativa en curso, sumada a la oposición a las universidades privadas, lo que demuestra un significativo no, a todo tipo de reforma educativa, con una clara expresión de conservadurismo corporativo contra cualquier intento de modificación en la estructura social.
Consideran que la defensa de la educación consiste en el monopolio de la enseñanza por parte del estado basado en estructuras y

concepciones tradicionalistas; una reivindicación de lo público ante lo privado.
Ni en el sector secundario ni terciario existen propuestas alternativas de reforma; lo que existe es un simple no a todo intento de cambio.

C.- CAMPO ECONOMICO

- Si bien no es de esperar cambios drásticos en la coyuntura regional para el presente año, tampoco debe esperarse un impulso importante de actividad interno como en 1996.
Para el presente año, entonces, es de esperar que:
a.- La inversión continúe expandiéndose, como lo indica el incremento de las importaciones de bienes de capital, las que durante 1996 se incrementaron un 26% y en el primer bimestre de 1997 lo hicieron en un 41%.
Asimismo, se prevén varias inversiones en la órbita pública por lo que se estima un crecimiento de la inversión global de la economía del orden del 7%.
Este contexto permite estimar un crecimiento del 2.6% en el PBI para 1997, lo que no significará una incidencia positiva en los guarismos que atañen al desempleo.
b.- Los esfuerzos por mantener el gasto público bajo control continúen en el resto del presente año, en el que se aprobará, al igual que en el año anterior, una Rendición de Cuentas de un solo artículo y con gasto cero.
Ello, unido a la mayor recaudación esperada asociada al mayor gasto interno, determinaron que al cabo de 1997 el déficit global del sector público se sitúe en el 1.8% del PBI, lo que constituye un resultado compatible con la meta de devaluación e inflación que se espera para el presente año, del orden del 15%.
c.- Las tarifas públicas se mantengan en términos reales en alrededor de 3% por encima de su nivel de 1996, destacándose el hecho de que la caída en los precios internacionales del petróleo, del orden del 15%, no permitirá que se desarrollen aumentos en las tarifas como sucediera a lo largo de 1996 en que se estableció una cadencia de ajustes bimestrales.

D.- CAMPO MILITAR

- Los grupos radicales, se encuentran tratando de pesar dentro de la interna del FA, donde con falta de recursos económicos y baja de militantes se observan acercamientos y alianzas entre ellas que prosperarán y que se traducirán en alianzas electorales.-

C/H 1/2

Copia Nro. de Ejemplares.
Página de Páginas.

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

S O L I C I T U D D E I N F O R M A C I O N Nro.115/97.

AGENCIA: E M I N T.

FECHA: 05 de Agosto de 1997.

ASUNTO: Solicita información.

REFERENCIA: NEGATIVO

ORIGEN: E M I N T

AREA / PAIS: R. O. del URUGUAY

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D.- ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO

TEXTO: Solicito investigación de las 30 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son aspirantes a ingreso a la Armada y familiares de los mismos.-

Capitán de Navío (CG)
JOSE MARTINEZ LANZANI
Jefe
de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

9708420
13 AGO 97

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 12-8-97
Nº de Identificación 9708420/54

.001/02

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 15/8/97
Nº 311/97

185556

Page No. 1
08/05/97

APELLIDO	NOMBRES	LFDN	EDAD	CEDULA	CRED.CIV.	DOMICILIO
ANTUNEZ CACERES.	EVANGELINA ROSAURA	260973	MDEO.			APARICIO SARAVIA 42 (SOR)
BRANDON ROSANO	MICHELA GIOVANNA	020874	ART.	2.642.382-6	ICD 16996	CANELONES 1765 (ART)
BRANDON SAN MARTIN	SAN JUAN	150742	ART.	2.679.585-9	ICD 5461	CANELONES 1765 (ART)
CALVERO	VICTOR HUGO	240755	SOR.	2.602.900-4	MAA 26638	APARICIO SARAVIA 42 (SOR)
CALZADA PEREYRA	BERTA RAMONA	290452	SOR.	3.342.962-1	AEA 1982	TURUBI 232 (MDEO)
CLAVERO CALZADA.	DANIEL RAMON	250373	SOR.	3.303.530-7	BVB 48757	APARICIO SARAVIA 42 (SOR)
DALEIRO MORALES	MARIA ADELINA	291252	C.L	3.562.414-4	GAA 5050	FCO. SANCHEZ 1153 /220
DE LEON GARCIA	ENRIQUE ELIBERTO	200848	CAN.	1.124.841-1	BIA 76661	CICERON 6108 MDEO.
DE LEON UMERES	HECTOR ANTONIO	060479	MDEO.	3.681.704-1	BDA 675	CICERON 6108 MDEO.
DORREGO FERNANDEZ	MARCELO DANIEL	130771	COL.	3.750.354-2	NIB 11342	25 DE MAYO Y T. LEIVA (COL)
DORREGO PEREGRINI	HUGO DIONISIO	080432	COL.	2.803.947-9	NIB 10838	85 DE MAYO Y T. LEIVA (COL)
FONTAN BENGOA	MARIA ISABEL	091042	MDEO.	.932.267-3	CMG 747	OMBU ENTRE SOLIS Y SIRIPO (CAN
GAGO GARRIDO	MARCELO MAURICIO	190774	MDEO			OSVALDO CRUZ 4863
GARCIA LOPEZ	RUBEN ADRIAN	270972	R.N	2.731.818-9	LAA 35892	LAVALLEJA 1829 (R.N)
LISORIO LOPEZ	JUAN MARCELO	260675	MDEO.	3.980.437-8		COMP."AMERICA" BLOCK A1/304
LOPEZ REGALADO	LILIAN ERSILIA	180557	MDEO.	1.775.290-5		CUBA M-34 S-10 (CAN)
MADRUGA DE LOS SANTOS	PATRICIA ALEJANDRA	220972	MDEO.	3.936.250-0	BRA 42927	COMP."AMERICA" BLOCK A1/304
ALLAS RABUNAL	ANDRES	061145	ESPAÑA.	1.145.810-0		ANDRES MARTINEZ TRUEBA 1025/3.
PALLAS RODINO	ROSANA	080679	MDEO.	3.785.668-6	BFA 7780	YI 1900 (MDEO)
PEREYRA	FELIX DIONISIO	091041	ROCHA.	2.859.693-6	CMC 9814	OMBU ENTRE SOLIS Y SIRIPO (CAN
PEREYRA FONTAN	ANDRES JAVIER	250379	MAL.	4.158.803-7	CMG 3063	OMBU ENTRE SOLIS Y SIRIPO (CAN
PINTO RODRIGUEZ	JUAN ALBERTO	160752	MDEO.	1.277.702-5	CME 2166	TABOBA M.141 S. 24 (CAN)
PINTO VILLAGRAN	ROMAN ALBERTO	210274	MDEO.	3.574.947-1	CME 3299	TABOBA M.141 S. 24 (CAN)
ROASCIO	LOURDES TERESITA	041076	MDEO.	3.701.631-1	BDA 99898	OSVALDO CRUZ 4863
ROASCIO CHALAR	OLGA MIRTA	2410	SAL.	1.909.166-6	JAD 4864	OSVALDO CRUZ 4863
RODINO FIGUEIRAS	ELVIRA	080446	ESPAÑA.	1.148.134-0		YI 1900
ROSSANO SARIS	MARIA TERESA	250842	PDU.	3.569.024-6	ICD 7876	CANELONES 1765 (ART)
SILVA DALEIRO	SYLVIA DANIELA	311274	C.L.	2.604.773-4	GBB 14597	M. BARREIRO 3006/802
SILVA MADANO	EDUARDO NERY	170353	C.L	3.814.827-4	GAB 5411	FCO. SANCHEZ 1153 /220
UMERES FERREIRA	MARIA ELENA	210745	SAL.	1.488.988-2	BDA 61103	CICERON 6108 MDEO.

9708420

002/02

Copia Nro. de Ejemplares.
Página de Páginas.

RESERVADO

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

S O L I C I T U D D E I N F O R M A C I O N Nro.119/97.

AGENCIA:	E M I N T.
FECHA:	06 de Agosto de 1997.
ASUNTO:	Solicita información.
REFERENCIA:	NEGATIVO
ORIGEN:	E M I N T
AREA / PAIS:	R. O. del URUGUAY
DIFUSION ANTERIOR:	NEGATIVO
DISTRIBUCION:	D.G.I.D.- ARCHIVO.-
ANEXOS:	NEGATIVO

TEXTO: Solicito investigación de las 33 personas que se mencionan en listado adjunto, las cuales son aspirantes a ingreso a la Armada y familiares de los mismos.-

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA — 2da. DIV. E.N — República O. del Uruguay

Capitán de Navío (CG)
JOSE MARTINEZ LANZANI
Jefe
de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

RESERVADO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 13/8/97.
Nº 312/97

00402

9708421

13 AGO ... DIRECCION ... SECCION ... Fecha 12-8-97 ... 9708421

Copia Nro. de Ejemplares.
Página de Páginas.

RESERVADO

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISION

S O L I C I T U D D E I N F O R M A C I O N Nro.119/97.

AGENCIA: E M I N T.

FECHA: 06 de Agosto de 1997.

ASUNTO: Solicita información.

REFERENCIA: NEGATIVO

ORIGEN: E M I N T

AREA / PAIS: R. O. del URUGUAY

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: D.G.I.D.- ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO

TEXTO: Solicito investigación de las 33 personas que se mencionan en listado adjunto. las cuales son aspirantes a ingreso a la Armada y familiares de los mismos.-

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA - 2da. DIVISION - República O. del Uruguay

Capitán de Navío (CG)
JOSE MARTINEZ LANZANI
Jefe
de la Segunda División del
Estado Mayor General de la Armada

RESERVADO

NOMBRES	APELLIDOS	LFDN	CEDULA	CRED.CIV	DOMICILIO
AMADEO	CORTESIO PASCALLE				MORELI 3612 MON.
GUSTAVO JAVIER	DECIA MAGLIOCA				JAIME CIBILS 2693 MON.
LUIS CARLOS	DECIA MAGLIOCA				JAIME CIBILS 2693 MON.
HECTOR LUIS	DECIA MENDIZABAL (sist.)				JAIME CIBILS
ADRIANA	FALAGIAN FALCHETTI				LUIS A. DE HERRERA 3865 MON.
ESTELA	FERRERO PORDENONE	MONTEVIDEO 18/10/45			C.DEL URUGUAY 1618 MON.
SILVIA	FERRES FERNANDES				LAWRIERE 1465 AP.503 CANADA
MARCELO	FERRES FERNANDES				LAWRIERE 1465 AP.503 CANADA
LUISA	FERRES PORDENARE				MORELLI 3612 MON.
BERNARDA	FERRRES PORDENARE				LAWRIERE 1465 AP.503 CANADA
GONZALO	FRANCO FUENTES	MONTEVIDEO 14/8/68			LUIS A.DE HERRERA 3865 MON.
DIEGO	FRANCO FUENTES	MONTEVIDEO 16/12/69	1.795.548-4	BAB 49102	NIICARAGUA 2205 MON.
ALVARO	FRANCO FUENTES	MONTEVIDEO 20/4/66			PRESIDENTE BATLLE 2556 MON.
VICTOR	FRANCO RAFFO				DIONISIO LOPEZ 1885 MON.
HECTOR ENRIQUE	FRANCO RAFFO	MONTEVIDEO 29/8/27			PTE.ORIBE 1761 MON.
MIRTA	FRANCO RAFFO				LAVALLEJA 2225 AP.003 MON.
AMERICO	FRANCO RAFFO				REP.ARGENTINA 1205 AP.901 MON.
BRAULIA NELDA	FUENTES SILVERA	DURAZNO 1/6/31			LUIS.A.DE HERRERA 1636 MON.
CRISTINA	GARCIA FRANCO				G.DE FORNOSA 2225 AP.401 MON.
JULIO CESAR	IRABEDRA DIAZ	T.Y T. 30/6/45			25 DE AGOSTO (TREINTA Y TRES)
MARIA LAURA	IRABEDRA SIQUEIRA	T.Y T. 11/1/72			NICARAGUA 2205 MON.
MARIA JOSE	IRABEDRA SIQUEIRA	T.Y T. 20/3/74			25 DE AGOSTO (TREINTA Y TRES)
ANA CELIA	IRABEDRA SIQUIEIRA	CERRO LARGO 4/8/70			NICARAGUA 2205 MON.
HECTOR RAFAEL	MAGLIOCA FERRERO	MONTEVIDEO 14/6/71	2.738.331-2	BCB 43255	C.DEL URUGUAY 1618 MON.
CARLOS DANIEL	MAGLIOCA FERRERO	MONTEVIDEO 6/6/74			C.DEL URUGUAY 1618 MON.
ANA CRISTINA	MAGLIOCA TOLKE				JAIME CIBILS 2693 MON.
ELINA	PERDOMO SANCHEZ	MONTEVIDEO 17/8/43			ORLEANS 2361 AP.005 MON.
MONICA	RAMA LAMAS				BALBIN Y VALLEJO 4041 MON.
MARIA EDELMA	SIQUEIRA DIAZ	T.Y T. 6/8/41			25 DE AGOSTO (TREINTA Y TRES)
ELSA	TOLKE BAJA				8 DE OCTUBRE 2979 MON.
LORELEY	VALDEZ PERDOMO				EL CALVARIO S/N ESPAÑA
JULIAN LEONARDO	VALDEZ PERDOMO	MONTEVIDEO 7/V/66	1.646.233-7	BCD 1676	ORLEANS 2361 AP.005 MON.
NURIA	VIDAL DODERO	ESPAÑA 9/11/68			E.LOPEZ 4693 MON.

9708421

002/02

09-AGO-1997 10:43 DNII. DESPACHO 5982910319 P.01/02

ARCHIVO 1/2

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO

Montevideo,09 de Agosto de 1997
PARTE Nº 185.-

//

SECTOR PRIVADO

UNION. NAL. OB. Y TRAB. TRANSP.

Luis A de Herrera 3597.-

En la Mesa que se reune el próximo martes 12/08 de la UNOTT, se propondrá una Asamblea grave y urgente del Sector Urbano del Transporte para resolver no vender el boleto Montevideo "Por atentar contra las Cooperativas".-

SIND. NAL . DE TRAB DE LA ENS. PRIV.
Maldonado 1170

La Asamblea de esta gremial resolvió realizar un paro de 24 horas en fecha a determinar el próximo 13/08 en reunión que se realizará en la Casa del Maestro.-

PLEN.INTER.DE TRAB.
18 de Julio 2190

Esta Central realizará la semana próxima una movilización en apoyo al conflicto de la FFSP y en el supuesto caso de que no se solucione, realizará un Paro Gral. de 24Hs. el viernes 15/08.-

SIND.MED. DEL URUG.
Bvar. Artigas 1583.-

La Asamblea de este sector resolvió realizar un Paro Médico Nal. en fecha a determinar, en apoyo al conflicto de la Salud Pública.-

//

SECTOR PUBLICO
COORD. DE SIND.DE LA ENSEÑANZA DEL URUG.
Maldonado 1170

Las gremiales de la enseñanza agrupadas en ésta Coordinadora, realizarán el próximo 14/08 una marcha en conmemoración del día de "Los mártires" y aniversario de la muerte de "Liber Arce".-

COORD.INTERGREM. DE EST. SECUND. Y UTU.

El próximo 11/08 en horario a determinar los afiliados a esta Coordinadora se concentrarán frente al Liceo Nro.8 (8 de Octubre 2629 y entre el jueves 14/08 y el viernes 15/08 realizarán un campamento frente al Palacio Legislativo.-

001102 Doc. Poco Legible

...///

...///

INTERGREM. UNIVERSIT. Y ASOC. DE FUNC. DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA

El lunes 11, Martes 12 y Miércoles 13 ocupan por 48 horas las Facultades de Sicología, Odontología, Medicina e Instituo de Higiene. También el 12/08 a la hora 11.30 realizarán un acto en el Paraninfo de la Universidad con una disertación a cargo del Rector.-

El jueves 14/08 y el 15/08 Ocupación de la Facultad de Derecho por 48 horas.-

CENTRO DE ESTUDIANTES DEL IPA

En el día de ayer personal de esta Dirección observó en las primeras horas de la mañana que los estudiantes de ese centro se encontraban realizando un Paro Activo en rechazo a la Reforma Educativa. Se observó la presencia de 50 estudiantes en la vereda del Instituto colocando banderas y pancartas, apreciandose sobre el costado del Hall unas 5 cubiertas de autos. A la hora 13.05 bajan estructuras metálicas de un camión y se procede al armado de una Carpa y Globo aerostático de múltiples colores. Se procede a hacer entrega de volantes a los ocupantes de vehículos que pasan por allí. A las 15.30 se colocan 2 mesas, una con un equipo de amplificación y cuatro parlantes por los que se irradia música de canto popular. A la hora 16.00 se recepciona un llamado telefónico el cual da [illegible] de una Amenaza de Artefacto Explosivo, se realizan los procedimientos de rigor sin novedad. A la hora 17.00 se realiza una nueva incursión ingresando los estudiantes que habían sido desalojados por la amenaza de artefacto explosivo. A la hora 20. 15 arriba una camioneta en la que se descarga leña para realizar "Fogones" a la hora 21.30 permanecía una guardia [illegible] compuesta por 6 personas.-

//

INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO

A la hora 11.00 del día de ayer en la Dirección Nacional de Bomberos se recibió una llamada telefónica la que daba cuenta de un presunto artefacto explosivo en la sinagoga sita en la calle Alarcón 1396. Se hizo una inspección en el lugar por parte de personal de la Dir. Nal de Bomberos la que no arrojó resultados positivos.-

A la hora 11.30 de ayer se recepciona una llamada telefónica en el local del Banco de Seguros del Estado sito en Bvar. Artigas 3821. Atento a ello se hace presente un equipo de esta Dirección Nacional, personal de la Secc. 12da y de la Dirección Nacional de Bomberos. Realizados los procedimientos de rigor no arrojó resultados positivos.-

//

CONSTANCIA: En el día de ayer a la hora 14.15 se toma conocimiento que en el local de OCA sito en Avda. Gral. Flores 1275 se comete una rapiña por parte de dos NN-M quienes amenazan con armas de fuego de grueso calibre al guardia de seguridad allí de servicio, desarmándolo. Posteriormente exigen a las cajeras la entrega del dinero el que es reacibido por parte de uno de los atracadores mientras el otro contola a los clientes. Enterado de esta novedad se hizo presente un equipo de esta Dirección Nacional el cual realizó recorridas por la zona no arrojanedo resultados positivos.-

ARCHIVO

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
"DESPACHO"

Montevideo,11 de Agosto de 1997

PARTE Nº 186.-

SECTOR PRIVADO

UNION NAC.DE OBREROS Y TRAB.DEL TRANSPORTE

Avda.Luis a de Herrera Nº 3597

La Mesa se reunirá el 12/08 con caracter de greve y urgente para resolver no vender el Boleto Montevideo,"por atentar contra las Cooperativas".-

SINDICATO NAC.DE TRAB.DE LA ENSEÑANZA PRIVADA

Maldonado Nº 1170

El 13/08 se reunirán en asamblea para analizar la realización de un paro de 24 horas.Dicha reunión se efectuará en la Casa del Maestro.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

Avda. 18 de Julio Nº 2170

La Central Sindical realizará la semana que viene una movilización en apoyo al conflicto de la Salud en caso de que no se solucione el mismo,además resolvió para el día 15/08 efectuar un Paro General de 24 horas.-

SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY

Bvar.Artigas Nº 1583

Reunidos en Asamblea resolvieron realizar un Paro Medico Nacional en fecha a determinar,en apoyo al conflcito de Salud Pública.-

GREMIOS DE LA ALIMENTACION

Se encuentran movilizados en reclamo de mejoras salariales y de la firma del nuevo convenio.-

SECTOR PUBLICO

FED.DE FUN.DE SALUD PUBLICA

Avda.Fdez.Crespo Nº 2173

Si no se logra un acuerdo en el conflicto que vienen llevando a cabo para el día 19/08 se comenzaría con el abandono de las tareas.-

COORDINADORA DE SIND.DE LA ENSEÑANZA DEL URUG.

Maldonado Nº 1170

Las gremiales agrupadas en ésta Coordinadora efectuarán el 14/08 "Aniversario de la muerte de Liber Arce" una marcha.-

COORD.INTERGREMIAL DE ESTUDIANTES DE SEC.Y UTU

Hoy en horario a determinar los afiliados a ésta Coordinadora se concentrarán frente al Liceo Nº 8(Avda.8 de Octubre Nº 2629).Entre los día 14 y 15/08 realizarán un "Campamento" frente al Palacio Legislativo.-

INTERGREMIAL UNIVERSITARIA Y ASOC.DE FUN.DE LA UNIV.

Desde el 08/08 se encuentran movilizados en reclamo de aumento de salarios.En la fecha y por 48 horas ocuparán las Facultades de Psicología,Medicina e Instituto de Higiene.El 12/08 realizarán un acto en el Paraninfo de la Universidad.El 14 y 15/08 ocuparan la Facultad de Derecho.-

...///

Doc. Poco Legible

001402

12.8.97

///...

CENTRO DE ESTUDIANTES DEL I.P.A.

Avda.del Libertador Nº 2025

La situación se mantiene incambiada,permaneciendo guardias de 15 personas en forma rotativa.-

ASOC.DE OBREROS Y EMP.MUNICIPALES

La Asociación de Profesionales Universitarios de la I.M.M. se declararon en conflicto en reclamo de un aumento ... 30 % de la compensación unificada,extensión horaria opcional y transparente para todos ... profesionales.-

ASOC.DE TRAB.DE LA SEG.SOCIAL

En reclamo de la firma del nuevo convenio se declararon en pre-conflicto.-

//

INFORMACIONES VARIAS

AMENAZA DE ARTEFACTO EXPLOSIVO EN LICEO Nº 1

Se recibió el día 9/08 a la hora 13.30 ,una llamada telefónica donde una voz masculina manifestó en forma textual"HAY UNA BOMBA EN EL 3er.PISO".Al lugar concurrió personal de la D.N.B. de la Secc.1ra. y de esta Dirección. Los que efectuaron la inspección ocular sin que se registraran resultados positivos y en consideración,se suspendieron las clases hasta el día de hoy.-

//

PERSONA DETENIDA E INCAUTACION DE ARMAS

CONSTANCIA:

En circunstancias que un equipo de ésta Dirección Nacional circulaba por la feria feria vecinal de Piedras Blancas, se avistó a un NN-M que tenía instalado un puesto en la calle Artagaveytia casi Belloni en el cual tenía a la venta armas de distintos calibres y municiones como así también esposas y un uniforme policial. Debido a lo detallado se procedió a la detención de Alexis Daniel CALFANI DIAZ, Oriental, Casado de 37 años, C.I. 1.475.456-8, domiciliado en San Martín 3740 de profesión comerciante. Incautándosele las siguientes armas una carabina cal. 7.mm. sin cerrojo con mira telescópica, una pistola cal. 9mm. corto. STAR, con dos cargadores. un revólver Cal. 44 Mg. Taurus, una pistola cal. 6.35 de procedencia francesa, dos juegos de esposas marca S&W sin numeración y otra marca Sabre, dos carcazas de granadas MK2, 200 cartuchos cal .357Mg. 170 cartuchos cal .38 spl. 220 cartuchos cal 38.corto, 100 cartuchos cal. 9mm, 30 cartuchos cal. 9.mm. punta hueca, 25 cartuchos cal. 44.corto, 30 cartuchos cal. 44/40, 14 cargadores de diferentes modelos, 1 camisa y un pantalón de uniforme policial. Posteriormente enterado el Juez de 21 er. Turno dispuso que fuera enviado a dicha sede judicial, resolviendo luego que el detenido permanezca a dispocición del Juzgado Letrado de 1era Instancia en lo Penal de 21er. Turno.- Cabe agregar que consultada la oficina de antecedentes de la Dirección Nal. de Policía Técnica, el detenido registra prontuario Nro. 354768 del 15/11/94 por "Encubrimiento de Hurto". Debido a las derivaciones que han surgido de la investigación se esperan nuevas actuaciones lo que se ampliará.-

//

1/1

Prosdent

Suprema Corte realizó cambios en juzgados penales

Focoex pasa a Juez Charles tras renuncia de Schroeder

La Suprema Corte de Justicia designó el sustituto de la jueza Cecilia Schroeder, que tras su renuncia, dejó vacante el cargo que, entre otros casos delicados, tiene el de Focoex.

El magistrado designado por el máximo órgano del Poder Judicial es Luis Charles, quien había actuado como último destino en Las Piedras, como Juez Letrado de Primer Turno.

Estas designaciones fueron confirmadas en las últimas horas y a partir del lunes, Charles iniciará la etapa de estudio de los expedientes que dejará iniciados en las investigaciones Schroeder.

Cecilia Schroeder renunció días atrás a su cargo de la judicatura para ocuparse de la secretaría docente de la Facultad de Derecho.

Esta designación motivó el nombramiento de otras vacantes que se originaron en "cadena" tras la renuncia de Schroeder. Para ocupar el lugar de Charles se nombró al hasta entonces Juez Letrado de 2º Turno de Maldonado, Homero Da Costa, quien durante su desempeño en Maldonado entendió en varios casos de gran difusión pública, como el de Mónica Bertrand, acusada de dar muerte a un albañil en La Barra y la investigación sobre tráfico de estupefacientes que concluyó con el procesamiento de Omar Clavijo.

Para ocupar el cargo vacante de Da Costa, se nombró al Juez Letrado de Rivera de 1er. Turno, Daniel Tapié, quien actualmente, entre otros casos, actúa en el extraño caso de Sheila López, en el que se desconocen las causas de su brutal muerte.

Tras consultar a fuentes de la corporación, sobre qué aspectos se tuvieron en cuenta para la designación de estos magistrados, se indicó que se basó en lo previsto constitucionalmente como en anteriores ocasiones y que, por sobre todas las cosas, en estas ocasiones, se tiene en cuenta el desempeño da cada magistrado en su función què se califica a través de puntuación, la que en definitiva amerita su ascenso.

El Juez Luis Charles, quien a partir del lunes deberá interiorizarse de los casos que inició Schroeder, tuvo a su cargo en la ciudad de Las Piedras, el caso del asalto al Banco de Previsión Social de Sauce, supuestamente cometido por la "superbanda", entre otros.

ORIGINAL

Doc. Poco legible

El Diario 8/8/97

ARCHIVO

1/9

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (INF)
061500 - AGOS - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.096/B/ANA/997

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia

III.- **TEXTO:**

- Adjunto al presente se remiten opiniones del sociólogo Rafael **BAYCE** referidas al manejo de las encuestas en general y al tema "seguridad pública" en especial.-

ORIGINAL

IV.- **SINTESIS:** Se omite

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - ARCHIVO

EJEMPLAR 002 - D.N.I.I.

EJEMPLAR 003 - D.G.I.D.

EL JEFE DEL DPTO. II (ICIA) DEL E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL

001/09

9708426

12 AGO. 1997

Como las encuestas construyen la opinión pública

Diálogo con el sociólogo Rafael Bayce.

Análisis sociológico
ROMPECABEZAS
Jueves 12.06.97– Hora 15.05

Transcripción: María Lila Ltaif
Edición: Adriana Pritsch.

DANIEL FIGARES:
Hoy está Rafael Bayce con un tema por demás ambicioso y realmente interesante: cómo las encuestas construyen la opinión pública. ¿Cómo es la cosa entonces con las encuestas?

RAFAEL BAYCE:
Toda la gente que supuestamente informa, se enoja cuando uno le dice que forma. Hace 100 años que se estudió el tema y lo puede apreciar cualquier oyente. Hay una noticia equis: léanla en los distintos diarios, va a ser distinta en todos; escúchenla en las diferentes radios y va a ser distinta en todas; hasta en un noticiero televisivo que a veces viene como enlatada la misma cosa, tiene lugar diferente, está entre las noticias más importantes, o no lo está, está más destacada, tiene más tiempo, lo comenta de manera distinta el responsable del noticiero.

D.F. – Con rostro distendido, con rostro adusto, con gesto fuerte.

R.B. – No hay noticia pura. Eso hace mucho tempo que se sabe, pero ahora la pseudociencia se pasó para las encuestadoras, como si éstas reflejaran exactamente lo que pasa y no pudieran equivocarse, y como si la gente les dijera la verdad total. Eso es una mitología nueva que no tiene pies ni cabeza. No estoy diciendo con esto que las encuestadoras quieran influir en la opinión pública; influyen a pesar de ellas. Y aunque no quieran no van a tener manera de no influir, siempre van a hacerlo. Y además, cuanto más se consoliden las empresas encuestadoras en el mercado y más encuesten sobre distintas cosas, más van a formar opinión, porque la opinión que están registrando ya la formaron, contribuyeron a formarla con la pregunta anterior que hicieron y con lo que el diario sacó de lo que ellos dijeron.

Es una ingenuidad pensar que lo que una persona le dice a otra es verdad. Eso lo sabemos todos de nuestra vida cotidiana, no a todo lo que preguntamos nos contestan la verdad, no todo lo que sienten lo transmiten, no siempre se animan a decir las cosas que sienten. Nadie dice la verdad. Entonces, ¿por qué a una encuestadora sí le van a decir la verdad sobre todo lo que piensan? Es una cosa absolutamente ingenua.

Segundo: si a una persona conocida no siempre se le dice la verdad, con mucho menos razón a una persona desconocida. De manera que las encuestas registran lo que las personas deciden decir sobre lo que le preguntan y no lo que realmente piensan, sienten o saben de los temas; lo que deciden decir de lo que saben, piensan o sienten. La distancia aumenta a medida que el tema es más íntimo, cuanto más íntimo menos verdad dicen, cuanto menos les importe la respuesta que dan, más verídica es la respuesta.

D.F. – O sea que los temas intrascendentes pueden reflejar mejor la opinión de las personas.

R.B. – Si le preguntan "usted, ¿qué pasta de dientes usa?", probablemente todos dicen la que usan. Pero si le preguntan: ¿le gusta más esta posición o esta otra en la cama?, va a ser difícil. No obstante se pregunta todo eso y parece que tiene el mismo valor. Y ahí hay una primera ingenuidad en la gente que conviene definir, para que no se piense que las encuestas son la ciencia.

Un ejemplo son las encuestas sobre seguridad pública, que yo he seguido durante 30 años. Ayer salió una en un matutino, de una encuestadora, que dice cosas que realmente son una lástima para las ciencias.

La influencia que hacen las encuestadoras en la opinión pública puede hacerse de la siguiente manera: más allá de esa verdad que recogen, con su valor relativo. Se hizo una pregunta en primer lugar sobre que los uruguayos perciben que aumentó la delincuencia y piden endurecer las penas. Esa encuesta se hizo entre los días 11 y 19 de mayo, que fue cuando la superbanda empezó a ser publicitada por una cantidad de medios de prensa, y puso a la gente como loca, con un miedo bárbaro. Si las preguntas se hacen en los momentos en que la gente siente más miedo el resultado va a ser producto del momento en que se preguntó y no de lo que la gente piensa. Eso mismo lo dice esta encuestadora abajo, pero lo dice en un pedacito chiquitito, poniéndolo como posibilidad, pero la gente no lee todas esas brevedades chiquitas, lee el título y el título dice "los uruguayos perciben que aumentó la delincuencia y piden endurecer penas".

Vamos a ir más atrás. Cuando había una sola encuestadora en el país, a mediados de los 60, cuando se preguntaba por seguridad se

preguntaba por empleo, ingresos y salud. La seguridad se debía a inseguridad por motivos laborales, inseguridad por motivos de ingresos e inseguridad por motivos de salud. No se incluía la delincuencia.

En los 70 se empezó a incluir; porque la delincuencia es una de las causas de la inseguridad. Ya en los 80 y 90 la inseguridad es nada más que delincuencia, cuando la inseguridad pertenece en primer lugar a la psicología de cada uno; cuando se dice que una persona es más miedosa que otros, quiere decir que siente más o menos miedo frente a la misma cosa. Y eso no varía porque sí, varía porque la historia personal de cada uno lo hace ser psíquicamente más miedoso. Las sociedades también se vuelven psicosocialmente más miedosas que otras por determinados motivos. La gente siente miedo en su vida porque es más miedosa individualmente o porque le tiene miedo a determinadas cosas. Como varias veces he dicho, a una población que está en riesgo de ser azotada por un huracán como el Monzón, que puede ser inundada por olas oceánicas o que tiene vivo un volcán, no se preocupa de que uno le pegue a otro en la UTU. O que está por entrar en una guerra mundial, o que tiene un conflicto racial posible en la ciudad, o étnico o religioso. Por eso el miedo a la delincuencia al lado de otros miedos que tiene, no significa nada.

Entonces cuando se pregunta, sugiriendo inseguridad igual delincuencia, se simplifica el problema, porque la gente se siente insegura por otra cantidad de motivos y si no se preguntan los otros motivos se está fabricando por encuesta y por título de diario, la impresión de que la única causa de inseguridad es la delincuencia. Como la gente cree en la magia irracional de las encuestas, se pasa a creer que en realidad la gente opina que la delincuencia es toda la causa de la inseguridad, porque le cree más a lo que aparece en titulares que a lo que ella misma piensa. Considera así que la verdad está en la encuesta y no en lo que cada persona siente, y pasa a creer –aunque sabe que no se siente insegura nada más que por la delincuencia– que se siente insegura por ella.

Pero además, si una encuestadora dice determinada cosa, el diario no reproduce todo lo que la encuestadora le dice. Tiene que hacer un título, un subtítulo, entonces dice un pedacito de lo que elige. ¿Qué elige?: lo más sensacionalista. Siguiendo con el ejemplo, las encuestadoras y los diarios en conjunto transformaron a la inseguridad ciudadana uruguaya, de un problema multicausal en un problema unicausal debido a la delincuencia. Pero cuando empezaba la pregunta sobre delincuencia preguntaban sus causas y posibles soluciones a ésta. Daban cuatro opciones para tipos de soluciones. A la gente le preguntaban "¿a usted le parece que hay que endurecer la legislación, la actuación policial y la actuación judicial?"; a eso le llaman medidas duras. Y había una cantidad de gente que decía "¿usted piensa que hay que ablandar las medidas?" . Había un tercer rubro que era si le parecía que no era importante ni ablandar ni endurecer y que lo importante era arreglar las causas económicas, educativas y demás; y estaba un cuarto rubro que era la gente que

pensaba que lo más importante no era endurecer, ni ablandar, ni atacar las causas, sino que lo fundamental era tomar medidas personales para prevenirse, comprar armas, tomar artes marciales, poner alarma, rejas, sprays, mastines, lo que fuera. Después se porcentuaba todo eso.

Para los diarios que tomaban los cuatro rubros, ¿lo más sensacional qué era? La gente que apoyaba las medidas duras. Entonces publicaban que un 37 por ciento apoya medidas duras, poniendo un recuadro allá bajo que decía que había un 40 por ciento que decía que lo importante eran las causas económicas, las educacionales y lo demás, que había un 5 por ciento que era partidario de ablandar medidas y que había un 15 por ciento al que lo que más le importaba era tomar medidas personales.

¿Qué pasa? Como lo que resultó atractivo fue el endurecimiento de las penas, la encuestadora la vez siguiente no interroga más sobre las otras cuatro causas, y encuesta sobre endurecimiento. Para lo cual le pone un micrófono a la gente y le dice: "¿usted piensa que las cosas deben ser más duras o no?". No le preguntan ninguna de las otras cosas. Entonces la gente que contestaría a lo mejor lo que importa es la causa económica, frente al micrófono o al encuestador le dice que sí, porque le dieron la posibilidad de elegir entre otras respuestas. Entonces aumenta el porcentaje de gente que dice que hay que endurecer las penas, pero no porque haya más gente que crea que hay que endurecer, sino porque como le preguntaron nada más que sobre el endurecimiento de las penas, contesta que sí, y eso lo reproduce el titular del diario. Vuelven a preguntar sobre endurecimiento y la gente ya no se acuerda más del porcentaje de gente que opinaba que había que ablandar y del que decía que acá lo que hay que hacer es protegerse individualmente y del que decía que hay que tomar medidas económicas.

Pasa a parecer que la gente sólo quiere medidas de endurecimiento judicial, policial y legislativo. En la época de mediados de los 80, en que se preguntaba en forma completa por las causas, la suma de la cantidad de gente que decía que había que ablandar las medidas, más la que decía que había que tomar medidas de fondo, más la que decía que había que tomar medidas personales, era mayor que la gente que decía que había que tomar medidas duras.

A ese titular del diario lo agarra una fracción política de derecha o conservadora y entonces dice "¡Ah, hay que darle más plata a la Policía, más palos, más camionetas; legislación más dura, jueces más duros, más penas...". Entonces se crea un círculo infernal que está construído por el sensacionalismo de la prensa, por la manera en que preguntan las encuestadoras de opinión y por el efecto que tiene eso en las fracciones partidarias y en la opinión pública.

Por eso digo que las encuestadoras registran la opinión, sí, pero registran una opinión que ayudan a conformar. Y cada vez van a ayudar más a conformar y cada vez la opinión que registren va a ser

más preconformada por las encuestas anteriores, y por los titulares de los diarios. Cada vez va a ser más difícil registrar lo que realmente piensa la gente.

D.F. – Además lo que se está haciendo es de alguna forma perversa –no digo intencional pero sí perversa– cambiando la metodología, si uno entiende que esas preguntas forman parte de una metodología encuestadora.

R.B. – Y aparte hay en eso una razón comercial. Es mucho más barato preguntar "¿usted es partidario del endurecimiento de medidas o no?", que darle varias alternativas para que la gente mencione, porque después a eso hay que procesarlo, sigue un proceso en el que es mucho más caro preguntar muchas cosas que pocas. Como las encuestadoras además de ser encuestadoras científicas son comerciales, prefieren simplificar las preguntas porque les sale más barato y ganan más. Entonces terminan preguntando cosas muy simples que le hacen decir a la gente cosas muy gruesas, que no diría si le preguntaran con más sutileza y con un abanico de alternativas más amplio. Empiezan a simplificar la opinión, que después simplifica aún más el título del diario.

D.F. – Y seguramente después, el ciudadano común simplifica aún más al leer el diario.

R.B. – Simplifica más todavía cuando comenta en el boliche o en la casa, lo que leyó en el titular. Se va generando así, un proceso de simplificación que es una estrechez, y que después se tragan los legisladores. Yo vengo en este momento de exponer frente a la Comisión de Seguridad Pública de la cámara de representantes, donde hablé de una de cosas que en parte son magnificaciones de los diarios; tampoco es mala voluntad, porque al tipo le dan una encuesta y tiene que hacer un título, un subtítulo, tiene que elegir alguna de las cifras para destacar. ¿Y cuál elige?: la que puede obligar a vender el diario, la que puede inducir más al otro, que no es el contenido de todo lo que hizo.

Y al mismo tiempo la encuestadora, que tiene un determinado rubro y que vende una encuesta, no puede preguntar mil cosas, tiene que elegir algunas. ¿Cuáles elige?: las que van a vender más, como pena de muerte, etcétera, etcétera. Ya se sabe por las propias encuestas, que la opinión que tienen los uruguayos sobre la pena de muerte varía en el 50 por ciento, condicionado por el momento en que se preguntó y de la manera como se lo hizo.

D.F. – Para ser realmente fidedigno, en una encuesta por ejemplo sobre la pena de muerte, ¿lo mejor es hacer sucesivas encuestas que

comprendan la metodología paso por paso antes, durante y después del fenómeno social que pueda estar generando una respuesta? ¿Sería lo más correcto hacer varias encuestas y evaluarlas todas?

R.B. – Eso sería lo ideal, porque entonces se puede saber qué efecto tuvo el momento, por lo menos acercarse a eso. Puede haber otros efectos influyendo también, no sólo el efecto del momento en que se pregunta, porque también influye la manera en que se pregunta. Por ejemplo, una vez una encuestadora preguntaba "¿usted cree que hay que endurecer la legislación contra drogas?". Las personas contestaban sí, no, más o menos, etcétera. En otro momento se preguntó "en países como los Estados Unidos se está tratando de enfrentar el fenómeno del incremento de drogas poniendo medidas más duras, hasta reimplantando la pena de muerte en algunos estados; ¿cree usted que eso debería hacerse en Uruguay?". Da muy distinto una encuesta que la otra, porque en una le dijeron que en Estados Unidos están haciendo esto y esto, y en la otra le preguntaron ¿usted qué haría?

Entonces la manera, el momento, lo que no se pregunta, las alternativas de respuesta que se dan, los antecedentes que tenga esa pregunta, son determinantes. Porque a quien le preguntan mañana sobre delincuencia ya se creyó que la gente en su 90 por ciento, cree que aumentó la delincuencia y que pide endurecer las penas. Entonces a la gente que le pregunten mañana mañana no va a poder decir "yo no soy partidario de endurecer las penas" porque ya leyó que el Uruguay supuestamente quiere endurecerlas. Ya está formando opinión por el solo hecho del título. Aunque la encuestadora la vez siguiente se tome el trabajo de preguntar "¿usted es partidario de ablandar?, ¿usted es partidario de endurecer?, ¿cree que no importa nada de eso, que lo fundamental es poner rejas, alarmas, perros, artes marciales y spray?", y aunque le pregunten "¿usted cree que lo fundamental son las causas económicas de la delincuencia?", ya igual va a dar distinto esa misma encuesta, que de no haberse hecho la anterior que originó el título, de que la gente pide endurecer las penas.

Entonces esto ya está condicionando inclusive a una encuesta bien hecha en el futuro. De las cosas que más conforman la opinión pública son los sondeos de opinión, por la manera en que se hacen, por el momento en que se hacen, por la manera en que son magnificados, destacados por los medios de comunicación y después como fueron adoptados por los políticos para sus discursos y por cada uno de los uruguayos. Crean efecto de formación de opinión pública, ya los sondeos prácticamente no sondean la opinión.

D.F. – Y la deformación también, la malformación.

R.B. – Sí sí, pero eso aunque no lo quieran hacer, están condenados a

conformar esa opinión pública, aunque digan que la están registrando.

D.F. – Un oyente que llama de Paso de Carrasco dice: "Bayce, un efusivo abrazo y felicitaciones porque es lo mejor que he escuchado en radio".

Solange de Parque Batlle dice: "Rafael, en 1993 cuando el caso de Pablo Gonçalves, a quien se le preguntaba respondía que estaba a favor de la pena de muerte".

R.B. – Me acuerdo que la doctora Reta decía: "no hay que legislar en materia penal cuando hay circunstancias calientes en la opinión pública porque entonces pierde objetividad para legislar".

D.F. – Otro mensaje de un oyente: "Desde la aprobación de la ley ciudadana donde se crearon nuevos delitos o se agravaron penas, los delitos no han bajado, se puede decir que han subido".

R.B. – Como ya fue anunciado por quien habla que iba a pasar, y está escrito, no sólo grabado.

D.F. – Ricardo del Centro dice: "¿No considera que es delito la evasión de impuesto?, cosa que no certifican las encuestas".

R.B. – Esa no es una pregunta demasiado atractiva, tiene que haber sangre y sexo. Si hay sangre y sexo es noticia, si no no es noticia.

D.F. – Solange dice: "Rafael, ¿no es posible también que el resultado de las encuestas esté dado por cómo se formula la pregunta?".

R.B. – No sólo dije que importa la manera y el momento en que formula, sino también las alternativas de respuestas que se dan, porque si no se dan buenas alternativas termina contestando "no sé" o contestando forzadamente alguna de las alternativas que se le dan, aunque no sea lo que auténticamente está pensando del tema.

D.F. – Gustavo dice: a tono general, ¿podés decir que en algo la metodología para encuestar sobre temas comerciales, estudios de mercado, puedan también estar mal?

R.B. – Sí sí. Estudiar metodología de encuestas es una cosa muy

complicada; yo no tengo ninguna agencia de encuestas por eso puedo hablar en piedra libre. Es tan caro hacerlas seriamente, que el mercado uruguayo no da para hacerlas en muchos rubros. En algunos da, por ejemplo en materia electoral, pero en otras materias no.

Así que en el caso del oyente que hizo la pregunta habría que ver en el caso del producto y cómo se hizo, qué falla puede tener. Yo estudié encuestas en el lugar considerado el número uno del mundo que es el Northamerican Research Center de la Universidad de Chicago, que fue el primer centro del mundo que se formó a partir de las encuestas de opinión, de la agencia Roper, y después de la agencia Gallup. Se formalizó un centro de estudios en la División de Ciencias Sociales de la Universidad de Chicago, con el nombre de sociólogos conocidos, la NORC (Northamerican Research Center). Allí se estudia todo ese tipo de cosas: el fraseo, el color de los papeles, el tamaño de la letra y todas las cosas que influyen en la respuesta de los integrados. El tema sería enorme, demasiado técnico para una columna.

D.F.- Mariela del Centro te hace un último planteo : "Las encuestas son inducidas". Me queda la sensación de están manipuladas."

R.B. – Yo no llegaría a tanto porque yo creo que el fenómeno no tiene nada que ver con la intencionalidad de quienes la hacen. Son fenómenos complejos de cómo se hacen, cómo circula la información, cómo es el circuito de esa información entre quien hace la pregunta, quien contesta, quien la publica, cómo toma la opinión pública lo publicado, cómo retoma la encuesta lo que la opinión pública resaltó. Es un complejo que se llama dinámica cultural, de circulación de la cultura, de la información, que va mucho más allá de las intenciones. No es un fenómeno intencional, conspiratorio, maquiavélico; es un fenómeno inevitable que se da por la manera como se toma y circula la información, como se retroalimentan todos los circuitos de información.

ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
061830 - ~~JULIO~~ AGOSTO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 097/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

ORIGINAL

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta:

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - CE.PRO.DA.

EJMPLAR 003 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-

CORONEL

WILSON CORONEL.-

001/14

9708427

12 AGO. 1997

Entrevistas

Radio
EL ESPECTADOR
URUGUAY

Gonzalo Aguirre renunció a su cargo en el Directorio blanco

Entrevista con Juan Andrés Ramírez (Desafío Nacional).

EN PERSPECTIVA
Martes 05.08.97 - Hora 08.20

(Versión preliminar sin corregir.
El texto editado estará disponible mañana)

EMILIANO COTELO:
Se había anticipado ya en el día de ayer: el doctor Gonzalo Aguirre confirmó que había presentado renuncia al cargo que ocupaba en el Directorio del Partido Nacional en una decisión que no corresponde sólo a su grupo político, Renovación y Victoria, sino que se toma en coordinación con Desafío Nacional, sector blanco que encabeza el doctor Juan Andrés Ramírez y con el cual Renovación y Victoria viene actuando conjuntamente desde hace ya varios meses.

¿Cuál es el estado de ánimo de Desafío Nacional en relación con la interna del Partido Nacional? ¿Por qué se llega a una medida tan extrema?, ¿qué consecuencias tiene?, ¿cuáles son los próximos pasos? Vamos a conversarlo a partir de este momento con el doctor Juan Andrés Ramírez, que nos acompaña en estudios esta mañana.

¿Qué pasó? Conocimos la carta, está publicada en la prensa de hoy que Aguirre remite al directorio. Pero veámoslo en un análisis más amplio, en todo su contexto.

JUAN ANDRES RAMIREZ:
Yo diría que es la reacción de Aguirre -lo conversamos antes de que redactara la renuncia- a la yo no diría desconsideración, pero por lo menos se cansó de predicar en el desierto en el directorio del partido, de que su opinión no fuera tomada en cuenta, de que pesara la mayoría circunstancial que tiene Manos a la Obra dentro del directorio, y además curiosamente hace pesar la mayoría en el directorio -porque la tiene, no se la negamos-, pero cuando la convención del partido, que es el órgano superior al directorio, el órgano soberano del partido, toma por mayoría una decisión que al sector de Manos a la Obra no le gusta, no le parece conveniente, el

002 9708427

directorio hace oídos sordos a la decisión de la convención.

E.C. – ¿Usted se refiere en este caso a la decisión de la convención a propósito de la torre de las telecomunicaciones?

J.A.R. – A ésa y a otras anteriores. La torre de las telecomunicaciones o la torre de ANTEL, el edificio burocrático de ANTEL. Digámoslo claramente: no es un avance tecnológico lo que van a hacer sino un edificio de lujo; la gente puede confundirse, creer que el Uruguay va a ser de avanzada en materia de comunicaciones por tener un edificio donde su presidente va a estar a 165 metros, con una preciosa vista.

E.C. – Ustedes en Desafío Nacional habían presentado en la convención la iniciativa para que los directores blancos en ANTEL promovieran la suspensión de la obra, la reconsideración del proyecto.

J.A.R. – La reconsideración de la obra y la suspensión de la obra. Los directores blancos se limitaron a hacer un saludo a la bandera, como se dice vulgarmente, ni siquiera plantearon el tema en el Directorio de ANTEL.

E.C. – ¿No lo plantearon?

J.A.R. – No lo plantearon; se limitaron a hacer un sondeo oficioso con los directores colorados, como la batalla estaba perdida de antemano ni siquiera la plantearon para que constara en actas la posición del Partido Nacional de su órgano máximo. Y es más, contestaron con una carta al directorio del partido. En primer lugar, el directorio del partido tuvo un mes y medio para notificar a los directores de lo que había resuelto la convención. Pero después los directores contestan al directorio no solamente haciendo constar eso, que se habían limitado a hacer un sondeo previo y se dieron cuenta de que era inútil toda resistencia, sino que además abundan en argumentos a favor de la torre y de la no suspensión de la torre, en contra de lo decidido en la convención, como que ya se habían gastado 4 millones de dólares; lo cual es cierto, pero no tiene nada que ver con la decisión de la convención ni con la construcción de la torre. Fue una decisión del propio Directorio de ANTEL antes de la licitación de hacer una contratación directa con el arquitecto proyectista, sin licitación, y con lo cual comprometieron un gasto público elevado.

E.C. – De todos modos, antes de seguir, y a propósito de la conducta

que siguieron los directores blancos en ANTEL, del procedimiento elegido por el directorio del partido, más allá de esa demora de un mes y medio en comunicar lo que había resuelto la convención, de todos modos ¿el planteo de Desafío Nacional no llegaba tarde?, ¿no estaban ya los hechos consumados?

J.A.R. – No, no estaban consumados; la contratación administrativa se celebró recién el 31 de julio, la vinculación entre las partes se hizo en ese momento; ahora sí ya está celebrado el contrato con el consorcio ganador.

E.C. – Y por otra parte, ¿no era obvio que iba a perder una eventual postura como la que reclamaba la convención en el Directorio de ANTEL?

J.A.R. – Yo diría que no necesariamente, porque si somos parte de un gobierno de coalición, el Partido Nacional integra un gobierno de coalición prácticamente en paridad de condiciones con el Partido Colorado –tenemos un diputado menos y un senador electo menos, a parte del vicepresidente de la República, el senador no electo–, si hemos caminado juntos y apoyado al gobierno del Partido Colorado que nos ha pedido una cantidad de prendas de coalición en aras de lograr armonía en el gobierno, y el Partido Nacional por única vez, la única oportunidad en la cual toma decisión en su órgano máximo en un tema de gobierno –es el único caso, el resto fue el directorio, o las bancadas parlamentarias los que adoptaron decisiones de votar tal ley o apoyar tal acto administrativo; o los ministros integrantes del gabinete–, la Convención del Partido Nacional en un tema importante decide oponerse a un gasto público de esta naturaleza, lo lógico sería que el Partido Nacional todo, con el directorio como órgano ejecutor, se pusiera detrás de la resolución empujando, promoviendo su apoyo frente a los coaligados, los integrantes del Partido Colorado, exigiendo una conducta adecuada.

Esto no consistía simplemente en hacer un mecanismo formal, vamos a votar, votamos, perdimos tres a dos, como un partido de fútbol y nos volvimos para casa cabizbajos porque nos ganaron en la cancha. No era así el procedimiento, lo que nosotros esperábamos como respuesta del Partido Nacional.

La resolución de la convención, si bien la propusimos nosotros fue apoyada por el Movimiento de Rocha, obviamente por Renovación y Victoria que está asociado a nosotros, por Matilde Rodríguez Larreta y la Federación Nacionalista Independiente, por la Nueva Fuerza Nacionalista de los intendentes y por sectores de Manos a la Obra, como la lista 904 de Machiñena, la lista 30 de Montevideo de Raffo y algunos otros convencionales del movimiento de Manos a la Obra y de Propuesta Nacional, que acompañaron la moción, por lo tanto tenía un respaldo muy importante de los sectores del partido.

E.C. – Parece que el tema de torre de las telecomunicaciones de ANTEL de alguna manera es el último de una serie de episodios que han irritado a Desafío Nacional. En particular ustedes han señalado a través de la prensa el desconcierto, la contrariedad por el mensaje que el presidente del directorio remitió al acto de colocación de la piedra fundamental del edificio. ¿Qué pasó con este mensaje?

J.A.R. – Yo diría que con esa actitud culmina todo este proceso. El presidente del directorio no sólo –por omisión del directorio o de la mayoría que comanda Alberto Volonté en el directorio– no hace nada para coadyuvar a que la decisión de la convención tenga efecto, sino que les manda una carta de felicitaciones a los dos blancos –Gallinal y Arocena– que están en ANTEL el día de la colocación de la piedra fundamental por su conducta dentro del Directorio de ANTEL, en definitiva por haber apoyado en su momento la construcción de la torre.

En algún órgano de prensa se dice además –no lo tengo confirmado pero no fue desmentido por el doctor Volonté– que en esa carta había alguna frase que manifestaba que los que nos oponíamos –lo cual incluye a la mayoría de la convención– a la construcción de la torre lo hacíamos por intereses mezquinos y personales. No sé si eso lo dice; obviamente agravaría las consideraciones del presidente del directorio, pero de lo que no caben dudas es que si la convención decide una cosa el presidente del directorio no puede luego aprobar explícitamente la conducta de los directores de ANTEL e indirectamente la construcción de la obra.

Pero aclaremos: la obra –aunque su monto es importantísimo, es multimillonario en dólares, llega a 100 millones de dólares, seguramente va a sobrepasar esa cifra– es un gasto absurdo. Lo más importante es que es una señal a la gente. Yo creo que enmarca dentro de los criterios de razonabilidad en el gasto público y las prioridades que la sociedad uruguaya debe tener. Eso es lo importante. Hay gastos que hacer mucho más necesarios que esta torre de las comunicaciones y a la gente en un sistema democrático tenemos que darle señales correctas de que estamos administrando bien los fondos públicos.

E.C. – Cuando usted maneja cifras llega a 100 millones de dólares contando el IVA, que según destacan las autoridades de ANTEL se descuenta. Pero usted decía que no es un tema de números.

J.A.R. – No es un tema de números. Por ejemplo ahora Desafío Nacional quiere apostar a un Uruguay productivo y sobre todo con una verdadera y sustancial descentralización. Descentralización no es solamente sacarle plata al tesoro nacional y pasársela a las arcas

municipales para que los intendentes y las juntas la gasten bien o mal. No es un problema burocrático ni de cuentas públicas, es un problema de radicación de la gente en el interior, de expectativas de mejor vida, de calidad de vida de nuestros habitantes de todo el país; evitar la migración hacia Montevideo y hacia las capitales departamentales, etcétera.

Estamos preparando –lo presentamos en San José la semana pasada– un proyecto de desarrollo de lechería con el objetivo de la duplicación de la producción de leche en el país, que es muy importante, son 240 millones de dólares anuales de exportaciones, 4 millones de litros de leche diarios, en vez de 2 millones de litros de leche diarios. Ese proyecto implica como subsidio, como incentivo, 15 millones de dólares. Y estamos gastando 60, 70 o 100 o 150 millones de dólares en la torre; no importa, pero hagamos las comparaciones.

El de la lechería es uno de los escalones de una serie de proyectos que presentaremos de aquí a fin de años, algunos ya están preparados y otros están vías de preparación.

Otro es la duplicación de la producción arrocera. Uno empieza a hacer las cuentas y ve cuánto se precisa para fomentar la producción arrocera con la radicación de la gente en el campo, con el aumento de su productividad, con disminución del desempleo, de la migración hacia Montevideo se pregunta ¿cuánto precisamos?: 2 millones, 3 millones, 5 millones de dólares para fomentar esto. Cuando nos estamos gastando y malgastando dinero en este tipo de obras nos damos cuenta de que estamos haciendo cosas absurdas.

E.C. – No quiero irme por esta rama porque hay otros temas para conversar con usted, pero las autoridades de ANTEL destacan que un proyecto de este tipo genera empleo, directo e indirecto, en cantidades, durante dos años.

J.A.R. – Vamos a hacer algunas precisiones. Obviamente una obra civil genera empleo, pero depende; esta obra civil gastando 100 millones de dólares o 70 millones de dólares podría generar mucho más empleo y además podría salir mucho menos dinero. En primer lugar, si esta obra la hacemos en vez de en 18 meses en 36 meses, sale la mitad; por metejón, por finalidad política la quieren terminar antes de que Lombardo deje de ser presidente de ANTEL y por lo tanto se hace en 18 meses, pagamos el doble porque hay que hacerla en tres turnos.

E.C. – Usted dice que es por finalidad política.

J.A.R. – Es obvio. ¿Por qué razón ANTEL tiene ahora la urgencia

extrema de tener en 18 meses una nueva sede burocrática? Es para que coincida con los tiempos políticos. Pero claro, si usted quiere hacer una obra de esa naturaleza, de 50 pisos en 18 meses, tiene que tener tres turnos de obreros de la construcción y por lo tanto tiene que pagar el doble el precio del metro cuadrado de construcción.

En segundo lugar, en vez de hacer una obra explayada, de menos altura, la hacemos concentrada y en 165 metros de altura en 50 pisos; sale cinco veces el metro de construcción. Usted construye un metro a la cota de 80 metros y le sale cuatro veces construirlo a la cota de 16 metros, por múltiples razones; pregúntele a cualquier constructor y le va a decir que hay seis o siete razones por las cuales le sale mucho más caro. ¿Qué necesidad tenemos de gastar eso?

Pero además el tipo de obra, al hacerlo así, como un alfiler –muy bonito puede ser que quede–, se va a hacer con metodología de construcción que no es la que hacemos en el Uruguay habitualmente, por lo tanto nuestros obreros no saben hacerla, no es con hormigón y encofrado que se va a hacer sino con hierro. No tenemos obreros soldadores, importaremos obreros soldadores. No tenemos materia prima, importaremos la materia prima, por lo tanto la fábrica va a estar fuera del país. El efecto multiplicador que tiene normalmente la construcción no lo va a tener el Uruguay porque los equipamientos van a ser importados, las alarmas, los ascensores, los sistemas de cerramiento, hasta el sistema de lavar los vidrios no se va a hacer con obreros uruguayos sino con robots –importados por supuesto– porque ese tipo de obra –muy moderna, no me cabe duda– necesita elementos importados.

Entonces ¿qué mano de obra va a dar? Va a dar la mínima expresión de mano de obra que podría dar si esa misma superficie se construyera como está construyendo por ejemplo la Caja de Jubilaciones Profesionales, que en vez de 27 mil metros cuadrados son 26 mil metros cuadrados –en la calle Colonia y Yaguarón–, un edificio que sale creo que 480 dólares el metro cuadrado. Este está saliendo arriba de los 3 mil dólares el metro cuadrado.

Segunda parte

E.C. – Estamos analizando las razones por las cuales el doctor Gonzalo Aguirre presentó renuncia al Directorio del Partido Nacional.

Se vio colmada la paciencia del doctor Aguirre luego de una serie de episodios que implicaban por un lado que la mayoría del directorio, Manos a la Obra concretamente, desconoce a las minorías y por otro lado el directorio desconoce o no toma como propias resoluciones de la convención. ¿Está bien esa síntesis?

J.A.R. – Cierto. Gonzalo dice en la renuncia que él siempre fue como demócrata respetuoso de las decisiones mayoritarias y estuvo acostumbrado a ser minoría. Luego, cuando pasó a representar a Desafío Nacional no cabe duda de que hoy representa yo no diría la mayoría –aunque las encuestas nos marcan con algún punto como mayoría dentro del partido–, pero como un grupo desde el punto de vista numérico importante dentro del Partido Nacional a Desafío Nacional más Renovación y Victoria. Pero ni aun así en el seno del directorio se le reconoce la trascendencia a la opinión de Gonzalo Aguirre por el valor personal que tiene.

El directorio aplicaba las mayorías circunstanciales de los ocho votos de Manos a la Obra, a veces también con el apoyo de los directores herreristas; lo mismo le pasó a Carlos Julio Pereyra. Esto implicó un desconocimiento de las posiciones de los sectores en ese momento minoritarios dentro del directorio del partido.

Gonzalo ayer en la conferencia de prensa y en la propia nota de renuncia hace mención también a otros episodios. En la convención del otro año, a propuesta nuestra se reclamó la reforma de la Carta Orgánica del partido para introducir algunas transformaciones importantes en materia electoral, en materia de Comisión de Asuntos Eticos dentro del partido y tampoco el directorio tomó ninguna decisión a lo largo de un año largo. En definitiva hay una gran inoperancia y cuando debe actuar no actúa y aplica las mayorías para no cumplir con las decisiones del verdadero órgano soberano y las mayorías del órgano soberano que es la convención del partido.

E.C. – La crítica es entonces que no hay sintonía entre cómo funciona el directorio, cómo vota y cómo está representada la opinión de los blancos en la convención.

J.A.R. – Hay además una incómoda duplicidad en la actuación sobre todo del presidente Alberto Volonté. En algunas ocasiones es el presidente del directorio del partido y por lo tanto representativo de todo el partido, y en otras ocasiones es el presidente de Manos a la Obra. En algunas ocasiones toma decisiones independientemente del resto del partido y las conversa directamente con el presidente Sanguinetti o con el Partido Colorado y son decisiones de Manos a la Obra pero el portavoz es el doctor Volonté, y en otras ocasiones pretende que las decisiones sean de todo el partido. Lo cual hace que la gente no tenga conciencia clara y confunda los roles del doctor Volonté como presidente del directorio y como jefe político de un sector dentro del partido.

E.C. – La decisión tomada hace pocos días, la semana pasada, en relación con los economistas Javier De Haedo y Gustavo Licandro, lo que en algunos órganos de prensa se llamó "excomunión", en

otros se llamó "expulsión", ¿también incidió? Javier De Haedo es hoy asesor suyo, ¿eso tiene algo que ver?

J.A.R. – Gonzalo no pudo estar presente en el momento de la votación porque la sesión del directorio se extendió más allá del mediodía, él tenía otros compromisos –él ejerce la profesión, etcétera– pero hizo manifestaciones expresas antes de que se tomara la decisión de que él no estaba de acuerdo con esa decisión que todo indicaba que se iba a tomar en el propio seno del directorio.

El directorio tiene otras cosas mucho más importantes que hacer que tomar definiciones respecto a los supuestos morosos del partido. Además, a dedo elegir dos entre todos los morosos que tiene el partido que no han contribuido con la cuota que manda la Carta Orgánica. Pero además había otros que habían mandado la misma nota en similares términos a las de De Haedo y Licandro, y Gonzalo con muy buen criterio dijo que era absurdo que nos ocupáramos en el Partido Nacional en el órgano máximo ejecutivo de sancionar.

Además con una grave contradicción, porque si uno analiza la letra de la decisión dice que estos dos compañeros –no los toma como compañeros cuando eran integrantes del gobierno bien que eran compañeros, ahora no porque ellos dicen que integraron el gobierno como técnicos– no son blancos, no los expulsamos porque no son blancos pero nunca van a poder ser blancos. Lo cual es un absurdo desde el punto de vista lógico para cualquier organización política que se dice democrática. El Partido Nacional no puede expulsar a futuro; no los expulsa ahora porque no los tiene por blancos, pero en el futuro sí, están expulsados, no tienen la capacidad de convertirse al nacionalismo porque no pagaron la cuota. Creo que es absurdo, el Partido Nacional tiene que ocuparse de otras cosas mucho más importantes que ésa.

E.C. – Ya escuchamos entonces las distintas razones, los distintos hechos que llevan a esta determinación, a que el doctor Gozalo Aguirre renuncie al cargo en el Directorio del Partido Nacional. Me queda la duda de en qué medida hay planteada una –¿cómo decirlo?– batalla, un enfrentamiento fuerte, duro, Ramírez–Volonté o si usted quiere Desafío Nacional–Manos a la Obra. En más de una oportunidad en las últimas semanas han estado ambos polemizando públicamente, discrepando con iniciativas del otro. ¿Qué pasa?

J.A.R. – Yo diría que en algunos temas de gobierno es absolutamente legítima la discrepancia, obviamente no pensamos igual. Desafío Nacional le propuso al ministro de Economía, como mecanismo para aumentar el empleo, para luchar contra el desempleo, rebajar el impuesto al trabajo, los aportes de seguridad social que obviamente son un impedimento para que los empresarios contraten mano de obra, y además focalizado en las áreas donde

podría tener un impacto mucho más importante. Ya se hizo anteriormente una rebaja del 6 por ciento en los aportes de la industria manufacturera. Nosotros le proponíamos al ministro focalizar en algunas otras áreas, por ejemplo industria de la construcción, que paga un 92 por ciento de aportes; rebajar sustancialmente esos aportes como mecanismo de lograr que lo que hoy es el 50 por ciento de ocupación en la mano de obra de la construcción, elevarlo no digo al 100 por ciento, a la ocupación plena, pero elevarlo sustancialmente, apoyando y auxiliando sobre todo al trabajador no calificado, jefe de familia, que es el que más tiene que preocuparnos a todos los uruguayos.

De Manos a la Obra surgieron voces en contra sosteniendo que eso no había dado resultados -en lo cual creo que están equivocados- en la industria manufacturera. Recuerdo que el programa de propuesta política para las elecciones del 94 de Manos a la Obra precisamente para lograr el pleno empleo o mejorar el empleo juvenil establecía como mecanismo la rebaja de los aportes patronales para el primer empleo juvenil. Por lo tanto si ése era un buen mecanismo de causa-efecto para lograr colocación y demanda de mano de obra buena cosa también tenía que ser ahora en esta instancia donde nos tiene que preocupar mucho más el desempleo que antes porque es un tema grave y serio para todos los uruguayos.

E.C. - Ese es un ejemplo; pero ha habido otros y en sentido inverso: Manos a la Obra promueve la rebaja del impuesto a las retribuciones personales y Desafío Nacional dice "no sé, quizás haya otro tipo de medidas y quizás sea bueno mantener el IRP".

J.A.R. - Me parece legítima la discrepancia, nosotros lo que le dijimos al ministro fue que si el Estado estaba en condiciones de asumir un déficit fiscal que implica dejar de recaudar equis punto de IRP, del adicional al IRP, nos parece mucho mejor negocio para todos los uruguayos no dejar de recaudar eso que lo están pagando los que trabajamos y beneficiar a los que no trabajan y quieren trabajar, entonces trasladar el déficit fiscal ése a una rebaja de los aportes patronales. Ese es un tema técnico del mercado de trabajo, muy afinado; opinable, absolutamente opinable.

E.C. - De todos modos, si bien ésos son temas técnicos dice usted, de propuestas y de medidas concretas, se percibe una tirantez política entre los dos sectores, entre Desafío Nacional y Manos a la Obra o entre Ramírez y Volonté, incluso personalizado.

J.A.R. - Yo diría que nosotros hemos tenido una larga conducta de paciencia, de no tirar leña a la hoguera, de ser extremadamente educados en la competencia partidaria, en el relacionamiento interno con el partido; si hay algo que no se nos puede imputar a

nosotros es ser generadores de discordias internas. Las discrepancias las hemos marcado y las vamos a seguir marcando cuando estemos en desacuerdo con temas políticos que nos parecen trascendentes –el gasto público, etcétera, la conducción económica, lo que fuera–, pero en el relacionamiento interno del partido si hay un sector que no ha hecho observaciones directas ni ha atacado a sus correligionarios somos nosotros.

E.C. – ¿Y ustedes sienten que sí han sido atacados?

J.A.R. – Sí; no es tiempo de cobrar cuentas viejas porque si yo empezara a recordar las veces que nos han atacado directamente estaría echando leña a la hoguera; no lo quiero hacer, los que tengan buena memoria que lo recuerden. Esto no es revancha, simplemente para nosotros se agotó la paciencia en algunos aspectos, por ejemplo Gonzalo Aguirre entendió que ya no era necesario ni conveniente que él estuviera en el Directorio del Partido Nacional.

E.C. – ¿Hay que deducir entonces que no hay tirantez Ramírez–Volonté?

J.A.R. – No, tirantez personal no creo, en absoluto; simplemente discrepancias en algunos aspectos en la conducción interna del partido.

E.C. – ¿No es una medida excesiva retirar al representante el directorio?

J.A.R. – No, no es excesiva. Hemos dicho además que vamos a seguir considerando al directorio como la autoridad legítima del partido junto con la convención. Lo que le vamos a exigir al directorio es que cumpla con las disposiciones de la convención que es el órgano máximo.

E.C. – ¿Van a quedar a la intemperie? ¿Qué pasa con ese cargo en el directorio del partido?

J.A.R. – Se llamará al suplente, que es la doctora Raquel Macedo, integrante de Renovación y Victoria; si ella asume bien, si no, creo que es el diputado Borsari que pertenece al Herrerismo.

E.C. – En el segundo caso estaríamos hablando de que ese cargo cambia de sector.

J.A.R. – Ciertamente.

E.C. – Ustedes dejarían de tener representación. ¿En el primer caso tendrían una representación atenuada?, ¿cómo hay que decirlo?

J.A.R. – Yo diría testimonial, como lamentablemente ha sido la representación de Gonzalo Aguirre en todo este período, porque nos hemos cansado de tener simplemente una representación testimonial.

E.C. – ¿Ustedes no creen que esta decisión política puede ser tomada como un paso con finalidad electoral?

J.A.R. – Que quede claro: no pensamos constituir un directorio paralelo.

E.C. – Pero es un golpe de efecto que marca una posición de manera firme, nítida de Renovación y Victoria y de Desafío Nacional en un momento en que se están delineando sectores y posiciones con respecto a las internas.

J.A.R. – Me parece importante que la gente tenga señales claras de dónde está cada sector, qué es lo que piensa, qué opina. Nosotros integramos el gobierno de coalición o apoyamos al gobierno de coalición porque creemos que es una actitud patriótica de permitirle al gobierno funcionar armónicamente con el parlamento, pero nos sentimos muy libres porque no estamos comprometidos con ningún cargo de confianza. Por lo tanto no estamos atados y tomaremos las decisiones que correspondan en cada caso. Puede tener la seguridad el presidente Sanguinetti de que Desafío Nacional y asociados –como decimos que somos el movimiento– va a actuar con la mayor lealtad y sin cálculos políticos en esa materia.

E.C. – La novedad que se conoce también en el día de hoy, este pedido de informes dirigido por un diputado de Desafío Nacional, Edison Sedarri, al Ministerio de Relaciones Exteriores, solicitando datos a propósito de una serie de gastos, de elementos del presupuesto de la Cancillería, ¿qué tiene que ver con esta postura, con esta especie de ruptura de Desafío Nacional con Manos a la Obra, con el directorio? Se lo pregunto porque casualmente el canciller Alvaro Ramos pertenece a Manos a la Obra.

J.A.R. – Le aclaro: el pedido de informe no quiere decir guerra ni tampoco disparar contra el ministro a quien se le piden informes. Cuando yo era ministro del Interior el actual senador Mallo, integrante de Propuesta Nacional, anterior diputado por Cerro Largo –con quien tengo una excelente relación– me hizo un largo pedido de informes sobre un episodio en Salto y además me llamó a comisión en la Cámara de Diputados para dar explicaciones sobre un episodio que había ocurrido en el departamento de Salto. Integraba mi partido, integraba el gobierno, era herrerista en ese momento y yo era ministro del mismo sector; no lo tomé como un ataque personal sino como algo que los ministros estamos obligados a otorgarles a los parlamentarios en su derecho absolutamente legítimo y constitucional. No me parece que el ingeniero Ramos pueda sentirse atacado por otro sector del partido, ni menos aún como aparece en la prensa que va a renunciar porque se le pidan informes sobre el gasto público.

E.C. – Pero en este momento es un paso que forma parte de un contexto y que puede leerse por ejemplo como lo lee La República: "Ramírez desató la guerra entre los blancos. Ayer abrió dos frentes".

J.A.R. – No es guerra, la guerra se va con armas más pesadas. Yo diría que es parte de una conducta de Desafío Nacional de reclamar de todos –en particular del gobierno de coalición– sensatez en el gasto público. Si la respuesta del ingeniero Ramos no fuera satisfactoria en cuanto a que el gobierno ha hecho gasto excesivo de los dineros ahí veremos cuál es la conducta de Desafío Nacional.

E.C. – El doctor Gonzalo Aguirre dijo ayer –y usted lo comentaba recién– que una de las razones de su renuncia al directorio era el hecho de que se insinuaba ya la campaña rumbo a las elecciones internas y en ese directorio estaban sentados o precandidatos o gente que apoya a uno u otro u otros precandidatos. Le parecía a Aguirre inconveniente esa situación. Mi pregunta es: ¿Renovación y Victoria y Desafío Nacional pueden volver al directorio si el directorio se recompone?, ¿ustedes están promoviendo una reintegración del directorio?

J.A.R. – No, no estamos proponiendo una reintegración ni tampoco una censura al directorio. La afirmación de Aguirre en la renuncia sobre ese aspecto –que reiteró en la conferencia de prensa– atiende más a un tema no formal; no existe ningún impedimento en la Carta Orgánica de que un director pueda ser candidato, aclarémoslo. Es un tema de sensibilidad política.

En el momento en que el directorio tiene que regir los destinos de todo el partido como colectividad única parece razonable que los

integrantes del directorio no estén absolutamente jugados –nadie pretende neutralidad absoluta– a determinadas candidaturas cuando por primera vez en la historia del país vamos a tener una competencia interna para determinar quién es el candidato único a la Presidencia de la República el 25 de abril de 1999.

El directorio para preservar la unidad, para la organicidad y el funcionamiento orgánico coherente del partido dentro del gobierno y con vistas a la elección parecería –es lo que dice Aguirre– que debe estar integrado por hombres que no estén absolutamente parcializados en la lucha interna.

E.C. – ¿No lo van a proponer por ejemplo en la convención?

J.A.R. – No no, eso no va a ser propuesto.

14/14 9708427

SECRETO 1/6

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
061830 - AGOS - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 098/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION**: Se omite

II.- **RESPONDE A**: Información obtenida por esta Agencia.

ORIGINAL

III.- **T E X T O**: Se adjunta;

IV.- **SINTESIS**: Se omite.

V.- **DISTRIBUCION**:

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - CE.PRO.DA.

EJEMPLAR 003 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-

CORONEL

WILSON CORONEL.-

Doc Poco Legible

9708428

12 AGO. 1997

001/06

COMANDO DE APOYO ADMINISTRATIVO
OFICIO N° 2026/11/97
OBJETO: Ref. Robo Armería Zarzabal.-
MC/af.-

Montevideo, 25 de julio de 1997.-

SEÑOR COMANDANTE EN JEFE DEL EJERCITO:

Para su conocimiento elevo a Usted el informe correspondiente a la Inspección realizada por el **SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO** a la Armería **ZARZABAL**, con motivo del robo sufrido por la misma el día 23 de Julio de 1997.-

Saluda a Usted atentamente.-
El Comadante Accidental del C.A.A.
Coronel
ANGEL BERTOLOTTI.-

EJERCITO NACIONAL - COMANDO DE APOYO ADMINISTRATIVO

COMANDO GENERAL DEL EJERCITO
DIVISION REGULADORA DE TRAMITE Y ARCHIVO
Procedencia CAA
Enviado a
Fecha 31-7-97 Hora
Mat. Carp. N.°
29 JUL 1997

L. M. E.
Documento Of 2026/11/97
Procedencia CAA
Fecha 31 JUL 97
Recibido por
Tramite D. H / 118

9708428

E002

SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO **AREA DE PRODUCCIÓN**

Montevideo, 24 de julio de 1997.-

SR. SUB DIRECTOR DEL S.M.A.:

Adjunto a la presente elevo a Usted el informe realizado por el Jefe de la Div.IX Reg. de Armas, referente al robo efectuado a la armería Zarzábal el día 23 del corriente mes.

El Coord.Gral.del Area de Producción.
Coronel

LUIS A. PEREZ.-

SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO **AREA DE PRODUCCIÓN**
DIV.IX REG. DE ARMAS

Montevideo, 24 de julio de 1997.-

SR. COORD. GRAL. DEL AREA DE PRODUCCIÓN:

Dando cumplimiento a su orden verbal y acorde a lo difundido por la prensa referente al hurto de armas en la casa comercial "ARMERIA ZARZABAL", sita en la calle Agraciada N° 4268, se procedió a su inspección, constatándose lo siguiente:

- Que el hurto se efectuó en horas de la noche del dia 22 al 23 del corriente, constatando los dueños del mismo a la hora 0840, momentos en que abieron el local.

- Que ingresaron a través de la azotea del edificio por un pozo de aire donde se encuentra ubicada una escalera que llega hasta el primer piso y desde ahí descolgandose hasta el patio trasero del local.

ORIGINAL

- Cabe acotar que el mencionado patio se encontraba cubierto por 400 mts. de concertina de alambre de púa, la cual fué cortada.

- Posteriormente cortaron prolijamente una reja de un espesor apróximado a los 12 mm., continuando con la rotura de los vidrios de la ventana para que por medio de presión con los pies (yá que se vieron huellas de botas en la chapa) pudieron tirar la mencionada chapa de hierro de apróximadamente 5 mm. de espesor, accedieron al local.

- Que fueron sustraídas 26 (veintiseis) armas cortas de las cuales se adjunta relación.

- Es de hacer notar que 2 (dos) de las armas hurtadas se encontraban a consignación en la armería con su documentación en orden. Las restantes eran armas nuevas, todas de distintos modelos las que se encontraban en las vitrinas-mostrador sujetas debidamente con un cordón metálico de seguridad.

- Que en exhibición además se encontraban 14 armas largas de diferentes modelos, calibres 22, 12, 16 y 20, las cuales no fueron tocadas y estaban acondicionadas con las medidas de seguridad correspondiente.

- En lo que respecta a munición, las mismas se encontraban dentro de los depósitos a los cuales no accedieron.

9708428

1004

Habiendo revisado la documentación existente en nuestros registros, constatándose que la misma se encontraba en regla, asimismo el local reúne medidas de seguridad mayores de las requeridas.

Habiendo sido interrogados los propietarios de la misma acerca de la omisión de comunicar a éste Servicio dicho suceso, los mismos manifestaron que en un primer momento no lo hicieron yá que ni bien llegó personal de Policía Técnica les impidieron el acceso al interior del local, que esperaban tener toda la información (número de arma, modelo, calibre, etc.) para su comunicación; una vez que accedieron al local procedieron a realizar el chequeo de los inventarios a efectos de tener toda la información mencionada, se la dieron a un empleado a los efectos de ser enviado al Servicio de Material y Armamento el cual no lo hizo hasta la mañana del día de hoy, asumiendo la responsabilidad de la omisión en tiempo y forma.

ORIGINAL

Saluda a Usted atentamente
El Jefe de la Div.IX Reg. de Armas
May.
FELIX E. CARDOZO.-

SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO – DIVISION IX REG. DE ARMAS – Departamento Técnico

9708428

E005

CORAL WIND S.A.

ARMERIA ZARZABAL

Ventas e Importaciones de Articulos de Camping, Caza y Afines

AGRACIADA 4269 Tel. y Fax 39 96 96

PAYSANDU 967 Tel. y Fax 91 04 98

MONTEVIDEO

Montevideo, [illegible] 23 de julio de 1997.

S.R. DIRECTOR DEL [illegible]

Presente.

De nuestra mayor consideración:

[illegible] la presente comunicamos a ud. que con fecha [illegible] de jul de 199[illegible] nos han robado la siguiente mercaderia:

REVOLVER TAURUS CAL.44MG.[illegible] [illegible]No. [illegible]L 211756.
REVOLVER TAURUS CAL.44MG.[illegible] [illegible] NK 146054.
REVOLVER TAURUS CAL.44MG.[illegible] [illegible] PH 432561.
REVOLVER SMITH & WESSON.[illegible] 38SPL.M[illegible].36No.BKK3969(USADO)
PISTOLA JENNINGS.CAL.7.65.[illegible] [illegible] No. 274741(USADO).
PISTOLA TAURUS.CAL.6.35.Mo[illegible] PT5[illegible].No. [illegible]A 6779
REVOLVER TAURUS.CAL.3.57MG [illegible]d. 605C[illegible].No. PG 90125.
REVOLVER TAURUS.CAL.3.57MG [illegible]d. 66.No. NG 977648.
PISTOLA LLAMA.CAL.22LR.Mod [illegible].No. C 35603.
PISTOLA LLAMA.CAL.7.65.Mod [illegible]A.No. C 37746.
PISTOLA COLT.CAL [illegible].Mod. [illegible]RGET.No.[illegible] 37768.
PISTOLA BERSA.CAL.22LR.Mod THUNDER 22.No. 351466
PISTOLA BERSA.CAL.22LR.Mod THUNDER 22/6.No. 351494
PISTOLA BERSA.CAL.7.65.Mod THUNDER 32.No. 351437.
PISTOLA BERSA.CAL.22LR.Mod THUNDER 22.NKL.No. 351489.
REVOLVER TAURUS.CAL.38SPL.[illegible] [illegible].85 CP.No. QE 71302.
REVOLVER TAURUS.CAL.38SPL.[illegible] [illegible]. 85.No. QA 44620
PISTOLA TAURUS.CAL.7.65.Mod PT57.No.[illegible]A 54507.
REVOLVER ROSSI.CAL.38SPL.Mo[illegible] 872.No. W 433619
REVOLVER ROSSI.CAL.3.57MG.[illegible] [illegible].711.No.F 152172.
REVOLVER ROSSI.CAL.3.57MG.[illegible] [illegible].713.No.F 168352
REVOLVER SMITH & WESSON.CAL [illegible]SPL.Mod.10.No.BSP 1080.
REVOLVER TAURUS.CAL.38SPL.Mod.85S.No. OH 96976.
REVOLVER TAURUS.CAL.38SPL.Mod.83S.No. PI 435664.
PISTOLA SMITH & WESSON.CAL.[illegible]LR.Mod.622.No.UBE 5002.
PISTOLA SMITH & WESSON.CAL.[illegible]LR.Mod.2213.No.UAC 0332

ORIGINAL

Sin otro particular, saludamos a ud. muy atte,

p. CORAL WIND S.A.

Silvia Zarzabal

9708428

006/06

006

4/14

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
071900 - AGOSTO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 100/B/ANA/997.-

ORIGINAL

I.- **EVALUACION**: SE OMITE

II.- **RESPONDE A**: INFORMACION OBTENIDA POR ESTA AGENCIA

III.- **T E X T O**: SE ADJUNTA

IV.- **SINTESIS**: SE OMITE

V.- **DISTRIBUCION**:

005

EJEMPLAR 001 - D.E.I.

EJEMPLAR 002 - D.E.II.

EJEMPLAR 003 - D.E.III.

EJEMPLAR 004 - D.E.IV.

EJEMPLAR 005 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 006 - ARCHIVO

EL JEFE DEL DPTO. II (ICIA) DEL E.M.E.
CORONEL

WILSON CORONEL

01/14

9708429
12 AGO. 1997

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

RESUMEN DE ACTIVIDADES SINDICALES

PERIODO

01 AL 07 AGOSTO 1997

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

D.E.I.

PIT-CNT (PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 2190

06AGO97, EN LA FECHA A PARTIR DE LAS 1530HS. SE REUNIERON DIRIGENTES DEL PIT-CNT CON AUTORIDADES DEL MINISTERIO DE ECONOMIA PARA ANALIZAR EL CONFLICTO DE LA SALUD PUBLICA. EL MINISTRO DECLARO QUE SE ESTA ESTUDIANDO LA POSIBILIDAD DE OTORGAR EL AUMENTO SOLICITADO POR EL SECTOR.

MCA (MESA COORDINADORA DE LA ALIMENTACION)
LOCAL: CANELONES 1003

02AGO97, LOS SINDICATOS ADHERIDOS A LA MESA SINDICAL COORDINADORA, CONTINUAN MOVILIZADOS.
MOTIVO: MEJORAS SALARIALES Y FIRMA DE UN NUEVO CONVENIO SALARIAL.

ACTAU (ASOCIACION DE CONTROLADORES DE TRANSITO AEREO DEL URUGUAY

31JUL97, LOS FUNCIONARIOS ADHERIDOS A ESTE SINDICATO, REALIZARON UNA ASAMBLEA, DONDE DECIDIERON LEVANTAR LAS MEDIDAS DE LUCHA QUE VENIAN REALIZANDO DE RETRASAR 15 MINUTOS TODOS LOS VUELOS QUE PASABAN POR EL AEROPUERTO INTERNACIONAL DE CARRASCO POR UN PLAZO DE 30 DIAS Y EFECTUAR UN SEGUIMIENTO A LA PROPUESTA DEL MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL. DENTRO DE LA PLATAFORMA DE RECLAMOS LOS FUNCIONARIOS SOLICITAN QUEDAR FUERA DE LA ORBITA DE LA DGIA.

AFUCAR (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA CAMARA DE REPRESENTANTES)

02AGO97, LOS FUNCIONARIOS DE LA CAMARA DE REPRESENTANTES SE DECLARARON EN PRE-CONFLICTO.
04AGO97, LOS FUNCIONARIOS, SOLICITARON LA CREACION DE UN AMBITO DE NEGOCIACION INMEDIATO, PARA EL ESTUDIO DEL PROYECTO DE MODIFICACIONES DE LA CAMARA.

05AGO97, A PARTIR DE LAS 1445HS. EN EL PALACIO LEGISLATIVO, 60 FUNCIONARIOS DE LA CAMARA DE REPRESENTANTES SE CONCENTRARON, DURANTE MEDIA HORA, PARA DEMOSTRAR EN SILENCIO SU PROTESTA POR LA RESOLUCION TOMADA POR LOS LEGISLADORES QUE PROPUSIERON EL TRATAMIENTO DE LAS MODIFICACIONES DEL PRESUPUESTO INTERNO PARA EL PROXIMO AÑO. LOS MISMOS ACTUARON EN FORMA PACIFICA, NO PORTABAN PANCARTAS, NI CARTELES, TAMPOCO ENTONARON CANTICOS, SE OBSERVO EN EL LUGAR PRENSA ESCRITA Y ORAL.
MOTIVO: EN RECLAMO DE LA APROBACION DE LA REFORMA ESTATUTARIA, MECANISMO POR EL CUAL SE LES CONCEDERIA AUMENTO SIGNIFICATIVO DE SUELDO.

AOAMTOP (ASOCIACION DE OBREROS DE ARQUITECTURA DEL MINISTERIO DE TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS)
LOCAL: MERCEDES 1170

02AGO97, LOS FUNCIONARIOS, REALIZARON EN LA FECHA EL 6TO. PLENARIO DEL GREMIO, EN EL CUAL ANALIZARON LA FIRMA DE LOS CONVENIOS YA FIRMADOS POR EL MINISTERIO DE TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS.

UNOTT (UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE)
LOCAL: AVDA. LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597

01AGO97, LA UNOTT CONJUNTAMENTE CON LOS DELEGADOS DE LAS COMPAÑIAS Y DEL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL, SE ENCUENTRAN NEGOCIANDO EN TRIPARTITA, UN NUEVO CONVENIO SALARIAL, EL CUAL ENTRARA EN VIGENCIA A PARTIR DE LA FECHA, ASPIRANDO EL GREMIO QUE TENGA UNA DURACION DE DOS AÑOS.

UTC (UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA)
LOCAL: AVDA. LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597

06AGO97, LOS TRABAJADORES, REALIZARON UN PARO A PARTIR DE LAS 1100HS., CON MOTIVO DE LEVANTAR EL CUARTO INTERMEDIO DE LA ASAMBLEA GENERAL, A PARTIR DE LAS 1300HS. EN EL LOCAL DE LA UNTMRA (AVDA. LUIS ALBERTO DE HERRERA 3972). EN LA ASAMBLEA SE ANALIZARON LOS RECLAMOS SALARIALES QUE PLANTEARAN EN LA NEGOCIACION DEL NUEVO CONVENIO COLECTIVO, UNICO PUNTO QUE RESTA PARA LLEGAR A UN ACUERDO TOTAL CON LA EMPRESA. SE APROBO LO YA ACORDADO EN LA TRIPARTITA EN MATERIA LABORAL. LA NORMALIZACION DE LOS SERVICIOS SE EFECTUO A PARTIR DE LAS 2329HS. CON LOS PRIMEROS TURNOS.
MOTIVO: RECLAMO SALARIAL.

ATSS (ASOCIACION DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL)
LOCAL: AVDA. FERNANDEZ CRESPO 1780

02AGO97, LOS FUNCIONARIOS AGREMIADOS A ESTE SINDICATO SE ENCUENTRAN EN PRE-CONFLICTO.
MOTIVO: EN RECLAMO DE LA FIRMA DEL NUEVO CONVENIO SALARIAL.

FFOSE (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE)
LOCAL: AVDA. FERNANDEZ CRESPO 2256

01AGO97, LOS FUNCIONARIOS, RESOLVIERON LEVANTAR LAS MEDIDAS DE LUCHA QUE VENIAN APLICANDO DESDE HACE VARIOS MESES, TRAS ACORDAR EN UNA REUNION MANTENIDA CON LAS AUTORIDADES DEL ORGANISMO, LA FIRMA DE UN CONVENIO DE ESTABILIDAD LABORAL, QUE ESTABLECERA ADEMAS LA RECUPERACION DEL 50% DE LAS COMPENSACIONES RECIBIDAS POR LABORES DE GUARDIA QUE HABIAN SIDO REBAJADAS POR EL ANTERIOR DIRECTORIO.

FETRABE (FEDERACION DE TRANSPORTE DE BEBIDA)
COES (CENTRO OBRERO Y EMPLEADOS DE SALUS)
LOCAL: REGIDORES 1325

02AGO97, EL GREMIO DE FUNCIONARIOS DE SALUS Y LAS AUTORIDADES DE LA EMPRESA DEFINIRAN EL **05AGO97**, EN LO QUE SERA LA ULTIMA INSTANCIA DE NEGOCIACION, EL DESTINO DE 25 FUNCIONARIOS QUE PODRIAN SER CESADOS EN EL MARCO DE UN CAMBIO OPERATIVO DISPUESTO POR LA PATRONAL. DICHOS FUNCIONARIOS FUERON DECLARADOS EXCEDENTARIOS A MEDIADOS DE JULIO POR PARTE DE LA EMPRESA A RAIZ DE LA ENTREGA DE LOS DIFERENTES REPARTOS EN MANOS DE CONCESIONARIOS, DEJANDO ATRAS EL CONCEPTO DE QUE CADA CAMION ES UNA PATRONAL.
06AGO97, A LAS 1500HS. COMENZARON A CONCENTRARSE LOS AGREMIADOS EN FETRABE CON SUS CAMIONES EN JOSE P. VARELA Y BVAR. JOSE BATLLE Y ORDOÑEZ, PARTIENDO A LAS 1600HS. HACIA EL EDIFICIO LIBERTAD, HACIENDO SONAR SUS BOCINAS. POSTERIORMENTE INGRESAN AL EDIFICIO LIBERTAD DOS FUNCIONARIOS, LOS QUE ENTREGAN UNA CARPETA CONTENIENDO SUS RECLAMOS A FUNCIONARIOS DE PRESIDENCIA. LUEGO DE ELLO CIRCULAN POR LUIS A. DE HERRERA, AVDA. GRAL. FLORES, CIRCUNVALACION PZA. DEL EJERCITO, AVDA. GRAL FLORES. Y CIRCUNVALACION PALACIO LEGISLATIVO, DONDE ENTREGARON UNA COPIA DE LOS RECLAMOS SIMILAR A LA DEL EDIFICIO LIBERTAD, ALLI HICIERON SONAR SUS BOCINAS EN FORMA CONSTANTE. LUEGO TOMAN POR AVDA. GRAL. FLORES PARA DISPERSARSE EN DIFERENTES DIRECCIONES.
07AGO97, A LAS 17:00HS. EL SINDICATO REALIZARA UNA MOVILIZACION EN LA PUERTA DE LA EMPRESA SALUS, CON ENTREGA DE VOLANTES A LOS TRANSEUNTES.
MOTIVO: PROTESTA POR EL AVANCE DEL CONTRABANDO Y DESPIDO DE 25 TRABAJADORES.

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)
LOCAL: DANIEL FERNANDEZ CRESPO 2173

LA FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA MANTIENE EN TODOS SUS TERMINOS EL PARO NACIONAL POR TIEMPO INDETERMINADO Y LA RESOLUCION DE RECHAZAR LA PROPUESTA MINISTERIAL DE AUMENTO EN BASE A INCENTIVOS, INSTRUMENTANDO PARA LOS PROXIMOS DIAS EL ABANDONO DE LOS PUESTOS DE TRABAJO.

SU POSTURA CUENTA CON EL APOYO DEL PIT-CNT, CUYA MESA REPRESENTATIVA SOLICITO UNA ENTREVISTA CON EL MINISTRO DE ECONOMIA Y FINANZAS PARA ENCONTRAR UNA FORMULA SALARIAL QUE PERMITA SOLUCIONAR EL CONFLICTO.

SI BIEN LA NUEVA PROPUESTA PRESENTADA POR EL MINISTRO DE SALUD PUBLICA NO SATISFACE EN PRINCIPIO A LOS RECLAMOS DE LOS TRABAJADORES, PODRIA SERVIR COMO BASE DE NEGOCIACION, SEGUN ESTIMARON DIRIGENTES SINDICALES.

04AGO97, DELEGADOS DEL PIT-CNT SE REUNIERON CON REPRESENTANTES DE LA FFSP PARA ACORDAR DIVERSOS PUNTOS SOBRE LAS MOVILIZACIONES QUE SE INSTRUMENTARAN HASTA MEDIADOS DEL MES DE AGOSTO.
LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT ANALIZO LA POSIBILIDAD DE REALIZAR UN PARO GENERAL DE 24HS. Y UNA SERIE DE MOVILIZACIONES EN APOYO AL CONFLICTO DE LOS FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA.

06AGO97, UNA DELEGACION DEL PIT-CNT SE REUNIO CON EL MINISTRO DE ECONOMIA Y FINANZAS, LUIS MOSCA, EN DONDE ESTE SE COMPROMETIO A ELABORAR EN EL PLAZO DE UNA SEMANA UNA FORMULA DEFINITIVA DE LAS PAUTAS DEL INCREMENTO SALARIAL PROPUESTAS POR EL PODER EJECUTIVO PARA SOLUCIONAR EL CONFLICTO EN SALUD PUBLICA.
DICHA FORMULA SERA BASADA EN LOS RUBROS EMERGENTES DE LA REFORMA DEL ESTADO.
LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT RESOLVIO SOLICITAR A LOS FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA LA POSTERGACION DE LA MEDIDA DE ABANDONAR LOS HOSPITALES Y ESPERAR LA FORMULA QUE PRESENTARA EL MINISTRO DE ECONOMIA Y FINANZAS EL **14AGO97**.
LA MESA DECRETO PASAR A CUARTO INTERMEDIO HASTA EL **15AGO97** PARA EVALUAR DETENIDAMENTE LA RESOLUCION DEL M.E.F. EL GREMIO DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA AGUARDA A CONOCER EL CONTENIDO DE LA FORMULA PARA TOMAR UNA POSICION DEFINITIVA.
07AGO97, SE REUNIO EL SECRETARIADO DE LA FFSP PARA EVALUAR EL RESULTADO DEL DIALOGO CON EL SECRETARIO DE ESTADO, RESOLVIENDOSE POSTERGAR POR UNOS DIAS LA EFECTIVIZACION DEL ABANDONO DE LOS CENTROS ASISTENCIALES DE TODO EL PAIS, MEDIDA QUE DEBE SER COMUNICADA CON 7 DIAS DE ANTICIPACION AL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL. LOS AGREMIADOS EN FFSP EN CASO DE NO LLEGAR A UN ACUERDO, HAN FIJADO EL **19AGO97** COMO POSIBLE FECHA PARA EL ABANDONO DE TAREAS.
MIENTRAS TANTO LOS FUNCIONARIOS CONTINUAN LLEVANDO A CABO EL PARO POR TIEMPO INDETERMINADO EN TODO EL PAIS, CUMPLIENDO GUARDIAS GREMIALES PARA ASEGURAR LA ATENCION DE URGENCIAS Y EMERGENCIAS.
MOTIVO: NEGATIVA DEL MSP DE OTORGARLES UN AUMENTO SALARIAL DE $U 1.000.

SMU (SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY)
LOCAL: BVAR. ARTIGAS 1515 - 1521 - 1538

07AGO97, LOS MEDICOS AGREMIADOS NO SE ADHIEREN A LA MEDIDA DE ABANDONO DE TAREAS PLANTEADA POR LA FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA.
CABE DESTACAR QUE EL SMU HIZO PUBLICO (POR MEDIO DE UNA CONFERENCIA DE PRENSA) EL APOYO A LOS FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA.
MOTIVO: INSUFICIENCIA DE RECURSOS MATERIALES Y HUMANOS DE SALUD PUBLICA Y RECLAMO QUE LOS SALARIOS MEDICOS DEL SECTOR SEAN EQUIPARADOS A LOS MAS ALTOS DE LA SALUD PRIVADA.

FUS (FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD)
LOCAL: GARIBALDI 2819

05AGO97, LOS TRABAJADORES DEL SANATORIO PANAMERICANO REALIZARON UNA ASAMBLEA GENERAL PARA ANALIZAR EL ENVIO AL SEGURO DE PARO DE 7 FUNCIONARIOS, DE LOS CUALES 3 SON DIRIGENTES SINDICALES. DICHA ASAMBLEA SE REALIZO FUERA DEL PREDIO DEL CENTRO ASISTENCIAL, PORQUE EXISTE UNA ORDEN POR PARTE DE LAS AUTORIDADES DEL SANATORIO DE QUE NO SE PUEDEN REALIZAR REUNIONES DE CARACTER GREMIAL DENTRO DEL RECINTO. CUANDO SE RETIRABAN DEL LUGAR FUERON DETENIDOS (UN DIRIGENTE DE LA FUS Y VARIOS FUNCIONARIOS DEL HOSPITAL PANAMERICANO) POR EL JERARCA DEL SANATORIO Y DOS "MATONES" QUIENES LOS "PROVOCARON" Y LOS "INVITARON A PELEAR", SEGUN EXPRESO EL CONSEJERO CENTRAL DE LA FUS, JORGE BERMUDEZ A EL DIARIO LA REPUBLICA.
CABE DESTACAR QUE DESDE ENE96, SE ESTA NEGOCIANDO CON AUTORIDADES DEL SANATORIO EN EL AMBITO DEL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL.
06AGO97, SE REALIZO UNA NUEVA INSTANCIA NEGOCIADORA EN EL MTSS, CON AUTORIDADES DEL SANATORIO PANAMERICANO Y DELEGADOS DEL SINDICATO DE ESTE.
07AGO97, LA COMISION DE LEGISLACION DEL TRABAJO DE LA CAMARA DE DIPUTADOS RECIBIO LA DENUNCIA SOBRE LAS AMENAZAS QUE RECIBIERON LOS TRABAJADORES DEL HOSPITAL PANAMERICANO.
MOTIVO: SITUACION DE LA SALUD PRIVADA, CIERRE DE CENTROS ASISTENCIALES POR DESFINANCIAMIENTO, ENVIO DE TRABAJADORES AL SEGURO DE PARO Y PERSECUCION SINDICAL EN EL SANATORIO PANAMERICANO, ASI COMO ANTE EL CONFLICTO EN SALUD PUBLICA.

CSEU (COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA DEL URUGUAY)
LOCAL: MALDONADO 1170

08AGO97, SE REUNIRAN A EFECTOS DE COORDINAR DETALLES DE LA MARCHA DEL **14AGO97**, CON MOTIVO DEL ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE FECHA DENOMINADA "DIA DE LOS MARTIRES ESTUDIANTILES" POR LO QUE CONVOCARAN A LA REALIZACION DE UNA MARCHA.
MOTIVO: ORGANIZACION DE MARCHA POR EL "DIA DE LOS MARTIRES ESTUDIANTILES", Y EN CONTRA DE LA RENDICION DE CUENTAS PRESENTADA POR EL CODICEN Y EN RECHAZO A LA REFORMA EDUCATIVA.

CIESU (COORDINADORA INTERGREMIAL DE ESTUDIANTES DE SECUNDARIA Y UTUS)

LA COORDINADORA DE ESTUDIANTES SE ENCUENTRAN ORGANIZANDO UNA MARCHA QUE SE REALIZARA EL **14AGO97**, FECHA EN LA QUE SE CONMEMORA EL ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE. POR TAL MOTIVO SE REUNEN EL **07AGO97** EN EL LOCAL DE AFUTU (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE UTU - EMILIO FRUGONI 1176) PARA COORDINAR LOS DETALLES DE LA MARCHA. CON MOTIVO DE DICHA MOVILIZACION, LOS ESTUDIANTES INCREMENTARAN EL NUMERO DE ASAMBLEAS EN LOS CENTROS EDUCATIVOS, CON EL COMETIDO DE INSTRUMENTAR LA MARCHA, CONTINUAR EL DEBATE SOBRE LA REFORMA EDUCATIVA Y ANALIZAR LOS RESULTADOS DE LA EXPERIENCIA PILOTO.
CABE DESTACAR QUE EN 1996 LUEGO DE LA MENCIONADA MARCHA SE OCUPARON LOS PRIMEROS CENTROS EDUCATIVOS.
MOTIVO: ORGANIZACION DE MARCHA EN CONMEMORACION DEL ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE Y LA IMPLEMENTACION DE UN DEBATE NACIONAL SOBRE LA REFORMA EDUCATIVA.

SINTEP (SINDICATO NACIONAL DE TRABAJADORES DE LA ENSEÑANZA PRIVADA)

05AGO97, EL SINDICATO DE TRABAJADORES DE LA ENSEÑANZA PRIVADA RESOLVIO REALIZAR UN PARO DE 24 HS., CUYA FECHA SERA ESTABLECIDA EL **13AGO97** EN LA CASA DEL MAESTRO.
LA DECISION GREMIAL SE BASA EN LA OMISA RESPUESTA QUE TUVIERON DE LAS AUTORIDADES DE LA EDUCACION, EN CUANTO AL AJUSTE SALARIAL.
MOTIVO: AUMENTO SALARIAL.

IU (INTERGREMIAL UNIVERSITARIA)

06AGO97, EL CONSEJO DIRECTIVO CENTRAL, MAXIMO ORGANO EJECUTIVO DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA, RESOLVIO REALIZAR UN ACTO INSTITUCIONAL EL **12AGO97** EN EL PARANINFO, QUE SERA ENCABEZADO POR EL RECTOR JORGE BROVETTO Y LOS DECANOS, EN DEMANDA DE UN INCREMENTO PRESUPUESTAL DE U$S 48 MILLONES PARA ATENDER LAS NECESIDADES DE LA CASA MAYOR DE ESTUDIOS.
LA JORNADA SE REALIZARA BAJO EL LEMA "SALARIOS ¿PARA QUE?". EN LA MISMA ESTARA PRESENTE EL DIRECTOR DEL HOSPITAL DE CLINICAS, QUE EXPONDRA SOBRE LA SITUACION QUE ATRAVIESA ESE CENTRO ASISTENCIAL.
06AGO97, PARTIO UNA DELEGACION DE LA INTERGREMIAL UNIVERSITARIA HACIA EL DEPARTAMENTO DE SALTO, EL **08AGO97** SALDRA HACIA PAYSANDU Y ESTA PREVISTA PARA EL 11, 12 Y **13AGO97** HACIA CERRO LARGO, RIVERA, COLONIA, MALDONADO Y TREINTA Y TRES.
LA MEDIDA FUE ADOPTADA COMO "FORMA DE ENTREVISTARNOS CON LOS PLENARIOS DE LAS JUNTAS DEPARTAMENTALES, CON LAS BANCADAS, Y EN LOS LUGARES QUE HAYA ACTIVIDAD UNIVERSITARIA SE REALIZARAN ASAMBLEAS ABIERTAS A LOS DISTINTOS INTEGRANTES DE LA CIUDAD PARA DISCUTIR TODOS LOS TEMAS RELACIONADOS A LA UNIVERSIDAD".
LAS DELEGACIONES ESTAN COMPUESTAS POR UN REPRESENTANTE DE LA FEUU, AFUR, ADUR Y UTHC.

LAS ACTIVIDADES SE ENMARCAN DENTRO DEL PLAN DE EMERGENCIA QUE VIENE LLEVANDO A CABO EL HOSPITAL UNIVERSITARIO DESDE EL 01AGO97.
MOTIVO: RENDICION DE CUENTAS

UTHC (UNION DE TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS)

06AGO97, LOS TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS JUNTO CON LA INTERGREMIAL UNIVERSITARIA CORTARON LA CALLE AVENIDA ITALIA Y REALIZARON VOLANTEADAS. ESTA MEDIDA ES A CAUSA DEL PLAN DE EMERGENCIA QUE VIENE IMPLANTANDO EL HOSPITAL, EN APOYO A LOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS Y EN RECLAMO A UN MAYOR PRESUPUESTO PARA LA UNIVERSIDAD.
MOTIVO: PLAN DE EMERGENCIA QUE SE VIENE IMPLEMENTANDO EN EL HOSPITAL DE CLINICAS COMO FORMA DE AJUSTE DEL PRESUPUESTO.

FEUU (FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DE URUGUAY)

06AGO97, UN GRUPO DE REPRESENTANTES DE LA FEUU DE LAS FACULTADES DE ODONTOLOGIA Y PSICOLOGIA CON EL APOYO DE LOS TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS CORTARON AVENIDA ITALIA PARA INFORMAR Y RECLAMAR ANTE EL PUBLICO POR UN MAYOR PRESUPUESTO UNIVERSITARIO. AGRUPADOS CON CARTELES Y REPARTIENDO VOLANTES ALTERARON EL TRANSITO NORMAL Y APROVECHARON PARA SUBIR A LOS OMNIBUS PARA REPARTIR MENSAJES CON SUS PETICIONES.
ASIMISMO ESTA PREVISTO PARA 07AGO97 UNA ACTIVIDAD SIMILAR EN LAS CALLES LARRAÑAGA, RICALDONI, RAMON ANADOR Y AVENIDA ITALIA DONDE LOS ESTUDIANTES SE CONCENTRARAN PARA DIFUNDIR LAS NECESIDADES DE SUS FACULTADES.
MOTIVO: RENDICION DE CUENTAS

AFUR (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA)

07AGO97, LOS FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD REALIZAN UN PARO DE 1200 A 1500HS. EN LAS FACULTADES DE DERECHO, ODONTOLOGIA Y PSICOLOGIA. LOS FUNCIONARIOS RECLAMAN UN MAYOR PRESUPUESTO PARA LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA EN LA RENDICION DE CUENTAS QUE TIENE A CONSIDERACION EL PARLAMENTO QUE VENCE EL 17AGO97, EL QUE SE VERIA REFLEJADO EN UN INCREMENTO SALARIAL.
SEGUN DIRIGENTES GREMIALES LOS EMPLEADOS SOLICITAN UN 45% DE AUMENTO EN LOS SUELDOS PARA RETORNAR A LOS NIVELES DE 1987.
MOTIVO: RENDICION DE CUENTAS, AUMENTO SALARIAL

AEM (ASOCIACION DE ESTUDIANTES DE MEDICINA)

SE ENCUENTRAN ANALIZANDO SI SE PRESENTARAN O NO A LAS ELECCIONES UNIVERSITARIAS EN OCT97, EN DONDE SE ELIGIRA AL NUEVO RECTOR Y A LA MAYORIA DE LOS DECANOS, ANTE LA MEDIDA DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA DE APROBAR UNA ORDENANZA QUE CALIFICAN DE ILEGAL.
LA AEM DEBATIRA SI PRESENTAN UN RECURSO DE AMPARO ANTE LA SUPREMA CORTE DE JUSTICIA CONTRA ESTA RESOLUCION DE LA CASA MAYOR DE ESTUDIOS, QUE PERMITE A LOS ESTUDIANTES, DOCENTES Y EGRESADOS DE LAS ESCUELAS INTEGRAR LOS CUERPOS DE DECISION Y VOTAR EN LOS CONSEJOS DE LAS FACULTADES.
LA AEM SOLICITO AL EX-DECANO DE DERECHO ADOLFO GELSI BIDART UN INFORME SOBRE LA ORDENANZA DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA Y ESTE LA CALIFICO DE ILEGAL PORQUE MODIFICA LA ESTRUCTURA DE LA FACULTAD A TRAVES DE LA ORDENANZA QUE SE SOBREPONE A LA LEY ORGANICA, QUE ES LA QUE REGLAMENTA LAS FUNCIONES DE LOS ORGANOS DE GOBIERNO DE LA UNIVERSIDAD.
MOTIVO: RENDICION DE CUENTAS Y ORDENANZA DE LA UNIVERSIDAD.

AEO (ASOCIACION DE ESTUDIANTES DE ODONTOLOGIA)

LA FACULTAD DE ODONTOLOGIA ES UNA DE LAS MAS AFECTADAS POR LA CRISIS QUE AFRONTA LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA.
MIENTRAS ESPERAN LA DECISION QUE ADOPTE EL PARLAMENTO EN TORNO A LA RENDICION DE CUENTAS EN LA QUE SE RESOLVERA OTORGAR O NO LA PARTIDA EXTRA PRESUPUESTAL QUE PIDIO LA UNIVERSIDAD, LOS ESTUDIANTES DE ODONTOLOGIA OCUPARAN LA FACULTAD DESDE EL 11AGO97 HASTA EL 13AGO97 COMO FORMA DE SENSIBILIZAR A LOS "RESPONSABLES DE CONCEDER EL DINERO SOLICITADO".
CABE DESTACAR QUE EN 1995 SE PRODUJO LA ULTIMA "HUELGA FUERTE" REALIZADA POR LA FEUU, DONDE LA FACULTAD DE ODONTOLOGIA FUE UNA DE LAS PRIMERAS QUE SE ADHIRIO AL CONFLICTO.
MOTIVO: RENDICION DE CUENTAS.

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

D.E.II

DEPARTAMENTO DE FLORIDA

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)

04AGO97, SE PROCEDIO A LA DESOCUPACION DEL HOSPITAL DE SARANDI GRANDE, LA MISMA SE REALIZO "CON ABSOLUTA NORMALIDAD", POR PARTE DE LOS FUNCIONARIOS SEGUN MANIFESTARON FUENTES SINDICALES AL DIARIO EL OBSERVADOR. ESTE HECHO FUE BIEN RECIBIDO POR LAS AUTORIDADES DEL MSP.

DEPARTAMENTO DE DURAZNO

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)

01AGO97, LOS FUNCIONARIOS DEL HOSPITAL DE DURAZNO REALIZARON UNA ASAMBLEA EN LA CUAL SE RATIFICO LA POSTURA ADOPTADA EN EL ULTIMO PLENARIO NACIONAL DE DELEGADOS DE PROCEDER AL ABANDONO DE TAREAS EN CASO DE NO SER ATENDIDOS LOS RECLAMOS SALARIALES.
DICHO HOSPITAL CONTINUA FUNCIONANDO CON ACTIVIDAD RESTRINGIDA, LIMITANDOSE A LA ATENCION DE URGENCIAS Y EMERGENCIAS Y ENTREGA DE MEDICAMENTOS POR REPETICION.

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

D.E.III

DEPARTAMENTO DE SALTO

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)

01AGO97, SE PROCEDIO A LA DESOCUPACION DEL HOSPITAL REGIONAL DE SALTO, RETORNANDO EL NOSOCOMIO AL CONTROL DE LAS AUTORIDADES MINISTERIALES. SE LABRO UN ACTA EN VIRTUD DE LA CUAL SE DEVOLVIA EL CENTRO ASISTENCIAL EN LAS MISMAS CONDICIONES EN LAS CUALES HABIA SIDO RECIBIDO AL MOMENTO DE LA OCUPACION, NO FIRMANDOSE LAS MISMAS HASTA TANTO LAS JERARQUIAS DE CADA AREA REALICEN UNA INSPECCION PARA VERIFICAR EL ESTADO DEL EQUIPAMIENTO Y REALIZAR UN INVENTARIO DE LOS MATERIALES MEDICO-QUIRURGICOS, DE STOCK DE MEDICAMENTOS Y DE ALIMENTOS.
DURANTE LA DESOCUPACION SE HIZO PRESENTE LA SENADORA **MARINA ARISMENDI** QUIEN DIALOGO CON LOS DIRIGENTES GREMIALES.
CABE DESTACAR QUE DE LOS [illegible] FUNCIONARIOS QUE TRABAJAN EN EL MENCIONADO CENTRO, SOLO 120 NO SE ADHERIERON A LA OCUPACION, PERO DE ELLOS UN CONSIDERABLE NUMERO SIGUIO CUMPLIENDO SUS FUNCIONES.
HASTA QUE NO SE IMPLEMENTEN NUEVAS MEDIDAS, LOS FUNCIONARIOS DEL HOSPITAL DE SALTO CONTINUAN EL PARO POR TIEMPO INDETERMINADO, ATENDIENDO SOLO URGENCIAS Y EMERGENCIAS, REALIZANDO GUARDIAS GREMIALES PARA LA ATENCION DE INTERNADOS Y EL FUNCIONAMIENTO DE POLICLINICAS Y LABORATORIOS.

DEPARTAMENTO DE RIO NEGRO

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)

01AGO97, LA TITULAR DEL JUZGADO LETRADO DE FRAY BENTOS, SILVIA DA SILVA, FALLO A FAVOR DEL RECURSO DE AMPARO PRESENTADO POR LOS TRABAJADORES DE SALUD PUBLICA, CONTRA LA DECISION DEL MINISTERIO DE NO PAGAR LOS SUELDOS CORRESPONDIENTES AL MES DE JUNIO A LOS OCUPANTES DE LOS CENTROS ASISTENCIALES, E INTIMO A DICHA CARTERA A HACERLO DENTRO DE UN PLAZO DE 24 HS.

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

* ACTIVIDADES PREVISTAS *

PIT-CNT (PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES)

08AGO97, REALIZARAN LO QUE DENOMINARON UNA "MARCHA GIGANTE" EN ADHESION A LA FFSP EXIGIENDO UNA SOLUCION.

FFSP (FEDERACION FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)

19AGO97, FECHA QUE DIRIGENTES DE LA FFSP VIENEN ESTUDIANDO PARA EL ABANDONO DE TAREAS EN CASO DE NO SURGIR NOVEDADES A SUS RECLAMOS.

CSEU (COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA DEL URUGUAY)
CIESU (COORDINADORA INTERGREMIAL DE ESTUDIANTES DE SECUNDARIA Y UTUs)

14AGO97, MARCHA POR ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE, DIA QUE SE CONMEMORA EL "DIA DE LOS MARTIRES ESTUDIANTILES", DEBE RECORDARSE QUE LUEGO DE LA "MARCHA" DE 1996 SE REALIZARON OCUPACIONES ESTUDIANTILES.

AFUR (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA)

ESTAN PREVISTAS PARA EL 11AGO97, OCUPACIONES POR UN LAPSO DE 48HS. EN LAS FACULTADES DE PSICOLOGIA Y ODONTOLOGIA, EN RESPALDO DE LA JORNADA PREVISTA POR LOS ESTUDIANTES PARA EL "14AGO97", Y EL DIA 15AGO97 LA OCUPACION SE TRASLADARA A LA FACULTAD DE DERECHO.

AEO (ASOCIACION DE ESTUDIANTES DE ODONTOLOGIA)

LOS ESTUDIANTES DE ODONTOLOGIA OCUPARAN LA FACULTAD DESDE EL **11AGO97** HASTA EL **13AGO97** EXIGIENDO SE LES CONCEDA EL DINERO SOLICITADO EN RENDICION DE CUENTAS.

IU (INTERGREMIAL UNIVERSITARIA)

08, 11, 12 Y 13AGO97, SALDRA UNA DELEGACION DE LA INTERGREMIAL UNIVERSITARIA HACIA LOS DEPARTAMENTOS DE: PAYSANDU, CERRO LARGO, RIVERA, COLONIA, MALDONADO Y TREINTA Y TRES, PARA ENTREVISTARSE CON LOS PLENARIOS DE LAS JUNTAS DEPARTAMENTALES, CON LAS BANCADAS Y EN LOS LUGARES QUE HAYA ACTIVIDAD UNIVERSITARIA SE REALIZARAN, ASAMBLEAS ABIERTAS A LOS DISTINTOS INTEGRANTES DE LA CIUDAD PARA DISCUTIR TODOS LOS TEMAS RELACIONES A LA UNIVERSIDAD.

12AGO97, ESTA PREVISTO UN ACTO INSTITUCIONAL EN EL PARANINFO DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA, QUE SERA ENCABEZADO POR EL RECTOR **JORGE BROVETTO** Y LOS DECANOS, EN DEMANDA DE UN INCREMENTO PRESUPUESTAL DE U$S 48 MILLONES PARA ATENDER LAS NECESIDADES DE LA CASA MAYOR DE ESTUDIO.

014/14 **9708429**

OFENSIVA PRESIDENCIAL

FH adverte oposição por clima de baderna

"Os legítimos acordos políticos com os partidos atuantes no Congresso foram feitos pensando sempre na viabilização das reformas, no progresso do Brasil e no bem-estar dos brasileiros. Não em interesses menores ou pessoais"

"Que a polícia, o Ministério Público e a Justiça atuem com a mesma determinação e presteza para a completa apuração dos fatos e a punição dos culpados, corruptos e corruptores. Se houver algum membro do governo envolvido neste episódio será demitido"

"A democracia exige respeito e ordem. Sem ordem, legítima, não há democracia. As invasões repetidas de prédios públicos e de propriedades particulares são ações coordenadas com objetivos políticos que constituem abusos antidemocráticos"

O DISCURSO

Estes são os principais trechos do discurso do presidente na solenidade de posse dos novos ministros:

Venda de votos

"As vozes mais estridentes das oposições se aproveitam da falta de decoro de uns poucos parlamentares para tentar paralisar o Congresso e o governo, com suspeitas e insinuações.

Qualquer suspeita de corrupção deve ser investigada a fundo, como bem disse o ministro Eliseu Padilha. Se comprovada, tanto os corruptos como os corruptores devem ser exemplarmente punidos.

Ao encontrar verossimilhança nas acusações, a Câmara constituiu uma comissão investigadora que, em poucos dias, trabalhou corretamente para livrar o conjunto da Casa da pecha de conivência com práticas inaceitáveis.

Que a polícia, o Ministério Público e a Justiça atuem com a mesma determinação e presteza para a completa apuração dos fatos e a punição dos culpados, corruptos e corruptores. Se houver algum membro do governo envolvido neste episódio será demitido."

"Os legítimos acordos políticos com os partidos atuantes no Congresso foram feitos pensando sempre na viabilização das reformas, no progresso do Brasil e no bem-estar dos brasileiros. Não em interesses menores ou pessoais."

Reformas

"Sem as reformas, não haverá horizonte estável para o crescimento econômico e o bem-estar da sociedade, porque o desequilíbrio fiscal, no decorrer do tempo, limitará nossas possibilidades de expansão.

A História cobrará daqueles que, por sectarismo político ou por açodamento em desistir da luta, vieram a impedir que as reformas prossigam.

O futuro do País, nesse aspecto, está nas mãos do Congresso e dos partidos que compõem a maioria no Congresso.

Cabe aos partidos a responsabilidade — e tenho a expectativa de que não faltarão a ela — de votar as emendas constitucionais propostas e as leis necessárias para que o Real continue como âncora do bem-estar do povo."

"Não serão questões menores, de interesse pessoal ou grupal, e nem mesmo regional, que irão paralisar a consciência cívica dos parlamentares que apóiam o governo, para dar um voto consciente, um voto convicto, um voto argumentado, um voto que faça com que a sociedade veja que, ao invés de nós estarmos perseguindo quem quer que seja, cortando direitos, estamos, sim, cortando abusos e privilégios que minaram o bem-estar deste país e que, de agora em diante, está nas mãos do Congresso Nacional tomar as decisões pertinentes, para que isso sofra modificação profunda."

Invasões

"De uns tempos para cá, no entanto, tenho visto com indignação — e repito com indignação — o comportamento cada vez mais ofensivo de setores inconformados, no fundo, com sua própria falta de alternativas às nossas políticas.

Parece que meu apego ao diálogo e meu amor à liberdade têm sido confundidos, por esses setores, com sinais para que as virtudes republicanas sejam atacadas.

Tenho sido tolerante e paciente, porque é do meu feitio e porque é dever de quem tem mandato do povo para governar o País.

Mas o limite da paciência e da tolerância é a democracia. A democracia exige respeito e ordem. Sem ordem, legítima, não há democracia.

As invasões repetidas de prédios públicos e de propriedades particulares são ações coordenadas com objetivos políticos que constituem abusos antidemocráticos."

"A onda premeditada de violência e anarquia não é apenas um atentado contra a democracia, é um atentado contra a esperança do povo brasileiro, que está fundada na estabilidade econômica, mas, também, na estabilidade política.

A sociedade brasileira exige um basta a esse clima de baderna.

A sociedade não quer a desordem. Pedras, paus e coquetéis molotov são argumentos tão poucos válidos quanto as baionetas. Só que menos poderosos.

O país cansou desses abusos. Os responsáveis pela ordem pública devem ser sensíveis a esse cansaço. De minha parte, como democrata, tenho o dever de impedir que a desordem corrompa a liberdade."

Presidente usa discurso para condenar invasões de prédios públicos e abusos em manifestações de rua

TÂNIA MONTEIRO
e ISABEL BRAGA

BRASÍLIA — Ao discursar ontem na posse dos novos ministros da Justiça e dos Transportes, o presidente Fernando Henrique Cardoso advertiu que a sociedade exige "um basta ao clima de baderna" e ele, como presidente, tem o "dever de impedir que a desordem corrompa a liberdade".

Em tom forte, com parte do texto escrito e outra parte introduzida de improviso, o presidente fez o pronunciamento que era aguardado desde o início da semana. Atacou as "vozes mais estridentes das oposições" que querem "paralisar o Congresso" e aproveitou para agradecer ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), pela "tranqüilidade" como conduziu a aprovação da emenda da reeleição, em primeiro turno, quarta-feira.

Com um discurso de frases curtas, o presidente alertou os que jogam "pedras, paus e coquetéis molotov", lembrando-os que são argumentos tão pouco válidos quanto "as baionetas, só que menos poderosos". Referindo-se às manifestações hostis de rua e invasão de prédios públicos, observou que o País cansou desses abusos e usará sua autoridade para reprimi-los: "Não faltarei ao meu dever." Ressalvou, porém, que seguirá a lei, "mas sem hesitação".

Denúncia — Sob aplausos de 2,5 mil pessoas na cerimônia de posse dos novos ministros do PMDB, Íris Rezende (Justiça) e Eliseu Padilha (Transportes), o presidente mencionou a denúncia de compra de votos para aprovar a reeleição e prometeu novamente demitir membros do governo que estiverem envolvidos.

Na presença do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, citado no escândalo, o presidente atacou os que acusam seu governo de compra de votos para aprovar a reeleição. Afirmou que são as "vozes mais estridentes" das oposições "que se aproveitam da falta de decoro de uns poucos parlamentares para paralisar o Congresso e o governo, com suas suspeitas e insinuações".

Fernando Henrique afirmou que qualquer suspeita de corrupção deve ser investigada a fundo e, se comprovada, tanto corruptos quanto corruptores devem ser exemplarmente punidos. O presidente afirmou não acreditar no envolvimento de integrantes do governo no escândalo.

Ao atacar a oposição, o presidente disse que tem visto, com "indignação, o comportamento cada vez mais ofensivo de setores inconformados, no fundo, com sua própria falta de alternativas às nossas políticas". Assegurou que o seu "apego ao diálogo" e "amor à liberdade têm sido confundidos, por estes setores, com sinais para que as virtudes republicanas sejam atacadas".

"Tenho sido paciente e tolerante, porque é do meu feitio e porque é dever de quem tem mandato do povo para governar o País", desabafou após acrescentar que "o limite da paciência e da tolerância é a democracia". Segundo o presidente, "a democracia exige respeito e ordem e sem ordem legítima não há democracia".

Invasões — Em seguida, Fernando Henrique passou a criticar as ações do Movimento dos Sem-Terra (MST), de índios e de integrantes do Movimento Grito da Terra: "As invasões repetidas de prédios públicos e de propriedades particulares são ações coordenadas com objetivos políticos que constituem abusos anti-democráticos."

Ele repudiou as declarações do líder do MST, João Pedro Stédile, que incitou a população a ocupar terrenos públicos e propriedades particulares. "Vem se amiudando incitamentos à desordem, inclusive por lideranças nacionais de alguns movimentos que suscitariam simpatia da sociedade, não fosse sua agora óbvia vinculação político-sectária."

Depois de agradecer ao Senado a aprovação da reeleição, Fernando Henrique deixou claro que, a partir de agora, estava transferindo para o Congresso a responsabilidade de aprovar as emendas e, conseqüentemente, manter a estabilidade econômica do País. "O futuro do País, neste aspecto, está nas mãos do Congresso e dos partidos que compõem a maioria no Congresso."

N° DOCUMENTO 9708438
TITULO Estudio de la Laguna Merín
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 10-5-97
VINCULACIONES 507482
507466
11851
11161
SECTOR PESQUERO

Estudio de la Laguna Merín

El 10-5

El próximo lunes Uruguay y Brasil pondrán en marcha un estudio orientado a evaluar los recursos y reordenar la explotación pesquera en la Laguna Merín. La investigación será ejecutada por técnicos del Instituto Nacional de Pesca (INAPE) y la Universidad Federal de Pelotas.

El estudio se divide en tres etapas y se estima que culminará en 1999. En la primera fase se efectuará un estudio relacionado con la estimación de la biomasa, en la segunda se evaluará una hipótesis del modelo de explotación y en la última se realizarán trabajos dirigidos a ajustar el sistema que emplearán las dos naciones.

Los objetivos del estudio son ordenar las pesquerías, redimensionar los recursos y compatibilizar las normativas que regularán la explotación en la Laguna Merín. Los trabajos comprenden una evaluación de recursos pesqueros mediante la aplicación de técnicas hidroacústicas, que incluyen el uso de sondas y métodos de pesca científica. La investigación permitirá saber con precisión cómo se distribuye y dónde se localiza la riqueza en la Laguna Merín, qué especies se están pescando y si se justifica adoptar medidas de regulación normativa para ordenar la explotación actual. El proyecto de investigación aportará además abundante información de base biológica, que servirá para adoptar nuevos estudios de impacto ambiental, como por ejemplo determinar los recursos acuáticos que dispone la Laguna Merín. Los estudios son financiados por el INAPE y la Universidad Federal de Pelotas.

LR 24-5

Candiota enfermante

Población de Cerro Largo tiene cuatro veces más bronquitis que la capital del país

Encuestas realizadas por un grupo de médicos neumólogos en el departamento de Cerro Largo, mostrarían una prevalencia global para bronquitis del 10 % y para asma del 11 %, cuando las cifras del MSP en Montevideo marcan una media normal del 2,7%. El aumento de estos índices estaría relacionado con las emisiones de la Usina Termoléctrica de Candiota.

Las cifras de prevalencia de asma son comparables con datos epidemiológicos de áreas urbanizadas con industrias, según señala un informe de la División de Asuntos Globales y Regionales de la Dirección Nacional de Medio Ambiente.

En este sentido, el aumento en los índices de estas patologías estaría relacionado con la contaminación atmosférica provocada por la Usina Termoeléctrica de Candiota. El informe previene que "si bien los resultados obtenidos en cuanto a las medias anuales de concentración de material particulado, es importante continuar realizando esfuerzos para el monitoreo de este parámetro, con el objetivo de tomar acciones en caso de la ocurrencia frecuente de aumento en el máximo permitido.

❑ Monitorear juntos

En diversas reuniones de intercambio técnico efectuadas entre la Dinama y la Fundación Estadual de Protección Ambiental de Río Grande do Sul, se acordó —entre otras cosas— la realización del monitoreo conjunto de los parámetros de anhídrido sulfuroso y material particulado, el cual se está efectuando en forma paralela con la contraparte brasileña.

Como se recordará, el Mvotma firmó con el Laboratorio Tecnológico del Uruguay un Convenio para el Estudio de la Calidad del Aire, a través del cual, y mediante asistencia internacional, se brindará asesoramiento para efectuar mediciones en las zonas del territorio uruguayo más sensibles de ser afectadas por las emisiones de la Usina. Para emplazar estaciones de monitoreo de aire y agua de lluvia, así como para realizar un análisis cualitativo del material particulado recogido en boca de chimenea y en la zona de estudios, para permitir la identificación del foco emisor de los contaminantes.

❑ Para medir con exactitud

También se implementará la puesta en marcha de un convenio firmado el año pasado entre el Mvotma y la Intendencia de Cerro Largo, cuyo objetivo principal es la realización de un estudio del impacto de la posible contaminación de la Usina Presidente Médici, de Candiota, en los principales rubros productivos del departamento en cuestión.

En este sentido se estudiarían las áreas de pasturas artificiales y naturales para lechería y ganadería, hortifruticultura, arroz y forestación. Se harán determinaciones fisicoquímicas sobre muestras de agua de lluvia, y sobre la vegetación se determinarán, entre otros parámetros, los niveles de clorofila, la actividad fotosintética y el crecimiento de pasturas y cultivos.

Industriales revelan fuerte impacto de medidas brasileñas

Las exportaciones uruguayas a Brasil se verán reducidas y en un grupo de empresas industriales se producirá una caída de las ventas de unos 82 millones de dólares equivalente a casi el 41% del total exportado por dicho grupo. Esta estimación surge de una consulta realizada por la Cámara de Industrias del Uruguay respecto al impacto de la medida brasileña de marzo pasado, que eliminó, prácticamente, la financiación de las importaciones.

El informe conocido ayer se realizó sobre una muestra de 56 empresas exportadoras responsables del 42,9% de las ventas uruguayas a Brasil, las que colocan en dicho mercado el 54,0% de sus exportaciones.

El informe agrega que el precio del producto uruguayo se incrementaría promedialmente en un 2,8% a raíz de la pérdida de financiamiento, lo que reduciría su competitividad en el mercado del vecino país norteño.

Por otra parte, un relevamiento ordenado por la Hacienda Federal de Brasil (oficina impositiva) publicado por el diario "Gazeta Mercantil" de Sao Paulo, da cuenta que la medida afecta al 70% de las importaciones brasileñas provenientes del MERCOSUR y que en el caso de Uruguay, el porcentaje de las compras brasileñas con créditos de hasta 180 días —cuya financiación cortó el gobierno de Cardoso—, representa el 78,5% de las compras brasileñas a nuestro país.

Una fuente de la Cámara de Industrias del Uruguay, dijo ayer que la visión de algunos funcionarios del gobierno uruguayo en el sentido de que la medida de marzo no afectará a las exportaciones uruguayas, sólo se refiere a los negocios concertados en enero pasado para entrega en el primer semestre del año, pero para los negocios con entregas pactadas a diciembre de este año, las consecuencias serán fuertemente negativas.

(Información en INDICADORES de MERCADO)

Doc. oscuro

01-02

9708440

Según encuesta de la Cámara de Industria

EP

Ventas al Brasil descenderán más de U$S 82: por medidas

Una reducción superior a los 82 millones de dólares y un aumento del orden del 2,8% en sus precios experimentarán las exportaciones uruguayas hacia el Brasil, como efecto de las recientes medidas financieras recientemente adoptadas por ese país. Dichas estimaciones surgen de la encuesta realizada por la Cámara de Industrias del Uruguay a un conjunto representativo de empresas vinculadas a ese mercado.

Contrariamente a lo manifestado por evaluaciones preliminares del gobierno, la medida brasileña adoptada el 25 de marzo restringiendo el financiamiento de sus importaciones, tendría un impacto altamente negativo en el desempeño futuro de la industria uruguaya.

Una encuesta realizada por la Cámara de Industrias del Uruguay sobre una muestra de 56 empresas exportadoras, representativas del 42,9% de las exportaciones al Brasil y del 28,1% de las ventas externas totales, dio como resultado que el 70% considera que la medida brasileña eliminando el financiamiento a las importaciones, tendrá impacto sobre sus ventas a dicho mercado. La medida, además, incrementaría el precio de los bienes uruguayos en un 2,8% y las exportaciones se verán reducidas en más de 82 millones de dólares.

Los principales resultados de la encuesta realizada por la Cámara de Industrias del Uruguay (CIU), fue conocida ayer y los principales resultados son:

* empresas afectadas 70%, dentro de las que se distinguen dos situaciones; aquellas que enfrentan una muy alta incertidumbre y que no pueden cuantificar el grado del impacto negativo (18,0% del total y 26% de las afectadas) y aquellas que han estimado la reducción de sus exportaciones hacia el Brasil (52% del total y 74% de las afectadas). Estas últimas estiman que sus ventas hacia ese destino se reducirán en un 40,9%, en promedio, lo que reporta un total del orden de los 82,5 millones de dólares;
* empresas no afectadas: 26,8% de la muestra;
* empresas que no saben si se verán afectadas: 3,2%.

Datos de los encuestados

Las empresas encuestadas por la gremial de los industriales poseían las siguientes características:

■ [illegible] portación de las 56 empresas a diferentes destinos fue de U$S 673.177.000 en 1996, equivalente al 28,1% de las exportaciones totales del ejercicio que ascendieron a U$S 2.397:224.000.

■ Las exportaciones con destino a Brasil del conjunto de la muestra de empresas alcanzó en 1996 el valor de U$S 363:229.000 lo que significa el 42,9% de la exportación total de Uruguay hacia el referido país vecino.

■ *Las exportaciones hacia Brasil representan el 54,0% de las exportaciones totales de las empresas encuestadas.*

■ En materia de plazos, las empresas encuestadas exportaron a Brasil a plazos superiores que los correspondientes a la exportación hacia Argentina y hacia el resto del mundo. El promedio simple de plazo a Brasil fue de 121,9 días; el promedio ponderado fue de 109 días.

■ En materia de embarques, 41 de las 56 empresas, es decir, el 73,2% de la muestra, realizan embarques superiores a los U$S 40.000 (tope para el cual no rige la medida brasileña). *Treinta de estas 41 empresas, es decir el 73,2%*, puede fraccionar sus embarques (con lo cual sortean la disposición de Brasil).

■ Treinta y nueve de las empresas, es decir el 70,0%, considera que las medidas de Brasil tendrán impacto sobre sus exportaciones a ese país. Quince de las empresas (el 27,0%), consideran que no serán afectadas; el 3,0% restante no sabe si sus exportaciones a Brasil se verán afectadas.

■ *El impacto que las medidas brasileñas tendrá sobre las* exportaciones uruguayas a ese país, según se desprende de la muestra, es el siguiente:

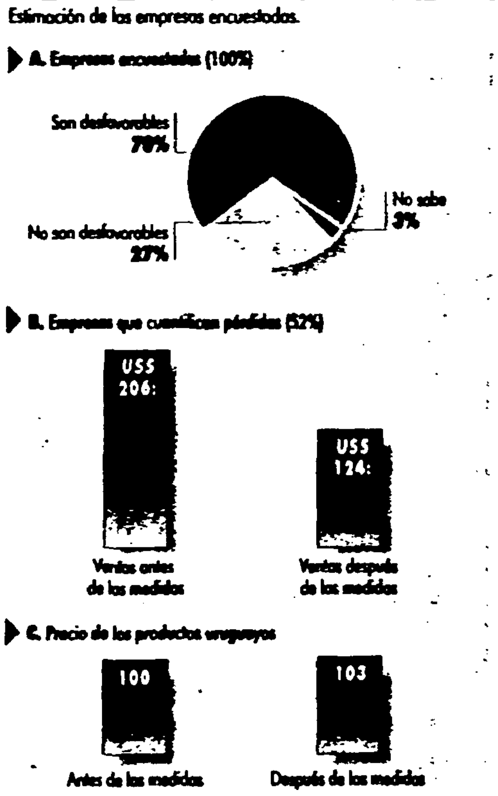
● El precio del producto uruguayo se incrementaría promedialmente en un 2,8%.

● Las 29 empresas que significan el 52,0% de la muestra, que señalaron que sus exportaciones a Brasil se verán reducidas y que cuantificaron ese impacto, señalaron que perderían U$S 82:512.000 lo que significa un 40,9% de sus exportaciones a Brasil.

● Diez empresas que significan el 18,0% de la muestra, entre las cuales se encuentran textiles relevantes como Sudamtex o Fibratex, y autopartistas como FUNSA, señalaron que sus exportaciones se reducirán, pero no pudieron cuantificar dicha caída. Esto quiere decir que el 18,0% de la muestra está sometido a un grado tan alto de incertidumbre que aún no puede cuantificar la pérdida.

IMPACTO DE MEDIDAS BRASILEÑAS

Estimación de las empresas encuestadas.



Daño a futuro

Una fuente de la Cámara de Industrias del Uruguay, estuvo parcialmente de acuerdo con la versión del gobierno uruguayo cuando expresó, semanas atrás, que la medida brasileña iba a tener un leve impacto negativo sobre las exportaciones uruguayas y sobre la actividad industrial, "eso es así sólo en lo inmediato, dado que las fábricas están entregando mercaderías negociadas en enero" puntualizó la fuente, y agregó: "el problema es de ahora en adelante, cuando deben recibir los pedidos para entrega en diciembre. Muchas industrias uruguayas ya perciben una caída importante de los pedidos, por lo que el problema real comenzará a visualizarse en las próximas semanas", afirmó.

Coincidencia en Brasil

Como se recordará, la circular del Banco Central de Brasil dispuso no financiar las importaciones que hasta entonces se cursaban hasta con 180 días de plazo y más, salvo por montos no superiores a 40.000 dólares. Posteriormente, Brasil reintegró el financiamiento a sus socios en el MERCOSUR, pero por mercaderías importadas a más de 360 días de plazo.

La Receita Federal (Impositiva) de Brasil ordenó en los últimos días, un relevamiento de cómo afectará a los socios del MERCOSUR la medida dispuesta en marzo. El diario "Gazeta Mercantil" de Sao Paulo, basándose en la encuesta de la Receita Federal, afirma que la "Medida Provisoria" del gobierno de Fernando Henrique Cardoso, afectará el 70% de las importaciones del MERCOSUR.

Dice que el relevamiento citado "demuestra que nada menos que el 70% de las adquisiciones del país de mercaderías provenientes del MERCOSUR son contempladas (o comprendidas) por el financiamiento de corto plazo", lo que significa que "eventuales cortes en los plazos de créditos de esas importaciones podrían afectar sensiblemente el desempeño comercial de la región".

Cita el caso de Argentina que el 86,4% de sus exportaciones está sujeto a financiamiento de hasta 180 días. "En cuanto a Uruguay, la porción de las compras brasileñas con créditos de hasta 180 días representa el 78,5% del total", afirma el diario brasileño.

EMBAJADOR DE BRASIL, LUIZ AUGUSTO DE ARAUJO CASTRO

Un gran evento para los dos países

La visita oficial que el presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, realizará a Uruguay en los primeros días de mayo será "un gran evento" en las relaciones bilaterales entre ambos países, particularmente desde el punto de vista del "intercambio comercial y económico", dijo a **GUIA** el embajador brasileño ante el gobierno uruguayo, Luiz Augusto de Araújo Castro.

Haciendo gala de su dominio del idioma castellano y de una correctísima pronunciación, que pulió en sus anteriores destinos diplomáticos, de Araújo repasó las relaciones entre Brasil y Uruguay, trazando un panorama sumamente alentador, tanto desde esa perspectiva como desde la de todo el Mercosur.

Aunque relativizó la posibilidad, no negó que su gobierno pueda aceptar poner sobre la mesa de discusión los enfrentamientos, en particular entre Argentina y Brasil, por la captación de los flujos de inversiones hacia el bloque.

Valoró que se ha avanzado mucho en materia de liberalización comercial' y destacó el papel que vienen cumpliendo los empresarios de los cuatro países asociados en la experiencia integracionista, que "son los que llevan adelante el verdadero proceso del Mercosur".

Rechazó la posibilidad de que el gobierno de Brasil encabece un posicionamiento contrario a la creación del Área de Libre Comercio de las Américas, impulsada principalmente por los Estados Unidos, y sostuvo que en la reciente cumbre de Recife los representantes de su país expresaron, previa consulta al interior del Mercosur, "un poco el sentimiento general" del bloque.

De Araújo también advirtió sobre una creación apresurada de estructuras administrativo-burocráticas para el Mercosur y convocó a tener en cuenta la experiencia de la Unión Europea en esa materia.



-*¿Cuál es, a juicio de su gobierno, la agenda de las relaciones bilaterales y las relaciones con el Mercosur para los próximos meses?*

-En la agenda de nuestras relaciones bilaterales para los próximos meses tenemos un gran un evento, que es la visita de Estado que hará a Uruguay el Presidente Fernando Henrique Cardoso, a comienzos de mayo.

Será un evento particularmente importante. Comprenderá una visita a Montevideo y también la visita de los dos presidentes, Cardoso y (Julio) Sanguinetti, a Rivera y Santa Ana do Livramento.

La visita sirve como marco de todo un proceso de entendimiento, de aproximación cada vez mayor entre los dos paises, que se ha verificado de una forma muy positiva y constructiva a lo largo de los últimos años y meses.

Es una relación extremadamente dinámica, fructífera y positiva y que engloba, incluye, la consideración de una cantidad de campos de cooperación, que abarcan, por ejemplo, la cuestión de la cooperación en la región fronteriza, entre las comunidades fronterizas, entre los dos países. Y como esto significa mucho como símbolo, se da la visita que los dos presidentes pretenden hacer junto a las dos ciudades de Rivera y Santa Ana do Livramento, que simboliza mucho esta fraternidad.

Fraternidad que incluye el campo del intercambio comercial y económico, que incluye todo el proceso de integración física, en la parte de carreteras, la parte de interconexiones energética, y también el intercambio cultural. Firmamos recién un nuevo acuerdo de cooperación cultural con Uruguay. Es decir, hay una dinámica en la relación entre los dos países, que tiene sobre todo que ver con la profundización de lazos históricos extremadamente fuertes y cordiales de amistad y de proximidad entre los dos países, que es una cosa muy específica de Brasil y Uruguay. Y también esto se puede ver dentro de un contexto mayor, que es el contexto de consolidación y de profundización del proceso del Mercosur, es decir, tenemos una relación con Uruguay que tiene su propia identidad y sus propias características y sus raíces en la historia, y sus perspectivas al futuro, que son cada vez más positivas.

También estamos los dos países, Uruguay y Brasil, empeñados en este proceso de consolidación del Mercosur y de todo lo que esto implique en los distintos ámbitos y en las distintas áreas de acción.

Si tuviera que distinguir o identificar un área, un proyecto grande en la agenda bilateral, es todo lo que va a pasar en ocasión de esta visita porque, incluso, servirá como ocasión para

hacer un balance de todos los progresos realizados y un poco trazar ese camino al futuro.

Claro que hay otros eventos en el área de relación entre los dos países, pero la agenda es muy amplia, incluye acciones en distintos campos, en distintos ámbitos y se está progresando de una forma muy positiva en todos.

-Hace algunos días, el icecanciller Carlos Pérez del Castillo, aludiendo a la disputa entre Argentina y Brasil por la captación de in ersiones, dijo que en el Mercosur se está librando una suerte de guerra entre ambos por la captación de in ersiones y que, de alguna manera, Uruguay queda afuera de esa disputa y que no sería un tema para ob iar en una reunión cumbre de presidentes, como la que a a haber aquí en diciembre. ¿Brasil estaría dispuesto a poner el tema de las in ersiones sobre la mesa de discusión?

-No conozco las declaraciones que usted mencionó del señor Vicecanciller. Yo no sé si él habrá considerado las conversaciones que ha habido entre autoridades brasileñas y argentinas sobre este tema, si se podría caracterizar como una guerra, yo creo que no.

Pero, efectivamente, ése es uno de los temas que forman parte (de la agenda) y que se han discutido entre los dos países. No tengo información de que haya una iniciativa de hacer una discusión específica sobre esto y, sobre todo, de una reunión para hacer un balance, como dice, de todo lo que se ha progresado en distintos campos y discutir problemas que pueden existir y tratar los grupos al futuro. No hay ningún asunto que quede ni incluido ni excluido de la agenda y no se ha definido todavía la agenda específica de las conversaciones entre los dos presidentes.

> *"No hay ningún asunto que quede ni incluido ni excluido de la agenda y no se ha definido todavía la agenda específica de las conversaciones entre los dos presidentes*

-Vinculado con esto está el tema de cuando se dan estímulos a las in ersiones, la competencia desleal, las barreras no arancelarias y toda una serie de trabas para la liberación del comercio. ¿Cómo se deben procesar estos temas?

-Creo que hemos progresado mucho, Uruguay y Brasil, en el curso de último año, hubieron, usted recordará, algunas cuestiones que surgieron que tenían que ver con el comercio, el intercambio comercial entre los dos países y que pudieron muy felizmente resolverse. Se pudieron resolver, incluso, las bases de un diálogo muy fluido entre las autoridades brasileñas y uruguayas, tanto a nivel de los dos cancilleres, (José) Lampreia y (Alvaro) Ramos, como a nivel de los dos ministros de Industria, y entrar directamente en conversaciones entre las autoridades en los distintos momentos. Se encuentran hoy día con mucha frecuencia en las reuniones vinculadas a temas, por ejemplo, como el Mercosur o el área de libre comercio de las Américas, ALCA, y hay oportunidades para conversar y resolver estas cosas. Hoy día no diría que existe el tema de las trabas, creo que no existe. El comercio está cada vez más libre y creciente entre nuestros países., un comercio en expansión , un comercio que tiene incluso un ligero superávit en favor de las exportaciones uruguayas.



Brasil es el mayor compañero, socio comercial de Uruguay, el destinatario primero de las exportaciones y también el mayor comerciador de importaciones uruguayas. Tenemos una relación muy positiva, que no se basa tampoco solamente en las importaciones y las exportaciones, de un lado y de

otro, en la cual cada día más se dan nuevas formas creativas, innovadoras, de sociedades entre empresarios brasileños y uruguayos. Esto se ha dado mucho en función de encuentros empresariales que hemos promovido de un lado y de otro y que tienen el valor de poner a los empresarios de los dos países directamente en contacto unos con otros, por tener en cuenta que es la iniciativa privada, son los empresarios, los que llevan adelante el verdadero proceso del Mercosur. Los Estados, los gobiernos, pueden ocuparse de crear la moldura institucional y jurídica para facilitarlo, pero los que promovieron el aumento del comercio, del intercambio, de las inversiones, de todo el proceso económico entre los dos países, en un último análisis, fueron los empresarios de los dos países, fue la iniciativa privada y los resultados desde el inicio, del lanzamiento, del Mercosur hasta hoy son impresionantes.

-El presidente Sanguinetti ha dicho que al Mercosur le falta burocracia, aludiendo quizás a la falta de una estructura común. Se habla de que la ubicación en el Uruguay de la sede administrativa del Mercosur podría evitar que los gobiernos repitan trabajos que podrían hacer en conjunto, por ejemplo, la evaluación de determinadas situaciones, el seguimiento de algunos temas. ¿Qué le parece a usted eso?

-Bueno, nosotros apoyamos la decisión de instalar en Montevideo la Secretaría Administrativa del Mercosur, que hoy día está en funcionamiento y dirigida por el doctor Jorge Fernández Reyes. Esto ya se creó, se tomaron las medidas necesarias para eso. Hay una consideración muy positiva en el ámbito del Mercosur, entre los países miembros, sobre los próximos pasos a dar. No creo que se trate específicamente de querer crear una burocracia, no, se trata de querer identificar cuáles son las instituciones que los progresos alcanzados efectivamente en la consolidación del Mercosur vayan a necesitar. Es decir, tomar un poco el cuidado de no anticiparnos y crear estructuras burocráticas pesadas o innecesarias o antes de tiempo. Es un asunto que se discute, que se considera entre los representantes de los distintos gobiernos, procurando ver en qué momentos se torna apropiada la creación de determinadas estructuras. Tenemos evidentemente el ejemplo de lo que se hizo en Europa con la creación de las estructuras permanentes y burocráticas de la Unión Europea y lo que son a veces las autocríticas de los propios europeos, que dicen que tal vez hayan avanzado demás en la creación de una estructura muy pesada o menos ágil. Debemos considerar cómo podemos exactamente aprovechar los ejemplos, en este caso particular de Europa, o cómo podemos dimensionar la medida, los pasos que hemos de tomar para que se pueda estructurar un sistema ágil, útil y eficaz, para nuestros países, en este proceso de consolidación.

> *"Hay países con los que las naciones del Mercosur en grupo han desarrollado relaciones de forma muy positiva. El caso de la Unión Europea es uno a subrayar*

-Antes de la cumbre de Recife, que es bastante reciente, apareció Brasil como muy distante de la iniciativa de la creación del Área de Libre Comercio de las Américas. Tras la cumbre pareció diluirse esa imagen de que Brasil no estaba muy de acuerdo, incluso de que "hacía punta" contra la creación del área de libre comercio. ¿Cuál es la posición de Brasil?

-No. Nosotros, nuestros países, los países del Mercosur, hemos participado de la reunión de Recife con una posición conjunta, es decir, hubo una coordinación previa entre nuestros países y las posiciones que se presentaron no eran necesariamente ni posiciones específicamente brasileñas ni de otros países, eran un poco el sentimiento general. No somos contrarios a la creación de un área de libre comercio de las Américas. Por el contrario, los presidentes de todos nuestros países participaron de la aprobación en la cumbre de Miami, en diciembre del '94, de una declaración, por la cual se toma la decisión de concluir hacia el año 2005 las negociaciones para la constitución de un Área de Libre Comercio de las Américas. Estamos todos empeñados en contribuir de la forma más positiva para alcanzar este objetivo. No tenemos cuestionamientos en relación a este objetivo, pero es cuestión de examinar las distintas propuestas sobre cómo se llega a este objetivo, cómo podemos llegar al año 2005 concluyendo las negociaciones, que serán obviamente muy complejas y difíciles pero viables para la constitución de esta área de libre comercio. No creo que haya de parte de nuestro país una oposición, por el contrario estamos empeñados en esto como también estamos empeñados en desarrollar las relaciones con la Unión Europea y con otros interlocutores. Hay países con los que los países del Mercosur en grupo han desarrollado relaciones de forma muy positiva. El caso de la Unión Europea es un caso a subrayar.

-¿Cómo se imagina el futuro del Mercosur en los próximos años, el futuro inmediato, sobre el fin de siglo?

-Lo veo progresando de forma muy constante, de forma muy sólida. Creo que los progresos alcanzados hasta hoy y las perspectivas de desarrollo son las más positivas posibles. No veo dificultades mayores en un proceso complejo, obviamente, que exigirá mucho trabajo de nuestros negociadores, de todos nuestros países, con vistas a conformar, a encontrar soluciones adecuadas para todas las cuestiones. Pero yo lo veo con gran optimismo■

[1] *-La entrevista al embajador Luiz Augusto de Araújo Castro fue realizada en forma previa a la crisis desatada al interior del Mercosur por la adopción de medidas relacionadas con las importaciones por parte del gobierno de Brasil.*

Nº DOCUMENTO 9708442
TITULO Entrevista a Fernando H Cardoso: Relación Uruguay-Brasil, Mercosur.
PROCEDENCIA 50007
FECHA DE PROCEDENCIA 30-04-97.
VINCULACIONES 574482 / 32451L. 11051 / RELACION U-B. 574466 / URUGUAY. 11164 / 11399 /

ENTRADO /
CRUZADO /

DOC. OSCURO

El Presidente Fernando Henrique Cardoso recibió a EL PAIS en Brasilia

BRASIL DISPUESTO A SOLUCION FINAL PARA EL MERCOSUR

Brasil está dispuesto a una solución definitiva de los problemas del MERCOSUR, afirmó el presidente Fernando H. Cardoso, en diálogo que sostuvo con EL PAIS, en Brasilia. Comprometió la decisión de informar a socios antes de tomar otra medida.



FOTO O GLOBO - GAIA

INTEGRACION. *Durante un diálogo con EL PAIS en el Palacio Planalto en Brasilia, el presidente Cardoso destacó importancia de los socios pequeños en el proceso del MERCOSUR*

BRASILIA (Por Carlos Pauletti).— Al abordar los desafíos del proceso de integración entre Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay, el presidente Cardoso aseguró —en función de los problemas surgidos en fecha reciente— que si es necesaria una fórmula diferente o más profunda para superar restricciones desde agosto en adelante, así se instrumentará.

Además, estableció el compromiso de su gobierno de informar en el futuro a sus socios antes de adoptar restricción alguna, y explicó que la última vez no lo hizo porque se trató de una medida interna que no implica barrera comercial alguna.

El presidente Cardoso manifestó también que una de las cosas por las cuales va con mayor interés a Uruguay es que se vienen las negociaciones para la integración hemisférica y el éxito de una zona de libre comercio continental dependerá de la consolidación del MERCOSUR. Puntualizó enseguida que es más fácil negociar con Estados Unidos a partir de una posición común que separados.

Adicionalmente, reivindicó el papel de los socios más pequeños en el proceso de integración regional, expresando que sin ellos la posibilidad de un ajuste entre los socios grandes se hace mucho más difícil.

Sobre un tema interno de gran repercusión para nuestro país, afirmó el presidente brasileño que una devaluación del real no está en el horizonte de su gobierno, destacando que a pesar de las dificultades "no tenemos ningún problema en el balance de pagos general".

El presidente Cardoso, quien llegará a Montevideo el próximo domingo, manifestó que su viaje a Uruguay tiene al proceso de integración hemisférica como uno de los temas principales.

Al analizar el futuro del MERCOSUR, reivindicó el papel de los socios más pequeños y dijo que son verdaderos puentes de integración.

Parafraseó a Menem, quien dijo que los empresarios siempre se quejan, cualquiera sea la solución.

Asegura que Chile no tiene ni tendrá trato similar que los socios plenos, pues no es miembro del mercado común.

■ EXCELENTE RELACION

Cardoso sostuvo que siempre se siente muy a gusto en Uruguay "porque la gente uruguaya es muy simpática y abierta. Son listos. Me gusta esa velocidad rioplatense".

En las relaciones entre Uruguay y Brasil "no tenemos problemas de ninguna clase, ni de fronteras, ni políticos, ni de ningún tipo".

Recordó que "las cifras de exportación e importación de Uruguay y Brasil son altísimas, como nunca en la historia. Entonces, es importante que veamos eso en su conjunto".

Mencionó los planes conjuntos de interconexión energética que se están impulsando con gran empeño y dijo que en términos generales su visita puede definirse como de afianzamiento de la integración.

(Más información en las páginas 8 y 9)

9708442

Si es necesaria una fórmula diferente para superar restricciones, desde agosto en adelante, así se instrumentará

BRASIL DISPUESTO A BUSCAR SOLUCION DEFINITIVA A PROBLEMAS DEL MERCOSUR

En su amplio despacho del Palacio Planalto y —por más que reiteradamente lo atendiera— con un teléfono que no dejaba de sonar, el presidente Fernando Henrique Cardoso recibió a EL PAIS a pocos días de su visita al Uruguay. Inmerso en una tarea de gobierno que le implica asumir personalmente las negociaciones con los partidos aliados que son su sustento legislativo y mientras se juega el destino del programa de reformas estructurales, Cardoso no rehuyó a ninguna interrogante. Así, sostuvo que Brasil tiene la mejor disposición para mantener la relación fluida con los socios del MERCOSUR. En ese sentido, dijo que si del análisis de los ministros de Economía sobre daños provocados por la reciente medida restrictiva al financiamiento de las importaciones surge la necesidad de una solución definitiva diferente y más profunda que la excepción vigente hasta el 1º de agosto, así se hará.

puede hacer para mantener esa relación económica.

—¿Problemas a solucionar?

—No tenemos problemas de ninguna clase con el Uruguay, ni de fronteras, ni políticos, ni de ningún tipo. Los dos países no pueden ser mejores vecinos.

Tampoco olvidemos que iré a Rivera para ver en el terreno mismo la evaluación que hay de la relación fronteriza, que es muy positiva.

Tenemos además gran empeño en la cuestión energética y estamos buscando formas de interconexión energética con el Uruguay. Entonces la visita se hace con ese propósito.

...as de interés brasileñas, todavía están muy elevadas en comparación con otros países lo cual hace que la financiación de las importaciones tenga una trascendencia mayor de lo que normalmente debería de tener.

En cuanto al tema fiscal en sí mismo, aquí la cuestión está en que el gobierno ha controlado todos los gas...os; no hubo en ningún momento exceso de gastos. El frente fiscal brasileño está bajo control. Ahora, eso se desdobla en el tiempo y no hay nada que se pueda hacer de inmediato.

—¿Por qué no?

—Porque hay tres variables fundamentales en este asunto. Una, las tasas de interés por la deuda interna y dije ya que estamos bajándolas lo máximo que podemos, dadas las condiciones actuales.

Dos, el monto de pagó al personal. Yo no he dado ningún aumento de sueldos y, sin embargo, el gasto pú-



DIALOGO. El presidente de Brasil, Fernando Cardoso expone sus opiniones a Carlos Pauletti, de EL PAIS, sobre la situación del MERCOSUR y otros temas de la actualidad internacional. (Foto digital de Ailton de Freitas, de "O Globo"-GDA)

02

9708442



En Brasil
Escribe: Carlos Paolett

—Presidente ¿cuáles son los motivos concretos de su visita al Uruguay?

—Desde luego, es la primera visita de Estado que hago..O sea, es el nivel máximo de acercamiento entre dos Estados, dos gobiernos, y dos países.

En este momento, nos parece expresamente importante que vaya, porque es un momento de reafirmación de la confianza nuestra en el MERCOSUR y en Uruguay.

Y esa reafirmación de confianza deriva de que estamos ahora asistiendo a una expansión de las preocupaciones internacionales, en cuanto a las integraciones.

Acabo de reunirme con el presidente Carlos Menem con el mismo propósito: busca, ahí una posición muy clara sobre que la relación del MERCOSUR es la principal para nosotros. Y Uruguay hace parte de ese mismo contexto.

Además, las cifras de exportación e importación de Uruguay y Brasil son altísimas, como nunca en la historia. Entonces, es importante que veamos eso en su conjunto y qué es lo que se

LOS PROBLEMAS DEL MERCOSUR

—Usted no lo ha mencionado, pero últimamente ha habido problemas en el MERCOSUR. Desde el exterior se percibe que las medidas restrictivas adoptadas por Brasil están motivadas en el déficit de sus cuentas externas y varios analistas sostienen que al Plan Real le hace falta un programa fiscal más firme y austero para sostenerse. ¿No habrá llegado el momento de hacer algo para evitar luego esas medidas que afectan al comercio?

—Mire, yo creo que las medidas que se han tomado tienen que ver con un abuso que hubo en cuanto a la financiación. No fue una medida en contra del comercio, fue sobre los plazos de financiación y la tasa de interés.

Eso tiene conexión con lo que usted dijo que es la cuestión fiscal. ¿Por qué? Porque, pese a que estamos bajando mucho las tablico en personal ha aumentado por razones constitucionales. O sea por acrecentamiento de sueldos ya elevados que se van agregando y jubilaciones que siguen el mismo camino. Para esto sólo hay una solución: la reforma administrativa. Y estamos peleando por ella en el Congreso.

El tercer punto es la previsión social. De igual modo, aquí se tiene que hacer la reforma. El Senado está trabajando duro para ver si se retoma el proceso en mejores condiciones.

O sea que la cuestión fiscal brasileña equivale a decir reformas constitucionales. Y por eso estoy empeñado en esas reformas.

—También, algunos analistas internacionales subrayan que Brasil no tiene un programa con el Fondo Monetario y sería bueno tenerlo para generar más credibilidad interna y externa, especialmente en el sector fiscal.

—Pero no hace falta. El Fondo es una institución que está siempre lista a actuar, cuando existe una incapacidad en la cuestión del comercio internacional o de balanza de pagos. Y acá no tenemos esos problemas.

Nosotros no necesitamos pedir plata al Fondo, nada. El Fondo, por cierto que nunca, siquiera formalmente, ha respaldado al Plan Real porque en aquél entonces teníamos el problema de la deuda. Fíjese que ni para la reorganización de la deuda con los Bancos necesitamos del Fondo, que tampoco apoyó. Entonces, no hay necesidad porque Brasil tiene una situación muy sólida.

TRATAMIENTO PREFERENCIAL

—Volviendo al MERCOSUR. Tras la medida provisoria hay un período de adecuación hasta el 1o. de agosto y los ministros de Economía están conversando sobre una solución definitiva. ¿Tiene el gobierno brasileño la intención cierta de establecer un tratamiento diferente con carácter permanente para los socios plenos desde agosto en adelante?

—Ya lo establecimos. Ya hubo una salvedad para los socios del MERCOSUR, en cuanto a los montos de importación en volúmenes de hasta U$S 40 mil; ya lo hicimos.

Ahora lo que hay que evaluar es si, por casualidad, se requiere algo distinto de eso. Esto es lo que los ministros están haciendo, pero ya lo establecimos.

—¿Y en caso que se requiera algo distinto y más profundo?

—La disposición nuestra sigue siendo la de siempre: tratar de mantener la relación fluida con los vecinos que son socios del MERCOSUR.

—¿Seguirá el MERCOSUR recibiendo sorpresas como medidas de este tipo que toman a los socios totalmente desprevenidos?

—Cuando estuve ahora con el presidente Menem dije, y digo también, que estamos buscando —el ministro Pedro Malán lo propuso ya— poner en marcha una comisión del MERCOSUR sobre la convergencia macroeconómica.

Pero además, Brasil tiene la disposición de informar a los socios en el futuro.

—¿Por qué no informó en esta oportunidad? Quizás se habría ahorrado al MERCOSUR esta crisis...

—Porque nos pareció que la medida era estrictamente interna y no hay ninguna barrera comercial involucrada en esto.

VERAN QUE TODOS GANAN

—Desde la entrada en vigencia de la unión aduanera se han dado este tipo de problemas, diría que promedialmente uno cada seis meses. Normalmente...

—Un pequeño problema. Si los compara con los problemas de Europa y del NAFTA, aquí no hay nada. Son cosas que se solucionan, a veces con una llamada telefónica entre los presidentes o con un encuentro.

—La pregunta es: siempre los socios han mostrado buena disposición...

—Siempre, los cuatro.

—Sí, pero ¿no causa fatiga todo esto? ¿O que los sectores internos y externos vean al proceso con menos credibilidad?

—No, no. Cuando los actores internos ven los datos, las cifras, van a ver que todos están ganando y que el gran mercado es el brasileño que se abrió.

El presidente Carlos Menem dijo el otro día una cosa —frase de él ¿eh?, no mía— que los empresarios siempre se quejan, cualquiera sea la solución.

EL PAPEL DE LOS SOCIOS CHICOS

—¿Recuerda la Cumbre de las Américas, en Miami, en 1994?

—Sí.

—Usted fue como presidente electo...

—Sí, me acuerdo.

—Allí tuvimos una conversación a propósito de algún planteo sobre un papel disminuido para los países pequeños en el proceso del MERCOSUR. Entonces, usted dijo que su posición era que los países pequeños fueran socios plenos.

—Es cierto, lo recuerdo.

—No obstante, todas estas crisis se han tratado por los socios mayores, con soluciones que luego se extendieron y debieron ser asumidas por los más pequeños...

—No, no, no ha sido así. También cuando hubo crisis, por ejemplo de la exportación textil y lana de Uruguay, se solucionó inmediatamente. Y eso fue sólo con Uruguay.

—Pero no estoy hablando de eso, sino del funcionamiento del MERCOSUR.

—Mire, yo sigo pensando igual. Sin los socios más pequeños, la posibilidad de un ajuste entre los grandes es más difícil. Los socios más pequeños, más que bisagras son puentes. Y como los puentes, son fijos, pertenecemos al mismo continente.

—¿Usted sabe que la gente en Uruguay le tiene mucha simpatía, verdad?

—Y viceversa.

—Bueno, esa gente espera algún resultado concreto de su visita.

(Continúa en la Página 9)

970844.2

El gobierno brasileño sigue empeñado en continuar una política sin gran devaluación

— He notado que está teniendo dificultades con el Congreso brasileño por las reformas. La administrativa fue un caso muy reciente...

— Mire, no. Aquí hubo una votación y, por suerte, la oposición se ha equivocado y en verdad no la ganaron (ríe).

— ¿Cómo?

— Es que hubo un error técnico y cuando lean con más detenimiento van a saber las consecuencias de lo que votaron, que quedó bien para los objetivos de reforma del gobierno.

Lo que pasó fue una descoordinación momentánea entre los apoyos del gobierno que se recupera rápidamente y ya he tomado todas las medidas para eso.

— Se dice que usted asumió personalmente las negociaciones con sus aliados.

— Lo que sucede es que nosotros llevamos dos años y medio obteniendo victorias, no de mayoría sino de tres quintas partes del Congreso.

Entonces muchas veces la gente está fatigada; no es una cosa, del caso pensada. Y hay un cierto descuido, hubo un descuido. Yo asumo y el gobierno tiene que asumir la responsabilidad por ese descuido, de no estar coordinando más activamente a los aliados.

— ¿Y qué va a hacer?

— (Ríe) Pues coordinarlos.

— Hoy mismo tiene el tema de la privatización de la Compañía Vale do Río Doce. Supongo que ahora mismo lo está siguiendo...

— (Ríe otra vez) Yo no estoy excitado por eso. Creo que cada cosa tiene su tiempo. Hoy es un día de batalla artificial, porque todo aquello está decidido, la Suprema Corte no objeta, el Congreso está de acuerdo, la mayoría del pueblo está de acuerdo.

Los que se oponen intentan utilizar la Justicia como trinchera de guerra en una batalla política de corto alcance, porque llega un momento en que los instrumentos jurídicos se agotan y entonces se cumple la ley.

— ¿Sigue el gobierno empeñado en que no va a haber una gran devaluación?

— Sigue.

— ¿A pesar de los problemas en las cuentas externas?

— No, no, no. Sigue, sigue. Eso no está en nuestro horizonte.

— ¿Y que se va a hacer para ajustar bien esas cuentas?

— Mire, por ahora nosotros no tenemos ningún problema en el balance de pagos general ¿no es cierto?

El año pasado entraron al Brasil U$S 49 mil millones y hubo un desequilibrio en la balanza comercial de U$S 5 mil millones, entonces fíjese en la proporción. Estamos siempre mirando y tomamos medidas preventivas.

Además hay que mirar qué es lo que estamos importando y básicamente se trata de máquinas y materias primas. Un 80% es eso y ¿para qué? Para modernizar la industria, transformarla, para que se pueda tener la capacidad más grande en cuanto a calidad, para exportar mejor y para competir aquí dentro con las importaciones.

Eso toma cierto tiempo. Dos años, tres años, nunca se sabe cuánto. Ese es el juego.

Y nos parece que el gobierno no vamos a dejar una brecha que se manifiesta ahí en la balanza de comercio, pero sabemos que por un cierto período tenemos que reajustar nuestras fuerzas productivas; y es lo que estamos haciendo.

Uruguay y Brasil no pueden ser mejores vecinos

CONSOLIDAR MERCOS[UR] PARA LIBRE COMERC[IO]

(Viene de página 8)

— (Ríe) Los resultados vienen siempre, vienen a posteriori. Perdone que haga la comparación con Argentina, pero cuando firmamos ahora con Menem los acuerdos en Rio, recordábamos que fueron consecuencia de una visita de Estado que hice a Argentina hace un año.

Se demora un poco a veces, porque los grupos técnicos tienen que analizar las cosas con detenimiento, pero creo que siempre habrá más.

■ *PREFIERE LAS REFORMAS*

— Pasando a un tema más interno, si usted tuviera que elegir entre la reelección y completar las reformas constitucionales de que hablábamos ¿por cuál escogería?

— Por completar las reformas. Si las reformas pudieran ser hechas de un modo que aseguraran un horizonte despejado —no es fácil— sí, elegiría a las reformas.

— ¿Significa que su voluntad reeleccionista está disminuida?

— Es que nunca fue grande en ese sentido. Alguna gente atribuyó la reforma reeleccionista a una obsesión personal del presidente, y no es así; es una contingencia política.

He dicho y repito acá: ser presidente me encanta, me gusta, lo hago con mucha satisfacción, pero no es una tarea fácil y nadie tiene necesidad de quedarse personalmente más tiempo.

Puede pasar, como usted mencionó, que haya una necesidad fundamental para reestructurar, para la reforma, para la continuidad política, para el país, pero nunca lo puse en términos personales.

— Dijo usted al comienzo de esta entrevista que se viene el tema de la integración continental. Estamos prácticamente en vísperas de la reunión de ministros de Belho Horizonte que será fundamental para el ALCA, y hay posiciones disímiles sobre cuáles deben ser las bases de ese proceso. Brasil con la su- [illegible]



FUTURO. *"Alguna gente atribuyó la reforma reeleccionista a una obsesión personal del Presidente, y no es así; contingencia política", consideró Fernando Cardoso. (Foto digital, Ailton de Freitas, de "O Globo"-GDA)*

vez más con Sanguinetti, se... [illegible]

ben ser las bases de [illegible] proceso. Brasil con la suya, Estados Unidos con la suya, etc. **¿No queda debilitado el MERCOSUR con estos problemas internos al momento de encarar la negociación con un gigante como Estados Unidos?**

— Mire, como dije, una de las cosas por las que voy con gran interés a Uruguay — además de conversar una vez más con Sanguinetti, sabe que tengo una estima muy grande por Julio y nos vemos siempre— pero ahora, en este momento, porque creo que él piensa como yo en esta materia. Como sé que lo piensa Menem y estoy seguro que Wasmosy también.

Y es que el éxito del ALCA depende de la consolidación del MERCOSUR. Es lo que llamamos "building blocks. Tenemos que marchar organizándonos y no creo que valga la pena debilitar al MERCOSUR en aras de una zona de libre comercio hemisférica.

La zona de libre comercio hemisférica es importante, la queremos, vamos a marchar hacia ella, pero a partir de una posición negociadora común. Es más fácil negociar el MERCOSUR con Estados Unidos, que cada uno de los países con Estados Unidos.

— Brasil ha dado, en estas excepciones a las medidas restrictivas sobre el financiamiento de importaciones, el mismo tratamiento a países miembros plenos del MERCOSUR que a otros que no lo son por decisión propia y no considerarlo beneficioso, como el caso de Chile. ¿Por qué?

— Chile hizo un acuerdo de libre comercio con el MERCOSUR.

— Sí, pero no es miembro pleno y entonces se plantea ¿por qué similar tratamiento?

— No hay similar tratamiento, no sé de un caso específico.

— Estoy hablando de las excepciones a las medidas provisorias ....

— Claro, porque vale la pena para nosotros y no queremos dañar el comercio con Chile.

— Lo que pasa que se puede plantear que algunos de los socios plenos, que ha hecho todo el esfuerzo de reestructuración económica pagando altos costos sociales, diga ¿no será mejor cambiar nuestro status? Porque sin ningún costo, en zona de libre comercio tenemos el mismo tratamiento y solamente recibimos beneficios.

— No, pero Chile no ha tenido el mismo tratamiento en otras materias, lo tuvo en este caso puntual de la financiación no más. Pero no lo tiene en las excepciones a las importaciones que fueron acordadas por los cuatro países. Y después hicimos un acuerdo los cuatro países con Chile; no hay un acuerdo específico de Brasil.

—

A gusto en Uruguay por la velocidad de los rioplatenses

— ¿Qué le produce ir al Uruguay?

— Simpatía, porque si hay un sitio al cual voy con gusto es Uruguay. Siempre dije, no de ahora como presidente sino desde hace mucho, que la primera vez hace décadas que fui a Uruguay, no me sentí extraño.

El sentimiento que se va a un país extranjero empieza cuando se cruza Los Andes. Y eso que allí está un país como Chile que es casi mi segundo país. Sin embargo, es otro país. Mientras que en Uruguay, y luego Argentina pero principalmente Uruguay, yo me siento muy a gusto.

— ¿Por qué?

— Porque la gente uruguaya es muy simpática, es muy abierta. Son listos, tienen esa velocidad rioplatense que me gusta tanto. Les gusta el tango como a mí también, la carne como a mí también. El tipo de literatura que leen es la misma que acá. Yo creo que no hay país que yo vaya con más satisfacción que Uruguay.

— ¿Baila tango?

— (Ríe) No, pero mi esposa sí que lo baila. No sé si Sanguinetti baila ....

— Lo baila. Acaba de bailarlo en China y el presidente Jiang Zemin se vio incitado a salir a bailarlo él también, mirándolo para seguir ....

— (vuelve a reír) Bueno, yo acepto aprender tango, pero enseño el zamba. A lo mejor Sanguinetti sabe zambar, porque cuando estuvieron en Fortaleza para la reunión del MERCOSUR era el cumpleaños de Marta, fueron a un "forrao" y allí bailaron. Entonces, me parece que no lo voy a desafiar en esta materia porque creo que pierdo.

Visita a Rivera

RIVERA (Por Freddy Fernández Carranza).— Los Presidentes de Uruguay y Brasil cumplirán una breve visita a la frontera de la paz. Permanecerán durante dos horas, de acuerdo con los primeros trascendidos que circulan en esta ciudad.

Julio Ma. Sanguinetti y Fernando H. Cardoso arribarán al Aeropuerto de Cerro Chapéu sobre la hora 16 del martes 6 de mayo, para trasladarse hasta la Plaza Internacional, paseo público que recorrerán a pie, para luego dirigirse hasta la Intendencia Municipal, lugar donde mantendrán una breve reunión con los gobernantes Asdrúbal Vázquez y Glénio Lemos.

Entre los documentos a firmar figuran el vinculado al Estatuto Jurídico de Frontera, tratándose de una actualización de dicha norma. También se pretende lograr, por parte de las autoridades locales, la aprobación a una serie de gestiones que vienen instrumentando de forma tal de elaborar un Plan Director Común.

Sanguinetti y Cardoso retornarán a la capital de sus respectivos países sobre la hora 18.

06-06

Un dulce robo

Acusan a brasileños de cruzar la frontera, instalar colmenas y después llevarse la miel a su país

Por **Karina Ruiz Díaz**

Rivera

Productores apícolas riverenses ven amenazada su fuente de trabajo debido a la presencia ilegal de brasileños que instalan sus colmenas clandestinamente en tierras uruguayas próximas a la línea divisoria, y durante el otoño producen miel que luego ingresan a Brasil, evadiendo controles aduaneros.

Así lo manifestaron a **LA REPUBLICA** fuentes de la Asociación Departamental de Apicultores Riverenses, quienes reclaman un control más estricto por parte de las autoridades competentes, a fin de proteger la producción uruguaya de miel. A la fecha se han realizado dos importantes incautaciones, la primera a comienzos del mes de abril, ocasión en que la Aduana Móvil detuvo un ómnibus de matrícula brasileña en el que había cientos de colmenas muy bien acondicionadas, deteniendo también al personal oriundo del país norteño, el que fue posteriormente liberado. Días después, se realizó una segunda incautación en la zona de Cerro Chapeu, esta vez de 800 colmenas, las que según estudios realizados por personal especializado de la Asociación de Apicultores, también son de origen brasileño, ya que se trataba de colmenas tipo Curtinaz y Schenk, y en nuestro país está generalizado el uso del tipo estándar americano. En esta ocasión no se encontró a nadie en el lugar, aparentemente el campamento fue abandonado súbitamente, detectándose que dichas colmenas ya habían sido cosechadas y estaban prontas para su traslado.

"Estos dos procedimientos son la punta de un iceberg, al que es difícil encontrarle fin, pues hay tantas colmenas ilegales en Rivera, que es muy difícil poder probar, no que son brasileñas, eso es fácil, sino que fueron ingresadas clandestinamente, ya que cada vez que se conoce una incautación de este tipo, aparecen personas inescrupulosas que se dicen dueñas de las mismas, obviamente porque hay plata de por medio, y los brasileños no quieren perder", afirmaron las fuentes entrevistadas. Las mismas agregaron que los apicultores brasileños no son de Santana do Livramento, sino de zonas más alejadas, vienen de 300 a 700 km de distancia, porque en esta frontera no hay productores fuertes, y quienes vienen traen toda una infraestructura de camiones, ómnibus, maquinaria, incluso trabajadores, y se introducen fácilmente en nuestro territorio por los caminos de la "línea".

Lucro brasileño

El lucro que los brasileños logran es mucho, si se tiene en cuenta que ellos pagan salarios muy bajos, que cuentan con mayor tecnología, y tienen aporte de los organismos del Estado, además la miel la fraccionan y la venden en el mercado interno brasileño, a costos muy superiores, a diferencia de los apicultores uruguayos que la venden en tambores para exportación, logrando un precio menor. Al mismo tiempo están evadiendo controles aduaneros e impuestos en su propio país.

La instalación de las colmenas brasileñas en nuestro país está directamente relacionada con el tema de la forestación, "la miel se saca de la forestación, del eucalipto, los productores norteños en primavera tienen floración apícola en su territorio, en otoño eso no sucede, y por eso se trasladan hacia acá, produciendo todo el año.

Esto ocasiona una competencia desleal, y los daños para los apicultores uruguayos son muchos, porque nosotros pagamos impuestos, estamos registrados, pagamos salarios acordes, no contamos con la tecnología que ellos tienen, porque acá no hay grandes incentivos para acceder a la misma, y en último lugar el tema de los precios, ya que nosotros debemos vender la miel para exportación, pues el consumo interno en nuestro país no es alto", subrayaron las fuentes.

A juicio de los apicultores uruguayos, este problema no sería difícil de solucionar, si hubiera una colaboración total de las autoridades, Aduana, Policía, así como una toma de conciencia del productor local uruguayo que está permitiendo que se instalen en sus tierras colmenas brasileñas. Actualmente el tema de las dos incautaciones se encuentra en manos de la Justicia, a la espera de resolución.

DOCUMENTO 9708444
TITULO Industriales proponen utilizar el PEC para exportar a Brasil.
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE PROCE 30-5-97
VINCULACION 507482 / 507466 / 11051 / 1161 / 11409

Industriales proponen utilizar el PEC para exportar a Brasil

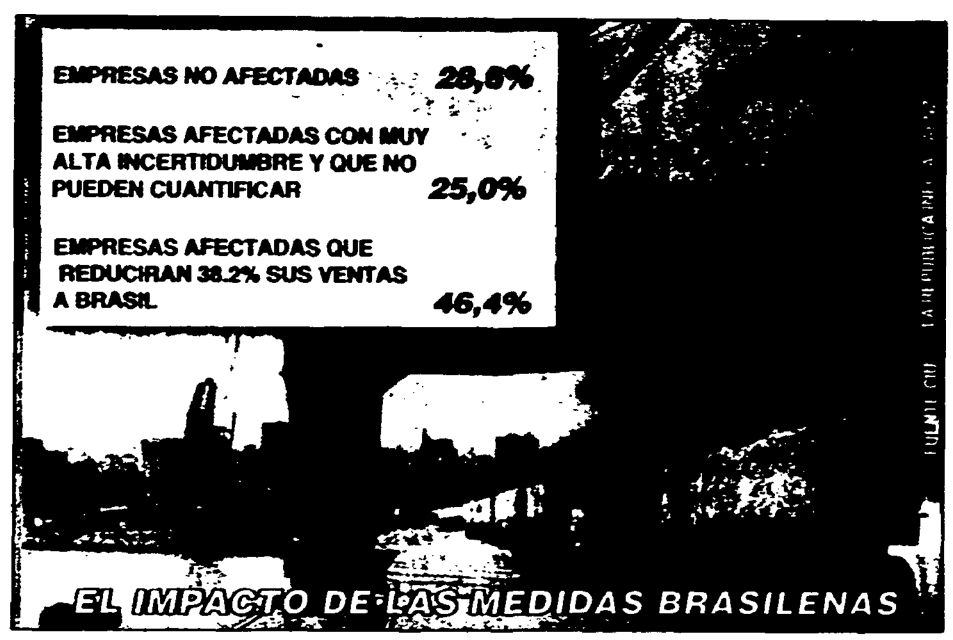
Los industriales reclamaron al gobierno de Brasil la excepción de las exportaciones uruguayas, por la vía del Protocolo de Expansión Comercial (PEC), de la restricción al financiamiento a las importaciones, que subsiste como una seria incertidumbre para las empresas de este sector.

"Agosto es mañana para nosotros". Con esta afirmación, los industriales sintentizan su estado de ánimo actual, signado por la incertidumbre de lo que sucederá una vez que se cumpla, el 31 de julio próximo, el plazo de vigor provisorio de las restricciones a las importaciones a crédito impuestas por Brasil desde comienzos de abril pasado.

Las ventas al exterior "no se hacen de un mes para otro, y hay que abastecerse de materias primas y hacer previsiones para la próxima temporada", dijo a **LA REPUBLICA** el vicepresidente de la Cámara de Industrias (CIU), Gualberto Rocco.

Además, la perspectiva de una solución frente a la nueva medida que limitó el financiamiento de las importaciones pactadas a 360 días, comprometida esta semana por el presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, está sujeta ahora "al cumplimiento de la palabra", aseveró el dirigente empresarial. Rocco dijo además que el sector se encuentra ante un "compás de espera" luego del compromiso asumido por el mandatario brasileño en su reciente visita a Uruguay, y admitió su sorpresa por la "desconección entre el Banco Central de Brasil y el Poder Ejecutivo" de ese país reconocida por Cardoso, quien dijo desconocer el alcance de la última medida.

Las medidas restrictivas del crédito establecidas por Brasil ocasionaron a Uruguay pérdidas cuantificables y otras, como la desconfianza generada en los importadores brasileños, que no pueden evaluarse, argumentó el empresario.



La mayoría de las exportaciones de productos industriales uruguayos con destino al mercado brasileño serían perjudicadas por las restricciones impuestas por Brasil.

Comercio por PEC

El directivo industrial valoró como injustificadas frente al comercio con Uruguay, las restricciones a las importaciones financiadas, establecidas con el propósito de contener el creciente déficit en el intercambio de bienes de Brasil. El promedio de las exportaciones manufactureras uruguayas se realizan a 120 días, lo que "no representa un abuso de las ventajas financieras que ofrece el mecanismo de financiación y es una fórmula de negociar absolutamente normal", dijo Rocco.

Sobre este argumento "hicimos ver al presidente de Brasil que lo que pueden repercutir los países del Mercosur, y particularmente Uruguay, en su déficit comercial, es mínimo", por lo que existe la posibilidad de establecer excepciones en el ámbito del PEC; sostuvo Rocco. El vicepresidente de la CIU explicó que la propuesta elevada al gobierno brasileño, que cuenta con el aval del ministro de Economía y Finanzas, Luis Mosca, permitiría dar financiamiento al comercio de aquellos rubros canalizados a través del PEC, muchos de ellos sin cupos, en una mecánica de carácter unilateral que le daría viabilidad. La solución frente a las medidas de Brasil "debe ser general y no sectorial; atender negocios puntuales trancados sólo sirve para quitar presión, pero no es una solución de fondo", añadió Rocco. Paralelamente, se informó ayer que una nueva misión oficial paraguaya viajará esta semana a Brasil para gestionar la eliminación para algunos productos zafrales, de las restricciones a la financiación de importaciones a ese país.

DOC. OSCURO

01-01

9708444

Tras agotar el río Cuareim, desde ambas márgenes succionan sus afluentes para los plantíos

BORRARON LA FRONTERA, PERO AFIRMAN QUE LA RESPONSABLE ES LA NATURALEZA

La frontera norte del país no existe. El río Cuareim ha sido borrado del mapa por la mayor sequía en diez años, afirman fuentes locales. Casi nadie habla de la multiplicación de las bombas de succión para los arrozales, que ahora se instalan también en los afluentes del Cuareim. Los peces desaparecieron. Ochocientas hectáreas de monte nativo fueron convertidas en sólo días, en nuevos plantíos

ARTIGAS, (por Juan de los Santos, corresponsal y Daniel Martínez Soto, enviado).— En tanto frente a la capital departamental más norteña de la república, es posible cruzar el río que sirve de frontera con "el agua por las rodillas", en varios puntos de los casi cien quilómetros de su cauce —entre Artigas y la desembocadura en Bella Unión— el caudal está totalmente cortado.

Una extensa cadena de lagunas, algunas todavía drenando, la mayoría en distintas fases de desecación, ocupan hoy el lugar donde durante años fluyera el río cuyo "eje central imaginario", constituía el límite entre Uruguay y Brasil. Hoy, el "eje central" está a centímetros de una orilla u otra, o, simplemente, no existe.

El problema, está centrado más allá de la sequía —la más importante en una década— en la proliferación de los embalses desde los cuales los productores arroceros succionan agua para sus cultivos inundables.

Hace ya un lustro en que EL PAIS informó de la preocupación en todos los sectores de protección de la cuenca del Cuareim sobre los efectos de la succión descontrolada a que estaba siendo sometido el río.

UN MUNDO DE BUENAS PROMESAS

A la fecha, poco avanzó su recuperación sino que más bien empeoró. Por aquellos años las [illegible] generaron alertas y [illegible] de las autoridades que [illegible]ron medidas de fuerza, multas y sanciones diversas a quienes no destruyeran los muros que impedían el fluir del Cuareim. Hasta se habló de dinamitar los embalses construidos por los brasileños, en caso que éstos no acataran la decisión uruguaya. Pero salvo algunos casos excepcionales —de embalses construidos aguas arriba de la ciudad de Artigas que también cortaban el agua a la brasileña Quaraí— nada ocurrió. Peor aún, no menos de una decena de nuevas represas para acopiar agua destinada al arroz han sido erigidas en estos años y en algunos puntos es observable el arribo de materiales de construcción con el fin de aumentar los [illegible]. [illegible] menos agua va quedando en el río más imperioso se hace para cada uno contar con embalses desde donde succionar el vital elemento. A ello contribuyó también una medida del estado de Río Grande del Sur, cuyas autoridades han sabido hacer cumplir sí lo atinente a la protección de los recursos hídricos: toda el agua que es consumida de arroyos o ríos brasileños, es cuantificada por técniccos estaduales, debiendo pagar cada productor sumas proporcionales a los consumos estimados. El agua binacional, o el agua uruguaya, son comparativamente casi que gratuitas.

Otro de los aspectos que en los últimos años está afectando también el sistema es el del embalse de los afluentes del Cuareim. Ante las dificultades que para algunos estaba planteando la misma cuenca del principal río regional optaron por tareas más modestas pero más seguras en cuanto a la captación del recurso: directamente embalsaron los arroyos tributarios del Cuareim (Cuaró, Tres Cruces, Yucutujá y Catalán) ganando fuentes en muchos casos exclusivas de agua, pero agotando aún más las posibilidades de supervivencia de la cuenca principal.

La riqueza ictícola tradicional del Cuareim, también desapareció y con ella varias especies del monte lindero entraron en extinción.

Sequía y represas han dejado partes del cauce sólo cubierto de barro

1995 EP

UNA FRONTERA QUE DESAPARECE: EL RIO CUAREIM SIN AGUA

Mientras que en Artigas se cruza caminando el otrora caudaloso Cuareim, el límite acuífero con Brasil ha desaparecido, al igual que la tradicional riqueza ictícola del río. Aumenta la crisis la proliferación de represas que acopian agua para los plantíos de arroz, también el presidente de UTE anuncia que, para comienzos de junio se aumentarán las tarifas y la mayor expectativa se centra, por ahora, en los pronósticos meteorológicos que predicen, tímidamente, el comienzo de las lluvias a partir del próximo lunes.

La frontera fluvial con Brasil fue borrada del mapa. A la sequía que afecta también al norte del país se suma la proliferación de bombas para abastecer los arrozales mayoritariamente brasileños.

El Informe del corresponsal en Artigas Juan de los Santos y del Enviado Daniel Martínez Soto, que se publica en la página 16 de esta edición, consigna además que en medio de la crisis acuífera algunos productores comenzaron el embalse de los mismos afluentes del Cuareim precipitando la crisis. Ahora el otrora río navegable para embarcaciones medianas es sólo una sucesión de lagunas de distinto tamaño.

■ *RIQUEZA ICTICOLA DEVASTADA*

La situación empeora aguas abajo de la capital departamental, ya que cuando EL PAIS denunció años atrás la existencia de embalses ilegales, los que afectaban con más preocupación a Quaraí, frente a Artigas, fueron derribados. Sin embargo aguas abajo del puente que une ambas ciudades, la situación alcanzó tal magnitud que la desaparición de las distintas variedades de peces se considera casi total. A ello se suman las especies del monte nativo. El monte a su vez no corre mejor suerte: 800 hectáreas fueron derribadas en días para destinarlas a plantaciones.

El Intendente, Luis Eduardo Juan, afirma que carece de medios para evitar algunos excesos y entiende que su peor problema es el aumento de los brasileños que trabajan de este lado de la frontera sin hacer aporte alguno y castigando duramente las posibilidades de conseguir trabajo de los artiguenses.

■ *EL AUMENTO DE UTE*

Por su parte el presidente de UTE. Mario Carminatti, dijo ayer a EL PAIS que de continuar la sequía hasta fin de mes, el organismo aumentaría sus tarifas a partir del próximo junio. (Informe meteorológico de ACCU WEATHER en página 12).

El anuncio del jerarca que se publica en la página 9, agorero por cierto, se fundamenta en los trastornos financieros que la situación climática ha provocado al organismo que lo estima en el orden de los 25 millones de dólares. Empero, según Carminatti, "es un compromiso de este directorio volver a la tarifa actual una vez que paliemos los problemas financieros..."



"Aporte tributario brasileño es nulo"

Para el intendente municipal de Artigas, peor problema que la sequía en sí misma han comenzado a ser los arroceros que están trabajando de este lado de la frontera con maquinaria y personal totalmente brasileños evitando todos los aportes.

Para el Dr. Luis Eduardo Juan aún la seca no alcanza los trágicos niveles de la registrada en 1986, aún cuando estamos siguiendo con preocupación y muy de cerca todo lo que ocurre por estos días. Reconoció que los embalses clandestinos del río Cuareim persisten todavía, aunque hemos logrado eliminar casi todos los que estaban aguas arriba de esta capital lo que mejoró sensiblemente el caudal. En cuanto a los embalses río abajo como no afectan directamente la ciudad reconocemos que carecemos de un control efectivo sobre ellos.

Aún quedan aguadas como para ser optimistas de que las lluvias llegarán antes que el ganado principalmente el ovino comience a entrar en una situación crítica, apuntó el comuno destacando que, a su entender, el sur del país está en estos momentos en peor situación siendo prueba de ello el constante envío de ganado en pie, de calidad apreciable que es embarcado desde Artigas a los departamentos sureños de Uruguay.

El Dr. Juan reconoció la existencia de problemas en cuanto a que algún ganado pudiera haber cruzado la frontera fluvial hacia el norte, aunque consideró que ello es un problema para nada nuevo sino que ocurre cuando el río está muy bajo y nada en ese sentido es de tal volumen que pueda alarmarnos hasta el momento.

Destacó sin embargo que a nivel de producción de fronteras existe el mayor problema de todos que está siendo causado por algunos arroceros. Aquellos que están trayendo toda su fuerza laboral desde Brasil, de los peones a los técnicos. Explicó que difícilmente los artiguenses que no cultivaron el arroz hasta entrada la década del '80 pudieran competir con la gente de Uruguayana que tiene un conocimiento de generaciones en este tipo de cereal. Recordó que en 1985, Artigas tenías 4.000 hectáreas cultivadas con arroz, mientras para este año se espera alcanzar las 22.000 hectáreas. Enfatizó que a pesar de ese crecimiento, Artigas está teniendo cada día más problemas para ocupar su fuerza laboral, ya que están trayendo los técnicos y los peones. A los trabajadores les sirve porque ganan mucho más de lo que se está pagando hoy en Brasil. Y a los empresarios también les sirve porque están pagando mucho menos ya que evaden la totalidad de los aportes que deben efectuar.

Afirmó además que la Intendencia carece de personal suficiente como para enfrentar el problema y derivó las responsabilidades a las dependencias nacionales competentes en la materia.

DURO GOLPE ECOLOGICO

El intendente Juan exigió también la intervención de las jerarquías nacionales en lo que muchos artiguenses consideran la tala depredatoria más importante en años. Una de las empresas arroceras cortó más de 800 hectáreas de monte natural, principalmente de espinillos, en zonas bajas que serán destinadas al arroz. La prohibición para este tipo de actividad es absoluta a nivel nacional salvo que se cuente con autorizaciones especiales. Estamos seguros que esas autorizaciones no fueron pedidas destacaron altas fuentes de la intendencia, lo que el intendente Juan aseguró estas averiguando aunque reconoció nuevamente la falta de posibilidades de la intendencia para cumplir con esos cometidos de protección ambiental.

9708445.

Aguadas en problemas

A menos que llueva en días más, las bombas de succión brasileñas acabarán definitivamente con el río fronterizo

CANCILLERIA PIDE INFORMES A GOBIERNO DE BRASIL POR DESECACION DEL CUAREIM

La controvertida desecación del río Cuareim, que en medio de la sequía ha sido succionado totalmente para las áreas de arroz brasileñas, fue reclamada por el Ministerio de Medio Ambiente ante la Cancillería. En las próximas horas los "comités de frontera" binacionales serán convocados

La Dirección Nacional de Medio Ambiente a través del Ministerio que la rige solicitó a la Cancillería que se convoque a representantes de los gobiernos de Uruguay y Brasil a fin de establecer responsabilidades en la situación que enfrenta el río Cuareim.

A nivel del Ministerio de Relaciones Exteriores, el tema se analizó con la Dirección de la Zona América, lo que generaría una inmediata convocatoria a los Comités de Frontera para evaluar la situación. Así lo confirmó a EL PAIS el director del organismo, Lic. Carlos Serrentino quien aseguró que el incumplimiento de los compromisos asumidos por nuestras autoridades para derribar —hace ya varios años— los embalses en el Cuareim no responde a la dirección a su cargo. Aseveró que la Dirección Nacional de Hidrografía es la responsable por el control de lo que ocurre en materia de cantidad de aguas, mientras que la DINAMA versa en torno a la calidad de las mismas.

En cuanto a las denuncias del Intendente de Artigas acerca de talas indiscriminadas de monte nativo para nuevos plantíos más allá de la capacidad de control de la Comuna norteña, deslindó también responsabilidades. "Esto está fuera de la órbita ministerial. Depende del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Y sin dudas viene a demostrar lo que tantas veces ha planteado ya el Ministro Chiruchi que las competencias para controlar la flora y la fauna nativas deben estar directamente vinculadas al Ministerio de Medio Ambiente".

Mientras tanto a nivel oficial las autoridades brasileñas en nada se han expedido acerca de la situación generada. Sin embargo una nueva referencia podría dar idea de su intención. En los últimos meses al haber aumentado la potencia de las bombas brasileñas para elevar el agua, se hizo indispensable mayor potencia para los motores. Así, la compañía de electricidad riograndense ha dispuesto nuevos tendidos de cables hasta las mismas bombas a metros de las bocas de succión pautando el aval a la sustracción de agua que se cumple con destino a los arrozales.

En cuanto a la situación concreta del lado uruguayo en torno a la falta de lluvias, a nivel local existe menor incertidumbre que en el sudeste. Si bien se sabe ya que la producción de arroz disminuirá será en menos porcentaje que el hasta 20 y 30 por ciento de los departamentos vecinos que convirtieron después de la zafra 1996-1997 a Uruguay en el cuarto exportador del mundo, con una cosecha récord de entre 1,05 y 1,08 millones de toneladas.

Finalmente cabe señalar que a nivel artiguense la situación referida al agua potable aún está bajo control y existe la convicción que los pozos existentes permitirán mantener fuera de riesgo el suministro a la población.

Los riograndenses al borde de un colapso total de su agua potable

PORTO ALEGRE (Especial para EL PAIS de Zero Hora del Grupo Diarios de América).— La sequía está castigando duramente a más del 30 por ciento de los municipios del interior del estado de Río Grande del Sur y la Defensa Civil decretó "situación de emergencia" en 133 localidades. La sequía está afectando también la producción de energía hidroeléctrica en la usina de la Compañía Estadual, donde se calcula que se está produciendo un 40% menos de lo habitual. Sin embargo los técnicos descartaron que se fuera a producir un colapso energético en distintas zonas del estado —aun cuando el nivel de aguas se encuentra hasta cuatro metros por debajo de la cota normal— ya que las generadoras de energía del sur y sudeste del país pueden alcanzar la interconexión en forma automática. Está prevista ya la compra de energía a distintos puntos al norte donde la situación aún se mantiene estable.

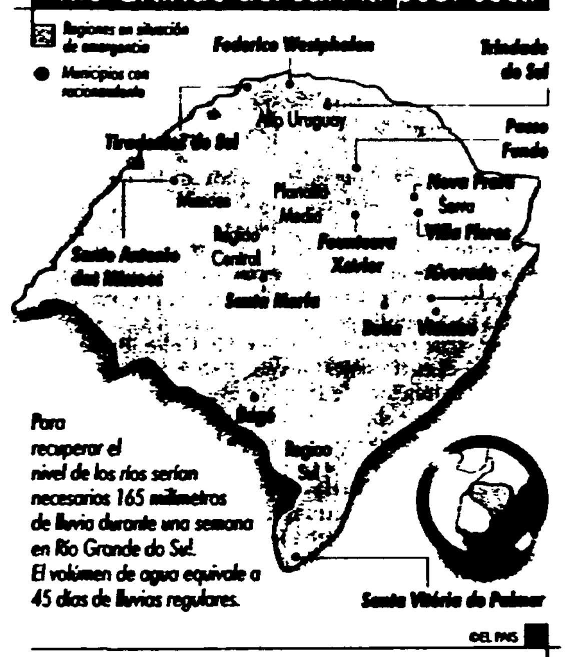
Los medios de prensa brasileños atribuyen a la imprevisión de sus autoridades la dramática situación en el abastecimiento de agua potable que vive Río Grande del Sur, incluyendo el límite con Uruguay. Se entiende que el almacenamiento de agua dulce apenas si se incrementó mediante obras de embalse en los últimos años si bien la constante de sequías se está incrementando paulatinamente.

De los 133 municipios que han sido decretados en situación de emergencia, 14 ya están bajo racionamiento. Passo Fundo y Santa María se encuentran en la peor situación: los vecinos deben procurar baldes de agua en las pocas canillas públicas que aún prestan servicio.

En Alvorada, Viamão, Passo Fundo y otras localidades cercanas a la frontera se está suministrando agua tan solo algunas horas diarias y se preparan planes de emergencia con transporte de agua potable a algunos puntos mediante camiones.

Los ríos que suministran a los embalses apenas si alcanzan a mantener vivo su cauce y en algunas lagunas el descenso de nivel es de hasta 10 centímetros diarios lo que, cuatro metros por debajo del ras significa que en veinte días más si no llueve el lecho de los abastecimientos aparecerá totalmente séco.

Rio Grande del sur: la peor seca

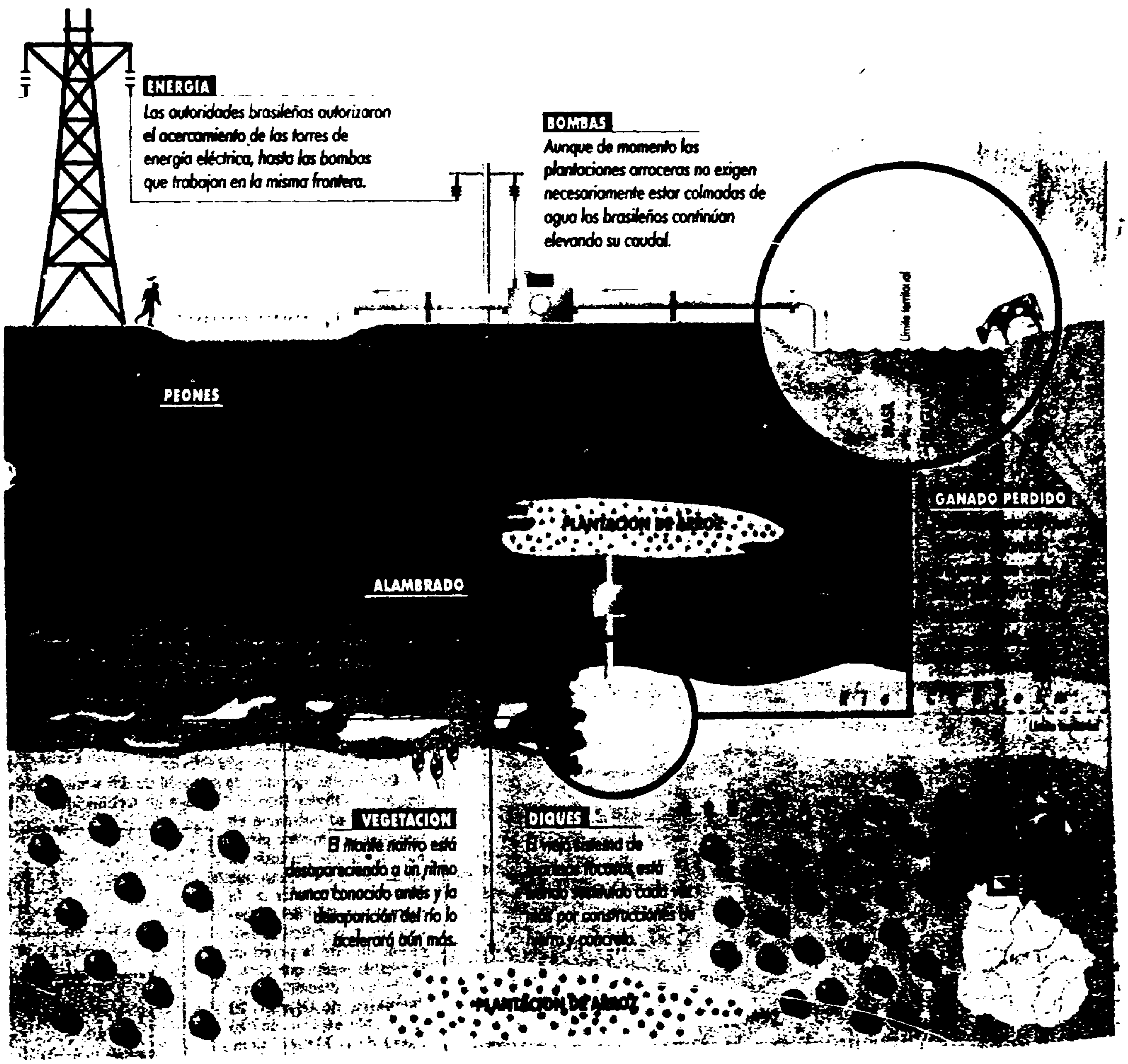


A secas

- ✓ **La ausencia de lluvias se verifica cada vez con mayor frecuencia en la región, incluso fuera de los períodos habituales:**
- ✓ **1988.**— Entre febrero y abril. De mayo a junio se intensificó debido a la influencia de la corriente "El Niño".
- ✓ **1989.**— Febrero-Marzo y Mayo-Junio
- ✓ **1990.**— Comienzos de mayo. Julio-agosto y diciembre-enero
- ✓ **1991.**— Mayo- Junio.
- ✓ **1993.**— Agosto.
- ✓ **1995.**— Abril a junio.
- ✓ **1996.**— Abril a mayo.
- ✓ **1997.**— Los meteorólogos coinciden en que junio será el mes de lluvias.

05

9708445



06 - 06

9708445

Explosión comercial

El intercambio uruguayo-brasileño se duplicó en siete años

Oscar Vilas
Montevideo

Brasil es el mejor cliente de Uruguay así como el mayor de sus proveedores si se tiene en cuenta que recibe el 36% de las exportaciones del país y es el origen del 22% de las importaciones. Si bien las relaciones comerciales entre ambos países siempre fueron intensas, este fenómeno se profundizó con la puesta en marcha del Mercosur y la entrada en vigor del Plan Real.

Entre 1991, año de la firma del Tratado de Asunción, y 1996, las exportaciones uruguayas a Brasil saltaron de U$S 384 millones a U$S 831 millones. En el período 91-96, las importaciones que Uruguay efectuó desde Brasil pasaron de U$S 372 millones a U$S 745 millones y, aunque la balanza comercial sigue favorable a Uruguay, hay quien habla de la "Brasil-dependencia" del país.

Pese a que la desgravación arancelaria dispuesta por el Mercosur explica en parte el crecimiento explosivo de ias exportaciones nacionales, la demanda agregada generada a partir de la aplicación del Plan Real en Brasil también se constituye en uno de los principales factores que impulsaron el boom de comercio uruguayo-brasileño.

Los principales rubros de exportación hacia Brasil, por su orden de importancia, son los productores de la industria molinera, los lácteos, los productos de la industria frigorífica, los productos alimenticios diversos, los productos agrícolas, las confecciones y los productos textiles y telares. Por su parte, Brasil vende a Uruguay básicamente productos industriales manufacturados, máquinas y equipos, piezas y accesorios para el transporte, y vehículos automotores. Brasil vende a Uruguay más que a Canadá, México o Rusia.

El Mercosur concentra el 45% del comercio exterior uruguayo gracias a un intercambio que fue equivalente a U$S 2.644,5 millones en 1996. Las ventas uruguayas a los otros países del bloque fueron de U$S 1.162,5 millones el año pasado y las importaciones desde los mismos totalizaron U$S 1.481,5 millones. ■

GM 17-5

Pluna se recupera

Severino Góes
Montevideo

Sumadas sus experiencias, la brasileña Varig y la uruguaya Pluna acumulan 130 años en transporte aéreo de pasajeros. Operando juntas desde el final de 1995, las empresas preparan actualmente el terreno para el crecimiento de sus actividades en los países del Mercosur. Tras algunas décadas de resultados negativos, Pluna deberá registrar beneficios en 1997, lo que permitirá a la empresa pensar en nuevas inversiones. La prioridad, sin embargo, es arreglar la casa, garantiza el gerente general de Pluna, Nery Trois.

Doc poco legible

URUGUAY REC[illegible]

ÚNICA PERO SUS VECINOS INSINÚAN OTRAS ESTRATEGIAS

La integración de los Ejércitos del Mercosur, un problema en ciernes

Tarde o temprano el tema se iba a poner s bre la mesa, y todo parece indicar que no será de fácil resolución. Hace tiempc que el Mercosur es una realidad y desd que se firmó el Tratado de Asunción la integración política y económica entre Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay se ha ido profundizando. Pero ¿qué ocurrirá con la cuestión militar? ¿Se llegará a la creación de una fuerza armada única que delimite un área de seguridad regional? Para el gobierno uruguayo esto no es posible ni deseable. Sus grandes socios, sin embargo, han estado dando señales de que tienen otras ideas.

El tema se planteó el lunes 19 de mayo en la Comisión de Defensa Nacional del Senado donde concurrieron el ministro de Defensa, Raúl Iturria, y el comandante en Jefe del Ejército, Teniente General Raúl Mermot, para informar de la Operación Ceibo, las maniobras militares previstas para el mes de junio en el Departamento de Río Negro y en las cuales participarán unos 350 militares del Ejército argentino.


Las Fuerzas Armadas del Mercosur ¿marchan hacia una nueva estrategia regional?

Con un costo cercano a los 90 mil dólares, estas maniobras consisten en un ensayo sobre una presunta operación de paz, similar a las que el Ejército uruguayo, en nombre de las Naciones Unidas, tuvo que cumplir en varias zonas conflictivas del planeta.

Durante la sesión de la comisión parlamentaria el senador nacionalista Walter Santoro dijo que estas maniobras son trascendentes "porque se ha evolucionado enormemente en la forma de comprender el papel de las fuerzas armadas en Sudamérica".

El legislador recordó que una vez superada la llamada doctrina de la seguridad nacional, el concepto estratégico que se maneja es el de "defensa nacional".

Recordó que en 1936, cuando se realizó en Buenos Aires la Conferencia Panamericana surgió la "doctrina del panamericanismo" que se basaba en una "fuerte presencia de Estados Unidos" en materia militar, y en el marco de la cual surgió en 1947 el Tratado de Ayuda Recíproca.

Ello, dijo Santoro, generó **determinada instrucción y capacitación de los Ejércitos "con la concurrencia de oficiales uruguayos a Panamá y a otros centros de instrucción". Santoro sostuvo que actualmente la doctrina de acción se ha dado en llamar "de autonomía de la estrategia" en la que "ya no existe más dependencia de Estados Unidos sino que se procura que América del Sur se constituya en una zona de paz y cooperación".**

La "primera piedra"

"Debemos tener en cuenta que la primera piedra que se puso para levantar el edificio del Mercosur estuvo constituida por un entendimiento entre los Estados Mayores de los ejércitos argentino y brasileño. Hubo acuerdos que llevaron a que la cooperación en materia de comercio e industria –todo lo que comprende a grandes rasgos el Mercosur– tuviera que ir acompañada de una política militar que estableciera una especie de garantía de que ese proceso económico que se estaba realizando tuviera la debida protección", agregó Santoro.

El legislador recordó que tiempo atrás el canciller argentino Guido Di Tella, refiriéndose al intento de golpe de Estado protagonizado por el general Lino Oviedo en Paraguay, destacó "la conveniencia o necesidad, en caso d[illegible] de los procesos democráticos en cualquiera de los países del Mercosur, de la habilitación de otros países a [illegible] recomponer esos procesos".

Foto: A. Stapff



En su edición del 3 de mayo *Posdata* recogió la versión publicada en aquel momento por la revista brasileña *Istoé*, según la cual el Ejército de Brasil presionó a Oviedo para que desistiera de sus intentos golpistas.

"En su condición privilegiada de socio mayor del Mercosur, Brasil dejó de lado el pudor de que podría estar entrometiéndose en asuntos internos paraguayos y desempeñó un papel normalmente reservado a los Estados Unidos cuando se trata de política exterior para América Latina", señaló la publicación norteña.

Uruguay dice no, pero ...

El ministro Iturria aventó las dudas sobre la postura de Uruguay en torno a la integración de los ejércitos regionales y dijo ante los senadores que esta operación contribuye a mejorar las relaciones entre los cuerpos armados "pero siempre bajo el concepto claro y preciso de que no se está pensando en fuerzas integradas, multinacionales".

Iturria admitió que "algunos sectores doctrinarios tuvieron en cuenta la idea de las fuerzas multinacionales, y en Argentina tuvo algún andamiento. Es decir que con el argumento del gasto militar se quitara vigencia a los ejércitos nacionales para formar tropas internacionales.

Uruguay se ha opuesto sistemáticamente a esto, al igual que Brasil, Chile, Perú y Ecuador".

"Para los países pequeños como el nuestro esto resulta muy riesgoso, pero una cosa es que intervengan sin nuestro consentimiento y otra muy distinta que lo consintamos. Nosotros no queremos fuerzas multinacionales, ni crear una fuerza internacional cuyo control seguramente no va a estar en nuestras manos por el tamaño de nuestro Estado", añadió el secretario de Estado.

Iturria dijo también que los países de la región "ya no se miran como enemigos y han alejado de sus fronteras las grandes concentraciones de tropas". Esta estimación del Ministro pareció contra-[illegible]cirse con la manejada esta misma se-[illegible]na por el ex presidente de la Repúbli-[illegible] [illegible]uis Lacalle en el semanario herrerista *Patria*. Refiriéndose a la necesidad de tornar eficaz el funcionamiento de los cuerpos armados, Lacalle escribió que entre las hipótesis de conflicto "necesariamente deberán tenerse en cuenta las posibilidades de ocurrencia de algún problema fronterizo con los Estados vecinos o la eventualidad de una intervención extracontinental en nuestra región"

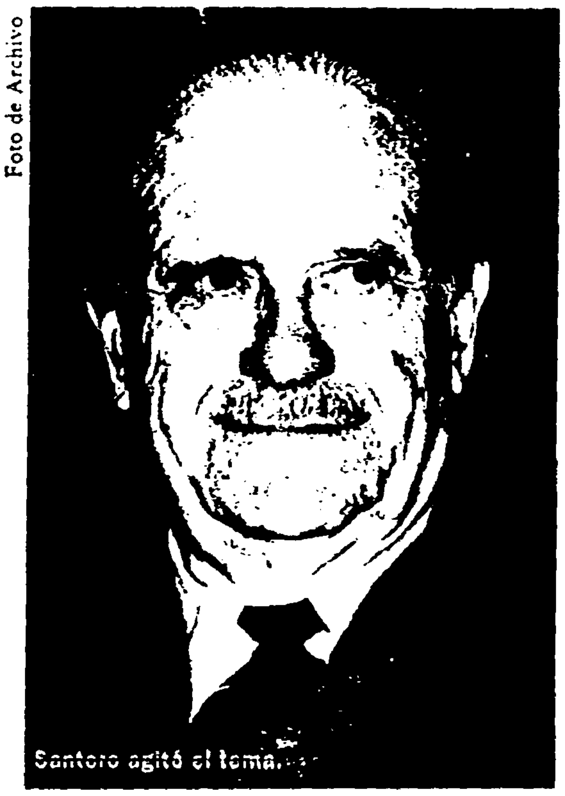
En la comisión del Senado el comandante del Ejército ratificó las palabras de Iturria en el sentido de oponer[illegible] a una integración entre los ejércitos [illegible]ero admitió que una de las motivaciones de realizar la Operación Ceibo se debe a que "Argentina y Brasil están haciendo demostraciones de coordinación en forma [illegible]erada".

Estrategias disímiles

Tras la caída del bloque comunista, que se llevó consigo la amenaza de movimientos subversivos en la región, en cuyo combate los ejércitos sudamericanos encontraron su principal línea de acción, las estrategias del Ejército uruguayo estuvieron confrontadas con la de los ejércitos vecinos, particularmente el argentino.

Detrás de la política internacional desplegada por el presidente Carlos Menem, los militares argentinos se ubicaron últimamente en una línea mucho más pro norteamericana que los cuerpos armados de Uruguay y Brasil. En sectores castrenses de la vecina orilla prendió la idea norteamericana de, en aras de reducir los presupuestos militares, iniciar un proceso de transformación de los Ejércitos convencionales en guardias nacionales.

El objetivo es transformar los cuerpos armados en brazos más eficaces para combatir los nuevos fenómenos del terrorismo y el narcotráfico. En Uruguay y Brasil se ha rechazado frontalmente la idea de que los ejércitos se sumen al combate activo al narcotráfico y apenas sí se aceptó que estos prestaran apoyo a las fuerzas policiales. Uruguay también ha puesto en tela de juicio en diversos foros que el terrorismo se trate, en el área de su combate, de una cuestión internacional más que de un tema de seguridad interna de sus naciones.



Santoro agitó el tema.

Foto de Archivo

También a la hora de participar en misiones de paz auspiciad[illegible]s por las Naciones Unidas surgieron diferencias. Mientras que Uruguay sólo aceptó participar en misiones de mantenimiento de Paz, los militares argentinos actuaron en operaciones de imposición de la paz, como fue el caso de Haití.

"Sistema de defensa común"

Un ejemplo de lo que los militares argentinos piensan acerca del manejo del poder militar en el Mercosur lo dio en la última semana el mayor de aquella fuerza, Omar Locatelli que publicó un artículo al respecto en la revista *Military Review* que edita el Ejército de los Estados Unidos.

"Queremos contribuir a la búsqueda del rol actual mundial que deben ocupar las fuerzas armadas a partir de la concepción de organizaciones supranacionales o distintas agrupaciones de Estado" en momentos de transición entre la llamada "bipolaridad estratégica a la multipolaridad estratégica económica", dijo el Mayor.

A su juicio, se trata de "contar con un instrumento militar más pequeño, aunando las necesidades de la integración, los requerimientos de las funciones a cumplir y las asignaciones presupuestarias a tal efecto".

"Las motivaciones que tuvieron las Fuerzas Armadas del Mercosur hasta el fin de la Guerra Fría estuvieron delineadas por tres circunstancias: guerra revolucionaria, conflictos regionales y conflictos globales".

"A partir del Mercosur la precepción del concierto internacional se torna compleja porque se debe armonizar la misma en función del conjunto de actores y no de la suma de cada uno en particular", añadió. Y opinó que los requisitos para la implementación de "un sistema de defensa común" son: condiciones de comunicación, intereses de los actores, perfil de la seguridad regional pretendida y proyección del poder de Estados Unidos.

"Es necesario fijar los lineamientos que determinarán la concreción de un sistema colectivo de defensa, el cual hará posible la redefinición del nuevo rol de cada factor de poder militar". Dijo que para ello es necesario eliminar la posibilidad de conflictos regionales, consolidar la integración político económica, superar la condición periférica para atenuar la asimetría con las áreas estratégicas septentrionales, armcnizar y potenciar la producción para la defensa, potenciar la capacidad de disuasión de cada país, coordinar el accionar de las flotas y organizar la seguridad sudamericana como actor estratégico para atenuar la asimetría de poder de los Estados Unidos a fin de hacer creíble la seguridad hemisférica.

Y concluyó: "La cooperación e integración entre los miembros del Mercosur, y en especial de sus Fuerzas Armadas aseguran un protagonismo activo que genera una confianza recíproca. A la concepción tradicional de hipótesis de conflicto surgirán ahora enfoques actualizados que abarquen intereses regionales de seguridad para dar respuesta de mutuo acuerdo a riesgos y problemas comunes".

03-03

Nº DOCUMENTO 9708448
TITULO SIVAM utilizará radares brasileiros.
PROCEDENCIA 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 17-5-97
VINCULACIONES 507402
1163
SIVAM
AMAZONIA

AMAZÔNIA

Sivam terá radares nacionais

❑ **São José dos Campos** – Os radares meteorológicos do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) serão brasileiros. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélio Viana Lobo, colocou ontem um ponto final na polêmica que vinha sendo travada com a companhia norte-americana Raytheon. A fornecedora dos equipamentos será a empresa Tectelcom Aeroespacial, de São José dos Campos. O governo está negociando a aquisição inicial de 10 sistemas de radar que serão instalados na Amazônia Legal. O ministro afirmou também que não teme qualquer represália do governo americano por essa decisão. "O ministério tem procurado trabalhar na redução das dependências externas", salientou Lélio Lobo. O ministério recebeu ontem a primeira unidade dos 10 radares meteorológicos da Tectelcom destinados ao controle do tráfego aéreo. Para cobrir todo o território nacional, será necessários 50 radares, que serão comprados ao longo dos próximos anos. O monitoramento será feito pelas bases militares de Curitiba e Brasília. O contrato firmado foi de US$ 26 milhões.

ZH 17/5

Nº DOCUMENTO 9708449
TITULO Policía militar podrá ser juzgada por justicia común.
PROCEDENCIA 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 25-5-97
VINCULACIONES 507482
1163
11338

JUSTIÇA MILITAR

Ministro reavalia projeto

Governo pode rever apoio a julgamento de PMs na Justiça Comum

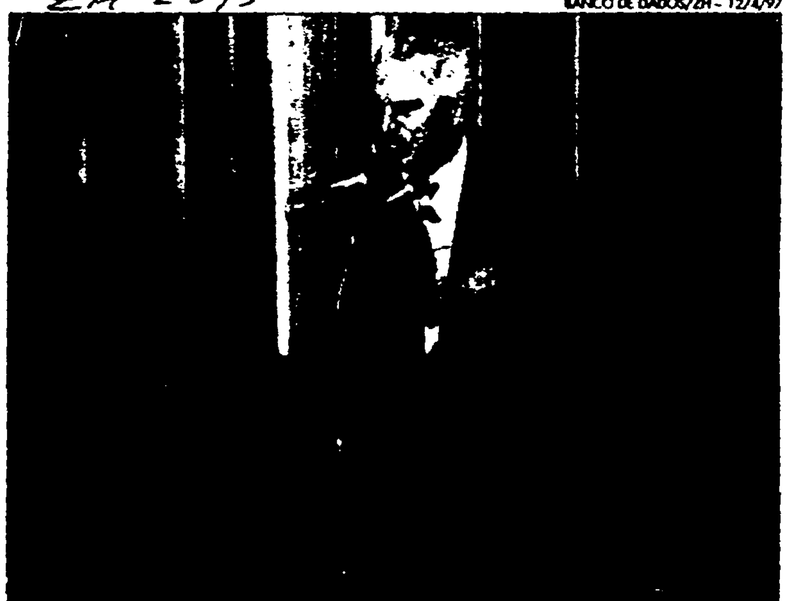
ZH 25/5

O governo federal poderá rever seu apoio ao projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP), que transfere para a Justiça comum os crimes cometidos por policiais militares. O novo ministro da Justiça, Íris Rezende, pediu um levantamento completo de todo o trabalho desenvolvido pela Justiça Militar e as respectivas auditorias militares, para verificar se existe deficiência ou não desses tribunais. Para o ministro, este é um assunto "muito delicado e complexo".

Rezende informou que só poderá dar uma posição mais definida depois de receber o estudo encomendado, pois não quer assumir posição precipitada. O ministro afirmou que, como senador, conhecia apenas a situação da Justiça Militar em seu Estado, Goiás, onde garantiu que o funcionamento é muito bom e não existem problemas. "Agora, como ministro, tenho de encarar o problema em nível nacional", disse ele, lembrando que somente depois de conhecer o estudo encomendado na sexta-feira aos técnicos do ministério poderá fazer uma avaliação completa. Por isso mesmo, declarou o ministro, o assunto tem de ser examinado "com cuidado".

O novo projeto passa para a Justiça Comum o julgamento de todos os crimes cometidos por policiais militares em serviço – com exceção de formação de quadrilha e extorsão, que permanecem sendo julgados pela Justiça Militar. O projeto já foi aprovado na Câmara Federal e agora vai a votação no Senado.

BANCO DE DADOS/ZH - 12/4/97



Posição: o ministro da Justiça, Íris Rezende, pediu estudo do assunto

DOC. OSCURO

01- 03

9708449

JUSTIÇA MILITAR

Tribunal reage contra nova legislação

O presidente do TJM, Mathias Nagelstein, ameaça pedir demissão caso seja aprovada a lei

ZH 22 MAIO

O Tribunal de Justiça Militar (TJM) do Rio Grande do Sul pode ficar sem presidente caso o presidente Fernando Henrique Cardoso sancione o projeto de lei de autoria do deputado Hélio Bicudo (PT-SP). Mathias Nagelstein não concorda com o projeto que prevê a transferência para a Justiça Comum o julgamento de todos os crimes cometidos por policiais militares em serviço – com exceção de dois, formação de quadrilha e extorsão. "Se for aprovado vou renunciar ao meu cargo", avisa Nagelstein. "Esta lei é um estímulo à criminalidade e à impunidade."

O presidente do TJM vê como principal problema o fato de a lei remeter para a Justiça Comum os casos de homicídios e de lesões corporais. Segundo Nagelstein, hoje 90% dos processos da Justiça Militar são de lesões corporais. "Este é um tipo de delito próprio da relação polícia versus infrator", argumenta. "O TJM ficará cumprindo apenas processos administrativos."

Nagelstein revela que a sua preocupação é com a possibilidade de as lesões corporais serem enquadradas na lei 9099/95, dos Juizados Especiais Criminais, contida na Justiça Comum. "Esta lei estabelece que, quando a pena mínima for igual ou inferior a um ano, o juiz pode conceder o chamado sursi processual (suspensão do processo)", explica o presidente do TJM. "Por isso que eu falo no aumento da criminalidade e da impunidade."

Quanto aos casos de homicídios, o presidente do TJM cita Carandiru para exemplificar a sua insatisfação. "Na Justiça Militar o julgamento de muitos processos, envolvendo vários réus, se dá na mesma sessão", adverte. Nagelstein lembra que não há individualização de réus de um mesmo processo na JM. "Na Justiça Comum, o mesmo caso resultaria em 122 réus, e quando ocorreria isto?", pergunta ele.

O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 4, em Brasília, atingirá os policiais militares envolvidos em três conhecidos episódios: o massacre de 111 presos no presídio de Carandiru, em São Paulo, a execução de 19 agricultores sem terra em Eldorado do Carajás, no Pará, e os espancamentos filmados na favela Naval, em Diadema (São Paulo). A proposta seguirá agora para o Senado. Se sofrer emendas, voltará à Câmara. Se não, depois de aprovado pelos senadores seguirá à sanção presidencial.

O trânsito livre dos lobistas conseguiu obter resultados e o texto do relator Marcelo Barbieri (PMDB-SP) foi modificado. "Não tem o menor sentido deixar extorsão e formação de quadrilha de fora", reclama Bicudo. "Isso é resquício da ditadura." O argumento dos lobistas é de que a corporação costuma condenar os crimes de extorsão e formação de quadrilha, mas é mais branda com os crimes de agressão e homicídio por considerar que o policial está em legítima defesa no exercício da profissão. A Câmara aprovou, ainda, o projeto do deputado federal Carlos Apolinário (PMDB-SP), que prevê a realização periódica de exames de avaliação psicológica em policiais militares e civis.



"Esta lei é um estímulo à criminalidade e à impunidade"

MATHIAS NAGELSTEIN, *presidente do TJM*

O projeto do deputado prevê também mudanças na investigação dos crimes. O Inquérito Policial Militar (IPM), realizado por um oficial da corporação, foi mantido, mas agora será acompanhado por um promotor do Ministério Público. Desde o ano passado, o julgamento dos homicídios dolosos (com intenção) cometidos por policiais militares em serviço já havia sido transferido para a Justiça Comum.

A nova legislação determina ainda que os homicídios culposos (sem intenção) em que policiais militares estiverem envolvidos como acusados passarão a ser julgados na Justiça Comum e não mais na Justiça Militar. Hélio Bicudo acredita que, com a mudança, cerca de 95% dos processos que hoje estão na Justiça Militar serão atingidos.



Sessão: a Justiça Militar julgará só dois tipos crimes envolvendo PMs

AS ALTERAÇÕES JURÍDICAS

O que mudou nos últimos anos na Justiça Militar:

- Todos os crimes cometidos por policiais militares em serviço eram investigados por um inquérito policial militar (IPM), que era julgado na Justiça Militar.
- No ano passado, uma lei federal transferiu para a Justiça Comum o julgamentos dos crimes de homicídio doloso (com intenção) cometidos por PMs em serviço. A investigação continua sendo feita por um IPM.
- A Lei Hélio Bicudo estabelece que, além do julgamento do homicídio doloso, a Justiça Comum também passará a julgar os casos de homicídio culposo (sem intenção), tortura, lesões corporais, estupro, os crimes de responsabilidade e contra as crianças e adolescentes e outros cometidos por PMs em serviço. A investigação continua sendo feita por um IPM. Apenas o julgamento dos crimes de formação de quadrilha e extorsão serão julgados pela Justiça Militar.
- A lei ainda deve ser aprovada no Senado e depois precisa da sanção presidencial.

POLÍCIA MILITAR

ZH 1º MAIO

Câmara aprova lei levando PMs para Justiça Comum

Apenas dois crimes continuarão a ser julgados pela Justiça Militar



Alegria: Bicudo calcula que a nova lei atingirá 95% dos processos que hoje estão na Justiça Militar

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em Brasília, por votação simbólica, a Lei Hélio Bicudo, que transfere para a Justiça Comum o julgamento de todos os crimes cometidos por policiais militares em serviço – com exceção de dois: formação de quadrilha e extorsão. A nova legislação atingirá os PMs envolvidos em três conhecidos episódios: o massacre de 111 presos no presídio de Carandiru (São Paulo), a execução de 19 agricultores sem terra em Eldorado do Carajás (Pará) e os espancamentos filmados na favela Naval, em Diadema (São Paulo). A proposta seguirá agora para o Senado. Se sofrer emendas, voltará à Câmara. Se não, depois de aprovado pelos senadores seguirá à sanção presidencial.

O lobby da PM, que lotou as galerias da Câmara, conseguiu manter como competência da Justiça Militar o julgamento dos crimes de formação de quadrilha e de extorsão. "O lobby fardado invadiu a Câmara, tinha policiais até mesmo dentro do plenário, onde a entrada é proibida", afirmou Bicudo. Com a permissão dos seguranças da casa, os policiais e representantes de sindicatos da PM tomaram até a tribuna da imprensa, onde o acesso é permitido apenas a jornalistas credenciados. O trânsito livre dos lobistas conseguiu obter resultados, e o texto do relator Marcelo Barbieri (PMDB-SP) foi modificado. "Não tem o menor sentido deixar extorsão e formação de quadrilha de fora", se queixou Bicudo. "Isso é resquício da ditadura."

O argumento dos lobistas, comandados pelos deputados Paulo Heslander (PTB-MG), Hélio Rosas (PMDB-SP), Abelardo Lupion (PFL-PR) e Aldir Cabral (PFL-RJ), é de que a corporação costuma condenar os crimes de extorsão e formação de quadrilha, mas é mais branda com os crimes de agressão e homicídio por considerar que o policial está em legítima defesa no exercício da profissão. A Câmara aprovou, ainda, o projeto do deputado federal Carlos Apolinário (PMDB-SP), que prevê a realização periódica de exames psicológicos em policiais militares e civis.

A lei do deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP) também prevê mudanças na investigação dos crimes. O inquérito policial militar (IPM), realizado por um oficial da corporação, foi mantido, mas agora será acompanhado por um promotor do Ministério Público. Desde o ano passado, o julgamento dos homicídios dolosos (com intenção) cometidos por policiais militares em serviço já havia sido transferido para a Justiça Comum. A nova lei prevê que também os homicídios culposos (sem intenção) passarão a ser julgados na Justiça Comum. Bicudo acredita que, com a mudança, cerca de 95% dos processos que hoje estão na Justiça Militar serão atingidos.

AS NOVIDADES JURÍDICAS

O que mudou nos últimos anos na Justiça Militar:

- Todos os crimes cometidos por PMS em serviço eram investigados por um inquérito policial militar (IPM) e julgados pela Justiça Militar.
- No ano passado, uma lei federal transferiu para a Justiça Comum o julgamento dos crimes de homicídio doloso (com intenção) cometidos por PMs em serviço. A investigação continuou sendo feita por um IPM.
- A Lei Hélio Bicudo estabelece que, além do julgamento dos homicídios dolosos, a Justiça Comum também passará a julgar todos os demais crimes, como homicídio culposo (sem intenção), tortura, lesões corporais e crimes de responsabilidade. A investigação continua sendo feita por um IPM. Continuará sob competência da Justiça Militar o julgamento dos crimes de formação de quadrilha e extorsão.
- A lei ainda precisa ser aprovada no Senado e sancionada pelo presidente Fernando Henrique.

03-03

Nº DOCUMENTO 9708450
TITULO Seis países definen política conjunta de la Amazonia
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 24-5-97
VINCULACIONES 507482
AMAZONIA
11399
66960
507480
COLOMBIA
PERU, VENEZUELA

16757

U FOXBT 05-24 00201
mun exa

AMAZONIA SEGURIDAD
EJERCITOS Y DIPLOMACIAS SEIS PAISES DEFINEN POLITICA CONJUNTA

Brasilia, 23 may (EFE).- Militares y diplomáticos de Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Perú y Venezuela buscarán el próximo mes en Brasilia definir una política de seguridad conjunta de la Amazonia, informó hoy el secretario general del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil, Sebastiao do Rego Barros.

La cita, fijada para finales de junio en Brasilia, tiene previsto coordinar las diferentes alternativas nacionales de seguridad que se desarrollan en la zona para combatir el narcotráfico y a los grupos guerrilleros que operan en la zona, detalló el diplomático brasileño.

Rego Barros añadió que Brasil explicará a los militares y diplomáticos de los países asistentes a la cita detalles del Sistema de Vigilancia de la Amazonia (Sivan), un vasto proyecto de radares y otros recursos técnicos adquiridos por Brasil para desvirtuar sospechas de espionaje colectivo.

"Varios de esos países ya han manifestado su interés de ser usuarios del Sivan, y Brasil aclarará que no se trata de un sistema agresivo ni de espionaje en las otras naciones, sino que ellas pueden también utilizarlo, no sólo en tareas de seguridad, sino también en el área de meteorología", recalcó. EFE

Ar/fp/nd

05/24/01-55/97

DOC. CLARO

Nº DOCUMENTO 9708451
TITULO Comienza instalación del SIVAM.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 21-5-97
VINCULACIONES 507482
11163
SIVAM
AMAZONIA
13065

RADARES

Sivam começa a ser implantado

21/5

❑ **Rio** – As instalações do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam) começam a ser construídas este mês. A previsão é do major Marco Antônio Ribeiro, representante do Sivam, que assinou ontem um convênio de prestação de serviços com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo Ribeiro, o início da implantação do Sivam vai ser possível com a liberação de duas cartas de crédito de R$ 104 milhões, financiados pelo Eximbank e pelo governo sueco.

Doc. OSCURO

01- 04

9708451

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA 150734
FECHA DE PROCEDENCIA 21-5-97.
VINCULACIONES

RADARES NA SELVA

Construção de instalações do Sivam será iniciada

ESP 21/5

Obras terão tecnologia especial para proteger equipamentos contra corrosão

GUSTAVO ALVES

RIO — As instalações do Sistema de Vigilância e Controle do Espaço Aéreo da Amazônia (Sivam) começam a ser construídas ainda este mês. A previsão é do major-brigadeiro Marco Antônio Ribeiro, representante do Sivam e do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (Ciscea), que assinou ontem um convênio de prestação de serviços com a Fundação Coppetec da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe), no Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com Ribeiro, o início das instalações do Sivam vai ser possível porque serão liberadas duas cartas de crédito, cujo valor é de cerca de R$ 104 milhões, financiados pelo Eximbank e pelo governo sueco. "As cartas fazem junção entre o contrato de financiamento e o comercial."

Pelo convênio assinado ontem com o diretor do Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, a fundação vai prestar assessoria técnica nas áreas de proteção e combate à corrosão de equipamentos, sistemas de aterramento de estruturas e fundações de obras civis nas áreas determinadas pela Aeronáutica.

A diretora da Fundação Coppetec, Ângela Uller, disse que o trabalho é necessário pelas diferenças de clima na Amazônia porque os equipamentos, que foram todos importados, não estão preparados para resistir ao clima tropical.

Segundo Ângela, na Região Amazônica há a maior concentração de descargas elétricas do planeta. "Desenvolvemos um software exclusivo para protejer aterramentos e equipamentos nessas condições extremas".

Oficialmente, o convênio de R$ 2,7 milhões foi firmado com o Ciscea, mas a tecnologia da Coppe poderá ser aproveitada em outros projetos na Amazônia, como o Sivam e o gasoduto planejado pela Petrobrás. O prazo de validade do convênio será de 40 meses.

FORÇAS ARMADAS

Instalação do Sivam só depende de bancos

ESP 10-5-97

Sílvio Ricardo Ribeiro - AE—2/1/95



Lôbo: antecipação de 5 radares

Aeronáutica aguarda apenas assinatura do contrato do BB com o Eximbank dos EUA

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — Depois de resolver as pendências judiciais que atrasaram a assinatura dos contratos em mais de dois anos, o governo deverá finalmente começar a instalar no final do mês o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Para dar início aos trabalhos, os técnicos do Ministério da Aeronáutica aguardam apenas a assinatura de documentos contratuais entre o Banco do Brasil e o Eximbank dos Estados Unidos, o principal financiador do projeto.

Este ano, a Aeronáutica pretende preparar os projetos de edificações, o levantamento das condições onde serão instaladas as diversas representações do sistema e dar início ao desenvolvimento do software e da produção dos equipamentos de telecomunicações e de aeronaves.

Áreas críticas — O Ministério da Aeronáutica, comandado pelo brigadeiro Lélio Viana Lôbo, decidiu antecipar a instalação de cinco radares na Amazônia, com o objetivo de aumentar o controle sobre determinadas áreas consideradas críticas na região. Os radares, originalmente destinados à região Nordeste, foram distribuídos nas cidades de Manaus, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; em Boa Vista, em Roraima; e em Belém, no Pará. A previsão era de que estes radares só seriam instalados dentro de três anos.

No ano que vem, começarão a ser realizadas obras civis em Brasília e Manaus. Também em 1998, deverão ser entregues os primeiros equipamentos. Em 1999, serão concluídas as obras civis em Manaus e Brasília e, em seguida, iniciadas as instalações dos equipamentos nestas duas cidades. No ano 2000, será concluído o desenvolvimento do software e as obras começarão a ser feitas em Porto Velho e Belém. No ano 2001, serão finalizadas as obras em Porto Velho e Belém e iniciadas as instalações dos equipamentos na região. A partir daí, o Ministério da Aeronáutica promoverá a integração das áreas de Manaus, Brasília, Porto Velho e Belém.

> **OBRAS EM MANAUS DEVEM COMEÇAR EM 1998**

Para garantir o cumprimento deste cronograma, o Tribunal de Contas da União (TCU), segundo relatório apresentado em março, determinou ao governo que tome medidas para incluir o projeto Sivam no Plano Plurianual. Nesse relatório, o TCU considerou satisfatórias as explicações da Aeronáutica para as alterações promovidas no projeto — denunciadas pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) — e aprovou o Sivam.

Em relação ao projeto inicial, a Aeronáutica reduziu o número de radares primários de 14 para 7, uma vez que 5 deles já estavam sendo instalados antecipadamente, com recursos da própria Força Aérea. Para compensar, no entanto, foi ampliado o número de estações de radar fixo, de 4 para 7. O número de radares transportáveis não foi alterado, permanecendo em seis unidades. Dessa forma, o projeto terá 25 radares, contra os 24 previstos inicialmente.

No total, a redução de preços proveniente dessas alterações foi de US$ 24 milhões. Os recursos, de acordo com informações do ministério enviadas ao TCU, serão destinados a equipamentos. Além de radares, o Sivam prevê a instalação de centrais de comutação, sistema gerenciador de rede, estações meteorológicas e uma estação central para concentrar o controle sobre todas as demais. O preço total do projeto Sivam, sem os juros do empréstimo, será de US$ 1,395 bilhão.

03

SIVAM ZH 10 MAYO 1997

Governo instala os radares

❑ **Brasília** – Depois de resolver as pendências judiciais que atrasaram a assinatura dos contratos em mais de dois anos, o governo deverá finalmente começar a instalar no final do mês o Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam). Para dar início aos trabalhos, os técnicos do Ministério da Aeronáutica aguardam apenas a assinatura de documentos contratuais entre o Banco do Brasil e o Eximbank, dos Estados Unidos, o principal financiador do projeto. Este ano, a Aeronáutica pretende elaborar os projetos de edificações, o levantamento das condições onde serão instaladas as representações do sistema e dar início ao desenvolvimento do software e à aquisição dos equipamentos de telecomunicações e aeronaves. O Ministério da Aeronáutica decidiu antecipar a instalação de cinco radares na Amazônia, para aumentar o controle sobre áreas críticas. Os radares, originalmente destinados ao Nordeste, foram distribuídos em Manaus, Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, em Boa Vista, Roraima, e em Belém, no Pará. Esses radares só seriam instalados dentro de três anos.

DOCUMENTO 9708452
TITULO Pte. Cardozo visita Uruguay
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 22-5-97
VINCULACIONES 507482
11851
507466
11164
11399

Brasil quiere revisar el secreto bancario uruguayo

El gobierno brasileño propuso que los países del Mercosur enfrenten "con realismo" los problemas relativos a la aduana paraguaya y el secreto bancario uruguayo, en el marco de la 31ª Asamblea del Centro Interamericano de Administradores Tributarios de la región.

"Existen problemas en esas dos áreas. Es algo que debemos colocar en la mesa y discutir con realismo", destacó el titular de la Receita Federal de Brasil, Everardo Maciel.

El funcionario brasileño adelantó además que las autoridades tributarias de los países del Mercosur se reunirán el mes próximo en Brasilia para comenzar a armonizar las leyes impositivas de los cuatro países del bloque.

Estos jerarcas se reunirán en junio próximo para "elaborar un programa de acción permanente y comenzar la armonización tributaria" del Mercosur, aseguró Maciel.

El titular aduanero brasileño estimó que "no será difícil" comenzar a armonizar las leyes impositivas entre Brasil y Argentina, aunque aclaró que la tarea "será más problemática" respecto a Uruguay y Paraguay.

LR 22/5

Doc. Poco Legible.

01 - 51

9708452

Britto descansa por dois dias

24 5-3

O convite para acompanhar o presidente Fernando Henrique Cardoso em sua viagem oficial ao Uruguai e o feriado de 1° de maio propiciaram ao governador Antônio Britto um descanso de dois dias em uma das cidades que mais aprecia: Montevidéu. Acompanhado apenas de seu ajudante-de-ordens, Britto desembarcou no aeroporto de Carrasco, na quinta-feira, disposto a curtir até a tarde de ontem o clima, a beleza e a gastronomia da capital uruguaia. Além de Britto, integra a comitiva presidencial o governador de Sergipe, Albano Franco.

Nos últimos encontros entre chefes de Estado dos países do Mercosul, o Itamaraty – responsável pela programação do presidente no Exterior – tem tido a preocupação de convidar também governadores das regiões Norte e Nordeste. A intenção é tentar derrubar a idéia de que o Mercado Comum do Sul está mais voltado aos Estados do Sul e Sudeste.

Depois de ter enfrentado longos 10 minutos de tensão dentro do avião em razão de um temporal, na quinta-feira à noite, Britto deu início às suas reduzidas férias. Hospedado no Victoria Plaza, o melhor hotel de Montevidéu e onde encontra-se a comitiva presidencial – com exceção do presidente e da primeira-dama, Ruth Cardoso –, Britto aproveitou as manhãs de sexta-feira e sábado para caminhar nas "ramblas" da capital uruguaia. Os seis quilômetros e meio de calçadão à beira do Rio da Plata foram percorridos em uma hora.

Quando está em Montevidéu, um dos locais que o governador do Rio Grande do Sul mais gosta de visitar é a Fortaleza de Cerro, de onde se tem uma das mais belas vistas da cidade. No primeiro dia de feriadão, Britto optou por visitar o Shopping Punta Carretas, onde comprou um CD e dois livros. No sábado, almoçou no Mercado do Porto, local que aos finais de semana fica abarrotado de turistas. Lá Britto saboreou, durante o almoço, carnes grelhadas (lingüiça, rim, vazio e matambre), queijo derretido, morrones (um tipo de pimentão), cerveja e, de sobremesa, uma cassata de creme e chocolate.

Uruguay y Brasil se comprometen con el diálogo

Los presidentes de Uruguay y Brasil suscribieron en la víspera una declaración conjunta en la cual subrayaron que ante el actual escenario internacional, político y económico, coinciden en "la importancia de un diálogo permanente de alto nivel, con vistas a la concertación de posiciones de los dos países en el tratamiento de temas de interés común en los principales foros internacionales".

Esto se suma a que en las conversaciones mantenidas, Sanguinetti y Cardoso "enfocaron temas de actualidad internacional; analizaron la marcha del proceso de integración del MERCOSUR; intercambiaron informaciones sobre la evolución de la coyuntura política y de los programas económicos de sus respectivos países y repasaron, en profundidad, los principales temas de la agenda bilateral. Coincidieron en continuar el intercambio de informaciones entre los dos países sobre políticas públicas".

De acuerdo con la declaración, el análisis del proceso de integración subregional tuvo resultados satisfactorios para ambos presidentes, debido a "los progresos que vienen siendo alcanzados en el perfeccionamiento y consolidación del MERCOSUR" y "reafirmaron la voluntad de los dos gobiernos de profundizar el proceso de integración con vistas a que sean alcanzados los objetivos previstos en el Tratado de Asunción de 1991".

■ ESTABILIDAD ECONOMICA

En tal sentido, coincidieron "en que la estabilidad económica de cada socio es fundamental para la prosperidad de los demás" y "a medida que avanza el proceso del MERCOSUR, se torna prioritario desarrollar procedimientos de diálogo y coordinación, con vistas al establecimiento de criterios y políticas comunes en un número creciente de áreas y sectores".

El tema de la crisis reciente provocada por las medidas brasileñas que afectan las exportaciones uruguayas y de los otros socios hacia ese mercado fue tocado, aunque sin una especificación clara, al señalar la declaración que "es igualmente importante anticipar y prevenir situaciones de desequilibrio coyuntural, así como propiciar la resolución de eventuales divergencias".

Tras reafirmar el compromiso democrático del MERCOSUR, Sanguinetti y Cardoso destacaron la relevancia del Tratado de la Cuenca del Plata y el proceso de transformación del FONPLATA en el Banco de Desarrollo del MERCOSUR, y reiteraron "el innegable significado para la región de la Hidrovía Paraguay-Paraná, que permite la salida al Océano Atlántico de las riquezas en su área de influencia, en el corazón de América del Sur".

■ PERFECCIONAR INSTRUMENTOS

Del mismo modo, destacaron el perfeccionamiento de los instrumentos de cooperación, así como el alto nivel de las relaciones bilaterales. Y enfatizaron en la necesidad de "hacer aún más intensos y fluidos los canales de comunicación entre las autoridades de los dos países, con vistas a asegurar la mejor coordinación posible en la ejecución de los proyectos bilaterales".

Adicionalmente, "registraron con satisfacción, los trabajos y proyectos que vienen siendo desarrollados conjuntamente por instituciones de ambos países, bajo la coordinación de la Comisión Mixta Uruguayo-Brasileña de Desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merim, en particular el relevamiento batimétrico de la misma, la evaluación de los recursos pesqueros de la Cuenca y el monitoreo de la calidad de las aguas". También coincidieron "en la necesidad de analizar la factibilidad del Eje Hidroviario Laguna Merim-Canal de San Gonzalo, con vistas al desarrollo del transporte fluvial y la complementación del sistema global de transporte entre ambos países".

■ NUEVA INTERCONEXION

Paralelamente, ratificaron la decisión de continuar con los estudios de factibilidad de las obras "para una interconexión de gran porte entre los sistemas eléctricos de los dos países, con la participación de la iniciativa privada. En este sentido, se firmó durante la visita de Estado el Memorándum de Entendimiento sobre Interconexión de Extra-Alta Tensión, estableciendo un plazo de 180 días para que el Grupo de Trabajo Binacional defina las características básicas de un futuro contrato para el intercambio de energía eléctrica".

De igual manera, reafirmaron la prioridad de la interrelación de los sistemas viales a partir de las redes existentes en los dos países y declararon "su plena coincidencia en cuanto a la importancia de construir ejes viales en el MERCOSUR, que pasen por territorio uruguayo y su interés en profundizar, en cada país, los estudios para abordar el proceso licitatorio conducente a la gestión de los corredores por el régimen de concesión pública".

Por último, ratificaron la cooperación ambiental que viene siendo desarrollada por ambas naciones, especialmente los trabajos conjuntos sobre el diagnóstico ambiental de la región de Candiota y el perfeccionamiento técnico del actual sistema de monitoreo.

LR 3-5

FEUU vs Cardoso

Estudiantes universitarios enfrentan al rector y manifiestan contra la política económica del Jefe de Estado brasileño

La FEUU realizará una protesta como expresión de rechazo a la política del gobierno brasileño, cuando el presidente de ese país, Fernando Henrique Cardoso, brinde una conferencia en el Paraninfo de la Universidad de la República el próximo lunes.

Una resolución de la FEUU criticó la decisión del rector Jorge Brovetto de prestar el Paraninfo al presidente Cardoso sin consultar al orden estudiantil y el gremio estudiantil solicitará leer una declaración frente al mandatario. En esa declaración se expresará la protesta uruguaya por la política de Cardoso hacia el movimiento de los "Sin Tierra", la represión policial, la política de privatizaciones y la instrumentación de una nueva ley de educación en el país norteño.

El Consejo Federal, máximo órgano de discusión de la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU), decidió en su última reunión que sus principales dirigentes deberán hablar con el rector Brovetto para que les explique porqué decidió prestar el Paraninfo sin consultar a los órdenes.

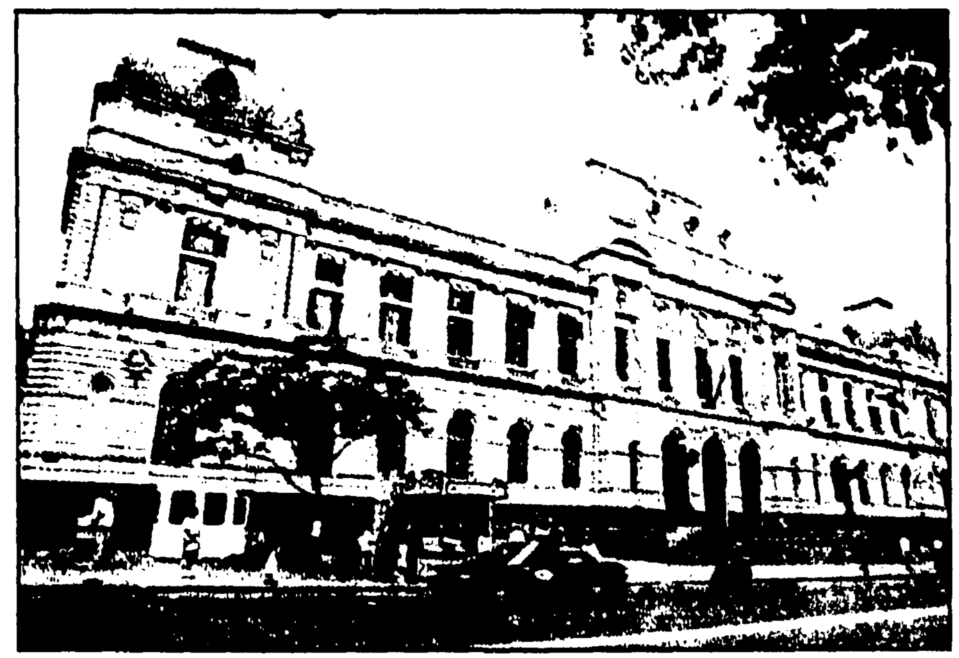
También resolvió que agotará todas las posibilidades para que un dirigente estudiantil lea una declaración frente al presidente Cardoso sobre los diferentes temas que acosan a los habitantes de Brasil.

Esa declaración de la FEUU también tocará aspectos como política de privatizaciones llevadas adelante por el gobierno de Cardoso y la instrumentación de una nueva ley de educación que "viola la autonomía" de las universidades brasileñas en detrimento de la educación pública superior de ese país.

Gastón Cossia quien es presidente de la Asamblea General del Claustro y representante estudiantil en el Consejo Directivo Central, indicó que el Paraninfo es un lugar claramente identificado como universitario donde se discuten e intercambian ideas. "No es un ámbito donde se deba escuchar una opinión sin posibilidad de un debate u oposición de ideas. Por lo tanto, la presencia de los dignatarios de los distintos países del mundo tienen que ser acordes al intercambio de opiniones", añadió.

❑ Pancartas y movilizaciones

Cossia, expresó a **LA REPUBLICA** que no concurrirá a la conferencia del presidente Cardoso en rechazo a la decisión de las autoridades universitarias de otorgar el Paraninfo en forma inconsulta.



Estudiantes universitarios protestan contra decisión del rector Brovetto de recibir al presidente brasileño en el Paraninfo.

"Creemos que al Paraninfo pueden concurrir figuras internacionales y nacionales. Nos honra la visita del presidente Cardoso, pero los órdenes universitarios deben saber que se le prestará un ámbito de nuestra casa de estudios.

El Federal de la FEUU también resolvió realizar algún tipo de actividad de apoyo al movimiento de los "Sin Tierra" y en recuerdo de los 19 muertos de ese movimiento en el correr de este año. Además se colocarán pancartas en distintos lugares de la Universidad sobre los temas más candentes de la actualidad brasileña.

04

DIPLOMACIA

Uruguaios recebem FH com expectativa

O presidente chegou ontem a Montevidéu e cumpre uma extensa agenda, que inclui palestra em universidade

DIONE KUHN ZH 5/5
Enviada Especial / Montevidéu

As bandeiras do Brasil e do Uruguai colocadas em pontos estratégicos de Montevidéu mostram a importância dada pelo governo vizinho à visita do presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciada ontem, às 17h30min. FH e sua comitiva foram recebidos no aeroporto de Carrasco pelo chanceler uruguaio Álvaro Ramos e seguiram direto para a residência da embaixada do Brasil. O único compromisso do dia foi um jantar oferecido pelo presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, na residência presidencial de Suárez. Acompanham Fernando Henrique e a primeira-dama, Ruth Cardoso, cinco ministros e 13 empresários, entre os quais o presidente da Federasul, Dagoberto Lima Godoy.

Além da decoração das ruas e avenidas principais, o prédio da embaixada brasileira recebeu retoques finais no sábado para receber Fernando Henrique. O fim de semana também foi de limpeza na Universidade da República, principalmente no anfiteatro de 416 lugares, local escolhido para a palestra que o presidente fará aos catedráticos. A equipe do Palácio do Planalto, que analisou todo o roteiro por onde FH e Ruth Cardoso passarão, só não gostou do acesso ao anfiteatro. O presidente vai entrar por um jardim interno da universidade que está tomado por cavaletes, cimento e areia.

Um grupo de estudantes de correntes políticas consideradas radicais planeja uma mobilização contra a política econômica dos dois governos, mas o reitor da universidade, Jorge Brovetto, avisou que não vai permitir a entrada de alunos no local da palestra. Algumas faixas contendo reivindicações como emprego e melhores salários, colocadas no feriado de 1º de maio por sindicalistas, ainda estavam ontem espalhadas pela cidade.

A agenda do presidente começa oficialmente hoje com uma cerimônia de chegada. Em seguida, FH se reúne com Sanguinetti no gabinete do palácio do governo. Depois, visita a Suprema Corte de Justiça e o Palácio Santos, sede do Ministério das Relações Exteriores. O almoço será com os maiores empresários do Uruguai, na Associação de Dirigentes de Marketing.

As ruas e avenidas principais foram decoradas com bandeiras dos dois países vizinhos

O discurso de Fernando Henrique tem sido aguardado com expectativa pelo setor empresarial, que espera ouvir da boca do presidente as medidas a serem adotadas para facilitar a instalação de indústrias uruguaias no Brasil.

À tarde, FH se reunirá na residência da embaixada do Brasil com o reitor da Universidade Católica, manterá audiência com o vice-presidente do Uruguai, senador Hugo Batalla, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Baraibar. O principal discurso de sua visita ao Uruguai será feito no Palácio Legislativo para os 31 senadores e 99 deputados uruguaios. A agenda termina com a aula na universidade e um jantar oferecido por Sanguinetti no Museu Nacional de Artes Visuais. A visita de FH se encerra no final da tarde de amanhã, em Rivera, cidade que faz fronteira com Santana do Livramento.

05

■ FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EN EL PARANINFO DE LA UNIVERSIDAD

Quejas por académicos que lo critican

El jefe de Estado de Brasil planteó como requisito indispensable para los políticos el manejo del conocimiento para tener un desempeño responsable

El presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, se quejó de los sectores académicos que lo critican y manejan conceptos del pasado sin tener en cuenta las transformaciones de la sociedad, y planteó como requisito indispensable para los políticos el manejar del conocimiento para tener un desempeño responsable.

En una conferencia magistral que dictó ayer en el Paraninfo de la Universidad de la República, ante legisladores, ministros, académicos, decanos y autoridades nacionales y brasileñas, Cardoso contó su proceso de maduración desde el punto de vista académico y político. El mandatario brasileño es un reconocido sociólogo autor de la *Teoría de la Dependencia* que marcó el pensamiento latinoamericano en la década de los años de 1960.

En la conferencia, cargada de referencias a corrientes de pensamiento y sus autores, Cardoso

La FEUU no manifestó contra Cardoso pero le envió una carta a través de Brovetto

dijo que actualmente se queja de la academia en el sentido de que está "todavía muy limitada por una visión que es estática, de la relación entre el quehacer y el pensar, y que cuando intentan pensar –no me refiero a todos– frecuentemente el pensamiento es vacío. O bien está basado en categorías que ya no explican los procesos presentes, o entonces hacen los peor, a nombre de la pureza académica introducen ideología y no entienden nada, y son inútiles para la acción".

"Yo les digo ¿por qué no crean algo nuevo? ¿Por qué me critican a veces a mí poniéndome etiquetas que no correspondían ni a los hechos? Pueden criticar, incluso proponer otra política, pero primero hay que tener la noción más concreta, científica, de los cambios que se están procesando, de qué es lo que está emergiendo", agregó.

El mandatario brasileño afirmó que "no se puede hacer la transformación, la utopía, si no se tiene la capacidad de conocer algunos mecanismos que apuntan hacia posibilidades. Si la utopía se vuelve regresiva, si se plantea como valor algo que no tiene asidero, que se vuelve sencillamente una visión deformada de un pasado que se murió, de ahí no sale ni conocimiento ni acción política para la transformación".

Cardoso expresó que con su análisis no intenta justificarse ahora que es presidente de la República, y afirmó que hay que



"tener el coraje de reconocer académicamente los cambios que ocurrieron".

Señaló como los ejes de cambio a las transformaciones en el modo de producir, en la comunicación y en la forma de movilización. "Ya es verdad lo de la aldea global", dijo, pero manifestó que "no se va a marchar hacia la uniformización, sino que va hacia un valor creciente de la especificidad y ahí entran los valores de la cultura".

En este marco, el presidente brasileño dijo que "en las sociedades que se están formando, difícilmente habrá una acción política consecuente, responsable, si no es a la vez 'iluminada', o sea, que tiene conocimiento". Agregó que quizás sea necesario para el ejercicio del mando, más conocimiento y simultáneamente, cada vez menos será justificable, teniendo el conocimiento, callarse, no decir qué hacer y no asumir la responsabilidad".

Cardoso al finalizar agradeció la invitación a conferenciar en la Universidad porque dijo que disfruta volver a los ámbitos académicos cada vez que le es posible. Especialmente en el caso de Uruguay, según dijo, porque este país "siempre ha estado en nuestro continente entre los dos que estaban al frente en materia educativa, y el otro no era Brasil", señaló.

■ **ANÁLISIS.** El presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, hizo un análisis de las relaciones y tensiones entre la vida académica y la política y bregó por una síntesis de ambas para la transformación de la sociedad.

"SINGULAR MAESTRO"

Previamente, el rector Jorge Brovetto se refirió al presidente Cardoso como un "singular maestro, un pensador de la sociología y las ciencias políticas latinoamericanas y a un hombre profundamente comprometido con las causas democráticas como su propia vida lo atestigua".

Contrariamente a lo que se había anunciado, en la oportunidad no hubo manifestaciones de rechazo de parte de integrantes de la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay, que sin embargo le pidió al rector que le entregara al mandatario visitante una carta en la que en un tono respetuoso le señalan sus discrepancias con la política que aplica en su país.

■ EL MANDATARIO VISITANTE COMPARÓ A URUGUAY CON EL HIJO PREFERIDO

Sanguinetti lo identificó con el progreso

Para el presidente uruguayo, Cardoso es el responsable de la construcción de un país de estabilidad, vigoroso y dinámico

El presidente Julio Sanguinetti aseguró ayer que su colega brasileño, Fernando Henrique Cardoso, representa el "progreso" y al Brasil "nuevo, vigoroso y dinámico" y sostuvo que el actual mandatario norteño ha construido un país de estabilidad.

Sanguinetti realizó esas afirmaciones durante la cena oficial que se llevó a cabo anoche en el Museo de Artes Visuales del Parque Rodó con la presencia de líderes políticos y el cuerpo diplomático. En la cena se hicieron presentes varios de los líderes políticos con los que se había reunido personalmente en la tarde. Durante la jornada, en efecto, mantuvo encuentros bilaterales con el ex presidente Luis Alberto Lacalle, con el presidente del Directorio blanco, Alberto Volonté; con el secretario general del Partido Colorado, Hugo Fernández Faingold; con el presidente del Frente Amplio, Tabaré Vázquez, y con el líder del Nuevo Espacio, Rafael Michelini. El mandatario también se reunió con el rector de la Universidad Católica, el padre José Luis Mendizábal

Durante la cena de anoche, Sanguinetti recordó los "tiempos de los temores; ha pasado el mundo de las hegemonías, de las políticas pendulares, todo ello ha quedado felizmente en el pasado. Hoy tenemos una política transparente de colaboración y cooperación, de un firme proceso de integración". Agregó que "Brasil ya no es el país de futuro, es una de las grandes realidades de América y del mundo y de América Latina también". "No es lo mismo –enfatizó Sanguinetti– el Brasil de la democracia que preside usted y el Brasil que tuvo sus accidentes y sus dictaduras. No es lo mismo el país de la estabilidad que usted ha construido, que aquel país de la inestabilidad. No es lo mismo aquel Brasil clásico de las inequidades sociales con el Brasil de hoy que baja la mortalidad infantil de un modo drástico, que comienza a producir cambios decisivos en la distribución de la renta, que muestra un panorama social distinto, mostrando sí que la economía no sólo es crecimiento". "Esto es

Cardoso dijo que de sus 10 vecinos, Uruguay es el que toca más de cerca a Brasil

progreso –continuó el mandatario uruguayo–; yo siento que éste es el progreso, es lo que usted representa hoy para todos nosotros, lo que representa este Brasil nuevo, vigoroso, dinámico, con el cual hemos comenzado esta aventura. En el año 1985 –recordó– comenzamos con el presidente Sarney los primeros contactos de expansión comercial, luego eso tiene la gran culminación en la firma del Mercosur con el presidente Lacalle y luego se ha continuado felizmente este proceso de integración".

CARDOSO

En el primer discurso en portugués, Cardoso destacó el espíritu de libertad y creatividad de los uruguayos y afirmó que el Mercosur está destinado a trascender más allá de lo económico.

"Brasil –dijo– es un país que tiene una frontera inmensa, tenemos 10 vecinos con los que nos llevamos bien, pero es como mi familia que trata de igual modo a todos los hijos, aunque siempre hay uno que se quiere un poquito más; en el caso de los 10 vecinos, Uruguay es, de todos ellos, el que nos toca más de cerca". Resaltó la comunidad de ideas entre los dos países y la relación fronteriza "que forman una identidad sin paralelo, creo, en la historia".

VISITA DEL PRESIDENTE DE BRASIL

■ EL VICEPRESIDENTE EXHORTÓ A EVITAR MEDIDAS QUE AFECTEN AL PROCESO DE INTEGRACIÓN

Batalla pidió respeto a los compromisos

El mandatario de Brasil destacó los lazos de amistad con Uruguay pero declinó pronunciarse sobre los problemas surgidos con las restricciones a las importaciones



En su discurso ante la Asamblea General, el presidente Fernando Henrique Cardoso subrayó los lazos de amistad entre ambos países y las bondades de Uruguay -"un brasileño se siente encantado aquí"- pero declinó pronunciarse sobre los problemas en el Mercosur por las medidas de restricción a las importaciones que adoptó Brasil. Sin embargo, Cardoso fue largamente aplaudido por los legisladores.

El vicepresidente Hugo Batalla sí aludió a los problemas con Brasil y, aunque sin nombrarlos e[illegible]amente, dijo que se deberían "evitar decisiones que puedan aparecer afectando la credibilidad del proceso (del Mercosur) y comprometiendo su funcionamiento".

En el palco de invitados se sentaron el ex presidente Jorge Pacheco Areco, el titular del Directorio del Partido Nacional, Alberto Volonté, y el ex presidente del Frente Amplio, Líber Seregni. También estaban el secretario de la Presidencia, Elías Bluth, los ministros Didier Opertti (Interior) y Lucio Cáce[illegible] Transporte) y los comand[illegible]s en jefe del Ejército, la Armada y la Fuerza Aérea.

> *Cardoso insistió en que las negociaciones se hagan bajo regímenes democráticos*

Recordando a José Enrique Rodó, Cardoso dijo: "La democracia cambió los destinos" de América Latina. "La misma lucha ancestral entre el espíritu de Ariel y el genio de Calibán se desató en América a lo largo de este siglo, oponiendo la democracia y el autoritarismo, y se desata todavía hoy oponiendo la modernidad y progreso social a las fuerzas del conservadurismo y del privilegio", indicó.

Cardoso insistió en la necesidad de que las negociaciones entre países se realicen bajo regímenes democráticos.

Sobre el Mercosur, dijo que es un proyecto "ambicioso y realista" y que es una "prioridad absoluta" de la política exterior brasileña.

"Es la piedra angular sobre la cual estamos construyendo la modernidad necesaria para enfrentar los desafíos y riesgos de la llamada globalización de la economía mundial y para mejor aprovechar las oportunidades que ella genera", sostuvo.

Indicó que los países del Mercosur deben llevar una posición común a la reunión del ALCA (Area de Libre Comercio para las Américas) que se realizará a partir de la próxima semana en Belo Horizonte, Brasil, sobre las negociaciones con los demás países de la región.

Escuchado atentamente por los legisladores, el presidente brasileño sostuvo también que la integración regional no puede limitarse a una discusión sobre aranceles, y consideró que se debe fortalecer al Mercosur frente a los demás países del continente.

"RESPETO DE COMPROMISOS"

En su discurso de bienvenida a Cardoso, Batalla dijo que el hecho de que se reconozca que el proceso de integración regional iba a tener "obstáculos y malentendidos" entre los socios comerciales "no significa que no debamos poner todo nuestro empeño en la tarea común de contribuir a la mejor conformación y desenvolvimiento del mecanismo que hemos creado".

> *Batalla reclamó el mayor empeño para cumplir con los compromisos asumidos*

En alusión a las restricciones de las importaciones adoptadas por Brasil, Batalla sostuvo que "todos deberíamos evitar decisiones que puedan aparecer afectando la credibilidad del proceso y comprometiendo su funcionamiento".

"El pleno respeto de los compromisos asumidos nos parece, pues, una condición indispensable para reforzar institucionalmente el proceso de integración, así como fortalecer su credibilidad. Al mismo tiempo, somos conscientes que determinadas circunstancias, tanto de índole interna como externa, pueden obligar a algún Estado parte a adoptar medidas excepcionales para salvaguardar ciertos objetivos de política en materia económica", agregó Batalla.

El vicepresidente, dijo que "debemos procurar que dichas medidas de ninguna manera afecten los objetivos y funcionamiento del Mercosur". Batalla dijo que hay "dos criterios fundamentales" que los socios del Mercosur deberían adoptar para evitar problemas. En primer lugar, un procedimiento de consulta previa entre los estados parte para acordar las medidas correspondientes; en segundo término, exonerar a los socios del Mercosur de cualquier medida que fuera aplicada para superar situaciones de inestabilidad o desequilibrio interno.

LAS FRASES



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

■ *"Un brasileño se siente encantado aquí"*

■ *"La misma lucha ancestral entre el espíritu de Ariel y el genio de Calibán se desató en América a lo largo de este siglo, oponiendo la democracia y el autoritarismo, y se desata todavía hoy oponiendo la modernidad y progreso social a las fuerzas del conservadurismo y del privilegio"*



HUGO BATALLA

■ *"Todos deberíamos evitar decisiones que puedan aparecer afectando la credibilidad del proceso y comprometiendo su funcionamiento"*

■ *"Debemos procurar que las medidas de ninguna manera afecten los objetivos y funcionamiento del Mercosur"*

Exhortó a buscar soluciones para las controversias

El presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, dio un claro impulso a la integración judicial al exhortar, durante su visita a la Suprema Corte de Justicia, a la búsqueda de formas que permitan solucionar las controversias entre los socios del Mercosur y lograr la convergencia de los ordenamientos jurídicos de los cuatro países en el mediano plazo.

"Gracias, juego al ajedrez político todos los días", dijo Cardoso cuando recibió de manos del presidente de la Suprema Corte de Uruguay, Milton Cairoli, el obsequio de un ajedrez tallado en piedra.

Un estilista de la palabra, el presidente brasileño logró hablar de solución de conflictos frente a las máximas autoridades de Uruguay, sin nombrar los conflictos que precisamente su país ha generado con la aplicación de medidas unilaterales.

"Ahora que estamos integrados debemos observar la dimensión jurídica de la integración: debemos buscar cómo solucionar nuestras controversias, buscar fórmulas creativas de convergencia de nuestros derechos, respetando siempre la independencia de los tribunales", manifestó Cardoso.

Cairoli, en tanto, no perdió la oportunidad para explicar la necesidad de un derecho comunitario. "Similar tarea tiene usted como presidente, y nosotros como agentes del derecho comunitario en los tribunales internos, hasta tanto no exista un organismo supranacional", dijo el jerarca.

Precisamente, Brasil es el único país del Mercosur que se opone a la creación de un tribunal de Justicia del Mercado Común, y la principal traba es nada menos que un impedimento constitucional.

De todos modos, Cardoso halagó a los ministros de la corporación con los mejores elogios que se le puede hacer a un sistema de justicia: "Vengo a esta casa que tiene el orgullo de la tradición jurídica de Uruguay y presencia en el Derecho Internacional. La justicia es la democracia y en esta casa se contribuye a la justicia y a la democracia".

"Ahora tenemos lo básico para hacer un proceso de integración, la democracia, y el respeto a la ley y a la justicia, así como la voluntad de nuestros pueblos", finalizó diciendo el presidente de Brasil.

VISITA DEL PRESIDENTE DE BRASIL

■ ALMUERZO CON EMPRESARIOS EN MEDIO DE LA POLÉMICA

Cardoso justificó la restricción comercial

Ante la cúpula empresarial, el mandatario explicó que las recientes medidas están dirigidas a asegurar la estabilidad de la economía brasileña y no dio señales de querer revisar el tema

POR OSCAR SOLÉ
de la redacción de EL OBSERVADOR

El presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, justificó la reciente adopción de restricciones a la financiación de importaciones y no dio señales de que la medida pueda ser revisada en el corto plazo.

Ayer, en su segundo día de visita oficial, Cardoso respondió críticas, ratificó su posición y restó dramatismo a la situación ante un auditorio donde se encontraba la cúpula empresarial del país.

Ironizando respecto a la importancia que tiene Brasil para el resto de las economías de la región, el mandatario advirtió que "peor es no poder exportar a Brasil", para inmediatamente aliviar a la concurrencia aclarando que "seguramente no va a pasar eso".

Cardoso cumplió una nutrida agenda, que se inició con la entrevista con el presidente Julio María Sanguinetti en el Edificio Libertad e incluyó su discurso en el almuerzo de trabajo organizado por la Asociación de Dirigentes de Marketing, donde respondió a empresarios y detalló la situación actual de la economía



Cardoso dejó entrever la esperanza de que, luego del 30 de julio, haya "una corrección"

brasileña. En esa oportunidad Cardoso enfatizó la necesidad de una mayor solidaridad entre los socios del Mercosur y dio tranquilidad de que en el horizonte brasileño no hay problemas.

PREGUNTAS Y RESPUESTAS

Daniel Soloducho, presidente de la Unión de Exportadores, le preguntó a Cardoso si no pensaba que iba "a contramano" de lo que era la filosofía del Mercosur con las recientes restricciones a las importaciones aplicadas por su gobierno. Tras aclarar que "el gobierno no adoptó ninguna restricción a las importaciones, las importaciones son libres", el mandatario brasileño dijo que "la medida busca evitar un arbitraje financiero de tasas de interés en beneficios de ciertos rubros internos en Brasil" y que, en caso de dañar a los exportadores del Mercosur, el próximo 30 de julio se buscará "una corrección".

Respecto a si los países del Mercosur están exonerados de la reciente extensión de esa medida a las importaciones pactadas a más de 365 días, Cardoso explicó que fue una circular del Banco Central, "a nivel burocrático".

"La decisión no pasó por mí. La información que obtuve esta mañana es que esto no alcanza a Mercosur. La decisión del gobierno es que no haya ningún daño y, si hubiera algún daño, yo lo cambiaré", agregó, lo que motivó que recibiera uno de los pocos aplausos de los presentes.

Posteriormente, el titular de la Cámara de Industrias, Diego Balestra, explicó que la gremial realizó recientemente una encuesta de la cual surge que el 46% de las empresas que exportan a Brasil verá reducidas sus ventas a ese mercado en un 38% y otro 25% no ha podido establecer las pérdidas.

"No ignoramos la importancia de la estabilidad de la economía de Brasil, pero tampoco que somos socios en el Mercosur y que la aplicación de estas medidas perjudican profundamente la economía uruguaya", dijo Balestra.

Luego de esta introducción consultó a Cardoso: "¿Cómo piensa usted reparar esta situación?"

Cardoso dijo que antes había que ver cuál es la situación real porque "por ahora son cálculos".

"LLORONES"

"Yo no voy a decir lo que me dijo el presidente Menem 'querido amigo, los empresarios lloran siempre' (risas), yo no sé si es siempre", ironizó Cardoso, para luego dejar en claro que nada va a cambiar hasta julio.

Tras afirmar que es necesaria una colaboración de los socios, con propuestas sobre otro tipo de medidas que no perjudiquen en alto grado el comercio regional, el visitante consideró que era "muchísimo" si se afectaba el 38% del total de las exportaciones uruguayas pero que "peor sería no poder exportar a Brasil... eso sí sería gravísimo. Seguramente no va a pasar eso".

El periodista Néber Araújo, encargado de transmitir estas consultas, tras el prolongado silencio preguntó: "¿no hay aplausos esta vez?" Algunos pocos se animaron y en ese instante Cardoso, ensayando nuevamente su tono irónico, expresó: "Yo pienso que todos quieren que Brasil vaya bien...".

Hoy Cardoso visitará Aladi, participará en un foro organizado por *El Observador* y Gazeta Mercantil, firmará convenios y viajará con Sanguinetti a Rivera.

Un gran alivio y una vaga promesa

El gobierno uruguayo obtuvo ayer dos pequeñas satisfacciones de parte de las autoridades brasileñas: la promesa de que se estudiará el caso de las empresas o sectores más gravemente afectados por la restricción comercial y la seguridad de que el Mercosur no está incluido en la extensión de esa medida a las financiaciones mayores a un año.

Ayer los ministros de Economía, Luis Mosca, de Industria, Julio Herrera, y de Turismo, Benito Stern, plantearon a su colega brasileño, Francisco Dornelles, la necesidad de eliminar el tope de los US$ 40.000 exceptuados de la restricción, para determinados productos particularmente sensibles de la exportación uruguaya

El gobierno considera que la restricción de importaciones dispuesta por Brasil impactará fuertemente "en los próximos dos meses, cuando los clientes brasileños comiencen a sustituir a sus habituales proveedores de Uruguay", dijeron a *El Observador* altas fuentes oficiales.

El ministro Dornelles se mostró dispuesto a estudiar la propuesta de Herrera, no obstante lo cual ratificó los argumentos esgrimidos por el gobierno brasileño para aplicar la cuestionada restricción. Dornelles se comprometió a analizar el planteo en profundidad, para "de ser posible" tener una respuesta cuando se realice la próxima reunión de ministros de Economía del bloque, prevista para la primera semana de junio.

Al término de la reunión, Herrera manifestó su satisfacción ante la confirmación de que la extensión de la restricción comercial no alcanza a Uruguay.

"El ministro me contestó que, en su concepto el Mercosur estaba exceptuado", dijo Herrera, quien agregó que "ahora estamos más tranquilos en relación al tema".

Análisis
HORACIO BAFICO

Podría haber sido peor

En su alocución de ayer en el almuerzo organizado por ADM, el presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, ratificó totalmente las medidas comerciales implementadas en su país, las que tanta preocupación causaran a sus socios del Mercosur.

Asumiendo plenamente el papel de líder que en el proceso de integración le cabe a Brasil, Cardoso manifestó irónicamente que lo peor que le podría pasar a los países de la región sería no exportar a la mayor economía sudamericana, lo que a su entender no va a suceder.

De las manifestaciones vertidas por el presidente Cardoso quedó bien claro que Brasil prioriza por sobre todas las cosas su propia realidad interna y que, ante determinados problemas concretos que se le presenten, no dudará en adoptar las medidas correctivas que más se ajusten a sus necesidades, aunque las mismas puedan lesionar los intereses de sus socios.

La economía brasileña representa el 70% del PBI del Mercosur, lo que le hace ejercer una gran influencia en toda el área. Disminuir tal dependencia incrementando el comercio con el resto del mundo, es el gran reto para los restantes países del bloque.

■ "ESTANDO JUNTOS ESTAMOS MEJOR", DIJO EL MANDATARIO VISITANTE

"El Mercosur es un imperativo histórico"

El presidente Cardoso buscó bajar la temperatura que provocaron las medidas de Brasil y calificó como prioritaria la relación de su país con Uruguay

Sin compromisos expresos, pero dejando entrever su decisión de adaptar las decisiones económicas de Brasil de modo que no afecten a sus socios del Mercosur, el presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, definió ayer la relación de su país con Uruguay como "prioritaria".

En el almuerzo organizado por la Asociación de Dirigentes de Marketing, y con frases como "estamos en el mismo barco y no hay otra vuelta", "estando juntos estamos mejor" y "el Mercosur es una necesidad, un imperativo histórico", Cardoso intentó calmar las tormentosas aguas levantadas por las últimas medidas brasileñas.

El mandatario visitante habló ante un público que desbordó la sala del complejo hotel Riviera, en la que se encontraba un amplio espectro de empresarios, líderes políticos de todos los partidos y miembros del gobierno de Uruguay.



Cardoso habló ante un nutrido grupo empresarial y los líderes políticos

Haciendo referencia a las últimas decisiones del Banco Central de Brasil, que despertaron preocupación en los socios del Mercosur y especialmente en Uruguay, Cardoso argumentó que a veces por "falta de experiencia en el nuevo escenario internacional, alguna decisión brasileña parece ser unilateral y quizá lo haya sido, pero no en función de querer dañar un interés ajeno sino en función del desconocimiento de quienes toman una decisión sin prevenir las consecuencias de la misma".

Para Cardoso la nueva realidad mundial sorprende también a los sectores burocráticos que "no tienen todavía la sensibilidad hacia la interrelación y la complementación necesaria". Siguiendo en el tema, el presidente de Brasil sostuvo que cuando ocurra algún "fenómeno como el reciente, el gobierno de Brasil tendrá siempre la capacidad de rehacer sus caminos para corregir eventuales daños que puedan producirse". Más adelante, el visitante subrayó la importancia de la creación de una comisión de coordinación de políticas macroeconómicas en el Mercosur, argumentando que "lo que pasa en un país quiérase o no va a a repercutir en el otro" y "lo mejor es tener la información".

IMPERATIVO HISTÓRICO

Tras reseñar que Brasil tiene 160 millones de habitantes y 750 mil millones de dólares de producto, Cardoso explicó que es normal que un país así "mire más hacia adentro que hacia afuera", al igual que lo hacen Estados Unidos, China e India.

No obstante, destacó la apuesta de su administración a que el país abra su economía y anunció que al respecto su objetivo es que Brasil se constituya en el año 2000 en el cuarto mercado consumidor mundial y el quinto en materia de producción.

"Un país que quiere esto no puede cerrarse, necesita abrirse con aliados firmes y eso es lo que representa para nosotros el Mercosur, una necesidad, un imperativo histórico", subrayó.

En relación a esta premisa manifestó su opción por la solidaridad para asegurar una relación que sea estable y porque en un proceso regional "no puede ganar una sola parte sino todos", y añadió que "cuando a uno le va mal pone en peligro al otro. Estamos en el mismo barco y no hay otra vuelta", destacó.

LA RELACIÓN BILATERAL

En materia de relaciones y refiriéndose específicamente a la bilateral, Cardoso sostuvo que el interés de Brasil por Uruguay se justifica "en que estando juntos estamos mejor". También destacó los logros de su administración en el abatimieto de la inflación, y aseguró que el problema de Brasil era que el gobierno se había "casado" con la inflación, al igual que lo había hecho la banca, "que si no estaba casada tenía una relación de profundo amor". "Y a veces –agregó– los amores laterales del matrimonio son más delicados".

Aseguró que la estabilización de la economía produce una sensación de desahogo para quienes viven de sus sueldos, pero les genera a los gobiernos la preocupación de buscar alternativas que puedan reemplazar el impuesto inflacionario. Según su opinión, la principal fórmula es el ajuste fiscal.

"Brasil necesita abrirse con aliados firmes y eso es lo que representa el Mercosur"

De todos modos, el presidente Cardoso se manifestó contrario a las políticas recesionistas argumentando que aunque el camino se haga más largo es fundamental apoyar el valor de la democracia y legitimarse con el apoyo social.

"No basta con tener mano dura en lo económico pensando que con eso lo otro se arregla solo", consideró Fernando Henrique Cardoso.

■ CANCILLER BRASILEÑO TAMBIÉN DESTACÓ IMPORTANCIA DEL MERCOSUR

Firman convenio dirigido a las empresas

Mediante el acuerdo se flexibilizan las condiciones que impone Brasil para la formación de empresas con capitales uruguayos

Los cancilleres de Uruguay y Brasil firmarán hoy un convenio de flexibilización empresarial, mediante el cual las empresas uruguayas que quieran instalar una oficina en el vecino país norteño no tendrán que realizar depósito alguno, contrariamente al trámite exigido hasta ahora.

De la misma manera que lo dispuesto por el convenio recientemente firmado entre Brasil y Argentina, Uruguay logró la suscripción de un acuerdo similar, adaptado a las necesidades locales.

Hasta el momento, aquellas empresas uruguayas que querían montar una oficina en Brasil, debían –según la reglamentación vigente– realizar un depósito de US$ 200.000 por cada integrante de la nueva firma. Otro aspecto de la normativa expresaba que el gerente general o el director debía ser brasileño.

Entre otras cosas, el convenio a firmar prevé que los plazos para obtener los permisos de instalación sean sensiblemente más cortos que los exigidos hoy en día.

En diálogo con *El Observador*, el director de Programación Comercial del Ministerio de Relaciones Exteriores, Octavio Brugnini, expresó que "se logró probarle a los brasileños que la cifra requerida era demasiado para los uruguayos".

El canciller de Brasil resaltó el crecimiento del comercio interregional

Ahora no hay ninguna exigencia de dinero –agregó Brugnini– sino que hay que probar que la empresa que quiere establecerse en Brasil cuenta en Uruguay con algún capital. Además, está establecido en el convenio a firmar que el gerente general puede ser uruguayo.

EL MERCOSUR ES PRIORIDAD

Ante un auditorio de empresarios uruguayos altamente sensibilizados por las recientes medidas y la incertidumbre planteada por las negociaciones entre los gobiernos, el ministro de Industria y Comercio brasileño, Francisco Dornelles, también expresó que el Mercosur es una "prioridad" para su país, y destacó el papel que tienen que cumplir los empresarios para fortalecer la integración, para finalizar diciendo que "Brasil y Uruguay deben ser un solo corazón".

En el transcurso de una reunión de empresarios brasileños y uruguayos, organizada por el Ministerio de Relaciones Exteriores, el funcionario norteño se mostró esperanzado en que los ministros de Economía encuentren una solución a la problemática originada por las recientes medidas brasileñas. Sobre la política restrictiva adoptada por Brasil, Dornelles señaló que las medidas se tomaron ante lo que calificó como un "dumping financiero", producido por prácticas exportadoras irregulares que atentaban contra la industria de su país.

Paradójicamente expresó que estas exportaciones no provenían de los países del Mercosur, a los que igual se comprendió dentro de las medidas. En su alocución hizo mención al crecimiento sustancial en el comercio intrarregional y específicamente entre Uruguay y Brasil, para luego destacar que lo que permitirá el Mercosur será el conocimiento entre los empresarios de ambos países así como la formación de empresas binacionales.

Rechazo de Affur a presencia del Presidente Cardoso

LJ 11 MAYO

Durante la semana, la visita del presidente de Brasil en nuestro país, generó reacciones encontradas. Mientras que en filas gubernamentales no se escatimaron elogios, desde filas empresariales y gremiales, las impresiones fueron diferentes. Las recientes medidas dispuestas por el gobierno encabezado por Fernando Henrique Cardoso relacionadas con las importaciones, perjudicando a sus «socios», generaron preocupación primero, y críticas después de buena parte de los empresarios uruguayos. Luego de finalizada la visita oficial, en algunos las interrogantes son mayores aún.

Por otra parte, y ante la presencia de Cardoso en el Paraninfo de la Universidad, la Asociación de Funcionarios de la principal casa de estudios, no se hizo presente, fundamentando su ausencia, a través de una nota enviada al Rector Jorge Brovetto, firmada por la presidente del gremio, María Cristina Díaz. En la nota, la dirigente plantea claramente las discrepancias que mantienen con la actual conducción del gobierno brasilero «que somete a las grandes mayorías a la postración y al desamparo; que impulsa políticas represivas contra los trabajadores sin tierras en medio del total repudio de los más amplios sectores del país hermano».

La nota expresa textualmente: «Por este intermedio hago llegar a usted mi decisión de no participar de la conferencia que pronunciará el Presidente de la República Federativa del Brasil Dr. Fernando Henrique Cardoso en el Paraninfo de la Universidad de la República, al cual fui invitada.

Los trabajadores y el pueblo brasileño se ven sometidos a la aplicación de un proyecto político, social, económico y cultural de inspiración neoliberal, que los ha sumergido en una de las más profundas crisis de su historia.

Como integrante del movimiento sindical uruguayo me siento profundamente identificada con ese pueblo, que en las horas difíciles de la lucha contra la dictadura supo tender su mano fraterna.

Sentimos que no podemos apoyar con nuestra presencia a quién representa a un gobierno que margina, hambrea, persigue y hasta encarcela al pueblo. Que somete a la grandes mayorías a la postración y el desamparo y que impulsa políticas represivas contra los trabajadores sin tierras en medio del total repudio de los más amplios sectores del país hermano.

Entendemos por lo expuesto que el Presidente del Brasil ha abandonado los principios que como intelectual afirmó defender en otros tiempos, adoptando las políticas de lo sectores más reaccionarios de la sociedad brasileña.

Aprovechamos la oportunidad para recordar y homenajear a un gran intelectual brasileño y universal, Paulo Freire, fallecido en estos días y que supo hasta el final mantenerse al lado de los más humildes y oprimidos que se encuentran acosados por las políticas que actualmente se impulsan.

Esperamos que ésta, nuestra Universidad, haga suya y difunda su obra, verdadera herramienta liberadora y aporte fundamental para el futuro de nuestros pueblos».

El Canciller reconoció que el proceso seguirá siendo complejo

EP 10 MAYO

RAMOS DESTACO COMPROMISO DE CARDOSO CON URUGUAY

SAN JOSE (Por José Luis Alvarez, corresponsal). — "El resultado fundamental de la reciente visita del Presidente brasileño a nuestro país, ha sido la creación de un compromiso político al más alto nivel" dijo ayer a EL PAIS el Canciller de la República, Ing. Alvaro Ramos.

Ese compromiso con el Mercosur, y con las corrientes comerciales y oportunidades de inversión, no disimula para el Ministro Ramos "que existe por delante un proceso que seguirá siendo complejo, con vaivenes".

"Pese a ello, dijo, los empresarios solicitaron y todos somos contestes en que hay que mantener reglas de juego claras, que permitan, ante el surgimiento de un problema, su solución inmediata, de manera que no se pierda la credibilidad".

El Ing. Ramos señaló a EL PAIS que el Uruguay siempre ha insistido y lo seguirá haciendo en crear mecanismos constitucionales que permitan "profundizar el Mercosur" y a la vez tener posibilidades de crear mecanismos de interpretación del derecho comunitario. "Los sectores privados, y los inversores deben tener siempre la seguridad de que los acuerdos se cumplirán cabalmente" agregó el Ing. Ramos.

INTERPRETACION POLITICA

El Canciller también manifestó su decisión de que se creen recursos de interpretación política, los que deben ser flexibles. "Cuando está en juego un programa de estabilidad política y económica que a todos nos interesa, lo fundamental es que por todos los medios tratemos de salvaguardar el sistema", señaló.

"El Presidente Cardoso, al hablar con todo el espectro social y político del Uruguay transmitió a todos la seguridad del proceso en el cual estamos empeñados", según el Ministro.

"Creo que nunca se perdió la confianza con —Brasil agregó Ramos a EL PAIS— y tanto el sector privado como el gobierno, de aquí en más tenemos que empeñarnos en que los recursos que se creen puedan solucionar de inmediato los obstáculos que aparezcan".

"Salvaguardar la credibilidad del proceso tiene que ser el objetivo primordial", sentenció finalmente el Secretario de Estado.

El Ing. Ramos participó ayer de una recorrida por el establecimiento hortifrutícola Mi Granja de este departamento, acompañado por diversos dirigentes de su sector político, Propuesta Nacional...

Cardoso se justificó y buscó tranquilizar

REPERCUSIONES

JORGE BROVETTO

"Singular maestro"



El rector Jorge Brovetto recibió al presidente Fernando Henrique Cardoso en el Paraninfo de la Universidad de la República definiéndolo como un "singular maestro", un pensador de la sociología y las ciencias políticas latinoamericanas y un hombre "profundamente comprometido con las causas democráticas como su propia vida lo atestigua".

MILTON CAIROLI

"Derecho comunitario"



El presidente de la Suprema Corte de Justicia, Milton Cairoli, aprovechó la visita del mandatario brasileño para explicar la necesidad de un derecho comunitario. "Similar tarea tiene usted como presidente, y nosotros como agentes del derecho comunitario en los tribunales internos, hasta tanto no exista un organismo supranacional", le dijo Cairoli a Cardoso.



Cardoso se mostró abierto pero firme en su posición

Durante su reciente visita a Uruguay, el presidente brasileño Fernando Henrique Cardoso procuró dejar un mensaje tranquilizador al gobierno y a los empresarios uruguayos de que las medidas que adopte Brasil no afectarán a sus socios del Mercosur.

Cardoso también justificó las restricciones a las importaciones que ha tomado su administración, en función de que su gobierno priorizará la estabilidad interna de su economía. En principio, el presidente brasileño salió bien parado y todo Uruguay mira hacia su país con expectativas.

El lunes, en una de sus primeras actividades programadas, Cardoso debió responder a críticas de empresarios uruguayos durante el almuerzo de la Asociación de Dirigentes de Marketing, donde fue el orador principal. "Peor sería no poder exportar a Brasil", dijo el mandatario norteño ironizando respecto a la importancia que tiene su país para la región. "Seguramente no va a pasar eso", se apuró a aclarar de inmediato.

Durante la visita de Cardoso, Uruguay obtuvo dos pequeñas satisfacciones de parte de las autoridades brasileñas: la promesa de que se estudiará el caso de las empresas o sectores más gravemente afectados por las restricciones comerciales y la seguridad de que el Mercosur no está incluido en la extensión de esa medida a las financiaciones mayores a un año.

> *"Estamos todos ganando, y Uruguay ha ganado mucho con el Mercosur"*

En su discurso ante la Asamblea General, pronunciado el lunes por la tarde, Cardoso evitó referirse a las medidas brasileñas que afectaron a los exportadores uruguayos y que se transformaron en el tema dominante durante toda su gira. Sin embargo, fue categórico al ubicar el Mercosur como una "prioridad absoluta" de la política exterior de Brasil. "El Mercosur es la piedra angular sobre la cual estamos construyendo la modernidad necesaria para enfrentar los desafíos y riesgos de la llamada globalización de la economía mundial y para mejor aprovechar las oportunidades que ella genera", sostuvo.

En el seminario organizado por Gazeta Mercantil y *El Observador*, el presidente brasileño insistió sobre el punto. "Todas las dificultades que han surgido hasta ahora se han resuelto con rapidez y para mejor", dijo.

"Estamos todos ganando –agregó– y Uruguay ha ganado mucho con el Mercosur, entonces hay ventajas que permiten que haya momentos en que no se pueda ganar tanto para garantizar lo que es importante, como la permanencia de expectativas positivas".

Tal como lo señaló *El Observador* en su página editorial del miércoles 7: un paso atrás y dos adelante es el resumen de la historia del Mercosur, y la presencia de Cardoso lo confirmó.

REPERCUSIONES

JORGE ZABALZA

Fuera de protocolo



El presidente de la Junta Departamental reclamó a Cardoso justicia para los campesinos asesinados en Brasil. "Protocolo es hablar sin decir nada, una serie de reverencias engominadas, el frac y la galera, zalamerías propias del siglo XVIII", dijo Zabalza, haciendo recordar por un instante su discurso ante el presidente francés Jacques Chirac.

MARIANO ARANA

"Estadista y cientista"



En el acto de entrega de las llaves de Montevideo, el intendente se refirió al presidente Cardoso como un "estadista y líder político", un "cientista social" y un "intelectual destacado con notable influencia en las generaciones de americanos formados en las luchas, las discusiones y reflexiones propias de un tiempo fermental, de reafirmación y búsqueda de la identidad e independencia latinoamericana".

Canciller Ramos subrayó el "importante significado" de la venida del presidente brasileño

EP 3-5

DESTACAN VISITA DE CARDOSO; FIRMAN SEIS NUEVOS ACUERDOS

El canciller Alvaro Ramos convocó a una conferencia de prensa para destacar especialmente "el gran significado de la visita del presidente de Brasil" que comienza mañana, en la cual se suscribirán seis acuerdos de complementación adicionales a los vigentes.



***TRASCENDENTE.** El canciller Ramos no ahorró adjetivos positivos para la visita del presidente Cardoso*

Obviamente que una consulta sobre cómo afecta la imprevista e inconsulta nueva medida brasileña restringiendo la financiación de importaciones a plazos mayores de 360 días no podía faltar, y Ramos expresó "no afecta sustancialmente al Uruguay, porque casi todas las exportaciones hacia Brasil se hacen a plazos menores".

Explicó el ministro que la visita de Cardoso tiene un componente político trascendente de momento que se contactará con los tres poderes del Estado uruguayo, habrá reuniones entre ministros de las distintas áreas y posteriormente un encuentro del minigabinete binacional con los presidentes.

"Al mismo tiempo, se realizará un repaso de los temas de las relaciones diplomáticas, políticas, medio ambientales, industriales, comerciales y económicas que ligan a los dos países", manifestó.

Adicionalmente, el primer mandatario brasileño participará en el tradicional almuerzo mensual organizado por la Asociación de Dirigentes de Marketing en el Hotel Riviera, donde será el orador principal. Junto a Sanguinetti cerrará un seminario empresarial, y también dictará una conferencia en el Paraninfo de la Universidad de la República, al tiempo que visitará la Universidad Católica "Dámaso Antonio Larrañaga".

■ EMPRESARIOS DE PRIMERA LINEA

Cardoso llega a nuestro país acompañado por una delegación de empresarios de primerísimo nivel de su país, entre los cuales se encuentran los principales ejecutivos de la Federación de Industrias de Rio Grande do Sul, la Asociación Brasileña de la Industria Textil, Banco Rural, Grupo Sadia, Joao Fortes Engenharia, Mercedes Benz de Brasil, Banco do Brasil, Método Engenharia, Camargo Correa S.A., Varig, General Motors, Volvo, Industrias Villares, Constructoras Odebrecht y Andrade Gutiérrez, Banco Real, Federación Latinoamericana de Bancos, Grupo Gerdau, White Martins do Brasil, Porto Seguro Compañía de Seguros, Chocolate Garoto S.A., Sudamérica Seguros, Marcopolo, Randon Alomotivos S.A., Ford Brasil S.A., Grupo Sadis, ANFAVEA, DHB Componentes Alomotivos, Asociación Brasileña de Exportadores de Calzado, Fiat, Federación de Industrias del Estado de Santa Catarina, y Federación de Industrias del Estado de Paraná.

Los empresarios brasileños protagonizarán un encuentro con colegas uruguayos que se efectuará el lunes en el anfiteatro del Ministerio de Relaciones Exteriores.

■ SUSCRIBEN SEIS NUEVOS ACUERDOS

La suscripción de los seis documentos por parte de las máximas autoridades de los dos Estados fue destacada por el ministro Ramos como una muestra del alto nivel de las relaciones bilaterales.

En tal sentido, informó que se firmará un protocolo para facilitar la instalación de empresas uruguayas en Brasil para desarrollar actividades económico-comerciales, un protocolo de ajuste complementario al Estatuto de la Frontera de 1933, un protocolo de ajuste complementario para el aprovechamiento de los recursos naturales de la cuenca del Río Cuareim con acciones conjuntas para la racionalización del uso de las aguas, un memorándum de entendimiento para las interconexiones eléctricas Rivera-Livramento y San Carlos-Porto Alegre, un protocolo de intención sobre el eje vial —tema estratégico de prioridad absoluta— que consolida al Uruguay como parte del emprendimiento y refuerza la construcción del puente Colonia-Buenos Aires, y un protocolo adicional para realizar el estudio de factibilidad del sistema hidroviario de la Laguna Merín.

■ VALORIZAR LA VISITA Y EL MERCADO

Paralelamente, los ministros del área de medio ambiente tendrán una reunión especial de trabajo para evaluar los avances en los trabajos del grupo binacional sobre la usina de Candiota, y los ministros de Industria, Relaciones Exteriores y el de Economía uruguayo analizarán con los presidentes la marcha del MERCOSUR, su funcionamiento, y las medidas recientes de Brasil para restringir las importaciones y su impacto en las exportaciones uruguayas.

"Debemos valorizar especialmente que el mercado brasileño es el principal para las exportaciones uruguayas y ello se refleja en las cifras", subrayó el Ing. Ramos. Indicó que en 1994 las ventas uruguayas con ese destino totalizaron U$S 493 millones, en 1995 llegaron a U$S 700 millones, y en 1996 a U$S 831 millones. Se trata "de un sostenido crecimiento desde la entrada en vigencia del MERCOSUR" enfatizó luego.

Por último, el ministro de Relaciones Exteriores reveló que el miércoles pasado el Embajador de Brasil y la Encargada de Negocios argentina en Montevideo, debidamente instruidos por los presidentes Cardoso y Menem, entregaron a la Cancillería los textos de todos los acuerdos bilaterales suscriptos por los dos mandatarios en su reunión de Rio de Janeiro y explicaron su contenido.

La Juventud 6/5/97

GREMIALES

Cardoso en la Universidad: Rechazo de Feuu y Affur

■ El gremio de funcionarios de la Universidad no concurrió a la disertación del presidente brasileño a la que fueron invitados por el rector ■ Plantearon su discrepancia con la política llevada adelante en Brasil y recordaron la obra del educador latinoamericano Paulo Freire, recientemente fallecido

La presencia del Presidente de Brasil y su delegación ha despertado reacciones distintas en nuestro país. En la tarde de ayer, la agenda marcaba que en su calidad de sociólogo, disertaría en el Paraninfo de la Universidad. La decisión del Rector Brovetto, recogió el rechazo de la Feuu. Pero además en la tarde de ayer, la Asociación de Funcionarios de la Universidad de la República, mediante su presidenta, Cristina Díaz, señaló su discrepancia con la presencia del Presidente Cardoso en nuestra principal casa de estudios. Los funcionarios hicieron saber al Ing. Químico Brovetto, su posición frente al modelo político económico imperante en Brasil, motivo de su discrepancia. La nota firmada por la presidenta de Affur, expresó textualmente:

Sr. Rector de la Universidad de la República
Ingeniero Químico Jorge Brovetto
Presente



«Por este intermedio hago llegar a usted mi decisión de no participar de la conferencia que pronunciará el Presidente de la República Federativa del Brasil Dr. Fernando Henrique Cardoso en el Paraninfo de la Universidad de la República, al cual fui invitada.

Los trabajadores y el pueblo brasileño se ven sometidos a la aplicación de un proyecto político, social, económico y cultural de inspiración neoliberal, que los ha sumergido en una de las más profundas crisis de su historia.

Como integrante del movimiento sindical uruguayo me siento profundamente indentificada con ese pueblo, que en las horas difíciles de la lucha contra la dictadura supo tender su mano fraterna.

Sentimos que no podemos apoyar con nuestra presencia a quien representa a un gobierno que margina, hambrea, persigue y hasta encarcela al pueblo hermano del Brasil. Que somete a las grandes mayorías a la postración y el desamparo y que impulsa políticas represivas contra los trabajadores sin tierras en medio del total repudio de los más amplios sectores del país hermano.

Entendemos por lo expuesto que el Presidente del Brasil ha abandonado los principios que como intelectual afirmó defender en otros tiempos, adoptando las políticas de los sectores más reaccionarios de la sociedad brasileña.

Aprovechamos la oportunidad para recordar y homenajear a un gran intelectual, brasileño y universal, Paulo Freire, fallecido en estos días y que supo hasta el final mantenerse al lado de los más humildes y oprimidos que se encuentran acosados por las políticas que actualmente se impulsan.

Esperamos que ésta, nuestra Universidad, haga suya y difunda su obra, verdadera herramienta liberadora y aporte fundamental para el futuro de nuestros pueblos».

14

9708452



Pase al frente, Brasil

"Esto no es justo", se quejó el presidente brasileño Fernando Henrique Cardoso apenas lo invitaron a hablar luego de la intervención de Julio María Sanguinetti. Con esa expresión absolutamente fuera de protocolo, Cardoso sorprendió a un auditorio que en todo momento se mantuvo expectante.

Ocurrente, comparó su situación con la de un toro que al final de una corrida, ya sin energía y lleno de banderillas, es puesto frente a otro torero para que le dé el remate final. Esa picardía inicial fue el arranque propio de quien como él -gladiador en mil batallas y en los más variados escenarios intelectuales-, sabe que debe seducir y persuadir a un público potencialmente adverso.

Con imágenes simples y simpatía supo manejar los tiempos y los énfasis de una alocución más cercana a la exposición de un académico que a la oratoria de un político profesional.

Es que cuando el martes llegó el momento de su programada intervención en el seminario "Negocios Uruguay-Brasil: los nuevos escenarios" -que organizaron Gaceta Mercantil y *El Observador*-, su visita ya estaba cargada de un nutrido recorrido y exigía dejar un mensaje mirando adelante y "en positivo".

El significado del proceso de integración, el balance de lo que los socios ganan con el Mercosur, el valor de que "somos algo y que tenemos rumbo", y sobre todo el destaque del "momento histórico" que se avecina con la reunión que definirá el futuro del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA), fueron algunas de las claves de su intervención.

El día anterior, en el almuerzo de la Asociación de Dirigentes de Marketing (ADM), ya se habían hecho sentir las demandas de los empresarios uruguayos que querían explicaciones ante las restricciones decretadas al financiamiento a las importaciones. En esa ocasión, los insistentes esfuerzos del político paulista para justificar las medidas adoptadas en función de valorar la estabilidad brasileña como prioridad del Mercosur fueron infructuosos. La frialdad del público debió ser un indicador por demás elocuente. Un día después, en las intervenciones de los empresarios -previas a su llegada al seminario en el Victoria Plaza Hotel- resurgieron los cuestionamientos a la política económica brasileña.

CALIFICÓ COMO "PEQUEÑOS" LOS PROBLEMAS SUSCITADOS EN EL ÁMBITO DEL MERCOSUR

Por la revancha

En su intervención en el seminario y ante una asistencia predominantemente empresarial, Cardoso fue rápidamente a una agenda temática marcada por las circunstancias que originaron las recientes medidas económicas de su gobierno. Ese contexto lo obligó a comportarse como si estuviera en un régimen de examen permanente.

Tras valorar la participación del presidente Sanguinetti en la conducción del proceso de integración, el mandatario norteño destacó el buen clima creado en el Mercosur, que "es la base de nuestra riqueza", según dijo.

Al reconocer los problemas que se generan cuando uno de los socios adopta alguna medida que afecta los intereses de los demás, Cardoso abogó por confiar en "la voluntad de construir algo que tenga sentido histórico" para estos pueblos, más que en los tribunales arbitrales. En ese sentido calificó como "pequeños" los problemas que se suscitan, problemas que muchas veces ni siquieran conocen los presidentes. Al igual que Sanguinetti, Cardoso considera que las dificultades se han superado con rapidez, decisión y para pasar a un estado mejor.

Recordó luego "un gran dolor de cabeza", cuando Itamar Franco era presidente de Brasil y él titular de la Cancillería. En ese momento se produjo una crisis como consecuencia del aumento de la tasa estadística en Argentina (que significó un gravamen adicional a las importaciones). No faltaron entonces los empresarios brasileños que se sintieran traicionados y que acusaran a los argentinos de querer "romper todo". La evocación fue oportuna para subrayar que la situación se salvó con una instancia política, simple, y con la voluntad de superar la difícil circunstancia que atravesaba Argentina. Según contó, un encuentro en un aeropuerto, una visita a la casa del ministro de Economía Domingo Cavallo, una entrevista con el presidente Carlos Menem y el retorno del canciller con explicaciones acabaron con el problema.

Argentina "necesitaba un ajuste". Si no lo hubiera hecho "ya no tendríamos hoy lo que tenemos", aseguró Cardoso trazando -sin decirlo- un paralelismo entre esa coyuntura y la actual de Brasil, al tiempo que reivindicó el papel que asumió su país para superar la crisis.

CARDOSO PRIORIZÓ EL RELACIONAMIENTO DEL MERCOSUR CON EL RESTO DEL MUNDO

Durante su disertación en ADM, tras destacar la dirección de su administración para hacer de su país una economía más abierta, atribuyó al Mercosur el valor de "un imperativo histórico".

Ese es el rumbo ratificado con la creación reciente de la instancia de coordinación macroeconómica. Empero, es necesario estar prevenido -explicó- porque algunas decisiones parecen tener intención de dañar, aunque ésa no haya sido la finalidad. Según Cardoso hay tres factores que generan situaciones de ese tipo: los que derivan de la existencia de las burocracias, los nichos de decisión y "los errores de evaluación" que llevan a no informar a la otra parte.

Esta advertencia del presidente brasileño le recordó a más de un participante una frase muy usada años atrás por Sergio Abreu cuando era titular de la Cancillería uruguaya: "el camino de la integración está empedrado de incumplimientos".

En clase

"Buenos vecinos ya éramos", sentenció el presidente brasileño, con la seguridad de los docentes que oyen buenas intervenciones de sus alumnos pero sienten que todavía es necesario subrayar cosas importantes o convocar a la reflexión.

Con poco esfuerzo y con esa imagen sencilla apuntó a derrumbar una de las interpretaciones más antiguas del nuevo tiempo de los acuerdos económicos: la necesidad de no agresión entre países que pugnaron por décadas en busca de un rol protagónico. En cambio, lo que indica la realidad histórica es que Argentina y Brasil dejaron la confrontación e inauguraron una alianza histórica.

Por eso al auditorio le resultó creíble la afirmación del primer mandatario norteño al sostener que para Brasil "el Mercosur tiene importancia estratégica", tanto en el plano político como en el económico.

En ese sentido Brasil tiene una producción industrializada que no va hacia Europa sino hacia el Mercosur o



América Latina en forma ascendente. Además, el significado económico que pone de manifiesto esta tendencia creciente "es importantísimo", subrayó el mandatario.

El 15[illegible] de las exportaciones brasileñas que se comercializan en el Mercosur corresponde a la producción que tiene más valor agregado.

"Sacamos provecho del Mercosur, del mismo modo que lo sacan los uruguayos. Es un buen negocio el Mercosur. Y el negocio es bueno cuando las dos partes ganan, o las tres o las cuatro. El negocio de suma cero, cuando uno gana y el otro pierde no es bueno y a la larga no va a funcionar. En eso hay que cambiar nuestra mentalidad", dijo

A esa altura Cardoso ya acaparaba para sí toda la atención del auditorio y recorría con pragmatismo el espectro de observaciones que le interesaba señalar.

"ES UN BUEN NEGOCIO EL MERCOSUR", DIJO EL PRIMER MANDATARIO BRASILEÑO



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Y EL CANCILLER ALVARO RAMOS, TRATANDO DE DEJAR ATRÁS LOS MALOS MOMENTOS

Lo importante

Ahora "lo más importante" es que "nos estamos acercando a momentos que son históricos", dijo Cardoso refiriéndose a la decisión sobre ALCA y retomando un planteo que horas antes había realizado en la sede de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi).

"El modo como entremos va a definir nuestro futuro en el siglo venidero", advirtió. "No es entrar o no entrar. Vamos a entrar. Pero, ¿cómo?¿cuándo? y ¿de qué modo? Eso será fundamental para la conformación de nuestras economías y sociedades".

Tras comparar la situación actual del Mercosur con la que han vivido Francia e Italia con la instauración de una moneda única en Europa, el presidente analizó las consecuencias de la conformación del ALCA. En ese sentido dijo que habrá que definir con el Nafta cómo y cuándo se va a entrar en el mercado único hemisférico y al mismo tiempo "cómo se va a mantener el Mercosur" en ese contexto global. Visto en esa perspectiva, minimizó la problemática entre los firmantes del Tratado de Asunción.

"Frente a eso las pequeñas cuestiones que tenemos no nos deben hacer cerrar los ojos. Son pequeñas y las vamos a solucionar de un modo o de otro. Lo grande es la decisión de actuar en conjunto en el cuadro más amplio". En esa línea de razonamiento priorizó el relacionamiento con terceros hacia el exterior del Mercosur. Tampoco faltaron las referencias a las negociaciones con la Unión Europea, China, el sudeste asiático y otras zonas emergentes.

Lo fundamental, concluyó, es que los miembros del Mercosur tienen que darse cuenta de su propia importancia porque ya no son países sin rumbo sino un conjunto con posibilidades tecnológicas y productivas que constituye "un mercado muy fuerte". *(Producción Alejandro Ferreiro)*

"¿POR QUÉ ME CRITICAN?"

La reciente visita del presidente Fernando Henrique Cardoso permitió a los uruguayos calibrar, más allá del curriculum personal *que atesora el mandatario* brasileño, el peso intelectual de su pensamiento a la luz de los nuevos cambios que vienen sacudiendo al mundo.

Tras defender en varias oportunidades la coherencia de su obra, el sociólogo que marcó el pensar de la década del 60 con su *Teoría de la Dependencia* se negó a ser etiquetado y reclamó -en ámbitos tan sensibles como el universitario- el coraje de cambiar aquel enfoque académico que "todavía está muy limitado por una visión estática".

Afirmó incluso que no se puede *hacer la transformación, "la utopía"*, si ella "se vuelve regresiva", si se plantea "como valor algo que no tiene asidero, que se deformada de un pasado que murió".

Tanto en la conferencia magistral que dictó en el Paraninfo de la Universidad de la República como en la que ofreció con motivo del almuerzo organizado por la *Asociación de Dirigentes de Marketing* (ADM), el mandatario defendió su pensamiento y su obra puntualizando el proceso de maduración que desde el punto de vista académico y político ha desarrollado.

Los argumentos manejados por Cardoso no suponen, según sus propias palabras, un "intento de justificación" sino que por el contrario la apuesta a que "hay que tener el coraje de reconocer académicamente los cambios *que ocurrieron*".

El énfasis puesto por Cardoso en lo "académico" se explica no sólo por su formación [illegible] también para la clase política la posesión de "ese conocimiento".

Contextualizando su comentario al proceso de globalización que rige hoy al mundo, Cardoso expresó que "en las sociedades que se están formando, difícil*mente habrá una acción política* consecuente, responsable, si no es a la vez 'iluminada', o sea, que tiene conocimiento".

Agregó que cada vez es más necesario "para el ejercicio del mando, más conocimiento" y "simultáneamente, será cada vez menos justificable, teniendo el conocimiento, callarse, no decir qué hacer y no asumir la responsabilidad".

Para Cardoso, la aldea global no nos lleva hacia la uniformización, *sino* por el contrario hacia la especificidad "y ahí entran los valores de la cultura".

Influido en su *formación por el* fue adaptando su ideas al pasaje de los tiempos y justamente eso le reclama a la academia y a los académicos, "aunque no a todos". Sólo a quienes "cuando intentan pensar tienen frecuentemente el pensamiento vacío; o *bien* está basado en categorías que ya no explican los procesos presentes, o entonces hacen lo peor: a nombre de la pureza académica introducen ideología y no entienden nada, y son inútiles para la acción".

"Yo les digo -subrayó- ¿por qué no crean algo nuevo? ¿Por qué me critican a veces poniéndome etiquetas que no corresponden ni a los hechos? Pueden criticar, incluso proponer otra política, pero primero hay que tener la noción más concreta, científica, de los cambios que se están procesando. [illegible] que está emergie[illegible] existe una cierta interacción de la práctica política y la práctica intelectual y dijo que si la persona no tiene formación académica "va a ser siempre una confusión y sus escritos van a ser fábrica de ideología. Pero si no tiene alguna vocación política tampoco va a sacar como académico las consecuencias sociales y hasta *morales de sus análisis*".

Recientemente y en medio de los reclamos planteados en Brasil por el movimiento de los Sin Tierra, un dirigente le increpó a Cardoso que era una pena que hubiera dejado de "escribir", aludiendo irónicamente a que como presidente no llevaba adelante lo que había sostenido tiempo atrás como sociólogo. Cardoso le contestó que él nunca dejó de escribir y -palabras más, palabras menos- añadió: lo que pasa es que [illegible]

En enero de 1995 Cardoso se convirtió en el primer sociólogo en llegar a la Presidencia de Brasil. Atrás quedaban muchos presupuestos teóricos que había abrazado con pasión en los 60

De sociólogo a presidente

En la estremecedora década de los años 60, el hoy presidente brasileño Fernando Henrique Cardoso integró un sector de la "intelligentsia" paulista, muy marcada por el marxismo en ascenso, que colectivamente concibió una novedosa "teoría de la dependencia" de rápida penetración en los círculos académicos y en la izquierda latinoamericana.

Cardoso -convertido en enero de 1995 en el primer sociólogo en llegar a la Presidencia del país m[illegible] grande y poderoso de Amé[illegible] [illegible]atina-, realizó desde aquella época todo un itinerario en el universo de la teoría y de la praxis -muy común en los intelectuales progresistas de su generación- que lo lleva hoy a ubicarse en una postura liberal radical (contraria al llamado neoliberalismo) en sintonía con la socialdemocracia.

La Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la Universidad de San Pablo constituyó su ámbito académico de referencia. En ella estudió junto a su gran maestro Florestán Fernández (un sociólogo marxista muerto el año pasado, que llegaría a ser diputado por el PT), obtuvo su licenciatura de sociólogo a los 21 años, investigó, escribió, ejerció la docencia y accedió al doctorado en 1961. En los dos años posteriores realizó estudios avanzados en la Universidad de París.

En los agitados años [illegible] Cardoso -que el p[illegible]ximo 18 de junio cumple 66 años- integró la "Escuela de San Pablo". En este territorio académico fermental donde las crisis económicas, la explosiva desigualdad social y los gobiernos autoritarios de turno golpeaban cotidianamente, es que nació la relación con su actual esposa, Ruth Correa Leite, que es hoy en día una influyente antropóloga social.

La "Escuela de San Pablo" contribuyó decisivamente a articular por aquellos años una teoría centrada en la dependencia, que como explica Torcuato S. Di Tella, "(era) concebida como un sistema de relación de dominación, mediante la cual parte del excedente generado en los países de la periferia es apropiado concentradamente por la fracción hegemónica de la burguesía de los países dominantes, y/o transferido hacia el centro". En este contexto es que surgen las nociones de centro-periferia. De imperialismos y colonias. En aquella época se habla de la existencia de los tres mundos: el primero es el capitalismo central (imperialista); el segundo es el "mundo socialista" y el tercero son las orillas coloniales y las semicolonias expoliadas por el centro imperial que se desarrolla y avanza por la senda del progreso.

Es en estos años que Cardoso y Enzo Faletto dan a conocer "Dependencia y Desarrollo en América Latina" (1969), obra

"EN LOS 60, CARDOSO INTEGRÓ UN SECTOR DE LA INTELECTUALIDAD MARCADO POR EL MARXISMO"

que tuvo gran receptividad incorporándose a la bibliografía obligatoria de las universidades latinoamericanas, al igual que otros ensayos como "Imperialismo y Dependencia" de Theotonio Dos Santos o "Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina" de André Gunder Frank. Obras que deben ser entendidas inscribiéndolas en los contextos históricos en que fueron producidas.

Cardoso, como científico riguroso se emancipará gradualmente de algunas categorías teóricas sobre las cuales la vida demostraría su trágica improductividad; recibirá variadas influencias (Raúl Prebisch y la escuela cepalina, Alain Touraine, Albert Hirschman, Roger Bastide durante su estancia en Brasil) y decantará su corpus teórico. En sus seminarios sobre el capital, haría por años una prodigiosa disección acerca de lo válido y lo falaz del manantial marxista.

El Cardoso profesor famoso de sociología -que recorrió durante décadas el mundo dictando seminarios- fue mostrando cada vez más su independencia de pensamiento y su fuerte preocupación por temas como la democracia y sus reglas, la gobernabilidad, el Estado conciliador que procura la equidad social y la justicia distributiva, en el marco de instituciones políticas libres con mercados liberados de los monopolios, los oligopolios y las férulas estatistas.

Este brasileño que siendo tan joven abrazó con pasión el "oficio de sociólogo" dejó atrás muchos presupuestos de aquellos modelos interpretativos de centro-periferia, política subordinada a lo económico propia de los 60. En el Congreso Mundial de Ciencia Política de Buenos Aires en 1991 dijo que la "teoría de la dependencia" había sido un conjunto de hipótesis. Que la realidad había resultado ser más compleja y por ende más apasionante. Que la política tiene una fuerte autonomía relativa y posee reglas propias. El suyo es un periplo intelectual que han seguido otros cientistas sociales de la región, como por ejemplo el argentino Juan Carlos Portantiero, de tanta influencia en Uruguay.

Autor de un plan de estabilización que resultó exitoso en la etapa de gobierno de Itamar Franco, Cardoso, perteneciente al socialdemócrata PSDB, se presentó a las elecciones nacionales del 3 de octubre de 1994. Tenía la imagen de sólido académico y buen gerenciador de los proyectos en los que apostó. En la primera vuelta lo respaldó el 54% de los votantes. Quedaron atrás las aspiraciones del marxista Luis Ignacio "Lula" Da Silva y su PT, que tuvo un 27% de los sufragios emitidos. Y el sociólogo Cardoso se transformó en presidente del país-locomotora de Latinoamérica y en un entusiasta del Mercosur.



17

9708452

América Latina en forma ascendente. Además, el significado económico que pone de manifiesto esta tendencia creciente "es importantísimo", subrayó el mandatario.

El 15% de las exportaciones brasileñas que se comercializan en el Mercosur corresponde a la *producción que tiene más valor agregado*.

"Sacamos provecho del Mercosur, del mismo modo que lo sacan los uruguayos. Es un buen negocio el Mercosur. Y el negocio es bueno cuando las dos partes ganan, o las tres o las cuatro. El negocio de suma cero, cuando uno gana y el otro pierde no es bueno y a la larga no va a funcionar. En eso hay que cambiar nuestra mentalidad", dijo.

A esa altura Cardoso ya acaparaba para sí toda la atención del auditorio y recorría con pragmatismo el espectro de observaciones que le interesaba señalar.

"Es un buen negocio el Mercosur", dijo el primer mandatario brasileño



Fernando Henrique Cardoso y el canciller Álvaro Ramos, tratando de dejar atrás los malos momentos

Lo importante

Ahora "lo más importante" es que "nos estamos acercando a momentos que son históricos", dijo Cardoso refiriéndose a la decisión sobre ALCA y retomando un planteo que horas antes había realizado en la sede de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi).

"El modo como entremos va a definir nuestro futuro en el siglo venidero", advirtió. "No es entrar o no entrar. Vamos a entrar. Pero, ¿cómo?¿cuándo? y ¿de qué modo? Eso será fundamental para la conformación de nuestras economías y sociedades".

Tras comparar la situación actual del Mercosur con la que han vivido Francia e Italia con la instauración de una moneda única en Europa, el presidente analizó las consecuencias de la conformación del ALCA. En ese sentido dijo que habrá que definir con el Nafta cómo y cuándo se va a entrar en el mercado único hemisférico y al mismo tiempo "cómo se va a mantener el Mercosur" en ese contexto global. Visto en esa perspectiva, minimizó la problemática entre los firmantes del Tratado de Asunción.

"Frente a eso las pequeñas cuestiones que tenemos no nos deben hacer cerrar los ojos. Son pequeñas y las vamos a solucionar de un modo o de otro. Lo grande es la decisión de actuar en conjunto en el cuadro más amplio". En esa línea de razonamiento priorizó el relacionamiento con terceros hacia el exterior del Mercosur. Tampoco faltaron las referencias a las negociaciones con la Unión Europea, China, el sudeste asiático y otras zonas emergentes.

Lo fundamental, concluyó, es que los miembros del Mercosur tienen que darse cuenta de su propia importancia porque ya no son países sin rumbo sino un conjunto con posibilidades tecnológicas y productivas que constituye "un mercado muy fuerte". *(Producción Alejandro Ferreiro)*

"¿Por qué me critican?"

La reciente visita del presidente Fernando Henrique Cardoso permitió a los uruguayos calibrar, más allá del curriculum personal que atesora el mandatario brasileño, el peso intelectual de su pensamiento a *la luz de los nuevos* cambios que vienen sacudiendo al mundo.

Tras defender en varias oportunidades la *coherencia* de su obra, el sociólogo que marcó el pensar de la década del 60 con su *Teoría de la Dependencia* se negó a ser etiquetado y reclamó -en ámbitos tan sensibles como el universitario- el coraje de cambiar aquel enfoque académico que "todavía está muy limitado por una visión estática".

Afirmó incluso que no se puede hacer la transformación, "la utopía", si ella "se vuelve regresiva", si se plantea "como valor algo que no tiene asidero, que se vuelve sencillamente una visión deformada de un pasado que murió".

Tanto en la conferencia magistral que dictó en el Paraninfo de la Universidad de la República como en la que ofreció con motivo del almuerzo organizado por la Asociación de Dirigentes de Marketing (ADM), el mandatario defendió su pensamiento y su obra puntualizando el proceso de maduración que desde el punto de vista académico y político ha desarrollado.

Los argumentos manejados por Cardoso no suponen, según sus propias palabras, un "intento de justificación" sino que por el contrario la apuesta a que "hay que tener el coraje de reconocer académicamente los cambios que ocurrieron".

El énfasis puesto por Cardoso en lo "académico" se explica no sólo por su formación sino también porque el mandatario reclama para la clase política la posesión de "ese conocimiento".

Contextualizando su comentario al proceso de globalización que rige hoy al mundo, Cardoso expresó que "en las sociedades que se están formando, difícilmente habrá una acción política consecuente, responsable, si no es a la vez 'iluminada', o sea, que tiene conocimiento".

Agregó que cada vez es más necesario "para el ejercicio del mando, más conocimiento" y "simultáneamente, será cada vez menos justificable, teniendo el conocimiento, callarse, no decir qué hacer y no asumir la responsabilidad".

Para Cardoso, la aldea global no nos lleva hacia la uniformización, sino por el contrario hacia la especificidad "y ahí entran los valores de la cultura".

Influido en su formación por el pensamiento marxista, Cardoso fue adaptando su ideas al pasaje de los tiempos y justamente eso le reclama a la academia y a los académicos, "aunque no a todos". Sólo a quienes "cuando intentan pensar tienen frecuentemente el pensamiento vacío; o bien está basado en categorías que ya no explican los procesos presentes, o entonces hacen lo peor: a nombre de la pureza académica introducen ideología y no entienden nada, y son inútiles para la acción".

"Yo les digo -subrayó- ¿por qué no crean algo nuevo? ¿Por qué me critican a veces poniéndome etiquetas que no corresponden ni a los hechos? Pueden criticar, incluso proponer *otra política*, pero primero hay que tener la noción más concreta, científica, de los cambios que se están procesando, de qué es lo que está emergiendo".

Cardoso consideró también que existe una cierta interacción de la práctica política y la práctica intelectual y dijo que si la persona no tiene formación académica "va a ser siempre una confusión y sus escritos van a ser fábrica de ideología. Pero si no tiene alguna vocación política tampoco va a sacar como académico las consecuencias sociales y hasta morales de sus análisis".

Recientemente y en medio de los reclamos planteados en Brasil por el movimiento de los Sin Tierra, un dirigente le increpó a Cardoso que era una pena que hubiera dejado de "escribir", aludiendo irónicamente a que como presidente no llevaba adelante *lo que había sostenido tiempo* atrás como sociólogo. Cardoso le contestó que él nunca dejó de escribir y -palabras más, palabras menos- añadió: lo que pasa es que "usted no me siguió leyendo".

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EN URUGUAY

Los árboles y la Amazonia

La visita del presidente brasileño generó expectativas de algún improbable anuncio sobre el régimen de financiación de importaciones uruguayas a Brasil. Fue algo así como mirar por el ojo de la cerradura las novedades reales –que sí hubo– en materia de integración regional, perdiendo la perspectiva imprescindible para evaluar luces y sombras de quien gobierna, tan cerca y tan lejos, a un país atravesado por contradicciones tan enormes como su potencia económica, social y cultural.

QUE CLINTON ESPERE

La fuerza de la burguesía brasileña

JORGE JAURI

PARA LA MAYOR PARTE de los medios de comunicación locales, el significado de la visita de Fernando Henrique Cardoso se redujo a un intento diplomático de "aplacar" a los exportadores uruguayos o, lo que es aun más desnorteado, de mejorar el saldo deficitario de la balanza comercial brasileña en el comercio con este pequeño país (!). Todo ello demasiado lejos de lo que realmente ocurría.

El presidente de Brasil está manejando personalmente, con extrema delicadeza, la estrategia para liquidar la pretensión estadounidense de colocar desde ya al Mercosur (mediante su rápida inclusión en el marco de la Asociación de Libre Comercio Americana -ALCA-) en subordinación directa y explícita a su *hegemonía*. La burguesía brasileña se siente fuerte y *está dispuesta a no ceder un ápice de lo ganado en la región.*

[Car]doso llegó hasta el límite de la [sincer]idad total cuando explicó: "*Queremos saber exactamente para qué nos invitan a participar en el* ALCA (...), *estamos abiertos pero queremos negociar punto por punto cada uno de los acuerdos: qué vamos a vender y qué vamos a comprar en cada rubro*"... y eso cuando el Mercosur haya logrado la fortaleza necesaria para negociar adecuadamente.

TRANSAS. La semana próxima, en Belo Horizonte, se reúnen los ministros de Comercio y Economía de toda América. A esta altura de las cosas, la diplomacia estadounidense y algunos de sus colaboradores regionales más cercanos ya no tienen margen de negociación para avanzar en la propuesta del ALCA, que ha recibido en los últimos días una rara unanimidad de oposiciones. Incluso es probable que la reunión cumbre de presidentes programada para marzo de 1988 en Santiago se suspenda, porque sólo un milagro permitiría lanzar, en Belo Horizonte, un plan de trabajo que permita llegar a Chile con algo significativo.

Sólo tras el objetivo de consolidar la defunción del ALCA se explican los últimos *movimientos* de Itamaraty, que habían comenzado la semana anterior con el encuentro de Cardoso y Carlos Menem en Rio de Janeiro. Pero la firmeza del bloque en Belo Horizonte debía partir de bases aun más sólidas que las convenidas por los dos grandes socios. La inquietud uruguaya, activada por la intuición sobre las posibilidades de ganar algunas ventajas diferenciales más en el comercio con Brasil, no ayudaba a la diplomacia brasileña. Negocios son negocios, y el más grande de ellos para Brasil es, sin duda, consolidar su propia hegemonía sureña. Negocios son negocios, y para los uruguayos el mejor era ganar más ventajas competitivas en el mercado brasileño. Para facilitar la concurrencia de ambos intereses trabajaron Cardoso y su equipo en Montevideo, y en esa misma dirección se alinearon los intereses uruguayos que importan, más allá de que se pusiera en escena, nuevamente, el ritual de la queja por la "limitación de importaciones" y la explicación cansina de los brasileños, ahora referida también a medidas muy recientes."

MÁS ALLÁ DE LA UNIÓN ADUANERA. En Montevideo se terminaron de anudar otros acuerdos que no deberían pasar inadvertidos. Luego de que Menem y Cardoso acordaran comunicarse previamente cualquier medida que pudiera afectar las relaciones bilaterales, aquí la delegación brasileña avanzó más al sostener que "*la reunión de los ministros de Economía es de hecho un ámbito de coordinación de políticas económicas*" (un ámbito cuya concreción formal habían perseguido los negociadores uruguayos durante todo 1995 y 1996). La conflictividad en las cadenas productivas de mayor valor y sensibilidad social, expuestas al desmantelamiento progresivo de la protección intrarregional, va a generar muchas contradicciones en el bloque; para administrarlos en tiempo y forma, cualquier avance en la coordinación es vital.

También lo es porque el mero reconocimiento de la posibilidad de un quiebre en el proceso de estabili-



EN LA PLAZA INDEPENDENCIA. *La formalidad del protocolo*

9708452 ▶

zación brasileño es un dato mayor. En estos tiempos de volatilidad, reconocer que lo logrado depende de la continuidad del ingreso de unos 10 mil millones de dólares anuales de capital, que en 1997 deberán transformarse en unos 16 mil millones, alcanza para ponerse nervioso respecto a los avatares futuros de la relación cambiaria y el comercio recíproco. Por otra parte, si Cardoso es reelecto puede esperarse que intente llevar las reformas estructurales a niveles de profundización inéditos, con coletazos que seguramente afectarán al resto de los socios.

Está claro que Brasil seguirá teniendo los mayores desequilibrios económicos de la región, y que sus socios deben optar entre asumirlos como un dato de la realidad o perseguir la quimera alternativa de "ganar competitividad en el mundo" (por la vía, eufemísticamente denominada "bajar el costo de producción", de reducir aportes patronales, salarios, estabilidad laboral, impuestos y, necesariamente, inversión social). Más acá de las utopías, [illegible]que importa hoy es ganar espa[illegible] institucionales para procurar mayores ventajas competitivas en el mercado brasileño, y hubiera sido tan prematuro como desproporcionado pretender ya la creación de un organismo formal de coordinación de políticas, o un tribunal jurisdiccional (Brasil no tiene esos puntos en su agenda por ahora, y Argentina no muestra entusiasmo por compartir con los socios menores el privilegio del entendimiento bilateral). Pero principio quieren las cosas y el compromiso de la coordinación ha sido asumido, como un paso importante en el camino que va de la unión aduanera al mercado común.**

La firma de un protocolo de "afincamiento mutuo" establece otro hito de efectos poco advertidos. El protocolo adicional al Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio exime a las empresas de Brasil y Uruguay de algunos requi[illegible]sitos [illegible]plejos exigidos a las de extrazona para establecerse en ambos países, y particularmente en el mayor. Para los brasileños el nuevo acuerdo no agrega demasiado. Para los uruguayos, en cambio, se despeja un camino que estaba lleno de obstáculos, y para el conjunto del Mercosur parecería comenzar a levantarse otro de los tabúes en la agenda de la negociación: la movilidad de la fuerza de trabajo. ■

---

* Desde enero de 1995, el Mercosur es una unión aduanera imperfecta en proceso de adecuación. Ello supone la inauguración de un período –hasta el 2005– en el cual todas las excepciones actuales deberán ir siendo eliminadas hasta que la región tenga, efectivamente, un único arancel común para sus transacciones con el resto del mundo. En ese momento deberían haber sido eliminadas todas las trabas no arancelarias que aún protegen los sectores más sensibles de cada país en el comercio intrarregional.

** El miércoles 30, el Banco Central de Brasil decidió ampliar los plazos de financiamiento de importaciones para los que rigen frenos a la especulación, incluyendo a las operaciones financiadas a plazos de entre 180 y 360 días. La medida se adoptó ante el rápido acomodamiento a las nuevas condiciones de los importadores/especuladores, y exceptúa expresamente a las importaciones provenientes del Mercosur y las compras de Petrobras, la estatal compañía petrolera norteña.

REFORMA AGRARIA, PRIVATIZACIONES Y REELECCIÓN

Los dolores de cabeza de FHC

Entre explicaciones y proyectos referidos al Mercosur, Fernando Henrique Cardoso tiene muchos asuntos domésticos por los que preocuparse. Los Sin Tierra, las privatizaciones y su propia reelección son los más importantes.

GERMÁN LÓPEZ

HIJA ÚNICA del imperio portugués en América, con más de 8 millones de quilómetros cuadrados, divididos en 26 estados y un distrito federal, la República Federal de Brasil ocupa un lugar estratégico en la geopolítica continental, con inmensos recursos naturales, una población de 165 millones de habitantes (las tres cuartas partes de la población del Mercosur) y un alto desarrollo industrial, científico y tecnológico.

Sin embargo, el Brasil actual, comandado por un presidente criticado desde tiendas neoliberales (por su supuesta tibieza en materia de desregulación económica), y desde la izquierda (que le recuerda el pasado en sus filas), no pudo desembarazarse de sus lastres premodernos: la propiedad latifundista de la tierra y la semiesclavitud imperante en las relaciones de trabajo en el campo. Megaciudades en las que el lujo y el despilfarro contrastan con la miseria de las favelas y cinturones de pobreza que aumentan con la creciente desocupación (estimada en unos 11 millones de personas) son el escenario de un violento conflicto social sin parangón en la región. Ciudades donde crece la inseguridad, la delincuencia y la salvaje represión policial, que se ensaña con los más desamparados, los niños (véase BRECHA, 11-IV-97). La distribución de la renta en Brasil se encuentra entre las más inequitativas del mundo: el 10 por ciento de la población concentra el 48 por ciento de los ingresos.



ENTRE VARIOS FUEGOS. *Pero quiere otro período*

LA INTERMINABLE CUESTIÓN AGRARIA. Según el Instituto de Colonización y Reforma Agraria, el 1 por ciento de las propiedades rurales (35 mil latifundios) ocupa 153 millones de hectáreas, aproximadamente la misma cantidad de superficie que el 99 por ciento de las propiedades restantes. Un territorio ocioso e improductivo, que tiene el tamaño de media Europa, no puede satisfacer las necesidades de un ejército de 5 millones de campesinos sin una parcela de tierra para cultivar.

En 1981 surgió el Movimiento de los Sin Tierra (MST), en el estado de Río Grande del Sur, y desde entonces ha ganado fuerza y popularidad, con las ocupaciones de campos improductivos y el enfrentamiento a los poderosos terratenientes y sus ejércitos particulares, con un saldo de un millar de víctimas en la última década. Las encuestas estiman que cuentan con la simpatía del 83 por ciento de la población. La última gran manifestación, iniciada en febrero pasado con 2 mil personas y concluida dos meses más tarde en Brasilia con 60 mil, consistió en una larga y paciente marcha de 1.500 quilómetros que atravesó tres estados del norte del país. Apoyada por estudiantes, obreros, funcionarios públicos, desempleados, artistas e intelectuales, la marcha pretendía presionar a las autoridades para que se tomaran medidas que aceleraran una reforma agraria que los Sin Tierra consideran avanza a paso de tortuga. El movimiento aglutinó también a quienes se oponen a las reformas económicas de Cardoso y a su proyecto de reelección, así como a la tan debatida privatización de la empresa minera Vale do Rio Doce.

Cardoso recibió a los líderes del MST y los invitó a integrar una comisión tripartita, con representantes del gobierno y el Congreso, para analizar, una vez más, la marcha de la reforma agraria. El gobierno ha anunciado un plan para asentar 280 mil familias en campos expropiados a banqueros en quiebra, antes de que concluya 1998. El MST, sin embargo, considera que la propuesta del gobierno es demasiado contemplativa con los intereses de los propietarios rurales y exigió la ampliación de la meta a 500 mil familias por año, la duplicación del presupuesto destinado a ese fin y un amplio plan de créditos con bajos intereses.

PRIVATIZACIÓN DE LA VALE. Embarcado en una verdadera blitzkrieg privatizadora, el gobierno de Fernando H. Cardoso intentó ganarla el pasado 6 de mayo con la subasta-relámpago de la compañía minera Vale do Rio Doce, pero una decisión judicial detuvo todo el proceso.

Después de sortear 125 recursos judiciales en contra, el gobierno logró ponerla a la venta. El consorcio Valepar, integrado por [illegible]

CARDOSO EN EL PARANINFO

Conocimiento, acción y responsabilidad

Siguiendo a Weber, en el académico prevalece una ética de la convicción; en contrapartida, se supondría que la política está necesariamente contaminada por el interés ideológico y que, por lo mismo, el estatuto ético del político es la preocupación por las consecuencias [...]. Si se me permite recordar mi experiencia académica, diría que en aquel entonces nosotros hacíamos un gran esfuerzo por contraponer la búsqueda de rigor científico a la visión que prevalecía en el Brasil en ciencias sociales, y al estilo de ensayo de cierto análisis. La nuestra era una preocupación muy obsesiva por la aplicación de los métodos, por cuáles se deberían emplear y cuáles no. Intentábamos hacer un esfuerzo de reflexión genuina sobre el quehacer político y el quehacer social. [...] De todas maneras nosotros, en la Universidad de San Pablo, a fines de los años cuarenta y durante los cincuenta, estábamos buscando formas por las cuales podríamos volvernos científicos. Nos poníamos unos trajes blancos, como si fuéramos médicos, para distinguirnos de los que no eran científicos. Criticábamos muy fuertemente entonces al otro estilo de acercamiento a las cuestiones sociales brasileñas, representado por el llamado Instituto Superior de Estudios Brasileños, de Rio de Janeiro, [...] que tenía su punto de partida en las doctrinas de transformación social, con propuestas como la que proponía un Estado como palanca para el desarrollo. Nosotros en cambio, con mucho rigor científico, mirábamos a ese instituto con cierto desprecio, porque lo considerábamos como una fábrica de ideología, quizá por el prejuicio de separar la labor científica de la práctica. Todos éramos, sin duda, favorables a los cambios sociales, pero no aceptábamos esa "contaminación" que significaba la toma de partido como eje de la reflexión intelectual; sí aceptaríamos la participación política, pero aparte de la academia.

Si nosotros miramos un poco qué ha significado todo esto, si miramos desde otra perspectiva, cabe la pregunta sobre si no es posible conciliar el rigor con el proyecto, y qué papel tiene el rigor del conocimiento en el proyecto político [...]. Debe existir [...] una permanente tensión entre la vida académica y la práctica política, pero también una síntesis en sus relaciones para conseguir la transformación de la sociedad.

La academia aún está muy limitada por una visión estática de la relación entre el quehacer y el pensar, y cuando se intenta pensar, frecuentemente el pensamiento es vacío. O bien está basado en categorías que ya no explican los procesos presentes, o entonces hace lo peor: a nombre de la pureza académica, introduce ideología y no entiende nada, siendo inútil para la acción [...]. Yo les digo: ¿Por qué no crean algo nuevo? ¿Por qué me critican a veces a mí, poniéndome etiquetas que no corresponden ni siquiera a los hechos? Pueden criticar, incluso proponer otra política, pero primero hay que tener la noción más concreta, científica, de los cambios que se están procesando, de qué es lo que está emergiendo.

No se puede hacer la transformación, la utopía, si no se tiene la capacidad de conocer algunos mecanismos que apuntan a las posibilidades. Si la utopía se vuelve regresiva, si se plantea como valor algo que no tiene asidero, que se vuelve [illegible] una visión deformada de un pasado que se murió, [...] desde allí no sale conocimiento ni acción política para la transformación.

Todo pensamiento académico tiene la obligación de dudar, incluso de si mis palabras no obedecen a un intento existencial de justificarme frente al cargo que estoy desempeñando.

El conocimiento precede a toda propuesta, a toda acción [...]. En las sociedades en formación, no habrá una acción política responsable si no es a la vez iluminada por el conocimiento [...]. Quizá sea necesario para el ejercicio del mando mayor conocimiento, y teniendo ese conocimiento, cada vez menos será justificable callarse, no decir qué hacer y no asumir la responsabilidad.

(Fragmentos del discurso pronunciado el lunes 5 en el Paraninfo de la Universidad de la República.)



ses, p[illegible] $.134 millones de dólares para hacerse con el 41,7 por ciento de las acciones. 90 minutos más tarde, una nueva orden judicial invalidó la operación. Después de dos suspensiones en menos de una semana, la subasta-relámpago se realizó en la Bolsa de Valores de Rio de Janeiro, que había sido rodeada por un fuerte dispositivo policial para prevenir protestas de opositores a la operación. La oferta de Valepar superó la de sus rivales del grupo Valecom, integrado por capitales brasileños, sudafricanos y japoneses.

La suspensión retroactiva de la venta se conoció poco después. La jueza del IX Tribunal Federal de Rio de Janeiro, Valeria Medeiros, dictó la sentencia que suspendía la subasta.

"Concedo el recurso de amparo con el fin de suspender la subasta de las acciones que el Estado posee [illegible] compañía Vale do Rio Doce, [illegible] en la hipótesis de que ya se hubiera realizado, que sean anulados los efectos de su realización", sentenció la jueza carioca.

Fundada en 1942, la Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) es un complejo de 57 empresas que operan en el área de la minería, puertos, transporte ferroviario y naval, e industria del papel. Con 15.500 empleados, la empresa realiza prospecciones en más de 350.000 quilómetros cuadrados de territorio brasileño, un 4 por ciento de la superficie del país, constituyéndose así en la mayor productora de oro de América Latina; sólo el año pasado extrajo 17,5 toneladas. Entre otras áreas, la Vale explota el yacimiento de Carajás, con reservas de hierro de aproximadamente 38 millones de toneladas, suficientes para abastecer el mercado mundial durante cuatro siglos. Además del oro y el hierro, la empresa explota ricos yacimientos de manganeso, paladium, uranio, niobio, bauxita y cobre.

En la semana que va del martes 29 de abril al martes 6 de mayo, el gobierno del presidente Fernando Cardoso logró que el Supremo Tribunal de Justicia anulara centenares de recursos de amparo contra la venta de la compañía, presentados por la Iglesia, partidos políticos, sindicatos, juristas y asociaciones profesionales, entre ellos la Orden de Abogados de Brasil. Entre los más preocupados por los efectos de la privatización se encontraban los municipios del estado de Minas Gerais, donde la Vale da trabajo directa o indirectamente a unas 20.000 personas.

La Conferencia Nacional de Obispos de Brasil expresó su desacuerdo con la privatización y llamó a un debate nacional sobre el destino de la pujante empresa estatal.

A pesar del potencial económico de la empresa, el gobierno alega que la modernización de la compañía minera exige una serie de inversiones que el Estado brasileño no está en condiciones de realizar. La privatización sería, por ende, una necesidad impostergable

REELECCIÓN A LA VISTA. En este contexto, el presidente Fernando Henrique Cardoso se halla empeñado en asegurar su reelección en los comicios presidenciales de 1998. Superados los escollos legales, sus preocupaciones apuntan ahora en dos direcciones: la primera de ellas es la formación de un frente político unificado que apoye su candidatura en todos los estados del país; la segunda es marcar la cancha del enfrentamiento electoral. Sus expertos asesores estiman que *"el gran adversario del 98 serán los medios, principalmente la prensa"*, por lo que le han recomendado permanecer en Brasilia la mayor parte del tiempo; una suerte de cuarentena que lo exponga lo menos posible al "insaciable" acoso de los periodistas. En el plano de las alianzas, Cardoso ha propuesto un acuerdo electoral entre su partido, el Partido del Socialismo Democrático Brasileño (PSDB), el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) y el Partido Frente Liberal (PFL), pero para ello debe sortear no pocos problemas: en Rio, por ejemplo, tendrá que conquistar el apoyo de dos sólidos candidatos que se odian entre sí: Marcello de Alencar (PSDB) y Cesar Maia (PFL).

A pesar de que las elecciones están aún lejos en el tiempo, el equipo del presidente se está preparando como si fuesen pasado mañana. Los resultados de las encuestas de opinión pública indican que Cardoso parte como favorito, seguido por el líder de la oposición Luiz Inácio "Lula" da Silva, posible candidato del Partido de los Trabajadores (PT). Lula estima que este favoritismo irá declinando hacia finales de 1997, y por ello se ha propuesto esperar antes de iniciar su campaña.

Las elecciones no son, sin embargo, el único motivo de preocupación del presidente. Otras "tormentas" aparecen en el horizonte político del gobierno con más influencia en el proceso de integración regional, sacudido en las últimas semanas por la "minicrisis" generada por la decisión brasileña de limitar el financiamiento de las importaciones (véase nota adjunta), medida que generó más de una protesta en las capitales del Mercosur. Presionado por el déficit de su balanza comercial, que superó los 4.000 millones de dólares en abril último, la medida apuntó a controlar un mecanismo especulativo al alcance de muchos importadores brasileños, gracias a los créditos y a los generosos plazos para pagar las importaciones.

Aunque en una reciente cumbre argentino-brasileña se declaró superado el *impasse* –como consecuencia de la flexibilización de la medida para los "socios" regionales–, Cardoso vino a Montevideo, entre otras cosas, a *"aclarar malentendidos y despejar dudas"*, según declaró a la prensa brasileña. Aunque su vocación integradora se mantenga intacta, y quizá reforzada, lo cierto es que el presidente brasileño tiene que atender en su frente interno cuestiones de envergadura mucho mayor que las susceptibilidades de sus socios del Cono Sur. ■

ITINERARIO DE LA VISITA

Entre elogios y huevos

EL PRESIDENTE BRASILEÑO llegó a Uruguay el domingo 4. Al día siguiente se entrevistó en privado con Julio María Sanguinetti, tuvo un almuerzo de trabajo en el Hotel Riviera con políticos y empresarios en la Asociación de Dirigentes de Marketing, pronunció discursos ante la Asamblea General y la Suprema Corte de Justicia y dio una conferencia en el Paraninfo de la Universidad de la República (véase el recuadro correspondiente). El martes 6 realizó una conferencia de prensa junto a Sanguinetti en el Palacio Estévez, participó en un seminario sobre negocios entre Uruguay y Brasil organizado por **El Observador** y la **Gazeta Mercantil** en el Hotel Victoria Plaza, recibió las llaves de Montevideo del gobierno departamental y visitó Rivera, donde firmó junto al presidente uruguayo un documento sobre el Mercosur. En la ciudad fronteriza lo esperaba un grupo de manifestantes brasileños que le arrojó botellas y huevos podridos. Ese incidente; la disconformidad de empresarios uruguayos que quizá esperaban el anuncio de cambios en la política de financiación de importaciones recientemente adoptada; y una carta de la FEUU en la que se afirmó que el proyecto de país llevado adelante por su gobierno *"profundiza la dependencia"* y *"ahonda las injusticias sociales"*, contrastaron con los múltiples elogios a Cardoso prodigados por los políticos uruguayos, con algunos matices (en la Asamblea General, el vicepresidente Hugo Batalla reclamó *"el respeto de los compromisos asumidos"* en el Mercosur y la exoneración a sus miembros de *"cualquier medida que fuera aplicada para superar situaciones de inestabilidad o desequilibrios internos"*). El discurso del presidente de la Junta Departamental de Montevideo, Jorge Zabalza, generó expectativas a raíz de su anterior oratoria para recibir al presidente francés Jacques Chirac, pero si bien el dirigente emepepista reivindicó la lucha de los Sin Tierra y recordó *"las masacres de Corumbiara y Eldorado dos Carajás"*, su mensaje, explícitamente apartado de lo protocolar, enfatizó ante todo la hermandad de los pueblos. ■

DIPLOMACIA

FH e Britto são vaiados na fronteira

Os manifestantes protestaram contra o salário dos professores, o empréstimo para a GM e a venda da Vale

24 7 MAYO

MAURO MACIEL (*)
Enviado especial/Rivera

No último dia de sua visita ao Uruguai, o presidente Fernando Henrique Cardoso deparou com vaias e aplausos na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera. Ao se dirigir para o descerramento de uma placa comemorativa à estada de três dias no país, FH e seu colega uruguaio, Julio María Sanguinetti, foram recebidos por dois públicos distintos. Enquanto do lado uruguaio do Parque Internacional que separa as duas cidades os uruguaios aplaudiam, no lado brasileiro manifestantes atiraram ovos, tomates e pedras nos dois presidentes e no governador Antônio Britto. Foram protegidos por guarda-chuvas dos seguranças.

Com faixas, cartazes e frases de efeito, os manifestantes protestaram contra os salários dos professores estaduais, a venda da Companhia Vale do Rio Doce e o empréstimo de US$ 253 milhões à GM. Também exigiram a reabertura do frigorífico Cicade, de Bagé, fechado com a demissão de 4 mil trabalhadores. "O povo está conosco, os manifestantes estão sós", comentou FH.

O manifesto contribuiu para que FH, Sanguinetti e Britto deixassem apressadamente o local rumo à prefeitura de Rivera, onde assistiram à assinatura do Ajuste Complementar ao Estatuto da Fronteira, datado de 1933, pelos ministros das Relações Exteriores dos dois países. O acordo deve dar amparo jurídico à cooperação entre as duas cidades, como a dos bombeiros. Os protestos atrapalharam os planos de empresários da Fronteira Oeste, que pretendiam entregar ao presidente um documento pedindo a criação de uma área de livre comércio em Quaraí.

PAULO FRANKEN/ZH

Contratempo: Sanguinetti (E), Fernando Henrique (C) e Britto (atrás, à direita) no Parque Internacional

A realização do leilão da Vale dividiu a atenção de FH no último dia de visita ao Uruguai. Em Montevidéu, Fernando Henrique era informado a cada cinco minutos sobre o processo de venda da mineradora, ocorrida no final da tarde na Bolsa de Valores do Rio. FH garantiu que 50% das minas a serem descobertas permanecerão nas mãos da União.

Nos três dias em que permaneceu no Uruguai, FH insistiu na necessidade de aprofundar as discussões sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que contaria com a participação das duas maiores potências americanas – EUA e Canadá. Na reunião com os representantes da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), FH pediu objetividade nas negociações em torno da fixação de tarifas sobre os produtos do Mercosul. "Precisamos ter clareza sobre o que está em jogo", afirmou.

O chanceler Luiz Felipe Lampreia, reforçou a necessidade de um debate sobre como ficaria, com a criação da Alca, o acesso dos produtos agrícolas aos mercados mais desenvolvidos. "Nós só vamos abrir mais o nosso mercado, como querem os EUA, se houver contrapartida", disse. No dia 12, haverá em Belo Horizonte uma reunião entre os representantes dos países americanos para tratar da criação da área de livre comércio.

O dia de FH em Montevidéu começou com recebimento da chave da cidade das mãos do intendente Mariano Araña. Depois participou da instalação do Conselho de Cidadãos Brasileiros. Na Praça Independência (a principal da capital uruguaia) foi fotografado por brasileiros e recebido com aplausos. "Vim a Montevidéu só para lhe ver, presidente", disse um turista. Na praça, depositou flores no túmulo do general José Artigas. No meio da tarde, FH viajou para Rivera e de lá voltou a Brasília.

Ontem, Fernando Henrique conseguiu abrir uma brecha na sua apertada programação em Montevidéu para passear pelas ruas da capital uruguaia. FH caminhou pelo centro, olhou vitrines, entrou numa loja de antiquários e assistiu a um show improvisado de violino.

** Colaborou Dione Kuhn, de Montevidéu*



22

9708452

DIPLOMACIA

Visita de FH aproxima Brasil e Uruguai

O presidente brasileiro chega a Montevidéu no final da tarde deste domingo e só retorna a Brasília na terça-feira

DIONE KUHN ZH 4-maio

Enviada Especial / Montevidéu

As relações entre Brasil e Uruguai têm tudo para ficar ainda mais intensas a partir da visita de três dias do presidente Fernando Henrique Cardoso ao país vizinho. FH desembarca no final da tarde deste domingo em Montevidéu, acompanhado de ministros e de um expressivo grupo de empresários, com a missão de derrubar entraves comerciais, aperfeiçoar antigos acordos e impulsionar novos projetos entre os dois países. Desde que Fernando Henrique e Julio Maria Sanguinetti foram eleitos, ambos em 1994, este será o quinto encontro dos dois chefes de Estado. A extensa programação oficial revela a importância que os dois governos estão dando à visita.

O Brasil é hoje o principal parceiro comercial do Uruguai (maior exportador e maior importador). Dados do Ministério das Relações Exteriores indicam um crescimento na importação de produtos uruguaios feita pelo Brasil nos últimos três anos. Em 1994, o total chegou a US$ 491 milhões, em 1995, a US$ 710 milhões e no ano passado a US$ 830 milhões. Na mensagem que deverá repassar ao povo uruguaio, FH vai ressaltar a necessidade de criar mecanismos para tornar ainda mais produtiva essa parceria.

Na lista de termos de cooperação a serem ratificados estão o acordo de atualização do tratado de fronteira, um memorando de intercâmbio de energia elétrica, um protocolo para facilitar a movimentação dos empresários entre um país e outro e até um acordo de proteção ao Rio Quaraí. Com a atualização do tratado de fronteira, que é de 1933, as prefeituras poderão promover intenso intercâmbio de serviços. Bombeiros brasileiros, por exemplo, poderão prestar socorro em cidades do Uruguai e vice-versa.

A programação oficial de Fernando Henrique começa a partir de amanhã. O único compromisso previsto para hoje é um jantar íntimo oferecido por Sanguinetti e pela primeira-dama Martha Canessa de Sanguinetti, na residência oficial do presidente uruguaio. Fernando Henrique e Ruth Cardoso ficarão hospedados na residência da Embaixada do Brasil, local considerado ponto turístico de Montevidéu. Concluída em 1913 e adquirida pelo governo brasileiro em 1941, a construção é um dos exemplos mais representativos da arquitetura francesa na capital uruguaia. O prédio de três andares que abriga a sede da Embaixada, localizada a poucos metros da residência brasileira, foi restaurado e pintado para a vinda do presidente. A 48 horas da chegada do presidente os pintores ainda retocavam as paredes externas.

Nos principais locais de visitação de FH, como o Palácio Legislativo, a Praça Independência e a Suprema Corte de Justiça, foram colocadas no início da semana passada, lado-a-lado, as bandeiras dos dois países. Na agenda oficial estão previstos três discursos – um no Parlamento, outro para os empresários e um terceiro em Rivera, fronteira com Santana do Livramento, que ocorrerá na terça-feira à tarde.

Em pelo menos um de seus inúmeros compromissos na capital uruguaia FH poderá reviver os tempos de acadêmico. A Universidade da República, inaugurada em 1849 pelo governo, convidou o presidente para ministrar uma aula Magna. A atividade é um dos destaques da programação oficial pelo fato de que poucos políticos até hoje foram convidados para uma palestra na Universidade.

FOTOS PAULO FRANKEN/ZH



Palco: vista do Palácio Legislativo, onde o presidente fará seu discurso político



Retoques: trabalhadores preparam a embaixada do Brasil para recepcionar FH

AS VIAGENS

Desde que assumiu, FH deixou o Brasil 31 vezes e visitou 24 países:

1995

- Argentina
- Chile
- Uruguai
- Venezuela
- EUA
- Alemanha
- Bélgica
- Espanha
- Portugal
- Inglaterra
- China
- Emirados Árabes
- Malásia

1996

- Argentina
- Bolívia
- Chile
- Paraguai
- México
- França
- Portugal
- Suíça
- África do Sul
- Angola
- Índia
- Japão

1997

- Inglaterra
- Itália
- Canadá

AGENDA

Estes são os principais compromissos de FH:

Domingo, 4 de maio

- 17h30min – Chegada ao Aeroporto Internacional de Carrasco, em Montevidéu

Segunda-feira, 5 de maio

- 9h50min – Encontro com o presidente uruguaio
- 11h40min – Visita à Suprema Corte de Justiça
- 12h10min – Encontro com o Círculo Diplomático
- 17h25min – Sessão solene da Assembléia Geral
- 18h20min – Aula Magna, na Universidade da República

[illegible]

- 9h30min – Homenagem ao presidente, realizada pelo Comitê de Representantes da Associação Latino-americana de Integração
- 11h30min – Cerimônia de assinatura de atos
- 15h15min – Partida para Rivera, em companhia do presidente uruguaio
- 16h05min – Chegada a Rivera e visita à Praça Internacional de Rivera e Santana do Livramento
- 17h – Cerimônia de assinatura do Ajuste Complementar ao Estatuto da Fronteira pelos ministros de Estado das Relações Exteriores do Uruguai e do Brasil
- 18h – Partida para o Brasil

■ MALESTAR CON LO OCURRIDO EN FRONTERA RIVERA-LIVRAMENTO

Piden condena por agresión a Cardoso

El gobierno brasileño exige un pronunciamiento de Lula como condición para una reunión con el presidente

EO 8/5

El gobierno de Brasil pidió ayer al líder del Partido de los Trabajadores (PT) de ese país, Ignacio "Lula" da Silva, que condene la agresión que sufrió el martes el presidente Fernando Henrique Cardoso en Rivera, al finalizar su visita a Uruguay.

Según un portavoz de la Presidencia de Brasil, Cardoso quedó sorprendido por la "agresividad" de los manifestantes, algunos de los cuales portaban banderas del PT, que tiraron huevos, piedras y botellas en una ceremonia en la plaza Independencia de Rivera.

"Pusieron en riesgo la seguridad de las delegaciones de Brasil y Uruguay. El PT debe explicar a la sociedad si entiende el convivir democrático como diálogo entre diferencias o si acepta manifestaciones como las de ayer (por el martes) en la frontera, en presencia del presidente (uruguayo) Julio María Sanguinetti", dijo el portavoz del gobierno brasileño, Sergio Amaral.

La esposa de Cardoso se salvó de ser herida porque un custodia frenó una pedrada

El vocero presidencial agregó que la esposa del presidente Cardoso, Ruth, "no resultó herida por una piedra porque su guardaespaldas, que sí resultó lesionado, alcanzó a interceptarla con la mano".

Los manifestantes gritaron proclamas contra las privatizaciones en Brasil, la proyectada ley de educación del gobierno de Cardoso y expresaron su apoyo a la organización campesina Movimiento de los Sin Tierra.

DIPLOMACIA

FH recua para evitar atrito com Uruguai

O presidente passou o dia tentando convencer seus anfitriões de que restrições a importações não atingem o Mercosul

DIONE KUHN
Enviada Especial / Montevidéu

O presidente Fernando Henrique Cardoso passou o seu segundo dia de visita a Montevidéu tentando desfazer o que ele chamou de um mal-entendido. O recente anúncio de que o governo brasileiro reduziria o financiamento das importações com prazos acima de 360 dias em nenhum momento mencionava a exclusão dos países do Mercosul. Constrangido, porém, pela reação dos anfitriões, FH teve de garantir que a medida não atingiria o Uruguai – que tem no Brasil seu principal parceiro comercial –, nem a Argentina e o Paraguai.

Pela manhã, depois de ter recebido as honrarias de chefe de Estado em frente ao Edifício Libertad – sede do governo –, Fernando Henrique se reuniu a portas fechadas com o presidente Julio Maria Sanguinetti. "Esclareci ao presidente Sanguinetti que as medidas não se referem ao Mercosul", afirmou FH, numa rápida entrevista à imprensa. "É assunto resolvido", completou. Ao seu lado, Sanguinetti não quis comentar o assunto.

"Eles estavam apavorados e chateados", disse o governador de Sergipe, Albano Franco, que participou de uma reunião entre os representantes dos dois governos. Os uruguaios estavam indignados principalmente porque, recentemente, durante encontro entre FH e o presidente da Argentina, Carlos Menem, foi decidido que os governos do Mercosul seriam comunicados previamente de qualquer decisão envolvendo medidas restritivas para evitar surpresas.

No almoço com mais de 500 empresários uruguaios, promovido pela Associação de Dirigentes de Marketing, o assunto voltou à tona. Fernando Henrique negou mais uma vez a existência de restrições aos países do Mercosul e disse que a redução dos prazos de financiamento a longo prazo foi uma medida burocrática do Banco Central. "Não passou por mim, mas se houver prejuízo aos países do Mercosul eu vou mudá-la", assegurou. O presidente da União dos Exportadores do Uruguai, Daniel Soloducho, chegou a reclamar uma explicação de FH nos jornais. Ao final do almoço, no entanto, aplaudiu o discurso de 40 minutos do presidente.



FOTOS PAULO FRANKEN/ZH

Constrangimento: FH (E) teve uma reunião a portas fechadas com Sanguinetti (D) durante a manhã



Homenagem à brasileira

Dez alunos conseguiram quebrar o protocolo no segundo dia de visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Uruguai. Seis meninas vestidas de baiana e quatro meninos com os trajes de lutadores de capoeira cercaram FH, na saída de uma reunião com o presidente Julio Maria Sanguinetti, para uma fotografia. Apesar da nacionalidade uruguaia, as crianças puderam se comunicar rapidamente com FH falando em português. Isso porque elas estudam nas escolas públicas de Montevidéu denominadas Brasil e Rio Branco, que há 10 anos ensinam a língua portuguesa no lugar do inglês. São mais de 500 estudantes, da 1ª a 6ª séries, que atualmente aprendem o português. Com a criação do Mercosul, a escola Brasil passou a fazer um intercâmbio com a Escola Uruguai, localizada em Porto Alegre, onde é ensinado o espanhol.

A preocupação dos uruguaios com a possibilidade de o país ser incluído nas novas medidas de ajuste do governo brasileiro também foi transmitida pelo vice-presidente da República e presidente do Senado, Hugo Batalla. A presença de Fernando Henrique no Palácio Legislativo foi um dos momentos mais esperados da segunda-feira. FH discursou diante de 31 senadores e 99 deputados que compõem a Assembléia Geral.

O esperado protesto da Federação de Estudantes contra as políticas econômicas do Brasil e do Uruguai, marcado para a frente da Universidade da República, onde FH deu uma palestra, não ocorreu. Os universitários decidiram entregar ao reitor Jorge Brovetto um documento de solidariedade aos sem-terra para ser repassado ao presidente.

Sempre protegido por um forte esquema de segurança, o presidente também visitou a Suprema Corte de Justiça, onde fez um breve discurso sobre democracia e independência dos Poderes e recebeu um jogo de xadrez do presidente do Judiciário, Milton Cairoli. Com o presente nas mãos, FH quebrou a formalidade do encontro afirmando que costuma jogar xadrez na política.

Na única entrevista do dia, Fernando Henrique disse estar confiante de que a Justiça brasileira irá autorizar a venda da Companhia Vale do Rio Doce. O leilão foi suspenso no dia 29 de abril devido a uma liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça. "Está claro que não há irregularidades no mérito", afirmou FH. "A questão é muito mais formal, mas a Justiça também se faz de formalidades."

No segundo dia de sua visita ao Uruguai, o presidente mobilizou a atenção das pessoas que transitavam na Avenida 18 de Julio, uma das mais movimentadas de Montevidéu, quando se dirigiu a pé da Suprema Corte para o Palácio Santos, sede do Ministério das Relações Exteriores, onde houve um encontro reservado com o corpo diplomático.

A extensa programação terminou com um jantar oferecido por Sanguinetti em homenagem a Fernando Henrique, no Museu de Artes Visuais. A visita oficial se encerra hoje, em Rivera, onde os dois presidentes assinarão diversos acordos.

SEGUE

9708452

DIPLOMACIA

Política externa valoriza Mercosul

FH exortou a união no Congresso uruguaio

Montevidéu

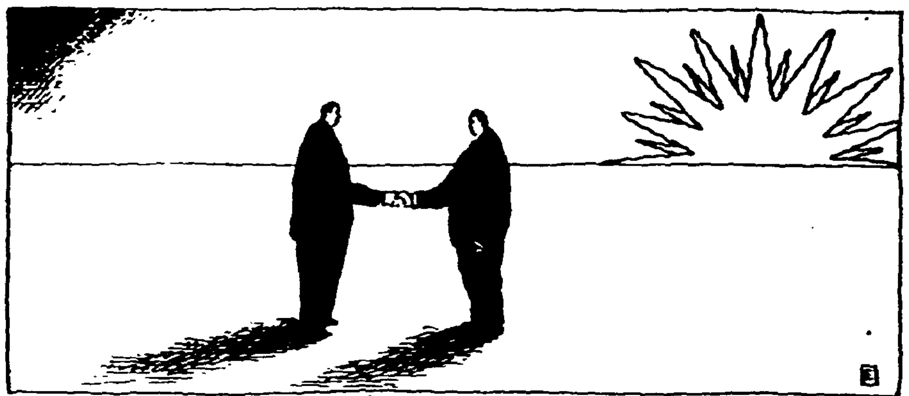
24 6 MAR 97

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem à tarde, no Congresso do Uruguai, que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) é a prioridade da política externa de seu governo. "O Mercosul é a pedra angular sobre a qual estamos construindo a modernidade necessária ao Brasil para enfrentar desafios e riscos da chamada globalização da economia mundial", disse Fernando Henrique aos parlamentares uruguaios.

Em visita oficial de dois dias ao Uruguai, Fernando Henrique lembrou que viajou para Montevidéu como presidente eleito para deixar clara a importância dada por seu governo à continuidade do processo de integração regional proporcionada pelo Mercosul. Segundo o presidente, depois de dois anos e meio de mandato, é natural que surjam ao longo desse processo dúvidas e dificuldades. Mas essas, na opinião de FH, podem ser resolvidas e superadas no espírito da compreensão mútua e do entendimento que deve caracterizar a ação de sócios comprometidos em um empreendimento comum. FH se referia ao conflito causado pela decisão do Banco Central de aplicar restrições às importações sem ter consultado com antecedência seus sócios.

Fernando Henrique preferiu chamar a atenção para o fato de que o incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Uruguai é resultado positivo da existência do Mercosul. "O Brasil é o maior importador de produtos uruguaios e o maior exportador de bens e serviços para o mercado uruguaio", ressaltou. "Somente no ano passado, as exportações uruguaias para o Brasil aumentaram em quase 20%", lembrou.

As relações com o Uruguai



ZH 6 MAIO

Há motivos gerais e há também razões específicas para destacar a visita oficial que o presidente Fernando Henrique Cardoso cumpre nestes dias ao Uruguai. Mantemos com os vizinhos do sul uma tradição histórica de boas relações que o Mercosul, com seu intercâmbio acelerado, só fez ampliar e consolidar. É com o Brasil que o Uruguai tem sua única fronteira seca e é o Brasil seu maior parceiro comercial.

O encontro dos presidentes uruguaio e brasileiro tem, no entanto, um significado estratégico que ultrapassa o das questões bilaterais. Inscreve-se, de fato, num processo de preparação da posição dos países do Mercosul para a reunião da semana que vem em Belo Horizonte, quando se discutirá, com os demais países do hemisfério, a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Neste sentido, a visita oficial ao Uruguai está permitindo que Fernando Henrique Cardoso debata com Julio María Sanguinetti os temas que já discutiu com Carlos Menem, da Argentina, e com Juan Carlos Wasmosy, do Paraguai. Pretendem os signatários do Tratado de Assunção ter uma posição afinada na reunião de Belo Horizonte, preservando as conquistas que o Mercosul ensejou até agora.

É elogiável a diligência brasileira em conversar com as autoridades uruguaias, argentinas e paraguaias. Ela visa a impedir que conflitos eventuais – como o que se originou das limitações brasileiras às importações – dificultem o trabalho integrado dos quatro países na defesa comum de seus interesses.

Outras questões comuns aos dois países também fazem parte do programa presidencial. Felizmente, essas questões têm a cooperação como tônica. Todo o Brasil – e especialmente o Rio Grande do Sul – vê com interesse o projeto para a construção da estação conversora em Santana do Livramento, que facilitará a integração das rêdes elétricas dos dois países, acompanha com atenção o debate sobre o traçado da rodovia do Mercosul, que ligará São Paulo a Buenos Aires – cortando os territórios sul-brasileiro e uruguaio – e apóia as ações conjuntas de combate à aftosa, temas que constam da pauta da cúpula presidencial.

Felizmente para os dois países, a tônica está mais na cooperação que no conflito

Como conflito de situação aguda, pode-se pinçar apenas essa recente edição de normas brasileiras que restringiram as importações. O Uruguai e os demais países do Mercosul consideram que a ação unilateral do Brasil, por justificável que fosse, não se adequou ao espírito do Tratado de Assunção. É de se esperar que a tradição de fidalguia que tem presidido as relações diplomáticas e comerciais entre os dois países prevaleça também na compreensão mútua desse problema e no encaminhamento de uma solução fraterna.

TRAS LA CRISIS COMERCIAL

Consenso para coordinación en Mercosur

Los dos jefes de Estado manifestaron ayer su confianza respecto a que no se repetirán las medidas internas que puedan derivar en perjuicios comerciales a los socios del bloque



La visita del presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, finalizó ayer con un consenso respecto a la necesidad de profundizar las instancias de coordinación macroeconómica entre los gobiernos del Mercosur, de manera de evitar diferendos como el recientemente suscitado por la restricción brasileña a las importaciones.

Tras escuchar repetidas veces las quejas de los empresarios uruguayos acerca de la pérdida de exportaciones, Cardoso justificó la medida como una forma de asegurar la estabilidad interna de la ec[illegible]mía brasileña. Pero también [illegible] comprometió a buscar la form[illegible] eliminar los perjuicios para aquellos sectores más afectados por la restricción comercial

Los miembros del gobierno uruguayo manifestaron su comprensión respecto a los motivos que llevaron a Brasil a tomar la polémica medida y destacaron nuevamente que la estabilidad brasileña es considerada un bien común de todo el Mercosur, pero reclamaron una mayor comunicación entre los gobiernos para evitar que las medidas correctivas puedan generar distorsiones en los flu[illegible] comerciales.

Mosca planteó que la coordinación económica debe figurar en la agenda del bloque

E[illegible] sentido, el ministro de Econo[illegible]a, Luis Mosca, al participar ayer en el foro "Negocios Uruguay-Brasil: los nuevos escenarios", organizado por *El Observador* y Gazeta Mercantil, dijo que la coordinación macroeconómica es uno de los imperativos del bloque para el futuro próximo.

"En primer lugar es imprescindible alcanzar un acuerdo sobre las ayudas de los respectivos estados en lo que hace a sus políticas industriales y de apoyo sectorial y, asimismo, es imperioso poder considerar una agenda mínima de coordinación macroeconómica, orientada a evitar que medidas de ajuste que los gobiernos deban adoptar como parte de la administración de la coyuntura no afecten los flujos comerciales entre los países", expresó Mosca.

El ministro propuso "dar pasos concretos en la elaboración de instrumentos que nos permitan tratar al comercio regional como comercio interno, de manera que todas aquellas acciones destinadas a corregir desequilibrios de pagos externos no impongan distorsiones en nuestro comercio regional".

Advirtió que si los gobiernos no avanzan en acuerdos todavía pendientes se corre el riesgo de que el proceso del Mercosur llegue a ser "dictado por árbitros".

"Existen áreas en que aún no alcanzamos consensos mínimos", recordó.

Para Mosca, la falta de coordinación como un tema en la agenda del Mercosur pone a los países socios al borde de continuas controversias, y puede invertir la "secuencia lógica del proceso de integración". Argumentó que el arbitraje debe ser posterior a la negociación política y no a la inversa.

MENSAJE DE TRANQUILIDAD

Sobre este tema, el presidente brasileño afirmó, durante la conferencia de prensa brindada ayer junto a su colega uruguayo, Julio María Sanguinetti, que tras la última reunión de ministros de Economía se ha establecido de hecho una instancia de coordinación macroeconómica.

Agregó que ello dará seguridad respecto a que no se reiterarán las sorpresas dentro del bloque, y que quería dejar en el país un mensaje de "tranquilidad".

UN PEDIDO POR EL ALCA

Como contraparte de las promesas realizadas en Uruguay, el presidente brasileño y los ministros que lo acompañaron hicieron hincapié sobre la importancia que tendrá una posición unida del Mercosur en las negociaciones para la conformación del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA). Brasil ha solicitado el apoyo de los países socios del Mercosur para sustentar ante Estados Unidos su posición de que la integración comercial en el ALCA debe ser gradual y no inmediata.

El gobierno uruguayo aseguró su apoyo a la postura brasileña, tanto por parte del presidente Julio María Sanguinetti como del ministro Luis Mosca, quien participará en la reunión del ALCA a celebrarse en Belo Horizonte la semana próxima.

Sanguinetti recordó, en ese sentido, que en la Unión Europea se ha generado un debate respecto a si el bloque debe expandirse o profundizar su actual nivel de integración. Manifestó que, enfrentado a ese mismo dilema, el Mercosur debe optar por profundizar y consolidar la unión aduanera para luego sumarse a otras iniciativas de integración regional.

Más confusión sobre las restricciones

La aplicación al Mercosur de una extensión de la restricción crediticia a las importaciones brasileñas con plazo superior a un año siguió generando confusión ayer.

Luego que el presidente brasileño, Fernando Henrique Caroso, confirmó el lunes que la nueva decisión no afectaría a los países socios del bloque, ayer se conoció en Brasil una versión del Banco Central que contradecía lo dicho por el mandatario.

Despachos de las agencias noticiosas dieron cuenta de declaraciones de funcionarios a la prensa brasileña, en el sentido de que la extensión de la restricción crediticia a las importaciones con financiación superior a un año no es una medida sino una reglamentación de la restricción general y que, por consiguiente, no excluyen a país alguno.

CULPA DE BURÓCRATAS

Por otra parte, el viceministro de Hacienda, Pedro Parente, aseguró que la nueva decisión no fue adoptada en forma inconsulta, ya que el gobierno argentino fue informado con antelación, según el pedido del mandatario argentino, Carlos Menem, a Cardoso.

El presidente brasileño, tras ser increpado el lunes por los empresarios uruguayos, se disculpó con el argumento de que muchas veces "las burocracias" adoptan medidas que son desconocidas por los propios presidentes. Agregó que existe "falta de experiencia en el nuevo escenario internacional".

Respecto a la última medida sobre la restricción comercial dijo que es seguro que el Mercosur no está afectado y que, si lo estuviera, él personalmente daría la orden de que la situación fuera dejada sin efecto.

Análisis
HORACIO BAFICO

La ganancia real de Brasil

Desde los inicios del Mercosur, las autoridades brasileñas han manifestado la máxima prioridad que su país le concede al proceso de integración.

La pregunta que uno podría hacerse es por qué un país tan grande tiene tanto interés en asociarse con economías más pequeñas, máxime cuando el intercambio comercial con ellas representa menos del 15% de su intercambio total.

El propio Cardoso se encargó de responder a este interrogante: Brasil aspira a incrementar su exportación de maquinaria a la región.

Amparadas por la protección del Arancel Externo Común, que regirá plenamente a partir del año 2006, las exportaciones brasileñas de maquinarias al Mercosur seguramente se incrementarán. Ello estaría señalando para la economía uruguaya la cara negativa del proceso de integración: el desvío de comercio desde un proveedor eficiente, pero caro debido a los aranceles, hacia otro más barato pero no tan eficiente. Esa dependencia creciente de una tecnología que no es la más avanzada incidirá negativamente en la competitividad global de la producción, la que necesita ser cada vez más eficiente para conquistar nuevos mercados y no estar tan atada a uno solo.

VISITA DEL PRESIDENTE DE BRASIL

■ LOS MANDATARIOS TIENEN CONFIANZA EN LA ESTABILIDAD POLÍTICA Y ECONÓMICA DE LA REGIÓN

Compromiso de profundizar integración

Sanguinetti y Cardoso destacaron, al cierre de la conferencia organizada por Gazeta Mercantil y El Observador, *logros en materia de incremento de comercio e integración social*



Con la confianza en que la estabilidad política y económica ya están logradas en la región y de que hay un consenso sobre cuáles son los caminos a seguir en la relación con el mundo, los presidentes de Uruguay, Julio María Sanguinetti, y de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, confirmaron su compromiso para una mayor profundización del proceso de integración del Mercosur.

Al cierre de la conferencia "Negocios Uruguay Brasil: los nuevos escenarios", los dos mandatarios ratificaron su optimismo en que este tipo de encuentros genere un clima de confianza en el seno del bloque regional, al tiempo que destacaron los logros obtenidos en materia de incremento del comercio y de integración social.

"El proceso de integración dejó de ser un debate de aranceles"

El presidente uruguayo –que se mostró muy cómodo, tranquilo y bromista– destacó, al cerrar la conferencia, el papel que juega la prensa en un proceso de integración. En ese sentido recordó que había hablado, en los años previos a su actual mandato, con el entonces canciller Cardoso para [trans]mitirle su inquietud para [inv]olucrar a otros actores, además de los políticos y económicos, en el proceso de integración". De esa conversación surgió la idea de Gazeta Mercantil, asociada a *El Observador* y a otro diario en Paraguay para generar hoy "una masa de pensamiento muy importante, de más de 300 mil personas que leen sobre integración y que no es un público distraído o de ocasión".

Toda esta introducción le sirvió a Sanguinetti para señalar que "el proceso de integración dejó de ser un debate de aranceles, y que cada día se va perfeccionando, ampliando y que la voluntad inequívoca de los estados es seguir profundizando ese proceso".

Cardoso, por su parte, subrayó que para Brasil el Mercosur no sólo tiene una importancia estratégica en lo político sino también en lo económico, ya que es allí donde coloca el fuerte de su producción industrial. Al mencionar el porcentaje de comercio brasileño con los socios del bloque, Cardoso expresó que "el 15% del comercio brasileño con el Mercosur es importantísimo porque hace a la producción con mayor valor agregado".

Sanguinetti había dicho minutos antes, dando cuenta de la importancia del bloque regional, que lo que hoy es 15% en Brasil hace 10 años era un 4%, y que en el caso de Uruguay el comercio del 45% que tiene hoy con el Mercosur, hace 10 años era menos del 20%.

Con respecto a los tensiones originadas por las medidas restrictivas brasileñas, Cardoso confió en una solución del tema, al tiempo que recordó que "todas las dificultades que han surgido hasta ahora se han resuelto con rapidez y para mejor".

En ese sentido el mandatario visitante justificó las medidas adoptadas por Brasil en pos de un interés superior como la estabilidad económica de su país. Dijo en tono cómplice: "Estamos todos ganando, y Uruguay ha ganado mucho con el Mercosur, entonces hay ventajas que permiten que haya momentos en que no se pueda ganar tanto para garantizar lo que es importante, como la permanencia de expectativas positivas" en la economía brasileña.

En los pasajes finales de su discurso el presidente norteño subrayó el momento histórico en las definiciones sobre la conformación del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA) al tiempo que afirmó que "el modo, cuándo y cómo nos integremos al ALCA va a definir nuestro futuro en el siglo venidero". En esa línea remarcó que aunque es temprano para definiciones sobre moneda única en la región, "no es temprano para que ajustemos nuestras expectativas y nuestros termómetros" de cara a la discusión sobre cómo entrar en el ALCA y "cómo mantener al Mercosur en eso".

"Estamos todos ganando, y Uruguay ha ganado mucho con el Mercosur"

Al concluir su discurso Cardoso agradeció a Uruguay "porque siempre fue un buen socio" y alentó "la esperanza en que en las negociaciones con el ALCA podamos alcanzar una integración más amplia", aunque advirtió que ésta tiene "que ser de provecho".

Sanguinetti, al concluir su intervención, expresó que "no estamos en tiempos de administrar crisis, estamos en tiempos de construir y esos son tiempos muy difíciles pero también muy esperanzadores".

■ CONFERENCIA DE PRENSA

Coinciden en un tribunal jurisdiccional



Los presidentes de Uruguay, Julio María Sanguinetti, y de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, coincidieron en la creación de un tribunal jurisdiccional que resuelva las controversias sobre las leyes que se aplican y que se originen en el Mercosur, pero no en uno que entienda en materia de política económica.

Los presidentes acordaron que para solucionar las controversias basta con el accionar del grupo de coordinación macroeconómica de los ministerios de Economía, el que se reunió por primera vez el pasado 23 de abril en Asunción del Paraguay y que volverá a hacerlo próximamente, según anunciaron ayer en la conferencia de prensa realizada en el edificio Independencia.

Cardoso y Sanguinetti firmaron ayer un protocolo adicional al Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio, que tiene como fin agilizar las actividades empresariales de ciudadanos de ambos países. Este protocolo facilita los trámites de residencia y la supresión de la exigencia de depósitos de la parte brasileña.

Los otros acuerdos tienen que ver con el mejoramiento del aprovechamiento y la gestión de los recursos naturales, fundamentalmente hídricos, que comparten Uruguay y Brasil, así como el impulso de la interconexión eléctrica y la construcción de ejes viales en el Mercosur.

"Las negociaciones por el ALCA con Estados Unidos son muy duras"

Los dos presidentes también firmaron una declaración conjunta en la que resaltan los puntos de acuerdo entre los dos países en materia regional y de relaciones bilaterales, y que da un paso para culminar con la tirantez generada por las limitaciones que Brasil impuso sin consultar a sus socios del bloque.

"La estabilidad económica de cada socio es fundamental para la prosperidad de los demás, por lo que es prioritario desarrollar procedimientos de diálogo y coordinación con vistas al establecimiento de criterios y políticas comunes en un número creciente de áreas y sectores", señala en su parte medular la declaración.

Al analizar las medidas que adoptó Brasil en relación a las importaciones y que fue el tema dominante durante la visita de Cardoso, Sanguinetti expresó que "el empeño de estabilidad que busca el presidente de Brasil nos da tranquilidad sobre el futuro del Mercosur".

Cardoso, por su parte, abogó por la integración "como una forma de establecer una mejor sociedad, que sea más justa" y calificó de "excelentes" las relaciones con Estados Unidos al responder una pregunta de un periodista brasileño.

El presidente de Brasil aseguró que no recibe presiones de EEUU en las negociaciones para la creación del ALCA sino que tenían "negociaciones muy duras".

Luego de la conferencia de prensa, los presidentes dejaron de lado el protocolo y dirigieron sus pasos hacia la peatonal Sarandí. Allí, ante el asombro de transeúntes, Cardoso y Sanguinetti ingresaron a una casa de antigüedades donde estuvieron curioseando, pero no compraron nada.

VISITA DEL PRESIDENTE DE BRASIL

"NEGOCIOS URUGUAY -BRASIL: LOS NUEVOS ESCENARIOS"

Seminario destacó protagonismo privado

Empresarios y funcionarios de los dos países reconocieron el compromiso que el sector privado asumió respecto al proceso de integración y reclamaron reglas de juego estables



El compromiso asumido por el sector privado en el proceso de integración regional fue la expresión predominante de los funcionarios y empresarios que participaron ayer en el seminario "Negocios Uruguay-Brasil: los nuevos escenarios", organizado por *El Observador* y Gazeta Mercantil.

El director de *El Observador*, Ricardo Peirano, destacó la participación del sector empresarial en el Mercosur, del cual –señaló– se espera que muestre reglas de juego claras. Agregó que las exposiciones realizadas por los participantes habían puesto de manifiesto que Brasil considera prioritario al Mercosur y que los socios del bloque aprendieron a ver la estabilidad económica brasileña como un bien común.

Hubo quejas por parte de los representantes de las zonas francas

El director de Gazeta Mercantil, Luiz Fernando Ferreira Levy, indicó que se había tornado evidente la necesidad de profundizar la coordinación macroeconómica en el bloque. Agregó que el Mercosur se enfrenta a un momento crucial al negociar el ingreso al Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

EXPERIENCIAS EMPRESARIAS

Como representante de los empresarios brasileños, participó en el panel el presidente de la empresa constructora Metodo Engenharia, Víctor Foroni, quien se refirió al caso concreto de su empresa para ilustrar la manera en que firmas de su país ven a Uruguay como un lugar estratégico para su expansión regional.

Foroni destacó como ventajas percibidas por los brasileños el buen nivel cultural de los trabajadores y la apertura en lo financiero. Sin embargo, indicó que es necesaria una mayor unificación de las legislaciones laborales.

Ernesto Amorín, directivo de la empresa uruguaya Cerealín, destacó el gran potencial que existe en el mercado brasileño para los exportadores uruguayos. Recordó que tenía prejuicios antes de iniciar negocios en Brasil, pero que luego comprobó que es un buen mercado a conquistar.

FINANCIACIÓN

El presidente del Banco República, César Rodríguez Batlle, dijo que la entidad continuará profundizando en las actividades del crédito agropecuario, crédito para la inversión y la reconversión.

El banco –señaló– ofrece a los proyectos de inversión y reconversión líneas de financiamiento, con plazos de hasta 12 años y con períodos de gracia. "Para las exportaciones, en plazos de 180 días las tasas de interés varían entre la tasa Libor más medio punto hasta Libor más 1.5 puntos", agregó.

Rodríguez Batlle enfatizó que desde hace años "el banco ha visualizado la importancia de tener sucursales en la región, especialmente en el Mercosur. Es el caso de Brasil, donde funcionan desde hace más de una década filiales en San Pablo y Porto Alegre".

"Esta presencia ha facilitado negocios entre ambos países, dando lugar a que aquellos aumentaran como lo ratifican los números del intercambio. En varias oportunidades las sucursales han financiado a importadores brasileños, evitando que se cortaran corrientes de negocios por coyunturas internas", destacó.

El director de la Zona Franca Montevideo, Osvaldo Dovat, reclamó que sean eliminadas las restricciones que actualmente rigen para el comercio desde estos enclaves hacia la unión aduanera.

Reiteró la petición respecto a que los productos ensamblados en una zona franca no paguen el arancel externo común cuando ingresen al Mercosur.

Criticó el decreto emitido por Brasil el año pasado, por el cual se exige que todo automóvil debe provenir directamente de su país de origen para usufructuar la rebaja arancelaria del 70% al 35%.

Dornelles dio tranquilidad sobre las perspectivas

El ministro de Industria y Comercio de Brasil, Francisco Dornelles, destacó ayer las buenas perspectivas de la economía brasileña para este año y pronosticó un crecimiento del Producto Bruto Interno (PBI) en el entorno de 5% y una inflación inferior a 7%.

Dornelles hizo cuestión de despejar temores respecto a la gravedad del déficit de balanza comercial y del déficit fiscal del sector público y desestimó cualquier posibilidad de variar la política cambiaria.

Indicó que el ingreso de capitales por inversión externa directa fue de US$ 9.400 millones, lo que aleja los temores de que el desequilibrio en la cuenta corriente pueda presionar la economía brasileña. "Con la apertura de la economía, con la privatización de los sectores de comunicación, energía, transporte, con la flexibilización del monopolio del petróleo, las inversiones extranjeras directas pueden alcanzar la cifra de US$ 16.000 millones, por lo que tenemos la misma facilidad para financiar el déficit en cuenta corriente que las que había en 1996", agregó el ministro.

Indicó que el déficit del sector público, que el año pasado alcanzó 3,85 del PBI, fue motivado por la necesidad de la reestructuración del sistema financiero nacional, que "ya está consolidado".

Destacó asimismo el crecimiento del comercio entre Brasil y los socios del Mercosur.

"DEBE ABOCARSE AL ASPECTO HUMANÍSTICO"

Cardoso elogió el papel de la Aladi

El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, rechazó las "injusticias sociales" existentes en la región y dijo que se debe realizar el máximo esfuerzo para "mejorar las condiciones de vida de nuestros pueblos" erradicando las grandes desigualdades internas y externas.

Las manifestaciones fueron realizadas ante el comité de representantes de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi), entidad que, según el mandatario, tiene un papel indispensable que cumplir en el proceso de integración de la región y con otros bloques, pero advirtió que además del relacionamiento comercial, aranceles y normas técnicas, debe abocarse al "aspecto humanístico de la integración".

En un pasaje de su discurso, que fue largamente aplaudido, señaló que los países latinoamericanos sufren actualmente las derivaciones de "un temblor de tierra fuerte" que ha modificado las bases de producción mundial. Catalogó como una "revolución" los avances productivos logrados como consecuencia de las nuevas tecnologías que surgen día a día.

"Se están definiendo en Aladi las relaciones comerciales de la región para el próximo siglo"

"Se están definiendo en Aladi las relaciones comerciales de la región para el inicio del próximo siglo", señaló Cardoso y advirtió que en ellas "no hay lugar para imposiciones ni exclusiones".

"Brasil es un país de economía diversa, que no se puede encajonar en una sola línea comercial y necesita oxígeno como Europa, Estados Unidos, Japón o China", afirmó

GRAN CRECIMIENTO

El secretario general del organismo, Antonio Antunes, dijo que "el comercio intra-Aladi viene creciendo a un promedio superior al 23% al año y ya asumió un papel estratégico similar al comercio con Estados Unidos, Europa y Asia, calificándose como firme peldaño para nuestra competitividad en el mercado mundial".



Dijo que actualmente existe una decena de acuerdos bilaterales, plurilaterales y subregionales de libre comercio y están en vías de negociación otros cinco acuerdos. Señaló que "los 10 acuerdos vigentes permitirán que el comercio entre los países de la Aladi esté libre de toda restricción en el 75% de su valor en el año 2004".

Indicó que el proceso del ALCA tiende a encaminarse "avasallantemente hacia una única negociación multilateral".

■ SUSCRIBIERON DOCUMENTOS DE COOPERACIÓN

Huevos e insultos en la línea de frontera

La visita de Cardoso culminó con inesperados incidentes en la plaza que separa a Rivera y Livramento promovidos por opositores al gobierno brasileño

POR ALEJANDRO FERREIRO
enviado a Rivera

Con una sorpresiva complicación de último momento terminó ayer la visita oficial a Uruguay del presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que fue abucheado y agredido por grupos izquierdistas brasileños en la plaza que separa a Rivera de Livramento.

En la Intendencia Municipal de Rivera las autoridades de los dos países firmaron un acuerdo de cooperación que dio carácter jurídico a una relación binacional que, en los hechos y desde hace años, se ha consolidado entre los gobiernos de esa ciudad y Santa Ana do Livramento.

Sanguinetti destacó que la experiencia fronteriza ha guiado el proceso del Mercosur

Tras el acuerdo, Sanguinetti aseguró que "la sabiduría de los pueblos se adelantó a los tratados" y que en Rivera "no se precisó del Mercosur para que existiera el libre comercio". Agregó que el proceso regional intenta hacer lo que ya han logrado las dos ciudades fronterizas y que si el Mercosur avanza lo hace guiado por la experiencia de esta zona, "que es el farolito en proa que nos sigue guiando".

Cardoso, por su parte, coincidió en sus palabras con Sanguinetti y añadió que las dos ciudades y sus pobladores desarrollaron un sentimiento de unidad pero sin perder sus identidades.



A las 17 horas y cuando el presidente Julio María Sanguinetti, su colega Cardoso y las dos comitivas presidenciales ingresaban a la plaza Internacional de esta ciudad, un grupo de manifestantes brasileños abucheó y lanzó huevos y otros objetos contra las autoridades.

El objetivo del recorrido era descubrir dos placas recordatorias para celebrar los años que unen a las dos ciudades. El propio Cardoso había propuesto a su colega uruguayo y a las cancillerías de ambos países que su gira terminara con la visita a esta ciudad que es –tal cual lo expresaría luego– un símbolo de "hermandad".

Sin embargo, y a pesar de la expectativa que despertó la visita, nadie pareció haber previsto con anterioridad el caos que se desató en apenas segundos. Desde que cayó el primer huevo hasta que las delegaciones se fueron del lugar rumbo a la Intendencia pasaron apenas unos minutos. La ceremonia se cortó abruptamente, los presidentes descubrieron en segundos las dos placas y, apurados por los guardias de seguridad de ambos países, emprendieron la retirada.

No hubo mucho tiempo para fotos protocolares, los reporteros gráficos comenzaron a trasponer las vallas que los alejaban de las autoridades para captar el desorden y los periodistas a buscar alguna palabra que diera cuenta de la situación. La seguridad uruguaya y las propias autoridades del país manifestaban en sus rostros la sorpresa y el malestar por el momento que estaban pasando. Los guardaespaldas brasileños, por su parte, demostraron estar más acostumbrados a este tipo de incidentes y, a pesar de las altas temperaturas de un día soleado, tenían consigo un par de paraguas que les servían de escudos para proteger a los suyos de la lluvia de proyectiles.

Cardoso mismo intentó sobreponerse y se salió del cerco de seguridad avanzando sonriente hacia un costado menos conflictivo de la plaza para saludar a una "hinchada" que tenía aspecto apacible. No se equivocó, la mayoría estaba dispuesta a aplaudirlo y el presidente a sonreírle, pero una botella vacía descartable que cayó a dos metros del mandatario terminó con el intercambio de saludos.

Los manifestantes estaban desde temprano a un costado de la plaza. Pertenecían, según sus pancartas, a los ex funcionarios de Cicade, un frigorífico de Bagé que cerró hace dos años y dejó a 4 mil personas sin trabajo, y a los sindicatos de la enseñanza, entre otros. Banderas del Partido de los Trabajadores (PT), del Partido Comunista (PCB) y del Socialista (PSB) flameaban en el sitio. Del otro lado de la plaza estaban apostados los ciudadanos uruguayos, sin carteles. En pocos metros dos países, dos hinchadas y partidos diferentes. Unos aplaudían, los otros reclamaban. Una hora antes de la llegada de los mandatarios, y consultado por este cronista, un policía brasileño comentó: "Cuando venga Cardoso los va a tener que escuchar. Porque así es la democracia".

■ .. ANA DESTACÓ LA PERSONALIDAD DEL VISITANTE

Zabalza reivindicó a "los sin tierra"

Luego de advertir que su discurso no se iba a enmarcar en las líneas del protocolo, el presidente de la Junta Departamental de Montevideo, Jorge Zabalza, reclamó al presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, justicia para los campesinos asesinados en su país.

La afirmación fue realizada en la ceremonia en la que el mandatario brasileño recibió las llaves de la ciudad de Montevideo de manos del intendente Mariano Arana, quien dijo que simbolizan "el afecto que profesamos los montevideanos a su nación y a su pueblo".

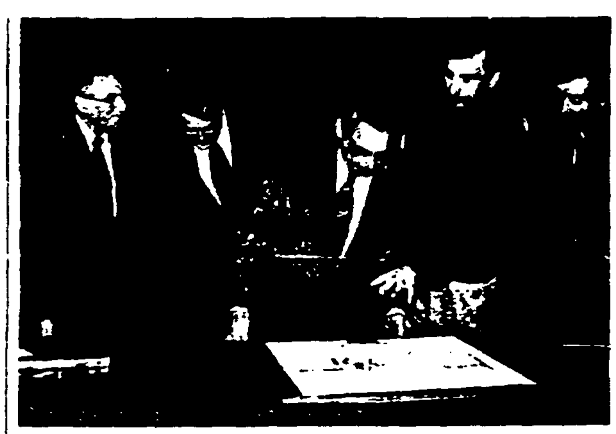
Desconociendo las críticas de las que fue objeto cuando se dirigió al presidente de Francia, Jacques Chirac, en su visita oficial a Uruguay, Zabalza comenzó su discurso ante Cardoso señalando que "protocolo es hablar sin decir nada, una serie de reverencias engominadas, el frac y la galera, zalamerías propias del siglo dieciocho". Agregó que la diplomacia es una "danza de marionetas" y que "es hora que se libere de tanto formulismo sin sentido".

Para Zabalza, Brasil y Uruguay están hermanados por formar parte "del Tercer Mundo" que –dijo– "es uno solo", y porque ambos países deben pagar su deuda externa "al mismo usurero, al norte de la opulencia, al dumping y los subsidios para la competencia desleal".

"Protocolo es hablar sin decir nada, una serie de reverencias engominadas"

Expresó que también están hermanados porque ambos pueblos "reclamamos al unísono justicia para los campesinos, porque ambos pueblos caminamos junto a los sin tierra y mucho coraje, y compartimos juntos su mensaje pacífico y firme, su hambre de justicia social". Por otra parte, Zabalza señaló a la globalización como un elemento negativo porque ésta generaliza "la exclusión y la miseria". No obstante, dijo que la diversidad cultural existente "no podrá ser reducida a la pobreza de pensamiento único y la cultura enlatada".

Cardoso, quien también dijo que hablaría sin protocolo y sin leer ningún texto, señaló que América Latina vive hoy un momento "histórico" porque tiene la posibilidad de "crear condiciones más justas para el conjunto de la sociedad". En este sentido sostuvo que le corresponde a las actuales generaciones dirigentes "crear un espacio de igualdad más fuerte (que) ofrezca a las poblaciones condiciones de vida mejores".



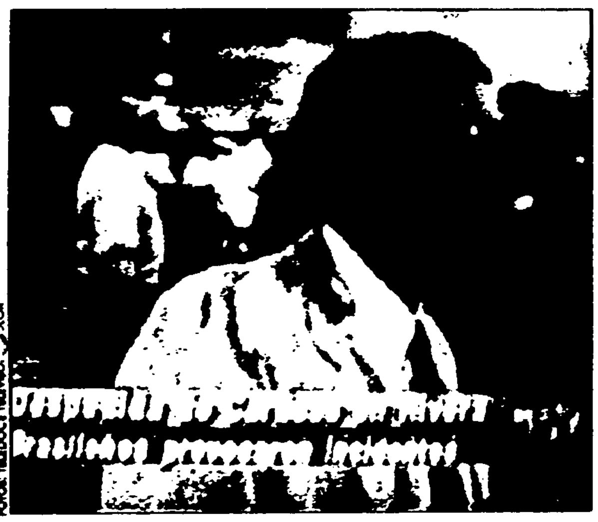
El mandatario brasileño discrepó con Zabalza al señalar que no comparte la idea "de que la globalización sea un instrumento para aplastar las diferencias", y dijo que el Mercosur debe ser un segmento fuerte de solidaridad que tendrá un papel histórico, así como lo tuvieron "las luchas antiguas de los montoneros por todos lados" y lo tienen los "sin tierra hoy día".

Cardoso recordó después la forma cómo surgió Montevideo y expresó que esta ciudad "siempre decidió ser –sin protocolos también– el mejor ejemplo de la diplomacia del Río de la Plata".

Arana, en su alocución, se refirió a Cardoso como un "estadista y líder político", un "cientista social" y "un intelectual destacado con notable influencia en las generaciones de americanos formados en las luchas, las discusiones y reflexiones propias de un tiempo fermental, de reafirmación y búsqueda de la identidad e independencia latinoamericanas".

Grupo opositor brasileño generó incidentes en visita a Rivera-Livramento

FRONTERA ARDIENTE: LANZARON HUEVOS Y PIEDRAS A CARDOSO



AGREDIDO. *Un integrante de la custodia del presidente Cardoso con las manchas derivadas de la agresión*



INTOLERANTES. *Grupos de oposición al gobierno de Brasil corearon consignas y lanzaron piedras y huevos contra el presidente Cardoso en la Plaza Internacional de Rivera*

Un grupo de manifestantes vinculados al Partido Trabalhista abucheó y agredió con huevos y piedras al presidente Fernando Henrique Cardoso en el sector brasileño de la frontera en Rivera-Livramento.

RIVERA (Por Freddy Fernández Carranza). — Unas 200 personas que portaban banderas del Partido Trabalhista y carteles con reivindicaciones, abuchearon al presidente Fernando Henrique Cardoso y al gobernador de Rio Grande do Sul, Antonio Brito, y les agredieron arrojando todo tipo de objetos entre ellos huevos y piedras.

El insuceso ocurrió cuando Cardoso, acompañado por el presidente Julio María Sanguinetti, recorrían a pie la zona fronteriza en nuestra ciudad y Santana do Livramento. Al transitar los presidentes y sus comitivas por las inmediaciones de la Plaza Internacional, donde unas 4.000 personas se habían reunido para acompañar la visita, el grupo comenzó a abuchear e insultar a Cardoso y Brito, a quienes culpan por la difícil situación económica de la ciudad brasileña.

Poco después pasaron a los hechos, lanzando toda clase de proyectiles, obligando a los custodias a abrir sus paraguas para proteger al presidente brasileño.

Fueron momentos de extrema tensión, superados cuando las autoridades lograron trasladar a Cardoso a la Intendencia Municipal de Rivera. Del lado uruguayo el panorama era completamente diferente, con centenares de personas y muchos escolares portando banderas de los dos países que brindaron una cálida bienvenida a los Jefes de Estado y sus respectivas comitivas.

El dispositivo de seguridad montado en el sector brasileño de la frontera se mostró del todo insuficiente para contener al grupo de manifestantes al momento de la agresión, que empañó la normalidad que rodeó la visita presidencial.

Los manifestantes reclamaban a voz en cuello por diferentes temas, entre ellos la reapertura de un frigorífico cuyo cierre significó la pérdida de numerosos puestos de trabajo y mejores salarios para los maestros de la educación primaria brasileña.

(Más información en las páginas 8 y 9)

COMÉRCIO EXTERIOR

Uruguaios pressionam FH

ODAIL FIGUEIREDO

ESP 5MAY94

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou no fim da tarde de ontem ao Uruguai, para uma visita oficial de três dias, enfrentando um novo desgaste nas relações com os parceiros do Mercosul. O problema foi provocado pela decisão do Banco Central (BC), de estender as restrições aos financiamentos de importação para operações com prazo superior a um ano.

O assunto foi destaque no fim da semana em toda a imprensa uruguaia, que classificou a decisão como uma nova medida unilateral, adotada sem comunicação aos sócios do bloco econômico. A atitude, observam os uruguaios, contraria as promessas de Fernando Henrique ao presidente argentino, Carlos Menem, no penúltimo fim de semana, no Rio.

Ao ampliar o alcance da medida, na semana passada, o BC informou que os países do Mercosul estariam fora das restrições. Mas, segundo o jornal *El Observador*, o chanceler uruguaio, Álvaro Ramos, foi informado na sexta-feira de que não há exceções. "Parece que as promessas brasileiras são levadas pelo vento", sugere um editorial. "O problema é político", observa o jornal.

XU5-87

U LCOB1 CA 05 0055A

sur 1c.

URUGUAY-BRASIL

PRESIDENTE INDUSTRIA DE URUGUAY CRITICA MEDIDAS BRASIL

Montevideo, 5 may (EFE). El presidente de la Cámara de Industrias de Uruguay (CIU), Diego Balestra, afirmó hoy que las medidas brasileñas que restringen la financiación de las importaciones no son "aceptables", aunque estén destinadas a garantizar la estabilidad económica de Brasil.

Balestra criticó que esas medidas se hayan tomado de forma unilateral y reclamó a Brasil que dé a Argentina, Paraguay y Uruguay "el tratamiento de socios" que les corresponde y los deje al margen de tales restricciones.

También pidió que las soluciones de los problemas que afecten a todos los socios del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) no se adopten de forma bilateral entre Argentina y Brasil, los dos "grandes" del bloque, sino que se tenga en cuenta y se dé el mismo peso a Paraguay y Uruguay.

"También queremos estar en la mesa de negociaciones", señaló el presidente de la CIU.

Balestra habló así durante un encuentro de empresarios uruguayos y brasileños al que asistió el ministro de Industria y Comercio de Brasil, Fernando Dornelles, quien acompaña al presidente de su país, Fernando Henrique Cardoso, en la visita de estado que hoy inició a Uruguay.

La reunión de empresarios, como toda la visita de Cardoso, estuvo marcada por las medidas que limitan la financiación de las importaciones brasileñas, las cuales han creado una gran preocupación entre los exportadores uruguayos, pues Brasil es su principal mercado.

El ministro Dornelles aseguró, en respuesta a Balestra, que "vamos a encontrar una solución" al problema y reconoció que hay que procurar "conversar y dialogar" con los otros socios antes de tomar decisiones que afecten a todos.

"Se trata de un fuerte golpe" a la industria de un país que ha pagado un coste muy alto" por estar en el MERCOSUR, señaló Balestra, quien precisó que sus reclamaciones no eran "expresiones de la cultura de la queja o la confrontación", en aparente alusión a la afirmación hecha hoy por el presidente Cardoso de que los empresarios "siempre lloran".

El presidente de la CIU afirmó que los industriales uruguayos no ignoran la importancia de la estabilidad de Brasil para el resto del bloque, pero aun así no consideran aceptables medidas "inconsultas" que se apartan de los compromisos asumidos por los socios y ponen en duda la credibilidad del MERCOSUR.

El ministro brasileño, que estaba acompañado por el ministro de Industria, Energía y Minería de Uruguay, Julio Herrera, resaltó que MERCOSUR y las relaciones con los otros socios es la principal prioridad del Gobierno del presidente Cardoso.

Dornelles afirmó que las medidas que provocaron las críticas de Balestra no fueron tomadas para restringir el comercio sino para poner fin a los abusos y al "dumping" (competencia desleal) que [illegible] [illegible] posibilidades de financiación de las

34

9708452

[illegible].

El ministro brasileño opinó que los empresarios pueden desempeñar un papel más importante en la identificación de los

puntos que pueden crear dificultades en el seno de MERCOSUR.

En el mismo sentido se pronunció el ministro de Industria, Energía y Minería de Uruguay, Julio Herrera, quien instó a los empresarios de los dos países a establecer alianzas para crear un "tejido de sanos intereses" que permita consolidar la integración.

Herrera opinó que cuando exista esa red de esfuerzos conjuntos será más fácil compatibilizar las políticas macroeconómicas y sociales de los cuatro socios y encontrar soluciones definitivas a los problemas. EFE

AR/BH/PM

05/05/22-42/9

AYER CENÓ CON SANGUINETTI EN LA RESIDENCIA DE SUÁREZ

Presidente de Brasil inicia visita oficial

La llegada de Cardoso a Uruguay coincide con un momento de tensión entre los socios del Mercosur por las restricciones a las importaciones en Brasil

El presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, llegó ayer a Montevideo y tras haber compartido anoche una cena privada con su colega uruguayo Julio María Sanguinetti, hoy a las 9:30 inicia su agenda oficial en el país. Cardoso permanecerá en Uruguay hasta mañana a la hora 18.

En medio de un fuerte dispositivo de seguridad y el seguimiento de una nutrida delegación de prensa, Cardoso llegó a las 17:30 en punto al Aeropuerto Internacional de Carrasco en un avión de la Fuerza Aérea de su país, donde fue recibido por el ministro de Relaciones Exteriores uruguayo, Alvaro Ramos.

Cardoso llegó acompañado de su esposa Ruth, del canciller brasileño Luiz Felipe Lampreia, del embajador uruguayo en Brasil, Mario Fernández, ministros y otras autoridades del gobierno brasileño. En la oportunidad no hubo discursos de Cardoso ni de Ramos.

Anoche, el presidente brasileño y su esposa fueron agasajados por Sanguinetti y la primera dama Marta Canessa, con una cena privada en la residencia presidencial de Suárez. El mandatario uruguayo regaló a su par un

Anoche Cardoso tocó el piano y Sanguinetti recordó a Plácido Domingo

cuadro de Carmelo de Arzadun y una cartera de cüero para su esposa, y Sanguinetti recibió de Cardoso un cuadro de la artista brasileña Neri Vega y un plato decorativo con un ágata le obsequió a Marta Canessa.

Antes de comenzar la cena, Cardoso tocó unos muy breves acordes en el piano de la residencia, situación que generó una serie de comentarios de Sanguinetti sobre cuando estuvo el tenor Plácido Domingo en la casa presidencial.

Los mandatarios y sus respectivas esposas, más el hijo del presidente Sanguinetti, comieron mousse de palmitos, lomos con salsa de pimienta verde con legumbres y peras a la borgognesa, acompañados de vinos uruguayos.





AGENDA DE HOY

La visita de Estado de Cardoso, que se inicia hoy oficialmente, se realiza en el marco de una nueva situación de tirantez derivada de las restricciones impuestas por Brasil a sus socios del Mercosur en forma inconsulta, para contener la avalancha de importaciones que afecta su industria nacional.

Sanguinetti recibirá hoy a las 9:30 oficialmente al presidente brasileño en el Edificio Libertad donde mantendrán una reunión de trabajo con la presencia de los cancilleres de ambos países y sus respectivos embajadores.

Más tarde, Cardoso visitará la Suprema Corte de Justicia. En el Palacio Legislativo se entrevistará con el vicepresidente de la República, Hugo Batalla, y el presidente de la Cámara de Representantes, Carlos Baráibar. Cardoso brindará un discurso ante la Asamblea General.

A las 18 horas, con la asistencia de ministros, legisladores y académicos, el mandatario visitante dará una conferencia en el Paraninfo de la Universidad sobre "La relación entre la actividad política y la reflexión sobre política". El presidente brasileño es uno de los sociólogos más importantes de América Latina, que en la década de 1960 dio fundamento económico a las teorías marxistas con su Teoría de la Dependencia, pero que en los años 1990 indujo a Brasil por el camino del libre mercado.

Comitiva empresarial

Al presidente Fernando Henrique Cardoso le acompaña una comitiva de empresarios brasileños que hoy al mediodía participarán del almuerzo de trabajo de ADM. En la oportunidad, el mandatario brasileño disertará sobre temas económicos y comerciales.

Los empresarios mantendrán luego un encuentro de trabajo con sus pares uruguayos en el auditorio del Instituto Artigas del Servicio Exterior, y participarán del seminario "Negocios Uruguay-Brasil: los nuevos escenarios", organizado por *El Observador* y Gazeta Mercantil Latinoamericana.

Entre quienes integran la comitiva empresarial están el presidente de la Federación de Industrias de Rio Grande do Sul, Dagoberto Lima Godoy; el vicepresidente de la Asociación Brasileña de la Industria Textil, Fuad Mattar; el presidente del Banco Rural, Junia Correa Rabelo; el director del grupo Sadia, Alfredo da Luz Sobrinho; el director adjunto de ventas para el mercado externo de Mercedes Benz-Brasil, Pedro Knoepfelmacher; el director del Grupo Gerdau en Uruguay, Salvador Gimenez; el director de Andrade Gutiérrez (construcción), Esteves Pedro Colnago; el director presidente de Método Engenharia, Victor Foroni, el presidente del Consejo de Camargo Correa SA Fernando Botelho y el director de Varig SA, Tadeu Silva.

Cardoso hablará hoy en almuerzo de ADM y mañana en seminario de El Observador

MENSAJE DEL PRESIDENTE

5/5

Sanguinetti defendió libertad de prensa

El mandatario mencionó el fascismo, el nazismo, al comunismo y los regímenes marxistas como enemigos del periodismo libre

El presidente Julio María Sanguinetti recordó el sábado el Día de la Libertad de Prensa, instituido en 1993 por la Unesco, y subrayó que es un derecho que está "indisolublemente unido a la democracia liberal" y que así debemos sentirlo en consecuencia.

El mandatario uruguayo expresó –en un mensaje transmitido por CX 16 Radio Carve– que la libertad de prensa es la consecuencia de una larga lucha de los hombres por vivir en un sistema de libertades.

"A lo largo de este siglo que está terminando hemos vivido la lucha de la democracia, primero contra el fascismo y el nazismo, después contra el comunismo y los regímenes marxistas, todos ellos negadores en forma absoluta de la libertad de pensamiento, de prensa y defensores del partido único, de la exclusión y de la persecución de aquel que piense distinto", señaló el mandatario, que ejerció el periodismo político y la crítica de arte.

"La libertad de prensa está indisolublemente unida al sistema democrático"

"La libertad de prensa está indisolublemente unida al sistema democrático liberal y así debemos sentirlo en consecuencia y pensar que la batalla por la libertad de prensa es la batalla por la democracia, la tolerancia y el sistema de libertades como el que Uruguay tiene y construyó desde los albores de la independencia hasta hoy", agregó Sanguinetti.

■ DURANTE TRES DÍAS, EL PRESIDENTE NORTEÑO LLEVARÁ ADELANTE UNA NUTRIDA AGENDA

Llega FHC y explicará postura de Brasil

Henrique Cardoso se reunirá con el presidente Sanguinetti y el intendente Arana, dará tres conferencias y realizará un discurso ante la Asamblea General

POR EDISON LANZA
de la redacción de EL OBSERVADOR



A pesar de que el presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, es el mandatario de la región que más afinidad tiene con Julio María Sanguinetti, su arribo a Montevideo hoy por la tarde en una visita oficial de tres días estará teñido por una nueva situación enojosa, derivada de las políticas que aplica el socio mayor del Mercosur para contener la avalancha de importaciones que afecta su poderosa industria nacional.

Reunidos a última hora del viernes, el canciller Alvaro Ramos y el subsecretario de Relaciones Exteriores, Carlos Pérez del Castillo, recibieron la confirmación oficial de que formalmente el Mercosur no estaba excluido de una nueva medida restrictiva a las importaciones establecidas por el Banco Central de Brasil.

Aunque la nueva medida que restringe las importaciones con financiaciones mayores a 360 días no perjudica a Uruguay, dado que no exporta bienes a esos plazos, lo más preocupante es que el gobierno brasileño incumple su promesa de no tomar medidas que afecten a sus socios en forma inconsulta.

Se trata de un académico con el que el presidente uruguayo sintoniza mucho

Días atrás, cuando Brasil con la finalidad de equilibrar su balanza comercial restringió el pago financiado de una serie de importaciones de bienes de consumo, el ministro de Economía brasileño, Pedro Malán, se comprometió a consultar a los restantes socios en ocasión de tomar medidas similares para no afectar la marcha del Mercosur.

El presidente Sanguinetti disfruta de los encuentros con Cardoso. Se trata de un intelectual, un académico de fuste con el que el presidente uruguayo sintoniza mucho más que con los restantes dignatarios de la región. La propia evolución del pensamiento del sociólogo, que en la década de 1960 insufló de fundamento económico las teorías marxistas con su teoría de la dependencia, pero que en los años de 1990 llevó a Brasil por el camino del libre mercado, el equilibrio de las cuentas y la búsqueda de la equidad social, es una buena razón para entender la afinidad ideológica que Sanguinetti y Cardoso se profesan.

De todos modos, será difícil para el presidente uruguayo obviar la situación de tirantez entre *el gobierno brasileño y los de* Uruguay, Argentina y Paraguay en el terreno de las medidas económicas. Siendo el mayor comprador de productos uruguayos –en 1996 el monto de las exportaciones hacia el país norteño alcanzó los US$ 831 millones– a los exportadores uruguayos se les movió el piso cuando Brasil comenzó a disponer restricciones a las compras a plazo.

Los empresarios uruguayos tendrán la oportunidad de preguntar a Cardoso todas aquellas cosas que les quitan el sueño, durante el almuerzo de trabajo que organiza la Asociación de Dirigentes de Marketing (ADM). Luego, en el último día de su visita, habrá una nueva oportunidad para tratar temas económicos cuando el presidente brasileño mantenga un encuentro con líderes empresariales y hombres de negocios en el Victoria Plaza Hotel y participe del seminario "Negocios Uruguay-Brasil: los nuevos escenarios" organizado por *El Observador* y Gazeta Mercantil.

CLAVES

- **RECURSOS.** Uruguay y Brasil suscribirán acuerdos relacionados con una mejor explotación de recursos compartidos, como el río Cuareim o la laguna Merín.
- **FRONTERA.** El martes, Sanguinetti y Cardoso viajarán a las ciudades de Rivera y Santa Ana do Livramento, para impulsar la interacción en la zona fronteriza más importante de ambos países.
- **CONFERENCIA.** La primera dama de Brasil, la socióloga Ruth Cardoso, realizará el lunes a las 10.30 horas una conferencia en el Edificio Libertad sobre su experiencia en el combate de la exclusión social.

VISITA DE ESTADO

FHC, tal como abrevia el nombre de su presidente la prensa brasileña, llegará a Uruguay acompañado por su esposa, también socióloga, Ruth Correa.

Señal de que Uruguay ha dejado de ser el vecino menor para Brasil, junto a la pareja llegarán el ministro de Relaciones Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; el de Industria y Comercio, Francisco Dornelles; el de Minería y Energía, Raymundo Brito y los gobernadores de Rio Grande do Sul y de Sergipe.

La comitiva también está integrada por una docena de importantes empresarios brasileños de las industrias de Rio Grande y de influyentes grupos económicos como Gerdau, Camargo Correa, Método, Mercedez Benz y Varig.

Aun en su relativa pequeñez, *Uruguay se ha convertido en un* importante comprador de productos brasileños, con cifras cercanas a los US$ 700 millones anuales; pero es, además, un punto clave de la integración regional, cuestión que no es menor si se piensa que el Mercosur es el punto de apoyo que el país más grande de América del Sur ha elegido para su estrategia mundial.

Uruguay se ha convertido en un importante comprador de productos brasileños

Brovetto: "Es uno de los sociólogos más importantes"

Frente a los cuestionamientos de la Federación de Estudiantes Universitarios (FEUU), el rector de la Universidad, Jorge Brovetto, reafirmó su potestad de haber prestado el Paraninfo al presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, para la disertación académica que realizará mañana, y sostuvo que para la institución es "un privilegio" recibir a uno de los sociólogos *más importantes* de América Latina.

La FEUU criticó a Brovetto por haber prestado el Paraninfo para la disertación de Henrique Cardoso sin consultar al orden ni al gremio estudiantil, y expresó su rechazo a la política de privatizaciones del gobierno de Brasil, la instrumentación de una nueva ley de educación que, señalan, "viola la autonomía" de las universidades de ese país. La FEUU también resolvió manifestar en oportunidad de la visita, en apoyo al Movimiento de los Sin Tierra.

Brovetto se reunió el viernes con una delegación de la FEUU y le recordó que el mecanismo de otorgamiento del Paraninfo "es una potestad del rector" y que "inclusive se establece que otros organismos –como los órdenes vinculados a la Universidad– pueden solicitar el Paraninfo".

El rector dijo a *El Observador* que la conferencia de Henrique Cardoso "es académica" y que es un privilegio para la Universidad que se la haya elegido porque "ningún otro lado del país puede ser mejor que el Paraninfo de la Universidad para que hable un sociólogo que quizás sea el más importante de la historia de América Latina".

"Todo esto no tiene nada que ver con el apoyo o no apoyo a su línea política. Sería el extremo de un error, que no estaría de acuerdo con lo que es una universidad, negarle el Paraninfo", agregó Brovetto.

Agregó que es imposible que la FEUU haga una manifestación dentro del Paraninfo porque por razones de seguridad "no se va a poder entrar ni con bolsos ni con bultos de ningún tipo".

Dijo además que "resulta también un poco chocante que sea justo en ese momento que se quiera expresar los temas problemáticos con Brasil como el de los Sin Tierra o los indígenas que a todos nos conmueven".

La generosidad de montevideanos

"Yo quisiera también hablarles sin protocolo, sin siquiera leer un texto, para poder expresar mi sentimiento y el de mi pueblo frente a la generosidad de esta intendencia y del pueblo de Montevideo".

En estos términos inició su agradecimiento el presidente de Brasil, ante el Intendente y el presidente de la Junta Departamental quien había iniciado su alocución negando la vigencia del "protocolo", al cual había calificado de "reverencias engominadas" y "zalamerías propias del siglo XVIII".

"La entrega de la Llave de la Ciudad, simbólicamente, como dijo el Arq. Arana, expresa ya ese entendimiento que el presidente de la Junta Departamental pedía en su discurso entre nuestros pueblos", acotó puntualmente el visitante, en clara alusión a las reivindicaciones acotadas por Zabalza.

El visitante señaló que cuando viene a Montevideo busca "mirar la ciudad". Marcó como característica de Montevideo que esta "siempre decidió por la paz", acotando luego que "siempre decidió por ser —sin protocolo (otra para Zabalza)— el mejor ejemplo de la diplomacia del Río de la Plata".

"Con el eslabón que Montevideo constituye, se pudo hacer lo que se hace hoy en día, esa integración maravillosa en la cual efectivamente las palabras ganan fuerza en la práctica. Porque hay realmente un sentimiento común que nos une a los uruguayos, brasileños, argentinos y paraguayos y ojalá mañana a chilenos, bolivianos, venezolanos, colombianos, peruanos y a todos los que quepan en las Américas" destacó en otra parte de la oratoria el mandatario norteño.

Al concluir Fernando Henrique Cardoso y refiriéndose al MERCOSUR, indicó: "Otra vez Montevideo es la capital del MERCOSUR. El Secretariado viene para acá. Es una oportunidad extraordinaria. Sólo Uruguay, sólo Montevideo, con sus peculiares características –y a la paz me he referido– tendrá la capacidad de realmente transformar al MERCOSUR en algo, más que un acuerdo entre Estados, algo más que un tratado sobre aranceles, algo que pueda ser realmente una forma de convivencia humana, que esté fuertemente marcada por una cultura de más igualdad y libertad".



***SIGNIFICATIVO.** Fue el saludo del presidente de la Junta Departamental de Montevideo, Jorge Zabalza, y su discurso inusualmente moderado. Muchos respiraron aliviados*

Arana: continente pleno de paradojas y contradicciones

"Nuestra América toda es escenario de contrastes y singulares paradojas", recordó el Intendente Arana en el acto donde le fuera entregada al Presidente de Brasil, la Llave de la Ciudad. Reafirmó asimismo su voluntad de que "los pueblos americanos nos sigamos encontrando en caminos de integración y reconocimiento mutuo, en una común voluntad de transformación y bienestar para toda nuestra gente".

El Arq. Arana al referirse al simbolismo del acto reafirmó la condición de "Montevideo ciudad abierta desde siempre al mar y a la geografía, al hombre y a las ideas...".

Entre otros conceptos vertidos por el Intendente de Montevideo y haciendo referencia a su reciente viaje a Brasilia, para un encuentro con los intendentes y alcaldes de todas las capitales del Mercosur, recordó haber expresado la "común voluntad de aportar a la construcción de una región y un mundo más equilibrado, más abierto y más justo. Acá expresamos nuestra aspiración de participar de una auténtica modernización; de una globalización sin exclusión; y confiamos sea ésta, una aspiración compartida por todos los pueblos y los gobiernos de la región".

Zabalza: "Más hermanados"

Destacando el sentimiento de hermanamiento del pueblo montevideano por su similar brasilero, el edil Jorge Zabalza, en su condición de Presidente de la Junta Departamental de Montevideo, destacó que : "Brasil y Uruguay entran al siglo XXI más hermanados todavía...", agregando seguidamente "hace quinientos años por nuestras venas abiertas circulan todas las sangres, nuestros ríos encauzan todas las aguas y nuestra raza es todas las razas".

El presidente del legislativo comunal, con tono mesurado se había ya referido a su sentimiento con el "pueblo de Tiradentes, Francisco Julião y Antonio Conselheiro; trasmitirle cómo nos emocionamos leyendo a Jorge Amado y nos identificamos con Pedro Archanjo y el rescate de la negritud, cómo gozamos con Dorival Caymmi y Caetano Veloso..."

Hizo mención asimismo a las masacres de los sin tierras señalando que: "ambos pueblos caminamos junto a los sin tierras y mucho coraje, y compartimos juntos su mensaje pacífico y firme, su hambre de justicia social. De una sociedad donde la explotación de mujeres y hombres por hombres y mujeres constituya un delito contra la humanidad".

EP 7-5-97

Acuerdos plasman los avances en varias áreas

Como corolario de la visita de dos días cumplida a nuestro país por el presidente de Brasil, los dos gobiernos suscribieron ayer varios acuerdos de complementación entre los que se destacan uno estableciendo facilidades para la instalación de empresas de un país en el otro, un protocolo de intención considerado fundamental para fortalecer la posición de Uruguay como parte del eje vial Buenos Aires-Sao Paulo y la construcción del puente Colonia-Buenos Aires, y un memorándum de entendimiento para la nueva interconexión eléctrica que unirá San Carlos con Porto Alegre.

La ceremonia se realizó en el Salón Rojo del Edificio Independencia, suscribiendo los convenios los cancilleres Alvaro Ramos y Luiz Felipe Lampreia, así como los ministros respectivos de cada área, en presencia de los presidentes Julio María Sanguinetti y Fernando Henrique Cardoso.

Los primeros mandatarios firmaron, por su parte, una declaración conjunta en la cual reseñaron las coincidencias logradas y los resultados concretos de la visita de Cardoso.

Los acuerdos suscriptos fueron un protocolo adicional al Tratado de Amistad, Cooperación y Comercio vigente entre ambas naciones, que dispone la facilitación de actividades empresariales por parte de empresas de un país en el otro. Con el mismo, se eliminan una serie de requisitos hasta ahora exigidos, como un depósito de U$S 200 mil, que trababan la complementación en este campo.

Igualmente, se suscribió un ajuste complementario para el aprovechamiento de los recursos naturales de la cuenca del río Cuareim, disponiéndose acciones conjuntas y la racionalización del uso de las aguas.

Un nuevo paso adelante en la integración energética lo constituyó un Memorándum de Entendimiento por el cual se pone en marcha el proceso para la nueva interconexión entre San Carlos y Porto Alegre, que se suma a la de Rivera-Livramento.

La integración física y la posición estratégica del Uruguay en este campo fue reforzada a través de la firma de un Protocolo de Intención sobre el trazado del eje vial Buenos Aires-Sao Paulo, que pasará por territorio uruguayo. Con ello, se fortalecerá también la factibilidad y la construcción del puente Colonia-Buenos Aires, que también es parte del eje vial.

Además, se suscribió un acuerdo para la realización de un estudio de factibilidad del sistema hidrográfico de la Laguna Merín, lo cual es considerado un avance importante para el desarrollo de esa amplia región.

En ALADI reclamó integración hemisférica

El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, fue recibido ayer en sesión especial por el Comité de Representantes de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio, en el transcurso de la cual dijo que dentro del proceso de integración hemisférica, ALADI pasó a ser "fundamental" tras su instalación en 1980 en reemplazo de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC) instituida por el Tratado de Montevideo de 1960.

Cardoso dijo que en los años sesenta no dio la más remota importancia a la integración y calificó como positivo el cambio que se produjo para enfrentar ahora "el terremoto de la globalización o mundialización de la economía". Asimismo, abogó por la integración hemisférica como forma de establecer sociedades "mejores y más justas".

El embajador argentino, Jesús Sabra, presidente del Comité de Representantes, destacó el papel de ALADI para aproximar los distintos procesos de integración subregional en marcha como el MERCOSUR entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay y el grupo andino de Bolivia, Colombia, Ecuador y Venezuela.

El secretario general de ALADI, Antonio Antunes, consideró como un "patrimonio irrenunciable" la serie de acuerdos bilaterales o multilaterales vigentes en el seno de los países de ALADI, respaldando la posición de Cardoso que postula negociar como bloque ante los Estados Unidos la futura conformación del Area de Libre Comercio Americana (ALCA).

Portaban carteles y arrojaron toda clase de objetos, entre ellos huevos y piedras

EP 7-5

GRUPO DE BRASILEÑOS INSULTÓ E INTENTÓ AGREDIR A CARDOSO EN LÍNEA FRONTERIZA

La confrontación política interna de Brasil se trasladó súbitamente a la frontera y un grupo de manifestantes vinculados a partidos de izquierda abucheó, apedreó y arrojó varios objetos contra el presidente Cardoso cuando recorría el Parque Internacional de Rivera junto a Sanguinetti.

RIVERA (Por Freddy Fernández Carranza, corresponsal). — La visita del presidente Fernando Henrique Cardoso a Uruguay culminó en el marco de una tensa situación, cuando en el Parque Internacional, varios centenares de manifestantes, que estaban en territorio brasileño, exhibiendo pancartas agresivas tanto hacia el Presidente, como hacia el gobernador del Estado, seguido de pedrea, abucheos, y algunos otros objetos contundentes, que en número poco significativo partieron con destino a los gobernantes.

El impresionante dispositivo de seguridad, que tuvieron a su cargo los efectivos del Ejército Brasileño, por intermedio del Séptimo Regimiento de Caballería Mecanizada; La Brigada Militar (Policía Militarizada) y la Policía Federal resultó por momentos insuficiente para contener la horda de manifestantes, que agredían verbalmente y de hecho a Fernando Henrique Cardoso y Antonio Brito, acusándolos de la difícil situación económica que enfrenta la vecina ciudad, reclamando la reapertura del Frigorífico Cicade (Ex Armour) que hasta hace poco fue fuente de trabajo para varias miles de personas.

También hubo reclamos por parte de los maestros, ante lo que entienden es su deprimida situación en materia salarial. La rápida ceremonia de descubrimiento de dos plaquetas que simbolizan la unidad entre las dos comunidades, se vio duramente alterada por esta manifestación, marcando además un claro contraste con lo que poco después, se observaría a pocos metros, en territorio uruguayo donde cientos de escolares con banderas de las dos naciones saludaron a la comitiva.

■ NOTORIA AUSENCIA

Llamó la atención la ausencia en la delegación oficial del diputado colorado Eduardo Rodino Varela, informaciones confiables en poder de EL PAIS indican que el legislador no habría sido invitado y como consecuencia de ello no concurrió a los actos desarrollados en nuestra ciudad.

Cabe establecer que conformaban la comitiva oficial, que acompañó a Sanguinetti el diputado nacionalista Fernando Araújo y el senador Segovia de Asamblea Uruguay.

Sanguinetti destaca que fin de visita sea en Rivera

El presidente de la República destacó la trascendencia de la visita del presidente Fernando Henrique Cardoso y la elección de la ciudad de Rivera como punto final de una visita que calificó como muy importante.

Sanguinetti estableció que "en esta frontera la convivencia de los pueblos se ha adelantado a los tratados" enumerando los convenios firmados en las últimas horas entre los dos gobiernos, que apuntan a "superar barreras, superar trancas, y todas esas dificultades que hemos ido imponiendo los hombres y los estados en nuestro propio desarrollo".

El mandatario uruguayo defendió el MERCOSUR, y señaló particularmente la incidencia de la convivencia fronteriza que "se adelantó a la integración".

"El presidente de Brasil está terminando aquí una gran visita", dijo el gobernante uruguayo, quien sostuvo que "lo ha servido para consolidar y estrechar los vínculos entre nuestros países", ilustrando que "las dificultades que a veces tenemos" en la difícil construcción del proceso de integración "son los dolores naturales del crecimiento, de un organismo vivo que crece" y que por lo que cada tanto "tiene algunos dolores".

Al analizar el resultado de la balanza comercial bilateral, el Dr. Sanguinetti anotó que "le vendimos un poco más, de lo que hemos comprado a Brasil", situándose en el orden de los 800 millones de dólares.

Al comentar dichas cifras el titular del Poder Ejecutivo anotó que "es mucho más que hace cinco o diez años" aseverando que "de todo esto hemos hablado en estos dos días y medio" como es el caso de la interconexión vial, y otros procesos de integración binacional.

"Estamos construyendo sociedades iguales", dijo Sanguinetti, con la misma "aspiración de justicia y el mismo espíritu de libertad" en la búsqueda de un mercado de economía libre, en el marco de una apertura total "primero al MERCOSUR" y después al mundo.

En su despedida a las autoridades norteñas Sanguinetti, anotando las coincidencias, "entre ellas la forma un poco peculiar de la política, algo caudillista, pero un caudillismo moderno" (lo que fue festejado por el sociólogo Fernando Henrique Cardoso), el presidente uruguayo instó a las dos comunidades a seguir adelante, ya que "ustedes son el farolito a proa" que "nos va guiando" en el MERCOSUR.

Cardoso anuncia planteo a EE.UU. por asimetrías sociales y acceso a mercados

EP 7-5

SANGUINETTI PIDIÓ CAUTELA Y ANÁLISIS MESURADO DE PROBLEMAS CON BRASIL

El presidente Julio María Sanguinetti afirmó ayer que el problema de las restricciones internas al comercio del MERCOSUR debe verse desde dos perspectivas, una de corto plazo y la otra de largo plazo.

En la primera existía preocupación por el alcance de las recientes medidas brasileñas sobre las importaciones con financiación superior a 360 días, "pero el presidente Cardoso aclaró que los socios del mercado común estamos excluidos de la misma".

Además, "son claras también las razones por las cuales Brasil adopta esas decisiones y obedecen a una coyuntura económica. Tampoco son de índole comercial sino monetaria, y dada la repercusión comercial de la medida ampliada hace poco, los ministros de Economía, que se han reunido, van a volver a reunirse a los efectos de ver cómo pueden corregir lo que puedan ser consecuencias dañosas desde el punto de vista comercial".

En el mediano y largo plazo, "cualquier empresario que desee invertir en el Uruguay necesita estabilidad y previsibilidad en la región. Y nada más expresivo que la presencia del presidente de Brasil en nuestro país para expresar su empeño personal y el de su gobierno para consolidar esa estabilidad necesaria".

Las expresiones del primer mandatario uruguayo se produjeron durante una conferencia de prensa conjunta, en la cual ambos resumieron los resultados de la visita de Estado que Fernando Henrique Cardoso culminó en la víspera al Uruguay. La conferencia tuvo lugar en el Edificio Independencia (ex Palacio Estévez), tras la suscripción de varios acuerdos bilaterales que abarcan áreas diversas como la interconexión eléctrica, el eje vial, el desarrollo fronterizo, y la relación empresarial.

■ "ACTUA COMO HOMBRE SABIO"

Sanguinetti agradeció a su colega por su visita y destacó que Cardoso "ha demostrado una vez más que piensa como hombre de acción y actúa como hombre sabio".

En cuanto a los resultados de las conversaciones, subrayó que los mismos son prácticos y determinan la resolución de problemas concretos, como por ejemplo la facilitación dispuesta para la instalación de empresarios de un país en el otro.

"Son todas acciones prácticas, operativas, como también se refleja en los acuerdos sobre obras comunes como el eje vial y la interconexión eléctrica", agregó.

En torno al proceso de integración, el presidente uruguayo expresó mientras el brasileño asentía "ambos países lo concebimos no solamente como un desarme de aranceles, que es importante y así se ha demostrado para el Uruguay con exportaciones por U$S 830 millones a Brasil el año pasado. Pero hoy es claro que el proceso va más allá e influye en todos los aspectos de la vida nacional".

■ CUARTA POTENCIA ECONOMICA

"También está lo político" dijo enseguida "porque el MERCOSUR no sólo es integración comercial y física: hay una personalidad política reconocida y con él negocian Estados Unidos, la Unión Europea y otros países del mundo. Recientemente, el presidente de Francia, Jacques Chirac, expresó aquí y en Brasil que el MERCOSUR es ya la cuarta potencia económica del mundo y dentro de poco llegará a ser la tercera, y así debemos verlo".

Por su parte, el presidente Cardoso volvió a referirse a las negociaciones inminentes sobre la conformación del Area de Libre Comercio de las Américas, afirmando que su país las encara "con espíritu positivo y constructivo".

Esta iniciativa "tiene un propósito positivo que apunta a responder a un desafío del mundo contemporáneo y se trata de una oportunidad que trae también algún riesgo".

Como consecuencia, el dignatario brasileño advirtió "tenemos que pensar en los riesgos y en las bondades, y debemos maximizar las bondades y disminuir los riesgos".

Del mismo modo, planteó que haya claridad en el tratamiento de los temas que están en juego, especialmente "en la cuestión específica de los aranceles y tarifas es necesario discutir con objetividad".

■ CUIDAR RESULTADOS DE NEGOCIACIONES

En tal sentido, Cardoso expresó que deben cuidarse los resultados de negociaciones sobre temas específicos que interesan a su país en rubros de exportación como tabaco, textiles y calzados.

Volvió a calificar como "excelentes" las relaciones de Brasil con los Estados Unidos, enfatizando "somos y queremos continuar como aliados, y por eso mismo debemos mantener discusiones".

Posteriormente, descartó que haya presiones ni por parte de Estados Unidos ni de Brasil para imponer sus posiciones, notando las dificultades que tiene el presidente Clinton para obtener el fast track o autorización para negociar por medio de la vía rápida la ampliación del NAFTA.

Aquí manifestó que los países miembros del MERCOSUR tendrán problemas con sus productos de exportación si, como bloque, no consigue defender sus intereses y reclamó para el mismo "un espacio importante dentro de la negociación del ALCA", recordando que se trata del "cuarto espacio comercial en el mundo".

Sostuvo entonces que la discusión no se limita a temas arancelarios o comerciales, sino que también deben abordarse las asimetrías sociales de los países.

■ DISMINUIR ASIMETRIAS SOCIALES

Por lo tanto, adelantó que habrá un planteo para disminuir las asimetrías social y educativa, a través de programas que permitan recuperar a diferentes sectores tanto en lo económico como en lo educativo y cultural.

En opinión del mandatario brasileño, el ALCA debe constituirse en "un mecanismo que realmente fundamente una relación más madura en la región y esto "determina de nuestra parte una consideración constante sobre las simetrías de nuestras economías y en nuestras sociedades". Así es que "vamos hacia la marcha de la integración con una voluntad política global.

Una pregunta en torno a la propuesta uruguaya de crear un tribunal supranacional para dotar de mayor certeza jurídica al MERCOSUR, motivó que Sanguinetti señalara que instrumentar la integración no es sencillo y que se ha optado por un camino práctico y claro en el establecimiento de la estructura institucional del emprendimiento.

Mencionó que el nivel máximo está dado por los presidentes, luego está el Consejo del MERCOSUR integrado por los cancilleres y ministros de Economía, el Grupo Mercado Común a nivel técnico, y la Comisión de Comercio que está actuando en algunas controversias.

"Otras instituciones se irán desarrollando y ahora mismo, la reacción a la crisis ha sido positiva con la puesta en marcha del grupo coordinador de políticas macroeconómicas a nivel de los ministros de Economía", enfatizó.

■ NO ES TEMA PARA UN TRIBUNAL

En cuanto a las medidas brasileñas, afirmó que "no es tema para un tribunal. Uruguay siempre defendió y defiende de su institucionalización, pero no le corresponde resolver sobre políticas económicas, sino disputas de otra naturaleza. Y pensamos que con el tiempo se establecerá".

"Lo importante de la crisis" expresó "es que estamos utilizando el concepto chino que significa oportunidad y se resolvió la creación de un ámbito de coordinación macroeconómica, que es fundamental para todo el proceso. Porque una cosa es el gran rumbo y otra la coyuntura. Tenemos que atender por supuesto a la última, pero cuidar de mantener el gran rumbo correctamente".

EL PRESIDENTE DE BRASIL EN SU VISITA A URUGUAY

Simpáticamente grande, amablemente fuerte

9 MAYO TRES

Fernando Henrique Cardoso está más cerca del gusto de los uruguayos que otros ilustres visitantes. Sobrio, pero con humor. Culto, pero didáctico y ameno. Afable hasta para recordar que Brasil es la principal economía del continente y que debe velar, en primer lugar, por sí mismo. Y que son los propios empresarios uruguayos los que deben superar las restricciones para exportar a Brasil. Los exportadores lo tienen claro: ya se han lanzado a buscar fisuras en la muralla brasileña.

El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, recibió en su visita a Uruguay aplausos de empresarios, parlamentarios y universitarios, pese a que explicó que, por ahora, las restricciones a las importaciones dispuestas a fines de marzo se mantendrán al menos hasta julio, que son un tema interno de su país y que no contradicen su vocación integracionista.

Cardoso y otros miembros de su delegación reiteraron este mensaje durante la visita que se extendió desde el *domingo* 4 al martes 6. FHC, como lo identifica la prensa de su país, habló ante el Parlamento, en la Universidad de la República, en un encuentro empresarial organizado por la Asociación de Dirigentes de Marketing (ADM) y en un seminario organizado por el diario uruguayo *El Observador* y el brasileño *Gazeta Mercantil*, en el que, además, intervinieron el ministro brasileño de Industria, Francisco Dornelles, el ministro de Economía de Uruguay, Luis Mosca, y el presidente Julio Sanguinetti.

En la primera noche de su visita oficial, Cardoso tocó el piano en la residencia de Suárez.

Por decreto y al contado

En semana de Turismo, Brasil comunicó que suspendía el régimen de prefinanciación de importaciones a menos de un año de plazo, cortando las ventajas que obtenían los importadores locales al traer la mercadería financiada a tasas internacionales a través de cartas de crédito bancarias respaldadas por el convenio de Aladi entre bancos centrales, venderla luego en el mercado interno y especular más tarde por un buen tiempo con el dinero obtenido en razón de las altas tasas internas de Brasil. Este juego comercial, además de otros factores, estaba empujando el déficit comercial de Brasil a niveles peligrosos, transformando a productores en importadores y haciendo surgir a *"importadores"* de ocasión que corrían tras el lucro especulativo. En la contracara, los productores brasileños quedaban fuera de mercado en su competencia con los importadores extranjeros, porque cualquier financiación que otorgaran a los compradores sólo podía ser a las altas tasas internas. La decisión del gobierno norteño fue exigir el pago contado de la importación o el depósito de su valor en un banco brasileño como condición para otorgar el permiso de importación.

Las protestas de los países de la región llevaron a una pequeña marcha atrás en nombre de la integración: se permitiría la prefinanciación por hasta 89 días y para operaciones menores a 40 mil dólares y, transcurridos cuatro meses (que vencen el 31 de julio), se evaluaría una revisión de la medida para aquellos sectores exportadores de los países del Mercosur.

Mientras tanto, los empresarios locales han buscado y buscan salidas para sortear el obstáculo interpuesto por Brasil. (Ver recuadro en estas páginas)

¡Qué cosa la burocracia!

En suelo uruguayo, Cardoso se mantuvo en esta postura y nada prometió. Como consuelo dijo que una medida complementaria, que cortaba la prefinanciación para importaciones a plazos mayores a los 365 días, había sido una decisión de la "burocracia" de su país (una circular del Banco Central que no pasó por sus manos, aseguró), y afirmó que no afectará a los países del acuerdo.

La línea argumental brasileña resultó difícil de atacar por sus socios perjudicados. En lo concreto, subrayó Cardoso, como antes lo habían hecho otros voceros de su gobierno, la medida no tocaba ningún tema propiamente comercial, ninguna cláusula del Tratado de Asunción ni ninguna disposición de la Organización Mundial de Comercio. Fue solamente una medida interna, legítimamente adoptada por legítimas autoridades, que no obstruía la importación a Brasil, no era un arancel, ni era una medida de las llamadas paraarancelarias (barreras sanitarias, cupos, trabas administrativas o complejas regulaciones). *"Las importaciones son libres"*, recordó Cardoso en el almuerzo de ADM el lunes 5.

La burocracia brasileña también fue el chivo expiatorio cuando Cardoso esbozó una especie de disculpa por no haber anunciado previamente a los gobiernos de la región una medida que afectaría los flujos comerciales. El presidente de Brasil atribuyó a *"la falta de experiencia en el nuevo escenario internacional"* que se haya adoptado *"alguna decisión (que) parece ser unilateral y que quizá lo haya sido"*. Aseguró que el espíritu no fue *"querer dañar un interés ajeno"*, pero ocurrió *"en función del desconocimiento de quienes toman*

Economista, académico, presidente...

Ante los empresarios, Fernando Henrique Cardoso fue economista y gobernante. En el Parlamento fue político y estadista. Y en el Paraninfo de la Universidad fue el sociólogo que el mundo académico latinoamericano tuvo como referencia ineludible durante muchos años.
En el Parlamento reiteró que el Mercosur es *"prioridad absoluta"* y eludió los cuestionamientos por las restricciones a las importaciones, implícitamente mencionados por Hugo Batalla, presidente de la Asamblea General.
Cardoso reiteró su tesis de fortalecer el pacto regional para participar en el Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA) y destacó la importancia que asigna Brasil a su asociación con Uruguay por su *"fuerza"*, que *"no deriva del tamaño físico del país, sino de su convicción de libertad"*.
En la Universidad, el rector Jorge Brovetto lo presentó como *"uno de los más destacados pensadores contemporáneos latinoamericanos"* y dijo que su obra académica fue *"un hito por la propuesta metodológica para los estudios del subdesarrollo"*.
Ante un Paraninfo repleto de autoridades universitarias, de gobierno y diplomáticos (sin representantes estudiantiles, que cuestionaron la invitación a Cardoso), el mandatario brasileño exaltó el rol de la enseñanza universitaria en los liderazgos políticos. *"No es posible arribar a los cambios si primero no se tiene el conocimiento teórico suficiente"*, subrayó.
Cardoso, además, mantuvo sendas reuniones con el presidente del Frente Amplio, Tabaré Vázquez, y con el líder del Nuevo Espacio, Rafael Michelini.

una decisión sin prevenir las consecuencias de la misma".

"Los empresarios lloran siempre"

Los cuestionamientos que partieron -en vivo- del empresariado local a propósito de estas medidas fueron barajados con habilidad por el visitante: sus respuestas hasta provocaron risas entre los empresarios que asistieron al almuerzo de ADM.

El presidente de la Unión de Exportadores, Daniel Soloducho, le preguntó si las medidas no iban *"a contramano"* del espíritu del Mercosur y el presidente de la Cámara de Industrias, Diego Balestra, aludió a una encuesta de la gremial que arrojó que el 40% de las empresas que venden a Brasil prevén una caída de 38% en sus ventas, mientras que el 25% sostiene que habrá pérdidas que no pueden cuantificar. *"Yo no voy a decir lo que me dijo el presidente Menem: 'Querido amigo, los empresarios lloran siempre'*," replicó el presidente brasileño. Cardoso admitió que una caída como la cuantificada por la Cámara de Industrias era elevada, pero apuntó, cerrando caminos a la esperanza: *"Por ahora son cálculos"*. Y si este mensaje no había sido suficiente, agregó: *"Peor sería no poder exportar a Brasil"*.

Promesas de agua limpia

Que la economía que representa más de las dos terceras partes del producto de la región y a 160 millones de personas esté en dificultades no es un dato no menor para sus socios. Menos aun para Uruguay, que coloca en ese mercado más del 35% de sus exportaciones y que esperaba de él un efecto benefactor para todo el año.

Por ello, Cardoso, y su ministro detallaron la coyuntura de su país e, implícitamente, demandaron comprensión y solidaridad: *"Estamos todos en un mismo barco y no hay vuelta"*, pero un país del porte de Brasil debe *"mirar más hacia adentro que hacia afuera"*.

El mandatario visitante no ocultó los esfuerzos de su gobierno por poner en orden la economía, especialmente en el plano fiscal, así como su política de apertura comercial. Recordó cómo Brasil superó, mediante el ajuste fiscal, su histórico *"casamiento"* con la inflación que, en última instancia, beneficiaba al gobierno (que recaudaba impuesto inflacionario) y a los bancos (que obtenían réditos de los amplios *spreads* entre tasas activas y pasivas) y perjudicaba a los sectores de ingresos fijos.

El presidente brasileño también dio apoyo explícito a una idea impulsada desde el comienzo por Uruguay: la puesta en marcha de una comisión de coordinación de políticas macroeconómicas, para anticipar las medidas que se adoptarán en cada país en función de las asimetrías de sus economías y de las dificultades que se le vayan presentando por distintos factores.

Pero Cardoso quiso dejar algunas certezas. Consciente de que desde Uruguay se mira con incertidumbre el proceso económico en ese país (un colapso del plan de estabilización traería fuertes consecuencias en las restantes economías mercosureñas), el mandatario remarcó que su país *"no tiene ningún problema en el horizonte"*.

Su carta mayor fue recordar que Brasil tiene 60 mil millones de dólares de reserva. *"No hay riesgo ninguno de tequila"*, aseguró invocando la crisis mexicana de 1994. *"Aquí hay pura agua limpia"*, dijo.

Fraterna solidaridad

Cardoso recordó que a todos los países del Mercosur les interesa que a Brasil le vaya bien y que cuando la convertibilidad argentina trastabilló e implantó una tasa estadística para restringir las importaciones, Brasil lo aceptó solidariamente. No ignoró las fallas del proceso de integración, que se encuentra en una fase de unión aduanera imperfecta, pero dijo que para Brasil la integración con los países del Mercosur, Chile, Bolivia y aun Venezuela era *"un imperativo histórico"*. Y diagnosticó: *"El problema que tenemos es como ordenar las bases domésticas para que este proceso pueda seguir sin contratiempos"*. ■

AN - IA - BM

Caminos para exportar



Almuerzo con interrogantes: Fernando Henrique Cardoso, el vicepresidente Hugo Batalla y el canciller brasileño Luiz Henrique Lampreia (de derecha a izquierda).

Los empresarios uruguayos ya han comenzado a buscar salidas a la restricción que sufren los importadores brasileños a la prefinanciación de productos uruguayos.

Según fuentes empresariales consultadas por tres, hasta que el Banco Central brasileño decidió la semana pasada extender la restricción a la financiación de las importaciones a las compras realizadas a plazos mayores a 360 días, los exportadores uruguayos habían encontrado formas de concretar sus negocios sin ser afectados por las restricciones. Una de ellas, bastante costosa, fue fraccionar las exportaciones en montos inferiores a los 40.000 dólares, el tope que puso Brasil para los socios del Mercosur.

La otra forma consistió en obtener cartas de crédito a 365 días en el marco del convenio Aladi. Este tipo de financiación requiere la autorización del Banco Central brasileño, que permitió a importadores en algunas ramas como la textil, la automotriz y la alimenticia concretar estas operaciones.

Por el convenio de pago recíproco de Aladi, los bancos centrales de cada país compensan trimestralmente las cartas de crédito que se utilizan en las exportaciones a los países incluidos en el acuerdo. El convenio se aplica a cartas de crédito por un plazo de hasta un año. Por lo tanto, si el importador brasileño obtenía autorización para una carta de este plazo (365 días), no resultaba afectado por la restricción a la financiación (que se aplicaba hasta los 360 días). El exportador uruguayo, por su parte, podía descontar la carta de crédito en cualquier banco de plaza, ya que al ser garantizada por el Banco Central uruguayo, el riesgo resulta virtualmente nulo. Este es justamente el tipo de operaciones que el último decreto del Banco Central brasileño no permitiría, al extender la restricción, más allá del plazo que ampara el convenio Aladi.

Por su parte el Banco de la República, con presencia en Brasil, tiene varias líneas de crédito para favorecer las importaciones desde ese país de productos uruguayos. Desde hace unos años la estrategia de la Institución apunta a favorecer el comercio entre ambos países, ofreciendo diversas líneas de crédito a tasas competitivas a disposición de los compradores norteños.

Un cable inquietante

El presidente de la Unión de Exportadores, Daniel Soloducho, reconoció que los dichos de Cardoso en Montevideo estuvieron *"dentro lo que esperábamos"* y destacó su *"promesa saludable"* de que al 1° de agosto, se estudiarán caso por caso las exportaciones uruguayas afectadas por la medida.

El viraje de la situación comercial con el *"socio grande"* del Mercosur, sin embargo, plantea a los exportadores uruguayos la cuestión de la diversificación de los mercados. *"No hay duda de que muchas empresas viven de Brasil y no es fácil cambiar de mercado teniendo en cuenta que la zona no está barata en dólares a nivel internacional"*, reflexionó el dirigente exportador.

En la Cámara de Industrias, en tanto, existe incertidumbre, ya que se maneja información periodística de que el compromiso de eliminar para el Mercosur la suspensión de las prefinanciaciones a importaciones a 365 días no es tal.

El presidente de la entidad, Diego Balestra, mencionó a tres un cable de la agencia alemana DPA citando al diario brasileño *Gazeta Mercantil*, *"contrario de lo que afirmó el presidente Fernando Henrique Cardoso en Montevideo: las nuevas restricciones al financiamiento de importaciones impuestas por el gobierno brasileño sí afectan a países del Mercosur, según el Banco Central"*. El cable dice que el periódico brasileño recogió esta información en *"fuentes del Banco Central y del Ministerio de Economía"* que aseguraron que la restricción *"no excluye a ningún país"*.

Balestra dijo creer en las afirmaciones de Cardoso en Uruguay, pero agregó que prefería ver el anuncio plasmado "en un comunicado del Banco Central de Brasil".

Afectaban exportaciones con plazo mayor a 1 año; también pidió solidarid

CARDOSO ORDEN EXCLUIR MERCOSU DE RESTRICCIONE

El presidente Fernando Henrique Cardoso ordenó ayer al Banco Central brasileño excluir al MERCOSUR de las medidas restrictivas adoptadas la semana pasada, que afectan a las importaciones con plazo superior a 1 año, y lo comunicó a Sanguinetti.



FOTO RICARDO BRUGOM

MENSAJE. *Muy aplaudido fue el presidente Fernando Henrique Cardoso en su primer día de visita al Urugua ve en el Parlamento, donde habló ante la Asamblea General; lo mismo sucedió en todos los lugares don*

Fernando Henrique Cardoso dijo muchas cosas que tanto el gobierno como los empresarios esperaban que dijera y a ello agregó acciones concretas que contribuyeron a diluir la presión sobre el proceso de integración que Brasil y Uruguay, junto con Argentina y Paraguay, protagonizan con el MERCOSUR.

En la primera jornada de la visita de Estado que hoy concluye al Uruguay, Cardoso reafirmó una y otra vez el compromiso de su gobierno y de su país con el mercado común y no vaciló en echar mano a un estilo franco y directo —inusual para un presidente en este tipo de visitas— para convencer de su sinceridad. Y a estar por las reacciones del empresariado y la máxima dirigencia política nacional, logró su cometido.

Pero además, se interesó personalmente por cómo fue la medida adoptada la semana pasada por el Banco Central de Brasil restringiendo ahora el financiamiento de las importaciones con plazo mayor de 360 días. Es que la misma fue instrumentada por una circular de la autoridad monetaria norteña sin pasar por el gobierno.

La respuesta recibida por Cardoso desde Brasilia no le satisfizo y, aunque primeramente se le dijo que el MERCOSUR no estaría incluido en la medida, el hecho es que su texto lo incluye. Entonces, tras señalarlo a los empresarios en el almuerzo de la Asociación de Dirigentes de Marketing, ordenó que se tomaran todos los recaudos para cambiar esa medida y que no dañe a los socios.

Así lo había comunicado a Sanguinetti en una reunión privada con que inauguró la actividad oficial de la visita y lo ratificó en contactos posteriores.

En su presentación ante la calificada audiencia de la ADM y en todos los foros donde habló ayer, incluido el Parlamento, el presidente brasileño desgranó mensajes claros y precisos.

Ratificó que el Plan Real está firme y sólido, que su país no enfrent en el horizonte, tamente excusa didas que han comercio y com no habrá otras con los demás tiempo de reafir ción frente a la con Estados U integración hem

(Más Inform pági

44

9708

Afirmó que "Brasil no tiene riesgo de efecto tequila, sino horizonte despejado de agua limpia" EP 6-5-97.

CARDOSO DISPUSO EXCLUIR AL MERCOSUR DE NUEVA RESTRICCIÓN A IMPORTACIONES

Cortando por lo sano y ante la inclusión del MERCOSUR en la última medida adoptada por el Banco Central brasileño la semana pasada restringiendo la financiación de importaciones con plazos mayores de 360 días, el presidente Fernando Henrique Cardoso resolvió ayer ordenar que se excluya de la misma a Argentina, Uruguay y Paraguay. Cardoso aseguró que no habrá más sorpresas en este sentido y exhortó a los socios para trabajar en conjunto y fortalecerse frente a la negociación por la integración hemisférica.

El auditorio escuchó lo que quería y le retribuyó con varios aplausos durante su exposición, en instantáneo establecimiento de una "química positiva" entre público y orador.

Así puede definirse el ambiente en que el dignatario habló ayer para los empresarios uruguayos en el almuerzo organizado por la Asociación de Dirigentes de Marketing.

Y el carisma indudable del presidente brasileño Fernando Henrique Cardoso contribuyó a esa relación, pero también hubo un enorme aporte de la desusada franqueza y el tono directo utilizado por el mandatario que reforzaron la percepción colectiva sobre su sinceridad.

"En este momento particular de la vida brasileña, de la relación con el Uruguay y con el MERCOSUR, yo quisiera traerles una palabra de confianza y de esperanza; pero confianza y esperanza no basadas en el deseo, sino en el quehacer común y en realizaciones que ya son marcas en nuestra historia", dijo casi al comienzo definiendo el contenido de su alocución.

Y con habilidad envió mensajes en todas las direcciones: hacia los propios empresarios a quienes pidió paciencia y no ponerse nerviosos, comprometiendo la decisión de su gobierno de evitar problemas en el futuro; hacia los gobiernos del MERCOSUR realizando al máximo la instalación de la comisión de coordinación macroeconómica a nivel de los propios ministros de Economía; hacia el gobierno uruguayo, definiendo la relación con nuestro país como prioritaria y la relación con el MERCOSUR como básica; hacia Estados Unidos al decir que hay plena disposición a promover la integración continental, pero a partir de una defensa total de los intereses de cada uno de los socios del mercado común y del emprendimiento como tal. Y también en dirección de la burocracia de su propio país, que a veces adopta decisiones sin informar debidamente al gobierno lanzándolo a una crisis con sus aliados más firmes como sucedió en estas últimas semanas.

MENSAJE CLARO Y ROTUNDO

Cardoso dirigió también otro mensaje claro y rotundo en todos los sentidos, reafirmando la salud del Plan Real y de la estabilidad brasileña, dejando ver que si hay algún desequilibrio pasajero existen suficientes activos públicos para utilizar hasta tanto se terminen de implementar las reformas estructurales que restan.

"Actualmente, Brasil no tiene ningún problema en el horizonte" dijo en un momento, y en otro muy aplaudido y festejado —tras describir la composición de los casi U$S 60 mil millones de reservas que el país tiene— aseguró "no hay riesgo ninguno de 'tequila' (como se conoce a la tremenda crisis mexicana de comienzos de 1995), aquí hay pura agua limpia".

Y advirtió "tenemos un horizonte despejado en ese aspecto, pero eso no nos libra de tomar decisiones con cuidado que eviten problemas más adelante".

Anteriormente, había informado que su país tiene una capacidad productiva muy elevada, el año pasado tuvo U$S 9 mil millones en inversión directa y este año superará esa cifra, tiene un patrimonio muy fuerte en los activos del Estado y mencionó como un dato ilustrador que el día 15 se abrirán los sobres con las propuestas de empresas privadas para la concesión de teléfonos celulares, lo cual costará a quienes quieran entran en ese mercado de U$S 5 mil millones a U$S 6 mil millones.

QUE A BRASIL LE VAYA BIEN

Retomando al MERCOSUR, enfatizó igualmente que es de interés de todos que a Brasil le vaya bien, así como es de interés de Brasil que a cada uno y todos los socios les vaya bien. En ese sentido, pidió solidaridad, recordando que cuando Argentina tuvo problemas y planteó aplicar una tasa de estadística o impuesto a las importaciones para sostener al peso, Brasil lo aceptó basado en ese principio de solidaridad.

Sostuvo luego que su país no está pensando en modificar el proceso de desarrollo y apertura iniciado con el Plan Real, que cualquier análisis que no asuma ese punto de vista es equivocado, y "quien piense que en algún momento será posible frenar este proceso se equivoca".

"El problema que tenemos" agregó "es cómo crear las bases domésticas para que este proceso pueda proseguir sin contratiempos".

Debido a los efectos redistributivos del programa de estabilización y del propio desarrollo acelerado, Cardoso expresó que hay más demandas de la población y todo esto plantea necesidad de más capital, necesidad de mejor organización, de competencia tecnológica, y necesidad de cerebros que es necesidad de educación. Y todo ello requiere de más inversiones.

"Un país en estas circunstancias es un país que necesita aliados, es un país que no puede cerrarse y que por destino histórico necesita abrirse con aliados firmes, y eso es para nosotros el MERCOSUR" subrayó.

Así es que "para nosotros, el MERCOSUR, la relación privilegiada con Argentina, con Uruguay, con Paraguay y por ende con Chile y Bolivia, quizás mañana con Venezuela, constituye un imperativo histórico y necesitamos ampliar esas relaciones".

ACA NO HAY VUELTA QUE VALGA

Y más enfático aun manifestó más adelante "acá no hay vuelta que valga, estamos ya en el mismo barco; hay que ver cómo marchamos juntos, cómo podemos hacer para que todos ganemos en este tipo de relaciones".

"Para nosotros el MERCOSUR es la piedra fundamental de nuestra política externa, de nuestras relaciones económicas, por consecuencia de nuestro comercio y, más que eso, es nuestra visión americana del mundo" acotó.

Pero además, afirmó que Brasil no mira al mercado común como un bloque cerrado. Por el contrario, "si se miran estadísticas se verá que estamos importando más de Europa y de Estados Unidos que jamás en nuestra historia. Y la verdad es que estamos exportando menos de lo que es posible, entonces también aquí tenemos que dar una batalla

en común. Porque los aranceles son todavía altos para los productos agrícolas, porque los aranceles dañan a los exportadores de acero, a los que exportan calzados hacia Europa, Estados Unidos y Asia".

No obstante, aun así "encaramos el MERCOSUR no como una fortaleza para que haya cuatro países defendiéndose del mundo, sino al contrario, encaramos el MERCOSUR como un instrumento, como una palanca, para que se amplíen nuestras relaciones con el conjunto del mundo".

Aquí fue la oportunidad para su mensaje a Estados Unidos, pues expresó que por esa misma razón "estamos ahora abordando el ALCA, base de la relación hemisférica, con mucha confianza también".

Recordó que como presidente electo fue testigo de la Cumbre de Miami, en 1994, y que allí hubo una aspiración panamericana de integración del hemisferio "que todos hemos apoyado".

DEFENDER LOS INTERESES

Empero "no hubo una decisión sobre las formas de esta integración. Un país como Brasil y yo diría que el MERCOSUR en su conjunto, tiene que mirar esto con cuidado. No con el espíritu de no hacerlo, pero sí con la decisión de hacerlo para que ganemos y no para perder; no con el espíritu de hacer solamente lo que interesa a una de las partes o a otra, sino planteando con mucha claridad nuestros objetivos económicos, nuestras necesidades, nuestros problemas, y hacerlo de modo compartido para que podamos ganar mutuamente en la cuestión".

Reseñó Fernando Henrique Cardoso que hay varios temas de interés en esta integración, pero también "la discusión sobre los mercados, nos interesa qué accesos recíprocos nos vamos a dar unos a otros".

Mencionó enseguida la reunión de ministros de Comercio del hemisferio que tendrá lugar en Belho Horizonte en pocos días y dijo "creo que el MERCOSUR tiene que estar muy consciente y muy unido. Y quien habla es una persona que como canciller hizo un esfuerzo para que las relaciones con Estados Unidos sean excelentes".

No obstante, "eso no significa que Brasil y el MERCOSUR puedan darse el lujo de no mirar cuáles son sus verdaderos intereses en la discusión del ALCA. Así que creo que la coincidencia de los países del mercado común para encarar el futuro es una propuesta muy positiva, pero muy anclada en lo nuestro, en lo que corresponde a los intereses de nuestras economías y de nuestras sociedades".

NO HAY INTENCION DE DAÑAR

Posteriormenta, para no dejar de referirse a los problemas de los últimos tiempos con las medidas brasileñas, señaló Cardoso que a veces por falta de experiencia en este nuevo escenario internacional en construcción, alguna decisión de su gobierno puede parecer unilateral "y quizás lo haya sido". Pero, aseguró que no hay intención de dañar ningún interés ajeno, sino que sucede así en función "del desconocimiento de quienes toman la decisión sobre las consecuencias que la misma tiene. Porque estamos en un mundo nuevo en el cual nos interligamos de manera tal que algunos sectores de la burocracia no tienen todavía la sensibilidad hacia la complementación necesaria de nuestras economías".

A continuación, reafirmó "cuando haya causa, como pasó recientemente, el gobierno de Brasil tuvo y tendrá siempre la capacidad de rehacer sus caminos para corregir eventuales daños que puedan producirse en función de alguna decisión nacional que pueda perjudicar legítimos intereses de nuestros socios".

De inmediato destacó como trascendente en ese sentido la creación de la comisión de coordinación macroeconómica, instrumento ideal para que "tengamos la información y juntos tomemos las decisiones que puedan ayudar a evitar problemas futuros".

En el período de preguntas habilitado tras la conferencia, el presidente de Brasil fue interrogado sobre las últimas medidas adoptadas la semana pasada restringiendo el financiamiento de importaciones con plazos mayores a 1 año y explicó que se trató de una medida que no pasó por el gobierno, sino que fue instrumentada por una circular del Banco Central.

EXCLUYE AL MERCOSUR

Anunció que había hecho ayer mismo consultas y se le dijo que el MERCOSUR no estaría incluido, pero que si del texto no surge eso "como es decisión del gobierno que no haya ningún daño, si lo hubiera, lo cambiaremos para que se le excluya".

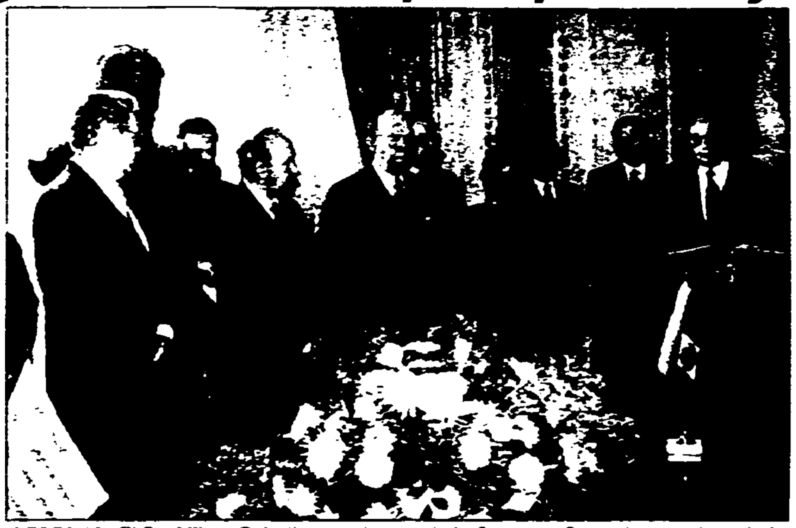
Al hacérsele notar que una encuesta de la Cámara de Industrias del Uruguay arrojó como rasultado que un 46% de los exportadores uruguayos a Brasil verán reducidas sus ventas en un 38% por causa de las medidas, el dignatario indicó "yo creo que 38% es muchísimo y de pronto hay que tomar alguna medida para repararlo. Pero seguramente lo peor sería no poder exportar a Brasil; sería gravísimo que la economía brasileña estuviera en una situación que no permitiera la importación, pero seguramente eso no va a pasar".

Instituciones jurídicas son fundamentales para el avance de la integración con respeto por la ley

6-5-97



PRESENCIA. *En la Suprema Corte de Justicia, un momento de reflexión junto al busto del Prócer*



DERECHO. *El Dr. Milton Cairoli —presidente de la Suprema Corte de Justicia— da la bienvenida al visitante. Fue destacada la vigencia del derecho en el MERCOSUR*

El presidente Fernando Henrique Cardoso subrayó el valor que adquieren las instituciones jurídicas en el Mercado Común del Sur para avanzar en el proceso de integración.

El jefe de estado brasileño afirmó que "la juridicidad es esencial para el avance del MERCOSUR, de Brasil y de Uruguay, un país con tradición muy clara y muy constructiva intelectualmente en materia de derecho internacional". Sus palabras fueron parte de un discurso pronunciado frente a los ministros de la Suprema Corte de Justicia, en la sede del organismo.

"El MERCOSUR vio la luz en circunstancias distintas que la Asociación Latinoamericana de Integración, cuya acción fue signada por diferentes dictaduras", manifestó luego.

"Ahora" añadió "para ingresar al MERCOSUR tenemos la base del americanismo de la democracia, tenemos el respeto a la ley y a la justicia".

Más tarde, enfatizó que en el camino de la integración "tenemos la voluntad de nuestros pueblos, que coinciden en su sensibilidad, en sus valores y en sus objetivos y en ese sentido existe también al alcance de nuestra mano la posibilidad efectiva de formar un mismo espíritu de paz, prosperidad y democracia en el continente".

En la presente jornada, la última de su visita de Estado al Uruguay, los dos países firmarán cuatro convenios, uno de los cuales destinado a exonerar de depósitos especiales de U$S 200 mil y de trabas burocráticas a los empresarios uruguayos que quieran instalarse en el vecino país.

Adicionalmente, se suscribirán un memorándum de entendimiento para la interconexión eléctrica entre ambos países, un convenio bilateral para la conservación de la cuenca hidrográfica del Río Cuareim y un Ajuste Complementario al actual Estatuto de Fronteras de 1933.

Cardoso finaliza su visita en Rivera, donde llegará acompañado del presidente Julio María Sanguinetti, para suscribir convenios relativos a la cooperación en la denominada Frontera de la paz.

Primera Dama de Brasil diserta sobre la "Comunidad Solidaria"

La esposa del presidente de Brasil, Ruth Cardoso, ofrecerá hoy una conferencia en el Edificio Libertad, donde a partir de la hora 9:45 se referirá al programa "Comunidad Solidaria".

En enero de 1995 el gobierno de Brasil estableció el programa "Comunidad Solidaria" para enfrentar la pobreza y la exclusión social en ese país. El programa establece nuevos mecanismos de coordinación de las políticas sociales, focalización de acciones en áreas necesitadas e incentivos para la participación del gobierno y organizaciones civiles en la mejora de la calidad de vida de los sectores más pobres de la sociedad brasileña.

Las acciones de "Comunidad Solidaria" abarcan alfabetización, planes preventivos de salud, capacitación profesional para jóvenes y facilitación del acceso a crédito a ciudadanos de baja renta, entre otras iniciativas.

Reuniones con minigabinete binacional logran avances sustantivos en problemas bilaterales pendientes

SANGUINETTI Y CARDOSO ESTABLECEN LAS BASES DE ACCIONES CONJUNTAS FUTURAS

Casi dos horas duró el primer encuentro entre los máximos exponentes de los gobiernos de Brasil y Uruguay, durante el cual se establecieron algunas bases de acción futura en varios campos.

El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, comenzó oficialmente su visita a Uruguay a las 9 y 35 de ayer cuando pasó revista a efectivos militares formados frente a Casa de Gobierno "Edificio Libertad". Luego de ser recibido por el presidente uruguayo, Julio M. Sanguinetti y tras el saludo del gabinete, ambos mandatarios mantuvieron la primera reunión de trabajo en el piso 7 de la sede del Poder Ejecutivo, la que se prolongó hasta las 10 y 30, cuando ambos mandatarios bajaron al salón de actos para presidir el cierre de los "encuentros temáticos" que una hora antes habían iniciado los ministros de ambos países cada uno en el área de su competencia.

Al término de esta reunión plenaria, pasada las 11 y 30, Cardoso hizo breves declaraciones en las que aclaró que las recientes medidas dispuestas en su país ampliando las restricciones a las importaciones vía reducción del financiamiento, no afectarán al MERCOSUR.

Sobre el mismo tema, el ministro de Industria, Energía y Minería de Uruguay, Julio Herrera, reveló que la posición fue expresada durante el encuentro privado que sostuvieron momentos antes los presidentes de Brasil y Uruguay. Herrera dijo que este anuncio produce "una enorme tranquilidad" porque en el texto recibido referido a la última circular del Banco Central de Brasil "no aparecía excluido el MERCOSUR" de la eliminación de financiamiento a las importaciones a cursar en un plazo superior a los 360 días. Con la palabra del presidente de Brasil ha quedado despejado el asunto, subrayó el ministro.

■ OTROS TEMAS CONSIDERADOS

Comentó, además, que el encuentro bilateral entre ministros de ambas naciones permitió hablar sobre algunas dificultades que presentan los cigarrillos uruguayos para su ingreso al mercado brasileño. Hay un tema de tributación que fue aclarado por el ministro Francisco Dorneilles (de Industria, Comercio y Turismo de Brasil), y uno de estampillado respecto al que quedó de verificarse si la información disponible es la correcta, comentó Herrera.

El ministro señaló que el gobierno de Brasil se refirió además en el diálogo bilateral al sistema de certificación de origen dispuesto en Uruguay, para el comercio. Se le informó que en el Ministerio de Industria uruguayo se ha constituido un comité técnico en el que los organismos certificadores trabajan para establecer procedimientos y normas técnicas comunes para que en el futuro no se tenga un certificado de origen que no corresponda con la realidad, dijo.

Otras áreas tratadas fueron las relacionadas con el turismo, donde se impulsarán acciones bilaterales, y con el transporte.

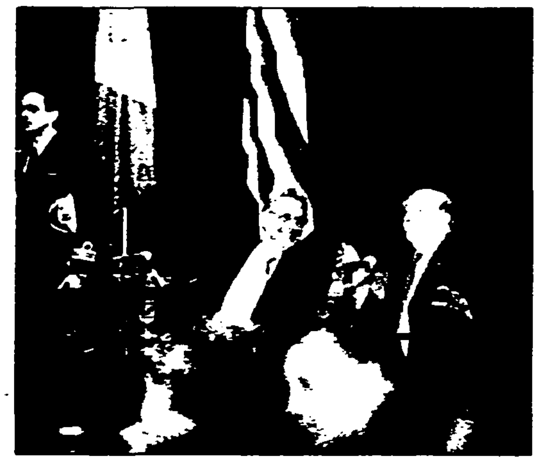
Junto con el presidente Fernando Henrique Cardoso, vinieron el ministro de Relaciones Exteriores, Luiz F. Lampreia, el de Industria, Comercio y Turismo, Francisco Dornelles, el de Minería y Energía, Raimundo Brito, y el de Transporte, Alcides Saldanha, y los gobernadores de los estados de Sergipe, Albano Franco, y de Rio Grande do Sul, Antonio Brito, así como el Jefe de la Casa Militar brasileña, Gral. Alberto Cardoso.



***REENCUENTRO.** Fue el de los dos presidentes durante la ceremonia protocolar de bienvenida realizada en las afueras del Edificio Libertad, tras la cual ambos se enfrascaron en una reunión privada. Cardoso comunicó a Sanguinetti la exclusión del MERCOSUR de la última medida restrictiva*

EP 6-5

Unidad consagrada en dos plaquetas



***REFLEXIONES.** Los presidentes reflexionan previo a la reunión con los ministros. Hoy van a Rivera*

RIVERA (Por Freddy Fernández Carranza, corresponsal). — Los presidentes Fernando Henrique Cardoso y Julio María Sanguinetti descubrirán dos plaquetas en el Parque Internacional, concretamente en el Obelisco que consagra la unidad entre los dos pueblos fronterizos, en el marco de una breve visita que tendrá una duración inferior a las dos horas.

Se aguarda un gran dispositivo de seguridad, tanto en territorio nacional, como en la vecina ciudad de Santana do Livramento. En Rivera la seguridad de ambos Jefes de Estado estará a cargo de los efectivos del Ministerio del Interior, mientras que en el parque Internacional, pero en territorio brasileño se anuncia la presencia de efectivos del Ejército; la Brigada Militar y de la Policía Federal.

Cardoso y Sanguinetti recibirán obsequios del gobierno riverense, que es el anfitrión, que consisten en cuadros del Escudo Departamental cuyo autor es el artista plástico Wilmar Pereira Aranguiz, mientras que al jefe de estado norteño, se le entregará además un álbum artístico del fotógrafo Gustavo Alsó que reúne muestras de los principales puntos turísticos e históricos de nuestra ciudad.

Los dos gobernantes llegarán a la hora 16.15 al aeropuerto de Cerro Chapéu, y en ómnibus se trasladarán a la Plaza Internacional, donde luego de una breve ceremonia se dirigirán a la Intendencia Municipal, a una sala especialmente instalada (una réplica del despacho del Intendente) donde los dos ilustres visitantes permanecerán durante 15 minutos, trasladándose luego al Salón de Actos de la comuna, lugar en el que firmarán los acuerdos bilaterales, y donde se espera una breve alocución de ambos gobernantes.

Tal como lo informó EL PAIS, el presidente Cardoso partirá desde Rivera con destino a Brasilia, y Sanguinetti retorna a Montevideo, lo que está previsto para la hora 17.30.

EP 6-5-97

El Presidente de Brasil pidió consolidar el bloque de cuatro países como paso previo a la reunión hemisférica

PRIORIDAD A INTEGRACION REGIONAL ANTE PROCESO DE GLOBALIZACION ECONOMICA

El presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, exigió ante la Asamblea General la consolidación del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) para llevar una posición común a la cumbre económica de América que se realizará este mes en Belo Horizonte.

Luego de reafirmar que el MERCOSUR **"es una prioridad absoluta de la política exterior"** de su país, enfatizó en que es necesaria una visión común para estas negociaciones sobre la conformación de un Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

"Necesitamos profundizar las relaciones entre los países del MERCOSUR para que podamos efectivamente saber con claridad cuál es el interés nuestro", dijo el jefe de Estado brasileño, remarcando además que el compromiso de su país con el MERCOSUR es el mismo que cuando vino en 1994 a Uruguay, siendo presidente electo, ocasión en la que se reunió con el entonces mandatario uruguayo, Luis Alberto Lacalle.

Cardoso aseguró que los países del MERCOSUR tienen compromisos importantes como el que refrendó el proceso con la Unión Europea (UE) en Madrid —ocasión en la que estuvo presente el presidente Julio María Sanguinetti— para conformar una futura zona de libre comercio, por lo que se debe tener de igual manera ahora una visión en conjunto para la integración hemisférica.

MERCOSUR, UNA PRIORIDAD DE SU GOBIERNO

El mandatario de Brasil agregó que, en momentos en que el MERCOSUR sigue siendo una prioridad para su nación a fin de enfrentar la globalización, los países del bloque deben discutir punto por punto lo relativo a los aranceles y la negociación comercial.

"Debemos discutir qué ventaja hay para cada una de las partes involucradas, y el peso necesario para que tengamos más fuerza en esas negociaciones (refiriéndose al ALCA) **es la consolidación del MERCOSUR"**, opinó el jefe de Estado de Brasil.

Cardoso expresó luego que si bien los aranceles son muy importantes para los empresarios y para los gobernantes, debe tenerse en cuenta también en este proceso lo que quiere la gente. **El pueblo quiere mucho más que aranceles, quiere saber su forma concreta de vida y cómo repercuten las negociaciones"**, dijo.

"BRASIL NECESITA DE URUGUAY"

Ya totalmente fuera de protocolo y dirigiéndose a los legisladores en un tono coloquial, el presidente brasileño insistió además en que su país, pese a ser el más grande del área del MERCOSUR, necesita de naciones más pequeñas en territorio y población como son Uruguay y Paraguay.

Sintetizó entonces su pensamiento diciendo que **"la fuerza no deriva del tamaño físico del país, sino de su convicción de libertad"**, poniendo a Uruguay como ejemplo de ello.

Durante su mensaje al Parlamento, el mandatario brasileño definió al MERCOSUR como la **"prioridad absoluta"** de su gobierno en materia de política exterior, llamando al acuerdo multilateral como **"la piedra angular sobre la cual estamos construyendo la modernidad necesaria para enfrentar los desafíos y riesgos de la globalización económica mundial"**.

Frente a la atenta mirada del presidente de la Asamblea General, Hugo Batalla, y los legisladores de todos los lemas que asistieron a la sesión solemne de la tarde de ayer, el jefe de Estado visitante dijo que Brasil **"es hoy el principal socio económico del Uruguay"**, en función de lo cual **"es el mayor importador de sus productos y el mayor exportador de bienes y servicios para el mercado uruguayo"**, recordando que en 1996 las exportaciones uruguayas a Brasil aumentaron un 20% y que en ese mismo año se amplió el superávit a favor uruguayo en el comercio bilateral.

CONFIANZA Y FRANQUEZA

En otro orden, Cardoso afirmó que Uruguay y Brasil **"son socios privilegiados que tienen en común valores fundamentales como la democracia, la defensa de los derechos humanos y los ideales de mayor justicia social"**. Agregó que la historia de ambas naciones **"se ha escrito con la confianza recíproca y la franqueza de los amigos que saben cómo cuidar y preservar su amistad"**.

Cardoso definió a su visita como **"el inicio de una nueva y fortalecida etapa de diálogo y cooperación"**, en tanto afirmó que junto con el Presidente Sanguinetti está **"inaugurando una etapa de entendimiento aún más estrecho"** y **"lanzando las bases para una asociación privilegiada para el próximo siglo"**.

El mandatario sostuvo luego que es en el Parlamento **"donde se siente el pulso de la nación y donde las grandes aspiraciones de la ciudadanía encuentran resonancia y su apropiada vía legal y política"**, recordando, más adelante, algunos momentos de su gestión como integrante del Congreso brasileño.

ANTINOMIA

En otro orden, Cardoso, dijo que el desafío de la era actual pasa por superar la antinomia que existe entre las fuerzas que promueven el progreso social en la región y aquellas que pregonan el **"conservadurismo y los privilegios"**.

Los enfrentamientos de la década pasada fueron **"entre la democracia y el autoritarismo"**, mientras que el nuevo reto de las sociedades latinoamericanas se registra hoy **"entre la modernidad y el progreso social contra las fuerzas del conservadurismo y el privilegio"**, advirtió Cardoso.

Por último, Cardoso destacó todos y cada uno de los aspectos de la estructura institucional creada por los gobiernos uruguayo y brasileño para facilitar el entendimiento bilateral y el desarrollo en las áreas de frontera común. En tal sentido, reveló que un grupo de trabajo específico está encargado de elaborar un plan de desarrollo urbano conjunto para las ciudades de Rivera y Santa Ana de Livramento. También, dijo Cardoso que con la inauguración de los comités de frontera de Bella Unión y Barra de Cuaraí y de las homónimas ciudades de Aceguá, son seis los comités que hermanan a centros poblados de ambos países.

Batalla exigió el total respeto a los compromisos asumidos con la región

El vicepresidente Hugo Batalla demandó a Brasil el "pleno respeto de los compromisos asumidos" a través del Mercado Común del Sur, lo que consideró "una condición indispensable para reforzar institucionalmente el proceso de integración y fortalecer su credibilidad". Al presentar ante la Asamblea General al jefe de Estado del país vecino, Fernando Henrique Cardoso, Batalla sugirió que debió evitarse la toma de decisiones "que puedan aparecer afectando la credibilidad del proceso (de integración regional) y comprometiendo su funcionamiento".

Batalla dijo ser consciente de la probable existencia de determinadas circunstancias internas y externas que podrían obligar a un Estado a adoptar medidas excepcionales para salvaguardar objetivos de política económica. Sin embargo, pidió a Cardoso que en todo caso, estas medidas "de ninguna manera" afecten los objetivos y funcionamiento del MERCOSUR.

En tal sentido, Batalla consideró "fundamental" que en estos casos se haga una consulta previa entre los Estados integrantes del acuerdo para el análisis conjunto de la situación y para acordar las medidas correspondientes".

También, exigió "la exoneración de los Estados integrantes del MERCOSUR de cualquier medida" que fuera aplicada para superar situaciones de inestabilidad o desequilibrio interno.

Dijo Batalla que si los dos países comparten esos criterios y están dispuestos a adoptarlos "habremos avanzado en el afianzamiento institucional del MERCOSUR y en evitar futuras crisis del proceso".

Pidió a Cardoso una actitud de "grandeza" y de "visión política" para conducir su país como "indiscutido líder en el proceso del MERCOSUR", a que encuentre "el camino justo que la integración requiere en beneficio compartido de nuestros pueblos".



FRATERNO. *Luego de los discursos Cardoso y Batalla se abrazan como testimonio de una relación que va más allá de lo protocolar. Aún así, las palabras del Vicepresidente representaron el reclamo del gobierno y pueblo del Uruguay. Luego del acto Batalla ofreció un brindis a la delegación visitante, que partió antes de caer el sol rumbo a la Suprema Corte de Justicia*

Nº DOCUMENTO 9708453
TITULO Marchas del primero de mayo
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 2-5-97
VINCULACIONES 507482
1165
11414
11103

XA9576

U VARBT 05-01 00277
mun exg

1 MAYO-BRASIL
MARCHAS PROTESTA NO ALCANZARON NUMERO DE TRABAJADORES ESPERADO

Río de Janeiro, 1 may (EFE).- El Día del Trabajo se celebró hoy en Brasil con marchas en varias ciudades contra el desempleo y la política neoliberal del gobierno de Fernando Henrique Cardoso, aunque las protestas no alcanzaron las previsiones de los organizadores.

La mayor concentración tuvo lugar en San Bernardo del Campo, estado de Sao Paulo, donde unas 30.000 personas, según la Policía Militar y 60.000, según la Central Unica de Trabajadores (CUT), se manifestaron contra el desempleo, que afecta de forma especial a esa región.

El Movimiento de campesinos Sin Tierra (MST), que el 18 de abril movilizó hasta Brasilia a cerca de 50.000 personas para protestar contra la política agraria del gobierno, no logró acercarse al millón personas que había calculado que reuniría en las principales ciudades.

En Brasilia, los Sin Tierra desmantelaron los campamentos que levantaron el pasado 17 de abril frente a la "Esplanada dos ministerios" y se despidieron de las instituciones que los apoyaron.

En Río de Janeiro, donde en los últimos dos días se enfrentaron la policía y manifestantes que se oponen a la venta de una compañía minera, menos de 1.000 personas participaron en la marcha contra la privatización de la empresa.

La segunda marcha más concurrida tuvo lugar en Porto Alegre, capital del estado de Río Grande do Sul, donde unas 20.000 personas asistieron a una romería organizada por la Pastoral Operaria de la Regional Sur, ligada a la organización episcopal brasileña.

El presidente Cardoso aprovechó el festivo del Primero de Mayo para descansar en su apartamento en Sao Paulo, donde sólo recibió a algunos miembros del equipo económico del gobierno. EFE

joc/mms/arp

05/01/22-56/97

Doc. Poco legible.

Romaria do Trabalhador reúne milhares de pessoas em Lajeado

THÉO ROCHEFORT

24 1 MAIO

A caminhada de pouco mais de uma hora, debaixo de um sol forte, entre o centro de Lajeado e o Parque do Imigrante, ontem, não modificou a alegre fisionomia da agricultora Izorda Simonetto, 55 anos. Acostumada desde criança ao árduo trabalho na lavoura, Izorda revelava no olhar a felicidade de participar pela terceira vez da Romaria do Trabalhador. "A vida no campo está cada vez mais difícil e na romaria a gente sente que com fé as coisas podem mudar", afirmou, confiante. De pés descalços, a agricultora do município de Cruzeiro do Sul segurava nas mãos calejadas um folheto de cânticos. Ela era uma das milhares de pessoas que se reuniram para rezar, cantar e debater problemas como desemprego, falta de moradia e situação salarial do trabalhador brasileiro no Dia Internacional do Trabalho.

O encontro organizado pela Pastoral Operária da Regional Sul III, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), se transformou num protesto contra o governo de Fernando Henrique Cardoso no Rio Grande do Sul. A mobilização começou há uma semana, quando 60 trabalhadores desempregados da Região Metropolitana marcharam em direção a Lajeado. A caminhada recebeu a adesão de dezenas de pessoas a cada cidade por onde passavam os trabalhadores. No começo da manhã, milhares de pessoas esperavam os cerca de 150 trabalhadores que saíram da Capital uma semana antes.

Na missa campal, o bispo de Santa Cruz do Sul, dom Sinésio Bohn, disse que é preciso que os trabalhadores fortaleçam os sindicatos para garantir emprego e [illegible]ários dignos. "A Igreja é solidária com o povo e deve apoiá-lo a enfrentar as injustiças sociais", afirmou Bohn.

A paisagem do parque mudou para a sexta edição da romaria. Os fiéis ocuparam todos os espaços, levando bandeiras vermelhas, verdes e brancas. Para se proteger do sol valeu qualquer coisa: colocar cadeiras debaixo de árvores, usar guarda-chuvas, bonés ou chapéus de palha. A agricultora Teresinha Weiter, 46 anos, saiu de casa antes das 7h, em Cruzeiro do Sul, para chegar às 8h ao local da caminhada. "É emocionante ver todas essas pessoas rezando e cantando juntas", disse.

Depois de um almoço comunitário, shows de artistas regionais animaram o público até a última celebração, no final da tarde.



Fé e protesto: orações, cantos e manifestações contra o governo marcaram a romaria

Confronto deixa 67 feridos em Salvador

Dirigentes da CUT, do PT e do PC do B suspenderam a tradicional manifestação pelo Dia do Trabalho no centro de Salvador. A decisão foi tomada em função do conflito ocorrido na noite de quarta-feira entre trabalhadores e policiais militares na Praça Castro Alves. A briga resultou em 17 PMs e mais de 50 manifestantes feridos. Nove pessoas foram presas.

Conhecida como a Praça do Povo e coração do Carnaval baiano, a Castro Alves virou campo de batalha no início da noite de quarta-feira, quando cem PMs da tropa de choque tentaram impedir que 2 mil servidores municipais demitidos, rodoviários e sem-terra alcançassem a Praça Municipal. Os manifestantes, que pretendiam realizar um ato público no local, onde ficam a prefeitura e a Câmara de Vereadores, foram [illegible] com bombas de gás lacrimogêneo, tiros para o alto e cassetadas. A multidão respondeu com pedradas.

A briga durou meia hora. No final, [illegible] duas radiopatrulhas e dois carros de som dos manifestantes foram depredados. Depois, grupos de PMs saíram pelas ruas espancando e prendendo pessoas. O cozinheiro Agilson de Jesus, que [illegible]cava dinheiro num caixa eletrônico, o representante comercial Antonio Freitas e o vendedor Wilson Santana foram três das vítimas. Mesmo sem ter participado da manifestação, eles acabaram presos.

O cinegrafista Raimundo Alves, da TV Itapoan, flagrou policiais batendo em dois manifestantes e também acabou apanhando. Cercado por 10 PMs, ele manteve a câmara ligada e filmou sua própria agressão. O comandante do 18º Batalhão, coronel Josué Brandão, pediu ontem desculpas pelas agressões. Mesmo assim, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia anunciou que vai exigir a apuração dos incidentes.

O 1º DE MAIO NO BRASIL

Comemorações do Dia do Trabalho no país

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Milhares de pessoas reuniram-se no Paço Municipal para ouvir discursos e assistir a shows musicais. Sindicalistas e políticos aproveitaram para atacar o governo, a privatização da Vale, o desemprego e a demora na reforma agrária. O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, propôs 30 dias de debate pela televisão sobre a Vale do Rio Doce, seguido da realização de plebiscito, antes da privatização da empresa. A CUT também estuda a idéia de uma greve geral no dia 25 de julho.

SÃO PAULO

A comemoração do Dia do Trabalho em São Paulo, promovida pela Força Sindical, teve até sorteio de eletrodomésticos. Quem ajudou a lotar o auditório do Sindicato da Construção Civil, no centro da cidade, concorreu a geladeiras, calculadoras, aparelhos de som e outros prêmios. O presidente da entidade, Luiz Antonio de Medeiros, propôs a redução da jornada de trabalho. Diferentemente da festa da CUT, a privatização da Vale do Rio Doce não foi assunto no ato da Força Sindical, que apóia a venda da estatal.

VOLTA REDONDA

O ministro do Trabalho, Paulo Paiva, passou o 1º de maio em Volta Redonda, numa visita marcada pela troca de elogios entre governo e sindicalistas. Dirigentes da Força Sindical defenderam a privatização da Vale do Rio Doce. Paiva [illegible] com a possibilidade de o governo abrir [illegible] para que trabalhadores e empresários negociem a redução da jornada de trabalho e de horas extras.

9708453

02

Um dia de protesto para os trabalhadores gaúchos

Manifestação em Porto Alegre criticou desemprego e privatizações

2/5/1998

O Dia Internacional do Trabalho foi marcado por protestos em Porto Alegre. O principal ocorreu no Parque Farroupilha, onde centenas de trabalhadores empunhando bandeiras e faixas se reuniram numa manifestação contra o desemprego e a política de privatizações. Promovida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos e partidos políticos, a concentração contou com a presença de caravanas do Interior. Em frente do Monumento ao Expedicionário, um palanque serviu de tribuna para shows e ataques e vaias aos governos estadual e federal.

"Hoje é um dia de reflexão, principalmente sobre o desemprego", disse o vice-prefeito José Fortunati. Ele lembrou que a última Pesquisa de Emprego e Desemprego, feita mensalmente pela Fundação de Economia e Estatística, apontou 13% de desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre. "É o maior índice registrado até agora e nos preocupa que 170 mil pessoas estejam em busca de trabalho."

Criatividade e um forte sentimento de nacionalismo caracterizaram algumas das formas de protesto, que inclusive extrapolaram o tema principal do dia. O ator Henrique de Lima, por exemplo, aproveitou sobras de material usado em peças teatrais para montar um protótipo de papelão de um carro popular da GM e criticar a instalação da montadora em Gravataí.

Entre sem-terra e militantes comunistas, um grupo de anarquistas punks chamava a atenção por participar da manifestação deitados sobre uma bandeira preta. Mais conservador, o aposentado Cléo Penha dos Santos resolveu demonstrar sua indignação carregando uma enorme bandeira do Brasil. "A situação do trabalhador está cada vez pior e o novo salário mínimo é uma ofensa aos brasileiros", argumentou Santos.

O presidente estadual da CUT, Jairo Carneiro, destacou que as reivindicações deste 1° de maio tinham características novas. "Com a revolução tecnológica, a discussão não é sobre o emprego, mas sobre as novas formas de trabalho", afirmou Carneiro, que definiu o aumento de R$ 8 para o salário mínimo como "uma vergonha nacional".

DATA MUNDIAL

Como surgiu o Dia do Trabalho:

- O Dia do Trabalho foi instituído na França em 1889, e começou a ser comemorado em 1890
- A data homenageia os 90 trabalhadores mortos a tiros pela polícia de Chicago (EUA) no dia 4 de maio de 1886, durante a repressão a uma greve
- Os trabalhadores haviam entrado em greve no dia 1° de maio, pedindo a limitação da jornada de trabalho a oito horas diárias. Foi a primeira greve da história a pleitear melhores condições do trabalho
- O 1° de Maio foi instituído no Brasil em 1938 e declarado feriado nacional em 1949
- A data é festejada em centenas de países. Uma das poucas exceções são os Estados Unidos

9708453

03-03

Una solución brasileña

En Brasil intentan encontrar **soluciones** al problema del desempleo. El último intento corresponde a empresarios de San Pablo y a la central de trabajadores Fuerza Sindical. Entre ambos, acordaron **reducir la semana laboral** de 44 a 30 horas, aunque la puesta en marcha definitiva del proyecto dependerá de la aprobación gubernamental.

La propuesta de tres filiales de la FIESP (Federación de la Industria del Estado de San Pablo) y Fuerza Sindical (con oposición de CUT, Central Unica de Trabajadores, la más grande), se elevará la semana próxima al presidente Fernando Henrique Cardoso.

El acuerdo tiene ocho cláusulas y será de "adhesión voluntaria". Calculan que aumentará un 47 por ciento la oferta de trabajo en las industrias y podría crear 15 millones de nuevos puestos si fuera aplicada por todos los sectores.

En contrapartida, desaparecen las horas extras, caerían un 10 por ciento los salarios, un 37 por ciento la recaudación fiscal y un 10 por ciento las ganancias.

C/ 18-5

DPT885
R ECON? 05-17 00392
smt

BRASIL EMPLEO
PATRONES Y OBREROS POR JORNADA LABORAL DE 30 HORAS SEMANALES

Brasilia, 17 may (EFE). - El presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, recibirá la próxima semana a los dirigentes del gremio Fuerza Sindical y de tres organizaciones patronales que impulsan una campaña para reducir de 44 a 30 horas la jornada semanal de trabajo para combatir el desempleo, se conoció hoy.

Cardoso anunció hace un mes que su Gobierno únicamente apoyaría propuestas de disminuir la jornada laboral para ampliar las ofertas de trabajo si así lo acordaban patrones y empleados.

"Vamos a pedir a Cardoso el cumplimiento de esa promesa", manifestó el presidente del Sindicato de Metalúrgicos de Sao Paulo, Paulo Pereira da Silva, que integra la organización Fuerza Sindicial, que el pasado jueves suscribió un Protocolo de Intención con ese objetivo con los gremios patronales de las industrias de laminación, metales y refrigeración.

El desempleo en Brasil se situó el año pasado en el 6,5 por ciento de la Población Económicamente Activa (PEA), frente al 5 por ciento registrado en 1995.

Para lograr la reducción de la jornada de trabajo, la propuesta contempla la renuncia de los trabajadores al 10 por ciento del monto de sus actuales salarios y la disminución de impuestos cobrados a las empresas por diferentes instancias fiscales, por lo que también requiere de acuerdos con el Gobierno y con las administraciones regionales.

La propuesta no es apoyada por algunas organizaciones sindicales afiliadas a la Central Unica de Trabajadores (CUT), partidarios de la reducción de la jornada de trabajo, pero sin reducir los salarios.

"Los costos de la generación de empleos tienen que ser pagados por toda la sociedad", reitera el presidente de Fuerza Sindicial, Luiz Antonio de Medeiros.

Según cálculos de técnicos que elaboraron el Protocolo de Intención, la reducción de la jornada laboral permitirá a la industria brasileña la creación de dos turnos de trabajo adicionales, que deberían ser cubiertos por 4,7 millones de desempleados actuales.

Eso representaría un crecimiento del 47 por ciento de los 9,3 millones de empleos que existen en la industria en la actualidad.

El Protocolo de Intención argumenta la propuesta en que el avance tecnológico y la creciente productividad "torna inexorable" la reducción de las horas trabajadas y que diversos estudios demuestran que en las dos últimas horas de una jornada laboral de ocho horas diarias la productividad cae al 20 por ciento. EFE

sr/chs/cc

05.17/18 57/77

9708454

Trabalhadores negociam jornada menor

Os sindicatos argumentam que a redução do número de horas semanais aumentaria a oferta de emprego no país

MARTA CIOCCARI 24 2 MAYO

Um longo e tortuoso caminho vem sendo percorrido para que, na chamada modernidade, não apenas o capital se beneficie do aumento espantoso da produtividade obtido na maior parte do mundo. A proposta para que os trabalhadores também recebam parte desses ganhos é reduzir a jornada de trabalho. Uma face da moeda que impõe essa mudança é o desemprego, que atinge 1 bilhão de pessoas no mundo. A outra é a busca de melhores condições de vida para mais gente. Se no século passado uma jornada semanal de 80 horas era a regra, agora países que adotam mais de 40 horas de trabalho estão na contramão da história. Desde a primeira revolução industrial, as horas medidas no relógio marcam a eficiência do trabalho. Nem só a economia exigia jornadas longas, mas a crença religiosa de que o diabo sempre encontrava trabalho para "mãos desocupadas" – e a fábrica mantinha as mãos dos trabalhadores ocupadas.

Praga de fim de século ou efeito perverso das novas tecnologias, o desemprego é o mais forte argumento da nova ofensiva do movimento sindical brasileiro pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Há quase 10 anos, a Constituição de 1988 sacramentou a mudança de 48 horas para 44 horas semanais. Menos tempo de trabalho, que foi uma das bandeiras do 1º de maio, provoca acirradas polêmicas não só entre trabalhadores e empresários, mas também no Congresso, que neste ano deverá bater o martelo sobre questão. Quase simultâneamente os representantes das duas maiores centrais sindicais do país – Vicentinho, pela CUT, e Medeiros, pela Força Sindical – entregaram propostas ao presidente Fernando Henrique Cardoso sugerindo o encolhimento da jornada para 40 horas.

As centrais sindicais propõem a redução da atual jornada de 44 para 40 horas por semana

Primeiro, a CUT sugeriu a criação de 3,5 milhões de novos postos de trabalho no país a partir da diminuição do tempo médio de trabalho semanal, com manutenção dos salários, e incentivos fiscais a empresas que adotassem esta política. "Um fator é o desemprego, mas os trabalhadores também precisam de tempo para pensar e para o lazer", afirma o presidente da Confederação dos Metalúrgicos da CUT, Eguiberto Tella Bella.

A defesa das 40 horas semanais também foi levada ao presidente pela Força Sindical. O ministro do Trabalho, Paulo Paiva, apresentou ao Congresso um projeto que mantém as 44 horas de trabalho e institui a jornada flexível para os brasileiros. Em contrapartida, os empresários teriam a redução de 18% nos encargos sociais nos contratos de trabalho temporários. "O presidente me deu sinal verde", disse Paiva. O projeto do governo já foi votado na Câmara e aguarda votação no Senado. A proposta original previa que os trabalhadores poderiam fazer até 60 horas semanais, compensáveis no prazo de um ano. Um projeto de lei apresentado pelo deputado federal Miguel Rossetto (PT-RS) prevê a redução da jornada de trabalho em duas etapas. Uma primeira diminuição do período semanal de 44 horas para 40 horas, seguida, em dois anos, de outro encolhimento para 38 horas semanais.

BRASIL PEDAGOGO

MUERE PAULO FREIRE, MAESTRO DE LOS EDUCADORES BRASILEÑOS

Sao Paulo (Brasil), 2 may (EFE).- El pedagogo y escritor Paulo Freire, una de las figuras mas representativas de la enseñanza brasileña en la segunda mitad de este siglo, murio hoy en Sao Paulo a los 75 años de edad, informaron emisoras de radio locales.

Freire, autor de más de 25 libros sobre temas educativos, algunos traducidos a 35 idiomas, se dio a conocer a nivel mundial con su obra "Pedagogia de los oprimidos", un metodo de alfabetizacion para adultos que alcanzó amplia difusión.

Paulo Freire vivió varios años en el exilio durante la época de la dictadura militar y regresó a Brasil en 1979 para retomar sus actividades docentes.

Pese a su edad, Freire no abandonó nunca la actividad educativa y aún trabajaba como profesor de la Universidad Católica de Sao Paulo, una de las más importantes del país.

Su última obra, llamada "Pedagogia de la autonomía", fue lanzada en Sao Paulo el pasado 10 de abril. EFE

JOC/fr

05/02/15-14/97

Nº DOCUMENTO 9708456
TITULO Desaparecidos: apertura de archivos
PROCEDENCIA 518 593
FECHA DE PROCEDENCIA 16-5-97
VINCULACIONES 507482
11165
Derechos Humanos
11163
13065
11328

xE8420

R E0/BT 05 16 00327
mun exo icx

BRASIL-DESAPARECIDOS
GOBIERNO QUIERE ACELERAR APERTURA ARCHIVOS REGIMEN MILITAR

Brasilia, 16 may (EFE).- El gobierno de Brasil estudia la posibilidad de que familiares de los detenidos desaparecidos durante el pasado régimen militar (1964-85) tengan acceso anticipado a los archivos de los organismos de seguridad de esa época, informa hoy el diario "Jornal do Brasil".

El ministro interino de Justicia, Milton Seligman, se reunió el jueves con representantes de familias de las víctimas del régimen castrense y les aseguró que el Gobierno pretende reformar la ley que ahora fija un plazo de treinta años para que los documentos secretos permanezcan fuera del conocimiento público.

Seligman, según la versión del citado rotativo, señaló que su ministerio propondrá la reducción de ese tiempo para que los familiares afectados tengan acceso anticipado a todos los archivos militares y conozcan lo que ocurrió con sus parientes.

"Son estudios iniciales, pero nuestro objetivo es compatibilizar la legislación brasileña con los padrones internacionales", aseguró el ministro interino de Justicia, quien precisó que el plazo puede ser reducido a veinte años.

En la reunión con Seligman, los representantes de la Comisión de Familiares de Muertos y Desaparecidos Políticos, y del Grupo Tortura Nunca Más, pidieron, además de la apertura de los archivos del régimen militar, ayuda del Gobierno en la localización de los cuerpos de varios opositores a aquél que se hallan desaparecidos.

"La ley que prevé la indemnización para las familias de los desaparecidos fue un gran avance, pero queremos enterrar a nuestros muertos", expresó Iara Xavier, de la Comisión de Familiares.

Añadió que los cadáveres de 134 de los 136 activistas políticos considerados oficialmente por Brasil como detenidos desaparecidos están enterrados en cementerios clandestinos.

La Comisión pidió que el Gobierno destine recursos de su presupuesto a la Universidad de Campinas para que su departamento médico forense pueda identificar los esqueletos encontrados en 1990 en una fosa común utilizada por los militares. EFE

CM/LTM/fr

05/16/20 26/97

Nº DOCUMENTO 9708458
TITULO 1TE. Cardoso se acerca a la iglesia. —
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 25-5-97
VINCULACIONES 5507402
11164
11302
11820
11165

Cardoso se acerca a la Iglesia

LN 25/5

RIO DE JANEIRO, 24 (AP).- El presidente Fernando Henrique Cardoso trata de reparar las relaciones con la Iglesia Católica en momentos en que su futuro político es incierto.

El martes se reunió en secreto con el obispo Lucas Moreira Neves, presidente de la Conferencia de Obispos Brasileños, para neutralizar las fuertes críticas que han hecho contra su gobierno dignatarios de la Iglesia, informa el diario O Globo, de Río.

El mes último, la Asamblea General de la Conferencia de Obispos censuró al gobierno de Cardoso por su manera de controlar la inflación y estabilizar la economía. Pese a que su programa económico ha reducido la inflación mensual del 50 por ciento en 1994 a menos del 1 por ciento, aumenta el desempleo y la distribución de la riqueza sigue siendo una de las más desiguales.

Los obispos censuraron la privatización de la gigantesca compañía minera estatal Vale do Rio Doce y el lento programa de la reforma agraria. Pero Cardoso se indignó particularmente por una acusación de corrupción presentada ante la asamblea.

Brasil es la nación con más católicos del mundo. El 75% de los 160 millones de habitantes profesa esa religión.

‹50782

R P0ABT 05-24 00358
sur

BRASIL-CARDOSO
CITA SECRETA CON CARDENAL LOGRA QUE IGLESIA NO ATAQUE GOBIERNO

Brasilia, 24 may (EFE).- Una cita secreta entre el presidente de Brasil, Fernando Henrique Cardoso, y el presidente de la Conferencia Nacional de Obispos (CNBB), cardenal Lucas Moreira, logró que la Iglesia Católica se abstenga de repetir sus criticas al Gobierno, asegura hoy, sábado, el diario "O Globo".

Tras recordar que la jerarquia eclesiástica brasileña ha repetido, tras sus periódicas reuniones, duras criticas al Gobierno por hechos de corrupción, el incremento del desempleo, la impunidad y concentración de la riqueza, y reclamado mayor efectividad en la reforma agraria, el diario sostiene que esta vez el discurso cambió gracias al encuentro secreto.

La cita entre Cardoso y Moreira, que se celebró el pasado martes en el palacio presidencial, "sirvió para aliar a la Iglesia al Gobierno".

"O Globo" agrega que, gracias al encuentro, "la discusión de las denuncias de compra de votos para la aprobación en la Cámara de Diputados de la enmienda constitucional de la reelección fue retirada de la agenda de la Comision Episcopal de Pastoral (CEP)", que el pasado viernes clausuró su cita mensual.

Al informar de lo tratado por la CEP, el cardenal dijo que criticó al Movimiento de campesinos Sin Tierra (MST) por mantener su politica de presión a la entrega de propiedades agricolas a través de invasiones de haciendas.

Uno de los principales dirigentes del MST, Joao Pedro Stedile, animó recientemente a que los desempleados repitan su politica de organización en las ciudades, con la ocupación de fábricas e incluso "de los supermercados de los ricos".

Cardoso advirtió que no aceptara tales manifestaciones -se estudia procesar a Stedile- y, en un discurso pronunciado el jueves, no hizo alusión a la Iglesia Católica y al apoyo que el MST recibe de algunos sacerdotes, lo que le ha llevado a quejarse ante el papa Juan Pablo II, recuerda el diario.

"Tal vez el Presidente decidió evaluar las encuestas que demuestran que la Iglesia Católica esta en el primer lugar de la aceptación de la población brasileña", declaró el cardenal, al aludir a la renuncia de Cardoso a mantener sus criticas, especialmente a la Comision Pastoral de la Tierra, estrechamente vinculada al MST. EFE

ar/ah/im

05/24/17-49/97

01-02

Governo mantém decisão de retirar sem-teto

PM deve cumprir hoje reintegração de posse de prédios da CDHU, na Avenida Sapopemba

GLÁUCIA LEAL

Policiais militares deverão desalojar hoje as 440 famílias sem-teto que ocupam, há 17 dias, apartamentos inacabados da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). O governo do Estado decidiu manter a reintegração de posse da Fazenda da Juta, na Avenida Sapopemba, zona leste, onde ficam os prédios. Depois de passar todo o dia de ontem em frente do Palácio dos Bandeirantes, cerca de 300 sem-teto receberam a decisão do governo com indignação.

"Estamos todos revoltados, mas não temos medo de nada; se for preciso enfrentar a polícia, enfrentamos", desabafou a empregada doméstica Audinéia Silva, de 32 anos, mãe de seis filhos. Hoje, ela deverá ser despejada pela terceira vez em menos de um mês.

"Temos receio de que o enfrentamento entre os moradores e a polícia acabe em morte e tragédia", disse um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do ABC, Ademar Luiz Machado. "Não teve jeito, se correr o bicho pega, se ficar o bicho come", lamentou. O MST dá apoio aos sem-teto que invadiram a Fazenda da Juta.

Segundo o secretário da Casa Civil, Walter Feldman, caso os invasores decidam até as primeiras horas de hoje deixar os imóveis pacificamente, as negociações para a aquisição de casas "serão facilitadas futuramente". O governo do Estado, entretanto, não deu nenhuma garantia de que as famílias receberiam moradias nos próximos meses.

A esperança do grupo de sem-teto era que o coordenador de Mutirões da CDHU, Édson Marques, conseguisse um terreno com a Cohab para instalá-los imediatamente. Na primeira reunião de Marques com representantes da Cohab, a questão não foi acertada.

INTEGRANTES DO MST APÓIAM MOBILIZAÇÃO

No final da manhã, líderes do MST e dos sem-teto reuniram-se por quase três horas com Feldman, Marques e outros representantes do governo estadual. O secretário sugeriu que os invasores fossem para alojamentos do Centro de Triagem e Encaminhamento (Cetrem). Os seus pertences ficariam em um depósito alugado pelo governo. Os líderes do movimento, entretanto, insistiram para que a liminar para desocupação da área fosse suspensa por pelo menos 30 dias. Para o governo, a concessão do prazo serviria de incentivo a outros movimentos de sem-teto. Segundo Marques, por causa da manifestação dos invasores da Fazenda da Juta, grupos ocuparam áreas em Guaianazes e Itaim Paulista.

Maurilio Clareto/AE



Grupo de sem-teto caminha em direção ao Palácio dos Bandeirantes para uma negociação frustrada: "Se for preciso, enfrentamos a polícia"

Maurilio Clareto/AE



Reunião com Feldman: governo indicou centro que abriga mendigos

02-02

EST 20/5

Favelados param Marginal do Tietê por 3 h em protesto

Manifestação foi contra a retirada de 30 moradores da Favela Chácara Boa Vista, na zona leste

Cerca de 30 moradores da Favela Chácara Boa Vista, na zona leste de São Paulo, interromperam ontem por cerca de três horas o trânsito na Marginal do Tietê, na altura da Ponte General Milton Tavares de Souza, em protesto contra a retirada deles da favela. A Prefeitura não teria, segundo eles, cumprido promessa de entregá-los apartamentos do projeto Cingapura.

Os manifestantes invadiram a pista da marginal, no sentido Penha—Lapa, por volta das 5 horas e fecharam a pista, colocando fogo em pedaços de madeira e pneus. Houve congestionamento no local e o trânsito teve de ser desviado por Guarulhos, para os motoristas que vinham da rodovia Ayrton Senna, e pelo Viaduto Imigrantes Nordestinos, para quem ia no sentido Lapa—Penha.

Apesar do problema localizado, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) não registrou 52 quilômetros de congestionamentos na cidade às 8 horas, índice considerado baixo para o horário. A companhia não soube informar a extensão do congestionamento no local.

A situação só foi normalizada por volta das 8h40, com a intevenção da Polícia Militar. A Prefeitura negou que estivesse programando para ontem a retirada dos moradores da favela. Segundo a Assessoria de Imprensa da Secretaria Municipal da Habitação, os moradores da favela que participaram do protesto ontem instalaram-se no local depois de abril do ano passado, quando foi feito o último arrolamento de moradores para o Cingapura na região.

GRITO DA TERRA ZH 15/5.

Protesto ganha apoio da Assembléia

Deputados garantem fase de entendimento entre o governo gaúcho e os pequenos agricultores

Queima de máquina: pequenos produtores incendiaram uma trilhadeira para mostrar o sucateamento da agricultura no Rio Grande do Sul

DEVA RODRIGUES

Os pequenos agricultores gaúchos conquistaram o apoio dos deputados estaduais e, finalmente, conseguiram a garantia de que o governo do Estado vai definir uma data para discutir as reivindicações do Grito da Terra Brasil 97. Depois de uma tarde de negociações com o chefe da Casa Civil, Mendes Ribeiro Filho, a mesa diretora da Assembléia Legislativa, conduzida pelo deputado José Gomes (PT), e o presidente da Comissão de Agricultura da casa, Paulo Azeredo (PDT), assegurou o encontro, assumindo a intermediação do diálogo daqui para frente.

Com isso, os 300 pequenos produtores que permaneceram na Capital, na expectativa de dialogar com o governador Antônio Britto, resolveram abandonar a proposta de jejuar e fazer uma vigília em frente à Assembléia Legislativa. Eles voltaram para o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. "Estamos dando um voto de confiança ao governo e a decisão unânime das bancadas em apoiar a agricultura familiar", afirmou um dos coordenadores do departamento rural da central Única dos Trabalhadores (CUT Rural) Inácio Benincá.

Segundo o deputado Beto Albuquerque (PSB), hoje o líder do governo no Legislativo, Paulo Odone (PMDB), vai repassar à mesa a data da reunião com o governador. Albuquerque disse que, a partir de agora, o governo deve um retorno sobre a audiência aos deputados, e não mais aos integrantes do Grito da Terra, porque o pedido foi oficializado em nome de todas as bancadas. A conversa com Antônio Britto é a principal meta dos pequenos proprietários de terra na Capital.

"Eles estão de castigo por mau comportamento", afirmou Britto, na manhã de ontem. Na terça-feira de manhã milhares de agricultores invadiram a sede da secretaria, abrindo com golpes de enxada e empurrões a porta de ferro do prédio. Por mais de sete horas os produtores mantiveram ocupadas as dependências do órgão público, num clima de tensão. Somente no começo da tarde desocuparam o prédio.



"Eles (os agricultores) estão de castigo por mau comportamento"

ANTÔNIO BRITTO,
governador do Estado

Mesmo com a indignação de Britto com o protesto, os líderes de bancada esperam uma nova fase de entendimento entre as 430 mil famílias de agricultores familiares e Britto. "O governo não pode colocar ninguém de castigo, especialmente os movimentos sociais", afirmou Albuquerque. "É hora de usar de bom-senso e não fazer represálias."

O acordo de cavalheiros firmado com o chefe da Casa Civil e os deputados, conforme o vice-presidente da Comissão de Agricultura, deputado Giovani Cherini (PDT), vai possibilitar a elaboração de um cronograma de reuniões para discussão da pauta do movimento. Os produtores querem a criação de um seguro agrícola, agilidade no repasse de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf-Investimento) e participação no conselho do Pró-Rural 2000. O Pronaf-Investimento é um programa para garantir a infra-estrutura das pequenas propriedades. O Pró-Rural é um projeto do governo estadual para reduzir o êxodo do campo.

Se houve recuo dos 300 integrantes do movimento diante da promessa de diálogo, ontem pela manhã ainda existia um sentimento de revolta porque o governador não havia recebido os agricultores. Em resposta a isso, os manifestantes que continuaram na Capital queimaram uma trilhadeira, máquina agrícola destinada a debulhar grãos. A manifestação ocorreu na frente do prédio do Ministério da Fazenda (conhecido como Chocolatão). A máquina agrícola foi carregada por 12 homens do parque até o local do protesto. "A queima da máquina é uma forma de mostrar o desespero do colono e o sucateamento da agricultura", disse Benincá.

Hoje os produtores voltam à Assembléia para aguardar a resposta de Paulo Odone. Somente depois disso os dirigentes da CUT Rural vão determinar a volta para casa.

GRITO DA TERRA

Juiz manda desocupar prédio

Manifestantes invadem ministério e pedem liberação de recursos

ZH 15-5

AE/ZH



Sem violência: agricultores usam animais no protesto pacífico

O juiz da 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília, Manoel José Ferreira Nunes, concedeu uma liminar ontem, determinando a desocupação do prédio do Ministério do Planejamento, que foi invadido por centenas de trabalhadores rurais, às 6h30min. Os manifestantes do 4° Grito da Terra, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ocuparam os 10 andares do ministério com seus porcos, galinhas, patos, cabras e perus, numa ação sem violência. Eles protestavam contra a demora na liberação de recursos de investimento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Os trabalhadores agrícolas entraram no gabinete do ministro Antônio Kandir e colocaram um peru em cima da mesa, entre os porta-retratos da mulher e filhas do ministro. Os manifestantes levaram porcos simbolizando as políticas públicas e bodes trajando gravatas, representando os parlamentares da bancada ruralista. Com a ocupação do prédio, nenhum funcionário entrou para trabalhar.

Somente às 7h, a Polícia Militar do Distrito Federal chegou ao ministério, mas não conseguiu negociar a saída dos agricultores. O ministro Antônio Kandir entrou na Justiça com uma ação de reintegração de posse contra os invasores. Ele pediu ainda a abertura de um inquérito para apurar as responsabilidades pelo ato.

Segundo o ministro, os integrantes do movimento teriam se mostrado despreparados para o diálogo construtivo. Isto porque na terça-feira ele havia conversado com 50 representantes da organização, atendido a 15 pontos da pauta de reivindicações e anunciado que ampliaria em 50% as aplicações do Pronaf. "Vamos cobrar na Justiça, até as últimas consequências, a responsabilidade por essa invasão, o que não significa a interrupção das negociações", afirmou.

O ministro da Justiça, Milton Seligman, responsabilizou o Governo do Distrito Federal (GDF) por não evitar a invasão de um órgão federal, que está sob a responsabilidade das forças policiais de Brasília. Para Seligman, os integrantes do Grito da Terra tiveram uma ação precipitada, uma vez que as negociações pelos seus pleitos ainda estão em andamento.

Conforme o presidente da Contag, Francisco Urbano, a invasão ocorreu porque o governo tem protelado a discussão de temas importantes com os trabalhadores rurais. Os pontos discutidos até o momento foram apenas superficiais, enquanto questões mais significativas, como a definição de recursos e metas para a reforma agrária e para o Plano Nacional de Agricultura Familiar anida não foram debatidos.

GRITO DA TERRA

BR-386 é bloqueada por uma hora

Agricultores discutem a possibilidade de prosseguir viagem nas carrocerias de caminhões até Porto Alegre

24 MAI

LUCIA PORTO
Casa Zero Hora/Passo Fundo

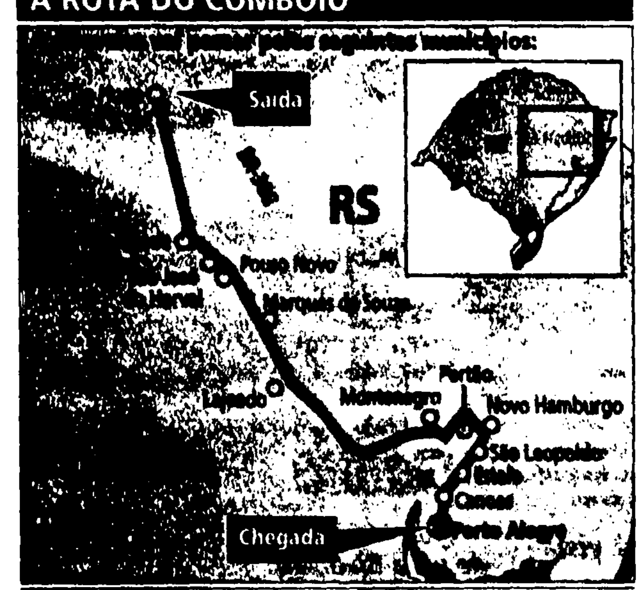
Tio Hugo - Centenas de pequenos agricultores bloquearam por uma hora a BR-386, ontem à tarde, no trevo do município recém-emancipado de Tio Hugo, a 40 quilômetros de Passo Fundo. A Polícia Rodoviária Federal (PRF), de Porto Alegre, destacada especialmente para a operação, com apoio das unidades de Carazinho e Soledade, teve de desviar os veículos por uma estrada secundária. Pouco depois, os agricultores bloquearam também essa via de acesso, causando um engarrafamento de cerca de dois quilômetros nos dois sentidos da BR.

A manifestação fez parte da série de protestos que os agricultores começaram a realizar no Estado desde segunda-feira pedindo o desenvolvimento da agricultura familiar em mais uma etapa do movimento Grito da Terra Brasil. A idéia é percorrer a BR-386, a Estrada da Produção, até Porto Alegre. O protesto vai culminar com um ato público na próxima terça-feira na Praça da Matriz. Os agricultores exigem uma resposta à pauta de reivindicações protocolada no Palácio Piratini no 24 de março.

A concentração dos pequenos agricultores, que representam as 450 mil famílias gaúchas sustentadas exclusivamente pela terra, começou no final da manhã em um posto de gasolina na entrada de Tio Hugo. Os agricultores, vindos das principais regiões produtoras do Estado, como Alto Jacuí, Alto Uruguai, Celeiro e Missões, reivindicam a liberação imediata dos recursos do Pró-Rural 2000, um seguro agrícola que cubra totalmente os bens assegurados dos produtores, como existe em São Paulo e Minas Gerais, investimentos na saúde do homem do campo e crédito subsidiado.

Os agricultores organizaram um comboio formado por 17 caminhões, sete ônibus, oito tratores e uma colheitadeira. No início da tarde, o grupo se reuniu em assembléia e decidiu confirmar a realização de uma marcha em direção a Porto Alegre. Um representante do Grito da Terra comunicou a decisão ao inspetor da PRF Eron Santos, comandante da operação policial, que lembrou aos manifestantes que eles não poderiam trancar a rodovia, viajar nas carrocerias dos caminhões ou utilizar tratores para o transporte. Depois de uma nova assembléia, às 15h, os agricultores resolveram desafiar a PRF e foram para a estrada a pé e nas carrocerias dos caminhões e em tratores. Abrindo caminho, um caminhão com uma cruz formada por uma canga de bois - parte de uma carroça - e um pedaço de trator velho simbolizava a falência da agricultura familiar. O trânsito foi interrompido pelo grupo.

A ROTA DO COMBOIO



Depois de uma negociação entre a PRF e a coordenação do Grito da Terra, ficou acertado que os agricultores, que inicialmente percorreriam o trecho a pé, embarcariam nas carrocerias dos caminhões, junto com os tratores e a colheitadeira, até chegar a Soledade, distante 30 quilômetros. O grupo desbloqueou a rodovia por volta das 16h. Meia hora depois, iniciou-se o percurso, acompanhado pelo Batalhão de Choque de Passo Fundo – que chegou ao local para acompanhar a saída dos agricultores –, Brigada Militar, PRF e Polícia Rodoviária Estadual. Os agricultores passaram a noite ao lado de um posto de gasolina às margens da BR-386, em Soledade. Hoje, a PRF e a organização do Grito da Terra avaliam a situação para decidir se há ou não a possibilidade de a caravana prosseguir com pessoas na carroceria dos caminhões até Porto Alegre.

Vandinha Masiero, 47 anos, é uma das integrantes da manifestação. Debaixo da lona de um caminhão, ontem ela preparava o almoço para as 11 pessoas que, além dela, percorreram os 180 quilômetros que separam o local do protesto de Nova Palma, na região Central do Estado. Vandinha tem 22 hectares de terra e na metade desta área planta fumo, feijão, milho e arroz. Além disso, vende leite. Vandinha diz que participa das marchas para buscar um futuro melhor para os dois filhos, um com 23 anos e o outro com 17, que está estudando e não pretende trabalhar na lavoura. Segundo ela, os filhos acham que o trabalho na terra não tem futuro. "Eles dizem que a gente trabalha feito bobo e não ganha nada", comenta.

GRITO DA TERRA

Protesto congestiona Estrada da Produção

Os pequenos produtores rurais voltaram a bloquear a BR-386 e participam hoje de um ato público em Lajeado

LUCIA PORTO   ZH 9 MAIO

Casa Zero Hora Passo Fundo

Soledade - A BR-386, a Estrada da Produção, foi bloqueada novamente durante uma hora e meia pelos pequenos agricultores gaúchos na tarde de ontem. Às 15h25min, os 17 caminhões, sete ônibus e dezenas de manifestantes reunidos pela organização do Grito da Terra Brasil (GTB), fecharam a rodovia no quilômetro 255, em Soledade, a 210 quilômetros de Porto Alegre. O grupo só liberou a estrada às 17h. A interrupção da rodovia causou o engarrafamento de 15 quilômetros nos dois sentidos. Só foi permitida a passagem de ambulâncias. Os agentes das cinco viaturas da Polícia Rodoviária Federal (PRF) explicavam a situação aos motoristas presos no bloqueio. O Batalhão de Choque de Passo Fundo, com 34 homens, levou cães, escudos, cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, mas não utilizou esses recursos.

Os manifestantes chegaram a Soledade no final da tarde da última quarta-feira e passaram a noite no parque de exposições da cidade, às margens da BR-386. No início da manhã de ontem, a PRF impediu os agricultores de deixarem o parque nas carrocerias dos caminhões. Depois de uma negociação entre a coordenação do movimento e a PRF, ficou acertado que os manifestantes, escoltados pelo Batalhão de Choque e pelos policiais rodoviários, poderiam caminhar pelo acostamento da estrada. Os caminhões seguiram na frente dos manifestantes até o quilômetro 255, nove quilômetros à frente.

A caminhada, a passos rápidos e sob sol forte, durou cerca de 2h30min. Os agricultores caminharam em uma fila de quase 200 metros na margem direita da rodovia. Uma camionete do Batalhão de Choque fez a segurança à frente da passeata. Na rodovia, as viaturas da PRF tentaram garantir a normalidade do trânsito.

Perto das 13h, os pequenos agricultores, reunidos no quilômetro 255, pararam para o almoço. Depois de uma assembléia que terminou às 15h, a coordenação do movimento fechou novamente a rodovia e iniciou as negociações com a PRF para que os agricultores seguissem nas carrocerias dos caminhões. Eron Santos, inspetor da PRF, explicou que durante a manhã receberam ordens expressas da Superintendência em Porto Alegre para seguir à risca o Código Nacional de Trânsito, impedindo o transporte de pessoas sem as mínimas condições de segurança nas carrocerias dos caminhões. Às 15h25min, a estrada foi bloqueada pela segunda vez em dois dias. Pouco antes das 16h, os deputados estaduais Giovani Cherini (PDT) e Elvino Bohn Gass (PT) chegaram para auxiliar nas negociações.

Os deputados tentaram contato o chefe da Casa Civil, Mendes Ribeiro Filho, o secretário de Justiça e Segurança, José Fernando Eichenberg, e com o superintendente da PRF, Clóvis Azevedo Scherer. Depois de mais de uma hora de ligações e negociações foi definido que os pequenos agricultores viajariam nos ônibus e nas cabines dos caminhões. As máquinas agrícolas foram colocadas nas carrocerias. O grupo passou a noite no município de Marques de Souza, a 20 quilômetros de Lajeado. José Adelmar Batista, um dos coordenadores do GTB, diz que hoje pela manhã o grupo deve sair em caminhada até Lajeado, onde à tarde participa de um ato público organizado pelo Cpers/Sindicato. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) encaminhou ontem ao Palácio Piratini um pedido de audiência com o governador Antônio Britto.

O QUE ELES QUEREM

As principais reivindicações dos pequenos agricultores:

- ❑ Maiores informações sobre o Pró-Rural 2000
- ❑ Inclusão de representante do fórum de acompanhamento do Pró-Rural 2000 no Conselho de Administração
- ❑ Implantação de um seguro agrícola com cobertura de 100%
- ❑ Manutenção e ampliação do programa Troca-Troca de sementes, com a inclusão de insumos
- ❑ Prioridades de investimentos para recuperação de solos, pesquisa e capacitação, assistência técnica e extensão rural e pequenas agroindústrias associativas
- ❑ Produção e distribuição de medicamentos por meio do Laboratório Farmacêutico do Estado
- ❑ Fim das cobranças dos atendimentos médicos e hospitalares
- ❑ Reajuste dos preços mínimos baseado no Índice de Preços Pagos (IPP)
- ❑ Compra pelo governo dos produtos enquadrados no Pronaf
- ❑ Revisão na política de importações
- ❑ Garantia de extensão rural pública para a agricultura familiar
- ❑ Manutenção do Pronaf global
- ❑ Custeio (juro de 0% e pagamento pela equivalência-produto)

Fonte: Fetag

GRITO DA TERRA

Agricultores chegam hoje a Brasília

O movimento reivindica a liberação de financiamentos com subsídio de 30% para plantar e investir

ZH 21 MAI 97

Dois ônibus deixaram o Estado sábado, com destino a Brasília, levando aproximadamente 60 dirigentes sindicais para participar do 4º Grito do Campo, a partir de hoje. Um carro em Porto Alegre e outro em Passo Fundo levaram cerca de 60 representantes dos pequenos produtores à capital federal, onde chegam às 6h de hoje. Durante toda esta semana, 1,2 mil agricultores do país, coordenados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), estarão promovendo manifestações e participando de audiências, encontros e reuniões com representantes do governo para discutir a pauta de reivindicações da categoria.

Alguns dos principais temas levados a Brasília são a simplificação dos procedimentos para a efetivação da liberação de recursos para todas as linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inclusive investimentos. Os critérios da modalidade têm represeatado entraves para os produtores melhorarem as estruturas das propriedades rurais. Pretendem obter, ainda, o reajuste dos preços mínimos dos produtos agrícolas, que registram diferença em cerca de 40% para os índices da inflação. Às 8h, um buzinaço na Esplanada dos Ministérios marcará o início da mobilização.

Conforme o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado (Fetag), Heitor Schuch, a agricultura familiar brasileira vai precisar, neste ano, de R$ 4,5 bilhões para o Pronaf, e será preciso convencer a União da necessidade dos recursos. Na semana passada, uma reunião com o secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, Murilo Flores, foi considerada decepcionante pelos representantes do movimento. Apesar de terem a pauta de reinvidicações pronta há mais de um mês, Flores, porém, não apresentou resposta concreta.

A Fetag pede regras para custeio e investimento da próxima safra, com crédito a juro zero e subsídio de 30% do valor tomado por famílias com renda anual de até R$ 6 mil. "Uma agricultura de qualidade e eficiente, capaz de competir com os produtores de outros países, precisa desse apoio", observou o vice-presidente da entidade, Carlos Karlinski, antes de embarcar para Brasília.

A redução na cotação dos insumos e a restrição às importações de produtos, como o trigo, consideradas desnecessárias pelo dirigente da Fetag, também entram com força na relação de reivindicações da categoria. Além disso, a manutenção da idade de 60 anos nos homens e 55 nas mulheres para que tenham direito à aposentadoria rural é considerada uma questão prioritária nos pleitos dos pequenos agricultores.

Amanhã, uma série de atos simultâneos vai ocorrer em Brasília, Porto Alegre e municípios de outros Estados. Na capital gaúcha, representantes de entidades vão atuar em três diferentes locais. Um grupo se reunirá em frente ao prédio da Delegacia Regional do Ministério da Agricultura. Outro estará na sede da Secretaria da Agricultura e um terceiro se deslocará, às 14h30min, para a Assembléia Legislativa.

Movimento questiona o volume de recursos liberados pelo programa Pró-Rural aos produtores

Os pequenos produtores gaúchos que partiram na semana passada de Tio Hugo, a 30 quilômetros de Carazinho, dispostos a percorrer 285 quilômetros e chegar a Porto Alegre, prometem ficar na cidade até conseguirem uma audiência com o governador Antônio Britto. O comboio do 4º Grito da Terra chegou no final da tarde de sábado a São Leopoldo, onde ocorreram reuniões. A intenção é chegar no final da manhã de hoje ao Palácio Piratini com o comboio de caminhões, ônibus e máquinas agrícolas.

Para o coordenador rural e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Estado, Inácio Benincá, os agricultores querem mais informações sobre o Pró-Rural 2000, um programa que considera paliativo. "É a política de passar perfume em porco", criticou. "Adianta, mas por pouco tempo", justificou.

Benincá entende que o objetivo do governo com o Pró-Rural é desmobilizar o movimento. Segundo ele, dos R$ 208 milhões anunciados, R$ 100 milhões são para o combate à pobreza. O pequeno produtor receberá apenas R$ 300 anuais.

Chapéu de palha comove uma mãe

Na sexta-feira à noite, a agricultora Severina Rossi se escondeu no interior de um ônibus para chorar. O pranto dela não era por tristeza. Severina estava feliz por ter recebido um singelo presente: um chapéu de palha adornado com um ramalhete de flores, entregue pelos integrantes do comboio de pequenos agricultores do movimento Grito da Terra 97. Ao meio-dia de ontem, outra vez, não conteve a emoção. Mãe de oito filhos, representou as agricultoras e as mães e recebeu uma rosa, um cartão e um saquinho plástico com alguns grãos, simbolizando o alimento produzido na colônia e servido nos pratos dos gaúchos. Lágrimas brotaram ao mesmo tempo nos olhos de vários agricultores que presenciavam a cena no Parque de Recreação do Trabalhador, em São Leopoldo. Severina cria 300 suínos e oito vacas leiteiras na propriedade que tem, de cinco hectares, em Ibiaçá. Planta cereais apenas para subsistência e queixa-se da falta de incentivos oficiais e dos impostos elevados para a atividade primária. "Nunca se trabalhou tanto como agora e somos tratados como marginais", desabafou.

05

9708461

GRITO DA TERRA

Agricultores acampam em Porto Alegre

Centenas de pequenos produtores pretendem ficar na capital gaúcha até sexta-feira para falar com o governador

ZH 13/5

Centenas de pequenos agricultores de mais de 50 municípios gaúchos chegaram ontem a Porto Alegre, depois de terem percorrido 275 quilômetros no comboio da agricultura familiar, que partiu de Tio Hugo, a 30 quilômetros de Carazinho, há sete dias. Nem mesmo os transtornos no trânsito, desentendimentos com os policiais da Brigada Militar, que controlavam o tráfego na entrada da cidade e o impedimento de ingressarem na Capital, conduzindo velhos tratores e carretas agrícolas – numa tentativa de demonstrar o sucateamento do maquinário com mais de 30 anos de uso – desestimularam os mais de 500 manifestantes, dispostos a conseguir uma audiência com o governador Antônio Britto ainda nesta terça-feira. A intenção é de permanecerem acampados no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho até a próxima sexta-feira.

Hoje, além dos 18 caminhões, 15 máquinas agrícolas e 17 ônibus que estão no parque, são esperados entre 7 e 8 mil produtores para os protestos da quarta edição do Grito da Terra Brasil. Os gaúchos prometem voltar para casa somente depois de terem conversado com Britto. "Na primeira tentativa não fomos recebidos pelo governador", lembrou um dos dirigentes da executiva do departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT Rural), João Adelmar Batista. "A CUT protocolou na semana passada um pedido de audiência e também não tivemos resposta", complementou.

Os produtores chegaram à Capital por volta do meio-dia, depois de deixarem o Parque de Recreação do Trabalhador, em São Leopoldo, onde estavam acampados desde sábado. Em Esteio, em frente ao Parque de Exposições Assis Brasil, os manifestantes pediram incentivos à agricultura familiar. Na BR-116, sentido interior – capital, meia pista ficou interrompida por 45 minutos, tempo necessário para os patrulheiros rodoviários convencerem os coordenadores do comboio a embarcarem nos ônibus. A intenção era de colocar as máquinas agrícolas na rodovia. Houve ameaça de um bloqueio da BR-116.

Um novo impasse também motivado pela não-liberação do tráfego dos tratores e máquinas agrícolas voltou a ocorrer, dessa vez na frente da estátua do Laçador, em Porto Alegre. O comboio permaneceu no local por mais de uma hora. A Brigada Militar precisou desviar o trânsito para a avenida Ceará. Os dirigentes da CUT Rural tiveram de acalmar os ânimos dos participantes: eles não aceitavam a idéia de continuar carregando os implementos nas carrocerias dos caminhões. Apesar disso, o percurso de uma hora pelas avenidas Farrapos, Mauá e Perimetral até o Largo da Epatur, onde ficaram apenas para almoçar, foi tranqüilo.

Cansados, os pequenos proprietários de terras finalmente chegaram ao Largo da Epatur às 15h30min. Foram recepcionados pelo prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, e fizeram questão de retribuir as boas-vindas. E ganharam carta branca para permanecerem o tempo que for necessário na Capital.

A falta de água no Largo da Epatur, contudo, fez com que logo depois de um lanche distribuído pela coordenação do movimento o comboio e novos ônibus que chegavam do Interior se deslocassem para o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, onde os agricultores montaram acampamento.

06

Contag ameaça com invasões

O governo admite aumentar em 20% o número de assentamentos

Brasília Zero Hora 13/5

Se o governo não atender às reivindicações dos [illegible] fazendas e agências bancárias em todo o país estarão sob ameaça de invasão, advertiu ontem o presidente da [illegible], Francisco Urbano. Cerca de 1,5 mil pequenos agricultores, índios e seringueiros chegaram à capital federal determinados a mostrar à União as necessidades do campo e exigir providências, como a aceleração dos procedimentos na liberação de recursos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agriculltura Familiar (Pronaf).

Os protestos começaram pouco antes das 8h, quando os manifestantes deixaram o Centro de Estudos Sindicais Rurais (Cesir), no Núcleo Bandeirantes e, num comboio de 20 ônibus, contornaram a Esplanada dos Ministérios, passando em frente ao Palácio do Planalto. Um abraço simbólico ao Ministério da Agricultura encerrou o protesto. Durante toda a segunda-feira os manifestantes participaram da instalação do Salão dos Povos da Terra, no Gran Circo Lar, na Esplanada.

Um grupo se reuniu com representantes do Ministério da Reforma Agrária para pleitear o aumento do número de famílias assentadas anualmente de 80 mil para 200 mil. A questão, entretanto, ainda não evoluiu. O governo admite elevar em 20% o número de assentados, desde que não ocorra alteração no orçamento da União.

Da série de audiências com a União, uma das mais aguardadas ocorre hoje, às 15h, com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Conforme Francisco Urbano, é o Ministério do Planejamento que traça as políticas de governo. Os principais temas do encontro serão relacionados à saúde, educação. Ao contrário do que ocorreu com os trabalhadores sem-terra, que estiveram em Brasília há um mês, a Contag não agendou nenhum contato com o presidente Fernando Henrique Cardoso. "Viemos aqui para conversar com os técnicos, que sãoos responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos", disse o presidente da entidade.

A expectativa é que o governo dobre o volume de recursos para o Pronaf, passando para R$ 2 bilhões anuais, além de eliminar a cobrança de juros nos empréstimos tomados por meio do programa, atualmente em torno de 10% ao ano.

07

9708461

ZH 14/5

GRITO DA TERRA

Tensão na Secretaria da Agricultura

Manifestantes surpreendem os policiais e arrombam a porta de acesso ao prédio a golpes de enxada

DEVA RODRIGUES

A Secretaria da Agricultura foi o cenário de uma manhã de tensão ontem, quando homens e mulheres do campo invadiram o prédio para demonstrar a sua revolta com a política agrícola adotada pelos governos do Estado e federal para as pequenas propriedades rurais. Milhares de agricultores ocuparam, rapidamente, às 7h35min, as dependências do prédio público em Porto Alegre. Os policiais da Brigada Militar que vigiavam o local foram surpreendidos pelos manifestantes, e sequer perceberam que num Corsa branco havia dezenas de enxadas.

Os produtores cercaram o edifício principal, abriram a porta de ferro de acesso à sede a empurrões e golpes de enxada, deixando um rastro de vidros quebrados. Em apenas cinco minutos, os corredores e o pátio estavam totalmente ocupados. "Se tentássemos coibir teríamos baixas de ambos os lados", disse o tenente-coronel Elvio José Pires, comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar (1º BPM). A ocupação, liderada pelo departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT Rural), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e o Movimento dos Sem Terra se prolongou até as 14h25min, quando o grupo deixou a secretaria rumo à Praça da Matriz, no centro da Capital.

A trajetória, que começou na quarta-feira passada com o comboio da agricultura familiar, em Tio Hugo, e protestos que antecederam o Grito da Terra Brasil no Interior do Estado, ainda não está encerrada. "Ficaremos o tempo necessário para sermos ouvidos pelo governador", sustentou um dos representantes da executiva da CUT Rural, José Adelmar Batista.

Durante toda a manhã o pátio da secretaria permaneceu lotado. Ônibus de vários municípios gaúchos continuavam a chegar. Os produtores improvisaram um palco em cima do caminhão de som. De lá, as lideranças orientavam os manifestantes com palavras de ordem e de repúdio aos governos do Estado e federal pelo descaso à agricultura familiar. Uma espécie de roleta para controlar a entrada e saída de pessoas no prédio foi montada por um cordão de manifestantes e suas enxadas.

O secretário da Agricultura, Cezar Schirmer, se negou a intermediar o encontro entre o governador Antônio Britto, que estava em Brasília, e os agricultores. Segundo Schirmer, os produtores não tinham o direito de depredar o prédio, invadir as dependências do órgão para, somente depois disso, buscar o entendimento. Informado de que os manifestantes haviam promovido um quebra-quebra no interior do edifício, o secretário assegurou que vai registrar a ocorrência na Polícia Civil.

Os dirigentes da CUT Rural, contudo, fizeram questão de acompanhar os tenentes-coronéis Elvio e Getulio Jobim (comandante interino do Policiamento da Capital), e o subchefe do Estado Maior, coronel Otomar König, ao gabinete de Schirmer, no auditório e demais salas da secretaria. Jobim, König e Elvio fizeram uma vistoria para registrar o estado das dependências. Encontraram as salas em condições, inclusive o gabinete, local onde a coordenação do movimento exigia a distância dos manifestantes. A CUT gravou todas as cenas da invasão e a da retirada da secretaria. "Vamos gravar como ficou o local para não sermos acusados de danos", disse um dos representantes da CUT Rural.

NO RELÓGIO

A invasão da Secretaria da Agricultura:

- **6h** – Os agricultores realizam uma assembléia, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho
- **7h** – Deixam o parque e seguem para a Secretaria da Agricultura
- **7h25min** – Começam a chegar no local. Um Corsa entra no pátio carregado de enxadas, que são distribuídas aos manifestantes
- **7h30min** – Os colonos empurram a porta de ferro do prédio, quebram os vidros a golpes de enxada e entram no edifício de dois andares. Tomam conta dos corredores e fazem um cordão de isolamento. A entrada ao local é controlada
- **8h** – O tenente-coronel Elvio José Pires conversa com um dos coordenadores do movimento
- **9h** – O secretário Cezar Schirmer diz que não vai negociar com os agricultores
- **9h20min** – Pelotão da Polícia de Choque chega ao local e permanece à frente da secretaria
- **10h40min** – Policiais militares revistam o gabinete do secretário Cezar Schirmer
- **10h50min** – Chegam mais ônibus do Interior
- **12h** – Dirigentes da Fetag e CUT Rural e deputados negociam uma audiência com o vice-governador Vicente Bogo
- **13h** – Agricultores aceitam se reunir com Bogo
- **14h25min** – Manifestantes deixam a Secretaria da Agricultura

08

BRASIL TIERRAS
AGRICULTORES INVADEN MINISTERIO CON CABRAS Y GALLINAS

Brasilia, 14 may (EFE).- Cerca de 600 agricultores invadieron hoy el Ministerio brasileño de Planeación en Brasilia y permanecieron en el interior del edificio durante más de doce horas con varias cabras, gallinas, pavos y cerdos.

Los manifestantes, que querían protestar por la falta de ayuda gubernamental a los pequeños agricultores, tan sólo aceptaron abandonar el edificio después de que el Ministerio de Justicia amenazara con desalojarlos a la fuerza y que recibieran una orden judicial instándolos a salir de la sede oficial.

La invasión del Ministerio formó parte de los actos de protesta organizados hoy por la Confederación Nacional de Trabajadores en la Agricultura (CONTAG) y que se multiplicaron en todo el país bajo el nombre del "Grito de la Tierra".

La CONTAG, que representa a millones de pequeños agricultores, quiere que el Gobierno autorice la liberación de los recursos previstos para el Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) y que permiten a los productores rurales acceso a créditos bancarios baratos.

Los manifestantes, que llegaron a ocupar el despacho del ministro de Planeación, Antonio Kandir, aprovecharon la ausencia del funcionario para colocar en su sillón un [illegible].

Los agricultores decidieron abandonar el edificio después de que el Gobierno anunciara que no aceptaría de ninguna forma ese tipo de presión.

"Es una ilegalidad", aseguró el ministro interino de Justicia, Milton Seligman, que condicionó una negociación con los agricultores al desalojo del edificio oficial.

El Gobierno, además, contó con el apoyo del juez 13 federal de Brasilia, Manoel Ferreira Nunes, quien, en una sentencia, ordenó que los invasores desalojaran la sede del Ministerio de Planeación y devolviesen el control del mismo al Estado.

Mediante el llamado "Grito de la Tierra", los pequeños agricultores quisieron imitar la iniciativa promovida por el llamado Movimiento de Campesinos Sin Tierra (MST) y que logró que sus reivindicaciones fuesen atendidas por el Gobierno mediante una multitudinaria marcha.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

09-09

9708461

QUESTÃO AGRÁRIA

Agricultores invadem prédio do Planejamento

ESP 15/5

Manifestantes do Grito da Terra traziam vários animais e deixaram um peru na mesa de Kandir

EDSON LUIZ
e SANDRA SATO

BRASÍLIA — Cerca de 600 agricultores que fazem parte da manifestação Grito da Terra Brasil invadiram ontem a sede do Ministério do Planejamento. Com porcos, cabras, galinhas e perus, os manifestantes ocuparam todas as dependências do prédio para pressionar o governo a liberar recursos para o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e retirar os juros dos empréstimos bancários. O presidente Fernando Henrique considerou a invasão "um ato de violência inaceitável".

Um peru foi colocado na cadeira do ministro Antônio Kandir, que estava em São Paulo. A decisão da ocupação do ministério surpreendeu até mesmo a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que coordenava as ações do movimento.

A ocupação durou cerca de 12 horas. Os manifestantes tiveram de recuar, porque o governo não aceitou a pressão. "É uma ilegalidade", acusou o ministro interino da Justiça, Milton Seligman, que condicionou a retomada das negociações à desocupação do prédio. O ministro ainda culpou o governo do Distrito Federal pela falha no "policiamento ostensivo", o que permitiu a entrada dos manifestantes.

Na queda-de-braço com os agricultores, o governo federal teve o apoio do juiz da 13ª Vara da Justiça Federal Manoel Ferreira Nunes, que concedeu liminar ao mandado de manutenção de posse do prédio impetrado pela Advocacia-Geral da União. A pedido de Seligman será aberto inquérito policial.

A invasão ocorreu por volta das 6 horas da manhã de ontem, e pegou de surpresa os seguranças. Os funcionários do Ministério do Planejamento foram proibidos de entrar.

No hall de entrada, grupos cantavam músicas folclóricas gaúchas e se divertiam com alguns porcos que eram identificados como o ministro da Agricultura, Arlindo Porto. O Batalhão de Choque da PM apenas observava.

O sétimo andar, onde fica a sala do ministro do Planejamento, foi ocupado por um número maior de agricultores. Nem mesmo a fotografia oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso foi poupada e recebeu um boné vermelho do Grito da Terra Brasil.

AÇÃO SURPREENDEU ATÉ DIREÇÃO DA CONTAG

No quarto andar, o presidente da Contag, Francisco Urbano, parecia ter perdido o controle da situação e tentava negociar pelo telefone com o governo. Na ligação feita para Seligman, Urbano ouviu que o ministro só aceitava conversar depois da desocupação do prédio.

A comissão que conversou com Seligman decidiu, então, recuar. "O movimento foi vitorioso, conseguimos reabrir a negociação e chamar a atenção da imprensa", disse Edson Pimenta, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia. Os manifestantes saíram do prédio por volta das 18 horas, avisando que, se o governo não cumprir a promessa de dar uma resposta concreta às reivindicações, voltarão a invadir bancos e prédios públicos. "Invadiremos tudo o que tivermos força para fazer", ameaçou Urbano.



Ed Ferreira/AE

Integrantes do Grito da Terra invadem o Ministério do Planejamento: peru na mesa do ministro

Governo pede abertura de inquérito

O governo pediu ontem abertura de inquérito policial para apurar a invasão do prédio do Ministério do Planejamento por militantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Brasília. A informação é de nota oficial do ministério, distribuída à tarde. O texto do documento informa que a "atitude do Grito da Terra rompe diálogo que havia entre as partes".

As reuniões entre líderes do movimento e o governo haviam sido iniciadas dia 5, quando ficou estabelecido um cronograma de trabalho dos sem-terra com o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. O primeiro encontro ocorreu dia 6. Na véspera da invasão do prédio, segundo a nota, o ministro havia recebido comissão de representantes do Grito da Terra.

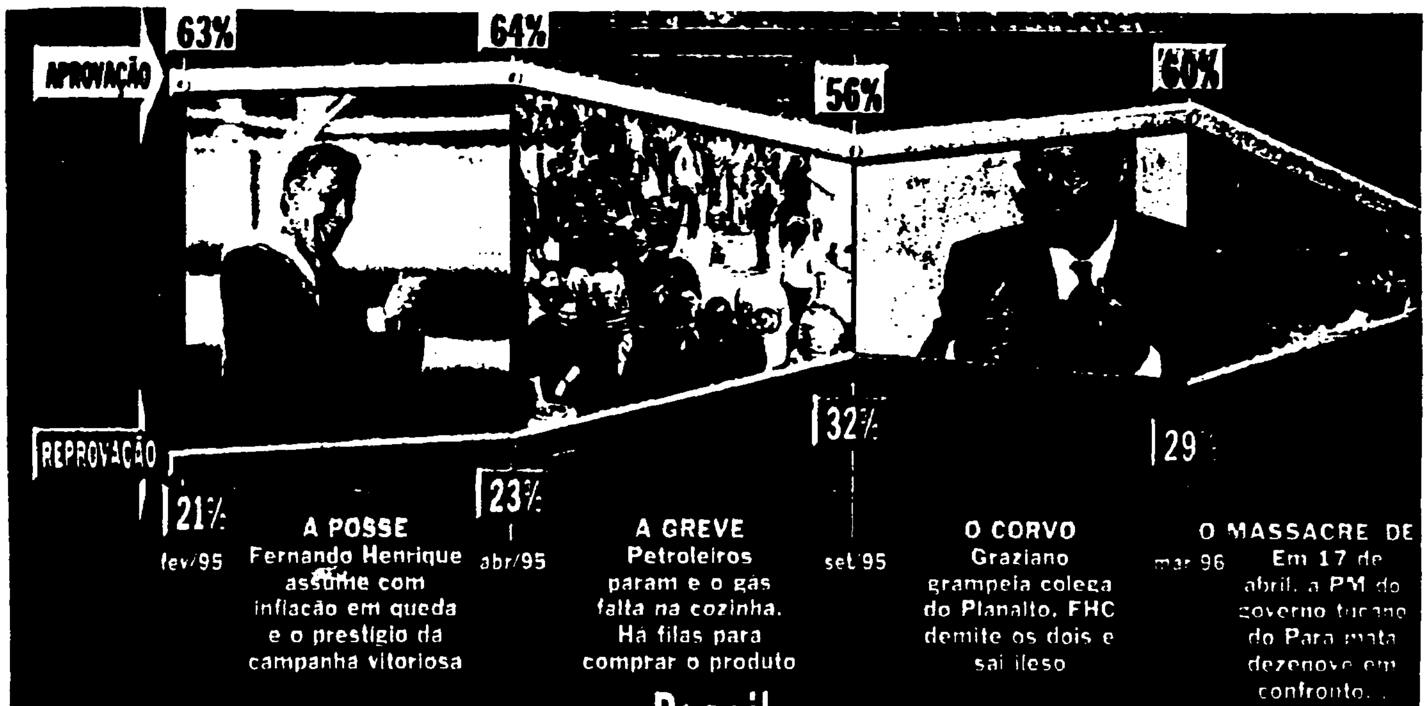
De acordo com o texto, Kandir antecipou aos líderes do movimento que cerca de 15 reivindicações seriam atendidas. Entre as medidas estava a expansão de 50% dos recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), elevando o valor de R$ 1 bilhão para R$ 1,5 bilhão. O governo creditou a manifestação a "setores que se mobilizam para boicotar a negociação".

Colonos fazem ato de protesto em Porto Alegre

PORTO ALEGRE — Irritados com a resposta do governador Antônio Britto (PMDB-RS), que os chamou de baderneiros, os agricultores que participam do 4º Grito da Terra Brasil atearam fogo em uma velha colheitadeira na frente do prédio da Receita Federal, em Porto Alegre. O protesto ocorreu logo após uma entrevista do governador a rádios locais, em que ele disse ter sido seu governo o único a assumir o repasse do dinheiro do Pronaf.

Britto, porém, negou-se a conversar com os colonos porque na terça-feira eles invadiram a sede da Secretaria da Agricultura. Ainda na terça-feira, caminharam em passeata até a Praça da Matriz, onde foram recebidos no Palácio Piratini pelo vice-governador Vicente Bogo (PSDB-RS) e pelo secretário da Agricultura César Schirmer. No entanto, os colonos queriam uma entrevista com Britto para cobrar as promessas feitas pelo governador há 46 dias.

O 4º Grito da Terra Brasil começou dia 7, com um comboio formado por 22 caminhões, 10 ônibus, tratores com reboques e colheitadeiras, que partiu de Carazinho (a 300 quilômetros da capital) e foi engrossando na medida que se aproximava do destino. Iniciado com 500 pessoas, ontem o comboio contava com 3 mil agricultores, organizados pela CUT/Rural e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), que protestavam contra a falta de políticas estáveis para a agricultura familiar, segundo eles responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos no Estado. Entre as reivindicações dos agricultores estão crédito subsidiado para a agricultura familiar e liberação dos 35 mil pedidos de financiamento indeferidos desde o ano passado.



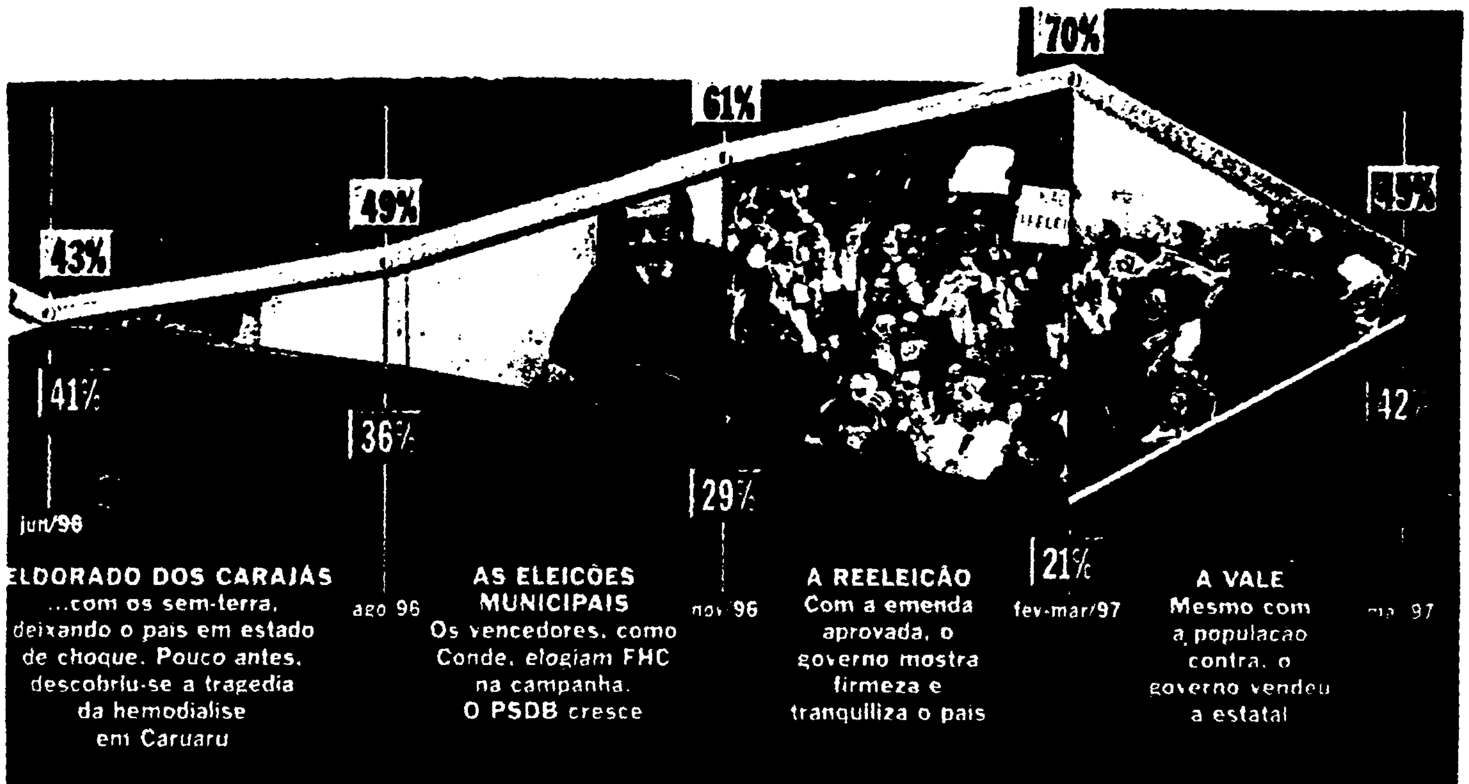
Brasil

A VOZ ROUCA DA

Altair Thury Filho e Laura Capriglione

O teatro da política teve um momento de glória na quarta-feira passada, na posse de dois novos ministros, Iris Resende, da Justiça, e Eliseu Padilha, dos Transportes. Rompendo seu costume de falar de improviso em ocasiões semelhantes, o presidente Fernando Henrique Cardoso leu um discurso em que cada vírgula foi craniada. Na entonação e nos gestos, usou estilo grave, como se a pátria estivesse em perigo. Afinal, era o seu primeiro pronunciamento público desde que apareceram as fitas em que dois deputados do PFL, Ronivon Santiago e João Maia, confessavam candidamente ter embolsado 200 000 reais cada um para votar a favor da emenda da reeleição, dizendo que a fonte monetária da corrupção era o ministro Sergio Motta, tucano da gema. Mas, no seu discurso, o presidente falou apenas de passagem, e mesmo assim em tom de caso encerrado, da compra de votos, das fitas, da corrupção, da emenda constitucional feita sob medida para contemplar seu plano continuísta. O presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu aquilo que o sociólogo Fernando Henrique chamava de "o discurso da ordem". Só faltou alertar para o perigo vermelho e para os comunistas que comem criancinhas.

"A sociedade brasileira exige um basta a esse clima de baderna", disse o presidente. Referindo-se a manifestações de sem-terra e à morte de três sem-teto em São Paulo, explicou que "pedras, paus e coquetéis Molotov são argumentos tão pouco válidos quanto as baionetas", deu uma paradinha à la Paulo Autran, para sublinhar o que vinha em seguida, e arrematou: "Só que menos poderosos". Quando a oposição gritava, o então presidente João Figueiredo ameaçava "chamar o Pires", insinuando que o seu ministro do Exército era mais troglodita que ele. José Sarney, em situações semelhantes, posava em palanques ao lado de ministros militares, talvez querendo demonstrar que a democracia era uma flor frágil. Fernando Henrique deixou os quepes de lado e re-



ORDEM

Cai a popularidade e FHC reage com discurso astuto para esconder a reeleição

FOTOS ANTONIO MILENA / EGBERTO NOGUEIRA / ROBERTO JAYME / ANA ARAUJO / PAULO JARES / RICARDO STUCKERT / JEFFERSON RUDY, FOLHA IMAGEM

correu ao seu grande trunfo político: o gogó. Misturou na sua oratória a tomada do Ministério do Planejamento, com peru e tudo, pelos sem-terra, as manifestações contra a privatização da Vale do Rio Doce, pedradas de radicais contra sua comitiva durante viagem a Belo Horizonte, corrupção, insubordinação. Não falou, mas a queima do pataxó em Brasília e as torturas e assassinatos da PM na favela Naval e em Cidade de Deus pareciam integrar o seu raciocínio. Nas suas palavras, o Brasil parece estar-se desagregando.

Conversas com ACM — Falar em nome da ordem é menos fácil do que parece. Baderna por baderna, a PM dos governadores tucanos tem promovido as maiores. Quem levou um peru para a sala de Antonio Kandir não foi o PT nem o MST, mas um sindicalista do PSDB, Francisco Urbano, tucano histórico. O discurso alarmado e alarmista de Fernando Henrique Cardoso surgiu de suas conversas com o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, que também discutiu a suposta crise de autoridade com donos de jornais. Além do intento de diluir a lama da compra de votos pró-reeleição, o discurso presidencial foi uma tentativa de resposta à perda de popularidade do governo, segundo o último levantamento do Ibope (*veja gráfico acima*). Nos últimos dois meses, a aprovação do governo de Fernando Henrique caiu 20 pontos, uma queda colossal — é como se a cada dia, no país inteiro, 350 000 eleitores passassem a falar mal do Planalto. Encerrada na segunda semana de maio, a pesquisa terminou antes que viesse a público a confissão dos dois deputados reelecionistas. Carlos Augusto Montenegro, diretor do Ibope, acha que a queda da popularidade seria maior se a compra de votos já tivesse sido divulgada.

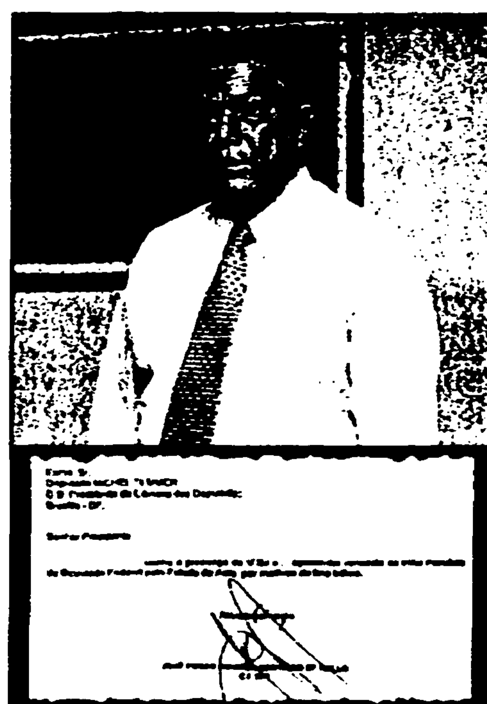
A explicação para a diminuição é óbvia: nos últimos três meses o governo piorou. É sempre assim, aliás, quando os presidentes perdem popularidade. A pesquisa de junho do ano passado, por exemplo, captou dois fatos que abriram uma ferida na imagem presidencial: o

02 9708466

massacre de Eldorado dos Carajás, em que morreram dezenove sem-terra, e, pouco antes, a tragédia num centro de hemodiálise de Caruaru, que provocou a morte de mais de cinqüenta pessoas. Encarando o massacre dos sem-terra como fruto do descaso do governo pela reforma agrária e as mortes de Caruaru como falta de interesse pela saúde pública, a população deixou Fernando Henrique com seu mais baixo índice de aprovação desde a posse. Agora, avalia Montenegro, novamente foi a ferida social que arranhou a imagem presidencial. Ele lembra que, nos últimos três meses, Brasília foi ocupada pelo protesto dos sem-terra, também houve a privatização da estatal Vale do Rio Doce — medida com a qual a maioria da população não estava de acordo, segundo as pesquisas — e o reajuste do salário mínimo, de apenas 8 reais. "O povo estava satisfeito com a estabilidade do real, mas queria avançar mais e sofreu uma grande decepção", explica Montenegro. FHC segue popularíssimo entre as classes mais humildes e perde apoio entre os de maior escolaridade. Entre os com formação superior, seus críticos eram 27%, e agora somam 50%. "Essas pessoas consideram que o governo não está fazendo tudo o que seria possível para resolver o drama social do país", diz a pesquisadora de mercado Fátima Pacheco Jordão.

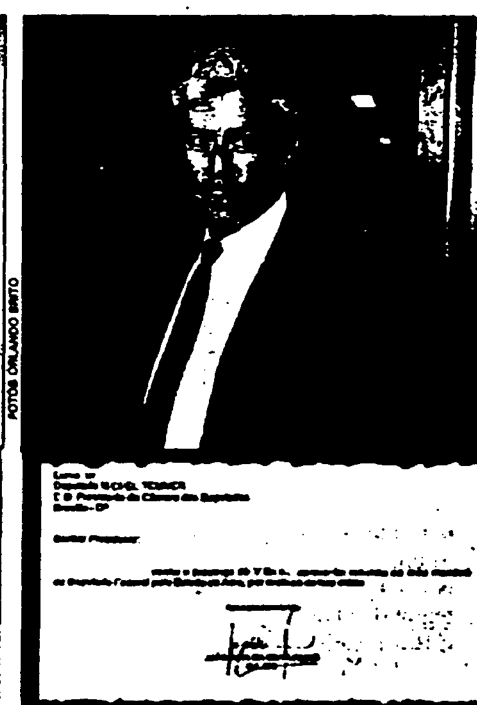
Enquanto FHC interpretava a peça da ordem, no mundo real da política o PFL e o PSDB matavam de maneira fulminante todas as tentativas de investigar quem comprou os votos de Ronivon e João Maia. Os deputados, ambos do PFL, renunciaram a seus mandatos com cartas em que cometem os mesmíssimos erros de português. Com isso, evitam a cassação e, já no próximo ano, poderão candidatar-se e ser eleitos de novo, com menos de 8 000 votos, num processo relâmpago. Os governadores do Acre, Orleir Cameli, e do Amazonas, Amazonino Mendes, também do PFL, apontados nas fitas como articuladores da compra dos votos, serão investigados pelas Assembléias de seus Estados — lendárias pelo servilismo. O ministro das Comunicações, Sergio Motta, que é citado nas fitas como possível pagador final das propinas, viajou para Portugal. No governo, no PFL e no PSDB ninguém quer investigar nada sobre os votos da reeleição. Por quê? Porque têm medo que uma eventual CPI coloque o governo na defensiva durante meses. E também porque receiam o que poderia aparecer em matéria de corrupção reeleitoral. Essa política está mudando sensivelmente o perfil do governo de Fernando Henrique.

Tucanos brigados — A nomeação de Iris Resende e Eliseu Padilha é outro sintoma dessa mudança. Iris Resende introduziu o estilo Mombaça no governo tucano, organizando uma festa de milhares de pessoas, trazidas de Goiânia para festejar sua posse. Com aquele apetite de quem nem se importa com a etiqueta, os cabos eleitorais gritavam "Iris presidente". Não parecia cena de campanha. Era. Embora esteja assu-



FOTOS ORLANDO BRITO

Ronivon: renuncia para ajudar quem quer abafar a investigação



Maia: carta padrão com os mesmíssimos erros de português

03 9708466

mindo um ministério no qual terá de dialogar com juristas, comandar a Polícia Federal e será o responsável por atividades sérias como o combate ao tráfico de drogas e o controle de fronteiras, Iris assumiu a Pasta da Justiça para usá-la como trampolim na sua campanha pelo governo de Goiás, que quer disputar no próximo ano. Fernando Henrique torce o nariz para esse eleitoralismo, mas tapa-o porque precisa de Iris para acalmar o PMDB e ter os votos necessários na segunda rodada da votação da reeleição, na Câmara. Nem torce tanto o nariz, pois FHC não batalhou para que permanecesse na secretaria-geral do Ministério da Justiça Milton Seligman, um técnico identificado com os ideais do tucanismo.

A capacidade técnica diminui e impera a necessidade política do reeleitoralismo. Da velha guarda tucana ficaram dois nomes, Sergio Motta e Paulo Renato Souza. Para infelicidade do PSDB, Motta está queimado, e Paulo Renato vive se queixando nos cantos de seu colega das Comunicações. Paulo Renato levou dois dias para se solidarizar com Sergio Motta em função da denúncia dos deputados do Acre, e a solidariedade foi telefônica. Motta disse-lhe que preferia uma solidariedade pública, e não privada. Se os tucanos se desentendem, o PFL parece prestes a ocupar mais espaço no governo. Em duas conversas com FHC no início da semana, o deputado pefelista Luís Eduardo Magalhães saiu com a impressão de que estava sendo sondado para entrar no ministério, encarregando-se da coordenação política. Mas a dois interlocutores de sua confiança, o presidente garantiu não ter feito convite algum. Numa última conversa, na sexta-feira, Luís Eduardo saiu do gabinete presidencial achando que tinha sido convidado para ser líder do governo na Câmara. Viajou para a Alemanha em seguida, dizendo que ia pensar. ■

A voz estridente do bode expiatório

Na semana passada, depois de um debate sobre reforma agrária no Rio de Janeiro, o líder dos sem-terra, João Pedro Stedile, deu uma entrevista sobre a morte de três sem-teto em São Paulo e fez uma declaração radical, mas não muito diferente do que sempre repete *(veja íntegra abaixo)*. Radical e provocadora, pois, se um fazendeiro da UDR fizesse uma conclamação para que seus filiados ocupassem a sede do MST, Stedile se sentiria agredido. O presidente Fernando Henrique decidiu pedir providências à Procuradoria Geral da República para averiguar se cabe processo contra Stedile por "incitação ao crime" e também "apologia do crime". Pelo Código Penal, se for processado, julgado e condenado, o bode expiatório Stedile pode pegar pena de três a seis meses de prisão.



"Pobres da cidade, façam como nós. Não esperem o governo, enfrentem seus problemas. Se vocês não têm casas, se organizem para pressionar o governo para resolver o problema habitacional, para ocupar os terrenos baldios. Se vocês não têm empregos, ocupem as fábricas que estão fechando e forcem a mudança na política industrial. Se têm fome, façam manifestações em frente dos supermercados"

João Pedro Stedile

"Vigília" — Menos de 24 horas depois, o procurador Geraldo Brindeiro sugeriu ao chefe do Ministério Público do Rio de Janeiro, Hamilton Carvalhido, onde Stedile fez a declaração, a abertura de um inquérito. Sua diligência é surpreendente. Quando tomou conhecimento de que os ex-deputados federais Ronivon Santiago e João Maia, do PFL do Acre, haviam confessado em fita gravada a prática do crime de corrupção, Brindeiro cruzou os braços. Ele dispunha da confissão dos acusados e tem poderes para mandar a Polícia Federal investigar os parlamentares, mas preferiu esperar. Também chegou às suas mãos o relatório da comissão de sindicância da Câmara, que recomenda inquérito. Mesmo assim, Brindeiro diz que é preciso ter "cautela" para investigar os réus confessos.

"O governo quer desviar a atenção do processo de CPI da reeleição", declara Stedile. Os advogados divergem sobre o valor da acusação contra Stedile. O criminalista Arnaldo Malheiros acha que ele não disse nada demais. "Não houve crime algum, apenas o exercício da liberdade de expressão", salienta. Para Malheiros, teria havido crime se Stedile tivesse sido específico, determinando quais as empresas e supermercados a ser invadidos. Já Ives Gandra diz que Stedile cometeu um crime "porque toda invasão é um desrespeito à lei. Quando fala em protesto, é legítimo, mas invasão é um desrespeito ao direito de propriedade". O debate promete, caso o governo queira levar o inquérito adiante. No dia seguinte, como quem reconhece que avançou mais do que deveria, Stedile deu uma entrevista coletiva em que se referia a iniciativas como "ocupação" e "invasão" usando uma palavra diferente, "vigília". Em nenhum momento o líder do MST disse que se retratou — mas era o que estava fazendo.

AE640[illegible]

[illegible]

BRASIL-CORRUPCION

SUPUESTA COMPRA VOTOS DIPUTADOS HACE BAJAR POPULARIDAD CARDOSO

Brasilia, 16 May (EFE).- La supuesta compra de los votos de varios diputados para aprobar la enmienda constitucional que debe permitir la reeleccion de cargos ejecutivos en Brasil, entre ellos el de presidente del pais, ha hecho descender la popularidad del jefe del Estado, Fernando Henrique Cardoso.

Según una encuesta divulgada hoy por la firma "Data Folha", el indice de popularidad del mandatario bajó en Sao Paulo, la mayor ciudad del pais y de Suramerica, de un 41 por ciento el 5 de mayo a un 34 por ciento el 14 de mayo, tras haber sido del 5[illegible] por ciento en febrero pasado.

Ademas, el [illegible]4 por ciento de los habitantes de esa ciudad, según el sondeo, piensa que la supuesta compra de votos de varios legisladores de la Cámara de Diputados invalida moralmente el tramite legislativo.

La enmienda que puede permitir la reeleccion del presidente de la República, los gobernadores de los estados y los alcaldes fue aprobada por la Cámara de Diputados el pasado 28 de enero y, en la actualidad, se tramita en el Senado.

Pese a todo, el presidente del Senado, Antonio Carlos Magalhaes, dijo hoy que la tramitación de la enmienda constitucional seguirá en esa Cámara y se votará el próximo miércoles.

"La sociedad no acepta que nos quedemos de brazos cruzados a la espera de que concluyan unas investigaciones interminables", afirmó Magalhaes para justificar su decisión de votar el próximo miercoles la enmienda promovida por el Gobierno, sin esperar a que el Congreso investigue las denuncias sobre compra de votos.

Magalhaes es el presidente de honor del conservador Partido de Frente Liberal (PFL), el principal aliado en el Gobierno del Partido Social Demócrata Brasileño (PSDB), al que pertenece Cardoso.

La decisión de Magalhaes de programar la votación de la enmienda en el pleno del Senado para el próximo miercoles se ha interpretado como un intento de tranquilizar a los mercados financieros, que han sufrido fuertes bajas como consecuencia de este asunto.

La encuesta de "Data Folha" indica que el porcentaje de habitantes de Sao Paulo que evalua negativamente al gobierno de Cardoso se elevó del 1[illegible] por ciento, hace dos semanas, al [illegible] por ciento esta semana.

Este caso ha motivado, asimismo, el deterioro de la imagen que los paulistas tienen del Congreso, y el porcentaje que considera pésima la actuación de los parlamentarios paso del [illegible] por ciento al 40 por ciento en sólo dos semanas.

Un [illegible] por ciento quiere que el Congreso suspenda el tramite de la enmienda constitucional, mientras un [illegible] por ciento pide que la Cámara de Diputados efectúe una nueva votación y otro [illegible] por ciento desea que continúe normalmente el proceso legislativo.

La empresa "Data Folha" entrevistó a 1.[illegible] personas en Sao Paulo dos días después de que la prensa divulgara unas conversaciones telefónicas, grabadas [illegible], en las que varios diputados admiten que recibieron [illegible] dólares por votar

a favor de la enmienda.

En una de las grabaciones reproducidas por la prensa se señala al ministro de Comunicaciones, Sergio Motta, amigo de Cardoso y uno de sus principales colaboradores, como la fuente del dinero con el que se financió la compra de votos.

Sobre Sergio Motta, "Data Folha" indica que el 38 por ciento quiere que el presidente lo aparte del cargo mientras se llevan a cabo las investigaciones y un 60 por ciento defiende su continuidad en el gabinete.

El trámite legislativo de la enmienda es cuestionado por varios sectores, principalmente la oposición socialista, que pretende impugnar todo el proceso, desde que el martes se informó de la supuesta compra de los votos de varios diputados. EFE

CM/cho/tr

05/16/18-07/97

00

9708466

BRASIL ENCUESTA

CARDOSO MANTIENE ALTO APOYO POPULAR PERO BAJA A 42 POR CIENTO

Río de Janeiro, 11 may. (EFE).- Pese a las protestas populares registradas en Brasil en las últimas semanas, principalmente de campesinos y de opositores al proyecto de privatización, el Gobierno del presidente Fernando Henrique Cardoso mantiene un nivel alto de apoyo electoral, cifrado en el 42 por ciento.

Según los resultados de una nueva encuesta publicados hoy, domingo, por el diario "Folha de Sao Paulo", el 42 por ciento de los consultados (en total 2.811 personas de [illegible] municipios de todo el país) evaluaron como buena la gestión de Cardoso, mientras el 38 por ciento la consideran regular y 18 por ciento pésima.

En diciembre, las encuestas de "Datafolha" le concedieron un apoyo del 47 por ciento, el porcentaje más alto de los registrados en las nueve consultas idénticas efectuadas por esa empresa en distintas fechas, desde que Cardoso asumió el cargo el 1 de enero de 1995 para un periodo de cuatro años.

Las nueve encuestas arrojan un apoyo medio al gobernante de 41,7 por ciento.

Cardoso registró su peor momento a mediados de 1996, cuando un 30 por ciento de los consultados calificó como buena su gestión, frente al 25 que la consideró pésima y el 41 por ciento regular, según la misma fuente.

El presidente brasileño obtuvo una calificación media de su gestión de 6,1 sobre 10, mientras hace seis meses conseguía una puntuación de 6,5.

Aunque la reforma constitucional para permitir la reelección no ha sido aún aprobada definitivamente por el Congreso, Cardoso sigue al frente en las encuestas en cuatro posibles combinaciones de candidatos presidenciales, con [illegible] que oscilan entre el [illegible] y el [illegible] por ciento.

En dos combinaciones electorales, Cardoso figura con el 35 y el 33 por ciento de la intención de voto, seguido del líder socialista Luis Inácio Lula da Silva (21 y 17 por ciento).

Con la ausencia de ese posible candidato de izquierdas, Cardoso obtiene el respaldo del [illegible] y [illegible] por ciento de los consultados, seguido por [illegible] (15 y 13 por ciento).

La popularidad del gobernante se basa, principalmente, en el éxito del programa de ajuste económico denominado "Plan Real", calificado como "bueno" por el 47 por ciento de los encuestados, mientras el 3? por ciento lo considera "regular" y "pésimo" el 18 por ciento.

El desempleo ([illegible] por ciento), la salud (14), el hambre y la miseria ([illegible]) son identificados como los principales problemas del país, según "Datafolha". EFE

07-07

9708466

Nº DOCUMENTO 9708467
TITULO Sin techo abandonan edificios en San Pablo
PROCEDENCIA 15008
FECHA DE PROCEDENCIA 22-5-97
VINCULACIONES 507482
11165
VIVIENDA
11414

San Pablo: ilegales abandonan edificios

SAO PAULO, 21 (AP).— Un día después que la policía mató a tres personas durante un intento de desalojo, unos mil ocupantes ilegales abandonaron hoy pacíficamente un complejo de viviendas públicas que habían ocupado hace casi tres semanas.

La policía montada y efectivos antimotines cargaron ayer contra un grupo de ocupantes ilegales que resistió la orden de desalojar el complejo de 14 edificios en construcción en Sao Mateus, en un suburbio oriental de Sao Paulo. Más de 400 familias habían ocupado el complejo el 3 de mayo.

Después que 140 policías estatales derribaron una cerca construida por los ocupantes, fueron recibidos a pedradas y palos. La policía respondió disparando sus armas.

Una vez que las autoridades recibieron informes de radio y televisión del enfrentamiento, en que tres hombres murieron a tiros, un juez suspendió el desalojo y se empezó a negociar una solución pacífica.

Algunas familias abandonaron el complejo. Otras se encerraron en los departamentos que habían ocupado o pasaron la noche alrededor de fogatas mientras la policía los observaba a 200 metros de distancia.

22/05/97
El País

01-03

9708467

SÃO PAULO

Desocupação levou menos de meia hora

Em uma operação de guerra, policiais militares fortemente armados desalojaram 474 famílias de sem-teto

ZH 22 MAYO

Em menos de 30 minutos, 474 policiais militares acabaram com a esperança dos sem-teto que ocuparam por 19 dias os prédios inacabados do conjunto habitacional Fazenda da Juta, na Zona Leste de São Paulo. Ontem, ainda lamentando a morte de três sem-teto durante confronto com a PM na manhã de terça-feira, os invasores se renderam à ação cinematográfica da Tropa de Choque da Polícia Militar.

Às 6h30min, os sem-teto foram cercados por 80 cavalos, 30 cães, 20 motos e 60 carros policiais. Os soldados carregavam revólveres, metralhadoras, espingardas, bombas de efeito moral e escudos. Minutos depois estava cumprida a liminar que determinava a reintegração de posse dos prédios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Na operação de retirada das famílias, a Polícia Militar foi acusada de agir em discordância com o governo do Estado, ignorando dois acordos selados durante a madrugada entre representantes dos sem-teto e do governo. O delegado Antônio Mestre Júnior, que intermediou a negociação e é responsável pelas investigações na Polícia Civil, mostrou-se surpreso. "Não dá para entender a cabeça dessa tropa de choque", reclamou. "Ficou acertado que a polícia esperaria do lado de fora."

Traumatizados, muitos moradores nem esperaram as negociações e o resultado da nova ação – abandonaram o local de madrugada. Com mandado de busca, apreensão e arrombamento – para procurar supostas armas de fogo que estariam em poder dos moradores –, os PMs invadiram os apartamentos.

"Não vamos ficar sem nada", gritava Emília Cristina, 19 anos. "Ela é a única coisa que consegui salvar", disse, referindo-se à gata Huana. O pedreiro Luiz Teixeira, 27 anos, tentava consolá-la. O desempregado Edmar Pacheco, 27 anos, também ficou desesperado. "Não sou bandido", repetia. Ele foi despejado de uma ocupação em Santo André e decidiu morar nos prédios da CDHU. "O que vou fazer com as minhas duas crianças?"

Por volta das 9h30min, os carros policiais começaram a dar lugar aos caminhões de mudança

Depois da primeira vistoria policial – que, segundo o comandante do policiamento de Choque da PM, coronel Carlos Alberto Camargo, não resultou em nenhuma apreensão de arma de fogo –, o clima ficou menos tenso. Um policial mandou os moradores pegarem senhas ao lado de um carro de som. Depois disse para eles procurarem o escritório improvisado da CDHU, a poucos metros do carro de som. E completou: "Estamos aqui para garantir a segurança de vocês". As pessoas aplaudiram e começaram a formar uma longa fila para adquirir a senha. O papel garante cadastramento para o Programa de Moradia da CDHU.

Um pouco mais tarde, ainda durante a operação de reintegração de posse, o oficial de Justiça João Teodoro da Silva Cambur, acompanhado de um PM e de um cinegrafista da CDHU, achou um revólver calibre 38 com três cápsulas deflagradas. A arma foi encontrada durante a realização da segunda busca, no apartamento 12, escadaria B, Bloco 8.

Segundo Cambur, a arma estava embaixo da pia da cozinha, embrulhada num saco de pão, somente com parte do cano a mostra. O número de registro da arma está raspado. Um grupo de moradores protestou contra as alegações dos PMs de que a arma seria do antigo morador. Segundo esse grupo, a arma, não avistada na primeira vistoria, teria sido colocada no apartamento pelos PMs.

Além do revólver, foram encontrados em outro apartamento 15 coquetéis molotov (bomba de fabricação caseira), um facão, uma lata de thinner e duas vigas de ferro. Em outro apartamento, segundo o coronel Camargo, foi achada uma grade eletrificada. As armas e os demais artefatos foram encaminhados para a 69ª Delegacia Policial (DP), onde já estão as armas usadas ontem pelos PMs que participaram da tentativa de reintegração de posse na Fazenda da Juta. Nessa operação foram mortos três moradores – Crispim José da Silva, Jurandir da Silva e Geraci Reis de Morais. Apesar de terem participado 139 PMs na ação de terça-feira, só foram apreendidas 99 armas.

O promotor Francisco José Tadei Cembranelli, designado pelo Ministério Público para acompanhar o inquérito policial civil, confirmou o encontro da arma, mas disse não saber das circunstâncias em que ela foi encontrada. Segundo Cembranelli, ainda é cedo para saber com exatidão o que aconteceu na Fazenda da Juta. "Acredito que em 48 horas possamos ter uma versão mais clara", afirmou.

O líder do Movimento dos Sem-Terra do ABC, Ademar Luís Machado, que chegou no local cerca de uma hora depois da ação da Tropa de Choque, explicava como os moradores deveriam agir. Segundo o coordenador do programa de mutirões da CDHU, Edson Marquês, sobraram 38 senhas das 448 distribuídas. "Isso significa que muitos deixaram o local depois do confronto com a PM".

Por volta das 9h30min, os carros policiais começaram a dar lugar aos caminhões de mudança contratados pela CDHU. Mesmo sem destino, eles logo ficaram cheios. Os moradores aguardaram durante toda a manhã a relação de possíveis abrigos que seria fornecida pela Secretaria da Família e Bem-Estar Social.

PM não estava preparada para enfrentar resistência

24 22/5

O destacamento de policiais designado para desocupar a Fazenda da Juta não estava preparado para enfrentar a resistência dos sem-teto. O próprio comandante da operação, tenente-coronel João Isaías Boscatti, reconheceu ontem, em depoimento na Assembléia Legislativa de São Paulo, que seus homens não portavam escudos de proteção, não havia cassetetes suficientes para todos e o pelotão feminino enviou menos policiais que as requisitadas – o mesmo ocorrendo com o Batalhão de Choque e com a Cavalaria.

Boscatti também confirmou que não estavam no local a ambulância prevista no plano original e que até o início da operação ele não havia sido informado sobre a disposição dos sem-teto de resistirem ao despejo, conforme haviam ameaçado na noite anterior durante reunião com o chefe da Casa Civil, Walter Feldman. "Fomos até lá com o objetivo de negociar e dialogar com os invasores, mas não encontramos nenhum interlocutor ou liderança organizada", explicou o tenente-coronel, que comanda o 21° Batalhão de Polícia Militar, responsável pela área do conflito.

No depoimento prestado à Comissão de Segurança Pública da Assembléia, Boscatti também acabou desmentindo a nota oficial do Comando da Polícia Militar divulgada na terça-feira. Segundo o policial, a agressão que ele sofreu por parte dos sem-teto ocorreu quando tentava socorrer uma das vítimas – ou seja, os tiros foram dados antes dele ser agredido, e não em reação à agressão, conforme diz a nota. Boscatti justificou o desencontro nas informações dizendo simplesmente que não havia sido ele o autor da nota.

Numa detalhada explicação sobre a estratégia de desocupação da Fazenda da Juta, Boscatti leu o programa da operação, inclusive o trecho em que pedia o envio do projeto da operação às instâncias superiores da PM e solicitava ao serviço de informações da PM, o P2, um levantamento da área e informações sobre os sem-teto. Mas evitou comentar as razões de ter iniciado o despejo com uma tropa que não atendia às especificações iniciais. "Estávamos ainda avaliando a situação quando tudo começou", explicou. "Estava colhendo dados para comunicar ao juiz e consultar o comando sobre a possibilidade de abortar a operação."

Quanto ao motivo do grupamento regional da PM ter assumido a desocupação da área, e não o Batalhão de Choque, mais qualificado para o serviço, Boscatti afirmou que já há algum tempo a nova orientação da corporação é de que os batalhões de área assumam as reintegrações de posse, sendo o Choque chamado em último caso. O oficial não soube explicar porque alguns PMs estavam com as tarjetas de identificação cobertas. "Minha orientação era que todos usassem a tarjeta", afirmou. "Eu estava com a minha."

O comandante da operação admitiu que não tinha todas as informações para executar o despejo

Boscatti afirmou também que não viu quem começou as agressões ou quem deu o primeiro tiro. Mas disse que tinha informações de seu subordinado imediato na operação, o major Ademir Vitturi, de que os sem-teto também efetuaram disparos.

"Essa tragédia foi culpa do governo, do secretário de Segurança, que para não chamar o Batalhão de Choque, com medo da impopularidade, deixa operações desse porte para policiais despreparados", disparou o deputado Ubiratan Guimarães (PSD), integrante da comissão. Outro membro da comissão, o deputado Elói Pietá (PT), pediu uma investigação sobre a capacidade dos juízes arbitrarem ações como a da desocupação da Fazenda da Juta. "Esses juízes vivem cometendo arbitrariedades sem o menor bom senso", afirmou.

03-03

Prima de vítima denuncia execução

24 22/5

A vendedora de rifa Emilene Rodrigues garante que seu primo, o mecânico Crispim José da Silva, 25 anos, foi executado à queima-roupa. "Quando a confusão começou, Crispim me chamou para ir embora, mas os policiais começaram a bater em nós dois", contou. "Meu primo disse a eles que eu sou epiléptica e estava grávida", lembrou. "Mas foi aí que um policial se aproximou e atirou na nuca dele."

Emilene, 20 anos e mãe de dois filhos, ficou sabendo da gravidez há 15 dias, pouco tempo depois de ocupar com a família um apartamento da Fazenda da Juta, no dia 3 de abril. Ontem, depois do confronto com os PMs, descobriu no hospital, para onde foi levada em estado de choque, que não teria mais o bebê. "O policial deu várias pancadas com o cassetete na minha barriga", assegurou.

O corpo do mecânico ficou estendido no chão por mais de uma hora. Os outros foram recolhidos rapidamente. Quando a Defesa Civil chegou ao local para recolhê-lo, alguns ocupantes, com os rostos cobertos, não deixaram que ele fosse levado. Também não permitiram que o corpo de Crispim fosse colocado em uma Brasília verde da comunidade, que ostentava um adesivo com a frase "O dom gratuito de Deus é a vida eterna". Pouco tempo depois, o corpo do rapaz sofreu um espasmo e os sem-teto entenderam que ele ainda estava vivo. "Crispim não morreu, não morreu", gritavam, emocionados. Os que não tinham permitido a saída do corpo chamaram uma ambulância, que não demorou a chegar ao local. O exame dos paramédicos, no entanto, constatou que o mecânico estava morto havia algumas horas.

1/2

EJERCITO NACIONAL
C. G. E.

M O N T E V I D E O

[illegible]

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II
INTELIGENCIA
REPUBLICA O. DEL URUGUAY

DOC. CLARO

-001/02

9708468
15 AGO. 1997

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

002/02

9708468

Fec. 13.8.97

Nº 9708468/56

[illegible]

[illegible]

[illegible]

JUSTICIA COMÚN INVESTIGARÁ ASESINATO CACIQUE PATAXÓ

Río de Janeiro, 13 May (EFE). El Superior Tribunal de Justicia (STJ) determinó hoy que el proceso por el asesinato del dirigente indígena Galdino dos Santos, el cacique de la tribu pataxó que hace tres semanas fue quemado vivo por cuatro jóvenes de clase media en Brasilia, correrá a cargo de la justicia común.

La Sección Tercera del tribunal, por ocho votos contra uno, dirimió de esa forma un conflicto de competencias que se había entablado entre la justicia común, que fue la que comenzó la investigación, y la justicia federal, que exigía conocer el caso debido a que los delitos contra los indígenas, que por Constitución, son considerados crímenes federales.

La decisión del Superior Tribunal de Justicia fue aplaudida por las organizaciones de defensa de los derechos humanos y por las organizaciones indigenistas que temían que el traslado del proceso a la justicia federal perjudicara las investigaciones.

Las organizaciones no gubernamentales temían que la justicia federal de Brasilia paralizara las investigaciones para favorecer a uno de los cuatro jóvenes acusados del crimen y quien, por casualidad, es hijo de un juez federal.

La Policía Civil de Brasilia ya acusó formalmente de homicidio doloso y calificado a los cinco jóvenes que prendieron fuego al jefe indígena de la tribu pataxó.

Una vez resuelto el conflicto de competencias, los delegados de la Policía Civil encargados del caso podrán entregar esta misma semana los resultados de la investigación preliminar a la justicia común del estado de Brasilia.

En su informe preliminar, los delegados piden que los responsables del asesinato sean condenados por los delitos de "homicidio doloso y calificado" y "crimen hediondo".

Para esos dos cargos, que incluyen todos los agravantes definidos en el Código Penal brasileño, se contemplan penas de entre [illegible] y [illegible] años de prisión para cada uno de los acusados, que ya confesaron su responsabilidad en los hechos.

El principal testigo de la policía es un empleado de una gasolinera que confirmó haber vendido alcohol, un combustible alternativo utilizado por algunos vehículos en Brasil, a los jóvenes acusados dos horas antes del crimen.

El asesinato de Dos Santos, un líder indígena pataxó que había viajado a Brasilia para resolver un problema de tierras de su reserva y de paso apoyar la multitudinaria marcha convocada el jueves por el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), causó una gran conmoción en Brasil por la forma "salvaje" en que se produjo.

Los jóvenes acusados, pertenecientes a familias de clase media alta y de funcionarios públicos, uno de ellos menor de edad y otro hijo de un juez federal, rociaron a Dos Santos con un líquido inflamable y le prendieron fuego mientras dormía en una parada de autobuses en Brasilia. EFE

[illegible]

[illegible]

DOC. CLARO

9708469

[illegible] Justicia investiga asesinato indio

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 15-5-97 PATAXO

VINCULACIONES 507482

11165

11776: Indígenos

01-07

9708469

1/1

R E S E R V A D O

EJERCITO NACIONAL
C.G.E. E.M.E.
DPTO.II
M O N T E V I D E O

[illegible]

I [illegible]

II [illegible]

III [illegible]

[illegible]

[illegible]

R E S E R V A D O

DOC. CLARO

001/01

CONFLITO

Pataxós tomam posse de área e fazem reféns

Justiça garante a índios direito sobre fazenda no município de Pau Brasil, na Bahia; fazendeiros protestam com bloqueio de estradas e pedem ajuda da população local para a retirada de grupo da propriedade

BIAGGIO TALENTO

SALVADOR — Um grupo de índios pataxós tomou posse ontem da Fazenda Nova Vida 1, no município de Pau Brasil, e fez reféns quatros membros da família Couto, que reivindica a posse da propriedade, localizada a 550 quilômetros da capital baiana. De acordo com a Companhia de Policiamento Militar local, o clima é de tensão. Fazendeiros contrários à cessão da área para os índios bloquearam as entradas da cidade de Pau Brasil, queimaram pneus e incitaram a população a invadir a fazenda para retirar os pataxós. A Polícia Militar do município pediu reforço ao batalhão de Itabuna e até o final da tarde Pau Brasil estava paralisada.

Os índios lutam pela posse de 788 hectares que formam cinco fazendas em Pau Brasil. No dia 18, o pataxó Galdino de Jesus foi a Brasília pedir ajuda ao Ministério da Justiça para que o processo de posse fosse apressado, mas o caso acabou de forma trágica. Galdino foi queimado vivo por cinco rapazes. O morte chamou a atenção para o caso dos pataxós. O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Júlio Gaiger, foi tomado como refém na aldeia de Pau Brasil e fez um apelo para que o Tribunal Regional Federal de Brasília julgasse o caso.

Na semana passada, o tribunal concedeu liminar garantindo a ocupação das cinco fazendas.

Os índios, que já haviam entrado em uma delas, a Paraíso, há 15 dias, foram invadindo as outras quatro. Ontem, um grupo de pataxós, com apoio da Polícia Federal e da Funai, ocupou a Nova Vida 1. Os móveis e objetos da família Couto foram colocados num caminhão da Funai e transportados até a cidade de Pau Brasil. Quando o fazendeiro Hildes Dutra Couto — um dos irmãos que não estavam na fazenda no momento da ocupação — tomou conhecimento do caso e chamou parentes e amigos, seguindo o veículo da Funai com uma caminhonete Blazer. Na Praça Santa Luzia, centro de Pau Brasil, a Blazer entrou na frente do caminhão obrigando-o a parar. Armados, fazendeiros discutiram com dez agentes federais que escoltavam o veículo da Funai. Os fazendeiros ameaçaram incendiar o caminhão, mas a chegada de policiais militares evitou o conflito. Desarmados pela polícia, os fazendeiros decidiram então bloquear os acessos da cidade, fizeram fogueiras com pneus e passaram a incitar a população contra os índios. À tarde, o capitão Marcelo Teixeira, da PM de Pau Brasil pediu reforço ao batalhão de Itabuna.

> **PM PEDE REFORÇO A BATALHÃO DE ITABUNA**

1/2

EJERCITO NACIONAL
C. G. E.
[illegible]
M O N T E V I D E O
[illegible]

[illegible]

I [illegible]

II [illegible]

III [illegible] Se adjunta [illegible]

IV [illegible]

[illegible] Ejemplar No. 01

[illegible] Ejemplar No. 02

[illegible] del presente [illegible]

Jefe del Departamento II [illegible] del E.M.E.

[illegible]

DOC·CLARO

001/02

MEMORANDUM No. [illegible] FECHA: [illegible] PAGINA [illegible]

REFERENTE A: [illegible]
DE PODOSTRA: [illegible]
[illegible]
NOTA: Figura en una lista de probables firmantes del referendo con la ley [illegible]

REFERENTE A: [illegible]
DE PODOSTRA: [illegible]
[illegible]
NOTA: Figura en una lista de probables firmantes del referendo con la ley [illegible]

NOTA: Se deja constancia que pese a la similitud de nombres de las personas mencionadas pueden no tratarse de las solicitadas. Referente a las demas personas solicitadas no se posee informacion

E.002/02

9708472

Perfil

O primeiro rosto da civilização

Sobrevivente a 36 malárias, Sydney Possuelo encontra tribos escondidas na selva

Thomas Traumann

Muita gente se ocupa dos 325 000 [illegible] brasileiros. Na Fundação Nacional do Índio, a Funai, são 4 000 funcionários. Outras 5 000 pessoas cuidam do assunto em organizações não-governamentais, ONGs, missões religiosas e universidades. Nessa legião de indigenistas, ninguém tem tantos anos de selva e viveu tantas aventuras quanto Sydney Possuelo. Ex-presidente e agora chefe de um departamento da Funai, Possuelo é um sertanista — uma estirpe em extinção no Brasil, à qual pertenceram o marechal Cândido Rondon e os irmãos Villas Bôas. Sua especialidade são as tribos totalmente arredias, índios invisíveis, que, às vésperas do terceiro milênio, ainda vivem isolados do mundo, sem nunca ter mantido contato com a civilização tecnológica.

Calcula-se que, no Brasil, existam ainda 55 grupos de índios isolados — o equivalente a um quarto das 215 tribos já conhecidas. Ninguém sabe quantos indivíduos são, que língua falam e como vivem. A localização dessas aldeias é feita com base em relatos de moradores de lugares de difícil acesso nas profundezas da Floresta Amazônica. Contatá-los leva anos de trabalho paciente e, muitas vezes, perigoso. Contam-se às dezenas as expedições que terminaram em tragédia. Há trinta anos esse é o mundo de Possuelo, um mineiro de 55 anos, sobrevivente a 36 acessos de malária, uma úlcera crônica e incontáveis ataques de cobras e onças. Em 1984, passou 21 dias como refém de duas tribos na divisa do Mato Grosso com o Pará. Na ocasião, por duas vezes quase foi morto a bordoadas. Apesar desses incidentes, é a ele que os índios recorrem quando precisam resolver alguma pendenga com os brancos. "Possuelo é um expert de um mundo que ninguém mais conhece", diz Márcio Santilli, secretário executivo do Instituto Sócio-Ambiental, uma das ONGs indigenistas. "Poucas pessoas entendem tanto de índio quanto ele", afirma Orlando Villas Bôas.

A aventura mais recente de Possuelo foi contatar os korubos, uma tribo da fronteira do Brasil com o Peru. Nos últimos dez anos, nas contas dos moradores da Bacia do Rio Javari, esses índios mataram quase uma centena de brancos. Número igual de índios foi morto em expedições de vingança. Várias missões da Funai foram rechaçadas ao tentar se aproximar da tribo, temida pelas zarabatanas envenenadas e pelos tacapes de mais de 1,5 metro de comprimento e 5 quilos de peso. Numa de suas aparições, em 1984, eles esmagaram a porretadas o cérebro de um funcionário da Funai e de outro da Petrobrás. A guerra não declarada entre índios e brancos na região poderia resultar na extinção dos korubos. Possuelo foi para a Amazônia para evitar o massacre.

O contato, feito em outubro do ano passado, é um exemplo do estilo Possuelo. Ele fez a sua equipe se aproximar da aldeia cantando *Mulher Rendeira*. Era um sinal de paz. Os índios acreditam que só os inimigos chegam em silêncio. Seis semanas depois de ouvir a cantoria da equipe de Possuelo, os korubos permitiram pela primeira vez que brancos entrassem na sua aldeia. Também pela primeira vez foram aconselhados a não se afastar dos limites de sua reserva, para evitar expedições armadas dos madeireiros. Com orçamento de 240 000 dólares, a expedição para contatar os korubos foi a mais bem-

equipada da vida de Possuelo. Tinha barcos, torres de transmissão UHF e metralhadoras para afastar os brancos das proximidades da aldeia. A revista *National Geographic* criou uma página na Internet com boletins diários sobre a missão, e as imagens do contato foram exibidas no mundo todo.

No Parque do Xingu, era o único branco entre 150 índios. Morava sozinho numa tapera com uma cadela vira-lata, um tamanduá e um tatu. Num dia de fome, comeu o tatu

O contato com tribos indígenas isoladas representa um dos maiores dilemas da antropologia moderna. O ideal seria deixar os índios em paz, com sua própria cultura, da forma como sempre viveram, em vez de estimulá-los a conhecer comida enlatada, hambúrgueres, radinhos de pilha e toda a parafernália que caracteriza a civilização tecnológica. Ocorre que nem sempre isso é possível. Até cinqüenta anos atrás, quando o território brasileiro ainda era escassamente povoado, os índios podiam viver relativamente seguros na Amazônia sem tomar conhecimento das ameaças que os cercavam. Hoje, isso é impossível. Nesse período, a população brasileira triplicou. A fronteira econômica avançou sobre a floresta e passou a ameaçar áreas onde até a II Guerra dezenas de milhares de índios viviam isolados. Hoje, as tribos que ainda restam nessa condição estão a poucos quilômetros de povoados, estradas ou pistas de pouso ilegal, usadas por traficantes e contrabandistas. Os índios se tornaram alvos fáceis para madeireiras, garimpeiros, colonos ou qualquer outro grupo interessado em avançar seu território dentro da selva. "Muita gente critica nossas expedições porque elas interferem na vida dos índios", diz Possuelo. "Mas sem elas não sobrariam korubos, araras e muitos outros grupos indígenas."

Amigo dos índios, foi com brancos que Possuelo viveu sua experiência mais assustadora. Em 1975, quando trabalhava no Parque Nacional do Xingu, ele tentou mediar um conflito entre caiapós e fazendeiros. Acabou sob a mira de revólveres e levou uma surra dos fazendeiros em que perdeu cinco dentes. "Só saí vivo porque os índios cercaram o lugar onde eu estava." No Xingu, Possuelo era o único branco entre 150 índios. Por mais de um ano levou uma vida de Robinson Crusoé. Fazia partos, curava malária, consertava motores e ajudava na caça. Morava numa tapera em companhia de uma cadela vira-lata, um tamanduá-bandeira e um tatu-bola. Num dia de fome, comeu o tatu. Tantos anos de convivência com os índios o ensinaram os segredos da culinária das selvas. "Paca é o que há de melhor, depois vêm o porco-do-mato, o tatu e o jabuti. Macaco é só razoável", enumera.

Casado pela segunda vez, com a economista paraense Elizabeth Moraes, Possuelo ganha 3 800 por mês da Funai e mora num apartamento funcional de quatro quartos em Brasília, repleto de arcos, flechas, tacapes e outras lembranças de viagens. Quando não está na selva, raramente sai de casa. O nascimento dos quatro filhos coincidiu com expedições a aldeias indígenas. A última vez que viajou de férias foi nos anos 80 — e ele passou a maior parte do tempo sofrendo ataques de malária num quarto de hotel. Nos anos 60, quando Possuelo começou a trabalhar com os irmãos Villas Bôas, muitos antropólogos apostavam que os índios brasileiros não chegariam ao século XXI. Hoje, eles ainda enfrentam enormes problemas, mas a situação mudou. Pela primeira vez em quase cinco séculos, a atual população indígena brasileira é quase o dobro da de vinte anos atrás. "Agora, a preocupação da sociedade é muito maior", afirma Possuelo. "As pessoas finalmente estão compreendendo que os índios têm o direito de existir sem ser perturbados." Por ter sobrevivido até agora, os índios isolados brasileiros são candidatos ao Prêmio Príncipe de Astúrias, concedido pelo governo espanhol. Se forem escolhidos, serão representados pelo branco Sydney Possuelo. ■

BAHIA

Conflito entre fazendeiros e pataxós deixa jovem ferido

ZH 27/5

Mais de cem policiais estão na região para manter a ordem

Um novo conflito envolvendo fazendeiros e índios pataxós do município de Pau Brasil, no sul da Bahia, ocorrido no início da tarde de domingo, deixou gravemente ferido Marcelo Barbosa de Matos, 16 anos, que recebeu uma pedrada na cabeça. Ele sofreu traumatismo craniano e permanece em estado de coma superficial, internado num hospital de Itabuna. Cerca de cem policiais militares e 20 federais estão na região para manter a ordem.

O tumulto começou quando o fazendeiro Marcos Vinícius Guimarães, que reivindica a posse da Fazenda Paraíso, uma das cinco ocupadas pelos índios no início do mês, organizou um churrasco na praça central da cidade de Pau Brasil e convocou os moradores para mais um ato de protesto contra os pataxós. Depois do churrasco, Guimarães incitou os moradores a invadir as fazendas para retirar cerca de 300 índios pataxós que ocupam as áreas com a autorização da Justiça Federal. Cinco caminhões lotados de manifestantes seguiram para a zona rural de Pau Brasil.

Ao perceberem a intenção dos fazendeiros, os pataxós organizaram uma barreira na estrada que dá acesso às fazendas ocupadas. Quando os caminhões chegaram na barreira, foram apedrejados. Marcelo Matos, que estava na carroceria de um dos caminhões, foi atingido na cabeça e desmaiou. Os manifestantes recuaram. o rapaz foi levado para o Hospital Santa Cruz, na vizinha cidade de Itabuna. O médico Carlos Porto disse que as chances de sobrevivência de Marcelo são grandes. Ele teve afundamento do crânio.

Ao tentar retornar para a centro de Pau Brasil, o comboio de caminhões foi parado num barreira da polícia militar. O fazendeiro Guimarães discutiu com os policiais e ameaçou romper a barreira, sendo preso por desacato à autoridade. Ele foi levado para a Delegacia da Polícia Federal de Ilhéus junto com o presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais de Pau Brasil, Miguel Arcanjo, e mais os fazendeiros Corisvaldo Portela e Paulo Leite. Guimarães foi indiciado em inquérito por desacato à autoridade e liberado em seguida, depois de pagar uma fiança de R$ 50,00.

Os índios lutam pela posse de 788 hectares que formam cinco fazendas em Pau Brasil, há anos. Mas só conseguiram ocupar a área depois da repercussão da morte de um dos líderes da aldeia Caramuru, o pataxó hã-hã-hãe Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo, em Brasília, no mês de abril. No momento, o Incra realiza vistorias para iniciar o processo de desapropriação e assentamento das fazendas ocupadas pelos índios.

ENTREVISTA A RUTH CORREA CARDOSO, PRIMERA DAMA BRASILEÑA

"Hay que combatir la desigualdad"

Antropóloga y licenciada en ciencias, Ruth Correa, la esposa del presidente Fernando Henrique Cardoso, sostiene que la sociedad brasileña apoya a los Sin-tierra por creer que *"el país no puede seguir tan desigual"*. Cree en la cooperación entre el Estado y la sociedad civil y afirma que las mujeres brasileñas no se dedican a la política porque no les interesa.



Para la primera dama de Brasil, Ruth Correa Cardoso, las actuales protestas sociales de su país se acrecentaron en los últimos años debido a que todos los sectores tienen ahora mayor libertad

-¿Cuáles son los principales desafíos que enfrenta Brasil en el área social?

-El principal desafío es combatir la desigualdad. Nuestras políticas sociales se difunden por toda la sociedad, son políticas que benefician a los más favorecidos, que no dan resultado con los más pobres. Entonces, la idea es modificar las políticas sociales para localizarlas en los sectores donde más se necesitan, en los municipios más pobres, que seleccionamos con criterios puramente objetivos.

Una de las prioridades es mejorar la calidad de la educación básica. No la extensión, porque eso ya está logrado: casi todos los niños brasileños van a la escuela, pero entran y salen, no permanecen. Otra de las prioridades es la salud. Hay un programa que se llama Agentes Comunitarios de Salud, miembros de la comunidad especialmente entrenados para ir a los hogares. Claro que las cosas en estas áreas no caminan muy rápido, pero ya se pueden medir los efectos. Por ejemplo, la mortalidad infantil en el nordeste, donde era muy grande, ya disminuyó mucho.

-Usted dirige un programa llamado Comunidad Solidaria, basado en la cooperación entre el Estado y la sociedad civil. ¿En qué acciones concretas se manifiesta esa cooperación?

-Un buen ejemplo es lo que pasó con los Agentes Comunitarios de Salud, que es un programa gubernamental. En Comunidad Solidaria nos contactamos con la Asociación de Vendedores de Productos Farmacéuticos, que quiso colaborar con el proyecto, y nosotros fuimos los mediadores. Ellos compraron todos los equipos médicos para todos los municipios que abarca la comunidad solidaria, invirtiendo seis millones de dólares.

Pero no es sólo un problema de plata; no sólo tenemos que aumentar el gasto sino también la eficiencia. Para un ministerio, hacer una compra tan grande para todo el país es un lío. En cambio, los farmacéuticos tienen el *know how* para hacer que una Aspirina llegue al norte más extremo de Brasil. No es sólo una colaboración económica, tiene incluso influencia sobre la burocracia estatal.

-Y el ciudadano común, aislado, ¿tiene conciencia de la necesidad de combatir la desigualdad?

-Sí, no tengo dudas de que la sociedad brasileña tiene conciencia de los problemas de pobreza, y un deseo muy grande de que eso se encamine. Por esa razón los movimientos sociales, como el de los Sin-tierra, tienen el apoyo de la sociedad. Eso no quiere decir que la sociedad esté contra el gobierno. Quiere decir que incorporó la idea de que el país no puede seguir tan desigual.

-Hace poco, cinco jóvenes de Brasilia quemaron vivo a un cacique indígena. ¿Cree que fue un hecho aislado, o que es representativo de un sector social donde aún persisten ciertos prejuicios?

-No puedo decir que sea un hecho aislado, porque ya hemos vivido hechos terribles como este. Creo que hay que combatir muy duramente estas cosas, esta inconciencia respecto a los problemas de la sociedad. Pero es un fenómeno perverso de la sociedad contemporánea, y no creo que se pueda explicar o localizar en condiciones específicas brasileñas. No creo que sea una expresión de toda la juventud, sino al revés.

Intelectuales y política

-Es raro que el presidente brasileño sea un sociólogo. Por lo general, parece como si prefirieran mantenerse alejados de la política.

-Es que los intelectuales cumplen una función crítica muy importante, y es difícil mantener la capacidad crítica si uno está metido en el juego político. Por eso es que muchos mantienen esa distancia, muchas veces por sectarismo. Pero no creo que sea esa la manera de ver las cosas. El intelectual habla de política, pero desde otro punto de vista y es necesario preservarlo.

-¿Se dedicaría a la política?

-¿Yo? ¡Nunca! No tengo ninguna atracción por la política partidaria, lo que a mí me gusta es la posibilidad que tengo ahora, de implementar alguna cosa dentro de las ideas que tengo. Pero nunca en un partido, no me veo en eso.

-Pero no ve con malos ojos que otros lo hagan.

-No. ¡Si mi marido es político!

-¿Por qué hay tan pocas mujeres en la actividad política brasileña?

-Eso en Brasil es bastante difícil, es una de las áreas donde la mujer tiene que ganar importancia. Aunque debo decir que ellas no tienen un gran interés. Tenemos 6% de mujeres en el Congreso, pero si miramos el número de candidatas, también es poco. De todas maneras, los partidos políticos y los sindicatos brasileños se llevan la palma en cuanto al machismo y a las dificultades que ponen para el ingreso de las mujeres. Ahora se propuso una ley que establece cuotas. Yo estoy en contra de las cuotas en general, pero no en este caso. Esta es una cuota para la entrada de candidatas a las listas electorales, por lo que siempre será el elector quien decida.

-¿Y en el caso de los políticos negros? ¿Por qué hay tan pocos?

-Es la misma cosa, pero agravada, porque las mujeres tienen un grado de escolaridad mayor que los hombres. En cambio en el caso de la comunidad negra la situación es peor, porque todavía no ha habido una mejora importante en su nivel educacional. Aunque sí ha habido una mejora. Ya hay una clase media negra en el Brasil y un movimiento de la comunidad negra. Se está discutiendo el asunto cuotas, aunque en este caso no creo que sea la solución.

Los Sin-tierra

-¿Por qué cree que, pese a tener más de una década, el movimiento de los Sin-tierra cobró notoriedad en los últimos dos años, justo cuando el gobierno comenzó a implementar una reforma agraria?

-Creo que ese es un síntoma de democracia. Mientras están bajo un gobierno más controlador, los movimientos sociales no tienen mucha posibilidad de expresión. Justamente, cuando el gobierno legitima la cuestión social, abre espacio para esos movimientos. ¿Por qué están ahora tan agresivos? Eso no lo sé, son características políticas, tienen que ver con el tipo de oposición que existe ahora en Brasil. Es una oposición que no presenta proyectos nuevos, entonces junta a diversos actores sociales.

-Sin embargo, 40% de los Sin-tierra son votantes de Cardoso.

-Es que los movimientos sociales y la política se entrecruzan de una manera muy curiosa. Por ejemplo, las mujeres luchan por sus derechos pero no están presentes en los partidos políticos. Las cosas no son tan en blanco y negro. Por eso es que las personas, en Brasil, apoyan la idea de que se haga una reforma agraria, que se resuelva el problema de la pobreza, pero no apoyan las invasiones de tierras. ■ ANDRÉS TUTTÉ

JUSTIÇA

FH analisa situação dos direitos humanos no país

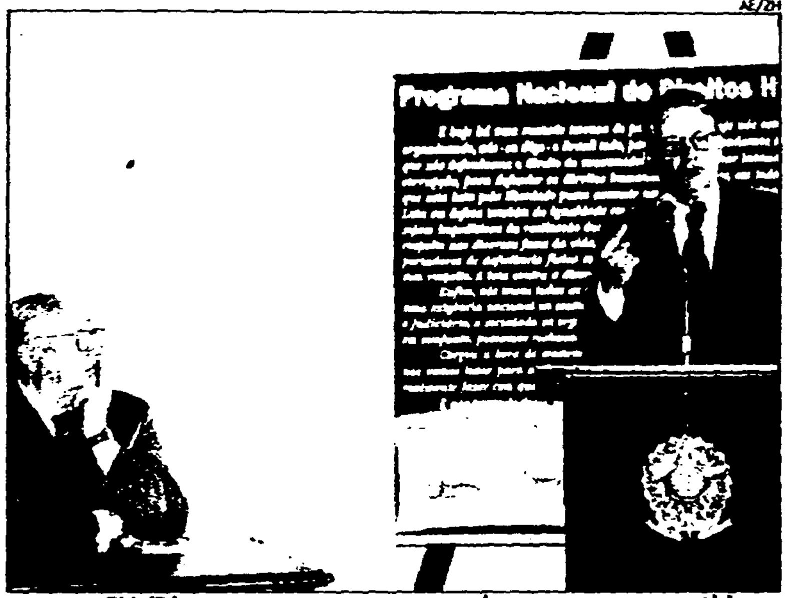
2H 14-5

Governo pretende agir com mais rigor no combate ao narcotráfico

O presidente Fernando Henrique Cardoso comemorou ontem o primeiro ano de criação do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Para FH, desde 1996 "alguma coisa foi feita com empenho". Ele reconheceu, entretanto, que ainda há muito a ser realizado nessa área. Segundo o presidente, crimes como os de Eldorado de Carajás (PA), contra os sem-terra, de Diadema (SP), blitz realizada pela Polícia Militar, e de Brasília (DF), contra o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo em abril, causam repulsa na sociedade. Fernando Henrique acentuou que seu governo não foge à responsabilidade institucional em qualquer crime que o Estado, por ventura, cometa.

O presidente se queixou da confusão entre responsabilidade institucional e responsabilidade pessoal. "Isso nos magoa", desabafou, afirmando que, quando há envolvimento de agente do Estado neste tipo de crime, fica mais profundamente revoltado. FH convocou todos os funcionários públicos a informarem o governo sobre as iniciativas tomadas em favor da defesa dos direitos humanos.

Depois de lembrar que no caso da morte do índio Galdino a responsabilidade não é do Estado, o presidente classificou os responsáveis por esses crimes como "desatinados".



Plano: FH (D) criou comissão para avaliar a segurança pública

Fernando Henrique aproveitou a comemoração para pedir ao Congresso pressa na votação do projeto que regulamenta procedimentos nessa área, permitindo ao governo adotar medidas mais efetivas para combater o narcotráfico e o contrabando. Pela proposta enviada ao Legislativo, o Estado passaria a ter permissão para derrubar aviões irregulares que não obedecerem à ordem das Forças Armadas de descer quando forem localizados.

FH criticou também a lentidão do julgamento de processos. "A cidadania se impacienta, com justa razão, com os entraves da lei", disse. Na cerimônia, foi assinado o termo de referência relativo à pesquisa de opinião pública sobre padrões e critérios de audiência estabelecidos pelos pais quanto às programações de televisão, cinema e vídeo. Também foi criado o grupo de trabalho que irá avaliar o atual sistema de segurança pública no país.

[illegible]

R COYAT [illegible]

BRASIL VIOLENCIA

CARDOSO DICE QUE GOBIERNO TIENE UNA DEUDA EN DERECHOS HUMANOS

Brasilia, 13 may (EFE). El presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, reconoció hoy que su Gobierno aún tiene mucho por hacer en materia de defensa de los derechos humanos.

"Alguna cosa fue hecha con empeño, pero aún hay mucho por hacer", admitió el mandatario en el discurso que pronunció en la ceremonia conmemorativa del primer año de creación del Plan Nacional de Derechos Humanos de Brasil.

"Es un comienzo importante", aseguró Cardoso al enumerar las iniciativas que, en un año, su Gobierno ha lanzado para garantizar la vigencia de los derechos humanos en el país y al defenderse de las críticas hechas por organizaciones no gubernamentales como Amnistía Internacional.

La organización internacional de defensa de los derechos humanos con sede en Londres envió una carta al Ministerio de Justicia en la que evalúa negativamente el primer año de vigencia del Plan brasileño de Derechos Humanos.

Según Amnistía Internacional, el Gobierno de Cardoso aún debe poner en práctica medidas importantes, como trasladar a conocimiento de la justicia civil los crímenes cometidos por miembros de la policía militar, para garantizar el éxito de su Plan.

En su discurso, Cardoso aseguró que los cambios culturales no pueden ser logrados mediante decretos ejecutivos, y pidió mayor paciencia a la sociedad brasileña y a las organizaciones internacionales.

El Plan Nacional de Derechos Humanos fue lanzado en medio de grandes condenas al Gobierno por su falta de empeño en la defensa de los derechos humanos y dos semanas después de que la policía militar del estado amazónico de Pará asesinara a diecinueve campesinos que participaban en una marcha de protesta por la reforma agraria.

Pocas semanas antes de completarse el primer año del Plan, el Gobierno volvió a convertirse en blanco de críticas de los militantes de grupos de defensa de derechos humanos ante la exhibición de un video en el que policías del estado de Sao Paulo torturan y maltratan a varias personas en la ciudad de Diadema, una de las cuales falleció.

El Gobierno también fue culpado por el asesinato del cacique pataxó Galdino dos Santos, que fue quemado vivo el mes pasado por un grupo de jóvenes en la ciudad de Brasilia, debido a que el cacique indígena estaba durmiendo en la calle ya que las autoridades no le garantizaron alojamiento durante su visita oficial a la capital brasileña.

Cardoso aseguró que el Gobierno no niega su responsabilidad institucional en cualquier crimen cometido por el Estado, pero pidió a la sociedad y a la prensa no confundir la responsabilidad institucional con la responsabilidad individual al culpar al sistema de los crímenes cometidos por funcionarios.

"Esto nos duele", aseguró Cardoso al resaltar que su Gobierno está empeñado en combatir todo tipo de crimen pero no puede ser responsabilizado por todo lo que ocurre en el país.

"Cuando un agente del Estado está involucrado en una infracción, como en Diadema, [illegible] rechazo de la sociedad, porque [illegible] responsables no individualmente pero [illegible]colectivamente", aseguró el mandatario. EFE

02-02

9708476

DOCUMENTO 9708477
TITULO SAN PABLO: Choque entre Sin Techo y Policía.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 28-5-97
VINCULACIONES 507492
11165
VIVIENDA
11414: Conflictos sociales

Doc Poco Legible.

Tres muertos en San Pablo

01 21-5

AFP y DPA

Tres personas murieron y otras veinte resultaron heridas ayer en San Pablo, cuando la policía intentó desalojar por la fuerza a unas 400 familias del movimiento urbano de los "sin techo", que ocupaban varios inmuebles.

La [illegible] intentó [illegible] las [illegible] que habían ocupado desde principios de mayo un conjunto de viviendas públicas aún no terminadas en la zona este de San Pablo.

Según los testimonio de los "sin techo", equivalente urbano de la organización campesina Movimiento de los Sin Tierra, la policía ingresó al inmueble en "forma violenta".

El enfrentamiento se produjo a las 7 de la mañana. Los efectivos de seguridad utilizaron armas de fuego y dieron muerte a tres personas, una de ellas, de un tiro en la cabeza. Según fuentes policiales, veinte agentes resultaron heridos por las pedradas que les arrojaron los ocupantes.

Aunque el desalojo fue suspendido por una orden de la Justicia, 150 policías regresaron al lugar varias horas después, pero esta vez sin armas.

De la misma forma que el Movimiento de los Sin Tierra reclama una urgente reforma agraria y ocupa haciendas improductivas o terrenos estatales, los "sin techo", constituidos en 1993, luchan por una reforma habitacional urbana y organizan invasiones a inmuebles públicos, abandonados o no utilizados.

Los "sin techo", uno de los grupos sociales más activos del Estado de San Pablo, habían manifestado el lunes ante el Palacio de Bandeirantes (sede del gobernador del Estado) para protestar contra la decisión de las autoridades de desalojarlos de esos inmuebles, situados en la llamada Hacienda de Juta.

Según datos de las Naciones Unidas, la mitad de los 150 millones de brasileños vive en extrema pobreza, una grave situación comparable a otros pocos países. Desde que se instauró el Plan Real en 1994, en San Pablo, el estado más poderoso de Brasil, se incrementó el desempleo un 15% y ha crecido la enorme legión de familias pobres que vive en los umbrales, las plazas o debajo de los puentes. □

01-05

9708477

Sem-teto morrem em confronto com PM

Disparos de origem desconhecida mataram três pessoas durante desocupação de conjunto residencial em São Paulo



Baleados: os sem-teto carregam os corpos de companheiros mortos a tiros durante a tentativa que a Justiça e a Polícia Militar fizeram de desocupar prédios invadidos

A Polícia Militar de São Paulo mais uma vez protagonizou cenas de violência contra a população que acabaram em morte. Ontem pela manhã, três sem-teto morreram baleados durante um confronto com 150 soldados que executavam uma ordem judicial de desocupação dos seis prédios do Conjunto Habitacional da Fazenda da Juta, na zona leste da cidade, no distrito de Sapopemba. Pelos menos outras 11 pessoas se feriram.

O conflito estourou pouco depois das 7h, no momento em que as tropas da polícia tentaram prender um dos líderes dos sem-teto, Nelson Daniel da Silva. Enquanto o rapaz era arrastado pelos policiais para o meio da cavalaria, os invasores tentaram resgatá-lo. Do início da desocupação até a morte dos três homens não passaram mais de 15 minutos. Por ordem do tenente-coronel João Isaías Boscatti, comandante do 21° Batalhão de Polícia Militar (BPM), a operação foi suspensa. Durante todo o dia os policiais cercaram o local.

Há duas versões sobre o início da pancadaria e do tiroteio: a oficial de Justiça Alice Jerônimo e a Polícia Militar, que cumpriam a decisão judicial, dizem que foram recebidos a pauladas e pedradas. Mais: afirmam que chegaram a ouvir rajadas de metralhadora. Os invasores, ao contrário, garantem que os policiais chegaram atirando. Para se defender, os sem-teto contam que usaram pedras e pedaços de pau. No conflito, só houve mortes do lado das famílias invasoras.

Os 480 apartamentos do conjunto estão em fase final de construção e foram invadidos no dia 23 de abril. Seriam entregues em setembro a famílias cadastradas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), ligada à Secretaria Estadual da Habitação. Desde a ocupação, o órgão negocia a saída dos invasores. A última tentativa ocorreu na segunda-feira, quando a CDHU buscou um terreno para os sem-teto iniciarem um projeto de mutirão.

Com o impasse mantido, a companhia impetrou uma liminar de reintegração de posse que acabou concedida pelo juiz da 3ª Vara Cível do Fórum de Itaquera, Antonio Carlos Ribeiro. O próximo passo foi desocupar os prédios. Para isso, na manhã de ontem, a CDHU contou com o respaldo do 21° BPM. A reintegração foi suspensa com a morte dos três sem-teto.

O governador Mário Covas, pela segunda vez em dois meses, teve de explicar a violência da PM

Uma das vítimas é o metalúrgico Crispim José da Silva, 25 anos, morto com um tiro na nuca. "Ele foi conversar com um dos policiais e, ao virar as costas, levou o tiro, disparado bem de perto", contou o ajudante de pedreiro Eduardo Aparecido Gonçalves que, com um filho de um ano no colo, estava ao lado de Crispim. Os outros mortos são Jurandir da Silva, 29 anos, baleado no peito, e Jeraci Reis de Morais, ferido no rosto.

"Ele veio só para me apoiar, nem era invasor", bradava a irmã do metalúrgico Crispim, Zenaide da Silva Souza. Depois da confusão, Zenaide prostou-se na frente dos policiais e esmurrava o peito várias vezes, gritando: "Quero ver se vocês são homens para atirar em mim".

Um rapaz não-identificado ficou ferido. Dez policiais foram apedrejados, incluindo o comandante da operação. "Recuamos para evitar um mal maior", explicou o capitão Altair do Carmo Silva. "Na polícia ninguém mais atira em vão."

O governador de São Paulo, Mário Covas, pela segunda vez em dois meses, teve de dar explicações sobre a violência da Polícia Militar de seu Estado. Na primeira ocasião, a causa foram PMs que espancaram pedestres na Favela Naval, em Diadema, matando um deles. Ontem à tarde, Covas teve de se reunir com o comando da Polícia e com o secretário da Segurança para discutir a morte dos sem-teto.

O governador e a cúpula da PM analisaram as fitas de vídeo gravadas durante a desocupação. As imagens mostram o confronto. Depois da reunião, o governo divulgou uma nota oficial informando que já foram instaurados inquéritos na Polícia Militar e na Polícia Civil para apurar as responsabilidades pelas mortes. As armas dos PMs que participaram da operação deverão ser periciadas. Depois de assistir às gravações, Covas declarou: "Não é possível saber quem atirou e matou os sem-teto".

O tenente-coronel Boscatti, comandante do batalhão, afirmou que os sem-teto tinham metralhadoras. Perguntado se ele viu tal armamento durante a desocupação, o militar disse que tinha certeza da sua afirmação.

O promotor Francisco José Taddei foi designado ontem pela Procuradoria Geral da Justiça para acompanhar o inquérito que apura responsabilidades no confronto.

Brasil

Sem-teto

Três invasores morrem ao ser despejados de uma área do governo

Andréa Barros e Bruno Paes Manso

A noite de segunda-feira passada foi terrível para dois nordestinos e um mineiro que chegaram a [illegible] há mais de uma década. Geraci, o mais velho, com 42 anos, era também quem fazia mais tempo que morava na capital. Há um quarto de século saiu de Conselheiro Pena, em Minas Gerais. Ajudante de pedreiro, desempregado e analfabeto, passou quase toda a vida em três favelas. Jurandir, 29 anos, nasceu em Atalaia, Alagoas. Vinte dias antes ele havia se separado da mulher com quem viveu por quatro anos, teve dois filhos e deixou outro na barriga. Ele foi morar com Maria Cristina, seu "amorzinho". Crispim, o mais novo deles, solteiro, baiano de Monte Santo, tinha uma casa de um cômodo com banheiro em Sapopemba, na Zona Leste da cidade. Naquela noite, os três estavam no Conjunto Itaquera B-6, em Sapopemba, com outras 437 famílias. À exceção de Crispim, que dormiu ali para incentivar a irmã, os outros dois eram invasores de um conjunto habitacional em construção do governo estadual. No dia seguinte, todos sabiam, a polícia desocuparia os prédios. Havia uma ordem judicial de reintegração de posse — e o grupo havia decidido resistir. Nenhum deles pegou no sono. Amedrontado, Jurandir arrumou seus pertences para ir embora ao amanhecer. Geraci ficou com a mulher, Rosa Maria, e o filho Eduardo, de 2 anos, em vigília, na fogueira. Crispim acalmou a irmã Zenaide: "A polícia só vai me agredir se eu fizer isso primeiro". Às 8 horas da manhã, os três estavam mortos. Eram Jurandir da Silva (um tiro no coração), Geraci Reis de Moraes (um tiro à direita do tórax) e Crispim José da Silva (um tiro na nuca).

A operação policial montada para garantir a reintegração de posse começou a ser definida doze dias antes, quando a Justiça concedeu a liminar. Mesmo com tanto tempo para negociar e se organizar, o governador Mário Covas mandou 140 policiais despreparados para a ação. Eles chegaram por volta das 7 horas da manhã, armados. Uma parte desceu a cavalo. Nenhum deles tinha escudo, bala de borracha ou bomba de gás lacrimogêneo. Na véspera, os sem-teto haviam recusado uma proposta do chefe da Casa Civil, Walter Feldman, de fazer o cadastro para concorrer ao sorteio promovido para as casas de mutirão. Eles avisaram que reagiriam. As duas partes, portanto, estavam certas do confronto — mas as armas dos sem-teto eram paus e pedras. O que se viu foram policiais protegendo-se de pedradas com pedaços de telha, invasores correndo desesperados e tiros sendo disparados. Jurandir estava descendo com sua mudança quando ouviu os primeiros tiros. Corria em direção aos companheiros na hora em que foi atingido. Geraci parou para ajudar uma senhora que passara mal e Crispim discutiu com um policial ao ver uma amiga apanhando. Foi assim que morreram. Quando os corpos ficaram estendidos no chão de terra batida, a polícia recuou.

O plano do governo é entregar os catorze blocos com 448 apartamentos do Conjunto Itaquera B-6 quando completar 12 000 unidades construídas. Todos serão sorteados de uma só vez —

3,4 milhões
é o déficit total de moradias no Brasil

42,8%
do déficit habitacional está localizado na Região Sudeste

556%
foi o aumento dos aluguéis desde o início do Plano Real, ou 300% acima da inflação

48%
dos 2 milhões de moradores das favelas de São Paulo ganham mais que cinco salários mínimos

03 9708477

depois de sair de casas em que pagavam aluguel. O aluguel em favelas ou cortiços alcança os 300 reais. "Nessa situação, até eu virava invasor", diz Lair Krahenbuhl, secretário municipal da Habitação.

"Eu queria pagar para ter minha casa", revolta-se Rosa Maria, viúva de Geraci. No dia seguinte à morte do marido, silenciosa, ela deixou o apartamento que sonhava que seria seu. Durante horas, ficou sentada com o filho em cima de um colchão assistindo ao movimento dos caminhões de mudança. A quem perguntasse, dizia não saber para onde ir. Longe da terra vermelha do Itaquera B-6, o governador Mário Covas assistiu a fitas de vídeo com cenas da desocupação e declarou: "Não vi nenhum fato que justificasse admitir que a polícia agiu arbitrariamente". Com as mortes da semana passada, já são quatro os cadáveres que ele carrega por causa da PM. Fora uma determinação para que se faça uma "rigorosa apuração", o governador não tomou mais nenhuma atitude. Continua ao lado da PM. Aquela que, mesmo depois do vexame de terça-feira, precisou de duas buscas para só então encontrar um revólver calibre 38 e quinze coquetéis Molotov escondidos nos apartamentos invadidos pelos sem-teto. ■

com uma enorme festa para comemorar o feito do governador Mário Covas. Na quarta-feira, os sem-teto conformaram-se com a mesma proposta que haviam recusado na segunda-feira. Receberam senha para participar dos mutirões e, se tiverem sorte, ainda podem tomar parte na festa do governador.

"Rigorosa apuração" — A morte dos três migrantes é o retrato da crise que se tornou aguda nos grandes centros urbanos a partir da década de 80. A oferta de casas para a população de baixa renda não conseguiu acompanhar o crescimento demográfico. Desde 1964, enquanto a população brasileira aumentou em 80 milhões de pessoas, foram construídos pelo Sistema Financeiro de Habitação, SFH, 6 milhões de moradias, dos quais apenas 1,5 milhão para a população mais pobre. Em São Paulo, o governo calcula em 1,3 milhão o número de famílias que moram em condições precárias. Desde o início do seu governo, Mário Covas só conseguiu entregar 40 717 unidades. Na capital, foram apenas 4 272. No Rio de Janeiro, o déficit habitacional é de 300 000 casas.

A queda na renda da população e o aumento do preço do aluguel são dois fatores que aumentam a dificuldade em conseguir um teto para morar. Os invasores do conjunto B-6 não foram para lá porque moravam embaixo da ponte. Todos viviam com familiares ou estavam enforcados com o aluguel. Muitos, como Jurandir, já haviam participado de outras invasões. Na cidade de São Paulo, mais da metade dos 2,9 milhões de domicílios está em situação irregular. São 530 000 famílias vivendo em favelas e cortiços, fora 1,1 milhão em loteamentos irregulares. No Rio há o dobro de favelados, e a metade vive em loteamentos irregulares. Desde o início do Plano Real, o aluguel aumentou mais de cinco vezes e foi o campeão entre os mais de 400 itens usados para medir a inflação. Em São Paulo, 39% dos favelados, pouco mais de 700 000 pessoas, chegaram aos barracos

[illegible]

A SUCBT 05-20 [illegible]

AMT [illegible]

BRASIL-VIOLENCIA

TRES MUERTOS EN INTENTO DESALOJO DE OCUPANTES APARTAMENTOS

[illegible] (Brasil), [illegible] (EFE). Tres personas murieron en el desarrollo de una operación realizada este martes por la policía militar del estado brasileño de San Pablo para intentar [illegible] a las cerca de 400 familias que hace tres semanas invadieron los apartamentos vacíos de unas residencias del gobierno.

La operación, que movilizó en la mañana de hoy a unos 700 uniformados en la zona este de la ciudad de Sao Paulo, concluyó en un violento conflicto, debido a que estas familias, que alegan no tener dónde vivir, resistieron a la acción de la policía con barricadas y con una lluvia de piedras y palos.

La fuerte resistencia de la operación de desalojo fue respondida por la policía con disparos al aire y hacia los manifestantes más exaltados, y con un intercambio de disparos que dejó tres muertos y tres heridos.

La violencia del conflicto obligó al gobierno del estado de Sao Paulo a suspender temporalmente la operación de desalojo y a iniciar negociaciones con las familias para pedirles que abandonen pacíficamente las viviendas antes de 24 horas.

Según datos del propio gobierno paulista, por lo menos 400 familias invadieron los seis edificios que forman parte del Conjunto Habitacional Hacienda de Juta, un complejo para personas de escasos recursos construido en el extremo este de la ciudad por la Compañía de Desarrollo Habitacional y Urbano del Estado de Sao Paulo [illegible] Los apartamentos, que ya fueron adjudicados a diferentes familias, fueron ocupados hace 18 días por personas que alegan no tener casa y que protestan contra la demora de la Compañía en entregar las propiedades a sus dueños.

El operativo de la policía en el barrio de [illegible] fue ordenado por el gobierno del estado de Sao Paulo después de que el Tribunal de Justicia autorizara el desalojo judicial.

[illegible] a la fuerte resistencia de la policía en el local [illegible] a la orden del gobierno de que el desalojo se produjera entre este martes y [illegible] [illegible] continuarán ocupando los edificios y que resistirán a cualquier acción de las autoridades. EFE

[illegible]

[illegible] 22-05 [illegible]

05-05

9708477

HABITAÇÃO

Sem-teto querem 15 milhões de moradias

ESP 17/5

Movimentos populares farão caravana para exigir do presidente a reforma urbana

EDUARDO NUNOMURA
Especial para o Estado

Os dirigentes da Central de Movimentos Populares (CMP) já têm na ponta da língua as reivindicações que serão levadas a Brasília durante a Caravana Nacional por Reforma Urbana e Políticas Sociais, nos dias 9 e 10. Eles vão pedir 15 milhões de moradias populares em todo o País, 5 milhões só no Estado de São Paulo e 1 milhão na capital. Também vão cobrar o cumprimento das Propostas de Políticas Públicas, elaboradas por eles e entregues ao presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995.

A caravana dos movimentos populares está sendo preparada com muito cuidado pela CMP. Já foram providenciados 1,3 mil bandeiras vermelhas, 1 mil bonés e 1 mil camisetas, todos com a inscrição da CMP. No dia 25, eles devem começar a distribuir 30 mil jornais com a edição especial da caravana. No total, serão 160 ônibus de 20 Estados — 55 só de São Paulo. São esperados 7 mil manifestantes em Brasília, todos considerados "lideranças intermediárias" dos vários movimentos que compõem a central. A central recebe ajuda financeira de ONGs internacionais e também realiza atividades como bingos, rifas e festas para arrecadar dinheiro.



Os sem-teto ligados aos grupos da União dos Movimentos de Moradia (UMM), ao qual são filiados o Fórum de Cortiços e a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), prometem engrossar a caravana. A CMP aproveita a "visibilidade" criada pelo Fórum de Cortiços, que vem organizando a ocupação de casarões na Alameda Cleveland, nos Campos Elísios, no centro, para também começar a chamar a atenção.

Se o Fórum de Cortiços espelha-se no Movimento dos Sem-Terra (MST), conforme admite a própria líder do movimento, Verônica Kroll, a CMP define-se como "irmã" da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do MST. "O trabalhador mora e o morador trabalha, essa ligação é umbilical", definiu o dirigente nacional Raimundo Bonfim.

Fundação — O embrião da CMP foram as discussões estabelecidas pela Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (Anampos). Em 1983, era criada a CUT e a Anampos passou a se dedicar integralmente aos movimentos populares. Só em outubro de 1993, a central foi fundada.

Hoje, 10 dos 11 dirigentes da executiva nacional da CMP são filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) — a exceção integra o Partido da Causa Operária (PCO). A coordenação nacional, composta de 35 membros, possui filiados de outros partidos de esquerda (PDT, PSB e PSTU). "É bom lembrar que no MST há muitos dirigentes petistas, mas quando eles tomam suas decisões, o PT nunca é consultado", afirmou Bonfim.

Para a direção da CMP, a central está engrossando cada vez mais o seu quadro de integrantes por causa da falta de investimentos sociais dos últimos governos. "Agora com o desemprego em massa, o trabalhador perde a carteira assinada e os benefícios, o que faz com que ele se apóie nos movimentos populares e lute por moradia, saúde e educação", resumiu. "Se o governo quiser acabar com o MST, faça a reforma agrária; se quiser dar um fim ao nosso movimento, dê moradia, educação e saúde para todos", afirmou Bonfim.

PROTEÇÃO INTELECTUAL

Lei de Patentes entra em vigor hoje

Medicamentos, alimentos e produtos químicos em geral passam a ser protegidos no País

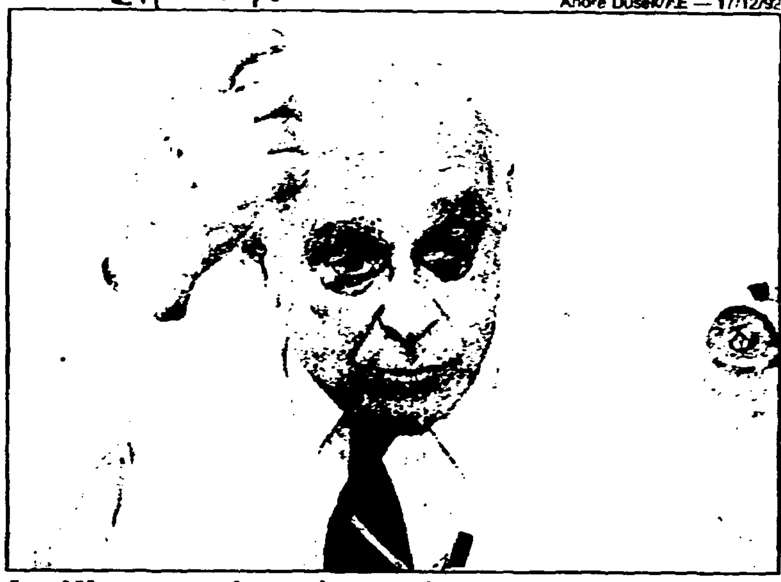
JÔ GALAZI
e GUSTAVO PAUL

RIO — A partir de hoje, as patentes de medicamentos, alimentos e produtos químicos diversos passam a ser protegidas no Brasil. A Lei de Patentes, sancionada pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 14 de maio de 1996, entra hoje em vigor. A questão dos medicamentos por muito tempo criou forte tensão entre o Brasil e os Estados Unidos, pois a legislação brasileira não impedia a cópia de fórmulas. Os problemas eram mais graves no que se refere ao chamado pipeline, produtos que já tinham pedidos de patentes no exterior, mas não eram comercializados.

Ontem terminou o prazo para o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) receber pedidos de pipeline. A diretora de Patentes do órgão, Maria Margarida Mittelbach, estima que desde 1996 foram feitos cerca de 800 pedidos de pipeline, a maioria recebida nos últimos três meses. O movimento foi mais intenso ontem. Só no Rio chegaram 300 pedidos.

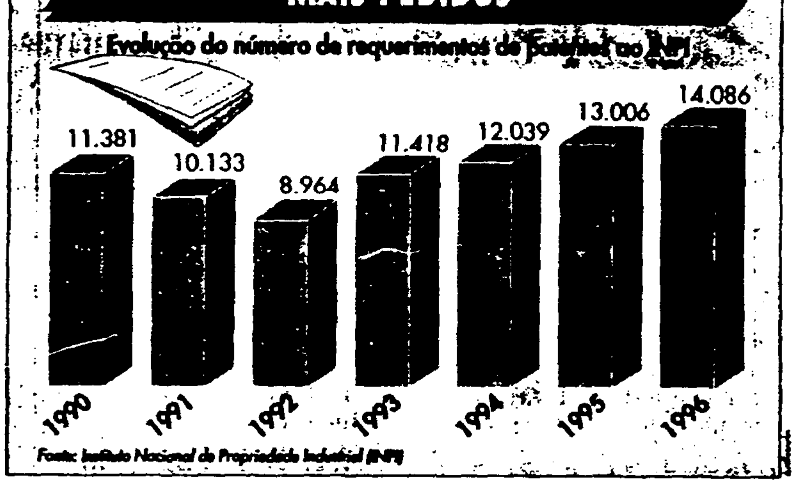
Pelos seus cálculos, em cerca de dois meses poderão ser concedidas as patentes para os pedidos de pipeline. Os prazos são imprevisíveis, porém, para o deferimento de pedidos de patentes para novos medicamente e outros produtos, que não se referem a pipeline. Ela explicou que, embora legalmente o INPI tivesse, por força da lei, de indeferir pedidos de patente de medicamentos e alimentos, a recepção e processamento dos pedidos ocorria normalmente. Na área de química e de informática, os pedidos que estão em análise datam de 1991 e 1992, disse. Ela atribui o atraso a um déficit importante de pessoal: o INPI tem apenas cerca de 700 funcionários e poucos examinadores técnicos. Ela disse que a demanda por registros de patentes e marcas aumentou de 11.418 em 1994 para 14.086 em 1996, enquanto o número de funcionários diminuiu.

André Dusek/AE — 17/12/92



Israel Vargas: empenho em obter reconhecimento do trabalho intelectual

MAIS PEDIDOS



O texto aprovado pelo Congresso estabeleceu um período de transição de 12 meses para que o INPI e a indústria se adaptassem às inovações impostas pela lei. "O objetivo era aparelhar o INPI, mas o governo não liberou verbas", reclama o relator do projeto na Câmara, deputado Ney Lopes (PFL-RN). "Corremos o risco de patentear gato por lebre."

"A partir de amanhã (hoje) só serão autorizados pedidos de patentes para produtos novos", lembra Lopes. No caso, o INPI poderá registrar inovações que tenham uso industrial.

O ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas, disse que está empenhado em garantir o reconhecimento também do trabalho inventivo que se realiza nas instituições públicas brasileiras. "Estamos finalizando a discussão de uma regulamentação de alguns artigos da lei", disse Vargas.

XQB316

R SUCBT 05-13 00369
mun exg

BRASIL-NUCLEAR
DENUNCIAN ALMACENAMIENTO ILEGAL DE URANIO EN RIO DE JANEIRO

Río de Janeiro, 12 May (EFE).- La Comisión Nacional de Energía Nuclear de Brasil (CNEN) denunció hoy que desde hace 15 días está ilegalmente almacenado en el aeropuerto internacional de Río de Janeiro un cargamento de 18 toneladas de pastillas de uranio enriquecido y que puede representar riesgos para la salud.

El cargamento del material radiactivo, según la denuncia, está almacenado a cielo abierto en la terminal de carga del Aeropuerto Internacional de Galeao y ha permanecido en el local más tiempo que el recomendado por los expertos en el área nuclear.

Las 18 toneladas de pastillas de uranio enriquecido fueron importadas por la empresa estatal Industrias Nucleares de Brasil S.A. (UNB) desde Inglaterra y están destinadas a alimentar la central nuclear de Angra dos Reis, la única del país y ubicada a unos 100 kilómetros de Río de Janeiro.

El material, según los expertos del CNEN, sólo puede permanecer almacenado a cielo abierto y sin ninguna protección durante cinco días ya que, cumplido este período, puede emitir radiaciones perjudiciales para la salud.

Las pastillas de uranio pertenecen a la empresa Urenko, que es un grupo con centrales nucleares en Alemania, Inglaterra y Holanda y fueron traídas a Brasil para reforzar la producción de energía eléctrica en la Central de Angra dos Reis ante el grave peligro que enfrenta el país de sufrir un racionamiento.

La CNEN afirmó que el material radiactivo está almacenado en el aeropuerto de Río de Janeiro desde hace mas de diez días debido a problemas en la Aduana.

La Comisión denunció que tanto el almacenaje de las pastillas de uranio como su transporte se realizó sin cumplir con las medidas de seguridad necesarias para este tipo de casos y que esa situación puede aumentar el grado de "peligrosidad" y de eventualidad de un accidente nuclear.

El presidente del INB, Roberto Franca, negó que el cargamento pueda representar algún peligro y dijo que sólo puede entender la "severidad" de la denuncia de la Comisión como una preocupación lógica por involucrar un material peligroso.

"Las cajas de acero en las que están guardadas las pastillas de uranio son hechas a prueba de naufragios, incendios o fuertes impactos", aseguró Franca al indicar que el cargamento no representa riesgos. EFE

CM/JLM/ND

05/13/01-46/97

ESPAÇO

Nasa 'abre as portas' a projetos brasileiros

FALTOA TLEN. EST 24/5

Diretor de centro que coordena trabalhos no espaço quer ampliar parcerias de pesquisas

CHRISTIANE SEGATTO

A agência espacial americana Nasa quer ampliar parcerias com pesquisadores brasileiros em experimentos realizados fora da Terra. A instituição patrocina vários centros de pesquisa em universidades americanas que trabalham exclusivamente para a indústria. Por essa lógica, cientistas desenvolvem projetos para atender a empresários e astronautas manipulam as experiências em ambiente de microgravidade.

Um dos grupos comerciais da Nasa é o Centro de Cristalografia Macromolecular da Universidade do Alabama, em Birmingham. O diretor, Lawrence DeLucas, coordena trabalhos de biotecnologia incluídos em vôos espaciais e participa do desenvolvimento de medicamentos para tratamento de diabete, aids, câncer, doenças cardiovasculares, etc. "Estamos procurando parceiros brasileiros para projetos específicos porque as portas estão abertas", disse em entrevista ao **Estado**.

Astronauta, DeLucas embarcou como pesquisador em vôo espacial lançado em 1992, quando participou de 31 experiências. Por meio da empresa brasileira Brazsat, especializada em intermediar a venda de serviços espaciais, DeLucas conheceu pesquisas da Universidade de São Paulo, em São Carlos, e incluiu três delas em viagens dos ônibus espaciais Columbia e Atlantis, lançados em abril e em maio.

Os astronautas tentam cristalizar proteínas do causador da doença de Chagas, da semente de jaca e do feijão camaratu. Se o objetivo for alcançado, novas drogas para o tratamento de infecções podem surgir.

Para divulgar essas parcerias e buscar novas oportunidades, o cientista reuniu-se anteontem com pesquisadores e empresários na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

A viagem ao Brasil incluiu ainda visitas à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), à Academia Brasileira de Ciências e ao Instituto de Biotecnologia do Exército. Discussões sobre a participação do País na construção da estação espacial internacional estiveram na ordem do dia. Até o próximo mês, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) deverá oficializar a parceria no consórcio que até agora reúne 13 países. O Brasil pagará US$ 100 milhões para usar permanentemente 1% do tempo de trabalho na estação. DeLucas falou sobre esse projeto e possibilidades de realização de testes clínicos de novos medicamentos no Brasil. No mês passado, técnicos da Administração de Drogas e Alimentos (FDA) aprovaram as instalações da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo para cumprimento de testes farmacológicos, pré-clínicos e clínicos exigidos antes da comercialização de novas drogas.

> **P**ROCURAMOS EMPRESAS PARA PROJETOS ESPECÍFICOS

Estado — O senhor retorna aos Estados Unidos com algum acordo concreto firmado no Brasil?

Lawrence DeLucas — Assinamos alguns acordos com o Inpe para desenvolvimentos conjuntos. Com a USP, já temos uma colaboração com a equipe do Instituto de Física de São Carlos e estamos procurando outras parcerias. Mantemos também um acordo com a indústria farmacêutica brasileira União Química, mas estamos procurando outras empresas para projetos específicos. As portas estão abertas.

Estado — A biodiversidade tem sido um fator decisivo para o interesse da Nasa em estabelecer parcerias com brasileiros?

DeLucas — Tenho ido a muitas universidades e empresas e encontrado possibilidades de colaboração. Eu fui informado sobre a biodiversidade brasileira quando encontrei o diretor da Brazsat e ele levou-me à Amazônia. Foi uma experiência maravilhosa, mas também uma experiência educativa. Recebi muitas informações sobre diferentes compostos e plantas. Como disse em minha palestra, quase todas as drogas são desenvolvidas a partir de compostos naturais. Portanto, são óbvias as vantagens de se utilizar essa biodiversidade.

> **R**ECEBI INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS E COMPOSTOS

Estado — Um dos objetivos de seu grupo é desenvolver drogas nos Estados Unidos e realizar na América do Sul os testes clínicos necessários à aprovação delas. Por quê?

DeLucas — Na última vez que estive no Brasil, fui à União Química e à universidade e perguntei quanto tempo eles levavam para concluir o processo de testes clínicos. A avaliação aqui tem três fases assim como exige o FDA nos Estados Unidos, só que no Brasil elas são cumpridas em apenas dois anos. Esse tempo é cinco ou seis anos mais curto do que o necessário nos Estados Unidos. A diferença é dramática e envolve muito dinheiro. Estou entusiasmado porque essa é justamente a razão que leva muitas empresas farmacêuticas americanas à Europa, onde o processo é mais rápido. Lá, elas conseguem uma aprovação útil para convencer o FDA a aprovar a comercialização no país. Então, se começarmos o processo de avaliação da droga na América do Sul, poderemos conseguir a aprovação final do FDA muito mais rápido e gastando muito menos.

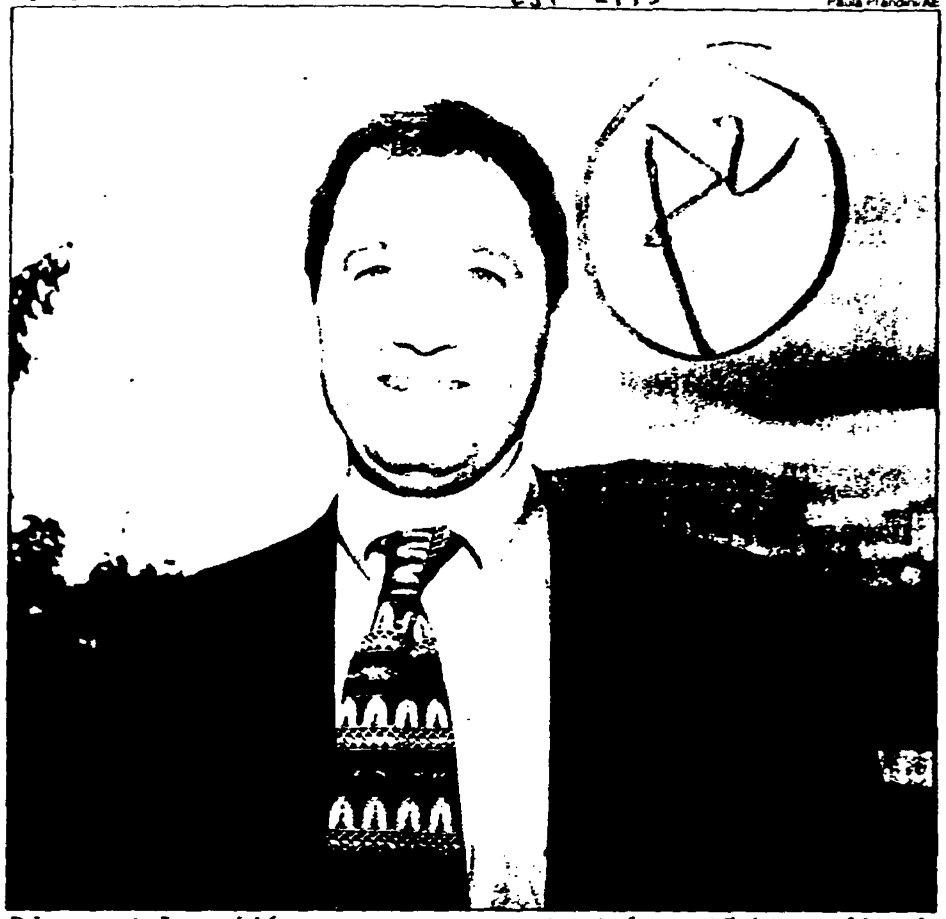
Estado — As pesquisas na área de novos medicamentos são um bom argumento para conquistar o apoio da opinião pública aos pesados investimentos feitos na Nasa. Como a população americana vem reagindo às notícias sobre o trabalho de seu grupo?

DeLucas — Quando converso com o público em geral, ouço sempre a mesma pergunta: Por que investir em uma estação espacial que custa tanto dinheiro? Aí eu cito o exemplo da diabete, contra a qual estamos desenvolvendo medicamentos no espaço. Somente nos Estados Unidos, há 10 milhões de diabéticos que exigem pesados investimentos em assistência médica. O dinheiro necessário para tratar os diabéticos americanos hoje seria suficiente para construir três estações espaciais. Quando falamos nesses termos, a população realmente entende o valor das pesquisas.

Estado — Que outros benefícios práticos a estação espacial poderia oferecer?

DeLucas — Quando você usa seu telefone celular, está dependendo de uma tecnologia nascida de pesquisas espaciais. Muitas outras situações do cotidiano, como viagens de avião, têm relação com essas pesquisas. Na área médica, muitas descobertas nasceram de experimentos espaciais. Há milhares de produtos que dependem dessa tecnologia. Construir uma estação espacial é um projeto caro, mas quando pensamos quanto custará por contribuinte, o cenário muda. Cada americano pagará um hot-dog por ano pela construção da estação espacial. Atualmente, cada país participante já paga US$ 5 bilhões anuais pelo projeto que custará aos americanos US$ 2 bilhões ao ano até 2.002. A cada 12 meses, os Estados Unidos gastam US$ 6 bilhões em relógios. E não é só. Gastamos US$ 12 milhões em perfumes e US$ 14 bilhões em bebidas alcoólicas.

Paulo Pirandini/AE



DeLucas: a estação espacial é cara, mas se pensarmos quanto custará por contribuinte, o cenário muda

SINDICALISMO

Manifestações mudam rotina da Capital

Professores, estudantes, sem-terra e pequenos agricultores protestaram durante todo o dia nas ruas de Porto Alegre

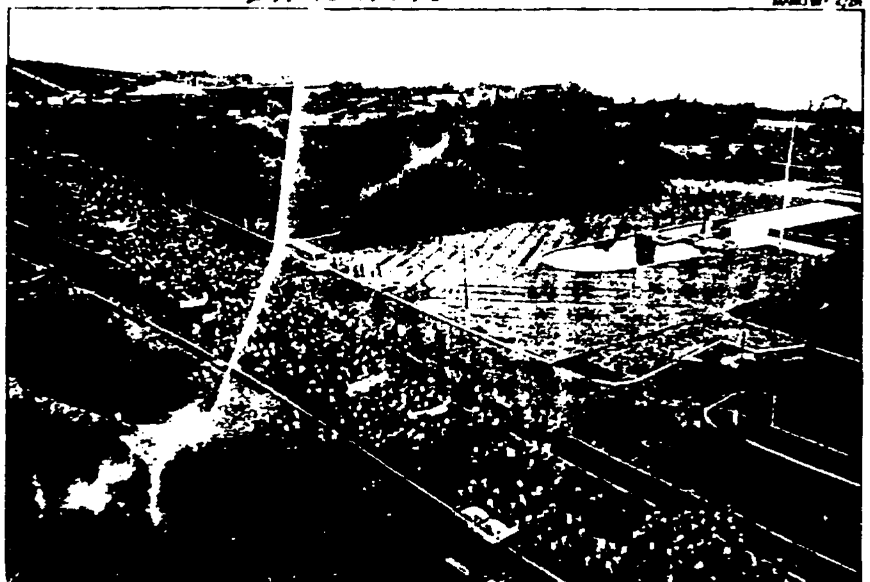
Desde as primeiras horas da manhã Porto Alegre se agitava com protestos de professores e alunos, mostrando que seria uma quinta-feira movimentada. Ainda de madrugada, a Praça da Matriz começou a receber os primeiros visitantes. De bandeiras e faixas em punho, professores de todo o Estado fizeram uma alvorada de protesto em frente ao Palácio Piratini. Pela manhã, já se misturavam a eles os colonos sem terra e dezenas de alunos. Estudantes e agricultores seguiriam o magistério também durante a tarde na assembléia da categoria quando se uniram para protestar contra o governo do Estado, amontoando-se em um Gigantinho lotado.

A professora Cleidir Maas, 31 anos, deixou o pequeno município de Ajuricaba, no oeste do Estado, em um ônibus com outras colegas perto da meia-noite de quarta-feira. Elas chegaram a Porto Alegre às 6h e foram direto para a Praça da Matriz. "Já é a quarta vez que venho à Capital para protestar só nesse ano", disse Cleidir, segurando uma larga faixa pedindo respeito a sua profissão.

Quase 300 ônibus carregando professores como Cleidir chegaram ontem a Porto Alegre vindos de todos os pontos do interior do Estado. Quando alcançavam a Avenida Castelo Branco, na entrada da Capital, eram revistados pela Brigada Militar, procedimento que acabou causando congestionamento no trânsito pesado da avenida. "Quase perdi uma audiência na Justiça do Trabalho", indignou-se o metroviário Vladimir dos Santos Giacchin, um dos motoristas trancados no tráfego devido à blitz.

A manhã também foi conturbada em algumas escolas estaduais da Capital. No Protásio Alves, os alunos decidiram se mobilizar contra a possibilidade de perder dias letivos em decorrência da greve e fecharam a Avenida Ipiranga por 10 minutos, cinco minutos em cada pista. O objetivo era chamar atenção para a necessidade de uma saída cordial. "É preciso bom senso na negociação entre o governo estadual e o Cpers", afirmou o estudante Charles Domingos, do Grêmio Estudantil do colégio.

No Colégio Júlio de Castilhos, as aulas foram suspensas devido à morte do professor Sérgio Zeilmann, ocorrida na noite de quarta-feira. "É de praxe suspender as aulas por um dia quando morre um professor", disse a coordenadora do turno da manhã, Leila de Almeida. Já os alunos de 2º Grau da Escola Florinda Tubino Sampaio fizeram uma manifestação em frente à Secretaria Estadual de Educação (SEC) para reclamar da falta de professores.



Marcha: depois da assembléia, o magistério saiu em passeata até a frente do Palácio Piratini



Personagem: os professores satirizaram a secretária de Educação com a cobra "Iararaca"



Protesto: estudantes de diversas escolas deram apoio à mobilização do magistério estadual

Uma hora antes da assembléia já havia uma longa fila de professores movendo-se em direção ao interior do Gigantinho. Às 14h, mais de 15 mil manifestantes tocavam suas sinetas pelas arquibancadas, transformando o ginásio num inferno estridente.

Iniciava-se uma assembléia que custou R$ 63 mil aos cofres do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul e Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Cpers-Sindicato) – a segunda maior associação do país em número de filiados. Começava com um entusiasmo só encontrado no passado. "Que bonito", comentavam os professores ao chegar e encontrar o ginásio lotado. "Só vi uma assembléia assim no tempo do Amaral de Souza", garantia o professor aposentado Ovidio Stoffel, 57 anos, com a experiência de 24 assembléias no Gigantinho ao longo de 35 anos de magistério.

Rastejando pela pista, ao som de gargalhadas e sinetas, estava a vedete da assembléia: uma cobra gigante de pano, batizada de "Iararaca", numa mistura do nome da secretária de Educação, Iara Wortmann, com a palavra jararaca. "Vamos acabar com esta víbora peçonhenta com um antídoto ao seu veneno", afirmou um dos condutores da Iararaca, o professor Paulo Morschel, de Passo Fundo. "Nosso antídoto é este Gigantinho lotado."

Depois da assembléia, os professores foram em passeata até a Praça da Matriz, no centro de Porto Alegre. A caminhada causou engarrafamentos no final da tarde de ontem nas avenidas Borges de Medeiros, Ipiranga, João Pessoa e na área central da cidade. A Avenida Salgado Filho ficou uma hora e meia com o trânsito obstruído. Os professores chegaram à frente do Palácio Piratini às 18h. Com palavras de ordem como "Antônio Britto, vais ouvir o nosso grito" e o tradicional sinetaço, os manifestantes vaiaram o governo estadual e criticaram o empréstimo concedido à montadora GM. O Hino Nacional foi tocado.

À noite, depois de se reunir com os secretários de Antônio Britto, a presidente do Cpers-Sindicato, Lúcia Camini, subiu ao palanque montado na praça para relatar aos manifestantes a reação do governo. O deputado federal Adão Pretto (PT-RS) e membros da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) discursaram em favor do movimento. A Brigada Militar colocou 450 homens e 80 cavalos na operação de segurança da manifestação.

Nº documento 9708483
Título Justicia sobre investigación sobre asesinato periodista
Procedencia 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 22-5-97
VINCULACIONES 66723
1165
D. humanos
~~507432~~

FB6/11

U VARBT 05-22 00302
amt

PARAGUAY-PRENSA
JUSTICIA DESEMPOLVA INVESTIGACION SOBRE ASESINATO PERIODISTA

Asunción, 22 may (EFE).- La Corte Suprema de Justicia de Paraguay ordenó a un tribunal regional la apertura de un juicio sobre el asesinato del periodista Santiago Leguizamón, quien hace seis años fue acribillado a balazos en una zona fronteriza con Brasil, informaron hoy fuentes judiciales.

El crimen ocurrió el 26 de abril de 1996 en Pedro Juan Caballero, a 534 kilómetros al noreste de Asunción, y las investigaciones abiertas entonces no llevaron a ninguna parte, hasta que posteriormente el caso quedó prácticamente olvidado.

Los antecedentes del proceso están recogidos en documentos que forman parte de cinco voluminosos tomos, que en estos días fueron desempolvados por el juez Bernardo Villalba en cumplimiento de una orden de la Corte Suprema.

El magistrado regional envió varios oficios a la Policía Nacional y a la Dirección de Aeronaútica Civil para actualizar algunos datos, ademas de reiterar a la oficina de la Interpol en Asunción la petición de captura de varios procesados, según fuentes judiciales citadas por el vespertino "Ultima Hora".

La Justicia busca tanto a presuntos autores materiales como morales, pues se presume que el atentado contra Leguizamón, que hasta su muerte ejercía la dirección de una emisora de radio en Pedro Juan Caballero, fue ordenado por mafiosos ligados al narcotráfico y al contrabando fronterizos.

Las investigaciones fueron reanudadas un mes después de que el Sindicato de Periodistas del Paraguay (SPP) lanzara una campaña para el esclarecimiento de la muerte de Leguizamón bajo el lema de "¿Hasta cuándo la impunidad?".

"Siempre sostuvimos que si hay voluntad, nadie que haya ordenado o ejecutado un crimen puede quedar impune y vivir libremente como si no existieran leyes ni autoridades que velen por su observancia y aplicación", dijo la titular del SPP, Susana Oviedo. EFE

JRC/LGO/PP/ND

05/22/22-23/97

SERIE 9708484
T: Ordenan detención de gral. ex Jefe Policía Stroessner
REFERENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 7-5-97
VINCULACIONES: 66723
1165
D. HUMANOS
1163
1328

PARAGUAY-TORTURA
ORDENAN DETENCION DE UN GENERAL EX JEFE POLICIA STROESSNER

Asunción, 7 may (EFE).- La justicia paraguaya ordenó hoy la detención del general retirado Ramón Duarte Vera, ex embajador en Bolivia y acusado de cometer graves violaciones de los derechos humanos en la década de los años sesenta cuando ejercía la jefatura de la Policía de este país.

La resolución fue dictada por el juez Carlos Ortiz Barrios en el marco de un proceso que investiga las denuncias interpuestas por el ex capitán Modesto Napoléon Ortigoza, considerado hasta 1988, año de su liberación, como el preso político más antiguo de América.

Ortigoza acusó a Duarte Vera de los delitos de lesión corporal, abuso de autoridad, privación ilegítima de libertad y falsificación de instrumento público.

La defensa del general se opuso a la apertura del juicio, alegando que los hechos denunciados ocurrieron hace muchos años y los posibles delitos que pudieron existir ya prescribieron.

Sin embargo, el tribunal los ha considerado como delitos contra los derechos humanos y, por lo tanto, imprescriptibles.

Duarte Vera era jefe de Policía en 1962, en pleno apogeo del régimen del general Alfredo Stroessner (1954-89), cuando Ortigoza fue detenido por su presunta participación en el asesinato del cadete militar Anastasio Benítez, para luego ser condenado a 25 años de prisión.

Durante su encarcelamiento, que se prolongó hasta marzo de 1988, el ex capitán sufrio todo tipo de castigos y permaneció "en una celda tan estrecha que para poder caminar debia levantar la cama y ponerla contra la pared", según su propio testimonio.

Finalmente, el 6 de enero pasado, la Corte Suprema de Justicia declaró inconstitucional el juicio al que fue sometido Ortigoza y anuló toda la actuación practicada en su momento, tanto por los tribunales civiles como militares.

Respaldado por dicho fallo, Ortigoza acudió nuevamente a la justicia para saldar cuentas con los que considera fueron sus verdugos, entre ellos el propio Stroessner y su ultimo ex ministro del Interior, Sabino Augusto Montanaro, quienes también serán investigados en el mismo proceso.

Stroessner está exiliado en Brasil desde su derrocamiento por un golpe de Estado en 1989, mientras que Montanaro permanece en Honduras desde ese mismo año en las mismas condiciones. EFE

Wasmosy plantea hoy queja por comercio en reunión con Cardoso

Los presidentes de Brasil y Paraguay se reúnen hoy en la ciudad brasileña de Uberaba para analizar las relaciones comerciales dentro del Mercosur en las que serán tema central las disposiciones proteccionistas aplicadas por el gobierno de Fernando Henrique Cardoso y que constituyen un serio obstáculo para los restantes socios del bloque regional.

Cardoso tuvo la semana pasada una reunión similar con su colega argentino, Carlos Menem, y el domingo próximo estará en Montevideo para hacer lo mismo con el presidente Julio María Sanguinetti.

EO 2/5

Nº DOCUMENTO 9708486
TITULO Brasil podría levantar restricciones a importaciones paraguayas.
PROCEDENCIA [illegible]
FECHA DE PROCEDENCIA 10-5-97
VINCULACIONES 66723
11161
11409
S507482
MERCOSUR

Soja y algodón paraguayo casi a salvo

GAZ. MERC. 10-5

Mario Orcinoli
Asunción

Brasil podría levantar el próximo miércoles las reestricciones que pesan sobre las importaciones paraguayas de soja y algodón - que suman U$S 500 millones y representan el 50% de las exportaciones totales de Paraguay -, según lo adelantó el presidente Juan Carlos Wasmosy, tras un fugaz encuentro con Fernando Henrique Cardoso el pasado viernes en la muestra de ganadería é industria de Uberaba, Minas Gerais.

Tras la reunión, Wasmosy agregó que el presidente brasileño calificó a la pretensión paraguaya como "muy razonable", y que "Cardoso se reunirá con sus asesores para tratar nuestro pedido, y el próximo miércoles nos volveremos a reunir en Uberaba para conocer la respuesta", que se cree será favorable.

En la delegación que acompañó a Wasmosy a Uberaba, se comentó que si Brasil accede a levantar las reestricciones a la financiación de los productos paraguayos, deberá extender la medida a los restantes socios del Mercosur, ya que los acuerdos bilaterales son extensibles a todos los miembros.

Las reestricciones comenzaron a sentirse en el mercado paraguayo ya que el socio más grande del Mercosur absorbe el 60% de los U$S 1.000 millones de las exportaciones totales. Los sectores más afectados fueron los productores de soja y algodón, además de la carne y sus derivados.

Y fueron los que más presionaron al gobierno en busca de una solución.

El presidente de la Asociación Rural, José Ignacio Bobadilla, dijo que el precio del ganado comenzó a bajar ante la caída de las exportaciones de carne a Brasil, que promediaron los U$S 50 millones durante los últimos seis años. "Estamos muy preocupados y si no tenemos respuesta en los próximos días, comenzaremos una fuerte campaña de presión. Hay muchas inversiones y fuentes de empleo, en los sectores ganadero y frigorífico, en riesgo", había adelantado Bobadilla la semana pasada.

El gerente general de la Cámara Algodonera, Lino Morel, aseguró que a la mala situación económica de los productores algodoneros por el fracaso de la actual campaña - que con 150 mil toneladas producirá la mitad que el año pasado y la cuarta parte del récord de la zafra de 1990/1992 – se suma el problema con Brasil. "Estos dos factores juntos hacen que grandes sectores rurales que viven del cultivo del algodón principalmente, estén pasando por la peor crisis de los últimos 20 años. Entre junio y agosto se vivirá la peor onda de pobreza, si no se soluciona la exportación de algodón a Brasil". ■

DOC. OSCURO

01-01

9708486

DOCUMENTO 9708487
TITULO 5.700 jovenes rechazan servicio militar obligatorio
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 6-5-97
VINCULACIONES 66723
11163
13065

[illegible]

[illegible]

PARAGUAY-MILITARES
CERCA DE 5.700 JOVENES RECHAZAN EL SERVICIO MILITAR OBLIGATORIO

Asuncion, 6 may (EFE).- Cerca de 5.700 jovenes paraguayos se declararon objetores de conciencia al Servicio Militar Obligatorio (SMO) desde que este derecho fue incluido en la Constitucion de 1992 y entro en vigor un año despues, se informo hoy, martes.

Segun la oficina local de la organizacion no gubernamental Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ), desde 1993 hasta mediados de abril pasado un total de 5.691 paraguayos se acogieron a la objecion de conciencia, reconocida por razones eticas o religiosas.

La SERPAJ preve que para fines de 1997 habra en Paraguay al menos 10.000 jovenes contrarios al SMO "debido al sostenido aumento del numero de objetores, a pesar de la escasa difusion y conocimiento de este derecho".

En 1993 solo fueron censados cinco objetores, pero esta cifra fue aumentando hasta situarse en 1.875 en los primeros cuatro meses de este año.

El informe de la SERPAJ fue difundido en momentos en que el Congreso estudia una nueva ley del servicio militar obligatorio, que, entre otras cosas, contempla el ingreso voluntario en el Ejercito y la celebracion de un sorteo para completar el cupo. EFE

jn lgo mma/arp

[illegible]

01-01

9708487

Nº DOCUMENTO 9708488
TITULO Encuesta a FF.AA.: castigo a Oviedo desalentaría otros intentos "golpistas".
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 19-5-97
VINCULACIONES 66723
11163
13025
Encuestas de opinión
11328

*07863

R FOXDT 05-17 00302
mun exo icx

PARAGUAY-OVIEDO
CASTIGO JUDICIAL DESALENTARIA OTROS INTENTOS GOLPISTAS

Asunción, 17 may (EFE). Un castigo judicial al ex jefe del Ejército paraguayo, Lino Oviedo, acusado de rebelión, desalentaría cualquier intento militar de desestabilizar la democracia y ayudaría a la institucionalidad de las Fuerzas Armadas, según una consulta hecha por un diario local a oficiales y generales.

Entre los oficiales de las Fuerzas Armadas existe el criterio mayoritario de que el general Oviedo, actualmente retirado, merece ser castigado por la justicia ordinaria por su actuación en la crisis cívico-militar de abril del año pasado, sostiene el rotativo.

Agrega que en la Armada y la Fuerza Aérea hay consenso sobre dicha opinión, mientras que en el Ejército existe una minoría que defiende la postura de su ex comandante.

Buena parte de los consultados considera que en el conflicto también tuvo responsabilidad el presidente de la República, Juan Carlos Wasmosy, por sus dudas para arrestar a Oviedo desde un primer momento, y el Congreso, porque permitió al militar creer que podría lograr el poder hegemónico.

Oviedo está acusado de rebelión por los sucesos ocurridos entre el 22 y el 25 de abril de 1996, cuando se negó a su sustitución al frente del Ejército y se acuarteló con sus tropas en el Regimiento asunceño de la Caballería, desde donde exigió la renuncia de Wasmosy.

En la actualidad, el ex hombre fuerte de la milicia paraguaya, aspira a la precandidatura presidencial para las elecciones generales del año próximo como líder de la Unión Nacional de Colorados Eticos (UNACE), movimiento interno de la Asociación Nacional Republicana (ANR, Partido Colorado), en el poder desde 1947.

El éxito del proyecto político de Oviedo perjudicaría a las Fuerzas Armadas, ya que en opinión de la mayoría de los consultados por "ABC Color" generaría un retroceso en el lento avance hacia su institucionalización. EFE
LGG/sa/H

05/17/16:01/77

YU4018

R ECOBT 05 12 00117
mun exg

PARAGUAY-INVERSIONES
FUERTE CAIDA DE CAPITAL EXTRANJEERO EN ABRIL

Asunción. 12 may (EFE).- Las inversiones extranjeras han registrado una fuerte caída en Paraguay, donde en abril pasado sólo fueron aprobados proyectos por 3.000 millones de guaraníes (1,3 millones de dólares), se informó hoy lunes.

La cifra contrasta con los 12.000 millones de guaraníes (5,5 millones de dólares) de marzo, según el gubernamental Consejo de Inversiones, que indica que las inversiones se centraron en su mayoría en el sector de alimentos, bebidas y maquinarias.

Entre los países con mayor presencia de capitales, los datos del organismo mencionan a Brasil, Chile, Uruguay, Taiwán, Argentina, Estados Unidos y España, en este orden. EFE
LB/LGO/chs/dv

05/12/18-11/97

Nº DOCUMENTO 9708489
TITULO Coen inversiones extranjeras
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 12-5-97
VINCULACIONES 66723
1161
Inversiones Ext.

01-01

9708489

Nº DOCUMENTO 9708490
TITULO Paraguay - Colombia. Cancillerías preparan reunión de Ptes —
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 25-5-97
VINCULACIONES 66723
11164
11399
Colombia

A1513

R FOABT 05 25 0042
and sur

PARAGUAY-COLOMBIA
CANCILLERIAS PROGRAMAN CITA PRESIDENCIAL WASMOSY-SAMPER

Asuncion, 25 may (EFE). Las cancillerías de Paraguay y Colombia ultiman los detalles de la reunion entre sus respectivos presidentes, Juan Carlos Wasmosy y Ernesto Samper, prevista en Bogotá en julio próximo, segun fuentes diplomáticas que cita hoy, domingo, la prensa asunceña.

Los planes para la reunión presidencial comenzaron a evaluarse durante la visita que hizo a Asunción el pasado fin de semana la canciller colombiana, María Emma Mejía, y posteriormente han sido analizados por las autoridades diplomáticas locales y el embajador de Bogotá en la capital paraguaya, Carlos Fernando Giraldo.

El informe indica que lo más probable es que Wasmosy viaje a Bogota a finales de julio con el fin de, entre otras cosas, acordar con Samper un convenio de cooperacion contra el lavado de divisas procedentess, principalmente, del narcotráfico.

El jefe de Estado paraguayo estará acompañado por un grupo de empresarios con el fin de impulsar el acercamiento comercial y la integración de capitales entre los sectores privados de ambas naciones.

Después de la reunión de Bogotá, Wasmosy y Samper volverán a encontrarse en Asunción, el 23 y 24 de agosto próximo, durante la Cumbre Presidencial del Grupo de Río, Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política, cuya Presidencia Pro-Tempore está a cargo de Paraguay. EFE

JBC/LTM/mir

05/25/19 57/97

01-01

9708490

N° DOCUMENTO 9708491
TITULO Policía involucrado en tráfico de vehículos
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 27-5-97
VINCULACIONES 66723
11163
11338
Corrupción

PARAGUAY

Cae la policía

P12 27/5

La jefatura en pleno de la policía paraguaya renunció el lunes, acusada por la prensa de proteger redes de tráfico de vehículos robados. "He ordenado el arresto de los oficiales involucrados y la apertura de sumarios para determinar las responsabilidades del caso", dijo el presidente paraguayo, Juan Wasmosy. Horas antes, el comandante de la policía, Mario Sapriza; los directores de las seis zonas en que se divide el país y diecisiete jefes de departamento de la fuerza de seguridad interior pusieron sus respectivos cargos a disposición del gobierno. La masiva renuncia de la cúpula policial ocurrió a raíz de una investigación periodística que concluyó, con pruebas fotográficas y documentales, que la policía paraguaya se dedica a la protección del tráfico de automóviles robados en Brasil. Periodistas del matutino paraguayo *Noticias* adquirieron la semana pasada un vehículo robado en Brasil de traficantes de Ciudad del Este, a 350 kilómetros de Asunción, en la frontera con aquel país, y sobornaron a todos los responsables de controles policiales en su camino a la capital. "Con nuestra investigación hemos demostrado que la policía protege estructuralmente a redes de delincuentes, y el tráfico de automóviles es apenas un negocio menor", dijo el periodista que encabezó la investigación, Juan Salinas. En sus páginas, el matutino publicó fotografías tomadas con microcámaras, en las que se ve a oficiales de carrera de la policía local recibiendo dinero de los fingidos traficantes, y a distribuidores de vehículos robados ofreciendo en pleno centro de Ciudad del Este los automóviles sustraídos. "Todo el mundo, incluyendo a la policía, sabe dónde se consigue un automóvil robado, quién lo vende y a qué precio... lo cual significa que no se reprime porque en realidad se protege el negocio", concluyó Salinas. Ciudad del Este, considerada la capital continental del contrabando, es una suerte de territorio liberado donde operan sin molestias organizaciones delictivas de origen chino, árabe, local y brasileño, en las barbas de la segunda mayor jefatura policial del país.

01-07

9708491.

[illegible]
[illegible] 05 27 [illegible]
mun exg ics

PARAGUAY CORRUPCION
POLICIA NACIONAL ADMITE QUE ESTA SUMIDA EN LA VERGUENZA

Por Jorge Benitez

Asunción, 27 may (EFE). La Policia Nacional de Paraguay, sacudida en estos dias por una grave denuncia periodistica sobre la participacion de sus agentes en el tráfico de coches robados, admitió hoy, martes, que está sumida en la verguenza.

El escandalo generado por una investigación del diario "Noticias", que el domingo pasado comenzó a revelar los sobornos que corren en medio de la presunta complicidad entre traficantes y agentes, se cobró hoy su primera victima: el comandante de la Policia, Mario Agustin Sapriza, quien fue destituido.

Sapriza y otros 25 jefes policiales, asi como un numero indeterminado de agentes responsables de los controles en las carreteras que conectan con zonas fronterizas con Brasil, serán sometidos a un sumario por orden del Gobierno.

Los agentes afectados directamente por la denuncia, que fueron identificados durante la investigacion periodistica, están detenidos, segun el nuevo comandante de la Policia, José Ruben Arias, quien anuncio que el sumario durará unos diez días y, posteriormente, se decretaran más cambios.

El caso ha tenido un impacto contundente tanto en la Policía Nacional como en el Gobierno, como demuestra el hecho de que el propio jefe del Estado, Juan Carlos Wasmosy, tomo cartas en el asunto y ordenó la inmediata destitucion de Sapriza.

Sin embargo, el director de Orden y Seguridad, comisario José Adolfo Suárez, fue quien mejor ha pintado la situación, al reconocer que la verguenza se ha apoderado de ellos.

"Nos sentimos avergonzados (los miembros de la Policia) ante estos hechos, a los que no podemos darle una explicación, y tomamos las criticas con el debido respeto que se merecen", dijo Suarez.

"En consecuencia, seremos sometidos a la justicia policial para que nos investigue y se pueda determinar hasta donde llegan estos sucesos tan desagradables", añadio.

Suárez se refería a lo publicado en los últimos tres dias, en los que se ha hablado de la excesiva facilidad con que policias encargados de controlar ciertos cruces de carreteras internacionales se rinden ante los sobornos de los traficantes de automóviles robados.

En las paginas de "Noticias" aparecieron los rostros y nombres de varios agentes que aceptan sobornos, y seguirán apareciendo más en los proximos dias, adelantó a EFE el periodista Estelvino Valdez, uno de los corresponsales del diario en Ciudad del Este, poblacion fronteriza con Brasil.

Valdez y otros cuatro periodistas de "Noticias", con la colaboracion de técnicos de television, "traficaron" con un automovil ilegal, por el que pagaron el [illegible] por ciento de su valor real en un puesto de venta callejero de Ciudad del Este, y descubrieron la activa complicidad policial en esa actividad ilícita.

El vehículo, con los reporteros a bordo, recorrió un total de [illegible] kilómetros desde la frontera con Brasil hasta Asunción y sorteó, mediante sobornos, al menos cinco puestos de control, lo

que grabo casi integramente una camara de video.

Los sobornos variaron entre 5[illegible] y [illegible] dolares en los controles policiales, aunque el diario aclaro que salvo en los puestos cercanos a Ciudad del Este, el paso de los coches de origen dudoso, eran previamente arreglados por los mismos vendedores.

En este ultimo caso, siempre segun "Noticias", los policias reciben a cambio de no inmiscuirse una cuota mensual que oscila entre los 2.000 y los [illegible].000 dolares.

Lo publicado afecto, ademas de a los jefes y efectivos policiales investigados, a los "mauseros" (vendedores de vehiculos ilegales), que por temor a las investigaciones prácticamente desaparecieron de las calles de Ciudad del Este. EFE

JBG/cho

05/27/19[illegible] 20[illegible]

sn0014

R VARBI 05 26 00452
sur and 1cx

PARAGUAY CORRUPCION
POLICIA ABRE SUMARIO PARA INVESTIGAR CASO AUTOMOVILES ROBADOS

Asuncion, 26 may (EFE). La Policía paraguaya ha abierto hoy, lunes, un sumario a 23 jefes y directores generales para investigar su supuesta vinculación con el tráfico de automóviles robados en Brasil, informaron fuentes oficiales.

Los afectados pusieron sus cargos a disposición del jefe de la Policía Nacional, Mario Agustín Sapriza, para que investigue "hasta donde llegan estos hechos tan desagradables", afirmó el director de Orden y Seguridad, José Suárez, uno de los que renunció.

Suárez dijo que, incluso, Sapriza también había puesto su cargo a disposición del presidente de la República, Juan Carlos Wasmosy, pero el máximo jefe policial negó esta versión, aunque no descartó que pudiera hacerlo "en su momento".

Fuentes policiales, que cita la prensa, dijeron que han dimitido seis jefes de zona y 17 directores generales en todo el país, pero que de momento no hay información oficial sobre si su renuncia ha sido aceptada o no.

Sapriza, quien compareció hoy en el Palacio de Gobierno por cuestiones relacionadas con la lucha contra el lavado de dólares, afirmó que volverá a reunirse con Wasmosy por la tarde para analizar el escándalo de corrupción que afecta a la institución.

Una investigación del matutino asunceño "Noticias" dejó al descubierto el pasado fin de semana la participación de agentes y oficiales en el tráfico de vehículos robados en Brasil.

La denuncia, grabada y filmada con una cámara oculta, revela las "coimas" (sobornos) que se exigen en los distintos puestos policiales de carretera para permitir el paso de un automóvil robado y que ha entrado a través de Ciudad del Este, a 320 kilómetros de Asunción, en la frontera con Brasil.

Los periodistas, que compraron el vehículo en dicha ciudad al 40 por ciento de su valor real, pagaron entre 50 y 250 dólares a los policías de los distintos puestos de control que salían a su paso para controlar la documentación.

Sapriza señaló que los oficiales directamente involucrados en la investigación periodística fueron arrestados y trasladados de inmediato a Asunción para ser incluidos en el sumario.

La versión de "Noticias", de la Red Privada de Comunicaciones (RPC), que incluye también al Canal 13 de televisión y radio Cardinal, indica que al otro lado de la frontera se sustraen diariamente cientos de vehículos, muchos de los cuales son comercializados en Paraguay.

Agrega que las organizaciones que se dedican a este tráfico actúan en connivencia con los funcionarios policiales para el traslado de los vehículos de un lugar a otro, principalmente a Asunción.

Según el diario, los policías reciben a cambio un pago mensual que en algunos casos oscila entre 1.000 y 3.000 dólares, cifras que no incluye las contribuciones ocasionales, como las efectuadas por los reporteros de "Noticias". EFE

CB/LGB/CJH.M

04

9708491

ARB072

U FOXBT 05 27 0041
mun exo icx

PARAGUAY CORRUPCION (ampliacion)
COMANDANTE POLICIA NACIONAL DESTITUIDO POR CASO CORRUPCION

Asuncion, 27 may (EFE).- El comandante de la Policia Nacional de Paraguay, comisario Mario Agustin Sapriza, cesó hoy, martes, a causa de un caso de corrupcion y soborno, ligado al trafico de coches robados, denunciados hace unos dias por la prensa, segun fuentes oficiales.

Sapriza fue destituido de su cargo por el jefe de Estado, Juan Carlos Wasmosy, que designó para remplazarlo al comisario Jose Rubén Arias Mendoza.

La destitucion de Sapriza se anunció después de que el lunes la Policia Nacional abriera un sumario interno a 23 jefes y directores generales para investigar su supuesta vinculación con el trafico de automóviles robados.

Los afectados pusieron sus cargos a disposición de Sapriza con la intención de que se investigara "hasta dónde llegan estos hechos tan desagradables", explicó el director de Orden y Seguridad, José Suárez, uno de los que dimitieron.

El matutino asunceño "Noticias" informó el pasado fin de semana de la participación de agentes y oficiales en el tráfico de automóviles robados en Brasil.

Una grabación hecha con una camara oculta revela que varios puestos policiales exigian sobornos en la ruta II paraguaya para permitir el paso de un coche robado que habia entrado en el país a través de Ciudad del Este, ciudad a unos 320 kilometros de Asunción, en la frontera con Brasil.

Los periodistas, que compraron el vehiculo en esa ciudad al 30 por ciento de su valor real, pagaron entre 50 y 250 dólares a los agentes de los distintos puestos de control que salian a su paso para verificar la documentacion.

Las organizaciones dedicadas al trafico de automoviles, segun "Noticias", actuan en connivencia con los funcionarios policiales para el traslado de los vehiculos, principalmente a Asunción.

Los policias, añade el periódico, reciben a cambio un pago mensual que en algunos casos oscila entre los 2.000 y 3.000 dólares, cifras que no incluye las contribuciones ocasionales, como las efectuadas por los reporteros de "Noticias".

El nuevo jefe de la Policia Nacional confirmo en las últimas horas, poco despues de que Wasmosy le comunicara su nombramiento, que todos los oficiales denunciados por la prensa están arrestados y que promovera personalmente las investigaciones ordenadas al respecto por el Ejecutivo.

"Ahora, la prioridad institucional se centra en este caso, porque todos estamos preocupados por lo que ha pasado, tanto la Presidencia de la Republica, asi como las autoridades policiales y creo que tambien la ciudadania toda", manifestó Arias. EFE

JBL/cho/M

05/27/16 22/97

9708491

Wasmosy descabezó a la cúpula policial

Asunción - El presidente Juan Carlos Wasmosy descabezó a la cúpula policial al disponer la destitución del comandante de la policía nacional, comisario general Mario Sapriza, y de otros 26 jefes que comandaban la fuerza en todas las regiones del país, según anunciaron voceros del gobierno.

La drástica determinación del presidente se basó en la corrupción imperante en la policía, que en los últimos tiempos llegó a «niveles alarmantes».

El corolario fue la divulgación por un medio escrito de prensa de Asunción de una investigación grabada, filmada y fotografiada sobre la facilidad para traficar automóviles robados en Brasil y su transporte hasta la capital paraguaya, previo pago de coimas a lo largo del trayecto de 330 kilómetros desde la fronteriza Ciudad del Este.

Wasmosy sustituyó a Sapriza por el comisario general José Rubén Arias, de 49 años y 29 en la profesión, que se desempeñaba como jefe de la Primera Zona Policial Metropolitana que controla Asunción y el departamento central.

Anunció una investigación «a fondo» hasta llegar a los verdaderos responsables y, por lo pronto, ordenó la detención y el sumario de los agentes policiales que fueron registrados en el momento en que recibían dinero para permitir el paso de la «mercadería» con destino a la capital.

El periodista Juan Carlos Salinas del diario Noticias, apoyado por otros hombres de prensa, compró en Ciudad del Este un automóvil Volkswagen Gol, robado en Brasil, por la suma de 3.500 dólares, vehículo que en el país vecino cuesta entre 11 y 12.000 dólares.

Lo trajo a Asunción con matrícula de Foz de Iguazú (Brasil), sin ninguna documentación, y pudo traspasar todos los controles policiales de la ruta internacional de 330 km. después de pagar entre 50 y 200 dólares, de acuerdo con la exigencia de los uniformados, algunos de los cuales dijeron conocer inclusive al traficante de autos robados de Ciudad del Este.

Pero este caso fue apenas el inicio de una serie de denuncias por torturas en las comisarías, por la existencia de financieras subterráneas dentro de la institución policial y de la participación de comisarías enteras mezcladas con pandillas de ladrones de autos y hasta en asaltos multimillonarios contra bancos, financieras y empresas transportadoras de caudales que nunca fueron aclarados.

Algunos medios de prensa publicaron en las últimas semanas fotos de las mansiones y la ostentación de automóviles de lujo de los jefes policiales, no acordes con los bajos salarios que reciben.

06

Masiva dimisión policial

Renuncian los jefes de policía paraguaya acusados de corrupción luego de una investigación periodística apoyada con vastas pruebas

La jefatura en pleno de la policía paraguaya renunció ayer, acusada por la prensa de proteger redes de tráfico de vehículos robados, informó la presidencia.

ASUNCION, (Reuter) - "He ordenado el arresto de los oficiales involucrados y la apertura de sumarios para determinar las responsabilidades del caso", dijo a periodistas el presidente paraguayo, Juan Wasmosy.

Horas antes, el comandante de la policía, Mario Sapriza; los directores de las seis zonas en que se divide el país y 17 jefes de departamentos de la fuerza de seguridad interior pusieron sus respectivos cargos a disposición del gobierno.

La masiva renuncia de la cúpula policial ocurrió a raíz de una investigación periodística que concluyó, con pruebas fotográficas y documentales, que la policía paraguaya se dedica a la protección del tráfico de automóviles robados en Brasil.

Periodistas del matutino paraguayo "Noticias" adquirieron la semana pasada un vehículo robado en Brasil de traficantes de Ciudad del Este, a 350 kilómetros de Asunción, en la frontera con aquel país, y sobornaron a todos los responsables de controles policiales en su camino a la capital.

"Con nuestra investigación hemos demostrado que la policía protege estructuralmente a redes de delincuentes, y el tráfico de automóviles es apenas un negocio menor", dijo a Reuters el periodista que encabezó la investigación, Juan Salinas.

En sus páginas, el matutino local publicó fotografías tomadas con microcámaras, en las que se ve a oficiales de carrera de la policía local recibiendo dinero de los fingidos traficantes, y a distribuidores de vehículos robados ofertando en pleno centro de Ciudad del Este los automóviles sustraidos.

"Todo mundo, incluyendo a la policía, sabe dónde se consigue un automóvil robado, quién lo vende y a qué precio... lo cual significa que no se reprime porque en realidad se protege el negocio", concluyó Salinas.

Ciudad del Este, considerada la capital continental del contrabando, es una suerte de territorio liberado donde operan sin molestias organizaciones delictivas de origen chino, árabe, local y brasileño, en las barbas de la segunda mayor jefatura policial del país.

La dotación policial paraguaya cuenta con unos 12.000 efectivos en total, para una población de cinco millones de habitantes, y un índice de delincuencia "institucionalizada" siempre dispuesto a desafiar la capacidad de asombro de la población.

En contrapartida, el grueso de los suboficiales y funcionarios de menor graduación de la policía gana en promedio no más de 550 dólares mensuales, según el presupuesto oficial.

Como consecuencia de ambas cosas, extraoficialmente se calcula que entran unos mensualmente a Paraguay, unos 500 automóviles robados en Brasil, que representarían alrededor del 35 por ciento del parque automotor paraguayo actual.

07-07

9708491

Nº DOCUMENTO 9708492
TITULO Canciller Costa Rica Visita Paraguay
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 27.05.97
VINCULACIONES 66723
11164
11399
Costa Rica

XG6380
R ELOBI 05-27 00347
sur irx asu

PARAGUAY COSTA RICA
PROPICIAN ACERCAMIENTO CENTROAMERICA-MERCOSUR

Asuncion, 27 may (EFE). Costa Rica y Paraguay están decididos a promover un acercamiento político y económico de los países de Centroamérica con el Mercado Común del Sur (MERCOSUR), declaró hoy en Asunción el canciller costarricense, Fernando Naranjo.

"Vamos a propiciar un encuentro entre los cancilleres del MERCOSUR y los de Centroamérica para empezar un diálogo político que conducirá a un acercamiento económico", afirmó Naranjo, quien explicó que dicha reunión está prevista para el segundo semestre de este año.

En conferencia de prensa, el canciller comentó que durante su visita oficial de tres días a Paraguay conversó "bastante" con su colega de este país, Rubén Melgarejo, sobre la forma en que se podría impulsar en el futuro un eventual acuerdo comercial entre las dos regiones.

Naranjo ejerce actualmente la presidencia de las cumbres presidenciales de Centroamérica, mientras que Melgarejo la secretaría ejecutiva del MERCOSUR, formado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, que además tiene un acuerdo de asociación con Chile y Bolivia.

Respecto a las relaciones bilaterales, el ministro destacó que los dos acuerdos firmados hoy con su colega paraguayo servirán para intensificar los lazos de amistad y cooperación.

Naranjo y Melgarejo suscribieron una declaración conjunta, un convenio sobre asistencia mútua en el ámbito judicial y un acuerdo de cooperación para la lucha contra el tráfico de estupefacientes.

Los acuerdos "permitirán que los procedimientos penales sean los más expeditos posibles y esperamos que en las próximas semanas se pueda firmar un tratado de extradición", subrayó Naranjo, cuya visita oficial finalizó hoy.

Durante su estancia en Paraguay, el canciller costarricense se reunión con el presidente de la República, Juan Carlos Wasmosy, y con las autoridades del Congreso, del Poder Judicial y empresarios locales de la Cámara Paraguaya de Exportadores de Oleaginosas y Cereales (CAPECO).

También visitó el este del país para observar las cataratas del río Yguazú y la hidroeléctrica de Itaipú, la más potente del mundo, construida por Brasil y Paraguay sobre el río Paraná. EFE

FU/LGO/CHS/FI

05/27/97 21/27

*H1578

R POXBT 05 26 00246
amt

PARAGUAY COSTA RICA
CANCILLER COSTA RICA PROPONE IMPULSAR TURISMO ECOLOGICO

Asunción, 26 may (EFE).- El canciller de Costa Rica, Fernando Naranjo, propuso hoy en Asunción al presidente paraguayo, Juan Carlos Wasmosy, impulsar las relaciones de su país con Paraguay en temas medioambientales para fomentar el turismo ecológico en ambos países.

Naranjo dijo que el turismo ecológico ha aumentado considerablemente en su país hasta convertirse en una de las principales fuentes de ingreso, ya que genera un volumen anual de 30 millones de dólares.

"El 70 por ciento de los turistas que llegan a Costa Rica van a ver las bellezas naturales (...). Yo creo que en este sentido podemos ayudar mucho a Paraguay", afirmó el ministro costarricense tras reunirse con el presidente paraguayo, Juan Carlos Wasmosy.

Naranjo, que llegó el pasado sábado a Asunción en una visita oficial que finalizará mañana, martes, planteó dicha idea a Wasmosy en una entrevista celebrada en el Palacio de Gobierno, en la que participó tambien su colega paraguayo, Rubén Melgarejo Lanzoni.

En declaraciones a la prensa local, el canciller sostuvo también que la desaparición de las Fuerzas Armadas ha posibilitado que su país destine su presupuesto general hacia otras áreas, como la salud, la educación y la vivienda.

"El hecho de no tener Fuerzas Armadas nos ha permitido invertir un poco más en el ser humano, lo que hizo que el nivel de vida en Costa Rica sea mas alto que el de otros países vecinos", subrayó Naranjo.

Tras visitar a Wasmosy, el canciller se reunió con el presidente del Congreso, Miguel Abdón Saguier, y almorzó con empresarios locales en la sede de la Cámara Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO).

La visita de Naranjo finalizará con la firma de algunos acuerdos bilaterales relacionados con la justicia y la lucha contra el narcotráfico y el lavado de dólares, y una rueda de prensa en el Ministerio de Relaciones Exteriores.

El canciller costarricense viajó el domingo al este del país para visitar las cataratas del Yguazú, situadas entre Argentina y Brasil, y la represa de Itaipú, la más potente del mundo, que explotan paraguayos y brasileños en la frontera común. EFE

lb/lel/arp

05/26/20-41/97

02

a01402

R POXBT 05 24 00259

aca sur icx

PARAGUAY COSTA RICA

CANCILLER COSTARRICENSE LLEGO A ASUNCION EN VISITA OFICIAL

Asuncion, 24 may (EFE).- El canciller de Costa Rica, Fernando Naranjo Villalobos, ha llegado hoy a Asunción para una visita oficial de tres días, cuyo objetivo principal es impulsar las relaciones de su país con Paraguay.

Naranjo fue recibido en el aeropuerto internacional "Silvio Pettirossi" por su colega paraguayo, Rubén Melgarejo Lanzoni, con quien se reunirá nuevamente el lunes antes de acudir al Palacio de Gobierno para entrevistarse con el presidente, Juan Carlos Wasmosy.

Ese mismo día, el ministro costarricense será recibido en el Palacio Legislativo por el presidente del Congreso, Miguel Abdón Saguier, y posteriormente en el Palacio de Justicia por el titular del Poder Judicial, Enrique Sosa.

La visita de Naranjo finalizará el martes, después de firmar algunos acuerdos bilaterales y ofrecer una conferencia de prensa.

Según el programa mañana, domingo, el canciller Naranjo se trasladará en visita turística a las cataratas del Iguazú, situadas en los límites fronterizos entre Argentina y Brasil, muy cerca de los límites de ambos países con Paraguay.

Por otro lado, Naranjo probablemente compartirá el lunes un almuerzo con empresarios de la Cámara Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO), acompañado por la embajadora de Costa Rica en esta capital, Yamileth Bermúdez Chavez.

Hace un poco más de una semana estuvo también en Asunción el ministro costarricense de Comercio Exterior, José Manuel Salazar, quien había adelantado el deseo de su Gobierno de establecer un mayor intercambio comercial con Paraguay. EFE

JBC/cgr

05/24/21-55/97

03-03

9708492

DF3754

R ECOBI 05-01 00104

sur

PARAGUAY-INFLACION

IPC DE ABRIL FUE LA MAS BAJA EN LO QUE VA DE AÑO

Asunción, 1 may (EFE).- La economía paraguaya registró en abril pasado una inflación del 0,2 por ciento, la más baja en lo que va de año, anunció hoy el Banco Central.

Según los datos oficiales, con esa cifra la variación de precios de los primeros cuatro meses se situó en 5,5 por ciento, mientras que la tasa interanual descendió del 8,6 por ciento de marzo al 8,1 por ciento de abril.

Fuentes del banco emisor dijeron que en caso de que no surjan fuertes modificaciones en el sector monetario o fiscal, la inflación cerrará a fin de año por debajo del 10 por ciento. EFE

LB/mc/SM

05/01/18-15/97

DOCUMENTO 9708494
TITULO Paro de maestros por mejoras salariales
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 3-5-97
VINCULACIONES 66723
11165
11413
Educación

U VAREI 05-03 00222
sur and

PARAGUAY-EDUCACION
COMIENZA PARO MAESTROS POR MEJORA SALARIAL

Asunción, 2 may (EFE).- El paro de 48 horas convocado por la Coordinadora Nacional de Educadores de Paraguay en demanda de mejores salarios y condiciones laborales comenzó hoy con poca fuerza, aunque ha causado mucha confusión entre los estudiantes.

Mientras los convocantes hablan de un seguimiento de hasta el 80 por ciento por parte de sus asociados, el Ministerio de Educación y Culto informó de que el 89 por ciento de los centros educativos del país han impartido clases.

Sin embargo, el Ministerio admitió que en algunas escuelas y otros centros de instrucción la presencia de alumnos disminuyó notablemente y registraron asistencias de sólo el 45, 60 ó 75 por ciento de los alumnos.

Por otro lado, la confusión jugó a favor de los huelguistas y, aunque los docentes que no se sumaron al paro de estuvieron en sus puestos de trabajo, los alumnos no aparecieron en numerosos casos.

La Coordinadora demanda aumento de sueldo para los maestros, la promulgación de una "Ley General de Educación", la provisión de leche para los escolares y el equipamiento de bibliotecas, entre otras cosas.

Estas peticiones fueron discutidas en una primera reunión celebrada hoy entre dirigentes sindicales y autoridades ministeriales, pero las partes no han llegado a un acuerdo, ya que el Gobierno no accede a conceder un aumento salarial. EFE

JBC/MMS/ND

05/03/00:25/97

9708494

Nº DOCUMENTO 9708495
TITULO Motivos del 1ero de mayo
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 1-5-97
VINCULACIONES 06723
11165
11414
11203

XM7342

1: ECORT 05-01 00306
BU ICX

1 DE MAYO-PARAGUAY
TRABAJADORES CELEBRAN DIA TRABAJO COMO ANTESALA PARO MAESTROS

Asunción, 1 may (EFE). El Día Internacional del Trabajo fue recordado hoy, jueves, en Paraguay con un oficio religioso organizado por las tres centrales obreras del país, en la vispera de la huelga de maestros convocada para el 2 y 3 de mayo.

La jornada festiva fue aprovechada por el presidente de la Central Nacional de Trabajadores (CNT), Eduardo Ojeda, para reiterar sus criticas al Gobierno y denunciar que no existen "propuestas ni estructuras" que puedan mejorar en poco tiempo las condiciones laborales de los obreros paraguayos.

El lider sindical también cuestionó a los partidos políticos, a los que acusó de anteponer intereses sectoriales en un año eminentemente electoral, en detrimento de los de la clase trabajadora.

En el acto religioso, que se celebró en la iglesia Medalla Milagrosa, cerca de Asuncion, también participaron dirigentes de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT) y de la Confederación Paraguaya de Trabajadores (CPT).

Este año, el recuerdo de la masacre de Chicago precede en Paraguay a un paro de 48 horas convocado por la Coordinadora Nacional de Educadores, que agrupa a dos sindicatos del sector, en demanda de mejoras salariales, entre otras reivindicaciones.

Los organizadores de la huelga, en su mayoría maestros de enseñanza pública, reclaman un plus y un escalafón salarial, que se agilicen las jubilaciones, y la distribución gratuita de leche a los alumnos y docentes de las escuelas pobres.

El ministro de Educación, Vicente Sarubbi, dijo que la mayor parte de las reivindicaciones han sido cumplidas y que su departamento trabaja para satisfacer el resto de las demandas.

Fuentes de ministerio anunciaron que 1997 se cumplirá con el pago del plus y la distribución de la ayuda alimenticia, mientras el asunto del escalafón está pendiente de la aprobación en el Parlamento de una normativa general. EFE

LB/LTM/M

Doc. Poco Legible.

05/01/16 20/97

QUIERE QUE LA ARGENTINA PAGUE TODA LA DEUDA

Paraguay pone condiciones para privatizar Yacyretá

Recordaron que Cavallo ofreció hacerse cargo de los 4.000 millones que deben
También les prometió 100 millones de dólares por facilitar la privatización

ANA ALE

Paraguay insiste con la promesa que le hizo Domingo Cavallo para privatizar Yacyretá:

- Que la Argentina se haga cargo de la deuda de 4.000 **millones de dólares** que ellos deben pagar por la represa.
- El giro inmediato de **100 millones de dólares** cualquiera fuera el monto recaudado por la operación.

Ese plan sobre Yacyretá se cayó con Cavallo. Lo mismo que el protocolo binacional que permitía a los dos gobiernos elegir cómo y por cuánto pasaría a manos privadas el complejo hidroeléctrico.

El protocolo no fue tratado por el Congreso argentino. Perdió validez el 30 de abril y la Argentina retomó la negociación con los socios para concesionar la principal obra pública financiada íntegramente con dinero propio.

Incompleta como está, Yacyretá ya costó 3.000 millones de dólares, aunque genera ingresos cercanos a los 300 millones de dólares anuales con las turbinas y la altura de embalse que luce ahora.

De esa deuda, la mitad corresponde al Paraguay, que aún no contribuyó con un solo guaraní para afrontar los gastos. Según los tratados que dieron inicio a la represa, el socio pagaría su parte con la electricidad que entregaría el complejo.

Alfredo Mirkin, el secretario de Energía, planteó en Asunción un nuevo esquema: entregar la operación de la usina a un gerente privado y licitar la finalización del complejo a una constructora. El gerente privado cobraría un honorario por la tarea. El constructor recuperaría su inversión en kilovatios con la diferencia entre la producción actual y la futura.

En el gobierno argentino existe más de una opinión sobre la suerte de Yacyretá. Está el enfoque de Mirkin, un técnico. Y el del asesor presidencial Roberto Dromi, que patrocinó a Impregilo, integrante del consorcio que hizo las obras civiles.

> La Argentina quiere poner, antes de fin de año, un gerente privado en la represa hidroeléctrica

Mirkin defiende la privatización por partes. Dromi promueve "por razones de interés público" la entrega del gerenciamiento y las tareas faltantes al consorcio de Impregilo. Ese grupo empresarial, que también integra la francesa Dumez, reclama al Estado argentino el pago de **800 millones de dólares** por cuentas pendientes que se acumularon en quince años.

Esta semana y con cierto guiño del Gobierno, Mirkin llevó su plan hasta Asunción. Pero los paraguayos recordaron las promesas de Cavallo, que intentó vender por adelantado 30 años de generación a cambio de unos 600 millones de dólares.

En ese negocio, la Argentina asumiría todos los pasivos, más los créditos faltantes para terminar la obra y entregaría cien millones de dólares como contribución especial al Paraguay.

La cuenta daba en contra. Además del pasivo de 8.000 millones de dólares, completar el actual nivel de generación y ampliarlo hasta llegar al diseño original, insumirían otros 900 millones de dólares.

Sin Cavallo, ni el visto bueno del Congreso, Mirkin rearmó un plan. Desde el Gobierno contestaron con el calendario electoral en la mano. El anuncio del gerenciamiento privado para antes de fin de año, una operación que haría directamente la entidad binacional sin necesidad de decreto ni llamado a consultoras extranjeras.

Pasadas las elecciones, los funcionarios debatirían la segunda etapa del plan que enfrenta las opiniones de Dromi y de los técnicos. En el medio, los especialistas del justicialismo habrían conseguido la promesa de exportar sólo la mitad de la generación eléctrica. Con la otra mitad volcada al mercado interno, la mayor oferta permitiría una baja de tarifas cercana al 5%.

Las etapas y el diseño acordados por el Gobierno duraron tantas horas como las de un vuelo hasta Asunción. Mirkin recorrerá el mismo camino en una semana con una respuesta al pedido de Paraguay.

LO QUE FALTA HACER Obra faltante en Yacyretá para llegar a cota 83

Concepto	Total en millones de $
[illegible]	
• Obra civil	[illegible]
• Turbinas	[illegible]
• Generadores	[illegible]
• Equipamiento electromecánico	[illegible]
• Ingeniería, supervisión y otros	47,2
• Mantenimiento campamentos	[illegible]
Subtotal	[illegible]
Obra protección arroyos	[illegible]
[illegible]	[illegible]
• Inver. no completadas en 1995	[illegible]
• Indemniz. y exprop.	[illegible]
• Medio Ambiente	[illegible]
• Relocalizaciones	[illegible]
• Obras de infraestructura	[illegible]
• Obras comunes	[illegible]
Subtotal	[illegible]
Total	**906,1**
Financiación externa (%)	[illegible]
Inversiones sin financiamiento	[illegible]

Fuente: Ministerio de Economía. CLARIN

[illegible]

[illegible]

01-02 9708497

PARAGUAY-BRASIL-ARGENTINA

HIDROELECTRICAS CREAN DISCORDIAS ENTRE GOBIERNO Y CONGRESO

Asuncion, 6 may (EFE). Altos funcionarios paraguayos, entre ellos un ministro, fueron acusados de "traicion a la patria" por una comision investigadora del Parlamento, que los responsabiliza de haber favorecido a Brasil y Argentina en negociaciones sobre las hidroelectricas binacionales de Itaipu y Yacyreta.

Las acusaciones fueron lanzadas ayer en la Camara de Diputados y ratificadas hoy, martes, en la prensa por Luis Mauro, miembro de la Comision Bicameral de Investigacion (CBI), quien adelantó que hay pruebas suficientes para exigir al Gobierno la destitución del ministro de Obras Publicas, Gustavo Pedrozo.

Pedrozo y el viceministro de Minas y Energia, Jorge Lamar, ademas de otros colaboradores, presuntamente son los principales responsables de la aceptacion por parte de Paraguay de una deuda vencida de Itaipu por 4.174 millones de dolares, que la CBI considera "ilegitima".

La central de Itaipu es la mas potente del mundo y fue construida por paraguayos y brasileños en el rio Parana, a 320 kilometros al este de Asuncion, con un costo cercano a los 20.000 millones de dolares.

La deuda vencida en cuestion fue reconocida por el Gobierno de Asuncion mediante un acuerdo firmado en marzo pasado en el ambito del Consejo de Administracion de la represa.

Segun los argumentos de la CBI, el debito fue causado por maniobras tarifarias impulsadas por Brasil en beneficio propio y contra lo previsto en el Tratado de Itaipu, que datan de 1980 y 1981, cuando el precio de la energia fue reducida de 15,50 dolares el kilovatio/mes, primero a 13,75 y luego a 10 dolares.

"Estamos ante una situacion muy grave, de traicion a la patria, de traicion a los altos intereses de Paraguay en beneficio de nuestros vecinos", subrayo el diputado Mauro, quien sostuvo que la posicion de la CBI es respaldada por el "Anexo C" del Tratado, que es el que rige el sistema tarifario de Itaipu.

El Gobierno, sin embargo, ha explicado que en este caso no se puede mencionar el "Anexo C", porque en los años mencionados por la CBI (1980-81), el mismo no estaba aun en vigor, debido a que la central no habia terminado la instalacion de sus 18 turbinas, requisito cumplido en 1991.

Mas alla de la cuestiona deuda de Itaipu, el Gobierno y el Parlamento tienen asimismo diferencias en relacion al manejo de la hidroelectrica paraguayo-argentina de Yacyreta, tambien emplazada en el rio Parana, [illegible] al sur [illegible] kilometros de Asuncion.

[illegible] que las autoridades del Ministerio de Obras Publicas estan dispuestos a admitir que Argentina [illegible] Brasil la [illegible] de electricidad generada en Yacyreta, ya que hasta hoy no [illegible] de [illegible] del [illegible] de construir una linea de transmision hacia el sur brasileño.

[illegible]

[illegible]

02-02.

9708497

Impiden que ex preso político hable en Colegio

LOS DERECHOS HUMANOS EN PARAGUAY

No dejan hablar a un célebre ex preso político

Lo impidió un admirador de Stroessner • Fue en una escuela • Allí estudia una nieta del ex dictador

Cl 17/5

HUGO RUIZ OLAZAR
Asunción. Especial para Clarín

Los sectores vinculados al ex dictador Alfredo Stroessner acaban de demostrar en Paraguay que cuentan con renovado poder al lograr impedir que un célebre ex preso político diera una charla en un exclusivo colegio de Asunción donde estudia una nieta del ex hombre fuerte del país.

El caso que involucró al ex preso Napoleón Ortigoza, quien permaneció arrestado e incomunicado 25 de los 34 años que se extendió la férrea dictadura militar, supera el dato anecdótico, dijeron observadores políticos en Asunción. La ofensiva de los stronistas se produce en momentos en que figuras vinculadas con el pasado gobierno castrense están ganando espacio político en el país con vistas a las elecciones presidenciales de 1998.

La prohibición la logró un ex allegado de Stroessner quien reconoció en declaraciones radiales que amenazó a las autoridades de la escuela con una demanda judicial.

El preso más antiguo

El capitán Ortigoza, considerado en su momento el preso político más antiguo de América, había sido llamado a dar su testimonio para los alumnos del cuarto curso del Colegio Americano donde se educan los herederos de las mayores fortunas del país.

El autor de la amenaza judicial, José Planás, alineado en un movimiento stronista del gobernante Partido Colorado, argumentó que la presencia de Ortigoza "podía dañar" a la adolescente.

La muchacha de nombre Viviana es hija del matrimonio conformado por Alfredito Stroessner, el hijo menor del ex dictador, que murió hace tres años por una sobredosis, y Martha Rodríguez, hija del general Andrés Rodríguez, quien encabezó el golpe militar que en 1989 expulsó a su consuegro del poder y lo envió al exilio.

Planás calificó a Ortigoza como "una persona desequilibrada" y que "no pueden mezclar la política con chicos de 15 años. Esa era la intención de los organizadores".

El director estadounidense del colegio, John Ketterer, aclaró a los periodistas que en realidad hubo una polémica previa entre los alumnos cuando la profesora de literatura sugirió invitar a Ortigoza para ofrecer su testimonio y fue ésa la razón para suspender la conferencia.

En declaraciones radiales Planás defendió con vehemencia su punto de vista, remarcó su admiración por Stroessner y se calificó de coherente, "no como muchos otros que se enriquecieron a su costa y que hoy niegan su relación pasada".

La polémica, que se extendió a las radios y los diarios, reactualizó el debate en Paraguay sobre los crímenes cometidos durante la dictadura, donde decenas de opositores políticos fueron asesinados o desaparecieron, lo que no ha impedido el resurgimiento del stronismo.

Planás participa en una línea interna del coloradismo que postula al ex presidente de la Corte Suprema de Justicia de Stroessner, Luis María Argaña, como candidato para las elecciones presidenciales.

El suyo no es el único caso. Todos los movimientos de la interna del Partido Colorado nominaron como candidatos a ex colaboradores de la pasada dictadura o los incorporaron como principales asesores de campaña.

Doc con partes poco legibles

NOTIDATA 16/5/95

RATIFICAN DENUNCIAS DE SUPUESTA CORRUPCIÓN

Testigos de Paraguay declaran en el juicio contra Fasano

Tres testigos procedentes de Paraguay declararon el lunes por espacio de 4 horas y 55 minutos ante el juez Rolando Vomero en la causa abierta por el presidente Juan Carlos Wasmosy contra el director y el redactor responsable del diario *La República*, Federico y Carlos Fasano.

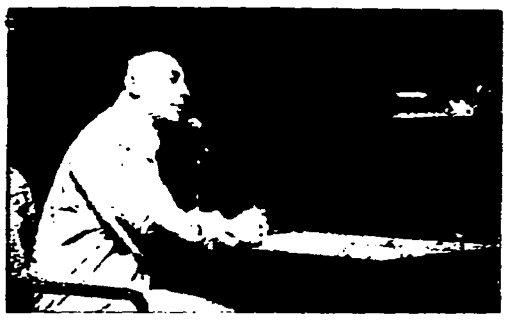
El matutino había publicado el año anterior documentos de una auditoría que reclamaban a la empresa Conempa, una de las participantes en la construcción de la represa de Itaipú y presidida por Wasmosy, un faltante de 29 millones de dólares.

Alan Flores, presidente de la Central Unitaria de Trabajadores del Paraguay (CUT), dio cuenta de las denuncias de supuesta corrupción en la construcción de Itaipú, realizadas desde 1990 ante el Fiscal General de Justicia.

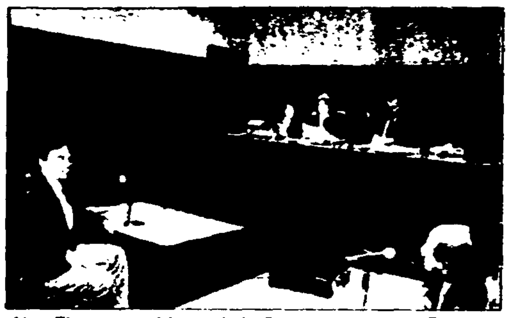
También declaró en esta instancia Roberto Paredes, editor del diario *La Nación* paraguayo, quien hizo un resumen de las mismas denuncias y afirmó que "lo único que hizo *La República* fue publicar íntegramente el informe de la auditoría". En el mismo sentido se expresó José Amarilla, responsable de la agencia de noticias Reuter en Asunción.

El juicio oral y público continuará el 3 de junio a las 13 horas en la sede judicial de San José y Gutiérrez Ruiz, esperándose la concurrencia de otros testigos. Se trata de la reanudación del juicio iniciado el año pasado ya que el Tribunal de Apelaciones declaró nula la primera sentencia condenatoria. N

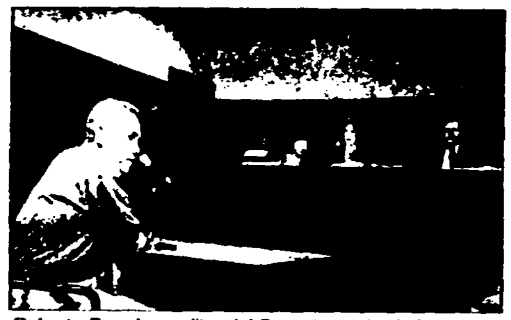
DOC. OSCURO



José María Amarilla, corresponsal de Reuter en Asunción.



Alan Flores, presidente de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT).



Roberto Paredes, editor del Departamento de Investigación del diario La Nación de Asunción.

Tres testigos paraguayos confirmaron ayer denuncias de LA REPUBLICA contra Wasmosy

Montevideo se transformó en un tribunal de alzada contra la corrupción latinoamericana

Montevideo se convirtió ayer en un verdadero tribunal de alzada contra la corrupción latinoamericana. Al recomenzar en la pasada jornada el juicio del presidente paraguayo, Juan Carlos Wasmosy, contra el director y el redactor responsable de LA REPUBLICA, presidiendo el estrado el juez penal de 10º Turno, doctor Rolando Vomero, y actuando como acusador el fiscal Miguel Langón, durante cinco horas la Justicia uruguaya recibió impactantes acusaciones de corrupción contra el mandatario paraguayo y los "barones de Itaipú".

La apresurada entrada a sala de tres testigos paraguayos que acababan de llegar al Aeropuerto de Carrasco desde Asunción para alcanzar este juicio de características internacionales puso la nota culminante de la audiencia.

Así se hicieron presentes, apenas arribado el avión de Pluna que los trajo del Paraguay, el presidente de la Central Unitaria de Trabajadores del Paraguay (CUT), Alan Flores; el editor del Departamento de Investigación del diario La Nación de Paraguay, Roberto Paredes, y el corresponsal de la agencia internacional de noticias Reuter, José Amarilla.

dos confirmaron los actos de corrupción del presidente paraguayo denunciados en su país y en el Uruguay por **LA REPUBLICA**, así como su enriquecimiento ilícito. También expusieron ampliamente sobre el tema, en sendos interrogatorios, el director, el redactor responsable y el editor general de **LA REPUBLICA**, Federico Fasano, Carlos Fasano y Enrique Alonso, quienes explicaron cómo se investigó la noticia y por qué fue publicada.

Finalmente el juez Vomero citó a nueva audiencia para el próximo 3 de junio a las 13 horas en la sede judicial de la calle San José, entre Héctor Gutiérrez Ruiz y Paraguay. En esa oportunidad se recabarán los testimonios de los restantes testigos paraguayos, a los que aún no les ha llegado el exhorto respectivo.

A las 13.45 horas de ayer comenzó la audiencia en el Juzgado Penal de 10º Turno, que permitió al director de **LA REPUBLICA**, doctor Federico Fasano Mertens, y al redactor responsable, Carlos Fasano Mertens, el diligenciamiento de las primeras pruebas de las denuncias sobre actos de corrupción del presidente Juan Carlos Wasmosy durante la construcción de la represa binacional de Itaipú.

De esta forma, se reanudó el juicio oral y público por Ley de Prensa 16.099, iniciado el año pasado en el Juzgado Penal de 10º Turno, ya que el Tribunal de Apelaciones declaró nula la sentencia condenatoria de los directores de **LA REPUBLICA** por violarse las garantías del debido proceso.

Cuatro horas y 55 minutos duraron las actuaciones de ayer en el Juzgado Penal de 10º Turno, cuyo titular, Vomero, es uno de los 25 magistrados que participaron en el caso, hecho sin precedentes en procesos judiciales.

La acusación estuvo a cargo del doctor Miguel Langón y el primer mandatario paraguayo estuvo representado por el doctor Amadeo Otatti.

En tanto, los abogados que defendían a los directores de **LA REPUBLICA** fueron Gustavo Puig y Carlos Durán.

❐ Fasano: Publicamos sólo una parte de ese megaacto de corrupción latinoamericana

El primero en ser llamado al estrado para responder las preguntas del juez Vomero, del fiscal Langón, del defensor de Wasmosy, doctor Amadeo Otatti y de su propio abogado, el doctor Gustavo Puig, fue el director de **LA REPUBLICA**, doctor Federico Fasano Mertens.

El periodista explicó los pormenores de esta investigación, que duró varios meses hasta que "verificada solamente una mínima parte del acto de corrupción protagonizado por el señor Wasmosy y obtenida la copia íntegra del documento de la auditoría internacional que reclamaba a la empresa Conempa, presidida por Wasmosy, un faltante de 29 millones de dólares, decidimos no ocultar más esa noticia a la opinión pública uruguaya".

"Lo publicado por **LA REPUBLICA** —explicó Fasano— no es nada comparado con este megaacto de corrupción latinoamericana, pero fue lo que pudimos obtener". "Todo lo publicado por nosotros —dijo nuestro director— ya eran hechos de pública notoriedad en Paraguay, constando en publicaciones de prensa, radio y televisión, en investigaciones parlamentarias, en denuncias ante la Fiscalía General y ante el Poder Judicial, en discursos parlamentarios y hasta en documentos que se encuentran en los archivos del horror". Seguidamente explicó que el aporte central de **LA REPUBLICA** fue la publicación íntegra del documento de la auditoría internacional que afirmaba el faltante de 29 millones de dólares, responsabilidad de la empresa presidida por Wasmosy desde 1975 hasta 1993, además de verificar la existencia de todas las denuncias de corrupción, sistematizarlas y difundirlas en las páginas de nuestro diario.

Acto seguido Fasano reseñó las seis denuncias publicadas por **LA REPUBLICA**, que son de público conocimiento en el Paraguay, con anterioridad a la publicación de nuestro diario y cómo la decisión de difundirlas sorteó todos los requisitos deontológicos, éticos y profesionales necesarios para su difusión.

Fasano probó que publicó hechos notorios en el Paraguay, transcribió documentos y denuncias cuya existencia jamás fue desmentida y declaraciones públicas de tono similar.

"Todo lo que publicamos reúne el requisito de la verdad objetiva —destacó el periodista— pero además el de la verdad subjetiva (creíamos que era cierto) y el requisito de la existencia de fuentes fidedignas, no anónimas, que se identificaron plenamente en los artículos publicados, que tenían la posibilidad de saber de qué estaban hablando".

Puntualizó además que "toda la información se hizo sin ánimo de injuriar, sin ánimo de divulgar noticias falsas, con el único ánimo de cumplir con nuestra obligación de informar noticias que creemos son ciertas en beneficio de la causa pública y de la comunidad".

"Toda la doctrina y la jurisprudencia internacional y nacional —argumentó nuestro director— protege el derecho a la información cuando éste, en aras del interés público, pone en conocimiento de la comunidad noticias sin el ánimo de divulgar informaciones falsas, sin el afán deliberado y doloso de enlodar, a conciencia de su falsedad, reputaciones honorables".

Es la doctrina de la "actual malice" que hoy es hegemónica en todo el orbe judicial, enfatizó Fasano.

"Cumplimos con nuestra obligación de informar hechos notorios y documentación que obtuvimos en beneficio de la causa pública", exclamó el periodista.

Interrogado por el fiscal Langón y por el abogado de Wasmosy, Amadeo Otatti, sobre los motivos de tanta información sobre la corrupción de Wasmosy y si la corrupción de Collor de Mello y otros presidentes del mundo había concitado tantas páginas y primeras planas de **LA REPUBLICA**, el doctor Fasano contestó: "Obviamente, si hubiéramos obtenido como exclusiva mundial documentación que probaba la corrupción de Collor de Mello, le hubiéramos dado el mismo destaque que dimos a la corrupción de Wasmosy. Es el abecé del periodismo. ¿Usted cree que si supiéramos con pruebas en la mano quién asesinó a



Paredes, editor de investigación de La Nación de Asuncion, entrega 12 carpetas con pruebas aVomero.



Carlos Fasano, Enrique Alonso y Federico Fasano, redactor responsable, editor y director de LA REPUBLICA, junto a Gustavo Puig.



El fiscal Miguel Langón Cuñarro y su po durante la audiencia.



El juez Rolando Vomero atento a las declaraciones.

Kennedy, no hubiéramos desplegado mayor número de páginas y tapas que las que destinamos a la corrupción de Wasmosy? En el caso Wasmosy obtuvimos lo que todo Paraguay quería saber: el texto íntegro de la auditoría internacional que acusaba a Conempa, presidida por Wasmosy, del faltante de 29 millones de dólares. Lo único que hicimos fue publicarlo íntegro, sacar las conclusiones sobre esa estafa y complementamos la noticia sistematizando todas las informaciones sobre corrupción que ya habían sido publicadas en Paraguay, con excepción de ese documento auditor. El caso Collor de Mello fue distinto. Destacamos el tema pero sólo basados al igual que nuestros colegas en los cables de las agencias internacionales de noticias. No tuvimos la chance de aportar documentación propia para el esclarecimiento de los actos de corrupción que tumbaron al presidente brasileño".

Ante una pregunta del fiscal Miguel Langón sobre si se hacía responsable de lo publicado, Federico Fasano respondió que lo hacía de "todas y cada una" de las publicaciones de **LA REPUBLICA** hasta hoy.

Carlos Fasano: "Asumo mi responsabilidad jurídica"

Por su parte, el redactor responsable de nuestro matutino, Carlos Fasano, dijo que durante la cobertura de la gestión de Wasmosy "mi participación fue institucional".

Aclaró que "tengo la información global de lo que el diario va a manejar. No participo en forma directa en el trabajo periodístico, pero dejo claro que asumo mi responsabilidad jurídica". Añadió Carlos Fasano que "por profundos principios asumiría sin limitación alguna todas las responsabilidades por lo publicado".

Alonso Fernández: "Antes de publicar ya teníamos toda la documentación"

Enrique Alonso, editor de **LA REPUBLICA**, repasó todas las etapas de su participación en la publicación de las noticias que involucran al presidente Wasmosy en casos de corrupción, especialmente en la obra binacional de Itaipú.

Señaló que **LA REPUBLICA** tiene dos periodistas investigadores en Buenos Aires. Uno de ellos, Pedro Casademunt, con ciudadanías argentina y holandesa, es un gran conocedor de los temas paraguayos y se formó en la exigente escuela holandesa de periodismo de investigación.

Casademunt informa a fines de 1995 y comienzos de 1996 que ha comenzado a investigar numerosos hechos de corrupción del presidente paraguayo, especialmente en Itaipú.

Esas informaciones son corroboradas en forma independiente por varias personalidades y periodistas paraguayos con los que mantuvo contactos, incluyendo al ingeniero Ricardo Canesse.

Alonso historió el proceso de construcción de la información, reseñó el papel cumplido por Itaipú en la transformación del Paraguay y cómo la obra terminó transformándose en una deuda gigantesca de los paraguayos y un medio de enriquecimiento rápido para un grupo de empresarios ahora conocidos como los "barones de Itaipú".

El tema fue asumido porque **LA REPUBLICA** tuvo la documentación en su poder antes de proceder a la publicación, documentación que incluía no solamente el informe de la auditoría de Itaipú, sino también otros elementos y hasta el libro publicado sobre la corrupción en la presa binacional.

En cuanto a la tapa de **LA REPUBLICA**, el periodista destacó que se tuvo el extremo cuidado de no añadir ninguna calificación ni comentario que no fuera textualmente proporcionado por los autores directos de la información: Pedro Casademunt y Ricardo Canesse.

Como prueba de sus dichos, exhibió los dos faxes originales remitidos a la redacción por Casademunt y Canesse: **LA REPUBLICA** había respetado hasta los títulos sugeridos por los autores de la información y los había reproducido en su portada.

El juez Vomero solicitó que se le entregaran los dos faxes, que fueron incorporados al expediente.

Presidente de la Central de Trabajadores: "Desde 1990 se denuncia la corrupción en Itaipú"

Alan Flores, presidente de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), afirmó que a esta central sindical, la más importante de Paraguay, están afiliados los trabajadores de la represa de Itaipú.

Señaló que desde 1990, éstos han denunciado "hechos relacionados con supuesta corrupción en la construcción de Itaipú", los que "fueron planteados ante el Fiscal General de Justicia" de Paraguay.

Destacó que dichas acusaciones fueron publicadas en varios medios de prensa del país, inclusive antes de que el presidente Juan Carlos Wasmosy asumiera la presidencia de la nación guaraní.

Flores agregó que "esas denuncias tenían relación con la construcción y la adjudicación de trabajos por parte del gobierno a empresas como Conempa".

Consultado por el fiscal Langón si sabía que hubo evasión fiscal de la empresa Consorcio de Empresas Paraguayas y fraude en las elecciones que llevaron a Wasmosy a la presidencia, Flores recordó que ambos temas fueron ampliamente publicados en la prensa paraguaya.

Recordó que incluso los opositores a Wasmosy usaron en la campaña preelectoral las acusaciones de sobrefacturación de la firma Conempa como forma de atacarlo políticamente.

Con respecto a la situación electoral en el Paraguay y que permitió a Wasmosy ser presidente de esa nación, Flores dijo que creía que recién en los comicios de 1998 "vamos a tener por primera vez elecciones transparentes y limpias en el país".

Editor del diario La Nación: "La corrupción de Wasmosy no es ninguna novedad en el Paraguay"

Roberto Paredes, editor del Departamento de Investigación del diario La Nación, advirtió en la audiencia que los hechos denunciados por **LA REPUBLICA** "no constituyen ninguna novedad en el Paraguay".

Agregó que "he hecho publicaciones y denuncias sobre el juicio que se está llevando adelante en Uruguay" y recordó que "tuve vínculos directos con gente de **LA REPUBLICA** desde fines del año pasado antes aun de las publicaciones sobre Wasmosy".

Inmediatamente a la Auditoría 1/90 sobre la construcción de la represa Itaipú "se constata que hay un débito de 29 millones de dólares, de los cuales son responsables Unicom de Brasil y Conempa de Paraguay, las empresas responsables de la construcción de la presa".

El testigo paraguayo ratificó las denuncias de Fasano de que hubo un faltante de decenas de miles de toneladas de hierro y cemento. "El informe —añadió— de la Auditoría recomendó la devolución por parte de Conempa y Unicom de los 29 millones de dólares".

Después de esas conclusiones, "los auditores desaparecieron de sus cargos y dejaron de ocupar puestos importantes. Y esas dos empresas no devolvieron los U$S 29 millones. Eso se divulgó en varios medios periodísticos".

Según Paredes, "lo único que hizo **LA REPUBLICA** fue publicar íntegramente el informe de la Auditoría, cuya copia tengo aquí. Parcialmente fue reproducido por varios trabajos periodísticos en el Paraguay".

El testigo de la defensa entregó al juez Vomero una copia del informe de la Auditoría, un libro de autores paraguayos sobre la corrupción en Itaipú y fascículos del diario La Nación, cuyo título es "Corrupción en Itaipú: delito impune".

Además se agregó al expediente la colección completa del semanario "Nexo", que también trató el tema de las irregularidades en la construcción de la presa y documentos oficiales que versan sobre las adjudicaciones directas de Wasmosy a empresas cercanas a su persona.

Paredes ratificó las afirmaciones de Fasano sobre que las obras costaron diez veces más que el precio original licitado: la existencia de casos de corrupción en el otorgamiento de los servicios médicos a Conempa cuando era una firma constructora y el faltante del cemento y el hierro en las obras de la represa.

Dijo que antes de que Wasmosy fuera presidente, "Unicom y Conempa no tributaron sus beneficios amparadas en un decreto del dictador Alfredo Stroessner".

"Esto configura una defraudación impositiva", indicó.

De esta forma, Paredes confirmó otra noticia publicada por **LA REPUBLICA** sobre las diversas irregularidades cometidas por Wasmosy.

Periodista de Reuter: "Hubo enriquecimiento ilícito".

El corresponsal de la Agencia Reuter en Asunción, José María Amarilla, señaló que los costos financieros de la entidad binacional de Itaipú "suman U$S 27 mil millones, siendo que la inversión directa se limitó a U$S 7 mil millones.

Es decir que los costos financieros se incrementaron en alrededor de cuatro veces el precio total de la obra".

"Para un país pequeño como Paraguay, esto ha generado el enriquecimiento de un empresariado a costas de este proceso ilícito que duró 35 años bajo el gobierno de Alfredo Stroessner", afirmó.

Agregó que esta "prosperidad ilegal ha prostituido el sistema político paraguayo y adjudica, al mejor postor, el poder central constituido legalmente".

Amarilla dijo que el contralor general de la República, Miguel Fletes, en una entrevista concedida a la Agencia Reuter, mencionó que "la defraudación por evasión impositiva, contratación indebida y malos manejos de la cosa pública se han traducido en una estafa al Estado paraguayo por U$S 1.000 millones sólo en 1996.

Esto consta en la Memoria Anual de la Contaduría General de la República detallado por rubros".

Los tres testigos coincidieron en afirmar que: hubo sobrefacturación de la empresa Conempa, presidida por Wasmosy de 1975 a 1993 durante la construcción de la presa; contrataciones directas (autocontrataciones) de parte del presidente Wasmosy a firmas de su propiedad o la de su esposa; corrupción en el sistema político y duplicación de miles de cédulas que determinan la existencia de un fraude electoral denunciado por el Tribunal Superior de Justicia Electoral cuando Wasmosy ganó las elecciones presidenciales.

Los testigos afirmaron que Wasmosy, en un lapso de 15 años, pasó de ser un modesto ingeniero que recorría las calles en un camión viejo a uno de los empresarios más poderosos de América Latina. Y todo ello gracias a la corrupción de Itaipú, afirmaron los testigos paraguayos.

A las 13 horas en audiencia pública en Penal 10 en Misiones y 25 de Mayo

Hoy recomienza el "juicio maldito": Wasmosy y Langón contra Fasano



El ex presidente de la Cámara Baja no votará una Rendición de Cuentas de un artículo solo, "como pretenden los colorados"

Machiñena: "No toleramos que haya impuesto a la renta para los pobres y no para los ricos"

- "El neoliberalismo es la cirugía de los locos: cura matando" y "hoy el batllismo anda como perdido buscando en esta doctrina un sustento que no cree encontrar en sus viejas ideas"

- El director de LA REPUBLICA sigue arriesgando 9 años de prisión no excarcelables, si el magistrado entiende que es de aplicación el artículo 138 o si esta norma no es derogada por el Parlamento

- El nuevo Juez Rolando Vomero suple en el caso a la Jueza Zulma Casanova, separada del fuero Penal por las gravísimas ilicitudes cometidas en la sentencia de condena de primera instancia

- Es el magistrado número 25 que tiene el polémico caso en sus manos, tras la reciente anulación absoluta por parte del Tribunal de Apelaciones del fallo que condenó a los hermanos Fasano

- Amplia expectativa en el Cono Sur: ¿Cometió Wasmosy graves actos de corrupción en la construcción de la represa de Itaipú, siendo presidente de la firma Conempa, acusada por una auditoría internacional del faltante de 29 millones de dólares?

04

9708499

LR 12/5

Hoy recomienza el juicio de Wasmosy y Langón contra Fasano

¿Se reproducirá nuevamente el fatídico 23 de mayo último cuando en menos de 1 hora y en la primera audiencia el Fiscal Langón consiguió el fallo que arrojó a Fasano a la cárcel?

Hoy a las 13 horas en Misiones y 25 de Mayo en sede de Penal 10º se reeditará en juicio público y oral la posibilidad de aquel 23 de mayo del año pasado, fatídico día para la libertad de prensa, cuando en audiencia similar fueron condenados a 2 años de penitenciaría y encarcelados de inmediato el Director y el Redactor Responsable de LA REPUBLICA por denunciar un megaacto de corrupción del presidente paraguayo Juan Carlos Wasmosy

Si bien la jueza no es la misma, ya que la Dra. Zulma Casanova fue separada del fuero Penal a raíz del gravísimo error cometido remitiendo a la cárcel a dos periodistas violando todas las garantías de defensa en juicio y la norma expresa que prohíbe la prisión preventiva en el caso, los demás protagonistas son los mismos que enfrentaron la llegar a sesión del 23 de mayo último. Con excepción del magistrado Rolando Vomero que suple a Casanova en el caso, el resto del escenario no ha cambiado.

El Fiscal que impulsó el grave atentado contra la libertad de información y que incluso apeló el fallo Casanova por considerarlo demasiado benigno también será el mismo: Miguel Langón Cuñarro, hoy aspirante al más alto cargo del Ministerio Público, Fiscal de Corte, si obtiene los votos del Senado.

El abogado defensor de Wasmosy, Dr. Amadeo Rubén Otatti, y el embajador paraguayo en nuestro país Sr. Julio César Schupp ambos representados por el Fiscal Langón titular de la acción, también serán parte del juicio público y oral que tendrá lugar hoy en la sede de Penal 10º. Federico y Carlos Fasano, así como sus abogados defensores, Gustavo Puig y Carlos Durán Ayala estarán presentes para probar en la audiencia haber cumplido con sus obligaciones periodísticas y no haber cometido delito alguno.

Un largo y penoso camino

A la instancia de hoy, en este juicio calificado como "maldito" por una jerarquía del Tribunal de Apelaciones, se llega luego de extenso recorrido erizado de tensiones, escollos y reñidas decisiones judiciales. Luego de que varios fiscales en lo Penal estimaran que *no había lugar a iniciar la acción penal* solicitada por el Poder Ejecutivo a instancias del presidente Wasmosy, el Fiscal de Corte pasó el caso al Fiscal Langón quien aceptó el expediente. No se registran antecedentes de un caso que pasó por tantos fiscales hasta que uno aceptó accionar.

Langón dirigió del principio al fin el caso, se opuso a que el juicio maldito se rigiera por los artículos del Código Penal sobre difamación e injurias, exigió la aplicación del anacrónico artículo 138 reproducido del Código italiano de Mussolini, negó a los imputados toda posibilidad de presentar pruebas, exigió la prisión preventiva pese a estar ésta especialmente prohibida en la Ley de Prensa y obtenida en pocos minutos la sentencia condenatoria, protestó porque la pena de dos años inexcarcelables era demasiado benigna y pidió que se ampliara a tres años.

Luego vino la cárcel, la bandera internacional de solidaridades múltiples, las movilizaciones en Uruguay, las centenas de visitas de personalidades y pueblo que convirtieron la cárcel en una fuente de noticias cotidianas, los asedios de la prensa y televisión extranjera para ingresar a la prisión, la declaración de Amnesty International declarando a los hermanos Fasano con el apoyo de 75 países los primeros presos de conciencia de la democracia uruguaya, hasta que finalmente un Tribunal de Apelaciones declaró ilícita la prisión y ordenó la inmediata liberación, tras 15 días de cárcel.

El Fiscal Langón apeló la decisión, tuvo palabras muy fuertes para con los miembros del Tribunal, y además se presentó ante la Suprema Corte de Justicia para que ésta declare la inconstitucionalidad de la norma de la Ley de Prensa que prohíbe la prisión preventiva de los periodistas. En su alegato calificó a los periodistas de "privilegiados que deben ir a prisión preventiva igual que todos los demás aunque no medie condena definitiva". La Suprema Corte, en un fallo histórico en defensa de la libertad de prensa, desestimó la pretensión del Fiscal Langón y declaró constitucional la norma que prohíbe la prisión preventiva de los periodistas. Resuelto el incidente dilatorio planteado por el polémico Fiscal, el caso pasó al Tribunal de Apelaciones para decidir sobre el fondo del asunto. La integración del tribunal adquirió ribetes kafkianos.

En este juicio debieron participar para llegar a un acuerdo, 24 magistrados, a raíz de las recusaciones, abstenciones, votos formulados y luego anulados por enfermedad, pedidos de licencia, ascensos, vacantes sin reponer por falta de venia parlamentaria, y finalmente votos discordes que impidieron durante mucho tiempo la obtención de los tres votos conformes que exige la ley. Finalmente y al haberse agotado la lista de todos los ministros del fuero Penal que pasaron por este caso, se llega a la sentencia del 3 de abril último, acordada por los votos de tres Ministros del fuero Civil y dos Ministros del fuero Penal, también en decisión dividida de tres votos contra dos. Es la primera vez en la historia jurisdiccional uruguaya que Ministros Civiles deciden una contienda penal con más votos que los Ministros penales. En efecto, el fallo se obtuvo con los votos conformes de dos Ministros civiles y un Ministro penal por la mayoría contra un Ministro civil y un Ministro penal por la minoría.

Por 3 a 2 la condena contra el Director y el Redactor Responsable de **LA REPUBLICA**, Federico y Carlos Fasano fue declarada "absolutamente nula" por "clara violación del debido proceso al desatender las garantías y lesionar el principio universal inherente a la condición humana". Votaron a favor de los periodistas los Ministros Guillot, Chediak y Rufbal Pino y en contra Irma Alonso y Urioste del Pino. "Todo empieza de nuevo".

Ello determinó que todo retrocediera al instante en que la jueza Zulma Casanova y el Fiscal Langón decidían no aplicar los artículos del Código Penal sobre difamación e injurias, basándose solamente en el anacrónico artículo 138 del Código Penal sobre atentado al honor de un jefe de Estado extranjero, y negando en consecuencia la presentación de pruebas por parte de los periodistas encausados. "Es como si el juicio maldito comenzara desde el principio todo de vuelta", comentó una alta fuente judicial sobre la sentencia.

El juez Rolando Vomero que es el magistrado número 25 que considera el caso, en la audiencia pública de hoy deberá encauzar el procedimiento, analizar si procede aplicar el tan denostado artículo 138 o si por el contrario corresponde tomar en cuenta los artículos del Código Penal sobre difamación e injurias. Deberá también determinar quiénes fueron los autores de las noticias publicadas y si corresponde como exige la ley dejar fuera del juicio al Redactor Responsable, Carlos Fasano, ya que los autores de los artículos firmaron los mismos y aceptaron ser los responsables y por si esto fuera poco el propio Director

¿Por qué no es aplicable el polémico artículo 138

Uno de los temas centrales que deberá dilucidar el juez Rolando Vomero es la aplicación o no del controvertido y mussoliniano artículo 138 del Código Penal.

Dice este artículo 138 cuya derogación ha sido ya planteada formalmente en la Cámara de Diputados y se encuentra a estudio de la comisión respectiva: "El que en el territorio del Estado **por actos directos** atentare contra la vida, la integridad personal, la libertad o el honor de un jefe de Estado extranjero o de sus representantes diplomáticos..."

Al respecto todos los catedráticos, juristas y abogados consultados se han manifestado por entender que las informaciones publicadas por el diario **LA REPUBLICA** sobre actos de corrupción del presidente Wasmosy no ingresan en la zona del artículo 138 del Código Penal.

Veamos algunas de las múltiples y unánimes opiniones sobre el tema:

1) "En nuestro país la libertad de prensa tiene rango constitucional y los actos directos exigidos por el artículo 138 del Código Penal no pueden consistir en meras opiniones escritas o verbales. Debe aceptarse que acto directo implica acto material con exclusión de la manifestación del pensamiento". **(Dra. Adela Reta, catedrática de Derecho Penal)**.

2) "Es impertinente e ilegítima la sentencia dictada contra los hermanos Fasano. El artículo 138 no prevé específicamente que se atente contra el honor de un jefe de Estado extranjero, por actos directos, en el ejercicio de la libertad de prensa". **(Dr. Héctor Giorgi, catedrático de Derecho Administrativo)**.

3) "Hice un análisis cuidadoso del artículo 138, pese a que no soy especialista en Derecho de Fondo. El artículo señala los delitos contra la vida, la integridad física, la libertad o el honor de un jefe de Estado.

Cuando el artículo dice 'en el territorio del Estado' resultaría una expresión superabundante, si supusiera que esos delitos pudieran cometerse estando los afectados fuera del país, puesto que el Código Penal sólo atiende a los delitos cometidos dentro de los límites del país.

Existe, por supuesto, la posibilidad del delito a distancia en el caso de que se cometiera en contra del honor; pero no creo que esa hipótesis haya sido prevista en el texto.

Pero luego llama la atención el *que se refiera* a los jefes de Estado y diplomáticos. La primera visión es que sería un representante acreditado en el país. Véase que todo se refiere a la presencia del afectado en el país, porque resultaría absurdo que configurara delito criticar, digamos a un embajador norteamericano en China o en cualquier otro país. Pero además, es incongruente que una crítica contra un embajador que no esté en el país sea sancionada y no cuando se trata de un ministro de Relaciones Exteriores, que es muy superior en rango a un simple embajador.

Por eso, mi conclusión es que el artículo 138 indica que los afectados están dentro del territorio nacional.

Por otro parte, si se aplicara ese artículo en la forma en que se le interpretó, todas las expresiones que la prensa ha vertido sobre Fidel Castro, la reina Isabel, Fujimori o Bucarám serían delitos.

El artículo 17 del Código Civil dice que 'Cuando el sentido de la Ley es claro, no podrá desatenderse su tenor literal a pretexto de consultar su espíritu'.

Pero a veces el sentido de una norma no es claro ni oscuro: simplemente no tiene sentido". **(Dr. Jaime Teitelbaum, catedrático de Derecho Procesal Penal)**.

4) "En virtud del sistema adoptado por la Ley 16.099, a los directores o editores responsables de un diario se les puede imputar una difamación (artículo 333 del Código Penal) o una injuria (artículo 334), pero no un atentado contra el honor de un jefe de Estado extranjero (artículo 138) cuya descripción exige que sea realizado 'por actos directos', es decir las modalidades de autoría que el Código uruguayo contempla en sus artículos 60 y 61.

La exigencia de que el delito contenido en el artículo 138 del Código Penal sea cometido por 'actos directos', supone una *limitación en cuya virtud* sólo le puede ser imputado a un autor directo, es decir a una persona "que con su acción —completada en su aspecto físico y psíquico— comete el hecho delictuoso, esto es, se trata del sujeto activo primario, al que se refiere la ley, cuando edicta la figura delictiva". (cfr. Bayardo Bengoa, "Derecho Penal Uruguayo", 2a. ed. Montevideo, 1970, III, el subrayado me pertenece).

En consecuencia, la sentencia que condenó a los hermanos Fasano sobre la base del sistema indirecto de imputación contenido en la Ley 16.099, es decir pese a no ser autores 'directos' de los hechos, resulta lesiva al principio de legalidad consagrado en los artículos 10 de la Constitución y 1º del Código Penal". **(Dr. Esteban Righi, catedrático de Derecho Penal en la Universidad de Buenos Aires)**.

5) "Oportunamente, mientras los hermanos Fasano se encontraban sufriendo indebida prisión como consecuencia de la sentencia de primera instancia, se publicaron diversos análisis que sostuvieron que no era ése el alcance del artículo 138. No es aquí mi propósito reiterarlos. Baste con recordar que en 1955 ante una denuncia del gobierno peronista de la época sobre la actividad de los exiliados argentinos en nuestro país, las autoridades uruguayas respondieron sosteniendo que los 'actos directos' que la ley penal requiere para configurar el delito no pueden consistir en opiniones, requiriéndose para ello la realización de 'actos materiales'. Con lo cual y en atención a la tutela constitucional de la libertad de expresión del pensamiento, y a la cautela interpretativa que el tema requiere, sabiamente se descartaba la mera opinión, como

05

9708499



Langón escucha el fallo del Tribunal de Apelaciones, que anuló la sentencia contra Federico y Carlos Fasano.

de la publicación, Federico Fasano, se consideró ante la ausencia de los autores, responsable de todo lo publicado, con lo cual ipso facto debió quedar fuera de la causa, Carlos Fasano.

Asimismo deberá resolver si esta contienda requiere la instancia personalísima del ofendido como determina la Ley de Prensa para los delitos de difamación e injurias en cuyo caso deberá hacerse presente el presidente Wasmosy y no el embajador paraguayo. También el juez Vomero tendrá que expedirse sobre la mejor forma de diligenciar una prueba en el exterior ya que los hechos noticiados sucedieron en el exterior y no hay otra forma de probarlos que recurrir al país donde se originaron. En fin, son múltiples los problemas previos a resolver en esta contienda que mantiene en vilo a varios países del Mercosur y donde se juegan valores fundamentales en torno a la libertad de prensa y de información, y en torno a la corrupción y el poder.

del Código Penal?

eventual causante del delito". **(Dr. Heber Gatto, Jurista).**

6) "Por todo lo ya visto, el art. 138 no es aplicable al hecho incriminado. No puede pues, aplicarse la correlación que pretende la jueza sentenciante con el 'delito de comunicación' previsto en este artículo 19 de la Ley 16.099. Los artículos y comentarios publicados en **LA REPUBLICA** contra el presidente Wasmosy, no pueden de ninguna manera encuadrarse en las previsiones y condicionamientos previstos en el art. 138 del Código Penal. Ni el presidente Wasmosy estaba en el territorio de nuestro país, ni fue víctima de un atentado contra su honor, ni se emplearon los medios directos previstos en tal disposición legal. Y el texto legal no puede forzarse por el intérprete para consagrar un delito inexistente. Y en la duda, cabe a los imputados el principio universal del 'indubio pro reo'". **(Dr. Eduardo Payssé González, Jurista).**

7) "El artículo dice que el delito debe cometerse en el territorio de nuestro Estado, contra el mandatario extranjero. y Wasmosy no se encontraba en Uruguay. Es normal que todos los delitos deben cometerse dentro de nuestro territorio, pero no tiene el Código Penal que decirlo en cada artículo.

Si lo dice aquí, en lo que parece una redundancia, es porque quiere aclarar que el delito sólo puede cometerse en ocasión de la estadía en nuestro país de un mandatario extranjero.

El delito se configura sólo si hay actos directos, y es imposible que haya habido actos directos, si Wasmosy no se encontraba en nuestro país.

El auto entiende por tanto que el acto directo ha consistido en unos artículos de prensa que han cruzado hasta Paraguay y han herido a Wasmosy.

Y eso sólo tiene un nombre: es un disparate jurídico. **(Dr. Ariel Collazo, Jurista).**

10 PUNTOS

Al diputado Daniel Díaz Maynard, que piensa en los que existen

El legislador del Encuentro Progresista, quien acaba de proponer la eliminación de la Dirección Nacional de Cárceles, sabe del derecho que asiste a los detenidos. Sabe, no sólo de los principios amparados por nuestra Constitución, sino de las normas internacionales; que velan en una dimensión mayor. El proyecto de las Naciones Unidas, dice en su "Principio 3: no se restringirá o menoscabará ninguno de los derechos humanos de las personas sometidas a cualquier forma de detención o prisión reconocidos o vigentes en un Estado, en virtud de leyes, convenciones, reglamentos o costumbres, so pretexto de que el presente Conjunto de Principios no reconoce esos derechos o los reconoce de menor grado".

El legislador propone crear un Instituto Nacional de Rehabilitación. Entidad que sustituiría a la actual Dirección Nacional de Cárceles, que no ha demostrado su [illegible] social.

Es bienvenido y aplaudido el esfuerzo del legislador. Se conoce, se sabe de las situaciones diversas de corrupción que imperan en las cárceles del país. Debe aceptarse que esta situación exige un cambio. La sociedad requiere que sus hijos marginados se reintegren. El Estado debe reconocer su responsabilidad y habilitar los recursos capaces. Es justicia.

10 MAYO LR

Piden juicio político a Wasmosy

Ocultaron pruebas de violaciones a los derechos humanos

Un ciudadano paraguayo solicitó a la Cámara de Diputados guaraní realizar un juicio político al presidente Juan Carlos Wasmosy, por ocultar pruebas documentales de delitos penales y de violaciones a los derechos humanos. Asimismo solicitó a los legisladores y a la justicia recuperar las pruebas sobre violaciones a los DDHH ocurridas en el Paraguay del dictador Alfredo Stroessner, para que sean agregadas a los "Archivos del Horror". LA REPÚBLICA **reproduce la petición que recibió el Parlamento guaraní, solicitando el juicio político al presidente Wasmosy.**

"Asuncion, 9 de mayo de 1997
Señor Presidente de la
Honorable Cámara de Diputados
Dr. Atilio Martínez Casado
E.S.D.

De mi mayor consideración:

Amparado en el derecho de petición (Art. 40 de la CN), tengo el agrado de dirigirme a usted y a los miembros de esa Honorable Cámara con el objeto de solicitar —conforme a lo dispuesto en el Art. 225 de la Constitución— el juicio político al Presidente de la República, ingeniero Juan Carlos Wasmosy, por mal desempeño de sus funciones (Art. 238, numeral 2 y de la CN) y por la presunta comisión del delito de encubrimiento, previsto en el Art. 44, inciso 3, del Código Penal.

Señor Presidente, el pasado 24 de abril un grupo de personas hemos denunciado ante el Ministerio Público la existencia de importantes y valiosas PRUEBAS DOCUMENTALES DE DELITOS PENALES conservados en el "Archivo Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores", que comprende el periodo 1954-1983, consistente en 196 volúmenes de 250 páginas. Posteriormente hemos realizado formal denuncia sobre este hecho al Juez de turno (21º), José Waldir Servin, solicitando que el Juzgado se constituya en el Ministerio de Relaciones Exteriores, a fin de rescatar las referidas pruebas documentales y/o libre el oficio pertinente ordenando se remitan dichos documentos, conforme al sabio y mejor criterio del Juzgado, con el objeto de que las referidas pruebas documentales de los delitos penales y violación de los derechos humanos sean fotocopiadas, autenticadas y agregadas al denominado "Archivo del Horror", a fin de que las victimas e interesados puedan acceder a tan valiosas pruebas.

Conforme a expresas disposiciones de la Constitución Nacional, la Convención Americana Sobre Derechos Humanos (Ley 01/89) o Pacto de San José de Costa Rica, el Código Penal y el Código de Procedimientos Penales, las personas (Art. 44, inciso 3º del Código Penal) al tener conocimiento de PRUEBAS DE DELITOS, están obligadas a denunciar su existencia (Art. 99 del CPP) a las autoridades judicialmente competentes, a fin de que los delitos que de ellas se infieran, puedan ser tipificados y sancionados sus autores, cómplices y encubridores. En este contexto, es oportuno resaltar aquí que el Presidente de la República hasta la fecha no ha remitido a la justicia ordinaria ningún documento relacionado con la participación de los Estados Unidos de América en la violación de los derechos humanos en el Paraguay, y no puede de ninguna manera alegar desconocimiento, pues se ha publicado por la prensa nacional y extranjera (Lucy Walker, BBC de Londres, 18/IV/97) hasta el monto de la indemnización reclamada por las victimas a EEUU, por lo que la actitud del Presidente hace presumir una intención de encubrir hechos tan graves e imprescriptibles, como la violación de los derechos humanos, lo que sin duda alguna amerita el juicio político.



Para información de la Honorable Cámara de Diputados, el cargo de ministro de Relaciones Exteriores en el periodo 1954-1983 fue ejercido por el Dr. Hipólito Sánchez Quell (hasta abril de 1956), Dr. Raúl Sapena Pastor (desde mayo de 1956 hasta 1975), Dr. Alberto Nogués (1976-1983) y desde el 15 de agosto de 1983 en adelante por el Dr. Carlos A. Saldivar.

En el "Archivo Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores" existe una profusa documentación que prueba la directa participación de los Estados Unidos de América en la comisión de delitos penales y en la violación de los derechos humanos en el Paraguay; incluso documentos que comprometen a EEUU en la instrucción en técnica de interrogatorio (tortura) y en la organización de la policía política del depuesto dictador General Alfredo Stroessner Matiauda. En efecto, en los últimos cuatro años, he podido comprobar la existencia de diversas colecciones de documentos —que comprende el periodo 1954-1983—; concretamente 196 Vols. de 250 páginas, que contienen reveladores datos sobre delitos penales y violación de los derechos humanos, entre los que pueden mencionarse, como mero ejemplo enunciativo, la Colección denominada "Dirección de Política Exterior" (DPI Nº 169/1955; DPI Nº 170/1959 y DPI Nº 175/1958-1959). Existe también una documentación no clasificada de más de 3.600 páginas de "Correspondencia" intercambiada entre la Cancillería y la Embajada Paraguaya en Washington y "Notas" recibidas y remitidas a la Embajada de los Estados Unidos de América en Asunción (1954-1983), que demuestran claramente la participación norteamericana en la comisión de delitos penales y en la violación de los derechos humanos en nuestro país; tales como los referentes al coronel Thierry, así como documentos relacionados a Remigio Giménez (con membrete de Itaipú Binacional, 1975) al "Operativo Cóndor", "caso Letteller" y al desaparecido compatriota Dr. Agustín Goiburú (Nota Nº 743/59) y Juan José Penayo, entre muchos otros.

Conforme al Decreto-Ley Nº 10.756, del 28/III/1950, y a la Ley Nº 1.212/86, la revelación de estos documentos no puede ser tipificada como atentatoria a la seguridad nacional ni pueden ser ocultados al amparo del Art. 176 del Código Penal, y que en tal caso se estaría encubriendo delitos penales de lesa humanidad, además de violar expresas normas establecidas en la Convención Interamericana sobre Desaparición Forzada de Personas (Ley Nº 933/96) y en la Convención contra la Tortura y otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes (Ley Nº 69/90).La preservación del Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores es compartida por una numerosa colectividad de victimas supervivientes de la desenfrenada represión y por organizaciones de defensa de los derechos humanos, igualmente por miembros de la Cámara de Senadores, quienes en una nota, de fecha 1 de noviembre de 1994, dirigida al entonces Canciller Nacional, doctor Luis María Ramírez Boettner, manifestaban "la preocupación de las Comisiones de Relaciones Exteriores y Asuntos Internacionales y Peticiones de Poderes y Reglamentos de la Honorable Cámara de Senadores, por la desaparición de documentos de sumo valor de nuestra historia e inclusive algunos vinculados con derechos territoriales del Paraguay".

Por los argumentos precedentemente expuestos, y en la certeza de que todavía quedan legisladores dispuestos a defender los derechos humanos y de hacerse cargo de esta petición, solicito que los miembros de la Honorable Cámara de Diputados, consideren los méritos de esta petición y, consecuentemente sometan a juicio político al Presidente de la República, ingeniero Juan Carlos Wasmosy Monti.

Sin otro particular, reciba las seguridades de mi consideración más distinguida.

Nemecio Barreto Monzón
C.I. Nº 2.491.906"

9708499

09-07

Itaipú: El pueblo de la selva hizo la luz

LR 11/5

Por Pedro Casademunt

Buenos Aires

Itaipú es una obra formidable. Visto desde el aire, el espejo de agua creado por el hombre resulta impactante, allá abajo se ocultan 18 gigantescas unidades generadoras de electricidad. Decir simplemente que es la represa más grande del mundo no es suficiente para dar una idea de la enorme intervención en fuerza humana, de ingeniería y financiera que demandó.

Varios factores confluyeron en hacer realidad un proyecto tan trascendental. El de mayor peso fue sin duda la importancia geopolítica de Brasil en el contexto regional y el explosivo desarrollo de la industria paulista con su demanda creciente de energía.

La milicia brasileña había tomado el poder en 1964 y, a diferencia de otros uniformados del continente, tenían varios planes en sus alforjas. Una concepción de integración nacional y planes de desarrollo de gran alcance fueron puestos en marcha. Los militares tenían varios objetivos, entre los principales se contaba el control efectivo del territorio amazónico, la autonomía energética y el desarrollo de la industria local.

Stroessner había elegido la construcción de un vínculo diplomático preferencial con Brasil y así lo demostró cultivando la amistad de distintos dirigentes de ese país. Es digno de mención observar que Stroessner se llevó bien con diversos políticos, desde Juscelino Kubitschek (1956-61) —un presidente desarrollista de tono más bien conservador— como las fluidas relaciones con un izquierdista como João "Jango" Goulart (1961-64).

Los colorados habían encontrado en Brasil un nuevo socio. La gestión de Stroessner en dirección al vecino tenía como base motivos económicos y políticos. El supo aprovechar muy bien estos lazos para mantenerse en el poder. Brasil brindó un discreto pero eficaz apoyo al jefe militar guaraní.

Varios analistas brasileños consideran que habrían sido imposibles los roces diplomáticos de Stroessner con los Estados Unidos y con Buenos Aires, sin el apoyo permanente de Itamaraty.

Tras su derrocamiento en 1989, Alfredo Stroessner logró el asilo de José Sarney, un presidente civil brasileño. Quienes se sorprendieron por la actitud de Brasilia ignoran la historia entre los dos países.

El dictador paraguayo fue consiguiendo ciertas concesiones de Brasil pero en forma lenta, mientras el proyecto más importante se demoraba.

Brasil y Paraguay tenían un conflicto limítrofe pendiente, denominado Saltos del Guaira, por Asunción, y Sete Quedas (Siete Caídas), por los brasileños. En octubre de 1963 Stroessner y Goulart se reunieron en una estancia del Mato Grosso, el resultado de la misma no sólo fue el más espectacular triunfo diplomático del militar guaraní, también quedaban sentadas las bases para resolver el diferendo, y se habló por primera vez del aprovechamiento común de las aguas a través de una hidroeléctrica de uso compartido.

Existen suficientes elementos para inferir que especialistas rusos en represas habrían influido en la decisión de ambos mandatarios, el objetivo era repetir la experiencia de Egipto.

Goulart no vería coronado su sueño de iniciar las obras, pues el ejército brasileño lo derroca en 1964 y todo el proyecto conocería una pausa de varios años.

El 22 de junio de 1966, los dos países firman el Acta de Iguazú, expresando el interés en estudiar y poner en marcha proyectos de aprovechamiento hidroeléctrico. El 22 de febrero de 1967 quedó constituida la Comisión Mixta Brasileño Paraguaya para la implementación del



Stroessner y la represa Itaipú.

Acta de Iguazú.

La guerra en Oriente Medio y la crisis del petróleo obligaron a desempolvar proyectos alternativos al crudo en varias partes del mundo. Las plataformas de extracción submarina aparecieron en el Mar del Norte, Inglaterra y Holanda desarrollaron la explotación del gas submarino, y Brasil, un gigante sin petróleo apresuró sus acuerdos con Stroessner, pero los rusos quedaron afuera del proyecto que habían pergeñado.

La siguiente etapa sería la firma del Tratado de Itaipú, en abril de 1973, en una suntuosa ceremonia en Brasilia, en que el general Garrastazu Medici —uno de los estrategas del régimen brasileño— llenaría de condecoraciones a Stroessner.

Argentina miraba con malos ojos el acuerdo y —paradójicamente— ese mismo año, volvía a la presidencia el anciano Juan Perón, el único dirigente argentino que intentó conquistar la simpatía del pueblo paraguayo y ganar la política exterior de Asunción como aliada de Buenos Aires. La respuesta argentina fue dar otra vuelta de tuerca al plan nuclear. Perón firmó la construcción de la primera usina atómica.

La firma del Tratado de Itaipú fue el momento de gloria de Stroessner, él sabía que pasaba a la historia y también se aseguraba un grueso retiro monetario para su vejez.

Al pueblo de la selva le tocaba encarar uno de los proyectos más grandes, y tecnológicamente más avanzados en América del Sur. El 17 de mayo de 1974 se creó el ente binacional y el 17 de noviembre de ese año comenzaron las obras.

Lo que Stroessner no podía imaginar es que apenas 16 años más tarde Itaipú sería un monstruo que lo devoraría. Y tres lustros son poco tiempo para un dictador.

La firma del acuerdo acentuó el autoritarismo del general guaraní. El era muy consciente de que el tratado lo protegía de todo peligro porque pasaba a formar parte vital de un proyecto estratégico del Brasil.

El 20 de noviembre de 1978 se abrió el Canal de Desvío del Río Paraná y el 13 de noviembre de 1982 se cerraron las compuertas de dicho canal dando origen al Lago de Itaipú. El 17 de diciembre de 1983, la primera, de las 18 unidades generadoras, dio su primer giro mecánico. El 5 de mayo de 1984 comienza la producción comercial de energía. *El 10 de abril de 1991 el gigante* trabajaba a pleno con sus 18 unidades en producción comercial.

Por el lado brasileño se reforzaría el otro eje de la política de Itamaraty con la penetración a lo largo de todo el departamento de Alto Paraná de miles de agricultores brasileños atraídos por el bajo precio de las tierras y la fertilidad de las mismas. Comenzaba a cambiar la economía rural.

Paraguay y Brasil se unían en diversos planos y eso se notaba en el propio Stroessner quien, a partir de 1997, comenzó a desafiar a su antiguo aliado, los Estados Unidos. De no mediar el Tratado de Itaipú, Alfredo Stroessner habría corrido la misma suerte del clan Somoza en Nicaragua, a quienes vio caer en 1979. Pero el ya anciano dictador pudo resistir diez años más, hasta 1989, gracias al incondicional respaldo obtenido de la clase política y militar del Brasil.

Actualmente Stroessner vive en Brasilia, su estatus jurídico no es el de exiliado, goza de los beneficios emergentes de su condición de *general honorario del ejército* brasileño, fuerza que tiene a su cargo la custodia y seguridad de su residencia.

Pocas cosas despiertan el interés del anciano, casi todos sus familiares viven en Miami y él está solo en la residencia de Brasilia, en una prisión de lujo. Uno de sus pocos pasatiempos es *observar* —mediante el uso de prismáticos— las variedades de aves amazónicas.

La fortuna amasada por Stroessner —durante cuarenta años de dictadura— es enorme, pero para el anciano recluido en Brasilia no tiene mucha importancia.

El impacto económico y político

Itaipú marcó un nuevo tiempo en Paraguay, actualmente las exportaciones guaraníes de energía al Brasil, superan los 1.000 millones de dólares al año, mucho más que la sumatoria de todos los productos que Paraguay vende a su vecino, que no llega a los 850 millones.

La construcción y puesta en marcha de Itaipú transformó al país en los planos económico, político y social. No tuvo lugar un proceso de industrialización que acompañara la marcha de las obras, por el contrario se vio fortalecido el contrabando, la especulación de tierras y la intermediación financiera.

La construcción de Itaipú dio origen a un grupo de empresarios prebendatarios, muy alejados de los principios capitalistas de competencia en mercados abiertos. Se produjo un acelerado proceso de enriquecimiento ilícito basado en contrataciones directas sin licitación alguna, sobrefacturación de los materiales y costos, evasión impositiva, especulación y fraude.

Antes de Itaipú el empresariado paraguayo más dinámico estaba radicado en actividades agropecuarias y agroindustriales, entre la ganadería y los cultivos industriales de soja y tabaco. El empresariado surgido gracias a las obras de la represa adquirió una dinámica que provocó el enfrentamiento con el dictador.

Cuando Stroessner resultó un obstáculo para los planes de acumulación ilícita de capital, el grupo empresario conspiró para destituirlo. Sus hombres de confianza, Andrés Rodríguez en el ejército, Conrado Pappalardo en la política y el ingeniero Enzo Debernardi en Itaipú no vacilaron en traicionar a su jefe.

Stroessner tuvo siempre férreo control de las fuerzas armadas y una gran confianza en el recientemente fallecido Andrés Rodríguez, pero para evitar sorpresas desagradables el dictador tenía un método muy particular de asegurar el control sobre los uniformados. El tirano controlaba personalmente las municiones y explosivos en manos de los jefes militares, tratando de mantener reservas mínimas. El día del golpe, 3 de febrero de 1989, al escuchar los disparos y las explosiones no podía salir de su asombro, tratando de averiguar el origen de la pirotecnia.

Armas portátiles, municiones y explosivos habían entrado en secreto a través del puerto de Paranaguá —zona franca otorgada por el gobierno del Brasil en el estado de Paraná—, los contenedores que ingresaron las armas al Paraguay llevaban la identificación **Itaipú Binacional**. Curiosa jugarreta del destino la que sufrió Stroessner.

El costo inicial de Itaipú fue calculado en 2.033 millones de dólares estadounidenses, incluyendo los intereses durante la construcción; su costo final superó los 20.000 millones de dólares. El precio de la obra se multiplicó diez veces a raíz de la corrupción. La documentación administrativa del ente binacional está clasificada como secreto de Estado por los gobiernos del Paraguay y de Brasil. Algo parecido ocurre con la administración de la represa argentino paraguaya de Yacyretá.

No puede considerarse información secreta aquella que tiene que ser de amplio acceso público para los organismos de control, los parlamentarios, la prensa y los ciudadanos en general. Es inaceptable el carácter secreto que le quieren dar con el solo propósito de otorgar impunidad a los delitos cometidos.

Muchos paraguayos trabajaron en la represa de Itaipú y hoy forman parte del éxodo en la Argentina. Esta situación tiene un nombre: **se llama dumping social, y significa que el empresariado prebendatario y corrupto que se enriqueció en Itaipú, y evadió sus impuestos, lanza a cientos de miles de sus compatriotas a buscar vivienda, trabajo, salud y educación en otro Estado.**

doc. Poco Legible

01-01

XM7724

R POXBT 05-13 00276
mun exg ica

PARAGUAY OVIEDO
PRIMER PASO GENERAL "GOLPISTA" HACIA CANDIDATURA PRESIDENCIAL

Asunción, 13 may (EFE).- El general retirado Lino Oviedo, ex comandante del Ejército paraguayo procesado por intento de golpe de Estado, se apuntó oficialmente como aspirante a la candidatura presidencial por el Partido Colorado, en el poder desde 1947, se confirmó hoy, martes.

La lista de Oviedo fue inscrita el lunes por apoderados del movimiento Unión Nacional de Colorados Eticos (UNACE), creado por el general en abril de 1996, poco después de protagonizar la peor crisis político-militar del proceso democrático paraguayo.

Según los documentos remitidos al Tribunal Electoral de la Asociación Nacional Republicana (ANR, Partido Colorado), Oviedo tendrá como compañero de fórmula al ex ministro de Hacienda Raúl Cubas Grau, que pretende la candidatura a vicepresidente de la República.

Las elecciones internas en la ANR están previstas para el próximo 7 de septiembre y el "oviedismo" se ha convertido en la primera corriente "colorada" en inscribir a sus candidatos, entre los que se incluyen los aspirantes a senadores y diputados.

Otros precandidatos "colorados" a la Presidencia son el vicepresidente de la República, Angel Roberto Seifart; el presidente de la ANR, el ex canciller Luis María Argaña, y el ex ministro de Hacienda Carlos Facetti, quien tiene el apoyo del actual jefe de Estado, Juan Carlos Wasmosy.

Los planes políticos de Oviedo pueden sufrir modificaciones si la justicia decreta de nuevo su prisión en el juicio por rebelión, que había logrado congelar durante casi un año, recurriendo a diversas acciones judiciales que finalmente fueron rechazadas.

Oviedo ya había estado encarcelado 55 días, entre junio y agosto del año pasado. EFE

JBC jla/M

05/13/18-42/97

Nº DOCUMENTO 9708501
TITULO Oviedo se apunta como precandidato presidencial por el Partido Colorado
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 13-5-97
VINCULACIONES 06723
11164
11304
P. Colorado (Paraguay)
11163
11328: Ejército
Elecciones.

04-01

9708501

TH1897

[illegible]

[illegible]

PARAGUAY OVIEDO
EX JEFE EJERCITO ACORRALADO POR REVESES JUDICIALES

Asunción, 9 may (EFE).- El ex comandante del Ejército paraguayo Lino César Oviedo, acusado de rebelión por el Gobierno, quedó prácticamente acorralado en los tribunales después de una serie de reveses judiciales, uno de ellos anunciado hoy, viernes.

Oviedo fue el principal protagonista de la crisis política y militar de abril de 1996, la peor de la transición paraguaya, por lo que fue pasado a retiro y sometido a juicio por haber presuntamente encabezado un intento de golpe de Estado.

Después de 55 días bajo prisión preventiva, el general fue favorecido por el fallo de un Tribunal de Apelación, que modificó la calificación del delito investigado de rebelión a desacato, con lo que consiguió su libertad y comenzó a buscar su sobreseimiento.

Sin embargo, el Poder Ejecutivo recurrió a la Corte Suprema de Justicia y logró que la misma anulase este año la resolución de segunda instancia.

El caso volvió a su estado inicial, pero la defensa de Oviedo consiguió congelar el proceso con varias acciones, como las peticiones de enjuiciamiento presentadas contra los jueces Jorge Bogarín y Alcides Corbeta, que finalmente fueron rechazadas.

Los abogados del ex militar no se dieron por vencidos y solicitaron a la Corte sendas declaraciones de inconstitucionalidad contra las citadas decisiones del Jurado de Enjuiciamiento de Magistrados.

Al respecto, fuentes judiciales informaron hoy de que la Corte rechazó "in limine" la pretensión "oviedista" de que se declararan inconstitucionales ambas decisiones del Jurado.

La defensa trató de evitar la reanudación del proceso, ya que ella ahora podría perjudicar la carrera política de Oviedo, quien está en pleno proselitismo buscando la candidatura a la Presidencia de la República por la Asociación Nacional Republicana (ANR, Partido Colorado) en el poder desde 1947.

Dentro de la ANR, el ex jefe del Ejército lidera el movimiento Unión Nacional de Colorados Éticos (UNACE), fundado por él tras su destitución y paso a retiro. EFE

ABC LAC bal

[illegible]

Inquieta la situación paraguaya

LA NACION 17/5

Alarma: aumentan las manifestaciones de los campesinos perjudicados por las penurias del campo paraguayo; Misiones, cercada por estos movimientos.

POSADAS.- Un informe elaborado por Organizaciones No Gubernamentales (ONG) del Paraguay vinculadas con el tema social sostiene que desde 1994 hasta el presente se registraron en ese país 32 muertes de campesinos o supuestos campesinos en enfrentamientos armados con policías o entre ellos mismos.

La invasión a propiedades privadas, el abigeo, la destrucción del monte, el corte de alambrados y los consiguientes conflictos se han constituido en una constante, generándose un clima de inseguridad reiteradamente denunciado por entidades rurales.

Durante la larga dictadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), estas protestas eran severamente reprimidas y poco difundidas en el exterior porque había una gran censura a la prensa.

Los Sin Tierra -como también se los conoce en Paraguay- concentraban sus movilizaciones en departamentos centrales, pero últimamente se extendieron a todo el país.

Recientemente se registró un episodio ciertamente insólito, muy cerca de Misiones: durante diez días, varias familias "tomaron" la Base Aérea Militar de Encarnación, ciudad situada frente a Posadas -río Paraná de por medio-, hasta que dejaron el lugar en forma pacífica.

En muchos casos, las acompañan obispos y sacerdotes católicos, como los combativos titulares de las diócesis de San Pedro, Fernando Lugo, y Villa Hayer, Mario Melanio Medina.

Cuadro de situación

La situación social en el agro paraguayo tiende a agravarse por distintos motivos, entre los cuales puede mencionarse la mala distribución de la tierra.

A ello se suman la inestabilidad de precios de los principales rubros, el manejo de su comercialización entre pocas compañías -muchas extranjeras-, lo que provoca asimismo una mala distribución de la renta agraria.

Según el experto Federico Barrios, en un artículo publicado por el Centro de Estudios Sociológicos del Paraguay (Cepes), el ingreso anual per cápita en el campo no supera los 300 dólares, menos de un dólar por día.

Otro informe elaborado por la Secretaría de Acción Social de la presidencia del Paraguay, con financiación del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), da cuenta de que en los últimos diez años, debido a la sostenida crisis que afecta las labores agrarias, hay un permanente éxodo del interior a los centros urbanos.

Las manifestaciones registradas recientemente en Estados brasileños fronterizos con Misiones, incluido el corte del paso aduanero entre Bernardo de Irigoyen y Dionisio Cerqueira, Santa Catarina, más la permanencia de miles de campesinos del otro lado del río Iguazú, en el Estado de Paraná, han alertado a las autoridades locales.

De los 1000 kilómetros de frontera que tiene esta provincia, 900 limitan con Brasil y Paraguay y los restantes con Corrientes.

Consultado al respecto el ministro de Gobierno misionero, Nelson Luis Cáceres, precisó que la cuestión fue tratada con funcionarios brasileños.

Cáceres cree que la situación "está bajo control", aunque considera que hay que seguirla atentamente. Se supo también de movilizaciones campesinas similares en los departamentos paraguayos de Itapúa y Alto Paraná, ambos limítrofes con territorio misionero.

Muchas colonias paraguayas, situadas en la margen derecha del río Paraná, desde Ciudad del Este hacia el sur, fueron poblados por familias brasileñas.

El líder del Partido Liberal, Domingo Laíno, denunció el caso en su libro *La penetración brasileña en Paraguay*, donde sostiene que el fenómeno responde a una clara estrategia "pro brasileña" de Stroessner, que favoreció la presencia extranjera con la entrega gratuita de vastas propiedades fiscales a los vecinos.

Las autoridades argentinas no niegan, pero tampoco confirman, cuando se les pregunta si no se está produciendo una suerte de "movimiento envolvente" alrededor de Misiones.

César Sánchez Bonifato

Cifras guaraníes

■ **23.758.000:** los Sin Tierra del Paraguay afirman que es el total de hectáreas aptas para el cultivo. De estas tierras, 19 millones de hectáreas pertenecen a un grupo privilegiado formado por no más de 2500 propietarios.

■ **1.462.762:** son las hectáreas pertenecientes a 247.616 pequeños agricultores que poseen chacra, lo que daría como resultado un promedio de seis hectáreas por unidad de producción.

■ **77 %:** es el porcentaje de las tierras útiles que se encuentra en manos del 1,1 por ciento de grandes propietarios. Se trata de una situación parecida a la que se registra en Brasil.

Un sistema en pleno saneamiento

El gobierno paraguayo intenta evitar una nueva crisis de confianza

Mario Orcinoli
Asunción

El sistema financiero paraguayo se está recuperando de la grave crisis económica y de confianza que estalló en mayo de 1995 como consecuencia de un modelo permisivo que fue incapaz d[illegible]ar que varias entidades –de [illegible] nacional– trabajaran en negro y desviaran hacia el exterior los depósitos de sus ahorristas.

Los bancos General, Bancopar, Sur y Mercantil, así como seis financieras, captaban depósitos clandestinos de sus clientes y ofrecían, a cambio, una tasa de interés de entre el 30% y el 35% anual (un 50% más que la oficial). Tales instituciones otorgaban como comprobante un simple pagaré sin membrete y respaldado apenas por la firma de dos directores.

Cuando el gobierno del presidente Carlos Wasmosy decidió terminar con esta grave distorsión, todas estas entidades fueron intervenidas y dejaron, en conjunto, un agujero de U$S 500 millones que debió ser cubierto por el Banco Central (BC). Pero muchos grandes ahorristas perdieron fuertes sumas, en varios casos superiores a U$S 1 millón. En conjunto, los clientes que tan sólo contaban con un pagaré como comprobante de su depósito perdieron más de U$S 100 millones.

Una de las consecuencias directas de la crisis de mayo de 1995 fue una carrera hacia los bancos que favoreció a las entidades de capital extranjero y debilitó a varias de origen paraguayo. La crisis también provocó una brusca caída en la actividad económica, cuyos efectos negativos se sienten hasta hoy. *El PBI creció en apenas un* 1,5% el año pasado, frente al 4% de 1995.

El gobierno de Wasmosy, que había ordenado el saneamiento del sistema –apoyado por varios informes del Fondo Monetario Internacional–, debió instrumentar un plan de auxilio *para impedir* que la caída de los bancos intervenidos arrastrase a los otros. También sancionó una nueva ley de bancos y adoptó medidas para dar mayor transparencia al sistema, como la publicación trimestral de un ranking denominado Caula (nombre formado por las iniciales de los rubros que analiza: capital, activo, utilidad, liquidez y administración).

De acuerdo con el último informe Caula, elaborado con base en los balances de los bancos al 31 de diciembre de 1996, de las *32 entidades que operan en el* mercado, 16 están en una muy buena posición, 11 registran pequeñas dificultades que pueden ser subsanadas en el giro normal de sus operaciones, una –el Banco Nacional de Trabajadores (BNT)– está en una situación crítica, y cuatro –Busaif, Desarrollo, Bipsa y Corfán– se ubican en el último escalón pese a que ya fueron incluidos por el BC en un plan especial de rehabilitación.

El presidente de la Cámara de Bancos Paraguayos –que reúne a los de capital nacional–, Juan Manuel Peña Nieto, asegura que se percibe en la actualidad una fuerte recuperación de todas las entidades. "Nosotros trabajamos en un medio más exigente que, por ejemplo, el de los Estados Unidos, porque allá no existe nada parecido al informe Caula", dice el banquero.

El total de depósitos en los bancos es de unos U$S 2.100 millones, U$S 300 millones de los cuales corresponden a *cuentas* corrientes, U$S 250 millones a plazo, U$S 550 millones a cajas de ahorro, y U$S 1.000 millones a depósitos en moneda *extranjera*.

Los principales responsables por la crisis bancaria pasaron escaso tiempo en prisión o huyeron del país. Durante el gobierno del general Andrés Rodríguez –que en febrero de 1989 desalojó del poder al dictador Alfredo Stroessner– se agravó la captación de depósitos en negro. Uno de los yernos de Rodríguez, Luis Antonio Sacarello, era uno de los principales accionistas de Bancopar, entidad que según la Contraloría General de la República, desviaba el dinero en negro hacia una entidad *fantasma*.

Otras de las "cabezas" de lo que se conoció localmente como la "ingeniería del fraude" fueron los españoles Fermín de Alarcón y Pedro Beneyto, que no tuvieron problemas para abandonar el país y regresar a Europa. Tampoco encontró mayores trabas para huir el ex presidente de Banco Sur, Mario Nelson Ortellado, quien huyó hacia Miami con al menos U$S 28 millones. ■

Plan de auxilio

El gobierno de Wasmosy implementó un sistema de auxilio al sistema financiero paraguayo para impedir que los coletazos de la grave crisis financiera de 1995 arrastren a más entidades. El auxilio consiste en una línea de crédito y en una *flexibilización* de las normas bancarias que permite a los bancos con problemas asumir sus pérdidas en un mayor plazo y diseñar un plan de recuperación más oxigenado.

La semana pasada, el equipo económico de Wasmosy ultimó un proyecto de ley que crea un fondo de entre U$S 200 y U$S 300 millones para utilizar, básicamente, en un proceso para cerrar los bancos que no puedan recuperarse y devolver el 100% del dinero a sus clientes. Dicho proyecto suspende temporalmente uno de los artículos de la ley de bancos, precisamente el que obliga al Emisor a responder únicamente por depósitos de hasta U$S 2.500 en las cuentas de clientes de una entidad quebrada. El fondo será financiado parcialmente por un crédito de U$S 100 millones ya confirmado por el Banco Central. (M. O.)

Nº ORDEN 9708505
TITULO Oviedo pierde a sus abogados
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 23-5-97
VINCULACIONES 66723
11163
11328
11164
11304
P. Colorado

AA1253

R POLBI 05-23 0070B
icx amt exo

PARAGUAY-OVIEDO
GENERAL ACUSADO GOLPE ESTADO PIERDE AHORA A SUS ABOGADOS

Asuncion, 22 may (EFE). El general retirado, Lino César Oviedo, ex comandante del Ejército paraguayo y acusado de intento de golpe de Estado en abril de 1996, ha perdido hoy a sus principales abogados, lo que se suma a los varios reveses judiciales que ha sufrido en los últimos dos meses.

La defensa de Oviedo la llevaba un equipo de seis letrados, dos de los cuales, los hermanos Mario Aníbal y Juan Francisco Elizeche Baudo, renunciaron hoy al encargo y a la responsabilidad procesal y jurídica que tenían en el caso.

"Surgieron desavenencias personales con nuestro defendido, solicitando en consecuencia nuestra desvinculación total de estos autos", argumentaron los citados abogados ante la Justicia.

Según la prensa local, los Elizeche renunciaron a causa de diferencias políticas surgidas en la Unión Nacional de Colorados Eticos (UNACE), corriente de la oficialista Asociación Nacional Republicana (ANR, Partido Colorado) creada por Oviedo para buscar su candidatura a la Presidencia de la República.

Al parecer, los citados abogados esperaban figurar en la lista de candidatos que propondrá UNACE para la Cámara de Diputados, pero finalmente sus nombres no aparecieron.

Un caso similar ocurrió con Julio César Vasconsellos, el más veterano y respetado de los abogados "oviedistas", quien fue el primero en distanciarse del general, hace pocos días, también por diferencias políticas.

Vasconsellos vaticinó hoy, en una entrevista publicada por la prensa asunceña que, tal como están las cosas, Oviedo "volverá muy pronto a la carcel".

El ex militar estuvo, entre junio y agosto del año pasado, 55 días en prisión preventiva, por orden dictada en un proceso por "rebelión", calificación que fue modificado por un Tribunal de Apelación, lo que permitió su puesta en libertad.

Sin embargo, este año la Corte Suprema de Justicia anuló dicha resolucion y devolvió el caso a un juzgado de Primera Instancia a fin de que prosigan las investigaciones sobre la responsabilidad de Oviedo en la crisis político-militar que mantuvo en vilo a Paraguay entre el 22 y el 25 de abril de 1996.

El Poder Ejecutivo, que ha asumido la acusacion, ha afirmado que Oviedo se resistió a su relevo en la Comandancia del Ejército y se acuarteló en una unidad militar capitalina, desde donde exigió la renuncia del presidente, Juan Carlos Wasmosy, y la del vicepresidente, Angel Roberto Seifart. EFE

JBC/LGO/FJO/cgr

05/23/00-05/97

01-01 9708505

1112.5

ECO0GT 05 26 0013

mun e.g ice

PARAGUAY-BALANZA COMERCIAL
FUERTE DEFICIT EN PRIMEROS CUATRO MESES AÑO

Asunción, 26 may (EFE).- El déficit de la balanza comercial de Paraguay registró un fuerte incremento en los primeros cuatro meses del año y se situo en 514.1 millones de dólares, un 29.9 por ciento superior con respecto al mismo periodo de 1996, informó hoy el Banco Central (BCP).

Segun el banco emisor, entre enero y abril Paraguay importó productos por un valor de 899.9 millones de dólares, mientras que las exportaciones generaron unos ingresos de 385.8 millones.

El informe del BCP señala que, sólo en el comercio con sus socios del MERCOSUR, el déficit paraguayo fue de 223 millones de dólares, con un saldo negativo de 150 y 103 millones de dólares en los intercambios con Brasil y Argentina, respectivamente, y 30 millones de superávit con Uruguay. EFE

LGO/jmi/ddp

05/26/15-00/97

Nº DOCUMENTO 9708506
TITULO Deficit comercial en 4 primeros meses 97.
PROCEDENCIA 518 593
FECHA DE PROCEDENCIA 26-5-97
VINCULACIONES 66723
11161
11409

01-01.

9708506

PARAGUAY, ECONOMIA
GOBIERNO ANUNCIA CRECIMIENTO DEL 4.2 POR CIENTO

Asunción, 27 may (EFE).- Las autoridades económicas paraguayas calculan que el Producto Interior Bruto (PIB) cerrará este año con un crecimiento del 4.2 por ciento, muy superior al 1.5 por ciento registrado en 1996, dijeron hoy fuentes oficiales.

En principio, el Gobierno manejaba un índice del 3 por ciento, pero las cosas han cambiado con los nuevos planes de reactivación económica, cuyos resultados serán mucho más claros en el segundo semestre del actual período, según el titular de la Secretaría Técnica de Planificación, Guillermo Sosa.

El optimismo gubernamental tiene suficientes argumentos a favor, porque las recaudaciones fiscales mejoraron notablemente, el gasto público no se ha disparado, las exportaciones aumentaron en un 10 por ciento y hay un importante crecimiento productivo, especialmente en el sector agrícola, explicó el funcionario.

Añadió que "si se realizan las reformas tributarias necesarias y se modernizan los sistemas de pensiones y jubilaciones y todo lo relacionado con el sector laboral, el país podría seguir creciendo todavía más". EFE

JBC/GCF/FL

05/27/22-20/97

Nº DOCUMENTO 9708507
TITULO Gob. anuncia crecimiento del 4,2 %
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 27-5-97
VINCULACIONES 66723
11161
PBI

01-01

9708507

XY4610

R FOXBI 05 12 00306
icx amt exo

PARAGUAY-OVIEDO
EX COMANDANTE DEL EJERCITO SUFRE NUEVO REVES JUDICIAL

Asunción, 12 may (EFE). - El ex jefe del Ejército paraguayo, general Lino César Oviedo, ha sufrido hoy un nuevo revés judicial al rechazar la Fiscalía General del Estado una denuncia promovida por sus abogados contra dos altos mandos militares.

Los abogados de Oviedo se han querellado contra los generales Silvio Rafael Noguera y César Crámer, comandantes de las Fuerzas Militares y de la Fuerza Aérea, respectivamente, por haber quejado de la lentitud del proceso seguido a Oviedo por la crisis militar que protagonizó el 22 de abril de 1996.

En esa fecha, Oviedo se negó a ser sustituido al frente de la Comandancia del Ejército y, tras acuertalarse con sus tropas en el regimiento asunceño de la Caballería, exigió la renuncia del presidente de la República, Juan Carlos Wasmosy.

Sin embargo, al día siguiente aceptó ser relevado y solicitó pase a retiro, que le fue aceptado de inmediato, y tampoco consiguió su pretensión de ser nombrado ministro de Defensa.

Al rechazar la demanda contra los generales, el fiscal general, Aníbal Cabrera, consideró que no puede calificarse como delito la opinión de los citados militares, ya que fueron hechas de forma genérica "sin que estén dirigidas a autoridad o magistrado en particular".

Los asesores del ex jefe militar acusaron a Noguera y Crámer de haber violado la autonomía del Poder Judicial y de "atemorizar a ciudadanos del estamento militar", al señalar el pasado mes su preocupación por la lentitud del juicio a Oviedo.

El proceso al antiguo jefe del Ejército ha experimentado un impulso en las últimas semanas, tras la anulación por parte de la Corte Suprema de Justicia del fallo de un tribunal de apelaciones que había modificado el delito de rebelión por el de desacato.

La semana pasada, la Corte también falló en contra de una solicitud de la defensa de Oviedo de que se declarase inconstitucional el rechazo de enjuciamiento a los jueces de la causa, Jorge Bogarín y Alcides Corbeta.

Estas decisiones judiciales han dado un nuevo cariz al proceso y amenazan con truncar la carrera política de Oviedo, actualmente en plena campaña proselitista como aspirante a la presidencia por la Asociación Nacional Republicana (ANR, Partido Colorado), en el poder desde 1947.

Oviedo lidera el movimiento interno de la ANR Unión Nacional de Colorados Eticos (UNACE), fundado por él tras su destitución y pase retiro. EFE

LB/LGO/MMS/cgr

05/12/22-59/97

NUMERO 9708508
TITULO Oviedo sufre nuevo reves judicial
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 12-5-97
VINCULACIONES 66723
11164
11304
Partido Colorado (Paraguay)
11163
11323

9708508

01-01

Nº DOCUMENTO 9708509
TITULO Sancionan a jueces que liberaron a Gral. Oviedo
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE PROCEDENCIA 11-5-97
VINCULACIONES 66723
11163
11328
11164
11304
P. Colorado

Sancionan a los jueces que liberaron al general Oviedo

ASUNCION, 10 (ANSA).— La Corte Suprema de Justicia de Paraguay resolvió a favor del enjuiciamiento de dos altos magistrados que habían concedido la libertad provisional del general (r) Lino Oviedo, en el proceso que se le sigue por intento de rebelión en abril del año pasado.

En esa ocasión, Oviedo intentó rebelarse disconforme con su relevo de la comandancia del Ejército dispuesto por el presidente Juan Carlos Wasmosy.

En un criticado fallo, los miembros de la Cámara de Apelación en lo Criminal, Miguel Legal y Elber Caballero, habían concedido la libertad provisoria de Oviedo, quien estaba detenido en una prisión militar.

La Cámara de Diputados pidió juicio para los miembros de la Cámara de Apelación en lo Criminal por el Jurado de Enjuiciamiento de Magistrados, que ahora fue resuelto por la Corte Suprema. La Corte Suprema había decidido incluir recientemente como pruebas los documentos presentados por Wasmosy que comprometen a Oviedo en el intento de rebelión, que habían sido rechazados en una instancia inferior.

EP 11-5

01-01

9708509

Nº DOCUMENTO 9708510
TITULO Evasión fiscal del 30/. o
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 9-5-97.
VINCULACIONES [illegible] 66723
11161
Política fiscal
11403

[illegible]

[illegible]

[illegible]

PARAGUA, IMPUESTOS

EVASION FISCAL DEL 70 POR CIENTO EN PARAGUAY

Asunción, 7 may (EFE).- La evasión fiscal ha alcanzado en Paraguay niveles de alrededor del 70 por ciento, según técnicos del Fondo Monetario Internacional (FMI) que evaluaron la situación tributaria del país a petición del Gobierno de Asunción.

Las conclusiones fueron elevadas en estos días al ministro de Hacienda, Miguel Maidana Zayas, y al subsecretario de Tributación, Angel Urbieta, informaron en la fecha fuentes oficiales.

Según Urbieta, el porcentaje de evasión detectado por los especialistas extranjeros supera la media de la región, pues, por ejemplo, en Chile se habla de un 10 por ciento, mientras que en países vecinos como Argentina y Brasil, está entre el 40 y el 50 por ciento. EFE

JRC/OMJ PL

05/07/17 [illegible] DOC. CLARO

01-09

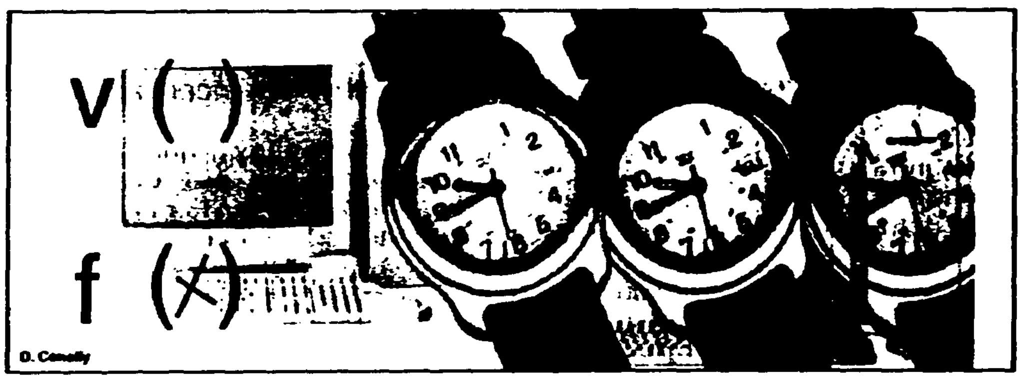
Gaz. Merc. 17-5

Paraguay quiere mejorar su imagen

Wasmosy lanzó otra campaña para combatir la industria de la falsificación

Mario Orcinoli
Asunción

El gobierno paraguayo lanzó la semana pasada una nueva campaña contra la piratería que busca mejorar la deteriorada imagen del país y disminuir la actividad de la industria de la falsificación, que mueve unos mil millones de dólares al año – sumando todos los rubros y contando la producción local más la asiática –, de acuerdo con el ministro de Industria y Comercio, Ubaldo Scavone.



D. Conolly

Estados Unidos acaba de calificar a Paraguay como país de observación prioritaria, un escalón antes de la peor ubicación de la piratería, suficiente para dificultar el proceso de inversiones extranjeras y al borde de las sanciones económicas.

Durante el acto de lanzamiento de la campaña, Wasmosy dijo que la piratería "es un delito y a la vez una evasión fiscal", y que su combate es imprescindible para asegurar inversiones extranjeras que posibiliten un proceso de transferencia de tecnología. "Si no la combatimos, no habrá inversores que se arriesguen a venir a Paraguay, para que un falsificador copie su producto".

A través de un decreto, Wasmosy creó el año pasado el Consejo Nacional de protección de los derechos de propriedad intelectual, formado por los ministerios de Industria y Comercio, Hacienda, Interior, Educación y Culto, Justicia y las municipalidades de Asunción, Ciudad del Este y Encarnación.

El ministro Scavone agregó en el lanzamiento que "los empresarios deben entender que una propiedad intelectual no tiene menos valor que un bien inmueble, un auto o una estancia, ya que la riqueza que se genera por el uso de los derechos de invención y de marca puede ser mayor que la producción de bienes físicos".

Sin embargo, para el Fiscal General del Estado, Aníbal Cabrera Verón, el éxito de la lucha contra la falsificación estará en la verdadera decisión política del gobierno. "Nosotros tenemos leyes que combaten la piratería, pero no se aplican con rigor. No hay ningún procesado por este delito". En el mismo sentido opinó el presidente del senador opositor Miguel Abdón Saguier. "Es mentira cuando un funcionario del gobierno dice que no hay un marco legal adecuado para luchar contra este delito. La realidad es que a nadie le interesa realmente aplicarlo".

De acuerdo con datos de la Asociación Brasileña de Combate contra la Falsificación (ABCF), la piratería se itensificó en Paraguay en la década pasada con la llegada de un grupo de asiáticos que influyó [illegible] migración importante que se dedicó al comercio legal, comenzaron a ingresar productos falsificados elaborados en Asia. Luego, varios de ellos instalaron sus propias fábricas clandestinas, principalmente en la zona de Ciudad del Este. Hoy, un taller que monta relojes falsos tiene una producción de medio millón de unidades al mes. Solamente en Ciudad del Este, se venden 12.000 "clones" de computadoras personales al mes, además de sus partes por separado. Un solo local que falsifica una reconocida marca de jeans brasileña, introduce más de 15.000 pantalones por semana al socio más

01-01



Presidente de la Republica del Paraguay Ing. Juan Carlos Wasmosy,
Presidente del Banco de la Republica Oriental del Uruguay Cr. César Rodriguez Batlle,
Presidente del Banco Central del Paraguay Dr. Hermes Gomez Ginard,
la Ceremonia de Inauguracion.

EO 13-5



Sucursal Asunción del BROU.
Av. Mariscal López 1687
Tel. (00595-21) 214 074

YA ESTAMOS EN PARAGUAY

Desde el lunes pasado
está abierta al público
nuestra **Sucursal Asunción.**

*Para seguir atendiendo
sus negocios en el Mercosur.*

**BANCO DE LA REPUBLICA
ORIENTAL DEL URUGUAY**

Seguimos Cumpliendo

01-01 9708512

INUR Nº 00078/220/21 MAR 97

Envolvimento de diplomata paraguaio na concessão irregular de vistos a chineses suspeitos de integrar organizações criminosas oriundas da REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Pressões da Embaixada da REPÚBLICA DA CHINA em ASSUNCIÓN.

(21 Mar 97)

O novo Cônsul do PARAGUAI em HONG KONG, RAÚL SILVERO, foi designado em substituição a GUSTAVO SOSA ARGAÑA, o qual foi destituido do cargo em Out 96 por estar envolvido em irregularidades na concessão de vistos a imigrantes chineses.

Os vistos irregulares foram concedidos pelo Cônsul ARGAÑA a suspeitos de integrar as tríades de HONG KONG e da REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC).

A presença de cidadãos de origem chinesa no PARAGUAI é grande e vem aumentando nos últimos anos, supondo-se a existência de cerca de vinte mil pessoas no país, especialmente nas regiões fronteiriças, onde o comércio é grande. Cerca de 90% dos seis mil chineses que moram na fronteira com o Brasil dedicam-se ao comércio, dominando quase 50% das lojas existentes em CIUDAD DEL ESTE.

As tríades, que têm como característica atuar em países onde existam comunidades chinesas significativas, vêm ampliando sua presença no PARAGUAI, principalmente em ASUNCIÓN, CIUDAD DEL ESTE e PEDRO JUAN CABALLERO, onde se concentra a maior parte da comunidade. Cinco organizações criminosas chinesas disputam o controle do comércio em CIUDAD DEL ESTE: a "FUKIEN", proveniente da REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC); a PAK LUNG FUNG, de HONG KONG; a TAI CHEN SANIG, também de HONG KONG e possivelmente a ligada à SUN YEEON; um grupo de origem desconhecida, supostamente originário dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA); e a chamada GANGUE DO BAMBU (LIEN LO PANG), de TAIWAN, a qual conta com o favorecimento de setores permissivos do governo paraguaio.

Essas organizações estão envolvidas principalmente em atividades ligadas ao narcotráfico, contrabando de armas, extorsão, imigração ilegal de chineses

e pirataria de marcas e patentes. Para encobrir suas atividades ilegais utilizam como fachada lojas comerciais e empresas de importação e exportação. As organizações estabelecidas no PARAGUAI mantêm contatos com criminosos chineses estabelecidos em SÃO PAULO/SP, SANTA CRUZ DE LA SIERRA/BOLÍVIA, LIMA/PERÚ, COLÓN/PANAMÁ; e SAN FRANCISCO e NOVA IORQUE, nos EUA.

Em paralelo, vem crescendo a violência gerada pelos criminosos chineses no PARAGUAI. As autoridades têm dificuldades de enfrentar a essa situação e muitas vezes recebem propina para facilitar a atuação criminosa. O caso do Cônsul causou perceptível constrangimento ao Governo WASMOSY, que determinou uma auditoria interna a fim de apurar as irregularidades no Consulado paraguaio em HONG KONG.

O constrangimento deveu-se a pressões efetuadas pela Embaixada de TAIWAN em ASUNCIÓN, contrariada pela presença de criminosos oriundos da RPC no PARAGUAI e também por setores da influente comunidade procedente de TAIWAN, parcela da qual tem ligações com a GANGUE DO BAMBU (LIEN LO PANG), a qual é favorecida na concessão de benesses comerciais em detrimento de outros setores da comunidade chinesa no PARAGUAI. Em conseqüência, vem-se ampliando o número de comerciantes chineses inclinados a pagar o "LO MO" ("dinheiro da sorte"), uma "contribuição" à guisa de proteção devida à tríade mais influente.

* * *

N° DOCUMENTO 9708514
TITULO
PROCEDENCIA O. ESTADO S. PAULO
FECHA DE PROCEDENCIA 29/4/97
VINCULACIONES

Refugiado político é preso acusado de integrar quadrilha

Liberiano que vive em São Paulo foi denunciado por mulher detida com 5 kg de cocaína no Rio

CLAUDIO RENATO

RIO — O refugiado político liberiano Sunday Johnson, de 34 anos, que vive em São Paulo há dois anos, foi preso ontem por policiais federais no Hotel Caxambu, no bairro do Flamengo, zona Sul do Rio, sob a acusação de integrar uma quadrilha de traficantes internacionais.

Ele foi preso depois de a espanhola naturalizada holandesa Olivia Cynthia Domingo, de 23 anos, ter sido flagrada, no Aeroporto Internacional do Rio, com cinco tabletes de cocaína nos quais estavam acondicionados quase 5 quilos da droga. Interrogada, contou que recebeu a mala com a droga de Johnson, no Hotel Caxambu. Olívia preparava-se para embarcar no vôo 828 da Varig com destino a Hong Kong.

Jonhson entrou clandestinamente pelo Porto de Santos em 2 de abril de 1995. Ele alegou que estudava na Obas School Medical Laboratory, na Libéria, e sofria perseguições políticas em seu país. Pela portaria interministerial 394/91, conseguiu estabelecer-se como refugiado no Brasil em 17 de junho de 1996.

DOC. OSCURO

Novas rotas — A Superintendência da Polícia Federal no Rio suspeita que refugiados políticos de países africanos estejam sobrevivendo no Brasil por meio do tráfico de drogas, estabelecendo novas rotas. Para a PF, Olívia e Johnson poderiam estar inaugurando uma rota do tráfico de cocaína, no qual o Rio funcionaria como ponto de passagem.

9708514.

Nº DOCUMENTO 9708515
TITULO
PROCEDENCIA ZERO HORA
FECHA DE PROCEDENCIA 29/4/97
VINCULACIONES

SÃO LEOPOLDO

Apreendido 1,5 kg de droga

❑ Agentes do Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (Denarc) prenderam ontem de manhã, em São Leopoldo, Celso Pires da Silva, 29 anos, e Alcides Santos da Silva, 36 anos, com 1,5 quilo de cocaína. Celso estava em liberdade condicional. Os policiais estavam acompanhando as atividades dos dois havia um mês. "Eles estavam na nossa mira", explicou o delegado Walter Wagner da Silva Gomes, diretor de investigações do Denarc. "Eles atuam na venda avulsa de cocaína." Dentro da organização dos traficantes, aqueles que fazem a venda avulsa – transformando grandes quantidades de drogas como a cocaína e a maconha em pequenas porções, para uso individual – são os que ganham mais dinheiro.

PORTO ALEGRE

Dupla vendia drogas em escola

❑ Depois de receberem várias denúncias sobre o tráfico de drogas nas proximidades da Escola Municipal de 1º Grau Liberato Salzano Vieira Cunha, no bairro Sarandi, agentes da 12ª Delegacia da Polícia Civil conseguiram prender ontem dois jovens. Márcio dos Santos, 19 anos, e Gerson Renato Dias Fagundes, 18 anos, foram capturados nos fundos da escola, sob a acusação de estarem vendendo cocaína para alunos por cima do muro. Os agentes apreenderam 13 papelotes de cocaína. Márcio não tem antecedentes criminais. Gerson tinha saído havia 15 dias da cadeia, onde cumpria prisão preventiva por tentativa de homicídio. Depois de ouvida, a dupla foi autuada em flagrante por tráfico de drogas e encaminhada ao Presídio Central de Porto Alegre.

Denarc distribui cartilhas antidroga a crianças

Oito milhões de exemplares serão entregues nas escolas do interior e da capital

RENATO LOMBARDI

Uma cartilha alertando as crianças de 7 a 11 anos sobre os riscos oferecidos pelas drogas foi preparada pela Divisão de Prevenção e Educação (Dipe) do Departamento Estadual de Investigações sobre Narcóticos (Denarc). O material está sendo distribuído em cidades do interior e, a partir da semana que vem, será entregue à rede de escolas estaduais e municipais da capital. No total, serão distribuídos 8 milhões de cartilhas.

A cartilha *Ativos, Contentes e Espertos* foi idealizada pelo delegado Alberto Corazza, diretor da Dipe, a partir da constatação de que é crescente o envolvimento de jovens de até 15 anos com entorpecentes. No ano passado, 97 crianças (76 meninos e 21 meninas) estiveram na Dipe em busca de tratamento. O número, segundo Corazza, não representa nem 5% do total de garotos viciados na capital.

Na faixa dos 16 aos 18 anos, 195 jovens passaram pela Dipe e foram encaminhados para tratamento. "Existem pais contrários à publicação de cartilhas como a nossa por temer que elas despertem a curiosidade das crianças para as drogas, mas não entendo assim", disse Corazza.

Reprodução



A cartilha: como poesia, dividida em 4 temas

Rimas — A cartilha tem 46 páginas e é dividida em quatro temas: *A criança e o mundo ao redor*, *A criança e seu mundo*; *A criança e o futuro* e *A criança fora das drogas*. As rimas estão presentes em todo o texto. A seguir, alguns trechos da publicação:

"Mais dia, menos dia, toda criança interroga: ei, você aí, quer me dizer o que é droga? Este livro, que é amigo, vai agora lhe informar. Droga é qualquer substância que possa o organismo alterar. São consideradas droga a maconha, a cocaína, o ópio, o cigarro, o álcool, os solventes, o crack, a heroína..."

"Além das drogas acima, remédios são drogas também. Porém, remédio se toma se o médico diz que convém."

"A droga é danosa à saúde porque sua química faz corpo e cérebro sofrerem alterações anormais. O corpo e o cérebro, então, desgastam-se além do limite e a droga, bomba fatal, destrói como a dinamite. Depois da explosão, com o vício, a coisa estará mal parada e a droga poderá nos tornar mais tristes que a terra arrasada."

Nº DOCUMENTO 9708518

TITULO MEX: Cierran Instituto Antinarcóticos y crean Fiscalía Especial.

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PRO... 30/4/97

... 111 ...

65092 11349

507623 13005

11235

11514

11676

11214

SE8020

U POXBT 04 30 00834
mun exo icx

Doc. Poco legible

MEXICO-NARCOTRAFICO (ampliacion)
CIERRAN INSTITUTO ANTINARCOTICOS Y CREAN FISCALIA ESPECIAL

México, 30 abr (EFE).- La Procuraduría General de la República (PGR) de México anunció hoy la desaparición del Instituto Nacional para el Combate a las Drogas (INCD) y la creación de la Fiscalía Especial de los Delitos contra la Salud.

El titular de la PGR, Jorge Madrazo Cuellar, hizo oficial el anuncio de cambios radicales en las instituciones de prevención de la delincuencia, del que había advertido el martes en Atlanta (EEUU) el presidente de México, Ernesto Zedillo, cinco días antes de la visita a este país de su colega estadounidense, William B. Clinton.

Madrazo Cuéllar dijo que la desaparición del INCD es una determinación adoptada por la rápida descomposición de ese organismo, que fue creado en 1993.

Todo el personal que laboraba en el INCD ha tenido que someterse a minuciosos exámenes de selección, y sólo aquellos que los han aprobado pasarán a formar parte de la nueva fiscalía.

De un total de 160 miembros del INCD que se han sometido a esta evaluación, sólo 60 la han superado. Este grupo constituye la "célula básica" que se hará cargo de la lucha antidrogas en México en tanto se incorporan nuevos elementos.

Al frente de la Fiscalía Especial de los Delitos contra la Salud (FEDS) seguirá el hasta ayer titular del INCD, Mariano Herrán Salvatti, y el personal a su cargo tendrá elevados incentivos económicos y materiales que impidan su fácil corrupción ante el narcotráfico.

Además, la PGR buscará que el personal antinarcóticos reciba capacitación en instituciones de España, Francia, Italia, Gran Bretaña y Estados Unidos.

Respecto del entrenamiento de policías mexicanos por el FBI (Buró Federal de Investigación) de EEUU, Madrazo Cuéllar negó que se haya producido, al tiempo de señalar que sólo en Avila (España) están siendo capacitados actualmente una docena de agentes antinarcóticos mexicanos.

Madrazo Cuéllar dijo que éste es sólo el comienzo de la reestructuración total de la Procuraduría General de la República, el órgano encargado de la impartición de justicia y la lucha contra el crimen organizado.

La reestructuración de la PGR comenzó el 25 de febrero pasado con la creación de un grupo de trabajo integrado por juristas y especialistas de la institución, que analizaron la reforma del organismo y propusieron estrategias y métodos que facilitarán esta transformación.

La tarea se enfocó hacia el ámbito de los recursos humanos idóneos para el desarrollo de la persecución del delito, lo

9708518.

organi[illegible] informes a la distribución de cargas de trabajo de la institución, así como para el perfeccionamiento del sistema de enjuiciamiento penal en México.

La nueva fiscalía debe obtener resultados satisfactorios y a corto plazo, porque contará con personal capacitado, honrado y hábil en la lucha antidrogas, dijo Madrazo Cuéllar.

Reconoció que "se ha invitado a militares" con licencia para que se examinen a fin de poder ser aceptados en la FEDS, en cuyo caso "estarán sujetos a mandos civiles y leyes civiles".

Indicó que personal del INCD que no sea apto para la nueva fiscalía, por factores de conducta y antecedentes, estará registrado por la PGR para detectar si se suma a las bandas de narcotraficantes.

El presidente Zedillo anunció el martes en Atlanta (Georgia, EEUU) que su gobierno adoptaría medidas radicales para sanear la PGR y las instituciones encargadas de la prevención de la delincuencia, así como las unidades de inteligencia que se ocupan del combate al narcotráfico.

Durante su participación en la Conferencia Mundial de Noticias de Cable News Network (CNN), Zedillo advirtió de que "estamos a punto de dar un paso dramático y radical para cumplir mis lineamientos", con lo que anunciaba decisiones inminentes sobre remoción y limpieza en la PGR.

En diciembre de 1996, el presidente mexicano destituyó al entonces Procurador General de la República, Antonio Lozano Gracia, militante del opositor Partido Acción Nacional (PAN), por no haber logrado resultados satisfactorios en su gestión.

El INCD, que dependía de la PGR, quedó desprestigiado en la lucha contra el narcotráfico, al igual que las Fuerzas Armadas, cuando el 18 de febrero se descubrió que su titular, el general Jesús Gutiérrez Rebollo, y algunos de sus colaboradores estaban vinculados con el cartel de Ciudad Juárez.

Este hecho obligó a las máximas autoridades de México a reconocer que el narcotráfico se había infiltrado en puntos estratégicos de los instituciones de seguridad pública.

El "zar" antidrogas estadounidense, Barry McCaffrey, visitó México en dos ocasiones recientemente: la primera en un viaje por sorpresa a los pocos días del escándalo en el INCD, en febrero, y la segunda el pasado día 16.

En las últimas semanas México ha sido blanco de ataques por parte de algunos congresistas estadounidenses, que intentaron dar marcha atrás a la decisión adoptada el 28 de febrero pasado por el presidente Bill Clinton de otorgar a este país la certificación en su lucha antidrogas.

Autoridades mexicanas rechazaron que EEUU exigiera cambios en la lucha antidrogas, así como la extradición de narcotraficantes.

Jorge Madrazo Cuéllar negó hoy que la desaparición del INCD sea una presión política de Washington, pero consideró que contribuirá a una mejor relación bilateral. EFE

jar/mf/tr

04/30/20-52/97

NUEVO ORGANISMO PARA LA LUCHA CONTRA LAS DROGAS

México disolvió su corrupta agencia antinarcóticos

El gobierno reconoció que la agencia estaba infiltrada por los narcos • Hubo presiones estadounidenses por el próximo viaje de Bill Clinton a México

MOLLY MOORE
The Washington Post. Especial

Cinco días antes de la llegada del presidente estadounidense Bill Clinton, el gobierno mexicano disolvió su agencia antidrogas, tras verificar que en el organismo había un grado de corrupción alarmante.

El procurador general Jorge Madrazo Cuellar anunció el miércoles por la noche que la institución fue eliminada por "la deplorable infiltración que las organizaciones criminales tenían en la agencia... y su ineficiencia demostrada en el desmantelamiento de los carteles de la droga".

El tráfico de drogas y la inmigración ilegal hacia Estados Unidos, serán los temas principales durante la visita de 48 horas que iniciará Clinton a México el lunes, indicó el embajador de Washington en ese país, James Jones.

> "La agencia fue ineficiente en el desmantelamiento de los carteles narcos", dijo el fiscal general



COMBATE. Policías judiciales a la caza de narcotraficantes en el norte de México.

El Instituto Nacional de Combate al Narcotráfico, cuyo director general está en prisión desde febrero por cargos de tráfico de drogas, se había convertido en un verdadero símbolo de la corrupción que abarca a todo el sistema de justicia criminal mexicano.

Creado hace cuatro años

Las investigaciones en marcha muestran que algunos narcotraficantes estaban tan seguros de su poder, que hasta enviaban a sus secuaces a los mismos cuarteles de la agencia en la Ciudad de México, para que mantuvieran reuniones y pagaran sobornos a los funcionarios antinarcóticos.

Madrazo dijo en una conferencia de prensa que el instituto será reemplazado por una unidad de agentes antidroga más pequeña, de apenas 60 funcionarios, que operará en forma coordinada con la oficina del fiscal general. Sin embargo, estos funcionarios están siendo reclutados entre los 160 que ya integraban la agencia.

"En realidad esto no va a resolver el problema", dijo Victor Clark, un activista de derechos humanos con sede en Tijuana, quien monitorea el sistema de justicia criminal mexicano. "Esta medida está destinada a satisfacer la presión política de Estados Unidos más que a combatir el crimen organizado", agregó Clark, en referencia a la inminente visita de Clinton.

En las últimas semanas México ha sido blanco de ataques por parte de algunos congresistas estadounidenses, que intentaron dar marcha atrás a la decisión adoptada el 28 de febrero por el presidente Clinton de otorgar a este país la certificación en su lucha antidrogas.

El disuelto instituto antinarcóticos fue creado hace cuatro años con la esperanza de que se convirtiera en una agencia honesta y respetada. Sin embargo en el nuevo organismo no hay garantías de que se resuelva el problema más general de corrupción.

"Ahora la corrupción es evidente, a la luz del día y descarada, y entre los anuncios del gobierno mexicano no he visto nada que pueda marcar un cambio", afirmó John Walters, vicedirector de la oficina de coordinación de la política antinarcóticos durante el gobierno del republicano George Bush. "Poner cinco helicópteros, o nueve unidades más o menos, es nada más que cambiar el ropaje. Para el mercado de la droga todo esto es cháchara".

Madrazo, por su parte dijo que la nueva agencia se llamará Oficina Especial del Procurador General para Crímenes contra la Salud, y que todos sus agentes están siendo sometidos a exámenes psicológicos y físicos, además de una cuidadosa revisión de sus cuentas bancarias y antecedentes. □

Primer viaje de Clinton a la región

La visita de dos días que el presidente estadounidense, Bill Clinton, iniciará el próximo lunes a México, será la primera oportunidad en que el mandatario viaje a Latinoamérica en más de cuatro años de mandato.

La gira seguirá por Costa Rica, donde Clinton se entrevistará con siete presidentes del área centroamericana, y luego hacia Barbados para reunirse con mandatarios caribeños.

El presidente estadounidense tenía previsto viajar también a la Argentina y el Brasil en abril, pero un pequeño accidente casero que sufrió en marzo le significó la inmovilización de su pierna derecha y la cancelación del viaje. Esa gira se realizará en octubre, e incluirá la Argentina, el Brasil y Venezuela.

El asesor presidencial para Asuntos Latinoamericanos, Thomas McLarty, enfatizó que estas dos giras "abren el camino que conducirá a la cumbre presidencial de mandatarios americanos en Santiago, Chile, a principios de 1998".

La inclusión de Chile en el bloque formado ya por el Canadá, México y EE.UU. sentaría las bases de la planeada Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

WASHINGTON. ANSA

Nº DOCUMENTO 9708549

TITULO Comando Sur: 2 militares argentinos fueron designados en Centro Regional del Caribe.

PROCEDENCIA CLARIN 30/4/97

11176 1349
65092
66960
81059
65890
1357

COMANDO SUR DE EE.UU.

Argentinos rastrean narcos en el Caribe

Los dos militares argentinos que fueron designados enlaces con el Comando Sur del ejército de los Estados Unidos se encuentran realizando tareas de coordinación en el Centro Radar del Caribe, con base en Panamá, para la detección de aviones de narcotraficantes, afirmaron a **Clarín** fuentes estadounidenses.

Se trata de un coronel del Ejército y un oficial de la Fuerza Aérea que fueron enviados por el Gobierno el mes pasado a la base del Comando Sur en Panamá, y que ahora se trasladan a Miami.

De acuerdo a un vocero del comando Sur del ejército estadounidense, los enlaces argentinos realizan las siguientes tareas en el rastreo de vuelos ilegales hacia el sur del subcontinente:

- "Desempeñarse como asesor especial del vicedirector, para coordinar asuntos de antidroga entre el grupo de trabajo conjunto interagencias sur y su personal designado".
- "Coordinar la implementación del apoyo del grupo de trabajo conjunto interagencias sur a planes antidroga e iniciativas de sus fuerzas designadas".
- "Proporcionar comunicación directa con el personal designado de su nación, coordinando recursos y facilitando la explicación de las operaciones, al mismo tiempo que proporciona actualizaciones periódicas de la situación al personal designado de su nación".

Consultado el vocero sobre si el ejército estadounidense tenía interés en controlar los vuelos ilegales en el Cono Sur, respondió que "el Comando Sur de Estados Unidos tiene interés en asistir a todas las naciones de América del Sur para mantener la soberanía de su espacio aéreo contra vuelos ilegales".

Sobre la cooperación con el gobierno argentino, el vocero explicó que "el Comando Sur de Estados Unidos proporcionará apoyo a la Argentina en temas referidos a la protección de la soberanía nacional y a los esfuerzos por incrementar la cooperación regional. Los narcotraficantes no reconocen fronteras internacionales, de modo que el problema de la producción de narcóticos y el tráfico de drogas no es el problema de una nación".

Con los datos precisos

Por ahora, debido a la falta de recursos, el Comando Sur del ejército estadounidense concentra sus esfuerzos sobre la amenaza que representan zonas que son fuentes de cocaína en Perú y Colombia. Se trata sólo de dar información a esos países sobre los vuelos ilegales, según voceros americanos.

Doc. Poco legible.

01-01

9708519

Nº DOCUMENTO 9708520

TITULO Honduras: Pte señala su país como punto de tránsito y lavado.

PROCEDENCIA AGENCIA 1/5/97

CIRCULACIONES 11146 / 65092 / 66153 / 11227 / 11233 / 11227 — 11333

X07993

R POXBT 05-01 0032 ..
asp exg

HONDURAS-NARCOTRAFICO
REINA DICE HONDURAS PAIS DE TRANSITO DROGAS Y LAVADO DOLARES

Tegucigalpa, 30 abr (EFE).- El presidente de Honduras, Carlos Roberto Reina, dijo hoy que su país es puente del narcotráfico y de "lavado" de dólares, delitos que todavía no han sido tipificados en las leyes nacionales.

"Somos un país de tránsito de drogas y de lavado de dólares", remarcó Reina al explicar que "la droga que se produce en el sur y se consume en el norte, pasa por el centro, por lo que somos un país en grave riesgo".

Reina subrayó que el "lavado" de dólares "es casi una leyenda", y que nadie dice en qué se constituye, quién es el responsable y cuál es su origen.

Añadió que ese delito se ha convertido en "uno de los flagelos del fin de siglo", del mismo modo que la droga; y que para el combate del "lavado" de dólares y el narcotráfico es necesario una ley rigurosa para que los que se dedican a esas actividades no sigan teniendo espacios para actuar.

Sobre el problema de la criminalidad y la delincuencia común, Reina dijo que son muchos los factores que contribuyen a incrementarla, entre los que señaló la desintegración de la familia, lo que ha creado bandas de jóvenes armados conocidas como "maras".

La libre circulación en las fronteras de Centroamérica también ha contribuido a la violencia, añadió Reina, a la vez que destacó que el proceso de integración regional tiene cosas positivas.

En lo que respecta al trabajo de la policía, a la que los delincuentes tienen literalmente "contra la espada y la pared", el Presidente declaró que los agentes de la Fuerza de Seguridad Pública por lo general están mal armados, casi desprotegidos.

Reina considera que hay que darle el equipo adecuado a los "defensores de la tranquilidad de la población".

También se refirió a la necesidad del traspaso de la policía al poder civil, lo que se ha demorado por cuestiones políticas de los partidos Nacional, primera fuerza de oposición, y el Liberal, en el poder.

El Presidente remarcó que "la policía civil no puede tener color político, porque entonces deja de ser garante de los deseos de la paz social".

Otro problema que hay que combatir en el país es la impunidad, para lo cual se necesita una reforma a las leyes para que haya agilidad de la justicia, acotó.

"La justicia tardía no es justicia", dijo el presidente de Honduras. EFE

GR/JBB/JLM/PG

Doc. Poco legible.

05/01/00-44/97

01-01

9708520.

Nº DOCUMENTO 9708521
TITULO Brasil: Otra compañía se adhiere a plan antidrogas en el trabajo. -
PROCEDENCIA ZERO HORA
FECHA DE PROCEDENCIA 8/5/97
VINCULACIONES 11176
65092
507482
11369
11374
11349

Corag adere à campanha contra drogas no trabalho

Programa é resultado de um convênio entre o Sesi e as Nações Unidas

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag) tornou-se ontem a terceira empresa a implementar o Projeto de Prevenção ao Uso de Drogas no Trabalho e na Família. Outras 35 indústrias gaúchas – num total de 35,9 mil trabalhadores – já aderiram à campanha e estão se preparando para implantar o programa, fruto de um convênio entre o Serviço Social da Indústria (Sesi/RS) e o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional das Drogas. "O aspecto inovador deste projeto é o fato de seu foco estar na valorização da vida", explica Leda Pereira, assistente social do Sesi/RS e coordenadora da campanha. "Por meio deste novo modelo, estamos atacando as causas que levam uma pessoa a se drogar."

O papel do Sesi é repassar às empresas a metodologia elaborada pelas Nações Unidas, que já vem sendo utilizada em cinco países (México, Egito, Polônia, Sri Lanka e Namíbia). Em cada empresa participante, uma comissão é formada para pesquisar o perfil dos trabalhadores e, a partir dele, montar uma estratégia de ação.

Um levantamento do Sesi indica que 45% dos trabalhadores gaúchos bebem sistematicamente

Várias atividades – como passeios, jogos e eventos culturais – são planejadas, envolvendo o funcionário e sua família. "A empresa assume o desenvolvimento de ações atenuadoras do estresse, que é um grande causador do consumo de drogas", afirma Leda. Conforme um levantamento feito pelo Sesi, cerca de 45% dos trabalhadores gaúchos bebem sistematicamente. Por isso, o alcoolismo é o inimigo número um da campanha. "O álcool, por ser culturalmente aceito, é a droga mais disseminada", observa Leda.

Depois de uma fase inicial, em que foi feito o diagnóstico da empresa, ontem foi deflagrada a parte prática do projeto na Corag. Os 280 funcionários da gráfica tiveram um almoço especial, com cardápio verde acompanhado de atrações teatrais e musicais. Hoje, os trabalhadores estão convidados a participar de um passeio de barco pelo Rio Guaíba. "Estão agendadas várias atividades que valorizam a vida saudável", anuncia Gil Soares Almeida, presidente da Corag. "O uso do drogas prejudica a família e interfere na produtividade das empresas."

Doc. Poco Legible

Ceará afasta 36 policiais civis e militares

Agentes são citados em relatório sobre corrupção, suspeitos de tráfico, assaltos e homicídios

RODOLFO SPINOLA
Especial para o Estado

FORTALEZA — O general Cândido Vargas Freire, secretário de Segurança do Ceará, anunciou ontem a instauração de 49 procedimentos, entre afastamentos preventivos e suspensões, de 27 policiais civis e 9 policiais militares, envolvidos com o tráfico de drogas, extorsões, assaltos e até assassinatos em Fortaleza.

Ele tomou a decisão a partir de relatório parcial elaborado por uma comissão de promotores e advogados, sob a presidência do procurador-geral de Justiça, Nicefaro Fernandes, nomeada pelo governador Tasso Jereissati, para apurar as denúncias de corrupção nas Polícias Civil e Militar, feitas pelo agente policial João Alves França.

O ex-secretário de Segurança Francisco Quintino Farias, que até o mês passado exercia o cargo de delegado-geral de polícia, e o delegado Jorge Luiz Souza de Oliveira foram afastados e suspensos preventivamente por meio da portaria nº 379/97-G, assinada pelo general Freire. Eles perderam, conseqüentemente, insígnias e identidade de policial, armas, algemas e gratificação por risco de vida. Os dois, que perderão 40% em seus vencimentos, exercerão nos próximos 60 dias funções burocráticas, até que sejam concluídos os respectivos processos administrativos.

Delegados — Tambem foram afastados preventivamento os delegados José Jaime de Paula Pessoa, Milton Castelo Filho, Jocel Bezerra Dantas, José Maurício Cardoso Amora Tindô, Francisco Elcimar Rabelo e Marcos André Rodrigues da Silva, alem dos policiais civis Luiz Henrique Ferreira de Menezes, Blanchard Pereira Passos, Adhail da Costa Firmeza, José Queiroz Pinheiro, Gilberto de Andrade Baltazar, Fávio Cordeiro dos Reis, Antônio José Augusto de Oliveira, Francisco Moacir Carvalho de Araújo e Francisco Azevedo Moura.

Receberam suspensão preventiva os policiais civis Luciano Lage Girão, Irapuan da Fonseca, Antônio Maurício Pinheiro Jucá, Carlos Dário Aguiar Pontes, João Duarte de Oliveira, Francisco Lima de Souza, José Djacir Rocha Nogueira, Isaac Filho Uchoa da Rocha, Emanuel Valberto Lima Menezes e o denunciante João Alves França, que se encontra preso numa cela de segurança máxima na Polícia Federal.

DENÚNCIAS PARTIRAM DE AGENTE PRESO

Na área da Polícia Militar, estão presos em quartel da corporação e submetidos a um Conselho de Justificação os capitães José Valder de Aguiar Serra Junior, Isaac Newton Brasil Bulamarqui e Antônio Aginaldo de Oliveira, os sargentos Genilson César Soares Bonfim, Marcus Augusto Oliveira de Souza e Ageu Romero Monteiro e os soldados Glauco Sérgio Soares Bonfim, Francisco Ribeiro Junior e Francisco de Assis Rocha Rodrigues.

"Todos os acusados terão pleno direito de defesa", afirmou o general. "Estamos aguardando, apenas, que a Assembléia aprove a mensagem enviada pelo governador Tasso Jereissati, reestruturando o sistema de segurança do Estado, unificando as Polícias Civil e Militar, para indicarmos um corregedor-geral, a quem competirá acompanhar cada um destes procedimentos."

Ontem, o Tribunal de Justiça do Ceará rejeitou pedido de harbeas-corpus para o agente João Alves França, preso na Polícia Federal desde 1º de março. Seu advogado, Fávio Jacinto de Oliveira, argumentou a inexistência de motivos para que continue preso. Ele é acusado de receptar objetos roubados e formação de quadrilha. Foi preso quando dirigia um carro roubado em Fortaleza.

Nº DOCUMENTO 9708523

TITULO

PROCEDENCIA O ESTADO S. PAULO

FECH. 1/5/97

VINCULACÃO

CRIMINALIDADE

Droga atinge 72% de menores pobres do Recife

Pesquisa do Movimento Estadual de Meninos e Meninas de Rua com 318 garotos revela até uso de entorpecentes pesados, como cocaína e crack; 58% confessaram-se dependentes

ANGELA LACERDA

RECIFE — Uma pesquisa divulgada ontem pelo Movimento Estadual de Meninos e Meninas de Rua revelou que 72,7% de 318 crianças de 10 a 17 anos que vivem nas ruas ou favelas do Grande Recife já experimentaram pelo menos um tipo de droga, incluindo as pesadas. Destas, 58% confessaram-se dependentes. O restante garantiu não fazer mais uso de nenhuma delas.

Dos que já tiveram contato com drogas, 15% experimentaram cocaína ou crack; 34% fumaram maconha; e 33% cheiraram cola de sapateiro. Cinqüenta por cento já fumaram cigarro; 46% beberam cachaça e 40% consumiram algum tipo de barbitúrico.

Foram entrevistadas crianças e adolescentes de oito localidades pobres de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, das quais 41% moram com os pais, 77,9% já passaram pela escola, mas não estudam atualmente, e 7,6% moram nas ruas. Trinta e três por cento são do sexo feminino e 77,9% são negros.

A coordenadora estadual do movimento, Helena Jansen, considerou "assustador" o resultado da pesquisa, especialmente pela presença do crack e da cocaína na vida de parte desses menores. Realizada durante abril, por meninos das comunidades sob a orientação de educadores do movimento, a pesquisa foi apresentada ontem a várias entidades governamentais e não-governamentais, na Câmara de Vereadores do Recife.

RESULTADO FOI CONSIDERADO "ASSUSTADOR"

Plano — "O objetivo é que juntemos esforços visando um trabalho que ajude a curar os viciados e a prevenir a utilização de drogas por quem ainda não experimentou ou se tornou dependente", afirmou Helena. Segundo ela, o Conselho Estadual de Entorpecentes, presente ao encontro, vai dar o primeiro passo com a realização de um seminário, ainda sem data marcada, para elaborar um plano de atuação conjunto.

De acordo com a pesquisa, 34% dos menores atribuíram a experiência com drogas à influência de amigos, enquanto 13% a problemas familiares. Dos 318 entrevistados, 26,6% asseguraram nunca ter tido contato com nenhuma droga e 14,7% concluíram o primeiro grau.

NÚMEROS DO VÍCIO

(Em %)

72,7 já experimentaram pelo menos um tipo de droga	**26,6** nunca consumiram entorpecentes	**15** consumiram cocaína ou crack	**34** fumaram maconha
33 cheiraram cola de sapateiro	**50** fumaram cigarro	**46** beberam cachaça	**40** tomaram algum tipo de barbitúrico

41 moram com os pais	**7,6** moram nas ruas	**77,9** já passaram pela escola, mas não estudam atualmente	**33** são do sexo feminino	**77,9** são negros

Doc. Poco legible

01 - 01

9708523.

Suspeitos de tráfico incendeiam avião brasileiro no Peru

LIMA — Uma avião de inscrição brasileira foi incendiado no sábado por seus ocupantes, suspeitos de tráfico, em uma pista clandestina na selva da região de Nohaya, no Peru, próximo da fronteira com o Brasil. O aparelhc havia invadido o espaço aéreo peruano e foi dectado pela Força Aérea do Peru (FAP), que ordenou aos ocupantes por rádio que permanecessem no local até a chegada da polícia.

Os suspeitos atearam fogo no avião e fugiram antes que os policiais contactados pela FAP chegassem. O incidente só foi revelado ontem pelo comando da FAP, em Lima.

Autoridades peruanas acreditam que o avião sobrevoava a região de Nohaya, no departamento de Ucayali, ao nordeste de Lima, com objetivo de embarcar drogas para transportá-las até a Colômbia, atravessando o espaço aéreo brasileiro.

No aparelho, que ficou parcialmente destruído, não havia vestígios de entorpecentes. Foi o quarto avião detectado este ano pelas forças de segurança peruanas que combatem o narcotráfico na região de selva.

Nº DOCUMENTO 9708525

TITULO

PROCEDENCIA AGENCIAS

FECHA DE PROCESO 1/5/97

VINCULACIONES

XA9516

U POXBT 05-01 00316

mun exg

MEXICO-NARCOTRAFICO

DETENIDOS DOS MIEMBROS DEL CARTEL QUE LIDERA AMADO CARRILLO

México, 30 abr (EFE).- Agentes de la Policía antidrogas de México detuvieron a dos miembros del cartel de las drogas de Ciudad Juárez, que encabeza Amado Carrillo Fuentes alias "el señor de los cielos", informó hoy la Procuraduría General de la República (PGR).

Jaime González Gutiérrez, apodado "El Jaimillo", y Jorge Varela Martínez o Antonio Nájera Jiménez, alias "el Toño", "la maestra" o "el licenciado", ingresaron en la cárcel de alta seguridad de Almoloya, a 65 kilómetros al oeste de la capital mexicana, señaló la PGR en un comunicado.

En la captura de los integrantes del cartel de Ciudad Juárez -de cuyas funciones dentro de la organización criminal no se informó- participaron también miembros de la Secretaría de la Defensa Nacional, señaló la Procuraduría.

Los dos integrantes del cartel de Ciudad Juárez han sido acusados de delitos contra la salud y cohecho, por haber ofrecido, a cambio de su libertad, 100.000 dólares a los policías y militares que les detuvieron.

La Procuraduría informó de que "el Jaimillo" tiene pendientes varias órdenes de captura en Estados Unidos por conspiración para transportar cocaína, aunque no precisó si serán extraditados a Estados Unidos.

Por su parte, "el licenciado" está señalado como jefe de una célula del cartel de las drogas de Juárez en la ciudad de Nogales, en el estado de Sonora, desde donde introducía drogas a Estados Unidos.

El sábado pasado, la Procuraduría descubrió los cadáveres de dos agentes judiciales que trabajaban en la localización de Carrillo Fuentes, considerado el narcotraficante más buscado por las autoridades mexicanas.

Los dos policías, encontrados en el maletero de un automóvil abandonado en la capital mexicana, rastreaban el posible domicilio de Amado Carrillo y de miembros de su grupo criminal, como su hijo Vicente Carrillo Leyva, su hermano Vicente Carrillo Fuentes o Eduardo González Quirarte, uno de sus lugartenientes. EFE

JTH/MF/FMR/PG

05/01/03-33/97

Doc. Poco legible.

DOCUMENTO 9708526

TITULO EUA: Podem reduzir penas por porte de crack.

PROCEDENCIA O Estado S. Paulo

FECHA 1/5/97

VINCULACIONES 11176

65890

11354 11349

65092

11233

EUA podem reduzir pena para quem porta crack

Comissão recomenda que ela seja parecida com a prevista para tráfico de cocaína em pó

ROBERT L. JACKSON
Los Angeles Times

WASHINGTON — A Comissão de Condenações Penais recomendou que as punições para o tráfico de crack sejam mais parecidas com as previstas para o tráfico de cocaína em pó. A recomendação foi feita terça-feira e endossa antiga reivindicação de líderes negros dos Estados Unidos.

Desde 1986, a lei federal determina um mínimo de 5 anos de prisão para quem é detido com 5 gramas de crack. Quem é preso com mais de 10 gramas pode ser condenado a penas que vão de 10 anos a prisão perpetua. No caso da cocaína, um infrator precisa estar portando 500 gramas para pegar uma sentença de 5 anos.

A Comissão de Condenações Penais foi unânime em concordar que a diferença entre as punições deve ser reduzida. Mas observou que isso não é uma "questão exata". Por isso, a comissão não recomendou que as penas sejam iguais, mas que se estudem várias possibilidades.

Diz a comissão: "Para a cocaína em pó, a atual quantidade mínima de 500 gramas para uma sentença mínima obrigatória de 5 anos deve ser reduzida a um nível entre 125 e 375 gramas e, para o crack, o mínimo de 5 gramas deve ser aumentado para 25 e 75 gramas."

O presidente Clinton, que há dois anos rejeitou proposta da comissão de igualar as sentenças para ambos os casos, elogiou as recomendações para diminuir a disparidade entre as condenações por posse de crack e de cocaína. "Minha administração vai considerar isso seriamente", disse.

MEDIDA É REIVINDICAÇÃO DOS LÍDERES NEGROS

A aprovação pelo Congresso, de maioria republicana, é mais incerta. Os deputados negros tem insistido em acabar com as disparidades nas condenações. Eles dizem que penas mais pesadas pelo porte de quantidades mínimas de crack atingem injustamente os infratores negros, especialmente porque a cocaína em pó é mais comum entre consumidores brancos. Os estudos comprovam que 96% dos condenados por porte de crack são negros ou latinos.

Doc. Poco Legible.

OL-02

9708526

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencia

26/5/94

11176

65092

65890

HAY OTRO.

R FOXBT 05-26 00274

EEUU-DROGAS

CONTROVERSIA SOBRE SANCIONES A POSEEDORES DE CRACK Y COCAINA

Washington, 26 may (EFE).- La propuesta de equilibrar las sanciones carcelarias de quienes posean crack y cocaína ha despertado una controversia legal entre el Departamento de Justicia y la Oficina Nacional de Lucha Antidrogas de EEUU.

Fuentes oficiales han señalado hoy en Washington que el conflicto surgió después de que el presidente, Bill Clinton, solicitara a ambos departamentos su criterio legal sobre las penas que deben imponerse a los traficantes de drogas.

La actual legislación sanciona con cinco años de cárcel a los que son detenidos con 5 gramos de crack, pena similar para quienes son apresados con 500 gramos de cocaína, una desproporción que la Comisión de Sentencias de EEUU recomendó reducir a principios de abril.

El general retirado y "zar antidrogas" de EEUU, Barry McCaffrey, según las fuentes, ha recomendado que la sanción sea la misma, mientras que los abogados del Departamento de Justicia insisten en imponer sanciones más altas contra los detenidos por posesión de crack.

Esa desproporción en las penas carcelarias fue criticada por grupos defensores de los derechos civiles de los negros, ya que la mayoría de presos que cumplen condena por posesión de crack pertenecen a esta minoría.

Dichos grupos consideran que esas sanciones son racistas comparadas con la tolerancia que hay hacia los blancos que son detenidos por posesión de cocaína, droga que consumen normalmente.

Clinton espera una recomendación del "zar antidrogas" y de los abogados del Departamento de Justicia para esta semana, antes de acudir al Congreso para presentar la solicitud de la enmienda a la ley que sanciona la posesión de crack y cocaína. EFE

frb/mla/sah/rt

05/26/18-16/9

02-02

9708526

NY4442

R YARDT 05 02 00172
mun exf jcr

NUEVA YORK-DROGA
GOLPE AL NARCOTRAFICO PROVOCA FUERTE SUBIDA PRECIO COCAINA

Nueva York, 2 may (EFE). El precio de la cocaína se ha duplicado en los últimos meses en Nueva York, según datos de la Administración Estadounidense Antinarcóticos (DEA), que relaciona esta subida con las recientes operaciones en las que se ha confiscado grandes cantidades de dicha droga.

Un kilo de cocaína se vende ilegalmente en esta ciudad a un precio de 35.000 dólares, comparado con los 17.000 dólares que costaba hace unos meses, según comprobaron agentes de la DEA.

Los investigadores atribuyen este incremento del precio de la droga a los fuertes golpes asestados a este comercio, entre los que destaca el caso un camión procedente de Texas con una carga de zanahorias en la que fueron encontrados más de 1.000 kilos de cocaína.

En esa operación y otra relacionada, en la que fueron confiscados otros 203 kilos de cocaína, las autoridades estadounidenses detuvieron en el barrio neoyorquino de Queens al mexicano Geraldo Gonzales, considerado por los fiscales como un destacado narcotraficante.EFE

pdp/fjc

05/02/16 34/07

Doc. Poco legible.

Nº DOCUMENTO 9708527

TITULO N. YORK: Golpe al NT provoca fuerte subida del precio de la cocaína. -

PROCEDENCIA Agencias 2/5/97

11446

65092

65890

111686

11354

111066

9708527.

XE3102

R DONET 05 02 00354
mun cnr in.

COLOMBIA DROGAS
JEFE CARTEL CALI "CHUPETA" SOLO PERMANECERA DOCE AÑOS CARCEL

Bogotá, 2 may (EFE).- El narcotraficante colombiano Juan Carlos Ramírez Abadía, alias "Chupeta", uno de los jefes del cartel de Cali, permanecerá en la cárcel sólo doce años al rebajar su pena hoy el Tribunal Nacional, informó su abogado Pedro Arboleda.

"Chupeta" había sido condenado inicialmente a 24 años de cárcel, pero el tribunal redujo su pena un año y, adicionalmente, con los descuentos automáticos, purgará sólo doce años y siete meses gracias a los beneficios que otorga la justicia a quienes se entregan y deciden colaborar con ella.

Ramírez Abadía, uno de los cuatro "capos" de la organización criminal de Cali que solicita en extradición Estados Unidos, se entregó voluntariamente a las autoridades el 15 de marzo de 1996 para acogerse a los beneficios de la política de sometimiento de narcotraficantes.

El abogado Arboleda explicó hoy que su cliente resultó favorecido por acogerse a la "sentencia anticipada" y confesión.

La política de sometimiento colombiana ofrece la posibilidad de una rebaja de penas a los delincuentes que reconocen sus delitos y delatan a sus cómplices ante los jueces de sus causas (sentencia anticipada).

Ramírez Abadía confesó los delitos de narcotráfico, enriquecimiento ilícito, concierto para delinquir y testaferrato.

Arboleda dijo que "Chupeta" entregó voluntariamente once inmuebles, dos millones de dólares en efectivo y un millón de dólares más en fondos de deuda pública, es decir, casi seis millones de dólares en total.

El considerado "heredero" de los grandes jefes del cartel de Cali ingresó unas veinte toneladas de cocaína en Estados Unidos, según autoridades de ese país.

A Ramírez Abadía, preso en una cárcel de Cali, se le considera uno de los narcotraficantes que "abrió rutas" nuevas para el envío de la droga.

Para hacer efectiva su colaboración, "Chupeta" dijo durante la etapa de sentencia anticipada que entregaba los bienes "como pago por el daño hecho a la sociedad".

Junto a "Chupeta", las autoridades de Estados Unidos reclaman en extradición a los hermanos Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela y a Helmer Herrera, todos recluidos en cárceles de máxima seguridad de Bogotá y de Cali. EFE

RRM/mmg/fr

05/02/18 01/97

Doc. Poco legible.

01-01

Nº DOCUMENTO 9708528

TITULO

U-7 1/45 Noticias 2/5/97

Pinápolis

SEMINARIO SOBRE DROGAS

La Asociación de Psiquiatras del Interior -API- realizará mañana en Pinápolis un Seminario Taller sobre el «Impacto del Abuso de Drogas y Alcohol en el Interior de la República», evento al que asistirán reconocidos técnicos y especialistas, así como jerarcas y representantes del Ministerio de Salud Pública (MSP) y la Junta Nacional de Drogas. El encuentro, declarado de interés nacional por el Poder Ejecutivo y auspiciado por el MSP, la Federación Médica del Interior (FEMI) y Asistencial Médica de Maldonado, tendrá lugar en el Argentino Hotel.

La apertura estará a cargo del titular de API, Dr. Ricardo Castelli y del Subsecretario del MSP, Dr. Gustavo Amen.

A las 9.30 el Dr. Pedro Bustelo, de la Junta Nacional de Drogas, expondrá acerca de «Aspectos epidemiológicos». A las 10, los Dres. Angel Ginés de la Cátedra de Psiquiatría, Ariel Montalbán, de la Facultad de Medicina, Edgardo Mier, de la FEMI, y Angel Valmagia, de la Sociedad de Psiquiatría, abordarán los «Enfoques institucionales».

Doc. oscuro.

01-02

9708529.

DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA LA MAÑANA

8/5/97 pag 5

La prevención como camino

En un seminario realizado en Piriápolis, Scavarelli insistió en que ésta sería la mejor forma de combatir la droga

EL prosecretario de la Presidencia de la República y Secretario de la Junta Nacional de Drogas, Alberto Scavarelli, afirmó rotundamente que la prevención es el mejor camino que puede recorrerse para combatir el flagelo de la droga.

En un seminario sobre el "Impacto del abuso de drogas y alcohol en el Interior de la República", realizado en Piriápolis bajo la organización de la Asociación de Psiquiatras del Interior, Scavarelli subrayó que está probado, que hay gente que consume estupefacientes para superar la ansiedad del fracaso y otra que también consume para superar el éxito. Dijo el funcionario que " La droga llega a la gente que está privada de toda ilusión por falta de medios materiales y llega a la gente que saturada de tanto tener ya no encuentra un horizonte por el cual vivir".

"Quiere decir, entonces, que será necesario trabajar intensamente en el campo de la prevención para crear conciencia de que la drogadicción no permite sortear las dificultades en ninguno de los casos".



En un seminario organizado en Piriápolis por la Asociación de Psiquiatras del Interior, Scavarelli insistió en la prevención como la mejor forma de combatir la droga

ROL DE LOS PSIQUIATRAS

Scavarelli apuntó en la jornada inaugural que el rol del psiquiatra en la prevención es esencial, señalando que existe la plena convicción de que hay mucho por hacer, aunque reconoció que bastante camino se ha recorrido y que en tal sentido nuestro país puede convertirse en un ejemplo para el resto de las naciones americanas.

El seminario contó con la participación del Subsecretario del Ministerio de Salud Pública, Gustavo Amén, el Presidente de API, Ricardo Castelli, calificados profesionales de la psiquiatría y expertos y técnicos de distintas organizaciones vinculadas a esta temática.

ADICCIÓN: UNA ENFERMEDAD

Durante su intervención, Amen destacó que el adicto no es un delincuente sino una persona enferma, lo que muchas veces no se considera, entendiendo que la represión puede ser importante pero no ataca la causa y por tanto no rehabilita al individuo.

Destacó el aporte del cuerpo de psiquiatras al interesarse por el tema, señalando que habrá que trabajar desde todos los sectores para encontrar caminos alternativos.

El Presidente de API aseguró que este tema es multifacético ya que "confluyen problemas sociales, de familia, de adolescentes, políticos y económicos - apuntó Castelli - nos exige al máximo y debemos responder como corresponde".

02-02

9708529

DOCUMENTO 9708530

TITULO ARG. "OPERATIVO STRAWBERRY". Incautan [illegible] de cocaína.

PROCEDENCIA PAGINA 12

FECHA 9/5/97

VINCULACIONES 11176, 65092, 66960, 11351, 11352, 11354, 11615, 11224, 11349, 11666, 11226, 10184, 500145, 11214, 11429, 11610

DECOMISAN EL MAYOR CARGAMENTO DE COCAINA EN LA HISTORIA ARGENTINA

UN MENU DE FRUTILLAS CON CREMA

Un cargamento de más de dos toneladas de cocaína, oculta en tambores de pulpa de frutilla, fue decomisado en la denominada Operación Strawberry. Fueron detenidas 16 personas de la banda, que era dirigida por un colombiano, un brasileño y un argentino. La droga provenía de Colombia y tenía por destino final Alemania: su valor rondaría los 120 millones de dólares.

El secuestro de unos 2150 kilos de cocaína y la detención de dieciséis personas era hasta anoche el resultado parcial de la denominada Operación Strawberry, la mayor en la historia de la lucha contra el narcotráfico en la Argentina, aunque recién se había examinado uno de los dos containers que fueron incautados por la policía. El decomiso del cargamento, valuado en 120 millones de dólares –cifra que podría multiplicarse por diez una vez "cortada" la droga para su venta– generó una rápida disputa por la paternidad del operativo. El jefe de la Policía Bonaerense, Adolfo Vitelli, y su par de la Federal, Adrián Pelacchi, se hicieron presentes en el lugar donde se pesaba la droga incautada, un depósito en la localidad de General Pacheco. El comisario en disponibilidad Mario Naldi, echado de la Bonaerense meses atrás, también se hizo presente, para adjudicarse el inicio de la investigación, y voceros del Gobierno dijeron que fue el propio presidente Carlos Menem el que ordenó el operativo, que en un primer momento se iba a llevar a cabo en Hamburgo, destino final de la droga, con el fin de apresar a la conexión alemana de la banda. Los jefes de la organización local eran un ciudadano colombiano, un brasileño y un argentino. Entre los detenidos hay también dos despachantes de Aduana, uno de ellos su-

DyN



Los jefes de la Policía Federal, Adrián Pelacchi, y Bonaerense, Adolfo Vitelli, se felicitan mutuamente.

Ayer todos se hicieron presentes ante las cámaras para disputar el rédito de la operación.

Naldi volvió a escena

"Yo estoy acá como un curioso más." El ex comisario mayor Mario Naldi intentó justificar así su presencia en el operativo Strawberry. Pero más que un curioso, el ex policía parecía ser parte de lo que pasaba. Hecho más que llamativo si se tiene en cuenta que el hombre fue exonerado por el gobierno provincial en el marco de las recientes purgas. En rigor, Naldi tuvo una activa participación en la investigación cuando todavía estaba en actividad. "Personal mío siguió trabajando allí y hemos seguido en contacto para ver cómo marchaba la investigación", terminó por admitir.

Doc. Poco legible.

01-09

9708530

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES

hoficial de la Policía Federal, un contador y un escribano, según revelaron fuentes cercanas a la investigación.

"La droga hunde" decía una de las calcomanías pegadas en uno de los dos camiones que interceptó la policía el miércoles, en la Autopista Panamericana, cuando se dirigía desde Pacheco hasta el puerto de Buenos Aires. La frase se convirtió en una realidad para quienes pretendían exportar la droga –proveniente de Colombia– hacia Europa. Los dos vehículos fueron llevados hasta el lugar de donde habían salido, el depósito de la empresa Viardot SA, dedicada a la importación de frutas, y allí se procedió a abrir el cargamento, un proceso que se inició el miércoles a la tarde, continuó ayer durante todo el día y se prolongará hoy.

Fuentes de la División Narcotráfico Zona Centro de la Policía Bonaerense revelaron que la investigación se inició a principios de 1996, cuando el comisario Naldi obtuvo el dato a partir de la infidencia de un narcotraficante arrepentido, presuntamente miembro de la organización. A partir de entonces se le dio intervención al juez federal de San Isidro, Roberto Marquevich, quien dispuso una serie de intervenciones telefónicas y videofilmaciones, a cargo de agentes de la SIDE.

Otras fuentes aseguraron que la pista inicial la aportó el Bundest Kriminal Akt (BKA), la policía antidrogas alemana, y que la idea original era que el operativo fuera del tipo "entrega vigilada": seguir el cargamento hasta *Hamburgo, para desbaratar* de esa manera a la totalidad de la organización. Por razones que no quedaron claras, la operación fue adelantada de manera imprevista. Fuentes cercanas al Gobierno dijeron que el propio Carlos Menem había dado la orden de adelantar el golpe, pero Marquevich lo negó con un argumento obvio: "Sería una falta de respeto, *sería ilegal*", *dijo. Sin embargo*, el juez admitió que la operación se adelantó "por razones de seguridad", que no detalló, y reconoció que "hubiera preferido hacer el procedimiento en Alemania" porque "falta (apresar) parte de la organización" (ver aparte).

Los investigadores aseguraron que la droga provenía de la ciudad colombiana de Cali, centro de acción de uno de los carteles más poderosos en el tráfico de cocaína. Ingresó días atrás por el puerto de Buenos Aires y pasó cómodamente los controles aduaneros, algo que llevó al jefe de la Policía Bonaerense a cuestionar duramente a la Aduana local.

La droga estaba envasada en panes de 1,1 a 1,2 kilo cada uno, envueltos en bolsas de 57 a 63 kilos, sumergidas en pulpa de frutilla congelada, en tambores de 200 litros. Hasta el cierre de esta edición, la policía y el personal del juzgado habían pesado en total 1800 panes, lo que dio un total de 2150 kilos. Ese resultado se obtuvo después de abrir los 120 tambores del primer container. Todavía restaba examinar el segundo, tarea que se iniciaba anoche y que demandará otras 24 horas.

No todos los tambores tenían cocaína. Los *investigadores* percibieron que había droga en aquellos que no tenían numeración. No por casualidad habían sido ubicados en el fondo del container, para eludir cualquier control. *Pero así y todo, habían* tomado la precaución de cubrir cada pan con un cuádruple envoltorio, de plástico, papel de aluminio y una sustancia similar a la parafina, que permitiría burlar el control de los rayos infrarrojos, en un posible control aduanero.



En dos días, la policía aún no llegó a revisar todos los tambores donde la droga estaba oculta.

Hasta anoche se habían contabilizado 2150 kilos, pero faltaba revisar un container.

Voceros de la SIDE revelaron que el punto de partida de la investigación fue el *seguimiento* de un ciudadano brasileño, Jorge Salimao, quien –según el informante– pretendía exportar a Alemania un cargamento de pulpa de fruta que había llegado al *país procedente de Colombia*. Salimao sería uno de los detenidos. Anoche, según la agencia DyN, eran buscados dos argentinos, Gilberto Ortiz y Héctor Melián, responsables de la firma Viardot SA, cuyo depósito había sido habilitado en julio por la Municipalidad de Tigre.

Pelea por los laureles

El rédito político por el mayor decomiso de cocaína de la historia del país se convirtió insólitamente en uno de los ejes del operativo. Al parecer, el dato inicial provino del servicio antidroga alemán. Es a ese país adonde estaba destinado el cargamento y es allí donde debía ser incautado para desbaratar la red local de distribución. Atrás venía otro envío, de mayor magnitud, que sí debía ser secuestrado aquí. En la inteligencia participaron los alemanes *junto con* la SIDE y las policías provincial y Federal, al mando del juez Roberto Marquevich. Ayer todos se hicieron presentes ante las cámaras: los comisarios Adrián Pelacchi y Adolfo Vitelli, jefes de la Federal y la Bonaerense, el juez y hasta el ex comisario Mario Naldi.

La pregunta del millón es quién decidió que el decomiso se hiciera aquí. Una versión que circuló ayer –originada en fuentes gubernamentales– indicó que la orden llegó del presidente Menem, enterado de la situación por la SIDE. Los espías de la calle 25 de Mayo lo desmintieron a medias: "Menem estaba al tanto pero no dio la orden", apuntaron. Marquevich, en tanto, se esforzó por aparecer como el padre de la criatura. "Yo no recibí ninguna orden ni tampoco mantuve informado a Menem de esto. Estaría cometiendo un delito", aclaró.

Sin embargo, el juez dio una pista que hace pensar que, efectivamente, los alemanes están que trinan: "Yo hubiera preferido hacer el procedimiento en Alemania. No estoy del todo satisfecho porque falta una parte de la organización". Justamente, la que se hubiera detectado si la droga llegaba finalmente a Hamburgo.

LA ARGENTINA Y LAS RUTAS DE LA DROGA

Un tráfico que va en aumento

¿Es cada vez mayor el tráfico de sustancias ilegales por la Argentina? La hipótesis más aceptada indica que hallazgos como el de la Operación Strawberry confirman la creciente tendencia a usar el país como lugar de tránsito en las rutas de las drogas. Como fundamento se esgrime lo propicio que resultan la extensión de sus fronteras, los controles relajados en numerosos puntos y la corrupción en los servicios de seguridad, que facilitan las operaciones. Aunque algunos especialistas apuntan a presentar este tipo de cargamentos como excepcionales en el país, hay un dato que juega a favor de la primera visión: en los últimos años, la cocaína decomisada en operativos policiales aumentó desde los 846 kilos en 1990 hasta los 1350 del año pasado, con un pico de 3433 en el '95.

"Este tipo de cargamentos señalan a la Argentina como país débil. El proceso de selección del país que va a ser usado en la triangulación *tiene que ver con su debilidad*", alertó Lorenzo Cortese, ex diputado nacional de la UCR y ahora senador provincial en Córdoba, autor del proyecto inicial de la actual ley sobre drogadicción. "Evidentemente, se está evaluando a la Argentina como país débil y por lo tanto más atractivo para usarlo en el tránsito de las drogas", advirtió.

Para Cortese, *el hallazgo* de semejante envío en una sola operación hace necesario "investigar hacia atrás, porque hay que ver desde cuándo pudimos haber sido víctimas de este tipo de hechos". El legislador advirtió que con la apertura comercial, la Argentina aumentó su riesgo de convertirse en país accesible al tráfico sucio internacional. "Ahora vamos a países que antes *no íbamos* y recibimos mercadería de países nuevos –explicó–. Esto posibilita la aparición de huecos que aprovechan los carteles. Así como también la vulnerabilidad de los organismos de seguridad. Ya se descubrió la participación de miembros de esa dependencia en operaciones menores en el tramo final de la comercialización. Con eso, los carteles evalúan la posibilidad de operar a gran escala con ese tipo de organismos de control."

La hipótesis "apocalíptica" prevalece en los ámbitos más directamente relacionados en la lucha contra la droga. Aunque con matices, tanto en el *Gobierno como* en la SIDE y la Policía Federal coinciden con esa visión. En la hipótesis crítica, la idea que predomina es la de una Argentina apetecible para el tráfico internacional *por su* falta de controles *pero* muy alejada de los principales circuitos internacionales. Esto convertiría en excepcional este tipo de cargamentos, que por otra parte podrían estar "inducidos": desde algunos sectores de los organismos de seguridad se alentaría el paso por el país de las drogas mediante infiltrados para después concretar los decomisos, con el consiguiente rédito político.

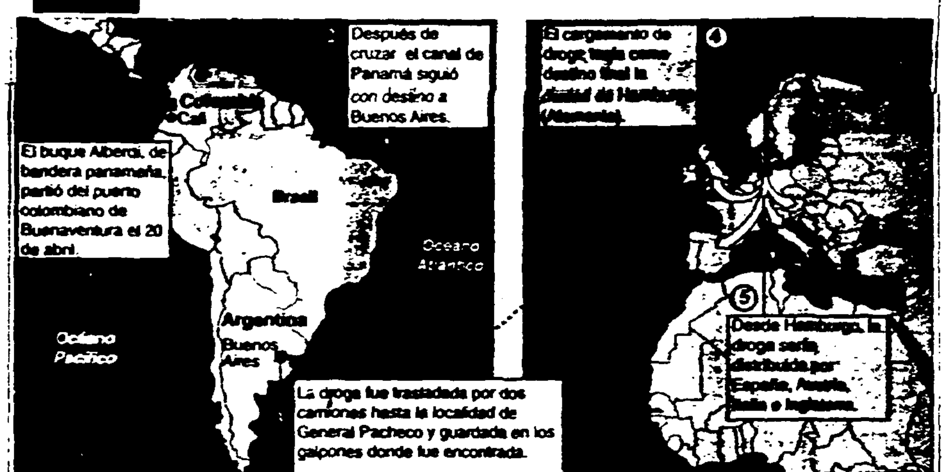
02

9708530



Envuelta por los narcotraficantes en un ingenioso envase, la cocaína es manipulada por policías (Dante Cosenza)

El plan de los narcotraficantes



Cómo se transportaba el cargamento



La Argentina, como una gran playa de estacionamiento

El embarque de más de dos toneladas de cocaína evidencia una pobreza en los controles aduaneros y la posibilidad de que la Argentina le esté abriendo al narcotráfico una gigantesca *playa de estacionamiento*, donde recala la droga para luego ser enviada al exterior.

Las autoridades antidrogas europeas suelen poner más atención al envío de mercaderías procedentes de plazas como Colombia, Perú o Bolivia, los principales productores de narcóticos. Pero la desconfianza decrece cuando el origen es Chile, Uruguay, Brasil o la Argentina. Y eso lo saben los narcotraficantes.

Hace unos nueve meses, a las autoridades de la Policía Federal de Alemania les llamó la atención la importación de pulpa congelada que exportaba, de Buenos Aires, la flamante firma Viardot S.A., propiedad del argentino Gilberto Ortiz y del colombiano Carlos Melián.

Ambos establecieron un galpón en General Pacheco, al tiempo que alquilaron viviendas para más de una docena de personas que participaban del emprendimiento caratulado como importación y exportación de pulpas de frutas.

Trabajos de inteligencia

Si bien la SIDE se atribuye la primera pista, fuentes de la investigación dijeron que los policías alemanes, luego de trabajos de inteligencia, determinaron que en Hamburgo se había ordenado una compra de cocaína al cartel de Cali y que iba a ser triangulado por Buenos Aires.

Es por ello que se notificó del episodio a la justicia federal que tiene jurisdicción sobre la firma pantalla.

Bajo las órdenes del juzgado federal Nº 1, efectivos de las policías Bonaerense y Federal, y con la colaboración de la SIDE, desarrollaron una tarea que demandó meses de filmación y escuchas telefónicas que se acopiaron en diez cuerpos del expediente.

El juez Marquevich y autoridades policiales viajaron a Alemania recientemente para profundizar la pesquisa del grupo que compraba el embarque de más de dos toneladas que iba a ser comercializado en España, Austria, Alemania, Italia e Inglaterra.

Hace diez días salió la última de las cuatro partidas de pulpa de frutas que en los últimos seis meses dejaron los galpones de General Pacheco. En esos embarques no hubo droga: cuando se lleva adelante una red de narcotráfico, primero se desarrolla una actividad comercial lícita que, al tornarse rutinaria, se convierte en el momento justo de enviar el primer embarque. Pero, esta vez, fue interceptado en General Pacheco.

¿Por qué no fue en Alemania?

¿Por qué no fue secuestrada la droga en su lugar de destino, en Hamburgo, Alemania? ¿Algún funcionario gubernamental quiso sacar rédito en nuestro país? Las conjeturas pueden ser muchas. Un veterano investigador del caso dio una respuesta que se funda en el rigor de la pesquisa.

"En principio -afirmó-, se iba realizar en Alemania, pero en los últimos días, al saberse que *no era una entrega controlada*, el juez resolvió secuestrar aquí la droga".

Entrega controlada se denomina en la jerga del narcotráfico al embarque que tiene un solo comprador y lugar de destino. En este caso, el barco de bandera panameña podría detenerse en un puerto de algún país cuyas autoridades no siempre colaboran con los organismos internacionales antidrogas. Por lo tanto, se podía perder de vista una parte importante de la carga.

Luego de este operativo, las autoridades estarían tras los pasos del colombiano que efectuó la operación entre *Viardot S.A.* y *Hamburgo*, que sería Alberto Rodríguez Vargas, primo de Gilberto Rodríguez Orejuela, detenido en Colombia, quien desde la cárcel manejaría los destinos del cartel de Cali.

Rodríguez Vargas, según se desprende de las investigaciones, llevó adelante estas operaciones alojado en lujosos hoteles porteños. No se descarta que, en las próximas horas, se ordene su captura internacional.

Lo ocurrido en nuestro país podría ser una advertencia de que el narcotráfico pretende usar a la Argentina como playa de distribución.

Hubo investigadores que fueron más lejos, al afirmar que el intento de los carteles de la droga existe. Su objetivo es crear un gran centro de distribución de drogas, de entre 15 y 20 toneladas, con destino a los dos mercados de consumo más importantes: Europa y Estados Unidos.

Ricardo Larrond[e]

Casi 2000 millones de dólares

Según peritos de la investigación, al efectuarse un promedio de los precios de mercado de la cocaína que se iba a comercializar en distintos países europeos, surge que el valor del embarque secuestrado anteayer en la localidad de General Pacheco alcanzaría a 1.850.000 dólares.

De las averiguaciones realizadas por los investigadores, esta abultada cifra surge del precio en que se vende al menudeo en las capitales y suburbios de los siguientes países a donde estaba destinada esta remesa:

- **En Berlín, Alemania,** ***el papel, línea o raviol*** (todos pesan relativamente igual: alrededor de un gramo) **se vende en 200 dólares cada uno.**
- **En Madrid, España, entre 180 y 250 dólares, cada uno.**
- **En Viena, Austria, entre 320 y 350 dólares, cada uno.**
- **En Roma, Italia, entre 180 y 200 dólares, cada uno.**
- **En Londres, Gran Bretaña, entre 180 y 250 dólares, cada uno.**

La SIDE se atribuye el mérito de la primera pista

Puja: en la pelea por los laureles, el organismo dijo que gastó 5.000.000 de pesos en la pesquisa y que aportó los datos fundamentales.

La disputa por los réditos políticos de la operación "Strawberry", la más importante de la historia, estalló antes de que terminara el conteo de la droga secuestrada.

Fuentes ligadas al juzgado afirmaron que la pista provino de Alemania, mientras que un alto funcionario de la SIDE aseguró que "un buchón" les acercó el primer dato a los agentes.

En la *SIDE* sostienen que la investigación comenzó en enero de 1996 y que los alemanes sólo se enteraron en agosto último, cuando les avisaron que uno de los integrantes de la banda estaba por ingresar en su territorio, porque necesitaban que le hicieran tareas de seguimiento.

No hubo, según la secretaría, ningún pedido oficial por parte de Alemania para que la Argentina dejara pasar el cargamento.

La SIDE sostiene, en cambio, que la DEA fue la primera agencia extranjera que se enteró.

El presidente Carlos Menem fue informado por el secretario Hugo Anzorreguy, quien le solicitó fondos para financiar la investigación, que le insumió más de cinco millones de dólares, siempre según la versión de un alto funcionario de la SIDE.

El primer indicio

El primer dato que llegó a oídos de los espías era un tanto difuso: decía que un brasileño, llamado Jorge Salimao, entonces alojado en el Hotel Victory, pretendía exportar droga desde el puerto de Buenos Aires hacia Europa simulando una exportación de frutas.

Luego de un chequeo preliminar, los agentes de inteligencia informaron al juez federal Roberto Marquevich, quien ordenó el seguimiento de los sospechosos y una serie de intervenciones telefónicas.

De acuerdo con la información que maneja la SIDE, Salimao trabajó con el colombiano Oscar Taboada, uno de los detenidos y presunto integrante del cartel de Cali, quien habría embarcado la droga desde el puerto de Buenaventura bajo las órdenes de Gilberto Rodríguez Orejuela, el jefe de la organización, que está entre rejas.

Salimao y Taboada, según las mismas fuentes, trabajaron juntos desde el puerto de Santos, hasta que tuvieron dificultades en Brasil y decidieron mudar su negocio a la Argentina.

De las escuchas surge que por cada kilo de cocaína traficado, Taboada ofrecía 4500 dólares (2500 para los dos argentinos que conformaron la empresa exportadora Viardot S.A., 500 para Salimao y 1500 que iban a recibir los cómplices alemanes).

Cuando ya estaba siendo vigilada, Viardot S.A. exportó dos cargamentos de pulpa de fruta, sin que interviniera el juez porque en las escuchas decían "no está vacunada".

En la SIDE aseguran que, de haber sido exitoso este primer cargamento, la banda tenía preparado otro todavía más "pesado". El objetivo final, según las tareas de inteligencia, consistía en el ingreso en la Argentina de 10 mil kilos de cocaína del cartel de Cali que estarían en Brasil.

María O'Donnell

03

9708530.

HABIA OTROS 10.000 KILOS PREPARADOS PARA ENTRAR AL PAIS

Secuestran más de dos toneladas de cocaína

Es el mayor golpe al narcotráfico en la Argentina • La droga era del Cartel de Cali • En Colombia camuflaban la cocaína en tambores con pulpa de fruta • Hay 16 detenidos

En el mayor golpe contra el narcotráfico dado en la Argentina, se secuestraron más de dos toneladas de cocaína que estaban en un galpón de la localidad de General Pacheco. Hay 16 detenidos.

La droga provenía de Colombia y tenía como destino final la ciudad de Hamburgo, en Alemania. Se la encontró oculta en tambores de pulpa de frutas. Al cierre de esta edición, los investigadores habían contado 1.852 panes de cocaína de 1,2 kilos cada uno, pero no descartaban que pudiera haber más droga en otro contenedor que todavía no habían podido revisar.

En el caso trabajaron agentes de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE) y de las policías Bonaerense y Federal, bajo las indicaciones del juez Roberto Marquevich.

Según altas fuentes de la SIDE, el origen de la droga es el Cartel de Cali, que pensaba este mes designar a Buenos Aires como uno de los principales centros de reexportación de cocaína hacia Europa.

"El centro anterior era el puerto de Santos, en Brasil, pero allí tuvieron problemas y eligieron probar con Buenos Aires. Aparte de este cargamento, en Brasil hay 10.000 kilos más de cocaína que pensaban sacar por la Argentina", agregaron anoche a Clarín las fuentes de la SIDE.

La decisión del Cartel de Cali tiene dos explicaciones: por un lado, porque los alimentos de origen argentino –la droga iba rotulada como frutas nacionales– no tienen controles en las aduanas europeas. Por el otro, porque ya habían mandado dos cargamentos de fruta –sin droga– como para probar la nueva ruta, y habían salido del país y llegado a Europa sin inconvenientes. Esos cargamentos fueron enviados en enero y abril de este año.

> El Cartel de Cali quería que Buenos Aires fuera un centro de reexportación de droga hacia Europa

Con este golpe, los narcotraficantes se perdieron de ganar, según cálculos de los investigadores, unos 100 millones de dólares. La droga en bruto (sin ser estirada con otras sustancias) podía ser vendida en 110 millones a los distribuidores europeos. A esta cifra hay que descontarle los 10 millones que les pagaron a los integrantes de la conexión argentina por garantizar que el cargamento llegara a salvo a puerto alemán.

La cifra final, en el mercado de consumo, podría multiplicarse por diez: ésa es la cantidad de veces que puede "estirarse" la droga de máxima pureza, como la hallada en Buenos Aires.

Lejos de los 1.030 kilos incautados en la "Operación Café Blanco" –en 1995, la más grande antes de ésta–, la Operación Strawberry ("frutilla", en inglés) está a la altura de los grandes golpes al narcotráfico en todo el mundo (ver **Antecedentes**).

La investigación comenzó en enero de 1996, cuando la SIDE empezó a seguir al brasileño Jorge Salimao, que se había instalado en un hotel porteño. El dato era que Salimao buscaba contactos argentinos para "armar" un centro de reexportación de cocaína que llegaba de Colombia y debía salir hacia Europa.

Después de unos meses, los argentinos Gilberto Ortiz y Héctor Melián formaron la sociedad Viardot e instalaron un galpón en Pacheco. Según fuentes de la SIDE, ambos tenían relación con Salimao y también con Oscar Taboada, un colombiano que está detenido con el brasileño. Ortiz y Melián están prófugos.

A partir de las escuchas telefónicas ordenadas por el juez Marquevich –20 líneas fijas y celulares que estuvieron "pinchados" las 24 horas durante un año y medio–, los investigadores empezaron a descubrir las conexiones de la banda y su máximo contacto en Colombia: Augusto de Jesús Alonso Duque, el financista de la operación y, según los voceros de Inteligencia, hombre muy cercano a Gilberto Rodríguez Orejuela, uno de los jefes del Cartel de Cali preso en Colombia.

En las escuchas surgió también que el Cartel le pagaría 4.500 dólares por cada kilo de droga a los de la "conexión argentina" que garantizaran el transporte hasta Hamburgo.

De esa suma –en total, casi 10 millones de dólares–, cinco millones y medio serían para Viardot, más de un millón para Salimao y tres millones trescientos mil para los alemanes que distribuyeran la droga en Europa.

"La suma se duplicaba si los miembros de la banda aceptaban cobrar en cocaína en lugar de en efectivo, pero eligieron la plata en mano", detallaron fuentes de la SIDE, que invirtió 5 millones de pesos para llevar adelante la investigación.

En la conexión argentina también trabajaban un contador, un escribano y dos despachantes de aduana. Todos fueron detenidos el miércoles durante los allanamientos ordenados por Marquevich.

Los panes de droga eran empaquetados al vacío, colocados en tambores llenos de pulpa de frutas (mora, mango, frutilla, manzana y kiwi, entre otras). Luego se congelaban a 15 grados bajo cero para dificultar los controles aduaneros que se hacen con rayos infrarrojos.

El cargamento salió del puerto de Buenaventura (Colombia) por barco, hacia Argentina, dentro de dos contenedores de la compañía Hamburg-Sud.

Después de pasar por la Aduana argentina, los tambores (en este caso 60) eran llevados al galpón de Viardot, en avenida Constituyentes 165 de General Pacheco.

Allí los tambores verdes eran marcados: a los que tenían droga se les ponía la etiqueta al costado; los que sólo llevaban fruta debían tener la etiqueta en la tapa. □

RESUMEN

El operativo en números

- **NOMBRE DE LA OPERACION.** Strawberry ("frutilla", en inglés).
- **CANTIDAD DE DROGA.** 2.181 kilos de cocaína distribuidos en 1.852 ladrillos de entre 1 kilo y 1,2 kilos cada uno, en 60 tambores de pulpa de frutas.
- **PROCEDENCIA.** Colombia (Cartel de Cali).
- **DESTINO FINAL.** Hamburgo.
- **VALOR.** 100 millones de dólares. La cifra final se puede multiplicar por 10, que son las veces que puede "estirarse" la droga de máxima pureza.
- **DETENIDOS.** 16.
- **PROFUGOS.** Por lo menos 2 argentinos: Gilberto Ortiz y Héctor Melián, titulares de la empresa fantasma Viardot, en cuyo galpón de General Pacheco se secuestró la droga.
- **CABECILLAS.** El brasileño Jorge Salimao y el colombiano Oscar Taboada. Los dos están detenidos.
- **COMO OPERABAN.** Aprovechaban que los productos de origen argentino no tienen controles en las aduanas europeas, enviaban la droga a Alemania camuflada en latas de pulpa de frutas envasadas al vacío y congeladas.
- **INVESTIGARON.** La SIDE y la Policía Bonaerense y Federal a las órdenes del juez Roberto Marquevich. También, intervino la policía alemana.
- **BAJO LLAVE.** Así estarán las dos toneladas de cocaína que están en la bóveda del Banco Provincia, hasta que el juez disponga su incineración.

04

Menem estuvo informado desde el principio

En la "Operación Strawberry" participó también la policía antidrogas alemana. Fue cuando los investigadores argentinos les avisaron que uno de los ahora prófugos, Gilberto Ortiz, viajaba a ese país para conectarse con los narcos alemanes que cerrarían el círculo del cargamento.

Ayer trascendió que la policía alemana había ayudado económicamente a la investigación y que había cierto malestar porque los narcos fueron atrapados en la Argentina y no a su llegada a Hamburgo, como supuestamente se había pactado.

Pero fuentes de la SIDE negaron que los alemanes hubieran invertido dinero en la investigación.

El juez Marquevich dijo ayer: "Yo hubiese preferido que el operativo se hubiera terminado en Hamburgo. Pero por razones que por ahora no puedo explicar, tuve que tomar la decisión de definirlo ahora".

También se especuló con que la orden de dar el golpe había partido directamente del presidente Carlos Menem que, según la SIDE, estuvo al tanto del operativo desde el principio de las investigaciones. Pero tanto fuentes oficiales como el propio Marquevich negaron que haya habido una orden presidencial: "Yo no recibo órdenes de nadie. La decisión fue sólo mía", aseguró Marquevich a Clarín.

Fuentes policiales dijeron que estaba acordado dejar pasar este primer cargamento para atrapar después al que vendría detrás: el de los 10.000 kilos que quedaron en Brasil. Pero se temió que, por alguna razón, éste se desviara y no llegara a Hamburgo. O que tal vez los narcos estuvieran sobre aviso y el cargamento mayor no llegara nunca.

Los agentes supieron que en los dos envíos anteriores no había droga porque los narcos decían, por teléfono: "Esa fruta va sin vacunar".

ANTECEDENTES

El operativo de secuestro de cocaína realizado en General Pacheco no sólo es el mayor en la Argentina, sino que se acerca a los principales procedimientos realizados en otros países.

- **ESTADOS UNIDOS.** En julio de 1995 la guardia costera confiscó 10.900 kilos de cocaína ocultos en un pesquero de bandera panameña, tripulado por diez colombianos. La fiscalía federal del distrito en San Diego informó que fue "la mayor carga de cocaína incautada en alta mar en la historia estadounidense".
- **MEXICO.** El 9 de octubre de 1990 la policía mexicana secuestró casi seis toneladas de cocaína pura, enviada a través de Guatemala. El procurador general Enrique Alvarez del Castillo dijo en ese entonces que el secuestro de 5.800 kilos de cocaína, con destino a Estados Unidos, era hasta ese momento el mayor de la historia de México.
- **ESPAÑA.** El 14 de junio de 1995 funcionarios de la aduana española secuestraron casi 2.000 kilos de cocaína en un procedimiento realizado en alta mar. La droga fue encontrada en el carguero de bandera panameña Mar Tere, en el Atlántico.
- **ARGENTINA.** En el operativo Café Blanco, realizado en Catamarca en 1995, se secuestraron 1.030 kilos de cocaína. De este procedimiento participaron los policías Daniel Diamante y Antonio Gerace, ahora presos con dos causas: por fraguar pruebas contra un supuesto narcotraficante, y por detención ilegal y asociación ilícita en el caso Coppola.



VIGILANCIA ESPECIAL. En el operativo de Pacheco actuaron tropas especiales.

VIGILANCIA DE DOS AGENTES DE LA SIDE

Vecinos especiales

Durante los últimos ocho meses los "narcos" tuvieron como vecinos a **una pareja muy especial**: dos agentes de la SIDE. Su única misión era controlar la actividad en el depósito de General Pacheco.

La pareja vivía enfrente del depósito. Para que ni los vigilados ni los vecinos sospecharan, todas las mañanas el hombre salía del departamento y se iba a "trabajar". Por eso, durante el día la vigilancia estaba a cargo de la mujer; en las noches, su compañero hacía el trabajo.

La vigilancia era **permanente** durante las 24 horas del día: desde un departamento sencillo –está en el primer piso de un edificio ubicado en la avenida de los Constituyentes 128– los agentes registraban con cámaras fotográficas y de video lo que pasaba en el galpón.

Pero la vigilancia no estaba limitada sólo a la imagen. "Gracias a unos diminutos micrófonos inalámbricos que habían distribuido en el depósito, la pareja grabó todas las charlas", contaron las fuentes consultadas.

Ayer, en el techo del departamento, aún se mantenía en pie la pequeña antena que se usó para captar las señales de audio enviadas por los micrófonos. □

EX COMISARIO MARIO NALDI

Desautorizan a un policía

Dicen que el ex comisario Mario Naldi siempre tuvo la íntima convicción de que llegaría a ser jefe de la Policía Bonaerense. Pero a mediados del año pasado, el gobernador Eduardo Duhalde ordenó una serie de purgas en la fuerza y Naldi fue pasado a retiro junto con otros jefes policiales.

Naldi no estaba en ese momento en el país: había viajado a Alemania con el juez Marquevich para intercambiar información con la policía alemana sobre los narcos detenidos ahora en Buenos Aires.

El ex policía fue jefe de la Dirección Narcotráfico Zona Norte. Desde allí comandó la operación "Café Blanco", en la que se secuestraron 1.030 kilos de cocaína. Por ese procedimiento recibió dos condecoraciones: del presidente Carlos Menem y del gobernador Eduardo Duhalde.

Cuando pasó a retiro, hubo versiones –que él jamás desmintió– de que había pasado a trabajar para la SIDE. Anoche, el titular de la Secretaría de Inteligencia del Estado, Hugo Anzorregui, lo desmintió a Clarín categóricamente.

Ayer, mientras entraba y salía del depósito de Pacheco –donde estaba la droga secuestrada–, Naldi demostró frente a los medios que conocía todos los detalles de la operación "Strawberry". Sin embargo, el juez Marquevich le dijo a Clarín que él tampoco había autorizado a Naldi a ingresar al galpón.

"De ninguna manera está autorizado para entrar allí, porque él no trabaja más en la Policía", lo desacreditó el juez, de quien Naldi aseguró alguna vez ser su amigo personal.

El ex comisario fue quien llevó a Samantha Farjat –junto al abogado Mariano Cúneo Libarona– al juzgado de Marquevich, el día que Samantha cambió su declaración en el caso Coppola y denunció presiones del juez federal de Dolores, Hernán Bernasconi. □


MARIO NALDI

05

9708530

ARGENTINA NARCOTRAFICO
JUEZ ORDENO CONFISCAR CARGAMENTO DROGA DISCONFORME OPERACION

Buenos Aires, 3 may (EFE). El Juez federal argentino Roberto Marquevich, que ordenó el miércoles confiscar el mayor cargamento de drogas en la historia del narcotráfico en el país, mostró su disconformidad con los resultados de la operación que permitió el secuestro de los estupefacientes, se informó hoy.

Marquevich aseguró que hubiese preferido que los 2.116 kilogramos de cocaína enviados de Colombia fueran decomisados en la ciudad alemana de Hamburgo, su destino final, pero se negó a dar los detalles que le decidieron a ordenar la realización del procedimiento en Buenos Aires, indicó hoy la prensa bonaerense.

"No estoy del todo conforme con el resultado del operativo. Yo hubiese preferido hacer el secuestro en Alemania. De esta forma, se perdió la oportunidad de detener al resto de la banda de narcotraficantes en ese país", se lamentó el magistrado.

Según publicó el diario bonaerense "Clarín", la Policía alemana reprochó la actitud de las autoridades argentinas de apresurarse en capturar este embarque, dejando así en libertad a los compradores de la cocaína.

En este sentido, fuentes de la Embajada de Alemania en Buenos Aires, expresaron "la decisión oficial" de sus autoridades de no hablar sobre el asunto.

La droga, que era enviada en tambores de pulpa de fruta en contenedores que las fuerzas de seguridad confiscaron en el puerto de Buenos Aires, ha sido trasladada a las bóvedas del Banco de la Provincia de Buenos Aires.

En la operación policial fueron detenidas 16 personas, entre ellas el colombiano Oscar Taboada, y el brasileño Jorge Solimac, que fueron alojados en el edificio de la División Drogas Peligrosas de la Policía Federal, de esta capital.

El diputado Mario Das Neves, presidente de la comisión parlamentaria que investiga los delitos cometidos en la Aduana, afirmó que la droga entró a Argentina por la "aduana paralela", como se denomina a una parte de ese organismo al que las autoridades atribuyen maniobras de contrabando y evasión por 4.000 millones de dólares. EFE

CW/SC/mlr

05/03/13-40/97

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Abeixa

3/5/97

06

9708530.

Se negaron a declarar los cabecillas de Strawberry

Los principales cabecillas de la organización desbaratada durante el operativo Strawberry, durante el cual se secuestró el cargamento de cocaína más grande en la historia del país, se negaron a declarar ante el juez federal de San Isidro Roberto Marquevich.

El colombiano Oscar Taboada, oriundo de la ciudad de Cali, y el brasileño Jorge Solimao se negaron a ser interrogados por el juez, que finalizó ayer por la madrugada con las indagatorias a los 16 detenidos.

Taboada, Solimao y los argentinos aún prófugos Gilberto Ortiz y Héctor Melián fueron señalados como los cabecillas de la operación mediante la cual se pretendía transportar 2116 kilos de cocaína hacia la ciudad alemana de Hamburgo, Alemania.

Según informes de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE), Taboada reportaba a otro colombiano, Augusto de Jesús Alonso Duque, vinculado con el Cartel de Cali.

La policía continuaba ayer con los operativos tendientes a capturar a Ortiz y a Melián, aunque hasta ayer por la tarde no había obtenido resultados positivos.

Al igual que el colombiano y el brasileño, se negaron a declarar un despachante de aduana implicado en la maniobra y otros dos detenidos cuyas identidades no trascendieron.

El juez Marquevich dispone ahora de un plazo de diez días hábiles para resolver la situación procesal de los acusados, entre los que se encuentran varios changarines que nada tendrían que ver con el tráfico de drogas y que serían dejados en libertad.

Los acusados fueron trasladados a sus lugares de detención en el Departamento Central de Policía y en la sede de la División Drogas Peligrosas bajo severas medidas de seguridad.

El operativo Strawberry se convirtió en el mayor golpe al narcotráfico dado en el país y permitió el secuestro de más de dos toneladas de cocaína, que fueron guardadas en el tesoro del Banco Provincia de esta capital.

La carga permanecerá allí hasta la próxima semana, cuando será llevada al edificio Centinela, de la Gendarmería, donde se practicarán peritajes y se aguardará la orden de incineración por parte del juez Marquevich.

La droga fue encontrada oculta en tambores pertenecientes a Viardot SA, una empresa dedicada a la importación y exportación de pulpa de frutas.

Acondicionada en paquetes de un poco más de un kilo cada uno, la cocaína tenía como destino Alemania, luego de ser haber ingresado en la Argentina desde el sur de Colombia por vía marítima.

Nº DOCUMENTO ....

TITULO ....

PROCEDENCIA Agencias 20/5/97

[illegible]

ARGENTINA-DROGAS

DICTAN PRISION PREVENTIVA CONTRA [illegible] NARCOTRAFICANTES

Buenos Aires, 20 may (EFE). Un juez argentino ha dictado hoy prision preventiva para [illegible] presuntos narcotraficantes detenidos en una operacion antidroga, considerada como la más importante de la historia de Argentina, en la que se incautaron [illegible] kilos de cocaina, informaron fuentes judiciales.

Entre los detenidos se encuentra el presunto cabecilla de la banda, identificado como Oscar Tabares, oriundo de la ciudad colombiana de Cali, y el brasileño Jorge Soliman.

El juez federal de la localidad bonaerense de San Isidro, Roberto Marquevich, inició tambien los tramites de extradicion de los cinco miembros de la banda que residen en Colombia y Brasil y que cuentan con prision preventiva.

La operacion se efectuo el pasado 30 de abril en la empresa exportadora de frutas "Viarmot", situada en la localidad bonaerense de General Pacheco, donde la Policia detuvo a 16 personas.

La operacion fue bautizada con el nombre de "Strawberry" porque la droga estaba oculta en tambores destinados al traslado de pulpa de fruta congelada.

Las autoridades dijeron que la droga iba a ser distribuida en Alemania y que la cantidad de estupefacientes encontrada ha superado en importancia a la requisada en la denominada operación "Café Blanco", efectuada en 1994 y en la que se incautaron casi [illegible] kilos de cocaina. EFE

[illegible]

[illegible]

08

9708530

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA PROCEDENCIA 21/5/97

RELACIONES

XY4774

R SUCBT 05 21 00226
amt eut exg

ARGENTINA-DROGA
QUEMARON 2.116 KILOS COCAINA INCAUTADA OPERACION "STRAWBERRY"

Buenos Aires, 21 may (EFE).- Más de dos toneladas de cocaína incautada por la policía en una operación considerada la mayor de la historia argentina, fueron incineradas hoy por orden judicial en el cementerio de la localidad bonaerense de Boulogne.

La droga fue trasladada hasta ese cementerio en un camión de la policía, custodiada por más de 200 agentes desde la sede del Banco de Provincia de Buenos Aires, en el centro de esta capital, donde había sido guardada, informaron fuentes judiciales.

El traslado y la quema de la droga fueron supervisados por el juez federal Roberto Marquevich, a cargo de la causa, y vigilada por miembros de cuerpos de elite de las policías Federal y de la Provincia de Buenos Aires.

La operación también fue presenciada por el titular de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE), Hugo Anzorreguy, el secretario de la Lucha contra el Narcotráfico, Julio César Aráoz, y el jefe de la policía bonaerense, Adolfo Vitelli, entre otros funcionarios.

El llamado procedimiento 'Strawberry' fue llevado a cabo el 30 de abril pasado en la empresa exportadora de frutas 'Viardot', situada en la localidad bonaerense de General Pacheco, donde la policía detuvo a 16 personas y se incautó de 2.116 kilogramos de cocaína escondidos en tambores de pulpa de fruta que iban a ser destinados a Hamburgo, norte de Alemania. EFE

ML/MMS/PG

05/21/23-19/97

09-09

9708530.

XE8006

R CUCBT 05-02 00142
amt ior

PERU-NARCOTRAFICO
DETIENEN A JOVEN ESTADOUNIDENCE CON CINCO KILOS COCAINA PURA

Lima, 2 may (EFE).- Una estadounidense de 21 años fue detenida hoy en el aeropuerto internacional de Lima cuando intentaba llevar a su país casi cinco kilogramos de cocaína de alta pureza.

Lucía Michel Hernández, que llegó recientemente a la capital peruana como turista, llevaba una parte de la droga envuelta en paquetes pequeños atados a su cuerpo con cinta adhesiva, y el resto dentro de frascos de champú.

Los agentes de la Brigada Antinarcóticos del Resguardo Aduanero decidieron detener a la joven al detectar que se encontraba nerviosa mientras esperaba embarcar en un avión con destino a Miami.

Al ser interrogada, Lucía Michel dijo que un desconocido le pidió en su país que recogiera el alijo en Lima y que ella aceptó porque necesitaba el dinero que ofreció pagarle a cambio del "favor". EFE

VR/LTM/fr

05/02/17 31/97

Doc. Poco Legible.

Nº DOCUMENTO 9708531

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA AGENCIAS 2/5/94

9708531.

01-01

X02044

R CUCPT 05-02 00178

R.DOMINICANA-DROGAS
INCAUTAN COCAINA Y ARRESTAN MIEMBROS DE RED INTERNACIONAL

Santo Domingo, 2 may (EFE).- Agentes de la Dirección Nacional de Control de Drogas se incautaron hoy de al menos 57 kilogramos de cocaína y detuvieron a 13 personas pertenecientes a una red de narcotráfico con conexiones en Colombia, Puerto Rico y Nueva York.

Entre los detenidos hay siete extranjeros, cuyas identidades son las siguientes: Alfredo Riollán Quiles, de 22 años, Rey Arnaldo Caraballo Rivera, de 21, y Angel Omar Vásquez de 23, puertorriqueños, y Johvanny Rafael Vega Vergal, de 20 años, y Pedro Uribe, de 38, colombianos.

Además hay dos nicaragüenses, Fernando Archimor, de 32 años, y Franklin Pen Vásquez, de 30, y un dominicano, Eddy Paredes Ferreras, de 33 años.

El presidente de la Dirección Nacional de Control de Drogas, el contralmirante Julio César Ventura Bayonet, dijo que la cocaína era trasladada en dos vehículos desde Santiago, al norte, hacia Santo Domingo.

Según Ventura, sus agentes interceptaron los dos automóviles a la entrada de Santo Domingo, arrestaron a sus ocupantes y confiscaron la droga. EFE

JC/FP/PG

05/02/20-32/97

Nº DOCUMENTO 9708532
TITULO
PROCEDENCIA Agencias
FECHA 2/5/97
VINCULACIONES

9708532

01-01

TD4235

U SUCBT 05-02 00233
mun exg icx

JAPON-COLOMBIA
HALLAN UN KILO COCAINA EN CUERPO COLOMBIANO FALLECIDO EN JAPON

Tokio, 2 may (EFE).- Los médicos japoneses hallaron un kilogramo de cocaína en el estómago e intestino de un ciudadano colombiano que murió el pasado 30 de abril en un hospital de Tokio, informaron fuentes policiales.

Rafael Rodríguez Silva, de 25 años, llegó a Tokio el pasado día 26 procedente de Seúl y se hospedó en un hotel del barrio de Taito desde donde, poco después, tuvo que ser trasladado a un centro hospitalario aquejado de fuertes dolores estomacales.

Según la Comisaría de Policía de Asakusa, el joven llegó acompañado de una mujer cuya identidad y paradero se desconocen por el momento.

Al practicarle la autopsia, los médicos hallaron diversos paquetes de droga envueltos en plástico, algunos de los cuales se habían abierto provocando una intoxicación estomacal que se determinó como causa del fallecimiento.

Las fuentes añadieron que la droga hallada tiene un valor en el mercado japonés de 30 millones de yenes, o unos 238.000 millones de dólares.

La policía de Asakusa, junto con la Metropolitana de Tokio, remitirán sus atestados a la Fiscalía para que se inicie la investigación judicial.

Este sistema de transporte de droga, que implica un alto riesgo para el traficante especialmente durante desplazamientos largos como desde Latinoamérica hasta Japón, ha causado ya la muerte por intoxicación de diversos ciudadanos colombianos tras su llegada al archipiélago. EFE

aa/ga

05/02/10-20/97

Ciclistas combatem drogas em aventura

Marcos e Afonso vão pedalar por todo o país

Marcos Barbosa, 23 anos, e Afonso Morais, 24 anos, passarão os próximos 10 meses pedalando pelo país. Os 20 mil quilômetros que os aguardam, no entanto, não serão o maior desafio. Quando chegarem a Brasília, em 22 de fevereiro de 1998, eles terão visitado 152 cidades. Para cada uma delas, terão levado uma mensagem simples que pretendem ver repetida à exaustão: pratique esportes, não use drogas.

Marcos e Afonso são os principais protagonistas do projeto Pedalando contra Drogas – uma das realizações para 1997 do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP), com apoio dos ministérios da Educação, Justiça e Saúde. A campanha, a ser desencadeada em todo o país, ainda envolverá atividades artísticas, culturais e esportivas. O ponto culminante será em 26 de junho próximo, celebrado como Dia Internacional contra o Abuso e Tráfico de Drogas.

A idéia de cruzar o Brasil divulgando idéias favoráveis ao esporte e contrárias às drogas partiu dos próprios ciclistas, que em 1995 percorreram por conta própria a Região Sudeste. O projeto foi encampado pelo UNDCP, patrocinado pela Petrobrás e estendido para todo o Brasil. Na manhã de ontem, depois de uma solenidade na Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, os dois ciclistas deram início à jornada, tomando a direção de Osório.

A expectativa é de que a dupla percorra diariamente entre 100 e 150 quilômetros – o equivalente a seis horas de pedaladas. Em cada cidade, Marcos e Afonso deverão permanecer de dois a quatro dias, cumprindo um roteiro de palestras em escolas e comunidades carentes. Para isso, foram treinados por especialistas do Conselho Federal de Entorpecentes, dos ministérios da Saúde e da Justiça e do Serviço Social da Indústria (Sesi-RS). "Falaremos essencialmente dos benefícios do esporte, sempre que possível enfatizando o prejuízo das drogas", observa Afonso.

Cada bicicleta carregará em torno de 20 quilos de roupas, medicamentos equipamentos fotográficos e um computador que irá conectar os ciclistas à Internet. A dupla nasceu em Estados do Norte – Marcos em Catolé da Rocha, na Paraíba, e Afonso em São Luiz do Maranhão, no Maranhão – e mora em Brasília há mais de uma década. Os dois nunca tiveram experiência com drogas.

Nº DOCUMENTO 9708535

TITULO

PROCEDENCIA Ultimas Noticias 3/5/91

Dr. Scavarelli recibió distinción en Colombia

El Gobierno de Colombia condecoró al doctor Alberto Scavarelli con la «Orden de la Justicia y del Derecho» por su contribución a la lucha contra el narcotráfico.

En el marco de una reunión del grupo preparatorio de la Asamblea Extraordinaria de Naciones Unidas, el Presidente colombiano Ernesto Samper confirió al titular de la Junta Nacional de Prevención del Tráfico Ilícito y Uso Abusivo de Drogas, con la citada orden, para «exaltar sus virtudes, servicios y singular consagración a la causa» y por su contribución «a la loable labor adelantada en pro de los intereses universales en la lucha contra el narcotráfico».

Por otro lado, un informe reciente del Gobierno norteamericano reconocía el liderazgo que había adquirido Scavarelli en la materia. Estos reconocimientos adquieren peculiar relevancia si se tiene en cuenta que Estados Unidos y Colombia están enfrentados en el análisis y enfoque de la problemática del narcotráfico.

«Para uno que está en estos temas y que además es un hombre político y de Derecho, esto es lo mejor que le pueden pasar tras arbitrar en temas tan complejos», remarcó Scavarelli, quien además ocupa la Prosecretaría de la Presidencia de la República.

Acerca del enfrentamiento que los dos países tienen en el tema del narcotráfico, dijo sentir «una enorme tranquilidad de conciencia» y legitimado para «seguir actuando hacia adelante».

Nº DOCUMENTO 9708536
TITULO
PROCEDENCIA EL ESTADO S. PAULO
FECHA DE PROCEDENCIA 3/5/91.
VINCULACIONES

Agentes prendem irlandês com 4 kg de cocaína pura

No Galeão, ele tentava embarcar para Angola com a droga escondida dentro de um televisor

RONALDO SOARES

RIO — Agentes da Polícia Federal prenderam anteontem no Aeroporto Internacional do Rio (Galeão) o irlandês Roger Carr Clark, que tentava embarcar para Luanda levando pouco mais de quatro quilos de cocaína pura. A droga estava escondida dentro do cinescópio (tubo de imagem) de um aparelho de TV de 14 polegadas. Os policiais desconfiaram do peso da embalagem, que também chamou a atenção por exalar um forte cheiro de éter — substância usada no preparo da cocaína.

Clark chegou ao Rio no dia 20 e seria usado pelo narcotráfico internacional como *mula* (pessoa que faz o tranporte de drogas). Segundo a Polícia Federal, a cocaína que ele transportava — descoberta pelo aparelho de raio X do aeroporto — vinha da Colômbia e seu destino final era a Europa, aonde chegaria por via terrestre depois de desembarcar na África.

A rota pela África, segundo agentes da PF, é feita para escapar da fiscalização rigorosa nos aeroportos europeus. Roger Clark pretendia embarcar no vôo DTA-742 da TAAG (Linhas Aéreas de Angola), conhecido como "o vôo do pó". Com ele, chega a 13 o número de pessoas presas este ano por tráfico internacional de drogas, tentando embarcar nesse vôo. Ao todo, foram apreendidos 45 quilos de cocaína desde o início do ano no Galeão.

Para tentar despistar a PF, os traficantes mudam constantemente as embalagens usadas para transportar drogas — já foi encontrada cocaína acondicionada em geladeira, ventilador, carrinho de bebê e até em potes de pêssego em calda. O "vôo do pó" é um dos mais visados pela fiscalização da PF no aeroporto.

Doc. Poco legible.

01-02

9708536.

PE0348

U CUCBT 05 03 00224

mun exg

BRASIL-DROGAS

CAPTURADO IRLANDES CON CUATRO KILOS COCAINA EN AEROPUERTO RIO

Río de Janeiro, 2 may (EFE).- La Policía Federal brasileña detuvo ayer en el Aeropuerto Internacional Galeao, de Río de Janeiro, al ciudadano irlandés Roger Carr Clark cuando intentaba viajar a Luanda, capital de Angola, con cuatro kilos de cocaína pura escondidos en un televisor, informó hoy la Policía Federal.

Clark, que había llegado a Río de Janeiro el pasado 20 de abril, despertó las sospechas de los agentes policiales del aeropuerto por el peso excesivo del televisor, que además despedía un fuerte olor a éter, producto utilizado en el refino de la droga.

Según la Policía Federal, la cocaína descubierta al irlandés procedía de Colombia y su destino final era Europa, adonde sería enviada por vía terrestre desde Africa para burlar la estrecha vigilancia en los aeropuertos europeos.

Clark pretendía viajar a Luanda en el vuelo 742 de las Líneas Aéreas de Angola, conocido entre las autoridades policiales brasileñas con el apodo de "el vuelo del polvo" por la frecuencia con que son detenidos con droga pasajeros de esa ruta.

Con Clark son ya 13 los viajeros de las Líneas Aéreas de Angola capturados este año por tráfico internacional de drogas en el aeropuerto carioca.

Las operaciones policiales en la terminal aérea de Río de Janeiro han permitido la captura de 45 kilos de cocaína entre enero y abril de este año. EFE

JOC/fmr/nd

05/03/91-01/07

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencia

F... 3/5/91

VINCULACIONES

02-02

9708536

Nº DOCUMENTO C9708537
TITULO Col: Proyecto de Extradición es aprobado por Senado pasa Cámara Bogotá.
PROCEDENCIA Agencias
3/5/97
11176 65890
65092 11670
65592 11888
11233
112433
11660

Ext.
Doc. Poco legible.

XA9724

R POXBT 05-03 00357
mun exg

COLOMBIA-EXTRADICION
DEBATE PASO DE JURIDICO A POLITICO, DICEN ABOGADOS LITIGANTES

Medellín (Colombia), 3 may (EFE).- El debate abierto en Colombia para derogar la prohibición constitucional a la entrega de colombianos a otros países dejó de ser un asunto jurídico para convertirse en político, dijo hoy el presidente honorario de la Asociación Nacional de Abogados Litigantes (ANDAL), Ernesto Amézquita.

El letrado sostuvo que el Gobierno del presidente, Ernesto Samper, ha cedido a las presiones de Estados Unidos para que Colombia restablezca la extradición de colombianos.

La reinstauración de este mecanismo de la lucha internacional antidroga se ha convertido en uno de los asuntos de las relaciones bilaterales en el que más ha insistido Washington, que en 1996 y 1997 desaprobó la lucha colombiana contra el narcotráfico por considerar insuficientes sus resultados.

La entrega de nacionales a autoridades extranjeras está prohibida por mandato de la Carta Magna de 1991.

La Constitución surgió de una asamblea nacional constituyente reunida ese año y que, según denunciaron entonces algunos sectores políticos, fue presionada por los narcotraficantes.

Amézquita dijo a la "Cadena Radial Colombiana" (CARACOL) en la ciudad de Medellín que la ministra de Justicia, Almabeatriz Rengifo, y el Congreso deben tener presente que la discusión del asunto de la extradición "dejó de ser un aspecto eminentemente jurídico para trasladarse a un campo político".

La titular de Justicia entregó el pasado martes, poco después de tomar posesión de su cargo, un proyecto gubernamental de enmienda constitucional tendente a abolir la prohibición a la entrega de colombianos.

Para el presidente honorario de ANDAL, el carácter constitucional que tiene en Colombia el asunto de la extradición "expresa una filosofía del Estado, de la nación y del Gobierno".

En este sentido, Amézquita dijo que, mientras en su país haya justicia, Fiscalía General y jueces, deberá en lo posible procurarse que sean las autoridades de Colombia las que juzguen a delincuentes como los acusados de narcotráfico.

En el extranjero, agregó Amézquita, los colombianos son juzgados "con sistemas de procedimiento y de justicia cualitativamente difentes a los que imperan en nuestro país". EFE

JGH/jla/ll

05/03/10 15/97

Colombia: Samper pronosticó extradiciones

Obstáculo: la Constitución las prohíbe, pero el jefe de Estado aseguró, durante una visita oficial a Israel, que serán superados los escollos legales.

JERUSALEN, 7 (AP).- El presidente colombiano Ernesto Samper pronosticó hoy que se superarán los obstáculos legales y que la primera extradición de jefes colombianos del narcotráfico se producirá en el término de 18 meses.

Sin embargo, Samper dijo que una vez que se levante la prohibición constitucional que pesa sobre la extradición de ciudadanos colombianos, el sistema legal tendrá que lidiar con la cuestión de si podrá imponerse retroactivamente.

"Es una cuestión compleja -agregó-. Hablemos primero de sacar la prohibición de la Constitución."

En definitiva, dijo, la decisión acerca de enviar a narcotraficantes colombianos a enfrentar juicio en los EE.UU. u otros países debería manejarse en base a cada caso.

"No puedo tolerar que ningún colombiano use su propio país como un paraíso para evitar ser castigado por delitos que haya cometido en cualquier parte del mundo", dijo Samper.

"La primera extradición de un colombiano será en un año y medio, más o menos", agregó. Pero Samper termina su mandato en agosto de 1998, después de las elecciones que se harán en mayo del año próximo.

Samper, el primer presidente colombiano que visita a Israel, llegó ayer para hacer un recorrido de dos días por el Estado judío y las zonas palestinas autónomas.

Preocupación gubernamental

Las autoridades colombianas dijeron que el gobierno estaba preocupado porque actuar demasiado rápidamente fuese impopular y que desencadenase ataques violentos como los ocurridos cuando se hicieron intentos por extraditar miembros del cartel de Medellín, de Pablo Escobar.

La canciller María Emma Mejía dijo que las encuestas de opinión indican que podría estallar la violencia, "pero el narcoterrorismo del cartel de Medellín no es el método del cartel de Cali".

La canciller pronosticó que Colombia erradicará las plantaciones de coca en el término de cinco años y que los jefes internacionales de las drogas tendrán que buscar nuevos rumbos.

Censuró a los EE. UU. por retirar a Colombia de la lista de gobiernos que colaboran en la lucha contra el narcotráfico, una medida que costó a Samper la asistencia norteamericana.

"Creo que es injusto. Colombia trabajó muy duramente y ha hecho un gran esfuerzo por combatir las drogas", dijo Mejía, insinuando que el gobierno de Clinton se proponía usar a Samper como víctima propiciatoria.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Agencia
FECHA 14/5/94
VINCULACIONES

0 POSBT 05 11 00636
mun

COLOMBIA EXTRADICION (Previsión)
SENADO SALVO PROYECTO PARA REVIVIR EXTRADICION

Bogota, 14 may (EFE). La comisión de Asuntos Constitucionales del Senado de Colombia salvó el martes una iniciativa legal para reactivar la extradición de ciudadanos nacionales.

El acuerdo sobre el proyecto de ley para reformar la Constitucion Nacional, que prohibe la extradición de colombianos, se logró después de varias horas de discusión para revivir la aplicación de esa herramienta jurídica, una de las armas más temidas por los narcotraficantes.

El martes de la semana pasada el mismo comité parlamentario había eliminado una iniciativa del Gobierno del presidente Ernesto Samper y al día siguiente, en una votación de otro proyecto con el mismo fin, se registró un empate en la votación por lo que, de acuerdo a la reglamentación vigente, éste fue archivado.

La propuesta tuvo la aprobación de doce de los senadores por seis en contra de un total de dieciocho que participaron en el último esfuerzo por salvar la enmienda tras reiterados llamamientos de distintos sectores para lograr reformar la Carta Magna.

Tras una deliberación previa, en la que participaron varios ministros del gabinete del presidente Ernesto Samper, se procedió a la votación de la iniciativa que fue favorable a la reactivación de la extradición de nacionales, prohibida por la Constitución de 1991.

Los congresistas aprobaron, inciso por inciso y en cuatro votaciones, la "propuesta sustitutiva" de los parlamentarios Parmenio Cuéllar y Carlos Espinosa Faciolince.

El texto aprobado señala que "la extradición se concederá u ofrecerá por delitos cometidos total o parcialmente en el extranjero, de acuerdo con los tratados públicos o, en su defecto, por la ley colombiana".

La iniciativa añade que "la extradición no procederá por delitos de opinión o conexos o si el nacional colombiano voluntariamente se somete a la Justicia, salvo que incurra en nuevos delitos que den lugar a extradición".

Tampoco procederá el envío de nacionales por nacimiento, según el texto aprobado, cuando se den los siguientes casos: "por prescripción de la acción penal o de la pena y cosa juzgada o cuando se trate de hechos cometidos con anterioridad a la vigencia del respectivo tratado".

Finalmente, dice el texto aprobado, "al suscribir tratados internacionales se preverá que el país requirente no podrá imponer al extraditado la pena de muerte ni una superior a la establecida por la ley colombiana ni someterlo a tortura o tratamientos infamantes".

La extradición es una de las armas jurídicas más temidas por los narcotraficantes y una de las exigencias de Estados Unidos a Colombia, al que considera país que coopera poco en la lucha internacional contra la droga.

La votación del martes parece sacar a flote la iniciativa, naufragada desde diciembre pasado en debates iniciales para buscar el restablecimiento de la norma y así lo reconoció el Gobierno en un comunicado oficial en el que expresó su complacencia por la

9708537

El Gobierno, sin embargo, expresó inquietudes respecto a algunas [illegible] añadidas al texto que cambiarán el artículo constitucional que prohíbe el [illegible] de colombianos a otros países para ser juzgados.

La Constitución de 1991, cuyo artículo será reformado, prohibió el envío de nacionales para ser juzgados a otros países en medio de denuncias de presión de los carteles de las drogas sobre los redactores de esa Carta Magna.

La prohibición se acordó después de que Colombia sufrió una de las más sangrientas épocas de su historia reciente, cuando los narcotraficantes declararon una guerra al Estado que dejó miles de muertos en la década pasada y comienzos de la presente.

La propuesta aprobada pasará en menos de diez días a deliberación en el Pleno del Senado y de allí se remitirá a la Comisión de Asuntos Constitucionales de la Cámara de Representantes (Cámara baja) y de ésta al plenario de la misma para su aprobación en tercer y cuarto debates.

Se trata de la primera vuelta legislativa de la iniciativa que posteriormente deberá ser gestionada en un nuevo período de sesiones, como lo ordena la Constitución Política para casos de enmienda de normas de la Carta Magna. EFE

RRM/lm

05/14/09-04/97

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencias

19/5/94

Ext.

AFE155

N EXBT 05-17 0115

COLOMBIA-EXTRADICION

POLICIA REVELA PLAN NARCOTRAFICO PARA ATENTAR PERSONALIDADES

Bogotá, 17 may (EFE).- Las mafias del narcotráfico planean en Colombia atentar contra una o varias personalidades, entre ellas el presidente del país, Ernesto Samper; el embajador de Estados Unidos, Myles Frechette, o el ex ministro de Justicia Carlos Medellín, según informaciones de la Policía divulgadas hoy.

Las revelaciones fueron hechas tras denuncias de "informantes particulares" que fueron comprobadas por los servicios policiales.

Según las denuncias, varios jefes del narcotráfico acordaron perpetrar un magnicidio o atentado similar "que cause efectos contundentes y detenga definitivamente la amenaza de la extradición" en Colombia.

El martes pasado, la Comisión Primera del Senado aprobó un proyecto de enmienda constitucional para restablecer la extradición de nacionales colombianos.

En el momento en que la iniciativa era aprobada para seguir su trámite en el legislativo, en algún lugar del país los narcotraficantes celebraron "una cumbre de emergencia", al parecer impulsada desde la cárcel bogotana de "La Picota", donde están recluidos algunos de los principales jefes del cartel de Cali.

En la lista de víctimas potenciales figura también el director de la Policía colombiana, general Rosso José Serrano.

Sin embargo, según las fuentes oficiales, las amenazas no incluyen a ninguno de los congresistas que impulsan la derogación del artículo de la Constitución que prohíbe la extradición.

Las mismas fuentes precisaron, según algunos diarios, que se ha planeado que el posible atentado contra Samper se ejecute "con cohetes" en la residencia presidencial Hatogrande, cerca de Bogotá; contra Frechette, desde un lugar próximo a la embajada [illegible] contra el director de la Policía, en el despacho [illegible]; contra el ex ministro Medellín, en su casa.

En "La Picota" se encuentran detenidos los hermanos Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, [illegible] de la organización criminal de Cali.

[illegible] "El Tiempo" [illegible]

[illegible] "El Espectador" [illegible]

[illegible] EFE

[illegible]

05

97085377

DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencias 26/5/94

HB624

U POXBT 05-26 00404 Ext.

mon exo lex

COLOMBIA-EXTRADICION

DESIGNADA TERNA PONENTES DE PROYECTO EN COMITE CAMARA BAJA

Bogotá, 26 may (EFE).- Dos congresistas del partido liberal, en el gobierno, y uno de la oposición conservadora fueron nombrados hoy ponentes en la Comisión de Asuntos Constitucionales de la Cámara de Representantes de Colombia del proyecto de enmienda de la Carta Magna para restablecer la extradición.

El nombramiento de la terna constituye el primer paso del trámite que debe recibir la iniciativa en esa Comisión de la Cámara baja y, posteriormente, en el pleno de la misma corporación.

El comité y la plenaria de la Cámara son las instancias responsables de darle aprobación, respectivamente en tercero y cuarto debate, a la reforma del artículo 35 de la Constitución.

La iniciativa, que busca restablecer la entrega de nacionales, prohibida por la Constitución vigente desde el 4 de julio de 1991, fue aprobada en las dos pasadas semanas, en primero y segundo debates, por la Comisión de Asuntos Constitucionales y el pleno del Senado.

El presidente del comité constitucional de la Cámara de Representantes, Emilio Martínez, anunció que delegó la presentación de la ponencia en los parlamentarios Roberto Camacho, Jorge Carrillo y Jairo Echavarría.

Camacho es representante por el Partido Conservador, opositor al Gobierno del presidente colombiano, Ernesto Samper, en tanto que Carrillo y Echavarría pertenecen al liberalismo.

Los tres parlamentarios elaborarán la ponencia que la Comisión constitucional y el pleno de la Cámara baja deberán aprobar antes del 20 de junio, cuando concluirá la actual legislatura.

Por tratarse de una enmienda constitucional, el proyecto para restablecer la extradición de nacionales debe ser objeto de ocho debates en dos diferentes legislaturas ordinarias del Congreso.

De ser aprobado en las dos votaciones de la Cámara baja, el trámite del proyecto completará los cuatro debates correspondientes a la actual legislatura y quedará habilitado para recibir los otros cuatro en las próximas sesiones ordinarias del Congreso, que serán instaladas el 20 de julio.

Algunos sectores parlamentarios disconformes con el proyecto aprobado en el Senado, que previsiblemente quedará igual tras su discusión en la Cámara baja, esperan reformar la iniciativa en esta segunda vuelta.

El proyecto fue aprobado con condicionamientos que establecen que los acusados de narcotráfico que se entreguen a la justicia colombiana no pueden ser extraditados, como tampoco en casos en los que haya prescrito la acción penal o el reo haya sido condenado en el país. EFE

JGM/GTF

05/26/22:55/92

9708537.

06-06

FBE977

U CUCBT 05 03 00108

mun ana

COLOMBIA VIOLENCIA

GRUPOS ARMADOS MATAN A ONCE CAMPESINOS

Bogotá, 3 may (EFE).- Once campesinos colombianos fueron asesinados en dos asaltos perpetrados por comandos paramilitares y guerrilleros en regiones rurales del norte y el centro oeste del país, informaron hoy las autoridades policiales en Bogotá.

La primera matanza se registró en la localidad de San Antonio, en el departamento del Tolima, donde ocho de los labriegos murieron en un ataque presuntamente de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), informó el comandante de la Policía Nacional en la zona, coronel Guillermo Vélez.

Vélez agregó que patrullas del Ejército y de la Policía enviadas al lugar persiguen a los autores de esta matanza.

Otros tres campesinos fallecieron en una segunda irrupción de grupos armados en la población bananera de Ciénaga, cerca de la ciudad caribeña de Santa Marta, en el norte.

Las víctimas trabajaban en fincas bananeras de la región, dijeron las autoridades policiales, que atribuyeron los crímenes a los grupos paramilitares. EFE

JGH/LTM/mlr

05/03/17-59/97

9708538

CARIDADE

Instituto dá tratamento gratuito a drogados

Com centros em sítios do interior, o Souza Novaes está entre as 50 melhores entidades beneficentes

CLÁUDIA FONTOURA

A poucos metros da entrada do centro de tratamento masculino do Instituto Souza Novaes, em Campinas, há uma bifurcação com duas placas indicando caminhos diferentes. Uma é daquelas comuns que sinaliza a mão de direção e leva a qualquer lugar. A outra é a da entidade, que atende e oferece tratamento a quimiodependentes. A escolha dos caminhos representa de alguma forma o momento em que dependentes de drogas e álcool decidem pedir ajuda.

O Instituto Souza Novaes (ISN) é uma das 50 melhores entidades beneficentes eleitas pela Kanitz Associados para receber, no dia 10 de junho, o prêmio Bem Eficiente. As premiadas vão ilustrar um livro de 120 páginas que será distribuído a 5 mil executivos brasileiros para mostrar quem são e como trabalham essas associações, facilitando a escolha dos que desejam contribuir.

Fundado há 5 anos, o ISN se orgulha de estar entre as melhores. "O livro incentiva quem trabalha seriamente para desenvolver o melhor para os que precisam de ajuda", diz Hiran Ravache Pinto, de 31 anos, ex-dependente, que já passou pelo programa e é um dos responsáveis pela captação de recursos da entidade.

Pinto é ator, filho da atriz Irene Ravache, e começou a usar drogas aos 21 anos. Segundo ele, o consumo foi "controlado" até 1994. "Quando comecei a usar, sabia apenas que fazia mal e era proibido", diz. "Hoje sinto necessidade de informar ao público de que essa coisa mata."

O ISN depende de doações para sustentar dois centros de tratamento e duas casas de apoio. A entidade oferece ajuda gratuita a quem necessita. "Nossa única exigência é que o próprio adicto nos ligue ou venha até nós", afirma Pinto. "Só podemos ajudar quem realmente quer."

Os centros de tratamento e treinamento funcionam em sítios no interior de São Paulo e Rio de Janeiro. A primeira fase de tratamento dura seis meses. O paciente fica internado e aprende a aceitar a responsabilidade pela própria recuperação. A rotina diária inclui trabalho (limpeza e manutenção do sítio), terapia e participação em reuniões e encontros dos Alcoólicos Anônimos (AA) e dos Narcóticos Anônimos (NA).

Fase de internação dura 6 meses e é seguida por período de 3 meses de semi-internato

Na segunda fase, depois de passar uma semana em casa com a família, os pacientes são transferidos para as casas de apoio, onde ficam semi-internos por três meses. As casas, em Campinas, atendem a até 30 residentes e servem para ajudar na reintegração à sociedade. "Na casa de apoio, os pacientes procuram arranjar emprego, assumem responsabilidades e continuam participando de reuniões com os grupos de terapia", diz Tony Rabello, um dos coordenadores do ISN.

Mulheres — Um dos diferenciais do ISN é o centro de tratamento exclusivamente feminino inaugurado em 1994, no Sítio Irene, em Seropédica (RJ). Das 132 mulheres internadas entre fevereiro de 94 e agosto de 96, 50% terminaram o programa e 40% nunca mais usaram drogas.

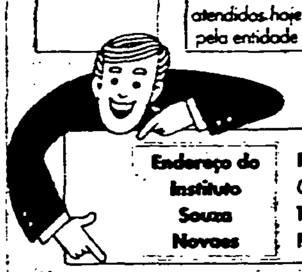
Em 1996, para diminuir o número de desistências, o ISN criou uma creche para os filhos pequenos de mulheres internadas. "Muitas internas desistiam do tratamento por saudade dos filhos", diz Rabello.



Interno do ISN: procura por ajuda tem de partir do próprio viciado

NÚMEROS

25	100	86	R$ 40
voluntários	pessoas entre homens e mulheres são atendidos hoje pela entidade	colaboradores entre empresas e indivíduos ajudam o instituto	mil é o gasto mensal da entidade



Endereço do Instituto Souza Novaes
Rua 13 de Maio, 48, Campinas
CEP: 13.130
Telefone: (019) 258-2604
Fax: (019) 258-2711

Nº DOCUMENTO 9708540
TITULO
PROCEDENCIA AGENCIAS
FECHA 3/5/97
VINCULACION

ECUADOR-NARCOTRAFICO
DETIENEN A AFRICANO CON 23 CAPSULAS DE COCAINA

Quito, 3 may (EFE).- La policía antinarcóticos de Ecuador capturó a un africano cuando intentaba entrar en esta nación con 23 cápsulas de cocaína que recibió en la frontera con Colombia, y que traía escondidas en sus bolsillos.

El africano, identificado como Frank Tembo, aseguró que fue engañado por sujetos a los que no conocía que le ofrecieron 4.000 dólares por entregar "una funda con relojes y ropa" en la ciudad andina de Tulcán, según el diario "La Hora", de Quito.

Tembo declaró que llegó a Ecuador a petición de un ciudadano al que identificó como "John", quien le ofreció, además, pasajes de ida y vuelta, y un trabajo estable tras concluir la "labor" para la que fue contratado. EFE

SM/JLM/GTP

05/03/20-38/97

01-01

9708540.

El Partido Comunista de Cuba continuará aplicando el socialismo

Los militantes comunistas cubanos preparan su congreso

La Habana, agencias



Gustavo Serrano

El gobernante Partido Comunista de Cuba (PCC) concluyó ayer un proceso de elección de representantes a su quinto congreso, en medio de un debate popular de la plataforma política que deja inamovible el sistema socialista, vigente desde hace 38 años.

Unos 53.000 precandidatos a delegados al quinto Congreso del Partido y poco más de 16.000 aspirantes a miembros del Comité Central fueron designados entre la militancia comunista para elegir posteriormente a los participantes de la reunión, que se celebrará del 8 al 10 de octubre próximo, informó ayer la prensa oficial.

Organizaciones sindicales, de mujeres, jóvenes de la enseñanza media y superior y vecinos, iniciaron el pasado lunes una prolongada discusión, considerado como un "plebiscito de la sociedad cubana", sobre el documento que deberá ser aprobado en el quinto congreso y que fue publicado el pasado 24 de mayo.

Sin cambios previstos en la estrategia política y económica de Cuba en los próximos cinco años, el PCC concentró su plataforma en resaltar, como propio, el logro de una "real" democracia y defensa de los derechos humanos, precisamente los temas usados como blanco de críticas contra el gobierno de la isla.

Bajo el título "El partido de la unidad, la democracia y los derechos humanos que defendemos", el PCC, que integra a unos 700.000 militantes, arremete contra su "eterno enemigo", el gobierno de Washington, para insistir en la necesidad de cerrar filas en torno a Fidel Castro.

"Cuba reafirma su decisión de resistir y continuar por su propio camino, fruto de su proceso histórico. (...) Nuestro sistema político, genuinamente democrático, de amplia participación popular, socialista, se fundamenta en la dignidad, la igualdad y el ejercicio real de los derechos humanos", remarcó el documento, de ocho páginas.

El PCC, creado en 1965, dedica la mayor parte del texto a recordar la base histórica de la revolución cubana, para justificar su permanencia como único partido y resaltar la necesidad de unidad en momentos en que Cuba vive el "Periodo Especial", como el gobierno llama a crisis la iniciada tras la caída del bloque socialista.

Pese a la difícil situación económica que atraviesa Cuba, el PCC no esboza en la plataforma estrategias específicas en ese campo, aunque destaca las consecuencias del "agravamiento del criminal bloqueo" impuesto por Estados Unidos hace 35 años.

El documento es discutido en el seno de unas 80.000 secciones sindicales, cerca de 120.000 Comités de Defensa de la Revolución (CDR, integrado por vecinos), 76.000 delegaciones de la Federación de Mujeres, 4.000 cooperativas de producción agropecuaria y de créditos y servicios, y unos 20.000 grupos de estudiantes, según un recuento del diario Granma, del PCC.

Entre el 20 de agosto y el 10 de setiembre próximos se realizará la etapa decisiva en el proceso de elección de los 1.500 delegados al Quinto Congreso del Partido Comunista.

Los delegados, con voto secreto y directo, escogerán a los poco más de 200 integrantes del Comité Central durante la celebración del congreso, para que de ellos se integre el Buró Político, actualmente de 26 miembros, que es presidido por Fidel Castro desde hace más de tres décadas.

XA0250

F POXBT 06-15 00224
mun E/G

CUBA-ELECCIONES
CONVOCAN ELECCIONES MUNICIPALES PARA OCTUBRE

La Habana, 15 jun (EFE).- El Gobierno cubano convocó elecciones para elegir a los delegados de las Asambleas Municipales del Poder Popular (concejales) el próximo 19 de octubre, informó hoy, domingo, el semanario "Juventud Rebelde".

La convocatoria realizada por el Consejo de Estado y firmada por el presidente cubano, Fidel Castro, fue hecha pública en un acto celebrado en la provincia occidental de Pinar del Río para conmemorar el aniversario del nacimiento del guerrillero argentino cubano Ernesto Che Guevara y del prócer independentista cubano del siglo pasado Antonio Maceo.

Las elecciones se celebrarán en primera vuelta el domingo 19 de octubre y los elegidos ejercerán su cargo por un período de dos años y medio, según indica la convocatoria.

Una segunda vuelta está prevista para el domingo 26 de octubre en las circunscripciones donde el candidato triunfador no haya logrado más del 50 por ciento de los votos válidos emitidos.

También fue anunciada la creación de la Comisión Electoral Nacional, que presidirá el ministro de Justicia, Roberto Rodríguez Botolongo, y que estará integrada por otras 16 personalidades de diferentes sectores del país.

Este es el primer paso en el proceso de renovación de los órganos del Poder Popular, que incluye la elección de nuevos delegados a nivel provincial y de diputados al Parlamento. EFE

[illegible]

06/15/17 00/97

Doc. claro.
05 - 01

El gobierno de Cuba acusa a EEUU de guerra biológica

La Cancillería indicó que el brote de dengue en Santiago de Cuba está bajo control

Por **Frank Martín**

La Habana, America Inside

La Cancillería cubana reiteró las acusaciones de guerra biológica contra Estados Unidos en una conferencia de prensa que incluyó además como tema separado el surgimiento de un brote de dengue en la ciudad de Santiago de Cuba, en el oriente del país.

Miguel Alfonso, vocero del Ministerio de Relaciones Exteriores, dio a conocer un documento de esa instancia en la cual se refutan argumentos norteamericanos sobre un incidente aéreo ocurrido sobre la isla a fines del pasado año, el cual originó una denuncia de que Estados Unidos inoculó una plaga sobre cultivos cubanos.

Un portavoz del Departamento estadounidense de Estado dijo el pasado seis de mayo que las denuncias cubanas al respecto eran un intento de desinformación, y negó que una avioneta haya sido utilizada para agredir biológicamente a este país. Los cubanos afirman que el avión dedicado al combate contra el narcotráfico y bajo el control de ese departamento sobrevoló Cuba en viaje previsto como de rutina de Florida a Isla Caimán utilizando un corredor aéreo, y roció por siete veces sembrados con una plaga que ataca principalmente a la patata.

El hecho ocurrió, siempre según la versión oficial local, en octubre del año pasado, y fue denunciado ante las Naciones Unidas a inicios de este mayo.

Un largo informe al respecto fue incluido en la prensa cubana, en el cual se identifica la nave con su numeración correspondiente y se precisa el carácter de la plaga.

Estados Unidos, mediante la oficina de intereses que mantiene en esta capital, admitió en ese momento que ocurrió el vuelo pero subrayó que la avioneta en cuestión no tiene capacidades para rociar sustancias de ese tipo cuando realiza un viaje prolongado.

Los estadounidenses explicaron que el piloto del vehículo avistó un avión cubano por encima de él y decidió lanzar humo, como señal que colaborara a su ubicación.

De acuerdo con el informe descrito por Alfonso en la reunión semanal habitual con los corresponsales extranjeros ayer, los argumentos publicados por Washington para negar la acción son técnicamente falsos.



Cubanos cortan pasto al costado de una ruta para prevenir la difusión del dengue.

El documento niega que el humo sea utilizado de forma regular por la aviación civil para indicar posiciones.

Agrega, entre otros elementos, que el piloto norteamericano volaba en ese momento siguiendo a los controladores aéreos y por ello no estaba en sus manos el tener que decidir el uso de un indicador.

Rechaza además, utilizando parámetros de la construcción de la nave en cuestión, las alegaciones de Washington de que en el momento del incidente el vehículo aéreo llevaba solamente combustible en todos sus tanques, incluyendo aquellos que sirven para cargar defoliantes en tareas contra el cultivo de coca.

En la misma conferencia de prensa, Alfonso se refirió a un brote de dengue en Santiago de Cuba, y llamó la atención sobre el hecho de que organizaciones no gubernamentales destacadas en la isla han subrayado que éste no significa una epidemia y que las autoridades de salud pública locales tienen la situación bajo control.

Concepción Nina, representante en Cuba de la entidad "Médicos sin Fronteras", declaró ayer a una publicación de Madrid que es real que se han detectado casos de la enfermedad en Santiago.

Aclaró, no obstante, que la situación "está muy lejos de ser alarmante".

Manifestó además que en este país se ingresan a las personas en los centros asistenciales por el único hecho de tener fiebre y ello permite hacerle un diagnóstico exacto al paciente.

El portavoz de la cancillería de Cuba agregó al respecto que las autoridades sanitarias nacionales actúan en este caso como lo han hecho usualmente, o sea informando a organizaciones internacionales y asumiendo rápidamente tareas para controlar y erradicar el brote.

Incertidumbre en Cuba por iniciativa de EEUU

Por **Isabel Sánchez**

La Habana, AFP

Una situación de incertidumbre generaron entre los cubanos las gestiones de congresistas norteamericanos para endurecer o suavizar el embargo impuesto por Estados Unidos, pues aunque **no saben "a qué atenerse"**, lo peor les parece ser lo más seguro.

Autoridades del gobierno cubano y la disidencia interna —organizada en pequeños grupos ilegales— coin[illegible] guel Alfonso, resaltó que aunque es "importante" y "honesto" el proyecto para suavizar el embargo (que permitiría el ingreso a Cuba de medicinas y alimentos desde Estados Unidos), "no quitaría la naturaleza antijurídica y antiética del bloqueo, que es una total aberración".

Dirigentes de la disidencia interna afirmaron a la AFP ayer que al gobierno de Fidel Castro "no le conviene" que se disminuya el embargo, porque se vería presionado a ejecutar medidas de apertura económica y política [illegible]

01 - 02

0P9549

R POXBT 06-19 00362
ICX mun exo

CUBA-EEUU
CUBA INSISTE EN ACUSAR A EEUU DE "AGRESION BIOLOGICA"

La Habana, 19 jun (EFE).- Cuba reiteró hoy que dispone de pruebas para acusar al Gobierno de EEUU de "agresión biológica" por haber utilizado una avioneta para propagar sobre su territorio una plaga del insecto "Thrips Palmi", que ha ocasionado graves daños a la agricultura de la isla.

Según las autoridades de La Habana, la tripulación de un avión de "Cubana de Aviación" que hacía la ruta entre La Habana y Las Tunas pudo observar en octubre de 1996 cómo una avioneta rociaba sustancias desconocidas sobre unos campos de la provincia de Matanzas, días antes de que se vieran los primeros indicios de una plaga en los cultivos de papa en la zona.

La avioneta se encontraba a 25 ó 30 kilómetros al sur del balneario turístico de Varadero,en el momento en que los tripulantes del avión cubano observaron el hecho denunciado y la aeronave estadounidense volaba de norte a sur a unos 300 metros por encima de ellos.

El aparato fue identificado como una aeronave de fumigación S2R, de nacionalidad estadounidense, del tipo AY-65 monomotor y con matrícula N3093M, adscrita al Departamento de Estado de EEUU.

Estados Unidos negó estas acusaciones y aseguró que lo que denuncia el Gobierno de La Habana responde al empleo de generadores de humo que algunas avionetas utilizan para fijar su posición.

En su reunión semanal con la prensa, el portavoz de la cancillería cubana, Miguel Alfonso, dijo que la conclusión de los especialistas cubanos "confirma la poca seriedad de los argumentos de las autoridades norteamericanas para justificar el rociamiento de sustancias desconocidas".

Las conclusiones de los expertos cubanos figuran en un informe que fue remitido el pasado mes de abril al secretario general de la ONU, Kofi Annan, y en el que La Habana denuncia a EEUU por "agresión biológica", pero no por violación del espacio aéreo.

En marzo pasado, medios oficiales cubanos hablaron por primera vez sobre la presencia de la plaga del "Thrips Palmi", un insecto oriundo de Asia, en al menos 15 tipos de cultivos.

Los efectos de la plaga han sido especialmente virulentos en los territorios occidentales de La Habana y Matanzas, en la provincia central de Cienfuegos y en el municipio Isla de la Juventud, al sur de La Habana. EFE

RMO/FP/JMA

06/19/23-44/97

02-02

9708544

YQ0694

R POXBL 06-27 00148
MUN EXG ICX

CUBA DISIDENCIA
GRUPO OPOSITOR AFIRMA PC "NO OFRECE SOLUCIONES CONCRETAS"

La Habana, 27 jun (EFE). Un grupo de disidentes del régimen castrista señaló hoy que el Partido Comunista de Cuba (PCC) no ofrece nada en concreto para solucionar los problemas de la sociedad cubana en el documento que presentará en su V Congreso esta formación, el próximo mes de octubre.

El "Grupo de Trabajo de la Disidencia Interna", que integran 14 organizaciones de la oposición, todas ilegales, expuso hoy, viernes, su punto de vista sobre el documento del Partido Comunista cubano, que gobierna el país, en una rueda de prensa dirigida a los medios extranjeros en La Habana.

En un boletín especial titulado "La Patria es de Todos", el grupo dice que el documento del PCC "no brinda la posibilidad de existencia de un estado de derecho, ni un sistema judicial independiente e imparcial que no permita que se rechacen las libertades y derechos individuales y el pluralismo político".

Los integrantes del grupo, creado en agosto de 1996, Martha Beatriz Roque, Vladimiro Roca, Félix Bonne y René Gómez Manzano, consideran que en el documento no se explican cuestiones como la forma en qué va a salir el país de la actual situación económica y la manera de encauzar a las personas que expresan su oposición a la política oficial.

"Estamos defendiendo nuestro derecho a opinar, somos parte de esta sociedad y no tenemos consenso con el Partido Comunista cubano", afirmó Martha Beatriz Roque.

El grupo también opinó que el Gobierno "con su actual posición no tiene posibilidad de estabilizar la economía rápidamente sin recesión, y ésta es la condición previa para lograr una efectiva recuperación y consolidación económica".

"No caben dudas de que hay que replantear y rediseñar la política socioeconómica para mejorar los resultados. Tanto la sociedad como la economía tienen que dejar de ser usadas para ejercer el control", señalaron.

Los miembros del "Grupo de Trabajo de la Disidencia Interna" insistieron en que el documento del PCC no ofrece soluciones concretas a los principales problemas que hoy tiene el pueblo cubano y recomendaron que debía considerar medidas para intentar "evitar el surgimiento espontáneo de cualquier tipo de situación social violenta".

Según este colectivo, el documento transmite que la idea de "que el diferendo con los vecinos del norte (EEUU) es la razón de ser de nuestra sociedad", por lo que es preciso que "se deje de mirar hacia el norte y se resuelva el verdadero conflicto: el que tiene esta sociedad con el Gobierno cubano".

En opinión del grupo opositor, "si la generalidad de los ciudadanos apoya al Partido Comunista, no existe razón para que no se convoquen unas elecciones libres, bajo supervisión internacional, lo que haría callar a todos los detractores del sistema".

En ese sentido, Vladimiro Roca dijo que "no sólo estamos llamando a la abstención en las elecciones sino que estamos trabajando para saber cuál sería el grado de abstencionismo". EFE

rmo/rml

C1-C1

Felipe con castristas y anticastristas

Madrid, agencias 22/6 LR.

El líder socialista español Felipe González se reunió en una cena con miembros del Partido Comunista de Cuba, con representantes del exilio cubano y con otros dirigentes políticos extranjeros invitados al 34 Congreso del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), que se clausurará hoy en Madrid.

Eloy Gutiérrez Menoyo, presidente del disidente y anticastrista partido "Cambio Cubano", con sede en los Estados Unidos, dijo a la AFP que le tocó cenar en la misma mesa con González y que, "lógicamente", hablaron sobre Cuba.

"En la mesa de al lado —añadió— estaba José Ramón Balaguer" y otros dirigentes del Partido Comunista de Cuba.

González también conversó con los dirigentes cubanos venidos especialmente a Madrid desde La Habana.

Aunque nada oficial se informó sobre tal contacto, trascendió que tocaron esencialmente temas concernientes con las relaciones bilaterales, últimamente estremecidas por diversas discrepancias entre los dos gobiernos. Según lo conversado con González, Gutiérrez Menoyo dijo que el líder socialista español "está muy firme en su decisión" de renunciar como secretario general del PSOE.

"Por supuesto que con González hablamos sobre Cuba. Hay temas que no se pueden evitar", señaló Gutiérrez Menoyo antes de indicar que también conversó con sus compatriotas cubanos, aunque esta vez "no tocamos el tema cubano".

"Fue un encuentro fraternal en todo momento, pero no hablamos de Cuba", dijo Gutiérrez Menoyo, líder de un partido de exiliados autocalificado como "una alternativa opositora ciento por ciento", favorable al diálogo con el gobierno cubano.

"Nosotros estamos planteando que confrontaciones como la que mantiene Estados Unidos no contribuyen en nada a abrir un espacio democrático.

Estimamos que ante la situación tan agobiante existente en Cuba, que después de más tres décadas de divisiones familiares, y de un éxodo masivo, hay que buscar vías de diálogo", explicó.

"Hay que buscar vías de solución pacífica, para lograr en Cuba un espacio para la oposición y que pueda haber un tránsito hacia la democracia sin violencia y sin desestabilización", agregó.

El dirigente disidente cubano trajó a los socialistas españoles y a otros dirigentes del socialismo mundial con los que se ha reunido en Madrid el mensaje de que "pongan sus buenos oficios en favor de la democratización de Cuba, pero sin injerencias de ningún tipo".

Gutiérrez Menoyo confirmó ser partidario del diálogo con el castrismo, recordando que incluso ha sostenido "largas conversaciones con Fidel Castro", a pesar de haber estado encarcelado durante 22 años en Cuba.

Recordó también que coincidió con Fidel Castro en la lucha contra el dictador Fulgencio Batista, pero aclaró que pelearon en "frentes diferentes".

"Fidel estuvo al frente del frente de la Sierra Maestra y yo estuve al frente del frente de la Sierra del Escambray. Eran dos frentes diferentes pero peleando con el propósito común de derrocar al dictador", precisó.

01 - 03

9708547

LA POBREZA EN CUBA

UN NUEVO FENOMENO SOCIAL

Crisis económica en Cuba: surgen las villas miseria

Hay en La Habana 188 asentamientos con 72.000 personas • Los habitan emigrados del interior de la isla en busca de trabajo y mejor paga • El gobierno quiere demoler las precarias viviendas

HERALD THOMAS
La Habana. Especial para **Clarín**

Hace cinco años, Sotero Fromete tomó la decisión más importante de su vida. Harto de **la pobreza y la falta de empleo** que padecía en Guantánamo, vendió un TV color y su departamento en la ciudad costeña. Junto a su mujer, sus cuatro hijas, un yerno y dos nietos partió hacia La Habana en busca de un futuro mejor, como miles de compatriotas cubanos.

El sueño le costó caro y hoy Sotero está **quebrado por la desolación**: las dos humildes viviendas que ocupa con los suyos en La Habana serán demolidas y la familia entera será deportada de vuelta a Guantánamo, en el oeste de Cuba.

La pesadilla de los Sotero no es un caso aislado. Forma parte de un **complejo y nuevo fenómeno para la isla**, que lucha por superar una aguda crisis económica.

En los últimos años, con el auge del embargo estadounidense, **alrededor de 200.000 cubanos emigraron a La Habana** desde otras partes del país. En la capital de 2,2 millones de habitantes construyeron allí villas miseria y agotaron la frágil estructura habitacional así como los sistemas de salud y educación pública. También, el éxodo masivo y la ausencia de trabajo bien remunerado contribuyó a aumentar la tasa de criminalidad a niveles desconocidos en Cuba.

> Los problemas en la economía de la isla son debidos en gran parte al embargo estadounidense

"No había trabajo casi, poca comida, nada de jabón y nada que comprar aun teniendo dinero. La Habana me ofrecía perspectivas mejores, no a mí sino a mis hijos. Por eso es que nos mudamos", explica a **Clarín** Sotero Fromete, de 50 años.

La familia pagaba 15.000 pesos cubanos (cerca de 200 dólares) por dos casitas tipo choza en la villa miseria Indaya, al borde del río Amendares, en Marianao. **El conglomerado cuenta con más de 600 viviendas precarias, miles de habitantes y una reputación tan mala que son muy pocos –incluyendo a la policía– los que se atreven a entrar allí de noche.**

Las villas miseria que han aparecido en los alrededores de La Habana son más bien pequeñas para la media de otros países latinoamericanos. Pero igual sorprenden a los cubanos, acostumbrados por décadas a vivir con dignidad con los subsidios de la ex Unión Soviética. El gobierno calcula que existen hoy **188 asentamientos de este tipo, con un mínimo de 72.000 residentes.**

Allá por 1992, cuando la familia Fromete hizo sus valijas, el impacto que produjo el colapso de la Unión Soviética hizo que todos tuvieran que luchar para sobrevivir. La economía había caído un 35%, la producción industrial un 80% y el salario mensual de 180 pesos mensuales equivalía a menos de dos dólares.

Junto a las villas, los emigrados abrieron pequeños negocios a pesar de una prohibición que impedía iniciarlos. Se dedicaron a **perseguir al creciente número de turistas que llegaban a la isla, robando y vendiendo lo que podían del trabajo y otros sitios.** Hacían lo que fuera necesario para llegar a fin de mes, independientemente de lo que marcara la ley.

La Habana, imán para el interior

Hoy, Fidel Castro parece haber sobrevivido sin embargo a lo peor de la tormenta económica. Desde 1994, la economía cubana creció un 11% y la calidad de vida mejoró, si bien sigue siendo extraordinariamente difícil para la gran mayoría. La recuperación, por otra parte, es despareja. Está centrada en La Habana, que atrae todo el interés de los cubanos del interior.

Castro **acusa a Estados Unidos de aumentar la presión económica** contra la isla para fomentar así la inmigración ilegal, los trastornos sociales y el crimen.

"El enemigo piensa en la Ley Torricelli, o en la Helms-Burton, formas todas para agravar las dificultades del país, promover el descontento y fomentar la confusión. Pero no puede tolerarse el incumplimiento y violación de las leyes", señaló Castro por televisión nacional el 4 de abril.

En su discurso, el presidente cubano mencionó una serie de problemas que no deben aceptarse porque –dijo– hacen el caldo gordo al enemigo y equivalen por ende a una contrarrevolución. En primer lugar, citó a **la inmigración interna a La Habana y el problema de la vivienda.**

El 22 de abril, el gobierno anunció una ley retroactiva que regula la inmigración a la capital. Los residentes deben probar que son dueños de la vivienda que ocupan, o que cuentan con un permiso del propietario legal para vivir allí o alquilar la vivienda.

Todas las viviendas deben ser declaradas "habitables". La norma estipula que **ninguna vivienda ubicada en una villa miseria es "habitable" o "legal" y que ese tipo de casas deben ser demolidas y sus ocupantes expulsados del lugar.**

"La gente piensa que las leyes son justas", comenta a **Clarín** Olga Leonares, quien la noche antes de emigrar a La Habana permaneció en vela conversando con su marido sobre cuál será su futuro, mientras sus dos hijos dormían.

Tras admitir que es ilegal vender la vivienda propia y comprar un rancho en una villa miseria, Olga también reconoce que su choza en la villa está ilícitamente "enganchada" al sistema sanitario, de agua y de electricidad de la ciudad.

Pero afirma que **no le queda otra salida** y que está en juego el futuro de sus hijos. "Tanto mi marido como mi padre trabajan en el gobierno. **Y esta situación nos ha sorprendido.** Es como si fuéramos ciudadanos de segunda clase", agrega. Por último, con unos ojos enormes, confiesa toda su angustia: "Nosotros ya vendimos nuestra casa en el interior. ¿Me quiere decir adónde vamos a ir?".



CAYO HUESO. La pobreza crece en la isla. Ya ha empujado a 200.000 cubanos en su éxodo hacia La Habana.

Disgusto de los vecinos

El surgimiento de las villas miseria ha provocado el **enojo** de muchos cubanos que viven cerca de esos asentamientos.

"Vivo aquí desde hace 40 años, y en los últimos tiempos vi crecer el número de chozas. Hay alguna gente buena, pero la mayoría no tiene trabajo y roba para comer", dijo a **Clarín** Lázaro Castro, cuya linda casita da a la villa de Indaya.

"Están arruinando el vecindario y a la ciudad también. Hay que demoler todo y mudar a la gente a otro lado", agregó.

La opinión es compartida por muchos de los 2,2 millones de habitantes que viven en La Habana.

La policía cubana ya se mudó con sus **topadoras a las villas más chicas para desalojar a sus residentes y demoler las viviendas.**

Muchos de los futuros desalojados afirman que **resistirán el plan gubernamental.** "Espero que no lleguen a la demolición. Somos miles los implicados y estamos organizados. Mi hija es vicepresidente del Comité para la Defensa de la Revolución", dijo Sotero Fromete.

LA HABANA. ESPECIAL

02

9708547

12 3/6 Clarín

LA POBREZA EN CUBA



DURA SITUACION. Desamparo en el interior de Cuba. El bloqueo estadounidense alimenta la crisis.

MIGRACION INTERNA

En La Habana surgen barrios marginales por la crisis económica



Cifras en aumento

Años	Emigrantes a La Habana
1950/59	22.800
1960	37.900
1961/1989	11.000
1990	13.000
1991	14.500
1992	12.000
1993	11.000
1994	17.000
1995	54.000
1996	55.000

Fuente: Granma — CLARIN

ESTADISTICAS

Los desplazados

- Hay 188 barrios o villas de emergencia con viviendas construidas en forma precaria en las cuales residen alrededor de 72.000 personas.
- Cuba tiene 11 millones de habitantes. En La Habana, que equivale al 7 por ciento del territorio nacional, viven 2,2 millones de personas.
- La ciudad tiene una densidad de población de 3.053 por kilómetro cuadrado, comparado con el promedio nacional de menos de 100.
- La mitad de los 560.000 edificios de La Habana son considerados en regular o muy mala condición.
- Desde 1993 hasta el año pasado, 5.381 edificios colapsaron o sufrieron problemas estructurales.
- Un total de 23.000 familias (lo que equivale a unas 72.000 personas) viven en refugios del gobierno.
- Todos los habitantes de Cuba, incluidos los habitantes de las villas, reciben una ración mínima de alimentos y servicios de salud gratuitos. Además hay médicos de familia, o de cabecera, que residen en todos los barrios.
- La educación es gratuita y más del 95 por ciento de los niños de menos de 16 años asisten a la escuela.

LA PRENSA EXTRANJERA EN LA HABANA

Trabas para corresponsales

La Habana
ANSA

El gobierno de Cuba sancionó **un reglamento para el desempeño de los corresponsales extranjeros** acreditados en la isla que provocó la preocupación de los hombres de prensa, principalmente de América latina y Europa, que tienen sus oficinas en La Habana.

La resolución establece que el titular de la acreditación "deberá actuar en su trabajo profesional con **objetividad**, ateniéndose a la rigurosidad de los hechos, de acuerdo con los principios éticos que rigen el ejercicio del periodismo".

Ante las reacciones negativas de unos 30 de los 120 corresponsales extranjeros en Cuba, el Centro Internacional de Prensa, que depende del ministerio de Relaciones Exteriores cubano, explicó a la oficial cubana **Prensa Latina** que "el reglamento carece de importancia y **no significa cambio de política alguno** hacia medios de prensa extranjeros, sino que son las mismas reglas que ya existen para los corresponsales".

Retiro de la acreditación

El reglamento establece además que en caso de no actuar con objetividad el CPI "podría hacerle un llamado de atención o retirarle temporal o definitivamente la acreditación" a un corresponsal.

En Cuba están establecidas la mayoría de las grandes agencias internacionales de prensa, además de corresponsalías de los diarios **El País**, de España, **The Financial Times**, de Gran Bretaña, la cadena BBC de Londres y desde marzo pasado fue aceptado el ingreso de la norteamericana CNN.

Según denunciaron las autoridades cubanas –dice Prensa Latina– "supuestos periodistas independientes **han estado recibiendo algunos dólares**" por el envío de despachos de agencias vinculadas políticamente a los grupos opositores al gobierno de Fidel Castro, que los acusa de ser agentes ideológicos de los "extremistas radicados en Miami, Florida".

El gobierno cubano cree que algunos periodistas envían sus despachos a medios como **Radio Martí** y **TV Martí**, estaciones financiadas por el gobierno norteamericano, cuyas emisiones están dirigidas a los cubanos de la isla. □

47

03-03 9708547

ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
130900 - AGOSTO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 102/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION**: SE OMITE

II.- **RESPONDE A**: INFORMACION OBTENIDA POR ESTA AGENCIA

III.- **T E X T O**: SE ADJUNTA

IV.- **SINTESIS**: SE OMITE

V.- **DISTRIBUCION**:

ORIGINAL

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

EL JEFE DEL DPTO.II (ICIA) DEL E.M.E.

CORONEL

WILSON CORONEL.-

Doc. Poco Legible.

Autentica: The Cnel. ELMAR CASTIGLIONI

001103

9708548

13 AGO. 1997

ENTREVISTA REALIZADA AL PTE. DE LA JUNTA DPTAL. DE LA IMM:JORGE ZABALZA (MLN-T) EN EL PROGRAMA:"DE PAR EN PAR" EN CX-12 (RADIO ORIENTAL) POR EL PERIODISTA:OMAR GUTIERREZ EL 050900AGO97.

PERIODISTA:...

ZABALZA: Cómo está?, cómo le va?

PERIODISTA: Bien y ud.

ZABALZA: Con frío.

PERIODISTA: Bueno, eso no es novedoso.

ZABALZA: No es nada original.

PERIODISTA: Lo que puede ser original es que el Pte. de la Rpca. utilizó la cadena para manifestar su discrepancia, su preocupación con lo acontecido con la presencia del Pte. chileno en el Uruguay.

ZABALZA: Realmente es para sentirse orgulloso que el Pte. de la Rpca. dedique su tiempo que es un tiempo precioso, a hacer una crítica públicamente a una cuestión que yo creo que podía haber sido totalmente insignificante, que no tenía por qué haber tenido ninguna trascendencia. Yo no se, digo, con tantas cosas importantes, con todo el problema del desempleo, bueno, disculpe, parece que la culpa del desempleo, la responsabilidad del desempleo, de lo mal que anda la industria en el Uruguay, de todas las protestas de los comerciantes, de lo que pasó en Paysandu, de como los chacareros hicieron huelga de hambre con Aramir SILVA a la cabeza en Joanicó, todo eso es responsabilidad del Pte. de la Junta Dptal. Aparentemente eso es un poco la intencionalidad de la salida de SANGUINETTI en la cadena de ayer.

PERIODISTA: Ahora, yo le pregunto, no se podía haber evitado todo este tipo de cosas en cuanto a la llegada de FREI? Ud. que cree, que FREI fue asesorado por funcionarios de la Embajada de Uruguay en Chile o por dirigentes politicos uruguayos?

ZABALZA: Yo pienso que puede haber habido un poco de todo, no?, digo, cada cual tiene su visión de la cosa, cada cual está en campaña política, yo creo que esto, la campaña política por las elecciones del 99. SANGUINETTI y su equipo, SANGUINETTI y el Foro Batllista, VOLONTE y su equipo, ya la comenzaron. Nosotros, realmente no tenemos la más mínima intención de meternos en una campaña politica cuando recién estamos escuchando a los vecinos de Mdeo., escuchando a los uruguayos y a las uruguayas de todo el Uruguay, yendo con la Mesa Politica, tratando de preparar una [illegible] plataforma de gobierno

seria y responsable. No se puede redimensionar, si ahí FREI iba, escuchaba y se iba, ni salía en los diarios, como pasó con Fernando Henrique CARDOSO, que además él contestó con gran altura y bueno, y yo no le dije nada ofensivo a Fernando Henrique CARDOSO, fue mucho más ofensivo lo que le dijeron los empresarios que estaban molestos por las medidas que había tomado el Banco Central de Brasil, con relación a los créditos para las importaciones a Brasil.

PERIODISTA: Va a votar en contra de la privatización del Hotel Carrasco?

ZABALZA: Bueno, vamos a ver que pasa en la Mesa Política del FA, espero convencer a los compañeros de que lo que nosotros planteamos es correcto.

PERIODISTA: Y si no los convence?

ZABALZA: Si no los convenzo, despues nos vamos a reunir con la Dirección del Movimiento de Participación Popular y veremos lo que hacemos, Omar, no queremos decir nada apresurado.

PERIODISTA: No, por supuesto, pero quiere decir que ya no es tan así como antes que: "yo voto y voto", ahora no es tan así.

ZABALZA: Y ud. vio, hay cosas que son raras, ud. vio como los expulsaron a LICANDRO y a DE HAEDO del Partido Nacional, hay cosas muy raras hoy en día en la forma de ser política que son distintas de la amplitud que había antes. Pero yo creo, sigo confiando en que el FA es una fuerza realmente plural donde se tolera y se respeta la diferencia, lo hemos hecho así y seguiremos haciéndolo así, porque nosotros, cantidad de fallas que tenemos con nuestros compañeros hemos tratado de canalizarlas siempre de manera de mantener la unidad de acción.

PERIODISTA: Pero ud. entendió hacia dónde apuntaba la pregunta? Me refiero, antes ud. estaba convencido de que no iba a votar la privatización, ahora ya no es que no esté convencido, me refiero, su actitud ahora no es la misma, es más tolerante quizás ahora.

ZABALZA: No, este, Omar, yo digo, no voy a votar la privatización, pero también digo que estoy en el FA que es una fuerza que también forma parte de mi manera de pensar y de mi manera de ver las cosas, el proyecto de país que yo tengo, que es decir, yo no veo un Uruguay cambiando sin el instrumento político que es el FA, y tampoco veo un Uruguay privatizado, por lo tanto, voy a seguir más o menos en la misma línea de conducta que nos marcaron en DIC92 el 71% de los uruguayos.

PERIODISTA: Gracias por todo y que tenga un buen día.

ZABALZA: Hasta luego, Omar.

003/03

Cuba: modernizan sistema financiero

16/SEP.

FINANCIAL TIMES

LA HABANA (Servicio de "Financial Times", exclusivo para EL PAIS).— Coronando un programa de dos años para la expansión y modernización del sistema nacional financiero y bancario, el gobierno cubano ha establecido un nuevo banco central, el Banco Central de Cuba.

La nueva institución, creada por un decreto gubernamental anunciado por la prensa oficial durante el fin de semana, sucede al existente Banco Nacional de Cuba, el cual desde 1960 ha combinado los roles de banco central y banco comercial estatal en la isla caribeña regida por el comunismo.

Estos roles fueron ahora separados por medio de un programa de reestructura destinado a crear un sector bancario más moderno y diversificado.

El nuevo Banco Central de Cuba tiene su propia identidad y separada identidad legal, y supervisará y regulará al expandido sector bancario que comprende a siete nuevos bancos cubanos y un grupo de compañías e instituciones financieras, la mayoría de las cuales fueron establecidas en los últimos dos años.

Un decreto separado establece regulaciones y un registro para todos los bancos e instituciones financieras a las cuales se concedió licencia para operar en Cuba. A los bancos extranjeros sólo se permite abrir oficinas de representación en la isla, pero no sucursales. Hasta ahora, treinta bancos extranjeros han obtenido estas licencias.

Francisco Soberón Valdez, quien como titular del Banco Nacional de Cuba ha sido la fuerza conductora detrás de las reformas bancarias, fue designado presidente del nuevo Banco Central. Las funciones del banco incluirán la emisión de la moneda nacional, el diseño y aplicación de las políticas monetaria, crediticia y cambiaria.

El Banco Nacional de Cuba, fundado en 1948 como Banco Central, continuará operando como banco comercial. Sus responsabilidades incluirán el mantenimiento y servicio de la deuda externa cubana, la cual totaliza U$S 10,4 mil millones, según dijo Soberón en Londres la semana pasada. Pero las negociaciones sobre la deuda serán conducidas por el nuevo Banco Central.

Hablando ante una conferencia de economistas latinoamericanos en La Habana, Soberón sostuvo que la reestructuración ha sido deliberadamente gradual. Fue diseñada para responder a una demanda ampliada de créditos y servicios que plantean nuevos clientes, como empresas extranjeras, inversiones en empresas conjuntas, corporaciones semiautónomas, cooperativas granjeras y trabajadores independientes.

Soberón enfatizó que la economía cubana seguirá siendo centralmente planificada, pero basada en consideraciones de resultados financieros y eficiencia.

"No nos estamos dirigiendo hacia una economía de mercado; estamos tratando de introducir instrumentos de la economía de mercado para ser más eficientes", afirmó.

XU4410

R ECOBI 06 07 00432

mun exg

CUBA ZONAS FRANCAS

REGLAMENTAN REGIMEN LABORAL DE LAS NUEVAS ZONAS FRANCAS

La Habana, 7 jun (EFE). Los trabajadores de las zonas francas recién inauguradas en Cuba serán contratados por una entidad estatal y pagados en moneda nacional, segun una resolución del ministerio del Trabajo y Seguridad Social publicada hoy por el semanario "Trabajadores".

Cuba abrió a principios de mayo pasado las primeras zonas francas en La Habana, una en el término de Berróa y la otra en Wajay, ambas a pocos kilómetros de la capital cubana.

Las autoridades del ministerio para la Inversión Extranjera y la Cooperación Económica han anunciado la inauguración de otras dos zonas francas como parte de las iniciativas para promover las inversiones extranjeras en la isla.

El reglamento sobre el régimen laboral en las zonas francas y los parques industriales en Cuba señala que el personal contratado para prestar servicios, sea concesionarios y operadores de capital totalmente extranjero, deberá poseer "calificación, destreza, profesionalidad y la experiencia exigidas para la profesión o cargo de que se trate".

También prevé un periodo de prueba desde 30 y hasta 180 días en dependencia de la complejidad de las profesiones o cargos y de las características del trabajo que realizará el trabajador, así como su devolución a la entidad estatal empleadora cuando no satisfaga las exigencias.

El pago del salario, según aclara la resolución, lo hará la entidad empleadora en moneda nacional (pesos cubanos) y será en base a las tarifas establecidas por el ministerio del Trabajo y Seguridad Social.

La primera zona franca cubana fue inaugurada el 5 de mayo pasado en el Wajay, a un kilometro del aeropuerto de La Habana, y allí están instaladas 24 empresas comerciales.

En Berróa, a unos kilómetros al este de la capital cubana, está instalada la otra zona franca, donde operan siete empresas extranjeras, tres de ellas españolas y además, una canadiense, una italiana, una de Jamaica y otra de Holanda, mientras una treintena más espera la autorización.

De acuerdo con el decreto ley que regula las zonas francas, el 75 por ciento de las mercancías de estas empresas irá destinado a la exportación y un 25 por ciento pueden ser dirigidas al mercado interno.

En ese decreto, presentado hace un año, las zonas francas quedan definidas como "un espacio debidamente delimitado, sin población residente, de libre importación y exportación, en el que se realicen actividades industriales, comerciales, agropecuarias, tecnológicas y de servicios".

Además establece que en ellas los inversionistas gozarán de un régimen especial en los órdenes aduanero, bancario, tributario, laboral, migratorio, de orden público, de inversión de capitales y comercio exterior. EFE

rmc/if/a

02

9708549

06/07/17 20/97

El socialismo real acude a prácticas capitalistas 8/6 EP

IMPUESTOS: CASTRO DESCUBRE LA FUENTE DE CUANTIOSOS INGRESOS

Durante décadas, uno de los lemas favoritos de Fidel Castro fue el apocalíptico "Socialismo o muerte". Sin embargo, su más reciente proclama tiene un cariz mundano, uno que es familiar a la gente que trabaja en todo el orbe: "Pague sus impuestos".

LA HABANA, Cuba (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS).— La libre empresa, tanto legal como ilegal, ha prosperado en Cuba durante los últimos tres años en que el gobierno ha tratado de rejuvenecer una economía arruinada por el abrupto final de los subsidios provenientes de la desaparecida Unión Soviética.

Después de legalizar ahora muchas formas de libre empresa, ahora quiere una parte de las ganancias y ha gravado a los jóvenes empresarios con grandes impuestos.

IMPUESTOS VARIABLES

"El gobierno vino aquí el otro día y nos dijo que tenemos que comenzar a pagar 200 dólares al mes en impuestos, y luego más al final del año, dependiendo de cuánto ganemos", dijo Carmen Suárez, de 75 años, quien alquila a turistas dos recámaras adicionales en la casa que comparte con su marido jubilado, en La Habana. "¿Cómo nos pueden hacer esto? Nunca sabemos lo que ganamos de un mes a otro, y si no ganamos 200 dólares, ¿qué podemos hacer?"

Las posadas familiares son el último giro que ha caído bajo el escrutinio del hombre de los impuestos. Según un nuevo decreto aprobado el mes pasado, a partir del 15 de julio todos los alojamientos pagarán un impuesto de operaciones mensuales así como un cargo sobre el porcentaje de ventas al final de cada año.

Los impuestos mensuales variarán dependiendo del número de cuartos y son más altos en zonas frecuentadas por turistas. Los impuestos de fin de año varían desde el 10 hasta el 30 por ciento de las utilidades, con las pensiones de mayores utilidades pagando los porcentajes más altos.

ESCASEZ DE ALIMENTOS

Durante décadas, los cubanos no tuvieron nunca que preocuparse de ganar dinero, y el gobierno no se ocupó de cobrarles impuestos. La gente trabajaba en los empleos que el gobierno les asignaba, llevaban a casa unos centavos diariamente, y les daban alimentos, cigarrillos, gasolina y otros artículos en cantidades suficientes como para llevar una vida modestamente cómoda.

Eso se acabó en 1990 cuando la antigua Unión Soviética suspendió la ayuda a Cuba y canceló las compras de miles de millones de dólares de artículos cubanos. Desde entonces, el gobierno cubano ha proporcionado menos y menos a su pueblo: las verduras son ahora raras en los almacenes del gobierno donde la gente recoge sus artículos de consumo y carne que es suministrada en cantidades minúsculas. Aunque los cubanos todavía reciben gratuitamente arroz, porotos, aceite de cocinar y algunos otros productos, las cantidades asignadas no satisfacen todas sus necesidades.



TEMIDOS. *Junto con los primeros síntomas de "libre empresa" llegan los impuestos a la isla caribeña que lleva 38 años bajo el régimen comunista de Fidel Castro. Todos los que tienen un pequeño negocio deben pagar*

La leche es reservada para los niños, y la nafta es destinada ahora principalmente a doctores y otros cuyas ocupaciones son calificadas por el gobierno como "esenciales".

Para ayudar a cubrir estas deficiencias, el gobierno primeramente permitió a la gente que recibiera y gastara dólares en 1993. Lo que comenzó como un experimento es ahora un renglón engranado en la economía.

"Conseguir dólares es actualmente en lo único que piensa todo el mundo", dice Nadia Machín Gómez, de 22 años.

RESTAURANTES LIMITADOS

Poco a poco, el gobierno ha legalizado la libre empresa. En una de sus primeras medidas, las autoridades aprobaron hace alrededolr de tres años los llamados "paladares", restaurantes familiares que podían tener hasta 12 asientos y empleaban a gente de la familia inmediata del propietario. A cambio, el gobierno cobraba unos 20 dólares mensuales de impuestos. Cuando los "paladares" prosperaron, lo mismo ocurrió con las ventas de productos vegetales en el mercado negro porque los turistas pedían más y más arroz y porotos. Los mercados de productos vegetales fueron legalizados, y la gente que los vendía también fue gravada. Luego, la demanda de langostas y camarones creció, y los pescadores que los atrapaban también fueron incorporados al sistema.

Ahora, el sistema de libre empresa incluye a taxistas, artesanos que fabrican y vender suvenires, barberos, reparadores de calzado, bares, fabricantes de muebles y otros.

El gobierno está aprendiendo muy rápidamente que los impuestos son lucrativos", manifestó Teo Babun, un economista de Miami y especialista en Cuba. "Nada más miren esas casetas de cobro de peajes. Cuba abrió una recientemente, y ha tenido tanto éxito que ahora hablan de abrirlas en las carreteras de toda la isla. Lo mismo sucede con los impuestos."

La Unión Europea prolongó la suspensión de cooperar con Cuba

LR 27/6

Luxemburgo, de nuestras agencias

Los ministros de Relaciones Exteriores de la Unión Europea decidieron este jueves prolongar por seis meses el congelamiento de su cooperación con Cuba, considerando que la situación de los Derechos Humanos en ese país no ha mejorado.

La decisión fue adoptada sin debate durante la prevista reunión de cancilleres de los Quince en Luxemburgo, indicaron fuentes diplomáticas.

El congelamiento de la cooperación con La Habana fue decidido en diciembre próximo pasado por los Quince.

Su prolongación por seis meses más "es una señal política que la Unión Europea dirige a Estados Unidos", según las fuentes. El 11 de abril último, los Quince suspendieron su querella ante la Organización Mundial del Comercio (OMC) contra la ley norteamericana Helms-Burton, que amenaza con sanciones a las sociedades europeas que utilicen en Cuba bienes norteamericanos confiscados por el régimen castrista.

Washington aplazó la aplicación de la Helms-Burton al tiempo que pedía a la UE que siguiera condenando al régimen de Fidel Castro.

En el texto adoptado en la tarde de ayer, los ministros subrayan que, desde la suspensión de su cooperación con La Habana, "no se ha observado ningún cambio sustancial de la situación en Cuba, ni en lo político ni en lo económico". Recuerdan que su objetivo consiste en "apoyar el proceso de transición pacífica de Cuba hacia una democracia pluralista, el respeto de los Derechos Humanos y de las libertades fundamentales, y una mejora del nivel de vida de los cubanos".

Pese al congelamiento de las relaciones políticas y económicas, las organizaciones humanitarias internacionales, las Iglesias y Organizaciones No Gubernamentales (ONGs) siguen en Cuba para ayudar a la población en el terreno de la alimentacion, en la higiene y en otros problemas que padece Cuba debido a un bloqueo que soporta desde hace varias décadas.

01-01

Nº DOCUMENTO 9708552

TITULO VISITA DEL VICEPTE. CUBANO A URUGUAY, REITERA RECHAZO A LEY HELMS-BURTON

PROCEDENCIA 150070

FECHA DE RECEPCION 11/6/97

VINCULACION 11971.

65671.

11164.

11399.

507466

65890.

11078.

Doc Poco Legible

01_05

Lage planteó a Sanguinetti inquietud de Cuba por ofensiva norteamericana

El vicepresidente del Consejo de Estado destacó que las relaciones con Uruguay se desarrollan "cada vez mejor"

El vicepresidente del Consejo de Estado de Cuba, Carlos Lage, se reunió ayer con el presidente Julio María Sanguinetti y el canciller Alvaro Ramos, en el marco de la ofensiva diplomática iniciada en todo el continente por el gobierno de la isla contra el endurecimiento de la política norteamericana contra su país.



Carlos Lage visitó a Alvaro Ramos en su despacho de la Cancillería, en su primer contacto oficial con el gobierno uruguayo.

Fuentes diplomáticas señalaron a **LA REPUBLICA** que el representante cubano explicó al gobierno uruguayo las medidas impulsadas por el gobierno de los Estados Unidos que afectan la soberanía de Cuba. La primera, es la discusión en una comisión creada en el Congreso norteamericano de diez a trece enmiendas a la Ley Helms-Burton, que implican un endurecimiento de las medidas de bloqueo económico y comercial vigentes.

La segunda, es la oposición pública manifestada por parte de las autoridades norteamericanas a la realización de la Cumbre Iberoamericana de presidentes en La Habana en 1999, y la tercera refiere a la denuncia del gobierno de Cuba de una agresión biológica ocurrida varios meses atrás contra una zona agrícola de la isla.

❑ Lage y Sanguinetti

Carlos Lage visitó ayer por la tarde al presidente Sanguinetti en su despacho del Edificio Libertad, en compañía del embajador de Cuba en Uruguay, Manuel Aguilera de la Paz. Durante la charla, el gobernante le entregó al primer mandatario uruguayo una carta personal del presidente cubano Fidel Castro. Luego del encuentro, que se prolongó durante más de una hora, Lage expresó su "satisfacción (por) estar en Uruguay, junto a un pueblo que ha sido especialmente solidario con Cuba, además de haber tenido siempre nuestro gobierno un respeto muy especial por la posición que ha mantenido el gobierno de este país y en especial el presidente Sanguinetti sobre la política de bloqueo que mantiene Estados Unidos".

Lage indicó que esa política de bloqueo es "irracional y violatoria de las más elementales normas de derecho internacional, (y) afecta los derechos humanos de once millones de cubanos y que tiene un firme y creciente rechazo internacional". Según el vicepresendente cubano, esta política "puso de manifiesto el desprecio de los Estados Unidos hacia la opinión internacional, que se expresó en la Asamblea General de las Naciones Unidas que la ha rechazado de una manera cada vez más abrumadora.

Sin embargo, el bloqueo se mantiene, recrudece, y en estos momentos el Congreso de Estados Unidos está discutiendo nuevas medidas para acentuarlo, especialmente reafirmando el carácter extraterritorial de las resoluciones que adopte ese organismo". Sobre la carta de Castro a Sanguinetti, Lage indicó que "seguramente "los temas que aborda "son los mismos que estamos hablando ahora, que siempre están presentes en nuestras conversaciones; los de esta política de los Estados Unidos, que impone un sufrimiento injusto a nuestro pueblo y dificultades crecientes para el desarrollo económico".

Lage aseguró que en Cuba se está cumpliendo un proceso de recuperación económica, para tratar de salir de la crisis provocada por la desaparición de la URSS. "Como se sabe nuestras relaciones económicas con la URSS predominaron durante muchos años y las mismas desaparecieron abruptamente, determinando una situación de crisis". Explicó que en la actualidad se está desarrollando un impulso al turismo, abriendo el país a la inversión extranjera, introduciendo importantes cambios en la economía, los que "comienzan a dar frutos, ya que el año pasado nuestra economía creció en un 7,8 por ciento".

Argumentó que Cuba tiene condiciones para sostener ese proceso de crecimiento, aunque "en este momento se mantienen y fortalecen medidas del gobierno de EEUU con el fin de impedir el esfuerzo de recuperación y desarrollo económico de nuestro país".

❑ No hubo pedido concreto a Uruguay

Lage dijo que su gestión ante el presidente Sanguinetti, no se trata de un pedido concreto, sino más bien de analizar gobierno a gobierno los problemas que tienen que ver con Cuba como nación latinoamericana. "Se trata también de visualizar que las medidas de Estados Unidos contra Cuba no son sólo expresiones de una política aislada, sino la más irracional forma que adopta una política imperial, la que aparece también cuando Estados Unidos se abroga el derecho de dar certificaciones que califiquen a los países por sus éxitos en la lucha contra la droga, cuando el principal culpable de ese problema en América Latina es el propio Estados Unidos, que es el principal consumidor".

"Toda esa política tiene su expresión más irracional, en el bloqueo que se practica contra el pacífico pueblo de Cuba. Por eso la lucha contra ella no es una causa aislada de Cuba, sino una batalla que recoge el interés de toda la región latinoamericana", insistió.

❑ La cumbre de presidentes de América Latina

Sobre la realización de la Cumbre de Presidentes de Iberoamérica en La Habana en 1999, Lage indicó que su país no está planteando ninguna reunión especial, sino las mismas que se están realizando cada año por decisión de los primeros mandatarios del continente.

"Estas cumbres se vienen sucediendo desde hace varios años y son parte de un importante mecanismo de integración, concertación y coordinación de los países de Iberoamérica".

Consultado sobre el condicionamiento de países del continente de que se realice un proceso de democratización de la isla, el visitante negó que haya "ningún tipo de condicionamiento de los países de América Latina. Lo que hay entre algunos gobierno es una opinión diferente a la nuestra sobre lo que es una democracia y cómo se debe organizar un país para que tengan lugar las libertades individuales. Sobre esto tenemos opiniones diferentes, pero de ninguna manera creo que haya un condicionamiento". "No creo que ningún país haya alcanzado plenamente la democracia ni la plena libertad de los derechos individuales. Creo que ése es un justo ideal humano, por el cual todos luchamos, pero también creo que el mundo es muy diverso, complejo para asociar el concepto de democracia a una forma única de organización de la sociedad. Asociar democracia a pluripartidismo, en nuesta opinión es algo demasiado esquemático", sostuvo. "Si la democracia es el gobierno del pueblo, eso es mucho más que el pluripartidismo, el gobierno del pueblo es el de su participación en las principales decisiones que se adoptan. En la sociedad norteamericana, para poner un ejemplo, vota menos de la mitad de la población.

Si la población no se siente representada en su sistema electoral, y no se siente impulsada a participar, es porque ese sistema democrático no está funcionando", añadió. Sobre las características del proceso cubano, Lage dijo que se caracteriza por la participación del pueblo en las decisiones del gobierno. "Ahora, cuando se debieron adoptar determinadas medidas económicas, antes de resolverlas se discutieron con todos los trabajadores. La Constitución de nuestro país, que establece el concepto de partido único, no como sector electoral, sino como fuerza organizadora y aglutinadora de la sociedad, fue discutida con toda la población y en voto directo y secreto se la aprobó". "En otros países, se decide, por ejemplo, privatizar y racionalizar, pero nosotros cuando vamos a decidir algo así, o simplemente subir los precios de algunos artículos esenciales, lo discutimos con todos los trabajadores", argumentó. En ese sentido, indicó que Uruguay es un buen ejemplo de consulta con la población, "que es un concepto esencial de la democracia".

"No es ni adecuado ni inteligente vincular el concepto de democracia a una sola forma organizativa. Todo es muy complejo y difícil, además las condiciones de nuestros países son tan distintas que lo más inteligente, lo más democrático, es que la lucha por los ideales de la democracia se puedan realizar desde formas y procedimientos distintos".

❑ Las relaciones con Uruguay

Consultado sobre las relaciones entre los dos países, especialmente luego del malestar cubano por el voto de Uruguay condenando a ese país en la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, Lage indicó que ese episodio de ninguna manera se puede calificar como un "momento de tensión". "No creo que las relaciones entre Cuba y Uruguay tengan ninguna dificultad; son relaciones de respeto mutuo. Creo que existe el diálogo, creo que hay críticas, por lo cual escuchamos con atención cualquier opinión del gobierno uruguayo, y además que nuestras relaciones se desarrollan cada vez de mejor manera", destacó.

"No todo lo que sucede es de nuestro agrado, como algunas otras cosas pueden no ser del agrado de Uruguay, y no fue de nuestro agrado ese voto. Creemos que la acusación a Cuba en la Comisión de Derechos Humanos fue fruto de una manipulación por parte de los Estados Unidos". "No existe ninguna razón para decir que en Cuba hay violación de los derechos humanos y, sin embargo hay otras naciones que no están acusadas en esa Comisión; hay países que se toman el derecho de bombardear poblaciones civiles de otros estados y tampoco son acusadas en esa Comisión de Derechos Humanos", acotó. "Cuba es un país donde tenemos niveles de educación y salud a la altura de cualquier país desarrollado. En América Latina hay 40 niños que mueren por cada mil nacidos vivos, mientras que en Cuba esa cifra desciende a 7,9. Quiere decir que hay 32 niños de cada mil, en comparación con el resto del continente, que no mueren en Cuba, los que tienen derechos humanos porque viven. Y no se puede concebir los derechos humanos sin derecho a la vida y a la salud". "Cuba tiene, dicho por Naciones Unidas, el segundo lugar entre los países de América Latina en materia de índice de pobreza, pese a que somos un país pobre", resaltó el gobernante.

Por otro lado, Lage destacó: "Vivimos en un país en que en los 38 años de la revolución no ha habido ningún asesinato político, *ni un solo desaparecido, ni un solo torturado. Vivimos en un país* sin narcotráfico, sin consumo de drogas, sin delincuencia organizada, sin corrupción en el gobierno. Y esos son elementos fundamentales para la democracia, porque ésta no puede existir si no hay un gobierno honrado, incorrupto". "Por eso no creemos que los problemas de la democracia sean sólo los problemas de los partidos, sino que también son aquellos que existen en todo el desarrollo de una sociedad".

Comisión oficial preparará festejos de 50 años de la Declaración Universal de DDHH

El Poder Ejecutivo resolvió ayer la creación de una Comisión nacional para la Preparación de los actos de conmemoración del 50° aniversario de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, proclamada por la Asamblea General de las Naciones Unidas, el 10 de diciembre de 1948.

El presidente Julio María Sanguinetti, en acuerdo con el canciller Alvaro Ramos, dispuso ayer la integración de dicha comisión con representantes de los ministerios de Educación y Cultura y de Relaciones Exteriores, siendo este último el que la presidirá.

Además, se resolvió invitar a los trabajos preparatorios a representantes de los poderes Legislativo y Judicial, a la presidencia del Instituto Nacional del Menor (Iname), la Facultad de Derecho de la Universidad de la República, las organizaciones no gubernamentales de promoción y defensa de los Derechos Humanos.

También se invitará a los medios de comunicación a designar un delegado que los represente.

La formación de esta comisión tiene el objetivo de cumplir con el pedido de la Asamblea General y la Comisión de Derechos Humanos de la ONU a todos los países integrantes, a participar en dicha conmemoración.

■ PARA EL JERARCA CUBANO LA DEMOCRACIA PLURIPARTIDISTA "ES ALGO ESQUEMÁTICO"

Cuba desarrolla ofensiva diplomática

El vicepresidente del país caribeño, Carlos Lage, advirtió sobre "un recrudecimiento" de la política de Estados Unidos contra la isla

EO 11/6.

En el marco de una fuerte ofensiva cubana en la región, el vicepresidente del Consejo de Estado de Cuba y presidente del Consejo de Ministros del gobierno encabezado por el comandante Fidel Castro, Carlos Lage Dávila, entregó ayer al mandatario Julio Sanguinetti una carta del presidente cubano advirtiendo sobre "un recrudecimiento" de la política de Estados Unidos contra la isla.

El enviado de Fidel Castro admitió que la posición uruguaya condenando la situación de los derechos humanos en Cuba

"Estados Unidos viola los derechos humanos de 11 millones de cubanos"

no fue compartida por su gobierno. "No es de nuestro agrado ese voto", dijo Lage, señalando que la acusación a Cuba en la Comisión de Derechos Humanos de la ONU es un fruto de "la manipulación de la política de Estados Unidos, porque no hay razón para decir que en Cuba hay una violación flagrante de los derechos humanos", enfatizó. Aseguró que en 38 años de la revolución cubana "no ha habido un asesinato político, no ha habido un solo desaparecido, no ha habido un solo torturado".

Lage -que hoy se reunirá en Buenos Aires con el presidente Carlos Menem- entregó al mandatario uruguayo una carta de Castro donde se enumera, desde la visión de su gobierno, lo que



se considera ataques de Estados Unidos. Antes de entrevistarse con el presidente, el representante del gobierno cubano se reunió con el ministro de Relaciones Exteriores, Alvaro Ramos.

En la reunión con Sanguinetti, Lage dijo no haber realizado ningún pedido concreto al gobierno uruguayo, y destacó el respeto por la posición de este gobierno de rechazo a la política del bloqueo a Cuba.

El jerarca cubano criticó la política de Estados Unidos contra Cuba calificándola como "irracional" y "violatoria de las más elementales normas del derecho internacional. Es una política que viola los derechos humanos de 11 millones de cubanos y es una política que tiene rechazo internacional".

Indicó que "en estos momentos el Congreso de Estados Unidos tiene en discusión nuevas medidas para recrudecer esta política de bloqueo que tiende a enfatizar el carácter extraterritorial de las decisiones que toma el Congreso".

La ofensiva de la política exterior cubana procura demostrar a la opinión pública internacional que la posición de Estados Unidos frente a Cuba "no es aislada".

Respecto al proceso de democratización de Cuba, Lage opinó que hay "una opinión diferente a la nuestra sobre lo que es una democracia y cómo se debe organizar un país para que tengan lugar las libertades individuales y desarrollo de las democracias. Pienso que hay opiniones diferentes sobre ese tema, pero no creo que haya un condicionamiento ni creo que sea justo un condicionamiento".

Posteriormente aseguró que "no creo que ningún país pueda decir que ha alcanzado la democracia ni la plena libertad de los derechos individuales. Estimo que ha sido un ideal humano; un justo ideal por el cual la humanidad lucha, por el cual luchan muchos gobiernos y por el cual luchamos nosotros también".

Agregó que asociar la democracia al concepto de pluripartidismo "desde nuestra opinión es algo esquemático. La democracia es el gobierno del pueblo, que es mucho más que pluripartidismo; es participación del pueblo en las principales decisiones de la ciudadanía", puntualizó.

Uruguay sin posición tajante

Uruguay no tiene una opinión tajante sobre la posición a adoptar en la Organización de Estados Americanos (OEA) con respecto a Cuba, pero de todas maneras ha marcado una postura de independencia, dijo ayer el delegado uruguayo en ese organismo, Antonio Mercader.

Entrevistado en el programa de CX 14 El Espectador, Mercader reconoció que en la OEA hay dos posiciones con respecto a la isla. "Se da la paradoja del huevo y la gallina", dijo el delegado.

"Estamos divididos de un lado los que dicen que hasta que Cuba no tenga democracia plena, elecciones libres, tres poderes funcionando en forma independiente y no tenga ninguno de los 700 presos políticos que hoy tiene, en ese momento estará habilitada a entrar a la OEA. Esa es una posición".

"La otra posición dice: no, vamos a ayudar a que Cuba haga ese proceso, vamos a traerla a la OEA".

Mercader señaló que "Uruguay no tiene una definición tajante, pero de todas maneras ha marcado una postura de independencia y de pensar con su propia cabeza estos temas en relación a Cuba, como lo demostró en su momento la visita de Fidel Castro. Uruguay actúa y tiene una política exterior independiente trazada según sus propias convicciones".

03

Sanguinetti recibirá hoy al vicepresidente cubano

Carlos Lage llegó ayer y entregará una carta de Fidel Castro en la que expone diferencias con los EEUU

El presidente de la República, Julio María Sanguinetti, recibirá hoy en su despacho del Edificio Libertad al vicepresidente del Consejo de Estado y secretario del Consejo de Ministros de Cuba, Carlos Lage Dávila.

El gobernante cubano, que arribó anoche al país, es portador de una misiva personal del presidente de su país, Fidel Castro. Lage arribó próximo a las 22 horas y fue recibido en el Aeropuerto Internacional de Carrasco por el embajador cubano Manuel Aguilera de La Paz y el vicecanciller uruguayo Carlos Pérez del Castillo.

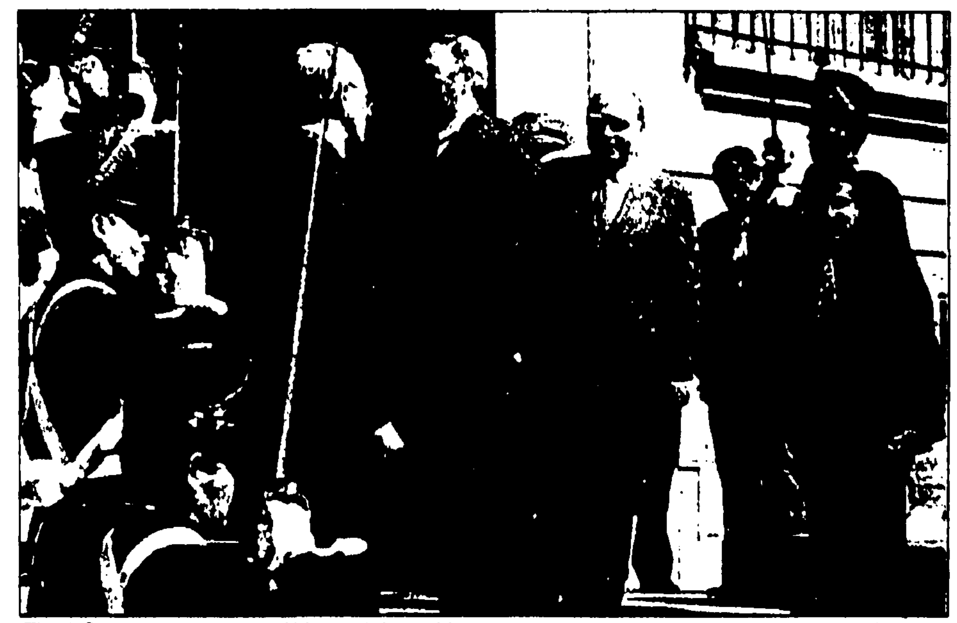
La visita de Lage tiene como propósito "exponer los puntos de vista de su gobierno en relación a las diferencias que, en el plano político y económico, mantiene con la administración de los Estados Unidos", anunció oficialmente ayer el gobierno uruguayo.

Lage será recibido por Sanguinetti a las 16.45 horas, pero mantendrá previamente, a las 15 horas, una reunión con el ministro de Relaciones Exteriores, Alvaro Ramos. La visita, de carácter privado, se inscribe en la ofensiva diplomática que emprende el gobierno cubano para abordar al más alto nivel la controvertida ley Helms-Burtons que acentúa el bloqueo de Estados Unidos a La Habana, informó Prensa Latina. Se comenta que no sería el único país que visitará el gobernante cubano.

Lage, doctor en medicina, nació el 15 de octubre de 1951, fue presidente de la Federación de Estudiantes Universitarios y primer Secretario General de la Unión de Juventudes Comunistas de Cuba, posición que abandonó en 1986 para pasar a integrar el Consejo de Ministros. Especializado en temas económicos, es considerado uno de los impulsores de las reformas en esa materia en la isla.

La llegada de Lage tiene lugar poco después de que Cuba hiciera saber a nuestro país el malestar a partir de la posición adoptada por Uruguay en la última reunión en la Comisión de Derechos Humanos de Naciones Unidas. Uruguay adhirió con su voto a la condena a Cuba por "flagrantes violaciones masivas" de los derechos humanos, en los últimos días de abril. El hecho provocó consultas a nivel diplomático entre la Embajada cubana y la Cancillería de nuestro país.

Las relaciones bilaterales habían alcanzado su nivel máximo cuando el presidente Sanguinetti invitó al Uruguay a su homólogo cubano, Fidel Castro, el 14 de octubre pasado.



Fidel Castro durante su última visita a Uruguay, antes de las diferencias diplomáticas.

El Congreso estadounidense prepara diez enmiendas para hacer "más extraterritorial, más injerencista y más dura esa ley", firmada por el presidente estadounidense, Bill Clinton, el 12 de marzo de 1996, con el fin de sancionar a los extranjeros que inviertan en Cuba.

Desde el pasado fin de semana, el canciller Roberto Robaina realiza una gira por México, El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Panamá y Nicaragua con el fin de reunirse con los miembros de los respectivos gobiernos.

970552

[illegible]

[illegible]

[illegible]

URUGUAY-CUBA

GOBIERNO URUGUAYO REITERA SU RECHAZO A LA LEY "HELMS-BURTON"

Montevideo, [illegible] jun (EFE).- El vicepresidente de Cuba, Carlos Lage, ha informado hoy al Gobierno uruguayo del peligro de un "recrudecimiento" de la política de Estados Unidos hacia Cuba y sus interlocutores le han reiterado su rechazo al embargo comercial y a la ley "Helms Burton".

Lage, que realiza una gira por el Cono Sur que le llevará a Argentina, Brasil y Chile, además de Uruguay, llegó el lunes por la noche a Montevideo y hoy fue recibido por el presidente uruguayo, Julio María Sanguinetti y por el canciller, Alvaro Ramos.

Paralelo a la gira de Lage, el canciller cubano, Roberto Robaina, viaja por tierras centroamericanas con el mismo fin.

El vicepresidente del Consejo de Estado cubano, que hoy mismo partió de Uruguay, entregó a Sanguinetti una carta del presidente de Cuba, Fidel Castro, según confirmaron fuentes oficiales.

En declaraciones a los periodistas, Lage precisó que su visita no tenía como objetivo hacer solicitud alguna al Gobierno uruguayo, sino darle a conocer informaciones sobre nuevos planes de Estados Unidos contra la isla.

"Uruguay es un país que mantiene unas relaciones respetuosas con Cuba, lo que no excluye que tenga opiniones diferentes sobre su sistema político", subrayó tras entrevistarse con el presidente Sanguinetti.

Lage trató también con Sanguinetti de la situación internacional y latinoamericana y de problemas que aquejan a la economía mundial, según dijo a la prensa.

En su entrevista con Ramos, Lage le reiteró una invitación para que visite Cuba oficialmente.

Lage manifestó a Ramos la "preocupación" del Gobierno de Cuba por la intención de algunos congresistas estadounidenses de agregar enmiendas a la llamada ley "Helms Burton", que sanciona a los inversores extranjeros en Cuba sea cual sea su nacionalidad.

El canciller uruguayo reiteró a Lage el rechazo de Uruguay tanto al "inconveniente" embargo comercial que Estados Unidos mantiene sobre Cuba como la ley "Helms Burton", dijo el director de Asuntos Políticos de la Cancillería uruguaya, José María Araneo.

Uruguay ha manifestado en distintos foros, como el Grupo de Río, que esa ley constituye, por su extraterritorialidad, una violación del derecho internacional y además "no es el mejor procedimiento para ayudar a una salida institucional en Cuba".

La visita de Carlos Lage se produce poco después de que el Gobierno uruguayo respaldara con su voto una resolución de condena del Gobierno cubano por violaciones de los derechos humanos planteada en Naciones Unidas.

El año anterior, el Gobierno uruguayo se abstuvo cuando se planteó la misma condena al régimen de Fidel Castro, quien visitó oficialmente Uruguay en octubre de 1995 invitado por Sanguinetti, quien defendió ante el dirigente cubano la necesidad de una transición pacífica hacia la democracia en la isla.

[illegible]

[illegible]

EFE

[illegible]

9708552

05-05

Funcionario de EEUU visita Cuba

Por **Frank Martín**

La Habana, Cuba, PL 11/6CR.



Michael Ranneberger, coordinador del Departamento norteamericano de Estado, se encuentra en esta capital en una visita casi misteriosa, explicada a partir de que debe participar en la inauguración, tras obras capitales, de la oficina de intereses de su país en Cuba, fundada en tiempos del presidente Jimmy Carter.

Ranneberger, no obstante, no limitará sus actividades a esa ceremonia.

El funcionario brindó una conferencia de prensa —de acuerdo con versiones que corren aquí— y además intentará al menos reunirse con representantes de grupúsculos que se autodefinen como opositores al gobierno que encabeza el presidente, Fidel Castro.

Las autoridades locales no reconocen legalmente a esas organizaciones por considerarlas como vehículos internos de las políticas de Washington con respecto a la isla.

Ranneberger, a todas luces, no fue invitado por el gobierno, pero en el campo diplomático es necesario un visto bueno oficial, aunque éste no fue reconocido hasta ahora por fuente alguna.

El mismo coordinador, que tiene el rango de subsecretario de Estado, realizó en mayo último una conferencia de prensa por televisión que tuvo como centros para preguntas La Habana, Washington y otras capitales americanas.

En aquella ocasión el entrevistado perfiló con sus respuestas las aristas clave de la conducta de la administración de William Clinton hacia el país caribeño, la cual tiene como fundamento un conjunto de fuertes presiones, la principal de ellas, un embargo económico de gran magnitud.

Sin embargo, Ranneberger sugirió en aquella ocasión que esa política tiene "flexibilidades" y expresó una disposición a permitir que empresas norteamericanas vendan alimentos y medicinas a Cuba "bajo ciertas condiciones". La prensa cubana no reflejó la presencia del funcionario norteamericano, y la oficina de intereses —peculiar sustituta de una representación a nivel de embajada— fue parca en sus referencias a la presencia del mismo. No obstante, se conoció que Michael Ranneberger llevó a cabo su conferencia de prensa exclusivamente con corresponsales extranjeros, dejando marginados a los periodistas cubanos.

Algunos observadores vincularon esta visita con declaraciones el domingo de la secretaria estadounidense de Estado, Madeleine Albright, según las cuales Estados Unidos está dispuesto a cambiar el tipo de relaciones que desarrolla actualmente con la isla.

Pese a la fuerte retórica que tuvo como blanco a la más alta dirigencia de Cuba, la Albright atemperó algunos de los conceptos tratando de colocar la bola en el campo cubano.

Es poco probable que Ranneberger se encuentre públicamente con personalidades gubernamentales locales en esta estancia, pero algunas fuentes especularon sobre contactos de "bajo perfil" detrás de las candilejas.

Miembro del Departamento de Estado con disidentes

La Habana, agencias

LR 11/6.

El coordinador del Departamento de Estado para Asuntos Cubanos, Michael Ranneberger, quien se encuentra en La Habana, se reunirá con representantes de organizaciones disidentes en la isla, informaron dirigentes opositores. Ranneberger, "mostró interés en reunirse con nosotros y posiblemente lo hagamos esta misma tarde", confirmó a la AFP Vladimiro Roca, hijo del fundador del Partido Comunista y uno de los principales miembros de la disidencia interna y presidente del Partido Socialdemócrata, ilegal.

Roca precisó que participarán en el encuentro, entre otros, Beatriz Roque, del Instituto Cubano de Economistas Independientes; Jesús Yáñez, del Comité Cubano Pro Derechos Humanos; y Elizardo Sánchez Santa Cruz, presidente de la Comisión de Derechos Humanos y Reconciliación Nacional.

La disidencia interna, organizada en pequeños grupos ilegales, fue convocada al encuentro con Ranneberger por las autoridades de la Sección de Intereses de Estados Unidos en La Habana, manifestó Roca, quien dijo no estar seguro del momento en que se realizará la cita, ni de los temas específicos por discutir.

Fuentes diplomáticas de Estados Unidos en La Habana, que pidieron el anonimato, confirmaron a la AFP que Ranneberger se encuentra en Cuba e inaugurará la remodelación de la sede de la Sección de Intereses.

El funcionario del Departamento de Estado ofrecerá una conferencia de prensa al próximo martes, poco antes de concluir su visita a La Habana, afirmaron fuentes de la Sección de Intereses.

Las autoridades gubernamentales de Cuba y Estados Unidos preparan la próxima ronda de negociaciones para analizar la marcha de los acuerdos migratorios de 1995, suscritos para desalentar las migraciones masivas de cubanos hacia esa nación norteamericana.

El pasado 21 de mayo, Ranneberger afirmó, durante una video conferencia con los periodistas extranjeros en La Habana, que Estados Unidos está consciente de la mala imagen que tiene en América Latina su política contra Cuba.

"El gobierno cubano, no es sólo (Fidel) Castro: hay otros dirigentes" que pueden "con el tiempo darse cuenta que es esencial pensar en un proceso de cambio", estimó Ranneberger, alentando una "colaboración" de América Latina con Washington para "promover una transición política pacífica" en La Habana.

02-02 9708553

Nº DOCUMENTO 9708554
TITULO 518593
PROCEDENCIA
FECHA DE ... 27/6
VINCULADO 11921 · 65671 · 11164 · 11399 · 66967

EFE0411

I1 PRXDT 06-27 00184
mun evg ic-

CUBA-R.DOMINICANA (ampliación)
CUBA Y DOMINICANA RESTABLECEN RELACIONES CONSULARES

La Habana, 27 jun (EFE). Cuba y la República Dominicana acordaron hoy el restablecimiento de relaciones consulares, despues de mas de tres décadas sin vínculos diplomáticos de ningún tipo.

El acuerdo fue suscrito esta tarde en La Habana por las viceministras de Relaciones Exteriores de Cuba, María de los Angeles Florez, y de la República Dominicana, Minou Tavarez, al término de una reunión sobre asuntos migratorios.

El acuerdo contempla también la deportación de ciudadanos cubanos o dominicanos que lleguen ilegalmente a cualquiera de los dos paises.

El acuerdo es similar al firmado entre Cuba y Bahamas el pasado año para evitar el flujo de emigrantes ilegales cubanos, que, a traves de terceros países, pretenden llegar a Estados Unidos.

La viceministra dominicana dijo a la prensa que la apertura de las oficinas consulares tanto en La Habana como en Santo Domingo se llevara a cabo "lo antes posible", si bien señaló que este es un primer paso y que todavia no hay una fecha fijada.

La primera ronda de estas conversaciones para regular el creciente tráfico de personas entre ambas naciones caribeñas se celebro el pasado marzo.

Según Tavarez, el Gobierno del presidente Leonel Fernandez ha querido evitar que la República Dominicana se convierta en un país de transito de emigrantes, mientras que otras fuentes de la cancilleria de ese pais dijeron que la situación era ya "muy compleja y problemática".

Este convenio es el primero que suscriben Cuba y la República Dominicana desde que los dominicanos rompieron relaciones diplomáticas con La Habana, junto con la mayoría de los países latinoamericanos, poco despues del triunfo de la Revolución que llevó al poder a Fidel Castro.

A principios de los años sesenta México fue el único país latinoamericano que se negó a seguir las directrices de Estados Unidos, promovidas a traves de la Organización de Estados Americanos (OEA) para romper con el Gobierno cubano.

Pero, pese a la ausencia de relaciones diplomáticas, Cuba y la República Dominicana han incrementado sus contactos en los últimos tiempos y el propio ministro de Relaciones Exteriores, Roberto Robaina, visitó recientemente Santo Domingo dentro de una gira regional por Centroamérica y el Caribe.

Robaina entregó a Leonel Fernandez una carta de Castro, en la que este solicitaba el apoyo del Gobierno dominicano contra los intentos de Estados Unidos para reforzar aún mas la ley Helms-Burton, que pretende internacionalizar el embargo contra Cuba.

Tras el acuerdo firmado hoy entre los dos gobiernos caribeños, Costa Rica, Guatemala y El Salvador son los unicos paises de Latinoamérica que no tienen ningun vinculo diplomatico con La Habana.

Cuba y Estados Unidos suscribieron dos acuerdos migratorios en 1994 y 1995 para frenar la emigracion ilegal por lo que muchos

ciudadanos cubanos optaban por intentar ingresar a traves de un tercer pais, lo que originó los posteriores acuerdos del Gobierno cubano tanto con Bahamas como el firmado hoy con la Republica Dominicana. EFE

HO/PI

C1-01 9708554

06/27/97 14:37

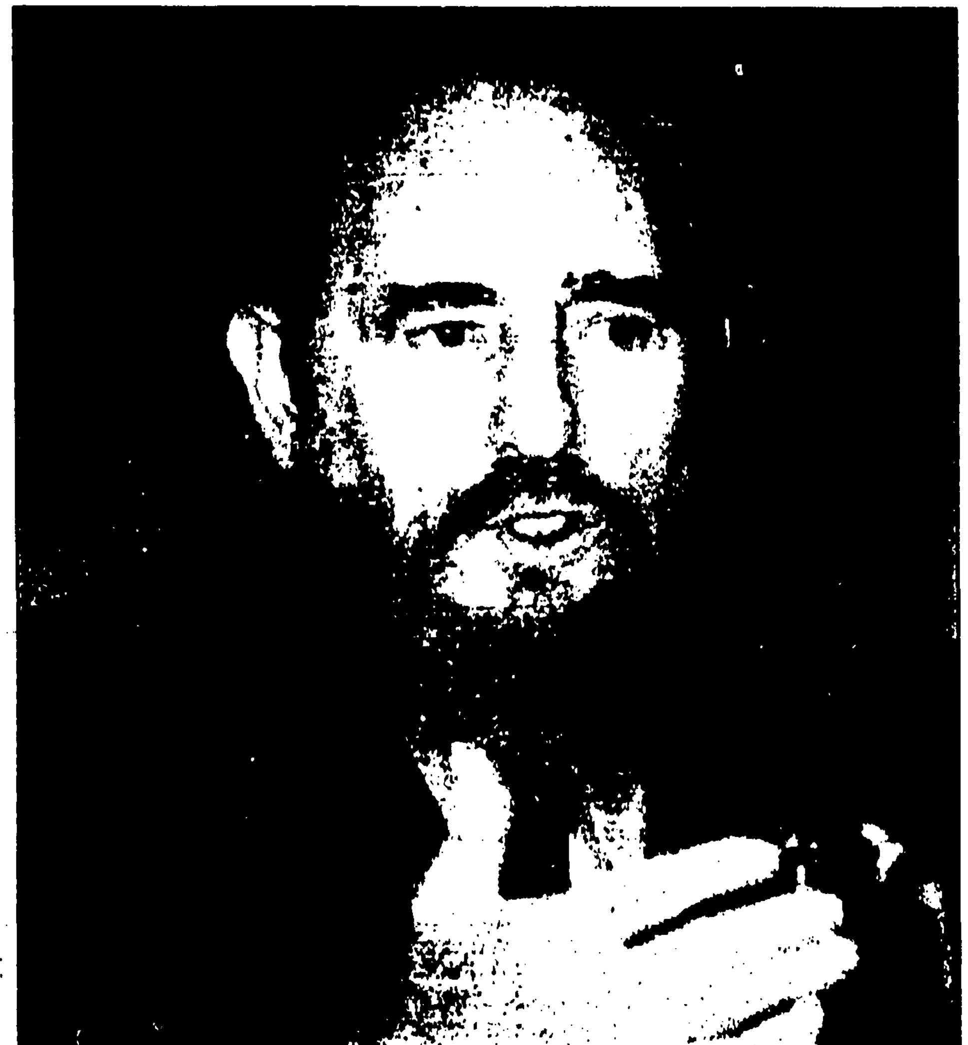
EL MUNDO

Cuba toma medidas para evitar lavado de dinero

La Habana - Las autoridades bancarias cubanas exigirán a sus clientes a partir de esta semana una declaración de origen de sus recursos económicos en las operaciones en efectivo que superen los 10.000 dólares, con el fin de evitar el «lavado de dinero». La medida, difundida ayer por el Banco Nacional de Cuba (BNC), será aplicada a las aperturas de cuentas, depósitos, envíos de giros y transferencias, así como a la compra y venta de divisas.

De acuerdo al texto difundido por el BNC, cada banco deberá contar con mecanismos que «le permitan seleccionar y conocer sus clientes, sean estos habituales u ocasionales, identificarlos debidamente y tener un conocimiento de sus transacciones y actividades».

El documento ordena que cada banco tenga un directivo «responsable del cumplimiento del programa de prevención del lavado de dinero» y que conserve el archivo de operaciones e identificación de los clientes al menos por cinco años.



Fidel Castro

También pide alertar sobre los aumentos «considerables» de depósitos en efectivo, en especial si esos fondos salen en un plazo breve hacia otra cuenta o un destino poco habitual.

El BNC demanda además la vigilancia de los depósitos masivos en documentos con cantidades individuales reducidas, pero con un monto total elevado y cambios de grandes sumas en billetes de baja a alta denominación, entre otras operaciones.

El sistema bancario de Cuba ha emprendido una reforma financiera paulatina, que prevé la creación de siete grandes bancos, pero por el momento intentará frenar la proliferación de instituciones pequeñas.

En realidad, según las autoridades bancarias de la isla, con la reforma intentarán evitar la experiencia de Europa del Este, donde los gobiernos postsocialistas permitieron el surgimiento de pequeños bancos con escasos recursos, cuya gestión, descontrolada, terminó en servicios impagos y fraudes.

Tiempo de reformas

A principios de esta década Cuba enfrentó la más grave crisis económica en la historia de su experiencia socialista. A la brutal escasez provocada por el retiro de la ayuda soviética en petróleo y alimentos, se sumó el peso de tres décadas de embargo norteamericano, que en marzo de 1996 se reforzó aún más con la llamada ley Helms-Burton.

Tras una devastadora caída del producto bruto interno entre 1989 y 1993, el gobierno cubano emprendió la recuperación por el camino de una apertura del sistema con algunos sesgos tomados de la economía de mercado.

Se autorizó la compra y venta de dólares, se convocó a los inversores extranjeros a establecer sus empresas privadas en casi todos los rubros, con o sin la participación del Estado cubano, y, quizás una de las más llamativas medidas, comenzó a verse cierto auge del cuentapropismo al permitirse la apertura de pequeños restaurantes y comercios propios.

Todos los cambios son controlados por el Estado, que estableció un reordenamiento fiscal en etapas.

Luego de que a mediados de mayo un decreto nacional autorizó a los dueños de viviendas a alquilárselas a los turistas, pronto se vino el «impuestazo».

La semana pasada, el Ministerio de Finanzas y Precios cubano anunció un paquete impositivo para evitar el arrendamiento clandestino, una práctica que proliferó de la mano de las reformas económicas, pero que hoy representa cierta competencia para las cadenas hoteleras.

El ingreso por los impuestos, dijeron los especialistas cubanos, será dirigido a los sectores con más dificultades.

COSTA RICA

Ofensiva de Cuba contra la ley Helms-Burton

El canciller cubano, Roberto Robaina, intenta lograr el apoyo internacional contra el embargo económico de la isla. En una gira por varios países de América Central, Robaina destacó que su misión es la de explicar la situación por la que atraviesa Cuba. Costa Rica y República Dominicana manifestaron su rechazo a la ley Helms-Burton.

POR BERLIOTH HERRERA
CORRESPONSAL EN COSTA RICA

SAN JOSE. Una delegación cubana partió a recorrer el mundo con el objetivo de sensibilizar a sus gobernantes sobre las consecuencias para Cuba de la Ley Helms-Burton y el posible recrudecimiento de las medidas que podrían involucrar a más países como parte del bloqueo económico a la isla.

Con este objetivo en mente, el canciller **Roberto Robaina** y varios funcionarios de alto nivel del Gobierno cubano emprendieron una peregrinación por varios países del planeta, entregando, presidente por presidente, un mensaje de **Fidel Castro**.

No se pide un apoyo, ni un movimiento general, según dijo **Robaina** en Costa Rica. Lo que se necesita es un espacio para explicar cuál es la situación por la cual atraviesa la isla y las consecuencias del recrudecimiento de la ley norteamericana.

"No se puede hablar de apoyo o no porque éste no es el tema, solamente traigo un mensaje. Buscamos un espacio para explicar el sentir de Cuba sobre las posibilidades de recrudecer la Ley Helms-Burton que atenta contra la soberanía, no sólo de Cuba, sino de otras naciones por querer hacerla más extraterritorial," dijo **Robaina** durante su breve visita por Costa Rica.

Sin lugar a dudas, a **Fidel** le preocupa que el bloqueo lo puedan aplicar más países y se limite la capacidad de sobrevivencia de la Cuba comunista.

Sobre este punto, el Gobierno costarricense manifestó su posición de no avalar la Ley Helms-Burton, tal y como lo ha hecho en los foros internacionales, más recientemente en Chile, durante la reunión Latinoamericana sobre *"Gobernabilidad en Democracia,"* que se celebró en noviembre del año anterior.

Sin embargo, el país centroamericano mantiene su posición de que aunque no está de acuerdo con la ley estadounidense y menos con las enmiendas que procuran hacerla más dura, por considerarla violatoria de la soberanía, tampoco apoya el régimen castrista porque contradice los principios democráticos en América Latina.

Pero en esta ocasión el tema no formó parte de la cita. El presidente **Figueres** —según dijo el canciller **Fernando Naranjo**— recibió al canciller **Robaina** para conocer el mensaje de **Castro**, bajo ningún motivo para hablar sobre el establecimiento de relaciones diplomáticas.

"Ese no fue tema de conversación y tampoco pensamos en revisar nuestras relaciones con la isla porque siempre hemos sido claros: mientras no se dé un cambio en el sistema de gobierno de este país, no estamos dispuestos a cambiar de posición," dijo **Naranjo**, quien a la vez afirmó que tampoco espera un cambio inmediato en Cuba.

Añadió que **Robaina** se refirió a la situación que atraviesa la isla, abordando temas generales, pero que el énfasis del encuentro fue exponer las consecuencias para su país de un recrudecimiento de la Ley Helms-Burton. ◆

Robaina: "No pedimos apoyo"

Tras finalizar su reunión con el presidente de Costa Rica, **José María Figueres**, el canciller cubano, **Roberto Robaina**, acompañado por su homólogo costarricense, **Fernando Naranjo**, conversaron con la prensa sobre el motivo del encuentro.

Este es un extracto de la conversación:

—¿Cuál es el objetivo de esta visita que realiza por varios países de América?

—Cumplo con la misión de entregar una carta personal del presidente **Fidel Castro** a los presidentes latinoamericanos. Ya lo hice en los países de El Salvador, Guatemala, México, Honduras, Panamá, ahora Costa Rica, República Dominicana y Nicaragua. Otros representantes; vicepresidentes, ministros, cumplen igual misión en los países de Sudamérica, Canadá y también en algunos países de la Unión Europea. Pero mi tarea consiste en entregar un mensaje y mantener un nivel de diálogo, de intercambio como el que tradicionalmente hemos mantenido con toda Iberoamérica y Latinoamérica.

—¿Cuál es el mensaje de la carta?

—En primer lugar es una carta de presidente a presidente, yo no puedo revelar el texto de un mensaje. La idea es informar al resto de los gobiernos la opinión que nuestro país sobre las medidas que se vienen tomando para recrudecer la ley Helms-Burton y explicar cómo Cuba lo aprecia. No hemos venido ni a Costa Rica ni a otro país a buscar ningún pronunciamiento; lo que se ha tenido que hacer se ha hecho en le marco de los foros internacionales, y cada uno ha planteado si apoya o condena. Repito, la larga reunión es para entregar el mensaje, comentarlo y siempre un encuentro como estos permite explicar las cosas que estamos haciendo en Cuba.

—¿Qué esperan de estos encuentros?

—Entregar el mensaje y explicar cómo Cuba aprecia la manera en que la ley se recrudece, fuera de eso no tenemos otra intención.

—¿Están buscando un acercamiento con otros países del mundo con quienes no tienen relaciones diplomáticas?

—Se dicen muchas cosas cada vez que funcionarios cubanos visitan algún país del mundo, si esto lo van a asociar con que estamos buscando un acercamiento o un proceso de relaciones normales yo diría que se están haciendo análisis incorrectos, las relaciones se tienen que ir estableciendo de manera sistemática, pero repito ese es un tema que no hemos tocado.

—¿Cuál ha sido la respuesta de los gobiernos?

—Acogida positiva, primero porque se produce el encuentro y segundo que se nos da la oportunidad de poder explicar. No vine a hacer una pregunta para que se me responda, vine a explicar una situación. Creo que es bueno que la familia Iberoamericana y latinoamericana la conozca.

—¿Por qué en este momento deciden lanzar esta ofensiva diplomática internacional?

—Cuba lo ha hecho en este preciso instante porque ustedes saben que justamente en el Comité de Relaciones Exteriores del Congreso de los Estados Unidos se está discutiendo en este instante enmiendas para recrudecer la ley, pero fuera de informarlo no tenemos más que hacer.

Son un grupo de adecuaciones dirigidas a hacer más extraterritorial y más dura la ley, creemos que es un trámite que se hace en el Congreso estadounidense de una manera que realmente nos preocupa y que se está haciendo con Cuba como pretexto, pero aun así no queremos dejar de denunciarlo porque ésta es una ley que afecta la soberanía del mundo.

—¿Algún gobierno ha planteado algún tipo de condicionamientos al apoyo?

—No han aparecido apoyos, ni condicionamientos. No han sido temas de conversación. ◆



REUTER
ENCUENTRO. Robaina, (izq.) busca un acercamiento con el canciller Naranjo.

CUBA-GIRA
CANCILLERIA NIEGA GIRA MINISTRO ROBAINA SEA SECRETA

La Habana, 17 jun (EFE).- La cancillería cubana negó hoy, jueves, que la gira que realiza el ministro de Relaciones Exteriores de este país, Roberto Robaina, por varios países de la región tenga un carácter secreto.

Robaina se encuentra de gira por varios países latinoamericanos para buscar el respaldo de sus gobiernos contra la posible aprobación por parte del Congreso de Estados Unidos de 10 enmiendas de la ley Helms-Burton con las que se endurecería el embargo comercial contra Cuba.

El portavoz de la cancillería cubana, Miguel Alfonso, señaló hoy que no hay nada de misterioso, ni de secreto en esta gira, y agregó que simplemente responde al interés que han mostrado algunos países al llamamiento realizado por Cuba en relación a la ley Helms-Burton.

El ministro de Relaciones Exteriores ha visitado Costa Rica, la República Dominicana, Guatemala, Panamá, El Salvador y, aunque no se ha confirmado oficialmente, puede haber viajado también a México y Honduras.

Robaina tenía como objetivo en estas visitas entregar a los diferentes gobiernos una carta del presidente cubano, Fidel Castro, en la que denuncia las nuevas acciones del Congreso de EEUU para reforzar el embargo económico contra la isla.

Esta etapa de la ofensiva diplomática emprendida por el Gobierno cubano proseguirá hoy en Nicaragua, donde Robaina hará entrega al presidente Arnoldo Alemán de la citada carta.

Con igual misión también se han desplazado a Uruguay el vicepresidente, Carlos Lage, y el ministro para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica, Ibrahim Ferradaz.

Preguntado sobre el contenido de esta misiva, Miguel Alfonso dijo que los detalles "corresponden a la parte que nos ha honrado con una respuesta prácticamente inmediata" y agregó que los destinatarios han tenido "diferentes reacciones" con respecto al [illegible].

Miguel Alfonso añadió que la [illegible] ha sido "de preocupación [illegible] de las nuevas [illegible] en cuanto al bloqueo y [illegible] Helms-Burton [illegible] todavía más [illegible] la salud y la [illegible] del pueblo cubano".

En opinión del portavoz de la cancillería cubana, Estados Unidos [illegible] todavía más estricto, [illegible] internacional. EFE

[illegible]

[illegible] 17 15 [illegible]

02

970 8556

[illegible]

[illegible]

[illegible]

CENTROAMERICA-CUBA

CANCILLER ROBAINA CONCLUYE EN NICARAGUA OFENSIVA DIPLOMATICA

Managua, 12 jun (EFE).- El ministro cubano de Relaciones Exteriores, Roberto Robaina, llegó hoy a Nicaragua para concluir la ofensiva diplomática que emprendió por Centroamérica y El Caribe, en busca de apoyo para rechazar la intención de EEUU de endurecer el embargo comercial contra su país.

Robaina que, según emisoras de Managua llegó en un vuelo privado, se entrevistó con su colega de Nicaragua, Emilio Álvarez Montalván, antes de reunirse con el presidente del país, Arnoldo Alemán, a partir de las 11.00 hora local (17.00 GMT).

El jefe de la diplomacia cubana aún no ha ofrecido declaraciones a la prensa en Managua, aunque se espera que lo haga al finalizar la cita con el presidente nicaragüense.

El canciller Robaina entregaría a Alemán una carta del presidente cubano, Fidel Castro, en la que éste le solicita que rechace la intención estadounidense de endurecer el embargo contra la isla.

El presidente nicaragüense, en declaraciones ofrecidas el miércoles al confirmar la cita concedida al canciller de Cuba, comentó que aprovecharía la ocasión para hablar sobre derechos humanos y elecciones libres en esa nación caribeña. EFE

[illegible]

[illegible]

03

9708556

U FOXBT 06 12 00561
msp ica

CENTROAMERICA-CUBA (Previsión)
ROBAINA CONCLUYE OFENSIVA DIPLOMATICA CONTENTO POR RECEPTIVIDAD

Managua, 12 jun (EFE).- El ministro cubano de Relaciones Exteriores, Roberto Robaina, concluyó hoy en Nicaragua una ofensiva diplomática que le llevó de viaje por México, Centroamérica y la República Dominicana en busca de apoyo contra las intenciones de Estados Unidos de endurecer el embargo comercial contra su país.

"Creo que ha sido un escenario para nosotros muy positivo. Encontramos mucha receptividad", declaró Robaina a los periodistas tras entrevistarse en Managua con el presidente nicaragüense, Arnoldo Alemán.

El canciller cubano entregó a Alemán una carta personal del presidente de Cuba, Fidel Castro, en la que se denuncian las diez enmiendas que "de manera silenciosa y poco transparente han comenzado a moverse en el Congreso de EEUU" para recrudecer la "injerencista y extraterritorial" ley Helms-Burton, que endurece el embargo comercial con la isla.

"Esta ha sido la intención fundamental de la visita", subrayó Robaina, tras denunciar que desde Estados Unidos se pretende boicotear la celebración en La Habana de la VIII Cumbre Iberoamericana de jefes de Estado y de Gobierno, en 1999.

Robaina informó de que, además de Nicaragua, en este viaje visitó México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Panamá y República Dominicana, y agregó que otros altos cargos de su país, como el vicepresidente Carlos Lage, también participaron en la ofensiva diplomática mundial para informar sobre las amenazas estadounidense de recrudecer el bloqueo comercial.

Sobre su entrevista con Alemán, el jefe de la diplomacia cubana aseguró que fue una conversación "lo suficientemente amplia" que le permitió "argumentar muchas cosas, sobre todo de las enmiendas (a la ley Helms-Burton)".

Según Robaina, el presidente nicaragüense prometió analizar la información que le dieron en la carta enviada por Castro.

Aunque insistió en señalar que en este viaje no buscó un pronunciamiento de Nicaragua contra la ley Helms-Burton, recordó que este país y otros latinoamericanos "ya se pronunciaron contra ella".

"Creo que si este país se pronunció contra la ley porque era injerencista y extraterritorial, y ahora con diez enmiendas más, todavía más injerencista, no tengo la menor duda que también la rechazará", expresó el canciller cubano.

Aclaró que en la reunión con Alemán no fueron tratados asuntos relacionados con los derechos humanos ni con elecciones en Cuba, sino que la conversación se centró en el embargo comercial a su país y en temas bilaterales.

"No venimos a discutir sobre democracia, que es un tema sobre el cual tenemos nuestra propia opinión", agregó Robaina, quien antes de entrevistarse con Alemán se reunió con su colega de Nicaragua, Emilio Alvarez Montalván, durante una hora en la sede de la Cancillería nicaragüense.

El canciller cubano reiteró que Cuba no aceptará nunca un condicionamiento para que Estados Unidos levante el bloqueo comercial impuesto desde hace más de 35 años.

"Cuba no tiene que hacer ningún gesto a cambio para que se levante el bloqueo y nos perdonen la vida", resaltó el jefe de la diplomacia cubana, que regresó hoy a La Habana.

El secretario de Comunicación de la Presidencia nicaragüense, Carlos Briceño, declaró que la reunión entre Alemán y Robaina se desarrolló en un ambiente muy cordial.

Aclaró que no fue un acto descortés el hecho de que Robaina no haya sido acompañado por Alvarez Montalván durante la rueda de prensa ofrecida en la Casa Presidencial tras finalizar la reunión con Alemán. EFE

IL/LBB jla/fr

06/12/20-49/97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] Helms Burton dictada por EEUU.

Robaina [illegible] mañana [illegible] para continuar sus contactos con representantes de los gobiernos de la región y conseguir ayuda para luchar contra el embargo comercial que pesa sobre La Habana [illegible] Casa Blanca a través de la [illegible].

El canciller cubano se [illegible] hoy con su colega dominicano, Eduardo Latorre, con el que culminó sus entrevistas políticas en la República Dominicana, país con el que Cuba no mantiene relaciones diplomáticas oficiales.

Al concluir el encuentro, el ministro reiteró que sólo persigue encontrar respaldo contra la ley estadounidense y que "no viene a buscar nada en términos de relaciones de Estado".

Robaina realizó un llamamiento a los países de la región al señalar que "es necesaria la integración" para evitar que las grandes naciones utilicen leyes como la Helms Burton contra las pequeñas.

Tras su llegada ayer, martes, a la República Dominicana, Robaina entregó al presidente del país, Leonel Fernández, una carta enviada por Fidel Castro, en la que pide el rechazo a la ley Helms-Burton, con la que Estados Unidos pretende endurecer el embargo comercial sobre La Habana.

"El gobierno cubano quiere que la ley Helms Burton sea rechazada por los países latinoamericanos", dijo el diplomático cubano.

Advirtió también que el Congreso estadounidense pretende ampliar "de una manera silenciosa y poco transparente" los efectos de una legislación "dictatorial e injerencista" como es la ley Helms-Burton.

Robaina llegó a la capital dominicana en la primera etapa de una gira, iniciada el pasado domingo, que le llevará por varios países de Centroamérica y el Caribe en busca de respaldo para contestar a la posible aprobación de 10 nuevas enmiendas de la citada ley que endurecerían el embargo contra Cuba.

El canciller cubano ha subrayado en esta gira que la ley Helms Burton "con enmiendas o sin enmiendas, sigue siendo inaceptable" y recordó que "las leyes en Cuba son en español y no en inglés".

Tanto en la República Dominicana como en las demás naciones que ha visitado, Robaina logró el respaldo de sus presidentes para que Cuba no se vea obstaculizada por el embargo comercial.

El ministro cubano logró convencer también al Gobierno dominicano para que, por primera vez, se opusiera "oficial y públicamente" al embargo contra Cuba, algo que confirmó al señalar que este país "está en contra de esa ley que va más allá de la frontera de Estados Unidos".

Reiteró que la República Dominicana mantendrá estables sus intercambios comerciales con La Habana, aunque aclaró que esa situación no influirá en las relaciones diplomáticas entre ambos países que, por el momento, seguirán suspendidas.

No obstante, la posición del Gobierno dominicano podría ser obstaculizada por la ley Helms Burton debido a su condición de "país privilegiado" en el intercambio comercial con Estados Unidos.

Los dominicanos disfrutan de preferencias comerciales con EEUU [illegible]

[illegible]

[illegible] República Dominicana [illegible] de que se [illegible] contra el [illegible].

[illegible] cubanos residentes en Santo Domingo [illegible] a ambos gobiernos que aclaren la situación [illegible] permisos de entrada a República Dominicana para que puedan abandonar Cuba.

[illegible]

R.DOMINICANA-CUBA
ROBAINA ENTREGA CARTA A FERNANDEZ CONTRA LEY HELMS-BURTON

Por Ramon [illegible]

Santo Domingo, [illegible] jun (EFE). El ministro de Relaciones Exteriores de Cuba, Roberto Robaina, entregó al presidente de República Dominicana, Leonel Fernández, una carta enviada por Fidel Castro, en la que pide el rechazo a la ley Helms-Burton, con la que Estados Unidos pretende endurecer el embargo comercial sobre La Habana.

Tras una reunión de 45 minutos en el Palacio presidencial dominicano, Robaina dijo que "el gobierno cubano quiere que la ley Helms Burton sea rechazada por los países latinoamericanos".

Expresó que el Congreso estadounidense intenta ampliar "de una manera silenciosa y poco transparente" los efectos de una legislación "dictatorial e injerencista".

Robaina inició el pasado domingo una gira por Centroamérica y el Caribe en busca de respaldo al régimen de Fidel Castro contra la posible aprobación de 10 nuevas enmiendas que endurecerían el embargo contra Cuba.

El canciller cubano subrayó que la ley Helms-Burton, "con enmiendas o sin enmiendas, sigue siendo inaceptable" y recordó que "las leyes en Cuba son en español y no en inglés".

Sobre la reacción del presidente dominicano, el canciller dijo que coincide con la posición de rechazo expresada por los gobernantes de la región.

Dijo que "no vine a buscar el rechazo, no vine a buscar pronunciamientos de la República Dominicana sobre la ley" porque, a su juicio, hace mucho que la ley fue rechazada por los dominicanos.

Robaina considera que las intenciones de Estados Unidos deben ser rechazadas porque son un desafío a la soberanía de otras naciones.

"La República Dominicana está en contra de esa ley que va más allá de la frontera de Estados Unidos", dijo el canciller dominicano tras despedir a Robaina.

El diplomático aclaró que hasta ahora la ley Helms-Burton no ha afectado los intereses de ciudadanos dominicanos.

Dijo que la República Dominicana mantiene relaciones comerciales estables con La Habana, que no piensan variar, si bien aclaró que esa situación no influye sobre las relaciones diplomáticas, que por el momento se mantendrán suspendidas.

Sobre la situación migratoria, el ministro aseguró que no fue tratada, pese a que miles de cubanos residentes en Santo Domingo tenían la esperanza de que fuera discutido el caso de centenares de sus compatriotas con permisos de entrada a República Dominicana para que puedan abandonar la mayor isla del caribe.

Adelma Arenuda, de la Asociación de Cubanos en la República Dominicana, reclamó hoy que se mantenga el endurecimiento de las sanciones contra el régimen de Castro.

La agrupación de cubanos exiliados pidió que en la reunión entre Fernández y Robaina se discuta la situación de los cerca de 7.000 emigrantes de esa nación que se encuentran "en el limbo jurídico" en la República Dominicana.

También exigieron que se permita la salida de miles de cubanos, que aún están en Cuba, y cuentan con un permiso de

entrada otorgado hace más de tres años por el gobierno dominicano del entonces presidente Joaquín Balaguer.

El canciller cubano llegó a República Dominicana a las [illegible] hora local ([illegible] GMT) [illegible] con su colega dominicano.

Robaina, [illegible] Panamá, Guatemala y Costa Rica, también entregó cartas enviadas por el presidente cubano a sus colegas [illegible] para que se opongan a las intenciones de Estados Unidos. EFE

06

9708556

E.DOMINICANA CUBA
ROBAINA BUSCA APOYO CONTRA ENDURECIMIENTO LEY HELMS-BURTON

Santo Domingo, 10 jun (EFE).- El ministro de Relaciones Exteriores de Cuba, Roberto Robaina, llegó hoy, martes, a la República Dominicana para buscar respaldo internacional contra la ley Helms Burton, con la que Estados Unidos pretende endurecer el embargo comercial sobre La Habana.

El Gobierno dominicano confirmó la visita de Robaina que, según dijo, no tiene "carácter oficial", ya que Cuba y República Dominicana no mantienen relaciones diplomáticas formales, pero no quiso detallar los asuntos que tratará el ministro cubano.

El canciller cubano tiene previsto celebrar hoy una reunión con el presidente dominicano, Leonel Fernández, en el Palacio Presidencial de Santo Domingo, después de compartir un almuerzo con su homólogo Eduardo Latorre.

En círculos diplomáticos de la capital dominicana se da por seguro que Robaina busca el respaldo de los países caribeños para evitar que el congreso estadounidense apruebe 10 enmiendas a la ley Helms-Burton que endurecería el embargo contra Cuba.

Robaina, en sus visitas precedentes a Panamá, Guatemala y Costa Rica, ha entregado cartas enviadas por el presidente cubano a sus colegas centroamericanos para que se opongan a las intenciones de Estados Unidos.

Adelma Arenuda, de la Asociación de Cubanos en la República Dominicana, reclama, sin embargo, que se mantenga el endurecimiento de las sanciones contra el régimen de Castro.

La agrupación de cubanos exiliados pidió que en la reunión entre Fernández y Robaina se discuta la situación de los cerca de 7.000 emigrantes de esa nación que se encuentran "en el limbo jurídico" en la República Dominicana.

También exigieron que se permita la salida de miles de cubanos, que aún están en Cuba, y cuentan con un permiso de entrada otorgado hace más de tres años por el Gobierno dominicano del entonces presidente Joaquín Balaguer.

La visita del canciller cubano ha sido tratada con "discreción" por parte de las autoridades dominicanas y del representante "no oficial del Gobierno de Cuba" en Santo Domingo, Miguel Angel Toira, quien ni siquiera quiso confirmar a EFE la llegada de Robaina.

La Cancillería dominicana no divulgó la hora exacta de la llegada del ministro, que visita Santo Domingo tras cumplir una "apretada agenda en Panamá, Guatemala y Costa Rica", ni concretó su agenda.

Tampoco confirmó que el Gobierno cubano haya enviado a Leonel Fernández una carta similar a la entregada a los presidentes centroamericanos el pasado lunes.

Por otra parte, los exiliados cubanos en territorio dominicano se quejan de "las excelentes relaciones (extraoficiales) entre las autoridades" de Santo Domingo y el Gobierno de Castro.

Arenuda dijo a EFE que "muchos contenedores cargados de alimentos y otras mercancías salen desde aquí para allá, pero no para los pobres sino para la gente del poder".

Lamentó que, pese a la existencia de un embargo contra el régimen de Castro, "desde Estados Unidos salen barcos repletos de productos norteamericanos [illegible] para comerciar con dominicanos, pero que son enviados hacia Cuba".

La exiliada cubana dijo que muchas empresas dominicanas compran productos de Cuba y "también [illegible] contratan técnicos profesionales cubanos".

Dijo que esas personas deben [illegible] a Fidel Castro el 70 por ciento de sus ingresos en territorio dominicano" y explicó que "más de un centenar de cubanos asesoran o laboran en empresas, fundaciones culturales, deportivas y científicas dominicanas".

EFE

RM [illegible]

9708556

67

PANAMA CUBA

PEREZ BALLADARES RECIBE CARTA DE CASTRO SOBRE EMBARGO DE EEUU

Panamá, 9 jun (EFE).- El ministro de Relaciones Exteriores de Cuba, Roberto Robaina, entregó hoy al presidente de Panamá, Ernesto Pérez Balladares, una carta del presidente de su país, Fidel Castro, sobre los intentos de Estados Unidos por recrudecer el embargo contra la isla mediante la Ley Helms-Burton.

Sobre la misiva, Robaina dijo a la prensa que "está relacionada con lo que Cuba ha venido denunciando en todos los escenarios internacionales y que últimamente se ha hecho con más fuerza, que es la campaña que se está arreciando desde el Congreso de EEUU para endurecer la Ley Helms-Burton".

El canciller cubano, que se reunió durante más de una hora con Pérez Balladares en el Palacio de las Garzas, explicó antes de la reunión que era "un portavoz personal del mensaje del presidente Fidel Castro al presidente de Panamá", y que hoy mismo viajará a otro país para cumplir "similar misión".

Robaina insistió en que el mensaje sólo puede ser divulgado por el presidente Pérez Balladares, porque es "de presidente a presidente", cuando los periodistas le pidieron que revelara su contenido.

Añadió que Cuba denuncia ante la comunidad internacional el hecho de que se "están moviendo en el Congreso (de EEUU) diez enmiendas para hacer todavía más extraterritorial, más dura y más injerencista esa ley que no es sólo contra Cuba, sino contra el mundo".

Cuba, añadió el canciller, no ha tenido necesariamente que pedir ayuda a Latinoamérica, porque la ley Helms-Burton "ya ha sido condenada por América Latina y por el mundo entero".

Al poner de relieve que 137 naciones condenan esa ley norteamericana, Robina insistió en que lo importante es que se conozca que eso que se pretende hacer hoy contra Cuba se puede hacer mañana contra cualquier otro país del mundo.

"Ningun país del mundo, por poderoso que sea, tiene derecho a decirle al resto del mundo con quien comercia o con quien no", opinó el ministro cubano.

Según una portavoz de la Presidencia panameña, Robaina llegó procedente de Guatemala y hoy mismo viajará a Costa Rica.

El miércoles, agregó, estará en Nicaragua, desde donde regresará a su país para informar a Fidel Castro sobre las respuestas dadas por los presidentes Alvaro Arzú (Guatemala); Pérez Balladares (Panamá); José María Figueres (Costa Rica) y Arnoldo Alemán (Nicaragua).

Cuba ha denunciado directamente ante la Organización Mundial de Comercio (OMC) los intentos estadounidenses de aumentar las restricciones económicas contra las empresas que comercien con la isla mediante un endurecimiento de la Ley Helms-Burton.

Esta es la primera vez que el Gobierno de Fidel Castro lleva directamente a la OMC su protesta por las presiones económicas de EEUU, aunque de momento ha renunciado a presentar una denuncia formal ante los organismos de solución de disputas. EFE

PR/CN/SC-fr

06/09/20 13:57

08-08

9708556

Nº DOCUMENTO 9708557
TITULO
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE PROCEDENCIA 1/6/97
VINCULACIONES 11921.
65671.
11164.
11999.
11161.

65890.

Doc. oscuro

01-02

9708557

Cuba denunció que EEUU estudia en secreto fortalecer el embargo

Alarcón reveló que varios legisladores tratan de imponer diez enmiendas en la Cámara de Representantes

Por Frank Martín

La Habana, PL

Estados Unidos reaccionó ambiguamente y con cargo de ironía a nuevas acusaciones que partieron de La Habana, sobre análisis en secreto por el Congreso norteamericano de enmiendas para fortalecer el embargo en torno a la isla y crecientes contradicciones oficiales en ese país sobre el asunto.

Ricardo Alarcón, presidente del Parlamento cubano (Asamblea Nacional del Poder Popular) reveló el viernes aquí en conferencia de prensa que son diez las enmiendas sobre Cuba que trata de imponer en la cámara de representantes en Washington un grupo de legisladores conservadores, todas probablemente contradictorias con la voluntad de la administración demócrata del presidente William Clinton.

Entre estas cláusulas están la imposición de sanciones comerciales a naciones que comercien con el mercado cubano, castigos a Rusia si ésta vende tecnología nuclear al gobierno encabezado por Fidel Castro y ayuda directa a sectores opositores dentro de la isla caribeña.

Alarcón afirmó además que todo esó se hace bajo una atmósfera totalmente secreta, a espaldas de los electores norteamericanos.

Según John Dinger, vocero del Departamento de Estado, al presidente del Parlamento de Cuba "no le es fácil entender cómo un proyecto de ley se convierte en ley en una sociedad democrática como Estados Unidos".

Paradójicamente Ricardo Alarcón fue por dos periodos representante de su país ante Naciones Unidas, y participó en largas negociaciones con las autoridades estadounidenses sobre muy diversos tópicos y es tenido aquí como un especialista no sólo en las relaciones cubano norteamericanas sino de la sociedad estadounidense en sí.

Dinger alegó que no son diez sino quince las enmiendas que se estudian en relación con la isla caribeña, pero admitió que el "secretismo" con lo cual se hace esa discusión sólo es roto por la prensa local y no por portavoces oficiales.

El funcionario confirmó además que la administración Clinton realmente ha combatido algunas de esas cláusulas por considerarlas excesivas, y este último punto trajo a la superficie las contradicciones que separan en Estados Unidos al ejecutivo del Congreso incluso en la política con relación a los cubanos.

Observadores en Washington dijeron que, en efecto, Clinton se mueve al respecto tratando de respetar una delicada balanza entre lo que conviene a sus aliados —especialmente los europeos— y su necesidad de mantener en vigor un fuerte cerco a Cuba, el cual se ha hecho más riguroso desde la aprobación en 1996 de la llamada Ley Helms-Burton.

La Unión Europea (UE), México, Canadá y otros países se oponen a la legislación mencionada porque ésta expande el conflicto cubano estadounidense sobre las espaldas de terceros países a partir de su extraterritorialidad.

Recientemente la UE y Clinton consiguieron ponerse de acuerdo —en principio— sobre la Helms-Burton, sobre la base de convenios que también permanecen lejanos de la luz pública, pero que de todos modos tendrá que aprobar un Congreso hostil a la administración demócrata.

Alarcón colocó el dedo en la llaga en la falta de vocación —y visión— democrática del dirigente cubano en el momento de emitir la denuncia, y restó importancia a todo el asunto.

No obstante Cuba no piensa que la cuestión deba ser dejada al margen. "Esta es una enérgica campaña de denuncias que sólo se inició", explicó una fuente oficiosa cubana, aquí.



Problemas con la zafra azucarera

La Habana, PL

El anuncio del mandatario cubano Fidel Castro, sobre la imposibilidad de cumplir el compromiso de producción de azúcar de la presente zafra, causó un escalofriante impacto en medios económicos y financieros nacionales y extranjeros con intereses en la isla.

Las previsiones para la presente temporada estaban cifradas en "un poco más de cuatro millones 450 mil toneladas" de la anterior cosecha, y que técnicos cubanos fijaron en alrededor de cuatro millones 700 mil toneladas.

Sin embargo, aun cuando no especificó la cifra que ahora se espera obtener, el dirigente cubano aprovechó una ceremonia de entrega de estímulos a trabajadores destacados de varios sectores del país, para informar del fracaso de las aspiraciones de que la producción azucarera continúe los serios aportes al proceso de recuperación de la empobrecida economía cubana.

El líder cubano dijo que entre los problemas causantes del trastorno se encuentran los desastrosos efectos del ciclón Lily, que afecta la zona occidental y central del país a fines del año pasado, pero también por la llegada tardía de recursos para la compra de fertilizantes y pesticidas.

Castro también se refirió a problemas "en funcionamiento de automatización", aunque destacó que si el resto del país hubiera trabajado como la provincia Santiago de Cuba, que cumplió ayer su compromiso azucarero, "quizás pudiera hablarse de recuperación cañera", afirmó.

A principios del presente año, el secretario ejecutivo del Consejo de Ministros de Cuba, Carlos Lago, había denunciado los efectos de las medidas de recrudecimiento del bloqueo de Estados Unidos que dificultaron la obtención en tiempo de financiamiento para la compra de fertilizantes y pesticidas para la presente cosecha.

El viceministro del Ministerio de Inversión Extranjera y Cooperación (Minvec), Reynaldo Taladrid, dijo recientemente que la Ley Helms Burton fracasó en sus intentos de evitar la inversión extranjera en la isla, no obstante, admitió, "un gran número de negociaciones se han retrasado, especialmente en el ámbito del financiamiento, porque los socios quieren estudiar bien cómo serán afectados por las leyes norteamericanas".

Según analistas y observadores de la situación cubana, el fracaso de la producción de los términos previstos supone un alto en el análisis financiero tanto entre los dirigentes del país como los que tienen intereses en la isla.

La producción de azúcar es uno de los pocos rubros con que Cuba cuenta para pagar los duros préstamos recibidos en los últimos meses, pagaderos a un año o menos y a un 14 por ciento de interés como promedio, debido a las presiones norteamericanas que han hecho mucho más difícil a los cubanos obtener financiamiento fuera del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del resto del sistema financiero en que funcionan las demás naciones del mundo.

Ello supone una disminución en la entrada de divisas que los estrategas cubanos han reiterado ser el talón de Aquiles de la crisis económica actual que es la financiación exterior, unida a una deuda externa, que autoridades del Banco Nacional de Cuba sitúan en unos once mil millones de dólares, pero que se les dificulta renegociar por las mismas razones de presión de Estados Unidos.

La caída de la zafra azucarera tiene implicaciones no sólo económicas, sino también psicológicas, pues la tensión para la obtención de divisas queda centrada en otros sectores, especialmente el turismo, que si bien representa una cuota de oxigenización de la economía, corre el peligro de estar estrechamente vinculada al clima de estabilidad y seguridad interno del país.

Para observadores aquí, las recientes medidas anunciadas por el gobierno para la restauración de la disciplina económica y social, están estrechamente relacionadas con la necesidad de garantizar una armonía que permita mantener el crecimiento de la economía, aunque no con el mismo ritmo de los primeros dos años después del peor periodo crítico que siguió a 1994, el peor año en términos también políticos de la revolución cubana. Sólo un ambiente de trabajo, dedicación y donde se elimine el robo, el desvío de recursos para lograr la concentración en el trabajo podrían ser la respuesta adecuada a los intentos del gobierno cubano para evadir las fuertes implicancias de las medidas de la administración norteamericana para destruir el proyecto de la isla.

Nº DOCUMENTO 9708558
CUBA: LEY HELMS-BURTON (JUNIO)
150090
FECHA DE PROCESAMIENTO 27/6
VINCULACIONES 11921
65671
11164 65890
11400 11382
11161 514142 65606
66960 11148

X07695

R POXBY 06-27 00405
mun exg ic

CUBA-EEUU
ALARCON ACUSA A CLINTON DE NO CUMPLIR PACTO DE FLEXIBILIDAD

Nueva York, 27 jun (EFE).- El presidente de la Asamblea Nacional de Cuba, Ricardo Alarcón, acusó hoy, viernes, al presidente de EEUU, Bill Clinton, de no cumplir su compromiso con la Unión Europea (UE) de flexibilizar la aplicación de la ley Helms-Burton, que endurece el embargo contra la isla caribeña.

"Creo que Clinton se está acercando una vez más al gran problema de su vida: tomar una decisión, demostrar que tiene carácter", dijo Alarcón en una conferencia de prensa ofrecida en Nueva York al referirse a las nuevas medidas aprobadas recientemente en el Congreso y el Senado de EEUU para asegurar la aplicación de dicha ley.

"¿Dónde demonios está la flexibilidad a la que Clinton se comprometió con Europa?", preguntó Alarcón al declarar que el presidente de EEUU "no ha hecho absolutamente nada para lograr que le den esa flexibilidad" y de querer mantenerla tendrá que vetar las recientes medidas adoptada por el Congreso y el Senado.

El presidente de la Asamblea Nacional cubana se refirió, entre otras, a unas medidas aprobadas por la Cámara de Representantes en las que "lejos de darle (a Clinton) una flexibilidad, le exigen que en 30 días les de cuenta de cómo ha aplicado" el capítulo de la ley Helms-Burton que penaliza a las empresas e individuos que invierten en propiedades expropiadas por la revolución cubana.

Alarcón regresará el próximo mes de julio a Nueva York para reunirse con altos funcionarios estadounidenses con el fin de hacer un seguimiento de los acuerdos migratorios firmados en 1994 y 1995 por ambos países.

La última reunión de esas características se celebró en La Habana en diciembre pasado.

En cuanto a las relaciones de Cuba con la Unión Europea (UE), Alarcon dijo que "seguimos estando interesados en llegar a tener un acuerdo (de cooperación) con la Unión" europea, al señalar que Cuba tiene acuerdos y relaciones comerciales y económicos con la mayor parte de los estados miembros.

Alarcón afirmó desconocer la conclusión del Consejo de ministros de Exteriores de la Unión Europea, celebrado ayer en Luxemburgo, en el que se decidió mantener sin cambios su estrategia hacia Cuba debido a la falta de "cambios sustanciales" en el sistema político y económico de la isla.

Sobre la actual situación de las relaciones entre Cuba y España, Alarcón dijo que "son normales y sólidas y creo que seguirán siendo así", al considerar eso "independientemente de que haya habido, que siempre habrá entre Cuba y España, periperias como las que pasan en todas las familias". EFE

edb/rml

06/27/18-22/97

Doc. Poco legible

9708558

C1-08

La Unión Europea prolongó la suspensión de cooperar con Cuba

LR 27/6

Luxemburgo, de nuestras agencias

Los ministros de Relaciones Exteriores de la Unión Europea decidieron este jueves prolongar por seis meses el congelamiento de su cooperación con Cuba, considerando que la situación de los Derechos Humanos en ese país no ha mejorado.

La decisión fue adoptada sin debate durante la prevista reunión de cancilleres de los Quince en Luxemburgo, indicaron fuentes diplomáticas.

El congelamiento de la cooperación con La Habana fue decidido en diciembre próximo pasado por los Quince.

Su prolongación por seis meses más "es una señal política que la Unión Europea dirige a Estados Unidos", según las fuentes. El 11 de abril último, los Quince suspendieron su querella ante la Organización Mundial del Comercio (OMC) contra la ley norteamericana Helms-Burton, que amenaza con sanciones a las sociedades europeas que utilicen en Cuba bienes norteamericanos confiscados por el régimen castrista.

Washington aplazó la aplicación de la Helms-Burton al tiempo que pedía a la UE que siguiera condenando al régimen de Fidel Castro.

En el texto adoptado en la tarde de ayer, los ministros subrayan que, desde la suspensión de su cooperación con La Habana, "no se ha observado ningún cambio sustancial de la situación en Cuba, ni en lo político ni en lo económico". Recuerdan que su objetivo consiste en "apoyar el proceso de transición pacífica de Cuba hacia una democracia pluralista, el respeto de los Derechos Humanos y de las libertades fundamentales, y una mejora del nivel de vida de los cubanos".

Pese al congelamiento de las relaciones políticas y económicas, las organizaciones humanitarias internacionales, las Iglesias y Organizaciones No Gubernamentales (ONGs) siguen en Cuba para ayudar a la población en el terreno de la alimentación, en la higiene y en otros problemas que padece Cuba debido a un bloqueo que soporta desde hace varias décadas.

02

La Habana, agencias LR 13/6.



Caricatura Gustavo Serrano

La cancillería cubana confirmó ayer que "todavía está desarrollándose" una verdadera ofensiva diplomática cubana en América Latina contra el endurecimiento de la ley Helms-Burton.

El portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores, Miguel Alfonso, dijo que las giras de altos funcionarios cubanos portadores de cartas del presidente Fidel Castro para sus homólogos latinoamericanos no ha terminado "al menos esta primera fase".

Ocho países de la región han recibido hasta ayer a los emisarios de Castro, y no se descarta que otros funcionarios se incorporen los próximos días, según diversas fuentes.

El canciller Roberto Robaina visitó cinco países de Centroamérica y el Caribe: Panamá, Costa Rica, Guatemala, República Dominicana y el jueves era esperado en Nicaragua.

El vicepresidente Carlos Lage realizó visitas no oficiales a Uruguay y Argentina, mientras que el Ministro de Inversión Extranjera y Colaboración Económica, Ibrahim Ferradaz, llegó a Perú.

No se descarta que el presidente de la Asamblea Nacional del Poder Popular (Parlamento), Ricardo Alarcón se incorpore a la gira.

Según trascendió, los emisarios son portadores de una carta de Castro relativa a un grupo de 10 enmiendas que transitan por el Congreso norteamericano para endurecer aún más la ley Helms-Burton.

Siete de esas 10 enmiendas fueron aprobadas la víspera por la Cámara de Representantes, precisó Alfonso.

Fuentes no oficiales indicaron que en la agenda de los visitantes puede estar también contrarrestar el interés norteamericano por excluir a Cuba del concierto iberoamericano, fundamentalmente evitar la celebración de la cumbre de ese grupo en La Habana, en 1999.

El vocero Alfonso quizo restar importancia a esas acciones norteamericanas y afirmó que "no sería la primera vez que intentan torpedear este tipo de reunión" y recordó la Cumbre del Movimiento de Países No Alineados en 1979.

EL BLOQUEO ECONOMICO A LA ISLA

Intercambio de mensajes entre Menem y Fidel Castro

Castro pidió respaldo contra el embargo de EE.UU. • Menem responderá que rechaza las sanciones comerciales, sin que eso implique un apoyo político

La Argentina rechaza las sanciones comerciales contra Cuba porque violan el derecho internacional, pero no abandonará sus críticas al régimen político imperante en la isla. Ese es el eje de la nota que Carlos Menem estudia enviar a Fidel Castro, en respuesta a la carta que el líder cubano le hizo llegar el miércoles, como parte de una ofensiva diplomática de La Habana frente a las presiones de los Estados Unidos.

Según dijeron a Clarín fuentes del Gobierno, la carta de Castro fue entregada a Menem por el vicepresidente del Consejo de Estado de Cuba, Carlos Lage, quien venía de mantener una entrevista similar con el presidente de Uruguay, Julio María Sanguinetti. Ayer, Lage se reunió en Santiago con el mandatario Eduardo Frei.

Dos encuentros con Castro

La nota no sorprendió al Gobierno. El senador Eduardo Menem ya había tenido un adelanto sobre la estrategia cubana de boca del propio Castro, con quien se reunió el 15 de mayo en La Habana. El presidente provisional del Senado, quien aclaró entonces que había viajado en representación del Parlamento y no del Gobierno, mantuvo ese día dos encuentros con el jefe de Estado de Cuba: uno formal y otro más extenso y privado.

La primera reunión se realizó en la sede del Consejo de Estado y se extendió durante una hora y media. Allí, Castro agradeció a Eduardo Menem haber impulsado en el Congreso un proyecto sobre inaplicabilidad de leyes extranjeras que pretenden "efectos extraterritoriales".

Ese proyecto apunta precisamente contra la ley Helms-Burton, sancionada en los Estados Unidos para reforzar el bloqueo económico a Cuba.



ARCHIVO CLARIN

[illegible]: Fidel Castro y Eduardo Menem, en La Habana.

El segundo encuentro, más reservado, fue una cena que le ofreció Castro a Eduardo Menem, y que se prolongó en una sobremesa por casi tres horas. El tema dominante fue la situación de Cuba y la preocupación frente a nuevas iniciativas en el Congreso de los Estados Unidos para endurecer las sanciones comerciales.

La carta que Lage entregó el miércoles al presidente Menem recorre las mismas preocupaciones. Y el vicepresidente de Cuba reforzó durante su visita a la Casa Rosada el pedido de apoyo para enfrentar el bloqueo. Menem, en este punto, reafirmará el respaldo a las decisiones del Grupo Río, que rechaza las medidas de sanción económica porque atentan contra las normas del derecho internacional. □

GIRA DE MINISTROS

Ofensiva política de Cuba

Poco a poco, al terminar la semana se fue conociendo lo que empezó como un operativo secreto y terminó siendo la más fina ofensiva diplomática de La Habana del último tiempo: sumar apoyo entre los jefes de Estado latinoamericanos para frenar las iniciativas en el Congreso de los Estados Unidos para reforzar la ley Helms-Burton, aquella que en marzo del año pasado apretó aún más el bloqueo comercial contra la isla y que está alimentando una grave crisis económica.

Con carta en mano del propio Fidel Castro a sus pares del continente, partió desde Cuba el canciller Roberto Robaina con destino a México y Centroamerica. Y Carlos Lage, el vicepresidente y padre de las reformas económicas en las que se ha embarcado la isla, llegó ayer a Buenos Aires desde Uruguay y, tras un fugaz paso por Chile, hoy tiene cita en Brasil.

Según confirmó desde La Habana la agencia cubana Prensa Latina a Clarín, rumbo a Perú partió con la misiva firmada por Castro el ministro de la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica, Ibrahim Ferradaz. Hacia el Vaticano y la Organización Mundial de Comercio, con sede en Ginebra, fue la vicecanciller, Isabel Allende.

En su paso por Managua, Robaina dijo que en los encuentros no se habló de derechos humanos ni de elecciones en Cuba y remarcó que su país no aceptaría condicionamientos de los Estados Unidos para que se levante el bloqueo comercial de más de tres décadas.

El rechazo al embargo contra Cuba es mayoritario no sólo en Latinoamérica sino también en Europa, Canadá y Japón. Pero también es fuerte la presión para que Castro impulse una apertura democrática en la isla. □

04

9708558

El embargo a Cuba "fracasó"

La Habana, agencias LR 12/6.

La Ley Helms-Burton, que endurece el embargo impuesto por Estados Unidos a Cuba, "fracasó" porque las inversiones de firmas extranjeras crecerán en más del 25% en la isla durante 1997, afirmó ayer en La Habana el viceministro cubano de Inversión Extranjera, Miguel Figueras.

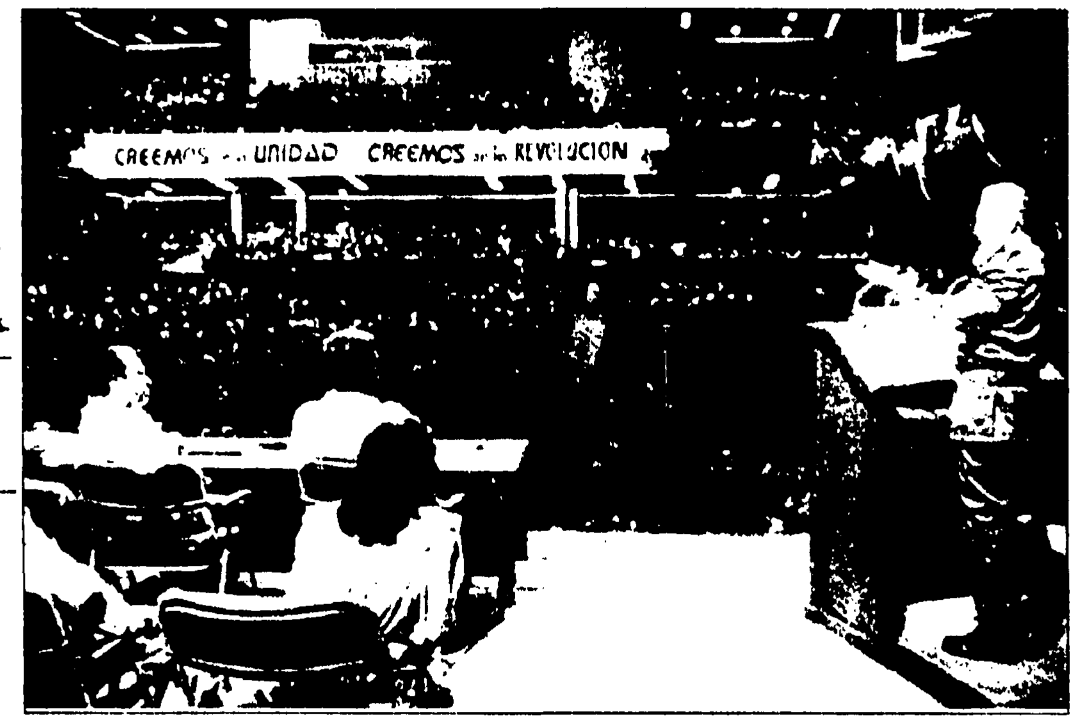
Desde que fue promulgada la ley, en marzo de 1996, se instalaron en Cuba más de medio centenar de empresas extranjeras y fueron firmados 10 acuerdos de protección de inversiones, de un total de 25 suscritos por el gobierno de Fidel Castro con diversos países, apuntó el viceministro en el marco del VI Congreso de la Asociación de Economistas de América Latina.

"Nadie se ha ido y no dejarán de llegar los empresarios extranjeros a invertir. La Ley Helms-Burton ha fracasado. El mundo se resiste a que lo atemoricen", declaró a la AFP Figueras.

"Es cierto que la Helms-Burton nos crea dificultades, pudieron haber sido más las empresas que llegaran a Cuba; pero es un hecho que siguen creciendo las inversiones. Aunque Estados Unidos se crea el paladín del libre comercio y el flujo de capitales, no va a detener nuestro proceso", comentó.

Al cierre de 1996 funcionaban en Cuba 260 empresas con capital extranjero —56 de ellas se establecieron ese mismo año— con un monto comprometido superior a los 2.200 millones de dólares, en 34 sectores de la economía, según cifras oficiales divulgadas en la reunión de economistas.

Figueras agregó que las autoridades económicas estudian unos 120 proyectos de nuevas inversiones en Cuba, por lo que —recalcó— las perspectivas son "halagüeñas".



El gobierno cubano anunció que desde que EEUU promulgó la Ley Helms-Burton se instalaron en Cuba 50 nuevas empresas internacionales.

Las inversiones a Cuba provienen de unos 40 países, especialmente de Canadá, España, México, Italia, Francia y Gran Bretaña, en sectores como el turismo, la minería, la manufactura, las telecomunicaciones y otros.

De las 260 empresas mixtas, 80 se ubican en la industria manufacturera, 30 en la minería, más de una veintena en turismo, y el resto en otras áreas, señaló.

El funcionario consideró que la actividad turística abrirá nuevas oportunidades de inversión, pues las proyecciones oficiales estiman que en el año 2000 visitarán la isla 2,5 millones de turistas, millón y medio más que el flujo registrado el año pasado.

A fin de favorecer el clima para la llegada de capital extranjero, Cuba modificó en 1992 normas constitucionales, aprobó el año pasado la Ley de Inversiones Extranjeras y la ley antídoto de la Helms Burton que impulsa la inversión y ratifica el derecho de soberanía.

Además, el gobierno de Castro promueve la suscripción de acuerdos bilaterales de promoción de inversiones.

Las primeras cuatro zonas francas y parques industriales cubanos, con capitales nacionales y extranjeros, comenzaron a funcionar en mayo pasado en tres provincias, dos en la Ciudad de La Habana, una en La Habana (en el occidente), y la cuarta en Cienfuegos (al sureste).

9708558

Buscan reforzar en Congreso de EE.UU. el embargo a Cuba

5 SEP

WASHINGTON, 4 (Reuter).— La Cámara de Representantes de Estados Unidos comenzó a debatir el miércoles una propuesta legislativa que incluye una enmienda que reforzaría la llamada ley Helms-Burton contra Cuba.

La cámara baja inició la discusión sobre la ley de Reforma de Política Exterior, que contiene una disposición que obligaría al Departamento de Estado a informar periódicamente al Congreso sobre empresas extranjeras investigadas por posibles violaciones a la ley Helms-Burton.

"Las empresas se refieren a esos informes como la 'lista negra', pero nosotros creemos que será una herramienta útil para darnos la información necesaria para instar al gobierno a cumplir con la ley", dijo la autora de la enmienda, la republicana Ileana Ros Lehtinen, representante de Florida.

Hasta ahora las investigaciones que desarrolla la cancillería estadounidense sobre actividades de firmas foráneas en Cuba son confidenciales.

La ley Helms-Burton, promulgada el año pasado, fija sanciones contra quienes inviertan en propiedades confiscadas a estadounidenses en Cuba después de 1959.

El gobierno comunista del presidente Fidel Castro nacionalizó las propiedades de miles de ciudadanos y compañías estadounidenses, además de los bienes de cientos de miles de cubanos que se exiliaron en Estados Unidos.

Hasta ahora el Departamento de Estado sólo ha sancionado a dos empresas bajo la ley Helms-Burton, la minera canadiense Sherritt International y el conglomerado mexicano Grupo Domos.

Bajo una de sus disposiciones conocida como el Título IV, le prohibió el ingreso a Estados Unidos a los principales accionistas y ejecutivos de esas compañías, sanción que se extiende a sus cónyuges e hijos menores de edad.

Canadá y México han protestado enérgicamente contra la legislación estadounidense, tachándola de violatoria del derecho internacional y de acuerdos internacionales de comercio.

96

Cuba no permanecerá con los brazos cruz

■ El presidente del Parlamento cubano denunció la maniobra norteamericana para reforzar la ley de bloqueo a Cuba ■ 10 enmiendas que aprobará el Congreso norteamericano impide las facultades que podría tener el presidente para flexibilizar la ley

A fines de la semana pasada, el gobierno cubano denunció una operación en el seno del Congreso norteamericano para reforzar la ley Helms-Burton a traves de 10 enmiendas que fortalecen los aspectos más perjudiciales para Cuba. La operación, gestada en la Comisión de Relaciones Internacionales del Congreso, se ha realizado en absoluto secreto. El presidente de la Asamblea Nacional del Poder Popular (Parlamento cubano) Ricardo Alarcón, denunció en conferencia de prensa la nueva maniobra norteamericana que contradice los acuerdos del presidente Clinton con los líderes europeos sobre posibles flexibilizaciones a la aplicación de la ley.

En la edición del pasado domingo, la Juventud publicó la primera parte de la versión textual de dicha conferencia de prensa y en la presente edición ofrecemos la segunda parte y final.

-Mauricio Vincent, del diario «El País» de España: Si no entiendo mal, lo que está diciendo es que EEUU lo que está tratando de ocultar a sus aliados algo de lo que había pactado con ellos, o sea que lo había ocultado conscientemente, que va en contra de los compromisos contraídos con elos.

-Alarcón: sí, con una calificación, Mauricio. Yo me ajusto a la objetividad y a la verdad. Yo no puedo decir que sea el gobierno de EEUU el que está dando esos pasos, el que haya elaborado esas propuestas. No es la administración la que propone esos pasos legislativos, son otras fuentes la que han hecho.

Yo lo que estoy diciendo es que el gobierno de los EEUU no ha hecho absolutamente nada para impedir que se adopten ese tipo de propuestas. He dicho también que el gobierno de los EEUU no había hecho ni ha hecho absolutamente nada para obtener las modificaciones en un sentido distinto, que es lo que se supone que había comprometido con Europa; de eso es de lo que yo considero que, objetivamente hablando, se puede atribuir responsabilidad a la administración Clinton. Parte de esa situación, parte importante, ha sido el secreto como nada se ha dicho públicamente y como no ha trascendido la mayoría de estas propuestas que, incluso, ya han llegado a tener la aprobación de la Comisión de Relaciones Internacionales de la Cámara. Por eso es que nosotros consideramos tan importante darlas a conocer hasta dónde la administración es responsable de algunas de estas cosas, mejo rsería que lo explicaran ellos, el (presidente Clinton), por supuesto, es responsable de no haber hecho nada para llevar a la práctica un acuerdo que había suscripto con Europa. Es responsable de no haber hecho absolutamente nada para oponerse a propuestas que van en sentido diametralmente opuesto a los compromisos que adquirió con Europa. Yo de ahí no podría pasar, salvo decir que en su segundo período, la administración Clinton parece tener una especial predilección por llevarse bien con la derecha republicana, por transigir con ella, por pactar acuerdos, por llegar a entendimientos sea en materia presupuestaria, en materia social, etcétera. Yo no sé si habría que vincular también este rasgo de la administración con la conducta que ha estado asumiendo en los hechos. En la práctica hay hacia Europa un compromiso que no está siendo cumplido, que está siendo negado, yo no sé hasta dónde haya una actitud dolosa de la administración, yo no podría francamente decirlo, pero por lo menos no está cumpliendo la parte que verdaderamente se había comprometido a cumplir.

-Orlando Matos, de la Agencia «Sucesos» de Uruguay: Dentro de las iniciativas cubanas, usted dice que se han comunicado con gobiernos, (mi pregunta) es si se han comunicado con gobiernos europeos y cuál ha sido la reacción de éstos ante la información.

-Alarcón: Estamos en el proceso de comunicarnos con otros gobiernos, a una pregunta anterior yo confirmé que en el día de ayer nuestro canciller tuvo el primer contacto con diplomáticos aquí en La Habana, contactos que continúan hoy. Yo creo que todavía estamos en una etapa muy inicial como para poder empezar a calcular las reacciones o las respuestas de los gobiernos.

-Pedro Martínez Pírez, de Radio Habana Cuba: Alarcón, por favor, hay un despacho de esta mañana de la AP de Miami en el que, citando fuentes del Senado que piden no ser identificadas, revela que esta propuesta revela que en el libre comercio y los oficialistas demócratas leales a la Casa Blanca, usted habló hace un momento que no conoce cuál sería la reacción del gobierno norteamericano, pero aquí hablan también de que estas propuestas tendrían oposición en el seno incluso del propio Partido Republicano, también me gustaría un comentario suyo al respecto.

-Alarcón: Bueno, ese cable lo leí yo también y no se refiere a todas las propuestas. Se refiere específicamente a la última a que yo hice referencia, les vamos a distribuir las diez enmiendas aprobadas por la Comisión de Relaciones Internacionales de la Cámara de Representantes. Todo el proceso de presentación de esas enmiendas, desde su examen hasta la votación en la Cámara, a todo lo largo de él no consta en ninguna parte ni un atisbo de oposición de la administración o de esos republicanos partidarios del libre comercio, ni de esos leales demócratas del presidente. Hubo algunas personas que se opusieron, por supuesto, que, al final además encontrarán los dos proyectos de leyes que privarían al presidente del ejercicio de la facultad de suspensión de los juicios bajo el capítulo III. Además de esto, que se les va a entregar, hay versiones periodísticas, como esa que tú acabas de aludir, acerca de otra propuesta, a ese le han llamado un capítulo V de la Helms-Burton, a veces se refieren a ella como otra ley, desgraciadamente no tenemos ningún texto y ese no se lo podemos dar, es con relación a ese que esa agencia de prensa dice hoy que habría tales oposiciones. Eso se refiere específicamente, según dicen las versiones cablegráficas, no he visto el texto, repito a algo un tanto extraño que sería imponer cargas tributarias en los EEUU a empresas que inviertan en Cuba. Exactamente cómo harían eso y en qué consistiría esa propuesta, francamente yo no puedo saberlo, quizás sea tan delirante que ya el periodista supone que hay algunas oposiciones de aquí o de allá. Ahora se está hablando por esa agencia de un proyecto que todavía no existe, mientras, repito, sobre los que ya tienen la aprobación del pleno de la Cámara esa agencia que tú mencionaste yo puedo asegurar que no ha publicado ni una palabra durante este último mes.

-Mario Nuñez Muñoz: Alarcón, yo quisiera un comentario para que a partir de ese comentario usted reflexionara un poco, o sea, cuando se habló de este entendimiento entre la UE y el gobierno de los EEUU, precisamente este entendimiento fue provocado por la amplia reacción internacional que hubo en contra de las medidas de la ley Helms-Burton, sobre todo con la UE, esto provocó cuando se habló del entendimiento recuerdo, una reacción en el Congreso de muchos representantes que dijeron que el presidente Clinton no podía hacer ningún tipo de estos acuerdos con la UE sin contar con el Congreso, pero indiscutiblemente eso siguió así hasta ahora, y bueno, yo estoy tratando de buscarle la lógica de estas medidas por algún lado, porque bueno, precisamente el entendimiento fue producto de la propia reacción que hubo a lo que había propuesto la UE a la OMC, pero además de eso por la propia reacción que habían provocado dentro de los propios EEUU las medidas contra la UE, entonces, ¿hasta qué punto tienen sentido estas medidas que recrudecen aún más las sanciones, no ya con Cuba que tienen su lógica, sino que es una guerra más fuerte contra la UE, qué lógica tiene esto no ya dentro del gobierno de los EEUU, que en definitiva sabemos que hasta cierto punto está atado de manos, sino dentro del propio Congreso?

-Alarcón: Fíjate, el llamado Entendimiento del 11 de abril implicaba que el presidente buscaría que el Congreso le diese facultades para poder aplicar de modo flexible el Título IV de la Ley Helms-Burton y además expresaba el compromiso del presidente Clinton de seguir suspendiendo la celebración de los juicios al amparo del artículo III hasta el resto de su mandato, eso es en esencia las cuestiones a las que se había comprometido el presidente Clinton.

Referente al capítulo III, mientras siga como está él puede seguir ejerciendo esa facultad, desde el punto de vista legal lo referente al capítulo IV implicaría que él se las arreglase para conseguir del Congreso que le diese facultades que no tiene hoy para aplicar de modo flexible para poder suspender su aplicación igual que hace con la cuestión de los juicios, es decir, Europa negoció con la administración, pero el contenido de esa negociación implicaba que la administración persuadiese al Congreso. Se trata de una ley que prácticamente reduce a la nada las facultades presidenciales, tendría que hacerle modificaciones a la ley que pudieran darle esas facultades al presidente que son el centro del llamado Entendimiento. De ahí se deduce que a partir del 11 de abril, el presidente Clinton y su administración deberían haber estado trabajando para conseguir esas facultades del Legislativo. Reitero que no conozco ningún paso que ellos hayan dado para lograr eso, no existe.

Entre todas estas cosas que uno puede mencionar de las agencias cablegráficas, menciónenme aquí alguno de ustedes, algún despacho cablegráfico que hable de una propuesta para modificarel Título IV en la dirección en que Clinton se comprometió con la UE, a ver qué dice la AP de eso o cualquier de las agencias aquí representadas. Luego, a la fecha de hoy, 30 de mayo, no han dao paso alguno, al mismo tiempo la ultraderecha y la mafia sí han dado pasos en dirección contraria. Ustedes lo van a ver, la enmienda que encabeza este documento no sólo no le da esas facultades con relación a flexibilidad alguna con respecto a las visas, sino al revés, lo obligaría a dar cuenta puntual de cómo está cumpliendo esas restricciones, esas negaciones de visados a extranjeros. Eso es lo que existe, le falta sólo llegar al pleno. ¿Dónde está el opuesto a eso? En ninguna parte, es decir que da la impresión que el señor Clinton no ha hecho absolutamente nada con su famoso compromiso con Europa y aprovechando esa inacción, ese vacío de autoridad tan típico de los EEUU de hoy, los otros se han lanzado a dar ese paso y ahora habría que ver qué va a ocurrir al final si ese presidente tan parco, tan discreto en cumplir obligaciones que asume incluso públicamente si se va a atrever a enfrentar a ese Congreso conservador que ha ido dando paos en la dirección que ellos quieren en un marco caracterizado por la tendencia de este presidente a llevarse lo mejor posible con esos legisladores que está haciendo lo contrario de lo que él dice que se comprometió a hacer con Europa, no sé si he logrado explicar la situación, por cierto tú hablaste de racionalidad. La racionalidad no me la pidas a mi....................

Uno debería pensar que si esas cosas se aprueban, por supuesto que, lejos de resolver sus contradicciones con otros países. Estas deberían verse multiplicadas, porque uno debería esperar que los estados soberanos de este planeta no vayan a aceptar que se multipliquen, se intensifiquen las expresiones de desconocimiento de sus derechos como establecen estas propuestas y la propia ley en sí misma. Uno debe suponer eso, pero si yo quisiera ser constructivo, si yo quisiera ayudar a que los problemas no se compliquen, a que los problemas se resuelvan, el primer paso es, por favor, romper con el secreto que rodea toda esta maniobra, que la gente sepa para qué, entonces, esos supuestos liberales y esos llamados partidarios del libre cambio y todas esas cosas que dice ahí en algunos despachos, puedan empezar a pronunciarse no sólo sobre eventuales textos que todavía nadie conoce, sino sobre los que están siendo aprobados mientras se mantienen ocultos sus contenidos a la mayoría de la gente en este planeta, incluyendo a la mayoría de los legisladores norteamericanos.

-Javier Rodríguez, Prensa Latina: (En) los últimos meses o semanas (hechos) relacionados con EEUU, como son los planteamientos hechos por funcionarios norteamericanos sobre la participación, o la sede de Cuba (para la Cumbre) Iberoamericana próxima. Los acuerdos de derechos humanos impulsados por los EEUU y otros planteamientos, ¿no le hacen pensar que está en marcha un recrudecimiento de la ofensiva norteamericana hacia Cuba?

-Alarcón: Yo dije que me voy a limitar a hablar sólo sobre esta situación específica. Aunque tu pregunta está formulada inteligentemente para relacionarla con otras cosas, yo creo que es evidente que estamos en medio de una ofensiva de los elementos más agresivos de la sociedad norteameicana que no están conformes con la Ley Helms-Burton por una razón muy concreta: que a pesar del daño que nos causa, a pesar de las dificultades que nos crea es una ley inaplicable, es una ley que no se podrá llevar a la práctica al ciento por ciento. Saben que hay una enorme oposición internacional a ela y es tan descabellada que no es posible racionalmente proponerse su completa aplicación, por eso es que dentro de su delirio inventan nuevas y nuevas formas para hacerla todavía peor.

Por otra parte, tratan de crearles obstáculos al presidente Clinton, asumiendo que el presidente clinton cuando asume compromisos, los asume de verdad, asumiendo que él se iba a comprometer a hacer algo, le tratan de crear dificultades para que pueda cumplir con sus compromisos.

Al mismo tiempo que no hay acción alguna de la administración para cumplir lo que se supone un pacto con Europa se da eso que tú mencionas, se multiplican ro todo el mundo, hay emisarios por aquí, por allá, o sea dando vueltas, buscando

ados ante nueva ofensiva norteamericana



nuevas acciones contra Cuba, tratando de desarrollar un cerco político-diplomático que tampoco podrán realizar. Están haciendo otras cosas que sí se pueden palpar, se pueden referir, se pueden documentar, mientras nadie puede documentar que el (presidente Clinton) haya hecho absolutamente nada para cumplir lo que públicamente se comprometió con hacer, nada más y nada menos que con todos los Estados de la UE.

-Queti Castillo, Canal Sur de España: Sr. Alarcón, usted ha dicho que el gobierno cubano va a trasladar la denuncia a la Organización de Naciones Unidas. ¿Qué espera el gobierno cubano de la ONU, puesto que otras denuncias anteriores en otros sentidos en la ONU, no han tenido mucha efectividad en la práctica?

-Alarcón: Yo no estaría muy seguro de esa evaluación, yo creo que las Naciones Unidas, la inmensa mayoría de los Estados miembros de la ONU [illegible] ya varios años [illegible] de modo muy categórico y condenado explícitamente toda la política de bloqueo norteamericano contra Cuba, no solamente las últimas leyes ni las últimas propuestas. Estoy seguro que habrá, por lo tanto, la receptividad y la comprensión necesarias en ese ámbito en particular. Otra cosa es, por supuesto, que las posiciones expresadas reiteradamente por las Naciones Unidas sean cumplidas o no, acatadas o no por el gobierno norteamericano. Pero hay que confiar en la opinión pública, hay que confiar en la presión internacional, hay que confiar en la opinión de la gente. Yo sí creo que no le será fácil a los que aspiran a asfixiar a este país económica y materialmente, no les será fácil rehuir o no encontrar el rechazo y la oposición más categórica del mundo.

-Francis Kerry: Dos preguntas breves. Una es una aclaración sobre el tiempo que hace falta para aprobar estas 10 enmiendas y si no es el caso de que tiene que pasar luego a la Comisión de Relaciones Internacionales y después al Senado en pleno y luego, si no cuadra, hay una comisión para cuadrar la ley y que en teoría se pudiera acabar en un proceso de meses, al igual que lo hizo la propia Helms-Burton antes de su aprobación rápida el año pasado.

Y la otra pregunta es cómo, según ustedes, se ha mantenido el secreto alrededor de esas leyes, o sea, si es algo que se ha hecho adrede por alguien o si es un caso de omision por parte de los medios que actúan en Washington.

-Alarcón: Sobre lo primero, Francis, ellos tienen un sistema bicameral, por supuesto, una vez aprobada esta ley por la Cámara, imaginemos que la aprueben con las enmiendas que tienen, entre ellas diez referidas a Cuba, sería el proyecto de la Cámara de Representantes que tendría que pasar también por la aprobación senatorial, que tiene que pasar por las Comisiones primero el Senado. Perdónenme que les ponga el ejemplo más reciente: la ley Helms-Burton no pasó por ningún comité del Senado de los EEUU. Se aprobó en la cámara, siguió exactamente ese camino, fue aprobado por el Comité de Relaciones Internacionales de la cámara que está totalmente bajo el dominio de la mafia anexionista y de la ultraderecha, lo aprobó el pleno de la Cámara, y después en el Senado se votó a partir de la propuesta de la cámara, pero el señor Helms, que es presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores (del Senado), nunca reunió a esa Comisión para que considerase ese proyecto de ley de manera que se puede hacer, pero además, si ellos han descubierto incluso el parlamentarismo secreto, sabe Dios qué otras argucias puedan existir para que se apruebe de un modo que no es el que uno debe suponer.

Pero tiene que tener una aprobación en el Senado, es cierto, y eso requeriría o puede requerir algún grado de negociación, de discusión, si alguien discute, si alguien opina en un sentido diferente. Por eso el primer paso e que si se oponen que lo digan, ¿(hasta) cuándo van a esperar para expresar la opinión de la administración? ¿Después que sea ya un proyecto de ley? Segundo. Hay razones para dudar que si no hay una oposición, si no se le estimula a la administración a que hagan algo ahora recordando que se comprometieron a muchas cosas con Europa, puede pasar lo mismo que ha pasado en otras legislaciones en EEUU, que al final pactan, se avienen con las posiciones de los conservadores. Esta misma ley recoge una serie de aspiraciones fundamentales de la derecha norteamericana, al margen de Cuba, son otros aspectos de la organización del Departamento de Estado y de las agencias que tienen que ver con el exterior que han sido pactadas con la administración, que cuentan con el respaldo muy fuerte, muy claro del presidente Clinton.

Hay toda una reorganización que la parieron entre el senador Helms y la Secretaría del Departamento de Estado. Esto está reflejado en este documento, de manera que primero se oculta, no se habla de algo, se permite que se siga avanzando, eso permite que no haya oposición, que no se exprese oposición alguna y después habría que confiar en la integridad, en la voluntad heroica del presidente para oponerse a algo. Todo su récord indica lo contrario; para el presidente Clinton se ha convertido en una especie de dogma llevarse lo mejor posible con la reacción norteamericana y lo ha hecho a costa de los servicios sociales fundamentales de millones de norteamericanos, lo ha hecho alrededor del Presupuesto. Esta vez no hay peleas, no hay cierre de administración, no hay ningún problema, hay un pacto que lo ha enfrentado a un sector del Partido Demócrata, pero han hecho mayoría en ambas Cámaras, ¿por qué no expresar la preocupación de que algo se repita con relación a esto si después de todo él ha sido capaz de mostrar tan limitada capacidad de negociación y acercamiento con la derecha en cosas que involucran a más norteamericanos?

En cuanto a la segunda pregunta, yo todavía no tengo una explicación. Me llama la atención profundamente que se pueda discutir y aprobar algo (de esa manera). Una reunión de un órgano que es público y que diera la causalidad (de que) no hubiera ni siquiera una filtración por ninguna parte, yo no creo que sea culpa de los periodistas. Francamente yo respeto a los profesionales de esa actividad, yo creo que alguien ha tratado de que no se enterasen. Les puedo asegurar además, que muchos legisladores norteamericanos saben muy poco, si algo, de estas propuestas que aquí e han relacionado. Yo creo que no es responsabilidad de los profesionales de la prensa, si algo no se informa, si no se da cuenta de algo, quién va a tener la culpa de que no pueda reflejarlo de algún modo, por eso es que me pareció pensar que aunque usted pensara que es un poco precipitado, yo dije: es que está al cumplirse un mes de este secreto, ¿no es ya tiempo suficiente para que Francia y sus colegas conozcan de lo que está pasando?

-J[illegible] Darling, de Los Angeles Times: De ser aprobada esta propuesta de ley, ¿qué efecto proyectan ustedes que podría tener sobre la economía cubana, más allá de los efectos de la actual ley Helms-Burton?

-Alarcón: Estos proyectos ustedes lo podrán ver, algunos están dirigidos claramente a sabotear el entendimiento con Europa, otros establecerían nuevas medidas hostiles y violatorias de lo más elemental de la Federación Rusa. A otros países en general, al intensificar las presiones comerciales, hay varias que se refieren específicamente a Cuba, como está el curioso reconocimiento de su propósito de financiar a elementos anexionistas en nuestro país y aclaran las partidas y los volúmenes financieros que destinarían para eso, así como las partidas presupuestarias para continuar sus transmisiones radiales y televisivas contra nuestro país. La medida en que buscarían algunos de esos documentos acrecentar las presiones y los castigos sobre otros países. Está proponiéndose, obviamente, crear más dificultades para nuestras relaciones económicas internacionales.

El hecho de que piensen en estas cosas no deja de tener una significación, me parce [illegible]capable. Si hace falta presionar más, inventar nuevos castigos, es porque ya ellos, apenas un año después de aprobada la ley, tienen dudas sobre su eficacia, tienen dudas sobre su capacidad real de con esa ley alcanzar lo que se proponen con relación a los daños que causan a la economía cubana. Esa ley nos está causando daño, por supuesto hace más difíciles nuestras relaciones económicas internacionales, pero no las impide; no la impedido que continúe nuestra vinculación económica con nuestros socios en el exterior y que ese proceso continúe y se desarrolle, aunque, por supuesto no estamos en disposición de colaborar con la aplicación de la ley suministrando información alguna al respecto. Yo creo que nos daña la voluntad de hacernos daño es más evidente pero si tengo que decir que con esa ley y con esas enmiendas y con esas nuevas leyes no van a lograr ni esclavizar al pueblo de Cuba, ni someter al mundo entero a que se pliegue a la prepotencia, a la arrogancia y a la ilegalidad norteamericana.

-Daniel Roussau, de la AFP: Usted confirmó que el señor Robaina ha convocado a los señores embajadores de la Unión Europea para informarles de esta situación. Quisiera saber si los embajadores han expresado la misma preocupación y se han planteado volver a la carga en la OMC.

-Alarcón: Bueno, yo no podría hablar por ninguno de los embajadores, creo que serían en todo caso ellos los que tendrían que hacerlo. Estamos iniciando, empezamos en la tarde de ayer, nuestros contactos con los representantes de otros gobiernos, confiamos en que los Estados de Europa, como los estados de América Latina y otros estados soberanos del planeta seguirán defendiendo con el debido celo sus atribuciones nacionales, sus derechos soberanos y que no aceptarán nuevas afrentas y nuevas violaciones a sus prerrogativas soberanas como las que, no sólo la ley Helms-Burton y estas enmiendas, sino toda la política de bloqueo contra Cuba supone.

-Lucía Newman, de la CNN: Entre estas diez enmiendas contemplan entre otras sanciones a cualquier país que les suministre material nuclear a Cuba, sanciones a cualquier país que le dé ayuda de desarrollo o cualquier tipo de ayuda incluso a Cuba y también a países que le dan facilidades de comercio a este país. En fin, son diez, ¿entre cuáles de estas usted cree que le podría causar más daño a este país, de ser aprobadas?

-Alarcón: Yo creo que todas tienen el propósito de causar todo el daño que ellos puedan imaginar contra nuestro país, pero cualquiera de ellas, de las otras, de las sanciones que la ley Helms-Burton prevé y las legislaciones anteriores, realmente son, yo diría, no son lo fundamental. Lo peor de todo es que, más allá de las leyes, el gobierno de los EEUU sigue enfrascado en una verdadera guerra económica contra Cuba que va más allá de los textos que han aprobado las Cámaras norteamericanas. Esa voluntad de destruirnos, esa voluntad de presionar al mundo entero, no sólo a gobiernos, empresas y a individuos, que sigue vigente, que sigue desplegada con esta administración actual, es yo diría lo peor de esta política de bloqueo. Daño nos causan distintas provisiones de estas leyes, pero vuelvo a decir que los daños que nos causan nunca serán suficientes para doblegar la voluntad de nuestro pueblo de resistir y seguir adelante.

Nº DOCUMENTO 9708559
TITULO EEUU / JUNIO LEY HELMS BURTON
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 23/6/97
VINCULACIONES 11771
65880
11164
11388.
65671.
11400.
500888.
65606.

Cubanos y norteamericanos se volverán a reunir en el mes de julio, aunque aún no se anunció la sede del encuentro.

Cuba y EEUU nuevamente a la mesa de negociaciones

Se volverán a reunir el próximo mes en lugar a acordar

La Habana, Inside América 23/6 LR

Estados Unidos y Cuba volverán en julio próximo a la mesa de negociaciones en una acción que aparece como casi anacrónica en la escalada actual de tensiones del conflicto que sostienen los dos países hace casi 40 años.

Inside América pudo conocer que la séptima reunión migratoria entre esos dos países tendrá lugar el mes próximo aunque aún no se anunció la sede.

No obstante, la sexta conferencia de ese tipo —controla el desarrollo de los únicos convenios bilaterales cubano-norteamericanos— fue en La Habana en diciembre pasado y se supone que la siguiente sea en Washington o Nueva York.

Los tratados sobre el tópico se firmaron en setiembre de 1994 y el 2 de mayo de 1995, y buscan "normalizar" el flujo de cubanos que viajan a territorio norteamericano y el movimiento en general de personas entre los dos estados.

La genésis de los acuerdos está en la complejísima situación política bilateral.

Antes de enero de 1959, cuando triunfó la revolución encabezada por el actual presidente del país, Fidel Castro, los cubanos viajaban a menudo a Estados Unidos con el fin de encontrar trabajo.

Después de esa fecha ese movimiento antes considerado económico asumió un matiz político e ideológico y el emigrante nacional resultó favorecido por el interés de Washington de causar problemas al gobierno de Castro.

No obstante esa conducta de alentar los viajes se tornó un boomerang cuando el presidente demócrata James Carter decidió en 1980 abrir de par en par las puertas de su país a aquellos ciudadanos cubanos que se fueran utilizando cualquier medio —léase también balsas— hacia el territorio de la unión.

El éxodo asumió ribetes de hormigueo, y principalmente el estado de la Florida vio de golpe sus problemas sociales multiplicados.

De inmediato, surgieron negociaciones que fructificaron en un acuerdo, el cual sobrevivió poco.

Una situación semejante, aunque no a tal extremo, ocurrió en 1993, y entonces la mesa de charlas sirvió otra vez para establecer parámetros "aceptables" principalmente para las capacidades estadounidenses de respuesta.

La emigración cubana —expresan especialistas consultados aquí— es mayoritariamente económica en la actualidad, y aunque su cuantía puede molestar políticamente al gobierno cubano, no le causa gran daño.

Para Estados Unidos los balseros constituyen un dolor de cabeza, más si se tiene en cuenta el clima xenófobo creado por una ley reciente aprobada allí.

La mayoría de los expertos cree que el fenómeno no conviene ni a La Habana ni a Washington, y sería por ello que estos convenios han sobrevivido pese al incremento incesante del conflicto, el cual parece llegar a su máxima expresión con la Ley Helms-Burton aprobada por Bill Clinton en 1996, y con nuevas enmiendas que ya tienen el visto bueno del Congreso.

Sin embargo, tampoco el clima de los encuentros sobre migración está libre de tensiones.

Un cubano bajo acusaciones de piratería aérea fue absuelto recientemente por un tribunal estadounidense, lo cual podría ser interpretado por Cuba como una violación de la letra y el espíritu de los tratados.

Aunque el gobierno cubano reaccionó con cierta cautela, no negó a través de un vocero que el asunto pueda estar en la ronda de conversaciones de julio, y seguramente no será un punto para abordar con sonrisas.

Doc. Poco Legible

01-09 9708559

participación. El bloque de · ciamiento salarial, porque · dicato bonaerense aclaró que · de regalo, 300 estudiantes

OEA se suma al rechazo de la Ley Helms-Burton

J 21/6

LIMA. La Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA) reiteró por consenso su rechazo a la anticubana Ley Helms-Burton.

En su 27o período de sesiones, la Asamblea aprobó un informe en tal sentido de su Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos.

Dicha Comisión adoptó el criterio del Comité_ Jurídico Interamericano de que los fundamentos y la eventual aplicación de esa norma estadounidense «no guardan conformidad con el derecho internacional».

Señala que en el seno de esa Comisión varias delegaciones reiteraron «el repudio de la comunidad internacional frente a dicha medida (Ley Helms-Burton) y se hizo manifiesto el rechazo a la imposición de sanciones unilaterales y a la aplicación extraterritorial de leyes internas».

«En ese sentido -añade el informe-, se expresó que la base de la convivencia internacional es el derecho internacional y que la finalidad intencional de aplicar una ley interna fuera de las fronteras del Estado concernido afecta dicha convivencia y la tranquilidad en las relaciones internacionales».

La Comisión indica que «en el transcurso de los debates se propuso promover la derogación de las disposiciones de carácter extraterritorial presentes en la Ley Helms-Burton».

Según el documento, una delegación presentar un proyecto de resolución para que el Consejo Permanente de la OEA siga dando seguimiento al desarrollo de este tema e informe al 28o periodo de sesiones de la Asamblea General, a lo cual se opuso en la plenaria la delegación brasileña, por estimar que esto seria postergar la consideración de algo que ya ha sido rechazado.

La representación de Cantad , por su parte, reitera su rechazo a esa Ley porque amplía esa medida a terceros pases y elude las disposiciones de la Organización Mundial del Comercio (OMC). Al mismo tiempo, reiteró que su país continuar aplicando sus relaciones económicas y comerciales con Cuba.

Aunque ausente de la agenda, el tema del reingreso de Cuba a la OEA volvió a salir en la Asamblea General, cuando el canciller mexicano, Jos_ Angel Gurja, abogó por que la mayor de las Antillas regrese al organismo hemisférico.

Gurja también criticó el bloqueo de Estados Unidos contra la Isla y señaló que «el diálogo, la comunicación y los flujos libres de comunicación son mejores alternativas que el aislamiento, los embargos y las sanciones».

Asimismo, dijo «ver con mucha preocupación» los renovados intentos en el Congreso de EE.UU. por reforzar los efectos del bloqueo y de la Helms-Burton. «Ojal esos intentos no prosperen, por el bien de las relaciones interamericanas.»

Brasil y Canadá se unieron a México al plantear el tema de Cuba y el bloqueo norteamericano contra la Isla. «Est llegando el momento en el que debemos considerar cómo y cuándo abordaremos el lugar de nuestro ausente trigésimo quinto miembro», dijo el senador Gildas L. Molgat, jefe de la delegación canadiense. Y agrega que «su continuado aislamiento ha probado ser una fuente de inestabilidad y tensión en nuestra región».

Por su parte, el ex presidente brasileño y actual embajador ante la OEA, Itamar Franco, expresó que la situación de exclusión de Cuba «es un tema de permanente preocupación para Brasil». Y reitera que el aislamiento económico y político «no nos parece la mejor manera de contribuir a que se creen las condiciones que permitan la plena reintegración al sistema interamericano de ese país, con el cual tenemos relaciones amistosas e importantes identidades culturales».

Asimismo, Itamar Franco denunció la Ley Helms-Burton como «violatoria de las normas del derecho internacional y de las reglas del libre comercio».

Harriett Babbitt, de Estados Unidos, informó que su delegación y las de México y Canadá se reunieron para intentar superar lás diferencias respecto a la Helms-Burton, e insistió en su apreciación de que se ha politizado el debate en torno al tema.

En el periodo de sesiones de 1996, en Panamá , Estados Unidos se quedó solo en su oposición a que se pidiera al Comité -Jurídico Interamericano una evaluación sobre la validez de la Helms-Burton, conforme al derecho internacional.

CARIBEÑOS POR EL REGRESO DE CUBA

Los ministros de Asuntos Exteriores de Jamaica, Bahamas, Belice, Guyana y Trinidad y Tobago, en nombre de la Comunidad del Caribe, expresaron su oposición a la política de aislamiento a Cuba y señalaron su opinión de que la Isla debe ser reincorporada a la OEA.

Durante los debates de la Asamblea, el canciller jamaicano, Benjamin Claire, rodeado de sus iguales de los países mencionados, declaró que Cuba debe volver al sistema interamericano ya que forma parte de la región y no puede estar desvinculada de ella por políticas de aislamiento.

Claire declaró que «para nosotros est claro que Cuba forma parte del Caribe», y sostuvo que «Cuba de hecho asiste a algunas de las reuniones del Comité_ del Caribe y también participa en las reuniones conjuntas Caribe-Cuba y es miembro pleno de la Asociación de Estados del Caribe».

Rusia, como país observador, se unió también a quienes han planteado esa demanda. Por boca del jefe de la delegación, Vasili Gromov, el gobierno de Rusia hizo la solicitud y también se adhirió a las criticas que se han hecho a la Ley Helms.

EN REUNIÓN DE LA FAO

Cuba reiteró sus denuncias contra el bloqueo norteamericano, al intervenir en el 112o Consejo de la Organización Mundial de la Alimentación (FAO) que sesiona en Roma.

Juan Nuiry, embajador cubano ante la FAO, señaló que a su país le resulta muy difícil hablar sobre seguridad alimentaria mundial tema de la reunión cuando a su población se le niega el derecho a la alimentación por parte del gobierno de EE.UU.

El representante cubano también recordó que la pasada Cumbre Mundial de la Alimentación, a fines de 1996, condena el uso de los alimentos como arma de presión.

9708559

Incertidumbre en Cuba por iniciativa de EEUU

Por Isabel Sánchez

La Habana, AFP

Una situación de incertidumbre generaron entre los cubanos las gestiones de congresistas norteamericanos para endurecer o suavizar el embargo impuesto por Estados Unidos, pues aunque no saben "a qué atenerse", lo peor les parece ser lo más seguro.

Autoridades del gobierno cubano y la disidencia interna —organizada en pequeños grupos ilegales— coincidieron en señalar que "no prosperará" un proyecto presentado el miércoles a la Cámara de Representantes para flexibilizar el embargo, aunque dicen agradecer el "gesto humanitario".

Por otra parte, los cubanos se mantienen a la expectativa del tránsito por el Congreso norteamericano de 10 enmiendas, siete de las cuales fueron aprobadas por la Cámara de Representantes, destinadas a endurecer la Ley Helms-Burton, que endurece el embargo impuesto a Cuba hace 35 años.

"No podemos pensar que va a disminuir el bloqueo y, al contrario, se perciben acciones directas de la administración estadounidense para reforzarlo, originadas en su blandenguería o en las presiones del Congreso", manifestó la noche del jueves el vicepresidente cubano Carlos Lage.

El portavoz de la cancillería local, Miguel Alfonso, resaltó que aunque es "importante" y "honesto" el proyecto para suavizar el embargo (que permitiría el ingreso a Cuba de medicinas y alimentos desde Estados Unidos), "no quitaría la naturaleza antijurídica y antiética del bloqueo, que es una total aberración".

Dirigentes de la disidencia interna afirmaron a la AFP ayer que al gobierno de Fidel Castro "no le conviene" que se disminuya el embargo, porque se vería presionado a ejecutar medidas de apertura económica y política en el país.

"Estoy realmente convencido que al gobierno de Cuba le han venido muy bien las sanciones económicas. Sospecho que no le interesa para nada que se levante el embargo porque le ha servido de pretexto para todo. (...) De alguna forma trataría de evitar el levantamiento de sanciones", aseguró Sánchez, presidente de la Comisión de Derechos Humanos y Reconciliación Nacional.

Vladimiro Roca, presidente del ilegal Partido Socialdemócrata cubano, aseveró, por su lado, que el proyecto "no le conviene políticamente" al gobierno de Cuba porque el embargo le ha servido de "justificación" para no emprender la apertura económica y política solicitada por los disidentes.

Ambos dijeron estar en favor de la iniciativa de los congresistas de Estados Unidos.

970855 9

Congresistas de Estados Unidos quieren levantar parcialmente el embargo a Cuba

Washington, agencias

Un grupo de congresistas demócratas y republicanos presentó ayer ante la Cámara de Representantes un proyecto de ley destinado a levantar parcialmente el embargo contra Cuba, desencadenando una ola de críticas por parte de legisladores anticastristas.

El proyecto de ley contempla excepciones al embargo para permitir la exportación hacia Cuba de alimentos, medicamentos y equipo médico.

"Es la primera vez que republicanos y demócratas se unen a cubano-norteamericanos para elevar sus voces y pedir terminar con el embargo inhumano de víveres y medicamentos", dijo a la prensa el representante demócrata de California, Esteban Torres. Entre los doce copatrocinadores del texto figuran además los republicanos Tom Campbell, James Leach, Constance Morella y Ron Paul.

La iniciativa es respaldada además por empresarios, médicos y personalidades religiosas de Estados Unidos, así como por numerosos cubano-norteamericanos.

El portavoz de la Casa Blanca, Michael McCurry, dijo que la legislación actual "permite atender la situación humanitaria en Cuba".

Sin embargo, el vocero dijo que el presidente Bill Clinton "examinará cuidadosamente" el proyecto, destacando que Washington se siente solidario "del pueblo de Cuba, que sufre bajo el régimen" de Castro.



El proyecto suscitó el rechazo inmediato de los congresistas anticastristas, liderados por les republicanos de Florida Ileana Ros-Lehtinen y Lincoln Díaz-Balart, y el demócrata de Nueva Jersey, Robert Menéndez, todos electos en distritos con importantes comunidades de origen cubano.

"No creo que la iniciativa pueda tener éxito, porque no va a obtener los votos necesarios en los comités" legislativos, que deben examinarlo antes de ser sometido a la aprobación del plenario, estimó Menéndez.

Según Ros-Lehtinen, el proyecto está basado en un "mito" relativo al efecto del embargo sobre el acceso de Cuba a alimentos y medicamentos, y "utiliza el sufrimiento del pueblo cubano para perseguir el objetivo político de levantar las sanciones".

"Cuba puede comprar medicinas de cualquier país del mundo. Nada en la política de sanciones de Estados Unidos prohíbe eso", dijo por su parte Díaz-Balart, tras afirmar que la política actual permite verificar que los medicamentos enviados a Cuba no sean utilizados "para torturar y reprimir a opositores del régimen".

Los tres congresistas anticastristas presentaron hace unas semanas una serie de propuestas destinadas a garantizar la aplicación estricta del embargo, a través de unas enmiendas que ya fueron adoptadas por la Cámara de Representantes.

La versión definitiva debe ser aprobada por el Senado antes de ser sometida al presidente Clinton, que puede vetarla.

La campaña bipartidista para suavizar el embargo se produce tras la publicación en marzo pasado de un informe elaborado por médicos de la *Asociación Norteamericana para la Salud Mundial* (AAHWH), según el cual el embargo es causa de "*sufrimientos y muertes innecesarios*".

El reporte señaló que los cubanos no tienen acceso a ningún medicamento patentado internacionalmente por Estados Unidos desde 1980, lo cual representa casi la mitad de las medicinas en el mercado internacional, y que equipos médicos como aparatos de rayos X o incubadoras no pueden ser utilizados por carecer- se de los repuestos fabricados en Estados Unidos.

La administración del presidente Bill Clinton había iniciado algunos pasos hacia una eventual flexibilización del embargo, pero el derribo por la Fuerza Aérea cubana de dos avionetas de grupos anticastristas de Florida, el 24 de febrero de 1996, hizo prevalecer nuevamente una línea de firmeza en la Casa Blanca.

La administración norteamericana niega que el embargo impida que los medicamentos lleguen a Cuba.

Según un documento del departamento de Estado, existe "una gran desinformación sobre el presente estado del sistema de salud en Cuba, incluyendo la falsa acusación de que la política aplicada por Estados Unidos niega el suministro de medicamentos y equipos médicos a la población cubana".

Precisa que desde la adopción de la denominada "ley Torricelli", en 1992, Washington aprobó 36 de las 38 solicitudes de licencia para ese tipo de ventas, así como el envío de ayuda humanitaria por 150 millones de dólares, monto que supera a toda la ayuda enviada por el resto del mundo a Cuba.

Los partidarios de una flexibilización afirman que el proceso vigente de licencias para autorizar el envío de medicamentos es demasiado lento, disuasivo, y que redunda en la pérdida de vidas humanas en la isla.

"Es nefasto que estemos castigando a gente inocente. Nuestra política consistente en condenar a (Fidel) Castro no debe hacerse a expensas de la salud y la vida del pueblo" cubano, dijo Torres. Según el representante demócrata José Serrano (Nueva York), el proyecto tiene posibilidades de ser adoptado, dado que por primera vez recibió importante apoyo bipartidista y también el respaldo de cubano-norteamericanos que aceptaron pronunciarse "con nombre y apellido" contra el embargo a la isla.

Desde Miami, el dirigente anticastrista de línea moderada Eloy Gutiérrez Menoyo elogió la iniciativa señalando que "es representativa de la tradición humanitaria de los Estados Unidos".

Menoyo, líder del grupo Cambio Cubano —definido por algunos analistas como "la oposición inteligente"—, recordó que las actuales leyes estadounidenses sobre Cuba "representan monstruosos proyectos de opresión, chantaje deshumanizado y franca manipulación paternalista".

El líder exiliado —que combatió junto con Fidel Castro, y luego contra él, lo que le valió 20 años de prisión— dijo además que las leyes contra La Habana "han sido auspiciadas, alentadas y en muchos casos forzadas por elementos extremistas del Sur de la Florida, interesados en tomar control de la política exterior de Estados Unidos hacia Cuba".

[illegible]

[illegible]

CONGRESISTAS PIDEN SE [illegible] EMBARGO COMERCIAL A CUBA

Washington, 19 jun. (EFE). - Una treintena de congresistas demócratas y republicanos presentaron hoy un proyecto de ley que [illegible] el embargo comercial a Cuba y posibilitaría las exportaciones estadounidenses de medicinas y alimentos.

El proyecto fue presentado por el congresista demócrata Esteban Torres por "razones humanitarias" para atender la hambruna y enfermedades que afectan [illegible] a los niños y ancianos cubanos.

La propuesta está respaldada por organizaciones de cubanos en el exilio que desean una transición pacífica hacia la democracia en la isla dominada por un régimen comunista desde 1959, [illegible] personalidades [illegible] estadounidenses.

José Serrano, congresista demócrata de Nueva York, dijo a EFE que los [illegible] del proyecto se basan en el [illegible] particularmente de los grupos de cubanos en el exilio.

Frank Calzón, del grupo [illegible] "Freedom House", impugnó de inmediato el proyecto por considerarlo contrario a la presión [illegible] contra el régimen de Castro.

El grupo [illegible] bipartidista que presentó hoy la propuesta sostuvo que el embargo comercial, impuesto en 1962 y ampliado recientemente tras endurecerlo con la ley Helms-Burton no ha funcionado ni ha alcanzado los objetivos políticos de derrocar a Castro.

[illegible] el actual embargo como "inhumano" y de "doble estándar" porque mientras el Gobierno estadounidense trata de [illegible] China [illegible] bilateral, [illegible] al pueblo cubano [illegible] productos esenciales para la vida y la salud.

"[illegible]", dijo el congresista [illegible] Charles Rangel.

[illegible], republicano de California, sostuvo que "es tiempo de levantar el embargo" y [illegible] la tesis de que con el [illegible] Cuba, del mismo [illegible] con China.

[illegible] las sanciones [illegible]

[illegible] EFE

[illegible]

[illegible]

La OEA rechazó la Ley Helms-Burton

Lima, de nuestras agencias 5|6 LR.

La XXVII Asamblea General de la Organización de Estados Americanos reiteró ayer el rechazo de la mayoría del hemisferio a la Ley Helms-Burton de Estados Unidos, que según el Comité Jurídico Interamericano (CJI) es contraria al derecho internacional.

La asamblea, en su tercer día de trabajos en Lima, aprobó por consenso -del cual se disoció Estados Unidos- un proyecto de resolución que ordenó al Consejo Permanente de la OEA mantener su atención sobre el tema e informar de todo nuevo desarrollo a la próxima asamblea. El texto, que había sido diluido en una negociación entre Estados Unidos, Canadá y México, dio por recibidos los informes remitidos sobre el tema por el CJI y por el Consejo Permanente de la OEA.

En su informe, el Consejo Permanente subrayó que, salvo Estados Unidos, la mayoría de los países "reiteraron el repudio de la comunidad internacional" a la Ley Helms-Burton y rechazaron "la imposición de sanciones unilaterales y la aplicación extraterritorial de leyes internas".

El jefe de la delegación de Brasil, Itamar Franco, llegó tarde a la sesión y trató de replantear el tema, lamentando la falta de un pronunciamiento más enérgico, pero su planteamiento no tuvo seguimiento y el proyecto quedó como había pasado.

La embajadora estadounidense en la OEA, Harriett Babbit, reiteró en un discurso la posición de su país de que este no es el foro apropiado para discutir "una ley doméstica de los Estados Unidos" e insistió en que la OEA debería más bien considerar "el verdadero tema", que para Washington es "la necesidad de cambios pacíficos y democráticos y la protección de los derechos humanos en Cuba".

"Por esas razones, indicó, los Estados Unidos, aunque no bloquearán la aprobación, se desasocian de la decisión de la Asamblea".

Los embajadores de Canadá, Brian Dickson, y de México, Carmen Moreno del Cueto, reafirmaron el rechazo de sus gobiernos a la Helms-Burton y a la política estadounidense de aislamiento y presión sobre Cuba. Canadá está trabajando para tratar de promover cambios en Cuba mediante una mayor cooperación con la isla, dijo Dickson.

La Ley Helms-Burton, promulgada en marzo de 1996, endureció el embargo norteamericano contra Cuba y estableció sanciones contra las firmas extranjeras que inviertan o "trafiquen" con propiedades confiscadas a estadounidenses en la isla.

Los aspectos extraterritoriales de la ley fueron rechazados por todos los países de América Latina y el Caribe y por la Unión Europea, que la denunció ante la Organización Mundial de Comercio (OMC).

El presidente Bill Clinton dejó sin efecto temporalmente una disposición que permitiría a los afectados entablar juicios en tribunales de Estados Unidos contra las firmas extranjeras, y la aplicabilidad de esa y otras medidas controversiales de la ley está siendo negociada actualmente entre Washington y la UE.

H FUXR1 06 04 00671
1CX mun exg

EEUU CUBA (Previsión)

CAMARA DE REPRESENTANTES DEBATE REFUERZO LEY HELMS-BURTON

Por Rafael Moreno

Washington, 4 jun (EFE). La Cámara de Representantes de Estados Unidos debatió hoy, miércoles, una nueva legislacion cuyo objetivo es forzar a la Casa Blanca a que haga cumplir en su totalidad la ley Helms-Burton, que refuerza el embargo contra Cuba.

"Debemos mantenernos firmes. No hay que hacer concesiones", declaró la congresista republicana por Florida Ileana Ros-Lehtinen, autora de las tres enmiendas mas importantes que fueron denunciadas la semana pasada por el Gobierno de La Habana.

Ros-Lehtinen afirmó que el presidente norteamericano, Bill Clinton, debe hacer cumplir en su integridad la ley Helms-Burton y denunció el "turbio" acuerdo alcanzado con la Unión Europea (UE) para relajar su puesta en práctica, a cambio de la retirada de una queja ante la Organización Mundial del Comercio (OMC).

El también republicano Lincoln Diaz-Balart, que presentó el proyecto de ley, calificó de "muy importante" la aprobación de cualquier medida que dificulte la situación de Fidel Castro y pidió a sus compañeros que respalden la medida abrumadoramente.

El debate se inició con una gran confusión, debido a que el martes por la noche el comité de Normas Parlamentarias decidió en una sorprente votación hacer modificaciones en el proyecto de ley referido al presupuesto para 1998 del departamento de Estado, y eliminó el capítulo referido a la ayuda exterior norteamericana.

Eso significa que el texto presentado al pleno sólo contiene tres enmiendas relacionadas con Cuba y quedan fuera otras dos que afectaban a la asistencia a Rusia, si Moscú ayudaba a la finalización de la planta nuclear de Juraguá, en Cienfuegos, y otra que sancionaría a los paises que subvencionan la economía cubana.

La enmienda más importante que ha sobrevivido se refiere a la obligación que tendría el departamento de Estado de informar de las empresas o personas que están siendo investigadas por posible incumplimiento de la ley, procedimiento que ahora es privado.

La ley Helms-Burton obliga a Estados Unidos a sancionar con la retirada del visado de entrada a los directivos y familiares directos de las empresas extranjeras que se beneficien de propiedades y bienes expropiados por La Habana a norteamericanos.

Las otras enmiendas que también serán estudiadas se refieren, primero, a cancelar todo el presupuesto para radio y televisión Martí, las emisoras pagadas por Washington para emitir información a la isla; y, segundo, a retirar la aportación de EEUU a la Agencia Internacional de la Energía (AIE), si esta organización continúa concediendo asistencia para la planta nuclear de Juraguá.

Fuentes parlamentarias afirmaron que si el proyecto de ley es puesto a votación en el pleno es muy probable que sea aprobado por mayoría, aunque reconoció que es factible que se presenten nuevas enmiendas de última hora que intenten modificarlo.

José Serrano, congresista por Nueva York, decidió el lunes no introducir formalmente una iniciativa que hubiera cancelado la intención de forzar al Gobierno a informar públicamente de sus investigaciones, pero no se descarta que alguien pueda hacerlo.

Un funcionario del departamento de Estado, que habló con EFE con la condición del anonimato, explicó que la Administración Clinton se opone a estas nuevas regulaciones, por considerarlas innecesarias y subrayó que todavía no son ley.

"Hay que esperar cómo finaliza el trámite parlamentario antes de hacer críticas o declaraciones alarmistas", agregó.

Actualmente, no existe legislación similar en el Senado y, en cualquier caso, antes de convertirse en ley debería ser aprobado por ambas cámaras del Congreso y firmado por Clinton, quien no se ha pronunciado por el momento sobre si lo vetaría.

El viernes, el presidente del Parlamento cubano, Ricardo Alarcón, denunció los intentos de los ultraconservadores por reforzar la ley Helms-Burton y criticó a Clinton por no haber luchado suficientemente por impedir que fueran aprobadas en comité.

Alarcón consideró que Washington había violado su acuerdo con la Unión Europea (UE), que aceptó retirar su demanda ante la Organización Internacional de Comercio a cambio de la promesa de la Casa Blanca de "flexibilizar" el cumplimiento de la ley. EFE

rm1/cm.rt

9708559

07

TELEVISION

Dentro de unas semanas, la Ley Helms-Burton pasará por una de sus peores pruebas. Centenares de empresas de todo el mundo se reunirán en La Habana para comerciar en las propias narices del bloqueo económico. El Mibe (Mercado Iberoamericano de la Televisión), que se celebra entre los días 12 y 18 de junio, va a ser la ocasión para tal desacato a la autoridad

¿Quién Teme la Ley Helms-Burton?

RAMIRO CRISTOBAL

Es una cuestión semántica: la célebre ley penaliza a las empresas que comercien «con» Cuba, pero nada dice de las que comercien «en» Cuba. De todas formas, es casi la primera vez que La Habana servirá de punto de encuentro comercial. Cierto que anualmente se celebra un Festival de Cine en La Habana y que funciona un mercado conjunto, pero el Mibe se define directamente como «mercado» y eso es lo que más puede escocer. Por no mencionar el hecho simbólico de que sea el Capitolio cubano donde se celebre.

De todas formas, como dice la abogada Julieta Torres, de Organización Segurity Internacional, experta en estos temas:

—La Ley Helms-Burton es una ley llena de ambigüedades y de difícil aplicación objetiva. Tiene un apartado polémico, que en estos momentos está vetado directamente por el presidente de los Estados Unidos, el cual penaliza a las empresas o empresarios que comercien con Cuba, impidiéndoles la entrada y el operar comercialmente en Estados Unidos. Este apartado es el causante de la tensión comercial vivida meses atrás entre la Unión Europea y Estados Unidos. Pero el apartado está en estos momentos invalidado.

Como decía el presidente Roosevelt —Franklin Delano, por supuesto— sólo hay que temer al miedo. Lo cierto es que muchos empresarios están más atemorizados por el espíritu que por la letra. «Me gustaría estar seguro de que no voy a tener problemas cuando tenga que ir a Estados Unidos» comenta un productor de audiovisual.

No obstante, es también Julieta Torres la que asegura que «ninguna de las empresas participantes en Mibe-97, ni ningún invitado o participante a título personal, han manifestado preocupación alguna referente a este asunto, ni desde el punto de vista institucional ni comercial».

Organización Segurity Internacional es la empresa española, radicada en Barcelona, que organiza el Mibe, conjuntamente con el departamento comercial de la Televisión de Cuba. En realidad, ambos cumplen un deseo de los ministros de Cultura de Latinoamérica que decidieron en Managua, en 1996, que La Habana sería la sede de un encuentro de especialistas en la industria audiovisual y, sobre todo, de la televisión.



El Capitolio cubano, escenario del Mibe.

Mestizaje cultural

En efecto, el Mibe va a ser mucho más que un mercado. Habrá unas Jornadas Técnicas en las que intervendrán las televisiones educativas de todos los países participantes, lo cual, en palabras de los organizadores «dan al Mibe la peculiaridad de ser el único mercado audiovisual que fomente una política de formación y educación en la televisión apoyados en las televisiones educativas y públicas, promoviendo su acercamiento al ciudadano».



Festival de salsa: Willy Colón.

Además, la Organización Internacional, con la posible participación de la Unesco, reunirá las ponencias de varios expertos con el fin de crear un Plan de Acción para el desarrollo de la industria audiovisual latinoamericana.

La nueva ley no impedirá la comercialización en Cuba, como indica la celebración del Mibe, un intento de ordenar el campo audiovisual

En fin, en La Habana se codearán los protagonistas de culebrones y telenovelas con las maravillas naturales e históricas de Iberoamérica, las pirámides mayas con las cataratas de Iguazú y el impresionante Popocatepelt. Los mejores partidos de fútbol entre las selecciones de Brasil y Argentina con las más logradas producciones cinematográficas de México y España. Puede que Mafalda y Guille, Mortadelo y Filemón y el Chapulín Colorado, estén presentes. Puede que Julio Iglesias, Armando Manzanero o Ana Belén, tengan algo que cantar.

Por si fuera poco, habrá un Festival Internacional de Salsa, en el que estarán, por ejemplo Willy Colón y Andy Montañés y se darán los Premios Mibe a las mejores producciones. El Club Mibe, en la Marina Hemingway, un espléndido puerto deportivo entre palmeras, promete muchas cosas.

En estas circunstancias, ¿quién teme la Ley Helms-Burton? Lo cierto es que, según cálculos sensatos, hacia el 2005 unos 500 millones de personas en Iberoamérica verán televisión. El Mibe es un primer intento de ordenar algo que parece haber desbordado las previsiones de una industria a menudo muy individual y, sobre todo, en manos extranjeras. Helms-Burton no puede poner puertas al campo, ni devolver al pasado lo que es del futuro. Por eso, se va a celebrar el Mibe. ■

DF7860

U FUXBT 06-04 00380
MUN EXG ICX

FEUU-CUBA/UE
UE CUMPLIRA COMPROMISO SUSPENDER QUEJA OMC POR HELMS-BURTON

Washington, 4 jun (EFE).- La Unión Europea (UE) cumplirá su compromiso con Estados Unidos de no plantear de nuevo ante la Organización Mundial del Comercio (OMC) las quejas por la ley Helms-Burton que refuerza el embargo contra Cuba, según aseguró hoy Hugo Paemen, embajador de la Comisión Europea en EEUU.

La representante republicana por Florida, Ileana Ros-Lehtinen, señaló, a su vez, que Estados Unidos no dará marcha atrás en su decisión de no permitir inversiones extranjeras en las que fueran propiedades norteamericanas confiscadas tras la revolución cubana.

"Queremos un acuerdo entre la Unión Europea y Estados Unidos que sea fuerte y con sustancia", dijo Ros-Lehtinen durante una audiencia del subcomité de relaciones internacionales de la Cámara de Representantes, destinado a revisar las relaciones comerciales entre los dos socios transatlánticos.

La UE y el Gobierno de EEUU alcanzaron un compromiso temporal el pasado mes de abril, por el que los comunitarios retiraban la queja planteada ante el comité de arbitraje de la OMC sobre la extraterritorialidad de dicha ley, a cambio de que Washington suavizase alguno de sus contenidos.

Según ese acuerdo, la Unión Europea dispone de un plazo hasta el 15 de octubre para decidir si planteará de nuevo dicha queja ante el comité de resolución de disputas de la OMC, pues considera que la ley Helms-Burton interfiere en el comercio global.

"La Unión Europea no tiene intención de revocar el compromiso que suspende la queja sobre la ley Helms-Burton hasta octubre", dijo Paemen, quien insistió en que los comunitarios "esperamos y creemos" que la disputa estará resuelta antes del 15 de octubre.

También señaló que ambas partes están negociando unas reglas comunes sobre los derechos de la propiedad en todo el mundo que se aplicarían también al caso de Cuba.

"Si la Unión Europea no asegura que asumirá una posición más firme hacia (Fidel) Castro y que adoptará una política que proteja los derechos humanos y el derecho de propiedad, mejore las condiciones laborales y ayude a realizar un futuro democrático en Cuba, entonces, sí que las relaciones entre EEUU y la UE sufrirán", dijo Ros-Lehtinen.

El embajador comunitario subrayó que las relaciones entre ambos socios están basadas en lazos históricos, que no se resquebrajarán por diferencias sobre una ley en particular. EFE

EMM/CM/JMG

06/04/19 45/97

09-09

9708559

DOCUMENTO 9708560
N.º
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 25/6/97
VINCULACIONES 11321.
65890.
11164.
11302.
11161.
11392.

[illegible]

[illegible]

FEUU-BOSNIA
APROBADO PRESUPUESTO DE DEFENSA DE EEUU PARA 1998

Washington, [illegible] 25 jun (EFE).- La Cámara de Representantes de EEUU aprobó hoy un presupuesto de 268.200 millones de dólares para el Pentágono en el ejercicio fiscal de 1998, que incluye la retirada de las tropas estadounidenses de Bosnia en junio de 1998.

El presupuesto aprobado por la Cámara Baja supera en 7.000 millones de dólares el ejercicio fiscal actual y en 2.600 el propuesto por Clinton.

Los legisladores rechazaron las peticiones del secretario de Defensa, William Cohen, y votaron a favor de suprimir la partida destinada a Bosnia a partir del 30 de junio del próximo año.

El Gobierno determinó a finales de 1996 a que la estancia de las tropas en Bosnia no se renovaría a partir de esa fecha, pero los responsables del Pentágono han advertido que la supresión de fondos puede poner en peligro al contingente estadounidense.

El presidente de EEUU, Bill Clinton, y otros miembros de su gabinete han insistido en que el proceso de paz para Bosnia finalizará con la vuelta de las tropas en junio de 1998, tal como está previsto.

Sin embargo, los miembros de la Cámara de Representantes quieren que el Gobierno consulte al Congreso una posible prolongación de la misión más allá de esa fecha.

Además, se ha previsto la compra de nuevos aviones B-2 invisibles al radar, a pesar de que el Pentágono lo considera innecesario y [illegible] caro.

También se destinarán 285 millones de dólares para ayudar a Rusia a destruir ciertas categorías de armas nucleares.

Los representantes votaron a favor de retirar los privilegios de veterano del Ejército a Timothy McVeigh, acusado de cometer el atentado de Oklahoma, por lo que no podrá ser enterrado con honores militares si se le condena a la pena de muerte.

El presupuesto de defensa será votado en el Senado el próximo mes de julio y al texto aprobado por la Cámara Alta se añadirán las [illegible] de la Casa Blanca, por lo que los debates legislativos se [illegible] [illegible] hasta la necesidad de que el presidente Clinton [illegible] en agosto. [illegible] EFE

[illegible]

[illegible] 25/18 [illegible]

Doc. CLARO

9708560

01-02

DP0391

U ECOBT 06-25 00163

mun exg icx

EEUU-PRESUPUESTO

CAMARA Y SENADO APRUEBAN LEY PERMITEN PRESUPUESTO EQUILIBRADO

Washington, 25 jun (EFE).- La Cámara de Representantes y del Senado norteamericanos aprobaron hoy las leyes que permitirán a Estados Unidos tener un presupuesto equilibrado desde hace varias décadas.

Para conseguir ese objetivo, el presupuesto estadounidense se ha recortado en 140.000 millones de dólares correspondientes a los beneficiarios de los programas de asistencia sanitaria, hospitales para pobres y otros programas federales.

El Senado aprobó la medida (73-27), y pocos minutos después lo hizo la Cámara de Representantes (270-162), pero ahora tendrán que buscar un compromiso aceptable para el presidente de EEUU, Bill Clinton.

Las leyes aprobadas hoy forman parte del acuerdo para un presupuesto equilibrado en el 2002, al que llegaron en el mes de mayo la Casa Blanca y los principales lideres republicanos.

El objetivo es eliminar el deficit fiscal en el año 2002, que será la primera vez que se produzca desde 1969. EFE

EMM/GCP/PL

06/25/23-29/97

02-02

Estados Unidos es el principal vendedor de armas en el mundo

Estocolmo, agencias LR 26/6.

Estados Unidos fue el principal exportador de armas convencionales en el mundo en 1996, por delante de la Unión Europea (UE) y Rusia, vendiendo casi la mitad del total a los países asiáticos, según el informe anual del Instituto Internacional de Investigación sobre la Paz de Estocolmo (Sipri), publicado hoy.

En 1996, las ventas de armas alcanzaron los 22.980 millones de dólares, lo que supone una ligera disminución con respecto a los 23.189 millones de dólares registrados en 1995.

Aunque Estados Unidos sigue siendo el principal exportador de armas, su parte del mercado descendió de nuevo, para situarse en el 44% en 1996, frente al 47% de 1994, mientras que Rusia "se perfila como un importante proveedor de armas tras el turbulento período que siguió a la disolución de la URSS", señala el Sipri.

La parte del mercado de Rusia pasó en un año del 15 al 20%, según el informe que destaca "el crecimiento de las exportaciones de armas de los paises de la UE que alcanzó la cifra récord del 28% en 1996".

Por países, Francia aparece en tercera posición, por delante del Reino Unido y Alemania.

"La fuerte posición de la UE marca la evolución del comercio internacional de armas", declaró Siemon Wezeman, uno de los autores del informe, a la AFP. "Rusia y los países de Europa del este son los grandes perdedores con respecto a las cifras que se registraron en los años 1980, mientras que la UE ha mantenido sus ventas al mismo nivel, logrando casi doblar su parte del mercado mundial", precisó.

Entre 1987 y 1996, las ventas de armas disminuyeron casi la mitad, pasando de 44.000 a 23.000 millones de dólares, mientras que las de la UE permanecieron prácticamente invariables: de 6.800 a 6.400 millones durante el mismo período, según el Sipri.

Sin embargo, en los últimos cinco años, el volumen de ventas estadounidenses cayó de 14.200 millones a 10.200 millones de dólares en 1996.

"La administración Clinton debe tener en cuenta las necesidades de los paises que quieren modernizar su equipo militar, sin deteriorar el equilibrio regional de fuerzas, mientras que la política de los paises europeos está más motivada por consideraciones comerciales", subraya el informe.

Ello ha motivado una revisión de la política de ventas de armas de Estados Unidos en Sudamérica, sobre todo en Argentina, Brasil y Chile, principales demandantes, teniendo además en cuenta que los europeos, aunque también Rusia e Israel, registraron un éxito en 1995 y 1996, afirma.

En 1996, Francia fue el tercer exportador mundial y el primero de la UE con un total de 2.100 millones de dólares, lo que supone el 9% del comercio mundial, frente al 4% que registró en 1995, por delante del Reino Unido que vendió 1.700 millones de dólares.

Alemania descendió hasta el quinto lugar con 1.600 millones de dólares, tras haber acabado con las armas de ocasión procedentes de la antigua RDA.

Principales exportadores de armas
(en millones de dólares, valor 1990)

	1996	1995	
Estados Unidos	10.228	10.972	▼
Rusia	4.512	3.505	▲
Francia	2.101	785	▲
Gran Bretaña	1.773	1.568	▲
Alemania	1.461	1.549	▼
China	573	949	▼
Holanda	450	430	▲
Suecia	274	174	▲
Belarrus	100	24	▲
Ucrania	185	193	▼
Israel	168	352	▼
Italia	158	377	▼
Canadá	157	387	▼
República Checa	152	195	▼
Bélgica	110	310	▼

▲ ▼ *variación con relación a 1995*

Fuente: SIPRI — AFP Infografía - Patrice Dard

El incremento de las ventas de armas francesas se explica por las importantes entregas que contemplan los programas plurianuales, sobre todo, los aviones caza, misiles y fragatas a Taiwan, según el Sipri.

Asia, "región con fuertes tensiones", fue el principal comprador de armas en 1996, absorbiendo el 48% de las exportaciones mundiales. China, Corea del Sur y Taiwan recibieron el 30% de las mismas.

Si se añaden Arabia Saudita y Kuwait el total de compras efectuadas por estos cinco paises se elevó al 43%.

Oriente Medio, que otrora fuera el principal mercado del mundo, mantuvo en 1996 su parte a cerca del 25% de las importaciones mundiales, mientras que la demanda europea no ha dejado de disminuir: el 18% en 1996 frente al 38% de 1992.

El Sipri es un instituto independiente, creado en 1996 y financiado por el Parlamento sueco.

ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
231015 - JULIO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 069/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta

IV.- **SINTESIS:** Se omite

ORIGINAL

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-

CORONEL

WILSON CORONEL.-

.001|06

Doc. Poco Legible

9708562

13 AGO. 1997

CONFIDENCIAL

Hoja No.1 de 2
Copia Original
D.E.IV D.II
R.8 km.115
101200JUL97

13 10 97

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.68/97

I.-EVALUACION: A - 2.

II.-RESPONDE A: Información existente en este Comando.

III.-T E X T O:

Ampliando lo informado en mi Fax No.2041/97 referente a la "Marcha" realizada el 281500JUN97, la misma se realizó el día y hora antes mencionado partiendo del Hospital de C.Rocha hasta la Plaza Independencia donde culminó con una breve proclama de finalización de la misma.

Concurrieron aproximadamente 110 personas entre ellas funcionarios del Hospital de Castillos. Hicieron uso de la palabra los Ediles Esteban BARRIOS (F.A.), Darwing RODRIGUEZ (P.Nal.), Sergio BONILLA (F.A.), Alberto OLIVERA (P.Nal.) y el dirigente del Plenario Intersindical de Rocha, Gorky LOPEZ quienes centraron sus palabras en lo justo de los reclamos salariales de los funcionarios del Ministerio de Salud Pública.

Entre otros se destacó la presencia de Antonio VIANA (M.L.N.-T).

El día 051400JUL97 se realizó una "Marcha" con igual motivo en C.Castillos.

Se adjuntan fotocopias de artículos de prensa sobre la mencionada "Marcha".

IV.-SINTESIS:

.Fecha : 02JUL97
.Organización: Federación de Funcionarios de Salud Pública.
.Nombre : Esteban BARRIOS, Darwing RODRIGUEZ, Sergio BONILLA, Alberto OLIVERA, Gorky LOPEZ y Antonio VIANA.
.Lugar : C.ROCHA y C.CASTILLOS.
.Resúmen : Marcha en apoyo funcionarios de Salud Pública.

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente Parte.

002

CONFIDENCIAL

405566

Hoja No.2 de 2

VI.-DISTRIBUCION :

.Original ..... J.Dpto.II E.M.E.
.Copia No.1 ....ARCHIVO.

Por el Comandante de la División Ejército IV.
El Jefe de Estado Mayor de la D. E. IV.

CORONEL.

CARLOS A. BARBOZA.

/EP/rs/

ORIGINAL

E. F003

9708562

07015974



FFSP Y USUARIOS MARCHARON "POR SALUD DIGNA Y AUMENTO SALARIAL"

Nutrida concurrencia

Se cumplió con caminata de apoyo a Salud Pública



A pesar del intenso frío reinante, el pasado sábado se cumplió con la programada caminata organizada por la Federación de Funcionarios de Salud Pública de Rocha, la que contó con un nutrido apoyo de población.

Con la consigna «Salud digna para todos y aumento salarial», pasadas las 15 horas, un grupo de funcionarios del Hospital, acompañados por usuarios del mismo y algunas figuras del ámbito político local, batiendo palmas, se trasladaron hasta la Plaza Independencia.

Es de destacar también, la presencia de una delegación de funcionarios del Hospital castillense, que debidamente identificados, se manifestó junto a sus compañeros rochenses.

Poco a poco más gente se fue uniendo, hasta congregar a un par de centenares de personas, que en forma correcta y pacífica, circundaron la plaza principal de nuestra ciudad, congregándose en Gral. Artigas y Rivera, donde se efectuó un sencillo acto.

Se leyó una proclama elaborada por los funcionarios del nosocomio local, afirmando la intención de seguir luchando, pese a la anunciada negativa del Gobierno de otorgar un aumento salarial, que desde las propias esferas gubernamentales, se ha considerado como «justo».

También hicieron uso de la palabra en la improvisada tribuna, los ediles Esteban Barrios, Darwin Rodríguez, Sergio Bonilla y Alberto Olivera, quienes a su vez, destacaron la justicia de los reclamos.



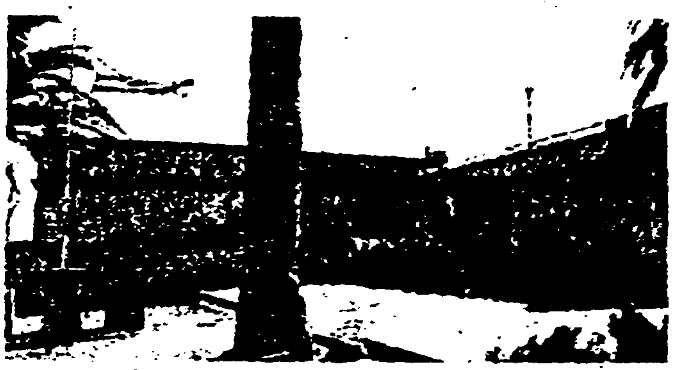
EL ESTE INFORMACION

Conflicto de Salud Pública

Proyectarían caminata por «salud digna» en Castillos

Integrantes de la Mesa de la Federación de Funcionarios de Salud Pública (FFSP) de Rocha, se hicieron presentes en la pasada jornada en Castillos, para tomar contacto con sus pares de aquella ciudad y de esa manera comenzar a implementar medidas en conjunto, en el marco del conflicto que mantienen con el Ministerio respectivo, solicitando un aumento de $1.000.

No se descarta que en los próximos días se pueda estar instrumentando una caminata similar a la realizada el pasado sábado por la tarde en nuestra ciudad, por «Salud digna para todos y aumento salarial».



Debe recordarse que representantes del Hospital de la ciudad palmareña se hicieron presentes en dicha manifestación, y que entusiasmados por el éxito de la misma, estarían proyectando una medida similar.

En la edición de ayer de EL ESTE, dimos cuenta de la marcha, omitiendo inadvertidamente que en el sencillo acto donde hicieron uso de la palabra dirigentes gremiales de Salud Pública y políticos locales, también lo hizo, en nombre del Plenario Intersindical de Trabajadores (PIT) de Rocha, el también dirigente gremial Gorky López, quien realizó una encendida defensa de la lucha que actualmente llevan a cabo los trabajadores.

EL ESCANDALO WHITEWATER

Espían la intimidad de Clinton

Lo reveló The Washington Post • Agentes del FBI y de la Fiscalía interrogan a los guardias de seguridad del presidente cuando era gobernador de Arkansas • Investigan eventuales amoríos del jefe de la Casa Blanca

BOB WOODWARD
The Washington Post. Especial

Agentes del FBI y de la Fiscalía que trabajan en el caso Whitewater, que lleva adelante el fiscal independiente Kenneth Starr, **están investigando la vida privada del presidente estadounidense Bill Clinton**, cuando era gobernador de Arkansas.

Los investigadores interrogaron en estos últimos meses a algunos policías que formaban parte del grupo de seguridad de Clinton en Arkansas, para saber si tenían conocimiento sobre alguna relación **extramatrimonial** que habría mantenido el actual jefe de la Casa Blanca mientras se desempeñaba como gobernador de aquel estado. Así lo revelaron dos de los policías interrogados y fuentes cercanas a la investigación.

Clinton y la primera dama Hillary Rodham Clinton están siendo investigados sobre su presunta participación en el fallido proyecto inmobiliario Whitewater, de Arkansas, aunque no han sido acusados judicialmente.

Los agentes interrogaron también a mujeres cuyos nombres fueron mencionados en conexión con el presidente Clinton en el pasado.

Las fuentes indicaron que estos extensos interrogatorios forman parte del trabajo de la oficina de Starr para encontrar a colaboradores cercanos del Presidente, en los que éste habría confiado y que podrían brindar información **sobre la veracidad de declaraciones juradas** hechas por Clinton durante el transcurso de la investigación por el escándalo Whitewater.

Los policías de Arkansas comentaron que los investigadores interrogaron a cerca de 15 mujeres, incluyendo a Paula Corbin Jones, una antigua empleada del estado de Arkansas, que **inició una demanda civil contra Clinton por acoso sexual.**

El presidente estadounidense negó en forma categórica esta acusación y dijo incluso no recordar haber conocido jamás a Jones.

"Mujeriego"

Roger Perry, uno de los ex guardias de seguridad de Clinton, manifestó que "los últimos interrogatorios me dejaron la impresión de que los investigadores querían mostrarlo (a Clinton) como un mujeriego".

Un vocero de la Casa Blanca y un abogado de Clinton declararon no tener ningún comentario inmediato para hacer.

La naturaleza de este interrogatorio marca una **profunda divisoria de aguas en** relación a la línea de investigación **seguida** en los últimos tres años, que comenzó con un estudio sobre el proyecto inmobiliario Whitewater, en el que el Presidente y su esposa Hillary invirtieron en 1978 junto con sus amigos de Arkansas, James y Susan McDougal.

Perry dijo haber sido consultado además sobre los detalles **más íntimos** de la vida de Clinton. "Me preguntaron si había visto alguna vez al presidente manteniendo una relación sexual. La respuesta fue negativa".

El policía indicó haber revelado a los investigadores que tanto él como otros agentes de seguridad llevaban o conseguían transporte para **trasladar a Clinton a encuentros clandestinos** con **"siete u ocho" de las mujeres que figuran en la lista de** los fiscales cuando Hillary no estaba en la ciudad.

Entre las mujeres investigadas figura Gennifer Flowers, quien **aseguró** durante la campaña presidencial de 1992 haber mantenido **un affaire de 12 años** con el presidente Clinton. □



SABUESO. El fiscal Kenneth Starr.

01-02

9708563

LA JUSTICIA NO AMPARA EL PRIVILEGIO DE CONFIDENCIALIDAD ABOGADO–CLIENTE

No habrá reserva en el caso Whitewater

La Corte Suprema rechazó una apelación de la Casa Blanca para negar acceso a los fiscales a notas tomadas por asesores legales del gobierno de conversaciones entre Hillary y su abogado

La Casa Blanca deberá entregar a la Justicia una serie de documentos sobre los diálogos entre la primera dama estadounidense, Hillary Clinton, y su abogado referentes al caso Whitewater, tras una decisión del Tribunal Supremo que rechazó el recurso de la Casa Blanca que sostenía que esos documentos no debían ser revelados por el privilegio que ampara a las conversaciones entre abogados y clientes.

La Casa Blanca, a través del consejero en asuntos legales de la Presidencia, Charles Ruff, lamentó la decisión, por considerar

La Fiscalía considera que las declaraciones de Hillary han variado en sus presentaciones

que los abogados del gobierno deben tener conversaciones confidenciales con sus clientes para poder dar asesoramiento legal efectivo. Abogados de la Presidencia tomaron notas mientras Hillary hablaba con su defensor privado, David Kendall.

Tras la decisión de ayer, esos documentos ahora deberán ser presentados ante un gran jurado federal de Little Rock, la capital de Arkansas, donde se generó el caso Whitewater, el fallido proyecto inmobiliario en que estuvo relacionado la pareja Clinton.

Los papeles que deberán ser entregados son notas tomadas por los abogados de la Casa Blanca durante dos conversaciones entre Hillary y Kendall.



La primera nota de la serie fue realizada por una abogada de la Casa Blanca, Jane Shemurne, durante sus entrevistas con Hillary el 26 de febrero de 1996, el mismo día en que la primera dama se presentó ante el gran jurado de acusación. En ese momento Hillary debía explicar la curiosa reaparición de documentos relacionados con el escándalo, buscados desde varios meses atrás.

La segunda corresponde al 11 de julio de 1995, y fue realizada por otra abogada cuando la primera dama se reunió con varios letrados de la Casa Blanca.

Esta última serie está referida a las actividades de Hillary después de la muerte, en 1993, de otro abogado de la Presidencia, Vincent Foster, quien trabajaba sobre el caso Whitewater y en el escándalo Travelgate. Se cree que con la muerte de Foster desaparecieron documentos de su oficina.

La Fiscalía considera que las declaraciones de la primera dama ante los tribunales han variado a través del tiempo, o difieren sustancialmente de los testimonios de otros testigos.

A principios de mayo, cuando se presentó la demanda ante la Corte Suprema, Clinton afirmó que no entregaría los documentos a la justicia. *(En base a AFP y EFE)*

CLAVES

- **DECISIÓN.** Los magistrados de la Corte Suprema no explicaron la decisión en la que se basaron para pedir los documentos, los que son considerados por los asesores legales de la Casa Blanca como confidenciales entre letrado y cliente.
- **ARGUMENTOS.** El fiscal sostuvo que los abogados de la Casa Blanca no están al servicio de una persona privada –Hillary en este caso– sino de una institución y por lo tanto deben entregar las notas confidenciales.
- **AVANCES.** El fiscal del caso Whitewater considera que Hillary es una pieza fundamental en el escándalo, y ahora con la decisión judicial recibirá dos "capítulos" de notas.
- **CONTENIDO.** En las notas, tomadas por una abogada de la Casa Blanca, Hillary dio explicaciones sobre la curiosa reaparición de documentos relacionado con el escándalo buscados desde hacía años. Clinton había anunciado que no entregaría esos documentos.

Dudas sobre denuncia de Paula Jones contra Clinton

La renuncia del primer abogado de Paula Jones, junto a otros hechos, podrían utilizarse para poner en tela de juicio la credibilidad de la mujer que demandó al presidente de EEUU. Bill Clinton, por hostigamiento sexual.

El abogado Daniel Taylor, dijo que no recuerda que Jones le haya contado alguna vez detalles relevantes que ella después relatara sobre su supuesto encuentro con Clinton en la habitación de un hotel en Little Rock, Arkansas, el 8 de mayo de 1991.

Específicamente. Taylor dijo no recordar que Jones hubiera mencionado alguna vez características físicas íntimas de Clinton. El detalle fue incluido en una presentación efectuada el 6 de mayo de 1994, tres años después del supuesto incidente.

Cuando se le preguntó si creía todavía en la versión de Jones, el abogado respondió: "Sólo dos personas saben realmente qué sucedió, Paula Jones y Bill Clinton".

Ayer se informó que Carol Phillips, ex recepcionista en la oficina del entonces gobernador de Arkansas, dijo que Jones se presentó en la oficina un día después del supuesto incidente y le comentó: "Fui a reunirme con el gobernador (Clinton) y nos encontramos en una habitación y sólo hablamos".

Phillips dijo que Jones habló de un modo "feliz y entusiasta" y la recepcionista llegó a la conclusión de que el encuentro con Clinton había sido "totalmente inocente". Carol es partidaria de Clinton y trabaja en el Departamento de Agricultura. *(AP)*

02-02

9708563

ARCHIVO

1/3

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
231015 - JULIO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 068/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta

IV.- **SINTESIS:** Se omite

FECHA 12 SEP/97 INICIAL E.
Procesado a Sistema DP..
OBSERVACIONES

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-
CORONEL
WILSON CORONEL.-

9708564
13 AGO. 1997

.001|03
Doc. Poco legible

405574

002

Hoja No.1 de 1
Copia
D.E.IV D.II
R.8 km.115
100930JUL97

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.66/97

I.-EVALUACION: A - 2

II.-RESPONDE A: P.E.I.No.2011/97 del Bn.I.Mec.No.12.

III.-T E X T O:

En los últimos días han dejado volantes en la vía pública de C.Rocha en forma anónima, haciendo referencia a los sueldos de las autoridades y funcionarios municipales (Intendente, Secretario, Acesores y Directores de las diferentes Direcciones de la Comuna.

Se adjunta fotocopia del mencionado volante.

IV.-SINTESIS:

.Fecha : 02JUL97
.Organización: Intendencia Municipal de Rocha.
.Lugar : C.Rocha.
.Resúmen: Volantes referente a sueldos de autoridades y funcionarios municipales.

V.-ACCION TOMADA:

Confección del presente parte.

VI.-DISTRIBUCION :

.Original .....J.Dpto.II E.M.E.
.Copia No.1 ...Archivo.

Por el Comandante de la División de Ejército IV
El Jefe de Estado Mayor de la D. E. IV.

CORONEL

CARLOS A. BARBOZA.

/EP/rs/

002

9708564

¿SABIA UD. EN QUE SE GASTAN SUS IMPUESTOS ?

INTENDENCIA MUNICIPAL DE ROCHA

Intendente Sr. A. Puñales	$ 44.491	
Secretario M. Casanyes	$ 33.368	
Pro Secretario W. Gonnet	$ 29.661	
Cr. Henry Faget	$ 29.661	
Mtra. Mabel Barboni	$ 29.661	
Sr. Milton Lazo	$ 29.661	
Sr. Francisco Laxalte	$ 20.433	
Sr. Lucas Verdi	$ 29.661	+ 200 DOLARES DE ALQUILER DE SU CASA
Dr. Juan Carlos Gabito	$ 20.433	
Dr. Fernado Dutour	$ 20.433	EN LA CASA
Dr. Gustavo Ruisiñol	$ 20.433	
Dra. Graciela Terra	$ 20.433	
Esc. Rodríguez Pichuaga	$ 20.433	
Sr. David Gutiérrez	$ 20.453	ler SUPLENTE DEL INTENDENTE
Sr. Julio César Serna	$ 20.433	
Sr. Rúben Fernández	$ 20.440	
Sr. Máximo Malo	$ 20.433	
Sr. Hermes Puñales	$ 20.759	
Sr. Roberto Méndez Benia	$ 6.769	NO CUMPLE NINGUNA FUNCION
Sr. Mister Rodríguez	$ 10.119	DIRIGENTE DE ADEOM - NO CUMPLE FUNCIONES
Sr. Walter Pereyra	$ 13.565	" " " " " "
Sr. Julio Preyones	$ 10.199	
Sr. Nestor Rosa Civittate	$ 12.022	NO CUMPLE FUNCIONES , ESTA EN LA CASA
Sra. Sonia Narcel	$ 20.435	SECRETARIA DEL SR. CASANYES
Sr. Eduardo Píriz	$ 12.311	" " INTENDENTE
Sr. Bonifacio Núñez	$ 9.613	PORTERO

CONTRATOS

Sr. Antonino Cabanna	$ 25.059
Ing. Gerardo Restuccia	$ 24.357

TOTAL $ 595.729 U$S 63.714

Sabía Ud. cuánto es el sueldo de un peón de la I.M.R.? $ 2.436.
Con el sueldo de los asesores se podrían pagar 220 peones ;
lo que significa 220 familias con trabajo.

1/10

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
289000 - JULIO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 078/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta

Nº 001

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-

CORONEL

WILSON CORONEL.-

9708565

13 AGO. 1997

.001/10

Doc. Poco Legible

HOJA Nº__de __.-
COPIA Nº__de __.-
D. E. II.-
C. SAN JOSE.-
111200JUL97.-
P.V. 06.-

PARTE PERIODICO DE INFORMACION Nº 06/D-2/97.-

PERIODO COMPRENDIDO: De 01 al 30 Junio de 1997.-

I.-FACTOR POLITICO:

A) TEMAS POLITICOS DE INTERES NACIONAL Y/O DEPARTAMENTAL.-

COLONIA:

30JUN97: El Senador carmelitano Dante IRURTIA hizo declaraciones a la Radio CX16 en contra del Puente Colonia ,Buenos Aires y sostuvo que" no entiende porque se debe construir un Puente rigido entre Colonia y Buenos Aires" y se lamentó por el hecho de que el Estado no estuviera "atento" al crecimiento que se registró en la zona.-

DURAZNO:

19JUN97: Con la presencia del Vice Presidente de O.S.E. Dr.Ariel Moller, integrantes del Directorio, Gerentes y Jefes Administrativos, Técnicos y representantes de los Dptos. de Canelones, Florida, Colonia, Flores y Durazno, se cumplió en esta ciudad un Seminario de Calidad total"; enmarcado en un programa de capacitación del personal del ente, procurando mejorar sus servicios.

FLORES:

1[illegible]JUN97: Visitó esta Cdad. el Sr.Ministro de Defensa Nacional Dr. Raúl ITURRIA, quien junto a su comitiva se entrevistó con el Sr. Intendente Mpal. Carlos A.MAZZULLO, posteriormente se dirigió a la estación Agro-Meteorológica de Trinidad, para luego almorzar en el Grupo de Artillería 105mm.No.2.
Por otra parte en horas de la tarde el titular del Ministerio de Defensa visitó a los medios de Prensa locales.

B.-PARTIDO COLORADO:

SAN JOSE:

14JUN97: El Edil del P.Col. Oscar SANCHEZ FABRE (Foro Batllista) se pronunció sobre el tema Seguridad Publica preocupándose por la ola de robos y la manera que tiene la Policía de dar publicidad a los hechos.
17JUN97: El Diputado por este Dpto. del P.Col. Esc. Daniel ARENA (Foro Batllista), presentó en la Cámara de Diputados un Proyecto de Ley consistente en 12 Artículos buscando la regularización legislativa de los Bancos de Datos (Clearing de Informes).

DURAZNO:

21JUN97: Se reunió el Comité Ejecutivo Dptal. del Partido Colorado, para recibir al Secretario Gral. Lic. Hugo Fernández Faingold. En la oportunidad se trataron varios temas políticos de actualidad.
Posteriormente brindó una conferencia de prensa a los medios de comunicación locales, en las mismas al referirse a la movilización llevada a cabo por los comerciantes de esta ciudad, manifestó "Creo que hay sectores del FA que intentaron sacarle rédito electoral a este tipo de movilizaciones que se han dado, y no son los únicos"; estas manifestaciones provocaron la reacción de dirigentes frenteamplistas locales,como así también de los dirigentes del Centro Comercial e Industrial de Dzno.y de APYMED.
26JUN97:El Diputado Dptal. de este sector del Partido Colorado Dr. Adolfo Falero, acompañado del Director del Hosp.Local Dr. Elbio Paolillo (PGP) y directivos de las mutualistas CAMEDUR y CAMEFLO, concurrieron a C.Mdeo. para entrevistarse con el M.S.P. Dr. Raúl Bustos y del Secretario Dr Gustavo Amen, para definir la concreción del Centro Regional de Diálisis, que se instalará en dependencias de CAMEDUR en C.Durazno.

C.-PARTIDO NACIONAL:

DURAZNO:

12JUN97: El Diputado nacionalista Esc. Silvio Nuñez Guerra mantuvo contactos con autoridades del BPS y DGI, a raíz de los planteos realizados por comerciantes de C.Dzno., sobre posibles inspecciones por parte de esos organismos. Posteriormente anunció a los mismos que las autoridades del BPS, le informaron que hasta fines del presente año, no se realizarán inspecciones en este Dpto.

ENCUENTRO PROGRESISTA:

COLONIA:

0? JUN97: El Senador Alberto CURIEL (Vertiente Artiguista-Encuentro Progresista) estuvo visitando los comites de base del Frente Amplio con miras a las elecciones internas del 28 de Setiembre, el dia viernes 06 de Junio estuvo en la C.de Nueva Helvecia dando de esta forma inicio a su visita al departamento entrevistándose con el Semanario "Helvecia" expresando lo siguiente:"Como el Frente tiene grandes chances de ganar la Elección Nacional esperamos que sea una verdadera avalancha la que los frenteamplistas efectivicen el 28 de Setiembre".-
El Senador CURIEL dijo: Que las chances del Frente se fundamentan: primero en la figura de primer nivel como es Tabaré VAZQUEZ y segundo por la situación económico social que está viviendo el Uruguay .-
Sobre este segundo aspecto expresó: Que la gente siente, ademas de la pobreza, la desocupacion, la marginalidad, que en la campaña electoral le dijeron cosas que no sólo no cumplieron, sino que están haciendo lo contrario, señalando el Paro Cívico realizado en Paysandú el día Jueves próximo pasado como una muestra del descontento de la gente".-
Por ello dijo que se "impone un cambio" que necesariamente deberá venir por fuera de la coalición de Gobierno.-

Ademas dijo que "todos los actuales instrumentos de la actual Politica economica (del Gobierno del Dr.SANGUINETTI) están en contra del empleo" y advirtio que si "eso se mantiene, lo que uno siente es que la estabilidad Politica del Pais se pone en tela de juicio".-
Aseguró al respecto que si hubieran más manifestaciones sociales no se produciria violencia de ninguna naturaleza.-

SORIANO:

13JUN97: Estuvo en ciudad de Mercedes el vicepresidente del Encuentro Progresista y orientador de la lista 78 Rodolfo Nin Novoa, quién acompañado por el diputado Roque Arregui (F.A) cumplió visita al merendero del barrio Aparicio Saravia y Cooperativas de Viviendas que se construyen en el barrio "Treinta y Tres Orientales". Finalizó su visita con una reunión en el Club S--ubi a la cual concurrieron vecinos e instituciones locales.-

SAN JOSE:

08JUN97: Se realizaron elecciones internas en Asamblea Uruguay (F.A.) votandose en este Dpto. en la ciudad de San José en Urna Fija (Casa de A.U., Colón 393); y en las Urnas Móviles de Libertad (Cté.F.A. 25 de Agosto 1009); Ecilda Paullier (Casa de Sra. Sonia ROCA); Villa Rodríguez (Cté.F.A.); Playa Pascual (Cté. F.A., Parada 7); Parque Postel, Autódromo, San Fernando (vehiculo frente al local de U.T.U.) y Villa Rives, Delta del Tigre (vehiculo Plazoleta Villa Rives), sufragando un total de 97 votantes presentandose una sola lista encabezada por el Senador Danilo ASTORI.
El Edil Roberto COSTA ROQUERO es el candidato para ocupar un lugar en el nuevo Consejo por el Dpto. de San José.

FLORIDA:

04JUN97: Estuvieron en . Florida el Diputado de la Vertiente Artiguista, Enrique SOTO y el Presidente de la Comisión Interior Diego PASTORIN. Se r nieron en el Domicilio del Dirigente Local Felipe GUIRENA (Batlle 634), participando tambien los Ediles Dptales. Amanda DELLA VENTURA y Marini CABRERA ambos pertenecientes al mismo sector politico.-
Los temas tratados fueron: Desempleo, reactivación de Industrias en la zona apoyo a Leonardo NICOLINI y desparecidos. Posteriormente se trasladaron a Villa 25 de Agosto donde mantuvieron contactos con gente de dicha localidad.-
21JUN97: Estuvo en C. Florida el Ex-Diputado de Izquierda Abierta Leonardo NICOLINI donde mantuvo una reunión en el Centro Democratico de Flroida con los Dirigentes locales Dip. Julio MATTOS, Carlos RIVIEZZI, Yamandú BERMUDEZ, Javier GUICHON y un grupo de 15 militanes del Sector 3 F.-

E.-NUEVO ESPACIO:

FLORES:

24JUN97: En entrevista realizada por "Canal 8 TRINIDAD VIDEO CABLE" al Diputado Gabriel COURTOISIE, donde se refirió a que las Movilizaciones Sociales son un llamado de atención al Gobierno y la Oposición al referirse sobre las movilizaciones comerciales en los Dptos. de Paysandú y Durazno.-

INTENDENCIA MUNICIPAL:

SAN JOSE:

17JUN97: El I.M.S.J. Dr. Jorge CERDENA, recibió en su despacho al Consejero de Educacion Primaria Dr.Héctor CARABALLO y personal técnico del CO.DI.CEN. sentando las bases para la firma de un Convenio que lleve a la creación de un Centro de Lenguas en esta ciudad, dirigido a quienes cursan el Ciclo Basico en Enseñanza Secundaria, U.T.U. y comprendera los idiomas italiano, francés y portugués.

DURAZNO:

05JUN97: Invitado por el I.M.D. visitó esta ciudad el Vice Presidente de O.S.E. Dr.Ariel Moller; realizando en la oportunidad una recorrida por varios barrios periféricos de la misma, para estudiar lo referente a la ampliación de la red de agua y saneamiento.
30JUN97: El Ejecutivo Dptal. elevó a la Junta Dptal. la Ampliación Presupuestal para 1997, la que asciende a $.163.478.000,00. Entre los puntos mas salientes incluidos en la misma, se destacan: finalización de las obras de la Terminal de ómnibuses, pavimentación de calles, badenes y cordón cuneta en varias localidades del interior del Dpto., construcción de comedores populares en las localidades de Carlos Reyles y San Jorge, entre otros.

1.-ACTIVIDADES DE LA JUNTA DEPARTAMENTAL:

SAN JOSE:

16JUN97: En la Sesión de la Jta. Dptal. el Edil de A.U. Roberto COSTA ROQUERO denunció la conducta de otro Edil que según sus palabras "afecta la actividad politica y el prestigio de los Ediles".
El tema es el saneamiento del Barrio Parque Rodó y Escuela de Policia, donde estaria actuando una Comisión pro-saneamiento a espaldas de la Comisión del Barrio, que estaria promovida y alentada por un Edil de la Junta Dptal. de San Jose.
A raiz de este planteamiento la Mesa presidida por el Edil Egidio GADEA (P.Nal. - lista 22), nombró los miembros de una Comisión Pre-Investigadora que debió expedirse en 24 horas y determinar que se integrara una Comisión Investigadora que buscará aclarar los hechos y sus implicancias políticas.
El Edil del P.Col. Vicente MALLADA (Cruzada 94) se responsabilizó por las acciones denunciadas afirmando que el procedimiento por él realizado es el correcto, apoyando que se lleve a cabo la investigación.

DURAZNO:

04JUN97: El Presidente de la Junta Dptal. Prof. Juan Carlos Torres(Herr), anunció a los medios de prensa, que la próxima reunión de Parlamentarios Americanos, se realizara en C.Durazno en el mes de Agosto, en fecha a confirmar.

FLORIDA:

24JUN97: El Dip. Julio MATTOS (3 F - F.A.) denunció ante la Junta Departamental de Florida por la precariedad en que viven 5 Familias en el Viejo Molino CAORSI de la Ciudad de Sarandi Grande.-

II.- FACTOR SICOSOCIAL:

A.-GREMIOS:

1.-ACTIVIDADES DEL PIT-CNT:

SORIANO:

29MAY97: Se realizó paro Nacional General por 24 horas en la enseñanza con la siguientes plataformas: "Salario y Presupuesto Justo", "No a la Reforma Educativa", "Por una reforma por y para la gente" y "Contra la violación sistemática del estatuto del docente".
03JUN97: El gremio del SUNCA comenzó un paro de actividades por 36 horas en reclamo de la firma de un nuevo acuerdo salarial.-
11JUN97: Los funcionarios de Salud Pública comenzaron paro por tiempo indeterminado debido al nó pago de los haberes del personal contratado.-
18JUN97: Los trabajadores de la construcción comenzaron un paro en sus actividades el cual esta previsto por 24 horas.-

SAN JOSE:

07JUN97: Se llevó a cabo en la Sede de A.E.B.U. (Asoc. de Bancarios del Uruguay) de esta ciudad un Encuentro de los Sindicatos Dptales. de Trabajadores organizado por el PLE.TRA.MA. (Plenario de Trabajadores Maragatos), haciéndose presentes 11 agrupaciones sindicales del Dpto. y 2 representantes del PIT - CNT de la ciudad de Montevideo (Juan CASTILLO, coordinador a nivel de Mdeo. y Carlos TRINIDAD, Junta Nal.de Empleo), con el motivo de llegar a fórmulas organicas oficiales reconocidas por todos los gremios.

DURAZNO:

10JUN97:Los funcionarios bancarios de C.Dzno.realizan un paro de 30´ a partir de la H.15.00, concentrandose frente al local del Banco Comercial, en calle 18 de Julio: en la oportunidad el Presidente de AEBU Dzno. dio lectura a una proclama en defensa de la Caja Bancaria.
17JUN97: Los directivos de la Mesa Intersindical de la Filial Dzno. del PIT-CNT, participaron en la concentración y posterior marcha, organizada por los comerciantes del Dpto.; portando una pancarta de adhesión a la mencionada movilización.

.006 9708565

25JUN97: Los funcionarios del M.S.P. de esta ciudad, realizaron una "Volanteada" en Ruta Nacional No.5 y Calle Tte.Gral.Galarza. Si bien no colocaron barreras para detener el tránsito, su presencia sobre el cantero central de la misma, hacia que los automovilistas se detuvieran y en ese momento le entregaban los volantes. De esta actividad participaron aproximadamente 25 personas, en su totalidad funcionarios del Hosp. "Dr.Emilio Penza".

FLORES:

16JUN97:- F.F.S.P.-La Federación de Funcionarios de Salud Pública ha comenzado una cadena de Paros de Lunes a Viernes de 11.30 a 1140, la misma es por el reclamo de $U.1000 al salario de los trabajadores del M.S.P.-
"JUN97: Se efectuó un Paro por 24 Horas a nivel de Enseñanza Primaria y Secundaria.

CONFLICTOS LABORALES:

SAN JOSE:

14JUN97: Paro en Salud Pública por tiempo indeterminado en reclamo salarial, atendiéndose en Emergencia y casos de Urgencia, con adhesión en este Dpto. del 75%.-

DURAZNO:

03JUN97: A partir de la H.1200 comienzan a realizar paro por tiempo indeterminado, los funcionarios de Salud Pública del Dpto., atendiendo solamente emergencia y urgencias; medida que a la fecha se encuentra incambiada.

17JUN97: De 1600 a 1800 Hs. los comerciantes de esta ciudad, cierran sus comercios para concentrarse en Plaza Independencia y posteriormente marchar hasta Plaza Sarandi, donde se da lectura a una proclama, en reclamo de diferentes reinvidicaciones.-
27JUN97: Realizan paro por 24 Hs. los funcionarios de Enseñanza Primaria y los funcionarios judiciales de este Dpto.-

FLORIDA:

12JUN97: Comenzó paro en la Salud Pública por tiempo indeterminado.-
Hospital Florida: se previó ocupación para el 19JUN97 pero diferencias internas hicieron dejar sin efecto la medida.-
Centro Auxiliar de Sarandi Grande: 50 % del Personal adherido al Paro.-
Centro Auxiliar de Cerro Chato: 75 % del Personal adherido al Paro.-

C.-SALUD:

1.- MINISTERIO DE SALUD PUBLICA:

SAN JOSE:

14JUN97: Los funcionarios de Salud Pública realizan un paro por tiempo indeterminado en reclamo salarial, constatándose en esta Ciudad un 75 % de adhesión.-

D.- OTRAS ORGANIZACIONES SOCIALES:

DURAZNO:

1[illegible]JUN97: En reunión llevada a cabo en instalaciones del Country House de esta ciudad, asumió la nueva Comisión Directiva del Club De Leones, siendo sus autoridades:

Presidente..........Ing.Humberto Trentini (NE)
1er.Vice-Presidente..Esc.Ricardo Martinez (P.N.)
2do.Vice-Presidente..Esc.Julio Martinez (P.N.)
Secretario.........Mario Colina
Pro-Secretario.......Rigoberto Moroni
Pro-Tesorero.........Luis A. Dorado (MNR)
Domador.............Saul Piña (P.Col.)
Tuercerrabos........Agg.Isaac Apolo (Herr)
Vocales: Hernan Revello, Hugo Mila, Manuel Silveira y Cayetano Salomone.

20 y 21JUN97: Con la participación de aproximadamente 70 mujeres de todos los Dptos., se llevó a cabo en el local de la Junta Dptal.de C.Mdeo., el Encuentro Nal. de las mismas. En la oportunidad concurrieron en representación de este Dpto., las Ediles Mtra. Gladys Pérez (Herr), Sandra Casas (EP-FA) y Elba García de Noguera (C/94).

F.-EDUACACION:

S/N.-

G.-INSTITUCIONES Y ORGANIZACIONES VINCULADAS A LA VIVIENDA.-

SORIANO:

28JUN97: El Intendente Municipal de Soriano Gustavo Lapaz confirmó que el presidente de la Comisión de Asentamientos Precarios del Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente Juan Gabito Sóboli, confirmó la inclusión del departamento de Soriano en la segunda parte del programa que apunta a erradicarlos. La solución habitacional alcanzaría a unas 450 familias que integran mas de 2000 personas que viven en precariedad. En cuanto a los materiales se proveerán por el sistema crediticio que está implementado.-

000573

H.-OTRA INFORMACION:

DURAZNO:

26 y 27JUN97: Visitó este Dpto. el Embajador de los EE.UU. en Uruguay Sr. Thomas Dodd, quien desarrolló una intensa agenda. Además de brindar una conferencia de prensa, a los medios locales, realizó una recorrida por varios lugares de la ciudad.-

I.- RELIGION:

SAN JOSE:

21JUN97: El Obispo de la Diócesis de San José y Flores Mons.Pablo GALIMBERTI luego de conocerse el fallo de la Justicia con relación al tema desaparecidos en el gobierno de facto, manifestó que "la propuesta esta vigente y es necesaria, por cuanto estoy dispuesto a continuar impulsándola".

J.- SEGURIDAD PUBLICA:

SAN JOSE:

02JUN97: Con la presencia del Sr. Jefe de Policia Dptal. Com.Insp.(R) Angel TAURIÑO y del I.M.S.J. Dr. Jorge CERDEÑA, quedó integrada la Comisión Dptal. de Seguridad Ciudadana, establecida según el Art. 35 de la Ley homónima.
Los funcionarios que representarán a la Intendencia serán los Sres. Heriberto PONCE y Julio SALINAS, mientras que en reprensentación de la Jefatura de Policia lo harán los Oficiales Javier VEGA y Nelson ACOSTA; el grupo se completa con la integración del vecino Héctor PONCE quien la presidirá.
04JUN97: La Inspección Dptal. de Educación Primaria de San José sita en calle Colón 575 de esta ciudad, fue asaltada por cuatro desconocidos, posiblemente integrantes de la superbanda que en 12 asaltos han acumulado mas de U$S 6.000.000, luego de haber reducido al Policia que se encontraba de guardia en el mencionado local.
El monto de lo robado sobrepasa los U$S 200.000.-

DURAZNO:

01JUN97: La Dirección de Investigaciones de la Jefatura de Policia de este Dpto., logró la incautación de 50 Grs.de Marihuana y la detención de una persona mayor que la distribuía y 17 consumidores, entre ellos 8 menores.-

III.- FACTOR MILITAR:

S/N.-

9708565

.009

IV.- FACTOR ECONOMICO:

COLONIA:

13JUN97: La Administración Nacional de Puertos seleccionó a cuatro de las seis empresas que se presentaron para la explotación del Puerto de Juan Lacaze, ellas son Navegación Atlántica, Petro Tank, Respal y Oppo S.A.

DURAZNO:

09JUN97: Comenzó en la fecha a funcionar la Planta Frigorifica de FRIGOYI, luego de permanecer 6 años, inactiva. La misma emplea a 35 operarios para 3 [illegible]as semanales de 50 vacunos cada una, su responsable es el Sr. Héctor Casas, oriundo de C.Mdeo.

FLORIDA:

04JUN97: El B.I.D. aprobó el proyecto para la construcción de una Planta de tratamiento terciario de aguas residuales en C.Florida. El costo estimado asciende a la suma de U$S 3:500.000.-

12JUN97: Visitó C. Florida el Embajador de la República Argentina Hernan PATINO MAYER, siendo recibido por el Intendente Juan J. AMARO.-

El mencionado Diplomatico afirmó que existe un Plan de Apoyo del Gobierno Argentino al interior de nuestro país en lo referente a inversiones de Empresas Privadas Argentinas.-

IV.- TERRENO Y METEOROLOGICAS:

FLORIDA:

DISTRIBUCION:

-Ejemp. - 01 - Archivo.-
-Ejemp. - 02 - Dpto. II .E.M.E..-

V.-ACCION TOMADA:- Confección del presente Parte.-

POR EL COMANDANTE DE LA DE-II y p.s.o..-
EL JEFE DE ESTADO MAYOR
CORONEL
RAMON TRABAL.-

010/10 9708565

TITULO

No. CIA 130090

FECHA DE PROCEDENCIA 10/6/97

VINCULACIONES 11921,
65890,
11163,
13065,
11127

01-04.

EEUU PENTAGONO (Precisión)

GENERAL RALSTON RENUNCIO A CARGO MAS ALTO DE FUERZAS ARMADAS

Washington, 10 jun (EFE). La presión de la opinión pública y el Congreso fueron superiores al pragmatismo e impidieron la llegada al máximo puesto castrense de EEUU del general de la Fuerza Aérea Joseph Ralston, que renunció por un antiguo caso de adulterio.

Ralston fue hasta ayer lunes el principal candidato a la jefatura de la Junta de Estado Mayor de los tres Ejércitos de EEUU, pero renunció despues de comprobar que no era respaldado en el Congreso.

El militar y subjefe de la citada Junta admitió que hace 13 años tuvo una relación íntima con una empleada del Servicio Central de Informaciones (CIA).

"Esta es una decisión exclusivamente personal que la tomo con un sentido de pesar", dijo en una declaración escrita Ralston, a quien el secretario de Defensa, William Cohen, le pidió continuar como jefe adjunto de la máxima junta castrense.

La aspiración de Ralston quedó afectada al compararse en el Congreso la actitud de doble rasero en relación al reciente caso de la teniente Kelly Flinn, la primera mujer piloto de un bombardero B-52, que renunció antes de someterse a una corte marcial por un caso de adulterio.

Cohen, al defender a Ralston, dijo la semana pasada que su caso había ocurrido cuando el militar estudiaba en el Escuela de Guerra y destacó su carrera castrense como piloto, que le valió condecoraciones durante la guerra del Vietnam.

El militar entregó al secretario su renuncia al término de una entrevista que mantuvieron en el Pentágono.

El general John Shalikashvili, jefe de la Junta de Estado Mayor, recomendó también que Ralston fuera su sucesor.

La relación sentimental entre Ralston y la empleada de la CIA empezó en 1983, cuando asistían a un curso en la Escuela Nacional de Guerra. Entonces él ya estaba separado de su primera esposa, Linda, de la que se divorció en 1988.

Cohen consideraba que Ralston, general de cuatro estrellas, tenía el perfil apropiado para suceder a Shalikashvili, que en septiembre se retirará del cargo de Jefe de la Junta de Estado Mayor.

Sin embargo, el aspirante se encontró con la oposición de los legisladores en el Congreso, y eso ha sido (según el portavoz del Pentágono) lo que le inclinó a renunciar a la candidatura.

Algunos congresistas amenazaron con rechazar la candidatura de Ralston, si el presidente Bill Clinton les presentaba ese nombre para Jefe de la Junta de Estado Mayor.

En el Congreso hubo opiniones contrarias a que Ralston fuese promocionado al más alto cargo militar de EEUU después de haber cometido adulterio, mientras que en casos similares otros oficiales y suboficiales presentaron voluntariamente la renuncia o fueron obligados a un retiro no honorable.

También se criticó a Cohen por utilizar una moral de "doble rasero" según se tratase de castigar por el mismo delito a un oficial de alto rango o a los de menor escala.

Clinton aceptó con "respeto" la decisión de Ralston de retirar su candidatura, dijo un comunicado difundido por la Casa Blanca.

El presidente elogió al general por sus servicios a la patria, y se congratuló de que Ralston vaya a seguir en el cargo de jefe adjunto del Estado Mayor.

"Desde hace 30 años, en la guerra y en la paz, el general Ralston ha servido a nuestra nación de forma distinguida. La Junta de Estado Mayor y nuestro país se [illegible]", dice la nota.

[illegible] republicana Olympia Snowe, la única mujer del [illegible] que "es esencial" [illegible] [illegible] EFE

02 .

9708566 1

EEUU PENTAGONO (Previsión)

JEFE DEL PENTAGONO ANALIZA CON GENERAL REPERCUSIONES ESCANDALO

Washington, 7 jun (EFE). El jefe del Pentágono, William Cohen, analizó hoy, lunes, en privado con el general Joseph Ralston las repercusiones del escándalo surgido por sus pasadas relaciones adúlteras, al tiempo que aumentan las dudas de que alcance algún día la jefatura de la Junta de Jefes de Estado Mayor (JUJEM).

De 53 años de edad, Ralston no realizó comentario alguno tras más de una hora de entrevista con Cohen quien, según fuentes oficiales, no solicitó en ningún momento que el general abandonase sus deseos de ser el máximo jefe militar de Estados Unidos.

"Cohen no está en posición de solicitar o pedir su abandono. Es decisión del general", dijo Sam Grizzle, portavoz militar.

Sin embargo, fuentes del departamento de Defensa reconocieron que cada vez se complica más la situación de Ralston, actual vicepresidente de la JUJEM y veterano de la guerra de Vietnam, donde recibió numerosas condecoraciones por su valor.

Hasta hace unos días, Ralston estaba considerado como el sustituto más previsible del general John Shalikashvili, actual jefe de la Junta de Jefes de Estado Mayor, quien abandonará el puesto y la carrera militar el próximo 30 de septiembre.

Sin embargo, las posibilidades de Ralston se complicaron al reconocer que había mantenido una relación adúltera con una empleada del Servicio Central de Información (CIA) hace 13 años, coincidiendo con una separación temporal de su esposa, con quien se volvió a reconciliar posteriormente.

Cohen y la Casa Blanca respondieron a las revelaciones respaldando a Ralston quien, según sus declaraciones, continuaba siendo considerado para el puesto de jefe de la JUJEM, que también supone ser el máximo asesor militar del presidente de EEUU.

El secretario de Defensa explicó que las relaciones extramaritales de Ralston no le descalificaban para el ascenso, al estimar que no habían amenazado "el buen orden y disciplina" del Ejército, como señala el código de conducta militar.

Pero varios parlamentarios cuestionaron esa interpretación, especialmente a la luz del reciente caso de la teniente Kelly Flinn, también de la Fuerza Aérea y primera piloto estadounidense de un "superbombardero" B-52, a quien se le concedió el retiro general del servicio activo para que no tuviera que hacer frente a un juicio militar por adulterio, desobediencia y mentira.

La senadora Olympia Snowe, miembro del comité de las Fuerzas Armadas, que debe confirmar cualquier nombramiento de esa categoría, señaló este fin de semana que Ralston tendría enormes dificultades en el Senado, si se envía su candidatura.

"Este caso quizá se habría considerado de manera diferente en otras circunstancias... pero ahora tendría que afrontar un camino muy pedregoso", declaró Snowe a la cadena de televisión ABC.

De 26 años de edad y soltera, la piloto Kelly Flinn fue forzada a abandonar la milicia después de que se descubriera que había mantenido una relación adúltera con un civil casado, a pesar de haber recibido órdenes concretas de que no lo viera más.

Flinn decidió dejar el servicio activo, antes de tener que defenderse en un juicio militar de unas acusaciones que podrían haber acarreado penas de cárcel.

En un artículo escrito para la revista "Newsweek", Flinn acusa al Pentágono esta semana de utilizar dos raseros diferentes a la hora de juzgar su caso y el del general Ralston, y considera que a pesar de sus diferencias se trata de situaciones muy similares.

"Lo único que importa en estos casos no es lo que realmente ocurrió, sino el rango de la persona", subraya Flinn, quien expresa una opinión bastante compartida dentro y fuera del estamento militar.

Un portavoz del Pentágono explicó que Cohen, que inicia el miércoles una gira por varios países de Europa y el golfo Pérsico, no piensa enviar a la Casa Blanca su recomendación de nuevo jefe de la Junta de Jefes de Estado Mayor antes de su salida.

La fuente resaltó que además de Ralston, Cohen está considerando otros generales y almirantes, incluidos los máximos responsables de los Ejércitos y los jefes de los nueve Comandos Unificados que Estados Unidos tiene en todo el mundo. EFE

rml/cm/rl

06/07/18-06/97

9708566

03

El adulterio es hoy el mayor desafío para el Pentágono

Hasta ahora, el Departamento de Defensa de EE.UU. se ocupaba sólo de cuestiones estratégicas • Hoy, los escándalos sexuales, en especial los adulterios, preocupan seriamente a los mandos

Nueva York y Washington
The New York Times y Especial para Clarín

Desde siempre, los principales desafíos que enfrentaba el Pentágono eran de tipo estratégico y militar. Ahora, el máximo problema con el que debe lidiar el organismo es de carácter personal: la conducta sexual de los uniformados, en especial el adulterio.

Los principales jerarcas del Pentágono asumieron como un fuerte desafío este tema, tras la reciente revelación de casos contradictorios en las fuerzas armadas estadounidenses que muestran que tanto

> En el cógido militar de Estados Unidos está estrictamente prohibido y condenado el adulterio

hombres y mujeres, como altos jefes y oficiales de menor rango, no son medidos con la misma vara cuando cometen infidelidades.

La gente está confudida, según reconoció el propio Departamento de Defensa el sábado pasado, luego de que el titular de esa cartera, William Cohen, impulsó la candidatura a jefe de Estado Mayor de Joseph Ralston (un militar que engañó a su esposa a comienzos de la década del 80), poco después de que fue expulsada de la fuerza aérea la piloto Kelly Flynn por haber mantenido relaciones íntimas con un hombre casado.

La contradicción entre esos casos fue la gota que rebasó el vaso y desató el debate sobre el adulterio entre los militares estadounidenses, asumido ahora por el Pentágono con gran preocupación, dado el



SYGMA

interés con que el público y los medios siguen la cuestión.

La palabra adulterio se metió nuevamente en la vida cotidiana de millones de estadounidenses.

Volvió a ser mencionada ocho meses después de que fue utilizada como "caballito de batalla" de los republicanos para tratar de ensuciar la carrera hacia la reelección del presidente Bill Clinton, que soporta una demanda por acoso sexual iniciada por Paula Jones, una ex colaboradora suya en el estado de Arkansas, donde fue gobernador antes de lograr ocupar el cargo más importante de la Casa Blanca, en enero de 1993.

El debate en los Estados Unidos sobre el adulterio tomó tal dimensión que ya empiezan a pulular las encuestas que intentan demostrar qué piensan los estadounidenses al respecto. Uno de los últimos estudios publicados por los medios indica que el 93 por ciento de los encuestados considera que no es bueno engañar a sus cónyuges, pero de todas maneras lo hacen. Un 25 por ciento de los encuestados aceptó haber mantenido relaciones extramatrimoniales.

El rango como agravante

En el código militar de los Estados Unidos está estrictamente prohibido el adulterio, y se prevé como agravante el hecho de que quienes lo cometen tengan rangos distintos, aunque las relaciones que mantengan se lleven a cabo con el consentimiento de ambos.

Flynn fue la primera mujer en pilotear el superbombardero B-52, pero terminó expulsada y sin honores por sus "aventuras". Ralston, en cambio, a quien retiró su confianza un general de su tropa cuando supo que había cometido una infidelidad, es promovido por el secretario de Defensa para el más alto cargo al que pueda aspirar un militar en los Estados Unidos.

El secretario Cohen, el único republicano del gabinete de Clinton, puso en apuros al presidente, quien encuentra ahora serias dificultades para apoyar al candidato impulsado por quien debería ser su hombre de confianza en temas militares.

Tanta confusión rebotó el sábado pasado, cuando Cohen anunció la creación de una comisión de expertos del Pentágono para "revisar la claridad" de las reglas que indican cómo tratar los casos de adulterio.

04-04

9708566

VENI 9708568

EJENCIA 318593

FECHA DE PROCEDENCIA 3/6/97

VINCULACIONES 11921

65890

11161

11164.

65606.

Doc. Poco Legible

01 - 02

[illegible]

[illegible]

Por [illegible]

Washington, [illegible] (EFE).- [illegible] Congreso por la concesión de la "vía rápida" [illegible] acuerdos comerciales de EEUU, será precedida por otras dos campañas difíciles para la Casa Blanca: ampliación de la OTAN y China.

El presidente Bill Clinton [illegible] pedir al Congreso la autoridad de la "vía rápida", en septiembre próximo, después de intentar la aprobación legislativa del tratado de expansión de la Alianza Atlántica y la extensión del estatuto de nación comercialmente más favorecida a China.

La revista "US News and World Report" informa, esta semana, de que Clinton proyecta nuevas alianzas con influyentes figuras del Partido Republicano, para lograr el respaldo del Congreso al tratado de expansión de la Alianza Atlántica y la renovación del trato comercial a China.

El columnista del diario "The Miami Herald" Andrés Oppenheimer escribió que "Clinton prefirió a China", al comentar la decisión presidencial de pedir la vía rápida en septiembre.

La falta del instrumento que avale la negociación de nuevos acuerdos comerciales, particularmente con las naciones de América Latina -Chile a la cabeza- mantiene la erosión de la credibilidad estadounidense entre los países de la región.

El secretario de Comercio, William Daley, prometió el mes pasado a sus colegas de Latinoamérica y el Caribe que Clinton logrará la autoridad de la "vía rápida" antes de la II Cumbre de las Américas, cuya celebración está prevista en Santiago de Chile en marzo de 1998.

La "vía rápida" no fue posible en los últimos tres años, pese al compromiso de Clinton con el presidente Eduardo Frei en diciembre de 1994, para incorporar a Chile al Tratado de Libre Comercio (TLC).

Fuentes del Subcomité de Comercio de la Cámara de Representantes reiteraron a EFE que "no existe entusiasmo en el Congreso por la vía rápida".

Sin embargo, Newt Gingrich, republicano y presidente de la Cámara de Representantes, declaró a principios de mayo que "debería" otorgarse la autoridad del "fast track" al Presidente.

El Congreso está dominado por la mayoría republicana en sus dos cámaras desde las elecciones legislativas de noviembre de 1995.

Esta inferioridad obliga a Clinton a buscar el respaldo republicano en el Congreso para la aprobación de los proyectos que propone la Casa Blanca.

Importantes sectores republicanos en el Congreso se oponen a la ratificación del tratado de la OTAN, por considerar que sería un riesgo para la seguridad nacional, al verse obligado EEUU a responder militarmente en caso de ataque a cualquiera de sus miembros, aunque la resistencia obedece también a razones presupuestarias.

En el caso de China, criticada dentro y fuera del Congreso por sus malos antecedentes en materia de derechos humanos, Clinton espera lograr el apoyo de figuras republicanas como el

ex presidente, George Bush.

El estatuto de nación comercialmente más favorecida, otorgada a China durante la presidencia de Bush, extendería este trato a las importaciones con bajos aranceles o arancel cero.

Después de estas dos difíciles batallas en el Congreso, Clinton presentaría la petición para la vía rápida, que permitiría la ratificación de un nuevo tratado comercial, sin que el Congreso pueda incluir enmiendas parciales en el texto previamente negociado por el Gobierno con un país extranjero.

Los analistas prevén que esta solicitud tendrá un trámite parlamentario "contra reloj" en el Congreso y concluirá antes de 1998.

Las fuentes del Congreso otorgan pocas probabilidades a 1998, porque en un año electoral legislativo, ninguno de sus miembros estará dispuesto a debatir aspectos relativos a la sensible cuestión del libre comercio.

Influyentes corrientes del movimiento laboral estadounidense [illegible]

[illegible]

[illegible]

OA-02

9708568

SECRETO

ARCHIVO

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
289000 - JULIO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 077/B/ANA/997.-

ORIGINAL

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - D.N.I.I.

EJEMPLAR 003 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto. II (ICIA.) del E.M.E..-

CORONEL

WILSON CORONEL.-

E001/03

9708569

3 AGO 1997

SECRETO

046313

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

E . M . D . E . III.-
D - II.-
T A C U A R E M B O.-
-221200JUL.97-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº.069/D-II/997

.-EVALUACION: A - 1.-

.-RESPONDE A: Información obtenida por esta Agencia.-

.-T E X T O :

-El día 05JUL97, fueron detectados en pared del local del I.N.D.A. sito en Av.18 de Julio y Florida de Fray Bentos, disparos de arma Cal. 9 mm. Ante este hecho y otros que se vienen registrando en la zona por parte de vándalos, vecinos del lugar concurrieron a la Seccional 2ª. de Policía de esa jurIdicción procurando una respuesta a la gravedad del tema, recibiendo como respuesta que estas cosas debían ser planteadas ante la Intendencia Municipal.-

-Como primera medida vecinos del lugar e inmediaciones comenzarán una campaña de levantamiento de firmas las que serán elevadas al Señor Jefe de Policía, esperando tener una respuesta de éste, de no ser así se elevarán al Señor Ministro del Interior y posteriormente al Señor Presidente de la República.-

-De acuerdo a declaraciones realizadas a la prensa por parte de estas personas, se encuentran totalmente preocupadas por entenderse que no hay protección para el ciudadano por parte de la policía.-

2002 9708569

SECRETO

046314

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

-Hasta el momento la policía desconoce la identidad de los autores del hecho y las causas que indujeron al mismo.-

ORIGINAL

.-**SINTESIS:** Se informa sobre disparos de arma Cal. 9 mm en pared del local del I.N.D.A. en Fray Bentos.-

.-**ACCION TOMADA:** La confección del presente PARTE.

.-**DISTRIBUCION:**
1 Ejemplar Dpto.II (ICIA) E.M.E.-
1 Ejemplar Archivo D-II E.M.D.E.III.-

Por el Cte. D.E.III y B.s.o.-
El Jefe D - II E.M. D.E.III.-
Tte.Cnel.
DANIEL REISSIG.-

DIVISION DE EJERCITO III - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

R/j.s.

9708569

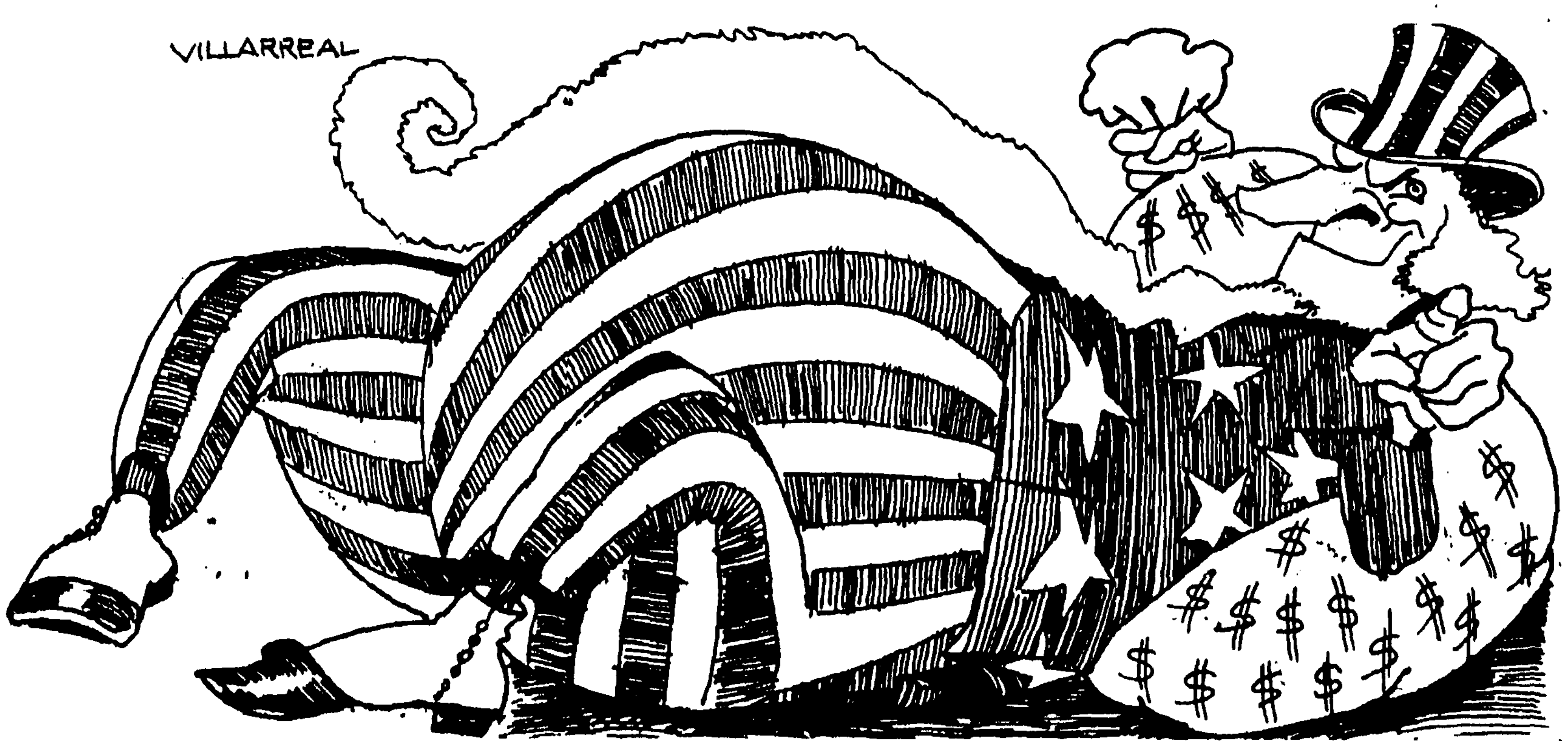
003/03

SECRETO

La semana internacional

Los Estados Unidos y sus instituciones

Por Jorge Castro (*)



El Tío Sam está seguro de sí mismo

LOS Estados Unidos amplían el campo de lo posible. Despliegan potencialidades del sistema capitalista que hasta ahora nunca habían aparecido. Muestran que la distinción histórica entre lo posible y lo imposible es práctica, no teórica.

Su producto per cápita en 1996 fue de 25.986 dólares, el más alto de todos los períodos expansivos de la historia norteamericana (en 1929, 6538 dólares; en 1967 15.931).

La creación de empleo es excepcional. En 1997 hay un promedio de 213.000 nuevos puestos de trabajo por mes. El porcentaje de empleo por cada 100 norteamericanos de más de 16 años es casi 10 puntos superior al récord histórico (el 64% en 1996; el 55% en 1997).

El crecimiento económico no sólo aumenta en forma incesante la creación de empleos. También impulsa al alza la fuerza de trabajo (el 1,7% en el último año). El inconveniente es que la población adulta crece a una tasa menor (el 1,1%). *A no ser que haya una drástica desaceleración del crecimiento, la tendencia es que haya más empleos que gente.*

Es notable la sugerencia de que los Estados Unidos enfrentan un horizonte de desocupación en gran escala por el uso masivo de la computación. El problema que ofrece este diagnóstico sobre el "fin del trabajo" es desmentido por los hechos.

"Siempre es necesario pasar las ideas de los especialistas por el cedazo del sentido común", advirtió Gilbert K. Chesterton. La economía norteamericana acelera el ritmo de su crecimiento a medida que se despliega el ciclo de expansión (el actual es el séptimo año de crecimiento consecutivo). El producto creció un 5,8% en el primer cuatrimestre de 1997. En 1996, el alza fue del 4 por ciento.

La economía se acelera, la desocupación se derrumba, y la inflación cae sistemáticamente. La inflación básica (sin tener en cuenta el precio de alimentos ni de combustibles) fue en abril de 1997 del 2,7%, la más baja de los últimos tres años.

La tasa de ganancia es la fuerza motora del capitalismo. Produce más y más si se la multiplica. Define la racionalidad del sistema y el ritmo de acumulación. Sin ganancias no hay autoexpansión. Los beneficios de las empresas norteamericanas triplican los de la década del 60. Tras pagar impuestos, fueron 378.000 millones de dólares en 1996. Este año ascenderán a 428.000 millones.

El aumento de la inversión sobrepasa el auge de las ganancias. La tasa de retorno de las inversiones realizadas en las 500 principales empresas (índice Standard & Poor's) fue del 91% entre 1991 y 1996. En sólo dos años (95 y 96) trepó al 55 por ciento.

La idea de que el capital líquido (usualmente denominado "especulativo") es de naturaleza distinta a la inversión directa es de raíz agraria, preindustrial. El *boom* de Wall Street es una de las claves del excepcional aumento de la inversión fija.

La inversión en sistemas informáticos es del 40% del total mundial. El gasto per cápita en equipos de procesamiento de la información es ocho veces más que el promedio mundial y el doble que en Europa. Hay una responsabilidad directa del presidente Clinton en los extraordinarios logros económicos, pues Washington no tiene "piloto automático".

Mediante un acuerdo con los republicanos que controlan el Congreso desde 1994, Clinton practicó obstinadamente una política fiscal contracíclica. El déficit fiscal de este año será de 75.000 millones de dólares, menos del 1% del producto. Fue de 290.000 millones en 1992 (el 4,7% del PBI). Se adelanta el objetivo de eliminarlo en el 2002, quizás en 1998.

El más extraordinario salto tecnológico de la historia norteamericana está unido a un estricto conservadurismo fiscal. Es condición ineludible para atravesar el límite de lo posible en la década del 90.

Por eso, Clinton tiene en 1997 el respaldo del 61% de los norteamericanos, el mayor nivel de apoyo a un presidente en su segundo mandato desde 1945.

Todo en medio de un fuerte cuestionamiento ético (Paula Jones, Whitewaters, etc.), que comparten –paradójicamente– quienes lo apoyan.

No es un rasgo de cinismo generalizado. Quizá sea la muestra de que la "presidencia imperial" terminó con la guerra fría, y de que al Ejecutivo se le reclama hoy una tarea limitada y de escala humana, por mucho que sea decisiva: es probable que el fenómeno Clinton revele un aspecto estructural de la época.

La fuerza primordial de los Estados Unidos no es económica ni tecnológica. Es institucional y cultural. Su sistema de instituciones –el más descentralizado entre los de los países avanzados– premia la actividad productiva, alienta la innovación y fomenta la productividad. El mecanismo es de incesante *destrucción creadora*, y la lógica del sistema barre a los perdedores. Pero el vigor del sistema político se manifiesta en su constante e íntima vinculación con la sociedad civil.

Por eso, los perdedores tienen acceso, por medio del sistema político, a soluciones para los orígenes de sus males.

La sociedad norteamericana es intensamente conflictiva. Pero, salvo crueles excepciones (Oklahoma), lo es *dentro* del sistema político. *Los Estados Unidos son, en sí, una revolución permanente, profundamente estable.*

El capitalismo globalizado se transformó en una economía mundial convergente. Se acorta la distancia entre el ex Tercer Mundo y el Primero, y la revolución tecnológica acelera la internacionalización productiva del sistema.

Un mundo semejante no tiene tolerancia para la divergencia de los sistemas.

El eje de la acción internacional en la década del 90 se realiza *dentro* de los Estados nacionales. La clave de la globalización es el *orden interno* de los países: hay mucho que aprender de los Estados Unidos.

(*) Analista internacional y director adjunto del diario El Cronista.

x09707

U ECORT 06-27 00474
icx mun eco

EEUU-FISCALIDAD
SENADO APRUEBA RECORTE NETO IMPUESTOS 77.000 MILLONES DOLARES

Washington, 27 jun (EFE).- El Senado de EEUU aprobó hoy, viernes, un recorte neto de impuestos equivalente a 77.000 millones de dólares en los próximos cinco años.

Los senadores aprobaron, por 80 a favor y 18 en contra, esta ley sobre impuestos, un día después de que lo hiciera la Cámara de Representantes, que se pronunció a favor de una ley hermana que supone un recorte impositivo equivalente a 135.000 millones de dólares.

Los negociadores de ambas cámaras se reunirán en las próximas semanas para limar las diferencias que les separan y redactar una ley final que será enviada al presidente de EEUU, Bill Clinton, y servirá de base de discusión para la reducción impositiva que contenga el próximo presupuesto norteamericano.

Ambas votaciones forman parte del compromiso alcanzado en mayo entre el presidente Clinton y los principales líderes republicanos del Congreso de cara a tener un presupuesto equilibrado en el año 2002.

Los beneficiarios de ese importante recorte de impuestos serán las familias, los estudiantes y los inversores, y lograrlo era uno de los puntos por los que más han batallado los republicanos (que son mayoría en el Congreso) ya que formaba parte de su programa electoral.

La legislación fiscal aprobada por la Cámara Baja contiene un recorte fiscal que equivale a 135.000 millones de dólares y es el más grande realizado desde 1981, pero las reducciones serán compensadas con otras subidas fiscales por 50.000 millones de dólares, por lo que la reducción neta es de 85.000 millones.

Las leyes de las dos cámaras son muy similares y contienen reducciones de impuestos que van dirigidas a las familias con hijos menores de 17 años que están estudiando y supone un beneficio impositivo equivalente a 500 dólares por hijo, que los padres tendrán que ingresar en un tipo especial de cuenta bancaria destinada para estudiantes de entre 13 y 16 años.

También se reduce el impuesto sobre las ganancias del capital del 28 por ciento actual al 20 por ciento para las personas físicas y pasa del 35 al 30 por ciento en el caso de las empresas.

Esta legislación aumentará progresivamente hasta el año 2006 (2007 en la propuesta de la Cámara Baja) el límite a partir del que será obligatorio el impuesto de sucesiones inmobiliarias desde los 600.000 dólares actuales a un millón de dólares.

Ambas cámaras tiene propuestas para aumentar las tasas aéreas reflejadas en los billetes de aviones que pagan los consumidores, al igual que los impuestos con que se tasan los paquetes de cigarrillos y una progresiva reducción de los subsidios de algunos productos como el etanol, que comenzará a partir del 2001. EFE

EMM/BH/FG

06/27/23-23/97

02

070 8570

XU4575

U ECORT 06 19 00369

mun exg

EEUU-ECONOMIA

SUPERAVIT BALANZA COMERCIAL EEUU CON LATINOAMERICA EN ABRIL

Washington, 19 jun (EFE).- Estados Unidos obtuvo un superávit de 800 millones de dólares durante abril en su balanza comercial de bienes con las naciones de América Latina, a excepción de México y Venezuela, informó hoy el departamento de Comercio.

Los datos confirman de que Latinoamérica, como región, es la única que otorga un balance a favor de EEUU, exceptuándose a México que está en el grupo del Tratado de Libre Comercio norteamericano y Venezuela que está entre las naciones exportadoras de petróleo.

Los datos difundidos hoy por el departamento de Comercio indican que entre los principales países de Latinoamérica, Argentina tuvo en abril un déficit en la balanza comercial de mercaderias de 245 millones de dólares y un acumulado anual de 916 milllones.

Brasil mantuvo su desequilibrio con EEUU con un registro en contra de 421 millones de dólares y una suma negativa en cuatro meses de 1.449 millones.

Colombia saltó de una ganancia en su balanza bilateral con EEUU de 6 millones en marzo a un déficit de 102 millones de dólares en abril, con un acumulado en contra del intercambio colombiano de 160 millones en cuatro meses de 1997.

Las otras naciones de la región, excepto México y Venezuela, tuvieron en abril un déficit de 32 millones de dólares en su balanza comercial de bienes con EEUU.

En cambio, EEUU registró un déficit de 1.397 millones de dólares con México en abril en la balanza comercial de bienes, lo que supuso un descenso del 5.2 por ciento en comparación de marzo, según los datos oficiales.

Durante marzo, México obtuvo un superávit de 1.417 millones de dólares con EEUU.

La balanza con Canadá resultó también desfavorable para EEUU, con un desequilibrio de 970 millones de dólares en abril, cifra que representa un descenso del 26.3 por ciento con respecto a marzo, cuando se registró un superávit de 1.317 millones de dólares.

Venezuela, a su vez dentro de la categoría de países de la OPEP, registró nuevamente una ganancia en la balanza comercial de bienes con EEUU de 482 millones de dólares en abril, cifra inferior a la de 586 millones de marzo.

Los venezolanos acumularon en cuatro meses un registro a favor en su intercambio comercial con EEUU de 2.458 millones de dólares, informó el departamento de Comercio. EFE

frb/mla/jf/dv

06/19/16-13/97

03

9708570

 LN 1/6/97

El mundo tiene límites; el conocimiento, no

Por Jorge Castro (*)

La economía norteamericana está en su séptimo año de crecimiento consecutivo. Es el segundo ciclo de auge más largo en tiempos de paz desde que se llevan estadísticas (1854).

En los anteriores ciclos expansivos, el crecimiento se frenaba en la medida en que su impulso provocaba inflación. Ahora sucede lo contrario: el crecimiento se acelera, mientras cae la inflación.

El producto creció el 3% en 1995, el 4% en 1996 y el 5,6% en el primer cuatrimestre de este año. El nivel de inflación de los cuatro primeros meses de 1995/96/97 fue del 3%, del 2,6% y del 2,4% respectivamente. Los Estados Unidos perdieron 43 millones de empleos desde 1980. En el mismo período creó 71 millones de puestos de trabajo. Ganancia neta: 28 millones. Es siete veces más de lo que logró Europa en igual término. La desocupación en Estados Unidos, es del 4,9%, la más baja en 23 años. Entre los adultos de 18 a 25 años, el desempleo es del 3,3%. En términos técnicos, hay pleno empleo.



Pasa el tiempo y cada vez hay mayor capacitación

La respuesta a la pregunta de si la revolución tecnológica es estructuralmente destructora de puestos de trabajo es negativa, según la experiencia norteamericana.

Los Estados Unidos reúnen –en la década del 90– la doble condición de estar a la cabeza de la reconversión tecnológica de los países avanzados, y de ser la más extraordinaria máquina de creación de empleo de la historia del capitalismo.

Impacto dispar

El impacto de la revolución tecnológica es dispar en la sociedad norteamericana. Todo en el capitalismo es desigual. El sector de alta tecnología (procesamiento de la información) crece el 40% anual, representa el 7% del producto y atrae la mitad de las inversiones.

Es responsable del 40% del crecimiento de los Estados Unidos en los últimos 10 años. Sus precios caen en la medida del aumento de su producción. Se derrumbaron el ciento por ciento entre 1980 y 1996.

Al mismo ritmo con que crece su producción, multiplica su potencia, porque el ciclo de la innovación tecnológica es sólo de 18 meses. Sumado, el sector servicios de alta tecnología (banca, seguros, salud, multimedios), es el 20-30% de la fuerza de trabajo. Lo integran intelectuales y técnicos, ajenos en absoluto al mundo de los obreros industriales y el trabajo manual.

> Lo crucial no es el paso de la industria a los servicios, sino la conversión de la información en la actividad central de todos los procesos económicos

El principal problema del sector es hoy la falta de suficiente oferta de trabajo. Necesita 190.000 nuevos trabajadores de alta calificación, y la sociedad norteamericana no los provee. El futuro se anticipa en los Estados Unidos: llega primero. El 65% de los trabajadores norteamericanos carecía de calificación en 1950. Hoy, ese porcentaje es del 25%. En el 2000 disminuirá al 15 por ciento.

Mayores exigencias

No es suficiente que el 65% de los asalariados tenga media y alta calificación. La celeridad de la reconversión tecnológica exige más. La característica de la revolución tecnológica de la época es el procesamiento de la información. Lo crucial no es el paso de la industria a los servicios (sociedad posindustrial), sino la conversión del procesamiento de la información en la actividad central de todos los procesos económicos.

La innovación primordial de la era de la información no es un producto, sino un proceso. De ahí el salto espectacular de productividad en todas las actividades económicas norteamericanas. La productividad de la industria creció el 3,5% anual durante los últimos 4 años.

> El ex Tercer Mundo está sumergido en un gigantesco proceso de industrialización que absorbe energía y materias primas en dimensiones nunca vistas

En el mundo hay 5800 millones de habitantes. La población mundial se doblará para el 2030. Prácticamente la totalidad de la tierra cultivable se encuentra bajo explotación. Al mismo tiempo, el ex Tercer Mundo está sumergido en un gigantesco proceso de industrialización, que absorbe energía y materias primas en dimensiones nunca antes vistas.

Es una situación propicia para que aparezca un Thomas Malthus (1766/1834), que extrapole tendencias y pronostique catástrofes. La visión malthusiana tiene razón en un aspecto. La catástrofe es un horizonte a la vista, salvo innovación en gran escala y salto cualitativo de la productividad.

La respuesta a los problemas históricos está a la vista, o no existe. Es mera utopía.

La opción está a la vista

El aumento sistemático de la producción de bienes materiales tiene límites físicos. La multiplicación del uso intensivo del conocimiento no lo tiene.

Todo lo contrario. A medida que aumenta el uso del conocimiento, disminuyen los recursos utilizados. Con menos cosas, crece exponencialmente el valor creado.

El mundo es un sistema cerrado, salvo en términos de información. Es lo que hace que este nuevo ciclo largo del desarrollo capitalista (1973...) sea al mismo tiempo una era histórica distinta.

La catástrofe que asoma se transforma así en un problema por resolver. A esto se refería Winston Churchill en sus *Memorias de guerra*: "La mayor parte de las catástrofes que se preveen, nunca suceden". En una perspectiva de 30 años, la industrialización del ex Tercer Mundo no puede ser la reproducción de la Revolución Industrial (1780/1840), primera onda larga del capitalismo. El planeta no resistiría una destrucción de la naturaleza semejante en escala mundial. Lo que fue posible en Lancashire no lo es en China continental.

La opción es lo que está a la vista. Es la utilización intensiva de la información, ante todo en la más avanzada de las nuevas tecnologías, que todavía no llegó: la biotecnología. Pero no hay determinismo tecnológico, sino historia. Esto es, conflicto.

La tendencia demográfica no deja más alternativa que la discontinuidad.

(*) Analista internacional y director adjunto de El Cronista.

04-04

970857 0

SECRETO ARCHIVO

1/8

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
289000 - JULIO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 076/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION**: Se omite

II.- **RESPONDE A**: Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O**: Se adjunta

ORIGINAL

IV.- **SINTESIS**: Se omite.

V.- **DISTRIBUCION**:

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-
CORONEL
WILSON CORONEL.-

.001/08

9708571
13 AGO. 1997

Doc. Poco legible

SECRETO

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

E . M . D . E . III.-
D - II.-
T A C U A R E M B O.-
-221200JUL.97-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº.065/D-II/997

I.-EVALUACION: **A - 1.-**

II.-RESPONDE A: **Información obtenida por esta Agencia.-**

II.-T E X T O :

-El día 051900JUL97, funcionarios del Ministerio de Salud Pública de Fray Bentos, realizan una asamblea con la totalidad de los mismos, aprobando por unanimidad la ocupación del Hospital "Dr.Angel M. Cuervo". A partir de ese momento se procedió a realizar las gestiones ante un Escribano.-

-El día 070900JUL97, se realiza una nueva asamblea informativa con la presencia del Presidente de la Federación Angel **BATALLA**, donde se expuso los alcances de la medida a tomar para posteriormente proceder a hacer efectiva la misma.-

-Siendo aproximadamente la hora 1210 se lleva a cabo la firma del acta correspondiente en el Despacho del Director de ese centro, estando presentes en este acto las siguientes personas: por el Hospital, el Director Dr. Andrés **MONTAÑO**, el Sub-Director Dr. Ricardo **VOELKER** (hijo), el Inspector Regional Dr. Martín **SORONDO**, el Presidente de la Federación Angel **BATALLA**, por el gremio local su Presidente Irma **LUST**, Raquel **MEDINA**, y Miguel **NAPILLOTTI**, representados por el Escribano Gonzalo **CASTROMAN**.-

ORIGINAL

9708571

002

FECHA 28/8/97 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

SECRETO

28/8/97

Inic.: [illegible]

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

-Cabe destacar que el Dr. Andrés **MONTAÑO** hizo constar en el acta correspondiente su desacuerdo con la medida tomada.-

-Los alcances de la medida consisten en desconocer la autoridad de la dirección del nosocomio adjudicándose los funcionarios la responsabilidad del funcionamiento del centro asistencial, permaneciendo representantes del gremio durante las 24 horas en el lugar de trabajo, constituído como comité organizativo de la toma, atendiendo urgencias y emergencias, en el caso de policlínicas atenderán mediante la utilización de policlínicas de alternativa, en cuanto al tema de farmacia y cocina, el administrador brindará los elementos necesarios para un normal funcionamiento.-

-Ante una pregunta formulada por la prensa a la Presidente del gremio local Irma **LUST** en referencia si los Directores del Hospital podían ingresar al mismo, ésta manifestó que solo podrían ingresar en carácter de técnicos.-

-Se hace notar que los funcionarios movilizados han recibido las visitas de dirigentes políticos y gremiales solidarizándose con ellos, siendo estos: Mílton **LAMBATOV** (SUNCA), Carlos María **DI PASCUA** (P.C.U.) y Marcos **GEREZ** (P.C.U.).-

-Se adjuntan antecedentes personales de Miguel **NAPILLOTTI**, Raquel **MEDINA** e Irma **LUST** , del resto de las personas mencionadas no se posee antecedentes.-

SECRETO

.40305

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

IV.-SINTESIS: Ocupación del Hospital "Dr. Angel M. Cuervo" C. Fray Bentos por parte de funcionarios del M.S.P.-

V.-ACCION TOMADA: La confección del presente PARTE.

VI.-DISTRIBUCION:

1 Ejemplar Dpto.II (ICIA) E.M.E.-
1 Ejemplar Archivo D-II E.M.D.E.III.-

ORIGINAL

DIVISION DE EJERCITO III REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Por el Cte. D.E.III y P/s.o.-
El Jefe D - II E.M. D.E.III.-
Tte. Cnel.
DANIEL REISSIG.-

DR/j.s.

.004

9708571

FECHA 28/5/97 INICIAL DR

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES (oro).

CORREGIDO
F 30/9/97
[illegible] SM

SECRETO

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

****IMPRESION DE ANTECEDENTES****

FICHA ADJUNTA AL P.E.I. Nº. 066/D-II/97

I.-DATOS PERSONALES:

A. Nombre: Miguel Angel NAPOLLOTTI CRISTOBAL

B.-Domicilio: Giebert casi 18 de Julio - Fray Bentos.-

II.-FILIACION:

A.-Fecha de Nacimiento:

B.-Cabellos:

C.-Complexión:

D.-Cutis:

E.-Estatura:

III.-ACTIVIDAD LABORAL:

A.-Profesion:

B.-Lugar de trabajo: Funcionario del Hospital "Dr. Angel M. Cuervo" Fray Bentos.-

IV.-ACTIVIDAD POLITICA:

A.-Ideología:

V.-ACTIVIDAD SOCIAL:

A.-Estado Civil: Casado.

VI.-ECONOMIA:

A.-Situación:

B.-Vehículo:

VII.-DATOS COMPLEMENTARIOS:

-1989 [illegible] hables firmantes del Referendum por la Ley 15.848.-

-25ABR[illegible] En la fecha viaja a la Ciudad de Montevideo a efectos de participar del Plenario Nacional que se reunió con el proposito de resolver medidas de lucha

ORIGINAL

FECHA 28/8/97 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

COTEJADO 30/9/97 Inicial [illegible]

005

SECRETO

9708571

046308

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

IMPRESION DE ANTECEDENTES

-07JUL97-Firma conjuntamente con otros funcionarios de Salud Pública un acta en la cual se procedió a la ocupación del Hospital "Dr. Angel M. Cuervo".-

.006 9708571

SECRETO

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

IMPRESION DE ANTECEDENTES

FICHA ADJUNTA AL P.E.I. Nº. 066/D-II/97

I.-DATOS PERSONALES:

A.-Nombre: Irma Irene LUST ABALOS.

B.-Domicilio: Rincón esquina Varela y Beaulieu (Fray Bentos).

II.-FILIACION:

A.-Fecha de Nacimiento: 01/ENE/954

B.-Cabello:

C.-Complexión:

D.-Cutis:

E.-Estatura:

III.-ACTIVIDAD LABORAL:

A.-Profesión:

B.-Lugar de trabajo:

FECHA 28/8/97 INICIAL [illegible]

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

IV.-ACTIVIDAD POLITICA:

A.-Ideología:

V.-ACTIVIDAD SOCIAL:

A.-Estado Civil: Casada con José Pedro SOSA PADILLA.

VI.-ECONOMIA:

A.-Situación:

B.-Vehículo:

F 20/9/97 Inic.: SA

VII.-DATOS COMPLEMENTARIOS:

-AÑO1989-Figura en la Lista de probables firmantes del Referéndum po la Ley 15.848.

-AÑO1991-Se desempeña como Presidente de la Asociación de Funcionario de A.ME.D.RI.N.

SECRETO

9708571

046303
046310

DIVISION EJERCITO III

SECRETO

****IMPRESION DE ANTECEDENTES****

-25ABR96-Viaja a C. Mvdeo., a efectos de participar del Plenario Nacional que se reunió con el propósito de resolver medidas de lucha.
-22JUL96-Integra un Movimiento creado en Fray Bentos, un Movimiento denominado "Por la Vida, el Trabajo y un desarrollo sustentable", el cual se manifiesta contrario a la instalación de TRANSPAPEL S.R.L. en C. Fray Bentos.
-13JUN97-La causante participa en la manifestación llevada a cabo en la C. Fray Bentos con motivo de la visita del Sr. Presidente de la R.O.U., frente a las instalaciones del BN.I.Nº.9.
-07JUL97-Firma conjuntamente con otros funcionarios de Salud Pública un acta en la cual se procedió a la ocupación del Hospital "Dr. Angel M. Cuervo".-

*008/08 9708571

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
241000 - JULIO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 072/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Informaciom recibida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta.

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJEMPLAR 002 - ARCHIVO

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-
CORONEL
WILSON CORONEL.-

001/11

9708572
13 AGO. 1997

<u>EXTRACTO DE LOS PRINCIPALES CONCEPTOS VERTIDOS EN LA ENTREVISTA REALIZADA EN CX24 (RADIO NUEVO TIEMPO) AL PTE. DEL FA DR. TABARE VAZQUEZ EL 220915JUL97</u>.

- Interrogado por la medida adoptada por el Poder Ejecutivo (M E Y F) en el uso del **Ejército** en apoyo a la Lucha contra la Evasión Fiscal (Contrabando), no emite opinión concreta, manifiesta que se ha visto sorprendido y que será estudiado posteriormente.

- No está de acuerdo con el "INFORMALISMO" pero hay que tratar que se "FORMALICEN" ya que no basta sólo con "combatirlos".

- Sobre el MERCADO MODELO y el informe del TRIBUNAL de CUENTAS, manifiesta que aún están estudiando el tema. Lo que se ha apreciado son solamente Irregularidades Administrativas, Errores pero no Dolos o Actos de Corrupción. Existen (según sus afirmaciones) Actas no firmadas de la C.A.M.M., Fallas en Contratación de Servicios (se las han "jopeado"). Son solamente desprolijidades de esa naturaleza pero no quedarse con dinero, etc. como en otros Organismos del Estado. El Reglamento de Funcionamiento de la C.A.M.M. es similar al de la C.A.F.O. y que fue aprobado debidamente en su momento.
Hay que corregir las "Desprolijidades" y pone como ejemplo el tema del HOTEL CARRASCO, y como lo ha encarado el Intendente ARANA y la JUNTA DEPARTAMENTAL.

- Referente a este último punto, y la LICITACION del HOTEL CARRASCO manifiesta que:

* No existió (hasta el momento) un Informe Escrito de URUGUAY TRANSPARENTE (quienes fueran consultados referente a la Licitación. Las Observaciones de esta Organización "no hacen al fondo de la cuestión". Lo que aconsejó fue dar vista a los "perdedores" en la Licitación, tema al que ya se procedió por parte del Intendente ARANA.

* El Svcio. de Hotelería no debe estar en la Orbita Dptal. (ya que requiere cierta especialización, etc.) y que es partidario de que sea administrado en forma privada.

* Con respecto al tema CASINO, mientras proporcionen ganancias, deben ser administrados por la Intendencia.

* Referente a la actitud del Pte. de la Junta Dptal. de la IMM, JORGE **ZABALZA** (MLN-T), considera que es una posición respetable (el no-apoyo a la Licitación del Hotel Carrasco, aún siendo el voto decisivo). Los Ediles son soberanos y no hay una resolución política (de la Mesa Política del FA) referente a este punto. No tiene conocimiento si en la Mesa Dptal. de Mdeo. del FA fue considerado puntualmente esto.

- Sobre el video proyectado en Caracas (Venezuela), en oportunidad en que participara en un Simposio Organizado en dicha Ciudad sobre DEUDA EXTERNA y que motivara el retiro de algunos legisladores (Sen. P.Millor, Dip. Y.Fau, Machiñena) manifestó:

* La versión que se proyectó en el Plenario Nal. del FA (18 de julio) fue la adquirida a una Congreg. Religiosa en Caracas y por lo que él sabe el Sen. P.Millor no estaba en dicho Plenario. por lo que no se explica su comentario.

* Se están realizando Copias del mencionado Video a los efectos de que toda la ciudadanía tome conocimiento y lo juzgue, así como también hacerlo llegar al Interior del País (en su traslado con la Mesa Política).

* En la Declaración Final del Debate tuvo activa participación (e incluso la elogia en gran forma) el Dip. Adolfo Singer (Lista 15-P.C.).

* Historió como se fue generando la Deuda Externa en América Latina. Mencionó la crisis del Petróleo, la sugerencia de los Países Desarrollados para que se aceptaran sus ofrecimientos de Préstamos "Blandos" con bajo interés. Alude luego a la creación de un Frente de Gpo. de Países Deudores, mencionando que existen Países con Estado de Necesidad que no pueden cumplimentar.

* Aseguró que, en caso de llegar al Gobierno, los compromisos asumidos a nivel Internacional, se cumplirán tal como están previstos. (Pagos por Préstamos Internacionales, etc.).

- "REBELION SOCIAL": Referente a esta expresión realizada en ZAPICAN (cuando estuvo la Mesa Política del FA), le restó importancia en su significado literario como tal. Lo explicó como expresiones de la ciudadanía en el Cerro (Barrio de Mdeo.), o las diferentes expresiones populares del Interior del País.

* Esto último son expresiones de "Actores Sociales" no políticos. Estas son las Rebeliones a las que se refiere.

* Las reivindicaciones en el Interior son por Salarios, Empleos, por una modificación en los Impuestos.

* Cita a M.Camdessus (F.M.I.) en el sentido de la necesidad de reveer las Políticas Sociales en coordinación con las Políticas Fiscales.

-INDICADORES MACROECONOMICOS: Con respecto al tema expresió: "El Gobierno canta loas a sus Logros"... existe un "País Virtual" y un "País Real".

* No cuestionó los números macroeconómicos pero agrega que el del Indice de la Mortalidad Infantil (ya que en la proyección histórica estuvimos en el 1er. lugar con el Menor Indice), hoy ocupamos el 4to. lugar (habiendo mejorado), ya que hemos perdido calidad de vida con la pérdida de la Clase Media (amortiguadores entre los pobres -no marginados- y los ricos - que eran más solidarios).

* El Uruguay ha crecido económicamente, ha amentado el PBI. Está de acuerdo en Bajar la <u>Inflación</u>, que conjuntamente

con la Corrupción son los Impuestos que más castigan a los Pobres.

- Tiene que existir un Equilibrio Fiscal (pone como ej. su gestión en la IMM).

- El Crecimiento Económico no se ha visto reflejado en los "bolsillos" de la Ciudadanía y el ejemplo claro son las Movilizaciones Populares, que se quejan.

- Recuperar el URUGUAY lleva tiempo. Si la Ciudadanía va a votar a las Fzas. Progresistas esperando una solución de la noche a la mañana, están equivocados. Las soluciones no pasan por la aplicación de una Política Neo-Liberal, sino por otros caminos (debe apostarse a otro Modelo de País).

- Critica al Modelo que se encaró (y aún vigente) en el que se apostó a una ausencia (casi total) del Estado, creyendo en la presencia fuerte de un Mercado que resolvería todos los problemas y eso se ha visto que no ha sido así (no ha resuelto los problemas sociales). Lo justifica porque agrega que es el Estado (un tanto "fuerte" pero no "gordo") a quien le corresponde conducir las políticas sociales, debiendo priorizar a aquellos más necesitados.

- A continuación, por considerarse de interés se transcribe textualmente el resto de la entrevista:

PERIOD: Dr. Vázquez, el Sen. ASTORI afirmó hace pocos días que un eventual gobierno de las Fuerzas Progresistas deberá desarrollar necesariamente un programa que mantenga la organización capitalista de la Sociedad. Según ASTORI se deben preservar los logros alcanzados con el esfuerzo de la Sociedad durante los últimos gobiernos, incluido el de la Dictadura, manteniéndose la apertura económica, la política cambiaria, el equilibro de las cuentas públicas y el descenso de la inflación, hace suyas estas palabras?

VAZQUEZ: En 1er. lugar queremos decir que tanto el FA como el EP no tienen un Programa de Gobierno socialista, ni mucho menos marxista, verdad? En estas fuerzas políticas confluyen distintas agrupaciones o fuerzas políticas, que van desde aquellas que son socialistas hasta otras que son por ejemplo, cristianas como el PDC. Nuestro modelo de país no es un modelo socialista, no estamos proponiendo un modelo socialista. Simplemente, en el modelo actual, frenar el avance del neoliberalismo y volcar hacia una nueva concepsión de modelo de país, el funcionamiento de gobierno. No estamos proponiendo un país socialista ni mucho menos, y en este sistema capitalista que tenemos, con buscar la forma de ir redistribuyendo el gasto con mayor justicia social, con mayor equidad y con mayor solidaridad, superar los problemas sociales que tenemos. Estas son las medidas.
En 2do. lugar, sobre los Indicadores Macroeconómicos lo que se ha obtenido mantenerlo y mejorarlo si es posible, porque además coincido totalmente con el Cro. Danilo ASTORI, en cuanto a que estos son logros del pueblo uruguayo, el bajar la inflación se ha hecho a un costo, un sacrificio enorme del

pueblo uruguayo, verdad?, restringir los ingresos reales de las familias, la caida del ingreso de los salarios o no aumento del salario real, esto ha implicado grandes sacrificios al pueblo uruguayo que, finalmente es el que ha contribuido "apretándose el cinturón" -como se decía antes- a obtener estos indicadores que a nosotros nos parece que están muy bien que así sea y por los que trabajaremos si llegamos al Gobierno.

<u>PERIOD</u>: Ud. coincide con lo que dice ASTORI entonces?

<u>VAZQUEZ</u>: Sí, bueno, en parte coincido con lo que dice el Sen. ASTORI.

<u>PERIOD</u>: Cómo anda la relación VAZQUEZ-ASTORI?, no le digo por lo personal, la relación personal no me cabe la menor duda de que sea muy buena...

<u>VAZQUEZ</u>: Sí, sí.

<u>PERIOD</u>: pero, digo, había diferencias fuertes, hay diferencias fuertes.

<u>VAZQUEZ</u>: Sí, hubo y hay diferencias en algunos enfoques y en algunos temas. Incluso en oportunidad que Danilo hace esta aseveración, en ese mismo Seminario que organizó AU, en el cual compartimos esta mesa con el Gral.(R) SEREGNI, el Dr. ZUMARAN y el Sen. MICHELINI, nosotros hicimos referencia en esa misma mesa, a que en el FA existían distintos enfoques sobre distintos temas. <u>Por ejemplo, Danilo lo ha dicho en más de una oportunidad, que él no cataloga como neoliberal a la acción del actual Gobierno del Dr. SANGUINETTI, nosotros pensamos que es un Gobierno que privilegia la acción de carácter neoliberal</u>, ahí tenemos una diferencia de enfoque, con todo el respeto que me merece Danilo y todos sus conocimientos sobre la Economía que yo no los tengo, tenemos diferentes enfoques.

<u>PERIOD</u>: Danilo ASTORI dice además que prefiere que el FA no sea oposición sino que sea una fuerza política de diálogo permanente.

<u>VAZQUEZ</u>: Bueno, creo que ahí hay una interpretación no ajustada que se ha dado a lo largo del tiempo y que el último Congreso del FA se encargó de aclarar totalmente y hablamos totalmente de lo mismo. Una cosa es la oposición por la oposición en sí misma, la oposición cerrada que enfrenta porque enfrenta y que no da soluciones y otra la que estamos proponiendo en el EP, en el FA y que <u>es la oposición con propuestas</u>, oponernos a un modelo con el que no estamos de acuerdo. Mal haríamos en aprobar un modelo con el que no estamos de acuerdo. Es decir, no estamos de acuerdo con este modelo, nos oponemos a él y ésta es nuestra propuesta alternativa y <u>en esto coincidimos con Danilo</u>. Además sucede en todos los países del Mundo, a veces acá en el Uruguay nos asustamos un poco porque hablamos de oposición, pero en cualquier país del Mundo, del Mundo libre donde hay elecciones y donde existe una Democracia funcionando, el que gana

gobierna y el que pierde es oposición y no hay drama en este sentido. Creo que el Uruguay tampoco debe hacer drama sobre la existencia de una oposición constructiva que piensa distinta que lo que piensa el Gobierno.

PERIOD: Esas diferencias que pueden existir hoy, verdad, hoy podrían hacer imposible que mañana Danilo ASTORI fuera, por ejemplo la cabeza visible de un Equipo Económico del FA?

VAZQUEZ: No, para nada, absolutamente para nada. El FA va a definir estos niveles de participación en un eventual Gobierno seguramente como en todas las otras fuerzas políticas, en ABR99. En este momento no lo tenemos planteado en la interna, estamos trabajando de cara a la gente, con la gente, en los problemas de la gente.

PERIOD: Dr. VAZQUEZ, ud. ha expresado también que el peor impuesto -y algo ha sugerido recién- que tiene la gente es la corrupción que reina en el ejercicio de Gobierno. Está haciendo referencia a este Gobierno o a hechos que hace poco fueron motivos de primera página y que todavía lo son?

VAZQUEZ: No, yo no prejuzgo, nunca lo he hecho. Acostumbrado a trabajar en el mundo de las Ciencias, no hacemos prejuzgamiento de ningún tipo, simplemente nos referimos a una realidad que golpea el mundo de la globalización de hoy. Este fenómeno se ha visto en distintos gobiernos de distintas partes del mundo, en el mundo desarrollado y en el mundo subdesarrollado, en gobiernos de derecha y en gobiernos de izquierda, digo, no es patrimonio de nadie, es un fenómeno que hoy existe. La corrupción denunciada y puesta a consideración de la población por parte de los medios de información, verdad, o de denuncia de otros actores, existe y no es patrimonio de nadie. Y en nuestro país hubo denuncias que se están procesando muy claras, hasta hoy se están procesando y que en su conjunto, no estoy hablando del Uruguay, sino del mundo y de los pueblos del mundo, es un impuesto que grava fuertemente a estos pueblos en cualquier parte donde este fenómeno se ve, que parecería no escapa a una generalidad muy extendida.

PERIOD: Ahora hablamos de ello, vamos a hablar del diálogo social, pero antes, cree que ya empezó la campaña para las próximas elecciones?

VAZQUEZ: Yo voy a hablar de mi fuerza política. Dentro de mi fuerza política no, no ha empezado.

PERIOD: Están yendo para el Interior.

VAZQUEZ: Si, si, estamos yendo desde las elecciones del 94.

PERIOD: Y eso no es hacer campaña de alguna manera? Está mal que se haga campaña de esa manera?

VAZQUEZ: Nosotros no lo tomamos como una campaña electoral, lo tomamos como una etapa de preparación de nuestra fuerza política a: 1ero.- interpretar cual es la realidad de la

manera más objetiva posible, es decir, palpándola, viviéndola, estando con ella, estando sumergidos en ese Uruguay real. Sacando experiencia y tomando de la realidad del Uruguay y la posibilidad de establecer un Programa de Gobierno y un Plan de Gobierno ajustado a la necesidad de los uruguayos, que lo puedan votar los ciudadanos de derecha, de centro o de izquierda, que lo puedan votar un ciudadano blanco, un ciudadano colorado, o del Nuevo Espacio o del FA, un programa a la medida de los uruguayos, verdad?. Este es el trabajo de elaboración que tenemos, de contacto con la gente, lo hemos hecho desde el Gobierno Dptal. de Mdeo., uds. saben, no estamos inventando nada, en el Gobierno salíamos todas las semanas a recorrer barrios del Mdeo. y desde el FA y su MP estamos recorriendo hoy todo el País, como lo hacen otras Fuerzas Políticas, de la misma manera.

<u>PERIOD</u>: Puede ser una percepción equivocada, creo que no es la única Dr. VAZQUEZ, pero yo creo que la izquierda está haciendo campaña en el Interior y creo que los Partidos Tradicionales están haciendo campaña en Mdeo. Sí, sí, en ese cruzamiento que ya alguno anticipó, la izquierda quiere ganar en el Interior...

<u>VAZQUEZ</u>: Sí, sí, Jorge, más que campaña, es decir, un trabajo político.

<u>PERIOD</u>: Está bien, está bien, hay que hacer política...

<u>VAZQUEZ</u>: La forma de hacer política es estar en la gente, utilizar los medios de información masivos como la radio, como la televisión, los diarios, esa es la vida política del país, y a mí me parece que le hace bien al país que el sistema político en su conjunto, yo pertenezco a ese sistema político, nos acerquemos a la gente, por eso <u>hemos expresado en las últimas horas nuestro apoyo a ese diálogo social</u> que está planteando ahora, eventualmente gobierno ante una propuesta de VOLONTE que a nosotros nos parece estupenda.

<u>PERIOD</u>: De eso vamos a hablar ahora. Pero vea ud., estuve viendo las cifras de la última elección Nal., el EP 44% de los votos de Mdeo., 19% en el Interior, es decir, 1ero. en Mdeo., 3ero. en el Interior. Los blancos, fueron 1eros. en el Interior, 3eros. en Mdeo. Y los colorados fueron 2dos. en Mdeo. y en el Interior. Es decir, salieron 2dos. en el Apertura y en el Clausura pero se quedaron con el Uruguayo. A cuál de los dos Partidos ve más fuerte para la próxima vuelta?

<u>VAZQUEZ</u>: A mí me parece que, tanto el PN como el PC, tanto por sus características históricas como por su arraigambre en el pueblo uruguayo, tienen las mismas posibilidades, además los dos están actuando en conjunto en el Gobierno, los logros de este Gobierno no le pertenecen solo al PC, le pertenecen también al PN y el déficit de este Gobierno no le pertenece solo al PC, también le pertenece al PN. Aunque hoy estamos viendo el inicio de algunas acciones que pretenden separar al PN del PC, el pueblo uruguayo seguramente no se va a olvidar que toda la gestación y el desarrollo de este gobierno lo hicieron los dos Partidos Tradicionales. Así que en esa acorde

responsabilidad de gobernar, ante la opinión pública tienen las mismas posibilidades los dos partidos tradicionales, lo que sí, estamos viendo, a nosotros nos parece un fenómeno social y político muy importante en el país.

PERIOD: Cuál es?

VAZQUEZ: Es, nos parece a nosotros, la pérdida de esa obediencia a los lemas tradicionales, al tradicionalismo, al hecho de que si mi padre votaba al PN, yo voto al PN, o si mi abuelo y mi bisabuelo fueron del PC, yo voto al PC, esa obediencia tradicional, esa obediencia familiar se está perdiendo. Por algo ha crecido la izquierda y las fuerzas progresistas en el Uruguay y esto ha llevado a que hoy, cuando el FA y el EP recorre el país, sea recibido en distintos ámbitos por distintos actores sociales, productivos, empresariales, de trabajadores, etc., que era impensable que ese diálogo existiera hace unos años atrás, hoy existe y el FA se ha transformado en una fuerza de diálogo, en una fuerza de consulta o de buscar respaldo por parte, por ejemplo de actores, reitero, productores rurales, empresarios, trabajadores, etc.

PERIOD: Ud. en las últimas horas ha anunciado el apoyo personal al diálogo social que promueve el gobierno de coalición, una idea de VOLONTÉ, que manejó en los últimos días, frente a este micrófono la anunció, que proyecta una convocatoria al diálogo, precisamente y al acuerdo nacional. Cuando hay tantas diferencias, cómo es posible encontrar, no el diálogo, el diálogo sí, yo creo que el diálogo en las diferencias puede manejarse, pero cuando hay tantas diferencias, qué acuerdos políticos pueden alcanzarse? Por qué el interés del Dr. VAZQUEZ de ingresar en la escena de este diálogo?

VAZQUEZ: Bien, esto nos lleva de la mano a un concepto que nosotros habíamos desarrollado en esta misma mesa, en la oportunidad que el periodista nos entrevistó, no era el Sr. TRAVERSO, sino que era el Sr. Néber ARAUJO, era por la campaña de 1994, en el mismo momento en que se había planteado, incluso por parte de los distintos actores políticos firmar un Documento de Gobernabilidad, que se nos pedía a nosotros que firmáramos también, junto a los candidatos de los Partidos Tradicionales, un documento de "gobernabilidad". Y en aquel momento nosotros nos opusimos a firmar ese documento y dijimos: el 1er. acuerdo y el 1er. documento que habría que firmar como Gobierno, sería al relacionamiento entre el Gobierno y los Actores Sociales, al diálogo social con todos los Actores Sociales, ese es principal contrato. En aquel momento defendíamos ya el concepto del diálogo social, y tanto lo defendíamos porque lo habíamos desarrollado ya desde el Gobierno Dptal. de Mdeo., como lo defendíamos porque decíamos que lo íbamos a desarrollar en un eventual Gobierno del EP. Y precisamente ud. hace pocos minutos mencionó nuestra idea, o algo que dijimos desde el Dpto. de Lavalleja, precisamente de Zapicán, en aquel momento, en un acto que hicimos en Zapicán, con los vecinos de Zapicán, en un local muy pobre con piso de tierra dijimos: que bueno sería que el Gobierno Nal. próximo

viniera con sus Ministros a hacer un acuerdo, en presencia y en diálogo con la población. Y se puso el grito en el cielo, se dijo: "mirá lo que pretende hacer el Dr. VAZQUEZ, venir con sus Ministros -ud. lo recuerda- a Zapicán, a dialogar con la gente", y nosotros decíamos: qué tiene de malo? qué tiene de malo que el Pte. de la Rpca. y sus Ministros firmen un acuerdo en una modesta vivienda con piso de tierra?, qué valor tiene de más esa firma que la que pueda hacer el Pte. en el Edificio Libertad?, se puso el grito en el cielo, desde aquel momento defendíamos el diálogo social, cómo no lo vamos a defender ahora? Y en aquel momento defendimos también la producción uruguaya, sobre todo la producción de Azúcar. Este debe ser uno de los pocos países en el mundo que no produce azúcar teniendo todas las comodidades ... no se necesita una tecnología de punta ni de avanzada como para hacer viajes espaciales, en la producción de azúcar, como para que no la podamos lograr en el país, como para que no podamos lograr inversiones importantes que den sus réditos en los capitales y como para que no podamos a tràvés de ese país productivo generar puestos de trabajo. Y cuando se nos pidió la imagen de como concebíamos un Ministro de Economía, con todo respeto para los técnicos...

PERIOD: Un ama de casa tiene que ser...

VAZQUEZ: Un ama de casa pero desde la concepción, cuál?, que el Ministro de Economía cual un ama de casa tenía que conocer bien a fondo los problemas de su familia y saber de la disponibilidad de dinero que tenía, manejarlos con justeza como lo estuvimos hablando y tratar de privilegiar a aquellos sectores que más lo necesitaran como lo haría una correcta ama de casa. Sobre todo esto se armó toda una historia fenomenal y hoy, el tiempo nos está dando la razón, de que esos conceptos que vertíamos eran los conceptos que hoy hay que poner en marcha para que el país logre encausarse realmente, bienvenido sea ese diálogo social.

PERIOD: Cuáles son los puntos más importantes que debe tocar ese diálogo social?

VAZQUEZ: Desempleo, sub-empleo y ocupación precaria. salarios, productividad, un país productivo, generación de riquezas y de fuentes de trabajo, estudiar en profundidad nuevas políticas impositivas distintas a las que estamos llevando adelante que gravan al trabajo y que gravan a la producción y no nos permiten salir de la situación en que nos encontramos, en fin, todos estos temas que son los que realmente preocupan a la Nación. Otro de los temas que tenemos que tratar a fondo es el tema de la juventud y de la proyección de la juventud hacia el futuro, que la mayoría de muchos jóvenes están absolutamente desesperanzados y no creyendo en un sistema político. Tenemos que darles caminos a esta juventud y creo que acá todos los uruguayos pueden aportar enormemente a través de un sentido común que felizmente nuestro pueblo tiene y que en más de una oportunidad ha puesto en práctica.

PERIOD: **Confía entenderse con el gobierno de coalición?**

VAZQUEZ: Por qué no nos vamos a entender? Yo no se como va a ser este diálogo, si este diálogo va a ser gobierno de coalición-fuerzas sociales, o gobierno de coalición-fuerzas sociales y partidos políticos, o si va a ser entre el gobierno y los partidos políticos. No se que característica va a tener este diálogo. Pero cualquiera sean estas características, si no excluye a los principales Actores que son los uruguayos, que es la Sociedad en su conjunto, que son los Empresarios, que son los Productores, que son los Trabajadores, en fin, que son los Jóvenes, que son los Docentes, si no excluyen estos sectores, me parece que cualquiera sea la forma, debe ser apoyada una actitud de este tipo.

PERIOD: **De cualquier manera ud. había marcado su voluntad de reunirse con SANGUINETTI.**

VAZQUEZ: Nosotros habíamos preparado un documento sobre todos estos temas, que estamos terminando de corregir y enriquecer con unos apuntes que dio el Plenario, y nos vamos a reunir seguramente con todos los actores políticos, sociales y si nos recibe, hasta el propio Pte. de la Rpca., como lo hiciera en SET95 cuando le entregáramos un documento anterior sobre todos estos mismos temas.

PERIOD: **En qué consisten los mecanismos por los cuales, ud. entiende que las cosas deben hacerse diferentes en una coyuntura muy especial que vive no solamente nuestro país, sino el mundo. Tenía anotado aquí esto de la ETA también, porque este es un tema muy sensible...**

VAZQUEZ: Asquerosamente repudiable...

PERIOD: **Por qué no se condenó explícitamente?, no quería condenar explícitamente el EP en la declaración de condena al asesinato del Consejal Miguel Angel Blanco, señalar el nombre de la ETA?**

VAZQUEZ: Bueno, yo no estuve en esa discusión, no estaba en el país.

PERIOD: **Ud. lo hubiera hecho?**

VAZQUEZ: Sí, absolutamente. Nosotros condenamos toda forma de violencia, como lo hicimos siempre, como cuando concurrimos al Filtro aquel 24AGO94 lo hicimos para pedir paz, para pedir calma, para pedir tranquilidad, creo que si se hubiera exigido mucho más, o pedido mucho más, o una mayor concurrencia, hoy no estaríamos lamentando la muerte de un uruguayo que es tan lamentable como la muerte del Consejal Blanco en España.

PERIOD: **No le pareció inútil todo lo que hubo...**

VAZQUEZ: A mí lo que me pareció espantoso fue la represión...

PERIOD: **Eso pudo también ser horrible...**

VAZQUEZ: ...la figura del Ministro del Interior de ese momento, Dr. GIANOLA, desencadenó sobre el pueblo uruguayo que lo único que estaba haciendo era defender, no a nadie en particular, sino al derecho de refugio político, el Uruguay tiene toda una tradición de la época de José Batlle y Ordóñez y que el pueblo uruguayo lo siente profundamente. Nosotros concurrimos para pedir paz a instar, precisamente en CANAL 10, en el Informativo del Canal 10 de aquel momento, de ese día, aparecen las imágenes nuestras pidiendo paz, pidiendo calma, pidiendo tranquilidad. Yo creo que si hubiéramos insistido mucho más en ese punto, quizás hoy no estaríamos lamentando esa muerte. Repudiamos toda la forma de violencia, esta en particular, la de la ETA, es absolutamente repudiable y las fuerzas políticas de este país, unánimemente en el Parlamento Nal. expresaron su rechazo a este fenómeno.

Un juez federal bloqueo deportación de 40.000 inmigrantes en EE.UU.

EP. 25/6.

MIAMI, 24 (AP).— Un juez federal bloqueó ayer la deportación de unos 40.000 nicaragüenses, y destacó que en pocas ocasiones vio el tribunal "un caso tan dramático, desgarrador y persuasivo de daño irreparable literalmente para decenas de miles de personas".

El juez distrital Lawrence King concedió un bloqueo preliminar a los esfuerzos gubernamentales para deportar a los nicaragüenses y fijó la fecha del juicio para el cinco de enero de 1998.

El fallo significa que unos 40.000 nicaragüenses de los 200.000 afincados en el sur de la Florida podrán continuar sus gestiones para obtener la residencia permanente en Estados Unidos.

Hasta este año, decenas de miles de nicaragüenses que huyeron de la guerra civil en su país durante la pasada década disfrutaban de una situación especial que les otorgó el gobierno del presidente Ronald Reagan y que continuaron reconociendo los gobiernos posteriores. Recibieron permiso para trabajar y pagar impuestos mientras su situación legal como inmigrantes continuaba en el limbo.

El programa será derogado paulatinamente y muchos de ellos recibieron avisos de que serán deportados. Una nueva ley de inmigración hace mucho más difícil evitar esa deportación, como en otro tiempo era rutinariamente concedida a los inmigrantes afincados en el país desde hacía tiempo y que tenían una conducta moral intachable.



PROTESTA. *Inmigrante nicaragüense es conducido a un hospital en Miami al concluir una huelga de hambre (AP)*

"VINIERON CON ESPERANZA"

Muchos de esos nicaragüenses poseen negocios y viviendas en la Florida y tienen hijos que son ciudadanos norteamericanos.

El juez notó en su fallo la turbulenta guerra civil que llevó a millares de refugiados centroamericanos a huir a Estados Unidos en la década del 80. Los sandinistas izquierdistas lucharon contra los rebeldes respaldados por Estados Unidos durante gran parte de la década y Nicaragua sigue conmovida por las consecuencias de la guerra civil.

"Vinieron con la esperanza de que una nación reconocida en todo el mundo civilizado por su justicia y respeto a los derechos humanos los ayudase en la necesidad", escribió el magistrado.

Observó que durante tres gobiernos, las autoridades de inmigración respondieron de "una manera humana y compasiva emitiendo la documentación necesaria, concediendo permisos de trabajo y ayudándoles a integrarse en nuestra sociedad".

Los inmigrantes "establecieron hogares, se casaron, tuvieron hijos y nietos, iniciaron negocios, pagaron impuestos, obedecieron nuestras leyes y contribuyeron a su comunidad", agregó.

RESERVADO

ARCHIVO 032

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
241000 - JULIO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 066/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** - Adjunto al Pte. cúmpleme elevar a Usted los Memorandum Nº 074 y 075/B/ANA/997, referidos a la Apreciación "Estado de Situación de la Opinión Pública Respecto a los Símbolos Patrios y Héroes Nacionales", solicitanto su difusión a las UU.DD.

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - SR.C.J.E.
EJEMPLAR 002 - SR.J.E.M.E.
EJEMPLAR 003 - SR.CTE.D.E.I
EJEMPLAR 004 - SR.CTE.D.E.II
EJEMPLAR 005 - SR.CTE.D.E.III
EJEMPLAR 006 - SR.CTE.D.E.IV
EJEMPLAR 007 - SR.DTOR.I.M.E.S.
EJEMPLAR 008 - SR.DTOR.C.A.L.E.N.
EJEMPLAR 009 - SR.DTOR.E.A.S.
EJEMPLAR 010 - SR.DTOR.E.M.
EJEMPLAR 011 - SR.DTOR.D.G.SS.FF.AA.
EJEMPLAR 012 - SR.DTOR.D.N.S.FF.AA.
EJEMPLAR 013 - SR.PTE.C.C.P.S.A.E.
EJEMPLAR 014 - SR.DTOR.I.A.U.
EJEMPLAR 015 - SR.PTE.S.T.M.
EJEMPLAR 016 - SR.1ER.SUB.J.E.M.E.
EJEMPLAR 017 - SR.DTOR.L.M.G.A.
EJEMPLAR 018 - SR.CTE.C.A.A.
EJEMPLAR 019 - SR.J.REG."B.A." C.1

RESERVADO

№ 032

EJEMPLAR 020 - SR.CTE.B.I.5.
EJEMPLAR 021 - SR.CTE.ING.E.
EJEMPLAR 022 - SR.CTE.COM.E.
EJEMPLAR 023 - SR.CTE.A.E.
EJEMPLAR 024 - SR.J.DPTO.I E.M.E
EJEMPLAR 025 - SR.J.DPTO.III E.M.E
EJEMPLAR 026 - SR.J.DPTO.IV E.M.E
EJEMPLAR 027 - SR.J.DPTO.RR.PP. E.M.E
EJEMPLAR 028 - SR.J.DPTO.JURIDICO E.M.E
EJEMPLAR 029 - SR.GRAL.(R) I.PAULOS
EJEMPLAR 030 - SR.PTE.CENTRO MILITAR
EJEMPLAR 031 - SR.PTE.CIRCULO MILITAR
EJEMPLAR 032 - SR.DTOR.D.G.I.D.
EJEMPLAR 033 - SR.J.2DA.DIV.E.M.NAVAL/N-II
EJEMPLAR 034 - SR.J.DEL A-II DE LA F.A.U.
EJEMPLAR 035 - SR.DTOR.D.N.I.I.

ORIGINAL

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-

CORONEL

WILSON CORONEL.-

002

9708575

RESERVADO

C.G.E. E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

ESTADO DE SITUACION DE LA OPINION PUBLICA RESPECTO A LOS SIMBOLOS PATRIOS Y HEROES NACIONALES

JULIO 1997

C.G.E.

E.M.E.
DPTO.II (INTELIGENCIA)
MONTEVIDEO, 16 DE JULIO DE 1997

INTRODUCCION

* El presente documento tiene por finalidad observar el estado de la opinión pública ante las agresiones y agravios producidos en el ámbito de la cultura a los Símbolos Patrios, a los Héroes Nacionales y a hitos de nuestra historia, elementos constitutivos de la Identidad Nacional que representan valores tan caros para los Orientales. Los mismos están presentes en todas las etapas de la vida: desde la infancia en la formación escolar; en la adolescencia, en la educación formal; en el acto de Jura de Fidelidad a la Bandera; en los lugares públicos, en el bronce, en las láminas o en los mástiles; en las recordaciones patrias y en todas aquellas circunstancias que conmueven el sentir colectivo.

* En consecuencia no es posible dejar pasar desapercibidos hechos que afectan seriamente la sensibilidad de todos los Orientales, más alla que sean civiles o militares. Cumple entonces este documento la finalidad de observar esta situación e identificar aquellos elementos o agentes capaces de incidir negativamente con sus antivalores en las creencias nacionales, particularmente en las nuevas generaciones , tratando de imponer una nueva "cultura alternativa".

* En esta oportunidad refiere el análisis a dos hechos concretos:

1ro. Las actividades del llamado "CUARTETO DE NOS", con significativa influencia en el ámbito juvenil.

2do. Una encuesta reciente realizada por la Consultora "CIFRA" procurando medir, de alguna manera, el grado de adhesión a los Símbolos Patrios por parte de la ciudadanía.

PRIMERA PARTE:

HECHOS RELACIONADOS

CON EL

CUARTETO DE NOS

Montevideo, 16 de julio de 1997.-

MEMORANDUM Nº074/B/ANA/997.-

I.- ASUNTO: HECHOS RELACIONADOS CON EL GRUPO "CUARTETO DE NOS" Y SUS CANCIONES LESIVAS A LOS SIMBOLOS PATRIOS, HEROES NACIONALES, FIGURAS E HITOS DE NUESTRA HISTORIA.

II.- TEXTO:

INTEGRANTES:

1.- Roberto Daniel **MUSSO FOCACCIO** - C.C. ALB 9551
- Voz y guitarra.
- Firmante del Referendum contra Ley de Caducidad.
- De profesión Ingeniero Civil.

2.- Ricardo "RICKY" Luis **MUSSO FOCACCIO** - C.C. ALB 10.086
- Voz, guitarra y teclados.
- Firmante del Referendum contra Ley de Caducidad.

ORIGINAL

3.- Santiago **TAVELLA NAZZARI** - C.C. AVA 18.721
- Voz y bajo.
- Firmante del Referendum contra Ley de Caducidad.
- De profesión Arquitecto - funcionario de ANCAP en Comisión en I.M.M. como asesor musical.

4.- Alvaro **PINTOS**.

5.- Javier **BULBA**.
- Inca 2047 - Tel. 49.01.84.
- Encargado comercial y sonidista.

ACTIVIDADES DEL "CUARTETO DE NOS".

* **El CUARTETO DE NOS** es una banda de rock que viene actuando desde hace más de 10 años en nuestro medio. Se formó en **1981** y desde entonces grabó 8 discos.

Realizó su primera actuación en 1982, en un ciclo de música popular en el Teatro La Máscara. En ese tiempo el grupo estaba asociado con el denominado "canto popular". Luego fueron incluyendo en su música una propuesta propia, recurriendo al humor corrosivo y directo. En **1987** la idea del grupo quedó más clara, pudiendo ser el mismo enmarcado dentro del "rock nacional". Sus canciones tocaban temas como la homosexualidad, la masturbación y las perversiones sexuales, la vejez, la muerte o la locura, sin prejuicios y con humor. En sus trabajos posteriores incorporaron ciertos elementos de la cultura popular. La banda logró gran repercusión en **1994** con su CD "Otra Navidad en las Trincheras", llegando a convocar cerca de 2000 jóvenes en cada presentación del grupo en el interior del país, y llegando a colmar teatros y locales de Montevideo.
Precisamente en ese CD incluyeron una canción en la cual se justificaba desertar ante una posible invasión al Uruguay por parte del Brasil, titulada "El primer oriental desertor". El tema agrega en su final estrofas del HIMNO A MI BANDERA. En esa oportunidad hubieron intentos de censura, pero el tema no pasó a mayores.

Este CD fue editado por el sello discográfico **"AYUI"** y se estima que fue uno de los más vendidos en la historia de la discografía uruguaya (aproximadamente 20.000 ejemplares), haciendo crecer notoriamente al sello **"AYUI"** y a la editora discográfica **"TACUABE"** que pasó a ser una de las más importantes del País.

En otras producciones la banda ya había incluido canciones con letras y alusiones irreverentes a figuras o mitos nacionales, como en su disco titulado "Canciones del Corazón", en el cual señalan que en el infierno están **"Rivera, Oribe y Garzón"**.

* En **OCT96** el grupo grabó un nuevo disco titulado **"El Tren Bala"**, el cual incluye como tema principal **"El día que Artigas se emborrachó"**, cuya letra provocó una gran polémica. El autor de dicha canción es uno de los integrantes del grupo, Roberto MUSSO. A esta fecha el disco aún no había sido editado, sin embargo circulaba por las emisoras un "demo", divulgándose así la controvertida canción.

Es de destacar que el sello **"AYUI"**, previniendo los problemas que podría suscitar la canción, resolvió editar el disco bajo el sello "MANZANA VERDE".

* Con respecto a la editora discográfica "**TACUABE**" se señala que la misma fue fundada en el año 1971 por el profesor Coriún **AHARONIAN**, Daniel **VIGLIETTI**, **"LOS OLIMAREÑOS"** y otros músicos de menor significación, editando posteriormente el sello "AYUI", de clara tendencia revolucionaria en todas sus producciones. La sola referencia de los nombres de los fundadores marca claramente su notoria vinculación con las organizaciones revolucionarias, particularmente el MLN, volcándoles todo su apoyo a través de la incidencia en el campo de la cultura y dentro de ésta en la música y en el canto popular. Tales actividades fueron desarrolladas tanto en el país como en el exterior, sumadas a las de carácter político, siempre en el marco del accionar de la subversión. Es de destacar que la productora "AYUI-TACUABE" se encuentra ubicada en Pza. Independencia 838, piso 4, apto. 26, teléfono 92.55.52, siendo el Director Responsable de la firma el músico Mauricio UBAL.

* Este grupo está adquiriendo notoriedad entre la juventud uruguaya a través de sus temas, cuyas letras son contrarias a las buenas costumbres, a la familia, a la Nación, al Estado, a sus Poderes y a los símbolos patrios.

Entre las letras del CUARTETO DE NOS encontramos:

* **1991** - "Tabaré, that's right" - Alude a la leyenda del indio Tabaré, modificándola al extremo del ridículo.
  - "Al Cielo No" - Agravia a las figuras de Rivera, Oribe y Garzón diciendo que habitan el infierno.

* **1994** - "Sólo un Rumor" - A través de este tema se ataca a la familia, así como también a las buenas costumbres.
  - "El Primer Oriental Desertor" - Agravia a la Patria, al General Artigas, a los "33 Orientales" y habla de la conducta de un desertor. Según los propios integrantes del grupo es un himno anti-patriótico que caracteriza a quienes hicieron secundaria durante el Proceso.
  - "Zitarrosa en el Cielo" - Homenaje a Zitarrosa.

* **1995** - "Tupamaros" - En su estribillo dice: "Tupamaro, no me equivoqué, Tupamaro yo quise ser..."

(Se adjunta síntesis de las letras mencionadas - ANEXO 1).
(Se adjunta copia de la canción "El día que Artigas se emborrachó - ANEXO 2).

El 24OCT96 el Dip. Agapo Luis **PALOMEQUE** (Manos a la Obra - P.Nal) cuestionó el referido tema por entender que es ofensivo para el Prócer, su esposa y los Símbolos Patrios. Según el legislador, la letra del tema "va más allá de la grosería y la vulgaridad", incurriendo en expresiones "expresamente prohibidas" por el Código Penal y el Código del Niño por considerarlas pornográficas. En consecuencia elevó un pedido de informes al MEC (Ministerio de Educación y Cultura).
Entre otras medidas posibles de adoptar, el Dip. **PALOMEQUE** no descartó la incautación de las cintas y CD del CUARTETO DE NOS, habida cuenta de que así lo indicaría el art. 101 del Código del Niño, el cual prevé una multa.
El diputado habría tomado conocimiento de la canción a través de una denuncia que efectuaran los integrantes de un grupo étnico denominado **"Raices Negras"**, quienes entendieron que el tema titulado **"El día que Artigas se emborrachó"** resulta agraviante para la memoria del héroe patrio José Gervasio **Artigas** y para **Ansina**.

La letra de la mencionada canción parafrasea citas de nuestro Prócer, modificándolas de modo tal que les confiere una doble lectura, burlándose también de Lavalleja y Posadas, y calificando de "medio retardada" a la esposa de Artigas.
El grupo incurriría también en otro delito al aludir a los símbolos patrios, atento a que en el segundo párrafo de la canción en cuestión expresa que en la bandera los colores blanco y rojos son "en honor al vino".

El **25OCT96**, los integrantes del grupo manifestaron que la canción no agravia a nadie, puesto que se trata de una "ficción" en la que no se vierten juicios sobre esas personas. En lo que refiere a la consideración del tema como un insulto a los símbolos patrios, los integrantes del grupo manifestaron a "LA REPUBLICA" el **30OCT96** que "a todas esas cosas como la bandera, los próceres, etc.", les tienen un poco de rechazo", porque les fueron "forzadas durante años, como a todos los que hayan crecido durante la dictadura". Agregan que para ellos se trataba de "símbolos de los que estaban en el poder, no cosas de las que estar orgullosos".
Según **TAVELLA** el CUARTETO DE NOS no busca desprestigiar a ninguna figura uruguaya, sino jugar con elementos históricos. Destacó que la posibilidad de cantar está enmarcada en la libertad de expresión consagrada en la Constitución de la República, la cual se encuentra por encima de la Justicia Penal. Agrega que con ese tema no se busca la publicidad.
Otro de sus integrantes, Roberto **MUSSO**, manifestó a "EL OBSERVADOR" el 30OCT96 que si la letra es "tan aberrante y tan pornográfica" no entiende por qué la prensa puede transcribirla y sin embargo ellos no pueden cantarla.
En una entrevista publicada por "REVISTA 3" el 01NOV96, Roberto **MUSSO**, autor de la canción "El día que Artigas se emborrachó", fue interrogado acerca del motivo por el cual en oportunidad de editar el tema "TUPAMARO" pidieron permiso al MLN, no actuando del mismo modo a la hora de editar la canción referente a Artigas, a lo que respondió que en este caso no había a quién pedirle esa autorización.

A continuación sostiene que en la canción no se alude a símbolos patrios, pues a su entender "Artigas no lo es", agregando que en todo caso se podrían haber reprochado eso en "Tupamaros" o "El primer oriental desertor". Cabe destacar que Roberto **MUSSO** afirmó que no tiene ninguna opinión sobre Artigas, siendo que sabe sólo lo que le fue enseñado en la escuela. No se define como artiguista ni anti-artiguista y sostiene que le falta información sobre nuestro Prócer. Agrega que si bien la canción no tiene una intención directamente revisionista, las letras de su grupo "no son tontas". A su vez señala que siempre trata de evitar el mensaje, no siendo su intención dar consejos. Contradiciéndose con lo anteriormente dicho, sostuvo que le agrada hacer canciones que tengan doble, y hasta triple lectura. Finaliza la nota definiendo al cuarteto como un grupo al que le gusta usar la música para manifestar lo que piensan sus integrantes, considerando al CUARTETO DE NOS como "una forma de vida".

Por su parte la organización "**MUNDO AFRO**", a través de su Director de Arte Néstor **SILVA**, calificó de "insólito", "un manoseo a los símbolos patrios" y de "racista" a la letra del grupo. Agregó que esta canción "auspicia antivalores" y que "con este tipo de cosas se corre enorme riesgo de estar profundizando en la confusión entre lo alternativo y la generación de antivalores". Sostuvo que no sólo se ofende a un símbolo patrio, a Artigas y a Ansina, sino que en la parte de la letra que dice "Artigas se emborrachó y la patria lo agradeció". se está faltando el respeto a todos los orientales.

El Ministro de Educación y Cultura, Samuel **LICHTENSZTEJN**, manifestó a "ULTIMAS NOTICIAS" que su idea no es sancionar, sino más bien evitar este tipo de situaciones, refiriéndose al tema en cuestión, y en este caso concreto, la divulgación del tema. Asimismo señaló que puso en conocimiento del tema al Ministerio del Interior, ya que con la letra se agravia a la bandera de Artigas, símbolo protegido por un decreto del año 1952, lo que es penado por el Código Penal.

El **29OCT96**, el Ministro de Educación y Cultura Samuel **LICHTENSZTEJN**, recibió a los integrantes del CUARTETO DE NOS, responsables de la letra que involucra al fundador de la nacionalidad, José Artigas, a su asistente Ansina y a los símbolos patrios. En esa oportunidad, los miembros del grupo manifestaron que no era su intención infringir la ley, por lo tanto, si la justicia entendiese que la letra viola la ley, estarían dispuestos a excluir el tema del CD.
Luego de la entrevista mantenida la conclusión fue que todo quedaba en la órbita del Fiscal de Corte, quien en definitiva debería determinar si era procedente la vía judicial y si la normativa que protege a los símbolos patrios es aplicable para el caso de esta canción.

El **30OCT96** el Dip. **PALOMEQUE** debatió públicamente con integrantes del CUARTETO DE NOS en RADIO SARANDI. Posteriormente, al ser entrevistado el diputado por "REVISTA 3" sobre si las manifestaciones contenidas en la canción no estarían atenuadas por el marco de ficción en que están narradas, contestó que en nuestro ordenamiento jurídico no se prohibe la creación intelectual, así como tampoco la pornografía, sino que lo que está expresamente penado por el Código Penal en el art. 238 es la difusión inadecuada de la pornografía. Por su parte, los arts. 101 y 106 del Código del Niño prevén el decomiso y multa del material cuya enseñanza sea negativa para los menores. A ésto se le debe sumar que en el Código Militar se prevé un delito para los civiles que vilipendien los símbolos patrios.

El **31OCT96** el **INAME** (Instituto Nacional del Menor) elaboró un informe interno con el objeto de determinar si el tema en cuestión atenta contra los arts. 101 y 106 del Código del Niño. En las conclusiones del informe se descartó que la canción incurriera en algún tipo de delito.

El **01NOV96** el Ministro de Educación y Cultura Samuel **LICHTENSZTEJN** envió a consideración del **Fiscal de Corte** y Procurador General de la Nación la canción "El día que Artigas se emborrachó", del CUARTETO DE NOS para su consideración.

Al Fiscal de Corte correspondió determinar si habían méritos para que el caso pasara a la Justicia Penal y se iniciaran acciones contra los integrantes del grupo y la discográfica.

El **01NOV96** el Ministro **LICHTENSZTEJN** informó que el Ministerio del Interior consideró que el asunto correspondía al Ministerio Público, por lo que el MEC debió elevar los antecedentes al Fiscal de Corte. El Ministro opinó, a título personal, que "un país integrado al MERCOSUR debe reivindicar las cuestiones nacionales que de alguna forma nos hacen sentir uruguayos y no "mercosurianos" en el sentido amplio".

El semanario **"BRECHA"**, el **01NOV96**, señalaba que con el intento de prohibir el tema "EL día que Artigas se emborrachó" se volvían a "agitar los fantasmas de la intolerancia y la censura".
En los primeros años de la restauración democrática, durante el primer gobierno del Dr. Julio María **SANGUINETTI**, hubieron 2 hechos relacionados a la creación artística, que despertaron en su momento una gran polémica.

El primero fue la censura a una exposición del dibujante Oscar **LARROCA** por parte del entonces intendente **ELIZALDE**, apoyado por el entonces Senador frenteamplista Francisco **RODRIGUEZ CAMUSSO**. En esa oportunidad la exposición, considerada pornográfica, fue trasladada de los salones de la IMM a los de la Biblioteca Nacional, teniendo el público igualmente acceso a los dibujos.

Posteriormente, el cantante del grupo de rock "Clandestino" fue conducido a prisión por insultar a los miembros del parlamento en un recital realizado en 1988 en el Parque Rodó, el cual también había sido organizado por la Intendencia Municipal colorada.

El artículo recalca que "en esa oportunidad no hubo clemencia, el músico pasó un buen tiempo en la cárcel y el honor de los senadores y diputados quedó a salvo".

El artículo publicado en "BRECHA" relaciona estos hechos con un "pasado asociado a razzias juveniles".
El mismo artículo menciona que en 1996 otros dos hechos , esta vez relacionados con los próceres, "vuelven a agitar los fantasmas de la censura".

El primero fue la "intervención" sobre el monumento a Aparicio Saravia del plástico Ricardo **LANZARINI**, quien pintó leyendas en la base del monumento y colgó huesos de las patas del caballo, lo que valió al artista ser procesado sin prisión por "daños agravados".

El segundo fue la divulgación de la letra del tema titulado "El día que Artigas se emborrachó", del **"CUARTETO DE NOS"**, lo que motivó no sólo polémicas, sino también el pedido expreso de su prohibición y hasta la amenaza del envío de los antecedentes a la justicia.

El **04NOV96** el Intendente de Montevideo, Arq. M. **ARANA**, autorizó el préstamo sin cargo del Teatro de Verano (Ramón Collazo) al **CUARTETO DE NOS**, el cual lo utilizaría el **23 y 24NOV96**, oportunidad en la que presentarían su nuevo CD, titulado **"El tren bala"**.

ORIGINAL

También el **04NOV96** los integrantes del cuarteto musical concurrieron al programa radial "Caras y más caras", en OCEANO FM, oportunidad en la cual Roberto **MUSSO** dijo que "**Palomeque** no era un individuo, aparentemente, muy informado culturalmente,..., no tenía ni idea de quienes éramos".
Por su parte **TAVELLA** dijo a "REVISTA 3" que la canción fue un "homenaje a Artigas".

El Edil Gerardo **TOVAGLIARI** (Foro Batllista) elevó un pedido de informe a la IMM, solicitando se aclarara sobre si Santiago **TAVELLA** (integrante del CUARTETO DE NOS), es o no asesor musical de dicha intendencia. Es de destacar que Santiago **TAVELLA** es funcionario público, integrante de ANCAP, revistando en comisión en la **IMM**.

El **07NOV96** los cuatro integrantes del conjunto musical manifestaron, en artículo publicado por el Semanario **"BUSQUEDA"**, estar en contra de la "REFORMAMARRACHA", votando por el NO en el plebiscito de 08DIC96.

El mismo día el Fiscal de Corte, Dr. José Luis **BARBAGELATA**, se pronunció sobre el asunto, no hallando mérito para que se iniciara un juicio penal por el contenido del tema "El día que Artigas se emborrachó". La fundamentación del pronunciamiento se encuentra en que la demanda sólo podría ser llevada adelante **por personas con algún grado de parentezco con la figura del prócer.**

En lo que refiere a la bandera de Artigas, también aludida por el tema musical, sostiene que el Código del Proceso Penal no la incluye como un símbolo nacional.

A partir de esta decisión el grupo de rock decidió seguir adelante con la edición del CD, incluyendo en él el tema "El día que Artigas se emborrachó".

En artículo publicado por **"MATE AMARGO"** el **21NOV96** se sostiene que la creatividad del CUARTETO DE NOS le ha conferido "el favor" de gran parte de la izquierda, así como "la oposición" de la derecha conservadora.

26DIC96 el **Instituto Nacional del Menor** calificó a la canción "El día que Artigas se emborrachó" no apta para menores de 18 años, quedando prohibida la transcripción de la letra en los medios de prensa escritos, su reproducción en los bailes autorizados para menores, la venta de la canción a menores de 18 años y la publicidad de la canción que no advierta que no es apta para menores.

REPERCUSIONES EN DISTINTOS AMBITOS POLITICOS Y SOCIALES

En el ámbito de la Junta Departamental de Montevideo, el 05NOV96, el edil socialista Artigas **MELGAREJO**, manifestó su preocupación por el agravio que implica el tema del CUARTETO DE NOS, extremo que contrasta con la posición adoptada el 31OCT96 por la bancada frenteamplista mayoritaria que evitó que se emitiera una declaración de repudio al respecto presentada por los ediles colorados.

Por su parte, el edil Gerardo **TOVAGLIARI** (FORO) pidió la destitución del integrante del grupo CUARTETO DE NOS, Santiago **TAVELLA**, que se desempeña como asesor musical de la IMM. El referido edil manifestó a "LA REPUBLICA" el 05NOV96, que no imagina que tipo de asesoramiento pueda brindar una persona que posee los valores éticos y morales totalmente invertidos. Asímismo, el edil amenazó con "llamar a responsabilidad política" a los responsables, en caso de que no se destituyera a **TAVELLA**. **TOVAGLIARI** cuestionó qué hubiese pasado si la canción se refiriera a Mao en China o a Fidel Castro en Cuba. Destacó que los ediles del FA defendían una tolerancia quizás impulsados por el miedo a perder votos jóvenes.

Mario **LINZO** (LISTA 15) pidió la revisión de la adjudicación del TEATRO DE VERANO al conjunto musical, y propuso el estudio en la Junta Departamental de la posibilidad de mocionar ante la IMM y el MEC la absoluta exclusión del CUARTETO DE NOS de toda lista de eventuales contratos para espectáculos populares organizados por esas dos entidades.

Ante los dichos de los ediles colorados, Carlos **VARELA** (AU) señaló que "no cabe duda de que la canción sobre Artigas es un horroroso ataque, pero otra cosa es tomar el hecho como trampolín al establecimiento de la censura previa".

Por otro lado, es sabido que fue el diputado **PALOMEQUE** (MANOS A LA OBRA) quien presentara en su momento la denuncia ante el Ministerio de Educación y Cultura. El Dip. PALOMEQUE entendió desde un primer momento que la canción titulada "El día que Artigas se emborrachó" encierra:

1.- "Una burla a personas y circunstancias de nuestro pasado histórico".

2.- "Una obscenidad y procacidad manifiesta en el lenguaje y situaciones que describe".

3.- "Una actitud de irrespetuosidad ante una de las banderas, que constituye emblema nacional e identificación histórica ante el resto de los países".

El Dip. **PALOMEQUE** insistió con enviar el texto de la canción a la Justicia y señaló que en la primera sesión de la Cámara baja, su suplente Urban **AGUIAR**, presentaría una exposición escrita destinada a la Suprema Corte de Justicia, con el objeto de que los magistrados recibieran el texto de la canción en cuestión y actuaran en consecuencia. La exposición escrita debería ser votada en Cámara, siendo la práctica hacerlo con todas las exposiciones que se presentan. Esta vía indirecta de realización de una denuncia penal se adoptó habida cuenta de que el Fiscal de Corte resolvió no iniciar acciones judiciales tras haber recibido la denuncia promovida por el Dip. **PALOMEQUE** a través del MEC.
También resaltó el legislador que el Ministerio de Defensa Nacional podría pronunciarse sobre el tema, ya que en su leal saber y entender, la canción puede violar una disposición del **Código Militar** referida a los símbolos patrios. Consultado sobre si es posible la aplicación del **Código Militar** a civiles, en tiempo de paz, el legislador explicó que es el **Ministerio de Defensa** quien debe pronunciarse.

Yamandú **FAU** (PGP) señaló que en estos casos "se debe actuar con prudencia, sin que esté ausente la firmeza". Recordó que la sociedad se expresa a través de cada uno de sus actos, pero también a través de sus símbolos, haciendo éstos referencia a la vida histórica del país y generando respeto colectivo. El Prócer como figura política, en una democracia puede ser alabado o cuestionado, pero siempre dentro del marco del respeto. Afirmó que no se puede permitir el agravio al que se atente contra el decoro de alguien que es un símbolo del País.

El **10NOV96** en la Ciudad de Minas tuvo lugar una marcha de desagravio a la figura de Artigas, encabezada por el Dip. **PIANA EFFINGER** y Julio **MENDEZ** (Pdo. Nacional).

En el ámbito de lo social es de destacar que el CLADES (CENTRO LATINOAMERICANO DE DOCUMENTACION ECONOMICA Y SOCIAL) convocó, para el 21NOV97, a un acto público de reivindicación nacional de la figura de nuestro prócer el Gral. Artigas. el cual tuvo lugar en la Pza. Independencia.

El 23NOV96 la edila María **DROIRA DE ESPINOSA** (P.NAL.) demandó, ante sus pares de la Junta Departamental de Soriano, el "rechazo absoluto a la permisividad de la difusión de tal engendro", entendiendo que "se está descendiendo por la escalinata de la mala educación, para sumergirnos en el oscurantismo de la irrespetuosidad, socavando en forma artera las raíces mismas del sentimiento patriótico de todo oriental bien nacido".

El historiador José Pedro **BARRAN** entiende que no hay delito y que sería un error prohibirla, siendo que "el país se creó para ser libre". Supone que el grupo intenta atacar la "figura burguesa que se tiene de Artigas, al héroe acatando". Considera que eso no es un delito contra la patria, siendo más delito "haber construido el Mausoleo".

El cantante Osvaldo **FATTORUSO**, reconoce que la letra es de mal gusto, sin embargo entiende que no se debe censurar, posición ésta compartida por varios músicos nacionales, tales como Mariana **INGOLD** y Jaime **ROOS**.

El Gral. (R). Iván **PAULOS** señaló que la letra de la canción demuestra un nivel de deterioro social muy grande, profanando los valores de la patria.

El **Ministro de Defensa Nacional** contestó un pedido de informes, señalando que entiende que la canción en cuestión es ofensiva, que atenta contra el pudor y constituye un delito de vilipendio a los Símbolos Patrios, pero que se considera **inconstitucional aplicar artículos del Código Penal Militar a civiles.**

CONCLUSIONES

1ro.- El grupo musical uruguayo CUARTETO DE NOS compuso un tema, cuya letra ataca en forma grosera la dignidad del Prócer General José G. Artigas y deforma burdamente frases del Jefe de los Orientales que forman parte de la identidad nacional. La canción titulada "El día que Artigas se emborrachó" no es solamente un ataque a la imágen del Prócer, sino también a los valores que sembró y que son los cimientos de la Identidad nacional.

2do.- Esta canción que hoy ofende y agravia la memoria del Prócer y la gesta artiguista, es la continuación de un estilo de composición absolutamente degradante y ridiculizante que ha incluido en su temática otros héroes nacionales, hechos históricos y hasta "TABARE", obra magistral del Poeta de la Patria, Don Juan ZORRILLA DE SAN MARTIN.

3ro.- **MARCO JURIDICO**.

Independientemente de la tipificación jurídico-penal que pueda hacerse sobre los comportamientos de autores, músicos y editores, son indudables los efectos culturalmente dañosos sobre los niños y jóvenes, siendo responsabilidad primaria del Estado la preservación de su formación moral.

Ni en el Código Penal, que entrara en vigencia en 1934, ni en las leyes especiales se hace referencia alguna a la protección de los emblemas nacionales. El art. 277 sólo protege a los Jefes de Estado y los emblemas extranjeros, existiendo un vacío legal al respecto.

Según declaraciones que hiciera el Fiscal Penal, Eduardo **FERNANDEZ DOVAT**, a "ULTIMAS NOTICIAS", el 25OCT96, la única figura delictiva en la que se puede encuadrar la conducta del autor de la mencionada canción, al grupo y al sello discográfico que lo editó es la del "ULTRAJE PUBLICO AL PUDOR, CON DISCURSO CON ACTOS OBSCENOS". Se trata de un delito perseguible de oficio, cuya pena va desde 3 meses de prisión a 5 años de penitenciaría. Según el Magistrado, debido a "la grave alarma social que el hecho puede provocar, podría imponerse un procesamiento, que abarcaría al que escribió la letra, los integrantes del grupo que la cantan y hasta el sello que lo grabó". También un conocido Juez Penal, que solicitó no ser identificado, manifestó a "ULTIMAS NOTICIAS", que si bien no existe en nuestro ordenamiento jurídico vigente ninguna protección a los símbolos patrios, igualmente los autores del tema, el grupo y el sello discográfico podrían haber incurrido en la figura de "ULTRAJE PUBLICO AL PUDOR CON DISCURSO CON ACTOS OBSCENOS", coincidiendo con lo expresado por el Fiscal FERNANDEZ DOVAT.

El Código Penal establece, a través de la ley 14.068 del 10JUL72, el "DELITO DE IMPRENTA". En su art. 91, inc. 8, establece que la excitación al desprecio de la Nación, del Estado o de sus Poderes, el vilipendio del Escudo, de la Bandera o del Himno Nacional, se castigará con 3 meses de prisión a 2 años de penitenciaría. La protección de dicha norma no alcanza a la Bandera de Artigas como así tampoco a su figura.

Más de una vez se ha invocado el derecho a la creación intelectual, existiendo al respecto posiciones extremas asignando valores absolutos para el respeto a cualquier manifestación del arte. La libertad no es irrestricta y debe ser bien interpretada. La libertad implica disfrutar de los derechos, pero nunca puede significar el entierro de aquellos derechos que son patrimonio de toda la Nación.
<u>El art. 29</u> de nuestra Constitución consagra la libertad de expresión del pensamiento, por palabras, escritos privados o públicados en la prensa, o por cualquier otra forma de divulgación, sin necesidad de previa censura. Sin embargo establece que <u>serán responsables por sus dichos el autor y, en su caso el impresor y emisor, con arreglo a la ley</u>.

<u>4to</u>.- <u>MARCO CONCEPTUAL</u>.

Mientras que a través de generaciones el pueblo oriental reivindicó la imagen del Prócer y se le dió la altura que su imagen merece, cuatro cantantes pretenden por medio de lo grosero e irreverente atacar la figura del héroe nacional.

Cabe señalar que un conjunto musical que ejecuta interpretaciones de género atrevido, obsceno y deliberadamente irrespetuoso incide en la juventud a la que divierte, ratificando de ese modo un nuevo concepto de moral concebido gradualmente a través de "tolerancias" que resultan verdaderamente insólitas.

Estas expresiones "culturales" ponen de manifiesto una decadencia moral, bajo nivel intelectual, irreverencia juvenil, gracia deplorable, ingenio mal empleado, ignorancia sobre elementales normas de convivencia y menosprecio por los Héroes y hechos históricos fundacionales de nuestra Nacionalidad e Identidad.

Desgraciadamente no se cuenta con una normativa adecuada que de respuesta a quienes se mofan de la imagen del inspirador de la nacionalidad. Se debe llegar a admitir que mientras los más levantan monumentos, los menos no pueden burlarse de los ilustres antepasados, dando vida a vergonzosas caricaturas, no importa cual sea el grado de intencionalidad o dolo. La sociedad que no tiene respuestas rápidas y tajantes para poner coto a las agresiones, como la que motiva este Memorandum, corre el riesgo de que se pierda total noción de su origen y de su destino.

La educación impartida en las últimas décadas en el país no ha sido suficiente para trasmitir los valores esenciales, generando un vacío de ideas y un relativismo absurdo, al menos en algunos sectores juveniles.

Se destaca que esta intencionalidad de agravio (reconocida públicamente por los integrantes del Cuarteto - Revista "3" - 01NOV96) es reiterativa, detonando en esta oportunidad por una denuncia de la Colectividad Negra que tuvo eco en un Parlamentario. Pero todos los extractos de sus canciones (que se adjuntan) muestran que se ha venido denostando y manoseando a los Símbolos Patrios, a los Próceres y figuras destacadas de la Patria así como a hechos históricos nacionales con la mayor impunidad desde hace años sin que ello generara más que algunas tibias reacciones que no pasaron de lo declamativo.

La parte conceptual más significativa que se publicó está contenida en un artículo del Dr. Eduardo J. CORSO, del cual se han extractado algunos fundamentos para estas conclusiones.

5to.- REACCION DEL SISTEMA POLITICO.

- Los sectores de izquierda tuvieron actitudes contradictorias al manifestarse sobre el tema, particularmente en el ámbito de la Junta Departamental de Montevideo. Se desconoce si se dió intervención a la Dirección de Espectáculos Públicos de la I.M.M. quien habitualmente tiene jurisdicción sobre estos temas, en especial en el control y fiscalización de las letras de las Murgas y conjuntos carnavaleros, no habiéndo sido publicada su intervención, si la tuvo, en ningún medio de prensa.

El semanario "**BRECHA**", con celeridad, esgrimió que circulaba de nuevo el "fantasma de la **CENSURA** al igual que durante el Proceso", utilizando esta argumentación y la tan manida tolerancia como elementos **PARALIZANTES** para incidir en todos los sectores capaces de adoptar una decisión, crear opinión al respecto o, lo que es más trascendente aún, sentar jurisprudencia y precedentes que mantuvieran en vigencia algún vestigio de "censura", en democracia, sobre la libertad de expresión.

Esto naturalmente favorece sus intereses en forma notoria e incuestionable. En su filosofía gramsciana, último reducto intelectual apropiado para imponer sus viejos principios marxistas y leninistas en la post-modernidad, es instrumento imprescindible recurrir a las barreras de la "**tolerancia**" y la "**NO CENSURA**" para impedir a toda costa ejercer alguna clase de protección a las raices mismas de la Nacionalidad. Es necesario destruir, demoler, crear nuevas generaciones carentes de todo sentimiento, de todo principio; oportunamente alguien llenará este vacío con una "**actitud seductora televisiva**" o con alguna otra profundidad intelectual en otros niveles de la cultura.

- De alguna manera se lograron los resultados buscados ya que el mecanismo institucional funcionó de la siguiente manera:

* El origen del reclamo surge de la Colectividad Negra que, afectada en su sentimiento de patria y de raza, formula una protesta que es recogida por el Dip. Agapo Luis **PALOMEQUE.**

* El mismo entiende que se deben expedir los Ministerios de Defensa, de Educación y Cultura y el INAME.

* **El Parlamento** como Institución no se pronunció.

* **El Ministerio de Defensa** contestó un pedido de informes señalando que entiende que la canción en cuestión es ofensiva, que atenta contra el pudor y constituye un delito de vilipendio a los Símbolos Patrios pero que se considera inconstitucional aplicar artículos del **Código Penal Militar** a civiles.

* **El M.E.C.:** No actuó inicialmente de oficio y, si bien el Sr. Ministro expresó su posición personal, no trascendió un pronunciamiento oficial de la máxima autoridad en el ámbito de la cultura. No obstante dió intervención a los siguientes organismos:

* **Ministerio del Interior:** No se pronunció entendiendo que debía pronunciarse al respecto el Fiscal de Corte, por lo que devolvió el expediente al M.E.C. con esta respuesta.

* **Fiscal de Corte y Proc. Gral. de la Nación:** No encontró mérito para una acción penal.

* **INAME:** Calificó a la canción no apta para menores de 18 años, siendo ésta en definitiva la única medida adoptada por todas las instituciones.

- Ante esta situación el **"CUARTETO DE NOS"** que inicialmente había expresado su voluntad de retirar la canción del CD si existían impedimentos legales, continuó adelante con sus propósitos editando finalmente el CD incluyendo en él la canción de referencia.

- Al **27DIC96** se encontraban agotadas las dos primeras ediciones de su disco (alrededor de 3000 ejemplares), el Sello Verde, de quién son propietarios, solicitó a Buenos Aires una nueva partida de material.

- No parece lógico ni razonable que, a 187 años de la Gesta Artiguista; a 167 años del nacimiento de la República y a más de 100 años de haberse superado la leyenda negra sobre el Prócer, no exista un marco legal apropiado que proteja los valores históricos fundacionales. Si así fuera se estima conveniente que se legisle al respecto, fundamentalmente para que no existan dudas en el futuro ante acciones similares provocadas por sectores cuyos fundamentos intelectuales están muy próximos al nihilismo cultural.

- De ser cierto que algunos sectores prefirieron no tomar posiciones firmes al respecto porque, como afirmó el Edil **TOVAGLIARI** en la Junta Departamental de Montevideo, temían perder electorado juvenil, aparentemente cometieron un doble error porque un porcentaje muy elevado de población reclama que de alguna manera se sancione a quienes agravian a la figura del Prócer o a los Símbolos Nacionales. Así lo establece claramente una encuesta recientemente realizada, cuyo extracto se detalla a continuación.

ANEXO Nº1

LAS LETRAS DEL CUARTETO DE NOS

Tabare, that's right (1991)

Buenas noches tengan todos en este seminario
soy una persona de buen gusto literario
hoy disertaré sobre un libro en especial
que leí cuando era chico y me lo hicieron recitar
ustedes pensarán que soy un resentido
pero tenían que verme como un indio mal vestido
con lentes de contacto celestes y con plumas
con una bombachita y gritando aú aúa.

Tabaré, yeah yeah yeah
el indio trolo ataca otra vez
Tabaré, yean yeah yeah
si vos sos indio yo soy Gardel.

Tabaré sufrió de Edipo y tuvo un problemita
amó a una española que era igual que su mamita
aparte era tarado pues la mina lo trillaba
se le tiraba arriba y Tabaré se le escapaba
fue el precursor del racismo nacional
con los de su propia raza estaba todo mal
para él mucho mejor cuanto más blanca la piel
un póster dibujó de Blanca Nieves sin soutien.

Tabaré, that's right.

La gallega era virgen y se había calentado
Tabaré la respetaba porque él era bautizado
pero un buen día los indios atacaron
el fuerte por venganza y a Blanca Nieves secuestraron.
El cacique Yamandú, un charrúa más real,
se deja de pavadas y se la intenta clavar.
Y justo cuando estaba por hacerle ese favor
aparece Tabaré para matar al violador.

A Tabaré lo encontraron con la tipa en una loma
y lo asesinaron por ser un gil de goma.
Se puede concluir de esta historia de idiotez
que la garra charrúa tan solo un cuento es
terminando yo diría que sin mucho empeño
flor de teleteatro que se harían los porteños.
La disertación ha llegado a su fin
que en paz descanses, Zorrilla de San Martín.

Al cielo no (1991)
(fragmento)

Prefería en el infierno estar
aunque tuviera que soportar
a Rivera, Oribe y a Garzón
y a la hinchada de Peñarol
así que no, por favor, al cielo no.

Solo un rumor (1994)
(fragmento)

Me contaron que tu padre es padrastro
y que tu actual mamá
era de tu madre la empleada
que un día te llevó equivocada a su hogar.
Y que te hicieron como siete abortos
y que uno salió mal
tuviste que partir y la quedaste
y que al bebé lo ahogaste en el watercló.

El primer oriental desertor (1994)

Escuche en Radio Clarín
que al Uruguay lo invadió Brasil
y afirma el locutor
que ya han tomado Tacuarembó
que quieren reclutar [illegible].
para ir a pelear
a los tipos de mi edad
y dije "por favor, no, mi general"
que en esto de la guerra soy un maricón
y mi héroe no fué Napoleón
no sería ningún deshonor
ser el primer oriental desertor.

Lo de la guerra es algo nuevo
porque a mi la patria me chupa un huevo
solo quiero vivir a mis anchas
qué me importa qué bandera hay en la Plaza Cagancha.
Dejen de molestar, no me van a conquistar
y en dictadura militar yo jamás grité el "tiranos temblad".
De Artigas en mí solo hay
las ganas de borrarme al _Paraguay
con el primer grone que ande por ahí.
Seré el primer oriental desertor.

Esta historia de los 33
solo un escolar o un milico la cree
así que vayan por otro teatro
porque yo no pienso ser el oriental 34.
Sino queda otra elección
que "libertad o muerte"
yo voy a elegir la letra "o"
seré el primer oriental desertor.

Juan Retazo de los cielos de los cielos
do jamás se pone el sol se pone el sol
es la enseña de mi patria
la bandera tricolor.

Zitarrosa en el cielo (1994)

Zitarrosa en el cielo me contó una vez
que la historia que él contaba había sido al revés
no se había levantado a una yira brasilera
pero el nombre de la mina sí que era de veras.
Stephanie era la princesa hija de Rainiero
y fue ella quien compró placer pagando con dinero
y aunque esto no le pareció muy bien a Alfredo
aceptó porque esa noche estaba medio en pedo.
Al contarle su hazaña a sus amigos comunistas
le dijeron "tu conducta fue muy capitalista".
Don Alfredo, arrepentido, se confesó en clave
escribiendo una canción que su conciencia lave.
Y aunque esta canción parezca un poco irrespetuosa
no creo que perturbe el sueño de Alfredo Zitarrosa
porque si bien él era un cantor contestatario
esta canción no es más que un relato imaginario.

Tupamaro (1995)

Soy un gaucho del 63
el barrio Palermo fue el que me vió crecer
y ahí conocí al Mago Pantaleón
que vive acá abajo por la calle Yaguarón.
Y una vuelta que andábamos remamados
dijo: "yo te puedo hacer que viajes al pasado"
pensé: con la celeste dar la vuelta en el 50
o ser un Tupamaro de los 60.

Tupamaro,
no me equivoqué
Tupamaro
yo quise ser
Tupamaro
le pedí al mago.

Viajé en el tiempo y casi sin nadie espere
casi me confunden con Amodio Pérez
les conté que del futuro yo venía
y que pa cambiarlo junto a ellos lucharía.
Al poco tiempo la mala suerte fue tal
que marchamos todos en cana al penal
nos pusimos a excavar con pala y pico
para rajar de la tortura de los milicos.

Les conté que la pasaríamos muy mal
si la revolución no llegaba a ganar
pero el hechizo terminó al llegar a la meta
escapando por el túnel de Punta Carretas.

Y al regresar entre mis ropas encontré
la famosa bandera de los 33
los fachos que aún la buscan no saben el secreto
que la bandera está en el bombo del Cuarteto.

El cuarteto tapicero (1996)
(fragmento)

El cuarteto tapicero
ha puesto telas en el techo y la pared
el cuarteto tapicero
ha puesto telas sobre alfombras y moquette.
El cuarteto tapicero
ha puesto tela donde fuera menester
vamos a ver este cuarteto
dónde tela va a poner.

PUBLICADO EN REVISTA "3"

ANEXO Nº2

LETRA DE LA CANCION:

"EL DIA QUE ARTIGAS SE EMBORRACHO"

"Mi autoridad es hermana de vosotros y ella se deja ante mi presencia soberana.

El día que Artigas se emborracho hizo cualquier cagada como un buen señor
pero como ningún libro nunca lo contó, por eso ahora agarro y se los cuento yo.
Con la lengua trabada explicó el general qué color en su bandera iba a utilizar
"blanco y rojo en honor al vino que me tomé y azul por el pedo que después me agarré"
Se emborrachó
porque la guerra perdió y se emborrachó
porque alguien lo traicionó y se emborrachó
y la patria se lo agradeció.
"Llegamos al Ayuí con el éxodo oriental" gritaba haciendo eses nuestro general
y un paisano le avisó:
"pero usted está en cuete este no es el Ayuí no ve que es el Miguelete".
Llegó al hervidero y antes de tropezar preguntó a qué hora tocaba la banda oriental.
Se tomó un bicarbonato que después eructó y le puso a ese pueblo Purificación.
Se emborrachó
porque la guerra perdió y se emborrachó
porque alguien lo traicionó y se emborrachó
y la patria se lo agradeció.
Ese día dejó como diez embarazadas
se casó con la prima que era medio retardada
le dijo a Posadas "agarrala que me crece"
y vomitó en las Instrucciones del año XIII
y mamado hasta las patas dijo "me gusta esa china"
y en realidad no era otro que el negro Ansina.
Fajó a Lavalleja que le quiso explicar pero el pedo se le fue recién en Paraguay
(Estribillo)
Whisky para los vencidos".

PUBLICADO EN REVISTA "3"

SEGUNDA PARTE:

ENCUESTA

DE

CONSULTORA

CIFRA

Montevideo, 16 de julio de 1997.-

MEMORANDUM Nº 075/B/ANA/997.-

I.- ASUNTO: RESULTADOS DE UNA ENCUESTA REALIZADA POR CIFRA (GONZALES, RAGA & ASOCIADOS) EN MAY97, SOBRE ADHESION A LOS SIMBOLOS PATRIOS POR LA CIUDADANIA.-

II.- TEXTO:

1.- DESCRIPCION TECNICA DE LA ENCUESTA.

Para la encuesta nacional urbana que provee la mayor parte de los datos de este informe, fueron encuestadas 1.403 personas mayores de 16 años, tratándose de una muestra probabilística.
Las cifras indicadas en el texto son estimaciones, no valores exactos, admitiéndose un margen de error de más/menos 5 puntos porcentuales.

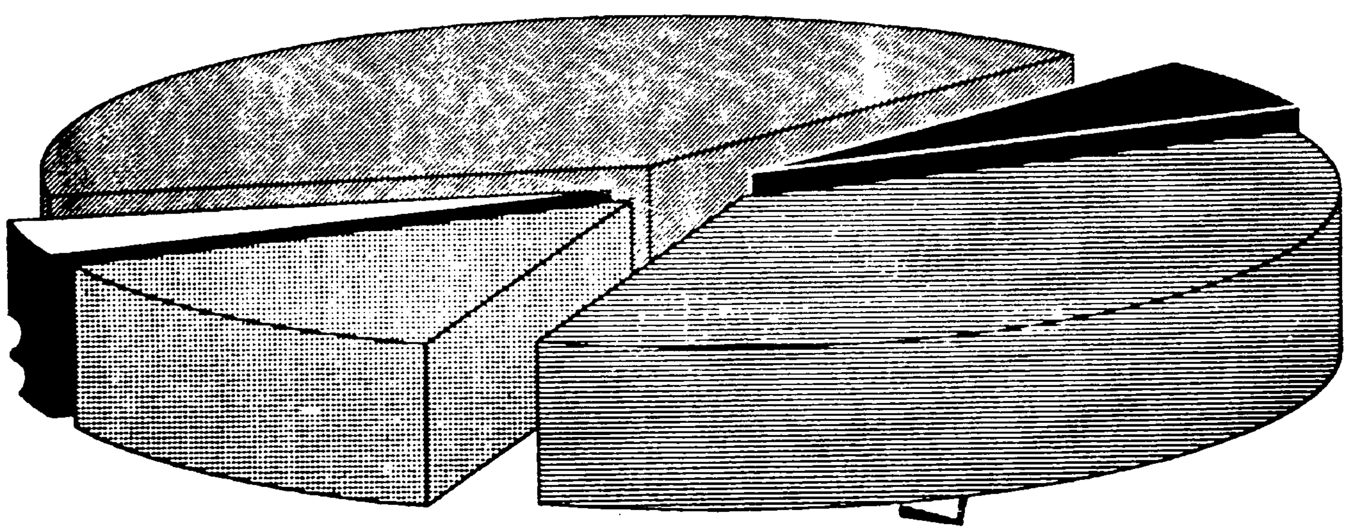
2.- HIMNO NACIONAL.

El 40% de los uruguayos recuerda haber cantado por última vez el Himno Nacional hace más de 4 años, el 4% entre hace 3 y 4 años, el 13% hace 1 o 2 años, mientras que el 37% recuerda haberlo cantado hace 6 meses o menos.
Un 6% no recuerda cuando fue la última vez que lo entonó.

Según el nivel de educación tenemos que el 53% de quienes dicen haber cantado el Himno Nacional hace más de 4 años cursó sólo primaria, el 33% secundaria y el 20% enseñanza terciaria.

Podemos leer estos porcentajes de la siguiente manera: 4 de cada 10 uruguayos recuerda haber cantado por última vez el Himno Nacional hace 6 meses o menos, mientras que 4 de cada 10 hace más de 4 años.

¿RECUERDA CUANDO FUE LA ULTIMA VEZ QUE CANTO EL HIMNO NACIONAL?



1 A 2 AÑOS - 13 %

3 A 4 AÑOS - 4 %

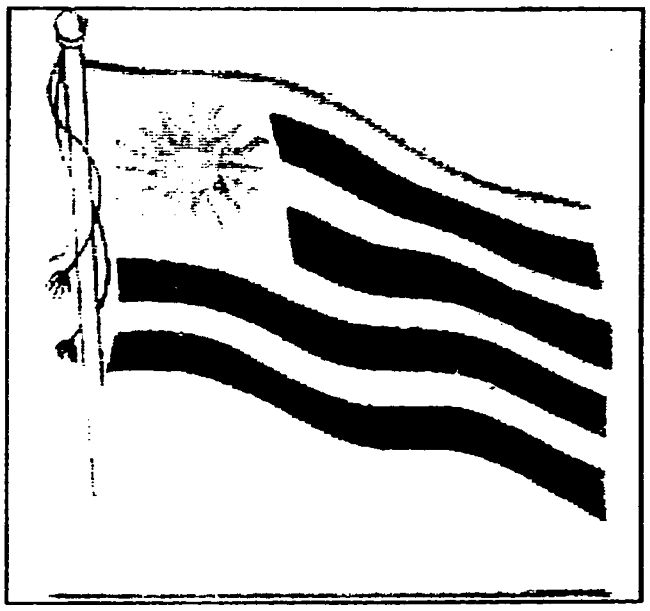
6 MESES O MENOS - 37 %

MAS DE 4 AÑOS - 40 %

NO RECUERDA - 6 %

3.- BANDERAS.

El 48% de los encuestados afirmó que en su casa había un banderín de algún cuadro de fútbol, el 15% una bandera de algún partido político, mientras que el 42% afirmó tener una Bandera Nacional.



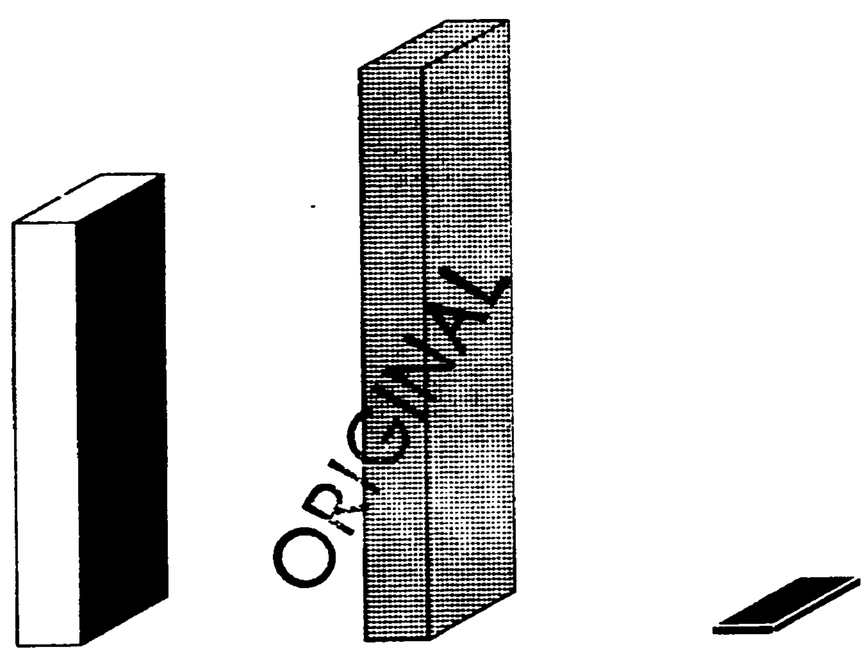
Frente a la frase "No debería ser delito quemar una Bandera Nacional", el 83% estuvo en desacuerdo, el 13% de acuerdo, mientras que un 4% no opinó.

Según el nivel de educación encontramos que el 85% de quienes sólo cuentan con educación primaria, sostuvo que está de acuerdo con que sea delito la quema del Pabellón Nacional, mientras que, dentro del sector que cursaron secundaria se manifestó a favor el 83% y dentro de los que alcanzaron el nivel terciario de enseñanza sólo se manifestaron a favor un 76%.

Atendiendo a las edades estuvieron de acuerdo con que sea delito quemar la Bandera Nacional, el 76% de los menores de 29 años, el 82% de los que se encuentran entre los 30 y 44, el 85% de aquéllos entre los 45 y 59, y el 89% de los mayores de 60.

En conclusión, 8 de cada 10 uruguayos está de acuerdo con que la quema de la Bandera Nacional sea considerado un delito.

¿EN SU CASA HAY ALGUNA BANDERA URUGUAYA?

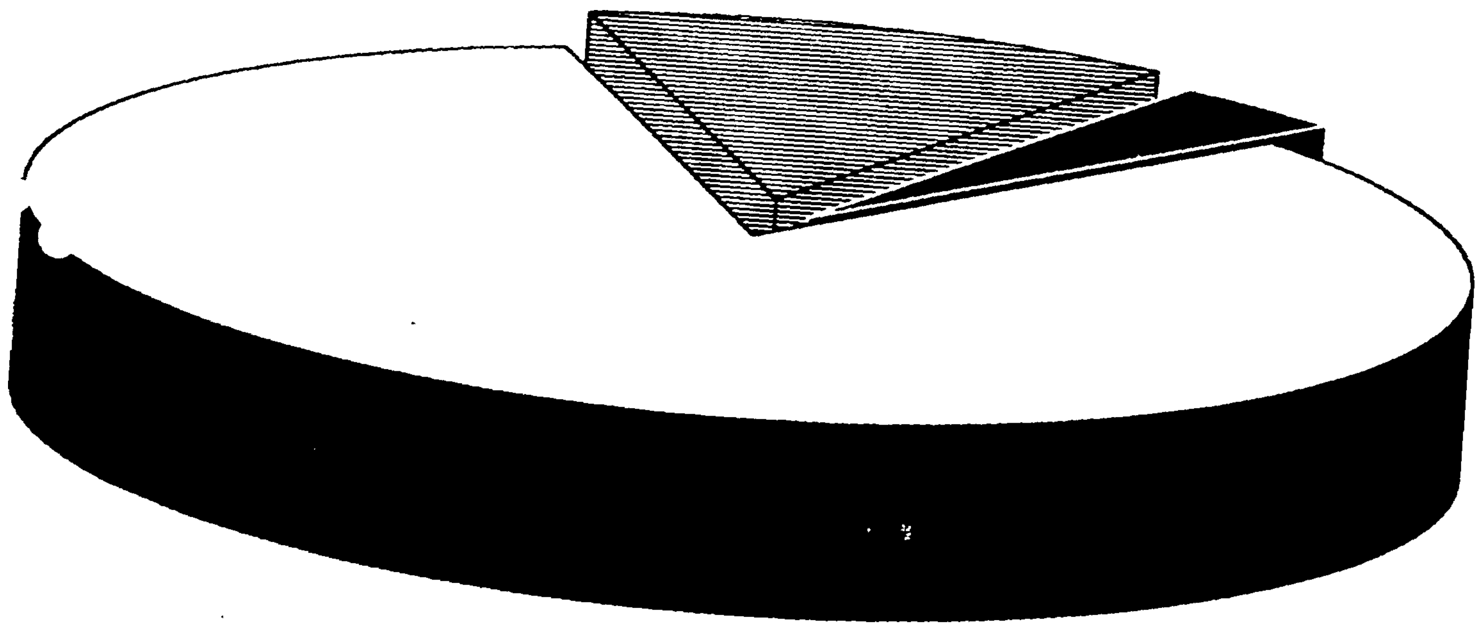


42 % SI

57 % NO

1 % NO OPINA

NO DEBERIA SER DELITO QUEMAR UNA BANDERA DE URUGUAY



EN DESACUERDO - 83 %

DE ACUERDO - 13 %

NO OPINA - 4 %

4.- FIGURA DEL GENERAL ARTIGAS.

En OCT96 se desató una polémica en torno a la letra de una canción del CUARTETO DE NOS, "El día que Artigas se emborrachó", que difamaba la figura del General José Gervasio Artigas.

En esta encuesta el 74% de los uruguayos dijo estar de acuerdo con el castigo de quien difame la figura del Prócer, el 20% se manifestó en desacuerdo, mientras que un 6% no opinó.

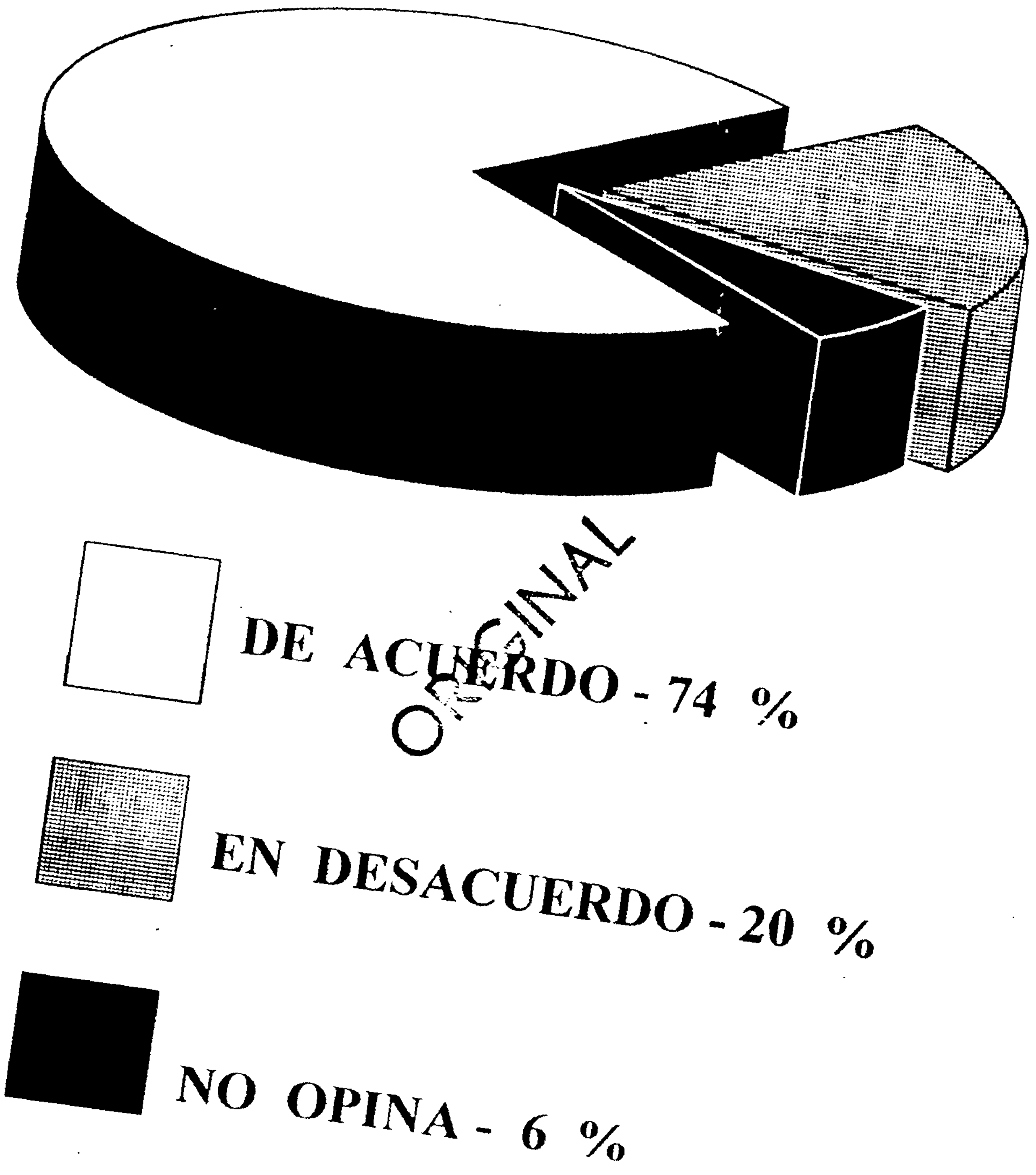


Teniendo en cuenta el nivel de educación de los encuestados, encontramos que de aquellos que cursaron únicamente primaria, el 83% estuvo de acuerdo con que se debe castigar a quienes difaman a nuestro Prócer, el 70% de quiénes cursaron secundaria y el 51% de los que alcanzaron el nivel de educación terciaria, se manifestaron también favorables a ello.

Según las edades, encontramos que el 61% de los menores de 29 años, el 68% de quiénes se encuentran entre los 30 y 44, el 83% de los que están entre los 45 y 59, y el 85% de los mayores de 60, comparten la idea de castigar a quienes difamen la figura del General José Artigas.

En síntesis, 7 de cada 10 uruguayos, está de acuerdo con que se castigue a quienes difamen la figura del General José Artigas.

¿HAY QUE CASTIGAR A QUIENES DIFAMAN LA FIGURA DE ARTIGAS?



034

9708575

5.- INTERPRETACION REALIZADA POR EL SOCIOLOGO LUIS EDUARDO GONZALEZ.

* Los uruguayos aprecian los Símbolos Patrios. En el 42% de los hogares entrevistados hay una bandera uruguaya, y en el 48% un banderín de un cuadro de fútbol, mientras que sólo el 15% tiene banderas de partidos políticos.

* Destaca que las banderas (tanto del país como del partido) suelen encontrarse en casas de quienes se interesan por la política.
El 54% de los entrevistados que se interesan mucho en la política tienen una bandera uruguaya en su casa, y el 33% tiene una bandera de su partido político.

* Señala que la relación más importante es la inversa.
La gente que se interesa en política tiende a ser también la más interesada en otras cuestiones de la comunidad.

* Destaca que es mayor el respeto por los Símbolos Patrios en los sectores de más alto nivel de educación. Si se mide el "patriotismo" por el número de banderas y la frecuencia con que se entona el Himno Nacional, entonces, a mayor educación mayor es el patriotismo.

* La gente menos interesada en la política es la menos educada, y no tiene banderas porque no se sienten partícipes de lo que esas banderas simbolizan.

* La contracara de la lealtad al Símbolo Nacional es la intolerancia.

* En muchas democracias se debate sobre la legislación de los símbolos patrios.
Por un lado se entiende que como símbolos de la unidad del país deberían ser respetados por todos.
Cuanto más confianza tiene la ciudadanía en la pujanza de su país, más tiende a respetar las tradiciones y los símbolos patrios, mientras que cuando la ciudadanía siente que su país está en decadencia, se olvida del respeto a los Símbolos Patrios e incluso se burla de ellos.

* En algunas democracias se entiende que es violatorio de la "libertad de expresión" impedir que se opine distinto sobre los Símbolos Patrios.
En la elección entre la libertad de expresión y el respeto a los Símbolos Patrios, los uruguayos se inclinan masivamente por el respeto y contra la libertad.
Es de destacar que el 84% opina que debe ser considerado un delito la quema de la Bandera uruguaya.
También consideran que algunos personajes históricos deben ser tratados como Símbolos Nacionales.

Así, el 74% piensa que "se debe castigar a las personas que difaman la figura del General Artigas".

Apenas 1 de cada 5 está en contra de esa tesitura punitiva.

* A pesar de estos porcentajes, la tendencia futura probablemente apunte hacia un aumento gradual de las actitudes liberales, ya que son más tolerantes hacia los comportamientos no patrióticos los más jovenes.

* Los datos muestran que en el tema de los Símbolos Patrios la edad es menos importante que la educación. Mientras que el 85% de las personas con menos educación formal están de acuerdo con castigar a quienes difaman la figura del General Artigas, entre los universitarios sólo lo está el 51%.
De acuerdo a ésto, la educación parece ser el instrumento más eficiente para difundir dos virtudes tan importantes como la lealtad y el respeto a los símbolos.

Nº DOCUMENTO 9708576

TITULO EE.UU. VIAJE DE MADELEINE ALBRIGHT A VIETNAM Y CROACIA

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 29/6/97

VINCULACIONES 11921

65880.

11164

11388.

11148.

vietnam 507674

Croacia 65058

01/03

El Mundo Comienza a Conocer el Estilo Madeleine Albright

CP 29/6.

TIME

Alternativamente encantadora o dura como el diamante, la nueva Secretaria de Estado norteamericana no rehuye ningún tipo de diplomacia, incluso la que llama pan al pan y vino al vino.

WASHINGTON, D.C.—Cinco helicópteros Blackhawk del Ejército de Estados Unidos tocaron tierra en el pueblo croata de Prevrsac. De uno de ellos bajó la Secretaria de Estado Madeleine Albright seguida por una cohorte de periodistas y camarógrafos. Acababa de criticar públicamente en Zagreb al presidente croata Franco Tudjman por no haber cumplido el acuerdo de paz que hace dieciocho meses puso fin a la guerra civil yugoslava.

Ahora, en Prevrsac, de pie ante una casa serbia derruida y también delante de las cámaras, la emprendió contra uno de los ministros de Tudjman por los ataques croatas contra los refugiados que regresan: "Es repugnante", expresó Albright. Habitualmente, los Secretarios de Estado formulan en privado sus protestas a los líderes extranjeros; Albright formula las suyas palo en mano y ante los ojos de la TV, para que todo el mundo se entere.

Aunque hace solo cuatro meses que ocupa el cargo, la política exterior norteamericana ya siente el "toque Albright". En principio, los intérpretes del Departamento de Estado tienen menos trabajo. Albright condujo su entrevista con el Ministro de Relaciones Exteriores galo Hervé de Carette en francés, uno de los cinco idiomas que la Secretaria domina. Los redactores de los discursos oficiales, que estuvieron encadenados durante cuatro años a la prosa ultraformal del Secretario Warren Christopher, tienen más libertad para insertar de cuando en cuando alguna línea liviana. Los responsables de la seguridad personal de Albright sí que tienen más trabajo, y de vez en cuando obligan a la activa Número Uno a ponerse un chaleco antibala: la clase de diplomacia pública que Albright practica a cielo abierto en algunos lugares peligrosos del globo provoca sudor frío en sus escoltas.

MARCA ALBRIGHT

Los líderes y gobernantes extranjeros están descubriendo que Albright no se intimida fácilmente. Antes de su reunión con el presidente Slobodan Milosevic en Belgrado, sus asistentes advirtieron a la Secretaria que Milosevic trataría de ponerla nerviosa desde el comienzo de la entrevista. Es exactamente lo que el presidente hizo apenas Albright comenzó a enumerar una larga lista de violaciones serbias del acuerdo de paz. "Señora Secretaria", interrumpió con sonrisa condescendiente Milosevic, "usted está mal informada". Albright, quien de niña vivió tres años en Belgrado, respondió: "No me venga con que estoy mal informada. Yo viví tres años aquí. La sonrisa desapareció del rostro de Milosevic.

La primera mujer que ocupa la Secretaria de Estado norteamericana es muy cuidadosa en cuanto al tratamiento que da a otras personalidades cuyo apoyo necesita. Como dice Albright a Time: "Es muy importante lograr un relacionamiento distendido, más informal, con los demás Ministros de Exteriores". Ha intercambiado docenas de notas y llamadas telefónicas con su colega ruso Yevgueni Primakov, que habitualmente no es una persona muy expresiva pero que ahora la recibe con flores cuando Albright llega a Moscú. Llegaron hasta a compartir un chiste privado. En cierta ocasión, Albright contó a Primakov que descubrió que su casa en Washington estaba llena de termitas. Ahora, cuando algún asistente de Primakov comienza a buscarle cinco patas al gato durante alguna negociación delicada, Albright dice "Vuelven las termitas..." y ambos Ministros ríen al unísono.



Un toque personal e intransferible: ¿pero funcionará?

ESPERANDO RESULTADOS

Albright realizó más de una docena de giras dentro de Estados Unidos para analizar temas de política extranjera con la ciudadanía o acompañar a algún senador que quiere ganar puntos en su Estado llevando a una visitante de tan alto rango. La Secretaria dedica atención especial y tiempo extra para lograr el apoyo del veteranísimo e influyente senador Jesse Helms, presidente de la Comisión de Asuntos Exteriores de la Cámara Alta (Helms es nativo de Carolina del Norte, estado sureño que Albright ya visitó dos veces). Durante su último viaje, Albright reveló ser una maestra en cuestión de relaciones públicas. Cuando subió al avión que la conduciría de regreso a Washington, encontró en su asiento un envoltorio conteniendo una buena porción de asado, cortesía del anfitrión Helms.

Todavía es demasiado pronto para saber qué clase de dividendos surgirán de tanta exposición en TV y tanta exhibición de encanto y personalidad. Junto con la porción de asado, Helms incluyó unas líneas en las que comunicó a la Señora Secretaria que no bloquearía en el Senado la ratificación del tratado de proscripción de armas químicas. Albright también logró convencer a Primakov de que abandonara las objeciones rusas al número admisible de soldados de la OTAN, lo cual abrió las puertas a la reciente firma del acuerdo Rusia-OTAN que permite ampliar la Alianza atlántica a países de Europa oriental.

Sin embargo, Albright no tuvo fuerza para obligar a Tudjman y a Milosevic a entregar diversos criminales de guerra o permitir que varios miles de refugiados balcánicos puedan regresar a sus hogares. Helms, por su parte, prometió buena letra en el tratado de armas químicas pero en otros temas sigue causando dolores de cabeza al gobierno (anunció que bloquearía el nombramiento de un nuevo embajador en México propuesto por el presidente Clinton).

En otras latitudes Albright no ha podido avanzar mucho. Las conversaciones de paz israelí-palestinas se interrumpieron, mientras que China sigue ignorando reiterados llamamientos de la Secretaria de Estado para que ponga fin a la persecución de disidentes. "Es claro que la Secretaria tiene un estilo más punzante y público" (que su antecesor), dice Richard Haass, director de estudios de política exterior del Instituto Brookings, "pero si yo tuviera que clasificarla en una libreta de notas, hasta ahora lo máximo que se le podría darle es un 'incompleto'".

Sin duda que la nota final dependerá de los logros.

02

[illegible]

[illegible]

[illegible]

EEUU VIETNAM

ALBRIGHT EMPRENDIO VIAJE A VIETNAM, PRIMERA ETAPA GIRA A ASIA

San Francisco (EFE), 25 jun (EFE).- La secretaria de Estado norteamericana, Madeleine Albright, emprendió hoy viaje a Vietnam, país que representa la primera escala de su viaje a Asia durante el que visitará probablemente también Camboya.

El portavoz del Departamento de Estado, Nicholas Burns, indicó que durante la visita a Vietnam la secretaria Albright tratará de profundizar en las relaciones "con uno de los países más importantes del sudeste asiático" que además tiene un especial significado para Estados Unidos.

Respecto a Camboya, a pesar de que por el momento no se ha decidido cancelar la visita, fuentes del Departamento de Estado han considerado que en estos momentos es "menos probable" dada la situación de inestabilidad que se vive en el país tras la detencion de Pol Pot.

De todas formas, el Departamento de Estado ha indicado que, si no va a Camboya en esta ocasión, lo hará a finales de julio cuando viaje a Malasia para asistir a la reunión de la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático.

Lo que si esta claro es que Albright va a estar en Hong-Kong el próximo uno de julio, cuando la colonia británica pase a manos chinas.

Por lo demás, según dijo Burns, Albright piensa mantener en Hanoi distintas reuniones en las que se debatirán desde las relaciones económicas a las que tienen que ver con los derechos humanos y otros asuntos políticos. EFE

MLA/RCP/PI

06/25/19-54/97

Nº DOCUMENTO 9708577
TITULO
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 17/6/97
VINCULACIONES 11921.
65890.
11164.
11388.
11148.
507512.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

SECRETARIO DEFENSA EEUU CONTINUA GIRA GOLFO CON VISITA A EAU

Dubai (EAU), 17 jun (EFE). El secretario de Defensa de Estados Unidos, William Cohen, llegó hoy a Emiratos Arabes Unidos procedente de Bahrein, dentro de la gira que efectua desde la semana pasada por cinco paises del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG).

Durante su estancia en Abu Dhabi se espera que Cohen trate de convencer a las autoridades emiratíes de que compren aviones de combate F-15 de fabricacion norteamericana, que compiten con los aparatos franceses Rafale y Eurofighter para conseguir un contrato de venta de 80 aviones de combate a este rico pais del Golfo Pérsico.

Antes de salir de Manama, capital de Bahrein, Cohen afirmo en rueda de prensa que Irán ha realizado recientemente pruebas con un nuevo misil crucero antibarco, justificando asi la postura de Washington de que sigue viendo a Teherán como una amenaza para la zona.

Cohen explicó que la adquisición por parte de Irán de ese tipo de misiles es preocupante, ya que son difíciles de detectar por los radares.

También expresó su preocupación por el hecho de que el armamento que posee Irán puede constituir un peligro para el comercio internacional que transita por el Golfo Pérsico, donde se encuentran las reservas de petróleo más importantes del mundo.

Cohen [illegible] su postura hacia Teheran, a pesar de que los otros paises árabes de la region han manifestado su optimismo acerca de la [illegible] elección del moderado y pragmatico Mohamed Jatami como nuevo presidente de Irán, que puede favorecer un acercamiento y mayor entendimiento con los paises vecinos y Occidente.

Antes de visitar Bahrein, Cohen estuvo en Kuwait y en Arabia Saudí, y aún tiene previsto visitar hoy a Omán, donde concluirá su gira de cinco días por el Golfo Pérsico.

Estados Unidos tiene desplegados unos [illegible] soldados en el Golfo Pérsico, y en Bahrein mantiene el Cuartel General de la Quinta Flota estacionada en la zona. EFE

[illegible]

[illegible]

01-01 9708577

Nº DOCUMENTO 9708578

TITULO

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 18/6/97

VINCULACIONES 11921'

65890.

11164

11389.

11161.

501889.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

SENADO APRUEBA PLAN PARA PAGAR A LAS NACIONES UNIDAS

Washington, [illegible] (AFP) - Después de dos días de debates, el pleno del Senado aprobó un plan para pagar parte de las deudas que EEUU tiene con las Naciones Unidas después de rechazar un intento por eliminar las condiciones [illegible] para su puesta en práctica.

Por [illegible] votos a favor [illegible] en contra, los senadores dieron [illegible] a pagar 819 millones de dólares a la ONU [illegible] que Washington tiene con [illegible] la organización [illegible] millones.

El senador [illegible] intentó eliminar del plan [illegible] que tiene que pagar a la ONU [illegible] enmienda fue [illegible] por [illegible] votos [illegible] tras un gran debate.

[illegible] un desagravio [illegible] de las Naciones Unidas [illegible] de paz.

[illegible] de Relaciones [illegible] práctica [illegible].

[illegible] Senado [illegible] también autoriza [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

01-01

9708578.

El partido de Clinton solicita donaciones para pagar deudas

En rojo: tendrá que devolver fondos recaudados durante la campaña del año último; los demócratas deben más de 14 millones de dólares.

WASHINGTON, 10 (AP).- Agobiado por escándalos de recaudación de fondos y por una enorme deuda, el Partido Demócrata planea pedir donaciones de 250.000 dólares a sus más leales partidarios durante los próximos dos años.

La solicitud la hará el presidente Bill Clinton durante una cena programada para mañana, dijeron funcionarios que conocen del plan.

Integrantes del Partido Demócrata y de la Casa Blanca, que pidieron permanecer anónimos, dijeron que fueron invitados entre 40 y 50 de los partidarios más leales.

Un hombre cercano al presidente informó que los dirigentes del partido anunciarán allí sus planes para las elecciones de 1998. Por primera vez en lo que va del año, no se dará acceso a la prensa a los comentarios de Clinton en un acto partidista.

Una reunión muy franca

El vocero de la Casa Blanca, Mike McCurry, dijo que la cena será "una reunión privada muy franca" en la que se tratará el presupuesto y prioridades para los gastos del partido. "Permitir el acceso a la prensa no sería apropiado porque se discutirá cómo pensamos ganar las elecciones de 1998", dijo McCurry.

"No queremos que los republicanos lo sepan".

El Comité Nacional Demócrata enfrenta deudas de más de 14 millones de dólares provenientes de las elecciones del año último.

En dos semanas el partido deberá devolver otro 1,5 millón de dólares proveniente de donaciones de fuentes extranjeras o dudosas, lo que llevaría a más de 3 millones de dólares los reembolsos efectuados desde que estalló la controversia sobre los fondos electorales.

Un funcionario dijo que Clinton será el anfitrión de la cena, en la que se le solicitará a los partidarios donar o recaudar 250.000 dólares en los próximos dos años. Antes de eso, los donantes asistirán a sesiones de estrategia política.

Los demócratas han expresado su preocupación ante la posibilidad de que no podrán igualar a los republicanos en la recaudación de fondos antes de las elecciones para el Congreso el próximo año.

Los demócratas han dicho que no aceptarán contribuciones mayores de 100.000 dólares por individuo por año, a la vez que explicaron que la cifra de 250.000 no viola esa norma porque incluiría contribuciones solicitadas por individuos a otras fuentes.

Extra 11/6

XA2342

U POXBT 06-04 00130
icx mun exg

EEUU-ELECCIONES
ELEGIDO PRIMER ALCALDE NEGRO DE CAPITAL DE MISISIPI

Jackson (EEUU), 3 jun (EFE).- El demócrata Harvey Johnson se convirtió hoy, martes, en el primer negro en ser elegido alcalde de Jackson, la capital del estado de Misisipi, con una población predominantemente negra.

Según las cifras no oficiales, Johnson alcanzó el 70 por ciento de los votos, frente a la candidata republicana Charlotte Reeves.

Aunque la mayoría de los 198.000 habitantes de Jackson son negros, los blancos han dominado tradicionalmente la alcaldía.

El concejo municipal cuenta con cuatro miembros negros y tres blancos.

Cuando se ha efectuado ya el recuento de la casi totalidad de los votos, Johnson ha alcanzado más de 31.000 sufragios, y Reeves alrededor de 13.300, dijeron fuentes cercanas con el escrutinio.

EFE

RM/PG

06/04/04-17/97

DF8027

U POXBT 06-06 00255
mun exg ic:

EEUU-PRESUPUESTO
CONGRESO APROBO ACUERDO EQUILIBRAR PRESUPUESTO PARA AÑO 2002

Washington, 5 jun (EFE).- El Congreso de EEUU aprobó hoy un histórico acuerdo alcanzado entre los republicanos y la Casa Blanca este año, para equilibrar el presupuesto en los próximos cinco y que incluye reducciones impositivas y de programas sociales.

Según este acuerdo presupuestario, habrá una reducción de impuestos de 85.000 millones de dolares en ese periodo, y por primera vez desde 1969 se logrará la disminución del abultado déficit presupuestario que en los primeros años de la presente década superaba los 300.000 millones de dólares anuales.

Para 1977 se espera que el déficit sea por debajo de los 70.000 millones de dólares.

El documento fue aprobado por 327 votos a favor y 97 en contra en la Cámara de Representantes, y por 76 votos a favor y 22 en contra en el Senado.

Una versión inicial había sido aprobada en mayo pasado por las dos Cámaras legislativas, en la primera muestra de reconciliación entre el presidente Bill Clinton y los republicanos después de las elecciones del 5 de noviembre de 1996.

En esos comicios Clinton fue reelegido para un segundo periodo de cuatro años, y los republicanos mantuvieron su control de las Cámara Baja y Alta.

La versión final a la que se aprobó hoy, concaliar diferencias menores de los proyectos de la Cámara de Representantes y del Senado aprobados en mayo último.

Clinton y los republicanos negociaron el acuerdo aprobado hoy durante varios meses, a fin de evitar en el futuro faltas de fondos del Gobierno, como ocurrió a finales de 1995 y principios de 1996.
EFE

RH/JMA

06/06/97 15/77

01-01

XGF204
R F0XB1 06 10 0070
ICX MUN ASO

ARGENTINA-EEUU
GOBIERNOS FIRMAN UN NUEVO TRATADO DE EXTRADICION

Buenos Aires, 10 jun (EFE).- Los gobiernos de Argentina y Estados Unidos han firmado hoy en Buenos Aires un nuevo tratado de extradición, por el que se comprometen a agilizar el traslado recíproco de individuos que hayan cometido delitos castigados en ambos países con penas superiores al año de prisión.

El convenio consta de 23 artículos y busca una cooperación "más efectiva en la represión del delito", de acuerdo con una síntesis enviada a la prensa por la Cancillería argentina.

Si bien el texto completo del tratado no ha sido dado a conocer, fuentes del ministerio argentino de Relaciones Exteriores indicaron a EFE que con el nuevo convenio ha quedado eliminada la lista de delitos excarcelables que figuraba en el antiguo convenio de 1972.

Esa lista fue reemplazada por un artículo que establece que, en adelante, se les aplicará la extradición a todas aquellas personas que hayan cometido delitos "con pena máxima superior a un año" de cárcel.

El tratado contiene además "elementos modernos" para enfrentar nuevos desafíos del " crimen organizado, el terrorismo y el narcotráfico en todas sus formas", añade el informe.

Los Gobiernos aclararon que no se concederán extradiciones "cuando las causas que originan las peticiones sean delitos de carácter militar y político, o cuando las personas hubieran sido condenadas o absueltas por las mismas razones en el territorio de uno de los estados".

Argentina, cuyas leyes no preven la pena de muerte, se reservará el derecho de denegar la extradición cuando el delito invocado pueda ser castigado con la última pena en los Estados Unidos.

El tratado que fue firmado por el canciller Argentino, Guido Di Tella, y el encargado de negocios de Estados Unidos, Ronald Godard, renueva el que está vigente desde enero de 1972, deberá ser ratificado por el Parlamento argentino para que entre en vigor.
EFE

mf MM cnr

06/10/97 23:13

Asombro en la política de Estados Unidos

1/6 EP.

LEGISLADORA REPUBLICANA JOVEN Y DE FUTURO, RENUNCIA POR LA TV

Su anuncio provocó asombro en el ámbito político de Estados Unidos: Susan Molinari, de 39 años, una de las figuras con mejores perspectivas de llegar a posiciones prominentes en el Partido Republicano decidió renunciar a su banca por Nueva York en la Cámara de Representantes para iniciar una carrera en televisión como conductora de un programa periodístico semanal, en la mañana de los días sábado, en la cadena televisiva CBS.

USA TODAY

NUEVA YORK (Servicio de "USA Today" exclusivo para EL PAIS).— La joven legisladora se situó en el primer plano de la atención política en agosto de 1996 cuando el candidato presidencial del Partido Republicano, Bob Dole, la eligió para que pronunciara el discurso central en la convención de dicha colectividad política, en las que fijó las posiciones y líneas de acción en los principales temas de Estados Unidos y de política internacional.

Molinari, quien es integrante de una familia de larga tradición política —su padre, Guy Molinari ha sido legislador y es un dirigente de gran influencia en Nueva York— dejó desconcertados a correligionarios y rivales del Partido Demócrata, debido a que desde hace tiempo se la menciona como futura candidata a los cargos claves de Alcalde, Gobernadora o Senadora de Nueva York.

LA PASION POR LA TV

"No renuncio al Parlamento para dedicar mis horas a ir a la peluquería", dijo la diputada Molinari en un encuentro con el periodismo, para aclarar que su decisión no se fundamenta en motivos triviales. "Voy a ser conductora de un programa periodístico de alcance nacional en televisión. Se presentó la oportunidad y no podía decir que no".

Confirmó que el programa se iniciará en el mes de setiembre y combinará, en una suerte de revista televisiva, enfoques profundos y temas livianos.

Puntualizó que no abandona al Partido Republicano ni a las mujeres que confiaron en ella. "Mi decisión nada tiene que ver con el mundo del gobierno y de la política", explicó. "No quiero que existan malas interpretaciones. Siempre tuve inclinación por desarrollar una carrera periodística en televisión y ahora surgió una excelente oportunidad. No voy a hacer política por televisión. Voy a tener una actitud objetiva como corresponde a una periodista cuya misión es presentar los temas de interés al público".

Su padre comentó que "Susan siempre soñó con trabajar en televisión. Recibió una muy buena propuesta y no dudó un instante".

Los directivos de la cadena CBS defendieron su elección de Molinari para conducir junto con otro periodista el futuro programa periodístico y rechazaron críticas de competidores sobre la falta de experiencia de la legisladora en el medio televisivo.

El presidente de la División Noticieros de CBS, Andrew Hayward, descubrió la posibilidad de que Molinari fuera una futura estrella de televisión cuando por razones protocolares estuvo sentado junto a la joven política en una cena organizada por el Partido Republicano, en la noche anterior a la proclamación de Dole. Heyward le mencionó la eventualidad de que abordara una carrera en televisión. El 20 de enero, tras las ceremonias en las que el presidente Bill Clinton asumió la Presidencia por segunda vez, Heyward le planteó oficialmente a Molinari el interés de CBS por contratarla.

Nº DOCUMENTO 9708584
TITULO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 25/6/97
VINCULACIONES 11921.
65880.
11164.
11302.
656060.
11388.
Bosnia, 507697

Doc. CLARO

01-03

9708584

1

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] "Es que no [illegible] [illegible]", cuando se está hablando de [illegible] de sus fronteras [illegible] de naciones [illegible] como un grupo de adolescentes [illegible] de Estados Unidos".

Quien con más dureza [illegible] a los aliados europeos de Estados Unidos fue Barney Frank, representante demócrata por Massachusetts, poco después de que la Cámara de Representantes votase el martes en contra de prolongar la permanencia de los soldados norteamericanos en Bosnia más allá del 30 de junio de 1998, [illegible] el mandato internacional.

Además de criticar a los gobiernos europeos, los legisladores expresaron sus dudas sobre si el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, ha sido honrado con los norteamericanos sobre la duración y el coste de esa misión de paz bajo bandera de la ONU.

La Cámara Baja votó (278-148), ayer, martes, a favor de cortar todos los fondos para las operaciones militares norteamericanas en Bosnia desde el 30 de junio de 1998 a pesar de que el Pentágono asegura que poner una fecha de retirada forzosa puede poner en peligro a los efectivos de Estados Unidos allí desplegados.

Estados Unidos mantiene 8.500 soldados en Bosnia sobre el total de 31.000 que tiene desplegados la OTAN bajo mandato de Naciones Unidas y se prevé que a mediados de 1998 habrá pagado por ello más de 7.300 millones de dólares.

El ataque de los legisladores se ha producido tanto desde el banquillo de los republicanos, que son la mayoría en el Congreso, como de los demócratas, pero por diferentes motivos, mientras que la Casa Blanca ha amenazado con el veto.

El presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, ya transmitió al Congreso que la participación norteamericana en las fuerzas de paz de la ONU en Bosnia finalizaría el 30 de junio de 1998.

Fuentes legislativas dijeron que con esa votación lo que los representantes quieren es forzar al presidente a solicitar del Congreso una ampliación del mandato para los efectivos desplegados en Bosnia si Clinton decidiese que las tropas permaneciesen más allá de esa fecha.

Clinton subrayó, al término de la "Cumbre de los Ocho" celebrada en Denver (Colorado) del 20 al 22 de junio, que esperaba que en junio de 1998 se habrán completado los trabajos que hacen necesaria la presencia de las fuerzas internacionales de paz en ese país.

Por otra parte, el director de la Oficina de Control y Presupuesto, Franklin Raines, dijo que los expertos aconsejarán a Clinton que vete la ley de autorización para la defensa de 1998 si en su versión final se llegara a incluir una enmienda sobre la retirada de Bosnia.

Raines subrayó que una enmienda así pondría en grave peligro a

los soldados norteamericanos [illegible] de EEUU [illegible] [illegible] ante las [illegible] los [illegible] que [illegible] en la [illegible].

Para Lee Hamilton, demócrata de Indiana, esa enmienda envía a los agresores de la paz el mensaje que quieren oír: esperen [illegible] y las tropas de Estados Unidos se irán [illegible] también acusó a los congresistas de debilitar el liderazgo norteamericano en la OTAN.

En favor de la retirada forzosa se pronunció también John Kasich, republicano de Ohio y presidente del comité de Presupuestos, quien argumentó que así los soldados de EEUU "volverán a casa" y los gobiernos europeos se verían forzados a aumentar su presencia en los Balcanes.

"Los europeos no lo harán hasta que no se les fuerce a ello. [illegible] que hagan su trabajo", afirmó Kasich.

TZ

9708584

[illegible]

[illegible]

EEUU-CHINA [illegible]

CAMARA [illegible] ESTATUTO COMERCIAL PARA CHINA

[illegible] (EFE).- La Cámara de Representantes de EEUU mantuvo [illegible] la Casa Blanca [illegible] prolongar por un año el estatuto de nación más favorecida (NMF) a China.

Con [illegible] a favor y [illegible] en contra, los legisladores rechazaron la propuesta del congresista republicano Gerald Solomon, que [illegible] la decisión de la Casa Blanca de prolongar el NMF.

Si [illegible] ganado en el Congreso quien se oponía a un trato de favor para China, el presidente Bill Clinton hubiera vetado la decisión del Legislativo que tendría que haber conseguido una mayoría de dos tercios para anular a su vez el veto.

La votación sobre el NMF tuvo lugar al término de un debate que este año fue especialmente fuerte.

La prórroga del estatuto de nación comercialmente más favorecida ha dado lugar a una fuerte polémica desde la masacre de la plaza de Tiananmen en Pekín, en junio de 1989.

El propio Bill Clinton, durante la campaña presidencial de 1992, criticó al Gobierno de George Bush por mantener relaciones comerciales privilegiadas con China.

No obstante, Clinton considera ahora que la relación con el gigante asiático es irrenunciable y la ha convertido en una de sus prioridades para el segundo mandato.

Este año, a las tradicionales acusaciones contra China por sus violaciones de los derechos humanos, venta de armas de destrucción masiva a países terceros y prácticas comerciales injustas, los legisladores que se oponen a la prórroga del NMF agregaron el argumento de la presunta compra de influencias en la campaña electoral estadounidense de 1996.

Además, muchos expresaron preocupación por lo que ocurrirá en Hong Kong cuando esa colonia británica pase a estar bajo soberanía china, el próximo día 1 de julio.

La Casa Blanca utilizó el argumento de Hong Kong precisamente para defender lo contrario.

En los últimos días, el presidente Clinton repitió varias veces que si se suspende el NMF a China se perjudicará también a Hong Kong. Los propios responsables británicos de Hong Kong ha abogado en ese sentido.

Clinton afirmó además que "sería un grave error presuponer que China tiene mala fe" respecto a Hong Kong.

El presidente contó en esta batalla con el apoyo de dos de sus predecesores, los ex presidentes republicanos Gerald Ford y George Bush y el demócrata Jimmy Carter, quienes coinciden con Clinton en que aislando a China sólo se conseguiría que ese país se cierre y empeore la situación de los derechos humanos.

El mantenimiento del NMF es fundamental también por el importantísimo volumen de intercambios comerciales con China. Estados Unidos tuvo en 1996 un déficit comercial con China de casi 40.000 millones de dólares.

Washington otorga ventajas comerciales a casi todas las naciones, excepto un pequeño grupo entre los que figuran Irán, Irak, Libia y Cuba. EFE

[illegible]

03-03

9708584

Nº DOCUMENTO 9708585
TITULO
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 10/6/97
VINCULACIONES 11921
65890.
11163
11018.
11164
11388.
507488

XA7887

R FOXBT 06 10 00136
1cx mun exa

EEUU-COREA

EEUU QUIERE VENDER MISILES ANTIAEREOS A COREA DEL SUR

Washington, 10 jun (EFE).- El Gobierno de Estados Unidos comunicó hoy al Congreso su deseo de vender a Corea del Sur misiles antiaéreos "Stinger" por unos 307 millones de dólares, para mejorar su defensa nacional.

En un comunicado, el Pentágono informó de su intención de vender a Seúl 1.065 misiles "Stinger" y 213 lanzadores de ese sistema, diseñado para destruir aviones o helicópteros que operen a baja cota.

El departamento estadounidense de Defensa explicó que este material permitirá a las Fuerzas Armadas de Corea del Sur "protegerse de cualquier agresión aérea y mejorar su interoperatividad con las fuerzas de EEUU".

Estas ventas exigen el consenso del Congreso, aunque no se espera que surjan problemas para obtener la "luz verde" de las cámaras legislativas. EFE

rmi/cm/sah/rt

06/10/17 42/97

01-01

9708585

N°. DOCUMENTO 9708586
TITULO
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 22/5/97
VINCULACIONES 11121 . - 10190 .
ANT. Y BARBUDA
501 889
11164
11078

FB6678

U POXBT 05 22 00267
mun exg icx

fichas

ANTIGUA Y BARBUDA-ONU
COMIENZA EN ANTIGUA REUNION COMITE DESCOLONIZACION DE LA ONU

St. John's, (Antigua) 21 may (EFE).- El Comité de Descolonización de la ONU comenzó hoy, miércoles, en Antigua y Barbuda una reunión de tres días para tratar sobre la situación de las colonias caribeñas del Reino Unido y Estados Unidos.

Funcionarios del llamado "Comité de los 24" dijeron que en la reunión los representantes de los territorios informarán a la comunidad internacional del plan destinado a terminar con el colonialismo antes del inicio del siglo XXI.

Al encuentro asisten delegados británicos de Anguila, Bermuda, Islas Vírgenes, Islas Caimán, Montserrat, Turcos y Caicos y de las Islas Vírgenes de Estados Unidos.

Algunas de estas colonias se han quejado de la ayuda económica y de la inadecuada supervisión, pero en términos generales ninguna de ellas parece tener prisa en solicitar la independencia.

El primer ministro de Antigua y Barbuda, Lester Bird, inauguró el encuentro y señaló la necesidad de que expertos caribeños intervengan en el estudio o plan de acción con respecto a los territorios de la región.

"Nuestros propios expertos están en mejor posición de comprender las complejidades y peculiaridades de los diversos arreglos que estos territorios tienen con sus metrópolis y de articular las necesidades y preocupaciones de la gente de sus respectivos territorios", dijo Bird.

El primer ministro hizo un llamamiento a la comunidad internacional para que ayude a Monserrat, amenazada por el volcán Soufriere desde julio de 1995, y destacó que los gobiernos de la región han colaborado con este territorio ante la situación provocada por el fenómeno natural. EFE

TY/btg/lel/nd

05/22/00-30/97

Doc Poco Legible

01-01

Banzer amplía sus alianzas

General negocia incorporación del movimiento popular Condepa a su gobierno

La coalición que el próximo 6 de agosto llevará al general Hugo Banzer a la presidencia de Bolivia negocia la incorporación del movimiento populista Condepa al futuro gobierno, que obtendría así una cómoda mayoría en ambas Cámaras legislativas.

El partido del general, Acción Democrática Nacionalista (ADN), espera lograr algún tipo de participación de Condepa en la nueva coalición de gobierno formada con el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y la Unidad Cívica Solidaridad (UCS).



El próximo vicepresidente de Bolivia, Jorge Quiroga, dijo que la coalición, que dispone de la mayoría parlamentaria, no sólo debe ser capaz de llevar a Banzer a la primera magistratura, sino también de garantizar la gobernabilidad.

A este objetivo contribuiría en gran medida la incorporación de Condepa, que daría a la coalición más del 70 % de los escaños.

Pero en círculos de la dirección de ADN se teme que su incorporación en bloque no sea posible debido a las disensiones en el seno de ese partido populista desde la muerte, en marzo pasado, de su fundador, Carlos Palenque.

La participación de algunos sectores de Condepa en el próximo gobierno podría ser, en opinión de un futuro representante de ADN en el Parlamento, una buena alternativa para ampliar la mayoría de la que ya goza la nueva coalición. Como responsable de la negociación, Quiroga subrayó el aporte que significaría para el próximo gobierno la sensibilidad específica de Condepa: "Ellos saben algo que nosotros no sabemos, y por eso tienen un 80% de los votos de la ciudad de El Alto", afirmó.

Respecto a las reticencias que la coalición podría producir en Estados Unidos, el futuro vicepresidente señaló que "el gobierno norteamericano es muy imporante y hay que llevarse bien con todos los países, pero las decisiones, aquí, las tomamos los bolivianos".

Quiroga, que viajará la próxima semana a Estados Unidos, reprochó al actual gobierno, que preside Gonzalo Sánchez de Lozada, haber difamado a la coalición y a sus integrantes en Estados Unidos y anunció su intención de "dejar las cosas bien claras" sobre las acusaciones vertidas. Anunció que Banzer realizará, antes de acceder a la presidencia, una gira por Latinoamérica, y destacó los mensajes de felicitación recibidos de varios gobernantes de la región.

Entre ellos, figura la del presidente argentino, Carlos Menem, quien elogió la transparencia de los comicios y la decisión de los ciudadanos de otorgar a ADN "una significativa mayoría".

El embajador de España en La Paz, Manuel Viturro, afirmó que la nueva alianza demuestra que Bolivia tendrá un gobierno sólido en los próximos cinco años, y que la democracia está consolidada en este país.

Viturro manifestó su sorpresa y agrado por la rápida formación de la coalición, porque "es un compromiso que busca el beneficio del pueblo boliviano, un objetivo de todo gobierno". "Escuché con mucha satisfacción a los integrantes de la alianza y confío en que el gobierno y las empresas españolas colaborarán con el desarollo de este país", dijo el diplomático de España. Dos de los mayores grupos bancarios de ese país, el Banco Bilbao Viscaya (BBV) y Argentaria, administrarán los fondos de pensiones bolivianos.

Las acusaciones de haber tenido vinculaciones con narcotraficantes, utilizadas contra Jaime Paz Zamora – líder del MIR – durante la campaña, las emplea ahora el candidato del MNR, Juan Carlos Durán, contra Banzer. Durán sostiene que Banzer será responsable de haber creado una coalición que podría dar lugar a la "descertificación" (desaprobación) por Estados Unidos de la política antidroga de Bolivia.

Los dirigentes de ADN rechazan cualquier aproximación al MNR, pero no descartan que algunos de sus dirigentes se integren en la nueva coalición. Quiroga reconoció haber mantenido recientemente conversaciones con Guillermo Bedregal, uno de los principales jefes del MNR, y elogió su sinceridad a la hora de pasar revista a la situación política.

El general Banzer, de 71 años, del partido de derecha Acción Democrática Nacionalista, obtuvo el 26% de los votos en las elecciones presidenciales realizadas el 1º de junio en Bolivia. Como no consiguió la mitad más uno de los sufragios, deberá disputar una nueva votación en el Congreso con el segundo colocado, el ex presidente Jaime Paz Zamora del MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria), socialdemócrata, que obtuvo 17,5% de los votos (EFE). ■

Doc. con fs claras y oscuras

BOLIVIA ELECCIONES-ALIANZA
POPULISTA CONDEPA INTEGRA COALICION GOBERNANTE 1997-2002

La Paz, 6 jun (EFE). - El partido populista Conciencia de Patria (Condepa) se sumó hoy oficialmente a la coalición que gobernará Bolivia hasta el año 2002, y firmó un acuerdo con Acción Democrática Nacionalista (ADN), partido ganador en los comicios del pasado 1 de junio.

En un acto público celebrado hoy, el futuro presidente Hugo Banzer, jefe de ADN, suscribió un acuerdo con la candidata de Condepa, Remedios Loza, y la diputada electa Verónica Palenque, hija del fundador de ese partido, Carlos Palenque, que murió en marzo pasado de un paro cardiaco.

Banzer logró un acuerdo el miércoles pasado con el Movimiento de Izquierda Revolucionaria, liderado por Jaime Paz Zamora, y con otro partido populista, Unidad Cívica Solidaridad (UCS), conducido por el empresario Johnny Fernández.

Según escrutinios no oficiales, Condepa obtuvo la mayoría de los votos en La Paz y su participación en el próximo Gobierno le permitirá a Banzer tener el apoyo de un 75 por ciento de los diputados y del 60 por ciento de los senadores.

Desde su creación en 1982, Condepa ha sido la preferida en las ciudades de La Paz y El Alto, lo que le ha permitido participar del poder municipal en ambas ciudades vecinas.

Según el acuerdo, Condepa compromete su respaldo a la elección por el Congreso del general Banzer como presidente, y de Jorge Quiroga como vicepresidente de este país, para honrar así "la palabra empeñada por el jefe perpetuo de Condepa".

Ambos partidos acuerdan en ese documento "revisar las medidas contrarias a la Constitución y las leyes vigentes y empezar a pagar la deuda social ocasionada por un Gobierno concentrador y autoritario, humanizando el modelo vigente".

Entre los propósitos mencionados en el acuerdo destacan el de garantizar la gobernabilidad de la próxima gestión, la estabilidad económica y el de formar un gobierno "con los hombres y mujeres más destacados de este país".

El general resaltó que siempre supo que hubo "química" entre él y Remedios Loza, pues aseguró que las veces que se vieron "por lo menos nos sonreímos".

Recordando al desaparecido líder y fundador de Condepa, Banzer destacó la alianza y afirmó que "es una voluntad concertadora que beneficiará a los pobres".

Banzer aseguró que con este pacto el pueblo boliviano podrá sentirse "confiado y tranquilo", y afirmó que el nuevo Gobierno "no peleará por cuotas de poder".

Remedios Loza, al sustentar la incorporación de su partido a lo que a coalición gobernante, dijo que más que una alianza [illegible] de los [illegible] este acuerdo significa "un compromiso con el hombre y la mujer bolivianos, con los [illegible] olvidados, con las grandes mayorías que no tuvieron gobierno". EFE

[illegible]

02

9708587

EDITORIAL

Elecciones bolivianas

5/6 ED.

El hecho de que un ex dictador militar asuma como nuevo presidente de Bolivia –sometiéndose a las reglas de juego democrático– refleja el encomiable proceso de maduración en un país de historia turbulenta. El general retirado Hugo Banzer, ganador de las elecciones del domingo último, ha dejado atrás sus siete años de gobierno militar hace dos décadas y se apresta a volver a la Presidencia al frente de una coalición de fuerzas políticas.

Su derechista Acción Democrática Nacionalista venció en los comicios pero sin alcanzar la mayoría absoluta, por lo que el Parlamento designará presidente entre los dos candidatos más votados, que fueron Banzer y Juan Carlos Durán, del gobernante Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR). De no mediar alguna sorpresa Banzer está confirmado al frente de una coalición que actualmente negocia y que le dará el necesario respaldo legislativo.

Esta confirmación de un resultado electoral y la continuidad del plan de estabilidad económica en marcha durante la última década, aceptado por las principales fuerzas políticas durante la campaña, representan la saludable evolución boliviana.

Bolivia fue escenario del primer desafío al colonialismo español, el 25 de mayo de 1809 en Chuquisaca, pero este gesto se perdió en una sucesión tumultuosa de revoluciones y golpes de Estado.

Los regímenes de militares y terratenientes comenzaron a desdibujarse recién en 1952, cuando el MNR tomó el poder. Su fundador, Víctor Paz Estenssoro, estaba exiliado en Buenos Aires pero Hernán Siles Suazo y Juan Lechín, líderes de las alas derecha e izquierda del MNR, encabezaron

No es usual que un ex dictador militar vuelva al poder 20 años después en una elección democrática y en alianza con fuerzas políticas adversarias

otra exitosa revolución. Paz retornó como presidente y su MNR, un vasto paraguas que cobijaba tendencias diversas unidas sólo por objetivos nacionalistas, estableció el sufragio universal, concedió derechos civiles a los indios, redujo el Ejército, inició una reforma agraria y nacionalizó la vital industria minera.

Muchos de los cambios representaron un fracaso económico y no lograron detener la historia de golpes de Estado. Pero ese período bajo el MNR marcó el comienzo de un proceso de modernización, aunque lento, accidentado y plagado de errores.

Recién a partir de la década pasada los cambios sociales fueron apuntalados por firmeza política y económica, cuando se derrotó una hiperinflación del 23.000% con un severo programa de ajuste y desregulación.

Pese a los muchos problemas que sigue enfrentando, Bolivia presenta hoy un panorama de estabilidad que contrasta con más de un siglo de atraso y turbulencia. En el campo económico esa estabilidad está dada por la continuidad de la exitosa política que se viene aplicando desde 1985, con el apoyo de las fuerzas políticas que respaldan a Banzer.

En el campo político, por su parte, la prevista confirmación presidencial de Banzer es un indicador de madurez. No es usual que un ex dictador militar vuelva al poder 20 años después con el voto ciudadano en una elección democrática y en alianza con fuerzas políticas que fueron sus adversarias durante la campaña.

Esta transformación económica y política valida la presunción de que Bolivia se ha encaminado finalmente por la ruta moderna de paz y progreso que le fue esquiva durante tantos años.

0708587

BOLIVIA ELECCIONES (Previsión)
GANADORES ELECCIONES ASEGURAN PRESIDENCIA GENERAL BANZER

Por Fernando de Valenzuela

La Paz, 4 jun (EFE). Tres días después de las elecciones generales bolivianas, las fuerzas políticas que mejores resultados obtuvieron en los comicios han llegado a un acuerdo para la formación de la próxima coalición de Gobierno y la designación del general Hugo Banzer como presidente de la República.

Banzer, que logró el primer puesto con más del 22 por ciento de los sufragios, será elegido el próximo 6 de agosto por el Congreso con los votos de su partido, Acción Democrática Nacionalista (ADN), y los del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y Unidad Cívica Solidaridad (UCS).

La nueva coalición, que sustituirá al Gobierno que ahora preside Gonzalo Sánchez de Lozada, puede contar además con la participación de Condepa, partido populista con el que ADN espera alcanzar un acuerdo en los próximos días.

Banzer anunció que el pacto "sigue abierto a otras siglas políticas, que serán bienvenidas"

El máximo dirigente de ADN y los líderes del MIR, Jaime Paz Zamora, y de UCS, Johnny Fernández, hicieron público un "Compromiso por Bolivia", que sintetiza el programa del próximo Gobierno.

El documento suscrito por los tres partidos destaca entre sus objetivos la lucha contra la pobreza y la necesidad de dar "contenido social al modelo vigente".

Tambien se hace mención al combate contra la corrupción y el narcotráfico entre sus principales tareas y propone la formación de una comisión de transición para negociar con el actual Gobierno el traspaso de poderes.

El nuevo Ejecutivo contará con una amplia mayoría en el Congreso Nacional, ya que los datos extraoficiales de que hasta ahora se dispone atribuyen a los tres integrantes de esta coalición 100 de los 157 escaños del Parlamento.

El MIR, que ocupó el tercer puesto con el 16,6 por ciento de los votos, será la segunda fuerza en el próximo Parlamento, en el que tendrá 31 escaños.

Las populistas UCS y Condepa, con alrededor del 16 por ciento de los votos, consiguieron sus mejores votaciones hasta la fecha pese a que ambas fuerzas perdieron recientemente a sus líderes históricos, Max Fernández y Carlos Palenque, respectivamente.

En caso de que se confirme la incorporación de Condepa a la nueva alianza, el Gobierno que presidirá Banzer dispondría de alrededor de un 75 por ciento de los escaños.

Los responsables de la negociación daban por segura a mediodía de ayer, miércoles, la participación de Condepa, que finalmente quedó en suspenso debido a discrepancias de última hora.

Diversas fuentes de ADN, MIR y UCS coincidieron en calificar de "excesivas" las demandas iniciales de Condepa en cuanto a la composición y el programa del nuevo Ejecutivo.

Remedios Loza, candidata de este partido a la presidencia en las elecciones del 1 de junio, confirmó que prosiguen las conversaciones para la integración de sus representantes en el próximo Gobierno.

El Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), principal partido del actual Gobierno, obtuvo el segundo puesto en cuanto a número de votos y la Constitución boliviana concede a su candidato, Juan Carlos Durán, el derecho a competir con Banzer por la presidencia.

Sin embargo, los 29 escaños de que dispone el MNR, a los que se sumarían los 4 de su actual aliado, el Movimiento Bolivia Libre (MBL), no representan una alternativa real a la candidatura de Banzer.

La coalición Izquierda Unida (IU), que también obtuvo 4 escaños, adelantó poco después del cierre de los comicios que sus representantes no votarían al candidato del MNR.

Banzer afirmó que la rápida constitución de la nueva coalición, a solo tres días de las elecciones, demuestra el sentido de responsibilidad de la clase política boliviana.

Agradeció a Paz Zamora y Fernández el apoyo a su elección como presidente de la República y afirmó que el acuerdo no incluye reparto de cuotas de poder entre los tres partidos.

En referencia a las duras acusaciones intercambiadas entre los líderes del actual Gobierno y los de la oposición durante la campaña electoral, Paz Zamora aseguró que la nueva coalición "no es contra nadie".

Fernández auguró éxitos al general Banzer "para que pase a la historia como un buen presidente y deje un horizonte abierto a las jóvenes generaciones". EFE

[illegible]

[illegible]

C4

9708587

Banzer formó una alianza que le permite ser presidente de Bolivia

Al obtener el apoyo del MIR y de la UCS, se aseguró la mayoría en el Congreso

LA PAZ, 4 (AP).- El ex dictador general Hugo Banzer, ganador sin alcanzar la mayoría absoluta de las elecciones presidenciales del domingo, logró hoy una alianza que le permitirá ser ratificado por el Congreso como presidente de Bolivia hasta el año 2002.

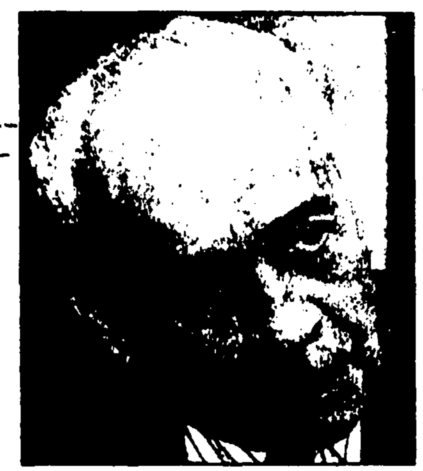
La alianza involucra a su partido, Acción Democrática Nacionalista, (ADN), el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y la Unidad Cívica Solidaridad (UCS).

Con esta coalición, Banzer se ha garantizado también el control del Congreso con una bancada mayoritaria que podría alcanzar a por lo menos 110 de los 157 legisladores.

El Congreso, que también fue elegido el domingo, se reunirá el 2 de agosto para elegir al próximo presidente, lo que está garantizado en favor de Banzer con la suscripción del acuerdo.

El mismo fue dado a conocer en un acto público por el propio Banzer, quien dijo que tiene como propósito "servir a todos los bolivianos".

En el acto estuvieron presentes los jefes del MIR y de la UCS, el ex presidente Jaime Paz Zamora y el alcalde de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Johnny Fernández, respectivamente, con otros altos dirigentes de sus agrupaciones.



Banzer:

"Velaremos por los intereses nacionales en los próximos cinco años. Mi misión será servir a los pobres y marginados del país".

Banzer, que gobernó a Bolivia entre 1971 y 1978, luego de capturar la presidencia mediante un golpe militar, ganó los comicios de este año sin lograr la mayoría requerida por la Constitución. El resultado lo obligó a buscar el apoyo de otras agrupaciones para que su triunfo pueda ser ratificado por el Congreso y ser ungido así con la banda presidencial.

El pacto también convino en ratificar la elección como vicepresidente del acompañante de fórmula electoral de Banzer, el ex ministro de Finanzas Jorge Quiroga.

El MIR de Paz Zamora, que fue también presidente entre 1989 y 1993, fue el partido que dio inicialmente su apoyo a Banzer, al que posteriormente se sumó la oficialista Unidad Cívica Solidaridad.

El MIR, con Paz Zamora, obtuvo el tercer lugar en las elecciones y la UCS, el cuarto, con su candidato presidencial Ivo Kuljis, mientras que el gobernante Movimiento Nacionalista Revolucionario se ubicó segundo.

El acuerdo, de cuatro puntos, subrayó que la prioridad es elegir a Banzer como presidente en el Congreso y posteriormente promover un mandato "que asegure la lucha contra la pobreza y una concertación y convivencia nacionales".

Agregó que, además, los tres partidos suscribieron el pacto para impulsar como prioridades en el ejercicio del poder "la lucha contra el narcotráfico y la corrupción", al igual que llevar adelante "una política exterior digna".

Según el acuerdo, Banzer convocará al gobierno a los mejores ciudadanos y creará una comisión de transición que coordine con la actual administración, encabezada por el presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, la transmisión del poder.

En un breve discurso, Banzer manifestó su satisfacción por el acuerdo e instó a los bolivianos "a cerrar filas en torno de su gobierno para la paz y el desarrollo nacional".

Destacó la actitud del MIR y de la UCS para dialogar y lograr una alianza que "vele por los intereses nacionales antes que por otros en los próximos cinco años".

"Mi misión será servir a los pobres y marginados del país", dijo.

05

Banzer formó una alianza que le permite ser presidente de Bolivia

S/C LN.

Al obtener el apoyo del MIR y de la UCS, se aseguró la mayoría en el Congreso

LA PAZ, 4 (AP).- El ex dictador general Hugo Banzer, ganador sin alcanzar la mayoría absoluta de las elecciones presidenciales del domingo, logró hoy una alianza que le permitirá ser ratificado por el Congreso como presidente de Bolivia hasta el año 2002.

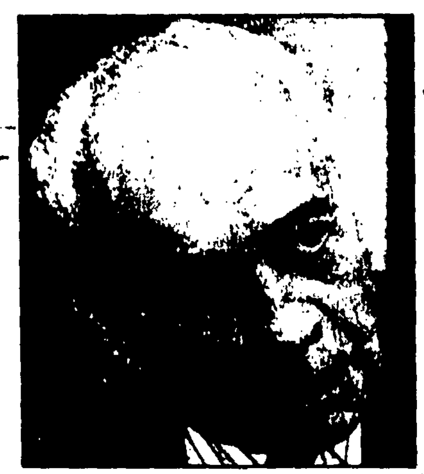
La alianza involucra a su partido, Acción Democrática Nacionalista, (ADN), el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y la Unidad Cívica Solidaridad (UCS).

Con esta coalición, Banzer se ha garantizado también el control del Congreso con una bancada mayoritaria que podría alcanzar a por lo menos 110 de los 157 legisladores.

El Congreso, que también fue elegido el domingo, se reunirá el 2 de agosto para elegir al próximo presidente, lo que está garantizado en favor de Banzer con la suscripción del acuerdo.

El mismo fue dado a conocer en un acto público por el propio Banzer, quien dijo que tiene como propósito "servir a todos los bolivianos".

En el acto estuvieron presentes los jefes del MIR y de la UCS, el ex presidente Jaime Paz Zamora y el alcalde de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Johnny Fernández, respectivamente, con otros altos dirigentes de sus agrupaciones.



Banzer:

"Velaremos por los intereses nacionales en los próximos cinco años. Mi misión será servir a los pobres y marginados del país".

Banzer, que gobernó a Bolivia entre 1971 y 1978, luego de capturar la presidencia mediante un golpe militar, ganó los comicios de este año sin lograr la mayoría requerida por la Constitución. El resultado lo obligó a buscar el apoyo de otras agrupaciones para que su triunfo pueda ser ratificado por el Congreso y ser ungido así con la banda presidencial.

El pacto también convino en ratificar la elección como vicepresidente del acompañante de fórmula electoral de Banzer, el ex ministro de Finanzas Jorge Quiroga.

El MIR de Paz Zamora, que fue también presidente entre 1989 y 1993, fue el partido que dio inicialmente su apoyo a Banzer, al que posteriormente se sumó la oficialista Unidad Cívica Solidaridad.

El MIR, con Paz Zamora, obtuvo el tercer lugar en las elecciones y la UCS, el cuarto, con su candidato presidencial Ivo Kuljis, mientras que el gobernante Movimiento Nacionalista Revolucionario se ubicó segundo.

El acuerdo, de cuatro puntos, subrayó que la prioridad es elegir a Banzer como presidente en el Congreso y posteriormente promover un mandato "que asegure la lucha contra la pobreza y una concertación y convivencia nacionales".

Agregó que, además, los tres partidos suscribieron el pacto para impulsar como prioridades en el ejercicio del poder "la lucha contra el narcotráfico y la corrupción", al igual que llevar adelante "una política exterior digna".

Según el acuerdo, Banzer convocará al gobierno a los mejores ciudadanos y creará una comisión de transición que coordine con la actual administración, encabezada por el presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, la transmisión del poder.

En un breve discurso, Banzer manifestó su satisfacción por el acuerdo e instó a los bolivianos "a cerrar filas en torno de su gobierno para la paz y el desarrollo nacional".

Destacó la actitud del MIR y de la UCS para dialogar y lograr una alianza que "vele por los intereses nacionales antes que por otros en los próximos cinco años".

"Mi misión será servir a los pobres y marginados del país", dijo.

05

9708587

Ultimos resultados

Hugo Banzer (ADN)	22,3%
Juan Carlos Durán (MNR)	17,7%
Jaime Paz Zamora (MIR)	16,7%
Ivo Kuljis (UCS)	15,9%
Remedios Loza (CONDEPA)	15,8%



Sonriente y distendido, Hugo Banzer Suárez: de los golpes de armas a los de urnas.

BANZER YA NEGOCIA SU FUTURO GOBIERNO

El regreso del tiranosaurio

Después de cinco intentos fallidos de volver al poder por la vía democrática, el ex dictador Hugo Banzer Suárez se alzó el domingo con la mayor parte de los votos en Bolivia y todo indica que podrá formar gobierno.

(*Por Martín Sivak*) Veinticinco años después de haber llegado al sillón de Simón Bolívar a metralla y cañonazo limpio, el ex dictador boliviano general Hugo Banzer Suárez se impuso en las elecciones generales del domingo. En aquella oportunidad, los números decían 98 muertos y cientos de heridos. Según las cifras extraoficiales que se manejaban ayer a la noche, Banzer obtuvo el 22,3 por ciento de los votos contra un 17,7 del candidato oficialista, Juan Carlos Durán. El casi seguro acuerdo de su partido –la Acción Democrática Nacionalista– con el Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), que marcha tercero en los sondeos, y el populista Conciencia de Patria (Condepa), que empata el cuarto puesto, presagian el final. Aunque formalmente los tres partidos ubicados entre el tercer y quinto lugar deberán establecer alianzas con los dos primeros para elegir al presidente el 6 de agosto, en los próximos días se sabrá el nombre del nuevo presidente de Bolivia.

"He dado suficientes pruebas de mi compromiso con la democracia", afirmó exultante el tiranosaurio de 71 años, responsable de cientos de crímenes, matanzas y desapariciones durante su gobierno (1971 y 1978), tras conocer los resultados. El mismo día de los comicios y ante la cadena de noticias CNN, el ex dictador volvió a sorprender con sus explicaciones sobre las violaciones a los derechos *humanos cometidas durante* su gestión: "El presidente se entera de esas cosas cuando suceden. Y en mi caso, lo lamenté muchísimo".

Después de cinco intentos fallidos de retornar a la presidencia por la vía democrática, Banzer ha cosechado menos votos de los esperados pese al descrédito del gobernante Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), que consiguió casi la mitad de su caudal electoral con respecto a la última elección de 1993. La única diferencia de Banzer con el oficialismo es que anunció la revisión de algunas capitalizaciones para captar parte del electorado nacionalista, muy descontento con la política de venta del patrimonio nacional. Las denuncias de corrupción y el acento norteamericano para hablar del presidente Gonzalo Sánchez Lozada, quien se crió en Estados Unidos y tiene un castellano comparable al de James Cheek. En un punto no hay dudas: ni Banzer ni el oficialismo van a cambiar el modelo neoliberal implementado por ambos en 1985 y reajustado varias veces sobre la mitad de la población indigente de Bolivia.

La virulenta campaña electoral, donde las acusaciones fueron desde narcotraficante hasta dictador asesino, ha quedado a un lado. Desde la noche del domingo se aceleraron las negociaciones del nuevo pacto de gobierno. En estas horas se cambian ministerios y embajadas al mismo ritmo vertiginoso con que los turistas alemanes compran artesanías en la Plaza San Francisco. Otra de las modalidades de las nuevas alianzas es la compra de votos. Por ejemplo, a comienzo del año el MNR destituyó al alcalde de La Paz en una maniobra muy oscura donde se rumoreó que compraron concejales por 200 mil dólares.

"Vamos camino a un acuerdo con ADN y Conciencia de Patria (Condepa), nuestro objetivo desde el inicio de campaña es terminar con este esquema de poder encabezado por el *presidente, que es la* expresión de la concentración económica", aseguró a **Página/12** una alta fuente de la campaña del MIR. También resaltó que "no son definitivos los números porque la Corte Electoral es la máxima autoridad para confirmar que el MIR quedó en la tercera ubicación". Según el presidente boliviano la alianza entre Banzer y el MIR es "un narcovínculo que traería la descertificación de Estados Unidos y llevaría a Bolivia a una incómoda situación en el escenario internacional". Aunque todos los pactos son posibles –dicen los analistas–, el MNR y el MIR parecen ser irreconciliables.

El probable apoyo de Condepa al eje Banzer-Jaime Paz Zamora (MIR) liquidará el pleito. "La evaluación que hacemos nosotros es que hay un candidato con un terrible pasado dictatorial y el oficialista que no piensa salir de este modelo al que nos oponemos desde nuestros comienzos. Sin embargo, también consideramos que Banzer quiere revisar algunas capitalizaciones", contó a este diario el senador e ideólogo de Condepa, Andrés Soliz Rada, en medio de una reunión donde se empezaba a definir la posición de su partido. Condepa es la única de las primeras cinco agrupaciones que cuestiona el modelo neoliberal y postula uno "endogenista" (una mezcla de nacionalismo con indigenismo). Su líder –Carlos Palenque– murió hace dos meses. En los últimos años has tenido demasiados encontronazos con el gobierno como para llegar a un acuerdo. Aunque las encuestas lo ubicaban en quinto lugar, este partido pelea voto por voto con la Unión Cívica Solidaridad (UCS) del empresario Ivo Kuljis la cuarta colocación. "Estamos analizando las posibilidades, no hay nada definitivo, pero sabemos que no hay que demorar las alianzas", concluyó Soliz Rada.

Desde Santa Cruz, el jefe de ADN de ese departamento oriental, Zvonko Matkovic, afirmó que su partido firmará un acuerdo con el MIR y Condepa para garantizar la gobernabilidad. "En pocas horas se llegará a un pacto definitivo como muestra de la madurez política de los bolivianos", anticipó el dirigente del partido ganador de estos comicios que decidieron la titularidad de los 130 escaños de Diputados y veintisiete del Senado.

En el MIR existe una voluntad absoluta de firmar el preacuerdo con el ex dictador, y ahora apuestan a obtener tres o cuatro ministerios. Su candidato, Paz Zamora, fue presidente entre 1989 y 1993 gracias a una alianza con Banzer llamada "Acuerdo Patriótico", en lo que constituyó no sólo un viraje de la izquierda al neoliberalismo sino un cogobierno con el dictador que lo persiguió y mató a mucho de sus compañeros. Antes de ese cambio, Paz Zamora –íntimo del presidente Carlos Menem, con quien ha compartido largas tertulias–, denunciado por sus narcovínculos hasta tal punto que los Estados Unidos le retiraron su visa de ingreso, le dijo a Banzer en un recordado debate televisivo que un río de sangre los separaba. Olvidados aquellos tiempos, todo indica que desde el 6 de agosto volverán a navegar juntos por el mismo río de sangre.

[illegible]

POLITICA ELECCIONES [illegible]

MIR Y CONDEPA [illegible] ALIADOS DE BANZER EN NUEVO GOBIERNO

Fernando de [illegible]

La Paz, 2 jun (EFE).- Con su retorno a la democracia, en 1982, Bolivia fue una de los [illegible] de una nueva época para Latinoamérica, que puso fin a varias décadas en que los golpes de estado fueron la forma habitual de acceso al poder.

Tres presidentes democráticamente elegidos han dejado desde entonces la jefatura del Estado a sus sucesores, y el próximo 6 de agosto le corresponderá hacerlo al cuarto, Gonzalo Sánchez de Lozada.

Ninguno de los cuatro presidentes -Hernan Siles Zuazo, Victor Paz Estenssoro, Jaime Paz Zamora y Sánchez de Lozada- obtuvo en las urnas la mayoría absoluta que le hubiera permitido el acceso directo al cargo.

Todos ellos tuvieron que afrontar, como primera tarea para acceder al Gobierno, la formación de coaliciones con otros partidos, a fin de reunir los escaños suficientes para contar con la mayoría en el Congreso.

Ninguna de las tres últimas coaliciones de Gobierno estuvo compuesta por los mismos partidos que la anterior y la presidencia siempre correspondió a uno de los líderes de la oposición.

El pasado 1 de junio la historia volvió a repetirse, y corresponderá al general Hugo Banzer, candidato de Acción Democrática Nacionalista (que con el 22.3 por ciento de los votos aventaja en más de cuatro puntos a su inmediato seguidor, el Movimiento Nacionalista Revolucionario) buscar los aliados que más le convengan.

Los resultados oficiales de las elecciones tardarán varios días en conocerse, pero según cifras extraoficiales el primer puesto corresponde a ADN, el segundo se lo atribuyen el MNR y el Movimiento de Izquierda Revolucionario, mientras que el cuarto se lo disputan CONDEPA y Unidad Cívica Solidaridad.

El MNR, con el 17.7 por ciento, aventaja en un punto al MIR, que obtuvo el 16.6 por ciento, en cuanto a los votos obtenidos en el conjunto del país por su candidato a la presidencia, Juan Carlos Durán.

Pero el líder del MIR, Jaime Paz Zamora, puede aportar a una eventual coalición al menos de 31 escaños en el Congreso (6 senadores y 25 diputados) mientras que el MNR sólo cuenta con 29 (3 senadores y 26 diputados).

Paz Zamora afirma, sobre esa base, que su partido es "la segunda fuerza real" del nuevo panorama político boliviano, mientras que el partido que hasta ahora preside el Gobierno ha sido desplazado al tercer puesto en cuanto a representación parlamentaria.

A escasa distancia de ambos partidos se sitúan UCS, con el 15.9 por ciento de los sufragios, que le otorgan 2 senadores y 21 diputados; y CONDEPA, que obtuvo el 15.8 por ciento de los votos, con 3 senadores y 17 diputados.

Sánchez de Lozada anunció ayer su disposición a pactar con ADN la formación de "un Gobierno coherente", que se comprometa a mantener el programa de reformas económicas y sociales postulado por el MNR.

Un destacado representante del partido del actual presidente manifestó hoy a EFE que un acuerdo con ADN no implicaría necesariamente la participación del MNR en el próximo Gobierno.

Dicha fuente reconoció que la actitud de Banzer respecto a su propuesta no parece demasiado favorable, y expresó sus temores ante la posibilidad de que los negociadores de ADN se inclinen por una [illegible] MIR [illegible] CONDEPA.

[illegible] ADN [illegible] Banzer [illegible] la coalición [illegible]

[illegible] 1989 y 1993 Paz Zamora [illegible] ADN [illegible]

[illegible] EFE

[illegible]

07

9708587

[illegible]

Prometió mejor acceso a la educación y superar el desempleo

BANZER GANO LAS ELECCIONES EXPLOTANDO EL DESCONTENTO

LA PAZ, (Reuter) - El ex dictador Hugo Banzer ganó la primera ronda electoral en Bolivia explotando el descontento popular ante una política económica oficial demasiado dura para con los pobres, dijeron analistas.

Desde banqueros a activistas de derechos humanos coincidieron en que Banzer ganó los comicios del domingo fundamentalmente por haber concentrado su artillería verbal sobre los efectos indeseados de las políticas neoliberales del Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada.

"Se ha concentrado la riqueza en la cúspide de la pirámide social", se quejó el general de 71 años en una entrevista con Reuter horas antes de las elecciones.

Un cómputo extraoficial pero completo de los votos del domingo mostró a Banzer, de la derechista Acción Democrática Nacionalista (ADN) en primer lugar y a Juan Carlos Durán del centro-derechista Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) en segundo puesto.

VIRTUAL VICTORIA

Si bien los legisladores que se reunirán a principios de agosto para votar en la segunda ronda podrán en teoría elegir entre cualquiera de ellos, ADN tuvo un mucho mejor desempeño en los comicios parlamentarios paralelos y tiene por tanto la victoria virtualmente asegurada.

Los analistas dicen que la razón por la cual a Banzer le fue tan bien en las urnas a pesar de su pobre desempeño pasado en materia de derechos humanos (el general condujo un régimen de mano dura tras un golpe de Estado en 1971) fueron sus propuestas económicas.

Banzer es en realidad un firme defensor de la línea neoliberal introducida en Bolivia hace ya 12 años, que ha merecido innumerables elogios de la comunidad financiera internacional pero que está desbordando la paciencia de gran cantidad de bolivianos.

HUMANIZAR LA ECONOMIA

Pero habiendo palpado el descontento con la fuerte alza de tarifas de teléfonos, ferrocarriles y servicios públicos en general después de su privatización, Banzer prometió tratar de terminar con los monopolios de las empresas privadas y "humanizar" la economía.

"La gente piensa que (la privtización) no ha generado beneficios sino perjuicios a través de los monopolios, sin que se haya instaurado un proceso de supervisión efectivo", dijo Carlos Alberto López, gerente general de la Cámara de Industrias.

El ex Presidente del Banco Central, *Armando Méndez*, dijo que tanto la gente en la calle como la comunidad empresaria apoyaban los planes de Banzer de revisar los contratos de privatización.

"Existe la sensación de que esos contratos no han sido manejados con suficiente trasparencia. Una de las grandes críticas a Sánchez de Lozada es que se manejó todo el proceso y contratos en forma muy secreta", afirmó.

Banzer también ha prometido dar mejor acceso a la educación, créditos y empleo a los bolivianos, la mitad de los cuales son de pura sangre aymara y quechua y siguen las costumbres, utilizan los atuendos y hablan la lengua de sus ancestros.

El ex dictador Banzer es el virtual presidente electo de los bolivianos

Por **Raúl Peñaranda U.**

La Paz, ANSA

El ex presidente de facto (1971-1978) general Hugo Banzer Suárez, ganador de las elecciones del domingo en Bolivia, recibió ayer indicios claros de que recibirá el apoyo de otros partidos para ser nombrado por el Congreso presidente de su país.

Los analistas consideraron como casi seguro que Banzer Suárez, candidato de la derechista Acción Democrática Nacionalista (ADN), obtendrá en la segunda ronda de votación, que estará a cargo del Congreso, el apoyo del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), que obtuvo una votación parlamentaria superior a la esperada.

El MIR, del ex presidente socialdemócrata Jaime Paz Zamora, obtuvo 17 por ciento de los votos y está en tercer lugar detrás de Juan Carlos Durán, candidato del gubernamental Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), que obtuvo 18 por ciento.

En 1989, Paz Zamora obtuvo el apoyo de Banzer Suárez y fue electo presidente en la segunda ronda en el Congreso. Por ello el ex dictador espera ahora que Paz Zamora le "devuelva la mano".

Entre ADN y MIR tendrán 77 parlamentarios en el próximo Congreso electo, sólo a dos de los 79 necesarios para elegir presidente en la segunda ronda debido a que ninguno de los candidatos obtuvo 51 por ciento de los votos.

Entre los dos partidos de la actual oposición, además, tendrán 19 de los 27 senadores, más de dos tercios de los votos.

Si bien el MIR no tomó todavía una decisión final sobre a quién apoyará en el Congreso, Paz Zamora dijo que "si se confirman las estimaciones de que no obtendré el segundo lugar, el MIR votará por el ganador de las elecciones".

El ex presidente dijo, sin embargo, que "el recuento de los escrutinios efectuados por mi partido hacen prever que yo obtendré el segundo lugar. En ese caso, iniciaré negociaciones para hacer un gobierno de unidad nacional".

Esa posibilidad fue descartada por los observadores, ya que el MIR no cuenta con aliados posibles en la segunda ronda.

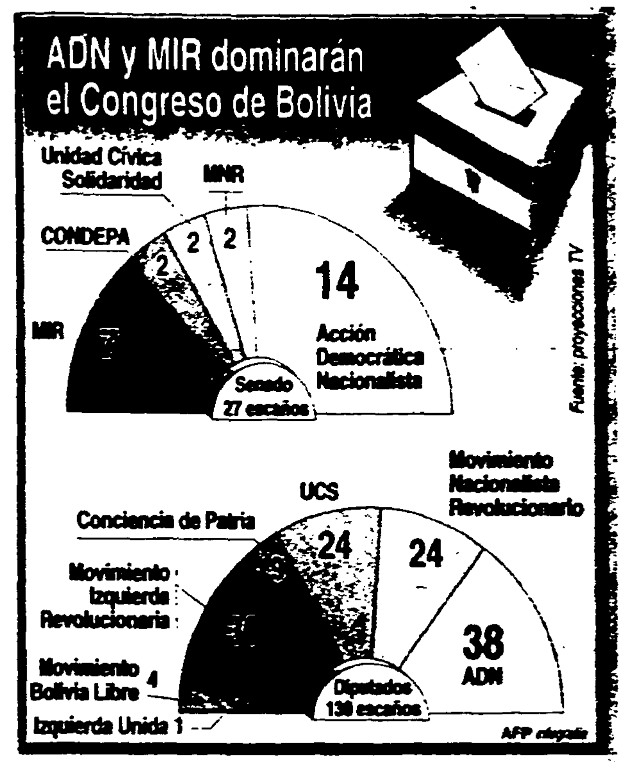
En caso de que Durán obtenga el segundo lugar que disputa actualmente voto a voto con Paz Zamora, podrá acceder a la segunda ronda del Congreso, pero se estima que no logrará los 79 votos necesarios con ninguna alianza probable.

Por lo tanto, Durán parece ser el gran derrotado de las elecciones del domingo, tras haber conducido a su partido a obtener menos de la mitad de lo que obtuvo hace cuatro años.

Detrás de Durán y Paz Zamora aparece Ivo Kuljis, con 16 por ciento de los sufragios, seguido por Remedios Loza, de Conciencia de Patria (Condepa), con 15 por ciento, según las estimaciones de cadenas de televisión y radio.



El general Banzer triunfó y ahora deberá buscar el apoyo de otros partidos para ser presidente.



Paz Zamora resucitó tras las elecciones

La Paz, agencias

El ex presidente Jaime Paz Zamora (1989-1993), fundador del Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), era considerado sólo hace un año un "cadáver político" tras las duras acusaciones que recibió sobre vinculaciones con el narcotráfico.

Con las elecciones del domingo, sin embargo, en las que obtuvo el tercer lugar en las urnas con 17 por ciento, y el segundo puesto en los comicios parlamentarios, parece haber "resucitado" y es considerado el dirigente clave para darle gobernabilidad al futuro presidente boliviano.

Con entre 31 y 35 bancas, el MIR [illegible]dó como la segunda fuerza en el Congreso, tras de la derechista Acción Democrática Nacionalista (ADN), que tendrá 46, según proyecciones de cadenas de televisión.

El partido de gobierno, Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), logró 29 bancas y es la tercera fuerza en el Congreso pese a haber obtenido en las urnas el segundo lugar, con 18 por ciento.

"Este es un triunfo político para el MIR después de tres años de persecución y de conjuras desde el gobierno para hundirnos", dijo hoy por la madrugada Paz Zamora, que señaló que su partido "está en los límites históricos de su votación antes de las acusaciones".

En febrero de 1994, el partido de gobierno, Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), inició una serie de graves acusaciones contra el MIR y Paz Zamora, acusándolos de haber recibido financiamiento de un jefe narcotraficante, Isaac "Oso" Chavarría.

XW5469

[illegible]

BOLIVIA ELECCIONES/ALIANZAS (Previsión)
DOS PARTIDOS DISPUTAN SEGUNDO LUGAR PARA COMPETIR CON BANZER

La Paz, 3 jun (EFE). El candidato presidencial por Acción Democrática Nacionalista (ADN), Hugo Banzer, consolidó su primer lugar en las elecciones celebradas el domingo en Bolivia, pero tendrá que disputar la presidencia al Congreso con el partido que obtenga el segundo puesto, aún no definido.

El Parlamento boliviano debe elegir Presidente entre los dos primeros candidatos más votados en los comicios, al no haber obtenido ninguno una mayoría absoluta en las urnas.

Después de Banzer, que obtuvo el 22.3 por ciento de la votación, está Juan Carlos Durán, candidato por el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), con un 17.7 por ciento.

El Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), en un tercer lugar, obtuvo el 16.7 por ciento, lo cual deja a Jaime Paz Zamora sin posibilidades de disputar la Presidencia, a pesar de que tiene dos representantes parlamentarios más que el MNR.

Banzer ha declarado que está dispuesto a formar una coalición con cualquier partido que acepte su programa y mandato presidencial.

Dirigentes de ADN aseguraron que están dispuestos "a irse a casa" si es que no se respeta en el Parlamento la primera mayoría obtenida en las urnas por su candidato.

Durán, cuyo segundo lugar aún no es definitivo, no descartó ninguna alianza, pero no se pronunció acerca del respeto de la primera mayoría, que su partido invocó cuando la obtuvo en anteriores elecciones.

Paz Zamora, que inicialmente aparecía en segundo lugar y a medida que se conocían los resultados de la zonas rurales fue superado por Durán, no se resigna a quedar excluído de la elección en el Parlamento y dijo que sus representantes congresales le otorgan un segundo puesto "real" en los comicios.

Para obtener una mayoría en el Parlamento, al momento de elegir Presidente el próximo 6 de agosto, será imprescindible una coalición con otros partidos que aunque ya no pueden aspirar a la presidencia obtuvieron representación parlamentaria.

En un práctico empate se encuentran Ivo Kuljis, candidato de Unidad Cívica Solidaridad (UCS), con 15.9 por ciento, y Remedios Loza, de Conciencia de Patria (CONDEPA), con 15.8 por ciento. Sin embargo, UCS tiene 23 parlamentarios contra 20 de CONDEPA.

La Izquierda Unida se encuentra en sexto lugar, con 3.7 por ciento, y logró la elección de cuatro diputados, lo mismo que el Movimiento Bolivia Libre, que obtuvo el séptimo lugar con 3.5 por ciento de la votación.

Los otros tres candidatos que participaron en las elecciones generales bolivianas no lograron ningún representante parlamentario entre los 130 diputados y 27 senadores.

Los principales partidos políticos con representación parlamentaria conformaron comisiones para negociar alianzas pero hasta este lunes ninguno de ellos quiso adelantar resultados.

Ni el MBL ni la Izquierda Unida, que obtuvieron su representación parlamentaria gracias a la elección directa de diputados por circunscripciones uninominales, no manifestaron hacia quién se inclinará su voto en el Parlamento. EFE

10

9708587

BOLIVIA **SE NECESITAN 79 VOTOS EN EL CONGRESO PARA SER ELEGIDO PRESIDENTE**

Bánzer tiene los votos y ahora busca socios

El Parlamento boliviano elegirá al próximo mandatario en el mes de agosto, pese a que las negociaciones entre los partidos por posibles alianzas ya se desarrollan con intensidad



Bánzer tiene dos meses para negociar su futuro

El general Hugo Bánzer, vencedor el domingo en los comicios generales en Bolivia, inició ayer negociaciones políticas para formar una alianza que le permita ser confirmado como presidente por el Congreso y le otorgue una mayoría legislativa para gobernar.

"Serán bienvenidos los que estén de acuerdo con nuestra conducción y nuestro programa", dijo Bánzer en referencia a los posibles integrantes de una coalición que le permita ejercer la Presidencia.

El Poder Legislativo se reunirá el 2 de agosto para decidir la elección presidencial entre los dos candidatos más votados, debido a que ninguno logró la mayoría absoluta para ser elegido en forma directa.

Ningún candidato obtuvo una mayoría que le permita formar gobierno sin alianzas

Si bien el Congreso, también elegido el domingo, esperará hasta agosto para la decisión, se estima que la situación quedará aclarada muchos días antes, en negociaciones que ya se desarrollan intensamente.

El Parlamento boliviano tiene 157 miembros (27 senadores y 130 diputados), y para la elección del presidente se necesita la mayoría absoluta de 79 votos.

Bánzer habría logrado el domingo un total de 52 parlamentarios, 14 en el Senado y 30 en la Cámara de Diputados, mientras que el ex presidente Jaime Paz Zamora, del Movimiento de la Izquierda Revolucionaria y el candidato más firme a aliarse con el vencedor, obtuvo 37 bancas, 30 en la Cámara Baja.

Un acuerdo entre ambos sumaría 89 votos, pero analistas políticos estimaron que a Bánzer no le alcanzará con una coalición con Paz Zamora y que necesitará un segundo aliado que le permita contar con una mayoría legislativa para gobernar con tranquilidad el país.

Ese segundo aliado podría ser la populista Conciencia de Patria, de la candidata presidencial Remedios Loza, quien habría logrado el domingo 11 parlamentarios, o la Unidad Cívica Solidaridad de Ivo Kuljis, que alcanzaría 24 escaños.

Por su parte, al candidato oficialista, Juan Carlos Durán, segundo ubicado en la elección presidencial, y rival de Bánzer en la elección del Congreso, podría resultarle casi imposible formar una alianza multipartidaria capaz de frenar la elección del ex dictador Bánzer. Durán y su partido, Movimiento Nacionalista Revolucionario, MNR, tendrán 29 bancas en el nuevo Congreso.

Paralelamente, si bien no está totalmente descartada, analistas políticos consideran poco probable un alianza entre Durán y Bánzer, sobre todo teniendo en cuenta la dureza con que se desarrolló la campaña electoral, tildada de "guerra sucia".

Entre tanto, el presidente, Gonzalo Sánchez de Lozada, minimizó el resultado electoral adverso para el MNR, y concluyó que "no hubo un mandato en contra de las medidas de cambio, sino hubieran tenido que ganar abrumadoramente los partidos de oposición", afirmó el gobernante que concluirá su mandato el 6 de agosto.

Pese a lo dicho por Sánchez de Lozada, su partido verá reducida su representación parlamentaria para los próximos cinco años. *(En base a AP y EFE)*

Se reaviva la polémica por salida al mar boliviana

La posición del actual gobierno boliviano en el contencioso sobre el acceso al mar, que mantiene desde hace años con su vecino Chile, fue siempre de "diálogo sin condiciones ni exclusiones", aunque con poco éxito, admitió ayer el presidente Gonzalo Sánchez de Lozada.

"Creo que no se ha avanzado casi nada", reconoció Sánchez de Lozada, que el próximo 6 de agosto concluye su período gubernamental. No se conoce la posición respecto al tema del posible sucesor de Sánchez, Hugo Bánzer.

Chile no está dispuesto a discutir la salida al mar ni temas territoriales con Bolivia

Por otra parte, el canciller chileno, José Insulza, anticipó ayer que su país "no está dispuesto a discutir temas de soberanía sobre nuestro territorio" al enterarse que Bolivia reiterará su problema de mediterraneidad en la 27ª Asamblea General de la OEA, que se realiza en Lima, Perú. En 1879 Bolivia perdió 120.000 kilómetros de tierra y su salida al mar, a manos de Chile tras la guerra del Pacífico. *(EFE y AFP)*

Buenos Aires, martes 3 de junio de 1997

Fundado por Bartolomé Mitre el 4 de enero de 1870

"LA NACION será una tribuna de doctrina" (Núm. 1, Año 1)

Director: B[illegible]OMÉ MITRE

Continuidad en Bolivia

LN 3/6.

HUGO BANZER SUAREZ, el principal candidato a la presidencia de Bolivia tras las elecciones que anteayer le dieron la preferencia de casi una cuarta parte del electorado, no es ya el mismo que hace un cuarto de siglo manejaba con mano de hierro y vocación autoritaria un sistema de facto en que la lucha antisubversiva era el argumento dialéctico para justificar atropellos y desafueros. Pero lo que en realidad no es lo mismo, lo que ha cambiado profundamente en estos años es Bolivia, es América latina, es el mundo.

Los hechos con que en Bolivia se está decidiendo una nueva renovación periódica de sus gobernantes, en un proceso democrático que resulta ya felizmente rutinario, ratifican que una sólida racionalidad se ha adueñado de la vida política en el altiplano y se impone a todos, incluso al fantasma del viejo Banzer, convertido con el correr del tiempo -y no de ahora: obtuvo antes una mayoría relativa de votos en otra postulación presidencial, sin alcanzar la unción legislativa que prescribe la Constitución- en un consecuente político de centroderecha que une voluntades en torno de sí mediante llamados al orden, a la regularidad administrativa y a la defensa de intereses regionales.

Y sus propuestas tienen mucho en común con las formuladas en la campaña electoral por los demás candidatos que han hecho una cosecha importante de votos, incluido el oficialista: todas apuntan a prolongar y perfeccionar el proceso de transformación que ha encarado Bolivia y sostener los grandes lineamientos de la política económica, lo que tiende a asegurar un considerable grado de continuidad institucional y estabilidad en las decisiones. Pero lo más importante es que esas propuestas fueron hechas a una sociedad que muy trabajosamente logró, en las dos últimas décadas, establecer una convivencia democrática que, aun imperfecta, es muy superior a cualquier otro ensayo realizado en toda su historia política.

La vigencia de las instituciones, la alternancia de partidos diversos en el poder y un razonable marco de libertades civiles han permitido, al mismo tiempo que se saneaban las finanzas públicas y se abría la economía, construir un país previsible y obtener resultados ampliamente positivos. La progresiva incorporación de Bolivia al Mercosur es un capítulo pendiente de esta notable transformación.

Quedan en pie -es inocultable y nadie puede pensar que han de ser resueltos a corto plazo- la afligente miseria, el atraso y la marginación que cubren gran parte del territorio del país, una corrupción generalizada y la endeblez del aparato productivo. Y también el arduo problema de los cultivos excedentarios de coca de la zona del Chapare, que adquieren proporciones abrumadoras, es motivo de presiones internacionales y moviliza una organización criminal en alza y recurrentes rebeliones de campesinos.

Esta situación plantea, en particular, la cuestión del narcotráfico en Bolivia, que es pequeña comparada con lo que ocurre en otros países, pero muy grande en proporción a la limitada economía local: la acusación de contactos culpables entre funcionarios y traficantes de drogas ha estado recientemente a la orden del día y socavó el prestigio de varios hombres públicos, entre ellos hasta el propio presidente Gonzalo Sánchez de Losada.

Estos son los asuntos pendientes al norte de La Quiaca y crean compromisos de acción y de rectificación a los futuros gobernantes; las dificultades que sin duda afrontarán no les deben hacer perder de vista que en la permanencia -que nada parece comprometer- y en la consolidación de la democracia boliviana y de las libertades económicas está, seguramente, el remedio de esos males.

TRIUNFO BANZER Y QUEDO A UN PASO DE LA PRESIDENCIA; AHORA DECIDE EL CONGRESO

LA PAZ, 2 (Reuter) - El ex dictador Hugo Banzer Suárez ganó por mayoría relativa las elecciones generales de ayer en Bolivia y quedó a un paso de asegurar su ratificación en el congreso como el próximo Presidente constitucional de Bolivia.

"Ha llegado el tiempo del triunfo y de la reflexión, ha llegado el tiempo de gobernar", dijo Banzer en una conferencia de prensa, unas cinco horas después que los primeros informes de la televisión lo dieran por ganador.

"Vamos a esmeramos en lograr lo que todos los bolivianos quieren, un gobierno fuerte, sólido, lo antes posible", había declarado previamente Banzer a la red privada Bolivisión.

El ex dictador de los años 70, hablando como virtual Presidente electo, prometió respetar "escrupulosamente" las leyes y los derechos humanos y ratificó su promesa de conducir un gobierno que atienda las necesidades de los pobres.

"*La última será la mejor*", remarcó el candidato militar de 71 años que parecía encaminarse al triunfo definitivo en su sexto intento electoral y en la cuarta elección general consecutiva después de la restauración democrática de 1982.

EL 25 POR CIENTO

Banzer, candidato de la derechista Acción Democrática Nacionalista, obtendría el 25 por ciento de los votos ciudadanos, según Bolivisión que basó su proyección en encuestas en boca de urna, y un 22,2 por ciento según la rival red de televisión ATB, que recogió datos del 89,42 por ciento de los votos.

Bolivisión, que hizo trabajo conjunto con la radio católica Fides, dio cuenta de un virtual triple empate en el segundo lugar, entre el también opositor y socialdemócrata ex Presidente Jaime Paz Zamora (51 años), del Movimiento de la Izquierda Revolucionaria, el empresario populista progubernamental Ivo Kuljis (43 años) y el principal candidato oficialista, Juan Carlos Durán (47 años) del centroderechista Movimiento Nacionalista Revolucionario.

Los tres segundos, según esta cadena, alcanzaban votaciones de entre 15,5 y 17,5 por ciento.

ATB, por su parte, ubicó en la cerrada disputa por el segundo puesto a los tres mencionados y a la populista Remedios Loza (47 años) de Conciencia de Patria.

CONGRESO EN AGOSTO

Al no haberse registrado un ganador por mayoría absoluta, el próximo Presidente boliviano será elegido en agosto por el Congreso de entre los dos más votados, según dispone la Constitución.

En esa perspectiva, el partido de Banzer había asegurado entre 11 y 13 bancas y el de Paz Zamora cinco o seis en el senado de 27 miembros, según las proyecciones.

La nueva composición del Senado resultará clave para la formación del próximo gobierno, pues una posible minoría del partido de Banzer en esa cámara abriría la puerta a una eventual alianza en torno al segundo candidato.

El ex dictador dijo que confiaba en que el resultado final le dará la mayoría en el Senado, en tanto que Paz Zamora dijo que felicitó a Banzer por su victoria y señaló que aspiraba a consolidar a su partido como "la indiscutible segunda fuerza del Parlamento".



El ex dictador Hugo Banzer obtuvo el 25 por ciento de los votos por lo que ahora deberá esperar la decisión del Congreso, que el 2 de agosto definirá al Presidente. El tercer lugar es disputado por Jaime Paz Zamora del MIR, Ivo Kuljis progubernamental y Juan Carlos Durán del MNR. (Foto AP)

Importante avance de los opositores

LA PAZ, (ANSA)- Los dos principales partidos opositores de Bolivia lograron duplicar la votación que obtuvieron en las anteriores elecciones presidenciales, mientras el oficialismo tuvo el resultado contrario.

Acción Democrática Nacionalista (ADN), del ex Presidente de facto Hugo Banzer Suárez, y el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), del también ex mandatario Jaime Paz Zamora, obtuvieron en conjunto 42 por ciento de los votos, según las estimaciones de cadenas de radio y televisión.

Ambos partidos, que acudieron unidos en una alianza en 1993, obtuvieron en esa elección 20 por ciento de los votos, menos de la mitad de los obtenidos ayer.

El tercer partido opositor de la gestión saliente, CONDEPA, mantuvo su caudal con respecto a 1993, con entre 12 y 14 por ciento de los votos.

El fenómeno contrario lo vive el partido de gobierno, el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), que con 17 por ciento de los sufragios tiene la mitad de lo obtenido en 1993.

El Movimiento Bolivia Libre (MBL), de centroizquierda, uno de los partidos aliados del MNR en el gobierno saliente, redujo su votación de 5,1 a 2,5 por ciento según las estimaciones.

La Unidad Cívica de Solidaridad (UCS), también miembro de la coalición oficialista, no resintió el desgaste del poder y mantuvo su votación en 14 por ciento.

AGUDA POBREZA DESAFIA A NUEVA ADMINISTRACION

LA PAZ, (ANSA)- El nuevo presidente boliviano, que surgirá de la elección que hará el Congreso basándose en el triunfo conseguido ayer en las urnas por el ex dictador Hugo Banzer Suárez, deberá enfrentar un elevadísimo índice de pobreza, alto analfabetismo y deserción escolar.

Con una población total de 7,1 millones de habitantes, Bolivia registra 7 por ciento de desempleo abierto y 44 por ciento de subempleo o empleo eventual.

Asimismo, el país tiene 25 por ciento de analfabetismo y 60 por ciento de abandono de alumnos antes de completar el ciclo escolar.

Además, el nuevo presidente deberá hacer frente a una mortalidad infantil de 90 por mil, en el marco de un drama social que ubica a 70 por ciento de la población por debajo de la línea de pobreza.

El nuevo presidente tendrá en cambio a favor una economía con índices estabilizados. En efecto, la inflación de 1996 fue de 7,5 por ciento, el mismo nivel proyectado para 1997.

DICTADOR CONVERTIDO A LA DEMOCRACIA

LA PAZ, (ANSA)- El General Hugo Banzer Suárez, Presidente de facto en Bolivia entre 1971 y 1978, completó ayer su giro político como único ex dictador de los años 70 de Latinoamérica que se convirtió a la democracia con éxito, pues el triunfo en las urnas dejó en sus manos la jefatura de Estado.

Con su estilo parco pero afable, Banzer, de 71 años, candidato de la derechista Acción Democrática Nacionalista (ADN), tiene posibilidades amplias de ser nombrado Presidente por el Congreso.

En Bolivia, si ningún candidato consigue el 51 por ciento de los votos, la elección queda en manos del Congreso, que se pronuncia entre el primero y el segundo más votado.

El militar llegó en 1971 al poder mediante un golpe de Estado, con el apoyo de las Fuerzas Armadas y de los partidos Movimiento Nacionalista Revolucionario y Falange Socialista Boliviana, luego de derrocar a otro Presidente de facto, Juan José Torres, asesinado en esa década en la capital argentina.

Torres había instaurado un gobierno progresista y nacionalista que sustituyó al Congreso por la "Asamblea Popular" en la que tenían representación sindicatos, otras organizaciones sociales y partidos de izquierda.

DURA REPRESION

El gobierno de Banzer se caracterizó por la dura represión contra sus adversarios, incluida la muerte o desaparición de unas 150 personas, según cálculos de organismos de derechos humanos.

En contrapartida, restauró la estabilidad económica en el país y mantuvo fuertes niveles de crecimiento, acompañados por la construcción de obras de infraestructura, aunque con el aumento vertiginoso de la deuda externa.

Presionado por los militares, abandonó el gobierno en 1978, para fundar la ADN dos años más tarde con el apoyo de empresarios y dirigentes conservadores.

Con este partido participó en cinco elecciones presidenciales, logrando ubicarse siempre entre los tres primeros lugares.

El Congreso evitó en tres oportunidades su elección como Presidente en la segunda ronda, prevista en Bolivia si ningún candidato obtiene 51 por ciento de los votos. Apoyó entonces a los gobiernos de Víctor Paz (1985-1989) y de Jaime Paz Zamora (1989-1993).



Remedios Loza, la candidata indígena del Movimiento Conciencia de Patria, CONDEPA, en el momento de votar. Su Movimiento quedó en tercer lugar. (Foto AP)

13

970 8587

"HARÉ UN GOBIERNO SÓLIDO Y CONFIABLE"

2|6 EO.

El general Bánzer otra vez

Al obtener apenas un 25% de los votos será el Congreso el que ratifique quién será el presidente

El ex gobernante de facto, Hugo Banzer Suárez de 71 años, virtual ganador el domingo de la primera vuelta de las elecciones generales con el 25%, dijo que buscará aliarse con los partidos políticos que decidan adherirse a su programa para "un gobierno sólido y confiable".

Durante una entrevista en un canal local, pocos minutos después de la difusión de los primeros datos extraoficiales, Banzer se comprometió a no defraudar a la ciudadanía boliviana si logra acuerdos con otras fuerzas para lograr su elección definitiva en el parlamento el 4 de agosto.

La Constitución boliviana señala que si un candidato no logra obtener el 50% más uno de los votos, el Congreso Nacional debe elegir al nuevo presidente entre los dos más votados.

COALICIÓN

El ex dictador (1971-78), dijo que esperará los resultados oficiales para decidir con qué partidos buscará conformar una coalición que le permita gobernar en los próximos 5 años, a partir de la transmisión de mando el 6 de agosto próximo.

Banzer ganó las elecciones en 1985, pero al no lograr obtener el apoyo para ser reelecto por el Congreso Nacional de Bolivia, Víctor Paz Estenssoro, fue ungido presidente con los votos del Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR) de tendencia socialdemócrata.

El candidato por la conservadora Acción Democrática Nacionalista (ADN), afirmó que esta será la última vez que participa en elecciones y reiteró su compromiso de conformar un gobierno capaz de pacificar el país y resolver a través del diálogo los problemas sociales más urgentes.

Demócrata tardíamente converso, el general Hugo Banzer Suárez fundó su propio partido político (Acción Democrática Nacionalista, ADN) en 1979, un año después que una asonada militar encabezada por un militar de su confianza lo desalojara del gobierno.

Con una impecable foja militar, Banzer (71 años), asaltó el poder en 1971 apoyado por dos enconados rivales políticos: el caudillo del Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR, hoy en el gobierno), Víctor Paz Estenssoro, y por el derechista Mario Gutiérrez (fallecido) de la casi desaparecida Falange Socialista Boliviana (FSB).

Durante su régimen, 14.750 personas fueron arrestadas por sus ideas políticas. *(En base AFP)*

308747

R [illegible]

BOLIVIA ELECCIONES [illegible]

EL SEGUNDO MAS VOTADO DECIDIRA LA FORMACION DEL NUEVO GOBIERNO

La Paz, 1 jun (EFE). El resultado definitivo de la pugna por el segundo puesto en las elecciones generales bolivianas del domingo, en las que Hugo Banzer obtuvo mayoría relativa, puede decidir la formación de la nueva alianza gubernamental y la elección por el Congreso del próximo presidente de la República.

Según los últimos datos extraoficiales, el candidato del gobernante Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), Juan Carlos Durán, ocupa el segundo puesto en la votación, pero Jaime Paz Zamora tiene la segunda fuerza parlamentaria, pese a ser tercero en la obtención de votos, tras las elecciones generales.

La victoria del general Banzer, que fue presidente "de facto" de Bolivia entre 1971 y 1978, se consolida con un 22.3 por ciento de los votos, mientras que Durán ocupa de momento el segundo lugar con el 18.4 por ciento, que le permite una representación parlamentaria de 26 diputados y tres senadores.

Paz Zamora, del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), ocupa el tercer lugar con 422.082 votos (17.5 por ciento) y ha logrado 25 diputados y seis senadores.

La cadena de radio Fides, que hizo un gran despliegue para efectuar encuestas a pie de urna durante la jornada electoral, proporcionó los datos sobre una proyección de 2.415.324 votantes.

El general Banzer anunció que formará una coalición estable y dijo que su partido esperará la publicación por la Corte Nacional Electoral de los resultados oficiales, antes de dar a conocer los partidos con los que pretende formar el nuevo Gobierno boliviano.

La ADN está decidida a hacer presidente a Banzer, quien no ha descartado la alianza con ninguno de los dos candidatos que le siguen en la preferencia electoral.

Paz Zamora dijo que tiene la seguridad de que el MIR es la segunda fuerza parlamentaria y "el fiel de la balanza" en las decisiones del Parlamento, que elegirá al futuro presidente de Bolivia el próximo 6 de agosto.

"La vida de los países no depende de deudas personales entre los individuos", indicó Paz Zamora, que agradeció el apoyo que Banzer le brindó en 1989 para hacerle entonces presidente.

La normativa electoral boliviana establece que, en caso de que ningún partido obtenga la mayoría absoluta en las urnas, corresponde al Congreso Nacional designar presidente a uno de los dos candidatos más votados.

Entre el cuarto y quinto puesto tampoco existe mucha diferencia, ya que Ivo Kuljis, de Unidad Cívica Solidaridad (UCS), obtuvo el 16.1 por ciento de los votos, frente al 15.7 por ciento de la candidata de Conciencia de Patria (CONDEPA), Remedios Loza.

El secretario ejecutivo del MNR, Freddy Teodovich, expresó la confianza de su partido en subir más en el recuento electoral en los próximos días, con los resultados del escrutinio en el área rural.

El candidato del MNR evitó hacer declaraciones sobre las posibles alianzas políticas, pero subrayó que a su partido le interesa "seguir gobernando" por la importancia que tiene de asegurar la continuidad de las reformas que impulsó el actual presidente, Gonzalo Sánchez de Lozada.

Tras conocer los primeros resultados, el presidente no [illegible] la [illegible] de [illegible] coalición formada con ADN.

[illegible] MNR [illegible] respecto a las de 1993 [illegible] del 35 al 18 por ciento, ya que su programa de cambios no ha dado beneficios inmediatos a la población.

La Corte Nacional Electoral tiene un plazo de 10 días para publicar los resultados oficiales, antes del próximo período legislativo que se iniciará el 6 de agosto, con la elección en el Congreso para elegir presidente. EFE

[illegible]

IS

9708587 1

[illegible]

EL CONGRESO ELEGIRA EN AGOSTO ENTRE LOS DOS CANDIDATOS MAS VOTADOS

Bolivia: ganó Banzer pero no logró mayoría absoluta

cl. 2/6

El ex dictador se impone por el 22,2% de los sufragios • Por el segundo lugar pelean codo a codo cuatro partidos • Banzer no canta victoria • Se inicia ahora un frenético juego de alianzas

Clarín EN LA PAZ

ALEJANDRA PATARO
Enviada especial

El general Hugo Banzer ganó ayer las elecciones presidenciales bolivianas sin alcanzar la mayoría absoluta de votos, por lo que será el Congreso electo el que elija en agosto entre los dos candidatos más votados.

Al cierre de esta edición, el segundo puesto era peleado codo a codo, sorpresivamente, entre cuatro fuerzas políticas, según datos extraoficiales aportados por medios de prensa privados. La Corte electoral boliviana aclaró ayer que no habría cifras oficiales hasta dentro de 15 días.

Con el 90 por ciento del conteo general extraoficial de votos, difundido por el grupo de prensa ATB-PAT-La Razón, que anoche avanzaba con una desesperante lentitud, se daba por ganador a Banzer con el 22,2 por ciento de los votos.

> Los observadores de la OEA dijeron que, en general, los comicios fueron normales

Pero el escrutinio adjudicaba un segundo puesto al gobernante Movimiento Nacionalista Revolucionario, de Juan Carlos Durán, con 17,7%, seguido de cerca por el Movimiento de Izquierda Revolucionaria del ex presidente Jaime Paz, con el 16,7%.

La Unidad Cívica Solidaridad, de Ivo Kuljis, aparecía como cuarta fuerza con el 15,9%, y la populista Conciencia de Patria de Remedios Loza –la primera candidato aymará que disputa la presidencia boliviana– quedaba en el quinto lugar, con el 15,8%.

Según la encuestadora Fides, basada en los resultados en boca de urna, la Acción Democrática Nacionalista (ADN), de Banzer, alcanzó el 25 por ciento de los votos. Mientras que el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), de Jaime Paz, iba segundo con un 17,5 por ciento.

En la votación de ayer, tres millones de personas eligieron presidente, vicepresidente, 130 diputados y 27 senadores.

El puntapié inicial al acto electoral lo dio el presidente saliente Gonzalo Sánchez de Lozada, a las 8 de la mañana. "El esfuerzo del gobierno ha sido que todo el pueblo pueda votar", dijo en un acto en el que participaron sus posibles sucesores.

"La democracia se aprende haciéndola. La democracia va a ser fuerte, vital y va a vivir", dijo el presidente.

REUTER



FINAL CON SUSPENSO. Banzer celebra el triunfo, pero aún no es presidente.

Concluyó: "Acepto el mayor honor de poder entregar el mandato a otro presidente constitucionalmente elegido".

En sus 172 años de vida independiente y con un record de 189 golpes de Estado, el pueblo boliviano dejó ver su interés cívico en una jornada tranquila. Sin embargo, hacia las diez de la mañana quedó opacada, brevemente, con la detonación de dos cargas de dinamita.

Los ataques fueron adjudicados a los maestros paceños, quienes habían llamado a boicotear los comicios. Pero los incidentes no arrojaron heridos ni daños, y los responsables fueron detenidos.

Los observadores de la Organización de Estados Americanos (OEA) dijeron a Clarín que, en un balance general, los comicios se desarrollaron con normalidad.

No faltaron denuncias de fraude, quejas de los electores que no pudieron votar porque no figuraban en los padrones y hasta militantes de las distintas fuerzas que se acercaban a los votantes con el objetivo de influenciar en su decisión.

Banzer, cauto

Después de seis intentos de llegar a la presidencia a través del voto popular, Banzer resultó primero. Si bien sus seguidores no dudan a la hora de indicar que el ex dictador será el próximo mandatario de Bolivia, el general de 71 años aún no canta victoria. Y prefiere aguardar a la decisión del Congreso.

Los dos más votados necesitarán la mitad más uno de los legisladores electos, es decir 79 parlamentarios. Sólo así uno de ellos será ratificado como presidente. Esto implica que a partir de hoy y hasta agosto las dos fuerzas victoriosas librarán un frenético juego de alianzas con los partidos que alcanzaron bancas en el Congreso para definir la presidencia. □

PERFIL

Banzer, el general que volvió

La Paz
Enviada especial

"Soy un buen tipo". Así se define Hugo Banzer Suárez. El general que entre 1971 y 1978 lideró un régimen autoritario que dejó en Bolivia un saldo de 200 muertos y 76 desaparecidos, y que hoy se perfila como el último presidente boliviano de este siglo.

Nació en Concepción, en el departamento de Santa Cruz, hace 71 años. Se reconoce como un asiduo visitante de Buenos Aires, en donde completó sus estudios en el Colegio Militar de la Nación.

Está casado con Yolanda Prada de Banzer, con quien tuvo cinco hijos.

En 1971 alcanzó presidencia del país con un golpe de Estado en el que en pocas horas murieron 104 personas.

"No había otra alternativa. El país estaba en caos", dijo a Clarín, al asegurar que hoy, tras participar 18 años en la vida democrática, está "totalmente reconciliado con la sociedad boliviana".

Seis veces apostó a la presidencia por la vía democrática, desde las filas del partido que él mismo fundó en 1979, la Acción Democrática Nacionalista (ADN), pero nunca pudo llegar con el apoyo del pueblo al Palacio Quemado.

Este general de poca talla habla con aplomo, sabe cómo defenderse de las preguntas capciosas de la prensa, y esquiva con inteligencia las acusaciones que lo sindican de ex dictador: un antecedente que se le enrostra "cada vez que hay elecciones", asegura. "Después la gente vota por mí", añade confiado.

PERFILES

Un pelotón de escoltas

La Paz
Enviada especial

Contra todos los pronósticos, son cuatro los candidatos que pelean por el segundo lugar en las elecciones.

Al cierre de esta edición, el candidato del MNR aparecía al tope de ese lote. Juan Carlos Durán es un político de carrera, licenciado en Ciencias Jurídicas y Políticas. Fue ministro secretario general de la República entre 1981 y 1982, diputado nacional, Ministro del Interior, senador y presidente del Senado.

Este cruceño de 47 años se muestra confiado en que será presidente, y se promueve como garantía de continuidad del proceso pro privatista del jefe de Estado, Gonzálo Sánchez de Lozada.

El ex presidente Jaime Paz Zamora (tercero en esos conteos parciales extraoficiales) tiene 58 años, y en agosto próximo aspira a ser presidente de Bolivia, como entre 1989 y 1993.

En 1971 fue uno de los fundadores de uno de los clásicos partidos del escenario político boliviano, el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Ivo Kuljis (4°) es el candidato de la populista Unidad Cívica Solidaridad (UCS), y considerado el Fujimori boliviano.

Remedios Loza Alvarado (5°) no perdía aun la posibilidad de dar pelea por el segundo lugar. Esta chola aymará está al frente del populista Conciencia de Patria (Condepa). Nacida hace 47 años en un pueblito de La Paz, Garita de Lima, es la mayor de 12 hijos de un matrimonio de artesanos.

TD5644

H POXBT 06 02 00600
mun

BOLIVIA ELECCIONES (Previsión)
BANZER PROMETE FORMAR COALICION ESTABLE TRAS TRIUNFO ELECTORAL

La Paz, 2 jun (EFE).- El general Hugo Banzer, vencedor en las elecciones presidenciales de ayer, anunció que formará una coalición estable y pidió tiempo antes de dar a conocer los partidos con los que pretende formar el nuevo Gobierno boliviano.

El líder de Acción Democrática Nacionalista señaló que su partido esperará la publicación por la Corte Nacional Electoral de los resultados oficiales de los comicios antes de iniciar las negociaciones formales.

Hasta la medianoche de ayer tres partidos se atribuían el segundo puesto: el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) del actual presidente, Gonzalo Sánchez de Lozada; el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), que encabeza Jaime Paz Zamora, y Conciencia de Patria (CONDEPA), encabezado por Remedios Loza.

Diversas estimaciones extraoficiales de los resultados de los comicios atribuían en la madrugada de ayer a ADN alrededor del 22 por ciento de los votos y adjudicaban a sus tres más próximos adversarios, MNR, MIR y CONDEPA entre el 17 y el 18 por ciento.

La normativa electoral boliviana establece que, en caso de que ningún partido obtenga la mayoría absoluta en las urnas, corresponde al Congreso Nacional designar presidente a uno de los dos candidatos más votados.

En cuanto a los posibles integrantes de una coalición presidida por ADN, Banzer adelantó anoche que "serán bienvenidos los que estén de acuerdo con nuestra conducción y nuestro programa".

La victoria de ADN fue reconocida por todos sus adversarios y los responsables de la campaña electoral de Banzer han descartado cualquier acuerdo que no lo incluya como presidente.

"Si el general no es presidente, nos vamos a casa", manifestó a EFE Luis Fernando Quiroga, hermano y jefe de campaña del candidato a la vicepresidencia por ADN, Jorge Quiroga.

Pese a la dureza de la campaña del MNR contra Banzer en las semanas previas a las elecciones, el presidente Gonzalo Sánchez de Lozada no descartó ayer la incorporación de su partido a una coalición formada por ADN.

Sánchez de Lozada insistió en la necesidad de que el próximo Gobierno garantice la continuidad del programa de reformas que impulsó durante su mandato.

Admitió que la pérdida de votos del MNR en estas elecciones respecto a las de 1993 es significativa aunque atribuyó este descenso -de casi el 36 por ciento a cerca del 19 por ciento- a que su programa de cambios no ha dado beneficios inmediatos a la población.

"El pueblo ha hablado y yo interpreto que hay un mandato de que se forme un gobierno de coalición coherente y se mantenga el camino que hemos seguido en nuestro país", afirmó.

El actual presidente, que ejerce también la jefatura del MNR, indicó que el encargado de negociar la eventual participación en el nuevo Ejecutivo será el candidato de su partido a la presidencia, Juan Carlos Durán.

"La lucha contra el narcotráfico y la consolidación de los grandes cambios para que los beneficios lleguen a la gente" deberán marcar la orientación de su programa, dijo.

Paz Zamora dio a los resultados electorales una interpretación opuesta a la de Sánchez de Lozada: "lo que el voto nacional ha expresado hoy es el rechazo político al oficialismo", afirmó, aunque no descartó expresamente la posibilidad de alianzas con algunos de los partidos de la actual coalición gobernante.

El líder del MIR anunció que ayer mantuvo una conversación con Banzer para felicitarle por el triunfo obtenido pero que no habló con el candidato de ADN sobre la posibilidad de llegar a un acuerdo político, como lo hicieron en 1989.

Paz Zamora señaló que el 6 de agosto el país tendrá un presidente, tal como establece la Constitución, y garantizó que su partido asegurará la gobernabilidad de Bolivia en los próximos años.- EFE

[illegible]

17

06/02/09-08/97

9708587

DP7575

U POXBT 06-01 00272

mun exg icx

BOLIVIA ELECCIONES/S.LOZADA

PRESIDENTE ADMITE NO ELIMINO CORRUPCION. POBREZA. NARCOTRAFICO

La Paz. 1 jun (EFE).- El presidente de Bolivia, Gonzalo Sánchez de Lozada. admitió hoy. domingo. día de elecciones generales en este país, que su Gobierno no logró derrotar la pobreza. la corrupción y el narcotráfico. pero sostuvo que hubieron avances para combatir estos problemas.

El mandato de Sánchez de Lozada terminará el próximo 6 de agosto. cuando entregue el mando al presidente que será elegido este domingo.

Dijo haber ganado "muchas batallas. pero no la guerra", al afirmar que la privatización de empresas estatales, la asignación de recursos a las regiones y el pago de un bono anual de 248 dólares (bonosol) a las personas que cumplieron 65 años son algunas de las medidas aplicadas para combatir esos males.

La privatización retiró del sector público a las empresas del Estado. la principal fuente de corrupción. dijo. mientras que la participación popular y la descentralización administrativa han dado a la población el control de los recursos asignados a cada región.

Según Sánchez de Lozada. los últimos cuatro años se sustituyó por cultivos alternativos el 60 por ciento de la coca en la región de Chapare. zona que del segundo lugar que ocupaba como productor de de coca. bajó al tercer puesto a nivel mundial.

El bonosol. el seguro de vejez y el seguro materno infantil, son medidas destinadas a combatir la pobreza y se aplican con éxito. dijo.

"En conclusión. se ganaron muchas batallas pero no la guerra". sostuvo. al expresar su confianza en que, pese a las advertencias de los partidos de oposición en la campaña electoral. no serán modificadas las principales reformas efectuadas en su gestión. EFE

FM/LC/PI

06/01/21 10/97

18

9708587

Hoy, elecciones presidenciales en Bolivia

Un general se encam

Las encuestas dan como ganador, con un 24 por ciento, a Hug

LA PAZ, 31 (De nuestro enviado especial).- En las cruciales elecciones presidenciales de este domingo en Bolivia participarán la Alianza Democrática Nacionalista (ADN), que lleva como candidato presidencial al general Hugo Banzer Suárez; el Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), con Jaime Paz Zamora; el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), con Juan Carlos Durán; la Unión Cívica Solidaridad (UCS), con Ivo Kuljis; la Conciencia de Patria (Condepa), con Remedios Loza; el Movimiento Bolivia Libre (MBL), con Miguel Urioste; el Partido Democrático Boliviano (PDB), con Eduardo Galindo, el Eje Pachakuti (EP), con Ramiro Barrechea; la Izquierda Unida (IU), con Alejo Véliz, y la Vanguardia Socialista (VS), con Jerges Justiniano.

Las últimas encuestas dan como ganador a Banzer, ex presidente de facto durante ocho años a partir de 1971, con el 24,02 por ciento de los votos, seguido por el también ex presidente, esta vez constitucional, Paz Zamora (1989-1993), con el 18,28 por ciento. En los sondeos, el oficialista Durán, del MNR, obtiene el 16,90 por ciento, delante de Kuljis, cuyo partido integra la actual alianza de gobierno, con el 16,39, y a quien siguen Loza, con el 8,20, y Urioste, con el 3,43 por ciento. Todo parece indicar que, luego de los comicios, Banzer, Paz Zamora y Loza se unirán para formar gobierno en la figura del primero.

Según la Corte Nacional Electoral, del total de habilitados para votar en las 16.409 urnas dispuestas en el nivel nacional, el 54,24 por ciento (1.768.369) son varones y el 45,76 por ciento (1.491.769) son mujeres, lo que marca un ascenso de aproximadamente el 15 por ciento de participación femenina desde las últimas elecciones. El Censo Nacional de Población y Vivienda efectuado en 1992 indica que la población total de Bolivia es de 6.420.792 personas, de las cuales 3.171.265 (49,39 por ciento) son varones y 3.249.527 (50,61 por ciento) son mujeres. Pese a esta mayoría, históricamente la mujer ha tenido una incidencia minoritaria en los comicios bolivianos, lo que sólo ha comenzado a cambiar en los últimos diez años.

En este sentido, los distritos electorales con mayor participación masculina son La Paz (61,74 por ciento de varones y y 38,26 por ciento de mujeres), Pando (60,01 por ciento de varones y 38,26 por ciento de mujeres), Cochabamba (55,11 por ciento de varones y 44,89 por ciento de mujeres). Los comicios serán observados por 22 expertos internacionales de la Organización de Estados Americanos (OEA), el único organismo internacional invitado por el gobierno boliviano para presenciar las elecciones, y por 17 funcionarios de entidades nacionales de América latina.



Afiches de Banzer Suárez junto a una típica chola paceña (Reuter)

Nubes de tormenta

Si el MNR, en el gobierno, pierde estas elecciones -como todo parece indicar- no será sólo debido a una campaña desafortunada ni a la falta de resultados del programa neoliberal puesto en marcha por el presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. Este domingo, por ejemplo, los electores concurrirán a las urnas con la noticia de que el precio del gas natural fue imprevistamente aumentado merced a un acuerdo entre el gobierno y las empresas privatizadas del sector, y de que las autoridades iniciaron un plan de despidos de todos los trabajadores de la antes poderosa Corporación Minera Boliviana (Comibol), para que ésta pueda ser abierta a una licitación internacional.

El gas natural pasará de 1,30 dólar por millar de pies cúbicos a 2,05 dólares, incluidos los sobreprecios por comisiones y aportes. Por su parte, la Comibol, en manos privadas, dejará de realizar operaciones mineras para convertirse en una administradora de contratos de riesgo compartido, debido a lo cual sus 1500 trabajadores quedarán cesantes. Además, el gobierno aclaró que todas las empresas mineras aún estatales deberán ser entregadas sin personal a las capitalizadoras, las que decidirán si extienden o no nuevos contratos. Todo ello intempestivamente, y en el momento menos oportuno.

La reacción era previsible. Las federaciones de maestros rurales y urbanos, que en las últimas semanas llevaron gran parte del peso de las protestas callejeras y que sumaron a sus marchas a vastos sectores de trabajadores del gas, mineros y campesinos, anunciaron que este domingo realizarán manifestaciones en las calles de La Paz y que cortarán nuevamente rutas y caminos. La Central Obrera Boliviana (COB), comprometida en un diálogo de última hora con el gobierno sobre el que dio garantías a la Iglesia hasta después de los comicios, mantuvo silencio oficial, pero nadie ignora que su mano está en la reacción de los maestros. Así, pese a que el gobierno afirmó que nada podrá quebrantar la tranquilidad y el orden de estas elecciones, nubarrones de tormenta se ciernen sobre la jornada.

Hoy, elecciones presidenciales en Bolivia

Un general se encam

Las encuestas dan como ganador, con un 24 por ciento, a Hug

LA PAZ, 31 (De nuestro enviado especial).- En las cruciales elecciones presidenciales de este domingo en Bolivia participarán la Alianza Democrática Nacionalista (ADN), que lleva como candidato presidencial al general Hugo Banzer Suárez; el Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), con Jaime Paz Zamora; el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), con Juan Carlos Durán; la Unión Cívica Solidaridad (UCS), con Ivo Kuljis; la Conciencia de Patria (Condepa), con Remedios Loza; el Movimiento Bolivia Libre (MBL), con Miguel Urioste; el Partido Democrático Boliviano (PDB), con Eduardo Galindo, el Eje Pachakuti (EP), con Ramiro Barrechea; la Izquierda Unida (IU), con Alejo Véliz, y la Vanguardia Socialista (VS), con Jerges Justiniano.

Las últimas encuestas dan como ganador a Banzer, ex presidente de facto durante ocho años a partir de 1971, con el 24,02 por ciento de los votos, seguido por el también ex presidente, esta vez constitucional, Paz Zamora (1989-1993), con el 18,28 por ciento. En los sondeos, el oficialista Durán, del MNR, obtiene el 16,90 por ciento, delante de Kuljis, cuyo partido integra la actual alianza de gobierno, con el 16,39, y a quien siguen Loza, con el 8,20, y Urioste, con el 3,43 por ciento. Todo parece indicar que, luego de los comicios, Banzer, Paz Zamora y Loza se unirán para formar gobierno en la figura del primero.

Según la Corte Nacional Electoral, del total de habilitados para votar en las 16.409 urnas dispuestas en el nivel nacional, el 54,24 por ciento (1.768.369) son varones y el 45,76 por ciento (1.491.769) son mujeres, lo que marca un ascenso de aproximadamente el 15 por ciento de participación femenina desde las últimas elecciones. El Censo Nacional de Población y Vivienda efectuado en 1992 indica que la población total de Bolivia es de 6.420.792 personas, de las cuales 3.171.265 (49,39 por ciento) son varones y 3.249.527 (50,61 por ciento) son mujeres. Pese a esta mayoría, históricamente la mujer ha tenido una incidencia minoritaria en los comicios bolivianos, lo que sólo ha comenzado a cambiar en los últimos diez años.

En este sentido, los distritos electorales con mayor participación masculina son La Paz (61,74 por ciento de varones y y 38,26 por ciento de mujeres), Pando (60,01 por ciento de varones y 38,26 por ciento de mujeres), Cochabamba (55,11 por ciento de varones y 44,89 por ciento de mujeres). Los comicios serán observados por 22 expertos internacionales de la Organización de Estados Americanos (OEA), el único organismo internacional invitado por el gobierno boliviano para presenciar las elecciones, y por 17 funcionarios de entidades nacionales de América latina.



Afiches de Banzer Suárez junto a una típica chola paceña (Reuter)

Nubes de tormenta

Si el MNR, en el gobierno, pierde estas elecciones -como todo parece indicar- no será sólo debido a una campaña desafortunada ni a la falta de resultados del programa neoliberal puesto en marcha por el presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. Este domingo, por ejemplo, los electores concurrirán a las urnas con la noticia de que el precio del gas natural fue imprevistamente aumentado merced a un acuerdo entre el gobierno y las empresas privatizadas del sector, y de que las autoridades iniciaron un plan de despidos de todos los trabajadores de la antes poderosa Corporación Minera Boliviana (Comibol), para que ésta pueda ser abierta a una licitación internacional.

El gas natural pasará de 1,30 dólar por millar de pies cúbicos a 2,05 dólares, incluidos los sobreprecios por comisiones y aportes. Por su parte, la Comibol, en manos privadas, dejará de realizar operaciones mineras para convertirse en una administradora de contratos de riesgo compartido, debido a lo cual sus 1500 trabajadores quedarán cesantes. Además, el gobierno aclaró que todas las empresas mineras aún estatales deberán ser entregadas sin personal a las capitalizadoras, las que decidirán si extienden o no nuevos contratos. Todo ello intempestivamente, y en el momento menos oportuno.

La reacción era previsible. Las federaciones de maestros rurales y urbanos, que en las últimas semanas llevaron gran parte del peso de las protestas callejeras y que sumaron a sus marchas a vastos sectores de trabajadores del gas, mineros y campesinos, anunciaron que este domingo realizarán manifestaciones en las calles de La Paz y que cortarán nuevamente rutas y caminos. La Central Obrera Boliviana (COB), comprometida en un diálogo de última hora con el gobierno sobre el que dio garantías a la Iglesia hasta después de los comicios, mantuvo silencio oficial, pero nadie ignora que su mano está en la reacción de los maestros. Así, pese a que el gobierno afirmó que nada podrá quebrantar la tranquilidad y el orden de estas elecciones, nubarrones de tormenta se ciernen sobre la jornada.

1\6\97

ina a ser presidente

Banzer Suárez, ex gobernante de facto en la década del 70

Historias y protagonistas



Hugo Banzer Suárez:

El general retirado del ejército intenta volver como presidente democrático al Palacio Quemado, que ocupó como dictador en un gobierno derechista de mano dura, entre 1971 y 1978.

Banzer es admirado por sus seguidores por su orden y puntualidad y la precisión de las órdenes que les imparte.

Casado, Banzer, de 74 años, tiene dos hijas y perdió un hijo en un accidente aéreo, lo que, según ha revelado, marcó su vida y fortaleció su apreciación del valor de la familia.

En 1995 se le diagnosticó una dolencia cardiaca, y cada dos años se somete a exámenes médicos en el exterior. Como gobernante, reprimió con dureza a movimientos universitarios de izquierda y desarticuló organizaciones guerrilleras.

En 1978, presionado por sindicatos y grupos de defensa de los derechos humanos, autorizó el retorno de los exiliados y convocó a elecciones. Fue derrocado por el candidato que él mismo había impuesto en esas elecciones, su ex ministro del Interior general Juan Pereda.

Tras dejar el poder, Banzer fundó la Acción Democrática Nacionalista, de derecha. Ganó las elecciones de 1985, pero sin alcanzar mayoría absoluta, y el Congreso eligió presidente al segundo clasificado, Víctor Paz Estenssoro. Banzer accedió a un Pacto por la Democracia para cogobernar con Paz Estenssoro.

En 1989 y 1993, las urnas nuevamente fueron esquivas para Banzer, quien ahora aparece como el favorito en las encuestas.

Un gobierno de Banzer mantendría las políticas económicas de libre mercado.



Jaime Paz Zamora:

El ex presidente gobernó entre 1989 y 1993 mediante un pacto con Banzer, su enconado rival en la actual campaña.

A los 58 años, Jaime Paz Zamora sigue ejerciendo con marcado entusiasmo sus dos principales pasiones: la política y el fútbol.

Avido deportista, en su juventud fue arquero de un club profesional de primera división, y a menudo aún viste de corto con los dos hijos de su primer matrimonio.

Otra afición es la música, y es frecuente animador, con guitarra y canciones, de algunas reuniones sociales.

Sus adversarios por eso lo califican de frívolo, pero pocos le niegan su carisma y condición de político de alto nivel.

Llega a la elección en medio de serios problemas de su Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), por la acusación de haber recibido dinero del narcotráfico para financiar sus campañas.

Algunos dirigentes de su partido fueron enjuiciados y uno de ellos cumple sentencia, pero Paz Zamora no fue sometido a proceso.

Paz Zamora atribuye las acusaciones a una campaña del gobierno del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada para destruirlo políticamente a él y su partido.

A raíz de las acusaciones, Estados Unidos suspendió la visa de ingreso a Paz Zamora y a dos ex ministros del Interior de su gobierno.

Paz Zamora aún muestra en el rostro las marcas de quemaduras sufridas en un accidente de aviación.

Juan Carlos Durán:



La candidatura presidencial le cayó de rebote a este dirigente del Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), a raíz de la renuncia del independiente René Blattmann.

En cambio, la presidencia que buscó con entusiasmo y conquistó es la del club de fútbol Real Santa Cruz. A los 49 años, el ex ministro del Interior y ex presidente del Senado aún practica el fútbol cada fin de semana.

Dice ser un "colla-camba" -las denominaciones populares para los bolivianos de la sierra y el altiplano-, pues aunque nació en La Paz, vivió su juventud en Santa Cruz.

Es un típico dirigente del MNR, con buen manejo de las masas y una habilidad para la estrategia política que algunos califican de maquiavélica.

Conocido por su rigor para defender las posiciones de su partido, promete continuar las reformas del actual gobierno, en las que ha basado su campaña. Ha prometido lanzar un programa crediticio para los sectores populares.

Ivo Kuljis:

Como empresario de éxito -incluso en el campo de las comunicaciones- se ha ganado una reputación de hombre solidario, que a menudo no escatima aportes de dinero para proyectos de desarrollo para la niñez y la lucha contra la pobreza.

Es el típico empresario joven de Santa Cruz -43 años-, caracterizado por su impulso y agresividad. Es propietario de industrias de papel y de una fábrica de pañales y otros productos, que exporta al Brasil.

En su campaña ha buscado evitar confrontaciones con sus rivales.

Asomó a la política en las elecciones de 1993, como candidato a vicepresidente de la populista Conciencia de Patria, logrando el cuarto lugar.

Es fundador del Movimiento de Unidad y Progreso.

Kuljis es un reconocido promotor de la integración nacional e internacional, que se cree recibirían fuerte impulso en un gobierno suyo.

uno imborrable. Ocurrió la noche del 20 de diciembre de 1946. Después de tres años en el Colegio Militar argentino, se graduaba en el arma de caballería. En una función de gala en el Teatro Colón, el diminuto subteniente recibió el sable en manos del presidente argentino Juan Domingo Perón. "Ni el sable con que vais a ser armados ni el grado que ostentáis constituyen de por sí la autoridad que debéis investir. Esta debe ser constituida por cada uno de vosotros en el orden moral y espiritual", dijo el jefe de Estado. La llegada, la huida, la perpetuidad y el inminente regreso al poder del ex dictador boliviano, general Hugo Banzer Suárez –primero en toda las encuestas para las elecciones presidenciales de hoy– tiene mucho que ver con la Argentina.

Su partido –Acción Democrática Nacionalista (ADN)– tomó como modelo a la Unión del Centro Democrático (UCD). "Coincidimos con el ingeniero (Alvaro) Alsogaray en que la única manera de llevar adelante una nación es con una economía nacional de mercado, con pluralismo ideológico, libre iniciativa, y fundamentalmente con la creación de la riqueza", aseguró Banzer hace más de una década. Hoy, los tres principales partidos bolivianos apoyan el modelo neoliberal –inaugurado en 1985 por el gobernante Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) y Banzer– y ni hablan de cambiar el rumbo económico. El recuerdo de una supuesta prosperidad durante la dictadura, su reacomodamiento a la democracia y un discurso pseudonacionalista le han permitido a Banzer sacarle una buena ventaja a la coalición de gobierno, aturdida por denuncias de corrupción, una "narcofoto" y la venta de "las riquezas nacionales".

La relación de Banzer con Alsogaray se remonta a Washington en 1967. Durante la campaña guerrillera de Ernesto Guevara en Ñancahuazú, el entonces teniente coronel boliviano desempeñaba la función de agregado militar y el propulsor de la aerоísla tenía el cargo de embajador. Tal como informó **Página/12** hace un mes, el 29 de setiembre de 1967 Banzer envió un cable secreto a su país informando que el embajador Alsogaray había entregado los datos de filiación del guerrillero argentino cubano al departamento de Estado Norteamericano. Formado en la Escuela de las Américas –centro de reclutamiento de dictadores, donde también se enseñaban a torturar, según la histórica confesión del año pasado– y condecorado por el Ejército norteamericano, Banzer fue construyendo su carrera política con apoyo de las Fuerzas Armadas Argentinas.

El sangriento golpe de Estado que lo llevó al poder en agosto de 1971 (murieron más de cien personas) fue financiado, entre otros, por el gobierno de Alejandro Agustín Lanusse, que obló 20 millones de dólares para el derrocamiento del general nacionalista de izquierda Juan José Torres. El asesor militar de Perón y ex diputado del Partido Justicialista (PJ), Luis Sobrino Aranda, fue testigo directo de la relación del Ejército argentino con Banzer. Así lo recordó: "Cuando estuve en Buenos Aires en 1971 conversando con los militares sobre el regreso de Perón escuché cómo preparaban el apoyo al golpe de Banzer. Le dieron armas, dos aviones. Una ayuda que superaba los 20 millones de dólares. Si en ese momento era evidente que Banzer y el Ejército eran culo y calzón, ni qué hablar después del golpe del 24 de marzo de 1976. Su camada importante de amigos era la del '75, donde estaban los generales Guillermo Carlos Suárez Mason (responsable de 39 asesinatos y miembro de la logia masónica P2), Mujica, Cornichelli, Vaquero y Antonio Serrano".

A la lista de Sobrino Aranda hay que sumar al ex ministro del Interior

Estudió en una escuela de torturadores y fue amigo de los generales Suárez Mason y Vaquero, del ex ministro del Interior de la dictadura Albano Harguindeguy y del comisario general Alberto Villar, jefe de la Triple A. Su relación con Videla, Massera y Agosti fue excelente. Viola dijo un día: "Cómo rompe las pelotas Banzer con el peligro de Torres", y poco después el general boliviano Juan José Torres era asesinado en Buenos Aires. Esta es la conexión argentina del hombre al que los bolivianos votarán hoy.



Rafael Videla.
Después, Massera lo condecoró como "Aviador Naval honoris causa".

Albano Harguindeguy y al comisario general Alberto Villar, organizador y jefe hasta su asesinato de la Alianza Anticomunista Argentina (Triple A), la organización que mató a dos mil personas en treinta meses. "A partir del momento en que Villar fue designado director general de Orden Urbano y posteriormente subjefe de la Policía Federal y jefe de la Policía Federal mantuvo un permanente contacto con personal de las Fuerzas Armadas y Fuerzas de Seguridad de la República de Bolivia, sobre la base de la amistad que Villar mantenía con el general Hugo Banzer Suárez", declaró el inspector de la Policía Federal Argentina Rodolfo Peregrino Fernández a la Comisión Argentina de Derechos Humanos el 8 de marzo de 1983. En su despampanante piso de Avenida del Libertador, el comisario (r) Jorge Silvio Adeodato Colotto –quien considera a Villar como su "amigo y hermano"– confirmó ante **Página/12** el vínculo entre el dictador y el organizador de la Triple A. Colotto también exhibió en sus vitrinas una condecoración de los Rangers que, según contó, le dio el capitán boliviano Guzmán. "Me dijo –recordó Colotto– que el discurso que yo di lo había emocionado."

A pocas cuadras de la residencia Colotto, en el departamento del coronel Hugo Raúl Miori Pereira, de Avenida del Libertador 2346, solían reunirse oficiales argentinos y bolivianos, entre otros Harguindeguy y Banzer. Participaban los coroneles bolivianos Francisco Monroy (denunciado por el periodista argentino Gregorio Selser como "clave para el narcotráfico"), Faustino Rico Toro (preso en Estados Unidos por narcotraficante hasta 1996 y hoy libre) y Freddy Quiroga (vinculado al tráfi-

BANZER
MADE IN ARGENTINA



Hugo Banzer y el ex dictador Videla durante una visita del boliviano a Buenos Aires.
Desde el principio, Banzer construyó su carrera política con el apoyo de las Fuerzas Armadas Argentinas.

guerra nazi y protegido de Banzer Klaus Barbie y los terroristas italianos Stefano Delle Chiaiaie y Pierluigi Pagliai). Banzer no se ha quedado atrás en este rubro: el *New York Times* denunció sus narcovínculos en 1981 y Selser lo mencionó como número 1 en la lista de la conexión militar del narcotráfico en Bolivia.

Cuando la última dictadura argentina coincidió en el tiempo con el "Banzerato" (1971-1978), los intercambios represivos se multiplicaron. La Asociación de Familiares de Detenidos y Desaparecidos por la Liberación Nacional (Asofamd) de Bolivia difundió el mes pasado un aviso televisivo sobre los crímenes del gobierno de Banzer donde se aseguraba que 37 bolivianos desaparecieron en la Argentina y seis fueron asesinados. El spot fue prohibido por la Corte Electoral por considerarlo una ofensa al ex dictador. La campaña volvió a enardecerse el miércoles con la publicación de un solicitada firmada por el premio Nobel de la Paz argentino Alfredo Pérez Esquivel, quien aseveró que "al general Banzer le cabe, además, una complicidad casi directa con las atrocidades que sufrimos en la Argentina y otras naciones del Cono Sur". La respuesta de Banzer fue inmediata: "Nunca ordené maltratar a nadie".

Su amor a primera vista con las juntas militares es, a esta altura, innegable. "Las relaciones entre Bolivia y la Argentina están en el más alto nivel de la historia", declaró Banzer el 27 de noviembre de 1976, después de reunirse con Jorge Videla, Emilio Massera y Orlando Agosti. En setiembre de 1977, Massera volvió a Bolivia para apoyar el reclamo marítimo de la dictadura boliviana y denunció que "una hermana valerosa está sufriendo una gran injusticia". Durante la visita condecoró a Banzer con el "aviador honoris causa" de la Armada Argentina. "Sólo otorgamos a quienes, como usted hacen honor a normas morales que rigen la tradición americana", remató el Almirante Cero. La lucha antisubversiva, los valores occidentales y cristianos, el odio común a Chile y la coordinación represiva los unía. En señal de apoyo a la disputa con Chile, la Junta Militar le cedió a Bolivia una zona franca en Rosario para aliviar la ceguera del enclaustramiento. Asimismo, Banzer estaba interesado en la participación de la Argentina en un proyecto de irrigación en Santa Cruz, su tierra natal. El romance continuó. A pocos días del fin de su gobierno, Banzer vino a Buenos Aires a presenciar la final del Mundial de Fútbol de 1978. Un día antes compartió el palco con Henry Kissinger, el nuncio apostólico Pio Laghi y toda la Junta para ver el partido de Italia y Brasil por el tercer puesto. La visita sirvió para apuntarle a Chile y gritar juntos los goles argentinos.

Durante la dictadura militar Sobrino Aranda presenció otro hecho insólito. "En ese entonces –relatóme reunía muy seguido con Roberto Viola, quien era jefe del Estado Mayor Conjunto y luego sería el segundo presidente del Proceso. Una mañana en su despacho me dijo lo siguiente: 'Como rompe las pelotas Banzer con el peligro de (Juan José) Torres'". El general Torres –máximo oponente a la dictadura de Banzer– fue secuestrado el 1° de junio de 1976 en Buenos Aires en el marco de la internacionalización del terror de las dictaduras del Cono Sur –conocida como Operación Cóndor– y apareció asesinado 36 horas después. El 6 de marzo de 1996 Banzer tuvo una reunión privada con el presidente Carlos Menem en la Casa Rosada. Una fuente de los servicios de inteligencia contó a **Página/12** que el ex dictador le pidió que no se reabra la causa judicial del crimen de Torres. 50 años después, el ex dictador volvió a recurrir a la Argentina. Sus historias de muertes no deben detener a la lluvia de votos que recibirá hoy.

El ex dictador formará el gobierno del nuevo siglo

Por **Raúl Peñaranda**

La Paz, ANSA 1/6/98

La actual oposición boliviana, encabezada por el ex presidente de facto (1971-78) general Hugo Banzer Suárez, se apresta a conformar el próximo gobierno que conduzca los destinos del país en la entrada al próximo siglo.

Banzer Suárez, candidato de la derechista Acción Democrática Nacionalista (ADN), figura primero en las encuestas con un 24 por ciento de los votos y una probable fuerza parlamentaria de 50 bancas, de un total de 157.

El número mínimo requerido en la segunda vuelta congresal es de 79 votos.

El ex presidente socialdemócrata (1989-93) Jaime Paz Zamora, quien cogobernó con ADN en su periodo presidencial, marcha segundo en las encuestas, con un 16 por ciento de apoyo y una fuerza en el Congreso de 30 parlamentarios.



Mucho color y tradiciones en la campaña electoral boliviana.

Entre ambos, según estimaciones del diario Ultima Hora, tendrían la cantidad necesaria para designar a Banzer como presidente en la segunda ronda que se efectúa en el Congreso si ningún candidato obtiene el 51 por ciento de los sufragios.

En el período legislativo que concluye, ADN y MIR tienen, sumados, 43 parlamentarios, por lo que subirían al doble tras las elecciones.

En el oficialismo ocurre la situación contraria. El Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), del candidato Juan Carlos Durán, tiene un 16 por ciento de los votos y puede lograr una fuerza en el Congreso de 30 representantes.

Actualmente, su partido cuenta con 70 bancas en el Congreso saliente, por lo que con menos de la mitad de esa cifra, podría encaminarse a ocupar una oposición minoritaria en los próximos cinco años.

Los otros dos partidos de la coalición oficialista, Unidad Cívica de Solidaridad (UCS) actualmente con 17 bancas, y el Movimiento Bolivia Libre (MBL), con siete, mantendrían esa cantidad.

Los analistas consideran que si Durán logra acceder al segundo lugar de las elecciones, que le permitan asistir a la elección en el Congreso tendrá dificultades en conformar una alianza que le dé el número mínimo de votos para ser designado presidente.

COMICIOS PRESIDENCIALES EN BOLIVIA

Sin embargo, las cifras macroeconómicas saludables no lograron más que ensanchar la brecha entre ricos y pobres. Aquí, el ingreso per cápita es de 900 dólares anuales. El salario mínimo roza los 50. Y mientras el 20% más pobre accede a sólo el 4% del ingreso nacional, el 20% más rico se lleva al bolsillo el 55%.

Pero las encuestas son claras. A la hora de votar al último presidente del siglo, los bolivianos insisten en elegir a los impulsores del modelo.

Con un 25%, el favorito es el general Hugo Banzer, reflejo de la derecha nacionalista que promete combatir la extrema pobreza, pero sin "borrar con el codo lo que escribimos con la mano", según explicó a Clarín.

> Con los resultados a la vista, los dirigentes comenzarán a negociar posibles alianzas

Banzer, quien gobernó de facto el país entre 1971 y 1978, cogobernó con Paz Estenssoro y fue uno de los líderes que llevó adelante la transformación económica del país.

En un peleado segundo puesto y cerca de un 22% está el candidato Juan Carlos Durán, la cara del gobernante Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), una fuerza liberal pro privatista, a la que la oposición, incluidos los seguidores de Banzer, califican de "vendepatria".

Por qué Banzer

Banzer corre con la ventaja de haberse transformado en los últimos cuatro años en la cabeza de la oposición y en la principal alternativa.

Según los analistas, eso se debe a que el actual gobierno de Gonzalo "Goni" Sánchez de Lozada, se encargó de desarticular la otra cara de la oposición: el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), hundiéndolo con acusaciones de narcovínculos. Y en segundo lugar, porque el saliente mandatario, ocupado en ajustes y en desarmar al MIR, descuidó los intereses del pueblo: pobreza, educación y salud.

A la lista de candidatos que pujan por obtener el gobierno, se suman el mirista Jaime Paz Zamora; Ivo Kuljis del populista Unidad Cívica Solidaridad, y Remedios Loza, la primera aymara que aspira a la presidencia desde Conciencia de Patria.

Lo cierto es que ninguno logrará hoy la mayoría absoluta de votos para consagrarse presidente. Por lo que será el Congreso Nacional electo el que decida a comienzos de agosto entre los dos candidatos más votados.

En este cuadro, los bolivianos elegirán a 130 diputados y 27 senadores encargados de decidir quién será el próximo presidente boliviano.

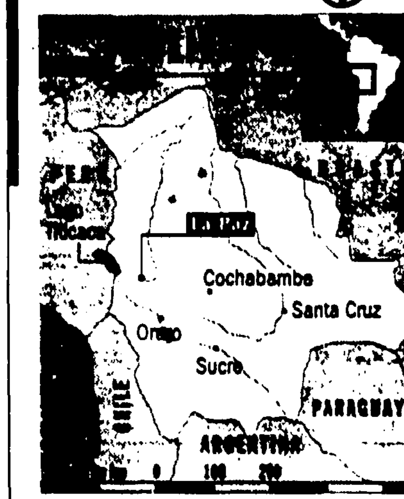
Los candidatos lo saben. Y esperarán nerviosos los resultados para poner en marcha una estratégica política de alianzas para reunir la mitad más uno de los votos en el Parlamento, que les aseguren la gobernabilidad del país. □



AFP

DECISION. De los comicios surgirá el sucesor de Gonzalo Sánchez de Lozada.

EL PAIS EN CIFRAS



- POBLACION: 7.000.000 de habitantes
- HABILITADOS PARA VOTAR: 3.276.431 habitantes
- POBLACION URBANA: 58,47%
- POBLACION RURAL: 41,53%
- HOMBRES: 3.440.000
- MUJERES: 3.560.000
- SUPERFICIE: 1.098.581 km2
- SISTEMA POLITICO: Democracia unitaria y representativa
- PIB PER CAPITA: 859,9 dólares
- TASA DE INFLACION: 7,9%
- CRECIMIENTO DEMOGRAFICO: 2,03%
- DEUDA EXTERNA: 4.370 millones de dólares
- EXPORTACIONES: 1.325 millones de dólares
- IMPORTACIONES: 1.635 millones de dólares
- ESPERANZA DE VIDA: 59 años

BOLIVIA UN TOTAL DE 3,2 MILLONES DE CIUDADANOS HABILITADOS PARA VOTAR

EO. 31/5

Bolivianos votarán por más de lo mismo

Las elecciones presidenciales del domingo no producirán mayores cambios en el modelo económico implantado en 1985 y profundizado por el presidente Gonzalo Sánchez de Losada

PERFIL

HUGO BANZER
candidato por ADN
71 años

El general Hugo Banzer no sólo no pide perdón por haber sido un dictador en los años 1971-1978 sino que cree haber dado después más que suficientes muestras de comportamiento democrático, como para aspirar a ser presidente mediante el voto popular. En sus pasados cinco intentos electorales, desde que en 1979 fundó su partido derechista Acción Democrática Nacionalista (ADN), Banzer siempre estuvo en la lucha por la Presidencia. Incluso ganó las elecciones de 1985, su tercer intento, pero como ocurrió con todos los candidatos triunfadores en las urnas bolivianas en los últimos 19 años, precisamente desde el fin de su dictadura, Banzer no logró la mayoría absoluta para ser directamente presidente. El general parece convencido ahora de que su sexta campaña electoral lo conducirá finalmente al Palacio Quemado.

25

9708587

POR THOMAS LYFORD PIKE
de la redacción de EL OBSERVADOR

A juzgar por los discursos de campaña, cuando la ciudadanía boliviana elija a su nuevo presidente mañana domingo, aparentemente no estará en juego el modelo económico ni la estabilidad política del país.

Ninguno de los tres candidatos con mayores posibilidades de vencer planteó cambios de fondo en el modelo neoliberal aplicado desde 1985, cuando un severo programa de ajuste frenó una hiperinflación que apuntaba ya al 23.000% anual.

La inflación está controlada pero el producto per cápita es de US$ 850 al año

Doce años después, la inflación está bajo control pero el crecimiento del Producto Bruto Interno (PBI) fue de apenas 4% en los últimos tres años, en promedio, y el PBI per cápita sólo se aproxima a los 850 dólares anuales.

Según quedó de manifiesto en diversos debates la cuestión clave es el futuro de las reformas estructurales puestas en marcha por el gobierno de Gonzalo Sánchez de Losada.

Mientras el candidato oficialista Juan Carlos Durán promete estabilidad sobre la base de consolidar esos cambios, los opositores Hugo Banzer y Jaime Paz Zamora, primero y segundo en las encuestas, plantean revisarlas, pero no derogarlas.

Las reformas se resumen en la llamada "capitalización" de las seis principales empresas públicas, proceso mediante el cual se transformaron en sociedades anónimas manejadas y capitalizadas por socios extranjeros que, gracias a su aporte de capital de inversiones, controlan el 50% de las acciones.

Como fruto de la capitalización, que deja en poder de la ciudadanía en fideicomiso en el cambio Cititrust de Bahamas el 50% de las acciones de las empresas, parte de los dividendos se destinan al pago de un sin precedentes "Bono Solidario" o "Bonosol" equivalente este año a 248 dólares anuales, a los mayores de 65 años y con carácter vitalicio. Ese bono se pagará a todos los que tenían al menos 21 años a fines de 1995, cuando cumplan los 65.

Juan Carlos Durán, el candidato del centroderechista Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), ofrece "cosechar los frutos" de las reformas, incluyendo una acelerada captación de inversiones para aumentar el crecimiento.

El general Hugo Banzer, el ex dictador que se postula por la derechista Acción Democrática Nacionalista (ADN), propone revisar los contratos con las empresas capitalizadas para acortar o eliminar los períodos de monopolio. Al mismo tiempo quiere extender el pago del "Bonosol" a los mayores de 55 años si viven en áreas rurales.Jaime Paz Zamora, ex presidente socialdemócrata candidato del Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), plantea "bolivianizar" el manejo de las empresas capitalizadas, y postula "una mejor distribución de la riqueza". *(EFE y AP)*

Entre el MRTA y "mandandiru lirulá"

El empresario y economista Samuel Doria Medina, secuestrado por el peruano MRTA en noviembre de 1995, figura entre los cuatro principales candidatos a la vicepresidencia de Bolivia en las elecciones generales del domingo, junto a dos ingenieros y un abogado.

Doria Medina de 38 años, ex ministro de Planeamiento durante el gobierno de Jaime Paz Zamora (1989-1993), estuvo secuestrado durante mes y medio por el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), que cobró por su rescate alrededor de US$1,2 millones, según fuentes extraoficiales. El compañero de fórmula del ex gobernante de facto Hugo Banzer Suárez y candidato por la conservadora Acción Democrática Nacionalista (ADN), es un joven ingeniero de 37 años, Jorge Quiroga.

Quiroga se convirtió a los 31 años en uno de los ministros de Finanzas más jóvenes de la historia del país durante el gobierno de Paz Zamora, y representa la estampa de un "yuppie" de los años de 1990.

En contraste a esta juvenil figura, el candidato vicepresidencial del oficialismo, Percy Fernández, de 57 años, es un ingeniero civil que se destaca por su personalidad desenfadada y extrovertida.

Fue alcalde de Santa Cruz y dio que hablar cuando en un saludo protocolar le dijo al príncipe Felipe de España en 1992, "muy buen día señoría, mandandiru lirulá". *(En base a AFP)*

PERFIL

J. PAZ ZAMORA
Candidato por MIR
58 años

El ex presidente Jaime Paz Zamora (1989-1993) trocó su vocación de seminarista por la política y se convirtió junto a su partido en constructor de la democracia, aunque aún se le reprocha su cogobierno con el ex dictador Banzer. Figura del Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), partido que fundó en 1971 como respuesta al golpe de Estado de Banzer. A finales de los años 1970 una alianza de izquierda lo catapultó a la vicepresidencia de Bolivia en 1982, tras ser el único sobreviviente de un sospechoso accidente aéreo. Considerado por sus rivales de partido como "excesivamente pragmático", Paz Zamora no vaciló en 1989 en "tender un puente del olvido entre los ríos de sangre" que el dijo lo separaban de Banzer para formar un cogobierno que lo sentó en el sillón presidencial. Aunque nunca se le comprobó un delito, al ex presidente se le acusa de haber mantenido relaciones on un supuesto narcotraficante.

COMICIOS PRESIDENCIALES EN BOLIVIA

LOS EMPRESARIOS QUIEREN REVISAR LA VENTA DE EMPRESAS PUBLICAS

Las privatizaciones, eje del debate

La Paz
Enviado especial

A [illegible] agrupados en la Cámara de Industria y Comercio (CAINCO), empresarios bolivianos exigieron ayer al próximo gobierno que revise las privatizaciones de empresas públicas, un proceso que implicó la venta de cinco empresas estatales por una suma [illegible] dólares, según cifras oficiales.

Mientras el frente opositor [illegible] con revisar los contratos de concesión, el oficialismo se ofrece como garantía de continuidad de todo el proceso privatizador.

Los empresarios argumentaron que las grandes empresas estatales de servicios públicos, hoy capitalizadas, son tan monopólicas como lo eran cuando estaban en manos del gobierno. Recordaron que por entonces, entre 1982 y 1985, la mayoría de estas compañías eran ineficientes, no rentables y utilizadas como "botín" político.

Ahora, según los empresarios, nada ha cambiado. Luis Fernando Terrazas, presidente de CAINCO, lamentó que el Poder [illegible] para por entregarlas a inversionistas extranjeros en condiciones "totalmente monopólicas", impidiendo que las empresas nacionales pudieran participar en el proceso de capitalización.

Bolivia ha capitalizado cinco grandes [illegible] de la economía nacional: la petrolera YPFB, la energética ENDE, la [illegible] de comunicaciones ENTEL, la de ferrocarriles ENFE y la aerolínea LAB. Actualmente se está estudiando la venta de la metalúrgica Vinto.

Este proceso motivó a la oposición a acusar al [illegible] de "vendepatria".

Los empresarios, a su vez, que no ven espacio para competir, también hicieron escuchar sus [illegible] esperábamos que estas empresas pasaran a manos privadas [illegible] eficientes, rentables y mejoren los servicios con racionalización de [illegible] Terrazas.

87

9708587

LOS PRINCIPALES RECLAMOS

31/5

Para los bolivianos, las demandas más importantes son:

- **Desempleo**. La desocupación, según cifras oficiales, es del 7%, pero extraoficialmente se dice que trepa al 21%. Se reclama construir rutas y viviendas.
- **Pobreza**. Las cifras son alarmantes. Cuatro de los ocho millones de habitantes son pobres y el 33% de aquel total viven en la indigencia. La salida es que los beneficios del modelo neoliberal alcancen a todos.
- **Educación**. También integra la lista de necesidades. Cada año un promedio de 280.000 niños en edad escolar no asisten a la escuela. La reforma educativa que apunta a modernizar todo el sistema de la enseñanza parece ser el remedio. Pero esa transformación es resistida por los maestros y la Central Obrera Boliviana.
- **Narcotráfico**. En 1996 se destruyeron 1.660 fábricas de cocaína, se detuvo a 2.585 personas y se incautaron 7,5 toneladas de droga. Actualmente existen 25 mil hectáreas de coca, de las que viven 30.000 familias.
- **Corrupción**. Según estudios realizados durante 1996, el 81% de los bolivianos cree que hay corrupción en el Ejecutivo, un 77% en el Congreso y un 76% en el Poder Judicial.

98 - 28

B

editorial

8 al 14/6.

P. 2

Mercosur y las elecciones en Bolivia

La victoria del general Hugo Banzer en la elección presidencial del 1° de junio en Bolivia, abrirá una serie de dudas entre los inversores extranjeros, preocupados con las propuestas de campaña presentadas por el candidato de Acción Democrática Nacional. Esto, sin embargo, no puede ser un temor explícito antes de que el nuevo gobierno asuma, pues como es común en América Latina, muchas veces la realidad acaba por imponer rumbos moderados a las exaltadas promesas de la contienda electoral.

El miedo de los inversores surge de los inflamados discursos del candidato, que prometió una revisión profunda de los programas de privatización y, aun más, reglamentar los monopolios que pasaron a manos extranjeras. Este tema no era apenas un punto perdido en medio de un programa económico, sino el compromiso central de su plataforma, que procuraba explotar el descontento de la población con los aumentos de tarifas de la energía eléctrica, los servicios telefónicos, y los pasajes ferroviarios. En el caso de las vías férreas, las medidas restrictivas alcanzarían directamente a los grupos chilenos que controlan las líneas Oriente y Andina.

El temor de los inversores es que la retórica inflamada y populista del candidato vencedor de la primera etapa del pleito genere un gobierno nacionalista que traiga dificultades a la integración de Bolivia al Mercosur. Esto es poco probable según los analistas. Como máximo el nuevo gobierno podrá rever los términos de las concesiones o reclamar a los concesionarios por los servicios que prestan al público.

Hugo Banzer es un veterano político, ex presidente en el período militar, que debe volver al gobierno si el Congreso, los primeros días de agosto, cuando los legisladores deben ratificar la elección, confirme su victoria, como se espera. En Bolivia, cuando ningún candidato alcanza la mayoría absoluta, de 50% más un voto, corresponde al Congreso ratificar o no el resultado de las urnas e indicar, entre los dos más votados, cuál será el Presidente de la República. Banzer llegó en primer lugar, con el 25% de los votos válidos contados.

La experiencia de Banzer como presidente no fue la de un mandatario aislacionista. En su gestión cooperó e interactuó con sus vecinos, aunque en aquellos tiempos la integración sucediera sólo en la esfera de la seguridad del estado. No obstante, ahora que esa integración se procesa en los campos económico y cultural, se imagina que el general dará continuidad a la aproximación con los demás países del Cono Sur iniciada por el presidente Gonzalo Sánchez de Lozada.

La integración de Bolivia al Mercosur es un paso fundamental para la ampliación del bloque. Seguramente la alternancia de las fuerzas políticas en cada país es un hecho saludable para la democracia. Las diferencias programáticas entre los diversos partidos deben incorporarse a las políticas de gobierno de cada nación, pero los grandes objetivos estratégicos comunes a todos los pueblos del continente están más allá de las divergencias internas. Como comprobado hombre de Estado, el general Hugo Banzer, si es confirmado por el Congreso boliviano, no debe transformarse en una amenaza al crecimiento y fortalecimiento de la integración sudamericana.

INDICE

XA4243

R POXBT 06 29 00194
sur and

BOLIVIA FF.AA.

JEFES ESTADO MAYOR SE REUNIRAN CON SIMILARES PERU Y PARAGUAY

La Paz, 29 jun (EFE). Los jefes de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas de Bolivia se reunirán en este país con sus homólogos de Perú en el mes de julio, y de Paraguay en octubre próximo, se informó hoy, domingo.

A la primera reunión con los jefes castrenses de Perú, el próximo 7 de julio, asistirán también un representante de la policía y un funcionario diplomático de ese país, para coordinar acciones contra el terrorismo, confirmó al diario "La Razón" el comandante en jefe de las Fuerzas Armadas de Bolivia, Hernán Aguilera.

El jefe castrense dijo que la estrategia contra el terrorismo aplicada por las Fuerzas Armadas de Bolivia y Perú en la frontera ha dado buenos resultados en este país, por lo que no se ha previsto la aplicación de nuevas medidas.

En cuanto a la reunión con los militares paraguayos, Aguilera dijo que aún no se ha establecido una agenda, que se concretará en una reunión preparatoria, cuyo lugar y fecha no han sido definidos.

Agregó que los aspectos iniciales del encuentro estarán encaminados a cumplir un proceso de acercamiento institucional que también incluirá coordinación de la seguridad fronteriza. EFE

en/rml/ha

06/29/18:50:97

01-02

BOLIVIA GOBIERNO

PRESIDENTE BOLIVIA SEGUIRA ACTIVO EN POLITICA DESPUES MANDATO

La Paz, 3 jun (EFE).- El presidente de Bolivia, Gonzalo Sánchez de Lozada, afirmó que se mantendrá activo en la política, independientemente de los resultados de las elecciones del pasado domingo, y anunció que su partido, el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), se prepara para una renovación interna.

Sánchez de Lozada, que dejará el cargo el próximo 6 de agosto tras gobernar este país desde 1993, dijo anoche, ante varios medios de comunicación, que si su partido forma parte de la nueva coalición gubernamental, trabajará para garantizar la continuidad de las reformas que impulsó durante su mandato y, en caso contrario, estará en la oposición.

El Gobierno de Sánchez de Lozada se ha caracterizado por el impulso de una serie de reformas económicas y sociales, que se basaron en la venta de la mitad de las acciones de los principales monopolios del Estado a inversionistas extranjeros.

Juan Carlos Durán, candidato del MNR, actualmente liderado por Sánchez de Lozada, quedó segundo en las elecciones del pasado domingo, con el 17.7 por ciento, detrás del general Hugo Banzer, que fue el primero con el 22.3 por ciento, aunque el Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), de Jaime Paz Zamora, es la segunda fuerza parlamentaria con el 16.6 por ciento de los votos.

Poco después de conocidos los resultados preliminares de las elecciones, el Presidente anticipó cambios internos importantes en el MNR y dijo que, de no seguir ejerciendo la jefatura del partido, continuará trabajando, desde el lugar en que se encuentre, por un afianzamiento político de su grupo y en beneficio del país.

"Posiblemente, con el proceso de renovación pueda quedarme y si no, voy a seguir trabajando. Pero he decidido que voy a seguir activo en la política, sea en el Gobierno o fuera de él", dijo.

Desde 1992 Sánchez de Lozada está al frente del MNR y permaneció en este puesto tras su elección como Presidente de la República en 1993. EFE

FN/EB/cho/M

06/03 17:55 97

02-02

BOLIVIA

El GENERAL ya tiene Quien le VOTE

Bolivia ha sido durante décadas una fábrica de producir golpes de Estado. Pero ahora las urnas y el juego de las alianzas han devuelto al poder a uno de sus militares más belicosos, Hugo Bánzer. El general recibe uno de los países más pobres de Latinoamérica



Hugo Bánzer, 71 años, es ahora demócrata.

JORGE ZAVALETA, La Paz

La última vez que el general Hugo Bánzer gobernó Bolivia lo hizo como dictador, persiguiendo disidentes a los que encarceló y enviando a muchos más a un exilio forzado. Eso fue de 1971 a 1978, una década en que Latinoamérica protagonizó una de las más importantes oleadas golpistas de nuestros tiempos. Veinte años después, el militar, de 71 años, ha regresado de nuevo al poder; pero, esta vez, gracias a las urnas, tras cuatro intentos democráticos fracasados.

Bolivia fue conocida hasta 1985 —año en que por fin inauguró un periodo ininterrumpido de gobiernos elegidos por voto universal, directo y secreto— como una fábrica de producir golpes de Estado. La historia de este país de ocho millones de habitantes y uno de los más pobres del continente con una tasa de analfabetismo funcional del 86 por ciento, está jalonada, desde su independencia de España en 1825, por 189 gobiernos militares, unos más duros que otros, pero siempre autoritarios y crueles.

El ex dictador, que se ha aplicado su propia *perestroika* para renacer como un demócrata conservador, jurará como presidente de la república el próximo 4 de agosto, tras prometer durante la campaña electoral más empleo, mejores servicios básicos y acabar con las privatizaciones, unas ideas muy atractivas para unos votantes hartos de los pocos beneficios que han extraído de los cambios radicales del presidente saliente, Gonzalo *Goñi* Sánchez de Losada.

Goñi vendió compañías estatales, privatizó pensiones, cortejó a inversores extranjeros y redujo las tarifas proteccionistas. A cambio, el nuevo Ave Fénix proclama que bajo su mandato habrá una redistribución más justa de la riqueza para la mitad más pobre del país, los indios que habitan el altiplano que rodea al Titicaca, el lago mitológico a más de 4.500 metros sobre el nivel del mar.

A pesar de las sucesivas y feroces represiones, el boliviano sigue siendo un activo militante que participa en huelgas, paros y manifestaciones. Sus principales gremios, entre ellos la combativa Confederación Minera, no ha podido ser desactivada con la rápida instauración de la economía de libre mercado, una política que ha enterrado definitivamente en Latinoamérica a los gobiernos más proteccionistas.

Sociólogos y antropólogos estiman que los orígenes de esta reivindicativa conducta hay que buscarlos en la revolución que lideró en 1952 el Movimiento Nacionalista Revolucionario. En la década de los 80, este mismo partido dirigido por el ahora presidente saliente, un economista que pasó casi toda su vida en Estados Unidos, le dio un sesgo original a su política liberal, desarrollando un proceso de capitalización de las empresas propiedad del Estado.

Esta forma de hacer ha ordenado en términos macroeconómicos el país, pero no ha resuelto los problemas más agudos del ciudadano medio. «Bolivia ha sido el Estado más cercano a un país verdaderamente socialista de toda América del Sur», afirma el ex ministro de Planificación, Doria Medina, quien estuvo una temporada secuestrado por los guerrilleros del MRTA peruano. «La gente se ha acostumbrado a que el Estado se haga cargo de ellos», sentencia.

Bánzer, que lideró una de las dictaduras más férreas de Bolivia, promete más empleo, mejores servicios básicos y frenar las privatizaciones

Ricos en petróleo y minerales

Ahora, la reforma económica ha traído esperanza a una zona cuya vasta riqueza en petróleo y minerales no ha sido aún explotada en su máxima intensidad. Pero, al mismo tiempo, esta libertad económica ha creado el caldo de cultivo necesario para relanzar unas vibrantes finanzas subterráneas con las plantaciones de cocales. El gran reto de Bánzer es traducir las reformas económicas de Sánchez de Losada en un mejor nivel de vida para todos los bolivianos. Porque en Bolivia, como en todos los países en vías de

Muchos de los que sufrieron en su piel los excesos del militar en el poder dudan ahora de su reciente reconversión a la democracia

desarrollo, los cambios que propugna el Fondo Monetario Internacional (FMI), sean cuales sean las promesas de futuro, no han logrado una mayor prosperidad para los pobres, sino todo lo contrario como denuncian muchos.

Pero los que sufrieron en su propia piel los excesos del general Hugo Bánzer en otras épocas temen ahora su regreso y dudan de su reciente reconversión a la democracia. Gladys Oroza, fundadora de Asofamd, grupo que aglutina a los familiares de los cientos de asesinados o desaparecidos en esos años negros, no se deja engañar.

Desaparecidos

«¿Dónde está mi hijo?», escribe en la pancarta que se ha colgado del cuello. Su hijo José fue arrestado en 1971, encarcelado en una prisión remota, golpeado y torturado, continúa denunciando Gladys, 26 años más tarde. Dos meses después de su detención, unos funcionarios informaron a la madre que su hijo había sido liberado. Pero ella no lo ha vuelto a ver nunca más.

En cambio, los leales a Bánzer añoran su régimen autoritario, una dictadura que, por una parte, permitió contener a unos sindicatos izquierdistas que entonces desafiaban al poder; y, por otra, fortaleció un extraño periodo de estabilidad. La economía se mantuvo fuerte, la inflación se controló y el dinero fluyó hacia los trabajos públicos. Unos años dorados que condujeron a una inmensa deuda pública y a una superinflación, entre los años 1982 y 1985.

Los bolivianos saben que Bánzer, que ganó por la mínima al obtener el 22,3 por ciento de los votos en las elecciones del pasado 1 de junio, forma parte de esa cadena de golpes de Estado que caracterizó Sudamérica en los años de la Guerra Fría, al igual que la oleada golpista que padecieron las repúblicas bananeras del centro del continente en los años 20. Bánzer sucedió a Luis Siles Salinas, quien a su vez fue depuesto en septiembre de 1969 por el general Alfredo Ovando Candia. Pero Ovando Candia fue derribado en sólo unos meses por otra junta militar, a la que sucedió Juan José Torres en octubre de 1970.

Al año siguiente, Torres, de tendencia izquierdista, fue depuesto por el movimiento encabezado por Bánzer, quien promovió una alianza con el Movimiento Nacionalista de Víctor Paz Estenssoro y la Falange Socialista Boliviana.

Bánzer, que ya ganó por la mínima en 1985 para volver a rozar la gloria cuatro años después, lidera ahora Acción Democrática Nacionalista (ADN) y ya tiene listos los pactos que le permitirán proclamarse presidente de Bolivia.

Así ha suscrito acuerdos con el socialdemócrata Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), cuyo líder el también ex presidente Jaime Paz Zamora, sufrió uno de los más duros acosos por parte de Estados Unidos, país que le vinculó con el narcotráfico dentro de una campaña para lograr su desprestigio político. El MIR arrancó de las urnas el 16 por ciento de los votos.

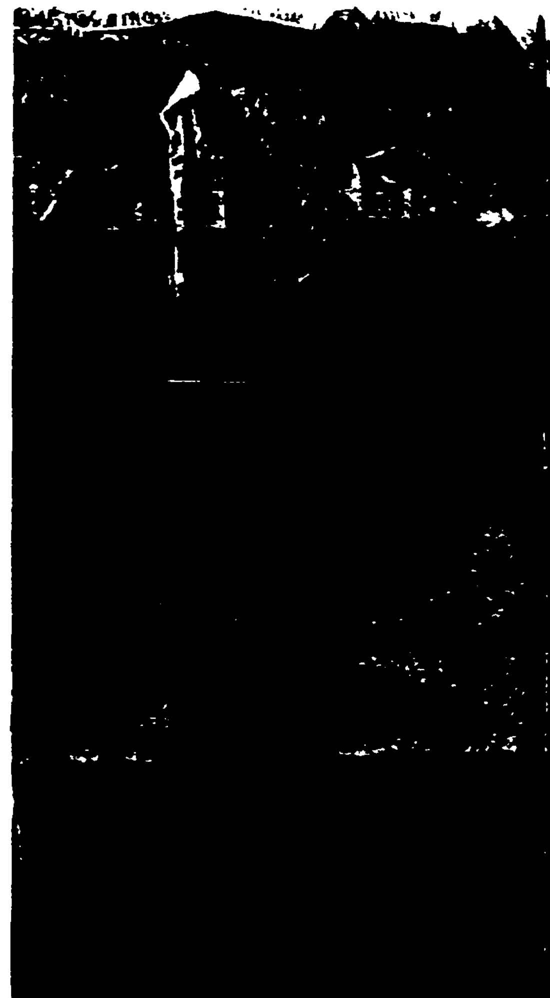
La denominada Alianza por la Paz que permitirá a Bánzer gobernar se cierra con los pactos alcanzados con el partido del Gobierno saliente, que logró el 18 por ciento del apoyo popular. Sánchez de Losada recuerda que los dos grupos ya se aliaron de 1985 a 1989. Los dos abrieron entonces las compuertas de Bolivia al modelo económico de libre mercado.

Dicen los expertos que Bolivia es el país donde los acuerdos más inesperados florecen como «la mala hierba en el terreno más agreste». Y Bánzer es otra vez el resultado de esa estrategia política. Por eso su campaña electoral empezó consolidando su ADN con Nueva Fuerza Republicana del alcalde cochambino Manfred Reyes Villa, quien obtuvo el 60 por ciento de los votos en las últimas elecciones municipales.

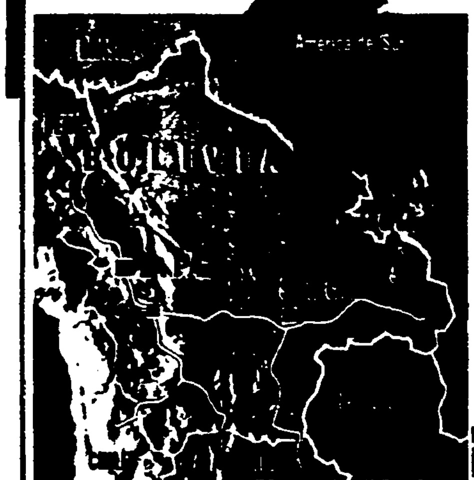
De hecho, fue el triunfo de su popular aliado lo que le sirvió de inspiración para lanzar como plataforma la consigna *Democracia real con Gobierno para todos*, con la que promete impulsar un sistema de consultas populares a nivel local, regional y nacional para orientar la acción gubernamental.

Bánzer ha prometido mucho, desde recuperar para el Parlamento su condi-

Las reformas económicas que se han aplicado en Bolivia, un país rico en petróleo y minerales, no han traído prosperidad para los pobres



BOLIVIA



Población:	7.100.000 habitantes
Analfabetismo funcional:	86%
Acceso agua potable en áreas rurales:	33%
Salario mensual medio:	35.525 ptas
PIB (1994)*:	601.750 millones de ptas
Déficit presupuestario (1994):	112.665 mill. ptas
Ayuda extranjera:	127.020 mill. de ptas
Crecimiento PIB (1994):	4,24%
Deuda externa (1994):	609.000 mill. de ptas
Industrias:	Estaño, plata, petróleo, gas y coca

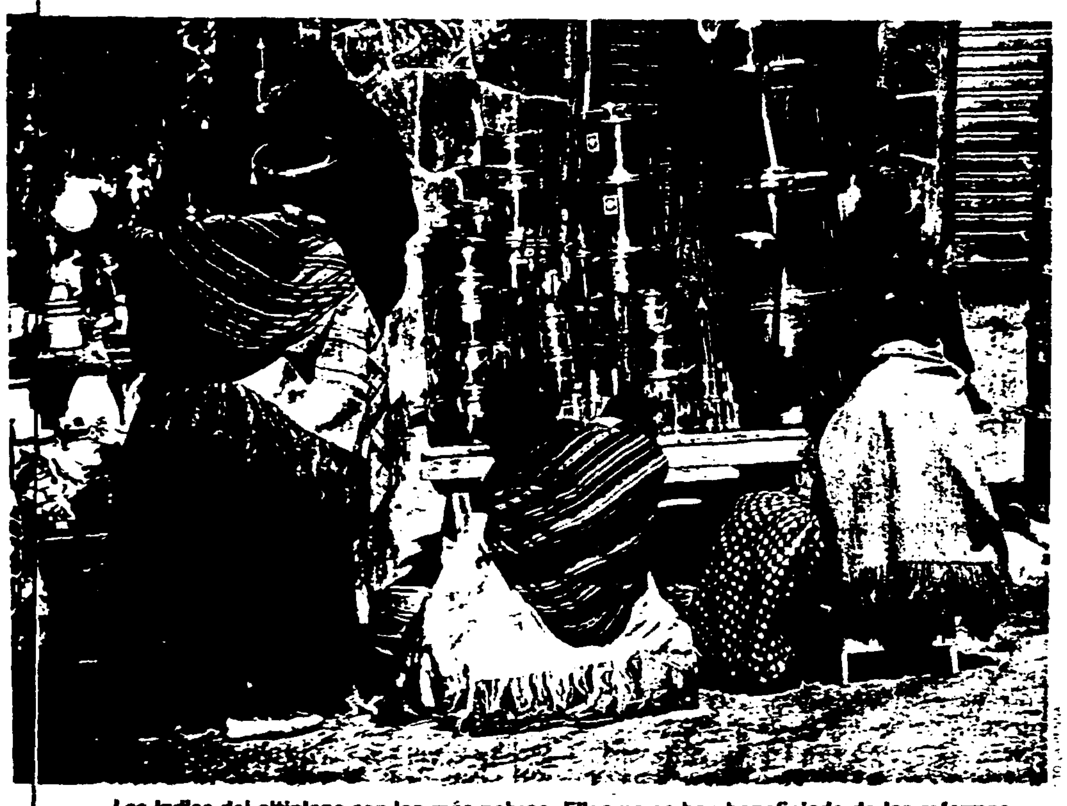
(*) Excluye la economía de la coca que añade entre 20-25%

Fuente: Banco Mundial, Banco Santa Cruz SA



C.CARRIÓN

Pintada a favor de Hugo Bánzer en La Paz, la capital. El general ha intentado cinco veces llegar al poder por las urnas. A la quinta, ganó.



Los indios del altiplano son los más pobres. Ellos no se han beneficiado de las reformas.

ción de primer poder del Estado, a desempolvar los olvidados, pero imprescindibles, Tribunal Constitucional y Consejos de la Judicatura de las Leyes. En Bolivia, como en la mayoría de países latinoamericanos, el sistema judicial brilla por su ausencia. En marzo, el presidente de la Asamblea Permanente de Derechos Humanos, Sandro Jaramillo, y varios sacerdotes españoles se encadenaron en la catedral de Santa Cruz de la Sierra en solidaridad con la huelga de 3.000 presos que denunciaban la imparcialidad de la justicia y exigían mejores condiciones humanas en las cárceles, en donde se hacinan también una veintena de españoles, condenados por narcotráfico.

Los reclusos arremetían contra el caos procesal, la detención durante años sin condena, la corrupción y la arbitrariedad en la concesión de libertades. Hasta en un recinto de mujeres, las presas se plantaron para exigir la libertad de una subnormal, utilizada por los narcotraficantes para transportar cocaína.

De momento y ante la falta de nuevos líderes, los ex dictadores de los 70 reaparecen con la aquiescencia de la comunidad internacional. ■

01 — 03

Banzer enviará emisarios a Europa y Japón

LA PAZ. Una delegación del futuró Gobierno boliviano anunció que continuará en las próximas semanas su ofensiva diplomática en Europa y Japón.

"Hemos cumplido la misión de presentar al nuevo gobierno en Washington y los próximos pasos en este esfuerzo internacional son Europa y Japón, donde esperamos igual buena acogida," dijo el ex ministro y ex candidato vicepresidencial **Samuel Doria Medina**.

El empresario, que fue compañero de fórmula del ex presidente **Jaime Paz Zamora**, quien es ahora el principal aliado del futuro mandatario boliviano, el general **Hugo Banzer**, aseguró que *"estamos optimistas principalmente porque en el extranjero se respeta la expresión de la voluntad democrática de los bolivianos."*

Doria Medina, quien integró la delegación a Washington que encabezó el futuro vicepresidente **Jorge Quiroga**, agregó que el programa de los viajes de la comisión internacional del futuro Gobierno será definido en los próximos días.

En respuesta a consultas de la prensa, señaló que la delegación tuvo que *"desvirtuar"* en los Estados Unidos una supuesta campaña de desprestigio contra la futura administración realizada por **Carlos Sánchez Berzaín**, ex ministro de gobierno del actual presidente **Gonzalo Sánchez de Lozada**, quien concluirá su mandato en agosto.



"Sánchez Berzaín llevó a Washington el argumento de que el próximo Gobierno no respetaría los derechos humanos, que no se haría una lucha contra el narcotráfico y que no se respetaría la inversión privada, y nosotros tuvimos que demostrar que todo eso era falso," indicó **Doria Medina**.

Añadió, además, que *"el trabajo (del ex ministro) estuvo claramente destinado a desprestigiar a la nueva coalición."*

El ex dictador **Banzer** ganó por mayoría relativa los últimos comicios y para tuvo que conformar una alianza de cuatro partidos, que sumará cómodamente más de dos tercios del Congreso, para llegar a la Presidencia en Agosto de este año. ◆ (REUTER)

02

9708592

306607

R VARGT 06 10 00427
jcx exo mun

CEUU BOLIVIA
MISION DE NUEVO GOBIERNO BOLIVIANO EN WASHINGTON

Washington, 10 jun (EFE).- Una misión del proximo Gobierno boliviano llegó anoche a Washington con la intención de dialogar sobre asuntos bilaterales y mantener un primer contacto con los organismos multilaterales de crédito.

El grupo está integrado por el virtual vicepresidente electo, Jorge Quiroga, y miembros de la coalicion que comprometió su apoyo al proximo Gobierno del general Hugo Banzer Suárez.

Quiroga, en declaraciones a EFE, dijo que la misión busca una primera relación con el Gobierno de EEUU y los citados organismos de crédito con los que esperan mantener en los próximo cinco años una estrecha cooperacion.

La misión boliviana visitará hoy martes al subsecretario del Tesoro, David Lipton, y al de de asuntos interamericanos del Departamento de Estado, Jeff Davidow.

El virtual vicepresidente electo por Acción Democrática Nacionalista (ADN), al referirse a la visita a Washington del ex ministro de Gobierno Carlos Sánchez Berzain, indicó que el actual partido en el Gobierno, el Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), "ha empezado su tarea opositora en el Departamento de Estado".

Sánchez Berzain visitó Washington la semana pasada y regresó el lunes, confirmó el ex ministro y diputado electo.

El MNR del actual presidente, Gonzalo Sánchez de Lozada, quedó en la segunda posición en las elecciones generales del uno de junio, ganadas por ADN con mayoría relativa.

Este partido, en una nota divulgada en La Paz, negó que esté en campaña en Washington contra la alianza que apoya a Banzer, pero los dirigentes de ésta aseguran que la mision de Sánchez Berzain es crear dificultades al próximo Gobierno boliviano.

Acompañan al virtual vicepresidente: Samuel Doria Medina, Mauro Bertero, Johnny Fernández, Ivo Kuljis y Jorge Crespo, todos ellos altos dirigentes de los partidos que respaldan a Banzer para su elección en el Congreso Nacional, como parte del acuerdo denominado "Compromiso por Bolivia".

La alianza formada tres dias despues de las elecciones está integrada por ADN, Movimiento de Izquierda Revolucionaria, Unión Cívica Solidaridad y Conciencia de Patria.

El grupo boliviano tiene programadas visitas a altos funcionarios del Fondo Monetario Internacional, Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo, así como reuniones con miembros de las dos cámaras del Congreso estadounidense.

Johnny Fernández, presidente de UCS, declaró que la mision no viajó a Washington para polemizar con el partido de Sánchez de Lozada sino para intercambiar puntos de vista sobre la plataforma de "Compromiso por Bolivia" que, entre sus objetivos, busca la lucha contra la pobreza. EFE

fr/bi/jq ms

06/10/06 56/97

03-03

9708592

Nº DOCUMENTO 9708593
TITULO REPORT Nº 4014
PROCEDENCIA 501470
FECHA DE PROCEDENCIA 130897
VINCULACIONES 11816 501626 67153
501470 501678
501889 501625
543336 501629
11914 501677 /01-26

Doc. ilegible

9708593

RECORTE DE IMPRENSA
DATA: 13.8.1997
JORNAL: PÚBLICO
AUTOR: JORGE HEITOR
PÁGINA

Angola a uma semana de ser debatida na ONU

Pressão brutal sobre Savimbi

AS NAÇÕES Unidas "tencionam exercer uma pressão brutal sobre Jonas Savimbi para que não continue a arrastar os pés e aceite de facto a extensão da Administração Central a áreas sob controlo da UNITA", declarou ontem ao PÚBLICO uma fonte afecta à mediação e à troika de observadores do processo de paz em Angola.

É muito natural que, após o relatório do secretário-geral Kofi Annan a divulgar dentro de poucos dias, o Conselho de Segurança da ONU se pronuncie na próxima semana a favor de sanções contra a UNITA, no caso de não considerar satisfatórias as mais recentes propostas de tal partido, disse a mesma fonte.

Aparentemente, a mediação e os observadores poderão não se satisfazer com o facto de Savimbi ter dito segunda-feira, segundo a Lusa, que aceita a extensão da Administração Central em duas fases, daqui até ao fim do ano, e proposto — por outro lado — que a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) seja transformada numa série de emissoras de âmbito regional, eventualmente despartidarizadas.

A verdade é que, durante as últimas semanas, nos corredores da ONU e nas chancelarias de alguns países mais afectos ao processo angolano, se tem admitido a necessidade de as autoridades angolanas recorrerem a meios de grande envergadura para alterar o "statu quo" no terreno, afastando a UNITA de áreas que desde há anos controla.

Uma das armas em vista é o congelamento das contas bancárias do segundo partido de Angola, passando os outros por restrição de passaportes e pelo fecho das suas delegações no estrangeiro, designadamente em Washington, Roma, Paris, Londres e Lisboa.

Os observadores não se mostram muito esperançados em que Jonas Savimbi se resigne a abandonar nos próximos três meses as terras do Andulo e do Bailundo para ir viver em Luanda, temendo que ele prefira o mato à capital, hipótese em que poderia manter durante muito tempo uma guerra de desgaste, inclusive com actos de sabotagem económica.

De acordo com fontes da "troika", que é constituída pelos Estados Unidos, pela Rússia e por Portugal, a UNITA tem conseguido adquirir armas na Bulgária e utilizar para a sua logística pequenos aeroportos sul africanos, não sendo possível retirar-lhe toda e qualquer capacidade de resistência.

Ainda segundo tais meios, alguns dos generais que Savimbi ainda não integrou nas Forças Armadas Angolanas foram em Junho a Paris saber se ainda poderiam contar com antigas solidariedades. Mas a verdade é que há duas semanas o secretário de Estado francês da cooperação, Charles Josselin, esteve em Luanda e disse que o seu país quer apoiar, com "toda a clareza", a aplicação total do Protocolo de Lusaca.

Assim sendo, o Galo Negro surge num plano de clara desvantagem, em relação às suas posições de há três anos, antes de haver recusado a vice-presidência da República. E as autoridades angolanas poderão inclusive ser tentadas, se o seu parceiro não cumprir as promessas feitas, a bombardear algumas das pistas de aterragem de que ele se tem servido, nomeadamente a do Andulo. ■

Jorge Heitor

Angola Ameaças à UNITA

O PRESIDENTE do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que é este mês o britânico John Weston, declarou ontem à tarde à imprensa que aquele organismo está disposto a decretar em breve novas medidas contra a UNITA, se até sexta-feira o secretário-geral Kofi Annan não garantir que o movimento de Jonas Savimbi já tomou medidas "concretas e irreversíveis" para cumprir as suas obrigações. Diplomatas acreditados em Nova Iorque entendem que uma das sanções possíveis seria procurar impedir a UNITA de vender muitos dos diamantes que está a extrair em Angola.

9708593

01-26

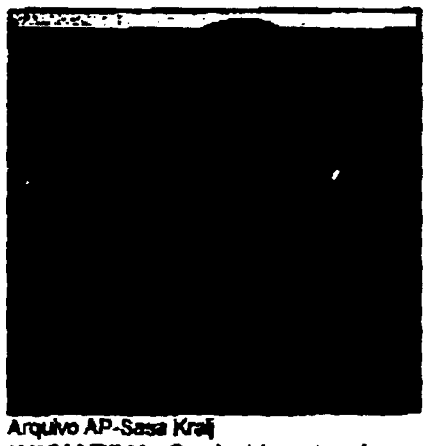
DIÁRIO DE NOTÍCIAS 13 de Agosto de 1997

Novas propostas de Savimbi

Líder da UNITA quer extensão da administração do Estado em duas fases e pretende um estatuto nacional para a sua rádio. Documento refere localização e número de soldados do movimento

Mello E Silva
Correspondente Em Washington

Numa iniciativa de ultima hora para evitar a aplicação de sanções por parte das Nações Unidas, a UNITA apresentou uma proposta "destinada a ultrapassar as actuais dificuldades e voltar a colocar o processo de paz nos carris"



Arquivo AP-Sasa Kralj
INICIATIVA. Savimbi pretende desbloquear impasse do processo de paz

O Governo norte-americano tinha anunciado que "daria forte consideração ao apoio a sanções contra a UNITA atraves do Conselho de Segurança" caso o relatorio do representante especial da ONU, a apresentar na sexta-feira, não indique que a UNITA tenha cumprido as "tarefas imediatas"

A iniciativa diplomática foi lançada pelo proprio Jonas Savimbi, que manteve, na segunda-feira, uma conversa telefonica com Thomas Pickering, subsecretario de Estado norte-americano para os Assuntos Politicos, a quem pormenorizou um documento elaborado pela comissão politica da UNITA. O Departamento de Estado ainda não se pronunciou.

A referida proposta, que foi simultaneamente entregue em Luanda à Alioune Blondin Beye, mediador da ONU, pretende visar três pontos considerados criticos para o processo de paz: a extensão da administração do Estado; as forças militares sob o comando da UNITA, e o estatuto da Vorgan, a rádio oficial do movimento de Jonas Savimbi

No tocante à extensão da administração do Estado a todo o território, a UNITA sublinha que a sua concretização requer uma grande força policial, devidamente munida de equipamento militar, e que deveria ser aplicada em duas fases. A primeira arrancaria já, englobando 56 localidades em dez provincias, devendo terminar no dia 24 de Setembro. A segunda fase seria iniciada a 15 de Setembro e iria englobar outras 56 localidades em oito provincias. O processo estaria assim terminado no final de Novembro

A UNITA diz pormenorizar de forma exaustiva a localização e o número das

9708593

forças militares ainda sob o seu comando, ao abordar o segundo ponto considerado crítico para evitar que o espectro da guerra regresse a Angola, mas não revelou quaisquer elementos à imprensa. Recorda-se que o Governo angolano afirma que a UNITA conta ainda com 35 mil soldados, enquanto analistas militares em Luanda admitem que Savimbi terá entre 15 a 25 mil homens em armas

Procurando uma solução para a rádio da UNITA, a liderança do movimento propõe a transformação da Vorgan - que habitualmente transmite em onda curta - numa série de estações de FM com capacidade para cobrir todo o território angolano. Esta ideia surge acompanhada pela garantia de que a "nova Vorgan" será utilizada na promoção da reconciliação nacional

| PROVEDOR DOS LEITORES | DN JOVEM | PUBLICIDADE | HOME | E-MAIL |

| 1ª PÁGINA | IMPRESSÕES | OPINIÃO | NACIONAL | INTERNACIONAL | SOCIEDADE |
| REGIONAL | DESPORTO | NEGÓCIOS | ARTES & MEDIA | UTILIDADES | TEMPO |

Article Id: drafr081119970001l2
Document Id: 0eetkbs038wdgs
Insert Date: 08/12/97
Purge Date: 08/26/99
Publish Date: 08/11/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 61

Title: Namibia: Angola Seeks Halt to Flights to Unita-Controlled Areas

Document Number: FBIS-AFR-97-223
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 11 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Namibia,Angola
Sourceline: MB1108070797 Windhoek The Namibian (Internet version) in English 8 Aug 9
AFS Number: MB1108070797
Citysource: Windhoek The Namibian (Internet version)
Language: English
Article Type: BFN
Subslug: Report by Tabby Moyo

Flights to Luanda by Air Namibia will not be affected by a request this week from the Angolan authorities for a halt to planes flying to areas of Angola controlled by the opposition Unita [National Union for the Total Independence of Angola] movement.
The national carrier operates two flights a week to the Angolan capital.
">Air Namibia's acting Managing Director Johannes Gawaxab told The Namibian Thursday that, as he understood it, the restriction was only for flights directly into areas controlled by Unita. Luanda was not one of those areas, he said.
Reuters reported on Tuesday that the Angolan government was talking to their Namibian, South African and Botswana counterparts about stopping flights from their countries to Unita areas in Angola.
However, Namibian civil aviation officials said Thursday that they had not yet received any directive from Government about stopping flights to Unita-held areas.
Any such restriction of flights is likely to affect smaller private aircraft.
Gawaxab said Air Namibia would monitor the situation in Angola with a view to reviewing the airline's flights should the Angolan situation again become unstable.
Civil war forced Air Namibia to discontinue its flights to Angola in 1993, and they were only resumed two years later after the signing of the Lusaka peace accord.
Officials close to the Angolan peace process were quoted this week as saying that the peace accord signed between the Unita and the government was crumbling, and that Angola was drifting towards yet another military clash.
Both Unita and the Angolan government were said to be positioning their troops ready for war.

Article Id: drafr08111997000103
Document Id: 0eetkbr00dlv16
Insert Date: 08/12/97
Purge Date: 08/26/99
Publish Date: 08/11/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 75

Title: Angola: UNITA Regrets UN Failure To Answer 'Ultimatum'

Document Number: FBIS-AFR-97-223
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 11 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1108065297 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 0600 G
AFS Number: MB1108065297
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

The week beginning today is crucial for Angola and all Angolans. This is because the UN Security Council is scheduled to meet in New York on 15 August to discuss the Lusaka Protocol's implementation. This happens at a time when the Angolan peace process is not going through one of its better stages -- in fact, it has almost come to a standstill -- after the government launched a military offensive against the National Union for the Total Independence of Angola [UNITA]. Now, Luanda is asking the UN Security Council to apply sanctions against UNITA.

Meanwhile, UNITA believes it has complied with the Lusaka Protocol as much as it possibly could. UNITA remains open to dialogue, but it believes sanctions will be a serious mistake by the international community.

A UNITA source in Bailundo said sanctions would encourage Popular Movement for the Liberation of Angola [MPLA] hardliners to take extremist measures, which would inevitably prompt a return to war.

The most important thing to be done at this point is for the international community to use its influence to ensure that the Lusaka Protocol is complied with in full and a balanced manner.

Also noteworthy is the fact that the UN Observer Mission in Angola, UNOMA, has not responded to the ultimatum by the UNITA Foreign Mission last week, which urged UNOMA to prove that the MPLA government had complied with all its Lusaka Protocol requirements. The UNITA office responsible for monitoring the Lusaka Protocol's implementation said in Bailundo yesterday that UNOMA's failure to reply, notably through spokesman (David Winwatt), only shows that UNOMA always protected the government and turned a blind eye to the MPLA's military obligations.

As an example, the UNITA source said the government had claimed it no longer had mercenaries in Angola. However, the UN Angola Verification Mission-3 saw them leave for the Republic of Zaire. The government claimed it had confined the Angolan Armed Forces [FAA] in the nearest barracks, but Angolans continually see FAA troops involved in offensive moves. Even the mediators and the troika of observers have confirmed that the government has not kept UNOMA abreast of its troop movements in various parts of the country.

Another claim made by government is that it has supplied proper weapons to the Anti-Riot Police, but Angolans see these policemen carrying mortars, missiles, and other heavy weapons.

The government also promised that state administration restoration would be carried out in accordance with the Lusaka Protocol's terms, but what we see is that the government is taking up arms to achieve it.

9708593

05

The government also promised it would keep the Joint Commission informed about FAA movements. However, UNOMA complains the government has not provided any data concerning its military movements.
In view of all this, the government is not in the position to request sanctions against UNITA, but it does so because it is determined to destroy its democratic opposition in the country.

Article Id: drafr08111997000826
Document Id: 0eetkcn01fxykw
Insert Date: 08/12/97
Purge Date: 08/26/99
Publish Date: 08/11/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 39

Title: Angola: Army Reportedly Occupies Lunda Norte Border Posts 9 Aug

Document Number: FBIS-AFR-97-223
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 11 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1108154897 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 1200 G
AFS Number: MB1108154897
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

Tension prevails in Lunda Norte Province where the Angolan Armed Forces [FAA] on 9 August occupied National Union for the Total Independence of Angola [UNITA]-administered (Caipanda), Nordeste, and Camulengo border posts. Local residents and UNITA officials have condemned the action. Likewise, tension prevails in Benguela Province's southern region where FAA forces have been gradually occupying UNITA-administered areas. A 150-strong FAA unit from Chongoroi raided (Cachinguio) on 9 August, killing two people and critically wounding five others. The attackers plundered the residents' belongings and set their houses alight.

Article Id: drafr08091997000353
Document Id: 0eetkbd01791hk
Insert Date: 08/12/97
Purge Date: 08/26/99
Publish Date: 08/09/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 39

Title: Namibia: Angolan Delegation Investigating 'Mass Graves' in Kavango

Document Number: FBIS-AFR-97-221
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 9 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Namibia,Angola
Sourceline: Windhoek Namibian Broadcasting Corporation Network in English 2000 GMT Aug 97
AFS Number: MB0908145797
Citysource: Windhoek Namibian Broadcasting Corporation Network
Language: English
Article Type: BFN

An Angolan delegation is visiting the Kavango region at the invitation of the Ministry of Home Affairs. Home Affairs Minister Jerry Ekandjo says the purpose of the visit is to look into allegations made by the National Society for Human Rights, who claimed there are mass graves of Angolans in Kavango.
Ekandjo says there is no truth in an earlier report that the mission of the delegation is to identify possible border posts between Nambia and Angola in the Kavango region. [passage omitted]

Article Id: drafr08081997001350
Document Id: 0eetkba02jnwn6
Insert Date: 08/12/97
Purge Date: 08/26/99
Publish Date: 08/08/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 41

Title: Angola: Angolan, Equatorial Interior Minister Hold Talks

Document Number: FBIS-AFR-97-220
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 8 Aug 1997
Division: Southern Africa,Central Africa
Subdivision: Angola,Equatorial Guinea
Sourceline: MB0808203697 Luanda TPA Television Network in Portuguese 1930 GMT 8 Jul
AFS Number: MB0808203697
Citysource: Luanda TPA Television Network
Language: Portuguese
Article Type: BFN

Angola and Equatorial Guinea have reinforced cooperation and friendship ties. Interior ministers from both states have just ended a four-day meeting. A final communique says the Equatorial Guinean delegation gained experience during the visit. Spokesman for the conference Burity da Silva read excerpts of the communique:
[Begin Da Silva recording] Following lengthy discussions, the two

9708593

sides agreed to carry out studies with a view to signing a special cooperation agreement on training of cadres and coordination in general. During the visit, the Equatorial Guinean delegation toured Cabinda Province. [end recording]
The visiting delegation leaves the country tomorrow.

Article Id: drafr08081997000505
Document Id: 0eerszl019hnvm
Insert Date: 08/11/97
Purge Date: 08/25/99
Publish Date: 08/08/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 50

Title: Zambia: 'Armed Angolan Bandits' Said Raiding Areas in Kalabo

Document Number: FBIS-AFR-97-220
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 8 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Zambia,Angola
Sourceline: Lusaka Zambia National Broadcasting Corporation Network in English 0500 8 Aug 97
AFS Number: MB0808115897
Citysource: Lusaka Zambia National Broadcasting Corporation Network
Language: English
Article Type: BFN

Armed Angolan bandits are said to be terrorizing Zambians in Kalabo District. Kalabo police say Angolan bandits armed with AK-47 rifles rob villagers in the area at gunpoint. Police in charge of the area, Chief (Nyathi), said some Zambians are also involved, and are assisting the armed bandits from Angola. [sentence as heard]
The inspector was briefing Western Province Deputy Minister Michael Mabenga during a tour of the Congo area. He said the Angolans, with the aid of some Zambians, some of whom have been arrested, break into shops and steal goods.
Mr. (Nyathi) said police are working hard to insure that law and order is kept in check.
Recently, during the polio immunization exercise, many Angolans trooped into Zambia to have their children given the polio vaccine.
In reply, Mr. Mabenga directed police in the area to recruit more police reserves to beef up the manpower. He said police must vigorously fight the criminals, because they have a duty to protect the lives and property of the people in the area. Mr. Mabenga said special constables will be able to rejuvenate police efforts. He said government greatly depends on police to ensure that people are safe in the district.

9708593

Article Id: drafr08081997000143
Document Id: 0eerszd00m84r0
Insert Date: 08/11/97
Purge Date: 08/25/99
Publish Date: 08/08/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 60

Title: Angola: UNITA Demands UN 'Proof' of Government Protocol Compliance

Document Number: FBIS-AFR-97-220
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 8 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB0808075397 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 0600 G
AFS Number: MB0808075397
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

The National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] Foreign Mission held an emergency meeting in Paris, the French capital, on 4 August. The meeting focused on Angola's worrisome military and political situation.

At the end of the meeting, the UNITA Foreign Mission issued a communique noting that the Angolan Government is preparing to resume war in the face of what it described as, quote, a strange passivity on the part of the mediators and troika of observers, unquote.

The document further states that Luanda-based diplomats and journalists, as well as other witnesses of various origins have reported that the Popular Movement for the Liberation of Angola [MPLA] is rearming. Over the last 10 months, it has moved and deployed large quantities of forces and war materiel in many parts of the country.

The communique also notes that senior church leaders are condemning the MPLA's forced recruitment of all men of army-serving age. These men are being forced to join the Angolan Armed Forces.

It also stressed that the MPLA government presented a General State Budget proposal in which military spending occupies pride of place, relegating social affairs to a much lower order.

The UNITA diplomats also deplored the fact that some countries with economic interests in Angola and responsibilities in the peace process, reportedly are worried about a resumption of hostilities, but turn a blind eye to grave violations by the MPLA.

The communique also notes that the UN Security Council is showing its double standards by threatening sanctions against UNITA.

The document ends by challenging (David Wimwatt), spokesman for the United Nations Observer Mission in Angola, to show Angolans and the international community within the next 24 hours proof of his assertion that the Angolan Government, quote, has complied with all of its obligations, unquote.

9708593

Article Id: drafr08071997001056
Document Id: 0eersza02r6haa
Insert Date: 08/11/97
Purge Date: 08/25/99
Publish Date: 08/07/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 39

Title: Angola: Mozambican Foreign Minister Ends Visit 7 Aug

Document Number: FBIS-AFR-97-219
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 7 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola,Mozambique
Sourceline: MB0708173497 Luanda TPA Television Network in Portuguese 1600 GMT 7 Aug
AFS Number: MB0708173497
Citysource: Luanda TPA Television Network
Language: Portuguese
Article Type: BFN

Mozambican Foreign Minister Leonardo Simao ended his four-day visit to Angola today. During his visit Leonardo Simao held talks with Angolan authorities aimed at revamping bilateral economic cooperation.
[Begin Simao recording] The talks were positive. I have attained my goals. The first one was to inform Angolan authorities on the situation in Mozambique, and the other to stimulate bilateral cooperation. All the sectors I contacted saw the need to revive cooperation. Minister Venancio de Moura and I agreed to revive the running of the Joint Commission, which is a very important instrument for cooperation. [end recording]

Article Id: drafr08111997000154
Document Id: 0eetkbv0420s34
Insert Date: 08/12/97
Purge Date: 08/26/99
Publish Date: 08/11/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 36

Title: Angola: UNITA Radio: Army Attacks, Occupies Commune in Benguela

Document Number: FBIS-AFR-97-223
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 11 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1108080197 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 0600 G
AFS Number: MB1108080197
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro

9708593

Language: Portuguese
Article Type: BFN

The government's state administration extension strategy appears to be to attack, occupy, and then impose its administration. To this end, it has used the Angolan Armed Forces [FAA] and shown very little respect for the Lusaka peace accord.
On 9 August, FAA troops attacked and occupied Cui commune, seven km from Chimuinue, in Benguela Province's Chongoroi District. Manuel Mungombe, Voice of Resistance of the Black Cockerel correspondent in the area, reports that heavy human and material losses were reported in this attack.

Article Id: drafr080919970C0519
Document Id: 0eetkbh00q0177
Insert Date: 08/12/97
Purge Date: 08/26/99
Publish Date: 08/09/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 36

Title: Angola: Norway Grants $7 Million For Telecommunications

Document Number: FBIS-AFR-97-221
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Excerpt
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 9 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB0908201597 Luanda TPA Television Network in Portuguese 1930 GMT 8 Aug
AFS Number: MB0908201597
Citysource: Luanda TPA Television Network
Language: Portuguese
Article Type: BFN

Norway will grant Benguela Province more than $7 million to renovate the local telecommunications network. The agreement was signed today between the government and the Kingdom of Norway. Deputy Foreign Minister Sebastiao Isata signed on behalf of the Angolan Government and Norwegian Charge d'Affairs Bjorgs Leite signed on behalf of her government. [passage omitted]

Article Id: drafr0811199700053C
Document Id: 0eetkcd00sw511
Insert Date: 08/12/97
Purge Date: 08/26/99
Publish Date: 08/11/97

11

Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 43

Title: Angola: UNITA: Nation's Future Depends on Government's Action

Document Number: FBIS-AFR-97-223
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 11 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1108125097 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 0600 G
AFS Number: MB1108125097
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

The deputy chief of the National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] team to the Joint Commission told the international community in Luanda yesterday that Angola's future depends on the Unity and National Reconciliation Government, GURN.
UNITA official Horacio Jujuvili noted that it is up to the government to decide whether there will be peace or war because at this time it is the government that has an army, controls the economy, and enjoys the support of a section of the international community. He noted that UNITA has done everything it can to save Angola from yet another war.
Jujuvili regretted the fact that the UN Observer Mission in Angola has rejected the UNITA-proposed timetable for extending state administration. He noted that UNITA's proposal basically addressed the international community's concerns.

9708593

LUSA NOTÍCIAS

12 AGO 97 - 21:42

Angola: Consultas entre Washington e Luanda sobre propostas da UNITA

+ + + Por José Ricardo, da Agência Lusa + + +

Washington, 12 Ago (LUSA) - As propostas transmitidas segunda-feira telefonicamente pelo presidente da UNITA ao Departamento de Estado norte-americano estao sendo objecto de consultas entre Washington e Luanda.

A informação foi dada hoje à Agência Lusa por fontes que seguem de perto o processo de paz angolano.

As propostas da UNITA foram transmitidas telefonicamente por Jonas Savimbi ao embaixador Thomas Pickering, subsecretario de estado para os assuntos politicos, com o objectivo expresso de, na linguagem da UNITA, "ultrapassar as dificuldades existentes e colocar o processo de paz de novo em andamento".

As propostas, que foram igualmente transmitidas ao representante especal do secretario-geral das Nacoes Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye, teriam determinado um ligeiro adiamento da elaboracao do relatorio que Beye devia em principio apresentar no dia 15, sexta-feira.

Segundo as fontes da Lusa, o relatorio so' devera' ser apresentado no dia 18, segunda-feira.

Recorde-se que os Estados Unidos fazem depender do conteudo desse relatorio a aplicacao, ou nao, de novas sancoes contra a UNITA.

A posicao dos Estados Unidos foi objecto de uma declaracao do Departamento de Estado apos a visita a Washington, entre os passados dias 04 e 06, de uma delegacao angolana integrada pelo conselheiro presidencial Vitor Lima e pelo vice-ministro da administracao territorial, general Higino Carneiro.

Nessa declaracao, o Departamento de Estado afirmava a disponibilidade dos Estados Unidos para apoiarem novas sancoes, no Conselho de Seguranca das Nacoes Unidas, caso a UNITA nao resolvesse as "tarefas imediatas", nomeadamente o fim da obstrucao 'a extensao da administracao do Estado, o fim da propaganda hostil atraves da VORGAN, a transformacao desta e o desarmamento das restantes forcas.

As propostas apresentadas por Savimbi vao no sentido de responder a estas preocupacoes, mas poderao nao ser aceites em Luanda.

Em qualquer caso, Luanda nao pode ignorar a parte da declaracao do Departamento de Estado que diz que "a comunidade internacional nao aceitara' que qualquer das partes regresse 'a guerra".

O ponto de vista de Washington e', em suma, de que nao havera' paz enquanto a UNITA nao cumprir inteiramente as suas obrigacoes ao abrigo do protocolo de Lusaca, e, tendo como objectivo a paz, os Estados Unidos trabalharao de perto com o representante especial do secretario-geral da ONU, com os governos de Portugal e da Russia, e com ambas as partes.

Entretanto, o jornal "Washington Post" insere hoje um despacho da sua correspondente em Joanesburgo, sob o titulo "A postura dos rebeldes ameaca renovar a guerra em Angola".

O despacho diz que, "segundo fontes proximas da situacao" (que nao identifica), a UNITA esta' perante a ameaca de novas sancoes e Angola "pode estar 'a beira de uma nova guerra civil".

Mas, noutro ponto do despacho, o porta-voz da missao das Nacoes

Unidas em Angola, David Wimhurst, diz que "ambas as partes sabem que um regresso 'a guerra seria desastroso".

A correspondente do "Post" diz que os recontros nas areas diamantiferas, que se seguiram 'a queda de Mobutu no ex-Zaire, cessaram nas ultimas semanas perante os pedidos das Nacoes Unidas de cessacao das hostilidades.

O despacho nota o facto de tanto a "troika" como o Conselho de Seguranca terem rejeitado os numeros de tropas apresentados pela UNITA e refere analistas segundo os quais as tropas de elite de Savimbi nunca chegaram a registar-se nas areas de desmobilizacao.

Lusa/fim

9708593

LUSA

NOTÍCIAS

12 AGO 97 - 20:45

Angola: Conselho de Segurança ameaça UNITA com novas sanções

Lisboa, 12 Ago (Lusa) - O Conselho de Segurança da ONU voltou hoje a ameaçar a UNITA com a imposição de novas sanções se o movimento de Jonas Savimbi "prosseguir as acções de desestabilização" em Angola.

O presidente do Conselho, o embaixador britânico John Weston, disse que "a comunidade internacional não tolerará o recrudescimento das hostilidades" em Angola.

Weston avertiu que serão "impostas medidas suplementares apropriadas" contra a UNITA se o movimento angolano não der passos "concretos e irreversíveis" para cumprir as suas obrigações, nos termos do Protocolo de Lusaca.

"Ninguém pode dizer depois que não foi avisado", afirmou o embaixador britânico, após uma sessão de consultas informais do Conselho de Segurança sobre a situação em Angola.

Weston leu uma declaração em que os 15 membros do Conselho expressam "profunda preocupação pelos acontecimentos recentes ocorridos em Angola causados pelas acções desestabilizadoras da UNITA".

O Conselho reafirmou que "o Protocolo de Lusaca é a única e a melhor garantia de que Angola alcançará finalmente a paz, a que não chegará enquanto a UNITA não cumprir as suas obrigações".

A declaração do Conselho foi elaborada com base numa recomendação da "troika" de observadores (Portugal, Estados Unidos e Rússia), disse à agência Lusa o embaixador de Portugal junto da ONU, António Monteiro.

Na sessão foi apresentado o projecto do relatório do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, sobre o processo de paz angolano, que deve ser publicado sexta-feira em Nova Iorque.

Segundo o embaixador António Monteiro, o texto será depois submetido aos membros do Conselho e debatido numa reunião que deve ser convocada pelo presidente em exercício para 21 ou 22 de Agosto.

O embaixador António Monteiro disse que o texto final está pendente dos resultados da reunião iniciada hoje pela Comissão Conjunta (CC) que fiscaliza o processo de paz angolano.

A CC está reunida em Luanda para analisar as propostas apresentadas segunda-feira pela UNITA visando desbloquear o processo de paz.

"Depois de a CC se pronunciar sobre as propostas da UNITA é que veremos se se vai reflectir sobre o relatório" do secretário-geral, disse o chefe da Missão Permanente de Portugal junto da ONU.

A proposta foi transmitida segunda-feira pelo presidente da UNITA, Jonas Savimbi, por telefone, ao subsecretário de Estado para os Assuntos Políticos norte-americano, Thomas Pickering, e apresentada também ao representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye.

A UNITA propôs a extensão da administração do Estado a todo o território até finais de Novembro e a tranformação da emissora VORGAN numa série de estações de rádio FM capazes de cobrir a totalidade do território nacional.

A imposição de sanções adicionais à UNITA - como o congelamento de bens no exterior, limitação de movimentos dos seus dirigentes e encerramento das suas representacões no estrangeiro - está prevista na resolução 864, de Setembro de 1993, que impôs o embargo à venda de armas e combustíveis àquela organização.

Lusa/fim

LUSA NOTÍCIAS

12 AGO 97 - 21:26

RDCongo: Mini-Cimeira com Ruanda e Uganda começou em Kinshasa

Kinshasa, 12 Ago (Lusa) - Os presidentes do Uganda, Ruanda e República Democrática do Congo (RDCongo) iniciaram hoje em Kinshasa os trabalhos de uma mini-cimeira destinada a discutir "assuntos de interesse comum" para a região.

Fonte oficial afirmou que a cimeira será dedicada à segurança das fronteiras comuns, sobretudo na região dos Grandes Lagos e na África do Leste, e ao comércio transfronteiriço, bem como ao reforço da cooperação nos domínios económico e político.

O encontro foi iniciado com um frente-a-frente entre os presidentes democrático-congolês, Laurent-Désiré Kabila, e ruandês, Pasteur Bizimungu, embora se desconheçam pormenores sobre a reunião.

Bizimingu e Kabila voltarão a encontrar-se quarta-feira de manhã, desta vez com o seu homólogo ugandês, Yoweri Museveni, que se reuniu já várias vezes com o chefe de Estado democrático-congolês desde que chegou segunda-feira a Kinshasa.

Face ao aumento das trocas de tiros de artilharia pesada na vizinha Brazzaville, capital do Congo, que se ouviam claramente em Kinshasa, as medidas de segurança foram reforçadas em redor do Palácio da Nação, onde decorrem os encontros.

Ao contrário do anunciado, o presidente tanzaniano, Benjamin Mkapa, não participa na cimeira, que terminará apenas quarta-feira de manhã, com a divulgação de um comunicado conjunto.

Em contrapartida, a partir de quarta-feira, a RDCongo receberá, para uma visita de sete dias, o antigo presidente tanzaniano Julius Nyerere, que já indicou que não participará no encontro.

"O objectivo da cimeira é favorecer a recuperação económica da África e a estabilidade na região", disse hoje à agência France Presse o ministro dos Negócios Estrangeiros da RDCongo, Bizima Karaha.

À margem da cimeira, os três presidentes assistem a uma exposição comercial no Palácio do Povo, a que se seguirá depois a assinatura de acordos comerciais entre as Câmaras de Comércio dos três países.

Lusa/Fim

9708593

LUSA
NOTÍCIAS

13 AGO 97 - 01:42

Angola: Conselho de Segurança pode dar última oportunidade à UNITA

*** Por José Ricardo, da agência Lusa ***

Washington, 13 Ago (Lusa)- Na sua reunião formal do dia 23, o Conselho de Seguranca podera' dar ainda uma última oportunidade `a UNITA, antes de avançar com um novo pacote de sanções que, a ser aplicado, visara' paralisar a direcção da organização de Jonas Savimbi.

Este e' o cenário dado como mais provável, depois de várias fontes consultadas pela agência Lusa junto de meios diplomáticos de Washington e Nova Iorque.

O conteúdo do pacote de sanções esta' ja', em principio, elaborado, prevendo medidas que na prática impossibilitariam a movimentação entre fronteiras dos elementos da direcção da UNITA e o encerramento das suas delegações no estrangeiro.

Entre os membros do Conselho de Segurança parece haver a inclinação para avançar com um novo pacote de sanções contra a UNITA, por falta de cumprimento de uma série de pontos previstos no acordo de Lusaka.

Todavia, a apresentação de novas propostas por Jonas Savimbi aos Estados Unidos e à ONU - conforme noticiado segunda-feira pela Lusa em primeira mão - esta' a merecer atenção em Washington, nas Nações Unidas e em Luanda.

A posição dos Estados Unidos, segundo fontes oficiais, e' de apoiar novas sanções, ao mesmo tempo que afirmam que a comunidade internacional não aceitara' que qualquer das partes regresse à guerra.

Os Estados Unidos fazem depender a sua decisão do relatório do representante especial do Secretário-Geral da ONU, e afirmam a sua forte inclinação a favor das novas sanções, caso aquele relatório não constate que a UNITA avançou para o cumprimento das tarefas imediatas: não obstrução à extensão da administração do Estado, cessação da propaganda hostil e desarmamento completo.

As propostas apresentadas segunda-feira por Jonas Savimbi, directamente por telefone ao Departamento de Estado, visaram obviamente ultrapassar o actual impasse e evitar a imediata aprovação e aplicação de novas sanções pelo Conselho de Segurança da ONU.

Perante as propostas avancadas por Savimbi, admitiram fontes contactas pela Lusa, sera' muito difícil a Luanda não demonstrar nesta altura um mínimo de flexibilidade.

De contrário, acrescentaram as fontes, Luanda (MPLA) arriscar-se-ia a partilhar com a UNITA as responsabilidades de uma situação perigosa.

O Secretário-Geral das Nações Unidas devera' apresentar um novo relatório ao Conselho de Seguranca na sexta-feira, para ser informalmente discutido na segunda-feira, dia 18.

O Conselho de Seguranca reune-se formalmente no dia 23 para tomar uma decisão que podera' consistir numa ultima oportunidade para a UNITA, antes da aplicação efectiva de um novo pacote de sanções que sera' pormenorizado nessa mesma reunião.

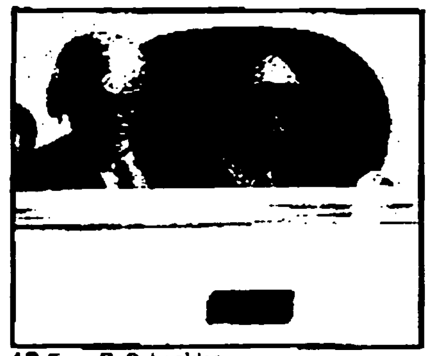
Todavia, os membros do Conselho de Segurança so' tomarão as suas decisões depois da apresentação e discussão do relatório do Secretário-Geral e das movimentações diplomáticas actualmente em curso.

Lusa/fim

Propostas da UNITA vão ser chumbadas

Tróica de observadores não subscreve sugestões do movimento do Galo Negro. Washington consulta Luanda. Sanções não estão postas de parte

Uma fonte ligada ao processo de paz angolano disse à Lusa que as propostas avançadas esta semana por Jonas Savimbi para tentar impedir o Conselho de Segurança da ONU de aprovar sanções contra a UNITA serão novamente chumbadas



AP-Evan P. Schneider
ONU. Kofi Annan apresenta amanhã o seu relatório sobre Angola

O documento fixa agora em 5448 o total de efectivos armados que o movimento do Galo Negro diz manter. O chumbo deverá ser anunciado em comunicado da mediação e da tróica de países observadores do processo de paz (Portugal, Estados Unidos e Rússia), que apenas ontem debateram formalmente o conteúdo das propostas avançadas pela UNITA

Intitulado "Contribuição da UNITA para a saída da crise actual do processo de aplicação do Protocolo de Lusaca", o documento, entregue no dia 10, compreende 16 páginas. As primeiras três destacam o esforço que a direcção da UNITA alega que esta a desenvolver para "contribuir para a saída desta crise"

De acordo com o documento, três capitulos têm um peso especial: um sobre a extensão da administração do Estado, outro sobre as forças residuais e ainda um outro sobre a Vorgan (emissora da UNITA).

Relativamente ao primeiro capitulo, a UNITA sustenta que a extensão da administração do Estado "é uma expressão muito concreta da reconciliação nacional"

Na parte dedicada às forças residuais, considera "exagerados" os números de militares avançados pelo Governo, que os avalia em cerca de 35 mil, distribuidos por todo o país e em estado de prontidão combativa

No ultimo capitulo, a UNITA garante que a "direcção de informação (do movimento) velara escrupulosamente para que a linha editorial da Vorgan contribua positivamente para a paz e a reconciliação nacional"

As restantes 13 paginas dividem-se numa proposta de "programa reajustado de extensão da administração do Estado", que abrange duas fases. Savimbi tinha, no dia 10, telefonado a Thomas Pickering a dar-lhe conta desta proposta.

9708593

18

UN assesses UNITA moves to avoid sanctions

Reuters World ReportThursday, August 14, 1997 4:57:00 AM

By John Fleming

LUANDA, Aug 14 (Reuter) - The United Nations hopes to say on Thursday if proposals by Angola's former rebel movement UNITA, accused of delaying a three-year-old peace process, are enough to avert threatened sanctions, a spokesman said.

The Security Council warned it would impose sanctions from Friday unless UNITA took steps to comply with the 1994 peace accord which ended two decades of civil war against the formerly Marxist government of President Eduardo dos Santos.

UNITA still controls up to 70 percent of Angola and the government says UNITA still has 35,000 armed troops. Military analysts and diplomats in Luanda estimate UNITA troop strength at between 15,000 and 25,000.

"We have the UNITA proposals, and we are examining them," David Wimhurst, spokesman for the U.N. Observer Mission in Angola, told Reuters on Thursday.

"At this point we are finalising our position. We should be able to make our position public later today."

Wimhurst said the statement would be issued by the Joint Commission, the body overseeing the peace process.

He would only say that the UNITA proposals addressed three key demands made by the Security Council on June 30.

The demands on UNITA included handing over the vast amount of territory it still controls, listing its armed men and converting its propaganda short-wave radio station, Vorgan, into a non-partisan broadcaster.

On June 30 the Security Council gave UNITA until August 15 to submit a plan for progress on the three issues or risk possible sanctions including travel and banking restrictions.

On Tuesday the Council threatened extra sanctions.

"We will consider and we will impose additional measures," said Security Council President Sir John Weston.

"Let no one say later that they were not warned. The situation is totally unacceptable."

UNITA, the National Union for the Total Independence of Angola, fought the government until both sides signed a peace agreement in the Zambian capital, Lusaka, in 1994.

Under the terms of the treaty the former rebels were suppose to disarm completely and hand over to the government their territory, including diamond mines which provide a large income to the movement, led by Jonas Savimbi. REUTER

LUSA

NOTÍCIAS

14 AGO 97 - 11:28

Angola: Números da Unita são "insuficientes", diz fonte da comissão conjunta

Luanda, 14 Ago (Lusa) - Os números avançados segunda-feira pela Unita, quanto 'a totalidade dos efectivos armados que ainda mantem, foram considerados "insuficientes", disse hoje 'a Agência Lusa fonte ligada ao processo de paz.

A apreciacao e' da mediacao e da "troika" de paises observadores (portugal, estados unidos e russia), que juntamente com as delegacoes do governo e da unita mantem desde terca-feira, em luanda, reunioes regulares de debate sobre aquelas propostas.

estas compreendem um novo plano de extensao da administracao do estado 'as zonas ainda controladas pela unita e a actualizacao do total de efectivos armados, agora fixado em 5.448.

estes 5.448, provenientes da guarda presidencial de jonas savimbi, policia mineira e forcas residuais, dispoem na totalidade de 2.034 armas, o que perfaz, em média, uma arma para quase tres militares.

"consideramo-las insuficientes", disse 'a lusa uma fonte da comissao conjunta, orgao supervisor do processo de paz.

a mesma fonte afirmou que aquele orgao devera' reunir, na totalidade dos seus membros, ate' ao final desta semana, devendo dai' sair uma posicao que sera' posteriormente enviada para nova iorque, onde integrara' o relatorio que o secretario-geral das nacoes unidas, koffi annan, submetera' ao conselho de seguranca.

o conselho de seguranca reune depois no dia 23, e desta reuniao deverá finalmente sair um pacote sancionatorio contra a unita, que engloba as medidas previstas na resolucao 864, de setembro de 1993.

esta resolucao, que impos na ocasiao um embargo na venda de petroleo e de armas ao movimento do "galo negro", preve o congelamento de bens no exterior, a limitacao de movimentos dos seus dirigentes e o encerramento das representacoes no exterior.

quem tambem ja' se pronunciou sobre as propostas da unita foi o ministro da administracao territorial e chefe da delegacao governamental na comissao conjunta, faustino muteka, que disse que as propostas da unita "nao satisfazem" as autoridades angolanas.

a aprovacao de sancoes pelo conselho de seguranca da onu e' considerada por fontes da unita contactadas em luanda pela agencia lusa como "uma porta aberta para o inicio da guerra".

"nao sao as sancoes que resolvem o processo de paz. nao resolvem nada. antes pelo contrario, so' complicam. certamente que ninguem sancionado estara' com vontade de fazer mais nada", concluiu a fonte, que solicitou o anonimato.

lusa/fim

9708593

LUSA NOTÍCIAS

14 AGO 97 - 04:30

Angola: Unita alerta conselho de segurança da ONU

+++ Por José Ricardo / da Agencia Lusa +++

Washington, 14 Ago (Lusa) - A Unita comunicou ao presidente do Conselho de Segurança da ONU, embaixador britanico John Weston, que a aplicação de novas sanções contra o movimento liderado por Jonas Savimbi equivaleria a fazer Angola mergulhar de novo na guerra.

Em carta enviada quarta-feira a John Weston, o representante da Unita, Jardo Muekalia, insurge-se particularmente contra declarações do medianeiro da ONU para Angola, Alioune Blondin Beye, que classifica de +graves+.

Muekalia diz concretamente que numa reunião com organizações não-governamentais (ONG's) em 23 de Julho, em Luanda, Beye elogiou a +paciencia+ do governo angolano por ter cessado a ofensiva militar na Lunda Norte e afirmou que as sanções farão +desaparecer para sempre a UNITA da comunidade internacional pelo facto dos Estados Unidos já a terem deixado cair+, e que após a imposição de sanções +a comunidade internacional dará luz verde ao governo angolano para iniciar acções militares, actualmente em avançada fase de preparação+.

O representante do movimento de Jonas Savimbi refere na sua missiva que ultimamente o representante especial do secretario-geral da onu para Angola tem enviado ao secretariado da ONU recomendações no sentido da imposição de sanções contra a Unita, o que, conclui, +equivale a pedir luz verde para acções militares do governo de Luanda, de que Beye está perfeitamente ao corrente.

Na carta enviada ao presidente do conselho de segurança, o representante diz que ambas as partes, e não apenas a Unita, estão em violação do protocolo de Lusaca e especificou que até agora o governo de Angola já devia ter desmobilizado 30 mil militares, mantido as suas tropas em quarteis ou posições defensivas e aquartelado a policia anti-motim com equipamento à altura da sua missão.

Deveria tambem, segundo Muekalia, ter oferecido posições reais e não cosmeticas aos generais da Unita, informado a MONUA dos seus movimentos militares, permitido que a Unita desenvolver as suas acções politicas, mudado os simbolos nacionais, permitido à ONU instalar a sua estação de radio e parado com a aquisição de material de guerra.

Depois desta enumeração daquilo que são as violações do protocolo de Lusaca por parte do governo - no entender da UNITA -, Jardo Muekalia considera no documento enviado ao presidente do conselho de segurança que o mais importante nesta altura +é desencorajar o governo de Angola a continuar quaisquer acções militares nas Lundas ou em qualquer outra parte do pais+.

O representante da ONU diz na missiva que nesta situação é necessario que a ONU intervenha +para impedir o colapso total do protocolo de Lusaca+ e referiu que as propostas entretanto avançadas constituem +um passo dado de boa fé e na direcção certa+.

Caso o conselho de segurança opte pela aplicação de sanções, adverte Muekalia, +então isso será uma decisão para banir a UNITA da comunidade internacional+ e cortar todos os canais de ligação com a direcção do movimento liderado por Jonas Savimbi.

Lusa/Fim

21

9708593

U.N.I.T.A.
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA [illegible]
JORNAL Independente
AUTOR Franco Caruso
PÁGINA

Antônio Guterres escreveu a Eduardo dos Santos. O Governo português está preocupado com a ameaça de nova guerra em Angola. Tudo depende agora do próximo dia 20 na ONU.

Agora a sério

António Guterres escreveu a José Eduardo dos Santos dando lhe conta da preocupação do governo português com a grave situação vivida em Angola. Na mesma carta, o primeiro-ministro português reitera o seu apoio ao processo de paz angolano e comunica a sua disponibilidade para visitar o país o mais brevemente possível - Janeiro do próximo ano é o mês proposto por Lisboa. O primeiro-ministro português responde desta forma a uma carta do presidente angolano onde este lhe descrevia a gravidade da situação político-militar no seu país.

A evolução do conflito que opõe o governo de Luanda e a UNITA está a ser acompanhado de perto pelas autoridades portuguesas. José Lamego recebeu na terça-feira o embaixador de Portugal em Luanda, Ramalho Ortigão, para lhe dar conta da posição a ser adoptada pelo nosso país na reunião formal do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Angola a ter lugar na próxima semana. O Governo português está de acordo com a ameaça de aplicação de sanções muito duras à UNITA, que passam pelo encerramento de todas as representações externas do movimento do Galo Negro, incluindo a de Lisboa. O congelamento de contas bancárias e da concessão de vistos a membros da UNITA são as outras duas ameaças proferidas pela "troika" mediadora do processo de paz - Estados Unidos, Portugal e Rússia.

Ameaças fantasmas. O Independente sabe porém que estas sanções poderão ter apenas uma "condição suspensiva" ou seja, só virão a ser realmente aplicadas se Jonas Savimbi continuar a não aceitar a extensão da Administração Territorial do Estado às áreas diamantíferas ainda controladas pela UNITA. Na "troika" já ninguém acredita nas sucessivas declarações de boa-vontade do movimento do Galo Negro, que se repetem sempre que está à vista nova reunião do CS da ONU. O pior é que a UNITA também poderá adoptar a mesma atitude de incredulidade quanto à aplicação de sanções pelas Nações Unidas, já que, até agora, a comunidade internacional não tem concretizado as suas advertências e sucessivos avisos.

No jogo político-militar angolano, as ameaças de guerra visam muitas vezes apenas concretizar objectivos políticos e o fantasma das sanções apenas têm produzido sucessivas promessas de paz da UNITA. Ontem mesmo, de acordo com a Lusa, já se previa que o Conselho de Segurança desse uma nova "última oportunidade" a Jonas Savimbi, antes de avançar com o novo pacote de sanções - uma possibilidade desmentida depois por uma fonte ligada ao processo, que garantia que a comunidade internacional já não acredita nas propostas da UNITA e que, "desta vez", é que as sanções vão mesmo para a frente. Doa a quem doer.

Isto depois de Savimbi ter telefonado na segunda-feira ao Departamento de Estado norte-americano, dando conta da sua alegada disponibilidade para permitir até Novembro o alargamento da Administração Territorial do Estado às zonas controladas pela UNITA.

Armas amigas. Foi mais uma vez recebida com alguma ironia a afirmação do representante de Jonas Savimbi na reunião de terça-feira da Comissão Conjunta, segundo o qual a UNITA apenas tem "50 armas por entregar na região do Andulo". Isto quando se sabe da profusão de armamento naquela zona de Angola. O vice-ministro angolano, general Higino Carneiro, esteve em Lisboa na última sexta-feira, depois de uma passagem por Washington e Nova Iorque. De acordo com uma fonte diplomática, o militar do MPLA "foi preparar o terreno para a fase seguinte, concertando as posições do Governo de Luanda e do Presidente José Eduardo dos Santos com a Administração norte-americana".

Numa visita oficial ao Pentágono, e de acordo com o protocolo já assinado anteriormente e adiantado em primeira mão pelo nosso jornal, Higino Carneiro teve acesso a imagens via satélite das zonas controladas pela UNITA, verificando as movimentações de armamento pesado e de homens do movimento do Galo Negro. Será já com base nestas informações que o governo angolano afirma que a UNITA dispõe de uma força militar da ordem dos 35 mil homens. Um dado que contradiz o número avançado pelo movimento do Galo Negro no documento entregue esta semana por Jonas Savimbi no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A UNITA afirma ter apenas um contingente de 5448 efectivos armados.

[illegible]. A degradação da situação militar em Angola está a preocupar a Missão de Observação em Angola (Monua). Além de ter feito entrar, esta semana, os capacetes azuis no "nível 4" de prevenção numa escala que vai até cinco - correspondente ao "estado de guerra" -, a Monua tem já pronto um plano de evacuação dos homens destacados para esta missão. Em caso de escalada do conflito, os "capacetes azuis" e o aparelho político e administrativo da Monua serão transferidos para a Namíbia e a África do Sul. Entre outras ameaças descritas no mesmo documento, o pessoal da Monua - entre os quais se contam efectivos portugueses da GNR - poderá ser tomado como refém pela UNITA, uma vez que muitas vezes se encontra em zonas isoladas do território angolano.

Tudo depende agora da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Angola, cuja data está prevista para o próximo dia 20, e que se baseará nas informações constantes do relatório a apresentar pelo seu secretário-geral, Kofi Annan, amanhã, sexta-feira.

FRANCO CARUSO / PAULO PINTO MASCARENHAS

22

ACONTECIMENTO

A UNITA começou já a acenar com o fantasma da chacina em Angola, agora que Savimbi está cercado. Segundo o SEMANÁRIO apurou, a "troika" não aceitará qualquer adiamento de última hora. Amanhã, Kofi Annan divulgará as suas condições. As sanções da ONU estão mais próximas do que nunca. Setembro é a data-chave: ou Savimbi entrega o Bailundo e o Andulo ou parte para a guerra total.

SANÇÕES DA ONU PODEM LEVAR SAVIMBI À GUERRA TOTAL

UNITA avança cenário de chacina

A UNITA admite um regresso à guerra total. E acena de novo com o fantasma de uma chacina em Angola. Isto porque as exigências de última hora do movimento de Jonas Savimbi não serão aceites pela "troika" internacional, composta pelos embaixadores em Luanda de Portugal, Estados Unidos e Rússia, assegurou ao SEMANÁRIO fonte diplomática portuguesa. Mais, o Conselho de Segurança da ONU deverá isolar ainda mais Jonas Savimbi na sua reunião de quarta ou quinta-feira, em Nova Iorque, prevendo-se a adopção de medidas de força contra aquilo que consideram um obstáculo à conclusão do processo de paz assinado em 1994, em Lusaca, que decretou o cessar-fogo entre UNITA e MPLA.

Se a ONU não nos der uma resposta positiva, o cenário será de chacina", garantiu ao SEMANÁRIO um dos representantes da UNITA na Comissão Consultiva de Acompanhamento do Processo de Paz, Horácio Junjuvili. Por seu turno, uma fonte diplomática portuguesa assegurava que a comunidade internacional não cederá a "exigências de última hora" de Savimbi. Já foram ultrapassados todos os prazos estabelecidos pela comunidade internacional e o cerco à UNITA deverá apertar-se já a partir da próxima semana.

Por terra ficam, assim, as duas medidas apresentadas anteontem em Washington pela comissão política do partido do Galo Negro. Um novo adiamento no calendário da extensão da administração do Estado a todo o território nacional, que se processaria em duas fases — a primeira arrancaria já e estender-se-ia até 24 de Setembro; a segunda apenas terminaria no final de Novembro. A esta exigência de Savimbi junta-se uma outra: a transformação da Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), a rádio oficial da UNITA, em diversas estações de frequência modulada, de forma a cobrir a totalidade do território nacional. Duas condições incluídas nos acordos de Lusaca que ainda estão por cumprir.

Portugal inflexível

Neste braço-de-ferro, Portugal, um dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança, tem dado instruções taxativas ao seu representante na "troika" em Luanda, o embaixador Duarte Ramalho Ortigão. Nem mais um trunfo para Savimbi. Isto porque, afirma o Palácio das Necessidades, começa a ser cada vez mais nítido que as propostas do líder do Galo Negro têm um carácter marcadamente dilatório. Tanto mais que, se por um lado a UNITA diz que partirá para a guerra, por outro afirma não ter meios para o fazer, ao avançar com o magro número de dois mil soldados. "São esses efectivos que vamos já concentrar, caso a ONU e o Governo optem por uma solução de força", adianta Junjuvili. Em suma, uma posição no mínimo ambígua.

Em Lisboa admite-se que esta intransigência de Portugal — em coro com a comunidade internacional — resulte numa ofensiva que estará para breve. É já no final de Setembro que as províncias do Bailundo e do Andulo — as duas principais bases da UNITA — passarão para controlo das forças do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O fim do Verão será, assim, a data previsível para um ataque à grande escala de Savimbi.

Caso a "troika" aceitasse o derradeiro pacote de propostas elaborado por Savimbi, a UNITA comprometia-se a entregar as duas localidades ao Governo central, assim como o Mussabo, onde as tropas do MPLA nunca entraram em duas décadas de conflito e que significaria a perda dos territórios estratégica e economicamente mais importantes para a UNITA. "O pacote contempla todas as exigências da ONU e responde às necessidades para desarmar aqueles que querem desarmar o processo de paz", justifica Junjuvili.

A expectativa em relação à dureza do relatório de Kofi Annan é grande. É já amanhã que o secretário-geral das Nações Unidas apresenta o seu parecer final sobre o (fraco) grau de cumprimento de Lusaca. Uma coisa é quase certa: seja qual for o teor do documento, Savimbi não escapará ileso. Mais: na sua reunião de quarta ou quinta-feira, o Conselho de Segurança da ONU poderá adoptar três tipos de sanções, acompanhadas de um novo calendário. "A comunidade internacional não tolerará o ressurgir das hostilidades em Angola", advertiu esta semana o actual presidente do Conselho de Segurança, o embaixador britânico John Weston. "A situação é totalmente inaceitável." Um aviso que também serve para o MPLA.

Numa primeira fase, é possível que seja decretado o congelamento das contas bancárias da UNITA no exterior. A que se seguiria a limitação dos movimentos internacionais dos representantes do partido de Savimbi e que poderá passar pela não concessão de vistos de permanência e de trânsito no estrangeiro. Por último, e se Savimbi continuar inflexível, poderá mesmo ser decretado o encerramento das missões da UNITA no estrangeiro (Lisboa, Washington, Bona, Paris e Londres).

9708593

23

U.N.I.T.A
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA: [illegible]
JORNAL: Semanário
AUTOR: Isaac [illegible]
PÁGINA ....

Fractura no Galo

Neste último cenário, os dirigentes do Galo Negro a residir em Portugal seriam obrigados a abandonar o território nacional, algo que não desagradaria totalmente ao Executivo de António Guterres, que não tem escondido a profunda irritação em relação ao comportamento de Savimbi. Além de que muitos dos actuais membros do Governo português são simpatizantes do MPLA, força afecta à Internacional Socialista. Lisboa tenta dissipar qualquer mal-entendido: "O Governo português sempre disse que nunca tomaria qualquer atitude unilateral nesta matéria, apesar das diligências por parte do Executivo angolano."

A pressão desenvolvida por Washington nos últimos meses é também decisiva nesta história. Na sequência da crise na República Democrática do Congo (ex-Zaire), os EUA posicionaram-se inequivocamente ao lado de Eduardo dos Santos e do MPLA, isolando ainda mais Savimbi. Para isso muito terão contribuído as mentiras sucessivas do líder da UNITA, que conta com um total de efectivos militares bem superior ao que declara à "troika" internacional (ver texto na página ao lado).

Mas, para o Governo norte-americano, valores mais altos se levantam. A trajectória de aproximação a Luanda coincide com o aumento do interesse pelas reservas petrolíferas e diamantíferas de Angola. Sinal inequívoco deste apoio dos Estados Unidos, a viagem do general Higino Carneiro a Washington, há uma semana, onde recebeu garantias de cooperação militar e de venda de armamento.

Certa, certa, é a solidão crescente de Savimbi, que viu a sua posição degradar-se com a queda do ex-Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko. A isto junta-se um elemento decisivo – o risco de fractura da própria UNITA, cuja desagregação se acentuou após a tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), em Abril último. Actualmente, a bancada da UNITA no Parlamento de Luanda conta com mais de sete dezenas de deputados. Mas, segundo algumas fontes contactadas pelo SEMANÁRIO, apenas meia dúzia dos quadros políticos do movimento se deslocaram à mata, há poucos dias, para celebrar os 65 anos de Savimbi.

a questão

Quando em Abril tomou posse o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, testemunhado por alguns dos mais altos dignitários das potências regionais e mundiais, renasceu para os angolanos um horizonte de paz. Mas os traumas do passado recente, nomeadamente o desrespeito dos acordos de Bicesse, aconselhavam cautelas. E, menos de quatro meses depois, a vertigem da guerra regressou. Põe-se a questão de saber por culpa de quem. Uma questão sempre complexa. Mas a verdade é que, desta vez, a UNITA está mais isolada do que nunca e a comunidade internacional não hesita em apontar o dedo acusador a Jonas Savimbi.

Ainda em vantagem

Todavia, o encurralamento poderá ter outros efeitos perniciosos. Com este virar de costas dos principais quadros do partido, nos meios diplomáticos teme-se uma radicalização dos métodos de Savimbi, que poderiam passar inclusive pela adopção de formas de luta idênticas às da guerrilha. Ou mesmo terrorismo, com ataques a alvos específicos em Luanda.

Mesmo assim, segundo observadores internacionais, a UNITA ainda controla 70 por cento do território angolano, algo que o próprio partido de Savimbi assume. Fonte do Palácio das Necessidades confirma as previsões: "Actualmente, as Forças Armadas de Angola não têm poder para aniquilar a UNITA, principalmente na região da Lunda Norte."

Há igualmente sinais claros de que o abastecimento de armas ao Galo Negro prossegue, sendo que os países do antigo bloco de Leste, com destaque para a Bulgária, são os principais interessados fornecedores da UNITA. Sem contar com os numerosos apoios que o movimento continua a ter junto de certos sectores franceses e sul-africanos. A tudo isto há que somar a recente descoberta de uma polícia mineira da UNITA, a actuar na Lunda Norte, a principal zona diamantífera do país, junto à fronteira com o ex-Zaire. A UNITA, por seu turno, defende-se dizendo que nas últimas semanas entraram em Luanda mais de 700 mil armas, cujo destino final seriam as milícias populares alimentadas pelo regime de José Eduardo dos Santos. Este dado, segundo o movimento, consta do relatório que Kofi Annan lerá amanhã em Nova Iorque.

O documento de Savimbi foi ontem analisado pela segunda vez numa reunião entre a "troika" e o Governo. O porta-voz da ONU em Luanda, David Wimhurst, disse ao SEMANÁRIO que a decisão final deverá sair ainda hoje. Para já, e segundo Wimhurst, o clima na capital angolana é calmo, embora exista alguma expectativa sobre o evoluir dos acontecimentos.

Do lado da UNITA, Horácio Junjuvili é peremptório: "Neste momento, a guerra ou a paz depende do Governo de Angola" e, reagindo às acusações segundo as quais a UNITA terá homens armados fora das fronteiras, nomeadamente no ex-Zaire, onde se teriam juntado às forças de Mobutu, Junjuvili lança o desafio: "Convidamos as Nações Unidas, a República Democrática do Congo e o Governo para que localizem os efectivos da UNITA que estão fora do país. É pura mentira. A UNITA não tem homens armados além fronteiras." ■

U.N.I.T.A.
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA: 14.8.1997
JORNAL: Semanário
AUTOR: Isabel Lucas
PÁGINA

INSTABILIDADE AVANÇA NA GUINÉ E SÃO TOMÉ

Alta tensão nos PALOP

Dos cinco países africanos lusófonos, só Moçambique e Cabo Verde parecem escapar ao crescendo de conflitualidade das últimas semanas. Além de Angola, também a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe viveu dias agitados, dando assim corpo aos mais profundos receios de um regresso à violência.

O caso guineense tem contornos mais definidos. Depois de demitir ostensivamente o primeiro-ministro Saturnino Costa e a esmagadora maioria dos ministros, o Presidente da República da Guiné-Bissau, "Nino" Vieira, enfrenta agora a poderosa oposição da organizada facção de Saturnino. Os homens do ex-chefe do Executivo prometem lutar pela liderança do PAIGC. Resta saber até que ponto conseguirão alcançar o poder no próximo congresso do partido. Obtenham ou não a liderança, alguns observadores do processo têm chamado a atenção para a possibilidade de uma guerra civil. Algo que o ministro dos Negócios Estrangeiros guineense e número dois de "Nino", Delfim da Silva, admitia há três semanas, em entrevista ao SEMANÁRIO.

Nesta guerra de nervos, oficialmente declarada a 26 de Maio último — dia da exoneração de Saturnino —, a posição de "Nino" corre o risco de se degradar nos próximos meses. Além de constituir uma parcela significativa do PAIGC, estima-se que o grupo de Saturnino tenha recursos económicos para fazer campanha e "lobby" contra o Presidente. E conseguir votos. O Executivo do actual primeiro-ministro, Carlos Correia, acusa Saturnino de radicalizar o discurso, com alusões ao tribalismo, ao sentimento antiportuguês e à necessidade de voltar a pegar nas armas. E há ainda os receios do próprio "Nino", tanto mais justificados quanto, nas últimas eleições presidenciais, por pouco não foi derrotado pelo candidato populista Kumba Ialá.

À luz deste cenário, o ataque desferido esta semana por alguns dos ex-ministros não surpreende. Terça-feira, no Parlamento de Bissau, o número dois de Saturnino, o antigo ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Hélder Proença, acusou o Executivo de "perseguição" aos dissidentes. Além de considerar o Governo de "antidemocrático" e de "pôr polícias na estrada", Proença e outros ex-governantes convidaram a Assembleia Nacional Popular a "tomar posição sobre a actuação da polícia, que interpelou antigos governantes na rua para lhes tomar as viaturas".

O Palácio das Necessidades, por seu lado, diz-se apreensivo com este braço-de-ferro de consequências imprevisíveis. Certo, certo, é que o VI Congresso do PAIGC tem sido sucessivamente adiado. Os homens de "Nino" falam em meados de 1998. Mas, segundo alguns observadores, quanto mais tarde se realizar, melhor. Se fosse já hoje, as probabilidades de vitória de Saturnino seriam bastante elevadas. Entretanto, o arrastamento parece convir ao Presidente e respectivos incondicionais, que disporão assim de mais algum tempo para recolher o máximo de apoios externos para se perpetuarem no poder.

Neste quadro, o regime de Bissau prepara uma crescente pressão sobre o Executivo de António Guterres, com algumas viagens de ambos os Governos agendadas até ao final deste ano. Uma coisa é certa: a presença de "Nino" à frente do PAIGC continua a agradar a Lisboa. Tanto mais que Saturnino sempre se bateu pela ruptura dos laços privilegiados com a antiga metrópole — é, aliás, um dos poucos chefes de Governo dos PALOP que nunca visitou Portugal.

Pinto da Costa à espreita

Alguns paralelos mais abaixo, São Tomé e Príncipe parece mergulhar novamente na crise, depois dos incidentes do Verão passado, quando o antigo Presidente da República, Pinto da Costa, se recusou a aceitar os resultados das eleições legislativas. Em Lisboa fala-se mesmo em "crise de Verão". Só que, agora, o principal problema passa pelo recente divórcio com a República Popular da China, uma das principais doadoras das duas ilhas, com pouco mais de 120 mil habitantes.

Motivo do corte de relações bilaterais: o estabelecimento dos laços com Taiwan, arqui-rival de Pequim, com quem a China tem uma surda disputa em África na luta por votos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ou seja: enquanto Taiwan tenta o reconhecimento internacional através do namoro às jovens democracias africanas, os chineses de Pequim tentam neutralizar o movimento pró-Formosa. Pelo meio, muito dinheiro corre. Acontece, porém, que, perante a pequenez do arquipélago, a retirada da República Popular da China deixou a descoberto o financiamento de áreas estratégicas como a educação, a saúde ou o apoio económico, agravando as tensões sociais e políticas no minúsculo país.

Acresce ainda outro problema crónico — a sombra tutelar de Angola. Com o gigante vizinho à beira de novo colapso, o fraco sistema político de São Tomé e Príncipe acaba por espelhar algumas das tensões e fidelidades regionais. O Presidente da República de São Tomé, Miguel Trovoada, é um incondicional do líder da UNITA, Jonas Savimbi, pelo que o isolamento internacional do dirigente angolano poderá dar margem de manobra a Pinto da Costa, actualmente em Portugal.

Nesta complexa teia, é sabido que o chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, nunca perdoará a Trovoada essa amizade, sendo assim mais um factor de instabilidade. Até porque, de acordo com os mais recentes dados, supõe-se que haja petróleo ao largo das ilhas de São Tomé e de Príncipe. A tentativa de normalização das relações bilaterais foi, aliás, o motivo da deslocação a Luanda do primeiro-ministro são-tomense, Bragança Neto, há cerca de duas semanas. ■ ILM

9708593

25

BRAÇO-DE-FERRO NUMÉRICO ENTRE UNITA E MPLA

Soldados, mentiras e armas

A desmilitarização total da UNITA é o principal pomo de discórdia nesta ginástica numérica entre Savimbi e Eduardo dos Santos. O MPLA acusa a UNITA de ainda ter um contingente de 35 mil efectivos. AO SEMANÁRIO, um dos representantes da UNITA na Comissão Conjunta, Horácio Junjuvili, garantiu um valor próximo dos dois mil homens armados. No meio de tudo isto, a ONU recusou um número fornecido por Savimbi, em Julho, segundo o qual não existiriam mais de três mil soldados afectos ao Galo Negro espalhados um pouco por todo o país.

Em Nova Iorque sabe-se que nenhuma das partes fala verdade. Analistas militares e diplomatas em Luanda estimam que a força militar de Jonas Savimbi se situe neste momento entre os 15 mil e os 25 mil homens. Um valor bem superior àquele que foi avançado à Comissão Conjunta pela delegação da UNITA. Numa declaração com a data de 10 de Dezembro de 1996, o chefe da representação na capital angolana garantia à "troika" que "a UNITA aquartelou a totalidade das suas forças armadas e forças policiais", assegurando ainda que "a totalidade do seu armamento" fora já entregue à Unavem III, a missão de verificação das Nações Unidas em Angola.

"A UNITA observa que faltam aquartelar 463 agentes das suas forças policiais, o que será feito nos próximos dias, de acordo com os entendimentos da Comissão Conjunta", lê-se ainda na missiva enviada aos embaixadores português, americano e russo na capital angolana e assinada pelo chefe da delegação de Savimbi, Isaías Samakuva.

Três dias mais tarde, os observadores militares da Unavem III falavam no aquartelamento de um total de 70 336 soldados e polícias da UNITA. Confirmavam que faltam "apenas 463 agentes da polícia", mas admite-se que faltam os elementos da guarda do presidente da UNITA, cujo "número e armamento não foram até essa data comunicados à Unavem III".

Mas as imprecisões não se ficam só na guarda pretoriana de Savimbi. Ainda segundo o relatório dos capacetes azuis, assinado pelo representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, Alioune Beye, "dos 70 336 soldados e elementos da polícia aquartelados, 15 373 são considerados desertores, uma vez que faltaram duas ou mais vezes à chamada". A estes, a ONU juntava outros 3233 militares do Galo Negro que, apesar de declarados, pura e simplesmente não compareceram ao controlo dos capacetes azuis. ■ IL/JLM

9708593

26-26

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

1/67

INTERNO Nº 9708594 Montevideo, 14 de Agosto 1997.-

Objeto:

DE: JEFE DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

PARA: JEFE DEPARTAMENTO I

TEXTO:

Adjunto remito a usted información y 9 fotos J/e entregadas por el Enlace Brasileño en la entrevista mantenida el día 12 del corriente mes referente a FORO DE SAN PABLO.

Saluda a usted atentamente
El Jefe del Dpto. II (Exterior)
Tte.Cnel.(Av.)
Hugo Dávila

01/67

VII FORO DE SÃO PAULO
PARTICIPANTES

NOME	PAIS	PARTIDO	TIPO
HEIDI KNAKE-WERNER	ALEMANHA	PARTY OF DEMOCRATIC SOCIALISM	Convidad
SINA FISCHER	ALEMANHA	PARTY OF DEMOCRATIC SOCIALISM	Convidad
SYLVIA-YVONNE KAUFMANN	ALEMANHA	PARTY OF DEMOCRATIC SOCIALISM	Convidad
ABEL CLAUDIO FATALA	ARGENTINA	PARTIDO FRENTE GRANDE - FREPASO	Convidad
ALBERTO DE J. RAMOS PEIRO	ARGENTINA	PARTIDO INTRANSIGENTE - FREPASO	Delegado
ANTONIO EDUARDO SOFIA	ARGENTINA	PARTIDO DEL TRABAJO Y DEL PUEBLO	Delegado
ATHOS FAVA	ARGENTINA	PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO	Delegado
DANIEL CIEZA	ARGENTINA	PARTIDO FRENTE GRANDE - FREPASO	Convidad
DIEGO FERNANDEZ	ARGENTINA	PARTIDO FRENTE GRANDE - FREPASO	Convidad
EDUARDO JOZAMI	ARGENTINA	PARTIDO FRENTE GRANDE - FREPASO	Convidad
FEDERICO SONEZ	ARGENTINA	PARTIDO FRENTE GRANDE - FREPASO	Convidad
FERNANDO OSSANA	ARGENTINA	PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO - POR POSADISTA	Delegado
FLOREAL GORINI	ARGENTINA	PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO	Delegado
GONZALO ADRIAN ROJAS	ARGENTINA	FRENTE POR LA DEMOCRACIA AVANZADA	Delegado
GUILLERMO ESTEVEZ BOERO	ARGENTINA	PARTIDO SOCIALISTA POPULAR - FREPASO	Delegado
ISMAEL ROJAS	ARGENTINA	PARTIDO INTRANSIGENTE - FREPASO	Delegado
JAVIER GOLDIN	ARGENTINA	PARTIDO FRENTE GRANDE	Convidad
JAVIER SERGIO RIOS	ARGENTINA	PARTIDO FRENTE GRANDE - FREPASO	Convidad
JOSE EDUARDO CARVALHO	ARGENTINA	PARTIDO INTRANSIGENTE - FREPASO	Delegado
JUAN CARLOS ZABALZA	ARGENTINA	PARTIDO SOCIALISTA POPULAR - FREPASO	Delegado
LUCILA EDELMAN	ARGENTINA	PARTIDO DEL TRABAJO Y DEL PUEBLO	Delegado
LUIS BILBAO	ARGENTINA	UNION DE MILITANTES POR EL SOCIALISMO - UMS	Delegado
MARCELO RODRIGUEZ	ARGENTINA	FRENTE POR LA DEMOCRACIA AVANZADA	Delegado
MONICA ZUMILDA TORRES	ARGENTINA	PARTIDO JUSTICIALISTA	Convidad
OSCAR R GONZALEZ	ARGENTINA	PARTIDO SOCIALISTA DEMOCRATICO - FREPASO	Convidad
OSVALDO DEZA	ARGENTINA	PARTIDO SOCIALISTA DEMOCRATICO - FREPASO	Convidad
PABLO LOBARINAS	ARGENTINA	PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO	Delegado
PATRICIO ETCHEGARAY	ARGENTINA	PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO	Delegado
RICARDO LOBETO	ARGENTINA	UNION DE MILITANTES POR EL SOCIALISMO	Delegado
ROBERTO RAUL PAGES	ARGENTINA	PARTIDO INTRANSIGENTE - FREPASO	Delegado
ROJAS ISMAEL	ARGENTINA	PARTIDO INTRANSIGENTE - FREPASO	Delegado
ROVETTO ELISEO EMILIO LORENZO	ARGENTINA	PARTIDO INTRANSIGENTE - FREPASO	Delegado
SALVADOR CAPUTO	ARGENTINA	PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO	Delegado
IRENE FILIP	AUSTRIA	PARTIDO COMUNISTA DE AUSTRIA	Convidad
HELMUT WEIXLER	BELGICA	PARLAMENTO EUROPEU - PARTIDO VERDE	Convidad
JOAQUIM MIRANDA	BELGICA	PARLAMENTO EUROPEO - GRUPO ESQUERDA UNITARIA EUROPEIA	Convidad
LUIGI VINCI	BELGICA	PARLAMENTO EUROPEO - GRUPO ESQUERDA UNITARIA EUROPEIA	Convidad
MARCOS DOMICH	BOLIVIA	PARTIDO COMUNISTA DE BOLIVIA	Delegado
ALDO REBELO	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Delegado
ANTONIO GRANADO	BRASIL	FUNDACAO FRIEDRICH EBERT - ILDES	Convidad
ARY VANAZZI	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Convidad
BETO ALBUQUERQUE	BRASIL	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	Delegado
BRICE BRAGATO	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Convidad
CARLOS ROBERTO FIALHO ETCHICHURRY JUNIOR	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	Delegado
CARLOS SIQUEIRA	BRASIL	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	Delegado

CLAUDIO ANTONIO WEYNE GUTIERREZ	BRASIL	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	Delegado
CRISTINA DORNELLES	BRASIL	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	Delegado
DANIEL VIEIRA SEBASTIANI	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	Delegado
DINA LIDA KINOSHITA	BRASIL	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	Delegado
ELEUTHERIO LOPES	BRASIL	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	Delegado
ESTHER PILLAR GROSSI	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
FLAVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
FLAVIO KOUTZII	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
FREDO EBLING JR	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Delegado
GILMAR DE LIMA MARTINS	BRASIL	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	Delegado
HANS BAUMANN	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	Delegado
HERCULES SIDNEI PIRES LIBERAL	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	Delegado
IVAN VALENTE	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
JAMES LEWIS GORMAN JUNIOR	BRASIL	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	Delegado
JOACHIM KNOOP	BRASIL	FUNDACAO FRIEDRICH EBERT - ILDES	Convidad
JOSE ALVES BITENCOURT	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Convidad
JOSE DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
JOSE FORTUNATTI	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
JOSE MACHADO	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
JOSE REINALDO CARVALHO	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Delegado
JOSE RENATO RABELO	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Delegado
LAURO HAGEMANN	BRASIL	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	Delegado
LEILA JINKINGS	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	Delegado
LUIS CARLOS DE CESARO	BRASIL	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB	Delegado
LUIZ INACIO LULA DA SILVA	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
MARCO AURELIO GARCIA	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
MARI ELISABETH TRINDADE MACHADO	BRASIL	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	Delegado
MARIA AUGUSTA DE ALMEIDA FELDMAN	BRASIL	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	Delegado
MARIA LIEGE SANTOS DA ROSA	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Delegado
NELSON SALES DA SILVA	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Delegado
NILMARIO MIRANDA	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
OLIVIA RANGEL JOFFILY	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Delegado
PATRUS ANANIAS DE SOUZA	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
PAULO ROBERTO FURTADO	BRASIL	MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DO RS	Convidad
SERGIO MIRANDA	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Delegado
SOCORRO GOMES	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	Delegado
SONIA HYPOLITO	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Delegado
SUZANA KENIGER LISBOA	BRASIL	COMISSAO ESPECIAL DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLIT	Convidad
TALIS FERNANDO DA ROSA	BRASIL	PARTIDO DOS TRABALHADORES	Convidad
THEREZINHA ZERBINI	BRASIL	PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA	Convidad
TRAJANO JARDIM	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	Delegado
VALCI DA SILVA GUIMARAES	BRASIL	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	Delegado
WAINER VIANA MACHADO	BRASIL	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	Delegado
ZAIRE REZENDE	BRASIL	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO	Convidad
ZULEIDE FARIA DE MELO	BRASIL	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	Delegado
PIERRE BEAUDET	CANADA	ALTERNATIVES	Convidad

GINO STRAFORINI	CHILE	MOVIMIENTO IZQUIERDA REVOLUCIONARIA (MIR)	Delegado
JOSE CADEMARTORI	CHILE	PARTIDO COMUNISTA DE CHILE	Delegado
MARTA HARNECKER CERDA	CHILE	MEMORIA POPULAR LATINOAMERICANA (ONG)	Convidad
OSCAR AZOCAR	CHILE	PARTIDO COMUNISTA DE CHILE	Delegado
GUO-YUAN ZENG	CHINA	PARTIDO COMUNISTA DA CHINA	Convidad
WANG-YULIN	CHINA	PARTIDO COMUNISTA DA CHINA	Convidad
ENRIQUE FLOREZ ROMERO	COLOMBIA	ALIANZA DEMOCRATICA M-19	Delegado
FERMIN GONZALEZ	COLOMBIA	PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO	Delegado
JAIME CEDANO ROLDAN	COLOMBIA	PARTIDO COMUNISTA COLOMBIANO	Delegado
MARCO LEON CALARCA O.	COLOMBIA	FARC-EP	Delegado
OLIVERIO MEDINA	COLOMBIA	FARC-EP	Delegado
VICENTE TORRIJOS R.	COLOMBIA	PARTIDO COMUNISTA COLOMBIANO	Delegado
VILMA L FRANCO	COLOMBIA	PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO	Delegado
CAROLINA AGUIAR	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Convidad
DORA CARCANO	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Convidad
FELIPE GIL CHAMIZO	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Delegado
FRANCISCO DELGADO	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Delegado
JORGE FERRERA	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Delegado
JORGE LEZCANO PEREZ	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Convidad
JOSE A FRAGA	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Delegado
JOSE RAMON BALAGUER CABRERA	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Delegado
LOURDES CERVANTES VAZQUEZ	CUBA	ORG SOLIDARIDAD DE LOS PUEBLOS AFRICA, ASIA E AL	Convidad
LUIS HERNANDEZ OJEDA	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Delegado
MAGALYS AROCHA DOMINGUEZ	CUBA	FEDERACION DE MUJERES CUBANAS	Delegado
RAFAEL HIDALGO FERNANDEZ	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Delegado
ROBERTO REGALADO ALVAREZ	CUBA	PARTIDO COMUNISTA CUBANO	Delegado
CARLOS W. ALVARADO SANTANA	ECUADOR	PARTIDO COMUNISTA MARXISTA-LENINISTA DEL ECUADOR	Delegado
CIRO GUILLERMO GUZMAN ALDAZ	ECUADOR	MOVIMIENTO POPULAR DEMOCRATICO	Delegado
HERNAN RIVADENEIRA J.	ECUADOR	PARTIDO SOCIALISTA -	Delegado
MANOLO BARRENO	ECUADOR	MOVIMIENTO UNIDAD PLURINACIONAL PACHAKUTIK NUEVO PAIS	Convidad
EUGENIO CHICAS MARTINEZ	EL SALVADOR	FRENTE FARABUNDO MARTI DE LIBERACION NACIONAL	Delegado
CARLOS CARNERO GONZALEZ	ESPANHA	IZQUIERDA UNIDA	Convidad
ISABEL VILALLONGA ELVIRO	ESPANHA	PARTIDO DEMOCRATICO NUEVA IZQUIERDA	Convidad
JAIME BALLESTEROS	ESPANHA	CORRESPONDENCIAS INTERNACIONALES	Convidad
JORDI GUILLOT NIRAVET	ESPANHA	INICIATIVA PER CATALUNYA	Convidad
JOSE LUIS NUNEZ CASAL	ESPANHA	PARTIDO COMUNISTA DE ESPANA	Convidad
MARIA CARMEN MORENTE MUNOZ	ESPANHA	PARTIDO COMUNISTA DE LOS PUEBLOS DE ESPANA - PCPE	Convidad
STANLEY A. GACEK	ESTADOS UNIDOS	DEMOCRATIC SOCIALISTS OF AMERICA	Convidad
DANIEL CIRERA	FRANÃA	PARTI COMMUNISTE FRANÃAIS	Convidad
JEAN- CLAUDE LOMBION	GUADALUPE (ANTILLAS F	COORDINAT DE PARTIDOS DE LA IZQUIERDA	Delegado
ADRIAN ZAPATA	GUATEMALA	UNION REVOLUCIONARIA NACIONAL GUATEMALTECA	Delegado
GERARD PIERRE-CHARLES	HAITI	~~ORGANISACION POLITIQUE LAVALAS~~	Delegado
IRVELT CHERY	HAITI	~~ORGANISATION POLITIQUE LAVALAS~~	Delegado
SUZY CASTOR	HAITI	~~ORGANISATION POLITIQUE LAVALAS~~	Delegado
DONATO DI SANTO	ITALIA	PARTIDO DEMOCRATICO DA ESQUERDA - PDS	Convidad
RAMON MANTOVANI	ITALIA	PARTIDO DE LA RIFONDAZIONE COMUNISTA	Convidad

9708594

KONGKEO PHANOUVONG	LAOS	PARTI POPULAIRE REVOLUTIONNAIRE LAO (LAOS)	Convidad
ALI M AGEILI	LIBIA	OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES	Convidad
ALBERTO ANAYA GUTIERREZ	MEXICO	PARTIDO DEL TRABAJO	Delegado
ARMANDO QUINTERO MARTINEZ	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
CUAUHTEMOC CARDENAS	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
DANIEL RANGEL PINON	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
ENRIQUE TOLEDO CORTINA	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
ERIKA AMOEDO GARCIA	MEXICO	CONFERENCIA PERMANENTE DE PARTIDOS POLITICOS DA AMERICA LATINA	Convidad
HERMINIO GARCIA RUEDA	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
JOSE MARTINEZ CRUZ	MEXICO	PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LAS Y LOS TRABAJADORES	Delegado
JOSE NARRO CESPEDES	MEXICO	PARTIDO DEL TRABAJO	Delegado
JUDITA GRACE GONZALES HINCKS	MEXICO	PARTIDO DEL TRABAJO	Delegado
LAZARO CARDENAS BATEL	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
MARIO CRUZ ANDRADE	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
MARTHA PATRICIA RUIZ ANCHONDO	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
NELLYS PALOMO SANCHEZ	MEXICO	PARTIDO REVOLUCIONARIO DE LOS TRABAJADORES - PRT	Delegado
RICARDO PASCOE PIERCE	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
ROSALIA PEREDA AGUILAR	MEXICO	PARTIDO DEL TRABAJO	Delegado
SANDOVAL RAMIREZ CUAUHTEMOC	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUVION DEMOCRATICA	Delegado
SAUL ESCOBAR TOLEDO	MEXICO	PARTIDO DE LA REVOLUCION DEMOCRATICA	Delegado
ALBA PALACIOS	NICARAGUA	FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL	Delegado
ALEJANDRO BENDANA	NICARAGUA	FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL	Delegado
JACINTO SUAREZ ESPINOZA	NICARAGUA	FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL	Delegado
XANTHIS SUAREZ GARCIA	NICARAGUA	FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL	Delegado
MAURO MURILLO	PANAMA	PARTIDO REVOLUCIONARIO DEMOCRATICO	Delegado
ORLANDO ROJAS	PARAGUAI	PARTIDO ENCUENTRO NACICNAL	Convidad
OSCAR AYALA	PARAGUAY	MOVIMIENTO PATRIA LIBRE	Delegado
GERARDO BENEVIDES CALDAS	PERU	PARTIDO COMUNISTA DEL PERU - PATRIA ROJA	Delegado
JAVIER DIEZ-CANSECO	PERU	PARTIDO UNIFICADO MARIATEGUISTA	Delegado
JORGE JAIME CARDENAS	PERU	PARTIDO COMUNISTA DEL PERU - PATRIA ROJA	Delegado
FRANCISCO JOSE DE ALMEIDA LOPES	PORTUGAL	PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES	Convidad
JULIO ANTONIO MURIENTE PEREZ	PUERTO RICO	NUEVO MOVIMIENTO INDEPENDENTISTA PUERTO RIQUENO	Delegado
KIM HYANG SAN	R.P.D. DA COREIA	PARTIDO DO TRABALHO DA COREIA	Convidad
PAK HYOK	R.P.D. DA COREIA	PARTIDO DO TRABALHO DA COREIA	Convidad
ALEJANDRO HERRERA	REPUBLICA DOMINICANA	PARTIDO DE LA LIBERACION DOMINICANA	Convidad
IVAN RODRIGUEZ PIHER	REPUBLICA DOMINICANA	PARTIDO DE LOS TRABAJADORES DOMINICANOS	Delegado
JOSE ERNESTO OVIEDO LANDESTOY	REPUBLICA DOMINICANA	PARTIDO DE LOS TRABAJADORES DOMINICANOS	Delegado
JUAN FRANCISCO SANTAMARIA	REPUBLICA DOMINICANA	PARTIDO DE LA LIBERACION DOMINICANA	Convidad
MANUEL PAULINO ROSA	REPUBLICA DOMINICANA	ALIANZA POR LA DEMOCRACIA	Delegado
MIGUEL MEJIA	REPUBLICA DOMINICANA	MOVIMIENTO IZQUIERDA UNIDA	Delegado
NARCISO ISA CONDE	REPUBLICA DOMINICANA	FUERZA DE LA REVOLUCION	Delegado
NORBERTO OMAR LAZALA S.	REPUBLICA DOMINICANA	PARTIDO DE LOS TRABAJADORES DOMINICANOS	Delegado
RAFAEL BAEZ	REPUBLICA DOMINICANA	CONCERTACION DEMOCRATICA	Delegado
CARLOS BARAIBAR	URUGUAI	ASAMBLEA URUGUAI	Delegado
ALBERTO ROSSELLI	URUGUAY	FRENTE AMPLIO	Delegado
ALDO BRUNO GILI BAPTISTA	URUGUAY	PARTIDO SOCIALISTA DE LOS TRABAJADORES- FRENTE AMPLIO	Delegado

ARACELI MONTEANO	URUGUAY	ASAMBLEA URUGUAY- FRENTE AMPLIO	Delegado
BERTHA SANSEVERINO	URUGUAY	ASEMBLEA URUGUAY- FRENTE AMPLIO	Delegado
CARLOS ALEJANDRO	URUGUAY	CORRIENTE DE UNIDAD FRENTEAMPLISTA - FRENTE AMPLIO	Delegado
CARLOS FLANAGAN	URUGUAY	PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY - FRENTE AMPLIO	Delegado
CARMEN BERAMENDI	URUGUAY	INSTITUTO FERNANDO OTORGUES - FRENTE AMPLIO	Delegado
DIEGO PASTORIN	URUGUAY	VERTIENTE ARTIGUISTA - FRENTE AMPLIO	Delegado
ELSA GLORIA AMIDO GARAY	URUGUAY	ASAMBLEA URUGUAY - FRENTE AMPLIO	Delegado
FERNANDO A. MENONI	URUGUAY	PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY- FRENTE AMPLIO	Delegado
FERNANDO VAZQUEZ	URUGUAY	MOVIMIENTO 26 DE MARZO - FRENTE AMPLIO	Delegado
GRAZIELLA ROMITI	URUGUAY	PARTIDO SOCIALISTA DEL URUGUAY- FRENTE AMPLIO	Delegado
HERMAN HANSEN	URUGUAY	PARTIDO SOCIALISTA DEL URUGUAY	Delegado
JORGE QUARTINO	URUGUAY	MOVIMIENTO DE LIBERACION NACIONAL - TUPAMAROS- FRENTE AMPLIO	Delegado
JOSE BAYARDI LOZANO	URUGUAY	VERTIENTE ARTIGUISTA - FRENTE AMPLIO	Delegado
JOSE CARLOS MAHIA	URUGUAY	ASAMBLEA URUGUAY - FRENTE AMPLIO	Delegado
JOSE M. CAO	URUGUAY	PARTIDO POR LA VICTORIA DEL PUEBLO - FRENTE AMPLIO	Delegado
JOSE NUNES	URUGUAY	PARTIDO SOCIALISTA DEL URUGUAY - FRENTE AMPLIO	Delegado
JUAN JOSE DOMINGUEZ	URUGUAY	MOVIMIENTO DE LIBERACION NACIONAL - TUPAMAROS- FRENTE AMPLIO	Delegado
JULIO BATTISTONI	URUGUAY	MOVIMIENTO DE LIBERACION NACIONAL - TUPAMAROS - FRENTE AMPLIO	Delegado
LEON LEV	URUGUAY	CONFLUENCIA FRENTEAMPLISTA	Convidad
MADELON CASAS DAMASCO	URUGUAY	PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO TROTSKYSTA POSADISTA - FRENTE AMPLIA	Delegado
MANUEL A. NEGRO AVELLANAL	URUGUAY	ASAMBLEA URUGUAY- FRENTE AMPLIO	Delegado
NIKO SCHVARTZ	URUGUAY	ASEMBLEA URUGUAY - FRENTE AMPLIO	Delegado
RAUL ENRIQUE CAMPANELLA	URUGUAY	PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO TROTSKYSTA/POSADISTA - FRENTE AMPLIO	Delegado
SHIRLEY BARRIOS	URUGUAY	ASAMBLEA URUGUAY - FRENTE AMPLIO	Delegado
ARGENIS CARABALLO	VENEZUELA	MOVIMENTO AL SOCIALISMO	Delegado
ARMANDO DIAZ	VENEZUELA	BANDERA ROJA	Delegado
DAVID PARAVISINI	VENEZUELA	PATRIA PARA TODOS	Delegado
EDUARDO PINATE	VENEZUELA	LIGA SOCIALISTA	Delegado
FREDDY NUNEZ	VENEZUELA	MOVIMENTO AL SOCIALISMO	Delegado
GISELA GIMENES	VENEZUELA	PATRIA PARA TODOS	Delegado
NORA CASTANEDA	VENEZUELA	LIGA SOCIALISTA	Delegado
VICTOR HUGO D'PAOLA	VENEZUELA	MOVIMIENTO AL SOCIALISMO	Delegado
DO VAN TAI	VIETNAN	PARTIDO COMUNISTA DO VIETNAN	Convidad
PHAM TIEN TU	VIETNAN	PARTIDO COMUNISTA DO VIETNAN	Convidad

VII ENCUENTRO FORO DE SAO PAULO

DOCUMENTO TALLER MUJER 30 Y 31 DE JULIO 1997

1) IMPACTO DE LAS POLITICAS ECONOMICAS

El rasgo esencial de este fin de milenio en los países de América Latina y el Caribe ha sido el establecimiento de políticas de corte neoliberal en todo el continente como parte del proceso actual de expansión capitalista.

La realidad del orden económico internacional imperante ha tenido fuertes impactos negativos en el continente, principalmente el aumento de la dependencia y la pobreza, con serias consecuencias en la soberanía nacional. Si en 1960 el 20% más rico de la población mundial recibió ingresos 30 veces más elevados que los del 20% más pobre, en 1990 el 20% más rico recibía 60 veces más. (PNUD Indice de Desarrollo Humano 1992. Bogotá. Tercer Mundo. 1993 pag.18.) Estudios relacionados con las proporciones de la pobreza la estiman en unos 196 millones de personas en 1990, que representa aproximadamente el 46% de la población de la región.

Ante esta realidad los partidos políticos de izquierda están obligados a profundizar la temática de género y el análisis del impacto negativo de los cambios socio-económicos en la mujer, para ser coherentes con los principios de justicia e igualdad que promueven.

Este documento enfatiza sobre la importancia de ubicar el impacto de las políticas económicas sobre la vida de las mujeres, tanto en el plano económico, como social, cultural, político, familiar y personal, planteando una plataforma básica para que los partidos integrantes del Foro de San Pablo la asuman. Sobre todo, si se tiene en cuenta que las decisiones tomadas en el Encuentro de San Salvador en 1996, no han sido cumplidas en relación a que los documentos generales deben incluir la visión de género en todos los temas que se traten.

Las políticas económicas refuerzan otros factores estructurales, legales, culturales e ideológicos que obstaculizan el despliege de las potencialidades de las mujeres, su autonomía y autoafirmación. Las restricciones existentes en el acceso de la mujer a los recursos tierra, crédito, vivienda y servicios básicos están relacionados no sólo con la desigual distribución del

ingreso, sino también con la influencia de la ideología patriarcal que los legitima.
Los procesos de integración de nuestros pueblos, no deben seguir siendo concebidos unicamente desde la perspectiva de los poderes ejecutivos o de gobiernos, debe tener en cuenta las opiniones y consideraciones de la sociedad civil, y en especial de las mujeres, que somos la mitad de nuestra región y del planeta.

a) Impactos económicos sobre la vida de las mujeres

La presencia de las mujeres en la fuerza de trabajo en América Latina viene aumentando en forma consistente y significativa en las últimas décadas, triplicándose entre 1960 y 1990. Se han incrementado el número de horas que las mujeres dedican al trabajo remunerado, así como sus años de vida econónicamente activa.

La afluencia masiva de las mujeres al mercado de trabajo no ha sido acompañada de una disminución significativa de las desigualdades profesionales ni salariales entre hombres y mujeres. La mayoría de los empleos femeninos continúan concentrados en algunos sectores de actividad y con modestas posibilidades de acceso a puestos jerárquicos.

El trabajo femenino en el hogar no disminuyó ante mayores responsabilidades fuera del mismo, sino que aumentó para suplir el deterioro real de los los ingresos familiares y el desmantelamiento de las prestaciones de seguridad social . Por otro lado aumentó el porcentaje de hogares encabezados por mujeres, lo que cada vez más pone en tela de juicio la idea de que la mujer constituye una "fuerza de trabajo secundaria". Pero también existen los hogares donde el aporte de la mujer al ingreso es igual o superior al de los hombres y que no es detectado en los censos de población ni en las encuestas de hogares debido a la definición de jefatura que es utilizada.

La tasa de desempleo femenina es sistemáticamente superior a la masculina en los países de la región, a lo que se agrega la problemática específica de las mujeres jóvenes que tienen una menor oportunidad de conseguir empleo en tanto que mujeres y jóvenes. También viene aumentando la proporción de mujeres en la formas precarizadas de trabajo (con bajos sueldos, baja productividad, ausencia de contratos y protección social), tanto las "viejas" ocupaciones precarias (trabajo doméstico, por cuenta propia), como las "nuevas" modalidades del trabajo (a domicilio, eventual, a tiempo parcial, subcontratado). Sin embargo las plataformas sindicales escasamente incluyen reinvindicaciones que atiendan estas particularidades.

b) Impactos sociales sobre la vida de las mujeres

Los términos nuevos que se van incorporando al hablar cotidiano dan cuenta de los cambios profundos que estamos viviendo. Lo que ayer era "pobreza" hoy es "pobreza extrema" , más aún "femenización" de la pobreza.

Aveces nos perdemos en los términos económicos y nos olvidamos que estos problemas también tienen un correlato en la vida familiar y personal de la gente, en los cambios de la vida urbana y rural, y en todos los aspectos. En esta óptica tenemos mucho que decir las mujeres. Porque la estrategia de supervivencia familiar ha sido la de incorporar nuevos integrantes de la familia a trabajar, y trabajar más horas aún a costa de salarios peor remunerados. Esto ha cambiado la vida familiar, porque la mujer ve acrecentadas sus responsabilidades de aportar un ingreso a la familia pero sin poder desatender su rol de madre, sin que al mismo tiempo se haya producido una democratización de la vida familiar.

Sentimientos de culpa y frustración se suman a la impotencia de solucionar los problemas económicos, o si éstos se neutralizan de todos modos no logran mitigar el deterioro de las relaciones interpersonales con las hijas, hijos y con la pareja.

Los cambios económicos han obligado, en todas las clases sociales a cambios en los papeles que juegan hombres y mujeres. El tradicional hombre proveedor, hoy puede ser un desempleado o un trabajador a destajo o subocupado. Este trastoque de jefes en jefas de familia sin una adecuación cultural que lo acompañe, ha traído una reacción de amargura, frustración y violencia que hoy invade el medio social en todos sus estratos.

Las mujeres jóvenes requieren además una atención especializada en relación a los problemas de violencia, embarzo adolescente, educación y su propia inserción en la sociedad.

Enfrentamos la invisibilidad social en todas las labores que realizamos. Del mismo modo que sólo se percibe los impactos negativos en el medio ambiente cuando la naturaleza termina cediendo, tampoco se valoran las mil tareas que realiza la mujer. Entre éstas, la mujer debe asumir un papel predominante en el uso y distribución de los recursos naturales en proceso de creciente deterioro, que no aseguran en el corto ni el largo plazo

la continúa satisfacción de las necesidades humanas presentes o futuras.

El impacto actual de la política económica traducida en los roles del Estado está desarticulando el desarrollo social debido al recorte de diversos servicios en que las mujeres son usuarias tradicionales. Esto ha impedido que se proporcione salud preventiva y curativa e integral a las mujeres en todo su ciclo vital y acordes al perfil epidemiológico de las enfermedades de las mujeres en su condición de género.

Es importante destacar que la situación en todos los países de América Latina y el Caribe es heterogénea, pero en nuestro continente las mujeres siguen empeñadas en acciones para la búsqueda de una mayor igualdad.

Destacamos en esta heterogeneidad que Cuba mantiene una lucha sostenida pra asegurar los derechos sociales de su pueblo en el que las mujeres juegan un papel fundamental como destinatarias y protagonistas.

En este escenario, hoy más que nunca reivindicamos nuestro derecho emancipatorio y de crecimiento como seres humanos.

2) LA DEMOCRACIA COMO BASE DE ANALISIS

Nuestro accionar debe fundamentarse en el fortalecimiento del modo de vida democrático. La lucha por la Democracia es algo que nos atañe, entendida ésta como gobierno del pueblo y para el pueblo. En este sentido, nuestras políticas deben estar dirigidas a la construcción de una sociedad de iguales, respetuosas de las diferencias étnicas, religiosas, culturales, de género, y de opción sexual, que sea capaz de incorporar toda la riqueza de la diversidad a la construcción de la sociedad por la que luchamos los partidos de izquierda.

Para nosotras, la ciudadanía no está referida sólo a los derechos civiles del individuo frente al Estado, sino a los derechos económicos, sociales, políticos y culturales para todos los seres humanos, garantizando además el ejercício de los derechos reproductivos, sexuales y de decisión sobre el própio cuerpo.

La Democracia es aún imperfecta en nuestros países, pero lo que no es evidente para la mayoría, incluidas las propias mujeres, es que parte de su imperfección radica en las desiguales relaciones de poder y la existencia de violencia contra la mujer. Debemos

exigir el adecuado marco democrático para el ejercicio de plenos derechos de nuestra ciudadanía.

En la medida que estos aspectos tienen una estrecha relación con los temas de poder, debemos asegurar el acceso de las mujeres a los puestos de decisión en todo nivel, a efectos de mejorar las posibilidades de incluir la perspectiva de género en la resolución de todos los problemas de la comunidad involucrada. Sin capacidad de decidir no cambiaremos las condiciones de desigualdad ni aseguraremos el fortalecimiento de una verdadera Democracia.

Las nuevas experiencias de gobiernos locales de izquierda comprueban que somos trabajadoras incansables en todas las tareas para el éxito de dichos gobiernos, que han sabido ser una verdadera alternativa de conducción política en los países de América. Estos éxitos debemos evaluarlos como un avance concreto en el camino hacia el gobierno nacional. La izquierda tiene capacidad de resolver sobre los problemas de la realidad y para ello es imprescindible contar con mujeres capacitadas en el ejercicio del poder.

3) ARTICULACION PERMANENTE DE LAS MUJERES EN EL FORO

La globalización por tanto, nos plantea con más fuerza que nunca la necesidad de un mayor nivel de coordinación y de unidad de acción de las mujeres militantes de los partidos del Foro de San Pablo. Allí estaría nuestra fortaleza, que podría concretarse con la creación de algún mecanismo en su interior que asegure la continuidad del accionar de las mujeres militantes políticas. Al propio tiempo, nos plantea a nosotras la necesidad de insertarnos en el movimiento de mujeres progresistas y revolucionarias para ofrecer nuestros aportes y sobre todo para nutrirnos de su sabia renovadora y de sus saberes que nos permita, y permita a nuestros partidos, mantener el oído y todos los sentidos vinculados a las necesidades e intereses de un segmento social que constituye la mitad de la población.

Por todo lo antes expuesto, las mujeres proponemos al Foro de San Pablo la creación de una Coordinadora de Mujeres pertenecientes a partidos de izquierda en América Latina y el Caribe, que funcione de manera permanente.

Para orientar la actuación del Foro y de esta Coordinadora proponemos la siguiente Plataforma Básica.

4) ACCIONES DE LAS MUJERES DE IZQUIERDA PARA LA UNIDAD Y LA IGUALDAD

Debemos construir una agenda de accíon al interior de la izquierda que contenga los objetivos estratégicos básicos y las acciones que promuevan la mayor igualdad y participación de las mujeres en la vida política, económica y social de la región.

Los partidos de izquierda deben asumir esta plataforma como própia, insertando las propuestas en la plataforma general y creando los mecanismos para su aplicación.

Los puntos de esa plataforma básica son:

a) que las estrategias de construcción de un nuevo modelo económico en el que los partidos de izquierda están empeñados, responda a nuestra realidad de género: estableciendo acciones concretas para eliminar la discriminación en el empleo y salario, impulsando programas específicos para la mujer rural, reconociendo el trabajo no remunerado que realizan las mujeres, generando programas de formación profesional y adecuando las normas de seguridad social para dar visibilidad al doble esfuerzo como trabajadoras asalariadas y trabajadoras del hogar, reproductoras de la fuerza de trabajo de la sociedad.

b) que se valore e incluya en la lucha por los derechos humanos los derechos de las mujeres, inclusive reformulando la legislación de forma de combatir la discriminación en el campo económico, social, familiar, sicológico y físico. Los derechos de género incluyen una transformación en la imagen que se construye sobre la mujer para evitar el estereotipo de roles asignados, el lenguaje y la educación sexista.

c) que se establezcan políticas de acción afirmativa de modo de asegurar el acceso de las mujeres a los puestos de decisión en todo nivel, dentro de los partidos y en los cargos ejecutivos y legislativos, a efectos de incluir la perspectiva de género en la resolución de todos los problemas.

d) que se definan las estrategias de sensibilización sobre las desigualdades de género de forma de incluir esta perspectiva en las acciones y programas que desenvuelvan los partidos de izquierda.

e) que los partidos políticos de izquierda en el ejercicio del gobierno que detenten, así como en las acciones que lleven a cabo desde la oposición , garanticen la implementación de políticas públicas sobre la optica de genero dirigidas al combate de todas las formas de discriminación, garantizando la participación de las mujeres en las instancias de poder y decisión.

f) considerando el avance en los textos aprobados en Conferencias Mundiales, regionales y en acuerdos internacionales, que los gobiernos ya se han comprometido a cumplir, se impone que los partidos políticos de izquierda se involucren en el seguimiento a dichos compromisos. De igual manera debemos tener conciencia crítica de esa plataforma y de su instrumentación, articulando con el movimiento amplio de mujeres en una posicíon respetosa y unitaria.

Pero nuestro esfuerzo no tendrá sus frutos si los partidos de izquierda no asumen esta plataforma como propia, insertándo las propuestas en la plataforma general, en lugar de que sea un apéndice en los documentos.

Por último el II Encuentro de Mujeres del Foro de San Pablo decide por apoyar e impulsar la convocatória del Encuentro Mundial de Solidariedad entre las Mujeres a realizarse en Havana - Cuba entre los dias 13 a 16 de abril de 1998. Para eso decido por la formación de Comités Preparatórios y propone que la coordinación del Foro decida empeñarse tambien en su realización.

Para darle continuidad a estos objetivos proponemos que el Foro resuelva por la creación de una Coordinación de Mujeres integrada por representantes de los siguientes partidos: PRD de Mejico. PT y Pcdo B de Brasil, PC de Cuba, Frente Amplio de Uruguay, Liga Socialista de Venezuela, Frente Sandinista responsable por designar la representación de Centroamerica y una representante de Argentina. Esta Coordinacion trabajaria con el grupo de trabajo permanente del Foro de San Pablo hasta la realización del VIII Reunión del Foro.

AO 7º FORO DE SÃO PAULO

Seminário:

QUESTÃO INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

As lideranças indígenas e partidárias e representantes de entidades solidárias com a causa dos povos indígenas, participantes no Seminário Questão Indígena Latino-americana e Caribenha, agradecem ao 7º Foro de São Paulo a oportunidade deste evento que permitiu nos aproximar à realidade indígena e debater as lutas reivindicatórias e propositivas dos povos indígenas dos nossos países.

Na linha de contribuir na construção de propostas programáticas para os partidos, dos quais fazemos parte, queremos expor aos participantes do 7º Foro de São Paulo algumas preocupações que cremos devam ser superadas para alcançarmos realmente uma proposta partidária integral, digna de ser autenticamente democrática, plural e solidária.

1. Historicamente a questão indígena foi tratada de modo marginal, como uma questão secundária, subseqüente, pelos nossos partidos, ou então somente no contexto dos períodos eleitorais, como a tratam os partidos tradicionais da direita.

2. Na formação dos estados nacionais, mono-étnicos e concentradores do poder, os povos indígenas sempre foram excluídos e discriminados no exercício do poder político e demais direitos. Estes problemas evidentemente não estão ligados a sua condição étnica e cultural, mas sim a sua falta de poder. Isto, a partir do momento em que os invasores europeus e sucessivos colonizadores destruíram suas instituições e estruturas sócio-étnicas, políticas e econômicas tradicionais.

3. Atualmente, no marco da globalização e do perverso neoliberalismo, os povos indígenas são vítimas de novas formas de exploração e dominação colonial e suas demandas não fazem parte da agenda dos estados, a não ser no sentido de despojá-los de seus territórios e recursos naturais e sua cultura. Os partidos políticos da direita os consideram, mas na perspectiva de reduzir ou restringir seus direitos.

4. Os partidos políticos de esquerda, que lutam numa perspectiva de transformação social, por um projeto político alternativo ao vigente, são chamados a incluir na sua agenda

e programa político a questão indígena, ou então serão também responsabilizados pela histórica exclusão dos povos indígenas do processo de desenvolvimento dos nossos países.

Os povos indígenas, por sua parte, têm o desafio de entender que sua luta não avançará se ficarem isoladas do resto das lutas sociais e políticas, no marco de um projeto democrático e popular.

5. Incorporar a questão indígena implica em conhecer em profundidade e assumir suas demandas e propostas, que entre outras são: seu reconhecimento enquanto povos, entidades coletivas étnica e culturalmente diferenciadas; seu direito à terra ou território, dos quais tiram seu sustento e sem os quais não podem desenvolver sua identidade e cultura; seu direito à livre determinação, na sua forma de autonomia, no marco dos estados nacionais de que formam parte; a alteridade de seu sistema jurídico tradicional; o reconhecimento do caráter multi-étnico e pluricultural dos Estados.

6. Para este processo é precisso criar mecanismos de consulta e discussão direta com as lideranças e organizações representativas dos povos e comunidades indígenas. Isto ajudará a superar reducionismos e conteúdos programáticos alheios às necessidades concretas e perspectivas dos povos indígenas. Temos que entender que a solução da questão indígena já faz parte da solução dos problemas que atingem o conjunto das nossas sociedades, na busca de um projeto popular, autenticamente democrático, multi-étnico e pluricultural.

Propostas ao 7º Foro de São Paulo:

1. Que os partidos políticos assumam de fato as demandas e propostas dos povos indígenas, incuíndo-os efetivamente em seus conteúdos programáticos e práticas políticas, além de envolver-se em suas lutas concretas pela conquista de seus direitos secularmente negados.

2. Abrir mais espaços para a participação dos índios nas instâncias e mecanismos de participação e decisão interna dos partidos, respeitando a especificidade do modo indígena de fazer política e de exercer a democracia.

3. Assumir e propiciar a participação de representantes indígenas, indicados por seus povos, nos espaços de poder, como prefeituras, câmaras de vereadores, assembléias legislativas, Congresso Nacional.

4. Criar em cada partido instâncias para dar tratamento específico a questão indígena.

5. Propiciar fóruns para debater e construir a solidariedade com os povos indígenas, em nível nacional, regional e latinoamericano e caribenho.

6. Que o Foro de São Paulo crie um forum permanente para tratar sistematicamente a questão indígena e sua inclusão nas propostas políticas e estratégicas dos partidos e do próprio Foro de São Paulo.

Conclusão:

As lideranças indígenas e partidárias e seus aliados estão dispostas a contribuir no debate fraterno que leve a um tratamento digno da questão indígena no interior dos nossos partidos, mas exigem que estes mostrem vontade política e criem condições para que esta perspectiva se concretize.

Ao Foro de São Paulo pedimos avançar na criação de mecanismos que facilitem a comunicação e a integração das nossas propostas no seu espaço e instâncias.

Porto Alegre, Brasil, 31 de julho de 1997

16 9708594

PRESENTACION FINAL SEPTIMO ENCUENTRO DEL FORO DE SAO PAULO
Porto Alegre, 31 de julio al 3 de agosto de 1997
Construir una alternativa democrática y popular al neoliberalismo
DOCUMENTO CENTRAL DEL VII ENCUENTRO

Observación preliminar
El presente texto contiene las tesis principales para la elaboración del Documento Central del Séptimo Encuentro del Foro de Sao Paulo. Una versión preliminar fue sometida a la discusión del Grupo de Trabajo (GT) del Foro que se reunió en La Habana. En esa ocasión el texto fue modificado, enmendado y enriquecido. La práctica de proponer al Foro un Documento Central fue adoptada por primera vez en el Sexto Encuentro (San Salvador, 1996). El GT tuvo entonces la preocupación de precisar la naturaleza y las funciones del documento. No se trata de una propuesta para someter a votación en el Encuentro, sino de un incentivo al debate. Los contenidos del documento expresan un consenso del Grupo de Trabajo y, como ocurrió anteriormente, no reflejan necesariamente todas las posiciones de las organizaciones integrantes del GT, ni tampoco las de todos los partidos que forman parte del Foro. Al final del VII Encuentro será propuesta una breve Resolución - como ocurrió en los seis Encuentros anteriores -, que deberá reflejar las discusiones y los acuerdos a que el Encuentro llegue consensualmente. Tal procedimiento corresponde a la naturaleza misma del Foro de Sao Paulo: una articulación de partidos y movimientos diversos en sus orígenes y referencias políticas e ideológicas que no se propone constituir una organización internacional sometida a cualquier forma de centralismo.
EL FORO DE SAO PAULO SIETE AÑOS DESPUES 1. Los primeros días de julio de 1990 se realizó en Sao Paulo, por invitación del Partido de los Trabajadores, el Encuentro de Partidos y Movimientos de Izquierda de América Latina y el Caribe. Cuarenta y ocho delegaciones estuvieron presentes en la reunión y otros justificaron su ausencia, manifestando interés por sus conclusiones y resultados.
2. En un cuadro cambiante y complejo se reunió por primera vez, en julio de 1990, después de muchos años de poca comunicación entre sí, un espectro tan diverso de fuerzas políticas como las que concurrieron a la primera reunión en Sao Paulo. El Encuentro estuvo caracterizado por la apertura, la franqueza y la libertad de los debates. Es importante destacar ese clima teniendo en cuenta la heterogeneidad de las fuerzas presentes, la diversidad de situaciones en que esos partidos actuaban y la ausencia de una práctica anterior de discusión política continuada. Fue igualmente relevante, la disposición manifiesta de todos los presentes a resistir a las políticas de inspiración neoliberal y persistir en la búsqueda de una alternativa a los viejos modelos nacional-desarrollistas y a las políticas de ajuste que comenzaban a implantarse con el espaldarazo de las principales economías del continente, lo que producía un efecto de demostración extraordinario en la región. Había una clara percepción de que los ajustes en curso agravarían las ya graves desigualdades sociales, provocarían la desindustrialización, impulsarían la contrarreforma agraria donde hubiera ocurrido o la frustraría donde todavía no hubiera sido realizada, comprometiendo la soberanía nacional y, en la medida en que sufrían resistencia por parte de importantes movimientos sociales, acabarían por asumir un carácter antidemocrático, autoritario. 3. Mas, al mismo tiempo, se tenía conciencia de que la elaboración de los partidos y movimientos presentes era, por lo menos, insuficiente para constituir de inmediato una alternativa democrática y popular. Las izquierdas y los partidos populares tenían un pasado con el cual deberían de ajustar cuentas. Tenían, sobre todo, la necesidad de profundizar los programas alternativos: (re)construir proyectos nacionales de desarrollo basados en la necesidad de promover la inclusión social y radicalizar la democracia, al mismo tiempo que proponer políticas de integración alternativas a las que están en curso en el Continente, apoyando una presencia soberana en el mundo. Se trata, finalmente, de establecer nuevas formas de vincularse a las clases trabajadoras, de repensar alianzas, de renovar las formas de organización y el lenguaje político. 4. Para continuar y profundizar ese debate, los partidos presentes en la reunión de Sao Paulo decidieron convocar un nuevo encuentro para 1991,

en la Ciudad de México. Se decidió, igualmente, crear un Grupo de Trabajo (GT) que asegurase las relaciones de los partidos entre un encuentro y otro. A partir de México esa articulación de partidos pasó a llamarse Foro de Sao Paulo, evocando el encuentro de 1990. Es responsabilidad del GT, a partir de 1991, preparar política y organizativamente los Encuentros, proponer las normas para la participación de partidos y movimientos en el Foro, organizar seminarios temáticos de profundización y coordinación de iniciativas entre una reunión y otra. Después del Segundo Encuentro de México (junio/1991), el Foro realizó Encuentros en Managua (julio/1992), en La Habana (julio/1993), Montevideo (mayo/1995) y San Salvador (julio/1996).

5. El Encuentro de Sao Paulo se realizó en una coyuntura crucial para las izquierdas, por un lado las profundas transformaciones derivadas del avance que en las últimas décadas ha ido presentando el proceso de internacionalización del gran capital y de la economía mundial, el cual se ha expresado en una creciente transnacionalización, junto al surgimiento de un nuevo modelo de acumulación de capitales y el afianzamiento de importantes modificaciones en el sistema de dominación mundial. Por otro, desde 1985 venían ocurriendo profundos cambios en la Unión Soviética y los países del este europeo. En 1989 ese proceso desembocaría en el derrumbe del Muro de Berlín, episodio emblemático de la crisis de los modelos socialistas del Este de Europa, que culminaría con la autodisolución de la URSS en diciembre de 1991. A su vez la República Popular China emprendía un vasto programa de reformas económicas con la apertura de sus fronteras al masivo ingreso de capitales internacionales y con la adopción creciente de mecanismos de libre mercado. En Europa Occidental por su parte se asistía a un viraje en la orientación de los partidos socialdemócratas, que abandonaron las políticas de estado de bienestar social, implementadas sobre todo, después de la Segunda Guerra Mundial.

6. Coincidiendo con la crisis de los procesos de construcción del socialismo y de la socialdemocracia, y en cierta medida, en relación con ella, el capitalismo pasaba por transformaciones profundas. A partir de los años 70 ocurrió un incremento extraordinario de la internacionalización no sólo de los procesos productivos como, sobretodo, del capital financiero. Esta globalización, palabra cada vez más incorporada al vocabulario político, que amerita un análisis más profundo sobre sus alcances ideológicos y políticos (1) ; fue acompañada e impulsada por profundas transformaciones tecnológicas, sobre todo en el plano de la información y de la comunicación. Se puede hasta hablar de la tercera revolución industrial. Para la izquierda, resulta fundamental la compresión de estos fenómenos, por las mutaciones que provocan en el medio y con los actores sociales con que desarrolla su actividad. Todas éstas transformaciones transcurren bajo el contexto del proceso denominado "globalización"., el que a través del neoliberalismo, implica un nuevo "internacionalismo liberal " que combina nociones y practicas económicas, políticas, militares y culturales, sustentadas en los avances sin precedentes de la Revolución Cientifico-técnica y el fin de la bipolaridad. Pero que, ante todo alienta o implica de hecho la aceptación de dicha realidad y sus consecuencias generales como incambiables. Algo así como una versión de " el fin de la historia ". (1) En el entendido que se debe profundizar, en relación al tema el VI Encuentro en San Salvador consideró: "... este proceso de globalización transcurre bajo la hegemonía de las principales fuerzas capitalistas mundiales, y es por eso sumamente contradictorio y conflictivo. Mientras, por un lado, presenta avances, posibilidades y oportunidades para escalar a nuevos niveles de progreso y desarrollo, por otro, incrementa las desigualdades y polarizaciones, acelera la destrucción de la naturaleza "... el mundo en que vivimos no está totalmente globalizado, sino regionalizado en bloques económicos. La regionalización continuará siendo una poderosa tendencia y además es necesaria para los países del Sur, ya sea para frenar las ambiciones expansivas de los Estados y corporaciones transnacionales más desarrollados y poderosos y/o para compensar los contradictorios desequilibrios y desigualdades del actual curso de las cosas en el mundo o mejorar las condiciones y posibilidades de cada uno de ellos en su inevitable inmersión en la globalización". "... estamos lejos de considerar que el mundo contradictorio, conflictivo y en globalización solamente ofrece desventajas y amenazas para nuestros países y distamos mucho de creer que el mejor consejo sea

aislamos. Este mundo de hoy ofrece muchas oportunidades y ventajas para el desarrollo, pero ello exige el diseño de proyectos nacionales alternativos, capaces de generar el más amplio consenso y comprometimiento, que contemplen la integración regional y relaciones económicas y políticas con todos los bloques, y países por separado, que permita aprovechar las diferencias ventajosas entre unos y otros".

7. El proceso de transnacionalización operado tiene como eje económico un importante desarrollo de la autonomía que ha adquirido el capital financiero, cuya aplicación ha tenido preeminencia en el aspecto especulativo más que en el productivo. Esto ha conducido a una reestructuración de las relaciones entre las grandes potencias y de éstas con los países subdesarrollados. De tal manera dicha concentración del poder económico y político mundial determina un aumento de la brecha entre el mundo dominante y desarrollado y el dependiente y subdesarrollado. En este nuevo esquema lo nacional y lo bilateral quedan fuertemente subordinados a lo transnacional.

8. El incremento de la injerencia y el intervencionismo de los países industrializados en la periferia esta destinado a provocar la desestructuración nacional, social y cultural que demanda el nuevo modelo de acumulación. Adicionalmente, las nuevas tecnologías provocan otros cambios en la relación entre el Norte y el Sur, por la erosión de las llamadas ventajas comparativas — resultante de la intensificación de los procesos productivos--, el incremento del intercambio desigual y el surgimiento de productos que disminuyen (o sustituyen) la demanda de muchos rubros tradicionales de exportación del Tercer Mundo.

9. La crisis de la Deuda Externa, impactó al Sistema Financiero Internacional, estalló en medio del proceso de recomposición de las relaciones mundiales. Esa coyuntura, que abrió la oportunidad para constituir un frente de deudores que permitiera luchar por un orden internacional más justo y cambiar la correlación internacional de fuerzas, que ya se venía incubando, fue desaprovechada. El chantaje en torno a la permanente renegociación de la deuda se transformó en uno de los medios fundamentales de los centros de poder y de los organismos económicos multilaterales para financiar las transformaciones de la economía mundial y en un instrumento de mayor penetración y subordinación para imponer los ajustes neoliberales. En el marco de esta crisis el Plan Brady jugó un papel crucial. La política impulsada por los países acreedores obligó a los países deudores a atar su enorme deuda externa de los años 70 a una reestructura de la misma. De este modo la Banca Transnacional acreedora además de por lo menos cobrar una parte de ella, pudo traspasar otra parte a tenedores de bonos públicos en la perspectiva de posteriores emisiones que pretenden asegurar como nunca la continuidad de su pago. A la vez los Organismos Internacionales ligaron la concesión de créditos a medidas de política económica centradas en la Reforma del Estado, su desregulación y apertura externa, aumentando su vulnerabilidad y dependencia.

10. Las potencias industrializadas aprovecharon los cambios en la correlación mundial para afianzar el nuevo sistema de relaciones internacionales. A través del neoliberalismo tratan de imponer al mundo el concepto de soberanía limitada; la ampliación de los mecanismos supranacionales coercitivos; la desregulación de la economía y la apertura indiscriminada al comercio y las inversiones; la reestructuración del Estado y la redefinición de sus relaciones con el mercado -mediante las privatizaciones y otros medios--; la implantación de un modelo de "control social" que garantice la concentración de la riqueza y, una versión de democracia y derechos humanos que limite las libertades políticas al ejercicio del voto en elecciones que no interfieran con el ajuste, al tiempo que considera a los derechos económicos y sociales como "costos" que afectan la competitividad de la nación.

11. En el "Nuevo Orden Mundial", los poderosos se abrogan el derecho de establecer cláusulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales y de cooperación, así como imponen las pautas para determinar que naciones subdesarrolladas son elegibles para recibir créditos y cooperación. La Ley Helms-Burton y la política estadounidense de emitir certificaciones de buena o mala conducta, resaltan entre de las expresiones mas descarnadas de las nuevas formas de injerencia.

12. El neoliberalismo es simultáneamente la reestructuración del poder económico y político del capital y el intento de desestructurar a los viejos y los nuevos sujetos sociales excluidos del sistema. Se trata de un cambio de reglas de dominación que fragmenta, atomiza y desmoviliza con mas eficacia a los sujetos sociales que tradicionalmente representaron la alternativa al sistema. Esta fragmentación hace aun mas complejas las condiciones para la articulación de procesos de transformación política, económica y social, imprescindibles para romper el circulo vicioso de la dependencia y el subdesarrollo en nuestras naciones.
13. En el proceso de fragmentación de los sujetos sociales alternativos, resalta el papel que juega el desempleo. La expulsión de la fuerza de trabajo ya no es solo una consecuencia de periodos de recesión, sino que se convirtió en un fenómeno estructural. La desocupación, salvo contadas excepciones, aumenta incluso en los momentos de expansión económica, debido a que su crecimiento se convirtió en una premisa para la reproducción del capital.
14. La reproducción del capital paso a asentarse fundamentalmente en la esfera financiera especulativa y en la intensificación de los procesos productivos, modalidades que expulsan fuerza de trabajo. La exclusión creciente se convirtió en la premisa de la competitividad y la ganancia, circulo vicioso que cierra cada día mas el ciclo empleo-producción-consumo y conduce a la explotación irracional de los recursos naturales renovables y no renovables del planeta.
15. Con el aumento del desempleo y la reestructuración de los procesos productivos, el capitalismo exacerba un fenómeno que el pensamiento socialista ya había detectado en el siglo XIX: la intensificación de la competencia entre los trabajadores y la agudización de sus diversidades especificas. Las formas clásicas de socialización obrera –sindicatos y partidos principalmente– son duramente afectadas por todos esos fenómenos. Se asiste a una tendencia mundial, más o menos generalizada, hacia la caída de las tasas de sindicalización.
16. Los fundamentalistas del neoliberalismo intentaron, con algún éxito, quebrar las resistencias a su proyecto, reprimiendo a los sindicatos, las huelgas y otras formas de movilización. Eso reforzó su triunfalismo y les permitió exhibir un optimismo que hace muchas décadas no poseían.
17. Por otra parte, el fracaso de la principal experiencia mundial alternativa al capitalismo fue utilizado por los ideólogos del neoliberalismo para intentar convencer al mundo de la imposibilidad de ejecutar cualquier tipo de proyecto antineoliberal. Sin embargo, países como Cuba y Viet Nam, iniciaron procesos, de acuerdo a sus peculiaridades, destinados a adecuarse a los retos de la nueva coyuntura internacional.
18. Una gran parte de los partidos socialistas en el poder comenzaron a aplicar ajustes de inspiración neoliberal. Esas políticas crearon conflictos con las bases populares y sindicales de la socialdemocracia, al hacer crecer el desempleo y debilitar los mecanismos de protección social. Esa inflexión programática alcanzó inclusive a algunos partidos socialdemócratas en la oposición. Las políticas de pleno empleo, hasta entonces una idea-fuerza de la socialdemocracia, fueron abandonadas.
19. Las izquierdas en todo el mundo sufrieron un fuerte impacto con la crisis de dos de los paradigmas que mas las habian influenciado en el siglo XX: la socialdemocracia y el comunismo. El efecto se hizo sentir inclusive en aquellas organizaciones que, en mayor o menor medida, mantenían distancia en relación a ambos. No se puede olvidar el peso que esas referencias tuvieron en la cultura política de las izquierdas, aunque fueran valoradas, como frecuentemente ocurrió, desde una perspectiva crítica, que dieron lugar a nuevas formulaciones teóricas y de acción política.
20. Con la desaparición de la URSS, el fin de la bipolaridad y de la "Guerra Fría", se comenzó a diseñar un "nuevo orden internacional". La expresión, utilizada por el presidente Bush después de la Guerra del Golfo, traducía el triunfalismo del imperio con la derrota incruenta de su enemigo de más de cuarenta años. Los Estados Unidos pasaron a tener una preeminencia política, militar y económica jamás antes alcanzada. La hegemonía norteamericana se reforzó con los impases de las organizaciones multilaterales que supuestamente hubieran podido establecer un cierto equilibrio en las relaciones internacionales, como es el caso de las Naciones Unidas. Los escenarios

fundamentales de decisión sobre la economia y la política mundiales pasaron a ser organismos como el G-7, el FMI, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio. En todas ellas el peso de los Estados Unidos es enorme. 21. La creciente globalización productiva y financiera y la exacerbación de la competencia internacional, acentuada con la emergencia de nuevas economías industriales en Asia, tuvieron un fuerte impacto en la división internacional del trabajo. Las economías nacionales, incluso en los países industrialmente avanzados, quedaron más subordinadas a los condicionamientos internacionales. La crisis fiscal de los Estados se agravó. Para adaptarse a las nuevas reglas del mercado mundial, impuestas o no por organismos supranacionales, los gobiernos realizaron drásticas reformas de sus Estados, implementando programas de privatización y cortes sustanciales en las políticas de bienestar que el movimiento obrero había impuesto en la posguerra. Las privatizaciones no obedecieron a estrategias de política industrial, menos aún a nuevos proyectos de desarrollo, siendo resultado de la prioridad dada al ajuste, y contribuyendo a la concentración del capital, la extranjerización de la economía y la exacerbación del viejo fenómeno de la corrupción, y, estimulando la creación de nuevos monopolios privados, alejando la posibilidad de control de la economia por parte del conjunto de la sociedad.

22. El combate a la inflación y la búsqueda de la estabilidad monetaria se transformaron en valores supremos. El crecimiento sobre todo para los países subdesarrollados, dejó de ser una prioridad. Las políticas de ajuste fueron facilitadas por los profundos cambios ocurridos en el mundo del trabajo y por la configuración de una nueva geografia productiva del capitalismo. Las innovaciones tecnológicas sin precedentes en el uso de materiales y en los procesos productivos, no sólo provocaron un aumento de la productividad, sino que también alteraron la composición misma de las clases trabajadoras. 23. La nueva geografia industrial generada por la globalización, favorecida por sofisticadas técnicas de información, crea nuevos polos productivos allí donde existan condiciones para su implantación, sobre todo debido a las posibilidades de super explotación de la fuerza de trabajo. Pero, al mismo tiempo, la globalización desindustrializa otras regiones, lanzando decenas de millones de hombres y mujeres al desempleo y la marginalidad. La tercerización, el regreso al trabajo doméstico, el trabajo infantil e incluso el resurgimiento de la esclavitud y la semi-esclavitud, junto a los cambios en el proceso de trabajo, contribuyen a la fragmentación de los trabajadores y del conjunto de la sociedad.

Las clases dominantes intentan imponer en todas partes la desregulación y/o la "flexibilización" del trabajo, lo que implica la expansión de los empleos temporales y precarios que no están sujetos a las protecciones sociales y previsionales que el movimiento obrero conquistó durante sus luchas a lo largo de todo el siglo XX. No sólo hubo un incremento del desempleo, como un deterioro de la calidad del trabajo. 24. No obstante las muchas dificultades existentes, la lucha de clases no se acabo y el movimiento obrero continua siendo un factor importante en los procesos sociales y politicos, si bien diverso y en recomposición de sus organizaciones de lucha, al mismo tiempo que surgen y se consolidan nuevos movimientos de los oprimidos y los excluidos, de los cuales emana la posibilidad de construir un nuevo universalismo unificador.

II. AMERICA LATINA Y EL CARIBE EN EL UMBRAL DEL SIGLO XXI

25. Las tendencias generales del escenario económico, político y social del continente exigen obviamente un análisis más detallado y particularizado que explique las complejidad de los profundos cambios en curso y contemple las diversidad regionales y nacionales. 26. A través de las dictaduras militares, en algunos casos, y del autoritarismo, en otros, en América Latina y el Caribe se impuso la "disciplina social" necesaria para hacer recaer sobre los pueblos el peso del ajuste estructural. 27. En América Latina, las dictaduras militares fueron llegando a su final y se abrió cauce a procesos de transición.; la que muchas veces debió realizarse a través de pactos y compromisos con el antiguo régimen dejando una herencia autoritaria, no transcurriendo como hubiesen querido las fuerzas democráticas y generando a veces divergencias entre ellas acerca de cómo encarar la salida institucional. Pero la transición -que, transcurrió bajo condiciones

diferentes según los países, con mayor o menor peso de las fuerzas populares y de izquierda- significó para los pueblos que padecieron crueles dictaduras un cambio sustancial. 28. Si bien las políticas neoliberales que se aplicaron luego en la mayoría de los países defraudaron las expectativas populares en la medida en que no se dio satisfacción a los legítimos reclamos de justicia social de las grandes mayorías, la restauración de la democracia significó para millones de latinoamericanos de varios países el fin de las torturas, las muertes, las persecuciones, las proscripciones, el exilio político y el terrorismo de Estado. Pero significó, además, un nuevo escenario para luchar en mejores condiciones por las transformaciones sociales que la derecha resiste. 29. Más allá de los resabios autoritarios más o menos latentes en todos nuestros países tras la caída de las dictaduras, el advenimiento de las aperturas democráticas fue por sobre todo una conquista de los pueblos y de las fuerzas democráticas, con un protagonismo determinante - del que nos enorgullecemos- de las organizaciones de izquierda, que pagaron un alto precio en la reconquista de las libertades. No valorar estos aspectos equivaldría a cuestionar nuestras posibilidades de protagonismo en la profundización de los procesos democráticos abiertos en el continente tras la caída de las dictaduras. 30. Urgidos de un modelo de recambio, las elites del subcontinente asumieron al neoliberalismo como propio, en parte por presiones externas, pero también con una elevada cuota de complicidad.

31. En diversos sectores se fortalece la comprensión de que el neoliberalismo no es una estrategia de verdadero desarrollo, sino constituye un esquema funcional a los intereses estratégicos de las grandes potencias, que perpetua y agudiza el subdesarrollo e impone un patrón de acumulación altamente concentrador y excluyente.

32. Las políticas sociales -que en el modelo desarrollista cumplían la función de contribuir a la reproducción de la fuerza de trabajo (mediante la capacitación, la salud y otras prestaciones)-, se convierten en "costos" que afectan a la "competitividad" de la nación. Los gobiernos abandonan los conceptos de desarrollo social y justicia social y abrazan el criterio neoliberal de "asistencialismo focalizado", dirigido exclusivamente a las franjas de extrema pobreza cuya explosividad puede hacer peligrar el sistema, así como lo utilizan para el clientelismo político.

33. Los fraudes que acompañaron de manera general a las privatizaciones beneficiaron a grupos empresariales nacionales e internacionales y a camarillas incrustadas en los gobiernos, muchas veces compuestas por familiares de presidentes y ministros. Las empresas estatales fueron vendidas, en general, a precios mucho mas bajos y frecuentemente en cambio de "monedas podridas", (distintos títulos de deuda con valor real por debajo de su valor nominal).

34. Los gobiernos justificaron esas privatizaciones con un discurso : 1) contra la existencia de monopolios, (en el caso de los estatales), 2) en favor de una mejor atención a los consumidores y usuarios, a partir del criterio de que los servicios públicos en general eran de pésima calidad y 3) para proponer un nuevo papel del Estado; este debería ocuparse de cuestiones importantes como la salud y la educación, en vista de que los recursos obtenidos con la venta de las empresas serian supuestamente utilizados, por lo menos en parte, en políticas sociales. El resultado fue otro. Los monopolios estatales fueron sustituidos por monopolios privados y, en algunos casos --suprema ironía-- por monopolios estatales europeos. La calidad de los servicios privatizados se mantuvo en algunos casos inalterada y en otros se deterioro. Mientras tanto, las tarifas que la población paga por ellos crecieron sustancialmente.

35. Los procesos de absorción implicaron la liquidación de la investigación tecnológica nacional, sustituida por la tecnología importada. Implicaron igualmente procesos de "racionalización" empresarial que provocan un incremento del desempleo y de la exclusión social, fenómeno grave en una región marcada por seculares desigualdades sociales. En otros casos, las industrias simplemente se transformaron en firmas importadoras. La educación y salud se privatizaron. Las que quedan bajo la órbita estatal se rigen por el criterio de rentabilidad empresarial que atentan contra los modelos pedagógicos socializadores del saber y, en la salud, contra su esencia solidaria. Lo mismo ocurre en la Seguridad Social, agravado con la entrega al capital privado de los fondos

de jubilaciones y pensiones. Ya vivimos el mundo de los "post-pensionados" que cometieron el "error" de vivir muchos años.
36. El abandono de políticas industriales activas --consideradas ahora como "cosas del pasado"-- la apertura salvaje y la revalorización artificial de las monedas nacionales frente al dólar, contribuyeron al deterioro del comercio exterior de la mayoría de los países del continente, que pasaron a producir sucesivos y crecientes déficits. Esos déficits comerciales afectan la balanza de pagos, situación que se agrava teniendo en cuenta los compromisos de la deuda externa en constante expansión.
37. Con el objetivo de sustentar la existencia de reservas de divisas necesarias para mantener la relación entre la moneda nacional y el dólar, y para compensar las perdidas que la apertura provoca en la balanza comercial, los gobiernos nacionales salieron desesperadamente en busca de capitales internacionales, generalmente especulativos.
38. Un deterioro de las finanzas externas podría repetir los graves acontecimientos de diciembre de 1994 en México, con imprevisibles consecuencias para el sistema financiero internacional, además de las repercusiones sociales y políticas que tendría en los países afectados. Tal como ocurrió con el "efecto Tequila", una nueva crisis, originada inicialmente en una economía nacional, se puede extender rápidamente a una gran parte del continente y hacia otras regiones del mundo".
39. Los capitales de corto plazo --conocidos como capitales golondrinas-- solo vienen hacia América Latina y el Caribe si son generosamente remunerados, pues enfrentan el alto riesgo que representa operar en las economías emergentes de la región, dentro de un contexto en que los flujos de capitales se concentran en los países desarrollados. Por tanto es necesario imponer altas tasas de intereses. Pero los intereses elevados inhiben la producción y estimulan la especulación financiera. Contribuyen al mismo tiempo al crecimiento de la deuda interna. Para que el tipo de cambio que opera en el momento del ingreso de capitales no aumente el circulante, alimentando nuevas presiones inflacionarias, los gobiernos quedan condicionados a emitir títulos públicos que agravan el déficit interno, sobretodo porque se trata de bonos de corto plazo. Hay países que tienen casi el 50% de sus ingresos presupuestales comprometidos con el pago del servicio de la deuda interna.
40. Para atraer capitales productivos, de largo plazo, una gran parte de los gobiernos nacionales, así como en el interior de los países y regiones, se multiplican los favores y ventajas que no se ofrecen a los inversionistas nacionales. Muchos de esas inversiones --por el nivel de sofisticación tecnológica que poseen-- producen un numero irrisorio de empleos directos o indirectos. Son cada vez mas frecuentes, en los procesos de atracción de las empresas transnacionales, las exenciones de impuestos por 20 o 30 años, la construcción integral de infraestructura, a veces compleja, los créditos voluminosos a los intereses subsidiados, además de la ya mencionada "flexibilizaron" del trabajo.
41. La apertura salvaje tuvo efectos semejantes sobre la agricultura, sobre todo a los pequeños y medianos productores, aunque no solo a ellos. Ese hecho fue acompañado de políticas de contrarreforma agraria en varios países, como fue sobretodo el caso mexicano, y se tradujo en la incapacidad de otros gobiernos, como el brasileño, de enfrentar la cuestión de la tenencia de la tierra. La consecuencia de esa tendencia regresiva fue el agravamiento de la crisis en los campos del continente y el (re)surgimiento de movimientos agrarios, como ilustran los ejemplos del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil, las marchas campesinas en Colombia, la lucha del movimiento indígena en Ecuador, de los campesinos en Paraguay y la propia insurgencia zapatista en México.

42. A pesar que la economía de América Latina y el Caribe ha crecido 3,5% en 1996, las cifras oficiales de desempleo llegan al 8%, bastante superior a las estadísticas de 1990 (6%). Esas cifras constan en las estadísticas del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), presentadas en su ultima reunión anual, en Barcelona. Según algunos observadores, es necesario un crecimiento anual superior al 5% del PIB para que el desempleo se estabilice. Es importante señalar que las

estadísticas del desempleo subestiman la amplitud del fenómeno y ocultan situaciones bastante mas dramáticas como las de los grandes centros urbanos --Buenos Aires, México, Sao Paulo, Bogotá, Lima, entre otros-- donde las cifras pueden llegar al 20% o mas. Esa situación se repite también en muchos estados/provincias, o alimenta fuertes movimientos de carácter regional, como es el caso de Argentina.

43. Para cumplir un programa tan radicalmente antipopular los gobiernos mediante sus políticas neoliberales utilizaron una serie de instrumentos tendientes a concretar la desestructuración social y política de los trabajadores. Son frecuentes las políticas de desregulación y "flexibilización" del trabajo, lo que significa eliminar a los trabajadores garantías mínimas que fueron conquistadas en décadas de lucha y consagradas en las legislaciones de muchos piases. Además del desempleo, esta la precarización del empleo.

44. En ese contexto, los sindicatos y las organizaciones populares pasaron a ser "disfuncionales" al modelo, un obstáculo a esas políticas de inspiración neoliberal. Son estigmatizados como instituciones "del pasado", defensoras de "privilegios", que desarrollan una resistencia "puramente corporativa", incompatible con los tiempos de la "modernidad" y de la "globalización". La defensa de valores nacionales y de la solidaridad social paso a ser algo sumamente "arcaico". Los gobernantes del actual periodo de ajustes, las elites que los sustentan y los poderosos medios de comunicación de los que se sirven, desarrollan una ofensiva para fortalecer sus nuevos valores y, sobre todo, descalificar y deslegitimar a la oposición. En algunos casos, se trata de criminalizarlas.

45. El actual modo de gobernar tiene un fuerte componente antidemocrático. Para vencer las resistencias de la sociedad y los parlamentos a su política, los presidentes tienden a reforzar el papel del Ejecutivo, gobernando por decreto; sometiendo a los Poderes Legislativos y Judiciales, a todo tipo de presiones y chantajes, que limitan su autonomía. En los países de régimen federativo, se manifiesta una tendencia de hipertrofia del poder de la unión, restringiendo la capacidad de decisión de estados/provincias y municipios, en nombre de una nueva "racionalidad" económica. Los gobiernos centrales reproducen internamente en relación a los gobiernos regionales y municipales los mismos comportamientos que los organismos como el FMI, el Banco Mundial y otros que tienen relación con los Estados nacionales. 46. La aceptación de esas políticas reduce el margen de maniobra de los gobiernos nacionales. Estos pasan a depender crecientemente de apoyos externos, sobre todo de las agencias que monitorean los programas de ajuste y de las empresas multinacionales que exigen condiciones cada vez mas estrictas para invertir. Para atraer capitales especulativos o inversiones productivas, los gobiernos desarrollan estrategias de subordinación jamas vistas. La política exterior virtualmente desaparece, como proceso a través del cual el Estado nacional afirma su presencia soberana en el mundo, consciente de los limites y de las posibilidades de su intervención. La diplomacia se transforma en una operación de venta de imagen del país en el mundo, operada por presidentes transformados en gerentes de marketing de sus gobiernos. La política queda totalmente sometida a supuestas conveniencias económicas. No se trata, por tanto, de atribuir a los "agentes externos" las vicisitudes vividas por los gobiernos nacionales de una gran parte del continente. Lo que ocurre es un proceso de servilismo voluntario de las elites locales.

47. Los programas de estabilización son construidos de tal forma, que cualquier critica se transforma en amenaza a su continuidad y en objeto de chantaje político. O se va a favor del ajuste, tal como este esta siendo aplicado o se esta "contra el país". Expresión de esa situación fue en los últimos años los movimientos por la reelección de los presidentes de varios países, como lo demuestran los ejemplos de Fujimori en Perú, Menem en Argentina y, mas reciente, la aprobación de la enmienda constitucional que permite la reelección en Brasil. La discusión sobre la necesidad de la "continuidad administrativa" requerida para el combate a la inflación, viene acompañada del chantaje ejercido por los medios financieros internacionales.

48. El Foro de Sao Paulo desde sus inicios destacó la importancia de la lucha por la democracia política como un producto histórico del combate de los pueblos. Afirmó en el IV Encuentro la

necesidad de profundizar la democracia a través de la combinación de mecanismos representativos y formas de democracia participativa y directa integrando luchas institucionales con luchas sociales. Fenómenos contemporáneos como la perdida de representatividad y legitimidad de los Partidos políticos; la falta de transparencia y garantías de procesos electorales, el abstencionismo, los escándalos de corrupción, y prácticas demagógicas que intentan capitalizar la frustración y decepción de los pueblos, tienden a asociarse a la vida democrática, debilitando su credibilidad. Los partidos y fuerzas políticas deben profundizar el examen de éstos fenómenos así como sus causas y formas de enfrentrarlos apuntando a que la lucha por profundizar la democracia sea también la lucha contra la corrupción y otras prácticas nefastas.

49. En la subregión caribeña aun se mantienen enclaves coloniales reminiscentes de las mas retrogradas formas de dominación y explotación. Tales con los casos de Puerto Rico, Martinica, Guadalupe, la Guayana Francesa y las Islas Vírgenes de Estados Unidos y las británicas. Las pequeñas naciones del Caribe, en conjunto, sufren con particular crudeza los embates de la globalización neoliberal y de la inflexibilidad e insensibilidad de la política de la Unión Europea y de los Estados Unidos, pues sus intereses se ven directamente afectados por la rivalidad interimperialista, como sucede en torno al tema del banano, así como por la política antiinmigrante de esas naciones y las presiones estadounidenses para que "completen" el proceso de apertura unilateral.

50. En las naciones en las que la izquierda se consolida como una real alternativa de gobierno, constatamos la agregación pragmática de las fuerzas políticas tradicionales para garantizar la continuidad del modelo neoliberal, así como evitar el triunfo de las fuerzas populares. Debemos tener presente que en el pasado reciente las tentativas de resolver la crisis del Estado y el problema del financiamiento del desarrollo a través de la inflación fueron catastróficas. La inflación, combinada con los procesos recesivos, tuvo consecuencias altamente desestabilizadoras desde el punto de vista económico, social y político y que en ese marco se estimuló el surgimiento de "hombres providenciales", como lo fueron en su momento Salinas, Collor de Mello, Fujimori, Menen y Fernando Henrique Cardoso, con sus programas de estabilización de perversas consecuencias sociales y nacionales en el mediano y largo plazo.

51. La eventualidad de una victoria de la oposición es presentada como el preludio del "caos", momento en que ocurrirán fugas masivas de capitales, que inviabilizan la continuidad del combate a la inflación. El fantasma del "regreso al pasado" ha sido utilizado exitosamente. Todo sucede, como si en ese "pasado", las izquierdas hubieran gobernado a la gran mayoría de los países de América Latina y el Caribe. Las elites, hoy convertidas al neoliberalismo, intentan esconder el hecho de que fueron ellas las que detentaron el poder en el continente y las que mas se beneficiaron de las políticas que ahora tanto critican.

LA POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS HACIA AMERICA LATINA

52. La recomposición de las relaciones entre los grandes bloques políticos y económicos del mundo, así como de estos con las naciones de la periferia, transcurre en medio de un accidentado y contradictorio proceso de cooperación y competencia entre los mismos. En este proceso se entremezclan los intereses conjuntos de los Estados Unidos, la Unión Europea y Japón -por su condición común de grandes potencias frente al resto del mundo--, con los intereses particulares de cada uno de ellos, derivados de su condición de competidores entre si.

53. En el caso de América Latina y el Caribe, la incidencia de la política de los Estados Unidos hacia la región, constituye un obligado punto de referencia, por el hecho de compartir su espacio hemisférico con un país que considera a la región como su espacio geopolítico propio e incuestionable.

54. En los momentos en que surgió el Foro de Sao Paulo, el imperialismo norteamericano concentraba sus esfuerzos en la guerra sucia contra la Revolución Popular Sandinista y el apuntalamiento de los regímenes dictatoriales en El Salvador y Guatemala, al mismo tiempo que continuaba desarrollando su política injerencista y contrainsurgente en el resto de los países de la región. Cuba no sólo enfrentaba el recrudecimiento del bloqueo y la hostilidad, sino que estaba a

punto de perder el sistema de relaciones económicas, comerciales, financieras y de colaboración, construido durante décadas y que representaba el 85% de sus intercambios externos. Muchos pensaban que seria un golpe mortal para la Revolución Cubana. Fue durante esta etapa, bajo los mandatos de Ronald Reagan, que en los Estados Unidos se establecieron las bases de una política hemisférica bipartidista fundada en las líneas generales de los documentos de Santa Fe.

55. Actualmente, Estados Unidos se encuentra en una fase de rearticulación del sistema de relaciones interamericanas. Tal proceso tuvo su clímax en la llamada "Cumbre de las Américas", celebrada en Miami en diciembre de 1995, ocasión en que los mandatarios del continente –con la excepción de Cuba-- suscribieron un conjunto de acuerdos que constituyen un código de conducta obligatorio en prácticamente todas las esferas de la vida nacional.

56. La nueva política de los Estados Unidos esta orientada a: contener el aumento de la penetración comercial e inversionista de la Unión Europea y los países de la Cuenca del Pacifico en América Latina y el Caribe; impulsar la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio para prevalecer en los mercádos de la región con sus productos; reforzar el compromiso de las elites con los ajustes neoliberales; controlar los excesos desestabilizadores de la política económica antipopular; profundizar y diversificar las presiones y agresiones destinadas a intentar la destrucción de la Revolución Cubana y, evitar el eventual desencadenamiento de estallidos sociales.

57. Con el fin de la "Guerra Fría", los Estados Unidos pretenden atribuir nuevas funciones a las fuerzas armadas de América Latina , consideradas por ellos hasta entonces como reserva estratégica en su enfrentamiento al comunismo. Se trata, según los estrategas del Departamento de Defensa, de atribuir a los ejércitos latinoamericanos las funciones de policías en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Esa tesis enfrenta una fuerte resistencia entre los militares latinoamericanos, ya sea entre los sectores nacionalistas de derecha, nostálgicos de las dictaduras, o entre las corrientes democráticas de las Fuerzas Armadas, por la preservación de la soberanía nacional.

58. El proyecto estadounidense para la creación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio esta basado en la negociación del ingreso casuístico de cada nación latinoamericana al actual Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLC), en contraposición al procedimiento defendido por varios gobiernos latinoamericanos, de que sea una negociación entre el TLC y cada uno de los bloques subrregionales en desarrollo y consolidación. El enfoque del gobierno de los Estados Unidos esta orientado a la desintegración y dispersión de las naciones latinoamericanas y caribeñas, al tiempo que acentuaría aun mas la asimetría en el pretendido pacto.

59. En el plano económico, las relaciones de los Estados Unidos con América Latina y el Caribe también sufrieron importantes cambios. Hace pocos años, esas regiones eran áreas de cierta importancia en lo referido a las exportaciones de capitales, pero tenían una significación comercial relativamente pequeña en el comercio global de los Estados Unidos. Muchas economías latinoamericanas mantenían relaciones comerciales superavitarias con los Estados Unidos. Esa situación sufrió cambios relevantes. Los Estados Unidos tiene crecientes superávits comerciales con la región (US$ 16 mil millones, en 1996), como consecuencia de la politica de apertura que ellos mismos fueron estimulando en los países del continente. Mientras pregonan el libre comercio, los Estados Unidos practican todo tipo de proteccionismo que impide la existencia de una reciprocidad comercial.

60. La arrogancia con que se comporta en los foros internacionales se traduce en presiones del gobierno de los Estados Unidos para que los países reduzcan mas las alicuotas de importación, adopten leyes de protección de la propiedad intelectual que solo favorecen a los países desarrollados o abran mas las políticas de control sobre las inversiones extranjeras. De la misma forma, utilizan las cláusulas sociales y ambientales -en principio correctas-- que comienzan a preocupar a todos los gobiernos del continente pero –que en ese contexto-son instrumentos neoproteccionistas disfrazados.

61. Las dificultades que presentan las negociaciones para la implantación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio son sintomáticas de las contradicciones de la política norteamericana en el continente y de los conflictos que ella engendra. Washington no quiere discutir las formas de proteccionismo que su país utiliza, pero tiene prisa en eliminar todas las barreras comerciales para inundar a los países del continente con sus mercancías y provocar la destrucción de mas sectores productivos de la industria y la agricultura. El ingreso de Chile al TLC ha sido obstaculizado por el Congreso, que se rehusa a darle a Clinton la vía rápida (fast-track) necesaria para promover una política de integración negociada, a pesar de que ella seria dentro del marco de la hegemonía de los Estados Unidos.
62. Los Gobiernos del continente han defendido, aunque con vacilaciones, un proceso mas lento, precedido de la discusión sobre el proteccionismo estadounidense y que intente garantizar una adecuación de los sistemas productivos nacionales a las nuevas condiciones de competitividad que tal zona de libre comercio crearía. Esa posición es compartida inclusive por amplios sectores del empresariado ya en crisis por el modelo y que están temerosos de ser barridos por una política de apertura aún más salvaje.
63. Para afirmar las tendencias favorables a un verdadero proceso de integración regional, es preciso sacar el debate y la acción en curso de las manos de los banqueros, empresas transnacionales o de las burocracias de los bancos centrales, ministerios de Hacienda y de Relaciones Exteriores, para transformarlos en un punto central de la agenda de los pueblos. Algunas experiencias en curso de participación sindical sobre esos problemas revelan un camino a seguir. Una integración sólo es provechosa cuando los países que se integran son soberanos y cuando esa soberanía esta garantizada y basada en una intensa participación popular en las decisiones tanto de política interna como de política externa.
64. La formación de otros bloques -la Unión Europea y el de los países asiáticos-y los conflictos objetivos que ellos mantienen con los Estados Unidos, además de las propias dificultades que Washington enfrenta para mantener y ampliar el TLC, abren espacios para una política mas diversificada por parte de los países latinoamericanos y del Caribe, que rompa con la supervivencia de las "relaciones carnales" con los Estados Unidos, de acuerdo con la definición del Ministro de Relaciones Exteriores argentino hace algunos años.

65. Nuevos temas acabaron por ser incorporados a la agenda exterior de los Estados Unidos, como el problema del narcotráfico, el terrorismo y los asuntos relacionados con la migración. Incapaces de controlar el consumo de drogas en su propio país, los Estados Unidos intentan intervenir directamente en la vida interna de los países del continente, supuestamente para impedir la producción de las drogas. Washington se da el lujo de emitir certificados de buena (o mala) conducta a los países del continente en función de la eficacia que sus gobiernos hayan demostrado en el combate a la producción y el tráfico de las drogas. Al mismo tiempo, promueven leyes "antiterroristas" --como en Perú, Colombia y Argentina-- que en realidad buscan estigmatizar a cualquier militante social que promueva acciones que cuestionen las políticas neoliberales aplicadas por los gobiernos.
66. El tema de la migración también se convierte cada vez mas en una cuestión crucial. Mientras se impone a nuestras naciones la apertura indiscriminada a los flujos de capitales y mercancías --con un saldo neto de incremento del desempleo estructural--, se proscribe el flujo de la fuerza de trabajo, para evitar que emigre en busca de la subsistencia que el modelo le niega en su propio país. Las políticas de ajuste y la pauperización que le siguen el rastro provocan la tendencia a fuertes movimientos demográficos de poblaciones empobrecidas o sin perspectivas de vida, hacia los paises desarrollados donde, supuestamente, existirían mejores oportunidades de empleo condiciones de vida, además de una mayor protección social. Ese fenómeno afecta no solamente a países cercanos a los Estados Unidos --México, América Central y El Caribe-- sino igualmente a otras naciones que hasta hace muy poco no poseían una tradición migratoria, como es el caso de Brasil. La política de los Estados Unidos es no solo impedir la inmigración, sino introducir

discriminaciones de todo tipo a los trabajadores indocumentados y ciudadanos con derechos adquiridos residentes en los Estados Unidos, para quienes comienzan a estar vedadas las políticas de protección social.

IV. LA CONSTRUCCIÓN DE POLÍTICAS ALTERNATIVAS.

67. Al regresar a Brasil para realizar su VII Encuentro en Porto Alegre, la ciudad gobernada durante más de ocho años por el Partido de los Trabajadores, nos proponemos avanzar aún más en la construcción de la agenda y el programa de acción alternativos. Es justo reconocer que, aun con limitaciones, ya tenemos todo un acumulado que no existía al comenzar, sobre todo para definir estrategias y precisar propuestas, que desde los sectores populares enfrenten y derroten la ofensiva neoliberal. En el transcurso de estos siete años de vida del Foro, hemos ganado en comprensión acerca del neoliberalismo, que entonces parecía como un todo monolítico y amenazaba con aplastarnos irremediablemente. Hemos aprendido a evaluar de manera mas equilibrada y profunda sus contradicciones, aunque ese análisis no siempre se ha traducido en alternativas viables en el corto y el mediano plazo.

68. Junto a los problemas comunes que poseen los países de América Latina y el Caribe, se encuentran las particularidades nacionales y regionales, determinadas por especificidades y situaciones históricas concretas que deben ser respetadas, para evitar caer en simplificaciones y recetas. Sin embargo, es imprescindible encontrar políticas unificadoras. En la medida que avanza la "globalización desde los poderosos", se crean condiciones para "universalizar las luchas de los excluidos del sistema". Se hace evidente la necesidad de una "globalización" alternativa de los de abajo, por los de abajo y para los de abajo, que nos permita contar con suficiente energía, con el poder de convocatoria necesario, así como con la flexibilidad y la inteligencia requeridas para revertir de manera integral, la afrenta que supone para nuestros pueblos el "internacionalismo neoliberal".

69. Para eso necesitamos avanzar en la comprensión de nuevos requisitos:
Primero, realizar un esfuerzo intelectual y político para comprender las profundas transformaciones económicas, sociales, culturales, de comunicación, por las cuales atraviesa el mundo. Segundo, formular propuestas claras y consistentes, que establezcan una nítida división de aguas tanto con el viejo desarrollismo como con los ajustes neoliberales actuales, con la versión de "democracia con exclusión" que se nos pretende imponer, así como frente a los autoritarismos crecientes, mediante la formulación de propuestas alternativas encaminadas a la construcción de la verdadera democracia, con desarrollo sustentable, justicia social y equidad. Tercero, fortalecer a las organizaciones populares, al mismo tiempo que construimos instrumentos de participación política a la altura de los grandes desafíos que tenemos frente a nosotros. La historia de las luchas sociales y políticas nos muestran que en muchas circunstancias no disponemos de las herramientas a la altura de nuestros objetivos y, sobre todo, de las expectativas que las masas de trabajadores y de excluidos mantienen en relación a nuestros partidos y frentes. De nada valdrán nuestra formulaciones teóricas, si no disponemos de partidos y movimientos capaces cumplir eficientemente su función de intermediación social, de aglutinar los intereses de los excluidos en un programa en torno al cual se logre cimentar la unidad de acción política.

70. El cumplimiento de esos tres requisitos debe ser acompañado de un proceso más amplio de renovación y actualización de nuestra cultura política que abra camino para la invención y la creatividad política que siempre caracterizaron a las fuerzas auténticamente progresistas. Solamente así seremos capaces de retomar nuestro diálogo con la juventud y devolver a nuestros militantes la autoconfianza que en algunos momentos damos la impresión de haber perdido. Es paradójico que en este momento de dificultades provocadas por la ofensiva neoliberal, la acción de los partidos y movimientos populares y democráticos haya alcanzado un desarrollo sin precedente en la historia latinoamericana. Esos avances se expresan no solamente a través de nuestros resultados electorales, sino también en nuestra inserción en los movimientos sociales, en

nuestra capacidad de gobernar ciudades y estados importantes y en la forma por la cual intervenimos en el debate político e ideológico de nuestro tiempo.

71. América Latina y el Caribe demandan alternativas que permitan superar la crisis actual y contribuyan a resolver los problemas estructurales acumulados durante décadas de subdesarrollo y dependencia. Se trata de elaborar proyectos que presuponen un crecimiento con redistribución de ingresos, que neutralicen las tendencias concentradoras y excluyentes de viejos modelos desarrollistas y el nuevo modelo neoliberal, mediante la promoción de propuestas de políticas económicas, con énfasis en lo productivo, una fuerte expansión del mercado interno con una sólida política de exportaciones. Se trata de alternativas con una adecuada combinación de propuestas de solución a los problemas esenciales y de los que pueden ser abordados en una perspectiva mas inmediata.

72. Sin embargo, al mismo tiempo es imprescindible avanzar en programas de corto y mediano plazo, que nos permitan adelantar en lo inmediato iniciativas viables y soluciones efectivas para los graves problemas de nuestras sociedades, que en ningún caso deben comprometer el avance futuro hacia la solución de las grandes deformaciones estructurales que padecen nuestras naciones.

73. Algunos de los aspectos a tomar en consideración en los programas económicos pudieran ser: fortalecer el papel del Estado en la sociedad en favor de las mayorías; reestructurar y modernizar el aparato productivo para lograr una eficiencia que sustente el desarrollo estable del gasto social; preservar al máximo posible la socialización y el mantenimiento del control sobre el patrimonio nacional; otorgar la prioridad necesaria al papel de los resortes y los controles financieros; laborar en una reforma fiscal que contribuya a la estabilidad macroeconómica y fortalezca la moneda nacional en beneficio del pueblo; promover el marco jurídico necesario que permita desarrollar el mercado interno, las investigaciones, el desarrollo tecnológico y la planta industrial nacional; mantener y aumentar los mecanismos y las vías de redistribución del ingreso; trabajar por la integración regional y por un nuevo orden económico internacional y, auspiciar el rescate y la preservación del medio ambiente.

74. Hoy, en el centro del debate esta la cuestión de los recursos para el desarrollo y, por tanto, del fortalecimiento del papel del Estado y su financiamiento. Nuestra propuesta demanda una reforma del Estado destinada a dotar de mayor eficacia al sector publico, así como a redefinir sus funciones y tareas, para lograr su legitimación como mecanismo de asignación de recursos y de regulación socioeconómica. En este sentido, se torna imprescindible la recuperación de la capacidad operativa del Estado en la gestión de las políticas publicas; ello supone mantener y ampliar sus funciones económicas y sociales.

75. Una alternativa al neoliberalismo precisa de una propuesta de reestructuración y modernización del aparato productivo, condiciones indispensables para romper con siglos de subdesarrollo. La modernización productiva debe detener la creciente desindustrialización de las economías, auspiciando el desarrollo de la planta industrial y de la tecnología en correspondencia con las necesidades y potencialidades nacionales. Al mismo tiempo, las legislaciones en materia de comercio exterior e inversiones extranjeras, se encaminaran a propiciar la modernización productiva y el acceso a técnologías y mercados, siempre en un marco legal que permita preservar e incluso potenciar los recursos naturales, industriales y humanos.

76. La reestructuración productiva permitirá definir estrategias para impulsar el desarrollo de áreas de punta, que nos permitan ingresar con un perfil propio en la economía internacional. Tendrá que combinar la capacidad de producir para satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, con el avance de sectores tecnológicamente avanzados y altamente competitivos. Un aspecto esencial será buscar las vías para establecer un vinculo de cooperación –e incluso de integración– allí donde sea posible, entre las zonas mas avanzadas y las mas rezagadas de la economía, lo que sin duda beneficiaria al conjunto de nuestras naciones, así como crearía las

condiciones económicas y políticas para que esas estrategias tengan un consenso nacional y una continuidad que trascienda el corto período de un gobierno.

77. No es posible transformar el campo latinoamericano y caribeño sin una reestructuración que responda a la urgencia de satisfacer las necesidades alimentarias. Para ello es imprescindible lograr avances significativos en la redistribución y en el uso mas racional de la tierra; otorgar los créditos y la asesoría técnica que requiere el campesinado; promover el aumento de los empleos y los salarios, junto al desarrollo de los servicios, la urbanización y la promoción cultural de las áreas rurales, con lo cual se podrá contribuir a detener la emigración creciente de los pobladores del campo a las periferias de las grandes ciudades y lograr una revalorización del mercado interno de los productos agrícolas, que permita estimular los precios y el financiamiento de la actividad agraria.

78. Un aspecto esencial es la solución al problema de la deuda externa e interna. La evolución de este fenómeno en los últimos años pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que imponen la deuda, y lo nocivo que resultaron ser los mecanismos de cambio de deuda por " supuesta" inversión. La solución solo podrá ser resultado de una voluntad política que exprese una concertación de fuerzas nacionales e internacionales.

79. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional y, no como el eje de la acumulación. Ella no debe interferir en la capacidad para diseñar una política industrial y agrícola que defina las áreas de desarrollo estratégico, ni comprometer el control sobre los recursos naturales y mucho menos la soberanía y la seguridad económica del país.

80. Es importante combinar armónicamente la producción hacia los mercados interno y externo, así como articular políticas de desarrollo que promuevan la competitividad de la industria nacional, para lo cual se debe crear las condiciones económicas y legales que permitan protegerla. Los índices de eficiencia no pueden medirse exclusivamente en relación con los precios del mercado mundial –aunque ello sea un parámetro–, sino también por su papel en el restablecimiento de las cadenas productivas nacionales, la generación de empleo, la satisfacción de las necesidades sociales y la conformación de una economía nacional balanceada.

81. El equilibrio económico, mucha veces subestimado en el pasado por la izquierda, hoy adquiere mayor importancia en un proyecto nacional de desarrollo que se sustente en el potencial productivo de cada nación y en el avance de genuinos procesos de integración regional. De ahí surge la necesidad de proyectos claros de reformas fiscales –en beneficio de los sectores populares– y del sistema financiero. Es necesario poner coto a las regalías fiscales actualmente otorgadas al capital transnacional, romper con la falacia que la concentración de la riqueza genera automáticamente capital productivo y empleo y, rechazar los criterios tecnocráticos que pretenden buscar estabilidad por la vía de las inversiones neoliberales, bajando los costos de la mano de obra y la inversión social.

82. La experiencia evidencia que los mecanismos de un mercado supuestamente libre no operan en favor de una redistribución positiva de la renta. Al contrario, reproducen y profundizan la desigualdad. Si no hay una política de crecimiento sostenible, asentada en una correcta visión sobre el papel del Estado y el mercado interno, y una adecuada definición sobre la inserción internacional, no será posible los objetivos económicos nacionales y sociales alternativos.

83. Fortalecer la banca estatal y cooperativa es un acumulado hacia el futuro. Igualmente importante es la definición de reformas estructurales -agrarias, educacional, del sector de salud, combinadas con la adopción de políticas activas: industrial, agrícola, de empleo, de ciencia y tecnología, etc., que puedan crear una base concreta para compaginar el crecimiento con la distribución.

84. Contrariamente al neoliberalismo, que busca neutralizar los efectos excluyentes de sus opciones macroeconómicas con políticas compensatorias, un proyecto alternativo deberá incorporarlas sólo como soluciones de emergencia, capaces de producir resultados inmediatos

para corregir circunstancialmente situaciones criticas. Las políticas compensatorias no sustituyen las reformas estructurales que deben ocupar el centro de un programa alternativo de desarrollo humano integral.

85. La reestructuración económica orientada al desarrollo sostenible, al incremento del nivel de vida de la población y a la redistribución de la riqueza, requiere que se revierta la tendencia a la reducción del mercado interno, mediante políticas para el control nacional de los excedentes, el estimulo a la asfixiada pequeña y mediana empresas, la creación de empleos productivos que rescaten a la población económicamente activa de las filas del desempleo y del sector informal, así como la solución de los problemas sociales básicos.

86. Es necesario implementar programas de apoyo a los ingresos de los sectores populares, para contener primero, y hacer retroceder después, los niveles de pobreza y marginalización. En este sentido, debe prestarse atención prioritaria a los ingresos del sector campesino, conjuntamente con una política fiscal adecuada, que permita el financiamiento de la modernización económica, al tiempo que funcione como mecanismo de redistribución positiva de la riqueza y soporte de las políticas sociales de desarrollo humano.

87. El esfuerzo en favor de un Nuevo Orden Económico Internacional, con relaciones económicas justas y equitativas, supone crear espacios de concertación y coordinación de los países de América Latina y el Caribe -y de nuestro subcontinente con otras áreas del mundo subdesarrollado, para defender los intereses comunes dentro del contexto de los foros internacionales; trabajar para revertir la transferencia de recursos de los países subdesarrollados al mundo desarrollado, mediante la lucha contra el intercambio desigual y la deuda externa; impulsar reformas del Sistema Financiero Internacional, para que este contribuya a financiar el desarrollo de los países del área y, auspiciar la transferencia de tecnología ecológicamente sustentable hacia nuestras naciones y otros.

88. En el contexto de una economía mundial crecientemente internacionalizada, la integración deja de ser un problema de política externa y pasa a ser una necesidad del funcionamiento de la economía. La integración ha de ser concebida como un proceso gradual y no como una reestructuración violenta de las economías nacionales, que pueda representar un shock económico y social, que a la larga retardaría el proceso o lo convertiría en contraproducente. La integración (como se propone más adelante) debe estar encaminada a lograr la convergencia y la complementaridad económica y social de los países de la región.

89. La construcción de alternativas políticas, capaces de superar la disyuntiva entre el desarrollismo nacional y el neoliberalismo, es un proceso que exigirá un enorme esfuerzo intelectual y supone una importante actualización de nuestro pensamiento político y una aguda capacidad critica para entender las transformaciones por las que atraviesa el mundo. Una estrategia de desarrollo y las políticas que hacen posible su materialización deben diseñarse sobre la base de un proyecto sustentable social y políticamente en cada realidad nacional.

90. Un aspecto fundamental es la cuestión de la democracia y el poder popular. Se trata de democratizar al Estado y democratizar la sociedad para avanzar hacia una democracia sustentada en la más amplia participación y representación, que sirva como uno de los elementos aglutinantes para enfrentar y derrotar la ofensiva del neoliberalismo. En esa dirección se inscribe la importancia de transformar las múltiples distorsiones en los mecanismos de representación política y el perfeccionamiento de los sistemas electorales, haciéndolos menos vulnerables al fraude e imponiendo mecanismos de control de las contribuciones económicas en las elecciones.

91. Para avanzar hacia esas transformaciones democráticas, es necesario reafirmar nuestra vocación de poder, entendida como la capacidad de desempeñar un papel fundamental en el diseño y ejecución de profundos cambios económicos, políticos y sociales, dirigidos a la solución de los problemas estructurales y de todo tipo que afectan a la nación, al control democrático de las instituciones estatales en función de los mas amplios intereses sociales, así como en la definición de una política exterior de defensa de la soberanía, la autodeterminación y la independencia.

92. Una opción alternativa al sistema político vigente desde la perspectiva de los intereses populares, requiere la transformación del sistema y la radicalización de la democracia, así como la ampliación a todo el pueblo de la posibilidad soberana de participar en el control del gobierno y de un Estado reformado.

93. Una verdadera y democrática Reforma del Estado constituye un imperativo, para transformarlos en instituciones eficientes al servicio de la ciudadanía y bajo su absoluto control, de manera coherente con las estrategias de desarrollo económico y social, así como de perfeccionamiento ininterrumpido del sistema político democrático. Este aspecto de la reforma del Estado no tiene sólo una dimensión técnica. Los problemas que abarca son de naturaleza esencialmente política. La experiencias como las de la elaboración de presupuestos por la población, consejos de gestión de las áreas de salud y educación, participación de los trabajadores y usuarios en los consejos de empresas estatales o en organismos de gestión de políticas publicas, son algunos ejemplos que sirven de base para un vasto proyecto de creación de un sector publico no necesariamente estatal– de control del Estado.

94. Las reformas políticas deben en muchos países aumentar la representatividad política de los Parlamentos y salvaguardar la independencia del Poder Judicial garantizando que sea accesible a todos y en forma rápida, sin lo que se transformaría apenas en una forma de legitimación de los privilegios de una minoría, así como laborar en el marco legal y político que permita erradicar el problema de la corrupción, endémico en nuestro continente, y que ha representado miles de millones de dólares para las camarillas y grandes grupos económicos. También resulta necesario otorgar importancia a la democratización de los medios de comunicación, hoy en manos de monopolios u oligopolio.

95. En la actualidad, varios partidos miembros del Foro de Sao Paulo ocupan el gobierno en sus respectivos países o participan en coaliciones gubernamentales, perspectiva que puede extenderse a otras naciones. El acceso de la izquierda al gobierno, en medio de la globalización neoliberal – ya bien sea como fuerza principal o como coparticipante de una alianza– impone el reto de enfrentar desde el Estado a un modelo estructurado en función de la concentración elitista del poder real –político, económico y militar–, que lo divorcia de los mecanismos de participación y representación democrática, para depositarlos bajo el control de instituciones supranacionales y nacionales que promueven la concentración de la riqueza y la masificación de la exclusión. Ello impone el desafío de vencer los obstáculos que intentaran impedir la adopción de medidas de beneficio popular y provocar el desgaste de los gobiernos de izquierda. Los espacios sin precedentes alcanzados en estos años por partidos miembros del Foro en gobiernos, legislaturas, gobernaturas y alcaldías constituyen un nuevo campo de experimentación, que deben encaminarse en una perspectiva de acumulación de fuerzas a favor de una alternativa progresista.

96. En el sector municipal, son importantes las experiencias de alcaldías de claro contenido popular, en particular en Porto Alegre y otras ciudades de Brasil – con el Presupuesto Participativo– y en Montevideo, Uruguay –con el proceso de descentralización política y desconcentración administrativa–, así como en Cuba, con el funcionamiento de los Consejos Populares. Paralelamente, surgen nuevas experiencias en este campo con el triunfo de la izquierda en la capital y en las principales ciudades de El Salvador y el contundente triunfo del PRD en el Distrito Federal de México.

97. Pero en las circunstancias en que la ocupación de espacios institucionales por parte de la izquierda no tenga el soporte político crítico de sólidos partidos o movimientos, puede resultar difícil evadir los casos de cooptación y, hasta de corrupción. El administrar en forma transparente y eficiente las porciones de gobierno electoralmente conquistadas al Estado neoliberal y, al mismo tiempo, ir construyendo espacios de poder popular, de democracia radical, es el desafío del municipalismo.

98. Uno de los aspectos mas debatidos en la actualidad entre las organizaciones de izquierda es la política de alianzas. El neoliberalismo nos enfrenta a un modelo de dominación con niveles de

concertación global y local sin precedentes, que solo podrá ser derrotado en el marco de una amplia movilización de fuerzas. Para ello es imprescindible concertar los intereses populares y antineoliberales a escala nacional e internacional, así como generar una respuesta coherente e integral al neoliberalismo en los distintos países latinoamericanos.

99. Un requisito indispensable en la conformación de una alianza contra el neoliberalismo, es que tengamos la flexibilidad y la capacidad de crear espacios de colaboración y unidad entre las propias fuerzas de izquierda, que nos permitan avanzar hacia la conformación de polos políticos y sociales con capacidad de movilización. Serian poco creíble y convincente para los sectores políticos y sociales ubicados fuera de nuestras organizaciones, las propuestas que emanen de grupos plagados de sectarismos, incapaces de ponerse de acuerdo entre si, sin capacidad de convocatoria, ni programa político preciso, lo que deja escaso margen para concertar alianzas donde tengamos un papel relevante para hacer avanzar nuestra agenda social. El tema de la construcción de espacios de unidad y cooperación entre las organizaciones y partidos es una condición indispensable para la articulación de cualquier alternativa.

100. El desarrollo de los conflictos y contradicciones del propio sistema generan una gran diversidad de nuevos actores y renuevan el perfil de otros ya existentes: los luchadores sin tierra, sin salud, sin protección social y otros muchos. Las reivindicaciones de genero, ambientales, raciales, étnicas - que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos-- crean sus propios espacios políticos y desarrollan su autonomía. Surge una amplia gama de sectores explotados, oprimidos, marginados y excluidos, que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo, existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo como puede ser el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso, de sectores de la burguesía local. El reto consiste en articular a todos los grupos afectados en un proyecto político social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación, de la unidad política y de acción para derrotar al neoliberalismo.

101. Otra preocupación es la comprensión del escenario concreto en el que en cada país nos movemos. Confundir escenarios y atribuirnos un poder o una fuerza que realmente no tenemos, nos puede llevar en dos direcciones opuestas y ambas perniciosas. Por una parte, podemos desaprovechar la oportunidad de ocupar espacios institucionales que nos permiten luchar por reivindicaciones concretas de los sectores populares y ampliar los espacios democráticos. Por otra, transitar hacia la cooptación, que en la filosofía neoliberal se convierte en una practica sistemática.

102. Para que las fuerzas de izquierda no se diluyan en amplios movimientos de oposición o en coaliciones de gobierno, resulta fundamental que posean nitidez programática, flexibilidad táctica para aplicar los programas e instrumentos de acción capaces de asegurar su independencia y su peso especifico dentro de las alianzas. Es preciso diseñar programas amplios, que cumplan una doble función. Mientras que por un lado sirvan para ejecutar las reformas que las clases dominantes no realizaron, aunque estén situadas en un marco estrictamente capitalista. Por el otro, deben desatar una dinámica de lucha que cuestione la histórica hegemonía de las elites políticas dominantes y cree las condiciones para el establecimiento de una contrahegemonía de los explotados y oprimidos, capaz de operar rupturas y realizar una transformación política de carácter mas profundo.

103. La elaboración de una alternativa, no puede transcurrir apartada de las luchas sociales en curso, como si fuese posible producir in vitro la respuesta para los problemas que afectan a cientos de millones de hombres y mujeres en el continente.

104. Uno de los aspectos mas importantes del debate es el papel de los partidos populares en la sociedad. Las reivindicaciones de los vecinos de las barriadas populares y de las mujeres, de los jóvenes y los ecologistas, de los pacifistas y defensores de los derechos humanos, no podrán ser plenamente comprendidas, encaradas y solucionadas, sino se les integra al marco mas amplio del conflicto social y de la dominación neoliberal.

No siempre logramos ocupar simultáneamente espacios políticos y sociales, y actuar con eficacia en ambos. Las organizaciones políticas del Foro debemos superar definitivamente las barreras erigidas entre lo político y lo social como elemento imprescindible de una verdadera política alternativa. Esta perspectiva coloca lo social en el centro de nuestra actividad y manifiesta una voluntad expresa de avanzar hacia una nueva manera de hacer política.

105. No podemos aspirar a ser una opción popular si no logramos sistematizar las relaciones con la gran diversidad de actores que hoy integran el sujeto popular. Ampliar esta interlocución y desarrollar al máximo las potencialidades diversas de ese sujeto, es una condición indispensable. De nuestra capacidad para entenderlo, de la flexibilidad para relacionarnos con el y de la creatividad para articularlo a la propuesta popular, dependerá nuestra propia inserción en esa rica y diversa realidad latinoamericana.

106. En lo sucesivo, se impone apoyar las diversas formas organizativas nacidas del sector informal urbano y darle coherencia a partir de sus reivindicaciones especificas, profundizar mas en las estrategias de sobrevivencia de los pobres y recoger las experiencias y soluciones alternativas económicas y sociales generadas para darle un contenido antisistémico, ampliar las experiencias de educación popular como medio de formación de capital humano y de formación política, plantearse una política de y en lo local, y de acción en las estructuras municipales que son la estructura estatal mas cercana a los pobres.

107. Es importante reformar los sistemas educativos, de salud y cultura para mejorar y ampliar las condiciones para el desarrollo de los recursos humanos. En gran parte de nuestro continente se deberán implementar con urgencia campañas de alfabetización, de vacunación y de higienización, así como programas de distribución de alimentos a los sectores populares, especialmente a la infancia.

108. En las ultimas décadas el neoliberalismo trato de reformular el concepto de derechos humanos, para dar cabida a dos requerimientos del ajuste: la amnistía a los asesinos y torturadores de mas de ciento cincuenta mil latinoamericanos, pues se necesitaba restablecer la "paz social", y el retroceso a la interpretación de derechos humanos entendidos exclusivamente como libertades individuales, carentes de sus dimensiones económica, social, cultural y étnica, ya que estas ultimas --se argumenta--le cuestan a un Estado que ya no puede sufragarlas, porque tiene que transferir los excedentes al capital para hacerlo "competitivo".

109. La extensión de la ciudadanía a todos --sobre todo a los que son ciudadanos de derecho, pero no de hecho-- significa aumentar la participación popular y garantizar que los procesos de democracia se den no solamente en el campo político jurídico, sino igualmente en la esfera económica y social. Sólo así puede articularse efectivamente la libertad con la igualdad. Es a través de la defensa de los derechos humanos una de las formas de incorporar al gran debate nacional las reivindicaciones de grupos que se encuentran marginados por razones étnicas o de raza, de genero, de edades, de orientación sexual, condición física o mental, u opción cultural o religiosa. La elaboración de una sólida agenda sobre los derechos humanos contribuirá a la construcción de una sociedad en la que se combina la igualdad con el respeto a la diferencia, a la diversidad.

110. El proyecto alternativo debe favorecer una sociedad con igualdad de genero, sin discriminación ni opresión de la mujer, que exprese cambios en las relaciones de poder y la división sexual del trabajo. Se debe asegurar la participación directa de la mujer en las distintas instancias del Estado, los partidos y en toda la diversa gama de la organización social. Esto requiere un trabajo en el seno de la sociedad para cambiar los patrones sociales existentes, desarrollar el movimiento social de mujeres, así como formular e implementar políticas publicas en favor de la igualdad de derechos.

El marco jurídico nacional debe ser enriquecido con legislaciones que abran espacios a la mujer, la que debe tener acceso a la capacitación y la profesionalización, al empleo en todos los campos de la actividad social. En el proyecto nacional alternativo los intereses de la mujer deben adquirir igual rango de prioridad. El Foro de Sao Paulo ha prestado particular atención al examen de los

temas referentes a la Condición de la Mujer. El exitoso taller realizado el año pasado en San Salvador tendrá su continuidad y desarrollo en la instancia del VII Encuentro en Porto Alegre.

111. El neoliberalismo penetra al ámbito cultural nacional para imponer de manera implacable su cosmovisión. Para ello utiliza la tecnologia y los medios mas sofisticados, hace proliferar valores y antivalores que condicionan el comportamiento social, expresa el desprecio al trabajo asalariado a través de la cultura de la propiedad. Por lo tanto es necesario: conocer, entender y analizar sus códigos y símbolos, conocer los mecanismos que utiliza para su implementación e identificar los efectos innegables en la sociedad. Los partidos de izquierda valoramos de manera profunda e integral la cultura y los valores que conforman la identidad de los pueblos latinoamericanos y caribeños como factores de resistencia y de confrontación contra la cultura de dominación neoliberal. En esa dirección consideramos de la mayor importancia rescatar los valores y respetar la diversidad cultural de nuestros países, buscar una nueva interlocución entre políticos y sectores culturales, así como estimular una producción cultural y espiritual que contribuyan a la reafirmación de las identidades nacionales.

112. En la sociedad neoliberal se habla del "fin de las ideologías" -con excepción, por supuesto, de la ideología neoliberal--, se apuesta al individualismo y al consumismo como valores sociales predominantes. El status de privilegio social se mide en la capacidad de adquisición de mercancías, en detrimento de los valores de la solidaridad social. Es probable que uno de los aspectos mas importantes de una alternativa es ganar las mentes y las conciencias de nuestros pueblos, apelar a la dignidad y a la conciencia de los hombres y mujeres, contraponer a los antivalores de la enajenación neoliberal, valores de la alternativa popular como la honestidad, la verdad, la honradez, la modestia, la fraternidad, la solidaridad y la capacidad de entrega a las causas justas.

113. Después de una primera fase de desconcierto y parálisis que la instalación del modelo genero en el movimiento sindical, se observan signos alentadores de recuperación y participación en luchas sociales y políticas. El movimiento obrero resiste en defensa de las empresas estatales, de sus conquistas y en muchos casos proponiendo políticas alternativas en distintas áreas de la sociedad. Su preocupación principal es como enfrentar las tendencias corporativas y economicistas que se han instalado en su seno, así como diseñar políticas que permitan enfrentar con éxito la permanente agresión neoliberal. Consideramos necesario avanzar hacia formas creativas de interrelación con los movimientos sociales superando la equivocada concepción de partidizarlos. El sindicato deberá ser cada vez mas un espacio social y político extendido hacia otros sectores de la sociedad, como los subempleados, los informales y hasta otros grupos excluidos, para lo cual se hace necesario nuevas formas de organización y de trabajo.

114. Es indispensable asegurar el combate frontal y permanente a la corrupción, en todas sus formas, al favoritismo o clientelismo, a las estructuras estatales encubiertas del crimen organizado y el narcotráfico que son una expresión estructural del sistema que arriban a niveles de generalización sin precedentes. Para ello es imprescindible realizar un amplio movimiento de la ciudadanía, haciéndolo funcional al proceso de acumulación de fuerzas, que permita dar pasos significativos contra la escalada de la corrupción y luchar para dotar de verdadera independencia a los organismos de contralor estatal, avanzar hacia la mayor independencia, eficiencia y transparencia de la administración de justicia y del ministerio publico, las que deben ser fortalecidas y preservadas.

115. El proyecto alternativo tiene que detener el saqueo y explotación desmedidas de nuestros recursos naturales de modelos económicos depredadores. Es importante incluir programas de emergencia, de descontaminación ambiental y otros dirigidos a la protección de los recursos naturales que están en una situación critica e iniciar programas para preservar las otras áreas del ecosistema, como la deforestación y destrucción de la biodiversidad, la erosión del suelo, la contaminación y agotamiento de los recursos hídricos, etc. Para lograr esos objetivos se debe partir de una voluntad política que permita establecer el marco jurídico requerido, destinar los recursos y estimular la formación de una conciencia ecológica entre amplios sectores de la

población que convierta esta batalla en una tarea del conjunto de la sociedad. Al Estado le corresponde ser el promotor y protagonista principal, pero su eficacia depende en considerable medida de que promueva y apoye la participación de las comunidades y de las organizaciones sociales.

116. La viabilidad de cualquier proyecto de desarrollo y del mejoramiento de la calidad de vida de la población, estará determinada por la capacidad que tenga de reproducir, preservar y ampliar el sustento natural de las actividades económicas y sociales. Una tarea estratégica fundamental de todas las fuerzas sociales y políticas de nuestro continente es la defensa de la selva amazónica, ahora sometida a una masiva destrucción, con una velocidad creciente. La selva amazónica es uno de los principales sustentos y recreadores de la atmósfera, la biodiversidad y el clima planetario.

117. Los partidos del Foro de Sao Paulo reconocemos y estamos en la disposición de defender la aprobación y la puesta en practica de las autonomías de los pueblos indígenas, la que se manifiesta en las distintas formas de su organización económica, política y social, como en su derecho a la libre determinación, con un pleno reconocimiento de la igualdad en la diferencia, de la diversidad y la riqueza de sus identidades culturales e históricas.

118. Para los partidos del Foro es necesario solucionar la creciente inseguridad laboral y la vulnerabilidad en que con frecuencia se encuentran los trabajadores migratorios y sus familias en los Estados receptores donde frecuentemente sufren graves violaciones a sus derechos humanos(2). Nos pronunciamos contra la tendencia de algunos países desarrollados, como los Estados Unidos, a erigir barreras de todo tipo para tratar de impedir la inmigración, política que solo puede favorecer la proliferación de la intolerancia racial y la xenofobia. Cuando la implantación del capitalismo en Europa provocó profundos trastornos políticos, económicos y sociales, la migración hacia América constituyo una válvula de escape. Hoy, ese mismo capitalismo desarrollado, impone a nuestras naciones el costo de su reestructuración y, además, nos niega el recurso a la formula migratoria para la cual utilizo a nuestras naciones durante largos periodos históricos.

119. La migración es en ultima instancia una expresión el desarrollo económico-social desigual y del injusto orden económico y político internacional en el que están inmersas nuestras naciones. Es por ello que su solución demanda la demanda cooperación y acción colectiva entre los países emisores y los receptores, así como el financiamiento de políticas de desarrollo. El Foro de Sao Paulo se solidariza con la justa causa de los derechos de los inmigrantes y solicita que entre en vigor y se aplique la resolución aprobada por la Asamblea General de la ONU sobre la Protección de los Derechos de Todos los Trabajadores Migratorios y de sus Familias. También nos comprometemos a promover las acciones necesarias para defender de manera colectiva y en nuestros propios países el respeto a los derechos de los inmigrantes.

(2) El VI Encuentro del Foro de SaoPaulo aprobó en San Salvador en Julio de 1996, la Declaración de los Derechos Universales de los Trabajadores Migratorios y de sus Familias.

120. Un importante eje programático se refiere al carácter nacional del proyecto de las fuerzas populares y democráticas. En el pasado, las clases dominantes oscilaron entre un nacionalismo de derecha, que pretendía sofocar los conflictos sociales en nombre de un ideal de Nación, y que mal encubría sus intereses particulares, y una subordinación total frente a las potencias imperiales, oscilaciones que dejaron inconclusa la tarea de construcción nacional. Hoy no son pocos los que pretenden que el Estado nacional ya no tiene razón de existir porque esta subordinado a la dinámica de un mundo dominado por la globalización neoliberal. Pero es exactamente lo contrario. La profundización de la mundialización económica, política y cultural hace necesario un proceso de construcción nacional que garantice una presencia soberana de nuestros países en ese mundo en cambio. Un país sin identidad –que se construye a partir de muchas identidades sociales y políticas– se descaracteriza, pierde la capacidad de proteger a sus ciudadanos, destruye su economía, sus instituciones y su cultura. En resumen, se transforma en una tierra de nadie, queda relegado a un estadio inferior al igual que el de una colonia.

121. Pero es ilusorio, por otro lado, que un Estado nacional pueda desarrollarse al margen del mundo. Para América Latina y el Caribe se presenta hoy la necesidad de definir una política de cooperación de nuestros Estados, que pasa por la construcción de bloques regionales capaces de resistir los intentos de integración subordinada, subyacentes en el proyecto de Zona Hemisférica de Libre Comercio defendido por los Estados Unidos. Una política de integración continental no debe entenderse como posterior a las grandes definiciones programáticas nacionales. Ella es concomitante, contemporánea. En otras palabras, al mismo tiempo que las fuerzas populares y democráticas formulan sus estrategias económico y sociales alternativas, deben establecer las bases para una cooperación internacional y sobre todo regional.
122. Esos procesos de integración no pueden ser un pretexto para la expansión de los grandes grupos transnacionales. Por esa razón es necesario discutir las políticas de protección y complementación de la industria y la agricultura nacionales, sobre todo de los pequeños y medianos productores. La integración debe abarcar también una amplia gama de cuestiones relacionadas con la protección de los trabajadores y con políticas que favorezcan la justicia social y el desarrollo humano, así como el combate a las agudas desigualdades existentes en la región. Debe incluir, finalmente, una amplia gama de cuestiones relacionadas con la preservación del medio ambiente.
123. Una concepción alternativa de integración exige discutir una agenda política y fomentar el intercambio cultural, científico y tecnológico. La elaboración de esa compleja alternativa programática, que en muchos países ya se encuentra bastante avanzada, es parte de un proceso de construcción de una nueva cultura política que tiene en el centro de sus preocupaciones el formular una nueva concepción de sociedad libre, igualitaria y solidaria. Para ello es fundamental que rescatemos nuestras mejores experiencias y tradiciones, pero tengamos, al mismo tiempo, el espíritu critico y autocrítico capaz de liberarnos de prejuicios y ayudarnos a pensar en el futuro.
124. Como hemos dicho, ese proceso de construcción programática no tendrá lugar en laboratorios o escritorios cerrados. Será el resultado de la articulación de las luchas sociales con la reflexión critica. Los últimos años indican que, a despecho de las enormes dificultades en que vive gran parte de nuestros hermanos latinoamericanos y caribeños, como resultado de la ofensiva neoliberal que se abate sobre el continente, hay señales visibles y promisorias de resistencia, tanto en el plano de las ideas como en el plano de la acción. La articulación de estas cuestiones permite abordar de forma alternativa la cuestión del lugar de América Latina y el Caribe en el mundo de hoy y discutir propuestas para las políticas de integración continental.

125. Finalmente, el proceso de elaboración de esas alternativas y de construcción de los instrumentos políticos para implementarlas pone en el centro del debate el tema de una nueva cultura política en América Latina y el Caribe, que reconstruya un horizonte utópico, sea claramente portadora de novedad política y pueda interpelar a las nuevas generaciones como las distintas corrientes de izquierda lo hicieron en el pasado.
126. La receptividad así como en la capacidad de la diversa izquierda latinoamericana para trabajar y buscar soluciones de manera conjunta en distintos foros regionales, suscita el interés de las fuerzas populares en otras regiones del planeta necesitadas también de globalizar sus respuestas. Por esa razón, el Foro de Sao Paulo, a pesar de nuestras limitaciones y tareas incumplidas, es hoy una referencia mas allá de sus fronteras geográficas y políticas. Ha sido nuestra disposición organizar un gran dialogo con las fuerzas politicas y sociales de otras regiones y de otros horizontes, para estimular la construcción de alternativas organizadas a la grave crisis que vive hoy la humanidad.

127. Centroamérica ha vivido procesos de revolución y lucha armada que condujeron en Nicaragua a la victoria sandinista, en El Salvador y Guatemala a salidas negociadas y, en Honduras, a cambios bajo la influencia de los anteriores. Dichos procesos permitieron avanzar en importantes conquistas democráticas. Hoy se plantea evitar retrocesos (como los intentos de restauración del neosomocismo en Nicaragua), y consolidar avances en los planos político, social

e institucional a través de las nuevas formas que ha asumido la lucha. En las esferas económica y social es donde se enfrenta una resistencia mas descarnada de las oligarquías locales.
128. Al mismo tiempo, en otros países la agudización del conflicto social y la soluciones violentas resultantes del sistema neoliberal, impiden la ansiada pacificación del Continente. La marginación económico social creciente, la exclusión agudizada por bloqueos institucionales y la falta de voluntad política de los gobiernos, exacerban las contradicciones y determinan situaciones que dificultan la posibilidad de encarar soluciones estables y negociadas al tema de la lucha armada en Colombia, así como responder a las legítimas exigencias de la insurgencia zapatista en Chiapas; aunque ambas situaciones corresponden a realidades históricas sociales y culturales diferentes.
129. La firme resistencia de Cuba y sus esfuerzos por consolidar un proyecto propio de construcción socialista, incluso en las difíciles condiciones que enfrenta ese pequeño país, constituye un factor de aliento para los pueblos. A pesar del bloqueo de los Estados Unidos, agravado por las leyes Torricelli y Helms-Burton, comenzó una paulatina pero sólida recuperación, basada en la combinación de la participación popular con la búsqueda de la eficiencia económica, la generación de capacidades científicotécnicas y el estimulo a la solidaridad y cooperación humanas. Esto le permite defender el desarrollo social, con justicia y equidad, como su primera prioridad. La experiencia cubana cuestiona el mito de que nada es posible fuera del dogma neoliberal.
130. En Uruguay resalta la exitosa experiencia de más de 26 años de lucha del Frente Amplio, proyecto que ha logrado conjugar la pluralidad con la unidad de acción política, como se demuestra por el hecho de haber infligido la primera derrota a una ley neoliberal de privatización, así como por la combinación de la lucha institucional con la movilización popular, que condujo a dos victorias consecutivas en la Intendencia de Montevideo, con incremento de la votación y a la posibilidad de un eventual triunfo en las elecciones presidenciales de 1999.

131.Las luchas sociales en Ecuador, Nicaragua, Venezuela, Colombia, Argentina y Brasil, entre otros, los buenos resultados electorales de las izquierdas y el conjunto de las fuerzas populares en todo el continente, particularmente el gran y reciente triunfo del FMLN en El Salvador, y el trascendente resultado del PRD en México que le permitirá acceder al Gobierno en el Distrito Federal de México, así como la paz en Guatemala, indican que se comienzan a crear sólidas bases para una actuación victoriosa de las fuerzas del progreso.

V. LOS DESAFIOS POLITICOS DEL FORO DE SAO PAULO

132. El Foro de Sao Paulo –que agrupa fuerzas políticas de gobierno y de oposición– se define como un espacio de intercambio de experiencias que permite la creación de un espacio común en el cual los partidos y movimientos políticos de izquierda puedan compartir alternativas programáticas capaces de dar un sentido articulado a sus acciones.
133. Pluralista en su composición ideológica, el Foro no busca una cohesión doctrinaria, sino construir alternativas políticas capaces de combatir la exclusión social y la pobreza que tienen marcado secularmente a nuestro continente, proyectando para el un futuro de igualdad social, democracia y solidaridad. Es fundamental asegurar para América Latina y el Caribe otro tipo de presencia en el mundo.
134. El Foro de Sao Paulo debe profundizar su vocación de espacio de socialización de experiencias y de articulación de iniciativas de solidaridad. El Foro se define como una instancia elaboración de políticas alternativas. Sin ser, ni pretender ser, una nueva Internacional, si es un agrupamiento de partidos y movimientos políticos que se define por su carácter antiimperialista y antineoliberal, de debate abierto y libre, al interior del cual pueden expresarse organizaciones de distintos signos políticos e ideológicos, enraizados en la sociedad de sus respectivos países.
135. El Foro deberá contribuir a la elaboración de respuestas concretas a los grandes problemas económicos, sociales y políticos del continente. Propondrá alternativas, cuidando de no

confundirse con el papel de "conciencia critica". Se trata de estimular a quienes quieren transformar las relaciones de poder en América Latina y el Caribe para cumplir los programas de cambios estructurales que cada país considere como necesario.

136. Las prioridades políticas del Foro de Sao Paulo para este periodo son:

136.1 La elaboración de programas de acción conjuntos de los partidos y movimientos políticos miembros del Foro con las diversas organizaciones sociales y populares que enfrentan al neoliberalismo y promueven la adopción de políticas alternativas en las esferas: sindical, campesina, juvenil y estudiantil, de genero, étnica, comunitaria, cultural, de protección del medio ambiente, parlamentaria, municipal y otras.

136.2 Conmemorar el aniversario de los 30 años de la muerte de Ernesto Che Guevara, rescatando su ejemplo ético, su obra y su lucha, vinculándolo a todos los que han caído luchando por las transformaciones sociales.

136.3 Desarrollar una agenda regional de trabajo en favor de la integración de América Latina y el Caribe, así como agendas subrregionales en América del Norte, Centroamérica, El Caribe y América del Sur.

136.4 Avanzar en la consolidación y profundización de la actividad del Foro, mediante la sistematización del funcionamiento de la Secretaria Ejecutiva y las Subsecretarias regionales, con el objetivo de garantizar la comunicación entre el Grupo de Trabajo y los partidos miembros y la acción conjunta efectiva y oportuna. En este sentido, resulta conveniente reactivar los esfuerzos para establecer una conferencia del Foro en Internet, así como crear una publicación de nuestro agrupamiento subrregional.

136.5 Realizar los esfuerzos necesarios para lograr la mayor participación de todos los partidos miembros, así como para incorporar nuevos miembros, particularmente de los grandes movimientos sociales en lucha.

136.6 Analizar la situación de los países de la región que tienen un menor desarrollo relativo en las luchas populares y desarrollar acciones concretas en favor de su estimulo, tales como la celebración en los mismos de seminarios, talleres y otras actividades de promoción, organización y movilización.

136.7 Profundizar el dialogo con las fuerzas de izquierda de otros continentes y, en particular, establecer la continuidad de los contactos iniciados con los grupos de la izquierda europea.

136.8 Establecer un plan de acción común en materia de solidaridad con las luchas de los pueblos de América Latina y el Caribe.

136.9 Afianzar los mecanismos de coordinación del trabajo en los foros mundiales y regionales, tales como el Parlatino y el Parlamento Centroamericano.

136.10 La política exterior es hoy un tema suficientemente importante para quedar apenas y centralmente en las manos de los ministerios de relaciones exteriores o a cargo de las diplomacias presidenciales. La mundializacion creciente de la economía y los efectos de la dependencia e interdependencia política que acarrea, obligan a los trabajadores y los partidos y movimientos identificados con las grandes transformaciones sociales, nacionales y democráticas del continente a construir una política exterior alternativa que sea capaz de expresar en la escena internacional un nuevo proyecto de sociedad. Esto implica continuar con los eventos para precisar la reestructuración en beneficio de los pueblos de los actuales mecanismos de integración. En ese sentido se propone un taller para los países del MERCOSUR con participación de las organizaciones sindicales y sociales de la subregión. Promover la renegociación conjunta de la deuda externa, exigiendo el reconocimiento de la incompatibilidad entre el pago en las condiciones actuales - o la eventualidad de la condonación de la misma para algunos países de la región -,y la recuperación de un desarrollo sostenido.

CARTA EMPRESARIAL DE PORTO ALEGRE

Empresários do Brasil, Argentina e México estiveram reunidos em Porto Alegre nos dias 1 e 2 de agosto de 1997, paralelamente ao Forum São Paulo, para debater um modelo alternativo de desenvolvimento, concluindo:

As empresas nacionais são, para nós, um termômetro e um patrimônio da sociedade. Milhares delas tem quebrado, em consequencia das novas regras da economia mundial, e da abertura indiscriminada da economia do continente, deixando um rastro de desemprego e exclusão social, consequencia do modelo neo-liberal adotado.

As políticas monetária e cambial adotadas têm alcançado o controle da inflação, mas têm também agravado o processo de desestruturação da produção na indústria, no campo e nos serviços, beneficiando os monopólios e oligopólios, fundamentalmente transnacionais.

A corrupção solapa a democracia, anula a execução de políticas públicas e contribui para o aprofundamento da miséria.

Esta política força nossos mercados a se abrirem para o avanço de produtos dos países desenvolvidos. Mas a promessa recíproca de globalização do mercado mundial não é verdadeira. Os nossos produtos encontram barreiras alfandegárias, taxas protecionistas, exigências de patentes para remédios, além de condicionantes internas (juros, taxa cambial, ausência de financiamento à produção) e outros expedientes de dominação que tornam essa abertura unilateral e comprometedora da soberania nacional dos países latino-americanos.

O número crescente de excluídos sociais e a concentração de renda em nossos países inviabilizam a criação de mercados internos capazes de dinamizar a atividade econômica, e agravam a injustiça social.

A falta de ética na política tem levado em muitos casos ao comprometimento da credibilidade das instituições democráticas e ao desvio de recursos públicos para priorizar interesses de poucos e poderosos grupos econômicos, ao invés do que é essencial ao nosso desenvolvimento.

Muitos governos estão, neste momento, privatizando, uma após outra, as empresas estatais. Entregam nossos recursos naturais, reservas e riquezas, bem como nossa capacitação tecnológica, a grandes conglomerados, que passam a decidir por nós questões estratégicas e nevrálgicas para o nosso desenvolvimento.
Nosso modelo alternativo de desenvolvimento exige:

- O direito à auto-determinação dos povos e o respeito às diferenças culturais.
- Nossa união, que nos fortalece para a negociação internacional em patamares extremamente favoráveis.
- Políticas de integração e investimento produtivo que preservem os interesses nacionais democráticos e das organizações dos excluídos.
- Uma política industrial da América Latina com investimentos prioritários, incluindo a educaçao em todos os níveis e em pesquisa científica e tecnológica, absorvendo tecnologias apropriadas e limpas.
- Uma política agrícola com reforma agrária abrangente, na maioria dos nossos países que ainda não a fizeram, visando uma agricultura com justiça social, um mercado interno vigoroso e a democratização da propriedade.
- Ampliar os sistemas de apoio à micro, pequena e média empresas, inclusive no que diz respeito à comercialização de seus produtos.

É vital nos reunirmos com os demais segmentos sociais: os trabalhadores do campo e da cidade, os movimentos populares, artistas, intelectuais, estudantes, profissionais de comunicação, religiosos, partidos políticos progressistas, ONGs, com todos aqueles que desejam um caminho de um novo desenvolvimento sustentável e mais democracia social em nossos países.

É fundamental reunir os nossos pares e aliados nos países que sofrem dos mesmos problemas, e lutar por uma política latino-americana de integração que preserve os interesses sociais e nacionais, e os valores democráticos e de justiça social.

Criamos o Fórum Empresarial da América Latina que tem por objetivo a formação de uma rede de empresários que lutará pela implantação de um modelo econômico solidário que coloque como prioridades a erradicação da pobreza, a justa distribuição de renda, o desenvolvimento com geração de empregos, a ética nos negócios e a preservação dos nossos patrimônios humanos, culturais, econômicos e ambientais.

CIVES - Associação Brasileira dos Empresários pela Cidadania - Brasil
APYME - Asamblea de Pequeños y Medianos Empresarios - Argentina
ANIT - Asociación Nacional de Industriales de Transformación - México

COMUNICAÇÃO: DEMOCRACIA AUSENTE

Seminário Paralelo ao Foro de São Paulo

São muitas as transformações neste final de século. O neoliberalismo e a globalização têm seus reflexos no mundo do trabalho, na cultura, na economia, na qualidade e no modo de vida de todos os que habitam o planeta.
Os setores de comunicação , de telecomunicações e de informática têm sido responsáveis, em grande parte, por estas mudanças, tanto como implementadores quanto mentores, sem que, no entanto, estas transformações tenham sido apropriadas pelas populações excluidas do globo.
A crescente riqueza produzida por estes setores- analistas indicam para o ano 2015 cerca de 40% da produção mundial em torno destes setores- e seu óbvio poder colocou para os grandes grupos internacionais a necessidade de controle total sobre as redes de telecomunicações, por onde já trafega , e trafegará ainda mais , 1 trilhão de dólares/ano.
Por isso, é perfeitamente compreensível os sumários processos de privatizações impostos pelo Banco Mundial à toda a América Latina. Grandes empresas públicas de nossos países agora são entregues a megacorporações transnacionais, ou seja, decisões fundamentais para o desenvolvimento de nossos países correm sérios riscos de não mais se efetivarem em Caracas, Buenos Aires ou cidade do México, mas em Madri, Londes, Roma ou Washington .
Aos partidos de esquerda resta a tarefa de impedir que aconteça esta desnacionalização que vem sendo implantada sem ao menos acontecer qualquer discussão mais ampla com a sociedade, mesmo que seja visível a hiper-concentração de setores da mídia provocando ainda mais formação de monopólios e oligopólios privados.
Por isto, dentro deste contexto de imposição da vontade das elites financeiras internacionais e das megacorporações que atuam nas áreas das comunicações e telecomunicações, os participantes do seminário **Comunicação: Democracia Ausente,** indicam para os senhores delegados do 7° Foro de São Paulo, realizado em Porto Alegre, os seguintes encaminhamentos para subsidiarem a discussão deste Foro em relação a produção de políticas que enfrentem o neoliberalismo no campo da informação e suas estradas físicas e eletrônicas:

1) Que a questão da comunicação e telecomunicação tenha um sentido estratégico no enfrentamento ao neoliberalismo. Isto significa os partidos abandonarem a concepção puramente instrumental da informação para adotarem uma postura de construção de políticas tendo a comunicação como um dos eixos fundamentais.
2) Que é urgente a constituição de um controle público, não necessariamente estatal, sobre os meios de comunicação e telecomunicação.
3) Que é tarefa doa partidos de esquerda reorganizar os sistemas de comunicação no sentido contrário da concentração monopolista e com um sentido público.
4) Capacitação da sociedade para se apropriar e entender os processos políticos e técnicos da implantação do modelo neoliberal de comunicação.
5) Envolvimento direto e prioritário dos partidos na luta pela controle público destas áreas.
6) Intransigente luta contra a desnacionalização destes setores.
7) Promover o debate e o estímulo à experiências concreteas aos meios alternativos de comunicação.

8) Estimular a organização dos setores de comunicação de esquerda que envolvam de forma integrada os países da America Latina e Caribe.
9) Promover a divulgação das experiências exitosas e inovadoras da autêntica comunicação de esquerda.
10) Criação de uma Secretaria Especial de Comunicação e Telecomunicação permanente do Foro de São Paulo que promova este debate no seu interior com representantes em cada país.

Porto Alegre 30 de julho de 1997

Inara Claro- Assessora Comum. Vice-prefeito
Dica Sitoni -Assessora Comum. Prefeitura Poa
Vera Spolidoro- Assessora Comum. Tarso Genro
Renata Brecher Müller
Flávio Müller
Renato de Oliveira- ADFRGS
Paulo André Louzada
Arno Maciel
Deoni Fellizzari- SINTAF/RS
Cláudio Dutra- Executiva FITEL
Nelson Morgardo- Partido Comunista Chile
Gladis H. Wolft- Vereadora PT/RS
Celso Augusto Schröder- Secretário de Comunicação PT/RS, direção Fenaj
Ana Ribeiro-Assessora Comun. Prefeitura Poa
Patrícia Pessi- Assessora Com. Prefeitura Poa
Itamar B Garcez
Adroaldo Correa
Marcelo Beltrão- Executiva Fittel
Tânia Failace
Milena Weber- Coordenadora Curso Comum. UFRGS
Daniel Herz- Direção Fenaj, Coordenador Forum Nacional pela Democratização
Hansen Herman - Frente Amplio Uruguay- Partido Socialista

EN ESTE DOCUMENTO NO CONSTAN LAS ULTIMAS RESOLUCIONES APROBADAS EN EL PLENARIO FINAL PORQUE NO HUBO TIEMPO PARA DIGITARLAS. SERÁN INCORPORADAS EN LA PUBLICACIÓN FINAL DE 7º FORO.

PROPUESTAS DE RESOLUCIÓN AL VII FORO DE SÃO PAULO

RESOLUCION # 1 – SOBRE PUERTO RICO

Por cuanto

Puerto Rico es una nación caribeña y latinoamericana, sometida a la dominación colonial por el gobierno de Estados Unidos, desde el año 1898, cuando fue tomada como botín de guerra en el contexto de la Guerra Hispano-cubana-americana. Esse hecho histórico marcó la consolidación del imperialismo estadounidense, que entonces se lanzó com violencia contra todos los pueblos de Nuestra América, hasta nuestros dias.

El pueblo puertoriqueño há luchado por su independencia desde el siglo pasado, contra la dominación colonial española que duró 405 años, y posteriormente contra la dominación colonial estadounidense, hasta nestros dias.

Bajo la condición colonial vigente, Estados Unidos mantiene control absoluto sobre nuestra economia, impone sus leyes y decretos, utiliza impunemente nuestro territorio para propósitos militares y agrede nuestra cultura y nacionalidad.

El gobierno de Estados Unidos há desatado una escalada de su presencia militar en Puerto Rico, instalando en nuestro territorio nacional las facilidades de su Ejército Sur y antecipando el desplazamiento de las tropas del Comando Sur del ejército estacionadas en Panamá, a suelo puertoriqueño, así como la instalación de un sistema de radares com alegados fines de lucha contra el narcotráfico, y la creciente agreción armada contra la isla puertoriqueña de Vieques, ocupada militarmente desde hace más de medio siglo.

Es larga la lista de heróes y mártires que han dado vida y hacienda por la independencia nacional. En este momento, quince luchadores independentistas están encarcelados en prisiones de Estados Unidos, condenados a largas condenas por el solo delito de luchar por la independencia de su patria.

En esa lucha justa y desigual del pueblo puertoriqueño por su autodeterminación e independencia, la juventud há desempeñado un rol destacado, en el centro de estudio, en el centro de trabajo, en el sindicato, en la comunidad y en las organizaciones politicas, sociales y culturales del país. Asimismo le há correspondido a la juventud puertoriqueña recibir los azotes más fuertes de una sociedad en franco deterioro en su calidad de vida, en la que ser joven es considerado delito por las autoridades coloniales.

A pesar de las innumerables acciones del gobierno de Estados Unidos por liquidar la lucha de independencia de Puerto Rico, por quebrar la voluntad nacional de nuestro pueblo e impedir que las nuevas generaciones hagan suyo el compromiso liberador, miles de jóvenes afirman con orullo su nacionalidad y patriotismo y garantizan con su esfuerzo la continuidad de la lucha.

El año próximo se cumplen cien años de la invasión militar estudounidense contra Puerto Rico. Ha sido un siglo de resistencia del cual la nación puertoriqueña ha salido victoriosa. Pero la independencia nacional es aún el gran objetivo a alcanzar. Es hora ya de que Estados Unidos cese su dominación colonial este país caribeño y reconozca el derecho de ese pueblo a su autodeterminación e independencia

Por tanto

Expresamos el más firme respaldo al pueblo puertorriqueño en su justa lucha por la autodeterminación e independencia de su patria caribeñea y latinoamericana.

Demandamos de gobierno de Estados Unidos que cese en su dominación colonial sobre Puerto Rico, y de los pasos necesarios para acelerar el proceso de autodeterminación e independencia de esse país hermano, de conformidad com el derecho internacional vigente en materia de descolonización.

Rechazamos la utilización del territorio y el pueblo puerto-riqueño para propósitos militares; llamamos a la desmilitarización total de la isla de Vieques y de Puerto Rico entero. El Caribe debe ser declaro Zona de Paz.

Reclamamos la inmediata excarcelación de los presos políticos puertorriqueños, prisioneiros por sus convicciones políticas dèsde hace más de una década y condenados a largas condenas de prisiones estadounidenses.

Expresamos nuestro apoyo especial a la juventud puertorriqueña, que lucha contra toda adversidad por una sociedad superior, libre e independiente, en la que pueda plasmar a plenitud sus capacidades y anhelos.

Llamamos a las organizaciones y personas presentes ne el Séptimo Encuentro de Foro de São Paulo, en Porto Alegre, Brasil, a que el 25 de julio de 1998 - fecha en que se conmemora un siglo de dominación colonial de Estados Unidos sobre Puerto Rico- realicen actos frente a embajadas, consulados y otras instituciones represenlaativas del gobierno de Estados Unidos, a cualquier otra actividad de solidariedad reclamando la autodeterminación de Puerto Rico.
¡ Viva Puerto Rico Libre, Caribeño y Latinoamericano!
¡ Viva el Séptimo Encuentro del Foro de São Paulo!
¡ Viva la solidariedad entre los pueblos de América Latina!

RESOLUCION # 2 SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO PERUANO.

EL VII Foro de São Paulo se solidariza con el rechazo masivo y activo del pueblo peruano al régimen autoritario, civico-militar y radicalmente neoliberal del presidente Fujimori. Constatamos la frustración frente a las promesas incumplidas de progreso y trabajo para las mayorias empobrecidas que sufren una economia monopolizada, extranjerizada e inhumana. Demandamos al régimen peruano la erradicacion de la tortura, de los tribunales militares sin róstro, de los inhumanos sistemas carcelarios y poner fin al amedrantamiento a la prensa crítica e independiente y a las fuerzas de oposición que levantan las demandas sociales y politicas del pueblo peruano, y objetan la inconstitucional pretensión de una reelección del actual mandatario.

Presentada por Javier Diez Canseco

RESOLUCION # 3 CAMPANA CONTRA LA REPRESION

El VII Foro de São Paulo aprueba la realización de una campaña continental contra los preparativos represivos, regionales, monitoreados por el imperialismo estadounidense y en particular la pretensión de impulsar la integración de las fuerzas armadas en el Cono Sur.

RESOLUCION # 4 SOLIDARIDAD CON EL COMPAÑERO JOSE RAINHA

El grupo de trabajo del Foro de São Paulo organizará una campaña continental en defensa del compañero Jose Rainha.

RESOLUCION # 5 FORO DEL CONO SUR

El grupo de trabajo coordinará la realización de un foro de los paises del Cono Sur en Santiago de Chile para abril de 1998 cuyos temas pueden ser análisis de las leyes represivas que se estan dictando en varios paises y la concepción frente a la integración.

Resoluciones 3-4 y 5 presentadas por Luis Bilbao de la UMS de Argentina.

RESOLUCION # 6 Coordinación de acciones sindicales y estudiantiles

Las organizaciones del Foro de São Paulo coordinarán acciones a nivel del movimiento sindical y estudiantil. El grupo de trabajo determinará criterios, tareas y responsabilidades.

RESOLUCION # 7 EXIGENCIA DE GARANTIAS ELECTORALES EN COLOMBIA

Colombia se dispone a realizar elecciones locales el 26 de Octubre de 1996, en unas condiciones que muestran el aumento de la violencia, del conflicto armado interno, violaciones al derecho a la vida y la penalización de la protesta politica y social de la población. La acción paramilitar expresada en masacres,

asesinatos y amenazas impide la real participación de las fuerzas alternativas al régimen en amplias regiones del país. A su vez el movimiento guerrillero expresa su desacuerdo con las elecciones argumentando la ilegitimidad del régimen y la falta de garantías

Los anteriores obstáculos a la participación electoral y política se agravan con la utilización de los recursos del Estado en favor de los Candidatos oficialistas, la carencia de igualdad de derechos en la financiacion de las campañas, en el acceso a los medios de comunicación, en el uso del transporte público en las jornadas electorales que colocan en desventaja a las agrupaciones carentes de grandes apoyos financieros.

En esas circunstancias el VII Foro de São Paulo

Exige al gobierno colombiano adoptar medidas que garanticen la participación en elecciones de las fuerzas poliiticas de oposición y democráticas.

Expresa su disposición a comprometerse en participar en la veeduria internacional a las elecciones de Octubre de 1998 propuesta por las fuerzas progresistas y democráticas de Colombia en junio de 1997.

Llama a permitir la neutralidad de la población civil, y demanda el respeto a la vida de los candidatos y al ejercicio de sus derechos políticos .

Manifiesta su apoyo a la búsqueda de una solución política al conflicto social y armado en Colombia. Las organizaciones y Partidos del Foro estan dispuestas a efectuar las acciones de presión y solidaridad necesarias para el logro de ese propósito tal como sucedió en el Salvador y Guatemala, en el pasado reciente.

Propuesta presentada por las organizaciones colombianas integrantes del Foro.

RESOLUCION # 8 DEBATE DEL DOCUMENTO CENTRAL

La plenaria del VII Foro de São Paulo recibe para examinar para examinar el Documento Central, declara:

1. Que las TESIS presentadas para la elaboración del Documento Central del VII Foro de São Paulo es una base para los trabajos a realizar en este VII Encuentro y en instancias futuras.

2. Como se ha establecido no se trata de una propuesta para someter a votación en el Encuentro, sino un incentivo para el debate.

3. Los contenidos del documento no reflejan necesariamente todas las posiciones de las organizaciones integrantes del Grupo de Trabajo, ni tampoco la de todos los partidos que forman parte del Foro.

4. Tal procedimiento corresponde a la naturaleza misma del Foro de São Paulo: una articulación de partidos y movimientos diversos en sus origenes y referencias políticas e ideológicas que no se propone a constituir una organización internacional sometida a cualquier forma de centralismo.

Por todo lo expuesto, el Plenario del VII Foro de São Paulo acuerda proponer:
* Establecer plazo de 4 meses para recibir todos los aportes, sugerencias complementarias o textos sustitutivos, etc.

b. Encomendar a una comisión integrada por el Partido Comunista de Cuba, PT de Brasil, Fuerzas Políticas de Colombia, Frente Amplio de Uruguay y Fuerzas Politicas de Republica Dominicana, que reciba las propuestas, las ordene y distribuya a todas las organizaciones miembros del Foro de São Paulo.

c. Convocar, conjuntamente con una próxima reunión del grupo de trabajo, un seminario sin carácter resolutivo, para examinar las propuestas recibidas y proponer las bases del documento central del VIII Foro.

d. Como procedimiento se propone que en las tesis que existan diferentes propuestas, todas ellas sean incluidas en el documento siempre que las mismas cuenten com un respaldo suficienta según los criterios del GT.

RESOLUCION # 9 RED DE COMUNICACION POPULAR

Para unir y establecer un sistema de comunicación comprometido con la construcción de una sociedad justa y equilibrada, con promoción de la plena ciudadania y de la solidaridad humana en armonia con la naturaleza y considerando que la gran masa de informaciones difundadas en nuestro continente son producidas por agencias internacionales de comunicación oligopolizadas a servicio de las economías hegemónicas y sus organismos ejecutivos, se encarece la urgencia de crear un sistema de informacoón autónomo vinculado a la resistencia contra el neoliberalismo y a la independencia de las clases trabajadoras y populares.

Convocamos a todos los compañeros comprometidos con los intereses y luchas populares a unir sus esfuerzos para la creación inmediata de este sistema independiente de comunicación, embasado en las estructuras ya existentes en nuestras organizaciones constituyendo una proposición en tres etapas respetando las condiciones y ritmos propios a cada uno:

PRIMERA ETAPA: Integración de nuestros sectores de comunicación para amplia circulación y cambio de noticias, informaciones, esclarecimientos y experiencias que pueden servir de soporte, estimulación y ejemplos recíprocos. De ese modo abriremos nuestros medios informativos recíprocamente sin discriminaciones o sectarismos.

SEGUNDA ETAPA: Creación de núcleos regionales de procesamiento de informaciones para integrarlas, sistematizarlas y complementarlas en un proceso dinámico y permanente de recepción, producción y distribución de información tanto para las organizaciones asociadas como para la sociedad en general.

TERCERA ETAPA: Articulación de los núcleos regionales en una red de comunicación popular creando las condiciones para implementar una agenda de noticias de los trabajadores latinoamericanos.

RESOLUCION # 10 COMITE TEMATICO DE MUNICIPALISMO

1. Dirigentes partidistas, alcaldes y autoridades locales reunidos en el seminario sobre las municipalidades teniendo en cuenta el amplio y rico debate realizado sobre los temas: las ciudades, el nuevo orden internacional, el gobierno local, ciudadanía y proyecto democrático popular y socialista recomendamos al VII Encuentro la creación en el ámbito del Foro de São Paulo de un Comité temático de municipalidades.

El comité tendrá como objetivo construir y viabilizar una red y un flujo de información y cooperación entre los partidos integrantes del Foro y sus respectivos gobiernos locales. Para estructurar y viabilizar su funcionamiento el Comité constituirá una Coordinación y una Secretaría Ejecutiva que será nombrada por este Séptimo Encuentro.

2. El Seminario recomienda que en la declaración del VII Encuentro se mencione el papel de los gobiernos locales dirigidos por los partidos que integran el Foro en lucha contra el proyecto neoliberal. Nuestros gobiernos están desarrollando políticas públicas alternativas que reafirman la responsabilidad del Estado y responden a los intereses y necesidades de la ciudadanía.

RESOLUCIÓN # 11 SOBRE LA MASACRE DE LA EMBAJADA DEL JAPON

Frente a los hechos en la residencia del embajador del Japón en Perú, el VII Encuentro del Foro de São Paulo declara:

1. Que desde el inicio de la toma, y sin que esto implicara compartir el hecho, nos manifestamos por una solución pacífica que tuviera como prioridad el respecto a al vida tanto de los rehenes como de los integrantes del comando Edgar Sánchez del Movimiento Revolucionario Tupac Amarú.

2. Que la salida militar impuesta por el régimen cívico-militar no sólo implicó la muerte de un rehen, dos militares y los catorce integrantes del MRTA aniquilados en la operación, sino que profundizó las condiciones de violencia y militarización del país y alejó las condiciones para una solución política del conflicto que vive el Perú hace diez y siete años implicó una burla a la comunidad internacional que mediaba en busca de una solución negociada sin sangre y agravó las inhumanas condiciones carcelarias de los presos en esse país.

3. Que lo ocurrido evidencia el verdadero carácter de Fujimori, cuya esencia dictatorial y represiva se evidencia en su arremetida contra los diversos sectores de oposición, contra la prensa independiente y crítica y contra las autoridades judiciales y estatales que actúen com independencia.

4. Manifestamos nuestra condena a la masecre impuesta por la salida de los rehenes y nuestro rechazo a las prácticas implementadas por el régimen de Fujimori.

5. Exigimos que el Gobierno peruano garantice el debido proceso y adecúe las condiciones de reclusión al Derecho Internacional Humanitaria y se reconozca la condición de presos políticos.

RESOLUCION # 11 SOBRE LA TEMÁTICA DE GÉNERO

Debemos construir una genda de acción al interior de la izquierda que contenga los objhetivos estratégicos básicos y las acciones que promuevan la maayor igualdad y participación de las mujeres en la vida política, económica y social de la región. A tales efectos, los partidos integrantes del Foro de São Pablo resolvemos:

1. Apoyar e impulsar la convocatoria al Encuentro Mundial de Solidaridad entre las Mujeres a realizarse en La Habana, Cuba, los días 13 a 16 de abril de 1998. A tales efectos se conformarán Comités Preparatorios.

2. crear una coordianción de mujeres integrada por representantes de los siguientes partidos: PRD de México, PT y PC do B de Brasil, PC de Cuba, Frente Amplio de Uruguaym Kiga Socialista de Venezuela, Frente Sandinista responsable por designanr la representación de centroamérica y una representante de Argentina. Esta Coordianción trabajará com el Grupo de trabajo permanente del Foro de São Pablo hasta la realización del VIII Encuentro del Foro.

RESOLUCION # 12 SOBRE PARLAMENTARIOS

O grupo de Parlamentares reunido no VII Foro de São Paulo no período de 30 e 31 de julho, em Porto Alegre, ouviu informações sobre a situação dos países latino americanos e do Caribe, prestadas pelos participantes parlamentares deste Foro. Examinou principalmente a situação dos parlamentos Latino Americanos, na fase histórica de predomínio da política neoliberal que estamos vivendo. Considerou necessário fixar sua opinião sobre os seguintes pontos:

1) Uma séria ameaça paira sobre os países da América Latina. A política neoliberal imposta aos nossos povos está trazendo uma situação de grande desemprego no hemisfério, crescimento da pobreza e exclusão de vastas setores sociais, além de enfraquecer seriamente a soberania desses países e retirar-lhes autonomia de decisão nas questões de seu desenvolvimento.

2) Através dos processos de privatização indiscriminada e venda de concessões de serviços básicos, a América Latina tem visto crescer perigosamente a desnacionalização de seu parque produtivo, além de uma desindustrialização arriscada, que atinge especialmente as industrias que incorporam tecnologias mais avançadas

3) Os governos neoliberais de nossos países tem se empenhado em produzir reformas políticas, econômicas e sociais em detrimento dos interesses maiores das nossas nacionalidades e particularmente dos

trabalhadores de nossas terras . As camadas mais pobres tem sido vítimas da perda de direitos sociais básicos como os trabalhistas e os da seguridade, além de privadas dos serviços de saúde e educação públicas, saneamento básico e etc.

4) Na consecução desta política anti-popular os governos tem procurado insistentemente transformar os parlamentos em instituições homologadoras de suas decisões, assumindo crescentemente o monopólio da atividade legislativa, praticamente submetendo os parlamentos aos seus ditames. Em alguns casos chega a usar sórdidos meios de suborno e corrupção, como troca de favores e compra de votos de parlamentares.

5) Constatou-se também sérias ameaças de retorno ao autoritarismo na América Latina, com a tendência a concentração de poder nas mãos do executivo, em detrimento do legislativo e do judiciário, chegando ao ponto do Ministro da Defesa da Argentina ter feito, a 28 de julho passado, uma conclamação fascista às forças armadas dos países do Mercosul, no sentido de que assumissem o combate " ao indigenismo, aos camponeses, a subversão, ao terrorismo e ao narcotráfico", na tentativa de alterar o papel constitucional dessas Forças Armadas e jogá-las de novo contra o povo .

6) A tentativa norte americana de organizar uma associação de livre comércio- a ALCA - foi vista como um caminho a ser criticado, posto que a ALCA é uma organização comercial hegemonizada pelos Estados Unidos, sem participação dos povos americanos e das associações sociais. Condenamos energicamente a política migratória dos Estados Unidos que tem causado graves violações aos direitos humanos dos trabalhadores latino-americanos que lá vão em busca de empregos. Estas violações tem sido acompanhadas de políticas e legislações xenófobas, racistas e discriminatórias das culturas e dos trabalhadores de origem latino-americana.

7) A despeito das limitações que querem impor sobre os parlamentos latino americanos, salientou-se a importância das forças progressistas e de esquerda continuarem ganhando maiores espaços de representação popular e atuando firmemente na defesa dos interesses do povo. Neste sentido, considerou-se igualmente importante que os partidos do Foro de São Paulo redobrem seus esforços para elaborar, dentro do poder legislativo, as propostas alternativas ao neoliberalismo em âmbito social, econômico e político.

8) A reunião fixou uma posição firme de protesto contra a continuada e abusiva atitude dos Estados Unidos de bloqueio e agressão à irmã República Socialista de Cuba, inclusive mantendo a insolente lei Helms Burton, afronta não só a Cuba mas a todos os povos que defendem autonomia política e comercial no mundo.

9) Por último, a Comissão de Parlamentares considerou indispensável que o Foro de São Paulo continue com o intercâmbio de experiências e a unidade das forças progressistas e de esquerda entre seus representantes parlamentares. Para isso, se considerou necessário melhorar seus níveis de coordenação em seus diversos foros parlamentares de caráter multinacional, como o Mercosul e o Parlamento Centro-americano, assim como no Parlamento Latino-Americano (PARLATINO) e na União Internacional de Parlamentares (UIP).
No caso do PARLATINO, a reunião considerou necessário discutir e propor iniciativas que o fortaleçam e o torne mais democrático e representativo. Em particular, a Comissão decidiu levar à consulta entre os partidos do Foro de São Paulo e entre as forças políticas de cada país a conveniência de lutar para que a eleição de representantes ao PARLATINO se realize por voto direto dos cidadãos.
No caso do Parlamento Centro-Americano, a Comissão acordou fazer um chamado em sua defesa e fortalecimento frente às tentativas dos presidentes dessa região, que pretendem enfraquecê-lo, tirando-lhe poderes e capacidade de decisão.

Em relação à agenda dos parlamentares do Foro, considerou-se necessário incluir ao menos os seguintes temas para discussão imediata:

área econômica: proposta de reforma fiscal e revisão da dívida externa (tomando como base o documento de Caracas de julho de 97) e sobre os projetos e acordos de integração comercial e econômica (tanto os da área Latino-americana como os da área da América do Norte);

área social: as reformas da previdência social, os sistemas de aposentadoria, iniciativas em torno do desemprego, a proteção dos trabalhadores do setor informal e sobre os direitos dos povos indígenas;

área política: reformas na legislação eleitoral e nas regulamentações que regem os parlamentares latino-americanos

Para preparar a discussão, as próximas reuniões dos parlamentares e melhorar a coordenação dos deputados e senadores dos partidos do Foro de São Paulo, considerou-se necessário a formação de uma Secretaria Permanente formado por um representante de cada um dos paises representados na reunião. Esta Secretaria se reunirá em outubro de 97 em São Paulo, Brasil, nos mesmos dias em que ocorram as seções do Parlamento Latino Americano.

RESOLUCIÓN # 13 SOBRE EL NARCOTRÁFICO

El VII Foro de São Paulo considerando que el problema del narcotráfico es un problema polico y social considera que:

Las soluciones a este fenómeno deben ser de carácter político, económico y social concertadas y no soluciones represivas que militariceen las medidas de prevención y solución del problema del narcotráfico.

RESOLUCIÓN # 14 SOBRE LA CUESTIÓN INDÍGENA

La mesa de Cuestión indígena en América Latina y el Caribe del Foro de São Pablo exhorta al restablecimeinto del diálogo entre el Ejército Zapatista de Liberación Nacional y el Gobierno mexicano fundamentado en el cumpolimiento de los acuerdos de San Andrés Larrainzar.

RESOLUCIÓN # 15 - APOIO À LUTA DO POVO DO TIMOR LESTE

Os delegados presentes ao 7º Encontro do Foro de São Paulo declaram a sua solidariedade à luta do Timor Leste por sua libertação frente à genocida ocupação militar da Indonésia sobre seu território e conclamam às organizações de trabalhadores, populares, estudantis, profissionais, culturais e religiosas da América Latina a discutirem e defenderem o direito à autodeterminação do povo timorense.

Assumem de público o apoio de solidariedade à causa maubere no âmbito de cada um de seus países, reivindicando de seus governos uma inequívoca posição de apoio ao cumprimento de Resolução da ONU que prevê a imediata retirada das tropas indonésias do Timor Leste, a libertação de todos os presos políticos e realização de um referendo para que o próprio povo timorense, através do voto, decida seu próprio futuro

RESOLUCIÓN # 16 Sobre el Proceso de Paz en Irlanda del Norte

En su declaración del 19 de julio de 1977 el Ejercito Republicano Irlandés IRA anuncio la restauración inequívoca del cese al fuego de agosto de 1994.
Reconocemos la importancia y significado de esa decisión.
Hacemos un llamado a los gobiernos británico e irlandés para que garanticen el establecimiento de negociaciones inclusivas y sustantivas sin dilación.
Esperamos una solución política acordada que pueda contar con la aceptación de todos y que se base en los principios de democracia, igualdad y ejercicio de la autodeterminacion.

PROYECTO DE DECLARACION FINAL DEL VII ENCUENTRO DEL FORO DE SÃO PAULO

Luchamos contra la miseria, pero al mismo tiempo luchamos contra la alienación.

Ernesto Che Guevara

El 7º encuentro del Foro de São Paulo, que contó con la participación de 158 delegadas y delegados de 58 partidos procedentes de 20 países de América Latina y del Caribe, además de 36 organizaciones fraternas, se caracterizó por una rica discusión acerca de las condiciones sociales, políticas y económicas en la región. Si bien puede hablarse de varias perspectivas y análisis diversos, y a veces divergentes incluso, es indudable que el Foro há sido fortalecido por este encuentro.

Hay que destacar, de la discusión misma, los varios elementos que definen como y en que términos se perfila la lucha política del continente. En primer lugar, destaca que , despues de varios años de hegemonismo económico, político e ideológico del neoliberalismo, se presencia de nuevo un ascenso de las luchas populares, democráticas y sociales en prácticamente todos los países. Este ascenso va acompañado de avances electorales importantes en varias naciones de la región , además de la significación nacional e internacional de movimientos sociales com gran autoridad moral.

En segundo lugar, se confirma la creciente importancia y el peso político del que gozan las alternativas programáticas y políticas de las fuerzas que componemos el Foro de São Paulo. La mirada de los pueblos está crecientemente sobre la opción y la viabilidad de gobernancia que se ofrece a partir de las luchas mismas de nuestros pueblos, en donde se expresa la aparición de nuevas representaciones y movimientos sociales y políticos .

En tercer lugar, el crecimiento de nuevas formas organizativas, tanto sociales, civiles, barriales, rurales, sindicales, de jóvenes, de mujeres com visión de género y ciudadanas son expresión nítida de un nuevo dinamismo político y organizativo de los pueblos. La promoción y el fortalecimiento de estos instrumentos de participación popular es una noción nueva de nuestros tiempos de como se prepara la gente para las tareas del ejecicio del poder.

En cuarto lugar, todo este ascenso está viendo, desde ahora, una respuesta de los centros financieros mundiales y del gobierno de los Estados Unidos. Estos buscan fortalecer y profundizar sus alianzas políticas y económicas com los grupos de poder oligárquicos latinoamericanos a fin de cuestionar la viabilidad de la soberanía de los países y de su derecho a determinar, sin intervebcionismo, el curso que tomarán sus respectivos procesos de desarrolllo.

Po último, en un mundo crecientemente interconectado e intercomunicado se percata de que acercan momentos de grandes definiciones de los pueblos.

Para estar a la altura que exije estos procesos , los partidos integrantes del Foro de São Paulo, vemos conveniente desarrollar, en las condiciones de cada país, las alianzas y relaciones políticas que favorecen la consolidación del proyecto democrático y popular contra el neoliberalismo. Este contexto político de incertidumbres y esperanzas ofrece la oportunidad de ser creadores y actores decisivos en la conformación del nuevo poder emergente. La combinación de programas alternativos, de inclusión social y de determinación política son los ingredientes fundamentales para preparar a América Latina y el Caribe para el tránsito hacia el nuevo milenio y hacia una nueva vida de nuestros pueblos.

El 7° Encuentro del Foro de São Paulo resolvió establecer mecanismos de coordinación y discusión permanentes entre sus miembros, para cuyo fin fortalecerá la acción de las secretarías regionales. Desarrollará seminarios de análisis y debate, además de impulsar espacios de intercambio parlamentario, municipal, sindical, de género, de juventudes y de derecho humanos.

La necesidad de profundizar el debate sobre las perspectivas del Foro, sus características orgánicas, su normatividad y los instrumentos para la unidad de acción son temas a desarrollar por el Grupo de Trabajo, en relación con las fuerzas integrantes del Foro, hacia el 8° Encuentro que se llevará a cabo en México bajo auspicios del PRD.

Estamos concientes de que nuestros intercambios y debates se desenvuelven en los albores del Tercer Milenio, momento en que el desarrollo científico y tecnológico impone al mundo transformaciones ineludibles e irreversibles. Los partidcs y movimientos políticos del Foro de São Paulo no las ignoramos ni les tememos. La ciencia y la tecnología son conquistas del género humano y no pueden servir de pretexto para aumentar la miseria social . Nuestra lucha está dirigida a evitar que se les utilice por el gran capital como instrumento de más dominación, subordinación, injusticia, desigualdad y exclusión. Nuestro objetivo es ponerlas al servicio del desarrollo sustentable y equitativo, de la profundizacion y extensión de la democracia política, económica y social, del afianzamiento de la solidaridad y la integración en beneficio de los pueblos y del enriquecimiento de las relaciones humanas.

El imperialismo norteamericano aspira a eternizar el *status quo* para su beneficio exclusivo, pretendiendo que su modelo de sociedad, opresivo y expoliador, es una consecuencia inevitable del avance científico y tecnológico. Estamos convencidos de que, por el contrario, ese avance muestra la capacidad de la humanidad para resolver todos los problemas fundamentales que amenazan su existencia misma. El modelo neoliberal concibe al desarrollo como la condición en que las élites pueden acumular más riqueza a expensas del crecimiento de la pobreza, la marginación y la exclusión de una creciente franja de la población mundial. Afirmamos que el objetivo supremo del desarrollo debe ser la satisfacción de las necesidades materiales y espirituales del ser humano, con justicia social y armonía con la naturaleza. Con las alternativas que defendemos, aspiramos a colocar el conocimiento humano al servicio de los pueblos y bajo su estricto control.

El neoliberalismo, como nueva expresión de la acumulacion capitalista, impulsado por la hegemonía norteamericana y por las agencias financieras

internacionales como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, aumenta y concentra el flujo impetuoso de capitales y mercancías de las grandes potencias destruyendo las barreras y erosionando la soberanía de las demás naciones. Crece la pérdida de fuentes de trabajo y el deterioro de las ya magras condiciones de subsistencia de las mayorías. Los tres grandes bloques dominantes imponen una apertura unilateral a los paises subdesarrollados, a la vez que se construyen nuevos muros para que los trabajadores no puedan migrar tras un empleo escazo, precario y mal remunerado. La globalización neoliberal pretende que las fronteras nacionales sólo se mantengan como barreras de contención de los migrantes. Crece el racismo y la xenofobia. Se globalizan los mercados sometiéndolos a los intereses de las grandes potencias. Se extiende la pobreza, el desempleo, la marginación, la polarización y la exclusión. Una franja creciente de la población mundial, naciones enteras y hasta continentes son clasificados como inviables, privados de sus identidades culturales y sometidos a las consecuencias de la destrucción ambiental del planeta sobre la que se sustenta el consumo opulento de las élites. Ese mundo del sin futuro es el que nos ofrece el neoliberalismo.

El proceso de la globalizacion neoliberal ha implicado una crisis con distintos intentos de reestructuracion de los instrumentos de los partidos tradicionales, lo que há desarticulado, por lo general, el bloque histórico dominante y agudizado los conflictos y contradicciones del propio modelo. Los procesos de restauración autoritaria y de revancha neoliberal , como en Nicaragua, buscan revertir lo acumulado por las fuerzas populares y democráticas, particularmente la lucha por la preservación de la propiedad en manos de sectores populares. El autoritarismo se toma, en casos como el Perú, en una de las tendencias por las cuales los gobiernos, recurriendo a fachadas seudodemocráticas violentan el estado de derecho, agreden a la prensa independiente y a las fuerzas de oposición y concentran el poder para contener y reprimir la creciente respuesta de los sectores populares a la crisis social y económica.

Con la globalización neoliberal los centros de la hegemonía se trasladan al extranjero y vuelven obsoletas algunas de las estructuras de los instrumentos para el quehacer político. La reestructuración de los partidos se determina entonces por la funcionalidad que obtengan frente al modelo. Esto es válido tambien para nuestros espacios del pensar y actuar político, donde lo nacional se debe pensar desde lo mundial y lo local desde lo nacional, sin que esto implique desconocer la particularidad que cada uno representa.

Se generan una gran diversidad de nuevos actores sociales y renuevan el perfil de los ya existentes. Las reivindicaciones de género, ambientales, raciales, étnicas y muchas otras, que en el pasado eran agregadas políticamente a los partidos, crean sus propios espacios políticos y desarrollan su autonomía. Surge una amplia gama de explotados y excluídos que encierran la posibilidad y la necesidad de crear un nuevo universalismo emancipador. Al mismo tiempo existen sectores que tienden a una postura crítica respecto al modelo, como es el caso de capas medias, pequeños y medianos empresarios e incluso capitales nacionales de relativa envergadura.

En el marco de nuestra diversidad en la que coexisten diversas visiones sobre el futuro y la forma de su concreción, coincidimos en la necesidad de diseñar y ejecutar programas capaces de representar y organizar a los trabajadores y a las grandes mayorías populares. El reto consiste en articular a todos los afectados en un proyecto político y social, capaz de incluir al conjunto en el ejercicio pleno de su diversidad y su autonomía, pero reivindicando en su seno la necesidad de la cooperación y de la unidad polítca y de acción para derrotar al neoliberalismo.

En esta dirección para que las fuerzas de izquierda seamos consecuentes articuladores de amplios movimientos de oposición y coaliciones de gobierno, resulta fundamental que poseamos nitidez programática, flexibilidad táctica e instrumentos de acción capaces de asegurar nuestro peso específico e independencia. Es por ello que estamos diseñando programas amplios que cumplan una doble función: auspiciar y profundizar cambios capaces de desatar una dinámica de lucha que derrote la histórica hegemonía de las élites dominante y cree las condiciones para solucionar los problemas urgentes de nuestros pueblos, al mismo tiempo que realice una transformación política y económica de caracter más profundo y que avance hacia una nueva sociedad más justa e igualitaria.

Las organizaciones políticas del Foro estamos derrumbando definitivamente las barreras artificiales entre lo político y lo social como elemento imprescindible de verdaderas alternativas. Esta perspectiva coloca a la lucha de clases, a lo social en el centro de nuestra actividad y refleja una voluntad expresa de una nueva manera de hacer política. Movimientos como los Sin Tierra y los agrarios de la CUT en Brasil, así como el movimiento insurgente de Chiapas, demuestran claramente esta tendencia de articular lo social con lo político. Crece la comprensión que la satisfacción de esa diversidad de reivindicaciones sociales sólo será posible con el enfrentamiento politico a la dominación neoliberal.

Frente a ello los partidos y organizaciones del Foro hemos intervenido resistiendo desde espacios sociales e institucionales, pero tambien hemos realizado experiencias de profunda trascendencia, que en muchos casos han cambiado la correlacion de fuerzas e influyen positivamente en la realidad en que sobreviven los pueblos latinoamericanos y caribenos. Desde la celebración de nuestro anterior Encuentro, la izquierda latinoamericana también registró importantes avances en las luchas populares libradas contra el neoliberalismo en Ecuador, República Dominicana, Nicaragua, Colombia y otros países. En este contexto se destacan los éxitos electorales del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional de El Salvador y el Partido de la Revolución Democrática de México, tanto a nivel legislativo, como en los gobiernos locales y sus respectivas capitales, a los que se suma la transformación de ambos en segunda fuerza política de esas naciones. Otro hecho de gran relevancia es la conclusión del proceso de negociaciones que, debido a su contenido, abrió una nueva etapa de luchas para la URNG y el pueblo guatemalteco, después de 30 años de enfrentamiento armado, por lo que exigimos al gobierno de ese país su estricto cumplimiento.

Los avances de este último año se suman al desarrollo y la acumulación de otros procesos anteriores. La revolucion cubana sigue demostrando que es posible gobernar y enfrentar la globalización neoliberal con un proyecto popular y sin abandonar el principio generador de nuestra lucha: el ser humano. Desde los gobiernos locales y estaduales hemos sido capaces de administrar grandes ciudades, combatir la corrupcion y construir experiencias de participacion. La propuesta de Presupuesto Participativo, tan exitoso en distintas ciudades de Brasil, en particular en Porto Alegre, y el proceso de descentralización en curso en Montevideo marcan un camino, que tiende a reducir el poder burocratico y construir espacios para avanzar en formas de participación y poder popular. En estos crecientes espacios institucionales, estamos desarrollando politicas publicas alternativas que reafirman la responsabilidad del Estado y responden a los intereses y necesidades de la ciudadania .

Sin embargo en Colombia se profundiza la falta de garantias políticas por el avance del terrorismo de Estado, la violación sistemática y masiva de los Derechos Humanos y el desarrollo y legalización del paramlitarismo y criminalización de la protesta social. La guerra se agudiza a pesar de las manifestaciones de los movimientos insurgentes de buscar una solución política al conflicto social y armado,

Cien años despues de haber sido invadido por las fuerzas armadas estadounidenses en el marco de la guerra hispano cubano americana, Puerto Rico continua sometido a la dominacion coloonial. El pueblo puertorriqueno lucha hoy con tenacidad, por su nacionalidad, contra la presencia mlitar extranjera, por la excarcelacion de los presos politicos y por su derecho a la autodeterminacion e independencia. Su causa en nuestra causa. También nos pronunciamos contra el colonialismo vigente en las Islas Vírgenes y otros teritorios de ultramar como: Guadalupe, Martinica y Guyana Francesas.

Cuba sigue resistiendo victoriosamente las agresiones, la hostilidad, el bloqueo y los intentos de aislamiento del gobiemo de los Estados Unidos, que actualmente desarrolla una nueva ofensiva, la cual incluye la adopción de más férreas leyes y medidas extraterritoriales que fortalecen a la mundialmente rechazada Ley Helms-Burton, combinadas con la creciente utilización de actos de provocación y sabotaje. La Ley Helms Burton es expresión de la actual tendencia unilateralista de la política estadounidense, tendiente a imponer sus intereses y su legislación como parámetro de conducta de otras naciones. Ese mismo unilateralismo se expresa también en el establecimiento de los llamados procesos de certificación, en la introducción de clausulas de condicionalidad a los acuerdos comerciales, en la negociación de la Zona Hemisférica de Libre Comercio y las presiones para la militarización de la lucha contra el narcotráfico. Es por ello que debemos unimos más que nunca antes en defensa de la soberanía nacional, porque ésta constituye una premisa insoslayable para la construcción de la democracia.

La sociedad que proponemos tiene que asentarse en la más profunda democracia. Se trata de construir una sociedad y un Estado democráticos, mediante la efectiva y armónica combinación de la participación con la

representación y el poder de decisión. Para ello es necesario enfrentar y superar las múltiples distorsiones existentes en los mecanismos participativos y representativos que distorsionan la voluntad ciudadana. Por medio de ellos se gesta una contradicción permanente entre el juego de exclusion política e inclusión política, donde la primera es la que se va imponiendo. Neoliberalismo y democracia son cada dia mas excluyente. La democracia alternativa que queremos construir supone crear los mecanismos que permitan a todo el pueblo participar en la definición e implementación de las políticas nacionales y ejercer el control sobre la gestión gubernamental. Un componente fundamental de nuestro programa es contar con parlamentos que tengan capacidad de decisión e independencia, junto con el Poder Judicial, frente a los Poderes Ejecutivos y a los grupos elitistas de presión económica. Asimismo, se precisa promover una efectiva democratización de los medios de comunicación masiva.

Nos proponemos luchar por la creación de un marco ético, legal y político, ante la gravedad sin precedentes adquirida durante los últimos años por la corrupción, el tráfico de influencias, las vinculaciones de líderes gubernamentales, políticos y militares con el narcotráfico y el lavado de dinero y otras prácticas ilícitas y degradantes, que vienen justificando diferentes formas de intervención y conducen al retroceso hacia prácticas coloniales supuestamente superadas. Lucharemos porque prime la justicia y no la impunidad, procurando que la corrupción, el tráfico de influencia y los crímenes de Estado sean ejemplarmente sancionados.

La tarea por reconstruir el aparato productivo deteniendo la creciente desindustrialización de las economías, implica desarrollar la planta industrial e impulsar el avance tecnológico. Nos exige el retomar el control de la economía y los recursos naturales, la solución del grave problema sobre la tenencia de la tierra, así como el fortalecimiento de las formas asociativas y solidarias de produccion. El desarrollo estable del gasto social requiere del fortalecimiento del Estado, el estricto control financiero y de una reforma fiscal que, contribuyendo a la estabilidad macroeconómica, sea un instrumento para una más justa distribucion de la riqueza.

Un aspecto esencial de nuestra propuesta es avanzar en la creación de un frente común de deudores, que nos permita enfrentar conjuntamente la solución de la deuda externa. La evolución de este fenómeno en los últimos años, pone de manifiesto el reconocimiento implícito de los duros condicionamientos que impone la deuda y lo nocivo que resultaron ser los mecanismo de cambio de deuda por supuesta inversión.

Resulta importante combinar armonicamente la producción hacia los mercados internos y externos, así como articular políticas de desarrollo desde adentro hacia afuera, que promuevan la competitividad de la industria nacional. La inversión extranjera directa puede constituirse en un factor importante en la captación de nuevas tecnologías y en la apertura de mercados, pero necesita ser concebida como complementaria con la economía nacional y regional. Asi mismo, resulta necesario fortalecer la banca estatal y cooperativa.

Las políticas compensatorias dirigidas hacia los sectores excluidos, deben incorporarse sólo como soluciones de emergencia para corregir

circunstancialmente situaciones críticas, mientras se desenvuelven los resultados de las reformas estructurales. Se impone asumir políticas activas a nivel industrial, agrario, políticas activas de creación de empleo que lleven a aumentar la participación de los salarios en la renta nacional, así como estrategias de desarroollo de la ciencia y la tecnología, que posibiliten la creación de una base concreta para armonizar crecimiento con distribucion. En este contexto, se debe brindar estímulos a la pequeña y mediana empresa por su capacidad para generar empleo.

La estrategia de construccion del nuevo modelo economico y social, debe incorporar la visión de género. Para ello debemos establecer acciones concretas para eliminar la discriminación de la mujer en el empleo y salario, impulsar programas específicos para la mujer rural y la mujeres jefas de familia. Se trata de generar programas de formación profesional y adecuar las normas de seguridad social, incorporando los derechos de las mujeres. Asimismo debemos establecer políticas de acción afirmativa que aseguren el acceso de las mujeres a los puestos de decisión a todo nivel.

Asumimos que los paises de America Latina y el Caribe están constituidos por poblaciones multiraciales, multietnicas y multiculturales, en los cuales el racismo, la exclusion y la transculturizacion, es una de las causas fundamentales que impiden el desarrollo de las poblaciones negras, mestizas e indigenas. Consideramos que es imposible realizar transformaciones estructurales en nuestro paises sin la debida consideracion de la problematica racial y del caracter estrategico del combate al racismo por una sociedad nueva. En el contexto de la lucha por un nuevo orden político internacional, nos proponemos impulsar el fortalecimiento del apoyo y la solidaridad internacional con el continente africano el cual há sido considerado inviable dentro del esquema del libre mercado neoliberal.

Las organizaciones políticas del Foro debemos asumir de hecho las demandas y propuestas de los pueblos indígenas, incluyendolas efectivamente en nuestros contenidos programáticos y prácticas políticas, además de asumir sus luchas concretas por la conquista de sus derechos secularmente negados. Abrir más espacios para la participación indígena en las instancias de participación y decisión interna, respetando su cosmovisión y las especificidades del modo indígena de hacer política y ejercer la democracia.

Todas las alternativas tienen una dimensión cultural. Deben responder a una perspectiva de porvenir, a una utopia necesaria, capaz de sostener las propuestas. Ellas necesitan también una dimensión de esperanza para guardar el ánimo en las situaciones difíciles y en los fracasos. Necesitan una ética para conservar las metas de la acción y fijar la orientaciones cotidianas y los medios concretos en el desenvolvimiento de los compromisos sociales y politicos. Por eso son importantes las referencias espirituales y éticas, que en América Latina y el Caribe tienen tanta vigencia y significación en las corrientes cristianas de base y de otras expresiones regiosas comprometidas .

Los debates del Foro giraron alrededor del tema de la reforma y la revolución. Hay quienes plantean que la reforma es un momento en la lucha revolucionaria , pero que, en este marco, muchas veces há resultado un

retroceso, si tales reformas no se inscriben en proyectos transformadores que apunten hacia los objetivos estratégicos e históricos que dan cuenta de la superación definitiva del Modelo de Acumulación Capitalista en su fase imperialista. Otros compañeros consideran que en esta fase es necesario priorizar la lucha democratica, la electoral, y luchar por reformas que vayan minando la solidez del neoliberalismo.

Existen tambien diferencias sobre la valoración de la lucha armada en esta etapa. En el Foro cohexisten organizaciones que han optado por la lucha armada y otras que, sin practicarla, la consideran como una opcion valida para determinados contextos y aun las que se oponen a esa forma de lucha. Las diferencias se basan en la inexistencia de un concenso en la valoración de las nuevas expresiones de lucha armada, y qué representan estas expresiones en esta fase de las luchas sociales

Todos estos temas seguirán siendo punto de debate en el Foro de São Paulo, y se buscará profundizar tanto teorica y politicamente, como desde las experiencias

A los treinta años de la caída del Comandante Ernesto Ché Guevara y sus compañeros internacionalistas de varios países latinoamericanos, los trabajadores, los campesinos, los jóvenes, los excluidos y los oprimidos del continente, siguen identificados con su figura. Son ellos los mismos que nos alientan y empujan para seguir uniendonos en la lucha por la construcción de alternativas al neoliberalismo, de la cual el socialismo sigue siendo una de las opciones para superarlo, las cuales siguiendo su ejemplo seran basadas en profundas convicciones eticas que integren sin fisuras nuestro pensar y actuar. Treinta anos despues, cuando nos dicen que debemos renunciar a los sueños, a la dignidad y a la etica transformadora, su ejemplo de vida , su capacidad de amar,se enaltece y se encarna en los pueblos del mundo. Desde el VII Foro de São Paulo, reafirmamos nuestro compromiso de solidaridad lucha junto a los trabajadores y movimientos sociales del continente, com la defensa de la causa del pueblo cubano y con la herencia ejemplar de Ernesto Che Guevara

RESOLUCION

El Plenario del 7mo Encuentro del Foro de São Paulo acuerda:

Aprobar la propuesta de Declaración hecha por el Grupo de Trabajo con las siguientes modificaciones y agregados:

1- Acentuar la importancia de la lucha por la soberanía nacional frente al hegemonismo del imperialismo norteamericano y a la pretensión de subordinar a los países a sus políticas e intereses.

2- Afirmar que las alternativas al neoliberalismo, entendido como una forma concreta del capitalismo imperialista, van desde las opciones nacionalistas y democrático populares hasta las de perspectiva socialista que representan una opción de justicia social, de participación auténtica de las clases trabajadoras y del pueblo en las

decisiones políticas, económicas y culturales, y de transformación estructural y cualitativa de los regímenes capitalistas dependientes que existen en América Latina.

3- Revisar el conjunto de la redacción para incoporar la problemática y la terminología de género en el texto.

4- Introducir una reflexión mayor referida a los regímenes de democracia recortada, tutelada o militarizada existente en diferentes países del continente.

Incorporar la noción de democracia como concepto que implica lo económico y social junto a lo político.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE PARLAMENTARES ANEXA AO VII FORO DE SÃO PAULO

O grupo de Parlamentares reunido no VII Foro de São Paulo no período de 30 e 31 de julho, em Porto Alegre, ouviu informações sobre a situação dos países latino americanos e do Caribe, prestadas pelos participantes parlamentares deste Foro. Examinou principalmente a situação dos parlamentos Latino Americanos, na fase histórica de predomínio da política neoliberal que estamos vivendo. Considerou necessário fixar sua opinião sobre os seguintes pontos:

1) Uma séria ameaça paira sobre os paises da América Latina. A política neoliberal imposta aos nossos povos está trazendo uma situação de grande desemprego no hemisfério, crescimento da pobreza e exclusão de vastas setores sociais, além de enfraquecer seriamente a soberania desses países e retirar-lhes autonomia de decisão nas questões de seu desenvolvimento.
2) Através dos processos de privatização indiscriminada e venda de concessões de serviços básicos, a América Latina tem visto crescer perigosamente a desnacionalização de seu parque produtivo, além de uma desindustrialização arriscada, que atinge especialmente as industrias que incorporam tecnologias mais avançadas
3) Os governos neoliberais de nossos países tem se empenhado em produzir reformas políticas, econômicas e sociais em detrimento dos interesses maiores das nossas nacionalidades e particularmente dos trabalhadores de nossas terras. As camadas mais pobres tem sido vítimas da perda de direitos sociais básicos como os trabalhistas e os da seguridade, além de privadas dos serviços de saúde e educação públicas, saneamento básico e etc.
4) Na consecução desta política anti-popular os governos tem procurado insistentemente transformar os parlamentos em instituições homologadoras de suas decisões, assumindo crescentemente o monopólio da atividade legislativa, praticamente submetendo os parlamentos aos seus ditames. Em alguns casos chega a usar sórdidos meios de suborno e corrupção, como troca de favores e compra de votos de parlamentares.
5) Constatou-se também sérias ameaças de retorno ao autoritarismo na América Latina, com a tendência a concentração de poder nas mãos do executivo, em detrimento do legislativo e do judiciário, chegando ao ponto do Ministro da Defesa da Argentina ter feito, a 28 de julho passado, uma conclamação fascista às forças armadas dos países do Mercosul, no sentido de que assumissem o combate " ao indigenismo, aos camponeses, a subversão, ao terrorismo e ao narcotráfico", na tentativa de alterar o papel constitucional dessas Forças Armadas e jogá-las de novo contra o povo.
6) A tentativa norte americana de organizar uma associação de livre comércio- a ALCA - foi vista como um caminho a ser criticado, posto que a ALCA é uma organização comercial hegemonizada pelos Estados Unidos, sem participação dos povos americanos e das associações sociais. Condenamos energicamente a política migratória dos Estados Unidos que tem causado graves violações aos direitos humanos dos trabalhadores latino-americanos que lá vão em busca de empregos. Estas violações tem sido acompanhadas de políticas e legislações xenófobas, racistas e discriminatórias das culturas e dos trabalhadores de origem latino-americana.
7) A despeito das limitações que querem impor sobre os parlamentos latino americanos, salientou-se a importância das forças progressistas e de esquerda continuarem ganhando maiores espaços de representação popular e atuando firmemente na defesa dos interesses do povo. Neste sentido, considerou-se igualmente importante que os partidos do Foro de São Paulo redobrem seus esforços para elaborar, dentro do poder legislativo, as propostas alternativas ao neoliberalismo em âmbito social, econômico e político.
8) A reunião fixou uma posição firme de protesto contra a continuada e abusiva atitude dos Estados Unidos de bloqueio e agressão à irmã República Socialista de Cuba, inclusive mantendo a insolente lei Helms Burton, afronta não só a Cuba mas a todos os povos que defendem autonomia política e comercial no mundo.

9) Por último, a Comissão de Parlamentares considerou indispensável que o Foro de São Paulo continue com o intercâmbio de experiências e a unidade das forças progressistas e de esquerda entre seus representantes parlamentares. Para isso, se considerou necessário melhorar seus níveis de coordenação em seus diversos foros parlamentares de caráter multinacional, como o Mercosul e o Parlamento Centro-americano, assim como no Parlamento Latino-Americano (PARLATINO) e na União Internacional de Parlamentares (UIP).
No caso do PARLATINO, a reunião considerou necessário discutir e propor iniciativas que o fortaleçam e o torne mais democrático e representativo. Em particular, a Comissão decidiu levar à consulta entre os partidos do Foro de São Paulo e entre as forças políticas de cada país a conveniência de lutar para que a eleição de representantes ao PARLATINO se realize por voto direto dos cidadãos.
No caso do Parlamento Centro-Americano, a Comissão acordou fazer um chamado em sua defesa e fortalecimento frente às tentativas dos presidentes dessa região, que pretendem enfraquecê-lo, tirando-lhe poderes e capacidade de decisão.

Em relação à agenda dos parlamentares do Foro, considerou-se necessário incluir ao menos os seguintes temas para discussão imediata:

- área econômica: proposta de reforma fiscal e revisão da dívida externa (tomando como base o documento de Caracas de julho de 97) e sobre os projetos e acordos de integração comercial e econômica (tanto os da área Latino-americana como os da área da América do Norte);
- área social: as reformas da previdência social, os sistemas de aposentadoria, iniciativas em torno do desemprego, a proteção dos trabalhadores do setor informal e sobre os direitos dos povos indígenas;
- área política: reformas na legislação eleitoral e nas regulamentações que regem os parlamentares latino-americanos

Para preparar a discussão, as próximas reuniões dos parlamentares e melhorar a coordenação dos deputados e senadores dos partidos do Foro de São Paulo, considerou-se necessário a formação de uma Secretaria Permanente formado por um representante de cada um dos países representados na reunião. Esta Secretaria se reunirá em outubro de 97 em São Paulo, Brasil, nos mesmos dias em que ocorram as seções do Parlamento Latino Americano.

7 º Foro de São Paulo
Porto Alegre 30 y 31 julio de 1997

Declaración del Taller de Cristianos en Busqueda de Alternativas al Neoliberalismo

1 - Cristianos de diversos paises de America Latina, reunidos en ocasión del 7º Encuentro del Foro de São Paulo, constatamos que, apesar de numerosas contradicciones, el Evangelio siempre fué presente y vivo en la vida y en la lucha de individuos y grupos en la busqueda de la superación de todas las formas de opresión existentes en nuestro continente. La ultima de estas, el neoliberalismo, és objeto de análisis apartir de la radicalidad del mensage evangélico, obligandonos todos a buscar alternativas y a encontrar razones de esperanza en vista de la superación del sufirmiento y la no vida presentes en nuestro medio y en favor de un nuevo proyecto y una nueva escala de valores.

2 - La critica que hacemos apartir del Evangelio al neoliberalismo, en tanto que proyecto de construir las bases de una sociedad mundial bajo la hegemonía de capital y presentandose como la única forma racional de organizar la sociedad, és radical:

2.1 - Porque no cumple con la función de la economía de asegurar a todos los seres humanos las bases materiales de sus necesidades fisicas y culturales y al contrario significa la muerte de millones.

2.2 - Porque se construye sobre una falsa representación del mercado como auto regulador económico y social, cuando la realidad és la construcción de relaciones sociales antagónicas.

2.3 - Porque és antidemocrático, restríngiendo la democracia a sus metas y al ejercicio del voto cada cierto tiempo, reduciendo el papel del Estado y manípulando la conciencia colectiva.

2.4 - Porque és antihumanista, reduciendo los seres humanos a ser instrumentos para lograr sus objetivos económicos y promover valores de competitividad y no de justicia, de individualismo y no de solidaridad.

2.5 - Porque és destructor de la naturaleza, por la utilización de los recursos naturales con criterios puramente mercantiles.

Por eso estimamos que nuestra tarea en tanto que cristianos és la de deslegitimar el neoliberalismo, no solamente en función de sus abusos, sino de su lógica interna que construye la desigualdad social y la de proponer un reemplazo del sistema y no solamente su mejoramiento.

3 - En consecuencia, la busqueda de caminos para las alternativas és un objetivo fundamental:

3.1 - Se trata en primer lugar de recordar siempre la utopia de la sociedad justa y fraternal, que para los cristianos significa una construcción concreta material y cultural, de nuevas relaciones sociales. Una tal perspectiva no permite caer en el pragmatismo de políticas solamente coyunturales.

3.2 - Esta busqueda exige también, en una perspectiva cristiana, la elección como mediación de la ética, de un análisis social partiendo de la visión de los explotados, excluidos y discriminados, para construir colectivamente una ética de las relaciones sociales y no solamente de las relaciones interpersonales.

3.3 - La esperanza és el eje central de una espiritualidad cristiana y de una mistica social, pensando que el Reino de Dios és el único fin de la Historia y que entretanto este se construye en el mundo con valores de justicia y amor. La esperanza también és un elemento esencial para vivir un proceso de transición que és de largo plazo y que se realiza dentro de las contradiciones de un proceso siempre dialéctico.

3.4 - Se trata entonces de construir una espiritualidad liberadora, frente la espiritualidad elitista que usa el cristianismo para legitimar el capitalismo. Se trata de vivir una espiritualidad de las luchas sociales capaz de superar las tendencias recurrentes del reformismo, los obstáculos de la institucionalización de los movimientos sociales, como el burocratismo, el verticalismo, la pérdida de contacto con el pueblo y de superar también la crisis de confianza en un proyecto alternativo.

Se trata de una espiritualidad que incluye la subjetividad de cada persona, la dimensión femenina de la cultura, la diversidad de las mentalidades, lo cual se expresa en la celebración y en la convivencia. Se trada de una espiritualidad universal, preocupada por reunir todas las fuerzas de resistencia en el mundo, en los otros continentes, en las otras creencias y todas las fuentes de una nueva esperanza.

Estas conclusiones que presentamos, como una contribución al Pleno del 7º Encuentro del Foro de São Paulo se constituye también en nuestro compromiso de seguir en la lucha por la construcción de una sociedad justa, fraterna e igualitaria, conjuntamente com todos que desean conseguir este mismo objetivo.

Convocamos a todos los creyentes y cristianos comprometidos a poner la referencia de la fe como un elemento de contribución para la elaboración de este proyecto conjunto.

La fe no nos permite la ambiguedad de las indefiniciones y de la omisión. Nuestro lado es, obligatoriamente al lado de los oprimidos, de los excluidos, de los que claman con máxima urgencia por justicia. Esta és la forma de ser coherentes con el Evangelio y las fuentes inspiradoras de nuestra fe.

Pe. José Aldunati - Chile

Flavio Guerra - Brasil
Ir. Antonio Cechin - Brasil
Pe. Francois Houtart - Belgica
Volmir Miki Breier - Brasil
Selvino Heck - Brasil
Eduardo Piñate - Venezuela
Magdalena Toro - Colombia
Jacques Tavora Alfonsin - Brasil
Ana Isabel de Moraes Alfonsin - Brasil
Judite Dutra - Brasil
Alicia Topolanska - Uruguay
Pe. Armindo Fritzen - Brasil
Pe. Roque Zimermann - Brasil
Fray Ildo Perondi - Brasil
Carmem Lorenzoni - Brasil
Maria Helena Costa Risch - Brasil
Susete Stefani - Brasil
Carlos Alberto Steil - Brasil
Cesario Silva - Brasil
Pierre Beaudet - Canada
Fray Joao Luiz Borsatto - Brasil
David Stival - Brasil
Waldir Jose Bohn Gass - Brasil
Pastor Oneide Bobsin - Brasil
Carmen Morente - España
Julio Battistoni - Uruguay
Oscar Perna - Uruguay
Pe. Oliverio Medina - Colombia
Leonardo Toss - Brasil
Pastor Roberto E. Zwetch - Brasil
Clotilde Bins - Brasil
Luiz Eduardo Prates da Silva - Brasil
Vera Luci M. P. da Silva - Brasil
Imira Machado da Rosa - Brasil
Humberto Jose Scorza - Brasil
Gilberto Carvalho - Brasil
Eugenio C. G. Hansen - Brasil

Reuniram-se em Porto Alegre, no dia 31 de julho, representantes de 15 fundações ou institutos de 09 paises. Alguns dentre estes são vinculados a distintos partidos políticos. Outros são instituições autônomas. Entre suas áreas de atuação, destacam-se:

- Formação Política;
- Reflexão Político-Ideológica;
- Publicações

No decorrer da reunião, verificou-se a existência de várias áreas e problemas comuns. Foi consensualmente decidido incrementar o contato e intercâmbio de publicações e de experiências entre estas entidades, de maneira a dar os primeiros passos para a constituição de uma rede de cooperação.

Presentes:

Argentina: Instituto Buenos Aires
Instituto Bonaerense de Analisis y Proyectos
Universidad de los Trabajadores

Bolivia: Instituto Boliviano de Estudios Sociales y Técnicos (IBEST)

Brasil: Fundação João Mangabeira
Fundação Perseu Abramo
Instituto Astrojildo Pereira

Canadá: Alternatives - Fórum Mundial das Alternativas

Chile: Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz
Planificación y Gestión Municipal

Franca: Espaces Marx

Haiti: CRESFED

Itália: Partito Democratico de la Sinistra (PDS)

Uruguai: Editorial "Conclusiones"
Instituto Fernando Oturgués (IFO)

Propuesta para la accion politica
en materia de juventud
en el marco de una alternativa
democratica y popular
al neoliberalismo

Propuesta de las juventudesl Frente Amplio del Uruguay y PT del Brasil para el 7mo. Encuentro de I Foro de San Pablo
Porto Alegre -28 de junio de 1997

Propuesta para la acción politica en materia de juventud en el marco de una alternativa democratica y popular al neoliberalismo

1. Introducción

Si bien en distintos puntos del planeta se abandona el paradigma neoliberal ante el fracaso de sus propuestas para atender satisfactoriamente las demadas del crecimiento economico y el bienestar social de la poblacion, en America Latina nuestro paises y las grandes mayorias aun sienten sus consecuencias debido al dogmatismo e insensiibilidad de gobiernos que se niegan a cambiar de politica economica.

Los efectos de la apertura indiscriminada de las economias y la prescidencia de los Estados ante resultados muy graves como el desempleo y el deterioro de las condiciones de vida en general, constituyen el contexto referencial clave para abordar los temas de la juventud en su especificidad - como uno de los sectores sociales mas desprotegidos - y a la vez sin perder de vista el hecho de que las respuestas mas profundas solo se concretaran en una perspectiva transformadora de conjunto.

En la búsqueda de alternativas y en nuestra luchas, debemos asumir tres desafios centrales:

1) desarrolar propuestas de gobierno concretas para la superacion de los problemas juveniles de cara a nuestra posibles acciones de gobierno, o de oposicion;
2) apuntalar mayores niveles de participacion activa delos jóvenes en movilizaciones tras sus reivindicaciones, y una coordinacion efectiva de los movimientos juveniles politicos y sociales, tras las mismas, en todo el continente, y
3) incorporar los nuevos problemas que aparacen en la coyuntura mundial, trabajandolos con actitid creativa para enfretarlos colectivamentey com eficacia.

El impacto de las modificaciones que tienden a globalizar un importante nucleo de patrones y valores culturales desde los centros de decision mundial, sin la mas minima posibilidad o intencion, manifesta de interacción o selectividad, es uno de los mas importantes.Teniendo en cuenta de que la inmensa mayoria de las imagenes que se ven en nuestros paises provienen de los Estados Unidos, el creciente peso de los medios masivas de comunicación en la formación, formas de comportamiento, de pensamiento y las identidades culturales en nuestras sociedades - y particularmente en los jovenes - es impressionante. Acompanado de la llamada globalizacion economica, esta universalizacion de "las imagenes" parece ser la contracara de la fragmentacion y las diferenciaciones sociales que se van desarrollando como consecuencia paralela del dedespliegue de esta globalizacion con orientacion neoliberal.

Por outro lado ointentamos avanzar sobre algunas ideas para la discusión y construcción de un marco de regferencia general que ayude a la definición de acciones concretas a desarrollar en materia de juventud dentro de un alternativa politica de izquierda.

Estamos convencidos que ambas son tares inseparable en la elaboración de un proyecto verdaderamente transformador.La critica sin la consiguiente propuesta , resulta un ejercicio esteril a la hora de enfrentar el discurso único del paradigma neoliberal dominante a la hora de convencer a nuestros pueblos de una alternativa posible .Ya no basta con definirla por la negativa ("progresista es lo que no es neoliberal")entre otras cosas,porque nos dice poco cuando se trata de disenar y plantear propuestas movilizadoras hacia otros horizontes posibles.

Para avanzar en pos de este horizonte,el Encuentro de Jóvenes de América Latina en el marco del Foro de San Pablo, se transforma en una instancia de incalculable valor para el intercambio y la articulación de iniciativas y experiencias de las fuerzas politicas de izquierda de la región,los aprendizajes realizados en los gobiernos progresistas locales y municiaples adquieren en este marco de intercambio una especial significación .

Este encuentro debe asociar el análisis con la propuesta, y ambos con la movilización de nuestros pueblos:ser lúcidos en cuanto a la realidad es la mejor contribución que podemos hacer para que el modelo alternativo que vive en nuestras sociedades se manifieste.

Las juventudes del Frente Amplio y P T de Brasil propone la realización de un taller preparatorio para el próximo encuentro de juventudes de America Latina y el Caribe en el marco del 8vo. Foro de San Pablo.

Para tal fin proponemos que la organización de un taller preparatorio quede a cargo de la juventud del Frente Amplio y PT , sin excluir a ninguna organización que desee sumarse a la organización del mismo.

Nº DOCUMENTO 9708595
TITULO Perú: Narcos colombianos intentan establecerse en Lima.-
PROCEDENCIA Agencias 4/5/97

11146 11070 11214
65092 11229
66817 11225 11422
11224 11354
520024 65592

FB6027

R SUCB1 05-04 00389
amt

PERU-NARCOTRAFICO
NARCOTRAFICANTES COLOMBIANOS INTENTAN ESTABLECERSE EN LIMA

Lima, 4 may (EFE).- Los narcotraficantes que formaron parte de los carteles colombianos de Cali y Medellín intentan establecer en Lima una organización similar a las que integraban en su país, publica hoy el diario peruano "Expreso".

Los primeros pasos para la creación de la "firma de Lima" por colombianos, han sido detectados por los servicios de espionaje, precisa el periódico, que cita como fuente los documentos confidenciales de información a los que tuvo acceso.

La versión añade que esos documentos informan de la llegada en los últimos meses a la capital de Perú de "coordinadores" de las organizaciones narcotraficantes de Colombia, procedentes de las zonas cocaleras selváticas de Perú, donde actúan los narcotraficantes peruanos.

La elección de Lima como centro del narcotráfico ha sido adoptada, según las fuentes de los servicios de información, ante la oposición por parte de las cuatro grandes bandas de los "narcos" que dominan la región selvática peruana, a que se establezcan en esa zona nuevo grupos de traficantes de drogas.

El diario agrega que hubo intentos de los ex miembros de los carteles de Cali y Medellín para establecerse en la región cocalera y en los sectores fronterizos peruanos, pero fueron rechazados "a sangre y fuego" por las organizaciones delictivas que tienen hegemonía en esos lugares.

Añade que las cuatro bandas que no admiten la competencia en la selva del país son las de los hermanos Nicolás, Segundo y Adolfo Cachique Rivera; la del colombiano Waldo Vargas, alias "Ministro", quien reside en su país; la de Antonio Ríos, alias "tío Ríos", escondido en Colombia, y la del "narco" apodado "Cristal". Fichas

Estos grupos sólo permiten que otros narcotraficantes se dediquen a la recolección de la droga, pero no a la venta a gran escala o la exportación del estupefaciente, que es la actividad que pretenden llevar a cabo los colombianos.

Entre los proyectos que han detectado los servicios de información figuran la construcción de laboratorios clandestinos de elaboración de droga en la periferia de Lima, y exportar cocaína pura a través del aeropuerto internacional limeño y el vecino puerto del Callao.

La versión afirma que los agentes de la Dirección Nacional Antidrogas (Dinandro) y del Servicio de Inteligencia Nacional (SIN) se encuentran en "alerta máxima" para evitar que prosperen los planes de los narcotraficantes colombianos en Lima. EFE

ERA/LM/mlr

Doc. Poco legible.

05/04/10-37/97

9708595.

01-01

9708596

XA9768

R POXBT 05-04 00436

mun exg

UE BOLIVIA

Doc. Poco Legible

DELEGADA UE: CONFLICTO COCALEROS DEBE RESOLVERSE DIGNAMENTE

La Paz, 3 may (EFE).- El problema entre productores de hoja de coca y las autoridades bolivianas debe resolverse de manera digna, afirmó hoy la delegada de la Comisión Europea encargada de lucha antidroga, antifraude e inmigración, Anita Gradin, que visitó los departamentos de Santa Cruz y Cochabamba en los últimos días.

La delegación europea visitó proyectos de desarrollo que, con apoyo de la Unión Europea, se efectúan en Santa Cruz y la región cochabambina de Chapare, la mayor productora de la hoja de coca de Bolivia.

Gradin, de nacionalidad sueca, recorrió En Chapare algunas plantas donde se llevan a cabo proyectos de desarrollo alternativo al cultivo de los cocales y conoció el trabajo de la oficina de Derechos Humanos en esa región.

"Es un trabajo impresionante y muy delicado, porque es necesario mantener un equilibrio entre lo que hacen las autoridades y lo que existe en el terreno", afirmó la delegada europea en una rueda de prensa que ofreció hoy en la sede del Ministerio boliviano de Relaciones Exteriores.

Gradin se negó a emitir una opinión sobre los continuos enfrentamientos entre los campesinos y las fuerzas de la Unidad Móvil de Patrullaje Rural (UMOPAR) que se producen en la zona productora de coca.

"No soy yo quien pueda juzgar esta situación, pero he conversado con las autoridades de la oficina derechos humanos y he obtenido buena información", afirmó.

Agregó que "por una parte se tiene a los productores y a las autoridades oficiales, lo importante acá es que se pueda resolver este problema de una manera digna".

Gradin -que llegó a Bolivia acompañada de un miembro de la Comisión, Nils Oberg, y de la jefa del sector de cooperación en el dominio de drogas, Liliana Brykman- destacó el trabajo de la oficina de derechos humanos, que investiga denuncias generalmente de productores de coca contra efectivos de la lucha antidroga.

"Mi impresión es que la oficina de derechos humanos está trabajando para resolver todos los problemas de manera apropiada", manifestó.

La encargada de lucha antidrogas de la Comisión Europea comentó que para hacer frente al narcotráfico es necesario luchar no sólo contra las mafias organizadas, sino también contra los consumidores.

"No podemos estar satisfechos hasta que tengamos una sociedad libre de drogas", advirtió.

Gradin fue invitada hoy a una recepción en la embajada de la Comisión Europea en Bolivia a la que asisten líderes de diversas organizaciones políticas bolivianas, con los que, según afirmó, tiene interés en conversar.

"Sin duda tendremos un diálogo interesante sobre las perspectivas electorales", subrayó y recordó que también es política, con 24 años de funciones en el Parlamento sueco. EFE

eb/mms/nd

01-01

9708596.

xA9864

R VARBT 05-04 00177
mun exo

EEUU-DROGAS
25 PERSONAS HOSPITALIZADAS POR INTOXICACION "CRACK"

Washington, 4 may (EFE).- Un total de 25 personas fueron hospitalizadas por una intoxicación provocada por una dosis de "crack", algunas de ellas en estado critico, informó la policia de Winten Haven, en el estado de Florida.

El inusual número de casos atendidos durante el fin de semana llamó la atención debido a la reacción ocasionada por el "crack" que, segun las autoridades, pudo estar mezclada con algún producto quimico o ser extremadamente potente en su contenido de cocaina.

La policía hizo un llamamiento público para que los usuarios de drogas evitaran fumar el "crack" comprado recientemente.

Sonya Dodds, portavoz de la policia, dijo que las reacciones observadas no pertenecen a las que ocasiona usualmente esta droga.

Una de las victimas intoxicadas fue encontrada cuando intentaba cavar en el pavimento, mientras que otras fueron halladas en un estado de total desorientación.

Al menos seis de las victimas estaban hoy en situación critica por el alto grado de intoxicación, se informó en el hospital Winter Haven. EFE

FRB/JLM/ND

05/04/22-08/97

Nº DOCUMENTO 9708598
TITULO EUA: señala entre objetivos básicos de política hemisférica
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA DE PROCEDENCIA 5/5/97
VINCULACIONES 11176
65092
65890
11356
11349

LOS INTERESES PERMANENTES DE EE.UU.

Los objetivos de Washington

La administración Clinton dijo que su política hemisférica se basa en cuatro ejes • Entre ellos mencionó el libre comercio • Y la lucha contra el narcotráfico • EE.UU. incrementará su presencia en la región

La política hemisférica del gobierno estadounidense tiene cuatro objetivos básicos: el libre comercio, la vigencia de la democracia, la lucha contra el narcotráfico, la inmigración ilegal y la degradación ecológica y la promoción de un desarrollo sostenible junto con el alivio a la pobreza.

La definición de esas prioridades fue realizada el mes pasado ante un subcomité legislativo por Jeffrey Davidow, secretario asistente para Asuntos Interamericanos del Departamento de Estado.

Davidow afirmó, ante el Subcomité para Asuntos Hemisféricos de la Cámara baja, que, aunque las relaciones de Washington con cada país de la región presentan "desafíos únicos", cuatro ejes definen la esencia de la política de los Estados Unidos:

- Promover el libre comercio y la integración económica para ampliar el desarrollo económico y asistir así al empresariado estadounidense.
- Fortalecer la democracia y el imperio de la ley para asegurar los valores y principios que han guiado la acción de nuestra nación a lo largo del hemisferio.
- Combatir el narcotráfico, el contrabando migratorio y la degradación del medio ambiente para minimizar el impacto de estos problemas transnacionales.
- Impulsar programas de desarrollo sostenible y de alivio a la pobreza para mejorar los niveles de vida de todos los ciudadanos de la región.

Davidow defendió esta lista asegurando que la misma es "consistente con nuestros intereses permanentes" y que su implementación exitosa haría al siglo XXI "más próspero y seguro" para los estadounidenses.

El funcionario anticipó en la misma oportunidad que los próximos doce meses verían "un intenso foco" de Washington en América latina y el Caribe, período que de acuerdo con Davidow inicia el presente viaje del presidente Bill Clinton a México y que se cerrará con la presencia del mandatario en la II Cumbre de las Américas a realizarse en Chile en marzo entrante.

> Una zona americana de libre comercio permitiría generar un mercado de 800 millones de personas

En este proceso se destaca también la promoción de una zona americana de libre comercio que permitiría generar un mercado de 800 millones de personas y un producto bruto combinado de unos nueve billones de dólares.

La secretaria de Estado, Madeleine Albright, también hizo referencia al interés de la administración Clinton de acceder a una área de libre comercio en el continente para el año 2005.

Unidad geoeconómica

Al hablar en el Departamento de Estado, la funcionaria dijo: "**El hemisferio occidental se vuelve, cada vez más, una sola unidad geoeconómica.** Desde Point Barrow (el punto extremo del norte de Alaska) hasta la Patagonia, vemos un mercado potencial de 800 millones de personas y un PBI mucho mayor, unido de modo creciente por normas de inversión y comercio más liberales".

Albright, al comentar los problemas que afectan al subcontinente, señaló: "Demasiada gente sigue atrapada en Latinoamérica **en una telaraña de ignorancia, pobreza y abuso, especialmente para la mujer**". □

9708598.

01-01

Nº DOCUMENTO 9708598
TITULO BRASIL: Ingula cocaína a obreros. —
PROCEDÊNCIA C. Estado, S. Paulo
5/5/94

Polícia prende peões de obra com cocaína

RIO - Três operários do canteiro de obras do Centro Esportivo Olinda Eris, próximo da Favela Comari, foram presos ontem por tentarem esconder 150 papelotes de cocaína no local de trabalho. Os irmãos João Carlos e Luís Cláudio Nascimento Pereira, de 28 e 25 anos, e Jair da Silva Ferreira, de 31 anos, estavam perto do canteiro de obras quando dez policiais do RP-Mont, de Campo Grande (zona oeste), chegaram para apurar uma denúncia de tráfico no local. Além da droga foi encontrado um revólver Taurus calibre 38.

01-01

9708599.

BOLIVIA-ONU
MINISTRO JUSTICIA HABLO DE DROGA Y CORRUPCION

Viena, 6 may (EFE). El ministro de Asuntos Exteriores de Bolivia, René Blattmann, dijo hoy a EFE en Viena que su país ha propuesto que se subvencionen los productos alternativos a la hoja de coca como medida para la lucha contra el narcotráfico internacional.

Blattmann, que participa aquí en la sexta sesión de la Comisión de las Naciones Unidas para la Prevención del Delito y la Justicia Penal, subrayó que la lucha contra la droga en el mundo sólo puede "salir adelante en un esfuerzo compartido por todos" y que "los países productores no pueden luchar solos".

Agregó que Bolivia trata de erradicar las plantaciones de coca, pero se quejó de que los países desarrollados envíen a los campesinos "los precursores necesarios para elaborar la cocaína" y si antes Bolivia sólo era productora de hojas de coca, hoy "los campesinos bolivianos también cristalizan la cocaína".

Por ello, para combatir esa droga hay que "atacar todos los eslabones simultáneamente", desde la producción de la cocaína hasta el lavado de dinero, según el ministro boliviano, que considera necesario aumentar el control en las fronteras y fortalecer los ingresos de los campesinos que se dedican a otros cultivos.

En relación al proyecto de resolución "contra la corrupción y el soborno" presentado por Costa Rica en la reunión de la ONU en Viena, Blattmann dijo que su Gobierno comparte la preocupación causada por la práctica de soborno por parte de empresas de países desarrollados en América Latina.

"Estados Unidos tiene una legislación muy dura que prohíbe a sus empresas la práctica del soborno en otros países con fuertes sanciones para quienes infrigen esta ley", lo cual "es un buen mecanismo de lucha contra la corrupción", dijo el ministro de Justicia.

El proyecto costarricense insta a los demás Estados a introducir nuevas leyes, si fuera necesario, para castigar a las compañías que sobornan a cargos públicos de otros países para ganar licitaciones importantes.EFE

HR/JR/IE

05/06/13-48/97

Nº DOCUMENTO 9708600

TITULO BOL/ONU: Ministro de Justicia propone subvencionar productos alternativos de coca en Viena. -

PROCEDENCIA AGENCIAS

FECHA Nº PROTOCOLO 6/5/97

VINCULACIONES 11176 11343
65092 11225
507480 11354
501889 11514
11075 11360
11994 65644
01-01

9708600.

N. DOCUMENTO 9708601

TITULO Venezuela: Denuncian complicidad de altos funcionarios con el narcotráfico.-

PROCEDE Agencias

FECHA 5/5/94

VINCULADO 11176 65092 11229 67390 11422 11214 11676 11519

[illegible]

[illegible] 05-05 00470
mun exg ica

VENEZUELA DROGAS
DENUNCIAN COMPLICIDAD ALTOS FUNCIONARIOS CON NARCOTRAFICO

Caracas, 5 may (EFE). El diputado independiente venezolano Walter Márquez afirmó hoy que "altos funcionarios del Ministerio de Interior están involucrados con el tráfico de drogas".

Márquez, que mantiene una dura polémica con el titular del despacho del Interior, José Andueza, precisó en declaraciones a la prensa que los cómplices de los traficantes están instalados en la Dirección de Extranjería (DEX), organismo dependiente del Ministerio del Interior.

Andueza manifestó la semana pasada que las denuncias de Márquez contra la DEX tratan de entorpecer el proceso que se sigue contra el presunto traficante colombiano, Justo Pastor Peratán, para impedir que sea entregado a las autoridades estadounidenses.

"Esas declaraciones son un chantaje del ministro para que no se investigue la red del narcotráfico en la que están involucrados altos funcionarios del Ministerio del Interior que trabajan en la DEX", afirmó Márquez.

El diputado, que llamó "encubridor" a Andueza, afirmó que con su petición trata de desenmascarar a quienes colaboran con los traficantes vendiéndoles nuevas identidades y comerciando con la nacionalidad venezolana.

El ministro de Justicia, Hilarión Cardozo, se refirió hoy al enfrentamiento entre Andueza y Márquez y, aunque de entrada dijo que jugaba en el equipo del gobierno, lo que le llevaba a ser solidario de su colega del Interior, reconoció que Márquez no pretende obstaculizar el proceso.

Cardozo indicó que las discrepancias se resolverán satisfactoriamente y manifestó su esperanza en que "esta extradición se produzca rápidamente como una demostración de la capacidad de rechazo que tiene Venezuela a este tipo de delito".

El magistrado de la Corte Suprema de Justicia, Ismael Rodríguez, indicó hoy que ya recibió el sumario de 300 páginas elaborado por la juez que, por tres veces, interrogó a Peratán.

Cardozo recordó que sólo falta anexar la opinión del Fiscal General, Iván Badell, para que la Corte pueda pronunciarse sobre el destino de Peratán.

Badell señaló que antes de pronunciarse sobre el caso será preciso revisar los tratados de extradición con Colombia y Estados Unidos así como las leyes sobre las que podría asentarse la entrega de Peratán.

Peratán fue detenido el 1[illegible] de abril en la ciudad de San Cristóbal, cercana a la frontera de Colombia, de donde fue trasladado a los sótanos de la Dirección de Inteligencia Militar (DIM), en Caracas.

Los abogados del presunto jefe del cartel de Bogotá han reconocido que su trabajo está orientado a impedir que Peratán sea entregado a la justicia de EEUU.

Igualmente han señalado que [illegible] sea

01-02

9708601.

[illegible]

[illegible] de los principales partidos políticos venezolanos y de otros sectores sociales han coincidido en preferir que [illegible]

termine en EEUU, por considerar que la justicia que se imparte en ese pais es menos maleable y mas contundente que la colombiana o la propia venezolana. EFE

RR/JMP

05/05/22-31/97

Esta Fs. se encuentra así al momento de la microfilmación

02-02

9708601

Llega Clinton con agenda antidroga

ESTADOS UNIDOS TRATA QUE MEXICO NO SEA COLOMBIA

Bill Clinton llegó a México con buenos augurios. Ambos países firmaron un acuerdo contra el lavado de dinero de la droga y se felicitaron por la cooperación. Pero el embajador de Estados Unidos dijo que los mexicanos "tienen cinco años para evitar ser Colombia".

MEXICO, 5 (AFP y Reuter).— Estados Unidos y México acordaron incrementar la cooperación bilateral para combatir el lavado de dinero vinculado al narcotráfico, poco antes de la llegada del presidente Bill Clinton que comienza en ese país su primera gira por Latinoamérica.

El canciller mexicano José Angel Gurría y la Secretaria de Estado de Estados Unidos, Madeleine Albright, anunciaron en rueda de prensa conjunta la conclusión de ese y otros acuerdos sobre diez diferentes aspectos de la compleja relación bilateral.

La llegada de Clinton se produce en una coyuntura particularmente difícil para las relaciones entre los dos países y la Comisión examina varios de los temas que suscitan controversia, entre ellos las cuestiones migratorias y el combate al narcotráfico.

Una nueva legislacion aplicada por Estados Unidos afecta a los 6,7 millones de mexicanos que viven en el país del norte, segun el último censo, y recientes tensiones relacionadas con las políticas de lucha antinarcóticos envenenaron las relaciones entre los dos vecinos.

■ MAS AGENTES ANTIDROGA

El último episodio de la controversia, ampliamente repercutido este lunes por la prensa mexicana, es la exigencia de Estados Unidos de que México acepte un incremento del número de agentes de la agencia antidrogas estadounidense, DEA, que operan en su territorio.

El canciller Gurría reconoció el lunes la necesidad de incrementar el número de agentes de cada país presentes en la nación vecina, que son actualmente 52, encargados de coordinar la acción antidrogas.

"El número de agentes depende de las necesidades" y "necesitamos aumentar ese número", dijo Gurría, afirmando que no se trataba de una decisión "política" y destacando su caracter recíproco.

Albright precisó que Washington no pide que se aumente "enormemente" el número de agentes, pero insistió en la necesidad de asegurar su protección. México se opone a que los funcionarios de la DEA estén armados.

■ EL PUNTO ALGIDO DE LA BATALLA

El acuerdo sobre lavado de dinero, cuyos detalles se darán a conocer posteriormente, apuntaría a homologar de manera gradual un sistema para que se pueda investigar transacciones de sumas importantes de dinero cuando se sospechen irregularidades.

Conforme al acuerdo, los bancos deberían cooperar con las autoridades registrando operaciones sospechosas.

Gurría indicó que la enmienda atribuye responsabilidades particulares al fiscal de la nación, en materia de lucha contra el lavado de dinero.

En un discurso inaugural, Albright rindió homenaje a los esfuerzos desplegados por el gobierno mexiceno para combatir al narcotráfico y el "involucramiento personal" del presidente Ernesto Zedillo.

"No estamos ganando ni perdiendo sino que estamos en los momentos más duros de la batalla" contra la droga, dijo Albright al iniciarse los trabajos de la Comisión.

Gurría aprovechó la oportunidad para reclamar una vez más la modificación del mecanismo de "certificación" antidrogas aplicado por Estados Unidos.

■ SER O NO SER "COLOMBIA"

Pero mientras a nivel oficial ambos países se felicitaban por los esfuerzos contra el narcotráfico, el embajador de Estados Unidos en México, James Jones, dijo que México tiene cinco años para evitar ser una nueva Colombia.

Jones, en una entrevista publicada en el número más reciente de la edición internacional de la revista Newsweek, dijo que era indispensable que el gobierno mexicano tome medidas ahora que aún puede acotar el problema.

"Mi sensación es que hay un período de tres a cinco años para imponer la ley y el orden en el sistema o México se podría convertir en otra Colombia", dijo Jones, cuyas declaraciones fueron difundidas en vísperas de la visita del presidente Bill Clinton a la capital mexicana.

"Si México se convierte en otra Colombia, eso permea todo. Si los carteles (de la droga) permean a la sociedad, entonces no se tiene un sistema democrático, y todo lo que se quiera lograr para lograr el nivel del primer mundo se va por el caño", agregó el diplomático.

■ HILLARY ADMIRADA POR LAS PIRAMIDES

Alejada de las complicadas gestiones oficiales, Hillary Clinton, acompañada por la primera dama de México, Nilda Velasco de Zedillo, visitó el lunes la enorme pirámide de Uxmal, una de las maravillas de la arquitectura maya.

Aunque dijo que se sentía abrumada por el paisaje, Hillary Clinton decidió no escalar a la cima de la edificación de más de 38 metros de altura.

La esposa del presidente de Estados Unidos dijo que hubiese querido subir a la pirámide milenaria, que se erige en la densa selva de la península de Yucatán, pero encontró la piedra caliza muy áspera para sus zapatos.

"Nos consideramos como unos soldados de caballería, pero tengo los zapatos equivocados", dijo mientras otros miembros de la comitiva escalaban el edificio.

"Voy a observar con admiración, asombro, celos, envidia", agregó la primera dama.

"Estoy abrumada por el tamaño y la complejidad de las tallas y la iconografía que vemos aquí", dijo la primera dama mientras observaba un grupo de edificios cuidadosamente tallados del Palacio del Gobernador.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencias

FECHA 6/5/97.

VINCULACION

[illegible]

MEXICO-EEUU

CLINTON Y ZEDILLO ACUERDAN PREPARAR ESTRATEGIA CONTRA DROGAS

Mexico, 6 may. (EFE). Los presidentes de Estados Unidos, Bill Clinton, y de Mexico, Ernesto Zedillo, acordaron hoy, en la reunion que celebran en la capital mexicana, ordenar a sus Gobiernos la "preparacion de una estrategia comun contra el trafico de drogas".

El plan, que debe estar concluido a finales de año, pretende atacar "la oferta y la demanda" de estupefacientes.

Asimismo, han decidido poner en marcha "un estudio binacional sobre migracion que ayude a entender las causas del flujo de migrantes mexicanos hacia EEUU".

Este informe sera preparado por un grupo de 20 especialistas internacionales y se hará publico en junio.

Las medidas forman parte de una "declaración conjunta" en la que los dos presidentes se comprometen a intensificar, dentro del "respeto mutuo", la lucha contra el narcotrafico y la inmigración, así como a fomentar la cooperacion economica y en otras areas.

La "alianza contra la droga" que han sellado los dos presidentes preve, entre otras cuestiones, "negociar un protocolo de extradicion".

"Mexico esta ahora dispuesto, en casos excepcionales de naturaleza particularmente grave, a considerar y llevar a cabo la extradicion de ciudadanos mexicanos", agrega el texto.

El documento identifica 16 objetivos, entre ellos reducir la demanda de drogas mediante la educacion, erradicar la produccion y distribucion, así como combatir el trafico de armas de EEUU a Mexico con la retirada de permisos de exportacion a empresas cuyos productos acaben en manos de narcotraficantes.

Asimismo, se ha acordado incrementar el intercambio de informacion financiera para luchar contra el "lavado" de dinero procedente del trafico de drogas.

En el texto, que Zedillo y Clinton presentaron al término de su reunion, se menciona la reestructuracion que se prepara en las fuerzas bilaterales que operan en la frontera entre los dos paises, cuyo personal va a ser sometido "a una rigurosa seleccion y entrenamiento".

No obstante, no se precisa como se resolvera el deseo de Washington de que los agentes del Departamento estadounidense antidrogas (DEA) puedan llevar armas cuando actuan en Mexico, a lo que este pais se ha opuesto hasta ahora.

La declaracion [illegible] también a otro grave problema, el de la emigracion [illegible] a Estados Unidos.

Clinton y Zedillo se han comprometido a "[illegible] la infraestructura" para que en la frontera de más de 3.000 kilometros se [illegible] de forma "segura, eficaz [illegible] legal el intercambio de bienes y el desplazamiento de [illegible]".

[illegible] frontera que esta [illegible] de bienes y [illegible]

[illegible]

02

9708602.

El Gobierno de EEUU ha asegurado al de México que la nueva ley de inmigración -más dura con los indocumentados- no se aplicará de forma discriminatoria a sus nacionales y que no se deportará a las familias.

La administración de Clinton se compromete a "examinar con el Congreso de EEUU algunas de las preocupaciones con respecto al estatuto de los inmigrantes de México en EEUU presentadas por los responsables mexicanos" durante esta visita, subraya el documento.
EFE

Dm/jl-mmg

05/05/16 11 97

TITULO

POR: La Repca Y23

FECHA & PROCEDENCIA 7/5/97

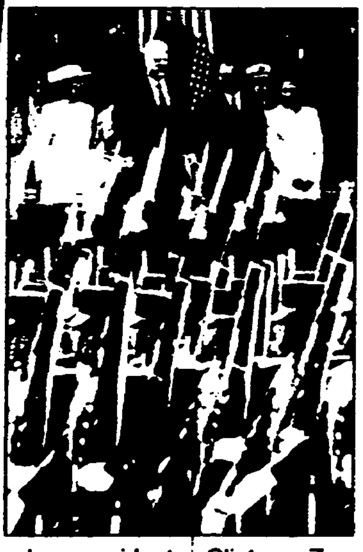
VINCULACIONES

Sori

EEUU y México firmaron alianza contra la droga

México, agencias

Los presidentes de México, Ernesto Zedillo, y de Estados Unidos, Bill Clinton, establecieron ayer una estrategia común contra el narcotráfico que incluye un nuevo protocolo de extradición y un incremento del personal encargado de combatir el flagelo en la zona fronteriza.



Los presidentes Clinton y Zedillo en la capital mexicana.

La "Declaración de Alianza contra las Drogas" firmada por Zedillo y Clinton instruye a los gobiernos de ambos países preparar un estrategia común contra el narcotráfico antes de fin de año.

Ambos mandatarios acordaron negociar un nuevo protocolo del tratado de extradición, para permitir que individuos sean juzgados en uno de los dos países antes de que se cumpla una sentencia pronunciada en el otro.

La medida está destinada a evitar que los narcotraficantes fugitivos puedan evadir la Justicia en uno de los dos países escapándose hacia el otro.

México aceptó además, en casos "excepcionales" de naturaleza "particularmente odiosa", considerar la extradición de ciudadanos mexicanos a Estados Unidos, indica el documento publicado por la Casa Blanca.

En 1996, México extraditó a 14 fugitivos a Estados Unidos, el doble de los extraditados el año anterior. Estados Unidos extraditó a 17 personas hacia México el año pasado.

Por otra parte, la estrategia prevé una reestructuración del personal de enlace en la zona fronteriza, que incluye agentes del FBI (policía federal norteamericana) y de la Agencia Estadounidense Antidrogas (DEA), entre otros.

Esas unidades están actualmente establecidas en las zonas de Tijuana, Ciudad Juárez, y Monterrey-/Matamoros, y su función es recabar información para desmembrar a las principales organizaciones narcotraficantes.

04

9708602.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA LA NACION
F. 7/5/97
V

Washington dará U$S 6 millones para la capacitación de agentes

Ayuda: el Departamento de Estado informó que el dinero será destinado a entrenar nuevo personal para combatir el narcotráfico.

MEXICO DF, 6. Del diario Reforma para el Grupo de Diarios de América.- México recibirá una donación inmediata de 6 millones de dólares del gobierno de los EE.UU. para capacitación de nuevos agentes involucrados en el combate al narcotráfico, informó la secretaria de Estado norteamericana Madeleine Albright en una reunión con su contraparte José Angel Gurría.

Nicholas Burns, vocero del Departamento de Estado, al relatar el encuentro, que duró alrededor de dos horas y en el cual también participaron los procuradores Jorge Madrazo y Janet Reno, destacó que el dinero es necesario y útil en este momento porque al menos mil doscientos agentes del desaparecido Instituto Nacional del Combate a las Drogas (INCD) fueron separados de sus cargos.

"Se había hablado antes de que ese dinero podría estar disponible pero hoy se hizo oficial y lo pueden tener en cuanto quieran", señaló Burns, quien aseguró que en el encuentro, en el cual estuvieron igualmente Barry McCaffrey y Mariano Herrán, los funcionarios directa y personalmente responsables del combate al narcotráfico, prevaleció un sentido de gratitud por parte de la delegación mexicana para la cual los fondos ayudarán a las tareas inmediatas de contratación de nuevo personal.

Proceso de selección

Burns señaló que, aunque no se discutió la forma de contratación ni la posible participación de representantes de los EE.UU. en el proceso de selección, ni tampoco la aplicación de pruebas psicológicas y de detectores de mentiras a los candidatos a ser contratados, sí hubo coincidencia plena en que alguna forma de preselección debe aplicarse.

"En un entorno en el que se ha demostrado que hay corrupción, tanto los mexicanos como nosotros coincidimos en que tiene que haber una forma de filtrar a los candidatos", dijo.

Interrogado sobre si la secretaria de Estado había sido informada de las acusaciones realizadas la semana pasada por el ex procurador Antonio Lozano Gracia, respecto de que habría informado en julio de 1996 al presidente Ernesto Zedillo sobre sospechas relacionadas a la conducta del hoy encarcelado general Jesús Gutiérrez Rebollo, indicó que, cuando menos en su presencia, este tema no se abordó.

Por su parte, fuentes mexicanas de alto nivel que participaron en distintos encuentros realizados el día de hoy, destacaron que la delegación norteamericana "viene en muy buen plan". Como indicó coloquialmente un subsecretario, "el ambiente en las reuniones ha sido excepcional y por parte de ellos, como lo demostró la secretaria Albright en la conferencia de prensa, hay una actitud muy cuidadosa y muy respetuosa".

Tanto mexicanos como norteamericanos se empeñan en subrayar lo positivo de la relación bilateral al referirse a los encuentros a nivel ministerial y la visita de Estado que realiza el presidente Bill Clinton.

Un vocero del Departamento de Estado indicó que los gobiernos discuten maneras de cooperar para combatir el tráfico de drogas transportadas por rutas marítimas. El vocero dijo que los guardacostas de ambos países están empezando a colaborar.

Por su parte el agregado del servicio de guardacostas de la embajada de los Estados Unidos en México, Everett Rollins, dijo que considera que en la lucha antinarcóticos México ayuda a los Estados Unidos y no a la inversa, porque "el problema" es de los EE.UU.

Rossana Fuentes Berain

05

LA CASA BLANCA Y LATINOAMERICA

LA VISITA DE BILL CLINTON

EE.UU. aumenta el control antidrogas en México

Clinton y Zedillo firmaron ayer un nuevo acuerdo antidrogas • Para los sectores nacionalistas es una subordinación del país a la estrategia del Pentágono • Hubo disturbios en la capital

CARLOS FAZIO
México. Especial para Clarín

México y Estados Unidos firmaron ayer un nuevo acuerdo en la lucha contra el narcotráfico, que implica **un allanamiento del gobierno azteca a las exigencias de Washington en la materia**. El pacto, llamado "Declaración de Alianza contra las drogas", es, para los sectores nacionalistas y de oposición mexicanos, una forma sutil de subordinar la política antinarco mexicana a la estrategia del Pentágono.

En medio de un ambiente francamente hostil y con **expresiones de repudio en las calles**, que ayer provocaron enfrentamientos en varios puntos de esta capital, la visita de presidente estadounidense Bill Clinton transcurre, por los carriles oficiales, en clave de "cooperación".

El presidente Ernesto Zedillo y Clinton firmaron ayer un documento que incluye la negociación de un **nuevo protocolo del tratado de extradición** así como el incremento del número de agentes del FBI (Buró Federal de Investigaciones) y de la DEA (agencia antidrogas de Estados Unidos) que participan en tareas de inteligencia dentro del territorio mexicano.



"BUENOS AMIGOS." Ernesto Zedillo, Hillary Clinton y Bill Clinton, ayer, en México.

QUE SE ACORDO

Durante la reunion cumbre que mantuvieron ayer, los presidentes de Estados Unidos, Bill Clinton, y de México, Ernesto Zedillo, llegaron a varios acuerdos.

- **NARCOTRAFICO.** Establecieron la "preparación de una estrategia común contra el tráfico de drogas". Pretenden "atacar la oferta y la demanda" de estupefacientes. Prevén también negociar un protocolo de extradición, que México aceptará para casos de extrema gravedad.
- **FINANZAS.** Incrementarán el intercambio de información financiera para una mayor cooperación en la lucha contra el lavado de dinero proveniente del tráfico de drogas.
- **MIGRACION.** Pondrán en marcha un "estudio binacional sobre migración que ayude a entender las causas del flujo de migrantes mexicanos hacia los Estados Unidos", que será preparado por un grupo de 20 expertos internacionales y dado a conocer en junio próximo.

> Fuentes castrenses revelaron que México cedió en materia de espacio aéreo y marítimo

Según un documento publicado por la Casa Blanca, divulgado aquí, el gobierno de Zedillo aceptó, en casos "excepcionales" de naturaleza "particularmente odiosa", considerar la **extradición de ciudadanos mexicanos** requeridos por el Departamento de Justicia norteamericano.

En relación con las actividades de los espías estadounidenses que operan en México en labores antidrogas, se acordó que no podrán ejercer funciones policiales (como detener gente o participar en allanamientos), pero estarán dotados de sofisticados equipos de recolección de pruebas y técnicas de análisis.

Sobre el tema de si podrán tener en su poder **armas de alto calibre para su defensa personal**, como insistió ayer en privado la secretaria de Estado, Madeleine Albright, ante el titular de la Cancillería, José Angel Gurría, el propio Clinton dijo a la TV mexicana que "no es momento de discutir si los agentes de la DEA deben portar armas".

Sin embargo, el diario **The Dallas Morning News** y la revista **U.S. News and World Report** señalaron que esa solicitud **fue finalmente aceptada por el gobierno** mexicano, incluida la extensión de inmunidad diplomática para los agentes.

El lunes, los procuradores Janet Reno y Jorge Madrazo habían acordado que las agencias policiales del Departamento de Justicia de Estados Unidos participarán en la elaboración de **los sistemas de selección para los nuevos agentes antinarcóticos mexicanos** y en la capacitación de los mandos de la nueva Fiscalía Especializada para la Atención de Delitos contra la Salud de México.

Un editorial del diario de centroizquierda "La Jornada" condenó ayer ese acuerdo por considerar que el mismo lesiona **la soberanía mexicana**. La argumentación del *rotativo parte de la noción de que* el narcotráfico ha sido definido por el gobierno mexicano como un problema de "seguridad nacional", por lo que su combate debe mantenerse al margen de cualquier "injerencia extranjera".

Fuentes castrenses mexicanas revelaron que México cedió ante las presiones estadounidenses en materia de espacio aéreo y marítimo, y en aras de la cooperación antidrogas aceptó que aeronaves de corporaciones policíacas de Estados Unidos realicen **sobrevuelos y patrullajes en cielo y aguas mexicanos** para perseguir aviones y embarcaciones sospechosas de transportar drogas. La información, que aparece en la primera plana del influyente diario **El Universal**, señala que México también aceptó la instalación de radares en lugares estratégicos del territorio nacional. □

Para el presidente Zedillo, el narcotráfico es un "cáncer"

El presidente de México, Ernesto Zedillo, describió a los carteles de la droga como "un cáncer" que está carcomiendo las instituciones mexicanas.

El narcotráfico y la corrupción en las fuerzas antidrogas mexicanas son dos de los **temas más espinosos** entre México y los Estados Unidos. Figuran en los primeros lugares de la agenda del presidente Bill Clinton, quien el lunes inició una visita de tres días a la capital mexicana.

En una entrevista con periodistas norteamericanos, Zedillo dijo la semana pasada que "el momento más difícil, más triste y más amargo" de su administración lo vivió al descubrirse que su jefe antidrogas era un poderoso narco.

A unos dos meses de su nombramiento al frente de la lucha contra los barones de la droga, el ex general Jesús Gutiérrez Rebollo fue arrestado, en febrero pasado, por complicidad con el narcotráfico. Hasta su arresto, cuando se supo que se le pagaba para proteger al Cartel de Juárez, unas de las narcomafias más poderosas de México, las autoridades norteamericanas lo habían alabado.

El hecho se convirtió en un escándalo y distanció a los funcionarios antidrogas mexicanos de los norteamericanos, que volvieron a expresar fuertes reservas sobre la confianza que podían depositar en sus pares del país latinoamericano.

Para Zedillo, el incidente fue **peor aún que la crisis del peso** que debió soportar en diciembre de 1994, en los primeros días de su mandato.

"El crimen organizado es la amenaza más severa para nuestra seguridad nacional. **Es una infección**, es como un cáncer. Hay tanta violencia y tanto dinero involucrados", declaró el presidente mexicano.

Un gesto drástico

En respuesta a esta tensión, días antes de la llegada de Clinton a México, Zedillo decidió cerrar su principal agencia antidroga, el Instituto Nacional de Lucha contra el Narcotráfico, que estaba a cargo de Rebollo. Despidió a sus 2.500 agentes por supuesta corrupción e incapacidad y anunció la formación de una nueva institución, más pequeña: la Fiscalía Especializada para Delitos contra la Salud.

"Sé que los críticos pueden preguntarse cómo hacemos para combatir el narcotráfico con solo 90 personas. Es ridículo", dijo Zedillo. Pero "empezaremos de a poco, no podemos terminar con el problema así simplemente."

Ayer, al concluir la jornada, el presidente norteamericano y Zedillo difundieron un **documento conjunto** sobre propuestas para dar soluciones en la batalla contra el tráfico de drogas.

CIUDAD DE MEXICO. The Washington Post. Especial para Clarín

LA CASA BLANCA Y LATINOAMERICA

Demasiados pobres en la región

ANALISIS

The New York Times
Especial para Clarín

Cuando el presidente de los Estados Unidos, Bill Clinton, se reúna con líderes de América Central y del Caribe en los próximos días, encontrará que algunas cuestiones económicas clave cambiaron.

Hace pocos años, a pesar de las advertencias de muchos economistas, los políticos latinoamericanos y de Washington daban por sentado que el crecimiento económico, por sí sólo, resolvería los problemas de los más pobres. Mucha gente les creyó. Pero ya no lo hacen.

El crecimiento fue demasiado lento y en América latina, que tiene la mayor brecha entre ricos y pobres, el ingreso fue captado en su mayor parte por los ricos y dirigido a comprar muchos teléfonos celulares pero no la cantidad necesaria de arroz.

Debido a la inequidad y al alto crecimiento demográfico, hay ahora más pobres en América latina que nunca. Las reformas de mercado terminaron con muchas políticas desastrosas y obstáculos burocráticos que conspiraban contra el crecimiento de largo plazo y una posible recuperación de los más pobres.

Más políticas sociales

Pero los gobiernos latinoamericanos se están dando cuenta ahora de que, incluso con las reformas de mercado, necesitan políticas sociales, mejorar la educación y los sistemas de salud para reducir la pobreza a una escala aceptable.

El Banco Interamericano de Desarrollo está apuntando ahora a desarrollar planes vinculados a esas carencias. Durante su viaje, Clinton hablará de la pobreza, pero la cuestión merece más énfasis del que tendrá.

Si se concretan en América latina las reformas que hacen falta, Estados Unidos también se beneficiará. Los latinoamericanos de clase media serán menos propensos a emigrar. Cuanto más bienestar tengan, más productos norteamericanos comprarán. Estados Unidos exporta más hoy a América Central de todo lo que vende en los países de Europa del Este y la ex Unión Soviética.

Clinton tiene mucho que dialogar durante su gira, incluyendo cuestiones como migración, protección del medio ambiente y drogas. Pero deberá hacerse tiempo para conversar también sobre la pobreza. Washington jugó un papel preponderante para persuadir a América latina a que instaure reformas de libre mercado. Ahora, puede promover una segunda ola de reformas que extienda los beneficios del mercado a los más pobres.

PRIMER PASO DE COOPERACION

53 helicópteros

México
AFP

El "zar" antidrogas de Estados Unidos, Barry McCaffrey, anunció ayer que Washington suministrará a México 53 helicópteros, entrenamiento e información de inteligencia, en el marco de la nueva Alianza contra las Drogas firmada por los dos países en la capital mexicana.

La entrega completa de una partida de 73 helicópteros –de los cuales 20 ya fueron recibidos– estaba bloqueada desde el año pasado a raíz de una polémica en México sobre la presunta utilización de los aparatos para reprimir a los zapatistas en Chiapas.

"Entrenaremos a los aviadores y compartiremos pruebas e información de inteligencia", agregó McCaffrey.

LOS MANDATARIOS DEFINIERON UNA NUEVA ALIANZA BILATERAL HACIA EL SIGLO XXI

Nueva era para relaciones México-EEUU

En un vuelco de 180 grados en la política de EEUU hacia México, el presidente Bill Clinton reconoció que el narcotráfico y la inmigración ilegal son problemas comunes a ambos países

POR THOMAS LYFORD PIKE
de la redacción de EL OBSERVADOR

El presidente de EEUU, Bill Clinton, reconoció ayer en México que el flagelo bilateral del narcotráfico "depende tanto del control de la oferta como la reducción de la demanda", iniciando así un giro fundamental en la política del gobierno de Estados Unidos hacia México y América Latina en materia de represión al narcotráfico, con una "nueva era" de cooperación basada en una estrategia que debe ser aplicada "de buena fe y con responsabilidad mutua".

De esta manera, México y Estados Unidos establecieron ayer bases para una nueva "alianza" con miras al siglo XXI, basada en el respeto de las soberanías y una estrategia común en la lucha antinarcotráfico y migración.

"Me siento muy bien en lo que hemos hecho y muy optimista por lo que haremos en los años que vienen", dijo el presidente estadounidense, Bill Clinton, en su discurso pronunciado antes de firmar la declaración conjunta.

La agenda de Clinton fue intensa y se caracterizó por un viraje

Clinton se comprometió con su colega Zedillo a reconocer los derechos de los inmigrantes

significativo de la relación bilateral entre ambos países.

GIRO RADICAL

Uno de los cambios más importantes en la relación bilateral que arrojó la cumbre es la nueva óptica frente al narcotráfico. El 70% de la droga que ingresa a EEUU lo hace a través de los más de 3.000 kilómetros de frontera que comparte con México.

EEUU consideró siempre al narcotráfico como un problema de los países productores, que afectaba a su población y su seguridad nacional. A través de certificaciones unilaterales, y arbitrarias en la óptica latinoamericana, el gobierno estadounidense puso trabas al comercio bilateral y restó apoyo económico a los países que fallaron –en los últimos dos años Colombia fue descertificada– en obtener el visto bueno del Departamento de Estado.

Pero tras la visita de Clinton, todo parece haber cambiado, al menos para México, tal como lo dijo el propio presidente estadounidense: "Sabemos que hay que reducir la demanda en EEUU, estamos dedicando gran cantidad de tiempo y recursos al problema".

En materia de inmigración ilegal se comprometieron a reconocer derechos de los inmigrantes y a asegurar la instrumentación de procedimientos seguros y ordenados en la repatriación de los ilegales mexicanos.

Clinton se comprometió a la aplicación de medidas "justas y humanas" para con los inmigrantes ilegales. Así, la zona "tex-mex", la tierra de la cantante Selena y la contrastante limpieza de la ciudad de El Paso a sólo unos metros del río Grande donde leyendas atacan a la "migra" o Policía antiinmigración, verá cómo la nueva "alianza" entre México y EEUU se ocupará de su violencia y la criminalidad. *(En base a AFP, Reuter y AP)*



ANÁLISIS
MARTÍN SARTHOU

¿Nueva política para América?

Una semana antes del viaje de Clinton a México, el Centro Carter, la fundación del ex presidente para la paz mundial, reunió en Atlanta a un nutrido grupo de ex mandatarios latinoamericanos –entre los que se encontraba el ex presidente uruguayo Luis Alberto Lacalle– para debatir temas de interés estratégico para los países de la región y el poderoso vecino del norte, como el narcotráfico y la inmigración.

La intención fue que las ideas en Atlanta sonaran lo bastante fuerte como para que se escucharan en Washington donde, al parecer, estaban bastante escasos de iniciativas. Tanto es así que los responsables de delinear la política de EEUU tuvieron que esperar cinco años y una reelección, para convencer a Clinton de que conozca el sur del río Grande. La reunión parece haber dado sus frutos y Clinton llegó finalmente a México con una carta en la manga: el reconocimiento de la responsabilidad compartida entre los que establecen las condiciones para que existan proveedores de drogas y los que no aciertan a la hora de combatir las causas que originan una demanda que no para de crecer.

El discurso de Clinton retumbó en Latinoamérica donde cada año se pone en tela de juicio la potestad unilateral de Washington de señalar con el dedo a los que a su criterio no cumplen con el combate al narcotráfico. Clinton prometió una nueva era hacia América Latina para su segundo mandato. La primera señal fue clara, habrá que ver si es parte de una estrategia planificada o una "sugerencia" que a último momento llegó a Washington.

Zedillo defiende la soberanía mexicana

La nueva alianza de México con Estados Unidos para la represión del narcotráfico y el control de la migración "no significa de manera alguna una revisión al concepto de soberanía", afirmó ayer el presidente anfitrión, Ernesto Zedillo, en rueda de prensa conjunta con su homólogo norteamericano Bill Clinton.

Zedillo aseguró que la nueva relación anunciada tanto en la "Declaración de Alianza contra las Drogas" como en la de Migración contienen en su artículo primero la mención al "respeto absoluto a la soberanía y la jurisdicción" de ambas naciones.

Ambos presidentes establecieron una nueva estrategia de cooperación contra el narcotráfico, en el marco de la XIV Comisión Binacional que sesionó desde el pasado lunes hasta ayer, con 11 acuerdos que incluyen educación, agricultura, medio ambiente, y energía.

STATUS ESPECIAL

La nueva alianza otorga protección a los integrantes de la Agencia Antinarcóticos de Estados Unidos (DEA) que operen en México, no obstante el presidente mexicano fue ambiguo al responder si éstos podrán portar armas. Zedillo contestó que "la declaración es muy precisa, primero en el respeto absoluto a la soberanía y jurisdicción territorial, y segundo en que los gobiernos haremos todo lo necesario para asegurar la protección de los funcionarios encargados de aplicar la ley en ambos lados de la frontera".

Zedillo señaló: "Es una muestra de que estamos avanzando en la creciente institucionalización de nuestra relación bilateral que tiene como base el respeto mutuo, pese a que en ambos lados de la frontera aún persisten voces que prefieren la incomprensión al diálogo", y concluyó: "el aliento dado por Clinton constituye una piedra angular en la relación de nuestros países". *(AP y Reuter)*

08

LA CASA BLANCA Y LATINOAMERICA

Drogas: Bogotá, satisfecha por el giro de Clinton

EE.UU. reconoció que su país consume la mitad de las drogas que se producen • Es la primera vez que Washington asume responsabilidad en este asunto

NELSON PADILLA
Bogotá. Especial para Clarín

Colombia amaneció ayer impresionada y satisfecha por las palabras de Bill Clinton en México. El miércoles, el presidente de Estados Unidos reconoció públicamente y por primera vez que lo asusta el hecho de que su país sea el mayor consumidor de drogas ilícitas, a pesar de contar sólo con el 5 por ciento de la población mundial.

El gobierno, el Congreso y las fuerzas armadas se mostraron sorprendidos en Bogotá con la "sinceridad" del presidente. Y esperan que la admisión del jefe de la Casa Blanca sobre la responsabilidad de Washington en la solución del problema se traduzca en políticas que reduzcan la demanda de narcóticos en territorio estadounidense. Ese ha sido un reclamo permanente de los países productores como Colombia, Perú y Bolivia.

El director de Estupefacientes y "zar" antidrogas colombiano, Joaquín Polo, dijo a Clarín que las palabras de Clinton pueden ser trascendentales para la lucha internacional contra el narcotráfico y muestran la necesidad de que Washington aporte resultados tangibles, como lo hace América latina.

El director antinarcóticos de la policía, coronel Leonardo Gallego, opinó que un pronunciamiento de este nivel da la razón a Bogotá por su insistencia en que los países consumidores no han asumido el mismo compromiso de combatir al narcotráfico como sí lo han hecho los productores.

El oficial recordó un reciente estudio del Banco de la República y los gremios económicos colombianos, publicado por Clarín, en el que se concluyó que durante los últimos diez años las principales ganancias del narcotráfico se han trasladado a los países consumidores, en particular a Estados Unidos, porque **los mayores precios de las drogas se pagan en las calles de Nueva York y Miami** y no en Colombia, Perú o Bolivia.

Un kilo de cocaína es vendido **en Colombia en 2.000 dólares y en las calles estadounidenses cuesta 30.000 o 40.000.** Hace diez años, las ganancias de los narcotraficantes colombianos equivalían al 70 por ciento de las exportaciones del país y hoy sólo al 25 por ciento.

Varios congresistas consideraron que el anuncio de Clinton no es más que **la confesión de una realidad** que las autoridades estadounidenses querían ocultar para sostener su guerra política contra países como Colombia. "**Mientras se consideran con el derecho a descertificar a un país tercermundista por no combatir las drogas, ellos no hacen nada para frenar el consumo**", reconoció uno de ellos.

Dos documentos

Clarín accedió ayer a dos documentos de la embajada estadounidense en Bogotá, en los que se basaron las palabras de Clinton, que revelan un giro político de la Casa Blanca en la guerra antinarcos.

Uno es el Plan Nacional de Control de Drogas, firmado el 25 de febrero de este año, en el cual los Estados Unidos reconocen tener 12 millones de adictos y 72 millones de personas que alguna vez han consumido drogas ilegales. Por tal razón, el plan anuncia la inversión de 15.000 millones de dólares en 1997 y 16.000 millones de dólares en 1998, especialmente para reducir el consumo.

Las cifras que cita indican que la utilización de narcóticos se ha reducido un 50 por ciento en los últimos diez años pero entre los adolescentes (jóvenes entre 13 y 14 años) aumentó el 150 por ciento.

El segundo documento fue elaborado a finales del año pasado por el "zar" antidrogas estadounidense, general Barry McCaffrey, y en él reconoce que cada año el consumo de drogas ilegales le cuesta a los estadounidenses 67.000 millones de dólares y 20.000 muertos.

"El consumo estadounidense de heroína absorbe el 6 por ciento de la cosecha mundial de opio. Nuestro consumo de cocaína absorbe alrededor del 30 por ciento de la cosecha mundial de coca. La mayoría de la marihuana que consumen los estadounidenses se produce en nuestro propio país y la demanda de drogas sintéticas también puede satisfacerse con la producción nacional", afirma el texto.

De fiscal a candidato

Alfonso Valdivieso, el fiscal general de Colombia que en tres años se convirtió en el símbolo de la lucha contra la narcocorrupción, **renunció** ayer a su cargo para lanzarse como **candidato a la presidencia** para el período 1998-2002.

Desde hace un año todas las encuestas lo colocan en el **primer lugar de preferencia entre los colombianos**. En el último sondeo, revelado esta semana por la revista **Cambio 16**, el 62 por ciento de los colombianos encuestados anunció que votará por Valdivieso como presidente, para reemplazar al cuestionado Ernesto Samper.

COMUNIDAD LOS ESTADOUNIDENSES COMPRAN EL 50% DE LA PRODUCCIÓN MUNDIAL

Mayor consumo de drogas en EEUU

El presidente, Bill Clinton, reveló las cifras de un informe sobre el problema del consumo y tráfico de estupefacientes en su país

El presidente estadounidense, Bill Clinton, reveló que en su país se consume casi la mitad de las drogas que se producen en el mundo y en particular que un tercio de la cocaína disponible en el mercado mundial es consumida en Estados Unidos.

La información manejada por el mandatario norteamericano fue revelada durante un encuentro con el presidente mexicano Ernesto Zedillo, con quien signó un acuerdo para el combate al narcotráfico entre los dos países fronterizos.

Clinton sostuvo que, pese a que Estados Unidos cuenta con el 5% de la población mundial consume el 50% de toda la producción de estupefacientes. "La enorme demanda de drogas en Estados Unidos debe ser detenida", dijo Clinton ante un vasto auditorio que presenció el martes la firma del acuerdo en la capital de México.



GASTO EN DROGAS

Los últimos datos disponibles sobre el consumo de drogas en Estados Unidos datan de 1993 y, según la Casa Blanca, los norteamericanos gastaron durante ese año la cifra de 49 mil millones de dólares en la adquisición de drogas, de los que 31 mil millones estuvieron destinados a la compra de cocaína.

Clinton destacó la magnitud del problema de consumo de drogas que padece su país. Un diagnóstico preparado por las autoridades de gobierno indicó que unos 72 millones de estadounidenses utilizó alguna vez drogas ilícitas en su vida. Esta cifra representa el 34% de la población mayor de 12 años de edad.

De acuerdo con un estudio realizado por el gobierno federal, el mayor número de consumidores se registró durante 1979 con 24,1 millones de personas adictas a distintas drogas. En 1992 esta cifra descendió a 12 millones de consumidores y mantiene desde entonces niveles similares.

Paralelamente, en 1995 las autoridades antidrogas y aduaneras decomisaron 97,8 toneladas de cocaína frente a 120,3 toneladas incautadas el año anterior.

Según el informe del gobierno estadounidense, toda la cocaína comercializada en ese país procede de la región andina de América del Sur. Las principales rutas de la droga pasan por Centroamérica, México y el Caribe.

El punto de partida para la cocaína que ingresa ilegalmente a Estados Unidos se encuentra en Perú y Bolivia. En estos países se produce la materia prima, es decir, la hoja de coca que es pagada a sus productores a razón de US$ 200 el kilogramo.

El 34% de la población mayor de 12 años de edad consumió drogas ilícitas en EEUU

Colombia es el segundo eslabón de la cadena, ya que en aquel país existen los laboratorios clandestinos donde se refina y se prepara el producto para enviarlo a México. Desde la frontera mexicana la droga es ingresada en camiones y entregada a los distribuidores que se hacen cargo de la comercialización. *(En base a Reuter)*

Por casa, ¿cómo andamos?

Entre 1995 y lo que va de este año, Uruguay incrementó las cantidad de drogas confiscadas en un 1.500% con respecto a años anteriores. Si bien se considera al país como vía de tránsito alternativa para la salida ilegal de droga hacia Europa, las cifras de consumo local han aumentado según estudios iniciados por la Junta Nacional de la Droga, presidida por Alberto Scavarelli.

"El hecho de que en los vuelos procedentes de Montevideo hayan descendido notoriamente las cantidades de droga incautada en aeropuertos europeos, nos da derecho a pensar que los controles que se hacen en el país son por lo menos tan buenos como los que se hacen en Europa", indicó Scavarelli durante una consulta hecha por *El Observador*.

La presencia de cocaína en el Río de la Plata comenzó a ser más sentida tras un cambio de rutas de los narcotraficantes. En Buenos Aires, en un operativo policial que se consideró histórico, fueron confiscadas dos toneladas de cocaína.

Nº DOC...

TITULO

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PRC 16/5/94

VINCULACIONES

XA0791

R EUXBT 05 16 00343

amt

EEUU-MEXICO

CLINTON INFORMARA CONGRESO SOBRE PROGRESO MEXICO LUCHA DROGAS

Washington, 16 may (EFE).- Varios congresistas republicanos y demócratas han acogido con satisfacción la decisión del presidente de EEUU, Bill Clinton, de "informar regularmente al Congreso" sobre los progresos que ha realizado México en la lucha contra la droga.

Un portavoz de la Casa Blanca confirmó a EFE que el presidente norteamericano, que acaba de regresar de su primera visita oficial a México, ha hecho saber a los congresistas que su Gobierno "cumplirá con su compromiso de informar regularmente al Congreso" de la lucha de México contra la droga.

El Congreso reaccionó airadamente el pasado mes de marzo a la determinación de la Casa Blanca de "certificar" la actividad de México en la lucha contra la droga.

Tras la protesta de senadores y congresistas, la Casa Blanca se comprometió a informar regularmente al Congreso de los avances que el país vecino, que es también uno de los principales socios comerciales de EEUU, haga en el combate contra el narcotráfico.

Al confirmar hoy la decisión presidencial en este sentido, tanto el senador republicano por Georgia, Paul Coverdell, como su colega demócrata por California, Dianne Feinstein, han agradecido a Clinton su voluntad de cumplir con su compromiso.

El presidente estadounidense, según dijeron hoy ambos senadores -que en su día fueron los impulsores del rechazo senatorial a la certificación de México-, ha comunicado su decisión en una carta remitida a ambos y hecha pública por ellos hoy, viernes.

Respecto al caso mexicano, los senadores plantearon a la Casa Blanca si la nueva Oficina Anti-drogas de México está "menos corrupta" que la anterior organización dedicada a este mismo menester.

Los senadores, al destacar la importancia de la postura de la Casa Blanca a este respecto indicaron que "la guerra contra la droga en este hemisferio podría llegar a desestabilizarlo y está haciendo enormes daños a la juventud de nuestro país".

Por eso, los senadores esperan que el informe de la Casa Blanca permita comprobar que México está decidido a colaborar con EEUU en este problema de manera "cooperativa y plena". EFE

mla/dm/lel-aro

05/16/22 24/97

9708602.

[illegible]

[illegible]

MEXICO-DROGAS

MEXICO RECHAZA INTERVENCION EXTRANJERA EN LUCHA ANTIDROGAS

México, 19 may (EFE).- México no aceptará la intervención de otros países en la lucha antidrogas, ha declarado hoy el fiscal especial para los Delitos contra la Salud, Mariano Herrán Salvatti.

El fiscal especial, quien intervino en la VII Reunión Anual del Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Narcotráfico y la Estabilidad de la Democracia de la Región, celebrada en la capital mexicana, sostuvo que México no permitirá que otros países puedan ejercer funciones de policía o seguridad en su territorio.

La Fiscalía Especial para los Delitos contra la Salud es el organismo que sustituyó hace tres semanas al Instituto Nacional para el Combate a las Drogas, tras descubrirse que su anterior titular, el general Jesús Gutiérrez Rebollo, mantenía vínculos con el narcotraficante Amado Carrillo Fuentes, alias "el señor de los cielos", y máximo jefe del cartel de Ciudad Juárez.

Herrán Salvatti recalcó hoy en este foro que la colaboración que México presta y recibe de terceros países en la lucha antinarcóticos se realiza con estricto respeto a la soberanía nacional.

Por otra parte, el catedrático de la Universidad de Miami (estado de Florida, EEUU) Bruce Michael Bagley criticó el proceso de certificación con que las autoridades norteamericanas aprueban la colaboración de otros países en la lucha anti drogas.

Añadió que el problema principal en Estados Unidos es el consumo de cocaína entre las personas de edad madura, lo que obliga a llevar a cabo campañas educativas contra el consumo de estupefacientes entre los adolescentes.

El catedrático de la Universidad de Miami afirmó que en Estados Unidos no existen carteles de la droga como en otros países de América, sólo distribuidores de narcóticos. EFE

[illegible]

05/20/97 [illegible]

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA [illegible]

FECHA Nº PRO 20/5/97

VINCULACIONES

12

9708602.

Nº DOCUMENTO

TITULO: MEX: El Gno dejó en manos de Ejército la lucha contra el NT. -

PROCEDENCIA EL PAIS.

FECHA DE PRENSA 16/5/97 pág 4

VINCULACIONES 11176

65092

504623

65890

11348

18065

DE LA MEXICO?

■ Narcotráfico

MEXICO (AP).— El gobierno dejó en manos del ejército la lucha contra el narcotráfico en la frontera con los Estados Unidos, al enviar a centenares de militares a hacerse cargo de puestos claves de la Procuraduría General de la República en seis estados. Al mismo tiempo, el canciller José Ángel Gurría reveló que los gobiernos de México y Estados Unidos acordaron permitir que entre 21 ó 23 agentes antidrogas de los dos países puedan entrar al territorio del otro.

13-13

9708602.

Bonn, 5 jun. (EFE). Un narcotraficante de la organizacion italiana mafiosa "Cosa Nostra" fue detenido en la ciudad alemana de Neu Ulm, sur del pais, informo hoy, martes, la policia de investigacion criminal de Baviera.

El detenido, de que tan sólo se facilitó su edad, 76 años, comerciaba ilegalmente con toneladas de cocaina en Italia y habia una orden de detencion internacional en su contra, agregaron las autoridades policiales de Munich.

Desde las Navidades de 1996 residia en Baviera y trabajaba en el sector de la gastronomia.

Segun la misma fuente, el detenido pertenece al clan "Santapaola" de "Cosa Nostra".

La justicia italiana ha solicitado a Alemania su extradicion.EFE

amb/ig/ift

05/06/12:12/97

Nº DOCUMENTO 9708603

TITULO RFA: Detenido narcotraficante de la "cosa nostra".-

PROCEDENCIA agencia

FECHA DE PRODUCCION 5/6/97

VINCULACIONES 11176
10164 507604
500145 11433
11224
11226
11354

9708603

658105

R IUXB! 05-06 0011/
ICX mun E.G

COLOMBIA-DROGAS
CAEN ESPAÑOL, BRASILEÑO Y DOS COLOMBIANOS EN AVION CON COCAINA

Bogotá, 5 may (EFE).- Un español, un brasileño y dos colombianos han sido detenidos hoy en el este de Colombia por tropas del Ejercito al ser sorprendidos en una pista de aterrizaje con una avioneta en la que transportaban cien kilos de cocaina.

Un total de 11.000 dolares y 10 millones de pesos (unos 16.850 dólares) en efectivo fueron asimismo encontrados dentro de la aeronave que no tenia m atricula.

Según versiones periodísticas provenientes de la ciudad central de Villavicencio, la operacion antidroga fue realizada en Barranco Minas, caserio del remoto departamento del Guainía, en la frontera este de Colombia con Venezuela y Brasil.EFE

JGH/cor

05/06/02 26/97

Nº DOCUMENTO 9708604
TITULO COL: Detiene narcos en pista de aterrizaje clandestina c/100kg de cocaína en avioneta.-
PROCEDENCIA Agencia
FECHA DE PRODUCCIÓN 6/5/97
VINCULACIONES 11176
65092
65592
11667
11226
11351
11352
11354

01-01

9708604.

[illegible]

GOBIERNO [illegible] CENTRO MULTIDROGAS

Panama, 6 may (EFE).- El Gobierno panameño comenzo una nueva ronda de contactos con lideres de la oposicion sobre la propuesta de crear un centro multilateral contra el trafico de drogas en una de las bases militares que EEUU tiene en las orillas del Canal, informo hoy una fuente oficial.

El ministro de Relaciones Exteriores, Ricardo Alberto Arias, se reunio ayer con la oposicion y les comunico que representantes de los Gobiernos de Panama y de EEUU mantienen conversaciones para definir las caracteristicas de este centro, informo la Cancilleria.

Arias aclaro que estas conversaciones se llevan a cabo antes de entrar "formalmente" en el proceso de negociacion en relacion con esta iniciativa de Panama, que apoyan varios paises latinoamericanos.

Aunque no hablo de fechas, Arias dijo que el inicio de estas negociaciones no debe sobrepasar lo que resta del presente año y destaco que en las proximas semanas "deberiamos tener una posicion mas clara sobre el comienzo de este proceso de negociaciones".

El ministro explico a la oposicion que se trata de un centro dedicado al control del trafico de drogas y a otras tareas civiles y no militares, y que contara con la participacion de algunos paises de la region y Europa que han manifestado su interes por el proyecto. X

Panama ha propuesto crear el centro antidrogas en la base aerea norteamericana de Howard, situada en la entrada del Canal, en el litoral Pacifico, cuando esta zona militar sea transferida por EEUU a manos panameñas el 31 de diciembre de 1999, segun lo estipulan los Tratados del Canal firmados por ambos paises en 1977. EFE X

[illegible]

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9708605

TITULO Panama Centro Multilateral es discutido con la oposición y en Brasil.-

PROCEDENCIA Agencia

FECHA DE PROC. 6/5/94

VINCULACIONES 11176

65092 504482 13005

66718 65890 518994

11349 507513

11235 500145

81059 11356

01-02

9708605

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PROCESO 19/5/97

VINCULACIONES

Sumi

[illegible]

E FOXRT 17-19 [illegible]

NARCOTRAFICO-AMERICA
CANCILLER PANAMA DICE AVANZA CENTRO CONTROL AEREO CONTINENTAL

Brasilia, 17 may (EFE).- El ministro de Relaciones Exteriores de Panamá, Ricardo Arias, expuso hoy en Brasil detalles del futuro Centro Multilateral para el Control de Tráfico de Drogas, previsto en instalaciones militares que Panamá recibirá de EEUU, y que "avanza en la lucha contra el narcotráfico", subrayó.

Arias manifestó ante varios corresponsales extranjeros en Brasilia que su colega brasileño, Luiz Felipe Lampreia, y el general Alberto Cardoso, jefe de la Casa Militar del palacio presidencial de Planalto, con quienes se reunió hoy, expresaron interés en el proyecto panameño, al ser complementario del Sistema de Vigilancia de la Amazonia (Sivam), una vasta red tecnológica y militar para combatir al narcotráfico.

El ministro panameño identificó a Colombia y México como las naciones más interesadas en el proyecto, presentado inicialmente en la Cumbre del Grupo de Río celebrada en Ecuador en 1995, aunque también aseguró que existe interés en Bolivia, Ecuador, Perú y Venezuela.

El Centro Multilateral para el Control de Tráfico de Drogas utilizaría la red estadounidense de una cadena de radares existente en la actualidad desde Perú hasta Panamá, excluido Brasil, y que sirve hasta ahora casi exclusivamente a Estados Unidos en su la lucha contra el narcotráfico.

La idea, explicó Arias, es que el centro permita a todos los países del continente detectar los vuelos sospechosos de pertenecer al narcotráfico y coordinar una lucha colectiva contra el tráfico de drogas, utilizando la tecnología hasta ahora en exclusivo poder del Ejército de EEUU.

España y Alemania también han expresado su deseo de colaborar para la materialización del Centro Multilateral a través de aporte financiero y técnico [illegible] en instalaciones que EEUU dejará a la administración de Panamá el 31 de diciembre de 1999, en cumplimiento de los Tratados Torrijos-Carter de 1977 sobre la [illegible] del Canal de Panamá.

El ministro panameño [illegible]

[illegible]

02-02

9708605

Nº DOCUMENTO 9708606

TITULO

PROCEDENCIA O. ESTADO S. PAULO

FECHA 6/5/97

VINCULACION 11176
65092
507482
11349
11235
11214
11076

Entidade quer Pitta em ação antidroga

A presidente da Rede Interamericana de Prevenção Contra Drogas (DPNA), Laura Edith, quer que o prefeito Celso Pitta (PPB) seja uma espécie de "coordenador" das ações municipais no combate à drogas. Pitta recebeu ontem o convite oficial para participar do I Encontro das Cidades Latino-Americanas contra Drogas da presidente da DPNA e da cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, Melissa Wells. O encontro será realizado no período de 9 a 11 deste mês, no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo.

MARRUECOS-NARCOTRAFICO

CINCO CORONELES ENTRE 17 ACUSADOS COLABORAR CON NARCOTRAFICO

Rabat, 7 abr (EFE). Diecisiete personas, entre las que figuran cuatro coroneles de la Gendarmería Real y un coronel de la policía, comparecerán el próximo día 27 ante un tribunal de Tánger acusados de colaborar con el narcotráfico, informaron hoy fuentes cercanas a la administración marroquí.

Las fuentes precisaron a EFE que entre el resto de los acusados también figuran oficiales de menor graduación que forman parte de diferentes cuerpos de seguridad, así como el ex secretario general de la provincia de Tánger (dependiente del ministerio del interior), Abdelhai Omrani.

Los diecisiete acusados fueron detenidos el año pasado dentro de una campaña de lucha contra el narcotráfico y el contrabando que tuvo como uno de sus principales escenarios el norte de Marruecos, cuyos habitantes tienen en el cultivo y tráfico de hachís uno de sus principales medios de subsistencia. EFE

ay/amg/lal/las

Nº DOCUMENTO
TITULO Col:
PROCEDENCIA técnicas

7/5/97
11176 11660
05092 11214 10184
05592 11076
05880 11349
11235 11374

XM750

R SUCBT 05 07 00456
mun exg

COLOMBIA DROGAS
FEUU MOLESTO POR APOYO SOROS A CITA CIUDADES AMERICA Y EUROPA

Medellín (Colombia), 7 may (EFE).- El Gobierno estadounidense está "molesto" por el apoyo que ha brindado el financiero norteamericano George Soros a una reunión sobre drogas de autoridades de 25 ciudades de América y Europa que deliberará en Medellín, dijeron hoy los organizadores de la conferencia.

La cita no ha sido prevista para defender la legalización del consumo, salida que tampoco es promvoida por Soros, declaró a EFE el coordinador del programa de prevención antidroga de esta ciudad del noroeste colombiano, Guillermo Castaño.

El Departamento norteamericano de Estado ha hecho saber de su "molestia" a la organización del seminario internacional por el respaldo que le ha dado la Drug Policy Foundation (Fundación para la Política de Drogas), creada por Soros.

Castaño aclaró que la conferencia ha sido convocada por el Plan Municipal de Prevención del Uso Indebido de Drogas de Medellín, que él dirige, y que pidió colaboración a la entidad no gubernamental de Soros.

El Instituto Goethe en Bogotá también se ha sumado a la organización de esta cita, denominada "Las grandes ciudades y los planes sobre drogas" y que tendrá lugar del 8 al 9 de octubre próximos.

Los alcaldes, jefes de policía y responsables del plan o programa local sobre drogas de veinticinco ciudades han sido invitados a esta reunión.

De Fráncfort, Zurich, Bilbao (España), Alberta (Canadá), San Francisco, San José de Costa Rica, La Paz, Amsterdam, Madrid, Toronto, Nueva York, Ciudad de México, Santiago de Chile, Lima, La Habana, Quito, Buenos Aires, Caracas, Ciudad de Panamá, Montevideo, Sao Paulo y de las colombianas Bogotá, Cali, Barranquilla y Medellín provienen los invitados a esta reunión.

"En ningún momento estamos de acuerdo con la legalización", afirmó Castaño, para quien las autoridades locales de América y Europa que se congregarán en Medellín discutirán "desde el punto de vista práctico" el problema del consumo.

El funcionario explicó que esta reunión avanzará en la búsqueda de salidas intermedias a los dos polos -los de la represión y la legalización- desde los que se ha abordado el problema.

La experiencia de diversos países de Europa que promueven de forma abierta la política de "reducción del daño" -consistente en el suministro controlado de dosis a los drogadictos- será una de las alternativas que centrarán el interés en la cita internacional.

"Nos parece una salida interesante", dijo a EFE Castaño, quien agregó que "en América Latina vale la pena empezar a reflexionar y pensar sobre otras salidas diferentes de la represión".

El coordinador del plan contra el uso indebido de drogas en Medellín observó que el aumento del consumo en el mundo muestra que una política basada en la prevención no basta, aun cuando insistió en que este plan es la única salida para afrontar la amenaza. EFE

IGU/SC/ipm

01-01

9708608

Nº DOCUMENTO 9708609

TITULO

7MAYO1997 pág 5 Kaur

La Mañana

11176
65092
30482 11214 (DPNA)
11356 11375
11360 11662
11349 11341
11355 11663
11354
ONG

Latinoamérica le dice NO a la droga

El Primer Encuentro de Ciudades Latinoamericanas contra las Drogas tendrá lugar en San Pablo en los próximos días



Por primera vez se realiza un encuentro en Latinoamérica (San Pablo) para analizar el impacto social de el abuso de drogas en esta región y estructurar medidas adecuadas contra este flagelo.

[T]ENDRA lugar, del 9 al 11 de mayo próximo, en la ciudad de San Pablo, el Primer Encuentro de Ciudades Latinoamericanas contra las Drogas.

Alcaldes e Intendentes de ciudades de toda América Latina habrán de analizar aspectos claves de la lucha contra las drogas, en especial la importancia de la participación de las comunidades en los esfuerzos para la reducción de la demanda, la cooperación internacional así como las nefastas consecuencias que la legalización de estas sustancias podría tener para nuestra sociedad.

CONTRA LAS DROGAS Y EL ALCOHOL

Esta reunión es auspiciada por la Red de Prevención de Drogas de las Américas (DPNA), una organización no gubernamental, fundada en diciembre de 1994, durante el Foro para ONG auspiciado por Naciones Unidas.

Su objetivo es el de fomentar la agrupación de organizaciones que reúnan a ciudadanos y profesionales en contra del abuso de las drogas y el alcohol.

La conferencia tiene por objeto promover el compromiso de las comunidades, a través de sus Alcaldes, de trabajar conjuntamente con las ONG para la difusión de información y el desarrollo de programas de entrenamiento y planeamiento para tratar de detener la creciente demanda de drogas. Busca, asimismo, crear una cultura de cooperación a nivel mundial para enfrentar el problema de las drogas en todo el hemisferio.

ORDEN DEL DÍA

Los aspectos claves que se tratarán durante la conferencia incluyen intercambio de opiniones sobre las drogas y la amenaza que ellas representan, su impacto en la sociedad y la estructura económica, la importancia de la activa participación de las comunidades en los esfuerzos de reducción de la demanda, así como el rechazo hacia la legalización de las drogas.

La Conferencia culminará con la firma de la "Declaración de San Pablo", que será suscrita por todos los Alcaldes e Intendentes participantes en el evento.

En el pasado, 21 Alcaldes de ciudades europeas y 245 de ciudades de los Estados Unidos firmaron actas similares en las conferencias de Estocolmo 1995 y Atlanta 1996.

9708609.

01-02

ENTORPECENTES

América Latina condena legalização de drogas

Pesquisa em 7 países revela posição; encontro de cem prefeitos em SP debate ameaça dos tóxicos

FABIANA GITSIO

Pesquisa encomendada pela Agência de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos (Usia) em sete países latino-americanos concluiu que a maioria da população é contra a legalização *(veja quadro ao lado)*. O tema foi debatido ontem no primeiro dia do 1º Encontro das Cidades Latino-Americanas contra Drogas, aberto pelo prefeito de São Paulo Celso Pitta e o vice-presidente Marco Maciel.

Até domingo, especialistas europeus, norte-americanos e brasileiros estarão debatendo a ameaça dos entorpecentes no Hotel Maksoud Plaza. No final da conferência, os mais de cem prefeitos participantes assinarão a Declaração de São Paulo, um manifesto contra qualquer tipo de descriminação das drogas.

No primeiro dia de encontro, os governantes brasileiros não acenaram com nada de concreto no combate aos entorpecentes. Pitta citou como exemplos de ação de seu governo o fato de moradores de rua estarem trabalhando nos serviços de limpeza pública, o programa de encaminhamento de jovens carentes a práticas esportivas e a centros de convivência.

Programa — "São Paulo tem um nível econômico muito alto, que favorece a aquisição de drogas", comentou. Pitta disse também que criou anteontem o Programa de Orientação e Combate ao Uso de Tóxico, mas não soube explicar aos jornalistas do que se trata.

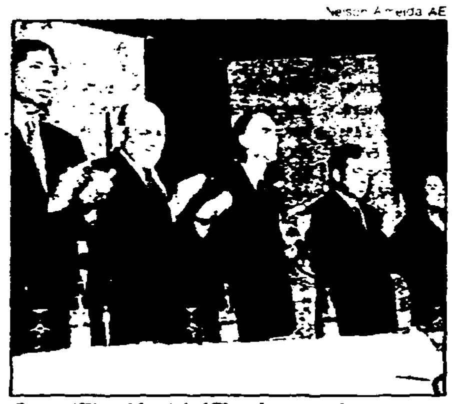
PITTA NÃO SOUBE EXPLICAR SEU PROJETO

Já o vice-presidente Marco Maciel entende que o combate às drogas não depende apenas da modificação das leis, mas de parceria com toda a sociedade. "Todos precisam se mobilizar."

O deputado federal José Elias Murad (PSDB) falou sobre o polêmico projeto de lei de sua autoria, de 1991, que tramita no Senado. Se aprovado, traficantes e consumidores de droga receberão tratamento diferenciado.

Suíça — A psicóloga e farmacologista Franziska Halher, de Zurique, Suíça, mostrou o que considera os resultados negativos das políticas liberalizantes de seu país onde seringas podem ser compradas até em máquinas. Ela exibiu filme que mostra viciados fazendo aplicações de heroína em "salas de injeção" nos centros de triagem do governo, onde recebem assistência médica e psicológica. "Esses programas governamentais são devastadores e ajudá-los torna-se difícil com tanta tolerância."

Nelson Almeida AE



Pitta (E) e Maciel (C): abertura do encontro

CONTRA A LEGALIZAÇÃO

Você apóia ou é contrário à legalização das drogas?

	Brasil	Colômbia	Peru	Chile	México	Panamá	El Salvador
Apóiam	6%	11%	6%	6%	5%	5%	5%
Opõem-se	90%	89%	91%	92%	94%	92%	87%
Não sabem	1%	1%	3%	2%	1%	3%	8%
Nº entr.	1.400	1.357	1.200	1.282	1.200	1.200	1.202

Fontes: [illegible]. Pesquisas encomendadas pela Agência de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos/USIA [illegible]

COMO O BRASILEIRO VÊ A DROGA

- **94%** são contra a legalização da cocaína e da heroína
- **92%** são contrários à legalização da maconha
- **85%** dizem opor-se "veementemente"
- **75%** acham que até uma pequena quantidade para uso pessoal é ato criminoso
- **58%** acham que os esforços do governo no combate às drogas são fracos
- **75%** pensam que os recursos do governo para lidar com o tráfico são insuficientes
- **86%** concordam com a ajuda dos Estados Unidos para combater o tráfico
- **75%** pensam que os dois países devem cooperar de maneira mais estreita para lidar com o problema

Pesquisa feita pelo Ibope com 1.200 adultos com mais de 18 anos, entre 4 e 8 de abril em cidades com mais de 10 mil habitantes. Encomendada pela Agência de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos/Usia.

Mais de 90% dos brasileiros são contra a descriminação

Os brasileiros são contrários à descriminação e favoráveis à ajuda externa no combate ao narcotráfico. Pelo menos é o que revelou a pesquisa do Ibope encomendada pela Agência de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos (Usia). A sondagem foi feita entre os dias 4 e 8 de abril, com mais de 1.200 adultos (maiores de 18 anos) de áreas urbanas.

Os brasileiros são tanto contra a legalização de cocaína e heroína (94%) como da maconha (92%). Até mesmo uma pequena quantidade dessas drogas para uso pessoal não é tolerada: 75% considera esse ato criminoso.

A metade dos que responderam à pesquisa concorda que há três causas para o problema da droga no Brasil: demanda interna, proximidade de países produtores e alto consumo nos Estados Unidos. Das citadas, a demanda é considerada a principal, lembrada por 50%.

A maioria (58%) acredita que os esforços do governo para lidar com o problema têm sido "fracos" e 75% pensa que as leis brasileiras são "insuficientes". Da mesma forma, 75% pensam que os recursos do governo são "insuficientes". Segundo a pesquisa, pelo menos nove em cada dez brasileiros são favoráveis a que o governo — a maioria "firmemente" [illegible] recorra aos militares, estreite a cooperação com outros países e [illegible] ajuda externa no combate aos [illegible]cos.

Oitenta e seis por cento [illegible] com várias formas de ajuda dos Estados Unidos, o que incluiria assistência técnica, suprimentos e equipamentos, instrutores para treinamento policial e até mesmo a [illegible] de equipes conjuntas de policiais. Setenta e cinco por cento acham que os dois países devem cooperar de maneira mais "estreita" e [illegible] 20% descartam a idéia por [illegible] de soberania. (F.G.)

02-02

[illegible]

[illegible]

PORTUGAL-DROGAS

POLICIA DESARTICULA BANDA INTERNACIONAL DE TRAFICANTES

Lisboa, 7 may (EFE).- La policia judicial portuguesa decomiso 3.5 kilogramos de cocaina y detuvo a tres personas que presuntamente integraban una banda internacional de traficantes, informaron hoy en Lisboa las autoridades policiales.

Segun un comunicado oficial, la droga, destinada al mercado portugues, procedia de Brasil y era transportada por avion por traficantes contratados en el pais suramericano.

Tras varios meses de investigaciones, los agentes policiales detuvieron a tres personas, que no fueron identificadas, y decomisaron, ademas de la droga, tres automoviles, una cantidad no especificada de dolares y varios telefonos moviles.- EFE

1a/jm

05/07/11-26/97

Nº DOCUMENTO 9708610

TITULO [illegible] traficantes

PROCEDENCIA Agencia

FECHA DE PRO[illegible] 7/5/97

VINCULACION [illegible]

01-01

9708610.

?08172

U VARBT 05-07 00117

mun exg

TRINIDAD Y TOBAGO-DROGAS

CONFISCAN MAS DE UN MILLON DE DOLARES A NARCOTRAFICANTES

Puerto España, 7 may (EFE).- Las autoridades de Trinidad y Tobago anunciaron hoy que han confiscado 1,2 millones de dólares en bienes a cuatro narcotraficantes al utilizar por primera vez un procedimiento amparado en una ley de incautaciones aprobada en 1991.

El fiscal general Ramesh Maharaj dijo que la incautación se realizó después de que el tribunal aprobara que fueran descongelados los bienes de los cuatro convictos hallados culpables de introducir en el país 10,5 kilos de cocaína el año pasado.

Los narcotraficantes fueron identificados como el comerciante Mantoor Ramdhnanie, su hijo Deochand, Patrick Toolsie y Ken Gresham. EFE

LH/btg/lel/nd

05/07/23-52/97

Nº DOCUMENTO 9708611

TITULO T & TOBAGO: Confiscan aprox. 1 millón dls a narcotraficantes -

PROCEDENCIA Agencia

FECHA DEL DOC 7/5/97

DESCRIPCIONES 11416 11354
10190 11214
507683 11229
11995 11422
11351
11352

9708611

01-01

Nº DOCUMENTO 9708612

TITULO . Comisión Europea: Reclaman control urgente a drogas sintéticas en la UE.-

PROCEDENCIA Abc. . .

FECHA 7/5/97

CIRCULACION 11146 11342 11343
10184 11354
514142 11344
11225 11662
11226 11349

BB1004

R CEEBT 05-07 00451
icx ibs mun exg tre

UE-DROGAS
COMISION RECLAMA CONTROL URGENTE DROGAS SINTETICAS EN LA UE

Bruselas, 7 may (EFE).- La Comisión Europea lanzó hoy, miércoles, un llamamiento urgente a los gobiernos de la UE para "atajar el crecimiento de la producción y venta de nuevas drogas sintéticas" en la Unión Europea.

El desarrollo de drogas como el éxtasis, el LSD o las anfetaminas es "extremadamente peligroso para nuestros adolescentes", denunció la comisaria europea responsable de los asuntos de Justicia e Interior, la sueca Anita Gradin.

Entre otras medidas prácticas, el Ejecutivo de la UE propuso hoy a los Quince la creación de un sistema de información rápida sobre las nuevas drogas que aparecen continuamente en el mercado, así como la puesta en marcha de un "mecanismo de evaluación de los riesgos" asociados a estos estupefacientes modernos.

Las drogas sintéticas o "de diseño" son "fáciles de fabricar, fáciles de vender y fáciles de consumir", pero resultan "difíciles de detectar y de controlar", advierte la comisaria.

Están basadas en una gran variedad de sustancias químicas al alcance de mucha gente y para su fabricación basta a veces un depósito abandonado o una caravana.

El peligro radica también en que resulta "difícil convencer a los jóvenes de los peligros de estas drogas", con apariencia inofensiva porque "están de moda" y no se asocian directamente con el robo o la violencia.

Aunque la "comunicación" aprobada hoy por la Comisión Europea no proporciona cifras, sí asegura que una gran cantidad de drogas sintéticas se fabrica y consume en Europa "en la UE y, cada vez más, en Europa central y oriental".

La UE, que pide a los países terceros productores de marihuana, cocaína o heroína medidas contra el cultivo de plantas narcóticas, "debe barrer ya su propia casa" en lo que respecta a las drogas sintéticas, según la comisaria Gradin.

La Comisión pidió a los gobiernos que busquen un instrumento jurídico que permita "poner fin (en toda la Unión) a la producción y venta de cualquier droga nueva", según se anuncia en una nota difundida a la prensa.

Gradin cree que los gobiernos están perdiendo la lucha contra estas drogas, porque la legislación y la represión van muy por detrás de la capacidad de productores y traficantes de crear nuevas variantes que "atrapan" a un número creciente de jóvenes europeos.

Cuando una droga aparece en la lista de drogas prohibidas en virtud del actual Convenio de la ONU de 1971 sobre sustancias psicotrópicas, los productores sólo tienen que cambiar ligeramente los ingredientes para sortear la prohibición.

Por el contrario, se necesitan al menos dos años para añadir nuevas drogas a la lista.

En la actualidad existen al menos 22 precursores químicos (fenil-1, propanona-2, efedrina, safrol, piperonal, ácido fenilacético, etc.) pertinentes a los efectos de la fabricación de las dañinas drogas sintéticas. EFE

jms/fin

01-01

9708612

YM7557

R SUCBT 05-07 00153

msp exg

GUATEMALA-DROGAS

DETENIDOS CON 169 KILOS COCAINA VALORADA EN 5 MILLONES DOLARES

Guatemala, 7 may (EFE).- Dos personas fueron detenidas en el departamento guatemalteco de Santa Rosa con 169 kilos de cocaína, valorados en 5,5 millones de dólares, informaron hoy las autoridades.

La droga iba envuelta en plástico y estaba escondida en el interior de la cabina de un vehículo de carga pesada procedente de Panamá que fue detectado anoche, explicó el director de la Policía Nacional de Guatemala, Angel Conte.

Los detenidos, cuya nacionalidad se desconoce, fueron identificados por las fuerzas de seguridad guatemaltecas como Jorge Palomo, de 26 años, y Luis Grijalva, de 36.

La operación policial tuvo lugar en Cuilapa, capital departamental de Santa Rosa, 62 kilómetros al sur de Ciudad de Guatemala.

La Guardia de Hacienda confirmó que Guatemala es en la actualidad el principal "puente" para el narcotráfico desde el sur al norte de América. EFE

ES/rem/mmg/jpg

05/07/16-38/97

Nº DOC. 9708613

TITULO Guatemala: Detenidos 2 personas c/ 169 kg de cocaína.

PROCED. AGENCIAS 7/5/97

11116 11354
65519 11214
66097 11239
11351 11422
11352

9708613

01-01

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA AGENCIA
FECHA DE PROC. 7/5/97
VINCULACION

XM7547

R SUCBT 05-07 00415
mun exg

BRASIL DROGAS
POLICIA BRASILEÑA CAPTURA A PRESUNTO JEFE DE MAFIA ITALIANA

Río de Janeiro, 7 may (EFE).- La Policía Federal brasileña detuvo en Río de Janeiro al italiano Mario Baratta, de 46 años, considerado en su país como uno de los presuntos jefes de la mafia calabresa, conocida como N'dragheta, confirmaron hoy fuentes policiales.

Baratta fue detenido el martes en un apartamento de su propiedad ubicado en el tradicional barrio carioca de Copacabana, donde vivía con una brasileña conocida como Sara y con tres niños que, al parecer, son hijos de la mujer.

La operación contó con el apoyo de la policía italiana que envió a tres agentes para acompañar la detención del presunto jefe mafioso.

Mario Baratta vivía desde hacía más de tres años en Brasil con visados de permanencia falsos, pero las autoridades tratan de descubrir si, además de su permanencia ilegal en el país, el detenido realizaba alguna actividad ilícita porque no se le conoce ningún negocio en la ciudad.

Según la Policía Federal brasileña, Baratta es uno de los más importantes jefes del clan Ferna-Franno, de la organización mafiosa N'dragheta, y su grupo es responsable de varios asesinatos en la región de Cosenza, en Calabria.

Baratta fue condenado a cadena perpetua en Italia por los delitos de homicidio, tráfico de drogas y usura y, desde 1994, estaba en la lista de los delincuentes buscados por la Policía Internacional (Interpol), indicaron voceros policiales al diario Jornal do Brasil.

El detenido también responde en Italia, junto a otros 118 presuntos mafiosos, a un proceso por la muerte de Mariano Muglia, jefe de un clan rival de Ferna-Franno.

La familia del capturado es considerada como una de las más violentas y peligrosas de Italia y centra sus actividades delictivas en el secuestro y la extorsión, señala el diario Jornal do Brasil.

Baratta, según las autoridades brasileñas, aparece en un libro del Ministerio del Interior italiano en el que cada año se registra a los 500 hombres más peligrosos y buscados por la justicia de ese país.

La petición de captura de Mario Baratta llegó al Supremo Tribunal Federal (STF) brasileño el 25 de marzo, pero las autoridades locales esperan ahora la solicitud de extradición del detenido, que debe ser recibida en los próximos días en Brasilia.

Si la solicitud de extradición se presenta y es aprobada por el STJ, Baratta podría ser enviado a su país dentro de seis meses, que es lo que normalmente dura un proceso de extradición en Brasil.

En los últimos cinco años han sido detenidos en Río de Janeiro doce mafiosos italianos, ocho de los cuales fueron extraditados a su país. EFE

JOC ila/ipg

05/07/14-10/97 01-01 9708644

DF4 70

k FUXBT 05-08 0022/
msp exg

HONDURAS NARCOTRAFICO
REINA CONSIDERA BASE PALMEROLA DEBE SER CENTRO ANTIDROGAS

San José, 7 may (EFE).- El presidente de Honduras, Carlos Roberto Reina, afirmó hoy en Costa Rica que en la base militar hondureña de Palmerola, que ha sido usada para entrenamiento de soldados estadounidenses, debe funcionar un centro regional contra el narcotráfico.

Reina trató el asunto al ser abordado por los periodistas tras participar en una reunión con los presidentes de Centroamérica y República Dominicana en la que se afinó el borrador de la Declaración de San José, que suscribirán mañana en esta capital con el presidente de EEUU, Bill Clinton.

"Eso se ha discutido por mucho tiempo y yo creo que Palmerola debe ser un centro regional para el combate al narcotráfico", manifestó Reina, que no quiso avanzar más detalles sobre un proyecto similar al propuesto por Panamá para instalar esas instalaciones anti-droga en la base aérea norteamericana de Howard, en las orillas del Canal.

El presidente panameño, Ernesto Pérez Balladares, ha señalado que todavía no hay una fecha para el inicio de un proceso de negociaciones formales con EEUU para la creación en Panamá de este centro, cuya formación sólo se ha discutido informalmente.

El centro sería instalado en la base de Howard después de que EEUU la devuelva a Panamá el 31 de diciembre de 1999, según lo estipulan los Tratados del Canal firmados en 1977 por los dos países. EFE

FA/LBB/fp/nd

05/08/02-45/97

Nº DOCUMENTO 9708615
TITULO Honduras: Pte. Reina considera base palmerola debe ser centro Antidrogas. -
PROCEDENCIA Agencias
FECHA 8/5/97
VINCULACIONES 11176
65092
66153
11075
11349
81059

01-01

9708615.

Nº DOCUMENTO 97086616

TITULO EEUU consume casi la mitad de las drogas que produce el planeta

PROCEDENCIA CM LON

FECHA 8/5/94

VINCULACION 11176 11421 65592 507513
65092 11663 11226 11224 06960
65090 11230 66817 11351
01(A)-02 11354 11352

EL PODER DE LOS NARCOS

las drogas que produce el planeta

Lo denunció Bill Clinton en México • El jefe de la Casa Blanca agregó que a su país entra un tercio de toda la cocaína disponible en el mercado mundial • El martes, Clinton y su par mexicano, Ernesto Zedillo, firmaron un nuevo acuerdo antidrogas • México es la principal ruta de los narcos hacia EE.UU.

Ciudad de México
Reuter y The New York Times

El presidente de los Estados Unidos, Bill Clinton, sorprendió ayer al afirmar que su país, con apenas un cinco por ciento de la población mundial, consume cerca del 50 por ciento de las drogas que se producen en el mundo. El mandatario especificó, además, que los estadounidenses usan un tercio de la cocaína que circula por el planeta.

"La enorme demanda de drogas en los Estados Unidos debe ser detenida", dijo Clinton ante un inmenso auditorio de empresarios en la capital de México, unas horas antes de terminar su primera visita oficial a ese país.

El martes, Clinton firmó con su par mexicano, Ernesto Zedillo, el acuerdo para una inédita "alianza antidrogas" entre ambos países. Estados Unidos es el mayor mercado mundial de drogas y el principal "lavadero" de dinero del narcotráfico. México es, por su parte, la primera ruta de las drogas rumbo a Estados Unidos.

"Seamos francos. Del lado norteamericano, el problema es que tenemos menos del cinco por ciento de la población mundial y consumimos alrededor del 50 por ciento de las drogas" del planeta, dijo Clinton en conferencia de prensa junto a Zedillo, tras la firma del acuerdo.

> En 1993 se gastaron en EE.UU. 49 mil millones de dólares en drogas, 31 mil millones sólo en cocaína

El acuerdo Clinton-Zedillo sobre la lucha antidrogas, que implica el visto bueno de México a las exigencias de Washington en la materia, surgió tras el análisis de un "diagnóstico conjunto" de expertos.

Este "diagnóstico", una voluminosa carpeta que es el primer informe oficial conjunto sobre narcotráfico, estableció que, hasta 1995, unos 72 millones de estadounidenses habían utilizado alguna vez drogas ilícitas. La cifra representa el 34 por ciento de los norteamericanos mayores de 12 años.

En 1993, el año más reciente con datos disponibles, los norteamericanos gastaron 49 mil millones de dólares en drogas. De este dinero, 31 mil millones fueron destinados a comprar cocaína, 9 mil millones a marihuana y el resto a otras drogas, dice el documento.

Esta suma de dinero representa la mitad de la deuda externa de la Argentina, cercana a los 100 mil millones de dólares, o la facturación anual en ventas de una gran multinacional, como la empresa Nabisco, propietaria de la argentina Terrabusi.

El número de consumidores de drogas en los Estados Unidos llegó a su máximo en 1979, con 24,1 millones de personas adictas. Hasta 1992, disminuyó a 12 millones de consumidores y desde entonces se mantiene en niveles similares.

En 1995, 9,8 millones de estadounidenses eran consumidores de marihuana y 1,5 millón de cocaína.

Aumentó, sin embargo, el porcentaje de adolescentes que usan drogas. Hoy las consumen un 10,9 por ciento de la población juvenil de los Estados Unidos, en edades que van de los 12 a los 17 años.

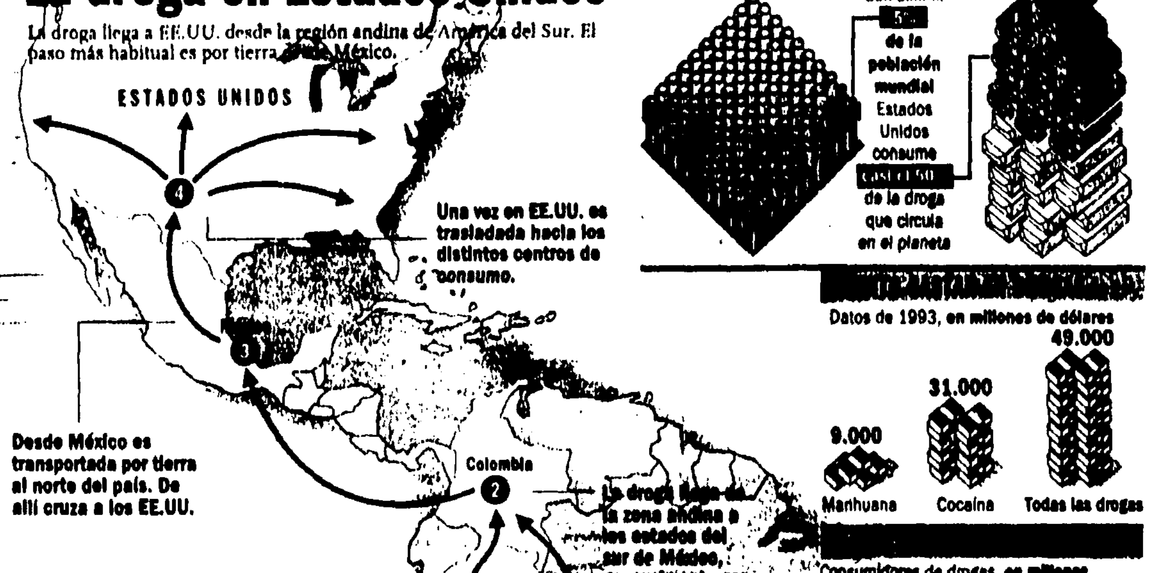
El mismo estudio estableció además que, en 1995, en Estados Unidos se decomisaron 97,8 toneladas de cocaína frente a 120,3 toneladas en 1994.

Toda la cocaína disponible en los Estados Unidos, dice el documento, procede de la región andina de Sudamérica. Las rutas principales del contrabando pasan por Centroamérica, México y el Caribe.

"Mis amigos: la batalla contra las drogas debe unir a nuestros pueblos, no separarlos", advirtió Clinton ayer, frente a unos 8.000 empresarios mexicanos reunidos para escuchar el balance de la primera visita del presidente norteamericano al país vecino. □

La droga en Estados Unidos

La droga llega a EE.UU. desde la región andina de América del Sur. El paso más habitual es por tierra desde México.



Entre diciembre de 1994 y diciembre de 1996

Marihuana	1.840 toneladas
Cocaína	46,9 toneladas
Heroína	868,4 kg
Goma de opio	419,6 kg

Fuente: Informe oficial conjunto de EE.UU. y México

CLARIN

Una ruta de la muerte que atraviesa todo el continente

El punto de partida de la cocaína que ingresa a los Estados Unidos está en Perú y Bolivia, donde se produce la materia prima para fabricarla: la hoja de coca, que lleva a los bolsillos de sus productores alrededor de 200 dólares por kilo.

Colombia es el segundo eslabón, donde se la refina y luego se envía a México.

Bandas especialmente preparadas la transportan en camiones por todo el país y la cruzan a través de la frontera hacia los Estados Unidos. A partir de ese momento, los distribuidores mayoristas se hacen cargo de los estupefacientes, por los cuales cobran una cifra algo menor a los 10.000 dólares por cada kilogramo.

El norte de México es el lugar donde operan los principales carteles de la droga de ese país. Desde ese lugar, cobran peaje a los camiones que van hacia el norte con cargamentos que usualmente no superan los 100 kilos por viaje.

Allí proliferan también las casas de cambio, donde se lavan no pocos millones de dólares producto del tráfico ilegal de drogas.

Los intentos por transportar la droga hacia Estados Unidos incluyen métodos comunes como esconderla en las bodegas de los innumerables barcos que llegan a las costas norteamericanas y otros menos habituales, y muy osados, como el que protagonizaron tres traficantes de Miami, descubierto en marzo.

Intentaron comprar un submarino ruso, con su tripulación incluida, para distribuir droga en la costa oeste norteamericana, llevándola directamente desde Colombia.

01(2)02

9708616.

¿Una nueva perspectiva?

ANALISIS

Por
PABLO BIFFI
De la Redacción de Clarín

La amenaza del narcotráfico se ha convertido en una prioridad estratégica tal para Washington que Bill Clinton, en su primera visita a América latina, dejó al descubierto que los Estados Unidos **pueden modificar cierta tradicional miopía** para abordar el problema. Su gira se convirtió, entonces, en una tribuna de lucha contra el narcotráfico, pero con nuevos ingredientes.

El hecho de que Clinton haya reconocido que en los Estados Unidos se consume la mitad de las drogas que se producen en el mundo, y la tercera parte de la cocaína, parece ser **un paso al frente** en la política de Washington, que siempre vio en los países productores y de tránsito de cocaína a los únicos responsables.

Palabras de circunstancias o no sobre un tema que siempre generó controversias entre EE.UU. y los países productores de la región, el reconocimiento de Clinton se acerca por primera vez a una visión **más "latinoamericana"** del problema del narcotráfico.

Desde que comenzó el "boom" de la cocaína en los años 80, América latina, y en particular Colombia, Bolivia y Perú, los principales productores, han reclamado con insistencia que la lucha contra el narcotráfico debe darse en todos los frentes, incluido el del consumo, que tiene a los Estados Unidos como principal protagonista.

La ecuación que alguna vez se atrevió a hacer el atribulado presidente de Colombia, Ernesto Samper, en medio del narcoescándalo era sencilla: **mientras existan consumidores, siempre habrá narcotraficantes** que se encarguen de un negocio que por año mueve más de 500.000 millones de dólares.

Desde esta perspectiva, la tan mentada "globalización" también debe servir para luchar contra el narcotráfico.

Pero el reconocimiento de Clinton deja algunos baches. Nada dijo, al menos por ahora, sobre el lavado de dinero, la exportación de precursores químicos, y el fracaso de la política de sustitución de cultivos, implementada en varios países.

En cada caso, la administración Clinton tiene de qué ocuparse: en la banca norteamericana se lavan unos **270.000 millones de dólares**, más de la mitad de lo que se blanquea en el mundo, y los Estados Unidos son los principales exportadores de precursores, indispensables para la transformación de la pasta básica en cocaína de máxima pureza.

Aun así, el primer paso parece haber sido dado. De ahora en más resta saber si el reconocimiento de Clinton se traducirá en acciones concretas **fronteras adentro** y si cambiará la tortuosa relación que Washington ha mantenido, y todavía mantiene, con los países productores de la región.



PREOCUPACION. Bill Clinton, ayer, en México: una batalla contra el flagelo de la droga.

EL "CRACK" Y LA MARGINALIDAD

La droga de los pobres

MARINA AIZEN
Nueva York. Especial para Clarín

El gueto de Los Angeles de repente se conmocionó. Un diario de San Francisco publicó que la CIA había vendido drogas en los años 80 en el barrio para financiar las operaciones de los contras antisandinistas en Nicaragua. La información resultó falsa, pero ni el entonces director de la CIA, John Deustch, en persona, **pudo convencer a sus habitantes de que no había existido una conspiración para destruirlos.**

Es que la droga, sobre todo el crack, un derivado químico de la cocaína que puede tener consecuencias letales, ha hecho verdaderos estragos humanos, sobre todo en los barrios más pobres de Estados Unidos, **generalmente poblados por negros o latinos.** La popularidad del crack coincidió con una epidemia inusitada de la violencia en las ciudades. De allí que los pobladores de los barrios pobres tengan la paranoia de la conspiración.

Pero, de hecho, la distribución de la droga se convirtió en la **principal fuente de sustento de la** economía de los barrios marginales, que están atrapados en un errático destino de destrucción y decadencia. Hoy, uno de cada 10 miembros de la población masculina de la comunidad negra está en prisión, cumpliendo durísimas condenas por tráfico, lo que demuestra el nivel de erosión que ha causado la introducción masiva de estupefacientes en Estados Unidos.

En Harlem, el barrio negro marginal ubicado cerca de los rascacielos de la famosa 5ª Avenida de Nueva York, es moneda corriente ver a los chicos y adolescentes con jeringas con las que se inyectan cualquier clase de droga, sobre todo el crack, que es mucho más barato que la cocaína.

Y ayer la policía del estado de Florida informó que **tres niños, de edades comprendidas entre los ocho meses y los tres años, fueron hospitalizados en grave estado por ingerir una cantidad indeterminada de crack** que encontraron en el suelo de su casa, ubicada en un barrio humilde.

La madre de los chicos llamó al servicio de urgencias para avisar que los menores se habían llevado a la boca la citada droga, que estaba esparcida en el suelo del dormitorio conyugal.

INFORME DEL DEPARTAMENTO DE ESTADO

En la Argentina se incrementó el tráfico de narcóticos

Tres días antes de que Bill Clinton revelara que su país consume un tercio de la cocaína que circula en el mundo, un juez federal argentino ordenaba la quema de más de 2 toneladas de esa droga, la cifra récord secuestrada de este lado del Río de la Plata.

Aunque la Argentina "no es un importante productor de drogas ni un centro para la refinación y fabricación", el tráfico de narcóticos a través del país "aumentó en los últimos años", sostuvo un informe del Departamento de Estado norteamericano dado a conocer a principios de mayo.

En el documento, Washington alertaba que la corrupción en la Policía Bonaerense y las secuelas del "caso Cóppola" obstaculizan la lucha contra el narcotráfico.

El tráfico y consumo de cocaína es en el tema de la droga el punto más preocupante para la Argentina. En 1988, la Policía secuestró **585 kilos** de la droga en la famosa **Operación Langostino**, mientras que en la denominada **Operación Café Blanco**, en marzo de 1995, fueron secuestrados **1.030 kilos**.

Uno de los detenidos en el operativo Strawerry de la semana pasada –en el que se incautaron las dos toneladas de droga–, es Oscar Taboada, primo de los hermanos Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela, jefes del Cartel de Cali, considerado la mayor organización narcotraficante del planeta.

02-02

97

Nº DOCUMENTO 9708617 Droga/SIDA

TITULO ROU: Seminario del INJU "Dos retos para juventud del S. XXI".

PROCEDENCIA EL PAIS pg 17

FECHA 8/5/97

VINCULACIONES 11176 11356 11369 11360 63992 507512 11230 504166 504100 11648 INJU 60960 30081 - Seminario 65592 11214 11076

Droga y SIDA dos retos para la juventud del siglo XXI, seminario del INJU

Con la participación de expertos de España, Colombia, Brasil, Argentina y Bolivia, se llevará a cabo los días 12 y 13 próximos, en la sala "19 de Junio" del Banco de la República (18 de Julio y Minas), organizado por el Instituto Nacional de la Juventud y en coordinación con la Presidencia de la República y la Junta Nacional de las Drogas, un encuentro iberoamericano de Droga y SIDA denominado "Dos retos para la Juventud del siglo XXI".

Declarado de interés nacional y auspiciado por el Ministerio de Educación y Cultura y el Ministerio de Salud Pública, el seminario que tendrá sus puertas abiertas al público en general, se desarrollará a lo largo de las dos jornadas abarcando por demás interesantes temas como ser: Políticas Nacionales en la lucha contra la droga; Visión política española en la lucha contra la droga, drogas de síntesis; La droga, una problemática social, proyección regional y mundial; Acciones posibles en la prevención, programas de sensibilización a los jóvenes y su entorno; La drogodependencia en el contexto regional; Marco jurídico, actitudes de la Administración Pública y la Sociedad Civil; Problemática de los países Iberoamericanos; Docentes, los marcos educativos y preventivos en ambas problemáticas.

El martes el tema a analizar es el del SIDA con las siguientes exposiciones: Epidemia en el Uruguay, políticas que impulsa el Estado; Aspectos éticos médicos legales en relación al V.I.H.; El papel de las Organizaciones no Gubernamentales en materia de prevención; Droga y SIDA, podemos hablar de grupos de riesgo; Situación clínico-epidemiológica en relación al V.I.H.; SIDA pediátrico, tratamiento en niños infectados; El ámbito de la prevención, la vida sana y sus objetivos; Droga-SIDA-sociedad, la perspectiva de la mujer; Políticas de rehabilitación, el desafío generado desde lo público y lo privado; Estrategias antidrogas en el Hemisferio.

Entre los disertantes se encuentran el presidente de la Junta Nacional de las Drogas, Dr. Alberto Scavarelli y la directora del Programa SIDA del M.S.P., Dra. Margarita Serra.



ENCUENTRO. *El Cr. Ottavianelli y Alfredo Piffaretti, director y subdirector respectivamente del INJU, brindaron los detalles del encuentro iberoamericano sobre droga y SIDA*

PROGRAMA

Lunes 12, hora 9.30

Políticas nacionales en la lucha contra la droga (Dr. Alberto Scavarelli); Visión política española en la lucha contra la droga. Drogas de síntesis (Dr. Alejando Martín Carrero); La droga: una problemática social, proyección regional y mundial (Dr. Eduardo Kalina); Acciones posibles en la prevención, programas de sensibilización a los jóvenes y su entorno (Rafel Mateo Tari); La drogodependencia en el contexto regional (Dra. Sonia Vera Santos); Marco jurídico, actitudes de la Administración Pública y la Sociedad Civil (Dr. Bernardo Serwiansky); Problemática de los países Iberoamericanos (Dr. Juan Vicente Beneit); Docentes: los marcos educativos y preventivos en ambas problemáticas (Antonio Montilla).

Martes 13, hora 9.30

Sida: epidemia en Uruguay. Políticas que impulsa el Estado (Dra. Margarita Serra); Aspectos éticos-médicos legales en relación al VIH (Dra. María del Carmen Curbelo); El papel de las Organizaciones No Gubernamentales en materia de prevención (As. Soc. Roberto Gallinal); Droga y sida: podemos hablar de grupos de riesgo? (Estrella Mirta Assem); Situación clínico-epidemiológica en relación al VIH (Dra. Liliana Calandria); Sida pediátrico, tratamiento con niños infectados (Dr. Jorge Quiam); El ámbito de la *prevención*, la vida sana y sus objetivos (Mirta Eiroa); Droga-sida-sociedad: la *perspectiva* de la mujer (María Teresa Benítez); Políticas de rehabilitación, el desafío generado desde lo público y privado (Dr. José Antonio Arias); Estrategias antidrogas en el Hemisferio (Dr. Alberto Scavarelli).

JORNADAS

El próximo viernes y sábado, en la Policlínica del CASMU, se desarrollarán las Jornadas sobre la problemática de las drogas, coordinadas por la Presidencia de la República y la mencionada institución médica.

El evento es auspiciado por la Organización Mundial de la Salud (OMS) y reunirá a técnicos de la Junta Nacional de drogas de la Presidencia de la República y del Centro de Asistencia del Sindicato Médico del Uruguay (CASMU).

Tiene entre sus principales objetivos propiciar la sensibilización del cuerpo médico nacional. Se destaca la presencia del Prof. Ronaldo Laranjeira, asesor de la OMS con estudios en el Centro de Adicciones de la Universidad de Londres.

01-04

9708617.

Seminario INJU.

Abuso de drogas es mayor en departamentos perimetrales

"Si hablamos de valores absolutos no estamos en situaciones límites si miramos para los países vecinos, pero si miramos las tasas de crecimiento en el tema de la drogadicción, nos preocupa a largo plazo lo que pueda ocurrir", afirmó en declaraciones hechas a EL PAIS, el director del Instituto Nacional de la Juventud, Cr. Jorge Ottavianelli, al señalar que la realización del encuentro iberoamericano sobre Drogas y SIDA, del que informara en la víspera este matutino, le permitirá al INJU, como organizador del seminario, conocer en mayor detalle las realidades de estos dos fenómenos y su incidencia en la juventud no sólo de nuestro país sino de países como Argentina, Brasil y Bolivia.



DIRECTOR. *Preocupa al Cr. Ottavianelli, aumento del consumo a largo plazo*

Ottavianelli, explicó que la preocupación de las autoridades pasa concretamente por el incremento en el consumo de pegamentos, alcohol y de drogas blandas, como la marihuana, sobre todo en los departamentos que conforman el perímetro del territorio nacional.

El jerarca señaló asimismo que se viene observando que ahora el consumo se hace a puertas abiertas, en la calle, "por lo que la difusión de las drogas se ha hecho mayor que antes".

Ante la pregunta concreta de qué hacer al respecto y cuáles son las políticas que el INJU lleva a cabo actualmente, para contrarrestar la divulgación cada vez mayor del uso de drogas, Ottavianelli explicó que, "los jóvenes no son un problema antes que nada, ellos son el factor central de desarrollo del país y por eso es que debemos brindarle a ellos la mayor cantidad de oportunidades posibles, para que este fenómeno no sea el resultado de la falta de oportunidades, de expectativas y de posibilidades de desarrollo e inserción en el medio social".

Para el Director del Instituto Nacional de la Juventud, este fenómeno se sigue desarrollando hoy en las tres capas sociales y afecta en porcentajes similares en uno y en otro sexo.

Opinó más adelante que proyectos en marcha como lo es la Tarjeta Joven, le brindan a la juventud de todo el país no solo múltiples beneficios sino también más oportunidades. Consignó asimismo que 5.000 jóvenes participaron a lo largo de 1996 en los programas de capacitación y empleo y que en el programa Pro Joven lo hicieron alrededor de 4.000 de los cuales un 50% consiguieron empleos.

En otro orden de cosas el jerarca indicó que fueron aprobados 27 proyectos armados por jóvenes, para desarrollar experiencias laborales de apoyo a la comunidad, de un total de 320 que se postularon. Para la puesta en marcha de los mismos el INJU cuenta con un Fondo de Iniciativas Juveniles que dispone en estos momentos de cien mil dólares para invertir.

Expertos de 6 países analizan dos retos para la juventud

Expertos de seis países se reúnen a partir de hoy en el "Encuentro iberoamericano droga-SIDA, dos retos para la juventud del siglo XXI", que se celebra en Montevideo hasta mañana.

En la cita, organizada por el Instituto Nacional de la Juventud (INJU) y la Junta Nacional de Drogas, dependiente de la Presidencia de la República, participarán representantes de Argentina, Brasil, Colombia, Chile, España y Uruguay.

"Aspiramos a un debate académico, confrontación de datos y conocimientos, y un análisis de las nuevas estrategias en la lucha contra el consumo de drogas y su relación con el SIDA", destacó el subdirector del INJU, Alfredo Pifaretti.

Los participantes debatirán sobre políticas nacionales en la lucha contra la droga; proyección nacional y mundial del consumo; prevención y programas de sensibilización a los jóvenes; drogodependencias; actitudes de los gobiernos y la sociedad; papel de los docentes y problema de la drogadicción en Iberoamérica.

Aspectos éticos, médicos y legales del síndrome de inmunodeficiencia adquirida (SIDA); el papel de



PIFARETTI. *Aspiramos a un debate académico*

las Organizaciones No Gubernamentales en la prevención; droga-SIDA grupos de riesgo; SIDA pediátrico; políticas de rehabilitación y estrategias de lucha contra el SIDA en el Hemisferio, son otros de los asuntos que figuran en la agenda de la reunión.

"Los problemas de drogas y SIDA no afectan únicamente a los jóvenes, aunque son el grupo de mayor riesgo", agregó Pifaretti.

La drogadicción y el peligro de contagio de SIDA "no diferencia sexos ni condición económica, y el mayor esfuerzo debe estar destinado a la prevención y los cuidados de la salud", afirmó Pifaretti.

■ CAPACITACION A CIEGOS

Hoy el Ministerio de Salud comenzará a capacitar a jóvenes ciegos en la prevención del SIDA y las Enfermedades de Transmisión Sexual.

La iniciativa se enmarca dentro de un programa educativo que ejecuta el Programa Nacional de SIDA del MSP, que también contempla a jóvenes de la calle, sordos, personal e internos de centros penitenciarios de Montevideo y Canelones. Comprende la realización de talleres, en los que un grupo de profesionales se encarga de instruir a los jóvenes sobre las características de las enfermedades sexuales, riesgos y medidas preventivas que se deben adoptar.

Se utilizarán casetes para facilitar la tarea de aprendizaje a aquellos ciegos que no pueden acceder a la lectura a través del tacto.

La actividad continuará el martes y posteriormente los días 4 y 5 de junio. Para asegurar la eficacia de los trabajos aplicados para la población ciega, el MSP inició una serie de contactos con instituciones nacionales que brindan servicios a una población no vidente cercana a 4.000 personas.

03

9708617.

Nº DOCUM...
TITULO
PROCEDENCIA El País 10
13/5/94

Expertos buscan crear una barrera contra la droga



GUERRA. SIDA y droga los dos peores males que enfrenta la humanidad para el subsecretario de Educación y Cultura.

La droga y el SIDA, "los dos mayores males de fin de siglo", deben afrontarse con una mejor relación y el intercambio de experiencia entre los países de Iberoamérica, destacaron ayer en Montevideo expertos de cinco países latinoamericanos y España.

Autoridades de organismos oficiales y expertos de Argentina, Brasil, Colombia, España, Paraguay y Uruguay inauguraron hoy en la capital uruguaya el "Encuentro Iberoamericano droga-SIDA; dos retos para la juventud del siglo XXI".

La reunión está organizada por el Instituto Nacional de la Juventud del Uruguay (INJU) y la Junta Nacional contra la Droga de la Presidencia uruguaya con el apoyo de los ministerios de Salud Pública y de Educación y Cultura.

El SIDA y la drogodependencia "son los dos peores males que enfrenta la humanidad este fin de siglo, y sólo con apoyo recíproco, ampliando las medidas de prevención, fundamentalmente a través de la información y educación, podremos hacerles frente", afirmó el viceministro de Educación uruguayo, Antonio Guerra.

"A nivel mundial asistimos a una crisis de valores, no estamos ofreciendo a los jóvenes una nueva escala de valores y ello, en muchos casos, los impulsa a la droga", afirmó el médico español Alejandro Martín Carrero, director del Plan Regional contra la Droga de la Comunidad autónoma de Madrid.

"Queremos ser un puente de solidaridad con América Latina, volcar nuestra experiencia de años y tratar de colaborar para que esta región no cometa los mismos errores que tuvimos en Europa para enfrentar la droga", agregó el experto español.

El director de la Junta Nacional contra la Droga, Alberto Scavarelli, explicó que enfrentarse a la drogadicción "compete a toda la sociedad porque está en juego el presente, pero sobre todo el futuro, de nuestros países".

"Debemos estar unidos las autoridades de los organismos especializados, de la salud, educación, organizaciones no gubernamentales (ONG) e incluso a nivel de familias para crear una barrera al flagelo de la droga y sus problemas concomitantes", agregó.

El también español Rafael Mateo Tari, presidente de la Fundación Prevención Escolar contra la Droga (PEG), retó a los asistentes al encuentro "para que no quede en buenas intenciones y dentro de un año nos volvamos a reunir para evaluar los resultados concretos de este encuentro".

Seminario INJU

04-04

XEB262

R SUCBI 05 08 00265
mun exa icx

VENEZUELA DROGA
DETIENEN PRESUNTO PILOTO DE "CAPO" LEDER CON 604 KILOS COCAINA

Caracas, 8 may (EFE).- Un venezolano, al parecer piloto del narcotraficante colombiano Carlos Leder, actualmente encarcelado en Estados Unidos, fue detenido por la policía de Caracas con 604 kilos de cocaína en su poder, confirmaron hoy fuentes oficiales.

El detenido fue identificado como Luis Enrique Romero, de 53 años, y su detención se produjo el miércoles en una casa del barrio Los Guayos, a las afueras de la ciudad de Valencia y a 158 kilómetros al oeste de Caracas.

El comisario Amado José Morales, de la Dirección de los Servicios de Inteligencia y Prevención (DISIP), informó al diario "NotiTarde" de que junto a Romero, quien era buscado por robos y estafas, fue detenido Freddy Alexander Perez, también venezolano, de 26 años.

Morales explicó que en la casa, que fue allanada por orden de un juez penal, se hallaron 604 kilos de cocaína escondida dentro de envases de aluminio y latas de refrescos y cerveza.

Al parecer, la droga pertenecía al cartel de La Guajira, en la costa atlántica colombiana, y estaba preparada para ser enviada a algún país de Europa, añadió el portavoz de la DISIP.

El vespertino caraqueño "El Mundo" aseguró hoy que Luis Enrique Romero era buscado desde hace años por la policía, pues se sospecha de que estaba vinculado al narcotraficante colombiano Carlos Leder, que desde mediados de la década de los 80 está preso en Estados Unidos.

Según el rotativo, Romero trabajó durante varios años como piloto de los aviones de Leder y desde entonces era solicitado por la policía, pero esta versión no ha sido confirmada por las autoridades policiales. EFE

ED/LTM/fr

05/08/19-46/97

Nº DOCUMENTO 9708618
TITULO Ven: Detienen presunto piloto de "capo" Leder con 604 kg de cocaina -
PROCEDENCIA Agencia
FECHA 8/5/97
VINCULACION 11176 11422
65092 11351
67390 11352
11214 11354
11229

01-01

9708618.

ASUNTO: PARTICIPANDO (PUBLICACION DEL M.P.P. 2ª EPOCA Nº1 JULIO/97)

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: —

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

MILITAR.

OBSERVACIONES:

FIRMA: CAP. NORBERTO DEMICENSI

FECHA: 14/AGO./1997

001 (A) /11 9708620

MPP

2ª EPOCA Nº 1
JULIO 1997

PARTICIPANDO

EDITORIAL

LA BATALLA ORGANIZATIVA

El MPP ha acumulado en lo político y en lo ideológico siendo un referente obligado para un importante sector de izquierda y del pueblo en general.

Este año para el MPP va a ser fundamental, para jugar su futuro, su consolidación y su papel protagónico en el FA de cara a un gobierno popular.

Tenemos que cambiar radicalmente nuestros métodos de trabajo, tal vez una dirección aproximada fué la experiencia positiva del trabajo por el NO, en el cuál predominó un trabajo con la gente, en función de los problemas reales de la gente, nos olvidamos del internismo del dilectantismo, le pusimos el hombro a la tarea y en muchos lugares nuestro trabajo dinamizó notoriamente al FA.

El MPP tiene que cumplir un importante papel al interior del FA en la elaboración de las propuestas, para el gobierno popular, en la movilización de sus bases, centrando el trabajo en los comités pero a la vez fortaleciendo en la medida de lo posible su estructura central.

En lo organizativo tenemos que cambiar, tenemos que instrumentar la participación con la gente ya que ahí está el verdadero MPP, una organización con acción política permanente, con sus dirigentes en contacto directo con la gente, una organización verdaderamente abierta.

Para encarar la batalla organizativa tenemos que analizar los cambios que existen, en todos los planos; el económico que hacen que todo el mundo ande "corriendo la zanahoria", con poco tiempo, con multi empleo, con poca plata, con una desintegración notoria del tejido social, en lo ideológico, con el predominio del "hacé la tuya" lo que lleva a que exista una tendencia al trabajo individual y lo colectivo cada vez sea más difícil.

Si bien somos conscientes de esta realidad, también somos conscientes de que sin trabajo colectivo, sin organismos, sin equipos de trabajo, es imposible articular una organización de masas que esté a la altura del momento histórico que vivimos.

Tenemos que resolver la contradicción entre un cierto estado inorgánico de la gente y la militancia en general, con la necesidad del desarrollo de una organización de masas donde se dá un importante trasiego de gente y donde la discontinuidad y lo puntual predominan.

Este boletín que hoy reiniciamos prosigue en doble fin: por un lado mantener a la militancia informada no sólo de los problemas politicos generales sino también del quehacer cotidiano del MPP; por otro, pretendemos que sea un vehículo organizativo para nuestra militancia y para nuestro espacio político.

001(B) 9708620

14 AGO 97

Doc. poco ley

RESOLUCIONES DEL PLENARIO NACIONAL DEL 22 DE JUNIO

I) Sub-Lema - Lista única

a) Aprobar lo actuado por la Dirección Nacional

b) Habilitar a la Dirección Nacional a continuar las negociaciones en base a los criterios expresados en el informe, a saber:

- punteo de temas a efectos de actualizar el acuerdo programático.
- punteo de temas a incluir en las reglas de relacionamiento interno.
- criterios para la determinación de nuestra propuesta de compañeros para integrar la lista única

II) Programa Mínimo

Que se agregue al debate sobre el Programa Mínimo los temas de la Reforma Agraria, la usura, la reacción del interior, la búsqueda de que Montevideo se sume urgente a la movilización y el tema del poder popular en caso de una victoria electoral.

AGENDA PARLAMENTARIA



PLENARIO INTERIOR 22 DE JUNIO

Previo a la realización del Plenario Nacional y con la presencia de delegados de Mercedes, Rivera, Florida, Cerro Largo, La Paloma, Canelones, Paysandú, Flores, Salinas, del Plenario de Jóvenes, de los compañeros de la Comisión del Interior y de la Comisión de Educación; se realizó el III encuentro del Interior.

Se trataron 3 puntos:

1.- Informes
2.- Situación actual del Interior
3.- Estado organizativo del MPP.

1.- *Se realizó una evaluación e* informe de la situación del Frente Amplio, del desarrollo de las Mesas Políticas en el interior y del desarrollo de la parte programática.

2.- Se analizó con profundidad el estado de descontento generalizado, la composición de clase de esos movimientos sociales, así como la incidencia de cada uno de los sectores en dicha movilización.
Se destacó el trabajo positivo y la metodología empleada en Florida como ejemplo de trabajo social a largo plazo.

3.- Con respecto al desarrollo organizativo, se analizaron distintas situaciones: zonas donde el MPP tenía una consolidación organizativa, zonas donde falta consolidar y zonas donde es necesario restablecer los contactos para luego plantearse una labor organizativa.
Se realizaron algunas críticas con respecto a las comunicaciones.

Se planteó distribuir entre muchos compañeros de la dirección la tarea de charlas y distintas actividades en el interior y se planteó que los compañeros de la Dirección Nacional, que no estén muy recargados con el trabajo de Montevideo, puedan viajar al interior. Lo mismo para los compañeros de la Comisión de Interior y los compañeros de la Comisión de Educación y el Plenario de Jóvenes, grupo de Agro, etc.

Se planteó que los pedidos se canalicen a través de la Comisión de Interior que en conjunto con el FOP central organizará las agendas de los compañeros: Sarthou, Bonomi, Zabalza, Nora Castro, Pepe Mujica, Abelenda, J.J. Domínguez, Braccini, Aníbal Rondeau, Tito Spera, Quico Souza, Yamandú, Saúl Aristimuño, Dorothy Quinteros, Quartino, etc.

ACTIVIDADES DEL MPP

Diversas actividades vienen cumpliendo los distintos compañeros y sectores del MPP tanto a nivel de Montevideo, como del interior.

A nivel de Montevideo se está realizando por los compañeros de la dirección actividades recorriendo las distintas agrupaciones a fin de potenciar el trabajo del MPP en la zona.

12 de Julio - 15 horas
Comité 18 de Mayo
Talcahuano y Las Heras
(Sarthou)

18 de Julio - 17 horas
Comité Líber Arce
Zum Felde y Pitágoras
(Sarthou)

19 de Julio - 18 horas
Comité Angel Yoldi
Video "TUPAMAROS"
(Mujica)



9708620

INTERIOR

Siguiendo la orientación aprobada por el Plenario de Interior se están realizando distintas actividades por parte de los compañeros del área interior de la Dirección Nacional y la Comisión del Interior

Visitó la agrupación del MPP de Soriano la compañera de la DN Dorothy Quinteros y el compañero Ernesto Agazzi

Se reunió con la agrupación de Artigas el compañero de la DN Victor Braccini

Se reunió con la agrupación de Tacuarembó el compañero de la DN Saúl Aristimuño, así como con los compañeros de Paso de los Toros

Visitó las distintas agrupaciones del departamento de Rocha la compañera Carmen Améndola

El compañero Mujica visitó Guichón, Constitución, La Paloma, Sauce, Costa de Canelones

Los compañeros de Young proyectaron para el 28 de Junio una importante actividad en la que participó el compañero Sarthou

Se desarrolló con mucho interés el ciclo de charlas sobre "La Cuestión Agraria" organizada por la Comisión de Interior del MPP

El viernes 16 de Mayo se presentó la síntesis del trabajo y las propuestas acerca del tema de la forestación que fué realizado por el grupo de trabajo. El material está disponible para todos los compañeros

- El viernes 16 de Mayo se realizó charla sobre el "Marco para el análisis de la cuestión agraria" a cargo del compañero Tajam

- Se realizó el viernes 6 de Junio charla y debate acerca "Lechería, diagnóstico y propuestas" a cargo de los compañeros Garín, Jackeline, Nacho Casares y Mujica

- Viernes 13 de Junio se realizó charla-debate sobre la granja. Llevada adelante por el equipo de granja

- Finalmente, el viernes 4 de julio se desarrolló el tema: "El capitalismo en la agricultura uruguaya"

Los distintos materiales que surjan de la síntesis de estos trabajos se irán poniendo a disposición de todos los compañeros

Sábado 28 Zabalza visitó Maldonado

En Canelones

El domingo 22 se realizó una importante actividad en la ciudad de Canelones con el compañero Mujica

El se realizó una actividad en Barros Blancos con el compañero Mujica

REFLEXIONES S[illegible]

Llegamos a la conformación del Movimiento por Empleo de Florida desde varios lugares

Desde el Movimiento sindical, teníamos resuelta la creación de un movimiento nacional pro empleo (hace tiempo sostenemos que la clase obrera debe tejer sus alianzas por trabajo, que el sistema no puede resolver el pleno empleo sin negarse, que debemos trabajar como en los plebiscitos pero en un tema central, permanente)

1) La Mesa Intersindical, 2) los jóvenes sin laburo y 3) los vendedores ambulantes, hacen una convocatoria en Agosto/'96 a. A) hacer una descripción de la situación del departamento haciendo centro en el desempleo. B) determinar en que áreas se pueden hacer gestiones propias que aporten a la creación de 1000 puestos de trabajo. C) reclamar a los poderes publicos a que hagan su parte y que encaren la creación de puestos de trabajo en términos prácticos.

Adhieren luego, y conforman el movimiento con los convocantes los agrupamientos de mujeres de Florida, la pastoral social de la Iglesia Católica, el Centro Comercial e Industrial, mujeres sin trabajo y como sectores políticos Nuevo Espacio, Frente Amplio y Encuentro Progresista. Aparte de estos, que serían los integrantes permanentes, hay en puntos concretos adhesión de Intendente con sus directores de dpto., obispado, diputados de PN y EP, Sociedad Productores de Leche y Asociación Rural

El movimiento decide que su criterio es que los directamente interesados "van al frente" el movimiento es apoyo y ámbito de reflexión, diálogo y ordenamiento

Prioriza cuatro áreas. 1) industria de la carne, 2) industria del cuero, 3) lechería e industria lechera, 4) construcción (sabemos que forestación y su industria estarán) Con motivo del 25 de Agosto se hace carta con ese planteo al Presidente Sanguinelli qué nos constituimos, que trabajaremos por empleo, que le solicitamos que lo haga, que queremos 1000 puestos en un año y no perder los actuales, mostramos que ya los hubo curtiembre hoy 250, antes 1000, frigorífico hoy cerrado, antes 300, construcción sin obras, lechería no perder a gente que sabe trabajar

Un grupo de compañeros viene de participar en un acuerdo político FA-P.Colorado para desarrollar el departamento de actividades productivas que al finalizar, porque la Intendencia retenía los aportes al B.P.S. de los trabajadores, había conseguido.

- 147 personas trabajando

- 407 mil dólares con un 33% de ese trabajo para el interior del departamento

- 11 jóvenes (incluida una mujer y un discapacitado) realizan primera experiencia laboral en carpintería municipal.

- Donaciones de bloques y ventas de ladrillos en cuotas para viviendas de funcionarios municipales. Equivalen a 115 viviendas económicas o 147 tipo SIAV.

- 12 carpinterías con 60 trabajadores forman el grupo de interés económico Piedra Alta.

- Convenio con grupo de apicultores para proveerles material de trabajo

RE UNA PRÁCTICA

- 3 empresas metalúrgicas hacen 773 armazones para sillas

- Banco de tierra para ladrilleros (45 ladrilleros registrados)

Esta experiencia permite ensayar proyecto productivo del Frente Amplio, el grupo de apoyo y el director, ahora ex, integran el movimiento, además aportan su relacionamiento con empresas, etc.

El diagnóstico lo hacen compañeros del Instituto Cuesta Duarte del PIT CNT (Olesker). Nosotros solicitamos poner énfasis en propuestas y en conocer experiencias creativas (Versión taquigráfica a la orden)

Nos apoya la comisión de DD.HH. de la Junta Departamental (sus 4 lemas). Se realiza acto en Junta Departamental

Edil de FF. solicita y la Junta accede a reclamar concreción de grupo de viviendas al Ministerio de Vivienda

A través de la Asociación de Productores de Leche, CONAPROLE confirma para Florida ampliación de su planta, que significará seguridad para obreros de CONAPROLE y actividad en la construcción

Estudio de planta del frigorífico para su rearmado y puesta en funcionamiento. Un borrador de convenio con los obreros para el posible comprador nos abre las puertas del Banco Sudameris y hacerle llegar una "educada presión social". Deben venderlo y dar lugar a empleo. Se hace otra ida a Montevideo en delegación, con carteles, en el ómnibus de la Intendencia con 1000 firmas (de Intendente, Obispo, diputados, Centro Comercial, Asociación Rural, productores de leche, de las fábricas, de los barrios) juntadas en 3 días (sábado, domingo y lunes), se esperan 200 puestos de trabajo

- Este 1º de Mayo la Intersindical dice que la situación de desempleo demuestra que la clase de los patrones ya no puede dirigir toda la sociedad, que la única justificación que tenía era "dar empleo", que los trabajadores supieran que para que alguna vez pueda haber una sociedad a imagen y semejanza de los trabajadores, debería haber trabajadores, la creación de puestos de trabajo se vuelve central para que haya presente y futuro, vida y esperanza. Se piden compromisos personales con el asunto

- Hay varias cosas más. Proyectos concretos: playa de faena para conejos y pollos; confección de bolsones para exportación de lana; equipos para trabajar "a façón" en confección de sandalias, en confección de ropa de cuero, una planta de raciones para perros para exportar a México y San Pablo; secadero de tablones de eucalipto grande para exportar (concretado), etc... no se puede desarrollar...

Hoy está acordado el desarrollo en los pueblos. Están coordinadas visitas el 14 en Casupá (carpinteros) y el 21 en Mendoza (proyecto turístico en estancia de los jesuitas). En cada caso se trata de que se encare el tema general ligado a un proyecto concreto. Está acordado un encuentro departamental para la primera mitad de Agosto. Objetivo: un proyecto de Florida productiva. Con proyectos concretos.

Vinculada a él marcha de plaza a plaza con paro cívico de 2 o 3 horas.

LAS MESAS POLÍTICAS EN EL INTERIOR

El FA a nivel central definió algunos criterios para las salidas de la MP al interior

Durante el año 97 la MP concurrirá a las localidades del interior de cada uno de los departamentos con el fin de escuchar a la gente, sus necesidades más inmediatas para de esta forma intentar las respuestas políticas en lo inmediato y a la vez ir construyendo la propuesta programática

Los planteos de las distintas organizaciones sociales serán recogidos por el área programática que dará respuesta en un plazo no mayor a 2 meses

Para el año '98 que va a ser un año preelectoral, se plantea visitas durante todo el año a los departamentos recorriendo en la mañana todas las localidades, realizando en la tarde la Mesa Política en las capitales departamentales, culminando con actos centrales

Como se ve el trabajo de la Mesa Política de este año tiene una correspondencia con el del año que viene

El MPP apoya fervientemente estas actividades, ya que es una nueva forma de hacer política, con la gente, comprometiendo al FA con los más postergados, recogiendo sus inquietudes, transformando sus reclamos en parte de su quehacer cotidiano y de las propuestas programáticas

Las distintas actividades que se han hecho en Juan Lacaze, San Ramón, Maldonado, Paysandú, Constitución y en Zapicán nos reafirman que es el camino correcto.

A los efectos de solucionar algunos problemas de coordinación el MPP impulsará a nivel central del FA un mayor nivel de relacionamiento con las departamentales a los efectos de determinar cual es el lugar más adecuado dentro del interior de los departamentos para llevarla a cabo

Agenda para el resto del año

14/7	Rocha (lugar a definir)
18/7	Plenario Nacional
Agosto	Rivera (definir detalles)
25/8	Elecciones Cfés Base
Agosto	Flores (definir detalles)
12/9	Artigas
28/9	Elecciones Internas
Octubre	MP en Cerro Largo (def. detalles)
[illegible]	en Florida
Noviembre	MP en Treinta y Tres
	MP en San José
Diciembre	MP en Tacuarembó
	MP en Río Negro

008

9708620

EL TRABAJO DEL MPP EN EL AREA PROGRAMATICA DEL FRENTE AMPLIO

Luego del Congreso de Diciembre y con la presidencia de Tabaré, el Frente definió un nuevo Organigrama propuesto por este, en el que el Area de programa fue priorizada. La misma se integra con un fuerte equipo coordinador de 6 compañeros experientes, que articula las relaciones entre las tres estructuras integrantes del Area, la Comisión Nacional de Programa, las Unidades Temáticas, y el Instituto Fernando Otorgues.

Esta nueva estructura está comenzando a moverse, y cada semana se agrega una nueva Unidad. En total trabajan regularmente unos 100 a 120 compañeros militantes, a lo que deben sumarse las comisiones programáticas del interior que también se están integrando.

Otras resoluciones, como las reuniones de la Mesa Política en el interior de los Departamentos del País, junto a la nueva importancia del Programa, van perfilando un Frente que sustituye la discusión interna mal dada, de disputas y maniobras, por un enfrentamiento global a las políticas del bloque de poder. En este sentido se va delineando una metodología de ida y vuelta entre el F.A. y las organizaciones sociales, que es novedosa y encierra un gran potencial. En vez de la relación lineal de arriba a abajo, con posiciones delineadas por dirigentes separados del pulso cotidiano de los trabajadores, militantes de base, y pueblo en general, se camina hacia una forma de relación más rica, más horizontal, que recibe problemas, iniciativas, ideas, e intenta generar propuestas que mejoren, en primer lugar, la situación de los sectores más perjudicados por las políticas de la coalición.

Este cambio es de fondo, es estratégico, porque es nada más ni nada menos que el asunto medular de la relación entre el F.A. y el pueblo.

El MPP fiel a su consigna de hacer política con y desde la gente, a su consigna de participación popular, está aportando y apoyando esta apertura del Frente en la Mesa Política y en todas las Comisiones y Organismos de la estructura orgánica.

Este cambio, fácil de decir pero difícil de hacer, encierra una cantidad de dificultades, que, al no haberse programado con tiempo, deberemos ir enfrentando e intentando superar. No es porque es fácil de hacer sino porque es fundamental que trabajamos para concretarlo.

Además del aspecto metodológico estamos impulsando la idea, que cuenta con un eco mayoritario en el F.A. de que el trabajo programático es de gran importancia política y no solamente electoral. Las definiciones del Frente son esenciales para un programa de gobierno y para los militantes sindicales, para los compañeros parlamentarios y para los militantes de las organizaciones sociales. El trabajo programático enfocado desde el punto de vista de que proponer, que hacer, que apoyar, en cada lugar y cada momento, y no exclusivamente dirigido a lo que ofreceremos en la campaña electoral futura.

Junto con estas informaciones y valoraciones llamamos a todos los emepepistas que estén en condiciones de hacerlo, que se integren al trabajo programático frentista.

9708620

ENCUENTRO NACIONAL SOBRE DERECHOS HUMANOS
Domingo 27 de Julio '97

Compañeras/os:

El Plenario Nacional del 22/6, aprobó la realización de un encuentro de carácter nacional, con el apoyo de los compañeros del interior presentes.

La sociedad en que vivimos, junto a las formas generales de dominación y explotación, produce múltiples políticas inhumanas, injustas, y discriminatorias que agreden los derechos humanos fundamentales de la gente a la vida y a una vida digna en sus necesidades básicas, y los derechos humanos del pueblo. El sistema de poder impone políticas discriminatorias, y agresivas sobre las capas populares y el pueblo empobrecido.

La convocatoria a participar en este Encuentro Nacional es para todos los mppistas que estén participando en la diversidad de situaciones y variadas experiencias de lucha en defensa de los derechos humanos y a todos/as quienes estén interesados en trabajar en los diversos ámbitos de inserción y organización popular.

Propuesta para la jornada del domingo 27 de Julio:

1 - Comenzar con un Plenario informativo de:

a) Informes de compañeras/os de las localidades del interior.

b) Informes de compañeras/os de Montevideo. Núcleo de DD HH y las zonas.

c) Informe de parlamentarios de los temas de derechos humanos en que están trabajando, tanto relegantes y discriminatorios, como represivos. Proyectos alternativos.

d) Informe sobre el trabajo en la Comisión de Derechos Humanos del Frente Amplio; Campaña por la verdad, avances de la coordinación y la legislación represiva.

2 - Examen e intercambio sobre las diversas experiencias, propuestas que surjan. Trabajo en grupos de 8 a 12 compañeros.

3 - Puesta en común y debate. Discusión general sobre los problemas planteados, y los desafíos para nuestro accionar.

4.- Propuestas para encaminar el trabajo. Información y comunicación, instancias de coordinación; formas de participación; algunos lineamientos generales para el trabajo.

5.- Pretendemos ser puntuales, por el respeto mutuo y de todos los que concurran, tanto en la llegada, el comienzo de la jornada, como en las diversas partes, para que nos rinda la jornada.

Comenzaremos a las 9:30 con la designación de una Mesa, que ayude a concretar la dinámica de la jornada.

El Plenario informativo comenzará a las 10horas en punto.

El encuentro sobre derechos humanos tiene un carácter constructivo y participativo, y con alta motivación. No tiene carácter "obligatorio", pero sí de compromiso con la gente y por la lucha social y política en este ámbito.

Ya han pasado 7 meses de 1997. Es tiempo que nos pongamos en movimiento y

ACERCA DE LAS FINANZAS

Hablar de este tema es hablar de lo obvio. No se puede hacer política sin finanzas.

A la vez todos sabemos que es difícil hacer finanzas entre gente pobre, por eso nosotros no vamos a hablar de cosas obvias.

El problema de finanzas es antes que nada un problema organizativo, mide el desarrollo organizativo que tenga la organización política, de ahí que en una primera etapa nos planteamos una jornada de pequeña finanzas hecha por todas las agrupacionespara ser volcadas centralmente para paliar el déficit actual.

A medida que vayamos demostrando "que se puede", iremos encarando otras como la de regularizar las cotizaciones, colaborar con el cobrador central de adherentes, realizar tareas de mayor envergadura como rifas, festivales, etc.

Existen innumerables ejemplos como las agrupaciones del MPP han desarrollado pequeñas tareas de finanzas que le han dado buenos resultados, rifas, chorizadas, charlas con tortas fritas, los canelones del MPP de Melo, los viajes por el río de Paysandú, el tablado de Tacuarembó, las ventas de libros y afiches etc. etc.

Y este boletín es fruto del esfuerzo de los compañeros ya que sus aportes financieros han permitido su salida a pesar de todas las dificultades.

Pero queremos que continúe, mejore y sea de aparición regular. Por ello es importante el esfuerzo hecho, pero importantísimo, el que queda por realizar. En lo inmediato debemos colocar masivamente todos los números de la rifa. El 8 de Agosto está muy próximo y es necesario redoblarnos para lograrlo.

Vamos a continuar este diálogo en números próximos, pero estamos seguros de algo

PODEMOS ¡¡CLARO QUE PODEMOS!!

Un abrazo

BONO COLABORACION $ 10.-

[illegible]

MPP

Nº

5 días en una cabaña equipada para 4 personas, elección en:

* Punta Ballena (antes del 30/11)
* Termas del Daymán

El premio incluye pasajes ida y vuelta desde el lugar de residencia, más viático para manutención de las personas.

MPP

[illegible]

1/4

R.E.Nº 9708621

ASUNTO: EL BONIATO de CANELONES

PROCEDENCIA:

EVALUACION:

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO
MILITAR.

OBSERVACIONES: PUBLICACION DEL M.P.P. EN EL Dpto de CANELONES.

FECHA: 14. AGO. 1997.

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI

C/R 9708621

001(A)/4

el Boniato
De Canelones

Con la gente
trabajemos por la esperanza

editorial

Nos encontramos ante una realidad socioeconómica que toma ribetes dramáticos y que plantea perspectivas muy oscuras, más si tenemos en cuenta la posibilidad de un triunfo de la izquierda en las próximas elecciones. Es muy posible que para el año 99 este país presente un panorama económico caracterizado por la inseguridad y con las [illegible] históricas de lo que se denominó el Estado de Bienestar completamente destruidas ([illegible] empresas y organismos publicos). Esta situación y este panorama nos exige estar muy alertas a elevar las miras para que aquellas propuestas de gobierno de la izquierda [illegible] puedan ser puestas en práctica. En esta coyuntura el Departamento de Canelones juega un papel estratégico; la derecha ya está trabajando para no perder el departamento más poblado del Interior. De producirse tal cambio político es posible imaginarse un gobierno nacional del Frente Amplio. Sanguinetti ya declaró la guerra al "Frente de Tabaré". Y ya salieron semanarios de derecha que apuntan a Canelones.

En base a estas precisiones es que creemos fundamental fortalecer la herramienta Frente Amplio ya que estamos convencidos que no se puede dejar pasar un período más de desmantelamiento. Un triunfo del Frente es imprescindible, por nuestra gente. Sabemos que el Frente no va a solucionar todos los problemas económicos y sociales ni va a instalar en el 2000 el socialismo en el país, sólo podrá frenar el aluvión neoliberal, herramienta del capitalismo salvaje. Sabemos también que dentro del Frente existen posiciones encontradas y tendencias que han llevado enfrentamientos y actitudes distintas. De todas maneras el fenómeno uruguayo es único en el marco del enfrentamiento al neoliberalismo, la unidad de la izquierda no ha podido romperse, por más que se haya intentado, y que en esta izquierda han jugado un papel importante las posturas históricas de la coalición, el llamado "sector radical". Fortalecer esta tendencia es imprescindible si es que queremos que el Frente marche por el rumbo que creemos correcto. Esto último no significa asumir una actitud de combate a los demás compañeros del Frente sino todo lo contrario, esgrimir con la fuerza de la razón la vigencia de nuestros planteos, para nada debe interpretarse como un gesto antifrentista sino al revés; es la validez del proyecto Frente Amplio y Encuentro Progresista la que nos lleva a plantear con firmeza cuál es el mejor camino que debemos seguir, no sólo por nuestros simpatizantes sino por el pueblo uruguayo.

001 (B) 9708621

14 AGO 1997

(Doc. poco leg.)

editorial

En este año 97, más precisamente en setiembre, se define el camin de la izquierda. Se realizarán las elecciones internas que determinarán la correlación d fuerzas en el Frente Amplio. De no lograr una votación más que aceptable en dicha instan i podemos pasar a ser una fuerza meramente testimonial y más vale no imaginar la consecuencias futuras. Debido a esta crucial instancia y de cara a la instalación de u gobierno popular en el país y en el departamento es que estamos intentando coordina todas las agrupaciones o compañeros del MPP de Canelones. Nuestra intención es qu podamos tener un contacto fluido con cada rincón del departamento. Estamos a la orde para cada actividad que los compañeros quieran realizar, desde una charla de alguno d nuestros compañeros legisladores hasta una reunión con dos o tres compañeros en casa d familia. No proponemos ni promovemos la cultura del reunionismo ni aspiramos a crear l 'superestructura' MPP, sólo intentamos fortalecer los contactos para emprolijar la tarea Este boletín departamental es otra herramienta para fortalecer esos contactos. Hasta pronto

Departamental del Movimiento de Participación Popular de Canelones

---

La Intendencia de Andujáckembruch

Los Canarios debemos un millón de dólares más

E*l tema de la corrupción sigue sobre la mesa en este Uruguay del 2000. La coalición de gobierno ya nos tienebastante acostumbrados a las denuncias, investigadoras y los juicios que suelen acompañar a este fenómeno de lo "mano en la lata". Eso sí, los colorados han sido más hábiles (o más rápidos) a la hora del enchastre, lo que no significa que se hayan salvado de la quemazón.*

Canelones entró en el tema, y por la puerta grande, nada menos que a nivel de los intendentes. Hace poco tiempo el actual intendente Hackembruch sorprendió a todos denunciando a Andújar de, entre otras cosas, robarse 150 mil litros de gas oil. La coalición se conmovió, pero, hasta ahora eso quedó quieto, y podríamos decir que el tema hoy se congeló. Pero, para no ser menos, la I.M.C. fue rezongada por el Tribunal de Cuentas, en nota del 9 de abril, por quedarse con la guita que los trabajadores de la Intendencia aportaron para el B.P.S. y las AFAP's. Chirolas, unos dos millones de dólares. Quedó con la plata de algunos meses del año pasado. Y, lo que es más grave, se le va a cobrar a la IMC, a todos nosotros, por multas otro millón de dólares ***(dos millones de litros de leche).***

Se armó alboroto en la Junta, y está bien, los ediles frentistas, el nuevoespacista y dos o tres blancos llamaron a los responsables a sala, y está muy bien. Pero, como no podía ser de otra manera, la coalición hizo andar los mecanismos para apagar el incendio. Los ediles blancos se convencieron de su equivocación, reconocieron ser unos burros, que no entienden nada y luego de quince días de profunda reflexión y análisis matemáticos, retiraron sus votos, apoyaron a Hackembruch, se disculparon, se deben haber confesado con el Vaticano, se habrán sometido al autocastigo correspondiente... y el juicio político no salió. Fue un error, no pasa nada, el gobierno central manda los mangos, el millón de dólares de multa lo pagamos en Canelones y se acabó.

El otro informe del Tribunal de Cuentas del 2 de abril, que rezonga nuevamente a la IMC por comprar automóviles Nissan a la empresa Dechía e Hijos por 17500 dólares cuando la oferta era de alrededor de 10 mil dólares, otra pavadita, chirolas. Que se hayan comprado en noviembre del 96, aparentemente uno de los meses que no se aportó la plata de las AFAPs y el BPS, tampoco importa mucho, total, los canarios pagamos las multas y cometas y chau.

No hay que ser muy iluminado para adivinar lo que pasó en esos 15 días en que les entró el arrepentimiento a los ediles blancos. La cosa se trató en las altas esferas. El senador Andújar movió sus piezas, el Honorable Directorio del Partido Nacional debe haber gestionado el entuerto. No nos extrañemos si de las macanas de Andújar los colorados se olvidan ahora, de golpe.

Esto es muy grueso. El trabajo de los ediles del Frente y el apoyo de los militantes que llenaron las barras de la junta, no alcanzaron para hacer que el señor Hackembruch se vaya para su casa. Pero de algo sirvió la movida. Los frenteamplistas del departamento estamos aprendiendo varias cosas. Por un lado, se confirma la urgencia de seguir trabajando con la gente para arrancarle de las manos la intendencia a estos delincuentes, no sólo para ganar el país, como se ha dicho, sino para que los canarios estemos a salvo de los ladrones de escritorio.

Y por otro lado, y esto es lo más importante, nos demuestra que es fundamental la movilización y la participación de la gente, ahora al lado de los ediles, denunciando, vigilando y apoyando para ser verdadera oposición. Y mañana para vencer el bloqueo de la derecha y para vigilar y acompañar una gestión de gobierno que, como todos esperamos, será el gobierno de la gente.-

---

El próximo número de El Boniato lo vas a hacer vos, por esto te pedimos que nos mandes tus boniatazos (denuncias, reclamos, y lo que quieras) y entre todos vamos a cosechar uno más grande.

Calendario anual del Frente Amplio

Este es un calendario tentativo elaborado por presidencia del FA a través de la Coordinación de Area Interna. De él sólo incluimos las visitas y contravisitas (en las que se llevan las propuestas) al interior y, lógicamente, a Canelones.

Junio: *16/6 Contravisita a San Ramón.
*27/6 Mesa Política Nacional en Dolores (Soriano)
Julio: *21/7 Mesa Política Nal. en la Costa de "Oro", de Canelones (
*25/7 M.P. en el dpto. de Rocha (?)
Agosto: *M.P. en Rivera.
*25/8 elecciones en Comités de Base.
*M.P. en el dpto. de Flores.
Setiembre: *12/9 M.P. en Artigas
*22/9M.P. en La Paz-Las Piedras
*28/9 Elecciones Internas.
Octubre: *M.P. en Cerro Largo
*M.P en el Dpto. de Florida.
*M.P. en el Dpto. de Durazno.
Noviembre:*M.P. en Treinta y Tres.
*M.P. en Santa Lucía.
*M.P. en San José
Diciembre:*M.P. en Tacuarembó.
*M.P. en Río Negro.

De martes a viernes a las 13.30 habla el diputado José Mujica. Radio 36 Centenario y los domingos a las 9 el senador Helios Sarthou

El M.P.P en Canelones

La idea es darnos una organización que nos permita responder a los ataques y los estragos que está generando la política económica de este gobierno de coalición. Queremos también mantener un contacto con todos "los Canelones" para que todos conozcamos todo el departamento. Con esa meta es que estamos reuniéndonos todos los primeros jueves de cada mes en forma plenaria y todos los jueves establecemos una "guardia" a partir de las 19:30 en el local de Uruguay 1055, tel: 98.69.48.

Para ir atando los cabos hasta ahora un poco sueltos, los compañeros que habitualmente coordinan el trabajo departamental están saliendo a visitar localidades: fundamentalmente se está acompañando a los cros. legisladores allí donde vayan. El trabajo de Sarthou, del Pepe y de Marcos en el Parlamento hace que muchas veces sean llamados a distintas localidades, a comités o casas de familia; el tema del agro nos ha posibilitado llegar con Mujica a lugares antes inaccesibles para la izquierda. Adelantamos algunas futuras visitas del Pepe: el 1° de agosto en Pando junto a otros compañeros de la Dirección Nacional; el 3 de agosto en Salinas (a confirmar). Ya se anduvo por Las Piedras (Marenales), Progreso (Sarthou), Canelones (Pepe), la Costa (Pepe), y otros lugares y compañeros que no nos acordamos en el momento

EEUU apoyará investigaciones sobre desaparecidos

Por **Guillermo Altares**

Madrid. AFP LR 26/6.

Estados Unidos apoyará la investigación sobre la desaparición de ciudadanos españoles durante la dictadura chilena del general Augusto Pinochet que está llevando a cabo actualmente el juez Manuel García Castellón, de la Audiencia Nacional de Madrid, informaron ayer fuentes judiciales.

La fiscal general (ministra de Justicia) estadounidense, Janet Reno, ha ordenado que su departamento preste auxilio judicial y facilite los datos archivados en las agencias de seguridad para colaborar en la investigación de la Audiencia Nacional (máxima instancia penal).

Fuentes conocedores del caso confirman a la AFP una información publicada este miércoles en este sentido por el diario madrileño El País

García Castellón había tramitado el pasado 6 de febrero una comisión rogatoria internacional al fiscal general de EEUU para poder acceder a informaciones sobre "crímenes contra la humanidad cometidos entre 1972 y 1990 en Chile o en el exterior por personas bajo las órdenes del general Pinochet".

La respuesta estadounidense llegó a través de una carta del fiscal general adjunto, Andrew Fois, fechada el 23 de mayo, en la que confirma la colaboración de las autoridades de EEUU con la investigación por "terrorismo y violaciones de los derechos humanos" cometidas durante la dictadura de Pinochet, agregaron las fuentes.

Esta petición fue admitida a iniciativa de un grupo de congresistas demócratas y el Departamento de Justicia encargó a la Oficina de Asuntos Internacionales (OIA) que preste su apoyo a García Castellón en el marco del Tratado de Asistencia Legal Mútua hispano-norteamericano.

La OIA ha entrado en contacto con las agencias de seguridad de la administración estadounidense, como la CIA o el FBI, para que proporcionen informaciones a la Audiencia Nacional sobre el caso que investiga, aunque "dentro del margen permitido en sus leyes".

Esto indica, agregaron las fuentes, que no se podrá acceder directamente a documentos secretos, que sería necesario desclasificar para que puedan sumarse a la causa.

Entre los documentos más importantes sobre el caso que están en poder de las autoridades estadounidenses destacan las confesiones al FBI del ex agente de los servicios secretos chilenos, el mercenario estadounidense Michael Towneley, quien está directamente implicado en las torturas y asesinato del español Carmelo Soria, funcionario de Naciones Unidas asesinado en Chile en julio de 1976.

Otros altos cargos de Washington han recibido también la petición de la fiscal general como el presidente del Comité de Relaciones Internacionales del Senado, Benjamín Gilman; el consejero nacional de Seguridad, Sandy Berger, y el asesor de Derechos Humanos del Departamento de Estado, John Shattuck.

Doc. con manchas

01 - 03

LAS DICTADURAS EN AMERICA LATINA

LOS DESAPARECIDOS ESPAÑOLES EN CHILE

EE.UU. apoya a España en su juicio contra Pinochet

La Casa Blanca colaborará con los magistrados de Madrid que juzgan por genocidio al ex dictador chileno • Desclasificarán documentos de la CIA y el FBI • Un juez irá a Washington

JUAN CARLOS ALGAÑARAZ
Madrid. Corresponsal

En una decisión que implica un crucial respaldo a la Justicia española y los procesos sobre ciudadanos desaparecidos durante las dictaduras militares en Chile, Argentina y Uruguay, Estados Unidos anunció que colaborará con los magistrados que juzgan por genocidio al general Augusto Pinochet.

Esta actitud del gobierno del presidente Bill Clinton contrasta con el rechazo a toda colaboración con la Justicia española anunciada por los gobiernos de Chile, la Argentina y Uruguay. España insiste, de acuerdo con su legislación, en que los delitos contra la humanidad, como el genocidio y el terrorismo de Estado, no prescriben, y los responsables pueden ser procesados. La Argentina, Chile y Uruguay han negado la competencia española ahora reconocida por los Estados Unidos.

La fiscal general (ministro de Justicia) norteamericana, Janet Reno, ha ordenado prestar auxilio judicial al juez Manuel García Castellón, quien había requerido ayuda en febrero a sus colegas estadounidenses. De acuerdo al pedido del magistrado, la fiscal acepta desclasificar documentos de la Agencia Central de Inteligencia (CIA) y de la Oficina Federal de Investigaciones (FBI) que puedan ayudar a la investigación de García Castellón sobre ciudadanos españoles asesinados o desaparecidos durante la dictadura chilena de Pinochet entre los años 1973 y 1990.

> Entre los asesinados figuran dos sacerdotes españoles: Joan Alsina y Antonio Llidó

Una colaboración similar a la Justicia norteamericana fue formulada por el magistrado Baltasar Garzón, que lleva la causa sobre los españoles desaparecidos en la Argentina.

Un influyente grupo de parlamentarios norteamericanos, entre ellos el senador Ted Kennedy, apoyó el pedido de García Castellón y se interesó ante la fiscal para que fuera tramitado positivamente.

La actitud de colaboración de Janet Reno incluye la autorización para que declaren ante el magistrado español funcionarios del FBI y la CIA. Según una información de la agencia Reuters, el juez viajaría a Washington para recibir la documentación y también para tomar declaraciones.

La fiscal ha pedido además que brinden toda su colaboración a la Justicia española sobre los desaparecidos al presidente del Comité de Relaciones Internacionales del Senado, Benjamín Gilman; al consejero Nacional de Seguridad, Sandy Berger, y al asesor de Derechos Humanos del Departamento de Estado, John Shattuck.

Después de iniciarse el proceso por los españoles desaparecidos en la Argentina, una asociación de fiscales españoles presentó una denuncia sobre las víctimas en Chile que fue aceptada el 30 de julio pasado por el juez García Castellón que, como Baltasar Garzón, pertenecen a la Audiencia Nacional, la máxima instancia penal en España.

Entre los asesinados figuran dos sacerdotes españoles, Joan Alsina y Antonio Llidó. Pero el caso más grave es el del diplomático español Carmelo Soria, que trabajaba para las Naciones Unidas en Santiago, Chile, y fue salvajemente torturado y asesinado por agentes de la DINA que están identificados. Los policías y militares que actuaron en el episodio intentaron disfrazar el crimen como un accidente de automóvil.

España y las Naciones Unidas han insistido en que el asesinato de Soria no puede incluirse entre las amnistías dictadas en Chile que protegen a los represores criminales. Pero el gobierno chileno no ha dado satisfacción a los reclamos españoles y el "caso Soria" es un escándalo que enturbia las relaciones entre ambos países. Tampoco las Naciones Unidas dan al "caso Soria" por cerrado. □

ANTECEDENTES

El caso de los 330 españoles desaparecidos en la Argentina

La decisión de la fiscal general norteamericana, Janet Reno, de colaborar con el magistrado que juzga al general Pinochet por genocidio, tiene consecuencias inmediatas sobre el proceso que conduce el juez Baltasar Garzón sobre los desaparecidos en la Argentina.

El magistrado español ha pedido hace meses a la Justicia norteamericana una colaboración similar a la que ahora se ha resuelto prestar a su colega en la Audiencia Nacional, Manuel García Castellón.

Garzón identifica especialmente como entidades que pueden aportar la información al Departamento de Estado, la Secretaría de Defensa (Pentágono), el FBI y las embajadas de Estados Unidos en la Argentina, Paraguay, Uruguay, Bolivia y Brasil.

El juez español requiere información vinculada a "los antecedentes e inicio de la represión militar y de fuerzas paramilitares en la Argentina que dieron como consecuencia la muerte y desaparición de 330 ciudadanos y descendientes de españoles residentes en aquel país".

También los documentos sobre "el denominado Plan Cóndor u Operación Cóndor, relativa a la coordinación entre aquellos países para desarrollar acciones criminales de represión calificables conforme a la legislación penal internacional como genocidio y terrorismo y que se investiga en esta causa".

Pide también material sobre "las actuaciones de la denominada Escuela de las Américas que tengan relación con el citado Plan Cóndor y con la represión desarrollada en la Argentina entre los años 1976 y 1983".

02

CHILE LAS AUTORIDADES REACCIONARON ANTE EL JUICIO ABIERTO POR LA AUDIENCIA NACIONAL ESPAÑOLA

Fuerte malestar chileno con España

La autoridad judicial española investiga las detenciones, torturas y asesinatos cometidos contra decenas de ciudadanos españoles durante el régimen de facto de Augusto Pinochet

El gobierno chileno consideró que el juicio abierto en España contra la Junta Militar que presidió el general y ex dictador de Chile Augusto Pinochet "es jurídicamente improcedente y políticamente muy equivocado".

El juez de la Audiencia Nacional española Manuel García Castellón investiga en ese país la detención y el asesinato de decenas de ciudadanos españoles y chilenos durante el régimen de facto de Pinochet (1973-1990), pero las autoridades chilenas manifiestan serias dudas de su sentido práctico. "No tiene ninguna consecuencia jurídica práctica esta investigación, a menos que alguno de los inculpados se parara por allá", afirmó el ministro de Relaciones Exteriores, José Miguel Insulza, en declaraciones realizadas el jueves pasado al canal 7 de la televisión chilena.

Para Insulza, en el proceso abierto en España "no se está juzgando el homicidio o la desaparición física de nadie, sino que se está haciendo un juicio político al régimen militar. Parece que los fiscales españoles han decidido que, como nosotros no hicimos un juicio político al anterior régimen militar, tienen que hacerlo justamente ellos".



Insulza denunció el "juicio político" a la española

Según datos oficiales, cerca de tres mil personas resultaron asesinadas por razones meramente políticas durante el período dictatorial de Pinochet y, de ellas, un millar fueron detenidas y dadas por desaparecidas.

En 1996, las autoridades judiciales chilenas aplicaron la ley de amnistía a los culpables de la detención y asesinato del funcionario español de la Organización de Naciones Unidas (ONU) Carmelo Soria, uno de los españoles que fueron víctimas de violaciones a los DDHH en Chile. *(EFE)*

Congreso pide al Estado que investigue

La Comisión de Defensa de la Cámara de Diputados de Chile solicitó ayer al Consejo de Defensa del Estado que se haga parte del proceso judicial que se instruye por el asesinato del conscripto Pedro Soto Tapia, informaron fuentes parlamentarias.

El presidente de la comisión, y diputado del Partido por la Democracia (PPD), Vicente Sota, destacó ayer que la petición contó con el apoyo unánime de la mencionada comisión y se fundamenta en la "alarma pública" que generó el caso.

El recluta Soto Tapia, de 19 años, desapareció el 15 de diciembre pasado y parte de sus restos fueron hallados tres meses después.

Los oscuros episodios en torno al crimen, así como las versiones contradictorias de los inculpados, generaron una ola de rumores y conjeturas que tienen como centro al Ejército. *(EFE)*

03-03

9708622

01 - 05

[illegible]

CHILE-INVERSION
INVERSION EXTRANJERA CRECIO EN UN [illegible] POR CIENTO

Santiago de Chile, 17 jun (EFE) - La inversión extranjera en Chile [illegible] de este año ascendió a 1.917.[illegible] millones de dólares, cifra que representa un aumento del [illegible] por ciento respecto a igual período de 1996, según cifras oficiales difundidas hoy.

La minería concentró el mayor monto de los capitales, con un [illegible] por ciento, le siguieron servicios, con un [illegible] por ciento, y en tercer lugar se situó el sector industrial, con un 17.9 por ciento.

Del total de la inversión concretada entre enero y abril de este año, el 47 por ciento corresponde a capitales provenientes de Gran Bretaña, el [illegible] por ciento a inversión desde Japón y el 8.4 por ciento, de Estados Unidos.

Las cifras fueron entregadas hoy en una rueda de prensa por el ministro de Economía, Alvaro García, y el vicepresidente ejecutivo del Comité de Inversiones Extranjeras, Eduardo Moyano.

El ministro García destacó que el incremento registrado en las inversiones extranjeras "es muy significativo" y pronosticó para diciembre recursos superiores a los [illegible] millones de dólares registrados el año pasado.

El titular de Economía indicó que el proceso de internacionalización de la economía chilena ha sido exitoso y que la inversión extranjera ha duplicado el aumento de las exportaciones en igual período y señaló que la minería recuperó su lugar como primer receptor de la inversión extranjera.

Al respecto, Moyano indicó que las empresas extranjeras están invirtiendo en minería alrededor de [illegible] millones de dólares anuales y señaló que hay una carpeta significativa de proyectos, no sólo referidos al cobre, sino también a la explotación de oro, plata y no metálicos.

Tradicionalmente, los países con mayores inversiones en el sector minero son Canadá, Estados Unidos, Australia y en menor medida, Sudáfrica y Gran Bretaña, explicó Moyano.

Según las cifras oficiales, en lo que se refiere a inversión autorizada [illegible] en el futuro), [illegible] millones de dólares, lo que [illegible] por ciento [illegible].

[illegible]

[illegible]

[illegible]

02

9708623

306643

R ECODI 06-09 00190
mun exg tcx

CHILE-DEUDA

DEUDA EXTERNA SUBIO EN 1.287 MILLONES DE DOLARES

Santiago de Chile, 9 jun (EFE).- La deuda externa total de Chile entre enero y abril de 1797 llegó a los a 21.338 millones de dólares, lo que supone un aumento de 1.287 millones de dólares respecto a diciembre de 1996, informó hoy el Banco Central.

De este total, la deuda privada alcanzó los 19.319 millones de dólares y registró un aumento de 1.436 millones de dólares, mientras que la pública descendió 147 millones de dólares y alcanzó los 5.019 millones de dólares.

El informe del instituto emisor sobre los cuatro primeros meses del año destaca que la deuda a medio y largo plazo fue de 22.122 millones de dólares, en tanto que las deudas externas de corto totalizaron 2.216 millones.

En un analisis del total de la deuda externa privada, el informe consigna que las empresas y personas contraieron compromisos por 15.609 millones de dólares y los bancos por 2.460 millones de dólares.

En el sector público, la Tesorería General de la República aparece con una deuda de 2.604 millones de dólares; el Banco del Estado registra deudas por 329 millones de dólares y las empresas estatales por 1.787 millones de dólares. EFE

HW/AG/EO/PL

06/09/20-57/97

9708623

03

[illegible]

[illegible]

CHILE-ECONOMIA

PIB AUMENTO UN 3.8 POR CIENTO EN PRIMER TRIMESTRE

Santiago de Chile, 9 jun (EFE).- El Producto Interior Bruto (PIB) de Chile creció un 3.8 por ciento durante el primer trimestre de este año en relación con el mismo período de 1996, informó hoy el Banco Central.

"Durante este período, el dinamismo de la actividad se sustentó, fundamentalmente, en la demanda externa, marcando un cambio de tendencia en relación al año pasado, período en el que se presenció un significativo incremento del gasto interno", señala el instituto emisor.

Chile tuvo en 1996 un aumento del PIB del 7.2 por ciento. Para este año, las autoridades calculan que el crecimiento estará en torno al 6.5 por ciento, hasta el año 2000, Chile espera tener un crecimiento promedio del PIB del 5.5 por ciento, como mínimo.

Según el análisis del Banco Central, la demanda interna cayó un 0.3 por ciento en el primer trimestre de este año, mientras que el "significativo dinamismo" de la demanda externa se vio reflejado por un aumento del 15.8 por ciento de las exportaciones.

El sector minero, uno de los pilares de la economía chilena, fue el que registró el mayor aumento el trimestre pasado comparado con el de 1996, con un 11.2 por ciento, seguido por el transporte y las telecomunicaciones, que crecieron un 10.4 por ciento.

Las bajas más pronunciadas fueron las de la electricidad, gas y agua, cuyo aporte al PIB representó una caída del 7,7 por ciento, y de la producción silvoagropecuaria, que descendió un 3,0 por ciento.

"En el bajo dinamismo del sector agrícola y frutícola incidió significativamente la sequía que afectó a la zona centro-sur del país, tanto en términos de reducción de los volúmenes como en el adelanto de cosechas, que provocó una reducción de la producción hacia el primer trimestre del año", informó el Banco Central.

La pesca creció un 4.5 por ciento, la construcción el 5,0 por ciento, el mismo índice que el comercio, los restaurantes y los hoteles, mientras que la industria manufacturera bajó un 0,2 por ciento.

El Banco Central de Chile proporcionó también los datos trimestrales de la balanza de pagos, que tuvo un saldo positivo de 1.787 millones de dólares, y de las reservas internacionales, que crecieron 1.160 millones de dólares.

Según estos datos, entre enero y marzo pasados Chile exportó productos y bienes por valor de 4.447 millones de dólares e importó 4.019 millones de dólares, lo que arroja un balance trimestral favorable de 428 millones de dólares.

Las exportaciones aumentaron un 9.5 por ciento respecto al primer trimestre de 1996 y las importaciones un 5.8 por ciento.

El aumento de las exportaciones, según el Banco Central, estuvo motivado fundamentalmente por el crecimiento de las ventas externas de cobre, que crecieron un 23.1 por ciento y alcanzaron los 650 millones de dólares.

El crecimiento de las ventas externas de cobre se vio favorecido por el aumento de los volúmenes, que subieron un 34.7 por ciento, y compensó la bajada de los precios del mineral, que fue del 6.6 por ciento. EFE

04

AU/chs/dv

9708623

06/09/16 14:22

E ECOBT 06 05 0077

CHILE EXPORTACIONES

EXPORTACIONES AUMENTAN 6.9 POR CIENTO EN PRIMER CUATRIMESTRE

Santiago de Chile, 5 jun (EFE).- Las exportaciones chilenas produjeron unos ingresos de 4.701 millones de dólares durante el primer cuatrimestre de este año, lo que implica un crecimiento del 6.9 por ciento en relación al mismo periodo de 1996, informaron hoy fuentes del sector.

El vicepresidente de la Corporación de Exportadores, Roberto Fantuzzi, señaló que la balanza comercial registra un superávit de 182.4 millones gracias a los envíos al exterior por 5.953 millones e importaciones por 5.770.

El dirigente empresarial proyectó un crecimiento de las exportaciones de entre el 6 y 7 por ciento para 1997, periodo en el que se sumarán 16.500 millones de dólares.

En este contexto, el empresario indicó que los sectores más dinámicos en las exportaciones serán el vitivinícola y el pesquero, y advirtió un estancamiento "preocupante" del agroindustrial.

No obstante, señaló que las importaciones también aumentarán entre el 4 y 5 por ciento, porcentaje que puede incrementarse aun más si se concreta la rebaja unilateral de aranceles que anunció el Gobierno para el segundo semestre del año.

De ser así, la balanza comercial registraría un déficit cercano a los mil millones de dólares.

Fantuzzi informó de que la rebaja de aranceles anunciada por las autoridades afectará negativamente al sector ya que "generará una menor rentabilidad en el sector exportador y una gran pérdida de competitividad". EFE

mm/ag/bh/a

06/05/22-41/97

05-05

9708623

E ECOBT 06 05

Nº. DOCUMENTO 9708624
TITULO El socialismo en Europa
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 7-6-97
VINCULACIONES 11876 515432
10184 514142
65963
507529
11164
11437

TD5667
R FOXBT 06-02 00156
mun exa

FRANCIA-ELECCIONES (REACCIONES)
HUNGAROS DICEN REPUNTE IZQUIERDA MEJORARA ASPECTOS SOCIALES

Budapest, 2 jun (EFE).- La victoria electoral del Partido Socialista (PS) en Francia representa el resurgir de los partidos socialdemócratas en el continente y servirá para mejorar los aspectos sociales, dijo hoy, lunes, András Hajdú, secretario de prensa del jefe del Gobierno, Gyula Horn.

Hajdú puntualizó, sin embargo, que la victoria socialista podría dificultar la integración en la Unión Europea (UE) de los antiguos países comunistas.

Destacó la satisfacción del Primer Ministro por el regreso al poder de la izquierda en Francia ya que "reafirma la validez de los principios que también rigen en Hungría".

Hajdú reconoció, al mismo tiempo, que "dado que los socialistas franceses pondrán mayor énfasis en la solución del problema del desempleo en Francia, serán más críticos hacia los procesos de integración en la UE de los países de la Europa central" como Hungría. EFE

NA/JR/CO/mlr

01-07

9708624

"Le jour de gloire" del socialismo

Miles de simpatizantes socialistas festejaron hasta la madrugada, en las calles de París, un triunfo arrollador. El recuerdo de Mitterrand.

(*Por E. F., desde París*) No debe haber emoción más íntegra y profunda que la que millones de individuos tienen en la cara cuando la victoria política les viene a tocar el corazón: apretados en el Boulevard Saint Germain, en las puertas de la Maison D'Amérique Latine, miles de militantes socialistas estallaron en gritos y en lágrimas cuando la televisión francesa anunció la composición de la Nueva Asamblea Nacional. Llovieron gotas de lluvia de verdad y champagne de verdad, rosas, cerveza, agua, saltos, abrazos y esa felicidad colectiva que conmueve hasta a los adversarios.

"Le peuple de gauche" estaba ahí, en la calle: comunistas, socialistas, verdes, inmigrados, estudiantes, jubilados, desempleados, maestros, jóvenes y viejos gritando al unísono: "Ganamos, ganamos, Chirac dimisión, Juppé al paredón". Esta izquierda no era la que festejó la victoria socialista en 1981, pero tenía el corazón en el mismo lado. A cada líder que atravesaba la puerta de la Maison D'Amérique Latine le tocaban los aplausos y los gritos, las banderas rojas que se agitaban, la eterna lluvia de rosas de una noche donde hubo todas las fiestas: la de la izquierda moral y dura en la Bastilla. La izquierda de los desempleados, de los sin domicilio fijo vino hasta la Maison D'Amérique Latine a recordarles a los socialistas que "estaban siempre ahí, vigilando para que no pase lo del '81". Esa se fue a la plaza del símbolo. La otra se quedó repartida entre el Boulevard Saint Germain, la Sorbona y la Plaza del Panteón con la indescifrable música de la alegría. No faltó ni la hija de François Mitterrand, Mazarine. Le vino a agradecer a Jospin los colores socialistas que tenían afuera la emoción de la victoria. Hasta que llegó Jospin, a las dos de la mañana, caminando como un ciudadano cualquiera, sin la alfombra roja que había pisado hace mucho François Mitterrand.

AFP



Desempleados, jubilados, inmigrantes, todos se unieron en el festejo por la derrota de la derecha.

Trece de quince

Tras la victoria de socialistas, comunistas y verdes en Francia, nueve de los quince gobiernos de la Unión Europea son de izquierda, mientras en otros cuatro países los socialdemócratas o los socialistas participan en el poder.

[illegible]	
Austria	
Viktor Klima (socialdemócrata)	Partido Popular
Bélgica	
Jean-Luc Dehaene (socialcristiano)	Socialistas
Dinamarca	
Poul Basmussen (socialdemócrata)	Democristianos de centro,Social-liberales
Alemania	
Helmut Kohl (democristiano)	Socialcristianos y liberales
España	
José María Aznar (P. Popular, conserv.)	Sin coalición
Finlandia	
Paavo Lipponen (socialdemócrata)	Conservadores, Alianza Izq., Verdes, Minoría Sueca
Gran Bretaña	
Anthony Blair (Partido Laborista)	Sin coalición
Grecia	
Konstantinos Simitis (Pasok, socialista)	Sin coalición
Holanda	
Wim Kok (socialdemócrata)	Partido Popular, Social-liberales
Irlanda	
John Bruton (Fine Gael, liberal)	Laboristas, Izquierda democrática
Italia	
Romano Prodi (independiente)	PDS (ex KP) y cinco partidos de centroizquierda
Luxemburgo	
Jean-Claude Juncker (socialcristiano)	Socialistas
Portugal	
António Guterres (socialista)	Socialistas
Suecia	
Göran Persson (socialdemócrata)	Sin coalición

SOCIALISTAS CONGRESO
DIMENSION LABORAL Y SOCIAL, OBJETIVO DE LIDERES SOCIALISTAS

Malmoe (Suecia), 5 jun. (EFE). Los líderes socialistas, que se reúnen desde hoy, jueves, hasta el 7 de junio en el III Congreso del Partido de los Socialistas Europeos (PSE), quieren coordinar esfuerzos para lograr una Europa con más justicia social, más puestos de trabajo y un ecosistema más limpio.

En un ambiente de triunfo por la victoria socialista en Francia y Reino Unido, el Congreso acogió hoy con una gran ovación al primer ministro galo, Lionel Jospin, cuando se unió al pleno, en el que un millar de delegados representan a la formación que está presente en trece de los quince gobiernos de la Unión Europea (UE) y que dirige diez de sus gabinetes.

La reunión tiene lugar poco antes de la cumbre de la UE en Amsterdam y será una prueba del grado de consenso que existe entre los socialistas europeos para elaborar una postura común sobre política social, laboral y medioambiental.

"Hay diferencias de opinión, pero los socialistas tenemos un denominador común, la solidaridad", dijo a su llegada al Congreso el secretario general del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), Felipe González, para quien ha crecido la responsabilidad socialista en el continente.

"Sumamos una masa crítica suficiente para que la toma de decisiones dependa de los socialistas", añadió González, quien participó hoy en un debate sobre juventud y empleo en el siglo XXI.

El primer ministro sueco, Goran Persson, inauguró el Congreso dando la bienvenida a "la fuerza política que llevará a Europa hacia el siglo XXI", reunida en la ciudad de Malmoe, donde surgió el movimiento socialdemócrata sueco.

"Valores como la libertad, la justicia y la igualdad dirigirán a Europa. Este fue el mensaje de los votantes en Francia y Reino Unido", añadió Persson, quien señaló como prioridades el empleo, el medio ambiente, la educación y la ampliación de la UE, que llevará la democracia a todo el continente.

El jefe del Gobierno sueco reiteró su deseo de que el nuevo Tratado de la UE incluya el problema del empleo, seguido de una acción socialista común y acompañado de "educación, educación y educación", afirmó.

"Europa debe ser el continente mejor preparado. Competiremos no con salarios bajos, sino con una educación de alto nivel", afirmó Persson.

La presidenta del Grupo Socialista del Parlamento Europeo (PE), Pauline Green, recordó que dos de cada tres ciudadanos de la UE han votado socialista.

"No nos limitaremos a hablar de una Europa del pueblo, sino que vamos a crearla", aseguró Green en su intervención ante el pleno.

El presidente del PSE, Rudolf Scharping, dijo que en los dos años transcurridos desde el último congreso, el socialismo europeo se ha reforzado y la reacción del ciudadano "se ha volcado contra la política neoliberal".

"España y Alemania son los únicos socios de la UE que no tienen un gobierno socialista. Confiamos en que cambiará la situación", dijo Scharping tras afirmar que "en Malmoe crearemos una Europa socialista, democrática y nueva".

Para Antonio Guterres, primer ministro de Portugal y líder del partido socialista, hacen falta instrumentos económicos efectivos para crear empleo en Europa y, al mismo tiempo, mejorar la situación de los trabajadores a nivel internacional.

"El problema no es elevar los salarios, ni abolir el trabajo infantil, sino respetar los Derechos Humanos y sociales", añadió refiriéndose a la necesidad de coordinar esfuerzos dentro de la Organización Mundial de Comercio (OMC).

El Congreso espera con interés la intervención mañana, viernes, del primer ministro francés, Lionel Jospin, y de su colega británico, Tony Blair, quienes según Green "concretan nuestra lucha por una Europa social".

El ex presidente de la Comisión Europea (CE), Jacques Delors, el presidente de la Internacional Socialista, Pierre Mauroy, y el líder socialista alemán, Oskar Lafontaine, acuden también al III Congreso que celebra el PSE desde su fundación en 1992.

El secretario general de la Alianza Atlántica (OTAN), Javier Solana, intervendrá mañana, viernes, en una mesa redonda sobre "Europa en un mundo en paz", con la ministra sueca de Asuntos Exteriores, Lena Hjelm Wallén, y el líder socialista griego, Konstantinos Simitis.

En la última jornada del Congreso, el sábado día 7, los socialistas europeos aprobarán una declaración final en la que señalarán su intención de influir en la dimensión laboral, social y medioambiental del nuevo Tratado de la Unión Europea. EFE

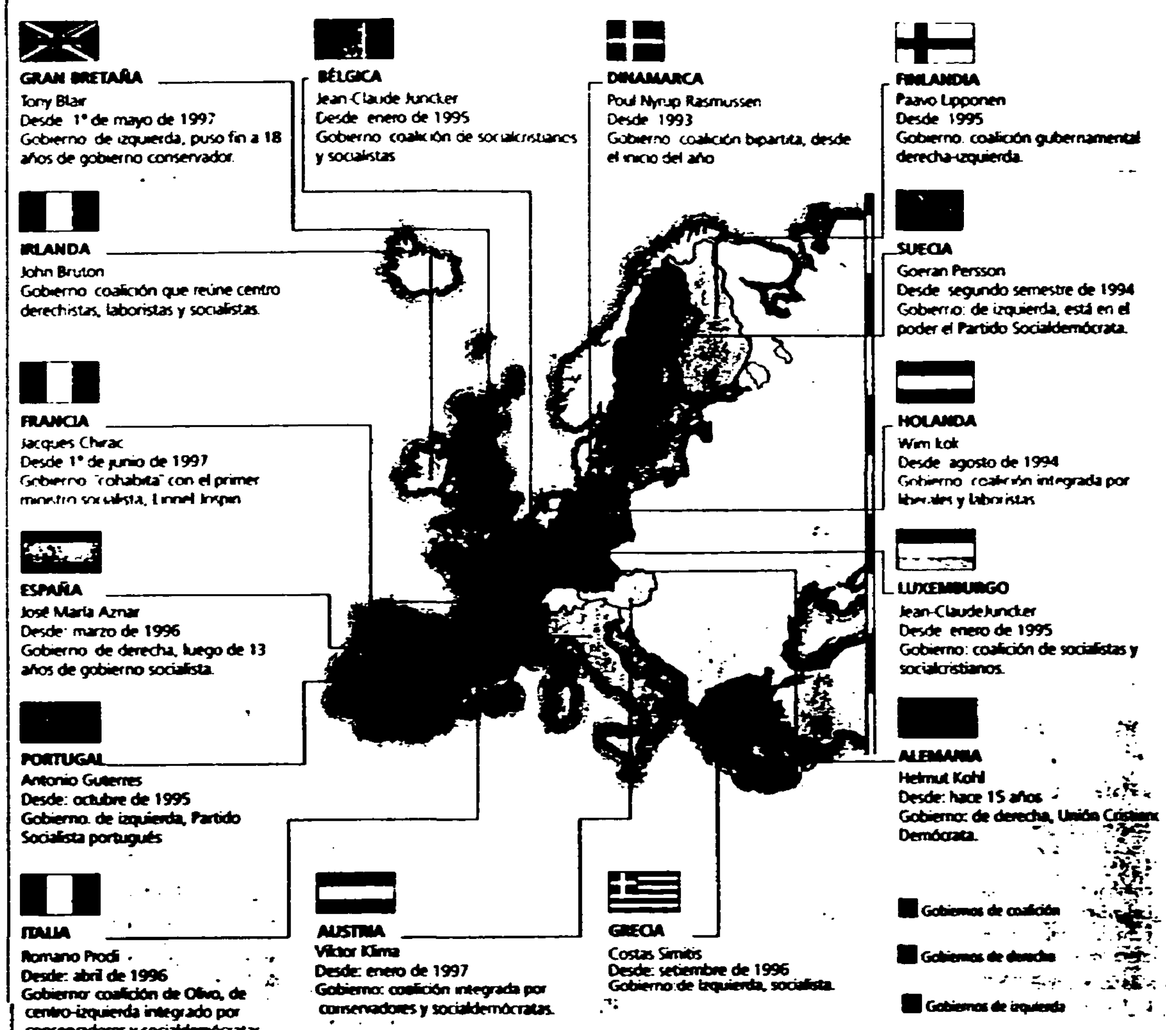
[illegible]

9708624.

03

[illegible]

EL PÉNDULO EUROPEO VA HA LA IZQUIERDA



Después de agachar la cabeza durante algunos años al perder las referencias del Este, hoy, aún débil, tiene los votos suficientes como para condicionar al nuevo gobierno del primer ministro socialista Lionel Jospin, que abrumó en las urnas a la derecha en las dos vueltas de las elecciones legislativas. Para conformar mayoría en la nueva Asamblea General se requieren 289 votos. Los socialistas tienen 240 escaños y unos cuantos más de diversos aliados, pero necesitan los 38 de los comunistas —molestos pero necesarios— para asegurar su mayoría.

¿En qué andan los comunistas? Ya no van contra el sistema, pero ponen el freno ante cuestiones como el recorte de gastos sociales, las privatizaciones y, en especial, miran de reojo la profunda integración europea. Sobre éste y otros puntos —como suele suceder— la extrema izquierda piensa y actúa igual que la ultraderecha (Le Pen en el caso francés). Ambas minorías se erigen en celosos custodios de las fronteras de Francia y reniegan de la globalización económica y cultural de estos tiempos.

En rigor, la fortaleza en Francia del sentimiento nacionalista no es patrimonio exclusivo de los extremos políticos, sino que está bien metida en el alma nacional,

A UN FRANCÉS MEDIO NI SE LE OCURRE PONER EL PAÍS PATAS ARRIBA, COMO HIZO THATCHER CON GRAN BRETAÑA

esa alma que entre los años '40 y '60 reconfortó De Gaulle, el restaurador del orgullo nacional y de la "grandeur" gala, el abanderado de las actitudes nacionales independientes, que sacó al país de la OTAN y creó su propia fuerza de disuasión.

El Estado soy yo

La izquierda, que desde los tiempos de la revolución francesa se adjudicó el impulso de cambio, ahora más bien reúne la reticencia a las reformas.

Del mito nacionalista que Europa cultivó hasta el extremo en las primeras décadas de este siglo y que la condujeron a dos guerras mundiales, se pasó al sueño integrador; o sea: probar la receta inversa. Pero el alud de votos hacia los socialistas franceses se abasteció de los temores de muchos ante la metamorfosis y ajustes de cinturón a que obliga la construcción europea. Hay antecedentes significativos: cuando en 1992 los franceses votaron sobre si aceptar o no el tratado de Maastricht, que profundiza la integración, la opción afirmativa ganó apenas con el 51% de los sufragios.

"Tres siglos después de que el rey Luis XIV afirmara *'L'Etat c'est moi'* (el Estado soy yo), el pueblo francés volvió a expresar su apego por un gobierno fuerte, activo e intervencionista", comentó un columnista de *The Washington Post*.

Francia tiene una larga tradición estatista, desde la educación a la industria, que ha logrado conservar al día gracias a la asociación con el sector privado. Es caro pero funciona bien. A un francés medio ni se le cruza por la cabeza el poner el país patas arriba, como hizo en Gran Bretaña la revolución thatcheriana de los '80, por la sencilla razón de que no cree que le esté yendo tan mal.

Pero la tarea del nuevo primer ministro Jospin, que deberá convivir con el veterano gladiador Jacques Chirac como presidente, parece imposible: integrarse más a Europa como mandan los compromisos adquiridos por su país, no asustar a los ciudadanos y a la vez disfrazar con piel de cordero al inevitable ajuste económico para que no parezca una traición a sus electores. Como si fuera poco, los comunistas, con quienes también debe "cohabitar", lo estarán examinando con lupa y le cobrarán algún peaje.

El triunfo de la izquierda francesa podría volver más sugestiva la idea de diferir la entrada en vigencia de la moneda única europea, prevista para 1999, y erosionar la propuesta alemana de crear un euro fuerte frente al dólar y al yen. Justo hay cambio de guardia cuando, además, se negocia un nuevo gran paso adelante en la construcción europea: fijación de políticas comunes de inmigración y visas, y cooperación policial y de Justicia.

Parece que muchos franceses votaron por desensillar hasta que aclare. El problema es que ya está amaneciendo.

Un buen muchacho

Tony Blair, joven y carilindo, líder del Partido Laborista británico (históricamente emparentado con la socialdemocracia, pero con un ala más "pesada" de inspiración marxista), representa otra historia. Liviano en cuestiones ideológicas, sin mayores prejuicios, se apropió del Partido en 1994 y luego lo corrió hacia el centro, convirtiéndolo en aceptable para el grueso de la sociedad británica, que por dieciocho años cerró filas tras el Partido Conservador.

TONY BLAIR FUE SUFICIENTEMENTE AMBIGUO COMO PARA NO ESPANTAR AL VOTO MODERADO

Durante estos años no hizo nada *pour epouvanter le bourgois* (para espantar al burgués). Propuso cosas tan cautas, simples y vagas como ésta: "mi gobierno cambiará las cosas que deban ser cambiadas". Se mostró, eso sí, más europeísta que sus rivales conservadores, tradicionalmente desconfiados y hasta despectivos respecto al continente.

Y no es que los tories no tuvieran cartas que jugar. La economía anda bien tras escapar de la recesión. El lema del primer ministro conservador John Major para la campaña fue: "Gran Bretaña es un boom", y luego: "no dejen que los laboristas lo estropeen". Pero la lucha ya se había convertido en cuestión de hombres, más que de partidos, programas o indicadores macroeconómicos.

Los británicos parecían hartos de los conservadores y de la imagen de debilidad de John Major en particular, quien está muy lejos del estilo tipo empresa de demolición a que los acostumbró Margaret Thatcher entre 1979 y 1990. Blair captó ese estado espiritual colectivo. Hasta el prestigioso periódico Financial Times, desde siempre ligado al mundo de la empresa y los negocios, respaldó al laborismo, más que nada por descarte y cansado del "euroescepticismo" de los tories, que a su juicio "han llegado a un punto en el que resulta casi imposible para sus líderes aplicar políticas racionales sobre Europa".

La Iglesia Anglicana había apoyado implícitamente en octubre del año pasado la propuesta laborista, al respaldar un documento de la Iglesia Católica equivalente a un duro alegato contra el legado de Margaret Thatcher, que a su juicio ensanchó de manera inaceptable la brecha entre pobres y ricos.

Blair habla vagamente un idioma parecido al de los conservadores: inflación e impuestos bajos, flexibilidad laboral (palabra maldita por estos lares), más privatizaciones. Pero agrega sal y pimienta: justicia social, libertades civiles, hermandad europea.

Con eso le alcanzó para triunfar con la fusta bajo el brazo en las elecciones del 1° de mayo de 1997: no sólo por sus méritos, sino también por demérito del Partido Conservador, que encajó su peor derrota desde 1832. Blair, ganador por naturaleza y —tal vez— prototipo de la nueva generación de líderes que imperará en Europa, no sabe qué hacer con tantos votos.

Saliendo de perdedor

En abril de 1996 en Italia ocurrió algo extraordinario. Los comunistas –o mejor aún: lo que queda de aquel poderoso PCI, eterno aspirante al trono y eterno perdedor por poco– llegaron al fin al poder, meta acariciada desde que se instaló la República sobre las ruinas del fascismo tras el fin de la Segunda Guerra Mundial (1939-45).

Una alianza de extraño nombre, "Arbol del Olivo", coalición de centro izquierda conformada por

(FOT. REDUCIDA) 04

comunistas, centristas y ultraizquierdistas, obtuvo una pequeña pero suficiente mayoría en las cámaras de Diputados y Senadores.

Los comunistas italianos, como todos, debieron cambiar, aunque no tanto. En lo más caliente de la Guerra Fría muchas veces adoptaron actitudes irreverentes frente a Moscú. Fue una referencia para los PC del mundo capitalista, como modelo *aggiornado*. Desde 1972, con Enrico Berlinguer, renunció a la tesis de la dictadura del proletariado y aceptó la permanencia de Italia en la OTAN.

Romano Prodi, un economista poco político que viene de la vieja democracia cristiana, fue el primer ministro que asumió el año pasado en nombre de la enclenque alianza "Olivo". No está nada cómodo: para formar mayoría parlamentaria depende de las escasas bancas ganadas por los "ultras". Le toca además administrar un país difícil, cuya economía sin embargo floreció pese a todos los esfuerzos de su clase política y de la burocracia para arruinarla.

El gran perdedor fue el omnipotente empresario Silvio Berlusconi, metido a político desde 1994, cuando se desempeñó como primer ministro durante ocho meses y se retiró envuelto en escándalos varios. Su Alianza Nacional, que va desde el centro hasta el neofascismo, perdió tras la deserción de la secesionista Liga del Norte de Umberto Bossi, un nacionalista ultramontano que está para otra cosa: sueña con crear un país llamado La Padania, para que el norte rico deje por fin

EN ITALIA OCURRIÓ ALGO EXTRAORDINARIO: GANARON LOS EX COMUNISTAS, ETERNOS ASPIRANTES AL TRONO

de "subsidiar" al pobre sur.

Mientras tanto en Portugal, el extremo occidental de Europa, desde marzo de 1996 el Partido Socialista controla todas las riendas del poder, después de acabar con un delicado equilibrio que se mantuvo desde que la "revolución de los claveles" de 1974 acabó con el autoritarismo vigente durante casi todo el siglo.

España es una excepción. Allí gobierna la alianza de centro derecha que lidera José María Aznar, quien por muy poco margen desplazó del poder en 1996 al carismático Felipe González, quien ganó en 1982, 1986, 1989 y 1993, y ahora trabaja sin prisa para dar el zarpazo apenas pueda o lo dejen.

El péndulo

Durante buena parte de la reciente historia europea, el péndulo político se movió entre el centro y la derecha. Hoy, de los quince países de la Unión Europea, trece son gobernados por partidos o coaliciones que van del centro a la izquierda (ver infografía).

No tiene nada de particular. Esta no es la Europa crítica de la primera mitad del siglo, agobiada por todas las plagas: miseria, opresión, chauvinismo; campo de batalla ideal para revolucionarios de izquierda y extremistas de derecha. Se destrozó prolijamente y a conciencia. Pero esa Europa cuya presunta decadencia se profetizó mil veces, se reconstruyó a sí misma como mil veces lo hizo a través de la historia.

EUROPA SE ENCIERRA PARA NO VER LOS DRAMAS DE AFUERA, INCLUÍDOS LOS DE SUS PARIENTES DEL ESTE

Su parte occidental es ahora un territorio satisfecho, empalagado a veces por su propio éxito, aunque en medio de la opulencia subsistan bolsones de marginación económica y política.

El occidente europeo mira hacia dentro por no enterarse de los dramas de afuera —incluidos los de sus parientes del este—, y no sabe exactamente con qué clase de delicados modales cerrar sus puertas a la inmigración de los desheredados que acechan extramuros.

La alternancia en el poder de izquierda y derecha, sin bandazos, ya no asusta a nadie. Es sólo el leve, natural movimiento del péndulo.

COLUMNISTA INVITADO

Una nueva síntesis



Por Danilo Astori (*)

No se puede negar que, en primer lugar, hay en Europa un reflujo político hacia gobiernos que podríamos llamar de izquierda o de coaliciones en las que la izquierda participa.

En segundo lugar: utilizo estas palabras porque sigo creyendo que hay izquierdas y derechas, y que las propuestas de ambas son distintas.

La tercera reflexión es que no son posibles -hay que evitarlas- conclusiones de tipo general. Las situaciones son bien diferentes. No se puede comparar un país que formó parte del socialismo real y cuyo antiguo partido comunista hoy se reformula políticamente y vuelve a ser gobierno, con otros gobiernos en donde la izquierda tiene un contenido mucho más socialdemócrata que en el primer caso.

El cuarto elemento de reflexión: esto no puede ser una casualidad. Si se comparte que hay una tendencia de reflujo político hacia la izquierda o hacia gobiernos donde la izquierda participa, también se debe compartir que tiene que haber una explicación. Me parece que la explicación debe tener mucho que ver con los resultados más negativos que se pueden achacar a los gobiernos precedentes.

Entre esos resultados negativos se destacan, en los primeros lugares, el problema del empleo, el de la preservación del medio ambiente, el de algunas condiciones esenciales de la calidad de vida; aspectos que han hecho que muchas sociedades europeas reaccionen con un castigo político a esos gobiernos, y un regreso en algunos casos o una apuesta en otros, a gobiernos de izquierda o donde la izquierda participa.

La quinta reflexión -que es más hipótesis que reflexión- es que estos nuevos gobiernos que acceden al poder como parte del reflujo político, llegan con alguna novedad respecto al pasado. Entre otras cosas, porque llegan luego de una autocrítica que, en muchos casos, tiene que ver con el necesario cuidado que es preciso asignar a algunas políticas en curso y que desde el punto de vista económico refieren fundamentalmente a un manejo disciplinado de la política monetaria, a un manejo riguroso de las cuentas públicas, a la preservación de la estabilidad.

Sin perjuicio de que las ideas diferentes de los gobiernos de izquierda pueden llevar a cambios significativos en las sociedades de Europa, creo que llegan con una experiencia ganada sobre el cuidado a poner en los puntos que señalé.

Me parece, siempre a título de hipótesis, que estos gobiernos buscarán síntesis nuevas entre el Estado y el mercado, diferentes a las que esas mismas fuerzas propusieron en el pasado y también distintas a las que estuvieron vigentes con los gobiernos que acaban de ser derrotados en muchos países. Probablemente abrirán caminos nuevos en Europa.

(*) Senador y líder de Asamblea Uruguay, Frente Amplio

05 9708624

Los ex comunistas ahora son socialdemócratas y ganan y pierden elecciones dentro de un sistema abierto en el que antes no creían

Europa del Este sin cortina



En un mundo donde todo parece cotizable, los pedacitos del muro de Berlín se vendieron como pan caliente en el mercado de turistas deseosos de regresar a casa con un souvenir original. El derrumbe del muro dio lugar a que Brian Adams escribiera una melancólica canción y hubo más de un concierto de rock en el escenario de las ruinas. Tal vez el más destacable: Pink Floyd interpretando "The Wall".

Los medios masivos de comunicación hablaron hasta el hartazgo del tema y los predictólogos aventuraron varias hipótesis. No era para menos; se acababa de derrumbar un símbolo. Pero más allá del estrépito de la caída, después de 1989 los países del este europeo esperaban ansiosamente incorporarse al mundo democrático y más desarrollado del oeste.

La destrucción real del vergonzoso muro que por décadas simbolizó la división del mundo en bandos irreconciliables se inició el 9 de noviembre de 1989, pero la verdad es que la enorme pared ya estaba minada desde tiempo atrás por la multiplicidad de manifestaciones populares. En Leipzig (Alemania Democrática, comunista) desde octubre de 1989

LOS ALEMANES DEL ESTE VOTARON CON LOS PIES: HUYERON EN MASA Y RAZGARON LA CORTINA DE HIERRO

todos los lunes se realizaba una concentración de decenas de miles de personas que reclamaban libertad de prensa, elecciones libres y especialmente el derecho a viajar hacia Occidente.

Votando con los pies

En Berlín se producían manifestaciones similares, bajo las mismas consignas. La primera gran victoria llegó el 18 de octubre de ese año, cuando Erich Honecker abandonó todas sus funciones al frente del Estado, del Partido y del Ejército. Para disgusto de las mayorías, fue reemplazado por su segundo, Egon Krentz, un comunista aun más conservador. Lejos de apaciguarse, los ánimos se exaltaron aún más. Las manifestaciones de los lunes 23 y 30 de octubre reunieron más gente que de costumbre. En Berlín por todas partes se reclamaba el alejamiento de Krentz, la abolición del monopolio político del Partido Comunista y la disolución de la Policía política. El muro se tambaleaba.

Otros alemanes del este, parafraseando a Lenin, "votaron con los pies", al huir en masa de la RDA hacia Alemania Occidental vía terceros países.

El 4 de noviembre, más de un millón de alemanes del este, de todas las regiones, exigieron reformas radicales. En medio del alboroto Krentz viajó raudo a entrevistarse con Mijail Gorbachov en Moscú. Apenas regresó, el Comité Central anunció la dimisión del gobierno y de todos los miembros del buró político. El nuevo jefe del gobierno, el reformista Hans Mondrow, para calmar a las multitudes anunció inmediatamente la apertura de la frontera. La unificación alemana, después de todo eso, fue mera cuestión de trámites.

Arriba el telón

Con semejante antecedente, en las primeras elecciones posteriores a 1989 en los países del "socialismo real" europeo creció el poder de los anticomunistas que anunciaban reformas radicales. En un proceso increíblemente rápido y devastador, el imperio soviético se desintegró y junto a la extinción de la URSS languideció el monopolio de los partidos comunistas en los países satélites. La "cortina de hierro" o "telón de acero" —el nombre pertenece a Winston Churchill, que lo mencionó en una conferencia universitaria— dejó de existir.

Pero las cosas no fueron fáciles para los nuevos gobernantes anticomunistas de Europa del este. El enorme aparato burocrático en torno al cual giró por décadas la vida de cada uno de los ciudadanos era difícil de desmontar. No había experiencias sobre cómo sustituir el sistema monopólico comunista por otro de inspiración liberal. En muchos casos la transición fue el caos.

Como si fuera poco, los únicos hombres con experiencia "gerencial" en esos países fueron en su momento cuadros de los partidos comunistas.

Los problemas étnicos (nunca resueltos por el comunismo, sólo postergados y reprimidos), la apatía civil y las dificultades económicas de algunas naciones del este permitieron que entrada la presente década retornaran al poder algunos ex comunistas ya con la cabeza mucho más abierta tras el shock y con nuevos nombres.

Destino cruel para Walesa

Polonia es un ejemplo. El electricista Lech Walesa, líder de la central sindical Solidaridad que enfrentó a los comunistas, fue elegido presidente en 1990. Hizo una revolución pacífica y logró uno de sus objetivos, la transformación democrática, pero se desgastó en la transición del sistema centralista hacia el libre mercado. En 1995 perdió la Presidencia por más de medio millón de votos ante un rival muy joven, Aleksander Kwasniewski, ex comunista reciclado, figura principal del nuevo Partido de la Social Democracia en Polonia.

Cruel destino: Walesa cayó ante la misma persona que en 1981 escribió elogios a la ley marcial, mientras él permanecía en prisión. La mayoría de los electores polacos vio a Walesa como un fantasma de un heroico pasado, mientras el joven Kwasniewski representaba al porvenir. Walesa era bueno para las épocas de lucha, pero no para la política de todos los días.

El triunfo de Kwasnieski en Polonia, unido al de Gyula Horn en las elecciones legislativas de Hungría en 1994, marcó el regreso con fuerza de los ex comunistas al poder en dos países que fueron clave para la caída del Pacto de Varsovia. Los ex comunistas ahora son allí modernos socialdemócratas (definición que antes despreciaron), aunque es significativo que se trate de los dos países que tuvieron los partidos comunistas más abiertos a las prácticas capitalistas.

EX COMUNISTAS RETORNARON AL PODER EN EL ESTE, PERO AHORA TIENEN LA CABEZA MÁS ABIERTA

Los salvajes balcanes

En los balcanes todo fue más rudo. La guerra civil en Yugoeslavia, la violenta despedida del presidente comunista de Rumania, Nicolae Ceausescu, y las tensiones étnicas en Bulgaria, el caos de Albania, no hicieron más que reforzar la imagen de que se trata de países salvajes, muy diferentes a los de Europa Central.

Su integración a la Unión Europea y a la OTAN fue cuestionada. Los futurólogos se dividieron entre los optimistas que pronosticaban la rápida reinserción de los balcanes en Europa y los pesimistas que opinaban que no serían capaces de convertirse en naciones democráticas.

En las elecciones de 1996, tanto los búlgaros como los rumanos repudiaron a los gobiernos de ex comunistas. En Rumania una alianza de derecha derrotó al Partido Social Demócrata, un grupo de reformadores ex comunistas que gobernaba desde 1990. En Bulgaria los ex comunistas sufrieron en 1996 su peor derrota desde que se alzó la cortina de hierro. Ambos países demostraron que tienen potencial para convertirse en tolerantes y aspirar a formar parte de la moderna Europa que se está forjando. Pero es obvio que las cosas en el este están lejos de consolidarse, incluso dejando de lado el complejísimo caso de Rusia, un enorme país atrasado que a veces parece estar parado en medio de la nada. *(Producción de Silvia Soler, Alejandra Frutos y Miguel Arregui)*

LA NUEVA IZQUIERDA EUROPEA ■ *El modelo británico de Tony Blair y el socialismo francés de Jospin*

Brecha grande como el canal de la Mancha

La reciente reunión de líderes socialdemócratas de Europa que tuvo lugar en Malmöe, Suecia, dejó al descubierto mucho más que una ola de exitismo socialista fundado en el giro hacia la izquierda del centro de gravedad político europeo. Reveló las diferencias sustanciales entre el Nuevo Laborismo del premier británico y el modelo socialista del flamante primer ministro francés. Pese a todo, la conclusión final fue que en Europa existe un solo modelo socialista.

POR CHARLES BREMMER
de The Times of London

El tono fue fraternal, pero una brecha casi tan grande como el canal de la Mancha estaba a la vista el pasado viernes en Malmöe, Suecia, cuando los flamantes primeros ministros de Francia, Lionel Jospin, y de Gran Bretaña, Tony Blair, recitaban su propio credo sobre la prosperidad europea.

En el congreso de líderes socialdemócratas de Europa, Jospin y Blair se unieron al coro de voces triunfalistas bajo la melodía del ascenso de la izquierda en los gobiernos de la Unión Europea (UE) y ambos pusieron énfasis en su devoción por el objetivo prioritario de la creación de empleos en los países del continente.

Sin embargo, sus posiciones eran verdaderos mundos diferentes. Detrás de las frases más conocidas de la izquierda europea, fueron indisimulables los contrastes entre las recetas neo empresariales del Nuevo Laborismo de Blair con las clásicas promesas keynesianas de intervención estatal impulsadas por Jospin.

Para Tony Blair, "flexibilidad" es la palabra mágica que debe utilizar la izquierda para "modernizarse o morir". Jospin, por su parte, esquivó esa palabra que en los oídos de la izquierda francesa suena más bien a los "excesos del liberalismo anglosajón". El líder galo prefirió hablar de "solidaridad" y "ciudadanía" continental, como código europeo para elevar el estado de bienestar y proteger a la gente de los excesos de la economía globalizada.

"Existe un solo socialismo en Europa. Un solo modelo, lleno de matices, pero viable"

"Ahora tenemos una situación de alto desempleo y bajo crecimiento, creciente empobrecimiento y (...) a juzgar por los antecedentes, hoy no podemos concentrarnos únicamente en la economía en detrimento de la gente y sus necesidades esenciales", señaló Jospin.

"Europa volverá a encarrilarse en la vía del crecimiento sólo si somos capaces hoy de hacer inversiones a corto plazo y sin fines de lucro", esa frase de Jospin encierra la promesa del nuevo gobierno francés de relanzar la economía aumentando los salarios y creando 700.000 nuevos empleos para los jóvenes, la mitad de ellos en el sector público.

Blair, reconociendo que el nivel de desempleo británico es de un poco más de la mitad que el francés, abogó por una "tercera vía" que se aparte tanto del capitalismo salvaje como del viejo socialismo europeo.

"A veces, durante la década pasada, aparecimos como los defensores de un decadente pasado industrial", dijo Blair. El nuevo día "significa", según Blair, "mercados laborales flexibles, inversión en educación y poner énfasis en desarrollar un estado de bienestar que sea compatible con lo que hoy son una serie de condiciones económicas completamente diferentes".

Con términos muy familiares para lo que fue la campaña laborista en Gran Bretaña pero que aun suenan muy lejanos para los socialistas franceses, agregó que "el rol del gobierno no es el del viejo estilo intervencionista de las pesadas regulaciones sobre los empleadores".

"El nuevo camino", según Blair, "se construye sobre la educación, la tecnología, el conocimiento, el desarrollo de nuevas empresas y preparando a la gente para sobrevivir entre las actuales condiciones económicas desfavorables".

Jospin también enfatizó su compromiso con las oportunidades educativas y luego volvió a caer en los contrastes anglofranceses. Reconoció que no comparte "idénticas soluciones para los mismos problemas" con el laborismo británico.

Finalmente, Jacques Delors llamó "matices" a esas diferencias. Los valores compartidos por la izquierda europea significan, según él, que "existe un solo socialismo en Europa. Un solo modelo lleno de matices adaptables a la realidad de cada país. Pero un modelo viable al fin." *(Especial para El Observador)*



TONY BLAIR

■ *"El nuevo camino se construye sobre la educación, el conocimiento, las nuevas empresas y preparando a la gente para sobrevivir entre las actuales condiciones económicas desfavorables"*

■ *"Flexibilidad es la palabra mágica que debe utilizar la izquierda para modernizarse o morir"*

LIONEL JOSPIN

■ *"Europa volverá a encarrilarse en la vía de crecimiento sólo si somos capaces hoy de hacer inversiones a corto plazo y sin fines de lucro"*

■ *"Debo reconocer que con el Nuevo Laborismo británico no comparto idénticas soluciones para los mismos problemas que enfrentamos en nuestros países"*

Conclusiones de Malmöe

Los socialistas europeos están dispuestos a coordinar políticas para crear trabajo, apoyan el mercado interior de la Unión Europea y estiman que la moneda única es necesaria para el progreso del continente y para eliminar el alto índice de desempleo.

Estas son las conclusiones de la Declaración de Malmöe emitida ayer sábado por el Tercer Congreso del Partido de los Socialistas Europeos (PSE), que reunió en el sur de Suecia a un millar de delegados.

A pocos días de la cumbre de la UE en Amsterdam, los socialistas europeos consideran que están en un momento histórico para influir en el nuevo tratado de la Unión, donde quieren incluir un capítulo sobre el empleo destinado a reducir el paro y mejorar la calidad del trabajo.

Los dos principales oradores, el primer ministro británico Tony Blair, y el nuevo jefe del gobierno francés, Lionel Jospin, apoyaron la necesidad de luchar contra la falta de puestos de trabajo, como paso previo para que Europa pueda competir con otras áreas económicas del mundo.

Dieciocho millones de personas sin trabajo "es un escándalo", afirmó Blair, quien pidió "resultados tangibles para mejorar la sociedad" europea.

Lionel Jospin pidió que el empleo "centre las políticas nacionales, sin olvidar el aspecto social del problema". *(AFP)*

07-07

9708624

Nº DOCUMENTO 9708625

TITULO: Elecciones en Albania

[illegible] 518593

[illegible] 25-6-97

[illegible] 11876

65054

11164

11437

11302

515432

[illegible] PARA EVITAR ATENTADOS

[illegible]

[illegible] albanés, Bashkim [illegible] días de las elecciones, que [illegible] públicos para evitar [illegible] personas esta semana.

[illegible] Mamurras, un grupo de civiles [illegible] contra la [illegible] opositor, el [illegible]

[illegible] socialista [illegible] la policía han informado sobre el [illegible] las granadas no [illegible]

[illegible] por la [illegible] región de Mirdita en el norte de Albania [illegible] del lugar donde nació el presidente Sali Berisha, acusado por la mayoría de los albaneses de ser responsable del fraude [illegible] que los [illegible] en enero pasado.

Berisha [illegible] ahora a los socialistas de estar cometiendo un [illegible] "de [illegible]" al prometer que si ganan las [illegible] a quienes perdieron unos dos mil millones de dólares en la estafa.

[illegible] de la oposición y donde estalló la [illegible] por el fraude en febrero pasado. [illegible] Partido Demócrata (PD) de [illegible] por un grupo de [illegible] armados.

[illegible]

[illegible] Berisha fue [illegible] agitadores [illegible] sobre todo en la zona de Vlora. [illegible] tráfico de [illegible] hacia Italia en lanchas [illegible] Adriático.

Berisha [illegible] la dimisión de su Gobierno [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708625

01-04

Decreto en Albania

TIRANA, 24 (DPA).- El presidente de Albania, Sali Berisha, debió aceptar las fuertes presiones internacionales y firmó un decreto que controla a los planes de inversión piramidales en el país, informan hoy los medios estatales. En los últimos años cientos de miles de albaneses invirtieron en este tipo de negocios.

El decreto, elaborado en conjunto por el gobierno, el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, establece la creación de administradores independientes que tomarán el control de las firmas de inversiones piramidales que aún existen para preparar su cierre. Las organizaciones financieras habían advertido a Albania que no enviarían más ayuda económica al país a menos que estas empresas fueran clausuradas.

La quiebra de varias de estas firmas en febrero originó fuertes disturbios que desembocaron en la disolución de las hasta entonces estructuras estatales de Albania. Las sociedades piramidales proliferaron en la economía del país balcánico en los últimos cinco años. Se estima que los albaneses invirtieron en estas dudosas empresas unos 2000 millones de dólares.

02

9708625.

FB7874

U FOXBT 06-23 00260

exg mun ico

ALBANIA-PARTIDOS

PRINCIPALES PARTIDOS FIRMAN ACUERDO GOBERNABILIDAD PAIS

Roma, 23 jun (EFE).- Los principales partidos políticos albaneses firmaron hoy lunes en Roma un "Pacto para el futuro" del país, en el que se comprometen a garantizar la gobernabilidad y reconocen la prioridad de formar un gobierno de "coalición real".

En esta coalición, el partido que obtenga la mayoría en las elecciones del próximo día 29 gobernará con las formaciones "interesadas en la reconstrucción" del país, asolado por una revuelta que estalló en febrero pasado tras la quiebra de cuatro bancos "piramidales" que arruinaron a los ahorradores albaneses.

Los firmantes reconocen también el "derecho" de la oposición a ocupar "puestos de responsabilidad institucional".

El "Pacto para el futuro de Albania" fue firmado en la sede de la comunidad católica de Sant Egidio, que en el pasado ha promovido iniciativas de paz en Argelia, Guatemala y Mozambique.

Los firmantes han sido los líderes de los cinco principales partidos que se presentan a las elecciones: Tritan Shehu (Partido Democrático, en el poder), Fato Nano (Partido Socialista), Skender Gjinushi (Partido Socialdemócrata), Sabri Godo (Partido Republicano) y Hysen Selfo (Partido derechista "Balli Kombetar").

A última hora, se negaron a firmar el vicepresidente del "Balli Kombetar", Hysen Selfo, y el representante de los Republicanos Sabri Godo.

El documento subraya que los compromisos asumidos y la medidas que deberán adoptarse por parte del Gobierno y de las comisiones electorales a todos los niveles son "la premisa" para que se celebre el próximo día 29 un "proceso electoral íntegro". EFE

nr/lac/ik

06/23/17 17:27

03

9708625.

[illegible]

[illegible]

ALBANIA ELECCIONES

PARTIDO BERISHA EXCLUYE ALIANZA SOCIALISTAS TRAS ELECCIONES

Tirana, 24 jun (EFE).- El Partido Democrático (PD) del presidente albanés, Sali Berisha, desechó hoy, martes, la posibilidad de compartir el poder con el opositor Partido Socialista (PS, ex comunista) después de las elecciones del domingo próximo.

"No vamos a compartir el gobierno con el Partido Socialista, sino con nuestros aliados", dijo hoy en Tirana Genc Pollo, uno de los dirigentes del PD, quien añadió que "brindaremos más espacio a la oposición para que asuma ciertas responsabilidades".

El próximo domingo se celebran en Albania unas elecciones anticipadas convocadas por el presidente Berisha bajo presiones de la oposición después de que estallara la rebelión armada en el sur del país, en marzo pasado, por la quiebra de los bancos del esquema "piramidal".

De cara a esos comicios, el PD y el PS, junto con otros tres partidos opositores, firmaron el lunes en Roma un "Pacto para el futuro" con el que se comprometieron a garantizar la gobernabilidad y reconocieron la prioridad de formar una "coalición real".

Pollo calificó hoy de "paso positivo" dicho acuerdo y subrayó que el PD "está resuelto a reconocer los resultados finales de las elecciones si éstas transcurren de forma libre y correcta".

"Se trata de unas elecciones muy importantes que sacarán al país de esta profunda crisis", comentó este funcionario del PD.

La Organización para la Seguridad y Cooperación en Europa (OSCE), encargada de organizar y supervisar los comicios del domingo, informó hoy de que se espera que unos 500 observadores extranjeros y otros 1.800 albaneses nombrados por organizaciones no gubernamentales, supervisen el curso de la votación en los 4.700 colegios electorales.

También está previsto que los más de seis mil soldados de la Fuerza Multinacional de Protección (FMP) desplegados en Albania garanticen la seguridad de los observadores el día de la votación e intervengan en caso de necesidad.

Pollo, cuyo partido ocupaba 122 de los 140 escaños en el anterior Parlamento, aseguró que el PD "conquistará más del 50 por ciento de los votos y una mayoría absoluta en el Parlamento".

Subrayó, sin embargo, que en el caso de salir derrotado de los comicios, el presidente Berisha dimitiría dado que "ya ha anunciado públicamente que no gobernará con los socialistas".

Durante la rueda de prensa el dirigente del PD comentó también la situación en el "rebelde" sur del país "está en el centro de nuestra atención".

"No pensamos que la rebelión armada fuera la mejor forma de subir al poder," dijo Pollo añadiendo que la oposición ha dado legitimidad a la rebelión armada cuya reivindicación principal es la dimisión del presidente Berisha. EFE

[illegible]

[illegible]

04-04

9708625.

Nº. DOCUMENTO 9708626

TITULO Situación político-económica de Alemania Junio/97.

PROCEDENCIA 150090

FE H. DE PROCESO 23-6-97

VINCULACIONES 11876 514142
500945 11311
11164 11165
11302 11322
11181
11392
11849

T11400

U POXBT 06-04 00780
mun exg icx

RFA FINANZAS (Previsión)
GOBIERNO PREPARA PAQUETE AUSTERIDAD PARA PALIAR PERDIDA ORO

Por Guillermo Diaz-Plaja

Bonn, 4 jun (EFE).- El gobierno del canciller, Helmut Kohl, que ya no puede contar con las reservas del Bundesbank para el presupuesto de 1997, prepara medidas urgentes de austeridad y privatizaciones para cubrir el enorme déficit del presente ejercicio y cumplir con los requisitos del euro.

El ministro de Finanzas, Theo Waigel, tras sobrevivir esta mañana en el Bundestag al virulento ataque de la oposición por el conflicto del oro y superar la votación de la moción de confianza, debe buscar alternativas para cubrir el agujero fiscal evaluado en 29 millardos de marcos (19 millardos de dólares).

En su discurso ante el Parlamento, Waigel, aunque insistió en que el acuerdo con el banco emisor aún no estaba cerrado, señaló que todo apunta a que, aunque sólo lo mencionó implícitamente, el compromiso le hará renunciar a su propósito de revaluar las reservas federales para incluirlas en el presupuesto de 1997.

Como, según estimaciones de los expertos, la diferencia entre el precio a que están tasados los lingotes y su cotización de mercado es de diez millardos de marcos (6,2 millardos de dólares) el Ministerio de Finanzas debe obtener rápidamente el equivalente a esas plusvalías con las que no ha podido contar para tapar el déficit presupuestario.

Al respecto, Waigel anunció solemenemente su propósito: "Haremos todo lo posible con esfuerzos suplementarios para lograr el criterio de déficit del 3 por ciento" preceptivo en el Tratado de Maastricht para participar en la Unión Económica y Monetaria (UEM).

Las estimaciones de los principales expertos económicos prevén que según la situación actual de la economía, Alemania tendría un déficit del 3,3 o 3,4 por ciento respecto del Producto Interior Bruto (PIB) lo que, según la interpretación estricta del 3,0 que preconiza Waigel, le descalificaría para la fase definitiva de la Moneda Unica.

Tras esta declaración de principio, la medida más concreta que anunció el ministro hoy en la Cámara es la introducción inmediata de una congelación presupuestaria de todo gasto superior al millón de marcos (530.000 dólares) que a partir de ahora necesitará el visto bueno de Waigel quien se reserva el derecho de no autorizarlas.

No obstante, según los analistas, este procedimiento que en la práctica es un bloqueo de gastos e inversiones, no supone un excesivo alivio puesto que las partidas más sustanciosas del presupuesto pertenecen al capítulo de créditos comprometidos que no son revocables.

Para seguir compensando las carencias fiscales Waigel propuso asimismo oficialmente un paquete de importantes privatizaciones y, aunque no lo mencionó en su discurso, medios próximos a la coalición gubernamental aseguran que el ministro no excluyó acaso subidas de impuestos, medidas ambas no exentas de problemas en su aplicación práctica.

Y al objeto de hacer frente a sus huecos presupuestarios el ministro contó en particular en poner a la venta importantes

fondos del patrimonio estatal, entre los que destaca el último paquete de acciones de la empresa Deutsche Telekom, así como otras sociedades de servicios y también bienes inmobiliarios.

La salida al mercado de las acciones de Telekom presenta ya un primer problema porque, tras haber mencionado la operación Waigel, el presidente de la compañía Ron Sommer le recordó el compromiso del estado de no acudir a la bolsa antes del año 2000 para no perjudicar los intereses de los inversores que suscribieron los valores del primer paquete a finales de 1996.

Ante este problema Waigel ha asegurado que negociará con la dirección de la empresa de telecomunicaciones, pero incluso si consigue superar el obstáculo, los beneficios de la privatización no bastarán para cubrir las necesidades presupuestarias.

Los incrementos fiscales que se consideran más probables son la subida en 0.10 marcos por litro del impuesto sobre los carburantes, así como otros aumentos de las tasas que gravan el alcohol y el tabaco.

Estas medidas tributarias que, según las estimaciones, redundarían en ingresos suplementarios de unos dos millardos de marcos para el erario público, producirían un conflicto de tipo político de los partidos de Kohl (Unión Cristianodemócrata (CDU) y de Waigel, Unión Socialcristiana (CSU), con los socios minoritarios de la coalición los liberales del FDP.

Las cúpulas dirigentes de la CDU y de la CSU intentan infructuosamente desde el lunes un cambio de actitud del FDP, que ha dejado claro que se opone a cualquier aumento de las cargas impositivas, lo que supone una amenaza para la supervivencia de la coalición de gobierno.

Por otra parte, los dirigentes de los principales bancos de Alemania y los medios financieros del país en general reaccionaron hoy con satisfacción y alivio al acuerdo de principio entre el gobierno y el Bundesbank, mientras la bolsa de Francfort mantuvo una jornada serena aunque con escasa actividad. EFE

GDP/AAGM/ddp

DM7871

II FOXBI 06/04 00486
1CX mun axu

EEUU ALEMANIA
KOHL EN WASHINGTON PARA RECIBIR PRIMER PREMIO MARSHALL

Washington, 4 jun (EFE).- El canciller alemán, Helmut Kohl, llegó hoy en visita privada a Washington, donde mañana, jueves, se convertirá en la primera personalidad galardonada con el premio Marshall.

La visita de dos dias tiene carácter privado, pero el canciller visitará el Pentágono, donde se entrevistará con el secretario de Defensa, William Cohen, y visitará el cementerio militar de Arlington, cercano a Washington.

El premio Marshall, que Kohl recibirá en una ceremonia de gala, ha sido creado con ocasión del cincuentenario del histórico plan de ayuda que permitió a Europa Occidental superar la posguerra.

Mañana, 5 de junio, se cumplen 50 años del día en que el general George Marshall, que entonces era secretario de Estado, expuso, en un breve discurso de graduación en la Universidad de Harvard, un plan de ayuda masiva para ayudar a Europa a superar la miseria de la posguerra.

Durante las ceremonias conmemorativas del cincuentenario del Plan Marshall, que tuvieron lugar en La Haya hace una semana, Clinton rindió especial homenaje a Kohl.

En un discurso solemne, en el que presentó sus proyectos para la Europa de la posguerra fría, Clinton recordó a un niño alemán que, en 1947, vio llegar los camiones con la ayuda del plan Marshall al patio de su colegio y que hoy "simboliza la sustancia y el espíritu" del proceso de unificación europea: el canciller Kohl.

Esas palabras emocionaron mucho al dirigente alemán, que las escuchó con lágrimas en los ojos.

Mañana, jueves, Kohl recibirá el premio Marshall y llevará una corona de flores al cementerio de Arlington, donde están enterrados miles de militares estadounidenses, entre ellos el general Marshall.

Pero lo primero que hara Kohl en Washington es cumplir con uno de los rituales que sigue cuando visita esta capital: cenar en su restaurante favorito, "Filomena", un establecimiento del barrio de Georgetown, donde se sirve comida italiana casera.

Kohl irá a buscar a Clinton a la Casa Blanca y los dos se dirigirán juntos a "Filomena", donde ya les aguardan periodistas y curiosos.

Las reuniones en "Filomena" de Clinton y Kohl, ambos amantes de la comida sustanciosa y abundante (el canciller es incluso coautor con su mujer de un libro de cocina tradicional alemana), suscitan mucho interés desde que los dos políticos celebraron allí un sonado y pantagruélico almuerzo a principios de 1994.

Esta vez se mostrarán más comedidos, pues Clinton, por una lesión de rodilla que le impide hacer deporte, está a régimen.

El portavoz de Clinton, Mike McCurry, ha declarado que es poco probable que los dos corpulentos líderes renuncien a probar algunos de sus calóricos platos favoritos, pero que podrían optar por tomar porciones "para niños".

La visita de Kohl a Washington, que durará dos días, tiene carácter estrictamente privado, pero el canciller alemán

seguramente tendrá que hablar de los problemas que tiene actualmente en casa durante un encuentro con directivos de los principales medios de comunicación estadounidenses. EFE

DM/RM/IBR/AMA

Kohl le teme al efecto dominó

Por Maximiliano Seitz
(Enviado especial)

1998: el avance de la izquierda y las dificultaes económicas beneficiarían a los socialdemócratas en Alemania.

BONN, 6.- El triunfo socialista en Francia, precedido por el del laborismo en Gran Bretaña, es percibido en Alemania como un nuevo episodio que podría provocar un efecto dominó en el resto de Europa.

El gobierno actual en Alemania, sostenido por una coalición de la democracia cristiana (CDU) de Helmut Kohl y los liberales (FDP), ambos de raíz conservadora, podría tambalearse en las elecciones previstas para otoño de 1998 si antes no se resuelven los problemas económicos que desvelan a los votantes germanos.

Probablemente, serán los socialdemócratas (SPD) quienes cosechen los frutos de un eventual fracaso del gobierno. Es más: una de las cabezas visibles del SPD, Gerhard Schröder, goza actualmente de más popularidad que el propio canciller Kohl.

La pesadilla del desempleo

Los alemanes se ven asediados por el creciente índice de desocupación, que poco a poco se acerca a los dos dígitos y amenaza con repetir lo que sucede en países como España, donde la falta de trabajo es un mal crónico.

En la ex República Democrática Alemana (RDA), que en materia económica aún no termina de integrarse a la región occidental, el panorama es más problemático todavía. Allí, el desempleo llegaría a un alarmante 20 por ciento, según datos extraoficiales. Y eso trajo como consecuencia un incremento en la delincuencia (el delito más común es el robo de viviendas particulares).

"Todavía queda mucho por hacer para poner en pie de igualdad a las dos Alemanias", reconoció a La Nación Wolfgang Kubink, vocero del CDU.

En la ex RDA ha ganado terreno un movimiento antes comunista, y ahora apenas de izquierda, el PDS, que de este modo ha entrecerrado las puertas de la región oriental a los socialdemócratas de Schröder. Sin embargo, en el futuro no se descarta un acercamiento entre el primer partido, más radical, y el segundo, algo más conservador.

Por su parte, los verdes han perdido popularidad en Alemania del Este. Y por una sencilla razón: allí, numerosas fábricas se han cerrado por cuestiones ecológicas. Y esto produjo un efecto adverso: algunos sectores de la población muestran un moderado rechazo hacia quienes defienden el medio ambiente con extrema pasión.

De hecho, en toda Alemania, aunque más en la ex RDA, el tema ecológico ha pasado a un segundo plano. Las dificultades económicas ocupan actualmente el lugar preponderante en la agenda de temas del día.

Markus Kurtziel, jefe de la División Política de Cuestiones del Clima de los Verdes, opinó al respecto: "Sabemos que la ecología en este momento no es popular en la ex RDA y en el resto de Alemania. Pero, de todas maneras, en 1998 intentaremos aumentar nuestra representación al 10 por ciento del electorado, con la ayuda de los socialdemócratas. ¿Cómo? Simplemente, convenciendo a la gente de que los problemas económicos se deben al descuido del medio ambiente y no a la prédica verde en sí".

El gozne del sistema

Al parecer, serán los liberales quienes terciarán en las elecciones del 98. Al menos si se tiene en cuenta que su intervención siempre ha sido decisiva a la hora de inclinar la balanza del poder en favor de la democracia cristiana o del socialismo del SPD.

Coligado con el CDU desde 1982, su influencia es aún más significativa en la segunda cámara legislativa, el Bundesrat, donde el gobierno hoy encuentra mayor oposición y se ve impedido de aprobar leyes cruciales, referidas a impuestos, jubilaciones y salud.

El vocero del CDU expresó que "es interesante lo que pasó en Francia y en Gran Bretaña, pero quizá no sea tan fácil que se repita en nuestro país".

04

9708626.

EL CANCILLER ALEMAN

Un hombre unido al destino del euro

Desde hace años, Helmut Kohl trabaja por imponer la moneda única

ANALISIS

Por
ARACELI VICECONTE
Especial para Clarín

A fin de tener una idea de lo que la moneda única representa para Helmut Kohl, basta citar sus propias palabras: "Durante décadas he vinculado a ese proyecto mi pensamiento político. Y ahora mi existencia política", dijo el lunes en Francfort el canciller alemán.

Voraz en muchos sentidos, capaz de eliminar de un plumazo a todo opositor interno o externo, Kohl no se conforma con pasar a la historia como el canciller que permitió la reunificación de la República Federal de Alemania y la República Democrática de Alemania, tras cuatro décadas de división y confrontación entre capitalismo y comunismo.

Confiable para los alemanes por su "normalidad" y la seguridad que esta les despierta, Kohl sueña con ser el canciller de Europa, el estadista que más hizo por unir un continente.

Para ello, para la moneda única europea, ha trabajado durante años. También ha sabido imponer sus criterios de estricto comportamiento fiscal, de austeridad presupuestaria, de estados flacos y economías competitivas. Pero cuando sólo faltan dos años para la entrada en marcha de su proyecto, Kohl llegará la semana próxima a una cumbre europea en Amsterdam que lo encontrará más débil que nunca.

El euro, o al menos por ahora su fecha de implementación, es combatida fuertemente en su país. Los alemanes no parecen dispuestos a soportar ajustes en pos de una moneda en la que aún no confían demasiado. Y su gobierno, el que más impulsó la disciplina fiscal y monetaria, no alcanza en este momento los criterios que él exigió para que las naciones puedan acceder al club de la moneda única.

La derrota del euro, su más mínima postergación, es así una derrota para el propio Kohl, quien ha ligado esa moneda a su destino político. Pero para tener éxito debe convencer ahora a sus nuevos colegas europeos, el laborista inglés Tony Blair y el socialista francés Lionel Jospin.

Jospin y Blair quieren el euro, pero primero aspiran a resolver sus problemas internos. El nuevo premier francés habla incluso de postergar la fecha de entrada en vigencia de esa moneda única.

El golpe fue mortal para Kohl, quien también debe enfrentar problemas políticos internos, revitalizar una economía que no crece y tapar agujeros fiscales cada vez más grandes, todo esto en un marco de desempleo en aumento.

El canciller inquebrantable, que batió récords de permanencia en el poder, que se siente "digno de confianza, persistente y con capacidad para imponer su voluntad", acepta difícilmente las críticas. Mucho menos aceptaría la marcha atrás en un asunto en el que se juega el pellejo. Kohl quiere el euro y hará todo lo que esté a su alcance para conseguirlo. Si los alemanes, sus socios europeos, su fortaleza política aún le responden.

Cl. 11-06

EL CANCILLER ALEMAN

Un hombre unido al destino del euro

Desde hace años, Helmut Kohl trabaja por imponer la moneda única

ANALISIS

Por
ARACELI VICECONTE
Especial para Clarín

A fin de tener una idea de lo que la moneda única representa para Helmut Kohl, basta citar sus propias palabras: **"Durante décadas he vinculado a ese proyecto mi pensamiento político. Y ahora mi existencia política"**, dijo el lunes en Francfort el canciller alemán.

Voraz en muchos sentidos, **capaz de eliminar de un plumazo a todo opositor interno o externo**, Kohl no se conforma con pasar a la historia como el canciller que permitió la reunificación de la República Federal de Alemania y la República Democrática de Alemania, tras cuatro décadas de división y confrontación entre capitalismo y comunismo.

Confiable para los alemanes por su "normalidad" y la seguridad que esta les despierta, Kohl sueña con ser el canciller de Europa, el estadista que más hizo por unir un continente.

Para ello, **para la moneda única europea, ha trabajado durante años.** También ha sabido imponer sus criterios de estricto comportamiento fiscal, de austeridad presupuestaria, de estados flacos y economías competitivas. Pero cuando sólo faltan dos años para la entrada en marcha de su proyecto, Kohl llegará la semana próxima a una cumbre europea en Amsterdam que lo encontrará **más débil que nunca.**

El euro, o al menos por ahora su fecha de implementación, es combatida fuertemente en su país. **Los alemanes no parecen dispuestos a soportar ajustes en pos de una moneda en la que aún no confían demasiado.** Y su gobierno, el que más impulsó la disciplina fiscal y monetaria, no alcanza en este momento los criterios que él exigió para que las naciones puedan acceder al club de la moneda única.

La derrota del euro, su más mínima postergación, es así una derrota para el propio Kohl, quien **ha ligado esa moneda a su destino político.** Pero para tener éxito debe convencer ahora a sus nuevos colegas europeos, el laborista inglés Tony Blair y el socialista francés Lionel Jospin.

Jospin y Blair quieren el euro, pero primero aspiran a resolver sus problemas internos. El nuevo premier francés habla incluso de postergar la fecha de entrada en vigencia de esa moneda única.

El golpe fue mortal para Kohl, quien también debe enfrentar problemas políticos internos, revitalizar una economía que no crece y tapar agujeros fiscales cada vez más grandes, todo esto en un marco de desempleo en aumento.

El canciller inquebrantable, que batió récords de permanencia en el poder, que se siente "digno de confianza, persistente y con capacidad para imponer su voluntad", acepta difícilmente las críticas. **Mucho menos aceptaría la marcha atrás en un asunto en el que se juega el pellejo.** Kohl quiere el euro y hará todo lo que esté a su alcance para conseguirlo. Si los alemanes, sus socios europeos, su fortaleza política aún le responden.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] PRIVATIZACIONES

[illegible] 17 [illegible] (EFE). - El ministro federal de Economía alemán [illegible] calcula que el gobierno podría obtener en este año [illegible] de 17 millardos de marcos (10 millardos de dólares) a [illegible] de la venta de acciones de empresas en las que el Estado tiene participación.

El ministro federal alemán, [illegible] por las dificultades [illegible] busca fuentes de dinero para colmar el déficit fiscal [illegible] a las alzas de impuestos que rechaza el Partido Liberal (FDP), socio menor de la coalición de gobierno.

Los planes que estudia el gobierno federal van desde la venta de acciones de la Telekom alemana hasta la del emblemático hotel Petersberg en Bonn, que funciona desde hace años como casa de huéspedes ilustres en la ciudad renana.

Según [illegible], las privatizaciones planeadas no deben ser entendidas como medidas de urgencia debidas a una mala situación de los presupuestos sino como "una tarea política prioritaria para [illegible] la disminución del tamaño del estado".

Esta tarea "traerá consigo ingresos que sólo serán "un efecto secundario que viene en buen momento" pero no la razón de ser de las privatizaciones que el diario "Frankfurter Rundschau" calificó hoy como "La Gran Venta Liquidación".

Ya tampoco se descarta la venta de parte de las reservas de petróleo si éstas superan la cantidad necesaria para el consumo de 90 días, el mínimo que contempla la ley.

El plan de vender anticipadamente parte de las acciones de Telekom ha desatado la ira de pequeños accionistas que acusan al gobierno de Kohl de romper su promesa de no sacar sus acciones a la bolsa antes del año 2.000 lo cual podría producir bajas de las cotizaciones.

El gobierno, para evitar el conflicto con los inversores privados y posibles demandas judiciales de los mismos contra Telekom, quiere recurrir a una solución intermedia y depositar acciones por valor de 10 millardos de marcos en el Banco de Crédito para la Reconstrucción.

Una suerte similar deberían correr según los planes del gobierno parte de las acciones estatales del "Post AG" (Correos) y del "Postbank" (Banco Postal).

A este plan se [illegible] el de la venta de diversos bienes inmuebles pertenecientes al estado entre los que están 100.000 viviendas pertenecientes a los ferrocarriles, el hotel Petersberg, así como una red de restaurantes de estaciones de servicio en las autopistas.

Los planes del gobierno contemplan también la privatización de [illegible] aeropuertos y la venta de 9.5[illegible] viviendas pertenecientes a una [illegible] de la que son socios el estado, la ciudad de Frankfort y el estado federado de Hesse, aunque sus autoridades [illegible] la operación. EFE

[illegible] dde

[illegible]

06 9708626.

[illegible]

Alemania cede y acepta aplicar políticas contra el desempleo

Francia exige bajar la tasa de desocupación para implementar la moneda única • Hasta ahora a Bonn sólo le interesaban los temas macroeconómicos • Hoy, accede por su urgencia en poner en marcha el Euro

ARACELI VICECONTE
Bonn. Especial para Clarín

Luego de varios años de defender los índices macroeconómicos como único requisito para la creación de una moneda única europea, el gobierno alemán dijo ayer que está dispuesto a aceptar "un capítulo sobre el empleo" en el pacto que legislará la unidad monetaria del continente.

"El gobierno alemán aceptará un capítulo sobre el empleo. Naturalmente todos queremos menos desempleo", anunció ayer ante la Cámara baja del Parlamento (Bundestag), el ministro alemán de Relaciones Exteriores, Klaus Kinkel.

El anuncio sobre la eventual inclusión de un nivel de desempleo bajo entre las condiciones para participar de la moneda única, desencadenó reacciones en todo el continente. España, que tiene el índice de desempleo más alto de Europa, advirtió que no aceptará modificaciones en los acuerdos. (Ver España...)

El presidente de la Comisión Europea, Jacques Santer, aclaró en Estrasburgo que no se está pensando en modificar los requisitos para integrarse a la moneda única, sino en "revalorizar" los artículos del Tratado de la Unión Europea referidos a las cuestiones sociales.

Santer tiene previsto viajar hoy a París para entrevistarse con el presidente francés, Jacques Chirac, y con el primer ministro, Lionel Jospin. En ese encuentro intentará desbloquear la negativa francesa a sumarse el próximo martes en Amsterdam al Pacto de Estabilidad, que legisla normas y sanciones para quienes se sumen a la moneda única europea en 1999.

> "Naturalmente todos queremos menos desempleo", dijo el ministro Klaus Kinkel

Las recientes victorias de la izquierda en Francia y en Gran Bretaña, ocurridas cuando hay casi 20 millones de europeos desocupados, hicieron que la temática social ganara relevancia en Europa.

Cambios en Europa

Que el gobierno de centroderecha de Alemania se muestre dispuesto ahora a aceptar (aunque con fuertes condicionamientos) los pedidos franceses de atender la lucha contra el desempleo, significa un giro impensable hace unos meses.

Los nuevos gobiernos británico y francés, con el laborista Tony Blair y el socialista Lionel Jospin, respectivamente, se enfrentaron esta semana con la coalición gubernamental alemana para imponer un fuerte énfasis en la cuestión social.

París pidió el lunes "un período de reflexión" antes de firmar –el martes– el llamado Pacto de Estabilidad, que legisla los requisitos y sanciones para quienes se sumen a la moneda única.

Londres, que ya anunció que no se sumará por ahora al euro, habló de una "tercera vía" entre el capitalismo salvaje y el socialismo burocrático.

El canciller alemán, Helmut Kohl, *más débil que nunca en sus 15 años de gobierno* y con problemas en su propia coalición, está dispuesto a firmar un acuerdo que incluya como prioridad el combate al desempleo, con tal de que se mantenga el calendario para la unidad monetaria.

Un retraso en la introducción de la moneda única fortalecería la confianza y el precio del marco, con lo que disminuirían las exportaciones germanas, principal motor de la economía del país.

Para el socialista Jospin, el hecho de que Alemania, la principal potencia económica europea, se haya acercado a sus pedidos, ya es una victoria que puede presentar en su país de cara a la cumbre francogermana que tendrá lugar mañana en Poitiers, Francia. □

AFP



ANUNCIO. Kinkel, ayer, cuando aceptó vincular el empleo con la moneda única.

Reunión entre Chirac y Blair

El presidente francés, Jacques Chirac, y el primer ministro británico, Tony Blair, analizaron ayer la posibilidad de sumarse al Pacto de Estabilidad Europeo en el plazo previsto, durante la reunión que celebraron en París.

El jefe del Estado francés dijo compartir la preocupación social del recientemente nombrado primer ministro, el socialista Lionel Jospin, que ha pedido la incorporación de un capítulo anexo en el Pacto que recuerde la prioridad que debe darse a la lucha contra el desempleo.

Chirac se mostró optimista sobre la posibilidad de que el Pacto pueda ser firmado, como estaba previsto, en la cumbre de jefes de Estado de la Unión Europea, que se celebrará en Holanda el 16 y 17 de este mes.

Jospin analizará esos temas a partir de mañana con el jefe de gobierno alemán, Helmut Kohl, tras su decisión de bloquear temporalmente la adopción del Pacto, que agudizó la incertidumbre sobre el futuro de la moneda única europea.

PARIS. EFE y AFP

España no quiere atraso en el euro

España está en condiciones de sumarse a la moneda única europea "desde el primer momento", anunció ayer el presidente del gobierno español, José María Aznar, quien rechazó la idea de modificar los requisitos para ingresar al sistema incluyendo el desempleo y otras cuestiones sociales.

El gobierno español desea que la puesta en marcha del euro se haga "sin poner en duda criterios, calendarios o los resultados de laboriosas negociaciones", declaró Aznar haciendo alusión al debate sobre la moneda única relanzado tras la victoria del socialismo en las elecciones francesas.

La mejora en los indicadores de la economía española fue el centro del discurso sobre el Estado de la Nación pronunciado ante el Congreso de los Diputados por Aznar.

"España está en condiciones de participar desde el primer momento en la Unión Económica y Monetaria (UEM)", aseguró Aznar, que participó por primera vez desde su llegada al poder, en mayo de 1996, en el debate sobre el Estado de la Nación, que continuará en los próximos días con discursos de los principales líderes políticos.

Todo cambió en un año

Hace apenas un año, cuando los socialistas salieron del poder, Madrid no cumplía ningún criterio para sumarse a la moneda única europea, el euro, que se lanzará en 1999. En la actualidad, España cumple con tres índices (inflación, tipos de interés y tipo de cambio) sobre un total de cinco, explicó el jefe del Ejecutivo español.

El criterio del déficit público (3% del producto bruto interno) está a punto de ser satisfecho y la deuda pública, último criterio de Maastricht, comenzó a reducirse, añadió.

Sin embargo, la eventual inclusión de un nivel de desempleo bajo –tal como mencionó ayer el ministro de Relaciones Exteriores de Alemania, Klaus Kinkel– entre las condiciones para sumarse a la moneda única europea, dejaría sin dudas afuera del sistema a España, que es el país de Europa con mayor índice de desempleo, el 21,5% de la población activa.

MADRID. AFP Y EFE

07

9708626.

XA3217

R POXBT 06-15 00297
mun exg

IRAN-ALEMANIA
VISITA PARLAMENTARIO ALEMAN PARA TRATAR COOPERACION ECONOMICA

Teherán, 15 jun (EFE).- El diputado y ex ministro de Economía alemán Juergen Moellman realiza una visita a Irán, la primera de un alto responsable europeo a Teherán desde que estalló la crisis diplomática el pasado abril, con el objetivo de reforzar la cooperación económica bilateral y con la Unión Europea (UE).

Según informa hoy, domingo, el periódico "Iran News", Moellman, que llegó el sábado a Teherán a la cabeza de una delegación parlamentaria, tiene previsto entrevistarse con altos funcionarios del Ministerio de Asuntos Exteriores iraní.

También se reunirá con responsables de los Ministerios de Petróleo, y de Transporte y Comunicaciones, de acuerdo con fuentes próximas al Gobierno, citadas por el rotativo.

Los lazos entre Irán y Alemania, el mayor socio comercial de la República Islámica, se deterioraron después de que el Tribunal Supremo de Berlín acusase en abril pasado a la cúpula dirigente iraní de practicar terrorismo de Estado, por su implicación en el asesinato de cuatro opositores kurdo-iraníes en el restaurante "Mykonos" de la capital alemana en 1992.

Tras el veredicto, Alemania y sus socios de la UE llamaron a consultas a sus embajadores en Teherán y decidieron suspender el "diálogo crítico" que mantenían con Irán desde 1992.

El máximo líder de la República Islámica, el ayatolá Ali Jamenei, por su parte, ordenó no permitir, por el momento, el regreso a Irán del embajador de Alemania.

La visita del parlamentario alemán, miembro del liberal FDP, es también la primera de un alto cargo europeo a Irán desde la victoria de Mohamed Jatamí en las elecciones presidenciales iraníes del pasado 23 de mayo.

Jatamí, clérigo chií pragmático y moderado, asumirá la presidencia el próximo agosto tras el fin del mandato del actual presidente, Hashemi Rafsanyani. EFE

ad/bs/feb/ah/rt

06/15/13-44/97

Alemania lanza un ultimátum a Francia para salvar el euro

Amsterdam - El Gobierno alemán ha lanzado un ultimátum a Francia para que suavice sus exigencias sobre política de empleo y no ponga en peligro el proyecto de la moneda única y el nuevo Tratado de la Unión Europea que permitirá la ampliación al Este

Ante la firmeza alemana, el ministro socialista de Finanzas de Francia, Dominique Strauss-Kahn, se mostró conciliador y aseguró ayer que era posible «encontrar una solución en 24 horas».

El ministro germano de Finanzas, Theo Waigel, subrayó por su parte en Ams-[illegible] el resto de sus homólogos comunitarios, [illegible] rechazaba los [illegible] principales sueños del nuevo Gobierno francés del primer ministro Lionel Jospin

Waigel dijo nein a más dinero para crear empleo, nein también a una política económica común capaz de imponer normas laborales armonizadas a los Estados; y, por último, rechazó la creación de un supergobierno económico que limite la independencia del futuro Banco Central Europeo.

Waigel cree que si el Gobierno francés no se conforma con menos puede provocar una crisis con repercusión en los mercados y actualmente el franco francés es la moneda más débil del Sistema Monetario Europeo (SME)[illegible]

Según Waigel, si Francia no acepta volver al redil y firmar el llamado Pacto de Estabilidad, el plan para que los países del euro se mantengan dentro de un ajuste presupuestario permanente bajo pena de sanción, Alemania no entrará en la moneda única.

De hecho, el titular de Finanzas germano insistió en que bajo ningún pretexto aportará un solo marco más al presupuesto común.

«De nosotros sale un tercio de los fondos de la Unión y sólo recibimos como retorno un 15%».

En sintonía con Alemania, el primer ministro holandés, Wim Kok, que preside la UE este semestre, ha elaborado una propuesta que no aporta novedades, pero que, anoche, parecía lo máximo que se podía ofrecer a Francia.

La oferta consiste en una resolución, sin valor jurídico, con cuatro puntos importantes:

El artículo 103. Un fortalecimiento de la coordinación de políticas económicas, tal y como prevé el artículo 103 del Tratado en vigor. Los ministros de Finanzas podrían decidir en el futuro, por mayoría, si un Estado se está desviando de la política económica común, y, si así lo hace, ser llamado a capítulo públicamente y por escrito, pero sin amenazas de sanciones.

Vilvoorde. Compromiso de un mayor esfuerzo de «compatibilidad» en las políticas, para que no se den fenómenos como el de Renault dumping laboral en toda regla, que quería cerrar su planta de la ciudad belga de Vilvoorde para potenciar la de Valladolid, donde los costes laborales son menores.

Programas plurianuales de Empleo. Cada Estado deberá presentar programas a largo plazo sobre sus objetivos de creación de puestos de trabajo en Bruselas. No es una novedad

BEI. No hay presupuesto en las areas comunitarias para financiar los grandes proyectos de infraestructura, como los trenes de alta velocidad en toda la UE, con que sueña el Gobierno francés. Pero se estudia una mayor implicación del Banco Europeo de Inversiones (BEI), que no regala dinero, sino que presta. El presidente de la Comisión Europea, Jacques Santer, propone destinar específicamente a proyectos de creación de empleo la cantidad resultante de la apreciación del ecu en los últimos años. Este truco contable de Bruselas no satisface a Alemania.

La propuesta del holandés Kok no incluye grandes novedades, pero el ministro de Finanzas francés, Dominique Strauss-Kahn, se mostró dispuesto a un acuerdo, sobre estas bases, al comienzo de la reunión de anoche.

En este sentido, aseguró que «no hay problema con el Banco Central Europeo ni problema de dinero».

En la reunión, una cena informal en el Hotel Europa de Amsterdam, los ministros de Finanzas de la UE prepararon el terreno para intentar que la crisis no llegue a la cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno que comienza hoy en la capital de los Países Bajos.



La situación para Francia no es fácil, mientras Alemania le da el ultimátum en París hay manifestaciones por el preocupante desempleo

Optimismo

Strauss-Kahn habló a su llegada a Amsterdam de «discutir» en torno a una estrategia de crecimiento y empleo, pero no de la necesidad de aportar nuevos fondos para ponerla en marcha.

El comisario europeo de Asuntos Económicos y Financieros, el francés Yves Thibault de Silguy, también se mostraba optimista.

No obstante, el diario Le Monde recogía ayer declaraciones de Jacques Delors, asesor del primer ministro socialista francés Lionel Jospin, en el que exponía reivindicaciones más ambiciosas de lo que parece dispuesto a ofrecer el resto de socios.

Delors pedía no una resolución, sino «un protocolo», con valor jurídico vinculante, para garantizar que la coordinación de políticas económicas sea un hecho.

También reclamaba incluir en el capítulo de Empleo ya previsto en el Tratado un mecanismo de vigilancia de la lucha contra el paro casi tan estricto como el ya establecido en materia de control presupuestario.

«Jospin nos ha hecho llegar su preocupación de que necesita respuestas para comparecer con ellas el día 19 ante el Parlamento», afirmaban fuentes diplomáticas.

Otras fuentes apuntaban que en el seno del Gobierno francés hay ministros conciliadores como Strauss-Kahn y otros más dispuestos a jugar fuerte.

En cualquier caso, en los círculos diplomáticos se daba por seguro el acuerdo, aunque para lograrlo sea necesario no sólo dedicarle prácticamente toda la Cumbre de Amsterdam, sino además convocar, previsiblemente para mediados de octubre, un nuevo Consejo Europeo que sólo discuta sobre la plaga del desempleo.

Todos locos por las cumbres europeas

Entre las fórmulas que se barajan para atraer a Francia, se estudia convocar una nueva cumbre en otoño en Luxemburgo, «dedicada exclusivamente al empleo», según fuentes diplomáticas.

Ayer se reunieron los jefes de Gobierno de los partidos socialistas y trabajaron en cena informal los ministros de Finanzas de la UE. Hoy y mañana se congregan los Jefes de Estado y de Gobierno... y, en caso de crisis, no se descarta otra cumbre en julio.

Se calcula que cada cumbre europea supone una inversión de más de 500 millones de pesetas. Los líderes llegan acompañados por centenares de funcionarios, acuden miles de periodistas y distintos barrios quedan acordonados.

El primer ministro británico, Tony Blair, afirmó ayer que el estilo tiene que cambiar. «Quiero que la Cumbre muestre que cambiamos, que consideramos las preocupaciones de la gente y construimos la Europa de la gente», concluyó.

España, satisfecha con la nueva fórmula sobre el asilo

España considera que la fórmula propuesta por la Presidencia holandesa para impedir que en el territorio de la Unión existan santuarios donde encuentren refugio los terroristas satisface la esencia de sus demandas.

El Gobierno reconoce haber tenido que rebajar sus peticiones iniciales, que apuntaban a la supresión de la figura del asilo, pero insiste en que sus objetivos fundamentales quedarán plenamente recogidos en la reforma del Tratado.

A pesar de ello, el presidente del Gobierno tendrá que hacer en Amsterdam un último esfuerzo de persuasión porque todavía plantean objeciones Finlandia, Suecia e Irlanda, tres naciones que no han encontrado la fórmula adecuada.

De acuerdo con el texto propuesto, las peticiones de asilo tendrán que ser decididas políticamente.

Libertarios contra eurócratas

La rebelde Amsterdam ha desempolvado la bandera de la libertad contra una Europa burocrática que no incluye en su eurodiccionario la palabra porro, ni piensa, cuando legisla, en los movimientos alternativos, en los pelos de colores, en las contracorrientes culturales, en el sexo sin convencionalismos o en quien tiene que buscarse la vida porque no encuentra empleo

Contra la Europa fría, de números, monedas y políticas de ajuste, ayer, en Amsterdam, firmaron una carta de protesta más de 40 representantes de partidos progresistas y organizaciones de izquierda y ecologistas de los países de la UE.

Durante dos días han discutido alternativas y fórmulas para fomentar una verdadera cooperación europea que no pase por el reparto de cheques, las reuniones de alto nivel o las estrategias de bloqueo. Y como Amsterdam es una ciudad liberal, las autoridades les cedieron los locales de la Bolsa para que se explayaran. Al final, una carta protesta que como siempre caerá en el olvido.

Pero no fueron los únicos. Ayer, el goteo de jefes de Estado o de Gobierno que hoy participarán en la Cumbre estuvo amenizado por las fanfarrias y las pancartas desplegadas por pequeños grupos de manifestantes que clamaban por una Europa de la libertad.

Ayer renació ese Amsterdam portuario que tanto le gustaba a Jacques Brel. Y junto a él, encerrado en las alambradas policiales, otro Amsterdam artificial: el de la Cumbre Europea, el de los eurócratas, los ordenadores y las amenazas de veto por un quítame allá esas pajas.

Cuentan que hasta 500 millones de pesetas se ha gastado el Gobierno holandés en preparar la Cumbre, cuentan que hubo líderes a quienes no gustó la idea de que el Consejo Europeo se celebrara a dos pasos del Barrio Rojo.

En Amsterdam la prostitución es legal, totalmente legal, y además proporciona millones de florines al año a las arcas del país. Un negocio como otro cualquiera, con todos los permisos oficiales y los sellos de sanidad.

Alcalde

El alcalde socialista de Amsterdam, Schelto Patijn, defiende su ciudad. Argumenta que la prostitución y la industria del sexo es inherente al puerto, que se remonta a muchos siglos atrás y que, con los oportunos controles, no escandaliza a nadie. Lo mismo dice del hachís. El alcalde esgrime a su favor estadísticas que demuestran que en Amsterdam el número de muertes por sobredosis es inferior al de otras grandes capitales europeas.

A pesar de ello, hay a quienes entre ellos el presidente de la República francesa, Jacques Chirac la ciudad no les gusta nada. Chirac considera que Amsterdam es un reducto en el que prolifera la droga y la delincuencia.

A los ciudadanos de Amsterdam, sin embargo, lo que piense Chirac no les importa. Ayer lo demostraron. Dentro de las alambradas que rodeaban la sede del Netherlands Bank el aire era gris, fuera lucía multicolor. Una muralla de 5.000 policías marcaba la frontera. Unos dentro para discutir y otros fuera para vivir.

■ ACUERDO ENTRE EL BUNDESBANK Y EL GOBIERNO

Alemania revaloriza reservas

El objetivo es cumplir con las reglas de Maastricht que no permite que el déficit fiscal sea superior al 3% del PBI

El presidente del banco central alemán –Bundesbank–, Hans Tietmeyer, y el ministro de Hacienda, Theo Waigel, anunciaron un acuerdo para revalorizar las reservas en divisas de la autoridad monetaria en el balance de 1997. El objetivo fundamental de esta movida es cumplir con las reglas del tratado de Maastricht en el que se estipula que el déficit fiscal de los países integrantes no puede superar el 3% del Producto Bruto Interno (PBI).

Las plusvalías resultantes de la revalorización, que serán de aproximadamente US$ 5.800 millones, ayudarán a que el déficit alemán se coloque por debajo del 3% en 1998, año en el que podrán utilizarse estos recursos.

En tanto, el nuevo plan del gobierno, pretende adelantar a 1998 algunos aspectos de la reforma fiscal, prevista en un principio para 1999. Entre otras cosas, se planea eliminar a partir del próximo año algunas de las posibilidades de desgravación de empresas, con el fin de engrosar las arcas públicas con alrededor de US$ 3.300 millones.

> *El gobierno alemán reconoció que en 1999 tendrá que aumentar los impuestos indirectos*

Con estos ingresos suplementarios, sumados a la revalorización de las divisas, se podrá aliviar sensiblemente el descubierto presupuestario del próximo año, calculado en al menos US$ 11.700 millones.

BATALLA PARLAMENTARIA

Todo esto, no obstante, sólo será posible si el proyecto de adelanto de las reformas fiscales es aprobado por las dos cámaras parlamentarias, asunto que no se plantea como sencillo ya que la oposición cuenta con la mayoría en la cámara alta.



La revalorización de las divisas del Bundesbank se hará de acuerdo con el margen que prevé el tratado de Maastricht. Por ello se espera que ésta se aproxime a los precios de mercado y que al mismo tiempo mantenga el "principio de mínimo valor" que siempre defendió el banco.

Actualmente, los dólares que posee el Banco Central están valorados al nivel más bajo de su historia, 1,36 marcos. Los expertos esperan que la valorización se haga por lo menos entre 15 y 25 puntos básios por encima de ésta. Es de recordar que el viernes pasado el dólar se cotizó a 1,729 marcos en el mercado de Nueva York.

El comunicado de Waigel y Tietmeyer no hace referencia a una posible revaluación de las reservas en oro, pero según señaló la prensa alemana ésta podría tener lugar el 1° de enero de 1999, de acuerdo con los planes del futuro Banco Central Europeo.

REFORMA TRIBUTARIA EN 1999

En el marco de esta movida, hubo partes de la reforma fiscal que aún se mantuvieron para el calendario de 1999. Entre ellas la reducción del impuesto sobre la renta de las personas físicas, que en ese año pasará de 22,5% al 15% para el tipo de gravamen mínimo, y de 53% a 39% para el máximo.

AUMENTO IMPOSITIVO

En la resolución de adelantar el calendario la coalición reconoció por primera vez oficialmente, la necesidad de aumentar los impuestos indirectos en 1999, con el fin de compensar parte de la pérdida de ingresos fiscales que traerá consigo la reforma tributaria.

Se calcula que con la reforma, los ingresos fiscales se reducirán en US$ 26.400 millones y, por otro lado, se estima que el aumento del impuesto al valor agregado (IVA) de 15% a 16%, aportará a las arcas del gobierno US$ 7.600 millones.

Los dos partidos democristianos –la CDU del canciller Helmut Kohl y sus socios de la CSU de Waigel–, que son proclives a incrementar los impuestos indirectos ya en 1998, tuvieron que hacer la concesión en el calendario a sus socios liberales. *(En base a información de EFE y el diario Times de Londres)*

XA3936

U ECOBT 06-25 00079
mun exg icx

RFA-INFLACION
INDICE DE PRECIOS AL CONSUMO SUBIO UN 0,2 POR CIENTO EN JUNIO

Wiesbaden (RFA), 25 jun (EFE).- El índice de precios al consumo (IPC) en Alemania subió en junio en un 0,2 por ciento con respecto al mes anterior, según datos provisionales publicados hoy, miércoles, la Oficina Federal de Estadísticas.

El crecimiento interanual (doce meses) se situó en un 1,6 por ciento con respecto al mes de junio de 1996, después de una tasa interanual de un 1,5 por ciento en mayo. EFE

ih/jf/jff

06/25/08-11/97

/l-ll

9708626.

DOCUMENTO 9708627
TITULO
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE PROCEDENCIA 4/6/97
VINCULACIONES 11921
65708.
11164
11302
11304.

01-02

1

Oficialismo chileno no quiere pacto con comunistas

Por **Gustavo González**

Santiago, IPS

El ortodoxo Partido Comunista (PC) de Chile tiene pocas posibilidades de llegar al Parlamento en los comicios legislativos de diciembre, luego de que el oficialismo rechazara su propuesta de un pacto electoral.

Los líderes de los cuatro partidos de la gobernante Concertación por la Democracia, reunidos este lunes, estimaron que una alianza con los comunistas "no sirve" para aumentar sus expectativas en la próxima elección de senadores y diputados.

El PC, al contrario, había propuesto el pacto sobre la base de cálculos en que la coalición oficialista podría aumentar a 25 o 26 su actual cuota de 21 senadores y a alrededor de 80 sus 70 diputados.

Los comunistas, proscritos políticamente durante la dictadura del general Augusto Pinochet (1973-90), no han podido acceder al Parlamento tras la restauración de la democracia en los comicios de 1989 y 1993. Más que su escasa votación, la traba se encuentra en el sistema electoral vigente en Chile.

El PC confiaba en conquistar en diciembre unas seis diputaciones y eventualmente una senaturía, al pactar con la coalición que integran los partidos Demócrata Cristiano (PDC), Socialista (PS), Por la Democracia (PPD) y Radical Socialdemócrata (PRSD).

Más allá del optimismo de los cálculos comunistas la idea de un pacto parecía atractiva por la posibilidad de crear un frente parlamentario capaz de reunir los quorums suficientes para aprobar reformas orientadas a fortalecer la democracia.

La coalición oficialista tiene 21 de los 38 senadores elegidos por voto popular, pero los ocho senadores designados heredados de la dictadura dan mayoría a la derecha en la cámara alta y, por tanto, poder para bloquear enmiendas constitucionales.

Los 70 diputados de la Concertación, sobre un total de 120, no alcanzan tampoco para completar los llamados quorums calificados de dos tercios y tres quintos, requeridos para reformar las llamadas leyes orgánicas constitucionales.

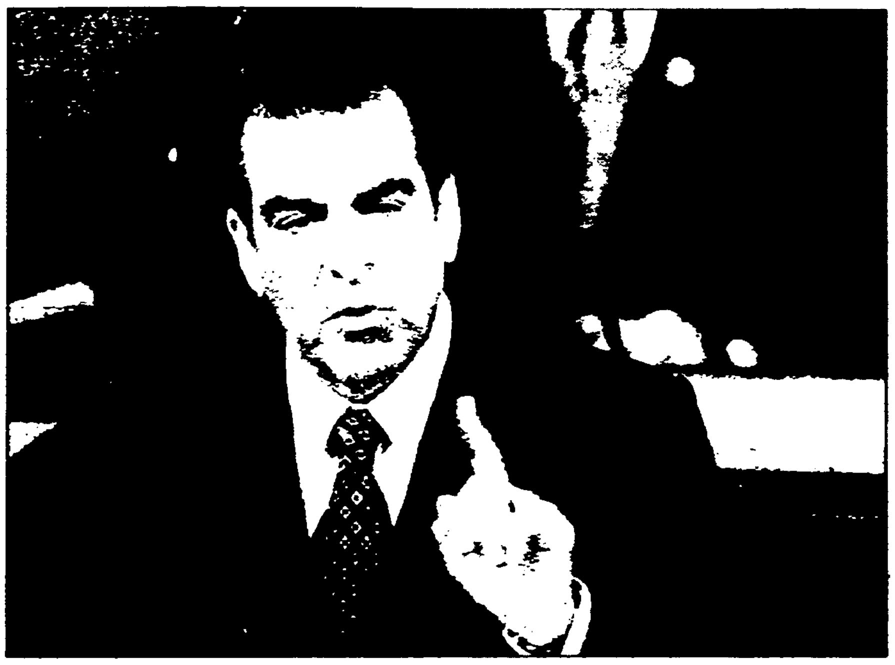
Estas leyes, que tampoco pueden ser derogadas o cambiadas mediante plebiscito, configuran la médula de los llamados "enclaves autoritarios" que representan cortapisas para un pleno imperio de las instituciones democráticas.

Entre estos enclaves están los propios senadores designados, la inamovilidad de los comandantes de las Fuerzas Armadas y las estructuras del Tribunal Constitucional y del Consejo de Seguridad Nacional.

El otro gran enclave es el sistema de generación del parlamento, que establece la elección de dos cargos en cada una de las 10 circunscripciones senatoriales y en los 60 distritos de diputados, a lo largo de todo el país.

Este mecanismo permite el acceso a las cámaras legislativas de la mayoría y de la "gran minoría", excluyendo a los partidos más pequeños, como ocurre con los comunistas, los Verdes y algunas expresiones de la extrema derecha.

Los cargos parlamentarios se distribuyen entre la Concertación oficialista y el pacto Unión por Chile, de los dos grandes partidos de la oposición derechista, Renovación Nacional (PRN) y la Unión Demócrata Independiente (UDI).



Los partidos de la gobernante Concertación Democrática, que llevó al poder al presidente Eduardo Frei, no quieren un acuerdo con el Partido Comunista.

Los comunistas, que hasta el golpe de 1973 representaban entre 12 y 15 por ciento del electorado, tenían un importante contingente legislativo en ese entonces, gracias al sistema proporcional, que hacía depender el número de cargos de la cantidad de votantes en cada distrito o circunscripción.

En las elecciones de esta década el PC se ha aliado con otras fuerzas menores de izquierda para alcanzar entre seis y ocho por ciento del electorado, porcentajes con los cuales no puede aspirar a retornar a las cámaras del Parlamento.

El acuerdo que analizaron el oficialismo y los comunistas consistía básicamente en los llamados pactos de abstención, según los cuales una parte se inhibe de llevar candidatos para favorecer a la otra en determinados distritos y circunscripciones.

El mayor propulsor de un acuerdo de esta naturaleza en la coalición gobernante fue el PS, que enfrentó fundamentalmente el rechazo de las direcciones del PDC y del PPD, cuya posición se impulsó finalmente en el conglomerado oficialista.

Más allá de los cálculos aritméticos sobre suma de votos, en esos partidos pareció predominar la idea de que una alianza con los comunistas ahuyentaría a parte de su electorado más conservador, favoreciendo al PRN, que se define como un partido de centroderecha.

La concertación declinó pronunciarse por ahora sobre la propuesta del senador socialista Ricardo Núñez, quien planteó crear un "Frente de la Patria", para agrupar a todos los partidos que estén por cambiar el sistema binominal de elecciones.

Esta propuesta podría atraer no sólo a los comunistas, sino también a la Unión de Centro-Centro Progresista (UCCP), un partido populista de derecha, que encabeza el magnate y senador Francisco Javier Errázuriz, quien rompió con el PRN y la UDI.

La secretaria general del PC, Gladys Marín, anunció que ante la negativa de la coalición oficialista a un pacto, su partido llevará candidatos propios en los 120 distritos de diputados y en las 10 circunscripciones que renuevan senadores. Marín acusó a la Concertación por la Democracia de privilegiar los acuerdos con la derecha en lugar de aproximarse a otras fuerzas políticas, aludiendo a los empeños de derogar algunos "enclaves autoritarios" en una negociación con el PRN.

Nº DOCUMENTO 9708628
TIT Pte austriaco aboga por referendum sobre adhesión a la OTAN
PROCEDENCIA 518593
FECHA 5-6-97
VINCULACION 11876
65201
11164
11302
11305
~~12636~~ 508062

FB7276

R POXBT 06 05 00278
exg mun icx

AUSTRIA-OTAN
PRESIDENTE AUSTRIACO ABOGA POR REFERENDUM SOBRE ADHESION OTAN

Viena, 5 jun (EFE).- El presidente austriaco, Thomas Klestil, aboga por un referéndum sobre la posible adhesión de la neutral Austria a la OTAN, según dijo al regresar de su visita oficial a España, que concluyó el miércoles.

Klestil subrayó que, en vista de la importancia que tiene la cuestión de si Austria se integra o no en la Organización del Tratado del Atlántico Norte, se debería consultar al pueblo, aunque la decisión sobre si se celebra el referéndum es competencia del Gobierno y del Parlamento.

Reiteró que Austria debe "cooperar con pleno derecho y solidariamente en la construcción de las estructuras de seguridad europeas", que se basan en la sintonía entre la Unión Europea (UE), la Unión Europea Occidental (UEO) y la OTAN.

El Presidente austriaco dijo que después de la cumbre de la OTAN que se celebrará en Madrid el próximo julio se verá que esa organización "no sólo es una alianza militar sino también un amplio sistema para garantizar la paz".

Klestil añadió que el secretario general de la OTAN, Javier Solana, y últimamente el presidente del Gobierno español, José María Aznar, le han asegurado que las puertas de la Alianza están siempre abiertas para Austria.

Indicó que los demás paises miembros de la UE desean la presencia de Austria como miembro activo con voz y voto en este sistema de seguridad.

Austria se comprometió a la neutralidad permanente en 1955, pero en los últimos meses, el Partido Popular, minoritario en el Gobierno de coalición con los socialdemócratas, no ha dejado de insistir en la necesidad de que este pais entre cuanto antes en la OTAN, sobre todo ahora que se disponen a hacerlo algunos de sus vecinos ex comunistas. EFE
CHW/jac/ik

06/05/08 47/97

01-01

9708628.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] CHIPRE

ANNAN RECOMIENDA NUEVA PRORROGA SEMESTRAL MISION ONU EN CHIPRE

Naciones Unidas, 11 jun (EFE).- El secretario general, Kofi Annan, recomendó hoy al Consejo de Seguridad una nueva prórroga de seis meses de la misión para el mantenimiento de la paz en Chipre (UNFICYP), que busca la consolidación del alto el fuego en la isla entre las comunidades greco y turco chipriota.

La petición de Annan se produce en vísperas de la reanudación, en julio, de las conversaciones intercomunitarias chipriotas y señala que durante los últimos seis meses "la situación en Chipre ha estado mucho más en calma que en el período anterior" pese a que se han mantenido los tiroteos, pedradas, amenazas e insultos entre las partes en conflicto.

Señaló también que no se han producido cambios en el número de fuerzas militares y armamentos en Chipre ni en la rapidez con que se amplían, mejoran y modernizan, aunque las autoridades militares ignoraron muchas de las sencillas medidas propuestas por la UNFICYP para aliviar la tensión sin afectar el estatuto y demarcación de las zonas o la seguridad de ambas partes.

"Pido encarecidamente a los dirigentes comunitarios que envíen un mensaje claro de tolerancia y reconciliación a sus respectivas poblaciones y que faciliten y fomenten los contactos directos entre ambas comunidades", dijo Annan.

Además, manifestó su convicción de que la presencia de la UNFICYP en la dividida isla sigue siendo indispensable para mantener el alto el fuego entre las comunidades greco y turco chipriotas, lo que es condición indispensable para llegar al arreglo que trata de lograr el Consejo de Seguridad. EFE

jsd/mv/nd

[illegible]

Nº DOCUMENTO: 9708630
TITULO:
PROCEDENCIA: 5/8593
FECHA: 17/6/97
VINCULOS: 14921, 65708, 11164, 11388, 65456, 11161

01-02

[illegible]

R [illegible]T 06-17 00129
[illegible]

CHILE-CANADA
COMISIONES SENADO APRUEBAN LIBRE COMERCIO CON CANADA

Santiago de Chile, 17 jun (EFE).- Las Comisiones de Relaciones Exteriores, Economía y Agricultura del Senado chileno aprobaron hoy el Tratado de Libre Comercio con Canadá, suscrito entre ambos países el 5 de diciembre pasado y que debe comenzar a regir el primero de julio.

El acuerdo, junto a los convenios anexos de cooperación ambiental y laboral, recibió diez votos a favor, cuatro en contra y una abstención.

La Cámara de Diputados aprobó el convenio el 20 de mayo pasado y sólo resta su ratificación plena en el Parlamento para entrar en vigor en la fecha programada.

El tratado de libre comercio entre ambos países fue ratificado por Canadá el 25 de abril pasado y se espera que el Congreso chileno lo apruebe en los próximos días.

La liberalización comercial estaba programada para el 2 de junio, pero debió ser aplazada hasta el primero de julio debido a las demoras en su tramitación en Chile.

Con la entrada en vigencia del acuerdo el 90 por ciento del comercio bilateral quedará liberado del pago impositivo y otro 8.5 por ciento lo hará en un plazo de seis años.

Actualmente el intercambio bilateral es deficitario para Chile, fruto de exportaciones desde Canadá por 108 millones de dólares e importaciones por 140, concentradas principalmente en materias primas como cobre, harina de pescado y celulosa.

El sector agrícola rechaza el tratado por considerar que perjudica a los productores del sector debido a que se autorizará el ingreso liberado de cereales canadienses al país, cuya producción [illegible] subsidios del Estado de esa nación.

La producción [illegible] de cereales [illegible] más de 70 millones de dólares anuales y [illegible] a unas 40.000 hectáreas.

Parlamentarios del partido [illegible] de la oposición [illegible] hoy al Gobierno [illegible] medidas [illegible] para el sector agrícola antes de [illegible] el acuerdo de libre comercio con Canadá, que debe ser ratificado plenamente en los próximos días.

[illegible] la [illegible] se mantiene en suspenso debido a que en el Senado la [illegible] de la [illegible] y [illegible] no ratificará el acuerdo.

Los ministros de Hacienda y Agricultura, Eduardo Aninat y Carlos Mladinic, [illegible] hoy ante el Senado los beneficios del tratado, tras lo que fue aprobado por las Comisiones respectivas de la Cámara alta.

[illegible]

[illegible]

[illegible] EFE

2-2

9708630

U FOXBT 06-05 00434
mun exg

ESLOVENIA OTAN/EEUU
ESLOVENIA MANTIENE ESPERANZA ESTAR PRIMER GRUPO OTAN AMPLIADA

Washington, 5 jun (EFE).- Eslovenia mantiene sus esperanzas de estar en el primer grupo de países de Europa del Este que se incorpore a la OTAN por considerar que es la mejor manera de no alargar el proceso de ampliación de la Alianza Atlántica, según dijo hoy el ministro de Defensa esloveno, Tit Turnsek.

"La situación política puede cambiar, podría ser muy duro ir a los Congresos y a los parlamentos de 16 países en dos ocasiones para discutir la ampliación de la OTAN. Por eso, no creo que haya una segunda vuelta", dijo Turnsek, quien recalcó que "esa es una de las razones por las que Eslovenia espera estar en el primer grupo".

También consideró que la presencia eslovena en la OTAN será un elemento de estabilidad para la región de los Balcanes, recién salida de una guerra y siempre con complejos problemas entre las naciones que la ocupan.

Los Jefes de Estado o de Gobierno de los dieciséis países miembros de la OTAN anunciarán en la cumbre, que celebrarán en Madrid el 8 y 9 de julio, cuáles son los países del antiguo bloque socialista con los que empezarán a negociar su adhesión a la Alianza.

Se espera que ese primer grupo de países esté constituido por Polonia, Hungría y la República Checa.

Aunque en alguna ocasión se había hablado de que Eslovenia y Rumania también podrían estar en ese primer bloque de nuevas adhesiones, todavía no figuran como candidatos tan sólidos como los otros países.

El Parlamento de Eslovenia celebró en 1996 una votación, en la que los parlamentarios se pronunciaron a favor de presentar su candidatura para incorporarse a la Unión Europea (UE) y a la OTAN.

Turnsek, que visita con carácter oficial EEUU, obtuvo como respuesta del secretario de Defensa norteamericano, William Cohen, que Washington todavía no había decidido los candidatos a los que apoyará en Madrid.

El ministro esloveno dijo que su país contaba con el apoyo de nueve países miembros de la OTAN, entre los que incluyó a Canadá, Italia, España, Portugal y Turquía.

En opinión del ministro esloveno, si su país se adhiere a los aliados en esta primera oleada de ingresos, la OTAN contará con la ventaja de que Eslovenia sea un puente entre Italia y Hungría, uno de los candidatos con más posibilidades.

Asimismo aseguró que con la entrada de su país en la OTAN se le demostraría a Rusia que la ampliación aliada no es algo contrario a los intereses de Moscú "porque nosotros nunca fuimos parte del bloque del Este y estamos muy lejos de Rusia".

El jefe de la Defensa eslovena insistió en que el Ejército de su país "está preparado, quizá mejor preparado, con muchos menos problemas que otros candidatos" para pertenecer a la Alianza Atlántica. EFE

mun rm fin arn

A06826

R POXBT 06-13 00288

icx exg mun

ESLOVENIA-OTAN

ESLOVENIA. SORPRENDIDA POR CLINTON, CONTINUARA SU CAMPAÑA

Liubliana, 13 jun (EFE).- Eslovenia ha expresado su sorpresa por la decisión del presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, de no incluirla en la primera fase de la ampliación de la OTAN, aunque no se da por vencida.

"Entendemos el anuncio de Washington como un intento de impedir la tendencia creciente a favor de la admisión de Eslovenia como miembro de la OTAN", declaró anoche por TV el ministro de Asuntos Exteriores esloveno, Zoran Thaler.

En una primera reacción al anuncio de la Casa Blanca del jueves, según el cual EEUU sólo apoya de momento la admisión de Polonia, Hungría y la República Checa, Thaler se manifestó "sorprendido", como el resto del Gobierno, por la celeridad con la que Washington había emitido su opinión negativa sobre un eventual ingreso de Eslovenia.

La sorpresa es mayor, dijo el ministro, porque en los dos últimos días hubo numerosos indicios de que la mayoría de los miembros de la OTAN estaban decididos a incluir a este país en la primera ronda de admitidos.

Incluso de círculos del Senado y del Congreso de Estados Unidos habían llegado a Liubliana señales positivas, señaló Thaler.

Agregó que algunos ministros de Asuntos Exteriores de países de la OTAN, con los que él y el jefe de Gobierno, Janez Drnovsek, hablaron por teléfono, les habían expresado su disgusto por la decisión estadounidense.

Según Thaler, sus interlocutores europeos, a los que no citó, le aseguraron que seguirían luchando para que en la cumbre de la OTAN que se celebrará a primeros de julio en Madrid se decidiese admitir a Eslovenia como cuarto país.

También afirmó que su país continuará su campaña a favor del ingreso en la OTAN junto a checos, húngaros y polacos, y dijo que "hasta la cumbre de Madrid, nada está decidido". EFE

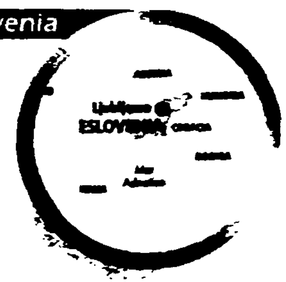
jr/mar/ma

06/13/07-08/97

9708631.

02-02

Perfil de Eslovenia



Area:
20.256 km2.

Población:
1:958.746 (1996).

Lengua oficial:
Esloveno.

Religión oficial:
Ninguna.

Moneda:
Tolar (plural tolarji; Lt); cambio (11 oct. 1996) 1 dlr. EUA = 139,19 t.

Escolaridad:
(1991): población total de 15 años y más 100% alfabetizada.

Producción:
Agricultura: papas o patatas, maíz, remolacha azucarera, trigo.
Ganadería: cerdos, reses, aves.
Industria: cemento, acero en bruto, lingotes de aluminio.

Principales productos exportados:
Maquinaria y equipos de transporte y manufacturas básicas.

DEL PAIS

El encuentro será hoy, a las 15.30 horas, para dar continuidad a rica tradición

FIESTA ESLOVENA EN MONTEVIDEO: INAUGURARAN PLAZA Y EXPOSICION

La Primera Sociedad Eslovena Transmurana de Montevideo, única institución que nuclea a la colectividad eslovena radicada en nuestro país, concreta hoy domingo un caro anhelo: a las 15 y 30 horas, tendrá lugar la ceremonia de inauguración de la Plazoleta República de Eslovenia, ubicada en la intersección de la Avda. Joaquín Suárez con las calles Lucas Obes y Cisplatina, en Montevideo.

En la oportunidad se descubrirá un conjunto escultórico con datos ilustrativos sobre Eslovenia, (mapa ciudades importantes, límites, superficie, población, etc.), diseño del Arq. Juan Mislej, consistente en tres módulos en cemento con cerámicas en colores.

La colectividad eslovena rinde homenaje así a su tierra de origen en el suelo que siempre lo cobijó.

Autoridades nacionales, municipales y el Dr. Janez Zgajnarm, Embajador de la República de Eslovenia con sede en la ciudad de Buenos Aires, en representación del gobierno esloveno, estarán presentes en este acto de real importancia para toda la colectividad y también para esa particular zona del prado que contará a partir de hoyccn una muestra de singular arquitectura, expresión viva del sentir de los eslovenos y sus descendientes radicados en el Uruguay.

CULTURA Y NATURALEZA

La secretaria general de la Sociedad Eslovena Transmurana. María Antonia Tonz Vicic. explicó a EL PAIS no sólo el significado del acto, sino aspectos de la historia eslovena.

La República de Eslovenia se escindió de la República Socialista Federativa de Yugoslavia, el 25 de junio de 1991, por absoluta decisión de su pueblo.

Este pequeño país que cuenta apenas con una superficie de 20.250 kilómetros cuadrados, está situado entre Italia, Austria, Hungría y Croacia, con un estrecho tramo sobre el Mar Adriático; cuenta con una población de 2.000.000 de habitantes (el 90% eslovenos, y minorías húngaras e italianas). Su idioma es el esloveno, su religión la católica, con una minoría protestante. Disfruta de 3 climas: centroeuropeo, alpino y mediterráneo. Su sistema político: democracia parlamentaria multipartidaria: el parlamento es bicameral, lo forman la Asamblea de Estado y el Consejo de Estado. El Presidente del país es el Sr. Milan Kucan y su unidad monetaria es el tolar.

Eslovenia es la tierra verde que se halla justo en el punto de encuentro entre el Este y el Oeste de Europa. Un país ecológicamente puro que abunda en riquezas naturales y sucesos culturales, como un encanto centro europeo que sorprende y entusiasma. Los bosques eslovenos cubren más de la mitad de su territorio.

En su capital Ljubljana, se conjugan los signos de la arquitectura antigua con la moderna. Cuenta con numerosas galerías de arte, museos, teatros. Se puede asistir a la ópera, a los conciertos de música clásica, de jazz y de rock. También se puede visitar la Bienal Internacional de Grabado, la Bienal del Diseño Industrial y asistir al Festival Internacional de Verano.

Sus playas, sus centros de esquí, sus aguas termales, sus grutas naturales de Postojna y Skocjan, de increíble belleza, ofician de imán para los turistas de todas partes del mundo.

Merece un capítulo aparte la cocina eslovena con sus especialidades culinarias a base de carnes y verduras, los quesos, la carne ahumada, el jamón del Carso. Su exquisita repostería preparada con variados rellenos de nuez, amapola, cerezas, (potica); sus vinos que compiten con los mejores del mundo en todas sus variedades, fundamentalmente los conservados durante años en toneles de roble.

RECREAN TRADICION

Aquí, en nuestro país, en la gran casona de Molinos de Raffo al 897, la colectividad eslovena, recrea tradiciones y mantiene un estrecho contacto con sus raíces. La particular fiesta Koline (matanza del cerdo y elaboración de productos en forma netamente artesanal), igual que la preparación casera del chocrut, nuclean anualmente a socios, amigos y simpatizantes de los eslovenos, que cuentan en la actualidad con pujantes equipos de bowling europeo, femenino y masculino; un conjunto infantil de danzas típicas eslovenas; un coro en formación, cursos de idioma esloveno en el mes de setiembre venidero y un cúmulo de planes de proyección en el futuro inmediato, canalizados a través de la recientemente integrada Comisión Directiva para el período 1997/99, bajo la Presidencia del Sr. José Gyalog. A casi 62 años de su fundación, por los transmuranos, (eslovenos de la zona limítrofe con Hungría), esta institución, la más antigua de las que nuclean a los eslovenos por el mundo, palpita su esencia eslovena en comunión con su patria de adopción, la República Oriental del Uruguay.



ENCUENTRO. El Presidente de Eslovenia recibió a integrantes de la colectividad de ese país radicados en Uruguay. Fue una oportunidad de diálogo y para afianzar vínculos

PRIMERA OPINION



POR HILLARY CLINTON

Las preocupaciones de madres y padres

WASHINGTON (Editors Press Service).— He visto hablar en público a mi esposo muchas veces a través de los años, desde charlas informales en los ayuntamientos hasta discursos nacionales como los de la Toma de Posesión Presidencial.

Pero nunca lo había visto tan nervioso como la semana pasada, cuando habló en la ceremonia de graduación de Chelsea en la escuela secundaria.

Tampoco lo había visto nunca tan embargado por la emoción, especialmente cuando nuestra hija retrocedió en el escenario después de recibir su diploma y extendió los brazos a su padre.

Yo sé, por los recuerdos que tengo de mi padre, lo importante que son los padres para las hijas. Y eso es válido también para Bill y Chelsea. Desde el momento en que ella llegó al mundo, Bill ha sido un ancla en su vida, y ella lo ha sido para él.

Bill nunca conoció a su padre, que murió en un accidente automovilístico tres meses antes de que él naciera. Esa puede ser una de las razones de que haya prestado tanta atención a su hija y la haya rodeado siempre del amor, el apoyo y la atención que todo niño necesita.

Bill estuvo junto a mí en la sala de parto cuando nació Chelsea. En los meses subsiguientes, el no vaciló en turnarse para cambiarle los pañales, darle el biberón, mimarla antes de acostarla y mecerla hasta que se durmiera.

LOS MISMOS OBSTACULOS

01-01

9708632.

Nº DOCUMENTO 9708633
TITULO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 18/6/97
VINCULACIONES 11991.
65709.
11164.
11302.

[illegible]
R [illegible] 06-18 [illegible]
[illegible]

CHILE-JUSTICIA
DIPUTADOS APRUEBAN CREACION DE MINISTERIO PUBLICO

Santiago de Chile, 17 jun (EFE) - La Cámara de Diputados chilena aprobó hoy por unanimidad la reforma constitucional que crea el Ministerio Público, que se inserta en un plan amplio de reforma del sistema judicial que impulsa el Gobierno.

La ministra de Justicia, Soledad Alvear, expuso hoy ante la Cámara Baja el sentido del proyecto, que busca agilizar el anquilosado y burocrático sistema actual y reformar el normas del código penal en material procesal vigentes desde hace un siglo.

La iniciativa es una de las seis reformas que requiere el plan de modernizacion de la justicia del Gobierno para ser implantado. Tras la aprobación en la Cámara de Diputados, el proyecto pasará al Senado.

Alvear calificó la aprobación como "un aporte sustantivo a una reforma histórica que el país [illegible]", y afirmó que la unanimidad "es un hito que marca la historia de la nación".

En diciembre del año pasado el Gobierno presentó una serie de reformas al Parlamento con el objeto de actualizar el Código de Procedimiento Penal, en vigor por más de cien años y que nunca ha sido reformado.

Las modificaciones tambien apuntan a la creación de un Ministerio Público o Procuraduria General, la implantación de juicios orales más rapidos y transparentes y evitar que, con el sistema actual, el mismo juez que instruye una causa pronuncie el fallo.

El Gobierno considera la reforma judicial chilena como fundamental [illegible] que sera implantada [illegible] en cuatro años.

"Con [illegible] la Cámara de Diputados ha [illegible] a una [illegible] [illegible] [illegible] su trabajo [illegible] por las [illegible] de las personas", señaló la [illegible].

Alvear [illegible] con el pleno de la Corte Suprema con el objeto de [illegible] a los jueces [illegible] del [illegible] para [illegible] la [illegible] de justicia en el país, [illegible] del [illegible] Eduardo Frei.
[illegible]

[illegible]

9708633

01-02

CHILE-JUSTICIA
PARLAMENTO [illegible] PASO HACIA MODERNIZACION SISTEMA JUDICIAL

Santiago de Chile, 18 [illegible] (EFE).- El Parlamento chileno dio el [illegible] paso hacia la modernización del sistema judicial, que se [illegible] por normas que tienen más de cien años, al aprobar la reforma constitucional que crea el Ministerio Público, pieza fundamental [illegible] la modernización que impulsa el Gobierno.

La Cámara de Diputados aprobó [illegible] por unanimidad el proyecto para la creación de la entidad, que estará encabezada por un Fiscal Nacional nombrado por el presidente de la República entre cinco candidatos elegidos por la Corte Suprema con acuerdo del Senado.

La iniciativa, que recibió 87 votos a favor, es sólo una de las [illegible] reformas que requiere el plan de modernización de la justicia, que pretende agilizar el anquilosado sistema actual.

La ministra de Justicia, Soledad Alvear, dijo que se trata de una [illegible] sustantiva a una reforma histórica que el país se merece y que la unanimidad "es un hito que marca la historia de la nación".

En diciembre del año pasado el Gobierno presentó una serie de reformas al Parlamento con objeto de actualizar el Código de Procedimiento Penal, en vigor desde hace más de cien años y que nunca ha sido reformado.

Las modificaciones también apuntan a la creación de un Ministerio Público o Procurador General, la implantación de juicios orales [illegible] y [illegible] por [illegible] que un mismo juez instruya el proceso y pronuncie el fallo.

Las autoridades creen que la creación de un Ministerio Público autónomo posibilitará el reemplazo del procedimiento penal vigente, de carácter inquisitivo, por otro de perfil acusatorio, en el cual la investigación y el juicio estarán en manos de personas diferentes y el Ministerio Público podrá intervenir durante el proceso.

Su función primordial será la persecución penal pública, para lo cual tendrá la facultad monopólica de investigar los delitos y formular y sustentar la acusación penal ante los tribunales.

Con ese fin los fiscales del Ministerio quedarán facultados para impartir órdenes directas a la fuerza pública para dirigir la investigación de los delitos y adoptar medidas para proteger a las víctimas y a los testigos.

Sin embargo, se excluyó de esta norma a la justicia militar, donde el ejercicio de la acción penal corresponderá a los órganos establecidos por el código de justicia respectivo.

El Gobierno considera la reforma judicial chilena como fundamental [illegible] que será implantada en [illegible] en unos [illegible] años.

"Con esta [illegible] la Cámara de Diputados ha respondido a una necesidad sentida en la población [illegible] su trabajo legislativo con las necesidades de las personas", señaló la ministra de Justicia.

La aprobación de la reforma se produjo un día después de que la ministra de Justicia se reunió con el pleno de la Corte Suprema con el objeto de plantear a los [illegible] algunas propuestas del Ejecutivo para mejorar la administración de justicia en [illegible]

9708633

02-02

01-07 9708634

XR7168

R POXBT [illegible]

CROACIA-REINTEGRACION
PRIMERA VISITA DE TUDJMAN A ESLAVONIA ORIENTAL

Zagreb, 2 jun (EFE).- El presidente de Croacia, Franjo Tudjman, efectuó hoy, lunes, bajo extremas medidas de seguridad, su primera visita a la ciudad de Beli Manastir, en Eslavonia oriental, zona controlada por los serbios desde 1991 y que la ONU está reintegrando pacíficamente bajo la soberanía de Zagreb.

"Nuestro único objetivo es crear las condiciones para la convivencia y para el desarrollo de esta región y, en ningún modo, para organizar acciones de desquite", dijo Tudjman a las autoridades locales.

Esta es la primera vez que el presidente visita una ciudad de Eslavonia oriental desde que la población local serbia, con ayuda del Ejército yugoslavo (dominado por la vecina Serbia), se rebeló en 1991 contra la independencia de Croacia proclamada por la Unión Democrática Croata (HDZ) de Tudjman en junio de ese año.

Cientos de serbios recibieron hoy a Tudjman en Beli Manastir con gritos de "Esto es Serbia" y le silbaron cuando el mandatario croata salió de su vehículo blindado y les saludó con la mano.

Medios locales serbios aseguraron que varios miembros de la delegación croata que acompañaba a Tudjman en esta visita hicieron "gestos indecentes" a los serbios que protestaban por su presencia, aunque "las fuertes medidas de seguridad impidieron que hubiera incidentes".

Eslavonia oriental es la única zona de la rebelde República serbia de Krajina, proclamada por los serbios en 1991 sobre el 28 por ciento del territorio croata, que el Ejército central de Zagreb no reconquistó en 1995 y que está siendo reintegrada pacíficamente en Croacia por la Administración de Transición de las Naciones Unidas para esa región (UNTAES).

En las primeras elecciones locales posbélicas, celebradas el 13 de abril pasado en toda Croacia, el Partido Democrático Independiente Serbio (SDSS) de los serbios locales venció en Beli Manastir, segunda ciudad de la región, mientras que la HDZ ganó en la mayor localidad de Eslavonia, Vukovar.

Tudjman, primer presidente de la Croacia independiente, visita Beli Manastir en plena campaña para los comicios presidenciales del 15 de junio, en los que aparece como favorito.

En un discurso de tono reconciliador, después de que la secretaria norteamericana de Estado, Madeleine Albright, le amonestara el sábado pasado porque en los territorios de la antigua Krajina se siguen violando los derechos humanos de los serbios, Tudjman anunció en Beli Manastir que "Croacia eliminará a sus extremistas".

Instó a los croatas y los serbios locales a acabar con todos los extremistas, perdonar a la otra parte por los sufrimientos padecidos durante la guerra y mirar al futuro.

"Vuestro destino está en vuestras manos. Podeis incluiros activamente en el desarrollo de esta región como parte de Croacia, nosotros os ofreceremos las condiciones necesarias", destacó Tudjman ante los representantes serbios y croatas locales.

Afirmó que, cuando la región esté plenamente reintegrada en Croacia, ésta "no abrirá las viejas heridas" y "sólo juzgará a los verdaderos criminales de guerra", aunque, en su opinión, éstos

"probablemente [illegible] han [illegible]".

El jefe de UNTAES, Jacques Klein, indicó hoy que, tras las elecciones de abril, los serbios y los croatas de la zona han constituido los órganos de autoridad locales gracias al "acuerdo histórico" al que llegaron la HDZ y el SDSS sobre la división del poder.

El líder del SDSS, [illegible], calificó de "útil" la reunión de 15 minutos que él y sus colaboradores celebraron con el "presidente de Croacia Franjo Tudjman".

"Hablamos de las cuestiones más importantes relacionadas con esta región, en especial el retorno de los refugiados [illegible]", dijo [illegible] tras el encuentro con Tudjman. EFE

[illegible]

02 9708634

XR9242

R PUXBT 06-04 00428
icx mun exu

CROACIA-ONU
PRESIDENTE CROATA DISCUTE ESLAVONIA CON ENVIADO ONU

Zagreb, 4 jun (EFE) El presidente de Croacia, Franjo Tudjman, conversó hoy, miércoles, en Zagreb con el vicesecretario de la ONU para las operaciones de paz, Bernard Miyet, acerca del mandato de la "Administración de transición de la ONU para la Eslavonia oriental" (UNTAES), informaron medios croatas.

El mandato militar de UNTAES, misión encabezada por el general retirado norteamericano Jacques Klein que está ultimando con éxito la reintegración pacífica del último enclave rebelde serbio, la Eslavonia oriental, en Croacia, deberia terminar a mediados de julio, según previsiones anteriores.

Sin embargo, debido a que las autoridades de Croacia no han conseguido proveer seguridad para su minoria serbia, especialmente en los territorios de la rebelde ex "República Serbia de Krajina" que conquistaron en 1995, es muy posible que el mandato militar de UNTAES se prolongue hasta enero de 1998.

El problema principal ha sido la negativa de Tudjman a permitir el retorno a sus hogares de todos los refugiados serbios de la ex "Krajina" que lo quieran, paso que los mediadores internacionales consideran esencial para el éxito de la reintegración de la Eslavonia oriental en Croacia y el regreso de los refugiados croatas a esta zona.

Los medios oficiales croatas no han publicado detalles sobre la conversacion entre Miyet y Tudjman, ni han indicado si el mandato de UNTAES será prorrogado o no.

La decisión definitiva será tomada por el Consejo de Seguridad de la ONU en base a las recomendaciones del general Klein.

Según la agencia de noticias estatal croata "Hina", Miyet evaluó muy positivamente el discurso que Tudjman pronunció el lunes en la ciudad de Beli Manastir en la Eslavonia oriental.

Tudjman se dirigió en Beli Manastir en un tono muy reconciliatorio a los serbios, asegurándoles que el Gobierno croata desea "olvidar el pasado", dedicarse al desarrollo de la región y preservar en la Eslavonia oriental una comunidad multiétnica de serbios, croatas, húngaros y otras etnias.

El presidente de Croacia aseguró que las autoridades croatas no buscarán desquite por la pasada guerra y que no juzgarán a nadie salvo a los verdaderos criminales de guerra.

La Eslavonia oriental, situada en el fértil valle del Danubio, es la única parte de la rebelde "Krajina Serbia", que Croacia no conquistó en las ofensivas militares de mayo y agosto de 1995.

La zona fue escenario de las más cruentas batallas de la guerra serbio croata de 1991, cuando Croacia se independizó unilateralmente de la antigua Yugoslavia y sus serbios locales establecieron con ayuda del ejército serbio-yugoslavo su "estado" rebelde sobre casi un tercio de este país. EFE

Vb-wm dlh

06/04/17-06/97

03

9708634.

3A2734

U POXBT 06-08 00741
mun exo

CROACIA-TUDJMAN (Previsión)
TUDJMAN PIDE RECONCILIACION AUNQUE DESECHA REGRESO SERBIOS

Zagreb. 8 jun (EFE).- El presidente croata. Franjo Tudjman, llamo hoy, domingo, a la reconciliación entre croatas y serbios de Eslavonia oriental. región que se reintegrará este año bajo la jurisdicción croata. aunque desechó el eventual regreso a Croacia de los refugiados serbios que huyeron a Serbia y Bosnia en 1995.

"El vencedor que no sabe perdonar siembra el germen de nuevos males y conflictos. El pueblo croata no lo desea". dijo Tudjman en Vukovar y llamó a que eliminen de sus filas a los extremistas tanto los croatas desplazados de Eslavonia oriental que esperan regresar, como la poblacion serbia local.

Tudjman llego hoy a este puerto fluvial danubiano. situado a unos 300 kilometros de Zagreb, en un tren especial denominado "Tren de la paz y reconciliación" estableciendo un primer contacto con la minoria serbia que accedió en noviembre de 1995 a reintegrarse pacificamente bajo la jurisdicción croata.

"No se puede ni hablar del regreso de los 150.000 ó 200.000 serbios que huyeron de Croacia (en 1995) para que volvamos a tener desintegracion y guerra", subrayó Tudjman durante su primera, breve. visita a Vukovar. principal ciudad de Eslavonia oriental devastada por los serbios antes de que la conquistaran en 1991.

Hace sólo una semana la secretaria de Estado norteamericana, Madeleine Albright. habia advertido a Tudjman de que "es imprescindible que todos los refugiados tengan la posibilidad de regresar a sus hogares. incluidos los refugiados serbios de Croacia que están en Bosnia o Serbia".

Sin embargo, Tudjman ha insistido hoy, en un discurso pronunciado en la destruida estación ferroviaria de Vukovar, en que en 1995 él había llamado, como Presidente de Croacia, a la minoria serbia a que permaneciera en sus hogares.

"Por razones humanitarias, resolveremos casos particulares de refugiados que huyeron de Croacia y que quieren unirse con sus familiares, sólo por razones humanitarias", subrayó Tudjman saludado por varios cientos de croatas.

Los medios serbios locales informaron de que pocos ciudadanos serbios de Vukovar pudieron asistir a la ceremonia dado que toda la zona en torno a la estación ferroviaria estuvo cerrada y controlada por las fuerzas de la ONU y las fuerzas de seguridad croatas.

Después de que Croacia proclamara su independencia de la antigua Yugoslavia Socialista en 1991, parte de la minoria serbia croata se alzó en armas y. con ayuda del Ejército yugoslavo (dominado por la vecina Serbia), se hizo con el 28 por ciento del territorio croata sobre el que proclamó su "republica de Krajina".

Dicho "estado", no reconocido ni siquiera por Serbia, existió hasta 1995 cuando el Ejército central croata. en dos operaciones relampago (en mayo y agosto de ese año). reconquistó la mayor parte de sus territorios. con excepción de Eslavonia, forzando a la fuga a sus más de 150.000 habitantes serbios.

Sólo quedaron entonces en sus hogares los serbios de Eslavonia oriental a los que Tudjman dirigió hoy palabras muy reconciliadoras.

El dirigente de los serbios de Eslavonia. Vojislav

Stanimirovic, reaccionó al discurso de Tudiman estimando que "no fue un discurso reconciliador" y que sus palabras "no serán bien recibidas ni por nuestros refugiados ni por la comunidad internacional".

"Mensajes como estos, relacionados con el regreso de refugiados, no son buenas", insistió Stanimirovic al admitir que el presidente croata en su discurso "tuvo notas conciliadoras" pero relacionándolas con la campaña electoral que transcurre en Croacia.

"Si pido de los 400.000 croatas expulsados de sus hogares durante la guerra, y de otros 300.000 croata-bosnios expulsados por los serbios en Bosnia (y alojados en Croacia), a que lo olviden todo y os ofrezcan la mano reconciliadora, entonces tengo derecho a pediros también a vosotros, los serbios, a que aceptéis esa mano con agradecimiento y a participar con nosotros en la edificación de Croacia", resaltó Tudiman.

Añadió que "Croacia asegurará a los serbios todos sus derechos étnicos, humanos y ciudadanos. Yo se los garantizo como jefe de Estado, con todo el Gobierno y Parlamento croatas. Pero esperamos de los serbios plena lealtad al Estado croata".

El presidente croata advirtió también a todos los representantes croatas presentes a respetar la política de reconciliación y que "cualquier aberración" de esa política será entendida como actuación contra los intereses nacionales.

La visita, que duró varias horas, transcurrió sin incidentes aunque en su camino de regreso el tren fue apedreado en Borovo, aldea "serbia" en las afueras de Vukovar, por un grupo de hombres, que rompieron varias ventanas pero sin provocar heridos. EFE

VB/BK/SC/jpg

06/08/16-46/97

5

DPR398 R [illegible]

9708634.

XR9444

R POXDT 06-13 00423
icx mun exg

CROACIA-UNTAES
ZAGREB DESEA MANDATO MILITAR DE FUERZAS ONU ACABE 15 DE JULIO

Zagreb, 13 jun (EFE).- Croacia desea que el mandato militar de la Administración de Transición de las Naciones Unidas para Eslavonia oriental (UNTAES) acabe el 15 de julio, informó hoy, viernes, el ministro de Asuntos Exteriores y vicepresidente del Gobierno croata, Mate Granic, al Consejo de Seguridad de la ONU.

Eslavonia oriental es la única zona de la antigua "república serbia de Krajina" que el Ejército croata no reconquistó en 1995 y está siendo reintegrada pacíficamente por UNTAES bajo la soberanía de Zagreb.

En una carta enviada hoy al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, Granic insta a que el mandato militar de UNTAES termine el 15 de julio próximo y, después de esa fecha, comience la retirada de los 5.000 "cascos azules" estacionados en la zona desde 1996, según la agencia de noticias croata "Hina".

Aunque considera que tanto la parte militar como el segmento civil de UNTAES han realizado un trabajo formidable, Granic opina que la permanencia de esa mision en su forma actual más allá del 15 de julio no contribuiría a la reintegración eficaz de Eslavonia oriental en Croacia.

Según Granic, el sector civil de UNTAES que permanecerá en la zona después del 15 de julio deberá dedicarse a la entrega gradual del poder de esa administración de las Naciones Unidas a los órganos locales elegidos en los comicios del 13 de abril pasado.

En esas elecciones triunfaron la Unión Democrática Croata (HDZ) del presidente de Croacia, Franjo Tudjman, y el Partido Democrático Independiente Serbio (SDSS) del líder serbio local Vojislav Stanimirovic.

En su misiva, Granic añade que la administración civil de UNTAES también se dedicará a controlar y ayudar a la organización del retorno de los desplazados y refugiados a sus hogares y a vigilar el respeto de los derechos humanos.

Agrega que también habrá de instalar a los observadores de la Organización sobre la Seguridad y la Cooperación en Europa (OSCE), que después del 1 de enero de 1998, cuando termina por completo el mandato de UNTAES, asumirán el control de la zona.

Por el contrario, los serbios abogan por que el mandato del sector militar de UNTAES se prolongue, al menos, hasta el 1 de enero de 1998 para garantizar que las autoridades croatas cumplen sus compromisos y respetan sus derechos.

De acuerdo con fuentes diplomáticas croatas, el jefe de UNTAES, el general retirado estadounidense Jacques Klein, quiere que los "cascos azules" permanezcan en Eslavonia oriental hasta el 1 de octubre próximo.

Está previsto que el Consejo de Seguridad de la ONU tome una decisión definitiva al respecto a finales de este mes. EFE

vb/acm dlh

Cp

9708634

06/13/18-40/97

[illegible] PARA IRREGULARES

[illegible] la Autoridad [illegible] de Transición de las Naciones Unidas [illegible] (UNTAES) [illegible] croata [illegible] "irregularidades" por [illegible] la Organización [illegible] en Europa (OSCE).

Según UNTAES [illegible] las Naciones Unidas "siente una [illegible] por el incumplimiento de las autoridades [illegible] en lo [illegible] respecto a la [illegible] de Eslavonia [illegible] mayoritariamente serbia.

El [illegible] en Croacia comicios presidenciales, en los que fue [illegible] para un mandato de otros cinco años el actual [illegible] Franjo Tudjman.

[illegible] la OSCE insistió en que "la votación se desarrolló [illegible] la jornada electoral no cumplió un [illegible] de condiciones democráticas".

Ante [illegible] críticas, Tudjman criticó anoche a los observadores extranjeros [illegible] "sin saber de qué [illegible] trataba".

También acusó a los [illegible] de la oposición que denunciaron irregularidades de "pactar con centros del extranjero" para "derribar la dirección croata" [illegible] país en desorden similar al de Albania.

Eslavonia oriental [illegible] la única parte de la antigua [illegible] "república serbia de Krajina" que el Ejército croata no reconquistó en 1995 y ahora está siendo reintegrada pacíficamente por UNTAES bajo la soberanía de Zagreb.

De acuerdo con UNTAES, los comicios transcurrieron en condiciones de libertad y seguridad, pero las autoridades croatas no cumplieron los listados de votantes, como habían prometido después de las elecciones locales del 13 de abril pasado.

"Por el contrario, en las listas de electores de Eslavonia oriental publicadas el domingo figuraban varios miles de personas menos que en el [illegible] del 13 de abril, de modo que muchas personas quedaron privadas de su derecho al voto", denunció UNTAES.

[illegible] el Ministerio de Administración de Croacia había [illegible] que 7.500 electores adicionales [illegible] en los comicios de abril fueron incluidos en las listas y que [illegible] otras [illegible] personas que habían obtenido documentos de identidad [illegible]".

El diario "[illegible]" de Zagreb, próximo al Gobierno croata, asegura en su edición de hoy que estas críticas de representantes internacionales son [illegible] "están en función de ejercer presión sobre Croacia ante la próxima decisión del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas sobre el mandato de UNTAES".

Croacia desea que el mandato de UNTAES termine a mediados de [illegible] que hasta enero de 1998 en Eslavonia oriental [illegible] de la ONU [illegible] que los serbios [illegible] los "cascos azules" es necesario.

[illegible] EFE

[illegible]

mun in

ESPAÑA-FRANCIA
MINISTRA ESPAÑOLA AGRICULTURA: OBJETIVO ES LIBRE CIRCULACION

Palma de Mallorca (España), 8 jun (EFE).- La ministra española de Agricultura, Loyola de Palacio, se refirió hoy al conflicto de los camiones en la frontera con Francia y dijo que no se puede caer en el error de cortar carreteras, "porque el objetivo es todo lo contrario, garantizar la libre circulación".

Precisamente para hoy y mañana los sindicatos mayoritarios españoles Unión General de Trabajadores (UGT) y (Comisiones Obreras (CCOO), y el francés CFDT-FO han convocado una manifestación como protesta contra los ataques de los agricultores franceses contra camiones españoles.

Los sindicatos tienen previsto cortar el tráfico en la localidad francesa de Le Perthus entre las 22:00 hora local (20:00 GMT) de hoy y las 12:00 hora local (10:00 GMT) del lunes.

La ministra De Palacio manifestó que "espera actuaciones del Gobierno francés después de su condena de los hechos", en referencia a los ataques de agricultores franceses a camiones españoles que transportan productos hortofrutícolas a Europa.

En este sentido, De Palacio explicó que las autoridades galas disponen de vídeos que permitirían perseguir penalmente a los responsables de los hechos.

En opinión de la ministra, la Unión Europea (UE) está obligada a garantizar la libre circulación de mercancías y a aplicar sanciones suficientemente importantes como para que actúen como elemento disuasorio de acciones violentas en las carreteras.

Respecto al boicot a los productos franceses, la ministra eludió contestar a una pregunta sobre si ella consumía productos galos, pero especificó que "en España tenemos productos magníficos". EFE

nac/jnr/SM

06/08/13-15/97

[illegible]

ESPAÑA-FRANCIA CAMIONES
UNOS 500 AGRICULTORES BLOQUEARON LA FRONTERA CON FRANCIA

La Junquera (Gerona), 6 jun (EFE). - Unos 500 agricultores españoles bloquearon hoy, viernes, durante seis horas el paso de vehículos por la frontera con Francia en La Junquera (noreste de España) en protesta por las agresiones contra los camiones españoles en territorio francés.

La acción, convocada por la Coordinadora de Organizaciones Agrarias y Ganaderas (COAG) y la Federación de Transportistas, se desarrolló sin incidentes entre las 10.00 (08.00 GMT) y las 16.00 horas (14.00 GMT).

En las tres primeras horas de bloqueo, sólo se vio afectado el tráfico que entraba en España por la carretera nacional N-II y la autopista A-7.

Hacia el mediodía, los agricultores decidieron levantar durante unos 30 minutos el bloqueo de la N-II para que pudieran circular los cerca de cien camiones, en su mayoría españoles, que quedaron retenidos a su entrada en España.

La interrupción del tráfico se extendió, a partir de las 13.00 horas (11.00 GMT), a los vehículos que salían del territorio español, y se prolongó durante unas tres horas más, hasta que los manifestantes, que en su mayoría procedían de Andalucía, dieron por concluida su jornada de protesta.

Un centenar de agentes antidisturbios de la Guardia Civil española vigilaron durante todo el día la acción de agricultores y transportistas, aunque sin intervenir.

El objetivo del bloqueo es que "la protesta trascienda de ser un problema bilateral entre España y Francia para implicar a las instituciones europeas", dijo el secretario de la COAG, Miguel López.

Al finalizar la protesta, los manifestantes, que expresaron su rechazo a las agresiones sufridas por los camiones españoles en Francia, recogieron sus pancartas y se dirigieron hacia los autocares para regresar a sus puntos de origen.

El coordinador nacional del sindicato agrario catalán "Unió de Pagesos" (Unión de Campesinos), Pep Riera, valoró muy positivamente la concentración tanto por la participación como por el hecho de que se desarrolló pacíficamente.

Riera destacó que "precisamente hoy el Gobierno francés ha condenado las agresiones a los camioneros españoles", aunque añadió que "no son suficientes" las declaraciones políticas y consideró que se deben "tomar medidas".

En Madrid, el secretario de Estado para la Comunicación, Miguel Angel Rodríguez, dijo que "son buenas las noticias de que la protesta" de los agricultores españoles "transcurre por cauces normales".

En la rueda de prensa tras el Consejo de Ministros celebrado hoy, Rodríguez manifestó que "el Gobierno entiende que los agricultores estén enfadados, pero no comparte ningún hecho violento que se pudiera producir".

Asimismo, el ministro español del Interior, Jaime Mayor Oreja, subrayó que la protesta se desarrolló "sin desórdenes preocupantes".

Ayer, jueves, el Gobierno de Madrid ya se había manifestado en contra de la acción que los agricultores y transportistas españoles pretendían llevar a cabo para protestar contra los ataques que vienen sufriendo en las últimas semanas los camiones de frutas y hortalizas en Francia.

El Gobierno francés condenó este viernes esas agresiones, al [illegible]

[illegible]

9708635,

Europa: Bloqueo de rutas

París· Miles de camioneros bloquearon ayer las principales rutas de Francia y provocaron grandes embotellamientos del tránsito, como parte de una protesta que lleva a cabo el gremio en casi toda Europa en protesta por sus condiciones laborales. Los camioneros exigen que las compañías francesas cumplan con un acuerdo establecido en noviembre pasado, cuando las empresas accedieron a fijar la edad para jubilarse en 55 años, después de que los trabajadores bloquearon las rutas durante 12 días.

Miles de personas que viajaban en tren hacia sus trabajos quedaron atrapados en las vías a lo largo de la frontera con España, en los Alpes franceses y, sobre todo, en las rutas que rodean a París, informó el Centro Nacional de Información de Tráfico.

Algunas carreteras en el centro de Francia estaban totalmente congestionadas y obligaron a los conductores a tomar caminos alternativos y a atravesar pequeñas poblaciones.

Los camioneros de Francia, España, Bélgica, Luxemburgo y Holanda anunciaron el domingo pasado que realizarían la protesta durante 14 horas y que finalizaría ayer al mediodía (las 7 de la mañana en la Argentina), tal como sucedió.

Protestas en varias regiones

El sindicato francés Fuerza Obrera dijo que ésta es la primera vez que camioneros de Francia y España participan en una protesta conjunta.

Los conductores levantaron sus bloqueos al mediodía en Biriatou, cerca de la frontera con España, donde cerca de 1.000 vehículos estaban estacionados.

Pero las protestas continuaron en otras regiones. A las 3 de la tarde unas 10 barricadas permanecían en pie en el este de Francia, informó el gobierno.

Un grupo de camioneros de varios países, incluidos alemanes y muchos provenientes de Europa oriental, cerraron el paso en el puente Pont de lEurope, en las afueras de Estrasburgo, en Alemania.

La barricada provocó serios inconvenientes en el puente que comunica a Francia y Alemania, hasta que los camioneros se dispersaron recién a las 5 de la tarde.

Las protestas anunciadas por camioneros de otros países europeos, incluyendo un anunciado bloqueo de la frontera entre Bélgica y Luxemburgo, resultaron sólo incidentes aislados y se dispersaron rápidamente debido a la falta de respaldo.

Bloqueo en la frontera

Unos 1.000 camioneros habían montado barricadas a ambos lados de la frontera entre Francia y España ya en la noche del domingo pasado e impidieron el tránsito de vehículos comerciales, aunque permitían el paso de automóviles privados.

Dos de los principales sindicatos en Francia declararon que hoy celebrarán un día nacional de protesta, para pedir a los miembros de la Unión Europea dar prioridad al problema del desempleo.

El nuevo gobierno francés, encabezado por el primer ministro socialista Lionel Jospin, ganó las elecciones de la semana pasada prometiendo, entre otros temas, que atacaría de frente el problema del desempleo.

La jornada de protesta fue organizada por la Federación Internacional de Transportes para reclamar, además, la modernización del reglamento europeo, días antes de la reunión de los encargados del área de cada país del continente, que se llevará a cabo entre el 17 y 18 de junio próximo. Allí se analizará, entre otros temas, el horario de trabajo de los camioneros.

03-03

9708635

01-06

CHILE

Aún no hay consenso para la supresión de senadores

La propuesta del Ejecutivo quedó en suspenso. La idea es eliminar nueve senadores no elegidos, según se aprobó en Diputados. Pero aún falta un quórum de tres quintos en la Cámara alta, lo cual significarían 27 votos a favor. La medida del Gobierno estaría avalada por el partido renovación nacional, la oposición de derecha y un independiente.

POR MANUEL FUENTES WENDLING
CORRESPONSAL EN CHILE

SANTIAGO. La propuesta del Ejecutivo para eliminar los nueve senadores no elegidos —aunque se mantienen los vitalicios— había sido aprobada en la Cámara de Diputados pero igual requiere un quórum calificado de tres quintos en el Senado, equivalentes a 27 votos. Las fuerzas de la alianza gubernamental, sin embargo, disponen sólo de 21 de los 46 parlamentarios que integran la Cámara Alta.

En la contabilidad gubernamental se consideraron siempre como votos favorables al proyecto a cuatro senadores del partido Renovación Nacional, la oposición de derecha, más el de un independiente. Así y todo faltaba uno, el mismo que después de rápidas negociaciones, generadoras de esperanzas en el gobierno, se logró a mediados de la semana pasada: el del senador **Francisco Javier Errazuriz**, un multimillonario y diversificado empresario que lidera el partido Unión del Centro Progresista, una colectividad sin gravitación nacional. Pero Errazuriz puso sus condiciones: el término de los senadores designados y los vitalicios y el otorgamiento de fuero por seis años a los ex presidentes de la República, una vez que hayan concluido su mandato.

Aunque el nuevo escenario indudablemente abrió posibilidades ciertas para que la reforma planteada por el gobierno se convierta en realidad, igualmente subsistían grados importantes de incertidumbre respecto de los votos de la derecha y del independiente, no todos los cuales participan de las exigencias de su colega **Errazuriz**. Para el Gobierno, el punto es aprobar en una primera instancia —esta semana— la idea de legislar para, en una segunda etapa, discutir un texto de reforma que cree las condiciones suficientes para su holgada aprobación final.

El ministro del Interior, **Carlos Figueroa**, que defendió el proyecto gubernamental en el Senado, declaró posteriormente: *"Se ha abierto una posibilidad interesante, porque hubo senadores que plantearon la posibilidad de formular indicaciones o trabajar en la propuesta de la Cámara de Diputados."*



REUTER
FREI. El proyecto del Ejecutivo para la eliminación de nueve senadores no elegidos aún se mantiene en suspenso.

Por su parte el senador de la opositora Unión Demócrata Independiente, **Hernán Larraín**, expresó su esperanza de que el Gobierno no logre los votos necesarios ya que no hay nuevos antecedentes para variar el acuerdo de no eliminar a los designados. *"Por el contrario, existen más antecedentes para rechazar la reforma,"* manifestó.

La estrategia política del oficialismo, sin embargo, no ha descartado del todo la idea de que la propuesta fracase en el Senado al no contarse con alguno de los votos provenientes de la derecha. Ante ello se señaló que el proyecto volvería a ser presentado, por cuarta vez, en la legislatura del próximo año cuando, luego de las elecciones generales de diciembre, se constituya el nuevo Parlamento. En esta oportunidad se asegura que la alianza oficialista alcanzará las mayorías requeridas. Tampoco se descarta que, conforme lo establece la Constitución, en diciembre, al terminar el mandato de los actuales senadores designados, independiente de los acontecimientos del año siguiente, sean designados sus sucesores.

La Carta Fundamental indica que la Corte Suprema debe designar dos representantes al Senado de entre sus ex ministros y a un ex contralor general de la República; el Consejo de Seguridad Nacional, donde prima una mayoría militar, designa a tres ex-comandantes en jefe, uno por cada rama de la Defensa, y a un ex director de la policía uniformada; y, finalmente, el Presidente de la República designa a dos: un ex rector de universidad estatal y un ex-ministro de Estado. ◆

Archivan antecedentes

La Corte Suprema de Justicia, reunida de manera extraordinaria, acordó archivar los antecedentes que los diputados del opositor partido Unión Demócrata Independiente, **Carlos Bombal** y **Pablo Longueira**, habían hecho llegar a ese alto tribunal referidos a supuestas irregularidades en la administración de justicia y *"recomendó"* a su presidente, **Servando Jordán**, que evitara hacer más declaraciones públicas.

El hecho se inserta en un episodio, de más de tres meses, en que se ha visto envuelta la justicia chilena luego de detectarse en su interior una presunta red de protección a narcotraficantes y donde aparece involucrado al ex fiscal de la Corte de Apelaciones, **Marcial García Pica**, jubilado hace sólo algunos meses, y otros funcionarios de jerarquía menor.

Cuando a mediados de marzo pasado la policía, bajo expresas instrucciones del Consejo de Defensa del Estado, organismo dependiente del Ministerio de Justicia, en una inédita operación detuvo a una banda de narcotraficantes liderada por **Mario Silva Leiva**, un conocido delincuente, la opinión publica nacional no podía prever que tal acción derivaría, como ha sucedido, en un cuestionamiento histórico a la justicia.

Al mencionarse el nombre de García Pica, como uno de los probables actores de dicha red de protección, el presidente de la Corte Suprema, si bien no hizo una defensa del ex funcionario, dejo de manifiesto su duda de que éste hubiese actuado o realizado gestiones en favor de los narcotraficantes. Fue lo que generó, de inmediato, diversas reacciones negativas.

El partido Unión Demócrata Independiente, de derecha, durante el régimen militar abogó generalmente en favor de los Tribunales de Justicia, en especial cuando estos fallaron situaciones de derechos humanos en los que no se reconocían vulneraciones a los mismos, o se exculpaba a los presuntos violadores por falta de pruebas. ◆

La oposición chilena volvió a bloquear la reforma constitucional

19/6 LN.

Por Federico Quilodrán
(Corresponsal en Chile)

SANTIAGO, Chile, 18.- El peso del régimen militar se sigue sintiendo en Chile, no obstante haber transcurrido siete años desde que el general Augusto Pinochet entregó el poder a los civiles.

La nueva oportunidad en que el "pinochetismo" mostró su poderío fue en la sesión del martes en el Senado, cuando se rechazó por tercera vez una reforma constitucional para eliminar a los nueve senadores designados, sistema instituido por el régimen de Pinochet. Y que le ha permitido a la oposición derechista y a los nostálgicos de su gobierno bloquear en la Cámara alta los cambios destinados a borrar sus vestigios.

Los ocho senadores designados en actividad, tres de ellos representantes de las fuerzas armadas y la policía, y la mayoría de los legisladores derechistas, hicieron fracasar el tercer intento de los dos gobiernos democráticos por terminar con el discutido sistema.

Los 21 votos del oficialismo y cuatro de derechistas partidarios de la reforma fueron insuficientes para alcanzar el quórum de 28. Los 20 opositores al cambio lograron bloquear nuevamente la que era considerada llave maestra de las reformas constitucionales emprendidas por Frei. La aprobación permitiría otros cambios democráticos, para terminar con la herencia del régimen dictatorial al modificar el número de senadores.

El gobierno estuvo hasta último momento empeñado en lograr los 3 votos que le faltaban para la aprobación de la idea de legislar sobre la reforma. Para ello estuvo dispuesto, durante las intensas negociaciones, a hacer concesiones y a darle garantías a los sectores "duros". Pero ni siquiera logró revertir la abstención del derechista Miguel Otero, quien hace un año apoyó la reforma.

Calma ante la derrota

El gobierno de Patricio Aylwin hizo un intento fallido de terminar con los senadores designados y de restituir al jefe de Estado la facultad de remover a los comandantes en jefe. Frei lo intentó en 1996 y ahora. En ambas ocasiones no consiguió su propósito.

El oficialismo tomó la derrota con calma, con la perspectiva de que en diciembre se debe elegir a los nuevos senadores designados y que ese mes también se renovará, pero por la vía electoral, el Congreso. El escenario negativo a los cambios pareció en algún momento cambiar por la decisión del sector liberal de Renovación Nacional (RN), el principal partido opositor, de apoyar la reforma. En la Cámara de Diputados sus legisladores se sumaron al oficialismo en la aprobación. Pero en el Senado, los denominados "duros" se mantuvieron intransigentes.

Las reformas serán una de las banderas de lucha del oficialismo en las elecciones de diciembre. Los cuatro partidos integrantes de la coalición de gobierno creen que la derecha pagará caro su "obstinación" en los comicios de fin de año. El gobierno, a su vez, señala que los nuevos senadores designados sólo ocuparán sus bancas fugazmente y que con la nueva mayoría de esa cámara conseguirá su rápida eliminación cuando asuman, en marzo.

[illegible]

[illegible] ... al Gobierno [illegible] ... alcanzar los 78 [illegible]

En el Senado de Chile [illegible] legisladores que son designados por diferentes instituciones del Estado. Todos ellos fueron designados durante el régimen militar de Augusto Pinochet, quien gobernó de facto entre 1973 y 1990, y tradicionalmente votan en favor de la oposición derechista.

Fueron precisamente estos senadores designados, junto con otros legisladores de la oposición conservadora, quienes impidieron que la Cámara Alta comenzara a tramitar la reforma, clave para consolidar la democracia en Chile.

"Han tenido una amarga victoria", declaró el ministro del Interior, Carlos Figueroa, quien defendió la reforma en la sesión que celebró el martes el Senado, después de que fuera aprobada previamente en la Cámara de Diputados.

El funcionario destacó el hecho de que a favor de la reforma votaron los dos tercios de los senadores elegidos democráticamente, incluidos tres legisladores de la Renovación Nacional (RN) (centroderecha).

Aunque los diputados de este partido estuvieron a favor de la reforma en la Cámara Baja, en la Cámara Alta la mayoría de los senadores de RN se opusieron.

"Los senadores duros (de RN) se dieron el lujo de modificar lo que había aprobado su consejo político", afirmó Figueroa.

La propuesta enfrentó a quienes consideran que todos los senadores deben ser elegidos democráticamente y quienes están a favor de que existan legisladores designados para asegurar una "conformación mixta" de la Cámara Alta.

"Un Senado mixto tiene mayores posibilidades de ser una Cámara moderadora", dijo el senador Francisco Prat, de RN, que votó en contra de la reforma.

De los senadores designados, que en un principio eran nueve y ahora son ocho por la muerte de uno de ellos, dos son nombrados por el presidente, tres por la Corte Suprema y otros cuatro son ex comandantes de las Fuerzas Armadas.

Nada más rechazar el Senado la propuesta de reforma, el Gobierno confirmó que presentará nuevamente la iniciativa, en marzo próximo, cuando espera contar con la mayoría de los votos.

"En marzo próximo, en el nuevo Parlamento, vamos a insistir en la eliminación de esta institución, y no por majadería, sino porque esta es una institución que desvaloriza el voto ciudadano", declaró el ministro del Interior a la cadena Televisión Nacional.

Los senadores designados actuales serán reemplazados en diciembre próximo y, según las cuentas de la oposición, esos

[illegible] ... con [illegible]

"Es aquí donde la [illegible] artificial y la institución de los senadores designados", [illegible] de RN Sebastián [illegible] a favor de las reformas.

[illegible]

[illegible]

04

9708636

[illegible] El Senado chileno estudia [illegible] constitucional [illegible] general Augusto Pinochet [illegible] la Corte Suprema [illegible] político.

[illegible] para terminar con la figura de senadores [illegible] por los votos de los chilenos, sino [illegible] por diversas instituciones o por su carácter de ex presidentes.

Estos senadores institucionales, calificados por las autoridades democráticas como un "enclave autoritario" heredado del régimen militar (1973-1990), fueron [illegible] por el Gobierno militar en 1987 y suelen votar en favor de la derecha chilena.

El proyecto de reforma constitucional, que los Gobiernos surgidos a partir de 1990 llevan ahora por tercera vez al Parlamento, dio un nuevo giro el miércoles por la noche al ampliarse la propuesta inicial.

Según este principio de acuerdo, sería suprimida no sólo la figura del senador institucional, sino también el puesto de senador vitalicio al que tendría derecho Pinochet cuando se retire del Ejército en marzo próximo.

Aunque nunca se ha expresado contundentemente al respecto, Pinochet no ha rechazado totalmente la posibilidad de ocupar el escaño que, según la Constitución actual, le corresponde.

La propuesta, que será votada el próximo martes, impediría el acceso al Senado no sólo de Pinochet, en su carácter de ex presidente, sino también de legisladores nombrados por las Fuerzas Armadas, la Corte Suprema, la Contraloría o las Universidades.

"No tiene ningún sentido politizar las Fuerzas Armadas o la Corte Suprema. Las queremos fuera de la política, en su campo propio", declaró hoy a la emisora "Radio Agricultura" el senador centroderechista Sebastián Piñeira.

La creación de la figura de senadores designados fue uno de los pasos del régimen militar para asegurar que la transición a la democracia fuera "pacífica e inteligente", según Piñeira, pero actualmente no "es consistente con una democracia".

Pero, además, la oposición derechista ha echado cuentas y es consciente de que en marzo próximo la coalición gobernante podría contar con la mayoría de los votos de los ocho senadores designados cuando los actuales, nombrados durante el régimen militar, terminen su mandato y sean sustituidos por otros que ocuparán sus escaños hasta el año 2006.

"Sería darle una fuerza gigantesca al gobierno de hoy día y a los gobiernos del futuro", reconoció el senador Piñeira.

El Gobierno de Eduardo Frei, que el año pasado fracasó en su último intento de reformar la Constitución en este sentido, al igual que lo hizo su predecesor, Patricio Aylwin, advirtió que si su iniciativa no es aprobada ahora, la presentará de nuevo en marzo próximo, cuando tendría asegurada la mayoría.

[illegible] la oposición derechista cree que ahora puede aceptar un [illegible] de reforma [illegible] las cláusulas que elevan el [illegible] necesario para modificar la Carta Magna o las leyes más importantes del país.

9708636

05

CHILE SENADO

GOBIERNO INSISTIRA EN ELIMINACION SENADORES DESIGNADOS EN 1998

Santiago de Chile, [illegible] jun (EFE). El Gobierno chileno afirmó hoy que insistirá el próximo año con su propuesta de reforma constitucional para eliminar los senadores "designados", ante el inminente rechazo de la iniciativa por parte de la cámara alta, cuya comision de legislacion ya vetó el proyecto en mayo.

La iniciativa, que fue rechazada por el Congreso el año pasado y que será votada mañana por el pleno del Senado, pretende terminar con los ocho senadores institucionales que son designados por la Corte Suprema, el Presidente de la República o el Consejo de Seguridad Nacional, organismo del que forman parte jefes militares.

El ministro secretario general de Gobierno, José Joaquin Brünner, señaló que el Gobierno volverá a presentar su propuesta en 1998 si el Parlamento no la aprueba este año, aunque entonces se pedirá la supresión inmediata, y no al término del periodo, de los "designados".

Los actuales ocho senadores institucionales fueron designados por el general Augusto Pinochet en 1990, previo al retorno de la democracia al país, y son considerados como un grupo monolítico a favor de la derecha chilena, que sin ellos no tendría mayoría en la Cámara Alta.

Si la reforma constitucional que suprime los senadores designados no es aprobada, el presidente Frei deberá nombrar a fin de año los nuevos senadores institucionales, que asumirían sus cargos en marzo de 1998 junto a los 120 diputados y 38 senadores que resulten elegidos en los comicios de diciembre.

Aunque el sector ligado al "pinochetismo" se opone a toda modificación que implique reformas en la Constitución, el sector mas centrista de la derecha política anunció su respaldo a la iniciativa, que hasta el momento no se ha materializado.

A ese respecto, Brünner señaló que los únicos responsables del fracaso de las reformas serán los senadores ligados a Renovación Nacional (RN), del centroderecha chileno, que desobedecieron el acuerdo de sus dirigentes con el Gobierno para ratificar la iniciativa.

En ese marco, los ocho senadores designados, en una carta a sus colegas de la derecha, se opusieron a la eliminación de los cargos que ocupan y anunciaron que votarán en su contra mañana, cuando se discuta en el pleno de la cámara alta.

"Estimamos que el proyecto de reforma que suprime a los senadores institucionales desarticula y daña gravemente el sistema constitucional que rige el país, por lo cual lo votaremos en contra", sentenciaron. EFE

06-06

9708636

Nº. DOCUMENTO 9708637

TITULO España y Austria establecen criterios y plazos para la entrada en vigor de la UEM.

PROCEDENCIA 598593

FECHA DE PROCEDENCIA 3-6-97

VINCULACIONES 11876 514142

65201

507513

11164

11399

11161

ESPAÑA AUSTRIA

AZNAR Y KLESTIL APUESTAN MANTENIMIENTO CRITERIOS Y PLAZOS UEM

Madrid. 3 jun (EFE).- El jefe del Gobierno español, José María Aznar. y el presidente austriaco. Thomas Klestil. apostaron hoy por el mantenimiento de los criterios y plazos establecidos por la UE para la entrada en vigor de la Unión Económica y Monetaria (UEM).

En una rueda de prensa conjunta. Aznar coincidió asimismo con Klestil en la necesidad de que no se utilice el derecho de asilo de forma fraudulenta entre los países de la Unión Europea y mostró la disposición favorable de España a un posible ingreso de Austria en las instituciones de seguridad occidentales "si así lo decide".

José María Aznar explicó que. para España. "es positivo que se ponga en marcha la UEM en las fechas previstas" y advirtió a "algunos políticos que hacen muchos discursos y no cumplen sus obligaciones" que no se achaque al futuro euro lo que es responsabilidad actual de las políticas internas de cada país.

A juicio de Aznar. "el cumplimiento de las obligaciones" de la moneda única "es el mejor modo de construir Europa y defender nuestros intereses en el marco de la UE".

En parecidos términos se manifestó el presidente austriaco, quien mostró su esperanza en que "países importantes de la UE como Alemania y Francia puedan cumplir los plazos de forma que la unión monetaria se alcance a tiempo y con los criterios establecidos".

En este sentido. Aznar deseó éxito al nuevo gobierno socialista francés. liderado por Lionel Jospin. "porque es muy importante en estos momentos de construcción europea".

Del mismo modo. dijo que España desea mantener e incrementar sus ya buenas relaciones bilaterales con Francia.

Asimismo. Aznar dejó clara la actitud receptiva de España ante una posible integración de Austria en las estructuras de seguridad occidentales aunque mostró su comprensión "por la actitud de neutralidad" tradicionalmente ligada al país austriaco.

"La puertas de las instituciones de seguridad deben estar abiertas para Austria". dijo el presidente del Gobierno español. quien. en su reunión con Klestil. abordó también cuestiones internacionales como la situación en Bosnia. Albania. Oriente Medio. Iberoamérica y los países del Este.

Klestil se mostró partidario de "intensificar" las relaciones económicas y comerciales entre los dos países y de aumentar el conocimiento mutuo, de cara a la presidencia austriaca de la UE prevista para 1998. y agregó que las aspiraciones de uno y otro país en la construcción europea "son perfectamente compatibles".

Antes de su entrevista con Aznar. el presidente austriaco se reunió con los parlamentarios españoles. ante quienes aseguró que el reto de la construcción europea sólo se podrá afrontar con éxito "si no se excluyen los ciudadanos y ellos sienten que participan. de modo activo. en la formación de esta nueva Europa".

Klestil, que llegó el lunes a Madrid para una visita de Estado de tres días. fue anoche el invitado de honor de una cena de gala que le ofrecieron los Reyes de España.

[illegible] el ministro de Economía de Austria, Hannes [illegible]

[illegible]

[illegible]

9708637.

01-01

PROCEDENCIA ....

FECHA DE PROCEDENCIA 30/6/97

VINCULACION: 11921

6570P

1164

11302

11304.

11426

CHILE ACUSACION

ACUSACION A PRESIDENTE CORTE SUPREMA DIVIDE ALIANZA GOBIERNO

Santiago de Chile, 30 jun (EFE). El intento de la derecha pinochetista de destituir al presidente de la Corte Suprema de Justicia, a través de una acusación constitucional, provocó hoy divisiones en la coalición gobernante que no logró unificar criterios.

Los presidentes de los partidos Demócrata Cristiano (PDC), Socialista (PS), Radical Socialdemócrata (PRSD) y del Partido por la Democracia (PPD), resolvieron hoy trasladar el análisis a sus respectivos partidos, tras una infructuosa reunión de dos horas.

"No hay decisión sobre esa materia. El propósito es tener una posición común", explicó el senador del PPD y coordinador de la alianza, Sergio Bitar.

Bitar se negó a hablar de "fracaso" o de "falta de consenso", e insistió en que la materia necesita un primer análisis en profundidad de cada comisión política y sobre todo de las respectivas bancadas parlamentarias que son las que deberán pronunciarse en el Parlamento.

El pasado viernes, la ultraconservadora Unión Demócratica Independiente (UDI), confirmó su intención de presentar mañana ante el Parlamento una acusación constitucional contra el presidente de la Corte Suprema, Servando Jordán, al que acusa de abandono de deberes en asuntos relacionados con el narcotráfico.

En el texto acusatorio, la UDI señala que el juez Jordán quebrantó varias veces el ordenamiento jurídico y los procedimientos en el caso del proceso al narcotraficante Mario Silva Leiva, líder de una banda internacional que traficaba cocaína desde Suramérica a Europa.

Al abandonar hoy, lunes, la "cumbre" concertacionista, el presidente del partido Socialista, Camilo Escalona, calificó la acusación de la UDI de "maniobra de tipo electoral" para favorecer al diputado Carlos Bombal, que elaboró la acusación y es candidato a senador por Santiago Oriente en los comicios de diciembre próximo.

"Creo que se ha utilizado una fina maniobra propagandística al atraer durante dos o tres semanas la opinión pública sobre el diputado Bombal, para finalmente no entregar los antecedentes que se señaló se iban a entregar", puntualizó el diputado.

De la misma opinión fue el vicepresidente del PDC, senador Adolfo Zaldívar, quien agregó que "curiosamente" la acusación ha contado con "una profusa propaganda por parte de la UDI que le quita a la seriedad".

El dirigente del partido mayoritario de la Concertación indicó que la Democracia Cristiana analizará en profundidad los antecedentes antes de pronunciarse.

El senador Bitar y presidente del PPD, discrepando de sus compañeros de coalición consideró, sin embargo, que "hay antecedentes serios" para la acusación.

En la historia de Chile, sólo una vez, en 1868, un presidente de la Corte Suprema ha sido acusado constitucionalmente ante el Parlamento, donde se requiere sólo una mayoría simple para [illegible]

Pero aunque no hubo consenso en torno a esta materia, los dirigentes de la Concertación acordaron elaborar una propuesta para una reforma integral del Poder Judicial, que estará a cargo de un equipo de abogados designados por cada partido.

Entre las reformas, dijo Sergio Bitar, figuran cambios en la composición de la Corte Suprema, por medio de sistemas de calificaciones, el retiro de jueces mayores de 75 años y la separación de la función administrativa de la jurisdiccional.

En la Corte Suprema, en tanto, Servando Jordán [illegible] EFE

9708638

OL-03

CHILE ACUSACION

PARTIDOS ANALIZAN ACUSACION CONTRA PRESIDENTE CORTE SUPREMA

Santiago de Chile, 22 jun (EFE).- Los partidos políticos analizan, con opiniones divididas, la acusación constitucional que una agrupación ultraconservadora se propone presentar el próximo martes contra el presidente de la Corte Suprema de Justicia, Servando Jordán, en relación con un caso de narcotráfico.

El magistrado ha sido acusado de intervenir de forma indebida en asuntos relacionados con el juicio a una banda dedicada al narcotráfico y "lavado" de dinero a cuya red de protección aparecen vinculados varios funcionarios judiciales.

La desarticulación de la banda, dirigida por Mario Silva Leiva, alias "El Cabro Carrera", supuso el mayor golpe dado en Chile al narcotráfico, y cada día surgen nuevas revelaciones sobre las ramificaciones de la organización, que enviaba toneladas de cocaína desde Suramerica a Europa.

Entre los implicados en la causa figura el ex fiscal de la Corte de Apelaciones de Santiago Marcial García Pica, acusado por el Consejo de Defensa del Estado (CDE) de influir para favorecer a integrantes de la banda cuando eran detenidos.

Servando Jordán hizo declaraciones en defensa de García Pica, presuntamente revisó expedientes sin corresponderle y participó en fallos que significaron la libertad de algunos narcotraficantes, señala en el texto de la acusación la ultraconservadora Unión Demócrata Independiente (UDI), promotora de la demanda contra el magistrado.

En opinión de la UDI, tales actuaciones constituyen "un notable abandono de sus deberes", que ameritan la salida de Jordán del cargo, en el que está en funciones desde marzo de 1996.

Los dirigentes de la agrupación han advertido que sólo una renuncia voluntaria de Jordán al cargo evitaría que el próximo martes formalicen la acusación ante el Congreso.

En la historia de Chile, sólo una vez, en 1868, un presidente de la Corte Suprema ha sido acusado constitucionalmente ante el Parlamento, donde se requiere sólo una mayoría simple para que se apruebe la acusación.

Sin embargo, en el plano político, la UDI se enfrenta con dificultades en su búsqueda de apoyo a la acusación, planteada en un ambiente marcado por las elecciones legislativas del próximo diciembre, y su iniciativa ha generado reticencias, especialmente en su aliado, el conservador Partido Renovación Nacional (RN).

Andrés Allamand, líder de RN, competirá por un puesto en el Senado por Santiago con el diputado de la UDI Carlos Bombal, que es quien ha llevado la voz cantante en la acusación contra Jordán.

En la alianza gobernante, en tanto, el caso ha encontrado opiniones divididas, pues mientras socialistas y socialdemócratas se muestran proclives a la idea, aunque preferirían actuar separadamente, con una acusación propia, y no sumarse a la UDI, que ha sido el principal apoyo político del general Augusto Pinochet.

La Democracia Cristiana, principal partido de gobierno, ha mostrado una cautela que hace prever que no se sumará a la acusación de la UDI, pese a que, lo mismo que los otros partidos, ha formado equipos técnicos para analizar en detalle la acusación.

El Gobierno ha optado por otra vía y se anotó esta semana un punto a favor al aprobar la Corte Suprema una propuesta para modernizar la administración de la justicia, considerada por muchos sectores como anacrónica y susceptible de corrupción.

En la Corte Suprema, Jordán ha rechazado las acusaciones en su contra y desafió los apremios a renunciar de la UDI, pese a que, según trascendió, no cuenta con el respaldo unánime de sus colegas, algunos de los cuales le han criticado sus actuaciones en el caso del narcotráfico. EFE

9708638

02

PEDIRAN AL PARLAMENTO QUE LO DESTITUYA

Chile: ofensiva contra el titular de la Corte

Es Servando Jordán, un aliado de Pinochet • Se le cuestiona su comportamiento en el procesamiento a una banda de narcos

MONICA GONZALEZ
Santiago, Chile. Especial

El presidente de la Corte Suprema, Servando Jordán, será el próximo martes acusado constitucionalmente en el Congreso por "notable abandono de deberes" y es muy factible que, ya sea por la aprobación de dicho planteo en el Parlamento o por su propia renuncia, sea destituido.

La acusación surgió a raíz del comportamiento irregular de Jordán ante la denuncia hecha por el Consejo de Defensa del Estado (CDE) en contra de un fiscal de la Corte de Apelaciones de Santiago y dos actuarios como parte de una red de protección a la principal red de narcotráfico y lavado de dinero descubierta hasta ahora en Chile.

La denuncia hecha por el CDE está basada en una investigación secreta que duró 3 años y entre las pruebas que se presentaron ante el tribunal está la grabación de una conversación telefónica entre el jefe del grupo de narcotraficantes, el "Cabro" Carrera, y el fiscal García Pica en la que el primero llama "padrino" al segundo.

La acusación constitucional revela además el presunto comportamiento irregular del presidente de la Corte en el otorgamiento de libertad condicional en siete causas de narcotráfico en que él habría influido para la conformación de las salas, además de irregularidades manifiestas en el sobreseimiento por falsificación de pasaporte de una de las principales socias del delincuente Carrera.



ACUSADO. Servando Jordán.

No deja de asombrar que la acusación contra Jordán sea patrocinada por la UDI, el partido "pinochetista" de la derecha, ya que el presidente de la Corte Suprema ha sido uno de los ministros nombrados por Augusto Pinochet y partidario de su régimen. Jordán fue escogido en 1977 como el primer ministro para causas de detenidos-desaparecidos. El magistrado asumió todas las causas y las traspasó a la justicia militar, donde fueron sobreseídas.

Cuando el diputado Carlos Bombal, quien patrocina la acusación, le reprochó públicamente su comportamiento irregular, Jordán reaccionó amenazándolo ante los periodistas con revelar los secretos judiciales sobre el legislador. Se trata de un hecho inédito en la historia judicial chilena, que sólo registra la destitución de un presidente.

Hasta ahora, el Ejecutivo y las bancadas parlamentarias de la coalición oficialista han mostrado cautela, enfatizando el hecho de que se tramita en el Congreso una revolucionaria reforma judicial que termina con la autogeneración de los jueces e instala el Ministerio Público y los alegatos públicos. Es una reforma que busca hacer frente a la peor crisis por la que atraviesa la Justicia chilena, según los principales académicos.

El gobierno hace intensas gestiones para que Servando Jordán renuncie antes del martes y así evitar el terremoto que significaría su destitución. La inquietud por las consecuencias que ello tendría radica en el hecho de que en diciembre próximo los 18 ministros de la Corte Suprema deben elegir a 3 de los 9 senadores designados, una elección controvertida por provenir de un poder seriamente cuestionado. Muchos temen que la destitución repercuta en un debilitamiento del estado de derecho. □

R ECOBT 06 05 00497
mun icx

ESPAÑA LABORAL
CONGRESO CONVALIDA REFORMA LABORAL FLEXIBILIZA MERCADO TRABAJO

Madrid, 5 jun (EFE).- El Congreso de los Diputados convalidó hoy la reforma laboral pactada por la patronal y los sindicatos para flexibilizar el mercado de trabajo en España, y aprobó su tramitación como proyecto de ley.

Por 302 votos a favor, 18 en contra y una abstención, los diputados aceptaron dos reales decretos-ley presentados por el Ejecutivo de José María Aznar sobre los textos de la reforma laboral, que contienen medidas urgentes para la mejora del mercado de trabajo y el fomento de la contratación indefinida.

Aprobaron también, por 320 votos a favor, ninguno en contra y dos abstenciones, que la reforma laboral sea tramitada como proyecto de ley.

La reforma laboral, consensuada en abril pasado entre sindicatos y empresarios tras casi un año de negociaciones, liberaliza el mercado del trabajo en España, básicamente mediante la modificación de las modalidades de contratación y el abaratamiento del despido.

Con ella se pretende flexibilizar la normativa laboral en España, considerada por algunos organismos financieros internacionales como una de las más rígidas de la Unión Europea (UE), y potenciar la contratación indefinida frente a los llamados "contratos basura".

A pesar de las expectativas que el acuerdo sobre la reforma laboral despertó en su momento, los mismos sindicatos y los empresarios reconocen que no será suficiente para resolver el problema del desempleo en España, el más alto de la UE y que afecta a más del 20 por ciento de la población activa.

De aprobarse finalmente esta nueva normativa, en caso de despido improcedente, los empresarios habrán de indemnizar con 33 días de salario por año trabajado, con un máximo de 24 mensualidades, a los trabajadores que quieran cesar, frente a los 45 días y 42 meses máximos fijados actualmente.

Esta flexibilización tiene como contrapartida una mayor estabilidad en los nuevos contratos, con el fin de resolver el problema de la precariedad laboral, una de las más graves de la economía española y que vienen afectando a más del 90 por ciento de los contratos, según cifras del Gobierno.

Pese a las advertencias de que el acuerdo no acabará con el desempleo, el presidente del Gobierno afirmó hoy que la reforma laboral "abre nuevas expectativas de empleo para los más débiles y para superar la precariedad" en este terreno.

Aznar, quien adelantó que en mayo pasado se ha registrado un descenso del desempleo en torno a 50.000 personas, aseguró que los "buenos datos" de la economía española permitirán que la reforma laboral "abra expectativas de empleo a muchos miles de españoles".

El ministro de Trabajo, Javier Arenas, felicitó de nuevo a los agentes sociales por "la responsabilidad patente" demostrada al consensuar la reforma laboral e insistió en que el "coraje" de la patronal y los sindicatos debería reflejarse en el Parlamento y traducirse en un "gran acuerdo político".

El portavoz del Partido Socialista (PSOE) y ex ministro de Trabajo, José Antonio Griñán, destacó la conveniencia de que

patronal y sindicatos sigan aportando porque "el acuerdo de hoy es el germen de mañana". EFE
[illegible]

[illegible]

01-02

DP9591

U ECORT 06-20 00338

mun icx

ESPAÑA-DESEMPLEO

DESEMPLEO DEL 21,37 POR CIENTO TRAS DESCENSO FEBRERO-ABRIL

Madrid, 20 jun (EFE).- La tasa de desempleo en España se situó en el 21.37 por ciento de la población activa tras bajar un 0,28 por ciento el número de desocupados entre febrero y abril pasados, informaron hoy fuentes oficiales.

Según la Encuesta de Población Activa (EPA), elaborada por el Instituto Nacional de Estadística (INE), el desempleo disminuyó en 9.800 personas en esos meses (un 0,28 por ciento), con lo que la cifra de desocupados se situó en 3.432.600 (el 21,37 por ciento de la población activa).

Esta encuesta, que se elabora sobre trimestres no naturales y en este caso toma como referencia los meses de febrero, marzo y abril, compara los nuevos datos con el periodo enero-marzo.

En el periodo analizado se crearon 56.900 empleos, con lo total de ocupados al finalizar abril era de 12.633.400 personas.

El desempleo bajó en todos los sectores, salvo en la agricultura, en el que aumentó en 8.500 personas. La caída más significativa se produjo en la industria (7.400 menos) y en los servicios (6.000 menos)

Los datos de la EPA revelan que en los últimos doce meses el desempleo bajó en 164.300 personas (un 4,57 por ciento) y se crearon 398.100 empleos (un 3,25 por ciento de aumento).

Pero el empleo que se crea es insuficiente por el incremento de la población que se incorpora al mercado laboral, que en el periodo analizado fue de 47.200 personas y en los últimos doce meses de 233.700.

Estas cifras indican también que la tasa de desempleo ha bajado en 1,35 puntos en el último año y la tasa de actividad de la economía española (el porcentaje de los activos sobre población en edad de trabajar) creció en 0,37 puntos.

La Encuesta de Población Activa analiza la evolución del empleo y del desempleo, mientras los datos del Instituto Nacional de Empleo (INEM) refieren el número de personas sin trabajo registradas oficialmente en sus oficinas.

El número de personas sin empleo registradas por el INEM el pasado mayo se situó en 2.123.807, el 13,26 por ciento de la población activa, el porcentaje más bajo registrado desde 1981.

EFE

nal/vv/jff

06/20/11-23/97

02-02

Nº DOCUMENTO 9708640
TITULO España estaría interesada en invertir en Paraguay.
PROCEDENCIA S18593
FECHA DE ... 11-6-97
... 11876
507513
66723
11161
91901

ESPAÑA PARAGUAY
DIAZ DE VIVAR: PARAGUAY ES ACTUALMENTE EL PAIS PARA INVERTIR

Santiago de Compostela (España), 11 jun (EFE). Paraguay es actualmente "el país de la inversión" y su Gobierno está dispuesto "a abrir las puertas" y ofrecer todas las ventajas a los empresarios para instalarse allí, dijo hoy el ministro paraguayo de Integración, Gustavo Díaz de Vivar.

El ministro, que visita Santiago de Compostela (noroeste español), para participar en unas jornadas sobre el Mercado Común del Sur (Mercosur) señaló, en declaraciones a EFE, que el reto económico que afrontará Paraguay en los próximos años "es inmenso".

Díaz de Vivar se entrevistó esta mañana con el presidente del Gobierno regional gallego (Xunta), Manuel Fraga Iribarne, reunión en la que abordaron la ampliación de las relaciones en los sectores de construcción y de pesca entre Galicia y Paraguay.

Al referirse a la entrevista que celebró el martes en Madrid con la ministra española de Agricultura, Loyola de Palacio, el ministro señaló que supone el fortalecimiento de la cooperación de España con Paraguay.

"Se han fortalecido dos puntos importantes de la cooperación española", explicó Díaz de Vivar, al señalar el impulso dado al Instituto de Bienestar Rural (IBR) y a la integración y desarrollo de 2.500 familias campesinas en el departamento norteño de Concepción.

Respecto a las perspectivas económicas de Paraguay, afirmó que en los últimos años se han aprobado más de 3.300 proyectos de inversión en el país.

"Con una población de cinco millones de habitantes nunca habíamos soñado con llegar a fabricar vehículos", dijo el ministro, al referirse a la instalación en el país de una factoría de General Motors y la fabricación, por parte de la firma checa Skoda, de un pequeño vehículo industrial.

Al explicar las oportunidades de inversión en Paraguay, Díaz de Vivar incidió en que es uno de los países que dispone de grandes recursos en energía eléctrica con costo reducido, y destacó su situación geográfica, entre Brasil y Argentina, "lo que hace que sea un lugar idóneo para producir bienes y servicios".

También se refirió al retorno a Paraguay de la mano de obra que emigró principalmente a Argentina, y explicó que el regreso de esos trabajadores para instalarse como pequeños empresarios en el país puede ser un "factor revolucionario" para la economía.

En cuanto a formación profesional, el ministro reconoció que "España ha sido el país que más nos ayudó", y no dudó en [illegible] indicar una mayor participación y esfuerzo de la iniciativa privada en este terreno.

Antes de visitar España, Díaz de Vivar asistió en Bucarest a una conferencia entre los países del Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) y los países del Mar Negro, en la que se analizaron las diferentes áreas de cooperación comercial entre estos dos bloques económicos y las posibilidades de incrementarla.

EFE

9708640

01-01

Nº DOCUMENTO: 170064
TITULO: Ex Jefe de Guardia Civil buscado en Madrid estuvo en Urug. y Arg.
PROCED.: 518593
FECHA: 5-6-97
VINCULACIONES: 71876 66930
508513
11163
11338
507466

XC5795

R FOXBT 06-05 00520
icx mun

ESPAÑA-ROLDAN
EX JEFE GUARDIA CIVIL ADMITE ESTUVO EN URUGUAY Y ARGENTINA

Madrid, 5 jun (EFE).- El ex director general de la Guardia Civil española Luis Roldán admitió hoy, ante el tribunal que le juzga en Madrid, que durante sus meses de fuga, entre abril de 1994 y febrero de 1995, estuvo en varios países, entre ellos Argentina y Uruguay.

Roldán, detenido finalmente en Laos, declinó precisar el periplo concreto de su fuga, ni dio detalles sobre su estancia en los diversos países, si bien indicó que, durante los meses en que le buscaba la policía española, vivió "con dinero prestado" por unos amigos a los que no identificó.

En la vista de hoy, cuarta jornada del juicio que se celebra contra él por malversación de fondos públicos, entre otros delitos, el ex jefe de la Guardia Civil insistió en que en abril de 1994 fue a París para conmemorar junto con su esposa, Blanca, su aniversario de boda, y sin intención de fugarse.

Ya en la capital francesa, tuvo conocimiento -según dijo- por un informativo de televisión de que había una orden de búsqueda y captura contra él.

Según su versión, se comunicó por teléfono con el entonces ministro del Interior Antonio Asunción y le dijo que él tenía intención de volver a España, pero que no lo había hecho porque se encontraba mal "psíquicamente".

Su esposa regresó a Madrid para reunirse con el ministro y explicarle que "Luis" volvería en cuanto se repusiera, a lo que Asunción respondió, según Roldán: "Lo mejor que nos puede pasar a ti y a mí es que se pegue un tiro".

Fue entonces, según afirmó, cuando decidió escapar, temiendo por su vida, e inició sus diez meses de fuga con ayuda de "amigos" a los que no identificó, pero entre quienes se hallaban personas "extranjeras" vinculadas a diversos servicios de inteligencia.

El protagonista del mayor escándalo de corrupción registrado en España durante la anterior gestión socialista añadió que, una vez huido, se enteró de que en Venezuela y México se le buscaba "vivo o muerto".

De los países en los que estuvo en los meses de fuga, sólo mencionó Uruguay y Argentina. Señaló asimismo que viajó a Laos desde París, donde, aparentemente, había vuelto tras haber estado en Latinoamérica.

El ex jefe de la Guardia Civil, detenido en Laos el 27 de febrero de 1995, eludió contestar al fiscal sobre los movimientos de sus cuentas en Suiza o sociedades supuestamente vinculadas con la transferencia de esos capitales -casi dos mil millones de pesetas (unos 14 millones de dólares)- a un banco de Singapur, donde "se perdió la pista" del dinero, según la acusación pública.

Roldán ha asegurado que "devolvió" al Ministerio del Interior todo el dinero.

Al juicio será llamado como testigo Eduardo Gómez Basterra, secretario del presidente del Partido Socialista (PSOE), Ramón Rubial, después de que ayer Roldán lo identificara como el encargado del partido para cobrar comisiones ilegales por obras de todos los ministerios.

Esas comisiones llegaban luego en efectivo a Roldán -según contó el propio procesado- y él mismo las transportaba a Suiza para ingresarlas en cuentas que estaban a su nombre o de sus familiare[s]

En el primer día del juicio, el pasado lunes, el ex director de la Guardia Civil afirmó que los beneficios de sus cuentas en Suiza sirvieron para financiar el Partido Socialista. EFE

mal/cb [illegible]

01-01

9708641

06 05 17 31/77

XA3209

U 06-15 00521

ISRAEL-ESPAÑA (Previsión)

MAYOR OREJA QUIERE INTENSIFICAR LAS RELACIONES DE SEGURIDAD

Jerusalén, 15 jun (EFE).- El ministro español de Interior, Jaime Mayor Oreja, declaró hoy, al término de una visita oficial a Israel de menos de 24 horas, que su deseo es intensificar las relaciones bilaterales en materia de seguridad.

"En el terreno de la seguridad, que es el que me corresponde, la cooperación de España con Israel en los temas que podemos abordar juntos se da en forma total e inequívoca", afirmó a los periodistas en el hotel King David, donde se reunió con el ministro de Seguridad Interior, general retirado Avigdor Kahalani.

"Espero que como resultado de la labor de los grupos mixtos de trabajo ya existentes se institucionalice un encuentro, una cumbre entre los dos ministros con una periodicidad anual, con el fin de impulsar más aún esas relaciones", agregó.

La cooperación hispano-israelí en materia de seguridad, dijo, se manifiesta en la lucha contra el crimen y contra diversas formas del terrorismo organizado, además de contra el tráfico de drogas.

En cuanto a los dos secuestrados aún en poder de ETA, un empresario y un funcionario de prisiones, el ministro reiteró que el Gobierno no negociará "con esa banda de criminales" pues si lo hiciera sería colocarse "en un plano inclinado" y fomentar los secuestros.

Asimismo, negó que "tengamos la actitud de mirar hacia otra parte" en el caso de las noticias acerca de que la familia del empresario Cosme Delclaux pagó o pagaría un rescate por su libertad.

"De saberlo, tendríamos que haber interceptado ese dinero", dijo Mayor Oreja, que rehusó polemizar con la oposición pues hoy, al cumplirse el vigésimo aniversario de las primeras elecciones democráticas de España tras la muerte de Francisco Franco, "debo hablar de Fernándo Múgica, una de las víctimas del terrorismo".

"En el futuro, la seguridad en el Mediterráneo será básica para España", declaró el ministro. "La seguridad interna de los distintos países tiene cada día un componente más internacional y pienso que necesita de la capacidad de un diálogo externo antes que una exclusiva acción política interna, como se cree", comentó.

En el terreno de la seguridad en el Mediterráneo señaló Mayor Oreja que "España e Israel tienen muchas cosas que aportar y sobre las que dialogar".

El ministro español se abstuvo de comentar la actual crisis en las negociaciones de paz en Oriente Medio, pero expresó preocupación por una "cierta paralización" del proceso.

"El ministro de Interior de España en estos temas tiene poco que aportar", dijo. Antes de la reunión con Levy, el sábado fue informado de la situación por el enviado de la Unión Europea (UE) para el proceso de paz, Miguel Angel Moratinos, en Tel Aviv

Mayor Oreja participó esta mañana en la dedicación de un bosque israelí en memoria del dirigente socialista Fernándo Múgica, asesinado en 1996 por ETA en San Sebastián.

Después se reunió también con el ministro israelí de Asuntos Exteriores, David Levy, y tuvo una audiencia con el presidente de Israel, Ezer Weizman, quien le aseguró que mantiene una relación particularmente intensa con el rey Juan Carlos I.

Tras la reunión con su colega Kahalani, el ministro español emprendió viaje al aeropuerto de Lod para regresar en las primeras horas de esta noche a Madrid. EFE

ez/jal/rt

06/15/13-00/97

Nº DOCUMENTO 9708643

TITULO Ministro de AA.EE de España viaja A TUNEZ

PROCEDENCIA 510593

FECHA DE PROCEDENCIA 19-6-97

VINCULACIONES 11876

507513

507671

11164

11399

[illegible] ESTRATEGICO BILATERAL

Túnez, 19 jun (EFE). [illegible] tunecinas han destacado [illegible] con España, subrayando [illegible] de la diplomacia española [illegible] estratégico [illegible]

El [illegible] español de Asuntos Exteriores llegará a Túnez en visita de trabajo de dos días con el propósito de hacer un repaso de las relaciones bilaterales partiendo de los cauces abiertos por el Tratado de Amistad hispano-tunecino firmado en octubre de 1995.

La primera visita a Túnez de un ministro del Gobierno que preside José María Aznar [illegible] también, según los medios [illegible] de este país magrebí, constatar la voluntad de ambas partes en consolidar el espacio euromediterráneo.

Cuando participó [illegible] miembro de la Comisión Europea, en un seminario internacional sobre la política mediterránea europea celebrado en noviembre de 1992, Matutes formuló en Túnez una [illegible] de la [illegible] entre las dos riberas del Mare Nostrum.

En aquella ocasión, el actual ministro de Exteriores de España [illegible] en que el avance de las relaciones de la Europa comunitaria con el Magreb ha [illegible] como "un diálogo [illegible] para promover un desarrollo basado en la solidaridad y el [illegible]".

En virtud del Tratado de Amistad, las relaciones entre los dos países [illegible] en el que se inserta el diálogo entre parlamentarios, [illegible] representantes [illegible] instituciones científicas, [illegible].

El [illegible] Senado español, Juan Ignacio Barrero, visitó [illegible] que los contactos interparlamentarios [illegible] "como [illegible] para [illegible] y ampliar las relaciones entre los dos países".

España es el [illegible] económico de Túnez [illegible] en este país, con un flujo comercial de unos [illegible] millones de dólares anuales [illegible] deficitaria [illegible] parte tunecina.

El [illegible] Estado español de Comercio, Juan Manuel Fernández [illegible] Túnez [illegible] España [illegible] de [illegible]

[illegible]

[illegible]

9708643.

Escándalo por droga en la corte de Chile

Polémico: un ex fiscal del tribunal supremo es acusado de haber favorecido a uno de los jefes del narcotráfico chileno; ardua investigación.

CN 2/6.

SANTIAGO, Chile, 1º (AP).- El Poder Judicial es el centro de una nueva polémica entre la oposición y oficialismo al descubrirse la supuesta participación de un ex fiscal de la Corte Suprema en una red de protección al máximo narcotraficante chileno.

El ex fiscal de la Corte Suprema Marcial García Pica está acusado por el Consejo de Defensa del Estado, CDE, de colaborar abiertamente con el traficante Mario Silva Leiva.

Los diputados ultraderechistas Carlos Bombal y Pablo Longueira criticaron duramente al presidente del máximo tribunal, Servando Jordán, por hacer uso de sus vacaciones en momentos en que la actuación de la Justicia está cuestionada por las actividades de García y de otros dos funcionarios en favor del delincuente.

Bombal y Longueira también sugirieron a Jordán "que se mantenga marginado de su cargo", hasta que la situación se aclare.

Silva Leiva está acusado de traficar unos 200 kilos de cocaína a Bélgica, Holanda e Italia.

Diputados oficialistas rechazaron la demanda de los parlamentarios de la Unión Demócrata Independiente (UDI).

Al conocer, a mediados de mayo, la demanda del CDE contra el ex fiscal, Jordán dudó públicamente de que García Pica pudiera estar involucrado y lo calificó como una buena persona, preocupada de ayudar a los más necesitados. Poco después, Jordán hizo uso de su feriado legal, que debe extenderse hasta el 16 de junio.

Pruebas coincidentes

Entre las numerosas pruebas del CDE contra el ex fiscal hay grabaciones telefónicas de Silva solicitando favores judiciales a García Pica.

Según los coincidentes trascendidos judiciales, García Pica solicitaba favores a jueces de la Corte Suprema en casos de narcotráfico y lavado de dinero. Varios magistrados han dicho públicamente que no accedieron a la solicitud del ex fiscal.

A García y otros dos funcionarios judiciales demandados por el Consejo se suman, por ahora, cinco policías.

Los diputados derechistas se reunirán mañana con el presidente subrogante de la máxima corte para instar a los jueces a restaurar la confianza de los chilenos.

R POXDT 06-03 00167
sur esa ics

URUGUAY-ESPAÑA
COMISION ESTIMA BALANCE COOPERACION ES ALTAMENTE POSITIVO

Montevideo, 3 jun (EFE).- La comisión hispano uruguaya de Seguimiento, Evaluación y Planificación, encargada de revisar anualmente el estado de la cooperación bilateral, concluyó hoy una reunión de dos días con un balance "altamente positivo".

Representantes de los dos Gobiernos repasaron lo realizado y lo que queda por realizar de lo acordado en la IV Comisión Mixta de Cooperación Científica, Técnica, Cultural y Educativa, que se reunió en Montevideo a fines de 1995, y firmaron un acta en la que destacan los buenos resultados alcanzados y la cordialidad que ha imperado en las conversaciones.

El jefe de la delegación uruguaya, Agustín Canessa, subdirector de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto del Gobierno (OPP), manifestó su satisfacción, porque el balance es "tremendamente positivo para el país".

"Hemos logrado coordinar en forma cogestionada esos programas con una dotación de recursos financieros que es una de las más importantes que recibe Uruguay como cooperación bilateral", agregó.

El embajador español en Uruguay, Joaquín María de Aristegui, jefe de la delegación de su país, compartió la opinión de Canessa y señaló que el estado de la cooperación bilateral es "excelente" como lo es el de las relaciones entre los dos países.

Desde diciembre de 1995, cuando tuvo lugar la IV Comisión Mixta, el programa de cooperación bilateral ha tenido un monto de 7,5 millones de dólares, de los cuales el equivalente a 3,2 millones fueron transferidos a la OPP, para que esa entidad oficial gestionase directamente algunos de los proyectos.

El embajador agregó que se han realizado 47 cursos teórico-prácticos en los que han participado 1.953 personas.

La IV Comisión Mixta fijó como áreas prioritarias de cooperación entre España y Uruguay, países unidos por un Acuerdo marco suscrito en 1992, la modernización institucional y la reforma del Estado y la Seguridad Social, la educación, capacitación y formación de recursos humanos, y la modernización de los sectores productivos y las infraestructuras.

El refuerzo de la cooperación cultural fue otro de los objetivos marcados por la Comisión Mixta y en ese caso se acordó crear un centro cultural español en Montevideo en un edificio cedido para ese fin por el Estado uruguayo.

La cooperación española está financiando actualmente proyectos de modernización de la Seguridad Social, la Corte Suprema, la Corte Electoral, la Dirección de Correos y el ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay, así como planes de desarrollo urbano y de gestión municipal.

Además se está apoyando la reforma educativa, un Centro de Diseño Industrial, [illegible] [illegible] proyectos [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] EFE

9708645.

01-02

R POLDT 06-03 00167
[illegible]

URUGUAY ESPAÑA
COMISION ESTIMA BALANCE COOPERACION ES ALTAMENTE POSITIVO

Montevideo, 2 jun (EFE).- La comisión hispano-uruguaya de Seguimiento, Evaluación y Planificación, encargada de revisar anualmente el estado de la cooperación bilateral, concluyó hoy una reunión de dos días con un balance "altamente positivo".

Representantes de los dos Gobiernos repasaron lo realizado y lo que queda por realizar de lo acordado en la IV Comisión Mixta de Cooperación Científica, Técnica, Cultural y Educativa, que se reunió en Montevideo a fines de 1995, y firmaron un acta en la que destacan los buenos resultados alcanzados y la cordialidad que ha imperado en las conversaciones.

El jefe de la delegación uruguaya, Agustín Canessa, subdirector de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto del Gobierno (OPP), manifestó su satisfacción, porque el balance es "tremendamente positivo para el país".

"Hemos logrado coordinar en forma cogestionada esos programas con una dotación de recursos financieros que es una de las más importantes que recibe Uruguay como cooperación bilateral", agregó.

El embajador español en Uruguay, Joaquín María de Aristegui, jefe de la delegación de su país, compartió la opinión de Canessa y señaló que el estado de la cooperación bilateral es "excelente" como lo es el de las relaciones entre los dos países.

Desde diciembre de 1995, cuando tuvo lugar la IV Comisión Mixta, el programa de cooperación bilateral ha tenido un monto de 7,5 millones de dólares, de los cuales el equivalente a 3,2 millones fueron transferidos a la OPP, para que esa entidad oficial gestionase directamente algunos de los proyectos.

El embajador agregó que se han realizado 47 cursos teórico-prácticos en los que han participado 1.953 personas.

La IV Comisión Mixta fijó como áreas prioritarias de cooperación entre España y Uruguay, países unidos por un acuerdo marco suscrito en 1977, la modernización institucional y la reforma del Estado y la Seguridad Social, la educación, capacitación y formación de recursos humanos, y la modernización de los sectores productivos y las infraestructuras.

El refuerzo de la cooperación cultural fue otro de los objetivos marcados por la Comisión Mixta y en ese caso se acordó crear un centro cultural español en Montevideo en un edificio cedido para ese fin por el Estado uruguayo.

La cooperación española está financiando actualmente proyectos de modernización de la Seguridad Social, la Corte Suprema, la Corte Electoral, la Dirección de Correos y el ministerio de Relaciones Exteriores de Uruguay, así como planes de desarrollo urbano y de gestión municipal.

Además se está apoyando la reforma educativa, un Centro de Diseño Industrial, [illegible] proyectos medioambientales como la [illegible] [illegible] EFE

01-02

9708645

Elecciones en la colectividad española

El domingo próximo se votará en el Consulado para la nueva integración del Consejo de Residentes Españoles de Uruguay

EL Consejo de Residentes Españoles (CRE) es un órgano consultivo de los Consulados de la Madre Patria en los países donde existen españoles radicados. El domingo 22, en el Consulado General de España, los integrantes de esta colectividad elegirán entre seis listas la integración del futuro CRE. **Una de esas listas, la 1, pertenece a la Federación de Instituciones Españolas del Uruguay y está integrada, entre otras personalidades por el presidente de CAMBADU, Mario Menéndez, en calidad de representente de Casa de Asturias.**

Los CRE son los receptores de las inquietudes de los emigrantes españoles en los diferentes países donde viven. Creados por el Estado español hace algunos años, los Consejos de Residentes Españoles se constituyen un órgano de permanente consulta para los Consulados, respecto a las necesidades e iniciativas de los integrantes de la colectividad.

En otro orden, y respecto a la estructura organizativa de los centros españoles en nuestro país, cabe indicar que los mismos se nuclean en la Federación de Instituciones Españolas del Uruguay.

Dicha Federación es representada en la instancia electoral del domingo próximo por la Lista 1, a la que pertenece el Presidente de CAMBADU.

Refiriéndose a la Lista que integra, Mario Menéndez informó a **LA MAÑANA** "tiene el respaldo escrito de 36 instituciones españolas de todo el Uruguay".

Sobre la razón por la que las instituciones, a través de la Federación, deben estar representadas en el futuro CRE, explicó que "todo español carenciado, o con dificultades de diferente naturaleza, siempre se dirige en primera instancia a la institución o centro al que pertenece. Esa es una situación que vivimos de manera permanente en nuestras instituciones, en mi caso, en Casa de Asturias, y por extensión, en la Federación de Instituciones Españolas del Uruguay, la que trabaja todo el año atendiendo a españoles de todas y cada una de las instituciones".

Consultado respecto a los objetivos que se plantea la Lista 1 de cara a un eventual triunfo en las elecciones del domingo, Menéndez dijo, "nos alienta es servir a todos los emigrantes españoles que salieron en su diáspora por el mundo y tuvieron la fortuna de llegar a esta bendito tierra".

Cabe indicar que integran la Lista 1 las siguientes personas: José Cancela Vázquez, José Caso Vigil, José Antonio Durán Pérez, José Fandiño Rodríguez, Mario Enrique Menéndez García, Manuel Pérez Espiña, Aniceto Chain Rodil, Amos Gonzalo garcía Alonso, Joaquín Juste Redón, Isidro Menéndez Menéndez y Carmen Pastoriza Fernández, en calidad de titulares, mientras que en calidad de suplentes aparecen Lidia Jordá Carballo, José Caamaño Novo y Flavia Leticia Chamorro Viña.



Mario E. Menéndez, representante de Casa de Asturias en la Lista 1 y Presidente de CAMBADU.

"NO NOS ALIENTAN FINES POLÍTICOS"

Estas elecciones para elegir al futuro Consejo de Residentes Españoles de Uruguay han adquirido un notorio tinte político, al haber listas que representan a los dos grandes partidos españoles, el Partido Popular (PP) y el Partido Socialista Obrero Español (PSOE).

Ante este hecho, Mario Menéndez aclaró que "en el caso concreto de la Lista 1, no nos guían intereses políticos ni representamos a partidos políticos españoles".

"Todos sabemos", prosiguió, "que cuando uno representa intereses políticos toma sin quererlo un estado de dependencia. En la lista de la Federación tenemos completa libertad de acción, porque sólo estamos comprometidos y respondemos a los españoles radicados en Uruguay. Lógicamente", agregó, "eso es posible gracias a que esta lista representa a todas las instituciones españolas".

"EXHORTAMOS A QUE VAYAN A VOTAR"

Dirigiéndose al colectivo español afincado en nuestro país Menéndez los exhortó a que el próximo domingo concurran al Consulado General de España a votar, "porque a mayor número de votantes, mayor será la fuerza que va a tener nuestra colectividad ante las autoridades españolas".

Esta afirmación se explica por el hecho de que anualmente, todos los CREs del mundo se reunen en España, en el seno del llamado Consejo General de la Emigración. Al mismo concurren autoridades del Estado español, las que toman debida nota de las inquietudes y necesidades de sus emigrantes de todo el mundo. En función de lo anterior, si el CRE de Uruguay cuenta con el respaldo de un buen número de votantes, mayor será el protagonismo a la hora de ir con sus ponencias al Consejo General de la Emigración.

"APOYAREMOS A LA LISTA QUE GANE"

Por último, Mario Menéndez aseguró que la Lista 1 apoyará a la opción que resulte triunfadora del domingo. "Gane quien gane, el CRE tendrá el apoyo de todos y cada uno de los integrantes de la Lista 1, porque nuestra presencia en el acto eleccionario no obedece a un hecho coyuntural".

"Por el contrario", añadió, "es una actividad con la que está comprometida la Federación de Instituciones Españolas del Uruguay para ayudar y servir a todos los españoles, sin distinción de la región en la que hayan nacido o el partido político al que pertenezca", concluyó el titular de Casa de Asturias y Presidente de CAMBADU.

9708645

02-02

Chile: activan indagatoria por asesinato de Berríos

SANTIAGO, (AFP).— El proceso por el asesinato en Uruguay del agente chileno **Eugenio Berríos** fue reactivado el pasado martes en Santiago, donde su viuda, **Gladys Schmeiser**, compareció ante un tribunal que recibió una petición de la justicia uruguaya, se informó oficialmente.

Agente de la secreta DINA (Dirección de Inteligencia Nacional) chilena, bajo el pasado régimen militar del general Augusto Pinochet, Eugenio Berríos desapareció de Chile hace seis años, cuando era buscado por su vínculo con el asesinato del ex canciller socialista Orlando Letelier, perpetrado en Washington por hombres de la DINA el 21 de septiembre de 1976.

El rastro de Berríos se perdió hasta noviembre de 1992, cuando apareció en Uruguay, pidió ayuda a la policía y denunció que había escapado de un secuestro al que lo sometieron militares chilenos y uruguayos.

Pero la policía lo devolvió a sus captores, según denunciaron parlamentarios en Montevideo, lo que desató un conflicto político que culminó con la renuncia del ministro uruguayo de Defensa, Mario Brito, durante el gobierno del presidente Luis Alberto Lacalle (1990-1995).

Berríos volvió a desaparecer hasta abril de 1995, cuando su cadáver fue descubierto en el balneario de El Pinar, cerca de Montevideo, con dos balas en el cráneo, según revelaron fuentes vinculadas al juicio en la capital uruguaya.

Los asesinos de Berríos se encuentran en Chile y Uruguay, dijo el abogado Thomas Ehrenseis, que concurrió junto a la viuda del ex agente hasta el VI juzgado del crimen de Santiago.

A nuestro juicio, ha existido una confabulación entre ciudadanos de ambos países, agregó el profesional, refiriéndose al crimen.

En Montevideo, el proceso quedó a cargo del juez Alvaro González, que en junio de 1996 investigaba la posible responsabilidad criminal de militares y policías de los dos países.

ESPAÑA-IZQUIERDA
SE AGRAVA LA CRISIS EN LA COALICION IZQUIERDA UNIDA

Madrid, 14 jun (EFE).- La petición de la dirección de Izquierda Unida (IU) a tres de sus 21 diputados para que abandonen sus escaños parlamentarios agravó hoy la crisis que afecta a la coalición procomunista y colocó a esta tercera fuerza política española al borde de la ruptura.

La Presidencia Federal de IU aprobó una propuesta de resolución de su líder, Julio Anguita, con distintas medidas contra Nueva Izquierda (PDNI, partido integrado en IU), entre las que figura excluir de la Ejecutiva a sus cinco principales dirigentes y pedir a sus tres diputados que renuncien al escaño.

En caso de que estos tres diputados -Cristina Almeida, Ricardo Peralta y Manuel Alcaraz- se nieguen a entregar sus actas, la Presidencia Federal insta al grupo parlamentario a que les retire sus responsabilidades, consistentes sobre todo en el ejercicio de determinadas portavocías.

Ricardo Peralta es portavoz adjunto del grupo de IU-IC (Izquierda Unida-Iniciativa por Cataluña), mientras que Manuel Alcaraz ejerce como portavoz en la Comisión Constitucional, y Cristina Almeida en los debates sobre cuestiones relativas a la mujer y a las instituciones penitenciarias.

Además de estas medidas, que deben ser ratificadas a finales de mes por el Consejo Político, la dirección federal se reserva para más adelante la posibilidad de anular la admisión de Nueva Izquierda como partido en el seno de IU si persiste en incumplir acuerdos adoptados mayoritariamente en los órganos de dirección.

En cuanto a la propuesta de exclusión de la ejecutiva, afecta a los cinco diputados de Nueva Izquierda con responsabilidades al frente de diversas áreas: Diego López Garrido (defensa), Cristina Almeida (mujer), Juan Berga (hacienda: autonómicas), Jerónimo Andreu (vivienda) e Isabel Vilallonga (paz y solidaridad).

La propuesta de actuación contra ese partido, después de que Peralta, Alcaraz y Almeida se negaran el pasado 5 de junio a votar contra la reforma laboral en el Congreso, fue aprobada con 30 votos a favor, doce en contra y cuatro abstenciones, entre ellas las de Isabelo Herreros (Izquierda Republicana), Maite Martínez (Espacio Alternativo) y el coordinador regional de IU-Madrid, Angel Pérez.

Según fuentes de la Presidencia Federal, Angel Pérez se mostró comprensivo con la retirada de cargos de responsabilidad a los representantes de Nueva Izquierda, pero consideró innecesario pedir el acta de diputado a los parlamentarios de este partido.

Diego López Garrido, [illegible] federal de Nueva Izquierda, afirmó que su partido intentará que las sanciones no sean corroboradas por el Consejo Político.

Atribuyó estas medidas a un intento "de la cúpula del PCE" (Partido Comunista de España, del que Anguita es secretario general y que es fuerza dominante en la coalición) para impedir "el necesario debate político" sobre el futuro de esta formación.

La portavoz de IU en el Congreso, Rosa Aguilar, destacó, por su parte, que [illegible] mandato [illegible] incumplimiento [illegible] de los acuerdos adoptados [illegible] de ese partido.

9708647.

00-10

[illegible]

[illegible] se negaron a [illegible] desacatando así por primera [illegible] que había [illegible] el voto unánime [illegible] que permite ratificar el acuerdo pactado entre los [illegible].

El líder de IU [illegible] de "ruptura de disciplina" de voto. Otros dos diputados de Iniciativa por Cataluña (IC-rama catalana [illegible] de Izquierda Unida) votaron a favor de la reforma laboral.

La "rebelión" de estos cinco diputados acudizó la crisis que ya arrastraba la coalición por las divergencias entre las fuerzas que la integran en asuntos importantes, como la construcción europea.

Izquierda Unida está integrada por el PCE, Nueva Izquierda (corriente socialdemócrata que se constituyó en partido en 1996), el Partido de Acción Socialista, Izquierda Republicana, Izquierda Alternativa, los Verdes y otros grupos minoritarios. EFE

nal/eb/jmc

ESPAÑA-SOCIALISTAS
EL XXXIV CONGRESO DEL PSOE AFRONTA EL RETO DE LA RENOVACION

Por Esther Borrell

Madrid, 18 jun (EFE).- Los socialistas españoles celebran a partir del viernes su XXXIV Congreso con el reto de llevar a cabo la renovación que pide su secretario general, Felipe González, para consolidar el futuro del partido, tras la derrota electoral del año pasado, y hacerse con las riendas de su propia sucesión.

Este es el primer conclave federal del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) desde las elecciones generales de marzo de 1996 en que la victoria al Partido Popular (PP) colocó a los socialistas en la oposición después de casi catorce años de poder.

Bajo el lema "La respuesta progresista", más de ochocientos delegados socialistas acudirán a la cita en Madrid con la misión de debatir importantes cuestiones -desde Europa al empleo, pasando por la sanidad o la educación- pero con la vista puesta en la batalla que ya vienen librando partidarios y adversarios del cambio.

Los primeros [illegible] en el llamado "proceso de renovación" un nuevo [illegible] de poder, con una Ejecutiva más reducida, que incluya [illegible] más mujeres y más jóvenes, y con Felipe González, rodeado de incondicionales, como dueño del destino del partido y, sobre todo, según los analistas, de su propio relevo en un futuro que puede ser próximo.

En el centro de la tormenta, un hombre: Alfonso Guerra, ex vicepresidente del Gobierno español y vicesecretario general del partido desde 1979, que se ha convertido en eje del debate previo al Congreso en el que se pretende desbancarlo de su puesto.

[illegible] los tiempos de la [illegible] ocupar la [illegible] en el último congreso federal del partido, celebrado en 1979, cuando los socialistas estaban todavía en el [illegible] que [illegible] los rondaban.

[illegible] los [illegible] y fuentes del propio partido, la [illegible] socialista es prácticamente [illegible].

[illegible] del PSOE no [illegible] los partidarios de la [illegible] en los últimos días, [illegible] con el secretario de Organización [illegible] de informarle [illegible].

[illegible] los [illegible] Congreso, cuy [illegible]

02

9708647.

PSOE [illegible] el favorito para el cargo [illegible] Javier Solana, actualmente al frente de la OTAN.

[illegible] Congresos anteriores, Felipe González, secretario general desde 1974 y presidente del Gobierno español de 1982 a 1996, no ha marcado públicamente directrices a seguir en la reunión de Madrid, y se ha mantenido alejado de la batalla entre sus partidarios y los "guerristas".

A primeros de junio, en Malmoe (Suecia), el líder socialista, ahora jefe de la oposición en España, declaró que le agobiaba el excesivo personalismo que existe en el PSOE y la dependencia que su partido tiene de él y que, por lo tanto, iba a mantener silencio hasta el Congreso.

Según fuentes del partido próximas al secretario general, que cita hoy el diario regional "La Vanguardia", Felipe González podría dar "un golpe de efecto" en el Congreso que empieza el viernes si esta reunión no profundiza en la renovación del partido más allá de la exclusión de Guerra.

Y, mismo, según esas fuentes, podría incluso renunciar en este nuevo Congreso a la secretaría general si no se produce el cambio suficiente que él propone.

Ese "golpe de efecto" parece poco probable, aunque tampoco sería la primera vez que González utiliza similar estrategia.

Hace 18 años, en el XXVIII Congreso, el secretario general socialista propuso excluir el término "marxista" de la definición ideológica del PSOE.

El sector radical del partido rechazó la iniciativa y, ante ello, González y la comisión ejecutiva decidieron no presentarse a la reelección. Seis meses después, en una asamblea extraordinaria, González volvió a ocupar su cargo: el término "marxista" había sido excluido. EFE

ab/mr

DF7913

U POXDT 06-22 00485

icx mun

ESPAÑA-SOCIALISTAS (Ampliación)
JOAQUIN ALMUNIA ELEGIDO NUEVO SECRETARIO GENERAL DEL PSOE

Madrid, 22 jun (EFE).- Joaquín Almunia, de 49 años, se convirtió hoy en nuevo secretario general del PSOE al ser aprobada la nueva Ejecutiva del partido, dos días después de que Felipe González pusiera a los socialistas ante el reto de su relevo.

Un 73 por ciento de los delegados respaldaron la lista de la Ejecutiva del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), en una votación que cerró el XXXIV Congreso de esta fuerza política.

La nueva Ejecutiva contó con el apoyo de 681 votos, mientras que 231 (24.44 por ciento) fueron en blanco y dos nulos.

La candidatura de Almunia, ex ministro y hasta ahora portavoz parlamentario socialista, para suceder a González fue propuesta el sábado por los líderes regionales del PSOE, tras largas negociaciones que se prolongaron durante toda la noche para fijar también los nombres de los demás miembros de la nueva dirección.

La Ejecutiva socialista que surge de este XXXIV Congreso, con la misión de impulsar una recuperación del poder perdido en las elecciones del año pasado, cuenta con 33 miembros y de esa dirección ha desaparecido la Vicesecretaría General, ocupaba por Alfonso Guerra desde 1979.

Guerra, que fue mano derecha de González durante años, desapareció asimismo de la propia Ejecutiva y tan sólo permanecen en el nueva dirección dos de sus seguidores (los llamados "guerristas"): los gallegos Francisco Vázquez y Abel Caballero.

Los socialistas habían anunciado una dirección más reducida, con más mujeres y más "caras nuevas": la lista aprobada hoy cuenta con un número aún elevado de miembros, algunos nuevos integrantes y un 42 por ciento de mujeres, pero también incluye a "viejos barones" como Narcis Serra, José Bono o Manuel Chavez.

El ex ministro José Borrell, que se vislumbró en un momento de las negociaciones como posible candidato a secretario general, agradeció hoy los apoyos que ha recibido durante el Congreso Federal, y se mostró "satisfecho" y dispuesto a trabajar en las tareas que se le encarguen en la Ejecutiva, de la que forma parte como vocal.

Borrell, que eludió hablar de su posible nombramiento como portavoz parlamentario del PSOE, dijo que echó en falta "una mayor integración" en la composición de la Ejecutiva, de la que han sido prácticamente barridos los "guerristas".

"Hoy empieza un nuevo futuro, una nueva etapa y hay que trabajar ahora para que el PSOE sea digno de los valores que representa y del apoyo electoral que recibe", para "avanzar en la democratización del partido", resaltó el ex ministro.

Por su parte, Felipe González, que fue durante 23 años el líder indiscutible de los socialistas españoles, aseguró hoy que no "estorbará" a la nueva Ejecutiva del PSOE, que, en su opinión, ha conseguido "bastante" los objetivos de renovación que él alentaba.

Y, dos días después de colocar al Congreso ante el reto de su sustitución, agregó: "Ha sido bastante ejemplar el que se pueda [illegible] un periodo de 40 [illegible] una transformación que es el [illegible] de una [illegible] etapa [illegible] un nuevo camino". EFE

[illegible]

04

9708647.

DP7961

R POXDT 06-22 00426

icx mun

ESPAÑA-SOCIALISTAS (Reacciones)

LIDER PROCOMUNISTA VE "OPORTUNIDAD" PARA UNIDAD DE IZQUIERDAS

Madrid. 22 jun (EFE).- El coordinador general de la coalición procomunista Izquierda Unida (IU), Julio Anguita, manifestó hoy que tras la salida de Felipe González de la Secretaría General del PSOE puede "que se abra un campo y un camino para la unidad de la izquierda".

Al opinar sobre la renuncia de González y la elección de una nueva Ejecutiva socialista, encabezada por Joaquín Almunia como secretario general, Anguita dijo que no se deben adelantar acontecimientos, aunque expresó su confianza en que "esto sea una oportunidad para algo serio, no para algo de cara a la galería".

En su declaraciones a la emisora de radio COPE, el líder de Izquierda Unida deseó "que haya un cambio en el PSOE, una reconsideración de sus planteamientos políticos".

"Me gustaría situarme en torno a los principios que enmarca el acuerdo entre el Partido Comunista francés y el Partido Socialista" de Francia, manifestó.

En su primera intervención como secretario general ante el XXXIV Congreso socialista, que concluyó hoy en Madrid, Almunia ofreció el diálogo a las "fuerzas progresistas", y citó especialmente a Izquierda Unida, para una "causa común".

La elección de Almunia como nuevo secretario general del PSOE, tras la renuncia de González, ha sido recibida por los demás partidos políticos con reacciones diversas que van desde los elogios al escepticismo ante la anunciada "renovación" socialista.

Desde el gobernante Partido Popular (PP), el coordinador general, Angel Acebes, felicitó a Almunia y expresó el deseo de que los socialistas ofrezcan a la sociedad "una alternativa seria y constructiva", y resuelvan "los problemas internos de división que todavía tienen".

En opinión de Acebes, "hasta ahora los problemas internos del PSOE no le han permitido hacer una buena oposición, lo que puede comenzar a ocurrir tras su renovación interna".

Diego López Garrido, máximo dirigente de Nueva Izquierda (NI), formación incluida en la coalición Izquierda Unida, elogió, por su parte, el discurso de Almunia y destacó que su partido sintoniza "plenamente" con su mensaje por la convergencia de izquierda.

En declaraciones tras la clausura del XXXIV congreso federal del PSOE, López Garrido consideró la intervención de Almunia ante los delegados "un buen discurso, un discurso renovador", sobre todo cuando el dirigente socialista "lanza un mensaje de convergencia a la izquierda, de ver que el adversario común es la derecha".

Otros dirigentes políticos españoles, como el presidente del partido nacionalista Eusko Alkartasuna (EA), Carlos Garaikoetxea, consideraron que la retirada de González es "muy relativa". EFE

eb/jmc

06/22/18 22:07

05

9708647

DP9864

U POXBT 06-22 00240

mun icx

ESPAÑA-SOCIALISTAS

VOTARAN HOY LISTA DE NUEVA DIRECCI;N

Madrid, 22 jun (EFE).- El principal partido de oposición en España, el socialista (PSOE), votará hoy la lista de la nueva dirección, integrada por 33 miembros y encabezada por Joaquín Almunia, de 49 años, hasta ahora portavoz parlamentario.

El que será sucesor de Felipe González, jefe del gobierno español durante 13 años, al frente del Partido Socialista Obrero Español, dirigirá una Comisión Ejecutiva Federal integrada por los siguientes miembros:

Presidente: Ramón Rubial.
Secretario general: Joaquín Almunia.
Organización: Cipriá Ciscar.
Relaciones Internacionales: Raimon Obiols.
Economía: Juan Manuel Eguiagaray.
Empleo: Joan Lerma.
Relaciones con los Medios: Alfredo Pérez Rubalcaba.
Cultura: Joaquín Leguina.
Bienestar Social: Clementina Díez de Baldeón.
Movimientos Sociales: Carmen Cerdeira.
Política autonómica: Ramón Jáuregui.
Política municipal: Alfonso Perales.
Participación de la Mujer: Micaela Navarro.

Asimismo la Ejecutiva contará con veinte vocales, entre quienes figuran algunas de las figuras más destacadas del PSOE, incluidos los líderes regionales: José Bono, José Borrell, Augusto Brito, Abel Caballero, Manuel Chaves, Lola Eguren, Josefa Frau, Carmen Hermosín, Ana Leiva, María Antonia Martínez, Carmen Martínez Ten, Ana Noguera, Alberto Pérez Cueto, Monserrat Reyes, Teresa Riera, José Luis Rodríguez Zapatero, Consuelo Rumí,; Francisca Sauquillo, Narcís Serra y Francisco Vázquez. EFE

nal/jff

06/22/06-06/97

06

9708647.

Nuevo líder del PSOE fue defensor de la supresión de la doctrina marxista

Por Dominique Orin

Madrid, AFP

Una nueva etapa inició el Partido Socialista Obrero Español (PSOE, oposición) tras la elección de Joaquín Almunia como secretario general, designación que plantea el interrogante sobre si el nuevo dirigente será sólo un elemento de transición o el líder capaz de una profunda renovación.

Reemplazar a un dirigente de la talla de Felipe González, que estuvo 23 años al frente del partido y casi 14 en la presidencia del gobierno, no puede ser "una tarea fácil", estimó ayer el diario madrileño

El País (independiente de izquierda) a las pocas horas de la clausura de un congreso que quedará en la historia mayúscula del partido.

La sombra de Felipe, personalidad política que marcó la joven democracia española, continuará pesando en el partido. Además no ha renunciado totalmente a la posibilidad de aspirar a un nuevo mandato como jefe del ejecutivo. González afirmó que "queda a disposición del partido".



Joaquín Almunia al ruedo, el nuevo sucesor del líder socialista español Felipe González.

Esta hipótesis podría constituir una "losa" para Almunia, que no cuenta con el carisma de su predecesor y sobre todo cuando la tradición siempre ha impuesto que el líder de un partido sea a la vez el candidato a la presidencia del gobierno.

"La nueva dirección del partido, elegida el domingo, da la impresión de ser de transición", sostiene por su parte el diario Diario 16, de centro izquierda.

Almunia ya reaccionó contra estas interpretaciones afirmando que uno de los objetivos prioritarios es "ganar las próximas elecciones legislativas", previstas para el año 2000.

Según fuentes socialistas, la elección de un candidato a la presidencia del gobierno podría ser objeto de elecciones primarias en el seno del PSOE.

La permanencia de la mayoría de los "barones" regionales en el buró ejecutivo del partido, de la cual forman parte desde hace muchos años, podría constituir otro obstáculo para los márgenes de maniobra del flamante secretario, estimaron observadores.

No pudo deshacerse de ellos, como hubiese deseado, para encaminarse sin demora en la vía de la renovación de un partido que perdió los comicios generales de marzo de 1996, a favor de los conservadores, después de un periodo en el poder marcado por una serie de escándalos político-financieros, muchos de los cuales están aún en proceso judicial.

Si bien Almunia logró, con el apoyo de González, descartar a dirigentes "guerristas", el ala radical del PSOE encarnada por el ex número dos Alfonso Guerra, deberá ahora congeniar con esta corriente que prefirió votar en blanco antes que apoyarlo.

"Almunia, nuevo líder o simple gestor", se preguntaba esta mañana el influyente diario La Vanguardia (centro derecha), que a la vez pronostica que "tal vez aprenda la lección del laborismo británico de Tony Blair o del socialista francés Lionel Jospin".

Otros analistas pusieron énfasis en el carácter homogéneo y muy "felipista" de la nueva dirección del partido que, según sostuvieron, deberá permitir a Almunia abordar la renovación del partido.

Sus dotes de negociador y de político emprendedor son en cambio sus puntos fuertes y para ilustrar esta cualidad, El País recordó que tras ser autor de una tesis doctoral del pensamiento económico de Karl Marx, fue encargado de defender, en 1979, la supresión de la definición marxista del PSOE.

En cuanto al retorno de Felipe Gonzalez como candidato a la presidencia del gobierno, esta eventualidad podría parecer creíble en caso de un adelanto de las próximas elecciones legislativas.

Sin embargo, el jefe del gobierno conservador, José María Aznar, descartó en las últimas semanas en varias ocasiones la posibilidad de adelantar las elecciones, al parecer teniendo en cuenta el fracaso de la maniobra del presidente francés, Jacques Chirac.

Los socialistas europeos quieren a Felipe González

Por **Miguel Mucientes**

Bruselas. AFP

La dirección del Partido Socialista Europeo comenzó ayer una campaña para promocionar a Felipe González, que abandonó la dirección del Partido Socialista Obrero Español, para el más alto cargo en la futura Política Exterior y de Seguridad Común (PESC) de la Unión Europea.

"No podemos perder la experiencia de Felipe", lanzó Pauline Green, presidenta del grupo de Partido Socialista del Parlamento Europeo, en grandes letras en la primera pagina de la revista del Grupo Socialista de ayer.

Interrogada por la AFP sobre la posibilidad de que González puede ser "Mister PESC", Pauline Green señaló que "esa misma idea está en la mente de muchos", aunque inmediatamente añadió que "es muy muy pronto para afirmarlo, porque todos estamos aún bajo el choque de su decisión de retirarse" como líder del Partido Socialista Obrero Español.

En la reforma del Tratado de la Unión Europea aprobada en la cumbre de Amsterdam, la pasada semana, los Quince decidieron crear la figura de "Mister PESC", un Alto Representante de la Política Exterior y de Seguridad (PESC) de la Unión Europea.

El cargo no desagrada al ex secretario general socialista y ex presidente del gobierno español, según confesaron discretamente fuentes socialistas.

Públicamente Pauline Green dijo "haberle sorprendido enormente" la decisión de Gonzalez, comunicada al Congreso Nacional del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), este fin de semana, de dejar su secretaría general para favorecer una renovación generacional del Partido.

No obstante, "celebramos que no deje la política", continuó la eurodiputada británica. Felipe Gonzalez "es uno de los grandes pensadores que ha tenido una enorme influencia en la familia europea durante muchos años (...) La voz de esa enorme experiencia en el Consejo Europeo es algo que no podemos permitirnos perder", añadió la militante socialista.

El perfil de Felipe González coincide con la concepción francesa de "Monsieur PESC" que, según defendió Paris, debe ser una personalidad de talla política, necesariamente un ex primer ministro, cuya gestión como representante de la política exterior y de seguridad dependa directamente de los jefes de Estado y de Gobierno de los Quince.

Pero supera la idea alemana de que "Mister PESC" sea sólo un alto funcionario, secretario general del Consejo de Ministros de la UE, que rinda cuentas a los ministros de Exteriores y que es la que finalmente quedó reflejada en la reforma.

"Si se lee cuidadosamente el Tratado, el puesto tiene potencialmente una extraordinaria importancia como la futura voz única de la de la política exterior de la UE", consideró sin embargo Pauline Green.

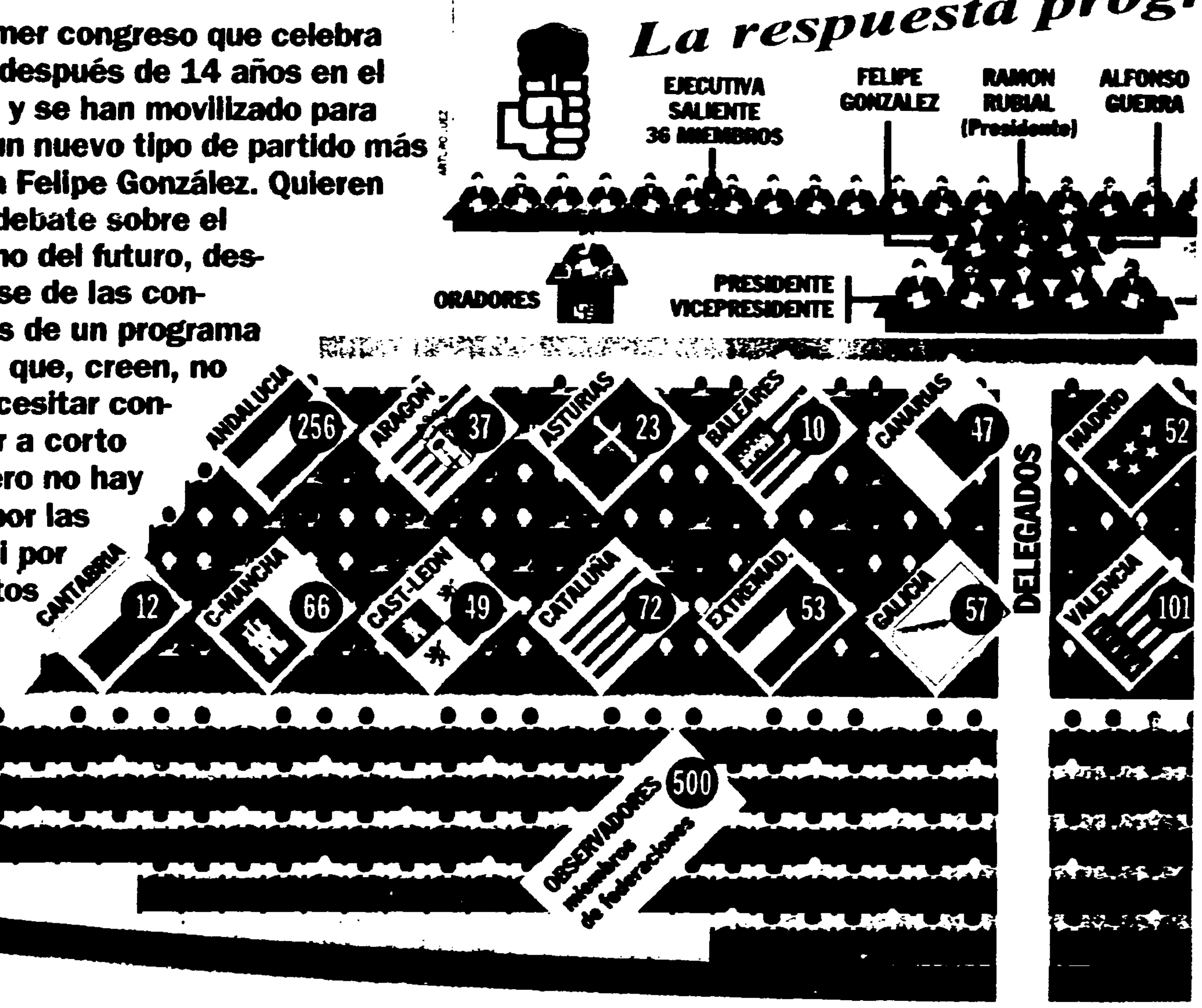
Durante 23 años secretario general del PSOE, y durante 13 años presidente del Gobierno español, Felipe González ha sido citado en el pasado en numerosas ocasiones como potencial candidato a la presidencia de la Comisión Europea, que en la actualidad ocupa el ex primer ministro luxemburgués Jacques Santer.

08

PORTADA

Es el primer congreso que celebra el PSOE después de 14 años en el gobierno y se han movilizado para diseñar un nuevo tipo de partido más pegado a Felipe González. Quieren abrir un debate sobre el socialismo del futuro, despegándose de las concreciones de un programa electoral que, creen, no van a necesitar confeccionar a corto plazo. Pero no hay tensión por las ideas y sí por los puestos de mando

La respuesta progr



Guía para seguir el Co

Cherchez Ciprià!

No estaba en la lista cuando en la madrugada del último congreso los barones se encerraron para hacer la ejecutiva. Se discutía sobre quién iba a ser el *número 3* de la organización, después de Felipe y de Guerra. No podía ser de los renovadores, tampoco pertenecer a los guerristas. En un momento dado, Joan Lerma, responsable de los socialistas valencianos, dio el nombre de Ciscar. Y salió más como una solución de compromiso, para que nadie pudiera decir que había ganado el contrario, que como el candidato ideal. Desde entonces, Ciprià Ciscar ha asumido las riendas de la organización, justo detrás del secretario general. Es quien controla y hace de portavoz de la ejecutiva. Este es, pues, su congreso y numerosas fuentes indican que se va a convertir en el *número 2* de hecho, pase lo que pase con Guerra. Más aun si desaparece la vicesecretaría general, como él mismo propugna. Lo cierto es que se siente imbuido de esa sintonía con el líder —la que Ramón Jáuregui dice que ha perdido Guerra— y que es necesaria para ejercer esa responsabilidad. Podría tener de respaldo a 13 de los 18 secretarios generales de la organización y al portavoz parlamentario, Joaquín Almunia. A la contra, concitará las críticas de todos los guerristas y de los barones más rebeldes.

¿Qué será de los guerristas?

Dependerá mucho de lo que pase con el vicesecretario general, pero lo cierto es que el congreso tendrá que plantearse qué hace con los viejos rockeros de la ejecutiva. José María Benegas egr joven en Suresnes, cuando entró en la ejecutiva en el mítico congreso, aunque aún le llaman Txiki. Fue el hombre clave que relacionaba partido y Gobierno al principio del mandato socialista. Era el responsable de organización y actuaba de portavoz del partido. Pero poco a poco fue perdiendo la confianza de «dios» o «el one», como solía llamar a Felipe. En el último congreso fue postergado a la secretaría de Relaciones Institucionales y su última contribución ha sido un libro con prólogo de Jacques Delors sobre «El socialismo de lo pequeño». Francisco Fernández Marugán lleva en la ejecutiva socialista desde el XXX Congreso, en 1984. Es el hombre «todoterreno» que asume las finanzas del partido en el delicado momento en el que las abandona Guillermo Galeote a causa del «caso Filesa». Ha tenido que tomar decisiones tan controvertidas como ordenar el pago de las minutas de los abogados de José Barrionuevo y Rafael Vera en el «caso GAL».

ȝsista



Se va, pero no se ha ido

No hay duda que Felipe González seguirá de secretario general. Pero son más que rumores los que indican que no quiere volver a ser el candidato para unas nuevas elecciones generales. Habrá que saber si confiesa o no sus deseos a sus compañeros y abre oficialmente la sucesión. Se apuesta a que no lo hará.

Duelo de barones

Son muchos en la ejecutiva, hasta 35, y parece que la aglomeración va en detrimento de la eficacia. "Nunca hemos trabajado peor como colectivo", confiesa uno de los actuales ejecutivos. Sobra gente y la primera idea que ha surgido es sacar del cónclave semanal a los secretarios generales regionales y a los líderes autonómicos. Felipe González quiere una ejecutiva reducida que trabaje "full time". La idea es crear un Consejo Político, de carácter consultivo, entre la Comisión Ejecutiva y el Comité Federal. Y estaría compuesto, entre otros, por poderosos líderes del partido como Manuel Chaves, José Bono, Joan Lerma, Abel Caballero, Ramón Jáuregui o Juan Carlos Rodríguez Ibarra. Ninguno de ellos parece dispuesto a dejar su sitio de buen grado. Algunos tachan la medida de antidemocrática. Muchos no entienden por qué tienen que abandonar si van a ser ellos quienes negocien con el secretario general la lista de la nueva dirección del partido.

Perfil de un delegado

El delegado tipo es varón, de 41 años, universitario o, al menos, tiene la enseñanza media. Suele estar ocupado en la docencia, es trabajador por cuenta ajena o funcionario. Ejerce un cargo público, normalmente de alcalde o concejal, y asiste por primera vez a un congreso.

¿Mea culpa? No, gracias

No van a perder mucho tiempo, seguramente nada, en hacer examen de conciencia sobre los errores cometidos en el Gobierno que les hicieron perder las elecciones. Todos han dado por hecho que se perdieron las elecciones por «cuatro golfos» como Roldán, quien precisamente ahora ocupa el banquillo de los acusados. Y poco más. Como propósito de la enmienda, está previsto crear una comisión de ética que debe velar por el comportamiento de los cargos públicos del partido. Algo similar, por cierto, a lo que se dijo que se haría, y no se hizo, hace varios congresos, cuando los primeros casos de corrupción asomaban por los periódicos y en los debates Parlamentarios. Sólo diez agrupaciones han planteado que se debata sobre el GAL.

ngreso

Propuestas para el debate

Los 776 párrafos de la ponencia marco, que ha recibido 7.377 enmiendas, proponen discutir sobre tres aspectos que creen centrarán el socialismo del futuro:

- Qué tipo de Estado quieren los socialistas: un Estado fibroso, no mastodóntico, que más que prestar servicios garantice derechos.
- Socialismo para el siglo XXI: redistribución a través de la educación y la sanidad como puntos básicos.
- Estar preparados para que la revolución tecnológica llegue a todos y no sea causa de desigualdad.

Menos jornada laboral

Muchas de las más de 7.000 enmiendas quieren reducir el tiempo de trabajo como una fórmula de ganar calidad de vida e incluso de reparto del trabajo. En La Rioja se apuesta «por plantear el compromiso de ir reduciendo progresivamente la jornada laboral para llegar en el año 2000 a las 35 horas semanales». Otras enmiendas plantean dar un cerrojazo al proceso autonómico. Las delegaciones de Almería, Badajoz, Zaragoza, Tenerife, La Rioja y La Coruña, de gran influencia del sector guerrista del partido, piden que el Partido Socialista decida promover un gran pacto nacional. Sin embargo, otras provincias apoyarían un perfil más federalista. En Cataluña, sin embargo, se muestran más preocupados por otras manifestaciones menos territoriales pero que influyen, a su entender, en la toma de decisión del poder. Quieren que el partido se pronuncie y busque estrategias para denunciar a los «grupos de interés» que están incrustados en la sociedad y que ahora, con un gobierno del PP, tienen más influencia.

10-10

[illegible]

EFE: DESTACA VOLUNTAD DESARROLLAR LAZOS ENTRE AMBOS PAISES

Alcañices (España), 8 jun (EFE).- El rey Juan Carlos de España expresó hoy al presidente de Portugal, Jorge Sampaio, la voluntad española de desarrollar los lazos hispano portugueses "en un clima de concertación y auténtica hermandad".

El monarca y Sampaio visitaron la localidad española de Alcañices (Zamora), que se encuentra en la frontera entre España y Portugal, y donde hace 700 años se firmó el Tratado de Alcañices, que sirvió para delimitar las actuales fronteras entre España y Portugal.

En su discurso, pronunciado en la Iglesia de la Salud de Alcañices, el rey recordó que en aquellos tiempos se produjo el auge del comercio y fue la época de las grandes Universidades, "de las que Coimbra (Portugal) es la primera fundada en la Península, seguida casi inmediatamente por las (españolas) de Palencia y Salamanca".

Sobre el presente y el futuro de las relaciones entre España y Portugal, Juan Carlos I destacó que éstas deben servir para potenciar el desarrollo económico, pero al mismo tiempo deben "respetar las exigencias de la conservación del medio ambiente y preservar la calidad de las aguas".

El Rey aludió al desarrollo de un proyecto de conexiones por tierra en el que trabajan España y Portugal, "que no sólo facilitará el tránsito de personas y mercancías con el resto de Europa, sino que potenciará también su respectiva interconexión".

Se refirió al Tratado de Alcañices como un primer paso, "por el que se afianzó una política de amistad y cooperación que se repetirá constantemente en la historia de España y Portugal".

El Tratado, firmado a finales del siglo XIII, confirmó -dijo el soberano- "los fuertes lazos históricos de dos reinos formados y enraizados en la misma cultura histórica".

El presidente de Portugal abogó por la cooperación transfronteriza entre España y Portugal, y solicitó que se trabaje conjuntamente en pos de la solidaridad y el equilibrio entre las naciones.

Sampaio dijo que "nunca como hoy el diálogo fue tan fuerte en el ámbito de la cultura, la economía, las relaciones culturales o periodísticas".

Juan Carlos I y Jorge Sampaio estuvieron acompañados, entre otras personalidades, por el presidente de la Junta de Castilla y León, Juan José Lucas, y la ministra española de Educación y Cultura, Esperanza Aguirre.

Juan José Lucas señaló que es necesario potenciar la Ruta del Duero conectando por autovía España y Portugal a través de la carretera Nacional 122.

Lucas calificó de "fundamental" este "eje vertebrador" de comunicaciones entre ambos países y abogó porque ambas naciones defiendan ante las autoridades comunitarias este proyecto.

El presidente de la Junta, tras repasar la historia hispano portuguesa y la importancia del Tratado que este año se conmemora, afirmó que "es tiempo de la búsqueda de soluciones imaginativas para potenciar la zona fronteriza".

Lucas también pidió que se potencien los espacios naturales de [illegible] del Duero [illegible] cultural [illegible] ambos lados de la frontera.

El Tratado de Alcañices, firmado en 1297 por los reyes de España y de Portugal [illegible] actuales entre ambos [illegible] España en [illegible]

[illegible] VII Centenario de la [illegible] denominada [illegible]

[illegible] EFE

[illegible]

9708648.

01-01

DP7570

U PO7BT 06/01 00547
mun exg icx

FRANCIA-ELECCIONES (Análisis)
CHIRAC GRAN PERDEDOR DE APUESTA QUE LLEVA IZQUIERDA AL PODER

Por Antonio Javaloyes

París, 1 jun (EFE).-El presidente de la República francesa, Jacques Chirac, se convirtió hoy, domingo, en el gran perdedor de una muy arriesgada apuesta suya que ha devuelto a la izquierda la mayoría en una Asamblea Nacional disuelta anticipadamente por él el 21 de abril y que le obliga a gobernar en cohabitación.

Además de la doble "bofetada" aplicada a Chirac en la cara de la alianza de neogaullistas (RPR) y centroderechistas (UDF) en los dos vueltas electorales, la derrota del bloque gubernamental ha abierto ya el debate de la "refundación" en el seno de los hasta ahora insepararables socios políticos.

Como primera consecuencia del vuelco que dieron hoy las urnas a la escena política en Francia, Jacques Chirac se convierte en el primer presidente conservador francés forzado a cohabitar con un gabinete de izquierda, que presumiblemente encabezará el primer secretario del Partido Socialista (PS), Lionel Jospin.

La amplitud de la derrota de la derecha (235 escaños frente a los 328 que se atribuyen a la izquierda) superó los pronósticos más pesimistas para la mayoría conservadora, que dejará el paso ahora a una nueva mayoría de izquierda (socialistas, ecologistas y otros partidos afines) que, al parecer, podrán gobernar cómodamente sin el concurso de los 36 diputados comunistas.

Chirac, gran derrotado de la jornada, pasa a la historia como el primer jefe de Estado francés que perdió una apuesta electoral lanzada desde el palacio del Elíseo, desde que la Constitución de la V República faculta al presidente a disolver la cámara cuando lo juzgue conveniente.

Desde la ultraderecha, el líder del Frente Nacional (FN) y enemigo declarado del presidente de la República, Jean-Marie Le Pen reclamó una vez más la dimisión, mientras se recordaba que el general Charles de Gaulle, mentor político de Chirac, dimitió en 1968 al perder el referéndum que convocó sobre un proyecto de regionalización.

Los comentarios, incluidos los de personalidades del bloque conservador -como el ex presidente Giscard D'Estaing- coincidían hoy en que el presidente de la República no debía haber anticipado en casi un año la cita electoral, teniendo en cuenta el malestar social y la impopularidad del primer ministro Alain Juppé y, en menor medida, del propio Chirac.

Los apenas velados reproches lanzados desde sus propias filas hacia el presidente no decían, en cambio, que tras las razones del fracaso latía una política gubernamental alejada de las promesas electorales de Chirac en 1995.

La doble oferta electoral de Chirac de combatir el paro y reducir la presión fiscal que le llevaron en 1995 a la presidencia de la República se tradujeron, dos años después, en un crecimiento del paro del 11,6 hasta el nivel record del 12,8 por ciento y una subida de la presión equivalente a 1,5 puntos del Producto Interior Bruto.

La derrota presidencial ha sido de mayor gravedad aún si se tiene en cuenta que intervino en varias ocasiones públicamente en apoyo de los partidos derrotados, rebasando claramente la

imparcialidad que se requiere de la función presidencial.

Tras el descalabro electoral de la derecha -y mientras se vislumbraban futuros arreglos de cuentas entre neogaullistas y centroliberales-, dirigentes socialistas reaccionaban con alegría contenida y Dominique Strauss Kahn, probable nuevo ministro de Economía, anticipaba "tiempos duros" para el futuro. EFE

AJ-PI

01-23

XA2155
U POXBT 06 01 00599
mun e.a

FRANCIA-ELECCIONES (Perfil)
JOSPIN, UN CORREDOR DE FONDO QUE LLEGO A LA META

Por Antonio Javaloyes

París, 1 jun (EFE). El primer secretario del Partido Socialista (PS) y posible futuro primer ministro de Francia, Lionel Jospin, tras los primeros sondeos que dan a su formación como ganadora de la segunda vuelta de los comicios franceses, ha podido recuperarse de la travesía del desierto que inició en 1993.

Jospin hace gala de una capacidad de corredor que fondo que le permitiría dos años más tarde de verse políticamente deshauciado disputar con toda dignidad la carrera a la presidencia de la República a Jacques Chirac y de perderla por muy escaso margen.

Para Jospin, 59 años, hijo de un maestro y un comadrona, diplomado en la elitista Escuela Nacional de Administración (ENA), comenzó su particular travesía del desierto el tres de abril de 1993, cuando el electorado barrió en las urnas a los socialistas y dejaron su representación parlamentaria en 63 escaños, de un total de 577.

A cuatro años de aquella elección, Jospin ha sabido trasladar con eficacia al país la imágen de un político de gran honestidad que ha acertado a renovar desde dentro un partido fuertemente erosionado por los escándalos.

En el origen de su ostracismo, en 1993, con el telón de fondo de las disensiones internas, el paro creciente, la corrupción y los escándalos de todo género que precipitaron al abismo político a los socialistas, Jospin entonaría entonces el "mea culpa" al admitir que "la propia izquierda es la culpable de su fracaso".

El vendaval antisocialista le dejó a él mismo sin escaño en la Asamblea Nacional y su función representativa reducida a la de simple concejal en Cintegabelle, una pequeña localidad del sur de Francia próxima a Toulouse.

Nombrado en 1981 sucesor al frente del Partido Socialista (PS) por Francois Mitterrand, tras acceder ese año a la presidencia de la República, Jospin permanecería hasta al frente del partido hasta 1988 año en que, tras dirigir con éxito la campaña de la reelección de Mitterrand, sería nombrado ministro de Educación.

Que su gran mentor en el PS fuera Mitterrand no le impidió a Jospin distanciarse personal y políticamente de él, hasta el punto de no referirse prácticamente al presidente de la República cuando la casualidad quiso que tuviera que presentarse candidato a la Jefatura del Estado.

Desde la soledad provocada por el derrumbe electoral de 1993, Jospin vio la oportunidad de reintegrarse al candelero político de la mano de su correligionario y amigo Jacques Delors quien, para sorpresa de todo el mundo, renunció en 1995 a disputar la carrera presidencial cuando todos los sondeos le favorecían.

Confirmando su condición de maratoniano y contra todo pronóstico, vio recompensado su esfuerzo la noche del 23 de abril cuando tras una sorprendente campaña logró ganar la primera vuelta de la carrera presidencial.

De convicciones socialdemócratas, rebelde del mitterrandismo, propenso a la timidez y escasamente carismático, Jospin pasó en 1994 por un duro trance personal, al diagnosticársele una grave enfermedad del tiróides de la que se recuperaría completamente.

Alejado de los centros de decisión política, en 1993 Jospin estuvo a punto reincorporarse al servicio diplomático de su país, en el que ingresó en 1965, antes de ser nombrado profesor de Economía en una universidad de París.

Nacido el 12 de julio de 1937 en Meudon, en la región parisiense, Jospin está casado en segundas nupcias con una profesora de filosofía, después de haber tenido dos hijos de su primer matrimonio. EFE

aj/cr/mir

02 9708649.

06/01.19 17/97

XA2156

U POXBT 06 01 0097
mun exg

FRANCIA ELECCIONES (Perfil)
PHILIPPE SEGUIN, LA ULTIMA CARTA DE JACQUES CHIRAC

Por Fernando Linares

París, 1 jun (EFE). Philippe Séguin fue la última carta del presidente Jacques Chirac para que la coalición de centroderecha ganara la segunda vuelta de las elecciones legislativas francesas de hoy, domingo, en las que los electores, según los primeros sondeos, han decido retirarle la confianza.

El presidente de la Asamblea Nacional, disuelta por Chirac con diez meses de antelación, era el recambio para el primer ministro Alain Juppé, que tuvo que anunciar que dajaría el cargo una vez finalizase el proceso electoral.

Séguin fue elegido presidente de la Cámara de diputados después del aplastante triunfo de los conservadores en las elecciones legislativas de 1993 y ha desempeñado el cargo con los gobiernos de los gaullistas Edouard Balladur (1993-1995) y Alain Juppé (1995-1997).

El presidente Chirac consideró que este "barón" de la neogaullista Reagrupación para la República (RPR), nacido en Túnez en 1943 y mucho más carismático que el impopular Juppé, sería el revulsivo que permitirá a los conservadores invertir la tendencia y ganar las elecciones en la segunda y definitiva vuelta, aunque sus previsiones no se han hecho realidad.

Para poder ser el candidato declarado de los conservadores a la jefatura del Gobierno, este alumno de la elitista Escuela Normal de Administración (ENA) tuvo que "reconvertirse" al europeismo y exaltar las virtudes de la unión monetaria.

Séguin fue, junto con el ex ministro del Interior Charles Pasqua, el abanderado del los conservadores que propugnaron el "no" al tratado de Maastricht, en el referéndum que se celebró en Francia para su ratificación, en 1992.

Sus críticas a la Unión Europea (UE) y a la moneda única le privaron de cualquier opción a aspirar a la jefatura del Gobierno cuando Chirac llegó a la presidencia, en mayo de 1995, a pesar de que había sido uno de los diseñadores su campaña electoral junto con el liberal Alain Madelin.

"Séguin ha acabado entendiendo que nunca llegaría al poder rechazando en bloque la moneda única", señalaba esta semana un diario parisiense, que recordaba que en 1995 el mercado monetario y bursátil temblaban cada vez que éste hablaba de "la otra política" y denunciaba la "lógica monetarista" y los "tipos de interés devastadores".

El presidente de la Asamblea Nacional formó un tándem en la campaña electoral para la segunda vuelta con Madelin, que sólo estuvo tres meses al frente del Ministerio de Economía en el primer Gobierno de Juppé por sus tesis demasiado liberales.

Con él, defendió una síntesis de ideas liberales y sociales enfocadas a la creación de empleo y reiteró que no pensaba replantear la política comunitaria de Francia, puesto que Europa es y seguirá siendo "nuestra gran esperanza" frente a la mundialización.

Séguin es un republicano cíclico, de amplia sonrisa y cóleras homéricas. Defiende sus ideas, pero cuenta con pocas tropas en su campo y ello le obliga a alianzas curiosas en el plano ideológico.

primero con Charles Pasqua y hoy con Alain Madelin, señalaba recientemente un diario capitalino. EFE

FL/rr/mir

06/01/19 24/97

03

9708649

FRANCIA ELECCIONES:REACCIONES (resumen)
DESEO DE NO DECEPCIONAR FRENTE NECESIDAD DE REFUNDACION

París, 1 jun (EFE). El deseo de no decepcionar a los electores es el sentimiento dominante entre los dirigentes de la izquierda mientras que en filas de la derecha los responsables piden analizar el fracaso y, en algunos casos, pensar en una refundación.

Las reacciones comenzaron inmediatamente despues de conocerse las primeras proyecciones de voto que dan una clara ventaja a la izquierda aunque sin dejar claro si el Partido Socialista tendría la mayoría absoluta en la nueva Asamblea Nacional (Cámara de diputados) tras las elecciones legislativas celebradas hoy.

Los dirigentes de izquierda se mostraban muy satisfechos por los resultados pero evitaban mostrarse eufóricos y se decían conscientes de la dificultad de la tarea que les espera.

El primer secretario del Partido Socialista, Lionel Jospin, principal artífice de la victoria, estimó que el fracaso electoral de la mayoría saliente, que tenía un 80 por ciento de los escaños, sanciona al Gobierno y sobre todo una "concepción concreta de la política" alejada de los deseos de los ciudadanos.

Jospin, quien podría ser designado nuevo primer ministro de Francia, aseguró que la izquierda responderá a las expectativas de los franceses y prometió movilizar "todas sus energías" para aplicar esa política diferente que desean.

Otros dirigentes del partido, entre ellos dos ex ministros, Martine Aubry y Dominique Strauss-Kahn, pidieron "confianza" y subrayaron que los electores "no quieren una decepción".

Ambos se mostraron conscientes de que la labor "será difícil", en tanto que el ex primer ministro, Lauren Fabius, advertía de que "hará falta mucha ambición pero también mucha modestia".

Queda por saber si el PS tendrá la mayoría absoluta en la Asamblea, lo que puede influir en la participación en el Gobierno de Partido Comunista.

Su secretario nacional, Robert Hue, dejó abierta esta posibilidad a la que se oponen otros dirigentes.

El deseo del PCF es aplicar "una política de izquierda y medidas significativas desde el principio de la legislatura", según Hue quien presionó antes de los comicios para que el PS se comprometiera a adoptar algunas medidas inmediatas.

En la sede de la presidencia, destacaron el aspecto "democrático" del voto y el "trabajo considerable" desarrollado por el Gobierno que permitirá "partir sobre bases saneadas".

La decepción de la derecha era patente en todas las caras. Sus dirigentes desearon suerte al próximo Gobierno, incluido el primer ministro, Alain Juppé, pero lo que más preocupaba eran las consecuencias del resultado para la coalición formada por los conservadores del RPR (Reagrupción para la República) y los liberales del UDF (Unión para la Democracia francesa).

Juppé, quien ha sido reelegido diputado del RPR por el departamento de Gironda, fue de los primeros en incitar a analizar las razones del fracaso y pedir la "reconstrucción" de ambas fuerzas políticas.

El primer ministro lamentó que las reformas emprendidas por su Gobierno no hayan "sabido convencer" a los franceses de que su gestión "iba por buen camino".

Su predecesor, Edouard Balladur, fue el primero en reconocer el fracaso y pedir que la derecha "reflexione rápidamente en el mejor medio de defender juntos, de forma clara y eficaz, las ideas de libertad, de Europa y de diálogo".

Las voces criticas surgieron incluso en el RPR, cuando el ex ministro de presupuesto, Nicolas Sarkozy, declaró que "comienza otra época" para la derecha y que "nos espera un amplio trabajo de renovacion, de reconstrucción y reconquista".

El ex presidente de la Asamblea Nacional, Philippe Seguin, fue más ambiguo en sus declaraciones en cuanto a la renovación pero se dijo determinado "a crear las condiciones políticas" para "preparar otro futuro para Francia".

El ex ministro de Interior, Charles Pasqua, también se dijo dispuesto a "consagrarse a la necesaria refundación", mientras que el ex presidente Valery Giscard d Estaing, deseó que Francia "encuentre lo más rapidamente posible el centro político que le ha faltado".

Por su parte, el presidente de la UDF, Francois Leotard, afirmó que su partido rechazará "toda hipótesis de alianza", especialmente con el Frente Nacional.

El presidente del partido de extrema derecha, Jean Marie Le Pen, reclamó la dimision del presidente Jacques Chirac a quien calificó de "doble perdedor", mientras que "el número dos", Bruno Megret, dijo que "el porvenir de la derecha es el Frente Nacional". EFE

AO/PM

04

9708649.

.DF7576

U FOXB1 06 01 00456

mun exo 1cx

FRANCIA ELECCIONES

PRINCIPALES PUNTOS PROGRAMA SOCIALISTA

París, 1 jun (EFE).- Principales puntos del programa electoral con el que el Partido Socialista frances (PS) ha ganado las elecciones legislativas francesas, cuya segunda vuelta se celebró hoy, domingo.

-Política económica y social

Creación de 700.000 empelos para los jóvenes, la mitad en el sector público y la otra mitad en el sector privado.

Reducción paulatina de la jornada laboral, que pasará de las 39 horas semanales actuales a 35 horas sin disminución de salarios.

Devolución a los franceses "el poder adquisitivo que les ha sido confiscado" y, a tal fin, convocatoria de una Conferencia nacional sobre el empleo, los salarios y la duración del trabajo.

Sugiere que se dedique el 2,5 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB) a la investigación, unos impuestos "más justos" y una reducción del impuesto sobre el valor añadido.

-Seguridad Social

El programa socialista propone "reformar la seguridad para preservarla", una reunión de "los Estados generales de la salud", un control de los gastos sanitarios "de forma negociada y cualitativa" y que los cuidados médicos sean gratuitos para las familias con bajos niveles de ingresos.

-Pensiones

Consolidación y revalorización de las pensiones.

-Vivienda

Rehabilitación de 300.000 viviendas y construcción de 150.000 viviendas nuevas cada año.

-Seguridad

Contratación de 50.000 agentes suplementarios, 10.000 de ellos para el Cuerpo de policía, y creación de una "instancia independiente de control de la policía".

-Inmigración.

Supresión de las leyes elaboradas por los ex ministros conservadores del Interior Charles Pasqua y Jean Louis Debre y restablecimiento del derecho de asilo.

-Cultura

Aumentar el presupuesto al 1 por ciento de los presupuestos generales del Estado.

-Privatizaciones

Renovación de los servicios públicos y suspensión de las privatizaciones.

-Europa

Sí a la moneda única pero con ciertas condiciones, como la adhesión al euro de España e Italia, y la del Reino Unido "si lo desea"; substitución del Pacto de estabilidad por un Pacto de solidaridad y crecimiento; instauración de un gobierno económico europeo y rechazo de un euro sobreevaluado en relación con el dólar y el yen.

-Justicia

Los nombramientos de los magistrados no deben seguir estando sometidos al poder político y el ministro de Justicia no podrá intervenir de ninguna manera en los casos judiciales individuales.

-Vida política

Reduccion a cinco años de todos los mandatos políticos (el mandato del presidente de la República es ahora de siete años), limitación estricta de la acumulación de mandatos y funciones políticas e inclusión en la Constitución del objetivo de una paridad entre hombres y mujeres.

-Democracia social

Restablecimiento del control administrativo de los despidos.

EFE

FL/PI

9708649.

05

XD0523

G POXDT 06-02 00174
mun exg ecd icx

FRANCIA-ELECCIONES

RESULTADOS OFICIALES DEFINITIVOS DEL MINISTERIO DEL INTERIOR

París. 2 jun (EFE).- Resultados oficiales de la segunda vuelta de las elecciones legislativas francesas. divulgados hoy. lunes. por el ministerio del Interior. una vez escrutadas las 577 circunscripciones.

	Escaños '97	Escaños '93
Extrema izquierda	0	0
Partido Comunista (PCF)	38	24
Partido Socialista (PS)	240	57
Socialistas Radicales (PRS)	12	5
Diversos izquierda	21	13
Ecologistas	7	0
Otros	1	0
Reagrupación para la República (RPR)	135	246
Unión para la Democracia Francesa (UDF)	108	203
Diversos derecha	14	29
Frente Nacional (FN)	1	0
Extrema derecha	0	0

EFE
FL/pq

06/02/10-33/97

06

9708649.

EL SOCIALISMO Y SUS ALIADOS TENDRAN MAYORIA ABSOLUTA

Avasallante triunfo de la

Los socialistas cuadruplicaron sus diputados • Y la derecha perdió la mitad de sus bancas • El presidente Chirac es el gran derrotado • Ahora se verá obligado a "cohabitar" con Lionel Jospin

JUAN C. ALGAÑARAZ
Enviado especial

La izquierda francesa logró ayer un triunfo histórico frente al centroderecha gobernante **al obtener la mayoría absoluta en la nueva Asamblea Nacional,** por lo que el presidente Jacques Chirac deberá compartir el poder, "cohabitar" con el socialista Lionel Jospin.

Según datos oficiales, el socialismo obtiene 240 escaños, contra los 63 que tenía anteriormente, a los que se suman los 12 de los radicales Socialistas y 16 de otros partidos de izquierda. El Partido Comunista también mejoró los resultados electorales al obtener 38 bancas, frente a las 24 que tenía en la Asamblea disuelta.

Los grandes perdedores del escrutinio **son Chirac y los partidos que formaban la coalición de gobierno,** el conservador Reagrupación para la República que de 259 diputados que tenía obtuvo ahora 131, y el liberal Unión para la democracia francesa, que de 206 escaños pasó a 108.

Chirac disolvió el Parlamento de 577 legisladores el 21 de abril pasado y convocó a elecciones anticipadas. La izquierda triunfó en el primer turno, el 25 de mayo.



La izquierda deberá mostrar que la defensa del Estado de bienestar puede ser llevada a la práctica

La izquierda afronta ahora un desafío de gran envergadura para demostrar que sus promesas electorales, **la defensa del Estado de bienestar y los valores sociales, pueden ser llevados a la práctica.** Si fracasan, los socialistas abrirán las puertas a un nuevo crecimiento del ultraderechista Frente Nacional, que logró en estos comicios los mejores resultados de su historia.

Tal como anticipó Jospin, "el curso y el equilibrio de Europa se verán afectados si ganamos estas elecciones tras la victoria de nuestros compañeros laboristas en Gran Bretaña". El categórico triunfo de la izquierda y el resonante fracaso del centroderecha han sido toda una sorpresa, cuando en Europa se están viviendo momentos dramáticos en la construcción de la **unidad política y económica del Viejo Continente, en especial de la moneda única.**

Mientras los socialistas lograron cuadruplicar el número de legisladores, el centroderecha perdió la mitad de sus diputados.

En toda Francia, multitudes de simpatizantes de los partidos y grupos de izquierda se reunieron para festejar su vuelta a la victoria electoral después de sufrir grandes derrotas en las elecciones parlamentarias de 1993 y un revés en los comicios presidenciales de 1995.

Colgados en las verjas del bello edificio de la Casa de América latina, en el boulevar Saint Germain, chicas y muchachos coreaban consignas pidiendo la renuncia de Chirac y saludando a su líder, Lionel Jospin. **Los jóvenes se convirtieron en los grandes protagonistas del festejo en las calles de París y bailaron junto a inmigrantes,** que ven alejarse las amenazas de las leyes de represión aprobadas por el centroderecha y rechazadas por toda la izquierda y los ecologistas.

Hoy, Chirac presidirá la última reunión del gobierno. Los flamantes 577 diputados de la Asamblea Nacional deben reunirse mientras el jefe del Estado efectúa una ronda de consultas al finalizar las cuales propondrá a Jospin, representando **al partido más votado,** que forme gobierno.

"Más allá de la alegría que producen estos resultados está el hecho de que manifiestan las **exigencias profundas de cambio del pueblo francés**", señaló Jospin a sus entusiasmados partidarios. □

Un cambio muy profundo

ANALISIS

París.
Enviado especial

Cuando el presidente Jacques Chirac disolvió la Asamblea Nacional el pasado 21 de abril, **nadie creía en una victoria de izquierda.**

Los sacrosantos sondeos de opinión se equivocaron pronosticando **un triunfo del centroderecha,** lo mismo que los especialistas de diversa laya que se pasearon por los medios de comunicación seguros de que nada iba a cambiar en Francia.

Pero los franceses se disponían a impulsar **un cambio profundo en la cultura política,** en el estilo de sus dirigentes y en los valores sociales.

Todos los que se equivocaron –y han sido muchos– demostraron que los vínculos sutiles que unen a un pueblo con la vida política, y que dan grandes sorpresas en las elecciones, **no tenían nada que ver con las expectativas del poder y los medios de comunicación.**

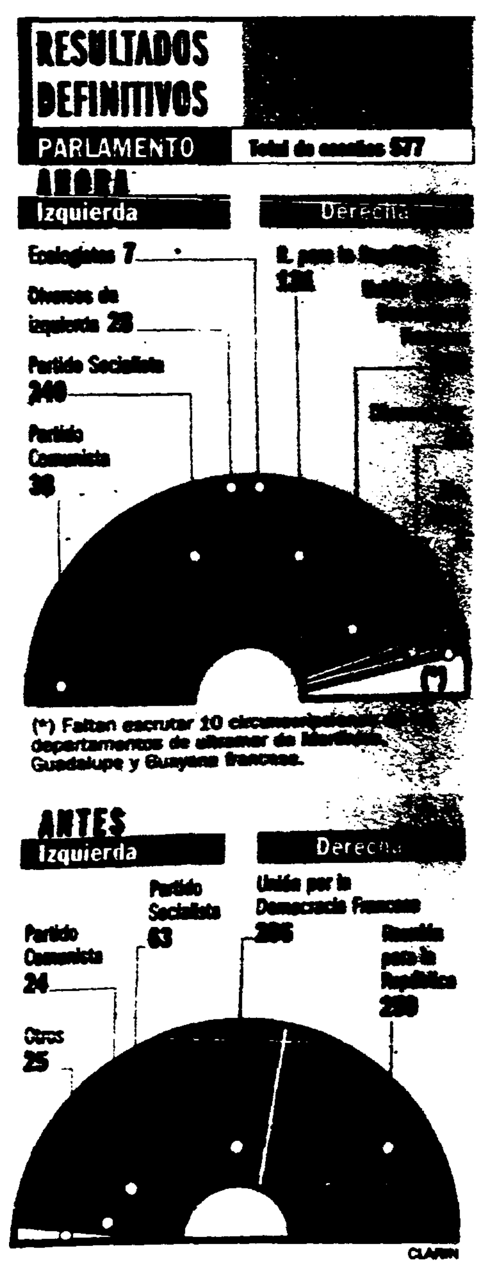
Con gran sabiduría, el pueblo francés consideraba que los graves problemas sociales que enfrenta el país en un momento crucial de la construcción europea **debían ser abordados por un equilibrio de fuerzas, de poderes.**

Más que por la cohabitación los franceses han votado por una "gran coalición". También han rechazado categóricamente el referéndum de apoyo a su política y a su persona que les planteó, **con sorprendente arrogancia,** el presidente Chirac.

La consecuencia más espectacular es que se han consolidado los liderazgos en la izquierda y **están saltando por los aires los de la derecha.** El proceso de recuperación del Partido Socialista ha culminado brillantemente gracias al proceso de renovación impulsado por Lionel Jospin, que ha sido, sobre todo, **de reconstrucción moral.**

La izquierda **tiene ahora ante sí una tarea histórica.**

El centroderecha **está casi en ruinas.** Jacques Chirac ha perdido buena parte de su capital político y es ahora **un presidente débil que deberá rendir cuentas por su fracaso.**



9708649.

07

izquierda en Francia

• Multitudinarios festejos en París de los simpatizantes de izquierda • Por primera vez, el ultraderechista Frente Nacional de Jean Marie Le Pen obtuvo un escaño en la nueva Asamblea

PERFIL

Lionel Jospin, un moralista de la política francesa

Lionel Jospin es el gran triunfador de estas elecciones. Reservado, algo frío y de una honestidad reconocida por todos, este profesor y diplomático de 59 años quedó consagrado ayer como la figura clave del triunfo de la izquierda.

Jospin no tiene carisma y es todo lo contrario al político "telegénico y mediático", que vive y actúa para la pequeña pantalla de la televisión. Es por eso que su éxito es, en el fondo, un triunfo personal.

Estos eran defectos que desesperaban a los asesores de imagen del Partido Socialista. Ahora, se han dado cuenta de que son un verdadero tesoro político porque el electorado cree en la sensibilidad de este hombre sencillo que promete decir siempre la verdad. La credibilidad de Jospin era la prueba de fuego de su capacidad de liderazgo: demostró con creces que sabe llegar a la cabeza y al corazón de los franceses.

El máximo dirigente socialista es un moralista que promete "restaurar la virtud" en la política francesa, cuya clase dirigente está desacreditada por múltiples escándalos de corrupción.

Nacido en un hogar humilde, su padre era maestro y su madre, partera. Jospin creció en una familia de religión protestante, con valores estrictos sobre la honestidad y la igualdad. Más tarde, Jospin unió estos criterios con las viejas tradiciones socialistas.

Fue ministro de Educación de François Mitterrand, de quien se alejó por las denuncias de corrupción que terminaron por hundir a la izquierda en el desastre electoral de 1993.

POR QUE PERDIO LA DERECHA

[illegible] los franceses son conscientes de que debe haber un ajuste acorde a las exigencias de Europa, pero no quieren dejar ese proceso solo en manos del centroderecha.

[illegible] no garantizaba a la ciudadanía francesa la supervivencia del Estado de bienestar, del cual están muy orgullosos.

[illegible] la desocupación, un fenómeno que afecta a varios países de Europa, en Francia, Gran Bretaña y España adquiere características alarmantes.

POR QUE GANO LA IZQUIERDA

[illegible] promete realizar un ajuste menos drástico y tener en cuenta las necesidades sociales más acuciantes.

[illegible] dentro de su plataforma, si bien adhiere a las exigencias europeas sintetizadas en el tratado de Maastrich, se contempla preservar el Estado de bienestar.

[illegible] propone moralizar la política francesa, un argumento que interpretó el deseo de un gran número de votantes.

08

9708649.

PLAN ECONOMICO DE EMERGENCIA

Qué medidas se aprestan a tomar los socialistas



Buscarán sanear el déficit de US$ 25.000 millones del sistema de protección estatal • Ahora los ricos deberán pagar más impuestos

París
Enviado especial

El futuro primer ministro socialista, Lionel Jospin, ya preparó una pequeña batería urgente de medidas para sus primeros meses en el gobierno. El plan incluye **una auditoría sobre las finanzas del Estado y mayores impuestos para los ricos.** Los socialistas quieren saber con detalle el estado de las cuentas de Francia y, sobre todo, la situación del **sistema de protección social** que tiene un déficit acumulado de 25.000 millones de dólares.

Destinado en parte a achicar esas deudas, el plan económico de emergencia de los socialistas fue diseñado por el elegante Dominique Strauss-Khan, de 47 años, que será el próximo ministro de Finanzas. **"Queremos aumentar el poder de compra de los franceses** para fomentar la demanda y poder estimular el crecimiento económico y el empleo", dijo Jospin.

Sus asesores piensan **cambiar el sistema de financiamiento de la protección social** y aliviar la cuota que deben pagar los asalariados, la inmensa mayoría de la población francesa. Prevén lograr así un 4,3% de aumento del poder de compra.

El gobierno de la izquierda estima que el sistema impositivo debe ser más justo y por lo tanto rechaza las medidas del ex primer ministro Alain Juppé, que iba a beneficiar con una rebaja en el impuesto de la renta a los ingresos más elevados. **Los ricos tendrán que pagar más impuestos.**

Lucha contra el desempleo

Otras medidas de gran importancia tienen que ver con la construcción europea, la moneda única y los duros criterios de estabilidad. Todo este proceso, prometen los socialistas, estará condicionado al estímulo a la creación de riqueza y la lucha contra el desempleo.

Para crear puestos de trabajo el nuevo gobierno se propone **disminuir progresivamente la duración de la jornada de trabajo de 39 a 35 horas semanales sin disminuir los salarios.**

Para coordinar este ambicioso plan, se convocará a una conferencia nacional sobre el empleo, los salarios y la duración del horario de trabajo a la que serán llamados los sindicatos y los empresarios.

Estas medidas, estima Jospin, permitirán crear entre 300.000 y 400.000 empleos. También se pondrán en marcha una serie de medidas para estimular a las empresas a dar trabajo a los jóvenes muy castigados por el desempleo que afecta al 12,8 por ciento de los franceses.

En total, **se planea crear 350.000 puestos de trabajo**, que en parte serán absorbidos por las administraciones central y municipales y también por las empresas. Una

cantidad simi
da por los e
económico.
"Todo esto
mente de un
tiempo. Hace
tas medidas f
ninguna dud
cumplir con t
futuro jefe de
meros mensa

AJUSTE Y DESCONTENTO SOCIAL

Fuerte giro en la política europea

París
Enviado especial

La categórica victoria de la izquierda en Francia, después de un resultado igualmente relevante en Gran Bretaña, marca **un fuerte giro en la política europea**: ahora se vuelve a otorgar prioridad a los valores de defensa de la protección social y a las políticas de crecimiento económico que permitan luchar contra la desocupación.

Estos resultados se producen en un momento particularmente crucial para la Unión Europea (UE). Este año, los estados miembro tienen que cumplir los estrictos criterios de estabilidad en materia de déficit presupuestario, deuda pública, inflación y tasas de intereses que les permitan formar el grupo que integrará la moneda única europea el 1° de enero de 1999.

El cumplimiento de esos requisitos derivó en un **severo ajuste estatal, rechazado por el electorado.** Esos objetivos tampoco alentaron el crecimiento económico y propiciaron el aumento del desempleo.

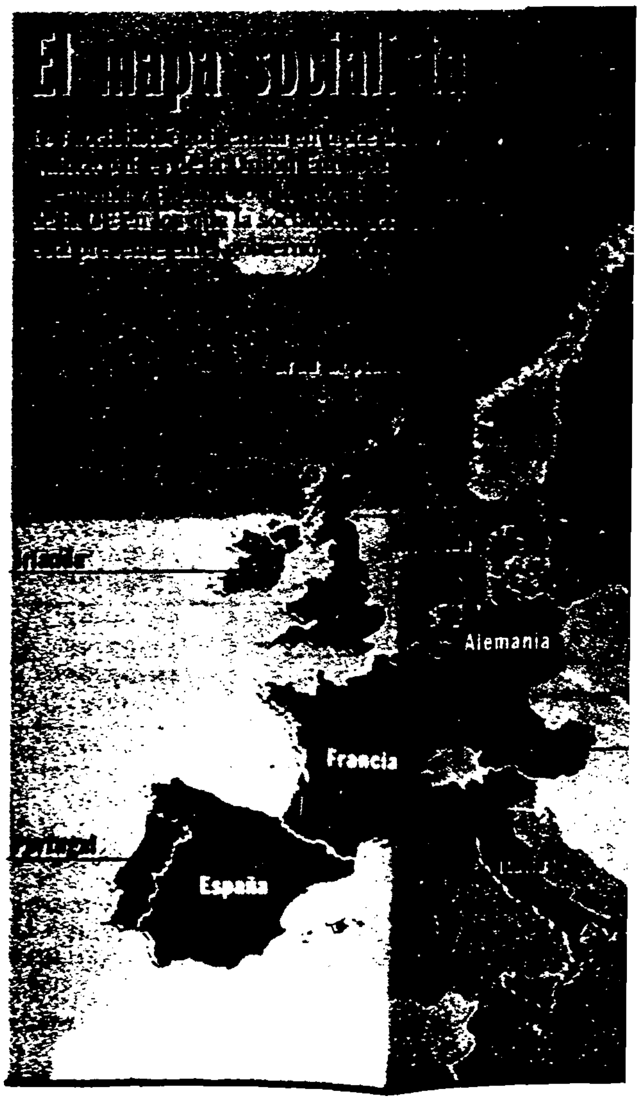
El descontento social ha ido creciendo en toda Europa y los gobiernos de Francia y Gran Bretaña no dieron signos de tomar conciencia de la gravedad de la protesta. **El voto castigo a los conservadores franceses y británicos** es una fuerte llamada de atención a los demócratas cristianos alemanes que irán a las urnas el año que viene.

Alemania es ahora un hervidero de conflictos en torno a los problemas del déficit de presupuesto, y un proceso parecido se registró en Francia.

"No" a la desocupación

Los socialistas franceses proclaman que quieren la unión monetaria, **pero sin una austeridad que aumente la desocupación.** Por eso, el premier electo Lionel Jospin dijo que el tema de la moneda única debe centrarse en la creación de empleos.

Durante todo 1997 se esperaban tensiones muy fuertes en los mercados internacionales en torno a la construcción de la moneda única. Los resultados electorales en Francia introducen ahora un imprevisto factor de inestabilidad. En los próximos días, los socios de Francia en la UE pedirán a Lionel Jospin una amplia clarificación de sus posiciones. □



09



REUTER

... de conocerse los resultados. Después vino la decepción.

LOS FRANCESES RECHAZARON SU POLITICA

Jacques Chirac, el gran derrotado

París
Enviado especial

Si Lionel Jospin es el gran triunfador de estas elecciones, el gran derrotado hasta casi la humillación es el presidente Jacques Chirac, líder de la coalición de centroderecha gobernante.

"Chirac me sustituirá como presidente de la República y se convertirá en el hazmerreír de Europa", vaticinó un día, con amargura, el ex jefe de Estado y líder socialista François Mitterrand.

Pocas ganas de broma ha provocado ahora en los socios europeos, y en los Estados Unidos, la crisis que desató la decisión de Chirac de disolver la Asamblea Nacional para ganar, mediante una campaña electoral que se creyó fulminante, un mandato de cinco años para su obediente colaborador, Alain Juppé.

Esta maniobra terminó en un desastre y volvió a poner en evidencia que Chirac se deja llevar demasiado por su carácter intuitivo y poco reflexivo. Lo peor de todo es que tanto Chirac como Juppé han demostrado que estaban muy lejos de sintonizar con el real estado de ánimo de los franceses, el peor defecto que puede tener un político, máxime cuando está al frente de un país de la importancia de Francia.

El líder del ultraderechista Frente Nacional, Jean-Marie Le Pen, reiteró ayer su pedido de dimisión al presidente de la República, que "salió a dar la batalla electoral y ha sido vencido".

En las propias filas del centroderecha ya hay quienes piensan que Chirac debería irse cuanto antes.

El jefe del estado francés fue el refundador del partido gaullista, Asamblea por la República (RPR) y su principal animador. Siempre ha sido un político de raza, muy afable y con fama de saber dar a tiempo grandes golpes de audacia en su ascenso hacia las cumbres del poder.

Convencido de que los franceses le iban a dar un cheque en blanco si disolvía la Asamblea Nacional con diez meses de anticipación, Chirac planteó en realidad más un referendo a su persona y a su política que unas elecciones parlamentarias.

Para dar esa batalla peligrosa eligió un mal jefe de filas, el primer ministro Alain Juppé, que cosecha los peores índices de impopularidad en la historia de la Quinta República.

También estaba totalmente alejado de los electores un programa que prometía sangre, sudor y lágrimas para poder entrar cómodamente en Europa y no daba ninguna solución creíble al peor problema que afrontan los franceses: la desocupación. □

PRESIDENTE DERECHISTA CON PREMIER SOCIALISTA

Cohabitación, una relación difícil

París
Enviado especial

La famosa "cohabitación" a la francesa significa que el presidente de la república, que tiene un mandato de siete años, debe compartir el poder con un gobierno de la oposición, cuando en las elecciones parlamentarias el electorado apoya a las fuerzas políticas opuestas al jefe del Estado.

La Constitución de 1958, mediante la cual Charles de Gaulle fundó la Quinta República, establecía que el presidente debe responsabilizarse por los grandes temas de política exterior de Francia y asumir su representación en las reuniones internacionales.

También le corresponde al jefe del Estado la jefatura de las fuerzas armadas y tiene es sus manos los resortes constitucionales, el primero de los cuales es su derecho a disolver la Asamblea Nacional cuando lo crea conveniente.

La Asamblea tiene mandato por cinco años y, en general, los presidentes intentan disolverla cuando creen que las fuerzas políticas que los apoyan podrán consolidarse o bien ganar la mayoría.

En 1983 el político de centroderecha Edouard Balladur identificó esta situación que lleva a fuerzas políticas opuestas a compartir el poder como una "cohabitación", el término que identifica a una pareja que vive de forma marital sin estar legalmente casados. La definición hizo fortuna y se incorporó al argot político no sólo francés sino internacional.

Esta situación de "cohabitación" debió padecerla por dos veces el presidente socialista Francois Mitterrand, que gobernó por dos mandatos entre 1981 y 1995. Entre 1986 y 1988, el centroderecha llegó al gobierno después de derrotar a la izquierda e impuso como primer ministro a Jacques Chirac.

En general, la cohabitación ha funcionado sin demasiadas crisis con el presidente ocupado de la política internacional y los militares y el primer ministro con el gobierno de todos los días. Pero Mitterrand entró en crisis con Chirac cuando éste quiso precipitar algunos procesos de privatización y, al final, el presidente socialista convocó a elecciones en las cuales sus fuerzas derrotaron a la derecha.

Con el triunfo de la izquierda, la situación de "cohabitación" se produce por primera vez entre un presidente de derecha y un gobierno socialista. Jospin ha proclamado que no habrá ningún problema de fondo que precipite una crisis entre el primer ministro socialista y el presidente de centroderecha. Habrá que verlo. □

ALAIN JUPPE, EL PREMIER SALIENTE

"La derecha deberá analizar su fracaso"

París
Reuter

El primer ministro renunciante, Alain Juppé, afirmó que la derecha gubernamental deberá analizar las razones de su fracaso electoral y deseó suerte a "los que van a gobernar Francia".

Juppé hizo una declaración muy breve al conocerse los primeros resultados oficiales anticipando la amplia victoria izquierdista.

"Deseo suerte a los que van a gobernar Francia ahora", dijo Juppé luego de subrayar los esfuerzos desarrollados por su gobierno para "modernizar el país" y "preparar su entrada" en el siglo XXI.

Fuentes oficiales afirmaron que hoy presentará su renuncia al presidente Jacques Chirac y que Lionel Jospin será designado para reemplazarlo inmediatamente. □

XD0596

U POXBI 06-04 00264

mun exg icx

FRANCIA-GOBIERNO

MAXIMO DIRIGENTE PCF CONFIRMA PARTICIPACION COMUNISTAS

París, 4 jun (EFE).- El líder del Partido Comunista Francés (PCF), Robert Hue, anunció hoy, miércoles, oficialmente la participación de su grupo en el Gobierno que dirigirá el socialista Lionel Jospin.

La decisión fue divulgada al término de la reunión del Comité Nacional del PCF, que analizó la votación de los militantes que anoche se pronunciaron mayoritariamente a favor de la presencia de los comunistas en el nuevo Gobierno.

El voto de los militantes despejó la últimas dudas en cuanto a la participación comunista, a la que se oponían algunos sectores del partido que consideraban "insuficientes" las condiciones.

La decisión final dependía del Comité Nacional que debía corroborar el voto de los militantes.

Los comunistas deberían estar representados con dos ministros y un secretario de Estado en el Gobierno de Jospin, informaron medios de prensa que citan fuentes del PCF.

Según esas fuentes, dos diputados de Seine-Saint-Denis (región parisiense), Marie George Buffet y Jean Claude Gayssot, asumirán respectivamente la cartera de Juventud y Deportes y la de Transportes y Equipamiento, mientras que la senadora del Norte Michelle Demessine se ocupará de Turismo.

Esta tarde debería conocerse la composición del nuevo Gobierno que Jospin desea "moralmente inatacable", lo que significa que sus miembros no tengan asuntos pendientes con la justicia.

El Gobierno, en el que también estarán representados los ecologistas y los otros grupos que han contribuido a la victoria de la izquierda en las elecciones legislativas, debería contar con una importante representación femenina.EFE

ag/ig/pq

06/04/10-16/97

U FUXBI 06 04 00605
mun e.o 1cx

FRANCIA-GOBIERNO (analisis)
UN EJECUTIVO RESTRINGIDO, FEMENINO Y ABIERTO TODA IZQUIERDA

Por Fernando Linares

París, 4 jun (EFE). El nuevo Gobierno francés es restringido (26 miembros), con importante presencia femenina (8 mujeres) y abierto a toda la izquierda, tal como había anunciado el nuevo primer ministro, el socialista Lionel Jospin.

El nuevo Ejecutivo cuenta con 14 ministros, dos ministros delegados y 10 secretarios de Estado. Estos últimos participan en las reuniones del consejo de ministros si los temas tratados son de su competencia.

Con 26 miembros, el nuevo Gobierno es el más restringido de los últimos doce que se han sucedido desde 1981, que han tenido un máximo de 49 miembros y un mínimo de 30.

Mañana, jueves, se celebrará el primer consejo de ministro de la llamada "tercera cohabitación", en el que el presidente Jacques Chirac estará rodeado 19 socialistas, tres comunistas, una ecologista, un representante del Movimiento de los Ciudadanos y tres socialistas radicales.

En el Gobierno Jospin las mujeres ocupan algunos ministerios importantes, a diferencia de lo que ocurrió en el primer gobierno del gaullista Alain Juppé. Seis de las ocho mujeres del nuevo Gobierno son ministras, lo que significa que detentarán el 30 por ciento de las carteras ministeriales, y otras dos son secretarias de Estado.

Martine Aubry, la hija del ex presidente de la Comisión Europea Jacques Delors, figura como número dos del Gobierno como ministra de Empleo, y Elisabeth Gigou es la nueva ministra de Justicia, cargo que hasta ahora nunca había ocupado una mujer.

La portavoz de los Verdes, Dominique Voynet, entra en el Gobierno con una vasta cartera que agrupa la Ordenación territorial y el Medio Ambiente.

También queda en manos de una mujer el importante ministerio de Cultura, a cuyo frente a sido nombrada la alcaldesa de Estrasburgo, Catherine Traumann, que también será la portavoz del Gobierno, una función muy sensible en época de cohabitación.

Jospin a configurado un gran ministerio de Economía, Finanzas e Industria, que ya ha sido definido aquí como un ministerio japonés de comercio internacional e industria a la francesa, y se lo ha confiado a un hombre de su cuerda, Dominique Strauss-Kahn, un político con experiencia en funciones de gobierno.

Para el cargo de ministro de Interior Jospin ha nombrado al antiguo "enfant terrible" del Partido Socialista, del que después se marchó para fundar su "Movimiento de los Ciudadanos".

El nuevo titular de Interior, Jean-Pierre Chevenemnt, fue tres veces ministro en diferentes gobiernos de la era Mitterrand y en dos ocasiones dimitió por discrepancias con sus superiores.

Los comunistas obtienen dos ministerios menores, los de Infraestructuras y Transportes y Juventud y Deportes, y una secretaría de Estado, la de Turismo.

Para despejar las dudas acerca de su política europea, Jospin a nombrado ministro de Asuntos Exteriores a Hubert Vedrine, considerado como un europeísta convencido que fue secretario general de la presidencia de la República con el socialista

Francois Mitterrand, ya fallecido.

Junto a él, en la secretaría de Estado para la Unión Europea (UE), ha colocado a Pierre Moscovici, un notorio defensor del rigor económico.

El ministerio de Defensa, que en la jerarquía gubernamental francesa ocupaba el tercer puesto, pasa ahora al séptimo y le ha sido encomendado al senador socialista Alain Richard.

El nuevo Gobierno mezcla caras nuevas con personalidades que ya habían ocupado funciones importantes en el aparato del Estado. Pero no incluye a los "pesos pesados" de los anteriores gobiernos socialistas, como Michel Rocard, Laurent Fabius, Pierre Joxe, Jacques Lang o Paul Quilés.

Siete de los 14 ministros son personalidades próximas a Lionel Jospin, tres están considerados como "rocardianos" y dos secretarios de Estado pertenecen a la cuerda de Laurent Fabius, que será seguramente el próximo presidente de la Asamblea nacional.

La primera reunión del Consejo de Ministros será la oportunidad para que el presidente Jacques Chirac rompa el silencio en el que se ha sumido después de las elecciones legislativas que él mismo decidió anticipar 10 meses convencido de una victoria de los conservadores que no se produjo. EFE

FL-JMA

06/04/70 56/97

9708649.

EL PC FRANCES SE UNIRA AL GOBIERNO DE JOSPIN

La participación en el socialismo

El socialista Lionel Jospin es el flamante primer ministro francés. Llegó a un acuerdo con el PC para formar gobierno.

Página/12 EN FRANCIA

(Por Eduardo Febbro, desde París) **El jefe del gobierno francés Lionel Jospin comenzó su primera jornada de trabajo en la sede de su partido con una extensa entrevista con el secretario general del Partido Comunista Robert Hue. Definida con el calificativo de "positiva", la minicumbre PS-PC iba a revelar más tarde parte de su contenido. Robert Hue propuso ante los 121 miembros del Consejo Nacional del PC que los comunistas participaran en el gobierno de Jospin y horas después el mismo Consejo recomendaba "la participación comunista en una mayoría parlamentaria de izquierda y la presencia de ministros comunistas en el gobierno". Con esta aprobación Lionel Jospin resolvió uno de los más serios escollos que presentaba la formación de su gabinete. Según trascendió, los comunistas franceses exigieron y obtuvieron garantías sobre dos de sus demandas más urgentes: un aumento de cien dólares del salario mínimo –el SMIC fijado en 1200 dólares netos– y un descenso significativo de la Taza de Valor Agregado, la TVA francesa. Esta, con su recargo del 20,6%, es una de las más elevadas de Europa y el PC impulsa una reducción general de dos puntos y mucho más para los productos de primera necesidad.**

Luego del encuentro con su ya aliado gubernamental, Jospin acudió a la ceremonia de traspaso de poderes. El renunciante Alain Juppé le entregó al nuevo primer ministro las llaves del reino de Matignon en el curso de un acto inusualmente breve y seco. Así concluyó para Alain Juppé una aventura iniciada hace dos años. Después Jospin acompañó a Juppé hasta la puerta y mientras uno subía las escaleras por una alfombra roja hasta sus nuevos despachos el otro se iba en bicicleta hasta la Asamblea Nacional para inscribirse como diputado. El resto de la jornada Lionel Jospin lo dedicó a armar el equipo gubernamental que será anunciado hoy. El gabinete debe obedecer a varios criterios: estrecho, no más de 15 miembros, con una fuerte presencia femenina en los puestos importantes; plural, es decir integrando a los aliados de izquierda y los ecologistas, marcado por la coherencia de una sola línea política. El jefe del gobierno excluye de su administración a todas las personas inculpadas por la Justicia o amenazadas de pasar ente los tribunales y contempla aplicar a los miembros del gabinete una de las promesas de su campaña: rechazar "en carne propia" la acumulación de mandatos antes de que este principio sea ley.

La victoria del domingo no modificó en nada la actitud escénica de los socialistas. Con la misma modestia con que vivieron los resultados en la primera vuelta de las elecciones legislativas, los socialistas "trabajan" ahora sin triunfalismo en la elaboración de su acción política. Una vez levantada la hipoteca de una crisis con los comunistas, el PS y sus aliados pueden consagrarse de lleno a traducir en hechos aquello por lo cual los electores los votaron. Un estudio del comportamiento electoral realizado por el Centro de estudios de la vida política francesa, CEVIFOP, revela que los electores, movidos por "la depresión y la desconfianza", votaron a la izquierda con mucha desconfianza, al mismo tiempo que se proyectaron en torno a las propuestas concretas de la coalición rosa-rojo-verde. Aumento del salario mínimo, creación de empleos, reducción de la semana laboral. Lo que más resalta de los estudios postelectorales es que Francia privilegió la dimensión social de la acción gubernamental antes que la dimensión financiera. Resalta también que, pese a las desilusiones periódicas que, desde 1981, terminaron con la vida de seis gobiernos, el electorado mantiene su confianza en los grandes partidos del país y, sobre todo, en el concepto de "alternancia".

Lejos de este clima de paz y reflexión, la apabullada derecha francesa seguía batallando por el liderazgo de sus formaciones y el presidente francés, aficionado hasta la semana pasada a las intervencionespúblicas, se ha vuelto el hombre invisible. Mientras los grandes líderes del movimiento gaullista RPR pedían la renuncia de su presidente, Alain Juppé, éste, sentado en su sillón de jefe, convocaba a una cumbre extraordinaria del gaullismo para zanjar el dilema de su futuro líder. La jugada fue recibida con caras largas y resumida así: refugiarse detrás de los estatutos para disimular una derrota es inaceptable". Los únicos nerviosos con la mayoría de "las fuerzas del cambio" son los conservadores. La bolsa y el mundo de la especulación financiera parecen netamente de izquierda. Como ocurrió con el triunfo laborista en Gran Bretaña, las plazas financieras de París volvieron a la normalidad... y hasta a situaciones de alza. Un corredor de bolsa comentó a **Página/12** que "los medios bursátiles están convencidos de que la izquierda no llevará a cabo su programa social". Por eso apuestan a seguir ganando.



Lionel Jospin (izquierda) saluda a su antecesor en el cargo, el gaullista Alain Juppé. *El traspaso del poder se realizó en una de las ceremonias más breves que se recuerden en Francia.*

Doce minutos

Apenas doce minutos duró la ceremonia de traspaso de poderes del gaullista Alain Juppé al nuevo primer ministro socialista Lionel Jospin. Este último llegó a las 9 de la mañana al patio principal del Palacio de Matignon, donde fue recibido por el primer ministro saliente. Sonrientes, ambos políticos se dieron un apretón de manos que fue tomado por los numerosos fotógrafos y camarógrafos presentes en el acto, y a continuación subieron al despacho del primer ministro, situado en el primer piso. La ceremonia fue una de las más breves que se recuerdan, ya que doce minutos después, Jospin y Juppé aparecían de nuevo en la escalinata de la puerta principal, cubierta con una alfombra roja. Un nuevo apretón de manos y adiós.

Los últimos números

El Ministerio del Interior de Francia comunicó los resultados definitivos de la segunda y decisiva ronda electoral para la Asamblea Nacional: La alianza de izquierda integrada por el Partido Socialista (PS), el Partido Comunista Francés (PCF) y los Verdes dispone de una amplia mayoría parlamentaria con 319 bancas frente a las 256 del campo conservador. La cantidad mínima de bancas para la mayoría absoluta es de 289. Estaban en juego 575 de las 577 bancas, ya que los dos diputados de la Polinesia Francesa ya habían sido elegidos –entre 10 candidatos– el pasado 17 de mayo. En porcentaje, la alianza izquierdista consiguió el 48,25 por ciento. De este porcentaje, los socialistas sólo obtuvieron 38,05. La coalición conservadora, junto a algunos independientes, obtuvo 46,03 por ciento. La neogaullista RPR mostró una ventaja de 2,04 puntos respecto de la social liberal de derecha UDF. El ultraderechista Frente Nacional (FN) –con un solo mandato en la Asamblea– obtuvo el 5,6 por ciento. También en la segunda vuelta fue alto el número de franceses que se abstuvieron de votar o cuyo voto fue anulado. Casi un tercio de los 38,4 millones de electores inscriptos, el 28,93 por ciento equivalente a 11.133.522 millones de franceses y francesas, no fue a votar. El 1.7 de los votantes invalidó su voto.

Chirac está atrapado por la izquierda y la derecha

Por **Jana Mikoska**

París, AFP

El presidente francés, Jacques Chirac, se encuentra atrapado entre una incómoda cohabitación con el nuevo gobierno de izquierda y una guerra de líderes en el seno de su partido, el gaullista Reunión para la República (RPR), que podría comprometer un eventual segundo mandato presidencial.

Después de la estrepitosa derrota del pasado domingo en la segunda y última vuelta de las elecciones legislativas francesas, la derecha protagoniza desde hace días un fuerte enfrentamiento entre sus líderes, que debería desembocar en una reconstrucción de cara a las elecciones regionales de 1998.

La transición transcurre con aparente suavidad para la derecha liberal y los centristas agrupados en el seno de la Unión para la Democracia Francesa (UDF), pero no sucede lo mismo con el RPR, fundado por Chirac en 1976.

Su presidente, el ex primer ministro Alain Juppé, considerado principal responsable de la derrota de la derecha en las legislativas, está siendo presionado para que ceda el puesto al ex presidente de la Asamblea Nacional (Cámara de Diputados), Philippe Seguin.

Este jueves, en el mismo momento en que Chirac inauguraba, en el primer consejo de ministros, su cohabitación con los 27 miembros del nuevo gobierno de izquierda, Philippe Seguin anunció oficialmente su candidatura a la sucesión de Alain Juppé en la presidencia del RPR.

Este "gaullista social" y "europrudente", de 54 años, tiene el apoyo de dos personalidades cruciales del RPR, el ex primer ministro Edouard Balladur, que se enfrentó a Chirac en las presidenciales de 1995, y el ex ministro de Interior Charles Pasqua, dispuesto a arrebatar al Frente Nacional (FN) los votantes de la extrema derecha.

Desde hace dos días, más de la mitad de los 134 diputados del RPR han ofrecido también su apoyo a Seguin, que podría ser elegido en un congreso anticipado del partido, previsto para mediados de julio próximo.

Por tanto, los días de Juppé a la cabeza del primer partido de la derecha parecen estar contados. Sin embargo, su remplazo por Philippe Seguin podría contrariar a Chirac.

A la cabeza del RPR, Seguin podría adquirir una estatura suficientemente importante para presentarse en posición de fuerza a las próximas elecciones presidenciales de 2002, oponiéndose a la eventual candidatura de Chirac para un segundo mandato.

Chirac hizo saber, a través de su entorno, que "no interviene en nada en los asuntos internos de las formaciones" de la antigua mayoría parlamentaria formada por el RPR y el UDF, y se declara "preocupado por la unidad del movimiento gaullista y por la cohesión de la oposición".

Una eventual fragmentación de la derecha tras la hecatombe del domingo pasado preocupa a los analistas, que esgrimen la amenaza de la ultraderecha.

El Frente Nacional, el partido de extrema derecha de Jean Marie Le Pen, que consiguió un 15% de votos en las legislativas, ya se considera el "nudo" de la recomposición de la derecha.

La prensa internacional se mostró preocupada este jueves por la presencia de dos ministros y un secretario de Estado comunistas en la composición del nuevo gobierno francés del primer ministro socialista, Lionel Jospin, que había sido anunciada la víspera en París.

El New York Times ironizaba en una editorial sobre lo que "debe hacer retorcerse de risa a Clinton y Blair".

Los franceses "piensan realmente que todavían pueden ser una gran potencia mundial y dejar que sus camioneros se jubilen a los 55 años conservando la casi totalidad de sus salarios, trabajar 35 horas por semana, tomar seis semanas de vacaciones de verano y cerrar sus comercios durante dos horas para el almuerzo", añadía.

Para el diario de Nueva York Francia es un "don Quijote contra el mercado de las obligaciones", mientras que "Bill (Clinton) y Tony (Blair) abandonaron este combate hace tiempo". El Washington Post consideraba, por su parte, que aunque "suscita poca inquietud entre los aliados", el componente comunista del gobierno "está lejos de ser despreciable". Las "obligaciones" de Lionel Jospin hacia los comunistas "deberían afectar al ritmo en que Francia se dirige hacia la cita de la integración europea", escribía.

Sin embargo, en Londres, el Financial Times juzgaba al gabinete de Jospin de "relativamente tranquilizante".



Robert Hue, secretario general del PCF, junto a los dos ministros comunistas en el gobierno del primer ministro francés, el socialista Lionel Jospin.

14

Los "eurosocialistas" festejan en el poder

Malmoe, Suecia, agencias

Un aplauso interminable saludó ayer la entrada del flamante premier francés Lionel Jospin en el congreso de los partidos socialistas europeos que se inauguró en Malmoe, en el sur de Suecia.

Los 500 delegados de partidos socialistas europeos se pusieron de pie y estallaron en una verdadera ovación mientras Jospin estrechaba manos y abrazaba a los líderes del "nuevo" poder eurosocialista.

Después de la seguidilla de victorias en Europa, la de Jospin en Francia y la de Tony Blair en Gran Bretaña, este tercer congreso de fuerzas socialistas y socialdemócratas previsto hace tiempo, se transformó en una apoteósis de la izquierda europea.

Por primera vez, la familia socialista cuenta con una mayoría absoluta en el Consejo Europeo, con nueve de los 15 jefes de gobierno, contra los seis grandes rivales del Partido Popular Europeo (PPE).

Los eurosocialistas se reúnen en Malmoe en una fase crucial para la Unión Europea (UE), de la que aspiran a convertirse en el "motor del futuro", según destacó el premier griego Costas Smitis.

Los socialistas que lideran gobiernos en Europa tienen que enfrentar las citas más importantes del fin de siglo: el cierre de las negociaciones de Maastricht ("Maastricht 2") que se debería adoptar en la cumbre de Amsterdam el 17 de junio, la entrada en vigor de la moneda única europea (Euro) y el ingreso en la UE de los países de la Europa ex comunista.

La cuestión más urgente es "Maastricht 2", tema que efectivamente fue desmenuzado en los coloquios de hoy en Malmoe. El recorrido hacia Amsterdam tiene dos incógnitas que quizás podrán ses aclaradas antes del sábado por Jospin y Blair.

Aún no está claro si el nuevo gobierno de Jospin, que tiene apenas 24 horas de vida, pedirá un aplazamiento de la decisión final. La segunda incógnita es la actitud del laborista británico Blair y su implacable oposición a una UE más política que social.

"Maastricht 2" es una cuestión que de hecho ha dividido a los socialistas europeos: ingleses, daneses y —con diferentes matices— alemanes y suecos son contrarios a opciones de integración demasiado drásticas.



Italianos, franceses y españoles quieren en cambio que el nuevo Tratado lleve a un inicio de la Europa política, con nuevas instituciones que puedan resistir la embestida del ingreso de los países europeos ex comunistas.

Los líderes eurosocialistas pretenden acabar también con la incertidumbre nacida en los últimos días —sobre todo tras la victoria de Jospin— sobre la eventual postergación de la entrada en vigor del proyecto de la moneda única europea, el "Euro". También podría ser rediscutido el "pacto de estabilidad" para poder dar más oxígeno a las políticas contra el desempleo, el problema social más grave de Europa.

Para afrontar el capítulo de la moneda única se reunirán también en Malmoe los ministros de Finanzas socialistas de la UE, antes del encuentro del lunes en Luxemburgo del Consejo Económico y Financiero de la Unión Europea.

LECCIONES PARA LA IZQUIERDA EUROPEA

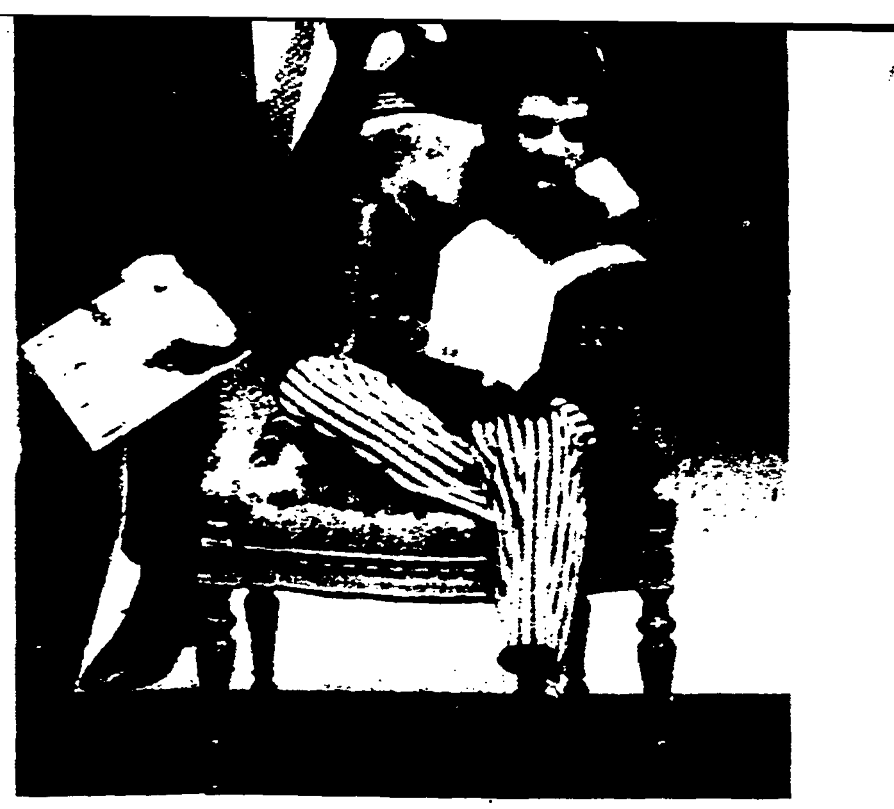
A partir de 1965, y sobre todo desde que Mitterrand resucitó el socialismo en Epinay y el PCF enfiló la vía del comunismo democrático, los grandes hitos de la política francesa volcaron su sombra, positiva o adversa, sobre una España que enbocaba la transición. Por fin, en 1981 Mitterrand quebró la continuidad de la hegemonía gaullista. No es que fuera santo de la devoción de los socialistas españoles, pero su victoria fue un signo anticipado de otra ruptura histórica de la hegemonía de la derecha, la que en España marcan las elecciones de octubre de 1982. Más tarde, con el correr de los años, los entusiasmos iniciales tuvieron que enfriarse. El cambio prometido por Felipe González tuvo un signo distinto del que soñaron sus electores, y con demasiados puntos negros, en tanto que la visita simbólica de François Mitterrand a la tumba del resistente Jean Moulin tras su toma de posesión cedió paso a las coronas de flores ofrecidas a la memoria de Pétain. Pero la ruptura que por sí misma representaba la victoria electoral, frente al dominio continuado de la derecha, conservó su valor.

La pequeña euforia del 1° de junio no debe, en todo caso, servir de pantalla para ocultar una realidad plagada de problemas. Ahora, como en 1981, la izquierda francesa llega al gobierno en una coyuntura económica particularmente desfavorable. El mejor tiempo para las reformas y la redistribución de la renta no es el presidido por la crisis, como en 1981, o por una situación particularmente forzada ante la convergencia de Maastricht, según ocurre hoy. Cualquier apresuramiento o error grave puede pagarse con un fracaso irreversible, que en términos políticos aprovecharía de inmediato el presidente Chirac para cobrarse la revancha mediante una nueva disolución. Y además, por unos cuantos escaños, el respaldo parlamentario de Jospin no es el mismo de Mauroy en el '81: entonces la admisión de los ministros comunistas fue una concesión graciosa, en hábil maniobra de Mitterrand para desgastar al PCF y evitar la presión desde la calle; hoy el apoyo comunista resulta imprescindible, y aun cuando Hue no es Marchais, el PCF sigue apegado a la imagen del '36, con el objetivo puesto en cambios inmediatos tendientes a la mejora de la condición de las capas populares, sin preocuparse ante la posibilidad de que los mismos sean rápidamente reducidos a la nada por una evolución económica adversa. Además, Hue y su rugoso partido carecen de la finura política que ha permitido a Bertinotti en Italia conjugar la presión con el apoyo desde fuera al gobierno. La pelota puesta en el campo de Jospin tiene así un difícil resto.

En este marco, resulta posible distinguir, no obstante, aspectos en sí mismos muy favorables. El principal, por supuesto, la resurrección de una base electoral de la izquierda dada por desaparecida tras las elecciones de 1993. Otro, plenamente aplicable a España, en contra de lo que algunos opinaron en 1995, la lección de Jospin. En la última década, la suerte de la izquierda se presentó ligada a líderes carismáticos, del tipo Mitterrand, González, Craxi o Papandreu, que en unos casos llevaron a la ruina a sus huestes y en otros bloquearon todo cambio interno al afirmarse como centros de poder insustituibles. Jospin probó en 1995 que un discurso riguroso, ligado a las garantías de honestidad y compromiso propias de la tradición socialista, podía devolver las esperanzas a la izquierda, a pesar de una renuncia deliberada a la presentación carismática. La fórmula, por fortuna, ha funcionado. Tiene otras virtudes. La izquierda no debe sólo anunciar cambios, sino cambiar ella misma. En primer plano, asumiendo su composición plural, recogiendo en torno del eje socialista las nuevas sensibilidades, como el ecologismo político, sin pretender la destrucción de las añejas, en este caso el PCF. Y promoviendo la política de género, en la proporción de candidatas y en las perspectivas de futuro, con una Martine Aubry que podría llegar a convertirse en la primerapresidenta de Francia. Todo ello sin olvidar la vieja lección de que las esperanzas en la izquierda son correlativas al diseño de proyectos unitarios, eso sí, a partir del citado pluralismo. Los componentes de la izquierda son inevitablemente heterogéneos. Su convergencia es una precondición para el éxito político, como acaba de comprobarse en Francia.

Antonio Elorza es catedrático de Pensamiento Político de la Universidad Complutense de Madrid.

estas páginas, la violencia de la ruptura francesa se basa en una voluntad política; mira más hacia el futuro que hacia un pasado que desaparece irremediablemente. Francia sale por fin de la era mitterrandista. Esa es la razón por la que la decisión de los franceses tendrá consecuencias para toda Europa y contribuirá a hacerla salir de la despolitización a la que estaba sometida.



Francia vuelve a

LA REVOLUCION

(*Por Alain Touraine* *) Nadie podía prever lo que ha ocurrido. Si Jacques Chirac, aconsejado por Alain Juppé, disolvió una Asamblea que dominaba por completo, no fue sólo porque temiera perder las elecciones de 1998, sino porque estaba convencido de ganar las de 1997. ¿De dónde le venía esta confianza? No de la popularidad del gobierno, el más impopular de la V República, que tuvo que enfrentarse a una viva hostilidad popular en otoño de 1995 y se vio obligado a renunciar a la mayoría de sus proyectos industriales en 1996, sino de la convicción de que los franceses no veían solución en ninguna otra parte y que, puesto que acusaban a los socialistas tanto como a la derecha del aumento del desempleo, aceptarían, por tanto, sin entusiasmo pero con resignación, una política reducida a la sumisión a las exigencias de la unidad monetaria. Además, los dos dirigentes de la mayoría pensaban que su superioridad en el Parlamento era tan grande que podían considerar la posibilidad de un fuerte retroceso de su electorado sin por ello correr un gran riesgo.

Durante mucho tiempo, este análisis pareció confirmarse por las débiles reacciones de la opinión pública. Por todos lados se hablaba de la atonía de la campaña, de la apatía de los franceses y del carácter poco convincente del programa económico del Partido Socialista. Los resultados de la primera vuelta cayeron como un rayo y provocaron la rápida descomposición del campo mayoritario, hasta un punto muchos interpretaron el discurso de Jacques Chirac como la aceptación resignada de la victoria socialista. El precipitado lanzamiento de la candidatura de Philippe Séguine, asociado con Alain Madeline, un político que representa todo lo que él combate, sólo suscitó la protesta de los líderes de la UDF, lo que indica la violencia de la conmoción y la rapidez de la descomposición política de la antigua mayoría.

¿Qué es lo que ha ocurrido, pues, si no ha habido ningún acontecimien-

Ignacio Sotelo

NADIE CREE EN LOS MILAGROS DE LA DERECHA

La victoria laborista parecía cantada, pero, aun así, no las tenía todas conmigo. No en vano Major ya había salido una vez casi de milagro y hasta el último momento, pese a las encuestas, me temía una sorpresa desagradable. En el don de la derecha de hacer milagros creemos ya tan sólo la gente de izquierda. Al tiempo, en los pasillos de Bruselas, con un optimismo poco realista, se especulaba sobre el vuelco que los laboristas darían a la Conferencia Intergubernamental. Aunque el gobierno británico haya modificado muy significativamente su actitud ante Europa, hasta ahora no ha habido cambio en lo fundamental: el Reino Unido aspira a seguir desempeñando un papel propio en el concierto europeo, lo que supone frenar el proceso de integración política.

El que euro se desprenda de la mera existencia de un mercado único, que los británicos han apoyado sin el menor recelo, no quita que, al rechazar sus implicaciones políticas, se hayan mostrado opuestos a la moneda única. Con todo, si el nuevo gobierno laborista lograse apaciguar los ánimos –el euroescepticismo es producto del aislamiento insular y del centralismo interno–, pudiera ser que *al final la City lo* empujase a entrar en el euro, tal vez incluso, aunque ello sea poco probable, en la primera vuelta.

En cambio, nadie podía prever el aplastante triunfo de la izquierda en Francia, ya que si hubiera cabido la menor sospecha, el presidente Chirac no hubiera convocado a unas elecciones preventivas, por lo demás prescindibles, que sólo trataban *de evitar que en el año pró*ximo coincidiesen con la decisión sobre el euro, de modo que pudieran influir negativamente sobre tan magno acontecimiento, o que en el envite la derecha perdiese la mayoría. Las medidas económicas de convergencia hacia el euro, tan necesarias como impopulares, han costado ya el poder a la derecha en Francia, y aún está por ver lo que ocurra en Alemania. Se comprende que el SPD, sin base constitucional ni posibilidad alguna, pida elecciones adelantadas, enardecido por los triunfos socialistas y ante la situación financiera en que se encuentra Alemania, con un déficit que supera lo permitido y que no se sabe cómo cubrir, y que ha ocasionado ya el mayor conflicto entre el gobierno y el Bundesbank, poniendo de manifiesto que, cuando el agua llega al cuello, ni siquiera el gobierno alemán, que en lo que concierne al futuro banco europeo se ha mostrado inflexible, respeta la autonomía del banco central.

Tenemos todavía más de un año de campaña electoral en el que podrían pasar muchas cosas, entre ellas que el SPD caiga en la tentación de acudir a una demagogia antiMaastricht para captar votos. Que el gobierno socialdemócrata sueco haya anunciado su decisión de no formar parte del euro, por lo menos en su primera fase, ha sido la peor noticia de esta semana. Por un lado, muestra la fragilidad de los compromisos adquiridos -sólo el Reino Unido y Dinamarca han negociado el privilegio de entrar en el euro cuando lo estimen conveniente–, pero, claro está, a ningún país se le puede obligar a asumir contra su voluntad una decisión de tal peso; por otro, revela la división interna ante el euro, no sólo de la socialdemocracia sueca, sino de toda la izquierda europea.

Empieza a calar en la gente la sensación de que no compensan los sacrificios que exige el euro, sin tener en cuenta los altísimos costes que tendría su fracaso. El que sólo se alcanzan las metas con dedicación y sacrificios es máxima que no debiera ser patrimonio exclusivo de la derecha, sino estar asumida, como principio básico de educación, por todos. No hay peor demagogia que predicar que se pueden conseguir las cosas sin esfuerzo, o que cabría repartir las cargas por igual, acabando de repente con la injusticia que caracteriza a nuestras sociedades.

Ignacio Sotelo es columnista de El País *de Madrid.*



creer en la política

FRANCESA

to especial durante la campaña? En primer lugar, que se ha rechazado sobre todo a los que podían confianza. El voto de la primera vuelta fue un voto de rechazo. Prueba de ello es que ese rechazo ha tomado toda suerte de formas, de la subida del Frente Nacional a la de la abstención, de la progresión de los partidos pequeños a la, a menudo espectacular, del Partido Socialista. Ese rechazo no se ha dirigido sólo contra la mayoría actual; también está orientado contra la sumisión de la sociedad, e incluso de la economía, a los imperativos del mundo financiero a los que los dirigentes políticos parecen estar subordinados.



Alain Touraine

Tras la aparente apatía, la opinión pública deseaba afirmar el derecho del pueblo a ser el "sujeto" de su historia y no únicamente un objeto que sufre los efectos de las políticas financieras y monetarias. Si esta exigencia ha tardado tanto en manifestarse es porque la izquierda parecía incapaz de satisfacerla, tanto por haber llevado a cabo durante mucho tiempo una política de rigor y haber dejado que el paro aumentase como por proponer únicamente la defensa de los intereses adquiridos cuando la gran mayoría de la población era consciente de que había que defender las reivindicaciones sociales dentro del movimiento hacia la internacionalización de la economía y no contra él.

El Partido Comunista, hostil a Maastricht, no ha tenido el aumento de votos que esperaba y Jean Pierre Chevènement ha obtenido únicamente los votos que considera necesarios para ser ministro. En cuanto al Frente Nacional, si bien ha sacado provecho del descontento, jamás ha propuesto un programa creíble, porque sabe muy bien que no tiene ninguna posibilidad de estar asociado con la toma de decisiones políticas. ¿Por qué se ha plasmado finalmente en un apoyo al Partido Socialista? La explicación más sencilla es la mecánica: no se puede rechazar a la derecha sin fortalecer a la izquierda aunque se pierda una parte importante de los votos en la abstención o en el voto de protesta. Pero es difícil considerar satisfactoria esta explicación, porque los franceses no han votado a un candidato a la presidencia, sino, cada uno en su circunscripción, a unos candidatos o candidatas mucho menos conocidos. Por tanto, hay que pensar que el PS ha sido considerado como una posibilidad de restablecer el puente roto entre las realidades económicas y las demandas sociales y, por tanto, como el agente de la resurrección de una vida política que desde hace mucho tiempo está reducida a un sometimiento a las necesidades económicas.

Durante años, los franceses han creído en la desalentadora idea del "pensamiento único"; es decir, en la idea de que la internacionalización de la economía no deja ninguna libertad de maniobra a los gobiernos y, por tanto, reduce al silencio a los pueblos. Mientras la mayoría de los países europeos, de Holanda y Dinamarca a Italia, y ahora a Gran Bretaña, buscan y encuentran la manera de conciliar los objetivos sociales con las obligaciones económicas, los franceses han estado convencidos durante mucho tiempo de su impotencia, de que ya no podían ser los actores de su historia, sino sólo las víctimas del capitalismo financiero occidental.

El mismo PS había contribuido a extender esta idea al dejarse llevar por la defensa sin perspectiva de las intervenciones económicas y sociales tradicionales del Estado. Pero durante la campaña se ha visto empujado, quizá a su pesar y, con toda seguridad, gracias a la lucidez de Jospin, hacia posiciones más modernistas, que en lugar de aumentar la sensación de impotencia han convencido a la opinión pública de que el gobierno podía hacer una política social sin renunciar por ello a la unión monetaria.

La actuación más importante de Lionel Jospin ha sido plantear condiciones para la adhesión francesa a la moneda europea, unas condiciones que no contradicen los criterios económicos impuestos por el Tratado de Maastricht, pero que manifiestan la voluntad de devolver una auténtica capacidad de iniciativa a la acción política. Al gobierno alemán le ha inquietado la posición socialista, pero no ha suscitado una crisis y probablemente está dispuesto a aceptar las condiciones planteadas por Jospin en el momento en que se convenza de que los franceses no pretenden cuestionar la independencia del Banco Central, por temor a la posibilidad de un gobierno económico. Es fácil imaginar que el gobierno italiano, feliz por recibir de Francia un apoyo tan decidido, va a respaldar sus propuestas, que tampoco molestarán a ningún otro gobierno europeo.

Los franceses no sólo han mostrado, pues, su acuerdo con un programa de gobierno o su confianza en un partido; han exigido la vuelta a la política; es decir, a la idea de que es indispensable y posible combinar las exigencias sociales con las necesidades económicas. Han perdido todos aquellos que consideraban que había que dejar a un lado la política el mayor tiempo posible hasta la realización efectiva de la moneda europea.

Todo indica que el canciller Kohl no está entre ellos, puesto que él mismo ha sabido imponer a la política económica de su país una lógica puramente política, la de la reunificación, lo que le ha valido estar durante tanto tiempo en el poder y lo empuja a querer permanecer más allá de las próximas elecciones. Otros países han elegido unas vías menos dramáticas y más eficaces que las que ha elegido Francia. La mayoría de los países europeos, de Holanda y Dinamarca a Italia y Gran Bretaña, son liberales en el terreno económico y socialdemócratas en lo social.

La violencia de la ruptura francesa está, ciertamente, preñada de peligro, de negación de la realidad, pero, ante todo, se basa en una voluntad política: mira más hacia el futuro que hacia un pasado que desaparece irremediablemente. Francia sale por fin de la era mitterrandista. Esa es la razón por la que la decisión de los franceses tendrá consecuencias para toda Europa y contribuirá a hacerla salir de la despolitización a la que estaba sometida. Y puesto que la creación de la moneda única está ahora asegurada, es necesario asociarla con una política de reactivación económica y de lucha contra la exclusión social.

** Sociólogo y director del Instituto de Estudios Superiores de París.*

UN TRIUNFO SIN DERECHO AL ERROR

La victoria de la izquierda en las elecciones legislativas francesas no tiene nada de excepcional: desde hace más de 15 años, Francia está sumida en una búsqueda de su identidad, social y moral, cuyo alcance da la impresión de que las elites políticas, ya sean de derecha o de izquierda, no han valorado. Eso es lo que explica que, desde 1981, todas las elecciones legislativas hayan estado marcadas por un cambio en la mayoría en la Asamblea Nacional (1981, 1986, 1988, 1993, 1997). De hecho, las capas asalariadas (medias y obreras) ya no dan un fuerte contenido a la separación ideológica entre derecha e izquierda. Más bien deciden sobre unos programas coyunturales en función de tres parámetros: el mantenimiento del Estado del bienestar, es decir, la defensa del empleo y de la protección social (no es una casualidad que en todas las ocasiones se haya condenado tanto al liberalismo económico de la izquierda como al neothatcherismo de la derecha en nombre de la tradición social del Estado republicano); la seguridad, para prevenir los disolventes efectos sociales del liberalismo en la vida cotidiana (abandono de los barrios periféricos, inseguridad de las ciudades), y, finalmente, el lugar que ocupa la identidad nacional republicana en la construcción europea.

La izquierda perdió en 1986 y 1993 porque "olvidó" sus promesas acerca de estas cuestiones, la derecha fue derrotada en 1988 y lo ha sido ahora porque quería acentuar la política liberal de la izquierda. Y, a la inversa, la izquierda ganó las presidenciales en 1981 y 1988 porque preconizaba un avance en la defensa del Estado del bienestar o el mantenimiento de los logros sociales adquiridos frente al ultraliberalismo chiraquiano de la primera cohabitación (1988). La prueba del 9: Chirac ganó las presidenciales de 1995 (frente a una parte de su propio campo: Edouard Balladur) con un programa de lucha contra la "fractura social", es decir, de defensa del modelo social-republicano francés. Nota final: la izquierda ha ganado ahora debido al mismo tema.

La lección es clara: desde hace 15 años, las capas medias y populares están animadas por una obstinada voluntad de defensa del modelo social republicano, digan lo que digan los apologetas del ultraliberalismo o los defensores de la sociedad civil "americanizada". Y aquellos que abandonan toda esperanza en este modelo están condenados a engrosar las filas del abstencionismo o a unirse, mediante el voto contestatario, nihilista y neofascistoide, a la extrema derecha lepenista.

La izquierda tendrá que hacer frente con toda seguridad a una dura ofensiva de los mercados financieros, que no será inmediata, pero sí perniciosa a largo plazo. Además, nadie puede saber cómo va a reaccionar la derecha vencida en una cohabitación de la que no saca ningún beneficio directo: se puede esperar lo peor. También está claro que, a pesar de su proclamado respeto a la moneda única, la izquierda deberá renegociar los criterios de convergencia del Tratado de Maastricht. Lionel Jospin ha declarado: "Estamos a punto de asistir a un acontecimiento que va a dejar a Europa desconcertada pero que al mismo tiempo va a provocar una magnífica esperanza tras la victoria de la izquierda laborista en Gran Bretaña". No es un brindis al sol, sino el presentimiento de que, para Francia, la prueba crucial se juega en el terreno europeo. En efecto, se abre una nueva etapa, aunque sólo sea porque Francia y Alemania desempeñan un papel central en la construcción europea. O la izquierda francesa, radicalizando la victoria de los laboristas británicos, es capaz de dar una salida social a esta construcción, o perecerá en las redes del ultraliberalismo maastrichtiano.

El campo europeo sufriría un cambio radical. La insistencia con la que Lionel Jospin ha afirmado la "necesidad absoluta" de que Italia y España participen en la moneda única tendrá también consecuencias en estos países. Pero si, por el contrario, la izquierda francesa hace lo mismo que en 1983 y se deja fagocitar por los lobbies financieros, la derrota política y cultural del modelo social europeo que de ello resultaría sería, probablemente, definitiva.

La victoria de la izquierda en Francia es una bella victoria. Pero también es la victoria de la última oportunidad. Si la izquierda fracasa, la derecha francesa, fuertemente influida por la extrema derecha, sacaría, sin duda, partido. Pero, si tiene éxito, serán la tradición socialrepublicana y la Europa social las que, a costa de unas batallas muy duras, terminarán por prevalecer frente a un enfoque puramente financiero e imponer, en el fondo, el control y la reorientación de la mundialización del liberalismo económico. Mientras esperan que Alemania y los países del sur de Europa entren también en esta batalla, la mayoría de los electores franceses ha dicho con toda claridad a la izquierda: "Sí, una vez más, pero ya no tenemos derecho a equivocarnos".

Sami Nair es profesor de Ciencia Política en la Universidad de París VIII.

[illegible]
[illegible]

Por [illegible]

París, [illegible] (EFE). - La adopción del "euro" y la posición de Francia en la OTAN serán los temas más urgentes que deberá resolver el nuevo Gobierno francés, acuciado también por las presiones sindicales en una frágil situación económica.

El Gobierno de Lionel Jospin tiene poco tiempo para reaccionar y "reorientar" una política europea que, según el nuevo ministro de Asuntos Europeos, Pierre Moscovici, no debería suscitar preocupación en cuanto al futuro de la moneda única.

Los socialistas pusieron cuatro condiciones a la adopción del "euro", entre ellas la participación de Italia y España, pero el margen de maniobra es estrecho dado el avance de las negociaciones y los compromisos ya adoptados, según los analistas.

Jospin, quien ha criticado el pacto de estabilidad, intentará, sin embargo, obtener una mejor coordinación de las políticas económicas de la "zona euro" y que se incluya en el nuevo Tratado un capítulo sobre el empleo.

Otro tema conflictivo será la reincorporación de Francia al mando integrado de la OTAN, propuesta por Chirac y condicionada a la atribución a un militar europeo del mando sur de la Alianza, basado en Nápoles, a lo que se opone Estados Unidos.

El Gobierno puede verse obligado a tomar decisiones rápidas puesto que la agenda internacional está muy cargada: cumbre franco-alemana el 13 de junio, Consejo de la Unión Europea el 16 y 17 de junio, reunión del grupo de siete países más industrializados (G-7) del 20 al 22 de junio y Consejo Atlántico el 8 y 9 de julio.

Paralelamente, las exigencias en política interior son enormes en un país donde el malestar social ha sido uno de los factores que favorecieron la victoria de la izquierda en las elecciones.

Alzas de salarios, reducción de la semana laboral, revisión del plan de la Seguridad Social, congelación de los planes sociales y abandono de la supresión de efectivos en la Función Pública son algunas de las reivindicaciones de los sindicatos que comenzaron a presionar incluso antes de la formación del Gobierno.

En primera línea de fuego, estará la implantación de las 35 horas laborales por semna sin pérdida de salario, medida "estrella" de la campaña electoral.

En las próximas semanas, se debería presentar en el Parlamento una ley marco que fijará la semana de 35 horas para el 1 de enero del año 2000 y dejará a los interlocutores sociales negociar, por sectores y empresas, las condiciones de su aplicación progresiva, que podría crear 1,5 millones de empleos en cinco años.

Algunos sindicatos temen que la medida no tenga los efectos esperados sobre el empleo y que las empresas la aprovechen para aumentar los beneficios y evitar nuevas contrataciones.

Para los economistas, el problema reside en la imposibilidad de conciliar una reducción del tiempo laboral con un aumento de los salarios que desean los comunistas, integrados en el Gobierno, ya que provocaría importantes desequilibrios macroeconómicos.

La coyuntura económica es favorable para el Gobierno, exceptuado el empleo, pero los analistas advierten que la

situación es frágil y prueba de ello es el bajo nivel de crecimiento del primer trimestre (0,? por ciento).

La inflación es [illegible] (0,8 por ciento anual), los tipos de interés han bajado considerablemente, el comercio exterior ha tenido un excedente histórico en el primer trimestre (6? por ciento respecto a 199?) y el consumo se mantiene al alza.

La mayor preocupación es el nivel de desempleo que alcanzó una cifra histórica del 12,8 por ciento en abril.

Los socialistas prometieron durante la campaña la creación de 700.000 empleos, la mitad de los cuales en el sector público, pero no aclararon cómo financiarlo, un punto que sigue sin aclararse.

Además, todo indica que Francia no podrá respetar el máximo del 3 por ciento del PIB exigido por el Tratado de Maastricht para adoptar la moneda única, lo que exigirá nuevas medidas.

A principios de julio, se debería adoptar una revisión presupuestaria para 1997, que implicará recortes en algunos sectores, ya que debe tener en cuenta un déficit de la Seguridad Social superior al anunciado, con una suma acumulada en 1996 y 1997 de 90.000 millones de francos (15.500 millones de dólares).

Los ingresos serán menores que los previstos debido a la suspensión de las privatizaciones, entre ellas la cesión parcial de France Telecom que proporcionará [illegible] entre 40.000 y 50.000 millones de francos (entre 8.000 y 8.600 millones de dólares).

A los problemas presupuestarios se suman las peticiones de los sindicatos de bloquear los diferentes planes sociales que prevén supresiones de puestos de trabajo, entre ellos en las empresas [illegible] y Renault, y en la Función Pública. [illegible]

[illegible]

17

9708649.

[illegible]

TEMOR POR LAS CONSECUENCIAS DEL AJUSTE

Francia traba un acuerdo clave para la moneda única

El gobierno socialista pidió que se demore la firma del Pacto de Estabilidad • Es el que garantiza el estricto cumplimiento de las metas para la divisa única • Alarma en los mercados de Europa

REUTER



...DAS. El ministro de Finanzas francés, Dominique Strauss-Kahn (izq), y el representante de París en la UE, Yves de Silguy.

Luxemburgo
AFP, EFE y Reuter

Los duros enfrentamientos que dividen al gobierno alemán y la demora de Francia en firmar, por el momento, uno de los acuerdos clave para la moneda única europea fueron interpretados ayer por las bolsas europeas como un índice de que **muy posiblemente el euro no pueda ver la luz, como estaba previsto, el 1° de enero de 1999.**

El nuevo gobierno socialista francés, que derrotó el mes pasado a la derecha en las urnas por las consecuencias del severo plan de ajuste **para la moneda única**, pidió ayer a los ministros de Finanzas europeos reunidos en Luxemburgo un **"período de reflexión" antes de firmar el Pacto de Estabilidad**, la pieza legislativa clave para la unión monetaria (ver **Terremoto...**).

El pedido francés implica que, muy probablemente, el 17 de junio no se podrá firmar en Amsterdam, como estaba previsto, el pacto que garantiza a largo plazo el cumplimiento de las estrictas normas de la moneda única.

"Necesitamos más tiempo"

El ministro de Economía de Francia, Dominique Strauss-Kahn, dijo que su gobierno necesitaba más tiempo para situar al empleo en el centro de la preocupación y **restablecer un "equilibrio entre la estabilidad y el crecimiento".**

El ministro pidió que se aguarde, por lo menos, hasta que el nuevo primer ministro francés, Lionel Jospin, pronuncie su declaración de gobierno ante la Asamblea Nacional, el 19 de junio.

Pese a que Strauss-Kahn refirmó el compromiso de su país "de lanzar el euro en la fecha prevista", **los corredores de bolsa se lanzaron ayer a comprar marcos alemanes** previendo que no se podrá cumplir con los plazos previstos y que la divisa germana seguirá siendo la más fuerte de Europa.

Durante la jornada, en todos los mercados, el marco alemán se fortaleció frente a las otras monedas europeas. La Bolsa de París cerró con una baja del 1,2 por ciento.

> Francia pidió más tiempo para "equilibrar la estabilidad económica con crecimiento"

Divisiones en Alemania

El ajuste para alcanzar las duras condiciones exigidas para la moneda única –baja inflación y déficit presupuestario no superior al 3% del PBI– está sacudiendo a casi todos los países comunitarios, incluyendo a Alemania, la principal potencia económica del continente.

El ministro de Finanzas alemán, Theo Waigel, pidió que se resistan las insinuaciones del canciller Helmut Kohl de **aligerar las exigencias para la divisa única europea manteniendo el cronograma actual.**

Al iniciarse la reunión de ayer en Luxemburgo, Waigel insistió en que las naciones que apunten a adoptar el euro deben reducir sus déficit presupuestarios al nivel del 3 por ciento.

"Quienquiera que acepte el 3,3 por ciento terminará aceptando el 4 de otros países. No creo que ello sea aceptable. Hay una sola cifra en el tratado de la UE y es del 3 por ciento", dijo ante los periodistas.

Pese a los propios problemas de Alemania **para alcanzar el objetivo del 3 por ciento**, los comentarios de Waigel reflejan los temores alemanes de que **un ablandamiento de las condiciones de ingreso al sistema del euro socave la fuerza y la estabilidad de la nueva divisa.**

Ese grado de rigidez es un tropiezo para el nuevo gobierno de Francia, que prometió no aumentar los impuestos y evitar recortes de gastos sociales, medidas exigidas para adecuarse a la meta del 3 por ciento.

Seis años después de firmado el Tratado de Maastricht para la Unión Europea, muy pocos países –Bélgica, Holanda, Luxemburgo y España– se acercan a los índices establecidos para alcanzar la unidad monetaria. Incluso Alemania, en cuya moneda se inspiró el euro, tiene dificultades para llegar a esos índices. □

ANALISIS

JUAN CARLOS ALGAÑARAZ
Madrid. Corresponsal

Terremoto político

El triunfo de la izquierda francesa está provocando un terremoto político en Europa, que afecta a algunas de las instituciones básicas del entramado de poder de las democracias capitalistas que emergieron victoriosas de la Guerra Fría.

La oposición francesa al Pacto de Estabilidad en la reunión de ayer en Luxemburgo hace crecer la amenaza de un fracaso histórico de la asamblea cumbre de Amsterdam para reformar el tratado de Maastricht, ratificar el calendario de la construcción europea y la creación de la moneda única. La asamblea debe reunirse el 16 y 17 de junio.

La izquierda también rechaza que Francia vuelva a las **estructuras militares de la OTAN**, por lo que también planea el descalabro sobre la reunión cumbre del Pacto que tendrá lugar en Madrid en julio.

Socialistas y comunistas se han opuesto desde el principio al Pacto de Estabilidad, inventado por Alemania **para controlar las economías de los países miembros de la Unión Europea** de acuerdo a los rígidos criterios monetaristas **del Bundesbank**, el banco central germano.

De este panorama surge una grave crisis que enfrenta a los dos países, Francia y Alemania, que constituían la "locomotora" de la unidad del Viejo Continente. Se trata, en el fondo, de dos concepciones distintas de Europa **que cada vez parecen más difíciles de armonizar.**

Francia pide un tiempo de reflexión que comenzará con el debate sobre el Pacto de Estabilidad en la flamante Asamblea Nacional que debe reunirse en el Palacio Borbón a partir del 19 de junio, es decir dos días después que finalice la cumbre de Amsterdam.

"Queremos respetar los criterios de estabilidad y convergencia que están prescritos en el Tratado de Maastricht, pero *también* **los compromisos que existen en ese pacto sobre la creación de riqueza, la lucha contra el desempleo y una Europa social centrada en los ciudadanos"**, proclamó el superministro francés de Finanzas y Economía, Dominique Strauss-Kahn.

[illegible]

CHIRAC [illegible] EUROPA

[illegible] Chirac, y [illegible] británico [illegible] Blair [illegible] la posibilidad de adoptar el Pacto de [illegible] en el [illegible] y las prioridades de Europa en el futuro.

[illegible] una rueda de prensa con ocasión de la reunión que celebraron en el [illegible] Elíseo [illegible] de la [illegible] de una cena.

El presidente galo se declaró "completamente de acuerdo con las demandas actuales del gobierno francés" sobre el pacto de estabilidad en Europa y la necesidad de que haya una coordinación de las políticas económicas, un punto sobre el que dijo que "[illegible]".

Chirac se mostró optimista sobre la posibilidad de que el pacto de estabilidad y crecimiento pueda ser firmado, como estaba previsto, en la cumbre de jefes de Estado y de Gobierno de la Unión Europea que se celebrará en Amsterdam (Holanda) el 16 y 17 de junio.

[illegible] una discusión sobre "las soluciones que podrían aportarse" al problema de la coordinación de las políticas económicas de los países que adopten el euro y la prioridad que se debe dar al desempleo y "deseo que puedan alcanzarse antes de la conclusión" del Consejo de Amsterdam, señaló.

El jefe del Estado francés dijo compartir la preocupación social del Gobierno de Lionel Jospin, que ha pedido la incorporación de un capítulo anexo que refuerce la prioridad dada a la lucha contra el desempleo, pero subrayó la necesidad de dicho pacto para garantizar la estabilidad de la moneda única.

Chirac declaró que "el pacto de estabilidad y crecimiento, tal y como ha sido adoptado después de difíciles negociaciones en Dublín, se impone si se quiere tener una moneda única estable y sin que nadie penalice con gestos desconsiderados a los otros".

"No obstante, Europa no es sólo un problema financiero y monetario", no es "solamente una moneda, incluso si ésta es fundamental, especialmente para hacer frente a la fuerza del dólar", agregó.

Según Chirac, Europa son también "hombres y mujeres que hay que tener en cuenta y que afrontan problemas difíciles en lo que respecta al empleo, al nivel de vida", de ahí "la necesidad de un modelo social europeo".

Este "era el espíritu de las propuestas que hice en marzo de 199[illegible] y no he cambiado de opinión", añadió Chirac.

El presidente francés manifestó su satisfacción por "la voluntad británica de tener, a partir de ahora, una Europa más social, que corresponde a los deseos de Francia desde hace dos años".

Por su parte, el primer ministro británico declaró que estaba de acuerdo con Chirac en "que a medida que Europa se desarrolle, debe concentrarse en los temas económicos y sociales clave".

Blair, quien en declaraciones a la cadena de televisión TF1 estimó [illegible] "muy improbable" que su país adopte la moneda única y aseguró que antes de hacerlo consultará a los ciudadanos mediante un referéndum, aseguró que el Reino Unido "[illegible]

[illegible] Europa

[illegible]

[illegible] EFE

19

9708649.

FRANCIA CON MAYORÍA SOCIALISTA

Se instaló el nuevo Parlamento francés

El socialista Laurent Fabius fue elegido presidente de la Asamblea General

Los legisladores franceses recientemente elegidos inauguraron ayer la primera sesión parlamentaria y, como estaba previsto, optaron por el socialista Laurent Fabius como presidente de la Asamblea Nacional francesa (Cámara de Diputados).

Tras su elección Fabius, declaró que la "Asamblea Nacional del año 2000" desempeñará un "papel central" para responder a la voluntad de los franceses expresada en las urnas de "cambiar la política".

Para Fabius, la Asamblea "del año 2000" deberá desempeñar un "papel central" en Francia

Cuatro años después de una arrolladora derrota a manos de los conservadores, el nuevo líder del Parlamento sustituirá a Philippe Seguin, el neogaullista que desempeñó el cargo desde 1993.

La coalición conservadora que venía gobernando el país desde 1993 perdió el poder en las elecciones del 30 de mayo y el primero de junio, que fueron convocadas anticipadamente por el presidente Jacques Chirac en busca de un mandato para poder imponer las refromas económicas requeridas para la moneda común europea, que debe darse en 1999. Chirac debe ahora compartir el poder con la izquierda.

EL DELFÍN DE MITTERRAND

Fabius, ya había ocupado la presidencia de la Asamblea entre 1988 y 1992 bajo la presidencia del también socialista Francois Mitterrand, de quien fuera primer ministro en su primera presidencia, con 38 años, hecho que lo convirtió en el jefe de gobierno más joven de la historia de Francia.

El nuevo presidente de la Asamblea obtuvo en una segunda votación 292 votos, mientras que su adversaria conservadora Nicole Catala, del neogaullista RPR, sumó 223, según los resultados oficiales. Se requería una mayoría de 260 para definir la votación.

Fabius presidirá una Cámara de Diputados de mayoría absoluta para la izquierda. El nuevo presidente de la Asamblea fue considerado en su momento como el "delfín" del presidente Mitterrand. *(En base a AFP y AP)*

Jospin con el pie derecho

El primer ministro de Francia, el socialista Lionel Jospin, logró un buen comienzo de su gobierno, mientras que la popularidad del presidente Jacques Chirac descendió desde las pasadas elecciones, reveló ayer una encuesta.

El sondeo efectuado por la firma Louis Harris para el semanario Valerus Actuelles mostró que 43% de los entrevistados tiene una buena impresión de la actuación de Jospin como primer ministro, contra un 15% que tiene una pobre opinión de él. Sin embargo, 42% no quiso contestar al requerimiento.

Jospin llegó al poder tras los comicios parlamentarioos del 1° de junio, y la encuesta fue realizada entre los días 6 y 7 de junio.

El sondeo indicó que sólo 32% del pueblo francés tiene una buena impresión del desempeño de Chirac como presidente, un descenso en relación con el 37% registrado hace un mes.

La cifra de los que tienen una opinión desfavorable de Chirac llegó a un 58%, el más bajo desde noviembre de 1996. *(Reuter)*

TD6366

U POXBT 06-19 00493
mun exg icx

FRANCIA-GOBIERNO (Ampliación)
JOSPIN ANUNCIA PROGRAMA DE REFORMAS

París, 19 jun (EFE).- El primer ministro francés, Lionel Jospin, anunció hoy, jueves, que restablecerá el derecho a adquirir la nacionalidad francesa a cuantos nazcan en territorio francés, al presentar su programa de gobierno ante la Asamblea Nacional.

Tras indicar que cumplirá los "compromisos adquirios" en la pasada campaña electoral, dijo que practicará una política de inmigración "firme y digna" que "no comprometa el equilibrio social", y aseguró que combatirá "la inmigración ireregular y el trabajo clandestino".

Además, el primer ministro del gobierno de izquierdas anunció que pondrá fin al bloqueo de contratación en el sector público, que cerrará el polémico generador nuclear "Superphenix" y que parará las obras del costoso proyecto de canal entre el Rhin y el Ródano.

Antes de solicitar la confianza de la Cámara, Jospin calificó de "seria" la situación de las finanzas públicas y señaló que hasta mediados de julio no se sabrá el resultado de la auditoría de las cuentas públicas.

Como medidas concretas que se adoptarán citó el aumento en un cuatro por ciento, a partir de julio, del salario mínimo interprofesional (SMIC) y llevar hasta 1.600 francos (300 dólares) el subsidio escolar anual, fijado ahora en 420 francos (70 dólares).

La semana laboral de 35 horas, que figuraba en el programa electoral de la izquierda, se reglamentará en una "ley marco" que Jospin prometió "antes del fin de la legislatura", que concluirá en el año 2002.

En su alocución de una hora ante la Asamblea Nacional, Jospin se declaró "no favorable a la privatización de grandes empresas públicas competitivas", aunque se dijo consciente de la necesidad de "adaptaciones para conservar nuestro lugar entre las naciones más desarrolladas del mundo".

En el capítulo de política europea, Jospin señaló que Europa "no sabría sustituir a la Nacion, sino que la prolonga", antes de expresar su voluntad de que la Unión Económina y Monetaria se lleve a cabo como estaba previsto, el primero de enero de 1999.

En línea con otros dos puntos destacados de su campaña electoral, Jospin aseguró que dará "prioridad absoluta" al programa encaminado a dar trabajo a 700.000 jóvenes y anunció una iniciativa para reformar la Constitución "para inscribir (en ella) el objetivo de paridad entre mujeres y hombres".

El nuevo gobierno de cohabitación se replanteará también la reciente ley sobre fondos de pensiones aprobado por el anterior gabinete conservador, dijo Jospin, quien además anunció un programa de cinco años para rehabilitar un millón de viviendas.

En ese mismo sentido, el gobierno de Jospin presentará una "ley contra las exclusiones sociales", después de que una ley en la misma dirección presentada por el gobierno conservador de Alain Juppé no pudo ser aprobada a consecuencia de la disolución anticipada de la Asamblea Nacional.

En velada alución a la forzada coexistencia política con un presidente de la República conservador, el primer ministro socialista señaló ante la Asamblea Nacional que corresponde al gobierno "determinar y conducir la política de la nación". EFE

aj pgl

06/19/15-05/97

21

9708649.

XD0503

II POXBT 06-20 00558
mun exo icx

FRANCIA-JOSPIN (Previsión)
OPOSICION SE PREGUNTA COMO SE FINANCIARAN REFORMAS

París. 20 jun (EFE).- El discurso de investidura del nuevo primer ministro francés, el socialista Lionel Jospin, en el que anunció un paquete de medidas sociales, ha sido acogido de manera dispar por círculos políticos, económicos y sindicales del país.

Desde todos los sectores se destacaba hoy oue el líder socialista mantuvo en su programa todas las reformas que anunció en su campaña electoral, si bien la oposición conservadora insistía en que el primer ministro no dijo cómo se iban a financiar.

En su sesión de investidura, Jospin anunció el jueves, entre otras medidas, una subida del cuatro por ciento del salario mínimo, creación de empleo por vía presupuestaria, incentivos fiscales a las pequeñas empresas, reducción de jornada laboral y más medios financieros para centros escolares en barrios violentos.

El ex primer ministro neogaullista Edouard Balladur comentó hoy que el programa de Jospin no servirá para atajar el mayor problema de Francia: el bajo crecimiento económico y el elevado paro y que las medidas que anuncia "además de demasiado vagas" se contradicen con la política de reducción de déficit público.

Tambien desde el área conservadora, el diario "Le Figaro" escribe que el "pacto republicano" propuesto por Jospin se resume en "una mezcla de modernidad sociológica, de fe democrática y de arcaismo económico".

Acerca de la voluntad del gobierno de izquierda de continuar la política de contención del déficit, el diario económico "La Tribune" destaca que Jospin se "compromete sobre el empleo pero no sobre el déficit público".

En ese sentido, Jospin -que ganó por 297 contra 252 votos la moción de confianza que presentó ante la Asamblea Nacional- aseguró que esperará el resultado de una auditoría de las finanzas públicas para actuar, o no, sobre los déficit dejados por el anterior gobierno conservador de Alain Juppé.

Otro diario económico, "Les Echos" destaca hoy en su primera página que Jospin "aplaza hasta el otoño sus grandes decisiones" y que en su discurso de investidura "fue muy ambiguo" sobre cómo acometerá su política presupuestaria.

Del lado de las aprobaciones, el diario "Liberation" (izquierda independiente) comenta que el líder socialista, después de prometer respetar en cinco años sus compromisos electorales, "dio prioridad (en su discurso) a la ética, menos costosa que lo social".

"El futuro dirá si el jospinismo de gobierno no era más que un moralismo", comenta el mismo diario, según el cual, Jospin persigue tres objetivos: restaurar el Estado republicano y reinvindicar las virtudes de la acción pública; dar un calendario a los franceses y ganar tiempo y, finalmente, abrir una política económica original.

Pero las críticas a la primera declaración del gobierno de izquierdas de Jospin (socialistas, comunistas, ecologistas y radicalsocialistas) no sólo emanaron de la oposición conservadora o de la Patronal, que ayer calificó de "grave error" algunas de

las medidas economicas anunciadas por Jospin.

Asi, el diario "L Humanite", órgano del Partido Comunista, opina hoy que Jospin "ha pasado varias paginas de política de la derecha" aunque, matiza, "para el futuro, quedan cuestiones en el aire".

En la misma linea prudentemente critica se siguen expresando los dirigentes sindicales que, aunque aplauden en general el programa -sobre todo el fin de la congelación de empleo en la Función Pública-, aseguran que el aumento del salario mínimo podía haber sido superior al cuatro por ciento anunciado. EFE

aj/ig/pq

06/20/10-23/97

Francia inicia un período de pura ortodoxia socialista

El primer ministro Lionel Jospin aumentó el salario mínimo a 1200 dólares, redujo las horas de trabajo y congeló los despidos y las privatizaciones

Por Graciela Iglesias
(Corresponsal en Europa)

PARIS, 19.- Con una alocución de 60 minutos ante la Asamblea Nacional, el primer ministro socialista, Lionel Jospin, presentó un plan de gobierno de pura ortodoxia socialista, coherente con todas las promesas realizadas durante la campaña electoral.

Un plan que ejerce, al mismo tiempo, una enorme presión sobre los hombres del titular del Elíseo. Las medidas anunciadas por Jospin permiten prever un marcado aumento del déficit público, algo que va en dirección contraria a los principios del "pacto de estabilidad" suscripto por Chirac en Amsterdam y avalado por el jefe de gobierno socialista.

Jospin refirmó hoy el calendario para la adopción de la moneda única, pero exclusivamente sobre una "interpretación solidaria y flexible" de los criterios del Tratado de Maastricht.

Esto quiere decir que, a sus ojos, no es absolutamente imprescindible alcanzar el criterio del 3 por ciento del producto bruto de déficit, sino simplemente "estar en ese camino".

Probar la tendencia

El ministro de Finanzas, Dominique Strauss-Kahn, había adelantado las intenciones de la administración socialista cuando afirmó, en la capital holandesa, que "lo importante es que se pueda probar una tendencia hacia ese objetivo".

También llamó a sus correligionarios a "tratar de hacer valer este argumento" antes de marzo de 1998, fecha en la que deberá identificarse a los países listos para ingresar en la moneda única.

Kahn hizo también notar que "el pacto de estabilidad" ya había sido aceptado por Chirac en Dublin el año pasado, de modo que, se excusó, "nosotros poco podíamos hacer sobre el asunto".



El primer ministro, Lionel Jospin, anuncia las medidas de gobierno (AP)

En pocas palabras, Chirac suscribió el acuerdo y ahora tendrá que explicarles a sus socios europeos por qué Francia no estará en condiciones de cumplirlo con el modelo estricto diseñado por Theo Waigel.

Al nuevo líder de la oposición, el neogaullista Phillipe Séguin, no se le escapó el detalle y por eso denunció el plan como "totalmente incompatible con los compromisos firmados y con los sacrificios realizados hasta ahora por los franceses para poner control a la economía".

Por su parte, el líder de la bancada liberal, François Bayrou, le advirtió: "Usted no tiene dinero para cumplir con su palabra y no hay economía que aguante semejante despilfarro".

Comunistas disconformes

La política del gobierno socialista fue respaldada con un voto de confianza positivo del Parlamento, pero no sin antes recibir duras críticas desde la bancada de sus aliados comunistas, algunos de los cuales terminaron absteniéndose.

El líder del PC, Robert Hué, por ejemplo, consideró "insuficiente" el anuncio del aumento del salario mínimo en un 4% (a unos 1200 dólares), aunque Jospin destacó que, "teniendo en cuenta que la inflación ha sido menor del uno por ciento, esto constituye el incremento más importante del poder adquisitivo de los últimos 15 años".

Adiós a la xenofobia

A continuación se enumeran las principales medidas por adoptar por la administración de Jospin en un período máximo de cinco años.

Se destaca la derogación de la restrictiva "ley Debré" de inmigración y el restablecimiento del "derecho de suelo" -que el primer ministro consideró "consustancial con la nación francesa"- con la presentación de una ley de aquí a dos meses.

"Nada es más extraño a Francia -sostuvo Jospin, al referirse a la derogación de la denominada ley Debré, que en su momento generó abundantes protestas públicas en París y en varias de las principales ciudades de todo el país- que el discurso xenófobo y racista."

- Aumento del salario mínimo vital a todos los trabajadores a partir del 1° de julio.

Este aumento de los salarios va acompañado por el congelamiento de los despidos en las empresas públicas, anuncio que despertó las iras de los sectores más liberales.

- Reducción progresiva de la jornada de trabajo semanal de 39 a 35 horas.

Corresponde indicar que una conferencia nacional deberá decidir, en septiembre próximo, la forma de alcanzar este objetivo, una de las principales banderas del socialismo francés.

- Reforma constitucional para dar mayor espacio a las mujeres en la vida pública.
- No a las privatizaciones en el área de las telecomunicaciones, la electrónica y el aeroespacio, aunque Jospin contempló la posibilidad de una asociación con el sector privado.
- Si el crecimiento lo permite, habrá una baja del impuesto al valor agregado y a los ingresos.
- Marcha atrás en la reforma de las pensiones.
- Creación de 700.000 puestos de trabajo (la mitad en empresas públicas) para jóvenes, de ahora a fin de año.
- Mayor independencia para la Justicia y refuerzo de la seguridad en torno de las escuelas y lugares públicos.
- Clausura del generador nuclear Super Fénix y archivo del plan del canal Rhin-Rhone.

Estas últimas fueron dos medidas prometidas a los socios del Partido Verde.

La Bolsa de Paris recibió esta lista de medidas con escepticismo y cerró la jornada con una baja promedio del 0,44 por ciento, mientras que el titular de la CGT, Louis Viannet, las consideró "una verdadera desilusión". LN 2006

23-23

01-04



Los almirantes Jorge Enrico (derecha) y Jorge Arancibia Reyes, reflejos de una buena relación (A. Kaminetzky)

Un paso adelante en los lazos militares con Chile

Los gobiernos de la Argentina y Chile dieron ayer un paso más en dirección a la consolidación de las relaciones militares.

Después de dos días de deliberaciones, jefes castrenses de ambos países acordaron presentar ante la Organización de Estados Americanos (OEA) información militar bilateral como un avance en la consolidación de las medidas de confianza mutua.

Esa información que se elevará al Comité de Seguridad Hemisférica de la OEA llevará la aclaración de que las medidas adoptadas han sido consensuadas por las autoridades militares de ambos países.

Tan auspicioso panorama se produce pocas semanas después de que las relaciones bilaterales habían sufrido un sacudón por declaraciones atribuidas al ministro de Defensa chileno, Edmundo Pérez Yoma, sobre la poca confiabilidad que le inspiraba la Argentina.

Esas supuestas declaraciones fueron desmentidas en forma rotunda por la cancillería chilena y por el propio Pérez Yoma, aunque con un énfasis menor.

Los militares argentinos están convencidos de que el resultado de estos dos días de deliberaciones con sus pares chilenos ha sido muy positivo y que permitirá alcanzar otros acuerdos en un tiempo no muy lejano.

Fortalecimiento

El encuentro sirvió para fortalecer las relaciones entre las Fuerzas Armadas "avanzando de modo significativo en la comprensión de las realidades mutuas y de las respectivas experiencias", según lo señala un comunicado conjunto.

La clausura estuvo a cargo del jefe del Estado Mayor Conjunto, almirante Jorge Enrico, para quien se han sentado las bases "para el desarrollo de una concepción de seguridad en el marco subregional".

Anteayer, durante la inauguración, el ministro de Defensa, Jorge Domínguez, expresó que la unidad entre los dos países conducirá a una acción militar combinada similar a la que existe en Europa.

Desde el lado argentino se están haciendo ingentes esfuerzos para consolidar las relaciones militares tal como ocurrió en los planos político y económico. Para ello, una camino en exploración es la identificación de potenciales riesgos comunes que afecten a ambos países.

Pero, sin duda, el logro mayor sería un ejercicio conjunto tal como se hace con Brasil y Uruguay.

Alfredo Vega

oscuro

02

9708650

ANALIZARAN "MEDIDAS DE CONFIANZA MUTUA"

Visita de militares chilenos

Luego de los **cortocircuitos** que provocaron las declaraciones del ministro de Defensa de Chile, Edmundo Pérez Yoma, sobre las hipótesis de conflicto, los altos mandos militares de ambos países analizarán aquí, durante dos días, **medidas de confianza mutua** entre ambas fuerzas armadas.

En un comunicado de prensa, el Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas informó que durante esas reuniones se repasarán "las actividades realizadas en el marco de las medidas de confianza mutua, tales como ejercicios combinados entre ambos países e **intercambio de personal militar** en actividades de instrucción y entrenamiento".

También serán motivo de análisis las reuniones de carácter profesional realizadas entre guarniciones y zonas navales fronterizas y los encuentros de cooperación científico-técnica en materias de interés común.

Las reuniones se realizarán a pocas semanas de que Pérez Yoma afirmara en un seminario en Madrid que su país no descarta a la Argentina como **hipótesis de conflicto remota**. Estos comentarios obligaron al ministro de Defensa chileno a realizar una sorpresiva visita a Buenos Aires para bajar los decibeles de la polémica que generaron sus declaraciones.

La comitiva extranjera estará compuesta por el jefe del Estado Mayor de la Armada, vicealmirante Jorge Arancibia Reyes, el jefe del Estado Mayor del Ejército, mayor general Rafael Villaroel Carmona, el jefe del Estado Mayor General de la Fuerza Aérea, general de Aviación Máximo Venegas Fuentes, y el jefe del Estado Mayor de la Defensa Nacional, mayor general Ricardo Izurieta Caffarena. □

03

9708350

Cumbre militar argentino-chilena

LN 2/6

Altos mandos de ambas naciones explorarán, en forma conjunta, estrategias comunes sobre la seguridad en la región

Las fuerzas armadas de Chile y de la Argentina iniciarán por primera vez una exploración sobre temas estratégicos comunes relacionados con la seguridad de la región.

Entre el 11 y el 13 del actual una delegación de militares de alta graduación del país transandino se reunirá con jefes de los estados mayores argentinos para aunar criterios acerca del terrorismo, el narcoterrorismo, la subversión, la defensa del sistema ecológico y cualquier otra amenaza a nivel regional.

Desde 1994 los altos mandos de ambos países no se reunían. Si lo hacían, en cambio, las autoridades políticas del sector.

Lo cierto es que los Estados Unidos siempre propiciaron el acercamiento militar entre los países de la región. Brasil y Chile se mostraron reacios a esa iniciativa. Y si bien Brasil aceptó últimamente estrechar contactos con las fuerzas armadas argentinas, Chile no.

Las declaraciones que a principios del mes último hizo en España el ministro de Defensa del país vecino, Edmundo Pérez Yoma, en el sentido de que la Argentina era un país poco confiable, causaron escozor en medios políticos y en el Gobierno.

Las posteriores aclaraciones que hizo Pérez Yoma en su reciente visita al país no fueron convincentes. El ministro de Defensa argentino, Jorge Domínguez, a partir de esas declaraciones y de otras en el mismo sentido que hizo el canciller transandino, José Miguel Insulza, comprendió que su papel era el de proteger la capacidad defensiva de la Nación, según lo expresaron fuentes militares.

Chile y la Argentina mantienen una real paridad de fuerzas en cuanto a material bélico. Si el aparato militar se mide, en cambio, por los bienes por resguardar, nuestros vecinos tienen claras ventajas.

La Argentina cuenta con 33.500.000 habitantes y Chile con 14.000.000. El territorio de este último país es de 756.626 kilómetros cuadrados y el del nuestro, 2.950.520 km.

Brasil, con 8.511.996 km2 y una población de 158.000.000 habitantes, cuenta con un ejército de 195.000 hombres; su armada reúne 50.000 efectivos, y la fuerza aérea, 49.000, es decir, un total de 294.000 hombres. Tiene una poderosa industria militar que hace del vecino país uno de los mayores exportadores de armas.

Integración y paz

Lo que se procura con estas reuniones, además de afianzar la paz en la región, es la integración de esas industrias, en particular la aeronáutica por su vertiginoso proceso de modernización.

Hace algunos días, en el quincho que tiene la Fuerza Aérea, en el aeroparque metropolitano, se reunió en un asado a los agregados militares.

El propósito fue informarlos sobre la realización de Mantenar, la mayor exposición en la región sobre mantenimiento aeronáutico que tendrá lugar en el predio que la empresa Lockeed, de los Estados Unidos, arrendó por 20 años a la ex Fábrica Militar de Aviones.

Hace pocos días el presidente de dicha empresa, Daniel Petterson, se entrevistó con el Carlos Menem.

Durante la reunión, Petterson le planteó un análisis global de la potencialidad de la empresa y lo informó acerca del repotenciamiento de los aviones A4-AR, cazabombarderos adquiridos por nuestro país a los EE.UU.

Al parecer, esta empresa norteamericana tendría planes que permitirían la integración de Lockeed Argentina SA con Enaer, de Chile, y Embraer, de Brasil.

Planes que por ahora son secretos, pero planes al fin con vistas a un salto importante en el desarrollo de la industria aeronáutica en la región.

Francisco J. Papini

Las Fuerzas Armadas

(En números)

	Chile	Argentina
Ejército		
Personal	56.000	40.000
Blindados	828	1286
Artillería	256	210
Helicópteros	50	45
Armada		
Personal	25.000	19.000
Destructores	4	6
Fragatas	4	-
Corbetas	-	7
Submarinos	4	4
Lanchas rápidas	6	2
Buques desembarco	4	1
Petroleros de flota	2	-
Aviones	32	54
Helicópteros	21	12
Fuerza Aérea		
Personal	14.000	13.300
Combate	100	96
Transporte	36	55
Enlace	44	57
Adiestramiento	96	89
Helicópteros	45	33

LA NACION

Un "retiro espiritual" unirá a los cancilleres

Para superar algunas complicaciones de la relación bilateral, el canciller Guido Di Tella está preparando una suerte de "retiro espiritual" con su colega chileno, José Miguel Insulza.

Del encuentro, previsto para el mes próximo, van a participar también los ministros de Defensa de ambos países, Jorge Domínguez y Edmundo Pérez Yoma.

Di Tella va a tratar con Insulza las diferencias que tienen por el acuerdo de hielos continentales. Mientras que el canciller argentino quiere buscar alternativas que no pasen por el Congreso, su colega chileno prefiere insistir con la ratificación parlamentaria del documento firmado por Carlos Menem y Patricio Aylwin, en 1991.

Pero no será ése el tema central del encuentro, ideado para generar "medidas de confianza mutua" entre ambos países.

La difusión de un discurso en el que Pérez Yoma aseguraba que "no están del todo superadas" las hipótesis de conflicto en la región generó algunos equívocos.

Si bien el ministro de Defensa chileno hizo una serie de aclaraciones para evitar una reacción del lado argentino, Di Tella consideró oportuno apelar a una idea que en su momento le dio resultado con Brasil.

El encuentro se prolongará durante un par de días. El formato es el mismo de la reunión que concretó Di Tella con los jefes militares argentinos y brasileños en la Posada de los Pájaros, Tandil, a comienzos de 1996.

En un documento, el gobierno brasileño de Fernando Henrique Cardoso señaló que considera a la Argentina como un país "aliado".

Ahora, Di Tella y Domínguez quieren empezar a recorrer el mismo camino con Chile, para generar medidas de confianza mutua que, a su vez, ayuden a fortalecer el proceso de integración económica.

María O'Donnell

04-04

LLAMADO DEL PREMIER BRITANICO A LOS LIDERES SOCIALISTAS

Blair pide una tercera vía entre izquierda y derecha

Repudió a la vieja izquierda y también a la derecha • Sostuvo que hay que crear una tercera vía que acabe con el escándalo de millones de desocupados • Y construya una Europa para la gente

MARIA LAURA AVIGNOLO
Londres. Corresponsal

El primer ministro Tony Blair llamó a los jefes de gobierno europeos a construir una tercera vía entre la vieja izquierda y la derecha que acabe con el escándalo de millones de desocupados y edifique una Europa para la gente.

En un discurso ante los jefes de gobierno socialistas europeos y delegados social demócratas en la ciudad sueca de Malmo el primer ministro laborista marcó una seria diferencia con otros gobernantes europeos y puso límites al revisionismo económico. Para Blair "la fuerza del mercado y la flexibilidad laboral" es la que debe regir la transformación mientras Lionel Jospin, el flamante premier socialista francés, las considera "una amenaza a nuestra forma de civilización si no se las controla".

Desde que llegó al poder, el nuevo gobernante británico sorprendió a los europeos con un discurso destinado a resolver la deuda social heredada de los gobiernos conservadores en un esfuerzo para evitar una crisis definitiva del modelo de acumulación.

Una de las deudas principales es el desempleo que se extiende por Europa.

Blair fustigó a la vieja izquierda que utiliza el argumento de "los gastos y la regulación de la economía". Y también a la derecha que en su opinión sólo proclama "ponete a nadar o ahogate en el mercado". En ese punto sostuvo que hay que construir una tercera vía que ponga fin "al escándalo de casi 20 millones de desocupados en Europa".

> Blair defendió la fuerza del mercado y la flexibilidad laboral. Hubo oposición del socialismo francés



REUTER

EUROPA. Blair visitó ayer al canciller alemán Helmut Kohl. La desocupación y la nueva Europa fueron temas de la agenda.

El desempleo

El desempleo y cómo recortarlo lideró todas las discusiones en el congreso de los socialdemócratas europeos, que fue visto por los socialistas como un punto ideal para converger en algo ante tantas diferencias sobre la construcción de Europa que los separan. El objetivo del congreso era construir un punto de vista común para formar un bloque en la Comisión Intergubernamental europea donde se podrá modificar el Tratado de Maastrich en Amsterdam el 16 y 17 de este mes.

"¿Si yo estoy satisfecho con Europa?", se preguntó Blair. "Francamente, no. Muchas de sus preocupaciones y debates son remotos para la gente. Europa tiene que elegir: sigue como está y falla. O cambia, abraza el futuro y todos tenemos éxito" dijo.

Blair se mostró proeuropeo pero exigió a sus vecinos que terminen con la "teología de un ideal abstracto" y "apunten a las prioridades de la gente, la creación de empleos, seguridad, reforma del estado de bienestar y medio ambiente".

"Europa o la moneda única no pueden funcionar si los países no reestructuran sus economías para generar trabajo como objetivo esencial (...). No es una cuestión de tamaño. Una Europa unida pero sin la economía reformada no será mejor que la anterior", aclaró.

El primer ministro británico advirtió a sus pares que la luna de miel en un gobierno no dura demasiado y que "serán echados" del poder si vuelven a adoptar el estilo de la vieja izquierda.

"Hay dos tipos de partidos conservadores. Uno son los reaccionarios del partido de la derecha. El otro es el partido de izquierda que rechaza el cambio. Nosotros debemos modernizarnos o morir", remarcó.

El premier Jospin se negó a aclarar qué habían conversado en su reunión privada con Blair. Pero se supo que discreparon fuertemente en el rol del Estado y el control de las fuerzas del mercado.

Al establecer una clara diferencia entre el pasado y el presente, Jospin dijo que hasta ahora en Europa prevalecía la economía antes que la gente. "Pero con el alto desempleo, bajo crecimiento y creciente pobreza, Europa no se puede construir mas sobre la espalda de sus ciudadanos", dijo Jospin.

España defiende la ortodoxia

El gobierno del centroderecha español encabezado por José María Aznar se convirtió en un ardiente defensor de la ortodoxia monetarista para la construcción europea y la creación de la moneda única.

Esta posición la transmitirá hoy Aznar a su colega holandés, Win Kok, quien llegará a Madrid para tratar la crucial reunión cumbre que tendrá lugar en Amsterdam el 16 y 17 de este mes, en la que se deberá reformar el Tratado de Maastricht después de una negociación que ha durado quince meses.

Kok entregará a Aznar el borrador del nuevo Tratado, bautizado "Maastricht Dos" por los periodistas, que ha redactado Holanda como presidente de turno de la Unión Europea.

El jefe de la oposición, Felipe Gonzalez, no parece compartir el optimismo de Aznar, y ayer declaró que la cumbre de Amsterdam "será tan minimalista que vamos a convocar otra más adelante". Pero Aznar insiste en la ortodoxia liberal y está convencido de que el problema de la desocupación, el más grave que afrontan los europeos, "no se debe a los esfuerzos de la convergencia sino a que ciertos países no han hecho las necesarias reformas estructurales".

La alusión del líder conservador español fue dirigida a los derrotados dirigentes del centroderecha francés.

Diálogo con Kohl

El gobierno español rechaza todo "euroescepticismo" y, el lunes pasado, el presidente Aznar mantuvo una larga conversación telefónica con el canciller alemán, Helmut Kohl, en la que ambos coincidieron en mantener el calendario para la creación del euro y también las duras exigencias que contienen los criterios de convergencia y estabilidad sobre déficit presupuestario, inflación, deuda pública y tasas de interés.

El jefe del gobierno español señaló que hubo total coincidencia con Kohl "en que estamos en el camino justo para la construcción europea". Añadió que "la posición acordada con el canciller aleman es muy clara respecto de continuar en el proceso de construcción europea y cumplir los calendarios, plazos y criterios ya establecidos".

Aznar destacó el excelente momento que vive la economía española y que se van a cumplir los criterios de convergencia a fines de este año.

JUAN CARLOS ALGAÑARAZ MADRID

MUN EXG ICX IBS

UE-R.UNIDO (Previsión)
LABORISTAS TRATARAN DAR IMAGEN MAS DIALOGANTE CUMBRE AMSTERDAM

Por Fernando Prieto Arellano

Londres, 13 jun (EFE).- El nuevo Gobierno laborista británico pretende ofrecer en el Consejo europeo de Amsterdam del lunes y martes próximos una imagen del Reino Unido más conciliadora y dialogante de la que hasta ahora conocían sus socios comunitarios.

El primer ministro británico, Tony Blair, tratará de dar en esta reunión una sensación de mayor predisposición a negociar, o, al menos, a conversar, que la de los anteriores ejecutivos conservadores, cuyas relaciones con el resto de los Quince eran en ocasiones bastante crispadas respecto a la mayoría de los temas clave, señalan los observadores.

La gran novedad que presenta el Reino Unido en la cumbre de Amsterdam es su disposición a firmar la Carta Social Europea, uno de los puntos del programa laborista para las elecciones generales británicas del pasado 1 de mayo y que, según los expertos, supone un punto de inflexión en las relaciones de Londres con la Unión Europea (UE).

En los últimos días, altos funcionarios británicos afirmaron que el Reino Unido iba a suscribir la Carta Social, al tiempo que manifestaron que el compromiso de Londres con el empleo es un un "aspecto clave" de toda la negociación comunitaria.

En este sentido, Tony Blair indicó que la creación de puestos de trabajo en la UE dominará la agenda que el Reino Unido llevará a la Conferencia Intergubernamental (CIG). En unas declaraciones a la prensa sobre la postura de su país, señaló que el empleo debe ser "el núcleo de nuestra agenda" en la CIG.

Blair dijo que su gobierno está dispuesto a promover sus propuestas de desregularización y flexibilización del empleo, incluso si ello es contrario al punto de vista de algunos países, epecialmente Francia.

Asimismo, Blair señaló que el Reino Unido puede mantener un diálogo con otros socios comunitarios sobre las citadas propuestas pero al mismo tiempo dejó claro que en ningún caso se apartaría del eje de ese plan.

"Tenemos que poner el derecho al trabajo en el corazón de la agenda europea", subrayó el primer ministro británico.

"El nuevo Gobierno (británico), que desempeñará un papel constructivo en la Conferencia Intergubernamental, espera que en la misma se llegue a algunas conclusiones sobre cómo reformar las economías en Europa para hacerlas más competitivas", manifestó Blair.

Por su parte, en declaraciones a la BBC, el ministro británico de Asuntos Exteriores, Robin Cook, reiteró que el compromiso de su gobierno con el empleo estará en el eje de la cumbre europea de la próxima semana.

"Ya es hora de que el empleo figure entre los temas prioritarios de la agenda, ésa es la razón por la que el Reino Unido apoya un capítulo sobre el trabajo en el Tratado de la Unión Europea", afirmó Cook.

Sin embargo, en Bruselas, no fue demasiado bien acogida la demanda del Reino Unido de aplazar por dos años la aplicación de la Carta Social Europea para ir acomodando las infraestructuras

británicas a los contenidos del citado documento, señala hoy el diario "The Independent."

02

Esta decisión causó satisfacción en la industria británica pero molestó a los sindicatos, que esperaban que la Carta Social entrase en vigor de inmediato, sobre todo en lo relativo a la creación de comités de empresa, prácticamente "desactivados" desde la época de Margaret Thatcher como jefa del Gobierno.

Fuentes del Gobierno británico manifestaron que no se pretende aplicar "tácticas para demorar" la Carta Social y recalcaron que en la cumbre de Amsterdam Tony Blair anulará formalmente la cláusula "opt-out", durante tanto tiempo esgrimida por su antecesor, John Major.

No obstante, las fuentes señalaron que se requiere un periodo mínimo de transición, que cifraron en unos dos años, para dar a las empresas tiempo para preparar sus mecanismos a las disposiciones de la Carta Social.

Por lo que se refiere al Pacto de Estabilidad, que altos funcionarios británicos calificaron como "un elemento clave" para toda la UE, Londres manifestó que ve "razonable" la petición de Francia para que se produzca un aplazamiento.

En una sesión de preguntas al Ejecutivo celebrada el jueves en la Cámara de los Lores, Lord Haskel, en nombre del Ministerio del Tesoro, manifestó que "los franceses han pedido tiempo para que su nuevo gobierno estudie ese asunto, lo que yo creo que es una solicitud razonable." EFE

fpa/mcc

06/13/12-28/97

Revuelo en Gran Bretaña por el impuesto para crear trabajo

La prensa filtró un documento que revela qué empresas privatizadas deberán pagar • Blair quiere crear más de un millón de empleos • La desocupación es un tema que hoy moviliza a todos los gobiernos europeos

MARIA LAURA AVIGNOLO
Londres. Corresponsal

La filtración de un documento que revela qué ex empresas estatales privatizadas pagarán el impuesto o "windfall tax" que le permitirá al gobierno implementar sus planes para generar empleo, ha desatado una viva polémica en Gran Bretaña.

El gobierno de Tony Blair se propone recaudar 8 mil millones de dólares para impulsar su proyecto de dar empleo a 250.000 jóvenes y 800.000 madres que no trabajan porque cuidan a sus hijos.

Blair prometió ayer que "el empleo estará en el corazón del debate" en la Comisión Intergubernamental Europea que comenzará en Amsterdam el próximo jueves. Un día después de su cumbre con el presidente francés Jacques Chirac para encontrar un acuerdo por las desinteligencias de los aliados sobre la moneda única, el premier marcó la diferencia con Francia y propició un mercado laboral flexible y desregulado.



A PAGAR. Sir Ian Vallance, cabeza del grupo British Telecom, en Londres.

Un polémico documento

Según el documento del Tesoro filtrado al canal televisivo ITN, British Telecom pagará el impuesto o "windfall" por única vez en la historia. Pero de él se salvará British Airways, porque no es un monopolio.

El impuesto se aplicará sobre las ganancias de la compañías estatales privatizadas durante la gestión de Margaret Thatcher. Los nuevos propietarios las compraron por cifras irrisorias y las ganancias fueron multimillonarias. El nuevo Laborismo ha creado un impuesto especial y único sobre estas ganancias porque está convencido de que así como fueron los pobres los que pagaron el más alto precio por la estabilización de la economía británica, deben ser los más poderosos los que compensen ahora esa falta de equilibrio social.

A British Telecom se suman también la privatizada British Gas y las compañías de electricidad y de agua como futuros contribuyentes del impuesto.

Las empresas se han rebelado públicamente contra el impuesto. Aseguran que "el gobierno no tiene derecho a aplicarlo", que no lo anunciaron en su plataforma electoral y que están dispuestas a apelar a la Justicia europea para conseguir una resolución favorable. La administración de Tony Blair lès advirtió que no tienen chances de ganar la apelación en el tribunal europeo.

British Airways, la empresa aérea que se ha salvado aparentemente del impuesto, declaró: "Estamos encantados. No estamos incluidos porque es un impuesto a las utilidades monopólicas".

Para Blair el empleo es un tema prioritario y, por eso, dijo: "Gran Bretaña firmó el capítulo social de la Unión Europea".

El premier británico ya recomendó que los políticos dejen de hablar de las instituciones europeas y comiencen a discutir las necesidades y prioridades de la gente.

Fiel a este criterio, ayer se entrevistó con directivos de la empresa Ford que viajaron especialmente desde Estados Unidos. La empresa proyecta crear una "Universidad para la Industria" en las cercanías de su planta británica con la utilización de nueva tecnología para transmitir información.

Blair está convencido de que la educación es el mejor instrumento para combatir el desempleo.

El canciller Robin Cook es aún más contundente que Blair en torno del rol de Europa y el futuro del trabajo: "Yo creo que cualquier proyecto económico que reduce crecimiento y trabajo a la periferia es un proyecto muerto y, eventualmente, va a ser hundido por la gente", dijo.

El presidente francés Jacques Chirac coincidió con los británicos pero discrepó con su visión del mercado flexible. "Europa no es sólo una cuestión monetaria o financiera. Es también hombres y mujeres que deben ser tenidos en cuenta". □

[illegible]

[illegible]

R.UNIDO-ECONOMIA (previsión)

LABORISTAS RECURREN IDEAS "TORIES" SOLUCIONAR CRISIS LIQUIDEZ

Por Fernando Prieto Arellano

Londres, 15 jun (EFE). El Gobierno laborista británico reconoce que tiene una necesidad urgente de dinero y para solucionarla puede recurrir a soluciones esbozadas durante la anterior administración conservadora, como la privatización del Metro de Londres.

La crisis es de tal magnitud que el Ejecutivo se plantea incluso suspender la Exposición del Milenio, para la que ya se habían elaborado planes sobre la construcción de un gran complejo de atracciones y edificios vanguardistas en la zona de Greenwich (este de Londres), valorado en 750 millones de libras (1.200 millones de dólares), informó hoy el diario "The Independent."

La prensa británica se hace eco de unos documentos a los que ha tenido acceso la BBC y que muestran que el viceprimer ministro británico, John Prescott, quiere reunirse urgentemente con varios asesores fiscales para estudiar las opciones sobre la posible privatización del metro de Londres.

El metro de Londres ha tenido en los últimos tiempos un déficit de 1,2 millones de libras (1,9 millones de dólares) en inversiones, señala, por su parte, el diario "The Guardian."

Prescott reaccionó irritado a la divulgación de esos documentos e incluso llegó a decir que se los había robado un periodista, aunque pronto se supo que se los había dejado olvidados en un estudio de televisión.

Los problemas se desencadenaron después de que un equipo de la BBC que entrevistó a Prescott para "Panorama" se dio cuenta de que éste se había dejado los citados documentos.

En principio, se pensó que Prescott podía haber dejado los papeles deliberadamente, pero los miembros del equipo de la BBC se quedaron atónitos cuando el viceprimer ministro les advirtió de que podía tomar medidas para evitar que el programa utilizara esa información en su emisión de esta noche, señala "The Times."

En los documentos se indica, igualmente, que Prescott pretende analizar todas las propuestas posibles acerca del futuro del metro de Londres que, en todo caso, quedaría fuera del control público, ya fuera total o parcialmente.

La medida ha causado una gran polémica en el Reino Unido, sobre todo porque durante la campaña electoral para los comicios legislativos del pasado 1 de mayo, los laboristas se mostraron muy críticos con los planes de privatización del metro de Londres que formulaban los conservadores.

En este sentido, el diario 'The Times' comenta que los planes de Prescott no contradicen completamente el programa electoral laborista, que hablaba de dar entrada al capital privado para gestionar el metro junto con su socio estatal.

Sin embargo, señala el diario, no es menos cierto que en los documentos del viceprimer ministro se menciona que la participación privada debe tener "la mayoría de las acciones" del metro, lo que supone la primera vez que se reconoce públicamente que el sector privado podría llegar a controlarlo totalmente.

En un comunicado, Prescott, visiblemente irritado, comenta que "[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] BRETAÑA
DIPUTADO LABORISTA SUSPENDIDO POR [illegible] IRREGULARIDADES FINANCIERAS

Londres, 18 jun (EFE).- El Partido Laborista británico suspendió hoy de sus filas al parlamentario Bob Wareing por "supuestas irregularidades financieras", según informó un portavoz del partido.

Wareing, diputado por la circunscripción de Liverpool West Derby, está acusado de no haber declarado ante el Parlamento "intereses financieros" de los que no se ofrecieron más detalles.

Esta suspensión se produce una semana después de que el grupo parlamentario laborista aprobara una moción por la que otorgaban a su jefe de filas nuevos poderes disciplinarios, entre ellos el de suspender a diputados sospechosos de irregularidades.

Otro legislador laborista, Mohamed Sarwar, el primer musulmán que ocupa un escaño del parlamento británico, también podría ser suspendido la próxima semana acusado de soborno.

Sarwar, diputado por Glasgow (Escocia), asegura que las 5.000 libras esterlinas (8.000 dólares) que dio a un candidato rival durante la campaña electoral formaban parte de un préstamo y no de un soborno.

El Partido Laborista ganó las elecciones en el Reino Unido el pasado mes de mayo, después de 18 años de gobiernos conservadores. Uno de los ejes fundamentales de la campaña laborista fue acusar a los "tories" de falta de transparencia en la situación financiera de sus miembros. EFE

[illegible]

06 18,17:55 97

06

9708651.

La búsqueda de la responsabilidad social

ANALISIS

Por
MARIA LAURA AVIGNOLO
Londres. Corresponsal

La responsabilidad social de los empresarios es la base del modelo elegido por el nuevo laborismo para poner en marcha la construcción de una sociedad justa y decente pero con economía de mercado.

La nueva propuesta para frenar el desempleo de los jóvenes británicos que nunca trabajaron es la fórmula que lo sintetiza. La iniciativa apunta además al criterio planteado por Tony Blair en la reciente cumbre de la Unión Europea en Amsterdam, que remarcó como uno de los pasos para solucionar el tema el perfeccionamiento de los desocupados para incrementar sus posibilidades de ser elegibles en el mercado laboral.

Brown, ministro de las finanzas británico, es el real ideólogo del reciclado laborismo. Cuando murió John Smith, el líder escocés del partido, sólo había dos reemplazantes con suficientes posibilidades: Brown y Tony Blair, su amigo. El economista de la Universidad de Edimburgo le cedió el lugar a "Bambi" Blair, pero se quedó a cargo de "pensar" un nuevo partido que los devolviera al poder tras 18 años en la oposición.

Esta es su receta. Hoy es el hombre más respetado, temido y con mayor audacia intelectual de los 29 ministros laboristas. La nueva administración ha plantado que no desarmará lo hecho por los conservadores en el plano económico, pero a diferencia de la derecha tradicional, advierte la urgencia de amainar la presión social que amenaza convertirse en una amenaza para todo el esquema.

Cuando Brown, a poco de asumir, se negó a usar el tradicional "black tie", la solemne vestimenta de los funcionarios y reemplazó el esmoquin por un traje oscuro en la tradicionalista City de Londres, estaba dando varios mensajes simultáneos: renovación, adiós a la pomposidad, una sociedad más equilibrada y una proporción bien balanceada de macroeconomía que hechizó a la audiencia.

Pero exigió con una sonrisa y la velada amenaza de subir los impuestos si no cumplían con una paralela responsabilidad frente a los pobres y excluidos económicos. Un sector que los "peces gordos" empresariales y de la banca habían ignorado durante la extensa gestión thatcherista. En ese período se produjo una fuerte acumulación de ganancias que reactivó la economía británica pero con el costo de que los que viven bajo el nivel de pobreza alcanzan actualmente el 24 por ciento de la población activa.

El proyecto que propone a los empresarios es una mezcla de entrenamiento y lugar de trabajo para instalar en estos jóvenes que jamás tuvieron un empleo la rutina laboral. Por cada empleado, el empresario recibirá 750 libras esterlinas como subsidio.

"Es la Nueva Esperanza y La Nueva Responsabilidad". Estas fueron las palabras de Gordon Brown para intentar controlar uno de los peores dramas del fin de siglo.

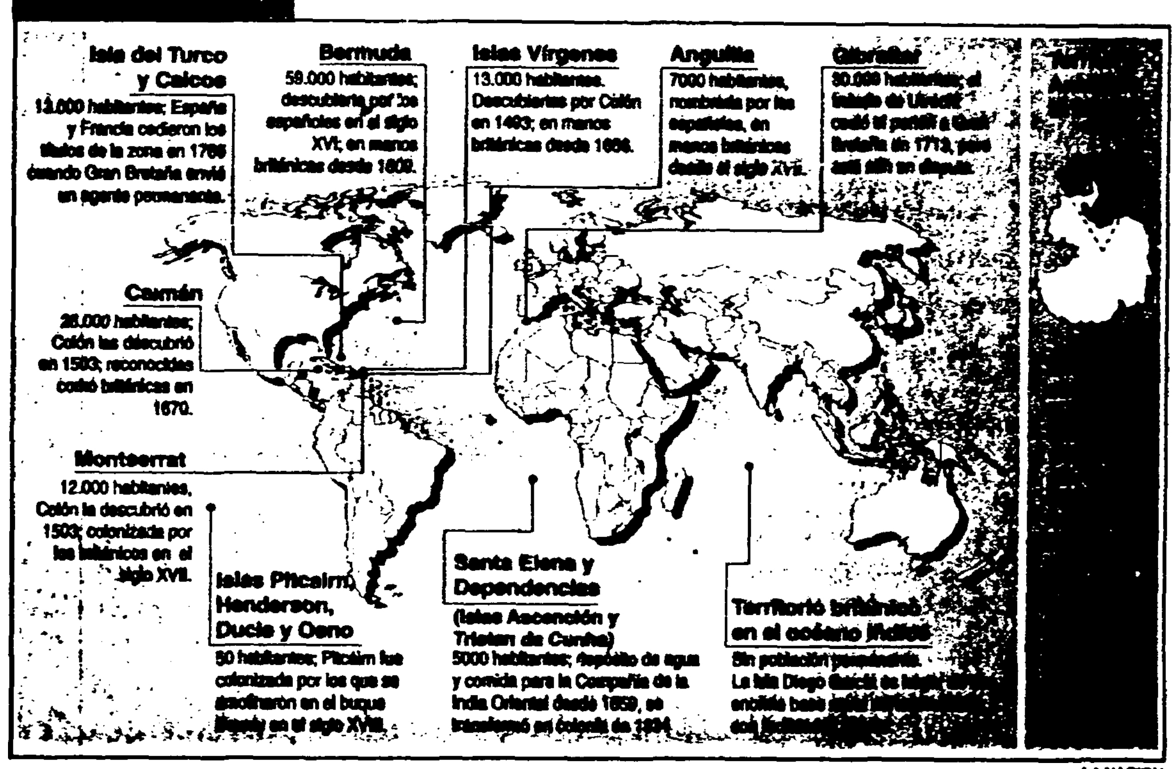
CL 2702

07-07

Pese a ceder Hong Kong, el ocaso del imperio británico parece lejano

Las colonias esperan que, después del traspaso, Londres les otorgue mayor ayuda

Por Graciela Iglesias
(Corresponsal en Europa)



LONDRES, 25.- El Imperio Británico está a punto de perder con Hong Kong su última gran "gema", pero este acto, por más traumático que sea, está lejos de marcar su ocaso.

La semana próxima, cuando las luces de las celebraciones se apaguen y la China comunista se haya hecho cargo del mejor ejemplo de capitalismo en el mundo, Londres podrá comprobar que el sol sigue sin caer bajo el horizonte de sus ahora diminutos dominios. Desde la isla Pitcairn, en el océano Pacífico, a Diego García, en el Indico, la Union Jack se mantiene, por el momento, firme al tope de las astas.

De gran valor estratégico, sus 13 enclaves desparramados en el planisferio han dejado de llamarse desde la década del cincuenta "colonias" para adoptar el menos ofensivo nombre de "dependencias". Un eufemismo que no ha logrado eliminar la impresión general en los británicos de que son más una carga que un beneficio.

El periódico The Guardian, por ejemplo, les dedicó durante los últimos quince días un artículo diario bajo el título general de "El detritus del Imperio". La investigación culminó con una nota donde su autor, Ian Black, llegó a la conclusión de que si aún siguen bajo dominio británico "es porque son demasiado pequeñas, demasiado pobres o están bien acostumbradas a vivir de su madre patria y, ante todo, de su tesorería".

Lección aprendida

"La última en considerar la emancipación -destacó Black- fue Bermuda. Pero con sólo hacer flotar la idea un montón de sus negocios "off-shore" se mudaron a la también británica isla Caimán, que hoy cuenta con 300 bancos. Bermuda aprendió la lección y es así cómo decidió mantener al gobernador con su sombrero de pluma y seguir entonando el «God Save The Queen» (el himno británico)".

Tanto los financistas de las Islas Vírgenes como los pescadores de Tristan da Cunha apelan al Foreign Office para resolver sus más diversos problemas. Y la Asociación de Territorios Dependientes que los representa en Londres espera que la partida de Hong Kong, con la consecuente reducción en el número de habitantes a no más de 168.000, persuada a los británicos de la importancia de proteger los intereses de lo poco que les queda.

Pero las señales que emanan de Whitehall indican lo contrario. Durante un debate en la Casa de los Lores la baronesa Symons of Vernham Dean, vocero del gobierno laborista en temas de relaciones exteriores, advirtió hace diez días que "es altamente improbable que vaya a haber cambios en la relación del Reino Unido con sus dependencias por bastante tiempo".

Esto incluye, ante todo, el crucial tema de la nacionalidad que divide las aguas entre las británicas de pleno Gibraltar y Malvinas (ambos con población de origen europeo y reclamadas por otros países) y el resto que, merced al Acta de la Nacionalidad de 1981, no tiene derecho ni a vivir ni a trabajar en el Reino Unido.

Hacia Malvinas

La situación se torna ridícula si se tiene en cuenta, por ejemplo, que un argentino con doble nacionalidad europea (ya sea con pasaporte español, italiano, etcétera) puede residir aquí sin inconvenientes mientras los súbditos británicos de las dependencias corren el riesgo de ser deportados.

Por esta cuestión Londres se enfrentó hace unos meses a una violenta rebelión en Santa Elena, una de sus más desoladas dependencias en el Atlántico Sur, famosa sólo por haber sido escenario del último exilio de Napoleón. A 1900 kilómetros de la costa más cercana, tiene una población de origen africano y asiático.

El desempleo alcanza allí al 18 por ciento y la inflación a un 10, situación que deriva de la caída en las ventas de su único producto de exportación, un tipo de madera que la Royal Mail utilizaba en la fabricación de sus estampillas y que ha reemplazado por fibras sintéticas.

Al Reino Unido le cuesta ahora 16 millones de dólares mantener a la isla, mientras que los ingresos allí por impuestos no pasan de los 9 millones. No extraña, entonces, que Whitehall haya ordenado profundos recortes presupuestarios.

Los problemas económicos sumados a la crisis de nacionalidad han creado una suerte de "emigración" interna entre las dependencias. Se estima que desde 1995 se han mudado a las islas Malvinas unos 250 residentes de Santa Elena y de la isla Ascensión. Todos con la esperanza de obtener, si no para ellos sí para sus hijos, un pasaporte británico pleno.

En el Foreign Office hay quien asegura que se hará una excepción en el caso de Santa Elena, pero esto fue drásticamente desmentido por el ministro Tony Lloyd durante una entrevista con La Nacion realizada en vísperas de las elecciones británicas. "Lo siento mucho -advirtió-, pero no está en nuestros planes cambiar esta situación."

Manos extendidas

Algunos, como la representante en Londres del gobierno malvinense, Suky Cameron, creen que la coordinación entre las 13 dependencias puede encontrarle la solución a este tipo de problemas.

Si bien el diálogo entre Malvinas y Gibraltar es intenso, armonizar los intereses de la rica Bermuda (PBI de 31.000 dólares per cápita) con los de la paupérrima Monserrat, sentada sobre un volcán y con ingresos de no más de 5700 dólares anuales, ha probado ser difícil.

La gran mayoría prefiere, por lo tanto, seguir extendiendo la palma de sus manos hacia Londres. Y es así como en Westminster muchos mascullan, con cierto resentimiento, la frase agorera de un ex gobernador colonial: "Gran Bretaña tendrá que luchar muy duro para poder independizarse de sus dependencias".

XA3583

R VARBT 06-21 00329
amt exg

CHILE-UNIVERSIDADES
MAS DE 6.000 UNIVERSITARIOS SE MANIFIESTAN EN SANTIAGO

Santiago de Chile, 20 jun (EFE).- Unos 6.000 estudiantes de universidades estatales chilenas se manifestaron hoy en Santiago para exigir una reforma profunda del sistema de educación superior en la movilización estudiantil más grande desde el retorno de la democracia al país, que mantiene en huelga a 45.000 alumnos.

La concentración, en la que no se registraron incidentes, se llevó a cabo esta tarde en el céntrico Estadio Chile, debido al fuerte temporal que afecta a gran parte del país y que obligó a cambiar el lugar donde inicialmente había sido programada.

El mal tiempo impidió, además, la llegada de los universitarios del sur del país, que quedaron atrapados por los cortes en la carretera Panamericana.

Los estudiantes pretenden forzar al Gobierno a aceptar la creación de una mesa negociadora para analizar los problemas de la enseñanza superior chilena, demanda que ha sido reiteradamente negada por el Gobierno, al igual que el aumento del presupuesto a las universidades estatales, que implicaría el desembolso de unos 300 millones de dólares.

El conflicto se inició hace tres semanas en la Universidad de Chile, el centro de estudios superiores más antiguo y prestigioso del país, debido a problemas derivados del sistema de autofinanciación en las universidades estatales y la escasa participación de los alumnos en las decisiones del gobierno universitario.

La movilización se extendió a la mayoría de las Universidades estatales del país y al sistema privado, lo que afecta a unos 45.000 estudiantes, académicos y funcionarios de la educación superior chilena.

Frente a las negativas del Gobierno a sus demandas, el movimiento se ha ido radicalizando y en varias ciudades se han registrado enfrentamientos con la Policía.

La semana pasada más de 12.000 estudiantes se manifestaron en las ciudades más importantes del país para protestar contra la política de educación superior del Gobierno, que esta semana envió un proyecto de ley al Parlamento para reformar el sistema educativo. EFE

mm/lel/arp

06/21/00-23/97

FR? ?

[illegible]

CHILE UNIVERSIDADES
ESTUDIANTES ANUNCIAN HUELGA NACIONAL CON APOYO SINDICATOS

Santiago de Chile, 10 jun (EFE).- Dirigentes de los miles de universitarios que protestan desde hace varias semanas para pedir reformas en el sistema de educación superior en Chile anunciaron hoy la convocatoria de una huelga nacional para el jueves próximo, que contará además con el apoyo de los sindicatos chilenos.

La movilización pretende protestar contra el Gobierno, que rechazó la petición de la Confederación de Estudiantes de las Universidades Chilenas (CONFECH) donde se resumen las demandas de los 40.000 estudiantes y que fue discutida anoche por el ministro de Educación, José Pablo Arellano, y los presidentes de las diversas federaciones estudiantiles.

Los estudiantes solicitan mayor participación en el proceso de toma de decisiones en las Universidades, la creación de una normativa para la elección de decanos y directivos de las diversas escuelas y un cambio en el sistema actual de autofinanciación.

Agrupaciones de académicos, funcionarios y trabajadores del país informaron de que se adherirán a la movilización y apoyaron las exigencias de los universitarios, que consideraron "justas".

El presidente del Comité Coordinador Nacional de Asociaciones de Académicos de Universidades Estatales, Juan Saavedra, señaló que el lunes el organismo acordó iniciar las movilizaciones a nivel nacional en apoyo de los estudiantes.

Asimismo, la Federación Nacional de Asociaciones de Funcionarios de la Universidad de Chile manifestó su coincidencia con los planteamientos de los universitarios y la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), la única confederación sindical del país, anunció que se sumará a la protesta nacional convocada por los estudiantes para el jueves.

El vicepresidente de la CUT, José Ortiz, señaló que los trabajadores chilenos se unirán "a todas las actividades de protestas que realicen los alumnos esta semana", e indicó que solicitará al Gobierno que se comprometa a entregar los recursos económicos suficientes para mejorar el fondo solidario de los estudiantes.

El ministro de Educación rechazó anoche la petición de los universitarios por considerar sus demandas "de un alcance demasiado ambicioso".

"No podemos plantearnos, a corto plazo, aumentos de aporte del Producto Interior Bruto (PIB) a las Universidades tan significativos" como el que exigen los estudiantes, de 1.5 por ciento, argumentó.

Los estudiantes convocaron el lunes varias manifestaciones aisladas en protesta por la difícil situación que atraviesan las Universidades estatales, que han sufrido fuertes recortes en sus presupuestos en los últimos años y que han derivado en subidas de las tasas a los alumnos, la restricción de sus recursos físicos y la financiación de investigaciones.

La coalición gubernamental respaldó las demandas de los estudiantes, que mantienen paralizadas las Universidades estatales de Chile (Santiago, Concepción, Tecnológica Metropolitana, ...) y privadas Diego Portales, aunque la Universidad Católica del Norte no se sumó a la movilización.

[illegible]

9708653

02

FB??..

II F0?? ... 07 ...
amt

CHILE UNIVERSIDADES
COALICION GOBERNANTE RESPALDA DEMANDAS UNIVERSITARIOS

Santiago de Chile. 9 jun (EFE). La coalición gobernante de Chile respaldó hoy las demandas estudiantiles sobre una reforma profunda del sistema de educacion superior en el pais, que mantiene movilizados a unos 40.000 universitarios, y aseguró que acogerá sus propuestas en el Congreso.

Los lideres de los partidos que forman la alianza de centro izquierda que gobierna en Chile desde 1990, llamada "Concertación de Partidos por la Democracia", se reunieron hoy para analizar el conflicto estudiantil, que se inició en las universidades estatales hace varias semanas y de ahi se extendió a las privadas.

El coordinador de la alianza gubernamental y presidente del Partido Por la Democracia (PPD), Sergio Bitar, respaldó las exigencias de los estudiantes, que calificó de "responsables y concretas", y afirmó que seran acogidas en el Parlamento.

Los alumnos solicitan una mayor participacion en el proceso de toma de decisiones en el interior de las universidades, la creación de una normativa para la elección de decanos y directivos de las diversas escuelas y un cambio en el sistema actual de autofinanciacion.

El conflicto se inició hace varias semanas en la Universidad de Chile, el centro mas antiguo y prestigioso del pais, y hoy se encuentran paralizadas las de Santiago, Concepción, Tecnológica Metropolitana, Católica del Norte y Diego Portales, que es privada.

El viernes pasado el presidente chileno, Eduardo Frei, anunció que el Gobierno prepara una ley marco para regular todo el sistema, la cual abordará cuestiones como el acceso equitativo de los estudiantes a la educacion superior, sus planes de desarrollo y el financiamiento de sus inversiones e investigación.

A ese respecto, Bitar manifestó que la alianza oficialista "espera el envio del proyecto al Parlamento en los próximos dias" y aseguró que "la Concertación lo acogerá para avanzar con rapidez".

En ese sentido, consideró que "el Gobierno debe estar en disposición de atender algunos temas financieros específicos, como la asignación de crédito universitario adicional para los jóvenes este año, equilibrar las aportaciones a las universidades regionales y revisar el financiamiento para la investigación tecnológica y científica".

Bitar anticipó que el Gobierno expresó que en los próximos dias iniciará conversaciones con los estudiantes, academicos, funcionarios y autoridades universitarias para llegar a un acuerdo al respecto.

Las direcciones de las universidades movilizadas se reunieron este fin de semana para "coordinar acciones comunes" a fin de que se satisfagan sus exigencias, lo que fue valorado por los lideres oficialistas, quienes opinaron que "los estudiantes han avanzado en una plataforma nacional, con propuestas responsables y concretas".

En la reunion de los lideres oficialistas participaron, ademas de Bitar, el presidente del Partido Socialista (PS), Camilo Escalona; el del Partido Radical Socialdemócrata (PRSD), Anselmo

s02540

R E0:BT 06 07 00319

sur

CHILE UNIVERSIDADES

FREI INSTA A ESTUDIANTES Y AUTORIDADES A RESOLVER CONFLICTO

Santiago de Chile, 6 jun (EFE). El presidente chileno Eduardo Frei llamó hoy a las autoridades universitarias y a unos 40.000 estudiantes que se encuentran movilizados en demanda de reformas profundas al sistema a "retomar el diálogo" y resolver el conflicto que atraviesa la educación superior chilena.

"Como gobierno, trabajamos activamente promoviendo la creación de un clima de diálogo y de trabajo a nivel de las universidades, que creemos es la única manera de superar la actual situación", manifestó Frei.

El conflicto se inició hace varias semanas en la Universidad de Chile y posteriormente se extendió al sector privado de la educación superior, donde hoy se encuentran movilizados y sin clases unos 40.000 estudiantes de todo el país.

Además de la Universidad de Chile se encuentran paralizadas las universidades de Santiago, de Concepción, Tecnológica Metropolitana, Católica del Norte y Diego Portales, que es privada.

Los estudiantes solicitan mayor participación en el proceso de toma de decisiones al interior de las universidades, la creación de una normativa para la elección de decanos y directivos de las diversas escuelas y un cambio en el sistema actual de autofinanciamiento.

En los últimos años la contribución gubernamental a las universidades estatales ha descendido fuertemente y actualmente no cubre más del 25 por ciento de sus gastos, lo que ha provocado significativas alzas en los aranceles que deben pagar los alumnos (unos 3.600 dólares anuales en promedio) y una contracción de sus recursos físicos.

Frei señaló que el Gobierno está dispuesto a "hacer todo lo necesario para apoyar a las universidades" y abordar temas como el acceso equitativo de los estudiantes a la educación superior, la regulación del sistema que la rige, sus planes de desarrollo y el financiamiento de sus inversiones e investigación, para lo cual se trabaja en una ley marco que norme todo el sistema.

En ese marco, dirigentes estudiantiles anunciaron que las directivas de las universidades movilizadas se reunirán este fin de semana para "coordinar acciones comunes" en demanda de la satisfacción de sus exigencias. EFE

--fin efe

06 07 01 22:07

04

9708653

XM8246

H PAXBF 06 04 00625
mun exq 1cx

CHILE UNIVERSIDADES (Previsión)
PAIS AGITADO POR EL MAYOR CONFLICTO ESTUDIANTIL DESDE LOS 60

Santiago de Chile, 4 jun (EFE).- Unos 40.000 estudiantes, que demandan mayores recursos financieros y la democratización de la enseñanza superior, participan en el mayor conflicto universitario ocurrido en Chile desde los años sesenta.

Las huelgas y ocupaciones de escuelas y facultades comenzaron en la Universidad de Chile, la más antigua e importante del país, con 18.000 alumnos, pero se han expandido rápidamente y alcanzan, incluso, a las universidades privadas.

Además de la Universidad de Chile, están paralizadas las de Santiago (USACH) y Tecnológica Metropolitana (UTM), y en las próximas horas podría unirse la Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación (UMCE).

La reforma de los estatutos orgánicos, dictados en 1981 por el régimen militar del general Augusto Pinochet, y un mayor compromiso del gobierno en la financiación de las universidades estatales son las banderas levantadas por los estudiantes.

Para la reforma de los estatutos, los estudiantes exigen la celebración de claustros con participación de personal académico, administrativo y alumnos, lo que rechazan las autoridades porque, según afirmó el rector de la Universidad de Chile, Jaime Lavados, significaría un "cogobierno".

Lavados, que concluye su período a finales de año, dijo que, para empezar a conversar, los estudiantes "deben reconocer la legitimidad" de su autoridad, al referirse a las exigencias de renuncia que le hicieron en un principio, demanda que la Federación de Estudiantes (FECH) posteriormente retiró.

Rodrigo Rocco, presidente de la FECH, reiteró hoy que el problema de la Universidad de Chile "no es la presencia de Lavados, sino la falta de voluntad" del rector para afrontar la crisis que vive el centro.

En tanto, y aunque no han efectuado huelgas, los alumnos de varias universidades privadas, entre ellas la "Diego Portales", la de "Santo Tomás" y la "De la República", se unieron para exigir mayor participación en la toma de decisiones y la rotación periódica de decanos y directores de carreras en sus cargos.

La Universidad "Diego Portales", la más antigua y mayor del sector privado, con 7.000 alumnos, se comprometió hoy a facilitar una mayor participación estudiantil en la toma de decisiones relacionadas con el quehacer académico y mejora de la infraestructura, según anunció su director general, Roberto Vega.

El presidente de la Federación de Estudiantes, Augusto Maureira, consideró "insuficiente" el anuncio, porque "sólo concreta el derecho a voz y voto de los alumnos".

La magnitud de las protestas ha hecho recordar las jornadas vividas en Chile en 1967 y 1968, cuando el sistema se paralizó durante meses, que culminaron con un corto período en el que los rectores eran elegidos en votación con la participación de profesores, personal administrativo y estudiantes.

Al igual que entonces, los partidos políticos han apoyado en mayor o menor medida las demandas estudiantiles, como hicieron el pasado fin de semana los integrantes de la coalición gubernamental.

Tanto los sectores políticos como el gobierno han coincidido en la necesidad de la reforma de estatutos, pero existen discrepancias en cuanto al problema financiero, en un contexto en que progresivamente han disminuido las aportaciones fiscales a las universidades estatales, que hoy cubren un 25 por ciento de sus necesidades.

Por todo esto, la universidad estatal es tan cara para un estudiante como la privada, con un coste medio de 1.5 millones de pesos anuales (3.550 dólares), punto central de las críticas estudiantiles, por considerar que la educación superior en Chile está cada vez más lejos de los sectores con menores ingresos.

Los rectores, además de condicionar la apertura del diálogo a la finalización de las huelgas y ocupaciones de escuelas, han sugerido al gobierno que les facilite más recursos económicos, pero las autoridades han guardado silencio hasta ahora. EFE

NS/cho/M

Mineros chilenos ocuparon la sede de los diputados

EP. 3/6

SANTIAGO DE CHILE, 2 (AP).— Unos 250 ex mineros carboníferos desocuparon hoy la sede de la Cámara de Diputados en Santiago cuando el gobierno aceptó conversar sobre sus demandas de mejoras en sus indemnizaciones legales por despido.

Ningún diputado se encontraba en el edificio al momento do la ocupación. La Cámara funciona en el vecino puerto de Valparaíso, 120 kilómetros al noroeste de aquí. La sede de Santiago son oficinas de trabajo legislativo.

Paralelamente, ocho esposas de los mineros que permanecen en huelga de hambre desde el viernes último en apoyo a las demandas de sus familiares, anunciaron hoy que dejaron de ingerir líquidos para incrementar las presiones sobre las autoridades.

"Si nos llaman a conversar por conversar, haremos algo peor a lo que hemos hecho hasta el momento. Nosotros queremos respuesta a nuestro petitorio que el gobierno conoce muy bien", advirtió Víctor Mendoza, dirigente y vocero de los ex mineros. Los manifestantes integran un grupo de unos 400 exonerados el año pasado del yacimiento carbonífero estatal de Lota, unos 500 kilómetros al sur de aquí, que tras una huelga de casi tres meses, firmaron con el gobierno indemnizaciones y beneficios legales.

Empero, otros mineros cesados en abril último por el gobierno recibieron mejores indemnizaciones, por lo que aspiran al mismo tipo de regalías, que incluyen mejores indemnizaciones, garantías sociales y para algunos, jubilaciones anticipadas.

El gobierno, que cerró la mina de Lota en abril tras décadas de producción deficitaria, se rehusa a negociar con los mineros en Santiago. Dice que hablaría con ellos, pero en Lota.

06

FB7137

U ECOBT 06-02 00490
mun aa

CHILE-MINEROS
MINEROS DEPONEN TOMA CAMARA DIPUTADOS PERO SIGUE MOVILIZACION

Santiago de Chile. 2 jun (EFE). Los cerca de 250 mineros que mantenían ocupada la sede de la Cámara de Diputados en Santiago depusieron su postura tras conseguir una entrevista con representantes del Gobierno para exponer sus demandas. a pesar de lo cual advirtieron que seguirán movilizados "hasta las últimas consecuencias".

Los mineros fueron despedidos en junio del año pasado por la Empresa Nacional del Carbon (ENACAR). propietaria del yacimiento de Lota. ubicado a 515 kilómetros al sur de Santiago y el cual fue cerrado en abril por el gobierno tras ser explotado por más de 150 años.

Los trabajadores serán recibidos mañana por autoridades de Gobierno. reunión que se logró tras la mediación de un grupo de parlamentarios pertenecientes a la coalición gubernamental.

El diputado democristiano Jorge Pizarro consideró "legítimas" algunas de las aspiraciones de los mineros. que denunciaron discriminación respecto del grupo de 1.296 trabajadores despedidos este año tras el agotamiento del mineral.

Pizarro señaló que es "lógico y necesario" que se corrijan estos problemas "y espero -dijo- que el Gobierno los reciba como corresponde y se solucione el conflicto". manifestó.

En junio del 1996 el Gobierno despidió a 426 mineros de Lota en el marco del plan de racionalización y modernización de la minería implantado en 1992. debido a las pérdidas millonarias que esta producía. estimadas en unos 40 millones de dólares mensuales.

En la toma de la sede de la Cámara Baja. de carácter pacífico. participaron ex mineros. mujeres y niños. quienes depusieron su actitud tras lograr que parlamentarios de la coalición gubernamental intercedieran por ellos ante el Gobierno para lograr que sus demandas fueran escuchadas.

Los 426 mineros despedidos exigieron los mismos beneficios que les fueron otorgados a los 1.296 mineros despedidos este año al cerrarse el yacimiento. los cuales fueron pactados con el Gobierno el pasado 10 de mayo.

El acuerdo favorece a los mineros despedidos este año. ya que. según los dirigentes sindicales. tiene beneficios nuevos como becas de estudios para sus hijos y un subsidio para pagar las deudas contraidas por adquisición de vivienda.

Además incluye seguro de enfermedad. acceso a formación para quienes no obtienen pensión inmediata y una indemnización de 1.400 dólares por año de servicio. que en 1996 no se consiguió.

Los mineros discrepan respecto a las las pensiones concedidas a los mineros despedidos en 1996 y este año también reclaman por el presunto incumplimiento de los programas de formación. donde se [illegible] que no han sido recibidas.

Los trabajadores se encuentran en Santiago desde el miércoles pasado. pero hasta ahora no han sido recibidos por el Gobierno. debido a lo cual [illegible] mantienen una huelga de hambre desde el [illegible].

A ese respecto. el portavoz de los mineros. [illegible] Arriagada. afirmó que mantendrán la movilización "hasta las últimas [illegible]

[illegible] EFE.
aa [illegible]

[illegible]

07-07

9708653

YD0969

R POXBT 06-22 00136
icx mun exg

OMAN-R.UNIDO
MINISTRO EXTERIORES BRITANICO INICIA GIRA POR GOLFO PERSICO

Dubai, 22 jun (EFE).- El ministro británico de Asuntos Exteriores, Derek Fatchett, llegó hoy a Omán en la primera etapa de una gira por los países árabes del Golfo Pérsico para promover las relaciones con los Estados de la zona.

Según un comunicado de la embajada británica en Omán, Fatchett tratará con los líderes omaníes sobre el proceso de paz para Oriente Medio, la seguridad del Golfo y la situación en Irán e Irak.

Su visita es la primera de un miembro del nuevo Gobierno británico al Golfo, una zona estratégica donde el Reino Unido tiene firmados acuerdos de cooperación en materia de defensa, y donde compite con Estados Unidos y Francia para vender armamento.

Fatchett viajará el lunes a Kuwait y desde allí proseguirá viaje a los Emiratos Arabes Unidos. EFE

ad/fa/msr

06/22/12-30/97

PROCEDENCIA 200691

FECHA DE 11876

VINCULACION 507549

11437

85432

11164

01-11

9708655.

FB7344

R POXBT 06-08 00549

mun exg

R.UNIDO-CONSERVADORES

DERECHA "TORY" TRATA ENCONTRAR CANDIDATO UNICO FRENAR CLARKE

Londres, 8 jun (EFE).- El ala derecha del Partido Conservador británico está buscando en las últimas horas un candidato único que pueda frenar las aspiraciones del ex ministro de Economía y su máximo adversario, Kenneth Clarke, de suceder a John Major al frente de los "tories."

Destacados dirigentes de la derecha conservadora planean mantener una serie de conversaciones para buscar un candidato consensuado antes de que el martes se celebre la primera ronda de votaciones entre los diputados "tories", en la que Clarke parte como favorito, informó hoy el periódico "The Sunday Telegraph."

Los equipos de campaña de los tres candidatos derechistas, el ex ministro del Interior Michael Howard; el ex titular de Seguridad Social Peter Lilley, y John Redwood se han comprometido a reunirse el martes para evaluar los dos candidatos que deben quedarse fuera de la contienda por el liderazgo conservador.

Junto a ellos y aparte del propio Clarke, representante de la "izquierda" conservadora, opta al puesto el joven ex ministro para Gales William Hague, considerado como centrista.

Para evitar que los votos se dispersen en una triada de candidatos de similar cuño y con ello se acabe beneficiando las apiraciones de Hague y Clarke, los dirigentes de la derecha "tory" tratan de armonizar posiciones al objeto de dar una imagen final de unidad, simbolizada en la presencia de un solo aspirante al liderazgo del partido.

El "Telegraph" destaca que la acción de los tres candidatos derechistas obedece a que en medios políticos se considera que aunque Clarke logre triunfar en la primera ronda de votaciones, no alcanzará el número suficiente de votos como para evitar la convocatoria de una segunda e incluso una tercera vuelta.

Asimismo, el "Telegraph" señala que con la presentación de un candidato único, la derecha conservadora piensa que neutralizaría las aspiraciones de William Hague, quien, según los observadores, es el gran favorito para alzarse con el triunfo en la votación final.

Un sondeo realizado por el periódico entre los 164 diputados conservadores que deben elegir a su líder, muestra que 35 de ellos apoyan a Clarke, frente a 30 que se inclinan por Hague.

Howard cuenta con el apoyo de 22 diputados, seguido de Lilley con 21 y, finalmente, Redwood, el más derechista de todos los candidatos, a quien tan sólo apoyan 16 parlamentarios.

Para poder ser elegido líder del partido en la primera ronda, el candidato más votado debe recibir una mayoría de sufragios superior al 15 por ciento del segundo más votado.

Si no se obtuviera esta cifra, se debería acudir a una segunda vuelta, el próximo día 17, en la que hasta cinco días antes se podrían presentar nuevas candidaturas.

Para ganar en la segunda vuelta, el candidato necesita hacerse con la mayoría absoluta.

Si ningún candidato obtuviera la mayoría absoluta, se procedería a una tercera votación, el día 19, en la que sólo comparecerían los dos más votados en la ronda anterior.

En caso de empate y si los dos candidatos no llegan a un acuerdo entre ellos, se [illegible] última elección, el próximo día [illegible].

El actual líder conservador, el ex primer ministro John Major, presentó la dimisión el [illegible] de mayo tras conocerse los resultados de las elecciones generales británicas, en los que los "tories" obtuvieron [illegible] escaños frente a los 419 que obtuvo el Partido Laborista. EFE

[illegible]

02

9708655.

[illegible]

R PO/BT 06.10 [illegible]

mun [illegible]

R.UNIDO CONSERVADORES

LILLEY Y HOWARD SE RETIRAN Y APOYAN CANDIDATURA HAGUE

Londres. 11 jun (EFE). Los líderes del Partido Conservador británico Peter Lilley y Michael Howard, aspirantes a la sucesión del ex primer ministro John Major junto con otros tres candidatos, anunciaron hoy que renuncian en favor del ex ministro para Gales William Hague.

En la primera votación celebrada hoy, en la que se presentaban cinco candidatos, Lilley había quedado en cuarto lugar y Howard en quinto, en un escrutinio ganado por el ex ministro de Hacienda Kenneth Clarke (obtuvo 49 votos), seguido muy de cerca por William Hague (41 votos), mientras que John Redwood, representante del ala más derechista del partido, quedó tercero con 27 votos.

Los delegados "tories" deberán reunirse para una segunda vuelta el próximo 17 de mayo, al no haber obtenido ningún candidato el 50 por cien de los votos ni un 15 por ciento más el primer candidato sobre el segundo en número de votos.

Con su renuncia, Lilley y Hague han allanado el camino para la candidatura de Hague, dando así un duro golpe a las aspiraciones de Clarke, considerado el más a la izquierda entre los conservadores y representante del europeísmo dentro del partido.

Hague, por su parte, es el representante del centro dentro de su partido, y tanto Lilley como Hague anunciaron que lo apoyarán por ser él quien mejor puede lograr la unidad del partido. EFE

ae/fio/arp

06/10/23:32/97

[illegible]
ESTRECHA VICTORIA CLARKE OBLIGA CELEBRAR VOTACION SEGUNDA RONDA.

Por Fernando Prieto Arellano

Londres, 10 jun (EFE).- La estrecha victoria lograda hoy, martes, por el ex ministro británico de Hacienda Kenneth Clarke en la primera ronda de las votaciones para la elección del líder del Partido Conservador obliga a celebrar una segunda vuelta, que tendrá lugar el próximo día 17.

El escrutinio de la primera ronda, en la que votaron los 164 diputados "tories", dio 49 votos a Clarke, seguido del ex ministro para Gales William Hague, con 41; John Redwood, representante del ala más derechista del partido, con 27; el ex titular de Seguridad Social Peter Lilley, con 24, y el anterior ministro del Interior Michael Howard, con 23.

Al no haber conseguido Clarke el 50 por ciento de los votos necesarios, así como un 15 por ciento más que el segundo candidato, tal y como establecen los estatutos del Partido Conservador, se deberá celebrar una segunda votación, el próximo día 17, cuyo plazo de admisión de candidaturas se cierra el jueves al mediodía.

Una de las sorpresas de la votación de hoy fue el buen resultado logrado por Redwood, quien con sus 27 votos logró el tercer puesto de entre los cinco candidatos y el primero de los aspirantes euroescépticos, por delante de Lilley y Howard, quienes aparentemente estaban mejor colorados en los pronósticos.

En medios políticos se comentaba esta mañana que Clarke podía sacar un buen resultado, pues aparentemente contaba con apoyos suficientes para ganar con holgura.

Sin embargo, los observadores consideran que, dado el resultado de la votación, las aspiraciones del ex ministro de Hacienda, líder de la izquierda conservadora y una de las "bestias negras" de los euroescépticos, quedan sumidas en una gran incertidumbre.

En un comunicado dado a conocer tras el escrutinio, Clarke afirmó: "Me siento extremadamente complacido por haber concluido en cabeza la votación."

"Les estoy muy agradecido a mis compañeros y a todos los miembros del Partido Conservador que me han apoyado. Estoy muy animado por el apoyo que he encontrado, que es superior al que esperaba recibir cuando comenzó esta campaña", manifestó Clarke.

"El Partido Conservador ahora debe unirse para luchar contra los laboristas", señaló Clarke, quien subrayó que el líder de los "tories" "debe atraer y utilizar el talento de todos los sectores de opinión, dentro de la tradición conservadora."

Por su parte, Hague, representante del centro conservador, expresó su satisfacción por el resultado de la votación, que, dijo, "me deja en muy buena posición para la segunda vuelta" ante la que manifestó que hará campaña en favor de la unidad del partido, al que aspira a llevar a una nueva era.

No obstante, el triunfador moral de esta votación es John Redwood, el representante del ala más dura de la derecha conservadora, quien ha quedado en tercer lugar cuando no contaba mucho en los pronósticos iniciales.

Además de esta victoria moral, Redwood puede lograr otra más tangible si consigue que los otros dos dirigentes euroescépticos que concurren a la votación, Lilley y Howard, abandonen su candidatura y le dejen a él solo como líder de un frente común de la derecha.

A tenor de los resultados de hoy, un candidato único euroescéptico habría logrado más votos que los otros dos aspirantes a la dirección del Partido Conservador.

John Townend, dirigente del influyente grupo de presión euroescéptico "Grupo 92", instó a Lilley y Howard a que abandonen su candidatura y dejen paso a un frente único encabezado por Howard.

"Creo que ellos deberían dejar paso a John Redwood, quien puede ganar; la derecha tiene que apoyar a un candidato", declaró Townend a la prensa.

Para ganar en la segunda vuelta, el candidato necesita hacerse con la mayoría absoluta y si ningún aspirante la obtuviera se procedería a una tercera votación, el día 19, en la que ya sólo comparecerían los dos con mayor número de sufragios.

En caso de empate y si los dos candidatos no llegan a un acuerdo entre ellos, se convocaría una cuarta y última votación, el próximo día 24.

El actual líder conservador, el ex primer ministro John Major, presentó la dimisión el pasado 2 de mayo tras conocerse los resultados de las elecciones generales británicas, en las que los "tories" sufrieron una aplastante derrota al conseguir sólo 165 escaños frente a los 419 que obtuvo el Partido Laborista. EFE

[illegible]

04

9708655

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

REINO UNIDO-CONSERVADORES (Ampliación)
"TORIES" NECESITARAN TERCERA VOTACION PARA DECIDIR LIDER

Londres, 17 jun (EFE).- El Partido Conservador británico deberá acudir a una tercera ronda de votaciones para designar un líder que sustituya al ex primer ministro John Major, después de que ninguno de los tres candidatos se impusiera en la segunda vuelta celebrada hoy, martes.

El triunfador de la primera ronda, el europeísta ex ministro de Economía Kenneth Clarke, se impuso también en la segunda, con los sufragios de 64 de los 164 diputados conservadores, los encargados por los estatutos del partido de escoger al líder.

La victoria de Clarke, no obstante, es sumamente apurada, con sólo dos votos de diferencia con respecto al favorito en todas las apuestas para hacerse con el liderazgo, el ex ministro para Gales William Hague, centrista, quien obtuvo 62 sufragios.

El candidato de la derecha "euroescéptica", John Redwood, se situó a mucha mayor distancia, con tan sólo el respaldo de 38 diputados.

Ello quiere decir que ninguno de los candidatos obtuvo la mayoría absoluta -83 diputados- necesaria para poder proclamarse nuevo líder del partido en esta ronda, como exigen los estatutos, y será necesario someterse a una tercera votación el próximo jueves.

A esta votación sólo podrán acudir los dos candidatos más votados, Hague y Clarke, y el vencedor se decidirá por mayoría simple.

En caso de un empate, sería necesario acudir a una cuarta ronda, que se celebraría el próximo día 24.

El ex ministro de Economía se declaró hoy "animado" por los resultados de la votación y expresó su fe en que el jueves será proclamado nuevo líder conservador.

"Estamos en el último tramo y obviamente vamos a ganar el próximo jueves. Entonces el partido se unirá para vencer en las próximas elecciones generales", afirmó.

En caso de resultar elegido, Clarke detalló que se rodeará de un equipo procedente de todas las alas del partido, incluidos "euroescépticos" prominentes.

Las encuestas apuntan a Clarke como el candidato favorito de los militantes de base, pero el hecho de que el líder sea designado únicamente por los diputados hace que todas las apuestas [illegible] a Hague, un [illegible] de 36 años, como el futuro vencedor de la batalla.

Hague salió muy fortalecido de la primera ronda, después de que los dos candidatos peor clasificados, el ex ministro del Interior Michael Howard y el ex titular para la Seguridad Social Peter Lilley, [illegible] y pidieran públicamente el voto para el [illegible] de 36 años. EFE

[illegible]

[illegible]

5

9708655.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

R.UNIDO CONSERVADORES

REDWOOD ANUNCIA APOYO CLARKE EN BATALLA POR EL LIDERAZGO

Londres, 18 jun (EFE).- El ex ministro de Economía británico Kenneth Clarke se convirtió hoy, miércoles, en el favorito en la batalla por el liderazgo conservador después de que el candidato "euroescéptico" John Redwood le anunciara su apoyo.

Redwood, eliminado en la segunda vuelta de la votación de los diputados conservadores para elegir un líder el pasado martes, afirmó hoy que "he mantenido productivas conversaciones con Kenneth Clarke y he decidido apoyarle en la ronda final de la elección para el liderazgo".

"Muchos de los que me han apoyado (en la campaña por el liderazgo) apoyan mi decisión y harán sus propios anuncios en las próximas horas", explicó Redwood.

En la votación del martes entre los 164 diputados "tories", el pro europeo Clarke logró 64 sufragios frente a los 62 de Hague y los 38 de Redwood, una victoria muy alejada de la mayoría absoluta de 83 que exigían los estatutos del partido para hacerse con el liderazgo.

Los estatutos del partido exigen que se celebre una tercera vuelta mañana, jueves, a la que sólo podrán presentarse los dos candidatos más votados -Clarke y Hague- y en la que sólo será necesaria la mayoría simple para ser proclamado nuevo líder.

John Townend, líder del "grupo 92" del ala derechista del Partido Conservador, expresó hoy su "desilusión" por la decisión de Redwood, al opinar que "ha entregado el partido a la izquierda". El actual líder conservador, el ex primer ministro John Ma anunció su dimisión tras la derrota electoral del partido en las

anunció su dimisión tras la derrota electoral del partido en las

elecciones generales del pasado 1 de mayo, en las que los laboristas lograron 419 escaños frente a los 164 de los conservadores. EFE

mv/ia/pa

06/18/10-17/97

06

9708655.

LA SUCESION DE MAJOR

Un round para Clarke

Página/12 EN GRAN BRETAÑA

***(Por Marcelo Justo, desde Londres)* Mientras el primer ministro Tony Blair sonreía ayer triunfalmente en la cumbre europea de Amsterdam, en Gran Bretaña los conservadores volvían a hundirse en la duda hamletiana sobre si ser o no ser europeos. En la segunda ronda para elegir un sucesor de John Major al frente del partido, los 164 diputados conservadores dieron 64 votos al eurófilo ex ministro de economía Kenneth Clarke, 62 al euroescéptico William Hague y 38 al eurófobo John Redwood. El escaso margen de ventaja implica que habrá mañana una última votación –una suerte de muerte instantánea por penales– entre el eurófilo y el euroescéptico que, apenas supieron el resultado ayer, se lanzaron a captar los preciosos 38 votos del eurófobo.**

La votación dejó en claro que las divisiones en torno de la Moneda Unica Europea que consumieron a los conservadores cuando estaban en el poder siguen desviviéndolos en la oposición. Kenneth Clarke se mostró muy crítico sobre los intentos de Alemania y Francia de flexibilizar el austero criterio de convergencia que los países europeos deben cumplir para ingresar en la Unión Monetaria, pero apoya plenamente la creación del Euro: a lo sumo demoraría un año o dos su iniciación. William Hague indicó que los conservadores deben luchar en las próximas elecciones dentro de cinco años con un programa que rechace por completo el reemplazo de la libra esterlina por el Euro, y que el gabinete en la sombra que elija deberá aceptar esta línea dura, con lo que excluye la participación de su contendiente y de un nutrido número de pesos pesados eurófilos.

El instinto ideológico partidario parece inclinarse por Hague. En los '80 Margaret Thatcher convirtió a los conservadores, que históricamente habían sido eurófilos, en euroescépticos. Hague representa esta línea partidaria y tiene detrás de sí a figuras de peso como el ex ministro del Interior Michael Howard, el ex de Seguridad Social Peter Liley y la ex de educación Gillian Sheppard. En su contra está su juventud –tiene 36 años– y el peso del otro contendiente. Clarke se ha mostrado popular tanto dentro del partido como con el público y es un excelente orador parlamentario en un país en el que los debates en la cámara de los comunes son transmitidos en directo por televisión. Su talón de Aquiles es ese demonio europeo que los conservadores parecen tener enquistado en el alma.

Acostumbrados durante 18 años de thatcherismo al poder, arrojados repentinamente en la oposición, los conservadores tienen que decidir entre el candidato con más posibilidades de vencer a Tony Blair -Clarke– y el que mejor representa la mayoritaria ideología euroescéptica partidaria, Hague. Ayer la reacción inicial del tercer campo, los eurófobos, que rechazan no sólo la moneda europea sino también el tratado de Maastricht en su *conjunto*, fue sorprendente. Teresa Gorman, que acusó a Clarke y su línea proeuropea de la derrota electoral del 1° de mayo, anunció que lo *apoyaría en la elección* mañana. Otro de los eurófobos que tuvo a maltraer al gobierno de Major, James Cran, indicó que no había decidido su voto. "*Un candidato tiene la* posición política correcta, pero no sé si tiene la capacidad para ser líder de la oposición. El otro tiene todas las cualidades de un gran líder, pero una agenda política con la que no comulgo. Un verdadero dilema", dijo Cran.

El dilema de los conservadores no se resolverá eligiendo a Clarke o Hague. En público ambos candidatos aseguran que la tarea inmediata y primordial es garantizar la unidad partidaria. *En privado el discurso es diferente*. Un alto dirigente del equipo de Hague señaló anónimamente que "iban a aplastar a la mafia de Cambridge que con Clarke a la cabeza se ha adueñado del partido". Entre los que apoyan al ex ministro de economía, la versión era que "Hague es rehén de extremistas. Si gana, el viernes tenemos dos partidos". El abismo de la escisión partidaria seguirá tentando a los tories por mucho tiempo.

Miércoles 18 de junio de 1997

[illegible]

[illegible] CONSERVADOR

[illegible] William Hague
[illegible] Conservador [illegible]
[illegible] el antiguo titular
de Finanzas Kenneth Clarke.

[illegible] de los 164 diputados
[illegible] del partido [illegible]
[illegible] los [illegible] por el [illegible]
[illegible] Clarke [illegible] parlamentarios [illegible]

[illegible] el Partido Conservador [illegible] inclina por la
[illegible] de Hague [illegible] frente a la experiencia
de Clarke [illegible] el
[illegible]

[illegible] del partido
[illegible]

[illegible] Hague [illegible] a partir
[illegible] del partido [illegible]
[illegible] de la unidad [illegible] la victoria.

[illegible] del partido al ex primer
ministro [illegible] Clarke un cargo de
[illegible] de la formación política,
[illegible] de
[illegible]

Clarke [illegible] a Hague,
aunque [illegible] al pasado
[illegible] una
[illegible]

[illegible]
[illegible]
[illegible] de que el
[illegible] el candidato John Redwood [illegible]
[illegible] de la carrera al
[illegible] 38 votos.

[illegible]

9708655.

XD090T

U FOXBT 06-20 00577

mun exo ics

R.UNIDO-CONSERVADORES (Previsión)

HAGUE COMIENZA UNION PARTIDO Y DESIGNA GABINETE "EN LA SOMBRA"

Por Viviana García

Londres, 20 jun (EFE).- El nuevo líder de los conservadores británicos, William Hague, se dispone a designar hoy, viernes, a su gabinete "en la sombra" y a comenzar la difícil tarea de volver a unir al partido en la oposición.

Hague, de 36 años, el líder "tory" más joven en 200 años, consiguió el jueves una contundente victoria tras conseguir el apoyo de 92 diputados conservadores, frente a los 70 obtenidos por el otro candidato, el ex ministro de Economía, Kenneth Clarke.

El líder conservador acudió hoy a la Cámara de los Comunes del Parlamento para trabajar en la construcción del llamado gabinete "en la sombra", en el que se espera que el ex ministro de Seguridad Social, Peter Lilley, y el ex titular del Interior, Michael Howard, obtengan puestos destacados.

Lilley y Howard, ambos candidatos al liderazgo en la primera votación celebrada el pasado día 10, decidieron apoyar a Hague inmediatamente después de sus respectivas derrotas.

Se considera que Lilley, uno de los miembros más "euroescépticos" del último gabinete conservador, obtendrá el puesto de portavoz de Economía, mientras que Howard el de Asuntos Exteriores.

Otras carteras destacadas irán para Gillian Shepard, ex ministra de Educación, y Michael Ancram, ex viceministro para Irlanda del Norte, que declararon abierto apoyo a Hague.

El nuevo líder de los conservadores tendrá ahora la difícil tarea de intentar unir al partido, profundamente dividido en los últimos años debido, principalmente, a la negativa de algunos sectores a la incorporación del Reino Unido a la moneda única europea a partir de enero de 1999.

Hague ha prometido trabajar duro para unir a todos los sectores del partido e, incluso, ofreció un puesto en su equipo al derrotado Kenneth Clarke, del ala izquierdista, pero éste lo declinó para retornar a su labor de diputado de a pie.

El ex ministro británico de Asuntos Exteriores, Malcolm Rifkind, declaró hoy a la prensa que el partido tiene "una gran disposición para la unidad" al tiempo que se mostró a favor de formar un nuevo equipo que represente a "todas las tradiciones del Partido Conservador".

"Si John Redwood (ex ministro para Gales) quiere desempeñar una labor significativa en el trabajo del Partido Conservador durante los años en la oposición, él debería ser un colega cercano a William Hague", puntualizó Rifkind.

Los comentaristas resaltaron hoy que Clarke fue derrotado en la votación debido a su "extraño" pacto con Redwood, quien representa a los grupos más "euroescépticos" del partido frente a los más proeuropeos que siguen al ex ministro de Economía.

Redwood decidió en 1995 renunciar como ministro para Gales para poder desafiar el liderazgo de la organización política al entonces primer ministro británico, John Major.

La victoria del nuevo líder pone de manifiesto la gran influencia que aún tiene la ex primera ministra Margaret Thatcher, quien el pasado miércoles expresó su apoyo a Hague.

/0

Un editorial del periódico londinense "The Times" señala hoy que el partido "tomó anoche el primer paso en el camino hacia realismo con la elección de William Hague como líder. El eje no natural Kenneth Clarke y John Redwood no podía durar".

El ex titular de Economía decidió demostrar anoche su disposición a la unidad tras acudir a la fiesta de celebración organizada por los seguidores de Hague.

Las divisiones entre los "tories" fueron motivo de la profunda derrota en las elecciones generales celebradas el pasado 1 de mayo, cuando los laboristas obtuvieron 419 escaños, frente a los 164 de los conservadores.- EFE

vg/mcd/pq

06/20/10-12/97

11- 11

9708655

Nº DOCUMENTO 9708656
TITULO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 30/6/97
VINCULACIONES 11921
66603.
11164
11302
11304

01-09.

XE0575

U POXDT 06 30 00276
meo exo icx

NICARAGUA DIALOGO
CONIENZA DIALOGO NACIONAL CON AUSENCIA DE SANDINISTAS

Managua, 30 jun (EFE). El Gobierno y delegados de los gremios, sindicatos y partidos politicos de Nicaragua, a excepción del Frente Sandinista (FSLN), comenzaron hoy un diálogo nacional para analizar los problemas sociales y económicos que aquejan al país.

En la inauguración del foro, el presidente nicaragüense, Arnoldo Alemán, destacó que el éxito o fracaso de esta reunión dependerá de la voluntad y tolerancia de todos los participantes.

"El Gobierno concurre como uno mas de los dialogantes. Con mente abierta, a escuchar, reflexionar, discutir y aportar ideas, con flexibilidad y respeto", dijo el gobernante al abrir el dialogo nacional, en una ceremonia celebrada en el centro de convenciones "Olof Palme", de Managua.

El edificio donde se llevó a cabo la inauguración, a la que asistio un millar de personas invitadas por el Gobierno, estuvo fuertemente custodiado por policias y soldados por el temor a que los estudiantes originaran disturbios como parte de sus protestas a favor de un mayor presupuesto para las universidades públicas.

"Cerremos los oidos a los fatalistas y emisarios del pasado que se empeñan obstinadamente en destruir y no en construir, en prejuzgar calificando los hechos antes de que estos ocurran", agregó Alemán, en una clara crítica al opositor Frente Sandinista, que no envió delegación al foro por considerarlo "una payasada" que no producirá resultados concretos.

El ex presidente de Nicaragua y secretario general del FSLN, Daniel Ortega, tiene previsto entrevistarse hoy con el embajador de Estados Unidos en Managua, Lino Gutierrez, para explicar las razones políticas de la ausencia de su partido en ese diálogo nacional. EFE

[illegible]

06/30/16 43 [illegible]

9708656

02

Diálogo nacional en Nicaragua

CM 30/6.

MANAGUA (Reuter) - La ola de disturbios que desde el jueves sacudió Nicaragua cesó ayer, a pocas horas de inaugurarse un diálogo nacional al que dirigentes políticos locales dan escasas posibilidades de prosperar.

El encuentro convocado para el lunes por el gobierno se iniciará sin la participación la poderosa segunda fuerza política del país, el Frente Sandinista.

Asimismo, otras fuerzas minoritarias dijeron ayer que no participarán o lo harán a condición de resultados "inmediatos y concretos".

La oposición sandinista, que obtuvo un 38 por ciento de los votos en las elecciones de [illegible], porcentaje sólo superado por [illegible] te Alianza [illegible] te, reiteró que no [illegible]

"No vamos [illegible] lunes", dijo el mimo dirigente de esa fuerza opositora, Daniel Ortega, ante una multitud de seguidores.

En un discurso que arengaba a "seguir la jornada de lucha cívica" Ortega reiteró que no dialogarán con el presidente Arnoldo Alemán, a quien calificó de "mentiroso" y "guatusero" (tramposo).

"Esa payasada montada por el gobierno va directo al fracaso", declaró por su parte el diputado sandinista Bayardo Arce a un emisora local.

A la posición oficial del sandinismo se sumó el domingo el ala disidente de ese partido, el Movimiento de Renovación Sandinista.

"No [illegible] un diálogo [illegible]

La Mañana del Lunes 30 de Junio de 1997

Foto. ilegible

9708656

[illegible]

[illegible]

FSLN CONFIRMA AUSENCIA DIALOGO Y GOBIERNO ESPERA TENER EXITO

Managua, 22 jun (EFE).- El Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), en la oposición, confirmó hoy que no asistirá al diálogo nacional convocado para mañana, lunes, por el Gobierno para buscar soluciones a los problemas socioeconómicos de Nicaragua.

La decisión definitiva de no asistir a ese diálogo fue ratificada hoy por el ex presidente del país y secretario general del FSLN, Daniel Ortega, que con palabras duras acusó al actual jefe del estado, Arnoldo Alemán, de ser "un mentiroso y un 'guatucero' (que no cumple lo que promete)".

A pesar de la negativa de los sandinistas, Alemán reiteró hoy el llamamiento a los nicaragüenses a rechazar la violencia y el desorden para llevar al país por la senda del desarrollo económico.

Alemán manifestó su esperanza de que el diálogo que abrirá mañana contribuya a la solución de los problemas que aquejan a los nicaragüenses.

Ortega encabezó la multitudinaria manifestación de sandinistas que se inició anoche en un mercado de la capital y concluyó esta madrugada en la ciudad de Masaya, 25 kilómetros al sureste de Managua.

Con esa marcha, que transcurrió de forma ordenada y pacífica, los sandinistas recordaron el "repliegue táctico" a Masaya, que en junio de 1979 protagonizaron centenares de guerrilleros del FSLN cuando luchaban contra el regimen de Anastasio Somoza Debayle.

El líder sandinista dijo que su partido no asistirá a ese diálogo nacional porque sería "una irresponsabilidad avañar las medidas dictatoriales de Alemán en contra del pueblo".

"¿Cómo puede haber diálogo si están mandando (destituyendo) a la calle a 3.000 empleados estatales, si le están robando el seis por ciento (del presupuesto nacional) a las universidades?", se preguntó Ortega, ex presidente de Nicaragua.

"Nos convertiríamos en cómplice de los atropellos contra el pueblo y violaciones a las leyes y la Constitución", apostilló el líder del principal partido de oposición en Nicaragua.

Ortega, que a cada momento de su intervención calificó de "mentiroso y 'guatucero'" a Alemán, reiteró que para establecer un diálogo verdadero en Nicaragua el Gobierno debe "parar" los despidos de empleados públicos, el alza en los precios de la canasta básica, de los servicios de agua potable, luz eléctrica, teléfono y transporte.

Además, como nueva condición para un entendimiento entre su partido y el Gobierno liberal, exigió a Alemán que "rectifique" y anule el veto presidencial a la ley que autoriza la entrega del seis por ciento del presupuesto de la nación para las universidades públicas de Nicaragua.

La aprobación el [illegible] en el Parlamento de esa iniciativa del Ejecutivo dió origen a violentos enfrentamientos entre estudiantes y policías antidisturbios que amainaron ayer sábado, y que dejaron varias decenas de heridos.

Afirmó, [illegible], que los sandinistas seguirán luchando en todos los escenarios "contra el somocismo que representa Arnoldo

[illegible]

04

9708656

FB8002

R SUCBT 06-26 00288
irx asp

NICARAGUA DIALOGO
CONVOCAN ASAMBLEA GREMIOS SANDINISTAS PARA FIJAR POSICIONES

Managua, 25 jun (EFE).- Líderes de gremios afines al Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) celebrarán mañana una asamblea para "sentar posiciones" ante el diálogo nacional que el gobierno ha convocado para el próximo dia 30.

El dirigente de la Central Sandinista de Trabajadores (CST sandinista), Roberto González, informó hoy a EFE de que la asamblea se reunirá a partir de las 14.30 hora local (20.30 GMT) del jueves en el edificio de esta central obrera en Managua.

"Somos los sectores excluidos del diálogo los que vamos a discutir un planteamiento para sentar nuestras posiciones ante la convocatoria a ese foro", dijo González.

El dirigente de la CST señaló que el asunto del diálogo se tratará "a pesar de que, mientras continúen los despidos de los empleados del Estado y la represión gubernamental, no habrán condiciones para sentarse a dialogar".

González agregó que en la asamblea también se discutirán los preparativos de una "gran movilización", encabezada por la CST, prevista para el 3 de julio próximo en Managua, que concluirá frente al edificio de la Asamblea Nacional.

El FSLN comenzó este miércoles una serie de protestas antigubernamentales con una marcha pacífica de miles de estudiantes en Managua, para demandar el seis por ciento del presupuesto nacional para la educación superior en Nicaragua.

El FSLN, segunda fuerza política del pais, aún no ha confirmado su asistencia al diálogo nacional y la ha condicionado a que el gobierno genere un clima de crebidilidad en torno al foro.

La dirección sandinista ha demandado que el gobierno rectifique los aumentos en las tarifas de energía eléctrica, agua potable, artículos de consumo popular y que cesen los despidos de trabajadores del Estado. EFE

FM/LBB/fp/cor

06/26/00-11/97

05

9708656

NICARAGUA

Tiempos del Mundo 15/6/97

Dificultades en el diálogo con los partidos de la oposición

El presidente Arnoldo Alemán había convocado a un "Diálogo Nacional" con todos los partidos políticos. El secretario general del FSLN, Daniel Ortega, pidió condiciones que dificultan el inicio de las conversaciones. Alemán respondió que el encuentro se celebrará "con o sin los sandinistas."

POR RÓGER SUÁREZ M.
CORRESPONSAL EN NICARAGUA

MANAGUA. El gobierno liberal de **Arnoldo Alemán** y la oposición sandinista fracasaron en sus intentos de volver a la mesa de negociación, luego de que el primero convocara a un *"Diálogo Nacional"* que incluye al resto de partidos políticos, y la oposición propusiera una serie de condiciones para conversar.

A pocos días de que **Alemán** convocase al *"Diálogo Nacional,"* el secretario general del FSLN, **Daniel Ortega**, respondió a la propuesta poniendo una serie de condiciones que, según observadores, vienen a imposibilitar el *"arranque"* de las conversaciones a nivel nacional.

Ortega condicionó su participación al freno de los despidos de trabajadores estatales, la eliminación de una Ley *"antiasonada,"* introducida en la Asamblea Nacional, y el retiro del veto al seis por ciento del presupuesto a las universidades del país.

Inmediatamente, Alemán, tras escuchar los planteamientos de **Ortega**, afirmó que el *"Diálogo Nacional"* se celebrará *"con o sin los sandinistas."*

Esto hace presagiar un ambiente tenso y de desórdenes, según comentan analistas locales. Las organizaciones sandinistas ya están convocando a un paro. **Alemán**, sin embargo, ha dicho que *"ya basta"* de asonada y que las autoridades ya no permitirán ninguna ocupación de una institución estatal por huelguistas.

Recientemente, policías antidisturbios desalojaron violentamente a trabajadores que ocupaban ENEL, empresa de electricidad. Entretanto, el vicepresidente de la República, **Enrique Bolaños**, afirma que el gobierno está en capacidad de *"neutralizar"* otra *"asonada"* pese a que los sandinistas siguen envalentonados en mayores protestas callejeras.

Mientras tanto, una encuesta entre la población arrojaba resultados contrarios a la violencia. *"Ese es el auténtico espíritu del nicaragüense que desea trabajar en paz y alejado de todo brote de inseguridad ciudadana,"* indicó el Presidente.

Después de sostener durante varios meses infructuosas reuniones bilaterales entre el gobierno y el sandinismo, el presidente **Arnoldo Alemán** decide finalmente incluir a los partidos políticos que venían reclamando su intervención en esas pláticas. Poco después de asumir el poder, el Gobierno delegó al vicepresidente de la República, **Enrique Bolaños**, poderes para negociar con el representante sandinista **Bayardo Arce**, uno de los principales líderes del FSLN.

Las pláticas sobre el principal problema de la propiedad, la *"asignatura"* pendiente que dejó el gobierno de doña **Violeta de Chamorro**, jamás avanzaron, según denunciaron los propios dirigentes sandinistas.

Bayardo Arce llegó al extremo de descalificar como interlocutor al vicepresidente **Bolaños**, de quien dijo *"envenenaba el ambiente."*

Luego las dos partes, en un intento de salvar las pláticas, acordaron formar subcomisiones jurídicas, integradas por Procurador de Justicia, **Julio Centeno Gómez**, y el ex presidente del Banco Central en la época sandinista, **Joaquín Cuadra**, padre del jefe del Ejército de Nicaragua.

Estas dos subcomisiones se encargarían de alcanzar puntos de consenso sobre el polémico asunto de las propiedades confiscadas por el antiguo régimen sandinista y repartidas posteriormente entre sus allegados y sectores populares.

Luego se formaron varias *"mesas de trabajo"* para analizar los distintos problemas que aquejan al país: desempleo, violencia, pobreza, inseguridad, entre otros temas.

El fracaso del diálogo, según los analistas, se vio claramente cuando no logró conjurar un paro convocado por sindicalistas sandinistas, que semiparalizó el país durante dos semanas.

Esta semana, el presidente **Alemán** convocó a un *"Diálogo Nacional"* que incluye a los 22 partidos políticos con personería jurídica, centrales sindicales, organizaciones de la sociedad civil, cámaras de comercio, de industria, profesionales y universidades.

Está previsto celebrar el diálogo el próximo 30 de junio, según informó el propio presidente de la República, quien nombró ya una delegación especial para representar al gobierno.

El Ejecutivo propone que sean cinco representantes gubernamentales, dos miembros de cada partido político y dos delegados de cada una de las organizaciones de la sociedad civil.

Los puntos que serán abordados aún no ha sido fijados definitivamente en la *"Agenda Máxima"* del *"Diálogo Nacional,"* pero el asesor político del ejecutivo, **Leopoldo Navarro**, adelantó que se podría empezar con un *"planteamiento general sobre la situación económica y el tema de la propiedad."*

"Entiendo que la prioridad van a ser los temas más esenciales, como la pobreza, el desempleo, la producción y, de forma indiscutible, la propiedad. El objetivo es primeramente sentar las bases de un consenso, para luego entrar a discutir cosas más puntuales, y por ende asuntos que atañen a la comunidad," afirmó **Navarro**. **Bayardo Arce**, la voz autorizada del sandinismo, se mostró escéptico sobre la convocatoria del *"Diálogo Nacional"* hecha por **Alemán**, y dijo que primero se deben de *"limar"* las asperezas y desconfianzas que prevalecen entre los sectores de esta plática.

Arce afirmó que el gobierno y el FSLN deberían primero de discutir las denuncias administrativas que le han sido señaladas. *"Al gobierno le tengo una enorme desconfianza. Ahora Alemán quiere que le aprobemos una ley urgente para emitir mayor número de bonos."*

Entretanto, los partidos opositores como el Partido Conservador de Nicaragua, que encabeza **Noel Vidaurre**, dijo que por el fin el gobierno se dio cuenta de que hay otros partidos para dialogar. ◆

1990.

Cuando el general retirado **Ortega** creía que su nombre ya no aparecería vinculado a ningún escándalo, tras la acusación en su contra por la muerte de un joven por sus escoltas, un reportaje del periódico estadounidense "*The Miami Herald*" lo sacó nuevamente de ese silencio que mantenía discretamente.

Hace más de cuatro años, el joven **Jean Paul Genie** murió virtualmente acribillado a balazos cuando intentó aventajar una caravana militar que custodiaba al entonces jefe del Ejército sandinista **Humberto Ortega**, en una carretera del sur del país.

El caso despertó un sonoro escándalo, pero, poco a poco, éste fue perdiendo fuerza hasta en las propias instancias judiciales locales e internacionales. Sin embargo, ahora el nombre del general retirado **Humberto Ortega** está nuevamente en la picota pública.

Y el asunto ha tomado tal ribete que el vicepresidente de la Asamblea Nacional, **Jaime Bonilla**, reveló a los periodistas que **Ortega** podría ser citado por ese Poder del Estado para que comparezca y explique su versión sobre esa misteriosa operación millonaria.

Ortega, por su parte, ha negado toda implicación en la transferencia de los seis millones de dólares depositados en un banco dos semanas después de que los sandinistas perdieron las elecciones.

En el escándalo aparece involucrado el ex embajador de Costa Rica en Nicaragua, **Carlos Aguilar**, primo del ex presidente costarricense **Rafael Angel Calderón** (1990-1994). Este, supuestamente, recibió 150 mil dólares de una cuenta registrada a nombre del sandinista nicaragüense-mexicano **René Contreras**, prófugo de las autoridades de Honduras por un escándalo conocido como "*El Chinazo*," según denunció "*The Miami Herald*."

Aguilar abandonó inesperadamente la embajada de Costa Rica en Nicaragua, en noviembre de 1991, cuando trascendió un proceso penal en su contra por la supuesta comisión de una estafa. El jamás se presentó a los tribunales y más bien apareció con residencia en Managua.

El ex diplomático costarricense se apresuró a responder diciendo que él había recibido ese dinero en calidad de "préstamos" que le hizo **Ramiro Contreras**, hermano de **René** y ex jefe de la secretaría del Ejército de Nicaragua. Este es considerado "*mano derecha*" del general. **Aguilar** argumenta que la transacción de dinero se dio cuando los sandinistas, que sufrían un bloqueo de Estados Unidos, "*triangularon*" dinero proveniente del exterior. El ex presidente de Costa Rica, **Rafael Angel Calderón**, dijo que pedirá explicaciones a su primo **Carlos Aguilar**.

Según el periódico estadounidense, los seis millones de dólares se transfirieron entre el 4 de enero de 1991 y el 11 de marzo de 1992, a favor de varias personas allegadas al general **Humberto Ortega**.

Además de **Aguilar**, la costarricense **Ligia Trejos Leiva**, esposa del general **Ortega**, habría recibido en la transferencia 50 mil dólares, y **Ramiro Contreras** 775 mil 768 dólares. Casi un millón de dólares fue destinado a una compañía controlada por allegados del general **Ortega**. ◆

07

1990.

Cuando el general retirado **Ortega** creía que su nombre ya no aparecería vinculado a ningún escándalo, tras la acusación en su contra por la muerte de un joven por sus escoltas, un reportaje del periódico estadounidense *"The Miami Herald"* lo sacó nuevamente de ese silencio que mantenía discretamente.

Hace más de cuatro años, el joven **Jean Paul Genie** murió virtualmente acribillado a balazos cuando intentó aventajar una caravana militar que custodiaba al entonces jefe del Ejército sandinista **Humberto Ortega**, en una carretera del sur del país.

El caso despertó un sonoro escándalo, pero, poco a poco, éste fue perdiendo fuerza hasta en las propias instancias judiciales locales e internacionales. Sin embargo, ahora el nombre del general retirado **Humberto Ortega** está nuevamente en la picota pública.

Y el asunto ha tomado tal ribete que el vicepresidente de la Asamblea Nacional, **Jaime Bonilla**, reveló a los periodistas que **Ortega** podría ser citado por ese Poder del Estado para que comparezca y explique su versión sobre esa misteriosa operación millonaria.

Ortega, por su parte, ha negado toda implicación en la transferencia de los seis millones de dólares depositados en un banco dos semanas después de que los sandinistas perdieron las elecciones.

En el escándalo aparece involucrado el ex embajador de Costa Rica en Nicaragua, **Carlos Aguilar**, primo del ex presidente costarricense **Rafael Angel Calderón** (1990-1994). Este, supuestamente, recibió 150 mil dólares de una cuenta registrada a nombre del sandinista nicaragüense-mexicano **René Contreras**, prófugo de las autoridades de Honduras por un escándalo conocido como *"El Chinazo,"* según denunció *"The Miami Herald."*

Aguilar abandonó inesperadamente la embajada de Costa Rica en Nicaragua, en noviembre de 1991, cuando trascendió un proceso penal en su contra por la supuesta comisión de una estafa. El jamás se presentó a los tribunales y más bien apareció con residencia en Managua.

El ex diplomático costarricense se apresuró a responder diciendo que él había recibido ese dinero en calidad de "préstamos" que le hizo **Ramiro Contreras**, hermano de **René** y ex jefe de la secretaría del Ejército de Nicaragua. Este es considerado *"mano derecha"* del general. **Aguilar** argumenta que la transacción de dinero se dio cuando los sandinistas, que sufrían un bloqueo de Estados Unidos, *"triangularon"* dinero proveniente del exterior. El ex presidente de Costa Rica, **Rafael Angel Calderón**, dijo que pedirá explicaciones a su primo **Carlos Aguilar**.

Según el periódico estadounidense, los seis millones de dólares se transfirieron entre el 4 de enero de 1991 y el 11 de marzo de 1992, a favor de varias personas allegadas al general **Humberto Ortega**.

Además de **Aguilar**, la costarricense **Ligia Trejos Leiva**, esposa del general **Ortega**, habría recibido en la transferencia 50 mil dólares, y **Ramiro Contreras** 775 mil 768 dólares. Casi un millón de dólares fue destinado a una compañía controlada por allegados del general **Ortega**. ◆

07

[illegible]

[illegible] Managua, 17 jun (EFE). [illegible]

[illegible]

[illegible] en la fase preparatoria con el ex vicepresidente de Nicaragua y presidente del Partido Liberal Independiente (PLI), Virgilio Godoy; [illegible] con Sergio Ramírez, del Movimiento de Renovación Sandinista (MRS); Antonio Lacayo, de Proyecto Nacional, y Alejandro Serrano, de Alianza Unidad.

Tras la reunión, Godoy confirmó que asistirá al diálogo e indicó que para que el foro tenga éxito la agenda de los asuntos a tratar no debe ser "infinita", sino "corta y global", además de elaborarse con la opinión de todos para "que no sea impuesta".

"Como el problema de Nicaragua es político, la agenda debe de incluir la vigencia real del estado de derecho para recrear la confianza del pueblo en sus instituciones", dijo el líder liberal.

El ex vicepresidente manifestó que el país necesita un respiro y que, aunque en la vida política ocurren sorpresas, el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) al final se va a incorporar al diálogo, "cuando observe que hay interés genuino por resolver los problemas".

"Si no participa el FSLN el diálogo perdería parte de su peso, de su importancia, y eso daría lugar a más rigideces en el sistema político, pero ojalá que esto no ocurra", declaró Godoy.

El líder del Partido Proyecto Nacional, Antonio Lacayo, consideró que un diálogo nacional sin los sandinistas "sería aburrido y le faltaría la sal y la pimienta".

Lacayo expresó su apoyo al diálogo, pero al mismo tiempo señaló que hay que estar seguro de que el foro como instrumento cívico "no se prostituya" y de que "lleguemos a conclusiones que permitan la gobernabilidad ahora y en el futuro".

"Espero que el Frente Sandinista participe en el diálogo para que estemos todos, pero me parece que negarse a asistir no hace al partido sandinista más democrático", opinó.

Lacayo, que fue el poderoso ministro de la Presidencia durante el Gobierno que presidió Violeta Chamorro (1990-1997), apuntó que el diálogo a que ha convocado Alemán debe de convertirse en la "fase tres" de los procesos de concertación económica y social que se efectuaron en 1990 y 1991.

El escritor Sergio Ramírez, dirigente del Movimiento de Renovación Sandinista (MRS), anunció que su partido tomará parte en el diálogo, pero aclaró que él no asistirá a la inauguración porque el 30 de junio tiene que dictar una conferencia sobre la situación de Centroamérica en una universidad española.

Ramírez, que fue vicepresidente de Nicaragua con el gobierno sandinista (1979-1990), dijo que Alemán le propuso una agenda que cubre los asuntos fundamentales sobre los cuales el país está preocupado, como el desempleo, la vigencia del estado de derecho y el problema de las propiedades en disputa, las inversiones, la

[illegible]

[illegible] Frente Sandinista [illegible]

[illegible]

El [illegible] de Alianza Unidad, Alejandro Serrano, [illegible]

[illegible]

[illegible]

9708656

Gobierno insiste en dialogar sin condiciones

LH 17/6.

MANAGUA (Reuter).- El gobierno nicaragüense impulsará un diálogo nacional a partir del 30 junio sin aceptar condiciones de ninguno de los sectores invitados, reiteró ayer el presidente Arnoldo Alemán.

Las declaraciones respondieron a las del principal partido de oposición, el Frente Sandinista, que el domingo insistió en que no asistirá a la cita si el gobierno se niega a cumplir varias demandas de ese partido.

No tiene sentido dialogar si "el gobierno no responde concretamente a las demandas de miles y miles de nicaraguenses que se están muriendo de hambre", dijo Daniel Ortega durante un acto partidario efectuado el domingo.

Por su parte, el gobernante insistió el lunes que irán "sin ninguna condición" al encuentro con los empresarios, sindicatos, partidos políticos y universidades del país.

Las declaraciones las hizo Alemán al concluir una visita al grupo independiente "Etica y Transparencia", al que invitó a servir de moderador en el proceso de diálogo.

Los sandinistas, que constituyen la principal fuerza de oposición del país, condicionaron su participación a la reincorporación a sus puestos de trabajo de trabajadores de la energía despedidos, la reducción de tarifas del servicio público y la anulación de un proyecto de ley que penalizaría lás protestas, entre otros. El diálogo fúe anunciado por el gobierno dos días después que los sandinistas se retiraron de las negociaciones bilaterales y amenazaron reiniciar una huelga suspendida en abril pasado.

"El gobierno no nos da otra alternativa más que luchar unidos y organizados", amenazó Ortega.

La Mañana del Martes 17 de Junio de 1997

DOCUMENTO 9708657

TITULO HUNGRIA ESTA DISPUESTA A CUMPLIR OBLIGACIONES DE OTAN

PROCEDENCIA 98593

FECHA DE PROCEDENCIA 230697

VINCULACIONES 11876

66170

508062

11164

11163

DF0097

R POXBT 06-23 00399

HUN ICX

HUNGRIA-OTAN

HUNGRIA DISPUESTA A CUMPLIR OBLIGACIONES DE PERTENENCIA A OTAN

Madrid, 23 jun (EFE).- Hungría está dispuesta a "responder y a cumplir todas las obligaciones que la pertenencia a la OTAN conlleva", dijo hoy en Madrid el ministro húngaro de Defensa, Gyorgy Keleti, cuyo país forma parte de las naciones elegidas para entrar en la primera fase de ampliación de la Alianza Atlántica.

En una rueda de prensa conjunta con el ministro español de Defensa, Eduardo Serra, con quien se reunió en Madrid, Keleti expuso la disposición de Budapest de "apoyar a los países que en esta ampliación se queden fuera".

Asimismo, expresó su satisfacción por el hecho de que su país esté entre los elegidos para la ampliación, tanto si se limita a tres (Hungría, Polonia y República Checa) como si se extiende a cinco, con Eslovenia y Rumania también.

En opinión de Keleti, la incorporación de Hungría resulta ventajosa para la OTAN, puesto que se adhiere un país "que representa la estabilidad en la región" y que "siempre ha demostrado su afán por la libertad, tanto en 1956 como en 1990".

El ministro de Defensa húngaro también señaló que, para su país, la adhesión a la Alianza Atlántica presenta ventajas "no sólo de política defensiva, sino también de orden económico".

La ampliación de la OTAN a naciones del antiguo bloque del Este deberá ser anunciada en la cumbre de la Alianza que se celebrará en Madrid los próximos 8 y 9 de julio.

El pasado 12 de junio, la Casa Blanca dijo que EEUU sólo apoya el ingreso en la OTAN de la República Checa, Polonia y Hungría, en esta primera fase de ampliación.

En la rueda de prensa de hoy, Serra afirmó, por su parte, que la plena integración de España en la OTAN "es un proceso que lleva en marcha meses y, sin duda, llevará" muchos más.

El ministro español de Defensa explicó que "quedan meses para hablar [illegible]".

"Se trata de ver si en este proceso se puede hacer un hito y decir: hasta aquí estamos todos de acuerdo y, entonces, España podría tomar la decisión" de integrarse plenamente en la Alianza Atlántica, señaló.

Respecto a la expansión de la OTAN, Serra puntualizó que España es partidario "en primer lugar de la ampliación, y en segundo lugar de que sea un proceso abierto y de que las puertas permanezcan abiertas para que en el futuro se incorporen nuevos miembros".

"España es partidario también de que en la primera fase la ampliación incluya a cinco países, aunque son decisiones que se toman por consenso", agregó Serra. EFE

[illegible]

06-23 14 ?? 97

01-01

9708657.

HUNGRIA-SOCIALISTAS (Fre [illegible])
LOS SOCIALISTAS PIDEN UNIDAD PARA GANAR LAS ELECCIONES DE 1998

Por Attila Nagy

Budapest, 7 jun (EFE).- El Partido Socialista Húngaro (PSH), principal fuerza de la coalición gubernamental socialista-liberal, quiere recoger los frutos del despegue económico iniciado por una serie de medidas restrictivas impropias de la izquierda, que han provocado fricciones en el seno del partido.

Gyula Horn, presidente del PSH, y jefe de Gobierno, pidió anoche, en la inauguración de la segunda parte del Quinto Congreso, el fin de las divergencias internas y criticó a los cuadros medios del partido que han causado discusiones y fricciones, e incluso cuestionaron su liderazgo y pidieron la elección de otro presidente.

Horn, que conoce el leve repunte de popularidad del PSH (un 29 por ciento) después de su caída hasta el 27 por ciento desde primeros de 1995, cuando se introdujeron medidas económicas restrictivas, quiere unir a todas las fuerzas internas de cara a una posible victoria en las elecciones de 1998.

El PSH tiene la difícil tarea de proteger los intereses de los trabajadores mientras toma medidas propias de partidos de derecha y conservadores, que fomentan el desarrollo del capital mientras crece el desempleo y la pobreza, según los observadores.

La plataforma de izquierda exigió hoy una "autocrítica sincera" porque el partido "debe defender ante todo a los asalariados y debe estrechar las relaciones con los sindicatos", mientras "el país debería cambiar su relación con las multinacionales" para que dejen más margen para la sociedad.

Las plataformas socialdemócrata y socialista del PSH coincidieron en la necesidad de mantener la unidad, pero subrayaron la necesidad de "informar claramente sobre los errores y negligencias del partido".

La polarización también se manifiesta en el círculo de los que apoyan al PSH, según señala el comentarista del "HVG", el semanario más importante del país, porque la base potencial de los electores socialistas se compone tanto de los más desamparados como del sector de los altos funcionarios de la vida económica y comercial.

Casi el 20 por ciento de los empresarios, banqueros y asesores apoya al PSH, mientras que apenas llegan al 10 por ciento los empleados que lo apoyan y el 3 por ciento los obreros, aunque su disfrute del favor de los jubilados.

Horn afirmó que "sólo con la llegada del capital extranjero, unos 15.000 millones de dólares en siete años y con la privatización del 75 por ciento de la economía, se puede garantizar el desarrollo necesario para el bienestar de los asalariados".

Los primeros éxitos de esta política de inversiones, de las restricciones económicas y de la disminución de los gastos sociales llegaron este año, en el que el desempleo pasó del [illegible] por ciento en 1993 al [illegible] por ciento.

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9708659

TITULO Situación del Ulster y visita de Blair a Irlanda

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE E... 250697

VINCULACION 11846 11148

66196

37411

507529

11810

11464

01-06

9708659.

XM8298

U FOXBT 06-03 00458

mun exo ica

ULSTER-PAZ (Previsión)

SE REANUDAN CONVERSACIONES PAZ SIN ALTO EL FUEGO IRA

Belfast (R.Unido), 3 jun (EFE). Las conversaciones de paz en el Ulster se reanudaron hoy, martes, tras una pausa de tres meses, sin la participación del Sinn Fein, debido a que la organización terrorista IRA no ha proclamado un alto el fuego.

A pesar de esta ausencia, el ex senador norteamericano George Mitchell, que preside las conversaciones, es optimista y confía en que se alcance una solución democrática y pacífica al problema del Ulster.

"Creo que existe una oportunidad para avanzar en el proceso de paz y deseo vehemente que haya un avance importante", dijo a su llegada el mediador estadounidense.

Mitchell precisó que la situación es difícil, pero indicó que el deseo de la mayoría de los irlandeses del norte de conseguir una solución le hacía confiar en la posibilidad de avanzar por ese camino.

En las conversaciones, que mantendrá independientemente con los partidos participantes, parece probable que vuelva a surgir la cuestión de la entrega de los arsenales, tanto en poder del IRA como de las organizaciones paramilitares protestantes.

La entrega de las armas fue uno de los obstáculos más importantes en la primera fase de estas conversaciones, que todavía no ha sido resuelto, aunque al parecer ahora se tratará de nuevo de avanzar en ese camino paralelamente a las conversaciones generales.

Para Mitchell la imposición de una fecha tope para la entrega de las armas sería un error que dificultaría el desarrollo de las conversaciones.

Uno de los líderes del Partido Social Demócrata y Laborista (SDLP), Seamus Mallon, manifestó que esperaba que "el obstáculo de al entrega de armas" fuese tratado lo más rápidamente posibl , en clara oposición con lo manifestado por Mitchell.

Tal como ocurrió en el inicio de las conversaciones, una delegación del Sinn Fein, encabezada por su presidente, Gerry Adams, se presentó ante las puertas del castillo de Stormont, donde se les impidió la entrada por la falta de un alto el fuego del IRA.

El optimismo del éxito de esta segunda ronda se debe en gran parte a la existencia de un [illegible] para Irlanda del Norte, [illegible] mucho más [illegible] al diálogo que su [illegible] en el cargo.

[illegible] el diálogo [illegible] la [illegible] de los contactos entre [illegible] del [illegible] miembros del Sinn Fein, [illegible] el IRA [illegible] el alto el fuego.

[illegible] Sinn Fein [illegible]

[illegible]

9708659.

DP7789

U FOXBT 06-03 00279

icx mun exg

ULSTER-PAZ

GOBIERNO BRITANICO DECLARA ILEGALES PARAMILITARES NORIRLANDESES

Belfast (R. Unido), 3 jun (EFE).- Dos grupos paramilitares que actúan en Irlanda del Norte -la protestante Fuerza Voluntaria Lealista (LVF) y el católico Ejército de Continuidad Irlandés (ICA)- fueron declarados ilegales hoy por el Gobierno británico.

La ministra británica para Irlanda del Norte, Mo Mowlam, decididó prohibir la actividad de ambas organizaciones a partir de las 00.00 hora local del miércoles (23.00 GMT del martes) en aplicación de la ley de emergencia de Irlanda del Norte, que considera ilegal cualquier grupo que promueva o practique actos terroristas, según un comunicado oficial publicado esta noche.

Horas antes, Mowlam había declarado que estudiaba prohibir el acceso a las conversaciones multipartitas de paz para el Ulster a los dos grupos paramilitares representados en esas negociaciones.

En declaraciones a la prensa que coincidieron con la reapertura de las conversaciones hoy en Belfast, la ministra afirmó que la medida iba a afectar a la LVF y al ICA, responsables del incremento de la violencia registrado en los últimos meses en el Ulster.

La LVF es un grupo escindido de la Fuerza Voluntaria del Ulster (UVF), al que se atribuyen una serie de atentados en los últimos meses, incluidos los incendios de varias iglesias católicas.

El ICA, al que se atribuye la colocación de varias bombas, se escindió del Ejército Republicano Irlandés (IRA) después de que esta organización terrorista proclamara un alto el fuego el 31 de agosto de 1994.

En sus declaraciones, la ministra laborista condenó también la reciente serie de amenazas de bombas perpetradas por el IRA en Belfast, incluida la registrada hoy en el exterior de una base del Ejército británico. EFE

IBR/JMA

06/03/22-23/97

03

9708659.

Ulster, una negociación donde nadie negocia nada

Pese al nuevo gobierno laborista en Gran Bretaña, las conversaciones por la paz en Irlanda del Norte se reanudaron sin ninguna perspectiva y muchas amenazas en el camino.

P120606

Página/12 EN GRAN BRETAÑA *(Por Marcelo Justo, desde Londres)* **Las conversaciones multipartidarias de paz en Irlanda del Norte se reanudaron esta semana en las afueras de la capital, Belfast, sin la presencia clave de Sinn Fein, ala política del proscrito Ejército Republicano Irlandés (IRA). En un ambiente ensombrecido por un frustrado atentado del IRA y el asesinato de un policía por paramilitares protestantes durante el fin de semana, los principales partidos unionistas y nacionalistas constitucionales se sentaron a la misma mesa sin que se registraran cambios en el diálogo de sordos iniciado hace un año en el mismo lugar. La ministra para Irlanda del Norte, la laborista Mo Mowlan, advirtió que estaba en peligro "la mejor oportunidad de paz" en una generación y reiteró que deseaba incluir a Sinn Fein en el diálogo. Sin embargo los guardias que custodiaban la entrada al Castillo de Stormont, donde tuvieron lugar las negociaciones, le negaron el ingreso al líder del ala política del IRA, Gerry Adams. El mensaje fue claro: sin cese el fuego las puertas y el diálogo permanecerán cerrados para la organización republicana.**

La bomba de alto poder que no explotó el sábado por la noche en Belfast debido a un desperfecto técnico rompió el cese el fuego de hecho que había mantenido el IRA desde la victoria electoral de Tony Blair el 1° de mayo. Los paramilitares unionistas completaron este paseo por el abismo al otro día matando a golpes a un policía. Uno de los participantes en el diálogo, el Partido de la Alianza, el único que tiene protestantes y católicos, exigió que se excluyera de las negociaciones a las dos organizaciones paramilitares protestantes. La ministra Mowlan indicó que estaba siguiendo de cerca a ambos grupos y que la proscripción de otras dos organizaciones armadas, una católica y otra protestante, sería decidida en los próximos días. "Estoy analizando la posibilidad de proscribir al Irish Continuity Army y la Loyalist Volunteer Force", señaló Mowlan. El primero se desprendió del IRA cuando la organización republicana declaró el 31 de agosto de 1994 un cese el fuego que rompió dieciocho meses más tarde. El segundo es una escisión de una de las dos organizaciones armadas unionistas.

El rechazo a una salida negociada no se limita a los grupos armados. El segundo partido constitucional unionista, liderado por el reverendo Ian Paisley, boicoteó las conversaciones en protesta por el diálogo que el gobierno laborista mantiene con Sinn Fein. Por su parte el Partido del Ulster Unionista, mayoritario en Irlanda del Norte, que teme ser desbordado por la derecha, decidió por primera vez criticar abiertamente la actitud del gobierno laborista. "El Sinn Fein-IRA está aprovechando estos contactos para probar la firmeza o debilidad del primer ministro y la ministra. Y por el momento se les ha transmitido una impresión incorrecta", indicó su líder David Trimble. Las conversaciones, que suscitaron la atención internacional al iniciarse en junio del año pasado, se encuentran estancadas en el mismo punto de partida: el desarme del IRA. "No puede ser que los unionistas sigan frenando toda la negociación en torno del desarme", se quejó ayer Seamus Mallon, número dos del católico y constitucionalista Partido Social Demócrata.

En los últimos meses se repitieron decenas de ataques contra iglesias y templos católicos y protestantes y hubo al menos tres muertes que ningún grupo se atribuyó pero que tienen como origen a una sociedad partida en dos. El gobierno laborista, con su holgada mayoría de 179 diputados, presentó esta semana otra iniciativa para cerrar el abismo que separa a ambas comunidades: la reforma de la policía, que está compuesta en un 93 por ciento por protestantes. Las posibilidades de que estas iniciativas tengan éxito cuando está por comenzar la explosiva temporada de las marchas –desfiles conmemorativos protestantes que atraviesan barrios católicos– son exiguas. La semana pasada los partidos unionistas y republicanos, constitucionalistas y armados, participaron de un seminario de cuatro días en Sudáfrica. El lugar tenía un exquisito simbolismo –una sociedad que había aprendido a vivir consigo misma– y en la inauguración el presidente Nelson Mandela subrayó lo básico diciendo que "las negociaciones no se entablan con los aliados sino con los enemigos". Sinn Fein y los paramilitares unionistas se sentaron a dialogar pero los dos partidos unionistas, que representan a la mayoría protestante, se negaron siquiera a pernoctar en el mismo hotel en que se alojaba la delegación del ala política del IRA.

El IRA asesinó a dos policías y el gobierno británico suspendió el diálogo con el Sinn Fein

Belfast, agencias

El Ejército Republicano Irlandés (IRA) asesinó ayer a dos policías en Irlanda del Norte, oponiendo una negativa sangrienta a las esperanzas de un nuevo orden para el proceso de paz surgidas con la llegada al poder del nuevo gobierno de Londres.

En respuesta, Londres suspendió inmediatamente un tercero y último encuentro previsto con el Sinn Fein, el partido político que representa al IRA.

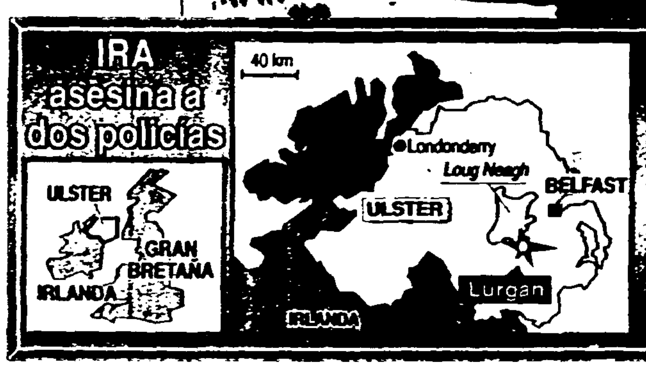
El presidente del Sinn Fein, Gerry Adams, expresó la idea de un malestar en el seno del movimiento republicano, estimando que el atentado representaba "un desafío para todos los que queremos representar un papel constructivo".

El IRA reivindicó, tres horas después de haberlo cometido, el asesinato de los dos policías en patrulla en Lurgan, en el centro del Ulster, asesinados de varios tiros a bocajarro.



La televisión irlandesa muestra los cuerpos de los policías asesinados por el IRA.

Este atentado marca una nueva etapa en la campaña plagada de violencia terrorista a la que la provincia está sometida desde hace varias semanas, por parte de paramilitares republicanos y legitimistas.



Estos últimos observan aún oficialmente un alto el fuego decretado en octubre de 1994, a pesar de varios asesinatos de católicos y de tentativas de atentado contra el Sinn Fein.

Este asesinato es el primer atentado contra miembros de las fuerzas de seguridad reivindicado por el IRA desde la llegada al poder del Partido Laborista de Tony Blair el pasado 1º de mayo.

El atentado pone de manifiesto que un sector republicano no está satisfecho con el giro tomado por el proceso de paz, ni con el resultado de las discusiones entre Londres y el Sinn Fein que Blair en persona vino a ofrecerles en Belfast, poco después de su llegada al cargo.

Dublin, el otro pilar del proceso de paz, secundó la iniciativa.

Estos contactos estaban destinados a explorar las posibilidades de un alto el fuego republicano y de la admisión del Sinn Fein en un proceso de negociaciones multipartitas que no termina de ponerse en marcha, un año después de su acuerdo teórico.

En adelante no habrá un encuentro de este tipo, hicieron saber los servicios de la ministra para Irlanda del Norte, Mo Mowlan.

Confesándose "consternada", Mowlan hizo un llamamiento inmediato a la moderación de los paramilitares legalistas, que podrían intentar represalias aisladas o un estallido puro y simple de su tregua. "Es crucial que nadie intente sustituir a la ley y que no haya represalias", subrayó Mowlan.

Mo Mowlan está inmersa en "discusiones intensivas" con protestantes y católicos para intentar evitar este año una repetición del desastre del verano de 1996, con motivo de las marchas político-religiosas legalistas que degeneraron demasiadas veces en enfrentamientos sectarios.



Patrullas inglesas recorren las calles de Irlanda.

TD6423

U POXBT 06-25 00738

WUN CAO 1?? [illegible]

ULSTER-PAZ

GOBIERNO IRLANDES DA BIENVENIDA ANUNCIO BLAIR

Dublin, 25 jun (EFE) - El Gobierno irlandés dio hoy, miércoles, la bienvenida al anuncio presentado por el primer ministro británico, Tony Blair, acerca del comienzo de negociaciones sustantivas sobre el Ulster el próximo septiembre.

"Vemos el conjunto de medidas destacadas por Blair como un paso adelante en dejar claro que el próximo movimiento corresponde al Sinn Fein y al IRA (Ejército Republicano Irlandés)", afirmaron fuentes gubernamentales en Dublin.

Sólo el IRA y su brazo político "tienen en sus manos anunciar un alto el fuego. No se necesita, o no debería necesitarse, ninguna otra aclaración", añadieron las fuentes.

Un portavoz del líder del Fianna Fail, Bertie Ahern, quien mañana, jueves, sustituirá en el poder al primer ministro irlandés John Bruton, subrayó que el anuncio de Blair "es un signo del compromiso y la determinación del nuevo Gobierno británico en lograr avances en el proceso de paz".

En una declaración ante la Cámara de los Comunes, Blair anunció un acuerdo entre los Gobiernos británico e irlandés sobre la entrega de las armas de los grupos terroristas en el Ulster, una de las cuestiones más espinosas en el proceso de paz para la provincia.

Una de las grandes novedades del acuerdo, que representa prácticamente el reinicio del proceso de paz en el Ulster, es la fijación de una fecha para la entrada del Sinn Fein, el brazo político del IRA, en las conversaciones multipartitas para una solución negociada a la violencia en la provincia.

El Sinn Fein será admitido en las conversaciones seis semanas después de que el IRA proclame un nuevo alto el fuego "inequívoco" y que incluya no sólo el final de los atentados, sino también el de las palizas contra delincuentes comunes y ajustes de cuentas.

El plan anglo-irlandés prevé la creación de una comisión independiente encargada de las cuestiones del desarme de los grupos terroristas.

Esta comisión planificará el calendario y el modo de la entrega de las armas terroristas y supervisará el desarme de los grupos paramilitares de modo paralelo a la celebración de las conversaciones de paz. EFE

[illegible]

[illegible]

06-06

9708659.

XS8171

U POXBT 06-04 00300
mun exg

IRLANDA-ELECCIONES
SINN FEIN PONDRA CONDICIONES PARA APOYAR ALIANZAS PARTIDOS

Dublín, 4 jun (EFE).- El Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), pondrá condiciones para colaborar con cualquier partido que busque su apoyo si las elecciones irlandesas del próximo viernes no arrojan un claro vencedor.

El líder del Sinn Fein, Gerry Adams, afirmó hoy, miércoles, en una rueda de prensa que su partido conseguirá escaños en el "Dail" o Parlamento irlandés en estas elecciones, lo que supondrá "un logro muy importante".

Pese a que las dos principales coaliciones que compiten por el poder han descartado buscar el apoyo del Sinn Fein para formar gobierno en caso de no lograr la mayoría absoluta, Adams afirmó que "cualquiera de los partidos en una posición apurada buscará el apoyo de nuestra formación si obtenemos escaños".

"Si se produce una situación en la que algún partido busca nuestro apoyo, les presentaremos una lista" de demandas, afirmó el líder del Sinn Fein.

La lista incluirá "las necesidades de nuestros votantes, nuestros puntos de vista en cuestiones económicas y sociales, y una política consistente, que incluya a todos, en la búsqueda de la paz".

El líder nacionalista se mostró a este respecto crítico con el actual primer ministro, John Bruton, cabeza del partido centrista Fine Gael, quien ha sido, según Adams, "completamente inconsistente en su manejo del proceso de paz".

El Sinn Fein, quien logró dos escaños en las elecciones generales británicas, presenta candidatos en Dublín y en las zonas fronterizas con Irlanda del Norte.

Los sondeos de opinión conceden una ligera ventaja en las elecciones del próximo día 6 en Irlanda a la coalición de oposición formada por los centristas Fianna Fail y Demócratas Progresistas sobre la alianza "Arco Iris", en el Gobierno, que componen el Fine Gael, el Partido Laborista y la Izquierda Democrática. EFE

mv/ah/jpg

06/04/14-19/97

TP5872

R FOXBT 06 06 00569

esg mdn

IRLANDA-ELECCIONES (Biografía)

BRUTON, UN PRIMER MINISTRO TRABAJADOR CON FAMA DE INDECISO

Dublín, 6 jun (EFE). El actual primer ministro de Irlanda y líder del centrista Fine Gael, John Bruton, en el poder desde diciembre de 1994, es un hombre al que sus conciudadanos consideran como gran trabajador, pero con fama de indeciso.

Su supuesta falta de contacto con el electorado desde que su partido llegó al poder es uno de los principales reproches de los ciudadanos y la mayor debilidad de su campaña de cara a los comicios que se celebran hoy, viernes.

John Gerard Bruton nació en Dublín el 18 de mayo de 1947 en el seno de una acaudalada familia de agricultures y, tras cursar estudios con los dominicos en la capital irlandesa y en el "Clongowees Wood College" de Kildare, ingresó en el "King's Inn" de Dublín para licenciarse en Leyes.

Inició su carrera política en 1969 al ser elegido representante en el "Dail" (Parlamento), donde se convirtió en el más joven de sus miembros, y tres años más tarde fue elegido portavoz del Fine Gael en el Parlamento para temas de Agricultura.

En este cargo permaneció tan sólo un año, ya que en 1973 fue nombrado secretario parlamentario del ministro de Educación y fruto de su trabajo, la Cámara consiguió aprobar el primer documento de política deportiva en Irlanda.

En 1975 asumió también el cargo de secretario en el Parlamento del ministro de Industria y Comercio, pero dos años después cesó en ambos puestos y volvió a hacerse cargo del puesto de portavoz de Agricultura del Fine Gael en el Parlamento hasta 1981.

Durante el primer semestre de este último año fue portavoz de Economía de su partido en el "Dail" y en junio fue nombrado ministro de Economía.

Desde 1982 hasta 1986 asumió la cartera de Industria, Comercio y Turismo, y la de Administración Pública.

En 1986 y por espacio de un año volvió a ocupar el cargo de ministro de Economía y tras regresar a su escaño parlamentario, en 1990 fue elegido presidente de su partido.

Cuando su liderazgo en el partido empezaba a cuestionarse y parecía tocar a su fin, el 15 diciembre de 1994 fue elegido nuevo primer ministro de Irlanda gracias a una coalición entre su formación y la izquierda representada por los Laboristas y la Izquierda Democrática.

Días antes se había producido la ruptura de la coalición Fianna Fail-Laborista, que sustentaba en el Gobierno a su antecesor, Albert Reynolds.

Desde su llegada al cargo, la principal prioridad del Gobierno de Bruton ha sido la continuación del proceso de paz para Irlanda del Norte iniciado por Reynolds y muy dañado desde el final del alto el fuego del Ejército Republicano Irlandés (IRA), el 9 de febrero de 1996, con un atentado en Londres que costó la vida a dos personas.

Los esfuerzos para seguir adelante con el proceso de paz hicieron que se inauguraran las conversaciones multipartitas para el futuro del Ulster el 10 de junio de 1996, con el patrocinio de los Gobiernos del Reino Unido e Irlanda, cuya continuidad ha sido errática.

02

9708660.

Bajo el liderazgo de Bruton, la República de Irlanda ocupó la presidencia semestral de la Unión Europea (UE) entre julio y diciembre de 1996, en un mandato centrado principalmente en el progreso hacia la moneda única y el empleo.

Aficionado al campo, la música folk, los libros de historia y el tenis, está casado desde 1981 con Finola Gill y el matrimonio tiene tres hijos.

A lo largo de la campaña electoral, el actual primer ministro ha hecho gala de su fama de hombre de familia y ha aprovechado sus paseos por las calles de Dublín con su mujer e hijos para intentar hacerse con las simpatías de los votantes. EFE

mv/ah/mlr

06/06/13-55/97

T05873

R POXGT 06-06 00527
exo mun

IRLANDA ELECCIONES/AHERN (Biografía)
UN HOMBRE CAMPECHANO ASPIRANTE A PRIMER MINISTRO

Dublín, 6 jun (EFE).- Bertie Ahern, el líder del Fianna Fail y favorito para convertirse en el nuevo primer ministro irland descuidada de vesti círculos políticos como "el hombre del anorak".
círculos políticos como "el hombre del anorak".

Ahern, que el próximo septiembre cumplirá 46 años, es el líder más joven en toda la historia del Fianna Fail y a lo largo de su carrera se ha ganado entre el electorado una fama de político más honrado que el resto de sus colegas, de talante dialogador y una destacada capacidad para evitar confrontaciones.

Esta honradez se convierte también, según temen los votantes, en su punto débil, ya que uno de cada tres electores le considera "ingenuo" y cree que su inexperiencia en la alta política puede resultar un riesgo.

Nacido en la capital irlandesa en 1951, Ahern, quien estudió Economía en la Universidad de Dublín y en la prestigiosa "London School of Economics", fue elegido diputado por primera vez en 1977.

Comenzó su carrera política como jefe de disciplina del partido y procede del ala izquierda del Fianna Fail, con una sólida imagen republicana.

Durante su estancia en la Alcaldía de Dublín a mediados de los años ochenta y como titular de Trabajo entre 1987 y 1991, se dice que su lema era "evitar los conflictos a cualquier costa" y su habilidad para el consenso le granjeó la simpatía de los sindicatos.

Forjó la mayor parte de su carrera a la sombra del antiguo primer ministro Charles Haughey, a quien apoyó hasta la dimisión de éste en 1991, en el enfrentamiento político que llevó a Reynolds al liderazgo del partido.

Entre sus logros al frente de la cartera de Economía está su actuación durante la crisis del Sistema Monetario Europeo, en 1993, que evitó la fuerte fluctuación de la divisa nacional.

Los presupuestos anuales que han permitido rebajar los tipos de interés e incrementar las tasas de crecimiento están considerados como otro de los logros de Ahern al frente del Ministerio.

Con una sólida fama de trabajador incansable, apoya una Irlanda unida por acuerdo entre nacionalistas y unionistas y descarta una alianza con el Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), quien también concurre a las elecciones.

El papel de Ahern como líder de la oposición en los últimos tres años ha sido, según los observadores, desvaído y de poca fuerza, con una política de consenso con el Gobierno sobre Europa e Irlanda del Norte.

Su apodo "el hombre del anorak" se retrotrae a los tiempos en que, antes de formar parte del Gobierno, solía acudir a las reuniones del partido enfundado con una de esas prendas que cubría su traje.

La imagen de "hombre corriente" y de honestidad a toda prueba le han granjeado las simpatías de su electorado, en gran parte dublineses de clase trabajadora, que destacan que Ahern fue el único ministro irlandés que se desplazó al Mundial de fútbol en

9708660.

EEUU en 1974 y pagó el viaje de su propio bolsillo.

Casado en primeras nupcias en 1975 y con dos hijos, ha sido uno de los primeros irlandeses en aprovecharse de la reciente legalización del divorcio para casarse por segunda vez.

Entre sus principales aficiones se hallan el fútbol -raramente deja de ver un partido internacional de Irlanda- y el bricolaje, que le ha permitido ganar una cierta reputación de "manitas". EFE

mv/ah/mlr

06/06/13-57/97

05

9708660.

DF8414

B FOXBT 06-08 00164

mun exo irx

IRLANDA-ELECCIONES
RESULTADOS DEFINITIVOS

Dublin, 8 jun (EFE).- El Fianna Fail se ha consolidado como la primera fuerza politica de la República de Irlanda tras los comicios legislativos del pasado viernes una vez completado el escrutinio en las 41 circunscripciones electorales del país.

Los resultados definitivos y la variación de escaños con respcto a los comicios de 1992 son los siguientes:

PARTIDO	PORCENTAJE	ESCAÑOS	DIFERENCIA
Fianna Fail (FF)	39.3	77	+9
Fine Gael (FG)	27,9	54	+8
Partido Laborista	10.4	17	-15
D. Progresistas	4,7	4	-4
Izqda. Democrática	2.5	4	-2
Verdes	2.8	2	+1
Sinn Fein (SF)	2.5	1	+1
Otros	9.8	7	+2

El "Dail" (Parlamento irlandés) está formado por un total de 166 escaños. EFE

PS/fpa/SM

06/08/18-34/97

9708660.

0b

[illegible] LA OPOSICIÓN DERROTA AL GOBIERNO DE CENTROIZQUIERDA

Centroderecha gana comicios irlandeses

El líder del Fianna Fail, Berthie Ahern, cuyo partido ganó el mayor número de escaños en la Asamblea –pero no la mayoría– ya fijó una reunión con el líder del Sinn Fein, Gerry Adams

POR MARCELO BLANCO
de la redacción de EL OBSERVADOR

La alianza de oposición de centroderecha ganó las elecciones en Irlanda al conquistar entre el Fianna Fail (FF) y los demócratas progresistas 81 escaños en el Parlamento.

El líder del FF, Berthie Ahern, futuro primer ministro, no perdió tiempo y ya fijó una reunión con el número uno del Sinn Fein, Gerry Adams, para la semana próxima.

La victoria de Ahern agrega una nueva dimensión a las gestiones de paz en Irlanda del Norte, donde las conversaciones multipartitas fueron reanudadas la semana pasada. Ahern fue el único político irlandés que mantuvo contacto con el brazo político del IRA que en lo comicios del viernes obtuvo su primera banca entre las 166 que integran el Parlamento.

Ahern, cuyo partido alcanzó el mayor número de escaños en el Dail, declaró a la Radio Nacional irlandesa que en su agenda figura como tema prioritario conseguir avances en el proceso de paz para Irlanda del Norte. Así

Bruton señaló que sus dos años de gobierno pasarán a la historia por justos y honorables

mismo, subrayó que Gerry Adams debe mostrar su fe y pedir al Ejército Republicano Irlandés "que deponga las armas".

Ahern destacó que la victoria de su partido en estos comicios no fue "pura casualidad", sino que obedece al resultado de "un voto hecho plenamente a conciencia política". "Prometí traer la paz a Irlanda del Norte y además prometí reducir los agobiantes impuestos y la alta tasa de delincuencia en el país", agregó el líder del Fianna Fail.

El Sinn Fein, que no puede participar en las negociaciones de Irlanda del Norte debido a que el IRA reanudó su campaña de violencia, obtuvo un escaño por la región Cavan Monaghan a través del candidato Caoimhghin O' Caolain. Este contrariamente a Adams y McGuiness que se niegan a ocupar sus escaños en el Parlamento inglés, sí ocupará el suyo en Dublín.

BRUTON Y EL FRACASO

El actual primer ministro irlandés y líder del Fine Gael, John Bruton, reconoció su derrota y manifestó que la coalición Arco Iris, integrada por el Partido Laborista y la Izquierda Democrática, y con la que gobernó estos dos últimos años, dejó de existir. Bruton señaló que sus dos años de gobierno "pasarán a la historia porque fueron justos y honorables, y sin dudas de esta manera será recordado por el pueblo irlandés".

Cuando sólo quedan por delucidar unos pocos escaños, el Fianna Fail obtuvo hasta el momento 77 asientos, siete menos de los requeridos para gobernar con mayoría absoluta.

Los resultados confirmaron una de las tendencias políticas irlandesas, el cambio de gobierno, no importa la gestión. Desde 1969 ningún gobierno alcanzó la ansiada reelección. *(Reuter y AFP)*



LAS ELECCIONES EN NÚMEROS

Los votantes irlandeses eligieron 166 miembros del Dail, la cámara legislativa del parlamento

	BANCAS	GANANCIAS Y PÉRDIDAS
Fianna Fail	77	+ 9 bancas
Fine Gael	54	+ 8
Laboristas	17	- 16
Demócratas progresistas	4	-6
Verdes	2	+ 1
Izquierda demócrata	4	sin cambio
Sinn Fein	1	+ 1
Otros	7	+ 1

EJES DEL PROGRAMA

- **SIN QUIEBRE.** El Fianna Fail, partido dominante de la coalición de centroderecha que el 26 de junio formará el próximo gobierno irlandés tras su victoria en las legislativas, defiende un programa sin mayores rupturas con la precedente administración de centro izquierda.
- **IRLANDA DEL NORTE.** Continuación de los objetivos del proceso de paz actual: solución negociada con todos los partidos y con el Sinn Fein (rama política del IRA)presente a condición de un alto el fuego del IRA. Berthie Ahern está dispuesto a dialogar con el líder del Sinn Fein, Gerry Adams, incluso antes de un alto el fuego, pero no lo [illegible] mismo esperá poder nombrar a un "enviado permanente de la paz" a Dublín, confiando esa misión al ex primer ministro Albert Reynolds, y "reactivar" los canales utilizados en 1993-1994 al inicio del presente proceso.
- **EUROPA.** El Fianna Fail desea que Irlanda forme parte de la primera ola de países en la Unión Monetaria Europea y juzga imperativo el mantenimiento de la disciplina financiera de Maastricht. Quiere preservar el equilibrio institucional en el marco de la Conferencia Intergubernamental, con un comisario por país. Pretende asimismo una mayor integración europea de las políticas de lucha contra el crimen y la droga.
- **ECONOMÍA.** Reducciones de impuestos de un monto de 1.500 millones de punts (2.400 millones de dólares) en un plazo de cinco años, en el curso del cual la tasa de base debería bajar de 26 a 20% y la tasa superior de 48 a 43%. Programa de creación de 25.000 empleos para los desempleados de larga duración, en especial a partir de incentivos fiscales.
- **DEFENSA.** El programa quiere proseguir y reforzar la política de neutralidad de Irlanda. Excluye convertirse en un miembro de pleno derecho de la Unión de Europa Occidental (UEO), Dublín es observador de la OTAN, o participar en la Asociación para la Paz de la Alianza Atlántica.

07

9708660

GPE/[illegible]

[illegible] 08 06 [illegible]
mun esu [illegible]

IRLANDA-ELECCIONES (Previsión)
LIDER FF DICE SE REUNIRA SEMANA PROXIMA GERRY ADAMS

Por Paloma Santolaria

Dublin, 8 jun (EFE).- El líder del Fianna Fail y virtual nuevo primer ministro de Irlanda, Bertie Ahern, afirmó hoy, domingo, que la próxima semana se entrevistara con el líder del Sinn Fein, brazo político del IRA, Gerry Adams.

El Sinn Fein ha conseguido, por primera vez en su historia, obtener respresentación en el "Dail" (Parlamento irlandés) tras los comicios legislativos celebrados el pasado viernes y cuyo escrutinio aun no ha concluido definitivamente.

Ahern, cuyo partido ha alcanzado el mayor número de escaños en el "Dail" declaró a la Radio Nacional irlandesa que en su agenda figura como tema prioritario conseguir avances en el proceso de paz para Irlanda del Norte.

Asimismo, subrayó que Gerry Adams debe mostrar su buena fe y pedir al Ejército Republicano Irlandés (IRA) que deponga las armas.

Por otra parte, Ahern subrayó que la victoria de su partidos en estos comicios no ha sido "mera casualidad", sino que obedece al resultado de un voto hecho "a conciencia" por los ciudadanos.

En declaraciones a la citada emisora, el todavía primer ministro irlandés y líder del Fine Gael, John Bruton, reconoció su derrota y manifestó que la coalición "Arco Iris", integrada también por el Partido Laborista y la Izquierda Democrática, y con la que había gobernado estos dos últimos años, ha dejado de existir como tal.

Bruton manifestó que sus dos años de gobierno pasarán a la historia por haber sido "justo y honorable" y así será recordado por el pueblo irlandés.

Esta tarde finalizó el recuento de los votos en 40 de las 41 circunscripciones electorales irlandesas y ya se han cubierto 165 de los 166 escaños que integran el Parlamento de Irlanda.

A falta sólo de un escaño por cubrir, resulta evidente que ningún partido alcanzara la mayoría necesaria para poder formar gobierno con holgura, de modo que los diputados independientes pueden tener la llave de la composición del futuro Ejecutivo irlandés, comentan los observadores.

Ahern, entretanto, ha manifestado su intención de seguir apoyándose en los Demócratas Progresistas, con quienes formó alianza tanto en la oposición como durante la campaña electoral.

El Fianna Fail ha aumentado su apoyo electoral hasta alcanzar un 39,3 por ciento, y ha obtenido notables beneficios especialmente en Dublin, sobre todo en detrimento del Partido Laborista, el gran derrotado de estas elecciones.

El Fine Gael también aumenta su porcentaje en 3,5 puntos sobre los comicios de 1992 y consolidarse como la segunda fuerza más votada.

Los laboristas, en cambio, han sufrido un severo revés por parte del electorado y han perdido 9 puntos con respecto a los anteriores comicios.

La Izquierda Democratica no altera su apoyo electoral y se mantiene en el 2,3 por ciento que ya tenia.

Los Demócratas Progresistas mantienen también el mismo porcentaje, lo que no deja de suponerles una decepción pues confiaban en obtener un mejor rsdultado

Los Verdes no logran rebasar las expectativas que tenian pues pensaban que atraer ían el voto jove, lo que no se ha traducido en su porcentaje final, aunque aumentan ligeramente su presencia parlamentatria.

El Sinn Fein es otro de los grandes triunfadores de estas elecciones, pues por proimera vez consigue coloccar un diputado en el "Dail".

Los observadores consideran que el resultrado de los comicios es "muy pocom concluyente" y puede dejatr en manos de los indepndientes de y las pequeñas formaciones la llave de la gobernabilidad del país. EFE

PS/ipa SM

06/08/1[illegible]/39/97

08

9708660

[illegible]

IRLANDA ELECCIONES (Previsión)
UN PARLAMENTO SIN MAYORIAS ES EL PROBABLE RESULTADO COMICIOS

Por Paloma Santolaria

Dublín, 9 jun (EFE).- Un Parlamento sin mayorías parece ser el resultado de las elecciones generales celebradas el viernes en la República de Irlanda, tras las que el líder del Fianna Fail, principal partido de la oposición, Bertie Ahern, se perfila como nuevo primer ministro.

Esta mañana finalizó el escrutinio en 39 de las 41 circunscripciones electorales irlandesas y se cubrieron 144 de los 166 escaños que componen el "Dail" o Parlamento.

Tras un lento y laborioso escrutinio, que se prolongó durante toda la noche, quedan sólo 22 escaños por asignar y parece evidente que ningún partido político alcanzará la mayoría absoluta que le permita formar gobierno con holgura.

Hasta el momento, el reparto de escaños quedó de la siguiente manera: Fianna Fail, 72; Fine Gael, 46; Partido Laborista, 14; Demócratas Progresistas, 3; Izquierda Democrática, 3; Verdes, 2; Sinn Fein, 1, e independientes, 6.

Los observadores califican estos resultados de "muy poco concluyentes" y señalan que pueden dejar en manos de los partidos menores, como el Sinn Fein o los Verdes, así como en las de los independientes, la responsabilidad de decidir quién va a formar el nuevo Gobierno irlandés.

Hasta ahora, 25 diputados, entre ellos varios ministros, han perdido sus escaños.

El actual primer ministro irlandés, John Bruton, líder del Fine Gael, el principal partido de la coalición "Arco Iris", que también integran el Partido Laborista y la Izquierda Democrática, reconoció a primera hora de la mañana que los diputados independientes tienen la llave del equilibrio de fuerzas en el futuro Legislativo.

Ahern, cuyo partido, el Fianna Fail (FF), forma otra alianza con los Demócratas Progresistas, ha proclamado ya su intención de formar Gobierno con éstos y apoyado por "un puñado de independientes".

La prensa irlandesa comenta la victoria del FF, pero subraya que a Ahern le espera una dura tarea para mantener un Gobierno con un margen tan estrecho, incluso aunque cuente con el apoyo de los independientes.

El "Sunday Tribune" subraya que el nuevo Parlamento irlandés no va a contar con claras mayorías, aunque señala que los independientes finalmente se decantarán por el Fianna Fail.

El dominical financiero "Sunday Business Post" se hace eco hoy de la severa derrota de los laboristas y pone de manifiesto que estos resultados dan por concluida la coalición "Arco Iris".

En este sentido, el "Tribune" indica que los malos resultados del Partido Laborista pueden deberse al voto de castigo de los ciudadanos en protesta por su "equivocada alianza" con el Fianna Fail tras los comicios de 1992.

El Fianna Fail cuenta actualmente con un 39,3 por ciento de los votos y ha experimentado un notable incremento en zonas como Dublín, principalmente en detrimento del Partido Laborista, tal vez el gran derrotado en estos comicios.

El Fine Gael ha recibido de momento un 28 por ciento de los votos, [illegible] que en los comicios de 1992.

Los laboristas, con un [illegible] por ciento de los votos, han perdido [illegible] puntos con respecto a las anteriores elecciones, mientras que la Izquierda Democrática mantiene prácticamente inalterables sus cifras, con un 2,7 por ciento.

Por otra parte, los observadores consideran que los Demócratas Progresistas van a tener durante mucho tiempo un amargo recuerdo de los comicios del pasado viernes, pues no han aumentado su intención de voto y muchos de sus candidatos han mantenido una ardua lucha por conservar el escaño que ya tenían.

Los Verdes no han obtenido unos resultados tan notables como esperaban, [illegible] en el voto de los jóvenes, pero de todos modos [illegible] dos escaños.

El Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), [illegible] en la República de Irlanda, en la persona de [illegible], que [illegible] Irlanda del Norte. EFE

[illegible]

09

9708660.

XA.751

U F0761 06 08 00629

mun esj

IRLANDA-ELECCIONES (Resumen)

ULTIMO ESCAÑO TARDO EN CONOCERSE PERO NO CAMBIO NADA

Dublín, 8 jun (EFE). El último escaño que faltaba para completar los 166 de que se compone el "Dail" o Parlamento irlandes, se conoció más tarde de lo esperado pero al final no cambio en nada el resultado final de las elecciones legislativas celebradas el viernes en Irlanda, en las que venció el Fianna Fail.

En torno a las 17.30, hora local (18.30 GMT) la Radio Televisión irlandesa (RTE) informaba de la conclusión del escrutinio en la última de las 41 circunscripciones electorales del país, en la que el escaño que faltaba fue a parar al Fine Gael, el partido del hasta ahora primer ministro John Bruton.

En declaraciones a la Radio Nacional Irlandesa, Bertie Ahern, el virtual nuevo primer ministro de Irlanda y líder del Fianna Fail, partido que ha obtenido 77 escaños, afirmó hoy, domingo, que una de las máximas prioridades en su programa de gobierno será avanzar en el proceso de paz para Irlanda del Norte.

En este sentido, Ahern comentó que la próxima semana se entrevistará con Gerry Adams, líder del Sinn Fein, brazo político de la banda terrorista IRA, y que por primera vez en su historia consigue representación parlamentaria en el "Dail."

El diputado del Sinn Fein será Caoimhghin O'Caolain, un empleado de banca que se presentaba como candidato por la circunscripción de Canvan-Monaghan, en la frontera con Irlanda del Norte.

Ahern subrayó que Gerry Adams debe mostrar su buena fe y pedir al Ejército Republicano Irlandés (IRA) que deponga las armas.

Por otra parte, Ahern subrayó que la victoria de su partido en estos comicios no ha sido "mera casualidad", sino que obedece al resultado de un voto hecho "a conciencia" por los ciudadanos.

En declaraciones a la citada emisora, el todavía primer ministro irlandés y líder del Fine Gael, John Bruton, reconoció su derrota y manifestó que la coalición "Arco Iris", integrada también por el Partido Laborista y la Izquierda Democrática, y con la que había gobernado estos dos últimos años, ha dejado de existir como tal.

El Fine Gael ha obtenido 54 escaños, mientras que los laboristas han logrado 17 y la Izquierda Democrática 4.

El Fianna Fail ha aumentado su apoyo electoral hasta alcanzar un 39,3 por ciento, y ha mejorado especialmente en Dublín, sobre todo en detrimento del Partido Laborista, el gran derrotado de estas elecciones.

El Fine Gael también aumenta su porcentaje en 3,5 puntos sobre los comicios de 1992 y se consolida como la segunda fuerza más votada.

El Partido Laborista, que lidera el hasta ahora viceprimer ministro y titular de Asuntos Exteriores, Dick Spring, es el gran derrotado de estos comicios, pues ha perdido 15 diputados en relación a los 32 que tenía en el anterior Legislativo.

Los observadores creen que el retroceso de los laboristas obdedece a un voto de castigo del electorado, que le reprocha su colaboración con el Fianna Fail durante el periodo 1992-1995, año en que pasaron a apoyar al Fine Gael y, en consecuencia,

determinaron un cambio de gobierno en el país.

Una vez concluido el escrutinio, resulta evidente que ningún partido alcanzará la mayoría necesaria para poder formar gobierno con holgura, de modo que los diputados independientes pueden tener la llave de la composición del futuro Ejecutivo irlandés, comentan los observadores

Ahern, entretanto, ha manifestado su intención de seguir apoyándose en los Demócratas Progresistas, con quienes formó alianza tanto en la oposición como durante la campaña electoral.

La Izquierda Democrática permanece con su apoyo electoral y se mantiene en el 2,3 por ciento que ya tenía.

Los Demócratas Progresistas mantienen también el mismo porcentaje, lo que no deja de suponerles una decepción pues confiaban en obtener un mejor resultado.

Los Verdes no logran rebasar las expectativas que tenían pues pensaban que atraerían el voto joven, lo que no se ha traducido en su porcentaje final, aunque aumentan ligeramente su presencia en la Cámara. EFE

PS ins/lic/jpg

El IRA obtuvo su primer escaño

El Sinn Fein, su conducción política, impuso un legislador en Irlanda

*DUBLIN, 7 (AP).- Los primeros re*sultados de las elecciones nacionales en Irlanda muestran que el Partido Sinn Fein, aliado del proscripto Ejército Republicano Irlandés (IRA) alcanzó un hito al ganar su primer escaño en el Parlamento.

Los ganadores de los 166 asientos en el Dail, la cámara legisladora, no serán conocidos hasta mañana a causa del complejo sistema irlandés de representación proporcional.

El partido más grande de Irlanda, Fianna Fail, podría ganar el mayor número de escaños en la votación de ayer, obteniendo al menos 75 de ellos. El líder del partido, Bertie Ahern, ganó en su distrito de cuatro asientos del centro de Dublín, como lo hizo su hermano mayor, Noel, en el noroeste de la capital.

El recuento definitivo determinará si la alianza de Fianna Fail con el pequeño y conservador Partido Demócrata Progresista podrá formar un gobierno, para lo que necesitaría 84 asientos.

De no ser posible -los demócratas progresistas parecían haber ganado poco apoyo-, ninguna de las coaliciones actuales en el Dail podría formar una mayoría sin pedir apoyo a los políticos independientes.

En este panorama de incertidumbre, la coalición tripartidista del primer ministro John Bruton sería capaz de recobrar el poder si obtiene el respaldo de los mismos legisladores independientes que Ahern necesitaría.

Bruton, que está en el poder desde diciembre de 1994, seguiría en segundo lugar. Aunque su partido, Fine Gael, parecía encaminado a ganar más de 50 escaños, su principal socio, el liberal Partido Laborista, del viceprimer ministro Dick Spring, perdía gran parte del apoyo que ganó en 1992, especialmente en Dublín.

En lo que respecta al tercer partido de la coalición, la socialista Izquierda Democrática, su líder, Proinsias de Rossa, perdería en el distrito noroeste de la capital irlandesa.

IN 0806

Debut en el Dail

El candidato Caoimhghin o' Caolain, del Sinn Fein, ganó un asiento en Cavan-Monaghan, distrito de cinco asientos en el límite con la provincia británica de Irlanda del Norte.

El partido trató de ganar escaños parlamentarios por primera vez en 1987, y apenas obtuvo 1,6 por ciento de los sufragios en los últimos comicios, en 1992. Esta vez, montando una enérgica campaña en la que instó a tomar severas medidas contra los narcotraficantes, sobre todo en la capital, el partido pudo ganar más del 2,5 por ciento de los votos nacionales.

En la próxima sesión del Dail se formalizará la elección de un nuevo gobierno. Bruton permanecerá en el poder hasta entonces, más allá del resultado electoral.

OSCURO

IRLANDA ELECCIONES (Previsión)
FORMACION GOBIERNO ESTABLE MAXIMA PRIORIDAD LIDER FIANNA FAIL

Por Fernando Prieto Arellano

Dublín, 7 jun (EFE). La formación de un Gobierno estable y duradero es la máxima prioridad que tiene en estos momentos el líder del Fianna Fail (FF) y virtual nuevo primer ministro de Irlanda, Bertie Ahern.

Ahern, cuyo partido mejoró notablemente los resultados de los comicios de 1992, al obtener 77 escaños (nueve más que entonces) se encuentra, sin embargo, con el problema de que sus socios, los Demócratas Progresistas, han quedado muy por debajo de las expectativas que tenían y apenas pueden contribuir a asegurar la gobernabilidad del país.

El líder del Fianna Fail prometió que formará un "Gobierno duradero", aunque la coalición de su partido con los Demócratas Progresistas tan solo ha logrado 81 escaños en el "Dail" o Parlamento irlandés, de 166 diputados.

Según el diario dublinés "The Irish Times", los diez diputados "no alineados" elegidos en los comicios del día 6 -siete independientes, dos verdes y uno del Sinn Fein- se inclinan a favor del Fianna Fail.

Los Demócratas Progresistas, liderados por Mary Harney, obtuvieron cuatro escaños, la mitad de los alcanzados en 1992, que unidos a los 77 del Fianna Fail dan 81, tres menos de los necesarios para alcanzar la ansiada mayoría absoluta que asegure a Ahern una gestión sin sobresaltos.

Los observadores atribuyen el fracaso de los Demócratas Progresistas a la falta de tacto de su líder, Mary Harney, durante la campaña electoral, cuando mencionó la posibilidad de reducir 25.000 puestos de trabajo en la Administración para equilibrar el gasto público.

En medios periodísticos se indica que las consultas entre el Fianna Fail y los Demócratas Progresistas no comenzarán hasta finales de esta semana.

En estos momentos, la llave de la gobernabilidad de Irlanda está en manos de los diputados independientes, quienes van a exigir una serie de concesiones a cambio de prestar su apoyo a Ahern.

"Tenemos que conseguir un acuerdo que dure a largo plazo. El objetivo será tener un Gobierno de cuatro o cinco años. Vamos a buscar estabilidad a largo plazo, pero en este momento no conozco los puntos de vista de ninguno de los independientes", declaró Ahern a la prensa.

Sin embargo, los observadores comentan que Ahern va a tener que negociar duramente si quiere sacar algo en claro de sus conversaciones con los independientes, quienes en muchos casos plantean demandas exclusivamente locales relativas al ámbito de su propia circunscripción.

En este sentido, Jackie Healy-Rae, diputado independiente por Kerry, ha declarado que, a cambio de su apoyo, pondrá condiciones al Fianna Fail, especialmente en materia de inversiones para la creación de puestos y la mejora de infraestructuras viarias en su circunscripción.

Por su parte, Tony Gregory, independiente por Dublín Centro y quien suena para presidente del "Dail", ha subrayado que no piensa entrar en contacto con el Fianna Fail, sino que espera que este partido se dirija a él en petición de apoyo.

Los Verdes, que con sus dos diputados han mejorado levemente los resultados de 1992, han comentado que no están dispuestos a apoyar desde fuera al Gobierno, sino que quieren obtener alguna cartera, aunque los observadores lo consideran más que difícil, dado que no están de acuerdo con la política del Fianna Fail en medio ambiente.

Los observadores señalan que en estos momentos existen tres candidatos para la cartera de Asuntos Exteriores, que no necesariamente tendría que ir acompañada del cargo de viceprimer ministro, como sucedía con Dick Spring durante el anterior Ejecutivo que presidió John Bruton.

Estos candidatos son el portavoz de Asuntos Exteriores del Fianna Fail, Ray Burke; la portavoz de Educación del mismo partido, Mary O'Rourke, y la líder de los Demócratas Progresistas, Mary Harney. EFE

12

9708660.

0F0480

U POXBT 06 26 00338

mun egq jcx

IRLANDA-GOBIERNO

PRIMER MINISTRO AHERN NOMBRA NUEVO EJECUTIVO

Dublín, 26 jun (EFE). El nuevo primer ministro irlandés, Bertie Ahern, elegido hoy por el Parlamento, nombró a su Ejecutivo en la primera sesión de la legislatura tras las elecciones del pasado 6 de junio.

El Gobierno de coalición de centro derecha del Fianna Fail, liderado por Ahern, y los Demócratas Progresistas de Mary Harney contará con catorce ministros.

Harney será la nueva viceprimera ministra y titular de Trabajo y la única representante de su partido en el Consejo de Ministros.

Al frente de Hacienda se situará Charlie McGrevy, mientras que el nuevo responsable de Asuntos Exteriores (con competencias para Irlanda del Norte) será Ray Burke, y la cartera de Justicia se confía a John O'Donoghue.

Dermot Ahern, hermano del primer ministro, queda al frente de la Seguridad Social, y Noel Dempsey logra la cartera de Medio Ambiente.

El Ministerio de Sanidad va a parar a Brian Cowen y Comunicación y Transportes se concede a Mary O'Rourke.

Defensa corresponde a David Andrews, y Agricultura a Joe Walsh, mientras que a Sile de Valera se le adjudica la cartera de Cultura, a Michael Woods, Marina y a Jim McDaid, Turismo y Comercio.

La coalición del Fianna Fail y los Demócratas Progresistas logró 81 de los 166 escaños del Parlamento, frente a los 75 obtenidos por la alianza hasta ahora en el Gobierno y formada por el Fine Gael del ex primer ministro John Bruton, el Partido Laborista y la Izquierda Democrática.

Ahern fue nombrado hoy primer ministro por el Parlamento con un total de 85 votos a favor frente a 78 en contra y tres abstenciones.

El Ejecutivo irlandés estará compuesto por:

Primer ministro: Bertie Ahern
Viceprimera ministra y ministra de Trabajo: Mary Harney
Hacienda: Charlie McGrevy
Asuntos Exteriores: Ray Burke
Justicia: John O'Donoghue
Seguridad Social: Dermot Ahern
Medio Ambiente: Noel Dempsey
Sanidad: Brian Cowen
Comunicación y Transportes: Mary O'Rourke
Defensa: David Andrews
Agricultura: Joe Walsh
Cultura: Sile de Valera
Marina: Michael Woods
Turismo y Comercio: Jim McDaid
[illegible]

[illegible] 26 06 97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

IRLANDA GOBIERNO [illegible]

SECTORES POLITICOS RECIBEN ENTUSIASMO NOMBRAMIENTO AHERN

Por Paloma Santolaria

Dublín, 27 jun (EFE). Diversos sectores políticos recibieron con entusiasmo la elección de Bertie Ahern como primer ministro y la composición de su Gobierno, en el que destaca Mary Harney, primera mujer que logra el puesto de viceprimer ministro, además de la cartera de Empresa, Trabajo y Comercio.

El Parlamento irlandés aprobó anoche con 84 votos a favor y 76 en contra los nombramientos de las 14 carteras ministeriales que forman el nuevo gabinete del Gobierno de coalición formado por los partidos Fianna Fail (FF) y los Demócratas Progresistas (DP), liderados por Harney.

El ex primer ministro irlandés, John Bruton, del partido Fine Gael, felicitó al nuevo jefe de Gobierno y le deseó suerte en su empresa, al tiempo que reconoció que era el Ejecutivo que el pueblo había elegido.

El diario conservador "Irish Times" recuerda en su análisis que el nuevo "Gabinete, formado a partir de la prudencia y la cohesión, todavía contiene semillas de conflicto" y añade que es el resultado de "una mezcla calculada de habilidad, extensión geográfica y experiencia".

Al intentar complacer a todos al seleccionar su Gabinete, Bertie Ahern, de 45 años, ha creado un "cierto laberinto de estructuras inestables y posibles dificultades futuras", aunque admite que al complacer a todos un poco, ha evitado serios antagonismos", señala el diario.

El diario afirma que Ahern "sabe de qué va el asunto" y representa por ello el elemento más importante de la nueva coalición y añade que "necesitará poner en acción toda su considerable destreza en los próximos años".

Por otro lado, el "Irish Independent" recalca la juventud del nuevo primer ministro, el más joven jefe de Gobierno del país, y asegura que su Gabinete de minoría se ha asegurado el apoyo de tres diputados independientes, Midred Fox, Jackie Healy-Rae y Harry Blaney, lo que levanta todas las posibles dudas sobre la estabilidad de su Administración.

El "Irish Independent", que se ha visto acusado por el líder del Partido Laborista, Dick Spring, por la supuesta campaña antigubernamental llevada a cabo durante la campaña electoral, no puede evitar demostrar su partidismo por el Fianna Fail.

Entre todas las celebraciones destaca el aislamiento al que se enfrenta el nuevo y único diputado del Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA), Caoimhghin O Coaláin, aceptado con frialdad por el resto de sus colegas en el parlamento irlandés.

El reciente asesinato por el IRA de dos policías en Lurgan, en Irlanda del Norte, y la negativa de O Caoláin a condenarlos ha generado las críticas de todos los partidos en el Parlamento.

Hasta 1986 el partido republicano Sinn Fein se negó a reconocer la legitimidad del Parlamento irlandés o de cualquier Gobierno electo en la República de Irlanda y rechazó también el tomar posesión de sus escaños en el caso de resultar elegidos. EFE

PS/vg/icr/pa

14-14

9708660.

Nº DOCUMENTO 9708661
TITULO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 30/6/97
VINCULACIONES 11991
66603
11164
11165
11103

YA429A

R SUCBT 06-30 00412

NICARAGUA-PROTESTA

SE REANUDAN ENFRENTAMIENTOS ENTRE ESTUDIANTES Y POLICIAS

Managua, 30 jun (EFE).- Los enfrentamientos entre policías antidisturbios y centenares de estudiantes, que se iniciaron el jueves de la semana pasada, se reanudaron este mediodia en dos sectores de Managua, la capital nicaraguense.

Los enfrentamientos se produjeron cuando centenares de universitarios fueron atacados por la Policía después de cerrar un tramo de la carretera Panamericana norte en demanda de más presupuesto para la educación superior, informaron emisoras de radio de Managua.

Asimismo, en los alrededores de la Universidad Centroamericana (UCA), en la periferia sur de Managua, también se produjeron disturbios como consecuencia de las protestas, que se iniciaron la semana pasada.

Durante el sábado y el domingo no hubo incidentes en la capital nicaragüense, pero hoy se han reanudado los choques entre los universitarios y la Policía, aunque con menor intensidad.

Los universitarios bloquearon la carretera a la altura del kilómetro 14, frente a los edificios de la Universidad Nacional Agraria (UNA) y muy cerca del aeropuerto internacional y de instalaciones del Ejército.

Radioemisoras de esta capital informaron de que los policias antimotines dispararon gases lacrimógenos contra los universitarios, que respondieron con bombas caseras lanzadas con morteros artesanales y piedras.

Según algunos informes preliminares no oficiales, un estudiante resultó con heridas contusas y dos periodistas con heridas causadas por pedradas recibidas durante los incidentes.

No se produjeron detenidos ya que la actuación de la Policía fue disuasiva.

Los choques entre policias antimotines y estudiantes estallaron el jueves pasado despues de que la Asamblea Nacional aprobó un veto del presidente Aleman a la ley del presupuesto nacional.

Segun los rectores que integran el Consejo Nacional de Universidades (CNU), con ese veto la educación superior perderá este año unos 50 millones de córdobas (5,3 millones de dólares).

El Gobierno de Aleman, por su parte, argumenta que no quitará ni un centavo del presupuesto para las diez universidades públicas y entregará 287 millones de córdobas (29,9 millones de dólares).

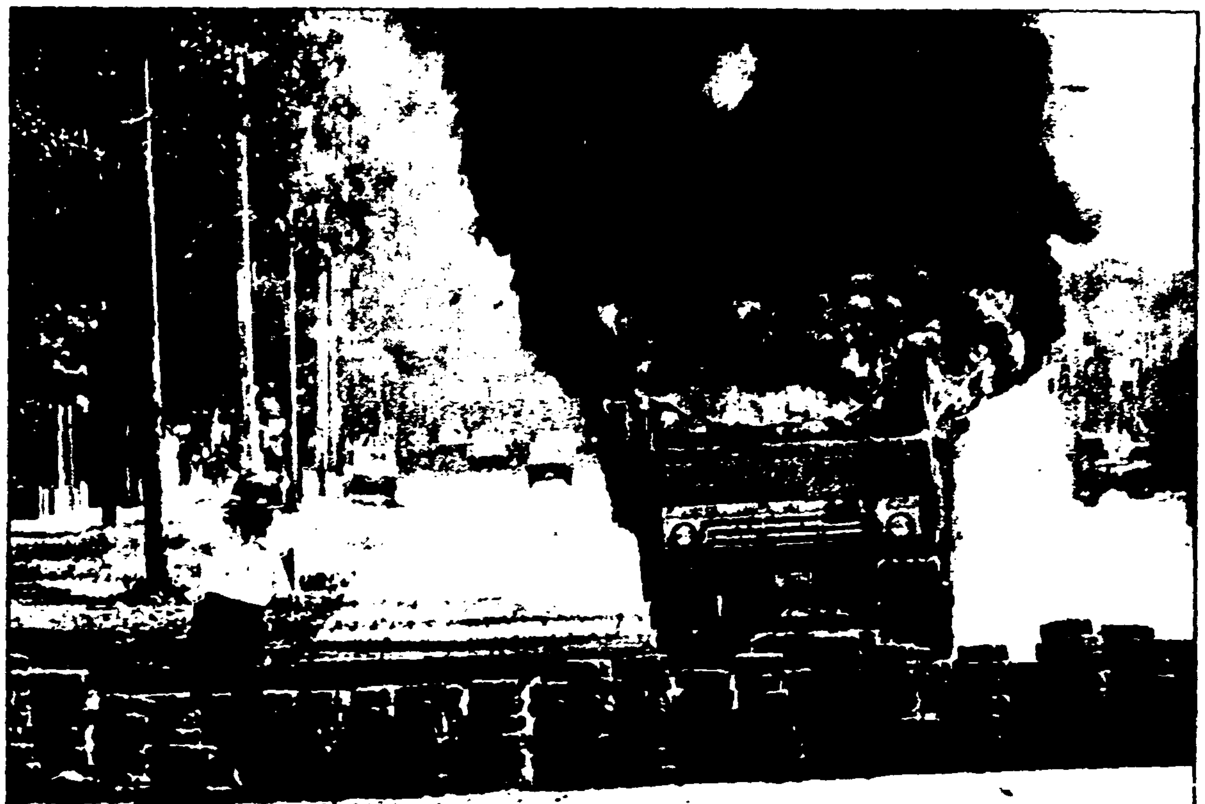
Líderes de la Unión Nacional de Estudiantes (UNE), afines al Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), señalaron que las protestas continuarán hasta que el Gobierno no rertifique su postura.

Los incidentes se han producido tan sólo horas despues de la inauguracion, durante una ceremonia a la que asistieron unos mil invitados por el Gobierno, del dialogo nacional que pretende buscar soluciones a los problemas del país. EFE

[illegible]

9708661

01-07



Una granada lanzada por un estudiante nicaragüense incendia un vehículo estatal (Reuter)

El sandinismo culpa al gobierno por los disturbios en Managua

Incertidumbre: un clima de tensión envuelve la capital, en una de las peores crisis que atraviesa el presidente Alemán.

MANAGUA, 28 (ANSA).- La represión a los estudiantes que protestaron en los últimos dos días en Nicaragua actualizó el temor a la violencia callejera en un país que aún no se repone de décadas de guerras civiles e inestabilidad política.

Las autoridades afirmaron que al menos unos 20 policías y cerca de un centenar de manifestantes sufrieron lesiones en los enfrentamientos callejeros con los estudiantes, que demandan un mayor presupuesto para las universidades públicas.

El principal dirigente estudiantil, Julio Orozco, prometió ayer que las protestas universitarias "van a continuar" y aseguró que "no le tememos al gobierno".

La antigua demanda estudiantil de un 6 % del presupuesto estatal para la educación superior resurgió el jueves último, cuando 47 diputados oficialistas respaldaron la rebaja de esa partida, con la oposición de 42 legisladores.

Los principales focos de enfrentamiento se registraron en los alrededores de tres universidades nacionales, de donde la policía intentó, sin éxito, desalojar a nutridos grupos de jóvenes enmascarados y armados con piedras y morteros.

En la noche del viernes, cuatro populosas barriadas de Managua apoyaron a los estudiantes con fogatas que hicieron recordar la insurrección sandinista de hace 18 años, que derrocó a la dictadura de Anastasio Somoza.

No faltaron barricadas, vehículos quemados y batallas campales en por lo menos diez puntos céntricos de Managua, bloqueando el tránsito vehicular en la ciudad de un millón de habitantes.

Transportistas afines a la oposición sandinista, profesores y obreros desempleados prometieron apoyar a los estudiantes.

Respaldo sandinista

En declaraciones a la televisión local, el ex presidente Daniel Ortega (1984- 1990) respaldó a los manifestantes y acusó al gobierno de Arnoldo Alemán de "sembrar la guerra", señalando que el veto al presupuesto universitario "ha roto el orden constitucional en Nicaragua".

Las tensiones políticas empezaron a agudizarse la semana última, cuando el líder sandinista dijo que no descartaba la posibilidad de que los sandinistas "retomen las armas para derrocar al gobierno" que ellos llaman "dictadura neosomocista".

... en el recinto lo año- una reconocida cabeza política y ju-

OL 9708661

%A4022

B EO>BT 06-26 00347

map exa ics

NICARAGUA-PROTESTA (Ampliación)

PRIMEROS HERIDOS ENFRENTAMIENTO ENTRE ESTUDIANTES Y POLICIAS

Managua, 26 jun (EFE).- Dos personas resultaron heridas y varias golpeadas hoy durante un enfrentamiento entre estudiantes y policías junto a la Asamblea Nacional donde los universitarios reclaman más presupuesto estatal para los centros de educación superior de Nicaragua.

En el choque los estudiantes lanzaron bombas caseras fabricadas con pólvora y los policías respondieron con disparos de gases lacrimógenos y al parecer hay dos universitarios heridos.

Los lesionados fueron identificados como Donald Mendoza y Marvin Vallejos, éste último con heridas en la cabeza al parecer producidas por golpes de culata por policías.

Los diputados sandinistas Dámaso Vargas, Edwin Castro y Carlos Palma resultaron golpeados al tratar de mediar entre los estudiantes y el cuerpo policial.

El enfrentamiento comenzó tras la aprobación hoy, jueves, en el Parlamento del veto presidencial a la ley que autoriza la entrega del seis por ciento del presupuesto de la nación para la educación superior.

Los disturbios estallaron después que el presidente de la Asamblea Nacional, Ivan Escobar Fornos, anunció que el veto del presidente Arnoldo Alemán fue aprobado por 47 votos a favor, 42 en contra, y tres abstenciones.

Los universitarios que se hallaban dentro del salón de sesiones siguiendo la evolución de los debates saltaron al recinto donde se estaban los diputados para criticarlos en términos duros por no haber rechazado el veto.

Mientras en el salón de sesiones los universitarios lanzaban gritos contra los diputados de la Alianza Liberal, que mayoritariamente votaron a favor del veto, en las afueras del edificio se escuchaban los estruendos de las bombas lanzadas por los estudiantes y los disparos de gases lacrimógenos de la policía.

Con la aprobación del veto del Ejecutivo, las universidades que por ley reciben subsidio estatal pierden unos 50 millones de córdobas (5,3 millones de dólares).

El rector de la Universidad Nacional de Nicaragua, Francisco Guzmán, declaró que recurrirán de amparo ante la Corte Suprema de Justicia contra la aprobación del veto presidencial en la Asamblea. EFE

FH/LB/JU

06/26/23-06/97

9708661

03

CENTROAMÉRICA **CAMBIO DE RUMBO**

Ahora Ortega apela a la Constitución de Nicaragua

26/6 EO.



El líder sandinista se desdijo. AFP

El ex presidente nicaragüense, Daniel Ortega, retractó su advertencia sobre planes sandinistas de derrocar el gobierno de Arnoldo Alemán y dijo que la transición en el poder podía realizarse por los métodos constitucionales.

Asimismo, el líder sandinista anunció que en la segunda jornada de protestas que se inició ayer en Managua, no se obstaculizarán las vías públicas "como se imaginan algunos que están interesados en hacerle daño al Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) ante la opinión pública nicaragüense".

Ortega, secretario general del FSLN, dijo el domingo en un programa de televisión que entre las filas del sandinismo se había planteado la idea de derrocar el gobierno, idea que volvió a repetir en un acto efectuado el martes, donde dijo que al FSLN sólo le quedaría el camino de las armas si seguían coartándole sus intentos de protesta.

Sin embargo, Ortega afirmó ayer que "nadie se alarme, porque dentro del marco constitucional, perfectamente se puede dar un relevo del gobierno. Cuando el gobierno está fallando, la Asamblea Nacional (Parlamento) es el instrumento que tiene el pueblo nicaragüense para tomar una decisión de esa naturaleza". *(AP)*

Miércoles 25 de Junio de 1997

EP 25/6

Los sandinistas amenazan retomar la lucha armada

MANAGUA, 24 (AP).— El ex presidente Daniel Ortega renovó hoy sus amenazas de retomar a la lucha armada "para impedir que el somocismo se vuelva a entronizar en Nicaragua".

"Si el gobierno impide que el pueblo proteste en las calles de una forma cívica, no queda más remedio que retomar a la lucha armada", dijo Ortega, secretario general del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN).

El líder sandinista acusa al presidente Arnoldo Alemán de pretender instituir una nueva dictadura en Nicaragua e implementar leyes para reprimir a los que protesten por lo que considera mala actuación administrativa gubernamental y represalias políticas contra sectores del sandinismo.

Durante una asamblea de dirigentes distritales sandinistas en esta capital, Ortega reiteró anoche que el presidente Alemán "es el único responsable de evitar una nueva guerra".

Dirigentes sindicales sandinistas tienen planificado realizar mañana una protesta en la periferia capitalina que conduce al aeropuerto internacional y el jueves una marcha que saldrá de la Central Sandinista de Trabajadores (CST) hacia la Asamblea Nacional.

Mientras, el sábado celebrarán con una marcha hacia la ciudad de Masaya el aniversario de un repliegue realizado por guerrilleros sandinistas en junio de 1979, antes de la victoria contra la dictadura somocista.

Ortega calificó esas medidas como "el inicio de la lucha del pueblo para impedir que Alemán se convierta en un dictador".

Por su parte, el presidente Alemán que se encuentra actualmente en Washington, afirmó en entrevistas con medios locales que él y el partido liberal "no tienen el brazo armado para convertirse en una dictadura".

"Arnoldo Alemán no tiene un ejército, Arnoldo Alemán lo que tiene y en lo que quiere fundamentarse es en un estado de derecho, y ahí es donde yo invito al señor Ortega y a la cúpula del FSLN que nos acojamos al imperio de la ley", dijo el mandatario.

JORNADA DE PROTESTA CONVOCADA POR LA OPOSICIÓN

"Nos queda la lucha armada"

El líder sandinista, Daniel Ortega, dijo que esa es la forma de combatir la dictadura "somocista" de Alemán

El líder opositor sandinista y ex presidente de Nicaragua, Daniel Ortega, dijo en la noche del lunes en un acto partidario que a los sandinistas no les queda otro camino que volver a la lucha armada en su país.

A menos de una semana del diálogo nacional convocado por el gobierno, los ataques verbales entre la poderosa oposición sandinista y el Ejecutivo nicaragüense dominaron ayer el panorama político local.

"Si el gobierno impide que el pueblo proteste en las calles de forma cívica no queda más remedio que retomar a la lucha armada, para impedir que el somocismo se vuelva a entronar en Nicaragua", amenazó Ortega.

"Nosotros no queremos guerra, pero no podemos permitir que en nombre de la paz se imponga otra dictadura. Así como luchamos contra el somocismo, así lo haríamos también contra esta dictadura", agregó Ortega, tras convocar a sus colegas a una jornada de reclamos a partir de hoy.



La protesta se iniciará con el bloqueo de la principal vía de comunicación entre Managua, el aeropuerto internacional y las ciudades del norte del país. El jueves, habrá una marcha de universitarios y pobladores y una concentración frente a la sede del Parlamento.

Por otra parte, el presidente nicaragüense, Arnoldo Alemán, quien se encuentra en Nueva York asistiendo a la cumbre del medio ambiente, respondió que fueron los sandinistas quienes instauraron una "dictadura tenebrosa" en el país.

"Los sandinistas sí que tenían un Ejército partidista y con él se formó la dictadura más larga y tenebrosa" de la historia de Nicaragua, dijo Alemán a la cadena CBS Telenoticias.

En Managua, el vicepresidente Enrique Bolaños, que ha sostenido agrias discusiones con Ortega, replicó al líder sandinista catalogándolo de "un buscapleitos", y agregó que "a ese señor ya lo conocemos, es su naturaleza vivir de la confrontación".

Alemán convocó al diálogo nacional dos días después que el sandinismo ranudara las protestas suspendidas en abril y se retirara de las negociaciones con el gobierno. *(En base a AFP)*

06 9708661

[illegible]

FSLN ANUNCIA OTRA JORNADA PROTESTA A SEIS DIAS INICIO DIALOGO

Managua, [illegible] jun (EFE).- Una nueva crisis política se intuye en Nicaragua a partir de mañana, [illegible] con el anuncio hoy del opositor Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), de emprender una nueva jornada de protesta contra las políticas gubernamentales.

La protesta sandinista ha sido convocada a solamente seis días de que comience en Nicaragua el diálogo nacional entre el Gobierno del presidente Arnoldo Alemán y partidos políticos, gremios, sindicatos y asociaciones, y al que el FSLN no asistirá por considerarlo "una mascarada".

La primera jornada de protesta contra el Gobierno liberal la llevaron a cabo gremios afines a los sandinistas durante la tercera semana de abril pasado y, según fuentes gubernamentales, dejó pérdidas por más de 10 millones de dólares.

La convocatoria de las manifestaciones en el transcurso de esta semana, que comenzará mañana con concentraciones en los barrios orientales de Managua, fue acordada tras una reunión celebrada por el directorio del FSLN con dirigentes de la beligerante cooperativa de transporte "Parrales Vallejos".

En esas concentraciones, los manifestantes suelen levantar barricadas en las calles que obstruyen el tráfico de vehículos.

Además, este miércoles, está prevista una marcha nacional de estudiantes universitarios por las calles de la capital que culminará frente a la sede de la Asamblea Nacional y que se desarrollará como parte de sus reclamaciones para obtener más presupuesto en los centros de estudios superiores.

Uno de los dirigentes de la Unión Nacional de Estudiantes de Nicaragua (UNEN-sandinista) dijo a EFE que en esa marcha esperan la participación de unos 10.000 universitarios, que en diciembre de 1995 protagonizaron un violento enfrentamiento con la policía, que dejó dos estudiantes muertos y decenas de heridos.

La protesta anunciada por el FSLN continuará el próximo jueves, con una marcha de obreros, campesinos y empleados públicos que iniciará en la Central Sandinista de Trabajadores (CST) y concluirá frente a la sede del Parlamento, contiguo a la Casa Presidencial, en el centro de Managua.

El próximo sábado se efectuará la mayor movilización sandinista de esta semana con motivo de otro aniversario más de "El Repliegue Táctico", que se inicia en el mercado "Roberto Huembes" de Managua y concluye en la ciudad de Masaya, 30 kilómetros al sur este de esta capital.

"El Repliegue" recuerda la táctica militar empleada en junio de 1979 por los entonces guerrilleros sandinistas durante la lucha armada contra el gobierno de Anastasio Somoza, que consistió en el abandono por los insurgentes de la capital, para concentrar fuerzas en Masaya.

"Este es el inicio de la lucha del pueblo para impedir que Alemán se convierta en un dictador", expresó el secretario general del FSLN y ex presidente de Nicaragua, Daniel Ortega, al participar en la reunión con dirigentes de la cooperativa de transporte "Parrales Vallejos".

Ortega reiteró que su partido no asistirá al diálogo nacional convocado por el presidente Alemán, salvo que éste cumpla con una serie de "condiciones mínimas" para generar confianza en ese foro, previsto para el próximo día 30.

Entre esas condiciones planteadas al Gobierno, Ortega mencionó la suspensión de los despidos de unos 7.000 empleados públicos, detener los incrementos en las tarifas de energía eléctrica, agua [illegible]

[illegible]

El pasado domingo, Ortega [illegible] que dentro del FSLN "está [illegible] al presidente Alemán, de quien dijo ha dado señales de "[illegible] contra las conquistas democráticas" [illegible]

[illegible] el gobernante [illegible] realizó una visita de una semana, [illegible]

"[illegible] (Liberal Constitucionalista) [illegible] al pasado", [illegible] Alemán al [illegible]

[illegible]

[illegible]

DOCUMENTO 9708662
TITULO ITALIA: REFERENDOS PRESENTADOS POR MARCO PANNELLA FRACASAN
[illegible] 28193
[illegible] 150697
CULACIONES 11816
507604
11437
11164

01-04 9708662.

[illegible]280
U [illegible] 06 15 [illegible]
mun eao

ITALIA-REFERENDOS (Análisis)
PANNELLA ENCAJA PEOR DERROTA DE SU CARRERA POLITICA

Por Nemesio Rodríguez

Roma, 15 jun (EFE).- El líder reformista Marco Pannella, promotor de grandes consultas que cambiaron la sociedad italiana con la admisión del aborto y el divorcio, encajó hoy la peor derrota de su carrera política al quedar invalidados los siete referendos que defendía.

Aislado por los grandes partidos, Pannella luchó en solitario para convencer a los más de 49 millones de electores de que era mejor acudir a las urnas que disfrutar del buen tiempo en el campo y en la playa.

Su estrategia de no buscar aliados facilitó la deserción de las urnas. Según las proyecciones, la media de votantes ascendió al 30 por ciento, el mínimo histórico de los 45 referendos celebrados en 23 años, después del 43,5 por ciento de 1990.

El electorado seguramente no se sintió atraído por referendos tan dispares como el que proponía la prohibición a los cazadores de acceder a los predios sin la autorización de los propietarios o de los agricultores, el de la abolición del Colegio de Periodistas o el de la supresión de los poderes especiales reservados al ministerio del Tesoro en las empresas privatizadas.

Para vencer la indiferencia de los votantes, Pannella, de 67 años, dotado de una inagotable capacidad oratoria, tuvo que echar mano de la imaginación, como había hecho en otras batallas políticas, para llamar la atención de la opinión pública.

En esta ocasión, la ocurrencia publicitaria fue su aparición hace 15 días en un debate televisivo vestido de fantasma para ilustrar que en Italia la democracia se ha convertido en un espectro, en una crítica a lo que consideraba hostilidad de todos hacia él para forzar la derrota de los referendos.

El propósito fue conseguido inicialmente, ya que Pannella apareció en todos los telediarios y ganó algún que otro espacio en las páginas de la prensa, pero con el paso de los días la repetición del "fantasma", tanto en la figura como en la oratoria, seguramente espantó a más de un elector.

Al final, su casi permanente aparición en los debates a favor del "Sí", vestido o no con la sábana blanca, hizo que muchos electores pensaran que las consultas eran los "referendos de Pannella", una impresión que ayudaron a crear importantes medios de comunicación, duramente criticados por el líder reformista.

Pannella, fiel a su [illegible] política, no arroja la toalla y ha anunciado que [illegible] firmas [illegible] necesitan 500.000 para promover [illegible] referendos con el objetivo de celebrar 35 nuevas consultas.

"[illegible]", dijo Pannella, fiel intérprete de [illegible] los políticos [illegible] EFE

[illegible]

[illegible] 15 [illegible]

02 9708662.

EFE167

[illegible] 06 15 [illegible]

[illegible]

ITALIA REFERENDOS (resumen)

LAS SIETE CONSULTAS NO ALCANZARON QUORUM EXIGIDO PARA VALIDEZ

Por Juan Lara

Roma, 15 jun (EFE) - Los siete referendos celebrados hoy en Italia no alcanzaron el quorum exigido por la ley, por lo que quedaron invalidados, según las primeras proyecciones de la empresa "Abacus" para la televisión pública RAI.

Según Abacus, de los algo más de 49 millones de italianos convocados a las urnas, sólo votó el 30 por ciento.

En Italia los referendos sólo son válidos cuando vota el 50 por ciento más uno de los electores.

Tras conocer el desastroso resultado, el más bajo porcentaje de sufragios registrado en los 54 referendos realizados en la historia de la República, Marco Pannella, el veterano político radical promotor de seis de los siete referendos, dijo que era la victoria "de los peores intereses antidemocráticos", el triunfo de los "reaccionarios".

Pannella echó la culpa del fracaso a los medios de comunicación, que dijo habían silenciado las consultas, a los partidos políticos por no haberse comprometido con ellas y algunos de ellos haber pedido abiertamente la abstención (la Liga Norte) y al Gobierno por haber elegido la fecha de hoy, cuando comienzan las vacaciones para varios millones de italianos.

"El balance es claro, gracias a los cazadores más fanáticos y a dirigentes de izquierdas se ha entregado el triunfo a los nuevos extremistas, pero la batalla para cambiar el país mediante los referendos va hacia adelante", dijo Pannella.

A pesar del [illegible] recibido, Pannella, quien ha hecho de los referendos su modo de vida político en los últimos tiempos, ya que no es parlamentario, anunció hoy que en los próximos meses promoverá 35 nuevas consultas.

Ese "uso excesivo" le fue echado nuevamente en cara por los dirigentes políticos, que insistieron en que los referendos se convocan para cuestiones importantes, pero no para temas, como los votados hoy, que pueden ser solucionados en el Parlamento.

Según los políticos, empezando por el presidente del Gobierno, Romano Prodi, convocando este tipo de referendos se desprestigia este importante mecanismo constitucional.

Prodi se mostró a favor de modificar las normas de admisión de los referendos, elevando, entre otras, el número de firmas necesarias.

La Constitución Italiana establece que se pueden solicitar siempre que los pidan 500.000 ciudadanos o cinco regiones.

El dirigente democristiano Carlo Giovanardi, aliado del líder de la oposición Silvio Berlusconi, abogó por elevar las firmas, al menos, a un millón y de reformar la ley "para que iniciativas sin importancia" como las de Pannella cuesten al país cientos de millones y causen todo tipo de molestias a los ciudadanos.

La celebración de estos siete referendos costó a las arcas públicas 810.7 millardos de liras (casi 495 millones de dólares).

En Italia los referendos son abrogativos. Hoy se votó para abolir [illegible] [illegible] permitía al Estado [illegible] la supresión del Ministerio [illegible] y del [illegible] de

03

9708662.

[illegible]

Otro referéndum [illegible] al servicio militar, para permitir a todos los ciudadanos ejercitarlo e impedir que sigan siendo, como hasta ahora, los militares los que decidan que prestaciones sociales deben cumplir los objetores.

El quinto referéndum, sobre la caza, tenía como objetivo impedir que los cazadores puedan entrar, como hasta ahora, en los terrenos y en los cultivos privados sin autorización de los propietarios y de los agricultores.

Los dos restantes se refieren a la carrera judicial. Uno tiene como objetivo suprimir las normas que permiten a los magistrados hacer carrera sin someterse a regulares concursos públicos y el otro impedir que los magistrados puedan realizar otros trabajos diferentes a los de la carrera judicial.

Esta fue la segunda ocasión en que se celebró un referendum sobre la caza. El 3 de junio de 1990 se convocó otro con el mismo objetivo, pero tambien fue invalidado porque sólo votó el 43 por ciento de los ciudadanos.

Al referéndum de hoy se opuso fuertemente el gubernamental Partido Democrático de la Izquierda (PDS), el más importante de la coalición Olivo, ya que tiene muchos electores entre los cazadores y las asociaciones de caza.

El referéndum para abolir el ministerio de Recursos Agrícolas fue el único que no promovió Pannella, sino varias regiones que pretende que las competencias del mismo pasen a los gobiernos regionales.

En una consulta anterior se abolió el Ministerio de Agricultura, pero renació después con el nombre actual. EFE

JL/JLM/IMA

06/15/22:25/97

09-04

9708662

ASUNTO: AMENAZAS DE BOMBA (8/8/97)

PROCEDENCIA:

EVALUACION:

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

MILITAR

OBSERVACIONES: 13 AGO. 1997 APORTE DE DNII A RUEDA CHICA

13 AGO. 1997

FECHA: ../../....

FIRMA: CAP. NORBERTO DENNICENSI

9708663

.001/2

14 AGO. 1997

ARCHIVO.-

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO NRO. CUATRO
MEMORANDUM OPERACIONAL No. 219/97.
Montevideo, 08 de Agosto de 1997.-

SEÑOR DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA:

Cúmpleme informarle a Usted, las novedades ocurridas en este Departamento entre las 06.00' horas del día de ayer y las 06.00' horas del día de la fecha.-.

****

NOVEDAD N° 4... AMENAZA DE BOMBA.- ESTACIONAMIENTO COETC.-

Siendo la hora 19.35, el Sr. Walter UMPIERREZ HERNANDEZ, oriental, casado, de 58 años de edad, titular de la Cédula de Identidad N° 856.920-6, domiciliado en la calle J.Arevalo 4696, quien se desempeña como largador de la empresa de Transporte C...TC, recibió una llamada telefónica por parte de una voz masculina que le expresó en forma textual: "QUE ESTARIA POR ESTALLAR UNA BOMBA, MAS PRECISAMENTE EN LOS SURTIDORES DE GAS-OIL O EN LOS TANQUES",.-

Atento a ello personal de éste Departamento de hace presente en el lugar, a la vez que lo hace personal de la D.N.B. a cargo del Sgto. SOLER, quien supervisa una inspección ocular en el lugar, desalojando para prevención aproximadamente unas 100 personas, resultando la inspecciòn sin novedad.-

Cabe resaltar que la persona que llamó manifestó además que la bomba estaria

****

NOVEDAD No. 413.- AMENAZA DE BOMBA EN HOTEL GEMINIS.-

Según Zeta 1.114 de Secc. 3ra. del 12/8/98, se tomó conocimiento que a la hora 03.30' de ayer en el Hotel Géminis Center sito en Tacuarembó 1479 se habia recibido una amenaza de bomba.

Al lugar concurrió Personal entrevistando al Encargado: Sr. César Fabián **MONTES DE OCA ANDERSON**, oriental, casado de 27 años, CI. 3.150.024-3, dom: Garcia Cortinas 2361 bis, quien manifestó que recibió dicho llamado por el abonado 49.95.48 donde una voz masculina le dijo: VAS A RECIBIR UNA

****

NOVEDAD No. 410.- AMENAZA DE BOMBA EN DIR. RECURSOS NATURALES.

A la hora 15.00 se tomó conocimiento que en la Dirección de Recursos Naturales dependiente del Ministerio de Agricultura y Pesca sita en Cerrito 318 habia una amenaza de bomba. Al lugar concurrió personal entrevistando a Roberto Martin CAL JOHONSTON, oriental, divorciado de 43 años, CI. 1.273.544-5, dom: Stgo. Anca 1456/602, quien manifestó que la telefonista Oralina REBOLLO RODRIGUEZ, oriental, divorciada de 48 años, CI. 1.597.477-9, dom: Manzana N Solar 21 Las Piedras, le informó del hecho. Consultada la misma corroboró agregando que se trató de una voz femenina por el abonado 95.67.41 quien le manifestó: HAY UNA BOMBA Y VAN A REVENTAR TODOS".-

Se realizó inspección ocular a cargo de DNB autobomba 226 resultando sin novedad.-

****

Saluda a Usted atentamente.-

OFICIAL PRINCIPAL:

HECTOR ARAMBURU.-

9708663

.002/2

mun exo

ITALIA REFORMAS
COMISION PARLAMENTARIA PROPONE NUEVOS PODERES PARA JEFE ESTADO

Roma, 4 jun (EFE).- La comisión parlamentaria encargada de reformar la Constitución italiana aprobó hoy, miércoles, una propuesta para dotar de mayores poderes al presidente de la República, que pasará a ser designado por los electores.

La comisión bicameral, compuesta por 70 representantes de la Cámara de los Diputados y del Senado, se decantó por este modelo, conocido como el semipresidencialismo, frente a la propuesta de reforzar los poderes del presidente del Gobierno (el del "primer ministro fuerte").

La opción del semipresidencialismo, basada en el modelo francés, aunque con correcciones, fue apoyada por los representantes de la oposición conservadora del "Polo de las Libertades", así como por los de la secesionista Liga Norte, cuyo voto fue decisivo para determinar el resultado de la votación.

El modelo del "primer ministro fuerte" fue respaldado por los parlamentarios de la coalición gubernamental de centro-izquierda de "El Olivo", así como por sus aliados de Refundación Comunista.

La propuesta semipresidencialista prevé que el jefe del Estado sea designado por las urnas -ahora es elegido por el Parlamento- por un periodo de cinco años, frente a los siete actuales.

Para ser elegido en la primera vuelta debe obtener la mayoría absoluta de los votos y en caso contrario los dos candidatos más votados acudirán a una segunda vuelta.

El presidente de la República, que podrá ser reelegido una sola vez, mantendrá la facultad de disolver el Parlamento y pasará además a presidir las reuniones del Consejo de Ministros.

El jefe del Estado designará al primer ministro, cuyo gobierno ya no precisará del voto de confianza del Parlamento, que, sin embargo, podrá presentar una moción de censura contra el Ejecutivo.

El Parlamento tendrá la facultad de revocar el mandato del presidente de la República, con una mayoría de dos tercios de los votos, si considera que ha violado las normas constitucionales, añade la propuesta adoptada por la bicameral.

La comisión parlamentaria presentará en las próximas semanas sus propuestas sobre la reforma de la Constitución al Parlamento, que deberá aprobarlas en una doble lectura para su entrada en vigor.

Previamente, la bicameral discutirá el próximo miércoles las enmiendas presentadas a los proyectos adoptados por la comisión, que aprobó el martes una propuesta para transformar Italia en una república federal.

También fueron aprobadas una reforma del Parlamento, que prevé una reducción del número de los diputados y senadores, y de la Justicia, que establece la independencia de los magistrados, así como un proyecto para adaptar el ordenamiento jurídico italiano al proceso de integración europea.

La propuesta sobre el modelo semipresidencialista adoptada hoy anuncia ya una dura batalla parlamentaria entre "El Olivo" y el "Polo" sobre una nueva ley electoral, que no es materia de competencia de la bicameral.

La coalición de centro-izquierda sostiene que la elección del presidente de la República deberá ir acompañada de una ley electoral a doble vuelta, a la que se oponen los grupos de la oposición conservadora.

La votación de hoy ha provocado, además, un enfrentamiento entre "El Olivo" y sus socios comunistas, que habían presentado una tercera opción que suavizaba los poderes del primer ministro con respecto al modelo apoyado por el centro izquierda.

El líder comunista, Fausto Bertinotti, culpó del triunfo del modelo semipresidencialista a Massimo D'Alema, secretario del Partido Democrático de la Izquierda (PDS, el principal del "Olivo") y presidente de la comisión bicameral. EFE

CGM/CO/ipo

06/04/13-42/97

TP8145

U FOXDT 06 30 0155
eua mun i..

UCRANIA R.CHECA
HAVEL LLEGO A KIEV EN VISITA OFICIAL DE TRES DIAS

Kiev. 30 jun (EFE). El presidente de la República Checa. Vaclav Havel. llegó hoy. lunes. a Kiev en una visita oficial de tres días. durante la cual se entrevistará con el presidente ucraniano. Leonid Kuchma. y otras autoridades.

Según fuentes de la Presidencia ucraniana. está prevista la firma de diez documentos. entre ellos una declaración política conjunta.

La agenda de las negociaciones entre ambos jefes de Estado incluye temas relacionados con la seguridad europea y de cooperación económica.

Havel y Kuchma prestarán especial atención a los problemas de la emigración ucraniana a la República Checa. donde actualmente hay unos 60.000 ucranianos en situación irregular.

El Presidente checo visitará la central nuclear de Chernobil. escenario de la mayor catátrofe en la historia del uso pacífico del atómo. y las regiones aledañas. las más afectadas por la explosión en abril de 1986. EFE

bk/bsi/ik

06/30/09-17/97

HAVEL VISITA UCRANIA

TP8748

01-01

9708665.

XR9163

R POXBT 06-02 00195
icx mun exo

R.CHECA-GOBIERNO
PRESIDENTE HAVEL NOMBRA A TITULARES DE TRES MINISTERIOS

Praga, 2 jun (EFE).- El presidente checo, Vaclav Havel, nombró hoy oficialmente a los titulares de tres ministerios propuestos por el primer ministro, Vaclav Klaus, para remodelar su Gabinete y tratar de superar la actual crisis política y económica en el país.

Los cambios ministeriales se producen en las carteras de Industris y Comercio, que desde hoy encabeza Karel Kuhnl en lugar de Vladimir Dlouhy; la de Enseñanza correrá a cargo de Jiri Grusa en lugar de Ivan Pilip, que pasa al de Finanzas en sustitución del anterior Ivan Kocarnik.

El primer ministro Klaus pedirá al Parlamento un voto de confianza para su remodelado Gabinete y para realizar el programa a corto plazo que se propone sacar al país de la actual crisis política y económica que atraviesa.

Los cambios ministeriales y la nueva política económica es el resultado de intensas negociaciones de los presidentes de los tres partidos de la coalición gobernante, Vaclav Klaus, del Partido Demócrata Ciudadano (ODS), Josef Lux del crisitanodemócrata-populas (KDU-CSL) y Michael Zantovsky de la Alianza Demócrata Ciudadana (ODA), dadas las bajísimas cotas de aceptación popular del Gobierno. EFE

mf dlh

06/02/16-26/97

01-02 9708666.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

R.CHECA CRISIS [illegible]

KLAUS LOGRA UN GLOBO DE OXIGENO PARA SUS REFORMAS ECONOMICAS

Praga, 10 jun (EFE). El primer ministro checo, el conservador Vaclav Klaus, consiguió hoy, martes, "un globo de oxígeno" para continuar la reforma económica al conseguir por la mínima el voto de confianza de la Cámara de Diputados para su programa de saneamiento financiero a corto plazo.

El Gobierno de Klaus recibió el apoyo de 101 diputados de la coalición de Gobierno y el voto en contra de 99 legisladores de los tres partidos de la oposición, Socialdemócratas (58), Comunistas (22) y Republicanos (18), más un independiente.

En su discurso de esta tarde ante los diputados para pedir su confianza, Klaus afirmó que el Gobierno tiene capacidad para sacar al país del estancamiento económico en que se encuentra, aunque reconoció que le corresponde una parte de culpa de la actual situación en la República Checa.

Klaus justificó la crisis surgida en la tensión política existente desde las elecciones del año pasado, cuando por primera vez su partido, el Demócrata Ciudadano (ODS), tuvo un grave tropiezo y perdió la mayoría en la Cámara Baja, junto con sus aliados de coalición, la Alianza Demócrata Ciudadana (ODA) y el Democristiano Popular (KDU CSL).

A juicio de economistas independientes, el principal fallo de Klaus fue que consideró concluidas las reformas económicas y que "el libre juego de la oferta y la demanda en la economía de mercado era la mejor receta para superar todos los problemas".

Con una inflación de cerca del 10 por ciento anual y una industria incapaz de competir con éxito en los mercados internacionales, Klaus no pudo impedir en los dos últimos años que el déficit comercial se disparara y el valor de la corona cayera en picado.

El constante acoso político de la oposición y las dificultades económicas provocaron también una disparación en las relaciones de los tres partidos gobernantes, que Klaus trató de superar en los últimos tiempos realizando ciertos cambios ministeriales, calificados de "cosméticos".

Los escándalos provocados por los agujeros "negros" dejados por los bancos en quiebra (doce instituciones bancarias y financieras), el enorme fraude fiscal y la rapiña en torno a los valores (acciones) repartidos gratuitamente a la población y que al final acabaron en manos de toda suerte de especuladores sin escrúpulos colmaron la paciencia de los checos.

Con el fin de recuperar la confianza perdida, el Gobierno ha tenido que prometer "mano dura" contra todos los actos de "corrupción" y poner orden en la esfera jurídica para que impere la ley.

En la política checa [illegible] ahora, un compás de espera para ver que [illegible] la Administración Klaus, aunque la oposición y [illegible] del sistema no ponen la mano en el fuego por su futuro y se pronostican unas elecciones anticipadas para el otoño próximo. EFE

[illegible]

02-02

9708666.

FECHA DE PROCEDENCIA 5/6/97
VINCULACIONES 11321
66603
11164
11388.
66153
11400

TD5774
U FOXBT 06-05 00662
mun

~~NICARAGUA-HONDURAS~~ (Prevision)
REITERA NECESIDAD DIALOGO EVITAR MAS CONFLICTO GOLFO FONSECA

Managua, 5 jun (EFE).- Nicaragua reiteró hoy su firme voluntad de regresar a la mesa de negociaciones con Honduras para lograr una pronta demarcación de sus limites marítimos en el Golfo de Fonseca, océano Pacífico, y poner fin a los incidentes armados ocurridos por problemas derivados de la pesca.

El Gobierno de Nicaragua "mantiene su misma posición" y la propuesta de que "regresen a las mesas de negociación" las comisiones de ambos países para que definan los planes de demarcación en esa zona, declaró a EFE un portavoz oficial.

La fuente recordó que el ministro de Relaciones Exteriores de Nicaragua, Emilio Alvarez Montalván, envió una nota a su colega hondureño, Delmer Urbizo, demandando una reunión de las comisiones técnicas para agilizar la solución de los conflictos que ocurren en las aguas del Golfo, que comparte también El Salvador.

La disputa entre Honduras y Nicaragua por falta de una señalización de su frontera marítima en el Golfo de Fonseca se reavivió en los últimos días tras el enfrentamiento armado, sin víctimas, entre patrullas navales de ambos países el pasado 29 de mayo.

Ese enfrentamiento se produjo cuando una patrulla nicaragüense se aprestaba a capturar a una treintena de pescadores hondureños que supuestamente faenaban en aguas jurisdiccionales de Nicaragua.

"La solución del problema pasa por la demarcación", manifestó una fuente de la cancillería nicaragüense tras informar de que el ministro hondureño de Relaciones Exteriores, Delmer Urbizo, aún no ha respondido a la solicitud de su colega de Nicaragua para mantener una reunión de alto nivel.

Entre tanto, el presidente de la Comisión del Exterior de la Asamblea Nacional de Nicaragua, Adolfo Calero, que lamentó los nuevos incidentes en esa zona marítima, urgió a los gobiernos de ambos países a un diálogo para definir la demarcación de sus fronteras marítimas.

Calero, ex líder de la extinta Resistencia Nicaraguense (ex "contras" antisandinistas) acusó a los hondureños de "transgredir los derechos nicaragüenses y penetrar ilegalmente" en aguas de este país.

"Lo que pasa es que en Honduras vienen elecciones y entonces hay un afán nacionalista de política interna que se presta a estos diferendos fuertes", expresó el legislador Calero, del Partido Conservador de Nicaragua.

El diputado manifestó su total respaldo a las acciones de la Cancillería de su país y la Fuerza Naval para "salvaguardar el patrimonio" de Nicaragua.

Recordó que existe un acta ya firmada que establece acuerdos sobre la delimitación de la frontera entre Honduras y Nicaragua que deben ser cumplidos por los respectivos gobiernos.

"Lo unico que hace falta ahora para proceder (a la demarcación) es la buena voluntad de los hondureños, cosa que no ha habido", agregó el presidente de la Comisión de Exterior de la Asamblea Nacional nicaraguense.

Calero dijo que, una vez instaladas las boyas (proyecto que sería financiado por Japón), "no habrá más excusas" de violación

de las aguas territoriales de ambos paises ni los pescadores artesales podrán alegar desconocimiento de los limites.

"Las boyas son una necesidad y por tanto deben colocarse", añadió el legislador tras insistir que existen razones políticas internas de Honduras, "que estan detras de este problema" y que obstaculizan las labores de demarcación.

El portavoz de la Cancillería nicaraguense, César Ubeda, confirmo a EFE que ya fueron liberados cinco pescadores hondureños menores de edad, capturados el 29 de mayo pasado con otros 24 adultos, incluidos algunos salvadoreños, cuando faenaban en aguas del Golfo de Fonseca.

La fuente informo ademas de que de los 29 pescadores sólo estan detenidos 18 en la ciudad de Chinandega, 135 kilometros al oeste de Managua, ya que otros seis lograron escapar "en tierra firme" cuando eran trasladados por los oficiales nicaraguenses. Los menores ya retornaron a sus lugares de origen.

El capitan Milton Saldoval, portavoz de las Fuerzas Armadas nicaraguenses, dijo que, ademas de los pescadores, la patrulla naval de Nicaragua detuvo ocho "cayucos" (pequeños embarcaciones), aunque no precisó si ya fueron devueltos a Honduras.- EFE

U/LH/SHB 1a

9708667

06-05-97 13:57

04.04

U POXBT 06-01 00672
mun exo

TURQUIA-CRISIS (previsión)
COALICION DE LAICISTAS E ISLAMICOS DECIDE ELECCION ANTICIPADA

Ankara. 1 jun (EFE).- El Partido del Bienestar (RF, islámico), del primer ministro turco. Necmettin Erbakan. y el Partido de la Recta Vía (DYP, conservador laicista). de Tansu Ciller. aliados en el Gobierno. anunciaron hoy. domingo. que convocarán elecciones anticipadas. sin precisar la fecha exacta.

Además. Ciller. viceprimera ministra y titular de Exteriores, reemplazará en la jefatura del Gobierno a fines de este mes a Erbakan. acusado por los militares y la élite intelectual de fomentar el integrismo islámico.

En una rueda de prensa conjunta hoy con Ciller, Erbakan. ganador de las elecciones de diciembre de 1995 por mayoría insuficiente para gobernar en solitario. confirmó que Ciller asumirá la jefatura del Gobierno.

Erbakan tuvo frases elogiosas para la coalición con el DYP, de la que dijo que ha resuelto en su año de funcionamiento muchos de los problemas del país a plena satisfacción de los dos partidos.

Ciller presentó como normal el hecho de que ella releve a Erbakan al frente del Gobierno, como se había decidido previamente para el caso de que hubiera elecciones anticipadas, afirmó.

La ex primera ministra culpó a la oposición conservadora y socialdemócrata de haber provocado la crisis, al acusar a Erbakan de fomentar el integrismo y atentar contra la Constitución aconfesional.

Los cada vez más frecuentes casos de transfuguismo de diputados de Ciller a las filas de la oposición hicieron que, el jueves pasado. la coalición se quedara en el Parlamento sin mayoría absoluta.

Ciller no se refirió en ningún momento al influyente Ejército turco, que dio tres golpes de Estado entre 1960 y 1980 y trata de poner fuera de la ley al Partido del Bienestar, a través del fiscal del Estado.

En la rueda de prensa. ambos líderes políticos hicieron referencias distintas a la posible fecha de las elecciones, ya que al primero le interesa que sean lo antes posible y a la segunda, cuanto más tarde mejor.

Mientras. el fiscal del Tribunal de Apelación prepara una instrucción contra el RP de Erbakan por atentado contra la Constitución y se cree que el fallo se producirá en el segundo semestre de este año.

Medios políticos de Ankara consideran que Ciller está interesada en tener los comicios después de que el partido de Erbakan haya quedado prohibido. para beneficiarse de parte de sus votos.

No hay duda de que si. como parece. los islámicos son prohibidos bajo su nombre de Partido del Bienestar, intentarán reorganizarse lo antes posible bajo otro nombre. pero necesitarán unos meses. lo suficiente para que Ciller haga acopio entre sus electores.

Entre tanto. las Fuerzas Armadas siguen siendo, según todas las encuestas [illegible] de Turquía [illegible] [illegible] con más [illegible] de voto.

01-15

El caudillo militar Mustafa Kemal, apodado "Ataturk" (Padre de los turcos) abolió el Califato en el decenio de los años veinte y fundó la República sobre dos pilares, el antiintegrismo y el anticomunismo.

Erbakan podría sacar en unas elecciones anticipadas todavia mas votos que en las de 1995, cuando obtuvo en torno al 21 por ciento de los sufragios, ya que según las encuestas, el 24 por ciento del electorado está ahora a favor de los islamicos.

Los conservadores laicistas y los socialdemócratas, cada vez más arropados por las Fuerzas Armadas están perdiendo influencia, ya que el DYP de Ciller, que en 1995 logró poco menos del 21 por ciento de los sufragios, no obtendría hoy mas del 12 por ciento.

A los demás partidos, el Liberal de la Madre Patria y los dos socialdemócratas, les quedaría siempre la solución de urgencia de formar un "bloque laico" para obtener más votos que el DYP y los islámicos.

Otra alternativa seria un golpe de Estado o un decidido pronunciamiento militar que pondria fuera de la ley al RP, que ha tenido que dar marcha atrás en sus intentos de permitir el uso de los atuendos islámicos en las oficinas públicas y se ha visto obligado a cerrar escuelas religiosas.

El pasado día 27, Erbakan tuvo que firmar la expulsión de las Fuerzas Armadas de 161 oficiales y suboficiales, 141 de ellos por no ser laicistas y el resto por ser de militancia izquierdista.
EFE

Dt-Jfe/egn/mlr

06/01/16-24/97

02

9708668

XH6858

R FOXBI 06-04 00714
icx mun

TURQUIA-ELECCIONES
INCERTIDUMBRE POLITICA POR DECISION GOBIERNO NUEVAS ELECCIONES

Por Dogan Ilic
Ankara, 4 jun (EFE).- Los medios políticos turcos conjeturan sobre el desenlace de la crisis planteada por el primer ministro islámico, Necmetin Erbakan, y su socia de la coalición, la conservadora Tansu Ciller, que acordaron el pasado 1 de junio convocar elecciones anticipadas.

La prensa turca señala hoy, miércoles, que altos cargos del poderoso Ejército turco, opuestos a los islámicos de Erbakan, mantuvieron ayer una reunión en la que concluyeron que la convocatoria de elecciones anticipadas es una táctica para no aplicar las medidas antiintegristas que ellos exigen.

El Consejo de Seguridad Nacional (MGK), dominado por el Ejército, exigió al Gobierno varias veces adoptar medidas contra el auge del integrismo, que cuestiona los principios básicos de la República laica, cuyos garantes son las fuerzas armadas.

A pesar de la declaración conjunta de los líderes de la coalición, favorables a las elecciones anticipadas y el consentimiento de Erbakan de transferir la jefatura del Gobierno a Ciller, todavía no hay consenso sobre la fecha de los comicios.

Erbakan quiere que las elecciones se celebren cuanto antes, posiblemente en octubre, ante el temor de que el Tribunal Constitucional prohiba en noviembre o diciembre su islámico Partido del Bienestar (RP).

El Fiscal del Estado ha abierto ya una instrucción contra este partido, al que acusa de minar los cimientos de la República turca, establecida en 1923 por el caudillo militar Mustafá Kemal-Ataturk, que abolió el Califato.

Por su parte, Ciller está interesada en que las elecciones se celebren en diciembre, con nuevas listas y Ley electoral, cuando concluya la realización del censo.

La oposición, que ahora cuenta con un número casi igual de escaños en el Parlamento que los partidos de la coalición en el Gobierno, no está a favor de que las elecciones se convoquen con tanta rapidez.

El principal líder opositor, Mesut Yilmaz, propuso hoy que las elecciones se celebren en abril de 1998, junto con las municipales, fecha para la que el islámico Partido del Bienestar podría habrá desaparecido, al menos, con ese nombre.

Deniz Baykal, líder del Partido Republicano Socialdemócrata (CHP), que en las elecciones del diciembre de 1995 apenas sobrepasó el 10 por ciento de los votos necesarios para entrar en el Parlamento, quiere que las elecciones se celebren cuanto antes.

Los socialdemócratas esperan que los triunfos socialistas europeos lleguen a Turquía, desde Gran Bretaña y Francia, para que el CHP supere el 20 por ciento de los votos.

Ningún partido turco de centroderecha o centroizquierda obtuvo en diciembre de 1995 el 20 por ciento de los votos, lo que abrió la puerta del Gobierno al RP y a Erbakan, que consiguió el 21 por ciento, pero tuvo que aliarse con Ciller para gobernar.

La República de los militares -las fuerzas armadas dieron tres golpes entre 1960 y 1980-, continuadores del llamado "kemalismo", el ideario de Ataturk, reposa sobre dos pilares: el antiintegrismo

y el anticomunismo.

Conscientes de que el reparto de votos en las proximas elecciones no puede diferir mucho de las de diciembre de 1995, todos los partidos intentan pactar coaliciones con las formaciones minoritarias para impedir una nueva victoria de los islámicos.

Ciller, actual ministra de Asuntos Exteriores, y líder del conservador laico Partido de la Recta Vía (DYP), no tiene muchas opciones para un trueque de alianzas.

Al entrar en coalición "antinatura" con los islámicos, rompió con otros partidos del centro ideológicamente afines, como el de la Madre Patria, de Messud Yilmaz, y parece que sólo le queda la opción de pequeños partidos islámicos nacionalistas y el propio RP.

Pero los diputados "ultralaicos" del DYP presionan a su líder para que se distancie del RP en las elecciones, e insisten en que perderian muchos votos si siguen aliados a los islámicos.

Se espera que Erbakan dimita el próximo día 18 para ceder el cargo a Ciller y formar ambos, con el apoyo del islámico y nacionalista Partido de la Gran Unidad, de 7 escaños, un nuevo Gobierno presidido por Ciller.

El presidente turco, Suleyman Demirel, autorizado por la Constitucion para nombrar al primer ministro, aunque está en contra del actual Gobierno, podría dar luz verde a Ciller.

Todavia es pronto para saber si Demirel lo hará, o si la oposición será capaz de cambiar la aritmética del Parlamento, estimulando a los tránsfugas "ultralaicos" de Ciller a abandonar las filas del DYP. EFE

Dt Sn-Jfe/mz/11

06/04/16-28/97

04

9708668

Crisis en el gobierno turco que perdió mayoría



Ankara, agencias

Una conferencia de prensa organizada por las fuerzas armadas, a la que fue invitado un grupo de magistrados, abrió un nuevo capítulo en el enfrentamiento actual en Turquía entre el partido islámico Refah, en el gobierno, y los militares, baluarte del carácter laico del Estado.

Con la conferencia de prensa, que mañana se repetirá para los periodistas, universitarios, sindicatos y asociaciones de empresarios, los militares intentan denunciar las actividades de los integristas islámicos.

Pero el lunes —escribió el diario Hurriyet— el ministro de Justicia Sekvet Kazan, miembro de Refah, aconsejó a los magistrados no participar de la iniciativa y los amenazó con investigar a los que desobedecerán.

Según el diario "una alta autoridad militar" reaccionó afirmando que "en la conferencia participarán los magistrados de la república, no los de la monarquía", aludiendo a las difundidas simpatías de los militantes de Refah por el imperio otomano.

Mientras tanto el cuartel general de las fuerzas armadas envió una circular a todas las unidades militares del país que contiene una lista de empresas acusadas de financiar a los integristas islámicos, con la orden de boicotear sus productos y servicios. El ministro de finanzas Abdullatif Sener, también él de Refah, protestó por la circular.

9708668

TURQUIA, [illegible]

EJERCITO DISPUESTO A DEFENDER CON ARMAS REPUBLICA LAICA

Por Osman Tilic

Ankara, 12 jun (EFE). La coalición de islamicos del Partido del Bienestar (RP), del primer ministro Necmettin Erbakan, podría perder el apoyo de los laicos del Partido de la Recta Via (DYP) hoy tras haber declarado el miércoles notables de este partido a su jefa, Tansu Ciller que "un golpe de Estado puede ser cosa de horas".

"La defenderemos (la República laica) si hace falta con nuestras armas", es el titular de varios diarios turcos de hoy, jueves, tomado de frecuentes declaraciones de los militares durante los últimos días.

Parlamentarios del DYP se reunieron anoche con Ciller, tras hablar con los generales y exigieron la salida del DYP del Gobierno.

Ello equivaldría a la caída de Erbakan, cuyo Partido del Bienestar podría ser prohibido para el otoño, ya que el Fiscal del Estado está investigando su constitucionalidad.

Mehmet Agar, ex ministro del Interior, miembro notable del DYP, ha declarado que "(un golpe de Estado) es cuestión de horas, no podemos seguir en el poder".

Otro diputado del DYP, Haluk Muftuler, ha manifestado: "tenemos que abandonar inmediatamente el Gobierno, el Ejército está por encima del poder civil", en un país en el que sus fuerzas armadas dieron tres golpes entre 1960 y 1980.

"El Gobierno del DYP y el RP se ha acabado de hecho, el golpe de Estado con sordina se ha dado ya. Si usted dice que el Gobierno está en el poder, entonces el Ejército está en la oposición. Pero, de hecho, Turquía está bajo el gobierno de los generales", dijo el parlamentario del DYP, Ali Osman Sonmez a Ciller.

El DYP acabó por decidir que abandonará la coalición si Erbakan no le cede a Ciller el puesto de primer ministro para el próximo día 18.

Ciller y Erbakan se reunieron esta mañana para debatir sobre la situación y el cambio de la jefatura en el Gobierno, como el último intento de disminuir la tensión en el país.

Ambos decidieron previamente convocar elecciones generales anticipadas, pero no se han puesto de acuerdo respecto a la fecha.

Los columnistas que informaron de la reunión del miércoles del Ejército señalan hoy que el Gobierno de Erbakan y Ciller no puede [illegible]

[illegible] Sabah, [illegible] del diario "[illegible]", indica que lo [illegible] que el Ejército [illegible] es precisar la fecha de salida de [illegible] Erbakan [illegible]

[illegible] inmediatamente, [illegible]

[illegible] Sabah, [illegible] que los [illegible] del Ejército [illegible] al final del camino. Todos [illegible] las últimas [illegible]"

El diario [illegible] comenta en su editorial que [illegible] Turquía [illegible]

[illegible]

XH7033

R POXBT 06-13 00277

icx mun exg

TURQUIA-CRISIS

MINISTRO TURISMO DIMITE PARA PONER FIN COALICION GOBIERNO

Ankara, 13 jun (EFE).- El ministro turco de Turismo, Bahattin Yucel, parlamentario del conservador Partido de la Recta Vía (DYP), ha dimitido hoy, viernes, en un intento de poner fin a la coalición de su partido con el Gobierno del islámico Partido del Bienestar (RP), del primer ministro Necmettin Erbakan.

Yucel aununció su dimisión tras una reunión con la líder del DYP, Tansu Ciller, quien, según se ha informado, no ha logrado convencerle de que permanezca en el gabinete por otros cuatro días.

Hasan Ekinci, jefe de los diputados del DYP, declaró ayer que Erbakan dimitirá el próximo día 18, cuando Ciller asumirá el cargo de primera ministra y formará un nuevo Gobierno hasta que se celebren las elecciones anticipadas.

Yucel manifestó que un Gobierno con el islámico RP podría aumentar la tensión en el país incluso si Ciller asume la jefatura.

La tensión entre el Ejército laico turco y el Gobierno, encabezado por los islámicos, se ha agravado en los últimos meses, y los generales declararon el jueves que usarían las armas para detener el crecimiento del fundamentalismo islámico.

Muchos diputados del DYP presionan a Ciller para que ponga fin inmediatamente a la coalición con el RP, y recalcan que no pueden seguir en el poder después de las advertencias del Ejército, que efectuó tres golpes de Estado entre 1960 y 1980.

Un parlamentario del RP, Ertugrul Yalcinbayir, también presentó su dimisión, después de haber criticado las crecientes tendencias radicales en este partido islámico.

Funcionarios del conservador Partido de la Madre Patria (ANAP), principal partido opositor, han señalado hoy que el Gobierno podría "caer" antes del próximo día 18.EFE

Dt-Sn-Bk/11

06/13/13-53/97

07

[illegible] Erbakan [illegible]

[illegible] Partido del Progreso [illegible] Partido de la Recta Vía (DYP) de Ciller y la minoría [illegible] ultraderechista Partido de la Gran Unidad para respaldar un nuevo Ejecutivo.

La dimisión de Erbakan [illegible] de la coalición RP-DYP de superar la crisis surgida por la campaña antifundamentalista islámica encabezada por el Ejército [illegible] de la Constitución aconfesional de la República.

"Esperamos organizar unas elecciones anticipadas lo antes posible. Es por ello por lo que se relevará Tansu Ciller al frente del Gabinete", explicó Erbakan.

Tras hablar con Demirel, el líder político islámico explicó a los periodistas que junto con la carta de dimisión entregó otra en la que los tres partidos citados declaraban que apoyarían un nuevo Gobierno formado por la hasta ahora ministra de Exteriores. Según Erba

puede aceptar una [illegible], por lo que antes de encomendar la formación del nuevo gabinete se entrevistará con los dirigentes de todos los partidos parlamentarios" empezando por él

Está previsto que Demirel se entreviste mañana con el líder del segundo partido en cuanto a número de votos en las elecciones de 1995, el Partido de la Madre Patria (ANAP, conservador), de Mesut Yilmaz, y con las demás fuerzas de oposición.

"Demirel anunció que, tras conversar con los demás líderes, decidirá inmediatamente a quién designar la formación del nuevo Gobierno", explicó Erbakan.

Las reservas de Demirel respecto a la formación de un nuevo Gabinete derivado de la coalición RP-DYP, ampliado por el Partido de la Gran Unidad, ha dado pie a numerosas conjeturas en Ankara, donde los comentaristas opinan que el presidente verá primero la posibilidad de que los partidos de la oposición [illegible] algún tipo de alianza.

En círculos políticos en la capital se subraya que el Ejército, que dio tres golpes de Estado entre 1960 y 1980, no está dispuesto a aceptar que los islámicos vuelvan a formar parte de un Gobierno aunque esté presidido por la laicista Ciller.

Además, la frágil mayoría parlamentaria con la que Erbakan [illegible] contar podría verse mermada por los disidentes del Partido de la Recta Vía, que podrían abstenerse de votar el día en que se debata sobre el nuevo Gabinete, posibilidad anunciada ya por al menos un diputado del DYP.

[illegible] Ciller y Erbakan [illegible] la distribución de [illegible] en el [illegible] gabinete [illegible] RP [illegible]

[illegible]

02

9708668

U POXRT 06 20 00661
mun esg icx

TURQUIA-GOBIERNO
DEMIREL ENCARGA AL CONSERVADOR YILMAZ FORMACION NUEVO GOBIERNO

por Dogan Tilic

Ankara, 20 jun (EFE).- El presidente turco, Suleyman Demirel, encomendó hoy, viernes, la formación del nuevo gobierno al líder del conservador Partido de la Madre Patria (ANAP), Mesut Yilmaz.

"El presidente evaluó la situación y dijo que la crisis en la que se encuentra el país no es cuestión de aritmética parlamentaria sino que tiene raíces más profundas, por eso me encomendó a mí la formación del gabinete", explicó Yilmaz tras entrevistarse con Demirel.

El partido de Yilmaz, con 129 de los 550 escaños del Parlamento turco, fue el segundo partido más votado en las elecciones de 1995 tras el islámico Partido del Bienestar (RP), cuyo líder, Necmettin Erbakan, presentó su dimisión ayer, jueves, al cargo de primer ministro.

Al encomendar la formación del gabinete a Yilmaz, Demirel desechó el plan que le presentó, junto con su dimisión, el islámico Erbakan según el cual él y su aliada, Tansu Ciller, formarían un nuevo gobierno.

Erbakan propuso a Demirel que encomendara la formación del futuro gabinete a Tansu Ciller -la líder del Partido de la Madre Patria (DYP), aliado minoritario en el saliente gobierno del RP- y aseguró que el DYP, junto con el RP y otro diminuto partido de ultraderecha, contaban con 282 de los 550 escaños parlamentarios.

Yilmaz anunció hoy que el próximo lunes iniciará las consultas con todos los partidos políticos, con excepción del RP de Erbakan, y que para el 30 de junio presentará al presidente Demirel su lista de ministros que, según dijo, obtendrá el voto de confianza en el Parlamento.

El primero de sus interlocutores, señaló Yilmaz, será la señora Ciller, con la que no logró pactar una coalición de "conservadores" en 1996 debido a las desavenencias personales que existían entre ellos.

Al referirse a la tarea que le ha sido asignada, el líder del ANAP insistió en que tiene lugar "en un momento muy crítico" y precisó que su objetivo sería formar un gobierno "de amplias bases destinado a reducir las tensiones en el país".

La Presidencia emitió hoy un comunicado en el que se precisa que Demirel asignó a Yilmaz, como líder del segundo partido más votado en 1995, para el cargo de primer ministro "tras consultas con todos los líderes políticos y después de que el líder del partido con mayor número de votos (el RP) devolviera el mandato".

La elección de Yilmaz ha suscitado numerosos rumores en Ankara según los cuales el líder del ANAP acudió la reunión con Demirel con las firmas de nueve diputados "disidentes" del DYP de Ciller que se habían comprometido a apoyarlo, permitiéndole así contar con la mayoría parlamentaria necesaria.

Los rumores fueron corroborados con las declaraciones de varios diputados del partido de Ciller que anunciaron que no darían sus votos a una eventual nueva coalición con los islámicos de Erbakan.

"No dudo en que mi gobierno obtendrá el voto de confianza en el Parlamento", dijo hoy Yilmaz.

Poco antes de que Demirel encomendara a Yilmaz la formación del nuevo gabinete, la señora Ciller concedió una rueda de prensa en la que mostró su malestar por haberse visto excluida de las consultas sobre el nuevo gobierno.

"Sin haber hablado conmigo en absoluto, conmigo que he probado contar con la mayoría en el parlamento, no creo que el señor Demirel pudiera encomendar la formación del nuevo gobierno a Yilmaz", dijo Ciller.

Añadió que ese paso "estaría completamente en contra de los principios de la democracia por los que el propio Demirel (conservador) había luchado".

En caso de que el nuevo gobierno de Yilmaz logre el voto de confianza, los observadores insisten en que su principal objetivo será convocar unas nuevas elecciones anticipadas.

Además de Demirel, que aseguró esta semana que "son necesarios" unos nuevos comicios, el líder del Partido Popular Republicano, Deniz Baykal, condicionó su apoyo al gabinete de Yilmaz con la convocatoria, hasta fines de año, de nuevas elecciones.

Los economistas turcos resaltan que, al contrario de lo que ocurre en el resto del mundo, la Bolsa turca reaccionó con una subida ante los rumores de la dimisión de Erbakan, tendencia que siguió ayer y hoy, viernes. EFE

DT-BL/mc

06/20/16-56/97

09

9708668

TR77AA

R POXRT 06-21 00770

irx mun exn

TURQUIA-ISLAMICOS (Previsión)

LOS MILITARES NO NECESITARON SACAR LOS TANQUES

Por Juan Fernández Elorriaga

Belgrado, 21 jun (EFE).- Los militares turcos, que dieron tres golpes de Estado entre 1960 y 1980, han conseguido esta vez hacer caer un Gobierno (islámico) que violaba sus postulados ideológicos, sin necesidad de sacar los tanques a la calle.

La llamada "alianza antinatura" del islámico Partido del Bienestar (RP) y del laico Partido de la Recta Vía (DYP) perdió su derecho a gobernar el viernes pasado, al encargar el presidente de la república, Suleyman Demirel, formar Gabinete a Messud Yilmaz, líder del laico y liberal Partido de la Madre Patria, que ha pedido nueve días para hacerlo.

Los militares llevaban tres meses amonestando abiertamente a la laica Tansu Ciller, por haber apuntalado con el DYP al RP, que obtuvo una mayoría parlamentaria insuficiente para gobernar en solitario en los comicios del 1995 (21 por ciento).

Turquía es un país en el que los odios cuentan a veces más que los intereses y el hecho es que Ciller y Yilmaz, ideológicamente gemelos, se odian políticamente y nunca pudieron avenirse para formar la gran derecha.

Yilmaz reconoció el jueves pasado que sus rencillas han impedido la unión de los conservadores y los socialdemócratas, pero prometió que hablará con Ciller para que se una al bloque laico y desbarate la mayoría parlamentaria que todavía siguen teniendo los islámicos con los escaños del DYP.

A pesar de que la patronal contrató páginas enteras de anuncios en la prensa más influyente el año pasado pidiendo a Yilmaz y Ciller que se unieran, esta última prefirió unirse al islámico Necmettin Erbakan con tal de que Yilmaz no gobernara.

Erbakan asegura no ser integrista sino simplemente islámico europeista a pesar de sus buenas relaciones con Teherán y está convencido de que en las inevitables elecciones anticipadas de otoño su partido sacará mayoría absoluta.

Militares de alto rango han asegurado a la prensa turca que tienen gente haciendo sondeos hasta por las aldeas más recónditas de Anatolia, que les aseguran que el Islam politizado se cotiza a la baja.

El fiscal del Estado prosigue sus indagaciones sobre presuntas violaciones de la Constitución y las leyes por parte de los islámicos, y todos los observadores esperan que el RP esté prohibido para el próximo otoño.

El delito de Erbakan ha sido chocar con el primero de los tres postulados del "kemalismo", la doctrina basada en el ideario del general Mustafá Kemal-Ataturk, que en 1923 fundó la República laica y abolió el Califato.

Ataturk (Padre-de-los-turcos) estableció las pautas de una Constitución sobre tres pilares, el antiintegrismo islámico, el anticomunismo y el antiseparatismo (kurdo).

La democracia turca, atenazada por la corrupción, la cotidiana violación de los derechos humanos y la Anatolia milenaria que tira hacia atrás del Estambul europeista y la Ankara kemalista, evoluciona dentro de límites mínimos aceptables hasta que el ejército considera, de vez en cuando, que no es así.

9708668

"Las fuerzas armadas turcas son como una gigantesca ballena que se solea entre agua y arena en las playas mediterráneas hasta que, de vez en cuando, da un coletazo que espanta a millones de gaviotas", escribió un comentarista turco podo después del golpe de 1980.

Erbakan, más que un integrista, es visto por los observadores como un líder político que, apoyado en el alma profunda de Anatolia, anduvo durante mucho tiempo por debajo del techo del 10 por ciento de los sufragios, amparado por capitales saudíes y no jomeinistas iraníes.

La profunda recesión económica de los últimos cuatro años, que siguió al desarrollismo del difunto primer ministro, y luego presidente, Turgut Ozal, ha engrosado las filas del Partido del Bienestar.

Erhakan ha subido los salarios de los funcionarios y ha mejorado los ingresos de los agricultores y los artesanos, lo que ha contribuido a acrecentar el prestigio del RP en provincias.

Los militares manifestaron en una serie de reuniones con banqueros, intelectuales, sindicalistas y periodistas que el Partido del Bienestar disponía ya de un "capital islámico" que intentaba infiltrase en los grandes grupos, incluida la industria militar privatizada.

Los grandes diarios turcos, según critica hoy el editorialista Ilnur Cevik del "Turkish Daily News", actuaron de caja de resonancia de las quejas militares y potenciaron el peligro de Erbakan.

Muchos consideran que el RP se habría estrellado el solo dentro de poco contra el absurdo de pretender que el único país musulmán de la Alianza Atlántica se convirtiera en integrista, pero los militares no han querido correr el riesgo. EFE

Jfe/jac-op

06/21/10-42/97

11

9708668

[illegible]

TURQUIA-GOBIERNO

YILMAZ ESPERA APOYO DIPUTADOS CILLER PARA FORMACION GOBIERNO

Ankara, 23 jun (EFE).- El actual líder opositor, el conservador laico Mesut Yilmaz, encargado por el Presidente turco, Suleyman Demirel, de formar nuevo Gobierno, cuenta para lograrlo con arrancar el apoyo de los laicos al islámico Partido del Bienestar (RP).

El RP ganó en diciembre de 1995 las elecciones por una frágil mayoría, insuficiente para formar Gobierno, por lo que tuvo que pactar con un gran partido conservador laico, el Partido de la Recta Vía (DYP), de Tansu Ciller.

Tras las serias advertencias de los militares contra los islámicos, el primer ministro de la coalición RP-DYP, el islámico Necmettin Erbakan acabó dimitiendo la semana pasada, aunque no dejó de contar con el apoyo del DYP.

Yilmaz trata ahora de que los más laicos del DYP sigan abandonando el partido por temor a la advertencia militar contra la llamada alianza antinatura con los integristas, hasta que los islámicos pierdan su precaria mayoría absoluta en la Cámara, de cara al próximo voto de censura.

Ultimamente han dimitido varios diputados del DYP, el último el domingo, Haluk Mufluler, y se espera también la dimisión, el martes, de Hasan Denizkurdu, por oponerse a la coalición de Ciller con el islámico Erbakan.

Al comentar la dimisión de Mufluler, Yilmaz ha declarado que también lo harán otros parlamentarios del DYP para apoyar al Gobierno que formará.

Varios diputados del DYP han manifestado ya que nunca respaldarían la coalición con el islámico Partido del Bienestar (RP), de Erbakan, lo que podría indicar disposición a unirse a los tránsfugas de su partido.

El DYP de Ciller y el Partido de la Madre Patria (ANAP), de Yilmaz, son de ideología similar, pero nunca han logrado unirse debido a las rencillas personales entre ambos líderes.

Con su dimisión, Erbakan quiso abrirle el paso a Ciller para la jefatura del Gobierno y la formación de una nueva coalición, pero el presidente turco optó por Yilmaz "para atenuar las tensiones en el país".

Círculos políticos turcos consideraron que la continuación de la coalición encabezada por los islámicos podría haber llevado a un golpe de Estado y a las duras confrontaciones entre los turcos laicos y los islámicos.

Está previsto que Yilmaz inicie mañana consultas con los líderes de los partidos políticos para formar una amplia coalición gubernamental y confeccionar, para el próximo día 30, una lista de ministros.

Su primera reunión será con Ciller, que ya le ha propuesto a Yilmaz que se una al DYP y a los islámicos del RP y del ultraderechista Partido de la Gran Unión (BBP) si, como dice, quiere un verdadero Gobierno de amplia base.

El DYP tiene ahora 115 parlamentarios, y junto con el RP, de 155, y el BBP, de ocho, cuenta con 278 escaños, dos más de la mayoría absoluta en el Parlamento turco de 550.

Los socialdemócratas Partido de Izquiera Democrática (DSP), de Bulent Ecevit, y Partido Republicano Popular (CHP), de Deniz Baykal, así como el liberal Partido Democrático Turco (DTP), de Husamettin Cindoruk, y 14 diputados independientes apoyarán el Gobierno de Yilmaz.

El ANAP de Yilmaz tiene 128 escaños, el DSP 57, el CHP 49 y el DTP siete, que junto con los 14 diputados independientes son 255 votos, 11 menos de la mayoría absoluta, pero se está a la espera de que seis diputados del DYP se pasen a Yilmaz y otros seis no asistan al próximo voto de confianza.

Ciller acusó al presidente Demirel de haber abierto una "Bolsa parlamentaria", de fichajes de conveniencia de diputados, al haberle encomendado la formación del Gobierno a Yilmaz, que no cuenta con apoyo suficiente.

El RP, el DYP y el BBP propusieron en carta a Demirel crear un Gobierno liderado por Ciller, pero antes que unirse a ellos así bajo el liderazgo de su histórica rival, Yilmaz seguiría prefiriendo un "Gabinete presidencial" hasta las próximas elecciones, presidido por Demirel.

Ante Yilmaz se abre una semana de duro trabajo: sus colaboradores intentarán provocar fugas o "cambios de chaqueta" en el DYP, mientras que él negociará [illegible] con los líderes de los partidos.

Si fracasan los intentos de Yilmaz para formar Gobierno, Turquía volverá a la [illegible] Erbakan o Ciller [illegible] encabezado por esta última [illegible] con los militares [illegible] de la Constitución [illegible] 1982. EFE

[illegible]

\H77:7

R P0>ET (6 11 00750
4C< nnn

TURQUIA-GOBIERNO
CILLER RECHAZA INGRESO COALICION GESTADA POR YILMAZ

por Dogan Tilic

Ankara, 24 jun (EFE).- La líder del Partido de la Recta Vía (DYP), Tansu Ciller, rechazó hoy, martes, la oferta del líder del principal partido opositor, Mesut Yilmaz, de ingresar en el Gobierno de coalición cuya formación le fue encomendada hace una semana por el presidente turco, Suleyman Demirel.

"He rechazado la propuesta de Yilmaz en nombre de la democracia", aseguró Ciller tras el encuentro que duró sólo 15 minutos.

Añadió que "en las democracias, la formación del gobierno es encomendada a aquellos que cuentan con la mayoría en el Parlamento. El nombramiento de Yilmaz no ha sido democrático y no puedo dar legitimidad a tal acto conversando con el".

Yilmaz, líder del Partido de la Madre Patria (ANAP) ha iniciado hoy, martes, consultas con los representantes de los partidos políticos para formar una coalición gubernamental que excluyera al islámico Partido del Bienestar (RP), miembro mayoritario del anterior gabinete formado en coalición con Ciller.

La señora Ciller acusó a Yilmaz de haber creado una "bolsa de diputados" al intentar convencer a los diputados del DYP para que pasen al ANAP posibilitándole así la necesaria mayoría en el Parlamento.

Insistió también en que la paz social en el país no podrá establecerse si se excluyen seis millones de personas que dieron su voto (en las elecciones de 1995) al RP y que, con sus familias, representan a veinte millones de turcos.

Ciller explicó a los periodistas que ella misma ofreció a Yilmaz que ingrese en el gobierno que su DYP formará con el islámico RP cuando fracasen los intentos de Yilmaz por formar una coalición.

Yilmaz se reunió hoy primero con Mustafa Kalemli, presidente del Parlamento turco, y luego con Bulent Ecevit, líder del Partido de la Izquierda Democrática (DSP).

Tras el encuentro, Ecevit declaró que Yilmaz representa "una esperanza para librarnos" de la coalición encabezada por los islámicos, y reiteró que está a favor de un Gobierno a largo plazo que solucionaría los problemas en el país.

El presidente turco, Suleyman Demirel, encomendó el viernes la formación del nuevo Gobierno a Yilmaz, tras la dimisión del cargo de primer ministro del islámico Necmettin Erbakan debido a las fuertes presiones del poderoso Ejército laicista, que entre 1960 y 1980 dio tres golpes de Estado.

Esta previsto que esta tarde Yilmaz se entreviste con Deniz Baykal, líder del Partido Republicano Popular (CHP), con Tansu Ciller, líder del Partido de la Recta Vía (DYP), y Husamettin Cindoruk, líder del Partido Demócrata Turco (DTP).

Los líderes de esos partidos, con excepción de Ciller, ya han prometido respaldar a Yilmaz, pero su Gobierno podrá ganar el voto de confianza en el Parlamento sólo si le apoyan algunos diputados del DYP.

Baykal declaró antes de reunirse con Yilmaz que apoyaría su Gobierno, pero que permanecería fuera de éste, y se considera que

el mandatario [illegible] parte en el Gabinete.

El director del [illegible] contestó que debido a la situación crítica en el Parlamento el 'precio' del 'traspaso' de los diputados de un partido a otro ha subido de 2 a 5 millones de dólares.

'Gracias a la generosidad de Ciller, los precios han subido muchísimo', señaló [illegible] y agregó que el DYP le ha propuesto el traspaso mediante algunos parientes.

Por su parte, Ciller había acusado al presidente turco, Suleyman Demirel, de propiciar la "bolsa de parlamentarios" al encomendar la formacion del Gabinete a Yilmaz, que no tiene mayoría en el Parlamento.

"¿Cómo podrá formar el Gobierno si no hay traspasos de los diputados?", preguntó Ciller.

El DYP tiene 115 parlamentarios, y junto con el RP, de 155, y el ultraderechista Partido de la Gran Unión (BBP), de 8, en teoria cuenta con 278 escaños, dos más de la mayoria absoluta en el Parlamento, de 550.

Yilmaz y los partidos que han anunciado su apoyo al Gobierno que formará cuentan con 265 escaños.

Se espera que algunos diputados del DYP, descontentos por la coalición con los islámicos, voten a favor del Gobierno de Yilmaz o se abstengan del voto para asegurarle la mayoría.

Si Yilmaz no obtiene el voto de investidura, los partidos opositores propondrán una coalición encabezada por un parlamentario del DYP, pero no por Ciller.

De esa forma, la oposición espera atraer más diputados del DYP para formar un Gobierno laico que aislaría al islámico RP del poder.

Círculos políticos de la capital turca aseguran que Yilmaz tiene un plan de presentar la lista del Gabinete al Presidente el primero de julio próximo y pedir que sea sometido al voto de confianza el 13 o el 14 de julio.

Se considera que para entonces cambiará varias veces el reparto de los escaños en el Parlamento.EFE

Dt Sn-Bk/11

14

9708668

[illegible]

[illegible]

TURQUIA GOBIERNO [illegible]
PRESIDENTE TURCO APROBO LA COMPOSICION DEL NUEVO GOBIERNO

Ankara, 30 jun (EFE).- El presidente turco, Suleyman Demirel, aprobó hoy, lunes, el nuevo Gobierno encabezado por el conservador Mesut Yilmaz, tras la dimisión como primer ministro del político islámico Necmettin Erbakan bajo fuertes presiones del Ejercito defensor a ultranza de la Constitución aconfesional.

Yilmaz declaro hoy en una rueda de prensa tras reunirse con Demirel que el nuevo Gobierno respetará los principios básicos de la República y se esforzará por modernizar el país.

El nuevo primer ministro explicó que tres partidos han formado la coalicion que sacará al país de la crisis que originó el anterior Gobierno y "reforzará el carácter laicista y democrático de la República".

La coalicion está integrada por el Partido de la Madre Patria (ANAP), de Yilmaz, el Partido de la Izquierda Democrática (DSP), del ex primer ministro y líder socialdemócrata histórico Bulent Ecevit, y el Partido Demócrata Turco (DTP), del ex presidente del Parlamento Husamettin Cindoruk.

Ecevit, que retorna al Gobierno después de dieciocho años, será adjunto al primer ministro, al igual que el vicepresidente del DTP, Ismet Sezgin, titular de Defensa.

Apoyarán también al nuevo Gobierno, aunque sin formar parte de él, el Partido Republicano Popular (CHP, socialdemócrata), de Deniz Baykal, y varios parlamentarios independientes.

Ismail Cem, parlamentario del DSP y prestigioso periodista, encabezará la cartera de Exteriores.

Yilmaz anunció hoy que espera que su Gabinete se someta al voto de investidura en el Parlamento el próximo dia 12.

Todo parece indicar que Yilmaz ha logrado asegurarse el voto de confianza para su Gobierno tras varias dimisiones de parlamentarios del Partido de la Recta Vía (DYP, conservador), de Tansu Ciller, que han hecho que perdiera la mayoría absoluta en el Parlamento lograda en alianza con los islámicos de Erbakan.

Yilmaz asegura contar con el voto de 280 de los 550 escaños del Parlamento, mientras que sus oponentes el DYP, el Partido del Bienestar (RP), de Erbakan, y el ultraderechista Partido de la Gran Unión (BBP) tendrían el apoyo de 268 diputados.

La pasada semana Ciller, Erbakan y Muhsin Yazicioglu, líder del BBP, presentaron al presidente Demirel un documento con la firma de 278 diputados que se comprometían a votar en contra del Gobierno de Yilmaz, pero esa alianza ha perdido la mayoría en el Parlamento como resultado de las dimisiones en el DYP.

Los comentaristas políticos en la capital turca recalcan que el triunfo del líder conservador podría poner fin a la carrera política de Ciller, criticada por numerosos miembros de su partido por haberse aliado a los islámicos.

Tras la dimisión de Erbakan hace diez días, el DYP, el RP y el BBP presentaron a Demirel un plan para formar una nueva alianza de gobierno, con Ciller al frente, pero el presidente decidió encomendar la instauración del Ejecutivo a Yilmaz, como líder del segundo partido en número de votos en las elecciones de 1995.

La tarea principal para el nuevo Gobierno turco será atenuar las tensiones entre los turcos islámicos y los laicistas y

FS. Mancheda

[illegible]

15-15

9708668

DF8358

R POXBT 06-08 00255
MUN ICX

ESPAÑA-POLONIA
PRESIDENTE CIMOSZEWICZ EN MADRID PARA ENTREVISTA CON AZNAR

Madrid, 8 jun (EFE).- El presidente del Gobierno polaco, Wlodzimierz Cimoszewicz, llegó hoy a Madrid en una visita oficial de dos días durante la cual se entrevistará con el jefe del Ejecutivo español, José María Aznar, quien le expresará el apoyo de España al ingreso de ese país en la OTAN y en la Unión Europea.

Aznar y el presidente polaco analizarán esta misma tarde la evolución de las negociaciones de ingreso en la Alianza Atlántica de Polonia, país que deberá hacer fuertes inversiones en sus Fuerzas Armadas para participar en operaciones junto al resto de los socios y no ser sólo "consumidor de seguridad".

Cimoszewicz llegó a las 14.00 hora local (12.00 GMT) al aeropuerto de Madrid-Barajas, donde fue recibido por el embajador de su país, Wladyslaw Klaszynski.

La visita oficial del presidente polaco a España se produce un mes antes de que Madrid acoja, los días 8 y 9 de julio, la cumbre de la OTAN, en la que se formalizará la invitación a participar en este organismo a varios países del Este de Europa, entre los que Polonia tiene más posibilidad de comenzar a negociar su adhesión.

Otra de las prioridades de la política exterior polaca desde la caída del régimen comunista es su incorporación a la UE, lo que podría demorarse todavía varios años debido a la situación económica del país.

La visita de trabajo del jefe del Ejecutivo polaco se prolongará hasta el lunes, día en el que será recibido en audiencia por el rey Juan Carlos, se reunirá con empresarios españoles y visitará el Congreso y el Senado. EFE

ja/on/jnr/SM

06/08/13 16/97

01-02

9708669

ESPAÑA POLONIA
PRIMER MINISTRO POLACO BUSCA INVERSIONES EXTRANJERAS

Madrid, 7 jun (EFE). El primer ministro de Polonia, Wlodzimierz Cimoszewicz, destacó hoy las posibilidades de su país para recibir inversiones extranjeras y explicó el interés por ingresar en la Alianza Atlántica y en la Unión Europea.

En la segunda y última jornada de su visita de trabajo a España, Cimoszewicz fue recibido por el rey Juan Carlos I, desayunó con un grupo de empresarios españoles y se entrevistó con los presidentes del Congreso, Federico Trillo, y del Senado, Juan Ignacio Barrero.

El monarca español recibió en audiencia al primer ministro Cimoszewicz, quien acudió al Palacio de la Zarzuela acompañado por el secretario de Estado español para la Unión Europea, Ramón de Miguel, y los embajadores español y polaco.

Cimoszewicz, que el domingo mantuvo un extenso diálogo con el presidente del Gobierno español, José María Aznar, acerca del deseo de Polonia de adherirse a la OTAN y la UE, mantuvo también hoy un encuentro con empresarios auspiciado por la Confederación Española de Organizaciones Empresariales (CEOE).

El objetivo de la reunión, a la que asistió el secretario de Estado de Comercio, José Manuel Fernández Norniella, fue analizar las fórmulas para fomentar la cooperación bilateral en los campos económico, tecnológico e industrial.

El primer ministro subrayó los atractivos que para los inversores españoles ofrece Polonia, ya que es un mercado cercano a los cuarenta millones de habitantes que confía en ingresar en la UE dentro de unos años.

Los representantes de los empresarios españoles se interesaron por los beneficios que puedan derivarse de la colaboración entre los dos países en materias como la privatización de las telecomunicaciones, la mejora de las autopistas y la reforma del sistema fiscal.

Aunque las autoridades polacas son conscientes de que deben realizar reformas en su economía si desean formalizar su futura incorporación a la UE, más cercana es la hipótesis del ingreso en la OTAN, puesto que Polonia es uno de los países con más posibilidades para que la cumbre de julio próximo (los días 8 y 9) en Madrid haga la invitación formal a negociar con la Alianza.

Según fuentes de la Presidencia del Congreso, en la reunión de Cimoszewicz con Trillo se puso de manifiesto la necesidad de respetar la gradualidad en el proceso de ingreso de los países del este en la Unión Europea.

El dirigente polaco se refirió a la posibilidad de establecer un sistema bilateral para la resolución de los problemas económicos entre los dos países, previo a su discusión en las instituciones europeas.

En su visita al Senado, Barrero le aseguró que sin Polonia no es posible la unificación de Europa y resaltó la importancia de que se sume a ese proyecto común por su pasado histórico y su situación geoestratégica.

También hoy, el secretario de Estado español para la UE, Ramón De Miguel, se reunió con su colega polaca, Danuta Hubner, mientras el secretario de Estado de Comercio y Turismo, José Manuel Fernández Norniella, recibió al subsecretario de Estado polaco de Economía, Janusz Kaczurba.

El saldo comercial entre los dos países ha sido en los últimos años favorable a España, que en 1996 exportó por valor de 70.930 millones de pesetas (514 millones de dólares) e importó por un montante de 36.513 millones (251 milones de dolares).

Más de una cuarta parte de los ingresos totales por exportación se deben a los vehículos y también destacan las frutas y la maquinaria. EFE

.. mar/jni/jmr

02-02

9708669

FB7478

R POXBT 06-14 00275
mun exg

POLONIA-CONCORDATO
COMISION PARLAMENTARIA: CONCORDATO ES CONTRARIO CONSTITUCION

Varsovia, 14 jun (EFE).- La pronta ratificación del Concordato entre Polonia y la Santa Sede parece cada vez más remota, según señala hoy, sábado, la prensa local, tras el dictamen de la comisión parlamentaria que lo declaró "contrario" a la Constitución.

Mediante los votos de la izquierda, la comisión extraordinaria parlamentaria declaró el viernes que el Concordato infringe la Carta Magna aprobada el pasado 22 de marzo.

Por esta razón consideró como mejor solución retrasar, en todo caso, la ratificación del Concordato hasta que no estén aprobadas las leyes que lo acompañan.

Se tratan de aquellas que fuera del texto del concordato resuelven los puntos conflictivos entre el Estado y la Iglesia, referentes al aborto, la enseñanza de la religión en las escuelas, y el matrimonio canónico.

La comisión aceptó el argumento de la Alianza de Izquierda (SLD) de que el Concordato infringe la Constitución en tres puntos: en el derecho del ciudadano al silencio en asuntos de religión; en la autonomía de las escuelas superiores; y en el derecho del niño a pronunciarse sobre su conciencia y sus convicciones.

Si el Parlamento aprobara este documento, significaría el bloqueo del Concordato, señalaron los diputados de la Unión de la Libertad, de centro.

Este partido quiere que en la próxima sesión parlamentaria, de la semana entrante, el Parlamento declare expresamente que el Concordato no es contrario a la Constitución.

El análisis efectuado por el experto legal Marian Grzybowski concluye que el Concordato "en una inmensa parte" está de acuerdo con la Constitución, pero ha de completarse con leyes adecuadas y acuerdos con otras iglesias. EFE

ga/co/rt

06/14/14-41/97

XI1948
R RELBT 06 19 00222
mun exg

POLONIA-VATICANO
ACTUAL PARLAMENTO NO RATIFICARA EL CONCORDATO CON SANTA SEDE

Varsovia, 19 jun (EFE).- Las agrupaciones de izquierda, la Alianza de la Izquierda Democrática (SLD, ex comunistas) y la Unión del Trabajo (UP, socialistas) impidieron hoy, jueves, la ratificación del concordato con la Santa Sede, firmado en 1993 por el actual Parlamento polaco.

La decisión impuesta por esas fuerzas políticas de que el texto sea examinado por las comisiones de Asuntos Exteriores y Labores Legislativas del Congreso de los Diputados equivale al aplazamiento indefinido de la votación sobre la ratificación del concordato y el traspaso de la cuestión al Legislativo que surja de las elecciones generales previstas para el 21 de septiembre.

La izquierda polaca reconoció recientemente, a través de destacados miembros de esa corriente política, que no está interesada en ratificar el concordato antes de los comicios.

La Iglesia y la derecha polaca temen que el concordato se convierta en uno de los principales temas de batalla de la campaña electoral.

La mayor parte de la sociedad polaca comparte la postura de la izquierda frente al concordato, ya que, según las últimas encuestas, el 57 por ciento de los ciudadanos considera "excesiva" la presencia de la Iglesia en la vida pública, a pesar de la reciente visita del Papa a Polonia y de que el 90 por ciento de la población se define como católica. EFE

rlz/acm

06/19/19-45/97

02-02

9708670

01-03.

XE0567

R POXBT 06-30 00326
msp ewa jc:

NICARAGUA-DESARME
INTENSIFICAN GESTIONES PARA DESARME EX MILITARES SANDINISTAS

Managua, 30 jun (EFE).- El Gobierno de Nicaragua ha intensificado las gestiones para negociar con los ex militares sandinistas rearmados un acuerdo que permita su desarme lo antes posible, anunció hoy el viceministro de Defensa, José Adán Guerra.

El viceministro, que dijo no conocer a Camilo Turcio, principal jefe de ese grupo armado autodenominado Frente Unido Andrés Castro (FUAC), precisó que un delegado del Gobierno viajará hoy al distrito minero de Siuna, en el centro del país, para "tratar de entablar negociaciones" con los rearmados.

"Queremos establecer una fecha para que en los primeros días de julio el ministro de Defensa (Jaime Cuadra) y yo podamos encontrarnos con el FUAC para una salida negociada", agregó Guerra.

El viceministro añadió que desconoce el armamento que posee el FUAC y el número de sus integrantes, que según el Ejército es de unos cien ex militares sandinistas, quienes se alzaron en armas porque el anterior gobierno de Violeta Chamorro no cumplió sus promesas cuando fueron retirados de las Fuerzas Armadas.

El diario "La Tribuna", de Managua, publica hoy un reportaje en el que muestra fotografías de un destacamento del FUAC, al que se ve con lanzamisiles, lanzagranadas M-79, fusiles AK y G-3.

El segundo jefe del FUAC, "Tito", declaró al periódico que están dispuestos a escuchar los planteamientos del Gobierno, aunque señaló que es "prematuro" hablar de un acuerdo para el desarme.

"Tito" negó cualquier vínculo con el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), la principal fuerza política de oposición, aunque afirmó que "nacimos de las raíces sandinistas y por tanto somos revolucionarios".

El Gobierno del presidente Arnoldo Alemán lleva a cabo un proceso de pacificación en el norte y centro del país, y como parte de ello firmó hace un mes un acuerdo de paz con los ex "contras" antisandinistas del Frente Norte 3-80.

Tras ese pacto, unos 700 ex "contras" han entregado sus armas y se han reinsertado a la vida civil. EFE

IL/RSM/LTM/fr

06/30/15-45/97

-02

*H77 F

3 FD/BI 06 25 00305

Nicaragua-desarme

SEGUNDO GRUPO EX "CONTRAS" ANTISANDINISTAS ENTREGAN ARMAS

Managua, 24 jun (EFE). Unos 60 ex "contras" antisandinistas del Frente Norte 3-80, liderados por Vicente Blandón Cantarero, alias "Cadejo", entregaron hoy sus fusiles al Gobierno de Nicaragua, como parte del Acuerdo de paz que ambas partes firmaron el pasado mes de mayo.

La ceremonia de desarme de ese grupo se produjo en la localidad de Kuskawas, en el departamento norteño de Matagalpa, y estuvo presidida por el ministro de Defensa de Nicaragua, Jaime Cuadra Somarriba.

El alto cargo nicaragüense, en declaraciones a la emisora antisandinista "Corporación", dijo que el armamento entregado consta de 56 fusiles AK de fabricación soviética, dos RPG-7, seis granadas, tres minas anti personas y abundante munición.

Las armas entregadas fueron destruidas en el mismo lugar donde se llevó a cabo el desarme del grupo ex "contra" liderado por "Cadejo", que a partir de este martes se reincorpora a la vida civil.

El pasado fin de semana, se desarmó el primer grupo de 27 ex "contras" del Frente Norte 3-80, cuyo proceso sufrió un retraso de veinte días y que amenazó con complicar el proceso de pacificación que lleva adelante el Gobierno del presidente Arnoldo Alemán en el norte y centro de Nicaragua. EFE

IL/LBB/fo/cgr

06/25/00-14/77

00-03-03

9708671

XG6577

[illegible] 06 06 00727

[illegible]

PORTUGAL PARLAMENTO
OPOSICION DERROTA DE NUEVO AL GOBIERNO GUTERRES

Lisboa, 6 jun (EFE).- La oposición portuguesa derrotó anoche de nuevo en el Parlamento al Gobierno del socialista Antonio Guterres al rechazar un proyecto de ley gubernamental para la reforma del Código Penal.

El proyecto fue rechazado con los votos de los tres grupos opositores (socialdemócrata, comunista y conservador), y sólo tuvo a favor los de la mayoría relativa gubernamental, 112 de los 230 que tiene la cámara.

Esta es la segunda derrota gubernamental en el Parlamento en los últimos diez días, pues el pasado 27 de mayo los votos unidos de la oposición impusieron el debate de tres proyectos de ley sobre financiación local a los que se oponía el Gobierno.

El primer ministro y varios miembros de su gobierno amenazaron con elecciones generales anticipadas si la oposición llevaba "hasta el fin" sus proyectos de financiación, por considerar que las transferencias financieras que atribuian a los municipios eran insostenibles para mantener la convergencia requerida por la moneda única.

El Gobierno quería destinar en 1998 a las finanzas locales 115 millones de dólares de los presupuestos generales, mientras los proyectos de la oposición demandaban 780 millones el comunista, 972 millones el socialdemócrata y 976 millones el conservador.

La amenaza de elecciones anticipadas fue considerada un "chantaje" por los líderes de la oposición y el propio presidente, Jorge Sampaio, tuvo que recibir por separado a Guterres y al líder socialdemocrata, Marcelo Rebelo de Sousa, para aconsejarles calma.

Ante la segunda derrota de anoche, el ministro de Justicia, Jose Vera Jardim, anunció que el Gobierno volverá a plantear su proyecto de reforma de Código Penal al Parlamento para el próximo mes de octubre.

Agregó que uno de los puntos del proyecto, la criminalización de los cortes de vías de comunicacion, un recurso generalmente utilizado en Portugal para llamar la atención sobre problemas laborales, será objeto de una legislacion específica que será presentada al Parlamento en los próximos días. EFE

TC/[illegible]

[illegible]-14 77

01-01

9708672

El Vicecanciller cumple visita oficial a Suecia

El Subsecretario de Relaciones Exteriores, Carlos Pérez del Castillo, se encuentra de visita oficial en Estocolmo por dos días, donde mantendrá varios encuentros con altos funcionarios del gobierno y representantes del sector privado de Suecia.

El Embajador Carlos Pérez del Castillo se reunió con su par Jan Eliasson y suscribió un acuerdo bilateral de promoción y protección recíproca de inversiones en la sede del Ministerio sueco de Relaciones Exteriores.

Ayer de tarde el Vicecanciller uruguayo disertó sobre «Uruguay y el Mercosru, la integración hemisférica y la Unión Europea», en un seminario sobre América Latina dirigido a funcionarios diplomáticos de jerarquía que se desempeñan como Jefes de Misión.

Durante su permanencia en Estocolmo, el emb. Pérez del Castillo será recibido por el Ministro para el Desarrollo Internacional, Cooperación y Migración, Pierre Schori y la Ministra de Agricultura, Annika Ahnberg, quien visitará nuestro país en agosto.

El subsecretario de Relaciones Exteriores uruguayo mantendrá además, encuentros en el Instituto sueco donde se actualizará la información sobre intercambio educativo e investigaciones en el marco de la cooperación Suecia-Uruguay con la directiva del Consejo Sueco de Exportación, realizarán un repaso de las cifras del intercambio comercial bilateral y las formas de lograr su ampliación y diversificación.

De acuerdo a lo informado por la Cancillería en el día de hoy está prevista una visita a la Compañía Ericsson donde recorrerá las instalaciones de la empresa internacional de telecomunicaciones.

LJ 1808



Nº DOCUMENTO 9708674
TITULO SUIZA: EL ELECTORADO SUIZO APOYA LA EXPORTACION DE ARMAS
PROCEDENCIA 58593
FECHA DE PROCEDENCIA 080697
CIRCULACIONES 11876
67228
11164
11019
11055

01-03

9708674

EB7346

U FOXBT 06-08 00589
mun exq

SUIZA-ARMAMENTO (Previsión)
ELECTORADO APOYA EXPORTACION DE ARMAS

Berna 8 jun (EFE).- El electorado suizo respaldó hoy, domingo, en referendo a la industria armamentista nacional al rechazar por mayoría una iniciativa socialista que pedía la prohibición de las exportaciones de material de guerra.

Los electores rechazaron también en las urnas una propuesta de los grupos mas conservadores y nacionalistas, que de haber prosperado hubiera impedido al Ejecutivo negociar en Bruselas una eventual adhesión a la Unión Europea (UE) o al Espacio Económico Europeo sin tener antes el visto bueno de la ciudadanía.

El objetivo de esa iniciativa no era por tanto evitar el acceso de Suiza al mercado europeo, lo que ya fue rechazado en referendo celebrado en diciembre de 1992, sino impedir que el Gobierno puediera buscar un acercamiento con los Quince sin la previa autorización del pueblo.

La derrota de los promotores de esta iniciativa no significa que los suizos sean ahora mayoritariamente europeistas, pues lo que en este caso estaba en juego era la flexibilidad del sistema de democracia directa y el margen de maniobra del que puede disfrutrar en ese sistema el propio Gobierno.

Derrota por tanto de los antieuropeistas más recalcitrantes en esta jornada de votaciones y derrota también de los socialistas suizos, que a pesar de sus argumentos en favor de la paz, de la moral y de la ética no lograron convencer a la población de que la prohibición de las exportaciones de material de guerra no supondría ninguna ruina económica para Suiza.

La respuesta en este caso era, sin embargo, determinante, pues si los socialistas hubieran logrado el respaldo popular no sólo se habría creado un precedente en el mundo, sino que el Gobierno suizo hubiera tenido que impulsar una modificación de la ley que permite la exportación de armamento y buscar alternativas a una industria que emplea actualmente a 122.000 personas.

Tras la difusión de los resultados de esta consulta popular, el Partido Socialista Suizo emitió un comunicado en el que lamentó el resultado de las votaciones, achacó el mismo al "clima de miedo creado por el Gobierno" e insistió en la necesidad de reconvertir el sector armamentista.

Los socialistas contaron durante la campaña, basada en principios morales y éticos, con el apoyo de grupos pacifistas y asociaciones cristianas, entre ellas Caritas.

Todos ellos fueron acusados por el sector armamentista de vivir en un mundo irreal y de pretender que la industria suiza se quede relegada al chocolate.

El consejero federal (ministro) suizo de Defensa, Adolf Oggi, no fue tan lejos porque las exportaciones suizas de armamento sólo representan el 0.8 por ciento del total de las exportaciones.

Oggi argumentó asimismo durante la campaña que el triunfo de los socialistas no tendría ningún efecto a nivel internacional, pues las exportaciones suizas de material de guerra apenas representan entre el 0.5 y el 1 por ciento del mercado.

Las autoridades federales afirmaron que una prohibición sin más tampoco ayudaría a la promoción de la paz, ya que ese es un objetivo que sólo se logra con voluntad política y mediante un

control riguroso del comercio mundial y reducción de arsenales.

Oggi propuso en ese sentido la modificacion de la actual legislación sobre material de guerra y control de bienes, que básicamente consiste en prohibir la exportacion de armas a zonas de tension y paises donde se violan los derechos humanos.

La modificacion de la ley prevista por Oggi prohibirá tambien la venta de material o piezas que faciliten al país comprador el desarrollo de armas atómicas, biologicas, quimicas y convencionales, además de evitar que el armamento suizo pueda ser transferido a grupos terroristas y para uso criminal. EFE

CV/SL dlh

06/08/15 10/97

03-03

9708674

XH6795

R POXBT 06-02 00237
mun exg

AFGANISTAN-IRAN
GOBIERNO TALIBAN CERRO EMBAJADA IRANI Y EXPULSA DIPLOMATICOS

Nueva Delhi, 2 jun (EFE).- El Gobierno de los Talibán, la facción integrista islámica que controla un 85 por ciento del territorio afgano, cerró hoy, lunes, la embajada de Irán en Kabul y dio a los diplomáticos que trabajan en ella 48 horas para que abandonaran el país.

En un comunicado oficial emitido en Kabul, el régimen de los Talibán acusa al Gobierno iraní de entrometerse en los asuntos internos afganos mediante los empleados que tiene en la embajada.

Por ello, se decidió "cerrar temporalmente la embaja iraní en Kabul y expulsar a todos los empleados iraníes en las próximas 48 horas", agrega el texto.

El documento culpa al personal de la embajada de alterar la convivencia pacífica entre los ciudadanos de Kabul, la capital afgana, conquistada por los Talibán el pasado 27 de septiembre.

La medida contra Irán tiene lugar después de que los combatientes Talibán fueran forzados a abandonar el pasado miércoles la estratégica ciudad norteña de Mazar-I-Sharif, que habían conquistado tres días antes.

A la caída de Mazar-I-Sharif, baluarte de la resistencia hasta hace dos semanas, siguió la huida de Afganistán de Rashid Dostam, el líder más poderoso de la oposición, que tenía su cuartel general en esa ciudad a 480 kilómetros al norte de Kabul.

Ayub Jan, ministro de Exteriores paquistaní, afirmó que Burhanudin Rabani, presidente del Gobierno depuesto por los Talibán, también había huido a Irán. EFE

ic/epa/11

06/02/13-22/97

%F4877

U POXBT 06-17 00257
17% mun exo

AFGANISTAN-IRAN
GOBIERNO IRAN CERRO FRONTERA CON AFGANISTAN

Nueva Delhi, 17 jun. (EFE). El Gobierno de Irán ordenó el cierre de su frontera con la provincia occidental afgana de Herat, informó hoy la agencia privada de noticias Afgan Islamic Press (AIP).

Según dicha agencia, que tiene sus oficinas centrales en la ciudad occidental paquistaní de Peshawar, las autoridades de Teherán ordenaron el cierre del paso fronterizo el pasado domingo.

Se desconocen las razones concretas por las que Teherán cerró la frontera con el país vecino, pero tiene lugar dos semanas después de que el gobierno afgano de la facción extremista islámica Talibán ordenase el cierre de la embajada iraní en Kabul.

Además de cerrar la embajada, los Talibán dieron a los diplomáticos iraníes 48 horas para abandonar Afganistán.

Los Talibán acusaron a Irán de llevar a cabo actos hostiles contra Afganistán, y consecuentemente decidieron "cerrar temporalmente la embajada iraní en Kabul", según rezaba un comunicado oficial emitido en la capital afgana.

Días antes de que los Talibán cerrasen la misión diplomática iraní, sus combatientes fueron expulsados de la estratégica ciudad norteña de Mazar-I-Sharif.

En la derrota militar de los Talibán en Mazar-I-Sharif desempeñaron una papel clave militantes de la facción chií proiraní Partido de la Unificación (Hizbe Waidat).

Los Talibán, facción formada originariamente por estudiantes de teología islámica de la rama suní, se calcula que controlan un 75 por ciento de Afganistán, y el resto en la franja norte del país, sigue en poder de varias facciones rivales. EFE

IC/UB/ID

06/17/09:53/97

02-02

9708675

ARCHIVO 1/2

R.E.Nº 9708676/A

ASUNTO: MARCHESINO Cesar Diego

PROCEDENCIA: D.N.F.I.

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

ORIGINAL

OBSERVACIONES: 14 AGO. 1997 APORTE A RUEDA CHICA DEL D/F.-

FECHA: 14 AGO. 1997

FIRMA: CAP. NORBERTO DEMINCHESI

9708676

14 AGO. 1997

:001/2

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO NRO. CUATRO

MEMORANDUM OPERACIONAL No. 213/97.
Montevideo, 02 de Agosto de 1997.-

SEÑOR DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA:

Cúmpleme informarle a Usted, las novedades ocurridas en este Departamento entre las 06.00' horas del día de ayer y las 06.00' horas del día de la fecha.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

****

NOVEDAD N° 392.- DETENIDO EN ZONA DE PALACIO ESTEVEZ.-

En el día de la ayer a la hora 12.00, fue detenido por personal de JPM, la persona Cesar Diego **MARCHESINO**, argentino, soltero de 27 años, DNI 12.528.633, dom: Oficial 4 No. 1534. Esta persona arrojó volantes al paso del Presidente de Chile con el siguiente texto: "SR. FREI ¿ POR QUE SU GOBIERNO SACRIFICA LA CULTURA PEHUENCHE IMPONIENDO LA REPRESA DE RALCO EN EL ALTO BIOBIO?. Queremos saber la verdad sobre el Convenio de Cooperación Técnica Uruguay-Chile que incluye tecnología nuclear y minería de uranio. REDES - Amigos de la Tierra, Uruguay".-

Se hizo cargo de las actuaciones la Secc. 1ra., dando cuenta de los hechos al Dr. Balcaldi de PJ 4to. quien dispuso: Libertad del detenido.-

Personal de este Departamento a cargo del Crio. Insp. Silva Rocha realizó otras averiguaciones sobre el hecho que se informan por cordón separado.-

****

NOVEDAD N° 393.- VISITA DEL PRESIDENTE DE CHILE.-

En el día de ayer finalizaron los servicios dispuestos por Orden de Operaciones Nro. 009/97, referidos a la visita a nuestro país que efectuara el Sr. Presidente de Chile, sin que se registraran novedades -

****

Saluda a Ud. atentamente:

OFICIAL PRINCIPAL:

HECTOR ARAMBURU.-

9708676

.002/2

XR9330

U POXBT 06-13 00250
ICX mun exg

AFGANISTAN-GUERRA
SE INTENSIFICAN LOS COMBATES AL NORTE DE LA CAPITAL

Kabul. 13 jun (EFE).- Las milicias del movimiento integrista islámico Talibán, actualmente en el poder en Afganistán, han encontrado hoy, una resistencia férrea a sus intentos de apoderarse de nuevo de la población estratégica de Yebul Sirai, a unos 80 kilómetros al norte de Kabul.

La amplia alianza que se ha formado para luchar contra los Talibán, replicó sin reparos a los bombardeos de la artillería de los Talibán, que son principalmente de la etnia Pashtún.

El dirigente más destacado de la alianza anti-Talibán es el tayiko Ahmed Sha Masud, el ex ministro de Defensa del gobierno creado tras el derrocamiento en 1992 del régimen pro-soviético.

Yebul Sirai es una localidad clave, puesto que controla el acceso al túnel de Salang, que conduce al norte de Afganistán.

Los Talibán, que se vieron la semana pasada obligados a abandonar su último baluarte al norte del túnel de Salang, la localidad de Pul-e-Jumri, a 145 kilómetros al norte de Kabul, hasta recurrieron al uso de la aviación en sus intentos de recuperar Yebul Sirai, sin lograr su objectivo.

En su contraofensiva hacia el sur, Masud cuenta con el apoyo de los musulmanes de la secta Ismail y con muchos combatientes de la étnia uzbeca, que antes apoyaba a los Talibán.

Los Talibán han impuesto la ley islámica ("sharia") en las zonas que controlan, prohibiendo a las mujeres trabajar y les obliga a vestir el atuendo tradicional islámico a la vez que castiga con mutilación o la muerte delitos como el robo o el adulterio. EFE

ae-wm/cgr

06/13/20-57/97

[illegible]
[illegible]
[illegible]

AFGANISTAN-TALIBAN
TALIBANES CONQUISTAN VARIOS DISTRITOS PROVINCIA NORTEÑA KUNDUZ

Nueva Delhi, 18 jun (EFE).- Fuerzas de los Talibán, la facción ultraortodoxa musulmana que controla gran parte de Afganistán, conquistaron el martes varios distritos de la provincia norteña de Kunduz, según la agencia de noticias Afgan Islamic Press (AIP).

Combatientes de dicha facción lanzaron un ataque a primeras horas de ayer y tomaron también la ciudad de Kunduz, capital de la provincia, de acuerdo con dichas fuentes.

Los talibanes avanzaron en esa provincia con la ayuda de comandantes locales que hasta entonces habían sido fieles a Ahmad Sha Masud, el líder más poderoso de la resistencia.

Varios comandantes locales, según AIP, solicitaron a los Talibán entrar en Kunduz.

El paso a las filas Talibán de dichos jefes locales forzó la huida de Mir Alam, comandante que sigue fiel a Ahmad Sha Masud.

De acuerdo con AIP, agencia de información privada que tiene su base en la ciudad noroccidental paquistaní de Peshawar, se desconoce si Mir Alam ha cruzado la frontera con Tayikistán o sigue en territorio afgano.

Fuentes de los Talibán que cita la agencia afirmaron ayer que combatientes de esta facción y fuerzas rivales, estaban luchando entre el aeropuerto y la ciudad de Kunduz, unos 250 kilómetros al norte de Kabul.

Se desconoce esta mañana si continúan los combates entre los Talibán y combatientes de la oposición por el control de Kunduz.

A finales de mayo, los talibanes entraron en Mazar-I-Sharif, ciudad bastión de la resistencia 450 kilómetros al norte de la capital afgana, y casi simultáneamente conquistaron varias provincias norteñas, pero días más tarde fueron expulsados de los territorios ganados.

Actualmente se calcula que los Talibán controlan entre el 75-80 por ciento de Afganistán, y varias facciones rivales continúan en poder del resto del territorio, en la franja norte del país. EFE

[illegible]

[illegible] 18/10-11/97

TDa597

0 POXBT 06-25 0077
[illegible]

AFGANISTAN-TALIBAN
LOS TALIBAN CONQUISTAN DISTRITO AL NOROESTE DE AFGANISTAN

Nueva Delhi, 25 jun (EFE). Combatientes de los integristas islámicos Talibán que controlan la mayor parte de Afganistán arrebataron a la oposición un estratégico distrito al noroeste del país, informó la agencia de noticias Afgan Islamic Press (AIP).

De acuerdo con dichas fuentes, unos 1.500 talibanes lanzaron esta mañana una ofensiva y, tras duros combates con fuerzas rivales, se apoderaron del distrito de Qaysar, en la provincia norteña de Faryab.

La agencia de noticias con base en la ciudad pakistaní de Peshawar añadió que los Talibán avanzaban ahora hacia Maimana, capital de Faryab, y según cálculos que cita, en la ofensiva murieron al menos 21 combatientes de la oposición y 75 fueron arrestados, mientras que los talibanes perdieron seis combatientes.

Aparte del despacho de AIP, no existen otras noticias sobre las últimas ganancias territoriales de los Talibán, en el norte de Afganistán.

Pero la oposición reconoció hace varios días que los Talibán habían tomado Kunduz, capital de la provincia del mismo nombre, después de que un comandante se pasara a las filas de esta facción.

Los Talibán, facción fundada por mullahs y estudiantes de teología islámica, se calcula que controlen actualmente más de dos tercios de Afganistán, incluida Kabul, la capital del país.

Diversas facciones de la oposición están en poder del resto del territorio afgano, en la franja norte del país. EFE

ic/as

06/25/17:26/97

03-03

9708677

Nº DOCUMENTO 9708678
TITULO REPATRIACION DE POL POT
950098
250697
11876
507606
11164
11163

01-03

9708678

Un país dominado por la corrupción y la violencia

Por Julio Crespo

HAY básicamente dos mafias rivales que compiten por el territorio y las ganancias. Nadie trabaja para el gobierno como tal. Se trabaja para uno u otro grupo. Con estas palabras, un diplomático occidental caracterizó al gobierno de Camboya, surgido del más ambicioso esfuerzo de la comunidad internacional para pacificar y reconstruir un país.

Hubiera sido difícil imaginar un resultado más decepcionante, después de cinco años, para un plan en el que los Estados Unidos y otras naciones comprometieron más de tres mil millones de dólares con el objetivo de instaurar instituciones democráticas, promover los derechos humanos y echar las bases de una economía capitalista en Camboya. El país se encuentra nuevamente al borde del caos y la vida política está sumida en la violencia.



Pol Pot, un fantasma del pasado

¿De quién es la culpa? En buena medida se le atribuye a Estados Unidos, por haber llevado la guerra contra los comunistas de Vietnam a territorio camboyano en 1969 y 1970. Eso cambió definitivamente la fisonomía de una nación que hasta entonces vivía pacíficamente bajo una monarquía tradicional y abrió el camino para el surgimiento del Khmer Rouge, el movimiento liderado por Pol Pot que, con los métodos más sangrientos, trató de hacer realidad la utopía de un Estado comunista agrario, regido por la más estricta disciplina, en ese experimento que se llamó República Democrática de Kampuchea.

La herencia de Pol Pot

En los últimas días, circuló con diferentes variantes la noticia de que Pol Pot habría sido arrestado por algunos de sus seguidores, con el propósito de entregarlo al gobierno. De ser esto cierto, significaría que uno de los mayores criminales del siglo -al que se hace responsable por la muerte de dos millones de sus conciudadanos- podría ser llevado a juicio. Pero difícilmente el arresto o la condena del hombre más odiado de Camboya podrían alterar de manera significativa el curso de los acontecimientos actuales. Aunque subsiste como movimiento guerrillero en el interior del país, el Khmer Rouge está muy debilitado y las amenazas a la paz provienen ahora de otros sectores.

Lo que sí está vivo es el legado criminal de un régimen siniestro. Todavía se siguen desenterrando montañas de cráneos de los muertos en ejecuciones o a causa de torturas, inanición o exceso de trabajo. En su clásica biografía de Pol Pot, *Brother Number One*, David Chandler refiere el despliegue de absolutismo paranoide que llevó a los líderes del Khmer Rouge a identificar como "enemigos de clase" a los camboyanos que eran más capaces y mejor educados que otros. Los que no murieron se vieron obligados a abandonar el país y la mayoría no regresó.

La violencia continuada -desde la invasión norteamericana al terror impuesto por el Khmer Rouge y luego la invasión vietnamita para derrocar a Pol Pot y la represión y las guerrillas posteriores- selló el atraso del país. Hoy, los índices de analfabetismo y de mortalidad infantil en Camboya están en niveles comparables a los de los más pobres países africanos, y la expectativa de vida es de 49 años.

Medellín en el Mekong

Después del acuerdo de paz de París, que en 1990 puso fin a la guerra civil, la vida política del país tomo un rumbo que llevó a nuevas situaciones de violencia. Las elecciones de 1993, supervisadas por las Naciones Unidas, dieron el triunfo al partido realista del príncipe Ranariddh, hijo del rey Norodom Sihanouk. Pero el derrotado Hun Sen, del Partido Camboyano del Pueblo, que había gobernado por sí solo al país durante quince años, apoyado por buena parte del ejército, se negó a dejar el poder. El resultado fue un inviable gobierno de coalición, con dos primeros ministros que de hecho manejan hasta hoy dos administraciones paralelas, con funcionarios que compiten por los beneficios de la corrupción y bandas armadas que defienden las respectivas áreas de influencia.

"Medellín en el Mekong" llamó al país una periodista del *Phnom Penh News*, el diario en inglés de la capital camboyana, en referencia al papel dominante que los carteles de la droga han asumido en la vida política. Hace varias semanas que el titular de la división de lucha contra el narcotráfico no pisa su oficina, intimidado por amenazas contra su vida.

De una utopía a otra

El plan de ayuda a Camboya creó expectativas desproporcionadas. A la utopía totalitaria del Khmer Rouge sucedió la utopía de la transformación democrática que podría llevarse a cabo en una generación. Aun con un respaldo de tres mil millones de dólares, 22 mil efectivos de las Naciones Unidas y la voluntad conjunta de Estados Unidos y sus aliados, los esfuerzos no pudieron fructificar en un país que no tenía más tradición política que el autoritarismo, que salía de dos décadas de guerra civil y que durante el régimen de Pol Pot había sido el campo de un experimento político que tenía el asesinato en masa como uno de sus recursos habituales.

No se sabe aún si la secretaria de Estado Madeleine K. Albright, que en los próximos días visitará a Vietnam, seguirá viaje a Camboya, como era su propósito. Cualquiera que sea su decisión, Estados Unidos y las otras naciones que se comprometieron en la reconstrucción de Camboya deberán encontrar maneras más eficaces de ayudar a este país dominado por la corrupción y la violencia.

2206





Pol Pot *(de roupa escura)* com Son Sen *(o primeiro à esq. e morto, acima)*: massacre dos camaradas

Internacional | *Camboja*

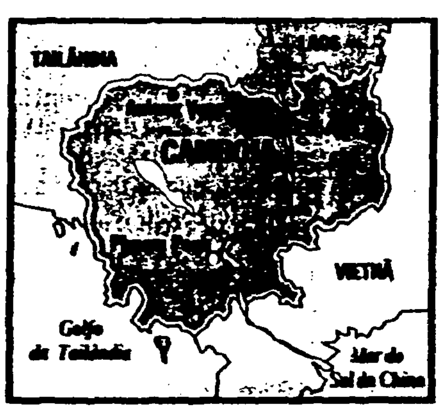
Volta do fantasma

Pol Pot ressuscita, é preso, some, é preso de novo — mas ninguém vê o carrasco

Lizia Bydlowski

As notícias sobre a sua morte foram grandemente exageradas. Dado como morto (inclusive por VEJA), Pol Pot, o líder do regime comunista mais radical que jamais existiu, responsável pelo genocídio do povo cambojano entre 1975 e 1979, aparentemente continua vivo e provocando encrenca. Era tudo o que se sabia até o fim da semana passada sobre esse homem que parece uma versão maligna do Fantasma-que-Anda das histórias em quadrinhos: vive escondido na selva há dezoito anos, sem que se conheça seu rosto, e cada vez que anunciam sua morte ressurge bem vivo e ativo tempos depois. Sua última reencarnação aconteceu na semana passada. Uma dissidência de seu grupo guerrilheiro, o Khmer Vermelho, anunciou na quarta-feira que ele havia sido capturado. Passaram-se dois dias, e nada. Na sexta-feira, outro anúncio similar. Em meio ao prende-não-prende, nenhuma foto ou palavra do Pot-Fantasma.

Quem comunicou a queda de Pol Pot, hoje com 69 ou 70 anos, foi a rádio clandestina do Khmer Vermelho. Ninguém levaria muito a sério a notícia se um primeiro primeiro-ministro (o Camboja tem dois), o príncipe Norodom Ranariddh, não a confirmasse com detalhes vindos direto de Anlong Veng, o Q.G. dos rebeldes. Pela sua versão, a reviravolta que derrubou Pol Pot decorreu da execução de um figurão do Khmer, o ex-ministro da Defesa e carrasco-mor de cambojanos Son Sen, que se teria mostrado favorável à rendição final do grupo. Pol Pot, segundo o relato, matou a tiros Son Sen (companheiro de quarenta anos), a mulher dele, Yun Yat, também da alta cúpula, e mais nove parentes, e ainda passou um caminhão por cima dos corpos. A tropa se rebelou. Pol Pot, doente, fugiu carregado numa rede por um grupo de combatentes fiéis, mas acabou capturado.



No dia seguinte, o príncipe, constrangido, mudou a história. "Pol Pot não foi encontrado. Os dissidentes continuam tentando pegá-lo", disse. A essa altura, Norodom já estava mais preocupado em se engalfinhar com o segundo primeiro-ministro, Hun Sen. O Camboja vive a incômoda situação de ser governado por dois arquiinimigos. O príncipe, líder do partido monarquista, ganhou a eleição de 1994, mas Hun Sen, que os vietnamitas puseram no poder quando invadiram o Camboja para derrubar Pol Pot, fincou pé e só cedeu meia cadeira de primeiro-ministro. Parcerias esdrúxulas fazem parte da tradição cambojana. Hun Sen, cria do Khmer Vermelho, bandeou-se para o lado dos vietnamitas. O pai de Ranariddh, príncipe Norodom Sihanouk, monarca reinante e anticomunista de ocasião, já fez mais de uma aliança com o Khmer Vermelho.

Sentença de morte — Capturar Pol Pot seria o capítulo final de um pesadelo. Nos quatro anos em que reinou no país, na esteira da derrocada americana no Sudeste Asiático, implantou um regime que, na busca do igualitarismo absoluto, eliminou as cidades — e o povo junto. Ter algum tipo de estudo, exercer o comércio ou simplesmente usar óculos podia equivaler a uma sentença de morte. Vítimas da fome, da exaustão, de doenças e da execução pura e simples, tombaram mais de 1 milhão de cambojanos, e pilhas de crânios e esqueletos são exibidas em museus. A tropa rebelde que se bandeia agora para o governo, porém, é tratada a pão-de-ló. São combatentes tarimbados e muito bem armados — uma mão na roda para as milícias particulares dos dois primeiros-ministros, que já trocam tiros pensando na eleição do ano que vem. ■

03-03

21.8.97
MZ

FB7681

E F0XBT 06-01 00213
mun exg

CAMBOYA-MONARQUICOS
DISIDENTES DEFENESTRAN AL PRIMER PRESIDENTE COMO SU LIDER

Bangkok, 1 jun (EFE).- Un grupo de disidentes del movimiento monárquico FUNCINPEC destituyeron hoy, domingo, de la jefatura del partido al primer presidente de Camboya, el príncipe Norodom Ranaridh, informaron fuentes de ese sector político, cuya decisión no han aceptado los leales al líder.

La decisión fue adoptada al término de un congreso extraordinario celebrado en Phnom Penh por la facción disidente, que acusa a Ranaridh de acelerar la inestabilidad política del país.

Los disidentes nombraron nuevo presidente del FUNCINPEC al comandante de la antigua resistencia Toan Chay, actual gobernador de la provincia de Siam Reap, en el noroeste de Camboya.

La destitución llevada a cabo por los disidentes, que cuentan con el apoyo del Partido del Pueblo, no ha sido reconocida por el sector del FUNCINPEC leales a Ranaridh y los comentaristas dudan de que logre remover al príncipe de su cargo.

El FUNCINPEC rige Camboya en coalición con el Partido del Pueblo, pero las continuas disputas entre ambas formaciones mantienen casi paralizada la actividad del Gobierno.

La facción disidente del movimiento monárquico anunció el pasado abril que contaba con el apoyo de doce diputados, pero ocho de ellos negociaron su regreso al ala leal del FUNCINPEC. EFE

mfr/ntc/egn/ll

06/01/14-39/97

01-06

9708679

CAMBOYA-JEMER ROJO

GOBIERNO NEGOCIA CON EL JEMER ROJO, CONFIRMO RANARIDH

Bangkok, 17 jun (EFE).- Una delegación del Gobierno de Camboya ha entablado hoy nuevas negociaciones con la organización guerrillera Jemer Rojo para tratar de poner fin a las dos décadas de luchas en el país, informó la emisora estatal camboyana.

El primer ministro, príncipe Norodom Ranaridh, indicó que las negociaciones fueron solicitadas por Khieu Samphan, uno de los dirigentes del Jemer Rojo, y añadió que se pudieron concretar gracias a la mediación de una nación amiga, cuya identidad rehusó revelar.

Ranaridh señaló que la delegación gubernamental estaba encabezada por el general Nhiek Bunchhay y que tendría noticias de lo negociado a su regreso, previsto para esta noche.

Sin embargo, no quiso revelar el lugar donde se llevarían a cabo las negociaciones.

Camboya está gobernada por una coalición desde las elecciones de 1993, en el que Ranaridh, del FUNCINPEC (monárquicos), y Hun Sen, del Partido Popular de Camboya (PPC, comunistas), comparten el cargo de primer ministro.

El Jemer Rojo es una organización maoísta que gobernó Camboya de 1975 a enero de 1979, hermética y fuerte hasta agosto del año pasado, cuando una escisión la dejó reducida a unos pocos miles de guerrilleros parapetados en la región norteña, junto a la frontera con Tailandia.

El Jemer Rojo está acusado del genocidio de cerca de dos millones de camboyanos durante el tiempo que gobernaron el país, debido a las purgas y las deportaciones masivas al campo, en condiciones infrahumanas, que ordenaron. EFE

afl/jad/ac/ma

02

9708679

EA1129

U POXBT 06-17 0024A

mun e/c 1cw

CAMBOYA-ENFRENTAMIENTO

UN INTENSO TIROTEO DE CONFUSO ORIGEN ESTALLA EN LA CAPITAL

Bangkok, 17 jun (EFE).- Un intenso tiroteo de origen confuso, en el cual al parecer están implicadas varias facciones del Gobierno, estalló al caer la noche hoy, martes, en la capital de Camboya, Phnom Penh, según emisoras de ese país captadas en Thailandia.

Además de disparos de armas ligeras, podían oírse explosiones en la zona centro de la ciudad, en el área donde, según algunas informaciones, se halla la residencia del príncipe Norodom Ranariddh, uno de los dos primeros ministros del país.

El príncipe, del partido monárquico FUNCINPEC, comparte la jefatura del Gobierno con el líder del Partido Popular de Camboya (PPK), Hun Sen.

Pese a ese reparto del poder vigente desde las elecciones de 1993 -que culminaron un proceso de paz negociado durante más de un decenio- ambas facciones gobernantes mantienen rencillas entre sí y se acusan mutuamente de intentar desestabilizar el país.

Estos combates se producen en la misma jornada en que la emisora clandestina de la organización maoísta Jemer Rojo anunció que Pol Pot, enigmático líder de ese grupo, perdió el mando a manos de Khieu Samphan.

El lunes, el [illegible] había declarado a la prensa que Pol Pot intentaba alcanzar territorio tailandés arropado por un millar de hombres armados y defendido tan solo por varias decenas de fieles guerrilleros.

El Jemer Rojo está acusado de la muerte y desaparición de cerca de dos millones de camboyanos durante el tiempo que gobernaron el país (1975-1979). EFE

vsr jgn

06/17/18:30 97

03

9708679

EFE

CAMBOYA-POLITICA

SOCIOS DE GOBIERNO SE ACUSAN MUTUAMENTE DE UTILIZAR VIOLENCIA

Bangkok, 18 jun (EFE).- Los dos partidos que gobiernan en coalición Camboya, el FUNCINPEC (monárquicos) y el Partido Popular de Camboya (comunistas), se acusaron mutuamente hoy de ser los responsables de los combates que se produjeron anoche en Phnom Penh en los que murieron tres personas.

Los líderes del FUNCINPEC y del Partido Popular de Camboya (PPC), príncipe Norodom Ranariddh y Hun Sen, respectivamente, comparten el cargo de primer ministro.

Serey Kosal, el jefe de seguridad de Ranariddh, indicó en rueda de prensa que los incidentes fueron un atentado "intencionado" contra la vida del príncipe y responsabilizó de ellos al jefe de la policía nacional, Hok Lundy.

Lundy, por su parte, acusó hoy en otra reunión con la prensa a los hombres encargados de la seguridad de Ranariddh de atacar a su guardia y originar los incidentes de anoche.

Por espacio de una hora, los capitalinos se mantuvieron en vilo el martes por la noche por los sonidos de disparos de armas automáticas y explosiones de granadas.

Una de ellas fue a parar al interior de la residencia del embajador estadounidense, Kenneth Quinn, que se encontraba celebrando su cumpleaños con su familia.

La granada reventó un banco de cemento del jardín de la casa del embajador, pero no produjo heridos.

Hoy las calles están fuertemente vigiladas por soldados y agentes de las fuerzas del orden, en especial la zona donde reside el príncipe Ranariddh, y lo único que se escucha son las mutuas acusaciones que se lanzan los dos socios del gobierno de coalición.

Las relaciones entre el FUNCINPEC y el PPC, y principalmente entre Ranariddh y Sen, han empeorado en los últimos meses a medida que se aproximan las elecciones municipales, que se deben celebrar este año, y las generales previstas para el próximo.

Las diferencias entre estos dos enemigos históricos aparecen cada vez más irreconciliables y amenazan con acabar en una guerra civil, si no lo frenan intereses económicos comunes que sólo les permitirá la estabilidad y un gobierno democrático.

El PPC es la continuación del Partido Popular de Kampuchea, formación que el Ejército vietnamita puso en el poder en 1979, tras invadir el país y echar al Jemer Rojo, organización de inspiración maoísta que tomó el poder cuatro años antes.

FUNCINPEC son las siglas del Frente de Unidad Nacional para una Camboya Independiente, Neutral, Pacífica y Cooperativa, formación que fundó en 1981 el rey Norodom Sihanouk para luchar contra el gobierno instaurado por Vietnam en 1979.

Camboya celebró elecciones democráticas en 1993, en un proceso organizado y supervisado por la ONU [illegible] FUNCINPEC seguido [illegible] PPC.

[illegible]

Algunos analistas del área [illegible] el ingreso del [illegible] en el proceso [illegible] de la región [illegible].

Camboya [illegible] entrar en la Asociación de Naciones del Sudeste Asiático (ASEAN) [illegible] durante la cumbre anual de ministros de Asuntos Exteriores que ese grupo celebrará en Kuala Lumpur.

La ASEAN -Brunei, Filipinas, Indonesia, Malasia, Singapur, Tailandia y Vietnam- también tiene aprobada la incorporación de Laos y Birmania al mismo tiempo que Camboya. EFE

[illegible]

[illegible] 15:57

05

9708679

SP0167

U POXBT 06-24 00305
icx mun exg

CAMBOYA-ELECCIONES
GOBIERNO ACUERDA CELEBRAR ELECCIONES GENERALES EN MAYO 1998

Bangkok, 24 jun (EFE).- El Gobierno de coalición de Camboya ha acordado convocar elecciones generales en el mes de mayo del año próximo, anunció hoy martes a la prensa el príncipe Norodom Ranaridh, coprimer ministro del país.

En información emitida por la radio camboyana y captada desde Bangkok, Ranaridh indicó que después de consultar anoche con su colega Hun Sen, con el que comparte el cargo de primer ministro, acordaron que "las elecciones generales se celebrarán en mayo de 1998".

Camboya tiene un gobierno de coalición desde la pasadas elecciones de 1993, formado por las dos principales formaciones del país: el FUNCINCPEC (monáquico) y el Partido Popular de Camboya (PPC, comunistas).

En 1993, el FUNCINPEC consiguió 58 diputados del Parlamento de 120 escaños, mientras que el PPC obtuvo 51 parlamentarios.

FUNCINPEC son las siglas de Frente de Unidad Nacional para una Camboya Independiente, Neutral, Pacífica y Cooperativa, partido fundado en 1981 por el hoy Rey, Norodom Sihanuk, y que está liderado por su hijo Ranaridh.

El PPC es la evolución del Partido Popular de Kampuchea, la formación que el Ejército vietnamita puso en el poder en 1979, tras invadir el país y expulsar del gobierno al Jemer Rojo, organización de orientación maoísta que tomó el poder cuatro años antes.

Los dos socios de gobierno estan envuelttos en una confrontación que aumenta cada día, a medida que se aproxima el día de las elecciones generales.

El príncipe Ranaridh ha reiterado públicamente que "deberíamos tener el apoyo de la ONU, con observadores en todos los colegios electorales" durante las elecciones generales.

La ONU ya participó en las pasadas como observador, comicios que culminaron el proceso auspiciado por las Naciones Unidas en la década de los setenta y destinado a devolver la paz, unidad y un gobierno democrático a Camboya. EFE

mfr mz/jdl

06-06

9708679

EXTREMISMO UIGUR EN CHINA

YB1076
[illegible] 06 12 00748
[illegible]

CHINA MUSULMANES
EXTREMISTAS MUSULMANES ATENTARON DIEZ VECES EN ULTIMOS MESES

Pekín, 12 jun (EFE). Los extremistas musulmanes de la etnia uigur, predominante en el Xinjiang (noroeste de China), perpetraron una decena de atentados en los últimos meses, revela la edición del "Diario de Xinjiang" llegada hoy a Pekín.

El periódico incluye entre esos actos "terroristas" las manifestaciones del pasado mes de febrero en la ciudad de Yining, junto a la frontera con el Kazajistán, en las que murieron al menos diez personas y que fue protagonizada por extremistas uigures, etnia de origen turco.

La información sobre los diez atentados (en su mayoría colocación de bombas) se incluye en una reseña sobre la inauguración en Urumchi, capital del Xinjiang, de la exposición fotográfica "Lucha contra la violencia terrorista", inaugurada por el secretario del Partido Comunista Chino (PCCH) en la región, Wang Lequan, quien es de hecho la mayor autoridad de la zona.

La exposición consta de 500 fotos que según Wang "muestran los actos sangrientos y prueban la naturaleza reaccionaria del separatismo", como oficialmente se conoce al nacionalismo radical uigur.

Fuentes uigures afirman que en Yining murieron más de cien personas, incluidos algunos alborotadores abatidos por la policía, y el pasado 7 de abril fueron fusilados tres de los presuntos cabecillas del motín registrado en esa ciudad.

Otros ocho uigures fueron fusilados en mayo en Urumchi, acusados de colocar las bombas que el pasado 25 de febrero mataron en esa ciudad a nueve personas e hirieron a otras 74. EFE

[illegible]

[illegible]

01-91

A PRIMER MINISTRO CHINO LI RUIHUAN VISITA ALEMANIA

11148

DP8375

R POXBT 06-08 00162
mun exg icx

ALEMANIA-CHINA
COMIENZA VISITA A ALEMANIA CANDIDATO A SUCESION LI PENG

Berlín, 8 jun (EFE).- El miembro del Politburó chino Li Ruihuan, considerado uno de los más serios candidatos a suceder a Li Peng como primer ministro, inició hoy en Potsdam, junto a Berlín, una visita oficial a Alemania, durante la que será recibido por sus principales autoridades.

Ruihuan visitó esta mañana la sede de la planta de acabado de la empresa ferroviaria germano oriental Adtranz en Hennigsdorf, donde se están construyendo las unidades para el nuevo metro de Canton.

El político chino tiene previsto entrevistarse esta tarde con el jefe del gobierno de Brandeburgo, el socialdemócrata Manfred Stolpe, y cenará esta noche en compañía del alcalde-gobernador de Berlín, el cristianodemócrata Eberhard Diepgen.

Riuhuan tiene previsto visitar mañana, lunes, Bonn, donde será recibido a lo largo de los tres próximos días por el Canciller Federal, Helmut Kohl, y el jefe de la diplomacia alemana, Klaus Kinkel, entre otros políticos. EFE
jcb/SM

DP8383

R POXBT 06-08 00136
mun exg icx

UCRANIA-CHINA
MINISTRO DEFENSA CHINO LLEGO KIEV EN VISITA DE TRABAJO

Kiev, 8 jun (EFE).- El ministro de Defensa y miembro del Consejo de Estado de la República Popular China, Chi Haotian, llegó a Ucrania hoy, domingo, en una visita de trabajo de dos días, informaron fuentes oficiales en Kiev.

Inmediatamente tras su llegada, Chi y otros jefes militares chinos que lo acompañan en esta visita se entrevistaron con el mando de la Región Militar de Odesa y las autoridades de este puerto ucraniano.

Mañana, lunes, la delegación china visitará una división motorizada de las Fuerzas Armadas ucranianas, donde presenciará una serie de ensayos y conocerá muestras de técnica militar.

El martes, Chi se entrevistará con el presidente de Ucrania, Leonid Kuchma, y el primer ministro, Pavlo Lazarenko, tras lo cual abandonará la capital ucraniana. EFE

bk/si/SM

06/08/16-17/97

01-01 9708682

DP9860

R ECORT 06-22 00215
mun exg icx

CHINA-COMERCIO
ADVIERTEN SUPERAVIT PERJUDICA COMERCIO EXTERIOR CHINO

Pekín, 22 jun (EFE).- El continuo descenso de las importaciones, acompañado de un fuerte aumento de exportaciones, durante los cinco primeros meses de este año, dañará el desarrollo a largo plazo del comercio exterior chino, informó hoy la prensa oficial.

Según un informe del servicio de aduanas, las exportaciones chinas registraron un aumento del 26,4 por ciento para alcanzar los 65.500 millones de dólares de enero a mayo de este año.

Las importaciones, en cambio, descendieron un 1,2 por ciento y su valor fue de 51.600 millones de dólares, por lo que el superávit de la balanza comercial china durante ese periodo fue de 13.900 millones de dólares.

Zhu Baoliang, funcionario del Centro de Información del Estado, indicó al "Business Weekly" que el superávit, favorable a China, de la balanza comercial, unido al fuerte incremento de la inversiones extranjeras contruiburá a la apreciación de la moneda local, el yuan, lo que a la larga perjuicará a las exportaciones.

Según el funcionario, el descenso de las importaciones se debe principalmente a los malos resultados de las empresas estatales chinas, la mayoría de las cuales son deficitarias.

"Una demanda insuficiente debida a una rígida macroeconomía impide a las empresas estatales comprar en el exterior", agrega.

EFE

pgp/jff

06/22/04-57/97

CHINA RUSIA
CHERNOMIRDIN SE ENTREVISTO CON JIANG ZEMIN Y LI PENG

Pekín, 27 jun (EFE). El primer ministro de Rusia, Viktor Chernomirdin, se entrevistó hoy viernes con su homólogo Li Peng, y con el presidente del país, Jiang Zemin, en el segundo día de su segunda visita oficial a China.

Li Peng mantuvo con él la primera de las entrevistas de este corto viaje centrado en lo comercial, y luego asistieron a la firma de una decena de acuerdos.

Entre ellos, un contrato programa de suministro de gas siberiano a China por valor de miles de millones de dólares y otro para mejorar el tráfico ferroviario bilateral de mercancías, dado el interes chino por reforzar el "puente ferroviario" euroasiático que concluye en Rotterdam (Holanda).

El primer viceprimer ministro ruso, Boris Nemtsov, y el ministro de Comercio Exterior, Mijail Fradkov, se adelantaron a Chernomirdin en el viaje para preparar la firma de nuevos acuerdos que, entre otras cosas, permitan desterrar el trueque como medio de intercambio comercial.

Nemtsov visitará las obras de la presa de las Tres Gargantas, que será la mayor del mundo, un proyecto que favorece de un modo muy especial Li Peng y en el que Rusia compite para vender 14 de las turbinas de la futura central hidroeléctrica, que generará 50 millones de kilovatios.

También se estudia la posible participación rusa en el plan de nuevas centrales nucleares, como la que de Lianyungang, este de China.

Las fuentes chinas no dijeron si en la entrevista con Li, y la más protocolaria con Jiang, el político ruso habló de cooperación militar. Rusia es el mayor suministrador de armas a China.

Chernomirdin llegó ayer a Shenzhen, zona económica especial (capitalismo con características chinas) junto a Hong Kong, y se entrevistó con los dirigentes de la provincia sureña de Guangdong, para en su caso utilizar ese modelo en regiones del Extremo Oriente ruso.

Ambos gigantes asiáticos no han recuperado el volumen de su comercio (que en 1993 sumó 7.300 millones de dólares), lejos del objetivo de Pekín, que es deficitario en el intercambio con Moscú, de llegar a 20.000 millones de dólares el año 2000. EFE

jcr/ma/ma

06/27/11 53/07

Al utilizar reclusos en las fábricas, producen a precios fuera de competencia

CHINA ES LA NUEVA AMENAZA ASIATICA DE ESTADOS UNIDOS

China comunista desplazará en breve a Japón como el país que tiene el mayor superávit comercial con Estados Unidos, lo que abre crecientes posibilidades de agitación y enfrentamientos en las relaciones comerciales entre ambas naciones.

WASHINGTON (Servicio de "USA Today" exclusivo para EL PAIS).— Un informe realizado por el Banco de la Reserva Federal (Banco Central) de Nueva York indicó que el enorme superávit de U$S 40.000 millones que China mantiene en su intercambio con Estados Unidos seguirá creciendo de manera inexorable en los próximos diez años. "El potencial de disputas continúa a medida que el déficit para Estados Unidos en su comercio con China promete superar al que tiene con Japón", agregó el documento.

Al mismo tiempo, un informe del Centro de Estudios Asiáticos, expresó que China —ya es la tercera economía del mundo y seguramente desalojará a Japón del segundo lugar en pocos años— está "dando nueva forma a la economía global".

El documento del Banco de la Reserva Federal surgió en la misma semana en que el presidente Bill Clinton otorgó nuevamente a China comunista la condición de "nación más favorecida" en el comercio, pese a las numerosas denuncias sobre violación de los derechos humanos por parte del régimen comunista.

LEGISLADORES SE OPONEN

El informe expresó que los principales ingredientes del alto superávit que China mantiene en el comercio con Estados Unidos son los productos, tales como juguetes y vestimenta, de muy bajo precio que envía, mientras las empresas estadounidenses intentan vender bienes de alta tecnología a los chinos.

Asimismo, China se beneficia de los muy altos aranceles que mantiene, costos laborales muy bajos y elevada inversión extranjera. El 60 por ciento de la inversión externa procede de Hong Kong, territorio que se convertirá en parte de China desde el 1 de julio del corriente año.

El creciente déficit que tiene Estados Unidos en el intercambio comercial con China agrega leña a la hoguera, en momentos en que una gran coalición legislativa se apresta a combatir la acción de Clinton para renovarle la condición de "nación más favorecida".

Si China no le vendiera tantos productos a Estados Unidos, los opositores en el Parlamento carecerían de argumentos sólidos.

La coalición en contra de renovarle el status preferencial a China no sólo está integrada por legisladores, sino también por la central sindical AFL-CIO y la Conferencia de Obispos Católicos.

Mientras, en el Senado, la Comisión de Relaciones Internacionales avanza en la investigación de la vasta red de "prisiones-fábricas" que existe en China comunista. El uso de reclusos en las plantas de producción para reducir los costos y aumentar las ganancias, constituye un elemento clave de los argumentos de quienes se oponen a otorgarle a los chinos la condición de "nación más favorecida".

LOS ASIATICOS SON CULPABLES

El informe del Banco de la Reserva Federal de Nueva York describe el asombroso crecimiento de China, de un país que tenía escaso intercambio comercial con el resto del mundo a fines de la década de los años 70, a una fuerza capaz de reemplazar a Japón como poder mercantil global menos de 20 años después. Durante los últimos años de la década de los 80 y comienzos de los años 90, las exportaciones de China a Estados Unidos crecieron 30 por ciento.

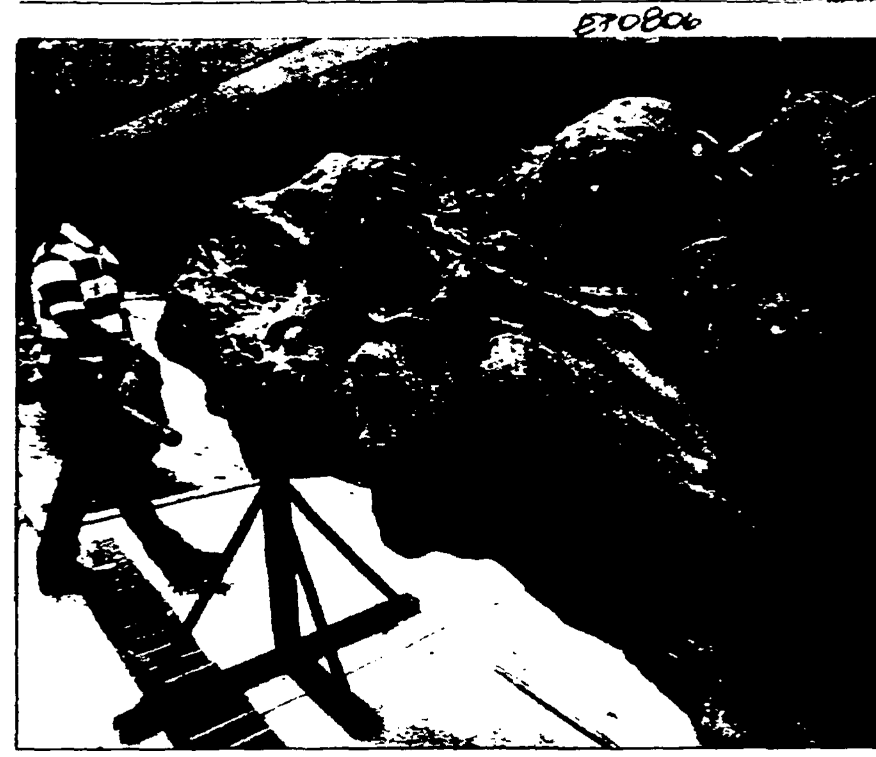
Con sus exportaciones aumentando de manera explosiva a un ritmo del 19 por ciento anual, el banco estima que "China está en condiciones de sustituir en poco tiempo a Japón como el mayor causante del déficit comercial de Estados Unidos".

China ya tiene casi U$S 40.000 millones de comercio anual a su favor y representa el 25 por ciento del déficit comercial de Estados Unidos; Japón significa el 30 por ciento.

Debido a que China exporta al mercado estadounidense un volumen cuatro veces superior al que Estados Unidos envía a China, las exportaciones hacia el país asiático deberían cuadruplicarse sólo para mantener el déficit en los niveles actuales.

Los analistas advierten magras perspectivas de que el déficit se reduzca antes del año 2010. "Sin una dramática aceleración del crecimiento de las exportaciones de Estados Unidos, desnivel comercial seguirá aumentando", sostiene el informe.

En total, las exportaciones estadounidenses están creciendo, pero a menor ritmo que las de China.



EXPANSION. *Un estudiante de Hong Kong observa una escultura sobre luchadores por la democracia, desmantelada antes de que China tome el control* **(AP)**

N° DOCUMENTO 9708686
TITULO Negociaciones de paz entre las dos Coreas
PROCEDENCIA 578593
FECHA DE ... CIA 30 06 97
VINCULACIONES 11876 507638 11399
507487
507488
11878
65890

01-04

9708686.

XA2164

R POXBT 06-06 00205
mun exg

EEUU-COREA
REUNION EEUU Y LAS DOS COREAS PARA NEGOCIACIONES PAZ

Washington, 5 jun (EFE).- Representantes de EEUU, Corea del Norte y del Sur mantuvieron hoy en Nueva York su segunda reunión en una semana, para dialogar sobre negociaciones de paz en las que podrían participar en un futuro Estados Unidos y China.

El Departamento de Estado informó de que la delegación estadounidense estuvo encabezada por Mark Minton, director de la oficina de Corea de esa secretaría de Estado, pero no facilitó los nombres de los jefes de las misiones de Pyongyang y Seúl.

La Casa Blanca propuso en abril de 1996 que se negocie un tratado para una paz permanente entre las dos Coreas, que sustituya al armisticio que puso fin a la guerra en aquella península en 1953.

(En esas negociaciones, que han sido aceptadas en principio por el régimen comunista norcoreano, tomarían parte como observadores Estados Unidos y China).

El Gobierno de Pyongyang ha condicionado la aceptación final de esa propuesta estadounidense a que EEUU le otorgue una mayor ayuda alimentaria para resolver la hambruna provocada por una severa sequía.

Hasta ahora Washington ha enviado cargamentos limitados de granos a Corea del Norte, y anunciado que los incrementará cuando las negociaciones de paz empiecen formalmente. EFE

mrf/m.srm

9708686.

06/06/06 47/97

02

[illegible]

[illegible]

[illegible]

EEUU-COREA (resumen)

PYONGYANG ACEPTA NEGOCIACIONES E INSISTE EN ALIMENTOS

Nueva York, 30 jun (EFE). Corea del Norte aceptó hoy participar en negociaciones con Corea del Sur, EEUU y China para un acuerdo de paz en la península coreana, cuya primera reunión preparatoria se celebrará el 5 de agosto próximo en Nueva York.

Al termino de una reunión tripartita, celebrada hoy en esta ciudad, las delegaciones oficiales de Corea del Norte, Corea del Sur y EEUU divulgaron un comunicado en el que anunciaron su acuerdo de celebrar el próximo mes una reunión de vice-ministros para preparar las negociaciones.

Dichas negociaciones, propuestas por EEUU y Corea del Sur en abril de 1996, tiene por objetivo reemplazar, con un acuerdo de paz y cooperación, el armisticio que en 1953 puso fin a la guerra de Corea.

En la reunión cuatripartita de agosto se tratará de establecer el lugar donde se celebrarán las negociaciones, el calendario y el grado oficial que tendrán las delegaciones.

El vice ministro de Asuntos Exteriores de Corea del Norte, Kim Gye Gwan, declaró a la salida de la reunión que su país había dado una "respuesta clara" a la propuesta de celebrar reuniones cuatripartitas, que "creemos conducirán a la paz y seguridad en la península coreana".

Kim Gy Gwan, que dirigió la delegación norcoreana en estas conversaciones, destacó la importancia de crear "una buena atmósfera" para dichas negociaciones.

Aunque el representante de Pyongyang no mencionó ante los periodistas el apremiante problema de escasez de alimentos que atraviesa su país, destacados funcionarios estadounidenses indicaron que la delegación norcoreana insistió en esta ocasión, como en anteriores, en ese asunto.

Fuentes estadounidenses y surcoreanas coincidieron en subrayar que las discusiones de hoy "fueron cordiales" y funcionarios norteamericanos indicaron que el "tono (de la reunión) fue probablemente el mejor" hasta ahora.

La delegación norteamericana estuvo dirigida por Charles Kartman, asesor de la Secretaría de Estado para Asuntos del este asiático y Pacífico; mientras que la surcoreana estuvo encabezada por el vice ministro de Asuntos Exteriores, Song Yong Shik.

Esta fue la tercera reunión tripartita desde marzo pasado en el intento de EEUU y Corea del Sur de convencer a Pyongyang para que participe en las negociaciones de paz, desvinculando de éstas la ayuda alimentaria a Corea del Norte.

Como respuesta a la preocupación de Corea del Norte sobre ese asunto, fuentes de la delegación de EEUU dijeron que reiteraron sus explicaciones sobre la política "generosa" de Washington de canalizar la ayuda alimentaria a través de organismos internacionales.

"El acuerdo de hoy es el comienzo de un proceso para establecer una paz duradera, reducir la tensión y crear confianza", declararon fuentes surcoreanas que subrayaron que la paz beneficiará no solo a la península coreana sino tambien a toda la zona del este asiático.

A la pregunta sobre si China [illegible] la fecha de la

próxima reunión, las fuentes estadounidenses dijeron que el Gobierno de Pekín "esta muy interesado en unirse a estas conversaciones".

Explicaron también que para la reunión cuatripartita preparatoria se buscó una ciudad que contara con la presencia de la ONU y que Nueva York fue la mejor opción.

En anteriores discusiones celebradas este año en Nueva York, el Gobierno comunista norcoreano puso varias condiciones para participar en las negociaciones.

Una de ellas era el envío masivo de ayuda alimentaria adicional por parte de EEUU y Corea del Sur; y otra que se suavicen las sanciones estadounidenses contra Pyongyang.

Según las agencias internacionales, cinco millones de personas, casi la quinta parte de la población, están amenazadas de hambruna en Corea del Norte, que padece una grave crisis económica y ha sufrido dos años consecutivos de inundaciones catastróficas.

EEUU y Corea del Sur, que ya han enviado alimentos a Corea del Norte en respuesta a los llamamientos de las agencias de la ONU, rechazaron entonces las condiciones previas de Pyongyang para las negociaciones, aunque dijeron que el asunto de la ayuda alimentaria podía tratarse en la mesa de discusión.

Altos funcionarios de EEUU y de Corea del Norte volverán a reunirse el próximo miércoles en Nueva York para resolver asuntos de interés bilateral. EFE

pdp/fmr/cgr

07/01/00-13/97

04-04

9708686

DOCUMENTO 970 868
ITULO PTE COREANO KIM YUNG SAM VISITA MEXICO
PROCEDENCIA 518893
FECHA DE PROCEDENCIA 270697
VINCULACIONE 11876
501488
501623
11148
11399

XY5376

U FOXBT 06 27 00419
 ICX MUN EXO

MEXICO-COREA
PRESIDENTE COREA SUR INICIA MAÑANA VISITA ESTADO

México, 26 jun (EFE).- El presidente de Corea del Sur, Kim Yung Sam, iniciará mañana, viernes, una visita de Estado de dos días a México con el objetivo de fortalecer las relaciones bilaterales e intensificar los intercambios comerciales, informó la Secretaría de Relaciones Exteriores.

Kim Yung Sam llegará en la madrugada del viernes al aeropuerto internacional de la Ciudad de México, donde será recibido por el secretario de Relaciones Exteriores, José Angel Gurría.

Durante su visita, el político surcoreano se entrevistará con el presidente mexicano, Ernesto Zedillo, con quien tratará sobre diversos asuntos de la relación bilateral y estudiará aspectos de la situación internacional.

Además, ambos presidentes evaluarán y harán un seguimiento de los acuerdos alcanzados durante la visita de Estado de Zedillo a Corea del Sur en noviembre del pasado año, la primera que un político mexicano efectuó a ese país asiático.

El viaje del presidente surcoreano corresponde a una invitación que le cursó su colega Zedillo en su visita a ese país a fin de estrechar y fortalecer las relaciones bilaterales y evaluar la estrategia de ambas naciones en sus entornos regionales.

Durante la visita, México y Corea del Sur suscribirán acuerdos destinados a eliminar los visados para diplomáticos y funcionarios públicos y para poner en marcha una comisión mixta de cooperación comercial e industrial.

Al gobernante coreano le acompaña su esposa, Sohn Myoong Soon, así como una delegación integrada por miembros de su gabinete y hombres de negocios.

México y Corea del Sur establecieron relaciones diplomaticas en 1962, y durante la visita de Zedillo a ese país se firmaron acuerdos en materia de cooperación turística, de extradición, así como un mecanismo de consultas políticas bilaterales.

En aquella ocasión, el Banco de Comercio Exterior de México y el Eximbank de Corea establecieron una línea de crédito por valor de diez millones de dólares para la transferencia de tecnología y la importación de bienes de capital coreano a México.

Durante la estancia de Zedillo, las compañías coreanas Samsung y Daewoo anunciaron inversiones por valor de 1.000 millones de dólares en combinación con otras empresas.

Las inversiones coreanas en México ascendieron a [illegible] millones de dólares el año pasado.

El comercio bilateral en 199[illegible] fue de [illegible] millones de dólares, con un déficit para México de [illegible] millones, en tanto que en el primer trimestre de este año la balanza comercial se situó en 407.5 millones de dólares, [illegible] negativo para México de 345.6 millones de dólares. EFE

JRA/HE/FF/FC

06/27/07-[illegible]

01-01 9708687

SECRETO 1/2

R.E.Nº 9708688/A

ASUNTO: ESPALZA CASTIGLIONI Osvaldo Cesar

PROCEDENCIA: D.N.I.I

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: [illegible]

MINDEF

ORIGINAL

OBSERVACIONES: 14 AGO. 1997 APORTE DE D.N.I.I ARVEJA CHICA

FECHA: 14/AGO./1997

9708688

14 AGO. 1997

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENZI .0011/2

ARCHIVO

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO NRO. CUATRO

MEMORANDUM OPERACIONAL No. 217/97.
Montevideo, 06 de Agosto de 1997.-

SEÑOR DIRECTOR NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA:
Cúmpleme informarle a Usted, las novedades ocurridas en este Departamento entre las 06.00' horas del día de ayer y las 06.00' horas del día de la fecha.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.
****

NOVEDAD N° 397.- AMPLIA NOVEDAD N° 388 . PERSONA DETENIDA.-

Ampliando novedad N° 388, de fecha 31 de Julio del corriente año, en el día de ayer, personal de éste Departamento, logró la detención de la persona: Osvaldo César ESPALZA CASTIGLIONI, oriental, soltero, de 52 años de edad, titular de la Cédula de Identidad N° 976.255, domiciliado en la calle Juan Manuel Blanes N° 1169, en bases a las fotos obtenidas de la filmación del Palacio de la Luz, en la que se registraba el ingreso de un NNM que dejó un paquete para el Gerente POMBO, lo que a la postre dió intervención al grupo de la Brigada Anti-explosivos.-

Una vez en estas oficinas, registró entrada como detenido en la libreta respectiva a la hora 11.45.-

Prosiguiendo con las actuaciones, se procedió a citar para esta a la recepcionista del 4to. Piso del Palacio de la Luz, Sra. Lidia Mabel DENTONE ALPUIN, oriental, casada de 52 años de edad, dom. Ariel 4849, para que efectuara el reconocimiento del detenido ESPALZA CASTIGLIONI, lo que resultó positivo, razón por la cual se le labró un acta declaración.-

En base a ello a la hora 14.00 se procedió a enterar al Sr. Juez Letrado de 1ª Instancia en lo Penal de 21er. Turno Dr. CORUJO, el que dispuso que el detenido fuera trasladado inmediatamente a su despacho con memorandum explicativo. Posteriormente siendo la hora 15.00 el mencionado magistrado dispuso una pericia siquiatrica para el detenido y extendió Orden de Allanamiento sin número para llevar a cabo una inspección en la finca del mismo, lo que no arrojó resultados Positivos.-

Posteriormente siendo la hora 18.30, el Sr. Juez actuante, dispuso la Internación en el Hospital Vilardebo del detenido Osvaldo César ESPALZA CASTIGLIONI, lo que se cumplió próximo a la hora 19.30, siendo recibido el detenido por el funcionario Diego DELGADO, informando éste que el mismo pasaría a alojarse en la sala N° 11 del citado nosocomio.-

****

Saluda a Ud. atentamente:

OFICIAL PRINCIPAL:

OMAR A. TABORDA.-

.002/2

9708688

FECHA 10/9/97 INICIAL AP

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

CORREGIDO 24.9.97
Inic.: SG

XB4549

B FUXB1 06 05 0027

1 mun exq

COREA-DISPAROS (Ampliacion)
PATRULLERA NORCOREANA DISPARA CONTRA BARCOS MARINA DEL SUR

Seul, 5 jun (EFE). Una patrullera norcoreana penetró hoy jueves en las aguas territoriales de la vecina Corea del Sur y disparó contra barcos de la marina surcoreana, informó el ministerio de Defensa.

Según los portavoces ministeriales, la patrullera y otros barcos pesqueros traspasaron las aguas divisorias a siete millas de la isla Yonpyong, en el Mar Amarillo, a las 13.51 horas de la tarde (04,51 GMT).

El barco intruso retornó a Corea del Norte después de mantenerse durante 40 minutos entrentado cara a cara a la marina surcoreana, añadieron las mismas fuentes.

La patrullera, acompañada de nueve embarcaciones de pesca, disparó contra los barcos surcoreanos, aunque se desconoce si causó algún tipo de daños.

El ministerio de Defensa en Seúl dijo que barcos de la marina respondieron con dos disparos de advertencia al enfrentamiento y la amenaza de la patrullera intrusa.

El pasado año la tensión entre las dos Coreas creció hasta los puntos más álgidos de los últimos años al descubrirse que un minisubmarino norcoreano se adentró el 18 de septiembre en aguas territoriales del sur y logró desembarcar a varios militares armados en Kangnung, a unos 75 kilómetros al sur de la zona desmilitarizada oriental.

Las autoridades de Seúl montaron un dispositivo de búsqueda de los 26 infiltrados que transportaba el minisubmarino, la mayoria de los cuales fueron matados por soldados del Ejército surcoreano.

Corea del Norte y Corea del Sur se mantienen en estado de guerra técnico, pues la guerra de tres años que les enfrentó fue concluida en 1953 por el Tratado del Armisticio y no por un tratado de paz entre ambos países hermanos. EFE

CD/jdl

06/05/08-32/97

BD1627

II EFFB1 06-05 00?40
MUN EXG 102 ... 1BS

a-02

9708689

Corea del Norte: denuncian internacionalmente maniobras de invasión

D 2206

El portavoz del Ministerio de las Fuerzas Armadas Populares coreanas denunció «el intento de dar un primer ataque» contra la república socialista. Si bien dicho intento siempre existió, aparentemente ha recrudecido la posibilidad de su puesta en práctica.

«El 14 (de Junio) las unidades de la marina surcoreana realizaron un ejercicio de embarcación sorpresiva en el mar de Oeste con la distancia real hasta nuestra parte en el mar» declaró oralmente el portavoz del Ministerio. «Nuestros enemigos dicen abiertamente que este ejercicio reside en mejorar la 'capacidad de cumplir la operación de embarcación (desembarco) en cualquier momento y en cualquier lugar': movilizar hasta las armas químicas almacenadas en Corea del Sur para amenazar y chantajearnos».

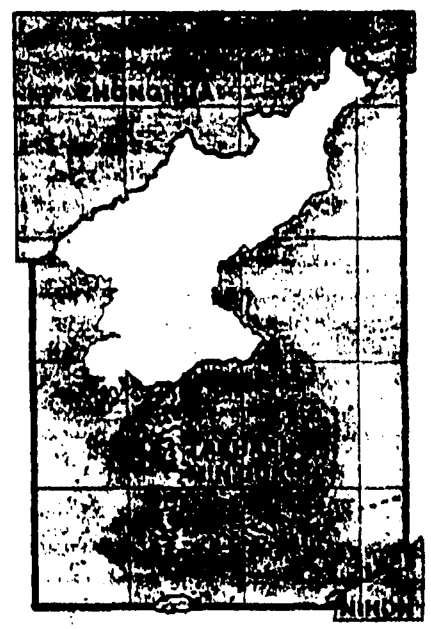
Más adelante el portavoz explica: «es obvio que el ejercicio de desembarco es un ejercicio de ataque que no tiene nada que ver con la autodefensa desde el punto de vista militar. Por tal motivo, este ejercicio provoca nuestra profunda preocupación por ser un ejercicio de ataque. Ya hemos dado diversas advertencias a EE.UU. y los títeres surcoreanos quienes acechan un momento oportuno para el primer ataque circulando los rumores distorsionados de las 'provocaciones a la guerra' de alguien que sufre la dificultad de alimentos».

EE.UU. cómplice

El 14 de Junio último, mientras las tropas surcoreanas efectuaban la maniobra, EE.UU. no estaba ausente, como no lo ha estado nunca cuando se trata de conflictos o agresiones a naciones que se atreven a despegarse de sus grillos imperialistas. El informe continúa: «las fuerzas militares de EE.UU. trasladaron el Centro de vigilancia de la Brigada de aviación marinera No.13 a la base aérea Osan de Corea del Sur para realizar el ejercicio de vuelo de larga distancia sin aterrizaje por la ruta EE.UU.-Okinawa-Osan.»

«EE.UU. y Corea del Sur (capitalista y socio económico del primero) piensan que éste es un momento oportuno de la guerra en que sufrimos la escasez temporal de cereales debido a los desastres naturales y gran parte de nuestro ejército se movilizó en tareas de agricultura.»

El informe acusa al gobierno surcoreano de buscar descomprimir la situación política interna que vive su régimen -plagada de denuncias de corrupción y crisis- reavivando el conflicto Norte-Sur.



Corea del Norte



Corea del Sur

No obstante, tanto Seúl como Washington no dejan de tener claro que no es posible jugar con alguien como Corea. Sin duda alguna, y más allá de las crisis como las que menciona el informe, los norcoreanos cuentan con un formidable desarrollo de su aparato industrial, como así también reservas de autodefensa tan «intimidatorias» como para detener a EE.UU. en una agresión directa. Dice el informe: «Si los enemigos (se refiere a Corea del Sur y EE.UU.) se ponen al fin y al cabo a probar nuestra voluntad y nuestra potencia armada, a pesar de nuestras repetidas advertencias, nuestro Ejército Popular satisfará a toda costa el rencor y la indignación acumulados de nuestro pueblo, movilizando todo el potencial preparado durante decenas de años pasados.»

Negros nubarrones

«En estos momentos en que los negros nubarrones de guerra se aproximan aceleradamente hacia nuestro territorio patrio y la chispa del combate está a punto de prenderse, nuestras fuerzas armadas revolucionarias no podrán de ninguna manera permanecer con los brazos cruzados ante la situación creada depositando la esperanza únicamente en las negociaciones.»

9708689

02-02

FILIPINAS-RAMOS
RAMOS INICIA GIRA DE NUEVE DIAS POR EUROPA Y ORIENTE MEDIO

Manila, 16 jun (EFE). El presidente filipino, Fidel Ramos, inició hoy una gira de nueve días por Gran Bretaña, Grecia y el sultanato de Omán con el objetivo de impulsar la imagen de su país como el nuevo "tigre económico" de Asia.

Ramos partió hacia Londres a las 08.00 hora local (00.00 GMT), donde tiene previsto entrevistarse, por segunda vez desde 1995, con la reina Isabel II y el Príncipe Carlos de Inglaterra, según informó el palacio de Malacañang, sede del Gobierno filipino.

Ramos, de 69 años, leerá un discurso ante la Oxford Union Society, considerada como la institución oratoria más veterana y más grande del mundo de la Universidad londinense de Oxford.

El presidente filipino será el primer líder asiático en dirigirse ante este foro, según Malacañang.

Posteriormente, en Edimburgo, Ramos se entrevistará con hombres de negocios británicos y escoceses con quienes firmará varios contratos de riesgo compartido.

El Reino Unido es el mayor inversor europeo en Filipinas con un intercambio por valor de 1.400 millones de dólares.

En Atenas, Ramos se entrevistará con el presidente griego, Constantinos Stephanopoulos, y el primer ministro, Costas Simitis, con quienes tratará las condiciones laborales de más de 67.000 filipinos que, en su mayoría, trabajan como marineros a bordo de buques de bandera griega.

En su escala omaní, Ramos se reunirá con el sultán Bin Saidcon el obj
una mayor protección del sultanato para los 15.000 inmigrantes
una mayor protección del sultanato para los 15.000 inmigrantes
filipinos que trabajan allí.

Este es el vigésimoséptimo viaje al exterior de Ramos desde que asumió la presidencia de Filipinas en 1992.

En esta gira, Ramos viaja acompañado de su esposa Amelita, tres ministros y una delegación empresarial filipina de alto nivel.

Ramos ha sido muy criticado por viajar tanto al extranjero, pero el pasado 3 de junio, tras una gira de diez días por EEUU, México y Panamá, se defendió diciendo que no se puede "generar clientela, inversiones, comercio y turismo si te quedas en casa".

EFE

np/emr/fp/arp

06/16/03-15/97

01-04 9708692

304007

U FOXBT 06 11 00144
inx mun exa

FILIPINAS PRESIDENCIALES
TRES PARTIDOS SE UNEN PARA PRESENTAR UN UNICO CANDIDATO

Manila, 11 jun (EFE).- Tres de los principales partidos de Filipinas se han unido y anunciaron hoy miércoles la formación Lucha de las Masas Nacionalistas Filipinas (LMMF, segun sus siglas en tagalo), para presentar un candidato común a las elecciones presidenciales previstas para el año próximo.

El LMMF agrupa al Partido Popular Filipino (PMP), liderado por el vicepresidente del país, el actor Joseph Estrada; Coalición Popular Nacionalista (CNP), del industrial Eduardo Cojuangco, y Lucha Democrática Filipina (LDF), del senador Eduardo Angara.

"Hoy, sacrificamos nuestros intereses particulares en el altar de la democracia; hoy ofrecemos a nuestro pueblo una alternativa genuina, una fresca esperanza", dijo Estrada en su alocución en la ceremonia de presentación de la nueva formación.

Estrada fue el candidato que apoyó el industrial Cojuangco, un amigo cercano del ex presidente Ferdinand Marcos, durante las elecciones presidenciales de 1992, que ganó Fidel Ramos.

Ello indica que el candidato del LMMF para las elecciones del año próximo será el vencedor de la lucha entre Angara y Estrada.

El Partido Reformista Popular (PRP), de la senadora Miriam Defensor Santiago, se quedó fuera del LMMF en el último momento al no concretarse un acuerdo.

La senadora Defensor concurrió en las elecciones presidenciales de 1992 quedando en segundo lugar tras Ramos, a quien ella ha acusado reiteradamente de haber hecho trampa en esos comicios.

La LMMF señaló en un comunicado que se había acordado establecer un proceso de selección del candidato que culminará en una convención general el próximo mes de noviembre.

Ayer, el Tribunal Supremo de Filipinas emitió una resolución definitiva por la que se cerraba el camino a la campaña cívica, empezada el pasado diciembre, para enmendar la Constitución y permitir a Ramos poder presentarse a la reelección.

La Constitución filipina vigente, de 1987, establece un único mandato de seis años para el jefe del Estado.

Con la exclusión de Ramos, al que todos los sondeos daban como claro ganador en caso de poder ser reelegido, la carrera por ser el candidato del Lakas (partido en el poder) se ha intensificado.

Los candidatos de Lakas con mas posibilidades son: Jose de Venecia, presidente del Parlamento; Renato de Villa, ministro de Defensa; Roberto de Ocampo, ministro de Finanzas; Lito Osmeña, asesor económico, y la senadora Leticia Shahani, hermana de Ramos.

La designación de Ramos de un sucesor puede determinar el candidato del Lakas cuando celebre su convención general a finales de este año.

Otras personas que han anunciado su candidatura en las elecciones presidenciales son la senadora Gloria Macapagal Arroyo, el ex senador Jovito Salonga y el senador Raul Roco, PRP.
a.m. jdl

11 06 97 15:27

02 9708692

ICS901

U POXGT 06 10 00477
mun exo icx

FILIPINAS CONSTITUCION (Previsión)
TRIBUNAL SUPREMO RECHAZA MOCION MODIFICAR CONSTITUCION

Por Virgilio Galvez

Manila, 10 jun (EFE). El Tribunal Supremo de Filipinas ha acabado hoy, martes, con las esperanzas de los seguidores del presidente, Fidel Ramos, de que éste optase a un segundo mandato, al rechazar la petición de emendar la Constitución vigente, de 1987.

La resolución del máximo órgano de justica de Filipinas rechazó "de forma definitiva" la moción del grupo Iniciativa Popular de Acción, Reforma y Modernización (PIRMA, siglas en inglés) para que se les permitiese convocar un referéndum destinado a enmendar la Constitución.

En particular, la sección que limita los mandatos de los titulares de los cargos públicos, entre ellos el del jefe del Estado.

"El argumento que prevaleció es que no había suficiente legitimidad para que la mayoría del tribunal decidiese modificar o invertir la sentencia (previa)", señala el comunicado oficial.

Solamente trece de los quince miembros del tribunal estuvieron presentes en la votación que concluyó con seis votos a favor y seis en contra.

Alberto Pedrosa, ex embajador y presidente de PIRMA, declaró no estar sorprendido por la resolución y destacó que el empate representaba una mejora sobre la sentencia previa, del pasado mes de marzo, que rechazó la petición ocho a seis.

"Este es un gran paso adelante y continuaremos hasta agotar todos los medios legales, estamos haciendo progresos", destacóPedrosa.

Ruben Torres, ministro sin cartera, indicó que el palacio presidencial "respetará la decisión del Tribunal Supremo" y añadió que no era cierto que se hubiese hecho presión desde la presidencia para un veredicto favorable.

Fidel Ramos, de 69 años, que ganó las elecciones presidenciales en 1992 para un solo periodo de seis años, como establiece la Constitución, ha reiterado que el acabara su mandato y se retirará en 1998, pero tambien ha pedido reformas constitucionales.

El artículo VII sección cuarta de la Contitucion, que es el que pide modificar PIRMA, limita el mandato del presidente del país a un solo periodo de seis años, el de los senadores a dos de seis, el de los parlamentarios a tres de cuatro y el de los ediles y alcaldes a un máximo de tres términos.

El diputado de la oposicion Joker Arroyo comentó que la resolución en apoyaba el veredicto inicial se logró "por los pelos" y señalo que ahora había que estar atento a las presiones que vendría del palacio presidencial de Malacañang.

"Debemos vigilar Malacañang y estar en guardia contra las campañas entre los diputados y senadores destinadas a enmendar la Contitucion", destacó Arroyo.

La senadora Miriam Defensor Santiago, que encabeza la campaña en contra de enmendar la carta magna, felicitó al Tribunal Supremo por no haber sucumbido a la presión del palacio presidencial.

Defensor es también de los que claman que el movimiento para

9708692

03

enmendar la Consitutcion puede ser la puerta de entrada a la ley marcial en el pais, como en tiempos del presidente Ferdinand Marcos. EFE

va/mz/mag/iff

06/10/10 33/97

04-04

9708692

01-28 9708693

XD4061
U FOXDT 06 11 0052
ics mun smo

CHINA HONG KONG
"NUMERO UNO" CHINO PRESIDIRA CAMBIO SOBERANIA HONG KONG

Pekin, 11 jun (EFE). El "número uno" chino, Jiang Zemin, presidirá la delegación de su país en la ceremonia que en la medianoche del 30 de este mes marcará la devolución a China de Hong Kong por parte de Gran Bretaña, informaron hoy fuentes oficiales.

El anuncio pone fin al sinnúmero de rumores de los últimos meses sobre quién sería la contraparte china del príncipe de Gales, que presidirá por parte británica esa ceremonia y partirá luego, junto con el último Gobernador de Hong Kong, Chris Patten, en el yate real "Britannia".

También supone un giro radical sobre las "filtraciones" en Pekín de que la delegación china en esos actos no sería del más alto nivel, para lo que se aducía, entre otros motivos, el de destacar la memoria del difunto Deng Xiaoping, que en 1984 obtuvo de Londres la devolución de Hong Kong y expresó repetidas veces en vida el deseo de estar en la ceremonia del próximo 30 de junio.

Además de Jiang Zemin, que es presidente de China, secretario general del partido Comunista Chino (PCCH) y presidente de la Comisión Militar Central (CMC, máximo organismo castrense), estarán en Hong Kong el 30 de este mes el primer ministro chino, Li Peng, y el ministro de Asuntos Exteriores, Qian Qichen, jefe de los organismos chinos supervisores de la transición de Hong Kong.

Es la primera vez en la Historia de Hong Kong que los principales dirigentes chinos estarán allí presentes, frente a las noticias de que iban a permanecer en Pekín, que celebrará grandes fiestas con motivo de la recuperación de Hong Kong.

Jiang permanecerá el 1 de julio en Hong Kong para presidir las ceremonias de instauración de la Región Administrativa Especial (RAE) de Hong Kong y de su primer Gobierno autónomo, al igual que lo harán Qian Qichen y Li Peng.

Destaca por su ausencia de la lista el presidente de la Asamblea Nacional del Pueblo (ANP, especie de legislativo y teórica máxima autoridad china), Qiao Shi, quien según fuentes en Pekín había disputado a Jiang la preeminencia para encabezar la delegación oficial china a Hong Kong, y en representación de ese organismo irá Rong Yiren, uno de sus 17 vicepresidentes.

Tampoco estará en Hong Kong Li Ruihuan, presidente de la Conferencia Política Consultiva del Pueblo Chino (CPCPCH, frente de masas), aliado de Qiao Shi y a quien de un modo un tanto aventurado, según fuentes diplomáticas en Pekín, hay quienes consideran como posible sucesor de Li Peng.

El almirante Liu Huaqing, vicepresidente de la CMC, único militar en el presidium del politburó del PCCH y cuyas divergencias con Jiang son notorias, tampoco estará en Hong Kong.

Finalmente, la ausencia [illegible] Zhao Ziyang, ex secretario general del partido único y ex primer ministro reformista.

Zhao firmó en 1984 la declaración de devolución de Hong Kong a China junto con Margaret Thatcher por parte británica y fue "purgado" en 1989 por sus simpatías hacia los estudiantes [illegible]

[illegible]

[illegible]

02 9708693

[illegible]
[illegible] respuesta,
[illegible] fuentes diplomáticas. EFE
[illegible]

[illegible]

03 9708693

[illegible]

[illegible] 00440

[illegible]

CHINA-EE.UU.

PEKIN AFIRMA QUE "CIRCULOS EEUU" SABOTEA TRANSICION HONG KONG

Pekin, 17 jun (EFE).- Determinados círculos estadounidenses "quieren sabotear" la transición de Hong Kong a la soberanía china y difunden, junto a otros medios británicos, "pronósticos pesimistas sobre su futuro", afirma hoy una publicación de las Fuerzas Armadas chinas.

La revista "Defensa china" afirma que en Estados Unidos hay "fuerzas hostiles con perversas intenciones" y que Washington refuerza en Hong Kong sus redes de espionaje, crea fuerzas políticas y apoya al Partido Demócrata, mayoritario en las elecciones generales hongkonesas y considerado por Pekín como la "bestia negra" del territorio.

Para mantener su posición estratégica global los Estados Unidos, en especial algunos políticos y negociantes, "buscarán la creación de problemas en el asunto de Hong Kong", mientras que los "llamados demócratas" hongkoneses cooperarán con las fuerzas internacionales hostiles a China, afirma la revista propagandística militar.

Las afirmaciones de la revista militar se producen poco después de que la secretaria de Estado norteamericana, Madeleine Albright, indicara que no asistirá en Hong Kong a la toma de posesión del prochino y designado nuevo Consejo Legislativo.

Gran Bretaña y los demócratas hongkoneses han criticado y no reconocen la instauración de ese órgano legislativo elegido por unos pocos centenares de compromisarios designados por Pekín, pues consideran ilegal el que se suprima el funcionamiento del actual Legislativo hongkonés, el primero de su historia elegido mayoritariamente por voto directo y secreto.

La "democracia orgánica" y corporativista que Pekín favorece para la nueva región autónoma de Hong Kong -a la que ha prometido mantener su sistema capitalista durante 50 años (la fórmula "un país, dos sistemas")- ha levantado las mayores reticencias y oposición, tanto internacionalmente como en sectores de población de ese territorio.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] EFE

04

9708693

CHINA SE ACERCA Y CRECE LA ANSIEDAD

Hong Kong, mañana

TRES 13/06

Cuando Inglaterra alquiló por 99 años los "nuevos territorios" que rodean a la isla de Hong Kong en 1898, seguramente 1997 parecía muy lejano. Hoy faltan apenas 16 días para que la bandera británica sea quitada y la de China reine sobre una de las últimas colonias del imperio.

"Hong Kong, Hong Kong, ¿de qué se trata todo esto?
...Llévame a ese mundo maravilloso, dale un pasaporte a esta chica...
Vamos, en 1997. Puedo triunfar en Hong Kong."
(My 1997, canción de la estrella del pop china, Fan Jing)

Hong Kong es una ciudad-estado de 1.076 kilómetros cuadrados; cabría cuatro veces en el departamento de Canelones. Es el tercer mercado de capitales después de Nueva York y Londres y el primer puerto de mercancías del mundo. Este minúsculo país de seis millones de habitantes y una densidad de 5.860 personas por kilómetro cuadrado crea anualmente una riqueza de alrededor de 168.000 millones de dólares. Su producto por habitante fue de 26.600 dólares en 1996, más alto que el de Inglaterra o Canadá.

En China, el producto per cápita era de 2.330 dólares en 1993, según el informe de desarrollo humano de las Naciones Unidas.

A mil kilómetros al sur de Pekín, Hong Kong es el país con mayor libertad económica, según un estudio de la Heritage Foundation y el *Wall Street Journal* que clasificó a 150 países según su política comercial, tributaria, monetaria, de precios y salarios, de intervención gubernamental en la economía, flujo de capitales y derecho de propiedad.

China es, a pesar de las reformas emprendidas en 1978, una economía dirigida, con 100.000 empresas estatales, 70% de ellas deficitarias, y con un volumen de préstamos impagos que deja a la banca al borde de la quiebra. Pero es al mismo tiempo la mayor economía emergente, con un espectacular crecimiento de 9,7% en 1996.

Futuro

Hong Kong como la capital cosmopolita del capitalismo chino. O Hong Kong lentamente corroída por la corrupción, la burocracia, el dirigismo estatal y la rigidez de los mercados, con las libertades civiles limitadas y la prensa censurada. Los dos escenarios son posibles y dividen a los analistas políticos y económicos. Cualquiera sea el resultado, la fusión de la poderosa China y la comercial y empresarial Hong Kong presenta gigantescas oportunidades y tremendos riesgos.

"Espero que China haya comprendido cuáles son las claves del éxito de Hong Kong", dijo el último gobernador de la reina Isabel II, Cris Patten, a la revista española *Cambio 16* en marzo de 1996. El secreto de Hong Kong, explicaba, *"se basa en una química particular que se ha producido entre el espíritu de empresa chino, el estado de derecho y los valores de una sociedad liberal. Debemos consolidar nuestro sistema financiero, asegurarnos que las instituciones están bien asentadas, que la administración pública desarrolle normalmente su trabajo, que la Policía siga siendo una de las mejores de Asia."*

El acuerdo firmado en 1984 por los gobiernos chino y británico garantiza el mantenimiento por 50 años de la actual organización económica y social de Hong Kong. *"Un país, dos sistemas"* es la fórmula que definirá la vida de los habitantes de la *"zona administrativa especial"* en las próximas décadas, durante las que conservará el sistema capitalista.

Sin embargo, las señales emitidas desde el continente justifican para muchos el temor por sus libertades. El 3 de junio, miles de manifestantes se reunieron en el Parque Victoria de Hong Kong para conmemorar el octavo aniversario de la masacre de Tiananmen. El recuerdo de los cientos de estudiantes asesinados en la plaza china mientras reclamaban por democracia, se transformó este año en una manifestación política de lo que los isleños temen del gobierno chino: que esta sea la última vez que puedan expresar sus opiniones abiertamente.

Tung Chee-hwa, quien encabezará el gobierno poscolonial, declaró recientemente que no está permitido criticar a los gobernantes chinos. Tung es un millonario de Hong Kong de 59 años, heredero de una enorme compañía naviera de más de 1.000 millones de dólares. Fue elegido por 400 delegados designados previamente por Pekín entre menos de 6.000 candidatos.

El jefe ejecutivo del gobierno de Hong Kong podrá, en teoría, delinear la política de su gobierno, proponer leyes y el presupuesto, pero aunque éstos sean aprobados por el Consejo Legislativo Provisio-

05



Hong Kong, un país donde se mezcla la más sofisticada tecnología con la tradición china, ha logrado el ingreso por habitante más alto de Asia.

nal, deberán ser ratificados por la Asamblea Nacional del Pueblo, el legislativo central chino.

Gran Hong Kong

La mayoría de los grandes empresarios de la colonia confían ver en el futuro el desarrollo del "gran Hong Kong", según dijeron una docena de ellos consultados por la revista *Bussiness week* de junio; un desarrollo producto de la integración con las provincias del sur de China, que captan la mayor parte de las exportaciones de la isla a ese país -40% de las ventas totales al exterior-. Desde una mayor coordinación en proyectos de infraestructura hasta fábricas de alta tecnología en la región fronteriza, una gran variedad de alternativas están en discusión.

Hoy, Hong Kong es el país con mayores inversiones directas en China, 233.000 millones de dólares, frente a 162.000 de otros países. Y China es uno de los mayores inversores en Hong Kong, con 17.000 millones frente a 27.000 de Gran Bretaña.

La economía de la isla creció 5,5% el año pasado y gran parte de ese crecimiento estuvo impulsado por las grandes compañías controladas por el gobierno chino pero que cotizan en la Bolsa de Hong Kong. Esta modalidad de empresas, que abarcan desde fábricas de tabaco a autopartes, generadoras de energía y de transporte, son reflejo tanto del esfuerzo chino por reestructurar su economía como de la firme intención de Hong Kong de moverse según las reglas de su nuevo dueño. Al mismo tiempo, el floreciente mercado de Hong Kong puede aportar los miles de millones de dólares que las compañías chinas necesitan para modernizar la mayor economía emergente del mundo.

El futuro titular del gobierno, que no podrá definir la política exterior ni la de defensa, pretende, en cambio, iniciar algunas reformas económicas, entre ellas una posible intervención estatal a través de una política de fortalecimiento de la industria. Tung intenta ganar apoyo reduciendo los costos de la vivienda y mejorando la educación.

La comunidad internacional mira con atención este proceso y su desarrollo podrá tener importantes consecuencias para China. La renovación del estatus de nación más favorecida para ese país es motivo de ásperos debates cada año en el Congreso de Estados Unidos. Si la población de Hong Kong viera limitadas sus libertades civiles y económicas, la balanza podría inclinarse peligrosamente.

Frontera cerrada

Las autoridades chinas deberán también enfrentar los reclamos de las provincias de recibir un trato igual al de la antigua colonia británica. Será un mismo país con diferentes impuestos, diferentes salarios y diferentes libertades políticas. El acceso a la educación y a los medios de comunicación serán diferentes. Los habitantes de las provincias chinas quedarán en inferioridad de condiciones que quienes vivan en Hong Kong respecto a la localización de inversiones. Tendrán igualdad de acceso al mercado chino pero en Hong Kong difrutarán de mejores condiciones fiscales y dispondrán de servicios de alta calidad. Esto podría generar fuertes presiones a la dirigencia china para liberalizar el sistema continental u obligar a Hong Kong a abandonar su tradición de meca liberal.

Muchos chinos esperan, como dice la canción de Ian Jing, el 30 de junio para acceder a ese *"mundo maravilloso"*. Es sólo una ilusión; no habrá lugar allí para ellos. El tráfico fronterizo no se liberalizará porque el gobierno cree que el éxodo sería inevitable. Tan diferentes son las condiciones de vida a ambos lados de la frontera. En Hong Kong los salarios son mucho más altos: el promedio es de 1.300 dólares; un profesional gana, en promedio, más de 3.000 dólares y el empleado de una fábrica 1.200. El 88% de su población tiene acceso a saneamiento; apenas 24% de los chinos disfrutan ese servicio (ver recuadro).

Lo que no se ha podido evitar es la inmigración ilegal de miles de personas que tienen la esperanza de que después del 1 de julio se decrete una amnistía para quienes ya ingresaron al país. Aunque ambos gobiernos declararon que no les será permitido quedarse, la corriente no se detiene. ▌EA EN BASE A SERVICIOS Y MATERIAL DE ARCHIVO

Un país, dos países

Fuente: informe sobre desarrollo humano 1996. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.

	Hong Kong	China
Lugar en el ranking de desarrollo humano	23	108
Esperanza de vida al nacer (1993)	78,7	68,6
Televisores por 100 habitantes	28	3
Teléfonos por 100 habitantes	45	0,7
Población con agua potable	100%	67%
Tasa de alfabetización (1993)	91,5%	80,0%
Oferta calórica diaria per cápita	3.144	2.729



Hong Kong, un país donde se mezcla la más sofisticada tecnología con la tradición china, ha logrado el ingreso por habitante más alto de Asia.

nal, deberán ser ratificados por la Asamblea Nacional del Pueblo, el legislativo central chino.

Gran Hong Kong

La mayoría de los grandes empresarios de la colonia confían ver en el futuro el desarrollo del "gran Hong Kong", según dijeron una docena de ellos consultados por la revista *Business week* de junio; un desarrollo producto de la integración con las provincias del sur de China, que captan la mayor parte de las exportaciones de la isla a ese país -40% de las ventas totales al exterior-. Desde una mayor coordinación en proyectos de infraestructura hasta fábricas de alta tecnología en la región fronteriza, una gran variedad de alternativas están en discusión.

Hoy, Hong Kong es el país con mayores inversiones directas en China, 233.000 millones de dólares, frente a 162.000 de otros países. Y China es uno de los mayores inversores en Hong Kong, con 17.000 millones frente a 27.000 de Gran Bretaña.

La economía de la isla creció 5,5% el año pasado y gran parte de ese crecimiento estuvo impulsado por las grandes compañías controladas por el gobierno chino pero que cotizan en la Bolsa de Hong Kong. Esta modalidad de empresas, que abarcan desde fábricas de tabaco a autopartes, generadoras de energía y de transporte, son reflejo tanto del esfuerzo chino por reestructurar su economía como de la firme intención de Hong Kong de moverse según las reglas de su nuevo dueño. Al mismo tiempo, el floreciente mercado de Hong Kong puede aportar los miles de millones de dólares que las compañías chinas necesitan para modernizar la mayor economía emergente del mundo.

El futuro titular del gobierno, que no podrá definir la política exterior ni la de defensa, pretende, en cambio, iniciar algunas reformas económicas, entre ellas una posible intervención estatal a través de una política de fortalecimiento de la industria. Tung intenta ganar apoyo reduciendo los costos de la vivienda y mejorando la educación.

La comunidad internacional mira con atención este proceso y su desarrollo podrá tener importantes consecuencias para China. La renovación del estatus de nación más favorecida para ese país es motivo de ásperos debates cada año en el Congreso de Estados Unidos. Si la población de Hong Kong viera limitadas sus libertades civiles y económicas, la balanza podría inclinarse peligrosamente.

Frontera cerrada

Las autoridades chinas deberán también enfrentar los reclamos de las provincias de recibir un trato igual al de la antigua colonia británica. Será un mismo país con diferentes impuestos, diferentes salarios y diferentes libertades políticas. El acceso a la educación y a los medios de comunicación serán diferentes. Los habitantes de las provincias chinas quedarán en inferioridad de condiciones que quienes vivan en Hong Kong respecto a la localización de inversiones. Tendrán igualdad de acceso al mercado chino pero en Hong Kong difrutarán de mejores condiciones fiscales y dispondrán de servicios de alta calidad. Esto podría generar fuertes presiones a la dirigencia china para liberalizar el sistema continental u obligar a Hong Kong a abandonar su tradición de meca liberal.

Muchos chinos esperan, como dice la canción de Ian Jing, el 30 de junio para acceder a ese "*mundo maravilloso*". Es sólo una ilusión; no habrá lugar allí para ellos. El tráfico fronterizo no se liberalizará porque el gobierno cree que el éxodo sería inevitable. Tan diferentes son las condiciones de vida a ambos lados de la frontera. En Hong Kong los salarios son mucho más altos: el promedio es de 1.300 dólares; un profesional gana, en promedio, más de 3.000 dólares y el empleado de una fábrica 1.200. El 88% de su población tiene acceso a saneamiento; apenas 24% de los chinos disfrutan ese servicio (ver recuadro).

Lo que no se ha podido evitar es la inmigración ilegal de miles de personas que tienen la esperanza de que después del 1 de julio se decrete una amnistía para quienes ya ingresaron al país. Aunque ambos gobiernos declararon que no les será permitido quedarse, la corriente no se detiene. ■ EA EN BASE A SERVICIOS Y MATERIAL DE ARCHIVO

Un país, dos países

Fuente: informe sobre desarrollo humano 1996. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.

	Hong Kong	China
Lugar en el ranking de desarrollo humano	23	108
Esperanza de vida al nacer (1993)	78,7	68,6
Televisores por 100 habitantes	28	3
Teléfonos por 100 habitantes	45	0,7
Población con agua potable	100%	67%
Tasa de alfabetización (1993)	91,5%	80,0%
Oferta calórica diaria per cápita	3.144	2.729

XH7??8

R EFXBT 06-20 00776
MUN EXG TCX

HONG KONG-TRASPASO/PARLAMENTO
DOS PARLAMENTOS, DOS SISTEMAS

Por Carmen Calvo

Hong Kong, 20 jun (EFE).- A partir del primero de julio, Hong Kong se convertirá, tras 150 años como colonia británica, en una Región Administrativa Especial de la República Popular China.

El máximo dirigente, Tung Chee-hwa, gobernará con un ejecutivo formado por quince consejeros, cuatro de ellos procedentes de la Administración anterior.

La independencia del poder judicial parece garantizada, de momento, tras el nombramiento del respetado juez Andrew Li como presidente del Tribunal de Apelación.

La continuidad de Hong Kong estaría asegurada si no fuese por el "Parlamento de la discordia".

Los seis meses previos al cambio de la soberanía se han visto rodeados por la polémica coexistencia de dos parlamentos: el Legco actual resultante de las elecciones de 1995, las más democráticas en la historia de Hong Kong, y el Consejo Legislativo Provisional, ideado por Pekín para frenar los avances democráticos de los británicos.

A raíz de la matanza de Tiananmen, el Reino Unido desconfió de las intenciones de la República Popular China en Hong Kong y decidió reformar las normas electorales para que el Parlamento elegido fuese lo más representativo posible.

Los británicos rebajaron la mayoría de edad para el voto de 21 a 18 años, además, en el sector del trabajo incluyeron nueve profesiones que no estaban representadas pero son las que emplean a la mayoría de la población, de modo que todos los trabajadores de Hong Kong pudiesen emitir un segundo voto.

Las reformas ampliaban el censo electoral y ofrecían a los demócratas la posibilidad de obtener más representación, algo que Pekín no podía aceptar.

China protestó enérgicamente ante la decisión británica y, después de diecisiete rondas de negociaciones entre representantes de ambos países, sólo se consiguió el enfriamiento en las relaciones bilaterales.

Los resultados electorales confirmaron los temores de China: los grupos a favor de la democracia obtuvieron 14 de los 20 escaños en las circunscripciones geográficas, 9 de los 30 destinados al sector del trabajo -gracias a las nueve profesiones que se habían incluido- y 3 de los 10 por designación directa.

Pekín anunció que el actual Parlamento resultante de las elecciones de 1995 sería disuelto el 30 de junio, fecha en la que se produciría la transferencia de la soberanía, y que, en su lugar, se nombraría un Consejo Legislativo Provisional (CLP), hasta la convocatoria de nuevas elecciones.

Los 60 miembros de la CLP fueron designados a finales de 1996 por el Comité de Selección, compuesto por un grupo de 400 personas nombradas por Pekín. Treinta y tres diputados del actual Legco -todos menos los pertenecientes a los partidos democráticos- resultaron seleccionados.

El legislativo provisional se reúne los sábados, desde hace cinco meses y hasta que se produzca la transferencia, en la ciudad china de Shenzhen -al otro lado de la frontera de Hong Kong- y sus

07 9708693

gastos son sufragados, de momento, por la República Popular China, ya que el Reino Unido considera su existencia injustificada e ilegal.

Los intentos por parte del gobierno democrático de frenar en los tribunales de Hong Kong las decisiones del CLP, no han dado resultado ya que los jueces consideran que, mientras actúe desde China, está fuera de su jurisdicción.

El CLP aprobó el pasado día 14 las reformas a las Leyes de Orden Público y Sociedades que entrarán en vigor a partir del cambio de soberanía y que muchos califican como un paso atrás en las libertades.

En ellas se introduce el concepto de "seguridad nacional", por el que la Policía podría denegar el permiso para manifestarse y el gobierno tiene la posibilidad de rechazar la solicitud de registro de asociaciones y partidos políticos.

El temor a que el CLP continúe aprobando leyes restrictivas de las libertades crece entre los demócratas, los medios de comunicación y las organizaciones pro derechos humanos.

En la madrugada del 1 de julio, los miembros del CLP jurarán sus cargos ante más de 4.000 invitados, entre ellos gobernantes extranjeros, en un acto que ha sido considerado por algunos un intento de respaldar internacionalmente un Parlamento cuya legitimidad fue dada por Pekín y no por las urnas.

El primer ministro británico, Tony Blair, y la secretaria de estado norteamericana, Madeleine Albright, han anunciado que no presenciarán esa parte de la ceremonia.

La insistencia de China por incluir la jura durante los actos oficiales pone en una encrucijada a otros muchos dirigentes occidentales: desairar a la República Popular China o a los demócratas.EFE

cc/emd/mz/mz/ll

06/20/14-02/97

XB4794

U EOXRT 06-16 00701

[illegible]

HONG KONG-TRASPASO (Previsión)

HONG KONG RECIBE NUEVO COMPROMISO DE RESPETO A SU AUTONOMIA

Por Josep Bosch

Hong Kong, 16 jun (EFE).- Al entrar en sus dos últimas semanas como colonia británica, Hong Kong recibió hoy lunes un nuevo compromiso de que se respetará su autonomía por boca del ministro de Asuntos Exteriores chino, Qian Qichen.

En unas declaraciones hechas al diario local South China Morning Post, Qian reafirmó la postura formal china de no interferencia en los asuntos de Hong Kong en caso de que surjan problemas de orden público o se publiquen informaciones que disgusten a Pekín.

El propio Qian había causado inquietud en el territorio cuando el año pasado dijo que la prensa no debería "esparcir rumores, mentiras o insultos personales" contra los dirigentes chinos, un concepto que, en la estrecha definición china de noticias, podría incluir la publicación en la prensa local de información no oficial.

En esta ocasión el ministro de Exteriores trató de adoptar una actitud menos alarmista y dijo que al hacer aquellas declaraciones solo reflejaba una opinión personal.

Para la prensa de Hong Kong las declaraciones fueron una clara advertencia y lo seguirán siendo porque nadie cree que un miembro tan importante del gobierno chino pueda permitirse el lujo de hacer declaraciones personales en asuntos tan imporantes.

"Lo que suceda en el futuro deberá ajustarse a las leyes locales y estas leyes garantizan que Hong Kong disfrutará de libertad de prensa", dijo Qian.

También se refirió a la necesidad de que sean las leyes de la Region Administrativa Especial (RAE), en la que se convertirá Hong Kong el primero de julio, las que regulen los problemas que surjan en caso de que haya desordenes públicos.

"Esto no será nuestra responsabilidad sino la del gobierno de la RAE ya que nosotros no pondremos en práctica en Hong Kong las leyes que rigen en el resto de China", aseguró Qian.

Una vez más se hace referencia al concepto "un pais, dos sistemas" -expuesto en su día por Deng Xiaoping para integrar el capitalismo de Hong Kong dentro del sistema restrictivo y autoritario de China- como la fórmula mágica que conjurará todos los problemas y los posibles desajustes que se vaticinan entre los observadores.

Sin embargo, desórdenes públicos es lo último que teme este territorio ante el gran acontecimiento histórico que se avecina y para el que se ha estado preparando a veces con temor, a veces con confianza desde hace años.

Sólo la posibilidad de un tifón, acompañado de fuertes lluvias y vendavales, algo frecuentes en esta época del año, parece capaz de enturbiar una serie de actos para marcar el cambio de soberanía que se anuncian más como una fiesta que como cualquier otra cosa.

En las salas de fiestas [illegible] hoteles, restaurantes y clubes han organizado para la noche del 30 de junio al 1 de julio, el acento está en los [illegible]

[illegible]

de saldo, como si las existencias debieran agotarse antes de la llegada de la nueva época histórica.

Además del tiempo, la otra preocupación seria que se vislumbra en el horizonte es una que ha estado presente en el cielo de Hong Kong desde hace muchos años: la espiral de precios en el mercado inmobiliario.

En un nuevo intento de frenar la burbuja especulativa, tantas veces denunciada pero nunca atajada, el equipo de gobierno del futuro gobernador, Tung Chee-hwa, ha prometido anunciar en breve una serie de medidas para enfriar el mercado.

Después de años de aumento constante de los precios y alquileres de viviendas y oficinas, Hong Kong teme que se repita una situación similar a la de Tokio, hace tres o cuatro años, cuando el mercado se derrumbó causando graves problemas en algunos bancos.

Pero intervenir en un sector tan importante de la economía local como es el inmobiliario, sea creando un impuesto anti-especulación o sea otorgando nuevos permisos de construcción en zonas hasta ahora controladas por el gobierno, puede ocasionar nuevos problemas en un momento en que los ojos estarán puestos en la nueva administración.

A juzgar por la euforia que se respira en amplios sectores del mundo empresarial y la constante entrada de dinero en el sector financiero y especulativo de Hong Kong los primeros problemas que tendrá el gobierno de la futura Región Administrativa Especial serán más de tipo económico que político. EFE

jbg/ga/jdl

06/16/09-13/97

9708693

X94785

U PGXBT 06-16 0041I

 ica mun exo

CHINA-HONG KONG

HONG KONG ES PUENTE CHINA AL MUNDO, DICE JEFE DIPLOMACIA CHINA

Pekín, 16 jun (EFE).- China necesita a Hong Kong como puente que le comunique con el mundo y le permita concluir su política de reforma económica y apertura al exterior, afirmó el jefe de la diplomacia china, Qian Qichen, en una entrevista concedida a un diario de Hong Kong.

Qian sostiene en la entrevista que la política de Pekín de dar la máxima autonomía a Hong Kong seguirá después de que pase a la soberanía china el próximo 1 de julio, y que los asuntos de orden público, libertades de expresión, manifestación y prensa dependerán del gobierno autónomo hongkonés y no del Gobierno central.

La precisión de Qian se hace poco después de que el Consejo Legislativo Provisional (CLP) hongkonés, reunido en la ciudad china de Shenzhen y no reconocido por Gran Bretaña o Estados Unidos, aprobara reducciones a las leyes de libertades civiles y políticas del territorio, aunque menos drásticas de las que Pekín consideraba necesarias, según fuentes diplomáticas en la capital china.

Las agencias del gobierno central chino (como la agencia de noticias Xinhua que es, de hecho, el Consulado en ese territorio) continuarán en él pero "no dirigirán nada ni interferirán en el funcionamiento del gobierno autónomo hongkonés", aseguró Qian.

Otras agencias, como la Oficina de Asuntos de Hong Kong y Macao, serán una ayuda para generar contactos económicos y comerciales entre las provincias chinas y Hong Kong, y Xinhua "que funcionó en Hong Kong 50 años bajo dominio británico" debe continuar, dijo el ministro, que empezó su carrera en un periódico prochino de Hong Kong.

El concepto "un país, dos sistemas" sirve a Hong Kong, a China y a los intereses de los inversores extranjeros y de la comunidad internacional, afirmó Qian, y en los últimos 18 años la colonia británica ha sido el puente y la ventana al mundo de China, "y como continuaremos nuestro desarrollo necesitamos ese puente y esa ventana".

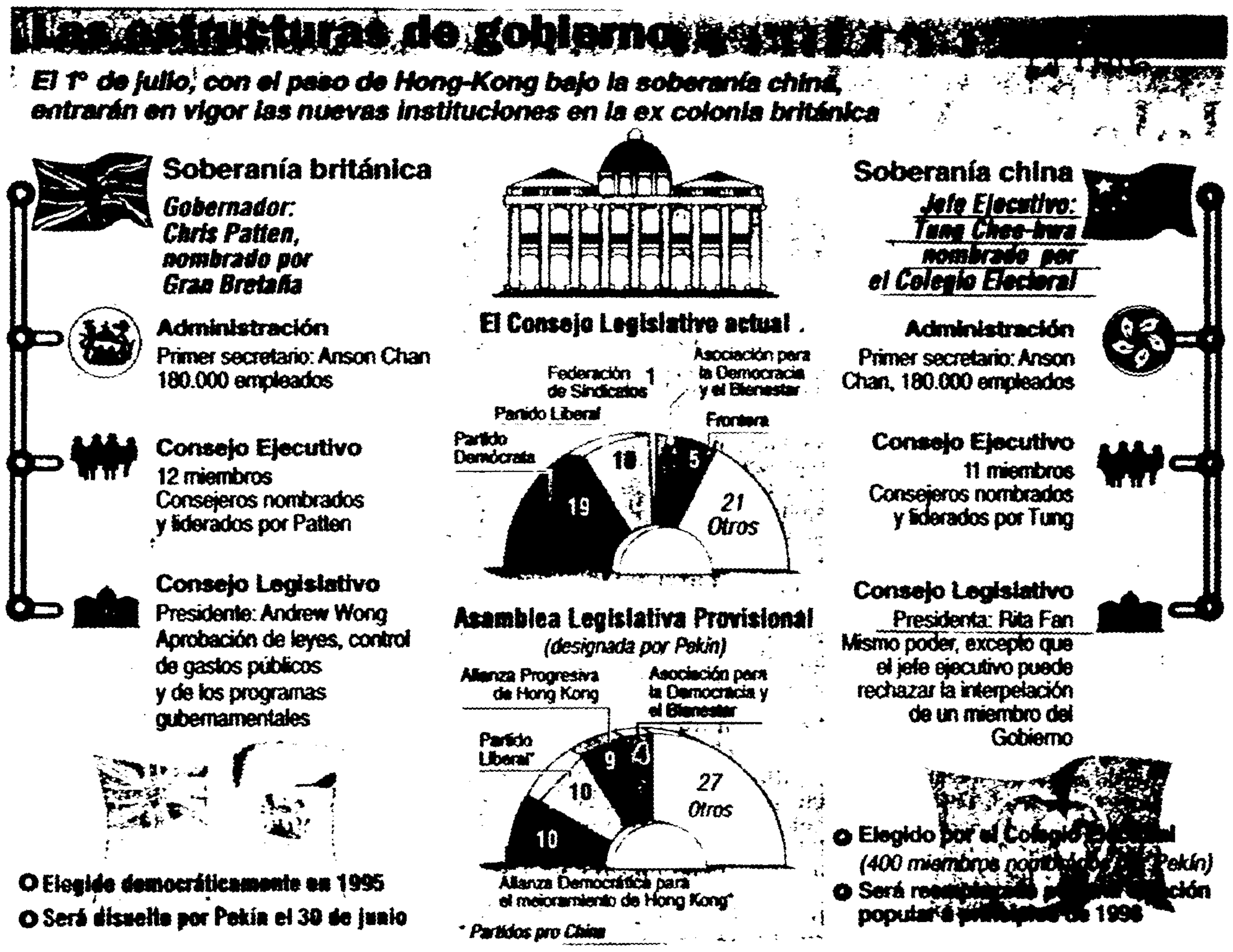
Qian precisó que era "su punto de vista personal" la advertencia que hizo hace meses de que los diarios de Hong Kong no deben publicar "mentiras, rumores o insultos personales a los dirigentes chinos" y señaló que serán "las leyes futuras de Hong Kong" las que regulen esos aspectos, "y esas leyes garantizarán la libertad de prensa".

El ministro negó que se hayan hecho modificaciones fundamentales a las leyes de libertades y derechos civiles y afirmó que las leyes vigentes "permanecerán prácticamente intocadas", frente a lo que afirman sectores democráticos del territorio sobre recortes a sus libertades personales y civiles. EFE

jcr/jd1

06/16/05 20:07

// 9708693


Las estructuras de gobierno
El 1° de julio, con el paso de Hong-Kong bajo la soberanía china, entrarán en vigor las nuevas instituciones en la ex colonia británica
Soberanía británica
Gobernador: Chris Patten, nombrado por Gran Bretaña
Administración
Primer secretario: Anson Chan
180.000 empleados
Consejo Ejecutivo
12 miembros
Consejeros nombrados y liderados por Patten
Consejo Legislativo
Presidente: Andrew Wong
Aprobación de leyes, control de gastos públicos y de los programas gubernamentales
Elegido democráticamente en 1995
Será disuelto por Pekín el 30 de junio
El Consejo Legislativo actual
Federación de Sindicatos
1
Asociación para la Democracia y el Bienestar
Partido Liberal
Frontera
Partido Demócrata
10
5
19
21
Otros
Asamblea Legislativa Provisional
(designada por Pekín)
Alianza Progresiva de Hong Kong
Asociación para la Democracia y el Bienestar
Partido Liberal*
9
4
10
27
Otros
10
Alianza Democrática para el mejoramiento de Hong Kong*
* Partidos pro China
Soberanía china
Jefe Ejecutivo: Tung Chee-hwa nombrado por el Colegio Electoral
Administración
Primer secretario: Anson Chan, 180.000 empleados
Consejo Ejecutivo
11 miembros
Consejeros nombrados y liderados por Tung
Consejo Legislativo
Presidenta: Rita Fan
Mismo poder, excepto que el jefe ejecutivo puede rechazar la interpelación de un miembro del Gobierno
Elegido
Será
popular
1998

[illegible]

5 POKBT 06-18 [illegible]

[illegible]

CHINA-HONG KONG

PEKIN RESPETARA LOS TRATADOS FIRMADOS POR HONG KONG

Pekín, 18 jun (EFE).- Pekín avalará y respetará los tratados internacionales firmados por Hong Kong, que continuarán en vigor después de que el próximo 1 de julio el territorio pase a la soberanía China, afirmaron hoy fuentes oficiales.

Se trata de más de 200 tratados internacionales y el gobierno chino ha enviado notas a las organizaciones internacionales depositarias de esos acuerdos para señalar que continuarán aplicándose en nombre de la Región Administrativa Especial (RAE) china de Hong Kong a partir del próximo 1 de julio.

El gobierno chino informará en breve a la secretaría general de la ONU sobre los principios y prácticas de aplicación futura de esos tratados, señalaron los portavoces.

Esos acuerdos son sobre economía y comercio, aduanas, ciencia y tecnología, aviación civil, barcos mercantes, derechos de la propiedad intelectual, recursos, delitos y leyes internacionales privadas, y más de 80 de ellos no tienen correspondencia en China, afirmaron los portavoces, que añadieron que Pekín los avala para defender el principio "un país, dos sistemas". EFE

JCP/JLH/NE

06/18/0[illegible] 22:07

13

9708693

Líder mundial en esperanza de vida e impuestos bajos

HONG KONG OSTENTA SUS RIQUEZAS ANTES DEL CAMBIO DE SOBERANIA

Hong Kong exhibe su riqueza con la mayor cantidad de autos Rolls-Royce per cápita, al ser el mayor importador de coñac y el mayor usuario per cápita de teléfonos celulares del mundo. Estos son algunos de los lujos más visibles en Hong Kong en momentos en que su población, de 6,4 millones de habitantes, se acerca a la reunificación con China a partir de la medianoche del 30 de junio.

HONG KONG, 16 (Reuter).— Al acercarse esta fecha definitiva, Hong Kong sigue acumulando cifras en muchos estudios estadísticos, algunas cifras son obvias y otras son oscuras, para analizar lo que ha logrado en 156 años de dominio colonial británico

Si las cifras son para creerse, ha logrado enormes avances, aunque mucho de este crédito deberá llevárselo el colonialismo y la energía y el trabajo del pueblo de Hong Kong.

Algunas de las cifras más impresionantes, que fueron dadas a conocer el 12 de marzo por el jefe financiero del territorio, Donald Tsang, tienen que ver con el tema que preocupa más en Hong Kong: *ganar dinero*.

Mientras algunos países languidecen sumidos en déficit presupuestarios, Tsang informó de otro superávit para Hong Kong, estimado en 15.000 millones de dólares de Hong Kong (unos 2.000 millones de dólares estadounidenses) para el período 1996-1997.

Las reservas internacionales aumentaron a 63.800 millones de dólares, las séptimas más altas del mundo.

■ MAS RICOS QUE LOS COLONIZADORES

El pueblo de Hong Kong ya estaba orgullosamente consciente de que, de acuerdo con parámetros económicos, ha superado a Gran Bretaña en riquezas.

El Producto Interno Bruto (PIB) per cápita en 1996 fue de 25.300 dólares, apenas por detrás de Japón en Asia y por encima de Gran Bretaña.

Hong Kong también es líder mundial en cuanto a impuestos bajos. No importa cuánto se gane, pues el territorio es casa de 20 familias que ganan más de 3.000 millones de dólares al año, porque la tasa máxima de impuestos es del 15 por ciento

De acuerdo con la Fundación Heritage de Estados Unidos, Hong Kong tiene la economía más libre del mundo, que le debe a las políticas poco estrictas de los colonialistas británicos.

Hong Kong se disputa con Singapur el tener el puerto de carga más activo del mundo, y aventaja a cualquier otro país en el dinero que se gasta en las apuestas de caballos.

El Jockey Club de Hong Kong, cuyo prefijo "Real" fue eliminado en deferencia a la inminente llegada de los chinos, tuvo ganancias durante la temporada de 1995-1996 de 80.000 millones de dólares de Hong Kong (unos 11.000 millones de dólares estadounidenses), superando por mucho a enormes empresas.

■ GRANDES CONTRASTES

De acuerdo con la revista Fortune, un trabajador promedio de la industria del vestido en Hong Kong gana 4,90 dólares por hora, mientras que sus colegas en China apenas perciben 0,58 dólares por hora.

Los parámetros de salud son mucho más altos. De acuerdo con la Asociación de Turismo de Hong Kong, los habitantes de la colonia, junto con los japoneses, tienen las tasas más altas de esperanza de vida en todo el mundo, calculada en 79 años.

■ MUY RICOS, PERO, ¿A QUE COSTO?

Los habitantes de Hong Kong tienen mucho dinero, pero lo emplean principalmente para pagar los precios más caros de vivienda del mundo

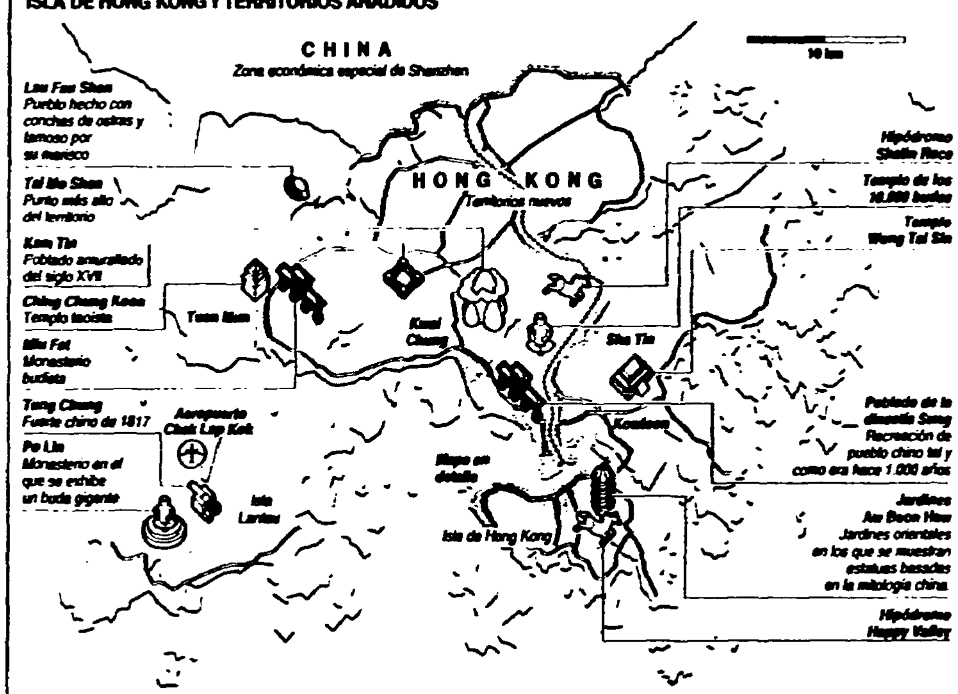
En marzo, una empresa llamada Sino-Land pagó una cifra récord de 11.820 millones de dólares de Hong Kong (1.530 millones de dólares) para un terreno previsto para construir residencias.

El presidente de la Sino-Land, Robert Ng, al peguntarle si tenía confianza en el futuro de Hong Kong bajo el gobierno de China, replicó: "¿Y usted me pregunta eso luego que hemos invertido 11.000 millones de dólares? ¿Está usted loco?".

HONG KONG

Hong Kong, colonia británica durante más de 150 años, será devuelta a China en la medianoche del 30 de junio.

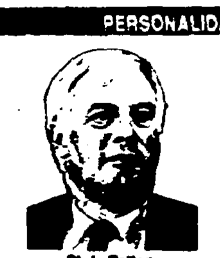
ISLA DE HONG KONG Y TERRITORIOS AÑADIDOS



HISTORIA DE LA COLONIA

- **1840-42.** Primera guerra del opio entre Gran Bretaña y China. Hong Kong pasa a ser territorio británico.
- **1898.** China cede a Gran Bretaña una zona de Nuevos Territorios y 235 pequeñas islas por un período de 99 años.
- **1911.** Una revolución en China destrona a la dinastía Qing.
- **1941-45.** Japón ocupa Hong Kong durante la Segunda Guerra Mundial.
- **1949.** Mao Zedong proclama la República Popular China.
- **1982.** China rechaza una petición británica para poder seguir administrando Hong Kong tras 1997.
- **1983.** Gran Bretaña y China inician conversaciones sobre el futuro de Hong Kong.
- **1984.** Declaración conjunta firmada en Beijing. Gran Bretaña se compromete a transferir a China el gobierno de Hong Kong el 30 de junio de 1997. China accede a garantizar un "alto grado de autonomía" a la provincia y permite que el sistema capitalista continúe rigiendo otros 50 años.
- **1989.** Masacre en la plaza de Tiananmen (Beijing) de activistas que se manifestaban en favor de la democratización de China.
- **1990.** China anuncia la redacción de la Ley Básica, que será la constitución de Hong Kong a partir de julio 1997.
- **1992.** El nuevo gobernador de Hong Kong, Chris Patten, inicia reformas electorales. China las rechaza.
- **1997.** El 21 de abril comienzan a llegar soldados chinos a Hong Kong para preparar la ceremonia de traspaso.

PERSONALIDADES IMPORTANTES



Chris Patten
Actual gobernador de Hong Kong
Nombrado en 1992. Ex presidente del Partido Conservador británico, promovió activamente reformas electorales que son denunciadas por China.



Tung Chee-hwa
[illegible]



Tony Blair
Primer Ministro británico
[illegible]



Jiang Zemin
Presidente chino
Se convirtió en el hombre más poderoso de China luego de la muerte de Deng Xiaoping en febrero de 1997. Ha impuesto fuertes reclamos de soberanía sobre Taiwán.

EP/706 REUTERS

XB4959

II FOXBT 06-20 00659
mun icx

HONG KONG-TRASPASO (Previsión)
BRITANICOS ABANDONARON A SU SUERTE A 6.5 MILLONES HONGKONESES

Por Josep Bosch

Hong Kong, 20 jun (EFE).- Quizá la mayoría de los 6,5 millones de habitantes de este "accidente histórico", como a veces se conoce a Hong Kong, ven con buenos ojos el fin de la época colonial ya que cultural e históricamente se sienten chinos a pesar de su desprecio por el sistema político que hay en China.

Otros muchos, que algún día confiaron en la protección de Gran Bretaña contra la amenaza de este mismo sistema que ahora puede acabar con sus libertades politicas y económicas, se sienten traicionados.

Una de las primeras proclamas de los colonizadores británicos que llegaron a Hong Kong, en 1841, fue declarar que todos los residentes en la isla, por el mero hecho de serlo, pasaban a ser súbditos de la reina de Inglaterra a la que desde entonces debían obedecer.

Por esta razón, la potencia colonial prometía a los residentes del territorio recién conquistado, protección contra cualquier enemigo y les garantizaba libertad de ritos religiosos y el mantenimiento de sus costumbres sociales, propiedad privada e intereses económicos.

Esta es la promesa que Gran Bretaña olvidó en Hong Kong y, al revés que en otras colonias como Gibraltar o la Islas Malvinas, donde los deseos de la población han sido siempre considerados primordiales, los hongkoneses fueron tratados como ciudadanos coloniales de segunda fila.

Si eso fue porque eran muchos o por que eran de raza china, o por la fuerza de la República Popular China, lo cierto es que los afectados perderán el amparo de la metrópoli, a la que, todo hay que decirlo, nunca se han sentido muy apegados.

Una de las respuestas más comunes de la gente, al preguntarles por su reacción ante las promesas rotas de los colonizadores es: "Ya sabíamos qe nunca podíamos fiarnos de los británicos. La realidad no hace más que confirmarlo".

La respuesta de Gran Bretaña es que no había otra opción realista que llegar a un acuerdo con China.

Curiosamente, la prensa local publica hoy, viernes, la última reacción británica a las declaraciones españolas de que debe aprovecharse la descolonización de Hong Kong para hacer lo mismo en Gibraltar.

En ellas se reproduce la opinión de Londres de que el caso de Gibraltar es distinto ya que es un territorio de propiedad británica. Lo mismo decía de Hong Kong.

Cuando Margaret Thatcher, subida al pedestal de la fama después de la victoria británica en la guerra de las Islas Malvinas. fue a Pekín a solucionar el problema colonial de Hong Kong, en 1982, su objetivo era continuar la administración británica sin plazo fijo.

Su razonamiento era que sólo Gran Bretana era capaz de garantizar la estabilidad y la prosperidad económica de un enclave capitalista como Hong Kong.

Pero la "dama de hierro" encontró una muralla no menos resistente en los dirigentes chinos que estaban dispuestos a

15 9708693

sacrificar la prosperidad de Hong Kong si ello suponia un menoscabo a la soberania y el orgullo nacional.

Al final Gran Bretaña tuvo que reconocer, dos años más tarde, que no era realista intentar mantener su administración ante la oposición de China ni siquiera en la parte del territorio que, por tratado, le correspondía a perpetuidad, es decir, la isla de Hong Kong propiamente dicha.

Lo único que el ministro de Asuntos Exteriores de la época (1984) prometió a los desesperados hongkoneses fue el desarrollo de las instituciones democráticas, algo que, con un retraso de 150 años, fue recibido como una consolación menor que de paso iba a molestar mucho a China.

Para evitar una fuga de cerebros que ya empezaba a producirse a razón de 45.000 por año, el parlamento británico aprobó una ley que daría ciudadanía británica a sólo 50.000 familias de profesiones clave o que por razón de su trabajo o asociación con el gobierno colonial pudieran tener problemas con la nueva administración.

Los demás sólo recibieron un monumental "I´m sorry" (lo siento) del gobierno que les había prometido protección para siempre y al final les abandonó a su suerte. EFE

jbg/mc/jff

06/20/09-15/97

XB4957

U POXBT 06-20 00553
mun exg icx

HONG KONG-TRASPASO
LIDER PARTIDO DEMOCRATICO CRITICA ACTITUD UNION EUROPEA

Por Josep Bosch

Hong Kong, 20 jun (EFE).- El destacado político opositor hongkonés Martin Lee criticó hoy a los gobiernos de la Unión Europea (UE) que enviarán representantes al acto de constitución del futuro parlamento de la Región Administrativa Especial de Hong Kong, cuyos miembros no fueron elegidos democráticamente.

Lee, presidente del Partido Democrático y miembro del actual Consejo Legislativo, que cesará sus funciones el 30 de junio, lamentó que la Unión Europea no se haya unido en masa al boicot de la ceremonia anunciado por Gran Bretaña y Estados Unidos.

En unas declaraciones a la prensa, después de intervenir en un acto organizado por la Cámara de Comercio Americana en Hong Kong, Lee dijo que ello se debe a intereses comerciales.

"Demasiados gobiernos europeos miran el pastel comercial de China y quieren una tajada de él. Creen que el comercio con China y las libertades de Hong Kong son cosas mutuamente excluyentes y no lo son", dijo el político y abogado.

La secretaria de Estado norteamericana, Madeleine Albright, y el primer ministro británico, Tony Blair, asistirán al acto de constitución de la Región Administrativa Especial de Hong Kong la noche del 30 de junio al primero de julio cuando esta colonia pase a la soberanía de China pero no asistirán al acto posterior en el que los miembros del nuevo Consejo Legislativo nombrado por Pekín jurarán sus cargos.

Los miembros de este nuevo Consejo o parlamento son los mismos que ahora forman el Consejo Legislativo Provisional que se ha reunido fuera de Hong Kong y que el Partido Democrático trató de declarar ilegal sin conseguirlo.

Lee, cuyo partido obtuvo el 65 por ciento del voto popular en las elecciones de 1995 y es el mayor del parlamento, dijo que la constitución de esta asamblea legislativa paralela violó los acuerdos chino-británicos sobre la transición de Hong Kong.

Lee, considerado como un "subversivo" por el gobierno chino, dijo, durante su intervención en el acto de la Cámara de Comercio Americana, que "Hong Kong no tiene futuro a largo plazo a menos que mantenga sus libertades y democracia bajo el imperio de la ley".

El político teme que a partir del primero de julio las libertades políticas y sociales de Hong Kong desaparezcan gradualmente y aseguró que "sin libertad no puede haber creatividad, y creatividad es uno de los secretos del éxito de Hong Kong".

Sobre la posibilidad de que en el futuro, el gobierno de Hong Kong permita el desarrollo económico actual en un clima social restringido, Lee dijo que "las libertades políticas y las económicas son inseparables. La libertad viene en un solo paquete. Si a uno le retiran alguna de sus libertades ya no es libre".

El Partido Democrático, con Lee a la cabeza pretende organizar una protesta pública en la propia sede del parlamento, en el distrito de Central, poco antes de la jura del nuevo Consejo Legislativo en la madrugada del dia uno de julio.

Esta protesta se efectuará después de que los miembros de este

/+

partido acudan a la ceremonia de transferencia de soberanía ya que, según Lee, el partido no se opone a que China recupere su condición de nación soberana pero sí a que acabe con el actual parlamento parte del cual fue elegido democráticamente.

El acto aun no cuenta con la aprobación de las autoridades pero el abogado dijo que espera que no se produzca ninguna violencia "ya que las cosas en Hong Kong se hacen de forma sensata y no tiene porqué haberla". EFE

jbg/meg/jpg

06/20/08-35/97

354991

U POXPT 06 23 0044

ics mun exg

HONG KONG TRASPASO (Previsión)

CHINA QUIERE QUE HONG KONG ADOPTE VALORES MAS ORIENTALES

Por Josep Bosch

Hong Kong, 23 jun (EFE).- La gran pregunta que todo el mundo se hace desde hace tiempo y se repite con insistencia ahora, a solo una semana del acontecimiento histórico, es ¿qué va a pasar en Hong Kong después del cambio de soberanía?.

La respuesta no llegará el primero de julio, cuando el nuevo país soberano ice orgulloso su bandera en la ex colonia, endulzado con un derroche de 40 toneladas de fuegos artificiales, sino dentro de muchos meses y quizá años.

Lo más probable es que el traspaso en sí sea más festivo que conflictivo y que los cambios vengan más adelante tanto en el frente político como en el económico y sean de forma gradual.

En lo político, es fácil percibir que lo último que China quiere para Hong Kong es un régimen liberal "a lo Occidental", con prensa libre, partidos políticos vociferantes e individualismo en lo social.

Incluso si China no estuviera gobernada por un patido comunista, las autoridades preferirían dar a Hong Kong "valores" más orientales como los que han permitido a una ex colonia como Singapur prosperar en lo económico, si bien con cierto atrofiamiento cultural, político y de ideas.

Es lo que se ha venido en denominar la ética confucionista : supremacía del interés de grupo y por tanto nacional sobre el individual, respeto por la autoridad -lo que acaba en un autoritarismo convencional- consenso en lugar de enfrentamiento político, ahorro, trabajo duro, orden en lo social.

Si estos valores pueden acomodar las aspiraciones de una sociedad moderna, liberal y dinámica como Hong Kong y qué importancia debe darse en el futuro a uno de los principales activos de la colonia, el "imperio de la ley" al estilo británico, está por ver.

China teme que un Hong Kong no sometido a controles podría convertirse en un foco de subversión para el "continente", un puerto para la exportación de la "evolución pacífica" anticomunista que las autoridades chinas temen porque la ven venir desde hace tiempo.

Incluso el magnate Tung Chee Hwa, el futuro jefe del próximo Gobierno seleccionado por China, cree que la permisividad social de Occidente, el individualismo y el excesivo liberalismno son factores corrosivos y opuestos a las ideas que China tiene sobre cómo debe ser Hong Kong.

En lo económico, algunos pueden tener dudas sobre la habilidad de China para mantener la economía y el bienestar de Hong Kong a largo plazo pero no es un temor compartido por todos.

La euforia promovida por China para dar un marco de fervor nacionalista a la trasferencia de soberanía se une al orgullo, la confianza y el optimismo generado por las reformas económicas y su acelerado nivel de crecimiento y modernización.

La clave para el continuado éxito de Hong Kong desde el punto de vista social y político está la no injerencia en los asuntos de la hasta ahora colonia tal como Pekín ha prometido, promesa cuyo cumplimiento está rodeado de dudas genuinas.

Otra clave la da el propio confucionismo que preconiza el respeto a la autoridad pero también propugna que los gobernantes deben gobernar con atitud benevola.

En lo económico el secreto puede estar en mantener la apertura económica de este próspero territorio, sus contactos internacionales y el respeto a la ley y las reglas del juego frente a la temible corrupción y favoritismo que sopla del "continente".

El temor de los hongkoneses es que la degradación sea el fruto inevitable de la interferencia obsesiva de Pekín, la emigración icontrolada y la mala gestión fruto del desconocimiento del funcionamiento de una comunidad moderna e integrada al mundo como es Hong Kong.

Todo cambio produce incertidumbre y para los hongkoneses el futuro está rodeado del temor normal a lo desconocido... pero también a lo conocido, ya que muchos de ellos están aquí porque huyeron de una China que no les daba cabida. EFE

jbg/meg/jdl

06/23/09-27/97

20

9708693

DF7054

U PO:RT [illegible] 00532

mun esg [illegible]

HONG KONG TRASPASO (previsión)

NUEVAS LEYES SERAN RETROACTIVAS PARA EVITAR VACIO LEGAL

Por Josep Bosch

Hong Kong, 22 jun (EFE). El futuro jefe del ejecutivo de Hong Kong, Tung Chee Hwa, confirmó hoy, domingo, que las nuevas leyes de la Región Administrativa Especial (RAE) en la que se convertirá la colonia el 1 de julio, tendrán efecto retroactivo.

Ello quiere decir que la manifestación organizada por el Partido Democrático en la madrugada de ese dia será ilegal si cuenta con más de treinta personas y no tiene permiso policial.

Pero la supuesta ilegalidad de la manifestación lo será de acuerdo con unas leyes que entrarán en vigor unas tres horas más tarde y contra las que precisamente se manifestará el mencionado partido.

Las leyes de la RAE han sido aprobadas en los últimos dias por el Consejo Legislativo Provisional, que se reune fuera de Hong Kong, en la localidad china de Shenzhen, ya que en realidad es un parlamento paralelo al que está legalmente constituido en el territorio.

Estas leyes entrarán en vigor alrededor de las tres de la madrugada cuando el Consejo Provisional se transforme en definitivo en un acto en el que sus miembros jurarán su cargo y que Estados Unidos y Gran Bretaña han anunciado que boicotearán.

La protesta de estos dos paises es la misma del propio Partido Democrático: denunciar que se legalice un parlamento nombrado a dedo por el gobierno de Pekín cuando lo que se acordó era que el actual continuaria sus funciones por un tiempo.

Pero el gobierno chino mantiene que el primero que rompió los acuerdos fue el gobernador de Hong Kong, Chris Patten, que cambió -democratizó- la forma de elección del Consejo Legislativo que cesará su existencia el 30 de junio.

Martín Lee, presidente del Partido Democrático, el mayor del actual parlamento, tiene planeado pronunciar un discurso de denuncia del nuevo Consejo desde el balcón del edificio del parlamento en el distrito de Central.

Este principio retroactivo de la nueva legislación fue defendido por Tung Chee Hwa para evitar que haya un vacío legal aunque sea de tres horas pero fue denunciado por otros expertos legales que no ven su necesidad.

Martin Lee, en unas declaraciones a la prensa dijo que no espera ninguna violencia porque no tiene que haberla. Recordó que cuando en junio de 1989 un millón de personas se lanzaron a la calle para denunciar la matanza de Tiananmen no hubo ninguna violencia ni se rompió ningún cristal de escaparate.

Un editorial en el diario local South China Morning Post abundó hoy sobre este criterio al denunciar la retroactividad de las leyes que muestran la preferencia de la nueva administración por "gobernar por decreto-ley en lugar de hacerlo de acuerdo con la ley".

"Hong Kong no es una ciudad de anarquistas o locos y el Partido Democrático está generalmente comprometido a efectuar manifestaciones [illegible] causar disturbios", dijo el periódico.

"Será una violación del principio legal detener a quien y denunciarle ante los tribunales por hacer algo que no era ilegal en el momento de hacerlo a pesar de que lo sea un poco después", añadió.

Hasta ahora sólo se necesitaba notificar a la policia de una manifestación aunque se trata de una modificación reciente de la ley ya que en practicamente toda la epoca colonial había restricciones similares a las que se impondrán en el futuro. EFE

jbg/jff

06-22-11 21:07

21

9708693

Demócratas desafían al gobierno chino

Las autoridades pro democráticas de Hong Kong advirtieron a Beijing que todo intento que les impida manifestarse, la noche del traspaso, terminará en inevitables y fuertes disturbios

Los movimientos democráticos de Hong Kong advirtieron ayer a Beijing que todo intento de impedir a sus dirigentes hacer declaraciones desde el balcón del Consejo Legislativo, la noche de la devolución de la colonia británica a China, podrá desembocar en disturbios.

El Consejo Legislativo (Legco), elegido democráticamente en 1995, dejará de funcionar el 30 de junio a la medianoche, para ser sustituido por una Asamblea Legislativa Provisional, nombrada por China.

Los futuros gobernantes de Hong Kong instaron a los dirigentes del Partido Democrático –mayoritario en el Consejo Legislativo– a no manifestarse en la noche del traspaso, y advirtieron a sus miembros que pueden ser detenidos y acusados de cargos criminales.

Sin embargo, líderes del Partido Democrático anunciaron que llevarán a cabo los discursos desde el balcón del Legco y que están dispuestos a enfrentar las consecuencias. "No tenemos la menor intención de cambiar nuestros planes", señaló Lee Wing Tat, uno de los jefes de la

> *"Si se nos impide el acceso al edificio no duden que ocurrirán desgracias"*

agrupación política. "Si se nos impide el acceso al edificio, o somos bloqueados por otras personas, no duden que ocurrirán enfrentamientos con desgracias", agregó.

MODIFICACIONES

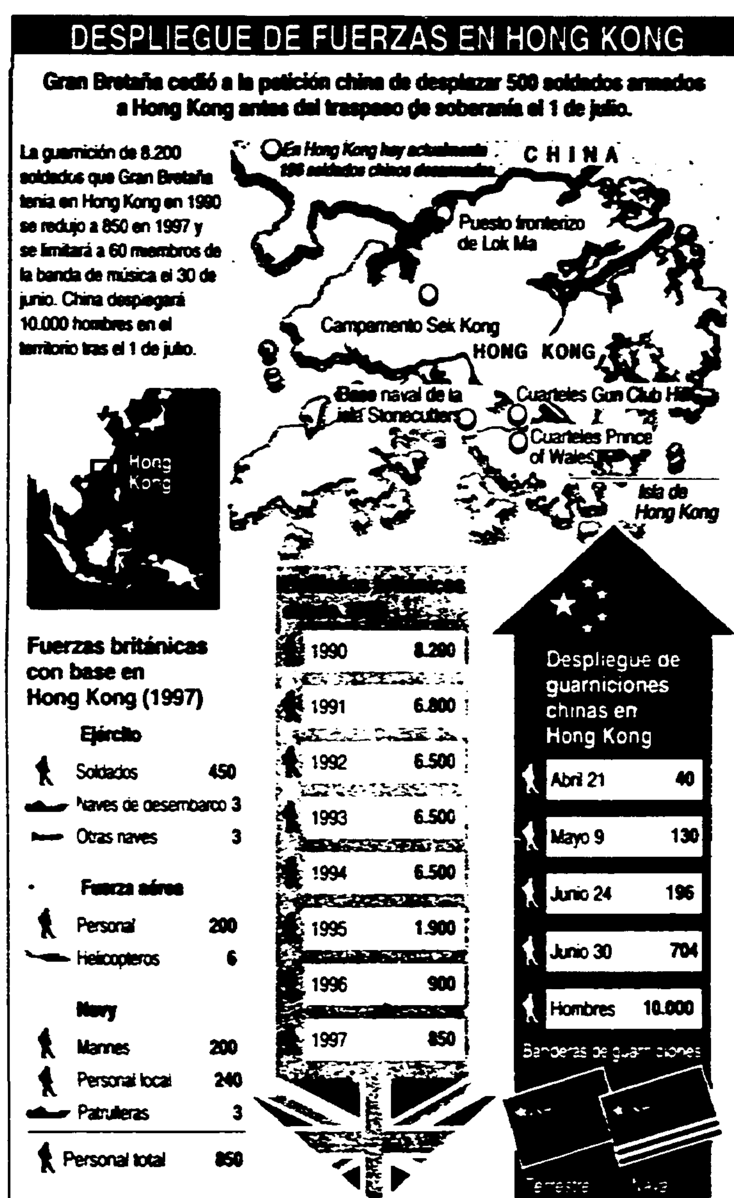
Los diputados del Consejo Legislativo modificaron ayer una ley criminal con la intención de retirar de ella los delitos de subversión y secesión a tan sólo ocho días del traspaso del territorio a China. Bajo la Ley Básica –régimen legal que regirá el territorio finalizado el traspaso de soberanía– la futura Región Administrativa Especial de Hong Kong (Raehk) contará con leyes que prohíben "todo acto de traición, secesión, sedición y subversión contra el gobierno chino".

El gobierno colonial británico elaboró el pasado diciembre el proyecto de ley que fue aprobado ayer por los diputados del Consejo Legislativo en un intento, según especialistas, de introducir un texto de tendencia liberal tendente a obstaculizar cualquier ley proveniente de las autoridades de Beijing.

Por su parte, el actual gobernador de Hong Kong, Chris Patten, declaró en rueda de prensa: "Creo que la ley tal como está ahora es una buena ley, espero que la Raehk la encuentre de suma utilidad como base para cualquier subsecuente legislación que necesiten sobre subversión y secesión, y por supuesto que espero también que ellos (por los demócratas) sepan tomar ventajas de la misma".

El gobernador Chris Patten, quien ya se despidió de su Consejo Ejecutivo de Asesores, se mostró también optimista sobre el acuerdo alcanzado el pasado lunes entre los gobiernos de China y Gran Bretaña para admitir la presencia de 509 soldados chinos armados en Hong Kong tres horas antes del traspaso de soberanía territorial y estimó que esto "no debería causar ninguna clase de problemas". *(AFP)*





El presidente Lee defiende sus maniobras militares

Taiwan concluyó ayer dos días de maniobras militares con un ejercicio de disparos verdaderos que fue presenciado por el presidente Lee Teng Hui, quien rechazó especulaciones "indebidas" sobre un vínculo entre las mismas y la devolución de Hong Kong a China.

Lee presenció el ejercicio con artillería verdadera, que duró una hora, en la base militar de Henchun en el sur de la isla y señaló que las maniobras fueron una de las trece que en elo presente año realizará Taiwan.

"No tiene nada que ver con las especulaciones que han hecho algunos extranjeros", señaló oficialmente el presidente Lee. "Las maniobras, en las cuales se probaron armamentos de avanzada y las capacidades en conjunto de las Fuerzas Armadas, han tenido un efecto positivo en el mejoramiento del poder defensivo del país y en fortalecer la conciencia defensiva de nuestro pueblo", agregó el mandatario.

DISCURSO

Lee realizó un breve discurso a unos 500 invitados al finalizar las maniobras en las que participaron más de 2.000 efectivos militares. El presidente subrayó durante el mismo que las defensas taiwanesas entraron en una nueva "era" militar después de someter exitosamente sus nuevos equipos militares de alta tecnología, pese a las fuertes críticas recibidas procedentes de Washington y de la capital rusa, Moscú. *(AFP)*

- **CHINA Y EL G8.** El gobierno chino desestimó ayer los llamamientos efectuados por los líderes políticos del G8 durante la Cumbre de Denver, calificándolos de "inadecuados".
- **LA RESOLUCIÓN.** El G8 instó a la realización de elecciones anticipadas en Hong Kong después de la devolución de la colonia británica a China.
- **RECORDATORIO.** El Grupo de las ocho economías más industrializadas del mundo (EEUU, Francia, Reino Unido, Japón, Rusia, Canadá, Italia y Alemania) recordó el pasado domingo a China su compromiso de respetar las libertades fundamentales en Hong Kong y pidió la realización de elecciones democráticas "lo antes posible".

LA CONSTITUCIÓN DE HONG KONG

La ley Básica, anunciada por Hong Kong en 1990, sirve de Constitución poscolonial y regirá a partir de la medianoche del 30 de junio cuando el territorio se convierta en Región Administrativa Especial (RAE)

PRINCIPALES PUNTOS

- La RAE tendrá un alto grado de autonomía con tres poderes totalmente independientes
- Políticas socialistas no serán aplicadas en la RAE y el sistema capitalista y la forma de vida en la ex colonia se mantendrán invariables por 50 años
- Ni la provincias chinas, ni las regiones autónomas, municipios o gobiernos departamentales pueden interferir en los asuntos internos de la RAE
- El pueblo de Hong Kong gobernará a la gente de Hong Kong
- La RAE de Hong Kong será dirigida por un jefe del Ejecutivo, quien será elegido a través de elecciones internas
- Un Consejo Legislativo de 60 miembros será elegido a través de elecciones. Elecciones indirectas constituirán una fase y la Cámara total será directamente elegida para el 2007
- La RAE de Hong Kong tendrá su propio pasaporte
- Los residentes de la RAE disfrutarán de las libertades de expresión, movimiento y religión
- Las cortes de la RAE tendrán jurisdicción para todos los casos, excepto para actos de Estado tales como Defensa y Asuntos Exteriores
- La RAE legislará sus propias leyes para prohibir los delitos de traición, secesión, sedición o subversión contra las autoridades del gobierno Central
- El sistema existente del Common Law inglés será mantenido por la RAE de Hong Kong
- El supremo Tribunal en la RAE será la Corte Final de Apelaciones
- Las tropas militares chinas no interferirán en asuntos de la RAE
- El idioma inglés puede seguir siendo usado como lenguaje oficial por el Ejecutivo, Legislativo y el Judicial

FR 2306

XA3979

R FOXBT 06-26 00221

icx mun exg

CHINA-HONG KONG

HONG KONG EN 34 ORGANISMOS INTERNACIONALES TRAS PASE A CHINA

Pekín, 26 jun (EFE).- Hong Kong continuará participando como miembro de pleno derecho de 34 organismos internacionales después de pasar a la soberania china el próximo 1 de julio, informaron hoy fuentes oficiales chinas.

Desde 1985 y para asegurar una tranquila transición de Hong Kong a la soberanía china Pekín y Londres mantienen consultas sobre las organizaciones internacionales a las que pertenece ese territorio y acordaron que continuaría en 34 de ellas tras pasar a ser una región administrativa especial china.

Además, el gobierno autónomo hongkonguense podrá, integrando delegaciones del gobierno chino, tomar parte en las actividades de diecinueve organizaciones intergubernamentales y asistir a sus conferencias, incluidas la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI) y el Fondo Monetario Internacional (FMI).

También, y usando el nombre "Hong Kong, China", la región administrativa especial podrá tomar parte en las activades de otras 15 organizaciones internacionales como miembro o miembro asociado, o bajo otra condición, señalaron los portavoces chinos.

Entre estas organizaciones a las que Pekín presiona para que acepten la denominación "Hong kong, China" están el Comité Olímpico Internacional (COI), el Banco de Desarrollo Asiático (BDA) y la Organización Marítima Internacional (OMI). EFE

JCR/FG

06/26/03-37/97

EL MODELO IMPERANTE EN HONG KONG

La isla del milagro económico

Hong Kong es el séptimo exportador del mundo • Y la tercera economía más competitiva del planeta • No tiene deuda externa y el desempleo es inferior al 3 por ciento • Las razones de un modelo exitoso

Hong Kong
Enviada especial

Las cifras en Hong Kong no dejan de asombrar. Tiene uno de los productos brutos internos per cápita anuales **más altos del mundo**: 26.000 dólares y su crecimiento el último año fue del 5,5%. No tiene deuda externa y el índice de desempleo es menos del 3%. Es el **séptimo mayor exportador del mundo**.

¿Cómo se entiende el milagro? Básicamente hay tres causas, según señalan banqueros y analistas.

■ Nunca hubo una oposición política o un clima que inhibiera las medidas que hicieron a Hong Kong progresar. Los ingleses tuvieron mano liviana y siempre hubo un ambiente en el que se podían desarrollar esas políticas favorables.

■ La política colonial exterior, especialmente después de la Segunda Guerra Mundial. No hay impuestos arancelarios. Hay poca intervención del Estado en la economía y paralelamente poca previsión social estatal. No hay jubilación. Hay salud, educación gratis y, por supuesto, el sector legal y policial es atendido por el Estado. Hay poca carga impositiva: a nivel personal lo máximo es 15% y para las empresas, 16,5%. Es la más baja del mundo y la más sencilla. Se necesitan menos de 5 minutos para llenar la declaración impositiva. Nadie evade porque no vale la pena. "Es una política muy sana, muy inteligente, porque estimula la inversión, estimula el trabajo y mantiene al Estado alejado de la actividad empresarial", afirma Andrew Freris del Bank of America.

> Hay poca carga impositiva: a nivel personal lo máximo es 15%. Nadie evade porque no vale la pena

■ La tercera causa es geográfica: Hong Kong fue la puerta que abrió China al mundo después de la muerte de Mao, aunque también durante la guerra de Corea y la de Vietnam actuó como base de tráfico de bienes.

Otro factor es el perfil de la población. Son muy jóvenes, porque en su gran mayoría son inmigrantes que salieron de China después del triunfo comunista del 49 o de la Revolución Cultural. Hubo una serie de sucesivas oleadas de emigración motivadas por persecuciones políticas masivas, desastres naturales y hasta hambrunas que llevaron a docenas de miles de emigrantes de China continental a Hong Kong.

Pueblo joven

La juventud de la mayoría de la población hace que la carga de salud pública sea poca y la fuerza de trabajo, mucha. Por otro lado, los que logran escapar de China son los más capaces o los más ágiles y, seguro, **los más dispuestos a correr riesgos**. Los analistas aseguran que aquí vino mucho de lo mejor de un pueblo talentoso y muy pragmático.

El rol de la administración colonial jugó un papel extremadamente importante al crear las condiciones propicias para que los chinos desarrollaran lo que aquí se señala que saben hacer muy bien: trabajar y hacer negocios.

"La desocupación es mínima. Hay sindicatos pero en los 14 años que hace que vivo en Hong Kong yo no recuerdo una huelga. Está permitida y protegida. **No se puede echar a nadie del trabajo porque haga huelga**. El mejor freno al poder de la patronal acá es la enorme oferta de trabajo: si no me gusta, chau, me voy", sostiene Freris.

El mercado laboral es tan flexible que no vale la pena el esfuerzo de pelear, de hacer huelga. Hay una mínima protección; licencia obligatoria y paga por embarazo, por enfermedad y una indemnización después de determinadas semanas de trabajo.

Ahora Hong Kong es, según un informe del gobierno estadounidense, "el ejemplo más espectacular de la libre empresa, con una de las prácticas más liberales en términos de inversión y comercio y con mínima interferencia gubernamental".

> Los analistas aseguran que aquí vino mucho de lo mejor de un pueblo talentoso y pragmático

El resultado es que casi todo aquí se cuenta a niveles de récord. Hong Kong se ha convertido en la tercera economía más competitiva del mundo, después de EE.UU. y Singapur, sus reservas trepan a 63.000 millones de dólares y tiene el mayor puerto de contenedores del mundo. □

CL 2505

LN 25/06

Llegada anticipada de las tropas chinas

Acuerdo reciente: 509 militares del ejército oriental entrarán en Hong Kong 3 horas antes del "handover" para garantizar la seguridad.

HONG KONG, 24 (De una enviada especial).- Más de 500 miembros del People Liberation Army (PLA), el ejército de la República Popular de China, llegarán a Hong Kong mientras ésta sea todavía colonia británica.

En efecto, según adelantaron hoy fuentes gubernamentales, las dos partes del aquí llamado Liason Group chino-británico acordaron ayer que un pequeño contingente del ejército chino llegue aquí el 30 de junio, a las 21, tres horas antes de que se realice el traspaso de soberanía oficial.

El motivo fue "asegurar que el PLA esté en condiciones de asumir la defensa" de la futura Región Administrativa Especial "a partir de la hora cero del 1° de julio", dijo un vocero.

Son 509 militares, que se apostarán en distintos lugares del territorio. Un grupo de 79 lo hará en las llamadas Prince of Wales Barracks, que quedan justo frente al puerto de Victoria, desde donde, a la medianoche, participarán de una ceremonia para marcar el traspaso de dicho cuartel.

De acuerdo con la Declaración Conjunta chino-británica de 1984, si bien Hong Kong mantendrá su sistema capitalista y su libre economía de mercado por lo menos 50 años, la defensa y las relaciones exteriores estarán a cargo de de China.

Según pudo saberse, este acuerdo fue precedido por intensas negociaciones: los chinos querían que entraran 1000 uniformados antes de la medianoche crucial. La demanda se debió a sus preocupaciones de seguridad por la visita oficial que efectuarán varios líderes de Estado, entre ellos su presidente, Jiang Zemin, para el "handover".

Después del 1° de julio se instalarán en Hong Kong cerca de 5000 miembros del PLA, la mitad del número de tropas británicas estacionadas aquí en los últimos años, y 5000 más a lo largo de la frontera, en Shenzhen.

El contingente deberá hablar tanto inglés como cantonés (el dialecto chino que se habla aquí), atenerse a las leyes locales y permanecer concentrado en 14 distintos cuarteles militares.

Tendrá un papel puramente defensivo, a menos que el jefe del Ejecutivo le pida a Pekín su asistencia para casos de desastres naturales o para mantener el orden público, o si el Congreso Nacional del Pueblo (el congreso chino) decide que aquél necesita ayuda aunque no se dé cuenta.

El oficial del PLA que más gana recibe el equivalente a 30 dólares por mes. Por algo es que nadie espera verlos de compras en shopping centers por aquí. Como tampoco nadie oculta su temor a la llegada de la corrupción.

Gran compromiso con Hong Kong

Washington protegerá sus intereses mucho después del 1° de julio. POR MADELEINE K. ALBRIGHT, SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADOS UNIDOS

A LA MEDIANOCHE DEL 30 DE JUNIO, DESPUÉS DE MÁS DE 150 años, Hong Kong volverá a ser parte de China. Bajo el lema "un país, dos sistemas", Beijing inaugurará la Región Administrativa Especial de Hong Kong, que ha prometido mantener la economía de mercado libre del área y su modo de vida hasta muy entrado el próximo siglo. Si la promesa se mantiene —y ésta es la pregunta crucial—, China se integrará más firmemente dentro de la comunidad internacional, y tanto la gente de Hong Kong como del resto del mundo resultarán beneficiados.

Esto es importante para Estados Unidos, porque nuestro interés en Hong Kong es sustancial. Más de 1.100 compañías operan allí, convirtiéndola en el principal centro de comercio estadounidense en la región de más rápido crecimiento del mundo. Barcos de la marina estadounidense llegan con frecuencia a su puerto. La cooperación entre Hong Kong y Estados Unidos para la aplicación de la ley ha ayudado a combatir el tráfico de drogas, el contrabando de extranjeros y otros delitos. Y Hong Kong es la personificación de una sociedad abierta, cuyo bienestar económico está basado en el mercado libre y en las elevadas normas legales. Yo representaré a Estados Unidos en la ceremonia de transferencia. Mi presencia subrayará la continuación del compromiso de Estados Unidos en Hong Kong y nuestro respaldo a la libertad y autonomía de su gente.

El 1° de julio, el pueblo de Hong Kong sentirá el orgullo de haber convertido una roca estéril en una joya de prosperidad; los británicos, el haber introducido un buen gobierno y el imperio de la ley; y los chinos, el haber recuperado la autoridad sobre la región tras tantos años. El desafío que se presenta ante los líderes chinos ahora es mantener la autoridad de tal forma que asegure que continue el éxito de Hong Kong.



IRA WYMAN PARA NEWSWEEK

Futuro incierto: *Estaremos observando*

Las obligaciones chinas están explicadas en la Declaración Conjunta Chino-Británica de 1984, en la cual Beijing se compromete a que Hong Kong tendrá "un alto nivel de autonomía, excepto en asuntos extranjeros y de defensa". La isla continuará protegiendo la propiedad privada, la posesión de negocios y la inversión extranjera. El territorio recaudará sus propios impuestos, mantendrá sus propios ingresos, conservará su moneda, retendrá su condición de puerto libre con su propio sistema de aduanas y centro internacional de finanzas, y continuará sus relaciones económicas externas. El gobierno de Hong Kong —compuesto por residentes locales— será responsable de proteger los derechos básicos y la libertad, y de mantener el orden público. Pese a que soldados chinos reemplazarán a los británicos, sólo se los utilizará contra amenazas externas.

Desgraciadamente, la discrepancia de China con las elecciones de 1995, organizadas por los británicos, así como con su Declaración de Derechos, ha producido inseguridad acerca de la libertad futura del área. China ha organizado la implantación de una legislatura provisional para reemplazar la elegida. Creemos que su creación fue injustificada y que, al incluir a 10 miembros que fueron derrotados en las elecciones de 1995, no goza del apoyo popular. Debido a esto no participaré de la ceremonia de juramentación de la legislatura cuando visite Hong Kong. Estados Unidos estará observando de cerca para ver si las elecciones de una nueva legislatura son llevadas a cabo pronto y libremente.

También nos preocupa la oposición de China a algunas partes de la Declaración de Derechos y ordenanzas relacionadas. No es posible mantener el "modo de vida" de Hong Kong sin preservar las libertades civiles. Tampoco continuará la confianza de los inversionistas si la democracia es reprimida. El éxito de la isla está basado tanto en la apertura económica como en la política. Si ésta se deteriora, también lo hará la riqueza de la región.

El éxito de China en sustentar sus compromisos dependerá del grado en el que, después del 1° de julio, se mantengan las libertades de prensa, palabra y religión.

En abril, el presidente Clinton y yo tuvimos una reunión con Martin Lee, un líder democrático en Hong Kong, que urgió a Estados Unidos a continuar su política de compromiso con China en relación a Hong Kong y otros asuntos. Igualmente expresó alarma ante la propuesta, pendiente en el Congreso, de terminar las relaciones normales de comercio entre Estados Unidos y China, una decisión que podría costarle a Hong Kong miles de millones de dólares en entradas, y decenas de miles de puestos de trabajo. Comparto esa preocupación, porque el mensaje de apoyo de Estados Unidos para el futuro de Hong Kong se verá atenuado si un voto del congreso debilita ese futuro.

Durante mi visita a Hong Kong haré énfasis en nuestra esperanza de que China cumplirá con la letra y el espíritu de las promesas hechas en la Declaración Conjunta. Estados Unidos continuará protegiendo sus propios intereses y apoyando al pueblo de Hong Kong mucho después del 1° de julio. El cumplimiento de sus obligaciones hacia Hong Kong será una prueba de que China está dispuesta a participar en forma responsable en un sistema internacional basado en la ley. Esta prueba tiene implicaciones importantes no sólo para Hong Kong, sino también para la posición de China ante el mundo y para perspectivas de mejores relaciones entre China y Estados Unidos.

Hace menos de 200 años, Hong Kong era una isla de granito escasamente poblada. Hoy es un vibrante centro de comercio. Un poeta chino del siglo XII tenía razón cuando imaginó a Hong Kong iluminada "con una profusión de estrellas en la noche profunda y una multitud de barcos llegando y saliendo de su puerto".

El 1° de julio estaremos mirando más allá de su brillante silueta mientras Hong Kong entra en un nuevo capítulo de su historia, compartiendo las esperanzas de millones de personas que viven en esa ciudad, de que el futuro de Hong Kong tendrá tanto prosperidad como libertad. ■

EL TRASPASO DE LA COLONIA BRITANICA

PREOCUPACION EN LONDRES Y WASHINGTON

Alarma la decisión china de enviar 4.500 soldados

También cruzarán la frontera 21 blindados y otros 400 vehículos militares • Arribarán seis horas después del traspaso de la colonia británica a Beijing

Hong Kong
Enviada especial

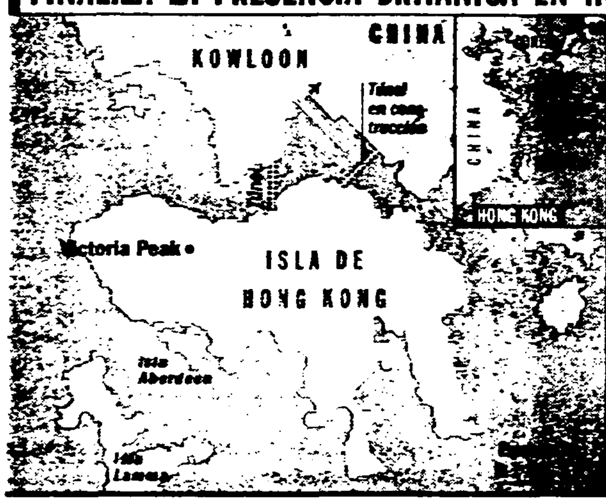
La decisión china de enviar a Hong Kong un nutrido contingente del Ejército Popular de Liberación, integrado por más de 4.500 soldados, provocó **alarma en la población y preocupación en Gran Bretaña y Estados Unidos.**

El contingente, que se encuentra estacionado en la ciudad china de Shen Zhen, apenas a 40 kilómetros de Hong Kong, cruzará la frontera **seis horas después del regreso del enclave a manos chinas.** La agencia oficial Xinhua dijo ayer que las tropas llegarán a Hong Kong "para hacerse cargo de su defensa".

La noticia tuvo el efecto de un **balde de agua fría** sobre los habitantes de la colonia, especialmente por la magnitud del contingente. Además del envío de los soldados, en efecto, Beijing decidió que crucen la frontera **seis helicópteros, 21 vehículos blindados y otros 400 vehículos militares.** La expedición se completará con diez buques de mediano tamaño.

El ministro británico de Relaciones Exteriores, Robin Cook, quien ya se encuentra en Hong Kong, **lamentó** el despliegue y, sin ocultar su preocupación, dijo que el envío de las tropas es "inútil". "China tiene todo el derecho de desplegar unidades militares porque así lo estipula la Declaración Conjunta de 1984, pero también se establece que la seguridad interna de Hong Kong está a cargo de la policía local. Por ello no debe haber vehículo blindados en las calles de Hong Kong", sostuvo.

FINALIZA LA PRESENCIA BRITANICA EN HONG KONG



Superficie: 1.040 km2 (comprende la isla de Hong Kong y el territorio de Kowloon, en tierra firme).

Población: 6.305.413 habitantes.

Idiomas oficiales: Chino e inglés.

PBI: US$ 172.000 millones

Ingreso per cápita: US$ 27.500

Desempleo: 3,5%

Alfabetización: 92,2%

Esperanza de vida: 78,7 años.

CLARIN

La secretaria de Estado de Estados Unidos, Madeleine Albright, afirmó a su vez que Beijing está enviando **"un mensaje"**, aunque por el momento no se sabe cuál es. Coincidió con el gobernador Patten en que el despliegue de tropas es una **innecesaria demostración de fuerza** por parte de las autoridades comunistas chinas.

El jefe del futuro ejecutivo, Tung Chi Hua –un armador multimillonario que tiene fuertes vínculos con China– aceptó la presencia del ejército como un "inevitable indicio" de la soberanía de Beijing en la región y aseguró que los soldados se comportarán con discreción.

Sin embargo, para muchos hongkongueses, emigrados durante la Revolución Cultural de la década del 60 o después de los sucesos de la plaza Tiananmen de 1989, que dejó un saldo de casi 500 muertos, el ejército es sinónimo de represión. Por ello Tung Chi Hua intentó enviar un mensaje tranquilizador y aseguró que las tropas de Beijing "jamás podrán intervenir contra la población" sin su orden. □

Ahora China espera la devolución de otra colonia: Macao

La última: el pequeño asentamiento portugués, establecido en 1577, será reintegrado a Pekín el 20 de diciembre de 1999.

HONG KONG, 29 (De una enviada especial).- Macao es el más viejo asentamiento extranjero en China, y es así que para muchos lo más apropiado es que sea el último. Allí, el 20 de diciembre de 1999 la bandera portuguesa será reemplazada por la roja de la República Popular de China.

Esto marcará el fin de una historia que comenzó en 1577, cuando los mandarines de Guandong acordaron dejar a los comerciantes portugueses este pequeño puerto ubicado en la entrada al delta del Río Perla.

Como contrapartida, los portugueses actuaban como empresarios para el comercio entre China y Japón, que estaba oficialmente prohibido. Durante un siglo los poderosos barcos portugueses llevaron cargas de seda china a Nagasaki y plata japonesa a Guangzhou (Cantón), llenando de dinero los bolsillos de los mercaderes locales, agentes gubernamentales, inversores de Macao y del mismo capitán del barco.

Los portugueses extendieron el comercio de seda, porcelana y objetos de arte japoneses a Europa, donde lograban precios fantásticos al cambiar el estilo de vida de las clases altas.

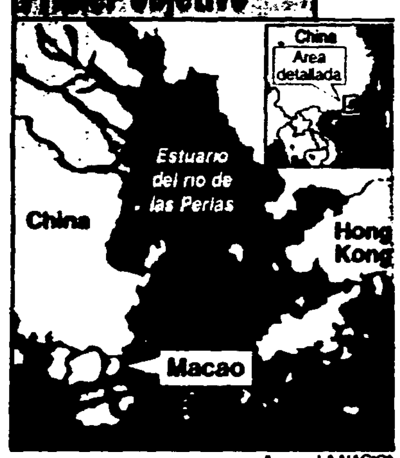
Macao se convirtió así en uno de los lugares más ricos de la Tierra y la puerta de entrada a China, no sólo para los comerciantes, sino también para los misioneros cristianos. Los jesuitas construyeron allí un colegio y una iglesia.

En 1630, Japón cerró sus puertas virtualmente a todo tráfico internacional y Holanda comenzó a controlar las vías marítimas. Macao sin embargo siguió siendo una entrada al comercio con China y sobrevivió gracias a los derechos de aduana que cobraba a los mercaderes del Reino Unido, Francia, Holanda, países escandinavos y más tarde, los Estados Unidos.

Como en casa

Para ellos Macao era un lugar exótico, pero "parecido a casa", con fortalezas sobre sus colinas, iglesias barrocas, mansiones coloniales y templos chinos decorados extravagantemente, cosas que hoy siguen siendo atracciones turísticas.

Primer objetivo



LA NACION

Luego del establecimiento de Hong Kong en 1841, los días de Macao parecían contados: los comerciantes extranjeros se mudaron al nuevo puerto británico.

El enclave sin embargo se mantuvo en el negocio, como lugar de descanso y vacaciones, con el juego de azar legalizado (su principal industria), para los residentes de Hong Kong.

A diferencia de la isla de Hong Kong, Macao nunca fue cedida formalmente por China a los portugueses.

Pero Portugal hace más de dos décadas expresó su voluntad de devolver el territorio, cosa que quedó plasmada en un acuerdo firmado en 1987.

Macao es muy pequeña: tiene una superficie total de 16 kilómetros cuadrados, formada por la península de Macao (pegada a China) al norte, y dos islitas más. Tiene 500.000 habitantes, de los cuales el 95 por ciento es chino.

XB4504

U FOXBT 06-04 00397
icx mun exo

PAKISTAN-INDIA
PAKISTAN ADVIERTE SOBRE CARRERA ARMAS DESPLIEGUE MISILES INDIA

Nueva Delhi, 4 jun (EFE).- Las relaciones entre la India y Pakistán, países que libraron tres guerras desde 1947, amenazan con deteriorarse tras las informaciones de un periódico de EEUU, de que Nueva Delhi desplegó misiles de medio alcance cerca de la frontera paquistaní.

Las autoridades de Islamabad reaccionaron enérgicamente a las informaciones publicadas el martes por el diario estadounidense "Washington Post", advirtiendo de que tal medida puede desatar una carrera de armas en la zona.

El diario afirmó que Nueva Delhi había estacionado en el estado noroccidental de Punyab, cerca de la frontera con Pakistán, los misiles de fabricación propia "Prithvi".

Cerca de una docena de estos misiles capaces de transportar una carga de entre 500 y 1.000 kilos a una distancia máxima de 250 kilómetros, fueron estacionados cerca de Pakistán, señala el periódico citando fuentes de los servicios secretos.

Islamabad reaccionó a la información con un comunicado oficial emitido por el ministerio de Exteriores.

El despligue puede "desatar una peligrosa carrera balística en la región" -subrayaba el documento-, y Pakistán "se reserva el derecho de tomar las medidas necesarias para salvaguardar sus seguridad".

El gobierno indio no reaccionó a las informaciones del diario, pero fuentes oficiales en el ministerio de Defensa sospechan que hayan sido difundidas por los servicios secretos de EEUU con intenciones maliciosas.

Dichas fuentes, citadas por The Times of India, subrayaron que significativamente la información apareció cuando la India y Pakistán reanudaron diálogos con el objetivo de mejorar sus relaciones bilaterales.

La información, según dichas fuentes, podría ser una maniobra del Pentágono y el "establisment" paquistaní, para torpedear los diálogos.

Tras un paréntesis de tres años, los secretarios de Exteriores de la India y Pakistán reanudaron en marzo diálogos bilaterales en Nueva Delhi, y la segunda ronda de conversaciones está prevista en Islamabad a finales de mes.

En Washington, Nicholas Burns, portavoz del Departamento de Estado, afirmó que EEUU no podía confirmar la información sobre el despliegue de esos misiles a menos de 100 kilómetros de Lahore, capital de la provincia paquistaní de Punyab, donde vive el 60 por ciento de la población del país.

Pero advirtió de que el gobierno de EEUU impedirá cualquier iniciativa para el despliegue de misiles balísticos por parte de la India o Pakistán. EFE

ic/ga/jdl

06/04/09 13.27

06/13/13:47/97

XH7031

R POLBT 06-13 00435
icx mun exg

PAKISTAN-INDIA
PAKISTAN SE DIRIGIO A LA ONU SOBRE DESPLIEGUE MISILES INDIA

Nueva Delhi, 13 jun (EFE).- El Gobierno de Pakistán trató con el Consejo de Seguridad de la ONU el presunto despliegue por parte de la India de misiles de alcance medio cerca la frontera paquistaní, informó hoy, viernes, la agencia estatal PTI.

En cartas a los líderes de los cinco países miembros del Consejo de Seguridad, Pakistán les informó de la seria amenaza que suponía para la seguridad de la zona el despliegue por parte de la India del misil de fabricación nacional "Prithvi".

Pakistán instó al Consejo de Seguridad de la ONU que pidiera a la India que se moderase, después de que el diario estadounidense "The Washington Post", informara el pasado 3 de junio de que la India desplegó misiles "Prithvi" en el estado norteño de Punyab, cerca de la frontera paquistaní.

Saliendo al paso de tales informaciones, el primer ministro indio, Inder Kumar Gujral, negó el miércoles que hubieran sido desplegados los misiles Prithvi, que pueden transportar cargas de entre 500 y 100 kilos a una distancia máxima de 250 kilómetros.

"No lo hemos desplegado en ninguna parte de la India ni en sus fronteras", afirmó Gujral, y calificó de engañosas las informaciones del periódico estadounidense.

Pero Jalid Salim, un alto oficial en el ministerio de Exteriores de Pakistán afirmó que el jefe del Gobierno paquistaní trató el despliege de los misiles con los líderes de los cinco países miembros de Consejo de Seguridad de la ONU.

En las cartas, según Jalid, el primer ministro paquistaní Nawaz Sharif, expresó su preocupación sobre el serio deterioro en la seguridad de la región, que suponía el despliegue de misiles por parte de la India.

Según Jalid, Pakistán habían tomado nota de las declaraciones del primer ministro indio de que los misiles no habían sido desplegados, pero el Gobierno, señaló el funcionarió paquistaní, seguía estudiando las informaciones llegadas de otras partes.

Jalid calificó el supuesto despliegue de los misiles como "sintomático de otro problema mayor", y afirmó que el asunto puede ser tratado en las conversaciones oficiales que la India y Pakistán celebrarán el día 19.

Un portavoz de ministerio de exteriores indio confirmó hoy que los secretarios de Exteriores de Nueva Delhi e Islambad celebrarán del 19 al 23 la segunda ronda de conversaciones en la capital paquistaní.

La primera ronda de conversaciones encaminadas a mejorar las relaciones entre la India y Pakistán, países que libraron tres guerras desde 1947, tuvieron lugar en Nueva Delhi a finales de marzo.

Las conversaciones fueron reanudadas tras un paréntesis de más de tres años, ya que se interrumpieron debido a las diferencias de ambos países sobre los problemas que les enfrentan. EFE

ic/11

06/13/13:16/97

02

9708694

TDA407

H POXDT 06-20 00486

mun exq irx

INDIA-PAKISTAN

INDIA Y PAKISTAN COMENZARON SEGUNDA RONDA DIALOGOS BILATERALES

Nueva Delhi, 20 jun (EFE).- La India y Pakistán comenzaron hoy la segunda ronda de diálogos bilatarales para mejorar las relaciones entre los dos países que libraron tres guerras desde la independencia del imperio británico en 1947.

Las conversaciones en Islamabad entre el secretario de Exteriores indio Salman Haider y su homólogo paquistaní Shamshad Ahmed estuvieron precedidas por la inauguración el jueves de una línea directa de teléfono entre los jefes de gobierno de la India y Pakistán.

El primer ministro indio Inder Kumar Gujral y el jefe del gobierno paquistaní Nawaz Sharif decidieron resucitar esa línea tras un paréntesis de varios años, como un gesto de su buena voluntad e interés por resolver las disputas que convirtieron estos países vecinos en amargos enemigos.

Durante el breve tiempo que Gujral y Sharif hablaron ayer por teléfono ambos expresaron su confianza en que los diálogos alcancen resultados positivos.

Los secretarios de Exteriores de la India y Pakistán se sentaron esta mañana a la mesa de las negociaciones encabezando sus respectivos equipos, y dispuestos a mejorar las relaciones indopaquistaníes.

Los diálogos fueron reanudados el pasado marzo en la capital india después de más de tres años, pero Haider y Ahmed acabaron esa primera ronda sin progresos fundamentales.

En esta segunda ocasión, oficiales en ambos países ya advirtieron que tampoco podían esperarse grandes logros.

Pero antes de sentarse esta mañana a trabajar, Haider expresó su confianza en que esta vez las conversaciones sean constructivas y Ahmed las calificó como una oportunidad histórica que debía ser utilizada en beneficio de los dos países.

En esta segunda ronda los secretarios de Exteriores pretenden identificar problemas concretos en las relaciones bilaterales y establecer grupos de trabajo para buscar soluciones.

El territorio norteño de Yamu y Cachemira, que la India y Pakistán se disputan desde la independencia del imperio británico y que ha sido causa de dos de las tres guerras que libraron desde entonces, se espera que sea tratado en las conversaciones.

Fuentes oficiales paquistaníes afirmaron que plantearán también el supuesto despliegue por parte de la India de misiles de alcance medio cerca de la frontera paquistaní, como informó el pasado mes el diario estadounidense The Washington Post.

El Gobierno indio negó que hubiera desplegado el misil de fabricación nacional Prithvi, que puede transportar cargas de entre 500 y 1.000 kilos a una distancia máxima de 250 kilómetros, y calificó de engañosas las informaciones del diario.

Las conversaciones continuarán ininterrumpidamente hasta el domingo, y para el lunes se espera un comunicado de prensa sobre su resultado.

Al término hoy de los diálogos, Salman Haider será recibido por el presidente paquistaní Faruq Leghari y el sábado por el primer ministro Nawaz Sharif.

Antes de regresar a Nueva Delhi el lunes, Haider tiene previsto también entrevistarse con el ministro de Exteriores paquistaní Gohar Ayub Khan. EFE

ic/ga

06/20/11-16/97

XB4293
U PAXBT 06 23 0050A
icv mun ess

INDIA-PAKISTAN
INDIA Y PAKISTAN CREARAN GRUPOS TRABAJO RESOLVER PROBLEMAS

Nueva Delhi, 23 jun (EFE).- Representantes de los gobiernos de La India y Pakistán decidieron establecer grupos de trabajo para resolver los problemas bilaterales y mejorar las relaciones entre los dos países tras concluir hoy lunes las conversaciones oficiales en la capital paquistaní.

El territorio norteño de Cachemira, que la India y Pakistán se disputan desde la independencia del imperio británico en 1947, y que ha sido causa de dos de las tres guerras que libraron desde entonces, figura como uno de los asuntos a resolver.

Los secretarios de Exteriores de ambos países encabezarán el grupo de trabajo que estudiará el asunto cachemirí, y el resto de los equipos estarán encabezados por oficiales del gobierno, según el comunicado emitido al término de cuatro días de conversaciones.

El glaciar de Siachem, en la cordillera del Himalaya, donde los ejércitos de la India y Pakistán libran desde hace años una guerra de desgaste que les cuesta más de un millón de dólares al día, fue identificado como otro de los problemas.

El secretario de Exteriores indio Salman Haider y su homólogo paquistaní Shamshad Ahmed, protagonistas de las conversaciones, decidieron también tomar las medidas necesarias para poner fin a la propaganda hostil de un país contra el otro.

El comunicado anuncia, además, que se ha acordado poner en libertad a 389 pescadores y 61 embarcaciones que permanecen detenidos en ambos países.

Los 195 pescadores paquistaníes con sus 26 barcos arrestados en la India y los 194 pescadores indios con sus 35 barcos en Pakistán serán puestos en libertad para el 15 de julio, señala el comunicado.

El documento señala que se han discutido los mayores problemas a los que hacen frente estos dos países vecinos, enconados rivales desde que obtuvieron la independencia hace 50 años, y añade que las conversaciones se celebraron en una atmósfera cordial y constructiva, en la que ambas partes plantearon sus respectivas posiciones.

Según el comunicado, los secretarios de Exteriores de la India y Pakistán celebrarán la tercera ronda de conversaciones en septiembre en la capital india.

La primera ronda de las conversacioens fue celebrada en Nuea Delhi en marzo, tras un paréntesis de más de tres años debido a los irreconciliables puntos de vista respecto a Cachemira.

Pakistán defiende la celebración de un referendum según las resoluciones de la ONU, para que los habitantes de Cachemira, el único territorio indio con mayoría de población musulmana, decida su anexión a la Unión India ó a la República Islámica de Pakistán.

La India por su parte mantiene que Cachemira -dos partes de cuyo territorio están bajo poder indio y el resto bajo control paquistaní-, es parte integrante de su territorio nacional.

La agencia estatal india PTI, calificó los resultados de las conversaciones como un "gran progreso hacia la normalización de las relaciones" indopaquistaníes.

"Creemos que el ciudadano medio de ambos países desea unas relaciones amistosas y hemos iniciado el proceso hacia ello",

declaró Haider.

Pero según los analistas, se necesita todavía tiempo para que la India y Pakistán normalicen sus relaciones. EFE

ic.pa/jdl

06/23/10-08/97

09-04

° DOCUMENTO 9708695

TITULO INDIA: DIPUTADOS POLITICOS ACUSADOS DE CORRUPCION

PROCEDENCIA 318593

FECHA DE PROCEDENCIA 230691

VINCULACIONES 11816

307594

11426

11164

11302

01-02

9708695

INDIA CORRUPCION
DESTACADOS POLITICOS ACUSADOS EN ESCANDALO CORRUPCION

Nueva Delhi, 27 jun (EFE). La policía federal india acusó hoy, martes, a destacados políticos, entre los que se encuentra Laloo Prasad Yadav, presidente el partido Janata Dal, del que es miembro el primer ministro Inder Kumar Gujral, de estar implicado en un escándalo de corrupción de 266 millones de dólares.

Yadav, que también es ministro Jefe del estado norteño de Bihar, el segundo mayor de la India, figura en la lista de los 56 acusados por el Departamento Central de Investigación (DCI-policía federal) en el conocido como "escándalo del pienso".

Los cargos contra Yadav, dos ministros de su gobierno, un ex ministro del Gobierno federal, políticos y altos funcionarios, fueron presentados hoy en un juzgado de Patna, capital de Bihar, por U.N. Biswas, director adjunto del DCI.

La acusación formal contra Yadav, tiene lugar tras casi dos meses de especulaciones sobre la suerte política del ministro Jefe de Bihar.

Las especulaciones empezaron a finales de abril cuando Joginder Singh, director del DCI, declaró que Yadav iba a ser acusado por su implicación en el "escándalo del pienso".

El uso indebido de los 266 millones de dólares en subsidio para pienso del ministerio de Agricultura de Patna, salió a la luz pública hace dos años, aunque las irregularidades comenzaron hace casi 20.

El gran número de animales muertos comprados por el gobierno de Bihar, fue una de las razones por las que se iniciaron las investigaciones.

Durante las mismas, se descubrió que los animales nunca fueron comprados y las muertes inventadas para justificar la contabilidad del ministerio de Agricultura del Estado de Patna.

Las declaraciones del director del DCI desataron una tormenta política en la capital india y desde entonces destacados líderes de la oposición y del Janata Dal, pidieron la dimisión de Prasad Yadav.

Pero el Ministro Jefe de Bihar, implicado en la retirada fraudulente de parte de los 266 millones de dólares durante 1994 y 1995, afirmó que no dimitirá del cargo alegando que su implicación en el "escándalo del pienso", es una conspiración para eliminarlo políticamente.

Prasad Yadav amenazó incluso con provocar una escisión en el Janata Dal, una de las mayores formaciones de los 14 partidos que forman el gobierno federal de alianza del Frente Unido, liderado por Gujral.

Temiendo su arresto, Prasad Yadav, solicitó la semana pasada la libertad bajo fianza por anticipado, posibilidad que prevee la ley del país, y práctica normal en la India.

Tras ser denunciado formalmente por el DCI, Prasad Yadav volvió a declarar hoy que no dimitirá de su puesto al menos que sea declarado culpable por el tribunal.

El mayor partido de la oposición, el partido nacionalista hindú Partido del Pueblo de la India (Bharatiya Janata Party) se apresuró hoy al primer ministro que destituyera al Ministro Jefe de Bihar.

El Partido Comunista de la India (Marxista), integrante del Frente Unido, emitió también un comunicado solicitando la dimisión de Laloo Prasad.

Por su parte, defensores del ministro Jefe de Bihar solicitaron la intervención de Gujral para impedir que la policía federal registrara su residencia.

Convocaron también una huelga de 48 horas en Ranchi, un distrito de Bihar, en protesta por las acusaciones presentadas por la policía federal contra Prasad Yadav.

El ministro Jefe de Bihar descartó cualquier posibilidad de amenaza contra el Gobierno federal.

Pero comentaristas subrayaron el impacto negativo que tendrá sobre el gobierno federal, si Prasad Yadav escinde la formación política a la que pertenece el primer ministro. EFE

L/II

06/23/15 06/97

02-02

9708695

1/16

R.E.Nº: 9708696/A

ASUNTO: PALMA PIEDEFERRI Eduardo Jorge Jr. en Medicina (C/A)

PROCEDENCIA: D.G.E.D.

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

OBSERVACIONES:

FECHA: 14 AGO. 1997

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENZI

01/16 C/F

9708696

14 AGO. 1997

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA

FACULTAD DE MEDICINA

DE ACUERDO CON LAS DISPOSICIONES
LEGALES VIGENTES SE EXPIDE A

Eduardo Jorge Palma Piedeferri

NACIDO EN *Rep. Oriental del Uruguay* QUIEN HA CUMPLIDO CON TODAS LAS OBLIGACIONES DEL RESPECTIVO PLAN DE ESTUDIOS, EL PRESENTE TITULO DE

Doctor en Medicina

EN MONTEVIDEO A *29 de junio* DE 19*84*

DECANO

RECTOR

D. 927. 973

DIRECTOR GENERAL DE SECRETARIA

SECRETARIO

INTERESADO

002

9708696

ANOTADO EN EL LIBRO DE REGISTRO de TITULOS de la FACULTAD de MEDICINA CON EL No. 13.373 a FOLIO 544. –
Montevideo, 11 de julio de 1984. –

CARLOS J. FERNANDEZ
JEFE ADMINISTRATIVO

BEDELIA

Montevideo, 6 de julio de 19 84
Este título queda anotado en el Libro 13 del Registro de Títulos de la Universidad de la República el folio 125 con el Nº 846

M. EMILDA CUSAETA
JEFE DE BEDELIA GENERAL

M.S.P.
DIRECCION COORDINACION
Y CONTROL

Con esta fecha y con el número 6205 queda inscripto en el Registro de Títulos de este Ministerio el título de Doctor en Medicina perteneciente Eduardo Jorge Palma Piedafarri

Montevideo 23 de julio de 1984

Por el Ministro

ALBERTO DELL'ANNA
DIRECTOR DE DEPARTAMENTO
Registro y Certificaciones

003

9708696

2 / 4 3 . 5 : 4 2. ...

I. C. U. S.

INSTITUTO CULTURAL URUGUAYO-SOVIETICO

Cursos de idioma ruso

CERTIFICADO DE PROMOCION

Se certifica que Eduardo Palma cursó y aprobó 2do S. Curso básico de idioma ruso con 72/00

Montevideo, Julio de 1991.

ICUS INSTITUTO CULTURAL URUGUAYO-SOVIETICO CLASES DE IDIOMA RUSO

PROFESOR SUPERVISOR

004 9708696

A.t. Nº 260983

EL QUE SUSCRIBE DIRECTOR (E) DEL HOSPITAL "GUSTAVO SAINT BOIS" HACE CONSTAR QUE: el Dr. Jorge Eduardo PALMA PIEDFERRI, ingresó a esta Unidad Ejecutora el día veintiuno de marzo de mil novecientos ochenta y ocho, en un cargo de Técnico II Médico, cumpliendo funciones de Médico de Guardia, en el Servicio de Emergencia; percibe mensualmente nuevos pesos doscientos cinco mil doscientos cincuenta y nueve, encontrándose en actividad.------

A solicitud de parte interesada y al sólo efecto de ser presentada ante la Embajada de los Estados Unidos, a efectos de solicitar visa de turista, se expide la presente en Montevideo, a los treinta días del mes de agosto del año mil novecientos noventa.------------------

Dr. Raúl Pinto Bastarrica

Director

GUSTAVO SAINT BOIS DIRECCION M. S. P.

805

9708696

A.t. Nº 260983

EL QUE SUSCRIBE DIRECTOR (E) DEL HOSPITAL "GUSTAVO SAINT BOIS" HACE CONSTAR QUE: el Dr. Jorge Eduardo PALMA PIEDFERRI, ingresó a esta Unidad Ejecutora el día veintiuno de marzo de mil novecientos ochenta y ocho, en un cargo de Técnico II Médico, cumpliendo funciones de Médico de Guardia, en el Servicio de Emergencia; percibe mensualmente nuevos pesos doscientos cinco mil doscientos cincuenta y nueve, encontrándose en actividad.-----

A solicitud de parte interesada y al sólo efecto de ser presentada ante la Embajada de los Estados Unidos, a efectos de solicitar visa de turista, se expide la presente en Montevideo, a los treinta días del mes de agosto del año mil novecientos noventa.------------------

Dr. Raúl Pinto Bastarrica

Director

GUSTAVO SAINT BOIS DIRECCION M. S. P.

805

9708696

CENTRO DE ASISTENCIA DEL SINDICATO MÉDICO DEL URUGUAY
CENTRO ADMINISTRATIVO ASILO 3336 TELEFONOS 81 74 75 81 90 50 81 91 34 81 92 34
CASILLA DE CORREO No 16 223 DISTRITO 6 MONTEVIDEO URUGUAY

CASMU

EL CENTRO DE ASISTENCIA DEL SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY DEJA CONSTANCIA POR LA PRESENTE DE QUE PALMA, Eduardo ---------------- PERTENECE A LA PLANA TECNICA DE LA INSTITUCION DESDE EL 01.06.88 OCUPANDO EL CARGO DE CIRUJANO GENERAL --------- Y PERCIBIENDO POR TAL CONCEPTO UNA REMUNERACION, DE N$ 392.649.47 (SON NUEVOS PESOS TRESCIENTOS NOVENTA Y DOS MIL SEISCIENTOS CUARENTA Y NUEVE CON 47/00 --------------). CORRESPONDIENTE AL NOMINAL DE JULIO/90.

LA PRESENTE CONSTANCIA SE EXPIDE A SOLICITUD DE PARTE INTERESADA Y AL SOLO EFECTO DE SU PRESENTACION ANTE LA EMBAJADA DE EST.UNIDOS DE A. , EN MONTEVIDEO A LOS 5 DIAS DEL MES DE SETIEMBRE DE 1990.-

POR EL CENTRO DE ASISTENCIA

LUIS ... MARQUEZ
JEFE DE DEPARTAMENTO

rbc

9708696

C. I. M. A.
GREMIAL MEDICA
CASA CENTRAL Y POLICLINICAS
Avda. 8 DE OCTUBRE 2460
Teléfonos: 80 58 51 - 80 67 51
80 50 60 - 80 33 18

Montevideo, Setiembre 3 de 1990.=

Sres.
Seccion Consular de la
Embajada de los Estados
Unidos de Norte America.=
Presente.=

De nuestra mayor consideración:

Por intermedio de la presente dejamos constancia que el Dr. JORGE PALMA PIEDEFERRI C.I. 1.3[illegible].436=9 es funcionario de la Institución desde el 19 Abril 1979 habiendo ingresado en dicha fecha como practicante, siendo nombrado medico titular de Guardia el 26 de Enero 1989, cumpliendo actualmente funciones de polclinica, percibiendo un sueldo mensual nominal de N$350.000.=(Nuevos pesos trescientos cincuenta mil).==

Se expide la presente a pedido de parte interesada para ser presentada ante la Seccion Consular de la Embajada de los Estados Unidos de Norte America., a los tres dias del mes de Setiembre del año mil novecientos noventa.==

Sin otro particular, saludamos atte.

GABINO CORREA PELAEZ
GERENTE ADMINISTRATIVO GENERAL

mb.=

[illegible]7

9708696

ESPAÑA
MUTUALISTA DE ASISTENCIA MEDICA

ESPAÑA

MUTUALISTA DE ASISTENCIA MEDICA

Avenida ITALIA 2465
MONTEVIDEO - URUGUAY
TELEFONO: 40 92 51

Montevideo, 16 de Enero de 1980,-

Ante quien corresponda:

Por la presente notificamos que el Sr. Eduardo Palma, C.I.No. 1.388.486, es funcionario de nuestra Institución desde el 19-4-79, desempeñando tareas como Practicante Externo, suplente de Radio y/o Guardia.-

A pedido de parte interesada y al solo efecto de ser presentada ante quien corresponda, extendemos la presente notificación.-

Sin otro particular, saluda atentamente.-

Dr. Mario Tornaría
Sub-Director Técnico.-

M.R.L.

ESPAÑA MUTUALISTA ES UN SEGURO CONTRA ENFERMEDAD

F. 39 - 5000 - 3 79 - CHIESA Hnos.

9708696

PUNCION CITOLOGICA DE PANCREAS CON GUIA ULTRASONICA

DIAGNOSTICA TERAPEUTICA

Autores: Dr. Andrés Colet*
Dr. Angel Clemente**
Dr. Eduardo Palma***
Dr. Horacio Berhouet****
Dr. William Fernández*****

Trabajo de la Clínica Quirúgica "3" Hospital Maciel, Facultad de Medicina y CE.M.E.I. - Centro Multidisciplinario de Ecografía Intervencionista e Intraoperatoria de Montevideo.

La incidencia del cáncer pancreático se ha elevado en los últimos años y a pesar de que se ha mejorado en el diagnóstico y en la terapéutica, la mortalidad es todavía alta con una sobrevida general menor del 1% a los 5 años.

Los síntomas clínicos son mínimos en los estudios tempranos por lo que el diagnóstico precoz y certero del cáncer de páncreas permitirá mejorar los índices de sobrevida.

Presentamos aquí una serie de pacientes donde utilizamos la punción citológica con guía Ecográfica en la metodología del estudio.

Consiste en 19 pacientes: 13 hombres y 6 mujeres cuyas edades oscilaron entre 34 y 76 años con una edad media de 57 años. La Ecografía convencional mostró 13 tumores sólidos y 6 quísticos. Se les practicó punción guiada por Ecografía con aguja fina tipo CHIBA calibre 22 o 23 en los sólidos, tomando muestra citológica que se envió a Anatomía Patológica. En los quísticos además se punciono con aguja de mayor calibre (No. 18 "G" 5 1/2) extrayéndose el contenido (como única maniobra terapéutica en 2 casos) y el envío para estudio del sedimento.

En todos los casos el material extraído fue suficiente. En 6 pacientes se realizó el diagnóstico preoperatorio de cáncer pancreático, incluyendo como positivos aquellos en que se informó: atipia celular, anomalías morfológicas o carcinoma, y patología benigna en los restantes 13.

* Asistente Clínica Quirúrgica "3"
** Médico Ecografista de CE.M.E.I.
*** Postgrado Clínica Quirúrgica "3"
**** Residente Clínica Quirúrgica "3"
***** Director CE.M.E.I.

Dr. A. Colet. Larrobla 922 ap. 3.
CE.M.E.I. - Agustín Abreu 2427 - Cod. Postal 11600-Montevideo

La confrontación con los hallazgos operatorios y evolutivos de estos resultados mostró 2 falsos negativos (uno de ellos en un tumor quístico), sin falsos positivos. Por lo tanto la especificidad del método en nuestra serie fue del 100 x 100, con una sensibilidad de alrededor del 89%, similar a la encontrada en la literatura mundial.

La morbimortalidad adjudicada al procedimiento fue nula.

Resaltamos el indudable valor del método en los informes positivos de cáncer pancreático en el preoperatorio, condicionando a la ulterior conducta terapéutica quirúrgica. Obtuvimos además una buena sensibilidad del orden del 89% más aún en los tumores sólidos que fue del 92%.

En casos seleccionados de tumores quísticos se presentó como única maniobra terapéutica, mostrando el seguimiento la curación de estos pacientes.

BIBLIOGRAFIA

1. Carrascosa J.; Pissinis R.; Fernández G.; Gamboni M.; Meiss R.; Magnanini F.
   Punción aspiración con aguja fina de masas abdominales bajo control ecográfico: diagnóstico citológico y experiencia con marcadores biológicos. Acta Gastroenterol. Latinoam. 17; 193, 1987.
2. Celle G.; Savarino V.; Biggi E.; Mansi C.; Ceppa P.; Cicio G.R.; Arcuri V.
   Fine-needle aspiration cytodiagnosis: a simple an safe procedure for cancer of the pancreas. Gastroenterol-Clin. Biol. 10:545, 1986.
3. Holm H.; Kristensen J.K.
   Ultrasonically guided puncture technique. Saunders cap. XII: 61, 1980. Philadelphia.
4. Perdomo R.; Paseyro P.; Passano de Moizo M.A.
   El citograma pre-operatorio en los cánceres de la cavidad abdominal. Rev. Cir. Uruguay 37: 166; 1987.
5. Soudah B.; Fitsch R.S.; Wittekind C.; Hilka B.; Spindler B.
   Value of the cytologic analysis of the needley aspiration biopsy specimens. Acta Cytol. 33: 875. 1989.

PODER

JUDICIAL

Sr. JUEZ LETRADO DE PRIMERA INSTANCIA EN LO PENAL DE 4º TURNO.-

EDUARDO JORGE PALMA, oriental, casado, de 33 años, médico, domiciliado en Jackson 1235 Apto. 203, en el Oficio Nº 3789 de la Seccional 14a. de Policía de Montevideo del 29 de octubre de 1987, al Sr. Juez me presento y D I G O :

Que vengo a solicitar la devolución de mi revólver marca Colt, cal. 38 special, número 660.711, de mi propiedad.-

Adjunto fotocopia de la respectiva guía de posesión de armas y del Título de habilitación para la adquisición y tenencia de armas.-

Sírvase el Sr. Juez acceder a lo solicitado, oficiándose a sus efectos a la Jefatura de Policía de Montevideo.-

Eduardo J. Palma

9708696

ALLIANCE FRANÇAISE
DE L'URUGUAY

CERTIFICAT D' ETUDES ELEMENTAIRES DE LANGUE FRANÇAISE

LE CONSEIL ET LE DIRECTEUR GENERAL DE L'ALLIANCE FRANÇAISE

Vu les Statuts de l'"Alliance Française" Association Nationale pour la propagation de la Langue et de la Civilisation Françaises.

Vu les procès-verbaux de la Commission d examen en date du 27 février 1986 déclarent que M. Eduardo PALHA a subi avec succès les épreuves du Certificat d' Etudes Elémentaires de Langue Française.

Délivrent à M. Eduardo PALHA le Certificat d'Etudes Elémentaires de Langue Française avec mention : "Assez Bien"

Fait à Montevideo le 30 mars 1986

LE PRESIDENT DU CONSEIL

ALLIANCE FRANÇAISE DE L'URUGUAY

LE DIRECTEUR GENERAL

012

9708696

ALIANZA CULTURAL URUGUAY ESTADOS UNIDOS
DE AMERICA

MONTEVIDEO URUGUAY

Certifies that

EDUARDO PALMA 4622

has successfully completed the Advanced Course "Highlights of American Literature" for Students of English as a Foreign Language.

Montevideo, Dec. 11, 1985

TEACHER

ACADEMIC DEPARTMENT

9708696

413

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA

FACULTAD DE MEDICINA

ESCUELA DE GRADUADOS

CERTIFICADO DE ESPECIALISTA

El Decano de la Facultad de Medicina y el Director de la Escuela de Graduados:

Por cuanto el Dr. EDUARDO JORGE PALMA PIEDEFERRI

ha realizado con aprobación los cursos de especialización en CIRUGIA

le expiden el presente Certificado

Montevideo, 30 de julio de 1992

Director — Decano

Secretario de la Escuela — Secretario de la Facultad

9708696

UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA
FACULTAD DE MEDICINA
[illegible]
MONTEVIDEO - URUGUAY

[illegible] el número de orden 5239
430/491
[illegible] 1

LUZ MAR[illegible] UMPIERREZ
[illegible]TIVO II

M. S. P.
Dirección Coordinación y Control

Con esta fecha y al folio 168 N° JC2 del Libro
3/5 [illegible] certificado
Especialista en Cirugía
[illegible] Eduardo Forje Palma
[illegible]
[illegible] 2 [illegible] de 19[illegible]

Dr. ESPARTACO ALDEIIOTTI
Sub-Director (E)
Dirección Coord. y Control
M. S. P.

9708696

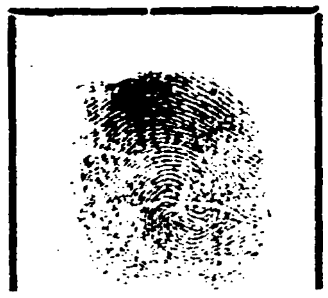
015

Apellidos PALMA PIEDEMERRI
(Paterno) (Materno)

Nombres EDUARDO JORGE

(1º)

Impresión del pulgar derecho



MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
SELLO
CENTRO DE RECLUTAMIENTO
A - 1

Firma del Funcionario:

Sdo. CLAUDIO SALDAÑA

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

INSTRUCCION MILITAR OBLIGATORIA

LEY 9943

Centro Nº: A-1.

Nombres y apellidos Eduardo Jorge Palma Piedafe

C. C. Serie A.V.B. Nº 5620

C. de I. Nº. 1.388.486

C. de nacimiento, expedido por Reg. Civil.

División Ejército I.

6/16 9708696

5P0038

U POXBT 06-23 00204
icx mun exg

INDONESIA-ELECCIONES
GOLKAR OBTIENE 325 ESCAÑOS Y MAYORIA ABSOLUTA EN PARLAMENTO

Manila, 23 jun (EFE).- La formación política Golkar (Grupo Funcional), que ha acompañado al presidente Suharto durante sus tres décadas de mandato, es el vencedor con mayoría absoluta de las últimas elecciones generales, informó hoy lunes el Gobierno indonesio.

Según los resultados oficiales difundidos hoy, el Golkar ha conseguido el 76,4 por ciento de los votos o 325 escaños de los 425 del Parlamento unicameral que se disputaron en los comicios del pasado día 29.

El Partido Progresista Unido (PPP, musulmanes) ha obtenido 89 diputados y el Partido Democrático de Indonesia (PDI, cristianos) 11.

El Golkar, PPP y PDI son los tres únicos partidos políticos que la legislación indonesia reconoce, desde principios de la década de los setenta.

El Parlamento indonesio está compuesto de 500 escaños, de los cuales 425 son elegidos por sufragio universal y los 75 que lo completan son desigandos por el jefe de la República de entre los miembros de las Fuerzas Armadas, que no pueden votar.

En las elecciones generales de 1992, el Golkar sacó 282 diputados o el 68,1 por ciento, el PPP 62 o un 17 por ciento y el PDI 56 ó 14,9 por ciento, de los 400 escaños que en aquella ocasión estaban en juego. EFE

mz/jdl

06/23/06-32/97



En las calles de Pekalongan: ...

INDONESIA

Los pequeños

Los obreros y comerciantes que están promoviendo la agitación política creen que nada tienen que perder, y eso los hará más difícil de controlar

Por Ron Moreau

El gobierno no quería más problemas en Pekalongan. Apenas acababan de empezar las cuatro semanas de campaña para las elecciones nacionales legislativas de Indonesia del 29 de mayo, cuando estallaron los disturbios en el polvoriento pueblo costero del norte de Java, la isla que alberga a más de la mitad de los 200 millones de habitantes del país. Enardecidos simpatizantes de la oposición saquearon varios comercios céntricos, apilaron la mercancía en las calles y la incineraron, antes de que la policía se las arreglara para restaurar el orden. Desde entonces, el ejército ha desatado una demostración de fuerza. Las caravanas militares cruzan la ciudad varias veces al día, con sus sirenas a todo volumen, vehículos blindados para transporte de tropas, camiones descubiertos y repletos de soldados armados hasta los dientes, y grupos de comandos motorizados.

Algunos residentes dicen que el alarde de poderío militar no ha parado ahí. Un residente asegura que la policía llegó a lanzar un cadáver a un lado de la carretera y lo dejó ahí durante toda una noche, como advertencia a posibles perturbadores de la paz. Aun así, muchos se resisten a ser intimidados. Al concluir la campaña oficial, la semana pasada, abriendo un período de siete días para que se enfríen los ánimos antes del voto, los manifestantes de Pekalongan se enfrentaron repetidamente a las fuerzas de seguridad. Un residente local ha intentado expresar su propia y encolerizada sensación de impotencia —una frustración que comparte con sus amotinados vecinos y con cada vez más millones de indonesios— colgando una efigie en las afueras de su casa. Un letrero que pende del cuello del monigote proclama ESTE ES EL DESTINO DE LOS PEQUEÑOS: UNA VICTIMA DE LA INJUSTICIA.

La intensidad de la furia ciudadana ha marcado en estas elecciones un drástico



Fin de campaña:

distanciamiento de la política usual de Indonesia. La campaña que acaba de concluir fue, según muchas fuentes, la más apasionada y violenta temporada política desde que el presidente Suharto asumiera el poder hace 30 años. Muchos indonesios creen que su país jamás será el mismo. No es que esperen una derrota de la maquinaria del gobernante Partido Golkar: aún ahora, hay unas cuantas cosas que siguen siendo imposibles en el mundo. Pero, por contraste al patrón de previas elecciones, esta vez parece probable que persistan las demandas de reforma e incluso se intensifiquen después del voto. Millones de autoproclamados "pequeños" en Indonesia consideran estar librando nada menos que una revolución del "poder popular" contra un gobierno implacablemente corrupto y opresor. Es una guerra que se han propuesto, plenamente, ganar.

No piensan hacerlo copiando de sus vecinos del sudeste asiático. Los revolucionarios del poder popular en Tailandia y Filipinas solían ser gerentes, profesionales y estudiantes. Los manifestantes ávidos de reformas en Indonesia son una clase sumamente distinta: camioneros, jornaleros, conductores de bicicletas, obreros de la construcción, pequeños comerciantes y los desempleados de mucho tiempo. La mayoría vive en tugurios urbanos y mantiene a sus familias con ingresos que oscilan entre 100 y 500 dólares mensuales.



PETER CHARLESWORTH—SABA

Preciada posesión: *Un fanático de Megawati, con el retrato de Sukarno*

A lo largo del año pasado han estado cada vez más intranquilos y agresivos, ejecutando repetidos saqueos e incendios y combatiendo con la policía no sólo en Yakarta sino también en las ciudades más pequeñas de Java, tales como Pekalongan.

El símbolo viviente de su insatisfacción es la más preeminente adversaria de Suharto, Megawati Sukarnoputri. Ella dice que sigue encontrando un creciente respaldo a su causa en todos los niveles de la sociedad, incluyendo el sistema judicial y los militares, según manifestó a NEWSWEEK. El gobierno, temeroso de su creciente popularidad, le prohibió de hecho participar en la política hace un año, destituyéndola como líder del opositor Partido Democrático de Indonesia (PDI). Esta maniobra sólo contribuyó a realzar la estatura de Megawati entre los pobres, para quienes ella es alguien, como ellos, víctima del claramente injusto sistema político que controla Suharto.

Desde su involuntaria ubicación marginal, Megawati sigue amenazando el *status quo* de Suharto. La semana pasada, declaró públicamente su intención de quedarse en casa el día de las elecciones. Se espera que muchos de sus simpatizantes sigan su ejemplo, aunque la ley prohíbe a cualquier persona instar a un boicot. De muchos otros se espera que voten por sus anteriores archienemigos de la oposición, el predominantemente islámico Partido Unido para el Desarrollo (PUD). Ambas tácticas pueden causar un bochorno público a Suharto. El y sus simpatizantes han pregonado siempre la masiva afluencia de votantes a las urnas, que ordinariamente se acerca al 90 por ciento. Y los candidatos del partido gobernante rutinariamente obtienen en torno a un 70 por ciento del voto

03

9708697

popular. Una caída sustancial en cualquiera de esas cifras sería un reproche de importancia para el Golkar y Suharto. De igual manera, un cambio demasiado leve en esas cifras habría de provocar, sin duda alguna, enfurecidas acusaciones de fraude electoral. Cualquier resultado podría desencadenar un severo desafío a la legitimidad del Golkar.

Suharto no acostumbra a ponerse a la defensiva. Fue el general cuyo golpe militar en 1965 terminó con la carrera política del padre de Megawati, Sukarno, el héroe independentista que se convirtió en el primer presidente de Indonesia. La oratoria maestra de Sukarno no podía compensar su horrenda carencia de talento como administrador. Para cuando Suharto lo desplazó gentilmente del poder, Indonesia se había vuelto casi ingobernable y degenerado en uno de los países más empobrecidos del mundo. En esencia, el general declaró la guerra a la condición de retraso en su país. Sus armas fueron las carreteras, la educación, los modernos sistemas de comunicación y las instituciones financieras. Sus aliados más fiables se distinguieron por habilidades empresariales inusitadas entre los indonesios. Muchos fueron de etnia china o primera generación de inmigrantes de China.

Con la ayuda de éstos, Suharto triunfó en su campaña para transformar Indonesia. Hoy, la lista de quejas es interminable, pero se reduce a una sola queja: el sistema se confabula contra los pobres. De hecho, la mayoría de indonesios —incluyendo los pobres— están hoy mejor que lo estaban hace unos cuantos años. En los últimos 25 años, el ingreso per capita nacional se ha multiplicado más o menos por 15, de 70 dólares por año a 1.300 dólares. Una gigantesca campaña de alfabetización ha dado al 90 por ciento de indonesios al menos educación de nivel elemental y la capacidad de leer. Bienes de consumo como las motocicletas, los televisores a color y las neveras se han vuelto comunes, hasta en los distritos de clase media baja. Pero la brecha entre ricos y pobres se está ensanchando, no acortando.

Suharto es, en gran medida, víctima de su propio éxito. Los jóvenes indonesios que nacieron y se educaron bajo su régimen se han convertido en los más estridentes en la demanda de mayores libertades políticas y justicia civil. La revolución informativa interna y alrededor del mundo les ha permitido ver a los pueblos que se alzan en otras naciones en contra de la tiranía, y que triunfan en su empeño. En los techos de todo el país, en los tugurios y las aldeas, las antenas parabólicas están captando las señales de la CNN, la BBC y MTV.

Con todo, el gobierno no ha carecido totalmente de culpa. El favoritismo oficial hacia la familia y los amigos de Suharto ha aumentado de manera tan flagrante que a diplomáticos de alto nivel les recuerda a la Filipinas de Ferdinand Marcos. La corrupción permea la sociedad; los policías y los burócratas no muestran vacilación alguna en conseguir sobornos de la gente a la que se supone sirven. El sistema electoral se ha diseñado a la medida para garantizar victorias arrolladoras de Golkar. Los propietarios de fábricas atropellan, de manera rutinaria, a sus empleados, sin que las modernas leyes laborales se lo impidan. Quienes habitan en zonas marginales viven temerosos de que sus viviendas sean incautadas por inversionistas inmobiliarios, sin compensación alguna. Y el gobierno no ha ocultado sus esfuerzos por amordazar a la prensa local.



Caldo de cultivo para el resentimiento: *Los tugurios de Yakarta*

La mayoría de indonesios continúa bajo control de Golkar. En las ciudades, la cautelosa clase media, que constituye un escaso 10 por ciento de toda la población nacional, está renuente a arriesgar su relativamente reciente prosperidad para enfrentarse al sistema. Y en las zonas rurales, donde sigue viviendo casi el 70 por ciento de los indonesios, los líderes de las aldeas siguen y aplican fielmente los dictados del partido gobernante. Los aldeanos, al igual que los miembros de la clase media urbana, están a merced de sus jefes locales. La gente que causa problemas está sujeta a un terrible castigo: la muerte a manos de la burocracia. "Este es un país de permisos", dice Arief Budiman, un sociólogo educado en la Universidad de Harvard. "Ese es uno de los instrumentos de intimidación más efectivos del gobierno, que le retirará a uno el permiso de hacer una cosa u otra". Sólo los pobres de las zonas urbanas trascienden esas amenazas. Simplemente no tienen mucho que perder.



Y se les está acabando la paciencia. Nadie más que Suharto puede convencerlos de que se avecina una reforma de verdad. Si no lo hace con prontitud, es probable que las protestas se vuelvan más fuertes que nunca. Los acaudalados amigos chinos de Suharto constituyen un tema particularmente doloroso para las mayormente musulmanas clases inferiores. No es accidental que los amotinados hayan destrozado a menudo comercios propiedad de chinos, templos budistas e iglesias cristianas. La creciente furia de las clases inferiores plantea una amenaza para el singular tejido étnico y cultural que mantiene unida a Indonesia. Y eso representa una amenaza para la conseguida prosperidad de la nación entera, ganada con tanta dificultad. El gobierno ha dado al ejército orden de tirar a matar para frenar a los amotinados. Pero no es seguro que los oficiales de alto rango ejecuten esa orden contra los civiles que protestan en pro del cambio democrático. Se dice que al menos algunos de los más altos generales de Suharto creen que lo que Indonesia necesita, verdaderamente, es menos opresión, no más. Pero para evitar la violencia en estos momentos, alguien tiene que convencer a los pequeños de que también tienen algo que perder. Y será mejor que se propague el mensaje con mucha rapidez. ■

07-07

9708697

XD4161

U PORBT 06-03 00222

icx mun eao

IRAK-TURQUIA

BAGDAD DICE TURQUIA VIOLO TERRITORIO 312 VECES EN SEIS AÑOS

El Cairo, 3 jun (EFE). Turquía ha violado el territorio iraquí y su espacio aéreo 312 veces en los últimos seis años, en varias ocasiones enviando tropas a través de la frontera, dijo hoy martes un portavoz del Ministerio de Exteriores de Irak, citado por la agencia INA.

Según el portavoz, las violaciones territoriales incluyeron también ataques de artillería (desde territorio turco) y aéreos contra objetivos del Kurdistán iraquí.

"Desde 1991 hasta el 25 de mayo de 1997, Turquía ha violado el territorio del norte de Irak 312 veces, e Irak ha presentado 143 protestas a organizaciones árabes e internacionales, en las que expuso la gravedad de estas violaciones contra la soberanía e integridad territorial de Irak", señaló la agencia.

El portavoz agregó que más de cien iraquíes murieron y unos 200 resultaron heridos como resultado de las repetidas agresiones turcas contra el territorio iraquí.

Turquía empezó a mediados del pasado mes de mayo una gran incursión militar en el norte de Irak, enviando a decenas de miles de soldados a través de la frontera para perseguir y eliminar a los rebeldes kurdos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK), que desde 1984 luchan contra el Gobierno de Ankara.

Las tropas turcas continúan sus operaciones en el Kurdistán iraquí 21 días después de su inicio. EFE

ng/vh/meg/idl

06/03/10-11/97

Nº. DOCUMENTO 9708698

TITULO IRAK PROTESTA ANTE LAS VIOLACIONES A SU TERRITORIO POR PARTE DE TURQUIA

PROCEDENCIA 518193

FECHA DE PROCEDENCI 270697

VINCULACIONES 11876

507596

507672

11900

11399

515470

01-06

9708698

AJ0015

R EXTERIOR 06 11 00318
mun ao in..

IRAK TURQUIA

EMBAJADOR IRAQUI EN LIGA ARABE RECHAZA RAZONES DE INCURSION

El Cairo, 11 jun (EFE). El embajador iraquí ante la Liga Arabe, Nabil Nijm, calificó hoy, miércoles, de "inaceptables" las justificaciones alegadas por Turquía para la actual incursión militar en el norte iraquí.

"Turquía intenta exportar un asunto interno fuera de sus fronteras", dijo Nijm en un programa de la televisión egipcia, en el que participaron representantes de Siria e Irán.

El embajador iraquí señaló que "la explicación de que persiguen a los elementos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) no justifica la invasión del territorio de Irak".

"Este problema podría ser resuelto poniendo fin a la situación anormal del norte de Irak", agregó el embajador en referencia a que el Gobierno de Bagdad debería restablecer su control sobre el Kurdistán (bajo supervisión de los aliados de la guerra del Golfo desde 1991).

El ministro turco de Estado para Asuntos Exteriores, Abdula Gul, defendió hoy en una rueda de prensa en El Cairo el envío de tropas turcas al norte iraquí y consideró "un derecho legítimo luchar contra el terrorismo", en referencia al PKK, que desde 1984 se enfrenta al Gobierno de Ankara.

"Lo que está teniendo lugar en el norte de Irak es una invasión militar bajo la cobertura de falsas justificaciones que son rechazadas por Irak y por la comunidad mundial", afirmó el embajador iraquí.

Por su parte, el embajador sirio en Egipto, Isa Darwish, calificó la operación militar turca como "una fuente de inestabilidad en la región".

Darwish criticó lo que denominó "alianza entre Israel, Estados Unidos y Turquía" y señaló que constituye una amenaza para los Estados árabes y otros de la región".

El tercer participante en el programa, el jefe de la Sección de Intereses de Irán en El Cairo, Akbar Qasimi, criticó la intervención militar turca, que calificó de "violación de la soberanía de un estado independiente" y pidió la retirada incondicional de las tropas turcas del norte de Irak. EFE

m. sma

06/11 13.56/97

02

9708698

SB7557

R POXET 06-15 0070

MUN EXO

IRAK-TURQUIA

ANKARA ASEGURA A AMAN QUE INCURSION NORTE IRAK ES "TEMPORAL"

Amán, 15 jun (EFE).- Las autoridades turcas aseguraron a Jordania que la incursión militar que sus tropas llevan a cabo en el norte de Irak desde mayo pasado, contra los feudos de los separatistas turcos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK), "es temporal".

El primer ministro jordano, Abdel Salam Mayali, afirmó hoy, domingo, que los responsables turcos afirmaron al príncipe heredero jordano, Hasán, que visitó Ankara esta semana, que las "tropas turcas comenzaron a retirarse ya" del Kurdistán iraquí.

Asimismo, le aseguraron que "respetan la soberanía y la integridad territorial de Irak", agregó Mayali.

El jefe del Gobierno jordano agregó que informó hoy por teléfono a su colega sirio, Mahmud Al Zoabi, de los "resultados positivos" de la visita del príncipe Hasán a Turquía, donde se entrevistó el jueves pasado con el presidente turco, Suleiman Demirel, y con otros altos responsables de ese país.

Todos los Estados árabes, especialmente Siria, Egipto y Jordania, expresaron su inquietud por la incursión militar turca en el norte de Irak y pidieron a Ankara que retire sus tropas inmediatamente.

Por otra parte, Mayali condenó la decisión de la Cámara de Representantes de Estados Unidos que reconoce a Jerusalén como capital unida del Estado judío.

"Sin duda, esta decisión ignora que el asunto de Jerusalén debe ser negociado en la última fase del proceso de paz(árabe-israelí) y viola l
palestinos e israelíes) y las resoluciones de la ONU que
palestinos e israelíes) y las resoluciones de la ONU que consideran que Jerusalén Oriental es tierra ocupada", dijo Mayali.

El primer ministro jordano afirmó que "ahora todos los países consideran que el proceso de paz es una estrategia y no tácticas, y por ello, todos deben actuar para conseguir la reanudación de las tres fases del diálogo palestino-israelí, sirio-israelí e israelo-libanés". EFE

am/fa/ah/ll

06/15/18:16/97

03 9708698

[illegible]

[illegible] 06-15 [illegible]

[illegible]

IRAK TURQUIA

ANKARA ASEGURA A AMAN QUE INCURSION NORTE IRAK ES "TEMPORAL"

Amán, 15 jun (EFE).- Las autoridades turcas aseguraron a Jordania que la incursión militar que sus tropas llevan a cabo en el norte de Irak desde mayo pasado, contra los feudos de los separatistas turcos del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK), "es temporal".

El primer ministro jordano, Abdel Salam Mayali, afirmó hoy, domingo, que los responsables turcos afirmaron al príncipe heredero jordano, Hasán, que visitó Ankara esta semana, que las "tropas turcas comenzaron a retirarse ya" del Kurdistán iraquí.

Asimismo, le aseguraron que "respetan la soberanía y la integridad territorial de Irak", agregó Mayali.

El jefe del Gobierno jordano agregó que informó hoy por teléfono a su colega sirio, Mahmud Al Zoabi, de los "resultados positivos" de la visita del príncipe Hasán a Turquía, donde se entrevistó el jueves pasado con el presidente turco, Suleiman Demirel, y con otros altos responsables de ese país.

Todos los Estados árabes, especialmente Siria, Egipto y Jordania, expresaron su inquietud por la incursión militar turca en el norte de Irak y pidieron a Ankara que retire sus tropas inmediatamente.

Por otra parte, Mayali condenó la decisión de la Cámara de Representantes de Estados Unidos que reconoce a Jerusalén como capital unida del Estado judío.

"Sin duda, esta decisión ignora que el asunto de Jerusalén debe ser negociado en la última fase del proceso de paz(árabe-israelí) y viola l palestinos e israelíes) y las resoluciones de la ONU que palestinos e israelíes) y las resoluciones de la ONU que consideran que Jerusalén Oriental es tierra ocupada", dijo Mayali.

El primer ministro jordano afirmó que "ahora todos los países consideran que el proceso de paz es una estrategia y no tácticas, y por ello, todos deben actuar para conseguir la reanudación de las tres fases del diálogo palestino israelí, sirio-israelí e israelo-libanés". EFE

am/fa/ah/ll

06/15/18-16/07

03 9708698

IRAK TURQUIA

SIRIA ACUSA TURQUIA DE TENER AMBICIONES EN TERRITORIO IRAQUI

Damasco, 17 jun (EFE).- El vicepresidente sirio, Abdel Halim Jadam, acusó hoy, martes, a Turquía de tener ambiciones en el territorio iraquí y condenó la incursión militar turca lanzada el pasado mayo en el norte de Irak.

En un discurso pronunciado en Damasco durante la inauguración de una conferencia de la Unión de Periodistas Árabes, Jadam criticó también las sanciones internacionales impuestas a Irak en 1970, tras la invasión de Kuwait por parte de las tropas de Sadam Husein.

"Turquía tiene ambiciones en el territorio de Irak y el embargo contra ese país tiene como objetivo ligar la economía iraquí con la turca haciendo que Turquía sea la única salida para los productos iraquíes", dijo Jadam.

El vicepresidente sirio señaló que "uno de los objetivos del embargo a Irak es llevar al pueblo iraquí a pedir ayuda a Israel para acabar con su sufrimiento".

Turquía envió el pasado 14 de mayo unos 30.000 soldados al norte de Irak para perseguir a los separatistas turcos del Partido de los Trabajadores del Kurdistan (PKK), que tienen sus bases en la zona.

Asimismo, Jadam criticó los acuerdos de cooperación, especialmente en el ámbito militar, entre Turquía e Israel, y consideró que "esta cooperación está dirigida contra todos los países árabes".

Jadam condenó también la decisión tomada la semana pasada por la Cámara de Representantes de Estados Unidos en la que reconoció a Jerusalén como "capital indivisible" del Estado de Israel.

"El sionismo controla los círculos de la toma de decisiones en EEUU, y por consiguiente, no hay que esperar ninguna resolución de esos círculos que apoye a los intereses árabes", concluyó. EFE

nq/fa/mt/ll

06/17/17-42/97

XA3A1?

U EQYRT 06-21 00?0?

mun exo 1cx

TURQUIA-IRAK

EJERCITO TURCO DECLARA CONCLUIDA OPERACION EN NORTE DE IRAK

Ankara, 21 jun (EFE).- El Estado Mayor turco difundió hoy, sábado, un comunicado en el que asegura que la operación de castigo contra el Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK), emprendida en el norte de Irak, ha concluido y que las tropas han conseguido los objetivos planeados.

El pasado 13 de mayo, unos 50.000 soldados turcos entraron en el norte de Irak con tanques y blindados, respaldados por la Fuerza Aérea, "para apoyar al Partido Democrático del Kurdistán (PDK), de Masud Barzani, enfrentado con las guerrillas del PKK".

El comunicado añade que "han quedado soldados suficientes en el norte de Irak para apoyar a las fuerzas del PDK" y que los kurdos iraquíes han comenzado a establecerse en las aldeas de las que fueron expulsados los rebeldes del PKK.

El PKK se alzó en armas en 1984 para luchar por la autonomía de los doce millones de kurdos que viven en el sureste de Turquía, y desde entonces han muerto más de 25.000 personas en una guerra no declarada entre el citado grupo y las fuerzas de seguridad.

Según informes del Estado Mayor turco, 2.601 miembros del PKK murieron durante dicha operación y 404 fueron capturados, mientras que el Ejército sufrió 99 bajas. EFE

dt/gb/ia/pgl

06/21/13-07/97

05

9708698

<39474

[illegible]

IRAK TURQUIA

DECISION PARLAMENTO TURCO ES "ACCION HOSTIL" SEGUN BAGDAD

El Cairo, 27 jun (EFE).- Irak calificó hoy, viernes, como una "acción hostil" la decision adoptada ayer por el Parlamento turco de prorrogar por otros seis meses el permiso a los aviones de Estados Unidos y el Reino Unido para controlar el norte de Irak.

"La decisión adoptada por el Parlamento turco es una provocación y una acción hostil que daña los intereses nacionales iraquíes y las relaciones entre los dos países", señala un comunicado del Ministerio iraquí de Asuntos Exteriores.

Aviones estadounidenses y británicos, y hasta el año pasado también franceses, controlan el Kurdistán iraquí desde que el Ejército de Irak aplastó una rebelión kurda en el norte del país, además de otra chií, en el sur, tras su derrota en la guerra del Golfo en 1991.

El objetivo, al menos teórico, de este control es el de impedir que el Ejército del presidente iraquí, Sadam Husein, ataque a los kurdos.

La fuerza aérea estadounidense y británica se encuentra estacionada en la base aérea turca de Incirlik, en el sur del país. EFE

ei/nq/mz

06/27/14-05/97

06-06 9708698

ORIGEN: Dpto II/E.M.E.-

1/14

TU

RESUMEN DE ACTIVIDADES SINDICALES

PERIODO 18 AL 24 DE JULIO DE 1997

D.E.I.

OLLA POPULAR.

21JUL97, LA BARRIADA DEL CERRO SE SUMO A LA MOVILIZACIONES SOCIALES DE TODO EL PAIS, CON UNA GRAN OLLA POPULAR QUE CONVOCO A MAS DE 200 PERSONAS. LA MISMA SE ENCUENTRA UBICADA EN CARLOS MARIA RAMIREZ Y GRECIA, Y SE MANTENDRA HASTA EL **25JUL97**, FUNCIONANDO DE 19 A 22:00HS. PARA LA CONCRECION DE LA MISMA, LOS ORGANIZADORES SOLICITARON LA COLABORACION A SINDICATOS, FUERZAS SOCIALES Y COMERCIOS, LOS CUALES APORTARON UNA IMPORTANTE CANTIDAD DE COMESTIBLES.
SEGUN LOS ORGANIZADORES, QUE PREFIRIERON MANTENERSE EN EL ANONIMATO, LA CONCRECION DE ESTA INICIATIVA ES "POR FUENTES DE TRABAJO Y UN ACTO MEDIANTE EL CUAL NOS QUEREMOS SUMAR A LOS MOVIMIENTOS DE PROTESTA QUE SE ESTAN DESARROLLANDO EN EL INTERIOR DEL PAIS".
SEGUN SE SEÑALO "LA IDEA ES QUE NO CULMINE TODA ESTA MOVILIZACION EL **25JUL97**, Y SE MULTIPLIQUE POR OTRAS ZONAS DE MONTEVIDEO". APARTE DE LA OLLA POPULAR, TAMBIEN HUBIERON ESPECTACULOS ARTISTICOS Y EL **25JUL97** SE ESPERA CULMINAR CON UN GRAN ACTO EN LA EX-ESTACION DE OMNIBUS TABAREZ.
EN EL LUGAR DONDE SE ENCUENTRA LA OLLA POPULAR, SE COLOCARON DIVERSAS PANCARTAS QUE HACEN ALUSION AL CONFLICTO DE LA SALUD PUBLICA Y OTRAS REFERIDAS A LA PROBLEMATICA DEL DESEMPLEO.
SE ESTIMA QUE EN LOS CINCO DIAS QUE DURARA ESTA FORMA DE PROTESTA, CONCURRIRAN AL LUGAR MAS DE 1.500 PERSONAS.

PIT-CNT (PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES)
LOCAL: AVDA 18 DE JULIO 2190

23JUL97, SE REUNIO LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT, LA CUAL RESOLVIO REALIZAR UN CUARTO INTERMEDIO HASTA EL **30JUL97**, PARA DESIGNAR LA INTEGRACION DEL SECRETARIADO EJECUTIVO.

FFOSE (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE OSE)
LOCAL: AVDA. FERNANDEZ CRESPO 2256

19JUL97, LOS FUNCIONARIOS AGREMIADOS A ESTE SINDICATO CONTINUAN MOVILIZADOS.
MOTIVO: INCREMENTO SALARIAL DE UN 10%, RECUPERACION DE LOS PORCENTAJES QUE PERDIERON DURANTE 1995 POR LA INFLACION Y EL COBRO DE UN DECIMO CUARTO SUELDO.

UTC (UNION DE TRABAJADORES DE CUTCSA)
LOCAL: AVDA LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597

19JUL97, LOS FUNCIONARIOS DEL SINDICATO DE CUTCSA Y LA EMPRESA FIRMARAN EL 21JUL97, UN PRE-ACUERDO QUE ESTABLECE LAS PAUTAS SOBRE LA POLITICA DE INGRESOS Y ESTABILIDAD LABORAL.

21JUL97, LA EMPRESA DE TRANSPORTE COLECTIVO CUTCSA Y EL GREMIO DE LOS TRABAJADORES (UTC), FIRMARON UN PRE-ACUERDO EN LA SEDE DEL MINISTERIO DE TRABAJO Y SEGURIDAD SOCIAL, ESTABLECIENDO CUATRO PUNTOS BASICOS:

- EL CONGELAMIENTO DE LOS INGRESOS DE PERSONAL (COMPRADORES DE PARTES), MIENTRAS HAYA EXCEDENTES DE FUNCIONARIOS DE LA EMPRESA.

- REGULACION DE LOS FUNCIONARIOS DE ACUERDO A LAS NECESIDADES DEL SERVICIO.

- SE ASEGURA EL PUESTO DE TRABAJO A LOS QUE INTEGRAN LA PLANILLA AL DIA DE LA FECHA.

- CREACION DE UNA COMISION BIPARTITA PARA EL SEGUIMIENTO DE LOS ESTIPULADO EN EL ACUERDO.

UNOTT (UNION NACIONAL DE OBREROS Y TRABAJADORES DEL TRANSPORTE)
LOCAL: LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597

24JUL97, LA UNOTT CONJUNTAMENTE CON LOS DELEGADOS DE TODAS LAS COMPAÑIAS Y DEL MTSS, SE ENCUENTRAN NEGOCIANDO EN TRIPARTITA, EL ASPECTO SALARIAL. EL NUEVO CONVENIO DEBERA ENTRAR EN VIGENCIA A PARTIR DEL **01AGO97**, ASPIRANDO EL GREMIO QUE EL MISMO TENGA UNA DURACION DE DOS AÑOS CON AJUSTES CUATRIMESTRALES, APLICANDO AL IPC, MAS UN PORCENTAJE DE RECUPERACION.

SUATT (SINDICATO UNICO DE AUTOMOVILES CON TAXIMETROS Y TELEFONISTAS)
LOCAL: CLEMENTE CESAR 2291

12JUL97, SE CONSTATO INCIDENTE CON BOMBA INCENDIARIA EN LA FINCA DE MANUEL LORES HERMIDA, SITA EN GERONA 1874, INTEGRANTE DE FAR S.A., EMPRESA RELACIONADA CON TAXIMETROS, ESTOS INCIDENTES ESTARIAN RELACIONADOS CON LAS ELECCIONES ANTICIPADAS EN COPRATA, YA QUE EN LA EMPRESA HAY LUCHA ELECTORAL, TENIENDO ENFRENTAMIENTOS POR LAS POLITICAS DE CONDUCCION.

CUTIP (COORDINADORA URUGUAYA DE TRABAJADORES DE LA INDUSTRIA DE LA PESCA)
FABRICA COOPERATIVA PROMOPEZ
LOCAL: CAPURRO 928

22JUL97, LA PLANTA INDUSTRIAL DE PROMOPEZ (SERVIDUMBRE 6710) FUE RODEADA POR UN ALTO NUMERO DE POLICIAS Y GRANADEROS, CON EL FIN DE REQUIZAR LA MAQUINARIA EXISTENTE EN LA PLANTA. LUEGO DE SEIS HORAS LOS EFECTIVOS POLICIALES SE RETIRARON DE LA MISMA, AL LLEGAR A UN ACUERDO ENTRE LOS COOPERATIVISTAS Y REPRESENTANTES DEL PODER JUDICIAL. EN LAS NEGOCIACIONES PARTICIPARON EL PRESIDENTE DE LA COMISION DE LEGISLACION DEL TRABAJO, HELIOS SARTHOU (MPP), Y EL ABOGADO GUSTAVO PUIG (MLN-T), LOS QUE IMPIDIERON EL REMATE.
MOTIVO: REMATE JUDICIAL POR PARTE DE EX-FUNCIONARIOS DE LA PLANTA.

FOEB (FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA)
SINDICATO DE TRABAJADORES DE PEPSI COLA
LOCAL: ABAYUBA 2832

23JUL97, LOS FUNCIONARIOS DE LA EMPRESA PEPSI COLA SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS, ANTE EL DESPIDO DE CIENTO TREINTA TRABAJADORES Y POSTERIOR CIERRE DE LA MISMA.
MOTIVO: REDUCCION DE PERSONAL, CARGA IMPOSITIVA, EL CONTRABANDO LO CUAL ACTUA COMO DESESTABILIZADOR PARA LAS FUENTES DE TRABAJO.

SUNCA (SINDICATO UNICO NACIONAL DE LA CONSTRUCCION Y AFINES)
EMPRESA: ALBERTO BRIGNONI S.A.
LOCAL: CNO.PERSEVERANO 5959

19JUL97, CONTINUA LA OCUPACION DE LA EMPRESA, POR PARTE DE 33 FUNCIONARIOS DE LA MISMA, PERMITIENDO EL INGRESO A ESTA SOLO AL PROPIETARIO Y AL JEFE DE PERSONAL DE LA PLANTA.
MOTIVO: RECLAMO DEL PAGO DEL MEDIO AGUINALDO EL CUAL AL 01JUL97, NO FUE EFECTIVIZADO.

SUANP (SINDICATO UNICO DE LA ADMINISTRACION NACIONAL DE PUERTOS)
LOCAL: 25 DE MAYO 562

22JUL97, LOS FUNCIONARIOS PORTUARIOS, FIRMARON CON LA AUTORIDADES DE LA ADMINISTRACION NACIONAL DE PUERTOS, LAS BASES DE UN ACUERDO LABORAL. DICHO CONVENIO CONSTA DE DOS PARTES:
- LA CONCRECION DE LA REIVINDICACION ECONOMICA DEL GREMIO.
- DISCUSION POLITICA ENTRE ESTE Y LA PATRONAL.

SEGUN MANIFESTACIONES DEL SECRETARIO GENERAL DEL SUANP JUAN **CASTILLO** DENTRO DE LA CLAUSULA DE ORDEN ECONOMICO QUEDO ESTABLECIDO EL PAGO DE UN COMPLEMENTO DE $ 750 POR CONCEPTO DEL 40% DE LAS ECONOMIAS DEL INCENTIVO AL RETIRO, LO CUAL SERA ABONADO EN LOS MESES DE JULIO, AGOSTO, SETIEMBRE. ASIMISMO CADA UNO DE LOS FUNCIONARIOS PORTUARIOS PERCIBIRA EL MONTO DE $3.600 POR CONCEPTO DE PRODUCTIVIDAD.

FUTRAVI (FEDERACION URUGUAYA DE TRABAJADORES DE VIALIDAD)
LOCAL: CANELONES 1005

19JUL97, LOS FUNCIONARIOS DE ESTE SINDICATO RESOLVIERON REALIZAR UNA ASAMBLEA EL **21JUL97**, A LAS 10:30HS. FRENTE A LA SEDE DEL MINISTERIO DE TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS.
MOTIVO: RECLAMO DE SALARIOS, FUENTES DE TRABAJO E INSTALACION DE UNA MESA NEGOCIADORA.

21JUL97, LOS FUNCIONARIOS AGREMIADOS A ESTE SINDICATO, REALIZARON UNA ASAMBLEA, EN LA CUAL RESOLVIERON RESPALDAR EN TODOS SUS TERMINOS LA MEDIDA ADOPTADA POR EL SUINM (SINDICATO UNICO DEL INSTITUTO NACIONAL DEL MENOR) DE INSTALAR UN CAMPAMENTO FRENTE AL PALACIO LEGISLATIVO A PARTIR DEL **29JUL97**.
EL **30JUL97**, A LAS 09:00HS. SE REALIZARA UNA ASAMBLEA DE DELEGADOS EN LA CARPA Y DE AHI SE DECIDIRA UN NUEVO PLAN DE MOVILIZACIONES.

ACTAU (ASOCIACION DE CONTROLADORES DE TRANSITO AEREO DEL URUGUAY)

19JUL97, LOS FUNCIONARIOS DE ESTE SINDICATO INCREMENTARAN LAS MEDIDAS DE LUCHA, AUMENTANDO LAS DEMORAS DE 15 MINUTOS.

21JUL97, EL PRESIDENTE DE LA ASOCIACION DE CONTROLADORES DE TRANSITO AEREO DEL URUGUAY FERNANDO **REYES**, SE REUNIRA EN LA FECHA CON EL DIRECTOR DE LA DIRECCION GENERAL DE INFRAESTRUCTURA AERONAUTICA (DGIA) CORONEL WALTER **GHIORSI**, PARA INTENTAR DESTRABAR EL CONFLICTO, QUE COMENZO EL **18JUL97**, A RETRASAR 15 MINUTOS TODOS LOS VUELOS QUE PASAN POR LA TERMINAL AEREA.

22JUL97, CONTINUAN MOVILIZADOS POR TIEMPO INDETERMINADO LOS FUNCIONARIOS DE ESTE SINDICATO, RETRASANDO 15 MINUTOS TODOS LOS VUELOS EN EL AEROPUERTO INTERNACIONAL DE CARRASCO, LUEGO DE QUE EN LA REUNION REALIZADA EL **21JUL97** CON LA DGIA NO ARROJARA RESULTADOS POSITIVOS PARA DESTRABAR EL CONFLICTO.
MOTIVO: RECLAMO DE PROVENTOS ADEUDADOS.

AFA (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE ADUANA)
LOCAL: AVDA. MILLAN 3049

19JUL97, LOS AGREMIADOS A ESTE SINDICATO SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS, APLICANDO PAROS DE 2HS. POR TURNO EN LOS PASOS DE FRONTERA Y EN LAS OFICINAS DE TODO EL PAIS.

MCA (MESA COORDINADORA DE LA ALIMENTACION)
LOCAL: CANELONES 1003

21JUL97, LOS SINDICATOS ADHERIDOS A LA MESA SINDICAL COORDINADORA, SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS.
MOTIVO: MEJORAS LABORALES, SALARIALES Y EN RECLAMO DE LA FIRMA DEL NUEVO CONVENIO.

CENTRO DE COMERCIANTES DE LA UNION

22JUL97, LOS COMERCIANTES DE LA UNION REALIZARON UNA ASAMBLEA, EN EL CLUB "SAN ROCCO" DEL MENCIONADO BARRIO, A LA CUAL ASISTIERON APROXIMADAMENTE 50 COMERCIANTES, BAJO EL LEMA "LA UNION DICE BASTA", PARA CONSIDERAR FUTURAS MOVILIZACIONES.
TRAS EL ENCUENTRO LOS COMERCIANTES ESTABLECIENRON UN PLAZO DE 15 DIAS AL GOBIERNO PARA QUE DE SEÑALES CLARAS DE ESTAR PREOCUPADO POR EL TEMA, CULMINADO ESE PLAZO, SE REUNIRAN NUEVAMENTE, Y SI PARA ENTONCES NO EXISTEN MEDIDAS CONCRETAS TOMARAN DIVERSOS TIPOS DE MEDIDAS.
MOTIVO: INFORMALISMO, EL CONTRABANDO, INSEGURIDAD Y LAS FUERTES CARGAS FISCALES.

CENTRO DE COMERCIANTES DE PASO MOLINO

24JUL97, LOS COMERCIANTES DE PASO MOLINO Y BELVEDERE ACORDARON IMPLEMENTAR UNA SERIE DE MEDIDAS QUE INCLUYEN PAROS, CIERRES DE COMERCIOS, MARCHAS Y MOVILIZACIONES EN ESA ZONA (FECHA A CONFIRMAR).
MOTIVO: DESEMPLEO, LA FALTA DE FUENTES DE TRABAJO, AMBULANTISMO, CONTRABANDO.

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)
LOCAL: DANIEL FERNANDEZ CRESPO 2173

19JUL97, EL GREMIO DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA SE ENCUENTRA ESTUDIANDO QUE PARTIDAS PRESUPUESTALES SE PODRIAN TRASPONER PARA OTORGAR UN AUMENTO SALARIAL, AUNQUE EL OFICIALISMO ADVIRTIO QUE ES IMPOSIBLE OBTENER RUBROS PARA DICHO AUMENTO.

21JUL97, SE REUNIO LA TRIPARTITA TECNICA (INTEGRADA POR 2 CONTADORES DEL MSP, 2 DE LA FFSP Y 2 DEL MTSS) EN EL MTSS, PARA ANALIZAR LAS POSIBILIDADES FINANCIERAS DEL MSP.
SE PREVE LA POSIBILIDAD DE QUE MAS CENTROS HOSPITALARIOS SE SUMEN A LA MEDIDA DE OCUPACION, EN TANTO NO SE ENCUENTRE UNA SOLUCION AL CONFLICTO.

22JUL97, CONTINUAN OCUPADOS LOS CENTROS ASISTENCIALES, VENCIENDO EL DIA DE LA FECHA EL PLAZO DADO POR LA GREMIAL PARA RADICALIZAR LAS MEDIDAS.

EN EL HOSPITAL HOGAR PIÑEYRO DEL CAMPO SE REALIZO UNA ASAMBLEA DE FUNCIONARIOS PARA DECIDIR SI OCUPAN NUEVAMENTE, LUEGO DE LEVANTAR LA OCUPACION EL **16JUL97** PARA QUE SE PAGARAN LAS PASIVIDADES A LOS INTERNADOS.

23JUL97, LA TRIPARTITA REUNIDA EN EL MTSS FINALIZO EL ANALISIS DEL ESTUDIO REALIZADO. LOS ASESORES CONTABLES DEL PIT-CNT BRINDARON UN INFORME SOBRE LOS RECURSOS EXISTENTES EN EL MSP, QUE POSIBILITARIA EL AUMENTO SOLICITADO POR LOS TRABAJADORES.
LA COMISION DE LEGISLACION DEL TRABAJO DE LA CAMARA DE REPRESENTANTES DECIDIO LLAMAR A SALA AL MINISTRO DE SALUD PUBLICA PARA QUE EXPLIQUE POR QUE NO SE PAGO LOS SALARIOS A LOS FUNCIONARIOS DE LOS CENTROS OCUPADOS GENERADOS ANTES DEL CONFLICTO. DE NO HABER SOLUCIONES PARA ESE TEMA, EL GREMIO TOMARA NUEVAS MEDIDAS

28JUL97, SE REUNIRA EL PLENARIO DE LA FFSP PARA DECIDIR SI ES POSIBLE CONTINUAR NEGOCIANDO.
LA FFSP PREVE PARA EL **28JUL97** EL ABANDONO DE TAREAS.
MOTIVO: NEGATIVA DEL MSP DE OTORGARLES UN AUMENTO SALARIAL DE $U 1.000.

9708699

SMU (SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY)
LOCAL: BVAR. ARTIGAS 1515 - 1521 - 1538

21JUL97, CONTINUAN APOYANDO LOS RECLAMOS DE LA FFSP, MANTENIENDOSE EN PRE-CONFLICTO.
MOTIVO: INSUFICIENCIA DE RECURSOS MATERIALES Y HUMANOS DE SALUD PUBLICA Y RECLAMO DE QUE LOS SALARIOS MEDICOS DEL SECTOR SEAN EQUIPARADOS A LOS MAS ALTOS DE LA SALUD PRIVADA.

FUS (FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD)
LOCAL: GARIBALDI 2819

23JUL97, TUVO LUGAR UNA CONFERENCIA DE PRENSA EN LA QUE SE DENUNCIO UNA SITUACION DE CRISIS EN EL SECTOR REFLEJADA EN LA PERDIDA DE 35.000 AFILIADOS AL MUTUALISMO; ASIMISMO SE SOLIDARIZARON CON EL CONFLICTO DE LOS FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA, POR LO CUAL PLANEAN MOVILIZACIONES CONJUNTAS.
MOTIVO: SITUACION DE LA SALUD PRIVADA Y PERSECUCION SINDICAL EN EL SANATORIO PANAMERICANO, ASI COMO ANTE EL CONFLICTO EN SALUD PUBLICA.

* DEPARTAMENTO DE CANELONES *

AFYDAJ (ASOCIACION FOMENTO Y DESARROLLO AGRARIO DE JOANICO)

19JUL97, SE LES REALIZO UN CONTROL MEDICO A LOS TRABAJADORES QUE VIENEN LLEVANDO ADELANTE LA HUELGA DE HAMBRE, SIENDO NORMALES SUS CONDICIONES.
EN JOANICO RECIBIERON UNA VISITA DE UNA DELEGACION DESIGNADA POR EL PLENARIO NACIONAL DEL FA, INTEGRADA POR HUGO **CORES** (SRIO. POLITICO DE LA PRESIDENCIA DEL FA), DIP. JOSE **MAHIA** (AU) Y EL DIRIGENTE RICARDO **CONTE** (PS).

20JUL97, OSCAR **RIZZO** SECRETARIO DE AFYDAJ, SE COMUNICO CON EL GERENTE GENERAL DEL BROU PARA VERIFICAR SI HABIA RECIBIDO LA NOTA ENVIADA DESDE LA GREMIAL GRANJERA, QUIEN AFIRMO HABERLA RECIBIDO, SEÑALANDO QUE EL CONGELAMIENTO DE LA DEUDA ERA IMPOSIBLE, PUES ELLO LLEVARIA AL BANCO A LA QUIEBRA.

22JUL97, CONTINUA EN TODOS SUS TERMINOS LA MEDIDA DE HUELGA DE HAMBRE ADOPTADA POR LOS PRODUCTORES RURALES DE JOANICO.
EL DIPUTADO DEL FORO BATLLISTA ARTURO **GUERRERO**, SE DISTANCIO DE LAS GESTIONES EMPRENDIDA POR OTROS DIPUTADOS DE CANELONES, JOSE **MAHIA** (F.A.), JULIO **LARA** (PARTIDO NACIONAL) Y RICARDO **FALERO** (NUEVO ESPACIO), PARA MEDIAR EN EL CONFLICTO DE LOS PRODUCTORES DE JOANICO QUE SE ENCUENTRAN HACIENDO HUELGA DE HAMBRE.

MIENTRAS ESTOS ULTIMOS TRES ACORDARON INICIAR GESTIONES PARA MEDIAR E INVITAR A REPRESENTANTES DEL PARTIDO COLORADO A SUMARSE A LA INICIATIVA, EL DIPUTADO **GUERRERO** DESESTIMO LA IDEA Y RECLAMO EL CESE DE LAS MEDIDAS DE LUCHA PARA ESTABLECER UN DIALOGO.

FRENTE AL PASO DE LOS DIAS Y LA FALTA DE RESPUESTA A LOS PROBLEMAS DE LOS PRODUCTORES AGRICOLAS DE JOANICO SE MANEJA LA POSIBILIDAD DE ADOPTAR NUEVAS MEDIDAS, ENTRE ELLAS UN CORTE DE LA RUTA 5 CON LA MAQUINARIA QUE CORREN PELIGRO DE PERDER.
TAMBIEN SE MANEJA LA POSIBILIDAD DE DECLARAR DE INTERES NACIONAL LA ACTIVIDAD AGROPECUARIA, IDEA QUE FUERA LANZADA DESDE LA SOCIEDAD RURAL DE RIO NEGRO. ESTA IDEA FUE PLANTEADA AL MINISTRO DE AGRICULTURA, GANADERIA Y PESCA, CARLOS GASPARRI, QUIEN SEÑALO QUE NO VEIA EL SENTIDO DE DECLARAR AL AGRO EN SU TOTALIDAD DE INTERES NACIONAL, POR ENTENDER QUE HAY PRODUCTORES QUE ESTAN MAS ALLA DE UNA SITUACION DE CRISIS.

EL SECTOR NACIONALISTA "UNIDAD NACIONAL" LIDERADO POR EL CNEL. (R) LUIS MARIA **AGOSTO BESSONART**, SOLICITARA LA PROXIMA SEMANA UNA AUDIENCIA CON EL GERENTE GENERAL DEL BROU, ING. ANTONIO CORREA, EN RECLAMO POR SOLUCIONES PARA PEQUEÑOS Y MEDIANOS PRODUCTORES A PUNTO DE SER EJECUTADOS POR SU ENDEUDAMIENTO CON EL ESTADO.
LA INTERSOCIAL DE CANELONES, LUEGO DE REUNION MANTENIDA EL **24JUL97**, RESOLVIO EFECUTUAR UN CORTE DE RUTA, CON LA MAQUINARIA AGRICOLA A LA ALTURA DEL KM.38 DE RUTA 5, PARA EL DIA **25JUL97** A LAS 14:00HS.

MOTIVO: DIFICULTADES QUE AFLIGEN A LOS PEQUEÑOS Y MEDIANOS PRODUCTORES, PROCURANDO COMO PRINCIPAL MEDIDA UNA CONGELACION DE LA DEUDA PENDIENTE CON EL BANCO REPUBLICA (BROU), QUE NO LES PERMITE RECONVERTIRSE Y CONTINUAR EN EL CAMPO, LA SUSPENSION DE EJECUCIONES Y CANCELAR EL SECUESTRO DE MAQUINARIA QUE SE ESTA LLEVANDO A CABO.

D.I.I.I

* DEPARTAMENTO DE FLORIDA *

22JUL97, SE REALIZO UNA ASAMBLEA POR PARTE DE LOS COMERCIANTES DE LA CIUDAD DE FLORIDA EN EL CLUB RIVER PLATE A LAS 20:30HS., LA CUAL FUE CONVOCADA POR EL MOVIMIENTO DEPARTAMENTAL POR EL EMPLEO, CENTRO COMERCIAL DE FLORIDA, COMERCIANTES Y SINDICALISTAS LOCALES. EN LA MISMA PARTICIPARON APROXIMADAMENTE 120 PERSONAS, CON MOTIVO DE CONCRETAR LA REALIZACION DE UN PARO CIVICO DENOMINADO "FLORIDA POR SOLUCIONES". EN DICHA REUNION SE ENCONTRABAN ENTRE OTROS EL GERENTE DEL CENTRO COMERCIAL DANIEL **SANABRIA** (F.A.), RAFAEL **LAFLUF** (P.D.C.), LUIS **ARRUA** (C-78 -DELEGADO DE LA FUS-), SANTIAGO MIGUEL **BENTANCOR**, EDUARDO **MARQUEZ** (DELEGADO DE AEBU), ANIBAL **RONDEAU** (MLN-T -DELEGADO DEPARTAMENTAL DE ADEMU), CARMELO **MONCE** (DELEGADO U.O.C. -CURTIEMBRE "EL AGUILA"-), CONO **DOMINGUEZ**, LUIS **ROSSI**, MARIO **VICRA**, MARIO **COLISTA**, (COMERCIANTES), JORGE **VIERA** (SINDICALISTA DE ADEOM).
MOTIVO: CONSERVACION DE FUENTES DE TRABAJO, EN DEFENSA DE LA INDUSTRIA, DEL AGRO, DEL COMERCIO Y DE TODAS LAS EMPRESAS ESTABLECIDAS, ADECUACION DE LA CARGA IMPOSITIVA Y LAS TARIFAS A LA SITUACION ECONOMICA QUE SE VIVE Y EN DEFENSA DE LAS FAMILIAS DE FLORIDA.

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)

22JUL97, CONTINUA INCAMBIADA LA SITUACION EN EL HOSPITAL DE SARANDI GRANDE.

24JUL97, LOS FUNCIONARIOS DEL HOSPITAL DE FLORIDA ESTAN DISPUESTOS A ADOPTAR LA MEDIDA DE OCUPACION DE DICHO CENTRO.

* DEPARTAMENTO DE COLONIA *

21JUL97, SE REALIZO EN EL SALON PARROQUIAL DE LA CIUDAD DE ROSARIO, UNA REUNION POR PARTE DE LOS VECINOS DE LA LOCALIDAD Y EN LA MISMA PARTICIPARON EL SACERDOTE CATOLICO FRANCISCO **ROMERO**, EL PASTOR DE LA IGLESIA EVANGELICA VALDENSE, RUBEN **ARTUS**, LOS EDILES DEPARTAMENTALES JORGE **GOMEZ** (PARTIDO NACIONAL), RICARDO **PAGUES** (PARTIDO COLORADO), EL COMERCIANTE ROBERTO **CANTERAS** Y EL MAESTRO DARDO **VILLAMIL**.
EN EL MENSAJE QUE HICIERON LLEGAR A TODOS LOS SECTORES DE LA SOCIEDAD ROSARINA, ADVIERTEN QUE LA SITUACION QUE ESTA VIVIENDO ESTA CIUDAD, QUE NO ES AJENA A LA DEL PAIS EN SU CONJUNTO, DE DESEMPLEO, ESCASAS PERSPECTIVAS PARA LOS JOVENES Y CIERRE DE LAS FUENTES INDUSTRIALES DE TRABAJO, TIENE PREOCUPADA A LA POBLACION.

POR ESE MOTIVO, PIDIERON A LOS ROSARINOS UNIRSE PARA "BUSCAR CAMINOS QUE PUEDAN PALEAR ESTA SITUACION CRITICA, HACER UNA TAREA CONJUNTA Y PENSAR CON EL APORTE DE TODOS". LOS PARTICIPANTES VOLVERAN A REUNIRSE PARA SEGUIR AHONDANDO EN EL TEMA, EXTENDIENDO LA INVITACION A LOS LEGISLADORES DEL DEPARTAMENTO "PARA QUE NOS DIGAN QUE PIENSAN HACER PARA MEJORARNOS LA VIDA A LA GENTE DE ROSARIO".
MOTIVO: DESEMPLEO, ESCASAS PERSPECTIVAS PARA LOS JOVENES Y CIERRE DE LAS FUENTES DE TRABAJO.

* DEPARTAMENTO DE DURAZNO *

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)

23JUL97, LOS FUNCIONARIOS DEL HOSPITAL DE DURAZNO SE PREPARAN PARA LA OCUPACION DEL MENCIONADO CENTRO.

D.E.III

* DEPARTAMENTO DE RIO NEGRO *

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)

22JUL97, CONTINUA INCAMBIADA LA SITUACION EN CUANTO A LA OCUPACION DEL CENTRO ASISTENCIAL LOCAL DE LA CIUDAD DE FRAY BENTOS.

* DEPARTAMENTO DE SALTO *

22JUL97, SE MANTIENE INCAMBIADA LA OCUPACION DEL HOSPITAL DE SALTO.
LA JUSTICIA LETRADA DE SALTO RESOLVIO RECHAZAR EL RECURSO DE AMPARO PRESENTADO POR LOS TRABAJADORES DE SALUD PUBLICA ADHERIDOS AL CONFLICTO, QUE RECLAMABAN JUDICIALMENTE QUE SE EXIGIERA AL MSP EL PAGO DE SUS SALARIOS.

* DEPARTAMENTO DE PAYSANDU *

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)

19JUL97, SE ANALIZO LA POSIBILIDAD DE INSTRUMENTAR LA OCUPACION, PERO UNO DE LOS INCONVENIENTES QUE SE PRESENTO ERA QUE EL DIRECTOR DEL CENTRO ASISTENCIAL ESTABA NEGANDO LOS VALES DE COMBUSTIBLE PARA LAS AMBULANCIAS, LO QUE IMPEDIRIA EL CUMPLIMIENTO DE LOS SERVICIOS DE TRASLADOS DE ENFERMOS DURANTE LA OCUPACION.

21JUL97, SE MANTIENE EL PARO DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA POR TIEMPO INDETERMINADO, ANUNCIANDO ESTOS QUE DE NO VERIFICARSE AVANCES EN LOS PROXIMOS DIAS, PROCEDERAN A OCUPAR EL CENTRO ASISTENCIAL.

* ACTIVIDADES PREVISTAS *

ATSS (ASOCIACION DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL)
LOCAL: AVDA.FERNANDEZ CRESPO 1780

LOS DIAS 25 Y **26JUL97**, SE REALIZARA EL ENCUENTRO SINDICAL SOBRE LA SEGURIDAD SOCIAL, EN LA CIUDAD DE MONTEVIDEO, DENOMINADO "LAS POLITICAS DE SEGURIDAD SOCIAL A FINES DEL SIGLO XX". DICHA JORNADA SE REALIZARA EN EL CENTRO DE VENDEDORES Y VIAJANTES DE PLAZA (AVDA.FERNANDEZ CRESPO 1950).
EL **25JUL97**, A PARTIR DE LAS 18:00HS., SE REALIZARA UNA JORNADA DE CARACTER PUBLICO, EN LA QUE SE DARA A CONOCER EL LIBRO REALIZADO POR EL EQUIPO EN REPRESENTACION DE LOS TRABAJADORES EN EL BANCO DE PREVISION SOCIAL.
EL **26JUL97**, A PARTIR DE LAS 09:00HS., SE REUNIRAN EN LA SEDE DE AEBU (CAMACUA 575), DONDE COMENZARAN LAS DELIBERACIONES CON LA PARTICIPACION DE LOS DELEGADOS DE LAS CENTRALES SINDICALES DE LA REGION Y EUROPA.

SUINM (SINDICATO UNICO DEL INSTITUTO NACIONAL DEL MENOR)
LOCAL: AVDA.URUGUAY 2118

LOS FUNCIONARIOS NUCLEADOS EN ESTE SINDICATO RESOLVIERON REALIZAR UN AYUNO EL **29JUL97**, FRENTE AL PALACIO LEGISLATIVO, BAJO LA CONSIGNA "CAMPAMENTO DE LA DIGNIDAD". DICHA MEDIDA ES RESPALDADA POR COFE (CONFEDERACION DE FUNCIONARIOS DEL ESTADO).
MOTIVO: CONTRA LA REESTRUCTURA PROGRAMADA POR EL DIRECTORIO DEL ORGANISMO, SEGUN LA CUAL EL SINDICATO AFIRMA QUE DEJARA EXCEDENTES A CIENTOS DE FUNCIONARIOS Y POR UN AUMENTO SALARIAL DE $ 1.000.

FUTRAVI (FEDERACION DE TRABAJADORES DE VIALIDAD)
LOCAL: CANELONES 1005

30JUL97, LOS FUNCIONARIOS AGREMIADOS A ESTE SINDICATO REALIZARAN UNA ASAMBLEA A LAS 09:00HS., PARA DECIDIR UN NUEVO PLAN DE MOVILIZACIONES.

* INTERIOR *

* DEPARTAMENTO DE FLORIDA *

EL 29JUL97, SE LLEVARA CABO LA REALIZACION DE UN PARO CIVICO DEPARTAMENTAL, POR DOS HORAS, Y EMPRENDERAN UNA MARCHA DESDE LA PLAZA ARTIGAS HASTA LA PLAZA ASAMBLEA. LOS MANIFESTANTES LEERAN UNA PROCLAMA QUE LA HAN DENOMINADO "FLORIDA POR SOLUCIONES", LA CUAL CONSTA DE CINCO PUNTOS:
- CONSERVAR LAS FUENTES DE EMPLEO EXISTENTE.
- NUEVAS FUENTES DE TRABAJO.
- DEFENSA DE LA INDUSTRIA.
- EL AGRO, EL COMERCIO Y TODAS LAS EMPRESAS ESTABLECIDAS.
- ADECUACION DE LA CARGA IMPOSITIVA Y LAS TARIFAS A LA SITUACION ECONOMICA QUE SE VIVE Y LA DEFENSA DE LA FAMILIA FLORIDENSE.

* DEPARTAMENTO DE CANELONES *

EL 25JUL97, ORGANIZADO POR AFYDAJ SE REALIZARA A LAS 1400HS. CORTE DE RUTA CON LA MAQUINARIA AGRICOLA A LA ALTURA DEL KM.38 DE LA RUTA 5.

ANEXO Nro.1: SITUACION C.ROSARIO

ANEXO Nº 1

Buscando soluciones

Fuerzas sociales y políticas de Rosario están preocupadas por el alto índice de desocupación y el aumento de la violencia

Por *Luis A. Carro*

Colonia

Tal como anticipó LA REPUBLICA, tuvo lugar anoche, en el Salón Parroquial de Rosario, una reunión de vecinos, representativos de todos los sectores de esa comunidad, preocupados por la falta de fuentes laborales y buscando "caminos de salida" a tan difícil situación.

La convocatoria para este encuentro partió del sacerdote católico Francisco Romero, el pastor de la Iglesia Evangélica Valdense, Ruben Artus; los ediles departamentales Jorge Gómez (Partido Nacional) y Ricardo Pagües (Partido Colorado), el comerciante Roberto Canteras y el maestro Dardo Villamil. En el mensaje que hicieron llegar a todos los sectores de la sociedad rosarina, advierten que la situación que está viviendo esta ciudad, que no es ajena a la del país en su conjunto, de desempleo, escasas perspectivas para los jóvenes, y cierre de las fuentes industriales de trabajo, tiene preocupada a la población.

Por ese motivo, pidieron a los rosarinos unirse para "buscar caminos que puedan paliar esta situación crítica; hacer una tarea conjunta y pensar con el aporte de todos".

Los participantes volverán a reunirse para seguir ahondando el tema, extendiendo la invitación a los legisladores del departamento "para que nos digan qué piensan hacer para mejorarnos la vida a la gente de Rosario".

"Lo que estamos viviendo es alarmante"

Uno de los convocantes, el pastor Ruben Artús, explicó que "en esta ciudad en los últimos 20 años se han perdido por lo menos 3.000 puestos de trabajo, y eso es gravísimo si tenemos en cuenta que acá la población es de unos 10.000 habitantes".

Indicó el representante religioso que "mucha de esa gente que perdió el trabajo en varias fábricas que cerraron ahora hace changas, o por lo menos intenta hacerlas. A nuestra Iglesia todos los días llegan vecinos preguntando si no tenemos algún trabajito para darles, y es muy feo tener que decirles que no, porque es otro día más que ese desocupado no sabe para dónde agarrar".

"En Rosario —dijo— no hay ninguna industria importante funcionando: sólo trabajan los bancos, que ya tienen un cupo limitado de funcionarios, y un sanatorio, donde ocurre lo mismo. Después, está el matadero, y algunos obreros que todavía trabajan en la fábrica de baterías Fenaesa. Puede ser que haya unos 50, y todavía para peor de males se van rotando. Trabajan 25 y se van, y vienen los restantes. ¡Es espantoso!

Otra fuente de ingresos era, hasta hace un tiempo, "una fábrica de prendas de jean, pero su historia ya la conocemos bien en Rosario. Abre un tiempo, cierra y vuelve a abrir, y así siempre. Eso no le da ninguna seguridad a la gente.

Emigrar o...¿qué?

El pastor Artús recordó que "acá hay mucha gente que se ha ido buscando mejores rumbos, y si esta situación no cambia, la emigración continuará.

Citó también los casos de vecinos que "viven acá, pero trabajan en localidades vecinas, como Colonia Valdense, Juan Lacaze, Nueva Helvecia", agregando que se llega a la insólita situación de que la gente de campo, todos sus negocios los hace en otras ciudades cercanas".

Artús reveló que "uno de los problemas peores que estamos viendo en Rosario en los últimos tiempos es el aumento de la violencia familiar. Entre parejas, con los hijos, y todo a raíz de la calamitosa situación económica que vive esa gente, que los lleva a enfrentamientos que, de otro modo, nunca se hubieran producido o se canalizarían por otras vías".

También la situación del comercio establecido está "al filo de la navaja, ya que es mucha, cada vez más, la gente que saca a crédito y no puede pagar sus cuotas". "Rosario —advirtió el pastor valdense— tiene que cambiar este presente tan duro que nos agobia, y para eso tenemos que estar todos muy unidos, que es la única forma de salir adelante".

Otras fuentes consultadas por **LA REPUBLICA** *han valorado como* "muy positivo que esta convocatoria se haga por encima de banderas y cintillos partidarios. Acá hay gente de todos los pensamientos políticos y religiosos, y lo bueno es que en estos días previos a la reunión, hemos podido coincidir en la calle con vecinos que hasta hace poco tiempo podíamos llegar a discutir en forma interminable por un matiz político. Si ahora estamos de acuerdo es porque el agua nos llega al cuello y nos tenemos que salvar entre todos".



Las manifestaciones populares podrían también llegar a Colonia.

9708699

4/114

Irak está listo para fabricar otra vez armas químicas

Peligroso: el gobierno de Bagdad ordenó a sus científicos mantener intacta la estructura de producción, según informó una comisión de las Naciones Unidas.

NUEVA YORK, 25 (DPA).- El gobierno iraquí estaría en condiciones de iniciar en cualquier momento la producción de armas químicas, según sostuvo Rolf Ekeus, titular de la Comisión de las Naciones Unidas para el desarme de Irak (Unscom).

En una entrevista con el diario The New York Times, Ekeus afirmó que tiene evidencia en su poder que prueba que Bagdad está lista para fabricar dichas armas.

"Tenemos documentos que indican que los líderes iraquíes emitieron órdenes para que los científicos del país mantengan en condiciones la capacidad de producir armas químicas y biológicas", dijo el diplomático sueco, una semana antes de abandonar su puesto ante la Unscom.

Condiciones de posguerra

Luego de que las tropas iraquíes fueron expulsadas de Kuwait, en febrero de 1991, Bagdad debió aceptar las condiciones de cese del fuego impuestas por el Consejo de Seguridad de la UN, las cuales incluyen la destrucción total de sus armas químicas, biológicas y nucleares.

Irak también está sujeto a una serie de sanciones económicas desde su invasión al emirato árabe.

Los inspectores de la Unscom han intentado ingresar a instalaciones militares en Irak para llevar a cabo su tarea de verificar la destrucción de los armamentos. Sin embargo, Ekeus considera que Bagdad es capaz de iniciar la producción en cualquier momento.

Según el diplomático, el gobierno en Bagdad busca cambiar las reglas del juego ante la llegada del nuevo director de Unscom, el embajador australiano Richard Butler.

Inquietud

Ekeus agregó que teme que Irak intente desviar los pesticidas destinados a la producción agrícola para la fabricación de armas químicas y biológicas.

Los 150 inspectores de la Unscom han tratado de rastrear las importaciones de pesticidas para asegurarse que sólo sean utilizados en las siembras. Ekeus aclaró que esta tarea ha sido sin embargo muy difícil.

Ekeus encabeza la misión de observadores de la Unscom desde 1991.

El sábado, el Consejo de Seguridad amenazó con imponer nuevas sanciones contra Irak, si no cooperaba con los inspectores de la Unscom.

Labor entorpecida

Irak fue acusada por los observadores de la UN de haber entorpecido el desenvolvimiento de cinco helicópteros chilenos que asisten a las labores de la Unscom.

Fuentes diplomáticas de la UN dijeron que no está previsto el levantamiento del agobiante embargo impuesto a Irak en 1990, tras la invasión de Kuwait, antes de que coopere plenamente con los observadores.

Según Unscom, todos los programas misilísticos iraquíes habrían sido desactivados, mientras la Agencia Internacional de Energía Atómica (Aiea) estima que cesaron los proyectos nucleares potencialmente peligrosos.

LN 2606

2/2

DOCUMENTO 9708701
TITULO IRAK ACUSA A CHILE DE CONTRABANDO EN EL MARCO DE LA MISION ONU
PROCEDENCIA 98593
FECHA 200697
VINCULADOS 11876
80796
65709
11030
501889
11911

XQ9513

R POXBT 06-19 00388
icx mun exg

CHILE-IRAK
GOBIERNO EXIGE PRUEBAS A IRAK POR ACUSACION DE CONTRABANDO

Santiago de Chile, 19 jun (EFE).- El Gobierno chileno ha declarado hoy que Irak debe presentar pruebas de la acusación de contrabando que el ministro de Exteriores iraquí, Mohamed Said Al Sahaf, hizo contra la Fuerza Aerea chilena (FACH) y la Comisión de la ONU encargada del desarme iraquí (UNSCOM).

Así lo ha manifestado el ministro de Relaciones Exteriores en funciones, Mariano Fernández, quién subravó que la supuesta mala fe en que habrían incurrido unidades de las fuerzas armadas chilena que participan en la misión de la ONU "debe ser demostrada y comprobarse".

"Tienen que demostrar abiertamente que hubo un intento de contrabando ", subrayó.

El canciller iraquí, en un mensaje enviado hoy al presidente de UNSCOM, Rolf Ekeus, afirma que la tripulación chilena de un helicóptero de la ONU intentó sacar ilegalmente del país, a principios de mes, varias cajas con materiales cuya exportación prohibe la ley iraquí.

Fernández calificó estas acusaciones de "muy fuertes" e indicó que se enmarcan en la permanente política iraquí de obstaculizar las operaciones de paz de las Naciones Unidas.

Asimismo, puntualizó que todo este tipo de envíos y equipaje están protegidos por la Convencion de Viena y recordó que Irak ha obstruido varias veces el trabajo de los helicópteros chilenos puestos a disposición de la ONU.

Descartó, sin embargo, que se trate de un problema entre ambos países y reiteró que el conflicto obedece a una línea constante del Gobierno iraquí contra la misión de Naciones Unidas.

Por su parte, el subsecretario de Aviación, Angel Flisfish, también desestimó que unidades de las tropas chilenas hayan intentado sacar material prohibido de Irak.

El funcionario reconoció que hay un "container" retenido, pero bajo la tutela de la ONU, y señaló que estas denuncias no son más que "hostigamiento" tal como sucedió en los últimos días con los pilotos de la FACH.

El pasado 5 de junio, el embajador chileno ante Naciones Unidas, Juan Somavía, presentó una queja formal ante el Consejo de Seguridad por la actuación del personal iraquí de los helicópteros chilenos, que brindan apoyo aéreo a las inspecciones de la ONU, que actuó violentamente en varias ocasiones para frustrar los planes de vuelo.

La representación chilena, conjuntamente con la de la UNSCOM, recibió en esta ocasión el respaldo unánime de los miembros del organismo de seguridad de la ONU. EFE
mw/MV/cgr

4A7544

R EXXBT 06-20 00750

MUN EXX

CHILE-IRAK

CALIFICAN DE HOSTIGAMIENTO ACUSACIONES CONTRA FUERZA PAZ

Santiago de Chile, 20 jun (EFE).- Chile calificó hoy como un "hostigamiento" y medidas de "represalia" las acusaciones y acciones del Gobierno iraquí contra las tropas de paz de Naciones Unidas en ese país (UNSCOM).

El jueves, el ministro de Asuntos Exteriores iraquí, Mohamed Sahaf, en un mensaje enviado al presidente de UNSCOM, Rolf Ekeus, afirmó que una tripulación chilena en Irak intentó sacar ilegalmente del país, a principios de mes, varias cajas con materiales cuya exportación prohíbe la ley iraquí.

El ministro de Defensa, Edmundo Pérez Yoma, dijo desconocer el contenido de las cajas retenidas por el Gobierno iraquí y calificó las acciones del Gobierno iraquí como un "hostigamiento".

En el mismo sentido se pronunció hoy el ministro de Relaciones Exteriores de Chile, José Miguel Insulza, quien afirmó que las acusaciones iraquíes y el embargo del equipaje chileno pueden ser consideradas una "represalia".

El pasado 5 de junio, Chile presentó una queja formal ante el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas por la actuación del personal iraquí de los helicópteros chilenos, que brindan apoyo aéreo a las inspecciones de la ONU, que actuó violentamente en varias ocasiones para frustrar los planes de vuelo.

La representación chilena, conjuntamente con la de la UNSCOM, recibió en esta ocasión el respaldo unánime de los miembros del organismo de seguridad de la ONU.

Insulza agregó que la retención del contenedor chileno no justifica que el asunto se trate en el Consejo de Seguridad, ya que es un caso local y menor.

"Creo que estas cosas, aunque crean inconveniencias, deben ser tratadas como un problema administrativo y no vamos a hacer sobre ellas cuestiones de seguridad", resaltó.

El canciller chileno aseguró que la Cancillería tampoco tiene que hacer más gestiones al respecto ya que este es un tema de Naciones Unidas, y señaló que el Gobierno chileno no ha recibido ninguna comunicación de parte del Ministerio de Asuntos Exteriores iraquí sobre este asunto aunque consideró que ello tampoco corresponde.

"Estoy seguro que el problema se va a resolver una vez que se pueda examinar ese contenido", subrayó. EFE

MW/AG/SC/rt

06/20/20-17/97

02-02

9708701

Nº DOCUMENTO 9708702
TITULO FACTOR ECONOMICO / IRAQ
PROCEDENCIA 518893
FECHA DE PROCEDENCIA 150697
VINCULACIONES 11876 67190
507596 501889
11161 11390
501294
507638

FB7240
U POXBT 06-04 00147
exg mun icx

RUSIA-IRAK
CAMARA DIPUTADOS DA LUZ VERDE REANUDACION COMERCIO CON IRAK

Moscú. 4 jun (EFE).- La Cámara de Diputados de Rusia decidió hoy miércoles reanudar la cooperación comercial y económica con Irak, país sometido a sanciones internacionales y que debe destinar las ganancias de la venta de cierta cantidad de petróleo a comprar alimentos.

Según informó la agencia Interfax, la moción, propuesta por la facción parlamentaria ultranacionalista del Partido Liberal Democrático de Rusia, fue aprobada por 289 votos a favor, 20 en contra y una abstención.

La decisión prevé la reanudación de relaciones comerciales con Irak, incluida la adquisición de productos derivados del petroleo.

También establece el suministro a Bagdad de asistencia humanitaria y de equipos y piezas de recambio en cumplimiento de proyectos conjuntos suspendidos por la participación de Rusia en las sanciones económicas internacionales.EFE

MCR/jac/jk

06/04/09-27/97

01-04

9708702

XH6862

R ECOBT 06-04 00323

icx mun exg

IRAK-CHINA

IRAK Y CHINA FIRMAN ACUERDO PETROLERO DE 660 MILLONES DOLARES

El Cairo, 4 jun (EFE).- Irak y China firmaron hoy, miércoles, en Bagdad un acuerdo para la explotación de un yacimiento de petróleo en el sur de Irak por un valor de 660 millones de dólares.

El acuerdo fue firmado por el ministro iraquí de Petróleo, Amer Rashid, y el presidente de la Compañía Nacional China de Petróleos, Chu Yong King, que se encuentra esta semana en Irak al frente de una importante delegación económica de su país.

Segun la información de la agencia iraqui de noticias, Ina, China se encargará de la explotación del yacimiento de Al Ahdab, en la región de Wasit, a unos 180 kilómetros al sur de Bagdad, que tiene una capacidad de producción de 90.000 barriles diarios y unas reservas calculadas de cerca de mil millones de barriles, durante 26 años.

El acuerdo también prevé la creación de una gerencia conjunta para dirigir el trabajo, y los primeros cuatro años se dedicarán a construir las infraestructuras necesarias para la producción.

El campo de Al Ahdab fue descubierto en 1979, pero no se abrió a la producción debido a la guerra que el presidente iraquí, Sadam Husein, lanzó contra Irán en 1980 y que se prolongó hasta 1988.

Irak firmó en abril pasado otro importante acuerdo petrolero con Rusia, en el marco de su política de "privilegiar a las naciones que han mostrado su simpatía con Irak", para la explotación de los yacimientos de Qorna Occidental donde se hallan las mayores reservas de crudo del pais.

El acuerdo con Rusia, con una inversión de 3.500 millones de dólares, prevé que los yacimientos de Qorna Occidental produzcan 600.000 barriles diarios de crudo.

El ministro iraqui informó la semana pasada de que su Gobierno había aprobado un programa para incrementar su capacidad de producción hasta seis millones de barriles diarios y que actualmente su capacidad está en 3,5 millones, la cantidad que exportaba antes del embargo, según la cuota que tenía asignada por la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). EFE

ng/ei/ll

06/04/17-43/97

02

9708702

XA3154

R POXBT 06-14 00405
mun exg

SIRIA-IRAK
CONVERSACIONES ECONOMICAS EN MARCO DE "ALIMENTOS POR PETROLEO"

Damasco, 14 jun (EFE).- Una delegación iraquí comenzó hoy, sábado, una serie de reuniones con responsables sirios para discutir sobre la cooperación económica y comercial entre los dos países árabes vecinos, que no tienen relaciones diplomáticas desde hace diecisiete años.

La delegación, integrada por 32 personas y encabezada por el presidente de la Unión iraquí de Cámaras de Comercio, Zuheir Abdel Gafur Yunes, examinará con los responsables sirios la posibilidad de firmar contratos en el marco del acuerdo "alimentos por petróleo" logrado por Irak y la ONU por la resolución 986 del Consejo de Seguridad.

La misión se reunió con el ministro de Salud, Mohamed Iyad Al Shati, con quien trató sobre la importación por Irak de material médico sirio por valor de un millón de dólares.

Los empresarios iraquíes se entrevistaron también con el ministro de Economía, Mohamed Al Amadi, y tienen previsto celebrar una reunión esta noche con empresarios en la sede de la Cámara de Comercio de Siria.

Se espera que las conversaciones se centren en los contratos firmados por empresarios de los dos países el mes pasado, así como en la firma de nuevos acuerdos para la exportación a Irak de productos alimentarios y médicos sirios en el marco de la fórmula "alimentos por petróleo".

Esta fórmula, por la que Irak -sometido a un embargo desde la invasión de Kuwait en 1990- puede exportar petróleo por valor de dos mil millones de dólares cada seis meses para comprar productos básicos a su población, fue renovada el nueve de junio por la ONU para un segundo periodo.

La delegación iraquí, que se entrevistará también con el viceprimer ministro sirio para Asuntos Económicos, Selim Yasin, llegó a Siria el viernes tras cruzar en autobús el paso fronterizo de El Tanaf (a unos 300 kilómetros de Damasco), marcando así la apertura de las fronteras terrestres entre los dos países, cerradas desde 1980, cuando ambos rompieron las relaciones diplomáticas.

La visita de esta delegación, formada por representantes de distintos sectores económicos y de los Ministerios de Salud, Industria y Comercio, es una continuación de la efectuada el mes pasado a Bagdad por una misión empresarial y económica siria.

Los responsables sirios aseguran que la visita de la delegación iraquí "no tiene ningún significado político", en aparente alusión a las conjeturas que circulan últimamente sobre la posibilidad de que el acercamiento económico sea un preludio para el restablecimiento de las relaciones diplomáticas. EFE

su/fa/ah/ll

06/14/17-42/97

03

[illegible]

SIRIA-IRAK

BAGDAD COMUNICA A DAMASCO DESEO NORMALIZAR RELACIONES

Damasco, 15 jun (EFE). Irak comunicó a Siria su deseo de restablecer las relaciones políticas y diplomáticas, y no sólo las económicas y comerciales, interrumpidas desde 1980, según informaron fuentes sirias.

Este deseo fue expresado por los miembros de una delegación económica y empresarial iraquí, que se encuentra en Damasco desde el viernes, durante las reuniones que mantuvieron con los responsables sirios.

"Los responsables sirios prometieron estudiar el asunto conforme a los intereses de los pueblos de ambos países", agregaron las fuentes.

El presidente de la Unión de las Cámaras de Comercio de Siria, Ratib Shalah, subrayó hoy la importancia de que las relaciones entre los dos países sean reanudadas.

Los partidos que gobiernan en los dos países son ramas del Partido Arabe Socialista "Al Baaz", aunque tienen diferencias ideológicas.

Pese a la postura optimista de Shalah, el viceprimer ministro sirio, Abdel Halim Jadam, descartó cualquier acercamiento político entre Bagdad y Damasco en estos momentos, ya que "existen diferencias sobre asuntos esenciales desde los años setenta".

La delegación económica y empresarial iraquí comenzó el sábado una serie de reuniones con responsables sirios para discutir sobre la cooperación económica y comercial entre los dos países árabes vecinos.

Esta delegación, integrada por 3? personas y encabezada por el presidente de la Unión iraquí de Cámaras de Comercio, Zuhair Abdel Gafur Yunes, examina con los responsables sirios la posibilidad de firmar contratos en el marco del acuerdo "alimentos por petróleo" logrado por Irak y la ONU por la resolución 986 del Consejo de Seguridad.

Las conversaciones se centran también en la puesta en practica de los contratos firmados por empresarios de los dos países el mes pasado para la exportación a Irak de productos alimentarios y médicos sirios en el marco del acuerdo "alimentos por petróleo".

Esta fórmula, por la que Irak -sometido a un embargo desde la invasión de Kuwait en 1990- puede exportar petróleo por valor de dos mil millones de dólares cada seis meses para comprar productos básicos para su población, fue renovada el pasado nueve de junio por la ONU para un segundo período.

La delegación iraquí llegó a Siria el viernes tras cruzar en autobús el paso fronterizo de El Tanaf (a unos 300 kilómetros de Damasco), marcando así la apertura de las fronteras terrestres entre los dos países, cerradas desde 19[illegible]. EFE

[illegible]

06/15/19 11/??

04-04

9708702

XJ9233

U POXBT 06-18 00201
mun exg icx

IRAK-ONU
IRAK REANUDARA EXPORTACIONES CRUDO DESPUES NUEVO ACUERDO

El Cairo, 18 jun (EFE).- El ministro de Petróleo iraquí, Amer Rashid, afirmó hoy que su país reanudará las exportaciones limitadas de crudo después de que logre un nuevo acuerdo con la ONU para la distribución de víveres y medicamentos.

Rashid comentaba así la decisión iraquí del domingo pasado de suspender las exportaciones de crudo en protesta por el retraso en el suministro de los aprovisionamientos en víveres y medicamentos.

Irak protesta también porque "Estados Unidos obstaculiza la aprobación por la Comisión de Sanciones de la ONU de varios contratos firmados por Irak y empresas extranjeras". Sin embargo,

Rashid, citado por la agencia iraquí INA, afirmó que su ministerio mantiene contactos con empresas extranjeras para conseguir nuevos contratos.

El viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, notificó el domingo al secretario general de la ONU, Kofi Anan, la decisión de suspender las exportaciones iraquíes de crudo.

En virtud del acuerdo con la ONU conocido como "alimentos por petróleo", Irak puede vender crudo por valor de 2.000 millones de dólares cada seis meses para comprar alimentos y medicina para su población, bajo un embargo económico internacional desde 1990. EFE

ng/fa/jal

06/18/11-20/97

XG9514

R POXBT 06-19 00268
icx mun exg

ONU-IRAQ
PIDEN REFORZAR SANCIONES POR CONTUMACIA IRAQUI

Naciones Unidas, 19 jun (EFE).- Estados Unidos y Gran Bretaña han pedido hoy al Consejo de Seguridad que se endurezcan las sanciones contra Iraq, ante la persistencia de este país en impedir las inspecciones de la Comisión Especial encargada del desarme de Bagdad.

Entre las propuestas se pide la prohibición de los viajes al extranjeros de funcionarios irquíes y sus familiares.

El portavoz chino Chen Ranfeng dijo al salir de la sesión, celebrada a puerta cerrada, que su delegación considera dicha propuesta como una respuesta "excesiva".

Por su parte, el embajador ruso, Sergey Lavrov, se amparó en su condición de presidente del Consejo para no hacer ningún comentario, aunque según fuentes diplomáticas se mostró también contrario a las restricciones propuestas, al igual que los representantes de Francia y Egipto.

El embajador británico, John Weston, no quiso facilitar detalles sobre la propuesta y tampoco comentó la oposición decidida de Rusia, Francia, China y Egipto, pero afirmó que predomina entre los miembros del Consejo la convicción de que es necesario enviar un mensaje claro al régimen de Bagdad para que no continue desafiando las resoluciones de la ONU.

Weston afirmó también que ningún miembro del Consejo discutió la denuncia formulada ayer por el presidente de la Comisión encargada del desarme, Rolf Ekeus, sobre las reiteradas negativas de Irak a permitir inspecciones.

Estas negativas se suman a otros incidentes recientes, los cuales forman parte de una política que de permitirse que continúe destruirá todo el mecanismo creado para asegurar el desarme no convencional de Iraq, añadió el embajador. EFE

jsd/MV/cgr

06/19/21-06/97

02

9708703

[illegible]

[illegible] ENGAÑO

[illegible] El [illegible] ministro iraquí [illegible] Tarek [illegible] Comisión Especial de la ONU [illegible] destrucción masiva de Irak [illegible] para mantener [illegible] 1990.

[illegible] Aziz a Ekeus en [illegible] por el retraso de la misión de la UNSCOM en la [illegible] Irak [illegible] han sido [illegible] laboratorios en Francia y EEUU el año pasado.

En [illegible] hoy divulgó la agencia de noticias iraquí INA [illegible] que [illegible] de estas pruebas debía haber [illegible] pasado [illegible] en abril de este año.

"Esta situación [illegible] además del comportamiento de varios expertos de la UNSCOM [illegible] dudas sobre la seriedad de la Comisión [illegible] en cuanto a su intención de concluir su misión [illegible]

El que [illegible] el año pasado en trasladar las piezas de [illegible] Irak a Francia y EEUU [illegible] dudas sobre las [illegible] de Irak de que [illegible] sus misiles de largo alcance.

La UNSCOM [illegible] que Irak [illegible] entre 10 y 16 misiles de largo alcance [illegible] que Irak no ha eliminado [illegible] una condición [illegible] por la resolución 687 del Consejo de Seguridad de la ONU para el [illegible] de las sanciones impuestas a Irak como castigo [illegible] Kuwait [illegible] años.

[illegible] Consejo de Seguridad [illegible] de los [illegible] UNSCOM.

[illegible] de los expertos de la ONU [illegible] de las resoluciones del Consejo [illegible] informar al Consejo de Seguridad de la ONU sobre [illegible] con las autoridades iraquíes.

[illegible] del Golfo [illegible] permitiera a Irak [illegible]

[illegible] de los [illegible] EFE

[illegible]

9708703

9A7581

U POXBT 06-20 00378

mun exo

ONU-IRAK

CONSEJO SEGURIDAD NO LOGRA ACUERDO SOBRE NUEVAS SANCIONES

Naciones Unidas, 20 jun (EFE).- El Consejo de Seguridad de la ONU, que discutió nuevamente esta noche la propuesta de EEUU y Gran Bretaña para imponer nuevas sanciones a Irak por obstaculizar las inspecciones de la Comisión Especial, no logró un acuerdo al presentar Rusia una versión sin las sanciones.

Fuentes diplomáticas indicaron que EEUU mostró su disposición a revisar algunos aspectos de su propuesta de acuerdo con los planteamientos rusos, en particular a "reafirmar el compromiso de todos los estados miembros con la soberanía, integridad territorial e independencia de Kuwait e Irak".

Pero tanto EEUU como Gran Bretaña insisten en que se emplee un lenguaje enérgico para "condenar la reiterada negativa de las autoridades iraquíes a permitir el acceso a los sitios designados por la Comisión Especial, que constituye una violación clara y flagrante de las resoluciones del Consejo".

Especialmente insisten en que se prohiban los viajes internacionales de todos los miembros de las Fuerzas Armadas, Policía y servicios de inteligencia de Irak, y de todos los empleados del ministerio de Defensa y de la Comisión Industrial Militar iraquí, excepto si el viaje es autorizado por el Comité de Sanciones.

Asimismo, demandan la suspensión de las revisiones periódicas de las sanciones, de acuerdo con lo dispuesto en la resolución 687 (1991), hasta el próximo informe consolidado de progreso por parte de la Comisión Especial.

China y Rusia se opusieron terminantemente a la propuesta norteamericano-británica para fortalecer las sanciones a Irak; Francia y Egipto plantearon objeciones, pero Japón y Portugal apoyaron la propuesta.

El embajador ruso, Sergey Lavrov, que preside el Consejo, dijo al terminar las consultas esta noche que ninguno de los miembros había solicitado una nueva reunión, que será convocada cuando se alcance un entendimiento.

El embajador británico, John Weston, dijo que es posible que el Consejo vuelva a reunirse durante el fin de semana para resolver esta cuestión. EFE

jsd/lel/arp

06/20/23-57/97

04-04

9708703

:R4594

U FOXDT 06 06 00192

icx mun ena

IRAN AFGANISTAN

DELEGACION IRANI SE ENTREVISTO CON RABANI EN NORTE AFGANISTAN

Teheran, 6 jun (EFE). Una delegación del Ministerio de Exteriores iraní se entrevistó con el ex presidente afgano Burhanudin Rabani en el norte de Afganistán para analizar los ultimos sucesos bélicos en su país, informó hoy Radio Irán.

La delegación, encabezada por el subsecretario encargado de los asuntos relacionados con Afganistán, Alaeldin Buruydi, estudió con Rabbani las derrotas en el norte de la milicia Talibán, que controlan la mayor parte del país desde septiembre del año pasado.

Las relaciones entre la República Islámica de Irán y los Talibán -estudiantes radicales de teología islámica- son muy tensas y hace unos días los gobernantes afganos ordenaron el cierre de la Embajada iraní en Kabul, después de acusar a sus diplomáticos de injerencia en los asuntos internos de Afganistán.

Rabani era el presidente de Afganistán cuando las milicias de los Talibán llegaron a Kabul y derrocaron al Gobierno.

Los estudiantes seminaristas islámicos controlan aproximadamente el 80 por ciento del territorio afgano, pero el resto, en el norte, sigue en manos de las fuerzas opositoras a esa facción ultraintegrista. EFE

vh/ial/idl

06/06/11 11/97

Nº. DOCUMENTO 9708704

TITULO DELEGACION IRANI SE ENTREVISTO CON EL PTE DEPUESTO DE AFGANISTAN RABANI

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE P... 060697

VINCUL. CIRC. 11876

507997

507467

11078

11833

01-01

9708704

Un musulmán moderado

HACE dieciocho años se instauró en Irán el régimen fundamentalista chiita conducido por los ayatollah; el cambio sustancial provocado por ese vuelco revolucionario no sólo se abatió sobre la vida cotidiana del país, sometiéndola a estrictas normas religiosas, sino que despertó en el mundo islámico una corriente de opinión violentamente opuesta a los usos y valores occidentales, que en muchos lugares y en diversas ocasiones ha asumido formas ferozmente cruentas.

Influido y orientado por Ruhollah Khomeini, el fundamentalismo musulmán se convirtió a partir de ahí en uno de los protagonistas esenciales de los enfrentamientos que padece el mundo actual. En el interior de Irán, la furia del fanatismo galvanizó a la población y la hizo capaz de soportar penurias extremas y de sobreponerse a la sangría de una larga guerra con Irak. Pero como también allí el paso del tiempo calma las pasiones, en los últimos años, bajo la administración de Alí Akbar Hashemi Rafsanjani, cierta lasitud ganó terreno tanto en las costumbres como en diversos ámbitos de manejo político y económico.

Ahora, Mohammad Khatami, un clérigo moderado y ajeno al círculo de los ayatollah, ha ganado las elecciones para la presidencia, en contra del candidato que la teocracia apoyaba. Reconocido su triunfo, reiteró sus promesas de liberalizar el sistema, suprimir restricciones y dar cargos importantes a mujeres.

Esta evolución en la situación política iraní es ciertamente interesante: da cuenta, desde luego, de que existe, a pesar de todo, un cierto margen para el disenso y, por lo tanto, para el diálogo. Pero no se trata de la *democracia*, al menos como una integración plural de posiciones divergentes, según se la entiende en Occidente. Khatami no es un *opositor*, como lo definiría el vocabulario occidental, sino un observante musulmán que en algunos puntos discrepa con la línea que venía predominando; sus declaraciones al respecto no dejan lugar a dudas, y coinciden en que no se propone alterar el orden vigente ni cambiar la orientación internacional de Irán.

No hay que olvidar que en Irán existe un régimen de jerarquías independientes y superpuestas, y con él -todo lo indica- el futuro presidente es completamente solidario. Hay una esfera superior, de carácter religioso, de la que bajan las grandes definiciones, y otra inferior a cargo de las funciones políticas y administrativas. No se admiten las discrepancias públicas en esa primera esfera, pero sí puede haberlas en la segunda, como bajo la égida de Lenín era posible la coexistencia de diversos matices del comunismo; el sistema no puede ser negado ni criticado, pero se aceptan pareceres distintos respecto de las formas de hacerlo funcionar.

Como quiera que sea, se trata de un avance que no debe ser desdeñado: al fin y al cabo, un fanatismo que se morigera va en camino de no ser, un día, ya fanatismo. Irán ha ejercido sobre el fundamentalismo islámico un poderoso y lamentable influjo; la perspectiva de que su actual ejemplo pueda inclinar a algunos, ahora, a encarar sus creencias con un sentido menos intolerante es realmente promisoria.

AH691

I. EFO. 06 06

mun exq 1cx

IRAN-GOBIERNO

EL JEFE DEL PODER JUDICIAL INDICA A JATAMI COMO DEBE GOBERNAR

Teherán, 6 jun (EFE). El jefe del poder judicial iraní, ayatolá Mohamed Yazdi, señaló hoy, viernes, que el nuevo Gobierno del presidente electo Mohamad Jatami deberá seguir los principios del máximo líder, ayatolá Alí Jamenei, en favor de la unidad del país.

Yazdi expresó sus "indicaciones" a Jatami, cuyo Gobierno asumirá el poder el 3 de agosto, en el sermón que pronunció durante la oración del viernes en la Universidad de Teherán, la principal tribuna política del país.

El nuevo Gobierno "deberá trabajar bajo la guía del líder (Jamenei) para la mejor unidad del país", dijo Yazdi, en lo que se considera el inicio de la pugna entre las tendencias conservadora y más liberal de los clérigos iraníes sobre la futura orientación de la política del país.

"La nación iraní, en las pasadas elecciones presidenciales (23 de mayo), votó por el régimen islámico y por el principio de ovelayat e-faqiho (poder supremo del líder espiritual)", afirmó Yazdi en su sermón.

El clérigo Jatami, ex ministro de Cultura y partidario de una mayor apertura social, política y económica en Irán, obtuvo una arrolladora victoria en las elecciones, con más de 20 de los 29 millones de sufragios, lo que se debió en gran parte a un voto de censura de jóvenes, mujeres e intelectuales contra el régimen islámico y sus imposiciones en los ámbitos cotidianos.

El discurso de Yazdi parece una respuesta al que pronunció ayer, jueves, el presidente electo en el mausoleo del ayatolá Jomeini (el fallecido fundador de la República Islámica), en el que señaló que necesitaba "independencia" para su Gobierno para poder cumplir sus promesas de mayor libertad, aunque siempre dentro del marco de la Constitución islámica.

Jatami animó a la prensa local a hacer una crítica "sana y constructiva" de su próxima administración, y declaró que no podrá gobernar "sin la participación del pueblo, la precisa supervisión del Parlamento y las instituciones públicas, y una prensa que valore la actuación del Gobierno y las autoridades".

En las ceremonias del octavo aniversario de la muerte de Jomeini, celebradas el miércoles pasado y presididas por Jamenei, el jefe del poder judicial, partidario de Alí Akbar Nateq-Nuri (el conservador presidente del Parlamento), no cruzó palabra con el presidente electo de Irán. EFE

hs/Ih/m.[illegible]

06/06/15 25:5

02

9708705

En Irán soplan moderados vientos de moderación

Por Mario Pérez Colman

UN águila reinaba sobre los faisanes. Cada noche mataba religiosamente siete y se los zampaba preparados por su cocinero, el marabú. Los faisanes ansiaban verse libres del águila, pero estaba escrito que habrían de padecerla hasta que muriese, de vejez y en el nido real. Así aconteció y fue sucedida por su devota hija, cuya fama de águila moderada hizo que el pueblo faisán celebrase con júbilo el vuelco de la suerte. Transcurrida la primera semana de la nueva reina, las víctimas sumaron, empero, rigurosamente cuarenta y nueve, a razón de siete cada noche. Desconcertados, los faisanes hicieron una discreta averiguación con el marabú.

–¿Acaso no era moderada?

–Lo es –aseguró el cocinero–. Jamás repite el plato que le sirvo.

Esta pequeña fábula africana pretende destacar la fuerza del dogma e ilustrar sobre la moderación –que suele dar frutos en exceso modestos– y sobre la naturaleza del ser, a cuyo influjo un águila, extremista o moderada, no puede obrar sino como las águilas. Y es una fábula pertinente a los sucesos políticos de Irán, la antigua Persia, donde el 23 de mayo último fue electo un presidente moderado, Sayed Mohammad Khatami, candidato de la juventud y las mujeres, que asumirá el cargo en agosto próximo, con el respaldo de nada menos que el 70 por ciento de los votos.

Un par de días antes de su sorpresivo triunfo, cuando éste era una mera especulación académica, el periodista iraní Hakim Haghnazar escribió desde Londres acerca de la situación que afectaría a Khatami en el caso absolutamente improbable de que ganara los comicios. Y concluyó que la rigidez del régimen derrotaría sus esfuerzos moderadores.

El corsé político señalado por Haghnazar tiene férulas adicionales: no obstante ser Khatami un mullah (dignidad religiosa situada varios peldaños debajo de la de ayatollah), se ha granjeado enemistades entre los religiosos islámicos a causa de las libertades que promovió durante diez años en su condición de ministro de Cultura, cargo que desempeñó hasta que el poder clerical lo hizo a un lado, en 1992. Su última hazaña de esa época fue permitir la edición de las obras del escritor Milan Kundera, doblemente ingrato al gobierno iraní por sus críticas a los regímenes fuertes y por su visión posmodernista de la vida. Una vez que Khatami se vio obligado a dejar el Ministerio de Cultura, los libros del checo se esfumaron de Irán como si los hubiese aquejado una insoportable levedad.



Los velos no desaparecerán de un día para otro

Ni libres ni digitadas

Durante su gestión cultural abruptamente interrumpida, Khatami dio la mayor libertad posible a la prensa. La revista opositora Ráh-e-Azádi (Camino de Libertad), publicada en Alemania, sostuvo en un artículo de fondo que las elecciones en su país no son libres, aunque tampoco digitadas; que la corrupción y el fraude no determinan sus resultados, y que en vez de ventilar el juicio de los ciudadanos sobre los problemas que los afectan directamente, las elecciones sirven para que se diriman las discordias entre las tendencias del gobierno. Ráh-e-Azádi dijo que la prensa es la tribuna de la oposición en Irán, pero creyó necesario puntualizar que el periodismo iraní es pluralista "en su marco de referencia".

¿Cuánta libertad de expresión habrá aun con Khatami en la presidencia, si en los párrafos precedentes se advierte cierta timidez, no obstante haber sido redactados fuera del país?

Actualmente, el periodismo europeo abunda en referencias a los problemas económicos y sociales que Khatami quiere moderar, los cuales, se dice en Europa, son atendidos por el gobierno del ayatollah Khamenei y del presidente Rafsanjani sólo con el refuerzo de los órganos de represión.

La moderación de Khatami se ha expresado hasta donde pudo en sus actos como ministro, y, más allá de tales actos concretos, se manifiesta en sus deseos de normalizar la economía -seudosocialista y desquiciada por la guerra contra Irak- mediante privatizaciones y el concurso de la inversión extranjera. A poco de su triunfo, empero, Khatami les recordó a los observadores excesivamente optimistas que tales aspiraciones no lo convierten en un virus dentro del régimen; por lo contrario, es un hijo de la revolución que encabezó el ayatollah Khomeini. Así, Khatami fue hasta la tumba del líder de los ojos de fuego y allí, públicamente, renovó sus votos revolucionarios.

Nunca otro Gorbachov

Especulaciones en torno de Khatami, como las que vieron en su moderación el germen de otro Gorbachov al que se le escaparán de las manos el glasnost y la perestroika, pueden considerarse contrastadas por el apego que demostró el presidente electo al espíritu de la política oficial. Además, Khatami es un hombre rico en votos que tienen escasa influencia sobre el régimen, y pobre en sustento parlamentario, religioso y militar.

En declaraciones preelectorales a la revista Zan-e.Ruz (Mujeres de Hoy), Khatami sostuvo que pretende morigerar excesos dogmáticos para dejar más en claro los derechos populares y promover una apertura del sistema iraní.

Sea que el caso de las mujeres de Irán, famoso en todo el mundo, pertenezca al campo de los derechos populares o al de la apertura del sistema, la defraudación de las expectativas que ellas tienen respecto de Khatami acarrearía un grave desprestigio internacional. Las iraníes quieren quitarse el hijab, el vestido de calle que las esconde entre sus pliegues y las estorba. La revolución de Khomeini las envolvió en vueltas de tela negra y las convirtió en el sello vivo de su extremado conservadurismo.

"Tiene el cabello largo y el espíritu corto", es un proverbio sobre la mujer debido a los persas, llamados, por su refinamiento, los franceses de Oriente. Sacha Guitry, el persa de Occidente, agrega: "Hoy todo ha cambiado...tiene también el pelo corto". Pero esto lo decía en un tiempo menos riguroso que el presente, cuando las veladuras estaban abolidas. Las mujeres iraníes siempre tuvieron mejor suerte en la literatura, en el arte y en la historia de Irán que en su vida dentro de una sociedad de tono fuertemente varonil.

Tal parece que entre los persas nadie ha sabido tomar en cuenta a las hijas de Eva con la exquisita consideración de los poetas Khayyam y Sáadi. Y aunque sean inmortales los versos de ambos, también es cierto que al cabo de los siglos resultan un consuelo melancólico, un embarazoso punto de comparación entre la literatura y la vida cotidiana.

Las iraníes parecen comprender bien de qué se trata la moderación política y no esperar que obre efecto al día siguiente de la llegada de Khatami a la presidencia de Irán. Quizá *farda* (mañana), quizá *passe farda* (pasado mañana). *Farda* y *passe farda* son palabras frecuentes en boca de un pueblo que considera el "ahora mismo" una urgencia inmoderada.

Una Sorpresa Electoral en Irán

EP
K06

■ El voto-castigo, inesperado para casi todos los observadores, que emitió el pueblo iraní contra el gobierno conservador lleva a la presidencia a un clérigo moderado que promete libertades.

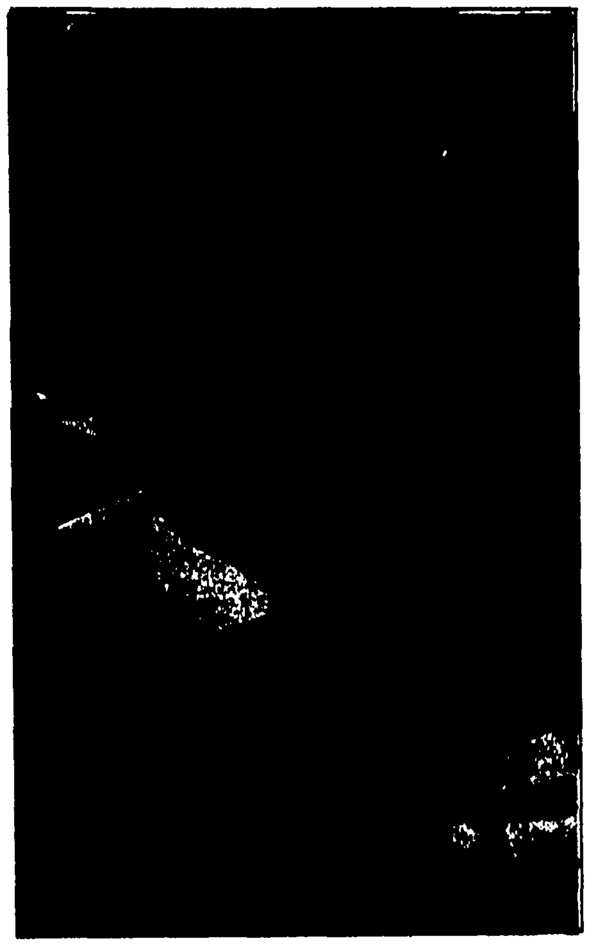
TIME

TEHERAN.— Muchos daban por prefabricado el resultado de la elección. Durante meses se descontaba que el próximo presidente iraní sería Ali Akbar Nateq-Noori, el Presidente del Parlamento, un hombre de firmes convicciones conservadoras que gozaba del respaldo de la maquinaria política más poderosa del país. Hasta disfrutaba del apoyo implícito del Líder Supremo de Irán, el Ayatollah Ali Jamenei, sucesor del Ayatollah Jomeini.

Pero en el país sucedían cosas nunca vistas. Un ejemplo se dio en Fadiyin Islam, uno de los barrios más pobres de la zona sur de Teherán y antiguo baluarte de inamovible apoyo a Jomeini. Allí, miles y miles de extasiados ciudadanos, al grito de "¡Jatami! ¡Jatami! ¡Eres la esperanza!", buscaban acercarse a la figura de un clérigo de 54 años de edad, de turbante negro. Casi lo aplastaron mientras subía al podio emplazado dentro de una mezquita. Durante la campaña electoral, Mohammed Jatamí fue la sensación. Las encuestas mostraban su creciente apoyo: 13,9% primero; 20,2% después; 52% en vísperas de la elección. Contados los votos, este candidato renuente —que cierta vez fue expulsado del Gabinete iraní por sus pares clérigos— propinó una sonora derrota a la teocracia conservadora. El moderado ganó con el 69,7% del total de 29:700.000 votos emitidos.

"EL AYATOLLAH GORBACHOV"

¿Quiénes votaron a Jatami? Iraníes hartos de las restricciones políticas y sociales; mujeres cansadas de tener que cumplir



No estaba en los papeles de nadie,pero ganó por avalancha: Muhammed Jatami se regocija.

las estructures del código de vestimenta; jóvenes que quieren acceder a las antenas satelitales y una serie de ciudadanos descorazonados que nunca antes habían tenido motivos para votar por alguien, hasta que apareció Jatami.

Su triunfo es un mensaje de protesta que pocos ignoran. Dicen Hassan, de 18 años, integrante de la generación nacida después de la revolución de Jomeini en 1979: "Queremos más libertades en este país". Afirma Abdelkarim Soroush, probablemente el crítico más prominente que tiene el régimen en el interior de Irán: "La elección fue un referéndum sobre la libertad, sobre la justicia, sobre todo. Un partidario contento sólo comentó: "Jatami es el Ayatollah Gorbachov".

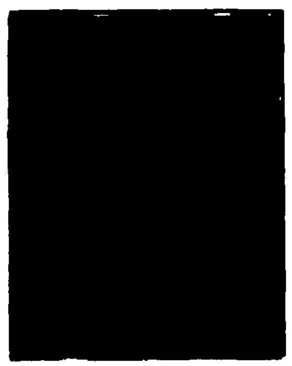
¿Un Presidente moderado? ¿En Irán? Los funcionarios occidentales son algo escépticos al respecto, lo cual es entendible dado que han tenido que vérselas con el apoyo de Irán al terrorismo, su oposición el proceso de paz en el Oriente Medio y su intento de desarrollar armas nucleares,. Pero esta vez hubo una elección en serio, no una votación digitada. Ningún político simbolizaba más el continuismo de los clérigos gobernantes que Nateq-Noori. Sus partidarios provocaron descontento generalizado al interrumpir con métodos de fuerza un discurso de Jatami, hacer que la policía cancelara uno de los mitines más importantes de la campaña y recurrir a argucias técnicas para clausurar el cuartel general de Jatami la última semana antes de la elección. Nateq-Noori era el candidato de un frente islámico militante que agrupaba a los conservadores religiosos de la Ciudad Santa de Qum con los comerciantes de clase media de Teherán. Ex guardaespaldas de Jomeini, este candidato había sido más tarde alto funcionario policial para luego ocupar la presidencia de la Asamblea Nacional, controlada por los conservadores. Como eslógan de su campaña propuso un juramento de obediencia absoluta al gobierno de los religiosos.

Jatami, en cambio, es un teólogo liberal y un político que habla de libertades, un hombre de familia de sonrisa contagiosa y un académico con estudios en Occidente; se dice que domina el inglés, el alemán y el árabe. Su personalidad contrasta con la sobria severidad de los ayatollahs que gobiernan el país desde 1979. hace cinco años éstos expulsaron a Jatami del gabinete —era Ministro de Cultura— por haber tolerado una "invasión" de ideas decadentes de Estados Unidos y Europa. Para la fecha de las elecciones, los religiosos tenían tan bajo concepto de la popularidad de Jatami que le permitieron —junto a otros dos candidatos menores— postularse oficialmente contra Nateq-Noori.

Igual que el candidato oficialista, Jatami fue seminarista en Qum. Sin embargo, también estudió filosofía occidental. Escribió algunos discursos para Jomeini, pero es el primer presidente iraní que carece de otras credenciales revolucionarias. En sus discursos durante la campaña prometió más tolerancia y libertades. Dijo en su último discurso antes de la elección: "Nuestro país tiene un largo camino que recorrer. El gobierno no le da al pueblo oportunidades de crecer".

TAREA DIFICIL

Si su victoria debe atribuirse a un hecho en particular, es la posición de principio que asumió durante su enfrentamiento de hace cinco años con los representantes de la línea dura. La ciudadanía apreció sus esfuerzos, como Ministro de Cultura, para permitir la circulación relativamente libre de libros y filmes. Pero los conservadores terminaron con él cuando el Ministro respaldó al cineasta Mohsen



Euforia: partidarios del nuevo presidente festejan la victoria.

Majmalbaf, cuyas películas **Las Noches de Zayandehrood** y **Tiempo de AMOR** trataban temas tabú como el adulterio y el suicidio, además de sugerir que la tiranía en Irán no había terminado con la caída del Sha reza Pahlevi. Los religiosos, indignados, despidieron al Ministro e impusieron restricciones culturales vigentes hasta hoy.

Aún sus consejeros más íntimos admiten que la tarea de Jatami no será fácil en un país de 70 millones de habitantes. A pesar de los 19.000 millones de dólares en petróleo que exportó el año pasado, los problemas de Irán son gigantescos. El desempleo está situado en quizás un 20%. Estallaron motines a medida que el gobierno ha querido hacer frente a la alta inflación (25%) y a una enorme deuda externa. La tasa de nacimientos es muy elevada, lo cual significa que el 66% de la población tiene menos de 25 años. Desde 1979 a la fecha, el ingreso anual per cápita cayó de 1.200 a 800 dólares.

El mayor desafío para Jatami, sin embargo, es administrar el régimen. Los poderes presidenciales tienen límites. Como reflejo del caos político de los días revolucionarios, el sistema iraní es una mezcla confusa de centros de poder en conflicto. Esto permite que el pueblo acceda a elecciones semilibres, pero también sirve para dar cobertura a los elementos extremistas del régimen. Muchos iraníes temen que el sistema termine por paralizar a Jatami. El presidente electo se denomina a sí mismo "independiente", aunque forma parte de un grupo clerical alineado con la izquierda, incluyendo la que en 1979-1980 mantuvo secuestrados durante 444 días a un grupo de diplomáticos norteamericanos. Los consejeros de Jatami dicen que éste espera beneficiarse de su asociación con el presidente saliente Ali Akbar Hashemi Rafsanjani, quien seguirá manteniendo influencia a través de un consejo que asesora al Líder Supremo.

Según sus allegados, Jatami está dispuesto a mantener a rienda corta a las facciones extremistas del régimen, que se concentran en los Guardianes de la Revolución y en los servicios de información e inteligencia. El pragmático Rafsanjani tuvo sus dudas a la hora de enfrentar a los radicales, pero Jatami —dicen sus asesores— será más audaz, apoyándose para ello en su abrumadora victoria electoral. Al menos puede contar con el apoyo de Faezeh Hashemi, hija de Rafsanjani y una de las figuras políticas más populares del país, que en este momento está bajo el fuego de los radicales. "Jatami cree en la libertad", comentó Hashemi a Time.

Desde Washington y otras capitales de Occidente se seguirá con suma atención el gobierno de Jatami. Ya hay quienes piden aplacar el optimismo sobre la política moderada del nuevo presidente. "Miremos los hechos de frente: esto no fue un paraíso durante su mandato como Ministro de Cultura", dice un diplomático occidental destacado en Teherán. Pero Jatami sabe que tendrá problemas si no cumple sus promesas, vista la gran expectativa que ha despertado. "Los jóvenes están listos para explotar en cualquier momento. El Presidente los debe conducir en otra dirección", dice el psicólogo iraní Shariar Rouhani.

No. DOCUMENTO 9708706
TITULO Japón: Único candidato por el Partido Liberal Democrático
PROCEDENCIA 578593
FECHA DE PROCEDENCIA 190697
VINCULACION 11876
66224
11437
575432
11164

01-03

9708706

[illegible]

JAPON-HASHIMOTO
HASHIMOTO, UNICO CANDIDATO A PROXIMAS ELECCIONES PARTIDO

Tokio, 19 jun (EFE).- El primer ministro japonés, Ryutaro Hashimoto, se [illegible] único candidato a la presidencia de su partido, el Liberal Demócrata (PLD), en las elecciones previstas para el [illegible].

Tras concluir ayer la actual sesión del legislativo, el interés político japonés se centra desde ahora en la carrera por la presidencia del partido mayoritario nipón, que suele llevar parejo también el cargo de jefe del gobierno.

Pese a los rumores que [illegible] con un adelanto, Hashimoto y el secretario general del PLD [illegible] acordaron anoche celebrar las elecciones del partido en la fecha prevista del mes de septiembre, lo que a los ojos de los analistas de Tokio deja ver el alto grado de confianza de Hashimoto [illegible].

[illegible] consolidarse en el núcleo del PLD [illegible] Hashimoto [illegible] partido [illegible].

Por ello, el [illegible] de las elecciones del partido será más [illegible] otros [illegible] influencia para [illegible] los partidos [illegible].

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

FS. Manchada

02

9708706

03-03

9708706

Akihito se reunió con su comunidad

El Emperador y su esposa fueron saludados por los residentes japoneses en Sao Paulo, la mayor colectividad del mundo fuera del mundo asiático

El emperador japonés Akihito y la emperatriz Michiko fueron saludados ayer con los gritos de "Banzai" por miles de miembros de la comunidad japonesa residente en Sao Paulo, la mayor del mundo fuera del país asiático.

SAO PAULO (Reuter) - La pareja imperial japonesa cumple una visita de 10 días a Brasil, que concluirá el lunes.

En la primera visita que realiza una pareja imperial japonesa a Latinoamérica, el emperador y la emperatriz debieron sonreír ampliamente y saludar a unos 8.000 japoneses-brasileños que colmaron un gimnasio para ver de cerca a la pareja real.

En un breve mensaje, Akihito elogió la valentía y determinación de los inmigrantes japoneses que comenzaron a llegar a Brasil hace 90 años para expandirse por todo el país.

"Gracias Brasil por aceptar a nuestra gente con tanta calidez", dijo Akihito.

La multitud, animada por la oportunidad única de presenciar de cerca a la pareja, ondeó banderas japonesas y brasileñas y coreó el tradicional grito patriótico japonés de "Banzai".



El Emperador Akihito se reunió con el gobernador de Sao Paulo, Mario Covas

Mientras Akihito ingresaba al gimnasio, fue detenido por un anciano campesino quien le dijo que era la primera vez en su vida que había tomado libre en su trabajo un día jueves. "Lo hice sólo para verlo", dijo el campesino al emperador.

En Sao Paulo, una creciente metrópolis y capital industrial de Brasil, reside la mayoría de 1,3 millones de brasileños descendientes de japoneses.

Mientras que la mayoría de los primeros inmigrantes japoneses limpiaron selvas para cultivar café en el interior del estado de Sao Paulo, posteriormente muchos emigraron a la ciudad, donde abrieron pequeños negocios y actividades profesionales.

Actualmente, luego de décadas de crecimiento económico en Japón, millares de japoneses-brasileños han optado por regresar a su patria de origen al revertirse la corriente, en un esfuerzo por mejorar la calidad de vida.

Unos 170.000 "dekassegui", o japoneses-brasileños trabajando en Japón, enviaron a sus familiares 4.000 millones de dólares en 1995.

El suministro de divisas ha sido tan constante, que el federal Banco do Brasil utilizó las remesas para garantizar un bono emitido el año pasado.

Los "dekassegui", que actualmente son unos 200.000, se han quejado de que son tratados como ciudadanos de segunda clase en Japón, pero Akito les dijo que su país agradece y valora la contribución que han hecho a éste.

Además de vínculos históricos, Brasil y Japón son importantes socios comerciales. En 1995, los dos países negociaron bienes por alrededor de 6.500 millones de dólares, mientras que Japón suministra a Brasil asistencia técnica y financiera.

La pareja imperial se reunió posteriormente con el gobernador de Sao Paulo, Mario Covas, con quien almorzó en el Palacio del Gobernador. Más tarde, los visitantes imperiales tienen previsto visitar un mausoleo donde descansan los restos de los primeros inmigrantes y un museo de historia japonesa en Brasil.

Akihito y Michiko permanecerán en Brasil hasta el lunes, cuando viajarán a Buenos Aires para iniciar una visita de tres días a Argentina.

R FOART 06 07 00353
mun exu lcx

BRASIL JAPON
EMPERADOR AKIHITO TERMINA VISITA A BRASIL Y VIAJA A ARGENTINA

Río de Janeiro, 9 jun (EFE).- El emperador Akihito de Japón concluyó hoy, lunes, en Río de Janeiro su visita oficial de diez días a Brasil y viajó a Argentina, segunda etapa de su gira por América Latina.

El avión en el que viaja Akihito y la emperatriz Michiko despegó de la Base Aérea de Galeao, en Río de Janeiro, a las 11.45 hora local (14.45 GMT).

Akihito y Michiko llegaron el pasado 31 de mayo a la ciudad de Belem, capital del estado brasileño de Pará, y desde ese día visitaron también Brasilia, Belo Horizonte, Sao Paulo, Curitiba y Río de Janeiro.

El portavoz de la casa imperial japonesa, Akitane Kiuchi, afirmó que Akihito quedó impresionado con la estabilización económica alcanzada por Brasil y por los esfuerzos que hace el Gobierno del presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso, para contener la inflación.

"El emperador cree que van a surgir nuevas inversiones japonesas en Brasil", agregó Kiuchi, quien aclaró que, pese a que la visita de Akihito no tenía carácter económico, los dos países intensificarán su cooperación en este área.

"Brasil determina las líneas de crecimiento del Mercado Común del Sur (Mercosur) y los japoneses están con la mirada puesta en este mercado", agregó el portavoz.

En todas las ciudades visitadas, la pareja imperial nipona recibió homenajes de la colonia japonesa en Brasil, la mayor del mundo con 1.3 millones de personas.

En Brasilia, Akihito y Michiko fueron recibidos con todos los honores por el presidente brasileño, Fernando Henrique Cardoso.

En la capital brasileña Akihito fue homenajeado por el Congreso Nacional, reunido en sesión solemne, y en Sao Paulo asistió por primera vez en su vida a un estadio de fútbol para presenciar la final del Campeonato Paulista entre los clubes Corinthians y Sao Paulo.

Curitiba, capital del estado de Paraná y considerada como la ciudad más "europea" de Brasil por su elevado nivel de vida y altos índices de desarrollo, brindó a Akihito y a la emperatriz Michiko un cálido recibimiento con banderas japonesas y brasileñas desplegadas en las calles.

El emperador japonés presenció el domingo en Río de Janeiro un desfile de la escuela de samba "Unidos do Viradouro", ganadora del Carnaval de este año, y cerró hoy su gira por Brasil con una visita al Centro de Atencion Social Integrada Ayrton Senna, donde reciben capacitación 350 menores y adolescentes abandonados conocidos como los "meninos de rua". EFE

JOC jla/H

02

9708707

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ARGENTINA-JAPON [illegible]

EMPERADORES DE JAPON [illegible] VISITA A BUENOS AIRES

Buenos Aires, jun 11 (EFE).- El emperador de Japón, Akihito, y su esposa, la emperatriz Michiko, finalizaron hoy una visita de 48 horas a Buenos Aires, donde mostraron su satisfacción por los lazos de amistad que unen a su país con Argentina.

Los emperadores se reunieron el martes en la residencia oficial de Olivos con el presidente argentino, Carlos Menem, y asistieron a un emotivo encuentro con más de un millar de miembros de la comunidad japonesa establecida en este país.

Akihito manifestó, antes de la audiencia con Menem, su deseo de que ambos países logren "un mayor conocimiento" de sus realidades de cara a la celebración el próximo año del centenario del inicio de las relaciones entre las dos naciones.

Por su parte, el presidente Menem expresó la "alegría" y "orgullo" de su gobierno ante la visita de los emperadores en el transcurso de una ceremonia que tuvo lugar en el Patio de Armas de la residencia ante la presencia de varios ministros, miembros de la Corte Suprema de Justicia y autoridades militares.

Más tarde, cientos de japoneses, entre ellos ancianos (algunos veteranos de la Segunda Guerra Mundial) y escolares se reunieron en el Jardín Japonés, situado en el barrio de Palermo de Buenos Aires, para saludar a los emperadores.

La construcción del jardín comenzó en 1967, con motivo del viaje a Argentina de Akihito y Michiko cuando eran herederos al trono.

"Espero que sigan bien, que cuiden su salud y contribuyan con su trabajo al desarrollo de Argentina y a estrechar los lazos de nuestros pueblos", dijo el emperador en un sencillo mensaje dirigido a sus compatriotas.

Akihito y Michiko también recibieron la llave de la ciudad de Buenos Aires de manos del jefe del Gobierno de la capital argentina, Fernando de la Rúa.

Por la noche Menem ofreció a los visitantes un agasajo en un hotel céntrico de Buenos Aires.

En la ocasión Menem destacó los lazos de amistad y cooperación existentes entre la Argentina y Japón al tiempo que auguró un futuro próspero en los intercambios bilaterales.

"El presente nos acerca una compartida visión de un futuro próspero en amistad y positivo en los intercambios que beneficien a ambos pueblos", dijo Menem.

Los emperadores compartieron la mesa principal con el jefe del Estado, el canciller argentino, Guido Di Tella, el senador Eduardo Menem y el ex presidente Raúl Alfonsín, entre otros funcionarios e invitados especiales.

"Vuestra presencia constituye un invalorable testimonio hacia la profundización de las relaciones bilaterales entre la Argentina y Japón. A los cien años de amistad próximos a celebrarse, deseo otros cien años de un más profundo acercamiento", dijo Menem en su discurso.

El presidente argentino también hizo hincapié en el intercambio cultural que se ha producido en los últimos años y citó a manera de ejemplo la buena repercusión que ha tenido en Japón el tango, la música popular de Buenos Aires, así como la

admiración que despierta en su país la obra del cineasta japonés Akira Kurosawa.

Akihito afirmó que en los últimos años Argentina "ha avanzado [illegible]

[illegible]

"[illegible]

[illegible] (EFE)

[illegible]

[illegible]

03-03

9708707

SB4951
R ECORT 06-20 00571
mun exg icx

JAPON-FINANZAS
ANALISTAS: REFORMA FINANCIERA CREA EXPECTATIVAS FALSAS

Tokio, 20 jun (EFE).- El sistema financiero japonés, sin duda el más controlado del mundo industrializado, no podrá tranformarse en pocos años como lo sugiere la reforma propuesta por el actual primer ministro, Ryutaro Hashimoto, afirman analistas extranjeros.

En un coloquio organizado por el semanario económico Nikkei Weekly, la directora gerente de Salomon Brothers Asia, Alicia Ogawa, señaló una serie de equívocos provocados por la propuesta de Hashimoto de convertir el sistema financiero nipón en "libre, transparente y global" para el año 2.001.

Según la ejecutiva norteamericana, el nombre que el primer ministro eligió para su paquete de reformas puede haber creado falsas expectativas en empresas e instituciones extranjeras, que desconocen la particular mecánica de las finanzas japonesas.

La colosal desregulación financiera fue bautizada con las palabras inglesas "Big Bang" (la gran explosión), implicando que también en Japón se sucederán cambios radicales e inmediatos, como los ocurridos en 1986 en el mercado londinense, cuando Margaret Thatcher implantó una reforma que, por lo espectacular de sus resultados, mereció el sonoro apelativo.

El sistema financiero nipón actual, autor del llamado "milagro económico" y a menudo calificado de "socialismo financiero" por el excesivo proteccionismo estatal, es obsoleto si Japón desea globalizar sus finanzas.

Para Ogawa, quien durante cinco años trabajó en su Nueva York natal con la delegación del ministerio de Industria y Comercio japonés, los cambios en este país suceden de manera gradual y siempre bajo la supervisión del ministerio de Finanzas, lo que hace más apropiado hablar de un "Long Bang" o "larga explosión".

La desregulacion japonesa no puede ser similar a la radical reforma londinese o norteamericana, de finales de los setenta, puesto que en las finanzas locales no existe el mismo "apetito por el riesgo" y no se siente el mismo grado de "atracción por la creatividad", agregó.

La analista observó que la reforma inglesa buscaba incrementar la competitividad, la innovación y dar a los clientes nuevos servicios, mientras que la "gran explosión" nipona apunta a sanear el sistema, abrir nuevas vías a las instituciones financieras y encontrar otras formas de generar ganancias.

Pese a que Ogawa consideró la propuesta de Hashimoto acertada y necesaria, señaló un gran vacío en los 2.800 puntos de la monumental reforma, que ha dejado casi intacto el flujo de dinero a los ahorros postales, el "santuario" de las finanzas niponas.

La caja postal es llamada a menudo el "otro presupuesto", pues almacena más de doscientos de los 1.200 billones de yenes del ahorro privado de los japoneses, que usa el gobierno para financiar corporaciones públicas y representa una gran competencia de la empresa privada.

Por la garantía oficial, los depósitos de las cajas postales suben espectacularmente en tiempos de escándalos y fiascos institucionales como los que corren, denotando la desconfianza del público en su sistema financiero.

Ogawa advirtió que el Big Bang", como todo cambio, creará incertidumbre por lo que es predecible un aumento de los fondos que atraen las cajas postales, con lo que la esencia de la desregulación perderá su sentido.

Para la analista neoyorquina, el fortalecimiento de las empresas extranjeras en el futuro escenario de las finanzas japonesas es ineludible, aunque recordó el "efecto Wimbledon" del mercado londinense, donde, al igual que en el torneo de tenis, después de abrirse al mundo, los jugadores locales fueron los que menos partidos ganaron. EFE

gr/cd/pz/jpg

06/20 07:32/97

N.º DOC. 9708709
TITULO VISITA DEL SEC. DE DEFENSA ESTADOUNIDENSE COHEN A KUWAIT
518593
FECHA DE PROCEDENCIA 160697
11876 11163
65890
507609
507596
11563

EA1087

[illegible] FOXBT 06-16 [illegible]
mun eag [illegible]

KUWAIT-EEUU
SECRETARIO DEFENSA AFIRMA IRAK E IRAN AUN CONSTITUYEN AMENAZA

Dubai, 16 jun. (EFE).- El secretario de Defensa norteamericano, William Cohen, reiteró hoy, lunes, que Irak e Irán aun constituyen una amenaza para los países del Golfo Pérsico.

Cohen, que se encuentra en Kuwait, país incluido en la gira que realiza por los Estados Arabes del Golfo, aseguró a los líderes kuwaitíes que EE.UU. mantiene su compromiso de defender la seguridad del emirato contra posibles amenazas exteriores.

"Irak e Iran, con todo el armamento que poseen, constituyen una amenaza para la región", dijo Cohen en una rueda de prensa tras la reunión que mantuvo esta mañana con el emir de Kuwait, jeque Yaber Al Ahmad Al Sabah, y el ministro de Defensa kuwaití, jeque Salem Sabah Al Salem.

Por ello, recalcó, "EE.UU. se compromete a defender a Kuwait de cualquier amenaza contra su seguridad".

El secretario de Defensa norteamericano visitó hoy las tropas de su país en Camp Doha, a 30 kilómetros al norte de la capital kuwaití, donde se encuentra almacenado armamento para utilizarlo en caso de un eventual ataque iraquí a Kuwait como el que ocurrió en 1990.

EE.UU. mantiene tropas terrestres y aéreas en Kuwait conforme a un acuerdo de Defensa que firmó con ese rico emirato petrolero del Golfo tras su liberación de la ocupación iraquí en 1991.

Los gastos de mantenimiento de esas tropas, que ascienden a unos 180 millones de dólares cada año, los costea Kuwait.

La seguridad del Golfo, así como la de las tropas estadounidenses en la zona, y la cooperación militar centran las conversaciones de Cohen con los líderes de los países que visita durante su gira, que le llevará también a Bahrein, Emiratos Arabes Unidos y Omán.

Cohen llegó anoche a Kuwait procedente de Arabia Saudí, donde visitó la base aérea "Príncipe Sultán", a unos 70 kilómetros al sur de Riad, en la que se encuentran 4.000 soldados estadounidenses, y se entrevistó con el rey Fahd, con el ministro de Defensa saudí, príncipe Sultán, y con el príncipe heredero, Abdalá.

[illegible] fuerzas aéreas de EE.UU. se trasladaron a esta base después de la explosión que el año pasado causó la muerte de 19 militares [illegible] en la base [illegible] de Al Jobar, en el [illegible] EFE

[illegible]

06-16 11 [illegible]

01-02

9708709

[illegible]

[illegible]

KUWAIT EEUU

COHEN ANALIZA COOPERACION Y SEGURIDAD GOLFO CON EMIR KUWAIT

Dubai (EAU), 16 jun (EFE).- El secretario de Defensa norteamericano, William Cohen, analizó hoy lunes con el emir de Kuwait, jeque Jaber Al Ahmad Al Sabah, la cooperación bilateral y la seguridad del golfo Pérsico.

Cohen, quien se entrevistó también con el ministro de Defensa de Kuwait, jeque Salem Al Sabah, llegó anoche a ese emirato procedente de Arabia Saudí, país incluido en su gira por el Golfo que le llevará también a Bahrein, Emiratos Arabes Unidos y Omán.

El secretario de Defensa norteamericano tiene previsto visitar hoy las bases de las tropas de su país estacionadas en Kuwait, conforme a un acuerdo de Defensa firmado por EE.UU. y ese rico emirato petrolero del Golfo tras su liberación de la ocupación iraquí en 1991.

La seguridad del Golfo y la de las tropas estadounidenses en la zona, y la cooperación militar serán el centro de las conversaciones de Cohen con los líderes de los países que visite durante su gira.

En Arabia Saudí, Cohen visitó la base aérea "Príncipe Sultán", donde se encuentran 4.000 soldados estadounidenses, y se entrevistó con el rey Fahd, con el ministro de Defensa saudí, príncipe Sultán, y con el príncipe heredero, Abdala.

El secretario de Defensa de EEUU indicó que las tropas de su país continuarán en la zona para proteger sus intereses, y mientras que Irak e Irán sigan constituyendo una amenaza para los países del Golfo.

Un total de 22.000 soldados estadounidenses se encuentran desplegados en el Golfo Pérsico, y de ellos, unos 5.700 están en Arabia Saudí.

La visita de Cohen se produce días antes de aniversario del atentado con bomba perpetrado el 25 de junio del año pasado en una base militar de Arabia Saudí donde murieron 19 soldados norteamericanos.

Irán e Irak se oponen a la presencia militar de EEUU en el Golfo Pérsico, pero tambien grupos radicales islámicos de los países árabes de la zona están en contra de la presencia occidental en la región. EFE

fa/msr

06/16/07-09/97

02-02

9708709

TDA409

R EOXRT 06-20 00267

mun exo irx

MONGOLIA-PRESIDENTE

BAGABANDI INVESTIDO COMO SEGUNDO PRESIDENTE DEMOCRATICO MONGOL

Pekín, 20 jun (EFE).- Nashagin Bagabandi, dirigente del Partido Revolucionario Popular Mongol (PRPM, antiguos comunistas), fue investido hoy, por el Gran Jural mongol (Parlamento), como segundo Presidente del país elegido democráticamente.

Bagabandi obtuvo el pasado 18 de mayo más del 60 por ciento de los votos en las segundas elecciones presidenciales democráticas mongolas, 30 puntos más que el jefe de estado saliente, Punsalmagin Ochirbat, patrocinado por la coalición Unión Democrática (UD) y vencedor de los comicios presidenciales de 1993.

El nuevo jefe de Estado mongol, de 47 años, fue hasta julio de 1996 presidente del Gran Jural, donde el PRPM contaba con 70 de los 76 diputados, pero en las elecciones de junio de ese año la UD venció y obtuvo, con 50 escaños, la mayoría absoluta del legislativo.

El PRPM eligió hace dos días como nuevo presidente a N.Enhbayar, de 39 años, en sustitución de Bagabandi, en clara muestra de que se ha deshecho de los remanentes de la "vieja guardia" de un partido que gobernó Mongolia entre 1923 y 1996 y está en manos de los reformistas que le califican de "centrista con vocación izquierdista".

Enhbayar, ex-ministro de Cultura, era secretario general del PRPM.

Con la investidura de Bagabandi, Mongolia comienza una experiencia de "cohabitación" hasta el año 2000 entre los antiguos comunistas y el actual gobierno de la UD, formado por socialdemócratas y nacional demócratas.

Mongolia tiene 2.3 millones de habitantes y 1,1 millones de votantes, más del 80 por ciento de los cuales participaron en las elecciones presidenciales del pasado mes de mayo. EFE

jcr/ga

06/20/11-32/97

R FOXBT 06-02 00466
mun exg icx

PAPUA-CRISIS
DOS PERSONAS SE AUTOPROCLAMAN PRIMER MINISTRO EN PAPUA

Manila, 2 jun (EFE).- Dos personas han asegurado hoy, lunes, ser el primer ministro de Papúa Nueva Guinea, provocando la segunda crisis político del país desde que estalló el escándalo de "Sandlines Internacional" y a tan sólo dos semanas de las elecciones generales.

"Hoy reasumo los deberes y responsabilidades del primer ministro de Papúa Nueva Guinea", comunicó el ex jefe de gobierno Julius Chan en una carta enviada al gobernador del país, Wiwa Korowi, según la emisora de radio australiana ABC.

Chan ocupó el cargo de primer ministro hasta el pasado 26 de marzo, que anunció su separación del puesto mientras su persona no estuviese libre de responsabilidades judiciales en el caso de Sandlines.

En una rueda de prensa, Chan explicó que su decisión se debía a que la comisión especial que investigaba el asunto de Sandlines ha concluido su informe y éste le libraba de toda resposabilidad judicial.

"Sí, sigo pensando que soy el primer ministro en funciones", declaró John Giheno en otra reunión con la prensa, que fue designado para el puesto por el Parlamento, un días después de que su predecesor comunicase su salida temporal.

Giheno, que dejó el cargo de ministro de Petróleo y Minas para ser jefe del Gobierno, indicó que el informe de la comisión especial no estaba cerrado y que se mantendría en el cargo hasta las elecciones generales, que durarán del día 14 al 18 próximos.

La compañía Sandlines fue contratada por el Gobierno papuano, por 36 millones de dólares, para asesorase, entrenase y dirigiese a los soldados gubernamentales en su lucha contra los separatistas del Ejército Revolucionario de Bougainville (ERB).

El ERB combate desde hace ocho años por la independencia de la isla de Bougainville, unos 700 kilómetros al noreste de Papúa, y controla en la actualidad las regiones central y meridional del territorio.

El contrato con Sandlines provocó la salida de Chan, el viceprimer ministro y el titular de Defensa y la creación de una comisión especial para determinar sus responsabilidades judiciales, además de la cancelación del acuerdo y la expulsión de los mercenarios.

La comisión especial, presidida por el juez del Tribunal Superior Warwick Andrews, comenzó sus investigaciones a mediados de abril y presentó sus conclusiones, un informe de 125 páginas, a Giheno el jueve pasado

Giheno, que recibió 40 copias del documento, declaró "se me ha entregado confidencialmente" y añadió que debía estudiarlo antes de decidir que hacer con el.

Chan explicó a los medios de información que "ahora que he quedado limpio (de responsabilidad judicial) tengo derecho a volver al cargo de primer ministro".

Por su parte, Giheno anunció en su reunión con la prensa que el secretario de la oficina del primer ministro, Noel Levi, había sido suspendido de sus funciones y había ordenado una investigación sobre una presunta filtración de documentos

confidenciales. EFE
mr mao

06/02/17/14/97

[illegible]

[illegible]

PAPUA CRISIS

CHAN REGRESA COMO PRIMER MINISTRO TRAS ESCANDALO MERCENARIOS

Manila, 3 jun (EFE).- La oficina del procurador general de Papúa Nueva Guinea confirmó hoy que Julius Chan recupera sus funciones de primer ministro, una vez superado el escándalo de la contratación de mercenarios para luchar contra la guerrilla separatista de la isla de Bougainville.

"Anuncio a la nación que usted, Sir Julius Chan, ha regresado a su puesto como primer ministro y ha eximido de sus deberes al actual primer ministro en funciones, John Giheno", declaró Sao Gabi, jefe de la asesoría judicial del Gobierno, según la emisora de radio australiana ABC.

Pocas hora despuér, el saliente Julius Chan convocaba a los medios de información y les anunciaba que había escrito al gobernador comunicándole que volvía a su cargo y reasumía sus deberes y obligaciones.

Chan indicó que su alejamiento del puesto estaba condicionado a los resultados de la comisión especial que investigaba el caso de la contratación de los servicios de la empresa Sandlines, una multinacional dedicada a seguridad y a asesoría militar, pero también a operaciones directas.

El repuesto primer ministro resaltó que el informe y conclusiones de la comisión le liberaba de toda responsabilidad judicial, por lo que no había impedimento para su regreso.

El informe definitivo de esas investigaciones le fue entregado a Giheno la semana pasada de forma confidencial, tras lo que éste reclamó a la comisión especial "profundizar en una serie de asuntos no suficientemente tratados" para "evitar malentendidos".

La compañía Sandlines fue contratada por el Gobierno papuano por 36 millones de dólares para que asesorase, entrenase y dirigiese a los soldados gubernamentales en su lucha contra los separatistas del Ejército Revolucionario de Bougainville (ERB).

El ERB combate desde hace ocho años por la independencia de la isla de Bougainville, unos 700 kilómetros al noreste de Papúa, y controla en la actualidad las regiones central y meridional del territorio.

El contrato con Sandlines provocó la salida de Chan, el viceprimer ministro y el titular de Defensa, y la creación de una comisión especial para determinar sus responsabilidades judiciales, además de la cancelación del acuerdo y la expulsión de los especialistas contratados. EFE

mz/ial/idl

06/03/10-38/97

02 9708711

306987

R FOXBT 06-04 00276

icx exg mun

PAPUA-POLITICA

CORONEL LEO NUIA NOMBRADO JEFE FF.AA. DE PAPUA NUEVA GUINEA

Manila, 4 jun (EFE).- El coronel Leo Nuia, al que apodan "el carnicero de Bougainville", ha sido promovido a general de brigada y jefe de las Fuerzas Armadas de Papúa Nueva Guinea, por una decisión del primer ministro Julius Chan aprobada anoche por su Gabinete.

Nuia ingresó en el Ejército en 1967 y sutituye al coronel Jack Tuat, jefe en funciones de las Fuerzas Armadas durante los dos últimos meses.

En 1991, cuando era el jefe militar en la isla Bougainville, Nuia reconoció en público que los cuerpos de guerrilleros ejecutados se habían arrojado al mar desde helicópteros militares donados por Australia.

El Ejército Revolucionario de Bougainville (ERB) lucha desde 1989 por la independencia de esa isla, situada a unos 700 kms. al noreste de Papúa, y en la actualidad controla las regiones central y meridional del territorio.

El reconocimiento público que hizo Nuia supuso su salida del cargo y el comienzo de un proceso judicial que al final resultó favorable al coronel, quien fue readmitido en el puesto.

La designación de Nuia es la primera medida de Chan desde que anunció, el pasado lunes, que reasumía sus deberes y obligaciones como primer ministro, después de que la comisión especial que investigaba el caso Sandlines le liberase de toda responsabilidad judicial en ese asunto.

La compañía Sandlines fue contratada por el Gobierno papuano para que asesorase, entrenase y dirigiese al Ejército en su lucha contra el ERB.

Según analistas en Port Moresby, la elección de Nuia para ese puesto supone el intento de Chan de recuperar el control del Ejército y un respaldo a su política de acabar lo antes posible con el conflico de Bougainville. EFE

mz/ga/ma

06/04/11-36/97

03-03 9708711

EA4226

R EOXBT 06 20 00146
1cx mun exo

QATAR-R.UNIDO
MANIOBRAS CONJUNTAS EN TERRITORIO QATARI

Dubai, 20 jun (EFE).- Tropas de Qatar y del Reino Unido comenzaron hoy maniobras militares conjuntas en el rico emirato petrolero, con el objetivo de mejorar la capacidad combativa del Ejército qatarí, informó la agencia de noticias local.

Los ejercicios militares se llevan a cabo en virtud de un pacto de Defensa existente entre los dos países, y en ellos participan tropas de tierra y aire, pero no se han dado cifras sobre el número de efectivos.

El comienzo de estas maniobras coincide con el regreso a Estados Unidos de 30 cazabombarderos que estuvieron durante cuatro .eses de misión en Qatar.

Los aviones F-16 y F-15 realizaron durante su despliegue en el emirato 1.800 misiones de vigilancia sobre el sur de Irak, conforme a las medidas para controlar que el régimen de Bagdad cumple el embargo impuesto por la ONU por la invasión de Kuwait.
EFE

nq/vh/msr

06/20/09-28/97

01-01

9708712

Nº DOCUMENTO 9708713

TITULO TAILANDIA: DIMITE EL MINISTRO DE FINANZAS Y COLAPSA EL EQUIPO ECONOMICO

PROCEDENCIA 578893

FECHA 190697

VINCULACION 11616

501667

11302

11038

11161

11164

01-03

9708713

[illegible]

9708713

02

[illegible]

TAILANDIA-[illegible]

EL PRIMER MINISTRO SE HACE CARGO DE LA CARTERA DE FINANZAS

[illegible] El primer ministro de Tailandia Chavalit Yongchaiyudh, [illegible] de Finanzas [illegible] del equipo [illegible]

El [illegible] Defensa, [illegible] la renuncia del [illegible] informaron fuentes [illegible].

[illegible] ministro [illegible] titular de Finanzas, [illegible]

[illegible]

[illegible]

03-03

9708713

Taiwán inició maniobras militares poco antes de la ceremonia de traspaso



JUEGOS DE GUERRA. *Taiwán inició ejercicios con armas de alta técnica compradas recientemente como parte de un importante proyecto de modernización militar* ***(AP)***

TAINAN, Taiwán, 23 (AP).— Taiwán demostró hoy las nuevas armas que ha incorporado a su arsenal en el inicio de maniobras militares que han alarmado a Washington, ya que tienen lugar sólo una semana antes de que China recupere la soberanía sobre Hong Kong.

La maniobras "Han Kuang 13" continuarán mañana con ejercicios en que se usarán municiones verdaderas, y prácticas navales incluyendo armas de alta técnica compradas recientemente como parte de un importante proyecto de modernización militar de Taiwán.

En las prácticas de mañana unidades del ejército, la marina y la fuerza aérea participarán en ejercicios para defender Taiwán de una invasión, incluyendo maniobras frente a la península de Hengchun, en el extremo sur de la isla.

Una declaración de las fuerzas militares dijo hoy que las maniobras son para poner a prueba las defensas, y que no tienen "nada que ver con la (devolución) de Hong Kong" a la soberanía china, que tendrá lugar el 1º de julio.

"Este ejercicio está destinado a fortalecer la capacidad combativa de defensa de las fuerzas armadas, y crear un consenso de defensa nacional entre nuestro pueblo", dijo el comunicado.

Estados Unidos había exhortado a ambos bandos a que no realizaran maniobras militares durante el traspaso de Hong Kong, luego que en 1996 una serie de ejercicios militares chinos cerca de aguas taiwanesas hicieron que Washington emplazara en la región dos portaaviones y otros buques de guerra.

Entretanto, un diario en Hong Kong había informado recientemente que China tenía previsto efectuar maniobras militares a lo largo de su línea costera frente a Taiwán, aproximadamente durante el período de las maniobras taiwanesas. ED 2406

HONG KONG TRASPASO TAIWAN [illegible]

RECUPERACIÓN DE CHINA. TAIWAN MUESTRA SU MODERNO PODERÍO MILITAR

Taipei, 26 jun (EFE).- La reacción más clara y contundente de Taiwán a la recuperación de Hong Kong por China fue mostrar esta semana su poderío militar en unos ejercicios "rutinarios" a los que Taipei pretendió quitar en vano todo viso de advertencia.

La "provincia renegada", como llama China a la República de Taiwán, teme que Pekín vuelva a manifestar su fuerza militar en el estrecho de Formosa como lo hiciera en marzo de 1996 ante las primeras elecciones presidenciales en la isla.

Entonces, China llevó a cabo unos grandes ejercicios navales con fuego real y simulado con el objetivo de intimidar a los 21 millones de taiwaneses ante posibles ambiciones independentistas.

Taiwán y China continental han estado divididas desde 1949, después de que las tropas de Chiang Kai-shek se refugiaran en la isla tras perder la guerra civil con los comunistas.

Desde entonces, Taiwán se ha labrado su propio éxito: en 1995 ocupó el puesto número 14 del mundo en volumen comercial.

La reconciliación entre "las dos Chinas" parece muy lejana a tenor de la insistencia de Pekín en una sola China, mientras Taipei habla de reunificación solamente cuando ambos lados del estrecho disfruten de una libertad, prosperidad y riqueza equitativas.

A falta de acercamiento entre estas dos hermanas chinas mal avenidas, el gasto militar de Taipei en los últimos años indica a las claras por dónde van los tiros de su política hacia Pekín.

En 1996, Taiwán destinó 9.800 millones de dólares para gastos defensivos. Esto sin contar los 11.500 millones de dólares para la compra de 150 aviones de combate F-16 y 60 Mirages de 1992 al 2001.

En la actualidad, Taiwán destina más de una cuarta parte de su presupuesto nacional a gastos de defensa y cuenta con un ejército de 400.000 hombres, entrenados casi exclusivamente en tácticas de rechazo de fuerzas invasoras.

El presidente taiwanés Lee Teng-hui presidió los pasados lunes y martes los ejercicios militares anuales en el sur de la isla, en los que tomaron parte más de 4.000 soldados y donde fue presentada al mundo su moderna maquinaria de guerra.

Lee elogió los ejercicios "Gloria China 13" y negó en rotundo que con ellos Taiwán pretendiera mostrar los dientes a Pekín, que ha puesto a Hong Kong como "modelo" a seguir para la reunificación con Taipei por medios pacíficos.

Lee dijo que estos ejercicios se celebran anualmente en junio, pero el hecho de que se llevaran a cabo a una semana del cambio de soberanía de Hong Kong hizo que no pasaran desapercibidos, ni en Pekín, ni en Washington, que los calificó de "contraproducentes".

Los ejercicios militares "no tienen absolutamente nada que ver con el inadecuado vínculo que algunas personas internacionales habían sospechado", dijo Lee ante un grupo de oficiales, políticos y periodistas que los presenciaron.

Sin embargo, las autoridades de Taipei hicieron todo lo que estaba en sus manos para publicitarlos, invitando a dos centenares de reporteros y transmitiéndolos en directo por la televisión nacional, que puede verse con facilidad en la China continental.

Un legislador de la oposición taiwanesa fue al grano: "Hemos de comprar (armamento) y entrenarnos lo suficiente para que China entienda que estamos preparados a pagar el precio que sea para resistir la agresión de Pekín", dijo el senador Parris Chang, tras visitar a las tropas participantes en los ejercicios.

"Este es el significado de la disuasión", agregó Chang.

Estos ejercicios fueron la muestra más patente, pues, de que hay un largo camino hacia la reunificación.

Con todo, Lee, en declaraciones al diario The Washington Times publicadas hoy, jueves, se mostró conciliador y habló incluso de solución pacífica, si Pekín abandona su actitud "hegemónica".

Lee, no obstante, afirmó que "el esquema de Hong Kong no es adecuado para nosotros y no va conforme a los deseos de nuestro pueblo", que reclama un trato de igual a igual con la China continental "acorde a su éxito político y económico".

El vicepresidente y primer ministro taiwanés, Lien Chan, en recientes declaraciones a la cadena pública estadounidense de televisión PBS, insistió en que la reunificación debe hacerse bajo los principios de "libertad, democracia y prosperidad".

Lien dijo que Taipei ha pedido el diálogo con Pekín de forma reiterada, pero señaló que para negociar hacen falta dos, lo mismo que para bailar un tango".

O como dice una expresión china: "Se necesitan dos manos para dar palmadas". EFE

em/ga

06/26/17:27/97

03

9708714

ACTO NACIONALISTA

Taiwán le dice "no" a Beijing

Taipei

Reuter y AP

Decenas de miles de taiwaneses desafiaron ayer un torrencial aguacero en las callas de Taipei y manifestaron para decir "No a China", exigir la independencia completa de la isla y criticar la entrega de Hong Kong a Beijing. Los manifestantes pidieron también que la ONU reconozca a la República de Taiwán.

"Taiwán es Taiwán, China es China", gritaron los manifestantes, reunidos en los alrededores de las oficinas de la presidencia y el Consejo Municipal de Taipei.

Al acto asistieron, según la policía, alrededor de 70.000 personas, una de las mayores concentraciones en la historia de Taiwán. La manifestación fue parte de una campaña que se inició hace varios días y que incluyó conciertos, maratones y hasta una gigantesca feria popular en Taipei, el viernes por la noche.

"En este momento importante debemos decirle al mundo que Taiwán no es Hong Kong, que Taiwán no es parte de China", dijo Peng Min-ming, dirigente del partido Democrático Progresivo, quien perdió las elecciones presidenciales que se celebraron en 1996 ante el candidato nacionalista Lee Teng-hui.

"El pueblo de Hong Kong no tiene control de su propio destino y depende de las decisiones de China y de Gran Bretaña", dijo por su parte Hsu Ching-hsiung, uno de los organizadores del acto. "Pero nosotros los taiwaneses sí tenemos derecho a elegir. Debemos defendernos y rechazar a China en esta encrucijada", agregó el político nacionalista.

Los grupos políticos taiwaneses rechazan lo que China describe como una "oferta generosa, un modelo de unión bajo un solo país", al ofrecer a la isla una amplia autonomía local una vez que se reintegre al país, del que se separó tras la guerra civil en 1949.

Beijing considera a Taiwán como parte de su territorio y más de una vez amenazó con recurrir a las armas si insiste en su independencia y rechaza su reincorporación a China.

EL 29-06

HONG KONG TRASPASO/CHINA
TRAS RECUPERACION HONG KONG PEKIN PLANEA INTEGRAR A TAIWAN

Pekín, 30 jun (EFE). Tras la recuperación de Hong Kong dentro de pocas horas, los dirigentes chinos planean una "ofensiva de encanto" basada también en la idea "un país, dos sistemas" para absorber a la recalcitrante Taiwán, informaron hoy fuentes locales.

Esta "rama de olivo" pequinesa se centraría en un ofrecimiento de concesiones especiales a Taiwán superiores a las que se han prometido a Hong Kong y Macao y sobre todo "mejores y más tolerantes", señaló la fuente que no quiso ser identificada.

Este nuevo "plan Taiwán" seguiría a la declaración en ocho puntos hecha en enero de 1995 por el "número uno" chino, Jiang Zemin, en la que se ofrecía a Taiwán, si se reunificaba con China, que mantuviera sus Fuerzas Armadas y su propia Administración.

La nueva oferta renunciaría al papel de Pekín como encargado de la defensa de Taiwán, prometería no inmiscuirse en su administración y dejaría al Gobierno de Taipei algunas funciones diplomáticas. Su formulación se hará cuando se llegue a un consenso al respecto entre las diferentes facciones del Partido Comunista (PCCH) y el Ejército, según la fuente.

Los mandos militares son partidarios de reanudar en el futuro la presión armada sobre Taiwán, que desde 1992 ha renovado considerablemente sus defensas, pero Jiang y otros dirigentes civiles no creen que una carrera de armamentos haga más rápida la reunificación entre Taiwán y China.

Dos de las tres mayores fuerzas políticas de Taiwán, el nacionalista Kuomintang y el Partido Democrático Progresista, que quiere que la isla abandone la ficción de considerarse como "otra China" y se "independice", han rechazado la teoría "un país, dos sistemas" y organizado manifestaciones de protesta por los intentos chinos de "dejar sin espacio internacional a Taiwán".

Desde 1984 el Kuomintang, que perdió en 1949 la guerra civil con los comunistas y se refugió en Taiwán, ha señalado que Gran Bretaña no debía devolver Hong Kong al régimen de Pekín sino a ellos y alegado que era el depositario de la tradición y la legalidad chinas.

El original del Tratado de Nankín, firmado en 1842 y por el que se concedía la soberanía "eterna" de la isla de Hong Kong a Gran Bretaña, está guardado en Taipei y no en Pekín, así como otros recuerdos y documentos de la época transferidos a Taiwán desde China en 1949 por barcos de magnates navieros de Shanghai como el padre del que mañana será "jefe supremo" de Hong Kong, Tung Chi Hua. EFE

jcr on

06/30/97 11/97

05-05

9708714

[illegible] CONVERSACIONES

Naciones Unidas, 14 [illegible] — El secretario general de la ONU, [illegible] a los ministros de [illegible] de Portugal, [illegible] e Indonesia, Ali Alatas, [illegible] la [illegible] ronda de conversaciones sobre Timor Oriental auspiciadas por la ONU.

Un alto funcionario de la ONU ha reconocido hoy que las perspectivas de acuerdo en el plazo previsible no son muy alentadoras, pero consideró importante que ambas partes estén dispuestas a seguir hablando.

El funcionario [illegible] reconoció que los planteamientos de las dos delegaciones [illegible] el debate sobre Timor Oriental en el Comité de Descolonización indican que las posiciones siguen inamovibles.

Portugal, al que la ONU sigue reconociendo como la potencia administradora, afirma que la actual ocupación indonesia del territorio hace 21 años impide al pueblo [illegible] ejercer su derecho a la libre determinación.

[illegible] que la ocupación militar intenta destruir la identidad nacional y violar los derechos humanos ante una [illegible] que continúa.

Indonesia afirma que la descolonización se produjo en 1975 cuando Portugal abandonó su colonia de Timor Oriental, y el pueblo y los dirigentes de ese territorio decidieron, a través de su Asamblea Popular, convertirlo en la 27 provincia de la República Indonesia con plenos derechos y deberes.

El funcionario de la ONU [illegible] las conversaciones entre los ministros [illegible] y Alatas serán [illegible], que no se descarta [illegible] y que lo fundamental es que se [illegible] para las reuniones de trabajo que [illegible] a mediados de julio próximo. EFE

[illegible]

XA7490

U FOXBT 06-20 0038
mun exg

ONU-TIMOR ORIENTAL
PORTUGAL ACUSA A INDONESIA DE "POSICIONES RIGIDAS" EN DIALOGO

Naciones Unidas, 19 jun (EFE).- El ministro portugués de Asuntos Exteriores, Jaime Gama, dijo que la posibilidad de progresar en las conversaciones sobre Timor Oriental depende de que su colega indonesio, Ali Alatas, abandone las "posiciones rígidas" iniciales.

Molesto por ese comentario de Gama, formulado durante el receso del mediodía, Alatas convocó a los periodistas al finalizar las conversaciones de hoy, pero suspendió el encuentro a instancias del mediador de la ONU, Jamsheed Marker.

"Siempre he opinado que las declaraciones a la prensa en medio de un proceso de negociación dificultan o imposibilitan lograr resultados", dijo el subsecretario general de la ONU para Asuntos Políticos, el británico Keran Pendergast.

Esa fue su respuesta a la observación de un periodista de que desde que ocupa el cargo se han impulsado las conversaciones para resolver disputas ya crónicas, como Chipre, Sáhara Occidental y Timor Oriental, pero en cada caso se procura mantenerlas bajo estricto secreto, pidiendo a las partes que no formulen declaraciones a la prensa.

La declaración de Gama fue casi accidental, ya que se encontró con los periodistas, incluidos varios portugueses, que le asediaron al salir de la sala de reuniones del Consejo de Seguridad donde se iniciaron sus conversaciones con Alta.

Gama dijo que la ONU, bajo la dirección del secretario general Kofi Annan, trata de buscar una solución al problema de Timor Oriental, que fue colonia portuguesa durante 400 años y que invadió Indonesia antes de que culminara el proceso de descolonización.

"Queremos cooperar a fin de que se mejore claramente el respeto a los derechos humanos (en Timor Oriental) y por lograr una solución amplia e internacionalmente aceptable a este problema", dijo Gama.

Agregó que no deben esperarse milagros de estas conversaciones para mañana, pero que pueden darse algunos pasos si la parte indonesia abandona "las posiciones rígidas que ha mantenido hasta ahora" negándose a discutir la cuestión del estatus final que, según Portugal, es el meollo de este asunto. EFE

jsd/lel/arp

06/20/00-11/97

02

ONU-TIMOR
CONVERSACIONES "CONSTRUTIVAS" ENTRE PORTUGAL E INDONESIA

Naciones Unidas, 20 jun (EFE).- Las conversaciones que sobre Timor Oriental celebraron ayer y hoy el mediador de la ONU, Hamsheed Marker, y los ministros de Asuntos Exteriores de Indonesia y Portugal, han sido consideradas "constructivas".

Timor Oriental, colonia portuguesa durante 300 años, fue invadido antes de que finalizara la descolonización por Indonesia en 1975, que un año después se anexionó el territorio como su 27 provincia, hecho nunca reconocido por la ONU que sigue considerando a Portugal como Potencia Administradora.

Marker anunció, al finalizar las conversaciones entre los ministros Jaime Gama de Portugal y Ali Alatas de Indonesia, que delegaciones a nivel de embajadores continuarán las negociaciones en posteriores reuniones.

El mediador de la ONU dijo que en estas conversaciones ha predominado una atmósfera muy alentadora por el deseo mutuo de alcanzar soluciones satisfactorias para el problema de Timor Oriental, y las calificó de "intensas, francas y constructivas".

Aunque Gama y Alatas coincidieron en sus calificativos, el ministro portugués se mostró más satisfecho de los "resultados relativos" que se lograron.

Sin embargo, expresaron sus discrepancias sobre la agenda de las futuras conversaciones que según Alatas es "muy flexible" pero no sustantiva, y según Gama es "muy amplia", responde a las preocupaciones básicas de Portugal y establece el marco para elaborar una solución amplia, justa y duradera que satisfaga a todas las partes y a la comunidad internacional.

"En definitiva, el resultado depende de la voluntad política de las partes para encontrar una solución", dijo Alatas, quien descartó la posibilidad de que se invite a los timoreses a participar en estas conversaciones "que son, y continuarán siendo, entre gobiernos".

Marker anunció que continuará el diálogo entre timoreses, y que hará el máximo esfuerzo para promover y organizar otra reunión de ese foro en el mes de agosto.

Alatas dijo al respecto que ese foro es "interesante, pero no paralelo" a las conversaciones entre Indonesia y Portugal, y que si bien de él pueden surgir ideas o propuestas útiles para resolver problemas específicos, no puede ser incluido directamente en las conversaciones intergubernamentales.

Por su parte, Gama afirmó que la decisión de que continúe el diálogo entre timorenses es uno de los resultados positivos de estas conversaciones, porque en ese diálogo participan representantes de todas las tendencias de Timor, y son los habitantes de esas islas quienes deben decidir libremente su propio destino, de acuerdo con las resoluciones de la ONU. EFE

jsd/sah/rt

06/20/19-04/97

9708715

03-03

YH4417

R ECORT 06-23 00189
mun exg

VIETNAM-ECONOMIA
CRECEN EXPORTACIONES E IMPORTACIONES PRIMEROS CINCO MESES AÑO

Hanoi, 23 jun (EFE).- Vietnam exportó productos por valor de 3.363 millones de dólares durante los primeros cinco meses de 1997, un 31,8 por ciento más que en el mismo periodo del año anterior, informó hoy, lunes, el Ministerio de Comercio.

Las importaciones también crecieron y su valor total se situó en los 4.500 millones de dólares, un 1,5 por ciento más que el periodo enero-mayo de 1996.

Respecto a las exportaciones, el sector estatal acaparó la mayor parte de ellas con 3.059 millones de dólares del total, mientras que las empresas foráneas, radicadas en Vietnam, representaron 304 millones de dólares.

Los principales productos que se exportaron a los mercados internacionales fueron: café -cuyo volúmen creció un 100 por ciento-, arroz (52 por ciento) y té (62.5 por ciento).

Respecto a las importaciones, se apreció un descenso de las compras del sector estatal del 4.7 por ciento, mientras que en el sector privado figuró un alza del 38 por ciento.

El balance comercial durante el periodo enero-mayo de 1997 concluyó con un déficit de 1.137 millones de dólares para el Estado indochino. EFE

ap/mz/jf/dv

06/23/08-57/97

PF0067
R ECORT 06-23 00377
mun eun icv

VIETNAM-ECONOMIA
INVERSION EXTRANJERA LLEGA A 27.746 MILLONES DE DOLARES

Hanoi. 23 jun. (EFE).- Vietnam cuenta en la actualida con 1.684 proyectos inversionistas con capital extranjero comprometido por un importe de 27.746 millones de dólares, según datos del Ministerio de Planificacion e Inversiones.

El territorio de Ciudad Ho Chi Minh (ex Saigón), en el sur de Vietnam, encabeza la lista con 574 iniciativas de ese tipo que suponen un capital comprometido de 8.264 millones de dólares.

La antigua Saigón, convertida en el principal centro económico y comercial del país, tiene un coste real en ejecución de 3.450 millones de dólares del total arriesgado.

Le siguen en la lista: Hanoi con 6.685 millones de dólares expuestos en 270 planes inversionistas, Dong Nai -vecina de Ciudad Ho Chi Minh- con 3.466 millones en 190, Haiphong -provincia portuaria del norte- con 1.071 millones en 66 y Bing Duong con 1.067 en 125.

El inversionista extranjero ha tenido un cambio sobre sus preferencias anteriores por la hostelería, el turismo y los servicios, y en la actualidad el 62 por ciento del capital va al sector industrial.

En la industria se concentran en el presente más de 8.500 millones de dólares, cifra superior a los 6.500 millones que se han comprometido en el sector del turismo.

Lo mismo que hace cuatro años, cuando se inició el "boom" de la entrada de capital extranjero en Vietnam, la relación de inversionistas está encabezada por los denominados "tigres asiáticos": Singapur, Taiwán, Hong Kong, Japón y Corea del Sur.

Esos territorios acaparan más de 18.000 millones de dólares del total de 27.746 millones, de los cuales ya están liberados 11.500 millones.

Tan sólo Singapur ha comprometido 8.264 millones de dólares en el Estado indochino, seguido de lejos por los taiwaneses con unos 6.000 millones y cierra el grupo de los cinco Corea del Sur con 2.520 millones.

Estados Unidos es el sexto mayor inversor en Vietnam con 1.120 millones de dólares arriesgados en 68 proyectos, lo que supone un considerable aumento si se considera que al cierre de 1995 ocupara el decimocuarto puesto.

Desde finales de la década de los ochenta, Vietnam empezó un proceso denominado en el ambiente nacional como "doi moi" (renovación), que significó fundamentalmente la introducción de reformas de orientación capitalista y la apertura del mercado. EFE

ap/mz/jf/iff

06/23/11 44/97

02-02 9708716

Nº DOCUMENTO 9708717
TITULO VIETNAM: RENOVACION EN LA CUPULA DEL PARTIDO COMUNISTA
PROCEDENCIA 578593
FECHA DE PROCEDENCIA 240697
VINCULACIONES 11876
507674
575432
11164
11038

01-02

9708717

[illegible]

[illegible]

VIETNAM-ELECCIONES (Previsión)
PRESIDENTE, PRIMER MINISTRO Y JEFE PCV SERAN SUSTITUIDOS

Hanoi, 21 jun (EFE).- El presidente de Vietnam, Le Duc Anh, el primer ministro, Vo Van Kiet, y el secretario general del Partido Comunista de Vietnam (PCV), Do Muoi, serán sustituidos en sus cargos.

En las listas de candidatos para las elecciones parlamentarias del 20 de julio próximo, que se han comenzado a publicar, no figuran los nombres de Le Duc Anh, Vo Van Kiet y Do Muoi.

Esa exclusión significa que los tres mandatarios no optan a la reelección de sus actuales cargos, debido a que la Constitución vigente, de 1992, establece que para ocupar esos puestos se debe ser miembro del Parlamento.

La ausencia de sus nombres en las listas que publica la Comisión Electoral Central ha eliminado las dudas y ha confirmado que una nueva generación de personas tomará las riendas del país, aunque ello no implique modificaciones en materia de política nacional o exterior.

Le Duc Anh, de 76 años de edad; Vo Van Kiet, de 74, y Do Muoi, de 80, serán sustituidos en sus cargos a corto o medio plazo, según señalan los analistas políticos.

La Asamblea Nacional (Parlamento), órgano encargado de designar a las personas para esos puestos de acuerdo a la Consitución, deberá hacerlo el próximo mes de octubre.

Asimismo, la Comisión Electoral Central (CEC) confirmó hoy que dos de los 666 aspirantes a uno de los 450 escaños del Parlamento han retirado su candidatura para las elecciones parlamentarias del 20 de julio.

El organismo, encargado de dar el visto bueno a los candidatos y publicar la lista de los aspirantes, sólo indicó que se trata de dos personas, pero no dio nombres ni detalló las causas que motivaron su retirada.

Los rumores en torno a posibles cambios en la nomenclatura de poder comenzaron a circular el año pasado y aumentaron cuando Muoi declaró a la prensa que "espero que me dejen descansar".

Un mes después de su comentario, a finales de junio y principios de julio de 1996, durante el VIII Congreso del PCV, Muoi fue ratificado en su cargo.

El secretario general del PCV esta identificado como un elemento mediador, aunque favorable a los cambios, entre el presidente Anh y el primer ministro Kiet.

Anh es un ex general del Ejército a quien se le sitúa en el ala consevadora, que llegó a la jefatura del Estado en 1992 y que sufrió, el pasado mes de noviembre, una crisis de hipertensión arterial que obligó a internarle urgentemente.

Kiet representa el lado contrario de Anh y se le considera como el artífice de las reformas de corte capitalista que se empezaron a introducir a mediados de la década pasada.

La República Socialista de Vietnam, inmersa en una grave crisis económica desde el final de su guerra civil (1962-75), decidió introducir cambios en su economía, medidas mercantilistas y de libre mercado, para salir de ella, objetivo que parece haber logrado.

En el periodo de 1992 a 1996, el crecimiento promedio del Producto Interior Bruto (PIB) de Vietnam [illegible] el nueve por ciento anual.

Las reformas [illegible] sólo estaban destinadas al área económica, [illegible] otros aspectos de la vida en Vietnam y, así, en las próximas elecciones parlamentarias se han admitido las candidaturas de [illegible] personas que no están afiliadas al PCV, algo que no había ocurrido antes.

Según un informe de la CEC, once de esos candidatos se autopropusieron, otro hecho sin precedentes en ese Estado socialista.

Del total de los [illegible] candidatos, [illegible] fueron propuestos por organismos bajo jurisdicción del Estado y [illegible] en asambleas de base, mientras que a ese número final se deben restar los dos que han retirado su candidatura.

Asimismo, de los aspirantes 500 tienen estudios universitarios, [illegible] son mujeres, [illegible] proceden de minorías étnicas y 117 [illegible]. EFE

[illegible]

[illegible]

02-02

9708717

1/37.

R.E.Nº 970871/8

ASUNTO: MAGAZINE DE ATLANTIDA (AÑO 1 Nº5 JULIO/97)

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

ORIGINAL

CORREGIDO
F15/9/97
Inic.: 37

OBSERVACIONES: DISTRIBUCIÓN GRATUITA DESDE PINAMAR A CUCHILLA ALTA.

FECHA: 14 AGO. 1997.

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI 01/37

97087718

9708718

STAFF



A.S.P

EDITOR y DIRECTOR
Alejandro Sanchez Pizard
Tel. (037) 21557
E-Mail:namaste@netgate.com.uy
Calle 7 entre Av.50 mts. y G
Parque del Plata

REDACCION
Rossana Fossatti
Amparo López

REDACTOR RESPONSABLE
Alejandro Sánchez Pizard

SCANNER
Marcelo Casagrande

PRE-IMPRESION
Musa Producciones

FOTOCROMOS
Vanni

IMPRESION
Imprenta Ferrer

DISTRIBUCION
Gastón Muyano

RECEPCION
Walkiria Pizard

Inscripta en el Ministerio de Educación y Cultura Tomo XI, Fojas 27 de acuerdo al Art. 4to. Ley 16099.
COMISION DEL PAPEL - Edición amparada al Art. 79, Ley 13.349.

FECHA 03/09/97 INICIAL [illegible]
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

EDITORIAL

Todos los meses cuando estoy por escribir esta editorial, pienso en todo lo positivo que se podría hacer para mejorar este hermoso lugar en donde vivimos. Por esto hoy voy a enumerar algunas cosas que por ahora son negativas, pero sigo creyendo que no hay "imposibles", con sólo pensar (los que tienen un poquito de poder - entes del estado y afines -) en que es lo que harían si aquí fuera su habitat...

Por ejemplo:

1) **Antel** - haría que los teléfonos funcionen, sin andar llenándose la boca con que "hay teléfono para Ud".

2) **OSE** - haría que el agua se pueda beber, y no que sea del color del perro de unos amigos que se llama "Chocolate".

3) **La Junta Local** (IMC o como quieran llamarle)- haría poner picos de luz en las calles (faltan en la mayoría), taparían algunos pozos de vez en cuando (me gustaría saber cuando), frenarían la tala indiscriminada (en cualquier momento los pinos los vamos a ver en fotos).

En fin...si queremos podemos, siempre es bueno unirse para poder llegar mas alto, por esto, me gustaría si ustedes también quieren mas "positivismo", se comuniquen con la redacción del Magazine, para así ir viendo la forma de que esto cambie para bien de todos, ya sea haciendo COMUNICADOS de PRENSA a nivel masivo u otras ideas que podamos compartir juntos, a sus órdenes.

Les deseo lo mejor.

El Editor

COLABORARON EN ESTE Nº Sergio Sánchez, Atilio Muyano, Prof.Juan Gutierrez, Raquel B. Tulic, Olga.P de Recoba, Dra. Delia Suárez, Silvana Vázquez, Sr.Maldonado, Psic. Irene Mañana, Dr.Walter Fierro, John Fourcade, Adriana Crespi, Dr. Alberto Lukinskas, Graciela Rodríguez Lara, Alejandro Fernández, Silvia, Mauro Muyano, Jaime Fernández

9708718

SEMANA del LIBRO

<u>26 al 31 de Mayo</u>

"Si se quieren niños que puedan desarrollar un sentido crítico; si se quieren niños que puedan pensar y tener interrogantes, hay que pensar en libros que planteen esa posibilidad, en autores y en criterios que dejen de lado las fórmulas estáticas,... hay que pensar, en definitiva, en libros que exalten la libertad y el amor."

BEATRIZ FERRO - <u>Ediciones Colihue Sepé</u>

Así comenzamos una semana dedicada al libro y al niño!!.

Desde que abrimos nuestras puertas, teníamos claros varios objetivos: uno de ellos: **EL NIÑO**, para lo cual, **oficiaríamos como intermediarios en la difusión de la información**, y buscaríamos expandir nuestros servicios hacia la extensión cultural llegando a ellos de diferentes maneras.

El Rincón Infantil, fue el primer paso. Hasta ahora, individualmente, llegaban a nosotros para leer o escuchar un cuento o trabajar en plástica o iniciarse en organización de bibliotecas, pero era necesario que llegaran masivamente a conocernos y **LA SEMANA DEL LIBRO** nos dio esa oportunidad!!



En esa semana fuimos visitados por "bandadas de palomitas" provenientes de Jardines de Infantes y Guarderías de la zona o de la escuela pública Roger Balet.

El paseo didáctico se convirtió en un intercambio de sentimientos y conocimientos tan gratificante que ningún librero debería dejar de experimentarlo.

Lo que pudimos recoger en estos encuentros no se puede resumir en una carilla, pero podemos decir que las caritas de alegría-asombro-disfrute de los más pequeñitos cuando escuchaban un cuento o llevaban y traían libros del Rincón Infantil, eran algo impagable. Algunos pedían a sus maestras que se los leyeran, otros sentados, quietitos, hojeaban las paginas de estos libros con mucho color que llamaban su atención, otros dibujaban, y otros... Bueno, es imposible describir tal variedad de reacciones en una carilla.

Los niños de clases superiores escucharon atentamente nuestras explicaciones, interviniendo activamente en la discusión del contenido de un repartido sobre Edición de Libros que se les dio al ingresar y guardando el mismo para trabajar posteriormente en clase.

Comprobamos que fue muy acertada la información distribuida, pues se logró de ellos el interés y la comunicación deseada.

¿Qué nos demostraron las actividades de esta semana?.

Fundamentalmente, lograr derrotar la falsa concepción de que la niñez ya no está interesada en la lectura, que no hay manera de quitar del camino a la televisión, a las maquinitas, a los videos, u otros divertimentos tecnológicos de esta época.

Désele al niño la posibilidad de optar, y creemos firmemente que frente a un libro atractivo para su edad, una buena revista de pasatiempos o técnica, una enciclopedia que satisfaga sus necesidades de conocimiento, él sólo deja otras diversiones más tecnificadas y seguro que se vuelca al libro.

¿Qué se le ofreció al niño para obtener este resultado tan positivo?

Se le dio la posibilidad de **elegir**, de **seleccionar sus lecturas** y aquí están los resultados: a los niños les gusta leer, sólo hay que permitirles acceder libremente al lugar donde se les proporcione la lectura y que se les ayude a elegir para que esta lectura se realice por placer, y no por obligación.

Aquí corresponde hablar de los responsables educativos que acompañaron a los chicos: sus maestros.

Este trabajo no hubiera logrado su objetivo sin la participación activa de ellos, pues fue una tarea coordinada, y así debería ser siempre cuando se trate de lograr que la educación de nuestros niños sea un compromiso de todos. Debemos resaltar el orden y la conducta que estos niños demostraron en sus visitas, que no fue mas que la obra de los maestros y maestras que supieron guiarlos.

Con esta pequeña y quizá desordenada reseña, deseamos mostrarles algo de lo que se puede hacer por nuestros niños y por extensión, por la comunidad en la cual nos toca, afortunadamente, vivir y en la cual todos debemos estar comprometidos.

Agradecemos a todos quienes participaron de este encuentro, reconocemos estar en deuda con una gran parte de nuestras escuelas con las que aún no concretamos las visitas y prometemos, a la brevedad, cumplir con las mismas.

Raquel B.TULIC

Pago de PASIVIDADES por Cédula de Identidad

Agosto

7 de Agosto
en Atlántida

Pensiones a la vejez:	**9:30 a 11:25**	**1 al final**
Otras pasividades:	**10:30 a 11:25**	**1 al 776.800**
	11:30 a 12:25	**776.801 al 1.497.600**
	12:30 a 13:25	**1.497.601 al 2.891.200**
	13:30 a 14:25	**2.891.201 al final**

8 de Agosto

Estación Atlántida:	**8:30 a 10:15**
Parque del Plata:	**10:30 a 12:30**
Salinas:	**13:30 a 16:30**

9 de Agosto

Local Casanova:	**8:30 a 9:45**
La Floresta:	**10:00 a 11:30**
Costa Azul:	**11:45 a 12:30**
San Luís:	**12:45 a 13:45**
Los Titanes:	**14:00 a 14:30**
Sta. Lucía del Este:	**14:45 a 15:15**
Cuchilla Alta:	**15:30 a 16:00**

10 de Agosto
ATRASADOS

Atlántida:	**9:30 a 11:30**

Datos suministrados por el BPS sucursal Atlántida.

Ecología

disculpas...

Esta entrega es mas bien para aclarar algunos puntos de las entregas anteriores. Primero quiero pedirles disculpas, ya que ***gracias a un lector que se comunicó con la redacción***, llamó la atención sobre algunos datos que no eran correctos.

Me refiero especificamente, a la quema de la basura, con esto quiero aclarar que **quemar productos plásticos es mas dañino que positivo**, ya que los mismos desprenden sustancias cancerígenas (entre otras cosas negativas) al ser quemados, por esto les pido disculpas nuevamente y agradezco que este lector me haya notado el error cometido.

Quiero aclararles que de haber obtenido mejor la información así la hubiese transmitido, tenía entendido que quemar la basura era una buena opción; ahora he aprendido que no, que mejor sería enterrarla **(o quizás hacer COMPOST para cultivar nuestros propios vegetales)**, sobretodo aquellos elementos orgánicos y biodegradables.

Los demás artículos, como los plásticos, debiéramos exhortar a las diferentes industrias que los fabrican o los utilizan para sus productos, que se dispusieran a realizar un plan de recolección de los mismos para ayudar a su reciclaje. En una palabra que cada uno se haga responsable por las consecuencias que provoca.

Bueno aclarado el inconveniente me despido de ustedes con un afectuoso saludo. Hasta pronto.

Silvana Vázquez

APICULTURA

4ta. entrega

El polen apícola

El polen apícola es un producto que se ha incorporado en la alimentación humana desde la década del 60. Es un alimento natural, rico en nutrientes, que posee numerosas sustancias con propiedades terapéuticas.

La producción de polen va en aumento, respondiendo al incremento del consumo. En España se producen anualmente mas de 1000 ton.

El color predominante suele ser el amarillo, aunque según las especies botánicas de las que procedan hay pólenes de gran diversidad de colores y tonos.

Composición Química

***Proteínas:** Las proteínas del polen son consideradas con un alto valor biológico, similar al de la caseína y con un alto grado de digestibilidad.

* Alto contenido en **Ácidos grasos** insaturados (AGI), algunos considerados esenciales en la dieta como el lonoleico y el linolénico, que por tanto deben ser ingeridos en la dieta ya que el organismo humano no es capaz de sintetizarlos.

El polen posee esteroles que junto a los AGI actúan sinérgicamente reduciendo la tasa de colesterol plasmático.

* El polen aporta **fibra** lo cual tiene una serie de ventajas al complementar una dieta, normalizando el transito intestinal y colaborando a reducir el nivel de lípidos plasmáticos.

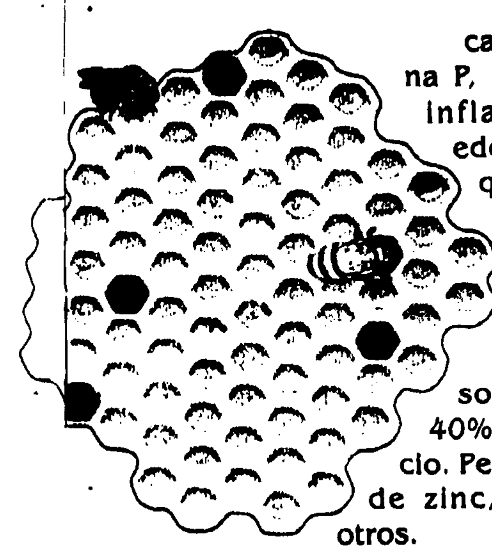
* **Vitaminas:** El polen apícola es un alimento rico en vitaminas tanto en cantidad como en calidad.

EL polen es rico en vitamina C., complejo B, dos veces mas que en la carne y el hígado.

Este producto apícola es una fuente importante en carotenos, superior a la zanahoria que luego de ser asimilados se transforman en vitamina A.

El Dr. Alain Bekaert de la Facultad de farmacia de la Universidad de Paris XI y el Profesor Robert Stanley del Instituto de Alimentos y Ciencias Agrícolas de la Universidad de Florida señalan entre los flavonoides, responsables en parte de la capacidad antioxidante del polen y por otra parte son responsables de la permeabilidad de los capilares y reforzar su resistencia, especialmente después de los 40 años.

Es común observar en la alimentación deficiencias de sustancias con



capacidad de vitamina P, que predispone a inflamaciones y edemas frente a pequeños traumatismos.

***Sales minerales:** Los minerales presentes en mayor cantidad son el potasio (20-40%), magnesio y calcio. Pequeñas cantidades de zinc, cobre, hierro y otros.

Cada vez se da mayor importancia al aporte adecuado de minerales en la dieta para mantener un adecuado estado de salud. El polen contribuye con un importante aporte de minerales a cubrir las necesidades del organismo, constituyendo un valioso complemento, en especial en geriatría.

El zinc es fundamental para el funcionamiento normal del sistema inmunitario, determinándose que el polen puede intensificar de modo significativo la actividad de los linfocitos T. El aporte de Fe y Cu podrían explicar la respuesta hematológica positiva, particularmente en pacientes con anemia ferropénica por déficit en la alimentación. Al cobre se le atribuye el alivio del dolor e incluso la mejoría observada en pacientes artrósicos.

Indicaciones terapéuticas

*Nutrición: las personas que consumen polen expresan frecuentemente un efecto "revitalizante" y "dinamizador".

Se recomienda su consumo en todas aquellas situaciones que es necesario un mejor aporte desde el punto de vista nutritivo como ocurre en: ancianos, convalecientes de enfermedades, anorexia nerviosa y stress.

*Reducción del riesgo de afecciones cardiovasculares: al disminuir el nivel de colesterol en plasma y aportando antioxidantes

*Prevención de enfermedades: el Programa de Nutrición y Prevención del Cáncer del Departamento de Salud de California, lanzó en 1991 una campaña para cambiar los hábitos alimenticios de la población de los EE.UU., incrementar el consumo de frutas y verduras, con el fin de reducir la incidencia de cáncer.

*Geriatría: recientemente el Premio Nobel Von Euler, ensalzó las cualidades del polen: "ningún otro producto de origen vegetal puede competir con el polen recogido por las abejas, en su riqueza de componentes útiles o indispensables para la vida", "para las personas de edad avanzada el

sigue

FECHA 08, 08, 97 INICIAL ____

Procesado a ...

OBSERVACIONES

"El polen aporta fibra lo cual tiene una serie de ventajas al complementar una dieta, normalizando el transito intestinal"

polen es una especie de ambrosía, de elixir de la vida, porque rejuvenece sus organismos".

*Mejora la performance del deporte: cuando es empleado algunas semanas antes de una competencia.

Se incrementa el rendimiento, el umbral del cansancio físico y síquico.

Este valioso producto se lo emplea con probada eficacia en pacientes que padecen de prostatismo (adenoma de próstata). En siquiatría es útil para combatir astenia, síndrome de abstinencia alcohólica y depresión, asociándolo o no a sicofármacos.

En la esfera digestiva regulariza el tránsito intestinal y se trata de un orexigeno natural.

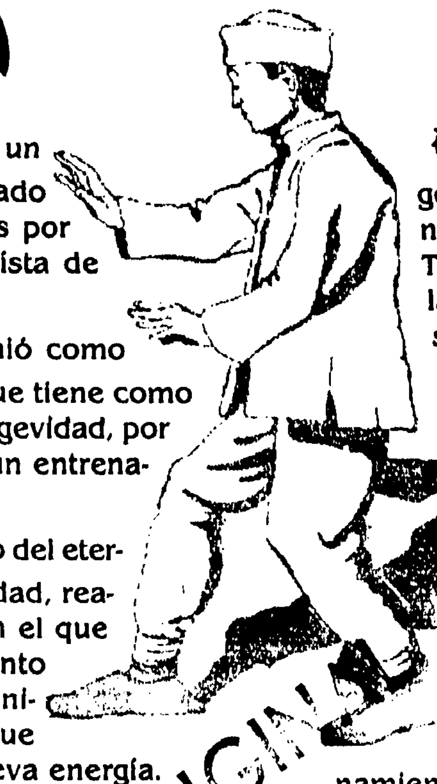
¿Qué ocurre con la alergia del polen?

Los pólenes de importancia alérgica son los transportados por el viento (anemófilos), que presentan diferencias físico-químicas con el polen transportado por los insectos (entomófilo), explicando la falta de antigenicidad del mismo.

*Formas de consumo: Polen granulado: en nuestro medio es la forma más usada, recomendándose el consumo de 1 o 2 cucharaditas de polen antes del desayuno y/o de la merienda. Es aconsejable colocar el polen en un vaso de líquido (lácteos, jugo de frutas o agua) durante 30 minutos, es prudente no calentar para no destruir sus principios activos.

Autor: **Dr. Walter Fierro**
Presidente de la Sociedad
Apícola del Uruguay
Datos extractados del Almanaque
del Banco de Seguros del Estado
At. *Ing. Graciela Cacela*

TAI CHI



El Tai Chi es un ejercicio chino, creado hace unos 700 años por Chan San Fung, taoísta de la Dinastía sung.

Fung lo definió como un entrenamiento que tiene como meta la salud y la longevidad, por eso se dice que es un entrenamiento de Amor.

Es un símbolo del eterno Tao (camino, verdad, realidad suprema,...) en el que se entrena movimiento externo (yang) y serenidad interior (ying) que al unirse forman nueva energía.

El Tai Chi consta de una serie de movimientos lentos, cuyo fin es incrementar la circulación de la energía por todo el cuerpo. Es una técnica que no emplea fuerza muscular sino "fuerza interna", energía vital que libera Chi (energía) que va a circular por todos los meridianos que se desbloquean al practicar el Tai Chi. El Chi debe llegar al Tan Tien (centro de energía ubicado debajo del ombligo) para que todo el cuerpo se relaje y permita circular esa energía libremente y generar salud. Por ser un movimiento lento, puede realizarlo cualquier persona, no interesa la edad.

TAI CHI

En una sociedad urbana, donde la gente se ve invadida por la tensión nerviosa, ansiedad; la práctica del Tai Chi es lo ideal. Si se practica por largo período de tiempo el cuerpo se refuerza, rejuvenece internamente, se revitaliza el cuerpo, promueve relajación, equilibrio físico y emocional, bienestar general que se traduce en salud.

Genera múltiples efectos sobre el cuerpo produciendo flexibilidad de la columna vertebral, mejora el tono muscular, beneficia el funcionamiento de todos los órganos, el cuerpo adquiere flexibilidad y agilidad.

Hay varios estilos de Tai Chi, las personas que piensan que un estilo es mejor que otro no entienden de Tai Chi, pues el secreto no es la forma, sino los principios que encierra el Tai Chi.

Si usted comprende, no necesita saber la forma completa, practicando solo una postura y la respiración va a obtener grandes beneficios para la salud.

Dra.Delia Suárez

LA VIDRIERISTA

-cuento-

Ese día, cuando entró en la vidriera, lo hizo casi con alivio, era como aislarse un poco bastante de todo el mundo y entrar en el suyo propio, entre muñecas de tamaño natural y calidez.

Afuera hacía un otoño helado y húmedo. La vidriera estaba caldeada con la luz de los reflectores y tubos. Caminó con cuidado entre las muñecas que estaban bien abrigaditas con sus tapados de invierno, y sintió esa cosa que no sabía como llamar: si camaradería o complicidad con que la recibían siempre y se quedó pensando de donde sacaba esas fantasías.

Porque desde la primera vez que entró en una vidriera (hacía muchos años) tuvo esa sensación de que las muñecas estáticas, con la mirada perdida quien sabe donde y sus manos rígidas, la conocían y se alegraban cundo ella entraba.

Los primeros días, cuando todavía no sabía armarlas y desarmarlas, para no ponerse nerviosa les hablaba: "Quedate quietita mientras te pongo el tapado, a ver si calza el brazo, así, no te bambolees mientras me agacho a recoger el otro brazo, muy bien linda ya está".

Pero eso fue al principio y como un juego para ganar seguridad y no sentirse tan torpe. Después, de a poco, aprendió a caminar ligero entre ellas, tocándolas en el hombro cuando el espacio era poco, -"Gracias flaquita" o "Corre un poco la mano que no paso",- era una manera de no sentirse sola o extraña en un lugar tan artificial como una vidriera.

Un día, se dio cuenta que cuando las desnudaba, trataba de vestirlas rápido, le daba bronca y vergüenza que las vieran, era como si sintiera que a ellas no les gustaba quedarse así, mostrando los torsos descascarados, los brazos en el piso.

¡Qué tontería! Se decía, pero cada vez trataba de armarlas y vestirlas mas rápido.Pensó en ponerles nombres, pero decidió que no. Conocía su imaginación, y prefirió aprenderse los números de cada una: la 16 tenía el brazo difícil de sacar, la 9 se tambaleaba siempre como si estuviera a punto de desplomarse.



Empezó a desarmar una con ágil seguridad, estaba tan abstraída que la sobresaltó un golpeteo en el vidrio: era el electricista que la saludaba, viejo, flaco y alto que hacía años que arreglaba las luces y enchufes de las vidrieras. **¡Enchufes!** Los odiaba. En especial los de esta vidriera, ya que estaban en el piso en vez de en el techo, y un alfiler que cayera en uno de ellos podía provocar un desastre.

"Bueno, ya está lista y elegante, a ver el cuello, esta bien" - Siguió parloteando y vistiendo muñecas. Como de muy lejos le llegaba el ruido de la calle, la gente pasaba como en una película muda, siempre había alguien que se paraba a mirarla como algo raro, al principio le molestaba, después ni se daba cuenta si la miraban o no.

Miró las muñecas y las sintió mas humanas que todo el gentío que pasaba afuera. "Por lo menos ustedes no me fallan nunca".

En la tienda había poca gente, era mediodía y las tres vendedoras hablaban entre sí con la mirada al frente, el electricista subido a una escalera ponía tubos nuevos; estaba todo tan tranquilo que quizás por eso mas los sorprendió el fogonazo y el grito ahogado que salió de la vidriera.

La primera que llegó fue Beatriz, y junto al cuerpo carbonizado de la vidrierista estaba una muñeca, la 16, que había caído con ella: le estrechaba fuertemente la mano.

Adriana Crespi

9708718 013 014

VIOLENCIA FAMILIAR

Un problema socio-económico

La creencia de que la familia es un ámbito privado e intocable, donde siempre ha prevalecido el amor, la unión, la comprensión y el respeto, ha impedido, - hasta hace pocas décadas - que pudieran ser percibidos el maltrato, abuso y violencia, en sus variadas formas, hacia niños, mujeres y ancianos mayoritariamente. Todo lo que ocurría dentro de ella era solo de su incumbencia, considerándose al castigo y abusos, como un hecho "natural", generalmente, (no siempre) ejercido por quien siente que tiene más poder: el hombre.

La violencia familiar se empezó a considerar como un problema social grave desde hace unos 40 años.

Fueron pediatras y traumatólogos pediátricos los que empezaron a observar con atención hematomas y fracturas en niños, que no tenían una explicación médica. Tardaron años en encontrar la causa (el maltrato), a lo que llamaron "traumatismo de causa desconocida". Luego, con la mayor difusión de los medios de comunicación y con el surgimiento de los movimientos de mujeres, en procura de plantear su situación de desigualdad, fueron permitiendo que otra realidad "de puertas adentro", empezara a salir hacia afuera.

A partir de ahí y en forma continua, cada vez con mayor profundidad, se van conociendo diversas formas de maltrato que han imperado y coexistido: 1) el físico, como golpes, fracturas, quemaduras, pinchazos, etc. 2) maltrato psicológico, que produce daños a largo plazo, irreparable a veces e invisibles, ocasionado por el abandono afectivo, negligencia, o la descalificación, destrato, afectando severamente a la autoestima. 3) abuso sexual hacia niñas y varones por parte de sus familiares más cercanos: padres, abuelos, padrastros, hermanos mayores, tíos, amigos, etc. Países como EE.UU. y Canadá han sido pioneros en las investigaciones sobre las múltiples incidencias que tiene la violencia doméstica, principalmente en las áreas de la salud, del trabajo y la educación, aunque no son las únicas.

Personas que han sido sometidas a una **situación crónica** de maltrato y violencia, presentan una disminución gradual de sus defensas físicas y psicológicas, causante de variados trastornos. Entre ellos, se han visto enf.sicosomáticas, trastornos psiquiátricos, problemas cardíacos, gastrointestinales, ginecológicos, (ocasionados por reiterados puñetazos y patadas), sin olvidar fracturas, traumatismos, enf.venéreas en los abusos sexuales a menores, con el irreparable daño psicoemocional ante estas experiencias tempranas.



"La violencia familiar se empezó a considerar como un problema social grave desde hace unos 40 años."

Las personas maltratadas en forma permanente, irán perdiendo su rendimiento laboral, por falta de concentración y tensión constante. El ausentismo por lesiones y/o denuncias harán que vaya perdiendo su calificación de buen empleado, llegando a veces a perder su empleo. ¿Qué pasa con niños y adolescentes que nacen y crecen siendo objeto o testigos de violencia? Serán niños que tendrán problemas de conducta, de salud y de aprendizaje. No podrán concentrarse. El temor de lo que le puede pasar a su madre mientras están en clase y la preocupación por cómo llegará su padre, les impedirá atender, entender y aprender, a muchos de ellos.

Serán hijos que reproducirán con los otros la única forma de vincularse que han aprendido.

Muchas conductas delictivas y antisociales de adolescentes, tienen sus orígenes en hogares (sean ricos o pobres) donde han sido "expulsados" o se han fugado, por situaciones de violencia y maltrato en sus múltiples presentaciones.

Por ello, la violencia familiar, con todas sus consecuencias, es una cuestión de todos, en la que todos algo podremos ayudar a resolver, o al menos aliviar.

Olga Piriz de Recoba
Asistente Social. Terapeuta familiar

Lo más importante es el cimiento

2da. parte
Educación Inicial

Quisiéramos compartir con ustedes algunas reflexiones en torno al juego del niño preescolar.



Todos sabemos lo importante que es el juego para el niño. Se nos hace imposible imaginar un chiquito sin que de inmediato pensemos en juegos y juguetes.

Que el juego es el espacio privilegiado en el niño nos resulta una verdad evidente. Pero ¿cuántos de nosotros tenemos la dicha de participar y compartir a diario esos juegos con nuestro hijos?

Por cierto es que muchos papás y mamás trabajan fuera de casa durante horas y gran parte de ese esfuerzo tiene que ver con el bienestar y las comodidades que deseamos para nuestro hijos.

Pero también es cierto que el niño pequeño necesita un tiempo concreto y tangible para jugar y compartir con sus padres.

Las horas que dedicamos a jugar con nuestros hijos son tan importantes o más como las que dedicamos a lavarles la ropa, prepararles la comida o plancharles el guardapolvo para el Jardín. El juego nos brinda una de las mejores oportunidades para comunicarnos con ellos, no la desaprovechemos. A través de el, el niño aprende a medir fuerzas y destrezas, a compartir, a fantasear, a crear, a romper y recomponer, pero sobre todo el niño al actuar lúdicamente, establece vínculos, reales y fantaseados, elabora conflictos, aprende a manejar sus emociones, controlar sus impulsos y metabolizar sus angustias.

Es importante entonces que se propicien espacios (no solo físicos), para que el niño pueda desplegar su juego y a través del mismo la riqueza de su mundo interno.

En sus primeros años debemos estimularlo para que juegue con una variedad de juguetes diferentes; no es necesario que sean nuevos, ni los mas caros y de última onda; los juguetes caseros, esos que con



feccionamos para ellos y con ellos, suelen darle mayores satisfacciones y son los que perduran con el correr de los años en su recuerdo.

También debemos estimularlos a jugar con otros niños, cada vez que lo hacemos estamos mostrándoles lo bueno que son los vínculos y los estamos habilitando a integrarse a "otros", distintos a papá, mamá, los hermanos, abuelos, etc. Cuántas veces nos encontramos con chiquitos que parecen no saber jugar, y si lo hacen les cuesta mucho la integración con sus pares.

Desde nuestro lugar de adultos nos resulta mas sencillo encenderles la televisión o que se entretengan con un video juego, en lugar de sentarnos a moldear con ellos plastilina, ayudarlos a bañar o vestir sus muñecos o construir una torre con los jueguitos de ladrillos.

Si logramos hacernos un tiempo para jugar con nuestros hijos, no sólo le estaremos mostrando cuánto nos interesa compartir con ellos esas pequeñas y grandes cosas de su mundo infantil, sino que los estaremos ayudando a crecer potenciando su creatividad y espontaneidad.

No nos quedemos mirando desde afuera como "el niño no sabe jugar" y aceptemos el desafío de participar en esa "magia" al disfrutar jugando - creciendo con nuestros hijos.

Irene Mañana
Psicóloga

REGRESION A VIDAS ANTERIORES



Sus excelentes resultados

Como médico Holístico y Psicoterapeuta, hace tiempo que vengo utilizando enfoques de avanzada para encontrar solución a los variados problemas del ser humano: Psicología Transpersonal, Trilogía analítica, Clearing, Psicotrance, PNL (programación neurolingüística), contacto con el Guía, Psicocosmointegración, etc.

Cada una de las técnicas es fascinante en sí, y tienen su aplicación específica, logrando objetivos muchas veces sorprendentes.

Aquí me referiré a unas de esas fascinantes terapias que vengo aplicando desde hace años y que me ha dado excelentes resultados en mis pacientes: *la regresión a Vidas Anteriores.*

Básicamente es una técnica muy sencilla, alejada de los mitos que muchos han creado sobre ella. En este caso me estoy refiriendo a la regresión creada por un terapeuta, es decir a una "aloregresión" (también existen técnicas de autoregresión).

Se trata de inducir en el paciente un buen relajamiento psicofísico, y luego acompañarlo hacia atrás en el tiempo. Las técnicas para lograrlo son numerosas.

Una vez que el paciente relata o revive el problema que tuvo en una vida anterior, queda generalmente curado en la vida actual de las consecuencias de aquel problema.

Cada vez se comprueba más el uso de estas terapias, indispensable para ello ser responsable de la complejidad del ser humano.

Haré referencia a casos específicos de resultados en la terapia:

1) **Curación de Miedos y Fobias:** a las alturas (murió por caída); al agua (murió ahogado); a víboras y arañas (murió picado); a las multitudes (murió pisoteado entre mucha gente); a espacios reducidos, ascensores, "claustrofobia" (murió encerrado, emparedado o enterrado vivo); a la oscuridad, a la soledad, a la pobreza, a la riqueza, al poder, etc.

2) **Eliminación de dolores de todo tipo:** *- descartados cuadros orgánicos -* jaquecas (murió de traumatismos encefálicos); dolores en el cuerpo (recibió puñaladas, sable o bayoneta en ese lugar); de articulaciones (fue torturado o murió sufriendo en posiciones anómalas obligadas); de cuello (murió ahorcado o decapitado).

3) **Corrección de relacionamientos humanos inadecuados:** ~~malas relaciones~~ en una pareja (uno mató al otro); niños "difíciles" (enemigos del padre o de la madre en otra vida); odio entre mujeres (en otra vida le quitó el esposo); etc.

4) **Curación de problemas sexuales o su comprensión:** impotencia (fue sacerdote en otra vida); frigidez (fue violada); homosexualismo (fue del otro sexo durante muchas vidas seguidas); dificultades sexuales (fue muerto durante un acto sexual); etc.

5) **Curación de Adiciones diversas:** obesidad (murió de hambre); retención de líquidos (murió de sed); alcoholismo (usó el alcohol como analgésico); drogas (fue adicto en otra vida); etc.

6) **Curación o mejoría de asma:** murió por compresión torácica en derrumbes, ahogado, etc.

7) **Curación o disminución de alergias:** tuvo experiencias traumáticas diversas.

8) **Curación y comprensión de problemas psicológicos:** odios, tendencias al suicidio, aversiones, pérdida de conocimiento, desconfianza, etc. Esta lista podría prolongarse mucho más, pero lo que quiero destacar por encima de todo, son dos importantísimos beneficios que el paciente recibe como regalo de las regresiones:

A) ***Pérdida absoluta del temor a la muerte:*** la persona descubre al revivir, varias vidas y varias "muertes", que más allá de la muerte física, el ser sigue viviendo, y luego de cierto tiempo en los planos espirituales, vuelve a vivir en otro cuerpo, en otro vehículo o personalidad.

B) ***Expansión de la Conciencia:*** la persona se da cuenta que pertenece a algo más grande, un plan de evolución maravillosamente diseñado, donde a través de diversas vidas, va ascendiendo a grados de conciencia mas abarcativos y luminosos, los cuales la responsabilidad, el compromiso con toda la vida, la tolerancia y el Amor, ocupan espacios cada vez mayores. En definitiva, la regresión a vidas anteriores no es solo un poderoso camino de solución de problemas, sino un hermoso instrumento de aceleración del desarrollo humano.

Dr. Alberto Lukinskas

La Conexión CHARRUA

En nuestro último contacto les estaba contando como fui armando la huerta, en base a indicaciones que recibí de revistas y libros que fueron apareciendo.

Como vamos a cultivar en la arena, debemos lograr "darle vida" al medio de cultivo, esto implica mejorar las condiciones para que hongos, bacterias y otros pequeños seres pueblen la ensalada de restos de verduras, frutas, comida, estiércol, hojas flores y pasto cortado (que llamamos COMPUESTO o COMPOST) y que estamos juntando para que se conviertan en HUMUS o tierra negra.

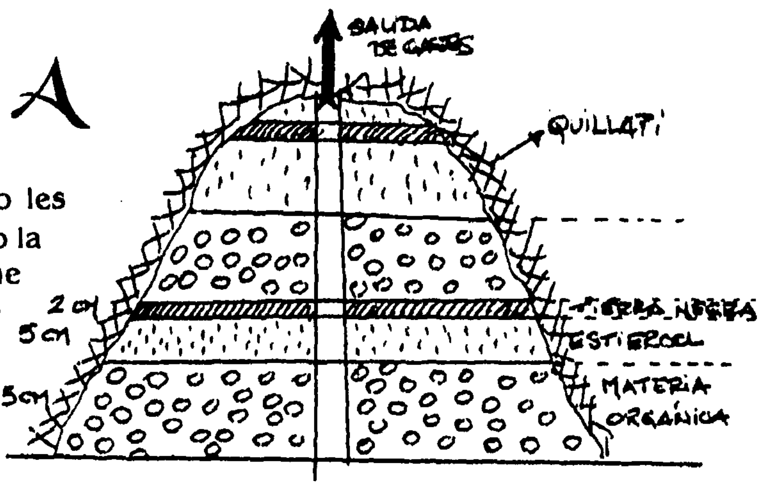


FIG 1 TO-E. ABONERA EN MONTAÑA.

Conocemos básicamente dos maneras de hacer esto:

Una **TO-E** (cerro en chaná) donde, como se muestra en la ***figura 1***, se alternan capas de: sustancia orgánica variada, estiércol y tierra negra (esta aporta el equipo bacteriano de descomposición que habita en el suelo).

Esta montaña se hace sobre una superficie de 1m2. en cuyo centro se coloca un palo, que al retirarlo una vez terminado el cerro, servirá como chimenea para la eliminación de los gases de la fermentación.

Terminada esta estructura se cubre con un QUILLAPI (manto de cobertura) de pasto seco o paja y se riega luego por encima. Si la humedad es la indicada (80%, como explicaremos luego) y el proceso fue realizado correctamente, en las horas siguientes la temperatura interior del TO-E, deberá incrementarse notoriamente, y a los 15 o 20 días habrá descendido.

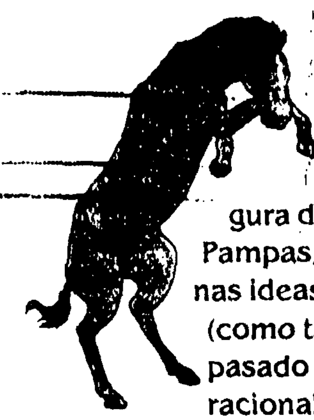
Este descenso de la temperatura será la señal para dar vuelta el cerro con la pala y formar otro nuevo al costado, volviéndolo a cubrir con el QUILLAPI de pasto como el anterior, siempre controlando que la humedad del cerro sea la adecuada para asegurar que los procesos de fermentación, junto al contacto con el aire (nunca debe pisarse o compactarse la montaña) sean adecuados.

Pues cuando esto no sucede y falta aire (por ejemplo cuando se entierra la basura), no se efectúa la fermentación con aire, sino una sin aire o peor aún, una putrefacción con la consiguiente disminución en la calidad biológica del compuesto resultante y el mal olor tan característico de los basurales.

Repetimos la operación de dar vuelta la montaña hasta que la mezcla tenga un aspecto uniforme, es decir que no se identifique ningún resto en particular y tenga olor a tierra húmeda.

Este método nos permite obtener un Bioabono equilibrado en Carbono y Nitrógeno. Pero lleva bastante mano de obra y tiempo, además de que a nivel doméstico es difícil juntar de una sola vez la cantidad de restos orgánicos necesarios como para construir una abonera de este tipo.

El otro método, que les contaré en nuestro próximo contacto, es el que mas uso y consiste en la cría de Lombriz Roja.



En estas noches de Junio pasado, se me apareció en sueños la figura de Sepé, el Guru de las Pampas, y me trasmitió algunas ideas que ya había intuido (como tantas veces les habrá pasado a ustedes) pero que racionalmente no conocía.

Sepé me contó que entre muchos grupos de AMERIKA, el ano nuevo comienza luego del día mas corto del año, es decir cuando el sol empieza a salir mas temprano cada día. Los Incas lo festejan como INTIRAIMI. La propuesta que nos hacen los charrúas y otros grupos desde el pasado, a través de Sepé, es que festejemos este año nuevo con un compromiso del corazón. Y cuando algo así es llevado a la práctica, se vuelve conciencia. La propuesta es que cambiemos un hábito viejo y negativo por uno nuevo, que nos ayude a ser mas concientes de nuestro vínculo con la parte de nosotros mismos que es la Naturaleza.

sigue

Amanera de ejemplo inspirador sugerimos algunas promesas y renuncias: pero cada uno deberá buscar en su ANCAT (alma o interior, para los charrúas) su compromiso.

En este Año que comienza me comprometo ante ZOBA (Dios Luna) lo siguiente:

No usaré mas leña de monte (leña dura le dicen los que la venden).

No tiraré mas basura: intentaré reciclar lo mas posible.

Dejaré de fumar o cualquier hábito compulsivo que mine mi voluntad y conciencia.

Abandonaré todo pensamiento que implique un juicio racista o discriminador hacia algo o alguien.

Procuraré cada día conocer mas cosas sobre el ecosistema que habito.

Evitaré toda actividad que implique el derroche de un recurso natural.

Buscaré nuevos amigos entre los árboles, las plantas y los pájaros.

En nuestro próximo contacto les contaré la técnica que el sabio anciano Sepé me explicó para hacerse amigo de los árboles. Que Zobá los guíe y proteja.

Ancathuama



HISTORIA Y BENEFICIOS DE LA BICICLETA

2ª parte

Es mi deseo, les haya agradado la información que les entregué en el número anterior, por mi parte, nuevamente me gustaría seguir ampliando sobre datos importantes de la historia de la "bici", y lo mejor que nos podemos sentir si la adoptamos como medio de transporte.

¿Recuerdan que les propuse dedicar dos horas diarias a tan beneficioso deporte, aunque sea tres veces por semana? ojalá lo hayan puesto en práctica, mas adelante hablaré de los efectos sobre nuestro organismo, primero quiero sumar un par de datos mas.

En 1856 comienza la utilización de caños para la fabricación de cuadros y horquillas, que a su vez remplazaban a los de hierro macizo, reduciendo el peso de la bicicleta de 40kg. a 25kg. Hoy por hoy, 1997, una bici común, esa que se utiliza para ir de compras, pesa alrededor de 12kg.

La mejor forma de usar este medio de locomoción, es colocando bien el asiento, poner la biela en su punto más bajo y con el talón sobre el pedal manteniendo la pierna estirada, descubrirá que no tendrá calambres ni contracturas musculares, tan comunes cuando empezamos a hacer de esta práctica un hábito. Todos sabemos que **sigue en pag. 22**

PEDIDOS DE EMPLEO Y AVISOS GRATUITOS

Se ofrece servicio doméstico y de limpieza, comunicarse con Sra. Celia Tel. (037) 56264

Servicio doméstico y cocinera se ofrece, Sra. Eva 037-89575 (Comisaría)

Enfermera - Cuido enfermos, inyectables, tomo la presión - Sra.Teresita 037-89702

Familia se ofrece: Carpintero, Servicio de limpieza a domicilio, Cuidado de niños y ancianos. Flia.Filardi (037) 24122

Sra. del interior se ofrece con buenas referencias para cuidar casas o trabajo en casa de familia, Tel. en redacción

Hombre 32 años, padre de familia, excelente ref.laboral como auxiliar administr. en Ministerio de Justicia, se ofrece para todo trabajo, Tel. en redacción de la revista

Cocinera, cuido ancianos, servicios domésticos Tel. 38951 - Estela Dogliotti

Costurera, hace arreglos a domicilio Tel. 25492 Sra.Raquel

Se ofrece Sra. para servicio doméstico o cocinera Tel. 63692

Joven de 16 años se ofrece para cadete Tel. en redacción

Mariela Vera, artesana de Las Toscas, necesita de nuestra **SOLIDARIDAD.** Para poder recuperar su vista, tiene que hacerse una "vitrectomía y endolaser" en Cuba, la operación tiene un costo aproximado de U$S 20.000.-, para recaudar fondos puede depositar su donación en las alcancías ubicadas en toda la zona o en el Banco República (cuenta Nº 1031 en $ o Nº 1032 en U$S.)

el organismo se compone de células, que a su vez unidas en diversas estructuras forman los tejidos óseo-muscular, y conectivos nervioso, que además constituyen los diferentes órganos y sistemas que mantienen en funcionamiento nuestro cuerpo. Así destacamos más que nada las funciones circulatorias, respiratorias y motrices, que se verán realmente beneficiadas con la práctica del ciclismo.

Sentirá que su cuerpo se aligera, sus piernas pesan menos, se deshace del sobrepeso, se oxigena mejor, deja de sufrir de insomnio, mejorarán sus reflejos, en una palabra: todo su aspecto físico y funcionamiento interior se verán modificados para estar mejor, solo practicando un poco cada día.

Por supuesto hasta su carácter será mas alegre y jovial al disfrutar del aire y del sol.

Si les agradó esta información, mas adelante hablaremos de como mantener en buen estado nuestras bicicletas.
Hasta la próxima!!!

Sr.Maldonado

CLASIFICADOS

Electricista, service a domicilio. Fabian (037) 20678

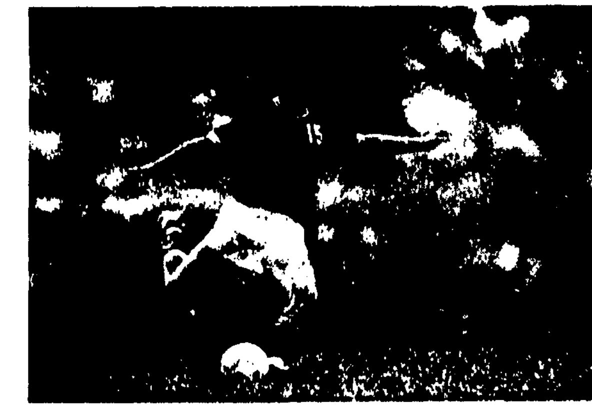
Venta de bicicletas usadas y carritos a medida para motos y bicicletas. José Manuel (037) 20678

Vendo tarjeta de sonido de 16 bits para computadora, incluye títulos en CD, llamar al (037) 23641 - Andy

Doy clases de dibujo a domicilio, caricaturas, clásicos, etc, horario a convenir. Tel. 56049 Mauro

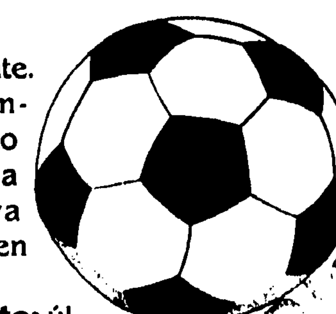
Vendo saco de piel de zorro chileno con estola, talle 48, perfecto estado U$S 450.- Tel. (037) 54112

Liga Regional del Este



Comenzó el fútbol en la Liga Regional del Este, diez equipos en busca de lo mas preciado: el título de campeón.

Varios jugadores e hinchas comenzaron a vibrar con sus equipos, siendo que este año todas las Instituciones cuentan con su campo de juego reglamentariamente.



Al comenzar el campeonato hay que vertir la opinión objetiva de quienes pueden lograr el título.

San Jacinto: último campeón, si bien éste año no tiene al máximo goleador de la Liga (Alejandro Correa), se ha reforzado bien y puede retener el título.

Atlántida Junior: el más laureado de los últimos años, con cambio de Directiva en esta temporada, siendo presidida por el Sr. Denis Andrada, quienes ratificaron como Técnico al Sr. Jorge Secondo. Es uno de los serios candidatos.

Para obtener el Torneo tiene un plantel extenso y con buena calidad de jugadores que han sabido salir varias veces campeones, igual que su Técnico.

Progreso: en los últimos años en deuda con su afición, porque no le ha podido brindar un título, pero cuidado, éste año tiene un trabajo previo importante, y no menos una renovación de jugadores.

Posiblemente a fin de temporada podamos escribir Progreso Campeón.

Cinco Esquinas: el equipo que registró pases importantes para esta temporada.

Tan viejo como el fútbol es el dicho que aquellas Instituciones que logran tener pases importantes, obtienen gran parte del campeonato.

Estos cuatro equipos considero que llegan con ventajas con respecto a los equipos restantes, por plantel y económicamente. Pero siempre queda la incertidumbre y lo bueno del deporte rey, que nunca está dicha la última palabra y hay sorpresas y revelaciones muy gratas.

Jhon Fourcade

Recopilación de datos sobre la

HISTORIA DE PARQUE DEL PLATA

(coleccionable)

1.era entrega

En determinada oportunidad, que debía recabar datos, a efectos de presentar un informe sobre nuestro Paraíso del Mundo, recalé en la biblioteca Municipal de Atlántida a efectos de conseguir material apropiado para mis fines, habiéndoseme facilitado dos gruesos volúmenes sobre la historia de Canelones, comencé a hurgar entre sus paginas, buscando algo sobre Parque del Plata, localizando a Fas. 564, 565 y 566 del tomo II, tan escasa como vana información, extraída según su autor, de la Revista "Turismo en el Uruguay" de marzo y Abril de **1939** y Revista " Mundo Uruguayo" de 1953 y 1955, culminando la información con este párrafo :

*En 1975 tenía una población estable de 2339 habitantes, según el resultado del censo de ese año y **hoy continua manteniendo la característica que lo distingue: ser un balneario residencial y escasamente turístico.*** Como este ultimo comentario, precisamente ataca contra nuestras inquietudes de desarrollo turístico, máxime que es el balneario de toda la costa de Canelones que posee mayor número de casas en el mercado turístico inmobiliario, por ende el que recibe mayor numero de turistas, tomé la decisión de recopilar datos fidedignos que reflejaran mejor la realidad de Parque del Plata de ayer, hoy y las expectativas de futuro, ***quizás, conociendo los cimientos podremos edificar mas alto y mas seguro.***

Tomando como base títulos de propiedad, libros de Historia Patria, publicaciones locales de distintas épocas , testimonios personales y fotográficos cedidos gentilmente por viejos vecinos parqueplatenses, recopilé el siguiente material que por su extensión lo publicaremos en varias entregas, el que espero disfruten y conozcan sobre todo las nuevas generaciones .-



Para poder tener una noción mas clara de la relación que guarda la historia de nuestro balneario con la historia nacional, es imprescindible vincular los hechos históricos que acontecían simultáneamente, con la situación que iba tomando la suerte de estancia que fuera nuestro querido balneario.

Vamos a relatar tres etapas bien diferenciadas en la historia de estas tierras: **período colonial** - 1730 a Octubre de 1811

período postcolonial - Octubre de 1811 a Junio de 1935 **período contemporáneo** - 1935 al presente

PERIODO COLONIAL

Para ello nos tenemos que remontar a partir del momento que estas tierras tuvieron dueño, ubicándonos primero un poco en los acontecimientos de fines del siglo XVII.

En 1680 los Portugueses trataron de establecerse en el Uruguay y fundaron la Colonia del Sacramento. Al saber esto el gobernador de Buenos Aires los mandó desalojar por la fuerza. - Pero los portugueses, apelando a la astucia, consiguieron que el Rey de España les devolviera la plaza. - No satisfechos con eso, intentaron apoderarse del Puerto de Montevideo, hasta entonces casi desierto; pero el nuevo Gobernador de Buenos Aires, D.Bruno Mauricio de Zabala, los obligó a retirarse. Para la defensa del punto, levantó el Fuerte de San José (1724).

En 1726, vuelto de una expedición al Paraguay, Zabala resolvió fundar la ciudad de Montevideo, en cumplimiento de las órdenes reales. A este fin comisionó a D. Pedro Millán para plantearla, lo que verificó éste el 24 de Diciembre de 1726, delineando 32 cuadras de a 100 varas de lado.

Formaron el núcleo de la nueva población siete familias traídas de Buenos Aires, sumando un total de 37 personas. Entre estas familias se hallaba la de D. Juan Antonio Artigas, natural de Zaragoza y abuelo paterno del fundador de la nacionalidad oriental, D. José Gervasio Artigas.

Pusose a la nueva ciudad bajo la advocación de los santos Felipe y Santiago, en honor del príncipe reinante Felipe V.

Atilio Muyano

ZOOLOGICO

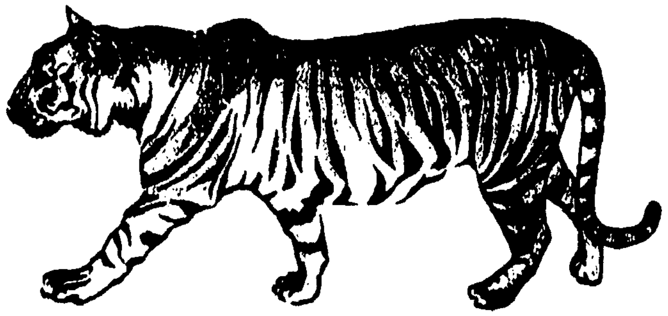
Municipal de Atlántida

Seguramente si recurriésemos a un diccionario en busca del significado de la palabra Zoológico, nos diría que es el lugar donde se exhibe y estudia animales de las distintas faunas.

En la actualidad, particularmente, consideramos que correspondería agregar que es el lugar donde se intenta preservar y crear un hábitat apropiado para la reproducción de las distintas especies.

Es sumamente importante y urgente lograr este último objetivo, ya que sus espacios naturales están siendo violentamente modificados, y lamentablemente suprimidos en muchos lugares del mundo.

Actualmente nuestro pequeño Zoológico Municipal alberga variedad de especies autóctonas y exóticas.



Dentro de las autóctonas destacamos: Pato criollo, Ganso común, Pavo albino, Pato sirirí, Cisne de cuello negro, Cigüeña, Teru-Teru, Cotorra, Lechuza de campanario, Chimango, Gavilán, Carancho, Nutria, Carpincho, Mano pelada, Mulita, Cuis, Chajá, Tortuga de morrocoyo.

Exóticas: Ciervos Axis-Axis (nacimiento de la cierva Axis hembra el 9/12/96), Papión sagrado, Llama, Liebre de la Patagonia o Mara, Faisán plateado, Tucáneta, Cabra enana de Gabón, y como máximo captor de las miradas de nuestro visitantes, el Tigre de Bengala "**Timur**" nacido el 14 de Julio de 1984 en el Zoo de Salto.

"**Timur**", no solo es el animal mas exótico de mayor atracción, sino que su bello porte y sigiloso caminar a logrado conquistar a una buena Sra. vecina del lugar, que cada 14 de Julio decidió festejar su cumpleaños, colgando globos en su jaula y bailando para el cumpleañero.

Durante este respetado acto y no para todos comprendido, los barrotes de su jaula sirven de mudos testigos del paso de una hermosa y por ambos gozada comunicación.

La Dirección Gral. de gestión Ambiental de la Intendencia Municipal de Canelones, el cuerpo Técnico - Administrativo y de servicio de este Zoo, desea que todos con su visita, apreciaciones y sugerencias, contribuyan a preservar un espacio natural, donde animales de distintas faunas y el hombre sigan aprendiendo el bello arte de convivir y vivir, construyendo y respetando nuestros propios espacios.

Para todos aquellos que deseen acercarse, los horarios de visita son los siguientes: de 9 a 12 y de 14 a 18hs. (todos los días).

Los esperamos para compartir juntos esta experiencia.

Muchas gracias.

Graciela Rodriguez Lara

Pesca

Me pidieron que hiciera un articulo sobre pesca, para mí fue una gran alegría, pero no sé si para ustedes los lectores que están acostumbrados a un alto nivel en notas, pero igual me largo, y como dice el poeta, que la musa me acompañe.

Primeramente nos vamos a ubicar y explicarles a los lectores por que escribo sobre pesca.

La pesca en el Uruguay se rige por la Federación Uruguaya de Pesca Amateur, luego existen cuatro filiales que abarcan todo el país.

La regional del Oeste que comprende de Colonia y San José; Copenly abarca Soriano, Salto y Paysandú; el Este que comprende los departamentos de Maldonado y Rocha y por último la Regional Sur de pesca, que nuclea todos los clubes de Montevideo y Canelones, y de esta Regional tengo el honor de ser el Presidente.

sigue

Dentro de esta regional el único Club de Pesca que se encuentra afiliado es el Club de Pesca Piedra Lisa, que desde hace 50 años se encuentra compitiendo a nivel Nacional e Internacional, trayendo muchos trofeos y títulos a nivel nacional.



Debemos decir que dentro del grupo existen pesadores de mucho destaque, como el caso del joven **Alexis Burgueño**, que en el Sudamericano de Chile del año 1996 **fue declarado el mejor pescador Juvenil del Sudamericano**; y lo que se hereda no se roba, puesto que su padre también fue al Sudamericano y es el mejor pescador del Uruguay en los dos últimos años, y lo aprendieron de su Abuelo-Padre Don Próspero Burgueño.

Debemos decir que para llegar a un Sudamericano deben competir con todos los pescadores de la Regional y luego los mejores diez clasificados compiten con las demás Regionales; este concurso es realizado por F.U.P.A. y de allí salen seis pescadores mayores, cuatro jóvenes y cuatro damas.

Las pruebas que se realizan a nivel de las regionales son: dos pruebas de playa, dos pruebas de escollera, una prueba de embarque y dos pruebas de Casting (para el neófito debemos explicarle que es el lanzamiento de un plomo de 120 gramos con caña y reel, en un campo).

Por ahora hemos explicado como es el mecanismo para concurrir a los campeonatos y cómo están organizadas las Instituciones.

También es correcto decir que todos estamos esperando que los clubes tengan más juventud, porque en la pesca el joven se aleja de los vicios, practica el compañerismo y la amistad, y el servicio de servir como ejemplo a los demás jóvenes.

En las próximas notas trataré de explicarles los lugares de pesca, las carnadas y todo aquello importante para lograr una BUENA PESCA.

Jaime Fernández

Un cuento para niños de seis a seis mil años de edad

"Y los árboles comenzaron a desaparecer..."

En un país lejano, semioculto en una esquina poco transitada del mundo, hace muchos milenios atrás - tantos, que ya no puedo recordarlo - había una ciudad balnearia floreciente y feliz. Sus aguas eran de color azulceleste, igual que el cielo; sus arenas eran finas y blancas, tan blancas como las nubes. Sus calles, desbordantes de añosos árboles y de flores cuidadas, así como sus casitas de tejas rojas, dispersas entre los pinos siempre verdes, atraían en forma fascinante a todo viajero que pasara por aquel lugar. Poco a poco la ciudad - jardín fue creciendo y se embelleció continuamente; sus habitantes competían entre sí para cuidarla y mejorarla. Y los turistas debían reservar sus locaciones con un año de anticipación. La calidad de vida de sus moradores mejoraba ostensiblemente, y su cultura también.

Cuando se preguntaba a los turistas, cuáles eran las características del lugar que más le atraían y gratificaban, todos respondían rápida y espontáneamente: Los pinos y el mar.

Y todos eran felices en aquella Arcadia de los bosques.

...pero un día, el precio de la madera comenzó a subir, y subir, y subir, en aquel paisito olvidado de una esquina poco frecuentada del mundo. Y los compradores de pinos comenzaron a aparecer como moscas, casa por casa, terreno por terreno, vereda por vereda. También aparecieron muchos ladrones de pinos en la ciudad - jardín.

Y los árboles comenzaron a desaparecer; al principio, casi no se advertía su falta; luego se abrieron pequeños claros en el bosque; después...después llegó un ventarrón que derribó a muchos pinos desprotegidos - precisamente, a causa de aquellos claros -, y los oportunistas inventaron muchas historias inverosímiles para realizar brillantes negocios. Y los propietarios siguieron, como ovejas, a quienes malvendieron la riqueza que era de todos. Y los claros se hicieron más grandes, y más grandes, y más grandes todavía.

sigue

¡Cuidado con el peligro de los árboles! Gritaban aquellos que hacían negocios con la madera, mientras una lluvia de dinero dorado caía sobre ellos.

Y todos sabían que se estaba matando la Gallina de los Huevos de Oro, pero nadie hacía algo para detener la devastación. Sólo llegó un alarmado viejecito hasta la persona encargada de la Dirección de Arbolado, Parques, Jardines, Flores y Otras Yerbas, pero nada pudo lograr.

••• *¿Por qué se autoriza la tala de árboles en las aceras?*

^^^ Porque son muy peligrosos, en caso de producirse HH (Horrendos Huracanes).

••• *Las casas también son muy peligrosas cuando se producen temblores de tierra. ¿Debemos destruirlas?*

^^^ Es otra cosa...¡las casas tienen valor!

••• *¿Los árboles no?*

Y la persona encargada de dicha Dirección sólo se dedicaba a autorizar y ejecutar talas y arrasamientos. Por capricho o quién sabe por qué, fue la peor enemiga del arbolado; pero estaba allí, en su sillón dorado, dueña y señora de vidas y haciendas. Caían gobiernos y subían otros nuevos, pero siempre estaba allí.

Se taló hasta los pinos venerables que hermoseaban la Escuela Pública. Los escolares luchaban en pro de la conservación del medio ambiente, mientras las autoridades talaban los árboles de la propia Escuela. Los vecinos se preguntaban: - ¿Es eso buen ejemplo? Nadie respondía, porque la autoridad era sorda, las oficinas públicas eran sordas y los encargados de forestación eran sordos e ineptos. Por eso, muchos pensaron que no valía la pena luchar inútilmente y quisieron olvidar, o se fueron para no volver. Pero todo el mundo vivía aturdido por el rugido atroz de las motosierras y por la risa hiriente de los que se enriquecían con el patrimonio común. Los turistas, eligieron otros balnearios más atrayentes y dejaron de llegar. Y la ciudad - jardín se transformó en enfermizo cantegril, sin árboles, sin flores y sin dinero...pero con infectos basurales a cada paso. Entonces los vecinos comenzaron a discutir entre sí, buscando culpables...pero los verdaderos culpables continuaban en sus puestos, firmemente aferrados a sus escritorios.

Por fin, ***alguien propuso una nueva denominación para la Oficina de Arbolado, etc, etc,***. Desde ahora se llamaría **Dirección de Deforestación y Aniquilamiento de Bellezas Ambientales** (DDABA). La moción fue aprobada unánimemente por la **Ilustre Comisión de Notables Venidos a Menos** (ICNVM). También se aprobó la ejecución de un mural de sesenta metros de longitud donde aparecerían los pinos y el mar en colores vívidos y luminosos.

Y así termina este cuento-historia.

Amigos lectores: no olviden que cualquier parecido con ciertas realidades es simple coincidencia. Estos hechos acontecieron hace ya muchos milenios, en un planeta lejano llamado **Sinraciocinio I.**

Prof. Juan Gutiérrez

El Vino Nacional



En la década del 70, comenzó la "revolución" en el mundo de las bodegas.

Tanto las artesanales casi domésticas, como las de primera línea comercial, comenzaron a reconvertirse.

Fueron cambiando la vieja cepa criolla por cepas importadas de Francia, Italia y Alemania. Aunque por ello no hemos perdido nuestra identidad, ya que la vieja Harriague que no es otra cosa que la moderna Tannat, es práctica y autóctona. Introducida al país a comienzos de siglo por Harriague, adoptó su nombre dejando de lado la denominación original.

Las plantaciones de Tannat de Uruguay son las más extensas.

Son uvas que producen un vino de cuerpo, con marcado sabor de Taninos, que acompaña muy bien carnes asadas y pastas.

Debe servirse a una temperatura de 16 a 18 grados y nunca decepciona al amante del buen tinto.

Los vinos se dividen en tintos, blancos y rosados; jóvenes y de crianza.

Los vinos jóvenes deben consumirse preferentemente dentro del año de elaboración. Los vinos de crianza, dejan la bodega en el momento óptimo de consumo y sólo ganarán en calidad, si se los almacena en condiciones ideales a saber: con la botella acostada en lugar oscuro y con una temperatura inferior a los 20º C.

sigue

¡Cuidado con el peligro de los árboles! Gritaban aquellos que hacían negocios con la madera, mientras una lluvia de dinero dorado caía sobre ellos.

Y todos sabían que se estaba matando la Gallina de los Huevos de Oro, pero nadie hacía algo para detener la devastación. Sólo llegó un alarmado viejecito hasta la persona encargada de la Dirección de Arbolado, Parques, Jardines, Flores y Otras Yerbas, pero nada pudo lograr.

••• *¿Por qué se autoriza la tala de árboles en las aceras?*

^^^ Porque son muy peligrosos, en caso de producirse HH (Horrendos Huracanes).

••• *Las casas también son muy peligrosas cuando se producen temblores de tierra. ¿Debemos destruirlas?*

^^^ Es otra cosa...¡las casas tienen valor!

••• *¿Los árboles no?*

Y la persona encargada de dicha Dirección sólo se dedicaba a autorizar y ejecutar talas y arrasamientos. Por capricho o quién sabe por qué, fue la peor enemiga del arbolado; pero estaba allí, en su sillón dorado, dueña y señora de vidas y haciendas. Caían gobiernos y subían otros nuevos, pero siempre estaba allí.

Se taló hasta los pinos venerables que hermoseaban la Escuela Pública. Los escolares luchaban en pro de la conservación del medio ambiente, mientras las autoridades talaban los árboles de la propia Escuela. Los vecinos se preguntaban: - ¿Es eso buen ejemplo? Nadie respondía, porque la autoridad era sorda, las oficinas públicas eran sordas y los encargados de forestación eran sordos e ineptos. Por eso, muchos pensaron que no valía la pena luchar inútilmente y quisieron olvidar, o se fueron para no volver. Pero todo el mundo vivía aturdido por el rugido atroz de las motosierras y por la risa hiriente de los que se enriquecían con el patrimonio común. Los turistas, eligieron otros balnearios más atrayentes y dejaron de llegar. Y la ciudad - jardín se transformó en enfermizo cantegrill, sin árboles, sin flores y sin dinero...pero con infectos basurales a cada paso. Entonces los vecinos comenzaron a discutir entre sí, buscando culpables...pero los verdaderos culpables continuaban en sus puestos, firmemente aferrados a sus escritorios.

Por fin, ***alguien propuso una nueva denominación para la Oficina de Arbolado, etc, etc,***. Desde ahora se llamaría **Dirección de Deforestación y Aniquilamiento de Bellezas Ambientales** (DDABA). La moción fue aprobada unánimemente por la **Ilustre Comisión de Notables Venidos a Menos** (ICNVM). También se aprobó la ejecución de un mural de sesenta metros de longitud donde aparecerían los pinos y el mar en colores vívidos y luminosos.

Y así termina este cuento-historia.

Amigos lectores: no olviden que cualquier parecido con ciertas realidades es simple coincidencia. Estos hechos acontecieron hace ya muchos milenios, en un planeta lejano llamado **Sinraciocinio I.**

Prof. Juan Gutiérrez

El Vino Nacional



En la década del 70, comenzó la "revolución" en el mundo de las bodegas.

Tanto las artesanales casi domésticas, como las de primera línea comercial, comenzaron a reconvertirse.

Fueron cambiando la vieja cepa criolla por cepas importadas de Francia, Italia y Alemania. Aunque por ello no hemos perdido nuestra identidad, ya que la vieja Harriague que no es otra cosa que la moderna Tannat, es práctica y autóctona. Introducida al país a comienzos de siglo por Harriague, adoptó su nombre dejando de lado la denominación original.

Las plantaciones de Tannat de Uruguay son las más extensas.

Son uvas que producen un vino de cuerpo, con marcado sabor de Taninos, que acompaña muy bien carnes asadas y pastas.

Debe servirse a una temperatura de 16 a 18 grados y nunca decepciona al amante del buen tinto.

Los vinos se dividen en tintos, blancos y rosados; jóvenes y de crianza.

Los vinos jóvenes deben consumirse preferentemente dentro del año de elaboración. Los vinos de crianza, dejan la bodega en el momento óptimo de consumo y sólo ganarán en calidad, si se los almacena en condiciones ideales a saber: con la botella acostada en lugar oscuro y con una temperatura inferior a los 20º C.

sigue



Naturalmente los vinos acompañan todas aquellas comidas en que la imaginación y el buen gusto logren la armonía perfecta.

Parecía difícil combinar un plato de pastas con un vino blanco o rosado, sin embargo, la gran variedad que hoy se ofrece en el mercado, hizo que lográramos armonizar un plato de estofado o pasta a la Carusso con un Cabernet Sauvignon rosado.

Las variedades ya enunciadas, tienen cada una de ellas una temperatura de servicio.

Los blancos deben servirse a 8º C, los rosados a 10º C y los tintos a 18º C.

Los tintos llamados de campo, deben servirse a 20º C.

Con el permiso del editor y agradeciendo el espacio en la revista, quiero de a poco introducirlos en un tema apasionante, como lo es el de la Vitivinicultura, algo tan nuestro, de lo que quizá muchos no conocen y les gustaría hacerlo.

En esta breve nota les ofrezco algunos datos históricos y de cuidados de los diferentes tipos de vinos, y más adelante ampliaremos en diversos aspectos, tales como las combinaciones en la gastronomía y detalles de las cosechas.

Muchas gracias. Continuará...

Silvia

ORIGINAL

PARA NIÑOS

¿Me podrías pintar?



¡Hola, soy "**ECOLOGITO**" y voy a estar desde hoy acompañándolos para que dibujen, pinten, jueguen y compartan con sus amiguitos todo lo que hagan en esta hojita, les mando un besote. No se olviden de cuidar nuestro hermoso Planeta Tierra. Hasta pronto.

ORIGINAL

Offset

IMPR[illegible] FERR[illegible]

9708710

1/5

R.E.Nº 9708719

ASUNTO: AGENDA (PUBLICACION MENSUAL DE DIST. GRATUITA EN CANELONES).

PROCEDENCIA: D.G.I.P.

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

ORIGINAL

CORREGIDO 1.9.97 Inic.: DM

OBSERVACIONES: SE ADJUNTAN PORTADA y EDITORES DEL AÑO 1 y AÑO 2 /1997.

FECHA: 14 AGO. 1997

FIRMA: C/P. NORBERTO DEVINCENSI

01/5

9708719

AGENDA práctica

CANELONES TODO · TUYO

PUBLICACION MENSUAL DE DISTRIBUCION GRATUITA

AÑO 1 Nº 12 JUNIO DE 1997 — ART. LEY 16.099 PERMISO M.E.C. - TOMO X FOJAS 203

INCLUYE GUIA POR RUBROS Y CLASIFICADOS - Páginas 32 y 33

2	Dr. Alvaro Laens (Acopuntura)	MONTEVIDEO
28	Empresa Atlántida (Fúnebre)	SALINAS - ATLANTIDA
29	Estudio Contable Guazú Virá	
20	Mae Dahiana Tarot	
24	Diseño Gráfico	
21	TAROT MARCELLES	
25	Impresos Asgraph	
16	Optica Atlántida	
13	Farmacia Marindia (Las 24 Horas)	
14	Leña Peteiro (Compra - Venta)	MARINDIA
28	Leña Sequeira (Madera P/Cabañas)	
22	Carnadas	PARQUE DEL PLATA
29	Estudio de Arquitectura (Arq. Virginia Gayoso)	
3	Priveé Coiffeur (Unisex)	PINAMAR
10	Fumigaciones Heber Viera	
4	Lavadero Automático Julieta	
4	Peluquería Chueco's	
8	S.E.V.P (Vigilancia - Electrónica privada)	
16	Cosmetóloga Especializada	VILLA ARGENTINA
6	R y B Asociados (Planos-Proyectos)	LA FLORESTA
15	Consultorio Odontológico COSAN	SALINAS
7	C.O. A. Dentistas	
20	Rentalcel (alquiler o venta de celulares)	ATLANTIDA
6	Hair Pie Centro de Estética	
6	Enseñanza Particular	
4	Modista Alta costura	PINAMAR

SALIDAS - PASEOS - DIVERSIONES

1	Hosteria Etxemaitia	ATLANTIDA
26	Parador Alpali (Bar - Pizzería - Restaurant)	
25	Bowling P. del Plata (Comidas-Tragos)	P. DEL PLATA
10	Parador Nuevo Arco	SALINAS
11	Parador Marindia	MARINDIA

FECHA 22/08/97 INICIAL TE
Procesado a Sistema DB
OBSERVACIONES
ORIGINAL

CLASIFICADO$

GANE 1.000 DOLARES POR MES
EMPRESA DE VENTA NECESITA PROMOTORES/AS
SOLICITE ENTREVISTA A LOS TELEFONOS (037) 24017 - (0378) 2580

VENDO CAMIONETA CITROEN 2 CV - año 69 - c/caja cerrada
Ideal para reparto Mano y uso familiar - Buen estado - Patente al día
Muy buen precio - Permuta y/o financiación - tratar automotora Geminis
Ruta 11 y Vía Férrea Est. Atlántida - Tel.: (037) 2 32 43

CORTADORA DE FIAMBRES BERKEL - Manual impecable
HELADERA MOSTRADOR de 3 mts. - NUEVA
¡¡OPORTUNIDAD!! Tel.: (0378) 2077

VENDO BASE MOVIL - (Celular para auto)
Muy Buen precio - Corredores Colonia o Maldonado - Tel.: (037) 6 37 02

TAXI las 24 hs. - Viajes a todo el país
Calle 22 entre 11 y 1 - Tel.: (037) 23339 - Atlántida

TAPICERÍA Y MUEBLES 38 - Julieta pegadito a ANTEL - SALINAS

PROVISION SALINAS - Atendido por sus dueños
Ruta Interbalnearia Km. 37.900

ALQUILO APARTAMENTO - ambiente, baño, teléfono, kitchenette,
frente al mar - Todo el año - U$S 300 por mes (1er Piso)
Rambla y 14 - Tel.: 2 29 81 - Atlántida

ALQUILO EXCEPCIONAL LOCAL Comercial c/Baño en el mejor punto
de Balneario San Luis - Ruta Interbalnearia Km. 62.800
70 m2 (9x8) - Contrato Anual U$S 250 x mes
Por más información (0378) 2022 y 2567 - Trato Directo

Distribución gratuita en:

Barra de Carrasco, Parque Roosevelt, Shangrilá, San José de Carrasco, Lagomar, El Bosque, Solymar, El Pinar, NEPTUNIA, PINAMAR, SALINAS, MARINDIA, FORTIN DE SANTA ROSA, VILLA ARGENTINA, ATLANTIDA, LAS TOSCAS, PARQUE DEL PLATA, LAS VEGAS, LA FLORESTA, COSTA AZUL, BELLO HORIZONTE, GUAZU VIRA, SAN LUIS, Los Titanes Km. 85, La Tuna, Araminda, Santa Lucía del Este, Biarritz, Cuchilla Alta, Sierra del Mar, Santa Ana, Balneario Argentino, Jaureguiberry

AGENDA PRACTICA

ES UNA PUBLICACION MENSUAL DE DISTRIBUCIÓN GRATUITA

ROBERTO VECHI
REDACTOR RESPONSABLE
18 de Julio S/N - Balneario San Luis
Tel.: 0378 2022

AGENDA

CANELONES TODO · TUYO

práctica

PUBLICACION MENSUAL DE DISTRIBUCION GRATUITA

AÑO 2 · Nº 13 JULIO DE 1997 — ART. 4º LEY 16.099 PERMISO M.E.C. · TOMO X · FOJAS 203

INCLUYE GUIA POR RUBROS Y CLASIFICADOS - Páginas 32 y 33

LASER T.V.

J.C. MASTROIANNI

AUDIO - VIDEO - MUEBLES - ELECTRODOMESTICOS

VENDE RESPALDA Y GARANTIZA
SERVICIO AUTORIZADO PHILIPS

5 CASAS PARA SU COMODIDAD

- **ATLANTIDA (Casa Central)** Calle 22 entre Rep. de Chile y ... Tels.: (037) 23 105 - 21 61... 22 627
- **SALINAS** Av. Julieta y Norma Frente al Arco - Tel.: (037) 69 295
- **PARQUE DEL PLATA** Av. Ferreira y 13 Tel.: (037)55 057
- **FLORESTA** Mackinon y Treinta y Tres
- **ATLANTIDA** Ruta Inter. Km. 46.100 (Centro Comercial Pinares) Salón Exposición de Muebles

TV White-Westinghouse

14" 15 CUOTAS de U$S 26,-
20" 15 CUOTAS de U$S 33,-

LAVARROPAS PROGRAMADO EDESA = 15 CUOTAS de U$S 35,-

Hosteria & Restaurante de Campo

ETXEMAITIA

Atlántida

ESPECIALIDAD: PASTAS Y REPOSTERIA CASERA
SALON DE TE
SALON DE FIESTAS

ABIERTO TODO EL AÑO
SE ACEPTAN TARJETAS

CAMINO AL FORTIN KM. 3 Y RUTA 11
TEL.: (037) 20859 - ATLANTIDA

STUDIO 1 S.R.L.

INMOBILIARIA
AGENCIA DE VIAJES Y TURISMO

TODOS LOS DESTINOS EN UN SOLO LUGAR
PASAJES Y EXCURSIONES CON TARIFAS OFICIALES
ALQUILER DE AUTOS Y OMNIBUS
RESERVAS EN TERMAS
DAYMAN - ARAPEY - GUAVIYU

ATLANTIDA: 22 y ARTIGAS - TEL.: (037) 22924 / 24262
PARQUE del PLATA: 7 y FERREIRA - TEL.: (037)54132

barraca Rial

Alberto Rial

CREDITOS - ENVIOS SIN CARGO
Local de exposiciones y ventas: Ruta Interbalnearia Km. 54. tel.: (037) 39680 Rotonda LA FLORESTA

ATENCION !!! Ver Página Nº 12

ATLANTA — ALBATROS

VENTA E INSTALACION DE ALARMAS MONITOREO Y RESPUESTA MOVIL

ACONDICIONAMIENTO DE HOGARES

CONSULTENOS, CON GUSTO LE INFORMAREMOS

Gal.Portofino Loc.004. Tel.(037) 2517/4.Atlántida — Rivera s/n.Frente al Country Tel.(037) 39190.La Floresta

4

9708719

Distribución gratuita en:

Barra de Carrasco
Parque Roosevelt
Shangrilá
San José de Carrasco Km. 20
Lagomar Km. 21
El Bosque Km. 22
Solymar Km. 24
El Pinar Km. 28
NEPTUNIA Km. 34
PINAMAR Km. 36
SALINAS Km. 38
MARINDIA Km. 40
FORTIN DE SANTA ROSA Km. 41
VILLA ARGENTINA Km. 44
ATLANTIDA Km. 45
LAS TOSCAS Km. 47
PARQUE DEL PLATA Km. 49
LAS VEGAS Km. 51
LA FLORESTA Km. 54
COSTA AZUL Km. 55
BELLO HORIZONTE Km. 57
GUAZU VIRA Km. 60
SAN LUIS Km. 62
Los Titanes Km. 63
La Tuna
Araminda
Santa Lucía del Este
Biarritz
Cuchilla Alta
Sierra del Mar
Santa Ana
Balneario Argentino
Jaureguiberry

005/5

FECHA 22 08 97

CLASIFICADOS

Procesado a Sistema DPX

VENDO CAMIONETA CITROEN 2 CV - año 69 - c/caja cerrada reparto liviano y uso familiar - Buen estado - Patente al día Muy buen precio - Permuta y/o financiación - tráiler automotora Geminis Ruta 11 y Vía Ferrea Est. Atlántida - Tel.: (037) 2 32 53

CORTADORA DE FIAMBRES BERKEL - Manual impecable - HELADERA MOSTRADOR de 3 mts. - NUEVA
¡¡OPORTUNIDAD!! Tel.: (0378) 2077

VENDO BASE MOVIL - (Celular para auto)
Muy Buen precio - Corredores Colonia o Maldonado - Tel: (037) 63702

TAXI las 24 hs. - Viajes a todo el país
Calle 22 entre 11 y 1 - Tel.: (037) 23339 - 099 63 15 36 - Atlántida

TAPICERÍA Y MUEBLES 3B - Julieta pegadito a ANTEL - SALINAS

PROVISION SALINAS - Atendida por sus dueños
Ruta Interbalnearia Km. 37.900

ALQUILO APARTAMENTO (Atlántida)- ambiente, baño, teléfono, kitchenette, frente al mar - Todo el año - U$S 300 por mes (1er Piso) Rambla y 14 - Tel.: (037) 2 29 81

ALQUILO EXCEPCIONAL LOCAL Comercial c/Baño en el mejor punto de Balneario San Luis - Ruta Interbalnearia Km. 62.800
70 m2 (9x8) - Contrato Anual U$S 250 x mes
Por más información (0378) 2022 y 2567 - Trato Directo

VENDO CASA EN SALINAS - Unico dueño 2 dorm. y demas, c/apartamento independiente churrasquera y 2 galpones
Bus en la Puerta, 5 cuadras de playa, Trato directo (037)67248

VENDO CASA MODERNA (10 años) en Montevideo, 160 mts. en 700 mts. de terreno, Villa Colón (Lezica), 2 plantas, - Baja 3 dor., baño, living, coc., comedor 80 m², terminada, - Alta, plancha 2 aguas, 2 dor., baño, living, coc., comedor, terraza, 80 m2, sin terminar, Trato Directo, Ideal 2 flias. o renta, Buen Negocio, Tel.: (02)328389
Tomo más chico (casa o apto.)

ALQUILO APARTAMENTO CHICO en Montevideo (Cerrito de la Victoria), 2 dor., baño, coc., comedor, patio y terreno, Trato Directo Tel.: (0378) 2022 y 2567

OPORTUNIDAD - SE VENDE CARPINTERIA COMPLETA
Tel.: (037) 22 232

AGENDA PRACTICA

ES UNA PUBLICACION MENSUAL DE DISTRIBUCION GRATUITA

PROPIETARIA: ROSANA DE LOS SANTOS
Tel.: (02) 57 44 16

ESTA REVISTA SE TERMINO DE IMPRIMIR EN LOS TALLERES GRAFICOS DE ASGRAPH LTDA. DEPOSITO LEGAL 306439

ROBERTO VECHI - REDACTOR RESPONSABLE
18 de Julio S/N - Balneario San Luis - Tel. 0378 2022

9708719

SECRETO

COPIA No. ///

ARCHIVO

1/57

Hoja / de 2
Copia / de /

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

Montevideo, 14 de Agosto de 1997.-

CORREGIDO 18, 8, 97
Inic.: SM

MEMORANDUM Nro. 9708722 /BUS/97
DE: Jefe del Departamento III
PARA: Jefe del Departamento I
ASUNTO: Acto Dia de los Martires Estudiantiles
REFERENCIA:

TEXTO:

- El dia de la fecha se concurre a cubrir el acto convocado por la Coordinadora Intergremial de Estudiantes de Secundaria y UTU "Dia de los martires estudiantiles".

- Siendo la hora [illegible] se concentran en Plaza Cagancha aproximadamente unas [illegible]000 personas. Da comienzo la marcha 20 minutos mas tarde alcanzando un maximo de concurrencia de unas 5000.
La misma fue dirigida por policia de tránsito que detenia el tránsito en las intersecciones de las calles.
Se estima que al llegar al punto de concentración final, Palacio Legislativo, la concurrencia fue de unas 10.000 personas.

- No se detecta organización al comienzo de la marcha, posteriormente un grupo de aproximadamente 20 jovenes encabezó la misma, brindando seguridad a la movilización

- Entre lo presentes fueron identificados :
Jorge [illegible] (MLN), José [illegible] (MLN), Eduardo Rubio [illegible] (MCR), Miguel Angel Fernandez Galeano (PVP), Juan José Bentancour (PVP), Mauricio Rosencof (MLN), Julio [illegible] (AFUR), Diego [illegible] Ibañez (hijo del [illegible] Ibañez [illegible]), Cristina Diaz (M26), José Alberto López Mercao (MLN), Jorge Gonzalez (MLN), Roberto Vilanueva Nieves (MLN), Benjamin Liberoff (PCU), Lucas Pitaluga (MDOR), Hugo Cores (PVP), [illegible] Balbi (PCU), Helios Sarthou (FA), Alberto Couriel (FA).

- Se [illegible] las siguientes banderas, pasacalles y pancartas :
Banderas : de [illegible] [illegible] FA, de los Treinta y Tres [illegible] 14, 15, 16, 17, [illegible] Contabilidad, Sicologia, [illegible] Bellas Artes, CEIPO, [illegible]
Pancartas y Pasacalles :
[illegible]
[illegible] PRI [illegible]
[illegible] Canelones
[illegible]
[illegible] MARTIRES [illegible] FUE EN VANO
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]

01/57

SECRETO

FECHA 11/09/97
Procesado a Sistema DPX
INICIAL (SH)
OBSERVACIONES

9708722
15 AGO. 1997

ORIGINAL

- En todo momento los cantos entonados fueron dirigidos [illegible] hacia el Presidente de la República, la [illegible] la Policía y autoridades del Codicen.

- A VER, A VER COMO MUEVE LA BATUTA, ESTUDIANTES UNIDOS CODICEN HIJO DE P...
- SE ESCUCHA, SE ESCUCHA ARRIBA LOS QUE LUCHAN
- PUTA, PUTA, PUTA HIJA DE P...
- BAILA QUE BAILA BAILA, BAILA DE CORAZON, SIN POLICIAS SIN VIGILANTES VAMOS A VIVIR MEJOR
- TENGO LOS ZAPATOS ROTOS Y ES DE TANTO CAMINAR, POR UN PRESUPUESTO JUSTO PARA PODER ESTUDIAR
- POROM POM POM, POROM POM POM EL QUE NO SALTA ES UN BOTON
- AHI ESTAN ESOS SON LOS QUE FUNDEN LA NACION
- A VER, A VER COMO MUEVE LA BATUTA, ESTUDIANTES UNIDOS SANGUINETTI HIJO DE P...
- HAY QUE SALTAR, HAY QUE SALTAR, ES UNA MARCHA ESTUDIANTIL NO UNA MARCHA MILITAR

- La actitud de la concurrencia fue pacífica a lo largo de toda la movilización, transformándose efervescente al llegar a las inmediaciones del Palacio Legislativo donde se tiraron petardos y comenzaron la quema de cubiertas desde Fernández Crespo hasta Gral. Flores donde se realizó una sentada por parte de los estudiantes. A lo largo de toda la marcha se detectó la ingerencia de bebidas alcohólicas incrementándose en los alrededores del Palacio, sumándose a esto el consumo de drogas varias en la gran mayoría de los estudiantes.

- No se detectó seguridad a lo largo de toda la marcha, solamente dos vehículos los cuales se comunicaban a través de equipos handie.
No se registraron incidentes y la actitud policial fue en todo momento normal.

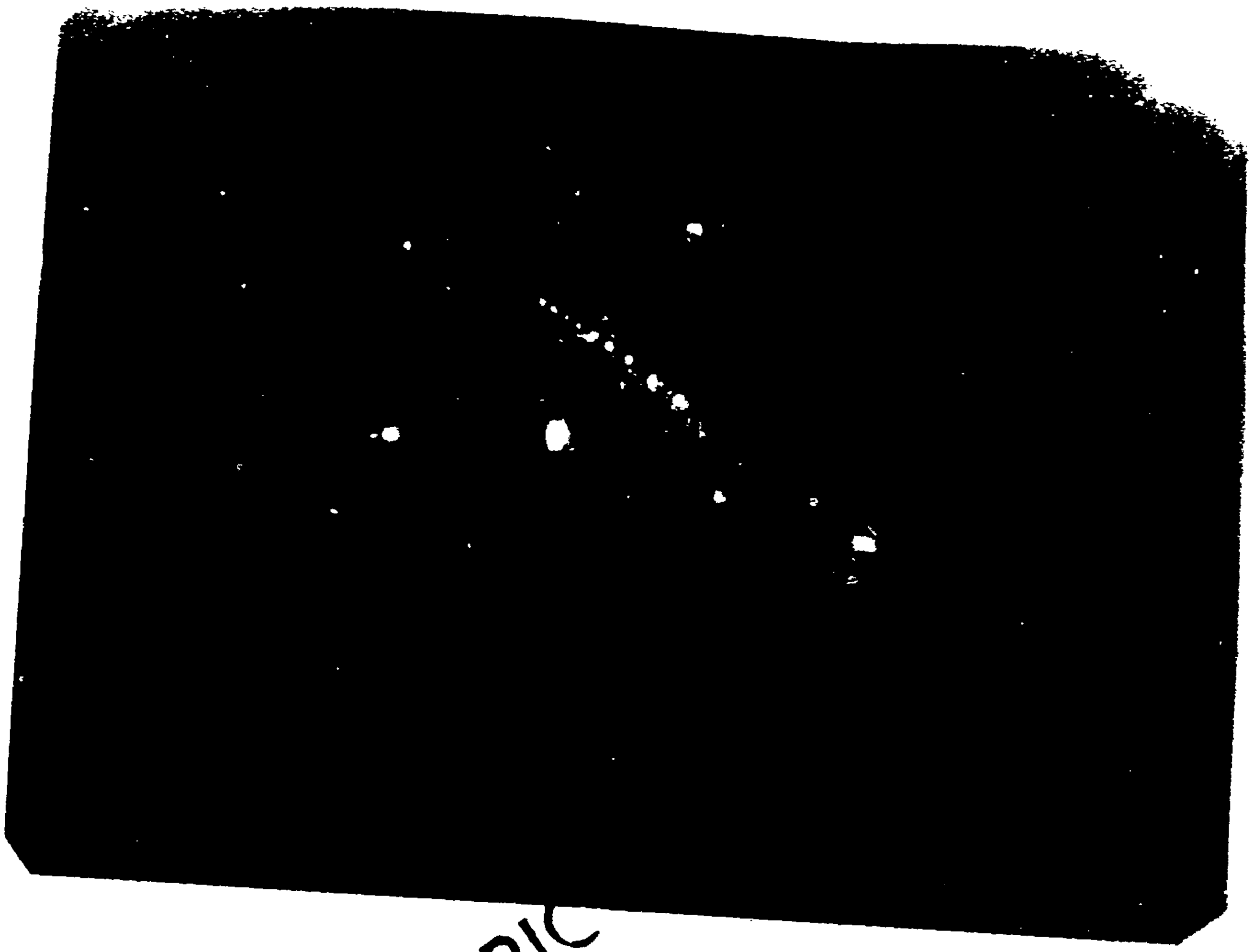
- Se detectaron las siguientes matrículas :
AA 14.070 Gol Blanco. AA 14.400, [illegible]30.795 Camioneta Gris, 420.899 Moto roja.

- Se adjuntan volantes y tomas fotográficas.

DISTRIBUCION : Original - Sub-Director (Int.)
- Jefe del Departamento III
Copia 1 - Jefe del Departamento I

14/160/97

VISTA GENERAL DESDE EL PALACIO LEGISLATIVO





13

9708722

14/Ago/97

QUEMA DE UN MUÑECO EN LA VALLA



9708722

UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA

PROYECTO DE RENDICION DE CUENTAS
Y BALANCE DE EJECUCION PRESUPUESTAL
DEL EJERCICIO 1996

Junio de 1997

PROGRAMA DE EDUCACIÓN SUPERIOR

Al hacer uso de la potestad de enviar al Poder Legislativo el Proyecto de Rendición de Cuentas y Balance de Ejecución Presupuestal del Ejercicio 1996, la Universidad de la República entiende pertinente presentar, dentro del Programa de Educación Superior, **un sólo artículo referente a las retribuciones de su personal docente y no docente como objetivo prioritario en esta etapa de su desarrollo.**

Este artículo contempla específicamente las retribuciones universitarias, no sólo con el espíritu de hacer justicia con lo que los funcionarios docentes y no docentes han aportado al desarrollo institucional y restituir el salario universitario a niveles mínimamente dignos, sino de continuar la profundización de las transformaciones emprendidas por la Universidad y encarar otras, en las áreas de la enseñanza, la investigación, la descentralización y la gestión, igualmente necesarias.

En esta formulación, por tanto, se integran dos perspectivas. Por un lado, la recuperación salarial como finalidad en sí misma y, por otro, la política de remuneraciones como instrumento para fortalecer, transformar y desarrollar la institución.

I. Condiciones salariales y presupuestales de la Universidad.

La Universidad tiene un rol intransferible que es el de servir, desde el ámbito de la enseñanza superior y la creación de conocimiento, a los intereses nacionales, y hacerlo tomando en cuenta la integralidad del territorio y de la sociedad. El cumplimiento de este rol ha sido -debe seguir siendo- la expresión cabal de un compromiso de la institución universitaria con los desafíos que el país enfrenta en el proceso de su construcción histórica.

Pero la gran pregunta que debe formularse estriba en cuál es realmente la situación actual en materia presupuestal para llevar adelante estos objetivos.

Si se analiza la evolución de las asignaciones presupuestarias universitarias, medida en precios constantes, utilizando como deflactor el Indice de Precios al Consumo, el presupuesto de 1996 es el 94% de lo que la Universidad tenía como asignación presupuestaria en 1986.

AÑO	Precios Corrientes del 1/1 de cada año	Precios Constantes por I.P.C. del 31/12/96	Indice de Evolución
1986	5.642.077	1.185.768.525	100,00
1987	9.817.289	1.206.580.702	101,76
1988	16.023.305	1.206.545.486	105,97
1989	27.326.114	1.264.977.884	106,68
1990	47.479.588	1.163.002.273	98,08
1991	110.792.408	1.185.087.320	99,94
1992	219.528.017	1.294.097.404	109,14
1993	313.517.879	1.163.040.781	98,08
1994	470.318.431	1.141.3[illegible]8	96,25
1995	629.770.029	1.060.504.836	89,44
1996	900.336.761	1.119.453.396	94,41

En cifras absolutas, con un presupuesto inicial asignado para el año 1997 de 121 millones de dólares, deducidos los fondos destinados específicamente a la atención a la salud en el Hospital de Clínicas, a la investigación y a la extensión, y teniendo en cuenta que la población es de 55.000 estudiantes, la Universidad invierte anualmente, en la función enseñanza, un promedio de 890 dólares por estudiante siendo esta cifra una de las más bajas en América y la más baja en los países del Mercosur. Podemos concluir que el esfuerzo que el país está realizando en materia de educación superior es extremadamente bajo.

Por otra parte, el índice de salario real universitario en diciembre de 1996 fue de 83,9 con respecto a la base 100 del último trimestre de 1984, y de acuerdo a las proyecciones que se han realizado, se estima que a diciembre de 1997 será de 80.37.

EVOLUCIÓN DEL INDICE DEL SALARIO REAL UNIVERSITARIO

Base Octubre - Diciembre 1984 = 100

PERÍODO	INDICE
Promedio 1985	98,38
Promedio 1986	109,83
Promedio 1987	116,74
Promedio 1988	112,63
Promedio 1989	107,21
Promedio 1990	93,04
Promedio 1991	89.41
Promedio 1992	85,84
Promedio 1993	95,14
Promedio 1994	92,73
Promedio 1995	84,86
Promedio 1996	87,63
Promedio 1997*	82,85

PERÍODO	INDICE
Enero 1996	92,50
Febrero 1996	91,13
Marzo 1996	89,41
Abril 1996	86,94
Mayo 1996	89,41
Junio 1996	88,27
Julio 1996	86,82
Agosto 1996	84,99
Setiembre 1996	87,31
Octubre 1996	85,95
Noviembre 1996	84,93
Diciembre 1996	83,90

PERÍODO	INDICE
Enero 1997	85,56
Febrero 1997	84,18
Marzo 1997	83,12
Abril 1997	81,95
Mayo * 1997	84,51
Junio * 1997	83,44
Julio * 1997	82,38
Agosto * 1997	81,33
Setiembre * 1997	83,51
Octubre * 1997	82,45
Noviembre * 1997	81,40
Diciembre * 1997	80,37

* Se ha estimado que la inflación del año 1997 ascenderá a 18 %. Por otra parte, de acuerdo a los anuncios oficiales, se ha estimado que el ajuste salarial de setiembre de 1997 será de 4 %.

A su vez, el ingreso promedio nominal de los funcionarios no docentes de la Universidad de la República es, a mayo de 1997, $ 3700, lo que representa menos del 30% de la canasta básica de consumo.

Si se compara la proyección a diciembre de 1997 con el punto más alto después de 1985, que fue el correspondiente al año 1987, cuando el índice llegó a 116.74 con relación a la base 100 de fines de 1984, el incremento promedio necesario para igualarlo sería de aproximadamente 45 %.

Es de señalar que este incremento porcentual escasamente alcanza el nivel de mínimo decoro para cubrir las necesidades vitales de los funcionarios y permitir que la Universidad funcione con la estabilidad de sus

grupos docente y no docente, y con la posibilidad de atraer nuevos funcionarios esenciales para la renovación y actualización de los programas educativos, de investigación, asistenciales y administrativos.

Es imprescindible destacar que la base considerada (octubre-diciembre 1984 - igual a 100) constituye uno de los períodos con salario real universitario más bajo hasta ese momento. En concreto era el 33 % del salario real promedio de los funcionarios de la institución en 1968 que, por otra parte, no fue el salario universitario más alto de la historia.

De todo lo anterior resulta extensamente fundamentada la solicitud de un incremento salarial promedio de 45% orientado a recuperar el salario perdido de los funcionarios docentes y no docentes durante el período señalado.

Sin embargo, es también objetivo prioritario impulsar los programas de desarrollo de la Universidad a través de una política salarial orientada a readecuar la escala docente e incrementar significativamente el número de cargos con alta dedicación, así como financiar la mayor parte de los 320 cargos de dedicación total que aún están en proceso de evaluación para ingresar al régimen y que corresponden al último llamado del año 1996 (sólo existe financiamiento para la tercera parte de ellos).

Por su parte, en lo que respecta a los funcionarios no docentes, es prioritario desarrollar los programas de capacitación y formación, adecuar la estructura ocupacional y la escala salarial, promover el desarrollo de la carrera funcional y financiar los ascensos en el marco de la evaluación de desempeño.

Es decir, deben existir retribuciones que salgan al encuentro de la multiplicidad de obligaciones a la que se ven enfrentados los funcionarios docentes y no docentes universitarios, e inhiban la apelación al múltiple empleo y la búsqueda de otras fuentes de ingreso.

II. Transformaciones y logros obtenidos.

Lo reseñado en torno a la evolución del salario universitario y de las asignaciones presupuestales constituye sólo una parte de la realidad de nuestra institución. La otra parte de la realidad está configurada por los logros de este período, que comenzaron en el año 1985 y que se enumeran sucintamente:

- en 10 años se modificó la gran mayoría de los 90 planes de estudio, lo que ha significado un considerable esfuerzo en materia presupuestal;
- se pusieron en marcha seis nuevas facultades e institutos asimilados a facultad (Facultades de Ciencias, de Humanidades y Ciencias de la Educación, de Ciencias Sociales, de Psicología, Instituto Escuela Nacional de Bellas Artes e Instituto Nacional de Enfermería), fortaleciendo la formación científica de las áreas social, humanística y básica, y complementando la tradicional formación profesional;
- se pusieron en práctica 20 nuevas carreras de grado entre otras: las de Licenciado en Sociología, en Ciencias Políticas, en Servicio Social, en Administración Pública y Privada, en Ciencias de la Comunicación, en Bioquímica, en Ciencia e Ingeniería de los Alimentos, en Ciencias de la Educación, en Ingeniería en Computación, en Relaciones Laborales;
- se implementaron 50 postgrados y especializaciones (doctorados, maestrías y diplomas de postgrado) y se dictan 380 cursos anuales de educación permanente;

- se encuentran en ejecución 35 proyectos de Extensión y Actividades en el Medio que fueron seleccionados de un conjunto superior a los 100 aspirantes;

- se suscribieron más de 700 convenios que implican un vasto conjunto de actividades;

- se incrementó el liderazgo nacional en investigación científica y tecnológica, así como el reconocimiento internacional, de lo que dan cuenta las casi 800 publicaciones en revistas de primer nivel y los más de 400 trabajos científicos presentados anualmente a congresos internacionales solamente en el marco del programa respectivo que financia la Comisión Sectorial de Investigación Científica.

También existe una participación cada vez más intensa en el campo de las organizaciones académicas internacionales; en tal sentido cabe señalar que la Universidad:

- desempeña la Secretaría Ejecutiva del Grupo Montevideo, que asocia a doce universidades públicas de Argentina, Brasil, Paraguay y nuestro país y que desarrolla una intensa actividad de integración y desarrollo académico en áreas de interés prioritario por su valor estratégico para la región, tales como Ingeniería de los Materiales, Educación para la Integración, Meteorología Aplicada, Medio Ambiente, el Agua como Recurso, Virología Molecular, Desarrollo Tecnológico Regional, Salud Humana y Animal, Química Fina, Farmacología de Productos Naturales, etc.

- ejerce la Presidencia de la Unión de Universidades de América Latina;

- apoya al desarrollo y a los programas del Centro Regional para la Educación Superior de América Latina y el Caribe, (CRESALC), con la activa participación de docentes, egresados y estudiantes en los eventos que organiza;

- ha organizado y participado en numerosos seminarios internacionales de primer nivel.

Durante el presente período, el patrimonio edilicio universitario se incrementó en 38.700 m^2 correspondientes a obra nueva y ampliaciones, además de haber dedicado un importante esfuerzo a la recuperación, refuncionalización y mantenimiento de la planta física preexistente. Estas acciones se financiaron en aproximadamente un [illegible]0% con recursos extrapresupuestales tales como endeudamiento externo, legados, convenios, etc. Pueden destacarse las obras realizadas en Malvín Norte para la Facultad de Ciencias, el anexo de la Facultad de Derecho, la Facultad de Ciencias Económicas, la recuperación del Edificio Central, la Facultad de Arquitectura, la Facultad de Ingeniería, las obras del Proyecto Cáncer y el Departamento de Anatomía de la Facultad de Medicina, el anexo de la Facultad de Psicología, entre muchas otras. Si bien los logros fueron importantes, la necesidad de conservación del patrimonio edilicio y la demanda de espacio supera ampliamente la capacidad de los recursos asignados; los déficit en materia de área construida y de calidad del espacio tales como los edificios de la Facultad de Ciencias Sociales, de Psicología, de Enfermería, de Odontología, etc. resultan notorios.

Se ha realizado una inversión continuada en el campo de la investigación científica y tecnológica, de tal manera que habiendo representado esta función en 1985 el 6% de la asignación de los recursos universitarios, en 1997 implica el 20% de los mismos, con un crecimiento exponencial en los cargos con régimen de dedicación total que pasaron del exiguo numero de 37 en 1985 al todavía exiguo número de 368 en 1997. Es imprescindible destacar que, manteniéndose la asignación presupuestaria de la función enseñanza, el incremento de la correspondiente a la función investigación se hizo reasignando recursos originalmente destinados a la función de administración (que pasó de representar el 33 % de los recursos universitarios gastados en 1985 al 17 % en 1996).

III. Recursos humanos: el sustento de los logros.

Las horas docentes -excluyendo al Hospital de Clínicas- aumentaron un 86,5 % entre 1986 y 1997. Como se comprenderá, esto ha significado un gran esfuerzo de la Universidad. Sin embargo, en la medida en que se le ha dado un gran impulso a la formación de posgrado de los jóvenes académicos -en gran parte en centros del exterior- resulta imprescindible contemplar la demanda de esta nueva generación de docentes cuya incorporación y retención -en el número necesario- representaría un impulso vital de gran importancia para el desarrollo universitario.

Los cargos no docentes totales disminuyeron un 12 % entre 1988 y 1997 pasando de 5778 a 5099, (constituyendo los funcionarios del Hospital de Clínicas el 45 % de esta última cifra). En consecuencia, los funcionarios no docentes incorporados en los escalafones profesional, técnico, administrativo, especializado, oficios y servicios generales, tuvieron que realizar tareas cada vez más numerosas y complejas para sustentar las actividades esenciales en continua expansión.

Esta expansión e intensificación del trabajo docente y no docente, que posibilitó los relevantes avances reseñados, entraña, sin embargo, una fuerte contradicción si tomamos en cuenta, tal como se ha explicado anteriormente, que el presupuesto universitario sufrió una disminución a valores constantes en este período.

Si bien es un hecho objetivo que la Universidad de la República ha reasignado sus recursos entre sus diferentes funciones y esta reasignación ha representado una utilización más eficiente de los mismos, esta observación no agota en modo alguno la explicación del fenómeno.

Por el contrario, **la recuperación crítica y la transformación han sido posibles gracias a la continua "subvención" aportada por los funcionarios universitarios docentes y no docentes en detrimento de sus remuneraciones.** Ha habido una transferencia de fondos de quienes han llevado a la Universidad adelante (docentes, investigadores, tecnólogos, profesionales y funcionarios no docentes), que ha permitido que los objetivos que en muchas ocasiones resultaban utópicos se transformaran en realidad.

En el ejercicio de su autonomía responsable, las autoridades universitarias estiman ineludible advertir el peligro inminente que para la institución representa la prolongación de un estado crítico como el que se describe. Se corre el riesgo de conducir a la Universidad a su vaciamiento, en virtud de que sus protagonistas -funcionarios docentes y no docentes- se vean definitivamente imposibilitados de continuar sirviéndola como hasta ahora, en función del nivel de sus retribuciones y de las condiciones en que realizan sus esfuerzos.

ARTICULO UNICO. **Asígnase a la Universidad de la República una partida anual de $ 445.575.184 (cuatrocientos cuarenta y cinco millones, quinientos setenta y cinco mil ciento ochenta y cuatro pesos), a precios del 1/1/1997, con destino a la recuperación salarial y a las políticas retributivas de sus funcionarios docentes y no docentes, para asegurar la continuidad de los programas universitarios e impulsar su desarrollo.**

PROGRAMA DE SALUD

Para mantener la capacidad operativa de la institución en un nivel de dignidad para el paciente y el funcionario, se debe abatir el déficit del programa de funcionamiento, que comprende los insumos hospitalarios imprescindibles para la asistencia de los internados (medicación, material de punción, sondas, reactivos de laboratorio, etc.) y los servicios de mantenimiento y reparaciones de equipos médicos o sala de máquinas.

Para lograr este objetivo será necesario un incremento de una partida anual de U$S 3.097.388.

Es importante destacar que el crédito asignado para el presente Ejercicio 1997 ha sido casi totalmente ejecutado, quedando únicamente un saldo de U$S 294.540 para funcionamiento (compra de medicamentos, material de sutura, guantes quirúrgicos, reactivos para laboratorio, reparaciones de equipamiento biomédico, etc.). Por otra parte el rubro dedicado a obras no alcanza para financiar la imperiosa necesidad de culminar las actuales reparaciones de baños y enfermería, y de los ductos sanitarios anexos a salas 1 y 2,.

¿Cómo se explica esta situación?

- En los últimos 12 meses el IPC acumulado ascendió a 21,1%, según informe del INE de mayo de 1997. Sin embargo, en el mismo período, el índice acumulado en la categoría de "cuidados médicos y conservación de la salud"[1] lo superó significativamente alcanzando la cifra de 26,7%. Asimismo fue uno de los rubros que más incidió en el crecimiento del IPC (0,4 %, el segundo lugar luego de "Alimentos y bebidas"). Estos índices tienen una repercusión significativa en la canasta hospitalaria y constituyen uno de los factores importantes al valorar las causas de la desfinanciacion.
- Los créditos del Hospital registraron un aumento del 16,95%, en tanto el incremento en los insumos hospitalarios se situó en un 26,7%, produciéndose una vez más, un marcado deterioro en el poder adquisitivo de la Institución.
- En el año 1996 se incrementó la dotación de camas de Cuidados Especiales (CTI), como consecuencia de la alta demanda insatisfecha generada por la cobertura específica que ofrece el Hospital en determinado tipo de patologías.
- La producción del Hospital ha aumentado en el año 1996, tendencia que se mantiene en el primer semestre del corriente año. Esto se percibe en todas las actividades vinculadas a la función asistencial: número de egresos, intervenciones quirúrgicas, atenciones ambulatorias, entre otras prestaciones.

Los factores financieros señalados, unidos al incremento en la productividad, ponen al Hospital en un claro desajuste entre su actual producción y su presupuesto. La pérdida en el poder adquisitivo en términos porcentuales fue de un 10% en el año 1996. La insuficiencia crónica del presupuesto aparece como acumulada, y es un factor de peso en la desfinanciacion.

La necesidad de una respuesta urgente a la alarmante situación límite que atraviesa el hospital universitario, que presta servicios asistenciales a la franja de población de escasos recursos, debe ser una prioridad nacional.

Artículo 1°. **Asígnase una partida anual de $27.009.223 (veintisiete millones nueve mil doscientos veintitrés pesos), equivalente a U$S 3.097.388 (a precios del 1.97), con destino a los gastos de funcionamiento del Hospital de Clínicas "Dr. Manuel Quintela".**

[1] Incluye productos medicinales y farmacéuticas, aparatos y equipos terapéuticos, servicios médicos.

ASCEEP

Jornada

AÑO 64 - NUEVA EPOCA - NUMERO 1 - 14 de AGOSTO DE 1997 - $ 5

ORGANO DE LA FEDERACIÓN DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY



Editorial

Es para nosotros un desafío muy importante el reeditar este histórico órgano de prensa de la Federación de Estudiantes Universitario del Uruguay, el cual ha estado presente en los momentos mas gloriosos así como en los mas dolorosos y pesados que ha vivido el movimiento estudiantil. Publicación que ha sabido ser porta voz de las posiciones históricas de nuestra organización y que ha defendido con fervor el accionar que en las distintas épocas ha llevado adelante la histórica FEUU.

Es en esta nueva época en la cual nos proponemos reeditar un espacio de difusión y de debate, de memoria y compromiso. Un espacio para defender y repensar nuestra Universidad de la República, su relacionamiento con la sociedad, sus políticas de investigación y de enseñanza.

En este tiempo de televisión monopólica y de uniformidad, no es la primera iniciativa que emprende la FEUU con respecto a la utilización y tenencia de un medio de comunicación. Lo hacemos conscientes de la importancia creciente que, en un país que se digne de ser democrático, tiene la igualdad en el acceso a los mismos. Lo hacemos convencidos que no es por medio de proyectos de ley como los que impulsan los senadores Trobo y Gandini (proponen una pena de 2 a 6 años de cárcel para los responsables de las Radios Comunitarias) como se soluciona el problema. La realidad es mucho mas compleja, estas expresiones barriales y juveniles son consecuencia de la inexistencia de una política de medios, son una necesidad. En nuestro país lo que existe es clientelismo y acomodo. Para solucionar el problema se debe terminar con la adjudicación arbitraria que han aplicado nuestros sucesivos Presidentes, se debe quitar de la órbita del Ministerio de Defensa la Dirección Nacional de comunicaciones. Basta de Autoritarismo, nuestra Democracia así lo reclama.

Pero no solo esto nos tiene nerviosos. Hoy 14 de agosto de 1997, como hace 29 años, estamos una vez mas en la calle reclamando un mejor presupuesto para la Universidad, el [illegible] de la negativa de nuestros días es el equilibrio fiscal. Esta bien, pero lo que nos preguntamos es ¿son estos señores los mismos que gastaron U$S 47 millones en recuperar el [illegible] Braga?, ¿no les preocupa el tan mentado equilibrio fiscal cuando observan [illegible] de nuestro actual Canciller de la República?. Estos son "pequeños desajustes" que los organismos internacionales están dispuestos a permitir, siempre y cuando cumplan con las [illegible]. Siempre y cuando sean capases de «reducir el monopolio público en la educación superior, cargando a los estudiantes con el costo de su educación(y) dejando que el sector privado [illegible] en la producción de sus servicios"(Reporte N°14263 del departamento [illegible] para Latino América y el Caribe del Banco Mundial, de carácter "reservado").

[illegible] nuestra Federación respecta, no nos cansaremos de seguir defendiendo la [illegible] nuestra Universidad. No renunciaremos nunca a nuestro compromiso [illegible] aportando a la discusión fraterna con los distintos ordenes, los [illegible] universitarios.

[illegible] el mejor funcionamiento de la FEUU, la que no puede ser [illegible] la suma de los aportes hechos por cada compañero desde cada centro de estudiantes. Vivimos hoy un tiempo de aguda crisis en la militancia. No hemos descubierto [illegible] nada nuevo. Lo verdaderamente nuevo deben ser las formas que debemos [illegible] para incentivar dicha participación, sin la cual, nuestra Federación carecería del sustento imprescindible, la fuerza y el empuje necesarios, para luchar por los cambios que nuestra Universidad y la sociedad reclaman. Es en estos tiempos de descreimiento y escepticismos radicales, en los cuales los grandes medios de difusión nos "invitan" al individualismo feroz, cuando los espacios de acción y discusión colectivos se vuelven cada vez más importantes.

Es por esta razón, y en el entendido de que por este medio podíamos hacer una modesta contribución [illegible] nueva propuesta que pretende tender puentes entre los estudiantes, con el objetivo de fortalecer nuestra organización, instrumento dinamizador de cambios por muchos reclamados.

Jornada 10 000 ejemplares
Dirección: Mesa Ejecutiva de la FEUU.
Redactor Responsable: Damián Osta
Diagramación: Pablo Mazón
Brandzen 1969 piso 2 - FEUU
Fax: 40 76 91 - E-mail: jornada@[illegible]

Varias "Jornadas" atrás



Portada del primer número de jornada editado noviembre de 1933.

Cuando el 25 de abril de 1929, ya hace 68 años, se fundaba la Federación Estudiantil Universitaria del Uruguay en medio de la huelga de los estudiantes de derecho, para luego el 11 de abril de 1932 a las 21 y 30 horas en el local de la Asociación de Estudiantes de Medicina,"... con asistencia de los señores Vázquez (Pr.), Dubra, Capurro, Barba Rivero, Casinoni y Gómez y del consejero de la Ciade señor Cardozo...".[1] comenzar a llamarse Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay, ya se tenía en mente publicar el órgano oficial de la Federación, hecho que se concretó en Noviembre de 1933.

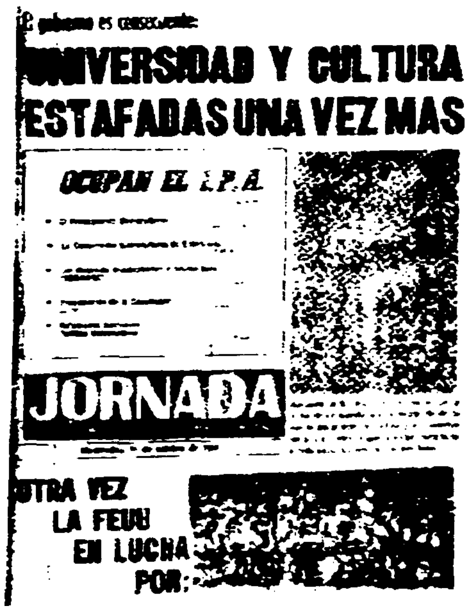
Este primer número ya marcaba la corriente de opinión opositora al autoritarismo, publicando artículos en contra de la dictadura de Gabriel Terra (caso único en la historia de América Latina, el golpe fue apoyado por los bomberos) y ya defendía la libre autodeterminación de los pueblos. Se estrechaba así aún más en este primer número lo que fue desde ese momento la relación entre los estudiantes y el movimiento obrero organizado. Relación que prosigue hasta el día de hoy en excelentes términos, la Federación asiste a la Mesa Representativa del PIT-CNT, como organización invitada desde 1966 con voz y sin voto.

Son varias las épocas de «Jornada» por eso consideramos más que importante que en este espacio, número a número, vayamos recuperando las diferentes opiniones que históricamente la Federación ha mantenido. Nuestra intención, en principio, es hacer llegar a todos una parte de nuestra historia común, recopilar parte de nuestro pasado. Hoy volvemos a estar con ustedes para restablecer una vía de comunicación entre nosotros, los estudiantes, y de los estudiantes con la sociedad. La intención es [illegible] avanzar hacia nuestras metas comunes.

Recuperar nuestra memoria es una de las razones por las que hoy estamos aquí y por eso desde este espacio invocaremos las diferentes épocas de nuestro órgano de prensa.

Abarcaremos desde nuestro inicio hasta la época anterior a la que hoy comienza, recorreremos las diferentes opiniones de los temas más importantes que nuestro país vivió durante los 68 años de nuestra historia. Recordar desde los comienzos a sus más importantes representantes, como el recientemente desaparecido - fundador de la FEUU - José Pedro Cardozo, así como también los hechos más notorios del país, de la Universidad y de nuestra Federación.

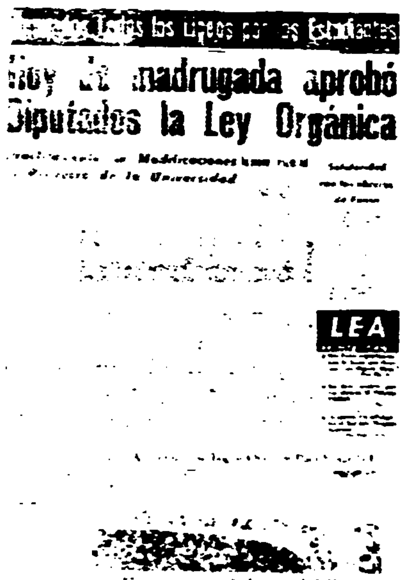
Debemos tener bien presente que el conocimiento de nuestra historia es algo fundamental, en estos momentos en que las organizaciones sociales necesitan recuperar sus tradiciones más gloriosas, en estos momentos en que la apuesta de este sistema es la individualidad, calificando de ebullición hormonal juvenil los logros más importantes de nuestro glorioso movimiento estudiantil. - La lucha contra G. Terra. - La lucha contra el Nazismo y el Fascismo. - La lucha contra la dictadura de Baldomir. - La defensa de la autodeterminación de los pueblos y la solidaridad con la revolución cubana. -La lucha por la Ley Orgánica.



Portada Jornada Nº 1
16 de octubre1964



Portada Jornada Nº 3
junio 1968



Portada Jornada Nº 6
14 de octubre de 1958



Portada Jornada Nº 7
2 de marzo de 1960

-La lucha en contra de las medidas de seguridad, del «pachecato». -La lucha en contra de la dictadura de 1973. -La participación protagónica en la recuperación democrática. -La lucha contra el limitacionismo y la matrícula. -La siempre presente lucha a lo largo de nuestra historia por un presupuesto justo para toda la enseñanza, sin descuidar ninguna de sus ramas. -Nuestro compromiso con la transformación social de nuestro país.

Nuestra intención es brindar las diferentes opiniones que durante los diferentes años de publicación la Federación ha tenido; de esta manera daremos a los estudiantes un insumo para la fundamentación de las posiciones históricas de nuestra Federación ante los grandes temas. Desde esta tribuna llegarán a ustedes las voces y las imágenes de los grandes momentos de nuestro movimiento. Ah! por si hay algún distraído por ahí que no lee las letras chicas, lo de «AÑO 64» de la carátula es porque nos reconocemos como continuadores históricos de aquella iniciativa de 1933.

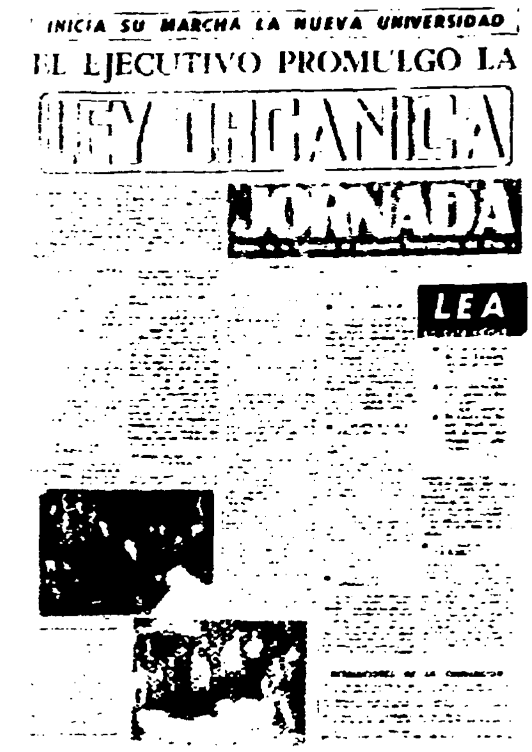
La Federación y su historia nos ocupara el 100% de nuestro espacio, desde aquí podremos observar nuestro pasado para construir un futuro mejor en estos momentos tan difíciles.

En el próximo número ya comenzaremos a tratar específicamente los diferentes temas, no seguiremos un orden cronológico, será temático. Ya que nos organizaremos con un criterio en el que primaran los temas que se tratan en estos momentos, los que aún siguen siendo tratados por el movimiento y luchamos por lograr una solución justa, que nos dará la posibilidad de tener una Universidad de cara a la sociedad, como históricamente hemos defendido y defenderemos.

Hasta la próxima, estaremos juntos nuevamente... «POR TODO LO QUE NOS UNE»

Gustavo Cabrera
José Luis Porta
FEUU

1) Acta - Libro de la FEUU
Acta 1º/7/32.


INICIA SU MARCHA LA NUEVA UNIVERSIDAD
EL EJECUTIVO PROMULGO LA
LEY ORGANICA
JORNADA
LEA

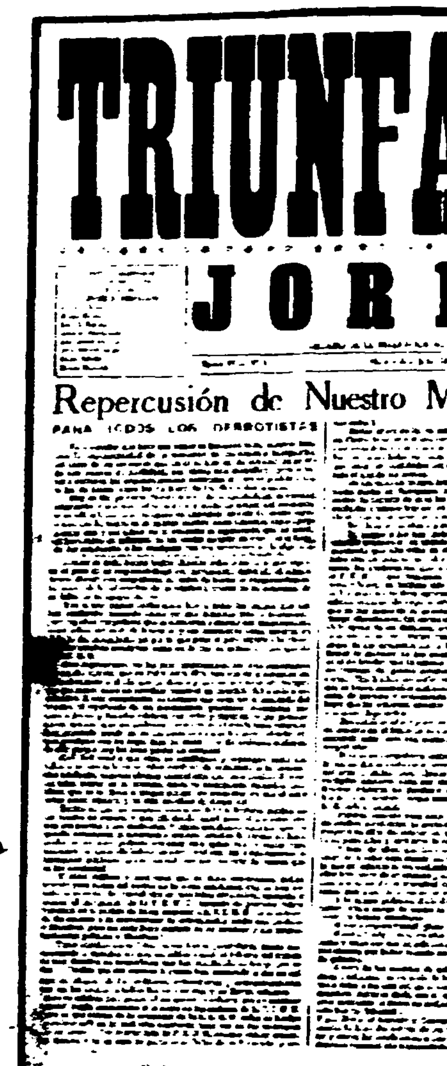
Portada Jornada
18 de octubre1958


JORNADA
Los Estudiantes somos el pueblo en el Hospital de Clínicas
La renuncia del Dr. Chiffler

Portada Jornada
junio 1949


Dijimos: Unidos Pasaremos...
Y PASAMOS
JORNADA
MIENTE EL "SENADOR"
¿Qué es la f. e. u. u.?

Portada Jornada
19 de octubre1960


TRIUNFA
JOR
Repercusión de Nuestro M

Portada Jornada 23 de julio 1941


SIGUE EL CA
JORNA
EL ESTUDIANTADO FRENTE
TENEMOS UNA NUEVA DICTAD
¿HASTA CUANDO? ESO DEPENDE DEL
Acto público de repudio a la Dict
JUEVES 5, a las 19 horas, en SAN JOSE, 1068 casi
La primera tribuna que se levanta contra la D

Portada Jornada marzo 1942

No solo es por nosotros ¡Es por el País!

Cuando a este delegado le piden escribir sobre Presupuesto uno no sabe ya qué escribir, habiendo realizado tantos análisis en los más diversos ámbitos sin demasiado eco ni trascendencia. Acaso sea porque nos hemos quedado en análisis puramente cuánticos y no hemos profundizado en un análisis más macro acerca de las relaciones Universidad - País, y el papel que cumple lo financiero en esta relación tan compleja.

Cuando en 1995 se nos vota un incremento de rubros por la ley de Presupuesto Quinquenal, creímos que íbamos a tener los 130 millones de dólares estipulados en la misma para caminar por lo menos estos años sin mayores sobresaltos. En 1997 la Universidad posee un presupuesto de 121,6 millones de dólares para manejarse, con Servicios en crisis angustiosa: el Hospital de Clínicas, la Facultad de Psicología, el programa APEX, etc. O sea, tendemos a regresar a una situación desastrosa como la de 1995, en la que, Oficinas Centrales y la Escuela Universitaria de Música todos los Servicios estaban en rojo hacia setiembre [illegible].

[illegible] que reviente el barril de pólvora es [illegible] movilizarse y luchar por la sobrevivencia [illegible] Ente Autónomo, la Universidad de la República, que no es maravilloso, por supuesto, pero que tiende a desmejorar la fuerza de constreñimientos y estrecheces que le impiden cumplir con sus objetivos con una meridiana [illegible].

Esto no es de hoy, es de muchas décadas hacia atrás. Hace décadas la pelea es exactamente la misma, pues el presupuesto universitario es el único elemento (y no menor) del cual no dispone la autonomía de la institución, y sí el poder político.

Este poder político tiene una imagen lamentable de la Universidad: es porque ellos no tienen ingerencia en él a través de sus intelectuales, algunos de ellos sumamente deficientes como tales, aunque quizás muy buenos retóricos.

Se nos presenta un panorama al parecer muy coherente: una Rendición de Cuentas con artículo único, que se articula con una política de contención del gasto público, para redistribuir supuestamente lo que se vaya "ahorrando" en inversión pública y la consiguiente creación de empleo.

[illegible] mejor inversión que puede hacer un país es en la educación, pues en el esquema antes expuesto reproducimos el viejo mito de la obra pública para dinamizar el sector construcción e ir emparchando una situación que el país definitivamente va a tener que encarar a largo plazo. Con una fuerte inversión (y no gasto) en educación superior podemos esperar esa solución a mediano y largo plazo. Es en el plano socio - cultural donde podremos encontrar y potenciar las ventajas comparativas con respecto a nuestros socios del Mercosur. Sino, terminaremos siendo un país de servicios que van a poder funcionar unos pocos meses al año, aunque termine siendo Montevideo la capital del Mercosur (que no tiene nada que ver con que Bruselas sea sede de la Unión Europea, como algunos obtusos han [illegible] parangonado ambas [illegible]). El resto de los meses del año viviremos como podamos...

Es muy pobre, y aún imbécil, que si se "ahorra" presupuestalmente a la Universidad, se logrará que muchos estudiantes vayan al sistema privado de educación terciaria. No sólo no va a ser así, sino que puede suceder todo lo contrario, y más en situaciones de depresión económica como la que vivimos cotidianamente en Uruguay, donde no cualquiera sólo un pequeño puñado de personas, puede acceder a pagar cuotas mensuales de cientos de dólares durante años.

Ya este año la sobrematriculación en varios Servicios (Ciencia Económicas, Ciencias de la Comunicación, Psicología, Enfermería, entre otros) ha demostrado esa necesidad de quien egresa de secundaria de formarse más para poder prepararse más y tener una formación más ventajosa para acceder a los escasos puestos de trabajo disponibles en plaza.

Esta es la realidad, le guste o no a las autoridades gubernamentales y a todos los sectores políticos. La Universidad gratuita es para muchos jóvenes la oportunidad para prepararse más, en un mundo donde el conocimiento es preponderante. Es una tendencia mundial ésta, imparable. Y esto [illegible] no puede cerrar los ojos. Nosotros, los estudiantes universitarios somos los llamados a denunciar por un lado una actitud injusta e irresponsable, absurdamente terca e irracional de no dar más recursos a la Universidad para investigar, para potenciar sus servicios académicos y de extensión, para garantizar el acceso a ella por parte de [illegible] de jóvenes a los que se les quiere [illegible] esperanza y una oportunidad más. Pueden ser nuestros hermanos, pueden ser nuestros primos, podemos incluso ser nosotros porque las restricciones presupuestales pueden llevar a la suspensión de cursos por falta de recursos económicos y a largas esperas en procura de la normalización.

Estos [illegible] presupuestales nos mortifican, desgastan a todos, en primer lugar al que suscribe, pero en cada uno de ellos debe resurgir más que [illegible] los anteriores la convicción de que estas luchas no son solo por nosotros, es por los que pueden venir detrás de nosotros, es por el país todo, y no porque tenemos ganas de perder tiempo y tener vacaciones.

Por eso [illegible] es acumular fuerzas [illegible] Rendición de Cuentas [illegible] de los [illegible] de la [illegible] Universidad [illegible], no[illegible] a [illegible] energías [illegible] la h[illegible] devuelvan lo[illegible] irresponsables [illegible] nunca más ocupe[illegible] mucho menos e[illegible] universitarios pensando [illegible], y creyéndose gran[illegible] indignos del [illegible] con mezquindad [illegible] la educación es el fu[illegible] de aquella que les d[illegible] formación, dinero, relacionamiento y [illegible] [illegible]ión.

[illegible]ación es clara, los ad[illegible] nosotros somos los prota[illegible]

Daniel [illegible]



Educación terciaria privada en el Uruguay

El primer reconocimiento realizado en el Uruguay de una Universidad Privada tiene la huella inborrable de la firma impresa en el decreto del 22 de agosto de 1984 por parte del entonces presidente del Régimen de Facto Teniente General Gregorio Alvarez, así como el decreto ley 15661 del 29 de octubre de 1984, que le confiere igual valor y efectos jurídicos a los títulos expedidos por universidades privadas reconocidas por el Ministerio de Educación y Cultura.

Triste presagio para la educación universitaria uruguaya! Fue entonces que en plena DICTADURA la Conferencia Episcopal Uruguaya realizaba gestiones con el gobierno MILITAR a efectos de habilitar su Universidad.

De esta forma comienzan las distintas corporaciones a presionar en los gobiernos del momento para poder disponer de sus propias instituciones de enseñanza.

De esta manera se llega a la actualidad y en pleno Ministerio de Educación y Cultura la presencia de un ex-Rector de la Universidad de la República, plantea el marco ideal para una «regularización» de todas aquellas instituciones privadas que se encuentran en el país ofreciendo educación de carácter terciario.

Fue el 11 de agosto de 1995 que se pone en conocimiento de la Universidad el decreto aprobado por el Poder Ejecutivo referente al ordenamiento del sistema de Enseñanza Terciaria Privada

En el mismo se establecen requisitos mínimos para las instituciones aspirantes a ser reconocidos como universidades, estableciéndose el rango de Instituto Universitario, para aquellos que no cumpliesen con los requisitos en al menos tres áreas no afines del conocimiento.

Hábil estrategia en la cual la Universidad de la República y particularmente nuestro Rector Ing. Quím. Jorge Brovetto (Vice Rector durante el rectorado del ministro Lichtensztejn) «sorprendida» en su buena fe».

Dicho decreto fue precedido de un trabajo en comisión conjunta entre representantes del Ministerio y de la Universidad de la República, la cual dejó un tema pendiente de discusión nada menos que el referido al ÁMBITO en el cual deberán dirimirse las habilitaciones de las instituciones privadas.

De esta forma sin previa consulta el ministro ex rector de la Universidad, promulga un decreto violando la competencia universitaria, su especificidad y especialidad, en definitiva violando la constitución. De la misma forma que sus antecesores del gobierno militar mediante un DECRETO, quizás influenciado por el triste presagio del año 1984, el actual ministro de manera autoritaria e inconsulta produce el acto más desatinado, errático e incoherente de su carrera como hombre público. Dando rienda suelta a la proliferación de institutos privados. Continuando con la tradición dictatorial, la influencia golpista hace mella en el actual decreto y confiere al Ministerio de Educación y Cultura la potestad de habilitar a las instituciones exigiéndole solamente recabar la opinión de la Universidad, a la cual interpone un plazo de 60 días y en definitiva dicha opinión puede o no ser tenida en cuenta, es más se establece un consejo consultivo compuesto por 8 miembros donde 3 son de la Universidad, y los 5 restantes se integran de la siguiente manera: 2 por el MEC, 1 por ANEP, 2 por las instituciones privadas.



Hábilmente también se propone que el presidente sea de la Universidad de la República.

Desde un primer momento la FEUU rechazó la forma en que el ministerio procesaba la discusión y se opuso al decreto, pero también debió nuestro orden estudiantil llamar la atención dentro de la Universidad de la República y particularmente ante el rectorado donde aún no hemos encontrado respuestas firmes ante tan grave problemática.

No tardó en cumplirse lo anticipado por la FEUU, no bastaba crear un Consejo Consultivo donde la Opinión Universitaria fuera minoritaria, que fue necesario el extremo de no atender la asesoría realizada por el propio consejo consultivo más allá de que este dada su propia conformación (con representantes notoriamente vinculados) tuviese dificultades de funcionamiento.

A la solicitud realizada por el orden estudiantil de renunciar a la presidencia de este cuerpo, no se hizo esperar la solicitud de retirarnos del ámbito inventado por este ministro y que lo único que hacia era legitimar las barrabasadas que se estaban y se están cometiendo.

Las desprolijidades continuaron y hoy hay una larga lista de títulos reconocidos por el MEC. Como no es el fin en esta publicación, difundir los títulos ni las instituciones involucradas solo daremos algunas cifras correspondientes al período 1987-1989 analizando donde se producen las primeras y últimas habilitaciones. A los efectos de desenmascarar la política de este ministerio y resaltar la prioridad de esta temática para nuestra universidad:

Estudiando el primer período 1989-1997 - 9 años en 2 años que corresponden al 22% del tiempo se habilitaron 16 títulos 60% del total. De 27 títulos habilitados en todo el período

Resulta clara la política de este gobierno en cuanto a la permeabilidad ante las presiones ejercidas por corporaciones y multinacionales de carácter religioso y económico.

También queda claro el notorio enfrentamiento a la universidad y el desconocimiento de su autonomía y sus competencias constitucionales. Estrategias que confluyen hacia el ahogo presupuestal.

Por otra parte queda también clara la falta de firmeza de las autoridades universitarias, salvo honrosas excepciones, el rectorado de nuestra universidad y particularmente nuestro rector no ha sabido enfrentar con los argumentos sólidos y abundantes desde el punto de vista constitucional, académico y político la embestida de su ex compañero y predecesor en el RECTORADO.

Hoy son miles de jóvenes quienes sufren las consecuencias y pronto será la sociedad uruguaya que se verá expuesta a la dudosa calificación de innumerables títulos habilitados por una institución no idónea para ese cometido como lo es el Ministerio de Educación y Cultura.

Aún es tiempo de dar marcha atrás esta política nefasta:

1) Solicitando la renuncia del actual Ministro de Educación y Cultura.

2) Fortaleciendo la posición universitaria explicitando y difundiendo la opinión académica ante las ofertas de educación privada.

Publicando a principios, mediados y fines de cada año lectivo la nómina de los títulos habilitados por el MEC y el correspondiente juicio académico que ha merecido su estudio a la Universidad de la República.

3) Impulsando la Derogación del actual decreto regulador de la enseñanza terciaria privada.

4) Sancionando una ley que contemple la competencia de la Universidad de la República como ente autónomo especializado en materia de educación universitaria.

5) Eliminando de la órbita del MEC el contralor y habilitación de la oferta de educación terciaria privada, disposición heredada de la dictadura militar recogida por el actual ministro.

Por último es importante mencionar que a la fecha se encuentran en nuestro país funcionando 9 instituciones de nivel terciario universitario, ninguna ha sido evaluada aceptablemente desde un punto de vista académico por la Universidad de la República, y esto no ha sido objeto de ningún planteamiento formal de la Universidad de la República y al parecer las autoridades no están interesadas en realizarlo.

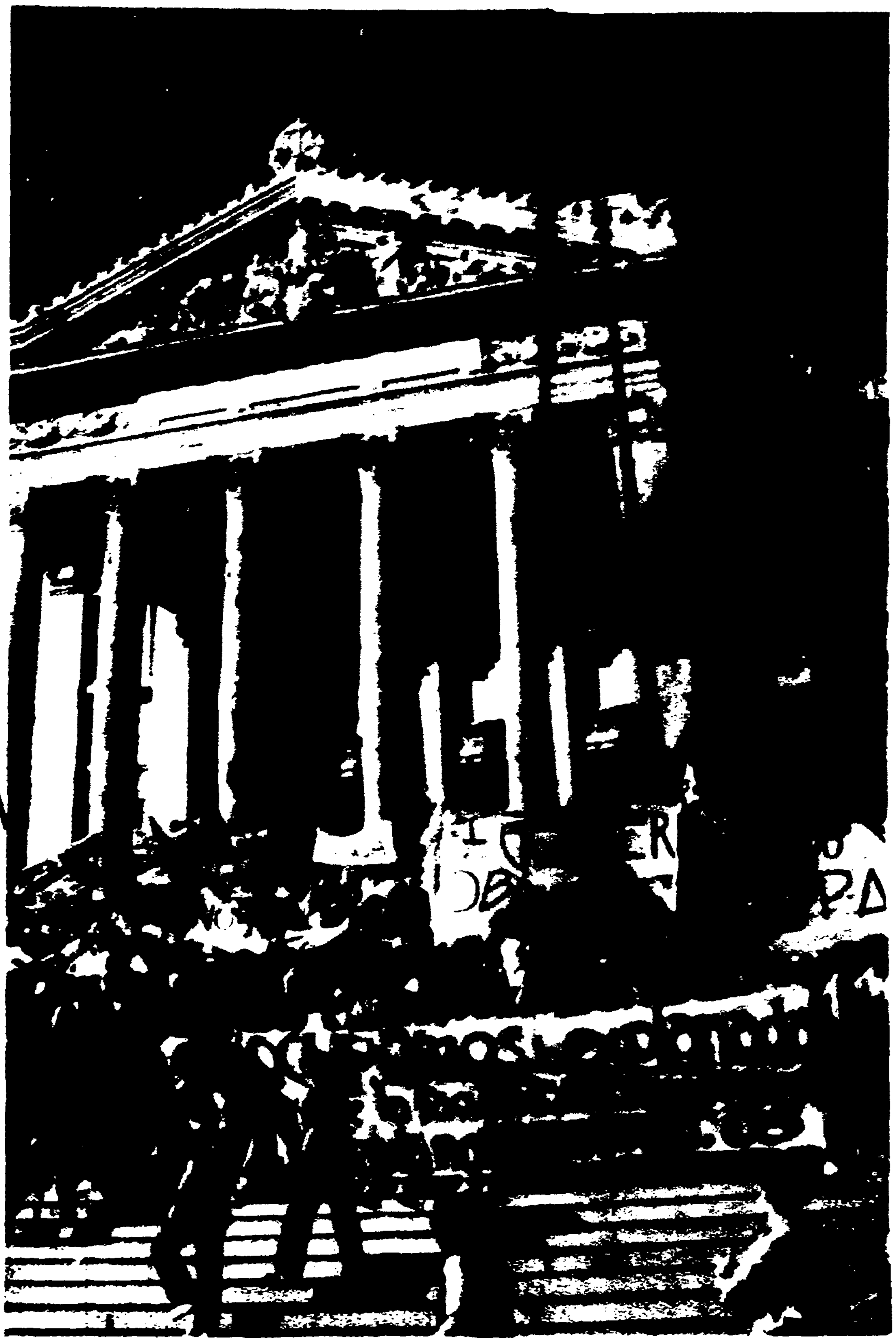
Gastón Cosfor

Reflexiones (no tan) dispersas.

Viejas, actuales enseñanzas.

«El sufragio universal supone la conciencia universal, y la conciencia universal supone y exige la Educación Universal. Sin ella la República desaparece, la Democracia se hace imposible, y las oligarquías disfrazadas con el atavío y el título de la República, disponen a su antojo del destino de los pueblos y esterilizan las fuerzas vivas y portentosas que las naciones tienen en sí mismas.»

José Pedro Varela.



No es común encontrarnos con ciertos análisis y opiniones de Varela. Generalmente se nos presenta como el hombre que «reformó la escuela», pero sin ahondar mucho en su pensamiento y en el contexto en que lo desarrolló. Es que las clases dominantes así como trabajan duro y sutilmente para limar el espíritu transformador de los pueblos, hacen lo mismo con el pensamiento y la acción de los mejores hijos, de las personalidades más sobresalientes que éstos son capaces de parir. Cuando aquellos mueren, el odio o la hostilidad más o menos abierto, más o menos encubierto que las clases dominantes les profesaron en vida lo transforman en endiosamiento, los ponen en un altar, intocables. Y bajo un respeto demagógico queda encubierto su pensamiento crítico, expresión de lo más noble y avanzado que su pueblo pudo crear en una época dada. Este es un buen método que utilizan las clases dirigentes para asegurarse que los llamados «Héroes» están bien muertos.

Así por ejemplo, Artigas fue un ser inalcanzable que luchó por ciertos objetivos convertidos en simples abstracciones, en prejuicios tales como; independencia, libertad, democracia. Queda encubierto que fue un revolucionario que abogó por la liberación de las Provincias del Río de la Plata de todo poder extranjero, por su igualdad, y que comprendió que esto implicaba profundos cambios sociales en nuestras provincias. Lo que traducido en la práctica histórica del artiguismo equivale a haber expropiado y arruinado para siempre a una buena parte de los latifundistas orientales. Para ellos Artigas no luchó por la Libertad y la democracia.

Se dice, Varela fue un maestro que trabajó para reformar la enseñanza para que fuera gratuita, laica y obligatoria para que todos estudiaran. Pero Varela no era un maestro, era un profundo pensador social que tenía una concepción del hombre, de la sociedad y un determinado proyecto de país, profundamente democrático. Varela nunca concibió la Educación como un espacio del pensamiento puro, sabía que en torno a ella se disputaban también, al igual que en todos los ámbitos de la sociedad, agudas luchas sociales de cuyo desenlace dependía el concepto de país que triunfaría. Para los sectores más reaccionarios de su tiempo Varela no fue el benévolo luchador por la democracia que en ese sentido reformó la educación.

En nuestro tiempo la enseñanza tampoco escapa a la lucha entre las distintas visiones de país. Muy por el contrario, todo el sistema educativo es parte inalienable de esta lucha. En la misma estamos involucrados las instituciones, los actores y, especialmente, todos los gremios de la enseñanza. Es deber de estos últimos luchar por desarrollar en sentido democrático, [illegible] de [illegible] «[illegible] infelices» la enseñanza pública. Lo cual implica generar un programa global y coherente de país, así como una clara definición de las fuerzas sociales, que están interesados en aplicarlo y defenderlo.

Para un programa como este las concepciones sociales y los principios varelianos de la «educación popular» son enseñanzas y punto de partida irrenunciables del movimiento popular.

Las «Recomendaciones» de su majestad.

A fines del año pasado se conoció públicamente un documento del Banco Mundial con «Recomendaciones» para nuestro país. Al hacerse público el documento el presidente se molestó.

Algunas de las «recomendaciones»: reducir o terminar con los monopolios estatales, privatizar empresas públicas, reformar la seguridad social (la imposición de la actual ley la ven como un primer paso). Terminar con los privilegios de la Banca Pública, promover una mayor participación del sector privado en la enseñanza secundaria como en el sector terciario, dirigir la enseñanza de cara al mercado, cobrar matrícula en la Universidad de la República, etc.

Aquí nos encontramos con una serie de medidas abarcadoras de un amplio espectro del que hacer social. Podríamos decir que nos encontramos ante toda una propuesta de país, la cual, se nos ocurre no fue elaborada en este país, ni por su pueblo, ni siquiera por ciudadanos del Uruguay.

Sin embargo recordemos; a pesar del veredicto popular se viene aplicando en nuestro país un proceso de privatizaciones, un proyecto de reforma de la Seguridad Social (también a pesar del voto del pueblo), un desmantelamiento progresivo de la banca pública. Al mismo tiempo estamos en presencia de una reforma autoritaria del sistema educativo primario y medio (existe un abismo entre este proceso y la concepciones varelianas). Está viva en nuestra memoria y latente como un cuchillo amenazante la intención de los enemigos de la Universidad Pública de cobrar matrícula (Recordemos el «aporte» de Gandini a la cuestión universitaria en diciembre del '95 cuando nuestros compañeros llevaban adelante una huelga de hambre). También se promueve a todos los niveles la enseñanza privada, y particularmente en el nivel terciario, que es sino el «decreto de regulación de la enseñanza terciaria».

¿Cuestión de azar? ¿Grandes casualidades históricas?. Pero además parece existir una triangulación muy aceitada de fuerzas capaces de aplicar y sostener dichas «casualidades»; el capital transnacional, las clases dominantes criollas, y ciertos políticos. ¿A estos «azares», hay que llamarles independencia o dependencia?. ¿Seremos muy suspicaces si a las «recomendaciones» le damos

una nueva denominación: «órdenes?... Lo cierto es que parece que el presidente se molestó. Es que la servidumbre es una institución vetusta y desagradable, pero que se sigue practicando asiduamente. El problema es como lograr que dicha práctica se torne invisible a los ojos de la «plebe», revestida con un tinte de «modernización» y «realismo». En la consecusión de dicho objetivo hacer público algunos documentos puede estorbar.

Nuestra experiencia.

El movimiento estudiantil conoce la situación de dependencia de nuestro país. La FEUU sabe, lo ha aprendido con su propia historia, del poder y la influencia de las fuerzas imperialistas. Hay documentos, luchas, resoluciones al respecto.

Nuestra propia experiencia es una escuela formidable en la cual debemos nutrirnos. ¿De dónde parten y hacia dónde se dirigen las voces que dan partida de defunción a nuestra historia, que declaran perimidos nuestros principios, que reclaman urgidos que no tengamos «ojos en la nuca»?.

Es que la propia historia de nuestro sistema educativo, de la «educación popular», es la lucha por sobrevivir y profundizarse o por desplomarse ante los ataques de las fuerzas más retrogrados, así ocurrió desde las primeras décadas del siglo con los movimientos universitarios en pro de una universidad transformada en sentido progresista. Así se expresó en la respuesta al golpe de estado de Terra y a las medidas reaccionarias en el terreno de la educación implementadas con el levantamiento del mismo; sobre los principios varelianos y un profundo contenido democrático se sostuvo la lucha de los sectores populares en los años ´50 y ´60 por la ley orgánica de la universidad, en defensa de la enseñanza pública, por presupuesto. Socavando nuestras mejores tradiciones, en contra del legado vareliano, las clases dominantes y el imperialismo instrumentaron su criminal respuesta a las crecientes luchas del movimiento popular en defensa de nuestra independencia y la democracia. El Fascismo destruyó, militarizó y redujo el papel de la «educación popular». Esta obra destructora aún no ha sido evaluada en sus reales consecuencias, ni se han puesto los cimientos para comenzar una autentica reconstrucción, mucho antes que esto nos dicen; «sigamos adelante, con eficiencia». ¿Hacia dónde?.

A la enseñanza pública la defienden las clases populares en primer lugar y sino no se mantiene en pie. No es una frase, es lo que nos enseña la vida. Y esto tiene una profunda racionalidad. El contenido democrático implícito en la «educación popular», su proceso de desarrollo histórico, las experiencias de sus luchas, no podrán más que demostrar que solo en manos del movimiento popular este instrumento puede potenciarse, sobrevivir y convertirse en un arma insustituible en la lucha por la democracia, la independencia y por un real desarrollo del país.

No hay reforma educativa en sentido avanzado, democrático sin la concurrencia de los sectores involucrados en la enseñanza y el pueblo. No se consiguen objetivos éticos con métodos antiéticos. No se conquistan objetivos democráticos con métodos autoritarios. Quién no logre discernir la relación y el condicionamiento entre los objetivos y los caminos que se optan para conquistarlos, quien atribuya a ésta relación un carácter puramente casual puede caer en peligrosas ingenuidades.

¿Por qué odiar a la Universidad de la República?.

Sin duda hay un proyecto de país (o de «no País») elaborado en zonas lejanas del mundo para el cual la enseñanza terciaria debe ser privilegio de élites. Se brega por promover la enseñanza terciaria privada mientras se aísla y extrangula económicamente a la Universidad de la República.

¿Sobre qué base puede desarrollase un país que intenta liquidar a la institución que crea casi la totalidad del conocimiento elaborado en el mismo país? ¿Por qué cerrar definitivamente las puertas de la enseñanza terciaria a los hijos de las clases trabajadoras, que ya hoy por las injustas estructuras sociales ingresan en muy reducido número, mediante cobro de matrícula o promoción de la enseñanza privada? ¿Por qué estrechar en lugar de ampliar la base social de esta enseñanza? ¿A quienes beneficia esta política?.

Pero hay un factor más que promueve el odio de los sectores dominantes a la Universidad; su ley orgánica. La autonomía, el cogobierno, su compromiso con la realidad nacional generan una vida profundamente democrática en su seno, lo cual escapa del seguro control de las clases dirigentes. Esta es la razón que llevó a estas clases a emprender una dura lucha política e ideológica contra la ley orgánica universitaria apenas ésta se votó. el mismo odio llevó a arrasar la ley orgánica, e intervenir la universidad durante la dictadura. En cuanto la lucha del pueblo derrotó el oprobioso régimen y restableció la autonomía y el cogobierno, los mismos sectores recomenzaron su ofensiva en el terreno político, ideológico y económico en contra de la Universidad.

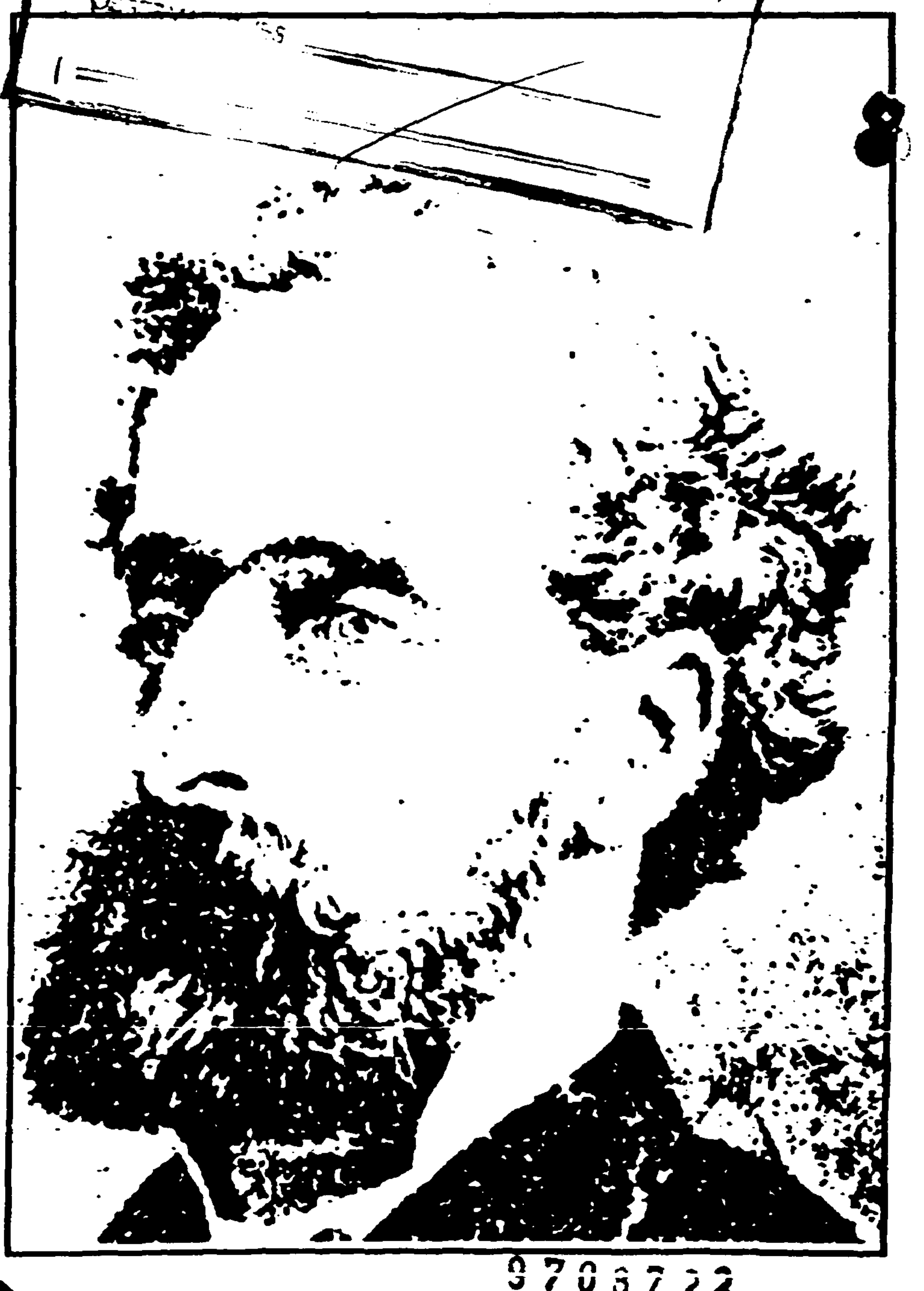
La ley orgánica se conquistó en el marco de grandes luchas sociales. No es el fruto exclusivo de los universitarios. Todo lo contrario, hubiese sido imposible su concreción sin la cristalización de una determinada correlación de fuerzas sociales en lo político e ideológico, en la conformación de una fuerza social que podría recoger las mejores tradiciones y el pensamiento más avanzado de la historia de nuestro pueblo. Así como protagonizar las luchas capaces de conquistar y defender dicha ley. En este proceso los trabajadores y los estudiantes cumplieron un papel de primer orden. Es imposible salvar la Ley Orgánica, la autonomía y el cogobierno universitario sin consolidar y desarrollar su fundamento social, la fuerza social que les da vida y razón de ser, sin un movimiento popular unido, organizado y consciente estos principios no se sostienen. Aportar en este sentido es una tarea fundamental en nuestra Federación.

Cuestión Urgente.

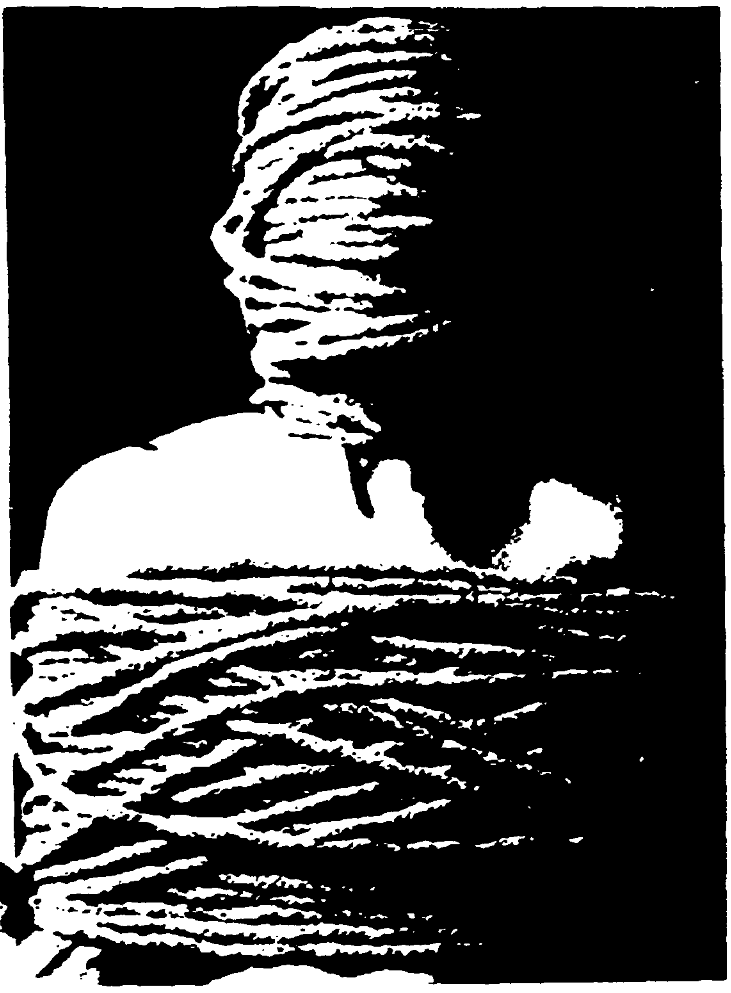
En estos momentos se está discutiendo la rendición de cuentas en el parlamento. De nuevo la propuesta del gobierno es el artículo cero. No entregar nada para todo lo que signifique políticas sociales. Esta política es particularmente dura en relación con la Universidad. La misma ha pedido solamente recursos para los salarios de sus funcionarios y una partida para el hospital universitario la justicia de nuestros reclamos es indudable. Tras la posición política de entregar o no entregar recursos para la enseñanza también se visualiza claramente que proyecto de país se propugna. Varela comprendió tempranamente esto, y en relación al presupuesto nuestro gran pensador nos enseñaba:

«La policía se ocupa de la seguridad de las personas; está cumplido su servicio llenada su misión, cuando las personas están seguras; pero ni usted ni yo, ni el vecino de enfrente, ni nadie, ha alterado el capital que cada uno representa, cuando esa seguridad de las personas se ha hecho efectiva (...) La instrucción es, pues, el único de los servicios cometidos a la administración pública que no consume el capital invertido en él, sino que lo incorpora, bajo una nueva forma, al capital que representan los individuos a quienes instruye».

Aldo Scarpa
FEUU



Radios Comunitar



En los últimos 3 años ha surgido en el Uruguay un importante movimiento en torno a las radios comunitarias. Rápidamente ha ido creciendo, a principios de 1995 funcionaban El Puente FM de La Teja y Alternativa FM de Belvedere, al año habían surgido unas 15 radios más, entre ellas Radio FEUU y actualmente perdimos la cuenta.

También rápidamente fue creciendo la represión por parte del Poder Ejecutivo, viendo éste amenazado el oligopolio, que mantienen unos pocos grupos económicos, de los grandes medios de comunicación.

Pero para explicar todo esto resulta necesario ver el rol que cumplen los medios de comunicación hoy por hoy. Los nacional. Y si tenemos en cuenta que esa mentalidad que se difunde es casi única, o más bien que las otras expresiones son medios de difusión masiva son una de las fuentes de poder más importantes en la sociedad contemporánea y están llamados a aumentar esa importancia, fruto del avance tecnológico.

Sin exagerar se puede decir que los medios de comunicación generan cultura, difunden una forma de percibir el mundo, una mentalidad, generan corrientes de opinión y hasta de acción y manejan los temas de debate casi marginales, ese poder se torna arrollador.

Ante esta realidad surge una alternativa a la natural tendencia a la concentración de la propiedad de los medios de comunicación. Lo lógico sería que el rol de evitar esta concentración lo cumpliese el estado, pero en Uruguay éste la favorece, protege y estimula. Es por ello que la única alternativa real surge de la democratización de este poder en manos de la sociedad civil a través del acceso de las organizaciones sociales a los medios masivos.

La manera de llevar adelante esto es fomentar e impulsar la creación de medios de comunicación que estén al alcance de la gente. La idea no es solo que todas las organizaciones habitualmente desplazadas tengan el acceso a los medios, sino que a la vez éstas sean canales abiertos a la participación de los sectores que representan, de forma que la comunicación y la información sean una construcción colectiva y democrática.

Nos gustaría aclarar que medios de comunicación alternativos no son sólo las radios, lo que también lo pueden ... prensa escrita (revistas subter... televisión abierta o por cabl... etc, etc. Si bien esto por... otros países es sumamente co... papel muy importante el ... cultura de cada país.

Para llevar adelante est... propuesto, en conjunto co... Radios Comunitarias, entre o... la órbita del Ministeri... un organismo civil, c... abierta a las organizac... control del espectro r... marco legal que garan... acceso de la mayor div... opiniones a los med... penalización a toda ... concentración (monopól... otras variantes) de la ... medios de comunicación

Juan I...

Mesa de Vivienda del CEDA: El desafío se renueva



"La vivienda, muchos lo han dicho, no es sólo un techo : es también una vecindad y un barrio con equipamientos, infraestructura y servicios adecuados. Pero además es una mercancía , un producto del trabajo, una inversión, la base de la reproducción biológica y social de los seres humanos, un favor clientelístico , un ahorro familiar, un seguro de vejez, un proceso socio-físico , un medio para generar lazos de solidaridad y ayuda mutua, una obra de arte un símbolo de nuestra identidad, un refugio para la ensoñación, la ilusión y la fantasía."

Arq. Jorge Di Paula - Revista Vivienda Popular N ° 1

Durante tiempo, los estudiantes aspirábamos a trabajar en forma conjunta, coordinada, en el campo de la vivienda popular. Un trabajo dedicado, sobre todo, a generalizar la poca información difundida en el conjunto de los estudiantes; a crear, a partir de ella el germen de la discusión y fomentar el trabajo de extensión, no sólo como práctica, sino también como una forma de retribución a la sociedad que contribuye a nuestra formación.

Es entonces que en el VI Encuentro Latinoamericano de Estudiantes de Arquitectura, se realizó el taller de Cooperativismo donde junto a jóvenes uruguayos, trabajaron jóvenes de Latinoamérica.

A raíz de ese encuentro nuestra Mesa de Vivienda se revitalizó y hoy funciona como una importante comisión dentro del CEDA.

Estas son algunas de las actividades que llevamos y llevaremos a cabo.

El primer trabajo de la emergente M. de V. fue el de participar en e II Encuentro Latinoamericano de Cátedras de Vivienda, desarrollado er

Montevideo en los primeros días de Noviembre del año pasado. En él se formó la base para relacionarnos todos los estudiantes de Latinoamérica (empezando por el cono sur) que trabajamos en torno a la temática Vivienda Popular mediante una red, como ya posee las Cátedras de Vivienda a nivel regional. Estamos abocados a la preparación del III encuentro que se va a realizar en Setiembre en la ciudad de Santiago de Chile, donde seguramente va a contar con la presencia de muchos estudiantes latinoamericanos.

A partir de fines del año pasado integramos el Proyecto de Fortalecimiento Institucional en Vivienda Popular. Un viejo anhelo de la Universidad de realizar una acción coordinada e institucionalizada en el campo de la vivienda.

Algunos de los objetivos son: Consolidar la presencia de la Universidad, en particular de la Facultad de Arquitectura, en la temática de Vivienda Popular, impulsando el desarrollo del tema a través de la enseñanza, investigación y asesoramiento-extensión. Potenciar el desarrollo del tema, a través de la conjunción y complementación de las visiones y conocimientos que sobre el mismo aportan las diferentes áreas de Arquitectura, sin prejuicio de la participación de otras disciplinas.

Dentro de las actividades a desarrollar, en el área Difusión se publicó el 1o. número de la revista académica VIVIENDA POPULAR, que como versa la editorial se trata de "editar una revista que trate en forma sistemática y profunda la temática de la vivienda de los sectores de bajo ingresos." Por supuesto que tenemos nuestro espacio y la edición corre por cuenta de nuestra revista, TRAZO.

Entre los días 30 de Junio y el 5 de Julio se desarrolló en nuestra facultad una semana de difusión del Cooperativismo de Vivienda, organizado por la Unidad Permanente de Vivienda de la Facultad de Arquitectura, la Sociedad de Arquitectos del Uruguay y nosotros. Una semana muy particular porque se enmarcó en el 1o. de Julio "Día Mundial de la Arquitectura" y el 5 de Julio "Día Mundial del Cooperativismo".

Nuestro objetivo principal fue generar ámbitos de discusión y difusión del tema integrando tanto a los estudiantes, como a las distintas cátedras, egresados, órganos no gubernamentales y cooperativistas. Esta aproximación al tema a través de la experiencia del cooperativismo se debió a la importante trayectoria que ha tenido en nuestro medio, con un período de gran auge en los años '70 y un importante resurgimiento en los '90..

En particular las jornadas se centraron en las experiencias de ayuda mutua, donde la participación del usuario, tanto en los procesos de gestión, diseño y ejecución de obra, enriquecen los resultados. Por otro lado, también implica una forma de vida que apunta a reafirmar valores tales como compañerismo, solidaridad y trabajo en equipo.

La semana consistió en debates entre los actores involucrados, charlas de técnicos, y ONG`s que asisten a cooperativas, visitas a ellos, música y mucha discusión.

El evento contó en varios días con el Salón de Actos repleto y nuestra evaluación fue muy positiva, destacando la posibilidad de realizar realizar pasantías en instituciones como MEVIR y convenios con FUCVAM.

En cuanto a Extensión a pedido de la U P V de la facultad relevamos 75 viviendas que pidieron el asesoramiento a la facultad . Se trata de un conjunto habitacional habitado por desalojados de diferentes puntos de Montevideo donde denuncia el estado de deterioro de sus viviendas a pocos años de construídas.

También desarrollaremos en conjunto con la comisión del ELEA acciones en diferentes barrios como Peñarol y Casabó.

Recientemente nos visitó la comisión de Vivienda de la FEUU, donde nos propuso trabajar en conjunto para la viabilidad de la construcción de un barrio residencial para estudiantes del interior en los predios de la Universidad en Malvín Norte, así como la reglamentación de pensiones estudiantiles (previo relevamiento de todas ellas) y la creación de un fondo universitario de garantía de alquiler para aquellos que lo necesiten.

Como han leído, son muchas las metas que nos hemos trazado, pero también muchos los estudiantes que se acercan. Aquello que era una gran incertidumbre cuando organizamos el Taller Alternativo en el ELEA, es hoy una mesa de estudiantes con diversos grupos de trabajo que se continúa fortaleciendo dentro del CEDA.

Mesa de Vivienda
CEDA-FEUU

Las penas vaquitas son

I) INTRODUCCION

Desde el inicio de la actual Administración Sanguinetti, se ha profundizado el modelo que hemos dado en llamar Liberal, Concentrador y Desregulador (modelo neoliberal), a través de :

- un profundo ajuste fiscal que generó un aumento de la concentración de la riqueza y un mayor desempleo estructural;
- reformas estructurales que van en la dirección de consolidar las características centrales de este modelo como ser la Reforma de la Seguridad Social y la Reforma Educativa
- una ofensiva desreguladora en el ámbito laboral tanto expresada en leyes (ley de inversiones, etc) como en la cotidiana relación laboral que tiende a quebrar el peso de las organizaciones sindicales para reducir derechos del trabajo.

Desde ese punto de vista estamos ante una etapa de avance claro del modelo socio - económico vigente.

II) EL EMPLEO

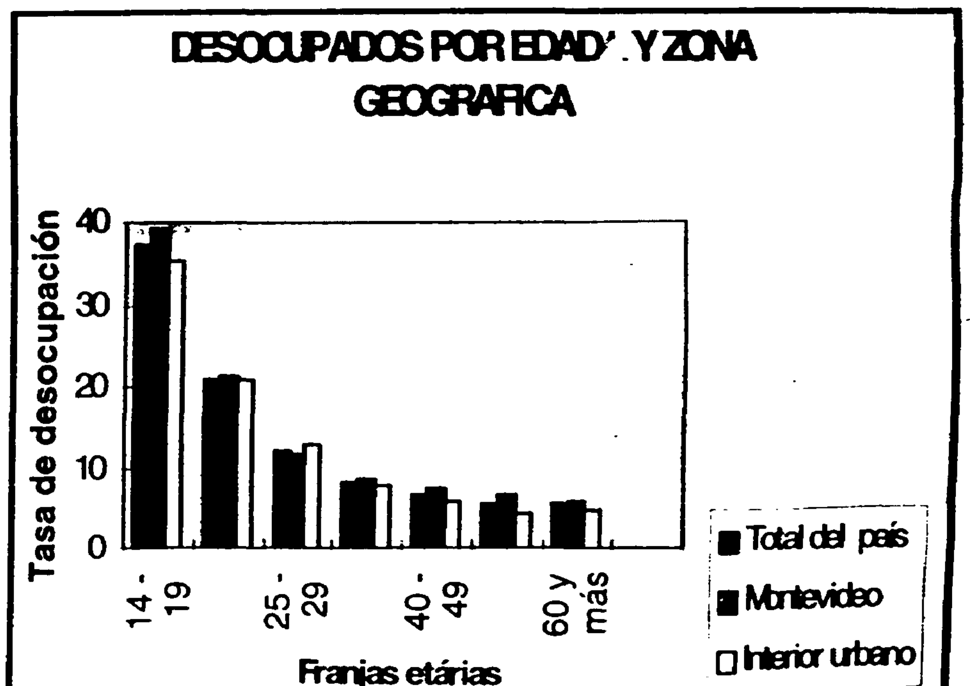
Uruguay es un país que ha tenido desde hace ya muchos años, tasas de desempleo estructuralmente altas. La recesión provocada por el innecesario ajuste fiscal llevado a delante por este gobierno en marzo de 1995, generó un incremento muy grande de la desocupación cuya tasa alcanzó el 13% en julio de 1996, descendiendo muy levemente hasta hoy a pesar del crecimiento del producto.

Esto es simplemente porque en la acumulación capitalista el crecimiento económico es condición necesaria pero no suficiente del crecimiento del empleo. La única manera de transformar el crecimiento productivo en más y mejores empleos es con Políticas Activas de Empleo, es decir con una acción del gobierno promocionando y estimulando el empleo. Sin embargo a pesar de los resultados que están a la vista, el gobierno es terco e insiste que no hay mejor política de empleo que el mero crecimiento.

III) LA PRECARIZACION Y LA FLEXIBILIDAD

Pero no se trata sólo de crear más empleos, se trata además de crear mejores empleos. Sin duda el crecimiento del empleo que se ha registrado al menos desde los años 90 ha estado basado en un proceso de precarización de las condiciones de trabajo, en especial por la sustitución de trabajo industrial por el sector comercio y servicios con muchos menor nivel de sindicalización y de regulación colectiva.

En este marco de desempleo y creciente precarización del empleo se afirman tendéncia empresariales que pretenden aprovechar el momento para desregular (más de lo que ya es hoy) el mercado de trabajo, introduciendo los contratos a término, los contratos de «aprendizaje» de hasta un año sin derecho a beneficios sociales ni indemnización por despido, cambios en los criterios de licencia y cómputo de horas extras, etc, todo lo cual es



son de nosotros, las ajenas... ¿ y el desempleo ?

apoyado por el gobierno que envía al Parlamento un proyecto de Ley de Inversiones que contiene y pretende legalizar estas normas desreguladoras.

La flexibilidad campea y en todos lados se tiende a realizarla de hecho, independientemente de las normas legales. Las tercerizaciones, la promoción de subcontratación a empresas unipersonales, la rotación permanente de trabajadores y trabajadoras para evitar que se consoliden ciertos derechos laborales, forman parte de las estrategias dominantes de los empresarios en el Uruguay de hoy.

Ello apoyado, como dijimos, en un Estado que, desde 1992, se ha retirado de la regulación de las relaciones laborales y de hecho avala y facilita este creciente proceso de desregulación impulsado desde las empresas.

Simultáneamente la inexistencia de una ley de fuero sindical permite un creciente proceso de despido a dirigentes y militantes sindicales por el sólo hecho de intentar formar un sindicato o defender los intereses de sus compañeras y compañeros.

Es decir se ha desarrollado una estrategia de relaciones laborales donde la democracia se reduce y donde los más poderosos imponen sus reglas.

IV) EL DESEMPLEO JUVENIL

Por otra parte es de hacer notar que el desempleo afecta de manera especialmente grave a los jóvenes.

Hoy en día el 24% de la población tiene entre 14 y 29 años. A pesar de contar con una incidencia del 32,8% en la Población Económicamente Activa (PEA), sólo el 57% de estos jóvenes se encuentra ocupado o subocupado. Ademas, del total de desocupados del país, el 70,3% tienen entre 14 y 29 años.

Más significativa es la brecha entre quienes se ofrecen (PEA) y los que son incorporados a los puestos de trabajo, en el tramo de 14 a 24 años. Este sector constituye menos del 20% de la PEA y sin embargo representa mas del 50% del total de trabajadores desocupados.

En cuanto a la relación entre el nivel educativo y los niveles de ocupación, se puede indicar que cada vez se requieren más años de estudios para acceder a un mismo puesto de trabajo. Lo que es lo mismo, los empleadores abusan de la sobreoferta de mano de obra y aumentan sus exigencias en el momento de contratar a un trabajador. A su vez se ha ido desvalorizando la Enseñanza Pública formal como instrumento de ascenso social, lo que ha provocado la deserción estudiantil y la temprana presencia de los jóvenes en el mercado laboral (el 75% de los jóvenes que buscan trabajo por primera vez, lo hacen antes de los 21 años).

Si a la realidad antes descrita, le sumamos el hecho de que el 85% de los jóvenes acceden al primer empleo por medio de relaciones familiares o mecanismos clientelistas, se puede afirmar que los más afectados por el problema del desempleo son los jóvenes provenientes de los estratos más pobres de nuestra sociedad.

De esta manera se conforma un círculo de pobreza difícil de romper dentro de este sistema, los jóvenes de menores recursos no acceden a puestos de trabajo porque no están «capacitados», y no se capacitan porque están necesitados de obtener recursos para mantener el nivel de vida de sus familias. Es así que se explica el hecho de que los jóvenes acepten empleos de mala calidad, informales o que pasen a engrosar el creciente ejército industrial de reserva[1].

Cualquier política gubernamental que pretenda paliar las altas tasas de desocupación, debe tener en cuenta que este es un problema que afecta en forma desigual a las personas según su edad y su procedencia social.

V) QUE HACER ?

El gobierno pretende decirnos que el tema del desempleo se resuelve con baja de salarios (que son muy altos en el país y no permiten ser competitivos) y desregulaciones del mercado de trabajo (porque es muy rígido) Entonces ...

LO QUE NO DEBEMOS HACER

No podemos creer que mediante la desregulación laboral se promoverán las inversiones porque se parte de la base de que el costo laboral y las rigideces del mercado de trabajo son un obstáculo a la inversión, cuestión que no es verdadera.

Tampoco podemos creer que a través de reducciones salariales se estimulará la contratación de empleos, entre otras cosas porque los costos laborales en Uruguay no son muy altos y ello por lo tanto no limita las inversiones.

Toda política económica que logre competitividad por la vía de la exclusión y el conflicto social debe ser rechazada.

LO QUE DEBEMOS HACER

* Aprobación de una ley de negociación colectiva que ampare al conjunto de los trabajadores públicos y privados y obligue a las empresas a regular sus relaciones de trabajo tanto en términos contractuales como en términos de ingresos y calidad de los empleos.

* Aprobación de una ley de fuero sindical que garantice la vigencia de la actividad sindical y evite la persecución de los dirigentes.

* Aprobación de una verdadera Ley de Promoción de la Inversiones que incluya estímulos específicos y verdaderos para los inversores que creen puestos de trabajo.

* Aprobación de líneas especiales de crédito a la producción para todos aquellas empresas que creen puestos de trabajo.

* Exoneraciones fiscales en el mismo sentido, es decir para las empresas que creen puestos de trabajo.

* Apoyo especial en capacitación, crédito y asistencia técnica a las pequeñas y medianas empresas, por su impacto en la generación de empleo.

* Implementar normas para la defensa de las producciones nacionales, con el propósito de contrarrestar al ingreso de productos del mercado internacional, basados en prácticas desleales del comercio.

* Inversión en áreas que aseguren el desarrollo nacional y sean a la vez generadoras de empleo como ser la vivienda y las obras de infraestructura.

* Cambios en el esquema del seguro de desempleo aumentando los montos iniciales, alargando el período de vigencia y reduciendo el período que se requiere estar ocupado para tener este derecho.

* Una partida inmediata de 1.000 para todos los desocupados transitoria hasta que las demás medidas tengan efecto.

Pero sobre todo a largo plazo dos son los ejes básicos del cambio en las pautas del mercado de trabajo :

* Una inversión creciente en educación superior y técnica que asegure el desarrollo autónomo del trabajo y la producción y perfil de un país diferentes e independiente desde el punto de vista tecnológico.

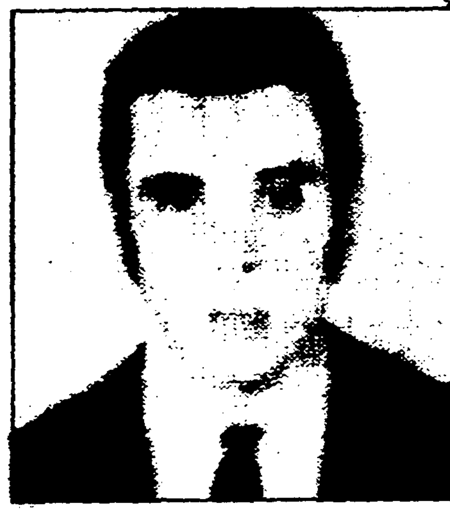
* La reducción de la jornada de trabajo.

Ec. Daniel Olesker



A 29 años... aún nos duele







FOTOS EXTRAÍDAS DE GACETA UNIVERSITARIA PUBLICADA HACIA 1968

LIBER ARCE

HUGO DE LOS SANTOS

SUSANA PINTOS

J. P. RECAGNO

RAMÓN PERÉ

JULIO SPOSITO

HEBER NIETO

JOAQUÍN KLUVER

LEONARDO DE LOS SANTOS

WALTER MEDINA

Hace 29 años el país todo se conmovía ante la terrible noticia de la muerte de un estudiante universitario, caía Liber Arce baleado por la policía en la calle que hoy lleva su nombre, cerca de la Facultad de Veterinaria, víctima de la represión salvaje ordenada desde el poder ejecutivo. Una vez más desde el poder el intento de frenar de cualquier manera y sin medir los costos en vidas humanas al movimiento estudiantil; sus integrantes se volcaban a la calle manifestando contra un gobierno que no permitía el mejoramiento de la Universidad y por lo tanto impedía el desarrollo de nuestro país.

El corte abrupto de la vida de un joven siempre nos causa estupor, la muerte, un asesinato más, pero lo que causa desazón es no encontrar al culpable. Porque el crimen de Liber está impune, como tantos otros crímenes ordenados por el Gobierno de aquel entonces. Aquel estado que reprimía a la Universidad allanándola, persiguiéndola hasta el punto de obligarla a denunciarlo en la prensa a través de un manifiesto que salió publicado en La Gaceta Universitaria: «...elementos policiales asaltaron los siguientes locales universitarios: edificio central, Facultad de Arquitectura, Facultad de Agronomía, Facultad de Medicina y Escuela nacional de Bellas Artes:...».

El 14 de agosto la Universidad y el Uruguay reciben la noticia de su primer mártir, la primera víctima de la brutalidad irracional hacia el movimiento estudiantil y la continuación de la escalada de violencia en contra de la autonomía universitaria. Las muestras de solidaridad son muchas y de diferentes órganos nacionales e internacionales. El 16 de agosto muere Liber Arce, de allí en adelante el dolor es aún mayor, [illegible] el pueblo se vuelca a la calle expresando [illegible] que la pérdida generó.

Se nos ocurre que es quizás tan impactante para nuestra sociedad porque ninguno de los uruguayos esperaba algo de tal magnitud en contra de los estudiantes; la represión alcanzaba el grado más brutal: la muerte...

Luego, los años más difíciles que este país ha vivido, la persecución y el exterminio de todo aquel que no compartiera el proyecto de país de las clases dominantes, la desaparición de ciudadanos que hasta el día de hoy no ha sido develado el lugar donde fueron enterrados.

Hoy en 1997 nos encontramos con que muchas cosas siguen sin cambiar: la Universidad sigue luchando por un presupuesto justo para la educación, los movimientos sociales se encuentran con trabas desde el poder. Por eso es importante recordar que hace casi 30 años moría un estudiante por defender nuestros derechos y por querer una sociedad más justa, donde educación y salud fueran la prioridad. Es importante que todos asumamos nuestro compromiso actual, que los que han muerto por estos ideales no lo hicieron en vano. Tenemos el difícil compromiso de tomar de sus manos las reivindicaciones históricas y continuar luchando por ellas.

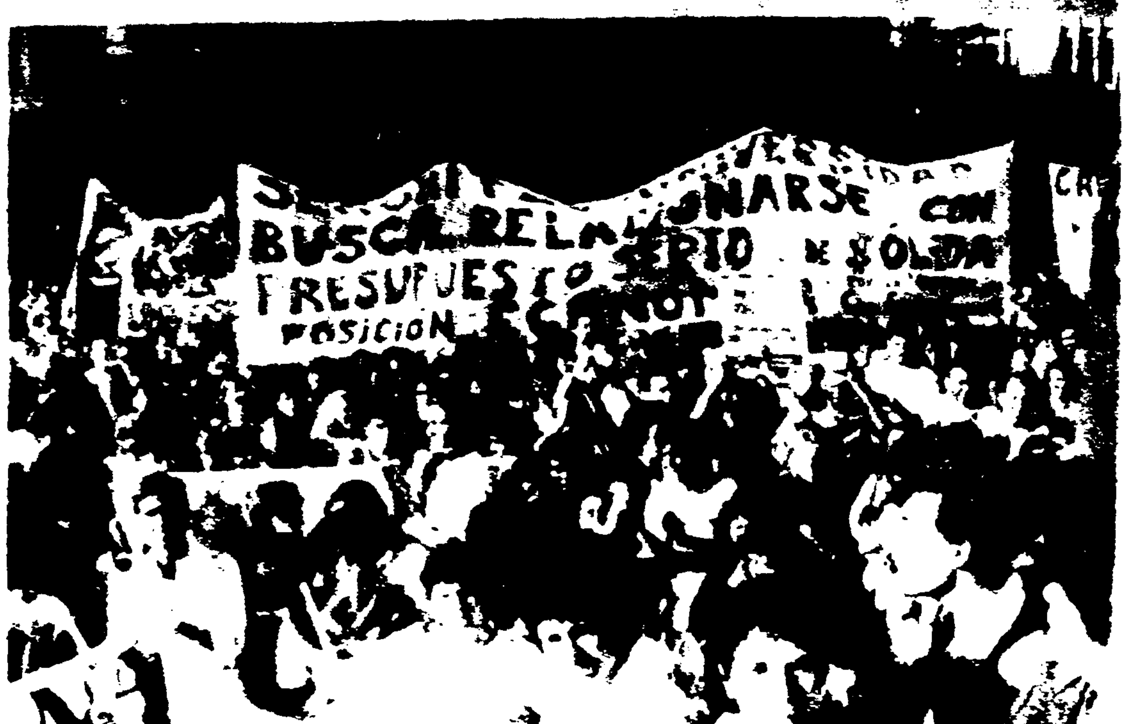
En este país donde se condena desde el gobierno, el asentir es casi un delito y se condenan las críticas. Aquí cuando hace 10 años de promulgada y refrendada la Ley de caducidad no se ha cumplido su artículo cuarto, cuando se intenta saber el paradero de los desaparecidos el gobierno y los militares se niegan, violando la ley.

Este 14 de agosto nos encuentra en el comienzo de la discusión presupuestal, una vez más en la calle, cada a cada estaremos en la calle luchando por un presupuesto digno para nuestra Universidad.

La muerte de Liber y de cada uno de los mártires estudiantiles tiene que ser entendido por nosotros como la resultante del compromiso históricamente el movimiento estudiantil ha asumido en defensa de nuestros derechos. El cual estamos dispuestos a seguir defendiendo, seguir intentando – por el camino de la paz – soluciones en pos de una Universidad mejor y por lo tanto un país nuevo, sin injusticia, ni crímenes sin resolver. A pesar de las amenazas seguiremos adelante.

Porque nunca nos olvidaremos de ellos, porque tenemos memoria [illegible] principios seguiremos adelante defendiendo la libertad y la autonomía de nuestra Universidad.

José Luis Porto
FEUU



A LAS 16HS SALIMOS

14 de Agosto

DIA DE LOS MARTIRES ESTUDIANTILES

A 29 AÑOS SEGUIMOS EN LA LUCHA. A 29 AÑOS MANTENEMOS EN ALTO LAS BANDERAS DE LIBER.

POR NUESTRA UTU, LA DE TODOS

ESTUDIANTES GRAFICOS

EN LUCHA

EN DEFENSA DE LA ED. PUBLICA.

El jueves 14 a las 17:30h MARCHAMOS desde la Escuela a la Plaza Libertad, a la Universidad y luego al Palacio

POR:

- Utiles, Herr[illegible]tas, [illegible]uinas, etc.
- Reparacion de[illegible] local e instalaciones
- Derogar [illegible] 14 del CODICEN
- Por [illegible]orma que surga de un de[illegible]e nacional v[illegible]da[illegible]eramente popular

Y a ud. ¿le quedaría la conciencia limpia si le sigue creyendo a ellos solamente?

Realmente les decimos a todos que se informen y ahí saquen sus propias conclusiones

PORQUE LOS ESTUDIANTES NO IMPONEMOS NADA

Los invitamos a participar en la lucha porque en un pueblo sin educación es un pueblo indefenso

A.E.I.E.C. - C.I.E.S.U.

DESPUÉS DE UN VACIO EMOCIONAL
DESPERTAMOS NUEVAMENTE
PARA ENCONTRAR ESA
LIBERTAD
ALOJADA DENTRO DE
NUESTRAS MENTES.

LA REFORMA EDUCATIVA NO PARÓ,
LOS ESTUDIANTES TAMPOCO.
CONTINUAMOS LUCHANDO
POR UNA EDUCACIÓN POPULAR.

A.E.I.E.C. - C.I.E.S.U.

EL 24

TODOS AL

F I



16 Hrs. PLAZA

(GRAL. FLORES Y

030 9

COORD. CONTRA LA

EL 24

TODOS AL

F



ORIGINAL

POR LA VIDA Y

CONTRA EL

Y LA IMP

031 9

una red solida

EL 14 DE AGOSTO A LAS 18 HS. NOS CONCENTRAMOS EN LA PLAZA LIBERTAD Y MARCHAMOS A LA UNIVERSIDAD Y EL PARLAMENTO.

CONTRA LA HIPOCRESIA Y LA MENTIRA

☞ EN 1994 LOS GREMIOS DE LA ENSEÑANZA, INTERPRETANDO LAS NECESIDADES DEL PAIS Y TOMANDO EN CUENTA RECOMENDACIONES DE ORGANISMOS INTERNACIONALES, LEVANTAMOS FIRMAS PARA PLEBISCITAR NUESTRA PROPUESTA:

«EL 4,5 % DEL P.B.I. PARA LA EDUCACION»

☞ MUCHOS NOS ATACARON PORQUE SI BIEN SE ENTENDIA NECESARIO DARLE RECURSOS A LA EDUCACION COMO UNA PRIORIDAD PARA EL PAIS NO QUERIAN UNA LEY QUE LO REGULARA.

ESTE FUE EL COMPROMISO DEL DR. SANGUINETTI EN AQUEL MOMENTO.

HOY LAS CIFRAS CANTAN, A LA EDUCACION SE DESTINA EL 2,5 % DEL P.B.I.

☞ EN LA PRESENTE RENDICION DE CUENTAS EL PODER EJECUTIVO PROPONE UN ARTICULO UNICO, ES DECIR:

$ 0,00 PARA LA ENSEÑANZA

☞ POR ESO QUIENES CREEMOS EN UN PAIS PRODUCTIVO, QUIENES DEFENDEMOS EL CONOCIMIENTO COMO BASE PARA EL DESARROLLO DEL PAIS, RECLAMAMOS PRESUPUESTO DIGNO PARA LA EDUCACION.

☞ POR ESTO, EL 14 DE AGOSTO, DIA EN QUE CONMEMORAMOS UN NUEVO ANIVERSARIO DEL «DIA DE LOS MARTIRES ESTUDIANTILES» DECIMOS QUE HOY MAS QUE NUNCA SU LUCHA ES Y SERA NUESTRA LUCHA.

☞ ***CONTRA EL ARTICULO UNICO***

☞ ***POR PRESUPUESTO DIGNO PARA LA ENSEÑANZA***

☞ ***PORQUE LA LUCHA DE NUESTROS MARTIRES NO FUE EN VANO***

INTERGREMIAL UNIVERSITARIA

¿HASTA CUANDO PODEMOS CALLAR?



- Que muchas veces hay una enfermera para 50 o 60 pacientes.
- Que faltan muchos medicamentos y los que hay no te dan más de 3.
- Que los salarios de más de 10.000 funcionarios es de $ 60 por día para atender a más de 1.500.000 usuarios.
- Que el MSP devolvió más de 20 millones de dòlares que "ahorro" a costa de tu salud.

TODO ESTO NOS EMPUJA A LA HUELGA

FFSP — FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA
COFE - PIT - CNT

HAY SILENCIOS QUE ENFERMAN



35

SALUD SIN RECURSOS

PAIS SIN REMEDIO

AFFO CEO



LIBER
ARCE

14 DE AGOSTO

DIA DE LOS MARTIRES

ESTUDIANTILES

COMO HAÇE 30 AÑOS, TUS COMPAÑEROS
DE ODONTOLOGIA TE DECIMOS QUE SEGUIMOS
JUNTO A TI EN LA LUCHA POR UNA UNIVERSIDAD
DIGNA Y ENRAIZADA EN EL ALMA
DE NUESTRO PUEBLO.

HOY LIBER ESTAMOS EN LA CALLE
POR TU MEMORIA,
LUCHANDO:
POR LA INJUSTICIA SOCIAL,
POR EL PAN, POR LA CULTURA,
POR LA IGUALDAD EN EL PUEBLO,
POR TI Y LOS DEMAS MARTIRES,
SIGUIENDO SUS ENSEÑANZAS,
Y CONTINUENDO SUS PASOS.

HASTA LA VICTORIA SIEMPRE.

AFFO *CEO*


BANCO CENTRAL
DEL
URUGUAY
INAME
EN
LUCHA
$ 1.000
PESOS URUGUAYOS
1.000
MONEDA NACIONAL

¿ SR. MINISTRO MOSCA
DE QUE SE RIE ?
LOS FUNCIONARIOS DEL INAME
LLORAMOS POR NUESTROS MISEROS
SUELDOS

RENDICION DE CUENTAS
GASTOS $ 0 = HAMBRE PARATODOS LOS FUNCIONARIOS PUBLICOS

Sindicato Unico del Instituto Nacional del Menor
COFE PIT-CNT

039 970872 2

PORQUE NO PODEMOS VIVIR MAS CON NUESTROS SALARIOS DE

HAMBRE!!!

1) Recuperación salarial mínima a los niveles de 1984 y 1987 equivalentes a un 42%, exigir como salario digno la media canasta familiar.

2) Exigimos la reposición del salario vacacional, establecido por ley en 80% de un sueldo mensual.

3) Cuota alimentación de por lo menos un salario mínimo nacional.

4) U$S 200.000 para funcionamiento de la guardería universitaria.

5) Partida para promociones y ascenso de los no docentes.

AFFUR PIT-CNT

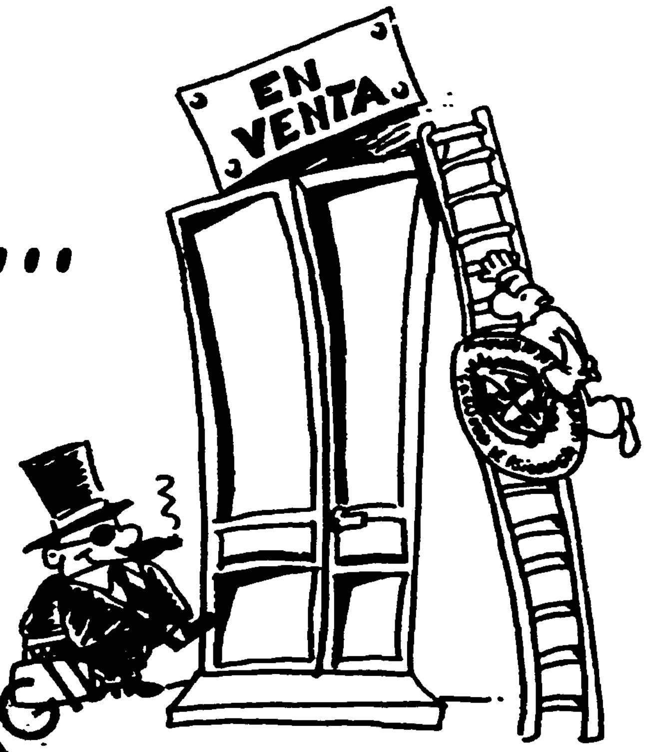
SALARIO

¿PARA QUE?

PORQUE NO PODEMOS VIVIR MAS CON NUESTROS SALARIOS DE HAMBRE!!

MANUAL DE 4 PASOS:

Como ser Universitario... y no **MORIR** *en el intento*

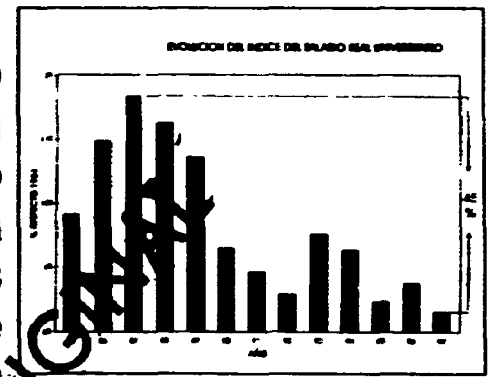


1

Soportar un presupuesto 5% menor al que teníamos en 1984. Este presupuesto se ubica entre los **más bajos del mundo**, tanto en porcentaje del PBI (0,7%) como en recursos por estudiante. A modo de ejemplo, nuestro gobierno invierte por estudiante 10 veces menos que Brasil, 4 menos que Paraguay.

2 **Y a pesar de eso, los servicios de atención psicológica de la Facultad de Psicología han aumentado, llegando a miles de personas en todos los barrios, e inclusive a ciudadanos del interior (Salto, Canelones, etc.)**

3 **COMO:**
Esto ha sido posible a costa del deterioro del salario docente que ha tomado sobre sus hombros la tarea de mantener en pie la enseñanza pública.



4 **Mientras usted lee esto, el Parlamento está votando la propuesta de $ 0,0 de incremento en la Rendición de cuentas.**

PORQUE LA CALIDAD DE ENSEÑANZA REVIERTE EN CALIDAD DE VIDA PARA LOS URUGUAYOS, LOS UNIVERSITARIOS PEDIMOS UN INCREMENTO SALARIAL DEL 45%, Y PARA ELLO, LE SOLICITAMOS SU APOYO.

ADUR - PSICOLOGIA

SALARIO

¿PARA QUE?

PORQUE NO PODEMOS VIVIR MAS CON NUESTROS SALARIOS DE HAMBRE!!

PORQUE NO PODEMOS VIVIR MAS CON NUESTROS SALARIOS DE

HAMBRE!!!

1) Recuperación salarial mínima a los niveles de 1984 y 1987 equivalentes a un 42%, exigir como salario digno la media canasta familiar.

2) Exigimos la reposición del salario vacacional, establecido por ley en 80% de un sueldo mensual.

3) Cuota alimentación de por lo menos un salario mínimo nacional.

4) U$S 200.000 para funcionamiento de la guardería universitaria.

5) Partida para promociones y ascenso de los no docentes.

AFFUR PIT-CNT

VECINO/A:

¿Sabía Ud. que la dignidad humana pasa por tener derecho a la salud, al trabajo, a la educación, a una vivienda digna? Estos son derechos humanos que el gobierno no sólo no respeta sino que suprime arbitrariamente.

¿Sabía Ud. que esta Reforma Educativa genera una continuidad en la situación de desempleo, salarios de hambre y cada vez más miseria que vive nuestro país?

Esta Reforma Educativa:

* Cierra Liceos Barriales de 4º, 5º y 6º año y hace trasladar a sus hijos sin pagarles el boleto.

* Cierra escuelas de adultos, negándoles el derecho de terminar sus estudios, con la dificultad que esto implica para conseguir trabajo.

* Cierra todos los cursos de UTU que tengan menos de 20 alumnos.

* Deja sin trabajo a miles de docentes a causa de la educación por áreas, donde 3 materias son impartidas por un sólo profesor.

* No soluciona los problemas reales de nuestros liceos y escuelas (locales que se llueven, falta de vidrios, falta de material didáctico, etc.), pero las autoridades del CoDiCen gastan millones de dólares en libros de baja calidad y en técnicos traídos del extranjero que desconocen las necesidades de nuestra enseñanza.

* Niega la participación de estudiantes, docentes y maestros en su elaboración que son quienes están en contacto directo con la realidad educativa, atacando el derecho a la agremiación estudiantil con actas represivas como son el acta 14 en secundaria y el acta 8 en magisterio.

**Queremos una educación para todos y
no para unos pocos privilegiados.
Por un país más justo,
una Reforma Educativa para la gente.
No al país de la miseria.
No a esta Reforma Educativa**

Por todo esto los estudiantes nos movilizamos:

* Acampada con paro activo en el IPA
* Acampada en el liceo Nº 3
(Dámaso A. Larrañaga)
* Acampada en el liceo Nº 6 (Bauzá)
* Marchamos el 14 de Agosto, en recuerdo de nuestros mártires estudiantiles y contra esta Reforma Educativa, de plaza Libertad pasando por la Universidad hasta el Palacio Legislativo.
* Acampada general el 15 de Agosto
en el Palacio Legislativo

CIESU CEIPA CEM


NO A LA
REFORMA
POR QUE YO
TAMBIEN
QUIERO ESTUDIAR
LEARN TO
NEWS SPAC
CON ESTA REFORMA SE PRETENDE DAR UNA
EDUCACION QUE SIRVA PARA INGRESAR AL
MERCADO LABORAL PERO SE DEJA DE
LADO LA FORMACION INTEGRAL
DEL SER HUMANO

ANIVERSARIO DE LA M[illegible]TE DE LIBER ARCE



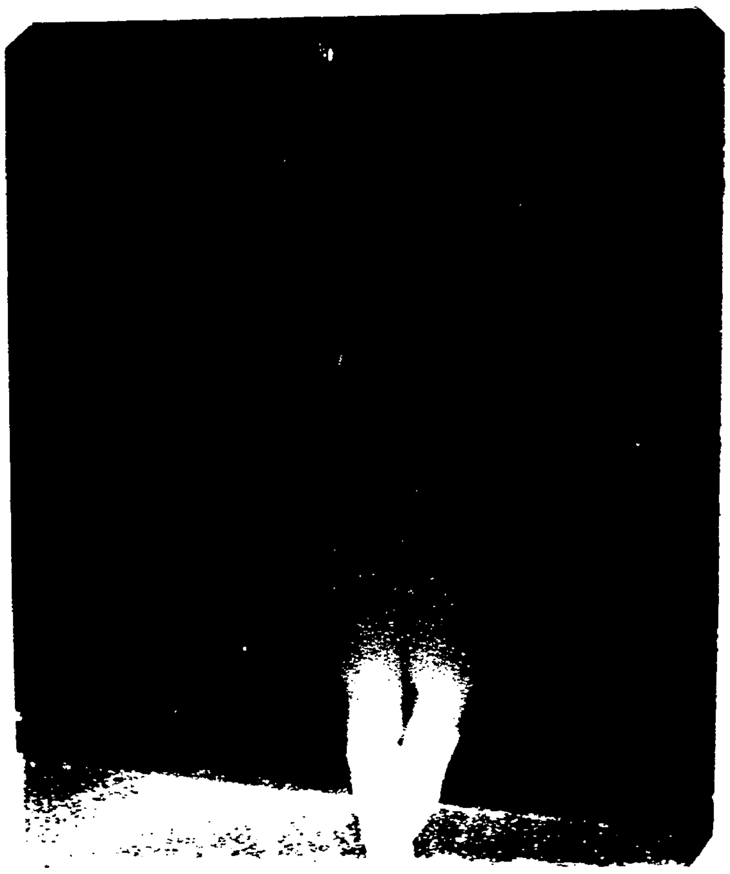




ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE



ORIGINAL



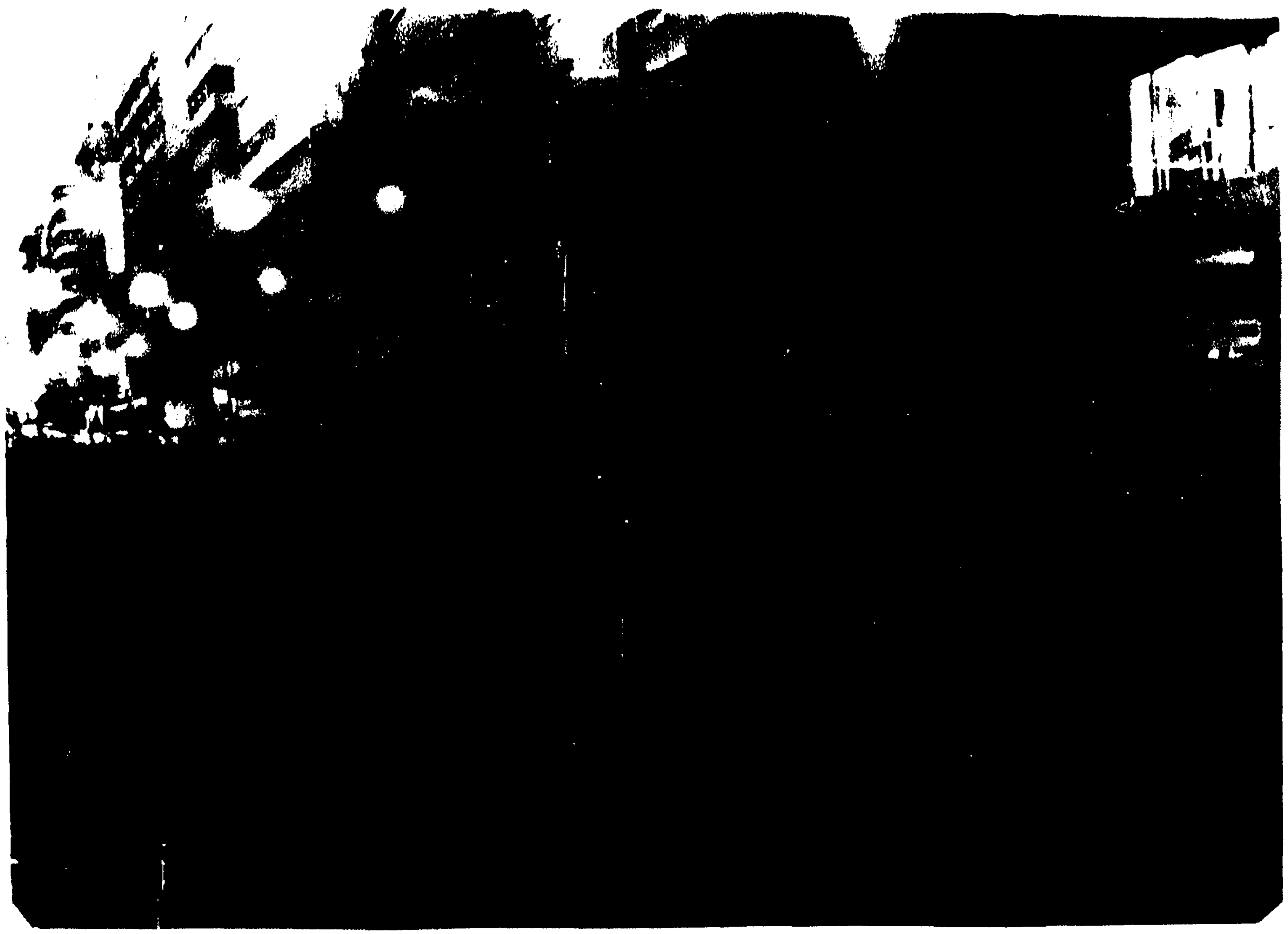
9708722

ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE



9708722

ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE



9708722

ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE



ANIVERSARIO DE MUERTE DE LIBER ARCE



55

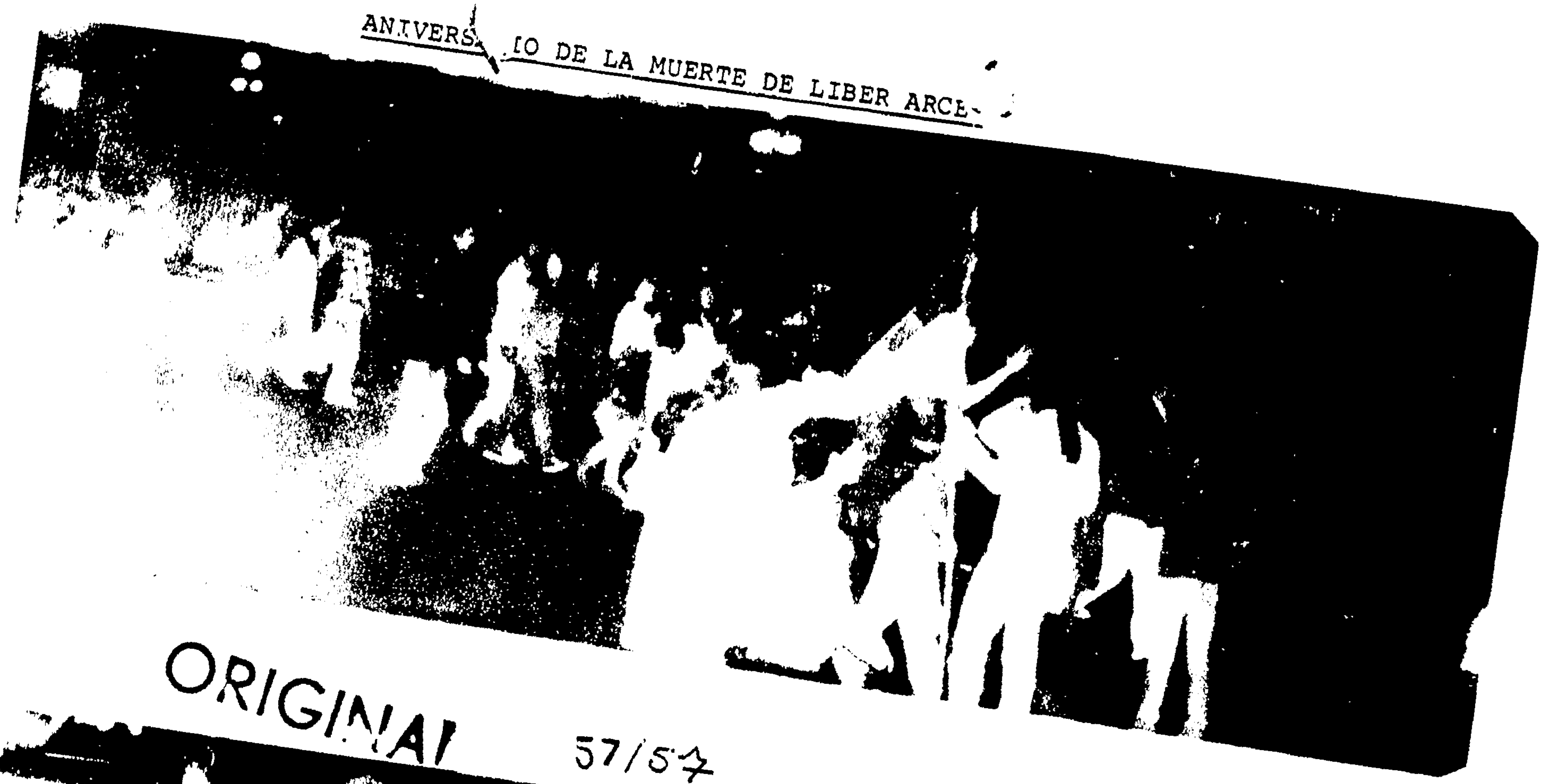


ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE





ANIVERS[illegible]IO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE



ORIGINAL 57/57



R.E.Nº 9708723 ARCHIVO 1/7

ASUNTO: I.N.A.C

PROCEDENCIA: D.G.I.D

EVALUACION: –

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

ORIGINAL

OBSERVACIONES: EL PAIS AGROPECUARIO AÑO 3 Nº 26

FECHA: 14 AGO. 1997

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENSI

9708723

15 AGO. 1997

A001/7 O/K

Nuevos vientos para INAC

por **SERAGRO**

Los uruguayos nos comemos 200 millones de kilos de carne vacuna por año, cerca de un millón de animales. Unos 65 kilos anuales por persona. Aun así, como la producción crece y el consumo está saturado, la carne se ha transformado en el principal producto de exportación, superando a los restantes rubros en 1996, por primera vez en los tiempos modernos.

Lo está haciendo a partir de la apertura de nuevos mercados, de la mano del también nuevo *status* sanitario de "país libre de fiebre aftosa" y de la coincidencia de varios factores favorables, que se dieron simultáneamente.

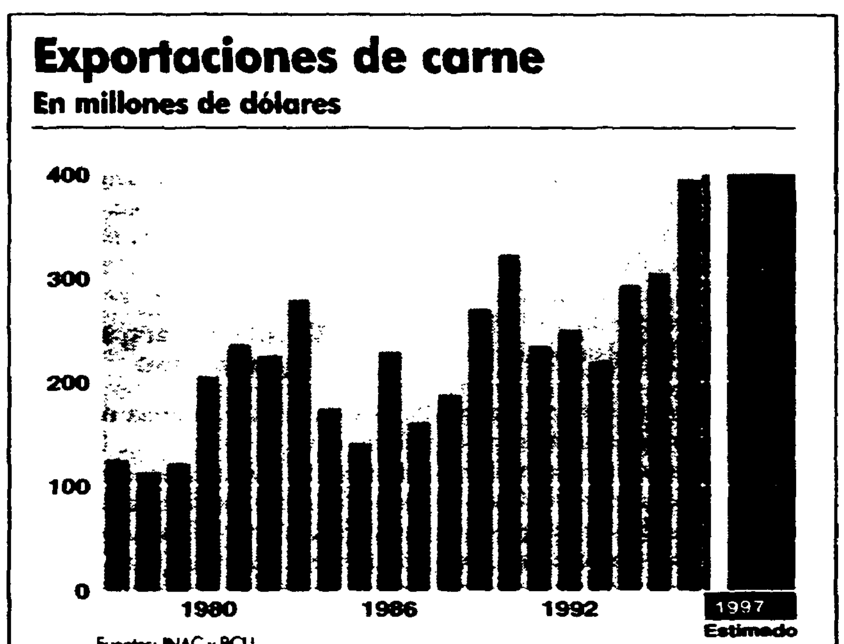
Por fortuna, esta situación encontró a nuestro país con un elevado stock vacuno; esto aseguraba la posibilidad de satisfacer las demandas crecientes del exterior.

Otros tantos factores negativos pujaban en sentido adverso: entre ellos, la recesión en el mercado cárnico estadounidense, el estallido de la BSE (enfermedad de la "vaca loca") en el seno de nuestros principales clientes y la prolongada sequía que devastó los recursos forrajeros.

De cualquier manera, con todos los riesgos y amenazas, el sector mantiene un dinamismo creciente. Pero esta realidad estimulante de hoy tiene sus explicaciones, su historia y sus protagonistas. Uno de los principales es, sin duda alguna, el Instituto Nacional de Carnes (INAC), al que hoy reporteamos en profundidad.



▲ El velero Uruguay Natural lució, durante su conocida travesía, el logo "Uruguay natural meat" (Uruguay carne natural), de INAC.



... que no se puede encontrar?

En esta carrera de reformar el INAC, la posta parece haber desaparecido. El proyecto de ley está terminado. Sin embargo, el Parlamento no lo ha recibido. El titular del Instituto, doctor Julio Delfino Cazet, se mostró desconcertado porque "todo el mundo está de acuerdo, pero no sale. Y no sabemos porqué".

La prioridad para estos tiempos es la promoción. Todos coinciden. Sin embargo, pocos están conformes con lo realizado hasta el momento. Aunque hoy no hay restricción para operar como una entidad promotora de las carnes, el actual marco legal obliga a realizar tareas que dificultan el interés prioritario. Con el proyecto propuesto se procura modificar y reordenar las prioridades y cometidos del Instituto.

Dentro de las modificaciones que introduce el proyecto aprobado por todas las partes en el seno de la Junta, están las que convierten en facultativos cometidos que, en la ley vigente, son de carácter preceptivo. Se entiende que INAC está realizando tareas a que la ley obliga, que significan esfuerzos adicionales a la labor que le imponen los nuevos tiempos.

Está pensado abandonar el contralor económico y financiero de las empresas frigoríficas. En este momento, la industria tiene que presentar balances permanentemente. "A esta función no la consideramos imprescindible", manifestó a EL PAIS AGROPECUARIO el doctor Delfino Cazet.

El jerarca insistió en que "habría que conservar mínimamente un sistema que sea puramente de análisis, que quizás no sea coercitivo. Con los modelos econométricos de que disponemos, alcanza con tener una idea general de la evolución financiera de la industria para diseñar políticas, pero no con la exigencia actual".

También se podría suprimir (o modificar) la responsabilidad de autorizar construcciones, reformas, ampliaciones industriales, desde el punto de vista tecnológico.

A partir de la nueva reglamentación exigida por Estados Unidos (referida a controles higiénico-sanitarios), la industria frigorífica ya está aplicando un sistema de control conocido como HACCP (Análisis de Riesgos y Puntos Críticos de Control).

El INAC es un organismo público no estatal, surgido en 1973 ■

Adaptando ese sistema a los aspectos de calidad comercial, podría sustituirse la metodología del actual Control de Calidad por el monitoreo de los procesos industriales para productos de exportación.

Camino largo y sinuoso

La creación y reforma de INAC forma parte de un complejo laberinto desplegado durante los últimos 40 años. Se inició tras la hazaña de Maracaná. El mundo vivía convulsionado por la precipitada guerra fría que nacía. La demanda por carnes uruguayas poco preparadas para mercados exigentes en calidad, que se mantuvo merced a la guerra de Corea, comenzaba a desaparecer. Las vacas gordas empezaban a perder "peso".

Enfrentados los ganaderos con los industriales, con un Estado dirigista que ejercía de juez, el partido se inició con la creación de innumerables organizaciones que tuvieron por cometido planificar un nuevo escenario para la carne uruguaya. Siempre bajo la competencia de dos ministerios, también enfrentados: Agricultura e Industria.

A fines de la década de los '60, un esbozo de instituto comenzó a trabajar con la participación de productores, industriales y Estado. Sin roles definidos, se reunieron en un ámbito de labor que dependía del Ministerio de Industria.

El viejo papel del viejo INAC

El Instituto Nacional de Carnes surgió, definitivamente, en 1973. Mediante decreto, se determinó la formación de INAC como instituto público no estatal. Tal dictamen resultó del trabajo de los tres subsecretarios (Economía, Industria y Agricultura) que intervinieron dicho organismo durante algunos meses del '73.

La función del Instituto era imprescindible: distribuir la pelota. Jugaba de cinco. En el mediocampo, marcaba, controlaba, observaba el avance del negocio cárnico. Su objetivo era reconvertir la industria.

En ese momento, las grandes em-



El Instituto proyecto abandonar el controlor económico y financiero de las empresas frigoríficas.

presas -como el Frigorífico Nacional, EFCSA, el ex Anglo- faenaban miles de [illegible]bezas. Precios establecidos, ve- [illegible]bolsones de deudas con productores e intervención del Estado en las cuentas de las empresas frigoríficas, eran algunas pautas de una producción atada al dirigismo económico.

Una nueva industria había nacido, a partir de la transformación de algunos mataderos. Era inevitable que fuera tutelada, controlada y promovida desde el poder.

La esencia de INAC, impuesto por un decreto, se extendió hasta 1984. Durante 11 años, tres delegados del Poder Ejecutivo (uno de ellos representante del Frigorífico Nacional), un representante de los productores rurales y uno de los industriales participaron en la Junta Directiva.

La ley

En tiempos del gobierno militar hubo muchas iniciativas para modificar INAC, fundamentalmente a partir del proceso de apertura de la economía que impulsó el entonces ministro Alejandro Végh Villegas. De este modo, se fue gestando un consenso acerca de las nuevas funciones.

Con la aprobación del decreto-ley del 27 de julio de 1984, INAC elevó a seis los integrantes de su Junta Directiva. Se bajó a dos el número de delegados del Poder Ejecutivo y se subió a cuatro el de los privados, como es en la actualidad.

El INAC es una persona pública no estatal. Fue creado para proponer, asesorar y ejecutar la Política Nacional de Carnes, cuya determinación corresponde al Poder Ejecutivo, coordinándose con éste a través del MGAP. Entre sus cometidos, debe "asesorar al Poder Ejecutivo y a todo otro órgano de gobierno previa y preceptivamente en todos los aspectos relacionados con la materia de su competencia".

Recaudación para INAC

La principal fuente de financiamiento (80%) proviene de las prestaciones pecuniarias sobre el valor de la carne exportada y consumida internamente: 0,6% y 0,7% respectivamente. El resto se genera a partir de tarifas, habilitaciones, multas, etc..

Origen del financiamiento
(en miles de dólares)

Proveniente de	
Exportación de carne	2.350
Consumo interno	2.450
Tarifas, habilitaciones y multas	1.200
Total	6.000

Los cambios propuestos

He aquí algunos de los cambios propuestos en el proyecto de reforma de INAC. Funciones que se procura eliminar, funciones que se proyecta asumir. Va la lista, parcial.

Definición de objetivos

* Se eliminan la regulación y la vigilancia de las actividades de producción.
* Se incluye la ganadería dentro de la coordinación de actividades.

Cometidos específicos de INAC

* Se abandona el cometido de coordinar políticas de flete y almacenaje.
* Se elimina la facultad de autorizar previamente cada negocio de exportación.
* Se menciona específicamente las exportaciones de carne de las especies comprendidas en la ley, sus menudencias, subproductos y productos elaborados en base a carnes y subproductos, con la obligatoriedad de tener el control oficial de calidad comercial, para habilitar la exportación en planta.
* Se incluye, en un apartado, la promoción de carnes, tanto en el mercado interno como en los mercados externos.
* Se elimina la posibilidad de adoptar previsiones que aseguren la satisfacción de las necesidades de consumo en períodos de baja oferta (*stock* regulador), como también realizar faenas, utilizando plantas, para mantener el abasto.
* Se faculta a sustituir o eliminar la vigilancia en materia de ingeniería civil, industrial, de construcción y de procesos en las industrias.
* Se faculta a sustituir la vigilancia del funcionamiento de las empresas del sector mediante el análisis económico-financiero y de costos, a nivel individual y global.



Entre los cometidos a incorporar se incluye -en un apartado- la promoción de carnes, tanto en el mercado interno como en los mercados externos. En la fotografía -oficial de INAC- se aprecia una muestra de degustación de carnes uruguayas, en la ciudad de Colonia (Alemania), a orillas del río Rhin.

Se elimina el concepto de destinar dinero a la promoción de la producción e industrialización de la carne sólo cuando hubiere ganancias en el ejercicio ■

Dirección de INAC

* Se agrega que la elección del vicepresidente del Instituto se realizará a sugerencia del Ministerio de Industria, Energía y Minería.
* Se explicita que la representa-

natural meat URUGUAY

ción de la industria será propuesto por la ADIFU y la CIF.

Competencias del presidente

* Se elimina el derecho a veto de las resoluciones adoptadas de que goza el presidente. (En realidad, nunca se utilizó)

* Se agrega que la administración de recursos materiales y de personal deberán ser reglamentadas por la Junta.

Recursos del Instituto

* Se especifica que 0,7% del precio de venta de carne de las especies comprendidas en la ley, sus menudencias y subproductos, provenientes de plantas de faena autorizadas para el mercado interno, serán recursos de INAC.

* Se incluye una prestación pecuniaria de 0,6% del precio FOB neto de las exportaciones de ganados vacuno, ovino, porcino y equino en pie, con destino a faena.

* Se elimina el concepto de destinar dinero a la promoción de la producción e industrialización de la carne sólo cuando hubiere ganancias en el ejercicio, lo que suponía una consideración de orden secundario para esta función prioritaria.

¿Para qué sirven las Juntas de Carnes?

Como en tantas otras cosas, la importancia de un organismo de estas características se aprecia más cuando no existe. Es el caso de Argentina, en donde la desaparición de la Junta de Carnes condujo a una situación caótica, en la que predominan la incertidumbre y la operación "en negro", evadiéndose las obligaciones tributarias por parte de los agentes.

Analistas del vecino país estiman que el monto de la evasión anual se ubica en el entorno 500-800 millones de dólares. Los mismos observadores critican severamente la falta de orientación que vive el sector, en el que se han desarrollado peligrosas tendencias de producción, en sentido contrario a los mercados externos.

Los que quieren entrar

Diversas instituciones gremiales -que nuclean a sectores de la producción y el comercio (vale decir: consignatarios de ganado, carniceros, integrantes de la industria avícola, etc.)- participan regularmente en reuniones con la Junta de INAC y aspiran a integrar, formalmente, el Instituto. Por ahora, sólo se coordinan las actividades que les competen.

Junta del Instituto Nacional de Carnes

Dr. Julio C. Delfino Cazet
Presidente

Ing. Agr. Alfredo Rodríguez Seré
Vicepresidente

Sr. Carlos María Oyenard
Titular de ADIFU

Dr. Jorge Barrios
Alterno de ADIFU

Sr. Daniel Belerati
Titular por CIF

Dr. Alberto F. González
Alterno por CIF

Sr. Roberto Lohigorry
Titular por ARU

Sr. Alberto Pereira Micoud
Alterno por ARU

Ing. Agr. Manuel Lussich
Titular por FR

Sr. Horacio Gasparri Irazabal
Alterno por FR

ADIFU - Asociación de la Industria Frigorífica Uruguaya
CIF - Cámara de la Industria Frigorífica
ARU - Asociación Rural del Uruguay
FR - Federación Rural

ORGANIGRAMA DEL INSTITUTO NACIONAL DE CARNES

Junta

Presidencia y Vice-Presidencia

Secretaría

Dirección de Administración y Servicios	Dirección de Asuntos Legales	Dirección de Comercialización y Promoción	Dirección de Contralor del Mercado Interno	Dirección de Control de Calidad	Dirección de Estudios e Investig. Económica	Dirección de Finanzas y Contabilidad	Dirección de Ingeniería y Habilitación

Nota: Se consideró solamente hasta el nivel de Direcciones.

Un actor jugoso

Fueron charlas de horas, que insumieron días. El presidente de INAC, doctor Julio Delfino Cazet; el vicepresidente, ingeniero agrónomo Alfredo Rodríguez Seré; y los titulares de muchas de las Direcciones del Instituto aceptaron de buena gana situarse ante los grabadores. ¿El resultado? Una panorámica de los roles que ejerce la entidad.

En estos tiempos, la promoción de las carnes es la prioridad, afirmó el doctor Delfino. Con él dialogó EL PAIS AGROPECUARIO sobre el tema:

-Delfino: En este momento coyuntural, luego de la erradicación de la aftosa, hay que abrir nuevos mercados, lo que aún no está terminado. Estamos pagando las misiones higiénico-sanitarias. INAC -por excepción- le paga pasaje, hotel y viático al inspector extranjero. Lo consideramos parte de la promoción. Lo hicimos con Canadá y México, y lo vamos a hacer con Rusia y Japón.

La presencia del Instituto en ferias comerciales de alimentación es frecuente desde hace años. Habitualmente, INAC organiza un *stand* con exhibición de diferentes productos, en el cual los representantes de la industria frigorífica se reúnen y mantienen contactos con sus clientes habituales o con las personas que se acercan al *stand*, interesadas en determinados productos.

ANUGA es la feria de alimentación más importante del mundo. Se realiza en la ciudad alemana de Colonia, cada dos años, en años impares. El Instituto ha estado presente en ella en ocho oportunidades, desde 1981. Y estará allí, nuevamente, en octubre de este año.

La inversión de INAC en promoción, en sentido amplio, insume entre 8% y 12% del presupuesto, de US$ 6.000.000. Hay que tener cuidado con la publicidad. Se debe ser prudente en eso. Hay gente que cree que INAC debe hacer publicidad directa, masiva, de nuestras carnes. Es un tema muy espinoso, muy complicado. Porque -para hacerla con eficiencia- deberíamos conseguir que nuestra industria identifique las carnes, cosa que no ocurre. La carne va para Europa, la introducen unos 50 importadores; llega allá, le sacan las cajas, la reelaboran, la envasan como "carne" *(anónima)*.

En EE.UU. con mucha más razón, ya que es carne que va para manufactura, se transforma en hamburguesas. Hacer publicidad de carnes del Uruguay, si el consumidor extranjero no las puede identificar, no sirve para nada. No es un problema de falta de rubros, sino de prudencia.

> La promoción de nuestras carnes en el exterior es la primera prioridad del Instituto ■

Los argentinos, el año pasado, con la "vaca loca", invirtieron en una publicidad que les resultó perjudicial. Lo dijo *(el experto alemán Rolf)* Moelher: "La gente *(en Europa)* accionó en contra y, además, desconfió".

-¿Cómo ven el sistema comercial de vender a importadores carne sin identificar?

-Delfino: Se ve con entusiasmo que, en un futuro lo más próximo posible, se pueda llegar a un sistema de identificación de la carne uruguaya, salvados los inconvenientes que se detectan en el presente para ello.

-Los vinos, los citrus, se exportan unidos. ¿Por qué no la carne?

-Delfino: Los argentinos lo hacen. Tienen restoranes en Alemania y abrieron uno frente al Arco del Triunfo, donde promocionan su carne.

Las mejoras tendrán que venir por ese lado, pero no hay que apurar demasiado al "caballo". Hay que dejar que la industria lo vaya asumiendo. En realidad, son 20 industrias que compiten entre ellas y no quieren mezclar los productos.

Orientaciones a la producción

-¿Tiene el país alguna estrategia sobre qué tipo de carne producir?

-Delfino: Ahí participa Control de Calidad, pero hay que tener prudencia, porque estamos en una época liberal, y se pretende que ese tipo de cosas se resuelvan privadamente, con la orientación técnica de INAC.

En el caso de los mercados de Norteamérica -Estados Unidos, Canadá y México-, a los cuales nuestro país ha tenido reciente acceso con carne vacuna refrigerada, el esfuerzo debería orientarse a mejorar progre-

INAC en Internet

El ingreso de información producida por el Instituto a las autopistas cibernéticas ha provocado un interés creciente por parte de los distintos operadores, reflejado en el alto número de ingresos a las páginas de INAC que se está produciendo.

A fines de mayo, el total de accesos llegaba a 27.505. De éstos, casi 7.000 provenían del exterior. La dirección es *www.inac.gub.uy*

ARCHIVO 1/7

9708724
R.E.Nº ....

ASUNTO: GRAMAJO YURIS y CARAS NUEVAS DE LA T.V.

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: —

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

ORIGINAL

CORREGIDO 5/8/97
Inic.: SM

OBSERVACIONES: ....

FECHA: 14 AGO. 1997

14 AGO. 1997

FIRMA: CAP. NORBERTO DEVINCENZI

E001/7

9708724
15 AGO. 1997


SHOW
EL PAIS
ORIGINAL
LES PRESEN AMOS
CARAS
EVAS DE
YURI
PROPUESTA
E002

TELEVISION

Yuri Gramajo h

“Mis inqui
ter
este p

Desde fines del año pa
propuesta que comenzó
quincenal. Con un nomb
timista y un conducto
fría” fue un producto que
televisión abierta. Su con
das que se dedica al p
comunicación. Tambié
segunda novela basada
dialogam



Son las once de la noche de un lunes y Canal 4 anuncia en su programación la emisión de un programa llamado *"A sangre fría"*. Una música cercana al suspenso, el nombre de la propuesta recorrido por una gota de sangre y de repente dos sillones giratorios sobre un fondo de cámara negra.

En uno de los extremos se sienta Yuri Gramajo, un nombre algo extraño que responde a la admiración de los padres de este hombre por Yuri Gagarin, el astronauta ruso que se convirtió en el primer hombre en ser lanzado al espacio para viajar alrededor de la Tierra.

En cuanto al Yuri que nos interesa, su viaje por el espacio de las comunicaciones comenzó a los 15 años como operador de Radio Imparcial. Los escalones siguientes fueron programas musicales y periodísticos en esta misma radio, en la entonces Radio Rural y en Sarandí. En Galaxia FM realizó un programa para niños.

El gusto por la pantalla chica empezó a tomarlo en el '95, trabajando detrás de cámaras en Canal 12. Allí aportaba sus conocimientos sobre buscadores de tesoros en Uruguay para ***"Telemundo 12"*** y un programa sobre el tema que no llegó a emitirse. Gramajo es un conocedor de la materia y como consecuencia publicó el libro ***"Operación Brujas: La historia secreta del rescate del tesoro del Preciado"***, novela basada en hechos reales. En televisión también colaboró con la producción de ***"Decalegrón"*** en Canal 10.

En el '96 llegó ***"A sangre fría"***, sobre una idea manejada por el periodista y Montecarlo TV Canal 4 cinco años atrás. Primero se emitió por el Canal 21 de Montecable con frecuencia semanal y, dada su aceptación, las autoridades de Canal 4 decidieron trasladarlo a la televisión abierta. La aventura comenzó siendo mensual, pero la respuesta del público determinó que se ganara un espacio quincenal.

Es así que lunes de por medio este periodista y un invitado comparten un programa periodístico de una hora, en el cual se abordan temas poco comunes o con un tratamiento poco usual para la televisión uruguaya. De lo tenebroso del nombre y el clima lúgubre que el escenario crea, sólo una parte se refleja en la propuesta.

-Entonces ¿por qué "A sangre fría"?

-Cuando surge la idea de hacer el programa en cable aparecen muchas ideas de nombres con la productora Mosaico, que en esa época se encargaba de la parte técnica. Entre ellos estaba ***"A sangre fría"*** que al principio a mí no me convencía mucho, pero que servía de alguna manera para hacer un alto de atención en la gente y mostrar un programa comprometido. El título en algunos programas puede referirse a la actitud periodística, insidiosa, profunda. Pero en otros, por las características del tema o del invitado, la actitud no es "a sangre fría" sino todo lo contrario, es comprensiva, de contención, de entendimiento, como sucedió en el programa que incluía el testimonio de una chica con HIV. En estos caso el título ***"A sangre fría"*** se refiere al tema.

-¿La escenografía y la iluminación también fueron pensados para crear un ambiente "a sangre fría"?

-Desde el comienzo tuve esa idea. La televisión básicamente es imagen y parecería haber un contrasentido en esto por lo lúgubre o escaso del ambiente en el programa. Pero con esto apunto a concentrar la mayor atención posible de parte del televidente en el diálogo que hay entre el entrevistado y el periodista, sobre todo en el entrevistado. Una cosa que me ha parecido un punto flojo de los periodistas uruguayos es el protagonismo que muchas veces adquieren y yo creo que la gente quiere ver más que nada al entrevistado. Ve un programa por el entrevistado o por el tema que se está tratando.

Quiero que el programa se parezca lo más posible a una charla de amigos, a una confesión, a una entrega ya sea con un confesor o con un psicólogo. Trato que el ambiente ayude a fomentar la charla lo más a fondo posible, lo que es un desafío porque cuando no hay una apoyatura muy firme en imágenes, como en este caso, el diálogo tiene que ser muy interesante.

-Las camisas oscuras y abotonadas hasta arriba y los chalecos labrados que viste ¿son parte de ese clima que pretende crear?

-Mi look es parte del programa. Así como se buscó un ambiente intimista, también se buscó una ropa adecuada que de alguna manera rompiera con ese formalismo habitual de los periodistas. Creo que se ha hecho un uso excesivo del traje y la corbata, que no están mal. Tampoco quería caer en un "sport" porque el programa pretende ser serio. O sea que el vestuario es parte de la estructura del programa, yo no visto siempre así.

TEMAS TABUES

-Drogas, piratas, secretos del forense, HIV, Internet son algunos de los temas que "A sangre fría" ha abordado en el correr del año, ¿cuál es el criterio que se maneja para su selección?

-Por un lado trato de hablar sobre temas que muchas veces son algo tabúes para los medios y que yo entiendo que se han encarado desde sólo un ángulo. Por ejemplo, si se habla de droga, en la mayoría de los casos se ha hecho con especialistas —autoridades, jueces, policías, padres, religiosos—, pero casi nunca con los protagonistas, los que padecen el tema. Entonces cuando hice el programa de drogas hablé con chicos que conocían del asunto para transmitir a los jóvenes y a los padres la experiencia de chicos que estaban o están en el mundo de la droga. Sé que muchos jóvenes que vieron el programa ingresaron a programas de recuperación, lo cual me satisface muchísimo.

Yo trato de no tomar posición, aunque a veces, por la actitud periodística, no parece. Hay un Yuri Gramajo persona con una opinión formada, pero hay un Yuri Gramajo periodista que tiene que ser antes que nada respetuoso de la opinión de la gente. Hay que dar la mayor información posible y a partir de ahí que el público saque sus conclusiones.

-¿Hubo algún programa que le resultó más difícil o complicado que otros?

-El primero del cable porque había muchos nervios. El de Bongiovanni (un hombre con heridas que sangran y que se dice enviado de Dios) fue el que más inquietud me trajo porque mezclado con el tema había aspectos religiosos con los cuales hay que tener mucho cuidado. Son cosas muy delicadas, muy internas de las personas.

-¿Se siente emparentado con los programas "verdad" argentinos, tipo Lucho Avilés o Mauro Viale?

-***"A sangre fría"*** es un programa uruguayo, con estilo propio y que por cierto en nada pretende emular a los programas denominados "verdad" de Argentina, como los conducidos por Avilés o Viale. Entiendo que allá se recurre muchas veces en exceso al sensacionalismo y se deja de lado la rigurosidad y seriedad que todo emprendimiento periodístico requiere. Pretendemos sí que ***"A sangre fría"*** sea un programa diferente y con mucho más arrojo que los que habitualmente se producen en nuestro país.

Tampoco creo inventar nada. En otros tiempos la televisión uruguaya ha sabido realizar muy buenos programas periodísticos de impacto social y sostenida polémica.

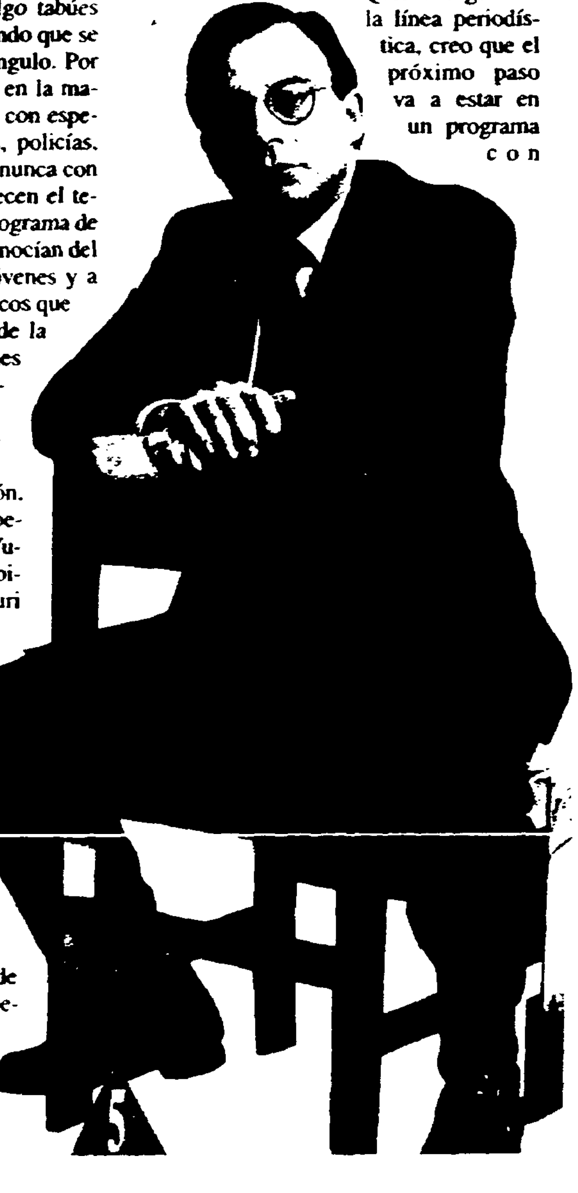
-¿Este es el "A sangre fría" que usted quería hacer?

-La idea original que yo tenía era ésta y lo estoy logrando. Pero entiendo que *"A sangre fría"* es una etapa que tiene fin. Todavía no tengo claro cuándo será. Muchas veces, quienes trabajamos de cara a la gente, cuando logramos encontrar el punto exacto —lo que muchos llaman éxito— nos aferramos a esa idea hasta que cae por sí misma. Yo no quiero que pase eso conmigo. Mis inquietudes no empiezan ni terminan con ***"A sangre fría"***.

UN COMPROMISO CON LA GENTE

-¿Y que sigue después?

-Quiero seguir en la línea periodística, creo que el próximo paso va a estar en un programa con más producción técnica, más imágenes, más ritmo. Por ahora no pienso hacer política con ***"A sangre fría"*** por varias razones. Primero, porque la gente está cansada de escuchar el discurso político, caduco y fuera de sintonía con la realidad de la gente. Entonces no quiero hacer un programa que no le interese al público. Segundo, porque creo que hoy no están dadas todas las condiciones para hacer un programa comprometido a nivel político ya que no pretendo hacer programas con políticos para levantarles el centro y que metan el gol mientras el arquero está distraído. El día que me meta en política va a ser para hacer un producto con el mismo compromiso y la misma profundidad conceptual que ***"A sangre fría"***.



-¿No hay programas así en nuestro país?

-Creo que el periodismo nacional en términos generales ha sido bueno aunque muy moderado y en el tema político sin duda. La gente se queda con ganas de saber más y de hablar más a fondo de determinados temas que nunca se tocan. En ***"A sangre fría"*** yo no trabajo con las preguntas predeterminadas, con cuestionarios previos. Si la persona está dispuesta a una entrevista entiendo que tiene que asumir el compromiso, si no lo quiere hacer está en todo su derecho pero conmigo no hace el programa. Podría haber hecho más programas si hubiera aceptado sacar gente con la imagen distorsionada o de espaldas, pero para mí el invitado central siempre tiene que dar la cara. En el caso de testimonios que acompañen la entrevista central se puede aceptar.

-"A sangre fría" también establece contacto con el televidente a través de un correo de voz y un e.mail, ¿cómo ha sido la respuesta en este sentido?

-Me parecía muy importante escuchar directamente lo que opinaba la gente. He recibido tanto felicitaciones y apoyo como críticas y eso es muy positivo porque ayuda a corregir el camino. Una cosa que me he dado cuenta es que no estaba equivocado, la gente quiere este tipo de programas, quiere periodismo a fondo. Piden temas, proponen cosas, dejan comentarios. Y en cuanto a Internet, el programa está circulando a nivel mundial y hemos recibido visitas de afuera del país.

Divorciado pero próximo a contraer matrimonio nuevamente, con dos hijos de 12 y 10 años y una actividad empresarial, Yuri Gramajo ya está embarcado en la preparación de una segunda novela también basada en hechos reales y que también será de búsqueda de tesoros en Uruguay.

Sólo una propuesta interesante lo haría volver a la radio o a la prensa, por ahora todo su tiempo es para ***"A sangre fría"*** con el objetivo de ***"poder llegar a vivir de esto"***.

Analía Filosi
Fotos: Darwin Borrelli

"A sangre fría"

Producción y Dirección General: Yuri Gramajo
Asistencia Periodística: Andrea Laporta
Co-producción: Canal 4
Horario: lunes 23 hs. (cada 15 días)

Caras NUEVAS



...pedía coordinar con... lo que preferí la... placer que me da la televisión".

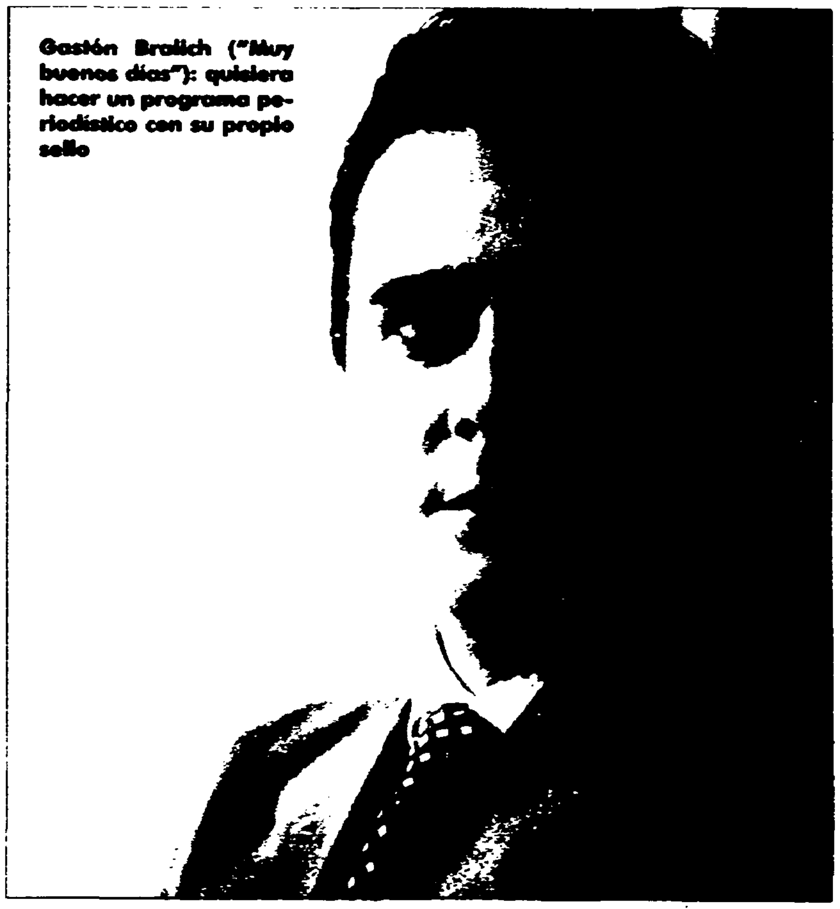
En el 87 fue elegida Miss ... en el certamen de belleza Miss Gi... vanna, lo que llevó a que la llamaran de Canal 12 y se integrara a "Play"... "Cada vez...

...puertas y de dejar su ... distintas productoras, Silvia ... ingresar al elenco de "*Los ma-*... Su personaje era una paciente

...*dar en mi país* ... *por naturaleza,* ... *tuación desde* ... *una película*", ... continúa recorriendo ...

Fotos: M. Marotta, D. Borrelli, M. Skrich, C. ...

Tímidamente, año a año la televisión uruguaya va incorporando nuevas caras a su programación. Pequeñas intervenciones y nuevos programas se constituyen en los primeros pasos de figuras que con el tiempo pueden crecer o morir en el olvido. Conductores, periodistas, actores y secretarias forman parte de esta galería de personajes que aspiran a transformar a la pantalla chica en su medio de vida. 1997 presenta varios de estos ejemplos, algunos de los cuales les ofrecemos en la presente nota.



Gastón Bralich ("Muy buenos días"): quisiera hacer un programa periodístico con su propio sello

IGNACIO CABRERA



Ignacio Cabrera: fue a "Subrayado" por una cosa y terminó haciendo otra

El ingreso de Ignacio Cabrera a *"Subrayado"* fue parecido al de Cecilia, en cuanto a que él fue al canal para una cosa y terminó contratado para otra. Desde hace tres años Ignacio es el conductor de la tarde de Del Plata FM, presentando temas e información sobre distintas cosas. Allí lo llamaron de Canal 10 para probarlo en un piloto de un programa de entretenimientos, pero su desempeño gustó más para integrarlo al espacio *"Subrayado va por barrios"*.

"El trabajo es en conjunto, puedo proponer mis ideas y las recibo de otras personas del informativo. Lo mismo la música y la edición", explicó. La nota que más recuerda es la que realizó sobre los perros y una disposición de la Intendencia de Montevideo que obligaría a los dueños de los animales a encargarse de la limpieza de las calles luego del paseo. *"Le preguntaba a la gente que opinaban del tema y me pasó que un perro casi me muerde"*, recordó.

El joven conductor tiene 23 años y realizó la carrera de Técnico en Comunicación Social de la UTU y el curso de locución de María del Carmen Nuñez. Comenzó Ciencias de la Comunicación en la Universidad de la República pero la abandonó por falta de tiempo y otros intereses.

Entre la televisión y la radio se queda con esta última por una cuestión de códigos y formas de expresión, además de un desarrollo de la creatividad que el pequeño espacio televisivo que integra aun no le permite. De todas maneras aclara que le gusta la televisión porque *"es un desafío, una prueba para ver si realmente sirvo"*.

"En televisión haría algo en lo que pudiera combinar varias cosas ya que lo periodístico no es mi objetivo, al menos por ahora. Tampoco me gustan los programas de entretenimientos porque me parece que la televisión actual está muy saturada de ellos. No los critico porque si están es porque a la gente le gusta y porque creo que en la demanda incide la situación de desempleo", agregó.

En cuanto a su actividad en ambos medios, Ignacio quiere seguir perfeccionándose y, aunque está conforme, le gustaría contar con mayor libertad para crear.

Remitiéndose a su debut televisivo, el conductor manifestó que se siente muy cómodo en Canal 10 donde *"la gente es muy bien, sencilla y tengo con ella una buena relación"*.

GASTON BRALICH

El actual co-conductor de la sección informativa de *"Muy Buenos Días"* ingresó al mundo de los medios de comunicación por la puerta del periodismo escrito, hace siete años. Fue colaborador free-lance de Brecha, 20-21 y EL PAIS Cultural y El Observador.

Su primer trabajo estable lo consiguió al integrarse al dial con un programa del Instituto de la Juventud (INJU) llamado *"El sueño puede esperar"*, que se irradiaba por Carve. También estuvo en Radio Sport como informativista durante dos años.

Gastón es egresado del curso de Comunicación Social de la UTU, a pesar de esto considera que actualmente no existe un lugar donde estudiar periodismo. *"Hay dos lugares donde el periodista tiene que formarse: la autoformación leyendo y estudiando todo tipo de cosas y en la calle, donde uno tiene contacto con los problemas reales. La mezcla de estos dos elementos, más alguna formación adecuada que permita procesarlos y poder ofrecerlos de una manera entendible son la mejor escuela que existe ahora, no digo que sea la correcta"*, manifestó.

El debut televisivo de Gastón en la pantalla chica fue en *"Costa de Oro"*, un programa veraniego de Canal 5 que luego pasó a Canal 7. Luego, hace alrededor de dos años y medio, se incorporó a la producción de *"Muy Buenos Días"* como encargado de la coordinación del informativo.

"Las circunstancias se dieron para que un día me tocara salir al aire. Fue una propuesta dentro de un paquete de modificaciones del programa, donde se buscaba que la parte de noticias fuera un poco más ágil y que saliera del tradicional formato del noticiero. La idea era desdramatizar las noticias", explicó Gastón. De esta manera él y José Irazábal son quienes desde las 7 de la mañana presentan y comentan las noticias con un estilo coloquial donde hay lugar para las bromas.

Desde que Gastón comenzó a salir en cámaras, a principios de año, las demás actividades quedaron un poco de lado. Mañana y tarde el periodista está a disposición del programa de Brugnini, encargándose fundamentalmente de la coordinación del cierre informativo. Un día a la semana debe salir a hacer notas, pero en general le programa la agenda al periodista que sale a la calle y controla la edición del material.

Si bien el periodista ya tenía experiencia en cámara, en la primera salida al aire en *"Muy Buenos Días"* no estuvieron ausentes los nervios ya que se trataba de su primer programa en vivo. *"Sabía que se iba a prender la luz y que durante una hora y media no se iba a apagar. Podía quedar en blanco, cosa que me pasó bastantes veces, o me podía empezar a correr el sudor por la frente. Este era mi principal miedo"*.

A la hora de elegir un medio de comunicación Gastón responde que *"Todos están buenos. Hoy por hoy me encanta la televisión porque muchas cosas no dejan de ser todavía nuevas para mí. Además veo que la televisión uruguaya tiene muchísimo terreno para recorrer. No sé si será el último medio en el que esté porque las cosas van cambiando tan rápido que uno no sabe qué medios nuevos vienen"*.

Con 29 años Gastón se siente cómodo en su trabajo y si bien siempre tuvo claro cual era el próximo paso que deseaba dar, hoy eso aun no lo ha definido. *"Sé que quiero estar por un buen tiempo en la conducción de 'Muy Buenos Días' y un objetivo que tengo desde hace mucho tiempo es trabajar en el exterior en televisión. Me gusta España, entiendo su política y además creo que sigue siendo la puerta de ingreso para los sudamericanos en Europa. Más adelante quisiera hacer un programa periodístico con mi propio sello que aun no está tallado del todo"*.

CECILIA DE LA PAZ

Cecilia De la Paz e Ignacio Cabrera inauguraron en marzo en *"Subrayado"* el espacio *"Subrayado va por barrios"* en el que se realizan notas distintas -para un informativo-por distintas partes de Montevideo.

La llegada de Cecilia al informativo de Canal 10 se produjo por casualidad, ya que la chica se presentó con un proyecto de programa infantil al Concurso de Comunicadores. Su idea incluía notas en la calle y eso interesó a los responsables de *"Subrayado"* que entonces le propusieron no presentarse a dicho concurso y pasar a integrarse al informativo con un estilo de notas similar al que ella proponía para su infantil. *"Me tomaron un poco por casualidad y un poco queriendo"*, recordó.

"Subrayado va por barrios" se emite todos los días en el quinto bloque del informativo y Cecilia e Ignacio se turnan para hacer las notas, pudiendo tocarle a cada uno una, dos o tres salidas semanales. En cuanto a las notas de Cecilia, las ideas son de ella o de cualquiera que le proponga algo interesante, ya sea de su familia o del canal. Luego la edición, la música y lo que dice en los copetes son creación exclusiva de ella.

La duración de cada nota depende del material recabado y hasta el momento no ha ido más allá de los cuatro minutos y medio. ***"El tiempo se negocia, sólo tuve que cortar notas unas pocas veces"***, explicó.

Al consultarla sobre los trabajos que más le gustaron, Cecilia mencionó el que hizo referido al tren y el de la selección uruguaya. ***"Para el del tren hicimos la cola en AFE para sacar boletos, paseamos en tren y les hicimos preguntas a los pasajeros. Por ejemplo, les preguntamos si era incómodo viajar con alguien sentado enfrente y a la gente que veía pasar el tren le preguntamos si lo saludaba. También hablamos con el conductor de su trabajo"***.

En cuanto al espacio dedicado a la selección uruguaya, la chica dejó bien en claro que fue con los primeros partidos por las Eliminatorias, cuando los ánimos eran otros. El equipo de Canal 10 visitó distintos bares barriales donde había televisores sintonizando los partidos y registró la reacción de la gente, logrando notas muy divertidas.

Cecilia es una estudiante de magisterio de 19 años que se recibirá a fines del año próximo. Cuando tenía 11 años estudió teatro y abandonó a los 17 por falta de tiempo ya que en esa época también practicaba hockey.

"Soy la típica chica que en los viajes le gusta tomar la cámara de video y contar todo lo que ve", señaló al referirse a su sueño de trabajar en televisión. Su aspiración es conducir un programa para niños porque ***"me siento identificada con los niños ya que soy un poco niña"*** o hacer un programa que le permita visitar distintos lugares.

Hoy su tiempo se distribuye entre *"Subrayado"*, las clases de magisterio, la práctica de medio turno en una escuela, gimnasia y clases de guitarra. De su reciente ingreso a la pantalla chica, Cecilia dijo: ***"Me gusta mucho la televisión, me encanta la gente, aprendés de todo el mundo. Además me paran en la calle y es increíble la energía que recibo de los demás, cosa que nunca creí que me iba a pasar"***.

Analía Filosi



Cecilia de la Paz: se luce en "Subrayado va por barrios"



KATHERIN, *la cara joven de "2010"*

"2010 es un programa que está al servicio de la Sociedad para promocionar e informar acerca de los hechos culturales, sociales, musicales y también deportivos de nuestro país", señaló a SABADO SHOW Katherin Shymitzk Giagnacovo, coconductora junto a Juan Pedro Rivas del ciclo que sale al aire cada quince días en Canal 5 y el SNTV, bajo la coordinación de Pablo Shymitzk.

Se trata de una revista o magazine sabatino que de 15:30 a 16:30 horas brinda a los televidentes un panorama heterogéneo de los principales temas que interesan a los uruguayos, con reportajes de 3 o 4 minutos de duración que permiten conocer variadas opiniones al respecto.

La Juventud, la Ecología, la Medicina, el Turismo, la Ciencia, la Farándula, tienen su espacio en *"2010"*, un programa que como bien dicen sus presentadores, busca la promoción de la vida sana y los conceptos de Familia y Amistad entre los jóvenes que serán los conductores de los hilos del país precisamente en el siglo XXI.

"Intentamos -dice Katherin- ***llegar a un público básicamente joven con el deseo de compartir un momento agradable a través de una propuesta dinámica, diferente y reflexiva, considerando a la televisión como uno de los medios de mayor repercusión y aceptación de este siglo"***.

El programa se emite asimismo por TVC, los lunes a las 14:30 y 23:00 horas. Figuras como el maestro García Vigil, el corredor de rally Gustavo Trelles, el cantante José Luis Rodríguez y la modelo Natalie Kriz han estado entre los cientos de entrevistados que desfilaron por *"2010"* desde su primera salida al aire en octubre de 1996.

Katherin (25), nacida bajo los auspicios de Tauro, está por finalizar la carrera de Ciencias de la Comunicación de la Universidad de la República, debutó en CX 26 en el programa "Buenos Días Uruguay" e hizo sus trabajos en FM Principal de San José y FM La Costa de San José de Carrasco.

"Quiero ser una periodista que ayude a que la gente no pierda sus sueños antes de intentarlo y si puedo, ser el nexo entre los necesitados y quienes pueden dar siempre algo más en beneficio de ellos", afirmó.

Daniel Hardy Coll

R.E.Nº 9708725

ARCHIVO

1/5

ASUNTO: COLON HOY / JULIO 1997

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: A-1

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO

CORREGIDO 17.11.97 SM

ORIGINAL

OBSERVACIONES:

FECHA: 14 AGO. 1997

FIRMA: CAP. NORBERTO DEMICHELIS

2004/5 C/H

9708725

15 AGO. 1997

COLON HOY

Julio 97

Revistas HOY

Malvín HOY - Buceo HOY - Pocitos HOY
Colón HOY - Unión HOY - Carrasco HOY
Villa Colón-Melilla HOY - Pando HOY
Paso Molino HOY - Las Piedras HOY
La Paz HOY - Costa de Oro HOY
TIRAJE TOTAL : 70.000 ejemplares

Ejemplar Gratuito!!



COLON HOY®

JULIO 1997 Nº 69
EDITORA: REVISTAS HOY
Tels. 30 28 67 - 09432221
Director Responsable: Gabriel Carballo
Calle 17 mts. S/N San José de Carrasco
Dirección de Redacción: Mónica Alvarez
Promoción y ventas: Victor Hugo Alvarez
Colaboradores:
Maestra: Lourdes Herrera de Fernández
Prof.: Alicia Meneguzzi de Herrera
Ing. Agr. Jorge Alvarez Argudin
Dr. Armando Gallo, Dr. Jorge Viotti,
Dra. Ana María Echarri, Dr. Roberto Suárez,
Sra. Roxana Bayarres
Fotografía: Vilma Bizzarri
Composición y Armado: Depto. de Arte de Revistas Hoy
Diagramación e impresión: Revistas Hoy
Asesor Jurídico: José Luis Camacho
DISTRIBUCION GRATUITA
MINISTERIO DE EDUCACION Y CULTURA
Inscripta en el tomo VIII folio 302 del Registro de Ley de Imprenta, expediente Nº 9110829 D. L. 256075
TIRAJE [illegible] EJEMPLARES
La redacción no se responsabiliza por las opiniones en no firmadas.

Profesor Abelardo García Viera

El profesor Abelardo García Viera, Director del Archivo General de la Nación quien rescató y cuidó los libros pertenecientes a la Biblioteca Artigas de nuestra localidad, ha intervenido en el Congreso Interamericano de Archivos efectuado en México recientemente. En este Congreso hizo una ponencia sobre Legislación comparada de archivos iberoamericanos. Especialmente hizo una comparación entre Uruguay y México y además expuso ideas sobre una legislación en común y problemas comunes de los archivos. La presidenta de este Congreso fue la doctora Patricia Galeano de México.
El 13 de junio el profesor García Viera cumplió 27 años de su actividad en la dirección del Archivo General de la Nación en Montevideo. Ello dio motivo a que en este Congreso, realizado en México se le tributara un homenaje reconociéndole su extensa labor y se le otorgó el título de Decano de los Archivos Generales del Continente.
Se le designó también Secretario del Comité Internacional para el Desarrollo de los Archivos en Iberoamerica y el Caribe.
La primera acción que emprende está dirigida al reconocimiento de la importancia de la información como elemento fundamental para el fortalecimiento de la democracia de los países de América.
Revista Colón Hoy felicita al Prof. García Viera tan querido en nuestra zona y le desea el mayor de los éxitos en esta nueva actividad prestigiando a nuestro país.

Psicóloga Ana Ariztimuño de Cattáneo

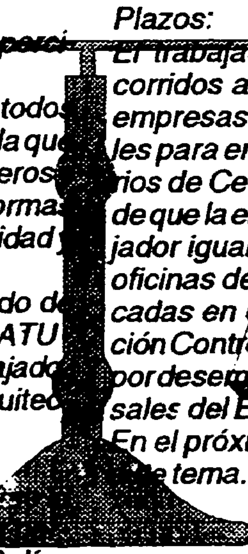
Los familiares y amigos de la psicóloga Ana Ariztimuño de Cattáneo quieren por este medio hacerle llegar sus más sinceras felicitaciones al hacer el 25 del corriente mes 10 años prestando atención y servicios a neutra comunidad ya sea por intermedio del INAME, en división salud en Policlínicas de Dificultades en el Aprendizaje quien junto a un equipo Interdisciplinario ayudan a mejorar a niños, jóvenes y adultos. Colabora con su aporte profesional a mejorar la calidad de vida de sus pacientes desde el punto de vista profesional y a la vez humano. Nos es grato hacerle llegar nuestro saludo y reconocimiento y que continúe de esta manera.
Revista Colón Hoy felicita a la psicóloga y desea continúen los éxitos

V.H.A.

COMENTARIOS UTILES SOBRE DERECHO LABORAL

SUBSIDIO POR DESEMPLEO Parte I

Mi objetivo al plantear este tema es proporcionar al trabajador pautas claras sobre cuales son sus derechos frente al hecho de haber sido cesado en su trabajo en forma transitoria o permanente.
¿Qué trabajadores tienen derecho a percibir el subsidio?
Como regla general corresponde a todos los trabajadores de la actividad privada que prestan servicios remunerados a terceros y se encuentran amparados por las normas que rigen a las Prestaciones de Pasividad y Ancianidad (Industrial).
También están comprendidos a modo de excepción: Trabajadores de INAC - LATU Corporación para el Desarrollo - Trabajadores Eventuales de la Dirección de Arquitectura del M.T.O.P.
¿Cuáles son los requisitos?.
En los 12 meses previos a configurarse la causal de desempleo deberán haber permanecido en Planilla de Trabajo, 150 días continuos o no, en una o más empresas.



Además para los jornaleros se requiere que hayan computado 150 jornales y para los empleados con remuneración variable se requiere que hayan percibido un mínimo de seis Salarios Mínimos. Art. 3 Dec. Ley. 15.180
Plazos:
El trabajador tiene un plazo de 30 días corridos a partir de la fecha de cese. Las empresas tienen un plazo de 10 días hábiles para entregar al trabajador los formularios de Certificación de Servicios. En caso de que la empresa no los entregue, el trabajador igualmente debe presentarse en las oficinas del B.P.S. que se encuentran ubicadas en Colonia 1921 Planta Baja (Sección Control de firmas y Sección: Subsidios por desempleo) y en el Interior en las Sucursales del B.P.S. correspondientes.
En el próximo número continuaremos con este tema.

Dr. Roberto Suárez de Battista
Abogado Garzón 1810
Tel. (099) 69 60 47 - 30 43 15

ROTARACT CLUB COLON

Ya ha sido mucho lo que se ha comentado con relación al movimiento.

En esta oportunidad, vamos a informarles cual es la actividad que estamos desarrollando que nos va a colocar nuevamente en el libro de historia rotaractiano...

Los días 28 y 29 de Junio organizamos la XXII Conferencia Distrital y Cambio de Representante.

Este encuentro tiene varios puntos a destacar, entre ellos, que nuestro compañero y amigo Edgar Morgavi cederá su cargo de Representante a Silvia Angelero, integrante de Rotaract C. Las Piedras.

Otro de los motivos es que los chicos que participen de el, podrán presenciar las siguientes conferencias:

Día Sábado
Hora: 18:00 Tema - Orientación familiar
Orador - Susana Larrosa de Rocca
19:00 Tema - Pautas para un trabajo en conjunto
Orador - Dr. Emilio Bonora
20:00 Tema - Alternativas para la niñez y la adolescencia en situaciones de calle. - Orador - Gurices Unidos

Día domingo
Hora 9:00 - Tema - Protocolo - Orador - Esther Estabilito de Battó
Hora 10:00 Iname
Hora 11:00 Charla del Padre Mateo (Tacuruces)

También apoyaremos a la Escuela al Aire Libre N° 199 donando vajilla para su comedor y estufa para los salones.

En el próximo número les contaremos las repercusiones que ha dejado dicho encuentro, desarrollado en la Biblioteca Popular de Villa Colón y en el Hogar Laura Vicuña.

Hasta Pronto
Malcom Vallejo

PLAZA DE DEPORTES DE EDUCACION FISICA Nº 9

La Plaza de Deportes Nº 9 de Colón es una de las pocas que es propiedad de la Comisión Nacional de Educación Física. Cuenta con tres funcionarios, un sereno, un instructor deportivo, 2 profesores de Educación Física, y una profesara directora.

Como se puede apreciar si se visita tiene muchas carencias locativas y económicas de todo tipo. Pero los vecinos son muy optimistas, debido a la excelente ubicación de este centro deportivo, próximo al centro comercial, frente a la estación, rodeado de centros educativos públicos y privados. Si estuviera en mejores condiciones y le fueran asignadas más horas de profesores podría formar parte de un centro de barrio recreativo y cultural conjuntamente con otros centros que existen en las proximidades sumado a las mejoras proyectadas en la estación de trenes.



Recientemente se formó una Comisión de Apoyo cuyo principal objetivo es atraer la atención de la comunidad para que entre todos este centro deportivo pueda volver a ser un lugar recreativo para niños y jóvenes como lo que fue en otros tiempos.

Hoy se realiza una actividad que cuenta con la presencia de tres profesores que ya no cumplen funciónes en este centro (lo hacían en 1995 y fueron trasladados) pero desean cooperar voluntariamente en ésta que será la primera de una serie de actividades programadas para este año. Se realizaran jornadas recreativas, primero con las Escuelas Públicas más próximas, que van a consistir en competencias de habilidad, supervisadas por voluntarios, profesores, padres o maestros. Los niños competirán formando equipos calificados por puntaje y se premiará a todos por participar con gentiles donaciones que realicen las distintas firmas u organizaciones de la zona o con el mero placer de jugar.

Nuestro objetivo es incentivar la asistencia y la práctica deportiva en este centro, primero con niños y en futuro con personas de todas las edades, extendiendo el horario de atención con una mejor iluminación y vituminizado y tal vez techando las áreas deportivas.

Esta plaza es de todos y su existencia depende de la acción de los vecinos, organizaciones benéficas y empresarios de la zona que deseen invertir en el capital más rentable en el futuro... los niños

Personal de la Plaza - Sra. Elida Corbezola, Sr. Adrian Fernández, Sr. Nestor Guevara - Sereno Luis Oser, Profesora Mónica . onaran - Profesor Jorge Cohelo, Instructor Alejandro Gómez, Directora Prof. Nora Ortiz, Profesores invitados Prof. Ivone Soba, Prof. Ramón Resquin , Instructor Bosco Da Silveira, Inspectoras Prof. Haydée Rodriguez, Prof. Aurora Saroba.

Plaza Nº 9 de Colón tel. 300023, directora Nora Ortiz tel. 704433, inspectora Prof. Aurora Saroba tel. 771907

9708726

R.E.Nº: ....

ASUNTO: ADEMU Mdeo N° 46 Agosto/97

PROCEDENCIA: D.G.I.I.

EVALUACION: —

DISTRIBUCION: BIOGRAFICO
SOCIOEIAL

OBSERVACIONES: ....

ARCHIVO

CORREGIDO 5 12 97

FECHA: 14 AGO. 1997

FIRMA: CAP. NORBERTO BENINCEASI

9708726

15 AGO. 1997

ORIGINAL

001(A)/16

Ademu

Montevideo

Asociación de Maestros
FUM (TEP) CSEU PIT-CNT

Nº 46

Porque la información es indispensable. Porque Todos debemos conocer Todo lo que sucede. ADEMU Montevideo establece con este periódico un vínculo con el Magisterio montevideano. ***Este periódico se financia con el aporte de los lectores, "a Voluntad".***

PUBLICACION MENSUAL - AGOSTO - 1997

RENDICION DE CUENTAS

2

ORIGINAL

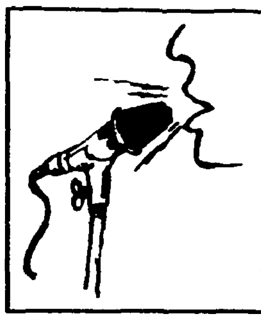
SUMARIO

PROYECTO MECAEP

ESCUELAS EN CONTEXTOS DESFAVORABLES

página 3

ADEMU
montevideo
AGOSTO 1997, número 46



PROYECTO DE RENDICION DE CUENTAS A.N.E.P.

1. Existe

El Consejo Directivo Central de la ANEP elevó un Mensaje de Rendición de Cuentas y Balance de Ejecución Presupuestal del Ejercicio 1996. En algún momento se pensó que la presión ejercida por el Equipo Económico del Gobierno pudiera convertir el Mensaje en una simple Ejecución Presupuestal del año 96.

Puede el Parlamento optar por los recursos señalados en el Mensaje en lugar del CERO establecido por el Poder Ejecutivo.

2. Insuficiente

Debe señalarse como criterio general la insuficiencia de los recursos solicitados por el CODICEN.

Se intentan paliar algunos problemas en forma sectorial (salario para una parte de los funcionarios), recursos para atender mejoras edilicias (enseñanza inicial), etc.

3. Fuera de tema

La Exposición de Motivos hace referencia, una vez más, a los objetivos de la «Reforma» planteada en el proyecto presupuestal para el período 95-99, dejando, también una vez más, de hacer un profundo análisis de los problemas que a diario afectan la tarea educativa en las escuelas, liceos y escuelas técnicas por falta de materiales, de edificación, de higiene, de falta de personal.

Tampoco se menciona la situación de los docentes y funcionarios, que son todos, y no solamente los de los primeros grados del escalafón, que perciben salarios miserables.

El multiempleo, el doble trabajo docente en jornadas completas, y a pesar de ello, la estrechez económica, agreden la posibilidad de una dedicación seria a la tarea.

4. Grave y Urgente

Capítulo especial merece el tema de la ALIMENTACION ESCOLAR. Se habla del mayor «restorant» del Uruguay, de los 140.000 niños que comen en el mismo, de la posible instalación del sistema de bandejas (experiencia de una ONG que posibilita la alimentación de una pequeñísima parte de esos niños), pero nada se dice de lo que se invierte en la alimentación de esa población escolar.

Estas cifras que aportamos marcan la perversidad del sistema (es un viejo problema) y deberían hacer sonrojar a todos los adultos de la sociedad.

En la Ejecución Presupuestal del año 1996, en el Cuadro I)-2, se señala que se utilizaron 45 millones de pesos de Rentas Generales y 71 millones del Impuesto a la Enseñanza Primaria (Ley Nro. 16.736, art. 570 y Ley Nro. 16.469 art. 2).

De dividir esos 116 millones de pesos entre los 140.000 niños y los aproximadamente 170 días hábiles de clase, llegamos a la friolera de pesos 4,87 centésimos, por día y por niño.

5. Análisis articular

En relación a los 10 artículos establecidos en el Mensaje, corresponde señalar:

Art. 1. Establece un incremento del Rubro 0 «Retribuciones Personales», con vigencia al 1-1-98 de 73.475.000 pesos uruguayos, a valores del 1-1-97, que se destinarán a:

a) pesos 40:875.000 a creaciones de cargos afectado a la expansión de las nuevas estrategias educativas.

b) pesos 32:600.000 para el pago de una compensación de $ 300 nominales mensuales a docentes grado 1 y 2 y de $ 150 a docentes grado 3.

Podrán percibir esta compensación los maestros y profesores con título, (de I. Normales, IPA, IFA, INET).

Comentario

El CODICEN debió reclamar un aumento general para todos sus funcionarios de mayor amplitud, no solamente un pequeño incremento para los tres primeros grados.

Con la partida reclamada y otras como presentismo y economías realizadas y factibles de ser volcadas al Rubro 0, distribuirla en forma equitativa entre todos los funcionarios docentes y no docentes.

Art. 2. Establece los incrementos correspondientes en el Rubro 1 «Cargas legales sobre Servicios Personales» en forma adicional con cargo a Rentas Generales, como en 1996.

De trámite.

Art. 3. Establece un incremento del Rubro 9 «Asignaciones Globales» en la cantidad de pesos uruguayos 47:350.000, para atender:

a. Costo incremental de nuevas estrategias educativas - $ 37:850.000.

En esta partida se incluyen los gastos de funcionamiento que se originan como consecuencia de la ampliación de las estrategias educativas indicadas, y a modo de ejemplo se señalan, materiales didácticos, compra de libros y textos para las bibliotecas, material audiovisual y de apoyo para la docencia, de materiales de laboratorio, alimentación escolar, suministros, etc.

En esta partida se incluyen $ 9:150.000 para las becas y gastos de funcionamiento de los Centros Regionales de Profesores en 1998.

b. Tercerización de Servicios - $ 9.500.000.

Esta partida está destinada a continuar el proceso de contratación a terceros de las funciones de limpiezas ya puestas en práctica, extendiéndola a un mayor número de establecimientos y a un mayor número de días en la semana, y en forma progresiva a la vacancia de cargos de servicios.

Comentario

Los recursos solicitados por este artículo para el Rubro 9 son insuficientes, ya que se parte del criterio equivocado de que la situación actual es satisfactoria y se pide sólo para la extensión de servicios.

No es correcto tampoco, destinar y privilegiar áreas, como la de los Centros Regionales de Profesores, a la que se destina más del 25% de lo solicitado en el inc. e del artículo, para después hacer proselitismo, y dejar de lado, en la juerga futbolística diríamos «pegarle de taco», al tema de la Alimentación Escolar, que solo se menciona al pasar como un ejemplo de en qué se destinará el resto de la partida.

No es acertada la política, considerando al centro educativo en una dimensión más humana, de proceder en forma progresiva a la vacancia de cargos de servicios.

Art. 4-5 y 6

En estos artículos se solicita ampliar el financiamiento (art. 4), la prórroga (art. 5) y la ejecución posterior (art. 6) de asignaciones presupuestales. Las dos primeras referencias a Proyectos con financiamiento externo, MEC AEP (Mejoramiento de la Calidad de la Educación Primaria) y «Fortalecimiento de a Enseñanza Técnica» y la tercera a recursos no utilizados en el año 1996.

Comentario

Creemos conveniente la utilización de esos recursos ya que han sido comprometidos el pago de esos préstamos, pero señalamos la inconveniencia de aceptar préstamos que además de significar endeudamiento externo, que el país debe pagar, introducen condicionamientos, someten nuestra soberanía y se aplican montando estructuras jerárquicas docentes extrañas al sistema que en su aplicación limitada en el tiempo, es mucho más lo que desarma y destruye, que lo que construye seriamente.

Art. 7

Propone una prórroga desde el 1-1-97 hasta la próxima Ley Presupuestal, de la autorización establecida por el Art. 570 de la Ley 16.736, para destinar parte del producido del Impuesto de Educación Primaria a continuar pagando la partida de alimentación del personal docente y no docente del Ente.

Comentario

Es necesario seguir pagando a los funcionarios esas partidas (aumento salarial) incrementadas, pero debería cumplirse la obligación con recursos de Rentas Generales y destinar el producido t[illegible] del Impuesto de Primaria a sus fines específicos (Edificación, Alimentación Escolar).

Art. 8

Propone una modificación de la Ley 16.736 que posibilite la inversión mayor de 8:865.000 dólares en las inversiones de la ANEP.

Comentario

Parece adecuada la modificación de la cláusula limitativa del art. 76 inciso C que posibilita una mayor inversión.

Art. 9 y 10

Están referidos a la inclusión de la ANEP en las facultades que la Ley de Presupuesto otorgó a otros organismos del 2[illegible] de la Constitución en el Texto Ordenado, de la Ley de Contabilidad y Administración Financiera (TOCAF).

Comentario

Parece adecuado posibilitar una mayor agilidad a los trámites para que la ANEP pueda dar respuestas rápidas a la problemática de las Inversiones, que atienden a los problemas de Edificación Escolar.

La red edilicia de la ANEP comprende 2.500 locales educativos diseminados por todo el país. Según estudios realizados señalan que el 60% de los mismos requieren tareas de reparación y/o mantenimiento. Es conveniente tener respuestas rápidas y acertadas.

En la Rendición de Cuentas del año 1986, se estableció la autorización para que la ANEP distribuyera recursos a las Comisiones de Fomento y éstas enfrentaran con ventajas las tareas de reparaciones y/o mantenimiento, recogiendo directamente la solidaridad que toda la sociedad brinda a la Educación Pública Uruguaya, pilar insustituible de nuestro espíritu democrático.

DE U.M.R.E. - ME.C.A.E.P.

PROGRAMA DE APOYO A LAS ESCUELAS PUBLICAS INSERTAS EN CONTEXTOS DESFAVORABLES

Otra vez la U.M.R.E. sobre nuestras cabezas. ¿A qué conclusiones se arribó luego de aplicadas las pruebas en los 6os. años el año pasado? A las mismas que ya todos sabíamos y adelantábamos: «Que los resultados de esta Evaluación indican que el desarrollo de los aprendizajes fundamentales en dichas áreas (Lengua Materna y Matemática) es altamente deficitario en las escuelas que trabajan en los contextos sociales más desfavorecidos...» (extractado del Acta Nº 43, resolución Nº 7, del CODICEN, de fecha 3/7/97, RESULTANDO Nº 2).

Para llegar a esta conclusión, no era necesario dilapidar los miles de dólares que implicó el planeamiento, la ejecución y la corrección de las pruebas así como la elaboración de las conclusiones.

Ahora, basándose en los resultados obtenidos, la U.M.R.E. nos presenta un «Programa de Apoyo» para las Escuelas de contexto «muy desfavorable» y «desfavorable» para lograr un «Mejoramiento de los Aprendizajes».

Dicho Programa consiste en:

1) 4 jornadas de 8 horas, un sábado por mes (setiembre, octubre, noviembre y diciembre).

2) Actividades de campo que impliquen un mayor conocimiento y vínculo con las familias y entornos de cada Escuela.

3) Reuniones de docentes por Escuela para preparar actividades y materiales para los alumnos.

4) Cada Escuela que participe de este programa deberá elaborar un Proyecto de Mejoramiento de los Aprendizajes para aplicar el año que viene en su Escuela, para lo cual se seleccionarán 50 proyectos que recibirán U$S 1000 para su implementación el año próximo. (Según la U.M.R.E., son 541 las Escuelas en contextos desfavorables o muy desfavorables, pero sólo serán atendidas 50).

Se considera que estas actividades insumirán una carga horaria extra de alrededor de 6 horas semanales. Por eso no es obligatorio y se pagarán $ 800 nominales a los maestros que resuelvan participar en este Programa.

Nos preguntamos: ¿Son éstos los caminos más adecuados para lograr un mejoramiento de los aprendizajes? ¿O estamos nuevamente frente a un «curro»? Y no nos estamos refiriendo a los maestros que, dada la situación salarial en que nos tienen sumergidos y conscientes de que *hay mucho por hacer (y que lo hacen* gratis, ya que nadie nos paga todo el trabajo que realizamos fuera de hora), puedan ver en este ofrecimiento algo positivo desde el punto de vista estrictamente personal. Nos referimos a todo el andamiaje que se instala alrededor de este programa (como ya existe alrededor de MECAEP y de cada uno de sus componentes): un equipo de especialistas con amplia trayectoria en Educación Primaria y Formación Docente, que diseñará los materiales de trabajo, la selección de lecturas, la propuesta de actividades de campo y formará al equipo de Coordinadores e Inspectores que orientarán las jornadas (¿Cobrarán ellos sólo $ 800 o se irán unos cuantos pesos más por cada charla que brinden, por cada jornada que realicen?). Otra vez nos enfrentamos a miles de dólares que sentimos se escapan por la ventaja. El CODICEN, que no solicita nada serio de aumento salarial para sus docentes, solicita sin embargo $ 37.850.000 para continuar con las «nuevas estrategias educativas», dentro de las cuales se inserta este Programa.

¿No sería mucho más eficiente, abarcativo de la totalidad de Escuelas y por supuesto muchísimo más barato (cero peso), que el CODICEN resolviera, por una vez, escuchar atentamente las propuestas realizadas por las Asambleas Técnico-Docentes? La «Sala de Maestros» mensual que venimos solicitando año tras año, con el objetivo de que los docentes de cada Escuela puedan reunirse periódicamente, dentro del horario de trabajo, para analizar los problemas específicos de su Escuela y juntos elaborar estrategias que permitan potenciar la tarea que a diario realizan, es una propuesta mucho más profunda, que implica a todos los maestros del país, que intenta generar un verdadero desafío pedagógico a todos los niveles. Y además al sistema no le significa gastar un solo peso (y de paso, podrían destinarse esos rubros ya solicitados por CODICEN a aumento salarial para todos los funcionarios).

ESCUELA DE PRACTICA:

¿CONCURSO O NO CONCURSO?

En plenas vacaciones de julio, Nadruz citó a una reunión a los Directores efectivos en las denominadas Escuelas de Práctiva. En total son 47 Directores en todo el país (15 son de Montevideo, 9 de los cuales están efectivamente ocupando su cargo de Directores y los otros 6 están internamente en Inspección).

En dicha reunión se les comunicó que deben radicar su efectividad en una Dirección de Escuela Común, continuando como interinos por este año, dejando esas Direcciones vacantes para ofrecerlas en el Concurso para Directores de Pn sesionar en el Congreso: la de Plan de Emergencia y la Comisión de Candidatos. Esta última debía recibir los nombre de los compañeros que cada Sindicato propone para integrar la Mesa Representativa, debía hacer una propuesta de cuántos Sindicatos la deben integrar y si hubiera acuerdo en la Comisión, cuáles serían dichos Sindicatos.

La primera diferencia surgió en torno a cuántos Sindicatos debían integrar la Mesa Representativa. En un principio había dos planteos: por un lado Sindicítimo para acceder aun cargo en efectividad.

Así se llenaban los cargos de Práctica antes de la dictaruda, pero estaban establecidas previamente cuáles eran las Esculas de Práctica. Hoy nos encontramos con Directores y maestros, que a través de un Concurso o por traslado, tiene radicada su efectividad en una Escuela que era Común en el momento que llegaron a ella (aunque funcionaba como de Práctica) y que a partir de este año es Escuela de Práctica (otras que también funcionaban como Escuelas de Práctica hoy son Habilitadas de Práctica o son Comunes). Este panorama nuevo nos plantea una serie de situaciones diferentes que no las provocamos nosotros: Maestros y Directores efectivos en Escuelas de Práctica por un Concurso para Escuelas Comunes, Maestros y Directores efectivos en Escuelas que hasta el año pasado funcionaban como de Práctica y hoy no son Escuelas de Práctica (y tienen tantos antecedentes en desempeño con p[illegible]cantes como los anteriores), Maestros y Directores que se han desempeñado interinamente en Práctica durante muchos años (y por lo tanto tienen los mismos antecedentes que todos los anterio-

Resolución del Secretariado Ejecutivo de la FUM-TEP sobre la situación de los Directores efectivos en las denominadas Escuelas de Práctica:

CONSIDERANDO:

1. Que la Resolución del CEP (Circular Nº 243) no es impugnable ni recurrible, según las facultades vigentes del CODICEN.
2. Que en la Mesa Representativa Federal de marzo/96 no existió propuesta alguna de homologar a los Directores en sus cargos.
3. Que existen decenas o cientos de Directores que aspiran a desempeñarse en cargos de Dirección de Práctica.
4. Que el concurso habilita al acceso al Grado 6xto del escalafón de Dirección.
5. Que la efectividad fue lograda en un Concurso para Directores de Educación Común.
6. Que la categorización de Escuelas de Práctica es una reivindicación de la FUM-TEP.

EL SECRETARIADO EJECUTIVO NACIONAL DE LA FUM-TEP RESUELVE:

1. Solicitar que exclusivamente se concursen los cargos vacantes.
2. Que se mantenga con carácter optativo y voluntario la radicación del cargo en una Escuela Común (no de Práctica) liberando el cargo de Dirección en Práctica para afectarlo al Concurso.
3. Que se convoque a un nuevo Congreso en un plazo no mayor a dos años, momento en que vacarán los cargos NO concursados.

También la FUM realizó una serie de objeciones a las BASES del llamado a concurso:

* Es la primera vez en la historia del Magisterio desde que existe la institución Concurso, que no existirán delegados de los concursantes en los tribunales. Para poder haceresto, por circular Nº 245, el CODICEN resuelve que para este concurso no regirá el Reglamento de Concurso.

* Dentro de los requisitos para poderse inscribir, se establece no tener más de 20 faltas en el último trienio, exceptuando las del artículo 50 del Estatuto del Funcionario Docente. ¿Qué significa esto? ¿Que compañeros Directores, afiliados al Sindicato que cumplen con las medidas gremiales (paros), corren [illegible]o de ser excluidos, aunque sean excelentes docentes? ¿Se intenta castigar a quienes defienden sus derechos? ¿Se está planteando que para poder ascender en nuestra carrera docente ya no se tendrá en cuenta nuestro desempeño, sino si somos «funcionarios serviles»? ¿No atenta esto contra la calidad de la enseñanza? En lugar de promover a los mejores docentes, se les cierra el paso a muchos para promover sólo a los obsecuentes con las autoridades.

* También consideramos que es un Concurso que limita el acceso por otros requisitos: ya no basta con ser efectivo en el cargo inmediato anterior (Dirección de Escuelas Común), habiéndose desempeñado en dicho cargo por más de determinada cantidad de años. Además hay que tener el Curso de Directores, o la Licenciatura en Ciencias de la Educación o Postgrados equivalentes. ¿Y los Directores efectivos por Concurso, que no tienen esos cursos pero sí gran experiencia y excelente desempeño? Si son efectivos en el cargo inmediato anterior, no se les puede negar el derecho a presentarse a un concurso. Será el propio concurso el que defina qué lugar les corresponde ocupar.

* Los concursantes recibirán charlas de apoyo sobre los temas propuestos, a cargo de personas que integrarán los tribunales. ¿No es esto una falta de ética? ¿Cómo se permite y promueve que sean integrantes de los tribunales quienes den directivas y orientaciones a los concursantes? Quien descrepe con dichas orientaciones y tenga excelentes planteos propios o haya leído otros autores ¿cómo será evaluado por esos tribunaels, si no se ajusta a sus lineamientos?

res) y que no pudieron trasladarse a una Escuela de las hoy nombradas de Práctica, quizás por no ser tan viejos y haber optado por seguir trabajando interinamente.

¿Cuál es la única diferencia entre unos y otros? Que la Escuela de unos fue nombrada de Práctica y la de los otros no.

La determinación clara de cuáles son las Escuelas de Práctica la exigimos nosotros, impulsando que se volviera a construir un área específica para garantizar a los estudiantes magisteriales contar como orientadores de su práctica y de su formación como futuros docentes con los mejores maestros. Es parte de nuestra reinvindicaciónd e que se nos reconozca como profesionales de la educación.

Por tanto, cuando se nos informa que se llamará a Concurso para esta área que se intenta recomponer, consideramos que es un logro del Magisterio en su conjunto. Ahora, inmediatamente debemos analizar en qué situación nos encontramos. Debemos intentar por un momento dejar de lado la situación particular de cada ulno (cosa difícil) y pensar en lo que esto significa: ¿es un avance o es un retroceso que los cargos de Escuela de Práctica, que cumplen una tarea distinta a las Escuelas Comunes, sean llenados por un Concurso específico? Consideramos que es un avance. Pero claro, como es muy difícil desprenderse de la situación personal, si estoy en una Escuela de Práctica no quiero ni pensarlo, que mi cargo, al que accedí por un Concurso para Escuela Común, no me lo toquen. Y no pienso en aquel Maestro o Director que hasta el año pasado trabajaba como yo en una Escuela con Practicantes y ahora su Escuela no esd e Práctica. Si quiere volver a Práctica que concurse, yo no porque por suerte mi Escuela esd e las que fueron nombradas de Práctica. ¿Y si hubiera sido al revés? Tampoco me preocupo porque seguiría trabajando en la misma Escuela sin practicantes, no me iporta. O sí me importa y quiero seguir trabajando con practicantes ¿no debería estar en la misma situación que aquel otro compañero que tuvo la suerte de que su Escuela fuera nombrada de Práctica? ¿Por qué si tenemos los mismos antecedentes, unos deben concursar y otros no?

Esto no está planteado por el Consejo ni por el CODICEN, pero es lo que nos manifiestan los maestros de las hoy Escuelas de Práctica: mi efectividad no me la pueden tocar.

Para los Directores efectivos en esta situación, sí el CEP y el CODICEN resolvieron que deben liberar esa efectividad y radicarla en una Escuela Común, cargo por el que efectivamente concursaron.

La FUM había iniciado esta discusión en marzo de 1996: ¿qué pasa con lso Maestros y Directores efectivos en las que sean nombradas Escuelas de Práctica? ¿Deben concursar para ese cargo, que aparentemente es el mismo porque ya venían trabajando con practicantes, pero que en realidad tiene características distintas al cargo por el que concursaron? ¿O deben mantener su efectividad en ese cargo e irse llenando sólo las vacantes por Concurso? Es una situación muy difícil de resolver, ya que no nos olvidamos que somos presonas las que estamos en el emdio, que tenemos nuestra vida organizada de determinada manera y no nos pueden imponer cambios bruscos de la noche a la mañana.

Por eso, luego de una discusión muy intensa en el Secretariado de FUM, ante la situación concreta planteada con los Directores de estas Escuelas, se resolvió solicitar al CEP y al CODICEN que en este próximo Concurso sólo se llenen las vacantes, pero a la vez reconocer que es un cargo distinto y que por lo tanto quien concursó para una Dirección de Escuela Común no pude permanecer indefinidamente en una Dirección de Práctica. Establecer como plazo para resolver su situación hasta el próximo Concurso (las propias bases establecen que el próximo Concurso será en un plazo no mayor de 2 años); si quiere continuar siendo Director de Práctica, que concurse en el próximo, teniendo tiempo para prepararse; si no, que radique su car4go en una Escuela Común, con las garantías de que no se va a ver perjudicado ni po el tipo de Escuela ni salarialmente, o que se traslade, o, si tiene posibilidades y así lo desea,a que opte por la jubilación.

En la entrevista mantenida con el CEP se nos dijo que esto es resolución del CODICEN, que mandó concursar por TODOS los cargos. Que nos remitamos al mismo. Estamos a la espera de que se nos conceda entrevista (nos dijeron que será para después del 6 de agosto, ya que Rama se encuentra ahora en el exterior).

Creemos que debemos adelantarnos a la resolución respecto a los Maestros efectivos en estas Escuelas. Como Sindicato debemos elaborar una propuesta al CEP y al CODICEN antes de que éstos resuelvan qué va a pasar con los Maestros. Por eso incorporamos este punto a discusión de las Zonales, para ir entre todos elaborando la mejor propuesta, que contemple las distintas situaciones que se generaron por el simple acto administrativo de resolver cuáles son de ahora en más la Escuelas de Práctica.

CONGRESO DEL PIT-CNT

Los días 27 y 28 de junio se realizó la sesión diferida del 6º Congreso del PIT-CNT. En dicha sesión debía resolverse si se cambiaban algunos aspectos del Estatuto de la Central y elegirse la nueva Mesa Representativa; también debía discutirse un Plan de Emergencia de la Central para dar respuestas a los grandes problemas que atravesamos hoy los trabajadores.

Los primero que se discutió fue si se modificaba el artículo 64 del Estatuto que es el que establece la mayoría necesaria para introducir modificaciones al propio Estatuto. Dicho artículo establece que se requiere el voto afirmativo de los 2/3 de los delegados habilitados al Congreso. Es un porcentaje muy alto de votos conformes el que se exige, pero eso responde a que en el momento en que se hicieron esos Estatutos se estaba procesando la unidad sindical en una Central única, con el aporte y el acuerdo de distintas corrientes sindicales. Lo que se intentaba garantizar era que ¡para introducir cambios a los acuerdos logrados tuviera que existir una casi unimidad entre los distintos sectores que forman nuestra Central. Si bien hoy parece existir una mayoría que quiere introducir cambios, no existe acuerdo en esos cambios por parte de todos llos Sindicatos y las distintas corrientes sindicales. La votación no alcanzó los votos afirmativos necesarios y por lo tanto no se introdujeron cambios al Estatuto.

Se procedió entonces a la instalación de las dos Comisiones que debíaentan diciendo que es en aras de la unidad, intentando acercar los dos planteos que estaban en discusión). Aunque en realidad no era simplemente un planteo de número sino de concepciones distintas: en la Dirección de la Central, ¿deben estar todos los Sindicatos o lagunsod eben quedar afuera?

Se resuelve por votación por que sean 35 los integrantes de la Mesa Representativa. Vuelve a reunirse la Comisión para ver si se logra acordar cuáles ddeben ser esos 35 Sindicatos.

No se logra acordar en la Comisión y por eso se pasa a aplicar el artículo que establece que de no haber acuerdo se debe proceder a una elección secreta mediante planchas, de la que participan todos los delegados. Se pasa a un cuarto intermedio hasta el siguiente sábado, día en que se realizará la votación.

Son muchos los Sindicatos (SUTEL, FUS, GAS, AFUTU, FENAPES, ADEOM, QUIMICA, MEDICAMENTO, TRABAJADORES DEL MAR, GRAFICOS, FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD, SUDORA, AMEPU, ETC) que intentan en el correr de esa semana hablar con todos los Sindicatos para intentar conformar una lista única, entendiendo que la Central es de todos los trabajadores y que allí deben estar representados los sindicatos, independientemente de cuál sea la línea predominante en sus Direcciones, que forzar una elección por listas significaba partidizar la Central. no se pudo llegar a esa lista única porque otros sindicatos se negaron (AEBU, FFOSE, CAUCHO, TEXTILES, ETC).

Debemos señalar que a la interna de la delegación de FUM existieron dos posiciones al respecto: quienes sostenían y defendieron en la Plenaria del Congreso las virtudes de votar por listas (Héctor Florit, Luis Garibaldi y todos los compañeros de la lista Propuesta) y quienes entendían que esa forma debilita al movimiento sindical porque parece que sus dirigentes en lugar de defender y representar a los trabajadores de su Sindicato lo hicieran por parcelas partidarias (Nora Castro, Alicia Pintos, Raquel Bruschera y todos los compañeros de la lista 436000). (Debemos señalar que los compañeros de la lista 1995, por decisión propia, no participaron del Congreso, dejando 6 lugares que corresponderían a la FUM sin delegados). De todos modos la FUM resolvió participar en todas las listas que se lo propusieran y así lo hizo (fue en 3 de4 las 4 listas presentadas, y tenemos que aclarar que la 4º lista, en la que no fue la FDUM, fue una lista integrada por dos Sindicatos: COFE y CLINICAS).

El PLAN DE EMERGENCIA fue aprobado en la Plenaria del Congreso y establece pautas para el accionar de la Central de ahora en adelante. Esto se suma a las otras resoluciones del Congreso, en su sesión anterior, entre las que queremos recordar el rechazo de todos los trabajadores a esta reforma educativa y la propuesta de encarar la iniciativa de una ley popular de Educación.

Por Los Gremios

Tomado de la Revista «Siglo XXI», Nº2 de marzo de 1984

Se tratará en este espacio, de publicar historias viejas o recientes de los distintos gremios de trabajadores.

Empezamos por casa, recordando lo que pasaba hace más de una década, en los difíciles momentos de la reconstrucción de nuestra vida sindical.

ADEMU

Reportajes a los gremios

1. ¿Qué es ADEMU?

ADEMU es la organización que los maestros nos hemos dado para, entre otras cosas, ir delineando pautas para un proyecto alternativo de educación así como reivindicar los derechos de los maestros que han sido "olvidados" durante más de 10 años.

2. ¿Por qué surge ADEMU?

ADEMU comienza a gestarse a principios del año 1983 cuando un grupo de maestros inquietos y preocupados por la actual situación educativa y en especial por la poca o nula participación de los maestros en lo que a su tarea como docentes y trabajadores corresponde, intentan crear un lugar de encuentro de todos los maestros recogiendo el espíritu de las organizaciones que existieron en nuestro gremio hasta el año 1973.

3. ¿Cuándo se constituye?

La Asamblea Constitutiva de ADEMU se realizó el 3 de setiembre de 1983 con la participación de más de sesenta maestros.

4. ¿De qué habla el mensaje del 22 de setiembre de 1983?

El 22 de setiembre, Día del Maestro, se reúnen, respondiendo a la convocatoria de la recién creada ADEMU, más de 500 docentes. En esa instancia fue leído el "Mensaje", en el cual se analiza la realidad educativa nacional, en especial la problemática de nuestro sector y se hace un llamado a la organización de los maestros en ADEMU.

5. ¿Cuál es la forma organizativa?

Los maestros se nuclean según la zona a la que pertenece su escuela. En cada uno de los grupos zonales se analiza y se discute la problemática actual y se hacen propuestas. Cada grupo nombra un delegado y así se forma la mesa de delegados, que junto con la Comisión Directiva, van definiendo los pasos a dar como Asociación. También hay comisiones de trabajo: publicaciones, cursos, investigaciones, relaciones, jurídica (que cuenta con un abogado para asesorar a los maestros), actividades sociales, administración e interior.

6. ¿Dónde se reúne o funciona ADEMU?

Provisoriamente estamos funcionando en Leguizamón 3600 esq. Anzani. Pensamos contar a corto plazo con un local propio.

7. ¿De qué forma puede un maestro integrarse a ADEMU?

La única condición que se requiere para asociarse es ser maestro. La forma más directa de integrarse es acercarse a trabajar en el grupo zonal que le corresponde. También está la posibilidad de las comisiones de trabajo.

8. ¿Cuáles son los objetivos a corto plazo que encara ADEMU?

El primer objetivo a corto plazo es seguir creciendo, ya que de esta manera, al ser más en la tarea, el trabajo se enriquece, hay distintos aportes, diferentes enfoques y se intercambian ideas. Paralelamente al crecimiento debemos ir dando respuesta a las inquietudes de los maestros (socios o no) en cuanto a apoyo técnico—pedagógico, jurídico, de defensa de nuestros derechos, etc.

9. ¿ADEMU es una entidad de carácter nacional o sólo de Montevideo?

Como lo dice su nombre: Asociación de Maestros del Uruguay, ADEMU es una entidad de carácter nacional. Por haber nacido en Montevideo, es aquí donde ha alcanzado por el momento mayor desarrollo. También hay núcleos de ADEMU en Cerro Largo y Tacuarembó, y pensamos que en corto plazo va a cubrir todo el país ya que la necesidad de organizarse es de todos los maestros.

10. ¿Cuál es el mensaje de ADEMU al iniciarse un nuevo año lectivo?

Pensamos que este año va a marcar de manera importante el futuro de nuestro país. Nadie es ajeno al acelerado proceso que venimos viviendo en estos últimos meses. Todos queremos participar, que se oiga nuestra voz, porque es un derecho y un deber que como ciudadanos, como trabajadores, como maestros nosotros, todos tenemos. Y participar organizadamente, ya que sólo así nos haremos oir. Cada uno busca su manera de aunar esfuerzos, nosotros tenemos la Asociación, la que debemos hacer crecer para que los maestros ocupemos el lugar que nos corresponde, para hacer nuestras propuestas, para decir con qué estamos de acuerdo y qué no rechazamos. Por eso, cuando nos preguntan cuál es el mensaje para este año 84, lo resumimos así: debemos organizarnos, fortalecer nuestra Asociación y ejercer desde ya, dentro de ella, la democracia realmente participativa que queremos y por la cual luchamos para nuestro país.

35

Un Sote, Te Felicito...

... al mejor periódico gremial: ¡este!

... a las siempre transparentes y democráticas elecciones de ADEMU-MONTEVIDEO.

... para la Sub-20 Celeste. ¿No será hora de que la Sub-30 del gremio comience a militar?

... Para Mariela e Iris, funcionarias y compañeras. ¡Siempre listas!

... a la muchachada del C.E.M., que mantiene viva la llama gremial entre los estudiantes magisteriales.

... a la jornada de limpieza del subsuelo de «Casa del Maestro». ¡Muy productivos y con «feijoada» al cierre!

Debes esforzarte más...

... Rama, lo tuyo es impresentable.

... Mosca, ¿o te parece que los nuestros son salarios dignos? ¡Dejate de embromar!

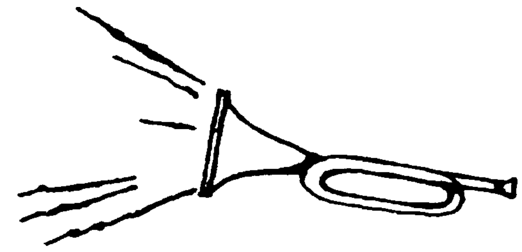
... paloma de «Casa del Maestro», ¡tenés nuestra fachada a la miseria!

... maestro/a, a participar de todas las instancias de decisión de ADEMU. Puedes participar, decidir y ejercer tu derecho al pataleo.

... C.E.P., abastecer a las escuelas de los materiales mínimos e imprescindibles para un funcionamiento «normal».

... cocinera de escuela, y tratar que los $ 3 y poquito que te dan por plato y por niño, alcancen... ¡ Vos sí que haces milagros!

POR LAS ZONALES



Dentro del marco de renovación de este periódico, la presente sección intentará ser la portavoz de lo que ocurra en tu escuela, y que consideres debe ser conocido por el colectivo magisterial.

Nos referimos más que nada a cosas positivas que ayuden a humanizar nuestras relaciones y nuestra existencia como gremio.

Proyectos a nivel escolar y comunitario, comunicados varios e inclusive lo que llamamos «sociales»: casamientos, crónicas de comidas o excursiones, nacimientos, saludos de escuela a escuela, dichos y acciones graciosas de los alumnos, etc..

Así que: ¡a descontracturar esta parte del periódico!

Las Zonales deben discutir y definir los ejes de nuestra movilización en esta etapa y resolver sobre las movilizaciones planteadas:

1- Paro de 24 horas entre el 13 y el 15 de agosto (últimos días de la Rendición de Cuentas en Diputados).

2.- Viabilidad de aceptar la propuesta de los docentes argentinos de trasladar la Carpa con ayunantes a Montevideo durante 4 o 5 días, fecha en que se considera más oportuno.

3.- Otras movilizaciones.

4.- Posición sobre Escuelas de Práctica.

5.- Relevamiento de Educación Inicial.- Se solicita a todas las zonas realizar un relevamiento acerca de la situación en que están funcionando los grupos de 4 y 5 años:

* Grupos por edades o familísticos
* Ubicación del salón (en la escuela o en otro local, si fuera otro local, a qué distancia de la escuela, donde y en qué condiciones).
* Cantidad de niños por grupos.
* Mobiliario y materiales didácticos recibidos.
* Si el grupo ha tenido más de una maestra, causal del cambio.

Por lo tanto, se cita a Mesa Representativa para el próximo jueves 7 de agosto a las 18:30 horas en Casa del Maestro (Maldonado 1170).

ESTUDIANTES... ASI SE FORMAN LOS FUTUROS DOCENTES

Si pasa por las calles Soriano y Roxlo, se encontrará con la exescuela Venezuela hoy edificio reciclado para el Instituto Normal. Todo hace pensar al entrar que el mismo funciona de maravilla, con cuadritos y plantitas que adornan los pasillos y muchas luces que transforman el lugar en una verdadera obra de arte de este CODICEN que también se ha caracterizado por sus derroches presupuestales a nivel arquitectónico. Pero la verdad del asunto, está lejos de ser lo que aparenta.

La Reforma Educativa plasmada en el Plan «92», que reduce la carrera 2 años, nos ha sometido a una formación carente de contenidos, apuntando como único objetivo a una desprofesionalización constante, como siempre, en detrimento de la Enseñanza Pública, o sea de la Educación del Pueblo.

Es común escuchar para las evaluaciones de fin de curso, dos palabras mágicas: «Monografía Interdisciplinaria», que hablando en criollo quiere decir que el estudiante, deberá realizar una payada con gran calidad; procurando en torno a un tema específico, integrar 5 asignaturas que están inmersas en un marco de investigación y que además serán evaluadas oralmente po: los 5 docentes de forma integral, aunque el Prof. por ej.: de Psicología Evolutiva no tenga ni la menor idea de las otras asignaturas de su propia área (ciencia de la Educación).

Además de lo recién expuesto, un futuro maestro debe estar preparado para enfrentar en el Instituto una:

-Carencia creciente en la relación pedagógica teórico-práctica que impide abordar en profundidad áreas básicas del conocimiento para la formacion del futuro educador.

-Eliminación de asignaturas como Epistemología. Sociología y otras.

-Aumento excesivo en la carga horaria impidiendo el acceso al mercado laboral.

-Falta de coherencia entre la formación teórica y la realidad de la educación pública.

-Docentes no capacitados y elegidos por la dirección en forma directa.

-Existencia de dos salas de computación que no pueden ser utilizadas por el alumnado e imposibilidad como estudiantes de un nivel terciario, de proponer modificaciones en los programas de formación entre otros puntos que podríamos enumerar.

Como se irán dando cuenta, el lujoso instituto en realidad es un verdadero tren fantasma, que increíblemente este año, gracias al departamento de Educación a Distancia, perteneciente a la Dirección de Formación y Perfeccionamiento Docente, nos ha nutrido mes a mes de fascículos que tratan de educar para la diversidad, lo que traducido significa una pobreza educacional para futuros docentes y por ende una pauperización cognitiva creciente para los niños de la escuela pública.

Esto desde el punto de vista del proceso enseñanza aprendizaje resulta absolutamente antipedagógico y por si fuera poco, realizado por docentes sin concurso previo.

Elementos sobran, además de los ya expresados, para observar que esta Formación Docente cae en contradicciones constantes como inclusive han sido las elecciones de los consejos asesores y consultivos (organismos de cada I.F.D. integrado por maestros, estudiantes y profesores) que no estando de manera explícita en ningún reglamento del CODICEN, hoy el mismo organismo, no se puede instalar en el Normal, supuestamente por la ausencia del orden Egresados (versión de la Dirección de Formación Docente).

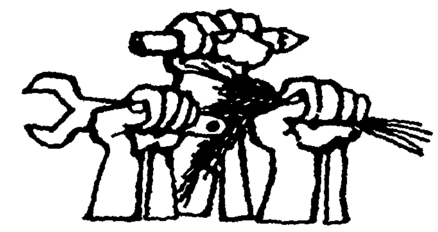
La idea de estas líneas, han sido un poco desenmascarar a esta «deformación de maestros», pero no queremos despedirnos sin antes afirmar:

-Nuestro debate sistemático a esta Reforma Educativa, exigiendo un Debate Nacional y Popular. presupuesto y salarios dignos para la enseñanza pública, valuarte esencial para el futuro Uruguay.

Su lucha, compañeros maestros, es la nuestra siempre!

NUNCA TE DETENGAS
NI TE APARTES JUNTO
AL CAMINO
NUNCA DIGAS NO
PUEDO MAS
Y AQUI ME QUEDO

Centro Estudiantes de Magisterio

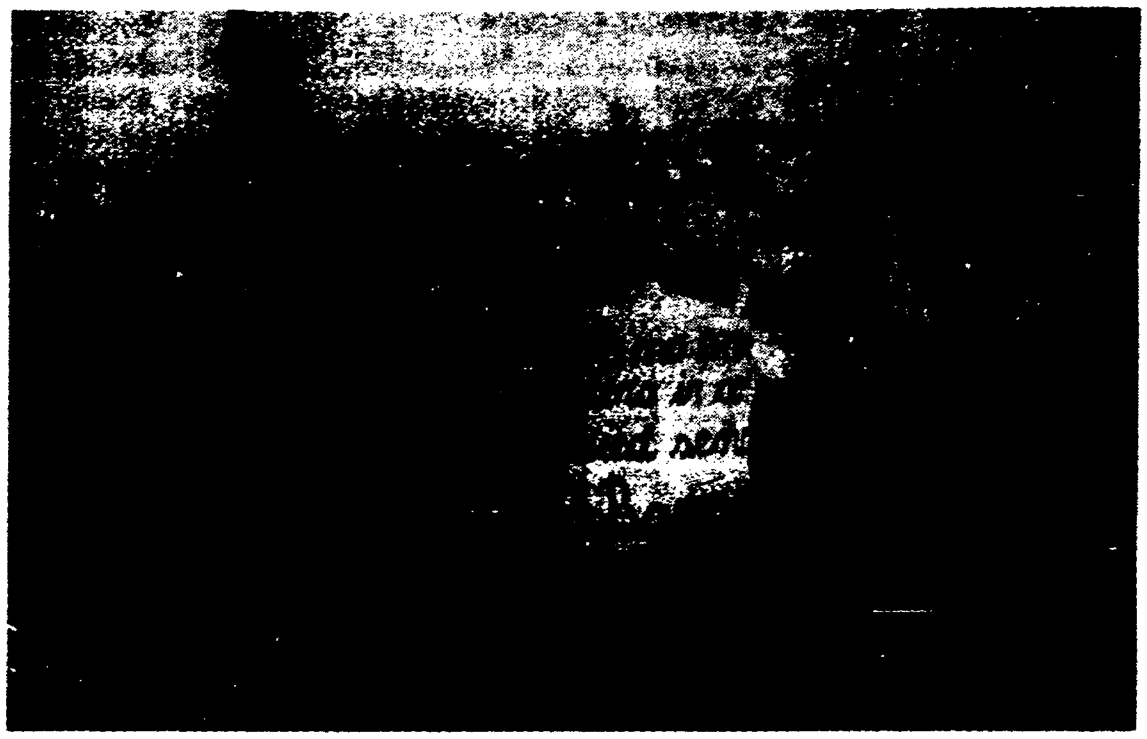


Para Ser Solidarios

La Granja Movilizada

En los últimos quince días el sector granjero y en especial la Asociación de Fomento y Defensa Agrícola de Joanicó estuvo movilizada por la grave situación económica por la que atraviesan.

Durante 13 días tres integrantes de la (AFYDAJ) realizaron una huelga de hambre que tuvo como corolario el corte de la Ruta 5 el día viernes 25 por parte de productores de Canelones, Florida y San José.
Debido a la presión que ellos y otros sectores de la población ejercieron, finalmente llegaron a una solución negociada con el Banco República.



Suinm

El gremio que nuclea a los trabajadores del Instituto Nacional del Menor (INAME) realizó un ayuno de 48 horas por la CARPA DE LA DIGNIDAD frente al Acceso del Palacio Legislativo.

De varios departamentos vinieron delegados.

Los motivos, como siempre, la Rendición de Cuentas y la profundización de la Reforma del Estado (privatizaciones, tercerizaciones y supresión de servicios).

Buen resumen el de la tapa del boletín de los compañeros «Caramba Fernandito, nos olvidamos de pedir aumento salarial para los funcionarios».

Desde Florida, otra clarinada de unidad.

El martes 29 se cumplió en Florida un paro cívico, se manifesó la oposición al neoliberalismo y la necesidad de soluciones, de empleo, de salud.

También los maestros estuvieron presentes.

Nuestra adhesión a estos postulados, «con el arriba nervioso y el abajo que se mueve».

Marcha

por: **Mártires Estudiantiles**
Rendición de Cuentas
Reforma Educativa

14 de agosto
19:00 hs. Plaza Libertad hasta Explanada de la Universidad

RECORTES

La intención de esta sección es publicar notas que aparecen en la prensa nacional, que hagan referencia a la situación de la educación primaria.

SOCIEDAD — Martes 22 de julio de 1997 — La República 17

Cerrarían escuelas rurales

Diputado Arregui califica la medida como "irracional"

El diputado socialista Roque Arregui señaló que el Codicen proyectó el cierre de 200 escuelas rurales en todo el país, de las cuales las primeras 100 se eliminarán en el correr de este año y las restantes en el próximo.

Según el parlamentario que integra la Comisión de Educación y Cultura de la Cámara de Representantes, esta iniciativa de las autoridades de la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP) surge de una documentación que fuera presentada ante el Parlamento Nacional.

"Esto ha generado una gran preocupación en el interior. Hay que tener en cuenta que en las distintas Inspecciones Departamentales se ha elaborado una gran cantidad de proyectos de cierre de escuelas y están surgiendo intensas movilizaciones de padres y vecinos de distintas comunidades rurales protestando contra este proyecto", indicó.

Arregui dijo que se están realizando medidas de protesta en rechazo a esta medida en los departamentos de Treinta y Tres, Soriano, Canelones, Rocha, Lavalleja y Colonia.

Una de las "grandes irracionalidades" de esta iniciativa es que muchos niños de Treinta y Tres van a tener que desplazarse a pie cerca de siete kilómetros de su hogar hasta la parada del ómnibus, serán trasladados durante una hora y media y luego deberán hacer el mismo camino de regreso.

"Haciendo el razonamiento anterior, van a haber niños que van a regresar a sus casas a las 21.30 horas. Estaremos hablando de escolares y no de adultos", indicó.

Problemas de niños

En los proyectos de cierre de escuelas en el departamento de Soriano no han pensado que, "este mecanismo de traslado de ómnibus de los niños no tiene en cuenta que hay pasos que crecen con mucha facilidad por las lluvias. Los escolares no podrán regresar a sus casas, con una simple lluvia, hasta que las aguas vuelvan a su cauce".

Arregui sostuvo que los padres también están preocupados por los gastos que les ocasionará el sistema de transporte que pretende instrumentar el Codicen.

"Pese a que se les promete que el combustible y el ómnibus correrían por parte de la ANEP, la experiencia es que siempre ocurre que las comisiones de padres terminan haciéndose cargo de ellos", indicó.

Sostuvo que otro problema serio es que el chofer debe depender de las Inspecciones departamentales, pero "sucede que estos organismos no cuentan con personal para ello. En este caso se les propone a los inspectores departamentales que hagan un convenio con las Intendencias municipales a cambio se les entregarían los locales escolares".

Consultado sobre si esta estrategia del Codicen se debe a que pretende economizar recursos, Arregui dijo que "lo que planea la ANEP es cerrar 200 cargos de escuelas rurales para trasladarlos a la educación preescolar. También se sacó 220 cargos de escuelas comunes y 100 de educación de adultos para dedicarlos a los preescolares".

Según el parlamentario, esta política lo que hace "es desvestir a un santo para vestir a otro. Concuerdo plenamente con que la educación preescolar debe extenderse, pero no bajo este sistema donde se dejan sin atender amplias zonas de la educación primaria".



El cierre de escuelas rurales provocará que niños de Treinta y Tres deban trasladarse hasta siete kilómetros a pie.



RECIBIMOS & PUBLICAMOS

Con el objetivo de regular la extensión y tenor de las notas de los compañeros, que son publicadas en el periódico; se resolvió hacer algunas puntualizaciones, que deberán tener en cuenta las personas que quieran publicar notas.

1) La extensión de los artículos, no podrá ser mayor a una hoja tipo carta, a doble espacio

2) Se solicita a los compañeros, no agraviar a otro integrante del gremio en su nota.

3) Las notas deberán estar firmadas.

COMPAÑERAS/OS MAESTRAS/OS

Les acerco algunas cifras interesantes a saber:

en E. Inicial el incremento real de matrícula del año 1996 con respecto a 1995 fue

En 4 años 4820 NIÑOS.

En 5 años 6213 NIÑOS.

En 3 años hubo una baja de inscripción a favor de 4 años, ésta fue de - 1131 en el año 1996.

Sumando estas cifras a las de 1995 tenemos los siguientes números

Nivel 4 años en 1995 9798 + 4820 = 14.618 NIÑOS

Nivel 5 años en 1995 34.332 + 6213 = 40.545 NIÑOS

Estas cifras son a nivel Nacional, tomadas del documento EDUCACION INICIAL Cifras Comparativas 1995-1996 del Departamento de Estadística Educativa. En este año todavía no tenemos la estadística completa.

NOTA

Es importante que los compañeros/as sepan que este crecimiento de niños no viene acompañado de un gran crecimiento en nuestra fuente de trabajo.

En la A.T.D. 1997 se nos informó que 85 cargos fueron creados para el interior y 91 para Montevideo y que 285 cargos provienen de Educación de Adultos, Educación Rural, INFED, del Centro de Tecnología y debemos agregar los 20 cargos racionalizados a Educación Inicial el 30 de abril de este año, ya que no se permitió ingresar a niños de 3 años en estos 20 cargos.

Por lo tanto tenemos 176 cargos creados y 305 cargos «heredados» del desmantelamiento de nuestro propio sistema de Educación.

Lilí Lima Cabral
Maestra de E. Inicial

CARTELERA

INFORME DE FINANZAS

INGRESOS

Saldo que viene de mayo	$u	240.293,44
Rubros		
1. Aportes Gremiales	$u	81.045
2. Cuotas abonadas en sede	$u	372
3. Reintegro PBS (B. Peralta)	$u	1.117
4. Aporte Fum-Tep	$u	750
5. CASMU(Cuotas de Jubil.)	$u	30.000
6. Aporte por boletines	$u	150
8. Reintegro adelanto de haberes	$u	250
9. Aporte SIN_TEP 8/96-5/97	$u	2.800
10. Reintegro CSEU	$u	600
16. Ademu-Canelones (Jun. Jul/97)	$u	1.000
Sub-total	$u	118.084
Total	$u	358.377,44

EGRESOS

1. Sueldos	$u	19.560,90
2. Propaganda	$u	21.830,50
3. Cotización FUM	$u	25.600
4. Art. de oficina	$u	1.344,60
5. Local(OSE;UTE;ANTEL;etc)	$u	7.693
6. Local(Art. de limpieza)	$u	58
7. Diarios e impresos	$u	2.060
*8. Solidaridad	$u	10.200
9. Asambleas	$u	6.358
10. CASMU(Adelanto a JUb	$u	26.093
13. Elecciones ADEMU	$u	4.470
14. Otros (Locom. festejos, varios)	$u	445
Sub-Total	$u	125.713

Saldo que pasa a julio de 1997... $u232.664,44

Secretaria de Finanzas *Mirta Frondoy*

SEMINARIO

«EDUCACION PARA LA PAZ»

SALON ROJO DE LA I.M.M. - Organiza: MOVIPAZ - FUM-TEP

8 y 9 de AGOSTO

Con la Participación de:

* Seminario Gallego de Educación para la Paz (España).
* Docentes y especialistas argentinos y uruguayos.

TEMARIO

* **DESEMPLEO Y POBREZA**
  - Políticas económicas y Desempleo.
  - Empleo y Formación.
  - Papel de los sindicatos.
  - Efectos sociales de la desocupación. Margina- ción y Pobreza.
* **EDUCACION PARA LA PAZ**
  - Educación y Derechos Humanos.
  - Ciencias y Tecnología para la Paz.
  - Preservación del Planeta.
  - Movimiento de Educadores por la Paz.

Informes e Inscripciones:

MONTEVIDEO: Casa del Maestro Maldonado 1170 - Tel: 912-540 - 913-987

INTERIOR: Telefax: 91 39 87

ADHIERE: REVISTA « QUEHACER EDUCATIVO »

CARTELERA

COVIFUM I

La Secretaría de Servicios de FUM - TEP - Comisión de Vivienda de los Trabajadores de Educación Primaria llama a inscripción para la conformación de COVIFUM I de Ayuda Mutua.

* La cooperativa se construirá en terreno céntrico.
*Cupo máximo de 30 familias.
* El titular debe ser afiliado a una filial de FUM - TEP (Afuprim, ademu, etc.).
*Los ingresos del núcleo familiar no deben superar las 60 UR (aprox. $ 10.000).

Charla informativa de FUCVAN: jueves 7 de agosto - 18:30 hs.
Casa del Maestro (Maldonado 1170)
Los asistentes podrán inscribirse posteriormente a la charla.

TALLER EXPRESIVO CREATIVO

30 de agosto.-
Taller Expresivo - Creativo, con modalidad vivencial integrando las áreas plástica, corporal, musical y verbal. Este taller apunta tanto al desarrollo creativo personal como al enriquecimiento de la actividad docente.
Estarán a cargo Ana Mª Petrone y Raquel Avila Profs. Instituto Normal, de amplia trayectoria.
Por inscripciones y consultas llamar a Casa del Maestro 91 25 40

COMISIONES

Jurídico -	lunes y jueves 19:30 hs.
Servicios -	miércoles 18:00 hs.
Finanzas -	viernes 18:00 hs.
Propaganda -	jueves 18:00 hs.
Formación -	reunión inicial el 12 de agosto para aprobar el plan - 18:30 hs.
Organización -	se acordará con Mesa de Delegados Zonales.

CONVENIOS DE ADEMU-MONTEVIDEO

CASMU
MIDU
SMI
AEBU
CINEMATECA
SECOM
BANCO COMERCIAL
BANCO MONTEVIDEO
TCC
ALCANCE
LA RIELA Comunidad Terapéutica

IBERSIS: Traslado de niños de Escuelas de Requerimiento Prioritario al LATU para el año 1997. Llamar para coordinar la ida a Casa del Maestro, Tel: 91-39-87 después de 18 horas.

Mtro. Gustavo Macedo
Secretaría de Servicios
ADEMU-Montevideo

SECRETARIA DE ORGANIZACION

Desde este Boletín me dirijo a todos los Maestros con el propósito de establecer un espacio regular, donde la información se brinde y se recoja en el menor tiempo posible, estableciendo una comunicación útil y fluida hacia y desde las Escuelas. El desafío será primero reconocer las causas de nuestro aislamiento para así vencer las resistencias que nos inmovilizan. Buscar la información, y también ofrecerla, fortalecerá este grupo docente, restableciendo las energías adormecidas por la impotencia, la desesperanza o la frustación.

El primer paso puede ser el nombrar, entre los que todavía tienen alguna esperanza, delegados por Escuela. En el talón inferior anotar el o los nombre y teléfonos alternativos que nos permitan desde esta Secretaría vincularnos y establecer mecanismos que posibiliten trasmitir la información.

Ya en el próximo número podríamos publicar algunos datos de localización de compañeros referentes, lugares de reunión, horarios, etc. e ir confeccionando paulatinamente un banco de datos básico que canalice el crecimiento de los espacios y los tiempo de elaboración que nos merecemos. Más allá de las carencias reales de tiempo, restablecer la comunicación es una meta alcanzable; a corto plazo podremos lograrlo. Si queremos sabremos cómo.

Compañero Maestro, compañera Maestra: nos tenemos a nosotros mismos. Organizados tendremos más fuerza, más iniciativa, mayor capacidad de propuestas y de defensa. Haz llegar lo antes posible estos datos a Casa del Maestro en Maldonado 1170, o dáselos a otro colega que pase por nuestro Sindicato, del que todos formamos parte.

María Ema Alba
Secretaria de Organización de ADEMU.

Escuela Nº	Teléfono	Nombre del Delegado	Teléfono Particular

ADEMU
montevideo
AGOSTO 1997, número 46

RESULTADO de las ELECCIONES

Período 1997 - 1998 ADEMU

LISTA436.000 331

LISTA1995 244

LISTAPROPUESTA27 165

INTEGRACIÓN DEL SECRETARIADO EJECUTIVO

Secretaria Gremial	*Raquel Bruschera*
Prensa y Propaganda	*Oscar Gómez*
Finanzas	*Mirta Frondoy*
Formación	*Daysi Iglesias*
Jurídica	*Marta Acosta*
Organización	*M. Ema Alba*
Servicios	*Gustavo Macedo*

PONELE NOMBRE A TU PERÓDICO

Sí, animate. Te convocamos a que por la vía que tengas más a mano, aportes sugerencias para ponerle nombre a nuestro periódico

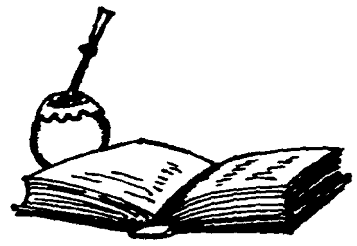


HUMOR



Ademu Montevideo

SEPARATA
A 20 AÑOS DE LA DESAPARICIÓN DE
JULIO CASTRO



A partir de este número, el periódico sindical de los Maestros de Montevideo inaugura una sección fija que se denominará «LOS NUESTROS».

En ella y con ella irán los aportes que en pedagogía, en didáctica y con su ejemplo diario han honrado a la profesión de educadores.

En esta sección pretendemos aportar materiales que contribuyan al enriquecimiento teórico y pedagógico de los compañeros. Sin desconocer la importancia de trabajos de gente de otros países, aquí vamos a extractar y transcribir a «los nuestros».

Comenzamos en este número con JULIO CASTRO que por ser tan importante va en «separata».

JULIO CASTRO ES UNO DE «LOS NUESTROS»

Este 1º de agosto se cumplieron 20 años de su desaparición forzada. Pesa sobre él, sobre Elena Quinteros y Gustavo Insaurralde y todos los desaparecidos, el silencio oficial sobre sus destinos.
RECLAMAMOS LA VERDAD SOBRE SUS SITUACIONES. . . . .

En esta separata tratamos de armar una semblanza de Julio, y por eso será él quien evoque su pensamiento pegagógico, ese que lo llevó a escribir «CÓMO VIVEN LOS DE ABAJO EN AMÉRICA LATINA» o «EL BANCO FIJO Y LA MESA COLECTIVA. VIEJA Y NUEVA EDUCACION».

PEDAGOGIA E HISTORIA

Para comparar los términos «educación tradicional» y «educación nueva» que es, en definitiva, a lo que se reduce el tema, hecha la aclaración preliminar, hay que determinar los límites de cada uno de ellos y ver hasta dónde, especialmente, se puede hablar de pedagogía o educación «tradicional».

Si se analiza el movimiento pedagógico en lo que tiene de dinámico, de «devenir», se percibe de inmediato que es un capítulo del proceso histórico. La historia no es sólo sucesión de hechos; es, por sobre todo, proceso espiritual. Y en ese proceso espiritual, como uno de sus aspectos, y no [illegible] importante, está el que se refiere [illegible] educación.

Lograr la configuración de una época es seccionar de un proceso ininterrumpido un determinado período, caracterizado por rasgos propios, que adquirieron en su momento cierta permanencia. En historia, esa fragmentación existe y su uso se ha impuesto con fines de enseñanza.

En pedagogía es más difícil seccionar una época; el movimiento pedagógico es parte del proceso espiritual y está vinculado a la manera de sentir y pensar de los hombres, que no siempre cronológicamente, corresponde a su manera de actuar. A veces en los períodos de fermentación, el pensamiento se adelanta a los hechos; a veces, por el contrario, son los hechos los que marcan el rumbo. Para un marxista, la interpretación primera no es admisible; para un idealista no lo es la segunda. Sin embargo, es claro que no hubiera habido Revolución Francesa sin el proceso intelectual anterior al Siglo XVIII, como tampoco hubiera habido Edad Media, sin la invasión de los bárbaros y la caída militar del Imperio Romano.



Hay momentos en que se vive del pasado y otros en que se vive del porvenir. Creación y conservación se suceden en proceso continuo, de distinta aceleración. El problema, para aislar un momento, está en encontrar sus elementos más permanentes, más definidos, y, si es posible, la más aproximada correspondencia entre el pensamiento imperante, y el cuadro histórico que sirve de cuerpo a ese pensamiento.

¿Qué vinculación existe entre las ideas sobre educación y el proceso general que cumple el espíritu humano a través de la historia?

Alrededor de esto caben diversas opiniones. Sin embargo, parece claro que las ideas sobre educación siguen, con la filosofía, la literatura, las artes, las ciencias, un proceso paralelo de desenvolvimiento. Ya se combinan o interfieran, juntas contribuyen a formar el proceso que, a través de los siglos, va realizando el pensamiento de los hombres.

Pero educación, a su vez, no es abstracción. La educación como especulación intelectual, puede serlo; pero no como actividad aplicable a los hechos. Se puede ser místico, idealista o racionalista, en cualquier época o en cualquier medio. En cambio, la educación está condicionada por los elementos físicos e históricos de un momento o un medio dados. De aquí que la educación está más vinculada a la historia -en el sentido usual de la palabra- que lo que están otras manifestaciones del espíritu.

Y esto es fundamental. Los planteamientos y las soluciones educacionales no pueden prescindir de las realidades históricas. Esto limita el vuelo de sus creaciones pero garantiza su autenticidad.

La educación se refiere a seres humanos y, por poco idealista que se sea, hay que comprender que el educador trabajo sobre destinos, en los que se puede influir de distintas maneras. Educar según una pedagogía idealista, sin raíces ni contactos con la realidad, es hacer obra de soñador, comprometiendo en esos sueños a quienes no los comparten; pero educar según soluciones prácticas, simplemente, es crear generaciones con un sentido servil de la historia y sin otro motor que el empuje de los acontecimientos.

De ahí que la pedagogía se ha ido convirtiendo en «ciencia de la educación»: ciencia en cuanto se basa en una serie de hechos comprobados y que ya han adquirido el rango de leyes; pero no ciencia, en cuanto tiene también una misión deontológica que cumplir: aspira a hacer al hombre mejor. Por una parte, sigue el principio de causalidad del método científico; por otra es conforme a fines, más propio del campo de la filosofía.

La preocupación científica en pedagogía ha surgido como consecuencia del progreso de las ciencias, especialmente las naturales. La aparición de leyes y de métodos basados en ellas, es sin duda uno de los signos que indican el advenimiento de tiempos nuevos.

JULIO CASTRO.

JULIO CASTRO.

Otros intelectuales que ya no están entre nosotros, como Yolanda Valarino, Hugo Alfaro y José Pedro Martínez Matonte, completan, en parte, al Julio, al flaco, al hombre real, ese periodista de Marcha, ese maestro que tanta falta nos hace.

PALABRAS PARA UN MAESTRO DESAPARECIDO

Oigo voces... muchas voces... y he de decir, a fuer de sincero, ya que me obligan. No importa mi nombre, pequeña cosa. Pero adquirido compromiso hace ya tiempo -un no sé cuando ni me importa donde-La afirmación quedó latiendo «su silla no quedará vacía» compromiso de honor Don Julio.

Por sus cenizas que algún día rescataremos para memoria de todos... y de algún su alumno que pudo evitarlo.

Perdón Don Julio, por un tan largo silencio. No perdida presencia. Rompo ahora el paréntesis y no importa consecuencias.

Oigo voces... muchas voces. Don Julio, pero quisiera saber de los que olvidaron la suya.

Tengo presente aquel día de premonición y cercanía de holocausto su voz diciéndome más o menos. Un día oiré el más ensordecedor ruido que jamás apercibiera. Será, de seguro, como un vozarrón destemplado y agresivo, dado en la más aguda de las notas... y me quedará el no saber si nunca más podré escuchar en canto de las hojas o ha de ser solamente la tortura indecible del minuto aquel, para que después retorne como desde el fondo del eco una sonrisa y una mirada y una palabra. Y muchos -innumerables- caprichosos gestos. Pero pa[illegible] entonces ya habré calzado una etapa de piedra dolorida, sobre el gran ojo del pozo que encerraba en su fondo me esperanza serena.

Sea válida esta ofrenda
No es problema de reclamos
Es problema de conciencia.
Tengo tu voz
Tu voz,

Tengo tu gesto
Y tengo tu palabra
en duro acento
Pero hay más
mucho más hondo en todo esto
Encontré tu mirada en cada encuentro
Te entrego mi firmeza
Como ofrenda
Soldado de tu casa para tiempo
Humilde ser ya una estructura toda
Que nos diste a medir
Grande y ser[illegible]
Hasta siemp[illegible]
Y por siempre
MAESTRO

José Pedro Martínez Matonte
publicado en Semanario Asamblea

JULIO CASTRO: SU LUCHA POR LA LIBERTAD

Le conocimos en el año 1933. Un grupo de maestros recién egresados encontró un día, en el Museo Pedagógico, una reunión de maestros, citados por las autoridades escolares espúreas, designadas por la dictadura de Terra.

Allí un maestro joven, de veinticinco años, nos asombró con las respuestas duras y ágiles, dadas a los dirigentes que pretendían imprimir normas autoritarias a la educación de la época. El maestro era Julio Castro.

Nos alertó a los principiantes que había que enseñar, sí, pero resistir, en lo posible, los intentos de coacción en lo escolar, en lo social.

Supimos de otros intentos de lucha y de su formación, además de los cursos de post-grado, en Historia y Derecho.

Nos reencontramos en 1936 cuando los avances del nazi-fascismo en Europa, habían traído la guerra civil a España, que duraría hasta 1939, con la derrota de la democracia. En Uruguay, los maestros, bajo la dirección de la eximia maestra Enriqueta Compte y Riqué, habíamos constituído la Comisión de Ayuda a España.

Realizamos múltiples actividades en un grupo con Julio que poseía una calidez especial para comunicarse con la gente e incorporarles a las tareas de ayuda, con alegría.

Julio continuaba su actividad como docente pero, en 1939, iniciaba su periodismo en Marcha, anti-imperialista, defensor de los derechos humanos, sobre todo los de los pueblos de América Latina.

En las dos décadas siguientes realizaría sus obras de conductor en la obtención de una nueva escuela rural, inolvidable creación que se extendió a otros países de América.

Es que amaba la tierra y sus hombres; sabía de la escuela rural «como la casa del pueblo».

En 1968, de regreso de una inteligente acción conducente a alfabetizar a grupos indígenas en Ecuador, se encontró frente a la gran crisis que nos conduciría, a pesar de la lucha política, a la dictadura.

Los últimos años en los cuales le oímos decir: qué hacer, cómo salvar a los que debían irse.

El no se contaba: fue una total entrega que le llevó a la «desaparición» física como a otros maestros, obreros, estudiantes. Por eso le recordamos ahora, después de una década, en sí mismo y como símbolo de muchos. De todos los que cumplieron con la sentencia del poeta:

«VIVIR SE DEBE LA VIDA, DE TAL SUERTE, QUE VIVA QUEDE EN LA MUERTE»

Yolanda Vallarino

persona buscad[illegible]

Me mira desde el papel amarillento, tras los lentes del intelectual que creía y quería no ser. Es un recorte de diario, de la época en que Julio desapareció. El comunicado en que el Departamento de Vigilancia de la Dirección de Investigaciones de la Jefatura de Policía de Montevideo exhortaba a la población que diera informes sobre el paradero de JULIO CASTRO PEREZ (las mayúsculas son de ellos), oriental, casado, de 68 años de edad, ellos dicen, quien falta de su domicilio, se permiten decir, desde el 1º de agosto próximo pasado (1977). La foto, bajo el título Persona Buscada, hace justicia a los rasgos fisonómicos de Julio, pero no a su carácter. Me mira con seriedad desde el papel amarillento. Con tristeza; como si todo hubiera ocurrido ya y él lo supiera.

Este país —virgen de muchas experiencias— empezó a conocer, en la década pasada, sueños muy distintos a los de la siesta liberal. El uruguayo empezó a verse asaltado por sueños malsanos de muerte y de tortura. Peor aún: empezó a soñar a sus desaparecidos, cada uno a soñar al suyo. Eran —son— los visitantes de la noche. Aquellos que de día no están; aquellos que a la hora cierta de las cosas tangibles no están. En mi sueño recurrente (últimos meses [illegible] 77 y primeros del 78), al doblar por Canelo[illegible] para tomar Julio Herrera descubría dichosamente entre los árboles y otros autos, la camioneta Indio de Julio. Yo iba presuroso, deslumbrado, al encuentro del canario [illegible] los primeros ma[illegible]

—¡Yerba mala [illegible]!

Pensar, Julio —[illegible] yo— [illegible] tenido este sueño. [illegible]

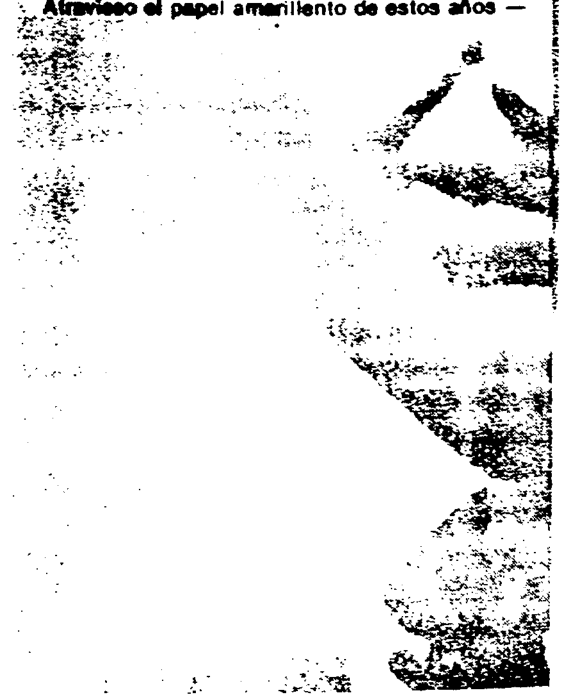
Todo tan claro, [illegible] Pero era otra vez el [illegible]

Le llaman [illegible] querer saber. A qu[illegible] Julito, a Baliñas [illegible] los que sueñan [illegible] ellos, qué les [illegible] soledad.

El lunes 11 de junio de [illegible] tuve una ext[illegible] alucinación, o sólo un presentimiento. El domingo 10 había muerto Quijano en México, y quise saludar el día siguiente a la mujer de quien había sido su amigo entrañable. Uno había muerto en el exilio; otro en la clandestinidad impuesta por sus opresores. Quise, pues, estar junto a Zaira. Pero [illegible] en el umbral de su casa, como a la [illegible] del milagro tantas veces convocado. [illegible] —tan[illegible] como real— la existen[illegible] de un [illegible]. Un pacto que no obstante ser avalado por [illegible], era honorable. Pues [illegible] que [illegible] Quijano había ya mu[illegible] Julio [illegible] a quien sólo tenían de rehén, podía [illegible] libertad. El amigo liberaba al amigo. La camioneta Indio, doblaría en cualquier momento por Canelones para tomar al fin por Julio Herrera. Esperé un rato en el umbral de ese intenso deseo.

Era otra vez el sueño.

Atravieso el papel amarillento de estos años —



los que se fueron: Carlos Real de Azúa, Daniel Waksman, Angel Rama, Mario Arregui, Maneco Flores, Nora Giometti, Blankito— y vuelvo al silencio fecundo de la redacción de "Marcha" y al bullicio trepidante del taller.

Uno no lo sabe bien hasta que es tarde. Soy la suma de muchos. Las gentes que nos forman, tan callando; y que por vínculos sutiles hacen que veamos el haz y el envés: Julio era la vida. La alegría y la hebra taciturna. Quizás también la seriedad de esta fotografía, pero por el lado de su derechura, de su integridad de hombre de bien. El estaba para el lado cómico de las desventuras, para las pifias de la solemnidad, para la piedad con los equivocados, y para sacar las castañas del fuego entre cuatro chistes y un vaso de vino. Pero eso es el Julio doméstico, el de las virtudes privadas en cuya pila bautismal tantos mojamos.

El Julio Castro de las virtudes públicas es el que el país conoció, aunque no lo suficiente. Si Quijano fue el teórico —genial— del antimperialismo, Castro fue el práctico, el baqueano. El que recorría palmo a palmo México, Bolivia, Cuba, Ecuador, Venezuela, viendo los problemas en el drama de la gente: pata al suelo, vientre hinchado, cortísima esperanza de vida y dependencia. Llegaban las crónic[illegible] Julio Castro a "Marcha". El Tropero se acuerda [illegible] nosotros, decía Quijano. Aquello era política internacional, testimonio humano, humor del camino y solidaridad en la lucha por la liberación de "los de abajo". Cuando había que [illegible] las puntas de la ideología con las de la [illegible]ducta personal —esa síntesis que en otros [illegible]da— Julio era de una pieza. Sin mayúsculas, [illegible] hache muda o aspirada, burlándose de boina [illegible] almidón ajeno. Y poniéndose a escribir, [illegible]damente, cuando por fin volvía, "un suelto [illegible]oso a una" para llenar esa columna que, en [illegible] apreturas del taller los días de cierre, había [illegible]dado corta. Después serían los temas [illegible]cionales: enseñanza, economía, política, [illegible]ortismo, siempre a escala del hombre, el [illegible] nuestro de nuestros pagos, con el que [illegible] dialogó de igual a igual toda su vida. Y aquellas misiones pedagógicas a los pueblos de ratas, que enseñaron pedagogía a uno, periodismo a otros, y a todos solidaridad.

Pero qué voy yo a hablarle de Julio Castro a la gente del magisterio (y menos, en su propia casa). Su pensamiento hondamente liberal, vareliano, tendiente al desarrollo pleno del ser humano en una sociedad justa, está amasado con sal en la vida de Julio, y es con ella un todo único.

¿Pe[illegible] buscada? Claro que sí. No sospechan quienes lo hundieron en la sombra, hasta dónde seguiremos buscando nosotros en la fragante humanidad de Julio Castro. La yerba buena no muere impunemente.

Hugo Alfaro

Periodista. Crítico de cine. Autor de "Mi mundo tal cual es", "Navegar es necesario", etc.

Los Maestros MIGUEL SOLER y BEATRIZ ETCHEPARE así lo recordaban hace más de una década.

UN DESAPARECIDO QUE ESTA CON NOSOTROS

. . . .

Todas las revistas pedagógicas del país y muchas de las del extranjero recogieron sus artículos. Era el suyo un estilo claro, riguroso y comprometido; presentaba los problemas, las teorías útiles, las posibles soluciones y para cada una de éstas otra vez los problemas, apoyándose sin claudicaciones en la realidad, punto de partida y de llegada de su pensamiento. Cuando estas obras vuelvan a publicarse, los jóvenes educadores aprenderán buena pedagogía, aprenderán también a pensar anclando en los hechos, que es una manera de pensar sin trampas, de vivir honradamente.

Transitó por la docencia a pasos rápidos, comenzando como maestro primario y concluyendo como especialista internacional. No era un simple enseñante, sino un investigador, un animador, un formador. Tal vez su mayor contribución la haya dado a la educación de las poblaciones rurales. Campesino él mismo, alumno de escuela rural en su departamento natal de Florida, mantuvo toda su vida un contacto íntimo con la tierra, sus hombres y problemas, como docente, como estudioso y como periodista. Incluso como productor.

. . . .

Esta sostenida acción en su patria y fuera de ella en favor de la liberación de los pueblos no le fue perdonada. Su secuestro el primero de agosto de 1977 por la dictadura y su ulterior «desaparición» truncaron la vida y la obra de esta compañero, fraterno, modesto y grande como pocos en América.

Si el lector no lo toma a mal, voy ahora a conversar mano a mano con Julio para decirle, para decirte, cuánto todos nosotros te hemos querido, cuánto te debemos y te seguiremos debiendo, cuánto hemos aprendido de tí, Canario, Canario en alpargatas, Canario bueno, sencillo y hondo, Canario humano.

Maestro y compañero mío, ¿cuántas páginas hemos borroneado juntos? ¿Cuántas veces compartimos el micrófono en salones, calles y plazas, para defender causas que nos eran comunes? ¿Con cuántos maestros nos hemos reunido, juntos, trabajando por el Uruguay y por América?

. . . . .

Porque -¿sabes, Julio?- en los últimos años te he echado mucho de menos, en Nicaragua, la tierra de Sandino, el precursor de quien tú tanto nos hablabas. Te cuento, Julio, que allí todo ha cambiado, que los niños van a la escuela y tienen cuadernos y textos nacionales, que los adolescentes de las ciudades alfabetizaron a casi todos los campesinos, que en promedio cada día se abren dos nuevas aulas, que el total de estudiantes pasa el millón -fíjate bien, Julio- en un país de tres millones habitantes. Sería una fiesta para tí poder verlo, Julio, y dar una mano y un consejo a esta Nicaragua libre, pero hoy pobre y agredida. Porque has de saber, Julio, que la muerte sigue viniendo del norte,....

Tú nos habías dicho: «El andar del tiempo hacia la liberación de los pueblos es constante, y es, además, irreversible». De modo que muere uno y surgen cien. Y el elegido que cae renace en la memoria de los pueblos, en los libros de poetas e investigadores, en los cuadernos de niños y adultos, en los nombres de las escuelas, Julio, «casas del pueblo», como tú decías, nombres de héroes, nombres de mártires.

También una escuela uruguaya llevará tu nombre, Julio.

. . . . .

Miguel Soler Roca
(Prólogo de Cuadernos de Marcha - Diciembre de 1985)

JULIO CASTRO

Siempre pensé que era fácil escribir sobre Julio por ser un hombre polifacético.

Sin embargo ahora, cuando me pongo a hacerlo, ya no me lo parece.

De todas las facetas salientes de Julio, la más importante es su **GRAN SENTIDO HUMANO.**

Lo conocí como maestro, como periodista y como amigo.

Siempre me asombró la ternura y la pasión que ponía en todo lo que emprendía y la entrega total a sus principios que eran ejemplares.

Siempres fue monolítico, no tuvo fisuras; actuaba y vivía de acuerdo a sus convicciones. Murió por ellas.

Todo lo humano lo impactaba profundamente y vivía con intensidad como propias, las cosas buenas o males que le pasaban al país y su gente.

Nada cambió su modestia. Sus méritos docentes internacionales reconocidos, no alteraron su Vida, ni sus austeras costumbres.

Sus obras «El banco fijo y la mesa colectiva» y «La Escuela Rural que el Uruguay necesita», son trabajos serios que aún hoy tienen vigencia.

Las Misiones Pedagógicas lo tuvieron como entusiasta organizador y pionero. Siempre fue el compañero de juicios certeros y meditados; tratando de mejorar todo lo que lo rodeaba, ayudando a todos, en fortalezas y debilidades. Tenía un corazón ancho y abierto como las arenas del mar que hacía de él un exquisito ser humano, al que RENDIMOS HOMENAJE POR SUS VIRTUDES Y SU EJEMPLO.

Beatriz Etchepare.

«UN DIA NOSOTROS HAREMOS JUSTICIA A JULIO. Y SI EL TIEMPO SE NOS VA, OTROS LO HARAN POR NOSOTROS»

Carlos Quijano
México, 24 de abril de 1980.

DOCUMENTO

Fragmento de las declaraciones de Julio Barboza, ex-integrante del SID (Servicio de Información de Defensa, dependiente de la Junta de Comandantes y del Ministerio de Defensa) publicadas por los semanarios Compañero y Aquí.

— J. Barboza — Una mañana yo estaba sentado en el escritorio y se iba Zabala, oficial principal de la Policía, y dijo: "Me llevo a Barboza. Vení, vení". Y me fui con él. Iba otro soldado más que no recuerdo quien era. Salimos los tres y fuimos y paramos el coche por la zona de Rivera y Soca.

De pronto salió un hombre mayor, de alrededor de 60 años, poco pelo, canoso, de lentes, bajo, creo que con un saco marrón. Bajó Zabala y me dijo: "Bajate, bajate". Y bajamos. Y cuando quise acordar estaba metiendo para adentro del coche. Era pleno día, de mañana, no podría recordar con precisión la hora.

Lo subimos al auto. Yo estaba sentado con él al lado. Me dijeron: "Hacelo agachar". Yo estaba casi paralizado. El se agachaba y se quejaba que no podía, le dolían los riñones, algo de eso sentí que decía. De ahí se lo llevó a la cárcel clandestina de la calle Millán y quedó parado allí, en el sótano, con un guardia al lado.

— ¿El estaba saliendo de alguna casa?

— J.B. — No sé si de la casa de él o de alguien. Venía hacia la calle como saliendo de una casa. No llegó a subir a su camioneta que estaba estacionada al lado del coche del SID. La camioneta la llevó el tercer soldado que iba con nostros a la cárcel de Millán.

El operativo lo comandaba Zabala, oficial de la Policía que estaba en comisión en el Dpto. III. Antes había estado en la Brigada de Narcóticos y últimamente estaba en Inteligencia.

— ¿Se supone que Zabala sabía de quién se trababa el secuestro?

— J.B. — Era un oficial. Tendría que saber. Iba Zabala y yo con él. Llegamos, bajó, entró, quedó parado ahí. No se le hizo nada en ese momento. No sé si después se le hizo algo. Yo me fui de ahí y volví para la oficina y no supe más nada. No sabía quien era. Después, por comentarios que sentí por gente conocida, supe que en esa misma fecha habían detenido a Julio Castro.

En el trabajo no sentí más nada, ni un comentario. Yo me fui por la fecha en que fue secuestrado. Ya a fines de agosto no estaba en el SID. Me fui inmediatamente después de eso. Yo no estoy seguro de que sea Julio Castro, pero por una serie de factores que se han divulgado saco la conclusión de que tiene que serlo. Por la fecha, por el coche, por la zona de Rivera.

— ¿No lo reconoce por la foto?

— J.B. — No. Por la foto no. La persona que nosotros detuvimos era mayor de la que está en la foto. La foto es de una persona de unos 45 años. La que nosotros detuvimos tenía por lo menos 15 años más.

— Ud. hizo referencia a una camioneta. ¿Podría describirla?

— J.B. — Indio amarilla y negra, era de él. Dos regresamos con él en el coche, el tercero llevó la camioneta.

— ¿Cuándo se enteró que a Julio Castro lo habían secuestrado?

— J.B. — Al poquito tiempo, por mis amistades, que no eran del proceso ni cosa similar. Sabían que yo trabajaba con algo que tenía que ver con milicos pero no sabían en qué. En la casa de una amiga, la madre dice "viste que ahora secuestraron a Julio Castro también". Y ahí empecé a darme cuenta de que seguramente era él la persona que habíamos secuestrado. Y después, leyendo las declaraciones de la última persona que lo vio, amigo de él, de la zona en la que estaba, por el coche que tenía, y la hora en la que salió de su casa, llegué a la conclusión de que sí era él.

— En el procedimiento ¿él ofreció resistencia?

— J.B. — No, no, hasta parecía que no le sorprendiera que lo fueran a secuestrar. La última imagen que tengo es por la vereda, que se baja Zabala y dice "bajate", se le paran al lado y lo agarran de un brazo. No fue un procedimiento espectacular. Lo llevan al *coche, empujándolo* pero sin aparatosidad. No ofrece ningún tipo de resistencia, fue como una sorpresa que lo agarraran del brazo.

Lo ponen en la parte de atrás del auto, sentado pero hacia abajo. No estábamos uniformados (Dpto. III no utiliza uniformes y los coches son todos comunes).

Yo recuerdo que la Indio, amarillo y negra, estaba en Soca y Rivera, en esa zona. Lo recuerdo porque es una calle más abierta, amplia, está el cruce de Pereyra. Por eso creo que era en ese lugar. La casa del amigo era en Llambí. Pudo haber dejado el coche por precaución algo más lejos.

La camioneta se la llevó el otro. En el coche manejaba Zabala y yo custodiaba.

— ¿Era la primera vez que iba a la casa de Millán?

— J.B. — Había ido una vez a la casa a conocerla cuando hacía poco que la habían empezado a usar, y fueron esas dos veces no más que fui. Esa vez que había ido no había nadie, ningún preso.

La casa era en un terreno muy grande hasta la otra calle, adelante tenía como enjardinado pero no cuidado, con entrada para coche con ladrillito en los canteros pero estaba todo muy venido a menos. Tenía habitaciones muy grandes, dos plantas, una con un sótano pero que era como un piso de alto. Ahí en el sótano fue que quedó Julio Castro parado con un soldado al lado. No vi si había otros detenidos, la casa era muy grande, puede que los hubiera y yo no los vi.

Lo habitual era permanecer en la cocina, que era moderna, azulejos, pileta inoxidable, era muy moderna y quedaba para atrás.

— Del sótano, ¿qué recuerda?

— J.B. — Era tan grande como la casa, era otro piso. Por lo que me acuerdo se veían columnas y había divisiones de paredes. Incluso recuerdo que se veía iluminada la parte del sótano (entrando por atrás se ingresaba inmediatamente al estar). Esa parte tenía la luz prendida y fue en la que quedó Julio Castro.

— ¿De quién es la responsabilidad de ese operativo y de la cárcel clandestina de Millán?

— J.B. — El Jefe del Depto. III en aquel momento seguía siendo Gavazzo y el Gral. Pranti seguía siendo el Director.

«Julio Castro enseñó una cosa, que quienes vinimos tras él tratamos de hacer también, y que seguramente continuarán en su nombre los uruguayos que algún día volverán al país. Y si algún día llegáramos a tener un gran Instituto Latinamericano, yo propondría que llevara su nombre»

Angel [illegible]

(Cuadernos de Marcha -México- Mayo/Junio [illegible])

Conflito congolês alastra

Rádio oficial denuncia a presença de estrangeiros a combater ao lado de Sassou Nguesso. Angola desmente que haja soldados seus em Brazzaville

A rádio oficial congolesa acusou ontem cidadãos centro-africanos, do ex-Zaire e ruandeses de estarem a combater ao lado das forças do ex-presidente Denis Sassou Nguesso contra o exército leal ao Presidente Pascal Lissouba, numa guerra que se estende agora para além de Brazzaville. De acordo com aquela emissora, captada em Kinshasa, soldados da antiga divisão presidencial de Mobutu, bem como elementos das antigas forças armadas ruandesas e ainda cidadãos centro-africanos, todos incorporados nas milícias "cobras" de Nguesso, teriam participado na terça-feira nos combates travados em Moungali, o bairro central da capital.

Já no domingo, as forças leais a Lissouba tinham acusado as "cobras" de terem "tropas estrangeiras" nas suas fileiras, enquanto rumores apontavam para a presença de soldados angolanos.

Ontem, o Governo de Luanda "desmentiu formalmente" que haja soldados angolanos a combater ao lado de Nguesso, ao mesmo tempo que garantiu "respeitar firmemente os princípios de não ingerência nos assuntos internos de Estados estrangeiros e de boa vizinhaça e desejar o regresso, o mais rapidamente p[illegible]vel, da paz a Brazzaville." Só que este conflito entre facções rivais co[illegible]lesas, desencadeado a 5 de Junho passado, parece não ter qualquer fim à vi[illegible] continuando a ser ignorado o cessar-fogo assinado a 13 de Julho e estando mesmo os confrontos a alastrar a outras zonas do país.

No domingo, de acordo com um comunicado do Ministério da Defesa, um comando das milícias "cobras" lançou "ataques de guerra contra o porto, o aeroporto e o centro da cidade" de Impfondo, cerca de 900 quilómetros a norte de Brazzaville, semeando "a morte e a desolação entre a população". A mesma fonte referiu que, também neste ataque, as "cobras" estavam apoiadas por ex-militares ruandeses.

Fontes humanitárias em Kinshasa confirmaram o ataque contra Impfondo, acrescentando que ele foi seguido de ajustes de contas e perseguições étnicas entre militantes de partidos afectos a Nguesso e do movimento presidencial de Lissouba.

O Conselho de Segurança da ONU continua a afirmar que não estão reunidas as condições para o envio de uma força de paz para o Congo, sendo esta a "observância rigorosa do cessar-fogo, a aceitação do controlo internacional do aeroporto de Brazzaville e a vontade claramente expressa das partes de chegar a uma solução negociada que englobe os aspectos políticos e militares da crise".

EDIÇÃO ELECTRÓNICA

SALVAGUARDADA A RETIRADA DAS TROPAS PORTUGUESAS DE TERRITÓRIO ANGOLANO

As Forças Armadas Estão preparadas para proceder à retirada dos militares portugueses de Angola se as Nações Unidas se pronunciarem pela necessidade de recolher o contingente de manutenção da paz, revelou fonte militar.

O Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas tem um plano de retirada das forças portuguesas destacadas em Angola, no quadro da Missão de Observação da ONU (MONUA), disse uma fonte militar citada pela agência Lusa.

O plano de recolha do pessoal, que prevê a mobilização de meios militares, será accionado para responder a uma situação de contingência em que a ONU considere necessária a retirada das forças de paz de Angola.

A eventual retirada dos militares portugueses será sempre feita em coordenação com a ONU, à qual compete accionar o plano de evacuação no caso de a deterioração das condições de segurança e estabilidade tornarem "insustentável" a presença das forças de paz.

Portugal tem cerca de 350 militares em Angola no âmbito da Missão de Verificação da ONU em Angola (UNAVEM) - as companhias de Transmissões (CTm5) e de Logística (CLog6) - e o Destacamento Sanitário 7 (DestSan7), este no quadro da MONUA, além de duas dezenas de efectivos que participam em acções de cooperação técnico-militar.

Quanto à protecção de civis, existe também um plano de evacuação, accionado pelo Governo, com o apoio do EMGFA, em situações semelhantes à que aconteceu recentemente no Zaire.

O regresso a Portugal da CTm5 e a CLog6, inicialmente previsto para este mês, quando se iniciou o mandato da MONUA, foi adiado para Novembro, devido à necessidade de sobreposição dos dois contingentes da ONU, a UNAVEM e a MONUA, no processo de substituição de efectivos. A fonte militar citada pela Lusa adiantou contudo que se admite que as duas companhias possam permanecer em Angola em caso de agravamento da situação no país.

A Missão de Observação da ONU em Angola criou entretanto um grupo de controlo de crise em Julho passado, que propôs que, em caso de degradação da situação, a Namíbia e a África do Sul sejam locais de acolhimento dos "capacetes azuis" e membros do aparelho político e administrativo da MONUA.

A ONU estabeleceu uma escala de cinco níveis para avaliação da situação de segurança em Angola, mas um documento oficial a que a Lusa teve acesso reconhece que a avaliação da situação de segurança é "subjectiva" e que "diferentes opiniões foram já levantadas" a seu respeito.

02

9708727

Regresso à página anterior

LUSA
NOTÍCIAS

15 AGO 97 - 10:09

Angola: Annan quer Eduardo dos Santos e Savimbi num frente-a-frente

Helsínquia, 15 Ago (Lusa) - O secretário-geral da ONU, Koffi Annan, declarou quinta-feira em Helsínquia que está a envidar todos os esforços para promover um encontro entre o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Numa conferência de imprensa, na sequência da visita oficial que está a efectuar à Finlândia, Annan salientou, por outro lado, ser ainda "muito cedo" para se pronunciar sobre as propostas da UNITA enviadas à ONU.

Nesse sentido, lembrou que o Conselho de Segurança das Nações Unidas vai debater, em breve, a eventual imposição de sanções à UNITA.

Kofi Annan falou também de Timor-Leste, sublinhando que a ONU deseja encontrar uma solução negociada para o conflito.

"Entendemos manter a discrição sobre o desenvolvimento das negociações", acrescentou, citado pela France Presse.

Sobre a República Democrática do Congo (RDC, ex-Zaire), Annan salientou ser necessário "dar tempo" a Laurent-Désiré Kabila, para que possa tomar conta do país, salientando a promessa do presidente democrático-congolês de organizar eleições dentro de dois anos.

Annan destacou também que, na próxima semana, a ONU vai enviar uma comissão de inquérito para fazer o ponto da situação sobre as alegações de existência de massacres de refugiados ruandeses perpetrados pelas tropas de Kabila no leste do ex-Zaire.

Lusa/Fim

9708727

NOTÍCIAS

14 AGO 97 - 21:15

Angola: UE afirma-se "extremamente preocupada" com falhas da UNITA

Bruxelas, 14 Ago (Lusa) - A União Europeia (UE) afirmou-se hoje "extremamente preocupada" pelo incumprimento da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) das resoluções do Conselho de Segurança para desmilitarização das suas forças.

Numa declaração difundida em Bruxelas, a presidência luxemburguesa da UE apelou para que a direcção da UNITA forneça "imediatamente e de maneira exaustiva as informações requeridas sobre o seu pessoal militar", permita a sua verificação por observadores das Nações Unidas e proceda à desmobilização dos seus homens.

"Mais de seis semanas passaram" desde a adopção da resolução 118 do Conselho de Segurança da ONU, em que o parágrafo 13 alude à desmobilização, e "a UNITA ainda não forneceu informações críveis sobre os seus efectivos armados", salienta a presidência da UE.

"Uma nova recusa da UNITA em cumprir as suas obrigações levará certamente a que seja inevitável a imposição de novas medidas" pelo Conselho de Segurança, comenta.

Lusa/fim

9708727

LUSA NOTÍCIAS

14 AGO 97 - 21:15

Angola: UE afirma-se "extremamente preocupada" com falhas da UNITA

Bruxelas, 14 Ago (Lusa) - A União Europeia (UE) afirmou-se hoje "extremamente preocupada" pelo incumprimento da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) das resoluções do Conselho de Segurança para desmilitarização das suas forças.

Numa declaração difundida em Bruxelas, a presidência luxemburguesa da UE apelou para que a direcção da UNITA forneça "imediatamente e de maneira exaustiva as informações requeridas sobre o seu pessoal militar", permita a sua verificação por observadores das Nações Unidas e proceda à desmobilização dos seus homens.

"Mais de seis semanas passaram" desde a adopção da resolução 118 do Conselho de Segurança da ONU, em que o parágrafo 13 alude à desmobilização, e "a UNITA ainda não forneceu informações críveis sobre os seus efectivos armados", salienta a presidência da UE.

"Uma nova recusa da UNITA em cumprir as suas obrigações levará certamente a que seja inevitável a imposição de novas medidas" pelo Conselho de Segurança, comenta.

Lusa/fim

9708727

UN-Angola

AP US & WorldThursday, August 14, 1997 9:06:00 PM

By ROBERT H. REID
Associated Press Writer

UNITED NATIONS (AP) -- One day before a deadline for former Angolan rebels to comply with U.N. orders, international mediators Thursday said the UNITA movement had failed to meet requirements to avoid economic sanctions.

On June 30, the Security Council gave UNITA until Friday to make a full and accurate disclosure of its military strength, allow extension of government administration in areas it controls and transform its radio station into a "non-partisan" broadcaster.

Otherwise, the council said it was prepared to impose economic sanctions.

UNITA submitted a report Wednesday to mediators from the United States, Russia and Portugal, who oversee implementation of a 1994 peace plan.

On Thursday, the mediators described UNITA's response as "tardy and unacceptable" and "does not meet" the requirements laid down by the council.

"Concerning UNITA's military strength, the data remains very incomplete," the mediators said in a statement released here and in the Angolan capital Luanda.

On Tuesday, the president of the Security Council, John Weston of Britain, told reporters the body was prepared "to consider and to impose" sanctions on UNITA if it failed to meet the Friday deadline.

The United Nations imposed a weapons and fuel embargo on UNITA four years ago, but the sanctions have had little effect. Weston did not say what stepped-up sanctions would be considered.

UNITA earns about $500 million a year from selling diamonds mined in areas it controls.

A peace agreement signed in 1994 in Lusaka, Zambia, calls for a transitional government and demobilization of UNITA's forces. The transitional government took office in April.

But tensions began increasing last May after Laurent Kabila seized power in neighboring Congo, formerly known as Zaire. Clashes broke out between government troops and UNITA in the diamond-rich north.

Analysts believe that UNITA leader Jonas Savimbi, nervous about the change in power to his north, wants to make sure he retains control of the diamond mines.

05

U.N. in Angola sends report on UNITA to Annan

Reuters World ReportFriday, August 15, 1997 5:19:00 AM

By John Fleming

LUANDA, August 15 (Reuter) - The United Nations in Angola said on Friday it was no longer waiting for a response from former rebel movement UNITA and had already sent a report to Secretary General Kofi Annan on whether sanctions should be imposed.

On June 30 the U.N. Security Council gave the former rebels until Friday August 15 to reply to demands to comply with the country's long peace process or risk facing sanctions.

UNITA was told to list its armed men, start handing over territory to the government and make its radio station non-partisan.

Sanctions for failing to do so would include a ban on foreign travel by UNITA members and curbs on banking, including a possible freeze on bank accounts.

U.N. Observer mission spokesman David Wimhurst told Reuters on Friday, "We are not now waiting for a UNITA response. The report has already been sent to New York."

Barring any last minute UNITA proposals, the U.N. statement points toward sanctions, diplomats say.

"If UNITA does not come up with something a lot better before the Security Council convenes," said one western diplomat, "then they are going to get hit with sanctions."

UNITA replied last week. Details were not made public but the U.N. mission here, comprising observers from the United States, Portugal and Russia, said that response was inadequate.

Wimhurst's comment dampened the chances that UNITA, which fought the former Marxist government for two decades until 1994 -- at times with U.S. and white South African support -- could influence the U.N. decision by a second, last-minute response.

U.N. officials and diplomats in Luanda say that even though the deadline for the report is Friday the Security Council will probably not sit to discuss the matter until next week.

Senior UNITA members in Luanda said on Thursday that UNITA's chief representative to the peace process, Isaias Samakuva, would return to Luanda on Friday after consultations with UNITA leader Jonas Savimbi in his highland headquarters of Bailundo.

"It is likely Ambassador Samakuva will bring some more information for the United Nations when he arrives on Friday," said one UNITA official. REUTER

9708727

06

UN unimpressed by UNITA bid to avoid sanctions

Reuters World ReportThursday, August 14, 1997 1:13:00 PM

(Adds UN comment on UNITA proposals)
By John Fleming
LUANDA, Aug 14 (Reuter) - The United Nations on Thursday branded as incomplete proposals by Angola's former rebel movement UNITA to revive a stalled peace process, but said a final decision on whether to implement sanctions would come later.

The U.N. Security Council warned it would impose sanctions including travel and banking restrictions from Friday unless UNITA took steps to comply with the 1994 peace accord which ended two decades of civil war against the formerly Marxist government of President Jose Eduardo dos Santos. UNITA responded this week.

"After a deep analysis of the information presented, the (U.N. Observer Mission in Angola) and the (observer nations) found that UNITA did not respond in a concrete way to ... the Security Council resolution of June 30, 1997," the U.N. mission said in a statement.

The statement said the number of men that UNITA claimed to have under arms was "highly incomplete" and the information the former rebels had offered on arms was "insufficient."

David Wimhurst, spokesman for the U.N. mission, had initially said the U.N. decision would be announced by the Joint Commission, the body overseeing the peace process in Angola.

Officials said later, however, the decision whether to impose sanctions against UNITA probably would be announced in New York.

Wimhurst said the UNITA proposals addressed three key demands made by the Security Council on June 30 to avert sanctions.

The demands included handing over the vast amount of territory UNITA still controls to the government, defining the number of armed men it still controls and turning its propaganda short-wave radio station, Vorgan, into a non-partisan entity.

A source involved in the peace process said UNITA had agreed to transform its radio station after a feasibility study, but that areas UNITA was proposing to hand over were remote and surrounded by other UNITA-held territory.

The Security Council gave UNITA until August 15 to submit a plan of how to move forward on the three demands.

On Tuesday, Security Council President Sir John Weston turned up the pressure, saying: "We will consider and we will impose additional measures. Let no one say later that they were not warned. The situation is totally unacceptable."

The European Union urged UNITA on Thursday to comply.

UNITA, the National Union for the Total Independence of Angola, fought the government from 1975 until the two sides signed a peace agreement in the Zambian capital Lusaka in 1994.

Under the terms of the treaty the former rebels were to disarm completely and hand their territory -- whose diamond

9708727

07

mines provide the movement led by Jonas Savimbi with a hefty income -- to the government.

But UNITA still controls up to 70 percent of Angola and the government says UNITA still has 35,000 armed troops. Military analysts and diplomats in Luanda estimate UNITA troop strength at between 15,000 and 25,000.

UNITA claims in a new document seen by Retuers to have 5,448 armed men -- almost twice as many as previously admitted.

UNITA Responds to U.N. Request

By Robert H. Reid
Associated Press Writer
Thursday, August 14, 1997; 10:39 p.m. EDT

UNITA Responds to U.N. Request

UNITED NATIONS (AP) -- One day before a deadline for former Angolan rebels to comply with U.N. orders, international mediators Thursday said the UNITA movement had failed to meet requirements to avoid economic sanctions.

On June 30, the Security Council gave UNITA until Friday to make a full and accurate disclosure of its military strength, allow extension of government administration in areas it controls and transform its radio station into a ``non-partisan" broadcaster.

Otherwise, the council said it was prepared to impose economic sanctions.

UNITA submitted a report Wednesday to mediators from the United States, Russia and Portugal, who oversee implementation of a 1994 peace plan.

On Thursday, the mediators described UNITA's response as ``tardy and unacceptable" and ``does not meet" the requirements laid down by the council.

``Concerning UNITA's military strength, the data remains very incomplete," the mediators said in a statement released here and in the Angolan capital Luanda.

On Tuesday, the president of the Security Council, John Weston of Britain, told reporters the body was prepared ``to consider and to impose" sanctions on UNITA if it failed to meet the Friday deadline.

The United Nations imposed a weapons and fuel embargo

on UNITA four years ago, but the sanctions have had little effect. Weston did not say what stepped-up sanctions would be considered.

UNITA earns about $500 million a year from selling diamonds mined in areas it controls.

A peace agreement signed in 1994 in Lusaka, Zambia, calls for a transitional government and demobilization of UNITA's forces. The transitional government took office in April.

But tensions began increasing last May after Laurent Kabila seized power in neighboring Congo, formerly known as Zaire. Clashes broke out between government troops and UNITA in the diamond-rich north.

Analysts believe that UNITA leader Jonas Savimbi, nervous about the change in power to his north, wants to make sure he retains control of the diamond mines.

Back to the top

9708727

internacional

Sexta-feira
15 de Agosto de 1997

O jornal de hoje

Canal PÚBLICO
Suplementos
Calvin & Hobbes
Pesquisa
Últimas
Dossiers
Portfólios
Televisão
Guia do Lazer
Fórum PÚBLICO
Nós
Serviço PÚBLICO
Gabinete PÚBLICO
PÚBLICO na escola
Eu leio o PÚBLICO
Home Page

Dias preocupantes em Angola

ONU e observadores rejeitam propostas da UNITA

Luís Vasconcelos



A comunidade internacional não poupa a UNITA

As Nações Unidas e os observadores do processo angolano (Estados Unidos, Rússia e Portugal) rejeitaram ontem as mais recentes propostas da UNITA quanto à aplicação do Protocolo de Lusaca, sendo de crer que a situação se mantenha preocupante ao longo das próximas semanas.

Na véspera de o secretário-geral Kofi Annan entregar ao Conselho de Segurança um relatório em que poderá admitir, a curto prazo, sanções a aplicar ao movimento liderado por Jonas Savimbi, a ONU e a "troika" de observadores menosprezaram as afirmações feitas pelo segundo partido de Angola, considerando que os dados fornecidos quanto ao número de soldados e à quantidade de armamento não são satisfatórios.

A UNITA diz que apenas poderá ter alguns milhares de soldados e de polícias ainda operacionais, bem como uma escassa quantidade de armas, mas as Nações Unidas - tendo em conta, inclusive, observações feitas por satélites norte-americanos - estão em crer que o grupo conte com mais de 15.000 ou mesmo 20.000 homens mobilizáveis para novas operações; bem como com armamento recém adquirido no mercado internacional.

Na quarta-feira à noite, o ministro angolano da Administração Territorial, Faustino Muteka, considerou inaceitáveis as novas propostas da UNITA, pois esta não estaria na disposição de entregar quanto antes todas as

9708727

localidades que controla e de despartidarizar por completo a Voz da Resistência do Galo negro (Vorgan).

Europa preocupada

A própria União Europeia se declarou ontem "extremamente preocupada" com a falta de uma resposta mais cabal da UNITA a todas as exigências que lhe vão sendo feitas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas quanto à inequívoca desmilitarização das tropas que aparentemente ainda lhe restam, depois de oficialmente já ter acantonado há meses todos os soldados que possuía.

Mostrando-se em profunda consonância com a ONU e com Washington, Moscovo e Lisboa, a presidência luxemburguesa dos Quinze pediu a Savimbi que forneça de imediato as informações que lhe vão sendo pedidas sobre o seu pessoal militar, de modo a que se proceda à desmobilização do mesmo.

Depois de hoje se conhecer ao certo todo o articulado do relatório que o secretário-geral Kofi Annan tem vindo a elaborar nos últimos dias sobre Angola, o Conselho de Segurança agendará para um dos próximos 10 dias mais um debate formal sobre o mais rico dos países africanos de língua oficial portuguesa.

"Se houver sanções, é certo que haverá guerra", disse entretanto ao PÚBLICO o representante da UNITA em Portugal, Isaac Wambembe, segundo o qual "as sanções não resolvem problema nenhum" e as mais recentes propostas de Jonas Savimbi são até uma manifestação de boa vontade.

Por outro lado, autoridades de Luanda e militantes do Galo Negro têm vindo a desmentir as notícias de que qualquer uma das partes angolanas estaria a participar na guerra que desde Junho se trava em Brazzaville, entre as forças do Presidente Pascal Lissouba e as do seu antecessor, Denis Sassou Nguesso.

No domingo, as tropas governamentais congolesas davam a entender que haveria soldados angolanos a combater por Sassou Nguesso, mas ontem o dedo da rádio oficial de Brazzaville já apontava noutro sentido, especificando que naturais da República Centro-Africana, do antigo Zaire e do Ruanda é que estariam a ajudar a combater Lissouba.

No que se refere aos homens de Savimbi, o que já se disse em algumas chancelarias é que uma parte deles estaria em Brazzaville a ajudar o Presidente Lissouba, depois de no Zaire, agora República Democrática do Congo, o marechal Mobutu ter sido substituído por Laurent-Desiré Kabila.

A situação regional está cada vez mais complicada, havendo a rádio oficial de Kinshasa noticiado já que as tropas de Kabila dispararam morteiros

9708727

contra Brazzaville, do outro lado do rio Congo, depois de projécteis vindos de lá terem caído sobre um seminário do ex-Zaire e ferido duas pessoas. J.H.

Titulos desta secção

Article Id: drafr08131997000066
Document Id: 0eexfg500cri15
Insert Date: 08/14/97
Purge Date: 08/28/99
Publish Date: 08/13/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 40

Title: Angola: Defense Ministry Reports 'Heavy Fighting' in Cabinda

Document Number: FBIS-AFR-97-225
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 13 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: 7 Lusaka Zambia National Broadcasting Corporation Network in English 050 13 Aug 97
AFS Number: MB1308060897
Citysource: Lusaka Zambia National Broadcasting Corporation Network
Language: English
Article Type: BFN

Heavy fighting is reported in the Angolan enclave of Cabinda between the government and UNITA [National Union for the Total Independence of Angola] forces. An Angolan Government newspaper says the action is concentrated in the towns of Tando Zinze, Buco Zau, and Belize.
Angola's Defense Ministry also says many rebels of the Front for the Liberation of the Cabinda Enclave have carried out 15 attacks on Army targets in the area.
Cabinda, located in that country's ocean coast between the two Congos, produces most of Angola's oil.

Article Id: drafr08131997000132
Document Id: 0eexfg501fiux7
Insert Date: 08/14/97
Purge Date: 08/28/99
Publish Date: 08/13/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 39

Title: Angola: 617 Former UNITA Soldiers Demobilized in Chitembo

Document Number: FBIS-AFR-97-225
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 13 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1308073997 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 0600 G
AFS Number: MB1308073997
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro

Language: Portuguese
Article Type: BFN

At least 617 former National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] soldiers were demobilized from the Chitembo assembly area, in Bie Province. This was confirmed by (Canzao Valente), Voice of Resistance of the Black Cockerel correspondent in the area, adding that 3,386 women and children also left the area. These former UNITA forces will rejoin civilian society this month because conditions offered by the United Nations have substantially decreased in the assembly areas recently. To this must be added the impending rainy season, which will make matters worse.

Article Id: drafr08131997000190
Document Id: 0eexfg700xbxn4
Insert Date: 08/14/97
Purge Date: 08/28/99
Publish Date: 08/13/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 61

Title: Zimbabwe: Mugabe Addresses Defense Forces Day Celebrations

Document Number: FBIS-AFR-97-225
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 13 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Zimbabwe
Sourceline: MB1308084297 (Internet) Dakar PANA in English 12 Aug 97
AFS Number: MB1308084297
Citysource: (Internet) Dakar PANA
Language: English
Article Type: BFN

HARARE, Zimbabwe (PANA) - President Robert Mugabe on Tuesday hailed the contributions made by Zimbabwe's defence forces in UN and OAU peacekeeping operations in Africa.
In his speech to over 30,000 Zimbabweans gathered to witness the celebrations of the Defence Forces Day, Mugabe said their contributions had been marked by dignity and discipline. Zimbabwe is proud of the achievements of her defence forces in carrying out humanitarian operations in Somalia, Rwanda, and Angola under the auspices of the UN and OAU.
In all these operations and observer missions, our defence forces raised high the Zimbabwean flag, with discipline and dignity, to the admiration of the whole world, he said. He said because of the prevailing peace in the region, the forces would embark on income- generating activities, in order to improve conditions of service and the state of the country's defence systems. They were offering such services as refurbishment of vehicles, tanks, aircraft.
The defence ministry, which was allocated ZD [Zimbabwean dollars] 5.4 billion (US$490 million) in the budget for the coming 18 months, needed more resources to be able to build its fighting capabilities and military preparedness, Mugabe said.

9708727

Mugabe also praised the participation of defence forces in the preservation of natural resources in collaboration with the department of national parks and wildlife, provision of rescue services for flood victims, and control of malaria outbreak. On the welfare of defence forces, Mugabe said he was happy with the establishment of the construction regiment, to help address the shortage of accommodation for officers.
The celebrations went on peacefully, without interruptions from disgruntled liberation war veterans, as happened during the commemoration of Heroes Day on Monday. Activities lined up for the day included parades by Zimbabwe National Army, Air Force of Zimbabwe, the Zimbabwe Republic Police, and the Zimbabwe Prison Service. The crowd would also be treated to helicopter displays, gun drill and a soccer match in the afternoon.

9708727

Nº DOCUMENTO 9708729
TITULO España. Encuentran 91 kg de cocaína en buque rumbo a Bélgica
PROCEDENCIA AGENCIAS
FECHA DE PROCEDENCIA 8/5/97
VINCULACIONES

DF4797

U SUCBT 05-08 00210
MUN ICY

ESPAÑA-DROGA
DESCARGA IMPREVISTA PLATANOS PERMITE HALLAR COCAINA EN BUQUE

Pontevedra (España), 8 may (EFE).- La descarga en el puerto español de Marín (norte) de una partida de plátanos por el mal tiempo imperante ha permitido localizar 91,5 kilos de cocaína en un barco que se dirigía a Bélgica, informaron hoy fuentes oficiales.

La aprehensión fue efectuada el pasado lunes por la Guardia Civil española, que fue alertada por el capitán del mercante "Africa Star" al observar la tripulación en las bodegas de la embarcación y entre la carga legal dos sacos con droga.

Tras ser registrado el barco y prestar declaración el responsable de la nave ante un juez se permitió la salida del buque hacia el puerto de destino, Zeebrugge (Bélgica).

La Subdelegación del Gobierno en Pontevedra informó hoy de que la operación se ha desarrollado en colaboración con las autoridades belgas, y con la lógica reserva para no interferir en la investigación sobre los posibles destinatarios de la droga.

Los investigadores españoles sospechan que los receptores de la cocaína pueden encontrarse en Bélgica, "ya que ese era el punto de destino de la mercancía de la bodega donde fue localizada y la descarga realizada en el puerto de Marín (Pontevedra) tuvo carácter accidental, debido a motivos climatológicos", precisaron las fuentes.EFE

jl/me/jff

01-01

9708729

Nº DOCUMENTO 9708730

TITULO

PROCEDENCIA O ESTADO S. PAULO

FECHA DE PRODUCCION 8/5/94

VINCULACIONES

Operação em morro prende 2 traficantes

RIO — Policiais militares prenderam duas pessoas e apreenderam 158 trouxinhas de maconha e 1 granada, durante operação na manhã de ontem no Complexo do Morro do Alemão, em Bonsucesso, zona norte. Os policiais chegaram à favela após denúncia anônima segundo a qual um barraco no morro era utilizado para armazenar drogas e armas. Os policiais do Serviço Reservado do 16º BPM (Olaria) foram recebidos a tiros por traficantes. Não houve feridos. Marcos Santos da Silva, o *Russo*, de 24 anos, e Carlindo Macedo Barcelos, de 31, foram presos.

Nº DOCUMENTO 9708731

TITULO Brasil: Convenio define Sec. de Justicia y Min. de Salud sobre destino de drogas incautadas.

PROCEDENCIA Zero Hora

FECHA 9/5/97

VINCULACIONES

11075

TÓXICOS

Convênio define guarda de droga

ZH 10-5

❑ A Secretaria da Justiça e da Segurança e a Secretaria da Saúde assinam na segunda-feira um convênio, uma portaria e uma ordem de serviço na área de entorpecentes. O convênio visa a união de esforços aos procedimentos sobre a destinação de drogas ilícitas apreendidas. Pelo acordo, a Secretaria da Justiça e da Segurança ficará com a apreensão de drogas sob sua responsabilidade até a declaração da sentença do processo. Serão remetidos para o Instituto Médico Legal as seguintes quantidades das amostras: cocaína, um grama, inaliantes, 10 mililitros, e comprimidos, cinco unidades. A Saúde acompanhará o depósito e a destruição das drogas ilícitas.

Nº DOCUMENTO 9708732

TITULO

PROCEDENCIA AGENCIA 8/5/97

GUATEMALA NARCOTRAFICO
DETENCION DE MILITAR CUMPLE VIEJA ASPIRACION DE WASHINGTON

Guatemala, 7 may. (EFE). La detención de un oficial retirado del Ejército de Guatemala, sorprendido anoche cuando realizaba una transacción de cocaína, cumple una vieja aspiración de Washington, que ahora puede pedir de nuevo su extradición.

Se trata del teniente coronel Carlos Rene Ochoa Ruiz, de 48 años, detenido por la policía antinarcóticos junto a Walter Quijada, de 35, y Milton Palencia, de 38, en posesión de al menos 30 kilogramos de cocaína.

Agentes del Departamento de Operaciones Antinarcóticas (DOAN) de la Guardia de Hacienda guatemalteca seguían desde hacía varios días la pista a Ochoa Ruiz, cuyas actividades como narcotraficante quedaron al descubierto en 1990.

La operación para detener al militar empezó el jueves por la mañana y concluyó la noche de ese mismo día en el estacionamiento de un importante centro comercial al sureste de la capital guatemalteca.

La droga, valorada en 1,1 millones de dólares y envuelta en paquetes de un kilogramo, estaba en cuatro vehículos, que fueron decomisados por las autoridades policiales y judiciales, con el apoyo del Ejército para culminar con éxito la operación.

Todos los diarios destacan hoy la detención de Ochoa Ruiz con titulares como "ex teniente coronel cae con 30 kilos de cocaína", "detienen a teniente coronel con 30 kilos de cocaína" y "capturado el narco militar".

El teniente coronel cayó por primera vez, junto a los capitanes del Ejército Hugo Leonel Pérez y José María Flores, en diciembre de 1990, tras una operación a cargo del Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA).

Los militares fueron descubiertos en el departamento sureño de Escuintla cuando cargaban una avioneta con media tonelada de cocaína por valor de 7,5 millones de dólares, recuerda el diario "La República".

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708732

01-04

[illegible]

restricciones para conceder asistencia militar a Guatemala una [illegible] Ochoa Ruiz.

La detención del ex teniente coronel se produce cinco días después de la visita a Guatemala de la secretaria de Estado de EEUU, Madeleine Albright, que ofreció al país centroamericano una ayuda de 750 millones de dólares para los próximos cuatro años.

Albright celebró una reunión privada con el presidente de Guatemala, Álvaro Arzú, y el ministro de Relaciones Exteriores, Eduardo Stein, en la que conversaron sobre comercio, inversiones, proceso de paz y cooperación en la lucha contra el narcotráfico, entre otros asuntos.

Hace dos semanas, el general estadounidense Wesley Clark también visitó Guatemala para despedirse como jefe del Comando Sur del Ejército de EEUU, cuya base está en Panamá.

Clark se reunió con el presidente Arzú y el ministro de Defensa, general Julio Balconi, a quienes reiteró la intención de su gobierno de restituir la ayuda militar a las Fuerzas Armadas, retirada en la década pasada por las graves violaciones de los derechos humanos que se le atribuyeron durante la pasada guerra civil.

El jefe de la Fiscalía de Narcoactividad, Oscar Contreras, consideró que la extradición a Estados Unidos de Ochoa Ruiz puede ser ahora una realidad. EFE

EF/RGM/SC/[illegible]

05/07/18 08/77

9708732.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencia EFE

F... 9/5/97

V... ...CIONES

R GUERI 05 05 00050
ICA MUN EXO

GUATEMALA DROGAS
EJERCITO A FAVOR DE CASTIGAR A MILITAR ACUSADO DE NARCOTRAFICO

Guatemala, 9 may (EFE). El Ejercito de Guatemala se ha declarado hoy favor de que los tribunales de justicia castiguen al ex teniente coronel Carlos Ochoa Ruiz, detenido ayer en esta capital por trafico de drogas y cuya extradición es reclamada por EEUU.

La portavoz de las Fuerzas Armadas, teniente coronel Edith Vargas, aclaró que Ochoa Ruiz se encuentra de baja desde 1991, cuando la institucion cancelo sus despachos castrenses.

El militar fue detenido por la Policia antinarcóticos en un centro comercial en el suroeste de la ciudad, junto a otros dos hombres, en posesión de 30 kilogramos de cocaina cuyo valor fue calculado en 1.1 millones de dólares.

Es la segunda vez que Ochoa Ruiz es arrestado por el mismo delito.

La primera vez fue en diciembre de 1990, cuando en compañía de otros dos capitanes cargó una avioneta con media tonelada de cocaina por valor de 7.5 millones de dólares, que luego llegó a Tampa (Florida, EEUU).

Tras un proceso judicial de extradición, que no fructificó, solicitado por Estados Unidos, Ochoa Ruiz quedo en libertad después de que la Corte de Constitucionalidad, el maximo tribunal, declarara improcedente la demanda.

La teniente coronel Vargas dijo en rueda de prensa que desde entonces el antiguo oficial no tiene vinculos con el Ejercito.

"Como en cualquier otro caso similar en el que las autoridades confirmen su culpabilidad, debe ser castigado porque ese delito (narcotrafico) es un flagelo que castiga al mundo", afirmó la portavoz castrense. EFE

EG/LBB/MV/car

05/09/21 50/97

TI4086

U SUCBI 05 09 00262
1CX MSD EXN

GUATEMALA DROGAS
DETIENEN POR NARCOTRAFICO MILITAR RECLAMADO POR JUSTICIA EEUU

Guatemala, 8 may (EFE).- La policía antinarcóticos de Guatemala detuvo hoy por tráfico de drogas al coronel del Ejército Carlos Ochoa Ruiz, cuya extradición reclama la justicia de EEUU por el mismo delito, informaron fuentes oficiales.

Ochoa Ruiz, de 48 años, fue sorprendido esta noche por agentes del Departamento de Operaciones Antinarcoticas de la Guardia de Hacienda cuando realizaba una transacción de cocaina en un sector al suroeste de esta capital.

La policía incautó al menos 30 kilos de cocaina y logró la detencion de otras dos personas, identificadas como Walter Quijada y Milton Nolberto Palencia, informó el portavoz de la Guardia de Hacienda, Faustino Sánchez.

El valor de la droga ha sido calculado en 7 millones de quetzales (cerca de 1,1 millones de dólares), señaló Sánchez al agregar que también fueron decomisados cuatro vehiculos en los que estaba la cocaina.

El jefe de la Fiscalía de Narcoactividad, Oscar Contreras, confirmo la detencion del militar al telenoticiero "Noti 7" y elogió la colaboración brindada por el Ejército.

Ochoa Ruiz se convirtió hace varios años en el primer miembro del Ejército de Guatemala en ser reclamado por Washington por introducir droga en Estados Unidos.

La Corte de Constitucionalidad, el máximo tribunal del país, rechazo en 1994 la petición de extradición en su contra por improcedente, aunque Washington todavía abrigaba la esperanza de lograrlo.

El fiscal Contreras consideró que la extradición de Ochoa Ruiz puede ser una realidad ahora, luego de que se agote la causa judicial que se le ha abierto.- EFE

Eb/cm/lm

05/09/05-00/97

... ...MIENTO

TITULO Guatemala Detienen por NT militar reclamado por la Justicia de EEUU. -

PROCEDENCIA Agencias

FECHA ... 9/5/97

VINCULACIONES 11176 11433
65998 65890
66097 11352
11351 11354
11514
11214
11229
11422

04-04

9708732?

Nº DOCUMENTO 97C8733

TITULO

PROCEDENCIA Página/12 Pdet

9/5/97

11352

11354

Agente encubierto y protegido

Un agente encubierto que colabora con la Justicia en las causas vinculadas con el narcotráfico sólo puede ser citado como testigo del juicio oral y público si se garantiza su integridad física, según una resolución de la Cámara Nacional de Casación Penal, que anuló así la decisión del Tribunal Oral Federal Nº 1 de San Martín, que citó a declarar como testigo en una causa a un agente encubierto, revelando su verdadera identidad.

En abril de 1995, el suboficial de la Policía Federal Miguel Angel Navarro fue designado como agente encubierto por la Justicia de Morón y se infiltró en una banda. Durante el debate público, el abogado de Navarro se opuso a que el policía fuese obligado a comparecer sin garantías tales como cambio de identidad, y radicación en otro lugar. El tribunal rechazó el pedido y Navarro apeló. La sala I de la Cámara le dio la razón al agente encubierto y señaló que el Tribunal tuvo "una incomprensible actitud desaprensiva" ante el agente encubierto y dispuso el apartamiento de la causa del mencionado tribunal.

01-02

TRIBUNAL CUESTIONADO

Un agente encubierto que se quedó sin protección

Un suboficial de la Policía trabajó entre narcotraficantes • Tenía identidad secreta • Pero un tribunal oral reveló su verdadero nombre y les sacaron el caso

SILVINA CLIMIS

El Tribunal Oral Nº 1 de San Martín fue apartado de una causa por revelar la verdadera identidad de un agente encubierto. La medida fue tomada por la Cámara de Casación Penal, que resolvió, además, remitir el caso a la Corte Suprema para que decida si corresponde o no juicio político al tribunal.

De esta manera finalizó un "leading case"; es decir: lo que los abogados consideran un caso testigo porque sienta precedentes para el futuro.

Todo había empezado en setiembre de 1996, cuando el entonces comisario inspector a cargo de la delegación Morón de la Policía Federal recibió un telegrama que lo dejó atónito. Era una citación para que un suboficial que había trabajado como agente encubierto se presentara en un juicio oral y público. El tribunal, que lo llamaba por su nombre real, pretendía que declarara como testigo en la sala, delante de todo el mundo.

En abril de 1995, el hombre se infiltró en una banda de narcos por orden de la jueza federal Raquel Morris Dloogatz.

Durante cuatro meses hizo de custodio de uno de ellos, presenció los negocios y hasta obtuvo datos acerca de algunos compradores. Gracias a su participación fueron secuestrados siete kilos de cocaína y detenidas siete personas, acusadas del delito de "tenencia de estupefacientes con fines de comercialización".

> El nombre verdadero del agente estaba en un sobre lacrado; se quedó sin las garantías que ofrece la ley

El caso tiene varios ingredientes inéditos. Tal vez el más grave de todos sea el que se originó cuando, durante una audiencia previa al juicio en la que estaban presentes el fiscal y los defensores de los detenidos, los jueces revelaron el verdadero nombre del agente encubierto.

Esa información había sido remitida, en un sobre lacrado, por la jueza Morris Dloogatz una vez que había terminado su trabajo, es decir, la etapa de la instrucción.

"Para nosotros el testimonio del agente encubierto era clave, porque él fue el hilo conductor de la investigación –explicó el fiscal Alberto Nisman–. Por eso pedimos que declarara, pero a puertas cerradas, sin público y sin imputados presentes".

Sin garantías

El Tribunal, sin embargo, insistió. Carlos Zorraindo, abogado de la División de Asuntos Penales de la Policía, evitó la presentación del suboficial planteando la nulidad de la convocatoria judicial.

Su argumento fue simple: no se estaban ofreciendo las garantías que establece la ley para preservar la identidad y la seguridad de los agentes encubiertos.

"Lo que peligraba no era sólo la vida del suboficial y su familia, sino la figura jurídica –explicaron fuentes judiciales–. Si nadie puede ser obligado a trabajar como agente encubierto y encima los que aceptan no tienen protección ¿quién va a querer ser agente encubierto?".

Como respuesta, el tribunal rechazó la protesta de Zorraindo y envió un nuevo telegrama al comisario de Morón: que un policía hiciera guardia frente a la casa del suboficial hasta asegurarse de que había recibido la citación para declarar.

Entonces el abogado del agente encubierto presentó un recurso de Casación; el Tribunal lo denegó, pero hizo una concesión: aceptó tomar la declaración a puertas cerradas, pero permitiendo que los acusados escucharan desde otra habitación.

La medida no convenció ni al fiscal Nisman ni a Zorraindo, que se dirigieron a la Cámara de Casación Penal, el máximo tribunal penal del país. "La Cámara aceptó la queja y ese mismo día decidió intervenir para proteger la identidad del policía, solicitando el expediente del juicio", explicó Víctor Hortel, secretario general de la Cámara y encargado del "secuestro".

El lunes 16 de setiembre de 1996, a las siete de la tarde, Hortel retiró el expediente y el juicio quedó suspendido. Habían declarado cinco testigos y faltaban catorce horas para el momento en que el agente encubierto se tenía que presentar.

Finalmente la Cámara de Casación se pronunció sobre lo que consideró "una incomprensible actitud desaprensiva" de los jueces: revelar la identidad del policía.

En primer lugar, los miembros de la Sala I de la Cámara concluyeron que el testimonio del agente encubierto no era "de absoluta necesidad" para el juicio. En segundo lugar, apartaron al Tribunal Nº 1 de San Martín de la causa. Y en tercer lugar, remitieron su fallo a la Corte Suprema para que evalúe el desempeño de los jueces.

Esto último significa que la Cámara –que no está facultada para pedir el juicio político de jueces federales y nacionales– le sugiere a la Corte que lo haga. ¿La razón?: inobservancia de la ley 23.737 de Lucha contra el Narcotráfico, que reglamenta la figura del agente encubierto.

La decisión se tomó a mediados de abril. El Tribunal Oral Nº 4 de San Martín, que tomó la causa, todavía no puso fecha de reanudación del juicio.

Mientras, tres de los siete detenidos fueron liberados, porque el tribunal cuestionado consideró que "el tiempo de su detención dejó de ser razonable". Los tres, y sus compañeros presos, saben el nombre verdadero del agente encubierto. □



Trabajo especial

La realización de investigaciones como agente encubierto tiene una reglamentación especial.

■ **CREACION.** La figura del agente encubierto fue creada en enero de 1995, cuando la ley 24.424 modificó la 23.737 de Lucha contra el Narcotráfico.

■ **FUERZAS DE SEGURIDAD.** Sólo miembros en actividad de las fuerzas de seguridad (Policía, Gendarmería, Prefectura Naval y Policía Aeronáutica) pueden trabajar como agentes encubiertos. Y sólo intervienen en investigaciones por narcotráfico.

■ **ELECCION.** Intervienen por orden de un juez, que los designa en forma secreta. ¿Cómo se los elige? El juez le pide al jefe policial de la zona donde se investiga el delito una lista de los hombres que considera idóneos para la tarea.

■ **NO OBLIGATORIO.** Es un trabajo voluntario; las negativas no pueden ser registradas ni usadas como antecedente laboral desfavorable.

■ **SECRETO.** El juez guarda los datos verdaderos y los falsos del agente encubierto dentro de un sobre lacrado, en la caja fuerte de su despacho. La ley pena a los que revelan indebidamente esta información con prisión de dos a seis años e inhabilitación absoluta perpetua.

■ **GARANTIAS.** Si corre peligro su vida o la de su familia, el agente tiene derecho a medidas especiales de protección: cambio de identidad, pase a retiro con jubilación extraordinaria, traslado y nuevo empleo.

Figura que genera polémicas

Con el caso Coppola el trabajo de los agentes encubiertos se desacreditó y cosechó una pésima imagen en la opinión pública. La figura, sin embargo, ya venía generando polémica.

La ley permite que un agente encubierto cometa un delito, "obligado" por su falsa identidad, siempre y cuando no ponga en peligro la vida o la seguridad de nadie. A raíz de esto muchos juristas hacen una distinción entre el agente "encubierto" y el "provocador": mientras que el primero sólo es testigo o, al menos, partícipe secundario de un delito, el segundo genera situaciones que lo ponen en el lugar del delincuente y son una trampa para los investigados.

El suboficial de Morón que fue citado a declarar en un juicio oral y público trabajó como custodio de un presunto distribuidor, una persona minusválida que necesitaba "asustar" a los morosos con una presencia intimidante. La información que el policía juntó entre abril y agosto del 95 fue entregada, periódicamente, a la jueza de Instrucción.

Durante un juicio oral que se desarrolla actualmente, al fiscal Alberto Nisman se le ocurrió un recurso alternativo: citó a declarar al jefe del policía que trabajó como agente encubierto. "Como el agente fue poniendo a su superior al tanto de todo lo que veía, yo le pedí al comisario que recreara sus dichos –explicó Nisman–. En algunas oportunidades, incluso, se labraron actas en la comisaría". Aunque indirectamente, el fiscal cuenta así con el testimonio del agente encubierto.

02-02

9708733.

N° [illegible] 9708734

TITULO Venezuela: Investigan banda int. NTF con centro en EE.UU.-

PROCEDENCIA AGENCIA

FECHA DE PRO[illegible] 9/5/97

VINCULACIONES 11176 65092 67390 11351 11352 11354 11224 11226 65890 11675

[illegible]

[illegible] SUEBT 05-09 [illegible]

mun [illegible] irx

VENEZUELA DROGAS

INVESTIGAN BANDA INTERNACIONAL NARCOTRAFICO CON CENTRO EN EEUU

Caracas, 9 may (EFE). La Policía venezolana investiga una banda internacional de narcotraficantes que puede tener su centro de funcionamiento en Estados Unidos y uno de cuyos miembros fue detenido con cuatro kilos de cocaína que quería llevar a Miami.

El comisario de la Policía Técnica Judicial (PTJ) Eliseo Guzmán informó hoy de que el venezolano Jacinto José Serrano Rivero, de 47 años, fue detenido el jueves en el aeropuerto internacional de Caracas, cuando se disponía a abordar un vuelo de la compañía "American Airlines" con destino a Miami (EEUU).

Serrano, quien llevaba la droga escondida en el doble forro de tres chaquetas de cuero y varios trajes, confesó que había hecho otros viajes anteriormente, lo que será muy útil para las investigaciones, dijo el funcionario policial.

Guzmán agregó que la información proporcionada por el narcotraficante fue transmitida a las autoridades antidrogas de Miami para que colaboren en la investigación.

El comisario dijo que se aprehenden al centenar las "mulas" del narcotráfico detenidas en Venezuela, especialmente con destino a Estados Unidos y Europa, pero que Serrano es uno de los pocos que ha hecho más de un viaje. EFE

[illegible]

05/09/[illegible] [illegible]

01-01

9708734

[illegible]

[illegible]

BRASIL DROGAS

BRASILEÑOS SON FAVORABLES A AYUDA EXTERNA EN LUCHA ANTIDROGAS

Rio de Janeiro, 9 May (EFE). La mayoría de los brasileños es partidario de que el Gobierno acepte la ayuda de otros países en el combate contra el tráfico de estupefacientes, según una encuesta del Instituto Brasileño de Opinion Publica y Estadisticas (Ibope) divulgada este viernes por la Agencia Estado.

Nueve de cada diez brasileños interrogados por el Ibope se han declarado a favor de que el gobierno encomiende a los militares la lucha contra el narcotrafico, estreche su colaboracion con otros paises en este frente y acepte ayuda externa.

La encuesta, en la que se consultó la opinion de 1,200 habitantes de areas urbanas en todo el país entre el 4 y el 8 de abril pasado, fue encomendada por la Agencia de Divulgación y Relaciones Culturales de los Estados Unidos.

El gobierno de Washington presiona ultimamente a Brasilia para que recurra a los militares en la estrategia anti drogas, debido a que la Policia Federal, que dispone de pocos hombres y recursos tecnicos, ha demostrado ser incapaz de detener la entrada de estupefacientes en la vasta región amazónica.

Pese a no ser un tradicional productor de cocaína, Brasil se ha convertido en uno de los principales puentes en las rutas de los narcotraficantes hacia los Estados Unidos y hacia Europa.

Tanto la administración del presidente Fernando Henrique Cardoso, como la de sus antecesores, Fernando Collor e Itamar Franco, han respondido negativamente a las diferentes peticiones de Washington para que ordene la intervención del ejercito en las campañas de lucha contra el tráfico de estupefacientes.

Los propios militares brasileños han aclarado varias veces que, por disposición constitucional, su función es proteger las fronteras y no combatir el crimen.EFE

CM/fn/cgr

Nº DOCUMENTO 9708735

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA DE [illegible] 10/5/97

VINCULACIONES [illegible]

01-01

9708735

1/.

[illegible]

U POXBT 05 10 00127
[illegible] MUN EAG

PERU NARCOTRAFICO
PIDEN 15 AÑOS PRISION PRESIDENTE AEROLINEA IMPLICADO DROGAS

Lima, 9 may (EFE).- Un fiscal civil peruano pidió hoy 15 años de prisión para el presidente de la empresa de aviación "Aerocontinente", Fernando Zevallos, a quien se le acusa del delito de narcotráfico, informó una televisora local.

La Sala Penal Especializada Antidrogas dictaminó una orden de captura contra Zevallos, cuyo paradero se desconoce actualmente, según un informe de "América Noticias".

La petición de prisión para el presidente de "Aerocontinente" fue formulado por el fiscal Juan Carlos Brinosa, quien investiga además a otras 170 personas involucradas con la banda de la droga de los hermanos "López Paredes".

Las investigaciones estuvieron a cargo del Servicio de Inteligencia Nacional (SIN) y del asesor presidencial, Vladimiro Montesinos, informó la emisora televisiva.

La prensa peruana difundió a finales del año pasado informes en los que se presentó indicios de que Zevallos negociaba con bandas de narcotraficantes, entre ellos la de los López Paredes, e hizo fortuna de manera ilegal.

Además, el fiscal peruano pidió cadena perpetua para el narcotraficante Jorge López Paredes, quien según se conoció se encuentra prófugo en México. EFE

DME TG

05/10/97 00:27

Nº DOCUMENTO 9708736
TITULO [illegible]
PROCEDENCIA Agencias
[illegible] 10/5/97
[illegible]

01-01

9708736.

EFE054

R TUCBT 05 10 00124
MUN EFE 103

COLOMBIA DROGAS
HALLAN CENTRO PRODUCIA 12 TONELADAS DE COCAINA AL MES

Bogota, 10 ma. (EFE). La policía antidrogas de Colombia descubrió hoy, sábado, en la región selvática del departamento de Guaviare (sureste del país), un centro para la elaboración de cocaína con capacidad para producir doce toneladas de la misma al mes.

Un total de 150 kilos de cocaína pura fueron hallados en los laboratorios, en los que además estaban en proceso varias decenas mas de alcaloide.

El director de la Policía Antinarcóticos de Colombia, el coronel Leonardo Gallego, dijo a los periodistas que el centro estaba compuesto por tres complejos de producción.

Gallego explicó que el centro funcionaba cerca de las riberas del río Guaviare, que desemboca en el Orinoco, que marca parte del límite este de Colombia con Venezuela.

La capacidad de producción de cada uno de los tres laboratorios se calcula en tres toneladas a la semana, según el jefe de la policía antidroga.

Una banda de narcotraficantes, cuyo número y nombres no fue precisada, dirigía el centro de producción, que según el coronel era vigilado por guerrilleros.

Los laboratorios fueron incendiados por las tropas, que continúan con sus tareas en la región. EFE

JGH/CD/SM

05/10/18 46/97

Nº DOCUMENTO 9708737

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA Agencia

10/5/97

01-01

9708737.

Nº DOC...... 9708738

TITULO ...... ESPAÑA: Desarticulan red de tráfico de hachís por el [illegible] (Almería).

PROCEDENCIA Agencias

FECHA 11/5/97

VINCULACION 11146 11644
10184 11469
507513 10022
11351 507049
11352 1226
13[illegible]

[illegible]

[illegible]

ESPAÑA DROGA

ONCE DETENIDOS Y DIEZ TONELADAS HACHIS INCAUTADAS POR POLICIA

Almería (España), 11 may (EFE). Once personas fueron detenidas hoy por la Policía española en una operación antidroga, en la que fueron incautadas diez toneladas de hachís.

Fuentes policiales precisaron a EFE que la droga, uno de los mayores alijos incautados por las autoridades españolas, se encontraba en la embarcación de bandera británica "Abingor", que fue interceptada esta madrugada a unas veinte millas de Almerimar, en la provincia de Almería.

Sus ocho tripulantes -tres ciudadanos británicos y cinco norteafricanos indocumentados- fueron detenidos por la Policía, mientras que otras tres personas relacionadas con la operación fueron arrestadas en Fuengirola (provincia de Málaga).

Las fuentes indicaron que las Unidades contra la Droga y Delincuencia Organizada (UDICO) de la Comisaría de Fuengirola solicitaron ayer la colaboración de la Comisaría almeriense para interceptar una embarcación que supuestamente transportaba droga.

El barco fue abordado sobre las [illegible] horas de hoy ([illegible] GMT) por la Policía, que encontró un compartimento con más de trescientos fardos con hachís, que suman aproximadamente 10.000 kilos.

El comisario almeriense Antonio Martín señaló a EFE que la embarcación procedía de Marruecos y se dirigía al centro del Mediterráneo.

Esta intervención policial es fruto de una larga investigación de UDICO, que siguió la pista de este grupo de traficantes hasta comprobar que se disponían a transportar mercancía en una embarcación.

Los detenidos han sido puestos a disposición judicial y por el momento no se conoce su identidad. EFE

[illegible]

[illegible]

9708738

[illegible]

Puerto España, 11 may (EFE).- El primer ministro de Trinidad y Tobago, Basdeo Panday, aseguró que no realizará cambios en el acuerdo antinarcóticos firmado con Estados Unidos, tras afirmar Barbados y Jamaica que buscarán alternativas de trabajo con el Gobierno estadounidense para luchar contra el narcotráfico.

Panday dijo que "debemos darle a este acuerdo una oportunidad", antes de cambiarlo, dado que aún no se ha visto afectado.

Barbados y Jamaica, tras firmar el acuerdo la semana pasada, han explicado que el pacto presenta diferencias en las garantías sobre la integridad soberana.

El acuerdo, que permite a oficiales estadounidenses detener buques narcotraficantes en el espacio aéreo y aguas de las islas caribeñas, ha sido duramente criticado por ambos países, bajo la premisa de que no respeta su soberanía.

Sin embargo, en firme defensa de la posición nacional de firmar el acuerdo en marzo del año pasado, Panday indicó que Trinidad y Tobago difiere de otros países del Caribe debido a su posición geográfica, cercana a la desembocadura del río Orinoco, que conecta con Suramérica.

El primer ministro declaró a la prensa que su país era un punto de libre tránsito de drogas ilegales, lo que hacía su situación distinta a la de otras naciones caribeñas.

Panday rechazó también la opinión de que el acuerdo permitiría a EEUU violar la soberanía de los países de la zona, y calificó de éxito la reunión concluida el sábado entre líderes de la Comunidad Caribeña (CARICOM) y el presidente estadounidense, Bill Clinton.

Manifestó que mientras los beneficios reales dependerán de la habilidad caribeña para cabildear en el Congreso de EEUU, las conversaciones de los últimos días ayudaron a estrechar las relaciones entre el Caribe y el Gobierno estadounidense. EFE

[illegible]/FAM/FG

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9708739

TITULO Trinidad Tobago/EUA · Mantienen firme acuerdo antidrogas. –

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PRODUCCION 11/5/97

VINCULACIONES 11116

10990

11005

65890

11349

Un perro adiestrado descubrió más de 111 kg de marihuana

Buen olfato: un escuadrón de la Gendarmería con la ayuda de Peter, un can entrenado para buscar drogas, halló el embarque que estaba escondido en dos autos.

FORMOSA.- Con la activa participación de *Peter*, un perro adiestrado en descubrir drogas, la Gendarmería Nacional detuvo a cuatro personas que transportaban más de 111 kilogramos de picadura de marihuana que ingresaban en nuestro país desde el Paraguay.

Todo comenzó en el mediodía de ayer, cuando gendarmes del Escuadrón 16, asentados en el puesto Fermín Rolón, realizaban un selectivo control carretero.

En esa ocasión se detuvo la marcha de dos vehículos sospechosos: un Ford Falcon gris, con patente de la provincia de Buenos Aires, y un Ford Taunus celeste.

Mientras sus ocupantes acreditaban sus identidades y la documentación de sus vehículos, uno de los gendarmes puso en acción a Peter, que comenzó a olfatear minuciosamente la parte externa de los rodados.

Mientras el can hundía su hocico en el interior de los guardabarros del Ford Taunus, rompió el silencio con insistentes ladridos.

Al ser revisados, los gendarmes descubrieron allí y en los zócalos del rodado unos 75 paquetes, del tipo *ladrillo*, prolijamente escondidos, que contenían unos 30 kilogramos de picadura de marihuana.

El perro también se hizo escuchar al revisar el Ford Falcon, donde se encontró la mayor parte del cargamento: 183 *ladrillos* con 81 kilogramos del mismo alucinógeno.

Producción paraguaya

Los cuatro ocupantes fueron detenidos y, junto con la droga, fueron puestos a disposición del juez federal de Formosa, doctor Marcos Quinteros.

Fuentes de la investigación confiaron que cada vez son más frecuentes los embarques de *Cannabis sativa*, más conocida como marihuana.

Hay que tener en cuenta, según se agregó, que Paraguay es uno de los dos productores más importantes de marihuana en el mercado latinoamericano.

Para el narcotráfico, por ahora, la Argentina, por su vulnerabilidad fronteriza, en parte, suele ser un trampolín para que estos alucinógenos puedan ser comercializados en Europa y en Asia.

Justo L. Urbieta

Nº DOCUMENTO 9708741

TITULO Visita del Presidente a el Caribe y a Centro...

PROCEDENCIA El País 11/5/97 página 4

11176 65044
65092
65590
10190
11356
11349
11005

Prometen luchar contra la droga y piden ventajas comerciales

CLINTON ESCUCHA RECLAMOS DE SUS AMIGOS DEL CARIBE

Los gobernantes de catorce países del Caribe plantearon al presidente Bill Clinton la necesidad de obtener las ventajas del libre comercio y apoyo a sus esfuerzos para frenar el tráfico de drogas. Recogiendo los reclamos de sus empresarios, los líderes buscan los mismos beneficios arancelarios de que gozan México y Canadá por el NAFTA.



ATENTOS. *Bill Clinton y su secretaria de Estado, Madeleine Albright, escuchan la posición de los caribeños en St. Michael (Barbados).* **(AP)**

The New York Times

BRIDGETOWN, Barbados (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS).— El presidente Bill Clinton carece de autoridad para negociar acuerdos de ésas características, por lo que los países caribeños presentaron su propuesta como una manera de realizar la Iniciativa para la Cuenca del Caribe, que ya ofrece ventajas arancelarias para bienes originarios del Caribe que son enviados a Estados Unidos.

Después que se reunió con los gobernantes de Centroamérica, en Costa Rica, Clinton anunció que propondrá en el próximo Presupuesto Federal la ampliación de la Iniciativa de la Cuenca del Caribe, que si es aprobada por el Parlamento "establece una reducción de aranceles en los próximos cinco años. Ello significará un incremento del comercio tanto para Centroamérica como para las naciones del Caribe".

El vocero de la Casa Blanca, Michael McCurry, explicó que la propuesta le significará a Estados Unidos la pérdida de recaudación de U$S 2.000 millones.

COMBATE A LAS DROGAS

Si bien los gobernantes del Caribe presionan a Clinton con planteos de carácter comercial, también le ofrecieron algo: coincidencias entre Jamaica y Barbados para permitir que las autoridades de Estados Unidos persigan y detengan a sospechosos de participar del tráfico de drogas, tanto en aguas territoriales como en el espacio aéreo.

El acuerdo de combate del narcotráfico impulsado por Estados Unidos había sido denunciado por Barbados y Jamaica como un instrumento legal destinado a violar su soberanía.

Los países del Caribe ya tienen su propio acuerdo de libre comercio y las empresas de la zona se benefician del acceso preferencial a Estados Unidos y Canadá.

Felipe Noguera —director ejecutivo de la Asociación de Industria y Comercio del Caribe— consideró que algunos países tienen temor de incorporarse al NAFTA porque no están preparados para rebajar sus aranceles".

CUBA EN DISCUSION

Otro de los puntos de discusión fueron las relaciones con Cuba. Mientras Estados Unidos mantiene el embargo comercial y económico al régimen de Fidel Castro, los países del Caribe incrementan su comercio con la isla.

"Estados Unidos es un muy buen amigo y compartimos sus enfoques sobre varios temas, pero tenemos divergencias respecto de Cuba", expresó el ministro de Relaciones Exteriores de Trinidad y Tobago, Ralph Maraj. "La integración hemisférica es un proceso irreversible y ningún país puede frenarla".

9708741.

Bill Clinton finalizó la gira por América sin grandes resultados

Por Luis Torres de la Llosa

Washington, AFP

La primera visita a América Latina y el Caribe del presidente norteamericano Bill Clinton no arrojó resultados concretos espectaculares, pero en opinión de sus asesores logró impulsar un mejor entendimiento entre Estados Unidos y sus vecinos del sur sobre temas controvertidos como narcotráfico, migración y comercio, en opinión de sus asesores.

Clinton concluyó ayer lunes su periplo, regresando por la noche a Washington tras visitar México, Costa Rica y Barbados, en lo que constituyó la primera gira por la región desde su llegada a la Casa Blanca en 1992, salvo una breve estadía en Haití, en marzo de 1995.

A falta de propuestas concretas, Clinton recurrió por lo general a las promesas para intentar restaurar la confianza de los dirigentes de la región, decepcionados por el estancamiento del proceso de liberalización comercial, la nueva ley migratoria de Estados Unidos o la política antinarcóticos de Washington.

Los responsables de la Casa Blanca afirman que el resultado de la gira no debe ser medido en función de acuerdos firmados, sino en el acercamiento concretado entre Clinton y sus interlocutores.

"Más que cualquier otra cosa, la fuerza de la personalidad (de Clinton) y su capacidad para impulsar el liderazgo norteamericano —aunque haciéndolo de tal modo que se respete la soberanía de esos países— dejaron una marca profunda y duradera", estimó su consejero para la Seguridad Nacional, Sandy Berger.

Sin embargo, en las tres etapas del viaje, la llegada de Clinton había suscitado expectativas que una vez concluida la visita no siempre quedaron colmadas.

En México, Clinton desplegó el 6 y 7 de mayo una ofensiva de seducción y relaciones públicas manifestando reiteradamente su admiración por la cultura y la historia de ese país.

Reconoció, por primera vez sin ambigüedades, que el problema del narcotráfico no es monopolio mexicano, sino que la demanda de droga al norte del Río Grande —un 50% de los narcóticos consumidos en todo el mundo— es un factor determinante que es necesario atender para derrotar al flagelo.

Clinton firmó junto a su homólogo mexicano Ernesto Zedillo una "Alianza contra las Drogas", con una nueva estrategia que ambos Gobierno deberán precisar de aquí a fin de año.

Los líderes centroamericanos —salvo Panamá— que se reunieron con Clinton el 8 de mayo en San José de Costa Rica habían concentrado sus expectativas en dos temas: migración y comercio.

Clinton se limitó a reiterar que no habrá "deportaciones masivas" de inmigrantes indocumentados, algo que Washington viene repitiendo desde hace meses y que los centroamericanos ya sabían.

Prometió hacer lo posible para que el Congreso norteamericano modifique algunos aspectos de la controvertida ley migratoria.

Igualmente decepcionante resultaron las deliberaciones comerciales. Los centroamericanos, que al igual que los caribeños resultaron perjudicados por el Tratado de Libre Comercio (TLC, México, Canadá, Estados Unidos), esperaban un paso decisivo, que no se produjo, hacia la creación de un acuerdo de liberalización entre Estados Unidos y la región.

Obtuvieron en cambio la promesa de gestiones para ampliar los beneficios de la Iniciativa de la Cuenca del Caribe (ICC), una concesión unilateral que desde 1984 otorga compensaciones arancelarias a las naciones de la región.



Hillary Clinton se da un baño en las costas de Barbados.

La escasez de compromisos concretos puso de manifiesto la realidad del balance de poderes en Washington, que limita el radio de acción de Clinton.

La llave necesaria para abrir nuevas negociaciones de liberalización comercial —el "fast track"— no la tiene el presidente, sino el Congreso de Estados Unidos.

A modo de consuelo, los centroamericanos y Clinton firmaron en San José un acuerdo de "cielos abiertos" para impulsar el flujo de vuelos comerciales entre Estados Unidos y la región. Interesada en desarrollar el vital sector del turismo, Centroamérica también recibió un espaldarazo con la visita del presidente a un parque nacional de la selva tropical costarricense, considerado como un modelo mundial de protección ambiental.

La etapa caribeña, que permitió a Clinton reunirse el sábado con los líderes de la región (salvo Cuba) y dedicar el resto de su gira a descansar en las playas de Barbados, también puso de manifiesto diferencias entre el gigante del norte y las frágiles economías del Caribe. En la "Declaración de Bridgetown", Clinton se comprometió a extender algunas ventajas en el acceso de sus productos al mercado norteamericano.

Nº DOCUMENTO 9708742

TITULO BRASIL: Narcotráfico emplea más personas que industria automovilística.

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PRC. 11/5/97

VINCULACION: 11176 11663 11354 / 650992 11511 11230 / 507482 11226 11080 / 11341

[illegible]

NARCOTRAFICO [illegible] EMPLEA MAS PERSONAS QUE INDUSTRIA AUTOMOVILISTICA

[illegible] 11 may. [illegible] El "negocio" del narcotráfico emplea en Sao Paulo a unas [illegible] personas, diez mil más que la industria automovilística de la ciudad, la primera exportadora de coches del país, se informó hoy.

Esta cifra, que ha sido calculada por el Departamento de Investigaciones sobre Narcóticos de la Policía Civil de Brasil, no sólo incluye a los traficantes, sino también a quienes integran la cadena del ilícito negocio, como guardaespaldas y menores [illegible].

Los datos sobre "los empleados" del narcotráfico fueron publicados hoy domingo por el diario Folha de Sao Paulo.

El delegado del citado departamento de la Policía Civil, [illegible] Bittencourt Filho, dijo que las autoridades identificaron unos [illegible] puntos de venta de drogas en Sao Paulo, integrados al menos por [illegible] personas con distintas jerarquías y funciones, la mayoría con costumbres que dificultan su identificación y detención.

Los [illegible] paulistas vinculados al narcotráfico forman un colectivo que sobrepasa la población de [illegible] de los 645 municipios de Sao Paulo, de diez millones de habitantes, un poco menos de la tercera parte de los [illegible] millones que viven en ese estado del sureste brasileño.

Bittencourt Filho aseguró que hace cinco años había en Sao Paulo cerca de [illegible] narcotraficantes, pero que la cifra se duplicó con la venta del "crack", una droga que desencadena una mayor y más rápida adicción y que es consumida habitualmente por unos [illegible] paulistas.

Cada uno de los empleados del narcotráfico recibe un salario, un porcentaje de [illegible] o compensaciones en "especies", en particular el "crack", cuyo tráfico mueve alrededor de quince millones de dólares mensuales en Sao Paulo, la mitad del total del comercio local de cocaína, marihuana [illegible] y otros tipos de drogas.

Los salarios promedios [illegible] son de entre 300 a 1.000 dólares, aunque el diario cita a un ex empleado de banca, que solamente vende droga a clientes conocidos, que asegura que gana hasta unos 4.000 dólares mensuales, frente a los [illegible] de su antiguo trabajo.

Los jefes del narcotráfico, según la fuente policial, adquieren coches, por ejemplo, directamente en [illegible] y Colombia [illegible] centros deportivos, médicos [illegible] y de [illegible] en las [illegible] marginales, y donan [illegible] ambulancias [illegible] medicamentos [illegible] lo que consolida su presencia [illegible].

En [illegible] la policía se incautó en Sao Paulo de [illegible] kilos de cocaína [illegible] toneladas de marihuana [illegible] kilos de "crack", entre otros estupefacientes.

En [illegible] se [illegible] kilos de cocaína [illegible] toneladas de marihuana [illegible].

[illegible]

[illegible]

9708742.

CUBA DROGAS

TRIBUNAL CONDENO A BRITANICA A 8 AÑOS CARCEL POR NARCOTRAFICO

La Habana, 11 may (EFE). Una britanica fue condenada a ocho años de carcel por trafico ilegal de drogas por el Tribunal Provincial de Matanzas, localidad ubicada a 100 kilometros de la capital cubana, informaron hoy, domingo, fuentes oficiales.

La ciudadana britanica Melanie Amanda Smith fue detenida el pasado [illegible] de marzo en el aeropuerto internacional de Varadero, en un vuelo de la compañia "Cubana de Aviacion" procedente de Jamaica y con destino final en La Habana, segun el semanario "Juventud Rebelde".

La droga le fue ocupada tras ser detectada en un chequeo radiologico en su equipaje, donde fueron encontrados 0.5 kilogramos de aceite de marihuana, escondidos en el doble forro de la tapa de un maletin de mano.

Segun la nota, con la droga ocupada podrian confeccionarse mas de 40.000 dosis de [illegible].

La condena impuesta por el tribunal cubano que tambien dicto como medida accesoria la confiscacion de sus bienes, debera cumplirla en un centro penitenciario cubano.

Segun datos oficiales, las autoridades de la isla se incautaron durante 1996 en aeropuertos y puertos cubanos de [illegible]42 kilogramos de cocaina, 1.501 kilogramos de marihuana, 71 de hachis y 1.6 de heroina. EFE

Nº DOCUMENTO 9708743

TITULO Cuba Tribunal condena a britanica [illegible]

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE P[illegible] 11/5/97

VINCULACION [illegible]

01-01

97087437

Nº DOCUMENTO 9708744
TITULO REUNION ENTRE MUBARAK Y GADAFFI EN TOBRUK (LIBIA)
PROCEDENCIA 518593
FECHA 120697
VINCULACIONES 11816 11399
65841
66333
11078
11161

01-02

9708744

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]
MUBARAK SE REUNIO CON GADAFI EN CIUDAD FRONTERIZA TOBRUK

El Cairo, 12 jun. (EFE). - El presidente egipcio, Hosni Mubarak, [illegible] con el [illegible] libio, Muamar Gadafi, en la ciudad de Tobruk, [illegible] del lado libio tras cruzar la frontera, en una [illegible] de marcado carácter económico.

Mubarak llegó a Tobruk [illegible] desde el lado egipcio de la frontera, [illegible] al embargo impuesto a Libia en 1992 por el [illegible] y se reunió inmediatamente con Gadafi para tratar fundamentalmente sobre asuntos económicos, como la creación de una zona de libre comercio entre los dos países.

[illegible] a la reunión las delegaciones de ambos países, que por parte egipcia está integrada por los ministros de Exteriores, [illegible] Transporte, Soliman [illegible] Información, Safuat El Sherif; Petróleo, Hamdi Al Banbi; Comercio y Abastecimientos, Ahmed [illegible]; Finanzas, Mohiedin Al Garib, e Industria, Soliman Reda, entre otros.

El titular de Información señaló que esta noche se reunirá la Alta Comisión Mixta [illegible] por los ministros de Exteriores egipcio y libio, Amal el Canturi y Abdel Mayid Al Qaud, respectivamente.

La Comisión "discutirá varios proyectos relacionados con la construcción de una línea de ferrocarril entre ambos países, la creación de una zona de libre comercio y asuntos relacionados con las [illegible]", según Sherif.

[illegible] los acuerdos relacionados con el intercambio de productos y [illegible] la forma de incrementar el intercambio comercial.

[illegible] que Mubarak y Gadafi abordaron también la forma de [illegible] la crisis [illegible] en torno al "caso Lockerbie". [illegible] periodísticas afirman que el presidente egipcio aconsejó al líder libio que [illegible] el embargo aéreo para no [illegible]

[illegible] 1992 [illegible]

[illegible] en 1988 [illegible]

[illegible]

[illegible]

9708744

02-02

%J8780

U FOXBT 06-10 0372
mun exo ic:

JORDANIA-SIRIA
REY HUSEIN Y ASAD MANTIENEN PRIMER CONTACTO EN VARIOS MESES

Amán, 10 jun (EFE).- El Rey Husein de Jordania, por vez primera en varios meses, llamó hoy, martes, por teléfono al presidente sirio, Hafez Al Asad, con quien trató la situacion en Oriente Medio y "los desafíos" que afronta la nación Arabe, informo un comunicado oficial jordano.

"Ambos líderes subrayaron la importancia de la continuacion del diálogo como mejor medio para resolver cualquier crisis o conflicto en la región y evitar un deterioro de la situación que a su vez provocaría inestabilidad", afirma el comunicado en velada referencia a la crisis en el proceso de paz Arabe-israeli y los acuerdos de cooperacion militar entre Turquia e Israel que suscitaron la inquietud de Siria.

Las autoridades jordanas agregan que "el Rey Husein y el presidente Asad insistieron en la necesidad de seguir sus consultas y la coordinación a alto nivel entre sus paises sobre asuntos de interés para el mundo árabe".

En referencia a la incursión militar turca, el pasado 14 de mayo, en el norte de Irak, el comunicado señala que "ambos líderes reiteraron su apoyo al principio de no interferencia en los asuntos internos de otros paises y la necesidad de mantener la soberania e integridad territorial de los Estados de la región".

El Rey Husein inició hoy una gira por cuatro paises europeos y visitará Turquía la semana próxima para discutir con el gobierno de Ankara la situacion en la región, especialmente la incursión turca en Irak y la cooperación militar entre Turquia e Israel.

Según informó hoy el diario jordano "Al Dustur", el monarca hachemi podria desempeñar durante este viaje un papel de mediador para calmar las tensiones entre Siria y Turquia sobre el supuesto apoyo de Damasco a los rebeldes kurdos del Partido de Trabajadores del Kurdistan (PKK), y la cooperación militar turco israeli.

La conversación telefónica entre el Rey Husein y el presidente sirio se produjo dos dias después de que el monarca jordano acusó a varios partidos de la oposición de haber mantenido contactos en Damasco y otras capitales árabes, con el presunto objetivo de "derrocar" el régimen de Jordania.

Husein advirtió a las autoridades sirias de que los partidos de la oposicion trataban de abortar todo intento de mejorar las relaciones entre Siria y Jordania "como lo hicieron en el pasado".
EFE

01-01

9708745

DIMITE PTE CAMARA ALTA DEL PARLAMENTO

EFS047
5 EGIBT 06 07 [illegible]
MUN EXG ICX

JORDANIA-DIMISION
DIMISION PRESIDENTE CAMARA ALTA PARLAMENTO JORDANO

Ammán, 7 jun (EFE).- El presidente de la Cámara Alta del Parlamento Jordano, Ahmed Lawzi, presentó hoy su dimisión al soberano jordano, el rey Husein, por "razones de salud".

Un comunicado del Palacio Real jordano informó de que el monarca aceptó la dimisión de Lawzi, de 70 años, considerado uno de los pilares del régimen y que ocupó importantes cargos en los últimos cuarenta años.

Lawzi ocupó el cargo de presidente de la Cámara Alta del Parlamento durante más de diez años.

El Legislativo jordano se compone de dos Cámaras: la Alta tiene 40 miembros nombrados por el rey Husein, y la Baja 80 diputados elegidos por el pueblo. EFE

[illegible] AM

06 07 17:50 97

01-01

9708746

TITULO: SE NORMALIZAN LAS [illegible] S ARABIA
PROCEDENCIA: 18593
FECHA: 050697
VINCULACION: 11876
507605
507431
11399

01-02 **9708747**

R E0701 06-05 00520
mun exd 1ca

JORDANIA-A.SAUDI
RELACIONES ENTRE JORDANIA Y A.SAUDI VUELVEN A LA NORMALIDAD

Amán, 5 jun (EFE).- Las relaciones entre Arabia Saudí y Jordania parecen haber vuelto a la normalidad, tras la visita que hizo al reino hachemí el jefe de la diplomacia saudí, príncipe Saúd Al Faisal.

Durante los dos días de su visita a Amán, que concluyó anoche, el ministro saudí aseguró a los responsables jordanos que su país tomará "medidas" para impulsar los lazos económicos bilaterales, según fuentes diplomáticas en Jordania.

"El príncipe Saúd prometió que su país empleará a más ciudadanos e importará más productos de Jordania y tomará medidas para facilitar la entrada de las exportaciones agrícolas jordanas a otros países del Golfo Pérsico", según un comunicado difundido hoy, jueves, por la oficina del primer ministro jordano, Abdel Salam Al Mayali, quien se había reunido con el jefe de la diplomacia saudí.

Por su parte, durante su estancia en Amán, Saúd Al Faisal dijo haber propuesto "algunas ideas" a Mayali y al rey Husein, para impulsar la cooperación entre sus países, cuyas relaciones se deterioraron tras la invasión iraquí de Kuwait en 1990.

Después de que el monarca hachemí fuera acusado de apoyar los planes del presidente iraquí, Sadam Husein, en el golfo Pérsico, Arabia Saudí interrumpió sus suministros de petróleo a Jordania y las importaciones de productos de ese país y despidió a cientos de ciudadanos jordanos que trabajaban y residían en el reino wahabí.

Saúd Al Faisal dijo que el mensaje del Rey Fahd de Arabia Saudí que entregó al rey Husein mencionaba la necesidad de "elevar el nivel de las relaciones bilaterales y de inmunizarlas contra futuras fluctuaciones", en alusión a eventuales conflictos interárabes que podrían provocar divisiones en el seno del mundo árabe, como ocurrió entonces.

El ministro saudí insinuó que su país reanudaría sus exportaciones de crudo a Jordania en caso de que los suministros de petróleo iraquí al reino hachemí fueran interrumpidos. "Arabia Saudí ayudará a Jordania ante cualquier eventualidad", prometió el jefe de la diplomacia saudí a los responsables jordanos.

En los últimos dos años, Arabia Saudí aumentó gradualmente sus importaciones de productos jordanos, y en 1997 el reino wahabí se convirtió en el primer mercado para las exportaciones jordanas.

De acuerdo con las últimas estadísticas del Banco Central de Jordania, Arabia Saudí importó productos jordanos, en los primeros dos meses de este año por valor de 29.1 millones de dólares, mientras que el valor de las importaciones de Irak de productos jordanos en ese mismo periodo fue de 20.7 millones de dólares.

Jordania, que cubre sus necesidades energéticas con petróleo iraquí bajo una exención especial en el embargo impuesto desde 1990 a Irak, recibe diariamente de ese país un total de 75.000 barriles de crudo y derivados que son transportados en unos 2.000 camiones cisternas a cambio de la exportación a Irak de sus productos.

El proceso de paz en Oriente Medio, la actual incursión militar turca en el norte de Irak y el sufrimiento del pueblo iraquí, [illegible] entre Saúd Al Faisal y los

[illegible]
[illegible] resoluciones del [illegible] del Golfo de [illegible]. EFE.
[illegible]

02-02 **9708747**

Nº DOCUMENTO 9708748 REY HUSEIN INICIA GIRA EUROPEA
TITULO JORDANIA:
578593
100691
11846 67228
507608 504529
11148 11399
66151
65963

U FRABT 06 10 00207
mun axo jcx

JORDANIA EUROPA
REY HUSEIN COMIENZA GIRA EUROPEA POR CUATRO PAISES

Amán, 10 jun (EFE). El rey Husein de Jordania, acompañado de la reina Nur, viajó hoy a Holanda, primera etapa de una gira europea que les llevará también a Francia, Suiza y el Reino Unido, informaron fuentes oficiales.

El monarca mantendrá conversaciones con los líderes de los cuatro paises sobre los medios de impulsar la cooperación económica con Jordania, y especialmente las inversiones en este país y la prestación de asistencia al Reino hachemí.

El rey Husein, que viaja con el primer ministro, Abdul Salam Mayali, y otros miembros de su gabinete, también intentará mejorar los términos del Acuerdo de Asociación que Jordania firmó recientemente con la Unión Europea en cumplimiento de la cumbre Euromediterranea de Barcelona.

Las discusiones del rey en Europa abordarán igualmente las últimas gestiones que se han efectuado para intentar encarrilar de nuevo el estancado proceso de paz de Oriente Medio.

Por su parte, la prensa local afirma que el monarca visitará Turquía al término de su gira europea para conversar con el presidente Suleiman Demirel sobre los últimos acontecimientos en la región, en referencia a la actual incursión militar turca en el norte de Irak y los proyectos de cooperación militar turco-israelí. EFE

am/vh/jal

06/10/12-14/97

01-1 9708748

DOCUMENTO 9708749
TITULO JORDANIA RECIBE AVIONES F-16
18596
120691
11816
501605
05890
11019
11858
11163

JORDANIA-EEUU
AMAN RECIBIRA PRIMER ENVIO AVIONES F 16 DE EEUU EN DICIEMBRE

Amán, 17 jul. (EFE).- Jordania recibirá en diciembre el primer envío de aviones de combate F-16 como parte de una ayuda militar de 300 millones de dólares que le asignó Washington en recompensa por su firma del tratado de paz con Israel en 1994, anunció el jefe del Estado Mayor jordano, Abdel Hafez Kaabneh.

En declaraciones que publica hoy jueves la prensa local, Kaabneh dice su país ha enviado ya pilotos a Estados Unidos para que reciban entrenamiento en el uso de los dieciséis F-16 que recibirá antes de 1997.

Kaabneh hizo sus declaraciones al concluir tres semanas de maniobras militares conjuntas jordano-estadounidenses denominadas "Infinite Moonlight 97", en las que participaron 1.500 soldados estadounidenses y 500 jordanos.

El embajador de EEUU en Jordania, Wesley Egan, declaró que estos ejercicios "son una prueba de nuestra cooperación y determinación para proteger el interés mutuo de ambos países".

Kaabneh, por su parte, anunció nuevos ejercicios con fuerzas estadounidenses y francesas destinados a mejorar las capacidades de combate de las fuerzas jordanas. EFE

[illegible]

[illegible]

01-01

9708749

XH7198

R POYBT 06 19 00015
iex mun exg

JORDANIA IRAK
MEJORA COMERCIO IRAK CON SIRIA NO AFECTARA JORDANIA, DICE AZIZ

Amán, 19 jun (EFE).- El viceprimer ministro iraquí, Tarez Aziz, aseguró hoy, jueves, a los líderes jordanos que el comercio entre los dos países no se verá afectado por el reciente intercambio de visitas de dos delegaciones económicas siria e iraquí, y la consiguiente mejora de relaciones.

"Cualquier mejora de las relaciones de Irak con un país árabe no se hará a expensas de otro Estado árabe", dijo Aziz a los periodistas después de reunirse con el primer ministro jordano, Abdul Salam Majali.

Aziz reconoció que Irak ha firmado recientemente un número indeterminado de contratos con empresas sirias dentro de la fórmula de "alimentos por petróleo".

"Deseamos que las relaciones con Siria se normalicen, pero les aseguramos que esto no se reflejará de forma negativa en ningún otro país árabe", dijo.

"El empleo por Irak del puerto jordano de Aqaba (mar Rojo) se remonta a 1974, cuando las fronteras de Irak se abrieron a todos los países árabes", agregó Aziz en referencia a la preocupación jordana de que la mejora del comercio entre Bagdad y Damasco lleve al Gobierno iraquí a cambiar Aqaba por los puertos mediterráneos sirios para descargar los envíos de productos dentro del plan "alimentos por petróleo".

Según esa fórmula aprobada por la ONU, Irak, que está sometida a un embargo comercial desde la invasión de Kuwait en 1990, puede exportar petróleo por valor de dos mil millones de dólares cada seis meses para comprar productos básicos a su población. EFE

am/vh/ll

06/19/15-04/97

X76227
R POYBT 06-19 01084

01-01

9708750

XB4748

U FOXBT 06-13 00396
icx mun exg

EGIPTO-LIBIA
MUBARAK Y GADAFI IMPULSAN COOPERACION ECONOMICA BILATERAL

El Cairo, 13 jun (EFE).- El presidente egipcio, Hosni Mubarak, y el líder libio, Muamar Gadafi, han dado un fuerte impulso a la cooperación económica entre los dos países vecinos, como base para la creación de un mercado árabe común.

"La cooperación egipcio-libia puede servir de núcleo para lanzar un mercado árabe común", afirmó Mubarak, en una rueda de prensa que ambos ofrecieron anoche en la ciudad libia de Tobruk, después de reunirse.

Mubarak viajó a Tobruk, la primera ciudad libia después de la frontera, acompañado de una importante delegación integrada por el primer ministro y los titulares de Exteriores, Transporte, Petróleo, Finanzas, Comercio e Industria, entre otros responsables, lo que indica el marcado carácter económico de la visita a Libia.

Gadafi, por su parte, subrayó la importancia de acelerar la puesta en práctica de los proyectos conjuntos decididos por ambos países, e invitó al sector privado de su país a invertir en el gigantesco proyecto egipcio de Toshki.

En esa zona del desierto suroccidental egipcio comenzó en enero pasado la construcción de la primera fase del proyecto, que aspira a crear un segundo Delta del Nilo en el sur, robando al desierto un millón de hectáreas de terreno hasta el año 2025.

Después de la entrevista a solas de Mubarak y Gadafi, ambos presidieron la sesión del Alto Comité Mixto ministerial, que discutió sobre los mecanismos para aplicar los acuerdos de cooperación e integración existentes entre ambos países, según dijo el ministro de Información egipcio, Safuat Al Sharif.

También abordaron los ministros la creación de una zona de libre comercio entre los dos países y la ejecución de varios proyectos industriales y agrícolas, así como la cooperación en loas campos de transporte, comunicaciones, inversiones, fiananzas y educación.

Se acordó celebrar una reunión el mes próximo para ultimar la apertura en Egipto de cuatro estaciones distribuidoras de petróleo libio.

En el terreno del transporte y comunicaciones, la reunión examinó un proyecto para la construcción de una carretera que una el oasis egipcio de Siwa (en el desierto occidental) y el libio de Gagbub, y otro proyecto para comunicar el oasis libio de Al Kafrah con la ciudad egipcia de Asuán (mil kilómetros al sur de El Cairo).

Se abordó igualmente la posibilidad de unificar las politicas financieras y monetarias entre ambos paises, e incrementar el volumen de intercambios comerciales, dijo Sherif. EFE
vh/jdl

06/13/08-26/97

01 - 01

[illegible]

O.PROXIMO-ARABES
[illegible] PROTOCOLO DE SEGURIDAD PERO NO DE ALIANZA MILITAR

[illegible] (Siria), 24 jun (EFE).- Los ministros de Exteriores de los ocho países de la "Declaración de Damasco" analizaron hoy un protocolo de seguridad común, pero sin incluir una alianza militar, afirmó el ministro egipcio Amro Musa.

"Estamos coordinados ... todos respecto a este asunto que será tenido en cuenta en el comunicado final", de la reunión de los ministros de Exteriores de Arabia Saudí, Emiratos Arabes Unidos, Kuwait, Omán, Catar y Bahrein, además de Egipto y Siria, reunidos en esta ciudad de la costa mediterránea siria, afirmó Musa.

Fuentes próximas a la reunión aseguraron que la idea fue lanzada por el ministro sirio de Exteriores, Faruk al Chara, como parte de una estrategia diseñada para contrarrestar la reciente cooperación turco israelí que Damasco considera una amenaza para Siria, para los países árabes y para el proceso de paz en Oriente Medio.

"Esa alianza turco-israelí anunció su intención de efectuar maniobras militares a unas pocas millas de esta ciudad donde estamos reunidos", recordó Chara.

A raíz de ese acuerdo de cooperación se anunciaron para este mes de junio unas maniobras militares, con participación estadounidense, aunque fueron pospuestas, y crearon una gran preocupación en Siria y otros países árabes e islámicos, sobre todo Irán.

"El problema de esta alianza es que una de las partes es un país islámico (Turquía) que se supone debe tener sus intereses con nosotros", agregó Chara.

El ministro [illegible] describió esas relaciones militares, así como las periódicas incursiones turcas en el norte de Irak como uno de los principales desafíos para la seguridad árabe.

ab/ns/ll

06/25/17 29/97

N° DOCUMENTO 9708752
TITULO PROTOCOLO DE SEGURIDAD ENTRE PAISES ARABES (DEC. DE DAMASCO)
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 200897
CIRCULACIÓN 11876
516232
11163
11161
501603
11164

a-02

9708752

385129
    [illegible]
    [illegible]

O.MEDIO ARABES (ampliación)
PAISES "DECLARACION DE DAMASCO" DECIDEN INTEGRACION ECONOMICA

Latakia (Siria), 26 jun (EFE).- Los ministros de Exteriores de los ocho países firmantes de la "Declaración de Damasco", decidieron crear un mercado común, como primer paso para la integración económica de los 22 países de la Liga Arabe, al concluir hoy jueves dos días de reuniones en la ciudad siria de Latakia.

En un comunicado final publicado al término de las reuniones, los ocho ministros subrayan que "la zona de libre comercio que Egipto y Siria decidieron establecer servirá como preludio para la creación de un mercado árabe común".

Durante las reuniones, se decidió que expertos de Siria, Egipto y el Consejo de Cooperación del Golfo se reunirán antes de septiembre próximo para "preparar el terreno para la creación del mercado común", afirma el comunicado final.

La idea de crear un mercado árabe común ha sido evocada por Egipto durante las reuniones de Parlamentarios Arabes que se celebraron en El Cairo en mayo pasado.

El presidente egipcio, Hosni Mubarak que respaldó totalmente la idea, explicó en repetidas ocasiones que un mercado árabe común es muy necesario para hacer frente a los bloques económicos del mundo.

La creación de un mercado común árabe podría contribuir a acabar con las divisiones producidas en el seno del mundo árabe a raíz de la invasión iraquí de Kuwait en 1990.

En cuanto al proceso de paz de Oriente Medio, el comunicado final de las reuniones de Latakia, reiteró el rechazo de los ocho países de la "Declaracion de Damasco" al mantenimiento por Israel de su ocupación de los territorios árabes que ocupó en 1967, incluidos los altos sirios del Golán.

"El hecho de que Israel sigue sin haberse retirado totalmente hasta las fronteras anteriores al 4 de junio de 1967 representa un distanciamiento de las referencias de la Conferencia de Madrid (que lanzó el proceso de paz en 1991) y del principio oterritorios a cambio de pazo", afirma el comunicado.

Los ocho países de la "Declaración de Damasco" (Siria, Egipto, y los seis países del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG): Arabia Saudí, Kuwait, Bahrein, Omán, Qatar y Emiratos Arabes Unidos) piden asimismo a los dos copatrocinadores del proceso de paz árabe-israelí, Estados Unidos y Rusia, que garanticen que todas las partes implicadas en el proceso de paz cumplan con sus compromisos en el marco del proceso de paz.

El comunicado final asegura que los ocho países apoyarán a Siria en caso de "amenazas y provocaciones" externas contra Damasco, en alusión a Turquía e Israel, cuya cooperación militar ha suscitado la preocupación del mundo árabe, y a las repetidas amenazas israelíes contra Siria.

Los ministros de AAEE de los países de la "Declaración de Damasco", alianza creada poco después de la liberación de Kuwait de la invasión iraquí en 1991, critican, en su comunicado final, la decisión reciente de la Cámara de Diputados de Estados Unidos que considera Jerusalén como "capital indivisible" del Estado de Israel.

"Esta decisión es contraria a las resoluciones de la ley internacional y los principios de la Conferencia de Madrid" afirman los ministros y hacen un llamamiento al Congreso norteamericano a revisar esta decisión.

El comunicado final criticó también a Qatar, aunque sin citarlo, por su insistencia en celebrar la Conferencia Económica de Oriente Medio y el Norte de Africa prevista para noviembre próximo, con la participación de Israel, "en violación a las resoluciones de la cumbre Arabe de junio de 1996 de suspender los pasos de normalización de relaciones con Israel" mientras no haya avances en el proceso de paz. EFE

su/nq/feb/jdl

Uruguayos de origen árabe repudian presencia del intendente Arana en inauguración de Plaza Jerusalén

Una organización civil integrada por uruguayos descendientes de familias de origen árabe envió ayer un fax al intendente Mariano Arana expresando su "dolor" y "rechazo" ante el acto de inauguración de la Plaza Jerusalé organizado por la Embajada de Israel. La presencia de Arana en la inauguración "avaló" el "patrocinio" del acto por parte de la Embajada israelí, señala el fax enviado por Fearab Uruguay, una organización con personería jurídica desde el 26 de junio de 1979 e integrante de Fearab América, una entidad internacional con representantes en países de las tres Américas.

"Un acto que pudo ser universal, contemplativo de todos aquellos que por su fe o por su origen de una u otra forma ven a la ciudad de Jerusalem como un símbolo, se convirtió, únicamente, en un acto privado del Estado de Israel, en el que se proclamó su soberanía sobre ella. No es desconocido para nadie el hecho de que dicho Estado pretende convertir a la Ciudad Santa en su capital, lo que no es reconocido ni aceptado por las Naciones Unidas, ni por la inmensa mayoría de los demás países del mundo, incluida nuestra República Oriental del Uruguay y la Santa Sede", señaló el fax al que tuvo acceso **LA REPUBLICA**

"Es con simpatía que vemos que el gobierno departamental de Montevideo haya designado una plaza con el nombre de 'Jerusalem', Ciudad Santa para las tres religiones monoteístas (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo)", señala la misiva, y aclara que "En los fundamentos de la Comisión de Nomenclatura de la Junta Departamental de Montevideo, se expresa por el miembro informante: 'La Comisión aconseja, sin enarbolar la bandera de ninguno de los que entienden que esta ciudad les pertenece'".

Más adelante, la Fearab recuerda la resolución de la Asamblea General de las Naciones Unidas estableciendo la "Internacionalización de Jerusalem, sometiéndola a un Fideicomiso Internacional", "con el apoyo de la Santa Sede" y destaca que la ONU "rechazó" la "ocupación militar de la ciudad por el ejército israelí (...) exigió su cese y declaró la nulidad de las medidas tomadas por Israel para cambiar el status de la ciudad". También señala la existencia del Tratado de Oslo, firmado por el Estado de Israel y la Autoridad Nacional Palestina con el apoyo y respaldo de los Estados Unidos, donde se prohíbe "realizar asentamientos ni otros actos que obstruyan dicho acuerdo".

Respecto a la autorización de la Junta Departamental del 13 de mayo a colocar "una placa con una inscripción tomada del profeta Isaías", expresa que "el acto efectuado el viernes 23 de los corrientes adolece de una serie de irregularidades, a saber: A) Se realiza bajo el patrocinio de la Embajada del Estado de Israel. La presencia del señor intendente municipal de Montevideo, entendemos que avaló dicho patrocinio. B) Concomitantemente a la colocación de la placa arriba indicada, se iza la bandera de Israel y se entona su himno patrio".

"Es indudable que estos hechos desvirtúan totalmente los fines, motivos y condiciones, en base a los cuales los integrantes de la Junta Departamental de Montevideo aprobaron la colocación de la placa y seguramente el señor intendente resolvió la realización del acto.

Un acto que pudo ser universal, contemplativo de todos aquellos que por su fe o por su origen de una u otra forma ven a la ciudad de Jerusalem como un símbolo, se convirtió, únicamente, en un acto privado del Estado de Israel, en el que se proclamó su soberanía sobre ella.

No es desconocido para nadie el hecho de que dicho Estado pretende convertir a la Ciudad Santa en su capital, lo que no es reconocido ni aceptado por las Naciones Unidas, ni por la inmensa mayoría de los demás países del mundo, incluida nuestra República Oriental del Uruguay y la Santa Sede". LR 0206

"Por ello, señor intendente, Fearab Uruguay quiere hacerle presente su dolor y su rechazo ante los hechos que desvirtuaron totalmente el evento y que imponen la práctica del 'hecho consumado' en detrimento de los anhelos de paz, justicia, libertad, como así también el derecho a la autodeterminación de los pueblos".

XB4560

U FOXBT 06-05 00116
icx mun exa

PALESTINOS-CORRUPCION
DIMITIO EL PROCURADOR FISCAL JALED AL QUIDRA

Jerusalén, 5 jun (EFE).- El fiscal procurador de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Jaled al Quidra, presentó su dimisión al presidente, Yaser Arafat, informó hoy jueves la agencia palestina de noticias WAFA.

Fuentes palestinas en esa ciudad autónoma indicaron que la dimisión de Al Quidra, presentada anoche al regresar Arafat de una gira por Africa, le fue exigida por el presidente de la ANP debido a supuestos delitos de corrupción que no especificaron.

Al Quidra, de 65 años, fiscal-procurador desde que la franja de Gaza adquirió su autonomía en 1994, alegó para justificar su dimisión que sufre del corazón y está perdiendo la vista. EFE
ez/msr/jdl

06/05/10-44/97

EN 1206

Arafat arrestó a su jefe de inteligencia

RAMALLAH, Cisjordania, 11 (Reuter).- La policía palestina arrestó en la ciudad cisjordana de Ramallah al jefe del servicio de inteligencia militar de la Organización para la Liberación de Palestina, bajo sospechas de abuso de autoridad.

Fuentes palestinas dijeron hoy que el jefe del servicio de inteligencia militar de la OLP, Hussein Ilayan al-Sawadeh, fue arrestado ayer por la noche por órdenes del presidente de la Autoridad Palestina, Yasser Arafat.

"Sawadeh fue detenido para ser interrogado", informó el brigadier general Moussa Arafat, que dirige el servicio de inteligencia militar de la Policía Nacional Palestina en Cisjordania y la Franja de Gaza.

La emisora Radio Israel informó que Sawadeh está sospechado de estar involucrado en el asesinato de dos árabes que vendieron sus tierras a colonos judíos, violando una orden de la OLP que prohibía llevar a cabo ese tipo de transacción.

Otro funcionario de la OLP, que pidió que su nombre no fuera divulgado, dijo que "Arafat ordenó el arresto de Sawadeh porque abusó de su autoridad y maltrató a varios palestinos, así como por otras razones que no mencionaremos".

oscuro

9708754

02

PROBLEMAS INTERNOS DE PALESTINOS

Arenas de corrupción

Más allá de la habitual mirada de la prensa, centrada en el conflicto entre israelíes y palestinos, existe una serie de problemas internos menos conocidos. En Gaza, actualmente bajo control de la Autoridad Palestina, hay denuncias de corrupción, monopolios y hasta un mercado negro para la venta de pases laborales. Temas que generan un creciente descontento popular.



Trabajadores palestinos muestran pases para ingresar a Israel. Recientes denuncias afirman que dichos pases se venden en el mercado negro a 1.000 dólares.

En un recodo, cerca de una ruta costera con vista a los estanques de Gaza, se levanta la mansión -a medio construir- de Mohamed Dahlan, el jefe de Seguridad Preventiva, la principal de las 11 fuerzas palestinas de seguridad. Pero tras una serie de escándalos internos, podría decirse que su casa fue construida sobre la arena.

No todo marcha bien con la construcción. La casa de cuatro pisos de Dahlan, que según se afirma tendría otros dos pisos bajo tierra, y la nueva ruta que lleva hasta su entrada, parecen demasiado pesadas para la arena sobre la que están construidas. En los últimos meses hubo que añadir muros hechos con barriles de petróleo para impedir los deslizamientos de la arena hacia el mar.

Pero ese no parece ser el principal problema. Para el millón de palestinos que viven en la franja de Gaza, con un ingreso promedio de 2.000 dólares por año, la nueva riqueza de Dahlan y los líderes de la Autoridad Palestina (AP) es una señal de que sólo ellos parecen beneficiarse de los acuerdos de paz de Oslo, que les devolvieron el control de la zona en 1994.

En el campo de refugiados de Bureij, Yusuf al-Khaldi, un cambista, casi lloraba: "*Vivo en una habitación y media con ocho hijos. Gano 200 dólares por mes y cada día cuando veo nuestro saco de harina noto que no tenemos suficiente para todos*".

Los escándalos de corrupción son el tema diario en Gaza. Dahlan, que nació cerca del campo de refugiados de Khan Younis, no es el único que gasta ostentosamente su dinero. En pleno corazón de Gaza acaba de ser construida la nueva casa de Abu Mazen, el negociador palestino en Oslo. Su costo estimado es de más de un millón de dólares.

Situación interna

Los palestinos protestan por la situación. Nasser al-Khaldi, que conduce un camión, explicó: "*Sólo se dan ocho permisos para que los camiones entren a Israel, así que sólo trabajo un día a la semana y eso no me alcanza para pagar el seguro y el mantenimiento*".

Para muchos, la dirigencia palestina no es directamente responsable por la miseria en la zona, pero su estilo de vida demuestra una extraordinaria arrogancia. Al contrario que los habitantes de Gaza, los dirigentes tienen derecho a trasladarse y viajar. Según una anécdota que circula en la zona, Umm Jihad, esposa de Abu Jihad, un lugarteniente de Yasser Arafat asesinado en 1988, estaba furiosa por comentarios de la prensa que afirmaban que ella hacía sus compras en Israel. "*Yo no compro en Tel Aviv*", le habría comentado a una amiga. "*Voy de compras a París*".

La atmósfera de gueto que se vive en Gaza fomenta ese tipo de comentarios acerca de los dirigentes que tienen pases especiales para entrar y salir de la zona. Pero no hay dudas de que muchos miembros de la AP se han beneficiado rápidamente de la situación. Existen denuncias sobre un mercado negro para obtener permisos de trabajo, que se venden a unos 1.000 dólares cada uno.

Más importantes son los monopolios. Gaza consume unas 3.000 toneladas de cemento por día, que es provisto por una única compañía en la cual Dahlan tiene parte.

El principal monopolio de Gaza es, empero, el de al-Bahar (El Mar). "*Es como un monstruo*", dijo un experto. "*Está en todas partes. Quienes lo tienen a su cargo son, en su mayoría, hijos o hijas de dirigentes*", agregó. Si una persona quiere publicitar algo en Gaza, comprar programas de computación o alquilar una casa frente al mar, debe dirigirse a esta empresa.

Curiosamente, el escándalo se hizo público debido a un mal entendido. En mayo, Arafat, ante denuncias de posibles sustracciones de dineros públicos, ordenó la publicación de un informe de 600 páginas. El informe fue mal interpretado y la prensa divulgó que probaba la desaparición del dinero, cuando en realidad hablaba de las posibles maneras en que el efectivo podría haberse gastado o perdido: baja en los precios de las tierras e imposibilidad de detener el contrabando.

Los dirigentes de Arafat tuvieron que defenderse de acusaciones que, en realidad, nadie había hecho. Al mismo tiempo, Arafat frenó otro duro informe acerca del mal manejo de los fondos públicos que refería a las enormes ganancias por la venta de cemento, petróleo y tabaco y afirmaba que los ministros palestinos "*gastan en lujos extravagantes*".

En el pasado la AP proclamaba haber terminado la ocupación israelí. Pero el descontento popular continúa y ahora ya no parece apuntar a Israel, sino a los propios hombres de Arafat. ∎

PATRICK COCKBURN, DE THE INDEPENDENT EN GAZA. EXCLUSIVO PARA **tres**

2006

03-03

9708754

Netanyahu no será procesado, resolvió la Corte de Israel

Alivio: la disposición del alto tribunal puso fin al escándalo que involucraba al premier israelí; siguen los enfrentamientos en Hebrón.

JERUSALEN, 15 (DPA).- La Corte Suprema de Justicia israelí negó hoy una petición que reclamaba el procesamiento del primer ministro Benjamin Netanyahu, por su actuación en el escándalo en torno del nombramiento del abogado Ronnie Bar-On como fiscal general.

Asimismo, el tribunal rechazó apelaciones que pedían que fuera destituido y se iniciara juicio al ministro de Justicia Tzahi Hanegbi.

En el fallo, adoptado por una mayoría de 4 a 1 en el tribunal de cinco magistrados, se establece que la decisión del fiscal general, de no adoptar una recomendación policial de enjuiciar a Netanyahu, "no fue burdamente irrazonable".

La decisión pone fin a un escándalo que en un momento estuvo a punto de hacer caer al gobierno de Netanyahu.

"Es una gran victoria", manifestó Shai Bazak, vocero de Netanyahu.

El tribunal, sin embargo, no exoneró a Netanyahu, al decir que la decisión de no procesarlo era "una zona gris" y comentar que el comportamiento de quienes estuvieron involucrados en el escándalo se había desviado de las reglas normales del gobierno.

Nombramiento cuestionado

El caso se inició en enero, luego que Netanyahu nombrara como fiscal general a Ronnie Bar-On, un abogado con insuficiente calificación jurídica y miembro del partido de gobierno, el bloque Likud. Bar-On renunció al cargo un día después debido a las críticas que generó su designación.

A continuación se inició una investigación, luego de que la prensa revelara que Bar-On había sido nombrado por consejo del líder del Partido Shas, Arie Deri, quien enfrenta cargos por corrupción y fraude, y que la agrupación forzó su designación como condición para aprobar el acuerdo sobre la retirada israelí de la ciudad cisjordana de Hebrón.

La policía recomendó en un informe que fueran procesadas las principales figuras involucradas en el caso, pero el fiscal general decidió que únicamente la evidencia contra Deri era suficiente como para llevarla a la corte.

El opositor Partido Laborista dijo que aún la decisión de la minoría del tribunal demanda la renuncia de Netanyahu.

"Israel merece un primer ministro que sea más responsable, honesto y digno de crédito que Netanyahu", señaló un vocero del partido.

Más luchas en Hebrón

JERUSALEN, 15 (EFE).- Al menos cuatro personas, tres palestinos y un agente de la policía de fronteras de Israel, resultaron heridas hoy en el segundo día consecutivo de enfrentamientos en la ciudad de Hebrón, en Cisjordania.

Según fuentes policiales de Israel, los palestinos, que protestan contra la política de asentamientos judíos y la expropiación de tierras, arrojaron once "cócteles Molotov" contra los efectivos de este país, que protegen el enclave judío.

Las fuerzas de seguridad replican con balas de goma y gases lacrimógenos a los manifestantes palestinos, concentrados en la "cashba", el casco antiguo de la ciudad.

Los enfrentamientos, de los que hasta el momento se mantiene al margen la policía palestina, que controla los barrios en los que viven 130.000 vecinos, coinciden con la más grave crisis en el proceso de paz desde la firma de los acuerdos de Oslo de 1993.

ISRAEL GOBIERNO (ampliación)

DIMITE MINISTRO FINANZAS POR DISCREPANCIAS MERCADO CAMBIOS

Jerusalén, 18 jun (EFE).- El ministro israelí de Finanzas, Dan Meridor, presentó hoy miércoles su dimisión después de que el Gobierno aprobara en una reunión de madrugada un proyecto de liberalización del mercado de cambios al que se oponía su departamento.

Meridor había expresado públicamente su rechazo a uno de los puntos principales del proyecto como era la ampliación de la banda de cambio, dado que podría causar una apreciación rápida de la moneda israelí —el nuevo shekel— no conveniente para la economía nacional.

El proyecto, promovido por el primer ministro israelí, el derechista Benjamín Netanyahu, fue finalmente aprobado esta madrugada tras una maratoniana reunión de urgencia.

Según la radio israelí, ocho miembros del gabinete votaron a favor, tres se abstuvieron y tres votaron en contra, entre ellos Meridor, quien está considerado como un moderado y un destacado rival de Netanyahu en el seno del Likud, el partido gubernamental.

La radio militar israelí señaló que Meridor podría ser sustituido por el actual ministro de Infraestructuras Nacionales, el general retirado Ariel Sharon.

Hasta ahora, la moneda israelí fluctuaba en un margen del 14 por ciento en el tipo de cambio oficial y, según el proyecto aprobado hoy, esta banda se ampliará hasta un 70 por ciento.

A juicio de Meridor, esta ampliación de la banda causará de inmediato una apreciación del shekel con respecto al dólar, lo que hará disminuir las exportaciones y disparará el desempleo.

Meridor, que había sido anteriormente ministro de Justicia, fue nombrado ministro de Finanzas en el actual gobierno de Netanyahu que tomó posesión en junio de 1996.

Considerado el más moderado del gabinete derechista, en las elecciones municipales de noviembre de 1993 Meridor hizo campaña en contra del candidato laborista y veterano alcalde de Jerusalén, Teddy Kollek.

Uno de los asuntos abordados este último año por Meridor fue la crisis económica que afecta a los palestinos y la donación de ayudas para aliviar las consecuencias del bloqueo de los territorios de Gaza y Cisjordania. EFE

LN 2006

Netanyahu no teme la caída de su coalición

Para el primer ministro israelí, la renuncia del titular de Finanzas, que hace temblar al Likud, no afectará su estabilidad

JERUSALEN, 19 (Reuter).- El primer ministro de Israel, Benjamín Netanyahu, expresó hoy su confianza sobre el futuro de la coalición de gobierno y aseguró que seguirá intacta a pesar de la renuncia del ministro de Finanzas, Dan Meridor.

"Me parece que la coalición seguirá estable", dijo Netanyahu, en un discurso dirigido a estudiantes de una universidad de Tel Aviv.

"No creo que vayamos a pasar por todas las convulsiones que siempre se nos están pronosticando", agregó.

La amenaza de abandono de la coalición por parte de una de sus fuerzas despertó todo tipo de alarmas en el gobernante partido Likud.

"La situación actual es que, de hecho, cualquier partido socio de la coalición que sufra una sacudida o la abandone podría llevar a la caída del gobierno", dijo el ministro de Turismo, Moshe Katsav, del Likud.

"En vista de las declaraciones de los socios de la coalición... han aumentado las inquietudes sobre la estabilidad de la coalición", dijo Katsav.

El funcionario aludía a declaraciones a la televisión del ministro de Industria y Comercio, Natan Sharansky, en el sentido de que "ya estamos, en efecto, con un pie afuera. Ya no somos parte de la coalición".

Meridor, un antiguo rival de Netanyahu en el Likud, renunció después de que el gabinete aprobó, por 8-3, una ampliación de las bandas de fluctuación cambiaria de la moneda israelí.

El ministro acusó a Netanyahu de utilizar su paquete de liberalización como instrumento para sacarlo del gobierno, una denuncia que el primer ministro rechazó.

La coalición gubernamental controla 66 de los 120 escaños del Parlamento. El partido Israel Be-Aliya, de Sharansky, controla siete de esas bancas y su abandono podría sellar la suerte del gobierno.

* * *

La renuncia del ministro de Economía Dan Meridor no es un hecho menor para la política doméstica israelí, sino otra estocada en un gabinete vapuleado por contradicciones, desinteligencias ostensibles, acusaciones y una exasperante disposición hacia el escándalo y la provocación.

Benjamín Netanyahu, el más joven primer ministro en la historia de Israel, llegó alto, muy alto, probablemente mucho más allá de lo esperable. Y ahora, aunque parece no advertirlo, se asoma al abismo.

La ausencia de Meridor, un dirigente que basó su prestigio en la moderación, aporta otro sacudón a las filas del Likud, el bloque derechista que catapultó a Netanyahu al ejercicio del poder. Antes de Meridor, otras calificadas figuras habían decidido librar a su suerte al controvertido gobernante: el primero en emigrar del entorno de Netanyahu fue Yitzhak Shamir, ex primer ministro y el último de los históricos de la derecha, y luego el ex canciller Moshé Arens y el ex ministro de Ciencias Beni Begin, hijo del ex gobernante Menahem Begin. Ellos integraban, junto con Meridor y el actual canciller (David Levy), lo más lúcido del Likud.



Mientras Netanyahu enfrenta problemas internos, en Hebrón no cejan los disturbios (AP)

Netanyahu se ha propuesto imponer su liderazgo en el partido. Y lo está logrando. Pero a fuerza de vaciar el Likud de eventuales adversarios, con lo que se arriesga a reinar en tierra arrasada, a conducir una agrupación infértil.

Al mismo tiempo, su coalición de gobierno (un rebaño de 7 partidos que reúnen una frágil mayoría parlamentaria de 66 escaños sobre las 120 bancas de la Knesset) pierde con Meridor un contrapeso a la creciente influencia de los sectores ultraortodoxos, que poseen el 60 por ciento de los puestos del gobierno, pese a que sólo disponen del respaldo del 20 por ciento del electorado.

Los ortodoxos, que libran una guerra santa contra el mundo secular, se cobran con creces la estabilidad que le conceden al gobierno.

Pero eso no es todo. Ahora cabría preguntarse quién sucederá a Meridor en el Ministerio de Economía. Todo indica que será el actual titular de Vivienda, Ariel Sharon, un halcón de la derecha que hace un año aspiraba a uno de los tres ministerios *top* (Defensa, Finanzas o Relaciones Exteriores), pero que quedó afuera del reparto no sólo por la resistencia de la dirigencia moderada, sino porque, al parecer, la influyente embajada norteamericana en Tel Aviv también le había bajado el pulgar.

Es que Sharon, en un momento en el que el proceso de paz con los palestinos agoniza (¿o acaso ya está muerto?), aportará, más que su destreza para el manejo de la economía, la garantía de nuevas disputas.

Sharon, niño mimado -si se permite la inocencia- de los sectores ultraortodoxos, es un ex militar de mano dura que no sólo empantanó las tropas de Israel en la disparatada y trágica invasión del Líbano, en 1982, sino que es un firme defensor de la política de asentamientos de barrios israelíes en tierras árabes, una estrategia rechazada internacionalmente y que ha conducido a la paralización de las negociaciones con los palestinos.

Desde Finanzas, Sharon tendrá una herramienta eficiente para impulsar tales asentamientos. El mismo, como un solitario colono o un despiadado provocador, ha decidido vivir en una antigua casa árabe de la Ciudad Vieja de Jerusalén, ahora atestada de guardias militares.

La política israelí, extremadamente dinámica, ha movido una pieza del tablero. El juego sigue. Creer que la caída de Meridor sólo forma parte de una crisis de gabinete es un pecado de lesa ingenuidad.

Ricardo López Dusil

02

[illegible]

[illegible] CRISIS DE SU COALICION

[illegible], 25 ene (EFE). - El primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, tiene que contener la crisis que tiene [illegible] a su coalición, a pesar de haber superado las mociones de censura de la oposición en el Parlamento.

Netanyahu superó anoche tres mociones de censura de la oposición, pero nueve legisladores del Likud -que él preside- y cinco diputados del Partido Guesher, cuyo líder es el ministro de Asuntos Exteriores, David Levy, le expresaron su desconfianza al no votar o haberse ido "con los pies", o sea, yéndose de la Cámara.

"Esto es el principio", dijo enigmáticamente el ex ministro de Hacienda Dan Meridor, cuya dimisión la semana pasada tras un viejo enfrentamiento personal con Netanyahu desencadenó la más grave crisis del Gobierno desde que asumió el poder hace un año.

Meridor es uno de los llamados "príncipes" del Likud, y al igual que el ex ministro de Ciencias Binyamín Zeev Beguin, que también dimitió hace unos meses por divergencias con Netanyahu, es visto como uno de sus dirigentes más prestigiosos y moderados.

Netanyahu "no aprendió nada" en el año que lleva al frente del Gobierno, declaró hoy Meridor al asegurar que "todo lo que le interesa es conquistar posiciones de fuerza con su conducta brutal".

"Espero que en las próximas elecciones la ciudadanía israelí no tenga que escoger entre Netanyahu y un candidato del Partido Laborista", indicó Meridor, quien añadió que "estamos en una lucha histórica sobre el futuro carácter del Likud".

Meridor, que podría llegar a sucederle en el liderazgo del Likud para las elecciones del próximo año 2.000, hizo esas declaraciones a la prensa a propósito de la actuación del representante del Gobierno, el ministro de Justicia, Tsaji Haneghi, al impugnar anoche las mociones de censura en el Parlamento.

En lugar de responder a las críticas del jefe de la oposición, el nuevo líder laborista Ehud Barak, ex comandante en jefe de las Fuerzas Armadas, Haneghi prefirió atacarle personalmente afirmando que en un accidente de 1[illegible], en el cual perdieron la vida varios soldados, "huyó sin prestarles asistencia", lo que fue desmentido hoy por su sucesor en esa función, el general Amnón Shajak.

"Haneghi es un niño grande con características de matón", declaró hoy el general retirado Barak, quien aseguró que la coalición de Netanyahu caerá antes de terminar su mandato.

"Sólo en el Gobierno de Netanyahu, cuya probidad ética quedó en tela de juicio recientemente a raíz de las irregularidades cometidas en la designación de un asesor jurídico, puede desempeñar Haneghi su cargo como ministro de Justicia", agregó Barak.

En respuesta, el ministro de Justicia, duramente criticado por su ataque a Barak entre sus propios correligionarios, exigió a Meridor la devolución de su escaño como diputado del Likud.

"Nunca escuché que lo inquietara [illegible] múltiples ataques personales contra el primer ministro", declaró hoy el portavoz de Netanyahu, Shai Bazak, al salir en defensa de Haneghi.

El primer ministro [illegible] anoche en el

[illegible]

[illegible]

ISRAEL-GOBIERNO (Previsión)

POSIBLE ENTRADA DE SHARON EN "TRIUNVIRATO" ABRE INCOGNITAS

Por Elías Zaldívar

Jerusalén, 27 jun (EFE). La posible incorporación del general Ariel Sharón al "minigabinete" israelí, formado por el primer ministro, Benjamín Netanyahu, y sus ministros de Exteriores y Defensa crea incertidumbre sobre el futuro de las negociaciones de paz con los palestinos.

Una de las preguntas, para el caso de que finalmente logre su cometido, es cómo procederá el veterano general Sharón respecto al presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat, al que describe como "un criminal de guerra".

El ministro de Seguridad Interior, Avigdor Kahalani, también un general retirado como él, aseguró hoy viernes que "Sharón conoce la mentalidad palestina y es capaz de cambiar", al punto de que "no me extrañará que Arafat vaya a visitarlo a su granja", agregó.

La granja de Sharón, en la que trabajan obreros palestinos, se encuentra a contados kilómetros de Gaza, donde tiene su sede la ANP.

El militar israelí, hijo de un matrimonio de maestros judíos procedentes de la Rusia de los zares, ganó fama en la década del sesenta al mando del batallón de paracaidistas 101 en sangrientas operaciones contra los "fedayín" de la franja de Gaza.

A la inclusión de Sharón en el minigabinete se resiste uno de los miembros del "triunvirato", el ministro de Defensa, Isaac Mordejai, el político más popular hoy en Israel, y también el presidente, Ezer Weizman, que no oculta su "preocupación" por el estancamiento del proceso de paz.

La designación de Sharón, no decidida aún por Netanyahu, es uno de los "fusibles" con que cuenta el primer ministro israelí para disipar la crisis de coalición que, desde la semana pasada, amenaza la estabilidad de su Gobierno derechista.

La crisis, en vía de ser conjurada según fuentes del Gobierno, se precipitó con la dimisión del ex ministro de Hacienda, Dan Meridor, prestigioso y moderado dirigente del bloque Likud, debido a un enfrentamiento con el líder de la coalición ultranacionalista, Netanyahu.

El primer ministro ofreció esa cartera a Sharón, actualmente a cargo del Ministerio de Infraestructuras Nacionales, pero para asumir la de Hacienda, el veterano general israelí pone como condición "sine qua non" ampliar el minigabinete para asuntos de política y seguridad, que es el que "corta el bacalao".

Otro miembro del mismo "triunvirato", el ministro de Asuntos Exteriores, David Leví, también enfadado con Netanyahu, estaba hoy en vías de reconciliarse con él y, según su allegados, aceptaría que se sume a ese organismo superior su amigo Sharón.

En tal caso, la última barrera sería el moderado Mordejai, otro general retirado, que superaría a cualquier candidato si el pueblo israelí fuese convocado hoy a elecciones y obtendría un 47 por ciento de los votos, casi un quince por ciento más que Netanyahu, según un sondeo de la empresa Gallup publicado hoy viernes.

Sharón, uno de los políticos más [illegible] pero también uno de los más populares en Israel, es quizá el principal promotor de la política de asentamientos [illegible] del Gobierno de Netanyahu, lo que de hecho ha conducido [illegible] crisis que afecta al proceso de paz.

04 9708756

Las negociaciones entre Israel y la OLP están paralizadas desde mayo pasado. El general israelí es de los que, alegando razones de seguridad, abogan por la anexión de gran parte de Cisjordania a Israel.

Sharón, que hace quince años antes aconsejaba a las autoridades israelíes a respaldar a Arafat para derrocar al rey Husein, es de los que creen que "Jordania es el Estado palestino" pues el reino hashemí fue establecido en 1922 como "Emirato de Abdula" por Gran Bretaña en lo que, para los nacionalistas judíos, es la antigua Tierra de Israel, y para Arafat la "Palestina histórica". EFE
es/ga/jdl

06/27/10 13/97

5

9708756

LN 3006

Una reunión indigna a la ultraderecha israelí

En las sombras: el encuentro entre un general israelí y el segundo de Arafat alerta a Netanyahu; disturbios en Tel Aviv.

JERUSALEN, 29 (EFE).- La sorprendente reunión del general Ariel Sharon con Majmud Abás (Abu Mazen), segundo de Yasser Arafat, causó indignación hoy entre sus aliados de la derecha ultranacionalista y, especialmente, en los asentamientos judíos.

Sharon, actualmente ministro de Infraestructuras Nacionales, puede ser designado mañana como titular de Hacienda e incorporarse al minigabinete que dirige el proceso de paz con los palestinos, Siria y el Líbano.

El polémico general, que calificó como "error histórico" los acuerdos de Oslo para la paz con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) y pidió la eliminación de su líder Yasser Arafat y de sus guerrilleros, fue también quien ordenó hace quince años evacuar los asentamientos judíos del Sinaí por la paz con Egipto.

Su nombramiento depende de que el primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, pueda superar hoy una grave crisis de confianza con el titular de Asuntos Exteriores, David Levy, que está a cargo del proceso de paz con los palestinos y no sabía nada de esa reunión.

Los únicos tres miembros del gabinete de asuntos políticos hasta la fecha son Netanyahu, Levy y el ministro de Defensa, Isaac Mordejai; estos dos últimos, sin saber que Sharon se reunió con Abu Mazen, impugnaban su incorporación al grupo.

Netanyahu no informó a Levy ni a Mordejai de la reunión de Sharon -al que no quiso incluir en su gobierno al asumir el poder, hace poco más de un año- con el emisario de Arafat.

"No sé qué más debo aprender para ser digno de su compañía", dijo irónicamente esta semana Sharon al enterarse de las reservas de Levy -un amigo personal- y del general retirado Mordejai, ambos catalogados como "ministros moderados" del gobierno de Netanyahu.

La inesperada conferencia entre Abu Mazen, segundo del presidente palestino, y Sharon también causó asombro e indignación entre sus muchos seguidores por temor a los planes que pudiera esgrimir para concertar la paz con el pueblo palestino. Ambos prometieron volver a reunirse.

"Ha sido una reunión como de ladrones en la noche en un intento para reanudar las negociaciones de paz", interrumpidas desde hace casi cuatro meses, "antes de que los palestinos cumplan con sus obligaciones", declaró a la prensa el diputado Nisán Solomiansky, ex "jefe de operaciones" del Consejo de los Asentamientos Judíos de Judea y Samaria, y la franja de Gaza.

Sharon, un ídolo de la derecha y en particular de los asentamientos judíos, que impugnan el proceso de paz con el gobierno de Arafat, "se convirtió en un colaboracionista", afirmó.

"¡Sharon ha cambiado de piel!" o "¡Esto es increíble: una traición!", eran algunas reacciones tras trascender que ambos se reunieron en la granja del general israelí, a pocos kilómetros de la zona palestina autónoma de Gaza.

El diputado Shaul Yaalom, del Partido Nacional Religioso, prefirió "ver la mitad llena y no la mitad vacía de la copa", y declaró a la prensa que Sharon servirá de "contrapeso" a Mordejai y a Levy, "sospechosos" de estar dispuestos a "aflojar" ante las exigencias de Arafat.

Pero su incorporación al "equipo conductor" del gobierno dependía hoy de que Netanyahu apacigüe a Levy, ofendido por quedar al margen de la reunión y ponga fin a la grave crisis que desde la semana pasada amenaza su estabilidad.

Protestas contra Netanyahu

TEL AVIV, 29 (AFP).- Más de 30.000 israelíes manifestaron ayer en Tel Aviv para pedir la dimisión del primer ministro israelí, cuyo mandato termina en el 2000, y el llamado a elecciones anticipadas.

Israelíes que votaron por él expresaron su "decepción" en una reunión organizada por el "Movimiento por las elecciones anticipadas" que dirigen simpatizantes de la oposición.

Ayer, una manifestación distinta, protestó por la influencia creciente de los ultraortodoxos en la vida diaria, indicaron fuentes policiales.

El mitin fue organizado por el movimiento Libertad en Israel y otras formaciones de defensa de los derechos humanos.

Los partidos religiosos tratan de extirpar todo lo que consideran opuesto al carácter religioso del Estado judío.

BARAK, NUEVO LIDER DEL PARTIDO LABORISTA

11837

[illegible] 06 07 [illegible]
[illegible]

ISRAEL-LABORISMO (previsión)
CAMBIO DE GENERACIONES EN LA SOCIALDEMOCRACIA ISRAELI

Jerusalén, 3 jun (EFE).- El Partido Laborista de Israel que celebra elecciones nacionales para escoger a su nuevo líder hoy martes, se despide también de Simón Peres, quien asegura no jubilarse pues seguirá combatiendo en "la batalla por la paz".

Peres, de 74 años, tal vez el más grande estadista de este país después de su maestro David Ben Gurión, arquitecto del Estado israelí hace medio siglo, será sucedido, si los sondeos se confirman, por el general retirado Ehud Barak, de 55 años.

El candidato que resulte elegido será también el que ha de encabezar a la socialdemocracia israelí en las elecciones generales del año 2000 frente al actual primer ministro Benjamin Netanyahu, líder del bloque populista de derecha Likud.

Peres, considerado el padre del poderío atómico y de la industria militar israelí en la década de los cincuenta, también ha sido en la del noventa el artífice del proceso de paz con los palestinos, un campo de acción en el cual promete seguir actuando.

Barak, un "paracaidista" que se incorporó a la vida política esta década tras su etapa como jefe de las fuerzas armadas, se considera un "seguidor de Isaac Rabin", el ex primer ministro asesinado en 1995 por un extremista del sionismo religioso para trabar el proceso de paz con los palestinos.

Los otros candidatos a la sucesión de Peres son el doctor en Ciencias Políticas Iosi Beilin; el brigadier retirado y médico Efraim Sné, y el historiador Shelomo Ben Ami, ex embajador en España, a quienes los sondeos pronosticaban un porcentaje de votos notablemente menor que el que prevén a Barak.

Los observadores atribuyen la relativa apatía con que son seguidos los comicios internos en el mayor de los bloques políticos del país (con 34 de los 120 escaños parlamentarios), al hecho de que "el resultado está cantado" y a que se trata de "una puja muy civilizada: los candidatos no se atacan entre sí".

En los comicios, que se prolongará durante doce horas en 660 urnas en todo el país, podrán participar los 166.000 labaoristas afiliados registrados, aunque se calcula que lo hará sólo un 50 por 100.

"Soy el único que puede derrotar a Netanyahu" en las urnas, es una de las proclamas de Barak, que promete "unir fuerzas" con sus rivales, aunque estos teman de que se torne un líder autoritario.

La última función de Gobierno desempeñada por Barak fue la de ministro de AA.EE. de Peres hasta las elecciones generales del 29 de mayo del año pasado. El veterano dirigente se ha negado hasta último momento a revelar a quien prefiere entre los candidatos.

Peres y Rabin gobernaron los destinos del laborismo durante los últimos veintitrés años, desde que el segundo de ellos sucedió en el poder a la ex primera ministra Golda Meir después de la traumática "guerra de Yom Kipur" o "de Ramadán" de 1973.

En 1977, después de casi tres décadas en el poder, los laboristas encabezados por Peres -descrito como "el eterno perdedor"- tuvieron que cederlo al Likud. Rabin lo recuperó quince años después, en 1992, y Peres, [illegible] el magnicidio en Tel Aviv, [illegible] hasta un año frente a Netanyahu.

La sucesión de Peres [illegible] un cambio generacional en el

01-05

9708757

laborismo, el viejo Partido de los Trabajadores de la Tierra de Israel (MAPAI), la corriente central del movimiento sionista, que en 1948 estableció el Estado israelí y en 1993, con los acuerdos de Oslo, entabló las negociaciones de paz con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) y su presidente, Yasser Arafat.
EFE

[illegible] idl

06/03/97 20:[illegible]

02

970875-7

[illegible]
[illegible]

ISRAEL-LABORISMO (perfil)
BARAK, INMINENTE LIDER LABORISTA FUE BRILLANTE MILITAR

Por Raquel Ortega

Jerusalén, 3 jun (EFE).- Ehud Barak, el casi seguro vencedor en las elecciones internas a líder del Partido Laborista israelí, es, al igual que el asesinado primer ministro Isaac Rabin, un brillante militar convertido en político.

Al igual que su correligionario Rabin y a diferencia de la anterior generación de políticos israelíes, Barak (cuyo nombre significa "trueno" en hebreo) también es un nativo de este país.

Barak nació en el "kibutz" Mishmar Hasharón en 1942, seis años antes de la fundación del Estado de Israel, e ingresó a la edad de 18 en el Ejército israelí, donde en 1991 se convirtió en su comandante jefe.

Tras abandonar el Ejército, el entonces primer ministro israelí Rabin lo nombró titular del Interior a principios de 1995, y tras el asesinato del jefe de Gobierno -en noviembre de ese año-, su sucesor, Simón Peres, lo designó jefe de la diplomacia.

Ese cargo fue desempeñado por Barak hasta que el líder del partido de derechas Likud, Benjamín Netanyahu -nacido en Jerusalén en 1950-, derrotó a Peres -nativo de Polonia- en las elecciones generales de mayo de 1996.

Todo indica que, una vez que Barak resulte electo hoy como líder laborista, él y Netanyahu -dos políticos de la nueva generación- se enfrentarán en los comicios del año 2000 para el cargo de primer ministro.

El lema del ex comandante jefe del Ejército israelí, que se presenta como "continuador de Rabin" a las elecciones internas del Partido Laborista, es, precisamente, "Con Barak venceremos" en las próximas elecciones.

Según sus allegados, un gran número de israelíes gusta de los políticos "duros", por considerar que brindan "seguridad".

Por esa razón, el casi seguro nuevo líder laborista israelí se opuso en un principio a que el Comité Central de su formación política decidiera, el mes pasado, dejar de oponerse a la fundación de un futuro Estado palestino independiente una vez que ambas partes alcancen la paz.

Durante su carrera militar, Barak integró varias unidades de élite y participó en una serie de operaciones militares clasificadas hasta el día de hoy como secretas.

La más conocida de ellas fue la incursión de un comando israelí en Beirut, en 1973, que mató a tres guerrilleros de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), que lidera Yaser Arafat, operación en la que Barak participó disfrazado de "rubia atractiva".

En la década siguiente, Barak mostró "mano dura" en la represión de la sublevación palestina o "intifada" (1987-1993) contra la ocupación israelí.

El futuro líder laborista es licenciado en Física y Matemáticas de la Universidad Hebrea de Jerusalén y obtuvo su "master" en análisis de sistemas en la prestigiosa universidad estadounidense de Stanford (California).

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

03

9708757

EHUD BARAK, LIDER DE LA OPOSICION

Cu04 06

Un "duro" es el nuevo jefe del Partido Laborista de Israel

Es un ex comandante en jefe de las FF.AA. y fue elegido ayer • Ocupará el lugar de Shimon Peres • En una entrevista con Clarín reconoció que hay sectores que ven al partido como muy izquierdista o antirreligioso

SHLOMO SLUTZKY
Tel Aviv. Especial para **Clarín**

El Partido Laborista israelí tiene un nuevo jefe. El sillón que ocupaba el experimentado Shimon Peres, que decidió abandonar la titularidad de la principal fuerza de oposición, quedó ayer en manos de Ehud Barak, ex comandante en jefe de las fuerzas armadas israelíes y canciller en el último gobierno de Peres. El nuevo líder laborista, de 54 años, es un firme candidato a primer ministro para las elecciones previstas para el año 2000.

Pocas horas antes de ser elegido, Barak recibió a **Clarín** en su moderno cuartel general de Tel Aviv. El nuevo jefe, licenciado en física y matemáticas en Jerusalén y master en análisis de sistemas en la estadounidense Universidad de Stanford, es considerado por sus allegados como un "político duro", que brindará "seguridad" a los israelíes. Su oposición interna lo acusó hasta ayer de intentar ser un "duplicado de Bibi" (el apodo del premier) por ser un "outsider" del partido y por prometer a sus seguidores que retomarán el poder de su mano: "Sólo yo puedo vencer a Netanyahu", afirmó.

–¿Por qué está tan seguro de que puede conquistar el gobierno?

–Las encuestas señalan desde hace meses mi victoria sobre Netanyahu. Pero prefiero hablar del apoyo popular que siento en la calle y en aquellos lugares que son bastiones tradicionales de la derecha. Tenemos que ganar la confianza de amplios sectores que hoy nos ven como demasiado izquierdistas y demasiado antirreligiosos, cosas que no somos.

–¿En qué se diferencia su posición de la de Netanyahu en lo que respecta a la solución del conflicto con los palestinos?

REUTER



TACTICA. "Es imprescindible hablar sin vueltas con palestinos y árabes."

> "El premier Netanyahu nos hizo retroceder más de diez años en el conflicto árabe-israelí"

–Netanyahu continúa ideológicamente la línea que impulsa la anexión de Cisjordania y Gaza, con sus dos millones de palestinos que nunca podrán recibir derechos civiles completos en Israel. Nuestra posición es que Israel debe separarse de los palestinos, que éstos deben recibir completo derecho a la autodeterminación nacional, con la limitación de nuestro derecho a la existencia y seguridad.

–¿Y, como Netanyahu, proclama consignas ultristas y luego se doblega bajo la presión de Estados Unidos, de partidos de su coalición o de las circunstancias mismas?

–Yo tengo otro estilo de conducta, que me caracteriza en mis 35 años de servicio en el ejercito y el gobierno. Creo que es imprescindible hablar con nuestros interlocutores palestinos y árabes sin vueltas y sin emplear tácticas de regateo. Debemos explicar abiertamente nuestras necesidades de seguridad y estar dispuestos a devolver la gran parte de los territorios que ocupamos en la Guerra de los Seis Días.

–¿Cuáles son sus exigencias?

–Jerusalén unificada bajo soberanía israelí, modificaciones en las fronteras de tal manera que la mayoría de los colonos, no de las colonias, queden bajo soberanía israelí, y ciertas limitaciones en lo que respecta a armamento del ente palestino con el que deberemos cohabitar en paz.

–¿Y respecto de Siria?

–Adopto la fórmula de Yitzhak Rabin que decía que "la profundidad de la retirada israelí será de acuerdo con la profundidad de la paz que los sirios estén dispuestos a construir con Israel". Pero yo le agrego: "Y la calidad de las garantías de seguridad acordadas entre Siria e Israel". Está claro que la paz con Siria nos obligará a una retirada importante del Golán.

–Usted ha hecho declaraciones sobre libre mercado no muy acordes con la línea del Partido Laborista.

–Israel debe incorporarse al sistema económico global, en el que reina la economía de libre mercado. Sin embargo Israel, que en el pasado ansiaba construir una sociedad justa, llegó a ser uno de los países con mayores diferencias de salarios y con amplios sectores de pobreza relativa.

–¿Y que propone?

> "Este gobierno privatizó servicios básicos y lanzó a los ciudadanos a arreglarse como puedan"

–Creo que debemos liberar la economía de monopolios y burocracias estatales que afectan al mercado privado, pero a la vez me opongo a ser un laboratorio de experimentos para Milton Fridman como parece desearlo Netanyahu, privatizando servicios básicos y lanzando a los ciudadanos a arreglarse como puedan.

–Sólo dos años atrás dejó el ejército y pasó a la política. ¿No cree que le falta experiencia política para gobernar un Estado?

–Desde principios de los años 80 vengo participando en las sesiones de cinco diferentes gobiernos, primero como jefe militar y posteriormente como ministro del Interior y canciller. Netanyahu nunca fue ministro ni dirigió ninguna gran organización antes de llegar a la jefatura de gobierno, y se nota. Creo en el electorado israelí y creo que no volverá a cometer el error que nos hizo retroceder más de diez años en el conflicto árabe-israelí.

"Es necesario un acuerdo con Siria"

El nuevo líder del laborismo israelí, Ehud Barak, quien hizo una importante carrera como militar, destacó, en otro momento del diálogo con **Clarín**, la necesidad de crear un bloque de países y organizaciones antiterroristas, y afirmó: "**La única solución en el conflicto del Líbano es un acuerdo entre Israel y Siria**".

Barak integró varias unidades de elite y participó en diversas operaciones militares, clasificadas hasta el presente como secretas. La más conocida de ellas fue la incursión de comandos israelíes en Beirut en 1973 que culminó con la muerte de tres guerrilleros de la OLP de Yasser Arafat. En la década siguiente, Barak respondió con "mano dura" el levantamiento palestino contra la ocupación israelí, conocido como "intifada".

–¿Cómo cree que Israel debe encarar la batalla contra Hezbollah en el Líbano?

–El conflicto en el Líbano sólo tendrá solución en el marco de un acuerdo entre Israel y Siria. La forma de reducir la violencia está ligada con la reapertura de las tratativas con Damasco, que fueran congeladas un año atrás. Israel no tiene ninguna pretensión territorial en el Líbano, pero la completa retirada militar del sur libanés depende de que se garantice la seguridad de la frontera internacional. Una condición que aún no se cumplió.

–La Argentina y la comunidad judía argentina sufrieron las consecuencias de la guerra de Israel contra Hezbollah en el Líbano. ¿Considera que deben tomarse en cuenta estas trágicas consecuencias al decidir la política o acciones militares de represalia en el sur libanés?

–Hezbollah es una organización terrorista asesina que tiene íntimas relaciones operativas con otras organizaciones terroristas alrededor del mundo, incluyendo la Argentina. En forma general podría decirse que la forma de combatir efectivamente a Hezbollah es la de cooperar con países y organizaciones que se oponen al terrorismo internacional, conformando un bloque antiterrorista.

Este es un camino largo y no exento de dificultades. Pero sólo la solución de conflictos internacionales y la cooperación mundial pueden dar frutos en la reducción del terror a un fenómeno marginal.

ISRAEL GOBIERNO
LIDER LABORISTA PRESENTA MOCION CENSURA CONTRA NETANYAHU

Jerusalén, [illegible] (EFE).- El nuevo líder del Partido Laborista, Ehud Barak, presentó hoy, martes, una moción de censura en el Parlamento contra el Gobierno del primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu.

El debate parlamentario comenzó en medio de una seria crisis de confianza respecto de Netanyahu por parte de algunos de los partidos de su coalición del Gobierno tras la dimisión, la semana anterior, del prestigioso ex ministro de Hacienda, Dan Meridor.

"El Gobierno no caerá hoy pero comenzó la cuenta hacia atrás", afirmó el jefe de la oposición y nuevo líder del Partido Laborista, Ehud Barak, que los acusó de destruir el proceso de paz y dividir al pueblo israelí.

"Con la dimisión de los exministros Biniamin Beguin (de Ciencias) y de Meridor", dos de los más distinguidos dirigentes jóvenes de su bloque populista Likud, "se desmoronó su autoridad moral delante de sus votantes y de la opinión pública", agregó.

El Gobierno fue representado por el ministro de Justicia, Tsaji Hanegbi, quien atacó personalmente a Barak y aseguró que "Netanyahu se mide con los problemas, tiene su verdad y no huye" en relación con las presiones para que el Gobierno, en aras de la paz, interrumpa la construcción en los asentamientos judíos.

Con los últimos enfrentamientos en Cisjordania y Gaza "se desmorona la confianza entre nosotros y los palestinos y se evapora el sueño de la 'paz con seguridad'", afirmó Barak.

El jefe de la oposición señaló que también en este año que Netanyahu lleva al frente de su Gobierno de derecha aliado con los partidos de la ortodoxia religiosa, "van cayendo las máscaras y experimentamos una angustiante cultura del poder, una arrogante actitud social y una peligrosa concepción política".

Las posturas políticas de Netanyahu, que no se hallaba en el recinto de la Kneset, "destruyen no sólo la confianza sino la posibilidad de una reconciliación histórica con nuestros vecinos" árabes, afirmó Barak, excomandante de las fuerzas armadas.

"Una vez más estamos aislados en la comunidad internacional, dando explicaciones en lugar de llevar adelante el proceso por la paz, y desde lejos vuelven a escucharse los tambores de la guerra", señaló el jefe del laborismo israelí.

Barak recomendó a Netanyahu "escuchar lo que os advierten los comandantes militares y de otros organismos seguridad" acerca de un próximo estallido de violencia si sigue detenido el proceso de paz.

"Escuchad a los embajadores de los países amigos y leed los telegramas de los nuestros en el exterior", agregó.

"Si estallara una guerra, cuando termine nosotros enterraremos a nuestros muertos y el enemigo, que tendrá muchos más, enterrará a los suyos, pero al fin de cuentas vamos a volver a discutir aquí los mismos problemas", indicó el dirigente laborista.

La moción de censura del Partido Laborista será sometida a votación esta noche pero, según los observadores parlamentarios, será derrotada por los diputados de la coalición de Netanyahu. EFE

[illegible]

05-05

9708757

XD0961

U POXBT 06-22 00430
mun exg icx

ISRAED-SIRIA
LOS MISILES DE ASAD SON EL PELIGRO "NUMERO UNO" PARA ISRAEL

Jerusalén, 22 jun (EFE).- Los misiles balísticos en poder de Siria constituyen "el peligro estratégico número uno" para Israel, ha declarado el general retirado David Ivry, el principal asesor del ministro de Defensa de israel, Isaac Mordejai.

En declaraciones que hoy publica el diario Iediot Ajronot, Ivry, ex comandante de la Fuerza Aérea, sostiene que también Irán, Egipto e Irak están desarrollando su capacidad balística contra la cual, se supone, no tienen los israelíes una respuesta que pueda neutralizar esos cohetes que pueden llevar en sus ojivas gases letales y armas biológicas.

Según fuentes occidentales mencionadas por ese rotativo de Tel Aviv, Siria está construyendo numerosos refugios subterráneos en diversos puntos de su territorio para su lanzamiento, como lo hizo Irak en la guerra del Golfo Pérsico de 1991.

La fuerza aérea de Estados Unidos y de sus aliados europeos en esa guerra contra Irak fracasaron en la misión de destruir desde el aire esos refugios donde se ocultan los camiones lanzamisiles.

El presidente sirio, Hafez al Asad, según esas fuentes, puede lanzar una operación militar limitada contra Israel amparándose en el poder de disuasión que le dan esos misiles, con el fin de impulsar las conversaciones de paz y recuperar la estratégica meseta del Golán, que Israel ocupa desde 1967.

Las conversaciones, que ambos países celebraban en Estados Unidos, están interrumpidas desde hace dieciséis meses. El Gobierno del primer ministro Benjamín Netanyahu, por ahora, no manifestó la voluntad de devolver el Golán a Siria por la paz.

Según datos proporcionados por el Instituto de Estudios Estratégicos de la Universidad de Tel Aviv, Siria cuenta con 18 lanzamisiles para cohetes del tipo Scud B, con un alcance de 300 kilómetros, con lo cual puede llegar a distintos puntos de Israel.

Asimismo, posee ocho lanzamisiles para los Scud C, cuyo alcance es de 600 kilómetros, y unos 250 Scud de los dos tipos, según ese Instituto.

De momento, los cohetes antimisiles "Jetz" (Flecha), que Israel comenzó a desarrollar con la asistencia de EE.UU. tras la guerra del Golfo Pérsico, no son operativos, y esto es lo que, según las fuentes del Iediot Ajronot, trataría de aprovechar Siria.

El proyecto de los "Jetz", que serán el primer cohete capaz de detectar y destruir misiles en vuelo, fue aprobado después que Irak lanzó 41 Scud convencionales contra ciudades de Israel, que no participó en esa conflagración.

En esa guerra se demostró la vulnerabilidad de la población civil de Israel, que también cuenta con misiles balísticos, los "Jericó", pues sus fuerzas armadas son impotentes para neutralizar ataques balísticos. EFE

ez/msr

06/22/08 47/97

[illegible]
[illegible] 00500
[illegible]

ISRAEL-SIRIA
MINISTRO ISRAELI: SI SIRIA ATACA "SERAN BORRADOS DE LA TIERRA"

Jerusalén, 23 jun (EFE).- El ministro israelí de Agricultura y Asuntos del medio Ambiente, el general retirado Rafael Eitán, ha declarado que no teme las amenazas sirias, y que si este país atacase a Israel con sus misiles balísticos "debe saber que será borrado de la faz de la tierra".

Esta ha sido hoy lunes la reacción de Eitán al diario independiente Iediot Ajronot, que ayer domingo publicó un informe basado en fuentes occidentales acerca de supuestos esfuerzos de Siria para incrementar su capacidad balística.

Según esas fuentes, no identificadas, el presidente sirio, Hafez al Asad, se propondría aprovechar su arsenal de cohetes tierra-tierra como factor de disuasión, y lanzar una operación militar limitada contra Israel para revivir las conversaciones de paz, y recuperar la estratégica meseta del Golán.

"Yo no temo las amenazas de Siria: si lanzaran una operación sorpresiva en el Golán, también nosotros podemos emprender otra en Damasco", dijo el ministro.

Los sirios "tienen que saber que (en esa hipótesis) serán borrados de la superficie de la tierra", agregó Eitán.

Según la revista inglesa "Jane's", especializada en asuntos militares y de seguridad, dentro de tres años Siria contará con mil cohetes balísticos tierra-tierra de todos los tipos y ochenta plataformas para dispararlos.

La devolución de la meseta del Golán, que Israel ocupa desde la "Guerra de los Seis Días" de 1967, es la condición sine qua non de Siria para un tratado de paz con este país. Las conversaciones bilaterales de paz están interrumpidas desde hace catorce meses.

"Los sirios fueron los causantes de las guerras (con Israel) y nsotros no les debemos ningún favor. Si quieren la paz, deben dirigirse a nosotros", dijo Eitán al rotativo de Tel Aviv.

El ministro israelí de Defensa, Isaac Mordejai, precisamente, hizo ayer domingo un llamamiento al Gobierno sirio a retornar a las conversaciones de paz, que se celebraban en EEUU, pues "nsotros no tenemos interés en guerras ni enfrentamientos".

Mordejai dijo a la prensa que "tenemos interés en solucionar el conflicto y evitar la violencia en todo lugar, especialmente en la frontera norte", donde Israel limita con Líbano y Siria.

De todos modos, "no habrá paz debido a Irán, a Libia, a Irak, a causa de la cuestión de Jerusalén y por el problema de los refugiados (palestinos): ¿qué urgencia tenemos (con Siria)?", comentó al Iediot Ajronot el general Eitán.

Respecto a la actual crisis desatada por la protesta palestina ante la posición del nuevo Gobierno israelí respecto a los acuerdos de Oslo, Eitán agrega: "Israel ha logrado desvelar delante de todo el mundo el verdadero rostro de los palestinos y demostrar que no tienen intención de llegar a una paz genuina", agregó.

El matutino independiente Haaretz informa de que Eitán se propone entregar a los alumnos del seminario rabínico Ateret HaCohanim tierras del pueblo palestino de Abu Dis, al sureste de Jerusalén, para desarrollar cultivos de invernadero.

Eitán, que las visitará mañana, "teme de que la Autoridad

Nacional Palestina (ANP) quiera apoderarse de estas tierras". Unas diez hectáreas adquiridas por judíos en la década del treinta, antes del establecimiento del Estado israelí, informa el diario.

El 90 por ciento del pueblo, en el cual operan algunas oficinas del Gobierno de Yaser Arafat, está en Cisjordania, bajo control civil de la ANP [illegible] Israel tras la "guerra de los Seis Días" de 1967.

El [illegible] de Abu Dis sigue a cargo de Israel, como en otros territorios de Cisjordania, según el acuerdo de [illegible] de septiembre de 1995. EFE

[illegible] jd

PRINCIPAL MERCADO DE ARMAS SE ENCUENTRA EN ASIA Y AUSTRALIA

EA4007

R POXBT 06-10 00296
icx mun exg

ISRAEL ARMAS
EN ASIA Y AUSTRALIA ESTAN LOS PRINCIPALES CLIENTES DE ISRAEL

Jerusalén. 10 jun (EFE).- Los principales clientes de la industria militar israelí se encuentran en el Lejano Oriente y en Australia, que importarán armas y equipos producidos en este país por valor de 3.2 millones de dólares hasta el año 2000.

Así lo ha informado el director del Ministerio de Defensa. Ilán Birán. en vísperas de la inauguración el próximo sabado del Salón de Aeronática de Le Bourget. a las afueras de París, en el cual exhibirán sus productos veintidós empresas israelíes.

En total. en los próximos tres años las exportaciones militares de Israel llegarán a los 5.500 millones de dólares. según pronóstico el general retirado Birán en una rueda de prensa.

En un filme de promoción preparado por el Departamento de Asistencia en Asuntos de Seguridad (SIBAT) del Ministerio de Defensa. que supervisa las exportaciones de empresas estatales y privadas, se desvela por primera vez la existencia de un nuevo cohete aire-aire de producción local. el Pitón.

La película incluye también escenas documentales del ataque y destrucción del reactor atómico de Irak por aviones de la fuerza aerea israelí y de un rescate de rehenes israelíes cautivos en el aeropuerto de Entebe. de Uganda. ambos de la década de. los años setenta.

En lo que va de este año. informó Birán. las industrias militares (también importantes abastecedoras de las fuerzas armadas de varios paises latinoamericanos) han concretado encargos por valor de mil millones de dólares.

El ministro israelí de Defensa. Isaac Mordejai. viajará mañana a los Estados Unidos para examinar los aviones de combate producidos en ese país. probablemente el AF 15I. que Israel adquirirá para sustituir a los de su fuerza aerea.

A su regreso. Mordejai visitará el Salón de Le Bourget y será huésped de la industria militar de Francia. EFE

ez/msr

06/10/08 35/97

01-91

N. DOCUMENTO: 9708760
TITULO: SITUACION EN MEDIO ORIENTE
PROCEDENCIA: 150090
290697
11876 65890
10195 65963
11832 11164
514142 11163
501089 11165

XA2117
R FOXBT 06-01 00347
mun exg

O.MEDIO-CRISIS
EL BAZ LOGRA "CIERTOS PROGRESOS" EN REUNION CON NETANYAHU

Jerusalén, 1 jun (EFE).- Osama El Baz, consejero político del presidente egipcio, Hosni Mubarak, logró "ciertos progresos" en la reunión que celebró en Jerusalén hoy, domingo, con el primer ministro israelí, Benjamin Netanyahu, y el titular de Exteriores, David Levy, informaron fuentes allegadas al jefe del Gobierno.

El Baz informó esta tarde de su reunión de dos horas y media con los gobernantes israelíes al ministro de Asuntos Locales de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Saeb Erekat, agregaron las fuentes.

El ministro palestino y jefe de la delegación de la ANP cuyo presidente, Yaser Arafat, se encontraba hoy en Zimbabue- en las negociaciones de paz con Israel, que atraviesan una grave crisis desde hace tres meses, afirmó antes de reunirse con El Baz que las divergencias con Israel "son grandes".

La ANP interrumpió las negociaciones tras la decisión del Gobierno de derechas de Israel de construir el nuevo asentamiento judío de Har Jomá (Abu Ghneim, en árabe) en Jerusalén Oriental, un sector de la ciudad en el que los palestinos aspiran a establecer la capital de un futuro Estado independiente.

La radio estatal israelí informó de que El Baz, cuyo país intenta lograr la reanudación de las negociaciones de paz después de que fracasara en el intento el mediador estadounidense Dennis Ross, no tiene previsto volver a reunirse con Netanyahu y regresará hoy mismo a El Cairo. En la reunión que celebró la pasada se localidad egipcia de Sharm el-Sheij, Netanyahu propuso construir localidad egipcia de Sharm el Sheij, Netanyahu propuso construir cientos de viviendas para palestinos en Jerusalén Oriental y celebrar negociaciones intensivas con la ANP sobre el estatuto definitivo.

En esas negociaciones, ambas partes habrán de debatir en manos de quién queda la soberanía de Cisjordania y Gaza en parte de las cuales rige la autonomía palestina-, así como el futuro político de Jerusalén, entre otros asuntos delicados.

Netanyahu también manifestó a Mubarak su disposición a negociar de inmediato con los palestinos la creación del corredor terrestre entre Gaza y Cisjordania y la construcción del puerto en la primera de esas zonas autónomas. EFE

ro/rgn/mlr

06/01/14 50/07

01-42

9708760

AR1155

" EGIPT 06 03 0017B
 ICX HGN EXG

O.MEDIO-CRISIS
ASESOR PRESIDENCIAL EGIPCIO VIAJO A WASHINGTON

El Cairo, 3 jun (EFE).- Osama El Baz, asesor del presidente egipcio, Hosni Mubarak, viajó esta mañana a Washington para entrevistarse con los responsables estadounidenses, como parte de las gestiones que efectúa para hacer volver a la mesa de negociaciones a palestinos e israelíes.

Baz informará a la Administración de EEUU sobre el resultado de las visitas que efectuó la última semana a Gaza e Israel, donde se entrevistó, respectivamente, con el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat, y el primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu.

A su llegada anoche a El Cairo después de su última misión, Baz señaló que el objetivo de la mediación egipcia en la actual crisis del proceso de paz "no es proponer nuevas iniciativas sino estrechar la brecha que separa las posiciones de palestinos e israelíes" para hacer que se reanuden sus negociaciones de paz.

Baz se incorporó a las labores de mediación entre palestinos e israelíes hace una semana, después de la cumbre que celebraron en la localidad egipcia de Sharm El Sheij el presidente Mubarak y Netanyahu y que concluyó sin resultado positivo para la reanudación de las negociaciones entre ambas partes.

Estas se suspendieron en marzo pasado debido, especialmente, al comienzo de la construcción de un nuevo barrio judío en las afueras de Jerusalén Oriental, el sector de la ciudad ocuparon por Israel en 1967 y que los palestinos reclaman como capital de su futuro Estado independiente.

Egipto ha subrayado que su misión mediadora la efectúa en coordinación con Estados Unidos, patrocinador del proceso de paz, así como con la Unión Europea.

El presidente Mubarak negó el domingo que Egipto negocie en nombre de los palestinos y subrayó que solo intentan lograr la reanudación de las negociaciones para evitar el colapso del proceso de paz. EFE

vh/idl

06/03/08 34/97

02

9708760

[illegible]

[illegible]

[illegible]

PALESTINOS TIERRAS

ISRAEL PROTESTA AL GOBIERNO PALESTINO POR LOS ASESINATOS

Jerusalén, 3 jun (EFE).- El Gobierno de Israel ha protestado oficialmente hoy ante la Autoridad Nacional Palestina (ANP) por el asesinato de tres agentes inmobiliarios árabes que participaron en la venta de casas o tierras de palestinos a judíos.

La nota de protesta, entregada por el secretario del Gobierno, Dani Navé, al ministro Saeb Erekat en representación de la ANP, se afirma que la eliminación de esos intermediarios palestinos "es una violación vergonzosa" de los acuerdos de paz.

Funcionarios del Gobierno palestino, por su parte, responsabilizan a los servicios de seguridad israelíes de los asesinatos "para ocultar las peligrosas violaciones y eludir los compromisos asumidos por Israel al firmar sus acuerdos con los palestinos".

Los Servicios Secretos de la ANP, a cargo del general Amin el Hindi, desmintieron que sus agentes, como se asegura en Israel, hubiesen perpetrado los crímenes.

Portavoces del Gobierno de Yaser Arafat en Gaza aseguraban que si bien la venta de bienes inmuebles a israelíes es una "traición nacional", la ANP no les habría ejecutado sin que hubieran sido juzgados y condenados antes.

Desde el pasado 8 de mayo fueron hallados los cadáveres de tres palestinos de Jerusalén oriental dedicados a la compraventa de tierras y propiedades. El Gobierno de Benjamín Netanyahu responsabiliza por los asesinatos a funcionarios de la ANP y de sus organismos de seguridad, como el coronel Taufik Tiraui.

Las víctimas, de una lista de dieciséis condenados a muerte, según los organismos israelíes de seguridad, eran ciudadanos de este país como otros residentes palestinos de Jerusalén.

La Cámara Legislativa palestina, según informó su presidente, Ajmed Qurea (Abu Alá), tiene en estudio un proyecto de ley que prohibe a enajenar tierras o propiedades a israelíes pues, tal como expresó un portavoz de la ANP, "su identidad palestina no les da derecho a transferir las tierras de sus ancestros a los extranjeros".

La Comisión Ministerial israelí de Jerusalén resolvió anoche aumentar en 400 agentes los efectivos de la policía en Jerusalén, entre otros motivos para garantizar el cumplimiento de las leyes israelíes en el sector oriental de la ciudad.

De su lado, el alcalde de Jerusalén, Ehud Olmert, ha informado esta mañana de que próximamente se impondrán los programas de enseñanza vigentes en las escuelas de la comunidad árabe de Israel en los que estudian los palestinos de esta ciudad.

Bajo fuerte protección policial por hallarse amenazados de ser "colaboracionistas de Israel", volvieron hoy a sus tareas, tras un paro de cuatro días, quince empleados palestinos de la oficina del Ministerio del Interior en Jerusalén oriental.

Según diversas fuentes recogidas hoy por la radio estatal, el coronel Tiraui, más conocido por su nombre de batalla, "Abu Josein" y jefe de los Servicios Secretos (Al Mujabarat) en Cisjordania, "suele aparecer en su coche negro por Jerusalén para interrogar a palestinos y aun convocarlos a su despacho en Jericó".

Según los acuerdos de [illegible]

03 9708760

O.MEDIO-SIRIA
DENUNCIAN INTENTOS ISRAEL DE INFILTRARSE EN MUNDO ARABE

Damasco, 4 jun (EFE).- Siria hizo hoy un llamamiento a los países de la Liga Arabe para que formen un bloque económico capaz de tratar con el mundo "en base a intereses mutuos" y de poner fin a los intentos de "infiltración" israelíes en el mundo árabe.

Para lograr este objetivo, el diario Al Baaz, órgano del partido del mismo nombre, en el poder en Siria, insta hoy a los países árabes a que convoquen un foro económico de los 22 miembros de la Liga que sustituya a la cuarta Conferencia Económica para Oriente Medio y el Norte de Africa, prevista para noviembre próximo en Qatar.

"Hay que reactivar los acuerdos económicos interárabes, suscritos desde hace más de treinta años, y acordar una estructura seria del mercado árabe común mediante la celebración de una conferencia económica árabe que cierre la puerta a todos los intentos de infiltración israelíes", expresa Al Baaz.

Para el rotativo, esta conferencia "permitirá el establecimiento de un bloque económico que haga frente a los cambios internacionales y obligue al mundo a que nos trate en base a intereses mutuos".

Al Baaz considera que la Conferencia Económica para Oriente Medio y el Norte de Africa, que se celebró en los últimos tres años en Marruecos, Jordania y Egipto, "no ha tenido ningún resultado por numerosos motivos, especialmente porque su objetivo principal era abrir las puertas de la zona en favor de Israel".

Al parecer, Siria quiere excluir tambien a Turquía, que participa en la citada conferencia económica, debido al reciente acercamiento militar entre Ankara e Israel que los Estados árabes consideran como "amenaza para la nación árabe".

El vicepresidente sirio, Abdel Halim Jadam, hizo una gira por varios países árabes y se reunió el lunes con el presidente egipcio, Hosni Mubarak, para recabar apoyo a la postura de Damasco en las negociaciones de paz con Israel, suspendidas desde principios del año pasado. EFE

fa/su/ial

04 9708760

XB4505

U F9XBI 06 04 00497
1CX mun exg

ISRAEL-PROPUESTA

NETANYAHU EXPONE SUS PRINCIPIOS PARA LA PAZ CON LOS PALESTINOS

Jerusalén, 4 jun (EFE).- El primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, ha expuesto en el Parlamento hoy miércoles las condiciones de su Gobierno para un tratado de paz con la Autoridad Nacional Palestina Palestina (ANP) que preside Yaser Arafat.

Entre las condiciones, citó el control por Israel de la totalidad de Jerusalén y su área suburbana -que incluye aldeas y barrios palestinos anexionadas a la ciudad tras la Guerra de los Seis Días, de la que mañana se cumplirá el trigésimo aniversario- y del valle del Jordán a lo largo del río que separa a Cisjordania de Jordania.

Desde aquella guerra, dijo Netanyahu, "Israel dejó de ser un país entre signos de interrogación y en constante peligro de desaparición al pasar su frontera del río Hayarkón (en Tel Aviv) al Jordán" y "se volvió invencible para los árabes".

También exigirá en las negociaciones del futuro estatuto definitivo para Cisjordania y Gaza, habitadas por más de dos millones de palestinos, la anexión a Israel de la mayoría de los asentamientos judíos, y el control de las rutas y del agua.

Netanyahu, que habló en el Parlamento con motivo del 30 aniversario de la "reunificación de Jerusalén", dijo que de momento se niega a trazar los mapas, aparentemente porque los términos de la "solución permanente" para los palestinos en esos territorios tras el actual período de autonomía provisional hasta 1999, deben negociarse aún.

El presidente palestino, Yaser Arafat, afirma por su parte que, según los acuerdos de Oslo (1993) que guían las negociaciones de paz entre los dos pueblos, Israel debe entregar a los palestinos un 90 por ciento de los 5.400 kilómetros de Cisjordania y Jerusalén Oriental.

Según Arafat, el estatuto definitivo después del período autonómico debe incluir el establecimiento de un Estado palestino independiente en Gaza y Cisjordania con capital en Jerusalén oriental.

El primer ministro declaró ayer a diputados de su coalición de Gobierno que conseguirá un tratado de paz con los palestinos "que sorprenderá al mundo y a la opinión en este país".

Las declarciones de Netanyahu coinciden con una grave crisis en las negociaciones de paz, interrumpidas desde hace tres meses, cuando el Gobierno israelí comenzó con la construcción de un nuevo asentamiento en Yébel Abu Ghneim (Har Jomá para los israelíes), en Jerusalén Oriental.

La semana pasada el jefe de Gobierno israelí había desmentido la existencia de un "mapa secreto", que exhibió en Washington al presidente estadounidense, Bill Clinton, según el diario independiente Haaretz. Según ese mapa, Netanyahu cedería sólo un 40 por ciento de Cisjordania.

También dijo hoy el responsable del gobierno israelí que el Estado de Israel se siente obligado a garantizar la libertad de acceso y de cultos en los santuarios de todas las comunidades religiosas en Jerusalén.

"No sería un gran logro hacer la paz (con los palestinos) si aceptáramos los dictados de la otra parte, si regresáramos a las

5

líneas de 1967 (de antes de la Guerra de los Seis Días) con pequeñas correciones, y si dividiéramos Jerusalén", comentó Netanyahu. EFE

ez/msr/jdl

icx mun exg

ISRAEL-ANP
DETIENEN A PESCADORES DE GAZA POR PRESUNTO CONTRABANDO ARMAS

Jerusalén, 4 jun (EFE).- Israel ha detenido a un número indeterminado de palestinos -la mayoría pescadores- en la zona de Gaza por un supuesto contrabando de armas para el Gobierno de Yaser Arafat, informaron fuentes de seguridad de este país.

Según el diario independiente Iediot Aironot, se trata de cohetes lanzagranadas antitanque del tipo RPG y armamento liviano introducido a esa zona palestina autónoma con la ayuda de barcas pesqueras que operan en su costa mediterránea.

Las fuentes israelíes tampoco especificaron en qué fecha fueron detenidos los supuestos contrabandistas ni si se incautaron de esas armas.

La información coincide con una grave crisis entre las partes, cuyas negocoaciones de paz se hallan interrumpidas desde hace tres meses.

Segun los acuerdos de Oslo de 1993, que guían las negociaciones de paz entre palestinos e israelíes, las fuerzas policiales de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) de Arafat pueden contar con fusiles y pistolas en cantidades limitadas.

En medios de la seguridad local se supone que el Gobierno palestino está interesado en adquirir los RPG para el caso de que sus fuerzas, calculadas en 30.000 efectivos, tuvieran que enfrentarse con tanques del ejército israelí.

En septiembre del año pasado, a raíz de los sangrientos disturbios que se desencadenaron tras la apertura del "túnel de los asmoneos" en la ciudadela antigua de Jerusalén, Israel emplazó sus tanques alrededor de las ciudades palestinas de Cisjordania.

En aquellos disturbios murieron más de setenta palestinos, entre estos miembros de sus fuerzas policiales que se enfrentaron por primera por medio de las armas con soldados y policías de Israel, que tuvieron quince bajas en sus filas.

Las autoridades militares volvieron a apostar tanques en algunas ciudades palestinas en marzo pasado al producirse nuevos choques, esta vez al comenzar las obras para un nuevo asentamiento judío en Yébel Abu Ghneim (Har Jomá para los israelíes), en Jerusalén oriental. EFE

ez/msr/jdl

06/04/08-52/97

06

9708760

XH6864

U FOXBT 06-04 00582

 icx mun exg

O.MEDIO-CRISIS (previsión)

UNION EUROPEA Y EGIPTO ESTRECHAN COORDINACION PARA SOLUCION

El Cairo, 4 jun (EFE).- La Unión Europea y Egipto en estrecha coordinación y concertados con Estados Unidos, han tomado las riendas de una iniciativa de la diplomacia egipcia con la que intentan poner fin a la más peligrosa crisis que sufre el proceso de paz en Oriente Medio desde su comienzo.

El enviado especial de la UE para la región, Miguel Angel Moratinos, visitó hoy, miércoles, por tercera vez en un mes, El Cairo, donde se entrevistó con el presidente Hosni Mubarak y con el ministro de Exteriores, Amro Musa.

"No puedo dar detalles (sobre lo que se está proponiendo a palestinos e israelíes) pero puedo decir que hay un principio de solución", afirmó Moratinos después de entrevistarse hoy con Musa.

El ministro egipcio le informó de la entrevista mantenida esta mañana entre el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat, y el presidente egipcio, Hosni Mubarak, tras la cual se espera una respuesta del liderazgo palestino a ciertas propuestas egipcias con las que El Cairo pretende acercar las posiciones palestina e israelí.

Ambas partes interrumpieron sus negociaciones de paz el pasado mes de marzo, cuando las excavadoras israelíes comenzaron las obras de construcción de un nuevo barrio judío en Har Jomá, en la colina de Abu Ghneim, a las afueras de Jerusalén Oriental, el sector árabe de la ciudad que fue ocupado por Israel en 1967.

La política de asentamientos judíos que desarrolla el Gobierno de Benjamin Netanyahu se ha convertido en la etapa actual del proceso de paz en el principal obstáculo para permitir la reanudación de las negociaciones, que debían abordar la fase final para un arreglo definitivo de la "causa palestina".

"Arafat discutirá con sus asesores (lo que le han propuesto los egipcios) y los dirigentes palestinos van a elaborar una respuesta para las últimas propuestas", afirmó Moratinos.

"La UE no tiene ahora nuevas iniciativas, estamos apoyando el papel egipcio y estamos dando tiempo a la diplomacia egipcia para que su misión tenga éxito", explicó Moratinos.

El diplomático europeo se refería a la misión de mediación que efectúa el asesor del presidente Mubarak, Osama Al Baz, quien se encuentra en EEUU desde ayer, martes, después de haber viajado la pasada semana a Israel y Gaza en dos ocasiones sin que se revelara el contenido de las propuestas presentadas a ambas partes.

El Gobierno egipcio insiste en que su objetivo es "acercar las posiciones de palestinos e israelíes para lograr que vuelvan a la mesa de negociaciones" pero se resiste a revelar qué puntos se han propuesto como posibles concesiones.

"Apoyaremos cualquier decisión que tomen las partes, especialmente los palestinos", agregó Moratinos.

Pero no quiso comentar sobre propuestas concretas, como la israelí a los palestinos de construir un barrio para éstos en las cercanías del polémico nuevo asentamiento judío de Yabal Abu Ghneim.

Moratinos manifestó hoy que "en las últimas semanas, las partes involucradas -como la UE y Egipto- hemos observado una pequeña apertura o flexibilidad por parte del primer ministro israelí, una voluntad de salir del estancamiento", aunque no detalló en qué medidas concretas se basaba dicha actitud.

El enviado europeo viajará mañana a Washington, dentro de las intensas gestiones que efectúa en su misión de salvar el proceso de paz, y en ese sentido afirmó que "el papel mediador de EEUU es positivo".

"Sin EEUU sería imposible encontrar una solución a la crisis que afronta el proceso de paz", recalcó Moratinos, en respuesta a una pregunta sobre la falta de confianza que los palestinos tienen en el mediador estadounidense. EFE

vh/mc/ll

06/04/18-02/97

07

9708760

EB1587

FOXBT 06.06. 0058

1CR mun exu

O.MEDIO-CRISIS (Previsión)

FRACASO MISION EGIPCIA PUEDE TENER GRAVES CONSECUENCIAS

Jerusalén. 6 jun (EFE).- Los medios gubernamentales israelíes y palestinos se mantienen hoy a la espera de los resultados del viaje a Estados Unidos del mediador egipcio Osama El Baz. una gestión que ambas partes consideran de especial importancia en la actual crisis.

El Baz. consejero político del presidente egipcio. Hosni Mubarak. debe regresar próximamente de Washington a El Cairo. a donde mañana sábado tiene previsto viajar el líder palestino. Yaser Arafat.

El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) convocó anoche en la ciudad autónoma de Ramala una reunión con el equipo responsable de las negociaciones de paz con Israel. que atraviesan una grave crisis y se interrumpieron hace casi tres meses.

En esa reunión. los dirigentes palestinos decidieron "dar una oportunidad a la iniciativa egipcia de sacar el proceso de paz del callejón sin salida en el que se encuentra". y lo mismo ha hecho el gobierno ultraconservador de Israel. que encabeza su primer ministro. Benjamín Netanyahu.

La crisis en el proceso se desencadenó tras la decisión del gobierno de Netanyahu de construir el nuevo asentamiento judío de Har Jomá (Yábel Abu Ghneim. en árabe) en Jerusalén Oriental. donde los palestinos aspiran a establecer la capital de su futuro Estado independiente.

El mediador estadounidense Dennis Ross fracasó en sus varios intentos de devolver a israelíes y palestinos a la mesa de negociaciones y El Baz viajó a principios de esta semana a Washington para coordinar esfuerzos.

Mientras. Arafat y sus colaboradores rechazaron tajantemente el plan presentado por Netanyahu el miércoles. en el Gabinete reducido para asuntos de seguridad de Israel. para las futuras negociaciones con los palestinos sobre un estatuto final. que deberían desembocar en un acuerdo definitivo de paz.

En esas negociaciones ambas partes decidirán en manos de quién queda la soberanía de Cisjordania y Gaza en parte de las cuales rige la autonomía palestina-. así como el futuro político de Jerusalén. entre otros asuntos espinosos.

Los palestinos. basándose en los acuerdos de Oslo. reclaman Jerusalén Oriental y el 90 por ciento de Cisjordania. mientras que el plan de Netanyahu prevé el control total de Israel sobre toda Jerusalén y sus zonas suburbanas. en las que se encuentran varias aldeas árabes. así como sobre un 50 por ciento de Cisjordania al menos

Netanyahu proyecta además la anexión a Israel de los enclaves de más de un centenar de asentamientos judíos. así como el valle del Jordán y las "carreteras vitales para la seguridad". y seguir controlando todos sus recursos de agua

Por su parte. el ministro israelí de Hacienda. Dan Meridor. que forma parte del gabinete reducido para asuntos de seguridad. dijo hoy que la vía para un acuerdo con los palestinos sobre el estatuto final consiste en la búsqueda de una solución de compromiso entre ambas partes.

La solución debe conciliar "las necesidades de Israel y las

08

9708760

e[illegible] de los palestinos", declaró Meridor a la radio estatal israelí.

"No recibiremos todo lo que queríamos, pero también los palestinos tienen que entender que deben renunciar a parte de sus posturas básicas", concluyó el ministro israelí, considerado como un miembro relativamente moderado del partido de derechas Likud que encabeza Netanyahu.

El ministro israelí de Asuntos Exteriores, David Levy, afirmó hoy que su Gobierno "se encuentra sólo en el principio del debate" interno sobre las negociaciones con los palestinos para el estatuto final.

Levy señaló que los ministros del Gobierno israelí aún no han expresado sus opiniones sobre el plan de Netanyahu ni se ha fijado una postura definitiva. EFE

"Recuperamos la gloria"

OPINION

Por
JANAN PORAT
Diputado israelí

La Guerra de los Seis Días fue para mí, como para muchos miles de judíos creyentes que luchamos para liberar nuestra tierra ancestral, una especie de aparición divina, una oportunidad de recuperar la gloria del pasado y romper el cerco que los árabes habían impuesto a nuestras angostas fronteras.

La liberación de Judea y Samaria (nombres bíblicos de Cisjordania) nos permitió regresar a poblados judíos que aparecían en la Biblia, y que fueron tomados por árabes que llegaron en los últimos siglos.

La primera etapa fue difícil, ya que el gobierno laborista que gobernó hasta 1977 trató de limitar nuestros pasos.

Los asentamientos

Pero con la fuerza de la voluntad que la fe nos dio, logramos forzar al gobierno laborista a reconocer algunos asentamientos en la Cisjordania, que se multiplicaron y llegaron a decenas y cientos durante el gobierno de la derecha, hasta 1992, y nuevamente desde 1996, con la llegada al poder de Benjamin Netanyahu.

El problema con el que nos enfrentamos hoy es que Netanyahu, el premier que logramos imponer en los comicios generales del año pasado gracias a un enrolamiento general de nuestros activistas, da señales de doblegarse ante la presión palestina, norteamericana y mundial.

A 30 años del comienzo de la gloriosa Guerra de los Seis Días, si hay un peligro para Israel es el de perder en el campo de la diplomacia los logros obtenidos en el campo de batalla, como ya ocurrió en el pasado.

Netanyahu debe tener bien presente este peligro, ya que el apoyo de nuestro partido a su gobierno y a su persona depende fundamentalmente de su política que, por el momento, deja bastante que desear.

Janan Porat es diputado por el Partido Religioso Nacional y uno de los líderes más extremistas de los colonos judíos.

ANTES Y DESPUES

La Guerra de los Seis Días, en junio de 1967, trastrocó todo el mapa de Oriente Medio.

■ **ISRAEL.** Hasta junio de 1967 era un pequeño país de 20.700 kilómetros cuadrados, que dominaba sólo el sector occidental de Jerusalén. Después de la guerra tomó bajo su control la península de Sinaí y la Franja de Gaza, Cisjordania y Jerusalén Oriental, y las Alturas del Golán. Las Naciones Unidas no reconocieron la ocupación y reclamaron la devolución a sus dueños.

■ **EGIPTO.** El presidente Gamal Abdel Nasser había logrado formar junto a Siria e Irak la República Arabe Unida. En el momento de la guerra esa federación ya no existía, aunque Egipto mantenía su liderazgo. Durante el conflicto, Egipto perdió la península de Sinaí y la Franja de Gaza. El Sinaí fue devuelto en 1982 por el acuerdo firmado en Camp David tres años antes, y la Franja de Gaza se encuentra bajo autonomía palestina desde 1993.

■ **SIRIA.** Desde que se instalaron colonias israelíes en las cercanías de la frontera con Siria, fueron frecuentes las escaramuzas en la zona de las Alturas del Golán. En la guerra de 1967 Israel capturó esa meseta de 1.200 kilómetros cuadrados, que luego anexionó en 1981. La ONU exigió su devolución, pero las negociaciones de paz entre los dos países están estancadas.

■ **JORDANIA.** Antes de la guerra el reino hachemita alcanzaba la margen occidental del río Jordán y el sector oriental de Jerusalén. Jordania perdió en 1967 esas tierras y renunció a su soberanía. Los palestinos ejercen ahora la autonomía sobre las dos terceras partes de Gaza y un 3 por ciento de Cisjordania, aunque reclaman la totalidad de esos territorios y Jerusalén oriental.



CLARIN

09

9708760

La Cisjordania con la que sueña Netanyahu

Jerusalén - Los analistas ya no deben consultar el oráculo para adivinar los planes estratégicos de Benjamin Netanyahu. Un año después de haber asumido su cargo, el primer ministro presentó un mapa de Cisjordania con los territorios que deben quedar bajo dominio de Israel y las parcelas que está dispuesto a adjudicar a los palestinos.

Samira Subah, un periodista de Gaza, comenta que nada más verlo, Yasir Arafat rompió el mapa en mil pedazos. El presidente de Palestina no está dispuesto a considerarlo ni siquiera como una broma.

La carta de Netanyahu se basa en cinco principios. Primero: Israel debe dominar todo el valle del Jordán desde las faldas de la sierra de Samaria, hasta la desembocadura del río Jordán en el Mar Muerto. También deben quedar bajo su control las rutas que unen la costa mediterránea con dicho valle.

Segundo: Israel debe controlar las fuentes acuíferas de Cisjordania; en especial, el acuífero de Samaria que abastece a este país de un 40% del agua potable que consume. El dominio de estos recursos es fundamental para la seguridad de Israel.

Tercero: urge implementar una serie de medidas, urbanísticas y demográficas, a fin de consolidar la soberanía de Israel sobre Jerusalén. Por ejemplo, fortificar el anillo de asentamientos que abarca desde Gush Etsion un conglomerado de colonias hasta la ciudad de Maalé Edumim, pasando por el pueblo de Mitspé Jericó.

Cabe destacar que al hablar de Jerusalén, Netanyahu hace referencia tanto a la parte occidental, donde predomina la población judía, como al casco antiguo, habitado mayoritariamente por palestinos.

Cuarto: los grandes conglomerados de asentamientos, deben quedar bajo el dominio de Israel. Lo mismo que las rutas que los unen a las ciudades del centro de país, como Tel Aviv, Haifa, Beer Sheva.

Quinto y último: se debe establecer una zona tampón para separar los núcleos urbanos palestinos, de las ciudades y colonias israelíes. La unanimidad de los ministros que integran el Gabinete de Seguridad aplaudieron el plan de Netanyahu, al considerar que ofrece «suficientes garantías para la seguridad de Israel».

Creatividad

Hasta Ariel Sharón, uno de los superhalcones del equipo, elogió al primer ministro por su «creatividad» y apostilló: «Un mapa de esta naturaleza ofrece suficiente autonomía a los palestinos, pero destierra definitivamente la idea de un Estado palestino independiente».

En realidad, el proyecto que destacó como una primicia, ya estaba inscrito en Un Lugar Bajo el Sol, un libro de la pluma de Netanyahu, que se publicó hace ya ocho años. En aquel texto, que no gozó de amplia difusión, el actual mandatario daba a conocer su visión geopolítica, en la que destaca, por ejemplo, el rápido crecimiento demográfico de los palestinos, como una de las amenazas más serias a la supervivencia de Israel.

En este contexto, el control israelí sobre las fuentes acuíferas de Cisjordania, vitales no sólo para el consumo directo, sino también para la agricultura y la industria, frenarían la alta tasa de natalidad palestina.



Crematorios y casinos

De día visitaban los crematorios donde fueron incinerados millones de judíos, de noche apostaban a la ruleta. Una delegación de oficiales del Ejército israelí fue severamente amonestada por «deshonrar la memoria de las víctimas del Holocausto».

Es la última promoción de cadetes de la Escuela de Mando y Planificación, una de las instituciones más prestigiosas del ejército. Según las informaciones que llegaron a oídos de Shalev, después de visitar Auschwitz, un campo de tétrica reputación, los oficiales se quitaron el uniforme y viajaron hasta el casino de Varsovia (capital de Polonia) donde apostaron fuertes sumas de dinero.

Fue el comienzo de una verdadera fiebre ludópata, ya que durante las ocho jornadas que permanecieron en Polonia, no pasó una noche sin que los oficiales frecuentaran las casas de juego. El portavoz del Ejército, Oded Ben Ami, se limitó a calificar esta conducta como de «mal gusto».

OSCURO

[illegible]

ARAFAT EXAMINA CON MUBARAK UNA PROPUESTA DE CINCO PUNTOS

El Cairo, 7 jun (EFE). - El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat, se reunió hoy sábado con el presidente egipcio, Hosni Mubarak, para examinar una propuesta de cinco puntos para reanudar las negociaciones de paz palestino-israelíes.

Según fuentes diplomáticas citadas por la agencia de noticias egipcia, MENA, Mubarak y Arafat "examinaron las últimas propuestas destinadas a reanudar las negociaciones palestino-israelíes sobre una base justa que garantice un mayor entendimiento entre ambas partes".

Las fuentes precisan que las consultas actuales giran en torno a una propuesta egipcia, de cinco puntos principales, para lograr la reactivación del proceso de paz palestino-israelí.

La iniciativa estipula que palestinos e israelíes deberán comprometerse a "no introducir cambios en el estatuto de Jerusalén a partir de ahora" y que Israel debe suspender "los proyectos de construcción de asentamientos (judíos) en Cisjordania por un periodo suficiente".

También exige compromisos por parte palestina de "tomar todas las medidas que garanticen la protección de la seguridad de Israel", y por parte de Israel de "cumplir todas las provisiones del acuerdo de Hebrón, incluso, (permitir) que empiecen a operar el aeropuerto y el puerto de Gaza, y se abra el 'paso seguro' que conecta Cisjordania a Gaza".

Según la propuesta, palestinos e israelíes deberán "empezar inmediatamente las negociaciones de la fase final y al mismo tiempo cumplir el acuerdo de Hebrón, concluido en enero pasado. La retirada de las tropas israelíes de Cisjordania deberá hacerse por acuerdo de ambas partes, la palestina y la israelí, no sólo por decisión unilateral de Israel".

En las negociaciones de la fase final, ambas partes decidirán en manos de quién queda la soberanía de Cisjordania y Gaza (en parte de las cuales rige la autonomía palestina), así como el futuro político y el estatuto definitivo de Jerusalén, entre otros asuntos espinosos.

Las fuentes citadas por la agencia MENA afirman que hay "grandes" divergencias entre la parte palestina y la israelí en torno a esta iniciativa, especialmente respecto al asunto de los asentamientos, "a pesar de los esfuerzos egipcios destinados a acercar los puntos de vista".

Egipto ha intensificado sus esfuerzos de mediación, por lo que el asesor político de Mubarak, Osama El Baz, realizó la semana pasada varias misiones entre Israel y los territorios autónomos palestinos antes de viajar a EEUU para exponer los resultados de sus esfuerzos para salir de la crisis actual en el proceso de paz.

Yaser Arafat decidió suspender sus contactos con Israel hace cerca de tres meses, tras el comienzo de las obras de construcción del nuevo asentamiento judío de Har Homá en la colina de Yabal Abu Ghneim, situada en el sector árabe ocupado de Jerusalén.

Arafat exige que Israel cese en la construcción de asentamientos en Jerusalén Oriental (donde los palestinos aspiran a establecer la capital de su futuro Estado independiente) y en los territorios palestinos en general para reanudar el diálogo con el [illegible]

[illegible] a Ammán para [illegible]

[illegible] el Rey Hussein [illegible]

[illegible]

9708760

//

[illegible]

[illegible] 08-08 [illegible]

[illegible]

PALESTINOS-ASENTAMIENTOS

LA ANP CONDENA LA ANULACION DEL PASE FRONTERIZO A UN OFICIAL

Jerusalén, 8 jun (EFE). El ministro de Información y Cultura de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Abed Rabbo, condenó hoy la decisión israelí de anular el pase fronterizo de un destacado oficial palestino, acusado de estar detrás del asesinato de tres árabes que vendieron tierras a judíos.

Abed Rabbo dijo a la radio estatal israelí que la anulación del pase que permitía al coronel Taufik Tiraui entrar libremente en Israel desde Cisjordania y Gaza "es grave y peligrosa, y los palestinos no lo pasarán por alto, ya que se trata de una grave violación de los acuerdos firmados por ambas partes".

Ese pase, conocido como "tarjeta 'VIP'", también permitía al coronel Taufik, comandante de los servicios generales de seguridad de la ANP en Cisjordania, cruzar en ambas direcciones la frontera entre Cisjordania y Jordania, controlada por Israel.

Shai Bazak, portavoz del primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, se negó a confirmar o desmentir la anulación del pase de Taufik, quien a su vez ha calificado la medida de "ataque a la soberanía palestina", y ha negado toda relación con los asesinatos.

Tres agentes inmobiliarios palestinos, de quienes se sospechaba que vendieron tierras palestinas a israelíes, sobre todo en Jerusalén, fueron asesinados en el último mes. Dos de ellos vivían en Jerusalén y tenían carnés de identidad israelíes.

EFE

[illegible]

08/08/07-03/97

12

9708760

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

TERMINA SIN DECLARACIONES REUNION "EXPERTOS" EN EL CAIRO

El Cairo, 8 jun (EFE).- Representantes de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) e Israel concluyeron hoy la reunión de "expertos" en El Cairo sin hacer declaraciones acerca de sus resultados.

La reunion, que duro dos horas y media, tenia como principal objetivo encontrar una solución para la actual crisis que impide la reactivación del estancado proceso de paz.

Usama El Baz, el principal asesor político del presidente egipcio, Hosni Mubarak, participó en la reunión como observador, en respuesta a una petición palestina en este sentido, y se negó a hacer declaraciones sobre los resultados de la reunión, los temas discutidos o si las dos delegaciones permanecerán en El Cairo para continuar sus conversaciones, y si habrá otro encuentro en el futuro próximo.

Asimismo, se desconoce si esta reunión dará lugar a una posible cumbre que reúna al presidente de la ANP, Yaser Arafat, con el primer ministro israelí, Beniamin Netanyahu, y el jefe de Estado egipcio, Hosni Mubarak, en El Cairo, como habían pronosticado observadores en Egipto.

El Baz ha hecho numerosos viajes en las ultimas semanas para entrevistarse con representantes de Israel y la ANP, y últimamente se desplazó también a Estados Unidos, en un intento de acercar los puntos de vista de palestinos e israelíes para salvar el proceso de paz.

La delegación israelí, integrada por cuatro miembros, llegó a las 15.00 GMT al aeropuerto de El Cairo y se dirigió directamente a la reunión, que debía haberse iniciado a las 14.00 GMT en el Club Diplomático del Ministerio de Asuntos Exteriores egipcio.

El retraso de la delegación israelí se debió a la incertidumbre originada esta mañana por unas declaraciones hechas por Maruán Kanafani, portavoz de Arafat, quien dijo que Israel se había comprometido a congelar los asentamientos judíos.

El problema fue solucionado cuando Saeb Erekat, ministro de la Administración Local de la ANP y jefe de su equipo negociador, dijo en El Cairo que no había ningún compromiso por parte de Israel respecto a los asentamientos.

Antes de la reunión, el jefe del equipo negociador palestino había dejado claro una vez más que "los israelíes deben darse cuenta de que asentamientos y paz no son compatibles", y que "no había ningún acuerdo previo a este encuentro".

Asimismo, afirmó que aun existen "profundas diferencias" entre ambas partes acerca de la construccion de asentamientos judíos en los territorios palestinos, especialmente en lo que se refiere a un nuevo barrio judío en Yabal Abu Ghuneim, en el sector árabe ocupado de Jerusalén.

"Nada ha cambiado. Las excavadoras israelíes siguen trabajando en Abu Ghuneim", dijo Erekat también antes de la reunion, y agregó que "el primer ministro israelí debe reconsiderar todo lo que ha causado la crisis, si quiere de verdad reanudar las negociaciones".

La actual crisis del proceso de paz estalló en marzo pasado cuando la ANP decidió suspender las negociaciones en protesta por

el inicio de las obras de construcción del nuevo asentamiento de Yabal Abu Ghuneim (llamada Har Joma en hebreo), en el este de Jerusalén. EFE

EA/FAO PG

50275

U POXBI 06-08 00250
mun exg

O.MEDIO-CRISIS
ARAFAT ANALIZA CON REY HUSEIN INTENTOS REANUDAR PROCESO PAZ

Amán, 8 jun (EFE). El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat, se reunió hoy con el rey Husein de Jordania para analizar la situación de estancamiento del proceso de paz palestino-israelí y los intentos de reactivarlo.

Fuentes palestinas en Jordania dijeron que Arafat, que llegó esta tarde a Amán, informará al monarca jordano de los esfuerzos diplomáticos de Egipto para acercar los puntos de vista de la ANP e Israel a fin de reanudar las negociaciones.

El líder palestino informará, asimismo, al rey Husein de los resultados de la reunión que mantuvo el sábado en El Cairo con el presidente egipcio, Hosni Mubarak.

Después del encuentro entre Mubarak y Arafat, el ministro de Exteriores egipcio, Amro Musa, anunció que "expertos" palestinos e israelíes celebrarían hoy un encuentro en la capital egipcia.

Según las fuentes, Arafat pedirá que el rey Husein ejerza presiones sobre el primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, para que paralice la construcción de nuevos asentamientos judíos en los territorios ocupados.

La actual crisis del proceso de paz se inició en marzo pasado, cuando la ANP decidió suspender el diálogo en protesta por el inicio de las obras de construcción de un nuevo barrio judío en Yabal Abu Ghuneim (Har Jomá), en el sector árabe ocupado de Jerusalén.

La paralización de las obras del asentamiento de Yabal Abu Ghuneim debe estar en el centro de las negociaciones que representantes de la ANP e Israel iniciaron hoy en El Cairo. EFE

AM/FA/cho/jpg

06/08/17-15/97

14

9708760

XJ8931

U FOXDT 06 09 00345

mun exg icx

ISRAEL ASENTAMIENTOS

PROGRAMA PARA EDIFICAR 100.000 VIVIENDAS EN ASENTAMIENTOS

Jerusalén, 9 jun (EFE).- El ministerio de Vivienda de Israel ha preparado un programa "provisional" que prevé la construcción de 100.000 viviendas en Cisjordania y Gaza si fracasan las negociaciones de paz con los palestinos.

Así lo afirma hoy el vespertino independiente Iediot Ajronot, que ha obtenido ese documento confidencial titulado "Zona de Judea y Samaria (Cisjordania) Planificación general".

El ministro de Vivienda en funciones, Meir Porush, del Partido del Judaísmo de la Biblia, ordenó archivar el plan a la espera de que se resuelva en un sentido u otro la crisis que desde hace más de tres meses mantiene interrumpidas las negociaciones de paz, agrega el periódico.

Uno de los objetivos del plan, elaborado como un documento militar, es "el establecimiento de una continuidad territorial y comunitaria para ampliar al máximo la población judía en la zona".

El segundo es "concretar el potencial para el asentamiento de israelíes en Cisjordania por medio del aprovechamiento de sus recursos naturales y del desarrollo económico para todos sus habitantes", agrega el rotativo de Tel Aviv.

En Cisjordania, donde existen 144 asentamientos habitados por unos 150.000 colonos israelíes, residen más de un millón de palestinos que ven en ese territorio parte de un futuro Estado independiente.

Con la mediación de Egipto, el primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, y el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat, procuran actualmente superar la crisis, que comenzó con la construcción de un nuevo asentamiento judío en Jerusalén oriental, donde el líder palestino se propone establecer la capital de un futuro Estado soberano.

Según el documento, el plan del Ministerio de Vivienda prevé la ampliación de los asentamientos israelíes, mucho de ellos a pocos kilómetros de Tel Aviv, y la construcción de otros nuevos.

Porush dijo a la prensa que, en su opinión, el Gobierno de Netanyahu concretará un acuerdo final de paz con los palestinos y, en ese caso, "el ministerio de Vivienda desempeñará una importante función en la planificación de Judea y Samaria con la ANP". EFE

ez/jal

06/09/09 39/97

15

O.MEDIO CRISIS [illegible]
ISRAELIES HABLAN DE "CIERTO PROGRESO" CONVERSACIONES EL CAIRO

Jerusalén, 9 jun (EFE).- Las conversaciones que palestinos e israelíes celebraron en El Cairo para reanudar el proceso de paz, paralizado desde el pasado mes de marzo, han experimentado un "cierto progreso", se indicó hoy lunes en medios del gobierno de Israel.

Oficialmente no se ha informado de qué asuntos trataron los equipos de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) y de Israel, que se reunieron anoche en la capital egipcia, pero en medios israelíes se asegura que proseguirán los encuentros el próximo jueves en Israel.

"Las conversaciones fueron beneficiosas y continuarán", dijo a la prensa el abogado Isaac Moljo, miembro de la delegación israelí a la "reunión de expertos" que, se cree, culminará con una cumbre entre el presidente egipcio Hosni Mubarak, el primer ministro israelí Beniamín Netanyahu y el presidente de la ANP Yaser Arafat, antes de la reanudación del proceso de paz.

Según indica hoy el matutino independiente Haaretz, Netanyahu está dispuesto a reducir el ritmo de las obras de infraestructura en el asentamiento judío en Jerusalén oriental de Yébel Abu Ghneim (Har Jomá para los israelíes), que se ha convertido en el símbolo de la lucha del nacionalismo palestino contra la colonización israelí en el territorio de Cisjordania.

De este modo, el Gobierno israelí podrá decir que las obras no se detienen, como le exige la derecha ultranacionalista, y los palestinos hablarán de que se han reducido hasta el punto de que es como si hubiesen cesado, comenta el rotativo.

La expansión de los asentamientos judíos son vistos por los palestinos como el principal obstáculo para la paz pues pueden impedir el establecimiento de un Estado palestino independiente en Cisjordania y Gaza, con capital en Jerusalén oriental.

La ANP pone como condición "sine qua non" la suspensión de las obras en Har Jomá para regresar a las negociaciones de paz con Israel, y el Gobierno de este país se opone con el argumento, entre otros, de que aceptarlo sería causar un desmembramiento de la coalición que preside Netanyahu.

Los encargados de las obras en Yébel Abu Ghneim indicaron que "no hemos recibido orden para cesar o reducir la actividad", pero la prensa local contaba "sólo once obreros y una excavadora" en la construcción de la infraestructura, que comenzó en marzo pasado.

"No creo que el acuerdo (con los palestinos) pueda concretarse antes de que se reúnan Netanyahu, Mubarak y Arafat, pero digamos que ahora las cosas están mucho mejor que hace una semana", según una fuente del Gobierno israelí que cita hoy el Haaretz.

En caso de que se llegue a un acuerdo para volver a la mesa de las negociaciones, se supone que otro de los asuntos que incluirá es el del restablecimiento de la coordinación entre los organismos de seguridad de la ANP y los de Israel en la lucha contra elementos extremistas que impugnan el proceso de paz entre ambos pueblos.

También tendrían que volver a su tarea las nueve comisiones mixta constituidas en enero pasado para negociar soluciones a problemas específicos, como del establecimiento de un "paso seguro" que una a Cisjordania con Gaza por territorio de Israel.

Otros dos asuntos pendientes desde que las obras en Yébel Abu Ghneim precipitaron la actual crisis son la evacuación militar israelí de las zonas rurales de Cisjordania, que debe concluir a mediados de 1998, y la apertura de un aeródromo internacional y la construcción de un puerto en la zona autónoma de Gaza.

Arafat, que aspira a tomar el control en el "91 por ciento" de Cisjordania cuando concluya la evacuación del ejército israelí a "zonas de seguridad con Israel", rechazó la semana pasada un supuesto plan de Netanyahu para negociar la "solución permanente" o estatuto definitivo para Cisjordania y Gaza.

El plan del primer ministro israelí le cedería el control en menos de 50 por ciento de los 5.400 kilómetros de Cisjordania y, además de anexionarse a este país el territorio de la mayor parte de los 144 asentamientos judíos, se quedaría con el control de las fuentes de agua y de las grandes rutas. EFE

[illegible]

16

9708760

[illegible]/09/[illegible] [illegible]

0379..

0 POXBT 06 10 00548
mun exo icx

O.MEDIO CRISIS
NUEVA REUNION ISRAEL Y EGIPTO PARA SALVAR PROCESO DE PAZ

Jerusalén. 10 jun (EFE). Israel y Egipto reanudarán hoy los contactos para preparar la próxima reunión trinartita con representantes de la Autoridad Nacional Palestina (ANP). con el fin de desbloquear el proreso de paz.

El secretario del Gobierno israeli. Dani Navé. tiene previsto consultar con el mediador egipcio Osama El-Baz sobre los detalles de la conferencia. que se celebrará el próximo jueves probablemente en Israel. informaron fuentes oficiales.

La primera de estas "reuniones de expertos" se celebró el domingo pasado en El Cairo después de tres meses de crisis en las negociaciones de paz. interrumpidas en marzo último por iniciativa del presidente de la ANP. Yaser Arafat. en protesta por la decisión israli de levantar un asentamiento judío en Jerusalén oriental.

El primer ministro israelí. Benjamín Netanyahu. ratificó anoche en una reunión con diputados de su bloque populista de derechas Likud que el Gobierno no cesará las obras en ese nuevo barrio de Har Jomá en Yábel Abu Ghneim. ni detendrá la construcción que satisface las necesidades del "crecimiento natural" de más de 140 asentamientos de Cisjordania. territorio cuyo control reclaman los palestinos.

El jefe de la delegación palestina. Saeb Erekat. subrayó a la prensa tras la reunión de El Cairo que "las divergencias con Israel sobre los asentamientos son todavía muy grandes".

A diferencia de las fuentes del Gobierno de Netanyahu. que hablan de "cierto progreso" en la primera reunión de El Cairo. las palestinas. que exigen detener la obras en Har Jomá y la construcción en los asentamientos. aseguran que no hubo ninguno.

Tanto israelíes como palestinos se abstuvieron de informar acerca del contenido de las conversaciones que celebraron y acordaron en la capital egipcia que su portavoz será El-Baz, el mediador y principal consejero político del presidente egipcio, Hosni Mubarak.

El viceprimer ministro israelí Moshé Katzav. titular de Turismo. afirmó hoy que "es positiva" la participación de El Cairo.

La mediación egipcia "no nos compromete ni nos obliga a adoptar sus posturas". afirmó Katzav a la radio estatal. "Egipto no puede imponernos nada que nosotros no queramos". agregó.

En medios del Gobierno israelí. indicó la emisora. no se toman en serio declaraciones atribuidas al representante de la Unión Europea (UE) para el proceso de paz. Miguel Angel Moratinos. acerca de un supuesto plazo dado por Europa y Estados Unidos a Egipto para que logre restablecer las negociaciones palestino-israelíes en un plazo de dos semanas.

Según ese presunto emplazamiento de la UE y EEUU. si el Gobierno egipcio fracasara en su actual misión. los europeos y estadounidenses impondrán una solución a las dos partes.

"No hay quien pueda imponer un acuerdo al Estado de Israel. Eso no ocurrió en los 47 años de su historia y tampoco será así en su cincuentenario". afirmó el ministro Katzav.

"Europa puede desempeñar un papel positivo y formular **9708760**

17

proposiciones que escucharemos, pero hablamos aquí de intereses nacionales relacionados con la existencia del Estado israelí y en este punto sólo nosotros tomaremos las decisiones", agregó.

En cuanto a la reanudación de las negociaciones de paz con los palestinos, cuya interrupción hace temer una posible ola de violencia si fracasaran las actuales gestiones diplomáticas, Kahalani indicó que el Gobierno de Israel "no tiene que hacer concesiones a Arafat por haberlas suspendido". EFE

ez/ial

06/10/06 46/97

[illegible]

[illegible] PROCESO DE PAZ

[illegible] enfrentamientos [illegible] en el sur de [illegible] El Baz [illegible] Benjamin Netanyahu [illegible]

[illegible] choques de marzo y abril [illegible] de la construcción del nuevo asentamiento [illegible] Har Homa [illegible] en Jerusalén oriental, un manifestante palestino resultó [illegible] y otros tres heridos [illegible] al sur de Gaza cuando protestaban por una confiscación de tierras del distrito de Rafah.

Las obras en Har Homa desencadenaron, entre otros factores, [illegible] pasado la interrupción de las negociaciones [illegible] y los disturbios en los que murieron más de [illegible] palestinos y tres [illegible] israelíes en un atentado suicida.

El mediador [illegible] El Baz, que se reunió hoy con el primer ministro israelí en Tel Aviv, declaró antes del encuentro que, [illegible] hay progresos en los contactos entre las partes [illegible] que se "debe [illegible] por la credibilidad y la fe en el [illegible] de paz".

En los contactos de hoy entre El Baz y los líderes de ambas partes, [illegible] la celebración de una segunda "reunión de [illegible]" para [illegible] las bases de un acuerdo que les permita volver a las negociaciones de paz.

La primera tuvo lugar el pasado domingo en El Cairo; el jefe de los negociadores palestinos, Saeb Erekat, declaró entonces que "la brecha es aún muy grande".

Los palestinos ponen como condición para retornar a las negociaciones que Netanyahu ordene el cese de las obras de infraestructura para el barrio de Har Homa y la ampliación de asentamientos en Cisjordania, pero el primer ministro israelí lo ha descartado por completo.

Al concluir su conversación con Netanyahu, El Baz, que no hizo ningún comentario sobre su contenido, se desplazó a la ciudad autónoma de Ramala (en Cisjordania), para reunirse con el presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat.

Mientras, tanques y carros de combate de Israel recibieron orden de "bajar" hacia los asentamientos judíos de Gush Katif, al sur de Gaza, donde [illegible] de palestinos bloquearon durante [illegible] el tráfico apedreando a los vehículos israelíes que se [illegible] a pasar por un cruce de carreteras.

Fuentes militares israelíes informaron también de disparos por parte de un palestino, al parecer un civil, detenido tras causar daños a tres coches particulares del Ejército.

El [illegible] Galant, jefe de las tropas encargadas de proteger a los 5.000 israelíes de Gush Katif y otros asentamientos judíos de Gaza, responsabilizó a la policía palestina por permitir las manifestaciones y los desórdenes.

"Nada de todo esto [illegible] está organizado" por las autoridades palestinas, [illegible] el ministro de Infraestructuras [illegible] Ariel Sharon, que participó en la [illegible] de un monumento en memoria de un soldado israelí [illegible]

[illegible]

19

9708760

AE4/4/

U FOXBT 06-13 00365
icx mun exg

PALESTINA-TIERRAS
AGENTES SECRETOS DE A.N. PALESTINA SERAN JUZGADOS EN ISRAEL

Jerusalén, 13 jun (EFE).- Cuatro agentes de los servicios secretos de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) presidida por Yaser Arafat han sido acusados ante un juzgado israelí de Jerusalén por el asesinato del agente inmobiliario Abu Mohamed Farid al-Bashiti.

La demanda fue iniciada por la abogada Irit Abulafia, de la fiscalía del distrito de Jerusalén, pues al-Bashiti, secuestrado y asesinado en Ramala el pasado 8 de mayo, era ciudadano israelí.

Los agentes secretos, informa la prensa local de fuentes judiciales hoy viernes son: Nadia Dabesh, Husem Moaita, Zakaria Abdala y Abed el-Karim Jit, aunque no se aclara si los sospechosos se hallan detenidos o serán juzgados en ausencia.

Al Bashiti fue el primero de tres agentes inmobiliarios palestinos asesinados desde mayo último. Las autoridades de Israel lo atribuyen a miembros de los servicios de seguridad palestinos pero Arafat lo ha desmentido, pues su Gobierno exige que los que venden tierras o casas a israelíes sean juzgados legalmente.

Según la demanda israelí, Nadia Dabesh entró en contacto con al-Bashiti, residente de Jerusalén oriental, para ofrecerle un "cliente" interesado la adquisición de una propiedad en venta en el barrio palestino de A-Ram, al norte de esta ciudad, y éste fue el principio de la operación para secuestrarlo y conducirlo a la sede de los servicios secretos en Ramala, donde se halló su cadáver.

Funcionarios de la ANP anunciaron esta semana el próximo enjuiciamiento de un oficial de los servicios secretos palestinos, Husein Alián, por violar disposiciones que ordenan enjuiciar a los agentes inmobiliarios que enajenen bienes palestinos a israelíes.

De su lado, funcionarios de la seguridad israelí han entablado contactos con la ANP para lograr la liberación de otro agente inmobiliario, Majid Demiri, y ocho de sus parientes, arrestados por la policía palestina hace dos días al sur de la ciudad cisjordana de Hebrón, aparentemente por participar en el pasado en la venta de tierras y propiedades de palestinos a colonos israelíes de la zona.

La noticia de su arresto fue comunicada al primer ministro Benjamín Netanyahu y a los organismos de seguridad israelíes por el Consejo de Asentamientos de Judea y Samaria (Cisjordania) y Gaza. EFE

ez/jd1

JERUSALEN EEUU (Resumen)
ARABES Y MUSULMANES DENUNCIAN DECISION CAMARA REPRESENTANTES

El Cairo, 14 jun (EFE).- Los países árabes e islámicos han expresado posturas similares contra la decisión adoptada el pasado miércoles por la Cámara de Representantes de EEUU de reconocer a Jerusalén unida como la capital del Estado de Israel.

Todos los países que han expresado sus reacciones a esta decisión, algunos por sus medios de prensa, consideran que "va contra el proceso de paz", y "perjudica la credibilidad de Estados Unidos" como patrocinador y principal mediador entre árabes e israelíes.

Siria, por medio de su prensa oficial, calificó esta decisión de "hostil hacia los árabes de una manera flagrante" y "se contradice con la legitimidad internacional y con el papel estadounidense en el proceso".

El diario "Al Baaz", órgano del partido del homónimo gobernante en Siria, advirtió que la decisión parlamentaria constituye "un peligro real para todo el proceso de pacificación", y calificó de "humillante" la forma en que Estados Unidos trata con los árabes, en especial en lo que se refiere al conflicto árabe-israelí.

Otro diario sirio, "Tishrin", que refleja los puntos de vista del Gobierno, consideró hoy que la decisión "alienta la agresión israelí", y recordó que "decenas de resoluciones de la ONU condenan la continuidad de la ocupación, piden que las medidas de anexión y judaización (de Jerusalén Oriental) sean anuladas y reafirman que los árabes tienen derecho a recuperar todos sus territorios" ocupados.

En Jordania, el presidente del Parlamento, Saad Surur, consideró que la medida "constituye un obstáculo para los esfuerzos de salvar el estancado proceso de pacificación".

"Esta decisión, que no puede ser aceptada por ninguno de los países de la región ni del mundo, ignora la realidad de que Jerusalén es tierra ocupada" en 1967, agregó Surur.

La misma postura la expresó la Organización de la Conferencia Islámica (OCI), que dijo que "este paso fue una sorpresa para el mundo islámico, ya que se contradice con todas las resoluciones de la legalidad internacional según las cuales Jerusalén, y otros territorios árabes, es tierra ocupada".

"Esta medida va en contra de la voz de la lógica y de los intentos de conseguir la seguridad y la paz en Oriente Medio", afirmó un comunicado de la OCI, difundido hoy en La Meca, Arabia Saudí.

En Kuwait, el ministro de Asuntos Exteriores y primer ministro en funciones, jeque Sabah al Ahmad al Sabah, advirtió que "semejante paso puede llevar a toda la zona a una nueva ola de violencia", e instó al presidente norteamericano, Bill Clinton, a que actúe para evitar que la decisión sea puesta en práctica.

La prensa egipcia, especialmente el diario oficioso "Al Ahram", coincidió hoy con la postura de Siria de los demás Estados árabes e islámicos en lo que se refiere a la posición de EEUU, que copatrocina con Rusia el proceso de paz árabe-israelí, respecto al sector árabe ocupado de Jerusalén.

El estatus final de Jerusalén debe ser negociado por Israel y la Autoridad Nacional Palestina (ANP) durante las conversaciones de la última fase del proceso de paz.

Para Al Ahram, la decisión de la Cámara de Representantes "pone al proceso de paz en una grave crisis, y la aprobación por la Administración norteamericana de ésta hace sin valor las negociaciones (de la última fase) puesto que EEUU ha declarado ya su actitud respecto a los asuntos que serán negociados".

Irán condenó también la decisión, y dijo que "viola los derechos espirituales de los musulmanes y animará el expansionismo de Israel", y además, "desenmascara la verdadera cara de los que dicen que son imparciales en el llamado proceso de paz para Oriente Medio".

En Líbano, los habitantes del campamento de refugiados palestinos de Ein El Helu, el más grande en ese país, declararon hoy una huelga de dos horas y quemaron banderas de Israel y Estados Unidos, mientras que el grupo libanés pro iraní Hizbulá (Partido de Dios) afirmó que "la respuesta no será críticas, sino resistencia".

La decisión fue denunciada, asimismo, por Faruk Kadumi, jefe del Departamento Político de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), quien dijo que "cada día Estados Unidos pierde más credibilidad, a pesar de que patrocina el proceso de paz".

Kadumi, quién hizo escala en El Cairo en su camino hacia Bahrein, acusó a EEUU de "no presionar a Israel para que cumpla con sus compromisos y con los acuerdos que había firmado" con los palestinos, y a Israel de "adoptar politicas intransigentes que harán fracasar los esfuerzos desplegados actualmente por Egipto para salvar el diálogo de paz". EFE

fa/co/rt

06/14/18-56/97

DP8945

U POXBT 06-14 00330

mun exo

ISRAEL-ONU

NETANYAHU SE NIEGA A RECIBIR AL EMISARIO DE LA ONU

Jerusalén. 14 jun (EFE).- El Gobierno de Israel comunicó al secretario general de la ONU. Kofi Anan. que no recibirá al emisario que debía salir hoy. sábado. con destino a este país para una investigación sobre el polémico asentamiento de Har Jomá.

El emisario debía presentar un informe a la Asamblea General de la ONU. que condenó por unanimidad la construcción de ese asentamiento judío en Yábel Abu Ghneim. de Jerusalén Oriental.

La decisión de construirlo. aprobada por el Gobierno que preside Benjamín Netanyahu. ocasionó en marzo pasado la más grave crisis en el proceso de paz desde 1993. y las negociaciones palestino-israelíes están completamente bloqueadas.

Según el anuncio oficial. del que informó hoy la radio estatal. el Gobierno israelí señaló al secretario del organismo internacional que la resolución acerca del asentamiento de Har Jomá "está fuera de lugar". y que "el mundo está lleno de crisis y conflictos que la ONU prefiere pasar por alto".

Israel, agregó, propone a la ONU debatir soluciones para los problemas que genera el terrorismo en Oriente Medio.

El Gobierno de Netanyahu también ha rechazado la resolución que la Asamblea General de ese organismo aprobó ayer acerca de la compensación que Israel debería ofrecer a unas 100 víctimas de un bombardeo de artillería del 18 de abril de 1996 contra una base de la ONU en la aldea libanesa de Qana.

En el incidente. que Israel atribuyó a un error pues. según sus servicios de información. desde ese sitio habían disparado los guerrilleros de Hizbulá contra un convoy militar. murieron alrededor de 100 refugiados libaneses de la operación "Uvas de la Ira" contra esa organización armada pro iraní.

Según resolvió la Asamblea de la ONU. el Gobierno israelí debe compensar con 1.7 millones de dólares a las víctimas. pero el embajador de este país ante ese organismo. David Peleg. replicó que su Gobierno no está legal ni moralmente obligado a hacerlo porque aquel bombardeo fue respuesta a ataques de los guerrilleros libaneses contra el norte de Israel. EFE

ez/mar

06/14/09-46/97

9708760

22

IRAK-EEUU
SADAM HUSEIN: PARA IRAK, "TODA PALESTINA ES ARABE"

El Cairo, 15 jun (EFE).- El presidente iraquí, Sadam Husein, criticó duramente a Estados Unidos por la decisión tomada por la Cámara de Representantes de ese país que reconoce a Jerusalén unida como la capital del Estado de Israel, y reiteró que para Irak, "toda Palestina es árabe".

"La naturaleza y el tiempo de la decisión indican, sin la menor duda, que EEUU ve a quienes esperan que ese país desempeñe un papel equilibrado en el conflicto árabe con el sionismo como 'enanos' cuando el asunto está relacionado con la entidad sionista (Israel) o con los intereses norteamericanos", dijo Sadam Husein.

El presidente iraquí, que hizo estas declaraciones en una reunión del Consejo de Ministros iraquí, que preside el propio Sadam Husein, se refería a los Estados árabes involucrados en el proceso de paz con Israel, y que consideran a Washington como el principal mediador y patrocinador del diálogo de pacificación.

"La posición de Irak sobre la causa palestina fue y será siempre constante, 'toda Palestina es árabe'", dijo Sadam Husein, según la agencia iraquí INA, y pidió que los países árabes unan sus esfuerzos "para hacer frente a quienes obstaculizan sus intereses".

El jefe de Estado iraquí se refirió a un comunicado difundido por Irak y Arabia Saudí en 1980, en el que ambos decidieron romper las relaciones diplomáticas con cualquier Estado que decida trasladar su embajada de Tel Aviv a Jerusalén.

"Cuando los árabes toman una posición seria podrán afectar considerablemente a la opinión pública internacional", afirmó el presidente iraquí, en alusión la necesidad de que los árabes unifiquen y coordinen sus posturas respecto al conflicto árabe-israelí. EFE

fa-wm/ll

06/15/15-05/97

[illegible]

[illegible] 00491
[illegible]

O.MEDIO CRISIS
ARAFAT PIDE LA INTERVENCION DE LA UNION EUROPEA

Jerusalén, 16 jun (EFE).- El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat, ha solicitado la intervención de los líderes de la Unión Europea (UE) que se reúnen en Amsterdam hoy, lunes, para salvar el proceso de paz.

La petición fue hecha por Arafat al enviado de la UE para el proceso de paz, Miguel Angel Moratinos, quien tiene previsto informar sobre la crisis a los ministros de Asuntos Exteriores en la reunión que celebrarán el próximo jueves 26 en Bruselas.

Moratinos goza de la confianza de las autoridades israelíes pero en medios del Gobierno que preside Benjamín Netanyahu existe una ostensible resistencia a una intervención directa de la UE por considerar que sus posturas son "pro palestinas".

Para preparar el informe, Moratinos también viajará el próximo miércoles a Siria y a Líbano. Las conversaciones de paz entre esos países e Israel están interrumpidas desde hace más de un año.

La mediación egipcia para devolver a palestinos e israelíes a la mesa de las negociaciones, bloqueadas desde hace más de tres meses, no ha dado aún resultados y en medios del Gobierno de Arafat se afirma que, de hecho, ha fracasado.

"El esfuerzo egipcio es muy importante; trabajamos con ellos y los respaldamos", dijo en la ciudad de Los Angeles a la radio estatal israelí el coordinador de paz del departamento de Estado norteamericano, Dennis Ross, que tampoco logró ese objetivo.

Las negociaciones fueron interrumpidas por Arafat al decidir el Gobierno del primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, la construcción de un nuevo asentamiento judío en Yébel Abu Ghneim (Har Jomá), en tierras de Jerusalén oriental sometidas a negociación.

Una "fuente destacada" del dispositivo de la seguridad israelí, citada hoy por la radio estatal, declaró que "Arafat no ha decidido aún si da rienda suelta a la violencia" ante el estancamiento de las negociaciones de paz, entre otros motivos por temor a la reación de las fuerzas armadas israelíes.

Según las autoridades israelíes, Arafat -que lo desmintió- y sus organismos de seguridad "organizan y alientan" los desórdenes y choques con soldados y policías israelíes desde el jueves pasado en manifestaciones de protesta contra los asentamientos judíos.

De momento, el presidente palestino desea mantener "a fuego lento" esas manifestaciones de protesta contra los asentamientos, en las cuales resultaron heridos decenas de palestinos, dijo aquella "fuente superior" a la emisora israelí.

También, agregó, es una incognita la "interpretación" que hacen de la blandura de Arafat con esas manifestaciones grupos radicales como el Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS) y la Yihad Islámica, sus principales adversarios políticos y férreos opositores al proceso de paz con el Estado israelí.

Conforme a esa fuente israelí, este país y los palestinos han llegado a "la hora de la verdad", el punto en el cual "las líneas rojas de unos y otros se tocan" con vistas a la solución permanente o estatuto definitivo en Jerusalén, Cisjordania y Gaza.
EFE

[illegible]

24

9708760

SA108'

U EAYRT 0--1- 00308

mun e-g i-:

HEBRON-DISTURBIOS

SE REANUDARON LOS DESORDENES FRENTE AL ENCLAVE JUDIO DE HEBRON

Jerusalén, 1- jun (EFE) Nacionalistas palestinos se enfrentaron por tercer día consecutivo con fuerzas militares y de la policía israelí que protegen el enclave judío de la ciudad de Hebrón, 24 kilómetros al sur de Jerusalén, en Cisjordania.

En los disturbios de los últimos dos días, según fuentes palestinas, resultaron heridos por balas de goma o afectados por los gases lacrimógenos, más de cincuenta manifestantes, que protestan contra los asentamientos israelíes.

Fuentes militares israelíes informaron este mediodía de que un agente de la policía resultó herido de una pedrada, y que un palestino arrojó una bomba de fabricación casera contra un jeep del ejército sin causar víctimas ni daños y luego huyó.

No se informó de víctimas entre los manifestantes palestinos, que actúan desde la zona autonomista de Hebrón, bajo control de unos 1.200 agentes de policía de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), que preside Yaser Arafat.

Los manifestantes también protestan contra una reciente resolución de la Cámara de Representantes del Congreso de los Estados Unidos que reconoce a Jerusalén, en la que residen 200.000 palestino, como capital "exclusiva" de Israel.

La policía palestina se mantiene al margen de los choques entre los manifestantes y las fuerzas que protegen a los colonos del enclave judío, a las que apedrean y arrojan bombas incendiarias o "cócteles Molotov", dicen fuentes israelíes.

Según las autoridades de Israel, Arafat y sus fuerzas de seguridad, con unos 30.000 efectivos armados en las zonas autónomas de Gaza y Cisjordania, "organizan y alientan" a los manifestantes.

Arafat negó esas acusaciones ayer en una reunión con el antiguo líder laborista israelí Simón Peres, que ahora está dedicado a la creación de un instituto internacional para la promoción económica como instrumento para consolidar el proceso de paz en Oriente Medio. EFE

ez/mar

06/1-/10-21/97

Imagem dos EUA no mundo árabe é cada vez pior

Moção sobre Jerusalém e oposição a indenização por ataque israelense causam críticas até de Hussein

ISSA GORAIEB
Especial para o Estado

BEIRUTE — Em constante erosão desde que as negociações de paz no Oriente Médio entraram num impasse, a imagem dos EUA no mundo árabe acaba de passar por nova e grave degradação, por causa de duas votações realizadas na semana passada. A primeira ocorreu na Câmara americana, onde, por maioria esmagadora, os deputados pediram que o presidente Bill Clinton transfira para Jerusalém, "capital unificada de Israel", a embaixada dos EUA no Estado judeu, até agora instalada em Tel-Aviv. Embora esse voto não seja de cumprimento obrigatório e tenha sido criticado pelo Departamento de Estado, ele aumentou a preocupação e a irritação dos árabes.

Quanto à segunda votação, realizada sexta-feira na Assembléia-Geral das Nações Unidas (que também não é de cumprimento obrigatório), ela permitiu que se constatasse uma vez mais a total parcialidade dos EUA sempre que se trata de discutir sanções contra Israel. Ao contrário de 127 países — que apoiaram uma resolução exigindo que Israel pague ao Líbano US$ 1,7 milhão de indenização por causa do bombardeio, em 1996, de um acampamento de refugiados da ONU em Qana, no sul do Líbano —, os EUA foram os únicos a manifestar solidariedade com o Estado judeu, opondo-se a esse texto. O bombardeio matou 105 civis.

Foi por 406 votos a 17 que a Câmara americana aprovou uma moção reconhecendo Jerusalém como a capital de Israel e prevendo um orçamento de US$ 100 milhões para a transferência da embaixada dos EUA. Atualmente só Costa Rica e El Salvador têm embaixada em Jerusalém. O Departamento de Estado reagiu lembrando aos parlamentares que os EUA não devem interferir na disputa árabe-israelense sobre o status definitivo de Jerusalém, que deve ser negociado num estágio posterior. "Devemos respeitar esse processo e evitar, enquanto país, tomar medidas que, de uma maneira ou de outra, constituam um prejulgamento de como se deve resolver a questão de Jerusalém", disse um porta-voz.

Os EUA, como a maioria dos países, não reconheceram a anexação do setor oriental de Jerusalém, capturado em 1967 por Israel. Os palestinos querem que Jerusalém Oriental seja a capital de seu sonhado Estado independente. Mas o Congresso americano, de maioria republicana, já aprovou uma lei prevendo a transferência da embaixada dos EUA até 1999, embora conceda à Casa Branca o direito de adiar essa medida.

"Declaração de guerra" — A atitude do Departamento de Estado, porém, não foi suficiente para tranqüilizar os árabes — que, há algum tempo, exprimem com clareza cada vez maior as suas dúvidas sobre a sinceridade dos americanos. O presidente do Conselho Palestino, Ahmed Korei, viu nesse voto da Câmara "uma declaração de guerra ao povo palestino, que nunca aceitará a paz sem Jerusalém".

> **ISRAEL NEGA-SE A INDENIZAR LÍBANO**

Dois dos líderes árabes mais próximos dos EUA — o presidente egípcio, Hosni Mubarak, e o rei Hussein, da Jordânia — não esconderam o seu descontentamento e a sua preocupação. A decisão votada em Washington "carece de sabedoria e pode aumentar a tensão", afirmou Mubarak. Ele frisou que esse desdobramento negativo ocorre no exato momento em que o Egito procura reduzir as divergências entre israelenses e palestinos. Há uma semana um emissário de Mubarak, Ussama el-Baz, vem mantendo reuniões com dirigentes israelenses e palestinos na esperança de obter a retomada das negociações de paz — suspensas desde que Israel começou, em 18 de março, a construir um assentamento judaico no setor anexado de Jerusalém.

Por seu lado, o rei Hussein advertiu que o voto da Câmara desacredita a mediação dos EUA no Oriente Médio. "Ações como essa sabotam a capacidade de os EUA assumirem o imenso papel que têm a desempenhar", assinalou.

No que se refere ao voto de sexta-feira na ONU, ele confirmou a decisão sem precedentes adotada durante o fim de semana anterior por uma comissão da Assembléia-Geral. O representante de Israel, David Peleg, rejeitou imediatamente a exigência de que seu governo indenize o Líbano, atribuindo aos "terroristas" do grupo Hezbollah a responsabilidade pelo bombardeio de Qana. Embora não sejam de cumprimento obrigatório, as resoluções da Assembléia-Geral estão carregadas de peso político e moral. Foi isso que levou o embaixador do Líbano na ONU, Samir Mubarak, a declarar que esse voto "não é uma vitória apenas para o Líbano, mas para a credibilidade da ONU, para o direito internacional e para a causa da paz e da segurança internacional".

Até o último minuto a delegação dos EUA tentou fazer com que se suprimisse a referência à responsabilidade israelense no bombardeio de Qana. Mais grave ainda: aparentemente o embaixador americano em Beirute, Richard Jones (que, nos últimos dias, se reuniu várias vezes com as autoridades libanesas para tentar convencê-las a pedir o congelamento do projeto submetido à Assembléia-Geral), recorreu a argumentos que beiraram a ameaça. Segundo um funcionário libanês, o diplomata americano teria dito ao primeiro-ministro Rafic Hariri que a recusa do Líbano poderia interferir na renovação do mandato da força interina da ONU para o sul do Líbano (que há anos ocorre de forma quase automática, de seis em seis meses).

ORIENTE MÉDIO

Religião ameaça unidade do povo

Diferenças entre judeus ortodoxos e seculares criam um cisma que preocupa o governo de Israel

NAHUM SIROTSKY
Correspondente Jerusalém

Israel enfrenta neste momento um dos mais graves problemas da história de suas relações com os judeus da Diáspora, aqueles que vivem fora da Terra Santa. A falta de saída da crise poderá resultar na divisão do povo. Foi para tentar encontrar uma solução que o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, desistiu de se apresentar na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente no próximo dia 23. Seria uma oportunidade para ele explicar ao presidente americano, Bill Clinton, os motivos da paralisação do diálogo com os palestinos.

O judaísmo tem toda a sua história marcada pela divisão em diferentes correntes. O cristianismo começou como uma seita judaica. Enquanto as legiões romanas sitiavam a cidade, separando-a do resto do país, dentro de Jerusalém havia uma guerra civil entre os judeus. As 12 tribos chegaram a ser uma só nação. Mas se dividiram, com 10 ficando conhecidas como Israel – duas como Judá. As 10 tribos desapareceram da História. Judá sobreviveu mais uns séculos.

Nos dias correntes, o judaísmo vai dos ultra-ortodoxos – que se concentram no bairro de Mea Shearim (Cem Portas) os Natura e Karta (Guardas do Templo) – que não aceitam a existência do Estado, cujas leis ignoram – aos absolutamente seculares que nada aceitam das leis canônicas e são anti-religiosos em suas vidas e ações – a maioria dos israelenses. Mas, o Estado judeu se justificou como herança prevista na Bíblia. As tradições antitotalitárias do povo (o livre arbítrio é atribuído por Deus ao homem) explicam, de acordo com os sociólogos e historiadores locais, o fato de que partido algum jamais conseguiu maioria absoluta no parlamento. Daí a necessidade de coligações de partidos na formação do governo.

Desde o primeiro governo, todos tiveram a presença de representantes dos partidos religiosos, cuja preocupação principal sempre foi fazer respeitar a lei canônica. Com o crescimento do fenômeno da volta à religião, os partidos religiosos aumentaram a representação parlamentar e seu poder político. Hoje, o Shas, partido dos ortodoxos de origem hispânica (sefarditas) é o segundo maior na coalizão governamental.

Mas existem outros partidos religiosos ortodoxos no Knesset. Até hoje, a única definição de judeu aceita por todas as seitas é a de que judeu é o filho de mãe judia ou o convertido. Se os ortodoxos conquistarem o que desejam – transformar em lei a conversão realizada apenas por eles por tradição local –, judeu, em Israel, será o filho de mãe judia ou o convertido pelos ortodoxos. Facilmente identificáveis por nunca se descobrirem e, de forma geral, os homens serem barbados.

Toda a história do judaísmo é marcada pela sua divisão em diferentes correntes de pensamento

Israel reconhece todo o ato legal cometido fora de suas fronteiras. Mas, a maioria dos judeus americanos praticantes é de reformistas ou conservadores. E eles afirmam que uma tal lei fará com que se sintam indesejáveis em Israel, que apóiam com sua influência em Washington e com doações. Eles ameaçam suspender esse apoio. Na prática, dizem que uma tal lei poderá representar uma divisão definitiva entre os israelenses e os judeus não-ortodoxos na Diáspora.

As lideranças judaicas reformistas e conservadoras americanas estão em Jerusalém negociando, numa tentativa de encontrarem uma saída para o impasse criado. Eles insistem que não querem se sentir como de segunda classe na Terra Santa. A preocupação nos meios informados do país, principalmente das lideranças, é muito grande.

Dentro de Israel o conflito entre seculares e ortodoxos se aprofunda dia a dia. Os ortodoxos querem a adoção da lei canônica que os seculares rejeitam. A sociedade israelense é uma sociedade dividida e pode implodir.

Os reformistas e conservadores alegam que não cabe ao Estado decidir sobre o que é certo ou errado em matéria de religião. Os ortodoxos pensam o contrário. Talvez seja mais complexo criar uma ponte entre eles do que realizar a paz com os palestinos. Os próximos dias poderão mudar a história moderna de Israel e do povo judeu.



Violência em terra sagrada

Hebron, a última cidade da Cisjordânia ocupada por tropas israelenses, continua sendo um foco de violência. Ontem foi o terceiro dia de enfrentamentos entre jovens palestinos e soldados (na foto, um manifestante é preso). Frustrados pelo fracasso do processo de paz e revoltados contra a presença israelense, os árabes tentam ressuscitar a Intifada (rebelião das pedras), que sacudiu Israel entre os anos de 1987 e 1993. Domingo foi o pior dia dos confrontos, quando 37 palestinos ficaram feridos, três deles em estado grave. Os conflitos se produziram próximo ao enclave onde vivem 450 judeus, na cidade habitada por 120 mil árabes e considerada sagrada pelos dois povos. O diálogo foi cortado em março e permanece suspenso.

27

9708760

[illegible]

[illegible]

[illegible]

O.MEDIO-ISRAEL

GOBIERNO TRATA EVITAR APOYO EUROPEO A FUTURO ESTADO PALESTINO

Jerusalén, 17 jun (EFE).- El Gobierno israelí ha desencadenado una ofensiva diplomática para tratar de evitar que la cumbre europea de Amsterdam apoye la creación de un Estado palestino independiente, asegura hoy el diario independiente Haaretz.

El gobierno israelí, que preside Benjamín Netanyahu, se opondrá a un "Estado palestino viable" en Cisjordania y Gaza, y para ello ha movilizado a sus embajadores en las capitales europeas, afirma el rotativo de Tel Aviv.

Según las fuentes políticas que cita Haaretz, los jefes de Estado y de gobierno de los quince países comunitarios consideran hoy la adopción de una declaración que llamará al establecimiento de un Estado palestino independiente.

El adjetivo "viable" en esa fórmula se refiere a que ese futuro Estado, que es el objetivo final del presidente palestino Yaser Arafat en sus negociaciones de paz con Israel, tenga una existencia garantizada por una "continuidad territorial".

La política de asentamientos judíos en Cisjordania, cuya expansión está en el centro de la grave crisis que afecta actualmente al proceso de paz, amenaza con dejar bajo control palestino "islas" o "cantones" territoriales en esa zona.

Desde su Declaración de Venecia de 1980, la UE ha respaldado el derecho de los palestinos a su autodeterminación nacional, pero sin mencionar la creación de un "Estado" soberano.

El punto de vista oficial del gobierno de Netanyahu considera que ese es un asunto que debe resolverse durante la segunda y última etapa de las negociaciones de paz entre las dos partes.

Esa etapa es la que debe concluir en 1999 con un acuerdo sobre la "solución permanente" o estatuto definitivo para Jerusalén oriental, Cisjordania y Gaza, habitadas por más de dos millones de palestinos, al concluir el actual periodo de autonomía limitada.

El enviado de la UE para el proceso de paz, Miguel Angel Moratinos, prometió al ministro israelí de Asuntos Exteriores, David Levy, "una declaración moderada" sobre el conflicto de Oriente Medio en el Consejo Europeo, según fuentes diplomáticas israelíes.

Netanyahu declaró anoche en la ciudad de Cesárea que "si se reanudan las negociaciones con los palestinos", interrumpidas desde marzo pasado, "será para alcanzar un acuerdo final", esto es para decidir la "solución permanente" para Cisjordania y Gaza.

El jefe del Gobierno declaró que los palestinos viven con "unas expectativas irreales", como la de creer que Israel evacuará Cisjordania hasta las líneas de armisticio vigentes antes de la "guerra de los seis días" de 1967 para crear su Estado soberano.

Según declaraciones públicas, Netanyahu sólo admitiría que los palestinos establezcan en las zonas de Gaza y Cisjordania que les transfiera Israel "una entidad nacional" desmilitarizada. En cuanto a Jerusalén, afirmó, quedará bajo control exclusivo de Israel. EFE

[illegible]

06/17/98 [illegible]

[illegible]

[illegible] 06-18 [illegible]

[illegible]

O.MEDIO-CRISIS

NETANYAHU HABLARÁ CON MORATINOS SOBRE DIALOGO CON SIRIA

Jerusalén, 18 jun (EFE).- El primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, se reunirá hoy con el enviado especial de la Unión Europea (UE) para Oriente Medio, Miguel Angel Moratinos, en un intento por reanudar las conversaciones de paz con Siria.

Moratinos tiene previsto viajar hoy a Damasco, la capital siria, para conversar con el ministro de Asuntos Exteriores, Faruk al-Shara y posiblemente con el presidente, Hafez al-Asad.

Fuentes del Gobierno informaron de que Netanyahu solicitará al enviado europeo que transmita a Asad una propuesta para reanudar las conversaciones "sin condiciones previas" y en base a las resoluciones 242 y 338 del Consejo de Seguridad de la ONU.

Acerca de declaraciones de personalidades políticas y militares israelíes acerca de que el Gobierno sirio se estaría preparando para atacar a Israel con cohetes balísticos, Moratinos lo desmintió hace unas semanas después de conversar con Asad y aseguró a Netanyahu que Siria desea realmente la paz.

El ministro israelí de Defensa, Isaac Mordejai, confirmó esta semana, en una visita a Estados Unidos, que Israel no se siente amenazado de momento por ese país, y que tampoco deben sentir temor los sirios porque "nuestra estrategia es alcanzar la paz".

Las "conversaciones bilaterales" de paz entre ambos países, que comenzaron en 1991 tras la Conferencia de Madrid para Oriente Medio, se celebraban en Estados Unidos con el auspicio de Washington hasta que se interrumpieron en febrero de 1996.

Netanyahu ha rechazado la exigencia siria de reanudar las conversaciones "en el punto en que habían quedado" cuando las interrumpió el ex primer ministro laborista Simón Peres, tres meses antes de las elecciones del 29 de mayo de 1996 en Israel.

Netanyahu, que derrotó a Peres en esos comicios, a diferencia del dirigente laborista se opone a mayores concesiones territoriales en la meseta del Golán, cuya devolución íntegra exige Siria a cambio de un tratado de paz con Israel.

Sin embargo, la aceptación de las resoluciones 242 y 338 como bases para la negociación puede ser un indicio de un cambio en la actitud de Netanyahu, comentan medios diplomáticos de Israel.

Esas resoluciones, [illegible] tras la "guerra de los seis días" de 1967 y de la "guerra del Yom Kipur" [illegible] a Israel devolver los territorios conquistados, entre [illegible] la meseta del Golán, a cambio de la paz [illegible] "fronteras seguras".

El [illegible] Simon [illegible] que en [illegible] de Ministerio de Defensa [illegible] el [illegible] Israel por la paz con Siria [illegible] del Golán [illegible]

[illegible]

[illegible] Golán [illegible] de Tiberiades, en el [illegible] de Israel, [illegible] de [illegible] EFE

[illegible]

[illegible]

29

9708760

[illegible]

[illegible]

A SAUDI-ANP

REY FAHD PROMETE ARAFAT APOYO TOTAL PARA SALVAR JERUSALEN

Dubai, 18 jun (EFE).- El rey Fahd de Arabia Saudí prometió al presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat, otorgar todo el apoyo a los palestinos para proteger Jerusalén contra los planes israelíes de "judaizar" la ciudad.

El ministro de Planificación y Cooperación de la ANP, Nabil Shaat, dijo que el soberano saudí hizo esa promesa durante la reunión que celebró anoche con Arafat en Yeda, a donde llegó el líder palestino el martes para una visita de dos días.

"El rey Fahd subrayó que Arabia Saudí, y él mismo, apoyan con todas sus posibilidades al presidente palestino, los derechos de los palestinos y los esfuerzos para salvar Jerusalén" oriental, dijo Shaat en una entrevista que publica hoy el diario árabe internacional Al Hayat.

Asimismo, señaló que Arafat informó al monarca sobre la situación en los territorios palestinos, así como los intentos de reanudar el proceso de paz palestino-israelí, suspendido por la ANP en marzo pasado cuando Israel comenzó la construcción de un nuevo barrio judío en Yabal Abu Ghneim, en el sector árabe ocupado de Jerusalén.

"Espero que me otorgues la Medalla de Jerusalén tras su liberación", dijo el rey Fahd a Arafat cuando le impuso la Medalla de la "Estrella del Honor", reiterando su apoyo a la insistencia del liderazgo palestino en crear un Estado palestino independiente con capital en Jerusalén oriental, conquistada por Israel en 1967.

Arafat "informó al rey Fahd sobre los intentos israelíes de judaizar Jerusalén, así como la confiscación de tierras palestinas para ampliar los asentamientos" judíos, y "pidió que Arabia Saudí y sus socios del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG) ejerzan presiones para reactivar el papel estadounidense en el proceso de paz", agregó Shaat.

Arabia Saudí, que integra el CCG junto con Kuwait, Emiratos Arabes Unidos, Qatar, Bahrein y Omán, es uno de los principales Estados árabes que apoyan la postura palestina en las negociaciones de paz con Israel.

El rey Fahd condenó el domingo pasado la decisión de la Cámara de Representantes del Congreso norteamericano que reconoció a Jerusalén como capital indivisible del Estado de Israel, y dijo que esta resolución refleja una actitud hostil que dificulta el logro de la paz en la zona. EFE

[illegible]

[illegible] 18 09 01 97

9708760

TE6380

U EGXBT 06 19 00460

mun exg iex

O.MEDIO-FRANCIA

CHIRAC Y MUBARAK ANALIZAN MANERA SALVAR PROCESO PAZ

París, 19 jun (EFE).- Los presidentes de Francia, Jacques Chirac, y Egipto, Hosni Mubarak, se reunieron hoy, jueves, en París para estudiar la forma de salvar el proceso de paz en Oriente Medio.

Al término de la reunión, a la que siguió un almuerzo, ambos jefes de Estado expresaron su preocupación por el bloqueo de las negociaciones entre israelíes y palestinos.

En unas declaraciones a la prensa, Chirac dijo que ambos lamentaban "la situación actual en la que se observa desgraciadamente cierto bloqueo, con todos los peligros que puede implicar para la estabilidad en la región".

Mubarak, por su parte, subrayó la necesidad de que ambas partes reanuden las negociaciones, interrumpidas hace tres meses al comenzar la construcción de una nueva colonia judía en Jerusalén oriental, la parte árabe de la ciudad.

La reunión se desarrolló en vísperas del viaje que el presidente francés realizará a Denver (Estados Unidos), para participar en la cumbre de los siete países más industrializados del mundo (G-7).

Chirac desea analizar la situación en Oriente Medio con los otros jefes de Estado o de Gobierno del G-7, en especial en la reunión que celebrará con el presidente estadounidense, Bill Clinton.

El presidente francés subrayó que las posiciones de Francia y Egipto respecto a la paz en Oriente Medio coinciden, pero "necesitaba conocer exactamente la postura egipcia antes de viajar a Denver".

En los últimos meses, Egipto ha desempeñado un papel de mediación, y ha intentado hacer volver a la mesa de negociación a palestinos e israelíes.

Mubarak informó al presidente francés de los esfuerzos realizados por su país para relanzar el proceso, y Chirac explicó a su interlocutor los resultados de la cumbre de la Unión Europea (UE), celebrada en Amsterdam el lunes y martes pasados.

La cumbre de la UE apoyó la iniciativa de Egipto y pidió a Israel que respete el derecho del pueblo palestino a la autodeterminación, sin excluir la posibilidad de un Estado palestino.

El presidente francés dijo que había preparado "en cooperación completa" con Egipto la iniciativa francesa que llevó a esta declaración.

Ambos jefes de Estado examinaron también el refuerzo de la cooperación bilateral entre Francia y Egipto.

Chirac aseguró que el cambio de Gobierno en Francia no supondrá una modificación de su política árabe y mediterránea, según la portavoz de la Presidencia francesa, Catherine Colonna.

Parte de la reunión entre Chirac y Mubarak se desarrolló en presencia del ministro francés de Asuntos Exteriores, Hubert Vedrine, de su colega egipcio, Amro Musa, y del consejero político del presidente egipcio Usama El Baz.

Mubarak, quien llegó esta mañana a la capital francesa, donde fue recibido por el nuevo secretario de Estado para la

Cooperación, Charles Josselin, partirá esta misma tarde de París con destino a Alemania. EFE

sg arocgl

06/19/17 08/97

31

9708760

XA3491

U FOXBT 06-19 00256
mun exg

O.MEDIO-CRISIS
MEDIADOR EUROPEO SE REUNE CON PRESIDENTE HAFEZ EL ASAD

Damasco, 19 jun (EFE).- El enviado especial de la Unión Europea (UE) para Oriente Medio, Miguel Angel Moratinos, se reunió hoy en Damasco con el presidente sirio, Hafez el Asad, para hablar sobre el proceso de paz en Oriente Medio, informaron fuentes oficiales.

Un portavoz oficial sirio señaló que Asad y Moratinos intercambiaron información sobre el actual estado del proceso de paz y que el presidente sirio agradeció al diplomático español la mediación europea.

Moratinos desmintió hoy, a su llegada a Damasco, que traiga un mensaje del Gobierno israelí para el Gobierno sirio, sino "una voluntad israelí de encontrar una base para reanudar las conversaciones entre ambas partes".

En declaraciones que hizo a los periodistas tras reunirse con el jefe de la diplomacia siria, Faruk Chará, Moratinos agregó que "la Unión Europea ha hecho -durante el Consejo Europeo de Amsterdam- un llamamiento por la paz en Oriente Medio y eso refleja su interés real por la paz".

"Existe un compromiso político real -de las partes implicadas en el proceso de paz- para la reanudación de las conversaciones árabe-israelíes", aseguró Moratinos, que ayer, miércoles, se reunió con el primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu.

Las negociaciones de paz sirio-israelíes están suspendidas desde febrero de 1996 y las palestino-israelíes están interrumpidas desde hace casi cuatro meses.

El enviado europeo tiene previsto presentar el próximo día 26 un informe sobre la marcha del proceso de paz a los ministros de Asuntos Exteriores de la UE en Bruselas. EFE

ibr/arp

06/19/22-36/97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] que mantuvieron en El Cairo [illegible] [illegible] [illegible] Osama El Baz [illegible] con los palestinos ha [illegible] fuentes del Gobierno israelí.

[illegible] un hotel junto al aeropuerto de la capital egipcia, las fuentes indicaron que, si bien [illegible] con Egipto, no se ha decidido aún de qué [illegible].

El Baz informó a la delegación israelí, encabezada por el secretario del Gobierno, Dan Naveh, de una reunión que celebró hace tres días con el [illegible] negociador palestino, Saeb Erekat.

Al [illegible], las [illegible] giran en torno del asentamiento israelí de Har Homa (Abu Ghneim), en Jerusalén oriental, y en la expansión de otros en Cisjordania y Gaza.

La Autoridad Nacional Palestina (ANP), que preside Yasser Arafat, exige la suspensión de la construcción en los asentamientos por al menos seis meses para volver a las negociaciones, según una propuesta egipcia, pero Israel se niega alegando que los acuerdos de Oslo (1993) no lo prohíben [illegible].

La [illegible] el proceso de paz con los palestinos, que en [illegible] ha sido desplazada a un segundo plano [illegible] la [illegible] israelí, de [illegible] con un desmantelamiento de la coalición [illegible] elecciones.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

33

9708760

[illegible] DECLARACION [illegible] DE AMSTERDAM

[illegible] en la cumbre [illegible] Unión Europea [illegible] paz de Oriente Medio [illegible] satisfacción [illegible] medios palestinos [illegible]

[illegible] Asuntos [illegible] de Israel se informó [illegible] documento [illegible] la prensa local.

[illegible] Europea hicieron ayer un llamamiento [illegible] los líderes israelíes y palestinos para que [illegible] las conversaciones sobre el estatuto permanente".

[illegible] medidas unilaterales que [illegible] del estatuto permanente [illegible] y mantener [illegible] la seguridad con vistas a [illegible]

[illegible] la necesidad de respetar los derechos humanos [illegible] en Israel como una crítica "no exclusivamente contra Israel" sino también hacia la Autoridad Nacional Palestina (ANP) [illegible] Yasser Arafat.

En [illegible] ha sido calificado por las [illegible] equilibrado que otros de la Unión Europea en el [illegible] el conflicto árabe-israelí, lo que [illegible] de los países comunitarios para Oriente Medio, Miguel Angel Moratinos.

[illegible] que se entrevistó [illegible] con el primer ministro [illegible] de [illegible] informe sobre la [illegible] a los ministros de Asuntos Exteriores [illegible]

El [illegible] encuentra actualmente [illegible] debido a la dimisión del [illegible]

[illegible] por este motivo, [illegible] "más cuidadosa".

Los [illegible] ha considerado [illegible] para Oriente Medio.

En su [illegible] Al Quds, el de mayor [illegible] "un paso positivo" [illegible] la UE [illegible]

[illegible]

9708760

2A4229

U F0>RT 06-20 00588
 icx mun eXG

HEBRON-DISTURBIOS (Amoliación)
MAS DE 15 PALESTINOS Y UN AGENTE ISRAELI HERIDOS EN CHOQUES

Jerusalén, 20 jun (EFE).- Mas de quince palestinos y un agente de fronteras israelí resultaron heridos hoy, viernes, al recrudecerse por séptimo día consecutivo los enfrentamientos en la ciudad de Hebrón, se informó este mediodia.

Fuentes israelíes dijeron que los manifestantes, que se encuentran en territorio bajo control del Gobierno de Yaser Arafat arrojaban desde esta mañana decenas de bombas incendiarias contra las fuerzas de seguridad de Israel que protegen el enclave judío.

Algunos de los colonos israelíes del barrio judío exigían que el ejército reconquiste los barrios palestinos que evacuó en enero pasado, mientras las callejuelas que desembocan en el enclave se convertían en escenario de una batalla campal con "cócteles Molotov", gases lacrimógenos, disparos y pedradas.

Uno de los heridos evacuados al hospital Alia se encuentra grave.

Las fuerzas policiales de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), que controla los barrios palestinos desde su evacuación por el ejército israelí, se mantienen al margen de los disturbios.

Los enfrentamientos se intensificaron al concluir los rezos del viernes islámico en algunas de las mezquitas de esa ciudad, sagrada para judíos y musulmanes que creen que en la Cueva de los patriarca yacen los restos de su patriarca común, Abraham.

En medios de los organismos de seguridad se teme que los desórdenes de Hebrón se extiendan hoy a otras zonas de Cisjordania y Gaza cuando concluyan los servicios religiosos.

No obstante, en la mezquita de Al Aksa, en Jerusalén antigua, los rezos concluyeron sin incidentes.

Los manifestantes en Hebrón también lanzaron ácido vitriólico contra soldados y policías israelíes, entre los cuales se produjo un herido por una pedrada, según se informó.

A diferencia de la víspera, cuando dos oficiales de la policía palestina trataron de calmar los ánimos entre los manifestantes, que protestan contra los asentamientos judíos, hoy no intervinieron funcionarios de los organismos de seguridad de la ANP.

Comerciantes palestinos se quejaron ante las autoridades israelíes de que los disturbios afectan sus negocios, pero los oficiales del ejército rechazaron la protesta diciéndoles que deben reclamar a la policía palestina, según la prensa local.

Fuentes de los organismos de seguridad israelíes, citados por la prensa local, dijeron que los manifestantes no son de Hebrón sino de aldeas y pueblos de otras zonas, lo cual indicaría, en su opinión, que "hay alguien que organiza los enfentamientos".

El consejero político del presidente palestino Yaser Arafat, Maruán Kanafani, afirmó el jueves en la ciudad autónoma de Ramala que la Autoridad Nacional Palestina (ANP) ni sus fuerzas de seguridad tienen intención de impedir esas protestas populares.

Los palestinos protestan desde la zona autónoma de Hebrón contra la expansión de los asentamientos judíos, que ven como un atentado contra sus aspiraciones nacionales, la de establecer un Estado palestino independiente en Cisjordania y Gaza.

El comienzo de las obras de infraestructura para un nuevo barrio judio de Har Jomá en Yábal Abu Ghneim, en marzo último en Jerusalén oriental, fue uno de los causantes de la interrumpción del proceso de paz y de las negociaciones palestino-israelíes.

Kanafani advirtió de que el Gobierno palestino no podrá controlar un posible levantamiento popular si sigue estancado como hasta ahora, hace ya casi cuatro meses, el proceso de paz.

Desde que comenzaron los disturbios junto a los asentamientos de Gush Kativ, en el sur de la zona autónoma de Gaza, se eleva a más de cien el número de los palestinos heridos por balas de goma o afectados por gases lacrimógenos. EFE

ez/mer

06/20/10-51/97

XD0979

R ECODT 06-22 00329
mun exg icx

ISRAEL-ANP
AVANZAN NEGOCIACIONES ECONOMICAS A PESAR DE LA CRISIS POLITICA

Jerusalén, 22 jun (EFE).- A pesar de la crisis de las negociaciones de paz, en las últimas dos semanas se reunieron dos subcomisiones palestino-israelíes, para acordar las medidas de seguridad que reglamentarán el tránsito de personas y mercancías, informa hoy el diario Haaretz.

Dichas reuniones contaron con la participación de observadores del Banco Mundial, EEUU y de la Unión Europea (UE).

Fuentes del Banco Mundial anunciaron que hacia finales de este año se espera la creación de una zona industrial al este de la zona palestina autónoma de Gaza, bajo control de la Autoridad Nacional Palestina (ANP).

Estos progresos fueron alcanzados tras la última reunión de representantes de los países donantes de la autonomía palestina en Cisjordania y Gaza, reunidos el mes pasado en Washington.

En el Departamento de Zonas Industriales y de Libre Comercio de la ANP, Jafar Hadaieb, su director, prefirió reservarse la opinión hasta que se firme un acuerdo por el cual Israel garantice libertad de movimiento a los inversores entre Gaza y Cisjordania y el libre acceso de los obreros aunque se impusiera un bloqueo a Gaza.

El "paso seguro" que unirá a la franja de Gaza con Cisjordania debe pasar por territorio del sur de Israel, y es uno de los asuntos pendientes de solución en las negociaciones políticas, estancadas desde marzo pasado.

El parque industrial, que tendrá una superficie de 650 hectáreas estará en Muntar, donde está actualmente el actual paso de mercancías de Karni; las autoridades palestinas esperan la apertura de otras dos de esa zonas industriales en Cisjordania.

Esas zonas industriales acogerán varios miles de obreros palestinos actualmente desocupados. El índice desocupación afecta a un 40 por ciento de los gazaitas, según fuentes palestinas.

La UE ha prometido su cooperación antiterrorista por medio de equipos y profesionales al Gobierno palestino de Yaser Arafat; EE.UU., de su lado, ha concedido 100 millones de dólares a Israel con ese fin, informa el rotativo de Tel Aviv. EFE

ez/msr

06/22/12-44/97

EA1297

U PO/PT 04 24 00597

mon ics

O.MEDIO CRISIS (Previsión)

ISRAEL PUEDE "RECONQUISTAR" ZONAS PALESTINAS AUTONOMAS

Jerusalén, 24 jun (EFE).- Las fuerzas de seguridad de Israel se entrenan para el caso de que se produzca un escalonamiento de la violencia en Cisjordania debido a la crisis del proceso de paz, e incluso para retomar el control en las zonas palestinas autónomas.

Así lo reveló la radio estatal hoy, martes, al informar de un ejercicio en el que participaron las tropas de ocupación por iniciativa del gobierno militar israelí en Cisjordania.

Durante el ejercicio, los soldados fueron instruidos y se entrenaron para llegado el caso arrestar a personalidades de la Autoridad Nacional Palestina (ANP), que preside Yaser Arafat, en las ciudades autónomas de Cisjordania.

También fueron instruidos por si reciben orden de privar de sus credenciales de libre paso a las personalidades palestinas, que con ellas pueden circular libremente por Israel.

El ejercicio tuvo lugar anoche en el asentamiento judío de Bet El, cerca de la ciudad palestina autónoma de Ramala, sede de la Cámara Legislativa del Consejo Autonómico Palestino (CAP).

Los soldados israelíes, asimismo, recibieron instrucciones para facilitar el surgimiento de un liderazgo palestino distinto, así como para imponer sanciones económicas y estados de sitio si se alzara la población palestina en las zonas bajo su control, más del 90 por ciento del territorio de Cisjordania.

Al transferir las ciudades de Cisjordania a Arafat a finales de 1995 y principios de 1996, las fuerzas de seguridad de la ANP quedaron a cargo de un 7 por ciento de Cisjordania, incluida la localidad de Hebrón, evacuada en enero pasado por Israel.

En los organismos de seguridad se cree que proximamente pueden estallar en otras zonas enfrentamientos como los de la semana pasada en Hebrón, sagrada para judíos y musulmanes, entre nacionalistas palestinos y el ejército y la policía de fronteras de Israel.

En esos enfrentamientos resultaron heridos más de 170 palestinos, varios de ellos de gravedad, cuando apedreaban y atacaban con ácido y con bombas incendiarias a los soldados y policías que protegen el enclave judío de Hebrón.

Otros tres de esos "cócteles Mólotov" fueron arrojados esta mañana contra una patrulla militar en esa ciudad, aunque sin consecuencias, informaron fuentes israelíes.

Si se desencadenara un nuevo alzamiento o "intifada" palestina, las fuerzas de seguridad palestinas podrían participar en defensa de la población, como ocurrió en septiembre pasado durante los disturbios que estallaron cuando el Gobierno de Israel abrió el "túnel de los asmoneos" en Jerusalén.

Se calcula que los organismos de seguridad policiales y de carácter militar al servicio de Arafat cuentan con alrededor de 30.000 efectivos armados. Fuentes israelíes y palestinas hablan de hasta 40.000 armas clandestinas en poder de la población civil.

El ministro de Defensa, Isaac Mordejai, analizó hace dos días la posibilidad de un escalonamiento de la violencia en Cisjordania y Gaza con el embajador de Estados Unidos en Tel Aviv, Martin Indyk, aunque no trascendió el contenido de su conversación.

El proceso de paz palestino-israelí [illegible] interrumpido desde marzo pasado. Hasta la fecha han fracasado misiones de EE.UU., la Unión Europea (UE) y de Egipto para devolver a las partes a la mesa de las negociaciones.

Arafat condiciona la reanudación del diálogo a que el Gobierno de Benjamín Netanyahu [illegible] aunque sea por un periodo de seis meses, la construcción del barrio de Har Homá en Yabal Abu Ghneim, de Jerusalén [illegible], y la expansión de otros asentamientos judíos de Cisjordania.

Y Netanyahu [illegible] los acuerdos de Oslo [illegible] construcción en los asentamientos [illegible] de Jerusalén. EFE

am ar

37

9708760

[illegible]

ORIENTE MEDIO-SIRIA (Previsión)
MORATINOS DICE QUE SIRIA TIENE INTERES EN REANUDAR PROCESO PAZ

Jerusalén, 25 jun (EFE).- El enviado de la Unión Europea para Oriente Medio, Miguel Angel Moratinos, comunicó a Israel que Siria tiene interes en reanudar las conversaciones de paz, informaron hoy miércoles fuentes del Gobierno israelí.

Moratinos, que envió su mensaje desde Madrid, se entrevistó la semana pasada con el presidente sirio, Hafez Al Asad, a quien transmitió en Damasco una propuesta del primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, para reanudar las conversaciones bilaterales sin condiciones previas.

Mañana, Moratinos, designado en septiembre pasado para sus funciones, tiene previsto presentar un informe sobre la marcha del proceso de paz en Oriente Medio a los ministros de Asuntos Exteriores de la UE en Bruselas.

La propuesta israelí a Siria incluye negociar en base a las resoluciones 242 y 338 del Consejo de Seguridad de la ONU, que obligan a Israel a devolver territorios ocupados en la Guerra de los Seis Días, de 1967, como la meseta siria del Golan, a cambio de unas "fronteras seguras" y de la paz con ese país.

Las "conversaciones bilaterales" de paz, que comenzaron tras la Conferencia de Madrid para Oriente Medio de 1991, se celebraban en Estados Unidos y se interrumpieron hace dieciséis meses.

El anuncio del enviado de la UE coincide con noticias en Israel acerca de un fortalecimiento del poderío militar de Siria con misiles balísticos para una posible campaña destinada a recuperar el Golán, que Israel ocupó en la guerra de 1967.

En medios del Gobierno israelí no se informó de si Moratinos ha dado a conocer en su mensaje cuáles serían las condiciones del presidente sirio para volver a la mesa de las conversaciones.

En medios políticos israelíes se prevé hoy que, al superar anoche tres mociones de censura contra su coalición de Gobierno, debilitada por una crisis interna que sigue en pie, Netanyahu "podrá ocuparse de otros asuntos", como el proceso de paz.

La condición conocida de Damasco es "retomar las conversaciones en el punto en que quedaron" cuando las interrumpió el entonces primer ministro laborista Simon Peres, en febrero de 1996, tres meses antes de las elecciones en las que fue derrotado por Netanyahu.

Los representantes del Gobierno laborista, según lo trascendido de aquellas conversaciones reservadas e "informales" en Maryland, habrían prometido a sus colegas sirios la devolución del Golán a cambio de un tratado de paz acompañado por acuerdos de seguridad en esa estratégica meseta para ambos países por su cercanía a Damasco y a Galilea, en el norte de Israel.

Netanyahu, que en principio se opone a la devolución del Golán, aunque ha insinuado la posibilidad de alguna "concesión" a Siria, o sea la posible evacuación de parte de ella, se ha negado a asumir los supuestos compromisos "verbales" del anterior Gobierno israelí.

Al Asad exige la devolución íntegra de los 1.200 kilómetros del Golán a 50 kilómetros de Damasco, y a cuatro de la ciudad y de Tiberíades, la principal fuente de agua de Israel.

Moratinos, que participa con diplomáticos de EE.UU. y de Egipto en los esfuerzos para que israelíes y palestinos reanuden la

[illegible] en Bruselas.

[illegible]

9708760

EA4736

R FOXBF 06 26 00400

mun esg ics

ISRAEL TIERRAS

ASOCIACION JUDIA COMPRA TIERRAS EN LA ZONA DE GAZA

Jerusalén. 26 jun (EFE).- Una asociación de inversores judíos de Israel y del Exterior, llamada "Daroma" (Hacia el sur), compró decenas de hectáreas de tierras en la zona palestina de Gaza, ha revelado hoy, jueves, uno de sus miembros, Menajem Bet Alajmi.

Las transacciones comenzaron antes de 1994, cuando el líder palestino Yaser Arafat asumió la presidencia de la autonomía en ese territorio de 330 kilómetros cuadrados y un millón de habitantes.

Bet Alajmi dijo a la radio estatal israelí que en las transacciones, antes de los Acuerdos de Oslo (1993) para las negociaciones de paz palestino-israelíes, intervino un oficial militar de este país.

Ese oficial, al que no identificó, participó en la adquisición de veinticinco hectáreas dentro del área de la ciudad de Gaza para una planta industrial, pero la operación debió ser cancelada y se la sustituyó por la compra de otros terrenos, añadió.

Los venderores y los intermediarios palestinos desaparecieron o fueron asesinados, agregó Bet Alami sin entrar en detalles.

El hasta hace unos meses coordinador del Ministerio de Defensa en Gaza y Cisjordania, general retirado Oren Shajor, manifestó esta mañana a la emisora que, efectivamente, tiene conocimiento de esas transacciones inmobiliarias pero sólo "de oídas".

"Este fenómeno existe desde hace años en Cisiordania y en la frania de Gaza", indicó Oren, quien dijo desconocer que sehubieran perpetrado as
"los palestinos combaten por todos los medios, incluida la
"los palestinos combaten por todos los medios, incluida la
violencia" contra los que participan en ese tipo de operaciones.

Desde el pasado 8 de mayo fueron asesinados tres agentes inmobiliarios palestinos de Jerusalén oriental por ese tipo de transacciones con organizaciones judías o personas privadas, y en medios de Israel se responsabiliza por ello a agentes de organismos de seguridad de la Autoridad Nacional Palestina (ANP).

La Cámara Legislativa o Parlamento del Consejo Autonómico Palestino (CAP) comenzó a debatir la semana pasada un proyecto de ley que prohibirá, bajo amenaza de severos castigos, y quizá el de la pena capital, a los palestinos vender sus bienes inmuebles a israelíes.

La ley en ciernes se inscribe en la puja entre los palestinos, que aspiran a establecer un Estado independiente en Gaza y Cisjordania, y los israelíes, que procuran adquirir tierras para ampliar o crear nuevos asentamientos judíos en esos territorios y en Jerusalén oriental, donde aquellos exigen instalar la capital.
EFE

ez/msr

06/26/06-43/97

39

9708760

[illegible] Nacional Palestina (ANP), Yaser Arafat.

El líder palestino [illegible] a París para conversar con los principales dirigentes políticos franceses con los que analizó el bloqueo de las negociaciones israelo palestinas y cómo Francia, y Europa en general, podrían contribuir a relanzar el proceso de paz.

La visita estuvo marcada por las revelaciones del pasado fin de semana sobre una reunión entre el actual ministro israelí de Infraestructuras, el general Ariel Sharon, y el que está considerado como "número dos" palestino, Mahmud Abas (Abu Mazen).

Sharon, posible sucesor de Dan Meridor como ministro de Hacienda, se reunió con Abu Mazen sin que lo supiera el ministro de Asuntos Exteriores, David Levy, lo que agravó la crisis que atraviesa el Gobierno israelí desde hace dos semanas.

Arafat reconoció en París que la reunión entre Sharon y Abu Mazen tenía su aprobación y que fue "un principio" de diálogo "para impulsar las negociaciones de paz".

El presidente de la ANP subrayó que los palestinos "tratan con todos los miembros del gobierno israelí" y que Sharon y Mazen podrían celebrar nuevos contactos para impulsar la paz ya que "la situación es muy grave".

Las conversaciones israelo-palestinas fueron interrumpidas en marzo pasado, después de que el Gobierno de Benjamin Netanyahu diera luz verde a la construcción de una nueva colonia judía en Jerusalén este.

Arafat condiciona el regreso a la mesa de negociación a que Israel cese la expansión de sus asentamientos y las obras en Jerusalén oriental, mientras que Netanyahu afirma que dichas obras no están prohibidas expresamente en los acuerdos de Oslo, de 1993, y que su anulación haría caer su Gobierno de coalición.

El bloqueo de las negociaciones es motivo de preocupación en Francia, donde el presidente Jacques Chirac advirtió hoy de que el deterioro de la situación podría dar lugar a "actos terroristas incontrolados que tendrían como consecuencia desestabilizar no sólo la región sino también Estados Unidos y Europa".

Chirac, quien recibió a Arafat en el Palacio del Elíseo (sede de la presidencia) para una reunión seguida de un almuerzo, animó a Estados Unidos y los países europeos a colocar nuevamente "sobre los raíles" el proceso de paz en Oriente Medio.

En declaraciones a la prensa, el jefe del Estado francés pidió a palestinos e israelíes que "cumplan los compromisos" adoptados, especialmente los de Oslo, que guían las negociaciones de paz, y de Taba.

Chirac comentó que "la esperanza de paz es una idea" que comienza a perderse y añadió que si dicha idea "muere, todo es posible".

A su juicio, "se correrán los mayores peligros" si los acuerdos adoptados entre israelíes y palestinos no se respetan.

Por su parte, Arafat aludió a la "[illegible]" del primer ministro israelí, Benjamin Netanyahu, al ser preguntado por la suspensión de las negociaciones con Israel y elogió la "determinación" de Chirac en su deseo de "salvar el proceso de paz, protegerlo y darle un nuevo impulso".

Al término de la reunión con Chirac, el dirigente palestino se entrevistó con el primer ministro francés, el socialista Lionel Jospin, en lo que constituyó su primer contacto con el nuevo [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708760

EP0864

U POXBT 06 27 00343

irx mun exg

O.MEDIO CRISIS

ARAFAT ORDENA REANUDAR COORDINACION DE ORGANISMOS SEGURIDAD

Jerusalén, 29 jun (EFE).- El presidente de la Autoridad Nacional Palestina (ANP) en las zonas autónomas de Cisjordania y Gaza, Yaser Arafat, ordenó hoy domingo reanudar las reuniones para coordinar asuntos de seguridad con Israel y Estados Unidos.

Así lo ha informado a la prensa israelí este mediodía, después de conferenciar con él en la ciudad de Gaza, el brigadier retirado Efraim Sné, diputado laborista y ex ministro de Sanidad.

Sné indicó que Arafat dio la orden tras analizar juntos la crisis en la que está desde hace casi cuatro meses el proceso de paz, y ante el peligro de una "explosión" que pudiera desencadenar enfrentamientos en Cisjordania y Gaza como los que se vienen registrando desde hace dos semanas en la ciudad de Hebrón.

El diputado israelí informó de que propuso a Arafat reanudar la coordinación entre jefes de los organismos de seguridad de las dos partes con la participación de representantes de la Agencia Central de Informaciones (CIA) de Estados Unidos con sede en Tel Aviv.

Sné, con el acuerdo de Arafat y a fin de "mantener al menos la situación tal como está y evitar una nueva ola de violencia", también exige al Gobierno del primer ministro israelí, Benjamín Netanyahu, detener la expansión de los asentamientos judíos.

El legislador israelí informó de que el presidente de la ANP "no demostró demasiado entusiasmo" en informarle de la reunión que su segundo, Majmud Abás (Abu Mazen), celebró hace menos de dos semanas con el ministro y general israelí Ariel Sharon.

El dirigente palestino desveló el viernes pasado que, después de escuchar las posturas de Sharon -quien se reunió con él con conocimiento de Netanyahu-, "no hay de qué hablar".

Abás hizo ese comentario el viernes pasado en una cena con varias personalidades del Partido Laborista: Simón Peres, Sné, Iosi Beilin, Haim Ramon y Nimrod Novik, con el cual negoció en 1993 los históricos acuerdos de Oslo para la paz.

En la cena también participaron Mohamed Dajlan, jefe de los servicios secretos palestinos en la franja de Gaza, y Hasan Asfur, uno de los negociadores de la ANP con Israel. EFE

ez.mar/jdl

06/29/11-39/97

41

9708760

Marcha atrás para la paz en Israel

DÍA tras día, en la últimas dos semanas, la población palestina de Hebrón se enfrenta con las fuerzas de seguridad israelíes y la secuencia de heridos supera el centenar. Es el retorno de la llamada "intifada", el levantamiento árabe frente a la presencia israelí en territorios que, según los acuerdos de paz, deberían pasar gradualmente a la autonomía palestina presidida por Yasser Arafat.

La mecha de este más reciente polvorín fue encendida por el primer ministro Benjamin Netanyahu cuando se embarcó en la construcción de un nuevo asentamiento urbano judío en el sector árabe ocupado de Jerusalén, lo que causó la suspensión de las ya erosionadas negociaciones en marzo.

Con esta convulsión interna y el debilitamiento de las relaciones con los vecinos países árabes, Netanyahu debe capear el incremento de las peleas dentro de la coalición gobernante y acaba de atravesar, con su fortaleza menguada, una moción de censura presentada por el laborismo. La mayor injerencia del general Ariel Sharon como hombre fuerte dentro del gabinete aparece como un endurecimiento del gobierno israelí, que constituye un desafío abierto a los interlocutores árabes firmantes de los acuerdos de Oslo, Madrid y Washington.

La perspectiva de una creciente influencia castrense, sumada a la de los partidos ultrarreligiosos, en la democracia israelí es un dato que no puede pasar inadvertido en estas encrespadas aguas. El propio líder de la oposición laborista, tras la derrota interna del ex premier Shimon Peres, es el general Ehud Barak, que fue jefe del estado mayor del ejército.

En el trasfondo de este tembladeral político hay más de cuarenta años de guerra abierta y ancestrales enemistades a propósito de disputas territoriales. La raíz religiosa de este conflicto se remonta a los tiempos bíblicos, en los cuales se referencia el nacimiento de la civilización occidental. Por ello existe una genuina preocupación por esta regresión en las relaciones entre árabes y judíos y una inevitable decepción frente a la incapacidad por llevar adelante los importantes acuerdos firmados a comienzos de esta década.

El siglo XX, que inscribió al holocausto nazi en la historia de la humanidad y fue, también, el tiempo en que por primera vez el pueblo judío pudo levantar su Estado soberano, expira sin saberse aún cuán lejos se está de las más terribles experiencias de exterminio y cuán cerca de consolidar tantos años de duro aprendizaje, sembrando esa paz tan duramente negada en la tierra prometida.

EEUU-AFRICA
CLINTON PRESENTA PLAN PARA DESARROLLO AFRICA SUBSAHARIANA

Washington, 17 jun (EFE).- El presidente de EEUU, Bill Clinton, presentó hoy un plan para promover el desarrollo económico del África subsahariana, una región que, según él, está "en un momento tremendamente prometedor".

La iniciativa mejorará el acceso de los productos africanos a los mercados estadounidenses, ofrece garantías de préstamo para las empresas que inviertan en ese continente y promete un mayor apoyo para aliviar la deuda exterior de los países de la zona.

En concreto, el plan amplía a 1.800 productos un programa por el que los países africanos más pobres pueden exportar a EEUU mercancías libres de impuestos.

Se concederán otras reducciones de aranceles a los países que hagan esfuerzos por "reformar concretamente" sus estructuras económicas, privatizando empresas estatales, simplificando las leyes que rigen la inversión y liberalizando el comercio.

Las medidas que tomará EEUU para incentivar las inversiones estadounidenses en África negra incluyen garantías de préstamo de 500 millones de dólares para infraestructuras y de 150 millones para respaldar inversiones privadas.

Clinton, por otra parte, piensa plantear el tema de la ayuda a África en la próxima cumbre del G-7 que se celebra esta semana en Denver, Colorado, donde espera un acuerdo para un esfuerzo coordinado que incluya abogar conjuntamente ante el Fondo Monetario y el Banco Mundial en favor de aliviar la deuda exterior de esos países.

Con esta iniciativa, Clinton pretende "ayudar a los países africanos a ayudarse a sí mismos".

El presidente ha elaborado el plan con el consejo de su esposa, Hillary, que visitó África recientemente. Clinton también espera visitar ese continente antes de que acabe su segundo mandato.

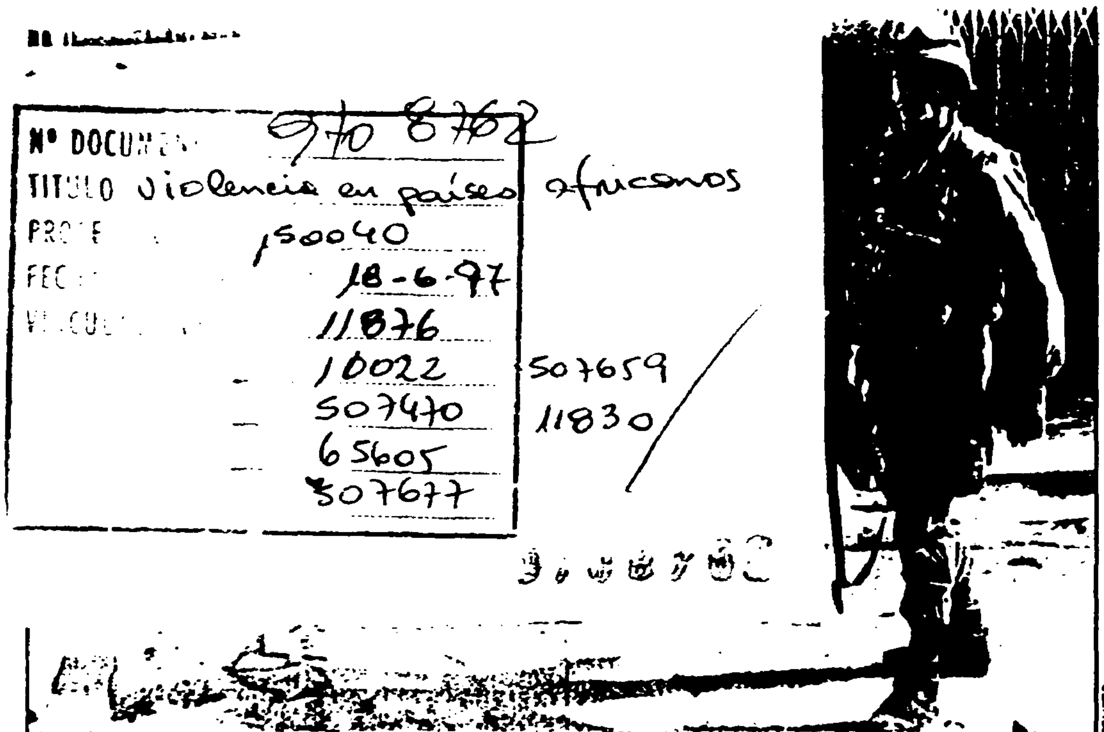
En la presentación del proyecto, que cuenta con apoyos bipartidistas en el Congreso, Hillary Clinton contó que se quedó impresionada por el creciente afán de los países de África por reformar su economía.

Según la Casa Blanca, 30 de los 48 países del África subsahariana tienen economías que han crecido más de un cinco por ciento en el último año y algunos crecieron hasta un 10 por ciento.

Con esta iniciativa en favor de África, Clinton trata de incluir una nueva región [illegible] en su proyecto político de liberalizar el comercio y promover la prosperidad y la democracia en todo el mundo. EFE

[illegible]

[illegible] 17/06 [illegible]



Mortos em Brazzaville: franceses não intervêm

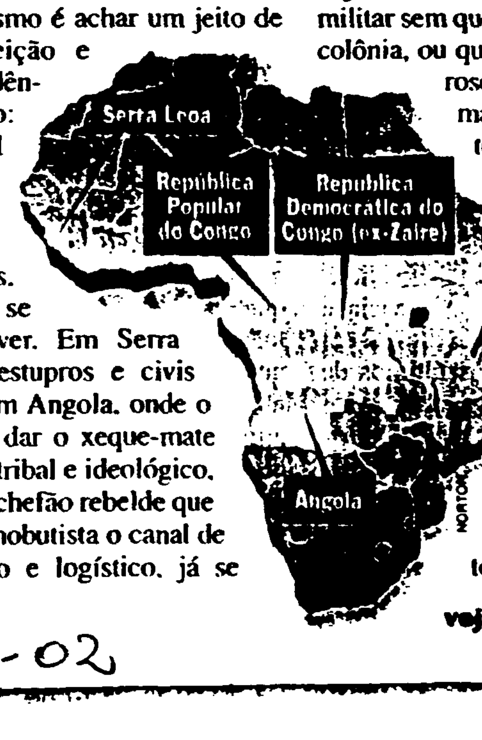
Convulsão coletiva

Três países africanos vivem situações de violência, mas pode ser o final de um longo ciclo

Lizia Bydlowski

É preciso um pouco de atenção para não confundir uma guerra com a outra. Nem bem acabou a guerra civil na República Democrática do Congo (o antigo Zaire), combates explodiram na vizinha República Popular do Congo, país de apenas 2,5 milhões de habitantes, do outro lado do rio que dá nome às duas nações africanas. Ao contrário do que aconteceu no primeiro Congo, onde uma força guerrilheira bem organizada depôs um ditador impopular, o novo conflito lembra muito mais uma disputa entre quadrilhas — uma liderada pelo atual chefe de Estado, a outra por seu antecessor —, armadas com foguetes, metralhadoras e tanques. Quase ao mesmo tempo, o Exército de Angola, outro vizinho, avançou sobre seus adversários históricos, com o risco de reacender a guerra civil que dilacera o país desde a década de 70. Um pouco mais ao norte, a tentativa de golpe de Estado chefiada por um cabo degenerou numa matança generalizada em Serra Leoa.

Nenhum desses conflitos é uma repetição do passeio dos rebeldes, agora no governo, no ex-Zaire. No Congo-Brazzaville (como voltou a ser chamado, a título de diferenciação), a briga de milícias fez centenas, talvez mais, de mortos em quinze dias: são os "cobras" de Denis Sassou-Nguesso, o ex-ditador que se dizia marxista e governou o país de 1979 a 1992, contra os "zulus" do presidente Pascal Lissouba. Zulus cercaram a casa do general Nguesso no começo do mês, a pretexto de confiscar armas que pudessem atrapalhar a eleição marcada para 27 de julho. Cobras reagiram, alegando que Lissouba, professor de genética que trocou as aulas na Sorbonne pelo exercício entusiasmado do poder, quer mesmo é achar um jeito de cancelar a eleição e ficar na Presidência. Resultado: batalha campal nas ruas da capital, Brazzaville, coalhadas de cadáveres, que ninguém se atreve a remover. Em Serra Leoa, saques, estupros e civis assassinados. Em Angola, onde o governo tentou dar o xeque-mate no eterno rival, tribal e ideológico, Jonas Savimbi, chefão rebelde que tinha no Zaire mobutista o canal de apoio financeiro e logístico, já se falava em centenas de mortos. Os combates pela recuperação de uma zona rica em diamantes, em poder da Unita de Savimbi, começaram há três semanas e torpedeiam o precário acordo de paz garantido pela ONU, inclusive com tropas brasileiras.



Último lugar — A França, de quem o Congo-Brazzaville foi colônia, aproveitou a força militar que já estava lá para intervir no conflito que não aconteceu no ex-Zaire e passou a resgatar estrangeiros em pânico, ameaçados pelos combates. "Nossa posição é de não interferir no assunto", diz um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da França. Não é bem assim. Brazzaville é a derradeira capital africana onde a influência francesa ainda conta de fato, e, mesmo nesse momento de transição do novo governo socialista, a França sempre pode ter um papel decisivo para acalmar a situação. O problema é escolher qual lado apoiar, visto que ambos já comeram em mãos francesas e agora disparam acusações na direção de Paris. O resto dos países com poder de intervenção quer distância dessa bagunça. "A impressão geral na África é que a comunidade internacional não liga para o que acontece lá", avalia o historiador ugandense Amii Omara-Otunnu. Presidente e ex-ditador do Congo, em trégua precária, prometiam conversar no final da semana.

Em Serra Leoa, o presidente Ahmad Tejan Kabbah foi deposto por um golpe militar sem que a Inglaterra, de quem foi colônia, ou qualquer outro amigo poderoso fora da África se animasse a interferir. O golpe teve uma motivação insofismável: miséria, atestada pela avaliação divulgada na semana passada que deixou Serra Leoa no último lugar do índice de desenvolvimento humano da ONU. Com os soldos de fome mais reduzidos ainda pelo governo, cabos e sargentos entraram em ebulição.

Tiraram da cadeia um ex-golpista, o major Johnny Paul Koromah, colocaram-no no comando nominal do movimento e foram para a briga. O presidente fugiu e a soldadesca sem nada investiu contra os com alguma coisa, saqueando e matando em Freetown, a capital. Os revoltosos são parceiros no golpe justamente de um grupo rebelde que tinham como missão perseguir. E levam num cortado os generais e coronéis que teoricamente comandam o novo governo. Kabbah, o presidente deposto, foi para a Nigéria, controlada por uma ditadura militar das mais truculentas, que resolveu mostrar serviço e, ironicamente, mandar tropas para restaurar a democracia no vizinho pobre. Os soldados nigerianos que entraram em Freetown se deram mal, recuaram e, até o fim da semana, aguardavam um acordo político ou uma ordem de intervenção em grande estilo, com resultados previsíveis.

Nova ordem — Resumido assim, parece uma repetição de velhos clichês sobre o continente de ditadores corruptos, tribos em pé de guerra e caos político, aberto às intervenções estrangeiras e condenado à pobreza sem esperança. A boa notícia é que os episódios de violência e baderna no Congo-Brazzaville e em Serra Leoa talvez sejam os últimos de um longo ciclo. Uma nova geração de líderes — alguns deles guerrilheiros convertidos em estadistas, outros presidentes eleitos — está conseguindo dar passos importantes para tirar o continente do fundo do poço. O sul da África, puxado pela África do Sul, de Nelson Mandela, apontou crescimento em todos os seus doze países no ano passado — em oito deles, a taxa passou dos 5%. Mesmo na África central, rica em recursos e paupérrima em padrão de vida, as taxas de expansão econômica são as mais altas dos últimos vinte anos. Lá, a estrela é Uganda, aquele miserável fim de mundo de Idi Amin Dada, que, de governo novo e sério, desde 1992 cresce mais de 8% ao ano.

A nova ordem africana tem, claro, seu lado perigoso. O caldo gerado pela miséria da população e escassez generalizada de tradição democrática produz uma situação sempre volátil, eternamente em risco de degeneração. Para se ter uma idéia, a grande esperança atual de arrancada do "renascimento africano" é o ex-Zaire de Laurent Kabila, que estreou no poder sem nenhuma disposição de se entender com a oposição política tradicional. Ainda está, relativamente, num período de graça, dada a situação lamentável do país que caiu em suas mãos. O exemplo que veio dos vizinhos em surto é a advertência mais clara sobre o que a falta de um consenso nacional mínimo pode produzir. ■

02-02

[illegible] ECONOMIA

CLARAS SEÑALES DE ESPERANZA EN FRENTE ECONOMICO

por Jurie van der Walt

Johannesburgo, 28 jun (EFE).- El continente africano comienza a ver un poco de luz, principalmente gracias a que sus gobernantes han comenzado a darse cuenta de lo que hay que hacer para salvar a un gigante que padece una enfermedad en fase casi terminal.

Aunque persisten lacras como las del soborno y la corrupción y problemas como las enfermedades y la falta de infraestructuras efectivas, hay señales claras de esperanza en el frente económico.

El Fondo Monetario Internacional (FMI) predice para este año una tasa de crecimiento económico en Africa del cinco por ciento, porcentaje superior al que pronostica para Iberoamérica, Europa Oriental y Oriente Medio.

Detras del lento despertar económico de Africa está una nueva clase dirigente que pone todo su empeño en acabar con la dependencia de la ayuda exterior y la idea de que todos los problemas del continente son consecuencia de la era colonial.

En la última cumbre de la Organizacion para la Unidad Africana (OUA), celebrada a primeros de este mes en Harare, el viceministro de Asuntos Exteriores de Zimbabue, Stan Mudenge, declaró que esta institución continental tiene el deber de hacer que el resto del mundo empiece a "tomar en serio" a Africa.

Mudenge subrayó que corresponde al consejo de ministros de Exteriores de la OUA convencer al resto del mundo de que este continente camina hacia la democracia, la justicia, el respeto de los derechos humanos y el crecimiento económico.

Como complemento, a juicio de Mudenge, la OUA debe prestar la máxima atencion a todas las cuestiones relacionadas con la paz y la seguridad en Africa durante los próximos doce meses.

Los gobernantes africanos se han dado cuenta claramente de que el crecimiento económico es determinante para que pueda haber paz, seguridad, estabilidad, democracia y justicia.

El papel que Sudáfrica pueda desempeñar en el despertar socioeconómico y político del continente es considerado muy importante por las principales potencias mundiales.

Con su carismático presidente, Nelson Mandela, Sudáfrica está sometida a fuertes presiones de la comunidad internacional para que asuma el liderazgo en el continente.

Esa comunidad cree que la pacifica transición de Sudáfrica a la democracia en 1994 representa el comienzo de un periodo de estabilidad en Africa Austral.

Dos países de la subregión que padecieron largas guerras civiles, Angola y Mozambique, han conseguido en los últimos años instaurar un ambiente de estabilidad.

Desde 1994, Mandela se ha embarcado en varias misiones de paz en el continente para ayudar a otros países, la más importante de las cuales fue la llevada a cabo en el antiguo Zaire.

Aunque Mandela ha sido criticado por algunos sectores de su país por dedicar mucho tiempo a tratar de resolver los problemas de otras naciones africanas mientras aumenta imparablemente la espiral de la delincuencia en Sudáfrica, se ha anotado importantes éxitos diplomáticos.

El viceministro sudafricano de Asuntos Exteriores, Aziz Pahad, [illegible]

[illegible] el futuro de [illegible] a lo que pasa en el resto del continente.

[illegible] problemas como el de la inmigración ilegal, [illegible] tráfico de drogas si no lo llega a acuerdo con sus vecinos de la subregión", dice Pahad.

Uno de los [illegible] objetivos de la política exterior de Sudáfrica en la subregión es [illegible] para que haya paz y estabilidad en ella. [illegible] descartan que [illegible] en la crisis del antiguo Zaire. EFE

[illegible]

9708764
Relación gobierno angoleño - UNITA
518593
30-6-97
11876
10022
507470 574336
11830
11164 11302

[illegible]

ANGOLA-OPOSICION
DENUNCIAN MOVIMIENTOS TROPAS UNITA HACIA CENTRO PAIS

Por Raquel [illegible]

Luanda, 17 jun (EFE).- Unidades militares de UNITA con artillería pesada y utilizando los corredores tradicionales de la guerrilla procedentes de Lunda Norte, Malange y Uige, se dirigen hacia la céntrica provincia de Bié, afirman hoy, martes, fuentes militares en Luanda.

Las informaciones sobre estos movimientos tienen lugar en un momento en que en Luanda se rumorea de que la UNITA (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola) está finalizando los preparativos para "desenterrar de nuevo el hacha de la guerra".

Los representantes de UNITA han calificado dichos rumores de "especulaciones maliciosas".

Sin embargo, estos movimientos se deberían a que el líder rebelde, Jonas Savimbi, se encuentra en una posición difícil ante sus fuerzas después del descalabro que sufrió su aliado más fiel, el ex presidente zaireño (actual República Democrática del Congo) Mobutu Sese Seko, y la precaria situación en la que se encuentra el presidente de Congo Brazzaville, Pascal Lissouba.

La pérdida de las zonas que UNITA controla en la provincia diamantífera de Lunda, con una producción semanal de diamantes de 5 millones de dólares, representará un golpe muy difícil de reponer a corto plazo al ser desmantelado del otro lado de la frontera (en la República Democrática del Congo) el dispositivo que garantizaba la exportación de diamantes.

La Misión de Verificación de la ONU en Angola (UNAVEM III), que desde primeros de mes está investigando la existencia de combates entre las fuerzas gubernamentales y elementos de UNITA en la provincia diamantífera de Lunda Norte, informa de que carece de elementos para confirmarlo.

El norte y el este de Angola son escenarios en las últimas semanas de enfrentamientos entre las fuerzas gubernamentales y de UNITA, pero sólo el pasado día 6, el Gobierno angoleño, que alegaba motivos de seguridad en el área, permitió que las misiones terrestres y aéreas de UNAVEM III, integrada por observadores de Estados Unidos, Rusia y Portugal, visitara las zonas de conflicto.

Fuentes gubernamentales hablan de tres regimientos de UNITA, aproximadamente 4.500 hombres distribuidos a lo largo del camino Huambo-Kuito, cerca de las localidades de Cachiungo, Chinguar y [illegible].

El Estado Mayor [illegible] el mismo fin de semana tanto a [illegible] que se [illegible] EFE

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

DOS SANTOS ADMITE ENCUENTRO CON SAVIMBI EN TERRITORIO NACIONAL

Lisboa, 17 jul (EFE).- El presidente angoleño José Eduardo Dos Santos, que se encuentra de vacaciones en Italia, mantiene su propósito de reunirse con el líder de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, con la condición de que el encuentro tenga lugar en territorio de Angola.

Así lo informó hoy, martes, el embajador de Angola en Portugal, José Patricio, quien dijo que "el encuentro es esperado desde hace tiempo, pero con la condición de que se realice en Angola y no en el extranjero como en otras ocasiones.

Desde que se firmó el Protocolo de Lusaka (en noviembre de 1994), José Eduardo dos Santos y Savimbi se entrevistaron en Zambia, Gabón y Bélgica.

El diplomático angoleño señaló que la exigencia de que la entrevista tenga lugar en Angola es lógica tras la reciente formación del Gobierno de Unidad y Reconciliación Nacional (GURN) que daría mayor confianza al actual proceso de paz.

Por su parte, Jonás Savimbi, en aparente respuesta al llamamiento realizado en este sentido por el Secretario General de la ONU, Kofi Annan, señaló que estaba dispuesto a reunirse con el presidente angoleño en Italia.

La tensión se incrementó en Angola tras los recientes enfrentamientos entre las Fuerzas Armadas Angoleñas (FAA) y grupos armados que, según el gobierno de Luanda, están compuestos mayoritariamente por guerrilleros de UNITA, en las provincias diamantíferas de las Lundas.

Asimismo, las autoridades denunciaron movimientos masivos de los guerrilleros de Savimbi hacia el centro del país, lo cual aumentó las sospechas de que UNITA pueda volver al enfrentamiento armado.

Por su parte, UNITA acusó al Ejército angoleño de "limpiar" las zonas de las Lundas controladas por la guerrilla, mientras el gobierno justificó los enfrentamientos en la necesidad de asegurar la estabilidad de la frontera norte con la República Democrática de Congo (RDC).

El comandante de UNAVEM III, la misión de verificación de la ONU para el proceso de paz en Angola, el general zimbabuo Phillip Sibanda, inspeccionó la pasada semana las zonas de la provincia de Lunda Norte acompañado de altos agregados militares de Estados Unidos, Rusia y Portugal.

Según una nota de prensa divulgada por UNAVEM III, varios [illegible]

[illegible] UNAVEM III [illegible] calidad [illegible] con la República Democrática de Congo (RDC) [illegible]

[illegible] general Sibanda [illegible]

02

9708764

ANGOLA-ONU

MEDIADOR ONU DENUNCIA ACCIONES DE MIEMBROS DE UNITA ARMADOS

Luanda, 22 Jun (EFE).- El mediador de Naciones Unidas en el proceso de paz de Angola, Alioun Blondin Beye, denunció este fin de semana la existencia de "un número considerable de militares de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA) equipados con armas que realizan acciones militares".

Beye, quien denunció anoche la situación, añadió que la Comisión Conjunta (CC), en su última sesión, "notificó a la dirección del partido UNITA que tiene que informar sobre la composición de los efectivos de la guardia personal del presidente Jonas Savimbi".

El mediador de la ONU, se mostró preocupado por las operaciones militares que se registran por todo el país africano en los últimos días, sobre todo en las regiones del norte y nordeste de Angola.

En el informe presentado por el Comandante de las Fuerzas de la Misión de Verificación de las Naciones Unidas para la Paz en Angola (UNAVEM III), general Phillip Valerio Sibanda, quien encabezó una comisión de investigación, se detalla que "se han llevado a cabo operaciones militares que ponen en peligro el Proceso de Paz", añadió.

"Por este motivo - prosiguió Beye- la CC recordó al Gobierno angoleño que en el marco del Protocolo de Paz de Lusaka, las operaciones militares, en esta etapa del proceso, deben de ponerse siempre en conocimiento de este órgano".

Dada la legitimidad del Ejecutivo, subrayó, no se "condena que el Gobierno mantenga la defensa y seguridad de sus intereses", sin embargo, se le recomienda que lo haga sin poner en peligro el proceso de paz.

Aliun Blondin Beye, quien viaja mañana, lunes, a Nueva York para participar en la reunión del Consejo de Seguridad de la ONU, explicó que allí informará sobre los compromisos asumidos tanto por el Gobierno como por UNITA.

Por su parte, UNITA admitió ayer, sábado, que "elementos afectos a su organización han cometido en repetidas ocasiones "actos de hostilidad contra los miembros de las Naciones Unidas y contra algunos de los representantes de las diversas organizaciones no gubernamentales (ong's) que cooperan en la reconstrucción de Angola.

En una declaración del Comité Permanente de la Comisión Política del Partido de Jonas Savimbi, a la que tuvo acceso la prensa, UNITA considera que tales incidentes son "hechos aislados" por tratarse de iniciativas locales.

UNITA deplora los incidentes ocurridos en las localidades de Luau, Lumeje-Cameia, Ngove y Vila Nova, y añade que, "en el futuro la organización tomará medidas para evitar que se repitan acciones de esta naturaleza", según el documento.

Fue portador de esta declaración el representante de UNITA ante la CC Isaias Samakuva, quien en los últimos diez días se encontraba en Bailundo, cuartel general del partido y donde se reunió con su líder, Jonas Savimbi.

Isaias Samakuva, fue una de las personas que resultó herido durante un ataque protagonizado por miembros de UNITA en la localidad de Quibala, provincia de Kuanza Sur. EFE

ANGOLA GUERRA

CORONEL DESERTOR ASEGURA UNITA SE PREPARA PARA LA GUERRA

Luanda, 24 jun (EFE).- Altino Rafael Junior do Amaral Cassanje, coronel que desertó de las filas de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA), aseguró hoy que el movimiento liderado por Jonas Savimbi se está preparando para reanudar la guerra en el país.

"Tino Cassanje", como es conocido el militar, reveló en conferencia de prensa que UNITA no ha cumplido con su compromiso para acuartelar a sus fuerzas y que un 75 por ciento de los soldados, unos 30.000, siguen en disposición de combate.

El militar, de 35 años, desertó el pasado 27 de mayo, acompañado de su familia, con la que huyó de la ciudad Negage, en el norte de la provincia de Uige, después de militar veinte años en UNITA.

Tino Cassanje, que se entregó a las Fuerzas Armadas Angoleñas (FAA), manifestó que "UNITA recibe diariamente por vía aérea armamento de diverso calibre a través de pequeños aeródromos que están en algunas zonas bajo su control".

Preguntado sobre la actual situación de guerra en la región de las Lundas (nordeste), el coronel desertor dijo que UNITA mantiene activa a su "Policía Minera", que fue creada para controlar a los "garimpeiros" (personas que extraen ilegalmente diamantes), pero que "actúa como una auténtica fuerza militar".

En este sentido, subrayó que "las fuerzas armadas angoleñas tendrán muchas dificultades en desalojar a los efectivos de UNITA que están al cuidado de las minas, porque se encuentran muy bien equipados para defender hasta las últimas consecuencias la zona".

De acuerdo con Tino Cassanje, UNITA crea a menudo situaciones que le permitan forzar una ruptura para desencadenar una guerra.. Su objetivo, aseguró, es "ocupar algunas posiciones ventajosas y renegociar posteriormente en posición de fuerza".

El militar afirmó también que hay mucha gente en UNITA que cree que el movimiento que lidera Jonás Savimbi fue forzado a firmar el Protocolo de Paz de Lusaka, con el que se puso fin a una larga contienda civil en este país africano.

Por esa razón, dijo el coronel, todos los miembros de UNITA que hoy integran el Gobierno de Unidad y Reconciliación Nacional (GURN), así como los diputados del parlamento, "no son bien vistos ni por la dirección de UNITA, ni por sus familiares".

RA/TP/FG

06/25/00 07/07

oh

9708764

[illegible]

ONU-ANGOLA

APRUEBA [illegible] FUERZA DE PAZ

Naciones Unidas, 30 jun (EFE).- El Consejo de Seguridad de la ONU aprobó hoy [illegible] la creación de la Misión de Observadores de Naciones Unidas en Angola (MONUA) para ayudar a completar el proceso de paz en ese país africano, tras la marcha de los cascos azules.

La resolución se adoptó por unanimidad al terminar el mandato de UNAVEM III, cuyos cascos azules han supervisado la aplicación, incompleta, de los acuerdos de paz de Lusaka, suscritos por el Gobierno y los rebeldes de la Unidad Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA) en 1994, para poner fin a casi dos décadas de sangrienta guerra civil.

Los miembros del Consejo criticaron a UNITA, liderada por Jonas Savimbi, por mantener en secreto efectivos armados, y expresaron su preocupación por las recientes violaciones del alto el fuego y por el impacto de los acontecimientos de la vecina República Democrática de Congo (antiguo Zaire) sobre el proceso de paz angoleño.

En el conflicto en el antiguo Zaire, que culminó el mes pasado con la victoria de las fuerzas tutsi de Laurent Kabila y la derrota y exilio de Mobutu Sese Seko, el Gobierno de Luanda tomó partido por los rebeldes de Kabila, mientras que UNITA ayudó a las tropas del presidente zaireño derrotado.

MONUA, con un mandato inicial de cuatro meses aunque esta prevista su prorroga hasta el 1 de febrero próximo, contara con casi mil efectivos, incluidos unos 280 militares, 345 policias civiles internacionales, y expertos en derechos humanos.

El coste para el periodo total previsto de siete meses se calcula en 64.5 millones de dólares y el Consejo de Seguridad revisará la situación antes de finales de agosto próximo.

Los miembros del Consejo rindieron tributo a la labor de UNAVEM III, cuyos 7.000 tropas supervisaron el alto el fuego, el desarme y la desmovilización de más de 60.000 combatientes en Angola.

El Consejo instó al Gobierno angoleño y "en particular" a UNITA a completar "sin demora" los aspectos politicos y militares pendientes de los acuerdos de paz, incluido el registro y desmovilización de todos sus efectivos militares restantes.

Pidió a UNITA igualmente que informe sobre el personal armado bajo su control, incluida la fuerza de seguridad de Savimbi, la llamada "policía de minas", los efectivos que regresen de "zonas situadas fuera de Angola", y cualesquiera otros elementos militares, para que sean desarmados y desmovilizados.

Afonso Van Dunem, embajador de Angola ante la ONU, acusó hoy a UNITA de conservar a escondidas cantidades "significativas" de armas y soldados, y de mantener todavía a unos 2.000 efectivos en Congo.

"Todas estas fuerzas deben desarmarse y desmovilizarse", al igual que los 4.000 efectivos de la "policía de seguridad" de Savimbi, dijo Van Dunem.

En su resolución, el Consejo instó "enérgicamente" al Gobierno angoleño y a UNITA a desistir de toda acción militar o uso de la fuerza que obstaculice la aplicación del proceso de paz.

Alioune Blondin Beye, representante especial de la ONU en Angola, dijo el pasado viernes que el presidente angoleño, José Eduardo dos Santos, y Savimbi aceptaron sus propuestas para desactivar las tensiones que amenazaban con desestabilizar la paz.

Dos Santos aceptó poner fin a la operación militar en el Norte cuyo objetivo era sacar a tropas extranjeras. Savimbi prometió desmovilizar a sus combatientes en esa parte del país, dijo Beye.

UNITA ha acusado al Gobierno de [illegible] el control de [illegible]

El Consejo [illegible]

MONUA [illegible]

[illegible]

[illegible]

9708764

05-05

ARGELIA ELECCIONES (Resumen)
ESCRUTINIO MARCADO POR UN FRAUDE MASIVO, SEGUN LA OPOSICION

Argel, 6 jun (EFE).- Los principales partidos de la oposición denunciaron hoy un "fraude masivo" en el desarrollo de las elecciones legislativas argelinas, que se celebraron ayer, jueves, así como en el escrutinio de votos.

Los resultados oficiales divulgados hoy por el ministro del Interior, dieron una holgada victoria a la Agrupación Nacional Democrática (AND) -presentada como el partido del presidente Liamin Zerual- con 155 escaños sobre los 380 que componen la Asamblea Nacional, seguido del Movimiento de la Sociedad por la Paz (MSP), con 69, y del Frente de Liberación Nacional (FLN), con 64 escaños.

El líder partido islamista moderado Movimiento de la Sociedad por la Paz (MSP), Mahfoudh Nahnah, calificó las "irregularidades" en el proceso de votación como "algo nunca visto en el mundo".

El MSP denunció las condiciones "vergonzosas" del escrutinio y acusó a la Administración de "violar todas las leyes de la República y las disposiciones de la Constitución"..."es un crimen no muy diferente a los cometidos por los que degüellan inocentes", agregó.

Nahnah advirtió que en algunas ciudades de Argelia "reina una gran tensión en las calles" y solicitó la intervención del presidente Zerual y del Consejo Constitucional para "evitar acontecimientos más graves".

Asimismo, Nahnah instó a los militantes de su formación a mantener "la mente fría".

Por otra parte, el Frente de Fuerzas Socialistas (FFS) -que obtuvo 19 escaños con 465.957 votos- consideró que las condiciones en las que se desarrollaron los comicios y los resultados oficiales son "una verdadera provocación a la sociedad argelina" ya que el fraude -señaló- ha sido "masivo y organizado".

El secretario general del FFS, denunció la detención de tres militantes de su formación y la utilización de armas de fuego en varios colegios electorales.

"El escrutinio está descalificado, rechazamos los resultados ofrecidos por el ministro del Interior por la sencilla razón de que han sido previamente elaborados", señaló el líder socialista.

En la misma línea se expresó Said Sadi, secretario general de la Agrupación por la Cultura y la Democracia (ACD) -que obtuvo 19 escaños- quien señaló que el porcentaje de participación, un 65,49 por ciento según los datos oficiales, ha sido "inflado" en favor de la AND.

El líder de este partido antiintegrista anunció que la mayoría de los sufragios de las fuerzas de seguridad (Policía, Ejército y Gendarmería) y los de los colegios itinerantes han sido "adjudicados a la formación próxima al gobierno (en alusión a la AND)", y calificó el hecho de "grave y peligroso para el país".

El segundo partido integrista legal, En Nahada, afirmó que no reconocería los resultados del escrutinio en algunas regiones del país "especialmente en los colegios donde los observadores de los partidos no pudieron supervisar las votaciones".

El líder de En Nahada, Abdallah Djaballah, denunció que funcionarios de la Administración, guardias locales y miembros de

01-07

9708765

Triunfo conservador en Argelia

Opositores denuncian fraude

Por Alain Bommenel
Argel, AFP

El presidente argelino Liamín Zerual contará hasta el 2002 con una mayoría conservadora en la Asamblea, gracias a la amplia victoria de sus filas en las legislativas de la víspera frente a formaciones islámicas y a los demócratas, quienes denunciaron vivamente los resultados.

Elegido por una amplia mayoría en noviembre de 1995, Zerual reforzó de esta forma su poder en un país ensangrentado por más de cinco años de violencias, después de una votación que el ministro argelino del Interior, Mostefa Benmasour calificó de "victoria de la democracia".

El partido Reunión Nacional Democrática (RND), creado hace cuatro meses para apoyar al jefe de Estado, superó ampliamente a sus rivales, llevándose 155 escaños sobre los 380 en liza según el sistema proporcional, de acuerdo con resultados oficiales.

Aunque el partido presidencial y el Frente de Liberación Nacional (FLN, ex partido único), que obtuvo 64 bancas, no acordaron formalmente una alianza, contarán con la mayoría absoluta. La tasa de participación en las elecciones de la víspera fue oficialmente del 65,49%.

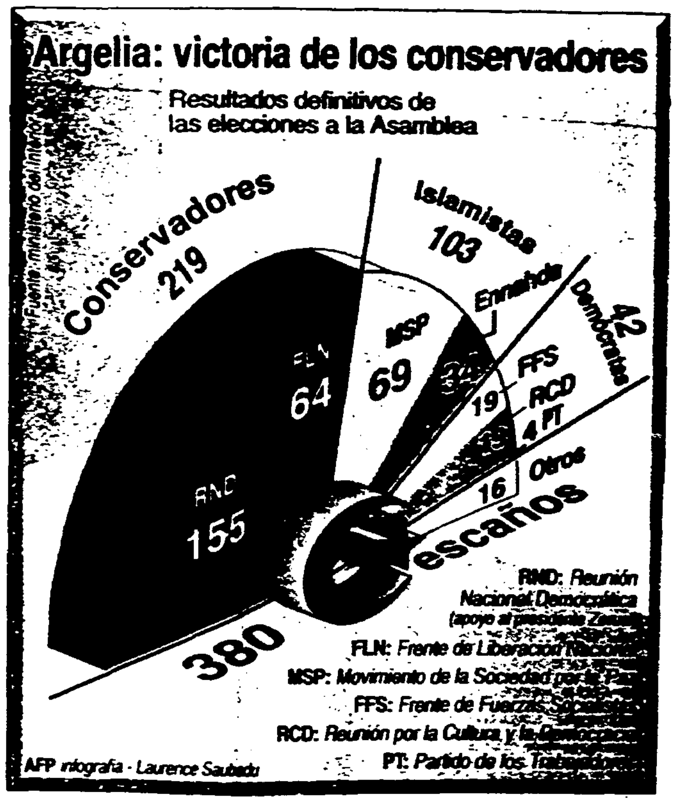
El Movimiento de la Sociedad para la Paz (MSP, ex Hámas, islámico) quedó en segundo lugar con solamente 69 escaños.

Las legislativas celebradas ayer muestran también el avance del ala dura de la corriente islámica, Ennahda, que tendrá 34 escaños. Su jefe, Abdallah Djaballah, ex predicador, abogó por la creación de un estado islámico y el rechazo de las influencias occidentales, lejos de la versión "moderna" del Islam, impulsada por el jefe del MSP, Mahfoud Nahnah.

La derrota es amarga en el campo demócrata: el Frente de Fuerzas Socialistas (FFS) de Hocine Ait-Ahmed y la Reunión para la Cultura (RDC) obtuvieron 19 escaños cada uno.

El anuncio de los resultados desató una ola de protestas del conjunto de los partidos, no sólo contra el porcentaje obtenido por la RND sino por la distancia que registró frente a sus rivales. Las críticas lanzadas por los islámicos de Ennahda y por los demócratas del RCD apuntaban hacia la regularidad de los comicios, asegurando que hubo "fraude", "irregularidades flagrantes" y "parcialidad de la administración".

Más de 200 observadores de la ONU, de la Liga Arabe y de la Organización de la Unidad Africana (OUA) presenciaron el desarrollo de la votación, pero aún no dieron a conocer sus conclusiones.



9708765

[illegible]

[illegible]

ARGELIA PARTIDOS

TRIBUNAL ARGEL PROHIBE SIETE PARTIDOS POLITICOS

Argel, 10 jun (EFE). El tribunal de Argel ha prohibido siete partidos políticos por "no adaptarse a las nuevas disposiciones sobre las formaciones de carácter político", informó hoy la radio argelina.

Entre estos partidos figura el Movimiento de la Democracia en Argelia (MDA), dirigido por el ex presidente Ahmed Ben Bella y que había boicoteado las elecciones legislativas celebradas el pasado día 5.

La nueva ley sobre partidos políticos prohibe la utilización partidista de la religión y de las lenguas árabe y bereber y exige a las formaciones políticas que obren en consecuencia y modifiquen sus estatutos, sus objetivos y sus programas.

Una decena de partidos políticos corren el riesgo de verse afectados por la misma decisión en los próximos días, añadió la fuente.

El Ministerio argelino del Interior había solicitado ante la Justicia, tras haber vencido el pasado 6 de mayo el plazo fijado para la adaptación a la nueva ley, la prohibición de aquellas formaciones políticas que se hubieron negado a cumplir la nuevas disposiciones. EFE

sk/ibr/arp

06/10/21-19/97

XJ9102

U POXBT 06-14 00266
mun exg icx

ARGELIA-GOBIERNO (Ampliación)
AHMED UYAHIA VOLVERA A PRESIDIR GABINETE MINISTERIAL

Argel, 14 jun (EFE).- El presidente argelino, Liamín Zerual, encargó hoy a Ahmed Uyahia, que presentó la dimisión como jefe de Gobierno antes de las elecciones legislativas del 5 de junio, que forme un nuevo gabinete, informó un comunicado oficial.

Este antiguo funcionario de la Cancillería argelina, que ha obtenido un escaño de diputado por el partido presidencialista de la Agrupación Nacional Democrática (RND), fue nombrado al frente del gabinete el 31 de diciembre de 1995, reemplazando entonces al tecnócrata Mokdad Sifi.

Uyahia nació el 2 de junio de 1952 en Buadnabne, localidad de la Cabilia, y es diplomado de la Escuela Nacional de Administración (ENA), habiendo ejercido también el cargo de embajador en Malí.

Entre los puestos que ha ostentado figuran el de director general del departamento de Africa en el Ministerio de Relaciones Exteriores y el de Secretario de Estado para la Cooperación y los Asuntos del Magreb.

Durante su primer mandato como jefe de Gobierno, Uyahia adoptó una de las medidas más impopulares entre sus compatriotas al instaurar un nuevo impuesto salarial para poder pagar los salarios atrasados de los trabajadores del sector de la construcción.

Ante las protestas que desató esa medida, convirtió el impuesto en un "préstamo reembolsable" y posteriormente aprobó un incremento del salario mínimo, en el marco de una negociación con la patronal y los sindicatos.

La decisión de Zerual de mantener a Uyahia al frente del Gobierno ha causado sorpresa en los medios políticos, en los que se pensaba que sería reemplazado por otro político más popular.

EFE

sk/mo/jal

06/14/12-19/97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ARGELIA-ELECCIONES
CONSEJO CONSTITUCIONAL RECHAZA MAYORIA RECURSOS OPOSICION

Argel, 17 jun (EFE).- El Consejo Constitucional argelino desestimó hoy la casi totalidad de los recursos presentados por la oposición acerca de los resultados de las elecciones legislativas de Argelia del pasado día 5, señaló un comunicado oficial.

Los partidos de la oposición denunciaron un fraude masivo durante las votaciones y el escrutinio en las mesas electorales itinerantes, una sobrestimación de las tasas de participación y una "distribución de los sufragios" en beneficio de la presidencial Agrupación Nacional Democrática (AND).

No obstante, el Consejo Constitucional decidió hoy aceptar solamente tres de los 329 recursos presentados.

La AND, que obtuvo la mayoría en la Asamblea, consigue un escaño más que se resta de la cuota del Frente de Liberación Nacional (FLN) en la circunscripción de Batna (este de Argelia), por lo que se adjudica 156 diputados frente a los 155 anunciados inicialmente.

El segundo partido que se beneficia de un escaño más por decisión del Consejo es el Frente de Fuerzas Socialistas (FFS), que logra 20 diputados en la Asamblea en lugar de 19.

Este escaño, también restado al FLN, proviene de la circunscripción de Argel.

El tercer recurso aceptado es el formulado por el Movimiento de la Sociedad para la Paz (MSP, antiguo Hamas), pero el Consejo ha decidido revisar al alza sólo el número de votos obtenidos por este partido islámico, sin perjuicio del reparto de escaños.

Los otros 326 recursos fueron rechazados "en la forma", ya que, según el comunicado, el Consejo Constitucional considera que fueron formulados anticipada o tardíamente, no respetando las fórmulas de procedimiento previstas por la ley argelina.

La nueva composición de la Asamblea, de 380 diputados, queda de la siguiente forma:

Agrupación Nacional Democrática (AND) .... 156 escaños
Movimiento de la Sociedad para la Paz (MSP) .... 69 escaños
Frente de Liberación Nacional (FLN) .... [illegible] escaños
Movimiento Annahda (MN) .... 34 escaños
Frente de Fuerzas Socialistas (FFS) .... 20 escaños
Agrupación para la Cultura y la Democracia (RCD) .. 19 escaños
Independientes .... 11 escaños
Partido de los Trabajadores (PT) .... 4 escaños
Partido Republicano Progresista (PRP) .... [illegible] escaños
Unión para la Democracia y las Libertades (UDL) ... 1 escaño
Partido Social Liberal (PSL) .... 1 escaño

EFE
[illegible]

[illegible]

OF0381
U POL BI 06 25 0507
mun exa jcx

ARGELIA GOBIERNO
LISTA DEL NUEVO GOBIERNO DE AHMED UYAHIA

Argel, 25 jun (EFE).- El primer ministro argelino, Ahmed Uyahia, confirmado en el cargo por el presidente Liamin Zerual tras las elecciones legislativas del pasado día 5, anunció hoy la formación de un nuevo Gobierno.

Esta es la lista del nuevo gabinete, que cuenta con 39 carteras: 25 para la Agrupación Nacional Democrática (AND), 7 para el Movimiento de la Sociedad por la Paz (MSP) y 7 para el Frente de Liberación Nacional (FLN):

Ahmed Attaf (AND)..........ministro de Asuntos Exteriores.
Mustafá Benmansur (AND).....ministro de Interior y Comunidades Locales.
Mohamed Adami (AND).........ministro de Justicia.
Abdelkrim Harchaui (AND)....ministro de Finanzas.
Yusef Yusfi (AND)...........ministro de Energía y Minas.
Abderramán Belayat (FLN)....ministro de Obras Públicas y Ordenación del Territorio.
Abdelmadyid Menasra (MSP)...ministro de Industria y Reestructuración.
Said Abadu (AND)............ministro de Ex Combatientes.
Abubakr Benbuzid (AND)......ministro de Educación Nacional.
Amar Tu (FLN)...............ministro de Enseñanaza Superior e Investigación Científica.
Abudjerra Soltani (MSP).....ministro des Pequeñas y Medianas Empresas.
Yahia Guidum (AND)..........ministro de Sanidad y de Población.
Hacene Laskri (AND).........ministro de Trabajo y Protección Social.
Bulehuadyeb Benalia (FLN)...ministro de Agricultura y Pesca.
Abdelkader Bengrina (MSP)...ministro de Turismo y Artesanía.
Mohand Salah Yuyu (AND).....ministro de Correos y Telecomunicaciones.
Buabdalah Gulamalah (AND)...ministro de Asuntos Religiosos.
Abdelkader Bulakraf (FLN)...ministro de Hábitat.
Ahmed Bulil (MSP)...........ministro de Transportes.
Bakhti Belaib (AND).........ministro de Comercio.
Rabea Mechernen (AND).......ministra de Solidaridad Nacional y Familia.
Aziz Derruas (AND)..........ministro de Juventud y Deportes.
Hamraui Habib Chauki (AND)..ministro de Comunicación y portavoz del Gobierno.
Mohamed Kechud (AND)........ministro de Relaciones con el Parlamento.
Cherif Rahmani (AND)........ministro de Administración de la Capital.
Amar Zegrar (AND)...........ministro dependiente del jefe de Gobierno.
Abdelkader Teffar (AND).....ministro dependiente del jefe de Gobierno
Alí Brahiti (AND)...........ministro delegado de Presupuestos.
Ahmed Anui (AND)............ministro delegado de Reforma Administrativa y Función Pública.
Lahcen Musaui (AND).........ministro delegado de Cooperación y de Asuntos Magrebíes.
Tedjini Salaundji (AND)....secretario de Estado de la Comunidad Argelina en el Extranjero.
Abdelkader Hamitu (MSP).....secretario de Estado de Pesca.
Yunes Karim (FLN) ....secretario de Estado de Formación Profesional.
Zahia Benarus (AND).........secretaria de Estado de Cultura.
Bachir Amrat (MSP)..........secretario de Estado de Medio Ambiente.
Mohamed Lemaa (FLN)... .....secretario de Estado de Desarrollo Rural.
Ahmed Beneliman (FLN).......secretario de Estado de Urbanismo.
Mohamed Nura (MSP)..........secretario de Estado de Industria Artesanal
Mahfudh Laachab (AND).......secretario general de Gobierno. EFE
SL/IBR/FI

06/25/07:31 97

06

9 7 0 8 7 6 5

FA1787

U EOXBT 06-26 00A34

ARGELIA-GOBIERNO (Previsión)

RUDA COHABITACION DE TRES PARTIDOS EN EL NUEVO EJECUTIVO

Por Said Nefzi

Argel, 26 jun (EFE) El "partido de Zerual", la Agrupación Nacional Democrática (AND), el Frente de Liberación Nacional (FLN) y los integristas moderados del antiguo HAMAS, se aprestan a una ruda ruda cohabitación en el nuevo gobierno dirigido por Ahmed Uyahia.

La búsqueda de una mayoría parlamentaria fue el elemento determinante que llevó al ex diplomático Uyahia a componer un gabinete al que los editorialistas argelinos tildan hoy de coyuntural y de "compromiso con un alto potencial de riesgo".

Aunque la AND se reservó las principales carteras: Justicia, Asuntos Exteriores, Interior y Hacienda, cuyos titulares son los mismos del anterior Gobierno, el FLN y el Movimiento de la Sociedad por la Paz (MSP, antiguo HAMAS) se reparten entre los dos otros catorce ministerios.

Las rivalidades existentes entre estas dos últimas formaciones habrían pesado menos que la tentación del poder y las ventajas del cargo, a juicio de algunos políticos de la oposición liberal, en cuyo campo se piensa que no será demasiado fácil para Uyahia imponer el consenso ministerial.

Los dos grandes Ministerios que asumen el FLN y el MSP son, respectivamente, los de Obras Públicas e Industria, confiados al primero a Abderrahman Belayat, calificado de "dinosaurio" en razón de su vieja militancia y su inamovible postura conservadora; y el segundo al "número dos" de los integristas moderados, Abdelmayid Menasra.

El FLN recibe otros tres Ministerios: Enseñanza Superior, Agricultura y Pesca, y Vivienda, así como tres Secretarías de Estado: Formación Profesional, Desarrollo Rural y Urbanismo.

El MSP obtiene la misma tanda, con los Ministerios de Pequeñas y Medianas Empresas, Turismo y Transportes; y las Secretarías de Pesca, Medio Ambiente y Artesanía.

El partido que lidera el jeque Mahfud Nahnah disponía en el anterior gabinete de dos carteras de menor importancia, lo que supone un salto cualitativo importante, motivado sin duda por el hecho de que se ha convertido en la segunda fuerza parlamentaria.

El FLN es el que más concesiones ha hecho para figurar en este segundo Gobierno de Uyahia, al haber retirado sus peticiones de las carteras del Interior, que deseaba confiar al cuñado de Zerual, el ex general Abdelmayid Cherif; y de Justicia, para la que concurría Alí Benflis, quien ya había asumido ese cargo en septiembre de 1989 bajo el mandato del primer ministro, Mulud Hamruch.

La última "sombra" del proscrito FIS desaparece también del Gobierno con la salida del departamento de Asuntos Religiosos de Ahmed Merani, célebre disidente de esta formación, que ejerció en 1991 como consejero del antiguo jefe de Gobierno, Ahmed Ghozali, quien le había confiado el control de las 12.000 mezquitas del país.

El nuevo gobierno, con sus 32 carteras, constituye por otro lado, un organismo desproporcionado a juicio de los medios políticos, en contraste con las 24 que tenía el equipo del antecesor de Uyahia, el tecnócrata Mokdad Sifi.

Los tres partidos representados en este gabinete cuentan con un total de 287 de los 380 escaños de la Cámara Baja, lo que constituye una mayoría confortable, aunque es difícil imaginar que pueda establecerse una prolongada coalición parlamentaria, dadas las diferencias que los separan sobre buen número de cuestiones.

El viejo esquema de una coalición entre integristas moderados y conservadores, al que venían refiriéndose políticos y comentaristas, se ha materializado ya en el contexto ministerial, al que no han querido sumarse el Frente de las Fuerzas Socialistas (FFS) ni la Agrupación por la Cultura y la Democracia (RCD), dos formaciones liberales.

Zerual y Uyahia, una vez más, han recurrido al clientelismo político para constituir este gabinete ministerial sin querer llevar a cabo grandes cambios en materia de hombres, probablemente convencidos de que de esta manera el país podrá seguir beneficiándose del interés y el apoyo financiero de las grandes instituciones internacionales. EFE

mo msr

06/26/97 45 97

07-07

9708765

Dos culturas combaten en Argelia

Trágico escenario: en este país del norte de Africa se libra una cruenta batalla entre el Islam y Occidente; nadie parece dispuesto a ceder.

ARGEL, 7 (de El Tiempo, de Bogotá, para el Grupo de Diarios América).- "¡Ni Constitución ni leyes civiles! ¡Palabra de Dios, palabra del Profeta!", fue el grito de guerra lanzado por el imán Belhac, líder del Frente Islámico de Salvación (FIS, integrista) a sus decenas de miles de seguidores, como modelo de sociedad para Argelia a principios de los noventa.

"¡No debe haber libertad para los enemigos de la libertad!", gritaban los partidarios de una Argelia laica y de la erradicación violenta del integrismo islámico, deseosos de ver a su país progresar asociándose a Europa y tratando de construir, con las armas en la mano, algo que se asemejara a una democracia.

Estas dos expresiones, ambas extremas, ilustran el profundo desgarro de la Argelia de hoy.

La situación, por lo demás, resume el enfrentamiento entre el Islam y Occidente a lo largo y ancho del planeta, una batalla que por estos días tiene a Argelia como campo de prueba.

Si el mundo islámico sufre de una imagen negativa en Occidente, por la intolerancia de la revolución iraní, el radicalismo de los religiosos afganos, el terrorismo palestino de los años setenta, la violación de los derechos humanos en Sudán o los crímenes atroces de los terroristas argelinos, no es menos horrenda la imagen que los islámicos tienen de Occidente: mundo corruptor y corrupto, pornógrafo, arrogante, colonialista, irrespetuoso y humillador. ¿Cómo conciliar estas dos visiones cuando deben convivir en el mismo suelo, como sucede en Argelia?

Jeans v. velos

En Argel, es la oposición entre las residencias modernas del barrio de Muradyá y el dédalo cavernoso de la Kasba, entre el ambiente europeo e ilustrado de la universidad y la semipenumbra de las mezquitas de los barrios de Bab El Ued o El Harrach, la postura irreconciliable entre las jóvenes argelinas que visten blue jeans y toman la píldora con aquellas que usan velo y que son entregadas por sus padres a maridos que no conocen.

Los argelinos laicos acusan a los religiosos de querer imponer el oscurantismo y la noche de los tiempos, mientras que los islamitas denuncian a aquéllos de "afrancesados" y vendepatrias, entregados al colonialismo de Occidente.

Esta dicotomía dentro del Islam en Argelia (no hay que olvidar que ambas partes son musulmanas) tiene su origen en la herencia de una economía colonial sometida a la metrópoli (París) y a los desastres del gobierno posterior a la independencia, a partir de 1962.

El gobierno socialista implantado por el Frente de Liberación Nacional (FLN), con nombres como Houari Bumediene o Ben Bella, impuso al país un partido único dirigido por militares que fracasaron en el proyecto de modernizar el país y que, entregados a la corrupción y la petulancia del poder, llevaron a la población al desastre.



El rostro de la Argelia islámica se enfrenta al de la Argelia laica (Archivo)

Religión a las mezquitas

El FLN proclamó el Islam como la religión del Estado aunque separándola de los poderes públicos. ¡La religión a las mezquitas!, dijeron, para entregarse luego, con la complicidad interesada de Francia, a una economía basada exclusivamente en las ventas de gas y petróleo y en la importación de todos los bienes de consumo.

Pero con la caída de los precios del petróleo en la década de los ochenta la economía argelina se fue a pique, pues el 95 por ciento de sus beneficios provenía de la venta de hidrocarburos mientras que el 80 por ciento del consumo alimentario dependía de la importación, un contraste cruel con la situación de los primeros años de independencia, cuando Argelia era exportadora de productos agroalimentarios y disponía de la mejor infraestructura industrial del continente, después de Sudáfrica.

En su lugar, la década de los noventa empezó para Argelia con un desempleo del 25 por ciento, con las empresas del Estado funcionando al 30 por ciento de su capacidad y con una deuda externa de 26.000 millones de dólares, cuyos intereses absorben el 80 por ciento de los beneficios que deja la venta de petróleo y gas.

Las masas argelinas, ofendidas por el lujo y la corrupción de los líderes políticos del FLN, casi todos militares, fueron rápidamente captadas por el FIS y su proyecto de reislamizar la sociedad, a finales de los años ochenta.

El Islam radical les dio a los jóvenes una identidad honorable, pues pasaron de ser pequeños delincuentes a soldados de la "guerra santa" en contra de los vendepatrias "europeizados" del gobierno, ya que para el FIS todos los males provenían de la corrupción satánica de Occidente.

En respuesta, Occidente decidió apoyar a los militares cerrando los ojos ante sus abusos y haciendo pocas preguntas sobre el destino real de las ayudas económicas que enviaban para "disminuir los males de la población".

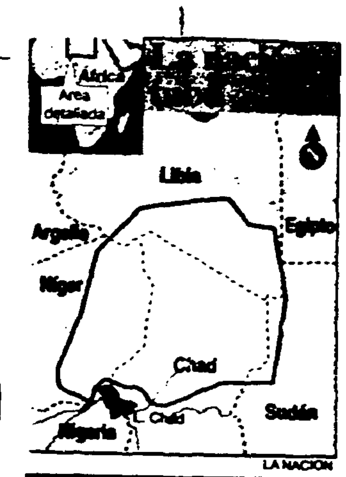
Para Europa, que está en primera línea en este enfrentamiento Islam-Occidente, la opción elegida fue el apoyo de los líderes antiislamitas, caso de Liamine Zeroual o del monarca Hassan II de Marruecos.

Pero los islamitas, del otro lado, no se cruzan de brazos y también tienen sus aliados: fondos y armas de Irán, entrenamiento por parte de Sudán y Paquistán, silencio culpable de las teocracias de Arabia Saudita y los Emiratos...

Apoyando a líderes como Zeroual, que no está dispuesto a entablar negociaciones con los grupos islamitas, Europa le echa leña al fuego de la guerra civil soterrada que se vive en Argelia. Pero como dijo un político español en Argel a éste corresponsal, en un ejemplo máximo de la llamada "realpolitik", Zeroual y Hassan II serán siempre mejores que tener un régimen islámico frente las costas mediterráneas de Europa.

Santiago Gamboa

Un pueblo sin nombre



Perdidos en el centro del Sahara, entre el calor y las moscas, son víctimas de las fronteras artificiales, establecidas por los europeos en medio de la nada



Por
Narciso Binayán Carmona

El caso del país tubu es hoy como el de Ruanda, pero en pequeño, en el desierto y sin publicidad.

Un poco de historia: hace casi exactamente 30 años, en 1966-1967, la aparición de una guerrilla en el norte del Chad, en el centro mismo del Sahara, desconcertó por completo a la opinión internacional.

Secuestros y asesinatos de europeos hicieron muy peligrosa la región dominada por los efectivos del Frente Nacional de Liberación (Frolinat), formado por los tubus y sus aliados, las Fuerzas Armadas del Norte, compuestas por la pequeña minoría árabe del Chad. Ambos grupos, musulmanes.

El líder de los tubus era un noble, Goukouni Oueddei, hijo del XIII *Derdé* del Tibesti (lo más parecido a un rey que tienen los tubus). El brazo derecho de Oueddei era Hissene Habré, plebeyo, hijo de pastores, que había concluido estudios de derecho.

Misterio ecológico

¿Qué había lanzado a la guerra al Frolinat de los tubus y sus aliados árabes? Veamos. Los tubus viven en uno de los lugares más miserables de la Tierra, en pleno desierto y en condiciones tan extremas que uno de sus clanes, el de Ounya, comía moscas hasta principios de siglo.

Entre oasis y oasis hay arena, rocas, calor y, misterio ecológico, enjambres de billones de moscas.

La única presencia humana era, en la zona, la de los tubus, nómadas, amantes de largos viajes por el desierto para comerciar, saquear y correr aventuras. De repente, los libérrimos tubus se encontraron con la aparición, como hongos en medio de la nada, de puestos aduaneros y policiales que les impedían, por razones para ellos misteriosas, recorrer su propio país inhóspito.

Durante milenios habían tenido que vérselas con la naturaleza. Ahora se enfrentaban a un enemigo peor: la burocracia.

Se les exigía pagar impuestos y mostrar "papeles". Todo porque las potencias coloniales habían dividido su país entre otros cuatro: Libia, Níger, Sudán y Chad (este último es donde está el 90% de los tubus).

Prisioneros de un artificio

Trabados para llegar a los mercados y para conseguir, según la zona, dátiles, trigo o sal, se encontraban prisioneros en una creación artificial -Chad- con una población sureña, cristiana o pagana, a la que los tubus sólo conocían como fuente proveedora de esclavos.

La ignorancia mutua era tal que sólo en 1960, con la independencia del Chad, el presidente N'garta Tombalbaye (de la tribu sara, del Sur) hizo su primer contacto con los tubus, sus flamantes "compatriotas".

La presencia francesa en el norte del Chad -precisamente territorio tubu-, que duró hasta 1964, impidió, desde el primer momento de la artificiosa creación del país, que las cosas se complicaran. Pero se fueron los blancos y vino la guerra.

Al presidente, Tombalbaye, lo asesinaron en 1976. Dos años más tarde la ofensiva del Frolinat llevó a la presidencia a Oueddei, el noble tubu.

En 1982, el brazo derecho de Oueddei, el plebeyo Habré, que había estudiado abogacía, se apoderó de la presidencia con el respaldo norteamericano, sudanés, egipcio y, hasta cierto punto, francés.

Las fuerzas leales a Oueddei consiguieron apoyo de Libia, que ocupó la mitad norte del Chad, esto es, todo el territorio tubu y algo más.

Los años siguientes fueron testigos de complicadísimos sucesos:

- Mitterrand impulsó una misión militar francesa "de paz y derecho", comandada por los EE.UU., que permitió a Habré completar su control sobre el sur del Chad.
- Aquella misión franco- norteamericana había dado a Habré armas y apoyo técnico, pero Francia, empeñada en guardarse cartas en Africa, se reservó el control de la aviación militar.
- Habré, para mantener el control de las tribus sureñas nombró comandante del ejército a un musulmán de esa región, Idrissi Devy.
- Devy traicionó a Habré y apoyó a un jefe sureño separatista, Oumar, pero fracasó y huyó a su país natal, Sudán (ejemplo de las absurdas fronteras legadas por Europa).
- Sin embargo, en 1990, Devy logró derrocar a Habré, apoyado por Francia, que había decidido quitarle al presidente su apoyo aéreo.
- Libia, empero, siguió ocupando el norte del Chad, aliada con los tubus. Francia negoció con el presidente libio, Khadafy, y en 1994 logró que las fuerzas de aquel país se retiraran casi por completo del territorio tubu del Chad.

Abultada factura

¿Por qué tantos países intervinieron en las complejas intrigas de una nación pequeña y pobrísima como la tubu?

Es que, al encontrarse situados en el desierto norteño al que llega Chad (que incluye también las tierras tropicales del Sur), se hallan precisamente en el centro vital de Africa, por donde cruzan todas las rutas. Es decir, el país tubu está en una posición de gran interés estratégico.

Alguien tenía que pagar la factura de semejantes intereses, y les tocó hacerlo a los tubus.

Las tribus del sur del Chad, por fin con las manos libres, comenzaron una cruel "limpieza étnica" (no una matanza genocida) en territorios de los tubus. Estos huyeron, en lamentables condiciones, masivamente a Níger y en parte a Libia.

No hay cifras ciertas, pero son numerosas las denuncias de violaciones a los derechos humanos de los tubus. Ellos no han dicho aún su última palabra.

De blasones, camellos y asnos

Los tubus son amantes del arte del blasón al que llaman *arbi*. No tienen, por supuesto, escudos de armas, pero sí símbolos familiares propios de cada clan. Estos símbolos son aplicados al ganado y corresponden a la familia del padre. A veces, como en Occidente, incorporan el blasón materno o de alguna antepasada más lejana, pero, por respeto al padre, no se suele hacer en vida de éste. En general, se acostumbra, por otra parte, marcar con el blasón paterno a los camellos y con el materno a los asnos.

"Esta marca, de la que los tubus se muestran muy orgullosos, la dibujan por doquier, sobre las rocas, en el mango de su látigo y durante las charlas la esbozan con los dedos sobre la arena" (Chapelle).

Gracias a estos blasones singulares -que usan también otros pueblos de Africa- es posible ubicar a los propietarios de las bestias y también, dado que son invariables -como en Occidente-, reconstruir la historia y el movimiento de los clanes.



Mujer tubu



El *Derdé* elegido en 1979

Misterio étnico

La existencia de los tubus, negros del centro del Sahara, se remonta a miles de años. Jean Chapelle, viejo conocedor del desierto y autor del mejor libro sobre ellos, cree que vendrían de una mezcla antiquísima entre blancos y negros. Su tipo es curioso: piel es oscura, pelo ondulado, pómulos salientes, nariz recta y puntiaguda y labios ligeramente gruesos pero no trompudos. No se dan nombre a sí mismos -cada tribu usa el propio- y el de tubu, utilizado por la mayoría de sus vecinos, ha sido adoptado entre los estudiosos.

No se conoce en verdad su historia, excepto los relatos genealógicos, que no pasan de 400 años, aunque se cree que los etíopes trogloditas de Herodoto serían tubus. Ocupan un territorio inmenso, un cuadrado casi tan grande como la Argentina, y han intervenido con frecuencia en la vida de sus vecinos. Duros en extremo, los tubus han fundado dinastías y reinos en varios países vecinos. De una de ellas, convertida al Islam en el siglo XI, se cree que descienden los *derdés*. El italiano Petragnani, que pasó cuatro años cautivo y que narra el embalsamamiento de los modestos "sultanes" de Taizerbo -así los llama-, conservados en una sala digna "de museo egipcio", originó la famosa novela de Pierre Benoit "La Atlántida".

CONGO-TRANSICION (Previsión)
EL GOBIERNO DE KABILA FIJA PRIORIDADES

Por Nikola Vadion

Kinshasa, 2 jun (EFE).- El Gobierno de la República Democrática de Congo (RDC), presidido por Laurent-Desiré Kabila, fijó como prioridades la seguridad del país, una política exterior en función de las necesidads internas y la reconstrucción acelerada de infraestructuras y servicios.

Estas prioridades, según supo EFE hoy, lunes, de fuentes próximas a la Alianza de Fuerzas Democráticas de Liberación (AFDL), que tomó el poder el pasado día 17 de mayo, fueron discutidas en una sesión maratoniana que mantuvo el Gobierno congoleño el pasado fin de semana en Kinshasa.

En la sesión, el Consejo de Ministros analizó y adoptó un código de conducta de los miembros del Gabinete, aparentemente en respuesta a las exigencias de la oposición política, por el que el Presidente y los miembros del Gobierno deben declarar su patrimonio personal antes de asumir los cargos.

Sobre seguridad, fueron adoptadas una serie de medidas "para poner fin a los actos criminales de los saboteadores que pretenden desestabilizar al Gobierno e imposibilitar su trabajo", aunque las fuentes de la AFDL no dieron más detalles.

En el plano internacional, el Consejo de Ministros analizó el viaje de Kabila a la cumbre de la Organización para la Unidad Africana (OUA) en Harare, la primera aparición del nuevo jefe de Estado congoleño en una reunión panafricana.

Asimismo, los ministros estimaron que la futura política exterior del país "no puede ser conformista sino dinámica y creativa" y se dirigirá a todos los países que deseen mantener relaciones de igual a igual con la RDC.

El Gobierno de la RDC "denuncia" lo que define como campaña de intimidación orquestada en el seno del Consejo de Seguridad de la ONU relacionada con los supuestos obstáculos puestos a los trabajos de la organizaciones humanitarias en su territorio.

Según fuentes de la AFDL, dicha "campaña" es una "calumnia" sobre todo cuando se afirma que los soldados de la Alianza continúan cometiendo masacres masivas de refugiados hutus en el centro del país.

El presidente Kabila -agregaron las fuentes- "conversará" sobre éste y otros asuntos con el Secretario General de la ONU, Kofi Annan, durante la cumbre de la OUA, para corregir las posibles "distorsiones" ya que la RDC está interesada en colaborar con la ONU en un marco "exento de presiones de aquellas fuerzas que impidieron la caída del régimen dictatorial de Mobutu".

Entre las presiones, -señaron las fuentes- destaca la realizada por el Consejo de Seguridad de la ONU que insta a "las fuerzas extranjeras, incluyendo los mercenarios", a que se retiren de la RDC, en clara alusión a "supuestos" soldados de Ruanda, Uganda, Burundi y Angola que están en el país para apoyar militarmente a la Alianza.

En el sector económico las prioridades del Gobierno se dirigen, en primer lugar, a mejorar las infraestruturas de carreteras tanto urbanas como interurbanas.

Asimismo, el Consejo aprobó la creación de una Oficina Central

del [illegible] la
demanda de trabajo con el fin de disminuir la alta tasa de paro.
entre 50 y 60 por ciento de la población activa.

En el sector agrícola, el Gobierno acordó promover la creación de centros de formación y mecanización y preconizó el inicio de un diálogo con los estudiantes de las universidades de Kinshasa y Lubumbashi para fijar las prioridades.

Sobre política monetaria, el Gobierno aprobó la puesta en circulación "lo antes posible" del nuevo franco congoleño "que no tendrá ninguna conexión con el CFA (franco centroafricano convertible en relación a otras divisas)", con el fin de eliminar la disparidad de cambios y las especulaciones.EFE

ny/mz/ll

06/02/15-05/97

02

9708768

XG6491

U POXBI 06-04 00537
icx exg mun

CONGO-TRANSICION
CONSIDERAN DESPLIEGUE SOLDADOS COMO INTIMIDACION TSHISEKEDI

Por Nikola Vadjon

Kinshasa, 4 jun (EFE).- El desplique de medio centenar de soldados fuertemente armados frente a la casa del líder opositor congolés, Etienne Tshisekedi, fue calificada hoy por su partido como una "intimidación y provocación premeditada".

Alrededor de las 15:00 hora local (14:00GMT) un vehículo militar de la Alianza distribuyó a unos 50 soldados, uno cada 10 metros, en las proximidades de la casa de Tshisekedi en el barrio popular de Limete de Kinshasa.

Alarmados por la presencia de los soldados, empezaron a acudir simpatizantes de la Unión Democrática para el Progreso Social de Etienne Tshisekedi y muchos curiosos del barrio que insultaron a la tropa.

También acudieron, llamados por la esposa del líder opositor, Marthe, numerosos periodistas extranjeros que presenciaron el despliegue que acabó dos horas y media más tarde.

No ha habido explicación oficial de este despliegue, pero representantes de la Alianza afirmaron a EFE que los hombres "de la seguridad interna" acudieron después de una advertencia anonima sobre una posible agresión contra Tshisekedi de la que se culparía al Gobierno.

Igualmente se niegan afirmaciones de la prensa próxima al UDPS sobre que el lider está bajo arresto domiciliario.

Respondiendo a un llamamiento de los dirigentes del UDPS los simpatizantes del partido se quedaron hasta altas horas de la noche montando guardia cerca de la casa de Tshisekedi a pesar de que los soldados se fueron sin registrarse incidentes.

Desde las afueras de la casa fue posible ver a Tshisekedi, que durante el régimen de Mobutu fue considerado como líder de la llamada "oposicion radical", como trabajaba normalmente en su oficina.

Colaboradores del líder opositor confirmaron en declaraciones a la prensa que están "altamente preocupados" por la "acción militar", y que tienen muchas preguntas sobre la suerte de Tshisekedi si se radicaliza el actual entrentamiento politico con el presidente Kabila, que participa en la cumbre de la OUA en Harare.

Adrien Phongo Kunda, Secretario General del UDPS, leyó anoche después de una sesión de urgencia de la Dirección Politica del partido un comunicado que condena energicamente el "cerco de la residencia" de su lider y la "politica de provocacion e intimidación como metodo de gobierno".

El conflicto entre los dos líderes surgió con toda fuerza sólo dias después de que la Alianza entrara en Kinshasa y cuando el nuevo presidente congolés rechazó nombrar al líder del UDPS como Primer Ministro.

Tshisekedi pretendia ocupar ese cargo basándose en la decisión de la Conferencia Nacional Soberana (asamblea constituyente) en 1991, cuyas decisiones, como otras aprobadas por el Parlamento de Transición, el presidente Kabila anuló al tomar posesión como Jefe de Estado.

En reacción el UDPS, que no se conforma con el "monolitismo"

partidario del nuevo Gobierno compuesto mayoritariamente por la Alianza, ni con la presencia de "elementos extranjeros" en el gabinete en alusión a los "banyamulengues" (congoleses de origen tutsi), convocó manifestaciones regulares (martes/viernes) que han tenido porca adhesión.

Andrien Phongo apeló "a los combatientes delUDPS como a todas las fuerzas que exigen cambios" a participar masivamente en la "Gran marcha por la democracia", convocada en el centro de Kinshasa para el próximo viernes seis de junio. EFE

nv/meg/ma

06/04/12-34/97

CONGO-GOBIERNO

KABILA NOMBRA SEIS NUEVOS MIEMBROS DE SU EJECUTIVO

Kinshasa, 12 jun (EFE).- El presidente de la República Democrática de Congo (antiguo Zaire), Laurent Kabila, nombró hoy seis nuevos miembros de su gobierno, según informaron la radio y televisión estatales.

Se trata de cinco ministros y un vice ministro, ninguno de los cuales son personalidades conocidas en la vida política de la nueva República.

Pierre Victor Mpoyo fue nombrado ministro de Economía, Industria y Comercio; Tshubaka Bisikuabo, titular de Trabajo; Tshibal Mutombo, de Juventud y Deportes; Eddy Angulu, de Medio Ambiente y Turismo; Pierre Lokombe Kitete, de Energía; y Milumbu Mamboleo, vice ministro de Asuntos Sociales.

Con estos nombramientos, el gobierno de Kabila, que llegó al poder tras el derrocamiento del presidente Mobutu Sese Seko, queda formado por 17 ministros y dos vice ministros. EFE

fp/arp

06/12/22-55/97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Kinshasa, 5 jun (EFE).- El contingente francés estacionado desde hace años en Brazzaville "facilitó" a miembros de la antigua guardia presidencial (DSP) de Mobutu un considerable número de armas con el fin de desestabilizar el gobierno de Laurent Desiré Kabila, según un documento confidencial recibido por la AFDL.

Este documento en poder de la dirección de la Alianza de Fuerzas Democráticas de Liberación (AFDL), liderada por Kabila, y proveniente "de una fuente en el exterior", según fuentes de esa agrupación, fue el desencadenante del más reciente conflicto diplomático entre París y Kinshasa.

El informe en cuestión, al que EFE tuvo acceso, asegura que existe una operación llamada "Kumbian" con la cual se pretende desestabilizar a las autoridades de la República Democrática de Congo (antiguo Zaire) y en la que participan unos 2.000 miembros de la temible División Especial Presidencial (DSP) refugiados en Brazzaville tras el derrocamiento de Mobutu Sese Seko el pasado día 17.

Estos ex militares zaireños, según el presunto plan, serían trasladados a Kinshasa en viajes nocturnos por el río Congo o a través del puesto fronterizo de Luozi y la provincia de Bajo Zaire.

La supuesta operación preveía también que, inmediatamente después de que los infiltrados empezaran a originar sabotajes, combates y disturbios, el contingente francés en Brazzaville atravesaría el río Congo -que separa ambas capitales- con la excusa de proteger a los expatriados franceses en Kinshasa, pero en realidad para proporcionar apoyo logístico a los sublevados, a lo cual seguiría un golpe de Estado militar.

La información sirvió como base de la denuncia hecha por el Gobierno del presidente Kabila el pasado lunes contra Francia, en momentos en que predominaba entre los comentaristas la opinión de que era posible la distensión política en el triángulo Kinshasa-Brazzaville-París.

Fuentes diplomáticas francesas en Kinshasa inmediatamente calificaron la acusación de "pura fantasía" y afirmaron que ninguna fuente ha confirmado la presencia de tantos miembros del antiguo DSP en el Congo, donde buscaron refugio casi todos los oficiales leales a Mobutu.

El documento afirma que los infiltrados de la antigua DSP también tendrían programados atentados y asesinatos de líderes de la oposición, que se atribuirían a la AFDL, con el fin de indignar a la población y crear un clima de inseguridad y sospecha generalizados.

Al frente de la revuelta, como coordinador de la infiltración, estaría un antiguo coronel de la DSP apellidado Ekondo y conocido por el pseudónimo de "Seis" porque siempre utiliza un revólver de seis balas.

El apoyo financiero de la operación estaría garantizado por el propietario de una gran sociedad que tiene su sede en la calle principal de Kinshasa, del cual el informe cita el nombre, dirección y teléfono y asegura que está en contacto regular con los conspiradores en Brazzaville.

Las sospechas de la AFDL aumentaron enormemente cuando se supo que Francia decidió dejar su contingente en Brazzaville a pesar de que países como EEUU, Bélgica, Reino Unido y Portugal decidieron retirar los suyos, después de que la Alianza tomara el poder en Kinshasa sin mayores incidentes.

Asimismo, la Alianza interpretó como una confirmación de sus sospechas la interceptación de antiguos miembros de la DSP cuando atravesaban el río Congo equipados con radios, y los rumores de que fue visto en Brazzaville la semana pasada Kongolo Mobutu, hijo del ex presidente.

[illegible]

[illegible]

AH-1997

R POXET 06 19 00450
iex mun exg

CONGO-REPERCUSIONES
ANTIGUOS MILITARES DE MOBUTU SE PREPARAN PARA CONTRAATACAR

Por Nikola Vadjon

Kinshasa, 19 jun (EFE).- Los indicios de que antiguos militares del anterior presidente de Zaire, Mobutu Sese Seko, se están reorganizando para iniciar una supuesta "reconquista" de la República Democrática de Congo (RDC) son cada vez mayores, según indicó hoy, jueves, un diario de Kinshasa.

En un análisis sobre situación político-militar del país y de la región centroafricana, el diario de mayor tirada de Kinshasa, "Le Palmares", señala que cada vez hay más razonas para inquietarse y estudia las posibles razones por las cuales Mobutu "optó" por quedarse en Marruecos y no fijó su exilio en Sudáfrica.

Las primeras advertencias sucedieron a principios de junio, cuando algunas informaciones señalaban que los antiguos miembros de la antigua División Especial Presidencial (DSP) de Mobutu se estaban rearmando en la vecina capital de Congo, Brazzaville.

Cuando las Alianza de Fuerzas Democráticas para la Liberación de Congo (AFDLC) llegaron a Kinshasa, parte de los miembros de esta guardia huyeron a la frontera con Angola, donde fueron acogidos en las zonas controladas por los guerrilleros de UNITA, mientras que unos 2.000 atravesaron el río Congo para llegar a Brazzaville, donde fueron desarmados.

El supuesto rearme de la antigua DSP tuvo lugar días antes de estallar en Brazzaville los conflictos armados entre las fuerzas leales al presidente congolés, Pascal Lisuba, y el antigo jefe de Estado Denis Sasu Ngueso (1979-92), que provocaron unos tres mil muertos.

Según "Le Palmares", que cita fuentes próximas al régimen mobutista, no es una coincidencia que las granadas empezaran a caer sobre Kinshasa y que se intensificaran los ataques en el este de Ruanda, recrudeciéndose los ataques de la guerrilla en Burundi y Uganda.

"Se trata de países que durante la rebelión zaireña prestaron apoyo (militar) al actual jefe de Estado de la RDC, Laurent Desiré Kabila", afirma el diario.

Según "Le Palmares", estos ataques "tienen por finalidad obligar a sus gobiernos a llamar a los elementos armados de vuelta para defender la patria amenazada".

El diario señala que "las presiones a nivel nacional" -en referencia a las criticas de la prensa de Kinshasa sobre una supuesta "tutsización" del país- y las internacionales para que Kabila deje de contar con la ayuda militar de países vecinos, son parte del supuesto "plan de reconquista" de la RDC, después de que las tropas de países amigos dejen el territorio congoleño.

El diario señala que los primeros batallones de ruandenses que combatieron al lado del AFDL fueron repatriados a su país, pero indica que, según algunas informaciones, se está desplegando "un gran número de miembros de la DSP en la República Centroafricana a las que se unen parte de las antiguas Fuerzas Armadas Ruandenses (FAR)".

nv/ma/ll

06/19/16-42/97

06-96 9708768

CONGO-BRAZZAVILLE
TOQUE DE QUEDA TRAS INCIDENTES CON MILICIAS EX PRESIDENTE

Brazzaville, 5 jun (EFE) - El Gobierno de Congo decretó hoy el toque de queda en la capital, Brazzaville, despues de que fuerzas del Ejército se enfrentaran a tiros con las milicias que apoyan al ex presidente Denis Sassou Nguesso, candidato a la presidencia en las elecciones del proximo 27 de julio.

El toque de queda regirá a partir de hoy desde las 19.00 a las 06.00 horas locales (18.00 a 05.00 GMT del viernes), segun el decreto gubernamental, difundido por radio.

Según testigos presenciales, soldados del Ejército, apoyados por vehiculos blindados, cercaron el miércoles por la noche el barrio donde se encuentra la vivienda de Sassou Nguesso, que fue alcanzada por disparos.

Las milicias "Cobra" que apoyan a Sassou Nguesso, actual líder del partido de oposición Fuerzas Democráticas Unidas (FDU) y presidente marxista del Congo desde 1979 hasta 1992, han establecido puestos de control en la capital y la tensión ha aumentado en las últimas horas.

En declaraciones a la radio, Nguesso confirmó que uno de sus guardaespaldas resulto herido y acusó al Gobierno del presidente congoleño, Pasqual Lissouba, de tratar de crear una "peligrosa agitación" a dos meses de las elecciones.

Según diplomaticos occidentales, debido al clima de tensión en Brazzaville, es previsible que las elecciones no se celebren en la fecha prevista.

Lissouba hizo el miércoles un llamamiento a la población para que margine a los politicos que fomentan la violencia.

El enfrentamiento se produce días después de que Lissouba, Nguesso y el tercer candidato presidencial en liza, Bernard Kolelas, hicieran un pacto de no agresión y se comprometieran a controlar a sus milicias, "Zulus", "Cobras" y "Ninjas", respectivamente. EFE

ibr/arn

06/05/22:54/77

[illegible] 87

[illegible]

[illegible]

CONGO-GUERRILLA [illegible] (Previsión)

EL GOBIERNO INSTA A UN ALTO EL FUEGO INMEDIATO

Brazzaville, 8 jun (EFE).- Varias decenas de extranjeros han abandonado Brazaville debido a los enfrentamientos de los tres últimos días, que han llevado al primer ministro congolés a exigir un alto el fuego inmediato.

En un llamamiento por la radio nacional, el primer ministro de Congo, David Charles Ganao, pidió anoche a los simpatizantes del ex presidente Denis Sassou Nguesso que establezcan un alto el fuego inmediato.

Ganao anunció asimismo que su Gobierno acepta la "mediación internacional" propuesta por el presidente gabonés, Omar Bongo, para buscar una salida al conflicto, pero subrayó que primero deben acabar "los disparos de todas las armas y los pillajes".

También afirmó la disposición del presidente congolés, Pascal Lissouba, a negociar con Nguesso y sugirió que las conversaciones comiencen hoy mismo.

Mientras, varias decenas de ciudadanos occidentales, en su mayoría franceses y estadounidenses, cruzaron el sábado el río Congo para refugiarse en la vecina Kinshasa.

La embajada de Estados Unidos en Brazaville aconsejó el sábado a sus compatriotas que abandonen el país "ante el deterioro de la situación de seguridad".

Brazaville vive un clima de gran violencia política y étnica desde el pasado jueves, cuando un grupo de soldados del Ejército sitió y atacó la residencia del ex presidente Sassou Ngueso, probable candidato a las elecciones presidenciales previstas para el 27 de julio.

Fuerzas paramilitares integradas por simpatizantes del ex presidente -conocidas como Cobras- salieron entonces a las calles de Brazaville para enfrentarse a los soldados y los tiroteos llegaron incluso a las inmediaciones del palacio Presidencial.

Lissouba acusa a Nguesso de tratar de sabotear las próximas elecciones, mientras este acusa al Presidente de fomentar la violencia en el país.

Un soldado francés resultó muerto y otros cinco heridos el sábado cuando protegían la evacuación a Kinshasa de varios ciudadanos occidentales.

Según algunos residentes, la violencia ha despertado un profundo sentimiento antifrancés.

La Embajada de Francia ha organizado el agrupamiento de sus ciudadanos bajo protección de un contingente de soldados franceses, que llegaron hace unos meses a Brazaville para preparar la eventual evacuación de sus compatriotas desde la vecina Kinshasa, poco antes de que la capital de Zaire (actual República Democrática de Congo) cayera en poder de la guerrilla liderada por Laurent Kabila.

Se ignora por el momento el número de muertos por los enfrentamientos en Brazaville, y algunas fuentes señalan que al menos doce personas han perdido la vida y varias decenas han resultado heridos.

En las últimas semanas, 17 personas murieron en enfrentamientos en el norte del país entre simpatizantes de Nguesso y de Lissouba.

[illegible]

[illegible]

9708769

02

[illegible] 87

CONGO ENFRENTAMIENTOS (Previsión)
MILICIAS OCUPAN GRAN PARTE BRAZZAVILLE

Kinshasa, 9 jun (EFE).- La milicia privada del ex presidente congoleño Denis Sassou Ngueso se ha hecho con el control de la mayor parte de Brazzaville mientras el presidente, Pascal Lissouba, les acusa de querer dar un golpe de Estado.

Tras ocupar el domingo la sede de la radiotelevisión, los "cobras" (milicianos al servicio de Ngueso) han extendido su control por el centro de la capital congoleña, donde reina el caos.

Los extranjeros siguen abandonando la ciudad para escapar a los enfrentamientos que comenzaron el jueves, cuando soldados del Gobierno iniciaron una operación para tratar de desarmar a los aproximadamente 5.000 milicianos que componen las fuerzas paramilitares leales a Ngueso.

Según algunas fuentes, el Gobierno ha comenzado a ofrecer armas a los residentes de la ciudad para que combatan junto a los soldados.

En declaraciones a una emisora de radio francesa, Lissouba acusó anoche a Ngueso y a sus milicias de pretender dar "un golpe de Estado" pero subrayó su intención de celebrar las próximas elecciones presidenciales en la fecha prevista: el 27 de julio.

"Sigo profundamente comprometido" con la celebración de los comicios presidenciales, "cuyo objetivo principal es el de consolidar la democracia", afirmó el presidente congoleño.

Ngueso, quien gobernó Congo bajo un sistema marxista leninista desde 1979 hasta 1992, se perfila como el principal rival de Lissouba en los comicios del mes próximo.

La caótica situación en Brazzaville ha llevado al Departamento de Estado estadounidense a ordenar la evacuación del personal de su Embajada que no sea imprescindible y ha aconsejado "fervientemente" a sus ciudadanos residentes en la capital congolesa que la abandonen.

Dos vehículos de esa legación diplomática estadounidense fueron alcanzados por fuego cruzado cuando se disponían a recoger a dos familias estadounidenses residentes en un suburbio del norte de la capital, controlado por las milicias de Ngueso.

La Embajada de Francia también ha puesto en marcha un dispositivo para agrupar en áreas seguras a sus conciudadanos residentes en la capital.

Francia anunció el domingo que reforzará con unos 200 o 300 soldados más su contingente militar en Brazzaville, desplegado hace unos meses ante la eventualidad de que hubiera que evacuar a los franceses residentes en Kinshasa, capital de la vecina República Democrática del Congo, ante la llegada de las tropas rebeldes lideradas por Laurent Kabila.

Fuentes militares francesas señalaron anoche que las casas abandonadas de Brazzaville, bien de congoleños o de expatriados, son sistemáticamente saqueadas.

Aunque no hay cifras oficiales, se calcula que los enfrentamientos entre los "cobras" y los soldados del ejército regular han ocasionado hasta ahora docenas de muertos.

Refugiados que cruzaron el domingo el río Congo hasta Kinshasa afirmaron que los combates en Brazzaville son más violentos que los registrados en [illegible], cuando unas [illegible] personas murieron en disturbios de índole política y tribal.

En 19[illegible], diez años más tarde de que se independizara de Francia, la República de Congo comenzó a sufrir esporádicos disturbios étnicos y políticos. EFE

[illegible]/OA/ff

[illegible]
[illegible]

CONGO-COMBATES
TROPAS GUBERNAMENTALES RECIBEN APOYO DE ARTILLERIA PESADA

Por Nikolo Madion

Kinshasa, 9 jun (EFE). Las tropas gubernamentales, fieles al presidente congolés Pascual Lisuba, recibieron hoy, lunes, refuerzos de artillería pesada que están utilizando en los combates para parar la ofensiva de las milicias del anterior presidente congolés, Sasu Ngueso.

Las milicias de Ngueso (presidente de Congo entre 1979 y 1992) compuestas por unos 8.000 hombres y apoyadas por simpatizantes en los barrios populares de Brazzaville, consiguieron durante el pasado fin de semana ocupar varios puntos estratégicos de la ciudad.

Sin embargo, es improbable que consigan retirar a las tropas leales a Lisuba de la zona sur de la capital, donde están la mayoría de los edificios oficiales.

Según los numerosos refugiados que llegan a la vecina Kinshasa desde Brazzaville atravesando el río Congo en piraguas, centenares de cadáveres están diseminados en la línea divisoria entre las fuerzas beligerantes.

Las fuertes explosiones, que despertaron a muchos habitantes de Kinshasa esta madrugada, prueban que los combates continúan con intensidad en Brazzaville, aunque las milicias de Ngueso no han conseguido ocupar los edificios de la Radio y la Televisión ni la sede de la presidencia de la República, objetivos prioritarios de los cobras, como son conocidos los integrantes de dichas milicias.

Un obus de mortero explotó hoy frente a la orilla izquierda del río Congo, a menos de 500 metros del Hotel Intercontinental de Kinshasa, en las proximidades del lugar donde desembarcan los refugiados del Congo lo que provocó el pánico entre los congregados.

Varios refugiados, que salieron del antiguo Zaire (actual República Democrática del Congo) y vuelven a cruzar el río ante los enfrentameintos en Congo, indicaron a EFE que las tropas gubernamentales congolesas saquean tanto a los simpatizantes del antiguo Nguesso como a los expatriados, europeos y africanos.

Según relató a EFE el profesor de secundaria Hervet M, el pasado sábado las tropas gubernamentales entraron en el barrio de Nguila, en Brazzaville, y ordenaron a los simpatizantes del presidente Lisuba dejar abiertas las puertas de sus casas.

"Después forzaron las casas que estaban aún cerradas o abandonadas y saquearon su interior. Entendí entonces que debía marchar con mi familia si quería salvar la cabeza", señaló el profesor bajo la tensión de la agitada travesía por el río en el cual flotan ya los primeros cadáveres.

Según el testigo, los cobra creen que cuando Lisuba ordenó el ataque a la residencia de Ngueso, en el barrio Mpila de la capital, el pasado jueves, pretendía tomarlo por sorpresa para matarlo.

Las autoridades de Brazzaville señalaron oficialmente que la intención de las tropas del Gobierno era arrestar a tres comandantes de los cobras, acusados de homicidio en la norteña ciudad de Oyo.

Pascual Lisuba, ingeniero agrónomo y profesor universitario que trabajó para la UNESCO, fue elegido presidente del Congo en 1991, en las primeras elecciones democráticas tras el régimen de tendencia marxista de Ngueso.

Al analizar la crisis de Congo, algunos analistas sitúan a Lisuba como parte de un triangulo en el que los otros vértices eran Mobutu Sese Seko (el derrocado presidente zaireño) y Jonas Savimbi, líder de los rebeldes de la Unión para la Unidad e Independencia Total de Angola (UNITA). EFE

[illegible]

04

9708769

MA2850

U P0281 06-09 00361
mun exg

CONGO-COMBATES (ampliacion)
CHIRAC OBTIENE COMPROMISO ALTO EL FUEGO EN CONGO-BRAZZAVILLE

Paris, 9 jun (EFE).- El presidente de Francia, Jacques Chirac, obtuvo hoy un compromiso de alto el fuego entre las tropas del presidente del Congo, Pascal Lisuba, y las milicias del ex presidente Denis Sasu Ngueso, informo una portavoz del Eliseo.

Chirac habló telefónicamente con Lisuba y con Ngueso y consiguio que aceptaran el fin de las hostilidades y la mediación del presidente de Gabón, Omar Bongo, señaló la portavoz del presidente francés, Catherine Colonna.

Segun la fuente, el presidente francés explicó a sus interlocutores que "no cabe una solucion militar a un problema político" y condenó el "comportamiento" de ambas partes en los últimos cinco dias.

Chirac obtuvo un "acuerdo de principio" por parte de ambos contendientes para declarar "lo mas pronto posible" un alto el fuego y aceptar la mediación del presidente gabonés, que es yerno del propio Ngueso.

El Congo vive una situación de preguerra civil desde el jueves pasado cuando las tropas gubernamentales atacaron la residencia en Brazzaville de Ngueso, quien compite con Lisuba por la presidencia en las elecciones previstas para el próximo 27 de julio.

En respuesta al ataque, las milicias privadas de Ngueso, compuestas por unos 8.000 hombres y apoyadas por buena parte de los habitantes de los barrios populares de Brazzaville, consiguieron durante el pasado fin de semana ocupar varios puntos estratégicos de la ciudad.

Lisuba fue elegido presidente del Congo en 1991, en las primeras elecciones democráticas tras el régimen de tendencia marxista de Ngueso, que estaba en el poder desde 1979.

La intervención personal de Chirac se produce después de que el pasado sábado muriera un soldado francés y otros cinco quedaran gravemente heridos al ser atacados por "elementos incontrolados" del Ejército de Lisuba, según la explicación oficial.

Los soldados franceses, cuyo número aumentó hoy de 350 a 1.200, apoyados por carros blindados y artillería ligera, fueron desplegados en Brazzaville para participar en una eventual operación de evacuación de la vecina Kinshasa en las últimas semanas de la rebelion que derrocó a Mobutu Sese Seko y ahora tratan de proteger a los 2.000 franceses residentes en la capital congoleña. EFE

abr/arp

06/09/21-18/97

05

9708769

XF0876

U FOXBT 06 10 0047
mun jcs

CONGO COMBATES (Previsión)
SOLDADOS FRANCESES ENTRARAN EN CENTRO BRAZZAVILLE

Kinshasa, 10 jun (EFE).- Soldados franceses trataran hoy, martes, de evacuar a sus compatriotas atrapados en el centro de Brazzaville, donde prosiguen los combates pese al acuerdo anunciado en París de alto el fuego entre el ex presidente congolés Denis Sassou Nguesso y el jefe del Estado, Pascal Lisuba.

Según informó un portavoz del Elíseo, el presidente de Francia, Jacques Chirac, obtuvo anoche un compromiso de alto el fuego entre las tropas del presidente Lisuba y las milicias leales a Sasu Nguesso, enfrentadas militarmente en la capital congolesa desde el pasado jueves.

Agregó que las partes contendientes han aceptado la mediación del presidente gabonés, Omar Bongo, para resolver la crisis que ha sumido en el caos a la capital congolesa.

Fuentes próximas a Ngueso confirmaron anoche en Brazzaville que el ex presidente ha aceptado la oferta de Bongo de mediar en el conflicto "con el objetivo de lograr un alto el fuego".

Según testimonios de extranjeros llegados hoy a Kinshasa, los combates prosiguieron anoche, especialmente en el centro de la capital congolesa, que divide los suburbios del sur, controlados por tropas del Ejército y donde estan situados la mayoría de los edificios oficiales, y los del norte, en poder de los aproximadamente cinco mil milicianos "cobras" leales a Ngueso.

Agregaron que las calles del centro de la ciudad estan plagadas de cadáveres.

Fuentes francesas en esta capital informaron de que el contingente militar galo en Brazzaville tiene previsto evacuar hoy a decenas de extranjeros atrapados en dos hoteles situados en el barrio de Centreville, uno de los mas afectados por los enfrentamientos, donde el jueves fue asesinado un soldado francés.

Estados Unidos, por su parte, tratará hoy de lograr que los contendientes suspendan los combates en las inmediaciones del aeropuerto a fin de reanudar las operaciones de evacuación por avión hasta Kinshasa.

Unos cien extranjeros, la mitad de ellos estadounidenses, fueron evacuados el pasado fin de semana en vuelos privados organizados por la Embajada de Estados Unidos pero la operación quedó suspendida el lunes debido a los combates en los alrededores del aeropuerto.

Los enfrentamientos en Brazzaville comenzaron el pasado jueves a raiz de que soldados gubernamentales atacaran la residencia de Ngueso, a quien Lissouba acusa de querer sabotear los comicios presidenciales previstos para finales de julio.

Según fuentes gubernamentales el objetivo de la operación era detener a tres comandantes "cobras" acusados de asesinato, pero en medios próximos a Ngueso se asegura que los soldados tenian la orden de matar al ex presidente.

Ngueso, presidente de Congo en un régimen marxista leninista hasta que fue derrotado por Lisuba en las primeras elecciones democráticas celebradas en el país en 1992, se perfila como el rival más poderoso de Lissouba en las elecciones de julio.

El antagonismo entre ambos se tradujo en fuertes enfrentamientos por primera vez en 1993, durante las elecciones legislativas en el país, cuando unas 2.000 personas perdieron la vida en los disturbios. EFE

mr/amg/jff

06

9708769

La lucha por el Congo

Países occidentales evacuan a sus ciudadanos

Kinshasa, de nuestras agencias

Los combates recomenzaron después de una breve calma, ayer en la tarde, cerca del aeropuerto de Brazzaville, donde militares franceses continúan la evacuación de extranjeros residentes en la capital congoleña.

Desde el lunes, unos 700 extranjeros, en su mayoría franceses, abandonaron Brazzaville hacia Libreville (Gabón) a bordo de aviones militares franceses, se supo por fuentes del ejército francés.

Ayer al mediodía, el primer avión se preparaba para despegar con 50 personas a bordo, a pesar de los combates con armas automáticas que estallaron a 50 metros de las posiciones francesas en el aeropuerto, según el portavoz de las tropas francesas, comandante Alexis Jaraud, contactado por teléfono por la AFP desde Kinshasa.

La calma prevaleció durante parte de la mañana en la capital congoleña, sacudida desde el jueves por violentos combates de armas pesadas entre el ejército regular, fiel al presidente Denis Sassou, y los "Cobras", milicias del general Sassu Nguesso.

El lunes en la noche, el presidente francés Jacques Chirac obtuvo un primer acuerdo de principio del presidente Lissuba y del general Sassu Nguesso, después de conversaciones telefónicas con los dos protagonistas.

El contenido de este acuerdo de principio es objeto de informaciones contradictorias. Según el palacio presidencial del Elíseo, los dos líderes aceptaron un cese al fuego y la mediación del presidente de Gabón, Omar Bongo, pero de acuerdo con un allegado del general Nguesso, éste sólo aceptó la mediación del presidente gabonés de la que podría resultar un cese al fuego.

Las miradas se dirigieron el martes hacia Libreville, donde Omar Bongo, próximo de Pascal Lissuba y yerno del general Nguesso, lanza desde el viernes un llamado a la concertación para poner fin a los enfrentamientos.

Seis días después del comienzo de los combates, más de 2.000 extranjeros permanecen atrincherados en sus casas, aislados del mundo exterior.

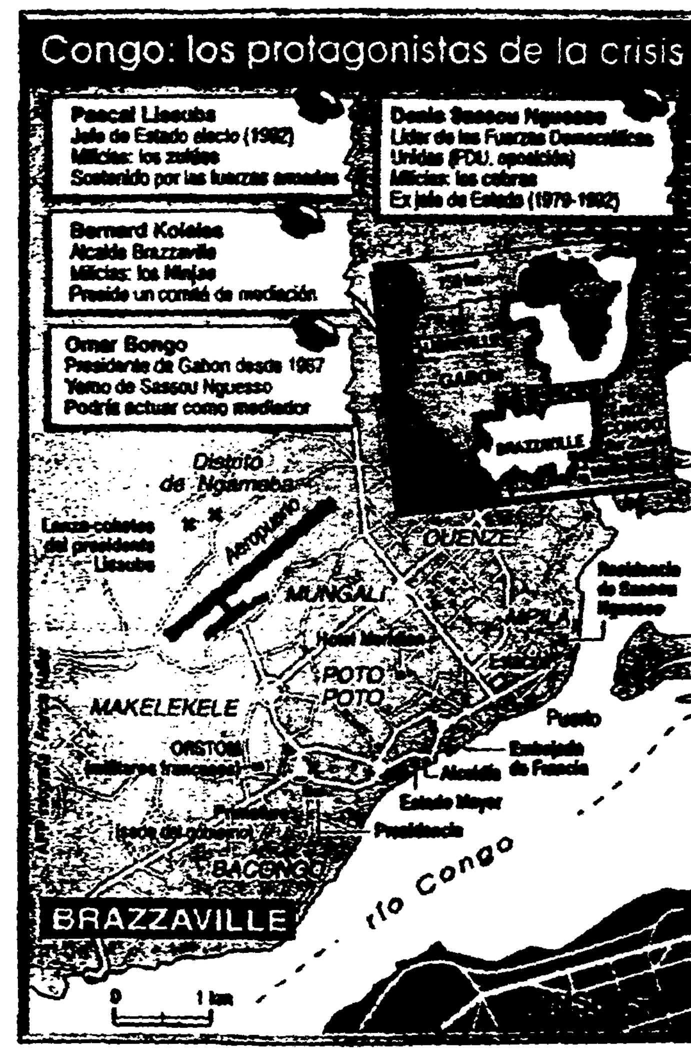
De los 2.200 franceses residentes en Brazzaville, 550 fueron reagrupados el lunes en la mañana en lugares de seguridad.

El lunes, como consecuencia de los combates, Estados Unidos decidió esperar condiciones más favorables y menos peligrosas para evacuar a los norteamericanos a los que Washington aconsejó no salir de sus casas.

Ochocientos cincuenta soldados franceses, encargados de proteger a la comunidad francesa y extranjera, debían ser desplegados este martes.

La explosión de violencia comenzó el jueves, cuando las tropas gubernamentales asaltaron la residencia en Brazzaville del ex presidente Sassu Nguesso, recién llegado de su exilio en Francia. La operación tenía oficialmente por objetivo desarmar la milicia de los "Cobras", antes de la apertura de la campaña de las elecciones presidenciales previstas para el mes de julio.

Estimando actuar en legítima defensa, los hombres del presidente Sassou Nguesso respondieron y los combates se extendieron a toda la ciudad, causando numerosas víctimas, sin que todavía se haya establecido un balance.



9708769

[illegible]

[illegible]

[illegible]

CONGO ENFRENTAMIENTOS
DISPAROS CRUZADOS EN BRAZZAVILLE PESE ORDEN CESE HOSTILIDADES

Kinshasa, 17 jun (EFE).- Soldados del Ejército de Congo Brazzaville leales al presidente Pascal Lisuba y miembros de la milicia privada del ex jefe del Estado Denis Sasu Nguesso intercambiaron esta madrugada disparos de morteros y lanzacohetes, pese a las órdenes de cesar la hostilidades impartidas por ambos dirigentes.

Los combates, que se centraron en los alrededores del aeropuerto Maya Maya de la capital congoleña, no tuvieron, sin embargo, la intensidad de los librados durante los siete días precedentes, indicaron fuentes diplomáticas.

Los enfrentamientos han causado decenas de muertos, pero ninguna fuente ha podido dar hasta ahora ninguna cifra concreta.

Lisuba ordenó al mediodía del miércoles a los soldados que suspendieran inmediatamente sus operaciones militares para dar una oportunidad a la mediación a fin de buscar una solución negociada a la crisis.

Horas después, Sasu Nguesso cursó una orden similar a sus milicianos, conocidos como "cobras", y expresó su esperanza en que, "al menos esta vez, la otra parte respete su compromiso (de alto el fuego)".

La principal iniciativa mediadora la lleva a cabo el presidente de Gabón, Omar Bongo, quien es muy amigo de Lisuba y yerno de Sasu Nguesso, lo que, según algunos comentaristas, hace de él, probablemente, la persona más idónea para desempeñar esa tarea.

También media en la crisis el alcalde de Brazzaville, Bernard Kolelas, que disputó a Lisuba y Sasu Nguesso la presidencia de Congo en las primeras elecciones pluralistas, celebradas en 1992.

Sasu Nguesso, que gobernó Congo desde 1979 hasta 1992 como líder del Partido Congoleño del Trabajo (PCT), de ideología marxista leninista a la que renunció en 1990, fue eliminado en la primera vuelta de los comicios, y Lisuba batió con holgura a Kolelas en la segunda.

También se ha ofrecido como mediador en la crisis de la ex colonia francesa el presidente de [illegible] y de la Organización de la Unidad Africana (OUA), [illegible]

Los combates entre soldados [illegible] Lisuba y los milicianos de Sasu Nguesso [illegible]

[illegible]

08

9708769

[illegible]

[illegible]

[illegible]

CONGO COMBATES (Previsión)

ESTALLAN FUERTES COMBATES EN BRAZZAVILLE CON FIN MISION FRANCIA

Kinshasa, 15 jun. (EFE). Fuertes combates estallaron en el aeropuerto de Brazzaville hoy, domingo, coincidiendo con el fin de la operación militar francesa para evacuar a los extranjeros de la capital de la República de Congo y con el previsible comienzo de la retirada de los efectivos franceses.

Los nuevos enfrentamientos violentos entre los milicianos partidarios del ex jefe de Estado Denis Sassou Nguesso y el ejército del actual presidente, Pascal Lissouba, tuvieron lugar en la víspera de las conversaciones de paz que deberán celebrarse mañana en Libreville, capital de Gabón.

Las negociaciones, patrocinadas por el presidente gabonés, Omar Bongo, contarán con la participación de representantes de Sassou Nguesso y de Lissouba, con la mediación del alcalde de Brazzaville, Bernard Kolelas, y de representantes de la ONU, la Unión Europea y de Francia, la antigua potencia colonial de Congo-Brazzaville.

Francia dio hoy por cumplido su misión de evacuar de Brazzaville a los extranjeros que querían abandonar el país después del inicio de los combates, el pasado día 5, y pretende proceder a la retirada de los 1.200 soldados que tiene desplegados en el país desde hace unos meses.

Sin embargo, Lissouba hizo hoy por la televisión francesa un "llamamiento encarecido" para que las fuerzas francesas permanezcan en la República de Congo para impedir que los enfrentamientos se conviertan en una auténtica guerra civil.

Lissouba también insistió en que deberán celebrarse las elecciones presidenciales, previstas para el próximo 27 de julio, en las que pretende conseguir un nuevo mandato de cinco años.

El contingente francés llegó, en un principio, para encargarse de la posible evacuación de extranjeros del país vecino de Zaire (ahora la República Democrática de Congo) y, después de que las fuerzas del nuevo presidente Laurent Kabila tomasen el pasado 17 de mayo Kinshasa casi sin encontrar resistencia por parte del ejército de Mobutu Sese Seko, ya tenía previsto su retirada.

El comienzo de los combates entre los partidarios de Sassou Nguesso y de Lissouba motivó que los soldados franceses se quedasen para proteger la evacuación de casi 6.000 extranjeros de Brazzaville, ciudad que está separada de Kinshasa sólo por el río Congo.

Cayeron hoy sobre el aeropuerto de Brazzaville una lluvia de obuses y misiles, cuyas trayectorias se ven desde Kinshasa, en la otra orilla del río Congo.

Después de un día de aparente calma, anoche se registraron tiros esporádicos y esta mañana se recrudecieron los combates alrededor de la base aérea militar del aeropuerto, controlada por fuerzas gubernamentales, que están rodeadas desde hace dos días por las milicias de Sassou Nguesso para impedir que el presidente Lissouba reciba refuerzos desde Punta Negra.

Según fuentes próximas a Nguesso, Lissouba iba a recibir unos 2.000 soldados del movimiento guerrillero Unión para la Independencia Total de Angola (UNITA), trasladados la semana pasada en un puente aéreo desde el interior de Angola y el enclave de Cabinda al puerto congoleño de Punta Negra.

El [illegible] de los últimos vuelos [illegible] con destino a [illegible] debido a que los combates [illegible] en la pista principal.

Los observadores tienen la impresión de que las "milicias" de Nguesso, popularmente conocidas como "cobras", pese a estar en desventaja en artillería pesada respecto a las fuerzas gubernamentales, podrían controlar el aeropuerto, el punto más estratégico de Brazzaville.

Las fuerzas de Nguesso controlan parte del centro de la ciudad y los barrios al norte, mientras que las fuerzas gubernamentales ocupan una parte del río Congo y del centro de la ciudad.

La parte sur de Brazzaville, donde no han llegado los combates, se encuentra bajo el control de la "neutral" milicia de Bernard Kolelas, alcalde de la ciudad. EFF

nc/vm/rt

0./15/19-06/97

[illegible]

[illegible] POXBT 06-16 00652

[illegible]

CONGO CRISIS (previsión)

CAMBIO DE POSTURA FRANCESA DESPIERTA ESPERANZAS Y PREOCUPACION

Por Nikola Vidic[illegible]

Kinshasa, 16 jun (EFE). El hecho de que Francia no descartara hoy, lunes, la posibilidad de participar en una eventual fuerza internacional de interposición en Congo despertó esperanzas, pero también sospechas sobre lo que en realidad París pretende hacer en su antigua colonia.

Pese a que Jacques Rummelhardt, portavoz del ministerio de Exteriores francés, explicó que la participación de su país está condicionada a que la fuerza de interposición sea instaurada por la comunidad internacional, desde la ONU a la Organización de la Unidad Africana (OUA), en círculos políticos congoleses -tanto en Congo como en la República Democrática de Congo (antiguo Zaire)- este cambio de actitud fue recibido con "extrema precaución".

Francia participó el pasado fin de semana activamente en las primeras negociaciones en Brazzaville entre los contendientes: el presidente Pascal Lisuba y el general Denis Sasu Ngueso, aunque la reunión, celebrada en la residencia del embajador francés, no produjo otros resultados inmediatos que el acuerdo de proseguir los contactos en "terreno neutral" de Libreville.

En las "consultas extraoficiales" hoy en Libreville, una de las opciones que estudiaron los mediadores era, justamente, implantar en el terreno una fuerza de separación capaz de garantizar la pacificación.

Los representantes de Lisuba y Ngueso llegaron el domingo a Libreville en compañía de miembros del Comité de Mediación congolés que intentó una primera aproximación en Brazzaville, fracasada al diferir radicalmente las posturas cuando se habló de desarmar a las "milicias".

Los observadores militares estiman que las "milicias" de Ngueso, popularmente conocidas como "cobras", cuentan con unos 8.000 elementos armados equipados con morteros ligeros y misiles "RPG-7".

Mientras, en Libreville se esperaba a una media docena de presidentes de países vecinos para apoyar la iniciativa de paz del presidente gabonés, Omar Bongo, y la formación de una eventual fuerza de interposición cuya composición, según todas las indicaciones desde Brazzaville, Sasu Ngueso no desea ceñida a los países francófonos.

Entre tanto, reinaba hoy en Brazzaville -donde las fuerzas leales al presidente y las "milicias" de Sasu Ngueso combaten desde hace once días- una precaria calma interrumpida por ráfagas de armas automáticas, aunque la artillería pesada guardaba silencio.

El general Nguesso, cuyas "milicias" tienen la ventaja en el terreno, pretende que la fuerza internacional de pacificación garantice la celebración de las próximas elecciones presidenciales, inicialmente previstas para el 27 de julio de este año.

[illegible] Nguesso se afirma que la fuerza [illegible] y otros que garanticen [illegible] libres".

[illegible] EFE [illegible]

//

9708769

la iniciativa de Francia y Gabón para resolver el litigio por medios pacíficos, aunque ha trascendido que Washington no respaldaría una fuerza de interposición que no tuviera la aprobación de la ONU o al menos de la OUA.

El viernes pasado, Francia había rechazado la eventual participación de sus soldados en una fuerza de interposición, afirmando que su contingente, que tenía que ser retirado el domingo, estaba ahí exclusivamente para asegurar la evacuación de cerca de 6.000 extranjeros atrapados en la capital congoleña, operación que culminó con éxito entre el 7 y el 15 de este mes.

Pero la estadía del contingente fue prolongada el domingo en el último momento "por algunas horas", cuando quedó claro que las fuerzas de Nguesso ocuparían el aeropuerto tras la salida del último soldado francés.

También se da por seguro que la salida del destacamento francés y la lentitud con la que habitualmente reacciona la comunidad internacional en situaciones como la de Congo dejarÁn sumido a este país africano en una guerra civil, porque es difícil creer en este momento que la iniciativa de paz franco-gabonesa prosperará, si no hay fuerzas en el terreno que la apliquen inmediatamente. EFE

nv/eon/ll

06/16/18 37/97

9708769

XA3483

U POXBT 06-19 00647
mun exg

CONGO-TREGUA
MEDIADORES PEDIRAN A ONU FUERZA AFRICANA INTERVENCION

Libreville, 19 jun (EFE).- Los mediadores internacionales para el conflicto en Congo-Brazzaville pedirán al Consejo de Seguridad de la ONU que apoye el despliegue de una fuerza africana de interposición. dijo hoy un enviado de la ONU y de la Organización de Unidad Africana (OUA), Mohamed Sahnun.

En la víspera del fin de la tregua de tres días en Brazzaville, el Comité Internacional de Mediación, reunido en la capital gabonesa, también instó a Francia a detener la retirada de sus tropas en la República de Congo hasta que sea reemplazada por la eventual fuerza interafricana.

Al mismo tiempo, solicitó a todos los países miembros de la OUA contribuir con tropas, apoyo logístico u otro tipo de ayuda para poner en marcha la fuerza africana.

Sahnun declaró que el comité "ha autorizado a su presidente (el jefe de estado de Gabón, Omar Bongo) a tomar contacto cuanto antes con el Consejo de Seguridad de la ONU con vistas al despliegue de una fuerza interafricana de que sería encargada de contribuir al regreso de la paz y la estabilidad al Congo".

Asimismo el comité, "para evitar que exista un vacío, ha decidido proponer que el Gobierno francés, a la espera de la llegada de la fuerzas interafricana, aplace la retirada del contingente del Ejército francés que se encuentra actualmente en Brazzaville".

Sahnun llegó a Libreville desde Brazzaville, donde participó ayer en las llamadas "negociaciones técnicas y sanitarias" entre los beligerantes enfrentados: las Fuerzas Armadas, leales al presidente Pascal Lisuba, y las milicias del general Denis Sasu Ngueso.

Tras reunirse con las partes en conflicto, Sahnun declaró que "hay una voluntad visible para mantener la actual situación de calma y el alto el fuego, al igual que evitar la reanudación de combates, lo que es, en todo caso, muy alentador".

El conflicto estalló el pasado día 5 cuando las tropas gubernamentales intentaron tomar por asalto la residencia de Ngueso, en el barrio popular de Mopila.

En opinión de Sahnun, sólo una fuerza de interposición puede garantizar la tregua, opinión compartida por Lisuba, que considera urgente el despliegue de una fuerza panafricana "que neutralizaría las armas pesadas y las retiraría a quienes no tienen el derecho a tenerlas".

Ngueso afirmó tras reunirse con Sahnun que "en principio" no se opone al despliegue de una tal fuerza internacional, pero duda de si esa medida abriría las puertas a una solución política duradera o eternizaría el conflicto.

Por el momento no hay aún una reacción oficial de París a la petición de Sahnun, debido al temor de que los legionarios franceses, destacados en el aeropuerto internacional Maya-Maya de Brazzaville, se vean implicados en los combates, si se reanuda el conflicto.

Los refugiados congoleños que consiguen atravesar el río Congo hasta la vecina Kinshasa consideran "muy frágil" la tregua, aunque ha logrado que cesen los bombardeos de artillería de las tropas

gubernamentales que arrasaron los barrios del norte de Brazzaville controlados por las milicias de Ngueso.

Esa parte de la ciudad está "prácticamente vacia" debido a que sus habitantes se marcharon a zonas más seguras, declararon varios refugiados a EFE.

Expertos militares y políticos consultados expresaron el temor de que las comandancias de las fuerzas beligerantes carezcan de suficientes medios para controlar a sus hombres y que éstos reanuden la lucha tras la retirada de las tropas francesas.

Inicialmente, las tropas francesas tenían previsto abandonar el país tras culminar la evacuación de unos 6.000 extranjeros, misión cumplida el sábado pasado.

Ni el Ejército ni las milicias de Ngueso tienen poder de fuego suficiente como para inquietar a los soldados franceses, por lo que algunos diplomáticos occidentales opinan que los contendientes suspendieron la lucha sólo a la espera de que Francia retire su destacamento.

Esa impresión pesimista se ha visto reforzada tras la decisión de EEUU, Rusia y otros países de cerrar sus embajadas en Brazzaville y poner a salvo a su personal diplomático el miércoles. EFE

vae-nv-wm/arp

06/19/20-37/97

YA7584

U EOXBT 06-21 00241

mun exg

CONGO-CRISIS

PRESIDENTE LISUBA Y NGUESO PACTAN NUEVA TREGUA DE SIETE DIAS

Brazzaville, 20 jun (EFE).- Las tropas gubernamentales leales al presidente del Congo, Pascal Lisuba, y las milicias del ex presidente Denis Sasu Ngueso acordaron hoy un nuevo alto el fuego de siete días, al vencer a medianoche (23.00 GMT) una anterior tregua de tres días.

El pacto fue alcanzado por representantes de Lisuba y Ngueso en la residencia del alcalde de Brazzaville, Bernard Kolelas, líder de una de las tres facciones político-militares del país que se ha mantenido al margen del conflicto.

Un portavoz de Kolelas precisó que el nuevo alto el fuego ha entrado en vigor a partir de las 23.00 GMT de hoy, viernes.

La noticia se produce horas después de que Francia retirara a sus últimos soldados destacados en el Congo, una vez completada la operación de evacuación de cerca de 6.000 extranjeros ante el temor a un recrudecimiento de los combates.

En la operación participaron 1.250 soldados, entre legionarios, tropas de la Marina y Fuerzas Espaciales, incluidos algunos destacamentos de bases militares francesas de Africa.

Parte de los soldados y del material militar ha sido repatriado a Francia y otra parte a bases de Libreville y Yamená, según informaron en París fuentes militares francesas.

El conflicto congoleño comenzó el pasado día 5 cuando tropas gubernamentales intentaron tomar por asalto la residencia del general Ngueso, situada en un barrio popular de Brazzaville, ante lo cual las milicias del ex presidente marxista respondieron con las armas.

Los comates han causado al menos 3.000 muertos, según algunas fuentes independientes. EFE

ibr/arp

06/21/00-25/97

15

9708769.

YA4133

U POXBT 06-28 00729
mun exo

CONGO-CRISIS (Análisis)
EL ANTAGONISMO TRIBAL DESTRUYE Y MATA EN EL CONGO

Por Nikola Vadjon

Kinshasa, 28 jun (EFE).- La situacion de profundo antagonismo tribal que atraviesa la República del Congo, donde en el actual conflicto se perfila con cada vez más fuerza como vencedor el general Denis Sasu Ngueso, no es ninguna novedad para Africa.

En la mañana de hoy, sábado, las "milicias" de Ngueso ya controlaban el punto estratégico de Brazzaville, el aeropuerto de "Maya-Maya", aunque esto no le dará ventajas inmediatas porque las fuerzas de Pascal Lisuba, que ayer perdieron su último carro de combate, tienen aún a su alcance la pista principal.

Todo lo que ocurre en Brazzaville confirma un hecho bien conocido localmente: el Congo del actual presidente Pascal Lisuba se cuenta entre los países más inestables de Africa Central.

De los seis presidentes que Congo tuvo en sus 37 años de independencia ninguno de estos Jefes de Estado -Fulbert Yulu, Masamba-Debat, Marien Nguabi, Yombi Opango, Denis Sasu Ngueso y Pascal Lisuba-, vivió un mandanto normal.

El país estaba continuamente envuelto en diferentes convulsiones que tenian como trasfondo el mismo elemento: el antagonismo tribal -lo que transferido al lenguaje europeo sería lo equivalente al regionalismo nacionalista- que conlleva la rivalidad entre las poblaciones del "Norte" y del "Sur", es decir en el caso de Congo, entre los Bangala y los Bakongo.

País laico, unitario, Congo es hoy víctima de la lucha que libran sus propios hijos por la conquista o la conservación del poder siendo un hecho lamentable que para alcanzar su objetivo sus líderes políticos recurrieran al siempre sensible factor tribal.

Hoy muchos lamentan en Brazzaville, en buena parte destruido a causa del actual conflicto, las consecuencias a las que llevó el recurso al asunto tribal, un elemento incontrolable en Africa donde las fronteras coloniales se establecieron de acuerdo a paralelos y meridianos.

El tribalismo africano, si se analiza un poco más profundamente, tiene en esencia las mismas raíces que el nacionalismo que surge en muchas partes del mundo: Bosnia, Croacia, Chechenia, País Vasco (España).

Conviene decir que a la sombra de este fenomeno, que no es algo exclusivo del Congo, actuan las potencias extranjeras que pretenden alcanzar fines que no necesariamente conjugan con los del pueblo congoleño.

Hace algunos días solamente el presidente Lisuba se quejó publicamente de que Francia le abandonó en el actual conflicto por haber concedido a una multinacional norteamericana concesiones petrolíferas en el litoral de Congo.

Con su declaración dejó una fuerte impresión en la opinión pública de que Francia, cuatro decenios después de la indepedencia, considera a sus ex colonias como una "reserva de caza exclusiva".

El agravante de la actual crisis congoleña, que se desarrolla bajo la mirada de su "capital gemela", Kinshasa, es que el régimen de Lisuba apoyaba al regimen dictatorial del recientemente defenestrado Mobutu.

Es justo por esta razón que en el seno de la Alianza de

Fuerzas Democráticas de Liberación de Congo (AFDLC) en el poder en la vecina Republica Democratica del Congo (RDC) predomina la opinión de que hay que apoyar a aquellos que están en contra del actual régimen.

En Kinshasa no se olvida facilmente que Lisuba acogió en las últimas semanas del régimen de Mobutu a unos 100.000 de sus adeptos, entre miembros de las fuerzas armadas, del Movimiento Popular Revolucionario (MPR) y familiares del ex dictador zaireño.

Las granadas que en las últimas 24 horas cayeron sobre Kinshasa -se habla de una docena- tuvieron la misma respuesta desde este lado, algo que representa un agravante en las relaciones entre los dos paises.

Y todo ello con la particularidad de que las "dos capitales más proximas en el mundo" están separadas sólo por unos cuantos kilómetros del río Congo pero al mismo tiempo ligadas con múltiples lazos, inclusive de sangre.

En relación con Francia, que está en la sombra del conflicto de Brazzaville, círculos próximos al presidente de la RDC, Laurent Kabila, opinan que hasta que no se vean claramente las intenciones del nuevo gobierno del primer ministro galo, Lionel Jospin, todo se debe reducir a la "cortesía diplomática".

"No vemos que es lo que ganaríamos (la RDC) con normalizar las relaciones con Francia, conocida por sus buenas relaciones con los dictadores (africanos), a no ser que sea la de abrir puertas para introducir también en el Congo los antagonismos tribales semejantes a los que le permiten tener en sumisión a sus antiguas colonias", explicó un asesor de política exterior del actual Jefe de Estado. EFE

nv/co/jpg

06/28/13-15/97

11-17

9708769

XA3494
U FOXBT 06-19 00214
mun exg

EEUU-EGIPTO
GOBIERNO MANTIENE PROPUESTA AYUDA ECONOMICA Y MILITAR A EGIPTO

Washington, 19 jun (EFE).- El Gobierno de EEUU mantuvo hoy su propuesta de otorgar a Egipto una ayuda económica y militar por valor de unos 2.100 millones de dólares durante el próximo año fiscal.

Esta ayuda, propuesta por el departamento de Estado, está destinada a favorecer la estabilidad del país y fomentar con ello el proceso de paz en Oriente Medio, dijo un portavoz.

Sin embargo, un subcomité del Senado aprobó el miércoles una serie de ayudas a países extranjeros, pero no asignó fondos concretos a Egipto porque consideró que ese país está aumentando sus contactos con Libia.

Israel sí recibirá los 3.000 millones de dólares propuestos, según estableció el subcomité, por lo que por primera vez desde 1978, año en que se firmaron los acuerdos de paz de Camp David, sólo uno de esos dos países tiene asegurada, por ahora, la recepción de la ayuda estadounidense.

El portavoz del departamento de Estado consideró que el proyecto de ley del subcomité del Senado todavía puede ser enmendado durante el proceso legislativo.

Además de estas ayudas, Washington anunció hace pocos días la creación de un fondo para la paz y la estabilidad en Oriente Medio, que posibilitaría un aumento de 100 millones de dólares en la ayuda estadounidense que recibe Jordania. EFE

rcf/mv/arp

06/19/23-38/97

9708771

Intercepten barco

518593

9-6-97

11876

10022 521638

10201 11869

con armamento para golpe de ESTADO en Guinea ecuatorial

21 8 97

NZ

GUINEA-GOLPE

PRESIDENTE OBIANG SABIA DEL SUPUESTO GOLPE DESDE MARZO

Madrid, 9 jun (EFE).- Las autoridades de Guinea Ecuatorial sabían que se estaba preparando un golpe contra el presidente Teodoro Obiang Nguema, dijo hoy lunes, a EFE, el ministro guineano de Asuntos Exteriores y Cooperación, Miguel Oyono.

Oyono hizo estas declaraciones, desde la ciudad de Bata, capital de la parte continental del Río Muni, tres semanas después de haber sido interceptado en el puerto angoleño de Cabinda un barco cargado con material bélico adquirido ilegalmente y destinado, al parecer, a Guinea Ecuatorial.

Entre el material aprehendido en el barco "Sana I" figuraban 23 fusiles, 16 cargadores, 80 granadas, 23 lanza-granadas y pistolas y munición diversa.

Oyono, que viajaba al interior del país para "despachar" con Obiang que se encuentra en Mongomo, su ciudad natal, aseguró que el Gobierno "ya tenía la información de toda la trama conspiradora desde el mes de marzo".

El jefe de la diplomacia guineana, que representó a Obiang en la cumbre de la OUA celebrada la semana pasadoa en Harare, reveló también que "el Gobierno está en contacto permanente con las autoridades angoleñas y, cuando las circunstancias nos lo permitan, daremos a conocer con detalle todos los aspectos relacionados con la operación, con nombres y apellidos, las conotaciones y las implicaciones".

El ministro de Exteriores señaló que dadas las "implicaciones" y los "implicados" de este asunto "tan grave", el Gobierno lo toma con suficiente cordura y responsabilidad, y se pronunciará "oportunamente".

"El Gobierno no puede actuar bajo sospechas. Tenemos toda la información y sabemos quiénes son los mandatarios y los mandados", afirmó.

Estos hechos "confirman lo que venimos diciendo, que al margen de las exigencias de la democracia existen designios ocultos e inconfesados", dijo Oyono.

Sobre si este supuesto intento de golpe de Estado incrementará la falta de libertad de movimiento que siguen sufriendo los dirigentes de la oposición, Oyono contestó que "si la oposición es responsable no tiene nada que reprocharse y, por otro lado, acciones de violencia y de terrorismo nada tienen que ver con los ideales políticos y los principios democráticos".

El titular de Exteriores manifestó que en Guinea "no hay pánico ni preocupación", y recordó que "los actos que atentan contra la seguridad del Estado no son democráticos". EFE

30/im

06/09/16-15/97

1-1

9708771

XJ9101
U POXRT 06-14 00509
mun exo icx

MARRUECOS-ELECCIONES (Previsión)
RESULTADOS OFICIALES TIENDEN A DESEQUILIBRAR A LA OPOSICION

por Alberto Masegosa

Rabat. 14 jun (EFE).- Los resultados oficiales de las municipales celebradas el viernes en Marruecos amenazaban hoy con romper el equilibrio interno de fuerzas de la oposición, cuando todo indica que fortalecerán al sector conservador en detrimento del progresista.

De confirmarse esa tendencia, que parecía ya perfilada con más de dos tercios de los votos escrutados, los resultados electorales debilitarán a las corrientes opositoras más reformistas frente a las más arcaizantes, en su negociación para presentar listas comunes en las legislativas de finales de verano.

Según el recuento de votos que arrojaban esta mañana los ordenadores del ministerio marroquí del Interior, el principal partido conservador de la oposición, el nacionalista Istiqlal, encabezaba con largueza los resultados, cuando se llevaban escrutadas 17.080 de las 24.253 circunscripciones en juego.

El recuento situaba al Istiqlal ganador en 3.005 de esas circunscripciones, mientras que su principal socio en el bloque de oposición, la progresista Unión Socialista de Fuerzas Populares (USFP), solo ocupaba la quinta posición con su victoria en 1.845 circunscripciones.

Estos resultados rompen la relación de fuerzas que ambos partidos mantenían desde las legislativas de 1993, cuando la USFP logró ser la formación de oposición más votada, por delante del Istiqlal.

El vuelco se produce en una coyuntura crucial, ya que los dos partidos se disponen ahora a negociar entre ellos con el objetivo de presentar candidatos únicos en las próximas elecciones generales.

Esas legislativas servirán, según todos los indicios, para que los diputados electos de la oposición logren una mayoría suficiente para formar gobierno, de acuerdo con el deseo expresado explícitamente por el propio rey Hasan II.

Las municipales de ayer habían sido presentadas en ese contexto como una prueba de ensayo de las próximas generales, en un proceso que había sido encauzado por el pacto electoral suscrito el pasado marzo entre el Gobierno del soberano y la oposición.

Ese pacto obligaba a la administración a respetar la voluntad popular en las elecciones previstas, y a los partidos opositores a no cuestionar los resultados oficiales, en la confianza de que le serían favorables.

Lo que pocos observadores habían previsto es que los resultados fueran favorables a sólo parte de la oposición y penalizaran a la otra, aunque durante la campaña electoral previa ya habían comenzado a aparecer signos de un cierto distanciamiento entre los principales socios del bloque opositor.

La USFP denunció en los días previos a la jornada de votación los esfuerzos realizados por algunos candidatos del Istiqlal por desprestigiar a sus rivales socialistas, lo que consideró que no favorecía el buen ambiente que debe reinar entre dos fuerzas políticas condenadas después a coaligarse.

Las denuncias de "irregularidades" masivas formuladas por la USFP durante la jornada electoral contrastaban a continuación con la actitud mantenida por el Istiqlal, que durante todo el día de ayer mantuvo un mutismo casi absoluto sobre las condiciones en que se desarrollaban los comicios. EFE

am/jal

06/14/17 05/27

01-02

XA3081

U EOXBT 06-13 00486
mun e.o

MARRUECOS ELECCIONES (resumen)
DENUNCIAS DE "IRREGULARIDADES" GENERALIZADAS POR TODO EL PAIS

Rabat, 13 jun (EFE).- El primer partido de la oposición marroquí, la "Unión Socialista de Fuerzas Populares" (USFP), denunció esta noche, al cierre de los colegios electorales "flagrantes irregularidades" en todo Marruecos durante la jornada de comicios municipales celebrada hoy en este país.

En un comunicado detallado, la USFP denunció "compra de votos por candidatos, presiones contra electores por parte de las autoridades locales y agresiones contra militantes" de los partidos de oposición.

Según la USFP, estas irregularidades se produjeron en la práctica totalidad del territorio marroquí: Settat, Rabat, Tetuán, Tarudant, Kenitra, Uxda, El Jadida, Agadir, Mequinez, Casablanca, Tánger, Larache, y Bujador (Sáhara Occidental), entre otras localidades.

La USFP presentó querellas sobre todas estas "irregularidades" ante la Comisión Nacional de Elecciones, encargada de supervisar "la transparencia de los comicios".

Estas querellas situan sin embargo a la "Unión Socialista de Fuerzas Populares" en una comprometida situación, ya que es uno de los partidos firmantes del pacto de "buena conducta electoral" suscrito el pasado marzo entre el Gobierno de Hasan II y las formaciones políticas de la oposición parlamentaria.

Ese pacto obligaba al Gobierno del soberano a respetar la voluntad popular y a los partidos de la oposición a no cuestionar los resultados, en la confianza de que les serían favorables.

El pacto tenía principalmente valor de prueba de ensayo ante una cita electoral mucho más trascendente, las legislativas de finales del próximo verano, que según todos los indicios servirán para que la actual oposición parlamentaria obtenga una mayoría suficiente para formar gobierno.

El propósito de todo este proceso es encauzar lo que en Marruecos se conoce como la "alternancia consensuada", es decir el acceso al reparto de cargos públicos por parte de partidos tradicionalmente relegados de la administración.

El propio soberano alauí se había fijado a principios de esta década el objetivo de que la oposición entrara en su ejecutivo, como prueba del funcionamiento "democrático" del régimen alauí, y de sus reformas institucionales.

En este último sentido, algunos de los concejales elegidos hoy integrarán también las tres quintas partes de la segunda cámara de representación territorial cuya creación fue aprobada en referéndum en septiembre de 1996.

No obstante, las autoridades marroquíes no han fijado aún el número total de escaños de que constará esa segunda cámara.

13 millones de electores estaban convocados hoy a las urnas para elegir entre las 102.177 candidaturas de trece partidos políticos y personalidades independientes que se disputaban los 24.253 escaños de concejal en juego, 5.775 en el ámbito urbano y 18.478 en el mundo rural.

Los elegidos comprondrán los 249 municipos urbanos y los 1.298 rurales integrados en las 16 regiones en que está dividido administrativamente el territorio marroquí, incluido el territorio del Sáhara Occidental. EFE
amg. fn/arp

02-02

Nigeria: el

Desde el golpe militar de 1993, la violación a los derechos humanos se convirtió en una constante entre los nigerianos



NADINE GORDIMER

Premio Nobel de Literatura en 1991.

JULIO de 1994. El Oil Daily informa que el general Sani Abacha, presidente de la Junta Provisional de Gobierno de Nigeria y comandante en jefe de las fuerzas armadas, ha respondido a las huelgas de los trabajadores petroleros y a las demandas de una mayor participación de las comunidades locales en las ganancias "instaurando la pena de muerte para cualquiera que interfiera en los esfuerzos del gobierno para 'revitalizar' la industria petrolera".

Noviembre de 1995. El general Abacha pone en práctica su intención ejecutando al escritor Ken Saro-Wiwa y otras ocho personas que habían expresado su preocupación por el bienestar de la minoría étnica ogoni y la depredación de su medio ambiente en relación con la explotación de petróleo en el sur del país.

Marzo de 1997. El gobierno militar del general Abacha acusa a Wole Soyinka, ganador del Premio Nobel de Literatura e influyente defensor de la causa ogoni, del delito de traición. El general Abacha insiste –su decisión no se ha visto modificada en ningún punto por sus otras declaraciones– en que Nigeria está en el camino hacia la democracia, que culminará con la instauración de un gobierno civil en octubre de 1998. El castigo que pesa sobre la cabeza de Wole Soyinka es la pena de muerte.

En todos estos años el tema de las libertades de prensa y de expresión en Nigeria se ha convertido en una cuestión fundamental para los nigerianos y aquellos que jamás hemos pisado ese país, pero sabemos que si –en lo que con optimismo se llama la aldea global– se corta la luz en una calle, la falta de electricidad es responsabilidad de todos los habitantes.

Consecuencias

Muchos periodistas han sido detenidos, algunos han desaparecido (vivos o muertos). Por momentos, el tema de la libertad de prensa pareció independiente del de la pena de muerte aplicada a individuos que apoyaban al pueblo ogoni.

Pero ambos temas son una misma cosa: mientras algunos periodistas cayeron en desgracia ante el régimen por criticar aspectos de su gobierno no relacionados con la industria del petróleo, un número abrumador ha sucumbido por informar y condenar las condiciones en que funcionan los campos de petróleo de Ogoni, especialmente en la empresa conjunta del gobierno con la Royal Dutch/Shell.

En Nigeria alguien puede ser ejecutado por colocar el humilde bienestar humano en el mismo nivel que las ganancias del petróleo. Ken Saro-Wiwa y las otras ocho personas lo pagaron con su vida y es intención del general Abacha que éste también sea el precio que pague Wole Soyinka.

Soyinka vive en el exilio, pero esto de ningún modo significa que esté a salvo. Tiene la fama y la elocuencia necesarias para garantizarle ser oído en cualquier lugar del mundo donde hable, como lo hará, sobre los abusos contra los derechos humanos en Nigeria. Y hay nigerianos viviendo en todas partes del mundo, entre los cuales el general Abacha podría encontrar a alguien dispuesto a ejecutar la pena de muerte dictada a Soyinka.

La importancia que para Nigeria tiene la industria petrolera no puede negarse. Los campos petroleros son la fuente del 80% de sus ingresos. El país y su gente deben aprovechar este generoso recurso. Pero comprar petróleo nigeriano en las condiciones imperantes es hacerlo al precio de la sangre. La sangre de otro pueblo, la imposición de la pena de muerte a los nigerianos.

El mismo viaje

Gopalkrishna Gandhi, nieto de Mohandas K. Gandhi y actualmente alto comisionado de la India en mi país, Sudáfrica, declaró hace poco: "La tarea de considerar el desarrollo igualitario de toda la humanidad como un solo vehículo, un solo viaje, aún no ha sido completada". Shell, el petróleo, la tiranía del régimen de Abacha: éste es un asunto nuestro, de nuestro gobierno, de nuestras organizaciones internacionales; es nuestro viaje.

◆◆◆

El petróleo y la tiranía del régimen de Abacha son un asunto nuestro

Como soy una sudafricana que se dirige a los norteamericanos, cuando se trata de la acción o de la falta de acción de diversas naciones tiendo a centrarme en nuestros dos países. Pero creo que hay una razón de más peso. El de ellos es el país más poderoso de la Tierra en este momento, el nuestro es el de mayor estatura moral, representada por el presidente Nelson Mandela y nuestra transición hacia la libertad democrática a través de la reconciliación con nuestros enemigos, después de una penosa historia de violación de los derechos humanos bajo el apartheid. ¿Qué están haciendo estos dos países con respecto a la violenta represión de los derechos humanos en Nigeria?

En 1995, el Congreso de Escritores Sudafricanos realizó una manifestación ante el Consulado de Nigeria en Johannesburgo contra la burla a la justicia que fue el juicio y ejecución de Ken Saro-Wiwa, y a ella se unieron representantes de los gremios, del Congreso Nacional Africano y miembros de grupos de defensa de los derechos civiles. El Consulado nos recibió haciendo funcionar el riego automático.

Pero esto no ahogó nuestras convicciones. Se formó una Comisión de Apoyo a Nigeria que llevó a cabo con éxito una campaña para informar al público e impulsar la acción del gobierno, éste no ha reaccionado con la misma energía, hasta ahora, en el caso de Soyinka. Las diversas asociaciones de periodistas, aunque muy activas en los temas de la libertad de prensa y los derechos humanos, no se han abocado de manera significativa al destino de sus colegas de Nigeria.

¿Qué ha hecho el gobierno sudafricano? Después de las ejecuciones de noviembre de 1995, la inmediata y clamorosa condena que hizo el presidente Mandela de esta grosera violación a los derechos humanos [illegible]

petróleo se paga con sangre

• Según la autora, en aquel país "alguien puede ser ejecutado por colocar el humilde bienestar humano en el mismo nivel que el petróleo" • Por eso, la Premio Nobel pide a la comunidad mundial una enérgica reacción contra el régimen de Abacha

bierno de la Commonwealth británica a quitarle a Nigeria su calidad de miembro.

Posteriormente, Mandela hizo un llamado a sus principales socios comerciales, incluidos los Estados Unidos, para que impusieran sanciones a Nigeria. No tuvo éxito.

En lo que se refiere a nuestro continente, en 1996 Mandela reconoció que "Africa no habla con una sola voz" en el tema de Nigeria. La Comunidad para el Desarrollo del Sur de Africa y la Organización para la Unidad Africana se han mostrado cautelosas con respecto a cualquier "interferencia" en los Estados africanos hermanos. Los representantes de los países de Africa occidental y el secretario general de Naciones Unidas Butros Ghali fueron partidarios de tratar con sordina el tema de Nigeria con el pretexto de que este país es responsable del imperio de la ley y el orden en Sierra Leona y Liberia al haber enviado allí una gran fuerza de paz.

Sudáfrica, aparentemente decepcionada por el fracaso de la acción unilateral, aun cuando proviniera de la indiscutible autoridad moral de Mandela, se volvió menos osada. El gobierno sudafricano ha adoptado ahora una política multilateral a través de su participación en la Commonwealth y en la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, que ha tratado de que el general Abacha aceptara, sin restricciones inadmisibles, una misión investigadora. Recientemente, Sudáfrica fue el lugar de reunión de un encuentro panafricano para la creación de un Tribunal Africano de Derechos Humanos y de los Pueblos, que el Consejo de Ministros de la Organización para la Unidad Africana analizará en junio.

Condena

Tanto Mandela como el ministro de Relaciones Exteriores de Sudáfrica, Alfred Nzo, han condenado públicamente las acciones contra Soyinka y otras quince personas. Y en una reunión de la Comisión de Derechos Humanos celebrada en Ginebra, en abril, Sudáfrica puso de manifiesto el resurgimiento de su espíritu independiente al romper filas con otros catorce países y votar para someter a Nigeria a una investigación especial de la ONU por sus violaciones a los derechos humanos. Esta oposición a los salvajes y repetidos atentados del general Abacha contra los derechos humanos y la vida debe ser mantenida con decisión para que constituya un ejemplo para los Estados africanos que faltan de manera vergonzosa a sus responsabilidades.

En 1995, el gobierno de los Estados Unidos "condenó enérgicamente" las ejecuciones de Saro-Wiwa y otras personas y la forma en que se declaró culpables a las víctimas, sin respetar el sistema judicial. El presidente Clinton prohibió la venta de material militar a Nigeria y extendió las restricciones que actualmente pesan sobre las visas a todos aquellos "que activamente formulan, implementan o se benefician con políticas que impiden la transición de Nigeria hacia la democracia". Los Estados Unidos también se opusieron a que el Fondo Monetario Internacional concediera a Nigeria préstamos, créditos o ayuda para aliviar el peso de su deuda.

Pero durante 1996, los Estados Unidos, al igual que otros países, fueron más enérgicos con las palabras que con las acciones. En mayo del año pasado, en el Congreso se debatió un proyecto de ley destinado a codificar las sanciones contra Nigeria, pero nunca fue sometido a votación. A pesar de que en junio de 1996 el subsecretario de Estado, John Shattuck, visitó a Nigeria y señaló "un deterioro sistemático de la situación de los derechos humanos" desde 1993, y de que los Estados Unidos condenaron enérgicamente al gobierno militar y las violaciones a los derechos humanos, no se tomó ninguna medida para llevar estas declaraciones a la práctica.

En enero de 1997, el vocero del Departamento de Estado, Nicholas Burns, reiteró la "grave preocupación" de los Estados Unidos por las repetidas y nuevas detenciones de nigerianos. Entonces llegó el 12 de marzo y la pena de muerte dictada a Wole Soyinka y otras 15 personas por el gobierno militar de Nigeria. Los Estados Unidos instaron al general Abacha a garantizar que "cualquier proceso fuera justo y abierto y se desarrollara en los tribunales civiles, asegurándose a los acusados total acceso a una adecuada representación elegida por ellos, a sus médicos y a su familia".

En marzo, la resolución de la Unión Europea sobre Nigeria fue presentada al Congreso de la siguiente manera: "Cuando analicen su política con respecto a Nigeria, por favor, tengan en cuenta la clara intención del régimen de Abacha de... excluir a los grupos opositores en las elecciones locales". La resolución instaba a la Commonwealth a expulsar a Nigeria en la siguiente reunión de los jefes de Estado a celebrarse en octubre, y hacía un llamado al Consejo Europeo para que declarara el embargo del petróleo nigeriano y congelara los fondos financieros del gobierno, sus funcionarios y sus familias.

En lo que va de este año, la respuesta oficial del gobierno de Clinton no va más allá de su apoyo al envío de una misión investigadora de la ONU a Nigeria. Todo lo que hay son conversaciones en el Congreso sobre la presentación de un proyecto de ley de codificación de las sanciones a Nigeria que ya están vigentes.

Según parece, lo único que queda es que los grupos defensores de los derechos civiles hagan lo que puedan por Wole Soyinka y por el tema más general y permanente del pueblo ogoni y el petróleo.

Para el PEN American Center, Amnesty International y los grupos ambientalistas tales como Friends of the Earth (Amigos de la Tierra), el desarrollo igualitario de toda la humanidad es un único viaje, en el cual no podemos abandonar a nuestros compañeros en las garras de los gobiernos militares. La carta abierta sobre la situación de Wole Soyinka firmada hace poco por ocho ganadores del Premio Nobel tiene por objeto plantear un reto al gobierno de los Estados Unidos y el mundo en general.

Las preocupaciones del PEN no se limitan al interés específico de los escritores. El PEN Center de los Estados Unidos ha publicado un notable informe sobre la relación entre Shell y Nigeria, que contiene una serie de preguntas planteadas a esta compañía y sus respuestas. El PEN pide a Shell que garantice el acceso de los periodistas y los observadores internacionales a la zona ogoni como condición necesaria para que la empresa retome sus actividades en la región, abandonadas en 1993 en razón de las acciones de los trabajadores y las protestas internacionales.

El PEN también quiere que Shell dé a conocer una declaración pidiendo disculpas por las críticas que, después de la ejecución de Saro-Wiwa, efectuó a las organizaciones internacionales que habían tratado de evitarla.

En el pasado, si bien Shell, en general, lamentó las violaciones a los derechos humanos, se eximió de su conexión con los abusos del gobierno de Abacha. El año pasado, Shell dio a conocer un "Plan para Ogoni", comprometiéndose a limpiar los derrames de petróleo y apoyar el desarrollo comunitario. Sin embargo, en una asamblea realizada este mes, desestimó una moción de sus accionistas para que auditores externos determinaran si Shell cumple con sus propias reglas.

Las medidas directas de los gobiernos, las Naciones Unidas, la UNESCO, la Unión Europea, la Organización para la Unidad Africana –formaciones con poder político– son esenciales para detener todos los abusos contra la carne, la mente y el espíritu en Nigeria. Cuando el mundo transforma el petróleo en el vehículo de lujo de la libertad democrática, debe asegurarse de que este petróleo no provenga de los ogoni de Nigeria y de que su precio no sea la explotación de este pueblo y la vida de personas como Saro-Wiwa y Wole Soyinka.



HORACIO FIDEL CARDO

No podemos abandonar a nuestros compañeros en las garras de los militares

9708773

02-02

Situación del Conflicto en Sahara Occidental

150090

23-6-97

11876
10022
515804
11164
11830

501869
515805

[illegible]

Londres, [illegible] (EFE). El mediador de la ONU para el Sahara, James Baker, [illegible] por separado a las delegaciones de Marruecos, el Frente Polisario, Argelia y Mauritania para informarse con más detalle sobre las respectivas posiciones ante una solución al conflicto del Sahara Occidental.

La primera en ser recibida fue la delegación marroquí, presidida por el primer ministro y ministro de Asuntos Exteriores, Abdelatif Filali, acompañado del embajador de Rabat ante la ONU, [illegible].

Ninguna fuente marroquí, ni tampoco el propio Filali, quiso informar sobre el contenido de las conversaciones que ayer y hoy mantuvo en la capital británica con el ex secretario de Estado norteamericano, designado representante especial del secretario general de la ONU, Kofi Annan, para el Sahara Occidental.

Flota en los pasillos de las conversaciones a puerta cerrada la idea de que Filali transmitió a Baker los deseos expresados hace unos meses por el rey Hassan II de llegar a una solución política ofreciendo cierta autonomía al Sahara, pero dentro del reino de Marruecos.

El propio Hassan II excluyó toda posibilidad de independencia, reivindicación del Frente Polisario y de la RASD (República Árabe Saharaui Democrática), reconocida por 70 países y por la Organización para la Unidad Africana (OUA).

El jefe de la delegación del Frente Polisario en las conversaciones de Londres y portavoz de Asuntos Exteriores de la RASD, Bachir Sayed, reiteró en Londres a Baker y a los medios de comunicación que la independencia del territorio saharaui es condición irrenunciable.

"Hemos venido a hablar solamente de paz y a tratar de impulsar el Plan de Paz de la ONU. No queremos hablar de otras vías, pero si la comunidad internacional declara su fracaso, el pueblo saharaui tiene experiencia de dos décadas y volverá a exigir su independencia por otras vías", manifestó Sayed.

Baker escuchó en Londres, protegido de la prensa por el Foreign Office, las respectivas posiciones de las partes y les formuló, personalmente o a través de uno de sus ayudantes, diversas preguntas orientadas a descubrir hasta qué punto están dispuestos a ceder para llegar a un entendimiento.

También recibió a la delegación de Argelia, encabezada por el ministro de Asuntos Exteriores, Ahmed Attaf, y a la de Mauritania, dirigida por el ministro designado por el presidente, Ahmed Ould [illegible].

Todo parece indicar que Attaf manifestó a Baker que sigue prestando su apoyo al pueblo saharaui a pesar de sus problemas internos.

El delegado mauritano, cuyo país abandonó la parte del Sahara que se le había atribuido al marcharse España en 1975, confirmó su neutralidad en el conflicto e insistió en la preocupación por la suerte de los [illegible] saharauis que residen en su territorio y que considera deben ser incluidos en el censo de votantes en el referéndum.

9708774

01-06

Polisario: 20 Años

■ Enviado especial de la ONU, James Baker busca desbloquear el conflicto del Sahara Occidental. Los saharauis tienen ahora más esperanzas que nunca de recuperar sus tierras ocupadas por Marruecos.



Bienvenido Mr. Baker: los saharau

cambio16

ARGEL.— En medio del desierto del sur de Argelia, uno de los muchos campamentos de refugiados saharauis envuelve a una escuela para mujeres hecha con ladrillos de adobe. El campamento y la escuela tienen el mismo nombre: 27 de febrero, el día de 1976 en que se proclamó la República Arabe Saharaui Democrática (RASD), que siempre ha existido en el exilio argelino.

Mohamed, un veterano soldado del Frente Polisario de permiso en el campamento, tiene una visión muy particular sobre la reciente visita de James Baker, el ex Secretario de Estado norteamericano que hoy es Enviado Especial del Secretario General de las Naciones Unidas para el Sahara Occidental. Baker llegó a la zona para entrevistarse con el presidente Mohamed Abdelaziz al final de una gira que ha incluido paradas en Rabat, Argel y Nuackchot (Mauritania).

En el interior de su choza de adobe, en la que toman té sus dos niñas y su mujer, el soldado tuerce el gesto cuando habla del conflicto que enfrenta a su pueblo con Marruecos desde 1975, cuando los marroquíes invadieron el Sahara Occidental forzando a los saharauis a buscar refugio en el desierto del Sur de Argelia.

Con los ojos reducidos a ranuras y el ceño fruncido, Mohamed pronuncia las palabras en castellano con lentitud y sin apenas mover sus labios cortados por el sol sahariano. "Con los marroquíes sólo funciona el fusil".

No se refiere al pueblo marroquí: "Ellos están tan mal como nosotros", puntualiza. Se refiere al rey Hassan II. "A ese es al que hay que pegarle un tiro. Porque nunca nos devolverá nuestra tierra hasta que muera. Eso lo sé yo como lo saben todos".

ARMAS Y REFERENDUM

Pero la generalización de Mohamed es, seguramente, [illegible]cesiva. No todos los más de 200.000 refugiados saha-[illegible] en Argelia piensan como él. La expectati-[illegible]

que el diálogo con Hassan es posible. Si todos cedemos, todos ganaremos".

Los alumnos de la escuela, financiada con el dinero de la cooperación internacional, recibieron a un grupo de políticos españoles, representantes de ONG y más de 50 periodistas extranjeros en formación casi militar a la vez que sostenían palomas de la paz hechas de papel. Era una visión paradójica, reflejo de un pueblo consagrado a una lucha que dura ya dos décadas, pero que quiere deponer las armas y dialogar directamente con el rey Hassan, con la bendición de Baker y de la ONU.

Que quieran deponer las armas no significa que no estén listos para utilizarlas si, a pesar de la visita de Baker, su deseado referéndum de autodeterminación, que se viene demorando desde 1992, no se celebra. Eso quedó claro el mismo día en que los niños posaron con las palomas de papel ante las cámaras de los periodistas extranjeros. En una impresionante demostración de fuerza, las tropas de retaguardia del Polisario



Fot: oscura

02

Bajo las Piedras



nis esperan recuperar sus territorios.

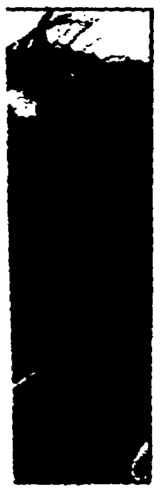


Soldados adolescentes: un miembro de tropa del Frente Polisario.

formaron a lo largo de más de tres kilómetros de desierto, igual que lo hicieran minutos antes los niños del colegio.

El objetivo de la maniobra era exhibirse ante los periodistas que fueron desplazados a esa franja del Sahara en los Land Rover del Frente Polisario. El despliegue incluía decenas de carros de combate soviéticos, cañones, tres baterías de SAM—6 tierra—aire y lanzacohetes. "Utilizaremos sólo el arma de la razón", declaró el ministro de Asuntos Exteriores saharaui, Bachid Mustafá Sayed, en una rueda de prensa posterior. Al fin y al cabo, las fotos de los cohetes ya estaban hechas.

Tanto los partidarios del diálogo como los más pesimistas y beligerantes, como el soldado Mohamed, comparten una obsesión total por recuperar su tierra y su independencia. En ese sentido, siempre impresiona al visitante la unidad que presentan en sus reivindicaciones niños, ancianos, jóvenes, enfermeros, profesores... todos sueñan con recuperar el Sahara Occidental. Todos hablan de lo mismo. Siempre.



n Smara.

INFIERNO DE LA "JAMADA"

El trozo de Sahara argelino que ócupan los saharauis es el peor Sahara. Es la *jamada*, el desierto sin dunas ni cactus, interminables y pedregoso. Los saharauis lo odian intensamente.

En medio de la *jamada*, en las construcciones de adobe y las tiendas del campamento de Zug, viven 4.200 personas que deben soportar temperaturas que superan los 55 grados en verano. Y cuando sopla el siroco, las tiendas se vienen abajo y todos los habitantes se tienen que refugiar en las construcciones de adobe.

Los saharauis no han conseguido acostumbrarse a vivir en el infierno de la *jamada*. El siroco les llena los ojos de arena. Las consultas de los hospitales financiados por las organizaciones internacionales están saturadas de casos de conjuntivitis y cataratas. Y el agua que beben, sacada del subsuelo y saturada de hierro, las provoca trastornos intestinales y mancha sus dientes.

Por contra, el Sahara Occidental, con sus dunas, con sus ricos bancos de pesca y minas de fosfatos, se presenta como una tierra de ensueño y esperanza. La añoranza de los saharauis por su tierra es tal que todos los topónimos de la zona de Argelia que ocupan están tomados de las ciudades y pueblos del Sahara Occidental.

Los saharauis hablan castellano. La mayoría, incluidos los niños, han vivido y estudiado en España y Cuba. Por eso son árabes peculiares: raramente se les ve rezando. Las mujeres sólo se cubren la cara cuando sopla el siroco. Ellas son las primeras en acercarse a los visitantes extranjeros.

Los saharauis han visto en James Baker a una especie de ángel de la guarda que le sacará de la *jamada* y les devolverá a sus amadas dunas, donde podrán trabajar y producir, dicen, sin tener que vivir casi integramente de la ayuda internacional como hacen ahora.

Ya se han comprometido a liberar a 85 prisioneros marroquies, en un gesto de buena voluntad. Pero Baker todavía no se ha comprometido. En la breve rueda de prensa celebrada tras su reunión con Abedlaziz, no aceptó preguntas y dijo con su marcado acento tejano que se limitaría a presentar su informe ante la ONU. Los saharauis tendrán que esperar.

XP0964

" FOXBT 06-22 00564
mun exg icx

SAHARA-ONU (Previsión)
NEGOCIACIONES EN LISBOA SOBRE FUTURO EX COLONIA ESPAÑOLA

Por Fernando Casares

Lisboa, 22 jun (EFE).- Delegaciones de Marruecos y del Frente Polisario iniciarán en Lisboa mañana, lunes, bajo los auspicios de la ONU, una nueva ronda de negociaciones sobre el futuro de la antigua colonia española del Sáhara Occidental.

Las negociaciones serán "directas y privadas", según fuentes de la ONU y tendrán como mediador al ex secretario de estado norteamericano, James Baker, encargado por dicha organización internacional de propiciar una solución a un conflicto que se arrastra desde que España abandonó aquel territorio en 1975.

Baker se reunió en Londres los pasados días 11 y 12 de junio con representantes de las dos partes para fijar la cita de Lisboa, haciéndoles constar que la ONU "no está dispuesta a esperar indefinidamente" una solución para el territorio en disputa.

En un principio se anunció que en la reunión de Lisboa partiparían asimismo representantes de Argelia y Mauritania, países directamente concernidos por el problema, pero este extremo ha sido desmentido a EFE por el portavoz de la Oficina de Información de la ONU en Lisboa.

"Se trata de una reunión a tres, de Marruecos, el Polisario y la ONU", señaló el portavoz.

Baker, enviado especial del secretario general de la ONU, Kofi Annan, para intentar resolver el problema, inició su misión el pasado 22 de abril con una visita que le llevó a Marruecos, al cuartel general del Polisario -ubicado en Tinduf, al suroeste de Argelia-, a Argel y a Mauritania.

Antes de iniciar este gira por el Magreb, Baker había declarado a la cadena de televisión CNN que la ONU "no está dispuesta a mantener indefinidamente su misión, demasiado onerosa, en el Sáhara Occidental".

"Si no se registran progresos, la ONU puede decidir su retirada, lo que podría tener trágicas consecuencias", dijo en esa ocasión.

Tras el final de la administración española del territorio, Marruecos y el Frente Polisario se enfrentaron en una "guerra del desierto" que forzó a un esfuerzo humano y financiero insoportable para ambas partes.

Rabat tuvo que enviar a la zona unos cien mil hombres, la mitad de los efectivos de las Fuerzas Armadas Reales (FAR), con el objeto de crear líneas de fortificación de los espacios "útiles" del territorio, tales como los yacimientos de fosfatos de Bukraa, puestos en explotación a comienzos de los años setenta por el Instituto Nacional de Industria español.

El conflicto obligó, de la parte de los nacionalistas del Frente Polisario, a la movilización de todos sus hombres válidos, hasta el extremo de que en los campos de Tinduf sólo quedaron mujeres, niños y ancianos.

El conflicto, que ninguna de las partes pudo resolver desde el punto de vista militar a su favor, terminó con un alto el fuego sobre fronteras tan inciertas como las arenas del desierto en 1991.

A partir de ahí la ONU creó una Misión para el Referendo en el

Sáhara Occidental (MINURSO), encargada de vigilar el alto el fuego y verificar el desarrollo de una consulta directa sobre una población sobre cuyo número y naturaleza las posiciones de Rabat y Tinduf son completamente divergentes.

Todas las reuniones anteriores entre Marruecos y el Polisario han fracasado precisamente a la hora de establecer el censo para el referendo, en el que se debe decidir si la población desea integrarse en Marruecos o permanecer independiente.

El mando de las tropas de MINURSO fue atribuido desde el comienzo de la misión a un oficial portugués y actualmente está desempeñado por el general de brigada Gonzalves Aranha. EFE

fc/msr

06/22/09-40/97

:H:770

[illegible] 06 27 [illegible]

[illegible]

SAHARA ONU (Previsión)

COMENZARON NEGOCIACIONES ENTRE MARRUECOS Y EL POLISARIO

Lisboa, 27 jun (EFE).- Las negociaciones entre Marruecos y el Polisario sobre el futuro del Sahara Occidental que patrocina la ONU se iniciaron hoy en un fuerte militar cercano a Lisboa bajo la presidencia del mediador especial de la ONU, el ex secretario de Estado americano James Baker.

La reunión fue preparada en Londres por Baker los pasados días 11 y 12 de junio y tiene por objeto poner fin a un problema que se arrastra desde que España salió hace 22 años del territorio, dividiendo su administración entre Marruecos y Mauritania.

Este segundo país cedió a Marruecos su parte, al no poder hacer frente a la guerra desencadenada por el pueblo saharaui, del que Madrid había preservado su 'derecho a la autodeterminación'.

Baker, encargado del problema el pasado mes de abril por el secretario general de la ONU, Kofi Annan, ha manifestado que la organización 'no desea perder el tiempo indefinidamente' con el caso.

La ONU estableció un plan de pacificación, tras el alto el fuego Marruecos-Polisario de 1991, que preveía la celebración de un referendo a comienzos de 1992 para que los saharauis optaran entre su adscripción a Marruecos o la independencia.

El problema es la interpretación del censo electoral para la consulta, pues el Polisario lo limita al último realizado por la administración española en 1974 (unas 74.000 personas) y Rabat lo amplía en 120.000 individuos más.

Según se interpreta en medios diplomáticos consultados por EFE, la reunión de Lisboa, presentada como 'última oportunidad' de arreglo bajo los auspicios de la ONU, deberá buscar una solución que 'salve la cara' de ambas partes, por el momento no encontrada.

La delegación marroquí está presidida por el primer ministro y ministro de Asuntos Exteriores del reino alauita, Abdelatif Filali y la saharaui por el 'primer ministro' de la RASD y miembro del secretariado nacional del Polisario, Mafud Ali Beiba.

El mediador de la ONU, el ex secretario de Estado americano James Baker, está acompañado por Chester Crocker y John Bolton, dos diplomáticos americanos con gran experiencia en Africa y Erik Jensen, el coordinador de la mision de la organización (MINURSO) para el Sahara Occidental.

En calidad de observadoras estuvieron presentes al inicio de la reunión delegaciones de Argelia, país en cuya región de Tinduf hay decenas de miles de saharauis refugiados, y de Mauritania, presididas repectivamente por el ministro de Asuntos Exteriores Ahmed Attaf y el secretario general de la Presidencia, Ahmed Uld Minni.

Tras hora y media los observadores salieron de la sala sin prestar declaraciones y las negociaciones continuaron 'a tres'.

La reunión se celebra en el Fuerte de San Julián de la Barra, una dependencia militar que en otros tiempos fué prisión, situada junto al río Tajo, al que los periodistas no tuvieron acceso.

Las delegaciones intervinientes han sido instaladas por el protocolo diplomático portugués en un mismo hotel de Estoril, asimismo fuertemente custodiado para evitar contactos con la prensa.

La reunión de hoy tuvo una duración de unas tres horas, no hubo declaraciones a la prensa y un portavoz de la ONU en Lisboa ha anunciado que no habrá ningún tipo de información hasta el final de la ronda negociadora, prevista para el miércoles, día en que es posible que Baker haga declaraciones.

Al margen de la negociación, el ministro portugués de Asuntos Exteriores, Jaime Gama, se entrevistó [illegible] con su colega argelino, Ahmed Attaf [illegible] por la tarde con el marroquí, Filali. Al término de su participación en las negociaciones, [illegible] un comunicado [illegible] por el ministerio portugués.

[illegible] el mediador James Baker. EFE

[illegible]

06-06

9708774

[illegible]

XW5439

U POXBT 06-02 00251

ics exp mun

SIERRA LEONA (ampliacion)

TROPAS NIGERIANAS BOMBARDEAN FREETOWN

Freetown, 2 jun (EFE).-Tropas nigerianas lanzaron hoy, lunes, un ataque en Freetown para sofocar a los líderes golpistas que derrocaron hace ocho dias al presidente Ahmed Tejan Kabbah.

El ataque comenzó a las 06.00 (hora local y GMT) y fue lanzado desde un barco nigeriano fondeado frente a las costas de la capital sierraleonesa.

Los golpistas respondieron con disparos de armas automáticas y los enfrentamientos se intensificaron sobre las 07.15.

Nigeria, que tiene un contingente de unos 2.000 soldados en Freetown, ha insistido en los últimos dias en la necesidad de restablecer en el poder al presidente derrocado, pero las negociaciones con los jefes golpistas del Consejo de Fuerzas Armadas Revolucionarias (CFAR) quedaron bloqueadas esta madrugada.

La única concesión que han hecho los golpistas es acortar el periodo transitorio previo a la celebración de elecciones, pero han rechazado tajantemente la devolución del poder a Tejan Kabbah, elegido democráticamente hace catorce meses.

El ministro nigeriano de Relaciones Exteriores, Tom Ikimi, subrayó el domingo que su Gobierno adoptará las "acciones apropiadas" para asegurar la paz y la estabilidad en Sierra Leona y restablecer al gobierno legítimo.

Los gobiernos africanos han condenado unánimemente el golpe de estado y sus jefes, reunidos en la cumbre que la Organización de la Unidad Africana (OUA) celebra desde hoy en Harare, tienen previsto adoptar medidas para aislar al nuevo consejo militar sierraleonés y a su líder, el comandante Paul Koroma. EFE

mc op

06/02/08-34/97

XIK804

U POYBT 96 02 00575
ICX MUN

SIERRA LEONA-ATAQUE (Previsión)
POBLACION FREETOWN CONDENA ATAQUE NIGERIA

Freetown, 2 jun (EFE). Los habitantes de Freetown se manifestaron hoy, lunes, multitudinariamente contra el ataque nigeriano que ha convertido en un campo de batalla varias zonas de la capital sierraleonesa.

La jornada de hoy en Freetown comenzó con un bombardeo lanzado desde un barco nigeriano anclado frente a las costas de la capital contra el cuartel general de los militares golpistas que derrocaron el 25 de mayo al presidente Ahmed Tejan Kabbah, elegido democráticamente hace catorce meses.

Los combates se intensificaron a lo largo de la jornada en los alrededores del aeropuerto y en la bahía de la capital, donde los aproximadamente mil civiles refugiados en el hotel Mammy Yoko han hecho un llamamiento a la comunidad internacional para que negocie con los contendientes en favor de un alto el fuego.

Al menos cuatro soldados nigerianos han resultado heridos en los combates que se registran en los alrededores del Mammy Yoko.

En el centro de Freetown, millares de personas, entre ellas muchos niños y ancianos, se han manifestado en contra de la intervención militar nigeriana.

Entre las numerosas pancartas que portaban los manifestantes figuraban mensajes de condena al bombardeo nigeriano.

"Que Abacha (líder militar nigeriano) no venga a Sierra Leona a dar lecciones de democracia" o "no queremos intervenciones extranjeras", eran algunos de los mensajes coreados por los manifestantes.

Un portavoz de los manifestantes declaró a EFE que "aunque condenamos el golpe militar, estamos también en contra de que un país extranjero interfiera por la fuerza en los asuntos internos de nuestro país".

La manifestación fue convocada por los golpistas en un llamamiento hecho por la radio nacional a todos los sierraleoneses "amantes de la paz" y en contra de los "invasores".

Se ignora por el momento si el ataque nigeriano representa una mera advertencia del Gobierno de Nigeria a los golpistas o si es una intervención militar en toda regla para restaurar en el poder a Tejan Kabbah, refugiado en Guinea.

El líder de la junta militar que gobierna Nigeria, general Sani Abacha, no ha viajado hoy a Harare, donde una treintena de jefes de estado africanos están reunidos en la cumbre anual de la Organización de la Unidad Africana (OUA), donde se va a debatir, entre otras cuestiones, el golpe de Estado en Sierra Leona y las medidas a adoptar para aislar a los golpistas.

La intervención militar nigeriana se ha producido pocas horas después de que quedaran bloqueadas las negociaciones con los golpistas.

Según fuentes bien informadas, la única concesión que los nuevos líderes de Sierra Leona están dispuestos a hacer es acortar el periodo transitorio para la celebración de elecciones democráticas.

Las negociaciones se suspendieron, según las mismas fuentes cuando el líder golpista, Paul Koroma, anunció esta madrugada el establecimiento de un Consejo de gobierno del que se ha proclamado

presidente.

Desde el golpe de Estado en Sierra Leona, Nigeria no ha cesado de insistir en su exigencia de que se restablezca el orden constitucional y el Gobierno legítimo.

En unas declaraciones hechas el domingo, el ministro nigeriano de Relaciones Exteriores, Tom [illegible], aseguró que su Gobierno adoptará las "acciones apropiadas" para lograr esos objetivos.

Los gobiernos africanos han condenado unánimemente el golpe de estado y sus líderes, reunidos en la cumbre que la Organización de la Unidad Africana (OUA) celebra desde hoy en Harare, tienen previsto adoptar medidas para aislar al nuevo consejo militar sierraleonés y a su líder, el comandante Paul Koroma. EFE

mc/cc/ll

02 9708775

06/02/15-07 97

AFRICA OUA (ampliación)
CONDENA UNANIME Y SIN PALIATIVOS DE GOLPE ESTADO SIERRA LEONA

por Fabián Ortiz

Harare, 2 jun (EFE). La condena sin paliativos del golpe de Estado en Sierra Leona y sendos llamamientos a la comunidad internacional para que ayude a la reconstrucción de la República Democrática del Congo (antiguo Zaire) dominaron los discursos de la sesión inaugural de la 33 asamblea anual de jefes de Estado y de Gobierno de la Organización de la Unidad Africana (OUA).

Todos los oradores coincidieron en formular duras condenas a los militares que el pasado 25 de mayo derrocaron al presidente sierraleonés, Ahmed Tejan Kabbah.

El secretario general de la ONU, Kofi Annan, señaló que Africa no puede tolerar el derrocamiento de un Gobierno elegido democráticamente y la toma ilegal del poder por la fuerza, tras lo cual instó a la comunidad internacional a condenar al ostracismo y el aislamiento al régimen militar de Freetown.

Salim Ahmed Salim, secretario general de la OUA, compartió las palabras de Annan y exhortó a adoptar medidas para restablecer la legalidad constitucional en Sierra Leona lo más pronto posible.

En términos muy similares se pronunciaron el jefe del Estado zimbabuo y nuevo presidente de la OUA, Robert Mugabe, el de la Autoridad Palestina, Yasser Arafat, el primer ministro de Camerún, Peter Mafamy Musonge, y la primera dama de Nigeria, Maryam Abacha.

Todos ellos coincidieron, asimismo, en destacar la transición más o menos pacífica llevada a cabo en la República Democrática del Congo y pidieron a la comunidad internacional su ayuda para la reconstruccion de este país.

El secretario general de la ONU expresó su satisfacción por el compromiso del presidente de la RDC, Laurent Kabila, de convocar elecciones democráticas e hizo hincapié en la necesidad de dar preferencia a la protección y respeto de los derechos humanos.

Sobre Africa en general, Annan dijo que sus retos no son nuevos ni simples y que ha empezado una nueva era que debe desembocar en una paz duradera y basarse en la democracia, en la que los gobiernos deben tener siempre en cuenta la voluntad del pueblo.

Se refirió también al problema del Sahara Occidental para reiterar el compromiso de la ONU en la búsqueda de una solución justa y duradera.

Al hilo de la condena del golpe de Estado en Sierra Leona, Annan puso como ejemplo que en los países latinoamericanos la vuelta de los militares a sus cuarteles ha propiciado el florecimiento de la democracia y la economía.

Salim reiteró el compromiso de la OUA de favorecer la instauración de la democracia en todo el continente, pero advirtió de que este sistema sólo puede existir si hay paz y estabilidad.

Mugabe se refirió a la paz como la condición previa para afrontar todos los retos y exhortó a la OUA a emplear a fondo su mecanismo de prevencion y resolución de conflictos.

El presidente zimbabuo puso de relieve, asimismo, la necesidad de que la ONU se democratice, "porque no debe haber miembros de primera y miembros de segunda", tras lo cual subrayó que Africa merece tener dos escaños en su Consejo de Seguridad y pidió que se suprima el derecho de veto, salvo en casos excepcionales.

Maryam Abacha, que habló en nombre de las primeras damas, se se quejó de que, aunque las mujeres representan más de la mitad de la población del continente, son la principal fuerza laboral del campo y, con los niños, son mayoría entre los millones de refugiados y desplazados, y están marginadas totalmente en todas las instancias de toma de decisiones.

Abacha instó a los países africanos a solidarizarse con sus refugiados y desplazados, tras lo cual planteó este interrogante: "¿Hasta cuándo tenemos de esperar a que otros vengan a resolver nuestros problemas?".

La 33 "cumbre" de la OUA discutirá durante tres días acerca de la crisis en la región de los Grandes Lagos, centrado en los casos de la RDC y Burundi, y la situación en Sierra Leona, Angola, Liberia y Somalia.

También debatirá sobre el contencioso de Libia con Estados Unidos y el Reino Unido a causa del atentado aéreo contra un avión comercial estadounidense sobre Lockerbie, del que se acusa a dos agentes libios.

Algunos países africanos han amenazado con romper el embargo impuesto por la ONU a Libia [illegible] las sanciones [illegible] años. EFE

fod-JJ

03 9708775

SIERRA LEONA NIGERIA (Previsión)
SE RESPETA ALTO EL FUEGO Y NIGERIA ABANDONA POSICIONES

Freetown, 3 jun (EFE).- Aunque se respeta el alto el fuego temporal acordado entre Nigeria y Sierra Leona, decenas de extranjeros aguardan a ser evacuados de Freetown.

Fuentes de la ECOMOG -fuerza de paz integrada por varios países de África occidental y liderada por Nigeria- confirmaron hoy que el Gobierno nigeriano ha suspendido temporalmente su operación militar en esta capital para sofocar a los golpistas que el pasado 25 de mayo derrocaron al presidente, Ahmed Tajan Kabbah, elegido democráticamente hace catorce meses.

El bombardeo lanzado ayer, lunes, desde los barcos de guerra nigerianos anclados frente a las costas de Freetown causó al menos 65 víctimas mortales, en su mayoría civiles.

Tras el acuerdo alcanzado de madrugada entre oficiales nigerianos y representantes del nuevo régimen sierraleonés, las fuerzas de la ECOMOG se han retirado de sus posiciones en Freetown y las principales calles de la ciudad son patrulladas por soldados y guerrilleros que se han sumado a los golpistas.

Pese a la relativa calma en que se encuentra la ciudad decenas de extranjeros aguardan a que Estados Unidos reanude las operaciones de evacuación.

Muchos de ellos, que estuvieron alojados el lunes en los sótanos del hotel Mammy Yoko -escenario de violentos combates- fueron evacuados por la Cruz Roja la pasada madrugada y la mayoría se han albergado en el hotel Cabo Sierra, no muy distante, y en cuyo vestíbulo aguardan a ser evacuados.

El embajador británico en esta capital, Peter Penford, cuya residencia oficial fue alcanzada el lunes por un mortero, ha recibido también órdenes de Londres para abandonar la capital sierraleonesa.

Por otra parte, el régimen militar sierraleonés informó hoy de que hizo prisioneros a cientos de soldados y oficiales nigerianos.

Fuentes militares señalaron al respecto que el comandante Paul Koroma, líder de la junta militar que gobierna el país a raíz del golpe de Estado del pasado 25 de mayo, ha ordenado que se trate a los prisioneros "como hermanos y no como enemigos".

Ninguna fuente militar ha informado sin embargo si el cuartel general de los golpistas fue alcanzado por las bombas nigerianas.

Los medios de comunicación sierraleoneses, tanto públicos como privados, han condenado duramente el ataque nigeriano y lamentado las numerosas víctimas.

En una entrevista concedida a una emisora privada de radio, el ex secretario general de la ECOMOG, Abass Bundu, condenó anoche tajantemente al Gobierno de Nigeria por intervenir en los asuntos internos de Sierra Leona.

"La ECOMOG no posee mandato alguno para intervenir de esa manera en los asuntos de este país", subrayó Bundu, quien pidió al líder militar nigeriano, general Sani Abacha, que desista de adoptar nuevas acciones militares contra Sierra Leona.

Tras opinar que "Nigeria no es precisamente un modelo de democracia", Bundu afirmó que Abacha debería primero ocuparse de los asuntos de su país.

Por otra parte, siguen llegando hoy a Freetown numerosos

xB4555

U FOXBT 06 05 00506
icx mun exg

SIERRA LEONA (Previsión)
SE REANUDAN NEGOCIACIONES CON LIDERES GOLPISTAS

Por Paul Johnson

Freetown, 5 jun (EFE).- Los golpistas sierraleoneses han reanudado las negociaciones con representantes de países de la región para evitar que éstos les doblegen por las armas.

En las últimas horas llegaron a la capital sierraleonesa delegaciones de Nigeria y Ghana para convencer al líder de la junta militar de este país de que se rinda y devuelva el poder al presidente derrocado el pasado 25 de mayo, Ahmed Tejan Kabbah, elegido democráticamente hace catorce meses.

Según la radio oficial sierraloenesa, el presidente nigeriano, general Sani Abacha, y el líder golpista, comandante Paul Koroma, se entrevistaron anoche telefónicamente.

Tras su llegada a Freetown procedente de Monrovia, el viceministro ghanés de Relaciones Exteriores, Victor Gbeho, afirmó anoche que varios países de Africa Occidental están dispuestos a recurrir a las armas si los golpistas no abandonan el poder.

Nigeria ya lanzó un ataque el pasado lunes contra Freetown, en el que resultaron muertas unas 120 personas, muchas de ellas civiles, aunque se desconoce todavía con exactitud la cifra exacta.

El ataque, lanzado desde varios barcos de guerra, se produjo pocas horas después de que quedaran bloqueadas las negociaciones con los golpistas a raíz de que Koroma anunciara la composición de su nueva junta de Gobierno y rechazara tajantemente deponer las armas.

La Organización para la Unidad Africana (OUA, que clausuró el miércoles en Harare su cumbre anual, adoptó una declaración según la cual sus 53 países miembros apoyan una eventual intervencion militar en Sierra Leona para restaurar la legitimidad constitucional y al presidente derrocado.

El secretario general de Naciones Unidas, Kofi Annan, también aceptó ayer un eventual recurso a las armas.

"Deseo que (los golpistas) sean razonables" y abandonen el poder, pero "si el uso de una fuerza internacional es el último e inevitable recurso, entonces, puede que haya que hacerlo", afirmó en Londres.

La capital sierraleonesa mantiene hoy una relativa tranquilidad y algunos comercios, escuelas y mercados han comenzado a reabrir sus puertas.

La radio nacional hizo hoy un llamamiento a la población para que reanude sus actividades normales y afirmó que Nigeria no tiene planes inmediatos de atacar nuevamente Freetown.

Sobre la presencia de la delegación nigeriana en esta capital, encabezada por el teniente general Ojo Kodjo, la emisora difundió un comunicado oficial en el que se anunciaba que "se han reanudado las negociaciones para resolver la situación pacíficamente".

Por otra parte, fuentes militares informaron de que unos mil guerrilleros del Frente Revolucionario Unido (FRU) han llegado en las últimas horas a Freetown para sumarse a las filas de los golpistas, en su mayoría soldados y oficiales de baja graduación.

El FRU luchó contra el gobierno sierraleonés desde 1991 hasta la firma del acuerdo de paz del pasado año.

05

9708775

Pese a la calma de los dos últimos días, las operaciones de evacuación de extranjeros prosiguieron el miércoles y unas 800 expatriados abandonaron ayer la capital de Sierra Leona con destino a Conakry (Guinea) en dos barcos franceses.
mc/ga/jdl

06/05/09-44/97

SIERRA LEONA-GOLPE (resumen)
GOLPISTAS LIBERAN A NIGERIANOS MIENTRAS SIGUE ALUVION CRITICAS

Freetown, 4 jun (EFE).- La junta militar que gobierna Sierra Leona liberó a los trescientos soldados y trece oficiales nigerianos que utilizó como "escudos humanos", mientras proseguía hoy, miércoles, el aluvión de críticas al golpe de Estado que derrocó el pasado día 25 al régimen constitucional.

Los tres centenares de nigerianos, capturados durante los combates del pasado lunes en Freetown tras un bombardeo de tropas de Nigeria, fueron usados como rehenes para impedir nuevos ataques de la ECOMOG, fuerza de interposición de la Comunidad de Estados de Africa Occidental (CEDEAO).

"Su liberación es un gesto de buena voluntad del Consejo Revolucionario de las Fuerzas Armadas (CRFA), que está explorando todos los medios de solucionar la situación pacíficamente", dijo un portavoz militar sierraleonés, el teniente coronel Abdul Seasy.

El portavoz agregó que la cifra de muertos tras el bombardeo naval del pasado lunes se ha elevado a 120, ochenta de ellos civiles, pero las autoridades sanitarias indicaron que no se conocerá la cifra exacta hasta que la Cruz Roja pueda recorrer la ciudad y haga un recuento general de víctimas.

Mientras, se esperaba en Freetown al viceministro de Exteriores de Ghana, Victor Gbeho, y al comandante en jefe del Estado Mayor del Ejército ghanata, el general de brigada Seth Obeng, para reanudar las negociaciones.

Las conversaciones entre la CEDEAO y la junta militar sierraleonesa fueron interrumpidas por la acción de las tropas nigerianas de ECOMOG.

El golpe de Estado en Sierra Leona avivó los fervores democráticos de los paises africanos y suscitó una rara unanimidad entre ellos para condenar categóricamente a los militares insurrectos y reclamar la inmediata restauración de la legalidad constitucional.

El marco de esa actitud, que refleja lo que algunos presidentes consideran un claro síntoma de madurez política, fue la trigésima tercera cumbre de la Organización de la Unidad Africana (OUA), clausurada hoy en Harare.

Todos los asistentes, sin excepción, consideraron inaceptable el derrocamiento del presidente sierraleonés, Ahmed Tejan Kabbah, elegido democráticamente hace catorce meses, e instaron a la comunidad internacional a no reconocer al régimen militar encabezado por el comandante Johnny Paul Koroma.

Asimismo, fue unánime el apoyo de todos los asistentes a la intervención militar de fuerzas nigerianas, guineanas y ghanesas, en nombre de la CEDEAO, para intentar restablecer a Tejan Kabbah.

Según el secretario general de la OUA, el tanzano Salim Ahmed Salim, reelegido en esta cumbre para un tercer mandato, "el golpe es inaceptable y se debe hacer todo lo posible para restablecer la legalidad constitucional en Sierra Leona".

Salim enfatizó que la intervención nigeriana se debe a que Nigeria preside actualmente la CEDEAO y tiene el respaldo unánime de los otros quince paises de este organismo regional.

La actitud de la OUA a ese respecto tiene el apoyo de la ONU, cuyo secretario general, Kofi Annan, que también participó en la

reunión de Harare, declaró el martes que había que hacer todo lo necesario para restablecer al gobierno legítimo sierraleonés.

Annan reconoció que ya ha habido en Freetown un "baño de sangre más o menos relativo" como consecuencia de la intervención militar nigeriana, pero que puede ser mayor si los golpistas no se avienen a devolver el poder a Tejan Kabbah.

Desde Harare, Annan tenía previsto viajar a Londres, donde iba a entrevistarse con el ministro de Exteriores británico, Robin Cook, quien advirtió hoy que la intervención militar internacional en Sierra Leona no está descartada.

Cook indicó así su apoyo a la posibilidad expresada por Annan, aunque matizó que "preferiríamos, con mucho, que la situación se resolviera por vía de la negociación".

"Los líderes golpistas de Sierra Leona no tienen dónde ir, no tienen amigos fuera del país, no tiene amigos entre sus vecinos, ni en la región, ni en Europa. Al final tendrán que ver que la fuerza militar puede ser algo que tengamos que considerar", explicó el jefe de la diplomacia británica.

El Reino Unido anunció el pasado martes que enviará a la zona un navío de apoyo, el "Argos", equipado con helicópteros del tipo "Sea King".

También la Marina de Francia envió barcos a la costa sierraleonesa, donde comenzó hoy su última operación de evacuación de residentes extranjeros, informó el portavoz de Exteriores francés, Jacques Rummelhardt.

El portahelicópteros estadounidense "Kearsarge" evacuó a unos 2.700 extranjeros tras el golpe militar, y el domingo, el navío francés "Jean Moulin" transportó a 261 personas de diecisiete nacionalidades. EFE

egn

06/04/17-21/97

[illegible]
[illegible]
[illegible]

SIERRA LEONA GOLPE (Previsión)
GOLPISTAS PIDEN QUE NO HAYA INTERVENCION MILITAR

Por Paul Johnson

Freetown, 9 jun (EFE). Los militares que derrocaron al presidente Ahmed Tejan Kabbah hace dos semanas reiteraron su disposición a buscar una solución pacífica a la crisis e instaron a la comunidad internacional a no intervenir militarmente para restablecer el orden constitucional.

El Consejo Revolucionario de las Fuerzas Armadas (CRFA) decidió el pasado fin de semana enviar sendos emisarios a los países de la Comunidad Económica de Estados de Africa Occidental (CEDEAO) para explicar las razones del golpe de Estado, reiterar su voluntad de negociar una solución política e instarles a no usar la fuerza.

La CEDEAO tiene desplegados ya cerca de 5.000 soldados de su fuerza de intervención (ECOMOG) en Sierra Leona para lanzar una ofensiva militar contra los golpistas si estos no devuelven el poder a Tejan Kabbah.

La organización regional, cuya fuerza esta capitaneada por Nigeria e integrada por soldados nigerianos, ghaneanos y guineanos, tiene el respaldo de la Organización de la Unidad Africana (OUA) y la ONU para intervenir militarmente si fuera necesario.

El jefe del CRFA, comandante Johnny Paul Koroma, reconoció ayer domingo que sus hombres no podrían resistir una intervención militar de la fuerza comunitaria, para la que continuan llegando refuerzos, por lo que insistio en dar una oportunidad a la mediación diplomática.

La ECOMOG intentó hace una semana desalojar del poder a los golpistas mediante un bombardeo de su cuartel general en Freetown llevado a cabo por un barco nigeriano, pero la operación se saldó con un rotundo fracaso.

El bombardeo y los combates que estallaron a continuación causaron por lo menos 50 muertos, según diversas fuentes.

El CRFA ordenó ayer domingo la reapertura de las fronteras terrestres, aéreas y marítimas del país, que fueron cerradas a raíz del golpe de Estado, el pasado 25 de mayo.

Dos semanas después de la insurrección, los militares no han sido todavía capaces de crear un clima de estabilidad y en Freetown siguen produciendose saqueos y hostigamientos a la población civil, mientras la actividad en la ciudad y en el resto del país sigue paralizada.

El CRFA dio el pasado fin de semana un ultimatum a los funcionarios para que se reincorporen a sus puestos de trabajo hoy, lunes, so pena de se fusilados.

Los militares han indicado que estan dispuestos a aceptar el regreso al país de Tejan Kabbah, quien se encuentra asilado en la vecina Guinea, pero no como presidente, porque no le consideran capaz de gobernar.

Para justificar su golpe de Estado los insurrectos acusaron a Tejan Kabbah de haber sido incapaz de instaurar la paz en el país y de causar su división al fomentar el tribalismo.

El Gobierno de Tejan Kabbah firmó el pasado noviembre en Costa de Marfil un acuerdo de paz con los guerrilleros del Frente

Revolucionario Unido (FRU) que puso fin oficialmente a casi seis años de guerra, durante la cual murieron unas veinte mil personas y varios centenares se refugiaron en los países vecinos.

Sin embargo, el acuerdo no pudo aplicarse en su totalidad, especialmente en lo referido al desarme y desmovilización de los guerrilleros del FRU, por lo que la guerra se reanudó, aunque no con la intensidad del pasado.

Tras dar su golpe de Estado, los militares invitaron a los guerrilleros a que salieran de sus escondites en la selva y se unieran al Ejército y al líder del FRU, Foday Sankoh, a que se incorpore al gobierno de los golpistas.

Los guerrilleros aceptaron la invitación y se han unido al Ejército, pero no parece haber ninguna posibilidad de que Sankoh pueda aceptar su participación ya que está detenido en Abuja (Nigeria) desde el pasado marzo por contrabando de armas. Las autoridades nigerianas se niegan rotundamente a liberarlo. EFE

[illegible]/tod/mgm ???

08

9708775

[illegible]

DPF [illegible]

[illegible] 06-16 [illegible]

[illegible]

SIERRA LEONA-CRISIS

DETENIDOS ALTOS OFICIALES MILITARES Y CIVILES INTENTO GOLPE

Freetown, 16 jun (EFE).- Al menos cuatro altos oficiales del Ejército y siete civiles han sido detenidos por preparar un golpe de estado contra la nueva junta militar que gobierna en Sierra Leona desde el 25 de mayo, informaron hoy, lunes, fuentes militares.

Los militares detenidos son dos coroneles, un teniente coronel y un comandante, todos ellos muy próximos al actual "hombre fuerte" de Sierra Leona, el comandante Johnny Paul Koroma, quien hace tres semanas derrocó en un cruento golpe militar al presidente Ahmed Tejan Kabbah, elegido democráticamente en 1996.

Un portavoz del Consejo Revolucionario de las Fuerzas Armadas, nuevo órgano de gobierno encabezado por Koroma, señaló que en la misma operación, cuya fecha no precisó, fueron detenidos siete civiles.

Entre ellos figuran Dauda Bundu y Sama Banya, altos dirigentes del Partido del Pueblo del derrocado presidente Tejan Kabbah, y quienes supuestamente habían ofrecido importantes sumas de dinero a efectivos del grupo guerrillero del Frente Revolucionario Unido (FRU), en proceso de desmovilización, para que participaran en el golpe. EFE

IBR/PI

06/16/21:54/97

09

9708775

XJ9301

R EOXRT 06-20 00404

mun exg icx

SIERRA LEONA-CRISIS

KOROMA PROPONE A LOS PAISES DE LA REGION QUE ENVIEN MISION

Freetown, 20 jun (EFE).- El nuevo presidente de Sierra Leona. el comandante Johnny Paul Koroma, propuso hoy, viernes, a la Comunidad Económica de Estados de Africa Occidental (CEDEAO) que envíe una misión para conocer la situación del país en vez de alentar las continuas amenazas de intervención militar.

Koroma, al frente de un grupo de oficiales jóvenes, derrocó al presidente constitucional Ahemed Tejan Kabbah el pasado 25 de mayo mediante un golpe de Estado.

En una reunión mantenida con representantes de Organizaciones no Gubernamentales, Koroma anunció hoy que ha pedido una reunión urgente con la CEDEAO para plantear su propuesta.

La CEDEAO, que condenó duramente el golpe de Estado de Koroma y exigió el restablecimiento del orden constitucional. tiene desplegada en Sierra Leona una fuerza militar integrada por soldados nigerianos, guineanos y ghaneanos, pero no ordenará su intervención para restablecer la legalidad constitucional hasta agotar las iniciativas diplomáticas y políticas.

La indecisión de la CEDEAO fue aprovechada por Koroma para consolidarse en el poder e investirse oficialmente como nuevo presidente el martes pasado.

Koroma aludió en su reunión a los combates librados ayer, jueves, en el distrito oriental de Kenema entre el Ejército y milicianos "kamajos" (cazadores tradicionales) apoyados supuestamente por soldados nigerianos, en los que, según fuentes castrenses, murieron unas 50 personas.

Según Koroma, el apoyo de los soldados nigerianos a los "kamajos", que quieren restablecer en el poder a Tejan Kabbah, demuestra que "Nigeria no quiere la paz en Sierra Leona".

Entre tanto, un miembro de una delegación de Ghana que trata de mediar en la crisis aseguró que ésta es tan compleja que es preciso la unión de todos los grupos políticos y de los militares del nuevo régimen para tratar de hallar una solución pacifica.

El delegado ghaneano, que pidió mantener su identidad en el anonimato, indicó que la complejidad de la crisis ha aumentado con la presencia en las zonas urbanas de unos diez mil guerrilleros armados del Frente Revolucionario Unido (FRU).

Esos guerrilleros decidieron abandonar sus escondites en la selva tras ser invitados por el nuevo régimen militar a formar parte del nuevo Gobierno y de un Ejército unificado.

Una de las razones expuestas por Koroma para justificar el derrocamiento de Tejan Kabbah fue que éste no pudo instaurar la paz en el país a pesar de haber negociado un acuerdo en tal sentido con el FRU. EFE

cj/fod/mz

06/20/16-30/97

10

9708775

45.771

S POLIT 06-25 0309

[illegible]

SIERRA LEONA-GOBIERNO

KOROMA PROMETE ESTAR EN PODER MENOS TIEMPO POSIBLE

Freetown, 25 jun (EFE).- Al cumplirse hoy un mes de su golpe de Estado, el comandante Johnny Paul Koroma, prometió estar en el poder el menor tiempo posible y convocar elecciones libres, pero advirtió que a quienes alteren la paz les caerá toda la ley.

En un discurso difundido por la radio nacional, Koroma dijo que en breve anunciará la composición de su Gabinete y el calendario para el retorno a la democracia.

Koroma precisó que ese calendario "será el mas corto posible" y aseguró que su régimen hará todos los esfuerzos necesarios "para celebrar unas elecciones libres y transparentes".

Advirtió, sin embargo, que, en aras de la paz en el país, cualquiera que intente alterar la paz y el curso del Gobierno, deberá [illegible] todo el peso de la ley.

Tras asegurar que se respetarán los derechos humanos de los ciudadanos, Koroma dijo que su Gobierno "está aquí por un período breve para crear el clima necesario a fin de que pueda haber una democracia justa y duradera".

El jefe del Consejo Revolucionario de las Fuerzas Armadas señaló que su Gobierno pondrá en práctica una política económica de libre mercado para atraer inversiones y eliminará todos los obstáculos que bloquean el acceso de los inversores extranjeros.

Koroma dijo, también, que los políticos, incluidos los del partido que ganó las últimas elecciones, no tienen nada que temer.

"De hecho, nuestras puertas estarán siempre abiertas para el intercambio de ideas, ya que, a fin de cuentas, los políticos recuperarán la gobernación del país, pero tenemos que esta vez sin que el odio ni el tribalismo sean parte de nuestro sistema político", dijo Koroma.

El dirigente militar señaló que su Gobierno no guarda ningún rencor al presidente Ahmad Tejan Kabbah, derrocado hace un mes, y que está dispuesto a permitir su regreso al país, para lo cual prometió garantizar su seguridad. EFE

[illegible]

06/25 18 21:07

11-11

9708775

R POXBT 06-03 00428
MUN EXG ICX

OUA SUDAN
BASHIR REITERA GARANG NO TIENE YA RAZONES PARA SEGUIR GUERRA

Harare, 3 jun (EFE).- El presidente sudanés, Omar al Bashir, reiteró hoy que el grupo rebelde Ejército Popular de Liberación de Sudán (SPLA), liderado por el coronel cristiano John Garang, no tiene ya razones para continuar la guerra porque se han satisfecho todas las demandas de los pueblos del sur de su país.

Al Bashir, que asiste en Harare a la 33 "cumbre" de jefes de Estado y de Gobierno de la Organización de la Unidad Africana (OUA), hacía referencia al acuerdo de paz firmado el pasado 21 de abril entre su Gobierno y el Movimiento de Independencia del Sur de Sudán (SSIM), que agrupa a cuatro de las organizaciones que luchaban contra el régimen de Jartum desde 1983.

La guerra comenzó después de que el Gobierno sudanés que entonces presidía Gafar el Numeiri decidiera aplicar la ley islámica (Sharia) en todo el país sin tener en cuenta que la población del sur es mayoritariamente cristiana y animista.

Al Bashir subrayó en una conferencia de prensa que el citado acuerdo satisface todas las demandas planteadas por los pueblos del sur.

Precisó que el acuerdo, cuyo fin es solucionar pacíficamente el conflicto, establece el derecho a la autodeterminación de esos pueblos mediante un referéndum que se celebrará dentro de cuatro años.

El presidente sudanés hizo hincapié en que la unidad de Sudán sólo ha existido hasta ahora en el mapa y que se ha llegado a la conclusión de no puede obtenerse mediante la coacción, por lo que se ha optado por dar a los pueblos del sur la oportunidad de elegir libremente entre la unidad o la secesión.

Añadió que el Gobierno ha aceptado también instaurar un sistema federal en el país, con lo que ha satisfecho otra de las demandas de los pueblos del sur y que el acuerdo ha sido abrumadoramente apoyado por el resto de pueblos de Sudán y por su Asamblea Nacional.

Riek Machar, presidente del SSIM, quien acompañó a al Bashir en la conferencia de prensa, destacó también la inclusión en el acuerdo de las cláusulas sobre la autodeterminación y la instauración de un sistema federal.

Añadió que el acuerdo el acuerdo ha sido respaldado por todos los países de la región, algunos de los cuales, como Uganda, Etiopía y Eritrea, han sido acusados por Sudan de apoyar a los guerrilleros.

Al Bashir expresó su esperanza en que Garang comprenda la importancia del acuerdo de paz y se adhiera a él, pero insistió en que será aplicado en su totalidad independientemente de que el SPLA lo acepte o no.

Machar subrayó que si Garang mantiene su intransigencia, va a encontrarse con la oposición de su propia gente, ya que el acuerdo satisface todas las exigencias planteadas por los pueblos del sur.
EFE

fod/meg/rs

06/06/20-31/97

SUDAN OPOSICION
EX PRIMER MINISTRO AFIRMA RECIENTE ACUERDO NO TRAERA LA PAZ

El Cairo, 11 jun (EFE).- El ex primer ministro sudanes, Sadeq Al Mahdi, dijo hoy, miércoles, que el reciente acuerdo de paz firmado por el Gobierno de Jartum y varios grupos de la oposicion no traerá la paz ni la estabilidad al país.

Mahdi hizo esas declaraciones a su llegada al aeropuerto de El Cairo, procedente de Estados Unidos, donde mantuvo una serie de entrevistas con responsables norteamericanos y con el secretario general de la ONU, Kofi Annan, sobre la situación actual en Sudán.

"El reciente acuerdo de paz firmado por el regimen sudanés es incompleto, inaceptable y rechazado por todas las fuerzas sudanesas, porque no traera estabilidad al pais", dijo el ex primer ministro.

El pacto, que fue suscrito por el Gobierno del general Omar Al Bashir y varios grupos de oposición en abril pasado, prevé un referendum para dentro de cuatro años sobre el sur de Sudán, en el que se decidirá el futuro de la region asolada por la guerra desde 1983.

Mahdi calificó de "invenciones y mentiras" las informaciones procedentes de Sudán de que ha pedido permiso para regresar al país.

"Si quisiera regresar, lo haría sin pedir permiso a nadie", afirmó el ex dirigente, que encabeza el Partido opositor Umma (Nación).

"Dejé el país por razones específicas y esas razones siguen existiendo, por lo que no hay justificacion para regresar a la patria", afirmó.

El gobierno de Mahdi, democráticamente elegido, fue derrocado en junio de 1989 por un golpe de Al Bashir, que mantiene su régimen con apoyo del movimiento integrista islamico Frente Nacional Islámico (FNI) de Hassan Turabi.

Mahdi escapó de Sudán el año pasado y se unió a los grupos de oposición que luchan desde el exilio para derrocar al régimen militar islamico de Al Bashir. EFE

na/vh/iff

06/11/97 15/77

02-02 970877

Nº DOCUMENTO 9708777
TITULO RUSIA BUSCA APOYO DE LA UE PARA ENTRAR A LA OMC
PROCEDENCIA 578593
FECHA 150697
118/6
VINCULACIONES 507294
44/42
OMC 510821

01-02

9708777

XA3197
U POXBT 06-15 00598
mun exg

RUSIA-UE (Previsión)
MOSCU BUSCA FIRME RESPALDO DE LOS "QUINCE" PARA ENTRAR EN OMC

Por M. Carmen Romero

Moscú, 15 jun (EFE).- Rusia intentará obtener el firme respaldo de la Unión Europea (UE) en sus negociaciones para acceder a la Organización Mundial de Comercio (OMC), durante la visita que comenzará mañana, lunes, a Moscú Leon Brittan, vicepresidente de la Comisión Europea.

Brittan, encargado de la política comercial de la UE y con los países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), centrará sus conversaciones de dos días con las autoridades rusas en el diálogo de Moscú con la OMC para ingresar en esa entidad, así como en el impulso de las relaciones bilaterales.

"La Unión Europea apoya con firmeza las negociaciones" que celebran el Gobierno ruso y la OMC para la incorporación de Rusia en el máximo organismo regulador del comercio multilateral, subrayó en un comunicado la delegación de la UE en Moscú.

La UE representa el 40 por ciento del comercio exterior de Rusia, pero "sólo entrando en la OMC este país será capaz de reforzar su posición como un socio comercial de peso en el mercado mundial", destacaron los "Quince" en la declaración difundida aquí.

"La disciplina de la OMC asegura el acceso a los mercados y el respeto de la limpia competencia, por lo que la participación en esta organización puede garantizar la salvaguardia de los intereses económicos de Rusia a nivel mundial sin dañar su soberanía económica", resaltó la UE.

Agregó que "la admisión de Rusia en la OMC es considerada por la UE como un elemento clave en el proceso de reformas económicas y crecimiento" de este país.

Los contactos del Ejecutivo ruso con Brittan son relevantes de cara a la cumbre que celebrarán los próximos días 20 al 22 en Denver (EE.UU) los líderes del Grupo de los Siete (naciones más industrializadas), en la que Rusia aspira a ingresar como miembro de pleno derecho en ese exclusivo club y convertirlo en "G-8" (Grupo de los Ocho).

Además, el presidente ruso, Borís Yeltsin, quiere aprovechar la cita de Denver para que Rusia acceda este año a las instituciones económicas mundiales más importantes, entre ellas la OMC, la OCDE y el Club de París (como país donante, y no sólo deudor).

"Creemos que la profundidad de la reforma ya realizada permite considerar a Rusia como una economía de mercado", declaró esta semana Vladimir Lukov, jefe de Política Externa del ministerio de Asuntos Exteriores ruso, al exponer cuáles serán las batallas del Kremlin en la cumbre de Denver.

Rusia pretende concretar estos días con Brittan los obstáculos todavía existentes para que Rusia pueda incorporarse a la OMC y obtener el firme apoyo comunitario para superarlos.

Días después, en Denver, hará todo lo posible para que el club de las siete democracias más desarrolladas allane el camino de su ingreso en las principales organizaciones económicas multilaterales.

El Kremlin solicitó oficialmente su ingreso en la OMC en diciembre de 1994, un mes antes de su nacimiento y de que el Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), con sede en Ginebra, se transformara en Organización Mundial de Comercio en cumplimiento de los acuerdos comerciales de la "Ronda Uruguay".

Además, la estancia de Brittan en la capital rusa servirá para pasar revista al estado de las relaciones ruso-comunitarias, varios meses antes de la entrada en vigor del Acuerdo de Cooperación y Amistad suscrito en 1994 por Rusia y la UE, el mayor pacto de colaboración económica entre Moscú y Bruselas que ofrece la posibilidad de negociar una zona de libre cambio en 1998.

Rusia y la UE -el principal socio comercial de Rusia, por delante de Estados Unidos y Japón, con intercambios comerciales favorables a Moscú- tienen que superar todavía importantes conflictos comerciales. EFE

mcr/mar/pq 2-2

06/15/08-24/97

9708777

*A*486

U FOXBT 06-19 00234
mun exg

UCRANIA-GOBIERNO
PRESIDENTE SUSPENDE CONTROVERTIDO PRIMER MINISTRO, "ENFERMO"

Kiev, 19 jun (EFE).- El primer ministro de Ucrania, Pavlo Lazarenko, acusado de corrupción y criticado por no haber logrado reformar la economía, fue suspendido en sus funciones por el presidente del país, Leonid Kuchma, debido a una "enfermedad" no especificada.

Un decreto de Kuchma designó al viceprimer ministro, Vasyl Durdyñets, jefe de gobierno interino "durante la enfermedad" de Lazarenko.

Desde hace meses Lazarenko, que lleva en el cargo sólo desde mayo del año pasado, ha sido criticado por Kuchma, y en círculos diplomáticos en Kiev se ha comentado que la gestión del primer ministro no ha sido del agrado de Occidente.

Ucrania, con 52 millones de habitantes, es el tercer país receptor de la ayuda al exterior de Estados Unidos, detrás de sólo Israel y Egipto.

Lazarenko, quien ha desmentido las acusaciones de corrupción y comentó el miércoles pasado que su dimisión no ayudará al país, faltó ayer a la sesión parlamentaria en que se debatió el presupuesto del estado.

El gobierno ha sido incapaz, hasta ahora, de conseguir que el Parlamento apruebe un presupuesto lo suficientemente riguroso para que el Fondo Monetario Internacional conceda más créditos a Ucrania, cuya economía se encuentra en plena crisis desde que se separó de la URSS, 1991

Kuchma ha culpado de este fracaso a Lazarenko, quien es el quinto primer ministro de Ucrania en los seis años de independencia. EFE

rt-wm/arp

06/19/21-19/97

Nº DOCUMENTO 9708779
TITULO PIDE INTENTA SOLUCIONAR CONFLICTO AFGANO
PROCEDENCIA 178593
FECHA DE PROCEDENCIA 030897
CIRCULACIONES 11836
507294 507293
507467 10034
11830
11879

01-02

9708779

RUSIA-AFGANISTAN
KREMLIN LANZA OFENSIVA DIPLOMÁTICA SOLUCIÓN CONFLICTO AFGANO

Por [illegible]

Moscú, 7 jun (EFE).- Rusia se dispone a lanzar una ofensiva diplomática para impulsar su propia solución al conflicto afgano, que preocupa cada vez más al Kremlin y a sus aliados centroasiáticos de la comunidad postsoviética.

El ministro de Asuntos Exteriores de Rusia, Yevgueni Primakov, quiere reunirse a finales de esta semana en Italia de forma no oficial con el ex Rey de Afganistán, Muhamad Zahir Shá, según revelaron fuentes diplomáticas.

La cancillería rusa se limitó, sin embargo, a anunciar hoy, martes, que Primakov efectuará una visita de carácter no oficial a Italia invitado por su colega de ese país, Lamberto Dini, y no facilitó el programa de la misma.

El Kremlin considera al ex monarca afgano una posible figura de compromiso en el proceso de reconciliación nacional, a la vez que sigue atentamente el conflicto interafgano ya que teme que el régimen integrista islámico del Talibán amenace las fronteras sur de la CEI (Comunidad de Estados Independientes), sobre todo Tayikistán y Uzbekistán.

El propio Primakov declaró el pasado sábado que la solución al problema afgano está en la creación de un gobierno de coalición y no excluyó que "la figura consolidadora sea el ex rey de Afganistán".

Ese mismo día, la Presidencia rusa amenazó con que Moscú y sus aliados responderán con "acciones muy duras y colectivas" si los destacamentos de la facción ultraconservadora islámica Talibán intentan penetrar en territorio de las vecinas ex repúblicas soviéticas.

En opinión de Moscú, la tensión entre facciones y clanes de dirigentes afganos locales en las zonas contiguas a los bordes meridionales de la CEI puede ser aprovechada por las fuerzas del Talibán, con lo que "se crea una amenaza para la seguridad de los países de la CEI y, sobre todo, para Uzbekistán y Tayikistán".

No deja de ser importante para el Kremlin que la guerrilla islámica que lucha contra el régimen neocomunista tayiko de Emomali Raimonov -apoyado económica y militarmente por Rusia- tenga sus bases en el norte de Afganistán y puede ser influida por el Talibán.

Moscú, preocupada por conservar su influencia en Centroasia, sobre todo ante el avance integrista en Afganitán, mantiene a unos 20.000 soldados en Tayikistán como fuerza de paz de la CEI y para vigilar la frontera tayiko afgana, que es el límite sur de esta alianza postsoviética.

También Uzbekistán está muy vinculada con la vecina Afganistán, en lo que vive una amplia comunidad uzbeka, aunque menor que la tayika, y cuyo principal bastión de la resistencia contra el Talibán es el líder uzbeko Rashid Dostum, sostenido económica y militarmente por Tashkent.

En su ofensiva diplomática para intentar "vender" su plan de paz, Rusia, además de tantear, como parece, al ex monarca afgano, pretende utilizar sus canales para mantener contactos con el Talibán e incluso utilizar ante éstos medios de presión.

En este sentido, fuentes diplomáticas rusas [illegible] hoy la posibilidad de que el viceministro ruso de Exteriores, [illegible] [illegible], se reúna en los próximos días, durante una visita a Islamabad (Pakistán) con representantes del movimiento Talibán, que cuenta con el claro respaldo del régimen paquistaní.

[illegible] la entrevista, "insistiremos en que la solución del conflicto interafgano pasa por la renuncia al empleo de la fuerza y la formación de un gobierno de amplia coalición", declaró hoy el portavoz del ministerio ruso de Asuntos Exteriores, Guennadi Tarásov.

El diplomático añadió que Rusia considera al movimiento Talibán como una de las fuerzas político-militares afganas más importantes capaz de "desempeñar un papel muy importante" en la búsqueda de la paz y la unidad de este país.

"[illegible] teniendo en cuenta la influencia de [illegible] en la actual situación afgana", comentó. EFE

MCR [illegible]

02-02

9708779

FB[illegible] 1

[illegible]

[illegible]

PRUEBAS NUCLEARES

UZBEKISTAN RATIFICA EL TRATADO SOBRE PRUEBAS NUCLEARES

Viena, 6 jun (EFE). La República ex soviética de Uzbekistán se ha convertido en el tercer país en ratificar el Tratado para la Total Prohibición de las Pruebas Nucleares, que han firmado hasta el momento 145 Estados.

Así lo comunicó hoy en Viena la Comisión Preparatoria de la Organización del Tratado, con sede en Viena, según la cual los otros dos signatarios son Fiji y Qatar.

El tratado, aprobado por la Asamblea General de la ONU el 10 de septiembre de 1996, entrará en vigor 180 días después de su ratificación por los 44 países que participaron en la conferencia de desarme nuclear y que poseen instalaciones nucleares y reactores experimentales.

Las cinco potencias nucleares, EEUU, Rusia, China, el Reino Unido y Francia, figuran entre los primeros signatarios del documento, aunque hasta ahora ninguno de esos países lo ha ratificado.

La Comisión Preparatoria de la Organización del Tratado se ocupa actualmente de establecer un régimen global de control y verificación, que consistirá en una red de 321 estaciones sísmicas, hidroacústicas, de infrasonidos o estaciones de detección de radionucleidos.

El sistema permitirá detectar si un país cualquiera del planeta, en violación del tratado, lleva a cabo alguna prueba nuclear, bien sea en la atmósfera, bajo tierra o bajo el agua. EFE

JR/il

06/06/10-47/97

01- 01

9708780

Nº DOCUMENTO 9708781
TITULO RUSIA INTERMEDIA EN EL CONFLICTO ENTRE GEORGIA-ABJASIA
FECHA 578593
FECHA DE 090697
VINCULACI. 11876
507294
507357
ABJASIA
11879
11830

AR9746

R FOXBT 06-09 00126
1CX mun exg

GEORGIA-ABJASIA
KREMLIN LLAMA PARTES EN CONFLICTO A FIRMAR ACUERDO DE PAZ

Moscú, 7 jun (EFE). Rusia pidió hoy, lunes, a Georgia y Abjasia la firma de un acuerdo de paz que siente las bases para arreglo del conflicto entre las autoridades georgianas y los separatistas abjasios.

Esta declaración fue hecha tras la reunion en Moscú del líder abjasio, Vladislav Ardzinba, con el jefe de la administración del Kremlin, Valentín Yumashev, el secretario del Consejo de Seguridad de Rusia, Iván Ribkin, el viceprimer ministro Valeri Serov, el ministro de Exteriores, Yevgueni Primakov, el titular de Defensa, Igor Sergueyev, el director del Servicio Federal de Seguridad, Andrei Nikoláyev, y el asesor presidencial Serguei Prijodko.

Durante las negociaciones la parte rusa "destacó el imperativo" de firmar un documento que "ponga fin al estado de guerra, defina las principales direcciones y objetivos de las negociaciones entre Georgia y Abjasia bajo la égide de la ONU y la mediación de Rusia para el arreglo a amplia escala del conflicto" georgiano-abjasio.

Ardzinba expresó la disposición de mantener negociaciones con la parte georgiana para elaborar semejante documento, al tiempo que abogó por la continuación de la misión de paz del contingente militar ruso que por mandato de la CEI se encuentra en la frontera de Georgia y Abjasia.

La situación en la zona del conflicto georgiano abjasio se agravó bruscamente tras la negativa de la parte abjasia de acatar la decisión de la CEI de extender la zona bajo control de las fuerzas de paz al interior del territorio abjasio, lo que permitiría a los georgianos recuperar la región fronteriza de Gali, un 93 por ciento de cuya población antes de la guerra eran georgianos.

Para Abjasia, sin embargo, la pérdida de esa zona significa entregar al enemigo todas sus fortificaciones.

Georgia amenaza con no prorrogar el mandato de las fuerzas rusas de paz si estas no cumplen la decisión de la CEI, ya que en su estado actual, según Tiflis, solo sirven de protección para los separatistas.

La demora en el cumplimiento de la correspondiente resolución de la CEI empujó hoy al presidente de Georgia, Eduard Shevardnadze, a amenazar con suspender la cooperación estratégica con Rusia, lo que significaría para el Kremlin la pérdida de cuatro bases militares en la frontera con Turquía, país miembro de la OTAN.

Entre la espada georgiana y la pared abjasia Rusia parece haber optado por la reanudación de un diálogo de sordos, ya que la parte abjasia insiste en unas "negociaciones equitativas", lo que iguala al reconocimiento de su independencia, mientras que Georgia parte del principio de integridad territorial [illegible], reconocida por toda la comunidad mundial. EFE

[illegible]

06-09-19 43:00

01-01

9708781

E PO-BE 06-24 00327
xxx mun e/d

BIELORRUSIA PODER
PARLAMENTO AUMENTA PODERES PRESIDENTE ALEXANDR LUKASHENKO

Moscú, 24 (EFE). La Cámara Alta del Parlamento de Bielorrusia aumentó hoy, martes, las ya enormes atribuciones del presidente del país, Alexandr Lukashenko, pese a las protestas del Tribunal Constitucional.

Vladimir Karavái, presidente de la Comision parlamentaria sobre Legislación de esta cámara, el "Consejo de la República", dijo que las funciones complementarias permiten al presidente bielorruso disolver sin consultar a nadie ambas cámaras del Legislativo, convocar comicios legislativos y convocar referendos a nivel nacional, informó la agencia Interfax.

Además, el jefe del Estado designa al primer ministro y a los viceprimeros ministros, al presidente y a los seis magistrados del Tribunal Constitucional, al Fiscal General de la República, al presidente y al consejo directivo del Banco Nacional, lo cual antes formaba parte de las prerrogativas del Parlamento.

La ley, que entrará en vigor tras la firma de Lukashenko, fue aprobada por los senadores sin debates previos y por unanimidad.

Varios magistrados del Tribunal Constitucional la calificaron de documento que contradice el principio democrático de división de las facultades de las distintas ramas del poder.

La Asamblea Parlamentaria del Consejo de Europa suspendió el pasado mes de enero el estatuto de invitado especial que concedió a Bielorrusia en 1992 por las medidas que Lukashenko empleó en noviembre del año pasado para crear el Parlamento actual y que, según denunció, dejó al Legislativo sin legitimidad democrática.

Para zanjar el enfrentamiento entre la presidencia y el Parlamento, que contó con el apoyo del Tribunal Constitucional, Lukashenko convocó un referendo proscrito por el legislativo y censurado por la Corte Constitucional.

Aquella consulta le permitió imponer la actual Constitución, que, en particular, aumentó su mandato de cinco a siete años y le autorizó para designar, prácticamente a dedo, a los diputados del Parlamento que hoy ampliaron sus funciones. EFE

apl/mb/wa dlh

06/24/15 07/97

PROCESO DE UNIFICACION [illegible]

518593
130697
11876
507294
507692
12795
11305

EFE381

RUSIA BIELORRUSIA (Previsión)
MOSCU Y MINSK RATIFICAN MATRIMONIO CONVENIENCIA POSTSOVIETICO

Por M. Carmen Romero

Moscú, 10 jun (EFE). Los Senados de Rusia y Bielorrusia ratificaron hoy, martes, el Tratado y los Estatutos de la Unión de estas dos naciones eslavas, el primer "matrimonio de conveniencia" en el espacio postsovietico que no excluye la futura reunificación de ambos estados.

Los Parlamentos de dos de las republicas, que en 1922 fundaron la URSS y en 1991 la disolvieron, concluyeron así el proceso de ratificación de los documentos de una nueva variante de unión que el Kremlin impulsa en la postsoviética CEI (Comunidad de Estados Independientes) para mantener su cada vez más mermada influencia en la zona.

El Consejo de la Federación (Senado) ruso ratificó casi por unanimidad los textos, ya que 144 legisladores votaron a favor y sólo tres se abstuvieron, al igual que la Cámara Alta del Parlamento bielorruso.

Los pasados 30 de mayo y 6 de junio las Cámaras Bajas de los Legislativos de Bielorrusia y Rusia, respectivamente, ratificaron por una mayoría abrumadora los documentos fundadores de la Unión.

Los estatutos de esta frágil Unión eslava no prevén la creación de un Estado único entre Rusia y Bielorrusia, ni bajo la fórmula de una federación o confederación, sino que establecen una unión de dos estados soberanos "abierta a otros países de la CEI".

La Unión no cierra la puerta a una futura Federación, algo que Boris Yeltsin podría jugar como posible carta para continuar en el poder más allá del 2000 cuando se celebran comicios presidenciales, a las que por ley no puede presentarse excepto que lo haga como candidato de un nuevo Estado ruso-bielorruso, opinan los analistas.

Bielorrusia -la aliada más fiel de Moscú, de la que depende económicamente- es para Rusia el camino mas corto para sus mercancías a Europa.

Al mismo tiempo, es una aliada estratégica frente a la expansion de la OTAN ya que, por su ubicación geográfica, es el "colchón" que separa a Rusia de Occidente, y la unión puede reportar dividendos políticos a Yeltsin con la Unión.

Este "matrimonio de conveniencia" también es de gran utilidad para el presidente bielorruso, Alexandr Lukashenko, ya que, acusado por sus opositores de ser un dictador y de haber frenado las reformas de mercado, obtiene el apoyo del "hermano mayor" en su pulso con la oposición y le pasa a Rusia la "patata caliente" de sus problemas economicos.

Lukashenko pretende obtener con esta alianza beneficios del gasoducto que Rusia planea construir a traves del territorio bielorruso a fin de poder trasladar su gas a Occidente sin tener que depender de las rutas de Ucrania, hermana ex soviética que cada vez coquetea mas con Occidente y la OTAN.

El líder de Minsk pretende, al mismo tiempo, escapar del creciente aislamiento al que es sometido por la comunidad mundial debido a sus prácticas autoritarias.

En Moscú, las fuerzas políticas reformistas han reaccionado con reticencia al pacto ruso bielorruso que, sin embargo, ha sido

aplaudido por la oposición nacional patriótica de izquierdas liderada por el comunista Guennadi Ziuganov.

Los partidarios de la unión arguyen que mejorará la situación geopolítica de ambos estados ante el avance de la OTAN y reportará ventajas económicas a ambos [illegible] el gasoducto que unirá a Rusia con Europa Occidental [illegible] suelo bielorruso.

El nacimiento [illegible] de la Unión ruso-bielorrusa "es el triunfo del sentido común [illegible] vencedores ni vencidos", declaró [illegible] Lukashenko. EFE

MCR [illegible]

[illegible]

01-02

9708783

XG6838

R POXBT 06-13 00217

icx exg mun

RUSIA-BIELORRUSIA

UNION RUSO-BIELORRUSA PIDE INGRESO ORGANISMOS INTERNACIONALES

Moscú. 13 jun (EFE).- La Asamblea Parlamentaria (AP) de la Unión Ruso-Bielorrusa solicitó hoy. viernes, su ingreso en calidad de observador a varias organizaciones legislativas internacionales

Los asistentes a la AP, que se celebra en la ciudad bielorrusa de Brest, enviaron mensajes oficiales en tal sentido a la Unión Interparlamentaria, la Asamblea Parlamentaria del Consejo de Europa y la Asamblea Parlamentaria de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa (OSCE).

Los participantes en la sesión, que hoy deben terminar sus labores, no ocultan su nostalgia por los tiempos de la URSS.

Incluso decidieron dirigirse al Consejo Supremo de la Unión (integrado por los presidentes, primeros ministros y presidentes de ambas Cámaras de los Parlamentos de los dos países) con la solicitud de aprobar el antiguo himno de la URSS como himno de la Unión Ruso-Bielorrusa.

Además, el presidente de la AP y de la Cámara de Diputados de Rusia, Guennadi Seleznoiv, propuso aprobar las enmiendas a las legislaciones de ambos países para convocar elecciones directas a la AP.

En opinión de Seleznoiv, "ya han madurado las condiciones políticas para convertir la AP (organismo representativo) en Legislativo", cuya principal tarea debe ser "unificar las dos legislaciones". EFE

mb/mar/ma

06/13/11-47/97

02-02

9708783

Nº DOCUMENTO 9708784
TITULO RUSIA ENTRA AL GRUPO DE LOS SIETE (G-7)
PROCEDENCIA 578597
FECHA DE PROCEDENCIA 210697
VINCULACIONES 118776
507294
12766

01-04

9708784

FPTTAO

U PGXBT 04-21 00638

irx mun

G7-RUSIA (previsión)

YELTSIN INICIO CUMBRE DE LOS OCHO CON PIE FIRME PERO LEJOS G-7

por Silvia Odoriz

Denver (EEUU), 21 jun (EFE).- Boris Yeltsin comenzó la Cumbre de los Ocho con pie firme tras recibir el espaldarazo del ingreso de Rusia al Club de París, pero la integración de su país en el Grupo de los Siete es, por lo menos, remota tras la decisión de sus miembros de continuar como exclusivo club económico-financiero.

La bien orquestada sorpresa de la aceptación de Moscú en el seno del foro internacional de los grandes acreedores mundiales que resuelven los problemas de la deuda externa estuvo ayer acompañada con la decisión de las siete democracias más industrializadas del mundo de que, pese a sentar a Rusia entre sus pares en esta cumbre de Denver, continuarán sólo entre ellos resolviendo los asuntos económicos y financieros del mundo.

"Hay consenso en que es útil preservar una parte del G-7 a la discusión sobre los asuntos económicos y monetarios, sin que en ellos participe Rusia", anunció la portavoz del Elíseo, Catherine Colonna.

Los presidentes de Francia, Jacques Chirac, y de EEUU, Bill Clinton, se mostraron de acuerdo sobre este punto durante la reunión bilateral que mantuvieron el viernes antes de la cena que inició esta cumbre de los siete países más industrializados del mundo -EEUU, Canadá, Francia, Alemania, Gran Bretaña, Italia y Japón- y Rusia que se prolongará hasta el domingo.

Yeltsin llegó a la cena eufórico tras el anuncio de la esperada aceptación de Rusia al Club de París, que junto a su anhelado ingreso a las Organizaciones Mundial del Comercio (OMC) y para la Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE), le permitirá a su país aspirar a una transformación del G-7 en G-8.

Clinton que ya lo había felicitado por la tarde a Yeltsin por la buena nueva lo recibió a la entrada de la mansión del gobernador del Estado de Colorado, Roy Rommer, con un fuerte abrazo.

"Hoy tenemos otro feliz acontecimiento aquí", le había dicho más temprano en ocasion de la reunión bilateral que mantuvieron, Rusia y el Club de París han completado sus negociaciones.

Esto significa que Rusia será ahora socio de los otros miembros en su intento de promover el crecimiento económico global ayudando a aliviar la deuda de los países en desarrollo que adopten reformas, dijo Clinton.

Pero Rusia, que todavía debe completar algunas formalidades para su membresia en el Club de París, tiene otras intenciones a juzgar por las palabras del portavoz del Kremlin, Serguei Yastrzhembski, quien precisó que ahora Moscú podrá intentar cobrar la deuda de cerca de 140.000 millones de dólares que tienen con ella, como heredera de la URSS, algunos paises del tercer mundo.

Las discusiones formales de los Ocho comienzan ho , sábado, por la mañana cuando a las 07.00 hora local (15.00 GMT) los líderes de estas ocho potencias se reunen en la Biblioteca de Denver para discutir temas de politica internacional -desde Bosnia a Oriente Medio - y globales -desde los peligros de la desforestación y otros temas medio ambientales al envejecimiento

de la población, pasando por el terrorismo y hasta el SIDA, así como económicos.

En un aparte, el G-7 abordará los temas financieros internacionales, en especial la estabilización de los tipos de cambio de las divisas, mientras Yeltsin, que no participa en estas discusiones, se reunirá con hombres de negocios norteamericanos.

Rusia espera en esta cumbre la confirmación de su plena integración en este exclusivo club de democracias industrializadas que le ayudará a mejorar su posición en los mercados interancionales y aspira a que sus pares le reconozcan haber superado la transición y haber alcanzado el estadío de ser un país con economía de mercado.

El artífice de la política reformista de este último gobierno de Yeltsin, el primer vice primer ministro y ministro de Finanzas, Anatoly Chubais, resumirá hoy ante la prensa el curso de las conversaciones, y el ministro de Asuntos Exteriores, Yevgueni Primakov, abordará las discusiones que tienen por separado los jefes de las diplomacia de los OCHO. EFE

so/emm-op

06/21/09-13/97

04-04

9708784

R FOXBT 06-05 00167
exo mun icx

RUSIA-ASEAN
PRIMERA REUNION COMITE COOPERACION PARA POTENCIAR RELACIONES

Moscú, 5 jun (EFE).- Rusia y la Asociación de Naciones del Sureste Asiático (ASEAN) comenzaron hoy jueves la primera sesión del Comité de Cooperación destinado a potenciar sus relaciones políticas y económicas.

"Nosotros consideramos a la ASEAN como una organización regional que se desarrolla dinámicamente y sobre todo, como un nuevo eje de influencia mundial político y económico", indicó el ministro ruso de Asuntos Exteriores, Yevgueni Primakov, en un mensaje de saludo enviado al foro y difundido por la agencia oficial Itar-Tass.

Primakov expresó la confianza de que el comité logre establecer los mecanismos necesarios para ampliar el campo de cooperación Rusia-ASEAN, "desde consultas políticas hasta importantes proyectos económicos".

La ASEAN fue creada en agosto de 1967 y agrupa a Brunei, Filipinas, Indonesia, Malasia, Singapur, Tailandia, Nueva Guinea, Papúa y Vietnam.

En 1996 Rusia obtuvo el estatuto de "país socio para el diálogo con la ASEAN". EFE

apl/mb/jac/ik

06/05/11-50/97

01- 01

XR9580

R POXBT 06-23 00214
icx mun exg

RUSIA-DEUDA
APROBADO ENDEUDAMIENTO RUSIA DE 9.800 MILLONES DOLARES

Moscú, 23 jun (EFE).- La Duma de Estado, Cámara de Diputados de Rusia, aprobó hoy, lunes, la deuda exterior de Rusia para 1997 n el volumen propuesto por el Gobierno, y los préstamos que concederá Moscú a terceros paises.

En una resolución aprobada por 308 votos a favor y tres votos en contra los parlamentarios autorizan al Gobierno a contraer durante este año créditos exteriores por un monto de 9.800 millones de dólares.

La mayor parte de los empréstitos, 7.300 millones de dólares no son vinculantes, entre ellos 2.800 millones concedidos por el Fondo Monetario Internacional (FMI) y 1.100 millones de dólares por línea del Banco Mundial (BM).

Soló 2.500 millones de dólares del paquete de endeudamiento para la presente gestión corresponden a créditos con destino obligatorio.

El Parlamento también dió luz verde al Gobierno para que emita bonos del Tesoro en el mercado financiero múndial por un monto de 3.400 millones de dólares, y autorizó la concesión de créditos a terceros paises por un total de 400 millones de dólares.

Encabeza la lista de beneficiados la República Yugoslava, con 50 millones de dólares; la siguen Eslovaquia, con 49 millones; China, con 34,5 millones; Cuba, 25 millones; Marruecos, 23 millones; y Bulgaria, con 21 millones de dólares. EFE

apl/mb dlh

06/23/18-28/97

Nº DOCUMENTO 9708787
TITULO RUSIA: PARLAMENTO RECHAZA PROPUESTA DEL GNO PARA RECORTES PRESUP.
DESCRIPTORES 518593
FECHA DE REFERENCIA 230697
VINCULACIONES 11876
307294
11302
11332
11837

01-04

9708787

[illegible]

[illegible] 06 11 [illegible]

RUSIA PRESUPUESTO (Previsión)
DUMA DEBATE RECORTE GASTOS EN MEDIO FEROZ OPOSICION COMUNISTA

Por Miguel Bas

Moscú, 11 jun (EFE). La Duma de Estado, Cámara de Diputados de Rusia, estudia hoy, miércoles, la solicitud del Gobierno de recortar los gastos presupuestarios, en medio de una oposición feroz de la mayoría comunista.

El Gobierno propone reducir los gastos en 108 billones de rublos (18.621 millones de dólares), cifra que equivale al déficit de la partida de ingresos respecto a lo previsto.

La propuesta del Ejecutivo provocó fuertes polémicas en la Duma y, sobre todo, en sus dos comités encargados de preparar la sesión de hoy, el Económico y el Presupuestario.

Yuri Masliukov, presidente del Comité parlamentario para Política Económica, valoró altamente "esta valiente decisión del Gobierno", que prefirió "solicitar oficialmente el recorte al Parlamento y no reducir los gastos de manera soterrada, como lo hacía antes".

Pero, al mismo tiempo, opinó que la cifra solicitada por el Ejecutivo supera la realmente necesaria al menos en un quince por ciento.

Mijail Zadórnov, presidente del Comité Presupuestario de la Duma, resaltó que aunque el presupuesto vigente se presentó a la aprobación del Legislativo, él advirtió que su cumplimiento no es posible.

Por lo tanto, el Comité que él encabeza propuso al Gobierno que revoque el proyecto de ley sobre el recorte de gastos, presentado hoy al estudio de la Duma, y él mismo se encargue de efectuar la reducción conforme a los resultados del primer trimestre en caso de que los ingresos sean "inferiores a los previstos al menos en un diez por ciento".

Además, opina este Comité, las reducciones deben afectar de manera proporcional a todas las cláusulas del presupuesto que no se consideran "blindadas", es decir, protegidas legalmente de reducción.

Inicialmente, el recorte estaba previsto para el pasado 23 de mayo, pero entonces la Duma apoyó la propuesta del comunista Yuri Masliukov, ex dirigente del antiguo Gosplan (Comité Estatal de Planificación de la URSS), y solicitó al Gobierno los indicadores macroeconómicos precisados y las medidas que el Ejecutivo se propone llevar a cabo para aumentar el flujo de ingresos a las arcas del Estado.

El Gobierno [illegible] dicha demanda, [illegible] el pasado día [illegible] legisladores ya tenían la información solicitada.

Según cálculos de los [illegible] del ministerio de Finanzas, las medidas previstas por el Gobierno deberán proporcionar a la partida de ingresos unos 34 billones de rublos (5.[illegible] millones de dólares).

[illegible]

[illegible]

02

9708787

Tanto los manifestantes como los diputados comunistas y nacionalistas se oponen al cambio del Gobierno, e insisten en que si el Gobierno es incapaz de cumplir el presupuesto que él mismo propuso debe reconocer su incompetencia y presentar la dimisión.

Esta opinión fue expresada en particular por el Partido Liberal Demócrata, del ultranacionalista Vladimir Zhirinovski, cuyo voto podría ser decisivo en la votación prevista para esta tarde.

Pero las declaraciones previas no significan nada para Zhirinovski y sus seguidores, por lo que nadie se atreve a pronosticar cuál será su voto, pues más de una vez el Partido Liberal Demócrata se decantó en contra de lo que expresaba la víspera. EFE

mb/ncb/mar.ma

05/11/97-01/97

XR9572

R POXBT 06-23 00369
icx mun esq

RUSIA-PRESUPUESTO
LEGISLATIVO RECHAZO RECORTE GASTOS PRESUPUESTARIOS

Moscú, 23 jun (EFE).- La Duma de Estado, Cámara de Diputados de Rusia, rechazó hoy, lunes, el proyecto de ley promovido por el Gobierno para recortar los gastos presupuestarios en concordancia con los ingresos, muy inferiores a los planificados.

El proyecto, presentado por el Ejecutivo a fines de mayo pasado a fin de reducir los gastos en 108 billones de rublos (18,6 millardos de dólares) y que todo este tiempo fue tema de dos comisiones conciliadoras compuestas por diputados y ministros, reunió 113 votos a favor, 210 en contra y cuatro abstenciones.

Los diputados que forman parte de la comisión conciliadora, que durante los últimos diez días intentó buscar con el Gobierno una solución mutuamente aceptable, propusieron su propio proyecto, que prevé dejar inalterables las cláusulas del presupuesto "blindadas" y reducir las demás en un 20 por ciento, lo que daría en total un recorte de gastos de 39 billones de rublos (6,7 millardos de dólares).

Aunque esta variante tampoco sería aceptada por el Gobierno, que, según algunas fuentes estaría dispuesto a aceptar un recorte de 88 billones de rublos (15,2 millardos de dólares), el Parlamento la rechazó por 137 votos a favor, 195 en contra y 5 abstenciones.

Tampoco consiguió ser aprobado, y ni siquiera llegó a ser puesto a votación, un proyecto de ley por el cual la Duma confería al Gobierno el derecho de ajustar los gastos a los ingresos en caso de que estos resulten inferiores a los previstos.

Esta propuesta fue rechazada por moción del grupo opositor reformista Yábloko, cuyo principal argumento era que con ello la Duma "perdería una de las pocas palancas de presión de que dispone".

Mañana, martes, la Duma celebra su última jornada de sesiones en vísperas de las vacaciones, con lo que resulta imposible de pronosticar lo que harán el Gobierno y el Kremlin, para los que la reducción de gastos se ha convertido en la tarea más apremiante.

Vladimir Petrov, viceministro de Finanzas, declaró en los pasillos de la Duma que la reducción de los gastos es inevitable.

"Será una decisión ilegal, pero los diputados no pueden abolir la reducción de ingresos y no se puede gastar más de lo que se tiene".

Al mismo tiempo, indicó que "hasta el final de la sesión intentaremos mantener consultas".EFE

FTH/HB dlh

07-04

9708787

446771

R POXBT 06-10 00257

SIRIA RUSIA

MOSCU REANUDARA LA VENTA DE ARMAS A SIRIA

Damasco, 10 jun (EFE).- La Federación Rusa reanudará sus ventas de armamento a Siria para reforzar su capacidad de defensa, anunció hoy, martes, el embajador ruso en Damasco, Viktor Goguitidze, en una rueda de prensa en la capital siria.

"La cooperacion entre la Federación Rusa y Siria continuará en todos los ambitos, incluso el militar, el politico y el comercial", afirmo el embajador.

"Hemos informado a Siria sobre nuestra disposición a contribuir a cubrir las necesidades de las Fuerzas Armadas sirias y desarrollar sus capacidades defensivas", agregó.

El diplomático ruso anunció que un dirigente militar sirio visitará próximamente Moscú a este efecto.

"El suministro por Rusia de armamento y tecnología moderna a Siria es un asunto que discuten continuamente delegaciones militares de ambos paises", preciso el embajador, sin revelar el tipo de armamento que Moscú pretende vender a Damasco.

Antes de la desaparicion de la URSS, Siria era el mayor aliado de Moscú en Oriente Medio, pero las relaciones se enfriaron tras el fin del bloque soviético.

Goguitidze subrayó que "el reforzamiento de la capacidad de defensa de Siria no está dirigido contra nadie y no creará ningun desequilibrio militar en la región".

"Al contrario, esta cooperación contribuirá a reforzar la seguridad y la estabilidad" en la zona, puntualizo.

"El 99 por ciento del arsenal militar de Siria es de fabricacion soviética, y es normal que Rusia suministre a este pais piezas de recambio y refuerce sus capacidades de defensa", añadió. EFE

su/no/feb/egn/ll

06/10/16 32/97

01-01

9708788

Nº DOCUMENTO 9708789
TITULO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 30/6/97
VINCULACIONES 11321
5076231
11164 11302
11437
515583
11878

1-5

Tregua electoral en México

La guerrilla anunció suspensión de la lucha para no perturbar las elecciones

Por **Luis Granovsky**

México, AFP

Los trascendentales comicios mexicanos del 6 de julio tienen por actores "silenciosos" a grupos guerrilleros que operan en varias zonas sin que aún el Ejército haya logrado localizarlos, pese a movilizar a miles de soldados.

La movilización militar —que sectores opositores califican de "militarización del país"— provocará que los comicios se efectúen en medio de una presencia armada que atemoriza a sectores campesinos e indígenas y podría provocar su abstención electoral.

El más activo de estos grupos, el Ejército Popular Revolucionario (EPR), había advertido en noviembre pasado que suspendía operaciones militares e iniciaba una etapa de "propaganda armada", pero además decretó una tregua de sus operaciones hasta 10 días después de los comicios de julio.

Integrado por 14 organizaciones de ultraizquierda, el EPR actúa en los estados de Oaxaca y Guerrero (dos de los más pobres del país) y esporádicamente en los de Puebla y México.

El EPR se plantea la constitución de un Estado "democrático y popular" y para ello no excluye a ninguna organización ni forma de lucha, incluida la electoral, aunque ha afirmado que las urnas no resolverán los problema del país.

Las guerrillas en México



AFP infografía · Patrice Deré

Miles de soldados se han desplazado a Guerrero y Oaxaca, pero, salvo mantener dos encontronazos con los guerrilleros, con saldo de 9 muertos, no han tenido mayor éxito en hallar bases del EPR, al que el gobierno califica de "terrorista".

En cambio, sembraron tanta inquietud en la población, que el Consejo Estatal Electoral pidió al EPR que cese sus acciones y al Ejército que regrese a sus cuarteles.

El 6 de julio se renovará totalmente la Cámara de Diputados y parcialmente la de Senadores y la oposición intenta despojar al Partido Revolucionario Institucional (PRI) de la mayoría de que goza desde hace 68 años.

Además, habrá elecciones para gobernador en seis estados y en la capital del país.

El más antiguo de los grupos guerrilleros, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), que surgió en enero de 1994 y tiene interrumpido su diálogo con el gobierno desde setiembre pasado, ha mantenido un absoluto silencio sobre los comicios.

Arrinconado en la selva Lacandona, en el sureño estado de Chiapas —lindante con Guatemala—, el EZLN no ha manifestado públicamente si dio a los miles de indígenas y campesinos que siguen sus lineamientos alguna consigna de participar o no en el proceso electoral.

De todas formas, las autoridades electorales estiman que unas 50.000 personas no podrán votar en unos 10 municipios de Chiapas (sobre un total de 110) porque no se podrán instalar las mesas electorales; a cambio, lo harán allí alrededor de 20.000 soldados estacionados en el estado, que provienen de otras partes de México.

En las pasadas elecciones presidenciales y legislativas de agosto de 1994, el PRI se proclamó defensor de la paz y obtuvo el voto de sectores sociales a los que asustaba la aparición del EZLN.

El diálogo entre el gobierno priísta y los zapatistas se produjo, aunque por ahora sin mayores resultados concretos: de hecho, hay acuerdo tácito de que se intentará reanudarlo después de los comicios.

Según algunos comunicados emitidos, en el país operarían otros grupos guerrilleros y, aunque ninguno ha realizado acciones armadas, no se descarta que lo haga en vísperas de las elecciones.

02

9708789

Vídeos desatan escándalo político en México

Por **Gerardo Tena**

México, de nuestras agencias

Un escándalo político estalló el jueves después del descubrimiento de un centro de producción de miles de vídeos difamatorios contra el centroizquierdista Partido de la Revolución Democrática (PRD) que, según encuestas, podría ganar los comicios del 6 de julio que designarán al jefe del gobierno de la capital mexicana.

En el video "Este es el sol que te ofrece el PRD" se muestra a supuestos perredistas quemando camiones y lanzando bombas molotov contra la policía, enfrentándose a golpes con grupos de manifestantes, destruyendo oficinas y rompiendo cristales con piedras y palos.

Las imágenes están montadas sobre discursos de Cuauhtémoc Cárdenas, candidato del PRD al gobierno de la capital mexicana, en los que habla de paz y en un momento aparece una leyenda que dice: "Cárdenas nunca te dice la verdad".

Casi al final del video, de unos tres minutos de duración, aparece otra leyenda que dice: "No a la violencia, reflexiona antes de votar".

Esta semana aparecieron también en diferentes puntos de la ciudad carteles en los que se vincula al PRD con la guerrilla zapatista y con actos de violencia.

Hasta el momento se desconoce quién mandó elaborar el video, pero hay catorce detenidos que podrían destapar la caja de Pandora, justo a diez días de los cruciales comicios en los que estará a prueba la credibilidad del Instituto Federal Electoral que dirige un grupo de nueve ciudadanos.

El hecho desató de inmediato una escaramuza verbal entre las tres principales fuerzas políticas del país, que se lanzaron acusaciones mutuas de estar enlodando la campaña electoral a través de una guerra de vídeos.

Jesús Ortega, secretario general del PRD, entrevistado por la emisora Radio Red, lanzó un petardo político al señalar que "huele" a una maniobra sucia de un partido, "ya sabrá a qué partido me estoy refiriendo", en aparente alusión al Partido Revolucionario Institucional (PRI), 68 años en el poder.



Un funcionario del PRD muestra el vídeo donde se ve al candidato a gobernador de su partido. (AFP)

En tanto, el líder del PRI capitalino, Roberto Campa, se deslindó del video aunque admitió que en la acción tiene que ver algún partido.

El dirigente del PRI echó más leña a la hoguera al denunciar que el PRD elaboró un video en el que ataca su organización y al conservador Partido Acción Nacional (PAN), el tercero en discordia.

En la elaboración de los vídeos contra el PRD "no tenemos responsabilidad. Es un asunto de partidos, me parece que sería ingenuo suponer que alguien ajeno a los partidos tenga responsabilidad".

Por su parte, Gonzalo Altamirano, dirigente del PAN en la ciudad de México, dijo que hay "evidencias" de que desde hace años el PRI "es aficionado a estas artes".

Dijo que su partido no tiene responsabilidad en la elaboración de este video y que "al contrario hemos sido víctimas de eso", pues, aseguró, el PRD hizo un video en el que ataca al PAN al vincularlo con el ex presidente Carlos Salinas.

El operativo sorpresa fue montado por tres diputados del PRD, quienes acudieron a una casa de un barrio de la capital para inspeccionar el centro, dedicado a reproducir cintas pornográficas, en el que se hallaron 15.000 copias del video "Este es el sol que te ofrece el PRD". Otras 15.000 copias fueron encontradas en una camioneta, listas para ser distribuidas entre la población y en total fueron detenidas 14 personas que con 200 videocaseteras elaboraban al día 40.000 copias.

Entre los detenidos está el gerente de la empresa Summa Video Broc, Joel Moreno, de 32 años, quien, interrogado en el lugar por los diputados del PRD, se negó a declarar quién le había encargado la elaboración y reproducción del video.

LR 27/6.

03.

[illegible]

[illegible]

[illegible] Ernesto Zedillo, [illegible] "[illegible]", [illegible] los candidatos [illegible] con seriedad y responsabilidad".

"Tengo confianza en que con el desarrollo de nuestra democracia [illegible] las concepciones [illegible] la economía", afirmó el mandatario.

En los comicios del próximo 6 de julio los mexicanos renovarán totalmente la Cámara de Diputados, una cuarta parte del Senado y por primera ocasión desde 1928 al Jefe de Gobierno de la capital mexicana.

Al participar en la XVIII Asamblea del Consejo Coordinador Empresarial, donde tomó posesión su nuevo presidente, Eduardo Bours, el gobernante mexicano destacó que la democracia dará lugar a una "nueva ética que auspicie las posiciones realistas y de mayor seriedad y congruencia a las propuestas de los que aspiran a un cargo político".

Zedillo manifestó su confianza en que la madurez en los procesos políticos ayudará a que prevalezca "el espíritu abierto, la objetividad y la sensatez en todo el espectro político de nuestro país".

Afirmó que la política económica del Gobierno tiene una gran vigencia debido a la experiencia internacional, la congruencia y el realismo de sus metas, y añadió que las divergencias ideológicas o partidistas sobre "política económica que antes eran irreconciliables, ahora se han reducido drásticamente y en algunos casos han desaparecido".

Aseguró que entre los gobiernos liberales, conservadores, socialistas y algunos que se consideran a sí mismos comunistas, prevalece un consenso claro sobre ciertos elementos de política económica.

Entre estos elementos se destacan la vigencia del estado de derecho, una economía de mercado, la participación en la economía mundial globalizada, la responsablidad fiscal y montetaria, el fomento al ahorro interno y la capacitación de la mano de obra.

Zedillo afirmó que la gran lección de este fin de siglo es la coincidencia en que "el estatismo, el proteccionismo y el populismo" han sido desechados "por su ineficacia económica y su grave alto costo social".

Explicó que sumarse a esta convergencia ha requerido "desechar viejos dogmas, revisar y actualizar conocimientos y actuar en lo profesional y en lo político con madurez y convicción".

Señaló que la nueva ética "implicará defender ideas y principios, pero también proponer sólo lo que se pueda cumplir y respaldar todo lo que objetivamente beneficia al país" y auguró que esta ética elevará el debate político y dará transparencia a las palabras y a las virtudes de la política.

Zedillo dijo también que gracias a la reforma política que promovió al comienzo de su administración, México ha avanzado en la normalidad democrática y la reforma ha dado resultados exitosos.

"Hoy quedan atrás las suspicacias, sospechas y recriminaciones entre los procesos electorales [illegible]", remarcó el mandatario.

Según Zedillo, [illegible] Instituto Federal Electoral [illegible] de los procesos.

[illegible] del Consejo Coordinador Empresarial, Eduardo Bours, [illegible] de todos los grandes temas del país.

[illegible] la seguridad [illegible].

[illegible] EFE

[illegible]

[illegible]

XA2315

R POXBI 06-03 00323

amt

MEXICO-ELECCIONES

PRI Y PAN MULTADOS POR INSULTARSE EN CAMPAÑA ELECTORAL

México, 3 jun (EFE).- Las autoridades electorales de México multaron hoy al gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI) y al opositor Partido de Acción Nacional (PAN) por insultos mutuos en la campaña para la elección del jefe de Gobierno de la capital mexicana.

El PRI fue condenado por el Instituto Federal Electoral (IFE), organismo responsable de los comicios del próximo 6 de julio, a pagar una multa de 10.500 pesos (unos 1.312 dólares) por haber publicado en su revista oficial una fotografía del líder del PAN, Felipe Calderón Hinojosa, con la cruz gamada del nazismo.

El IFE aplicó una multa similar al PAN, primera fuerza de oposición de México, por las acusaciones que hizo contra el candidato del PRI a la jefatura de Gobierno, Alfredo del Mazo, sobre el presunto enriquecimiento de su familia a costa de la pobreza del pueblo.

Las sanciones fueron aplicadas conforme a la ley electoral, que advierte en su artículo 38 que los partidos y sus candidatos deben abstenerse de expresiones que impliquen calumnia, infamia, injuria, difamación contra ciudadanos, partidos o candidatos durante la campaña electoral.

El consejero presidente del IFE, José Woldenberg, confirmó que este organismo ha recibido de los partidos 60 denuncias de ataques y críticas.

Al menos 45 millones de mexicanos acudirán a las urnas el próximo 6 de julio para elegir 500 diputados y 32 de los 128 senadores, mientras que en la capital mexicana se votará para elegir jefe de Gobierno y en otros cinco estados para elegir gobernador.

Previamente a la imposición de las multas, el IFE resolvió acreditar al español Antonio Gavilanes, del Club de Diálogos para la Democracia de España, como "visitante extranjero" en los comicios del 6 de julio.

Gavilanes y la estadounidense Anne E. Barneby, del Consulado de EEUU, fueron acreditados hoy como visitantes extranjeros, condición que les permitirá participar como observadores de los comicios conforme a las leyes electorales. EFE

jth/fp/arp

06/03/23-30/97

05-05

9708789

KY0071
U EOXBT 06 05 00237
mun exg ics

RUSIA DESARME
FRIMAKOV: MISILES SERAN DESPROGRAMADOS, PERO NO RETIRADOS

Ginebra, 5 jun (EFE).- El ministro de Asuntos Exteriores ruso, Evgueni Primakov, dijo hoy, jueves, que los misiles estratégicos nucleares que apuntan a países de la OTAN serán desprogramados, pero su retirada no se producirá hasta que haya reciprocidad.

De esta forma, Primakov matizó las palabras el presidente ruso, Boris Yeltsin, cuando el pasado 27 de mayo durante la firma del Acta Fundacional anunció que los misiles rusos no amenazarían más a los países de la OTAN.

Al término de un discurso ante la Conferencia de Desarme, los periodistas pidieron una aclaración de estas palabras a Primakov, quien dijo que es una propuesta en dos etapas.

En la primera, los programas de los misiles estratéticos serán puestos a cero, con lo que mantienen su capacidad operativa, pero no están dirigidos a blanco alguno.

La segunda supone la separación de las ojivas nucleares de los cohetes, pero Primakov dijo que ello será después de que se haya puesto en marcha el Acta Fundamental y tras negociaciones.

Precisó que su país está dispuesto a llevar la iniciativa, pero afirmó que "naturalmente se hará bajo la base de la reciprocidad y cuando tengamos las garantías de que las ojivas correspondientes no nos apuntarán".

Primakov también reiteró que su país está dispuesto a iniciar con Estados Unidos las negociaciones START III, una vez que el START II, tratado de reducción de armamentos nucleares, haya sido ratificado. EFE

alg/pgl

06/05/15-49/97

DE9743 .

R ECOBT 06-21 00474
icx mun exg

MEXICO-COMERCIO
SUPERAVIT COMERCIAL DE MEXICO DE 88 MILLONES DOLARES EN MAYO

México, 21 jun (EFE).- El intercambio comercial de México con el exterior registró un superávit de 88 millones de dólares en el mes de mayo, superior al registrado en el pasado mes de abril, cuando ascendió a 50 millones de dólares, informó hoy la Secretaría de Hacienda.

De acuerdo con la información, con este resultado la balanza comercial mexicana durante los primeros cinco meses de este año asciende a 1.652 millones de dólares.

Un comunicado de Hacienda señaló que en mayo de este año los exportadores mexicanos vendieron un volumen de mercancías por valor de 8.776 millones de dólares, cifra que representó un incremento del 8,7 por ciento en relación con el mismo mes del año pasado.

El total de exportaciones durante el periodo enero-mayo de este año ascendió a 42.965 millones de dólares, lo que supone un incremento del 13.5 por ciento en relación con el mismo periodo de 1996.

En cambio, en este mismo mes, México compró en el exterior productos por un total de 6.850 millones de dólares, cifra que representó un aumento del 13.1 por ciento en comparación con mayo de 1996, la tasa más baja de las importaciones observada en los últimos 14 meses.

Además, en los cinco primeros meses de este año el total de las importaciones ascendió a 32.502 millones de dólares, cifra 16.4 por ciento mayor a la observada en el mismo periodo de 1996.

Las exportaciones manufactureras sumaron 7.447 millones de dólares en abril, el 10,9 por ciento más que en mayo del año pasado.

Las ventas de productos petroleros ascendieron a 920 millones de dólares, las cuales representaron una disminución del 2,4 por ciento en comparación con mayo de 1996, en tanto que en los primeros cinco meses se exportaron productos petrolíferos por 4.797 millones de dólares.

En relación con las exportaciones de petróleo, la Secretaría resaltó que aunque el volumen de crudo se incrementó en un 8,4 por ciento, los ingresos se redujeron en un 2,4 por ciento, lo cual se explica por la baja de los precios del crudo en el mercado internacional en comparación con el mismo mes del año pasado.

La venta de productos ganaderos y agrícolas sumó 367 millones de dólares, que representaron una baja del uno por ciento en relación con el mismo mes de 1996, mientras que en los cinco primeros meses el volumen ascendió a 2.180 millones de dólares.

Las compras de bienes de capital sumaron 1.197 millones de dólares, lo que significó el 30.7 por ciento en comparación con el mismo mes del año pasado, en tanto que en los cinco primeros meses se han comprado bienes de capital por 5.605 millones de dólares.

Finalmente, las importaciones de bienes de consumo ascendieron a 633 millones de dólares lo que representó el 26.7 por ciento en relación con mayo de 1996, en los primeros cinco meses de 1997 estas importaciones ascendieron a [illegible] millones de dólares lo que implicó un crecimiento del 29.4 por ciento en relación con el mismo periodo del año pasado. EFE

jm/mhm jhk

06/21/14-46/97

9708791

01-04

[illegible]

MEXICO-DEUDA

MEXICO PAGO 3,306 MILLONES DOLARES DE INTERESES EXTERNOS

México, 6 jun (EFE).- México pagó al exterior 3,306 millones de dólares de intereses por la deuda externa en el primer trimestre de este año, algo menos de los 3,543 millones que pagó en el mismo periodo de 1996, informó hoy el Banco de México.

En un documento que recoge los resultados del primer trimestre de este año, el banco central señaló que la cuenta corriente de la balanza de pagos registró un déficit por 306 millones de dólares, lo que se compara negativamente con el superávit de 46 millones en el mismo periodo del año pasado.

Este déficit representó una variación negativa del 452 por ciento en comparación con los resultados del año anterior.

La entidad emisora explicó que el incremento del déficit es el resultado del superávit en la balanza comercial, más los servicios no factoriales y las transferencias con un déficit en los servicios no factoriales.

En el periodo de enero a marzo de este año, la balanza comercial registró un superávit de 1.513 millones de dólares, cifra inferior a los 1.934 millones registrada en el mismo periodo de 1996.

Por otra parte, los servicios no factoriales y las transferencias de recursos resultaron superavitarias, con 405 y 1.034 millones de dólares, respectivamente.

El informe explicó que el superávit comercial fue resultado de exportaciones de mercancías por 25.042 millones de dólares e importaciones por 23.529 millones.

El saldo superavitario de servicios no factoriales fue resultado del ingreso de 3.131 millones de dólares, especialmente por los recursos que dejaron los viajeros internacionaes, turistas y excursionistas, que ascendieron a 2.219 millones de dólares.

Los egresos no factoriales sumaron 2.726 millones de dólares principalmente originado por los gastos de los turistas mexicanos al exterior, que sumaron 850 millones de dólares, y otros gastos asociados a las importaciones de mercancías, como fletes, seguros a mercancías, telecomunicaciones y gastos portuarios.

En los servicios factoriales se registró un déficit por 3.358 millones de dólares, porque a pesar de los ingresos por valor de 1.039 millones de dólares hubo gastos que ascendieron a 4.397 millones, fundamentalmente por el pago del servicio de la deuda externa, tanto en lo que se refiere a las amortizaciones de capital como a los intereses.

El Banco central explicó que los intereses que se pagaron en este periodo fueron de 3.306 millones de dólares, 237 millones menos que en el mismo periodo del año pasado, lo que representó una disminución del 6,6 por ciento en relación con 1996.

La disminución en el pago de intereses durante el primer trimestre de este año, según el Banco, es atribuible a una reducción del saldo de la deuda externa del sector público en comparación con el nivel del año pasado y al resultado de la revaluación del dólar en los mercados internacionales.

Finalmente, el informe del banco central señala que la balanza de transferencias fue superavitaria en 1.034 millones de dólares, de los cuales 960 millones de dólares correspondieron a envíos de dinero de mexicanos que residen en Estados Unidos, lo cual refleja una ligera mejoría en comparación con el mismo periodo del año pasado. EFE

[illegible]

06/06/18-43/97

9708791

02

Zedillo quiere más ahorro y más inversión

4/6 LN.

POR CRAIG TORRES
Redactor de THE WALL STREET JOURNAL

MEXICO — El presidente mexicano, Ernesto Zedillo, lanzó un ambicioso programa económico para los próximos tres años, en un esfuerzo por asegurarle a los mexicanos que los padecimientos económicos de los últimos dos producirán como recompensa un crecimiento económico futuro más sólido y permanente.

A unas semanas de las elecciones de diputados, alcaldes y de algunos gobernadores, previstas para el 6 de julio, el presidente mexicano hizo un vigoroso elogio de las políticas de libre mercado del gobernante Partido Revolucionario Institucional, cuyas probabilidades de éxito electoral han aumentado en los últimos meses.

Según Zedillo, los sacrificios que hizo el país le han abierto paso a una economía "donde la iniciativa individual y la energía social no son avasalladas por el estado".

La piedra angular del plan es un aumento del ahorro privado del 16,1% actual al 17,7% del PIB en el año 2000. Eso generaría una ola de inversiones y reduciría la dependencia del capital extranjero.

México espera lograr ese objetivo en parte mediante la privatización de su régimen de jubilación. El secretario de Hacienda, Guillermo Ortiz, afirmó en una conferencia de prensa que esa será "la reforma más importante" del actual período presidencial.

Se calcula que la inversión extranjera directa anual aumentará en US$2.100 millones y llegará a los US$10.800 millones para el año 2000.

El resultado de eso, según el plan, será un considerable crecimiento económico, del 4,5% durante el presente año, del 4,8% en 1998 y del 5,2% y el 5,6% en 1999 y 2000, respectivamente.

El PIB mexicano creció un 5,1% el año pasado, después de caer un 6,2% en 1995 tras la devaluación del peso en 1994.

El discurso era crucial para Zedillo porque algunos miembros del PRI han comenzado a dudar de la efectividad de las políticas de libre mercado, entre ellas la venta de empresas estatales por US$20.000 millones y la apertura de grandes sectores de la economía a la competencia extranjera. El modelo mexicano busca un crecimiento impulsado por las exportaciones.

C3

9708791

XAZZZ7

R ECOBT 06 02 00371
amt ita exo exgu

MEXICO-ECONOMIA
ZEDILLO CONSOLIDAR CRECIMIENTO INDISPENSABLE EN EVITAR CRISIS

México, 2 jun (EFE). El presidente de México, Ernesto Zedillo, afirmó hoy que "es indispensable" consolidar el crecimiento económico para evitar las crisis recurrentes al inaugurar tres plantas petroquímicas en Tula, estado central de Hidalgo, con capital español, italiano y japonés.

El crecimiento es indispensable para "generar los empleos que tanto necesitamos" y para "lograr el aumento de los salarios y los ingresos de las familias para una vida digna", dijo Zedillo ante trabajadores de la empresa estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX).

Zedillo precisó que la consolidación del crecimiento "es indispensable" para "combatir con eficacia la pobreza que aqueja a muchos millones de mexicanos" y para aumentar los servicios educativos, de salud, agua, drenaje, electrificación y pavimentación.

Zedillo sostuvo que el crecimiento económico, dinámico y permanente, será logrado "sobre las nuevas bases que estamos sentando, que nos permitirán evitar que ocurran más crisis como las que han frenado nuestro desarrollo durante las últimas dos décadas".

La Planta de isomerización de pentanos y hexanos tendrá una capacidad de producción de 15.000 barriles diarios, costó 25 millones de dólares y forma parte del paquete ecológico del Gobierno encaminado a elaborar gasolinas de mejor calidad.

El complejo de hidrosulfurización de residuos tiene una capacidad de producción de 42.000 barriles y su construcción requirió una inversión de 627 millones de dólares, de los cuales el 36 por ciento se recuperarán antes de un año, según PEMEX.

La planta de alquilación puesta en marcha hoy por Zedillo, producirá 7.677 barriles diarios de alquilado y para su financiamiento se necesitaron 34 millones de dólares.

Sobre el complejo petroquímico puesto hoy en marcha, Zedillo destacó el compromiso de México por aprovechar racionalmente sus recursos naturales, conservarlos para las generaciones futuras y "evitar la contaminación del agua, del suelo y del aire".

Zedillo agradeció el apoyo japonés y de su agencia de Cooperación Internacional al proyecto al destacar que "tienen una clara noción" de la importancia de conseguir un desarrollo sustentable a escala.

El presidente mexicano destacó también la participación de España e Italia en la construcción de estas plantas como "un ejemplo de la nueva relación entre las economías del mundo, para alcanzar la mayor eficiencia en cada una de ellas". EFE

ith/gcf/arp

06/02/20-32/97

04-04

9708791

Nº DOCUMENTO 9708792

TITULO RUSIA: DESIGNAN A NUEVO JEFE DE ESTADO MAYOR GENERAL DE LAS TTAA RUSAS

518593

79062

11876

507294

13065

11164

11163

[illegible]

[illegible] Estado Mayor General [illegible]

Moscú, 19 jun (EFE). - El presidente ruso, Boris Yeltsin, [illegible] Estado Mayor General (EMG) de las Fuerzas Armadas [illegible] viceministro de Defensa.

[illegible]

01-01 9708792

F70104

R FOXPT 06-05 00442
mun exg ics

RUSIA-PRESIDENTE
YELTSIN PROMETE OCUPARSE PROBLEMAS REGIONES RUSAS
(Embargado hasta las 05.00 GMT del viernes 6 de junio)

Moscú, 5 jun (EFE). El presidente ruso, Boris Yeltsin, prometió dedicar especial atención al problema del desnivel económico de las repúblicas y regiones de Rusia, al tiempo que acusó a los dirigentes locales de abusar de las ayudas del centro federal.

"Nuestra tarea más importante es conseguir que el crecimiento económico y la mejora de las condiciones de vida de la población se hagan visibles en cada república, región y distrito", declaró Yeltsin en su tradicional mensaje radiofónico de los viernes, adelantado hoy, jueves, por la emisora "Eco de Moscú".

Yeltsin, quien tras recuperarse de sus problemas de salud procura estar presente en todas las esferas de la vida política rusa, dijo que últimamente ha estado muy ocupado en asuntos internacionales, pero que se propone viajar por el interior del país para conocer la situación en las provincias.

Añadió que la reunión que celebró esta semana con los dirigentes de las repúblicas rusas confirmó que "el problema más grave de las regiones es el desnivel de su desarrollo económico".

El jefe del Estado reconoció que la asistencia financiera del centro, de importancia clave para las regiones más pobres, resulta "ineficaz", debido a la falta de una política regional sopesada y la "ausencia de normas claras para la concesión de ayudas por parte del presupuesto federal".

Al mismo tiempo, denunció que muchos gobernadores resultan profesionalmente incapaces de llevar a cabo una eficaz política económica local y prefieren suplicar ayudas a Moscú.

También acusó a muchos dirigentes locales de desviar los fondos federales, por lo cual "las ayudas no llegan a los que las necesitan", aunque admitió que el Gobierno tiene su parte de culpa, al no implantar el control sobre el empleo de los medios destinados a las regiones.

Boris Yeltsin señaló que la corrupción se ha convertido en una plaga muy presente "en las regiones y también en Moscú", y reiteró su habitual promesa de erradicar esta práctica delictiva.

Además, exigió a los líderes republicanos y gobernadores otorgar mayores facultades al poder local, a nivel de alcaldes y dirigentes de distrito, y a estos últimos les reclamó más iniciativa, pues de ellos "depende la actitud de la gente hacia el poder".

Indicó que "se dan casos en los que los órganos estatales [illegible] al poder local [illegible] inadmisible".

"Mi tarea más importante [illegible] es conseguir que el poder local [illegible] a la gente [illegible] fuerte [illegible] las necesidades de la población [illegible] entonces, todo el sistema de administración en Rusia [illegible] norma y, por difícil que resulte creerlo, nuestro poder llegará a ser realmente popular". EFE

[illegible]

06-05-17 49/97

01-03

9708793

xle530

[illegible] 06-07 00:05
10% mun exq

RUSIA-REGIONES
YELTSIN INTENTA CONTROLAR LA CRISIS DE LAS REGIONES ORIENTALES

Moscú, 9 jun (EFE).- La crisis de impagos en Rusia comienza a hacer estragos en las regiones más alejadas de Moscú y provoca conflictos políticos, como el desencadenado entre el Gobierno ruso y el territorio de Primorie, en el Extremo Oriente, sobre el que el presidente, Boris Yeltsin, intenta imponer su autoridad.

La decisión de que el dinero que el poder central destina a Primorie esté bajo control del representante del presidente ruso en ese territorio, y no de la administración local, es una "medida muy importante que desatará muchos nudos", afirmó hoy, lunes, Yakov Urinson, viceprimer ministro y titular de economía.

La medida adoptada por Yeltsin para que su representante, Viktor Kondratov, también jefe local del Servicio Federal de Seguridad (SFS-ex KGB), tenga más poderes que el jefe del Ejecutivo democráticamente elegido, Yevgueni Nazdratenko, ha enfrentado a las autoridades de Primorie con el Kremlin.

La causa del conflicto es la gran crisis energética en la que está sumido ese territorio situado en el Extremo Oriente ruso, cuya capital es Vladivostok.

Los habitantes de la región pasan entre 10 y 12 horas al día sin electricidad, porque la compañía local "Dalenergo" carece de combustible (carbón) para generar fluido eléctrico, ya que el Estado ni los consumidores le pagan sus servicios.

Dalenergo debe 700.000 millones de rublos (120 millones de dolares) a las minas de carbón local, entre otras razones porque el Estado no paga las subvenciones a la energía, y unos 300 millones de dólares al territorio de Primorie.

Según el Comité Territorial de Estadística, entre 1990 y 1994 el volumen de producción industrial en Primorie disminuyó en un 50 por ciento, el de cargas transportadas en un 72 por ciento y el de comercio un 61 por ciento.

Actualmente más del 30 por ciento de la población de la región vive por debajo del nivel de pobreza, sus habitantes son los que menos ingresos per cápita tienen de todo el Extremo Oriente ruso, y su índice de desempleo es el segundo mayor de la zona.

Pero la crisis financiera ha llevado a la huelga a los mineros, de los que 10.000 ingresarán a las listas del paro, a maestros y a médicos.

Los habitantes de Primorie, según el semanario "Interfax-AyF", no quieren sabe nada de política, y sólo se preocupan por su subsistencia, "todos están hartos de estar sentados con una vela sobre un polvorín. Quieren luz, calor, agua y dinero", señaló la revista.

Pero el gobernador Nazdratenko dice que la crisis es culpa del poder federal, que no cumple con sus obligaciones y "menosprecia" la importancia de Primorie en el país.

La semana pasada Yeltsin dijo que Nazdratenko era un "freno para las reformas", en una reunión con los presidentes de las repúblicas federadas convocada por el empeoramiento de la situación interna rusa, que ha llevado al presidente ruso a programar giras por las regiones para retomar el pulso del país.

Nazdratenko, por su parte, se siente "víctima" de intrigas políticas por su firme oposición a cualquier revisión de las

fronteras con China, el [illegible] más próximo en esa zona, y por su oposición a las políticas liberales del nuevo equipo gubernamental.

El gobernador está contra la privatización de los puertos que promueve el primer viceprimer ministro, Anatoli Chubais, y aboga por las tarifas fijas de energía, a las que se opone el otro primer viceprimer ministro, Boris Nemtsov, que impulsa su liberalización.

Pero las tensiones se extienden a otras regiones de la zona como Siberia, donde la administración local de la república de Yakutia/Saja, el inmenso territorio ártico oriental y principal productor de diamantes de Rusia, que en el último año ha comerciado por su cuenta sin entregarle al Estado federal ni un solo brillante, según la televisión privada "NTV".

El ministro del Interior y viceprimer ministro, Anatoli Kulikov, informará mañana a Yeltsin sobre su viaje de inspección al Extremo Oriente.

Según "Interfax-AyF", la gente vive en Extremo Oriente de lo que cultiva en sus huertas y de lo que puede sacar del mar con su caña de pescar, debido a la falta de circulación de dinero y a muchos trabajadores no cobran sus salarios desde hace tiempo, incdluso desde diciembre pasado.

Yevgueni Sabostianov, el vicejefe de la Administración del presidente ruso, dijo en la cámara de representantes locales que el poder Federal transfirió 80.000 millones de rublos (14 millones de dólares) para pagar los sueldos atrasados de médicos y maestros.

Pero según Sabostianov, el Gobierno local usó una parte del dinero con otros objetivos, mientas que 25.000 millones de rublos (4.2 millones de dólares) se han "esfumado" sin que nadie sepa dar cuenta de ellos.

Urinson, a su vez, dijo que Moscu ha enviado otros 80.000 millones de rublos a Vorkutá, en la república ártica de Komi, donde los mineros están en huelga por el atraso de salarios.

EFE

so/aro dlh

06/09/15-23/97

03-03 9708793

DOCUMENTO 9708794

REFERENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 29/6/97

VINCULACIONES 11921

507623

11164

11388

11148

507488

FR8104

[illegible]

MEXICO-COREA

FINALIZO VISITA ESTADO PRESIDENTE SURCOREANO A MEXICO

México, 29 jun (EFE). México y Corea del Sur firmaron varios acuerdos para incrementar la cooperación comercial e industrial durante la visita de Estado del presidente surcoreano, Kim Young Sam, quien partió anoche a su país.

Entre los acuerdos figura la inversión adicional de empresas coreanas por más de 500 millones de pesos (62.5 millones de dólares) con empresas de ese país instaladas en territorio mexicano.

La visita a México del mandatario surcoreano duró dos días y respondió a la invitación hecha por el presidente Ernesto Zedillo cuando visitó la República de Corea del Sur en noviembre de 1996.

México y Corea del Sur acordaron también unificar esfuerzos bilaterales para impedir que sus productos sean objeto de prácticas desleales del comercio en terceros países y evitar que se materialicen amenazas en su contra.

Ambos mandatarios anunciaron también una estrategia común para proteger el comercio entre México y Corea, y lograr que un mayor número de productos coreanos accedan a mercados mexicanos y viceversa.

Zedillo resaltó la coincidencia de políticas aplicadas en ambas naciones que han permitido que las economías mostrarán un notable dinamismo en los próximos años, las cuales ofrecerán importantes oportunidades de inversión.

Durante la visita oficial, ambos jefes de gobierno ratificaron diversos acuerdos, entre ellos, la supresión de visas en pasaportes diplomáticos y oficiales entre los dos países, y otro sobre cooperación comercial e industrial suscrito entre la Secretaría de Comercio de México y el Ministerio de Comercio surcoreano.

Los ministros de comercio de México, Herminio Blanco, y de Corea del Sur, Chang-Yuel Lim, encabezaron los trabajos en la reunión del Comité de Cooperación Comercial e Industrial México-Corea, en la que discutieron diversos temas de interés mutuo sobre política económica y liberalización comercial.

La representación coreana resaltó la importancia estratégica de México como parte del Tratado de Libre Comercio (TLC) en América del Norte y otros acuerdos regionales suscritos en la región, además de ser una fuente de atracción de inversión extranjera, que ascendió a unos 32,600 millones de dólares entre 1994 y abril de 1997.

El flujo comercial entre México y Corea alcanzó los 1.250 millones de dólares en 1996, lo que significó un incremento del 170 por ciento de las exportaciones mexicanas a Corea respecto a 1995.

En 1996 las exportaciones mexicanas a Corea sumaron unos 194 millones de dólares, mientras que las importaciones de origen coreano superaron los 1.060 millones de dólares.

Corea del Sur es la segunda fuente de inversión asiática en [illegible]

[illegible]

9708794

01-03

[illegible]

MEXICO COREA

MEXICO Y COREA DEL SUR UNEN FUERZAS CONTRA COMERCIO DESLEAL

México, 27 jun. (EFE).- Los gobiernos de México y Corea del Sur acordaron hoy en la capital mexicana unificar sus esfuerzos para impedir que sus productos puedan ser objeto de prácticas desleales del comercio en terceros países y evitar que se materialicen amenazas en este sentido.

El presidente mexicano, Ernesto Zedillo, y su colega de Corea del Sur, Kim Yung Sam, quien se encuentra desde hoy y hasta mañana, sábado, de visita oficial en México, anunciaron una estrategia común para proteger el comercio de ambos paises y lograr que un mayor número de productos coreanos accedan a los mercados mexicanos y viceversa.

Tras la primera reunión celebrada hoy, ambos políticos explicaron que las empresas coreanas planean invertir en México cerca de 500 millones de dólares adicionales a los compromisos anteriores.

Los gobernantes manifestaron su confianza en que los contactos entre empresarios de ambos países permitirán materializar estas y otras inversiones.

Zedillo destacó la coincidencia de que gracias a las politicas aplicadas en ambas naciones "el futuro tanto de México como de Corea son muy prometedores", y que las economías de ambos mostrarán un notable dinamismo en los próximos años y ofrecerán importantes oportunidades de inversión.

Ambos gobernantes ratificaron varios acuerdos, entre los cuales está el de supresión de visados en pasaportes diplomáticos y oficiales entre los dos países, y otro sobre cooperación comercial e industrial suscrito entre la Secretaría de Comercio de México y el Ministerio de Comercio de Corea del Sur.

Los ministros de comercio de México, Herminio Blanco, y de Corea, Chang-Yuel Lim, presidieron, por otra parte, la reunión del Comité de Cooperación Comercial e Industrial México-Corea, en la que discutieron una amplia gama de cuestiones de interés mutuo sobre la política económica y la liberalización del comercio.

Ambas partes manifestaron su satisfacción sobre los recientes incrementos en los intercambios comerciales y de inversión y se comprometieron a impulsarlos significativamente.

Los representantes coreanos destacaron la importancia estratégica de México como parte del Tratado de Libre Comercio (TLC) en América del Norte y demás acuerdos regionales suscritos, lo que ha supuesto una inversión extranjera que ascendió a unos 32.600 millones de dólares de 1994 a abril de 1997.

En la reunión se destacó el nivel de los intercambios comerciales entre México y Corea del Sur, que llegó a los 1.250 millones de dólares en 1996, lo que significó un incremento del 120 por ciento de las exportaciones mexicanas a Corea respecto a 1995.

Las exportaciones mexicanas a Corea sumaron unos 194 millones de dólares en 1996, mientras que las compras de México en ese país superaron los 1.060 millones de dólares.

Corea es la segunda fuente de inversión asiática en México, después de Japón, y sus inversiones directas en este país sumaron 337 millones de dólares en el periodo de enero de 1994 a abril de

este año.

En México están establecidas unas 201 empresas coreanas, las cuales se concentran en los sectores manufactureros, y se espera que continúe incrementándose en actividades como energía, petroquímica, electrónica, textil y automotriz. EFE

[illegible]

[illegible]

02 9708794

DP0577

R EXTRT 06 27 00502
mun exg ic

MEXICO COREA
ERNESTO ZEDILLO DA BIENVENIDA A MANDATARIO COREA KIM YOUNG SAM

México, 26 jun (EFE). El presidente mexicano, Ernesto Zedillo, dio hoy la bienvendia oficial al presidente de la República de Corea del Sur, Kim Young Sam, quien efectúa una visita de Estado de dos días a México.

Young Sam, quien llegó hoy a la capital mexicana acompañado de su esposa Sohon Myeung Soon y un numeroso grupo de empresarios coreanos, se entrevistará con Zedillo para analizar diversos aspectos de la relación bilateral e intercambiar puntos de vista sobre las cuestiones internacionales.

El objetivo de la visita del presidente coreano es suscribir algunos convenios e intensificar las relaciones comerciales y de negocios entre ambos países.

Al dar la bienvenida oficial, Zedillo destacó la coincidencia de pertenecer a pueblos con raíces milenarias y la decisión de constuir "mejores oportunidades de progreso y bienestar a partir el esfuerzo y la participación en el mundo de hoy".

"En los últimos años el comercio entre ambos países se ha multiplicado varias veces, y la inversión coreana en México es la que ha crecido más rápidamente entre las inversiones extranjeras", aseguró el mandatario mexicano.

Por su parte, el presidente de Corea, Kim Young Sam, señaló que este año los vínculos coreano-mexicanos cumplen 35 años desde que se establecieron las relaciones diplomáticas.

Young Sam dijo que la visita de Zedillo a Corea del Sur en noviembre pasado, fue la primera que efectúa un jefe de Estado mexicano a Corea y que permitió "elevar a un nivel más alto los vínculos de amistad y cooperación entre dos pueblos, y ha construido una base para el progreso de las relaciones bilaterales".

El mandatario coreano destacó que los empresarios que lo acompañan "serán unos excelentes socios para el pueblo mexicano que está esforzándose por la integracion en un marco de los países más avanzados".

Indicó que durante su reunión con Zedillo intercambiará francas y provechosas opiniones sobre el fortalecimiento de la cooperación bilateral en varias áreas tales como la política, económica y cultural".

Ambos presidentes evaluarán y harán un seguimiento de los acuerdos alcanzados durante la visita de Zedillo a la República de Corea en noviembre del pasado año.

El viaje del presidente de la República de Corea corresponde a una invitación que le curso Zedillo en su visita a ese país a fin de estrechar y fortalecer las relaciones bilaterales y evaluar la estrategia de ambas naciones en sus entornos regionales.

Durante la visita, México y Corea suscribirán acuerdos destinados a eliminar las visas para diplomáticos y funcionarios públicos y para poner en marcha una comisión mixta de cooperación comercial e industrial.

México y Corea del Sur establecieron relaciones diplomáticas en 1962, y durante la visita de Zedillo a ese país se firmaron acuerdos en materia de cooperación turística, de extradición así como un mecanismo de consultas políticas bilaterales.

Las inversiones coreanas en México ascendieron a 2.303 millones de dólares el año pasado, en tanto que el comercio bilateral en 1996 fue de 1.509 millones de dólares, con un déficit para México de 787 millones. EFE
[illegible]

06 27 17 ??:??

03-03

9708794

[illegible]

YELTSIN [illegible] EN [illegible] MINISTRO

Por [illegible]

Moscú, [illegible] (EFE). - El [illegible] de Rusia, Boris Yeltsin, [illegible] en el sonado escándalo sexual en que se encuentra involucrado el ministro de Justicia, Valentín Kovaliov, al decretar su destitución por el tiempo durante el que se prolongue la investigación del caso.

"Dada la necesidad de investigar las publicaciones de los medios de información [illegible] a un ministro de la Federación Rusa, ordeno cesar provisionalmente en sus funciones al ministro de Justicia, Valentín Kovaliov", dice el texto del decreto presidencial difundido por el Kremlin.

El ministro de Justicia salió a las primeras planas de los medios de información la semana pasada, cuando el periódico mensual "Sovershenno Sekretno" (Estrictamente Confidencial) publicó fotos captadas de una cinta de vídeo de Kovaliov rodeado de prostitutas en una sauna frecuentada por un grupo mafioso de Moscú.

Las imágenes fueron transmitidas profusamente por diversos canales de la televisión rusa, mientras que la periodista que destapó el caso, Larisa Kislinskaya, aseguró que no se había mostrado la totalidad de la cinta, pues se corría el riesgo de ser acusados de difundir pornografía.

Además, la reportera -para quien la gravedad del caso radica no en que un ministro se divierta en una sauna con chicas desnudas, sino en su posible vinculación con las estructuras mafiosas- señaló que las escenas que aún no han sido de dominio público aparecen otros altos cargos.

Según Kislinskaya, la cinta fue hallada por la Policía en la caja fuerte de un banquero detenido bajo la acusación de robar siete millones de dólares y, por lo visto, la guardaba para chantajear al ministro.

Kovaliov, que cuando estalló el escándalo tuvo que regresar urgentemente a Moscú de una misión en el extranjero, negó terminantemente la autenticidad de las imágenes, y aseguró que habían sido trucadas.

El ministro, que solicitó que se le apartara del cargo mientras se realizaba la investigación [illegible] con emprender acciones legales contra los autores de la publicación y denunció que ésta forma parte de una campaña política contra el Gobierno.

Sin embargo, el ministro del Interior de Rusia, Anatoli Kulikov, afirmó hoy que la cinta de vídeo es auténtica, declaración que, al parecer, pone punto final a la carrera política de Kovaliov, de 53 años, quien ingresó en el Gobierno en enero de 1995, [illegible] del Partido Comunista.

En una reunión hoy con el [illegible] del diario gubernamental "Rossiskaya Gazeta", [illegible] dijo, según la agencia Interfax, que [illegible] informado al presidente Yeltsin de la [illegible] de la [illegible] con mucha anterioridad al estallido [illegible]

[illegible]

0A0717

R F0 IBT 0. 07 0016 R

UCRANIA-RUSIA-EEUU

EEUU COMPLACIDO CON ACUERDO ENTRE UCRANIA Y RUSIA

Washington, 2 jun (EFE).- Estados Unidos expresó hoy su complacencia por el nuevo acuerdo político entre Rusia y Ucrania, suscrito el pasado fin de semana, y que pone fin a muchos años de tensión entre ambos países.

El acuerdo sucedió a un pacto firmado el miércoles pasado para compartir la flota del Mar Negro, que ha sido objeto de disputa entre estas dos naciones eslavas desde el derrumbe de la URSS en 1991.

El Departamento de Estado de EEUU dijo tener la esperanza de que el tratado de amistad y cooperación firmado el sábado último en Kiev sea una señal de que habrá más pasos destinados a unas normales relaciones entre los ucranianos y los rusos.

"Estados Unidos tiene interés en que estos dos países desarrollen relaciones amistosas y de cooperación como iguales y soberanos miembros de la comunidad de Europa", destacó el portavoz John Dinger.

Los documentos respectivos fueron firmados por los presidentes, de Rusia, Boris Yeltsin, y de Ucrania, Leonid Kuchma.
EFE

rm/fb/arp

06/03/00-21/97

01-02

FB7241

R FOXBT 06-04 00164
exg mun icx

RUSIA-UCRANIA
YELTSIN ASEGURA RELACIONES RUSIA-UCRANIA SERAN AHORA NORMALES

Moscú, 4 jun (EFE).- El presidente ruso, Borís Yeltsin, aseguró hoy miércoles que las relaciones entre Rusia y Ucrania serán "normales" después de la firma, el pasado sábado en Kíev, del tratado político de amistad y cooperación entre ambos países.

Yeltsin hizo esa observación en una reunión con los jefes de las repúblicas de la Federación Rusa y agregó que "hemos eliminado nuestras discrepancias y arreglado todas las cuestiones" pendientes.

El pasado sábado, Yeltsin y su colega ucraniano, Leonid Kuchma, suscribieron un amplio tratado político destinado a eliminar todos los problemas acumulados en los últimos años entre sus respectivos países, los más importantes de la Comunidad de Estados Independientes (CEI).

La firma de ese tratado era una cuestión pendiente en las delicadas relaciones entre Rusia y Ucrania -unidas por 350 años de historia común-, los únicos países de la CEI que no habían normalizado sus vínculos jurídicamente. EFE

mcr/ia/ik

06/04/09-30/97

02-02 9708796

Nº DOCUMENTO 9708797
TITULO VISITA DEL PRIMER MINISTRO RUSO CHERNOMIEDIN A CHINA
518193
FECHA 260691
VINCULACION 11870
507294
507838
11148
11399

01-03

9708797

FB8024

U FOXBT 06 26 0040A

exd mun icx

CHINA RUSIA

PRIMER MINISTRO RUSO COMENZO VISITA CHINA POR SHENZHEN

Shenzhen (China), 26 jun (EFE).- El primer ministro ruso, Víctor Chernomirdin, comenzó hoy, jueves, de un modo inusual su segunda visita a China al llegar a Shenzhen, 2.200 kilómetros al sudeste de Pekín, para visitar su Zona Económica Especial (ZEE, capitalismo con características chinas), informaron fuentes oficiales.

Chernomirdin estará en China hasta el próximo día 28, se entrevistará con su colega chino, Li Peng, y asistirá a la firma de una decena de acuerdos económico-comerciales entre los que destaca el contrato-programa de suministro de gas natural siberiano a China, vía Mongolia, en el que también están interesados Corea del Sur y Japón.

Otro acuerdo permitirá a los ferrocarriles rusos que sus vagones de mercancías puedan circular por la red ferroviaria china, facilitando así el intercambio comercial, que en 1996 creció un 25 por ciento, se acercó a los 7.000 millones de dólares y es deficitario para Rusia.

Boris Nemtsov, uno de los viceprimeros ministros rusos, encargado del sector energetico, está desde ayer en Pekín y ya se entrevistó con altos dignatarios chinos, como Li Peng.

La entrevista entre Chernomirdin y Li es parte del mecanismo establecido el pasado mes de diciembre, cuando el jefe de Gobierno chino viajó a Moscú, y que prevé una reunión semestral entre los respectivos jefes del Ejecutivo, con el comercio y la economía como puntos fuertes del orden del día.

China quiere que para el año 2000 el comercio con Rusia llegue a los 20.000 millones de dólares, algo difícil de lograr cuando todavía son las empresas estatales las que representan el grueso del intercambio comercial, y este no es totalmente convertible y necesita aún apoyarse en el trueque, indicaron hoy fuentes diplomáticas en Pekín.

Rusia, que ha vendido submarinos, destructores y cazabombarderos (así como la licencia de fabricación de éstos) a China, quiere que no se repitan los problemas de financiación de ese armamento existentes en el pasado y participar en grandes proyectos de infraestructura como el del embalse de las Tres Gargantas, que será el mayor del mundo.

Otros acuerdos a los que Chernomirdin y Li asistirán se refieren al reforzamiento de la colaboración técnico-científica, aunque en el orden del día también se tratará el cumplimiento de los acuerdos de desarme fronterizo.

Según éstos, firmados en Moscú hace dos meses, en el futuro no habrá más de 260.000 soldados en esos 7.000 kilómetros de frontera compartida por China con Rusia, Tayikistán, Kazajistán y Kirguizistán. EFE

jcr/mar/ik

06/26/11-50/97

DP0679

U POXBT 06-28 00406

icx mun exg

CHINA-RUSIA

CHERNOMIRDIN CONCLUYO VISITA ESCASO RELIEVE A CHINA

Pekín, 28 jun (EFE).- El primer ministro ruso, Víctor Chernomirdin, concluyó hoy sábado una visita de tres días a China de escaso relieve político, velada por los inmientes actos conmemorativos del retorno de Hong Kong a la soberanía china y centrada en el aumento del comercio.

Chen Jinhua, presidente de la Comisión de Planificación I (uno de los ocho superministerios chinos), y Zhang

sas de más de 20 empleados que
lo deseen a experimentar la introducción de semanas laborales de 32 horas con reducciones de sus cotizaciones, informa hoy la prensa belga.

Según el diario liberal Le Soir, el acuerdo aprobado en el Consejo de Ministros ofrece a las empresas candidatas a llevar a cabo este experimento una reduccion de 57.000 francos belgas (388.000 pesetas) en sus cotizaciones anuales por trabajador.

Las empresas interesadas deben comunicar su intención antes de que concluya este año y según el diario, veinte de ellas podrán experimentar la reducción del tiempo de trabajo, "en versión ofensiva", es decir creando a la vez empleo".

Le Soir destaca también que "el número de horas de trabajo deberá permanecer constante para evitar subvencionar una reducción de la actividad. La creación de empleo es por lo tanto automática".

Con este sistema, los trabajadores deberán soportar una perdida salarial calculada entre un 3 y un 6 por ciento, que sería mas ligera si "los trabajadores de más edad reducen sus horarios salariales para abrir sus categorias a los jovenes, que resultan menos costosos".

Los resultados de este plan, cuyo período de experimentación durará un año, serán "examinados con lupa" al año siguiente por el Consejo Superior de Empleo belga para determinar sus posibles beneficios. EFE

mlg/mlh/jdl

06/28/10:06/97

03-03

9708797

Nº DOCUMENTO 9708798
TITULO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 22/6/97
VINCULACIONES 11921
507623
11164
117388
65890
12000
11163

9708798

01-03

PP3887
11 POXBT 06-22 0064
mun ics

EEUU-MEXICO (Previsión)
AUMENTAN PROTESTAS POR MILITARIZACION FRONTERA CON MEXICO

Por Larry Lee

El Paso (Texas. EEUU). 22 jun (EFE). Centenares de manifestantes se han pronunciado en varias ciudades de Estados Unidos en contra de la militarización que ha sufrido la frontera con Mexico y a favor de que se retiren las patrullas militares.

El reverendo Melvin La Follette. residente de la ciudad de Redford. donde el mes pasado un "marine" dio muerte al joven Ezequiel Hernández. afirmó que no se detendrán hasta que el Gobierno en Washington cambie de política y modifique la estrategia actual.

"La política actual está equivocada... nos está poniendo en peligro a todos. Cualquiera que pase cerca de la frontera puede ser objetivo de los disparos". subrayó La Follette al expresar la sensación que le produjo la muerte de Hernández, que tenía 18 años.

"Hernández era un modelo para nuestra juventud. Su muerte representa una ofensa para la comunidad", agregó el reverendo.

El miércoles. unas 200 personas se reunieron en El Paso para coordinar la campaña de protestas por el fallecimiento de Hernández. quien resultó muerto por una patrulla de Infantes de Marina asignada a la frontera en operaciones antinarcóticos.

Poco después del suceso, las autoridades militares decidieron suspender "temporalmente" las patrullas pero los residentes del área buscan ahora que esta decisión sea permanente.

Unas cien familias de la zona de Redford han anunciado que presentarán denuncias en los tribunales para que se prohiba el uso del Ejército en apoyo a las fuerzas del orden en el caso de operativos destinados a acabar con el tráfico de drogas ilegales.

Asimismo, la familia Hernández anunció que presentará otra demanda pidiendo compensaciones por su muerte.

La familia afirma que el fallecimiento de Hernández se produjo cuando cuidaba cabras cerca del río Grande, pero las autoridades aseguran que el joven abrió primero fuego con un rifle del 22 al parecer porque confundió a los soldados con delincuentes.

Susan Kern, representante de la Coalición a favor de los Derechos en la Frontera. uno de los grupos que apoyan las protestas, resaltó que el Gobierno se equivoca al intentar resolver el problema del narcotráfico a través de las armas.

"Primero hay que resolver las causas, las raíces del problema". subrayó Kern al referirse. por ejemplo, a la inmigración ilegal y a las difíciles condiciones de vida que existen en algunas zonas México. que impiden un desarrollo sostenido de la población local.

"Los estadounidenses buscamos siempre soluciones fáciles y rápidas -la pastilla-. Que la policía lo resuelva", agregó.

Kevin Zeese. presidente del grupo "Una Política Antidrogas con Sentido Común", que también respalda las protestas, consideró que había que reconocer el fracaso de la actual estrategia represiva para detener el narcotráfico.

"Se ha convertido en una cosa sin sentido. Cualquiera puede ser arrestado por el Ejército o incluso morir como Hernández", subrayó Zeese quien denunció. asimismo. la alianza que existe entre la Policía y los militares para patrullar la frontera.

Elizabeth Roger. abogada de El Paso experta en casos de drogas, resaltó que en los últimos dos años han aumentado extraordinarimente los casos federales por esta materia y dio como ejemplo que su bufete ha pasado de dos a once abogados.

Aseguró que en la zona de El Paso existen actualmente más de 900 detenidos acusados de violaciones federales relacionadas con la droga lo que ha obligado a las autoridades a transladarlos a prisiones a más de 300 kilometros de distancia.

En Washington, la Casa Blanca reconoció en las últimas semanas que estaba reconsiderando cual debe ser el papel que deben jugar las Fuerzas Armadas en apoyo de las operaciones antidrogas, aunque subrayó que. por el momento, no se ha tomado una decisión. EFE

ll rml/mle/mer/jff

06/22/09-17/97

02

EEUU MEXICO (Previsión)
NUEVOS CUERPOS FRONTERIZOS REFUERZAN RELACIONES BILATERALES

Por Rocio Ayuso

San Diego (EE.UU.), 21 jun (EFE). Las tres nuevas organizaciones fronterizas que ha anunciado el secretario mexicano de relaciones exteriores, José Angel Gurría, y la fiscal general estadounidense, Janet Reno, quieren ser una muestra del avance en las relaciones bilaterales entre los dos países.

Tanto Gurría como Reno quisieron subrayar los avances realizados en los últimos años en la frontera común, especialmente en el paso entre San Diego y Tijuana, el de mayor movimiento, puerto de entrada de un millón de indocumentados en el último año.

"A medida que los objetivos se van consiguiendo llega el momento de marcar nuevas metas en esta relación", indicó Gurría.

Reunidos en San Diego con motivo de su participación en el "Fórum Fronterizo", los representantes de los dos países aprovecharon para presentar estos tres nuevos grupos especializados en asuntos fronterizos.

Bajo el título de "Consejo de seguridad pública de la región fronteriza Tijuana-San Diego", el primero de estos organismos quiere formalizar la cooperación existente hasta la fecha para prevenir situaciones que puedan poner en peligro la seguridad pública sin mirar la nacionalidad de los afectados.

"En los últimos tiempos han sido muy variados los casos en los que ha sido posible solucionar situaciones violentas o de emergencia en esta frontera gracias a la adecuada coordinación de autoridades de ambos lados", indicó Gurría.

A pesar de esta coordinación, el secretario mexicano recordó a los 34 mexicanos que murieron en 1996 intentando llegar a Estados Unidos del mismo modo que Reno señaló el centenar de muertos del mismo origen que perecieron arrollados en los últimos ocho años en las autopistas colindantes a la frontera, en suelo estadounidense.

El segundo organismo, bajo el nombre de "Consejo de puertos fronterizos", centrará su trabajo en la infraestructura y operación de los puertos de entrada entre San Diego y Tijuana.

El trabajo de este consejo agilizará las operaciones de vigilancia en un puesto por el que circulan 50 millones de personas al año y donde los atascos que causa el control migratorio se han visto reducidos de 90 a 30 minutos durante la hora punta.

"Hemos visto demostrado que los términos refuerzo fronterizo y agilización en los puestos de entrada no se contradicen", indicó Reno.

En el caso del "Grupo de trabajo de asuntos migratorios y protección consular", su labor será la de asegurar la repatriación digna y segura de conacionales mexicanos, con un respeto de los derechos humanos y con especial atención al tratamiento que se otorga a los menores.

En opinión de Gerardo Delgado Cruz, del instituto general de la inmigración, los nuevos grupos permitirán una nueva metodología para atender las necesidades de la fronteras "con autoridad pero no con autoritarismo".

A pesar del tono de optimismo con el que fueron presentados los nuevos programas, nuevos ejemplos vinieron a enrarecer las relaciones entre México y Estados Unidos.

Este es el caso de la muerte de Irineo Tristán Montoya, súbdito mexicano condenado a muerte en Estados Unidos y cuya ejecución tuvo lugar hace dos días a pesar de las quejas del Gobierno mexicano ante las dudas de que se hubieran incumplido con los tratados internacionales durante su detención.

"Nuestro trabajo será incesante, como la ha sido hasta ahora para asegurar que los tratados internacionales son cumplidos", aclaró haciendo mención de los 35 reos mexicanos que esperan entre los más de 3.000 condenados a muerte en Estados Unidos.

En cuanto a los cinco tiroteos que han tenido lugar en el área fronteriza de San Diego-Tijuana en el último mes, tanto Reno como Gurría aseguraron que están siendo motivo de una detenida investigación bilateral.

Otro de los puntos de fricción es la construcción de una nueva barrera metálica al norte de la ya existente en suelo estadounidense defendida por Reno como una forma eficaz de frenar el flujo de inmigrantes ilegales.

"Respeto las leyes de cualquier país y su derecho a protegerse", indicó cortesmente Gurría para subrayar que su gobierno no cree que la respuesta a la inmigración ilegal esté en estas barreras.

En su opinión, una de las mejores inversiones bilaterales en la zona puede ser un programa de acercamiento escolar que permita a los niños "que se conozcan y entiendan mejor ya que ellos estarán al frente de nuestra sociedad en el futuro". EFE

ra op

06/21/09 16/97

03-03

9708798

Hace apenas tres meses que Boris Nemtsov funge como zar económico de Rusia. Si tiene éxito, podría ser su próximo presidente. POR BILL POWELL

El reformista

LA HISTORIA TIENE UN SOPLO DE LEYENDA Y PODRÍA SER, EN LA RUSIA POSCOMUNISTA, LA VERSIÓN DE George Washington y el cerezo. En 1990, Boris Nemtsov era un niño prodigio como gobernador de Nizhny Novgorod, un territorio administrativo 400 kilómetros al este de Moscú. Nemtsov, uno de los primeros y más fervientes reformistas de Rusia, emprendió una campaña contra la corrupción. Notificó a los inversionistas extranjeros que lo llamaran personalmente cada vez que la mafia quisiera extorsionarlos. "Voy a ser su techo", les dijo, usando la popular expresión rusa de protección contra los mafiosos. Un día, dos delincuentes de poca monta se presentaron en las oficinas de una compañía estadounidense que quería hacer una inversión en Nizhny Novgorod. "Vamos a llamar al gobernador", amenazaron los norteamericanos. Los hombres se rieron. "Póngamelos al teléfono", ordenó Nemtsov. Entonces, recuerda un americano, casi se mojaron en los pantalones y se fueron sin decir más.

En un país donde hace apenas dos semanas arrestaron a dos gobernadores por corrupción, los admiradores de Nemtsov insisten en que salió de la región de Novgorod, y de su capital del mismo nombre, con una reputación muy limpia. Nemtsov trae instinto político a un gobierno nacional que ha sido manejado por un tecnócrata impopular desde el año pasado: el viceprimer ministro Anatoli Chubais. Y en una época en que los políticos rusos no se caracterizan por ser muy atractivos, Nemtsov proyecta un carisma juvenil que está fuera del alcance de los posibles candidatos que quieran suceder a Boris Yeltsin en el año 2000. Se ha desempeñado durante sólo tres meses como viceprimer ministro, con amplias responsabilidades sobre la maltrecha economía rusa, y ya las encuestas lo señalan como el político más popular de Rusia.

¿Cómo es que un físico de 37 años (un provinciano, como él mismo se llama) terminó siendo la mano derecha de Boris Yeltsin? Nemtsov, hijo de un burócrata del partido comunista, creció en la antigua ciudad de Gorky, donde su familia se mudó cuando él era joven. Allí se destacó como estudiante de física y después conoció al disidente Andrei Sajarov, quien estuvo siete años en Gorky como exiliado confinado. Según Igor Maskaev, amigo y colega de Nemtsov, la física y el famoso físico son dos aspectos clave para comprender la carrera de Nemtsov. "La física le infundió la curiosidad natural por los sistemas, y cómo funcionan las cosas, y por qué no funcionan". Su relación con Sajarov encendió en él el instinto de la disidencia.

En 1990, Nemtsov dirigió con éxito una campaña para impedir la construcción de una planta nuclear en su territorio. Había nacido su carrera política. Pronto estaba ya en la Duma rusa (parlamento) y, a fines de 1991 Yeltsin lo nombró gobernador de la región de Nizhny Novgorod. Tenía apenas 31 años.



© VLADIMIR ANDRIANOV - MONCOOP

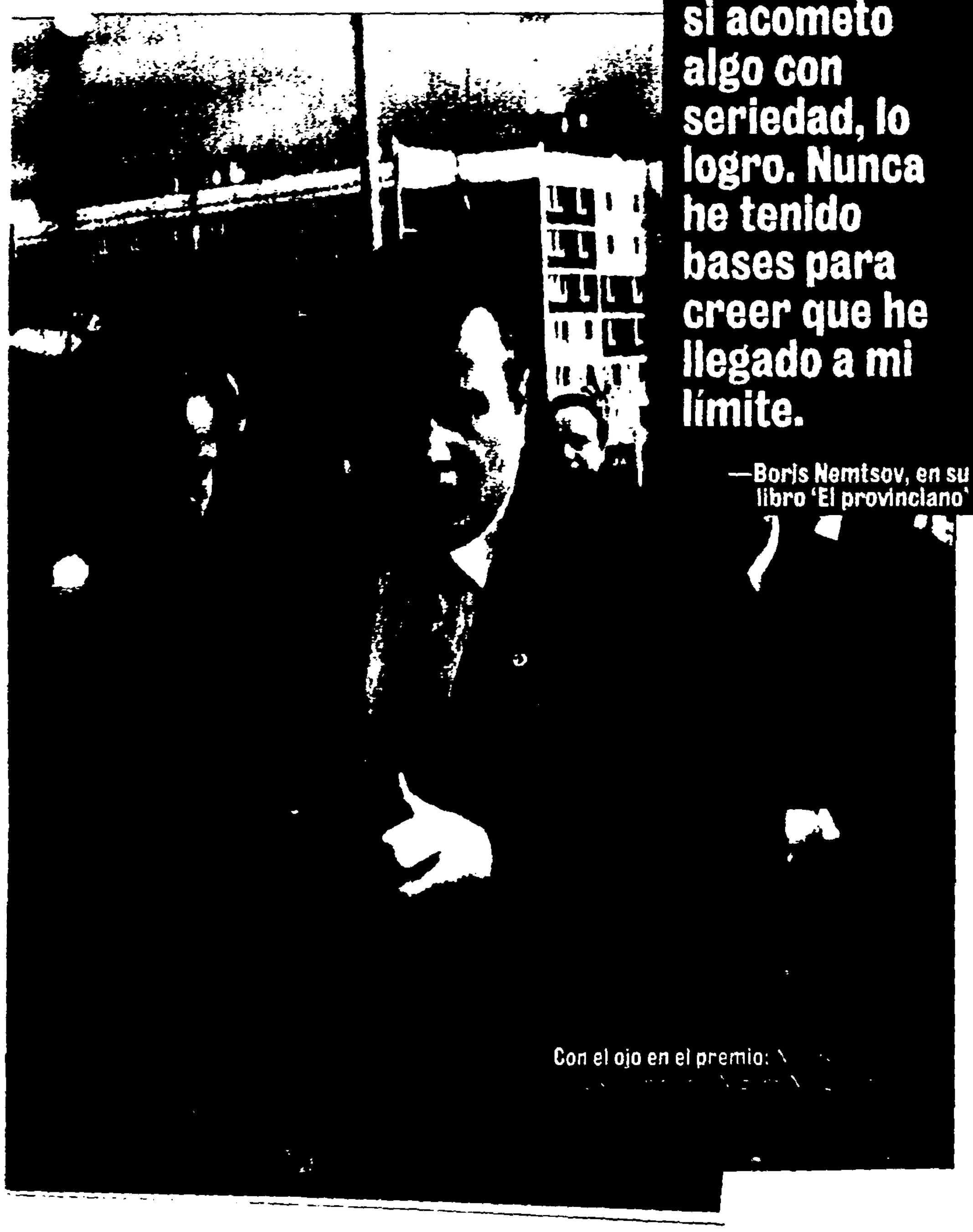
Los años siguientes le dieron a Nemtsov la fama que ahora lo persigue en Moscú: la de un intrépido e incansable reformista. Nizhny Novgorod era un curioso lugar para intentar llevar a cabo una revolución capitalista. En los años de la era soviética fue una ciudad cerrada que albergaba a un gran número de contratistas del Departamento de Defensa. El resto de la provincia era una región agraria (granjas colectivas cuyos trabajadores eran aún más conservadores que sus hermanos de las fábricas de Defensa). Se quedaron asombrados cuando uno de los primeros planes de Nemtsov fue privatizar las granjas colectivas. Hacerlo en ese momento era, como dice un consejero suyo de esa época, "algo muy arriesgado".

Arriesgado, pero no alocado. El instinto político de Nemtsov le indicó también que era mejor no imponerle nada a nadie. De manera que el programa agrícola fue voluntario y se realizó gradualmente. La privatización de tiendas y negocios fue más rápida. En 1992, Nemtsov dirigió en un famoso programa de televisión la subasta de 21 almacenes de la ciudad. Poco después, y a pesar de la ardua oposición del ministro federal de Transporte, la compañía estatal de camiones se convirtió en la primera compañía privada de camiones en Rusia. Mientras tanto, en Moscú, Boris Yeltsin observaba con atención. Hoy, Nizhny Novgorod es aún objeto de estudio para advertir lo difícil que es la transformación económica de Rusia. Incluso con un gobernador brillante que trata de hacer bien las cosas, el área está plagada de serios problemas económicos. El colapso de la industria de Defensa destruyó prácticamente la base industrial de la región. "Y casi nada la ha reemplazado", dice Rick Walker, director del Centro Comercial Estadounidense de Nizhny Novgorod.

Incluso los críticos admiten que no es culpa de Nemtsov. El culpable de la falta de inversiones en Nizhny Novgorod es el complicado código de impuestos. Lo mismo puede decirse de casi toda Rusia. Y para Boris Nemtsov, éste es el quid del problema. Nizhny Novgorod fue un buen laboratorio, y la realidad es —dice uno de sus *amigos*— "que allí pudimos hacer casi cualquier cosa". Esto no se repetirá en Moscú, y tal vez fue por eso que Nemtsov rechazó dos veces las ofertas de Boris Yeltsin a principios de año. Sólo cuando el Presidente envió a su hija Tatiana con una oferta que Nemtsov no pudo rechazar, el gobernador accedió. El mismo comparó de inmediato su nombramiento con el de "*un piloto kamikaze*". Entre los asuntos políticamente explosivos que le asignó Yeltsin están: reducir los subsidios de vivienda, reformar el casi difunto sistema de seguro social, y cobrar los enormes impuestos atrasados de las poderosas compañías de servicios. No es de extrañar que haya gente en Moscú que apuesta a que Nemtsov se convertirá muy pronto en el político más impopular de Rusia.

Hasta ahora mi experiencia me ha enseñado que si acometo algo con seriedad, lo logro. Nunca he tenido bases para creer que he llegado a mi límite.

—Boris Nemtsov, en su libro 'El provinciano'



Con el ojo en el premio: ...

Nemtsov tiene algo importante a su favor: no es Anatoli Chubais. Aunque Chubais es capacitado, es aborrecido por el público, que lo percibe como indiferente a las necesidades del ciudadano común. "Ponga a Chubais a cargo de lo que hace Nemtsov y habrá una revuelta", dice un diplomático occidental. Pero con Nemtsov y su talante juvenil "hay una oportunidad. Deberían verlo en sus reuniones de trabajo, explicando el porqué de las cosas, y qué hay que hacer".

Desde su llegada a Moscú, Nemtsov se ha dedicado a trabajar. En semanas negoció con Rem Viajirev, presidente de Gazprom, la gigantesca compañía de gas, el pago de más de mil millones de dólares en impuestos atrasados: dinero que se necesitaba con urgencia para cubrir pagos atrasados a soldados y pensionados. Pero eso fue sólo el comienzo. Hay mucho por hacer y faltan apenas dos años para que la próxima campaña presidencial comience en serio. Algunos amigos íntimos temen que tal vez su carrera en Moscú sea en verdad la misión suicida de que habló alguna vez.

Boris Nemtsov nunca ha manifestado querer el puesto de Yeltsin. Pero tampoco, dicen sus amigos, ha expresado nunca que no lo quiera. Si a finales de 1999 ha sorteado con éxito el campo minado que le puso el Presidente, entonces este "provinciano" sería el hombre a derrotar. ■

Nº DOCUMENTO 9708800

T...LO

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 12/6/97

VINCULACIONES 11321

509623

11164

11388

514142

11161

11005

01-04.

[illegible]

[illegible]

ECE MUN EXG ICX IBS

UE MEXICO

CONCLUYO NEGOCIACION ACUERDO POLITICO ECONOMICO Y COMERCIAL

Bruselas, 12 jun (EFE). El acuerdo político, económico y comercial entre la Unión Europea y México fue concluido hoy, jueves, en Bruselas, tras casi tres jornadas de intensas negociaciones.

El texto quedó cerrado a las cuatro de la madrugada de hoy (2 gmt) pero será rubricado a inicios de la semana próxima cuando esté traducido a todos los idiomas de la UE, informaron a EFE fuentes diplomáticas.

Los negociadores concluyeron un acuerdo global, un acuerdo interino en cuyo seno un comité conjunto podrá iniciar las conversaciones para la liberalización comercial y una declaración conjunta sobre servicios.

El director general para América Latina de la Comisión Europea, Miguel Anacoreta, presidió las negociaciones por parte comunitaria, mientras que la delegación mexicana estuvo encabezada por el Subsecretario de Relaciones Comerciales Internacionales, Jaime Zabludovsky.

El respeto a los principios democráticos y a los derechos humanos fundamentales, tal y como se enuncian en la Declaración Universal de los Derechos Humanos, constituye una característica fundamental del acuerdo, al igual que en otros negociados por la UE con países terceros. EFE

[illegible]

02

9708800

MEXICO UE
COMIENZA NEGOCIACION ACUERDO COMERCIAL TRAS DOS AÑOS [illegible]

Mexico, 10 [illegible] (AFP) - Mexico y la Union Europea (UE) inician hoy, martes, en Bruselas, las negociaciones para establecer un acuerdo de Asociacion Economica y Concertación Politica tras dos años de discrepancias sobre la tematica, los enfoques y los metodos de discusión.

La Delegación de la Comisión Europea en Mexico recordó ayer, lunes, que el 2 de mayo de 1995 el entonces primer ministro de Francia, Alain Juppé, y el vicepresidente de la Comisión, Manuel Marin, firmaron junto con el Canciller mexicano, José Angel Gurria una declaracion conjunta para negociar un nuevo "acuerdo politico, economico y comercial" entre Mexico y la UE.

Desde entonces, ambas partes han debatido diversos aspectos para definir el metodo de discusion y un ámbito de negociación que incluya la liberalización progresiva y recíproca del comercio y que sustituya el acuerdo suscrito en 1991.

En junio de 1996, los paises de la Unión dieron su aprobación a un mandato para la negociación de lo que será el Acuerdo de Asociación Económica y Concertación Politica con México.

Sin embargo, las conversaciones no avanzaron debido al desacuerdo de las partes respecto a la mecánica y la temática de la discusion, ya que mientras la UE proponia dividir la negociación en dos partes, México pugnaba porque se incluyeran los aspectos operativos de liberalizacion del comercio.

Un elemento que vino a complicar la situación fue la llamada "cláusula democrática" que la UE introduce en todos sus acuerdos con terceros paises y que prevé la posibilidad de su suspensión en caso de violación grave de los derechos humanos, exigencia que México rechazó por considerarla una imposición.

Este escollo fue superado con la inclusión del citado punto dentro del paquete de asuntos a negociar para, de este forma, analizar conjuntamente los aspectos de la "cláusula democrática".

En las discusiones que comienzan hoy, ambas partes establecerán un acuerdo marco institucional de todos los capítulos a negociar, su contenido y calendario, a fin de discutir la liberalización comercial el año próximo.

Fuentes de la Delegación en México de la Comisión Europea señalaron que a la parte mexicana le interesa sincronizar la negociación, de forma que haya seguridad sobre los plazos y no se interrumpa la liberalización comercial.

A pesar de las discrepancias, México y Los Quince han reiterado la conveniencia de establecer el acuerdo bilateral, ya que México esta interesado en diversificar sus mercados y reducir el déficit comercial con esa región, mientras que a la UE le interesa penetrar en los mercados europeos.

En 1996 el comercio entre Mexico y la UE ascendio a 11.275 millones de dólares, de los cuales 7.740 millones correspondieron a importaciones mexicanas y 3.535 millones a exportaciones de México a los paises de la UE, lo que representa un déficit de 4.205 millones de dólares.

Aunque el comercio global mexicano ha crecido en 1996 a más de 180.000 millones de dólares, la relación con la UE representa una minima parte, ya que destina el 3.7 por ciento de sus ventas a los paises de la Union Europea y recibe de ellos sólo el 8.7 por ciento de sus importaciones.

Por otro lado, la participación del comercio de la UE en el comercio total de México ha caido significativamente en los ultimos años, al pasar del 11 por ciento en 1990 al 6.1 en 1996.

La Union Europea es el segundo socio comercial y en inversiones directas, ya que del total de inversión extranjera directa registrado en el periodo de 1994 a junio de 1996 que ascendió a [illegible] millones de dolares, el 19.? por ciento correspondió a Los Quince.

En relación con las exportaciones procedentes de la UE, los principales socios comerciales de Mexico son España (? por ciento), Alemania (18.13 por ciento), Reino Unido (15.? por ciento), Francia (1? por ciento), Belgica (11.1 por ciento), Holanda (5.? por ciento) y Italia (4 por ciento).

En cuanto a las importaciones, los principales socios son Alemania (4? por ciento), Francia (1? ? por ciento), Italia (1?.? por ciento), Reino Unido (?.? por ciento), España (6.1 por ciento), Suecia (? por ciento) y Holanda (?.? por ciento). FFF

[illegible]

[illegible] 55.??

03

9708800

FR7177

[illegible]

MEXICO UE

NEGOCIACIONES PARA ACUERDO MEXICO UE COMENZARAN EL 10 DE JUNIO

México, 3 jun (EFE).- Los Gobiernos de México y de la Unión Europea (UE) comenzarán el próximo 10 de junio las negociaciones preliminares para llegar a un Acuerdo de Asociación Económica y Concertación Política, afirmó hoy el embajador de la UE, Jacques Lecomte.

El diplomático señaló que este acuerdo permitirá eliminar los obstáculos existentes en las relaciones económicas entre los países europeos y México para superar el déficit comercial y liberalizar los flujos comerciales que en 1996 fueron de 10.099 millones de dólares.

Además, señaló que se trata de ampliar el nivel de cooperación entre los dos gobiernos.

La balanza comercial registró un déficit de 3.348 millones de dólares negativo para México, con un aumento del 20 por ciento en las exportaciones -que cerraron en 3.375 millones de dólares- y un volumen de importaciones de 6.724 millones de dólares.

Lecomte participó en el II Foro de Autopartes en el cual participan unos 100 empresarios de los 15 países de la UE y otros 150 mexicanos que analizan la posibilidad de inversiones conjuntas en el sector automotriz.

México pretende con este acuerdo lograr el acceso efectivo de sus exportaciones al mercado europeo, aumentar los flujos de inversión extranjera directa hacia el país e impulsar la generación de más y mejores empleos.

La liberalización de hasta un 90 por ciento del comercio entre ambas partes permitiría a México duplicar sus exportaciones a la Unión Europea, que actualmente representan el 0.5 por ciento.

Un acuerdo de libre comercio con la Unión Europea puede incrementar en un 20 por ciento las exportaciones mexicanas.

Por otra parte el Director del Banco de Comercio Exterior, Enrique Vilatela, explicó que el sector automotriz es el más importante en el mundo que proporciona empleo directo a más de 2.5 millones de personas, e indirecto a otras 7 millones.

Vilatela señaló que esta industria es el ejemplo de la globalización con productores posicionados en todo el mundo y con estrategias de manufactura, proveduría y distribución de sus productos.

En México la industria automotriz produjo en 1996 un total de 1.2 millones de unidades de las cuales, 977.000 se destinaron a la exportación, y se prevé que en este año la producción se eleve a 1.4 millones de vehículos.

El directivo indicó que en 1997 el mercado doméstico ha crecido en un 33 por ciento, con lo cual está dejando atrás la severa crisis económica que sufrió el país a raíz de la devaluación y que provocó la más dura recesión de las últimas décadas.

Vilatela dijo que el sector de las piezas para el automóvil importó mercancías por unos 7.500 millones de dólares en 1996, lo que demuestra las grandes oportunidades de inversión conjunta en México entre inversores europeos y mexicanos. EFE

irm/lb/nd

04-04

9708800

RUSO - CUBANO

TI1404

U ECOBI 06-04 00270
MUN EXG ICX

RUSIA-CUBA
COMISION INTENTA IMPULSAR RELACIONES ECONOMICAS RUSO-CUBANAS

Moscú, 3 jun (EFE). La Comisión Intergubernamental ruso-cubana para la cooperación comercial, económica y científico-técnica se reunió hoy, martes, en Moscú para estudiar nuevas perspectivas de desarrollo de las relaciones bilaterales entre Moscú y La Habana.

La reunión fue copresidida por el ministro de Comercio Exterior de Cuba, Ricardo Cabrisas, y el titular ruso para Situaciones de Emergencia, Serguéi Shoigu, informó la agencia Interfax.

En el encuentro, las partes rusa y cubana analizaron la participación de empresas rusas en la conclusión de los trabajos de construcción de la fábrica de níquel "Las Camariocas" y la preparación de un acuerdo para la edificación y explotación del primer bloque de la estación electro-nuclear "Juragua", en Cuba.

Los participantes en la reunión resaltaron que la cooperación bilateral en la esfera económica "está depolitizada y se lleva a cabo de modo que sea recíprocamente ventajosa", aunque admitieron que el estado de la financiación rusa de proyectos conjuntos es "sumamente grave".

Según indicaron fuentes de la Comisión a Interfax, de los 350 millones de dólares que según el acuerdo de 1993 Rusia se comprometió a conceder a Cuba en calidad de crédito sólo ha sido asimilado el 15 por ciento, es decir, que a Cuba han sido enviados distintos productos industriales por valor de mas de 50 millones de dólares.

En la reunión, las partes destacaron que el objetivo primordial es determinar las principales direcciones que deben tomar los créditos y subrayaron que las esferas prioritarias son la producción de azúcar y los sectores energético-nuclear y de la metalurgia no ferrosa. EFE

MCR/gcf/ddp

06/04/19-22/97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

RUSIA-CUBA

MOSCU Y HABANA ACUERDAN TRUEQUE PETROLEO-AZUCAR PARA ESTE AÑO

Moscú, 17 jun (EFE). Rusia suministrará este año a Cuba seis millones de toneladas de petróleo a cambio de dos millones de azúcar crudo, informó hoy, [illegible], el Ministerio de de Relaciones Económicas Exteriores ([illegible]) de Rusia.

Esta operación se lleva a cabo en el marco del protocolo ruso-cubano que determina el intercambio comercial y los pagos correspondientes por el período de 1996 a 1998.

De las cantidades previstas para este año cerca de 1,5 millones de toneladas de petróleo y unas 500.000 toneladas de azúcar corresponden a los compromisos contractuales de 1996, que las partes no cumplieron a tiempo.

A juicio de los expertos rusos "será difícil cumplir en un año con los compromisos determinados para el plazo de dos años en el protocolo conjunto", por lo que "lo más probable es que la cola de suministros retrasados seguirá creciendo".

Al mismo tiempo, los expertos rusos destacaron que "desde el punto de vista estratégico, Cuba sigue siendo para Rusia el principal proveedor de azúcar crudo, cuya compra abastece las refinadoras de azúcar de Rusia después del procesamiento de la materia prima regional".

Según datos del [illegible] [illegible] el 55 por ciento del [illegible].

En 1996 [illegible] comercial [illegible] de 1.150 millones de dólares. EFE

[illegible]

[illegible]

02-02

9708801

XL4622

U POXBT 06-13 00464
mun exg

RUSIA-CHECHENIA (Previsión)
MEMORANDO TRANSPORTE CRUDO CASPIO. PRIMER FRUTO ECONOMICO PAZ

Moscú, 13 jun (EFE).- Los primeros frutos económicos de la paz en Chechenia se concretaron hoy viernes con la firma de un memorando entre el Gobierno ruso y el chechén para el transporte, por territorio de la república, del petróleo del mar Caspio.

El memorando, firmado en la ciudad de Sochi, a orillas del mar Negro, por el primer ministro de Rusia, Víctor Chernomirdin, y el presidente de Chechenia, Aslán Masjádov, reportará importantes beneficios económicos a la república separatista, aunque todavía no se ha determinado la cantidad.

Fuentes próximas al Gobierno ruso indicaron a la agencia Interfax que Moscú y Grozni todavía no han superado sus diferencias sobre la distribución de las ganancias que aportará el trasiego del petróleo del Caspio a Occidente vía Chechenia.

Antes de suscribir el acuerdo sobre el transporte de crudo -que se espera tenga lugar esta tarde en Sochi, una vez firmado esta mañana el memorando-, Chechenia y Rusia deberán aproximar posiciones, pues la primera quiere el 50 por ciento de las ganancias y el Kremlin le ofrece el 10.

Rusia ha logrado entrar en el "contrato del siglo" para transportar el crudo azerbaiyano del Caspio a Occidente, pero para hacer efectiva su participación tiene que reparar el tramo chechén del oleoducto y alquilárselo a Grozni, lo que le permitirá llevar el petróleo al puerto ruso del mar Negro, Novorossiysk, con salida al Mediterráneo.

Dicho oleoducto, de 150 kilómetros, debería empezar este otoño a transportar el petróleo azerbaiyano, según el memorando.

Además de la cuestión del crudo, Chernomirdin y Masjádov negocian hoy en Sochi la firma de acuerdos sobre cooperación bilateral aduanera y bancaria y la liberación de cinco periodistas rusos secuestrados en Chechenia.

Ambos dirigentes se comprometieron ya a normalizar las relaciones de sus respectivos países en lo relativo a las jefaturas de gobierno a fin de "lograr relación estable entre Moscú y Grozni que nos permita resolver nuestros problemas".

Para participar en las conversaciones, llegó hoy a Sochi -donde Chernomirdin pasa sus vacaciones- el jefe del Comité Estatal de Aduanas de Rusia, Anatoli Kruglov.

Tampoco es fácil la negociación del proyecto de cooperación sobre asuntos fronterizos y aduaneros, ya que Chechenia exige que el aeródromo de Seberni, situado en Grozni, obtenga el estatuto de aeropuerto internacional y en él no haya agentes aduaneros rusos.

Sin embargo, Moscú insiste en que la aduana chechén esté subordinada al centro federal, pues Chechenia se encuentra dentro del espacio jurídico de la Federación Rusa por lo que no pueden introducirse cambios en la legislación aduanera, dijo Kruglov a Interfax.

Los pactos de cooperación económica que firmen Chernomirdin y Masjádov serán la base de un acuerdo económico global de cooperación que suscribirán Rusia y Chechenia a finales del próximo julio. EFE

mcr/ia

[illegible]

La presidencia chechena [illegible] una amplia operación militar [illegible] que tiene por objetivo [illegible] y neutralizar los grupos armados que se dedicaban a este "negocio".

En la operación "El [illegible] del Orden", participan hasta tres mil efectivos de la brigada antiterrorista, tropas del ministerio del Interior y del Ejército.

En el marco de esta operación se implantó un riguroso control de todo el transporte y una meticulosa revisión de viviendas, solares y edificios en ruinas, en busca de dos grupos de periodistas rusos, de tres y dos personas, que fueron secuestrados los pasados 10 de mayo y el 11 de junio.

En una redada similar la semana pasada la milicia chechena liberó a siete personas, entre ellos a otros tres periodistas rusos, por quienes los secuestradores pedían un rescate de varios millones de dólares.

Sin embargo, la liberación de los rehenes es solo uno de los objetivos de la ofensiva lanzada por el presidente de Chechenia, cuya autoridad, prestigio y poder han sido puestos en peligro por las acciones de varios comandantes que, aunque oficialmente no ponen en duda su liderazgo, con sus acciones desestabilizan la situación tanto en el ámbito político como económico.

La primera "víctima" de las iras de Masjádov ha sido el comandante Aslambek Akáyev, más conocido como "Aslambek el Grande" y que, según el rumor popular, encabeza la "vida criminal" de Chechenia.

Masjádov destituyó y retiró el grado militar a Akáyev, al que acusó de "preparar posiciones para oponer resistencia armada a las fuerzas del orden".

El decreto encomienda a las fuerzas de Seguridad "adoptar las medidas más duras contra los provocadores y, si fuese necesario, aniquilarlos".

Masjádov también disolvió el "Ejército de Dudáyev", una formación armada que encabeza el comandante Salman Radúyev y que en reiteradas ocasiones asumió la responsabilidad por acciones terroristas en territorio ruso.

Según el decreto, a Radúyev se le ofrecerá "un alto cargo" en el poder, mientras que sus hombres serán destinados a otras agrupaciones militares leales al presidente chechén.

Sin embargo, difícilmente el legendario comandante, célebre por la incursión contra la ciudad rusa de Kizliar en enero de 1996 y la batalla en Pervomayskoye, donde rompió el cerco de las mejores fuerzas rusas, llegará a ocupar ese "alto cargo".

Radúyev es uno de los comandantes que no reconocen el tratado de paz entre Rusia y Chechenia, que firmaron en mayo, el presidente ruso, Boris Yeltsin y Masjádov.

Tras sus declaraciones a comienzos de mayo pasado, en las que asumió la responsabilidad por una cadena de explosiones en territorio ruso, Masjádov amenazó con "hacerlo papilla" en cuanto se firmase la paz entre Rusia y Chechenia.

Además, el presidente checheno anunció la disolución del [illegible] que en su tiempo [illegible] Radúyev.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708802

x07090

R POXDT 06-26 00151

mun exg

RUSIA-CHECHENIA

AUTORIDADES SEPARATISTAS ANULAN ACUERDO ADUANERO CON MOSCU

Moscú, 26 jun (EFE). Las autoridades chechenas comunicaron hoy, jueves, la anulación del acuerdo aduanero firmado con Rusia la semana pasada, por el presidente de Chechenia, Aslán Masjádov, porque el documento todavía no ha sido firmado por el primer ministro ruso, Víctor Chernomirdin.

Movladí Udúgov, viceprimer ministro de Chechenia, precisó que Masjádov comunicó la decisión de las autoridades separatistas en una conversación telefónica que sostuvo hoy con el secretario del Consejo de Seguridad adjunto a la Presidencia de Rusia, Iván Ribkin, informó la agencia Interfax.

Udugov explicó que las autoridades separatistas no pueden reconocer la válidez de un doumento firmado entre su presidente y un funcionario, lo que es una, "situación poco correcta" y reprochó a Chernomirdin por no cumplir la promesa de firmar el documento que suscribió el líder chechén. EFE

apl/bsi/hm

06/26/14-54/97

04-04

9708802

México planteó el ingreso de Cuba a la OEA

Lima, agencias 3/6 LR

El reingreso de Cuba a la familia hemisférica "es una asignatura pendiente" de la Organización de Estados Americanos (OEA), dijo el lunes el canciller mexicano, José Angel Gurria, al intervenir en la primera sesión plenaria de la XXVII Asamblea General de la entidad.

El reintegro de Cuba a la OEA no debería demorarse más, dijo Gurria, planteando sorpresivamente un tema que no figura en la agenda de la asamblea.

A la reunión asisten los cancilleres de las 34 naciones que son miembros activos de la OEA.

La organización sigue considerando a Cuba como "miembro no activo" ya que su gobierno fue expulsado en 1962, acusado de intervenir en los asuntos internos de otros estados para tratar de fomentar insurrecciones.

Gurria criticó de paso el embargo que Estados Unidos mantiene desde entonces contra Cuba, señalando que hay muchas evidencias de que otras políticas contribuirían mejor al objetivo de reintegrar la isla a la familia americana.

"El diálogo, la comunicación, y los flujos libres de comercio e inversión, son mejores alternativas que el aislamiento, los embargos y las sanciones", afirmó el ministro mexicano.

En la misma vena agradeció al Comité Jurídico Interamericano (CJI), que respondiendo a un pedido formulado por la asamblea, efectuada el año pasado en Panamá, emitió un dictamen según el cual la ley Helms-Burton de Estados Unidos "no guarda conformidad" con el derecho internacional.

Dicha ley endurece el embargo y estipula sanciones contra las firmas extranjeras que inviertan en bienes estadounidenses confiscados en Cuba.

Gurria manifestó su esperanza de que el dictamen del CJI "lleve a la modificación de esa ley, o inclusive a su modificación".

Estados Unidos fue el único país que votó contra el pedido para que el CJI estudiara la ley Helms-Burton, y consecuentemente rechazó el fallo.

Gurria dijo ver "con mucha preocupación" los recientes intentos en el Congreso de Estados Unidos de endurecer aún más la ley Helms-Burton e inclusive de ampliar su ámbito de aplicación.

"Ojalá esos intentos no prosperen, por el bien de las relaciones interamericanas", expresó.



El presidente Fujimori abrió la reunión de la OEA junto a César Gaviria.

9708804

01-06

[illegible]

[illegible] 06/09 [illegible]
[illegible] mun exg

RUSIA DEFENSA (Previsión)
YELTSIN DA LUZ VERDE A REFORMA MILITAR QUE ELEVARA DESCONTENTO

Por M. Carmen Romero

Moscu, 9 jun (EFE).- El presidente ruso, Boris Yeltsin, aprobó hoy, lunes, la primera fase de la esperada reforma militar que prevé la reducción de los gastos de mantenimiento de las tropas y una mayor inversión en armamento, lo que promete elevar el descontento en las filas castrenses.

La primera etapa del plan de reformas, presentado hoy por el nuevo titular ruso de Defensa, Igor Serguéyev, prevé "optimizar" las estructuras internas del Ejército y de su personal y aliviar, para ello, el peso financiero que supone su mantenimiento, explicó el propio ministro al término de su entrevista con Yeltsin.

La carga financiero del mantenimiento del Ejército es "inadmisible", dijo Serguéyev.

Sin embargo, el ministro no precisó cómo afrontará el Estado, con esta política restrictiva problemas sociales tan acuciantes que azotan a los militares rusos como el hecho de que muchos de ellos no reciban sus salarios desde hace meses y 120.000 familias de oficiales carezcan de vivienda.

El programa de reformas, indicó Serguéyev, permitirá incrementar las inversiones en programas científicos en la esfera militar y en el diseño y la compra de nuevas armas.

Un ejemplo del deplorable estado del arsenal ruso fue puesto de relieve hoy por un experto del Ministerio de Defensa, quien aseguró a la agencia Interfax que las Fuerzas Estratégicas del país están al borde de una "crisis irreversible" y el nivel de su capacidad de combate es solo del 50 por ciento.

El funcionario, que pidió el anonimato, señaló que el 70 por ciento de los "Túpolev-160" (bombarderos estratégicos capaces de portar misiles nucleares) con los que cuenta el país debe ser sometido a importantes reparaciones.

Pero "debido a la escasez de fondos, no hay dinero para comprar piezas de recambio", subrayó el experto, quien apuntó que muchos de los bombarderos "Túpolev-95MS", el anterior modelo, también necesitan arreglos de urgencia.

Según el especialista, las fuerzas aéreas rusas no han adquirido un solo bombardero estratégico en los últimos tres años.

De acuerdo con Serguéyev, quien sustituyó al frente de la cartera de Defensa al hace unas semanas defenestrado Igor Rodiónov por su negativa a acatar una reforma militar que prevé reducir aún más el bajo nivel de vida de los militares, en la primera fase de este plan deberán hallarse fondos adicionales para mejorar los ejercicios de entrenamiento sin la participación estatal.

Uno de los pasos concretos a seguir es la transformación de misiles militares en cohetes portadores para satélites, añadió el titular de Defensa, para quien "el [illegible] por ciento del presupuesto de las Fuerzas Armadas se destina al mantenimiento (salarios, alimentos...), por lo que para los programas científicos y la compra de nuevas armas no queda prácticamente nada".

Si no se transforma radicalmente esta situación, advirtió, las Fuerzas Armadas de Rusia serán [illegible] en el año 2000 [illegible]

[illegible]

9708804

02

entrenamiento militar, "ya que de otro modo se desintegrarán", y no a actividades comerciales o de otro tipo.

El ministro expresó también la necesidad de "optimizar" la estructura de las tropas de misiles estratégicos y de las fuerzas espaciales mediante un planteamiento "más racional" de los órganos de dirección, lo que permitirá elevar su capacidad de disuasión frente a un enemigo potencial en entre un 10 y un 15 por ciento.

El reajuste de financiación previsto en la reforma trazada por el equipo de Serguéyev contribuirá a acentuar el desasosiego y las tensiones que reinan en las filas castrenses, dado que no prevé una mejora sustancial del nivel de vida de los militares.

Según aseguró Igor Rodiónov en la última edición del influyente diario "Izvestia", el suministro de dos raciones alimentarias al día a soldados que sirven en regiones remotas de Rusia sigue siendo un problema, ya que las fuerzas militares sólo han recibido el 19 por ciento de los fondos previstos en el presupuesto federal de 1997 para comida.

Además, subrayó el ex ministro, el 25 por ciento de los oficiales de las Fuerzas Armadas no dispone de vivienda propia, mientras que 2.741 de los 126.000 oficiales sin casa son pilotos de aviones estratégicos y bombarderos.

"Somos incapaces de asegurar un nivel de vida digno a nuestros militares. Sus salarios no alcanzan para alquilar un apartamento, apoyar a la familia o ahorrar dinero para educación adicional", denunció Rodionov.

De acuerdo con las estadísticas, especificó, casi la totalidad de los 550 casos de suicidios en el Ejército ocurridos el año pasado estaban relacionados con la situación personal de los militares y su incapacidad para mantener a su familia. EFE

mcr/acm dlh

06/09/16:20/97

40.774

5 PO8BT 06 11 00374

1ex exa mun

RUSIA FF.AA

TITULAR DEFENSA ANUNCIA CREACION CUATRO UNIDADES DEL FUTURO

Moscú, 11 jun (EFE). Cuatro "unidades del futuro" de las Fuerzas Armadas de Rusia (FFAAR) serán creadas en 1998, anunció hoy, miercoles, el ministro de Defensa, general Igor Serguéyev.

En una reunión con los galardonados con el título de Héroe de la URSS o de Rusia por su actuacion en "puntos calientes" del planeta, Serguéyev indicó que dos de esas unidades serán creadas en la Circunscripción Militar de Moscú, una en la del Extremo Oriente y otra en la del Caucaso del Norte.

Expertos militares explicaron a la agencia Interfax que el ministro se refirió a la creación de Fuerzas de Reacción Inmediata (FRI), integradas por unidades de alta facilidad de desplazamiento y pertrechadas con "recursos especiales y fuerzas aéreas, navales y otras".

Serguéyev reiteró el imperativo de emprender sin dilaciones una "profunda reforma económica", ya que "el tiempo es el factor principal".

El ministro comunicó que la reforma que él propuso ha sido "apoyada verbalmente" por el primer ministro, Victor Chernomirdin, y aprobada por el presidente, Boris Yeltsin.

Serguéyev abogó por "preservar las unidades que mantienen su capacidad combativa junto con toda su infraestructura", y señaló que entre las medidas previstas figura "eliminar los desequilibrios en la financiación de las FFAAR".

Añadió que el tope establecido para los gastos militares es el 3.5 por ciento del Producto Interior Bruto (PIB).

La industria militar, manifestó, "debe concentrarse en la creación de nuevos tipos de armamentos perspectivos" para alcanzar la meta prevista de efectuar el rearme total de las FFAAR en los años 2001-2005.

El titular de Defensa tambien se expresó a favor de revisar el sistema de enseñanza militar, y dio a entender que se prevé reducir el número de centros docentes militares. EFE

mb/mar/ms

06/11/08-43/97

04

9708804

[illegible]

[illegible]

[illegible]

RUSIA FFAA [illegible]

PRESIDENTE COMITE DEFENSA [illegible] FFAA OPONERSE [illegible] DESTRUCCION

Moscú, [illegible] (EFE). El presidente del Comité de Defensa de la Cámara baja del parlamento ruso, el teniente general Lev Rojlin, ha llamado a las Fuerzas Armadas (FFAA) a oponerse a la política del Kremlin que, [illegible], conduce a su destrucción y a la desintegración de Rusia como ya ocurrió con la URSS.

En un llamamiento a las tropas, cuyo texto fue difundido hoy, martes, por la agencia rusa Interfax, Rojlin, uno de los héroes de la guerra de Chechenia, exhorta a los uniformados a "cohesionarse y presentar las demandas legítimas al presidente, el Gobierno, la Asamblea Federal, al Tribunal Supremo y la Corte Constitucional".

El general, que envió su llamamiento a las tropas aprovechando los canales oficiales del Parlamento, por primera vez acusa al presidente ruso, Boris Yeltsin, de haber desatado la guerra de Chechenia y de "no haber hecho nada en seis años para la seguridad militar del país", al tiempo que denuncia su "falta de profesionalismo".

"Organícense, promuevan a sus líderes y demanden el cumplimiento de sus exigencias legítimas. No esperen que alguien lo haga por Ustedes. El éxito dependerá de su unidad en la resistencia a la destrucción del Ejército", destacó Rojlin.

El general, que el Kremlin presentó como principal protagonista de la toma de la capital chechena, Grozni, en 1995 y que oficialmente forma parte del partido oficialista Nuestra Casa es Rusia, iguala a Yeltsin con el presidente de la desaparecida URSS, Mijail Gorbachov, al constatar que "ha sido reconocido oficialmente el fracaso de su rumbo y de la política gorbachovista respecto al avance de la OTAN hacia el Este".

Rojlin advierte que la política de Yeltsin en materia de defensa puede conducir a que "en el siglo XXI Rusia corra el peligro de perder el Extremo Oriente y Siberia hasta los Urales", al tiempo que "el dictado militar-político de Occidente a Rusia será ilimitado".

El presidente del Comité de Defensa se manifestó "categóricamente en contra" de los planes de reforma de las FFAA de Rusia, que, según Rojlin, "son dirigidos por el FMI (Fondo Monetario Internacional)" y que "conducirán a la destrucción definitiva de las FFAA".

Semejantes planes son fruto de la actividad de "un grupo de personas en el entorno del presidente", que "a juzgar por todo están en el anzuelo de los servicios secretos de Occidente", indicó.

Sus objetivos consisten en "apartar al máximo de Rusia a los países de la CEI (Comunidad de Estados Independientes de la antigua URSS)", "destruir nuestras Fuerzas Nucleares Estratégicas" y "desintegrar a Rusia en pequeños feudos igual que ocurrió con la URSS".

Uno de los líderes de Nuestra Casa es Rusia, Alexandr Shojin, calificó el mensaje a las tropas del teniente general como "llamamiento a la desobediencia" y destacó que la opinión de Rojlin "se contradice con la posición del grupo parlamentario" del que forma parte el autor.

Por tanto, Shojin aseguró que "[illegible] las conclusiones

correspondientes" [illegible] el próximo día 30, fecha en que tiene previsto reunirse el Consejo Político de [illegible] partido, que encabeza el primer ministro, Víctor Chernomirdin.

[illegible] el diputado [illegible], miembro del Comité de Defensa que [illegible] Rojlin, declaró que el llamamiento es "una iniciativa personal" del general [illegible] no se discutió en las reuniones de dicho comité parlamentario.

Además, [illegible] llamamiento Rojlin [illegible] [illegible] el cargo parlamentario [illegible]

[illegible]

[illegible] 05

9708804

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ALERTAN [illegible] REBELION MILITAR [illegible]

Por [illegible]

Moscú, [illegible] (EFE). - El general Lev Rojlin, presidente del Comité de Defensa de la Duma (Cámara de Diputados de Rusia) advirtió hoy, sábado, del peligro de una rebelión militar si el Kremlin no frena el proceso de descomposición del Ejército hundido en la desesperación y la miseria.

Varios días después de la publicación de una carta abierta sobre el estado de las Fuerzas Armadas de Rusia, interpretada por ciertos sectores como un llamamiento a la insubordinación de los oficiales, Rojlin dijo hoy que "no hay que esperar el momento (de una rebelión), sino que debe hacerse todo lo posible para evitarla".

Rojlin, héroe de la guerra de Chechenia, declaró hoy a la emisora de radio "Eco de Moscú" que el motivo de ese llamamiento es que "no hay esperanza alguna para una mejora de la situación en las tropas".

El popular general opina que la mayoría de los militares está en contra de la política del presidente Boris Yeltsin, cuyo Gobierno, entre otras cosas, no paga los salarios a las tropas desde hace seis meses.

"He hecho un llamamiento al comandante en jefe supremo de las Fuerzas Armadas (Yeltsin) y a los militares, porque la situación de las tropas es muy grave y existe la amenaza real de la desintegración del Ejército, mientras el Ejecutivo no tiene el deseo de colaborar", recalcó.

Rojlin rechazó las acusaciones de que su carta haya sido una llamada a la rebelión, ya que su propuesta de crear un amplio movimiento para la defensa del Ejército y del complejo militar industrial es "algo absolutamente legal", así como su idea de formar uniones de oficiales "que deben ayudar a los comandantes a mantener la alta preparación militar en las tropas".

En su misiva, el presidente líder del Comité de Defensa de la Duma acusó a Yeltsin de la guerra de Chechenia, del deplorable estado de las Fuerzas Armadas y de la ampliación de la OTAN, y pidió a las tropas a impedir la destrucción del Ejército y la desintegración de Rusia, como ocurrió con la Unión Soviética.

Rojlin, uno de los tres cabezas de lista del movimiento oficialista Nuestra Casa Rusia, liderado por el primer ministro, Víctor Chernomirdin, en los comicios legislativos de diciembre de 1995, subrayó que la reforma militar que programa el Kremlin no servirá para nada debido a la falta de medios financieros.

"Es necesario que la reforma se realice de forma honesta y el pueblo sea informado de con qué nos quedaremos. El Gobierno quiere destinar a la reforma un 3,4 por ciento del presupuesto estatal, cantidad que no será suficiente para nada", insistió.

También arremetió hoy contra el ministro de Defensa, Igor Serguéyev, por negarse a trabajar a favor de la reforma militar.

Serguéyev "no tiene deseo alguno de actuar conjuntamente con otros órganos competentes y trabajar de forma constructiva en cuestiones relacionadas con la reforma de las Fuerzas Armadas", dijo.

El pasado miércoles, el diario "Segodnia" destacaba que Rojlin se ha convertido en portavoz del generalato que "prefiere mantenerse en la sombra" y ha decidido comunicar al Kremlin que las reformas militares, como las ha concebido la dirección de Rusia, "no pasarán" y que la paciencia de los uniformados ha tocado fondo.

Ese mismo diario titula hoy en primera página: "Para organizar una rebelión militar es necesario reformar las tropas", y dice: "Lo más peligroso en el seno de las tropas rusas no es el hecho del impago de los salarios, sino la politización y la creación de uniones de oficiales", tal y como propone Rojlin.

Añade que la iniciativa de este general es un acicate a la insubordinación y el levantamiento de los uniformados.

Según el rotativo, las tropas son demasiado débiles en estos momentos para una rebelión militar a gran escala, aunque algunos focos de levantamiento podrían brotar en las bases militares lejanas, que podrían ser sofocadas con rapidez, pero el peligro de ello subsistiría.

[illegible] la reforma militar [illegible]

[illegible] del Ejército [illegible] la reforma militar" [illegible] el general Vladimir [illegible] Academia de [illegible] EFE 06-06

9708804

X67099

R POXBT 06-26 00710
mun

TAYIKISTAN-GUERRA
BANDOS INTENTAN SUPERAR DIVERGENCIAS VISPERA FIRMA PACTO PAZ

Por M. Carmen Romero

Moscú, 26 jun (EFE). El Gobierno y la oposición islámica de Tayikistán intentan superar contrarreloj las divergencias que hacen peligrar la firma mañana, viernes, en Moscu del primer acuerdo global de paz y reconciliación de esa república centroasiática, desgarrada por seis años de guerra civil.

"La Oposición Tayika Unificada (OTU) no firmará el acuerdo hasta que no se resuelvan dos cuestiones principales", afirmó hoy, jueves, en la capital rusa el jefe negociador del bando rebelde, Akbar Turayonzoda.

Según Turayonzoda, "la firma del acuerdo es imposible ya que no se ha solucionado el tema del intercambio de prisioneros de guerra y detenidos (entre ellos seguidores de la oposición) y no existe todavía un claro registro de los ministerios y órganos de poder en los que estará representada la oposición".

No obstante, el negociador de la guerrilla opositora islámica expresó la esperanza de que las partes enfrentadas logren superar en las próximas horas sus diferencias a fin de que el acuerdo global de paz pueda ser rubricado mañana en el Kremlin por el presidente tayiko, Emomali Rajmónov, y el líder de la OTU, Said Abdulo Nuri; en presencia del mandatario ruso, Boris Yeltsin.

Los representantes de las fuerzas opositoras quieren estar presentes y tener peso en las instituciones más influyentes, y les corresponde una cuota del 30 por ciento en la rama ejecutiva del poder, según el documento que se ha elaborado.

En ese sentido, Mizrob Kabirov, consejero de Defensa del presidente tayiko, aseguró hoy a la agencia Interfax que la Comisión de Reconciliación Nacional encabezada por un representante de la oposición comenzará a trabajar en Dushambé tan pronto se haya suscrito el acuerdo y el Gobierno ha preparado todo para que los 460 hombres armados de la oposición puedan desempeñar sus funciones en la capital tayika.

Además, Kabirov dijo que Rajmónov está dispuesto a comenzar "hoy mismo" la primera etapa del intercambio de veinte prisioneros de guerra y detenidos en cumplimiento de los compromisos adquiridos con anterioridad.

Las autoridades tayikas "han cumplido todos sus compromisos" para que el proceso de reconciliación tenga éxito, insistió.

El protocolo militar sellado anteriormente entre las autoridades tayikas y la guerrila islámica prevé el desarme de las formaciones opositoras y su paulatina integración en el Ejército regular de esta ex república soviética fronteriza con Afganistán, país en que tienen su cuartel general los rebeldes.

Rajmónov resaltó hoy en Moscú después de reunirse con el ministro de Asuntos Exteriores de Rusia, Yevgueni Primakov, que la firma del acuerdo mañana es un "paso crucial" para la estabilidad del país y un "giro radical" en la historia moderna de Tayikistán.

Pero tampoco en el campo gubernamental el ambiente reinante la víspera del esperado evento irradiaba optimismo.

El díscolo e influyente coronel tayiko Majmud Judoiberdiyev se pronunció hoy en contra de la firma del acuerdo, ya que, dijo, legitimará la "inadmisible" incorporación de 500 hombres armados

de la oposición islámica en las estructuras del poder de la república.

En declaraciones a la prensa en su feudo, Kurgan-Tubé, a 120 kilometros al sur de Dushambe, el comandante de la brigada número uno del Ejército tayiko subordinada directamente al presidente Rajmónov prometió que hará todo lo posible po impedir la entrada de la oposición islámica en las estructuras del poder y una eventual expansión del fundamentalismo islámico.

Segun el coronel, que en varias ocasiones puso en jaque con sus exigencias a Rajmónov, la firma del plan de paz acordado "no conducirá al asentamiento de la paz, sino que significa una capitulacion de las autoridades oficiales ante la oposición".

Mientras tanto, Moscú apura hasta el último cartucho para aproximar a las partes y que la reunión intertayika de mañana sea un triunfo, afirmó hoy Valeri Nesterushkin, portavoz de la cancilleria rusa.

El Kremlin apuesta con fuerza por el éxito de la cita del viernes, ya que le irrita la incapacidad del gobierno de Dushambé de controlar la situación en el país y pretende que ese acuerdo de paz le ayude a conservar su influencia en la estratégica Asia Central, sobre todo ante el avance integrista en Afganistán.

No en vano, Rusia mantiene a unos 20.000 soldados en Tayikistán como fuerza de paz y para vigilar la frontera tayiko-afgana, que es el límite sur de esta alianza postsoviética.

EFE

HCR-wm-hm

06/26/16-29/97

EP0048

U P0787 04/27 00:71

exo mun irt

TAYIKISTAN GUERRA (Previsión)

LIDERES TAYIKOS DAN PASO HISTORICO HACIA ARDUA RECONCILIACION

Por M. Carmen Romero

Moscú, 27 jun (EFE).- El presidente de Tayikistán, Emomalí Rajmonov, y el líder de la oposición islámica, Said Abduló Nuri, dieron hoy, viernes, un paso histórico para poner fin a más de cinco años de sangrienta guerra civil, con la firma en el Kremlin de un acuerdo global de paz y reconciliación.

El documento, que corrió peligro hasta el último momento debido a las divergencias que todavía anoche persistían entre ambas partes, abre ahora un difícil proceso de reconciliación.

Los representantes de Rajmónov y de la oposición unificada islámica tayika negociaron contrarreloj hasta esta mañana bajo fuertes presiones de Rusia, que al patrocinar el proceso de paz pretende reforzar su influencia en Asia Central ante el avance integrista en Afganistán.

Los principales escollos en la recta final del diálogo fueron la negociación de un acuerdo para liberar a los prisioneros de guerra y otros detenidos, y el reparto de las estructuras de poder, en las que la oposición contará con una representación del 30 por ciento.

Al final, Rajmonov y Nuri superaron sus diferencias y rubricaron hoy en la sede del ministerio de Exteriores de Rusia un Protocolo de Entendimiento Mutuo por el que se comprometen a intercambiar antes del próximo 15 de julio 50 prisioneros de guerra y otros detenidos de ambas partes.

El documento establece la convocatoria, antes del 7 de julio en Moscú, de la primera reunión de la Comisión de Reconciliación Nacional, que estará encabezada por un miembro de la guerrilla y deberá redactar y entregar al Parlamento tayiko un proyecto de ley de amnistía general.

Después, Rajmónov y Nuri se dirigieron al Kremlin para firmar el acuerdo global, en presencia del presidente ruso, Borís Yeltsin; los ministros de Asuntos Exteriores de las ex repúblicas soviéticas de Kazajistán, Turkmenistán, Uzbekistán, Kirguizia, así como de Pakistán, Irán y Afganistán; el enviado de la ONU para la región, Dietrich Merrem, y delegados de la OSCE (Organización para la Seguridad y Cooperación en Europa).

El pacto prevé el cese total de las hostilidades y el desarme de la guerrilla islámica para su integración paulatina en el Ejército regular tayiko y en los distintos órganos de poder.

Como primer paso, 500 integrantes de la oposición se desplazarán en breve a la capital, Dushanbe, para empezar a incorporarse en las estructuras del poder ejecutivo.

Rajmónov, cuyo régimen neocomunista es apoyado económica y militarmente por Rusia, con 20.000 soldados desplegados en Tayikistán, expresó la seguridad de que su país no quedará aislado frente a los nuevos problemas, que calificó de "nada fáciles".

"El primero en empuñar las armas será enemigo de Tayikistán. Nuestra propia experiencia demuestra que sólo por la vía pacífica

9708805

04

[illegible]

Raimónov admitió que la reconciliación será ardua debido a los [illegible] de la paz en [illegible] como lo indican las declaraciones hechas [illegible] por un [illegible] militar tayiko al

advertir de que el Ejército hará todo lo posible por impedir que la guerrilla -cuyo cuartel general está en la vecina Afganistán- acceda al poder.

Nuri, por su parte, abogó por la participación en la dirección del Estado de todas las fuerzas políticas tayikas, incluido el partido del Renacimiento Islámico, dentro del marco de la Constitución.

"Es necesario celebrar en Tayikistán elecciones democráticas libres bajo la supervisión de la ONU, la OSCE y los países garantes del cumplimiento del acuerdo", subrayó el dirigente opositor.

Según Nuri, la organización de los comicios requerirá cambios sustanciales en la legislación actual.

"El día de hoy debe inscribirse en la historia de Tayikistán, ya que se ha puesto el punto final a uno de los conflictos más largos y crueles", afirmó Yeltsin, quien recalcó que la búsqueda de este compromiso ha exigido que tanto Raimónov como Nuri hiciesen "importantes concesiones".

El "número uno" del Kremlin puntualizó que "lo más importante ahora es que las partes asuman su responsabilidad y cumplan al pie de la letra el acuerdo firmado hoy", cuya negociación comenzó en Moscú en 1994, dos años después del estallido de la guerra (marzo de 1992). EFE

HCR/ir

06/27/13 05/97

FD0062

U FOYDT 06-28 00640
mun exo

TAYIKISTAN GUERRA (Previsión)
OPOSICION ISLAMICA POR MENOR PRESENCIA MILITAR RUSA TAYIKISTAN

Moscú, 28 jun (EFE).- La oposición islámica de Tayikistán abogó hoy, sábado, por la reducción escalonada de la presencia militar de Rusia en esa república de Asia Central, un día después de que los líderes de las partes enfrentadas firmaran en Moscú un histórico acuerdo global de paz y reconciliación nacional.

Aibar Turadzhonzoda, vicepresidente de la Oposición Unificada Tayika (OUT) y jefe negociador en las conversaciones con las autoridades tayikas, subrayó hoy en conferencia de prensa en Moscú que es necesaria una disminución gradual del número de militares rusos desplegados en esta ex república soviética, desgarrada por más de cinco años de guerra civil.

La oposición islámica no reclama la retirada total de las tropas rusas de Tayikistán, dijo Turadzhonzoda, ya que reconoce que "las fronteras sureñas de Tayikistán son las fronteras de toda la Comunidad de Estados Independientes (CEI) y cualquier país miembro tiene el derecho a demandar una buena defensa en esa franja".

La estancia de la división motorizada rusa 201 en Tayikistán debe, sin embargo, "ser civilizada, ya que cualquier provocación no será beneficiosa para las relaciones entre Tayikistán y Rusia", destacó el representante de la OUT.

En su opinión, los soldados rusos deben estar desplegados "en ciertas ciudades militares y no en localidades tayikas en las que los problemas son ya numerosos". Turadzhonzoda se pronunció a favor de mejores relaciones posibles de amistad con Rusia, pero en calidad

mejores relaciones posibles de amistad con Rusia, pero en calidad

de socio equitativo y no de un hermano pequeño o una colonia".

La oposición islámica, pese a haber aceptado el patrocinio de Rusia en el proceso de pacificación de Tayikistán, pretende presionar ahora al Kremlin para que reduzca su presencia en esa república, en particular por el hecho de que Moscú apoya económica y militarmente al régimen neocomunista del presidente Emomalí Rajmónov.

Rusia, preocupada por conservar su influencia en la estratégica Asia Central, mantiene a unos 20.000 soldados en Tayikistán como fuerza de paz de la Comunidad de Estados Independientes y para vigilar la frontera tayiko-afgana, que es el límite sur de esa alianza postsoviética.

La demanda efectuada hoy por la oposición islámica tayika a la dirección del Kremlin es un golpe para Rusia, que no está dispuesta a disminuir su presencia en la zona, sobre todo por sus temores de que el avance integrista en Afganistán se extienda a Asia Central.

Turadzhonzoda confirmó hoy que la preocupación de Rusia no es totalmente infundada al indicar que la oposición islámica tayika -cuyo cuartel general se encuentra en la vecina Afganistán- mantiene contactos con el movimiento integrista afgano de los Talibán y tiene representaciones en Kabul, Herat y Jalalabad.

El líder opositor resaltó que ni los Talibán ni otros grupos afganos representan una amenaza para los países de Asia Central, aunque aseguró que sus hombres no planean participar en el conflicto afgano.

El acuerdo global de paz y reconciliación nacional firmado el jueves en el Kremlin por el jefe de Estado tayiko, Emomalí Rajmónov, y el presidente de la OUT, [illegible] entre

9708805

06

otras cosas, el desarme de la guerrilla islámica y su incorporación gradual en el Ejército regular de la república y en las diversas estructuras de poder.

Turadzhonzoda señaló hoy que la oposición no exige que uno de sus hombres ocupe el cargo de primer ministro de Tayikistán, pero sí los puestos de primer viceprimer ministro y vicejefe del Gobierno, y subrayó que luchará por estar representada en las instituciones de mayor peso del país.

El pacto suscrito en Moscú establece que la oposición cuente con una representación del 30 por ciento en los órganos de poder tayiko.

Turadzhonzoda advirtió hoy de que si una de las importantes fuerzas políticas del país es excluida de las futuras elecciones, la situación en la república no se estabilizará totalmente y el difícil proceso de reconciliación nacional estará condenado al fracaso. EFE

MCR/rml/hm

06/28/15-50/97

07-07

9708805

N° DOCUMENTO 9708806
TITULO ELECCIONES EN CROACIA Y REELECCION DEL PTE TUDJMAN
PROCEDENCIA 578593
FECHA DE RECEPCION 150697
VINCULACIONES 11876
65658
11437
11164

26.8.97 HZ

01-07

9708806

[illegible]

[illegible]

CROACIA-ELECCIONES
OPOSICION DENUNCIA [illegible] A SOLO TRES DIAS DE COMICIOS

Por [illegible]
Zagreb, 12 jun (EFE).- Los dirigentes de la oposición aseguran que desde la independencia de Croacia en 1991 nunca se habían registrado tantas irregularidades y escándalos electorales como en la actualidad, cuando sólo faltan tres días para la celebración de elecciones presidenciales en el país.

"Se trata de una lucha [illegible] desigual. Tal vez el sentido [illegible] mostrar hasta qué punto es desigual esa lucha [illegible] la situación en la que se encuentra Croacia", afirma el candidato [illegible] Vlado Gotovac en una entrevista que hoy [illegible] el único diario independiente croata, el "Novi List".

Esa desigualdad es especialmente evidente en los medios estatales, sobre todo la televisión, a la que no tienen acceso ni el liberal Gotovac ni el segundo aspirante opositor, el socialdemócrata Zdravko Tomac, a diferencia del actual presidente de Croacia, Franjo Tudjman.

Tudjman hace amplio uso de los privilegios que le brinda su cargo, mientras que Tomac recorre el país en un furgón para su campaña electoral y Gotovac fue agredido en pleno mitin por un capitán del Ejército croata embriagado, sin que la Policía interviniera para evitarlo, denuncia el académico croata Ivan Supek.

El Gobierno croata rechazó la solicitud de Gotovac de que las elecciones fueran aplazadas debido al atentado del que fue objeto el pasado día [illegible] por parte del citado capitán, miembro de la guardia personal de Tudjman.

Gotovac, que además del apoyo de su Partido Socioliberal Croata (HSLS) disfruta del respaldo de otras nueve formaciones políticas de oposición, sufrió una contusión cerebral en el [illegible] estuvo hospitalizado durante varios días y los médicos le recomendaron tranquilidad absoluta durante otra semana, para cuando ya habrán pasado los comicios.

[illegible] Tudjman, primer presidente de la Croacia independiente [illegible] la nacionalista [illegible] Unión Democrática Croata (HDZ) [illegible] de los votos [illegible] elecciones.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

OL

9708806

[illegible]

[illegible] en torno al 10 por ciento de [illegible] Estado.

"Gracias a las privatizaciones, los sobornos y la corrupción, todo lo que era nacional ha pasado por medio de esas dudosas privatización a manos de unas 200 familias" allegadas a Tudjman, según Tomac.

En un artículo titulado "Otra farsa electoral", el periódico "Novi List" destaca hoy, entre otras irregularidades electorales, que sigue siendo una incógnita el número de votantes convocados a las urnas el domingo próximo.

Advierte también de que los representantes de la oposición no podrán controlar la votación en las mesas electorales ni el recuento de los sufragios.

Además, indica que está previsto que participen en la votación los miembros de la minoría croata en la vecina Bosnia-Herzegovina y en otros países, cuyo número se desconoce y donde no habrá control alguno. EFE

[illegible]

[illegible]

03 9708806

X06832

U POXBT 06-13 00731
icx exg mun

CROACIA-ELECCIONES (Previsión)
PRESIDENTE TUDJMAN SERA REELEGIDO DOMINGO CON TODA PROBABILIDAD

Por Juan Fernández Elorriaga

Belgrado, 13 jun (EFE).- El presidente de Croacia, Franjo Tudjman, con toda probabilidad será reelegido por cinco años el próximo domingo por sufragio universal.

En su favor cuenta que es el único vencedor de las guerras yugoslavas, el hombre que independizó a Croacia de Yugoslavia, aunque la oposición considera que su autoritarismo de general ex comunista se hace cada vez más insoportable en tiempos de paz.

Croacia y Serbia hacen enormes esfuerzos por diferenciarse, porque son demasiado parecidas a ojos de cualquier europeo, ya que hablan el mismo idioma croato-serbio y tienen regímenes de talantes similares, tras cinco decenios de comunismo yugoslavo establecido por el croata Josip Broz, más conocido como "Tito".

"Tudjman sí, Balcanes no", era el cartel más repetido anoche en Zagreb durante la manifestación de fin de campaña electoral de Tudjman, que critica a Occidente por intentar reconstruir algún tipo de comunidad económica yugoslava como purgatorio previo al paraíso de la Unión Europea (UE).

Tudjman sigue en cuanto a control de prensa y televisión un modelo similar al de su colega de Serbia, Slobodan Milosevic, con el que. según liberales croatas, serbios y bosnios musulmanes, prepara el reparto de Bosnia para en cuanto Europa y Estados Unidos bajen la guardia.

El multimillonario estadounidense de origen húngaro George Soros declaró el pasado martes en Belgrado que su Fundación "Sociedad Abierta", de ayuda al desarrollo de la democracia en el Este de Europa, tiene más problemas en Croacia que en Serbia.

"Tudjman se cree sinónimo de Estado croata y califica de traidores a la patria a todos los que le atacan", dijo Soros, que manifestó que el Presidente de Croacia considera que la idea de "Sociedad Abierta" es una ideología peligrosa.

El monopolio de la televisión es todavía peor en Croacia que en Serbia, ya que en Belgrado, conforme los dueños o grupos propietarios o administradores de televisiones de poca audiencia rompen con Milosevic, asumen posturas críticas contra el régimen del Partido Socialista Serbio (SPS, ex comunista).

En Croacia, el partido de Tudjman, la Unión Democrática Croata (HDZ) es conservadora y nacionalista, pero su líder fue general comunista hasta 1960 y siguió loando al comunismo de "Tito" hasta 1970, cuando se convirtió en disidente nacionalista.

La televisión croata ensalza las hazañas del régimen, centradas todas en la independencia, pero la oposición liberal y los socialdemócrtas ex comunistas imploran espacios de televisión para explicar al pueblo que esa no es la epopeya de Tudjman, sino la de todo el pueblo croata y sus 10.000 caídos de 1991.

A pesar de que Tudjman asegura que la sudeslava y católica Croacia, a diferencia de Serbia, ortodoxa y también sudeslava, no tiene nada que ver con los Balcanes, en esta campaña electoral han pasado cosas que ni en Serbia han ocurrido.

Vlado Gotovac, escritor y candidato a presidente de talante liberal y europeo, fue noqueado por un capitán croata que le llamó "traidor" el pasado día cinco en un mitin.

Trasladado desde la litoral Pula en helicóptero a una clínica de Zagreb, anduvo varios días en silla de ruedas hasta poder reanudar la campaña, entre náuseas y dolores de cabeza.

Gotovac, como líder principal de la oposición, apoyado por ocho partidos menores además del suyo, el Liberal Social Croata (HLSS), pidió que se postergaran estas elecciones pero no lo consiguió.

Según las encuestas, Tudjman podría obtener un máximo del 60 por ciento de los sufragios de los cuatro millones de croatas con derecho a voto, y un mínimo del 55, mientras que Gotovac lograría el trece y el socialdemócrata Zdravko Tomac, ex comunista en ascenso, podría aspirar al 14,2 por ciento.

Otra cosa, que ni en Serbia se hace con los bosnios serbios, es que los bosnios croatas, unos 400.000 ciudadanos de Bosnia, puedan votar en las elecciones de Croacia, con lo que Tudjman parece creer muy poco en la Bosnia unida de los acuerdos de paz de Dayton (EEUU).

La oposición asegura de fuentes estadounidenses que Tudjman fue tratado hace unos meses en un hospital de Washington de un cáncer avanzado de estómago, pero el Presidente tenía un excelente aspecto el pasado domingo.

Mientras que los candidatos de la oposición recorren el país en furgonetas, Tudjman llegó a Vukovar, la ciudad demolida a cañonazos por los serbios en 1991, en un tren de lujo rodeado de 40 embajadores extranjeros, a marcarse puntos en plena campaña electoral, con la televisión estatal filmando el lema: "Tudjman, un hombre que cumple". EFE

ife/mar/ma

06/13/09-53/97

DP9193

D POXDT 06 15 00537

15 jun 2.9

CROACIA-ELECCIONES (ampliacion)

TUDJMAN GANA ELECCIONES Y GOBERNARA OTROS CINCO AÑOS

(repetimos DP9192 con título correcto)

Zagreb, 15 jun (EFE). El presidente croata, Franjo Tudjman, fue reelegido hoy para un nuevo mandato de cinco años al conseguir a victoria en las elecciones celebradas hoy en este país balcánico, según los primeros resultados oficiales.

De acuerdo con estos datos, facilitados por el presidente de la Comisión Electoral Central, Tudjman, presidente de la nacionalista conservadora Unión Democrática Croata (HDZ), consiguió el 59,09 por ciento de los votos.

El candidato del ex comunista "Partido Socialdemócrata" (SDP), Zdravko Tomac, obtuvo 22,82 por ciento de los sufragios, y el líder del Partido Social Liberal Croata (HSLS), Vlado Gotovac, que contaba con el respaldo de otros nueve partidos, el 18,09 por ciento.

La abstención, segun estos resultados premiliminares, fue muy alta y rozó el 50 por ciento.

"Se han confirmado mis expectativas. Los resultados completos serán aun mas favorables", declaro Tudjman durante la fiesta que celebró el HDZ en un restaurante de Zagreb.

Respecto a su segundo mandato presidencial, Tudjman anunció la continuidad de la política que ha desarrollado en el primero.

"También en adelante tendremos una Croacia libre, independiente, democrática y soberana; una moneda nacional estable y una de las inflaciones mas bajas del mundo", subrayó el presidente croata, que aseguró que concentrará todas sus fuerzas en la mejora del nivel de vida de la población.

El candidato socialdemócrata, Zdravko Tomac, manifestó que los resultados estuvieron por encima de sus expectativas, sobre todo en ciudades como Zagreb o Rijeka, en las que consiguió entre el 30 y el 40 por ciento de los votos.

"Estamos muy contentos, a pesar de que la campaña electoral no ha sido democrática. El SDP está mostrando un continuo aumento de popularidad, especialmente en las ciudades", declaro el presidente del SDP Ivica Racan.

Por su parte, el líder liberal, Vlado Gotovac, denunció la parcialidad de los medios estatales durante la campaña y recordo el atentado del que fue objeto. Además, lamentó que casi la mitad del electorado decidiera no acudir a las urnas.

Tudjman fue elegido en 1990 por primera vez presidente de Croacia, cuando ésta formaba parte todavía de la antigua Yugoslavia.

Tras la independencia de Croacia en 1991, fue elegido como presidente con un mandato de cinco años en las primeras elecciones presidenciales directas de 1992.

Sus partidarios destacan entre sus meritos haber conducido a Croacia a la independencia, haber logrado en 1992 el reconocimiento internacional y haber reconquistado en 1995 la denominada "República Serbia de Krajina", que en 1991 ocupaba casi un tercio de Croacia.

Los mediadores internacionales [illegible] la [illegible] de [illegible] la libertad de información, [illegible] la [illegible] de los derechos de la minoría serbia [illegible]

0b

9708806

[illegible]
[illegible] de acuerdos de
[illegible]

Muchos se preguntan [illegible] el "padre de la nación croata"
podrá cumplir este mandato hasta el final, ya que padece un cáncer
de estómago, según informaron fuentes norteamericanas y croatas
independientes después de ser sometido a un tratamiento médico
secreto en EEUU el pasado mes de noviembre. EFE

VR[illegible]/JMA

06/15/23 55/07

07-07

9708806

Nº DOCUMENTO 9708807
TITULO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 23/6/97
VINCULACIONES 11821
509673
11164
11302
11702

EP-23/6

Nuevo capítulo se abre en el sindicalismo mexicano

MEXICO, 22 (AP).— La muerte del nonagenario líder obrero Fidel Velázquez cierra una página de la historia del sindicalismo mexicano, tildado por algunos de "oficialista", y presumiblemente dará lugar a un nuevo movimiento obrero apartado de los vaivenes del poder, según dirigentes de la oposición mexicana.

Aunque los seguidores de Velázquez juraron que mantendrán su "ritmo" y la unidad, muchos esperan que con el deceso del poderoso dirigente haya un cambio en el accionar de la Confederación de Trabajadores Mexicanos (CTM), la más influyente central obrera aquí y una de las más grandes en Latinoamérica. A la CTM están afiliados más de 11.000 sindicatos.

Velázquez, que dirigió la CTM desde 1941, falleció ayer a los 97 años a raíz de un paro cardiorrespiratorio.

Por más de medio siglo, Velázquez mantuvo el control de los sindicatos mexicanos con mano dura y la estatura de todo un venerado patriarca dentro del sistema político de este país.

Como secretario general de la CTM, Velázquez se convirtió en una de las figuras más valiosas en la formidable maquinaria política que ha mantenido en el poder al gobernante Partido Revolucionario Institucional desde 1929.



SEPELIO. *El presidente mexicano Ernesto Zedillo junto al féretro del líder sindical Fidel Velázquez* **(AP)**

01 - 04

9708807

Murió Fidel Velázquez, el patriarca de los sindicatos oficialistas mexicanos

A los zapatistas "hay que exterminarlos", dijo el líder obrero azteca

Por Luis Granovsky
México, AFP

22/6 LR.

Con la muerte ocurrida ayer de Fidel Velázquez, que por casi seis décadas dirigió la Confederación de Trabajadores de México (CTM), desaparece de la escena política el hombre que corporativizó al movimiento sindical mexicano y se esforzó por mantenerlo maniatado al Partido Revolucionario Institucional (PRI), en el poder desde 1929.

Nacido el 24 de abril de 1900 en un pueblo del estado de México y el segundo de nueve hijos de una familia campesina, Velázquez llegó en 1916 a la capital, donde comenzó a trabajar en una fábrica, hasta que en 1923 se inició como repartidor de leche. Un año más tarde fue despedido por tratar de organizar sindicalmente a los 800 trabajadores de la pasteurizadora.

En 1925 formó la Unión de Trabajadores de la Industria Lechera y en 1933 se integró a la Confederación General de Obreros y Campesinos de México (CGOM), enfrentada entonces a la oficialista Confederación Revolucionaria de Obreros Mexicanos (CROM).

El entonces presidente, Abelardo Rodríguez, quiso expulsar del país a los dos principales líderes de la CGOM, Velázquez y Vicente Lombardo Toledano (cercano al Partido Comunista), pero las protestas obreras y las amenazas de huelga general no le permitieron hacerlo.

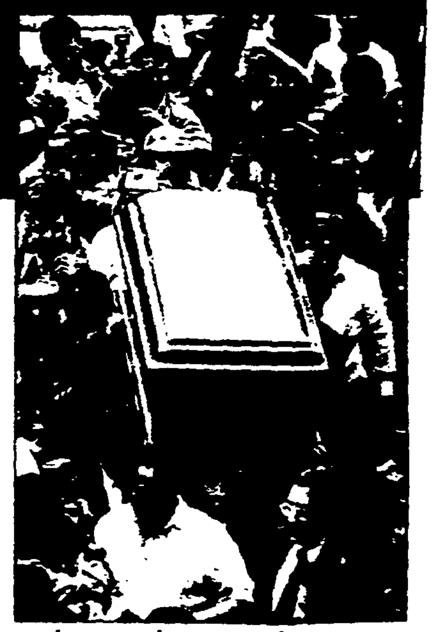
En 1936 se fundó la CTM y la encabezó Lombardo Toledano, con Velázquez en su dirección. Cinco años después, en el segundo Congreso, ocupó la secretaría general, cargo que mantuvo hasta el sábado, salvo una interrupción entre 1947 y 1950.

Caso único en México y en el mundo, Velázquez sobrevivió a diez presidentes de la República, mediante la creación de un gigantesco aparato burocrático, ligado estrechamente al PRI y que siempre colaboró con éste en la regulación de la vida social.

"Creo que la organización que presido, como todas las organizaciones que la Revolución ha creado, son la Revolución misma, las que sostienen al PRI, las que dan mayor apoyo a los regímenes y las que contribuyen más al desarrollo del régimen", señaló en una oportunidad.



"Don Fidel", el jefe de la máxima central mexicana, que respalda al gobernante Partido Revolucionario Institucional.



Casado a los 50 años con una cubana y padre de tres hijos, su nombre está inscrito en calles, barrios, unidades habitacionales, estatuas y parques a lo largo y ancho del país.

Pero el aparato montado por la CTM, que incluyó bandas rompehuelgas o para acallar a disconformes, fue en numerosas ocasiones cuestionado por los obreros, especialmente a partir de 1968, por la imposición de dirigentes no electos, la falta de discusión de los convenios de trabajo y los acuerdos con las patronales sin consultar a las bases.

En respuesta, Velázquez ironizaba: "Nosotros no tenemos ni ejército ni policía ni medios de coacción para estar en este puesto. Sólo la autoridad moral que tenemos nos permite estar aquí, donde nadie ocupa un puesto debido a maniobras. Yo, por ejemplo, jamás he sido elegido por mayoría. Siempre por unanimidad".

Esa "unanimidad" produjo otro hecho curioso de la vida mexicana: la capacidad del grupo dirigente de la CTM para no tener fisuras internas y actuar siempre como un bloque, tras la figura cada día más intocable de "Don Fidel".

Sin embargo, desde 1982 comenzaron los roces con el poder, que se fueron transformando en enfrentamientos disimulados pero fuertes.

Primero con Miguel de la Madrid (1982-88), después con Carlos Salinas (1988-94) y con el actual mandatario, Ernesto Zedillo, cuyos intentos de modernizar el país chocaban con la estructura obsoleta de la CTM. Además, las sucesivas crisis económicas empujaban a los trabajadores a mayores y frecuentes demostraciones de descontento, que la camarilla sindical podía, cada vez menos, controlar.

Así, desde 1995 se acabaron los "desfiles" del Primero de Mayo ante el temor de que los trabajadores expresaran ante el presidente de la República su disconformidad con la política económica que afecta al país.

De otro lado, desde 1989, varios de los jerarcas sindicales fueron removidos de sus cargos en acciones impulsadas por el propio gobierno -como Carlos Jongitud (magisterio) o Venus Rey (músicos)-, que llegó a encarcelar a uno de los pilares de la CTM, Joaquín Hernández (petroleros).

Velázquez y otros líderes sindicales se opusieron a la apertura política — e incluso a que el PRI perdiera algunos estados— y fue famosa su frase de "hay que exterminarlos", referida a los indígenas del EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional) que se alzaron en armas en enero de 1994, cuando el gobierno sentaba las bases para un diálogo que aún prosigue.

Pero aun criticado y vapuleado, con pérdida de espacio político dentro y fuera del PRI, el líder contribuyó a crear una organización que fue pilar indispensable para que el PRI se mantuviera tantos años en el poder y su desaparición física —única posible, ya que nunca iba a dejar su cargo voluntariamente— obligará a un reacomodo de fuerzas que no será fácil para ningún sector.

02

Fidel Velázquez falleció ayer con 97 años de edad

EP 22/6

MURIO DIRIGENTE QUE POR 60 AÑOS DOMINO EL SINDICALISMO MEXICANO

Con la muerte este sábado de Fidel Velázquez, que por casi seis décadas dirigió la Confederación de Trabajadores de México (CTM), desaparece de la escena política el hombre que corporativizó al movimiento sindical mexicano y se esforzó por mantenerlo maniatado al Partido Revolucionario Institucional (PRI) en el poder desde 1929.

MEXICO DF, 21 (Reuter).— El anciano dirigente sindical mexicano Fidel Velázquez, cuyo respaldo a nueve presidentes lo convirtieron en una leyenda viviente del monolítico sistema de gobierno del país, murió el sábado a los 97 años.

Velázquez, quien fue testigo de la revolución mexicana de 1910 a 1917, tuvo una carrera ascendente que lo llevó de simple lechero hasta la dirigencia de la mayor central sindicalista de México y se mantuvo en ese cargo por más de 50 años.

Velázquez, quien progresivamente fue perdiendo la agudeza auditiva y visual, que no podía mover un brazo y necesitaba ayuda para caminar, siempre se negó a renunciar al cargo de presidente de la Confederación de los Trabajadores Mexicanos (CTM).

Sin embargo, su influencia era tal que a pesar de que se quedaba dormido en las reuniones, el propio presidente Ernesto Zedillo le ofreció el año pasado una ovación de pie de más de tres minutos en la sede de la CTM en evento sindical.

El Partido Revolucionario Institucional (PRI), que ha gobernado al país con mano de hierro desde 1929, basó su dominio político en alianzas de conveniencia con empresarios, sindicalistas y militares.

Velázquez fue el pilar del apoyo del sindicalismo organizado al PRI por 54 años, un reinado que sobrevivió a tres de sus biógrafos.

■ SU ACTIVIDAD SINDICAL

Velázquez nació el 24 de abril de 1900 en el seno de una familia campesina en el poblado de San Pedro Azcapotzaltongo, en el central Estado de México, donde pasó sus primeros años sembrando los campos antes de ir a la escuela.

Su educación tuvo que detenerla a los 14 años.

Después de trabajar brevemente en un aserradero, Velázquez demostró su habilidad política a los 21 años después que fue despedido de su empleo de lechero por haber organizado el primer sindicato para la industria láctea.

El sindicato reclutó velozmente a más de 8.000 miembros y se afilió a la Confederación Regional de los Obreros de México (CROM), entonces la federación sindicalista más poderosa del país.

Pero en 1928 el sindicato se retiró a consecuencia de una lucha de poder y Velázquez ayudó a fundar una central obrera rival que finalmente se convirtió en 1936 en la poderosa CTM.

Tras ser elegido jefe de la CTM en 1941 cuando en Europa se libraba la Segunda Guerra Mundial, Velázquez se mantuvo firmemente en el poder hasta que murió, logrando deshacerse de sus rivales y en una breve temporada de 1947 a 1950, perdió brevemente el control de la central obrera.

■ UN ALIADO CODICIADO

Nueve presidentes mexicanos buscaron ganarse su apoyo y el de su central obrera, que agrupa a más de 11.000 sindicatos y más de seis millones de trabajadores.

El dirigente obrero, quien toda su vida fue anticomunista, era notablemente pragmático, una habilidad que le ayudó a coexistir con dirigentes populistas y gobernantes en favor del libre mercado en las décadas de 1980 y 1990.

Velázquez se alineó con el gobierno mexicano en 1958 cuando éste aplastó la huelga de los trabajadores ferroviarios y siguió mudo cuando una década después el ejército reprimió a tiros una manifestación estudiantil.

Criticado por su muy cercana relación con el gobierno, Velázquez replicaba que esa relación le había ganado mucho para los trabajadores. La frase más famosa del dirigente de "el que se mueve no sale en la foto" resumió su filosofía de mantener la lealtad con el gobierno.

[illegible] 06 21 [illegible]
amt

MEXICO DECESO
VELAZQUEZ, ARTIFICE SINDICALISMO Y SOPORTE SISTEMA POLITICO

México, 21 jun (EFE).- La figura de Fidel Velázquez, fallecido hoy, sábado, a los 97 años, sintetiza la trayectoria del sindicalismo corporativista y representa el soporte que el sistema político mexicano encontró en el movimiento obrero organizado en las últimas seis décadas.

Fidel Velázquez nació en el poblado de Villa Nicolás Romero, en el estado de México, en 1900. Trabajó en el campo y en una hacienda ganadera en su estado natal, donde agrupó a sus compañeros y formó el primer sindicato en el sector lechero en 1923.

Al año siguiente se trasladó a otra planta pasteurizadora, donde conoció a los hermanos Alfonso y Justino Sánchez Madariaga, con quienes fundó la Unión de Trabajadores de la Industria Lechera, incorporada a la Federación de Sindicatos Obreros del Distrito Federal, filial de la Confederación Revolucionaria Obrera Mexicana (CROM).

Como secretario general de esa agrupación, suscribió en 1929, junto con Clemente Mejía, Marcelino Herrera, Faustino Zárate, Jesús Yurén, entre otros, el manifiesto "Por qué nos separamos de la CROM".

Al ser designado jefe del grupo disidente, en junio de 1933 concertó un pacto de unidad con otras organizaciones independientes y en octubre, junto con Vicente Lombardo Toledano, convocó el congreso constituyente de la Confederación General de Obreros y Campesinos de México.

La nueva central operó por medio de federaciones regionales obrero-campesinas hasta el 17 de febrero de 1936, año en el que los delegados asistentes al Segundo Congreso, bajo la dirección de Velázquez, Fernando Amilpa, Juan Salamanca y Rubén Magaña, decidieron disolver esta confederación, mientras se formaba una nueva.

Fue entonces cuando nació la Confederación de Trabajadores de México (CTM), que se constituyó con el apoyo del entonces presidente de la República, el general Lázaro Cárdenas, y que en la actualidad representa a unos cinco millones de trabajadpres agrupados en 9.500 sindicatos.

Inicialmente, Velázquez se hizo cargo de la Secretaría de Organización y Propaganda, pero en 1940 asumió la Secretaría General, cargo que desempeñó hasta su muerte mediante sucesivas reelecciones, salvo en el periodo 1944-1946, en que cedió formalmente la dirección de la central obrera, aunque mantenía el control sobre la misma.

El líder obrero compaginó su actividad sindical con la política, y en dos ocasiones -de 1946 a 1952 y de 1970 a 1976- fue senador de la República por el gubernamental Partido Revolucionario Institucional (PRI).

Bajo la férrea dirección de Fidel Velázquez, la Confederación de Trabajadores de México ha representado un importante apoyo a las políticas gubernamentales y un eficaz instrumento para mantener la "paz social" en el país, merced al sometimiento de las demandas obreras a los intereses del presidente de turno.

La avanzada edad del líder sindical provocó en los últimos años preocupación sobre el futuro de la central y abrió un incipiente debate en torno al papel que debería desempeñar el movimiento obrero mexicano al desparecer su dirigente "histórico".

Un análisis de la Casa de Bolsa Véctor realizado a comienzos del pasado año cuando comenzó a complicarse el estado de salud de Velázquez, señalaba las "inquietudes" que generaba la enfermedad del anciano líder y describía el panorama que surgiría tras su desaparición.

El principal punto era la "guerra" que desencadenarían los posibles sucesores procedentes de las 32 federaciones estatales y de los cinco sindicatos nacionales para disputarse el puesto de Velázquez.

El análisis de la entidad bursátil también apuntaba que se produciría una pérdida de la influencia política de la organización, y la posiblidad de que el Gobierno aprovechase la circunstancia para reformar el modelo de relaciones laborales, iniciativa a la que Fidel Velázquez se oponía tenazmente.

Para evitar las divisiones internas y las presiones del exterior durante la última etapa del sindicato, varios dirigentes regionales intentaron el pasado febrero que Fidel Velázquez fuese nombrado secretario general vitalicio, propuesta que rechazó el propio líder obrero.

El inmovilismo que ha caracterizado a la CTM desaparece con Fidel Velázquez Sánchez. Ahora la principal organización sindical de México afronta el reto de definir su futuro sin la persona que la fundó y dirigió férreamente durante 57 años. EFE

mf/jm/llm/am

06/21/17:26/97

C4-04

9708807

XA2817

U FOXFT 06-09 00638
exg mun icx

SERBIA ALBANESES (Previsión)
NACIONALISTAS SERBIOS Y ALBANESES SE TANTEAN ANTES DE ACUERDO

Por Juan Fernández Elorriaga

Belgrado, 9 jun (EFE). Nacionalistas albaneses y serbios de Yugoslavia tantean la posibilidad de diálogo, tras haber dejado en claro la Unión Europea (UE) y Estados Unidos a los primeros que no apoyarán su secesionismo, y a los segundos que tienen que dejar de oprimir a los albaneses y devolverles su autonomía.

El primer contacto entre intelectuales y políticos serbios y albaneses de Kosovo se produjo hace dos meses en Nueva York, y el segundo a finales de la semana pasada en Atenas, patrocinado por la fundación alemana Bertelsman.

Hoy, lunes, en la ciudad griega de Salónica, se celebra una Conferencia de ministros de Asuntos Exteriores de países balcánicos, a la que asistirán el ministro de Exteriores de Yugoslavia (Serbia y Montenegro), Ivan Milutinovic, y diplomáticos albaneses.

Albania, concentrada en sus elecciones anticipadas del próximo día 29 y en la rebeldía del sur del país, ha descuidado la cuestión de Kosovo, región de Serbia en la que conviven en tensión 1.700.000 albaneses y 200.000 serbios.

La semana pasada, en Atenas, los serbios Dusan Batakovic, del Instituto Balcánico de la Academia de Ciencias de Serbia, y Petar Simic, del Instituto de Política y Economía Internacionales de Belgrado, aseguraron a intelectuales albaneses de Kosovo que la democratización de Serbia ayudará a restaurar los derechos de sus albaneses.

Los albaneses, entre ellos el hispanista y sociólogo kosovar Veton Surroi, señalaron a los serbios que la democratización de Serbia podría redundar en beneficio de los derechos humanos de los albano-kosovares, pero no necesariamente de los autonómicos, ya que incluso entre los liberales serbios hay mucho nacionalismo.

El presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, abolió en 1989 la autonomía de que gozaban los albaneses en Kosovo en la Constitución yugoslava de 1974.

Los albano-kosovares proclamaron en la ilegalidad la independencia en 1991, tras una serie de manifestaciones pacíficas que fueron reprimidas y en las que murieron 70 albaneses.

Los albaneses de Kosovo creían que dentro de la marea de descomposición de la Yugoslavia Socialista Federal que llevó a la independencia de Bosnia, Croacia, Eslovenia y Macedonia, podrían alcanzar su independencia de Serbia con ayuda internacional.

Durante tres años (1992-1995), los negociadores internacionales observaron una actitud muy vaga respecto al problema de Kosovo.

Según los observadores, la comunidad internacional quería presionar a la Yugoslavia serbio-montenegrina, bloqueada petrolera y comercialmente por la ONU, hasta que, en noviembre de 1995, se firmó el Acuerdo de Paz de Dayton (EE.UU) para Bosnia.

Desde esa fecha, y sobre todo desde hace dos meses, Washington ha asumido con claridad que Kosovo es parte de Yugoslavia, Estado hoy formado por Serbia y Montenegro, pero insiste en que Serbia tiene que restaurar los derechos humanos y autonómicos de los albaneses.

Mientras, algunos sectores albaneses están cediendo en su independentismo y aceptarían que Kosovo se convierta, por ejemplo, en República yugoslava, junto con Serbia y Montenegro, con lo que dejaría de ser simple región serbia.

Por otra parte, los nacionalistas serbios han dejado de hablar últimamente de uno de sus planes alternativos, la división de Kosovo en zonas albanesa y serbia.

La primera tendría derecho a la secesión y a unirse a la vecina Albania, y la segunda, con derechos autonómicos culturales, pero no políticos, sería integrada definitivamente en Serbia.

Estados Unidos abrió el año pasado en Kosovo un Centro de Información, con bandera y enseñas norteamericanas en la fachada, que fue eufóricamente considerado por los albano-kosovares como un sucedáneo de Embajada.

El Departamento de Estado norteamericano se distanció el mes pasado de las reivindicaciones separatistas de los kosovares durante la visita que el ex negociador especial estadounidense para Yugoslavia John Kornblum hizo a Prishtina, capital de Kosovo.
EFE

ife/mar/ik

06/09/09-10/97

02

9708808

[illegible]

[illegible]

[illegible]

SERBIA-KOSOVO (ampliación)

MILOSEVIC INSISTE QUE INDEPENDENCIA KOSOVO NO ES NEGOCIABLE

Prishtina (Yugoslavia), 28 jun (EFE).- El presidente saliente de Serbia, Slobodan Milosevic, ha declarado hoy, miércoles, en Prishtina, capital de Kosovo, que la independencia de esa región serbia en la que la mayoría de la población es albanesa "no es negociable".

"No cederemos ni un palmo de Kosovo bajo ningún tipo de presión, eso no es negociable ni lo será", dijo Milosevic en la plaza central de Prishtina, ante unos 10.000 simpatizantes, serbios en su inmensa mayoría, entre fuertes medidas de seguridad, después de los importantes brotes de terrorismo del año pasado.

El presidente serbio se ha referido a las presiones económicas a las que somete EEUU a los nacionalistas serbios para que restaure la autonomía y los derechos humanos de los albaneses, abolidos desde 1987.

"No hay presiones que obligarían a Serbia a ceder un palmo de Kosovo y Metohija, de eso no puede haber duda alguna", ha declarado Milosevic hoy.

La secretaria de Estado norteamericana, Madeleine Albright, dijo el 31 de mayo a Milosevic en Belgrado que si no restablece los derechos humanos y la autonomía en Kosovo, EEUU seguirá vetando el ingreso de Yugoslavia (Serbia y Montenegro) en el Fondo Monetario Internacional y su acceso a créditos internacionales.

El presidente serbio ha reconocido que en Kosovo queda mucho por hacer en cuanto a derechos humanos y democratización de la sociedad.

"Kosovo se cita mucho últimamente en el contexto de presiones contra Yugoslavia: aquí tiene que haber igualdad entre los pueblos (albanés y serbio), espíritu de tolerancia y todo lo que caracteriza a toda sociedad humana y desarrollada, pero no cederemos ni un palmo de territorio", declaró Milosevic.

Asimismo, ha pedido a los presentes que apoyen la reforma económica para que esta atrasada región, la menos desarrollada de la antigua Yugoslavia, alcance el promedio serbio.

Milosevic ha vuelto a prometer que Yugoslavia alcanzará para fines de este decenio a los países más desarrollados de Europa, algo que, según los expertos, será muy difícil realizar.

Los observadores recuerdan que en 1990, cuando Serbia tenía dentro de Yugoslavia una renta per habitante de unos 3.500 dólares, Milosevic prometió 10.000 para "dentro de unos años", pero las guerras y el bloqueo han hecho que hoy los serbios tengan una renta de unos 1.000 dólares. EFE

[illegible]

[illegible]

03

9708808

FB8019

U POXBT 06-26 00704

exo mun icx

SERBIA-KOSOVO (Previsión)

TERMINADO VIAJE, MILOSEVIC PROSIGUE DIALOGO

Por Juan Fernández Elorriaga

Belgrado, 26 jun (EFE).- El presidente serbio, Slobodan Milosevic, entreabrió el miércoles la puerta al respeto de los derechos humanos y autonómicos de los albaneses de Kosovo, mientras prosigue el diálogo entre nacionalistas albaneses y hegemonistas serbios sobre el futuro del conflicto.

Milosevic no prometió, ni podía hacerlo en un año electoral como éste, autonomía a los 1.700.000 albaneses que malviven en Kosovo con 200.000 eslavos (serbios y montenegrinos), a pesar de que Estados Unidos se lo exige si quiere créditos internacionales.

"El peligro de discriminación es en Kosovo mayor que en otras zonas del Estado (...), y por ello es mayor aquí la responsabilidad de los órganos del Estado", declaró Milosevic en alusión a los abusos de que es objeto la mayoría albanesa de Kosovo que, a su vez, es minoría en Serbia y Montenegro (Yugoslavia).

En Ulcinj, frontera de Montenegro con Albania, prosiguen hoy, jueves, los contactos entre intelectuales y políticos nacionalistas serbios y albaneses sobre el futuro de esa región, a la que Milosevic abolió en 1989 la gran autonomía que hasta entonces tuvo.

"La cuestión de Kosovo puede solucionarse mediante un compromiso histórico que contentará los anhelos independentistas del pueblo albanés y respetará los intereses de los kosovares serbios y montenegrinos", manifestó en Ulcinj el albano-kosovar Mahmud Bakali.

Cuando Milosevic era funcionario municipal comunista en el Belgrado de la década de los años 70, Bakali era el número uno del partido en Kosovo y una de las personalidades más próximas al entonces presidente de la Yugoslavia Socialista Federal, el croata Josip Broz "Tito".

Los serbios reprochan a "Tito", que era croata, haber contentado a los albaneses a expensas de los intereses serbios, y un año después de su muerte en 1980 empezaron los enfrentamientos entre los albaneses que pedían la "República Kosovar" y los serbios que acabaron suprimiendo hasta su autonomía dentro de Serbia.

Bakali recuerda que en la búsqueda de una solución satisfactoria al problema de Kosovo "hay que tener en cuenta la normativa internacional", que se ha pronunciado contra el independentismo de [illegible] parte de Serbia.

El montenegrino Slobodan Franovic, del Comité Helsinki de derechos humanos, reconoció en la sesión del miércoles, en Ulcinj, que las libertades de los albaneses son pisoteadas rutinariamente.

Franovic opinó que la restauración de la autonomía de 1974 "sería totalmente legítima", aunque ya entre los albaneses se ha desarrollado una fortísima corriente independentista.

John Kornblum, el negociador estadounidense para la antigua Yugoslavia, manifestó hace dos meses con claridad a los albano-kosovares que la independencia [illegible] su fusión con la [illegible] Albania no entran en consideración.

Pero a los serbios les [illegible] que hasta que no pacten con los

04

9708808

albano kosovares; Serbia no [illegible] en el Fondo Monetario Internacional (FMI), ni accederá a los circuitos internacionales de capital.

En el seminario que el Instituto de Estudios Geopoliticos está celebrando en Belgrado, con intelectuales serbios mayoritariamente nacionalistas, uno de ellos, Milos Kenezevic, pidio el miercoles la división de Kosovo entre Albania y Yugoslavia.

Segun Kenezevic, parte de Kosovo se podria cambiar con Albania por el puerto de Shkodra, situado a 20 kilómetros de la frontera yugoslava, viejo sueño de los serbio-montenegrinos frustrado por la marina austriaca a principios de siglo, que obligo a sus tropas a retirarse de esa ciudad.

La tesis del reparto de Kosovo entre Albania y Serbia está hoy muy soterrada, pero es atribuida al llamado padre del nacionalismo intelectual serbio, el escritor Dobrica Cosic, y para muchos serbios seria la solución óptima.

Entre los albaneses gana terreno el proyecto de Adem Demaci, premio Sajarov de la Unión Europea (UE) a la libertad de expresión, que pide la formación de un Estado federal que no estaria ya compuesto por dos entidades, sino por tres: Serbia, Montenegro y Kosovo.

El problema insuperable a ojos serbios de este esquema es que Demaci pide derecho a la secesión de cada una de las tres partes constitutivas de esa confederación, que podría llamarse "Balcania".

Yugoslavia significa "tierra de los eslavos del sur", mientras que los albaneses no son eslavos llegados en el siglo VI, sino los antiguos pobladores de los Balcanes, junto con helenos y válacos.

EFE

ife/mar/ik

06/26/10-12/97

05-05

9708808

ll FOXBT 06 06 00575
esp mun ico

SERBIA-ELECCIONES (Previsión)
MILOSEVIC DEJARA LA PRESIDENCIA SERBIA POR LA YUGOSLAVA

Por Juan Fernandez Elorriaga
Belgrado, 6 jun (EFE). Slobodan Milosevic dejará de presidir Serbia y pasará a ser jefe de la República Federal de Yugoslavia, compuesta por Serbia y Montenegro, entre signos cada día mas evidentes de que la coalición opositora serbia Zajedno (Unidos) se resquebraja conforme se acercan las elecciones serbias.

El Partido de los Demócratas Socialistas de Montenegro (DPS), ideológicamente gemelo del Partido Socialista Serbio (SPS), que dirige Milosevic, dio la bienvenida a la idea de que este último sea designado presidente de Yugoslavia en la Asamblea federal.

Sin embargo rechazó hacer cambios en la Constitución para que el presidente de la federación sea elegido por sufragio universal, y no en el Parlamento, ya que Montenegro tiene casi 15 veces menos electorado que Serbia pero dispone del mismo número de escaños en la Cámara alta.

Milosevic, hijo de padre y madre montenegrinos, siempre dijo que "Serbia y Montenegro son dos ojos de la misma cabeza (Yugoslavia)", pero últimamente están cundiendo entre los montenegrinos tendencias separatistas.

En las elecciones legislativas federales del pasado 3 de noviembre, el bloque de izquierda serbio, formado por el SPS, Nueva Izquierda Yugoslava (JUL) -el partido de la esposa de Milosevic- y Nueva Democracia (ND) -partido de hombres de negocios procedentes del comunismo-, derrotó a Zajedno, la coalición liberal serbia.

Igualmente, en Montenegro, el DPS venció a los liberales y nacionalistas montenegrinos, con lo que ambas corrientes "gemelas" tienen mayoría holgada para imponer la presidencia de Milosevic en Yugoslavia por cuatro años.

Este año hay elecciones legislativas y presidenciales en Serbia, pero la coalicion Zajedno está al borde de la desaparición, segun sus líderes, lo que daría esperanzas a los socialistas, cada vez menos populares según las encuestas.

El candidato mejor emplazado de Zajedno no pasa, según las encuestas, del 20 por ciento de la esperanza de voto, y la televisión estatal está monopolizada por Milosevic, por lo que en un país donde se lee muy poca prensa será fácil imponerlo.

El alcalde de Belgrado, Zoran Djindjic, del Partido Demócrata (DS), líder rival de Vuk Draskovic, del Movimiento Serbio de Renovación (SPO), ha declarado ya que se saldrá de Zajedno si el SPO se pronuncia contra él en la Asamblea de la ciudad.

Draskovic, que estuvo desde 1991 contra las guerras yugoslavas, se acercó a los ultranacionalistas de Vojislav Seselj, de cuyo hijo es padrino, en unos Balcanes donde política, familia, amistad y odio son sílabas de un mismo concepto.

Draskovic se negó el jueves a participar en una reunión de la presidencia de Zajedno convocada por Djindjic y el minoritario pero prestigioso partido liberal Unión Cívica Serbia, de la moderada y antinacionalista Vesna Pesic, que ha desmentido que la incomparecencia de Draskovic vaya a suponer el fin de la coalición.

La "mayoría silenciosa" de los socialistas está en las

01- 04

9708809

[illegible] serbia [illegible] la que solo llega la television estatal y
en las que Milosevic [illegible] los suyos [illegible] a los sencillos
[illegible] con "SU" [illegible] institucional.

Lo primero que hizo Milosevic el jueves, tras confirmarse su candidatura a la presidencia yugoslava, fue reunirse con un grupo de campesinos ganadores del concurso de los mejores cosecheros de Serbia.

Al mismo tiempo, su esposa, Mirjana Markovic, acusaba a Zajedno de "vendepatrias" y de ser una coalicion financiada por el extranjero, en un discurso que pronunció en la ciudad de Leskovac, 200 kilometros al sureste de Belgrado. EFE

jfe/ia/ik

06/06/10 18/97

X07052

U POXBT 06-23 00316

mun exq

YUGOSLAVIA-MONTENEGRO

PARTIDO PODER MONTENEGRO RESPALDA CANDIDATURA MILOSEVIC

Belgrado, 23 jun (EFE).- El gobernante Partido Democrático Socialista (DPS) de Montenegro, república que con Serbia constituye la nueva Yugoslavia, respaldó hoy, lunes, la candidatura del líder serbio, Slobodan Milosevic, a la presidencia yugoslava.

Con 56 votos a favor, 31 en contra y 10 abstenciones, el Comité Principal del DPS apoyó la candidatura de Milosevic, presentada el mes pasado por el Partido Socialista Serbio (SPS), gobernante en Serbia.

Sin embargo, desechó unánimemente, con 97 votos en contra, la propuesta del SPS de que se enmiende la Constitución yugoslava para que el Presidente federal sea elegido por sufragio universal.

La decisión del DPS refleja la postura del actual presidente montenegrino, Momir Bulatovic, partidario de una estrecha colaboración con Milosevic, y supone una derrota de su rival, el primer ministro Milo Djukanovic, que había exigido un apoyo condicional al Presidente serbio.

"Al no cumplir las obligaciones internacionales a las que se comprometió, el presidente Milosevic lleva a Yugoslavia a la crisis política y económica y amenaza su existencia", aseguró antes de la sesión Djukanovic, líder del ala "reformista" de los socialistas montenegrinos.

El Comité Principal del DPS decidió también "recomendar" a sus aliados del SPS que no insistan en las enmiendas constitucionales relativas a la elección del Presidente federal y que, en el caso de que lo hagan, votaría en contra de esas modificaciones.

En el Parlamento federal los socialistas de Serbia y los de Montenegro (ex comunistas) cuentan con una mayoría absoluta que sólo se podría ver mermada por la eventual ruptura de esa coalición.

El mandato del actual presidente yugoslavo, Zoran Lilic, vence esta semana con lo que el Parlamento yugoslavo deberá nombrar a su sucesor que, en base a un acuerdo interno del SPS y del DPS, debe ser "serbio", a diferencia del primer ministro federal, que es "montenegrino". EFE

Bk/ha

[illegible]

[illegible]

YUGOSLAVIA-PRESIDENTE

[illegible]

Belgrado, 25 jun (EFE).- El primer presidente de la República Federal de Yugoslavia (Serbia y Montenegro), Zoran Lilic, concluye hoy, miércoles, su mandato y, según todas las previsiones, será sustituido, dentro de treinta días, por Slobodan Milosevic, presidente serbio.

"La principal tarea política en este momento es la elección del presidente (yugoslavo)", ha declarado hoy Lilic, quien asumió el cargo poco después de que Serbia y Montenegro formaran esta Federación tras la desintegración de la antigua Yugoslavia socialista.

El presidente yugoslavo es elegido por las dos cámaras del Parlamento federal, la de los Ciudadanos y la de las Repúblicas, en las que los socialistas (ex comunistas) de Milosevic y sus aliados montenegrinos tienen una amplia mayoría.

El pasado lunes, el Partido de los Demócratas Socialistas (DPS), montenegrino, apoyó la candidatura de Milosevic a la Presidencia yugoslava, pero rechazó que el presidente se elija por sufragio universal, como propusieron los socialistas serbios.

Las autoridades de Montenegro, república con sólo el 6.5 por ciento del cuerpo electoral yugoslavo (de unos siete millones), temen que el sufragio daría mucho mayores competencias al presidente yugoslavo y que a la vez reduciría la influencia de los montenegrinos.

Hasta el próximo 25 de julio, está previsto que desempeñe el cargo de presidente de Yugoslavia el presidente de la Cámara de los Ciudadanos, el montenegrino Srdjan Bozovic.

La función del presidente yugoslavo es protocolaria, y los partidos opositores comentan que Lilic se había limitado a ser un "portavoz de Milosevic que mandaba telegramas a los estadistas extranjeros, repartía condecoraciones y visitaba los cuarteles militares".

El propio Lilic comentó hoy que, además de las funciones protocolarias, el presidente yugoslavo desempeña un papel importante en las relaciones exteriores y en la defensa, al presidir el Consejo Supremo de Defensa.

El paso de Milosevic a la Presidencia yugoslava obliga al Parlamento serbio a convocar las elecciones presidenciales serbias en un plazo de noventa días a partir del 25 de julio próximo, y se considera que al mismo tiempo se celebrarán también las legislativas.

Los analistas comentan que el paso de Milosevic a la Presidencia yugoslava, y de su [illegible] Partido Socialista de Serbia (SPS), [illegible] el poder en toda Yugoslavia, aunque [illegible] que [illegible] ejercer sólo un mandato, [illegible] años al frente de la Federación.

El [illegible] del ministro del Interior serbio, Zoran [illegible] en el Gobierno federal [illegible] al frente del Banco Nacional (emisor) de Dusan [illegible], un colaborador de Milosevic, contribuirán a consolidar el dominio serbio en la Federación. EFE

[illegible]

04-04

9708809

Nº DOCUMENTO 9708810
TITULO ECUADOR/PERU = Conflicto fronterizo (junio)
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 28/6/97
VINCULACIONES 11921
65838
11164
11388
66817
12000
11163.

01-18

9708810

[illegible]

[illegible]

[illegible]

ECUADOR PERU (Previsión)

MILITARES LOGRARON AFIANZAR LA SITUACION EN LA FRONTERA

Por Fernando Arroyo

Quito, 28 jun (EFE).- Los altos mandos militares de Ecuador y de Perú, que se reunieron durante una semana en Quito, lograron afianzar la distensión en la frontera amazónica y superar la aparente tensión previa a la cita.

Según denuncias de prensa aparecidas la semana anterior, Perú y Ecuador supuestamente aumentaron su actividad militar en la frontera, aunque los altos cargos de los ejércitos se encargaron de desmentir esas "especulaciones".

La cita de Quito coincidió con los diálogos que adelantan en Brasilia comisiones negociadoras de ambos países para superar el histórico litigio fronterizo que los ha enfrentado bélicamente en tres ocasiones en los últimos 55 años.

La reunión militar logró que se confirmara la "absoluta normalidad" en la frontera amazónica, y acercó la posibilidad de que los altos cargos castrenses acordaren mecanismos "de mutua confianza" que eviten en el futuro nuevos incidentes.

La cita fue oportuna, además, para que los civiles de los dos países retiraran de sus preocupaciones la eventualidad de un nuevo conflicto armado como el que protagonizaron en enero y febrero de 1995 en la Cordillera del Cóndor, sector fronterizo en la selva amazónica que carece de hitos demarcatorios.

Tras la cita, que fue calificada de "exitosa" por los jefes militares de ambos países, el clima de confianza volvió a respirarse en la frontera amazónica.

"El fantasma" de una nueva confrontación se aleja cada vez más, y da paso a la cooperación y el entendimiento para que los dos países superen sus diferencias territoriales.

Luego de la cita de los altos mandos que concluyó este fin de semana, vendrán otras reuniones castrenses de los dos países.

En los próximos días se deberán reunir los miembros de la Comisión Mixta de Transparencia de Armas que prevé aprobar un documento de procedimientos para incrementar la confianza entre los dos ejércitos.

En octubre, militares de Ecuador y Perú se reunirán en la ciudad ecuatoriana de Cuenca donde se concentrarán, además, los jefes de los ejércitos de toda América.

En el primer trimestre del próximo año se efectuará otra reunión de altos mandos militares de Ecuador y Perú en Lima.

Incluso, a finales de julio próximo se desarrollará en Quito el sudamericano deportivo de cadetes de las Fuerzas Armadas de la región, con la participación también de militares de los dos países andinos.

Al parecer, al menos de momento, no hay espacio para que Ecuador o Perú puedan emprender acciones bélicas, además, porque sus pueblos exigen que se callen las armas para que el diálogo diplomático resuelva las divergencias.

Las conversaciones de "naturaleza sustantiva" que se celebran en Brasilia serán "difíciles", según han advertido portavoces diplomáticos de ambos países, pero serán una garantía de paz y de que la solución se alcanzará sin el uso de las armas.

Poner los hitos demarcatorios donde hacen falta es un asunto que deben resolverlo los Gobiernos de Quito y Lima de mutuo acuerdo, aunque [illegible] la ayuda de los países garantes del proceso de [illegible].

[illegible] Brasil, [illegible] han afirmado que [illegible] el diálogo [illegible] permitirá que los dos países andinos superen definitivamente sus diferencias fronterizas.

Los militares [illegible] Quito [illegible] avanzar en la búsqueda de una paz [illegible] que falta un largo camino por recorrer.

Cerrar los 78 kilómetros de la frontera amazónica ecuatoperuana sin demarcar no será una tarea fácil para ambos países, pero la intención [illegible] superar las diferencias [illegible] la posibilidad de un futuro de [illegible] progreso [illegible]. EFE

fa/mar/ad?

9708810

06/28/97 11:07

02

ECUADOR PERU [illegible]
PRIMER PROBLEMA CON PASADO BELICO DEFENDIDO CON ARSENAL LEGAL

Por Aldo Rodríguez [illegible]

Brasilia, 28 jun (EFE). Después de dialogar recientemente sobre tres problemas fronterizos relativamente menores, las diplomacias de Ecuador y Perú desplegaron finalmente esta semana en Brasilia su arsenal jurídico, en defensa del primero de los escenarios cuya disputa derivó en enfrentamientos bélicos.

Entre el pasado martes y hasta el filo de la medianoche del viernes y hoy sábado, las delegaciones diplomáticas y técnicas de ambas naciones andinas se valieron de mapas y otros antiguos y nuevos documentos para sustentar argumentos sobre sus respectivas fórmulas para demarcar una zona carente de hitos, donde en 1991 se desencadenó el denominado "Conflicto de Pachacutec".

En abril y mayo pasados, asimismo en la capital de Brasil, se informaron mutuamente de dónde cada uno estima que deben colocarse los mojones en otros dos puntos de la frontera próxima al lindero ecuato-peruano-colombiano, donde la sangre no alcanzó a llegar al río, y otro sobre el cual no hay disputas de soberanía.

En las tres rondas ya cumplidas se ha respetado el acuerdo de mantener en secreto las coincidencias y divergencias que se han identificado.

Lo mismo sucederá en septiembre próximo -ya se adelantó-, cuando en las dos últimas rondas de las "conversaciones sustantivas" se proceda a revisar el penúltimo y último "impasse subsistente" (problema pendiente), causa de los más cruentos combates que adquirieron dimensiones de guerra en tres ocasiones en los últimos 56 años (1941, 1981 y 1995).

Esta primera fase se cerrará entonces con la discusión del anhelo ecuatoriano de tener dominio soberano sobre un afluente del Amazonas, y así cristalizar la sentencia que consta en todos sus documentos oficiales: "Ecuador es y será país amazónico".

Entre las varias fases posteriores ya previstas, pero aún sin fecha, se incluye una en la cual expertos de Argentina, Brasil, Chile y EEUU propondrán fórmulas de solución a los asuntos en los que Ecuador y Perú no logren finalmente ponerse de acuerdo.

Esas cuatro naciones actúan en el proceso de paz acordado tras la última guerra no declarada que se extendió entre el 26 de enero y el 28 de febrero de 1995, en calidad de garantes de esa distensión y del Protocolo de Río de Janeiro, tratado de límites ecuato-peruano de 1942, sobre el cual se negocia en la actualidad.

Las fases restantes demandarán de voluntades mutuas de ceder posiciones, para sólo así llegar al fin de la negociación, la que no se cerrará sino cuando esté terminado el trabajo de la Comisión Demarcadora, inactiva desde hace 46 años, según un reiterado compromiso formal de las partes.

Esa Comisión trabajó entre 1942 y 1951 pero no pudo terminar su labor de colocación de hitos fronterizos debido a diferentes interpretaciones de dónde debían ser instalados, precisamente en la zona estudiada en la ronda celebrada esta semana.

En esa antigua ocasión se optó por no volver a la mesa de negociaciones y sí intermitente al campo de batalla.

De esa forma no se llegó a discutir un mapa aerofotogramétrico del Servicio Geodésico de EEUU elaborado después de la firma del Protocolo de Río de Janeiro, que estableció que una zona donde el tratado ordenaba demarcar simplemente no consta en la realidad geográfica, según uno de los argumentos ecuatorianos.

Durante todos estos años, Perú mantuvo invariable su posición de que el Protocolo es un documento perfecto, mientras que Ecuador pasó a declararlo "inejecutable" y luego "nulo", aduciendo, entre [illegible] tropas peruanas [illegible]

[illegible] continental [illegible] el ataque japonés a Pearl Harbor [illegible] que tornó inaceptable que [illegible] problema menor en ese conflicto [illegible]

Tras la guerra de 1995 y [illegible] unidad continental [illegible] crear en el año 2005 el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), Ecuador [illegible] el Protocolo y [illegible] inejecutabilidad a la [illegible] demarcado.

Con eso, las partes [illegible] en marcha. EFE

[illegible]

[illegible]

9708810

ECUADOR-PERU (amplia [illegible])
CONCLUYE TERCERA RONDA DIALOGO TRAS CINCO HORAS ULTIMA JORNADA

Brasilia, 27 jun (EFE).- Ecuador y Perú concluyeron hoy, después de poco más de cinco horas de deliberaciones para redactar un acta secreta y un comunicado de prensa, su tercera ronda de diálogos directos para intentar poner fin a sus problemas fronterizos, y acordaron volver a reunirse en septiembre próximo.

Un comunicado distribuido a las 23:35 horas locales (02:35 GMT del sábado) -la jornada comenzó a las 21:00 GMT-, informa de que ambos países, con la asistencia de expertos de los países garantes del tratado de límites ecuato-peruano (Argentina, Brasil, Chile y EEUU), trataron desde el martes el cuarto de los seis grandes "impasses subsistentes" (problemas pendientes) que mantienen la frontera común sin demarcación definitiva.

Este fue el primer problema de fronteras discutido en Brasilia que aludió a una zona donde tropas ecuatorianas y peruanas se enfrentaron en el pasado en cruentos combates, que, sin embargo, no registraron la intensidad de fuego de las guerras no declaradas conocidas como "La del 41" (1941), "Paquisha" (1981) y "Cenepa" (1995).

La primera y segunda ronda de "conversaciones sustantativas", celebradas entre el 15 y 17 de abril y el 14 y 21 de mayo pasados, abordaron tres "impasses" en los que se produjeron reiteradas tensiones militares binacionales, pero sin que llegasen a desencadenar incidentes armados.

El comunicado anuncia que entre el 15 y 19 de septiembre próximo se celebrará la cuarta ronda del diálogo directo entre las partes para discutir el quinto y penúltimo problema de frontera, y que la última tendrá lugar del 23 al 27 de septiembre, siempre en Brasilia.

Esas dos últimas rondas serán las de mayor importancia binacional, en vista de que se refieren a reivindicaciones que derivaron en las más sangrientas disputas entre los ejércitos y fuerzas aéreas de Ecuador y Perú.

El cuarto problema discutido esta semana alude a una zona que fue escenario de un enfrentamiento bélico en 1991, conocido como "el Conflicto de Pachacutec", nombre de un destacamento peruano situado en territorio de Ecuador, por el curso geodésico en línea recta que este país desea trazar hasta la desembocadura del río Yaupi en el río Santiago, en una zona próxima a la Cordillera del Cóndor.

Según el trazado que desea Perú, el destacamento de Pachacutec se encuentra en territorio peruano.

Tras la última guerra no declarada, que se extendió del 26 de enero al 28 de febrero de 1995, en la cual no llegaron a participar las fuerzas navales, Ecuador y Perú resolvieron iniciar diálogos directos para encontrar soluciones definitivas a sus problemas.

Esa intención se plasma en la actualidad con el acatamiento del sexto y último punto de la Declaración de Paz de Itamaraty (sede de la cancillería brasileña), suscrita el 17 de febrero de 1995.

Ese documento decretó el alto el fuego de la guerra del Cenepa, acatado once días después. Tras la desmilitarización de la zona en disputa y el cumplimiento de otros puntos de esa Declaración de Paz, se inició hace dos meses la primera fase del diálogo directo, cuya tercera de cinco rondas concluyó hoy.

Para septiembre está previsto que comience la segunda fase, en la cual se buscará anular o al menos reducir los desacuerdos de contactos anteriores.

Argentina, Brasil, Chile y EEUU serán protagonistas en la tercera fase, ya que propondrán fórmulas de solución sobre las zonas en las que ecuatorianos y peruanos no logren firmar un acuerdo de forma directa.

En una cuarta fase, las partes directamente interesadas opinarán sobre las fórmulas de los garantes y, tras ello, convocarán a la Comisión Demarcadora [illegible] la paz.

Esa Comisión trabajó entre 1942 y 1951, pero no pudo continuar su labor de colocación de hitos fronterizos debido a diferentes interpretaciones de dónde debían ser instalados [illegible] se busca definir con [illegible]. EFE

AR/FP/EC

06/28/04 05:[illegible]

9708810

[illegible]

[illegible]

Brasilia, [illegible] (EFE).- [illegible] diplomático [illegible] fin de la [illegible] de [illegible] con Ecuador [illegible] Arias Schreiber, dijo hoy que el [illegible] permitirá que la Comisión Demarcadora [illegible] después de 46 años.

"[illegible] a la Comisión Demarcadora", que [illegible] Arias Schreiber al ser consultado por la prensa sobre el paso siguiente tras el fin de las negociaciones de Brasilia.

Su colega ecuatoriano, Edgar Terán, sostuvo, por su parte, que el fin de las negociaciones llegará en un tiempo "probablemente menor del que muchas personas pesimistas de los dos países pueden imaginar".

En declaraciones por separado a corresponsales extranjeros, ambos delegados coincidieron en que los diálogos se efectúan en un ambiente de predisposición a la búsqueda de soluciones definitivas.

Ecuador y Perú iniciaron hoy en Brasilia la tercera ronda de diálogos con la discusión del cuarto de un total de seis grandes problemas fronterizos que han derivado en tres guerras no declaradas en los últimos 56 años (1941, 1981 y 1995).

En la primera y segunda ronda de negociaciones, celebradas en abril y mayo pasados, las delegaciones de Ecuador y Perú abordaron los tres primeros "impasses subsistentes" (problemas pendientes), referidos a zonas que no han sido escenario de combates.

"Nuestra confianza es que se llegue a soluciones, pero no se puede por el momento expresar certeza de que estas conversaciones conducirán a ellas. Cuanto más temprano nos entendamos mejor para los dos países y sus pueblos. (...) no tenemos porque dudar en proceder a completar la demarcación de la frontera", recalcó.

Arias Schreiber confirmó que se mantiene el compromiso de no revelar la "sustancia" de lo tratado en las reuniones, que se celebran a puerta cerrada en el Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil, por lo que se limitó a explicar el proceso de negociación.

Una vez que concluya la fase de presentación y sustentación de los argumentos de cada país en torno a los seis "impasses", posiblemente entre septiembre y octubre próximos, "se analizará en una segunda etapa los puntos de desacuerdo, a fin de eliminarlos o reducirlos", dijo el ministro.

Según Arias, Argentina, Brasil, Chile y EEUU, países garantes del Protocolo de Río de Janeiro (tratado de límites ecuatoriano peruano de 1942) y del proceso de paz iniciado tras el conflicto de 1995, serán luego, en fecha aún no fijada, protagonistas de la tercera etapa.

Esos cuatro países, afirmó el canciller, "propondrán entonces procedimientos de solución para resolver aquellos desacuerdos que las partes no logren dirimir de forma directa, y después vendrá una nueva etapa de reacción de Ecuador y Perú frente a esas propuestas de los garantes".

Arias descartó que los resultados de todo el proceso deriven en un documento adicional al Protocolo de Río de Janeiro, y recalcó que los eventuales acuerdos serán transmitidos a la Comisión

Demarcadora.

Esta comisión está inactiva desde hace 46 años [illegible] diferentes interpretaciones sobre el [illegible] del tratado de límites [illegible] ruptura y en posteriores guerras.

El diplomático peruano recordó que entonces "no se fue al [illegible]

[illegible]

9708810

05

ECUADOR-PERU [illegible]
COMIENZA EN BRASILIA LA TERCERA RONDA DEL DIALOGO FRONTERIZO

Por [illegible]

Brasilia, [illegible] jun (EFE).- Ecuador y Perú iniciaron hoy en Brasilia la discusión del [illegible] de los problemas graves que les enfrentan en la tercera ronda de las conversaciones bilaterales que mantienen para la solución definitiva del litigio fronterizo entre los dos países.

En las conversaciones que mantuvieron en abril y mayo pasados en la capital brasileña se abordaron los tres primeros de los seis "impasses subsistentes" (problemas pendientes) entre ambos países, referidos a zonas que no han sido el escenario de combates, a diferencia del asunto que se tratará desde hoy hasta el próximo sábado.

Este problema, denominado "Cusumaza-Bumbuiza/Yaupi-Santiago", se refiere a una zona donde en 1991 se registraron incidentes militares y diplomáticos que terminaron en el "conflicto de Pachacutic y Etza".

Ese incidente no tuvo las dimensiones de enfrentamiento abierto que alcanzaron en 1941, 1981 y 1995 las denominadas "guerra del 41", "guerra de Paquisha" y "guerra del Cenepa", respectivamente.

"Es una zona donde probablemente la vida ha demostrado que pueden ocurrir conflictos", manifestó poco antes del inicio de la tercera ronda el jefe de la delegación diplomática de Ecuador, el ex canciller Edgar Terán, que vaticinó que por las dificultades que representa este problema se podría optar por una verificación en el lugar por parte de especialistas internacionales.

El problema que comenzó a analizarse hoy se refiere a la necesidad de trazar una línea geodésica que termine en la confluencia de los ríos Yaupi y Santiago.

"La discusión aquí se centra en el punto inicial desde donde se debe trazar esa línea", precisó Terán, que apuntó la tensión previa y recordó que la tercera fase arranca cuando se celebra la fiesta de San Juan Bautista y concluirá en vísperas de la de San Pedro y San Pablo, fechas importantes en dos naciones con poblaciones mayoritariamente católicas.

"Se trata de una época particularmente santificada", recalcó Terán.

Su homólogo de la delegación de Perú, Alfonso Arias Schereiber, vaticinó que esta tercera ronda de conversaciones "será más compleja" que las dos anteriores, ya que alude a un sector fronterizo de unos 15 kilómetros que está delimitado pero no demarcado.

Las delegaciones técnico-jurídicas de Ecuador y Perú mantendrán sus puntos de vista ante representantes de Argentina, Brasil, Chile y EEUU, países garantes del Protocolo de Río de Janeiro, tratado que en 1942 fijó los límites entre ambos países.

Esas cuatro naciones también son garantes del proceso de paz que ecuatorianos y peruanos se comprometieron a llevar adelante hasta zanjar definitivamente el problema, compromiso que adquirieron después de la "guerra del Cenepa", que tuvo lugar entre el 26 de enero y el 28 de febrero de 1995.

Arias Schereiber explicó que, al igual que en las dos

reuniones anteriores, a puerta cerrada y con el compromiso de los asistentes de no filtrar pormenores de lo tratado, ésta se iniciará con la exposición de los distintos puntos de vista.

Cada parte comentará luego la postura de la otra y después se pasará a las réplicas y contrarréplicas para, finalmente, registrar en un acta las discrepancias y concordancias. Posteriormente se [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708810

06

[illegible]

[illegible]

ECUADOR PERU BRASIL
DELEGADO [illegible] DICE SOLUCION DIFERENDO ANTES DE LO PREVISTO

Brasilia, 21 jun (EFE).- El jefe de la delegación diplomática y técnica de Ecuador que negocia en Brasilia el fin de la disputa de frontera con Perú, Edgar Terán, dijo hoy que la solución definitiva de este "problema atávico" está más próxima de lo que estiman los más pesimistas de ambas naciones.

"Es difícil tener premoniciones sobre el aspecto tiempo, pero yo sí pienso que lo que ésto demore en términos históricos es un tiempo breve y probablemente menor del que muchas personas pesimistas en los dos países puedan imaginar", manifestó en declaraciones a corresponsales extranjeros.

Ecuador y Perú iniciaron hoy en la capital brasileña la discusion del primero de los más graves de un total de seis grandes problemas fronterizos que han derivado en tres guerras no declaradas en los últimos 56 años (1941, 1981 y 1995).

En la primera y segunda ronda de negociaciones celebradas en abril y mayo pasados las delegaciones de Ecuador y Perú abordaron los tres primeros desacuerdos pendientes, referidos a zonas que no han sido escenario de combates, a diferencia del asunto que comenzó a ser conocido hoy y que está previsto inicialmente concluir el sábado.

Terán manifestó, no obstante, que con su colega peruano, Alfonso Arias Schreiber, "nos proponemos lograr que esta ronda termine el viernes, a hora prudente y diurna".

Sobre el clima de las negociaciones agregó que "sigue siendo muy constructivo, muy favorable, muy fluido, de manera que puede decirse que la negociación tiene los mismos buenos auspicios que hemos encontrado en las rondas anteriores".

Las denuncias surgidas en las últimas semanas en uno y otro país sobre supuestos planes bélicos, atribuidos mutuamente, "no han afectado en nada nuestras conversaciones", recalcó.

Consultado por EFE sobre la posibilidad de que no se llegue a abordar el sexto y último desacuerdo, que alude al deseo de su país de tener un acceso soberano al río Amazonas, subrayó que "no hay posibilidad de que ninguna de las partes pueda rehusar el tratamiento" de cualquier diferendo.

"No hay veto posible", añadió, los desacuerdos, según "lo ya negociado, constituyen tema de controversia fijado por cada una de las partes y la otra no tiene derecho o facultad para objetar ninguno de esos puntos", subrayó.

Terán recordó que también fue fijado por las partes, antes de la cita de Brasilia, que las negociaciones concluirán únicamente cuando exista soluciones a todos los desacuerdos.

Cuando los desacuerdos "estén resueltos, todos, la negociación habrá terminado", añadió Terán, para quien "todos los temas tienen que solucionarse y no simplemente discutirse, sino solucionarse".

La comunidad internacional y en particular los países garantes del proceso de paz binacional (Argentina, Brasil, Chile y EEUU) "tienen una clara conciencia, lo mismo que Ecuador, de que este tipo de problemas atávicos tienen que solucionarse porque no podemos entrar [illegible] en el siglo XXI con este [illegible] problemas sin solucionar", [illegible].

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708810

87

[illegible]

ECUADOR PERU-[illegible]
[illegible] ECUADOR DICE SOLUCION DIFERENDO ANTES DE LO PREVISTO

Brasilia, 21 jun (EFE).- El jefe de la delegación diplomática y técnica de Ecuador que negocia en Brasilia el fin de la disputa de fronteras con Perú, Edgar Terán, dijo hoy que la solución definitiva de este "problema atávico" está más próxima de lo que estiman los más pesimistas de ambas naciones.

"Es difícil tener premoniciones sobre el aspecto tiempo, pero yo sí pienso que lo que ésto demore en términos históricos es un tiempo breve y probablemente menor del que muchas personas pesimistas en los dos países puedan imaginar", manifestó en declaraciones a corresponsales extranjeros.

Ecuador y Perú iniciaron hoy en la capital brasileña la discusión del primero de los más graves de un total de seis grandes problemas fronterizos que han derivado en tres guerras no declaradas en los últimos 56 años (1941, 1981 y 1995).

En la primera y segunda ronda de negociaciones celebradas en abril y mayo pasados las delegaciones de Ecuador y Perú abordaron los tres primeros desacuerdos pendientes, referidos a zonas que no han sido escenario de combates, a diferencia del asunto que comenzó a ser conocido hoy y que está previsto inicialmente concluir el sábado.

Terán manifestó, no obstante, que con su colega peruano, Alfonso Arias Schreiber, "nos proponemos lograr que esta ronda termine el viernes, a hora prudente y diurna".

Sobre el clima de las negociaciones agregó que "sigue siendo muy constructivo, muy favorable, muy fluido, de manera que puede decirse que la negociación tiene los mismos buenos auspicios que hemos encontrado en las rondas anteriores".

Las denuncias surgidas en las últimas semanas en uno y otro país sobre supuestos planes bélicos, atribuidos mutuamente, "no han afectado en nada nuestras conversaciones", recalcó.

Consultado por EFE sobre la posibilidad de que no se llegue a abordar el sexto y último desacuerdo, que alude al deseo de su país de tener un acceso soberano al río Amazonas, subrayó que "no hay posibilidad de que ninguna de las partes pueda rehusar el tratamiento de cualquier diferendo".

"No hay veto posible", añadió. Los desacuerdos, según "lo ya negociado, constituyen tema de controversia fijado por cada una de las partes y la otra no tiene derecho o facultad para objetar ninguno de esos puntos", subrayó.

Terán recordó que también fue fijado por las partes, antes de la cita de Brasilia, que las negociaciones concluirán únicamente cuando exista soluciones a todos los desacuerdos.

Cuando los desacuerdos "estén resueltos, todos, la negociación habrá terminado", añadió Terán, para quien "todos los temas tienen que solucionarse y no simplemente discutirse, sino solucionarse".

La comunidad internacional y en particular los países garantes del proceso de paz [illegible] (Argentina, Brasil, Chile y EEUU) "tienen una clara conciencia, lo mismo que Ecuador, de que este tipo de problemas atávicos tienen que solucionarse porque no [illegible] en el siglo XXI con este género de problemas sin solucionar", [illegible].

[illegible]

[illegible]

9708810

87

SM8720

R POXBT 06-23 00264
amt icx

ECUADOR-PERU
COMIENZA REUNION MILITAR BAJO ESTRICTA RESERVA

Quito, 23 jun (EFE). La segunda reunión de los altos mandos militares de Ecuador y de Perú, que comenzó hoy, lunes, en Quito, se desarrolla bajo una estricta reserva en una localidad cercana a la capital ecuatoriana.

La reunión, que concluirá el próximo viernes, pretende incrementar la confianza entre los dos paises y disminuir la tensión en la frontera amazónica.

La cita de los altos mandos militares coincide con la tercera ronda de diálogos diplomáticos entre los dos países en Brasilia, donde buscan lograr acuerdos que pongan fin a su histórico problema territorial que los enfrentó a comienzos de 1995 en un sector de la frontera amazónica carente de hitos.

Los militares no ofrecieron declaraciones a la prensa y sólo permitieron el ingreso de cámaras y fotógrafos a la sala donde se mantendrán las reuniones en las que se tratarán asuntos relacionados con las "medida de confianza" entre anbos ejércitos.

El objetivo de la reunión, segun se ha comunicado oficialmente, será emprender un proceso de cooperación militar que aleje la posibilidad de otra confrontación bélica advertida por algunos sectores sociales, políticos y de los medios de comunicación de ambos paises.

La cooperación militar prevé comenzar con un proceso de seguridad en Suramérica y para ello Ecuador y Perú tienen experiencia con los efectivos de Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos que integran la Misión de Obserbadores Militares para los dos países (MOMEP).

Esa fuerza multinacional de paz vigila el cese de hostilidades en la cordillera del Cóndor y colabora con las dos partes en la seguridad de la zona. EFE

SM/FA/H

06/23/18-48/97

9708810

08

ECUADOR-PERU (Previsión)

REUNION MILITAR EN QUITO DISMINUIRA TENSION EN LA FRONTERA

Por Fernando Arroyo

Quito, 27 jun (EFE). La reunión de los altos mandos militares de Ecuador y Perú, que comienza hoy en Quito y concluye el próximo viernes, busca incrementar la confianza entre los dos países y disminuir las tensión en la frontera amazónica.

La cita ha sido calificada como "sumamente importante" y beneficiará al proceso de paz que llevan adelante ambos países andinos.

Informaciones publicadas en la prensa en los últimos días advertían de un deterioro de las relaciones y denunciaban presuntos planes militares de ataque, negados oficialmente por las jerarquías castrenses de ambas naciones.

El jefe del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas de Ecuador, el general Paco Moncayo, aseguró que hay "absoluta normalidad" en la cordillera del Cóndor en la selva amazónica, escenario de una guerra no declarada a comienzos de 1995, por la disputa de ese sector no demarcado que ambos países reclaman como suyo.

Los supuesto problemas en la frontera fueron "categoricamente" desmentidos por los ministros de Exteriores de Ecuador, José Ayala Lasso, y de Perú, Francisco Tudela, que negaron que esas informaciones vayan a alterar "el ánimo de las conversaciones" que mantienen sus delegados en Brasilia.

En la capital de Brasil comisiones diplomáticas de Quito y de Lima discuten los problemas limítrofes pendientes en la frontera amazónica, con el fin de superar definitivamente los históricos desacuerdos.

La reunión de Quito será una oportunidad para aclarar los puntos de vista militar sobre el proceso de las conversaciones de paz que los gobiernos de Quito y de Lima han ratificado como única solución al diferendo limítrofe.

El alto mando de Perú deberá explicar los ejercicios militares que efectuará desde el 30 de junio en la frontera con Ecuador, un día después de que concluya la tercera ronda de discusiones en Brasilia.

Los ecuatorianos deberán informar sobre los grados de precaución que tomarán ante las maniobras militares peruanas.

El objetivo de la reunión, según se ha comunicado oficialmente, será emprender un proceso de cooperación militar que aleje la posibilidad de otra confrontación bélica advertida por algunos sectores sociales, políticos y de los medios de comunicación de ambos países.

La cooperación militar prevé comenzar con un proceso de seguridad en Sudamérica y para ello Ecuador y Perú tienen experiencia con los efectivos de Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos que conforman la Misión de Obserbadores Militares para los dos países (MOMEP).

Esa fuerza multinacional de paz vigila el cese de hostilidades en la cordillera del Cóndor y colabora con las dos partes en la seguridad de la zona.

La MOMEP es la representación, en el área del conflicto, de los países garantes del proceso de paz que auspician los diálogos de Brasilia y que fomentan el mejoramiento de las relaciones entre Quito y Lima.

Una semana tardarán los altos mandos militares de Ecuador y de Perú en definir los nuevos acuerdos de confianza mutua.

[illegible] entre los jefes de las Fuerzas Armadas de [illegible] similar en en septiembre del [illegible]

[illegible]

[illegible] progreso de paz. EFE

[illegible]

9708810

09

XA3586

R POXBT 06-21 00281
amt

ECUADOR-PERU
CANCILLER DICE CITA MILITAR EN QUITO "EXTREMADAMENTE POSITIVA"

Quito, 20 jun (EFE).- La reunión que se celebrará la próxima semana en Quito entre los altos mandos militares de Ecuador y Perú "será extremadamente positiva", aseguró hoy el ministro ecuatoriano de Relaciones Exteriores, José Ayala Lasso.

"Toda reunión de militares ecuatorianos y peruanos es sumamente útil", recalcó Ayala Lasso en declaraciones a EFE, al destacar que la cita castrense toma mayor importancia en un momento en que medios de información han advertido de un posible deterioro de las relaciones entre los dos países.

Ecuador y Perú mantienen conversaciones de "naturaleza sustantiva" para tratar de poner fin a sus divergencias territoriales, por las que se enfrentaron entre el 26 de enero y el 28 de febrero de 1995 por la disputa de una franja de 78 kilómetros no demarcada en la frontera amazónica.

Ayala Lasso afirmó que la coordinación diplomático-militar es uno de los caminos más idóneos para encontrar una solución "digna, definitiva y justa" al desacuerdo territorial, por lo que "felicita y aplaude" la reunión de los altos mandos de las Fuerzas Armadas de los dos países.

"Nosotros estamos actuando muy estrechamente con el frente militar, pues participamos de una voluntad de paz y de fomentar los diálogos con Perú", destacó el canciller ecuatoriano.

Sin embargo, advirtió que en situaciones como las que afrontan Ecuador y Perú la acción diplomática debe ser "paciente y persistente" para lograr los objetivos comunes a los dos pueblos.

Ayala Lasso también reconoció que las informaciones que dan cuenta de una presunta escalada bélica en la frontera "preocupan", pero que "de ninguna manera afectan al clima de las conversaciones" que se desarrollan en Brasilia. EFE

fa/ehc/mv/arp

06/21/00-30/97

DF9639

R POXBT 06-20 00300
amt icx

ECUADOR-PERU
ALTOS MANDOS MILITARES SE REUNIRAN EN QUITO UNA SEMANA

Quito. 20 jun (EFE).- Altos mandos militares de Ecuador y Perú se reunirán a partir del próximo domingo hasta el próximo viernes en Quito para fomentar la confianza mutua y desarrolar "una concepción de seguridad integral" en Suramérica, informó hoy el Ministerio ecuatoriano de Defensa.

Se prevé llegar a acuerdos para aumentar la cooperación entre las Fuerzas Armadas de Ecuador y Perú que "propicie una estrecha amistad" y mejore las relaciones, se informó en un comunicado de prensa de ese ministerio.

La reunión de Quito será la segunda que mantienen los altos cargos de las Fuerzas Armadas de ambas naciones andinas y que se desarroilará simultánemaente a las negociaciones diplomáticas de Brasilia, donde delegaciones de Quito y Lima tratan de poner fin a una histórica disputa territorial.

Los ejércitos de Ecuador y Perú se enfrentaron en tres ocasiones en los últimos 55 años, la última a comienzos de 1995 en un sector de la frontera amazónica carente de hitos y desde el cese de las hostilidades acometen un proceso de pacificación con el aval de Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos.

Esos cuatro paises garantes vigilan también el proceso de paz en la cordillera del Cóndor que fuera el escenario del conflicto bélico de hace dos años.

Según fuentes castrenses, la reunión permitirá acercar a los mandos militares de Ecuador y Perú en proyectos que favorezcan al proceso de paz.

* La delegación peruana estará presidida por el jefe del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas, general Jorge Nadal, e integrada, además, por los jefes del Ejército, Armada (Marina), Fuerza Aérea y delegados de las tres ramas militares de Perú, añadió el comunicado.

* La delegación ecuatoriana la presidirá el jefe del Comando Conjunto, general Paco Moncayo, y la componen también los altos mandos de las Fuerzas Armadas de Ecuador. EFE

FA/JMA

06/20/20-31/97

XM8639

R POXBT 06-19 00298
and sur wmx icx

ECUADOR-PERU
FUERZAS ARMADAS PERUANAS MOLESTAS "POR INCURSIONES MILITARES"

Lima, 19 jun (EFE).- En las fuerzas armadas de Perú existe un "gran malestar" "por las incursiones militares" de Ecuador, informa hoy, jueves, la prensa peruana, que señala su preocupación ante la posibilidad de que ese hecho desencadene un conflicto armado.

Ese supuesto malestar, publica el diario "Expreso", "ha tentado a algunos jefes militares a pedir a su comando que presione al Gobierno para que retire a sus representantes de las conversaciones de paz de Brasilia".

Las conversaciones, que empezaron en marzo pasado, tienen por objeto poner fin a las discrepancias fronterizas que mantienen Ecuador y Perú desde hace varias décadas, y que provocaron la guerra no declarada entre ambos países en 1995.

Otros jefes militares han propuesto que "se responda a la provocación reiterada en la frontera de manera contundente: con vuelos rasantes, incursiones de tropas y colocación de minas; es decir, devolviéndoles su propia medicina", agrega el rotativo.

La fuente afirma que esas propuestas serían negativas para los intereses y la imagen internacional de Perú.

Una represalia militar "causaría gran satisfacción en una opinión pública nacional cansada de las bravatas del general Paco Moncayo (jefe de las fuerzas armadas de Ecuador) en el afán de ceñirse la banda presidencial de su país, pero nos traería un huaico (aluvión) de problemas a nivel externo", afirma el diario.

"Un nuevo conflicto armado podría generar que los países garantes del Protocolo de Río de Janeiro se laven las manos y deriven la solución final del problema demarcatorio a la Organización de Estados Americanos (OEA) o a la ONU, que es lo que siempre quiso Ecuador", subraya.

El Protocolo de Río, firmado en 1942 con la garantía de Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos, fijó los actuales límites ecuato-peruanos. EFE

VR/LTM/M

9708810

12

06/19/15-47/97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

DENUNCIARAN ANTE CIDH PRESUNTA DESAPARICION PERUANOS EN ECUADOR

Lima, 18 jun. (EFE).- [illegible] ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) la presunta desaparición de 17 peruanos en Ecuador, [illegible] en 15 días sobre el resultado de las investigaciones.

Así lo afirmó hoy el presidente de la Asociación Consejo por la Paz del Perú, Francisco Díez Canseco, quien precisó que están esperando la respuesta de las pesquisas que el Ministerio de Gobierno ecuatoriano, César Verduga, ordenó realizar sobre este caso.

"Quiero agotar todas las instancias en el Ecuador antes de acudir a la CIDH", dijo, tras indicar que ya ha establecido contacto con la CIDH en Washington (Estados Unidos) y en Lima, con motivo de la reciente Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA) celebrada en esta capital.

Díez Canseco informó a la agencia oficial "Andina" que son 17 los peruanos desaparecidos en Ecuador desde que se produjo el conflicto armado entre los dos países, en enero de 1995, y agregó que el último caso es el de Carlos Pérez, desaparecido el 23 de febrero pasado en el [illegible].

El canciller ecuatoriano José Ayala Lasso declaró el lunes pasado que [illegible] la desaparición de peruanos en su país [illegible] Francisco Tudela, [illegible] esclarecerla".

En ese sentido, Díez Canseco explicó que no sólo ha presentado una relación de [illegible] de desaparecidos sino que viajó al Ecuador para conversar con los familiares y con el ministro de Gobierno "para entregarle las denuncias correspondientes de casos que ellos conocen perfectamente bien".

La Cancillería peruana, por su parte, está informada de las gestiones que realiza el Consejo por la Paz en Ecuador, [illegible]

[illegible]

EFE [illegible]

[illegible]

9708810

13

[illegible]

[illegible]

ECUADOR-PERU

PRESIDENTE ALARCON REITERA PAIS ES "ABSOLUTAMENTE PACIFISTA"

Quito, 18 jun (EFE).- El presidente ecuatoriano, Fabián Alarcón, reiteró hoy, miércoles, que su país es "absolutamente pacifista" y rechazó las interpretaciones procedentes de Perú según las cuales esta nación andina prepara un ataque al vecino país del sur.

"Ecuador es un país absolutamente pacifista que defiende su dignidad y lo hace con criterio", dijo Alarcón, quien aseguró que las Fuerzas Armadas locales no han realizado maniobras militares preparatorias para atacar a Perú.

También descartó que su visita de la pasada semana a las instalaciones de la Marina en la ciudad portuaria de Manta tengan relación con las versiones peruanas de una supuesta preparación ecuatoriana para atacar Perú, país con el que Ecuador mantiene una histórica disputa territorial.

"Nada tiene que ver mi presencia en Manta con posiciones de carácter armamentista y mucho menos de buscar un conflicto bélico", aclaró el jefe de Estado.

Ecuador y Perú negocian un proceso de pacificación, tras la guerra no declarada que sostuvieron a principios de 1995 por la disputa de su frontera amazónica.

Quito y Lima analizan de momento los "impasses subsistentes" (problemas pendientes) en esa zona. EFE

RM I TM/M

[illegible] 18/14-07/97

14

9708810

FB7446

U FOXBT 06-12 00192
amt

ECUADOR-PERU
HELICOPTEROS ECUATORIANOS NO VIOLARON ESPACIO AEREO PERU

Quito, 12 jun (EFE).- El Gobierno de Ecuador desmintió hoy que helicópteros del Ejército del país, con dos ministros a bordo, violasen el miércoles el espacio aéreo peruano.

El ministerio de Defensa, mediante un comunicado de prensa, desmintió informaciones publicadas hoy por el diario "El Comercio" de Lima, según las cuales los dos helicópteros ejecutivos "Ardilla" sobrepasaron la frontera en una zona diferente a la del conflicto de comienzos de 1995.

El comunicado asegura que hacia las 09.30 horas (14,30 GMT) aterrizaron en Chacras los dos helicópteros en los que viajaban el ministro de Defensa, el general retirado Ramiro Ricaurte, y el de Vivienda, Diego Ponce.

Momentos después, los ministros efectuaron "un recorrido terrestre inspeccionando el programa de vivienda que el Gobierno nacional está ejecutando en las poblaciones de Carcabón, Chacras y Guabillo, en el cordón fronterizo, con la participión de las dos carteras del Estado".

"Luego de terminada la visita, las aeronaves decolaron aproximadamente a las 12,15 horas (17,15 GMT) con destino a Machala", puntualizó el comunicado del ministerio de Defensa. EFE

EHC/MV/ND

06/12/23-28/97

15

9708810

XG6815

XM8437

R FOXBT 06-10 00347
and sur icx

ECUADOR-PERU
DENUNCIAN VIOLACION PERUANA DE ESPACIO AEREO ECUATORIANO

Quito, 10 jun (EFE).- Un helicóptero peruano violó el lunes el espacio aéreo ecuatoriano en la frontera en la que ambos países mantienen un litigio, al borde de la zona desmilitarizada que vigila la Misión de Observadores Militares para Ecuador y Perú (MOMEP), denunciaron hoy, martes, militares ecuatorianos.

"Nosotros somos hombres pacíficos que estamos buscando el diálogo, queremos conversar racionalmente, pero en actos de provocación como estos, habrá que tomar alguna medida", dijo hoy Roberto Moya, comandante de la brigada 21 Cóndor, en Patuca, cerca de la frontera con Perú.

La cadena local de televisión "Ecuavisa", que visitó ayer las cercanias de la frontera en conflicto junto a periodistas de la revista internacional "Geo", presentó hoy imágenes de un helicóptero presuntamente peruano que sobrevolaba el lunes el espacio aéreo ecuatoriano a las 15.40 hora local (20.40 GMT).

En las imágenes captadas por la cadena televisiva, que posteriormente presentó también una secuencia de fotografías tomadas por militares, se observa un helicóptero, del que las autoridades castrenses ecuatorianas aseguran que es de fabricación rusa, "que sólo poseen las Fuerzas Armadas peruanas y cuya matrícula es 658".

"Están provocándonos, nosotros estamos esperando disposiciones de parte de nuestros superiores para ver qué podemos hacer porque esa provocación es atroz", dijo el comandante de la base amazónica "Vega", Antonio Suárez.

Los militares ecuatorianos presentaron ya la queja a la MOMEP, oganismo integrado por militares de Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Ecuador y Perú, que vigilan en las cercanías de la frontera el cumplimiento del acuerdo de paz entre ambas naciones andinas, que se disputan territorio carente de hitos.

La denuncia ecuatoriana se produce exactamente dos semanas antes de que se realice la tercera reunión de las comisiones negociadoras de Ecuador y Perú, en Brasilia, para intentar solucionar definitivamente el litigio de límites.

Ecuador y Perú negocian un acuerdo de pacificación tras la guerra no declarada que protagonizaron en 1995 por la disputa en su frontera amazónica. EFE

SM/FA/ila/M

06/10/19-31/97

9708810

1b

XD069

R FOXBT 06-09 00252
and sur wmx icx

ECUADOR-PERU
GARANTES NO DECIDIRAN HASTA AGOSTO EL TIPO DE APOYO LOGISTICO

Quito, 9 jun (EFE).- Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos no decidirán hasta agosto próximo el tipo de apoyo logístico que prestarán Ecuador y Perú, que respetan un acuerdo de pacificación tras la guerra no declarada que mantuvieron a principios de 1995, se informó hoy, lunes.

El embajador de Brasil en Ecuador, Osmar Choffi, aseguró que las cuatro naciones garantes compartirán el apoyo logístico en la frontara ecuato-peruana.

Choffi confirmó que Estados Unidos no retirará totalmente el apoyo logístico que ha brindado en solitario a los dos países desde hace más de dos años, después de la denominada guerra del Cenepa, que dejo un saldo extraoficial de 400 bajas, entre muertos, heridos y desaparecidos, en ambos bandos.

"Vamos a ver cómo Argentina, Brasil y Chile pueden colaborar. Será un trabajo de los cuatro países. Evidentemente Estados Unidos no retirará totalmente su apoyo, vamos a compartir en lo que sea necesario", dijo Choffi en declaraciones a radio "Sonorama".

El embajador puntualizó que su país puede aportar medios de transporte y comunicación.

Soldados de Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos, agrupados en la Misión de Observadores Militares para Ecuador y Perú (MOMEP), junto a los de estos dos países, vigilan, en la frontera de ambas naciones andinas en conflicto, el cumplimiento de los acuerdos de paz de 1995.

Ecuador y Perú se disputan un territorio carente de hitos en su frontera amazónica común, lo que los ha enfrentado en tres guerras en el último medio siglo. EFE

SM/cho

06/09/14-55/97

9708810

17

XY4953

U POXBT 06-04 00228
mun exg

ECUADOR-PERU
MOMEP PERMANECERA EN ZONA DISPUTA HASTA QUE HAYA UN ACUERDO

Quito, 3 jun (EFE).- La Misión de Observadores Militares Ecuador-Perú (MOMEP) permanecerá en la zona que se disputan las dos naciones andinas hasta que haya un acuerdo limítrofe, afirmó hoy en Quito el embajador de Estados Unidos en Ecuador, Lesley Alexander.

La MOMEP concluyó hoy en la capital ecuatoriana el 24 Consejo Consultivo, celebrado en la embajada de Brasil, en el que se anunció que el coordinador general de la misión, el general brasileño Gilberto Bandeira, será reemplazado en julio próximo por su compatriota Luiz da Silva.

Por otra parte, se informó de que ante el eventual retiro de apoyo logístico de EEUU, éste sería asumido por los brasileños.

Para hablar sobre ese asunto, Jeffrey Davidow, subsecretario adjunto de la oficina de asuntos interamericanos del Departamento de Estado estadounidense, y Thomas McLarty, consejero para América Latina del presidente de EEUU, Bill Clinton, se reunieron hoy con el presidente ecuatoriano, Fabián Alarcón.

La MOMEP, cuya función es vigilar una zona desmilitarizada de 520 kilómetros cuadrados del Alto Cenepa, está integrada por 34 militares, cuatro de cada uno de los países garantes (Argentina, Brasil, Chile y EEUU), 9 ecuatorianos y 9 peruanos.

Ecuador y Perú libraron una guerra no declarada a principios de 1995 por una zona amazónica carente de hitos, que se disputan hace más de medio siglo. EFE

EHC/MV/PG

06/04/00-32/97

18-18

9708810

DEZ. EJERCITO YUGOSLAVO

XR9443
R POXBT 06-13 00416
icx mun exg

YUGOSLAVIA-EJERCITO
EJERCITO YUGOSLAVIA CUENTA CON 103.000 SOLDADOS

Belgrado, 13 jun (EFE).- El Ejército de la nueva Yugoslavia (Serbia y Montenegro), fundado en 1992, ha quedado con sólo 103.000 efectivos, divulgó hoy, viernes, el jefe del Estado Mayor, el general Momcilo Perisic.

"El ejército yugoslavo no es inferior en ningún sentido respecto a las fuerzas militares de los países en nuestro entorno", aseguró el general Perisic en un discurso con motivo del quinto aniversario de la creación de este ejército tras la desintegración del Ejército Popular Yugoslavo (JNA) de la extinta Yugoslavia Socialista.

El general Perisic, en rueda de prensa celebrada hoy, eludió responder a las preguntas de los periodistas sobre las relaciones entre el ejército yugoslavo y las tropas del ente serbio de la vecina Bosnia.

"Eso preguntádselo a ellos", dijo Perisic unos meses después de que Yugoslavia y la "República Serbia", entidad serbia de Bosnia, firmaran un acuerdo de "vínculos especiales" que incluyen la colaboración en la defensa frente a cualquier ataque de terceros países.

Comentando la disposición combativa de sus tropas, en medio de la grave crisis económica que atraviesa el país, Perisic insistió en que Yugoslavia espera ser "un estado fuerte".

"Todo estado fuerte tiene ejército mientras que los estados débiles no lo tienen", dijo este ex oficial del JNA que luchó contra la independización de Croacia, en 1991, y participó en el lado serbio a comienzos de la guerra bosnia (1992-1995).

Evaluando la situación en Yugoslavia, país de 10,6 millones de habitantes (limítrofe con Grecia, Albania, Bosnia, Croacia, Hungría, Bulgaria y Rumanía), el Jefe del Estado Mayor aseguró que es buena y que las fronteras yugoslavas "son más seguras que nunca".

"La guerra en Bosnia ha sido detenida, pero existen peligros de nuevos conflictos dado que todavía no han desaparecido las contradicciones que la provocaron", explicó Perisic.

Admitió que el ejército yugoslavo tiene una deuda de 700 millones de dinares (más de 100 millones de dólares) y que los militares recibieron su último sueldo a mediados de abril pero aseguró que ese hecho no ha mermado la disposición combativa.

Desechó por "tendenciosas" las preguntas sobre la relacion entre el ejército y la policia que, según los medios independientes, se habria convertido en un "pequeño ejército" recibiendo mucho mayores recursos que las tropas de Perisic, sobre todo en Serbia.

"Siempre le digo a la policía que no intente asumir el papel del ejército si no quiere desvalorizarse y viceversa", dijo Perisic desechando que esas dos fuerzas pudieran intercambiar de papeles. EFE

DH-wm dlh

06/13/18 35/??

XA2112

R POXBT 06-01 00652

mun e.g

YUGOSLAVIA-EEUU

ALBRIGHT CALIFICA ENTREVISTA CON MILOSEVIC DE MUY DIFICIL

Por Juan Fernández Elorriaga

Belgrado. 1 jun (EFE).- La secretaria de Estado norteamericana, Madeleine Albright, calificó hoy, domingo, de "muy difícil" la entrevista que mantuvo el sábado con el presidente serbio, Slobodan Milosevic.

Horas antes de concluir hoy su recorrido de dos días por Croacia, Serbia y Bosnia, Albright aseguró en una rueda de prensa que, "probablemente, fue uno de los encuentros más difíciles que he tenido con un presidente en toda mi vida".

Hace dos semanas, fue el propio portavoz de la Casa Blanca, Nicholas Burns, quien aseguró que el encuentro que mantuvo Albright con el vicepresidente y ministro croata de Asuntos Exteriores, Mate Granic, en Washington, fue "lo más penoso que me había tocado presenciar en mi carrera".

Un periodista escribió que los ministros croatas de Defensa, Gojko Susak, y Granic, parecían "como si llevaran cinco días en un tanatorio", al salir ayer de su entrevista con Albright.

Granic, quien el 16 de mayo pasado se presentó en Washington con un ramo de flores por el 60 cumpleaños de Albright, le dijo ayer, sábado, ante una casa serbia incendidada por los croatas que "¡vergüenza les debiera de dar a ustedes!".

"A Milosevic le dije claramente: todos los países del área serán incluidos en la comunidad internacional, con Serbia o sin Serbia (...) Serbia está ante una encrucijada", dijo Albright ante las cámaras de televisión con un Milosevic que parecía casi tan compungido como los croatas.

La diferencia entre el antiguo general comunista croata Franjo Tudiman, convertido al conservadurismo, y el ex comunista Milosevic, aferrado a su Partido Socialista, es que los primeros no se esperaban hasta mayo un gesto así de Washington y los segundos están más que acostumbrados desde 1992.

"Milosevic tiene que cumplir con todo lo que firmó en Dayton (la paz de Bosnia): colaboración con el Tribunal de crímenes de guerra de La Haya, interrupción de su ayuda militar a los bosnios serbios y mejora de la situación de Kosovo", dijo Albright.

Esas son las condiciones principales para que Yugoslavia (Serbia y Montenegro) tengan acceso a créditos y ayudas financieras para su economía estancada, después de que Estados Unidos levante su veto al ingreso en el Fondo Monetario Internacional (FMI).

A croatas y serbios les pidió que envíen al Tribunal internacional de La Haya para criminales de guerra a sus respectivos presuntos criminales de guerra (52 bosnios serbios, 17 croatas y 3 yugoslavos) que todavía no se encuentren allí.

Además, a los croatas les exige que respeten a su minoría serbia, derrotada en la guerra de independencia croata, y a los serbios que restablezcan la autonomía de su minoría albanesa, concentrada en Kosovo.

Albright exigió a ambos que dejen de apoyar, respectivamente, a los bosnios croatas y a los bosnios serbios contra los musulmanes, aunque medios diplomáticos aseguran que también el nacionalismo islámico va a dejar de contar con la indulgencia

01-05

internacional que tuvo cuando los serbios arrasaban a cañonazos sus ciudades y lanzaban al destierro a cientos de miles de personas.

La visita hoy de Albright a Saraievo, capital de Bosnia, ha transcurrido "en amistosa rutina", según dijo a EFE el ministro bosnio de Asuntos Exteriores, Jadranko Prlic (bosnio croata) en Saraievo.

Pero ello no ha sido obice para que la ministra dejara de reprochar de forma velada a las autoridades musulmanas, mayoritarias hoy en Saraievo, la falta de serbios y croatas en esta ciudad que, antes de la guerra, según dijo, "era modelo de cosmopolitismo interétnico".

Con su proverbial sentido del humor y sus ademanes demasiado resueltos para la recatada escuela diplomática europea, Albright ha dicho en Sarajevo a sus anfitriones musulmanes, antes de dirigirse a zona del ente autónomo serbio de Bosnia, que "aquí parece que todos se han equivocado de casa".

Se refería Albright a que los serbios viven en los pisos de los musulmanes que expulsaron, los musulmanes en las de los serbios, los croatas en las de unos u otros, sin que los títulos de propiedad sirvan de nada tras la guerra. EFE

Jfe/CO/mlr

06/01/13-43/97

FU7192

R EXBT 06-03 0330

SERBIA EEUU

BURNS ASEGURA SERBIA PERMANECERA AISLADA DEL RESTO DEL MUNDO

Belgrado, 3 jun (EFE). El portavoz del Departamento de Estado norteamericano, Nicolas Burns, ha declarado hoy, martes, en la prensa belgradense que Serbia permanecerá aislada de la comunidad internacional por falta de libertades económicas y políticas.

"Por ahora, Serbia queda aislada debido al comportamiento de sus líderes. Ese no es un país normal y no veo un pronto reconocimiento por el mundo; no hay libertades económicas, y son muy pocas las políticas", ha señalado Burns en el diario independiente "Blic".

Yugoslavia (Serbia y Montenegro) fue castigada entre 1992 y 1995 con el bloqueo internacional por su responsabilidad en la guerra bosnia, pero permanece en vigor el llamado "muro externo" de las sanciones que le impide el ingreso en las instituciones financieras y monetarias mundiales.

Dicha entrevista con Burns fue concedida durante la visita, el sábado pasado, a Belgrado de la secretaria norteamericana de Estado, Madelaine Albright, quien exigió al presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, la entrega de los criminales de guerra serbios al Tribunal Internacional de La Haya.

Ese foro internacional ha acusado de crímenes de guerra en la antigua Yugoslavia a 52 serbiobosnios, 17 croatas, tres oficiales del Ejército ex yugoslavo residentes en Serbia y tres musulmanes de Bosnia.

Algunos diarios belgradenses aseguran que Albright pidió a Milosevic que juzgue en Serbia a Zeljko Raznatovic, apodado "Arkan", comandante de unidades paramilitares en las guerras de Croacia y Bosnia, también buscado por la Interpol.

Burns ha declarado que, si quiere integrarse en la comunidad internacional, Serbia tiene que solucionar también el problema de su región meridional de Kosovo, en la que el 90 por ciento de la población son albaneses, y donde abolió la autonomía en 1989.

"Estados Unidos está decepcionado porque los criminales de guerra siguen en libertad, porque no hay diálogo entre los serbios y los albaneses de Kosovo, y porque no hay un proceso de democratización en Serbia", según Burns. EFE

sn/mar/ib

06/03-09-32/97

03

9708812

[illegible]

[illegible] 06-17 [illegible]

[illegible]

SERBIA-BILDT (Previsión)

BILDT SE DESPIDE ACUSANDO A MILOSEVIC DE OBSTRUCCIONISMO

Por Juan Fernandez Elorriaga

Belgrado, 17 jun (EFE). Antes de ceder su cargo al ex ministro español de Asuntos Exteriores Carlos Westendorp, el negociador internacional para Bosnia, el sueco Carl Bildt, se ha despedido con críticas al obstruccionismo serbio en Bosnia.

Después de reunirse anoche con el presidente serbio, Slobodan Milosevic, Bildt ha declarado que si los bosnios serbios no cooperan con la comunidad internacional, las consecuencias alcanzarán a Serbia y Montenegro (Yugoslavia).

Según Bildt, Milosevic debe ejercer toda su influencia sobre los bosnios serbios, pese a que éste suele objetar que en Bosnia nadie le hace caso.

Pero el presunto criminal de guerra serbobosnio general Ratko Mladic, que ha solido ir y venir a Belgrado desde su refugio de Bosnia con frecuencia, podría asistir dentro de poco a la boda de su hijo en Belgrado, ciudad donde reside su familia.

En la reunión que la OTAN dedicó a Bosnia en Sintra (Portugal) hace dos semanas, los bosnios serbios aceptaron los planteamientos de reunificación de la economía Bosnia, pero nada más regresar a Pale el copresidente serbio de Bosnia, Momcilo Krajisnik, declaró que "aquello fue más un dictado que un pacto".

La comunidad internacional exige que Milosevic entregue al tribunal de La Haya a los tres presuntos criminales de guerra yugoslavos y presione a los bosnios serbios para que hagan lo propio con sus 44 acusados por el mismo delito.

"Le he expuesto con toda claridad a Milosevic que la política de obstrucción creará enormes problemas a los bosnios serbios y que ello repercutirá negativamente en Serbia (Yugoslavia)", ha explicado a la prensa Bildt.

El lunes, la presidenta del ente autónomo República Serbia (de Bosnia), Biljana Plavsic, fue advertida por el negociador británico John Wercker de los perjuicios que sufriría su Autonomía si persistía en obstruir la celebracion de una Conferencia de Países Donantes para Bosnia los próximos días 24 y 25 en Bruselas.

Los serbios se oponen a la existencia de una moneda única y de un Banco Central común para los tres pueblos bosnios -musulmanes, serbios y croatas-, lo que retrasa la concesión de una primera ayuda a Bosnia de mas de 1.000 millones de dolares, hasta un total de cinco millardos.

Según los observadores, los bosnios serbios retrasan la firma del acuerdo sabedores de que a ellos no les tocará nada de la ayuda hasta que entreguen a sus presuntos criminales de guerra, aunque los bosnios croatas tampoco [illegible] a quince de los suyos.

La zona serbia de Bosnia vive en la miseria y depende casi totalmente de las ayudas de la [illegible] Yugoslavia serbio-montenegrina.

Mientras que en el ente autónomo Federación musulmano-croata el salario medio es de 150 [illegible], en el ente [illegible] 70.

[illegible]

[illegible]

04

9708812

[illegible]
[illegible]
el invierno pasado.

"Se podría producir una nueva escalada de la crisis. Lo que más me preocupa es el obstruccionismo de Krajisnik y el hecho de que el presunto criminal de guerra serbobosnio Radovan Karadzic siga actuando entre bastidores", ha comentado Bildt.

La comunidad internacional sospecha que el ex líder serbobosnio Karadzic es quien mueve los hilos detrás de Krajisnik, pese a haber sido condenado a dejar la política y la vida pública el pasado mes de agosto.

Washington amenazó recientemente a serbios y croatas con nuevas represalias económicas si se negaban a entregar a sus criminales de guerra.

Estados Unidos incluso planteó la posibilidad de que la OTAN forme unos comandos especiales para dar caza a los principales imputados y llevarlos a La Haya. EFE

ifecmar/lk

06/17/10-02/97

05-05

9708812

01-09

9708813

norteamericana, Madeleine Albright, logró hoy domingo, en Sarajevo, el acuerdo de formar un Comité Permanente para Asuntos Militares con los miembros del triunvirato presidencial bosnio.

"Esa es la última institución mixta de Bosnia cuya formación estaba prevista por el acuerdo de paz de Bosnia y pendiente de formarse", explicó a EFE el croatabosnio Jadranko Prlic, ministro de Asuntos Exteriores de Bosnia, que describió la visita como de "amistosa rutina".

Participaron en la reunión los tres miembros de la Presidencia colegiada bosnia, el musulmán Alija Izetbegovic, el bosnio croata Kresimir Zubak y el bosnio serbio Momcilo Krajisnik.

"Queremos estar seguros de que todo lo que se está haciendo ahora en Bosnia debe ir en provecho de la unidad de la gente, y no de su división", manifestó Albright en la capital bosnia.

Añadió que "queremos ver una policía democrática en todo el país, con libertad de movimiento para todos, derecho a la libre expresión y retorno de los refugiados a sus hogares de toda Bosnia".

Tras su entrevista con la Presidencia colegiada bosnia, la iefa de la diplomacia estadounidense visitó la Facultad de Filosofía de Sarajevo, donde fue recibida por Ibrahim Tepic, decano de la misma y, más tarde, recorrió un campo infantil de juegos construido con medios de organizaciones humanitarias de Estados Unidos.

Muchos niños rodearon a la secretaria de Estado y le dieron dibujos que le habían dedicado con motivo de su visita.

"Entregaré estas pinturas a un colegio de América", dijo Albright a los niños que se apiñaban a su alrededor.

La secretaria de Estado dio seguidamente un paseo por la cercana avenida que rodea el río Miljacka, conocida durante la guerra como la "Avenida de los Francotiradores".

Varios paseantes observaron con sorpresa la comitiva de huéspedes de Estados Unidos, y saludaron con aplausos a Madeleine Albright.

La iefa de la diplomacia estadounidense depositó una ofrenda floral en el monumento de Suada Dilberovic, primera víctima de la contienda en Saraievo, muerta por una bala el 6 de abril de 1992.

"Sarajevo ahora no sólo goza de paz, sino que hasta es una ciudad de nuevo unida", señaló Albright al término de su recorrido por las calles de la ciudad.

Expresó, sin embargo, su preocupación por el hecho de que la mayoría de las autoridades musulmanas de la ciudad pongan obstáculos al regreso de croatas, serbios y iudíos a Saraievo, ciudad que era antes eiemplo de comunidad multiétnica.

"Ese es el problema que nos preocupa, y puede ser un obstáculo para el futuro", advirtió.

Agregó que durante su recorrido por Bosnia vio muchas casas destruidas por la guerra, y que observó que hay en el país una gran escasez de viviendas.

"Parece que aquí todo el mundo se ha equivocado de casa", comentó Albright, refiriéndose a que muchos ocupan las casas de otro grupo étnico, que tuvo que huir ante la entrada de los suyos.

Así, los musulmanes expulsados del norte por los serbios viven en casas de Saraievo pertenecientes a serbios que huyeron bajo presiones, los serbios de Grahovo y Glamoc se han instalado en casas de musulmanes y croatas de Banja Luka, los croatas expulsados de la Bosnia Central viven en casas abandonadas por los musulmanes de Herzegovina, y viceversa.

Tras visitar una comisaría de policía de Saraievo en la que trabaian coniuntamente bosnios musulmanes, croatas y serbios, la secretaria de Estado apuntó que eso es un eiemplo alentador para Bosnia.

Albright declaró a los periodistas que la cuestión de los criminales de guerra es ahora prioritaria para la comunidad internacional. "Ellos tienen que ser extraditados inmediatamente al Tribunal de La Haya", dijo.

Añadió que Estados Unidos están considerando actualmente nuevas posibilidades para fortalecer el papel del Tribunal Internacional para los crímenes de guerra.

También se declaró orgullosa de los resultados logrados en Bosnia y Saraievo bajo la decidida dirección estadounidense, aunque la Unión Europea (UE) suele acotar que la mayoría de las tropas y el gasto son europeos.

"Hasta hace sólo dos años, en estas calles se mataba a la gente y se derramaba su sangre", comentó Albright al detenerse ante una iglesia católica en la Avenida de los Francotiradores.

Recordó que estos días se conmemora el cincuentenario del Plan Marshall, con el que los estadounidenses ayudaron a la reconstrucción de Europa tras la Segunda Guerra Mundial.

"Aquí, en Sarajevo, vemos ahora una versión moderna del Plan Marshall, con una mano tendida a quienes necesitan ayuda y estén dispuestos a ayudarse a sí mismos", subrayó Albright.

La secretaria de Estado visitará esta tarde la conflictiva ciudad nororiental de Brcko, y Banja Luka, la mayor ciudad serbia de Bosnia, donde se reunirá con la presidenta del ente autónomo serbio, Biljana Plavsic. EFE

sp ob-ife mar/mlr

06/01-17:21/97

02

9708813

XR9230

R POXBT 06 04 00756
icx mun exg

BOSNIA WESTENDORF
NUEVO MEDIADOR DENUNCIA AUTORIDADES NO CUMPLEN ACUERDO PAZ

Belgrado, 4 jun (EFE).- La paz en Bosnia no es estable, debido a la falta de cumplimiento de los acuerdos de Dayton (EEUU), y hay que ejercer todo tipo de presiones sobre las autoridades para que apliquen ese plan, según el nuevo mediador internacional para Bosnia, Carlos Westendorp.

"En los últimos dos años se han hecho muchas cosas, pero tenemos que seguir con los esfuerzos, ya que la paz no es estable", indica Westendorp en declaraciones que hoy, miércoles, publica el diario belgradense "Vecernje Novosti", que sigue la línea del presidente de Serbia, Slobodan Milosevic.

El nuevo mediador para Bosnia, nombrado el viernes pasado para sustituir en el cargo al sueco Carl Bildt, denuncia que "los bandos bosnios (musulmanes, serbios y croatas), sobre todo los que ahora están en el poder, no respetan el acuerdo de paz de Dayton".

El periódico titula "Ya no se le tolerará nada a nadie", en alusión a que también los musulmanes, mayoritarios en Bosnia, tendrán que ceñirse a lo pactado en Dayton.

La comunidad mundial considera que los principales infractores son los bosnios serbios y croatas, pero éstos replican que los negociadores internacionales son más tolerantes con las violaciones de los musulmanes, que fueron las principales víctimas de la guerra.

A partir de 1993, con aquiescencia de EEUU, Irán, Turquía y otros países armaron a los musulmanes para oponerse a la superioridad de los serbobosnios, que se alzaron en 1992, con apoyo de Belgrado, contra la independencia bosnia de Yugoslavia.

A juicio de Westendorp, ex ministro español de Asuntos Exteriores, sin la aplicación del acuerdo de paz, firmado en noviembre de 1995, no hay futuro para Bosnia y "hay que ejercer todo tipo de presiones para que se cumpla".

Según el plan de Dayton, Bosnia-Herzegovina está compuesta por dos entes con amplia autonomía, la Federación musulmano-croata y la República Serbia, cada uno con su propio presidente, gabinete, Asamblea, Ejército y Policía y una Presidencia tripartita, un Parlamento y un Gobierno conjuntos para Bosnia.

Westendorp destaca que las Fuerzas multinacionales de Estabilización (SFOR) están en Bosnia para garantizar que no habrá incidentes y considera que será necesaria la presencia de tropas mas allá del plazo previsto.

"No me gustan los plazos rígidos en nada, prefiero plantearme directrices que tienen que ser cumplidas. Por ejemplo, estamos ante unas elecciones que deben desarrollarse bien y ante una Conferencia de países Donantes que ha de celebrarse", comenta.

La celebración de la Conferencia de países Donantes marcará el comienzo de la llegada a Bosnia de una ayuda inicial de más de 1.000 millones de dólares, hasta un total de 5.000, escalonadamente, si los bandos enfrentados respetan el acuerdo de Dayton.

Las SFOR cuentan con unos 30.000 soldados, la gran mayoría procedentes de países de la Alianza Atlántica, y la ONU fijó el fin de su mandato en Bosnia para julio de 1998.

El nuevo mediador subraya la importancia de la cooperacion de

todas las partes con el Tribunal Internacional de crímenes de guerra, con sede en La Haya, y cree que a ese objetivo se puede llegar con presiones políticas sobre los más recalcitrantes.

Esa alta instancia judicial tiene registrados como presuntos criminales de guerra a 52 serbobosnios, 17 bosnios croatas, 3 musulmanes y 3 oficiales del Ejército de Yugoslavia (Serbia y Montenegro).

Las principales tareas del nuevo mediador cuando asuma su cargo será la Conferencia Internacional de países Donantes, prevista para el próximo día 24, y las polémicas elecciones locales en Bosnia, que se celebrarán el 13 y el 14 de septiembre próximo.

En opinión de Westendorp, los medios económicos tienen gran importancia para la reconstrucción de Bosnia, "sobre todo cuando se invierte en proyectos que alientan a la coexistencia y se destinan a quienes, verdaderamente, cooperan en la aplicación del acuerdo de paz".

"En cierta forma, trabajaré en recaudar fondos de la comunidad internacional para Bosnia", agrega el nuevo mediador.

Manifiesta que en Eslavonia (Croacia) habrá que prorrogar la presencia de fuerzas de la ONU, ya que en esa zona, poblada en gran parte por la minoría serbia croata, "no se han solucionado todos los problemas".

La Administración de Transición de las Naciones Unidas para Eslavonia oriental (UNTAES) lleva a cabo la integración paulatina de esa zona en la Croacia independizada de Yugoslavia en 1991 y, en principio, finalizará su misión en julio próximo.

Los observadores internacionales temen la posible revancha de los croatas expulsados de sus hogares por la minoría serbia y el Ejército yugoslavo en 1991, quienes ahora retornan vencedores a convivir con los serbios que decidan seguir en sus tierras eslavonas. EFE

ip/sn/jfe/acm dlh

06/04/14-32/97

[illegible]

[illegible]

BOSNIA-ARMAMENTO

OSCE DECLARA BOSNIA SIGUE SIN CUMPLIR ACUERDO REDUCCION ARMAS

Por [illegible]

Sarajevo, 6 jun (EFE).- Un portavoz de la Organización para la Seguridad y Cooperación en Europa (OSCE) señaló hoy, viernes, que Bosnia-Herzegovina aún no ha llegado a reducir sus armamentos hasta los niveles previstos en el acuerdo de control regional de armas, como ya lo han hecho Croacia y Serbia.

"La República Serbia de Bosnia (uno de los dos entes autónomos bosnios) ha manifestado su disposición a reducir su armamento", afirmó David Foley, portavoz de la OSCE en Sarajevo.

El portavoz ha precisado que los serbobosnios iniciaron la reducción del número de sus armas pesadas a comienzos del pasado mes de mayo, con ayuda de expertos militares de Francia y Alemania.

Pero representantes de las fuerzas multinacionales de estabilización (SFOR) han asegurado en varias ocasiones que los serbobosnios disponen de grandes cantidades de armas pesadas no registradas por los controladores internacionales.

"No es la tarea de la OSCE supervisar si en los bosques bosnios hay carros de combates escondidos", declaró Foley, quien agregó que las cantidades de armas serbobosnias no registradas "son muy pequeñas".

"No podemos hablar de grandes cantidades de eventuales armas serbias escondidas", afirmó hoy el comandante Tony White, portavoz de SFOR en Sarajevo.

White indicó que hay bajo control de SFOR 800 depósitos de armas pesadas de todos los bandos bosnios (musulmanes, serbios y croatas), y la OTAN insiste en que sea reducido el número de esos arsenales.

El acuerdo de control regional de armas en la ex Yugoslavia, que fue firmado el 14 de junio de 1996 en Florencia (Italia), establece las proporciones de armamento con que pueden contar Croacia, la nueva Yugoslavia (Serbia y Montenegro), la Federación musulmano croata de Bosnia y la República Serbia de Bosnia.

El otro ente autónomo bosnio, la Federación musulmana-croata inició la reducción de su armamento hace dos semanas.

"Como el Ejército de la Federación sólo tiene que reducir su artillería, hay poca posibilidad de que no cumpla a tiempo esas obligaciones", según Foley.

Los serbobosnios critican enérgicamente el programa "Equipa y entrena", cuyo valor asciende a unos 400 millones de dólares, planeado por EEUU y algunos países islámicos para formar un pequeño pero compacto y bien equipado ejército de la Federación musulmano-croata.

"Con una mano, los estadounidenses brindan ayuda para la reconstrucción de Bosnia, y con la otra rearman a nuestros adversarios", ha declarado un funcionario serbobosnio.

"Equipa y entrena", cuyo fin es establecer un equilibrio militar entre el Ejército federal y las hasta ahora mucho más potentes fuerzas serbobosnias, formó parte del acuerdo de paz de Dayton, pero los países europeos se oponen a ese programa.

Tras una larga pausa, hoy sesionó en Sarajevo, bajo la presidencia del general británico Gordy Simpson, la Comisión militar conjunta, integrada por los comandantes militares de los tres bandos bosnios.

"Las formaciones militares locales en Bosnia tienen que desempeñar un papel constructivo en las elecciones municipales bosnias, [illegible]", afirmó el comandante White.

Un oficial de SFOR manifestó su gran insatisfacción por el progreso de los bandos bosnios en la eliminación de las minas diseminadas en Bosnia durante la guerra (iniciada en 1992 y terminada en noviembre de 1995 con los acuerdos de paz de Dayton (EEUU).

Los expertos militares consideran que hay en Bosnia más de [illegible] millones de minas y hasta el momento se ha eliminado sólo unas [illegible] de estos artefactos que casi a diario causan víctimas entre la población civil. EFE

[illegible]

[illegible]

05

9708813

[illegible]

Sarajevo, [illegible] 15 [illegible] (EFE).- [illegible] Westendorp, [illegible] internacional para Bosnia, [illegible] su prioridad será la [illegible] asuntos de importancia para el mantenimiento del acuerdo de paz de Dayton [illegible].

Bildt, [illegible] y Westendorp se reunieron hoy en Sarajevo con la Presidencia tripartita bosnia, con los miembros del Gobierno [illegible] bosnios integrados por representantes musulmanes, serbios y croatas.

En el orden del día de esos encuentros figuraron los preparativos para la Conferencia de Donantes para la reconstrucción de Bosnia, que se celebrará el próximo lunes en Bruselas.

"Momcilo Krajisnik (miembro serbio de la Presidencia tripartita de Bosnia) planteó algunas preguntas para las que tenemos buenas respuestas", dijo Bildt, tras su reunión con los funcionarios bosnios celebrada en Sarajevo en el edificio del Museo Nacional.

Krajisnik se opone a la adopción de la ley de aduanas comunes para Bosnia-Herzegovina, ya que los serbobosnios pactaron un acuerdo aduanero con la vecina Yugoslavia (Serbia y Montenegro).

Sin embargo, Bildt manifestó su esperanza en que se llegará pronto a un acuerdo sobre aduanas y aranceles y se eliminarán todos los obstáculos para la celebración de la Conferencia de Donantes.

Westendorp felicitó hoy a Bildt "por la excelente labor que ha hecho en Bosnia".

El diplomático español asume este delicado cargo en momentos de serios desacuerdos entre musulmanes, serbios y croatas respecto al desarrollo del país y [illegible] ha revelado que uno de sus adjuntos será estadounidense.

"Estados Unidos está muy interesado en que un diplomático suyo sea adjunto al mediador internacional para Bosnia", explicó Westendorp, y agregó que esto se decidirá en los próximos días, aunque no precisó ningún nombre.

Anteriormente, se había informado de que el posible candidato como adjunto de Westendorp era el general retirado estadounidense Jacques Klein, jefe de la Administración de Transición de las Naciones Unidas en la zona croata de Eslavonia oriental (UNTAES), pero esta versión ha sido desmentida.

Westendorp indicó hoy que su segundo adjunto será un diplomático alemán y representantes internacionales en Sarajevo [illegible] que el aspirante principal para ocupar ese puesto es [illegible] embajador alemán en Washington.

[illegible] también fue diplomático en Belgrado durante la guerra de Bosnia (1992-1995) [illegible]

Bildt [illegible] Westendorp [illegible] su cargo en Bosnia [illegible] la presidenta del ente autónomo serbobosnio, Biljana Plavsic, [illegible] la aplicación del acuerdo [illegible] de Dayton [illegible]

[illegible]

9708813

06

ER7854

U POXPT 06-23 00728

exg mun imx

BOSNIA-OTAN (Previsión)

SOLANA SE ENTREVISTARA POR PRIMERA VEZ CON LA OPOSICION BOSNIA

Por Juan Fernández Elorriaga

Belgrado. 23 jun (EFE).- El secretario general de la OTAN, Javier Solana, llega hoy lunes a Bosnia, donde por primera vez se entrevistará con líderes de la oposición, a los que recordará que la democratización es un asunto pendiente.

Bosnia-Herzegovina vive desde noviembre de 1995 un período de paz gracias a la presencia de tropas de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), pero la democratización de los dos entes autónomos (musulmano-croata y serbio) y sobre todo la reconciliación entre ambos transcurre muy lentamente.

Altos cargos de la OTAN han explicado a medios musulmanes y serbios que en sus reuniones con las autoridades y la oposición Solana pondrá el acento sobre la importancia de democratizar el país.

El secretario general de la OTAN se entrevistará con los tres copresidentes de Bosnia-Herzegovina, el musulmán Alia Izetbegovic, el serbio Momcilo Krajisnik y el croata Kresimir Zubak, iguales en derechos, aunque el primero ostenta la representación protocolaria del país.

Pese a que Bosnia tiene una prensa y una televisión más pluralistas y democráticos que otros países balcánicos, Izetbegovic y su Partido de Acción Democrática (SDA) han capitalizado en provecho político propio el mérito de la resistencia durante la guerra.

La oposición socialdemócrata y liberal, centrada en la norteña ciudad de Tuzla en el ente autónomo musulmano-croata y en Banja Luka en el lado serbio, se debate contra las fuerzas hegemonistas y hasta hay destellos fugaces de cooperación entre liberales serbios y musulmanes.

Uno de ellos, el musulmán Vehid Sehic, presidente del Parlamento alternativo de Bosnia, que agrupa a islámicos liberales, izquierdistas y antiintegristas que colaboran con serbios democráticos, manifestó el pasado día 18 que Bosnia tendría que convertirse en protectorado durante dos años.

Diversos analistas bosnios, musulmanes o serbios, aseguran que los tres pueblos bosnios han convivido con éxito siempre que han estado bajo alguien, bien sea Turquía, el Protectorado austríaco de fines del siglo XIX y principios del XX, o el Partido Comunista yugoslavo, de 1945 a 1990.

El problema es que Bosnia nunca ha conocido la democracia y que sus primeros tanteos, del lado musulmán, se hacen en medio de un entusiasmo por Izetbegovic peligroso, potenciado por la propaganda y los medios de información del Estado.

Casi todas las mezquitas del país rompieron la jornada de reflexión electoral en vísperas de los comicios del año pasado para pedir a los fieles que no votaran por los "sin Dios" ni por esos "maestrillos imbuidos de ciencia materialista", en alusión al liberal Haris Silajdzic.

El próximo jueves concluye el análisis semestral de la misión de las Fuerzas de Estabilización de la OTAN en Bosnia (SFOR), ante las complicadas elecciones locales de septiembre próximo.

07

9708813

Los bosnios, serbios sobre todo, pero también los musulmanes y los bosnios croatas, intentan legitimar sus campañas de limpieza étnica, de las que los más beneficiados fueron los serbios, los primeros que las llevaron a cabo en 1992, cuando musulmanes y bosnios croatas proclamaron la secesión bosnia de Yugoslavia.

Durante esta visita de Solana no habrá explicacion alguna sobre lo que hará la OTAN cuando las SFOR hayan concluído su mandato a mediados de 1998, previsiblemente bastante antes de que musulmanes, serbios y croatas estén listos para la convivencia.

Una bajada de guardia internacional en Bosnia permitiría que volviera la guerra, esta vez con una intervención abierta de Serbia del lado de los bosnios serbios y de Croacia del de los bosnios croatas, según analistas musulmanes que aseguran que hay un plan de reparto de Bosnia entre esos dos pueblos.

Los musulmanes ya no son lo que eran, cuando se enfrentaban en Sarajevo en condiciones de manifiesta inferioridad a los bosnios serbios en 1992, 1993 y hasta 1994, o en Mostar a los bosnios croatas.

Por otra parte, los observadores más maquiavélicos creen que ni los croatas ni, sobre todo, los serbios, sabrían llevar a cabo una embestida relámpago para repartirse Bosnia antes de que la opinión pública mundial, muy sensibilizada al respecto, volviera a reaccionar.

Los EEUU, la Unión Europea y Rusia no quieren ni oir hablar de una Bosnia repartida entre musulmanes, serbios y croatas.

Temen que en la entidad musulmana el islamismo hoy tolerante de Izetbegovic y del SDA se transforme en integrismo amparado por Irán, el país que más ayudó a los musulmanes a resistir de 1992 a 1995 y que se hizo muchos amigos en Bosnia. EFE

Jfe/jac/ik

06/23/09-03/97

08

9708813

TD6460

U EGXDT 06-23 00372
mun exg icx

BOSNIA-OTAN
SOLANA SE REUNE CON WESTENDORP Y AUTORIDADES CENTRALES BOSNIAS

Sarajevo, 23 jun (EFE).- El secretario general de la OTAN, Javier Solana, se reunió hoy, lunes, con el nuevo mediador internacional para Bosnia, Carlos Westendorp, dentro del programa de actividades que realiza en su visita de un día a Sarajevo.

El asunto principal de la reunión "ha sido el cumplimiento del acuerdo de paz de Dayton (EEUU) y el papel de la OTAN en la aplicación de los aspectos civiles de ese plan", ha precisado Mike McKay, portavoz del mediador internacional.

Asimismo, Solana se entrevistó en el edificio de un museo sarajevita con la Presidencia tripartita bosnia y con el Consejo de Ministros (Gobierno), órganos centrales bosnios integrados por representantes de musulmanes, serbios y croatas.

"Se trató en el encuentro de la apertura al tráfico civil de los aeropuertos de Mostar (en zona bosnia croata al sur de Bosnia), Banja Luka (zona bosnio serbia, al noroeste) y en Tuzla (zona musulmana, al norte del país)", informó un representante de la Presidencia tripartita.

Dichos aeropuertos están ahora bajo control de las Fuerzas Multinacionales de Estabilización (SFOR).

"Se espera que se firme hoy un acuerdo entre la OTAN y el Gobierno central bosnio para la reanudación de los vuelos civiles en esos aeropuertos", ha declarado hoy el musulmán Mirza Hajric, consejero del jefe del triunvirato presidencial, el también musulmán, Alia Izetbegovic.

A invitación del copresidente del Consejo de Ministros, el musulmán Haris Silajdzic, llegó hoy a Sarajevo el estadounidense Robert Dole, candidato republicano a la Presidencia de los EEUU en las elecciones del año pasado.

Robert Dole, que se ha reunido hoy con Izetbegovic y con Silajdzic, es un conocedor de la situación en la antigua Yugoslavia, ya que fue prácticamente expulsado de Kosovo en 1990 por haber convocado a un mitin de apoyo a la minoría albanesa de Serbia.

El político estadounidense ha sido galardonado hoy en Sarajevo con la Carta de Ciudadano Honorífico de la capital bosnia.

Dole, que antes de las elecciones de 1996 fue líder de la mayoría republicana en el Congreso, es de los que más defendían el levantamiento del embargo de armas para el Ejército bosnio (mayoritariamente musulmán) durante la guerra de Bosnia, y por una [illegible] EFE

9-9

9708813

09-09

DOCUMENTO 9708814
AÑO
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 15/6/97
VINCULACIONES 11921
66153.
11164
11302
11426.

DP9122

R ECOBT 06-15 00422
mcp esg icm

HONDURAS-FINANZAS
EL GOBIERNO, ACOSADO POR DEMANDAS SALARIOS Y FINANCIACION

Tegucigalpa, 15 jun (EFE).- El Gobierno de Honduras está acosado, en su último año de gestión, por demandas de aumentos salariales y de financiación por 3.800 millones de lempiras (292 millones de dólares), admitieron hoy fuentes gubernamentales.

Unos 45.000 maestros exigen la aprobación del Estatuto del Docente, que regulará su ejercicio profesional y representará, según el viceministro de Educación, Armando Euceda, 2.200 millones de lempiras (169,2 millones de dólares) en incrementos salariales.

El Colegio Médico de Honduras pide 650 millones de lempiras (50 millones de dólares) en aumentos para los médicos que trabajan para el Estado.

Las organizaciones campesinas amenazan, al igual que los maestros y los médicos, con tomar medidas de presión si el Gobierno no satisface sus demandas de 200 millones de lempiras (15,3 millones de dólares) para financiar el sector agrícola.

Diversas instituciones estatales han solicitado al Ministerio de Finanzas la aprobación de gastos que totalizan 750 millones de lempiras (57,6 millones de dólares) y que no están incluidos en el Presupuesto General de Honduras.

El Gobierno del presidente Carlos Roberto Reina arguye que es imposible atender todas estas demandas porque carece de fondos suficientes y, si se dispara el gasto público, crecerá nuevamente el déficit fiscal y se incumplirá así una de las principales metas del programa de ajuste económico.

"Por lo menos, en el segundo semestre del presente año no podemos hacer ajustes salariales, de modo que tendremos que esperar a que llegue el nuevo Gobierno", dijo el presidente del Banco Central de Honduras (BCH), Hugo Pino.

El [illegible] que se pretende llevar el déficit fiscal [illegible] de poco más del [illegible] por ciento, al 3,5 por [illegible] final de este año.

El presidente Reina insiste en que quiere dejarle al nuevo Gobierno, que asumirá el 27 de enero del próximo año, unas finanzas públicas [illegible] para que pueda emprender [illegible] programas de desarrollo.

Los maestros [illegible] desde hace 15 años la aprobación del Estatuto del Docente, [illegible] desde 1987, [illegible]

[illegible]

9708814

C1-C2

Nº DOCUMENTO 9708815
Nº 0 ....
E...NCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 13/6/97
VINCULACIONES 11521
66153
111694
11388
66603
120000

XE9136

R POXBT 06-13 00362
asp icx

HONDURAS-NICARAGUA
PATRULLAS CONJUNTAS EN GOLFO DE FONSECA PARA EVITAR INCIDENTES

Tegucigalpa, 13 jun (EFE).- Las fuerzas navales de Honduras y Nicaragua patrullarán conjuntamente el golfo de Fonseca, en el Pacífico, para evitar incidentes por la pesca ilegal en aguas de ambos países, informó hoy el jefe de las Fuerzas Armadas hondureñas, general Mario Hung Pacheco.

Las patrullas conjuntas, en realidad, fueron acordadas en 1995 por los dos gobiernos, pero nunca se han ejecutado.

Hung Pacheco indicó a la prensa local que él y su homólogo de Nicaragua, general Joaquín Cuadra, decidieron aplicar el acuerdo "para llevar tranquilidad" a los pescadores del golfo, que sufren persecución y captura por parte de las autoridades.

Patrullas hondureñas y nicaragüenses se enfrentaron a fuego de metralla el 29 de mayo pasado, sin que hubiera víctimas, tras la detención de pescadores de Honduras en aguas que Nicaragua asegura que son de su jurisdicción.

El Comité para la Defensa de la Flora y Fauna del golfo de Fonseca, de Honduras, ha señalado varias veces que la vigilancia conjunta no se ha realizado porque las dos fuerzas navales tienen "celos" y no quieren mostrar su armamento y equipo.

El jefe militar hondureño dijo que otro convenio alcanzado con Cuadra establece que las fuerzas navales intercambirán los pescadores que sean detenidos en aguas del otro país, es decir, que no serán encarcelados en tierra firme, como ha sucedido hasta ahora.

La detención de pescadores actualmente "pasa a otras instancias y la situación se complica, de tal manera que si lo hacemos directamente en el mar las cosas se van a solventar más rápidamente", resaltó Hung Pacheco.

Los incidentes por la pesca ilegal en el golfo, según autoridades de Honduras y Nicaragua, se derivan de la falta de demarcación de la frontera común, cuya señalización también está pendiente desde hace dos años.

La instalación de boyas para demarcar ese límite no se ha iniciado por desacuerdos entre las comisiones técnicas, que celebraron su última reunión el 25 de abril pasado.

Honduras ha anunciado su disposición de reanudar las conversaciones sobre la demarcación, pero a condición de que Nicaragua devuelva las lanchas y equipos de pesca de los 15 hondureños detenidos el 29 de mayo y liberados esta semana. EFE

LAM/RSM/SC/fr

06/13/20 13/97

9708815

01-04

[illegible]
[illegible]
[illegible]

HONDURAS NICARAGUA
CANCILLERIA HONDURAS: SENTENCIA DE LA HAYA NO ES NEGOCIABLE

Tegucigalpa, 6 jun (EFE).- El fallo de la Corte Internacional de Justicia de La Haya que en 1992 definió los espacios marítimos de Honduras en el Pacífico "no es negociable", como pretende Nicaragua, ha declarado hoy un alto funcionario del Ministerio hondureño de Relaciones Exteriores.

"Ni siquiera existe la posibilidad de que sea un fallo negociable; es un fallo internacional que hay que respetarlo dentro del marco del derecho internacional", dijo el director de Asuntos Marítimos de la Cancillería, José Antonio Gutierrez.

El funcionario respondió así al canciller nicaraguense, Emilio Alvarez, quien el jueves señaló en Managua que "Honduras tiene que negociar con Nicaragua y El Salvador si quiere conseguir una salida" al Pacífico por el golfo de Fonseca, que comparten los tres países.

El fallo de 1992 dirimió el centenario litigio fronterizo terrestre y marítimo que mantuvieron Honduras y El Salvador.

Gutiérrez explicó que la sentencia establece que "son incuestionables los derechos del Estado de Honduras en la linea del cierre del golfo de Fonseca" con el Pacífico, entre Punta Amapala (El Salvador) y Punta Cosiguina (Nicaragua).

"Los derechos de Honduras sobre su mar territorial, sobre la zona contigua, sobre su zona economica exclusiva y plataforma continental comienzan a partir de la linea de cierre", subrayó.

"Los Estados", apuntó, "deben ser muy respetuosos de las sentencias y de los compromisos internacionales; Honduras lo ha sido y lo será siempre", por lo que "ninguna sentencia internacional es negociable por parte del Estado de Honduras".

La tension diplomática entre Honduras y Nicaragua se ha acentuado en los últimos días tras un enfrentamiento armado entre patrullas navales de los dos países en dicho golfo, el 29 de mayo pasado, en el que no hubo víctimas.

El incidente se produjo a raíz de la detención, por parte de militares nicaraguenses, de pescadores hondureños que faenaban en aguas de Honduras, según Tegucigalpa, pero Managua insiste en que ocurrió en su jurisdicción.

Los dos países tienen pendiente la demarcación con boyas de su frontera en el golfo, labor que no se ha emprendido debido a desacuerdos entre las comisiones oficiales.

Por su parte, el canciller nicaraguense reafirmó la postura de Nicaragua al afirmar que durante el pleito entre El Salvador y Honduras el tribunal de La Haya, aunque falló a favor de los hondureños para una salida al mar, no obliga a Nicaragua a acatar la sentencia, ya que ese país no fue parte en ese juicio.EFE

[illegible]

[illegible]

map

HONDURAS-NICARAGUA (Previsión)
SE AGUDIZA LITIGIO POR LIMITES Y PESCA EN GOLFO DE FONSECA

Por Luis Alfredo Martínez

Tegucigalpa, 4 jun (EFE).- El litigio entre Honduras y Nicaragua por la demarcación de sus límites y la pesca en el Golfo de Fonseca, en el Pacífico, se agudizó hoy sin que haya señales de acercamiento entre ambos gobiernos.

La "guerra verbal" se desató tras un enfrentamiento naval, la semana pasada, y se ha agravado al asegurar Honduras que Nicaragua no quiere demarcar la frontera marítima porque, en realidad, busca impedirle la salida hacia el Océano Pacífico al pretender fijar una línea divisoria con El Salvador, el otro país ribereño.

"Ninguna pretensión de Nicaragua de tener fronteras marítimas con El Salvador van a ser aceptables por el Estado de Honduras", dijo el director de Asuntos Marítimos del Ministerio hondureño de Relaciones Exteriores, José Antonio Gutiérrez.

Al haber una frontera marítima entre Nicaragua y El Salvador, Honduras, en efecto, no tendría salida al Pacífico, porque "colindamos por un plano hacia la izquierda con Nicaragua y hacia la derecha con El Salvador", adujo el funcionario.

Enfatizó que los derechos de Honduras se extienden hasta la línea de frontera entre el golfo y el Pacífico, que está entre Punta Amapala (El Salvador) y Punta Cosigüina (Nicaragua).

Los dos países se acusan de ser responsables de los conflictos en el golfo, derivados de la pesca ilegal por falta de demarcación de las aguas, que sólo están delimitadas.

Calificativos como "absurda", "inadmisible" o "inaceptable" han matizado el intercambio de acusaciones entre funcionarios hondureños y nicaragüenses, aunque también hay expresiones de disposición al diálogo.

Patrullas navales de ambos países se enfrentaron a fuego de metralla el pasado 29 de mayo, sin que hubiera víctimas.

El incidente ocurrió en aguas hondureñas, según Tegucigalpa, cuando patrullas nicaragüenses capturaban a pescadores y atacaron a lanchas de Honduras que intentaban rescatarlos, pero Managua dice que las naves hondureñas incursionaron en su jurisdicción.

Este ha sido uno más en la ya larga cadena de incidentes por pesca ilegal en el Golfo de Fonseca, descubierto en 1499 por el navegante español Andrés Niño, quien lo bautizó así en honor de su protector, el entonces obispo de Burgos (España), Juan Rodríguez de Fonseca.

En medio del enfrentamiento diplomático entre los gobiernos, los pescadores artesanales hondureños y nicaragüenses aseguran ser las principales víctimas de las acciones de los militares.

El Comité para la Defensa de la Flora y Fauna del Golfo de Fonseca denunció que una veintena de pescadores hondureños y sus lanchas están detenidos en Nicaragua, cuyas patrullas incursionaron nuevamente en aguas de Honduras después de la escaramuza de la semana pasada.

La Unión Regional de Cooperativas de Pescadores de Corinto (Nicaragua) señaló que, en ese mismo período, guardacostas hondureños "se han dado a la tarea de incursionar en aguas nicaragüenses y así despojar de todos sus productos" a los pescadores.

Los presidentes Carlos Roberto Reina (Honduras) y Arnoldo Alemán (Nicaragua), que mantienen una antigua amistad, han expresado su anuencia al diálogo pero no se tiene prevista, por ahora, ninguna reunión entre ellos.

Los dos gobiernos acordaron hace unos dos años colocar unas 40 boyas para señalizar sus límites, lo que tendría un coste de medio millón de dólares, pero hasta ahora las comisiones técnicas no han hecho esa tarea, de cuyo retraso también se acusan ambos países.

Los dos coinciden, empero, en que los conflictos tienen también trasfondo económico por la explotación de los recursos marinos del golfo.

El canciller de Nicaragua, Emilio Alvarez, subrayó en Managua que pescadores hondureños y salvadoreños incursionan en aguas de ese país porque en sus jurisdicciones se han agotado las larvas de camarón, peces y moluscos.

Honduras considera, según el director de Asuntos Marítimos, que puede establecerse un acuerdo entre los tres países ribereños para una explotación racional en el golfo. EFE

LAM/LBB/im

06/04/97-05/37

9708815

03

DP7786

R PUXBT 06-03 00264
msp exg icx

HONDURAS-NICARAGUA
HONDURAS AFIRMA NICARAGUA QUIERE IMPEDIRLE SALIDA AL PACIFICO

Tegucigalpa, 3 jun (EFE).- Honduras denunció hoy que Nicaragua se resiste a demarcar la frontera entre ambos países en el golfo de Fonseca porque, en realidad, lo que pretende es impedirle la salida hacia el océano Pacífico.

"Nicaragua sabe perfectamente que en el golfo de Fonseca su Estado colindante es el Estado de Honduras, que siempre lo ha sido y lo será, y que, por supuesto, ninguna pretensión de Nicaragua de tener fronteras marítimas con El Salvador van a ser aceptables por el Estado de Honduras", dijo el director de Asuntos Marítimos de la Cancillería hondureña, José Antonio Gutiérrez.

Al haber una frontera marítima entre Nicaragua y El Salvador, Honduras, en efecto, no tendría salida al Pacífico, porque "colindamos por un plano hacia la izquierda con Nicaragua y hacia la derecha con El Salvador", adujo el funcionario.

"Tenemos nuestros derechos reconocidos por la Corte Internacional de Justicia" y se extienden hasta la línea de frontera entre el golfo y el Pacífico, entre Punta Amapala, en El Salvador, y Punta Cosiguina, en Nicaragua.

La denuncia se produce en momentos en que Honduras y Nicaragua mantienen una controversia a raíz del enfrentamiento armado que protgagonizaron patrullas navales de ambos países en el golfo de Fonseca, el pasado 29 de mayo.

El incidente ocurrió en aguas hondureñas, según Tegucigalpa, cuando patrullas nicaraguenses capturaban a pescadores y atacaron a lanchas de Honduras que intentaban rescatar a éstos.

Por el contrario, Managua asegura que las embarcaciones hondureñas incursionaron en aguas de su jurisdicción. EFE

LAM/LBB/JLM/JMA

06/03/21-51/97

9708815

04-04

Honduras y El Salvador firmarán acuerdo limítrofe

LM 24/6.

TEGUCIGALPA (Reuter) - Los presidentes de Honduras, Carlos Reina, y El Salvador, Armando Calderón, firmarán en agosto un tratado que resolverá los conflictos humanos y de propiedad en su frontera común, dijo ayer un diplomático.

"El proyecto de convenio ya está siendo estudiado por el presidente Reina y estimamos que a más tardar en agosto lo firmará con el presidente Calderón", dijo el canciller hondureño, Delmer Panting.

Las disputas de propiedad y explotación de recursos entre salvadoreños y hondureños en la zona fronteriza genera periódicas tensiones entre Tegucigalpa y San Salvador.

Un fallo de la Corte Internacional de Justicia de setiembre de 1992 otorgó a Honduras un 68 por ciento de los 334 kilómetros de áreas terrestres, insulares y marítimas que disputaba con El Salvador desde hace más de un siglo.

A raíz de la sentencia, unos 12.000 salvadoreños quedaron en territorio de Honduras y unos 3.000 hondureños en jurisdicción de El Salvador.

Los salvadoreños, especialmente unos 5.000 que habitan el ex bolsón de Nahuaterique, otorgado a Honduras, explotan la madera y exportan a su país, lo que genera conflictos con autoridades civiles y militares hondureñas.

Los conflictos son agravados porque la constitución de Honduras prohíbe que extranjeros posean tierras a menos de 40 kilómetros del borde fronterizo y campesinos hondureños reclaman las tierras como de su propiedad, en otras áreas.

XQ9304

R POXBT 06-13 00263
icx asp exg

HONDURAS-EL SALVADOR
ASEGURAN PERSISTE TENSION POR PLEITO TIERRAS EN FRONTERA

Tegucigalpa, 12 jun (EFE).- La tensión se mantiene en un sector de la frontera entre Honduras y El Salvador por un pleito de tierras entre terratenientes salvadoreños y campesinos hondureños,.

Así lo ha dicho el jefe de la Comisión de Segimiento de Honduras, Marco Waimín que agregó.. "la situación se ha vuelto sumamente tensa porque los dos señores (salvadoreños) que han cruzado la frontera han invadido territorio hondureño; han expulsado hondureños".

El problema se remonta al pasado 9 de abril, cuando los terratenientes salvadoreños Tiburcio Blanco y Avelino Yánez desalojaron de unas tierras a campesinos hondureños, en el ex bolsón de Dolores, ahora territorio de Honduras.

Las comisiones de seguimiento de los dos países, encargadas de resolver estos conflictos, no han podido solucionar el problema, ya que ambas partes aseguran poseer el derecho legal sobre las tierras.

Dolores es uno de los seis territorios fronterizos que Honduras y El Salvador se disputaron durante más de un siglo, litigio que fue dirimido por la Corte Internacional de Justicia de La Haya en 1992.

Al fijarse la frontera, miles de hondureños quedaron en El Salvador y vicecersa, situación que generó problemas de nacionalidad y de propiedad de las tierras.

Se prevé que esta situación se regule por un protocolo jurídico que está pendiente de la firma de los presidentes de Honduras, Carlos Roberto Reina, de El Salvador, Armando Calderón Sol.

Entre febrero y marzo pasados se produjeron problemas por la tala ilegal de madera por parte de salvadoreños en territorio de Honduras. EFE

LAM/LBB/fp/cgr

06/13/01-50/97

02-02

9708816

SECRETO-INMEDIATO

18 DE MAYO DE 1997
INFORME NO. /3427

ASUNTO: EL CERCANO ORIENTE - RESENA INFORMATIVA SEMANAL (6 - 13 DE MAYO DE 1997)

I R A N

RELACIONES CON PAISES ARABES

1. EL CANCILLER IRANI, ALI AKBAR VELAYATI, INICIO UNA JIRA POR VARIOS PAISES ARABES (5 MAYO) PARA INVITAR A LOS LIDERES DE LOS MISMOS A LA REUNION DE LA ORGANIZACION DE LA CONFERENCIA ISLAMICA QUE TENDRA LUGAR EN TEHERAN A FINES DEL CORRIENTE ANO. LA JIRA INCLUYO A EGIPTO, EL LIBANO Y YEMEN.

2. EN SU VISITA A EGIPTO, VELAYATI SE REUNIO CON EL PRESIDENTE MUBARAK Y CON EL CANCILLER MUSA. LAS PARTES DISCUTIERON LA SITUACION EN EL CERCANO ORIENTE Y EN EL MUNDO MUSULMAN, ASI COMO LAS RELACIONES ENTRE AMBOS PAISES. EN DECLARACIONES FORMULADAS A PERIODISTAS, VELAYATI SUBRAYO EL CONSTANTE PROGRESO QUE SE REGISTRA EN LAS RELACIONES ENTRE EGIPTO E IRAN, DESMINTIENDO TODA INTERVENCION IRANI EN EL TERRORISMO Y LA SUBVERSION EN EL PAIS DEL NILO.

3. DURANTE SU ESTADIA EN EL LIBANO (6 MAYO), EL CANCILLER IRANI SE ENTREVISTO CON EL PRESIDENTE HARAWI, CON EL CANCILLER BOUEZ Y CON EL PRESIDENTE DEL PARLAMENTO, NABIH BERI. VELAYATI CONVERSO CON SUS ANFITRIONES SOBRE LA SITUACION EN EL LIBANO Y EN LA ZONA, SENALANDO LA COOPERACION ENTRE EL HIZBALLAH Y EL-AMAL EN LA LUCHA CONTRA ISRAEL.

4. DURANTE SU VISITA AL YEMEN (8 MAYO), VELAYATI CONVERSO CON EL PRESIDENTE ALI ABDALLH SALAH Y CON EL PRESIDENTE DEL PARLAMENTO. EL VISITANTE SENALO LA VOLUNTAD RECIPROCA DE AMBOS PAISES DE ESTRECHAR LAS RELACIONES ENTRE ELLOS.

M. D. DEL 06 AL 13 DE MAYO 1997

01-04

9708817

5. EN EL MARCO DE ESTA JIRA, VELAYATI ESTUVO EN SIRIA (7 MAYO), DONDE SE REUNIO CON EL PRESIDENTE ASSAD PARA ENTREGARLE UN MENSAJE DEL PRESIDENTE RAFSANJANI. EL VISITANTE MANIFESTO QUE HABIA CONVERSADO CON EL PRESIDENTE SIRIO SOBRE ASUNTOS BILATERALES Y SOBRE LA SITUACION EN EL CERCANO ORIENTE.

6. EL EMBAJADOR DE JORDANIA EN TEHERAN SOSTUVO (13 MAYO) QUE EL CANCILLER IRANI O EL CONSEJERO DE ASUNTOS RELIGIOSOS DEL LIDER DE LA REVOLUCION IRANI, JEQUE MOHAMED ALI ALTASKHIRI, VIAJARIAN PROXIMAMENTE A SU PAIS PARA ENTREGAR EL REY HUSSEIN LA INVITACION DEL PRESIDENTE DE IRAN A LA CONFERENCIA CUMBRE ISLAMICA.

I R A K

LA SITUACION EN KURDISTAN

7. EL REGIMEN IRAQUI ACUSA AL PUK DE HABER CERRADO LAS REPRESAS DE DUKAN Y DARBANDIKHAN, QUE SE ENCUENTRAN EN LA ZONA BAJO SU DOMINIO. AL PRINCIPIO, EL PUK HABIA INFORMADO QUE LAS RAZONES ERAN TECNICAS Y NO POLITICAS, Y QUE NO TUVO MAS REMEDIO QUE HACERLO DEBIDO A LA ESCASA CANTIDAD DE LLUVIA REGISTRADA ESTE ANO, SIN EMBARGO, MAS TARDE DESMINTIO ESTAS MANIFESTACIONES (12 MAYO), Y
JUNTO CON OTROS ELEMENTOS DE LA OPOSICION EXPRESO EL TEMOS ANTE UN POSIBLE ATAQUE DE LAS FUERZAS IRAQUIES CONTRA EL TERRITORIO BAJO SU CONTROL. LAS MISMAS FUENTES INFORMARON TAMBIEN ACERCA DE CONCENTRACIONES DE TROPAS DEL EJERCITO IRAQUI EN LA ZONA DE KIFRI (CERCA DE LA LINEA DE CONTACTO CON LA REGION KURDA) A TAL FIN. EN UNA ENTREVISTA CONCEDIDA DURANTE SU ESTADIA EN EGIPTO (7 MAYO), TALABANI MANIFESTO QUE ESPERABA UNA ACCION PUNITIVA IRAQUI CONTRA EL PUK (ESTIMABA QUE SE TRATARIA DE LA SUSPENSION DEL SUMINISTRO DE COMBUSTIBLE Y NO DE UNA OPERACION MILITAR). DURANTE LA MISMA VISITA, EL DIRIGENTE KURDO INFORMO QUE EGIPTO ESTA DISPUESTO A MEDIAR ENTRE EL PUK Y EL KDP, DESCARTANDO LA POSIBILIDAD DE MANTENER NEGOCIACIONES CON EL REGIMEN DE SADDAM HASTA QUE EL MISMO NO PONGA EN PRACTICA LA RESOLUCION 688 DEL CONSEJO DE SEGURIDAD (RESPETO DE LOS DERECHO HUMANOS DE LA POBLACION DE IRAK).

8. REPRESENTANTES DEL PUK Y DEL KDP SE REUNIERON EN LA LINEA DE CONTACTO ENTRE AMBAS FRACCIONES (9 MAYO), Y EN LAS CONVERSACIONES MANTENIDAS ACORDARON CREAR UNA COMISION QUE SE OCUPARIA DE NORMALIZAR SUS RELACIONES Y DEL DESARROLLO DE SUS RESPECTIVAS ZONAS.

LA POLITICA IRAQUI TOCANTE A LAS VIOLACIONES DE LA PROHIBICION DE VUELOS.

9. EL CANCILLER IRAQUI, MOHAMED SAID AL-SAHHAF, INFORMO EL 6 DE MAYO QUE LA ZONA DE INTERDICCION DEL MOVIMIENTO DE AVIONES NO LIMITA LOS VUELOS CIVILES, E INSINUO QUE SU PAIS SEGUIRIA IGNORANDO TAL PROHIBICION. PARALELAMENTE, EL MINISTRO DE SALUD PUBLICA IRAQUI FORMULO UN LLAMADO A LA ORGANIZACION MUNDIAL DE LA SALUD (7 MAYO) PARA QUE SE PERMITIERA A SU PAIS REALIZAR VUELOS HUMANITARIOS PARA TRASLADAR A ENFERMOS EN ESTADO CRITICO FUERA DE SU TERRITORIO.

RELACIONES CON LA UNSCOM

10. EL VICEPRESIDENTE DE LA COMISION ESPECIAL DE LAS NACIONES UNIDAS DECLARO (8 MAYO) QUE IRAK TODAVIA OCULTA INFORMACION SOBRE TONELADAS DE MATERIALES QUIMICOS PROHIBIDOS Y ENTREGA INFORMES DISTORSIONADOS E INSUFICIENTES SOBRE EL ARMAMENTO BIOLOGICO, ASIMISMO, AGREGO QUE PREVE PROBLEMAS EN EL RECUENTO DE LOS MISILES DE LARGO ALCANCE. EL EMBAJADOR DE IRAK ANTE LAS NACIONES UNIDAS MANIFESTO QUE EL ARMAMENTO BIOLOGICO HABIA SIDO DESTRUIDO TOTALMENTE, SIN EMBARGO, LA COMISION ESPECIAL ESTIMA QUE TODAVIA FALTAN DOCUMENTOS. ENTRETANTO, EN EL MARCO DE LAS INSPECCIONES REGULARES, EL 5 DE MAYO LLEGARON A BAGDAD EQUIPOS DE LA UNSCOM EN LOS TERRENOS NUCLEAR Y DE MATERIAL DE GUERRA QUIMICA.

RELACIONES CON TURQUIA

11. DURANTE LA VISITA DEL MINISTRO DE ENERGIA TURCO A BAGDAD, EL 10 DE MAYO FIRMARON IRAK Y TURQUIA UN ACUERDO PARA LA INSTALACION DE UN GASODUCTO A TRAVES DEL CUAL SE EXPORTARAN 10,000 MILLONES DE METROS CUBICOS DE GAS NATURAL IRAQUI A TURQUIA. AMBOS PAISES NO SENALARON CUANDO SE INICIARAN LAS OBRAS, CUYO COSTO ASCENDERA A ALREDEDOR DE 2.5000 MILLONES DE DOLARES. PARALELAMENTE, EL 12 DE MAYO LLEGO A ANKARA EL MINISTRO DE JUSTICIA IRAQUI AL-MALIKI, QUIEN CONVERSARA CON SU COLEGA TURCO SOBRE LA COOPERACION ENTRE AMBOS PAISES EN DIVERSOS TEMAS, INCLUSO EN EL TERRENO JUDICIAL.

RELACIONES CON OTROS PAISES

12. AL CONCLUIR UNA VISITA A CHINA, TAREK AZIZ VIAJO A RUSIA (8-9 MAYO), CON CUYO CANCILLER CONVERSO SOBRE LAS POSIBILIDADES DE LEVANTAR EL EMBARGO, SOBRE LA APLICACION DE LA RESOLUCION 986 Y LA COLABORACION DE IRAK CON LA UNSCOM. AL REGRESAR A SU PAIS, AZIZ SE DETUVO EN JORDANIA (10 MAYO), DONDE CONVERSO CON EL REY HUSSEIN Y EL PRIMER MINISTRO MAJALI SOBRE LAS RELACIONES BILATERALES Y EL LEVANTAMIENTO DE LAS SANCIONES. ASIMISMO, EL VICEPRIMER MINISTRO IRAQUI SOLICITO QUE SE AUTORIZARA EL VUELO DE AVIONES DE SU PAIS A JORDANIA, MAS SE INFORMO QUE AMMAN CONDICIONABA SU RESPUESTA A UNA RESOLUCION DE LAS NACIONES UNIDAS AL RESPECTO.

RELACIONES CON LOS PAISES DEL MAGHREB

13. EL MINISTRO DE COMERCIO IRAQUI ESTUVO DE VISITA EN MARRUECOS (6-8 MAYO), CON EL OBJETO DE FOMENTAR LAS RELACIONES COMERCIALES Y ECONOMICAS ENTRE AMBOS PAISES. DURANTE SU ESTADIA, JUNTO CON SU COLEGA MARROQUI EXAMINO LA POSIBILIDAD DE IMPORTAR COMESTIBLES Y MEDICAMENTOS EN EL MARCO DE LA RESOLUCION 986 DEL CONSEJO DE SEGURIDAD, AMBOS MINISTROS CONVERSARON TAMBIEN SOBRE INVERSIONES E INTERCAMBIO COMERCIAL. A PRINCIPIOS DE MAYO TUVO LUGAR EN BAGDAD UNA SESION DE LA COMISION CONJUNTA IRAQUI-TUNECINA, CON LA PARTICIPACION DEL MINISTRO DE COMERCIO DE TUNEZ, EN DICHA OPORTUNIDAD (4 MAYO) SE FIRMO UN PROTOCOLO PARA LA AMPLIACION DEL COMERCIO Y LA COOPERACION EN UNA SERIE DE TERRENOS.

04-04 9708817

DOCUMENTO 9700818

No.

PROCEDENCIA S18593

FECHA DE PROCESAMIENTO 6/6/97

VINCULACIONES 11921

66087

1164

S14142

[illegible]

GUATEMALA-UE [illegible]

UNION EUROPEA RATIFICA SU COMPROMISO PARA CONSOLIDAR LA PAZ

Guatemala, [illegible] (EFE). La Union Europea (UE) ratificó hoy su compromiso técnico y financiero para consolidar los acuerdos de paz en Guatemala durante la visita a este país centroamericano del vicepresidente del Ejecutivo comunitario, el español Manuel Marín.

Marín, vicepresidente de la Comision Europea, y el ministro de Relaciones Exteriores guatemalteco, Eduardo Stein, firmaron una declaración conjunta y un documento de entendimiento en el que se estableció el programa financiero para los próximos cuatro años.

La UE otorgará 360 millones de dólares como parte de su contribución para la aplicación y consolidación de los tratados de paz que firmó el Gobierno del presidente Alvaro Arzu con la guerrilla el pasado 29 de diciembre.

Marín destacó que la cooperacion europea supone aumentar la concentración de los recursos en áreas claves para el desarrollo, porque "perseguimos garantizar una sostenibilidad a largo plazo a través de un apoyo que permita al Gobierno realizar una asignación adecuada de los recursos nacionales".

"La contribución sólo puede asegurarse mediante una correcta previsión y planificación de las políticas sectoriales del Estado en un país que ha sufrido un conflicto civil", añadió Marín.

La reconciliacion nacional y la reconstruccion social y económica, subrayó el vicepresidente de la Comisión Europea, "sólo pueden conseguirse si la población percibe que el Estado es de todos y que sus instituciones son eficaces".

Marín afirmó que la UE pretende contribuir a asegurar la gobernabilidad de Guatemala, y que a la vez el Estado garantice determinados servicios estratégicos.

Entre ellos, mencionó la educación pública, un verdadero sistema de seguridad, un buen servicio de administración de justicia, que debe estar al alcance de todos sin discriminación, y un sistema de salud que ampare al trabajador que contribuye a la actividad económica sin mediar contrato.

El Estado, añadió Marín, debe asegurar un entorno administrativo libre de arbitrariedades y aportar reglas claras del juego para todos, así como facilitar la instalación de una infraestructura física y social que permita el aprovechamiento racional del potencial productivo del país.

Para el vicepresidente de la Comisión Europea, en un mundo globalizado la gestión del Estado es "estratégica", porque el problema de la corrupción no es exclusivo de los países desarrollados, pues los que están en desarrollo también conocen ese mal.

Marín manifestó que la obtención de recursos propios suficientes es "indispensable" para hacer viable el desarrollo, en especial en países que adolecen de un déficit social acumulado, como es el caso de Guatemala.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708818

01-01

N° DOCUMENTO 9708819
(0
FUENCIA 150080
FECHA DE PROCEDENCIA 23/6/97
VINCULACIONES 11921
66087
11164
11304
500098.

XE0425

R POXRT 06-23 00458
mmp exa

GUATEMALA-URNG
EX GUERRILLA CONCERTARA ALIANZAS POLITICAS, SEGUN DIRIGENTE

Guatemala, 23 jun (EFE).- La antigua guerrilla de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) concertará la unidad de alianzas políticas entre los sectores que representen los intereses del pueblo, anunció hoy unos de sus ex "comandantes", Ricardo Rosales (Carlos González).

El dirigente dijo que el esfuerzo de la URNG a corto, medio y largo plazo es la concertación de una gran política de unidad de alianzas, que necesariamente tiene que pasar, en primer lugar, por el Frente Democrático Nueva Guatemala (FDNG).

El FDNG fue la primera organización de izquierda que participó, en 1995, en unas elecciones generales en Guatemala y logró seis de los 80 escaños del Legislativo.

El dirigente de la antigua guerrilla afirmó que la alianza con el Frente Democrático "nosotros lo tenemos muy claro porque es una fuerza que tiene mucho respeto".

Según Rosales, actual vicepresidente de la Junta Provisional del Comité pro formación del partido de la URNG, el resultado electoral que logró el FDNG se debió a que hay muchos sectores de la sociedad que aspiran a encontrar una alternativa de participación política.

Esa alternativa, añadió, la da el surgimiento de la URNG, pero para ello se requiere de mucho trabajo ideológico, de formación y preparación para que se expresen los intereses y necesidad del pueblo, en especial de los sectores marginados, aclaró.

La antigua guerrilla dio el pasado viernes su primer paso para convertirse en el futuro en un partido político al solicitar ante el Registro de Ciudadanos (RC) su inscripción como Comité.

Según el director del RC, Miguel Angel Solís, la URNG tiene un plazo mínimo de año y medio para cumplir con los requisitos de la Ley Electoral para convertirse en un partido político.

Ante ello, Rosales consideró que la antigua guerrilla no piensa participar directamente en las elecciones de mayo próximo para elegir a las autoridades de 30 de las 330 municipalidades del país.

Sin embargo, aseguró el dirigente, "vamos a respaldar a personas que se identifiquen con el proceso de paz y que aseguren la participación a nivel local para que ocupen cargos en las corporaciones".

Rosales manifestó que "esperamos que (esa participación) se traduzca en el fortalecimiento del poder civil, pero sobre todo de una democracia participativa a nivel local, luego departamental y nacional"

La URNG, que dejó definitivamente la clandestinidad al firmar el pasado 29 de diciembre el acuerdo de paz definitivo con el Gobierno, ya comenzó a participar en la política interna.

Rosales reveló que la URNG estudia en la actualidad los expedientes de [illegible] guatemaltecos que aspiran al cargo de nuevo Procurador de los Derechos Humanos, un magistrado que debe elegir el Legislativo en agosto próximo, y agregó que en los próximos días dará a conocer a qué candidato [illegible]. EFE

[illegible]

9708819

01-03

[illegible]

9708819 J

[illegible]

[illegible]

EX GUERRILLA [illegible] SOLICITADO INSCRIPCION PARTIDO POLITICO

Guatemala, 11 jun (EFE).- La antigua guerrilla de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) no ha solicitado ante el Registro de Ciudadanos (RC) su inscripción como partido político, informó hoy una fuente oficial.

El director del RC, Miguel Solís, explicó que inicialmente la URNG tiene que pedir su inscripción como comité para luego, en un plazo de dos años, convertirse en partido.

Uno de los ex comandantes guerrilleros, Jorge Soto, alias Pablo Monsanto, reveló que la URNG tiene previsto elegir el próximo [illegible] de junio al primer secretario general y al Comité Ejecutivo del partido.

Sin embargo, Solís dijo que todas las proclamaciones que haga la antigua guerrilla serían ilegales si antes no están inscritos en el Registro de Ciudadanos como un Comité Cívico.

Una vez terminado el conflicto bélico en Guatemala, el pasado 29 de diciembre, la URNG anunció su disposición de convertirse en un partido de izquierda para continuar su lucha desde la arena política.

Solís sugirió a la URNG, como primer paso, elegir en un acta notarial una Junta Directiva Provisional para formalizar el Comité Cívico, inscribirlo ante el RC para luego formar el partido, que según los ex "comandantes", llevará las mismas iniciales de la ex organización rebelde.

El director del Registro de Ciudadanos dijo que al estar inscrito el Comité ante el RC, la URNG tendría un plazo de dos años para conseguir 4.162 afiliados que no estén en otras organizaciones políticas.

Para inscribir a la URNG como partido también necesitarán tener organizaciones filiales en cincuenta municipios y en doce de los veintidós departamentos que integran Guatemala, apuntó.

Soto señaló, por su parte, que la antigua guerrilla ha fundado hasta el momento dieciocho comités (filiales) y tiene organizaciones en veinte departamentos y 200 municipios. EFE

[illegible]

[illegible]

03-03

9708819

Nº DOCUMENTO 8708820
TITULO
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 30/6/97
VINCULACIONES 11921
66097
11164
11302
11163
11328

01-04.

[illegible]

PTE. ARZÚ [illegible]

Guatemala, 30 jun (EFE).- El presidente de Guatemala, Alvaro Arzú, honró hoy al Ejército por su primera [illegible] las demandas [illegible] de [illegible] 36 años que acabó el pasado 29 de diciembre con la firma de los tratados de pacificación entre su Gobierno y la guerrilla.

En un discurso en el 126 aniversario de la Gesta Revolucionaria de 1871 y el Día del Ejército, Arzú señaló que esta es la primera vez que las Fuerzas Armadas celebran una efemérides después de haber refrendado los acuerdos para una paz firme y duradera.

El jefe de Estado, también comandante general de la Fuerza Armada, aseguró que los militares han contribuido a conquistar esa paz con madurez, prudencia, disciplina, generosidad y entrega, así como con firmeza y sacrificio.

"Celebramos un aniversario en condiciones distintas para la nación entera y para las instituciones después de haber logrado ese paso decisivo de la paz", destacó Arzú.

El presidente agregó que la lucha armada nunca debió ocurrir, pero precisó que quienes participaron en ella lo hicieron con plena convicción de su responsabilidad para defender sus ideales de una patria mejor.

Arzú recordó a los caídos tanto del Ejército como de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), porque "tuvieron que pagar el precio más alto de esa guerra sucia".

También hizo un reconocimiento a los lisiados de guerra, quienes sufrieron en carne propia el enfrentamiento que "tendrán que llevar la marca y el recuerdo constante de una crueldad que no supimos detener a tiempo".

Agregó que el Ejército está comprometido con su propia renovación y profesionalización de acuerdo con las nuevas exigencias de desarrollo de la nación, la paz y la reconciliación.

"Este 30 de junio lo celebramos con plena conciencia de lo que nos costó la guerra y lo que nos está costando la paz, pero con plena conciencia con las oportunidades que se abren para Guatemala en este fin de siglo", expresó.

Arzú sostuvo que en este momento se necesita de la constante reflexión porque la sociedad apenas cruza el umbral de la paz que es preciso construir.

"El Ejército debe contribuir y participar en esa reflexión con sentido amplio de progreso", manifestó el gobernante a los oficiales y miembros de la tropa concentrados en la Plaza de la Constitución, frente al Palacio de Gobierno.

Según Arzú, "por nuestra historia tan peculiar y por las huellas tan profundas del escepticismo y desconfianza que el propio conflicto nos ha dejado, necesitamos superar tanto negativismo y derrotismo para avanzar".

"Algunos guatemaltecos, campeones del egoísmo y del abuso oportunista se están aprovechando de esas cicatrices históricas para exagerar y magnificar las dificultades, tropiezos y equivocaciones en lugar de propiciar un ambiente positivo y objetivo, que todos necesitamos alentar para superar los obstáculos y hacer avanzar la recuperación nacional", manifestó.

El presidente señaló que la recuperación del pasado no es para cobrar facturas ni para [illegible] en esquemas unilaterales radicales, mucho menos para reeditar modelos autoritarios y corruptos que sólo benefician a unos pocos que han detenido el desarrollo.

[illegible] atropellos [illegible] Guatemala.

[illegible] cambios [illegible] campañas [illegible] democráticos [illegible]

[illegible]

[illegible] complicidad" [illegible]

[illegible] EFE

[illegible]

9708820

c2

[illegible] 27 [illegible] (EFE). [illegible] meses después de la firma del acuerdo de paz [illegible] entre el Gobierno y la [illegible] guerrillera Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), otra "guerra" de tipo social [illegible] este país centroamericano.

Violencia común indetenible, indicios de una "narcoguerra", ocupaciones de terrenos por campesinos, surgimiento de nuevos grupos armados, protestas de ex soldados y ex paramilitares en demanda de pensiones, son algunos de los conflictos que configuran la otra guerra en Guatemala.

La administración del presidente Alvaro Arzú y la URNG pusieron el pasado 29 de diciembre fin a la guerra civil, que dejó más de 150.000 muertos, después de ocho años de negociaciones y diez desde el inicio del proceso de pacificación de Centroamérica.

Aunque el Gobierno señala el avance registrado en el cumplimiento de los compromisos de los diez tratados de paz, comentaristas y políticos advierten de las dificultades que afronta para construir la verdadera pacificación.

Dieciséis comisiones, en las que participan diversos sectores sociales, han quedado integradas hasta ahora con el fin de poner en marcha algunos de los cerca de 175 compromisos de los tratados que deben ser cumplidos entre este año y el 2000.

Según la Fundación Mirna Mack, el Gobierno no ha logrado armonizar sus políticas económicas y sociales con la letra y espíritu de los acuerdos.

La organización privada asegura que el plan de privatizaciones, los ajustes tarifarios de los servicios públicos y la crisis de seguridad han provocado un acelerado desgaste del Gobierno en el primer semestre de este año.

Mientras, para la Asociación de Investigaciones y Estudios Sociales (ASIES), la actitud excluyente adoptada por el Gobierno provocó un ambiente tenso en el primer trimestre del año, que no contribuyó a la construcción de la paz.

El principal blanco de los ataques de la oposición social y política es el agresivo programa de privatizaciones que impulsa la Administración de Arzú, que le ha obligado a convocar a un diálogo nacional en la búsqueda de consensos.

Seis intentos de diálogo intersectorial poco exitosos han sido realizados entre 1988 y 1995, recuerda la ASIES en un análisis conocido por EFE.

A juicio del primer negociador oficial en las conversaciones para detener el conflicto bélico, Manuel Conde, en la actualidad reina la ingobernabilidad y la única salida es la unidad nacional.

Los asesinatos y secuestros, que en las últimas semanas se han incrementado, son atribuidos por el ministro de Gobernación, Rodolfo Mendoza, a la proliferación de armas en manos de civiles.

Mientras, para el viceministro encargado de la Seguridad, Salvador Gándara, la inseguridad obedece también a la reducción temporal de 1.300 agentes de la policía que reciben adiestramiento para integrar la nueva Policía Nacional Civil (PNC), cuya primera promoción saldrá a mediados de julio.

Por su parte, la policía antinarcóticos libra una dura batalla contra las mafias de la droga, que con el crimen a tiros de cuatro

personas y el estallido de un coche bomba en la capital amenazan con desatar una "narcoguerra".

Para la Iglesia católica, una guerra entre narcotraficantes puede [illegible] finalizado conflicto bélico de 36 años.

En el sector agrario, la presión por la tierra ha cobrado un nuevo auge, amenaza con peligrosos enfrentamientos y ha obligado a la Policía Nacional a intervenir para desalojar a grupos de campesinos desposeídos que reclaman terrenos en propiedad.

La URNG opina que el origen de la lucha por la tierra es de carácter estructural e histórico, en tanto que el Gobierno se apresura a dar vida a una dependencia oficial para la resolución de conflictos agrarios en cumplimiento de los acuerdos de paz.

Otro foco de tensión es la reciente aparición en el conflictivo departamento de Quiché del llamado Comando de Fuerzas Guerrilleras 97, presuntamente una facción disidente de la URNG, a la que reclama la firma de la paz con el Gobierno.

La URNG ha descartado que el nuevo grupo esté integrado por ex militantes de esa organización y advierte que su posible aparición [illegible] dañar el proceso de paz.

Mientras, ex soldados [illegible] de guerra piden al Congreso aprobar partidas presupuestarias para elevar el monto de las pensiones que reciben, un grupo de ex paramilitares [illegible] bloqueado la extracción de petróleo en [illegible] en el norte del país.

[illegible]

[illegible]

9708820

[illegible]

[illegible] DESARROLLO SOCIAL

Nueva York [illegible] El presidente guatemalteco, Álvaro Arzú, [illegible] primeros seis meses del proceso de paz [illegible] pero reconoció que se enfrenta a una [illegible] afectados.

"La situación es bastante buena aunque podría ser mejor", dijo Arzú tras señalar que se produjo satisfactoriamente la desmovilización y desarme de los guerrilleros de la Unión Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) que se ha convertido en partido político y participará en el proceso electoral tal como estaba previsto.

Pero reconoció que el camino no es fácil ni está despejado porque se ha producido una fuerte reacción de los afectados por las medidas adoptadas por su Gobierno para cumplir los Acuerdos de Paz e impulsar el desarrollo económico y social, demandando responsabilidades por los abusos y violaciones graves de los derechos humanos, tanto políticos como económicos y sociales.

"Desde que llegamos al Gobierno (en enero de 1996) golpeamos sectores muy poderosos que disfrutaban el 'modus vivendi' de la corrupción y los privilegios", señaló el presidente guatemalteco.

Reconoció que "fuimos sumamente drásticos y lo seguimos siendo, y esos sectores afectados lógicamente tienen que actuar y lo hacen de diversas formas, distorsionando realidades, abultando problemas, generando dislocaciones y creando siempre componendas que tratan de desbalancear la estructura del estado".

Agregó que "esos sectores se consideraban indignos a la acción de la justicia, y no esperaron o imaginaron la acción de un gobierno que los puso en su lugar por primera vez, que los señaló, los evidenció y los llevó a los tribunales, y entonces actúan de forma enérgica y virulenta porque todavía tienen raíces en toda la estructura del Estado y fuera de ella".

"Estamos dispuestos a resistir todo tipo de combates; ellos son magos de la calumnia, de la difamación, de la desinformación y no descansan, pero nuestra divisa es muy clara, nosotros hemos quemado nuestras naves y no vamos a echar marcha atrás", manifestó.

Añadió que " ésto incluye la guerra contra el tráfico de drogas en nuestro país, Guatemala es un puente y nos preocupa muchísimo esto porque mucho de la droga ya se está quedando, e incide en la juventud y en el sistema político, pues, es mucho el dinero que corre, y queremos anticiparnos a problemas como los que sufren otros muchos países".

En respuesta a una pregunta sobre el llamado "caso Mincho", la "desaparición" de un guerrillero involucrado en un secuestro que fue denunciada recientemente por la Misión de la ONU en Guatemala (MINUGUA), Arzú restó importancia al caso afirmando que es uno de los varios que están siendo investigados y respecto a los cuales deberá proceder la justicia.

Pero afirmó terminantemente que "no habrá amnistía general, quedó claramente establecido en los Acuerdos de Paz", y que la Comisión de la Verdad es la encargada de analizar el pasado y las medidas posteriores que se deben tomar en relación a esos temas.

Al intervenir en el debate general de la II Cumbre de la Tierra, que se celebra en Naciones Unidas, Arzú pidió ayuda internacional para proteger el denominado "pulmón del Petén", una [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

04-04.

9708820

SECRETO - INMEDIATO

15 DE JUNIO DE 1997
INFORME NO: /4160

ASUNTO: **EL CERCANO ORIENTE - RESENA INFORMATIVA SEMANAL**

(3 - 10 DE JUNIO DE 1997)

S I R I A

KHADDAM Y SHARA VISITAN EL LIBANO

1. EL VICEPRESIDENTE DE LA REPUBLICA, ABDEL HALIM KHADDAM, Y EL CANCILLER FARUK AL-SHARA EFECTUARON UNA VISITA A EL LIBANO (5 JUN.), DONDE SE REUNIERON CON EL PRESIDENTE HARAWI Y EL PRIMER MINISTRO HARIRI, Y POR SEPARADO CON EL PRESIDENTE DEL PARLAMENTO, NABIH BERI. DE ACUERDO CON FUENTES BIEN INFORMADAS ('AL-HAIAT', 2 JUN.), LA VISITA ESTABA DESTINADA A CONTRIBUIR A LA RECONCILIACION ENTRE BERI Y HARAWI. REFIRIENDOSE A NOTICIAS ACERCA DE UN DIALOGO ENTRE EL PATRIARCA SFAIR Y DAMASCO, EL VICEPRESIDENTE KHADDAM MANIFESTO QUE CUALQUIER ASUNTO QUE ATANE A SIRIA Y EL LIBANO DEBE TRATARSE ENTRE LOS PAISES, Y NO ENTRE DIRIGENTES LAICOS Y RELIGIOSOS.

SIRIA - EL LIBANO

VISITA DEL GOBERNADOR DEL BANCO MUNDIAL

2. EL GOBERNADOR DEL BANCO MUNDIAL, WOLFENSON, EFECTUO UNA VISITA A SIRIA (7-9 JUN.), DONDE SE REUNIO CON EL PRESIDENTE ASSAD Y CON VARIOS MINISTROS QUE ATIENDEN TEMAS DE ECONOMIA. AL CONCLUIR SU VISITA, WOLFENSON INFORMO QUE LOS ENCUENTROS HABIAN PREPARADO EL TERRENO ARA REANUDAR EL DIALOGO ENTRE EL BANCO Y SIRIA, QUE SE HABIA INTERRUMPIDO HACE DOS ANOS, DESPUES QUE ESTA ULTIMA DEJARA DE PAGAR SUS DEUDAS AL BANCO MUNDIAL, QUE ASCENDIAN A 400 MILLONES DE DOLARES. FUENTES SIRIAS INFORMARON ('AL-HAIAT') QUE LAS PARTES HABIAN DISCUTIDO EL PLAN DE REFORMA ECONOMICA EN VISTA DE LA EVOLUCION DE LA ECONOMIA SIRIA. ENTRE

LAS PROPUESTAS DEL BANCO FIGURABAN LA ANULACION DE VARIAS DECISIONES QUE OBSTACULIZAN LAS INVERSIONES, LA UNIFICACION DE LAS COTIZACIONES DE MONEDA EXTRANJERA Y LA REBAJA DE LOS ARANCELES ADUANEROS O SU ANULACION, EN EL MARCO DEL INGRESO AL ESCENARIO ECONOMICO INTERNACIONAL. LAS FUENTES SENALARON QUE EL TEMA DE LA REFORMA ES SUMAMENTE DELICADO, YA QUE SIRIA TIENE INTERES EN REALIZAR SU REFORMA GRADUALMENTE, Y NO DE ACUERDO A UN PLAN DE LOS ORGANISMOS INTERNACIONALES.

3. EN SU VISITA A EL LIBANO (9 JUN.), EL GOBERNADOR DEL BANCO SE MOSTRO SATISFECHO CON EL PROGRAMA DEL PRIMER MINISTRO HARIRI PARA SANEAR LA ECONOMIA, MAS EXPRESO PREOCUPACION POR EL ELEVADO MONTO DE LA DEUDA PUBLICA LIBANESA (UNOS 11.000 MILLONES DE DOLARES). EL GOBERNADOR SENALO QUE EL BANCO MUNDIAL HABIA FIRMADO ACUERDOS PARA CONCEDER PRESTAMOS AL LIBANO POR VALOR DE MIL MILLONES DE DOLARES EN EL CURSO DE LOS PROXIMOS CINCO ANOS, Y QUE UNA COMPANIA SUBSIDIARIA DEL BANCO EN EL SECTOR PRIVADO, LA COMPANIA FINANCIERA INTERNACIONAL, LE CONCEDERIA CREDITOS POR LA SUMA DE 600 MILLONES DE DOLARES EN LOS PROXIMOS CUATRO ANOS.

E L   L I B A N O

EX SECRETARIO GENERAL DE LA CENTRAL OBRERA LIBERADO DE LA CARCEL

4. ELIAS ABU RIZAK, SECRETARIO GENERAL DE LA CONFEDERACION GENERAL DE TRABAJADORES, Y QUIEN SE ENCONTRABA DETRAS DE LAS GRANDES HUELGAS CONTRA EL GOBIERNO, FUE PUESTO EN LIBERTAD (7 JUN.) DEBIDO A SU ESTADO DE SALUD. TAMBIEN FUE LIBERADO SU LUGARTENIENTE, YASER NAAMA, QUE HABIA SIDO DETENIDO EL 4 DE JUNIO. LA LIBERACION DE AMBOS TUVO LUGAR DESPUES QUE LOS MEDIOS DE COMUNICACION SE MOSTRARON DISPUESTOS A INICIAR UNA HUELGA GENERAL EN SENAL DE PROTESTA POR LOS ARRESTOS, Y ELEMENTOS DE LA OPOSICION - ENTRE ELLOS EL HIZBALLAH - ADVIRTIERON AL GOBIERNO (5 JUN.) QUE REALIZARIAN HUELGAS Y MANIFESTACIONES, DE PERSISTIR ESTE EN SU POLITICA DE REPRESION ARBITRARIA.

5. LA DETENCION DE ABU RIZAK SUSCITO TAMBIEN LA REACCION VIOLENTA DE OTROS FACTORES POLITICOS: ASI FUE COMO EN UNA REUNION EN SIDON (1 JUN.) EN LA CASA DE MUSTAFA SAAD, PRESIDENTE DE LA ORGANIZACION POPULAR NASSERISTA, A LA CUAL ASISTIERON, ENTRE OTROS, EL JEFE DE LA OFICINA POLITICA DEL HIZBALLAH, MOHAMED RAAD, Y UN REPRESENTANTE DEL PPS, SE FORMULO UN LLAMADO A LIBERAR DE INMEDIATO A ABU RIZAK, A VELAR POR LAS LIBERTADES GENERALES Y POR LA LIBERTAD DE ASOCIACION. ASIMISMO, SE EXHORTO A TODOS LOS MIEMBROS DEL PARLAMENTO A REBELARSE CONTRA ESTE PROCEDER DICTATORIAL DEL GOBIERNO. TAMBIEN EL EX PRIMER MINISTRO OMAR KARAME, DOCENTES UNIVERSITARIOS, PERIODISTAS Y ABOGADOS, SE EXPRESARON EN FORMA SIMILAR. CABE SENALAR QUE INCLUSO EL PATRIARCA SFAIR EXIGIO LA LIBERACION DE ABU RAZEK Y SOSTUVO (1 JUN.) QUE SU ARRESTO PONE EN TELA DE JUICIO LA IMAGEN DEL GOBIERNO LIBANES.

EN TORNO DEL LLAMADO A LA 'REVOLUCION DE LOS HAMBRIENTOS'

6. EN RESPUESTA A LA EXHORTACION DEL EX SECRETARIO GENERAL DEL HIZBALLAH, SUBHI TUFAILI, A REALIZAR UNA 'REVOLUCION DE LOS HAMBRIENTOS' E INICIAR UNA REBELION CIVIL, EL LIDER ACTUAL DEL HIZBALLAH, HASAN NASERALLAH, MANIFESTO (7 JUN.) QUE PESE A QUE EL GOBIERNO LIBANES ES RESPONSABLE POR LOS PROBLEMAS ECONOMICOS, SOCIALES Y POLITICOS DE EL LIBANO, SU ORGANIZACION NO TIENE INTERES EN DERROCARLO. SE INFORMO ('NID'A AL-WATAN', 5 JUN.) QUE NASERALLAH YA HABIA ESTADO EN LA BEKAA PARA SEGUIR DE CERCA LOS ACONTECIMIENTOS RELATIVOS A LA 'REVOLUCION DE LOS HAMBRIENTOS'. AL REFERIRSE A LAS AMENAZAS DE TUFAILI, EL PRESIDENTE HARAWI SOSTUVO (4 JUN.) QUE CUALESQUIERA SEAN LAS RAZONES, NADIE ESTA AUTORIZADO A PROCLAMAR OPOSICION AL ESTADO Y A AMENAZAR CON PROVOCAR LA ANARQUIA. HARAWI AGREGO QUE DISPONIA DE INFORMACION ACERCA DE LA ENTREGA DE ARMAS A ELEMENTOS DE LA BEKAA, Y POR LO TANTO HABIA ORDENADO A LOS ORGANISMOS GUBERNAMENTALES CORRESPONDIENTES QUE TOMARAN LAS MEDIDAS NECESARIAS AL RESPECTO.

<u>IRAK - SIRIA</u>

APROXIMACION POR MOTIVOS ECONOMICOS

7. CONTINUA LA TENDENCIA A UN ACERCAMIENTO ENTRE IRAK Y SIRIA, QUE HABIA COMENZADO CON LA VISITA DE UNA DELEGACION COMERCIAL SIRIA A IRAK (19-22 MAY.). LA PRENSA ARABE INFORMO (2 JUN.) QUE LOS RESULTADOS DE LA APERTURA ENTRE IRAK Y SIRIA TRAS LA VISITA DE LA DELEGACION ECONOMICA SIRIA A IRAK, PODRAN APRECIARSE EN UN FUTURO PROXIMO TAMBIEN EN EL TERRENO POLITICO, AL QUE SE REFIRIERON RESPONSABLES QUE EXHORTARON A ESTABLECER UNA ALIANZA SIRIO-IRAQUI EN SOCIEDAD CON IRAN, A FIN DE MODIFICAR EL EQUILIBRIO DE FUERZAS EN FAVOR DE LA REGION.

8. EL PRESIDENTE DE LA DELEGACION SIRIA, SHALAH, INFORMO QUE DESPUES QUE SE FIRMEN LOS ACUERDOS COMERCIALES ENTRE EL MINISTERIO DE COMERCIO IRAQUI Y FACTORES SIRIOS DEL SECTOR PUBLICO O PRIVADO, SE ENVIARA UNA COPIA DE LOS MISMOS A LAS NACIONES UNIDAS PARA QUE LOS AUTORICEN Y PUEDAN MATERIALIZARSE. ASIMISMO, AGREGO QUE EN LAS CONVERSACIONES Y MERCADERIAS, EN TANTO QUE EL SEGUNDO SERIA SOLUCIONAR LAS DIFICULTADES DE LAS COMUNICACIONES TELEFONICAS Y POR FAX. EL CANCILLER SIRIO, FARUK AL-SHARA, MANIFESTO (4 JUN.) EL DESEO DE SU PAIS DE REANUDAR LAS RELACIONES CON IRAK TOMANDO EN CUENTA TODAS LAS CONDICIONES, SUPEDITANDOSE A LA DECLARACION DE DAMASCO Y A LAS RESOLUCIONES DEL CONSEJO DE SEGURIDAD, Y QUE SIRIA TIENE INTERES EN OLVIDAR Y SUPERAR LO QUE SEA POSIBLE, EXTRAYENDO LAS ENSENANZAS DEL PASADO.

9. SEGUN LA PRENSA ARABE (3 JUN.), SIRIA ANUNCIO OFICIALMENTE (2 JUN.) LA APERTURA DE LA FRONTERA TERRESTRE CON IRAK, POR RAZONES ECONOMICAS Y COMERCIALES. LOS OBSERVADORES PREVEN QUE SIRIA ANULARA LA FORMULA 'EXCEPTO IRAK' QUE APARECE EN SUS PASAPORTES. EFECTIVAMENTE, EN EL TERRENO SE SIENTE UN AJETREO LOGISTICO Y DIPLOMATICO ACELERADO PARA LA APERTURA DE LAS FRONTERAS (POR EJEMPLO, REVISACION DE PASAPORTES, PERSONAL DE ADUANAS), MAS EL 10 DE JUNIO LAS MISMAS TODAVIA NO SE HABIAN ABIERTO OFICIALMENTE AL PASO DE MERCADERIAS Y PERSONAS.

10. FUENTES IRAQUIES INFORMARON QUE UNA DELEGACION SIRIA ENCABEZADA POR EL PRESIDENTE DE LA CAMARA DE COMERCIO HABIA FIRMADO ACUERDOS EN IRAK PARA LA EXPORTACION DE ARTICULOS SIRIOS (TRIGO, JABON, ETC.) EN EL MARCO DE LA RESOLUCION 986, Y QUE UNA DELEGACION COMERCIAL IRAQUI DEBIA LLEGAR A SIRIA EN LOS PROXIMOS DIAS.

RELACIONES DE IRAK CON EL LIBANO

11. A RAIZ DEL ACERCAMIENTO ECONOMICO REGISTRADO HASTA AHORA ENTRE SIRIA E IRAK, SE ESTA PERFILANDO UNA TENDENCIA PARALELA EN EL PLANO IRAQUI-LIBANES. ASI ES COMO EL PRESIDENTE DE LA UNION DE CAMARAS DE COMERCIO DE EL LIBANO, JACK SARAF, INFORMO (7 JUN.) QUE SU PAIS ESTA INTERESADO EN ESTABLECER RELACIONES DIPLOMATICAS CON IRAK, A FIN DE REANUDAR EL INTERCAMBIO COMERCIAL ENTRE AMBOS PAISES. CABE SENALAR QUE UNA DELEGACION ECONOMICA LIBANESA QUE VISITO IRAK HABIA MANTENIDO CONTACTOS CON FACTORES IRAQUIES EN ESTE CONTEXTO (7 JUN.). TRAS ELLO, ESTA PREVISTA TAMBIEN LA VISITA DE UNA DELEGACION COMERCIAL IRAQUI AL LIBANO PARA PRINCIPIOS DE JULIO DE 1997.

I R A K

PRORROGA DE LA RESOLUCION 986

12. EL CONSEJO DE SEGURIDAD APROBO POR UNANIMIDAD (4 JUN.) LA PRORROGA DE LA RESOLUCION 986 POR SEIS MESES ADICIONALES, MAS SIN AUMENTAR LA CUOTA DE PETROLEO QUE SE LE AUTORIZA A VENDER. DEBIDO A LA RENOVACION DE LA RESOLUCION, SU NOMBRE FUE CAMBIADO POR EL DE RESOLUCION 1111.

RELACIONES CON CHINA

13. EL 4 DE JUNIO, IRAK Y CHINA FIRMARON UN CONTRATO POR VALOR DE 1.200 MILLONES DE DOLARES PARA EL DESARROLLO - DURANTE 22 ANOS - DEL YACIMIENTO PETROLIFERO DE AL-AHDAB, UBICADO AL SUDESTE DE BAGDAD, EN LA ZONA DE AL-KUT. LA FIRMA DEL CONTRATO TUVO LUGAR EN BAGDAD Y POR LA PARTE CHINA LO SUSCRIBIO EL PRESIDENTE DEL CONSORCIO PETROLERO DE CHINA. UN BORRADOR DEL CONTRATO HABIA SIDO RATIFICADO POR EL CONSEJO NACIONAL IRAQUI YA EN NOVIEMBRE DE 1996, Y EL MINISTRO DEL PETROLEO IRAQUI MANIFESTO QUE SU PUESTA EN PRACTICA COMENZARIA DE INMEDIATO.

ASUNTOS INTERIORES

14. UDAI, EL HIJO MAYOR DE SADDAM, FUE DADO DE ALTA DEL HOSPITAL (9 JUN.) DONDE PERMANECIO DESDE EL ATENTADO CONTRA SU VIDA EN DICIEMBRE DE 1996.

I R A N

EL ESCENARIO INTERIOR TRAS LAS ELECCIONES A LA PRESIDENCIA

15. LOS ACTOS DE CONMEMORACION DEL ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE KHOMEINY (5 JUN.) FUERON APROVECHADOS POR LOS DIRIGENTES IRANIES PARA PRONUNCIAR DISCURSOS PROGRAMATICOS, EN LOS CUALES EL PRESIDENTE ELECTO, MOHAMED KHATAMY, EXPUSO SU DOCTRINA POLITICA EN LOS TERRENOS INTERIOR Y EXTERIOR; EN TANTO QUE EL LIDER KHAMENEY VOLVIO A ESTABLECER LO QUE EL CONSIDERA COMO LIMITACIONES A POSIBLES CAMBIOS EN LA POLITICA IRANI EN EL FUTURO. A TODO ESTO, ALI AKBAR NATEK NURI, QUE FUERA DERROTADO EN LAS ELECCIONES A LA PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, VOLVIO A SER ELEGIDO PRESIDENTE DEL MAJLIS POR UN ANO MAS.

16. KHATAMY EXPUSO SUS PRINCIPIOS EN UN DISCURSO PRONUNCIADO JUNTO A LA TUMBA DE KHOMEINY: SOSTUVO QUE IRAN DEBE ASPIRAR A LA PAZ Y LA ESTABILIDAD EN LA REGION, A FIN DE INCREMENTAR SU SEGURIDAD. ES NECESARIO UNIRSE A LOS PAISES DE LA ZONA PARA PROCEDER EN CONJUNTO A CALMAR LA TIRANTEZ REGIONAL. KHATAMY SENALO QUE ABRIGABA EL PROPOSITO DE CONTINUAR LA POLITICA DE RECONSTRUCCION Y DESARROLLO, BASANDOSE EN LA CAPACIDAD INDEPENDIENTE DE IRAN, Y EN EL APROVECHAMIENTO DE LAS OPORTUNIDADES INTERNACIONALES, Y SIN ESCATIMAR ENERGIAS PARA QUE EL DESARROLLO VAYA ACOMPANADO DE JUSTICIA SOCIAL, CUIDANDO DE NO CONVERTIR ESTE PRINCIPIO EN UN PRETEXTO PARA AFECTAR LOS ESFUERZOS DE DESARROLLO. EL NUEVO PRESIDENTE VOLVIO A SUBRAYAR LO INDISPENSABLE QUE ES LA EXISTENCIA DEL PLURALISMO EN EL SENO DEL REGIMEN Y DE LA SOCIEDAD, ASI COMO LA DEMOSTRACION DE UNION CONTRA LAS AMENAZAS EXTERIORES QUE SE CIERNEN SOBRE LOS VALORES Y LOS PRINCIPIOS BASICOS DE IRAN. AGREGO QUE SE DEBE DEFINIR LA ASPIRACION DE LAS GRANDES POTENCIAS A SEGUIR VENDIENDO ARMAS COMO UNA DE LAS CAUSAS PRINCIPALES DE LA CONTINUACION DE LA TENSION EN NUMEROSOS LUGARES DEL MUNDO.

17. EL LIDER KHAMENEY, POR SU PARTE, SENALO (5 JUN.) QUE HABIAN FRACASADO LAS PRESIONES ECONOMICAS Y MILITARES DE LOS ENEMIGOS DE LA REVOLUCION, Y AHORA ESTOS TRATAN DE PROVOCAR DUDAS EN LA SOCIEDAD IRANI Y DE EMPUJARLA A ADOPTAR POSICIONES QUE CONTRADICEN LOS PRINCIPIOS DE LA REVOLUCION, VALIENDOSE DE PROPAGANDA POLITICA Y DE PRESION CULTURAL. EN SU OPINION, ESTA ACTITUD IMPLICA UN GRAN PELIGRO, DADO QUE REGIMENES REVOLUCIONARIOS EN EL MUNDO HABIAN CAIDO DESPUES DE ADOPTAR PRINCIPIOS AJENOS Y DE ACERCARSE DEMASIADO A LAS FUERZAS INTERNACIONALES. KHAMENEY DESTACO QUE IRAN AFRONTA UNA INTENSA PROPAGANDA INTERNACIONAL, QUE LE EXIGE ADOPTAR OTRAS POSICIONES EN CUESTIONES TALES COMO DERECHOS HUMANOS, STATUS DE LA MUJER Y DEMOCRACIA, PERO SU PAIS SEGUIRA CONDUCIENDOSE POR LA SENDA DEL ISLAM Y LA DOCTRINA DE KHOMEINY.

18. EN UNA SESION ABIERTA DEL MAJLIS (1 JUN.) SE ELIGIERON LOS MIEMBROS DE LA PRESIDENCIA DEL PARLAMENTO: NATEK NURI, QUIEN FUERA DERROTADO POR KHATAMY EN LAS ELECCIONES A LA PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, FUE ELEGIDO POR ABRUMADORA MAYORIA PRESIDENTE DEL MAJLIS POR UN PERIODO ADICIONAL DE UN ANO. SOBRE 270 MIEMBROS DEL PARLAMENTO, NATEK NURI OBTUVO 211 VOTOS. SUS LUGARTENIENTES HASTA AHORA, HASAN ROUHANI Y MOHADI KARMANI, VOLVIERON A SER ELEGIDOS PRIMERO Y SEGUNDO VICEPRESIDENTES DEL MAJLIS, AL OBTENER 179 Y 140 VOTOS RESPECTIVAMENTE. FRENTE A NATEK NURI NO SE PRESENTO NINGUN OTRO CANDIDATO.

ARABIA SAUDITA - EGIPTO

19. EL PRESIDENTE HEREDERO SAUDITA, EMIR ABDALLAH, ESTUVO ESTA SEMANA EN EGIPTO (3-5 JUN.) Y DURANTE SU VISITA SE REUNIO TRES VECES CON EL PRESIDENTE MUBARAK. EN UNO DE ESOS ENCUENTROS TAMBIEN ESTUVO PRESENTE YASSER ARAFAT. ENTRE LOS TEMAS DISCUTIDOS FIGURABAN LOS ESFUERZOS PARA RECUPERAR LA SOLIDARIDAD ARABE, LA CREACION DE UN MERCADO COMUN ARABE Y LA IMPORTANCIA DE LA AYUDA SAUDITA A TAL FIN, ASI COMO LAS RELACIONES BILATERALES.

K U W A I T

INTENTO DE ATENTAR CONTRA LA VIDA DE UN DIPUTADO

20. EL 6 DE JUNIO TUVO LUGAR UN INTENTO DE ATENTAR CONTRA LA VIDA DEL MIEMBRO LIBERAL DEL PARLAMENTO, ABDALLAH AL-NEIBARI, LIDER DEL GRUPO OPOSITOR FORO DEMOCRATICO. AL-NEIBARI Y SU ESPOSA RESULTARON HERIDOS Y FUERON HOSPITALIZADOS. EL ATENTADO MERECIO UN AMPLIO REPUDIO DEL GOBIERNO Y DEL PARLAMENTO. EL 8 DE JUNIO FUERON DETENIDAS TRES CIUDADANOS KUWAITIES Y DOS IRANIES, SOSPECHOSOS DE INTERVENCION EN EL INTENTO CRIMINAL.

08-08

K U W A I T

INTENTO DE ATENTAR CONTRA LA VIDA DE UN DIPUTADO

20. EL 6 DE JUNIO TUVO LUGAR UN INTENTO DE ATENTAR CONTRA LA VIDA DEL MIEMBRO LIBERAL DEL PARLAMENTO, ABDALLAH AL-NEIBARI, LIDER DEL GRUPO OPOSITOR FORO DEMOCRATICO. AL-NEIBARI Y SU ESPOSA RESULTARON HERIDOS Y FUERON HOSPITALIZADOS. EL ATENTADO MERECIO UN AMPLIO REPUDIO DEL GOBIERNO Y DEL PARLAMENTO. EL 8 DE JUNIO FUERON DETENIDAS TRES CIUDADANOS KUWAITIES Y DOS IRANIES, SOSPECHOSOS DE INTERVENCION EN EL INTENTO CRIMINAL.

08-08 9708821

#A4087

R ECORT 06-27 00186

msp evg ic-

GUATEMALA-BID

CREDITO DEL "BID" A GUATEMALA POR 107,6 MILLONES DE DOLARES

Guatemala, 27 jun (EFE).- El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) concederá un préstamo de 107,6 millones de dólares a Guatemala, para apoyar los proyectos de desarrollo que establecen los acuerdos de paz, informó hoy el ministro guatemalteco de Finanzas, José Alejandro Arévalo.

El funcionario resaltó que este es uno de los créditos "más importantes" que el BID tiene previsto entregar dentro del concepto de los tratados de paz para el desarrollo económico y social del país.

Arévalo aclaró que el préstamo está pendiente de ser aprobado por el Poder Legislativo, según los dictámenes que deben emitir la Junta Monetaria, el Ministerio de Finanzas y la Secretaría de Planificación Económica (SEGEPLAN).

La representante del BID en Guatemala, Walesca Pastor, por su lado, explicó que el crédito ya fue aprobado por el organismo financiero y que los recursos deberán ser destinados para proyectos de generación eléctrica, telecomunicaciones e infraestructura, entre otros.

El crédito se concederá a 20 años, plazo que incluye cinco de gracia y a un interés anual del 6,9 por ciento. EFE

ORO/LBB/BH/ND

06/27/20-50/97

01 -01

-SECRETO-

15 DE MAYO DE 1997

INFORME NO: /4601

ASUNTO: E L L I B A N O / POSTERGACION DE LAS ELECCIONES MUNICIPALES - NOTA INFORMATIVA

1. EL GOBIERNO DE EL LIBANO HA ADOPTADO (22 DE ABRIL) EL INFORME DE LA COMISION MINISTERIAL ESTABLECIDA COMO CONSECUENCIA DE LAS DIVERGENCIAS EN LA "TROIKA" LIBANESA EN TORNO A LA CUESTION DE LAS ELECCIONES MUNICIPALES, ENCARGANDOLE AL VICEPRIMER MINISTRO Y MINISTRO DEL INTERIOR, MICHEL AL-MURR, QUE REDACTARA UNA PROPUESTA DE LEY PARA LA PROLONGACION DEL DESEMPENO DE LOS CONCEJOS MUNICIPALES Y LOS CONCEJOS RURALES, HASTA EL 30 DE ABRIL DE 1998 A MAS TARDAR, Y LA REDACCION DE OTRA PROPUESTA DE LEY PARA LA PROLONGACION DE LA CADENCIA PARLAMENTARIA EN OCHO MESES ADICIONALES, DE MODO QUE ESTA PROSIGA HASTA LA PRIMAVERA DEL ANO 2000. LA DECISION DEL GOBIERNO SIGNIFICA LA POSTERGACION DE LAS ELECCIONES MUNICIPALES, CUYA REALIZACION HABIA SIDO PLANIFICADA ANTERIORMENTE PARA JUNIO DE 1997, POR LO MENOS HASTA LA PRIMAVERA DE 1998.

2. LAS DIVERGENCIAS DENTRO DE LA "TROIKA" LIBANESA, QUE MOTIVARON EL ESTABLECIMIENTO DE LA COMISION MINISTERIAL, SE HAN AGUDIZADO COMO CONSECUENCIA DE LA DECISION DEL GOBIERNO (QUE OBTUVO LA MAYORIA DE LOS VOTOS EN EL PARLAMENTO), DE RETIRAR LA PROPUESTA DE LEY QUE HABIA PRESENTADO ANTERIORMENTE AL PARLAMENTO PARA LA ENMIENDA DE LA LEY ELECTORAL DEL ANO 1977 (QUE DETERMINABA LA DEMARCACION DE LAS ZONAS ELECTORALES, LOS MODOS DE ELECCION, LOS INDICES ETNICOS PARA LAS ELECCION, LOS CRITERIOS PARA LA CANDIDATURA DE LOS ELECTOS, LA DURACION DE LA CADENCIA DE LOS CONCEJOS ELECTOS Y SUS ATRIBUCIONES, Y LOS PROCEDIMIENTOS DE VOTACION EN LAS ZONAS PROBLEMATICAS, COMO EL

"SHUF" Y LA FRANJA DE SEGURIDAD). DE HECHO ESTA MEDIDA CAUSO LA DETENCION DE LAS
MEDIDAS ENCAMINADAS A LLEVAR A CABO LAS ELECCIONES. EL PRESIDENTE HARAWI EXPRESO SU CRITICA A LA DECISION DEL GOBIERNO, REALIZANDO UN LLAMAMIENTO PUBLICO A LA REALIZACION DE LAS ELECCIONES, E INCLUSO ALUDIO A SUS PROPOSITOS DE DIMITIR EN CASO QUE NO SE EFECTUEN. EN CAMBIO, EL PRIMER MINISTRO HARIRI, Y EL TITULAR DEL PARLAMENTO, BERI, APOYARON LA POSTERGACION DE LAS ELECCIONES HASTA QUE SE GESTIONE UNA LEY QUE SEA ACEPTADA POR TODOS LOS SECTORES POLITICOS DEL PAIS, Y QUE NO CAUSE FRICCIONES INTERNAS SUPERFLUAS.

3. EN EL MARCO DE SUS RECOMENDACIONES, LA COMISION MINISTERIAL DETERMINO TAMBIEN:-

A. QUE EL MANDATO DE LOS CONCEJOS PRESENTES SEA PROLONGADO, Y QUE EL DOCUMENTO DEL VOTANTE CONTINUE SIENDO VALIDO (SE TRATA POR AHORA DE 1,2 MILLONES DE DUENOS DE DERECHO AL VOTO).

B. QUE HABRA NECESIDAD DE EFECTUAR CAMBIOS EN LA SUBORDINACION DE LAS ALDEAS A LOS CONCEJOS, MEDIANTE LA UNIFICACION DE VARIAS ALDEAS EN UN CONCEJO, LA SEPARACION DE ALDEAS DE UN CONCEJO EXISTENTE, O LA UNIFICACION DE CONCEJOS. PARA CREAR UN CONCEJO MUNICIPAL, O PARA UNIFICAR VARIAS ALDEAS EN UN CONCEJO, ES NECESARIO QUE TENGA BAJO SU RESPONSABILIDAD POR LO MENOS MIL HABITANTES.

C. QUE ES MEJOR NOMBRAR A DUENOS DE CARGOS EN LA FRANJA DE SEGURIDAD DEL SUR DE EL LIBANO, Y EN ALDEAS DE LOS DESPLAZADOS (EN EL SHUF), QUE REALIZAR COMICIOS.

D. UNA PROPUESTA DE LEY DE LAS ELECCIONES MUNICIPALES DEBE EFECTUARSE PARALELAMENTE A LAS PROPUESTA DE LEY SOBRE EL TEMA DE LOS "MUJTARES", LA CENTRALIZACION ADMINISTRATIVA, Y POSIBLEMENTE TAMBIEN EL TEMA DE LAS ELECCIONES PARLAMENTARIAS. LA REALIZACION DE LAS ELECCIONES AL PARLAMENTO TENDRA UNA INFLUENCIA POSITIVA EN LA CONCILIACION NACIONAL DE EL LIBANO.

14. LA COMISION TAMBIEN HA DETERMINADO QUE LAS ELECCIONES MUNICIPALES REFORZARAN LA CONCILIACION NACIONAL, Y HA RECOMENDADO EFECTUARLAS Y DETERMINAR SUS FECHAS, SEGUN LOS DATOS QUE FUERON TRATADOS EN LA COMISION Y EN EL PARLAMENTO, ES DECIR, LA COMISION APROBO EL PRINCIPIO DE LA NECESIDAD DE REALIZAR COMICIOS PARA EL BIEN DEL PAIS, PERO DETERMINO QUE DEBEN CONSIDERARSE LAS CIRCUNSTANCIAS Y LOS ACUERDOS PREVIOS ENTRE LOS DISTINTOS FACTORES POLITICOS EN LO CONCERNIENTE A LA FECHA Y LA FORMA DE SU REALIZACION.

5. SIRIA ESTUVO ACTUALIZADA EN LOS PROCESOS HABIDOS EN TORNO A LAS ELECCIONES, INCLUSO EN CONTACTOS MANTENIDOS CON LA CUPULA LIBANESA, EN EL INTENTO DE RESOLVER LAS DIVERGENCIAS ENTRE SUS MIEMBROS. ESTO SE PRODUJO A PESAR DE QUE SE CUIDO DE NO HACER PUBLICA SU INCLINACION POR UNO U OTRO LADO, Y SUBRAYO QUE SE TRATA DE UNA CUESTION LIBANESA INTERNA, CUYA SOLUCION DEBE SER LOGRADA POR LOS FACTORES LIBANESES.

6. EN EL LIBANO NO SE HAN EFECTUADO ELECCIONES MUNICIPALES DE 1963. LOS CONCEJOS EXISTENTES SE ENCUENTRAN YA HACE MUCHOS ANOS EN UNA SITUACION PENOSA, Y LAS CUESTIONES MUNICIPALES SON DIRIGIDAS POR PERSONAS NOMBRADAS POR EL GOBIERNO. LA SITUACION DE LOS CONCEJOS MUNICIPALES DEL SUR DE EL LIBANO Y DE LA BEKAA ES ESPECIALMENTE DIFICIL. LA POSIBILIDAD DE QUE SE EFECTUEN ELECCIONES FUE ELEVADA DE VEZ EN CUANDO EN EL TRANSCURSO DE LOS ANOS, PERO AL FINAL DE CUENTAS, DE MODO SIMILAR AL CASO PRESENTE, NO SE LLEVARON A CABO, DEBIDO A LAS DIVERGENCIAS ENTRE DIVERSOS FACTORES POLITICOS, Y ESPECIALMENTE DEBIDO AL TEMOR DE QUE UNA FRACTURA DE LOS EQUILIBRIOS INTERNOS Y DE LA ESTABILIDAD.

7. PARECE QUE LA CONSIDERACION PRINCIPAL PARA LA POSTERGACION DE LAS ELECCIONES FUE TAMBIEN ESTA VEZ LA DIFICULTAD PARA ASEGURAR QUE EN LOS CONCEJOS MUNICIPALES QUE FUESEN ELEGIDOS SE

MANTENDRIAN LOS COMPONENTES DE LA REPRESENTACION ETNICA Y LA

REPRESENTACION SOCIAL-DE CLASE, DE MODO QUE TODOS QUEDARAN SATISFECHOS, Y QUE EL SISTEMA MUNICIPAL NO ACUMULE FUERZA COMO PARA DEBILITAR EL ESTATUS DEL GOBIERNO CENTRAL. TAMBIEN ESTA VEZ, COMO YA HABIA SUCEDIDO EN EL PASADO, ESTUVO EN EL TAPETE LA PROBLEMATICA DE LA POSIBILIDAD DE ELECCION DE LOS DESPLAZADOS CRISTIANO DEL SHUF, MIENTRAS NO REGRESARAN A SUS LUGARES DE

ORIGEN, Y DE LOS HABITANTES DE LA FRANJA DE SEGURIDAD Y DE LOS PUEBLOS ALEDANOS, MIENTRAS LA FRANJA DE SEGURIDAD NO ESTE BAJO EL CONTROL DE LA ADMINISTRACION LIBANESA, Y SEA POSIBLE ALLI UNA REALIZACION REGULAR DE LAS ELECCIONES. EN NUESTRA OPINION, LA RECOMENDACION DE LA COMISION MINISTERIAL, EN EL SENTIDO DE QUE ES PREFERIBLE NOMBRAR EN ESTOS DOS SECTORES FUNCIONARIOS DEL MINISTERIO DEL INTERIOR QUE SE DEDIQUEN A LA ADMINISTRACION MUNICIPAL EXPRESA EL RECONOCIMIENTO DE QUE ESTA SITUACION PUEDE PROLONGARSE DURANTE UN PERIODO ILIMITADO, POR LO QUE SEGUIRA

HABIENDO DIFICULTADES PARA REALIZAR COMICIOS. SIN EMBARGO, LA COMISION NO SE REFIRIO A LA CUESTION DEL VINCULO ENTRE LA POSIBILIDAD DE REALIZAR ELECCIONES EN LOS DOS SECTORES Y LA REALIZACION DE LAS ELECCIONES EN LAS DEMAS REGIONES DEL PAIS, EXPRESANDO ASI, EN NUESTRA EVALUACION, LA VOLUNTAD DE NO CREAR POR EL MOMENTO FRICCIONES SUPERFLUAS ENTRE LOS QUE SE OPONEN A ESTE VINCULO Y LOS QUE LE APOYAN.

8. SIRIA, QUE HA ESTADO IMPLICADA, Y QUE INFLUYO EN LA DECISION DE POSTERGAR LAS ELECCIONES, TIENE UN INTERES BASICO EN QUE SE LLEVEN A CABO, PARA PRESENTAR FRENTE AL EXTERIOR EL "ADELANTO" DE LA DEMOCRACIA LIBANESA INDEPENDIENTE, PERO A CONDICION DE QUE ESTO SE HAGA EN BASE A UN AMPLIO ACUERDO LIBANES, Y MIENTRAS NO SE AFECTE LA ESTABILIDAD INTERNA. LAS DIVERGENCIAS EN EL SENO DE LA "TROIKA" LIBANESA, QUE FUERON ELEVADAS POR SUS COMPONENTES TAMBIEN ANTE SIRIA, ASI COMO LA POSIBILIDAD DE QUE POR LA MISMA REALIZACION DE LAS ELECCIONES EL SISTEMA LIBANES SE ENFRENTE CON UNA INTRANQUILIDAD INTERNA, LLEVARON AL FINAL A QUE SIRIA COMPRENDIESE QUE ES PREFERIBLE POSTERGARLAS. ES POSIBLE QUE ESTA POSICION ESTE CAUSADA TAMBIEN POR EL INTERES DE SIRIA EN NO

"CARGAR" CON MAS TEMAS SECUNDARIOS QUE TIENEN UN POTENCIAL PROBLEMATICO PARA SIRIA Y PARA SU POSICION EN LA REGION, EN UNA SITUACION EN QUE EL ESFUERZO PRINCIPAL DE SIRIA ESTA DIRIGIDO A SU ENFRENTAMIENTO CON ISRAEL Y A LOS FOROS ARABES E INTERNACIONALES, EN VISTA DEL CONGELAMIENTO DEL PROCESO DE PAZ. ESTE TEMA APARECIO EN LAS INTERPRETACIONES DE ELEMENTOS LIBANESES.

9. NO HAY DUDA QUE LA POSTERGACION DE LAS ELECCIONES HA CERRADO PARA MUCHOS FACTORES DE LA POBLACION LIBANESA LA ESPERANZA DE UN MEJORAMIENTO DEL NIVEL DE LOS SERVICIOS EN EL SECTOR LOCAL, Y UN MEJORAMIENTO DE LA CALIDAD DE VIDA. EN EL ASPECTO POLITICO, LOS PRINCIPALES PERDEDORES POR LA POSTERGACION DE LAS ELECCIONES SON LOS FACTORES QUE NO ESTAN CONECTADOS DIRECTAMENTE CON EL CENTRO GUBERNAMENTAL, ENCABEZADOS POR EL BANDO CRISTIANO, Y LOS CHIITAS ALLEGADOS AL "HIZBALLAH". ESTOS SECTORES PODRIAN HABER REFORZADO SU ESTATUS EN LAS ELECCIONES, YA QUE PODRIAN EXPRESAR EL PESO MAYOR DE LAS FAMILIAS TRADICIONALES (CRISTIANAS Y CHIITAS), QUE SE APOYAN EN BASES LOCALES DE PODER, FRENTE A LOS DISPOSITIVOS DE LOS PARTIDOS (CUYA PRINCIPAL FUERZA RADICA EN LAS ELECCIONES AL PARLAMENTO). LOS CRISTIANOS CONSIDERABAN LAS ELECCIONES COMO UNA OPORTUNIDAD PARA CORREGIR SU ERROR CUANDO BOICOTEARON LAS ELECCIONES AL PARLAMENTO EN 1992, Y PARA RETORNAR AL JUEGO

POLITICO INTERNO, EN EL QUE TAMPOCO LOGRARON INTEGRARSE DESPUES DE LAS ELECCIONES PARLAMENTARIAS DE 1996. EN CUANTO AL HIZBALLAH, ESTA ORGANIZACION GOZA DE UNA MUY BUENA POSICION EN EL BANDO CHIITA Y EN LAS CONCENTRACIONES DE LA COMUNIDAD EN LA BEKAA Y EN EL SUR DE EL LIBANO. ES RAZONABLE SUPONER QUE LAS ELECCIONES MUNICIPALES PODRIAN PERMITIRLE ACUMULAR FUERZA A NIVEL LOCAL (PRESUPUESTOS, CARGOS, PODER) Y APORTAR AL ROBUSTECIMIENTO DE SU ESTATUS EN LA COMUNIDAD CHIITA EN PARTICULAR, Y EN EL PLANO POLITICO NACIONAL LIBANES EN GENERAL. (סוף אנס)

05-05

- S E C R E T -

24TH APRIL, 1997

REPORT NO: /3430

SUBJECT: THE SOURCES OF MOTIVATION IN FUNDAMENTALIST ISLAM

GENERAL

1. FOLLOWING ARE THE CONTENTS OF AN ARTICLE ON ISLAMIC FUNDAMENTALISM WRITTEN BY AN ISRAELI ORIENTALIST AND PUBLISHED IN THE IDF JOURNAL IN APRIL 1996.

2. THE ARTICLE EXAMINES THE SOURCES OF ISLAMIC FUNDAMENTALISM AND THE FORMATION OF THE SOCIAL CLIMATE WHENCE ISLAMIC FUNDAMENTALISM SPRINGS, THE POLITICAL AND MILITARY STRUGGLE THAT ISLAMIC FUNDAMENTALISM WAGES AGAINST ITS PERCEIVED ENEMIES, ITS EFFORTS AT INDOCTRINATION, AND THE WILLINGNESS TO FACE DEATH WHICH IT FOSTERS. THE ARTICLE ARGUES THAT ISLAMIC FUNDAMENTALISM IS LINKED WITH A PECULIAR MENTAL STATE THAT REFLECTS ESPECIALLY INTENSE DRIVES, DRIVES THAT MAY BECOME STRONGER THAN BASIC HUMAN INSTINCTS.

THE DIFFERENT FORMS OF THE YEARNING FOR ISLAM

3. SOCIO-ECONOMIC FACTORS ARE THOSE MOST COMMONLY INVOKED IN AN ATTEMPT TO UNDERSTAND ISLAMIC FUNDAMENTALISM. A CONSIDERABLE PART OF THE RESEARCH OF THE PAST TWO DECADES CONCERNING ISLAMIC FUNDAMENTALISM HAS BEEN DEVOTED TO STUDIES OF THE SOCIAL COMPOSITION OF ISLAMIC MOVEMENTS, AND OF THE EFFECT OF DAY-TO-DAY HARDSHIPS ON THE DEVELOPMENT OF SUCH MOVEMENTS. THIS LINE OF RESEARCH HAS PROVEN WELL JUSTIFIED, AS THERE IS A CORRELATION BETWEEN SOCIO-ECONOMIC HARDSHIPS AND THE RISE OF FUNDAMENTALISM. NOT MUCH HAS BEEN DONE, HOWEVER, IN ORDER TO UNDERSTAND THE ROOTS OF THIS CORRELATION IN ALL OF THEIR COMPLEXITY. IN-DEPTH ANALYSIS SHOWS THAT ECONOMIC HARDSHIP IS

BUT INDIRECTLY RELATED TO FUNDAMENTALISM, THAT A CLEAR DISTINCTION MUST BE DRAWN BETWEEN SUPPORTING FUNDAMENTALISM AND

'CONVERTING' TO FUNDAMENTALISM, AND THAT THERE IS A DIFFERENCE BETWEEN THE MOTIVATIONS OF THOSE WHO HAVE ALREADY 'CONVERTED' FROM A SECULAR WAY OF LIFE TO ONE LOYAL TO ISLAM AND THOSE WHO OCCASIONALLY JOIN THEM, AND THAT THE MOTIVATION OF THOSE WHO ARE ALREADY CONVERTED STEMS FROM DIFFERENT SOURCES ENTIRELY.

4. THE UNSKILLED LABOURER WHO LIVES IN ONE OF THE CROWDED POOR QUARTERS OF TOWN, MAY FIND HIMSELF, IN THE COURSE OF A RAGING DEMONSTRATION, STANDING ALONGSIDE A MEMBER OF AL-JAMAA' AL-ISLAMIYA, AND SHOUTING, ALONG WITH HIM, THE SAME SLOGANS AGAINST THE REGIME'S MOST RECENT ECONOMIC MEASURES. IN SUCH A DEMONSTRATION, THE LABOURER WOULD BE EXPRESSING HIS DESPAIR IN VIEW OF THE RISING COST OF LIVING. ON THE OTHER HAND, THE JAMAA' ACTIVIST IN THE SAME DEMONSTRATION IS MOTIVATED BY DRIVES OCCASIONED BY A PARTICULAR WORLD VIEW, MAKES AN EFFORT TO INCITE THOSE PRESENT AND CREATE A DYNAMISM THAT WOULD TURN THE DEMONSTRATION INTO AN 'ISLAMIC' ONE, AND CONTRIBUTE TO DESTABILIZATION IN THE COUNTRY AND ULTIMATELY CHANGE ITS FACE. THE SAME LABOURER MAY FIND HIMSELF SIDE-BY-SIDE WITH A STUDENT OF LAW OR ENGINEERING IN THE SQUARE OF THE LOCAL MOSQUE ON A FRIDAY AFTERNOON, RESPONDING WITH THE SAME EXCITEMENT TO THE FERVENT SERMON OF THE LOCAL PREACHER, A CHARISMATIC AND FIERY MAN, WHO, USING FAMILIAR BUT ELOQUENT DISCOURSE, DRAWS FOR HIS AUDIENCE CLEAR AND EASILY DISCERNIBLE LINKS AMONG THEIR GLORIOUS PAST, THEIR PRESENT DISTRESSES AND THE NO-LESS GLORIOUS FUTURE THAT AWAITS THEM IF ONLY THEY WOULD RETURN TO THEIR FAITH AND PROCEED IN THE 'RIGHT PATH'. THE LABOURER AND THE STUDENT WOULD HAVE MADE THE EFFORT TO ATTEND THE SERMON FOR DIFFERENT MOTIVES. EACH ONE OF THEM WOULD UNDERSTAND THE SERMON IN A DIFFERENT WAY, AND THE SERMON ITSELF MIGHT ELICIT DIFFERENT MOTIVATIONS IN EACH, EVEN SHOULD THEY, IN THE FUTURE, ACT IN UNISON IN AN ATTEMPT TO ALTER A GIVEN SITUATION.

5. THE STUDENT BELONGS TO THE LOWER MIDDLE-CLASS, A SOCIAL STRATUM THAT COMPRISES PEOPLE WHO HAVE THE SKILLS TO CONVERT THEMSELVES FROM A STATUS OF THOSE WHO BELONG TO THE MUSLIM RELIGION TO THOSE WHO ARE LOYAL TO IT, AND HARBOUR SUFFICIENTLY DEEP SOCIO-POLITICAL AND IDEOLOGICAL FRUSTRATIONS TO ENCOURAGE SUCH CONVERSION. THE STUDENT -- YOUNG, EDUCATED, POLITICALLY-CONSCIOUS AND NOT NECESSARILY STRUGGLING TO WIN HIS DAILY BREAD -- IS ALREADY AWARE OF THE FACT THAT HE DOES NOT STAND MUCH OF A CHANCE TO EVER FULFILL HIMSELF AND SATISFY HIS NEEDS. HE KNOWS THAT HE HAS NO HOPE OF FINDING A JOB THAT SUITS HIS QUALIFICATIONS, MARRY AT THE APPROPRIATE AGE, START A RESPECTABLE FAMILY, FIND A FOCUS OF IDEOLOGICAL ORIENTATION, TAKE POLITICAL ACTION AGAINST REGIMES OF DIFFERENT FORMS, ALL OF WHICH, HE KNOWS, HAVE BEEN TRIED AND FAILED, AND MOVE UPWARDS IN SOCIAL STATUS AND STANDARD OF LIVING. THE STUDENT ALREADY REALIZES THAT HE IS DOOMED TO LIVING IN A STATE OF EXTREME

FRUSTRATION, HOPELESSNESS AND STAGNATION. THE ISLAMIC ALTERNATIVE OFFERS HIM THE SOCIAL SHELTER HE NEEDS AFTER HAVING LEFT HIS VILLAGE, AND WHILE COPING WITH HIS LONELINESS, STUDY DIFFICULTIES, AND THE PROXIMITY TO FEMALE STUDENTS IN THE METROPOLIS. IT ALSO OFFERS HIM AN ESCAPE FROM THE DEPRAVITY OF

HIS DAY-TO-DAY EXISTENCE, AND A WAY OF STRUGGLING FOR WHAT IS PRESENTED TO HIM AS A RADICAL SOLUTION TO HIS PROBLEMS: REAL SOCIAL JUSTICE, ABSOLUTELY DIFFERENT CRITERIA FOR CLASS STRATIFICATION (ACCORDING TO IN-DEPTH KNOWLEDGE OF ISLAM, PERSONAL FAITH AND MORALITY RATHER THAN MATERIAL POSSESSIONS OR SECULAR EDUCATION), A LEGITIMATE FORM OF GOVERNMENT, A HIGH DEGREE OF MORALITY, AN ETERNAL SUPERNATURAL ENTITY IN WHICH TO BELIEVE AND AROUND WHICH TO COALESCE, AND IN THE END -- A REAL CHANCE FOR THE RENEWAL OF A 'RIGHT' WORLD ORDER, IN WHICH ISLAM REIGNS SUPREME. ALL OF THE ABOVE, MOREOVER, IS ROOTED IN A CULTURE AND A TRADITION WITH WHICH THE WORKER IS FAMILIAR. THE ADOPTION OF RELIGIOUS ORTHODOXY, THE STUDY OF AND REFLECTION UPON THE IDEOLOGY WHICH IS PROPOSED TO HIM, AND THE ACTIVITY IN THE ISLAMIC MOVEMENT MAY APPEAL TO HIM, ESPECIALLY AS THE MOST APPEALING OPTION IN THE CONTEXT OF HIS PERSONAL STATE.

6. THE WORKER WHO KNEELS IN PRAYER NOT FAR FROM THE STUDENT HAS A DIFFERENT VIEW OF THINGS. HE COMES TO THE MOSQUE FIRST AND FOREMOST BECAUSE HE IS A BELIEVING MUSLIM WHO IS COMMITTED TO PRACTICE ISLAMIC CUSTOMS. HE IS INTERESTED IN THE SERMON BECAUSE IT SPEAKS TO HIM IN HIS OWN LANGUAGE, DEALS WITH HIS DIFFICULTIES, AND TELLS HIM CLEARLY, AGAIN AND AGAIN, WHAT THE CIRCUMSTANCES OF HIS GRIM FATE, AND WHO ARE THE PEOPLE RESPONSIBLE FOR IT. THESE ARE REPRESENTED TO HIM AS WEAK, CORRUPT AND EXPLOITATIVE MORTALS. IT IS DUBIOUS, HOWEVER, WHETHER HE IS CAPABLE OF INTERNALIZING THE CULTURAL AND IDEOLOGICAL MESSAGES IMPLICIT IN THE PREACHERS' SERMONS, AS HE HAS NEVER HAD THE OPPORTUNITY TO DEVELOP THE ADEQUATE INTELLECTUAL CAPABILITIES.

7. FURTHERMORE, AS FAR AS THE WORKER IS CONCERNED, THERE IS SOMETHING FRIGHTENING ABOUT THE FUNDAMENTALIST PURITANISM THAT IS TOUGH TO THE POINT OF VIOLENCE, ABOUT THE LACK OF TOLERANCE, AND ABOUT THE FAULTING OF THE POPULAR ISLAMIC CULTURE TO WHICH HE BELONGS, A CULTURE INFECTED BY FOREIGN INFLUENCES AND CUSTOMS (TO THE POINT OF BEING CONSIDERED HERETICAL BY ORTHODOX BELIEVERS), THAT IS VOID OF IDEOLOGY, EXISTENTIAL ANXIETIES, OR A SENSE OF APOCALYPSE.

8. THE WORKER AND HIS FELLOW MEMBERS OF THE LOWER CLASS ARE PRESENT IN THE MOSQUE SQUARE AND BOTHER TO LISTEN TO THE ENTHUSIASTIC SERMON BECAUSE OF THEIR SENSE OF ALIENATION WITH RESPECT TO THE ESTABLISHMENT AND BECAUSE THEY UNDERSTAND IN GENERAL THAT THE ALTERNATIVE OFFERED THEM IS WELL ENTRENCHED IN THEIR TRADITION AS WELL AS PROVING ITSELF IN THE SERVICES WITH WHICH IT PROVIDES THEM IN THE AREAS WHERE THEY LIVE. IN MOST CASES, THEY ARE INCAPABLE OF INTERNALIZING FUNDAMENTALIST PHILOSOPHY, BUT THEIR DEEP FEELINGS OF DISCRIMINATION, RAGE AND ALIENATION MAKE THEM MALLEABLE IN THE HANDS OF DEVOUT ISLAMISTS. WITHOUT NECESSARILY ACCEPTING THE DOCTRINE OF THESE ACTIVISTS, MEMBERS OF THE LOWER CLASSES MIGHT RESPOND TO THEIR CALL AND RESORT TO VIOLENCE AGAINST ANY 'ENEMY' WHICH THE ACTIVISTS POINT OUT TO THEM AS RESPONSIBLE FOR THEIR SORRY STATE, WHETHER THIS BE THE REGIME OR THE 'HERETICS' WHO ASSIST IT FROM THE OUTSIDE. IN THE SAME WAY, SHOULD THEY BELIEVE THAT A BETTER FUTURE IS IN STORE FOR THEM, AND FEEL THAT THERE HAS BEEN AN IMPROVEMENT IN THEIR PRIVATE LIVES, THEY WOULD EASILY WITHDRAW THEIR SUPPORT FROM THE FUNDAMENTALISTS AND TRANSPOSE IT TO WHOEVER THEIR BENEFACTORS MIGHT BE. THIS IS THE BACKGROUND TO WHAT SEEMS TO BE THE WANING OR EBBING PUBLIC SUPPORT FOR FUNDAMENTALIST ISLAM, A SUPPORT THAT FLUCTUATES IN RESPONSE TO POLITICAL OR ECONOMIC DEVELOPMENTS.

9. BOTH THE WORKER AND THE STUDENT ARE MOTIVATED BY THEIR HARDSHIP, THUS ENGAGING IN CLASS PROTEST. THE WORKER IS MOTIVATED MAINLY BY DAY-TO-DAY ECONOMIC DRIVES. THE STUDENT IS MOTIVATED MORE BY SOCIAL-POLITICAL-CULTURAL DRIVES. FROM THE MOMENT EITHER OF THEM (IN MOST CASES THE STUDENT), CROSSES THE LINES, RESPONDS TO THE SERMON, AND CONVERTS TO FUNDAMENTALISM, CLASS PROTEST IS SUPPLEMENTED BY ANOTHER, NO LESS (IF NOT MORE) SIGNIFICANT MOTIVATION, A MOTIVATION CREATED IN THE CRUCIBLE OF FUNDAMENTALIST SOCIALIZATION AND RELIGIOUS EXPERIENCE.

THE ROLE OF THE DAWA'

10. FUNDAMENTALIST INDOCTRINATION ('DAWA'' OR 'THE CALL') IS SENSITIVE TO THE FACT THAT THE TARGET POPULATION WHICH IT FACES IS A COMPLEX ONE. ITS ABILITY TO COPE WITH VARIOUS CONSTRAINTS THAT ARE IMPOSED UPON IT, IS ONE OF THE MAJOR ELEMENTS OF THE VITALITY OF ISLAMIC FUNDAMENTALISM, AND OF ITS ABILITY TO ENDURE. APPEALING TO THE LOWER CLASSES, THE DAWA' TRIES TO PROVE

THAT 'ISLAM IS THE SOLUTION'. WELFARE, EDUCATION AND MEDICAL CENTERS SUPPLY TO MEMBERS OF THIS CLASS LOW-COST (SOMETIMES FREE) SERVICES, IN THE CONTEXT OF AN 'ISLAMIC' ATMOSPHERE OF SOCIAL JUSTICE AND MUTUAL COMMITMENT. IN THIS WAY, ORTHODOX BELIEVERS PRESENT AN ALTERNATIVE REALITY, WHICH RESIDENTS OF THE POOR QUARTERS COME TO SEE AS POSSIBLE AND JUST. THE COMBINATION OF PRESENTING A DIFFERENT POSSIBLE REALITY WITH PREACHING TO THE MASSES IN AN UNDERSTANDABLE LANGUAGE IS APPARENTLY SUFFICIENT TO ENABLE FUNDAMENTALISTS TO REACH MEMBERS OF THE LOWER CLASSES, CULTIVATE SYMPATHY IN THEIR MIDST, AND ENLIST FROM AMONG THEM PEOPLE WHO ARE WILLING TO PARTICIPATE IN RIOTS OR EVEN MOUNT TERRORIST ATTACKS.

11. IN ORDER TO CULTIVATE A NEW GENERATION OF FUNDAMENTALISTS AND ENHANCE THE RANKS OF THE PRESENT GENERATION OF THOSE LOYAL TO ISLAM, THE DAWA' FOCUSES UPON THE ADEQUATE TARGET AUDIENCES. IT ENDEAVOURS TO SOCIALIZE CHILDREN AND YOUTHS BY MEANS OF ITS OWN CULTURAL AND EDUCATIONAL APPARATUSES. WITH RESPECT TO THE YOUNG, FRUSTRATED GENERATION OF THE MIDDLE CLASSES, THE DAWA' OPERATES AT ITS HIGHEST LEVEL, SPREADING ITS MESSAGE BY MEANS OF PHILOSOPHICAL TEXTS, COURSES OF STUDY, CONVENTIONS OF "REVIVAL," HIGH ISLAMIC EDUCATION AND A WHOLE RANGE OF CULTURAL ACTIVITIES. THESE ENABLE THE DAWA' TO STIMULATE DORMANT, ROUTINE ISLAMIC TRADITION, ENTHUSING THEM WITH THE 'GLORIOUS PAST' OF ISLAMIC HISTORY, WITH THE LANGUAGE OF SCRIPTURES, WITH NEW COMMENTARY OF THOSE SCRIPTURES AND WITH AN ALTERNATIVE VIEW OF CURRENT AFFAIRS, WHICH CONCENTRATES ON THE DANGERS BESETTING THE ISLAMIC WORLD AND THE 'CONSPIRACIES' THAT ITS 'ENEMIES' HAVE AGAINST IT. ALL THOSE CREATE THE OPENNESS NECESSARY TO INFUSE VITALITY AND MEANING INTO STULTIFIED RITUALS, WHICH THOSE YOUTHS HAVE COME TO TAKE FOR GRANTED ALTHOUGH THEY HAD BEEN EDUCATED TO OBSERVE THEM

FROM THEIR EARLY CHILDHOOD.

12. FROM THIS POINT ON, A NEW ATMOSPHERE AND A NEW CONSCIOUSNESS ARE FORMED WITHIN THOSE WHO ARE ATTRACTED TO RE-EMBRACE RELIGION. WORLD VIEW AND LIFESTYLE CHANGE RADICALLY, AS DO THE BASIC MOTIVATIONS AND DRIVES THAT UNDERLIE BEHAVIOUR. FROM THIS POINT ON, THE NEWLY-BORN MUSLIM IS EXPOSED TO NEW AND SIGNIFICANT FORMATIVE EXPERIENCES, THAT CORROBORATE AND THUS ALSO NURTURE AND SUPPLEMENT HIS NEW WORLD VIEW. FROM THIS POINT ON, HE BEGINS TO FEEL THE WEIGHT OF THE REGIME'S OPPRESSION AND VIEWS THE SCOPE OF THE CRISIS THAT BESETS ISLAM FROM THE LOW POINT AT WHICH HE FINDS HIMSELF. HE SEES CONFIRMATION OF THE

'CONSPIRACIES' OF THE INFIDELS AND HERETIC, THE 'ENEMIES' OF ISLAM BECOME REAL TO HIM.

THE RELIGIOUS EXPERIENCE

13. AN INTENSIVE RELIGIOUS EXPERIENCE IS ONE OF THE MAJOR FACTORS IN THE FORMATION OF MOODS AND MOTIVATIONS IN THE FUNDAMENTALIST BEING. THE FUNDAMENTALIST'S DAY IS FULL OF RITUALS AND CEREMONIES, THAT TRANSPOSE HIM FROM THE MUNDANE TO THE SACRED (AT TIMES TO THE POINT OF ABSOLUTE DISSOCIATION FROM DAILY AFFAIRS AND A TEMPORARY SUSPENSION OF CONSCIOUSNESS OF THE ENVIRONMENT) SEVERAL TIMES A DAY. WHILE HE IS COGNITIVELY WITHIN THE ISLAMIC-RELIGIOUS PERSPECTIVE, HE IS EXPOSED TO WHAT HE SEES AS AN ABSOLUTE, SUPREME BEING, A COSMIC ORDER THAT ENCOMPASSES AND SUPPLEMENTS EVERYDAY LIFE. UPON RETURNING TO THE MUNDANE HE FEELS AS THOUGH HE HAS AWAKENED TO A REALITY WHICH IS INTOLERABLE BECAUSE IT IS OPPOSED TO THAT WHICH MUST EXIST AND BE ABSOLUTELY IN LINE WITH HIS COMPLETE WORLD, THAT WORLD THAT HE HAD JUST EXPERIENCED THROUGH RELIGIOUS SYMBOLS.

14. DESPITE HIMSELF, THE BELIEVER IS FORCED TO CONTEND WITH INTELLECTUAL CHALLENGES THAT THREATEN TO DESTABILIZE THE MAINSTAYS OF HIS FAITH AND THE CONCEPTION OF THE WHOLENESS OF ISLAM, WITH MATERIAL TEMPTATIONS THAT THREATEN HIS WAY OF LIFE AND HIS 'FINE' VALUES, WITH PROCESSES OF WESTERNIZATION AMONG HIS PEERS, AND WITH THE PAINFUL INFERIORITY OF ISLAMIC CIVILIZATION VIS-A-VIS THE POWER AND PROGRESS OF 'INFIDEL IMPERIALISM'. ALL THOSE ALSO MAKE IT CLEAR TO HIM THAT HIS CHANCES OF ACHIEVING HIS GOAL IN LIFE -VANQUISHING THE INFIDELS AND INSTITUTING THE WORD OF ALLAH ON EARTH -- ARE CLOSE TO NIL. THE SENSE OF LACK OF CORRESPONDENCE AND CONSISTENCY BETWEEN HIS THOUGHTS AND BELIEFS ON THE ONE HAND AND THE BEHAVIOUR HE OBSERVES IN HIS ENVIRONMENT (AND OCCASIONALLY ALSO WITH THE BEHAVIOUR THAT THE CONSTRAINTS OF REALITY IMPOSE UPON HIM) LEADS TO WHAT SOCIAL PSYCHOLOGY CALLS "COGNITIVE DISSONANCE." THE DISCOMFORT ENTAILED BY THIS PSYCHICCOGNITIVE STATE MANIFESTS ITSELF BOTH IN THE BELIEVER'S PERSONAL SPHERE AND IN THE COLLECTIVE-CULTURAL SPHERE. IT GENERATES DRIVES WHOSE OBJECTIVE IS TO ANNIHILATE IT AND THE DISSONANCE THAT GAVE RISE TO IT. BECAUSE THE BELIEVER'S DEEP ADHERENCE TO THE 'TRUTH' OF HIS FAITH, THE ONLY OPTION OF IMPLEMENTING THOSE DRIVES THAT IS OPEN TO HIM IS TO TAKE ACTION DESIGNED TO ALTER HIS REALITY AND HIS ENVIRONMENT SO THAT THEY WOULD BE IN MAXIMUM CORRESPONDENCE WITH

THE "TRUTH" OF HIS TOTAL WORLD-VIEW. ALTERING REALITY IS A GOAL WHICH IS DIFFICULT TO ATTAIN. IT WOULD REQUIRE A CULTURAL REVOLUTION THAT WOULD RESTORE ALL MUSLIMS TO THE "STRAIGHT AND NARROW" MAKING THE SHARIA' INTO THE MAJOR LEGISLATIVE CODE THAT DETERMINES LAWS, VALUES AND NORMS IN ALL WALKS OF LIFE, ESTABLISHING AN ISLAMIC STATE AND WAGING WAR AGAINST THE 'INFIDELS' SO AS TO IMPOSE THE RULE OF ISLAM UPON THEM.

THE JEWS AND ISRAEL

15. A LONG, CONVOLUTED YET CLEAR THREAD LINKS THE EARLY DAYS OF ISLAM WITH THE READINESS OF MUSLIM YOUTHS TO CARRY OUT SUICIDE ATTACKS DESIGNED TO TAKE THE LIVES OF AS MANY JEWS AS POSSIBLE AND ISLAM'S FUNDAMENTAL POLITICAL AND LEGAL CONCEPTIONS CRYSTALLIZED IN THOSE EARLY DAYS. THE MODELS OF ATTITUDE TOWARDS JEWS (AS WELL AS TOWARDS CHRISTIANS AND MEMBERS OF OTHER FAITHS) POSED BY THE PROPHET AND THE FIRST CALIPHS AFTER THE SEVENTH CENTURY, AS WELL AS THE INSPIRATION DERIVED FROM CERTAIN VERSES OF THE KORAN, HAVE, FROM THEN TILL NOW, PROVIDED THE BASIS OF ISLAMIC CONCEPTIONS OF AND BEHAVIOUR TOWARDS NON-MUSLIMS. THESE CONCEPTIONS ARE AN INSEPARABLE PART OF THE COMPREHENSIVE IDEA OF JIHAD AND THE IMPOSITION OF ISLAMIC RULE WORLDWIDE. THE GIST OF THESE CONCEPTIONS IS THAT JEWS AND CHRISTIANS, WHILE NOT REQUIRED TO CONVERT THEIR MONOTHEISTIC FAITH UNDER ISLAMIC RULE, ARE DESTINED TO LIVE THEREIN IN A SUBORDINATE POSITION AS 'PROTEGES'. THEY WOULD BE PERMITTED TO PRACTICE THEIR RITUAL AND ENJOY 'TOLERANCE' AND PROTECTION IN RETURN FOR PAYING SPECIAL TAXES, ACCEDING TO LIMITED RIGHTS AND THE WEARING OF HUMILIATING INSIGNIA THAT DISTINGUISH THEM FROM MEMBERS OF THE RULING FAITH AND SHOW THEIR INFERIORITY.

16. IN THE EXTREME ISLAMIC FUNDAMENTALIST VIEW THE CURRENT REALITY IS THE ABSOLUTE OPPOSITE OF THIS FANTASY AND IS THUS UNACCEPTABLE: THE JEWISH COMMUNITY EXISTS INDEPENDENTLY WITH EQUAL RIGHTS WITHIN A SOVEREIGN STATE, A STATE THAT WAS ESTABLISHED ON LAND THAT HAD BEEN TAKEN IN JIHAD AND ISLAMIZED IN THE DAYS OF THE GLORIOUS PAST AND ARABS LIVE THERE UNDER ISRAELI RULE. IN THE EYES OF THOSE LOYAL TO ISLAM THIS IS NOT ONLY A TRAGEDY OF HISTORY, BUT FIRST AND FOREMOST AN ANOMALY: A BRAZEN VIOLATION OF COSMIC LAW AS REFLECTED IN ISLAMIC COSMOLOGY, WHOSE TRUTH IT PUTS TO A SERIOUS TEST. THE REALITY IN PALESTINE CLASHES POWERFULLY WITH THE 'TRUTH' OF ISLAMIC FAITH, CREATING AN ACUTELY PAINFUL AND IRRITATING DISSONANCE IN THE CONSCIOUSNESS OF THE MOST DEVOUT BELIEVERS. IT IS THIS DISSONANCE THAT DRIVES THEM TO TAKE A RADICAL STANCE VISA-VIS ISRAEL. THOSE OF THEM WHO HAVE TURNED THEIR RELIGIOUS FAITH INTO A POLITICAL IDEOLOGY ZEALOUSLY UNDERTAKE THE ENDEAVOUR OF

ALTERING A REALITY WHICH THEY DEEM TO BE IMPOSSIBLE AND INTOLERABLE. THOSE OF THEM WHO ARE PALESTINIANS WHO HAVE CONGREGATED IN FRAMEWORKS SUCH AS HAMAS AND PALESTINIAN ISLAMIC JIHAD, LIKE THEIR IRANIAN, EGYPTIAN, SHIITE LEBANESE AND OTHER COUNTERPARTS, ARE PREPARED TO USE ANY MEANS -- BUT IN PARTICULAR TERRORISM -- TO LIGHT THE FUZE THAT WOULD ULTIMATELY SABOTAGE THOSE PROCESSES THAT ENTRENCH THE REALITY WHICH THEY CONSIDER TO BE INSUFFERABLE, SUCH AS RECOGNIZING THE EXISTENCE OF ISRAEL AND

COMING TO TERMS WITH IT. UNTIL THAT DESIRABLE AIM IS REACHED, THEY RELY UPON THE 'STRENGTH OF THE SPIRIT' IN ISLAM, SUCH AS 'REVOLUTIONARY PATIENCE' OR THE 'TRUST IN GOD'.

17. WHEN THIS TOTAL WORLD VIEW IS COMBINED WITH THE REALIZATION THAT IT IS NO LONGER POSSIBLE TO ESTABLISH A NEW REALITY THAT WOULD BE ON PAR WITH IT, THE DRIVE, AS WELL AS THE READINESS, TO BRING ABOUT THIS REALITY BY RESORTING TO EXTREME, DESPERATE ACTION INCREASES. POPULARITY, EXTERNAL IMAGE AND OTHER "MATERIAL" CONSIDERATIONS HAVE, IN SUCH CASES, NO ROLE TO PLAY THAT COULD MODERATE OR CONTAIN FUNDAMENTALIST DETERMINATION. ACCORDING TO THIS UNIQUE RATIONALE, THE 'TRUE MUSLIM' HAS A MISSION ON THIS EARTH, THE MISSION OF BEING 'ALLAH'S EMISSARY', WHICH HE CANNOT CHOOSE BUT TO ACCEPT. A DEVOUT BELIEVER WHO IS UNABLE TO UNDERTAKE THIS MISSION IN HIS LIFE MAY CHOOSE TO PERFORM IT BY HIS DEATH. IN SUCH A CASE, HIS ACT WOULD NOT BE AN ACT OF SUICIDE, WHICH IS FORBIDDEN BY ISLAMIC DOCTRINE, BUT A 'MARTYR'S DEATH'. LIFE, ACCORDING TO ISLAMIC FAITH, IS IN ANY CASE BUT A PRELUDE TO ETERNITY, AND THE REWARD PROMISED TO THE MARTYR AFTER HIS DEATH IS PREFERABLE BY FAR TO ANY REWARD OR ACHIEVEMENT THAT HE COULD EXPECT TO RECEIVE IN HIS EARTHLY LIFE.

SECRETO-INMEDIATO

22 DE JUNIO DE 1997
INFORME NO. /4235

ASUNTO : EL CERCANO ORIENTE - RESEÑA INFORMATIVA SEMANAL
(11 - 17 DE JUNIO DE 1997)

IRAK-NACIONES UNIDAS

INCIDENTES CON LA UNSCOM

1. A PARTIR DE PRINCIPIOS DE JUNIO SE PRODUJERON UNA SERIE DE INCIDENTES ENTRE IRAK Y EL EQUIPO DE CONTROL DE LA UNSCOM: A COMIENZOS DEL MES TUVIERON LUGAR CUATRO INCIDENTES (4-7 JUN.), EN LOS CUALES EL HELICOPTERO IRAQUI DE ESCOLTA Y LA TRIPULACION IRAQUI QUE SE ESCUENTRA EN LOS HELICOPTEROS DE CONTROL TRATARON DE SABOTEAR LOS VUELOS DE CONTROL DE LA UNSCOM, PONIENDO EN PELIGRO A LAS PERSONAS Y LOS APARATOS. A CONSECUENCIA DE ESTOS INCIDENTES, EKEUS PRESENTO UNA QUEJA AL CONSEJO DE SEGURIDAD (11 JUN.), EN LA CUAL SUBRAYABA QUE A LA COMISION A SU CARGO LE PREOCUPA EL HECHO DE QUE IRAK HAYA DECIDIDO CAUSAR QUE LAS ACTIVIDADES DE CONTROL RESULTEN ESTERILES. ADEMAS, EL CONSEJO DE SEGURIDAD PUBLICO UNA DECLARACION DE LA PRESIDENCIA (13 JUN.) QUE CENSURABA LAS INUSUALES ACCIONES DE HOSTIGAMIENTO DE IRAK A LOS VUELOS DE LOS HELICOPTEROS DE LAS NACIONES UNIDAS Y EXHORTABA A IRAK A TOMAS MEDIDAS INMEDIATAS PARA PONER FIN A LAS MISMAS, RECALCANDO QUE BAGDAD SE HABIA COMPROMETIDO A VELAR POR LA SEGURIDAD DEL PERSONAL DE LA UNSCOM Y A PERMITIRLE REALIZAR MISIONES AEREAS DE CONTROL SIN INTERFERIRLAS.

01-08

9708825

2. EN OTRO INCIDENTE, IRAK IMPIDIO EL ACCESO DE INSPECTORES DE LAS NACIONES UNIDAS A DOS LUGARES CONSIDERADOS COMO DEPOSITOS DE ARMAS EN LA ZONA DE BAGDAD (12 JUN.). EN RESPUESTA, EL VICEPRESIDENTE DE LA UNSCOM INFORMO QUE EL HECHO DE QUE IRAK NO SE PROPONE AUTORIZAR EL ACCESO REFLEJARIA SU POLITICA DE DESOBEDECER LAS RESOLUCIONES DEL CONSEJO DE SEGURIDAD. EKEUS SE MOSTRO PREOCUPADO POR LA RESOLUCION DEL REGIMEN IRAQUI, DE IMPEDIR LA APLICACION COMPLETA DEL MANDATO DE LA UNSCOM, ENVIANDO UNA NOTA AL RESPECTO AL CONSEJO DE SEGURIDAD, EL CUAL DISCUTIRA EL INCIDENTE EN LOS PROMIMOS DIAS, TRAS EL INFORME DE EKEUS, PARA TOMAR UNA DECISION OFICIAL SOBRE EL TEMA.

3. IRAK, POR SU PARTE, ACHACO LA CULPA A LA UNSCOM:

   A. SU REPRESENTANTE ANTE LAS NACIONES UNIDAS, NEZAR HAMDUN, ENVIO UNA NOTA (11 JUN.), EN LA CUAL SOSTENIA QUE LA CARTA DE EKEUS CONTENIA INFORMACION FALSA E INEXACTA CON RESPECTO A LAS INTERFERENCIAS DE IRAK A LOS VUELOS DE LA UNSCOM, Y QUE LOS ACOMPANANTES IRAQUIES SOLO HABIAN MANIFESTADO SU PROTESTA POR LA UTILIZACION DE ESPACIO AEREO CERRADO, PESE A QUE EXISTE UNA RUTA AEREA MAS CORTA AL PUNTO DE DESTINO DE LA INSPECCION. ASIMISMO, SUBRAYO QUE NO SE CERNIA NINGUNA AMENAZA PARA LA INTEGRIDAD FISICA DE LOS PILOTOS Y SUS HELICOPTEROS.

   B. TAMBIEN EL CANCILLER IRAQUI, MOHAMED SAID AL-SAHHAF, REACCIONO AL INCIDENTE Y ENVIO UNA NOTA AL SECRETARIO GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS (11 JUN.), SENALANDO QUE EL EQUIPO CHILENO ASIGNADO A LOS HELICOPTEROS DE LA UNSCOM SE DISPONIA A PARTIR DE IRAK (5 JUN.) LLEVANDO CONSIGO MATERIALES QUE LA LEY IRAQUI NO AUTORIZA A SACAR DEL PAIS, Y QUE BAGDAD HABIA RECHAZADO LA PROPUESTA DE LA UNSCOM, DE QUE LOS CAJONES FUERAN REVISADOS SIN LA PRESENCIA DE REPRESENTANTES IRAQUIES.

   C. EL VICEPRIMER MINISTRO IRAQUI, TAREK AZIZ, REFUTO LOS ARGUMENTOS DE LA UNSCOM (14 JUN.), Y EN UNA CARTA A EKEUS SOSTUVO QUE SE TRATA DE UN INCIDENTE AISLADO ENTRE CENTENARES DE MISIONES AEREAS QUE NO FUERON INTERFERIDAS, CRITICANDO EL MOMENTO ELEGIDO PARA ESTA MISION, A LA CUAL DEFINIO COMO UN ACTO DESTINADO A CREAR CONFLICTOS.

D. ASIMISMO, TAREK AZIZ ENVIO OTRA CARTA EL CONSEJO DE SEGURIDAD (17 JUN.) A RAIZ DE LOS RECIENTES INCIDENTES CON LA UNSCOM. AZIZ JUSTIFICABA EL HECHO DE QUE SE HUBIERA IMPEDIDO LA ENTRADA DEL PERSONAL DE CONTROL A LOS DOS LUGARES EN CUESTION, ADUCIENDO QUE IRAK TEMIA QUE ELLO FUERA UTILIZADO COMO CUBIERTA PARA DETECTAR SISTEMAS Y ELEMENTOS DE SEGURIDAD IRAQUIES, ASI COMO MEDIOS PARA PROTEGER A LA CUPULA DIRIGENTE DEL PAIS. AZIZ SOSTENIA QUE IRAK CONSIDERA QUE LA COOPERACION LA UNSCOM CONSTITUYE UN INTERES NACIONAL, Y POR LO TANTO LA ACUSACION DE QUE BAGDAD NO COLABORA CON LA ORGANIZACION INTERNACIONAL CARECE DE LOGICA. EL EMBAJADOR DE IRAK ANTE LAS NACIONES UNIDAS, NEZAR HAMDUN, AGREGO QUE LOS DOS LUGARES DONDE SE HABIA IMPEDIDO LA ENTRADA DE LOS INSPECTORES DE LA UNSCOM (UNO PERTENECIENTE A LA PRESIDENCIA DE LA NACION Y OTRO A LA JEFATURA DE LA GUARDIA REPUBLICANA) YA HABIAN SIDO VISITADOS POR LOS MISMOS EN EL PASADO, Y POR TAL RAZON NO SE LES PERMITIO HACERLO NUEVAMENTE.

MEDIDAS POLITICAS FRENTE A LAS NACIONES UNIDAS

4. EL GOBIERNO DE IRAK DECIDIO SUSPENDER LA EXPORTACION DE PETROLEO (13 JUN.) EN EL MARCO DE LA PUESTA EN PRACTICA DE LA RESOLUCION 986, EN SENAL DE PROTESTA POR LA DEMORA EN LA APROBACION DE LOS CONTRATOS DE ADQUISICION DE COMESTIBLES Y MEDICAMENTOS.

5. TAREK AZIZ DEBE LLEGAR A LAS NACIONES UNIDAS, PROBABLEMENTE A FINES DE ESTA SEMANA, AL PARECER PARA ABOCARSE AL ESTUDIO DEL NUEVO PLAN HUMANITARIO INCLUIDO EN LA RESOLUCION 986 Y ASIMISMO PARA REUNIRSE CON ROLF EKEUS.

EGIPTO - LIBIA

6. EL PRESIDENTE MUBARAK EFECTUO UNA VISITA A LIBIA (12-13 JUN.), ACOMPANADO POR UNA GRAN COMITIVA DE MINISTROS QUE ATIENDEN TEMAS DE ECONOMIA. EN EL TRANSCURSO DE SU VISITA, MUBARAK SE ENTREVISTO CON EL CORONEL KADHAFI, CELEBRANDOSE ASIMISMO UNA REUNION DE LA COMISION SUPREMA CONJUNTA DE AMBOS PAISES. LAS CONVERSACIONES GIRARON EN TORNO A LA CREACION DE UN MERCADO COMUN ARABE, IDEA QUE MUBARAK PROMUEVE INTENSAMENTE EL ULTIMO TIEMPO EN SUS CONTACTOS CON DIVERSOS LIDERES ARABES. AL TERMINO DE LA VISITA SE FIRMARON VARIOS ACUERDOS PARA AMPLIAR LA COOPERACION ECONOMICA Y COMERCIAL ENTRE EGIPTO Y LIBIA. CABE SENALAR QUE LOS DOS PAISES MANTIENEN ESTRECHOS LAZOS DE COOPERACION DESDE HACE TIEMPO, EN VIRTUD DE SU VECINDAD GEOGRAFICA Y POR EL HECHO DE QUE ESTA COLABORACION SIRVE MUY BIEN A LOS OBJETIVOS -ECONOMICOS Y POLITICOS- DE AMBOS.

M A R R U E C O S

LAS ELECCIONES MUNICIPALES

7. EL 13 DE JULIO SE LLEVARON A CABO ELECCIONES PARA LAS AUTORIDADES MUNICIPALES DE MARRUECOS, EN LAS QUE PARTICIPARON LA MAYOR PARTE DE LOS PRINCIPALES PARTIDOS OPOSITORES. ALREDEDOR DEL 70 PORCIENTO DE LOS 13 MILLONES DE HABITANTES CON DERECHO AL VOTO ELIGIERON ENTRE UNOS 100.000 CANDIDATOS A 1547 REPRESENTANTES A LOS CONSEJOS Y AUTORIDADES MUNICIPALES.

8. SEGUN RESULTADOS CASI DEFINITIVOS (ACTUALIZADOS AL 16 DE JUNIO), EL PARTIDO ISTIKLAL OBTUVO EL 17,3 POR CIENTO DE LOS VOTOS, QUE EQUIVALEN A 4.072 BANCAS EN LOS CONSEJOS MUNICIPALES.
EL PARTIDO SOCIALISTA U.S.F..P. OBTUVO EL 11,2 POR CIENTO, EQUIVALENTES A 2.549 BANCAS, EN TANTO QUE EL PARTIDO P.P.S. DE ALI YATA RECIBIO EL 2,8 POR CIENTO, QUE LE ADJUDICAN 695 ESCANOS.

9. DE ACUERDO CON LA DIVISION DE LOS BLOQUES POLITICOS PRINCIPALES, LOS PARTIDOS DE IZQUIERDA OBTUVIERON EL 34 POR CIENTO, LA DERECHA, EL 28 POR CIENTO Y LOS PARTIDOS DEL CENTRO, EL 26 POR CIENTO. DE LOS TRES BLOQUES, NINGUNO OBTUVO UNA MAYORIA ABSOLUTA.

10. LAS ELECCIONES MUNICIPALES FORMAN PARTE DE LA INICIATIVA DEL REY HASSAN, DE EFECTUAR UNA REFORMA EN LAS INSTITUCIONES POLITICAS DEL PAIS, DESTINADA A INCREMENTAR LA APERTURA POLITICA Y AGILIZAR EL TRATAMIENTO DE LOS PROBLEMAS ECONOMICO-SOCIALES. FUNDAMENTALMENTE, LA PROPUESTA CONSISTE EN DIVIDIR AL PARLAMENTO EN DOS CAMARAS: LA CAMARA DE REPRESENTANTES COMO CAMARA BAJA, CUYOS MIEMBROS SERAN ELEGIDOS POR VOTO DIRECTO Y POR UN PERIODO DE CINCO ANOS; Y LA CAMARA DE CONSEJEROS COMO CAMARA ALTA, CUYOS MIEMBROS EJERCERAN SU MANDATO POR NUEVE ANOS.

11. PARA LOS VOTANTES Y PARA LOS PARTIDOS DE LA OPOSICION, LAS ELECCIONES DE AUTORIDADES MUNICIPALES PONEN A PRUEBA LA PROMESA DEL REY DE REALIZAR ELECCIONES HONESTAS Y DEMOCRATICAS, ESPECIALMENTE EN VISPERAS DE LAS ELECCIONES AL PARLAMENTO (SETIEMBRE DE 1997) Y PARA EL REGIMEN CONSTITUYEN UN INDICE DEL PODERIO POLITICO DE LOS PARTIDOS OPOSITORES.

S I R I A - E L L I B A N O - I R A K

CONTINUA EL MEJORAMIENTO DE SUS RELACIONES

12. CONTINUA LA TENDENCIA A UN ACERCAMIENTO ENTRE IRAK Y SIRIA, ESPECIALMENTE EN EL PLANO ECONOMICO. ASI FUE COMO UNA DELEGACION COMERCIAL IRAQUI ENCABEZA POR EL PRESIDENTE DE LA CAMARA DE COMERCIO DE ESE PAIS, ZUHAIR ABDEL GHAFUR YUNES, INTEGRADA POR UNA TREINTENA DE ALTOS FUNCIONARIOS MINISTERIALES Y HOMBRES DE NEGOCIOS, LLEGO EL 13 DE JUNIO A DAMASCO, EN UNA VISITA DE SEIS DIAS, Y SE REUNIO CON LOS MINISTROS SIRIOS DE SALUD PUBLICA, DE TRANSPORTES Y DE ECONOMIA. EN EL TRANSCURSO DE LA VISITA SE DISCUTIO EL INCREMENTO DEL VOLUMEN DEL INTERCAMBIO COMERCIAL Y LA AGILIZACION DEL TRANSITO DE LAS MERCADERIAS SIRIAS A IRAK, EN EL MARCO DE LA RESOLUCION 986. AMBAS PARTES DESTACARON QUE LA VISITA SE REALIZABA CON OBJETIVOS MERAMENTE ECONOMICOS Y NO POLITICOS.

13.EL PRESIDENTE DE LA CAMARA DE COMERCIO SIRIA, AL-SHALAH, INFORMO A HOMBRES DE NEGOCIOS SIRIOS E IRAQUIES (14 JUN.) QUE SE ESTAN COMPLETANDO LOS PREPARATIVOS PARA HABILITAR LOS PASOS FRONTERIZOS ENTRE AMBOS PAISES, Y QUE SIRIA HABIA ABIERTO TRES PUESTOS FRONTERIZOS EN SU LIMITE CON IRAK AL TRANSITO DE PERSONAS Y MERCADERIAS. ASIMISMO, SENALO QUE SE AUTORIZARIA EL TRANSPORTE ENTRE AMBOS PAISES, Y QUE EN ESTE MARCO SE CREARIA UNA COMPANIA DE TRANSPORTES CONJUNTA SIRIO-IRAQUI; LOS PUERTOS EN SIRIA SERAN ACONDICIONADOS PARA RECIBIR MERCADERIAS QUE SERIAN TRASLADADAS TAMBIEN POR FERROCARRIL. ADEMAS, AL-SHALAH MANIFESTO QUE SE ESTAN REALIZANDO ESFUERZOS PARA REPARAR LAS LINEAS TELEFONICAS ENTRE LOS DOS PAISES, CORTADAS DESDE HACE 17 ANOS. CON TODO, SHALAH PUNTUALIZO ANTE HOMBRES DE NEGOCIOS SIRIOS QUE NO SE MATERIALIZARIAN TRANSACCIONES ANTES DE SER EXAMINADAS, DADO QUE EL INTERCAMBIO COMERCIAL SE BASA EN LA APROBACION DE LAS NACIONES UNIDAS, AGREGANDO QUE A TAL FIN YA SE HABIAN ENVIADO VARIOS CONTRATOS A LA ORGANIZACION INTERNACIONAL.
ADEMAS, EL MINISTRO DE VIVIENDA Y RECONSTRUCCION IRAQUI SOSTUVO (16 JUN.) QUE LA SEMANA PROXIMA SU PAIS INICIARIA LA RESTAURACION Y AMPLIACION DEL PASO FRONTERIZO DE AL-TANF, CON EL OBJETO DE CONTRIBUIR A LA REANUDACION DEL COMERCIO.

14.SEGUN AL-SHALAH, TRAS LA REANUDACION DE LAS RELACIONES ECONOMICAS SERAN REAUNDADAS LAS RELACIONES POLITICAS. DE ACUERDO CON FUENTES BIEN INFORMADAS, EL CANCILLER SHARA NEGO (13 JUN.) QUE LA RAZON DE LA APERTURA SIRIA CON RESPECTO A IRAK FUERA DE CARACTER ECONOMICO, SENALANDO QUE EL HECHO NO ESTA DESCONECTADO DE LOS ACONTECIMIENTOS POLITICOS EN LA REGION. NO OBSTANTE, EL VICEPRESIDENTE SIRIO, ABDEL HALIM KHADDAM, PUSO DE RELIEVE (14 JUN.) QUE LAS CUESTIONES TRATADAS ENTRE SIRIA E IRAK SE CONCENTRAN EN LA ACTIVIDAD ECONOMICA, Y QUE SE ABRIRIAN LAS FRONTERAS ENTRE LOS DOS PAISES. EN RESPUESTA A UNA PREGUNTA REFERENTE A SU ABSTENCION DE EFECTUAR VISITAS A JORDANIA E IRAK, MANIFESTO QUE LA SITUACION POLITICA ENTRE SIRIA E IRAK NO LO PERMITIA.

15. PARALELAMENTE, DESDE EL 13 DE JUNIO SE ENCUENTRA EN SIRIA OTRA DELEGACION IRAUQI, ENVIADA POR LA ASOCIACION DE PERIODISTAS IRAQUIES, CON EL OBJETO DE PARTICIPAR EN LAS DELIBERACIONES DE LA SECRETARIA GENERAL DE LA UNION DE PERIODISTAS IRAQUIES, CON EL OBJETO DE PARTICIPAR EN LAS DELIBERACIONES DE LA SECRETARIA GENERAL DE LA UNION DE PERIODISTAS ARABES, QUE SE REUNE POR PRIMERA VEZ EN DAMASCO (15 JUN.).

16. AL MISMO TIEMPO (9 JUN.), EL CANCILLER DE EL LIBANO, FARES BOUEZ, ACLARO QUE SU PAIS NO REANUDARA PROXIMAMENTE SUS RELACIONES POLITICAS Y DIPLOMATICAS CON IRAK. SIN EMBARGO, SENALO QUE NO EXISTE OPOSICION A NORMALIZAR LAS RELACIONES ECONOMICAS CON DICHO PAIS. DE ACUERDO CON UNA INFORMACION PERIODISTICA, SIRIA NO HABIA DADO EL VISTO BUENO AL LIBANO EN ESE SENTIDO.

E L   L I B A N O   / ESCENARIO INTERIOR

LA 'REVOLUCION DE LOS HAMBRIENTOS' DE SUBHI TUFAILI

17. EL EX SECRETARIO GENERAL DEL HIZBALLAH, SUBHI TUFAILI, MANIFESTO ('AL-DIAR', 13 JUN.) QUE LOS PREPARATIVOS PARA LA 'REVOLUCION DE LOS HAMBRIENTOS' QUE COMENZARA EL 4 DE JULIO, SE INICIARIAN EN BEIRUT, Y QUIZAS TAMBIEN EN SIDON Y EN TRIPOLI. SEGUN TUFAILI, EL HIZBALLAH SUFRIRA UN DURO GOLPE SI NO PARTICIPA EN LA REBELION, Y CONVENDRIA QUE LA CONDUCCION DE LA ORGANIZACION MANTUVIERA CONTACTOS CON EL, YA QUE LA SENDA QUE TOMARAN HASTA AHORA NO HABIA CONDUCIDO A RESULTADO ALGUNO. RADIO 'NUR' ESTIMA QUE CABE ESPERAR UN INCREMENTO DE LOS CONTACTOS INTERNOS EN EL LIBANO, DE EL LIBANO CON SIRIA Y CON IRAN, PARA TRATAR ESTE TEMA. EN ESTE CONTEXTO, EL PRESIDENTE DEL PARLAMENTO Y LIDER DE EL-AMAL, NABIH BERI, SE RREUNIO CON EL SECRETARIO GENERAL DEL HIZBALLAH, HASSAN NASSERALLAH, EN PRESENCIA DE LOS MINISTROS AYUB HAMID Y MOHAMED ABU HAMDAN, PERTENECIENTES A EL-AMAL, Y CON EL JEFE DE LA BANCADA DEL HIZBALLAH EN EL PARLAMENTO, IBRAHIM AL-SAID (RADIO BEIRUT, 13 JUN.). EN EL ENCUENTRO SE DISCUTIERON, ENTRE OTRAS COSAS, LAS CONDICIONES DE VIDA EN EL LIBANO.

EL HIZBALLAH CRITICA LA RESOLUCION DE AUMENTAR ARANCELES ADUANEROS

18. EL JEFE DE LA OFICINA POLITICA DEL HIZBALLAH, MOHAMED RAAD, CRITICO (16 JUN.) LA RESOLUCION DEL GOBIERNO DE AUMENTAR LOS ARANCELES ADUANEROS APLICADOS A AUTOMOVILES Y PRODUCTOS AGRICOLAS, ESTIMANDO QUE ESTA MEDIDA DEJARA A 65 MIL LIBANESES SIN TRABAJO. UN MIEMBRO DEL PARLAMENTO PERTENECIENTE A LA ORGANIZACION, ABDALLAH KASSIR, IMPUTO AL GOBIERNO LA RESPONSABILIDAD POR LA CRECIENTE DESOCUPACION ENTRE LOS JOVENES. DEBE SENALARSE QUE COMO CONSECUENCIA DE DICHA RESOLUCION, SE REGISTRO UN AUMENTO DE ENTRE 20 Y 35 POR CIENTO EN LOS PRECIOS DE FRUTAS Y VERDURAS. COMO SE RECORDARA, LA DECISION DEL MINISTERIO DE AGRICULTURA (MARZO DE 1997), DE LIMITAR LA IMPORTACION DE PRODUCTOS AGRICOLAS, PRODUJO CONFLICTOS COMERCIALES CON EGIPTO Y JORDANIA.

E L   L I B A N O   -   M A L A Y S I A

19. EL PRIMER MINISTRO MALAYO, MAHATIR BIN MOHAMED, LLEGO POR PRIMERA VEZ DE VISITA A EL LIBANO (16 JUN.). SUS CONTACTOS CON EL GOBIERNO LIBANES SE REFIRIERON A TEMAS ECONOMICOS Y POSIBILIDADES DE COOPERACION ECONOMICA ENTRE AMBOS PAISES.

Nº DOCUMENTO 9708826
TITULO
PROCEDENCIA TIEMPOS DEL MUNDO
FECHA DE PROCEDENCIA 19/6/97
VINCULACIONES 11921
66097
11164.
11163.
11426.
501889.

01-02

9708826

Interpelan a dos ministros por el secuestro de un guerrillero

La supuesta ejecución del guerrillero Mincho por parte de fuerzas del Estado Mayor Presidencial sigue abriendo dudas. Diputados de la oposición interpelaron a los ministros de Defensa y [illegible]guridad. Ambos funcionarios pusieron en duda la existencia del desaparecido. La denuncia había sido realizada por la misión de la Naciones Unidas en el país.

POR ESTUARDO GASPARICO M.
CORRESPONSAL EN GUATEMALA



CUESTIONADOS. Los ministros de Defensa, Balconi (izq.) y de la Gobernación, Mendoza, dudan de la existencia de un guerrillero desaparecido.

FOTOS TDM/GUATEMALA

GUATEMALA. Sin pena ni gloria concluyó la interpelación que algunas bancadas de oposición hicieron a los ministros de [G]obernación, **Rodolfo Mendoza**, [y] de Defensa, **Julio Balconi**. Ambos funcionarios nuevamente pusieron en duda la existencia y supuesta captura del guerrillero **Juan José Cabrera**, alias *Mincho*, por efectivos del Estado Mayor Presidencial (EMP).

Los esfuerzos de los diputados opositores por conseguir que los funcionarios reconocieran lo denunciado por la Misión de Naciones Unidas para Guatemala (MINUGUA) el 20 de mayo pasado, sobre la participación del EMP en la desaparición y supuesta ejecución extrajudicial de *Mincho*, se vieron frustrados tras dos horas de interpelación.

Mendoza y **Balconi** fueron citados ante el Congreso por el jefe del bloque de la Unión del Centro Nacional (UCN), **Héctor Klée**, para explicar la participación del EMP en la resolución del secuestro de la señora **Olga Alvarado de Novella**, de 86 años, perpetrado en agosto de 1996 por un comando urbano guerrillero.

El caso quedó parcialmente resuelto el pasado 20 de octubre, luego del canje realizado entre **De Novella** y el jefe del grupo secuestrador, el también guerrillero **Rafael Augusto Baldizón Núñez**, alias *Isaías*.

Voto de desconfianza

A pesar de los intentos realizados por el diputado interponente, **Héctor Klée**, de procurar un voto de desconfianza en contra de los dos funcionarios, a quienes acusaba de violar la Constitución y los convenios internacionales sobre Derechos Humanos, la bancada del Partido de Avanzada Nacional (PAN) —mayoritaria— hizo funcionar su poder, impidiendo la condena.

Durante más de dos horas, [lo]s funcionarios acompañados por el director de la Policía Nacional (PN), **Angel Antonio Conte Cojulún**; el viceministro de Gobernación, **César Amílcar Pantaleón**; y el teniente coronel **Jaime Cruz Minera**, respondieron sucesivamente a las preguntas formuladas por diputados de la UCN, el Frente Republicano Guatemalteco (FRG), la Bancada Independiente y el Frente Democrático Nueva Guatemala (FDNG).

El interrogatorio comenzó con las preguntas básicas de **Klée**, referidas al número de órdenes de captura que ha ejecutado el Ministerio de Gobernación, y si el EMP forma parte del Ejército de Guatemala, las cuales fueron respondidas sin problemas por los interpelantes. Poco a poco el interrogatorio fue tomando cuerpo, y se centró en su fin principal, que era —según **Klée**— demostrar la participación del Comando Antisecuestros y el Estado Mayor Presidencial en el canje de la señora **De Novella** y la desaparición de *Isaías*.

El primer objetivo se logró, ya que **Mendoza** reconoció que la detención de *Isaías* estuvo a cargo del denominado Comando Antisecuestros, el cual —según él— no tiene sede ni integrantes fijos. Sin embargo, negó la detención de otro guerrillero además de **Baldizón Núñez**, quien fue canjeado por **De Novella**.

El titular de la cartera de Gobernación reveló que *Isaías* permaneció en poder de los agentes del Comando Antisecuestros, integrado por tres o cuatro investigadores —entre policías y oficiales del ejército—, durante casi 14 horas dentro de un vehículo, e insistió en que la detención no fue un delito.

Para **Klée**, ese secuestro, que se realizó sin informar al Ministerio de Defensa, confirma que el EMP fue el encargado de ejecutar la captura y custodia del guerrillero.

Sin embargo, **Klée** fue categórico al decir que durante la operación se violó el artículo 6 de la Constitución así como las leyes ordinarias e instrumentos internacionales en materia de Derechos Humanos.

"Estamos ante un caso de desaparición forzada, captura, interrogatorio, custodia y canje," afirmó el diputado al terminar el interrogatorio. A pesar de sus esfuerzos, **Klée** no pudo lograr su objetivo de que se aprobara un voto de desconfianza en contra de los funcionarios, debido a la mayoría del PAN en el pleno y la salida del FDNG del hemiciclo. Finalmente, la votación fue 19 votos a favor de la moción del diputado ucenista y 41 en contra. ◆

De gira

El objetivo aparente de la gira del canciller cubano, **Roberto Robaina**, era un acercamiento con los gobiernos de las naciones centroamericanas, que de manera abierta o sigilosa, muestran simpatía por la población de la isla.

Aunque ninguna fuente oficial quiso hablar sobre el particular, pudo conocerse que el tema principal de su visita a Guatemala fue buscar apoyo en momentos en que se denuncia la intención de los Estados Unidos de endurecer el embargo comercial que mantiene sobre Cuba desde 1960.

Si bien es cierto que el Gobierno del presidente **Alvaro Arzú** trata de mantenerse neutral sobre el asunto y prefiere no opinar sobre la situación política y económica de la isla, tampoco impide ni critica que empresas como la aerolínea nacional, AVIATECA, haya comenzado a efectuar vuelos regulares a Cuba desde la semana anterior. ◆

SECRETO-INMEDIATO

25 DE MAYO DE 1997
INFORME NO. /3657

ASUNTO: EL CERCANO ORIENTE - RESENA INFORMATIVA SEMANAL
(13-20 DE MAYO DE 1997)

IRAK

LAS NEGOCIACIONES ENTRE EL PUK Y EL KDP EN ANKARA

1. EL 14 DE MAYO SE REANUDARON LAS NEGOCIACIONES ENTRE EL PUK Y EL KDP EN ANKARA. SE INFORMO QUE EN EL TRANSCURSO DE LAS MISMAS, LAS PARTES DECIDIERON (14 MAYO) REDUCIR SUS EFECTIVOS EN LA LINEA DEL CESE DEL FUEGO, EN EL NORTE DE IRAK, HACERLOS RETROCEDER POR LO MENOS A CINCO KILOMETROS DE ESA LINEA Y ALMACENAR LAS ARMAS PESADAS, HASTA EL 15 DE JULIO. AL CONCLUIR LAS CONVERSACIONES EN ANKARA (17 MAYO), AMBAS FRACCIONES PROPORCIONARON VERSIONES CONTRADICTORIAS: EL PUK SOSTUVO QUE NO SE HABIAN ALCANZADO RESULTADOS POSITIVOS Y QUE NO ESTA SATISFECHO DE LA POLITICA QUE CONDUJO A LAS CONVERSACIONES PORQUE LA MISMA SIRVE A LOS INTERESES DEL KDP, ASIMISMO, ESTABLECIO QUE DESPUES DEL PROXIMO ENCUENTRO PREVISTO PARA JUNIO, VOLVERIA A CONSIDERAR SI PROSEGUIR LAS NEGOCIACIONES EN ESTA FORMA, QUE IMPIDE LOGRAR UN ARREGLO Y PERMITE LA CONTINUACION DEL DOMINIO DEL KDP EN EL TERRENO. EL KDP, POR SU PARTE, MANIFESTO QUE EL RESULTADO DE LAS NEGOCIACIONES HABIA SIDO POSITIVO Y QUE AHORA PROCURARA A LLEVARLAS A LA PRACTICA.

VIOLACION DE LA PROHIBICION DE VUELOS

2. EL VICEMINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES IRAQUI, RIAD EL KEISI, INFORMO (14 MAYO) QUE LAS RESOLUCIONES DEL CONSEJO DE SEGURIDAD NO PROHIBEN EL TRASLADO POR VIA AEREA DE PASAJEROS O DE AYUDA HUMANITARIA A O DESDE IRAK, Y QUE SU PAIS INSISTIRA EN SU DERECHO A HACER REGRESAR A SUS AVIONES QUE SE ENCUENTRAN EN EL EXTERIOR (JORDANIA, TUNEZ E IRAN), PARA EFECTUAR VUELOS INTERNOS E INTERNACIONALES, Y QUE ESPERA LA AUTORIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS A TAL FIN.

Y E M E N

NUEVO GOBIERNO

3. EL 15 DE MAYO SE CREO EN EL YEMEN UN NUEVO GOBIERNO, TRAS LAS ELECCIONES EFECTUADAS A FINES DE ABRIL, EN LAS CUALES TRIUNFO POR AMPLIA MAYORIA EL PARTIDO DEL PRESIDENTE, EL CONGRESO GENERAL DEL PUEBLO. EL PARTIDO ISLAMISTA AL-ASSALAH, QUE HASTA AHORA HABIA SIDO EL COMPONENTE SECUNDARIO EN LA COALICION, NO PARTICIPA EN EL GOBIERNO, ASIMISMO, ANUNCIO QUE NO CUESTIONARIA LOS RESULTADOS DE LAS ELECCIONES AL PARLAMENTO, AUNQUE SIGUE ACUSANDO AL PARTIDO DEL CONGRESO GENERAL DEL PUEBLO DE HABER UTILIZADO DINERO PUBLICO PARA COMPRAR VOTOS. PESE A ESTAS OBJECIONES, AL-ASSALAH NO DESCARTO LA POSIBILIDAD DE SEGUIR COMPARTIENDO EL GOBIERNO CON EL CONGRESO GENERAL DEL PUEBLO, COMO LO HICIERA DESDE 1994.

SECRET

97/017

17 June 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: ARMS SALES TO CHINA

Attached is Report Number 97/0672

SECRET

SECRET

RELS/97/0672 17 June 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: ARMS SALES TO CHINA

Key judgements

- China is by far Russia's biggest arms customer, and will spend over US Dollars (USD) 5 billion (bn) over the next five years, increasingly for production technology rather than complete weapons systems. For now, the pressing need for hard currency and to maintain activity at core defence plants and institutes outweigh Russian concerns about China as a possible long-term threat, though some offensive systems remain off limits.

- Russia probably believes it can retain a technological lead and will have technical leverage over the pace of Chinese modernisation. The transfer of ballistic missile technology to China, at the very least, comes close to violating Russia's obligations under the Missile Technology Control Regime.

- China is purchasing Russian equipment to protect and pursue its territorial interests. Advanced fighters and new air-defence equipment will improve Chinese control over the South China Sea.

1. At their 23 April summit, Presidents Jiang Zemin and, especially, Yeltsin, emphasised the importance of their political relationship. Russia also sees particular opportunities from China's impressive economic performance. Just before the summit, the then Defence Minister Rodionov discussed arms sales on his own visit to China.

Thriving arms sales.......

2. Arms sales account for 3 per cent of Russia's hard currency exports and 40 per cent of machinery exports. It sees them as essential if it is to maintain activity at its core defence plants and scientific institutes. The drive to increase arms sales has coincided with China's attempts to modernise and upgrade its military capabilities. Economic growth and changing perceptions of the military threat have led China to a major review of its military doctrine to prepare for limited conflicts or local wars around its periphery, rather than resisting large-scale invasion. It recognises that it needs smaller high technology conventional forces capable of responding quickly to regional conflicts, under the umbrella of modest strategic forces.

3. China has become by far Russia's most important arms purchaser, taking since 1992 over one-third of all Russian arms exports (valued at USD 3.5bn and three and a half times as much as Moscow's next biggest customer, India). Sales reached a new high of USD 1.1bn in 1996. China has also been the first country outside the former Soviet Union to receive some of Russia's most modern equipment. China's Air Force has acquired two-thirds of the value of arms deliveries, and

SECRET

all the military services have acquired some sophisticated Russian equipment, including Kilo conventional submarines to the Navy and surface-to-air missiles (SA-10) battalions co the Air Defence Forces. Ground Forces purchases have been extremely modest.

4. With funding inadequate and technology generally 15-20 years behind the West, China is seeking to import key technologies from Russia. These include some weapons technologies for incorporation into its own designs; including the use for military-related purposes of ostensibly civil technology. Russia is in the early stages of supplying China with the basis for co-operative licensed production worth over USD 2 bn for the su-27 advanced fighter aircraft and is also supplying other production technology. If successfully assimilated, these transfers could significantly enhance China's indigenous capabilities. Russian technology for a wide range of ballistic and aerodynamic missile programmes will enable China to improve its capability and to develop mobile systems; the bulk of these transfers have been test equipment, materials and dual-use items.

Impact on China's military capabilities

5. Access to Russian weaponry since the early 1990s, at least a generation ahead of that available indigenously, has enabled China to upgrade some equipment and operational capabilities. But the scale of the task is vast. Equipment modernisation remains slow and selective, with improvements limited to a small number of units. Modest Ground Forces improvements have been made over the past five years, but most of the upgrades have been with indigenous weapons systems. China's Navy is adequate for coastal defence and is, by weight of numbers, already a relatively capable defensive force against regional navies. Successful assimilation of Russian submarines and destroyers will significantly enhance its capability. The acquisition of the Su-27 by the Air Force has the potential to improve China's combat capability significantly (for example in coverage of the South China Seas).

Prospects

6. Russia recognises that a militarily powerful China to the south of the 4,000km border with its own backward sparsely populated Eastern regions is a potential threat to its own interests. But Russia does not see China as a direct threat over the next 10-15 years, and long-term concerns have for now been overridden by Russia's desperate need for hard currency and to maintain its core defence industry. It is assessed that from existing and anticipated contracts Russia will supply China's armed forces with equipment and production technology worth over USD 5bn over the next five years, with the emphasis shifting from the air force and air defence to the navy and, to a lesser extent, the ground forces. Russia would prefer to sell off-the-shelf equipment, which gives a greater return, but is prepared to sell technology. Russia wants to remain China's principal arms

SECRET

supplier, but some offensive equipment (for example Backfire medium range bombers) remains off-limits. Russia probably believes that, though the technology gap with China will narrow, it will be able to keep some control over the pace of Chinese modernisation: China will have problems in assimilating some of the most advanced technology and will continue to depend on extensive Russian technical assistance. Russia will also maintain its lead in the key areas of strategic nuclear systems, command and control, submarine warfare and space-based surveillance. The transfer of ballistic missile technology to China, at the very least, comes close to violating Russia's obligations under the Missile Technology Control Regime.

7. China's regional defence focus is on its territorial interests, principally Taiwan and the South China Sea. With these in mind, it is purchasing equipment to meet particularly acute military needs for a small part of its armed forces. China is at the same time investing in technology to enable the remainder to be re-equipped in the longer term both generally to bolster its status, and that of the military, and as insurance against what they see as potential future military rivalry with a revitalised nationalist Russia or Japan. China does not want to become over-dependent on Russia for military equipment. But given the limited range of suppliers, it will remain a major arms customer well into the next century. Over the next decade, China's armed forces will become progressively more effective, but will have only a limited capability to project power within the East Asia region because of a shortage of air and sea-lift capacity and problems of assimilating and maintaining equipment and technology.

ENDS

SECRET
04-04

SECRET

97/018

26 June 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: ECONOMIC PROSPECTS

Attached is Report Number 97/0724

SECRET

SECRET

RELS/97/0724 25 June 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: ECONOMIC PROSPECTS

Key judgements

- After a 40 per cent contraction between 1990 and 1996, the Russian economy now has the prospect of renewed growth, provided Yeltsin's new team of ministers maintains the momentum of reform. Even so, results will take time to come through and growth in the formal economy is unlikely before next year.

- With tax revenues running at only 65 per cent of this year's target, Chubais is mounting a vigorous campaign against evasion. Nemtsov's tough line with the energy monopolies has prompted Gazprom to promise US dollars 2.6 bn in tax arrears. To tackle the deficit the government is also likely to implement spending cuts of 20 per cent this year, whether or not the Duma agrees.

- Spending on housing and utilities is set to rise from 5 per cent to 25-30 per cent of average household income over the next six years. This and other threats to the welfare position of many Russians will severely strain public acquiescence in the reform programme even if current wage and pension arrears are substantially reduced and spending cuts carefully targeted.

1. The Russian economy shrank by over 40 per cent between 1990 and 1996. The economy has probably stopped contracting now, though any growth in the formal sector is unlikely before 1998. The private sector produces 70 per cent of total recorded output. The growing informal economy is thought to add a further 25 per cent to official GDP. Most prices have been deregulated and substantial progress has been made in liberalizing domestic markets. Monetary achievements have been impressive: annual inflation fell to 15.2 per cent in April (compared to the peak of 2510 per cent in 1992) and the exchange rate is stable. But there is still much to do on structural reform. The banking sector is under-developed and enterprise restructuring has barely begun. Corruption in the newly privatized industries is widespread. The most urgent problem facing the government is a rising budget deficit.

Impact of economic reforms on Russian households

2. Since reforms began, the measurable welfare position of many Russians has deteriorated. Unemployment has risen to 9.66 per cent and average real wages have only recently regained 1992 levels. Wage differentiation between regions and sectors has widened. Wage arrears in the private sector are substantial (about 18 per cent of GDP) and show no signs of falling. The absence of effective bankruptcy measures against insolvent companies, management dishonesty and, in some cases, genuine cash-flow shortages all contribute to the problem. There is no adequate welfare safety net for many

Russians. Health and education provisions have deteriorated. Some of the problems associated with low incomes are nonetheless attenuated by the large and dynamic informal economy, as well as by family support networks. This, and the presence of goods in the shops, may explain the absence of social unrest during the recession.

Yeltsin's ambitious agenda

3. In March, Yeltsin outlined an ambitious agenda to revive structural reform. The specific aims are to break the power of the natural monopolies, reduce tax evasion and improve tax collection, reduce subsidies, pay pension arrears, increase foreign direct investment and facilitate enterprise restructuring. In line with the main priorities, Yeltsin has signed presidential decrees cutting housing subsidies, boosting state control of the natural monopolies, and nominating several large firms to be privatizated. The first to go up for sale is the telecoms holding company worth an estimated US dollars (USD) 4.8 billion: a 25 per cent stake is to be sold. Chubais and Nemtsov have been appointed to lead the reforms. Chernomyrdin's commitment to economic reform is ambiguous and his position is being weakened.

The tax revenue problem

4. Tax revenues were 65 per cent of planned levels during the first four months of the financial year, but there does appear to have been a significant improvement in April and May. Chubais has also set about tackling corporate tax arrears by targeting a limited number of large companies. The government has put new tax rules before the Duma. The intention is to simplify the chaotic tax system and further improve tax collection, but adoption in full before 1998 looks unlikely. Measures to improve revenues From Value Added Tax (VAT) and import taxes have still to emerge.

5. Nemtsov's immediate task as energy minister is to reduce the independence of the natural monopolies. His specific aims are to reduce cross-subsidization, while improving investment, transparency and accountability.

First priorities are Gazprom and the electricity monopoly, then the coal industry and railways. Gazprom has agreed to pay USD 2.66 in tax arrears. Shortly after this agreement Nemtsov announced he would head a new board himself in order to enforce more effective control of the 40 per cent state share. Gazprom's payment of its tax bill should help break the vicious circle of non-payment and barter that has deprived both government and enterprises of funds.

Cutting public spending

6. With a budget deficit of over 10 per cent of GDP, the government has proposed public spending cuts equivalent to USD 19 billion (20 per cent of planned expenditure). The defence budget is also being cut by 20 per cent in 1997: a

major part of the cuts will fall on R and D where spending will be reduced by 40 per cent. The Duma is due to decide on the proposals this month. If necessary the government will simply enact the cuts as the Central Bank appears to have ruled out printing more money to finance the budget deficit. As part of the medium term budgetary reforms the government has proposed cutting housing subsidies by 2003. This will reduce government expenditure eventually by Rbs 100 trillion (USD 17.5 bn) but it will mean spending on housing and utilities will increase from 5 per cent to 25-30 per cent of average household income. As the regional authorities will be responsible for implementing the cuts, tensions between federal and regional leaders are likely to increase despite Chubais' recent attempts to cultivate their support.

Assessment

7. The economy has probably stopped contracting, but growth in the formal sector is unlikely before 1998. Raising tax revenues remains the immediate priority and Chubais has now begun a serious attempt to tackle tax evasion. Nemtsov is taking a much firmer hand with the energy monopolies. Yeltsin's new agenda, if successfully implemented, will significantly improve economic performance eventually but these results will take time to come through. There is inevitable opposition to reform from some business interests, disillusioned politicians and the Duma. Yeltsin and his team will need to confront these groups if his agenda is to be implemented. The short term prosperity of Russian households will be further threatened by the reforms. Even if current wage and pension arrears are substantially reduced and spending cuts carefully targeted public acquiescence in the reform programme will come under severe strain.
ENDS

SECRET

97/018

2 July 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: ECONOMIC PROSPECTS

Attached is Report Number 97/0752

SECRET

08

RELS/97/0752 2 July 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: ECONOMIC PROSPECTS

Key judgements

- After a 35 percent contraction between 1990 and 1996, the Russian economy now has the prospect of growth, provided Yeltsin's new team of ministers maintains the momentum of reform in the face of powerful vested interests. Even so, results will take time to come through and growth in the formal economy is unlikely before next year. The economic progress achieved to date is not yet irreversible.

- With tax revenues running at only 65 percent of this year's target, Chubais is mounting a vigorous campaign against evasion. Nemtsov's tough line with the energy monopolies has prompted Gazprom to promise US dollars 2.6 bn in tax arrears. To tackle the deficit the government is also likely to implement spending cuts of 20 percent this year, whether or not the Duma agrees.

- Household spending on housing and utilities is set to rise from 5 percent to 25-30 percent of average income over the next six years. This and other threats to the welfare position of many Russiansmean that, even if current wage and pension arrears are reduced and spending cuts carefully targeted, public acquiescence to reform will remain under severe strain.

1. The Russian economy shrank by about 35 percent between 1990 and 1996. The economy has probably stopped contracting now, though any growth in the formal sector is unlikely before 1998. The private sector produces 70 percent of total recorded output. The growing informal economy is thought to add a further 15 to 35 percent to recorded GDP. Most prices have been deregulated and substantial progress has been made in liberalizing domestic markets. Monetary achievements have been impressive: annual inflation fell to 11.4 percent in May (compared to the peak of 2,510 percent in 1992) and the exchange rate is stable. This progress is, however, not yet irreversible. There is still much to do on structural reform. The banking sector is under-developed and enterprise restructuring has barely begun. Corruption in the newly privatized industries is widespread. The most urgent problem facing the government is a rising budget deficit.

Impact of economic reforms on Russian households

2. Unemployment has risen to 9.6 percent and average real wages have only recently regained 1992 levels. Wage differentiation between regions and sectors has widened. Wage arrears in the private sector are substantial (about 1.7 percent of annualized GDP) and show no signs of falling. The absence of effective bankruptcy measures against insolvent companies, management corruption and, in some cases, genuine cash-flow shortages all contribute to

the problem. There is no adequate welfare safety net for many Russians and pensions have been particularly hard hit. Health and education provisions have deteriorated. Some of the problems associated with low incomes are nonetheless attenuated by the large and dynamic informal economy, as well as by family support networks. This, and the presence of goods in the shops, may explain the absence of social unrest during the recession.

Yeltsin's ambitious agenda

3. In March, Yeltsin outlined an ambitious agenda, endorsed by the IMF and World Bank, to revive structural reform. The specific aims are to break the power of the natural monopolies, reduce tax evasion and improve tax collection, reduce subsidies, pay pension arrears, increase foreign direct investment and facilitate enterprise restructuring. In line with the main priorities, Yeltsin has signed presidential decrees cutting housing subsidies, boosting state control of the natural monopolies, and nominating several large firms to be privatized. The first to go up for sale is the telecommunications giant an estimated US dollars (USD) 4.8 billion: a 25 percent stake is to be sold. Chubais and Nemtsov have been appointed to lead the reforms. Chernomyrdin's commitment to economic reform is ambiguous and his position is being weakened.

The tax revenue problem

4. Tax revenues were only 65 percent of planned levels during the first four months of the financial year, and, while there does appear to have been a significant improvement in April and May, tax collection is still more than 20 percent below target. Chubais has also set about tackling corporate tax arrears by targeting selected large companies. The government has put new tax rules before the Duma. The intention is to simplify the chaotic tax system and further improve tax collection, but adoption in full before 1998 looks unlikely. Measures to improve revenues from Value Added Tax (VAT) and import taxes have still to emerge.

5. Nemtsov's immediate task as energy minister is to reduce the independence of the natural monopolies. His specific aims are to reduce cross-subsidization, while improving investment, transparency and accountability. First priorities are Gazprom and the electricity monopoly, then the coal industry and railways. Gazprom has agreed to pay USD 2.6 bn in tax arrears. Shortly after this agreement Nemtsov announced he would head a new board himself in order to enforce more effective control of the 40 percent state share. Gazprom's payment of its taxbill should help break the vicious circle of non-payment and barter that has deprived both government and enterprises of funds.

Cutting public spending

6. With a budget deficit of 7 percent of GDP, the government has proposed public spending cuts equivalent to

SECRET

USD 19 billion (20 percent of planned expenditure). The defence budget is also being cut by 20 percent in 1997: procurement and Research and Development will be cut by 30 percent, given the government's promise to protect military personnel and pensions. The Duma is due to decide on the proposals this month. If necessary the government will simply enact the cuts as the Central Bank appears to have ruled out printing more money to finance the budget deficit. As part of the medium term budgetary reforms the government has proposed cutting housing subsidies by 2003. This will reduce government expenditure eventually by USD 17.5 bn but it will mean spending on housing and utilities will increase from 5 percent to 25-30 percent of average household income. As the regional authorities will be responsible for implementing the cuts, tensions between federal and regional leaders are likely to increase despite Chubais' recent attempts to cultivate their support.

Assessment

7. The economy has probably stopped contracting, but growth in the formal sector is unlikely before 1998. Raising tax revenues remains the immediate priority and Chubais has now begun a serious attempt to tackle tax evasion. Nemtsov is taking a much firmer hand with the energy monopolies. Yeltsin's new agenda will significantly improve economic performance but these results will take time to come through. There is inevitable opposition to reform from some business interests, disillusioned politicians and the Duma. Yeltsin and his team will need to confront these groups if his agenda is to be implemented. The short term prosperity of Russian households will be further threatened by the reforms. Even if current wage and pension arrears are substantially reduced and spending cuts carefully targeted public acquiescence in the reform programme will remain under severe strain.
ENDS

SECRET

SECRET

97/004

5 February 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND-UP OF EVENTS IN DECEMBER 1996

Attached is Report Number 97/0099

SECRET

61-06

RELS/97/0099 31 January 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND-UP OF EVENTS IN DECEMBER 1996

SUMMARY

1. The submarine issue was resolved after North Korea apologised.

2. North-South and other contacts can resume.

3. Fuel storing and KEDO will restart.

4. North Korea's New Year message was uncompromising.

5. North Korea claims to have repaired flood damage.

NORTH KOREA/SOUTH KOREA

1. The submarine incident has at last been resolved. Progress is now possible in the many areas relating to North-South relations blocked since last September when a North Korean submarine was found on a South Korean beach. South Korea will now end its suspension of action on light-water reactor construction by KEDO (Korean Energy Development Organisation), and North Korea is to resume canning of spent nuclear fuel. North Korea will also accept three-way discussion (North, South and US) on the four-way talks proposed last April.

2. This fresh start dates from 29 December when North Korea, after three weeks of working-level talks with the Americans in parallel with intensive South Korea-US discussion, expressed regret for the submarine incident and the "tragic loss of life", and undertook to avoid such episodes in future. The remains of the North Koreans who died during the incursion were then returned at Pansunjom. North Korea's statement was not quite an apology nor was it addressed directly to South Korea, but the South Koreans decided to accept it, attributed as it was to the Ministry of Foreign Affairs (MFA), and worded to suggest top-level provenance. The text was broadcast in English and Korean, but was not carried by North Korean domestic radio. The North Korean in the street is likely still to be unaware of the entire incident.

3. The way is now open, relatively speaking, to take forward North-South relations, in particular food aid and economic investment. Kim Yong-sam's New Year message expressed the hope that 1997 would be a turning-point in reconciliation with North Korea and promised to make efforts towards peaceful reunification. But already South Korean politicians are urging caution and Kim Yong-sam himself warned against sentiment in approaching the North. North

Korea's acceptance of three-way talks is no indication that four-way talks will follow, and judging by previous form the South Koreans might decide to link political relations and other issues to such talks. Renewed stalemate could still follow.

4. North Korea's apology, welcomed as it was, was a calculated decision based on expediency rather than an indication of the start of a new era in North-South relations. North and South have stepped back from the edge, but there is no change of heart on either side. South Koreans up to and including Kim Yong-sam stressed the continuing threat from the North. The North was no less ready with anti-South propaganda. North Korea's apology had scarcely been broadcast when North Korean united front groups issued statements claiming that South Korea's return of the bodies of the submarine crew constituted an apology by the South for causing their deaths.

ABROAD

5. Success in resolving the submarine issue will ease the constraint on North Korea-US relations imposed by linkage to North-South relations. North Korea's agreement to resume canning of spent fuel came just in time to remove what could soon have become a major embarrassment when the time came for President Clinton to request funding for KEDO and assure Congress that the nuclear freeze was in order. Now, the US-North Koreans were perhaps in a stronger position than in pre-submarine days. A compliant North Korea stands to gain permission for an American company to supply huge amounts of grain in barter trade, an arrangement for American air traffic to overfly North Korean airspace for which North Korea will be paid (of mutual benefit but North Korea's need is greater), and further higher-level discussion of bilateral issues like the return of war dead. These were not presented as a package and the South Koreans were especially anxious to stress that North Korea had not been compensated for accepting three-way explanations of the four-way talks, a point on which the South had been determined when the question first came up.

6. The same restrictions applied to North Korea's relations with Japan, but in practice the obstacles to improved bilateral relations are probably more intractable than in the case of North Korea-US relations. However a North Korea-Japan working-level contact in Peking, the fourth in 1996, was reported by the South Korean press, and aid is thought to have been discussed. According to South Korea's press, Japan wants to transfer some of their current rice surplus to North Korea. These reports claimed that North Korea relies more on humanitarian aid from Japan than from the US which has more complex aid mechanisms.

7. Russia too will help, according to the Russian press. The Russian government was reported as having allocated humanitarian aid including rice which will be air-lifted to North Korea. Food aid from other sources arrived in December, mainly through international organisations. Donors

included Libya and the World Food Programme.

8. Taiwanese officials including representatives of the MFA and the Council of Agriculture spent a week in North Korea. They told the press that for the first time North Korea had accepted Taiwanese visitors in their official capacities. Both sides, they said, wished to increase co-operation between academics and agriculture experts; they found the North Korean government and people friendly and expect further exchanges perhaps leading to significant developments in bilateral relations.

HOME

9. North Korea's New Year message to the people took the form established since the death of Kim Il-sung of a joint editorial published by the organs of the Party, army and youth organisations. The opening theme was victorious struggle against imperialist hostility, successfully withstood through the arduous march (a 1996 slogan) of the people led by the Party, united in protecting the leader. Now North Korea could look forward to a year of greater prosperity and enhanced military strength, a year of revival and a "new turnaround" of the revolution. North Koreans were urged to consolidate the march to victory by implementing the teachings of Kim Il-sung, the father of the nation, and revering Comrade Kim Chong-il. Last New Year's concepts of the arduous march and red flag were joined by the more recent mood of finding a breakthrough, to destroy pessimism and defeatism, and to choose independent life over slavery. There was perhaps a new urgency in the call for a last struggle for victory, not just endless endurance of hardship ("we have no place to which to retreat and no right to die before...completing socialism.."). There was also much emphasis on the 30-year-old leadership role of Kim Chong-il and his identification with victory for socialism.

10. The uncompromising message went on to practical details of how to achieve success, following the slogan "We can see victory in socialism". Little was new: agriculture, light industry and trade take priority, with better land management and moves to raise grass-eating domestic animals, pioneer foreign markets and conserve fuel. Intellectuals must contribute by developing science and technology. Defence power must be consolidated ("the army..is the driving force in accomplishing...the cause...our army will never forgive those who may touch us"), army-people unity enhanced, and the leadership role of the Party strengthened. The message echoed the call, repeated throughout the year, for ideological work to rouse the masses, with Party organisations taking the key role in setting practical examples; the future lies with the Party, army and youth league.

11. The section on reunification praised the development of a nationwide reunification movement and the solidarity of Koreans from North, South and abroad, and accused Kim Yong-sam's administration of seeking conflict rather than co-operation. There was nothing new and no hint of flexibility.

North Korea stands by every detail of the principle of confederation set out by Kim Il-sung. The US was urged to respond to North Korea's proposal to establish a new peace regime. Finally, North Korea will defy imperialism to the last; and will, as ever, pursue a foreign policy of independence, peace and friendship.

12. At home December saw the fifth anniversary of the election of Kim Chong-il as Supreme Commander of the KPA (Korean Peoples Army), and films like "With the Brilliant Commander" and "Bosom of Worthy Life" were shown nationwide to mark his achievements in army-building. According to an article in "Nodong Sinsun", the supreme command under Kim Chong-il "who always thinks there will be a way out of any serious situation" has become a symbol of invincibility for the Korean people. The same article stressed defending the supreme command and safeguarding the absolute prestige of Kim Chong-il as the first duty of revolutionary soldiers.

13. A national meeting of the agricultural union also took unity and loyalty as its theme, stressing the education of farmers towards confidence in socialism. A letter to Kim Chong-il was adopted. Back on the ground, broadcasts praised efforts in land administration. Flooded areas were said to be repaired and reservoirs and pumping equipment restored, while roads have been constructed and thousands of trees planted.

14. Among those present at the many anniversary meetings was First Vice-Minister of the People's Armed Forces Kim Kwang-chin, last seen some months ago. During 1996 most of his appearances had the context of stirring threats and denunciations of the South and other imperialist enemies. This perhaps reflects his position which seems to be that of spokesman for the military establishment. Much current speculation identifies a split between North Korea's military and civilian establishments, notably the MFA. This division is seen as a significant factor in North Korea's external relations. Some such split is indeed likely, at least to the extent that such divergences are common in most countries; whether it goes further is as obscure as almost anything else involving North Korea. Kim has a leading role in the military establishment, which through the submarine incident and subsequent climb-down must be seen as having embarrassed all sectors with a toehold in external relations. His reappearance while submarine-related negotiations were in progress could imply an effort to maintain or at least suggest solidarity.

15. Minister of Public Security Paek Hak-nim, described as such, was listed as present at an award ceremony just days after the recorded appearance of a Party Secretary Paek Hak-nim. The names were confirmed as the same. On no occasion so far has one Paek been noted as holding both posts.

16. The simplest explanation is that there are two Paeks, which tends to be borne out by a South Korean biography of the Minister of Public Security which described him as also holding a post in foreign trade, an unexpected combination.

But if one man has become concurrently Party Secretary and Minister of Public Security this points to interesting changes. Since the mid-1980s when the administration of the centre and the regions was reorganised, posts in the secretariat and Administration Council have been mutually exclusive, without visible exception. Until now this has apparently extended to the Ministry of Public Security and the Ministry of the People's Armed Forces whatever their place in the hierarchy (at last count neither belonged to the Administration Council, although both have done so in the past; they might come under the secretariat or even answer directly to Kim Chong-il).

17. Recently the South Korean press claimed that changes had been made in North Korea's internal and border security arrangements to cope with increasing dissent and defections (last month a family of 17 North Koreans reached South Korea via Hong Kong, causing apprehension in the South about a coming influx). Increased military involvement in security was claimed. This could provide a context for reorganisation, but there is no indication of how this might have been decided or put into effect. No meeting of the Party Central Committee has been reported since Kim Il-sung died. Nor is it even known if Kim Chong-il himself retains his posts in the secretariat or politburo. But a good deal of hidden action might be going on.

18. Among those seen at the many New Year and other events was Kim Tae-sik, described by the captured submarine crew-member as the head of the Reconnaissance Bureau who saw them off on their disastrous mission. Kim Chong-il's brother-in-law Chang Song-taek was also seen. The Japanese press said he had just been sent to China to brief the Chinese on the forthcoming accession of Kim Chong-il and North Korea's intention to follow China's economic reforms. Kim Chong-il himself was busy all month, including the now customary visit to pay New Year respects to Kim Il-sung, and a guidance tour of the KPA Youth Mobile Propaganda Unit who do so much to maintain army morale.

ENDS

01 -06.

L.N. Sábado 21 de junio de 1997

Colombia está más cerca de restablecer la ley de extradición

Contra las mafias: los diputados aprobaron el proyecto que permitirá a los EE.UU. juzgar a los principales líderes de los carteles colombianos; restan ahora los debates en el Senado.

BOGOTA, 20 (AP).- La aprobación por la Cámara de Diputados de un proyecto de ley que restaura la extradición mantiene viva la posibilidad de que una prohibición constitucional de la práctica sea levantada antes de que termine el período presidencial de Ernesto Samper el año que viene.

Por 97 votos contra 47 la Cámara de Diputados aprobó anoche una medida que restablecería la extradición, con retroactividad, medida a la que aspira fervientemente el gobierno de los Estados Unidos en su guerra contra el narcotráfico.

Dado que la Constitución colombiana de 1991 prohíbe la extradición, la legislación modificatoria debe ser debatida y aprobada cuatro veces por cada una de las cámaras del Congreso en sesiones legislativas consecutivas. Restan ahora los cuatro debates en el Senado para la aprobación definitiva.

Samper fue exonerado de cargos, hace unos años, por la misma Cámara de Diputados, altamente parcializada, de haber solicitado contribuciones en efectivo por seis millones de dólares al Cartel de Cali en ocasión de las elecciones de 1994.

Su gobierno ha gestionado la restauración de la extradición, pero no en forma demasiado vigorosa.

Limitaciones de la medida

La medida aprobada anoche prohibiría la extradición de colombianos que se rindieran voluntariamente a las autoridades en este país, pero aparentemente permitiría la extradición de Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, los cabecillas del Cartel de Cali.

Estados Unidos pidió el año último la extradición de los hermanos Rodríguez Orejuela, sentenciados en Colombia a prisión por entre nueve y 25 años; cada uno sería condenado a prisión perpetua si fuera juzgado y convicto en un tribunal de los Estados Unidos.

La restauración de la extradición "proveería a Colombia de autoridad suficiente para exigir al mundo entero un compromiso mayor para con la guerra contra el hampa organizada", dijo Samper en un discurso ayer.

Las elecciones presidenciales próximas en Colombia tendrán lugar en mayo de 1998. Samper no puede se reelegido.

Narcotraficante descubierto

BOGOTA, 20 (DPA).- La mala ortografía y la deficiente redacción delataron a un narcotraficante colombiano que planeaba fugarse de la cárcel mediante la falsificación de un documento que pedía anular el proceso abierto en contra suya por la Fiscalía General, se informó hoy.

La cadena radial RCN informó que el plan fue fraguado por Luis Enrique Ramírez, preso desde hace algunos años bajo la acusación de ser el máximo jefe del llamado cartel de la Costa.

El plan de fuga quedó al descubierto cuando la Corte Constitucional y la Defensoría del Pueblo establecieron que la firma y el sello del documento, que alegaba irregularidades en el proceso judicial, habían sido falsificados.

La Fiscalía abrió una investigación para identificar a las personas que estuvieron detrás del plan de fuga de uno de los narcotraficantes más vigilados.

DF9584

U POXBT 06-20 00614
mun exg icx

COLOMBIA-EXTRADICION (Previsión)
PARLAMENTO DIO RESPALDO PRELIMINAR PARA EXTRADICION NACIONALES

Bogotá, jun 20 (EFE).- El Parlamento colombiano dio el respaldo preliminar al proyecto del Gobierno de restablecer la extradición de nacionales, pero el debate definitivo no se celebrará hasta la próxima legislatura.

La propuesta superó de forma favorable el jueves por la noche el cuarto y último trámite que debía recibir en las sesiones ordinarias del Congreso que serán clausuradas hoy, viernes.

Por 97 votos contra 46, un pleno de la Cámara de Representantes respaldó el proyecto tendente a eliminar de la Carta Magna promulgada en 1991 la prohibición de entregar a colombianos de nacimiento a las autoridades de otros países.

Con esta decisión, la iniciativa que respalda el Gobierno del presidente colombiano, Ernesto Samper, quedó lista para que sea discutida en segunda vuelta a partir del próximo 20 de julio, cuando el Congreso inicie un nuevo período de sesiones ordinarias.

Con vistas a salvar la iniciativa, la mayoría parlamentaria aceptó la postura defendida por el Gobierno de que la discusión de los asuntos más críticos, como el de la vigencia retroactiva o no de la futura norma, fuese dejada para las próximas deliberaciones.

Hasta ahora -y descontados aquellos relativos a delitos políticos, de opinión o conexos-, la propuesta contempla condicionamientos como el de que la extradición no será viable para solicitudes sobre hechos delictivos cometidos antes de que la reforma constitucional entre en vigor.

En casos de entrega a la justicia nacional de ciudadanos que sean reclamados por otro país tampoco procederá esta herramienta de la lucha internacional contra el narcotráfico, que es considerada como la más temida por los "capos" de la droga.

El Gobierno estadounidense, que en los dos últimos años ha desaprobado la lucha antidroga colombiana, insiste en que la extradición tenga una vigencia retroactiva plena.

El embajador de Washington en Bogotá, Myles Frechette, ha advertido en varias ocasiones de que su país no renuncia a que líderes mafiosos como los principales jefes del cartel de la cocaína de Cali, Gilberto y Miguel Rodríguez -que están presos desde 1995-, sean juzgados por tribunales estadounidenses.

Como una presión ha sido considerada por algunos sectores parlamentarios la exigencia del Gobierno de Clinton, en tanto que otros, en especial de la oposición conservadora, han dicho que lo que está en juego es el "futuro de los Rodríguez Orejuela".

Con todo, la iniciativa ha pasado la primera de las dos etapas que debe superar para que pueda convertirse en acto legislativo de enmienda a la Carta Magna.

El carácter de reforma a la Constitución que tiene el proyecto hace necesario, por las leyes del país, que sea tramitado en dos legislaturas diferentes, cada una de las cuales debe estudiarlo y votarlo en cuatro debates.

En la primera vuelta que concluyó anoche, el proyecto fue aprobado de forma mayoritaria por los comités de asuntos constitucionales del Senado y la Cámara de Representantes, lo mismo que por los plenos de las dos corporaciones.

La primera instancia que asumió el estudio del proyecto, que tiene origen parlamentario, fue la comisión correspondiente del Senado, que la aprobó el pasado 14 de mayo.

Una semana después, el día 22, lo hizo el pleno del Senado, con lo que la iniciativa pasó su primera prueba.

El 10 de junio, el comité constitucional de la Cámara baja le dio el respaldo en el tercer debate que le correspondía, con lo que el proyecto quedó habilitado para la discusión con la que la plenaria de esta corporación cerró anoche esta primera vuelta.

Si bien la posibilidad de reimplantar en Colombia la extradición de nacionales comenzó a ser debatida a finales de 1996 por el Congreso, sólo a comienzos del pasado abril el Gobierno anunció que promovería la necesaria reforma constitucional y una ley reglamentaria. EFE

JGH/msr/jff

9708831

C3

06/20/09:20/97

.XA3517

U POXBT 06-20 00444

icx mun exg

COLOMBIA-EXTRADICION (Ampliación)

CAMARA BAJA APROBO POR MAYORIA PROYECTO RESTABLECE EXTRADICION

Bogotá, 19 jun (EFE).- La Cámara de Representantes de Colombia aprobó hoy por mayoría el proyecto de enmienda constitucional que busca restablecer la extradición de nacionales, con lo que la iniciativa quedó habilitada para una segunda y última vuelta en la próxima legislatura del Congreso que comenzará en julio.

El proyecto fue votado por 97 representantes a favor y 46 en contra, en un pleno que lo discutió durante más de nueve horas y en el que la vigencia o no retroactiva de la norma centró las deliberaciones.

El proyecto aprobado es el que respalda el Gobierno del presidente colombiano, Ernesto Samper, y que contempla una retroactividad condicionada.

Con esta decisión, la iniciativa para derogar el artículo de la Carta Magna que prohíbe la entrega de colombianos de nacimiento completó los cuatro debates que debía recibir en las actuales sesiones del Parlamento, que concluirán mañana, viernes.

Por tratarse de una reforma a la Constitución, el proyecto debe ser gestionado en dos legislaturas ordinarias diferentes, cada una de las cuales debe someterle y aprobarle en cuatro debates.

En la plenaria de la Cámara baja se impuso una postura defendida por el Gobierno y según la cual esta instancia debía, para salvar el proyecto, aprobar sin modificaciones el texto sobre la reimplantación de la entrega de nacionales que había sido respaldado por el Senado.

La Cámara alta votó a favor la propuesta de enmienda constitucional el pasado 22 de mayo, una semana después de que su comité de asuntos constitucionales lo discutiera y respaldara en el primer debate de que debía ser objeto.

El ministro del Interior de Colombia, Carlos Holmes Trujillo, destacó que las inquietudes que quedaron planteadas en el cierre de la primera vuelta del proyecto enriquecerán la segunda vuelta que deberá surtir a partir del próximo 20 de julio, cuando el Parlamento entrará en un nuevo período ordinario de sesiones.

Trujillo acudió a la Cámara de Representantes con sus colegas de Relaciones Exteriores, María Emma Mejía, y de Justicia, Almabeatriz Rengifo, para defender la aprobación de la enmienda constitucional.

El restablecimiento en Colombia de la extradición de nacionales constituye la última de las exigencias pendientes de aprobación que ha hecho a este país el Gobierno del presidente estadounidense, Bill Clinton.

La proscripción de este instrumento de la lucha internacional contra el narcotráfico, por mandato de la Carta Magna aprobada en 1991, ha sido uno de los asuntos de la política antidroga nacional que más ha afectado las relaciones entre los dos países.

En los dos últimos años, Washington ha desaprobado la lucha colombiana contra el narcotráfico, por considerar "insuficientes" sus resultados. EFE

JGH/FG

06/20/04-14/97

04

9708831

[illegible] (EFE). — El [illegible] del Congreso de Colombia [illegible] aprobó, en tercer debate, un proyecto de enmienda constitucional que restablece la extradición de nacionales, tras un [illegible] de la Comisión Primera de la Cámara de Representantes.

La aprobación [illegible] el proyecto a un solo paso de [illegible] en la plenaria de la Cámara de Representantes, [illegible] la próxima semana.

[illegible] al intentar modificar el texto procedente del Senado sobre el momento de la vigencia de la extradición, [illegible] la Comisión de Asuntos Constitucionales de la Cámara baja acogió también el texto aprobado en la Cámara alta, lo que obliga a que sea el plenario de la Cámara la que dirima la diferencia.

El Senado había aprobado en dos instancias la derogación de la prohibición de extraditar nacionales, pero sostuvo que la extradición podría cumplirse a partir de la vigencia de los tratados internacionales sobre el tema, mientras que un texto sustitutivo eliminaba esa retroactividad en la práctica y proponía la vigencia a partir de la aprobación del proyecto.

La decisión reglamentaria en la Comisión de Asuntos Constitucionales (primera) se logró después de más de nueve horas y media de debates y las tres votaciones de los congresistas, con la presencia de los ministros del Interior, Carlos Holmes Trujillo; Relaciones Exteriores, María Emma Mejía, y Justicia, Almabeatriz Rengifo.

La propuesta sustitutiva que dividió a la Comisión fue presentada por el representante Darío Martínez, y conciliaba la posición del Senado con la del congresista Jairo Chavarriaga, en el sentido de aplicar la extradición sólo a partir de la vigencia de la derogación de la prohibición constitucional.

El representante Chavarriaga es actualmente investigado por la Corte Suprema de Justicia por presunto enriquecimiento ilícito derivado de relaciones con el narcotráfico.

La decisión del momento en que entraría en vigencia la extradición fue el gran escollo del trámite del proyecto en la Comisión Primera de la Cámara de Representantes, lo que obligó a una permanente labor de los ministros para lograr una mayoría a favor del restablecimiento de la extradición.

El afán del Gobierno guarda relación con la urgencia de que se aprobara hoy el proyecto en esta comisión, pues aún falta un debate en plenaria de la Cámara baja y la actual legislatura culmina el próximo 20 de junio.

Según la ley colombiana, una enmienda constitucional debe ser aprobada en dos legislaturas consecutivas, con cuatro debates en cada una, y una demora en estos momentos equivale al hundimiento de esa iniciativa legislativa.

La aprobación en primer debate tuvo lugar el 14 de mayo en la Comisión de Asuntos Constitucionales del Senado, y en segundo debate el 27 del mismo mes, en la plenaria de la cámara alta.

Salvo el momento de la vigencia de la extradición, el texto aprobado hoy mantiene la derogación del artículo 35 de la Constitución, que la prohíbe.

El texto aprobado contiene las mismas excepciones aprobadas por el Senado, como el requerimiento por delitos políticos o conexos, o la posibilidad de que el solicitado en extradición sea condenado a penas de muerte u otras sanciones a las contempladas por el Código Penal Colombiano.

Otras excepciones para la aplicación de la extradición, según el texto aprobado, son la prescripción de la acción penal o la cosa juzgada, y el riesgo de sufrimiento de torturas o cualquier clase de actos crueles o infamantes.

Si la plenaria de la Cámara de Representantes aprueba la iniciativa con alguna variación en su texto, será necesaria una conciliación entre los miembros de las comisiones de Asuntos Constitucionales de las dos cámaras.

El [illegible] ministro del Interior se mostró "altamente complacido" con la aprobación en tercer debate del proyecto, después de haber solicitado reiteradamente a los congresistas que aprobaran la iniciativa, [illegible] para la [illegible] del 20 de julio.

La prohibición de la extradición en Colombia [illegible] 1991, cuando la Asamblea Nacional Constituyente tomó la [illegible] de [illegible] por parte del [illegible].

El [illegible]

[illegible]

9708831

05

■ Extradición 4/6 EP

BOGOTA (DPA).— El ex fiscal y candidato a la Presidencia de Colombia, Alfonso Valdivieso, criticó ayer por "inútil" un proyecto que se discute en el Congreso para restablecer la extradición de los narcotraficantes y otros criminales. Según Valdivieso, que persiguió desde la Fiscalía a los contrabandistas de drogas y a los políticos corruptos, los legisladores "no logran nada con reimplantar la extradición, si simultáneamente excluyen de esa figura jurídica a los delincuentes que capitulen".



06-06

SECRET

97/005

14 February 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND-UP OF EVENTS IN JANUARY 1997

Attached is Report Number 97/0171

SECRET

01-07 9708832

SECRET

RELS/97/0171 14 February 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND-UP OF EVENTS IN JANUARY 1997

SUMMARY

1. KEDO is in business again. The EU took another step towards joining.

2. Plans for North Korea to dispose of Taiwanese nuclear waste caused outrage in the South.

3. The International Red Cross appealed for more food aid. The South Korean Red Cross will resume aid supplies.

4. North Korea postponed the 3-way talks.

5. Kim Chong-il designed winter uniforms for traffic wardens.

AGREED FRAMEWORK

1. The European Union (EU) reached agreement in December 1996 on joining the Korean Energy Development Organisation (KEDO), after prolonged negotiations on terms and conditions of participation. Difficult issues included the boardroom status of the EU. The compromise solution gave Euratom a seat on the KEDO board and the EU undertook annual funding of 15 million (m) Ecu for five years.

2. KEDO is back in business now that North Korea's apology has put an end to the problems caused by the submarine incident. The protocols on sites and services initialled in September were signed. The American executive director of KEDO went to Seoul to coordinate plans to send in site survey teams and machinery. An International Atomic Energy Agency delegation spent some days in North Korea resuming talks last held in September 1996 on implementation of the framework agreement. The South Korsan press said that North Korea would set up a domestic agency to deal with the reactor project. The report added that North Korea plans to designate the Sinpo area on the east coast, the likely site for building the reactors, as a special economic zone.

WASTE

3. The submarine affair was barely over when disclosure of a contract to send low-grade nuclear waste from Taiwan to North Korea for disposal caused headlines in South Korea. Through 1996 North Korea and Taiwan had explored the possibilities of economic and other cooperation. Now some of these thoughts have taken form. A deal signed on 11 January by Taiwan Power and a North Korean agency covers the shipment to North Korea for storage, subject to safety checks, of 60,000 barrels of nuclear waste over two years. The estimated charge was US dollars (USD) 1,150 per barrel.

SECRET

4. South Korea was outraged, from government and politicians to environmental activists already converging on Taiwan. They foresee waste inadequately protected dumped at sea, even dumped near the Demilitarized Zone for political purposes. They accused North Korea of going to any lengths to obtain food, and Taiwan of taking advantage of North Korea's foodless state. The South Koreans announced their determination to block the deal by political and economic means. Although they are aware that there is little justification for the involvement of international agencies, the South Korean authorities still hope to persuade other countries to cooperate in putting pressure on Taiwan. Press reports even mentioned the possibility of a blockade, or linkage to KEDO. But there has been little reaction from others, and the South Korean press noted, with some acrimony, that the Americans do not see it as a proliferation issue and have not responded. The Taiwanese press claimed that Taiwan is negotiating similar deals with China. Statements by Taiwanese officials said that the plan is technologically valid, and as a commercial contract is not subject to government interference. The North Koreans, said Taiwan, have many years of experience in dealing with waste from their own reactors, and South Korea is after all part of the KEDO arrangement which will produce yet more waste for disposal in North Korea.

5. Press reports claimed that Germany too had exported nuclear waste to North Korea. The ensuing official denials contained the further disclosure that Germany has however exported industrial waste described as non-toxic. So, according to the South Korean press, have other countries including Britain, France and Austria; Japan was said to be negotiating a contract. The waste apparently goes to mountain regions in North Hamgyong. North Korea could become the local "Golden Dustman".

FOOD

6. A Red Cross press release said that daily food rations have been cut to only a quarter of the amount needed, and appealed for donations of 13.5m Swiss francs for food aid in the coming year. North Korean officials acknowledged continuing need. However outside estimates are still inconsistent. At home, preparations for the farming year were said to be well under way: farmers have responded to the call to collect more manure, and are preparing wind-breaks and cold frames for rice sowing. The state has launched an All-People Grass-Eating Animal Breeding movement and the Agricultural Commission has expanded the department in charge of stock breeding in line with the Party policy of obtaining meat from grass. The Administration Council has taken a decision on implementing Kim Chong-il's plans to solve the food problem by conducting a new turn in agricultural production in 1997. All the country and people will be mobilised to support rural areas with labour and materials, more tideland will be reclaimed, and especially, all farming operations will be conducted efficiently.

NORTH KOREA/SOUTH KOREA

7. The South Korean Red Cross is about to resume aid shipments suspended since September, including food and clothing. The South Korean authorities threatened to prosecute any private agencies whose aid efforts got ahead of the law. South Korean officials spoke of linking large-scale official aid to North Korea's participation in 4-way talks. South Korea's Unification Minister told the press that if the North annoys the South "they will have to pay the price".

8. South Korea has renewed permission for several South Korean businesses to make contact with the North. The arrangement was suspended after the submarine ran aground, and had since lapsed. South Korean businesses are also thought likely to be allowed to buy discounted North Korean debt which recently went up to 20 per cent of par value. The price rise was put down to the expectation that if North Korea-US relations improved would-be investors might be able to trade debt for equity, while if it all fell apart South Korea might pick up the bill.

9. The defection of two more North Korean families to the South caused controversy there over the role of the Agency for National Security Planning when the main opposition party accused the agency of having used this and earlier defections to divert public attention from government difficulties. Similar allegations are repeatedly made by North Korea. The North Koreans produced an example of a rare defector to the North. The date of his "recent" arrival was not disclosed. North Korea's press reported but without much detail the wrongs of workers in the South; full-blooded enthusiasm was left to the unattributable propaganda station. Various defectors to the South spoke of hardship in the North. But in real life, the results of a poll of defectors to the South conducted by the Research Institute for National Reunification showed that for most the reality fell short of their hopes. The majority said they were better off financially but felt socially alienated, finding South Koreans "cold and contemptuous" towards them. Their counterparts are beyond the reach of opinion polls; the true experience behind the public statements of those who defect to the North remains unknown.

ABROAD

10. On 27 January an official of North Korea's UN mission in New York informed the Americans of their wish to postpone the 29 January three-way briefing on the four-way talks. This would have been followed by a bilateral North Korea-US meeting. A further postponement by North Korea, again without specific grounds, has left the position uncertain. There was press speculation that the immediate cause was North Korea's disappointment in the terms put forward by the American company Cargill Inc. for the deal whereby North Korea expected to import grain by direct barter. According to the South Korean press the North Koreans have made known

to the Americans that the talks depend on finding a way to guarantee supply of the expected grain, adding for the first time that they would then also consider taking part in the four-way talks.

11. Unofficial North Korea-US contacts continued and took a further step when an Oregon State Senator visiting North Korea signed a memorandum on economic cooperation to be established through trade, personnel, cultural and other exchanges. The memorandum was agreed between the trade and economy sub-committee of the Oregon Senate and North Korea's Asia-Pacific Peace Committee (APPC) and is the first of its kind with an American state. On North Korea's side it was signed by Song Ho-kyong as Vice-Chairman of APPC.

12. Song Ho-kyong was recently identified by the South Korean press as having a new role in developing North Korea's relations with the US and Japan. Song has recently returned from a short unhappy posting as Ambassador to Cambodia. Before that he was a Vice-Minister of Foreign Affairs, with considerable experience in dealing with western countries in informal contexts, for example, disarmament conferences. He has been involved in many issues of current importance to North Korea, most notably as a participant in many of the more significant contacts with the US. APPC itself is a relatively new organisation, thought to have been set up to promote contacts where North Korea has as yet no formal relations. Song also met a delegation from an American Christian organisation, with Party Secretary Kim Yong-sun, a leading figure in foreign affairs who also chairs the Supreme People's Assembly Committee for Reunification Affairs. Kim led the way in the early days of North Korean dealings with the US.

13. There was no visible progress in relations with Japan, and indeed the emphasis on North Korea's side was on Japan's military ambitions and failure to make reparation for war crimes. But there were signs that both sides might be trying to find a way forward. Party Secretary and Chairman of the SPA Foreign Affairs Committee Hwang Chang-yop went to Japan to attend an academic conference. He too is said to be an able and influential man, with much knowledge of Japan and fluent in Japanese. In view of South Korea's understanding with Japan on development of Japan's relations with the North he is unlikely to meet members of the government, but he could make contact with party politicians.

14. South Korean press reports predicted forthcoming food aid and saw Japan as likely to track North Korean relations with the US; some sections even foresaw a competing threesome of Japan, China and the US all with an eye on each other's relations with North Korea. North Korean attention focused on Chongnyon, the pro-North Association of Koreans in Japan. Its Chairman Han Tok-su was awarded the Order of Kim Il-sung on his 90th birthday and made an honorary academician for his contribution to patriotic work, the prosperity of the homeland and national reunification. Kim Chong-il sent a gift. But North Korea is afraid that new

Chongnyon generations might grow away from the homeland, criticising as a South Korean plot suggestions for greater integration of Japanese Koreans and urging preservation of national identity.

15. Russian Vice-Foreign Minister of Foreign Affairs Karasin spent five days in North Korea, telling the press on arrival that he expected the talks, with Vice-Minister of Foreign Affairs Yi In-kyu, to be constructive and intensive, and that he would also meet Foreign Minister Kim Yong-nam. On his return he reported progress towards working out a new bilateral treaty, to be taken on when Yi In-kyu visits Moscow in summer. During the visit an agreement was signed on visits.

16. Kim Chong-u, Chairman of the Committee for Promotion of External Economic Cooperation and chief protagonist of the Najin-Sonbong special economic zone, went to Davos where he spoke at a meeting aimed at attracting investors. According to South Korean Television he put forward plans for developing Nampo and Wonsan as areas for processing on commission. He noted South Korea's "inactive attitude" towards the special zone. He was reported as having said that Kim Chong-il is fully carrying out his role as President and would succeed after the third anniversary of the death of Kim Il-sung.

17. North Korea has opened an Internet Homepage, to "remove misunderstandings", containing reports in English from the official Korean Central News Agency (KCNA). A BBC report said that almost immediately thousands had accessed North Korea's own mixture of news and views. It remains to be seen if a KCNA following develops. South Koreans joining in could face legal action, denounced by Nodong Sinsun as persecution mania.

HOME

18. National meetings took up the themes of the New Year message, published in the now usual form of a joint editorial. A meeting of Party officials of all levels stressed the need to make 1997 a year of upturn in socialist economic construction, in which Party guidance will be strengthened through improved work styles of Party officials and organisations, in order to improve the living standards of the people. According to the South Korean paper "Hangyore Sinmun", which keeps a close eye on North Korea, the politburo too met to consider ways of improving the economy.

19. Kim Yong-sun spoke on reunification at a joint meeting of political parties and public organisations. He called for 1997, the 25th anniversary of the 4th July North-South Joint Statement, to be a year of solidarity of Koreans from North, South and overseas in defending national independence and peace, and he proposed a joint conference to renew the enthusiasm of the Joint Statement. The meeting adopted a letter of appeal for support for the pan-national struggle. So far the pan-national movement has resulted annually in

marches and rallies in the North and dissent and repression in the South, and can hardly be seen as representing a serious attempt at cooperation.

20. Some changes of personnel were indicated. South Korean press reports noted that the chairmen of several provincial rural economic committees have been replaced; so far no details have been given. The Chairman of the Korean Social Democratic Party(KSSD), Vice-President Kim Pyong-Sik, has not been seen since November, and he failed to appear at an important meeting at which the KSSD was represented by a Vice-Chairman.

21. The KCNA told a story of Kim Chong-il's care for the people. Returning in December from a visit to an army unit, he noticed that women traffic wardens on duty at intersections wore skirts. Kim told an official that he was sorry to see the women dressed like that in winter. He gave instructions that they were to have padded trousers and fur caps, himself examining designs for the new uniforms.
ENDS

SECRET

97/009

21 March 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND UP OF EVENTS IN FEBRUARY 1997

Attached is Report Number 97/0279

SECRET

01-06

SECRET

RELS/97/0279 19 March 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND UP OF EVENTS IN FEBRUARY 1997

Summary

1. Personnel changes: defection of a Party secretary, removal of the Premier, death of two senior military officials.

2. Three-way talks were reinstated.

3. A KEDO site survey team went to North Korea.

4. More food aid was promised.

5. Kim Chong-il is 55.

NORTH KOREA/SOUTH KOREA

1. On 12 February a South Korean government spokesman announced that some hours earlier North Korean Party Secretary Hwang Chang-yop had sought asylum at the South Korean Embassy in Peking. He was accompanied by an aide and both were on their way home from an academic seminar in Japan. Their request had been accepted by South Korea and negotiations with China had begun.

2. Hwang is the most senior North Korean ever to have defected to the South. He is among North Korea's leading ideologists, seen as the author of the Chuche idea and the succession plan, a near relative of Kim Il-sung and for many years close to Kim and Kim Chong-il. In the secretariat he probably had responsibility for foreign affairs, and he also headed the Supreme People's Assembly Foreign Relations Committee. His defection is a blow for the North and correspondingly a boost for the South, and a welcome diversion in times of trouble. Hwang should also be a valuable source of information. He is not among the central decision-makers but his personal knowledge of North Korea's system and people could provide insights never before available.

3. After the first flurry both North and South toned down their initial reactions. North Korean statements moved from claiming abduction to admitting the possibility of voluntary defection and South Korea announced the intention of acting cautiously to minimize impact on North-South relations. North Korea apparently quickly decided to give priority to maintaining the reactor project and inter-Korean contacts resumed with remarkable speed. In discussions with the Americans in New York North Korea agreed to reinstate on 5 March the three-way briefing about four-way talks postponed last month by the North. South Korea has undertaken to donate rice in response to renewed international appeals. And KEDO (Korean Energy Development Project) sent a site

survey team, having according to press reports asked for and received a guarantee from North Korea on the safety of team members. South Korea still seems determined to block North Korea's deal to store low-grade nuclear waste from Taiwan.

4. Hwang's explanations of his decision to defect have been contradictory and confusing, as revealed through statements released by the South Koreans who so far seem to be his only contacts. Apparently the South Koreans knew last year of his intention to defect, and some of these statements date from then. The Chinese said they were taken by surprise. China has been handed a real problem by the defection and South Korea's instant revelation. China's official position is that they are examining the situation while urging both sides to handle the matter calmly. The death of Deng Xiaoping provided a further breathing space. And North Korea's unusual tact, in dropping threats and accusations, might have removed some of China's difficulties. This decision by North Korea seems in line with recent improvement in their relations with China, based perhaps largely on expediency but already a source of aid and trade for North Korea.

5. Just after Hwang's arrival in Peking a long-term North Korean defector living in Seoul was shot and has since died. He was Yi Han-yong, or Yi Il-nam, said to be a nephew of Kim Chong-il's former wife who was herself the subject of a defector story last year. South Korea's first reaction was to accuse North Korea, but later press reports brought out that Yi had had a colourful business career and that others too might have a motive. North Korea countered with claims that the Americans are investigating the death of the American trespasser recently released by North Korea.

6. The nature of Hwang's disaffection is by no means clear and the published statements include a testimony for South Korea's Agency for National Security Planning and calls for moderation from South Korean students which suggest an editorial hand. The overall impression is that he opposed the corruption of his ideology and feared retribution, and that he was unhappy with North Korea's feudal set-up and failure to introduce "Chuche capitalism" fast enough. This last possibility was reinforced by Hwang's press interviews in Japan during which he explicitly praised China's economic reforms. He also apparently offered the Japanese some flexibility in developing bilateral relations. It is not known whether these thoughts reflected North Korean intentions or Hwang's own ideas.

7. Whatever the details the defection gives North Korea a real problem. In itself the loss of Hwang is not insurmountable, but the effect could be serious if others follow or if dissent is fanned to a point where the stability of the centre is threatened. This could happen if other leading figures, especially military leaders, no longer see survival of the current regime as in their own best interest and decide to move against Kim Chong-il, which could set off the process North Korea most fears: collapse through undermining from within.

ABROAD

8. Domestic and inter-Korean affairs overshadowed foreign relations. The US and Japan have both undertaken to contribute to international appeals for aid for North Korea, as have other countries. Contacts with the Americans continued and a bilateral high-level session is to follow the three-way briefing. South Korea's press reported that the North Koreans at Panmunjom had again proposed general-level contacts with the US but the South refused. North Korea reacted with suspicion to the visit to South Korea and Japan of new US Secretary of State Albright, seeing it as aimed at maintaining three-way cooperation against North Korea. However (North Korean News Agency) KCNA accounts of birthday greetings to Kim Chong-il included a message from the city congress of Cleveland, Ohio. But the frontrunner in economic relations with American regions has not yet been settled. Later reports of the memorandum on economic cooperation discussed last month between North Korea and an Oregon State Senator made clear that this has yet to be signed. Relations with Japan made little progress despite the efforts of Hwang Chang-yop in his last appearance as a North Korean official.

HOME

9. Kim Chong-il's 55th birthday too was overshadowed by other events. Just after the disappearance of Hwang Chang-yop North Korea's leadership was hit by further changes: the death of Minister of the People's Armed Forces (MPAF) Choe Kwang on 21 February, followed within a week by the death of First Vice Minister Kim Kwang-chin. According to the official announcements Choe, who was 78, died of a heart attack, and Kim Kwang-chin of incurable illness. Kim was 69.

10. Other changes in the top leadership were also revealed, largely by the funeral committee for Choe Kwang. Immediately beforehand another important change was seen when a condolence message on the death of Deng Xiaoping was sent in the name of Hong Song-nam as acting Premier. The removal of Kang Song-san was confirmed by his absence from the funeral committee. There were many other notable absences, among them Vice-President Kim Pyong-sik and Vice-Marshal Yi Ha-il Kim however was reported shortly beforehand, named as Vice-President, paying a condolence call at the Chinese Embassy; on that occasion Kim Yong-chu was missing. It is possible that Kim Pyong-sik was left off the funeral committee because he is not a member of the Politburo, and that Kim Yong-chu is still there at the top but too frail to turn out in person. Also missing from the funeral committee were politburo member So Yun-sok, Party Secretary So Kwan-hui who was thought to be in charge of agricultural affairs, Vice-Premier Kim Chang-chu who also had responsibility for agriculture, former Premier Yon Hyong-muk who like So Yun-sok was concurrently a provincial leader, and Vice-Premiers Kim Pok-sin and Choe Yong-nim. Kim Pok-sin has held the post of Chairman of the Light Industry Commission for many years. She was also the only woman on the Politburo. Choe Yong-nim is thought to be a leading member of the Second Economic Committee which deals with military procurement

11. The top military leaders were listed with unusual prominence. So too was Chairman of the State Commission Chon Mun-sop, but as Chon was back down the list of those attending the funeral this temporary upgrading was probably personal. Hong Song-nam was not given the place usually accorded the Premier, suggesting that perhaps his promotion to acting Premier was only ad hoc. Kim Yong-nam as usual headed the Vice-Premiers, which probably reflects seniority in Party rank: Kim as a full member of the politburo takes precedence of Hong who is an alternate member. Kim Chong-il's brother-in-law Chang Song-taek was not listed, although he was on the funeral committed for Choe Kwang's predecessor O Chin-u. This could be the result of nothing more significant than the apparent reduction in civilian representation on Choe's committee, which in any case was smaller overall.

12. Hong Song-nam at 72 is of the same generation as his predecessor and like him is seen as a reformer, but his similar background in state planning suggests that he too is unlikely to initiate extensive reforms. In fact there is no indication yet if his role goes much beyond the ceremonial. However Hong has played an active part in areas important to North Korea's economy. He is co-chairman of the new intergovernment North Korean-Russian joint committee which he helped set up, he is a leading member of the group directing joint ventures with Chongnyon, the association of pro-North Koreans in Japan, and he took the lead in renewing aid and trade relations with China. There is no indication of whether the dismissal of Kang Song-san, who after all initiated the process which led to the Najin-Sonbong special zone, reflects dissatisfaction with his performance. Kang has been inactive for years, probably through illness, and Kim Chong-il might have come to see that empty seats at the top are not sustainable. Press reports claim that Hwang Chang-yop has himself already been replaced as Party Secretary in charge of international affairs by Hyon Chun-kuk, previously head of the Party International Department.

13. The timing suggests that these appointments and dismissals are recent and probably followed closely on the defection of Hwang Chang-yop. Perhaps Kim Chong-il is working to put in place the foundations of a new team which will already have become established before formal appointment brings expectations of performance. Hints multiplied that the third anniversary in July of the death of Kim Il-sung will be followed by a coronation. Kim Chong-il's birthday provided the occasion for a propaganda barrage about the succession and his achievements.

14. But it is not unthinkable that Kim has met problems and has had to act to contain dissent, triggered perhaps by the defection of Hwang or by the perception of any who oppose Kim's accession as leader that time is now running out. Whatever the nature of recent events, there were several stages involved. Based on the timing of the appearance of Hong Song-nam as acting Premier, it seems that both Choe Kwang and Kim Kwang-chin had survived the reshuffle that

removed Kang Song-san and with him probably the other members of the administration missing from the funeral committee.

15. Whatever the process, Kim Chong-il has so far survived to the extent that as far as we can see business in North Korea, such as KEDO preparations and discussions on three-way talks, is proceeding as usual. Even the South Korean press, inevitably speculating on the possibility of post-Hwang disintegration of the North, admitted that nothing unusual had been seen. And if there has been any move against him, Kim Chong-il must still command enough support in the military and security establishments to retain control. The deaths of Choe Kwang and Kim Kwang-chin have left an extensive range of vacancies in senior military and Party posts. For Kim Chong-il there is the consolation of an opportunity to gain at once a range of supporters promoted by him into these important positions.

16. Kim's birthday on 16 February was as usual the occasion for meetings, exhibitions and numerous military and civilian events. Relay runners brought loyalty greetings from all parts of the country. Jiang Zemin sent a warm message and President Yeltsin a rather less elaborate one, and the Chinese leadership was represented at a senior level at celebrations in Peking. A now annual ice-skating competition was as usual attended by Yun Ki-chong. She is concurrently Chairman of the (North) Korean Figure-Skating Association and Minister of Finance.

ENDS

SECRET

97/011

14 April

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND-UP OF EVENTS IN MARCH 1997

Attached is Report Number 97/0410

RESEÑA INFORMATIVA A MARZO DE 1997

SECRET

01-07

9708834

RELS/97/0410 14 April 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND-UP OF EVENTS IN MARCH 1997

Summary

1. KEDO is back at work but costs are worrying.

2. South Korea and the US briefed North Korea on talks proposals. A North-Korea-US meeting followed.

3. Some North-South contacts were resumed.

4. Kim Chong-il has to do everything himself.

Agreed Framework

1. The Korean Energy Development Organisation (KEDO) is back at work. A KEDO team has begun a large-scale survey of the reactor site, while negotiations between KEDO and North Korea at the KEDO secretariat in New York have resumed and will cover terms for North Korea's eventual payment towards the reactor costs. Again the South Korean press expressed alarm at the projected scale of the costs and the problems in maintaining immediate funding, and Japan called on the EU to do more. South Korea's press also reported international concern, expressed at a meeting of the Board of Governors of the International Atomic Energy Agency (IAEA), at lack of progress by the IAEA in gaining information on North Korea's past nuclear activities. This issue, like others held at bay by the agreed framework, will resurface and confront successor officials when the KEDO reactors near completion.

Food

2. More aid has been promised from several sources, and already some has been delivered. Taipei joined the donors with a first consignment of rice. But relief agency officials and the North Koreans themselves claim that much more is needed. The World Food Programme (WFP) Executive Director and her team were dismayed by what they saw in North Korea and have announced an increase in their planned level of assistance. North Korea's press reported that the UN Food and Agriculture Organisation had signed a document on a project to repair flood damage. The WFP delegation also signed a document on emergency food aid. Among those they met while visiting farms was a "vice-chairperson" of the Agriculture Commission with the same name as Kim Chong-il's wife; perhaps only coincidence, as the official in question appears to have come from a provincial post, but on the other hand Kim's wife is never publicly identified and might live outside Pyongyang.

3. The North Koreans are making great efforts to secure a good harvest. For the first time they will try double-cropping by taking a barley crop before planting rice. The barley seed and fertiliser were provided by international

organisations including the UN Development Programme. This too was reported by North Korea's media broadcasting in Korean. New management has been brought in, although in general this was rearrangement rather than innovation. Provincial and central officials in the agriculture sector have been replaced, including the Agricultural Commission whose new chairman is a former provincial agriculture official.

North Korea/South Korea

4. The twice postponed 3-way briefing on 4-way talks was held in New York on 5 March and lasted all day. The American and South Korean delegates found the North Koreans pleasant and ready to listen but not, so far, to respond. A US State Department official said the American and South Korean presentations described a proposal that the four parties meet at a place and level still to be determined to discuss a peace mechanism and then a peace agreement; there was no mandate from the Chinese but they would be kept informed. He explained that food aid is not related to the 4-way talks and was not discussed, but could be read as implicit in the topic of economic co-operation included in the security issues covered. The Americans had been impressed by the clear understanding and serious purpose of the North Korean side. They were careful to emphasise that the agendas of the 3-way briefing and their scheduled bilateral meeting with the North Koreans would not overlap.

5. On the next day the South Korean Defence Ministry announced that South Korea had agreed with the US the cancellation of the 1997 Team Spirit joint military exercise. This was a conciliatory gesture towards North Korea, but in practice resumption of the exercise would have been unthinkably provocative at this time. The North Koreans acknowledged this "US" announcement, noting however that both Americans and South Koreans are still planning or actively participating in other exercises; later the South Korean press reported that the North Koreans had themselves been conducting troop movements and air-raid drills. But the North Koreans have at last attributed the talks proposal to the South Koreans as well as the Americans, a small gesture towards the South. Soon after the briefing the South Korean government made a further move to encourage the North by giving permission for private organisations to send food aid to the North. Some restrictions remain and the Red Cross is still the sole permitted channel. Large-scale aid was presented as tied to North Korea's acceptance of 4-way talks.

6. Former North Korean Party Secretary Hwang Chang-yop and his fellow defector arrived in the Philippines from Peking on 18 March, after much discussion and high-level involvement by China which emphasised its intention of resolving the issue in line with international rules and with regard to stability and peace in the Korean peninsula. South Korea's press denied reports that South Korea had undertaken not to use the defection for political means. Even before Hwang's transfer to Seoul there were indications

of headlines to come, for example in claims, not yet confirmed, that the defectors had handed over a list of thousands of pro-North activists in the South. An account attributed to Hwang of the circumstances of Kim Il-sung's death (after a heart attack during an argument with Kim Chong-il) has already caused anger in the North. The North Koreans made no further pronouncements on the defection. China must have welcomed this unexpectedly painless outcome, but there has been little indication of whether their relief took concrete form.

7. There was some renewal of constructive inter Korean contact. Officials of South Korea's government trade agency KOTRA went to North Korea to discuss opening a KOTRA office in the Najin-Sonbong special zone, having at last gained permission to take up an invitation issued last year before the submarine incident. Representatives of North and South met in Bangkok to discuss arrangements for opening airspace. They reached agreement on a draft memorandum on aircraft safety but not on linking communications networks. Further meetings are expected.

8. But North Korea's forcefully expressed dislike and distrust of Kim Yong-sam is unchanged and will hinder improved relations for his time of office. And in the end North Korea still stands by Kim Il-sung's intentions for reunification by confederation based on united front discussion. Last month the North Koreans underlined this message by setting up a Society for Solidarity and Unity to promote the multichannel contacts which the South has consistently refused. Leaders of South Korean groups have been bombarded with letters from North Korean counterparts.

Abroad

9. After the 3-way briefing in New York the North Korean team, led as before by Vice-Minister of Foreign Affairs Kim Kye-kwan, held bilateral high-level talks with American officials. This had been arranged together with the 3-way briefing and both were postponed and reinstated as a package. A State Department spokesman told the press that the issues discussed were wholly bilateral but "the scope... was exceptionally broad" and covered non-proliferation matters, the joint recovery of US war dead, and the exchange of liaison offices. Food aid too was discussed. He said that both sides agreed on further periodic bilateral discussion but gave no details.

10. The North Korean statement put more emphasis on the undertaking for future meetings, to include missile talks. The North Korean delegates were given permission by the Americans to attend an academic seminar in Washington, another step forward in bilateral relations. They were able to hold informal discussions with American officials also attending the seminar. The Washington visit also provided a peg on which to hang North Korea's broadcast description of the bilateral talks as having taken place in both cities on 3-18 March. This added that the Americans had decided to unfreeze North Korean funds in US banks and allow US

aircraft to pass through North Korean airspace.

11. The American and South Korean sides of the 3-way briefing felt that the North Koreans showed flexibility and might in the end come round to accepting 4-way talks, all the more so if this leads to food aid which the South is determined not to offer in advance as an inducement. But acceptance could still be delayed or half-heartedly implemented, especially if the North Koreans prefer to see off Kim Yong-sam before getting down to business. That would take them up to December. But they might also consider that earlier contacts could hand an incoming North Korean administration (which could happen around July) an advantage over tail-end South Koreans.

12. There must be a good chance that the North Koreans will see acceptance as inescapable. But they have not dropped their insistence that while inter Korean affairs should be discussed with the South, peace arrangements are a matter for themselves and the Americans. Several pointers show the high priority set by North Korea on improving North Korea-US relations. For example, Vice-Minister Kim Kye-kwan has just been identified as concurrently an adviser to the Supreme People's Assembly Foreign Affairs Committee. We know of only three holders of such posts, and with Kim's appointment two of the three are US specialists. Now the North Koreans probably feel that they have found a way forward. If they can secure North Korea-US bilateral talks along the line pioneered in New York, held in parallel with multilateral talks, then 4-way talks become a price worth paying. Another indication of North Korean thinking was seen in a South Korean account of the 3-way meeting, which said that the North Koreans had noted the imbalance in talks where South Korea's relations with China are not matched by North Korea's with the US.

13. Several American Senators went to North Korea to see the food situation at first hand. The South Korean press remarked on the popularity of holiday season visits to the North. However Speaker Gingrich, visiting the South, had to view Panmunjom from a distance when a North Korean Demilitarized Zone incident upset his schedule. But increasing contacts have not toned down North Korea's dislike of American security cooperation with Japan and the South, and they are always ready to pick up examples of continuing hostility from hardline Americans. Radio Free Asia, now broadcasting in Korean, drew repeated condemnation from the North (..we despise American values.. Korean socialism will emerge victorious..).

14. North Korea's media briefly reported the first official visit to Pyongyang of British diplomats. The KCBS said that talks were held between Foreign Ministry delegations in which bilateral relations and other issues of mutual concern were discussed.

15. Senior North Korean officials went off on visits abroad, giving the lie to South Korean rumours that they were confined to base after the defection of Hwang Chang-

yop. Foreign Minister Kim Yong-nam toured African countries, after a stopover in Peking where he met a Vice-Minister of Foreign Affairs during the time that Hwang was still in China. Their conversation was not reported. In Africa Kim set out to renew traditional friendships along familiar lines. He may also be tasked with stiffening opposition, in advance of the meeting of Non-Aligned foreign ministers, to any move towards slackening of NAM membership rules which might allow South Korea to slide into almost the only arena where North Korea still has an exclusive place. At the same time Vice-Minister of Foreign Affairs Kim Chang-yong visited Norway, Denmark, Switzerland and Germany. South Korean press reports said he had asked Germany for investment and economic aid and had unsuccessfully proposed establishing diplomatic relations. Another Vice-Minister visited Iran where he discussed further expansion of relations.

Home

16. There were no visible signs whatever of trouble at home. Kim Chong-il appeared at several events all with some military connection and usually related to ideological indoctrination work, such as performances by Korean People's Army and Ministry of Public Security troupes. But who heads the government is still not apparent. Premier, or ex-Premier, Kang Song-san has not appeared, and messages to other heads of government were sent in the name of Hong Song-nam as acting Premier. But as before when appearing in the flesh Hong was described as Vice-Premier.

17. A South Korean paper published what was described as the text of Kim Chong-Il's speech last December to students of Kim Il-sung University. According to this account Kim put the blame for North Korea's problems on lacklustre Party officials and feeble indoctrination of civilians. He compared students unfavourably with army personnel, as lacking spirit and vigour, and attributed the difference to effective army political work conducted independently of the Party. He said that Party officials at all levels had failed to tackle problems, paying only lip-service to guidance and passing decisions to others while leaving the people to fend for themselves. The food problem especially "is creating a state of anarchy" by increasing the numbers of farm markets and peddlers, and had exposed the country to the danger that "US imperialists might immediately raid us" if they knew the state of military provisioning He warned that failure to guarantee army supplies undermines the system by putting at risk the leadership of the Party over the army, essential for survival of a socialist system. Nonsocialist phenomena had emerged and Party officials had failed to prevent them, instead relying on suppression by law-enforcement agencies.

18. On the practical side the organisational failures identified by Kim had, he said, blighted transport and coal production ("the state of the railway system is beyond description.."), and officials were resorting to expediency by concealing instead of preventing problems. Kim was on his own; no one stood at his side as he stood by his father, and in particular he could not handle practical economic work

while dealing with other problems; indeed, his father told him to take charge of Party and army work and avoid getting involved in economic work, and this he had tried to follow. Kim had reviewed the officials and their work and had found this almost without exception deficient. He noted that it was hard to reshuffle cadres before the third anniversary of the death of his father, but the day of reckoning was at hand. Already he had acted to prevent preferential treatment for children of cadres, and meetings would be held to find ways to improve fundamentally work and working practices.

19. There is little indication that major change is yet under way. Indeed the public security anniversary showed that leaders of this sector are still in place, as are those who might be seen as most identified with the failures apparently identified by Kim Chong-il, such as youth leader Choe Yong-hae and leading member of the Party Organisation Department Chang Song-taek, Kim's brother-in-law who is seen as his close friend. Others missing from the funeral committee for Choe Kwang have reappeared, including Vice-President Kim Pyong-sik and Vice-Premier Kim Pok-sin. Vice-Marshal Yi Ha-il is still missing. The most visible changes were among officials of the agricultural sector.

20. What Kim's speech if authentic did demonstrate was great confidence in himself and the system. He did not question current policies, only their implementation and presentation, and by distancing himself from economic work he absolved himself from responsibility for its failures without implying fundamental error. There was no sign that Kim might move towards the economic reforms apparently urged without success by Hwang Chang-yop. On the contrary, recent legislation on pricing, and the celebration of the 50th anniversary of Kim Il-sung's work on running state finances, bears out the impression that prospective change is aimed only at improving practice. Neither apparently has Hwang's defection dented the standing of Chuche ideology. This was seen in enthusiastic celebrations of anniversaries relating to the Chuche idea and its links to both Kim Il-sung and Kim Chong-il.
ENDS

N° DOC. 97088 35

COLOMBIA: Pte. Samper aspira a nuevas conversaciones con la guerrilla.

AGENCIA 150090

FECHA DE PROCESAMIENTO 30/6

VINCULACIONES 1194

65592

11164

11302

11878

514593

01-08

9708835

COLOMBIA [illegible]

[illegible] GUERRILLA [illegible]

Bogotá, 30 [illegible] (EFE). El intento del Gobierno del presidente colombiano, Ernesto Samper, por negociar la paz con la guerrilla tropieza con su propia debilidad y el desinterés de los rebeldes, han señalado expertos en seguridad y varios líderes del sector empresarial.

Las críticas y las manifestaciones de escepticismo han saltado en la última semana, luego de que Samper anunciara el inicio de una "etapa exploratoria" con los cuatro grupos rebeldes del país para conocer si existen condiciones para el diálogo.

El ex viceministro de Trabajo, José Noé Ríos, y el coordinador de la oficina del alto comisionado para la paz, Daniel García Peña, fueron encargados de realizar los contactos y presentar un informe sobre la situación en los próximos dos meses.

La iniciativa del Ejecutivo arrancaba apenas ocho días después de que la principal organización armada, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), presentara una propuesta de paz en el acto de liberación de 70 militares que mantuvo en su poder durante meses.

La propuesta, contenida en un mensaje del líder de las FARC, Manuel Marulanda Vélez, "Tirofijo", sorprendió después de dos años de negativas a un diálogo con el Gobierno de Samper, al que han tachado de "ilegítimo y corrupto" por la financiación de parte de su campaña presidencial de 1994 con dinero del narcotráfico.

Para el ex asesor presidencial en temas de seguridad Alfredo Rangel la propuesta rebelde respondió más a la coyuntura que a una verdadera intención de comenzar a hablar de paz porque, dice, "no hacerlo es arriesgarse a aparecer como guerreros sin sentido y sin causa".

En un análisis publicado ayer en el diario "El Tiempo", Rangel expone que la comunicación de "Tirofijo" "lo que dice es que no van a sentarse a negociar".

"Para iniciar los diálogos ahora con un gobierno débil, que tiene casi el sol a la espalda, las FARC están exigiendo muchas más condiciones de las que demandaba hace dos años cuando suspendió los contactos con un Gobierno que se iniciaba y que tenía mayor margen de maniobra".

Entonces, el mayor grupo rebelde del país solicitó la desmilitarización del municipio de Uribe, en la región de los Llanos Orientales, a lo que se opuso la cúpula militar. El hecho provocó la dimisión del alto comisionado para la paz, Carlos Holmes Trujillo, actual ministro del Interior.

Las FARC piden ahora la desmilitarización de Uribe y otras cinco localidades de la misma región así como reformas al sistema político y legal, la desarticulación de los grupos paramilitares y el desmonte de "la teoría de seguridad nacional", entre otras condiciones.

"Un gobierno débil no puede hacer la paz porque no puede generar el consenso necesario para respaldar una negociación. En las condiciones actuales lo único que puede lograr el gobierno de Samper es una mala paz que no tardaría en conducir a una guerra aún peor", apunta Jesús Bejarano, consejero gubernamental durante los diálogos con las FARC en Caracas y Tlaxcala (México) en 1991.

A los escépticos se unen importantes empresarios y líderes de asociaciones de productores, para los que tampoco el Ejecutivo cuenta ni con legitimidad ni con la confianza de la sociedad.

El empresario Nicanor Restrepo, del grupo empresarial "Sindicato Antioqueño", uno de los cuatro mayores conglomerados del país, manifestó esta semana que el Gobierno de Samper "no tiene autoridad moral ni credibilidad suficientes" para enfrentar un [illegible].

"En el Gobierno no hay rectitud suficiente. Samper ha condicionado el manejo del país a su suerte", señaló el que es otro de los miembros del "Sindicato Antioqueño", Fabio Rico, en alusión a la decisión del mandatario de permanecer en el poder pese al escándalo por la financiación de su campaña presidencial.

Según Luis Carlos Villegas, presidente de la Asociación Nacional de Industriales (ANDI), el jefe del Estado carece de "la confianza de la guerrilla, de la fuerza pública y de la sociedad civil" [illegible]

[illegible]

Villegas. EFE

[illegible]

[illegible]

9708835

02

LA NACION 26/6/97

El petróleo, "rehén" de la guerrilla colombiana

POR THOMAS T. VOGEL, JR.
Redactor de THE WALL STREET JOURNAL

Para 60 soldados y diez infantes de Marina colombianos que la guerrilla liberó la semana pasada después de más de nueve meses de cautiverio, la pesadilla ha terminado. Pero otra podría estar comenzando para las empresas petroleras.

Desde hace mucho tiempo, los grupos guerrilleros han constituido un problema para las petroleras que operan en Colombia, pero durante el último año las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y el Ejército de Liberación Nacional (ELN), los dos principales grupos alzados en armas, se han convertido en una amenaza aún mayor. Las FARC tomaron a los soldados como rehenes en agosto, durante una ofensiva masiva que puso en ridículo a las Fuerzas Armadas de Colombia.

Los gastos se disparan

La mayor frecuencia de los atentados de la guerrilla contra las instalaciones y los trabajadores de las petroleras, así como el aumento de su armamento y efectivos, han elevado el gasto en seguridad y frenado algunos proyectos petroleros importantes.

El aumento del poder de la guerrilla representa una amenaza para los planes de Colombia de convertirse en un importante exportador de petróleo a nivel mundial. Hace dos años, el petróleo reemplazó por primera vez al café como el primer producto legal de exportación de Colombia.



Hace tres semanas, 1.500 empleados de British Petroleum PLC que trabajaban en el yacimiento petrolero de Cupiagua, en los Llanos Orientales, se negaron a trabajar debido a las amenazas del ELN. Según BP, sólo la tercera parte había regresado al trabajo a finales de la semana pasada.

El ELN dio a conocer un comunicado en el que declaraba a BP un blanco militar, dice Philip Mead, presidente adjunto de BP para el área de Casanare, Colombia. "No es la primera vez" que la guerrilla amenaza a BP, pero esta vez "amenazó también a los trabajadores y contratistas", dijo. Hace poco, efectivos del ELN quemaron autobuses en Cupiagua y asesinaron a un contratista de BP, dijo Mead.

Mead insiste en que BP no ha modificado sus planes a pesar de que dos terceras partes de sus trabajadores en Cupiagua se rehúsan a acudir al trabajo. BP produce 185.000 barriles de petróleo diarios en el yacimiento de Cusiana y planea elevar este año su producción total en el país a 500.000 barriles diarios gracias a la producción de Cupiagua. La empresa planea invertir US$600 millones en Cupiagua y otras zonas del país durante el próximo año.

Récord violento

"Desde el 10 de abril de 1996 han asesinado a 28 personas en nuestras áreas de producción", dice Frank Zapalac, jefe de seguridad de Occidental Petroleum Corp., de Bakersfield, California, que opera el yacimiento de Caño Limón, en la región selvática del noreste de Colombia. "Jamás tuvimos tantas muertes" en un solo año, dice.

La mayoría de las víctimas eran agentes de seguridad y soldados colombianos, pero seis contratistas de Occidental también fueron asesinados. "La amenaza es mayor que nunca", agrega Zapalac.

Texaco Inc., Triton Energy Ltd. y Chevron Corp., de EE.UU., también tienen operaciones en Colombia.

Las FARC y su vástago, el ELN, están entre los grupos guerrilleros más antiguos de América Latina. Estuvieron a punto de desaparecer en la década de los 80, pero se recuperaron en los últimos años y especialmente durante el último año.

Se multiplican

De los 22 frentes que tenían en 1982, el ELN y las FARC han crecido a más de 100, según cifras del gobierno. El número de guerrilleros se ha quintuplicado para llegar a unos 10.000. El número de atentados contra el oleoducto que atraviesa la selva colombiana pasó de 26 en 1986 a 45 el año pasado. Este año, la guerrilla ya ha volado el oleoducto 34 veces.

Los expertos en seguridad y oficiales militares colombianos culpan al creciente papel de los grupos guerrilleros en el narcotráfico. Mencionan además la debilidad del gobierno del presidente Ernesto Samper, que ha estado asesiado por repetidas acusaciones en el sentido de que su campaña presidencial aceptó aportes de narcotraficantes en 1994. Samper ha rechazado las acusaciones.

En un intento por darle un giro positivo al humillante desenlace de la crisis de los soldados secuestrados, Samper anunció el lunes un plan encaminado a explorar la posibilidad de entablar conversaciones de paz con la guerrilla.

03

9708835

Intentan un diálogo de paz en Colombia

BOGOTA, 24 (AP).- En la primera acción directa del actual gobierno en busca de una negociación de paz, el presidente Ernesto Samper ordenó a dos de sus delegados entrar en contacto con los grupos alzados en armas para definir términos de una posible negociación.

"El hecho de que demos este paso trascendental por la paz de nuestra patria no significa, por supuesto, que vayamos a dejar de lado nuestro compromiso constitucional de garantizarles a todos los colombianos, mediante el uso de la fuerza pública, su vida, su honra y sus bienes", dijo.

Samper, en un anuncio radiotelevisado al país, encomendó hacer los contactos a Daniel García Peña, coordinador de la oficina de paz, y a José Noé Ríos, consejero presidencial y quien negoció con la guerrilla la liberación, el 15 de junio, de 70 militares retenidos por los insurgentes.

García Peña y Ríos deben establecer en un plazo de 60 días "los contactos necesarios con los grupos alzados en armas para definir los términos y condiciones dentro de los cuales podría celebrarse una primera negociación de paz", dijo Samper.

Indicó que los dos delegados deben también presentar recomendaciones similares sobre los denominados grupos de "autodefensas campesinas" o cooperativas de seguridad de los terratenientes, porque también forman parte del conflicto.

"Se trata de una misión exploratoria de cuyos resultados depende que podamos o no seguir adelante", agregó el mandatario, afirmando que con esta propuesta el gobierno demostraba que estaba dispuesto a un diálogo que ponga fin al conflicto armado que sacude a este país desde hace más de tres décadas.

Apoyo del establishment

El presidente respondió de esta manera a los presidentes de las cuatro organizaciones económicas más importantes del país, que la semana última ofrecieron su apoyo y le solicitaron llevar a cabo los pasos necesarios para iniciar un proceso de paz.

Samper no dijo si habría condiciones o si aceptaría exigencias ya formuladas por los principales grupos insurgentes de este país, como las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), la más grande y antigua de las organizaciones irregulares de esta nación.

Al liberar a los militares, Manuel Marulanda, máximo jefe de las FARC, afirmó que el grupo estaba dispuesto a discutir términos de una negociación de paz siempre y cuando el gobierno retirara el ejército de ciertas zonas de país y se acabara con los grupos paramilitares.



Ernesto Samper (Archivo)

L.N. 25-6

04

Samper aspira a nuevas conversaciones con guerrilla

LM 17/6.

BOGOTA (Reuter) - A 14 meses de finalizar su administración, el gobierno de Ernesto Samper, dejó abierta la posibilidad de iniciar un nuevo proceso de paz con la guerrilla izquierdista, pero reconoció que una iniciativa de esta naturaleza podría tomar varios años.

La apreciación fue hecha por el propio Samper, luego de la liberación de 70 militares que tenía en cautiverio la guerrilla marxista colombiana. "El gobierno tiene la capacidad y tiene en este momento la voluntad de sentarse a encontrar nuevas formulas de paz", dijo Samper a la radio local.

Gobierno y guerrilla en Colombia han entrado y salido de conversaciones innumerables veces en los últimos 15 años.

El jefe del Estado reconoció que éste podría ser el comienzo de una nueva etapa de acercamiento para lograr pacificar al país, uno de los más violentos del mundo y donde existe la guerrilla más antigua de América Latina. Pero a la vez tanto él como miembros de su equipo de gobierno, se mostraron cautelosos a la hora de definir detalles.

"Yo no quiero pintar pajaritos de oro ni proponer soluciones mágicas, yo creo que llevamos 35 años de enfrentamientos armados y nadie puede legítimamente decir que mañana se va a comenzar una nueva etapa y el país va a vivir en paz", insistió. El ministro de Defensa, Gilberto Echeverri, reconoció que la paz no se logra de la noche a la mañana y que éste gobierno podría dejar sentadas las bases para que la nueva administración continúe con la iniciativa.

"Se puede avanzar en algo, es un proceso que es muy largo, este es un proceso donde tiene que participar mucha gente", dijo Echeverri.

Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), liberaron el domingo a los soldados que habían sido tomados como rehenes en agosto de 1996, luego de un asalto a la base militar de Las Delicias al sur del país.

La liberación se produjo luego de que el gobierno aceptó la exigencia de la guerrilla de despejar militarmente una zona de 13.000 kilómetros cuadrados en el departamento de Caquetá, uno de los principales centros de producción de hoja de coca.

Pese a las críticas por un eventual "sometimiento" a los deseos de los rebeldes, Samper ordenó la desmilitarización en un intento por calmar los ánimos de las 70 familias de los militares que iniciaron una dramática campaña a nivel nacional para buscar la liberación.

La Mañana del Martes 17 de Junio de 1997

XE7033

D FOXDT 06-10 00321
mun exg icx

COLOMBIA-MILITARES

MINISTRO DEFENSA NIEGA QUE SE HAYA SOBREVOLADO ZONA NEUTRAL

Bogotá, 10 jun (EFE).- El ministro colombiano de Defensa, Gilberto Echeverri, negó hoy que helicópteros oficiales hayan sobrevolado la zona neutral del Caguán, en el sur del país, como denunció el lunes la guerrilla Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), que mantiene cautivos a 70 militares.

Según un comunicado del despacho de Echeverri, las instrucciones impartidas por el presidente de Colombia, Ernesto Samper, desde el momento en que se inició el repliegue cronológico en el área del Caguán "han incluido la prohibición expresa de hacer sobrevuelos en dicha área".

El pasado 23 de mayo empezó a regir un repliegue total de tropas en una zona de 13.161 kilómetros cuadrados en el sureño departamento del Caquetá para permitir la puesta en libertad de los 60 militares del Ejército y diez de la Armada Nacional (marina de guerra) retenidos por las FARC.

Con anterioridad a Echeverri, el representante del Gobierno en las gestiones para la liberación de los militares, José Noé Ríos, rechazó la supuesta violación del espacio aéreo de la zona restringida.

En el territorio "despejado" de tropas sólo podrán sobrevolar aeronaves "con permiso de la Aeronáutica Civil, previa autorización del señor presidente de la República tramitada a través del Ministerio de Defensa Nacional", añade el comunicado.

El ministerio advierte de que "quien viole las anteriores instrucciones será sancionado", insiste en que "la fuerza pública de Colombia ha cumplido estrictamente el acuerdo" y pide "la colaboración positiva y un manejo prudente de todas las entidades involucradas en este proceso a fin de que pueda llevar a feliz término".

El repliegue militar concluirá el próximo 24 de junio, nueve días después de que se ponga en libertad a los militares, según el acuerdo alcanzado la semana pasada entre delegados del Gobierno y de las FARC.

Los 70 militares en poder de las FARC serán liberados el domingo próximo, según el calendario fijado. EFE

RRM/mmg/fr

06/10/16 40/97

9708835

06

EF9937

[illegible]

mun aja ic.

COLOMBIA MILITARES

PRIMERA REUNION DELEGADOS GOBIERNO Y FARC PREVISTA PARA HOY

Bogotá, 7 jun (EFE). Los delegados del Gobierno colombiano y la guerrilla de las FARC tienen previsto reunirse hoy, por primera vez, a las 10.00 horas locales (15.00 GMT) en el caserío de Remolinos del Caguan para negociar la liberación de 70 militares retenidos por los rebeldes.

Los dos negociadores del Gobierno partieron hoy por vía fluvial a dicho caserío desde Cartagena del Chairá, población del departamento sureño del Caquetá desde la que se coordina la operación para recibir a los cautivos.

Los delegados gubernamentales fueron citados el lunes por el denominado Bloque Sur de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) para esta primera entrevista.

A la cita con los jefes rebeldes acuden el viceministro de Trabajo, José Noé Ríos, y el consejero gubernamental para los Derechos Humanos, Carlos Vicente de Roux, designados como interlocutores por el presidente colombiano, Ernesto Samper.

El delegado en Colombia del Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), Pierre Gassman, y tres integrantes de la Comisión de Conciliación Nacional -el ex canciller Augusto Ramírez, el ex ministro Alvaro Leyva y Luis Augusto Castro, vicario apostólico de San Vicente del Caguán- acompañan a los negociadores.

El caserío de Remolinos del Caguán está incluido en el área del repliegue militar ordenado por el presidente Samper a partir del 23 de mayo pasado sobre un total de 13.161 kilómetros cuadrados del departamento del Caquetá.

En esta primera reunión, las partes deberán llegar a un acuerdo sobre el día, lugar y circunstancias en que serán liberados 60 soldados y diez infantes de marina que las FARC mantienen prisioneros.

Los soldados fueron tomados como rehenes el 30 de agosto de 1996 en un ataque de esa guerrilla contra una base del Ejército en el departamento sureño del Putumayo, en el que murieron 27 militares y otros veinte resultaron heridos.

Los infantes de marina, por su parte, están en manos de las FARC desde el pasado 17 de enero, tras un asalto en el Chocó, departamento selvático en la frontera oeste con Panamá.

La entrega de los cautivos deberá producirse antes del 18 de junio, cuando vence el plazo de 15 días que el plan de repliegue de tropas estableció para que la principal organización rebelde de Colombia devuelva a los militares.

La orden de retirada vencerá el 23 de junio, cuando concluirán los cinco días previstos en el mismo plan para que las fuerzas militares regresen al área de la que se replegaron. EFE

JGH/mag/fr

06/07/14-14/77

07 9708835

XA2184

R EOXBT 06 02 00059
mun e.g

COLOMBIA-MILITARES (Ampliación)
GUERRILLA DICE EJERCITO NO HA CUMPLIDO ORDEN DE DESPEJE

Bogotá. 1 jun (EFE).- Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) denunciaron hoy que el Ejército no se ha replegado totalmente de la zona de seguridad creada en las selvas del sur del país para facilitar la liberación de los 70 militares en su poder, de acuerdo a una orden presidencial.

En un comunicado difundido por enviados de medios de prensa de la capital. el Bloque Sur de las FARC. que opera en toda la región selvática de la Amazonía. asegura que "algunos soldados han regresado vestidos de civiles y haciéndose pasar por vendedores ambulantes".

El grupo rebelde indica en su nota que si el Ejército no cumple al pie de la letra con la retirada de sus tropas en la zona de más de 13.000 metros cuadrados acordada como de "despeje militar" será responsable de "cualquier tropiezo" que ponga en riesgo la entrega de los soldados.

La "zona de seguridad" fue dibujada en el departamento del Caquetá y comprende los cascos urbanos de las poblaciones de San Vicente del Caguán y Cartagena del Chairá y su zona rural. entre ellas. tres de aldeas que dependen del último municipio. Santa Rosa. Santafé del Caguán y Remolinos del Caguán.

Según el Bloque sur "es un hecho" el repliegue de las tropas en Remolinos del Caguán. considerada fundamental por las FARC para realizar la entrega de los militares, pero no sucede lo mismo en el casco urbano de Cartagena del Chairá.

Allí los guerrilleros dicen haber detectado el regreso de hombres del Ejército. que pretenden hacerse pasar por vendedores ambulantes.

La retirada de las tropas fue ordenada por Samper a partir de las 00.00 horas locales (05.00 GMT) del 23 de mayo pasado y durante 32 días.

El repliegue de los 6.500 efectivos militares destacados en el Caquetá comenzó a realizarse el primer día de vigencia de la "zona de seguridad", y terminó el 28 de mayo pasado. según el programa trazado por las partes.

Desde esa fecha hasta hoy las FARC debían verificar el cumplimiento de la orden presidencial para en las dos siguientes jornadas concretar en una reunión con los representantes del Gobierno y una comisión mediadora, los detalles de la liberación de los militares.

Sesenta de ellos llevan nueve meses en poder de los rebeldes. que los hicieron rehenes tras un ataque a la base militar de Las Delicias. en los límites entre el Caquetá y el departamento del Putumayo. Los diez restantes. infantes de Marina. están retenidos desde enero pasado. cuando fueron tomados por las FARC en Juradó, en el noroeste del país.

El comunicado en el que se contiene la denuncia es el tercero enviado hoy por este grupo rebelde. el mayor y más antiguo del país.

En los dos anteriores acusó al jefe de las Fuerzas Armadas. el general Harold Bedoya, de ser "un provocador y un irresponsable", así como de "torpedear" el proceso de liberación al señalar que los retenidos no son 70, sino 73.

"Mientras haya hombres como el general Bedoya al frente de la institución armada. la paz en Colombia, por mucho que se siembre jamás germinará". agregaba la primera nota en la que las FARC pedían a Samper "poner freno al general. quien no ha sido capaz de ganar la guerra pero tampoco permite la paz".

En su segundo comunicado. la organización armada contestó de forma negativa la petición hecha por los medios de comunicación de estar presentes en las negociaciones que deben comenzar mañana. así como en el acto de entrega de los militares y una comisión de mediadores y observadores nacionales e internacionales. EFE
IFS MLH HD

9708835

08-08

SECRET

97/013

16 May 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND-UP OF EVENTS IN APRIL 1997

Attached is Report Number 97/0554

SECRET

01-07

9708836

SECRET

RELS/97/0554 16 May 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND UP OF EVENTS IN APRIL 1997

SUMMARY

1. A KEDO team visited the reactor site.

2. More food aid was promised and some arrived.

3. Defector Hwang Chang-yop arrived in Seoul.

4. Red Cross officials from North and South met.

5. North Korea sidestepped four-way talks.

6. CNN went to Kim Il-sung's 85th birthday celebration.

AGREED FRAMEWORK

1. A 54-member KEDO (Korean Energy Development Organisation) team, some of them South Koreans, spent a fortnight at the site where the light-water reactor is to be built. They held technical discussions with North Korean officials on arrangements to be worked out before the project starts, covering communications, the use of North Korean personnel and materials, sea and air routes, emergency measures and financial services. The team was the first ever KEDO group to arrive in the North by sea from the South.

2. A South Korean government report gave projected figures for future contributions which included 20 million (m) US Dollars (USD) from the European Union, soon to join the KEDO executive board, and warned of serious shortfalls in funding for the heavy oil regularly shipped to North Korea under the terms of the agreed framework. Money has been a problem from the outset. But in spite of delays and frustrations, the KEDO project increasingly provides a forum where meetings and cooperation between officials of North and South are becoming commonplace; in itself a significant achievement. Meanwhile, the process of sealing the spent fuel rods was described as 70 per cent complete, and KEDO has chosen the companies which will carry out first-stage construction work.

FOOD

3. More food aid was promised and some has arrived. The Americans announced a new donation of 15m USD, decided in consultation with Seoul and Tokyo and as before channelled through international agencies. China made another big contribution in direct aid. An American spokesman warned that food shortage could soon become critical, and journalists and agency officials described near-starvation as already widespread. But as ever there were conflicting

opinions and differing assessments of the extent of need. Aid from several countries, including Taiwan, has already arrived, and several donors were acknowledged by North Korean radio broadcasting in English. Japan, although urged by aid officials, is investigating the alleged abduction in the 1970s of a Japanese girl by North Korean agents and has yet to respond to the current appeal.

4. In North Korea spring land management mobilization is under way. Workers and officials have planted trees, built roads and fences, and carried out river improvement projects, and new grazing has been sown according to the Party's plan to "exchange grass for meat". North Korea's leaders, while admitting hardship and actively seeking aid, are on guard against attempts by foreign "rightwingers and reactionaries" to force internal change using food as a political weapon. They warned the US and South Korea not to use aid to force concessions.

5. The South Koreans insisted that they would not offer large-scale food aid until the North accepted last year's proposal for four-party talks. They presented the North with a vision of what could follow: agricultural cooperation, investment, food aid, perhaps through a KEDO-like consortium, if only the North would say yes. Meanwhile the South saw a limited opening and proposed a meeting between Red Cross representatives of North and South to discuss the mechanics of delivering aid donated by South Korean private organisations, for which the Red Cross is the sole channel permitted by the South. Eventually, arrangements were agreed and talks were held in Peking. Not much was resolved, but further meetings are expected which the South Koreans hope might lead to resumption of the wider-ranging Red Cross contacts last held in 1992.

NORTH KOREA/SOUTH KOREA

6. Former North Korean Party Secretary Hwang Chang-yop and fellow defector Kim Tok-hong arrived in Seoul from the Philippines on 20 April. South Korea's press said in advance that there was no undertaking to hold back from making political use of the situation, and media reports soon bore that out. A Chinese spokesman said it was still his country's hope that the parties concerned would handle the matter in a calm manner. Hwang's statement, broadcast on arrival, said that North Korea had degenerated into feudalism and militarism, and the authorities prepare for war while the people starve; conscience compelled him to leave his family and friends and go South to prevent war. He called on North Korea to open up and reform.

7. According to South Korean officials Hwang has not yet been questioned, as their first thought was to get him safely there. Statements attributed to Hwang have so far shed little light on the workings of North Korea. Instead, like so many defectors, he has apparently claimed an extent of knowledge of military equipment and planning not consistent with his position and responsibilities, and as

usual the published accounts were such as to cause alarm. Other widespread media reports described what he ate, his favoured reading, his reactions to the South, and his visit to a war memorial.

8. Media reports that Hwang had provided a list of pro-North activists in the South were not confirmed, but caused some stir. So did the publication by a South Korean newspaper of what was said to be a thesis written by Hwang while still in North Korea. In this he warned that North Korea's system would not easily collapse and that its military capabilities far outweighed those of the South: North Korea could annihilate the South and make it a sea of fire, with nuclear, chemical and rocket weapons. The North Koreans believed they could win a war and would wipe out Japan if the US intervened; the South should defend itself by seeking out pro-North organisations and strengthening the defence alliance with Japan and the US. Contradicting his arrival statement, Hwang apparently urged the South to encourage economic dependence rather than push reform which would revitalise the North. The nature of North Korea's ruler, said the thesis, offers no comfort: he is vigorous, intelligent and determined and his character is violent. His chosen model is Hitler. The nation must open its eyes to the threat of tragedy.

9. Hwang was denounced by name by the North Korean-based "South Korean" National Democratic Front, a device used by the North for unattributable comment. This described him as senile and accused the Kim Yong-sam ring of effectively declaring war by bringing him in. North Korean radio broadcast a letter from a student to Kim Chong-il, in which she said that in the rotten and diseased South she would have had no hope of the happy life she leads in the North. She promised loyalty even if "cowardly (but here unidentified) traitors.. ran wild".

10. Meanwhile, in the background, representatives of South Korea's Land Corporation were meeting North Korean officials in Peking. They signed a letter of intent setting out the details of a plan by the South Korean group to develop an industrial estate in North Korea's Najin-Sonbong special zone, which will concentrate on small and medium businesses both foreign and South Korean. The projected investment is some 500-600m USD.

TALKS

11. The delegates from North and South and the US who had taken part in the three-way talks in New York reassembled there to hear North Korea's response to the four-way talks proposal. The North Koreans postponed the meeting twice while food aid was debated. North Korea wants aid to precede the talks while the South is determined on the reverse order, a situation similar to the disagreement over the order of disarmament and confidence-building which blocked earlier North-South dialogue. Eventually, at much the same time as Hwang Chang-yop was arriving in Seoul, the North Koreans came up with a new proposal, that further

three-way talks to resolve current problems should be held before China is brought in. This the South refused.

12. A statement by a North Korean Ministry of Foreign Affairs spokesman took the US and the South to task for saying that the North had turned down the talks, and set out North Korea's position: the North is prepared to accept further preparatory three-way talks in line with their wish for the successful holding of four-way talks, but first there are problems to be overcome. Confidence for the meeting has not been built; independence and equality are not guaranteed, because the four parties do not have the same mutual relations, and there are US troops in the South, and no foreign troops in the North. Earlier, while the American Defence Secretary and Chairman of the Joint Chiefs of Staff were discussing joint defence posture with South Korea and Japan, North Korea's official news agency urged the US in forthright terms to take practical steps towards confidence-building, threatening otherwise to increase the strength and power of North Korea's own military. Meanwhile bilateral North Korean-US talks on specific agendas covering missiles and the return of American war dead are set to continue, and have indeed already begun.

ABROAD

14. Foreign Minister Kim Yong-nam went on to the meeting of foreign ministers of Non-Aligned countries after visiting traditional African friends, probably with the aim of pre-empting any slackening of Non-Aligned Movement (NAM) admission rules which might let in South Korea. The South Koreans nonetheless got a toe in the door, for the first time attending the meeting as guests. At the meeting Kim urged south-south cooperation and a fair deal for small countries. The NAM final document supported peaceful reunification of Korea on the agreed principles and expressed the hope that the nuclear issue would be resolved peacefully and the agreed framework fully implemented.

15. Japanese and North Korean diplomats met informally in Peking for the first time this year, in yet another effort along the uphill road towards restarting normalisation talks. Further obstacles have appeared. Japanese press reports claiming that North Korea's Nodong missile had been redeployed on the coast facing Japan caused alarm and increased distrust, as did repeated allegations of abductions. Drugs were found by Japanese officials in the cargo unloaded from a North Korean ship. On the other side, North Korea's media denounced legislation securing land for the US base at Okinawa ("toad-eating Japanese...aiming at overseas expansion"). However a member of Japan's House of Councillors went to North Korea to assess flood damage.

16. At the same time North Korea is also looking outwards. They have again indicated their wish to join the Asian Development Bank, and this time South Korea will not stand in the way; indeed, South Korea and others hope that North Korea's application form will give some first-hand information about their economy. In a possibly related

move, North Korean Vice-Premier Kong Chin-tae, a long-time specialist in trade and external economic relations, visited Vietnam, perhaps to have a look at Vietnam's experience in reforming a still socialist economy.

HOME

17. By a fortunate coincidence the 65th anniversary of the founding of the Korean People's Army (KPA) fell within a fortnight of the 85th birthday of Kim Il-sung, allowing these occasions to be celebrated jointly, and on a lavish scale. CNN was in Pyongyang for the celebrations. Overall, the main theme was as usual unity of Army, people, Party and leader, based on unswerving loyalty to Kim Il-sung, the founder and Great Leader, and Kim Chong-il, who is the same exactly as Kim Il-sung and also his most loyal follower. To reinforce the bond, some 150 general-grade KPA officers were promoted by order of Kim Chong-il as Supreme Commander. New Vice-Marshals were appointed. These were Kim Il-chol, for many years Commander of the KPA Navy, Deputy Chiefs of General Staff Chon Chae-son and Yi Chong-san, and member of the Military Commission Pak Ki-so.

18. Events ranged from the Spring Friendship Art Festival, which has marked Kim's birthday for 15 years, to a large-scale military parade at which Kim Chong-il took the salute. Lists of those present revealed that new Vice-Marshal Kim Il-chol has been made First Vice-Minister of the People's Armed Forces, replacing Kim Kwang-chin who died in February. No new Minister has appeared and this post is apparently vacant. Kim Il-chol like his predecessor is around 70 with a long career as a serving officer, and is thought to be close to Kim Chong-il. No new Navy Commander has been identified but Commander of the West Sea Fleet Kim Yun-sim was among those promoted, perhaps an indication that he could be the man.

19. Others seen at the anniversary celebrations included Kang Song-san in his first recorded appearance in over a year, listed in a position suggesting that he retains his post as Premier. Among others rarely seen and perhaps in poor health was Vice-President Kim Yong-chu, Kim Il-sung's brother. Kim Il-sung's widow Kim Song-ae was nowhere recorded. There was plenty of evidence that the funeral committee for Minister of the People's Armed Forces Choe Kwang, who died in February, was a highly unreliable indicator of who does what in North Korea. Published lists of those attending events or on committees have likewise partly lost this function. Order of appearance now seems to vary with the nature of the event, usually, but not always, with the effect of favouring the military. At the military parade the top military leaders were named before the Vice-Presidents; on other occasions this was reversed.

21. The rarely seen country members of the Politburo, provincial leaders So Yun-sok and Yon Hyong-muk, were in town for the occasion. The presence of most of the senior leadership would have made possible a top-level meeting, although as usual none was reported and no evidence

appeared. Nothing yet suggests that Kim Chong-il is soon to take power; meetings of the Central Committee are almost invariably reported and none apparently has been held. Other top people last seen months ago reappeared, confounding South Korean media reports of their dismissal or worse. These included Vice-Marshal Yi Ha-il and Vice-Premier Choe Yong-nim. More recent stories claimed that leading economic official Kim Chong-u had been removed from his posts. The prominent role of Choe Tae-pok in meeting participants from other countries suggests that he might be acting as Party Secretary with responsibility for international affairs, in place of Hwang Chang-yop.

22. Among the foreign guests there were several Chinese groups. And senior Chinese officials taking part in the celebrations at North Korea's Peking Embassy spoke of lips-and-teeth friendship in traditional terms which must have pleased their hosts.

23. According to further rumours, while loyal followers marked his birthday, vandals in the north of the country sawed off a leg from a statue of Kim Il-sung and removed it to China. Frantic officials tried to hide the damage while others tracked down the missing leg. Happily it was found and has been successfully reunited with its owner.
ENDS

SECRET

97/019

23 July 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND-UP OF EVENTS IN JUNE 1997

Attached is Report Number 97/0852

SECRET

01-07

9708837

RELS/97/0852 24 July 1997

RESEARCH PAPER: NORTH KOREA: A ROUND-UP OF EVENTS IN JUNE 1997

Summary

1. Another KEDO protocol was signed.

2. South Korean Red Cross food aid arrived.

3. North Korea agreed to preparatory 4-way talks.

4. North Korea warned off would-be aggressors.

5. The anniversary of Kim Il-sung's death approached.

Agreed Framework

1. The Korean Energy Development Organization (KEDO) and North Korea signed a protocol on penalties should North Korea default on repaying their share of the light-water reactor project costs. The terms agreed by KEDO and North Korea in 1995, after a long struggle, were for interest-free repayments by North Korea of an amount to be jointly agreed, spread over 20 years starting from the completion of each reactor plant and including an initial three-year grace period.

2. Further protocols are under discussion and construction is due to start soon. So far KEDO has been a success: North Korea's nuclear freeze has been sustained, unprecedented contact between North and South has become routine, heavy oil has arrived in spite of funding problems, canning of spent fuel is well under way, and International Atomic Energy Agency (IAEA) inspection has gone as well as could be expected. But the way ahead will not be easy giving the North Koreans plenty of scope for the tough negotiating for which they have shown such talent. Special inspection of suspected waste sites could be a sticking point if when the time comes North Korea still opts for concealment. And already the North Koreans are unhappy about the intransigence of American economic sanctions, to be lifted in stages under the agreement.

Food And North Korea/South Korea

3. The food aid promised and already partly distributed in response to appeals by North Korea and international agencies has already met much of this year's needs. Estimates of the remaining gap vary. The agencies still tended to see the situation in terms of barely contained emergency. Others, notably South Korea and Japan, were inclined to see the crisis as past, but views were inconsistent and coloured by the context and political subtext. The South Koreans still link large-scale aid to North Korean acceptance of four-way talks (North and South

with the US and China, as proposed last year by Presidents Clinton and Kim Yong-sam), especially as the food aid which North Korea had tried to make a precondition has now almost been met by donors. But within South Korea, and also Japan, there is growing controversy on food aid policy.

4. South Korea's press reported North Korean data showing a recent marked rise in infant mortality. Following a five-day visit when he toured hospitals, schools and food stores and met senior leaders, the UN Under Secretary General for Humanitarian Affairs also told the press about hardship and malnutrition and continued need for support. He said that further appeals were planned. He praised North Korea's own efforts but noted the huge problems, including shortage of fertilizers and pesticides and crop damage by insects and disease.

5. North Korea's domestic radio, which broadcasts helpful information for country people, described how damage by early rains had caused conditions favouring insect attack and urged farmers to be watchful. Broadcasts emphasized the success of this year's effort and the hard work of farmers and civilians and of the army who were deployed this year on farms. The soldiers' skills were put to good use in repairing implements and machines, while North Korea's resourceful propaganda machine used the situation as an lesson in army-people unity.

6. Food from religious groups and private individuals and organizations in South Korea was delivered and distributed by Red Cross officials of both countries, in bags which identified the donors. North Korea refused passage through Pansunjom, and the first consignments came by train from China. But transport problems caused delays and some food bought from Chinese suppliers was substandard. However sea transport was arranged and the distribution was successful. North Korea's thanks were broadcast as messages from local Red Cross committees to donor groups. Among the donors named by South Korea's press was Hyundai founder Chong Chu-yong, whose gift went to his home town. Further deliveries are planned, but might be delayed at North Korea's request if borders are closed while North Korea commemorates the death of Kim Il-sung.

7. While food aid perhaps helped to create goodwill at personal levels, the official scene was in direct contrast. North Korea accused the South Korean administration of using food as a political weapon. The South Korean paper "Choson Ilbo" denounced Kim Chong-il for failing to provide for his people, and North Korea caused dismay by loudly threatened retaliation. Kim Yong-sam warned the South that the North still intends communization by force. South Korea's media circulated widely a foreign press report claiming that North Korean soldiers had stolen donated food at gunpoint. Later, sections of the press criticized their colleagues and government for allowing a damaging story of doubtful accuracy to run for days before making a check. Relations were further soured by an infiltration incident. South Korea's defence ministry reported that a North Korean navy

patrol escorting fishing boats had entered South Korean waters and fired on a South Korean patrol, which returned fire, then the North Koreans retreated. In North Korea's version, South Korean warships crossed the line and brutally fired on peaceful fishing boats, but when challenged "the cowards..ran away". All agreed that there was no damage.

8. Defectors made more news and their numbers grew, and so did the eccentricity of some of their accounts. They included a small group who apparently spent weeks in Hong Kong, after getting out of North Korea using money relayed through Chinese Korean relatives whose son had defected earlier. South Korea's press reported the questioning of Hwang Chang-yop by American officials and criticized opposition leader Kim Dae-jung for passing on what he said was the Americans' assurance to him that there was no "Hwang Chang-yop list" of dissident South Koreans. An earlier defector published a book which contained further lurid detail on North Korea's nuclear capability. A Russian professor who knows North Korea and writes for a South Korean magazine cast doubts on Hwang's access and influence and the credibility of his comments. South Korea talked about preparations for future refugees, but still on a small scale.

Abroad

9. On 25 June, the anniversary of the start of the Korean War, North Korea announced its decision to take part in a high-level meeting with American and South Korean officials to discuss the proposed four-way talks. The statement was in itself unusual. It was released by Yi Kun, deputy head of North Korea's UN mission in New York, and went on to make the point that the participating Vice Minister of Foreign Affairs would afterwards hold a bilateral North Korea-US meeting. Yi said that North Korea is prepared to cooperate so that the negotiations achieve significant results, and spoke of progress "...in the form of tripartite or bilateral talks.. based on our side's proposal to discuss issues of mutual interest within the framework of the four-way talks". At the high-level talks, held on 30 June, a joint statement was issued by North and South Korea and the US announcing their decision to take part in a preparatory meeting for the four-way talks. This will be held on 5 August. China welcomed this agreement and agreed to participate.

10. While North Korea's eventual decision to accept was almost inevitable in their current circumstances it still represents significant progress. But this is not yet a breakthrough. Four-way talks proper will probably be achieved, but quite how each participant envisages the talks is still unclear, and there is a high probability that their expectations are incompatible. The South Koreans hope that the initial 2 plus 2 talks will become 4 minus 2, inter-Korean dialogue leading at last to a peace agreement. There is however no reason to suppose that the North Koreans have gone back on their fixed position that peace is between themselves and the Americans.

11. The North Koreans have probably worked out a plan which the others may find hard to accept. Yi Kun's statement spells out North Korea's vision of acceptable four-way talks, as a framework for the bilateral North Korean-US dialogue which they have worked so hard to achieve. They have perhaps also assessed that participation by China, at first reluctantly accepted, could provide a real-life illustration of the inequality which according to North Korea must be addressed for the venture to succeed. This would mean the Americans adopting an even-handed Korea policy to match China's new alignment.

12. Missile talks with the Americans were held on 11-13 June in New York, with the same team leaders who met last year in Berlin. Yi Hyong-chol who led North Korea's side is a leading expert on disarmament issues, now Ministry of Foreign Affairs Director for American Affairs. As before the talks were inconclusive and agreement was reached only on holding further meetings. The North Koreans insist that while missile sales might be negotiable, development is a matter of sovereignty and national security. South Korea's press said that the North Koreans were taken on a secret visit to a weapons research centre where they discussed technical matters. Later, working negotiations on finding the remains of American soldiers killed in the Korean War reached comprehensive agreement, and joint searches are to start soon.

13. Yi In-kyu, the Vice Minister of Foreign Affairs dealing with Russian affairs, went to Russia by longstanding arrangement to open consultations at a senior level on the protracted negotiations on replacing the outdated 1961 bilateral friendship treaty. Speaking to the press, the Russian Vice-Minister expressed support for four-way talks but repeated Russia's concern and their wish to play an active role in reaching a Korean settlement. He urged recall of Russia's proposal for a wider conference should the four-way talks run into difficulties. Both noted progress in the bilateral discussions. According to press reports the talks also covered economic cooperation such as oil refining and Russian investment in the Najin-Sonbong special zone.

14. A Chinese Vice-Minister of Foreign Trade and Economic Coperation visited North Korea. He signed an agreement undertaking further aid in addition to that already agreed, delivery of which has just been completed. The Chinese have been careful in public statements to link aid to flood damage, in line with North Korea's wish to represent their need as the result of accident unconnected with structural problems. The North Koreans congratulated the Chinese on the return of Hong Kong. The message was repeated in a "Nodong Sinmun" editorial which welcomed this outcome of China's struggle for territorial integrity and wished them success in their future efforts for reunification, and concluded that foreign colonial rule over South Korea would likewise not last for ever.

15. Kim Hyong-u, North Korea's UN Ambassador in New York,

spoke at the UN special session on the environment. He did not respond to the proposal renewed by South Korea's President for joint conservation of the Demilitarized Zone, but instead called on advanced countries to support sustainable development and help other countries by reducing poverty and excessive debt. He noted Kim Chong-il's commitment to environmental issues and measures to restructure the government bodies concerned. According to South Korea's press, North Korea has applied to the UN to reduce their UN dues in view of reduction in GDP caused by floods while at the same time the population has increased.

Home

16. While meetings continued in New York, at home North Korea has not tried to start introducing America as a friend. The anniversary of the Korean War no longer marks the opening of a Month of Struggle Against US Imperialism. But the thought is still there and so perhaps is the fear which underlies it, fed by never-ending military exercises held separately and jointly by South Korea, and now perhaps reinforced by recent American-Japanese discussion of an updated military alliance presented as specifically directed towards emergency in Korea. In this North Korea and China are in sympathy. Last month North Korea's Ministry of the People's Armed Forces (MPAF) issued a statement warning that American and South Korean forces were poised to attack while North Korea was weakened and troops worked in the fields. This was broadcast in Korean for a domestic audience, with only a brief description for English-language broadcasts. Statements by the MPAF are rare and the last was in 1994, when the North Koreans were again being corralled into talks (on the nuclear issue), and American aircraft carriers had appeared in Korean waters. Then as now potential attackers were warned of the consequences, and North Korea's armed forces were presented as the strong defender prepared for the final battle.

17. The South Koreans dismissed this as rhetoric, and indeed such threats seem aimed at warning North Koreans of danger and reassuring them of their army's and leader's protection rather than expressing serious statements of hostile intent. But it might be worth noting that this and other recent broadcasting targeted "American imperialists" rather than the more specific and therefore less hostile "American belligerents". Also the frequently repeated expression that retaliation will "vent our people's pent-up grudges and wrath" is a new formulation. Perhaps it should be kept in mind that North Korea has not come willingly to the four-way talks, nor have they yet developed trust in those they speak to.

18. On the other active front, the Chuche economy, efforts continued to promote the Najin-Sonbong zone. A delegation form the local Party committee visited Hunchun, the Chinese town which also borders the Tumen Basin development area, where they signed a protocol designating Hunchun and Najin-Sonbong as friendship cities and discussed joint development

of markets and tourism schemes. North Korea's government took further measures to promote inward investment, which according to South Korea's press included reform of the indirect system of exchanging North Korean currency. The same reports claimed that North Korean businesses were to be allowed to set up in the area, a move beyond the original scheme and perhaps eventually a small step towards opening up the economy. Rumours that Kim Chong-u is no longer in charge of the development were not confirmed, but he has not been seen. Kim Mun-song was the man who, with Vice-Premier Hong Song-nam, met the Chinese economic delegation. Kim was identified as a Vice-Chairman of the Committee for External Economic Affairs, and like Kim Chong-u he is also an senior official of the Committee for Promotion of External Economic Cooperation. He is on record as making a favourable impression on those who met him.

19. As the third anniversary of the death of Kim Il-sung approached, huge numbers of people visited the Kumsusan Memorial Palace where he lies in state and in many countries committees were set up to arrange commemoration. Some Russian Duma deputies held a memorial meeting and drafted a letter to Kim Chong-il. North Korean broadcasts still call Kim President and heads of foreign missions hold credentials issued in Kim's name. The military remembered his more than 2000 guidance visits and the press praised his modest lifestyle.

20. On 19 June Kim Chong-il published a new work "On Preserving the Chuche Character and National Character of the Revolution" in which he urged unity in order to "crush splittist forces within and without". He appealed to the national pride of all Koreans, noting that in South Korea, "because of humiliating open-door policies", American, Japanese and western styles pervade all aspects of life and national dignity has been trampled underfoot. He warned against seduction by capitalism which hinders development by destroying joint effort, and subjugation by imperialist forces through food aid. He attributed the fall of socialism abroad to failure to include national characteristics.

21. Media comment underlined Kim's call for "reunification in our generation". But reunification in Kim's generation is already a step back from earlier statements on reunification in the 90s, which in its time was a retreat from preceding calls for reunification in five years.
ENDS

SECRET

97/020

5 August 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: THE FUTURE OF THE COMMUNIST PARTY

Attached is Report Number 97/0898

SECRET

01-04

9708838

RELS/97/0898 1 August 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: THE FUTURE OF THE COMMUNIST PARTY

Key judgements

- The Russian Communist Party (CPRF) remains Russia's largest and best-organised political party, with a strong presence in parliament and the country. But its membership is ageing and new recruits will be increasingly hard to find in the face of voter apathy and likely future competition for "protest votes" from other parties.

- While government economic policies continue to give rise to popular discontent, the CPRF will be able to pick up some support. The probability remains that a communist will make the run-off in the next presidential election (scheduled for 2000). Even so, unless the Party can re-invent itself, perhaps on social democratic lines, communists are unlikely ever again to rule Russia.

- Such change is probably beyond the present CPRF leadership, which has no obvious internal rivals. Zyuganov will continue trying to accommodate both moderate and radical factions within the CPRF; party unity will thus remain strained and divisions between national and local activists will continue to widen. An eventual party split cannot be discounted but seems unlikely in the short term.

1. The CPRF, founded in 1993 with a reported 500,000 members, is descended from a hardline faction of the Communist Party of the Soviet Union (CPSU). At its height the CPSU had a membership of over 19 million. CPRF leader Gennady Zyuganov came second to President Yeltsin in the 1996 Russian presidential election with 40.3 per cent of the vote to Yeltsin's 53.8 per cent; in the first round he had come within 3 per cent of Yeltsin. Despite his defeat, Zyuganov (now 53) was overwhelmingly re-elected leader at the party's congress in April.

Party policies

2. The CPRF attempts to straddle a broad political spectrum from neo-Stalinists through hardline nationalists to social democrats: as a result its policies are vague and often inconsistent. Despite efforts by Zyuganov to shift the party towards a more modern platform, he cannot be compared with those East European communist politicians who have adjusted to a non-communist order. The CPRF's platform remains a mishmash of communist and Russian nationalist rhetoric, overlying a grudging acceptance of many of the changes of recent years. In constitutional matters Zyuganov is formally pledged to maintain the democratic system, while proposing to reduce the power of the presidency in favour of parliament and reversing the decentralisation of power from the Federal Government to the regions. For the economy, he advocates more government regulation, a return to state

control of industrial assets and land and government subsidies for industry. The CPRF seeks an "independent" foreign policy which decreases Russia's alleged dependency on the West - and in particular on the IMF. It supports restoration of the former USSR "on a voluntary basis".

The communists in Parliament ...

3. The CPRF gained about 25 per cent of the popular vote in the 1995 elections to the Duma: sufficient to leave it as the largest single party with 145 of the 450 seats. Zyuganov's efforts to forge alliances with like-minded factions mean that he can expect to command the support of about 210 Deputies on most issues: sufficient to block but not to pass legislation. The Communist Speaker of the Duma, Seleznyov, also uses his procedural powers and influence over the legislative timetable to assist the CPRF. In the Federation Council (the Upper House) the communists have not coalesced as an assertive force: there is no party organisation and governors are swayed more by local loyalties than political allegiances.

4. Zyuganov claims that the CPRF acts as a "responsible" opposition in the Duma: the party has certainly not made full use of its potential to obstruct the government's reform programme. There is considerable anti-government rhetoric, directed in particular at First Deputy Prime Minister Chubais' role in the privatisation of state assets, and a natural reluctance by CPRF deputies to pass unpopular economic legislation. Zyuganov and his supporters have, nevertheless, been prepared to cooperate with Prime Minister Chernomyrdin to get government business through the chamber. Their reasons are partly venal: many senior communists, probably including Zyuganov, are themselves benefiting from privatisation and the government is not above bribing deputies to secure their cooperation. But there is also a fear that Yeltsin might be provoked into an early dissolution. Despite his occasional threats to call a vote of no confidence in the government, Zyuganov is reluctant to provoke new elections which might return a larger but more diverse - and thus less manageable - range of CPRF deputies. Current deputies do not want to risk losing the privileges of office. While both sides will remain keen to avoid a showdown, the shadow-boxing is likely to intensify in the autumn. The impact of government economic austerity measures will increase pressure on the communists to respond.

5. The CPRF remains the largest party in Russia: its members are mostly former members of the CPSU. Its wider electorate comes primarily from the elderly, unemployed and poor who are motivated not so much by communist ideology as by the hardship of their daily lives and a nostalgia for past certainties. Zyuganov's defeat in the presidential elections was a setback, but CPRF policies still sound familiar and the party retains an influential presence throughout Russia. It is also the driving force behind the Popular Patriotic Union of Russia, a coalition founded in

August 1996. Zyuganov leads this and is trying to use it to broaden his political base. The CPRF is well-organised at the grass roots. Local activists tend to be more extreme than the national leadership and have demanded more radical action against government policies. In response, April's CPRF congress instigated a nationwide petition demanding Yeltsin's resignation. The party is also seeking to capitalise on dissatisfaction over wage and pension arrears and has called for a national strike on 7 November - the 80th anniversary of the Bolshevik revolution. Such protests have had a negligible impact on government policy but keep the CPRF in the public eye. Zyuganov has criticised military reform, but there is no evidence that dissatisfaction with the reform programme has given the CPRF a power base in the Armed Forces.

Prospects

6. The 1996 presidential election probably marked the high point of the communists' struggle to regain power in Russia. Its support base is ageing and new recruits will be increasingly hard to find in the face of widespread voter apathy - particularly among the young - and likely future competition for the "protest vote" from other parties. Even so, the CPRF will remain Russia's largest and best-organised political party at both the national and local level for the next few years. It will retain a strong presence in the Duma and a significant number of governors in the Federation Council. In the next presidential elections, scheduled for 2000, a communist will have every chance of making the run-off. For so long as government economic policies give rise to popular discontent, support for the CPRF may be boosted, but unless it can re-invent itself the CPRF's influence - and consequent ability to attract finance - looks set gradually to diminish. Such drastic internal reform would divide the party and is probably beyond the present leadership, which has no obvious rivals. Instead, Zyuganov will continue trying to accommodate both moderate and radical factions; party unity will thus remain strained and divisions between national and local activists will continue to widen. An eventual party split cannot be discounted, but seems unlikely in the short term.
ENDS

SECRET

97/015

21 May 1997

CURRENT ASSESSMENT: IRAQ: FIRST 180-DAY REVIEW OF UNSCR 986 ("OIL-FOR-FOOD")

Attached is Report Number 97/0549

N° DOCUMENTO 9708839
TITULO SITUACION EN IRAK Y RESOLUCION 986 (PETROLEO POR ALIMENTOS)
524592
210597
11876
507596
501889
11903

SECRET

01-04

9708839

RELS/97/0549 20 May 1997

CURRENT ASSESSMENT: IRAQ: FIRST 180-DAY REVIEW OF UNSCR 986 ("OIL-FOR-FOOD")

Key judgements

- There is no evidence as yet that Saddam Hussain is breaching the terms of the UN "oil-for-food" resolution, either by means of illegal contracts or through the inequitable distribution of humanitarian supplies. He knows the resolution is being closely scrutinised and wants to avoid putting its renewal at risk.

- He will, nevertheless, continue to use the food rationing system as a mechanism of social and political control and intends to manipulate the distribution of humanitarian supplies: he has established a committee to monitor and frustrate UN observers.

- The new arrangements will probably not in themselves be used for direct sanctions evasion but Iraq will exploit renewed links with foreign firms and access to overseas markets to erode sanctions. The "oil-for-food" proceeds will save Iraq most, if not all, of the estimated US dollars (USD) 40 million per month previously devoted to importing food. It will attempt to use the money to buy sanctions-busting imports, including arms.

1. UN economic sanctions were imposed on Iraq in 1990 and remain in force. Last December, Iraq finally agreed the terms for implementation of UN Security Council resolution 986 (UNSCR 986), which had been adopted in April 1995. This allows Iraq to export oil worth USD 2 billion over a six month period and import humanitarian goods with the net proceeds (USD 1.3 billion, after deductions for reparations and UN expenses), subject to UN Sanctions Committee approval of the contracts. The UN oversees the process by monitoring oil exports, vetting contracts, observing delivery and distribution of the humanitarian shipments, administering the escrow account and distributing supplies in the Kurdish area.

Oil exports soon began to flow ...

2. Crude oil exports began on 16 December, the larger share by pipeline through Turkey and the rest by tanker through the Gulf, as stipulated in the resolution. Iraqi production, pipeline and port infrastructure have proved adequate to supply crude oil under contracts with mainly US, UK, French, Russian and Turkish firms. Contracts worth almost USD 2 billion have already been approved by oil overseers appointed by the UN Sanctions Committee. There is no evidence of abuse of oil export contracts under the resolution. Saybolt, the firm monitoring Iraqi oil exports for the UN, has reported few problems.

3. Deliveries of humanitarian supplies have been slow to arrive. Contracts had been put on hold at US and UK insistence while 151 UN observers, who monitor distribution by the Iraqi government of goods supplied under UNSCR 986, were deployed. By 5 May, 528 commercial contracts with firms for humanitarian supplies had been submitted to the UN secretariat. Of these applications, 243 were pending with the secretariat, 39 were awaiting decision by the UN Sanctions Committee, 138 - worth around USD 450 million - had been approved and 101 had been put on hold (7 had been blocked). The vast majority of applications were for foodstuffs (mainly wheat, rice, salt, pulses and vegetable ghee) and medical supplies. The first delivery was on 19 March. In early May, Baghdad reported that the first delivery of medicines had been received. Lloyds Register, a firm contracted to check the physical import of goods at the three designated entry points, has reported no irregularities.

4. Distribution of flour began on 14 April in the Kurdish autonomous zone; there, the World Food Programme is responsible for distribution and monitoring of UNSCR 986 supplies, the procurement of which is, as with all UNSCR 986 supplies, undertaken by the Iraqi authorities. In the rest of Iraq, the first distribution of some UNSCR 986 supplies has just been made to families (apart from an allocation of flour in April). Supplies have been stockpiled in warehouses while stocks of older, non-UNSCR 986 supplies were run down. So far, only sufficient ghee and wheat for one month's ration has been delivered to warehouses. According to the Iraqi authorities, they aim to double the calorific value of the ration and supply all of its import requirements under UNSCR 986.

5. The processing of applications by the UN secretariat was slow to start as a result of initial under-funding and at times by its own inefficiency. Unfamiliarity with a new system, the need for vigilance and suspicion of Iraq have prompted intense scrutiny of applications, many of which have not been fully documented. Iraq has made numerous complaints over the slowness of the approval process, mostly targeted against the US. The UN has agreed to institute a priority list to expedite urgent applications but Iraq recently took its complaints to the UN Secretary-General. A number of applications have been submitted by firms which are believed to have engaged in sanctions-busting trade. These firms are not barred from supplying UNSCR 986 goods but the US has used its position on the UN Sanctions Committee to put some of these applications on hold.

6. The UN, concerned by Saddam's use of the rationing system as a tool for social and political control, stipulated in UNSCR 986 that supplies should be equitably distributed. UN observers have established a system designed to monitor Iraq's chain of distribution from points of entry to warehouses. It is too early to say whether it will be able to identify diversions and detect discrimination. Once supplies leave the warehouses, observers will have to rely on

spot checks rather than comprehensive monitoring of food rations. While the Iraqis appear to be co-operating with the UN observers, the observers are not always provided with information in a timely manner under one pretext or another.

Assessment

7. Saddam Hussain does not appear to be breaching the terms of UNSCR 986. There is no evidence so far of illegal contracts with firms or of discrimination in the distribution of humanitarian supplies. He knows that UNSCR 986 is being closely scrutinised and is unlikely to give the UN cause to prevent its renewal. Saddam will, though, continue to use the rationing system as a mechanism of social and political control, enabling the authorities to check the whereabouts of citizens, penalise political opponents and claim credit for feeding the population: the government avoids public reference to UNSCR 986, blurs the food's provenance and is likely to manipulate the distribution of humanitarian supplies. UN observers will face considerable challenges to uncover fraud and prove discrimination once supplies leave warehouses. If Iraq so wishes, proceeds from UNSCR 986 could finance most, and possibly all, of the government's monthly ration. Iraq will attempt to use the estimated USD 40 million per month previously devoted to importing food for the purchase of sanctions-busting imports, including arms. If detected, this would undermine any attempt by Iraq to advocate an increase in oil exports under UNSCR 986 on the grounds of humanitarian need. UNSCR 986 has allowed Iraq to re-enter the world market and provides overseas firms secure means to develop links with Iraq. Saddam is unlikely to use UNSCR 986 directly for sanctions-busting but will use it as a means to promote further illegal trade. Iraq will see UNSCR 986 renewal as an on-going opportunity to erode sanctions and is likely to test the UN's approval and monitoring systems.
ENDS

SECRET

97/012

15 April 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: YELTSIN'S NEW TEAM

Attached is Report Number 97/0414

SECRET
01-05

RELS/97/0414 15 April 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIA: YELTSIN'S NEW TEAM

Key judgements:

- Yeltsin's increasing public profile has diminished criticism that he is too sick to rule Russia. The appointment of Chubais and Nemtsov as First Deputy Prime Ministers and the selection of other reformist and energetic new ministers reflects the importance he attaches to carrying through further economic structural reform.

- Acceleration of reforms will be dependent on Yeltsin remaining committed and politically engaged. There are significant hurdles ahead - friction between the leading political players, vested industrial interests and bureaucratic obstructionism - but lack of progress now would make future initiatives much more difficult.

- The retention of Foreign Minister Primakov signals continuity in Russian foreign policy. Defence Minister Rodionov will be vulnerable to replacement by someone willing to undertake military reforms without pressing for additional resources.

1. President Yeltsin's annual address to Parliament on 6 March underlined his commitment to economic reform, which he matched with a cabinet reshuffle mainly of economic posts: on 17 March, he sacked ten deputy prime ministers and four ministers, including the ineffectual finance minister Livshits, and largely swept away the remaining senior representatives of the old industrial and agricultural lobbies. As expected, Prime Minister Chernomyrdin remains, along with Foreign Minister Primakov and Defence Minister Rodionov. The new appointees (see annex) are largely young and reformist. The most significant promotions were the move of the high profile governor of Nizhny Novgorod, Nemtsov, to First Deputy Prime Minister; and Yeltsin's chief of staff, Chubais, to First Deputy Prime Minister (the post he held from 1994 to early 1996) and Finance Minister. Nemtsov has one of the most difficult portfolios: the regulation of the monopoly industries (energy, railways, and gas), social issues and relations with regional authorities.

Future deals

2. Although the three key members of the new administration, Chernomyrdin, Chubais and Nemtsov, will need to work effectively with each other, there will be continuing friction given that all three have strong political profiles. They will all also have to work with Yeltsin and his new Chief of Staff Yumashev, a 39-year old former journalist, media adviser and ghost-writer of Yeltsin's autobiography. But his lack of experience may tell in the management of the Presidential administration.

The economy

3. The economic content of Yeltsin's address focused on the implementation of measures to reduce pension and wage arrears. The turnout for the nationwide protest against arrears on 27 March was not as large as expected due mainly to local emergency wage payments; the new administration will, however, be conscious of the need to take effective action if subsequent protests are to be averted. Restoration of tax revenues remains key and Interior Minister Kulikov has begun to implement a forceful programme of tax collection. Both Chubais and Nemtsov, who pioneered privatisation and market reforms in Nizhny Novgorod, recognise the need to reform the monopolies. Nevertheless, Nemtsov has at least initially steered clear of tackling the unreformed but highly powerful gas industry, where Chernomyrdin's links may act as a brake. To avoid the need for Duma approval, reform measures are likely to be implemented via Presidential decrees.

Foreign and Defence Policy

4. The foreign and defence aspects of Yeltsin's speech were largely unremarkable: notwithstanding Russia's continued strong opposition to NATO enlargement he looked forward to ensuring equitable long-term cooperation between Russia and NATO countries. There was a ritual reference to the need for military reform. Although Defence Minister Igor Rodionov retained his post, his position is not strong given his public pressure for extra resources. Matters may surface when Yeltsin addresses military reform at the next Defence Council meeting possibly in late April or early May. Rodionov will be aware that the possible appointment of General Chechevatov to the new post of first deputy defence minister in charge of readiness and training would undermine his position; Chechevatov is not demanding additional funding for military reform and is reportedly close to Defence Council Chief Baturin and Yeltsin.

Prospects

5. Although Yeltsin has not fully recovered physically, he is demonstrating in an increasing range of public appearances and official meetings that he is mentally alert and politically engaged. Criticism that he is too sick to rule Russia has for the time being been stilled. With both his speech to the Duma and his reshuffle, Yeltsin has reaffirmed his commitment to economic reform. Progress depends now both on his retaining his interest in promoting the reform programme and on sustaining his political engagement. Chernomyrdin's good relations with the Duma remain useful to Yeltsin but the appointment of two First Deputy Prime Ministers (itself a move characteristic of Yeltsin's divide and rule approach) will have significantly diluted his role and reduced his authority. The new team has skill, drive and determination and the inclusion of fresh faces may demonstrate some evidence of succession

planning. Nemtsov, who has been tipped as a possible future Prime Minister and eventual presidential candidate, has a difficult portfolio and, although he will be supported by Chubais on the monopolies, may be inclined to a more generous spending policy on social issues. Ministers with a regional background, including Nemtsov, may well find the transition to the federal level difficult and personalities and personal ambitions are likely to restrict the cohesiveness and effectiveness with which they promote reform. Other hurdles remain in the still powerful vested industrial interests and bureaucratic obstructionism. Nonetheless, the auguries for the relaunch of the reform process are more favourable than seemed likely a few months ago.

RUSSIAN GOVERNMENT: Key appointments

* New appointment

Prime Minister

Victor Chernomyrdin	Prime Minister since 1992. Aged 59;

First Deputy Prime Ministers

Anatoly Chubais*	Also appointed Finance Minister. Responsible for economy, reform, the budget, customs, tax export control, Government liaison with media. Aged 41;
Boris Nemtsov*	Governor of Nizny Novgorod. Responsible for social policy, relations with regions and regulation of natural monopolies. Aged 37;

Deputy Prime Ministers

Vladimir Bulgak*	Former Minister of Communications, now responsible for technology and science,including space exporation, the atomic industry, nuclear power engineering and the enviroment. Aged 55;
Alfred Kokh*	Remains Chairman of the State Property Company. Responsible for the privatisation programme. Aged 35;
Anatoly Kulikov	Remains Interior Minister with responsibility for law enforcement, and for tackling crime and corruption. Aged 50;

Valery Serov	Retains his position with responsibility for cooperation with the Commonwealth of Independent States. Aged 56;
Oleg Sysuyev*	Former Mayor of Samara. Responsible for social policy and housing. Aged 42;
Yakov Urinson*	Also Minister of Economics (Former Deputy Minister for Economics).Responsible for economic reform and industry. Aged 52;

Ministers

Foreign Minister	Yevgeniy Primakov. Aged 68;
Defence Minister	Igor Rodionov. Aged 61;
Foreign Economic relations	Mikhail Fradkov* Aged 46 (Acting);

(18 other ministers)

Head of the Presidential Administration and Presidential Chief of Staff

Valentin Yumashev Aged 39.

ENDS

SECRET

97/014

21 May 1997

CURRENT ASSESSMENT: ALGERIA: THE ELECTIONS AND BEYOND

Attached is Report Number 97/0568

SECRET

01-04

RELS/97/0568 21 May 1997

CURRENT ASSESSMENT: ALGERIA: THE ELECTIONS AND BEYOND

Key judgements

- President Zeroual is determined that the June 5 Assembly elections should consolidate his power and boost his regime's legitimacy at home and overseas. Avowedly Islamist parties remain banned and the RND, a party recently established by the regime, is likely to gain the largest number of seats. There will probably be some violence and the safety of foreign observers cannot be guaranteed but the elections will take place.

- Violence has probably claimed around 70,000 lives since 1992, and is unlikely to diminish, whatever the election result. Neither the government nor the insurgents are likely to gain a decisive upper hand. Rural massacres, perpetrated by armed Islamic groups and government militias, will continue; as will terrorist bombings in cities. The groups have not made a sustained onslaught on the economically important oil and gas industry and could probably not disrupt it significantly.

- The regime is no longer at risk but it is unlikely to build the genuine political consensus necessary to remove the causes of conflict and create long-term stability. The economy remains weak - youth unemployment stands at 65 per cent - and vulnerable to oil price changes. Continued widespread terrorism will discourage large scale foreign investment, outside the oil and gas industry.

A predictable result

1. The elections are a continuation of the political process which began with President Zeroual's election in November 1995. This was followed a year later by a referendum to endorse his political and constitutional reforms. Political parties based on religion, language, region or gender or led by leaders living outside Algeria cannot participate in the election. This will prevent the re-emergence of the banned Islamic Salvation Front (FIS), which had been poised to win the 1991/2 election before it was annulled by the military. Despite these restrictions many political parties are likely to contest the elections. The recently formed Rassemblement National Democratique (RND) is likely to gain the largest number of seats. Originally the RND was to have been launched by the high profile trade union leader Benhamouda, but following his assassination in January it is now led by Abdelkader Bensaleh, another long standing Zeroual supporter. The speed with which it has set itself up in all of Algeria's 48 provinces suggests it has received strong logistical support from the centre. The widespread perception is that it was set up by the military as a pro-government party. Many officials and ministers in Zeroual's government are standing as RND candidates. The

second largest number of seats is likely to go to the Movement for an Islamic Society, retitled the Movement for a Peaceful Society (MSP) for the purposes of complying with the electoral laws.

2. Zeroual is determined that the elections should consolidate his power and be perceived by international opinion to be free and fair, thereby confirming the legitimacy of his government. In February he asked the UN, the Arab League and the Organisation for African Unity to supply monitors to supervise the elections. The UN, however, has decided to restrict its role to administrative arrangements and not judge the electoral process. Zeroual also promised the leaders of the political parties that he would ensure calm and fair elections, the administration's neutrality and government respect for the final results. He has established an "independent" national commission to monitor the election. But the criteria for participating parties, media restrictions and discreet government support for certain candidates, or even rigging of the vote, will ensure that the new assembly, a potentially symbolic but powerless body, toes the regime's line. Any legislation it passes must, moreover, be approved by a 75 per cent majority in the upper chamber, one third of whose members are Presidential appointees.

Security: the violence continues

3. The conflict between the government and the armed Islamist groups has now entered its sixth year - probably around 70,000 people have been killed. Neither side appears capable of achieving a decisive victory. The government has recently carried out major counter insurgency operations. Air support has been used on several occasions and hundreds of insurgents, including some well known terrorists have reportedly been killed. There are indications that the military believe they have now successfully penetrated some of the Groupes Islamiques Armees (GIA) factions and are capable of manipulating them against each other. But, in the run up to the election, violence is again increasing. One GIA group has threatened to kill anyone who votes, though it is assessed, as in previous elections, that it is unlikely that any of the groups will be able to prevent the election taking place. They will, however, pose a real threat to foreign observers. Whatever the result, massacres in the rural areas, often originating from local rivalries between groups of insurgents and government armed militias, will continue; as will bombings in the urban areas. So far the groups have not made a sustained onslaught on the economically important oil and gas industry and could probably not disrupt it significantly.

The economy

4. Last year Algeria, helped by the rise in oil prices and good rains, exceeded the economic targets agreed with the IMF. Economic growth reached 4 per cent. But industrial production fell by 4 per cent and unemployment rose by 3 per cent; 40 per cent of the 5 million strong labour force are

officially unemployed with youth unemployment at 65 per cent. The Algerian economy depends heavily on the price of oil or gas, upon which it relies for 95 per cent of its foreign earnings. Large scale foreign investment, other than in the oil and gas industry, is unlikely to be forthcoming without an improvement in the security situation. Real wages have declined for three consecutive years largely as a result of the gradual removal of all subsidies on food staples. There is an acute shortage of housing. Further increases in military spending could reduce the amounts available for government social programmes, compounding the problems caused by high population growth and falling living standards, which in turn are likely to encourage continuing support for the radical Islamists.

Outlook

5. Algeria's military leadership projects an image of cohesion. But there appears to be internal jockeying for position and influence. Once the election is over the political programme instigated by Zeroual will be largely complete. There is little sign that he is prepared to end the conflict with the armed Islamic groups other than by a policy of eradication. Elements in the Algerian government no longer see the FIS as a significant political force. They believe the MSP and other parties, willing to play within the system, have absorbed the non-extremist Islamic cause. Despite its difficulties, the regime is no longer at risk, but is unlikely to build the genuine political consensus necessary to remove the causes of conflict and secure long-term stability for Algeria.

ENDS

SECRET

97/007

7 March 1997

CURRENT ASSESSMENT: PAKISTAN: A SHORT BREATHING SPACE

Attached is Report Number 97/0255

SECRET

01-04

9708842

SECRET

RELS/97/0255 7 March 1997

CURRENT ASSESSMENT: PAKISTAN: A SHORT BREATHING SPACE

Key judgements

- Nawaz Sharif's landslide victory in February's general election and the army's determination that he continue with the interim government's economic reforms have given Pakistan an opportunity for a period of stable government. Sharif will be careful to retain the army's support by maintaining the Council for Defence and National Security, at least in the short term. Tensions are nevertheless likely to rise in the ruling troika of Prime Minister, President and Chief of Army Staff and Sharif could be tempted to restrict the President's powers.

- Pakistan remains vulnerable to a currency crisis or a foreign debt default. Sharif has made economic reform a priority: he will not reject the IMF agreement reached with the caretaker government, but will probably push for some conditions to be eased, particularly the key target of reducing the budget deficit to 4 per cent of GDP which looks unlikely to be met. If the economy falters badly, the army might well move again to remove the government, probably through the President.

- The planned resumption of talks with India will probably lead to improved relations, but bold initiatives on Kashmir are unlikely. Sharif's majority will allow him to introduce reforms disliked by the Islamists, raising the prospect of further violence.

1. Nawaz Sharif's Pakistan Muslim League (PML(N)) achieved a landslide victory in last month's election, winning 135 out of 217 seats in the National Assembly; it is also in power in all but one of the four provinces (Baluchistan, the least important politically). Benazir Bhutto, whose Pakistan People's Party won 18 seats, has rejected the elections as fraudulent (neutral observers considered them to have been generally fair) but has promised "in the interests of stability" not to agitate against the government. The Karachi-based Mohajir Qaumi Movement (MQM), which represents those (known as the Mohajirs) who migrated from India at Partition, is the third largest party, with 12 seats; it has formed a fragile coalition with the PML(N) in Sindh province. The Islamist parties, most of which boycotted the election, have almost no parliamentary representation. Imran Khan's party failed to win any seats. The election campaign was marred by sectarian violence in Punjab province which shows no signs of abating. The overall voter turn-out fell to a new low of 37 per cent.

Sharif's agenda

2. Sharif has made economic reform a priority, pledging that the caretaker government's reform programme will

SECRET

continue and that its agreements with the IMF and the World Bank will be honoured. He has expressed a determination to reduce government debt, currently about US Dollars (USD) 70 billion (or 112 per cent of GDP): debt-service obligations account for about 30 per cent of the budget. But he also made a number of spending commitments during the election campaign and there are signs that the government will try to weaken some of the IMF's conditions: his main financial adviser has indicated that Pakistan will be unable to reduce the budget deficit to 4 per cent of GDP this year, a target which is central to the IMF agreement. Sharif's other declared priorities are to continue the caretaker government's campaign to eliminate corruption and to reduce the violence in Punjab and Sindh. There are indications that he will not demand rapid results from the process begun by the caretaker government to make politicians accountable for misdeeds while in office, preferring to leave it hanging over Bhutto's head as an encouragement to good behaviour. It has not yet been decided how to deal with Bhutto's husband, who has been charged with involvement in the murder of her brother. Sharif has not indicated how he intends to tackle discrimination against the Mohajirs: when the MQM last shared government in Sindh this did not prevent the army from launching a repressive operation against their supporters. He has expressed a hope that the Kashmir issue will be resolved by negotiation (talks with India are to be held soon) but has said there will be no cuts in defence spending (about 30 per cent of the budget) until then.

Power constrained

3. With the support of 30 independents in the National Assembly and with an increase in the PML(N)'s representation in the Senate guaranteed after this month's elections, Sharif will have the two-thirds majority needed in both houses to abolish the President's powers under the eighth amendment to the constitution which were used to dismiss Bhutto. He has said that parliament will decide both the future of the eighth amendment and the fate of the Council for Defence and National Security (CDNS) - set up in January by President Leghari and the army, formalising the latter's political role. There are indications that Sharif will not take such steps, at least in the short term: his own dismissal in 1993 has made him wary of falling foul of the military again.

Prospects

4. The scale of Sharif's election victory and the army's determination to use the CDNS to ensure that his government will continue the processes of accountability and economic reform have given Pakistan an opportunity for a period of stable government. Sharif is likely to try to stick by the army, giving them no reason to intervene against him. But tensions are likely to rise within the ruling troika of President, Prime Minister and COAS (relations between Sharif and both the army and Leghari have never been close) and these would increase should Sharif be tempted to restrict the President's powers. Future relations with another power-centre, the judiciary, are harder to gauge: Bhutto's tussles

with the chief justice last year suggest that no Prime Minister can count any longer on the senior judges to do his or her bidding. Sharif will be judged on whether he deals successfully with the problem of government corruption, but ultimately his prospects of completing an unprecedented full five-year term will depend on his government's economic performance. He will have no choice but to follow through the structural reforms begun by the caretaker government but his proposals to reduce the national debt look inadequate. Cutting defence expenditure will not be an early priority. While the economy remains in its current parlous state there will continue to be a risk of a currency crisis or of a foreign debt default. If the economy falters badly, with a dwindling of foreign exchange back to last October's levels or a foreign debt default, the army might well move again to remove the government, probably through the President.

5. The prospects for an improvement in the law and order situation are not good. The near disappearance of the religious parties from government has removed the need for Sharif to consider Islamist sensibilities. The consequence is likely to be a yet greater inclination by the religious parties to express themselves on the streets rather than through the democratic institutions: Sharif will need the army's continued backing if this is to be contained. It is too soon to tell whether the PML(N)'s dependence on the MQM's support for the survival of the coalition in Sindh will bring about an improved situation in Karachi. Pakistan's policy of supporting the Taliban in Afghanistan is unlikely to change but better relations with India are likely. Sharif's record of repeated meetings with his Indian opposites compares favourably with Bhutto's, who did not meet the Indian Prime Minister during her second term. Some progress in fostering cross-border trade and perhaps on implementing the 1989 agreement to withdraw troops from the Siachen glacier in Kashmir is probable. But bold initiatives on Kashmir are unlikely, particularly while the economy demands the government's immediate and sustained attention.
ENDS

SECRET

97/003

21 January 1997

CURRENT ASSESSMEN: PAKISTAN: POLITICS: NO CLEAR WAY FORWARD

Attached is Report Number 97/0092

N° DOCUMENTO 9708843
TITULO SITUACION POLITICA PAKISTANI
PROCEDENCIA S24592
FECHA DE PROCEDENCIA 210197
VINCULACIONES 11846
50463
11164
11302
515432

01-04

9708843

RELS/97/0092 20 January 1997

CURRENT ASSESSMENT: PAKISTAN: POLITICS: NO CLEAR WAY FORWARD

Key Judgements

- Having sacked Benazir Bhutto with no clear strategy of his own, President Leghari is proceeding with plans to hold the elections announced for 3 February. Many in Pakistan, including some senior army figures, favour delay to allow time for the reforms necessary to clean up the political system. Though a postponement would prompt loud but limited protests from several political parties, Leghari would probably have the backing of the military.

- Bhutto and Sharif may be allowed to stand to avoid the risk of their parties boycotting the election. Bhutto's husband faces a possible death sentence for allegedly plotting her brother's murder.

- Pakistan faces considerable political turbulence for the foreseeable future. In the short term it is unlikely that elections would produce a stable government. Though the army remains reluctant to intervene overtly, the chances of its doing so are rising. The recently formed Council for Defence of National Security ensures an increased military role in Government.

The dismissal

1. On 4 November President Leghari dissolved Pakistan's National Assembly and dismissed Benazir Bhutto's government. The dissolution order was a hard-hitting indictment, prompted primarily by the economic crisis, but also by public disgust at alleged corruption, opposition agitation, a worsening law and order situation and allegations that Bhutto's husband, Asif Zardari, had been behind the murder of her brother, Murtaza. It criticised the government for failing to maintain law and order in Karachi and the law enforcement agencies for conducting extra-judicial killings. It also accused Bhutto of ridiculing the supreme court and failing to implement its rulings. There are indications that Leghari consulted the army before dismissing Bhutto, but that he acted earlier than they were expecting

The interim government

2. Leghari has installed as caretaker prime minister Meraj Khalid, an 80-year old politician, formerly of Benazir Bhutto's Pakistan People's Party (PPP), with a relatively clean reputation. His priorities are to restructure the economy, institute a process to make politicians accountable for misdeeds while in office, and improve electoral procedures. Khalid and Leghari have repeatedly insisted that elections will be held on 3 February 1997 within the ninety days demanded by the constitution, but with only a few weeks

of its tenure remaining, the government has so far failed to take meaningful steps on these issues. Pessimism is growing about its abilities and Leghari, who is suffering from kidney stones, is facing mounting pressure to deliver

3. The indications are that elections will go ahead on 3 February. A timetable has been announced and Leghari has said that foreign observers will be invited. The supreme court has rejected a petition arguing that, because of demographic changes since the 1981 census, an election before a fresh census would be unconstitutional. Some senior army figures do not want elections to be held until serious reforms have taken effect and wish all politicians suspected of corruption to face criminal charges.

Party plans

4. Bhutto's dismissal and her brother's death have provoked divisions within the ranks of the PPP, which is now split into 3 factions. Bhutto has expressed solidarity with her husband, himself a major cause of party divisions. There is no senior PPP figure with the stature to remove her as leader of the main party, although she will face a significant electoral challenge in her home province of Sindh. She has filed a petition at the supreme court challenging her dismissal which is currently under consideration. The main opposition party, led by Nawaz Sharif, is drawing up a "popularist" election manifesto and has said it will not enter into any election alliances with other parties. Of the five Islamist parties previously preparing to fight from a common platform, one has announced that it will boycott the elections. Imran Khan has announced that his party will fight every seat on an anti-corruption ticket but is currently unable to find enough candidates.

Prospects

5. While Leghari knows that it will take far longer than the few weeks left to the interim government to make any serious progress against corruption or with economic reform, he may wish an elected government to bear the brunt of any public protest arising from stringent economic measures rather than take the blame himself. Failure to hold the elections on the date pledged would give Bhutto (who has always been more impressive in opposition) more time to boost her position. Delay would prompt loud but limited protests from several political parties: both Bhutto and Sharif, whose party is most likely to gain from fresh elections, would seek to incite demonstrations against what they would portray as unconstitutional action. Leghari would, though, probably have the backing of the military for a postponement.

6. It is judged that Bhutto's appeal against her dismissal is unlikely to succeed. Leghari has probably not yet decided how much further to go in pursuing those senior politicians who are most tainted by corruption, including Bhutto and Sharif. It looks as though Bhutto and Sharif may be allowed to stand for election, to avoid risk of their parties boycotting the election and thereby reducing it to a farce.

A complicating factor will be the fate of Zardari. A trial on a charge of murder seems likely. If he were to be sentenced to death and the sentence carried out, the political fallout would be unpredictable: despite the hatred many Pakistanis have for him, the parallels with the fate of Bhutto's father would be very poignant and would feed her credentials as a martyr. Any street demonstrations occasioned by postponed elections could then gain added force.

7. It is unlikely that, in the short term, elections would produce a stable government. If they are held as scheduled, there is a reasonable chance that Sharif's party will form a minority government with the Islamist parties and Imran Khan holding the balance of power. The army will continue to be influential. It will remain reluctant to intervene overtly, but with both political and economic stability proving elusive, the chances of military intervention are increasing. The recently formed Council for Defence and National Security ensures an increased military role in Government, whatever the outcome of the elections. Pakistan faces considerable political turbulence for the foreseeable future.
ENDS

SECRET

97/008

10 March 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIAN ECONOMIC REFORM

Attached is Report Number 97/0259

SECRET

01-07

9708844

RELS/97/0259 10 March 1997

CURRENT ASSESSMENT: RUSSIAN ECONOMIC REFORM: FIVE YEARS ON

Key judgements

- The old command economy has been discarded and a new privately owned, market based economy is developing. Roughly 70 per cent of national income is produced by the private sector and Russians now enjoy much greater consumer choice.

- The benefits of reform have not been evenly spread among ordinary Russians: income inequalities have widened and average real wages have changed very little. Wage arrears and unemployment have risen. There is no adequate social safety net and health and education provision are deteriorating. Workers in the oil and gas or growing service sectors have done well, while pensioners and workers in declining sectors (such as textiles) have been hard hit.

- Further reform is required. Much of the economy has, in effect, been carved up by oligarchies. Public administration is weak, corporate governance poor, and the fragile and untrusted financial system does not yet link savings with investment as it should. Privatisation has yet to engender widespread restructuring, due mainly to weak competition in many sectors and inadequate bankruptcy procedures.

- Russia has also made great efforts to improve its international economic relations. It has established a relatively liberal trade regime - 80 per cent of its trade is with non-CIS countries - regularised relations with its creditors and enjoys constructive relations with the international financial institutions. It has a healthy trade surplus, but there is continuing domestic capital flight.

- The black economy is thriving and the official economy should start to grow soon. But Russia's economic position, relative to the industrialised countries, will continue to worsen over the next few years. It may start to recover in the next decade if Russia pursues sensible fiscal and monetary policies, while pressing ahead with the much more difficult legal, market and tax reforms, and combating the discouraging effects of corruption and organised crime on inward investment.

1. With the liberalisation of prices on 2 January 1992 by the government of Yegor Gaidar, the process of dismantling the old Soviet command system began. The reform process has continued since then, though with varying degrees of support and vigour. The old command system has been largely discarded and the nature of its successor is becoming increasingly apparent. Reform, though, is far from complete.

Russia's resources

2. Russia has considerable economic potential, including a wealth of natural resources. The regions bordering Ukraine and the North Caucasus could be rich areas for agriculture, while the mineral rich Ural mountains, Siberia and Russian Far East have made Russia a major producer of a range of minerals including gold, diamonds, and nickel. Russia also has one of the richest energy reserves in the world. It has some 35 per cent of the world's natural gas reserves and some 6 per cent of total oil reserves. It also possesses significant coal reserves.

3. Russia's human and physical capital, though, have been hard hit in recent years. Despite large scale immigration of ethnic Russians from other states in the former Soviet Union - as many as two million have returned in the last five years, many from the Central Asian states - Russia's total population has fallen by almost 1 million to 147 million. Even before 1991 there were widespread health problems in Russia, but these have become particularly acute in recent years, as the trauma of economic change and the deterioration of Russia's health care system have been felt. Male life expectancy is now only 58 years. The Russian population and workforce continues to enjoy generally high levels of education. But over the past five years chronic underfunding and lack of reform have taken their toll. Tertiary level courses continue to be geared to the needs of the old Soviet economy. Russia's capital stock and infrastructure are poor, and deteriorating. Capital investment is probably being directed more efficiently than during the Soviet era but its volume has fallen by more than 70 per cent since 1990 and now accounts for only about 15 per cent of GDP.

Russia's changing economy

4. Russian industry has undergone far-reaching changes in its size and shape since the start of economic reform. Industry's share of GDP has fallen from 43 per cent in 1992 to roughly 34 per cent at the end of 1996. The decline has not, though, been uniform. The largest output declines have taken place in sectors such as machine building and light industry that were closely tied to defence needs or are now the subject of increased foreign competition. The Russian defence industry started to decline prior to the break-up of the USSR but this accelerated after 1991, with domestic arms procurement at a virtual standstill and no immediate signs of recovery. Some defence enterprises, as in other sectors of manufacturing industry, have secured export markets where their products are competitive. But such enterprises are exceptional. The energy, metallurgy and chemicals sectors, where price much more than quality determines competitiveness, have, by contrast, done relatively well.

5. Agriculture remains one of the least reformed sectors in the economy, accounting for 15 per cent of the workforce but just 7 per cent of gross national product (GNP). Although by the end of 1993 virtually all farms had been privatised,

there has been little change in the structure of the sector. Agriculture is still characterised by large farms, with decision-making in the hands of old-style farm managers. Some small new farms have been set up, but with little finance available, political opposition and a market infrastructure that is mainly geared to serving large agricultural enterprises, these new farms have struggled. They account for only about 5 per cent of total output. Agriculture remains hard pressed, with output some 40 per cent below its 1990 level, as lower demand, higher input prices and import competition have taken their toll.

6. Services, particularly the retail and financial sectors, have been the fastest growing parts of the economy. According to official statistics, services now account for over half of national income. In the retail sector, private ownership has grown rapidly. The share of state shops in total retail turnover has fallen from over 40 per cent in the early 1990's to just 10 per cent in 1996. Consumers, particularly in the large commercial centres, enjoy greater choice and quality of goods; though more than half of these are imported. Private provision is beginning to develop in such traditional areas as education. Although the banking sector has enjoyed spectacular growth, the number of banks is set to fall significantly, as opportunities to make easy profits from currency speculation and government securities are closed off as the economy stabilises. Russia's banks, largely based in Moscow and a few other commercial centres, have comparatively limited assets and are vulnerable. Most personal savings are held by the state-owned Savings Bank but the financial system generally is still not functioning as a bridge between savings to investment. One of the most notable features of the banking system has been the increasing equity links between many of the largest banks and some of Russia's largest and potentially most profitable enterprises.

7. The size of the black economy makes it difficult to make assessments of the Russian economy based on the official statistics. Estimates now place it at up to 40 per cent of GNP. There is a sharp contrast between the depressed state of most major industrial enterprises and the booming retail, service and trading sectors, where much of the activity takes place in the black economy. The existence and dynamism of the black economy belies claims about Russian's lack of market orientation and entrepreneurial flair. A key challenge for Russia over the next decade will be to transfer the dynamism of the black economy into the official sector, and without spreading a culture of corruption and criminality.

Russian political economy

8. Since the start of the reform process, the boundaries of state intervention in the economy have receded considerably. Roughly 70 per cent of national income is now produced by private business, which employs 60-65 per cent of the workforce. The share of goods and services whose prices are regulated by the state is less than 15 per cent of gross

domestic product (GDP). Despite these achievements, the state continues to play a significant role in the economy; about 40 per cent of Russian industry equity remains in state hands. Indeed prosperity in the private sector often depends on patronage. In effect, much of the economy in Russia has been carved up by oligarchies centred on key politicians (for example the energy interests allied to Chernomyrdin or the Moscow group of property and financial interests linked to Mayor Luzhkov). The development of these oligarchies, and the wider problem of corruption and organised crime, reflects the absence of a decentralised and law based market infrastructure.

9. While members of the elite, and those employed in fast growing sectors such as banking, have done comparatively well over the past few years, the benefits of reform have not been evenly spread. While average real (that is inflation adjusted) wages are no higher than their level in 1992, and wage arrears and unemployment are steadily increasing - total unemployment now stands at 9.5 per cent of the workforce - personal consumption has grown. Increasingly households are relying less on wages or social transfers for their incomes; many individuals now supplement their official incomes with earnings from the private sector and the black economy. Some groups, such as pensioners, have undoubtedly suffered but the position is not uniform, nor unremittingly bleak.

10. Changes in ownership have so far had limited effects on restructuring, with perhaps between a quarter and a third of industrial enterprises taking steps to streamline production. The main beneficiaries of privatisation were the existing managers of enterprises and these often had little interest in, or incentive to push through, radical reform. Since 1994 the influence of outsider shareholders, usually domestic banks, has grown and there have been a number of disputes over control of prized enterprises, but existing managers enjoy much protection. Corporate law, including shareholder rights, is still being developed, the fledgeling equities market exerts little influence and bankruptcy procedures are time consuming and largely ineffective. The closure of enterprises that dominate particular towns and regions and often provide social benefits, such as housing, is particularly difficult, given the underdeveloped labour market and an inadequate state social welfare net. The impact of market competition has also been limited. An inadequate transport system and huge distances between market centres make competition difficult. Weak anti-monopoly regulations have also reduced the incentive for enterprise reform.

One economy or many?

11. Russia's economy has always been characterised by significant regional differences. All Russia's regions have suffered economic declines over the past five years, though the scale of decline has varied widely. Major commercial centres - Moscow and to a lesser extent St Petersburg - and the resource-rich, export-oriented regions have suffered significantly less than the inward-looking regions based on

agriculture and manufacturing industry. Reflecting their parochial interests, attitudes to reform also vary widely across regional elites. At a time of widening economic disparities, the centre has ceded a notable shift in fiscal power towards regional government. But there is no transparent, rule-based system for redistributing budget revenues, nor do the relatively rich regions appear inclined to make such transfers to their less wealthy counterparts. With an inadequate housing market, poor information about job opportunities and social benefits often tied to particular enterprises, the ability of the population to seek work in the prosperous regions is limited.

Russia's external relations

12. Before the demise of the Soviet Union most of the Russian republic's trade was with other Soviet republics. But the pattern of trade has altered considerably over the past five years with hard currency energy exports increasingly important as the trading relationships with the other FSU states have broken down. Last year, non CIS countries accounted for more than 80 per cent of Russia's foreign trade. Trade with CIS countries is beginning to recover, though, and there are increasing signs of Russian investment in the CIS region. The importance of energy exports (accounting for nearly half of total exports last year) has led to fears that the country is becoming too dependent on natural resources, and some pressure for a more protectionist trade policy. Russia, however, has put in place a relatively liberal trade regime, though it has still to join the World Trade Organisation, not least because of concerns over non-tariff trade barriers. It has regularised relations with its creditors and relations with the international financial institutions remain relatively good, despite the recent failure to meet fiscal targets under its IMF programme. Improved external economic relations, and a healthy trade surplus, recently allowed Russia to issue its first debt on international capital markets, a euro-bond issue, since 1917.

Prospects

13. Most of Russia's economy is in private hands, the allocation of resources is largely determined by price and the Russian private sector has become a central feature of Russian political life. But much of the infrastructure that supports a normal industrialised market economy is still missing. The corporatist hybrid which has emerged with close links between financial and industrial groups, and between businesses and political elites, both nationally and regionally, has not so far provided a good basis for widespread or rapid economic growth. Considerable structural problems, including weak public administration, together with a muddled tax code and fragile government revenue base, monopolistic industrial structures and poor corporate governance, will remain for some time. In the absence of major political shocks, structural reform is likely to continue, though slowly unless the government makes a renewed commitment to radical structural reform. The development of

a closed, more autarkic economy remains a possibility, for example under a more nationalistic political regime.

14. Experience in other transition economies suggests that following financial stabilisation the economy will start to grow but it is unlikely, at least in the first instance, to be rapid. Growth of 5 per cent per annum, relatively modest given her potential, is possible, provided that Russia continues to press ahead with reform, including combating the effects of corruption and organised crime. Such measures are necessary to encourage greater domestic and foreign investment. In the absence of such reform, even with Russia's extensive human and natural resources, growth will be slow. Some regions and groups will continue to stagnate even if relatively quick growth begins, as the mechanisms for distributing prosperity are largely absent. Russia's economic position, relative to the industrialised countries, will continue to worsen over the next few years, but may start to recover in the next decade as the benefits of reform come through. Even if reform continues, however, for the foreseeable future the structure of the Russian economy will look very different from the law-based and decentralised economies of western Europe and North America.

Annex

The Russian economy

GNP per capita: US DOLLARS 4,610 Source: World Bank

Macro-economic indicators

	1992	1993	1994	1995	1996
Real GDP (percentage change)	-14.5	-8.7	-12.6	-4.0	-5.5
Inflation (percentage change)	1,354	896	302	190	48
Unemployment (percentage of workforce)	na	5.5	7.1	8.3	9.5
Investment (percentage change)	-40	-12	-24	-10	-17

Note: 1996 figures are estimated
ENDS

SECRET

97/010

25 March 1997

CURRENT ASSESSMENT: NORTH KOREA: CRACKS APPEARING?

Attached is Report Number 97/0343

SECRET

RELS/97/0343 25 March 1997

CURRENT ASSESSMENT: NORTH KOREA: CRACKS APPEARING?

Key judgements

- Although the defection last month of a senior official indicates that the North Korean ruling class is not monolithic, the recent leadership changes do not represent firm evidence of serious dissent within the ruling circles. Kim Chong-il has taken steps to strengthen his control and the indications are that he remains firmly in charge.

- Kim's careful handling of the defection and the North's readiness, after months of procrastination, to consider participating in peace talks with the US, South Korea and China indicate that he is determined not to jeopardise the prospect of foreign aid. There are no signs that Kim has any plans for the widespread reform necessary to deal with North Korea's severe, and potentially terminal, economic problems.

- Kim must recognise that his regime's long term survival relies heavily on political and economic support from China, its main source of food aid. He will probably avoid actions, in particular destabilising military moves, which could provoke China into withdrawing that support. But if serious fissures within the North Korean leadership were to develop, China might decide it was no longer prepared to shore up the North. The prospects for the regime's prolonged survival would then be significantly further reduced.

1. On 12 February a senior North Korean official defected to the South Korean embassy in Peking. Since then there have been a number of changes to the North Korean leadership. This paper considers the extent to which these developments signify serious splits at the top and the prospects for the regime's survival.

The defection

2. Hwang Chang-yop is the most senior North Korean to defect to the South since the Korean war. He was a Korean Workers' Party Central Committee Secretary, the chairman of the Foreign Affairs Committee and the leading proponent of the North's juche ideology of self-reliance. Nonetheless, at the time of his defection, his ranking had fallen to about twenty-fifth in the North Korean hierarchy. According to the South Koreans, he has complained since his defection about a growing dictatorship under Kim. Initially the North claimed that Hwang had been abducted and promised retaliation, but this threat was soon retracted. The South has since offered US dollars (USD) 6 million in aid through the World Food Programme, following the North's decision - after months of procrastination - to attend a joint briefing by the US and South Korea earlier this month on possible quadripartite talks involving the South, the US and China aimed at achieving a permanent peace agreement. The North has also

had bilateral talks with the US. Atmospherics on both occasions were good. Hwang has now left Peking for the Philippines.

Changes at the top

3. Since the defection the deaths have been reported of three senior North Koreans, Premier Kang Song-san (65), Defence Minister Choe Kwang (78) and Vice-Defence Minister Kim Kwangjin (69), all following periods of ill-health. Kang was associated with the largely ineffectual joint ventures programme and the Najin-Sonbong foreign investment zone. It is not yet clear whether he has been replaced by the Kim loyalist, Deputy Premier Hong Song-nam, who took the lead last year in building North Korea's economic relations with China and Russia, or by Deputy Premier Kim Tal-hyon, who has previously advocated economic reform. The membership of Choe's funeral committee indicates that a number of other senior North Koreans may have left the leadership, although not necessarily since the defection.

Implications

4. It is not clear whether Hwang was a genuine proponent of reform or whether his reported comments were made to curry favour with the South: the reality may be that he was not prepared to adapt the juche ideology, which has been developed since 1995 into the "Red Flag" campaign which promotes complete loyalty to Kim. Another factor influencing his defection may have been resentment at being shunted aside by Kim. Although it is unlikely that the recent changes amount to a purge or are the outcome of serious dissent within the military, the defection shows that the ruling class is not a monolith and that dissent is conceivable. It is much less likely that the regime would collapse through popular revolt than through the disintegration of the centre. If others, like Hwang, no longer see the survival of the regime as their own best chance, a move against Kim would be possible, particularly by those senior military figures who would have little future in the South.

5. The general pattern of the recent leadership changes suggests that Kim is replacing the old-guard loyalists who were closer to his father than to himself. He has already promoted a number of younger generals who are personally loyal to him as well as elevating army leaders from the security and intelligence areas. Kim's intent may be to have his own team in place by the end of the three-year period of mourning for his father in July, when he is likely to succeed to his father's full titles. North Korea's careful handling of the defection and its attendance at the joint briefing suggests that - for now at least - he remains firmly in charge and that he is determined not to jeopardise the prospect of foreign aid. But there appears to be no early prospect of widespread economic reform. Minor tinkering with the system - primarily for tactical reasons in the face of the continuing food crisis - will probably continue but will not provide a solution to North Korea's economic problems which on current trends are potentially terminal.

6. The survival of the regime also relies heavily on Chinese political and economic support. President Jiang Zemin is taking a personal interest. P'yongyang's reactions indicate that it is unwilling to risk straining relations with its main source of food aid. The North is therefore likely to avoid action, in particular any destabilising military moves, which could provoke China into withdrawing support. It has previously been assessed that, although the balance of China's relations with the two Koreas is shifting in favour of the South, it will try to prevent the North's collapse. But if serious fissures within the North Korean leadership were to develop, then Peking might decide that the expense and effort of shoring up the North were no longer justified. The prospects for the regime's prolonged survival would then be significantly further reduced.

ENDS

SECRET

97/006

26 February 1997

CURRENT ASSESSMENT: THE NORTH KOREAN ECONOMY: IS IT APPROACHING COLLAPSE

Attached is Report Number 97/0223

SECRET

RELS/97/0223 26 February 1997

CURRENT ASSESSMENT: THE NORTH KOREAN ECONOMY: IS IT APPROACHING COLLAPSE?

Key judgements

- GDP in North Korea has fallen by a third since 1990 and the economy is still in steep decline. Basic economic services are grinding to a halt. There is little prospect of a fundamental change in economic policy or an inflow of foreign investment. The food situation is dire but priority allocation of resources to the military will continue. Faced with widespread malnutrition, the capacity of the population to work is being severely affected.

- By drawing down the strategic reserve, food stocks might last until June. Food aid will be needed beyond then to guarantee the supply of even basic foodstuffs until the next harvest in October. The regime claims to need USD 750 million of grain to ensure survival of the population until the Autumn.

- Pledges of food aid are currently well below this level, though the United States and China (and possibly Japan) are likely to be willing to provide food aid in the interests of stability in the country. South Korea, too, may well make a contribution, though the recent defection has soured relations. North Korea will continue to need food aid well beyond the October harvest.

A disintegrating economy

1. Only limited information about the true size of North Korea's centrally planned and autarkic economy, and the extent of its paralysis is available. South Korean and other estimates suggest that Gross Domestic Product (GDP) has been falling by almost 5 per cent each year since 1990, a year when income per head was about one-tenth that of South Korea. Industrial production has never recovered from the withdrawal of Soviet trade preferences in 1991, agriculture is highly inefficient and the infrastructure is decaying. There are indications that electricity is rationed and blackouts are common, and a shortage of electricity and diesel fuel is severely limiting civil transport. Labour productivity is falling because workers are malnourished. The military still has priority call on resources and training is at near-normal levels, though it has not escaped the general economic decline. The KEDO agreement to supply western-designed nuclear reactors will inject funds and technical skills into the economy but these are unlikely to halt the economy's disintegration.

Food is running out

2. The October grain harvest was again poor, partly due to severe flood damage in August but also because the soil is exhausted and high-yield seeds and fertiliser are scarce. It is estimated that North Korea's current food stocks could be exhausted as early as March. It is unclear how much remains in the strategic reserve, which was run down last year, but it is possible that enough grain is available to continue until May or June, four or five months before the grain harvest. Malnutrition is widespread and, as last year, deaths from starvation are likely to occur and disease will exact a high toll.

3. Food rations range from 700 grams per day for parts of the one million-strong military to 250 grams per day for some civilians. Daily food consumption is insufficient to sustain normal physical work. Food is still available in the "farmers' markets", which suggests that, in addition to farmers' private supplies, part of the harvest is hoarded, stocks are stolen or food aid is diverted for private gain. Shortages are pushing black market food prices beyond the reach of most of the population. There is heavy reliance on petty trade and on barter and smuggling over the Chinese border in order to supplement incomes. Reports of theft are increasing.

Aid and the search for foreign exchange

4. North Korea needs food aid, or to earn foreign exchange in order to buy grain, to feed itself. After the last harvest, Pyongyang asked the Red Cross and UN for 3 million tonnes in food aid - worth US Dollars (USD) 750 million - to make up this year's shortfall, though this may be an over-estimate of its needs. A USD 41 million appeal has been launched recently by the World Food Programme but pledges are few so far. Japan and the USA are considering their response which is likely to be on a par with a similar appeal last year, which raised half of the amount requested. Extensive food aid from these countries depends upon the prospects for talks on a permanent peace between the Koreas, China and USA. The recent defection of a high-ranking North Korean party official and assassination attempt on an earlier defector have soured inter-Korean relations even further at a time when South Korea is pre-occupied by economic troubles of its own. Pyongyang is making it a condition for talks that 500,000 tonnes of US grain be arranged, a condition Washington is rejecting for now. There are uncorroborated reports of a five-year food aid agreement with China. Although previous promises have not always been completely fulfilled, China seems prepared to supply grain in the interests of stability across its border with North Korea.

5. The regime appears to be looking for new ways of obtaining the foreign exchange needed to buy food. A growing number of North Korean antiques and the contents of museums are turning up for sale abroad, possibly on behalf of the government. Government officials are reportedly involved in forgery of dollar banknotes and drug smuggling. Potential investors have been courted, though with scant success, with

promises of tax holidays should they invest in North Korea's free-trade zone. Potentially more successful is the plan to store up to 200,000 drums of Taiwanese low-level radio-active waste, worth USD 68 million to North Korea in the first two years, but the deal has yet to be secured in the face of stiff opposition from Seoul and Peking. The value of these activities is small compared to North Korea's requirements for food imports.

Prospects

6. The planned economy is on a downward spiral, with large sections of the population living in near famine conditions. There is little prospect of a fundamental change in economic policy or an inflow of foreign investment. The food situation is dire but priority allocation of resources to the military will continue. Communities and families are increasingly fending for themselves, adopting unofficial and subsistence economic activities. There is very little evidence of social conflict - state control is still highly effective - but feelings by the population that the regime is incompetent seem bound to grow. Food supplies could run out as early as March though strategic reserves and Chinese and other aid could postpone that day until June. Until the harvest in October, food aid will be necessary in amounts greater than those pledged thus far. The US and neighbouring countries are likely to be willing to provide this additional aid in the interests of stability in North Korea. With another poor harvest expected, North Korea will continue to need food aid into next year. Agreement to hold peace talks could lead to much larger quantities of food aid becoming available.

ENDS

Nº DOCUMENTO 9708847
TITULO REFORMA EN ADM. PUBL. ATRAJO INVERSIONES
PROCE 150090
FECHA 26/6/97
VINCULAC. 11921
65582
11161
11463
BM. (Bcomundial)

#07663

R ECOBI 06-26 00458
mun eco ico

COLOMBIA INVERSION
GOBIERNO: PRIVATIZACION ATRAJO 2.049 MILLONES EN INVERSIONES

Bogotá, 26 jun (EFE).- El plan de privatización de empresas estatales y servicios públicos emprendido en 1995 por el Gobierno colombiano atrajo 2.049 millones de dólares de inversión en infraestructuras, destacó hoy la directora del Departamento de Planeación Nacional (DPN), Cecilia López Montaño.

La funcionaria aseguró que de los 2.974 millones de dólares de capital nacional y extranjero que entró en el país a raíz del programa de privatizaciones del Plan Nacional de Desarrollo (PND), sólo un 30 por ciento correspondió a la compra de compañías oficiales y de parte de sus activos.

López presentó en rueda de prensa el balance del PND, iniciado hace tres años, junto con los ministros de Hacienda, José Antonio Ocampo, y de Minas y Energía, Rodrigo Villamizar.

Los ministros defendieron la gestión del Ejecutivo en la venta de 10 empresas del sector eléctrico (siete plantas), financiero (el Banco Popular) y minero (la mina de ferroníquel Cerromatoso), investigada por la Contraloría (tribunal de cuentas del Estado) por su supuesta venta a precios irrisorios.

Según la directora del DPN, los capitales nacionales y extranjeros atraídos se repartieron entre el sector transporte (que recibió unos 129 millones de dólares); el minero (1.654 millones); de telecomunicaciones (263,6 millones) y el agrario (2,29 millones).

López sostuvo que la enajenación de activos de propiedad pública en las empresas privatizadas hasta el momento ha sido "muy limitada" y que en sólo tres de los diez casos el Ejecutivo vendió la totalidad de su participación (con las plantas de energía eléctrica Chivor, Betania y Termocartagena).

Ocampo, por su parte, defendió que la ejecución del plan de privatizaciones, que calificó de "selectivo y estratégico", es "satisfactoria" y ha cumplido con los objetivos de apertura al sector privado en las áreas que no es imprescindible la presencia del Estado.

El sector energético, el de las telecomunicaciones y las entidades estatales financieras dedicadas al desarrollo continuarán dentro del patrimonio oficial, aunque no se descarta en un futuro [illegible] participaciones [illegible].

Entre las [illegible] al sector privado figura la de la Empresa Colombiana de Petróleos (Ecopetrol) y otras diez firmas de [illegible] y distribución de [illegible] entidades financieras.

Asimismo, está pendiente la venta al sector privado de la empresa de [illegible] Carbocol.

Ocampo explicó que el Gobierno presentará al Congreso un conjunto de propuestas para flexibilizar la legislación sobre enajenación de la propiedad estatal, para cumplir con el mandato constitucional de democratizar los procesos de venta, entre ellos la fijación de límites a compradores particulares. EFE

irc/hi cql

9708847

CA-08

[illegible]

[illegible] 06 26 [illegible]

[illegible]

COLOMBIA GOBIERNO

SAMPER HACE REFORMA PUBLICA PARA AHORRAR 92 MILLONES DOLARES

Bogotá, 26 jun (EFE). El presidente de Colombia, Ernesto Samper, ordenó hoy una drástica reforma en la administración pública, con el cierre o fusión de entidades y representaciones diplomaticas, que permitira al Estado ahorrar al año cerca de 100.000 millones de pesos (92 millones de dólares).

La reestructuración forma parte de un programa con el que el Gobierno busca equilibrar las finanzas públicas, que presentan un déficit de alrededor de 4.000 millones de dólares.

Cerca de 3.100 empleados públicos serán despedidos o trasladados a otras dependencias oficiales, explicó Samper al inaugurar en Bogotá la Escuela de Alto Gobierno.

La reforma tiene alcance sobre siete ministerios, entre ellos los de Defensa, Educación, Hacienda, Interior, Minas y Energia, y Relaciones Exteriores.

Quince empresas o entidades que dependen de esos ministerios desaparecerán o serán fusionadas, en tanto que el de Defensa deberá reducir en un 10 por ciento el número de sus funcionarios.

El ministererio de Relaciones Exteriores tendrá una reducción presupuestaria de dos millones de dólares.

La ministra de Relaciones Exteriores, María Emma Mejía, aseguró a los periodistas que la reforma no afectará la política internacional del país.

Diecisiete representaciones diplomaticas, entre ellas embajadas y consulados, desaparecerán por efecto de esta reforma.

La canciller precisó que entre la relación de legaciones que serán cerradas hay dos en Latinoamérica, dos en Europa, una en Australia y otra en Africa.

El programa de reestructuración anunciado por Samper se corresponde con parte del mandato de una ley de racionalización del gasto público aprobada a finales de 1996 por el Congreso. EFE

JGH/MC/GTP

06/26/19-41/97

02-02

9708847

MAY 1997

NON-PROLIFERATION AS AN ISSUE OF INTEREST FOR FUTURE CO-OPERATION

1. The South African Government has since May 1994, committed itself to a policy of non-proliferation and arms control which covers all weapons of mass destruction and extends to concerns relating to the proliferation of conventional weapons. A primary goal of South Africa's policy is to reinforce and promote South Africa as a responsible producer, possessor and trader of advanced technologies in the nuclear, biological, chemical and conventional arms field. South Africa in so doing promotes the benefits which non-proliferation and arms control hold for international peace and security.

1.1 As a consequence of South Africa's responsibilities as a member of especially the Nuclear Suppliers Group (NSG) and the Missile Technology Control Regime (MTCR), this Service would appreciate enhanced co-operation on the following priorities:

- The transfer of proliferation relevant technology equipment and material, especially nuclear and missile technology, from so called source countries like China (PRC), to weapons of mass destruction (WMD) threshold states (DPRK, India, Pakistan, Israel, Iran, Iraq, Syria & Libya);

- The status of WMD development programmes in the above-mentioned threshold states;

- The material, equipment and technological needs for the WMD development programmes in the identified threshold states;

- Procurement, routes, front companies and strategies used internationally by supplier states as well as threshold states and/or **other potential WMD-states, individuals/groups** to obtain proliferation relevant material and weapons. These kind of transactions are usually done through the issuing of export and import permits as well as the provision of end-user certificates, but many companies are consciously or unconsciously side-stepping these procedures. Consequently exports of such materials and technology take place in an uncontrolled manner without a government knowing anything about such deals.

- The trafficking of nuclear material and/or ballistic missile related material, equipment and technology, as well as chemical and biological substances which can be used for the manufacturing of weapons of mass destruction;

- The threat that international terrorist organisations may get hold of weapons of mass destruction or related materials and use them to cause mass havoc or blackmail in pursuit of their objectives.

LOGRAR SEGURIDAD EN LA CAMPAÑA ELECTORAL ARGELINA

11302

REFERENCE: B/014.97

MAY 1997

ALGERIA: SECURITY ASSESSMENT IN RUN-UP TO ELECTIONS

INTRODUCTION

The run-up to the general elections in Algeria scheduled for 5 June 1997 is characterised by an unprecedented rise in the levels of violence resulting from both the terror campaign of Islamic extremists and the security response of the Algerian goverment to it. Efforts by the ZEROUAL government to stem the violence either through its security clampdown or political reforms have failed to date.

CURRENT INTERNAL SECURITY SITUATION

Various factors contribute to the current high levels of violence. This include the following:

- Reform initiatives by the government since 1996 served as a major trigger mechanism and led to an upsurge in the terror campaign. An increase in extremist activities by Islamic extremist groups was noted since the constitutional referendum in November 1996 and this trend continued after the announcement by the government in March 1997 of the election date.

- The month of Ramadan (February) coincided with the fifth anniversary of the cancelled 1992-elections which the now banned Salvation Islamic Front (FIS) was set to win. This was exploited by the extremists and to give futher impetus to the escalation of violence. Since then more than 300 people per month were killed by extremist Islamic groups. During this period, Altar ZOUABI, leader of the Armed Islamic Group (GIA - the most hardline of Algeria's

Muslim extremist groups) also announced a new brutal phase in its violence campaign in and around Algiers. In addition to the continuation of bombings in the big sentra (mostly Algiers) a new dimension has been added entailing massacres of total populations in small villages (for example the attack on a village of Haouch Mofki (25 km from Algiers) on 22 April 1997 during which 93 people were hacked to death) became the order of the day. These terror acts resulted in a renewed international focus on the Algerian crisis.

- Infighting among the different Islamic extremist groupings/factions also contribute to the escalating violence. Open warfare between the two main armed extremists groups, the military wing of the FIS, the Islamic Salvation Army (AIS) and the Armed Islamic Group(GIA) continue. There are indications that the assassination of Abdelhak BENHAMOUDA in January 1997 by the Algerian Jihad Islamic Front - FIDA, the armed wing of the elitist Muslim group known as Al Djazaraa also relates to factional conflict. The FIS continues to be characterised by internal divisions and leaderhip struggles and it is also clear that it does not have entire control over the AIS.

- Also contributing to the violence is the security strategy of the Algerian government to eradicate Islamic extremists. *In addition to utilising its military force, the government also legalised informal anti-Islamist militias which now operate as self-defence groups under the authority of the Ministry of Interior.*

- The population in general is increasingly exasperated with the government's failure to curb the violence, and this coupled with the crisis dimensions of the current conflict clearly indicates a strong inclination towards vigilante type reciprocal revenge attacks relating to the loss of family rather than political issues. In light of the upsurge in the violence representatives of two of the main opposition parties the Socialist Forces Front (FFS) and National Liberation Front (FLN) recently called for the resignation of Prime Minister OUYAHIA.

PROSPECTS

PRE-ELECTION PHASE

The June ballot to elect the country's first parliament in five years is seen by the ZEROUAL government as the final phase in the democratisation process and also as the event that will legitimise its government.

Five parties, including the National Democratic Rally (RND) set up to support President ZEROUAL earlier this year submitted national party lists.The other parties are Ennahda, the Movement for Society an Peace (MSP, formely Hamas), the National Liberation Front (NLF) and the party of Algerian Renewal (PRA). The Front of Socialist Forces (FSS) will have candidates in 32 provinces. These parties are the most representative of the population and is expected to concentrate on the major cities where most party leaders head up the lists.The electrol law sets the basis for political parties allowed to contest the general elections and bans parties based on religion or language, demanding a widespread representation with a minimum support in at least 25 of the 48 provinces.

Evaluated against the high turnout (over 70 %) for the referendum in November 1996 of which 85% voted in favour of contitutional changes (ia including measures to bar parties using Islamic symbols from standing for election) a similar turnout could be expected. However, the intimidation effect of the current levels of violence should not be underestimated. Both the November 1996 referendum as well as the November 1995 Presidential election were characterised by an excessive security deployment (during the November 1996 referendum, 300 000 troops and police were deployed at voting stations) and relative few violent incidents were reported on these days. Similar measures could once again ensure a relative calm during elections.

The RND is expected to get the majority of the votes while the traditional moderate Islamic parties (Ennahda and the Movement for Society an Peace)will possibly succeed in gaining votes from former FIS supporters (as seen against the results of the 1995 presidential elections).

Despite the lack of inclusivity regarding the Algerian political process, the upcoming elections enjoy the backing of the international community which sees President ZEROUAL's initiative as the only viable alternative to the deteriorating security situation. The fact that the EU, OAU and the Arab League will send election monitors to Algeria is also crucial regarding the legitimisation of the democratisation process and the recognition of the central role of particularly President ZEROUAL. Despite international reservations about the high level of continuing violence and the government's exlusion of the FIS in its democratisation process, Western countries are expected to declare the elections free and fair and continue to support the ZEROUAL government both politically/ economically.

LONG TERM PROSPECTS

On the longer term the following prospects are foreseen:

- After elections the Algerian government's support for stringent security measures will continue to dominate its approach to political stability, whilst accommodating political iniatives to secure inclusivity will diminish. The relative strength of the military/security apparatus will enable the government to retain its hold on power, but, it is doubtful whether it will neutralise or inhibit political dissent.

- It is unlikely that President ZEROUAL's election victory and strategy for reform will have a pacifying impact on the current rising levels of conflict. The Islamist insurgency is set to continue for the foreseeable future, however without being able to overturn the government.

- The government, since 1995 had several opportunities to capitilise on the deep divisions within the militant Islamic opposition ia to include the FIS in the process with the intent to further isolate extremists. However, the potential success of exercising this option also diminishes due to the originating of many new splinter factions from within the FIS/GIA, which is making any inclusive

settlement increasingly difficult to obtain. This relates to the fact that even the smallest of these factions have easy access to lethal arms and will continue with terrorist actions even if some of the more significant groupings (FIS/GIA) should reach some constitutional agreement with the ZEROUAL government.

In the final analysis, four basic scenarios will continue to apply to Algeria under prevailing conditions: defeat of the Islamists, defeat of the regime, a negotiated settlement, or continued civil war. The first two seem improbable, and it appears that an end to the continued violence will depend on President Zeroual's ability/will to use his election mandate to pursue an all-inclusive negotiated settlement. This would imply significant concessions by both Zeroual and the main Islamic groups.

MAY 1997

ZANZIBAR

ONGOING CONFLICT BETWEEN THE CCM AND CUF

BACKGROUND

Zanzibar forms an integral part of the Tanzanian Union, which was established in 1964 by former President NYERERE. Zanzibar is governed by a semi-autonomous authority while the Union Government is responsible for national issues such as defence, the economy as well as international relations. Zanzibar has a small population of 740 000, out of the total Tanzanian population of 26 million and consists of two islands, Unguja, the capital, and Pemba

CONTENTIOUS ELECTIONS

Tanzania's first multi-party and presidential elections were held during October 1995. In Zanzibar the election was administered by the Zanzibar Electoral Commission (ZEC - appointed by the ruling CCM Government). In the election for the Zanzibar House of Representatives, the CCM won 26 seats and the CUF 24 (21 on Pemba). These results are undisputed.

The final result of the Presidential election reflects that CCM candidate Salmin AMOUR received a mere 1565 votes more than his rival, CUF leader Seif Sharif HAMAD. The electoral commission, however, controversially declared that the CCM won 50,2% of the vote against the CUF's 49,8%, a calculation that clearly ignored the fact that 4922 spoilt

REFERENCE: B/015.97

SECRET

MAY 1997

ZANZIBAR

ONGOING CONFLICT BETWEEN THE CCM AND CUF

BACKGROUND

Zanzibar forms an integral part of the Tanzanian Union, which was established in 1964 by former President NYERERE. Zanzibar is governed by a semi-autonomous authority while the Union Government is responsible for national issues such as defence, the economy as well as international relations. Zanzibar has a small population of 740 000, out of the total Tanzanian population of 26 million and consists of two islands, Unguja, the capital, and Pemba

CONTENTIOUS ELECTIONS

Tanzania's first multi-party and presidential elections were held during October 1995. In Zanzibar the election was administered by the Zanzibar Electoral Commission (ZEC - appointed by the ruling CCM Government). In the election for the Zanzibar House of Representatives, the CCM won 26 seats and the CUF 24 (21 on Pemba). These results are undisputed.

The final result of the Presidential election reflects that CCM candidate Salmin AMOUR received a mere 1565 votes more than his rival, CUF leader Seif Sharif HAMAD. The electoral commission, however, controversially declared that the CCM won 50,2% of the vote against the CUF's 49,8%, a calculation that clearly ignored the fact that 4922 spoilt

votes were registered.

The OAU and UNDP observer teams declared the election free and fair. The CUF alleges that OAU Secretary-General, Salim Ahmed SALIM (a Zanzibari from Pemba, aligned with the CCM) used his influence to secure this decision.

The donor community criticised the CCM Government and the ZEC on irregularities relating to counting procedures. Donor states noted discrepancies between figures recorded at polling stations and those announced by the ZEC, implying that HAMAD and not AMOUR should have won the Presidential election. (Preliminary results reflected that HAMAD had won 51,4% of the vote compared with AMOUR's 48,6%).

The controversy surrounding the results of the Presidential election had a number of repercussions. Former President NYERERE intervened by requesting AMOUR to either establish a government of national unity or at least appoint additional representatives from Pemba (represented by only two members in the 23 member Cabinet) to his Government in the interest of national reconciliation. AMOUR ignored the request.

CUF POLITICAL PROGRAMME

The inflexibility of President AMOUR prompted the CUF to embark on what it describes as a political programme aimed at the realisation of a transitional government, tasked with organising another election. The programme entails the following:

- Proceedings of the Zanzibar House of Representatives are boycotted. This has virtually paralysed its activities.
- Civil disobedience is being advocated. Students from Pemba are boycotting classes and CUF legislators conduct unauthorised public meetings.
- Tanzania's major donors are lobbied to refuse to recognise AMOUR's government. The CUF has approached the OAU, UN, Amnesty International and Human Rights Watch to investigate alleged human rights abuses on the islands.

GOVERNMENT ACTION

The AMOUR Government responded during 1996 by arresting and detaining CUF parliamentarians, despite a High Court ruling that they be released, CUF political rallies were banned and HAMAD's residence was raided. A few hundred Pembans subsequently applied for political asylum in Britain. The CUF claims that the CCM is engaged in a programme of "ethnic cleansing".

Scandinavian countries suspended bilateral project aid to Zanzibar during 1996. On the grounds that the CCM was guilty of human rights abuses. Soon afterwards, Tanzanian President Ben MKAPA retired Zanzibar's Commissioner of Police and four senior assistants after a confrontation between CUF supporters and the police. Human rights abuses by the Zanzibar security forces appear to have decreased thereafter.

More recent action by the Zanzibar Government includes:

- The unilateral appointment of a CCM parliamentary committee to investigate allegations of human rights abuses. The committee's predictable finding in March 1997 was that the allegations were unfounded.
- The introduction of legislation that requires all journalists to apply for licenses.
- The introduction of a vigilantes system to report and act on any activities that might affect security on the islands.

RAMIFICATIONS WITHIN THE CCM

President MKAPA has openly stated on a number of occasions that he supports President AMOUR and that the CUF has to recognise him as President. MKAPA's statements should, however, be seen against the background of threats by AMOUR to withdraw from the Union if MKAPA withdraws his support. MKAPA also wants to ensure that the unity and cohesion of the CCM is retained and recognises the delicate balance of power between the

mainland and Zanzibar governments.

Former President NYERERE has not renewed his call for the formation of a Government of National Unity and is reluctant to become involved in efforts to end the stalemate. The CCM National Executive Committee backs MKAPA and is in general unified over the Zanzibar issue.

INTERNATIONAL INVOLVEMENT

President AMOUR rejects any foreign interference and remains unwilling to allow a transitional government, as demanded by the CUF.

Commonwealth Secretary General, Chief ANYAOKU made an unsuccessful attempt in August 1996 to mediate in the crisis.

During March 1997, the European Commission announced the suspension of all new development aid to Zanzibar, pending the resolution of the impasse. President AMOUR reacted by reiterating that he would not bow to international pressure. The EC decision, poor economic management policies, corruption related to tax exemptions and the recent drought, will, however, exacerbate Zanzibar's ailing economy and might change AMOUR's position.

OAU Secretary General Salim Ahmed SALIM called on the CUF to end its boycott of Parliament, in April 1997. He called for cooperation and political tolerance and criticised the disunity between Pembans and Zanzibaris. In reaction, the CUF said that SALIM and the OAU failed to initiate efforts to end the deadlock and that the party's boycott of parliament was their " non-violent option for solving the crisis".

During Mrs CLINTON's recent visit to Tanzania, the CUF appealed for the imposition of economic sanctions on the Union government by the international community, particularly the US.

The EC wants the Tanzanian Government to take active measures to bring the opposing parties together in a constructive dialogue. Member states of the EC have, however, cautioned against foreign intervention on the grounds that this might destabilise the situation even further and encourage the radicalisation of one of the parties. EC ambassadors in Tanzania recommended that the member states, collectively and individually, discreetly continue the policy of quiet diplomacy with all parties in an effort to encourage political dialogue and respect for human rights. The main aim appears to be to allow the CUF political space to prepare for the next election in 2000.

SECRET

B/016/97 JUNE 1997

ZANZIBAR

The Civic United Front (CUF - main opposition party in Zanzibar) will not participate in an international conference on the situation in Zanzibar, being held in Tanzania from 6 to 8 June 1997. In a letter to all diplomatic missions in Dar Es Salaam, the CUF has stated that the Covernment does not intend making the conference a success. It said that the organizers of the conference, CCM parliamentarian, Dr Ibrahim MSABAHA (special political adviser to Zanzibar President AMOUR) and the United Nations Development Programme (UNDP) Tanzanian Representative, Victor ANGELO, have not consulted the conference preparatory committee, where the CUF is represented. The CUF does not dispute the need for the conference, which should facilitate dialogue between the two parties, but pointed out that a neutral international role player should coordinate it. The UNDP cannot be regarded as neutral because ANGELO did not consult the CUF about the conference.

SECRET

9708850

06-06

SECRET

REFERENCE: B/018 **JUNE 1997**

LESOTHO: LEADERSHIP STRUGGLE WITHIN THE BCP AND GOVERNMENT

A power struggle in the government and ruling Basotho land Congress Party (BCP) has characterised politics in Lesotho since the beginning of 1996. It has resulted in a paralysis of government which could adversely affect the security situation in the country.

The rivalry within the BCP for the leadership position has resulted in two factions; the MOKHEHLE faction and the 'pressure group'. The MOKHEHLE faction, which has the majority support in the National Assembly, is loyal to Prime Minister Dr Ntsu MOKHEHLE. The main role players within this faction include Pakalithe MOSISILI (Deputy Prime Minister), Shakane MOKHEHLE (Prime Minister's brother and Minister of Natural Resources) and Tom THABANE (Prime Minister's political adviser).

The 'pressure group' which is led by Molapo QHOBELA and controls the NEC of the BCP, is opposing the Prime Minister. Important personalities within this group include Sekoala TOLOANE, Tseliso MAKHAKHE (chairperson of the NEC) and Ntsukunyane MPHANYA (former Minister of Agriculture and Works).

MOKHEHLE FACTION	
Pakalithe MOSISILI -	Current Deputy Prime Minister. He is a confidant of the Prime Minister but has no standing within the party. He has significant influence within the Cabinet and performs all the functions of the Prime Minister.
Shakane MOKHEHLE -	Brother of the Prime Minister. Although he is a senior member of the party, he does not have significant support in the party. He is accused of corruption and embezzlement of party funds. He does have support amongst Lesotho mine workers in South Africa.
Tom THABANE -	Political adviser to the Prime Minister. He has strong political ambitions but his support is limited as he is one of the least trusted persons in government. He is also accused of giving bad advice to the Prime Minister.

PRESSURE GROUP	
Molapo QHOBELA -	Deputy leader of the BCP Enjoys the support of most of members of the 'pressure group'. He is

SECRET

SECRET

REFERENCE: B/018 **JUNE 1997**

LESOTHO: LEADERSHIP STRUGGLE WITHIN THE BCP AND GOVERNMENT

A power struggle in the government and ruling Basotho land Congress Party (BCP) has characterised politics in Lesotho since the beginning of 1996. It has resulted in a paralysis of government which could adversely affect the security situation in the country.

The rivalry within the BCP for the leadership position has resulted in two factions; the MOKHEHLE faction and the 'pressure group'. The MOKHEHLE faction, which has the majority support in the National Assembly, is loyal to Prime Minister Dr Ntsu MOKHEHLE. The main role players within this faction include Pakalithe MOSISILI (Deputy Prime Minister), Shakane MOKHEHLE (Prime Minister's brother and Minister of Natural Resources) and Tom THABANE (Prime Minister's political adviser).

The 'pressure group' which is led by Molapo QHOBELA and controls the NEC of the BCP, is opposing the Prime Minister. Important personalities within this group include Sekoala TOLOANE, Tseliso MAKHAKHE (chairperson of the NEC) and Ntsukunyane MPHANYA (former Minister of Agriculture and Works).

MOKHEHLE FACTION	
Pakalithe MOSISILI -	Current Deputy Prime Minister. He is a confidant of the Prime Minister but has no standing within the party. He has significant influence within the Cabinet and performs all the functions of the Prime Minister.
Shakane MOKHEHLE -	Brother of the Prime Minister. Although he is a senior member of the party, he does not have significant support in the party. He is accused of corruption and embezzlement of party funds. He does have support amongst Lesotho mine workers in South Africa.
Tom THABANE -	Political adviser to the Prime Minister. He has strong political ambitions but his support is limited as he is one of the least trusted persons in government. He is also accused of giving bad advice to the Prime Minister.

PRESSURE GROUP	
Molapo QHOBELA -	Deputy leader of the BCP Enjoys the support of most of members of the 'pressure group'. He is

SECRET

	regarded as ambitious.
Sekoala TOLOANE-	He is respected and relates well to the Royal Family, most opposition leaders and the NGOs. He is considered a moderate and within the 'pressure group' there is support for him to replace QHOBELA as leader.

The main objective of the 'pressure group' is to exploit its dominance of the party structures to subsequently wrest control of the Government from the MOKHEHLE faction. Dr MOKHEHLE is however, still the leader of the BCP after the election of QHOBELA as party leader in 1996 was set aside by the Lesotho High Court in April 1997. *Remark: The current NEC is technically a caretaker committee for the 1997 period as its period of office elapsed in December 1995.*

THE COURT RULED THE FOLLOWING:

- Dr MOKHEHLE must remain interim party leader until the annual National Conference is held to elect a leader in terms of the BCP Constitution.
- The interim NEC must convene a Conference within the next three months at which a new party leader must be elected.

The National Conference is scheduled for 25 to 27 July 1997 and indications are that Molapo QHOBELA will be elected as the leader of the BCP. Although members of the BCP believe that the leader of the ruling party should also be the Prime Minister, the High Court Judge stressed that the Prime Minister is elected by members of Parliament. All indications are that Dr MOKHEHLE will remain Prime Minister. The MOKHEHLE group is supported by 143 members of the National Assembly while the QHOBELA faction has the support of only 22 members.

IMPLICATIONS

The possibility of dual leadership insofar as the CP on the one hand, and government on the other, will mean a continuation of the current power struggle at least until the 1998 general elections. Given his currently poor health, Dr MOKHEHLE is not expected to participate in the 1998 elections. This, however, does not necessarily mean that the 'pressure group' will gain control of the government in 1998. The MOKHEHLE faction may retain its majority support in the National Assembly and succeed in electing a new Prime Minister from its support base.

REFERENCE: B/011.97 **MAY 1997**

KENYA

INTRODUCTION

The current situation in Kenya is influenced by the underlying political intolerance and ethnic antagonism, while at the same time the country experiences economic stability and improved regional and international relations.

POLITICAL SITUATION

The Kenya African National Union (KANU) has ruled for 33 years and continues to dominate the political scene. KANU continues to benefit from the unclear distinction between the ruling party and the government, as well as from a grassroots organisation that is entrenched nationwide. It has changed from a party with a predominantly Kikuyu power base under former President KENYATTA at independence in 1963, to a more broad-based party put together by President MOI to protect the Kalenjin and other smaller ethnic groups from the continued perceived threat of Kikuyu domination. However, the 1992 elections signalled a shift in the largest three ethnic groups, the Kikuyu, the Luhya and Luo, to the opposition. Nevertheless, KANU still has grassroots support among most of Kenya's 50 ethnic groups. Party politics in Kenya, both within the ruling KANU and the opposition, continue to be influenced by tribal affiliations, nepotism and personal ambitions.

Although definite progress was made regarding accountability and respect for human rights compared to the situation under the previous one-party system, some democratic principles have not yet taken root. The government has until recently shown a reluctance to implement any additional political and economic reforms demanded by opposition groups and international donors.

Undemocratic practices by the government include the harassment of the opposition and press, and an unwillingness to register new political parties and trade unions. Donor countries have also expressed their concern over the independence of the judiciary after government intervention in sensitive political and corruption cases. President MOI's manipulation of the political process is reflected by his intentional delay in revising those constitutional clauses that are not compatible with a multi-party democracy and could level the electoral playing field for all political parties. President MOI maintains that political pluralism is incompatible with the African culture and that this has been the main cause of the ethnic intolerance and violence in the Rift Valley in recent years (see bloc). However, opposition parties, the Law Society and the Church remain adamant that a constitutional conference is imperative to ensure a working democracy. They have expressed themselves in favour of the following constitutional amendments:

- The inclusion of a Bill of Rights in the Constitution.
- A clear separation between the executive and legislative powers of the government, with the aim of decreasing the executive powers of the president.
- A more just demarcation of the constituencies as the present system is susceptible to gerrymandering.

In a 1993 report, Human Rights Watch concluded that the violent fighting between the Kalenjin ethnic group (to which President MOI belongs) and other ethnic groups since October 1991 in the Rift Valley Province has been deliberately manipulated and instigated by President MOI and his inner circle to undermine attempts at creating an atmosphere conducive to political pluralism. The violence, in the agricultural base of the country's economy and with the largest number of Parliamentary seats, has resulted in the deaths of over 1 500 people and the displacement of over 300 000. (A later report by the UNDP, which was accepted by the government, reported that 1 000 were killed and 250 000 displaced.) The majority of the victims were non-Kalenjin. According to Human Rights Watch, the motive for the violence appears multifold: to prove that multi-party politics would lead to tribal chaos; punish ethnic groups that are perceived to support the opposition—namely the Kikuyu, Luhya and Luo; terrorise non-Kalenjins to leave the province; and allow Kalenjins to take over fertile land through intimidation and violence. The government's response to the violence was characterised by inaction and outright hostility against others seeking to help the victims. At present, the situation has stabilised and most of the displaced people have been resettled outside the Rift Valley by the government. In the past two years, the international donor community has expressed its satisfaction with the Kenyan government's handling of the situation and its co-operation with the UNDP. Ethnic clashes between nomadic ethnic groups in the North Eastern Province in 1994 were related to grazing and water issues and have since stabilised. Given the importance of not only ethnic affiliation, but also control over scarce resources in Kenya, ethnic violence remains a recurring threat.

The Kenyan civil society, especially the influential National Council of Churches of Kenya (a grouping of mainstream Protestant churches) and the Roman Catholic Church, played an important role in the campaign for a multiparty system and in highlighting human rights abuses. However, in the last three years, their pastoral letters about the moral and political decay of the Kenyan society have not had the same impact. In fact, these religious groupings are frequently criticised by the government for undermining national unity. The recent involvement of prominent church leaders in opposition politics has minimised their influence on the government and possibly the general public, even further.

The Kenya Law Society continues to draw attention to human rights abuses and represents opposition members in political court cases, although it had more impact under the chairperson ship of opposition politician Paul MUITE. (The latter has since resigned but is

still active in opposition politics). The Law Society's proposals for a new constitution were adopted by all opposition groups in early 1995.

The introduction of democracy in 1991 has not emancipated the trade union movement. The Central Organisation of Trade Unions (COTU), which was an extension of the government during the one-party era, is the sole umbrella organisation representing trade unions. The government resists moves by members of the teaching and medical profession to form independent trade unions.

While these pressure groups have largely failed to pressurise the government into adhering to democratic rights and freedoms, they have however succeeded in sensitising international organisations and governments to take action on these issues. A case in point is the contentious Press Bill submitted to the Kenyan parliament in December 1995, which provided for a comprehensive licensing scheme for journalists and the printing and broadcasting media under a press council, as well as the reviewing of news content on the basis of prescribed standards. The local press and opposition's concerns and criticism did not have any impact on the government. It was only after criticism by donor countries and international media bodies that President MOI announced in January 1996 that the proposed media legislation was shelved until further notice. He said that his government had no intention of introducing legislation that would suppress the freedom of the press.

Upcoming elections

All political activities are currently geared towards the next general elections scheduled for December 1997. It is expected that the KANU government will again win the elections on the same basis as the first multi-party elections in 1992: grassroots support, efficient party machinery, the party's manipulation of political processes particularly gerrymandering, and the opposition's inability to achieve a viable united front. President MOI will most probably be re-elected for his last term in office.

The opposition (which collectively won 63% of the total votes in the previous presidential election but failed to win a proportional number of parliamentary seats—82 against KANU's 106) has to date not been able to unite and present a viable, credible alternative to KANU,

while at present, no political party can defeat KANU on its own.

The KANU government has improved the economic situation, stabilised the situation in the Rift Valley, taken action against corrupt senior officials and improved relations with neighbouring countries. KANU has also in recent years succeeded in winning over many disillusioned opposition members. Expectations are that more opposition members will defect to KANU before the 1997 elections, mostly because of the opposition's lack of national initiatives and leadership problems.

On 6 May 1997 a delegation of a EU, USA and Canada ambassadors held a meeting with President MOI and senior Kenyan government ministers and officials. The meeting was preceded by a memorandum by the senior diplomats to President MOI in the previous week in which they raised critical issues wrt the coming elections. The envoys wanted assurances from Kenyan government that :

- Kenyan citizens will be given enough time to register as voters since the Electoral Commission announced that voters will have at least a month to register, starting on 19 May 1997;
- the Opposition be given adequate media coverage during the election campaign;
- the Opposition given the freedom of assembly without any interference from the state administration and state security.

The ambassadors stressed during the meeting that their action should not be seen as interference in Kenya's domestic affairs, but mere advice. In return, President MOI assured the envoys that he also wants free and fair general elections, that he wants to ensure that every Kenyan voter has the opportunity to participate, and that the 1997 elections are held in a democratic atmosphere. The President did not, however, disclose the date of the elections.

The succession issue

Recent speculation about President MOI's deteriorating health and possible successor, has caused internal wrangling in KANU. However, President MOI's health remains relatively

good and he will probably stay in office for a second term after the 1997 elections. His dominant style of government also effectively neutralises any efforts by potential successors to obtain a high profile or challenge his position.

Opposition parties

Despite the support that the opposition parties enjoy among the population, they are to a large extent responsible for their own marginalisation. Internal divisions, ethnic favouritism and personal ambitions are some of the factors that prevent the opposition from playing a meaningful role in entrenching democracy.

At present, various efforts by mediators, such as prominent clergy, have failed to bring the belligerent parties together and no breakthrough has been made to establish a united front against KANU in the next elections.

ECONOMIC AND SOCII-ECONOMIC SITUATION

The economic situation in Kenya and Kenya's relations with its donors has improved, mainly because of the economic reforms that were demanded by the international donors. At this stage, donor funds are essential to overcome the deficiencies of the infrastructure, especially regarding container-handling at Mombasa port, addressing electricity shortages and the condition of the Nairobi-Mombasa road project.

Economic prospects in Kenya are good and the current attempts by President MOI to address corruption could lead to an improvement in donor confidence. President MOI also recently appointed a 13-member team (which will be chaired by himself) to oversee the country's economic affairs. A Policy Framework Paper was released at the same time, prepared by the Kenyan government in conjunction with the IMF and the World Bank. These actions are indicative of Kenya's commitment to economic reforms and will contribute to restoring donor and investor confidence.

MILITARY

The loyalty of the KDF to the current government is unquestionable, mainly because of the fact that both the senior and junior army officer corps are recruited from the Kalenjin ethnic group to which President MOI belongs.

The Kenyan Army is mainly utilised for border protection while the General Service Unit (GSU) has been deployed to suppress internal political violence or to quell unrest. The army has, however, frequently been used in international peace-keeping operations. Currently, Kenya has ten observers in Angola as part of UNAVEM III. The KDF's participation in international peace support operations will probably continue, which will strengthen the operational capability of the force.

FOREIGN RELATIONS

The era in which Kenya's relations with its neighbours in East Africa were dominated by mutual suspicion and economic disparities, has apparently ended with the revival of the East African Community (EAC), regulating regional political and economic co-operation, in 1996. Kenya's relations with its neighbours were traditionally strained because of the perception of particularly Uganda and Tanzania that Kenya exploits its economic position to their detriment. This, as well as ideological and personal differences, led to the collapse of the EAC in 1977. A new commitment to regional economic co-operation led to the resumption of talks in 1993 but failed because of deep-seated animosity between President MOI and President MUSEVENI.

In March 1996, however, the leaders of Kenya, Tanzania and Uganda signed an agreement which formalised regional economic co-operation. The Regional Secretariat, based in Arusha, will have less ambitious goals than the old EAC and will mainly focus on transport, energy, the management of Lake Victoria and cross-border trade. The co-operation remains fragile despite the political commitment to the grouping. Factors that could continue to affect regional co-operation are the divergent personalities and personal ambitions of the respective leaders, the economic dominance of Kenya over Tanzania and Uganda as well as the continued instability in the region's neighbouring countries.

In addition to the EAC, Kenya is also involved and plays a leading role in the Inter-Governmental Authority for Development (IGAD—the members of which are Kenya, Uganda, Sudan, Somalia, Ethiopia, Eritrea and Djibouti). Kenya has been instrumental in the organisation's current effort to broaden its mandate to include economic co-operation and security (Early Warning System). President MOI has played a prominent facilitating role in the negotiations on Somalia and chairs the committee negotiating for an end to the conflict in Southern Sudan.

Kenya maintains close relations with the UK and USA on various levels, allowing both countries to use Kenya for, among others, military training exercises. However, the Kenyan government is particularly sensitive to the perceived interference of these two countries in its internal political affairs. While the UK prefers to practise "quiet diplomacy," the USA does not refrain from openly criticising the Kenyan government regarding the lack of political freedom and human rights violations. Other countries that have a particular economic interest in Kenya are France and Germany. All these countries continue to view Kenya as a haven of stability in a troubled subregion and do not place severe pressure on the Kenyan government, believing that such a move may be counter-productive. They regard stability in Kenya as imperative for development and prosperity in East Africa as a whole. It also serves as the distribution base for international humanitarian aid to countries in the region, particularly Sudan, Rwanda and Somalia. The USA, in particular, regards Kenya as an important buffer against the expansion of Islamic extremism from Sudan.

CRIME AND CORRUPTION

The endemic proportions of crime and corruption in Kenya have led to increased donor pressure on the Kenyan government to act against perpetrators. Government departments, parastatals and financial institutions are particularly susceptible to corruption. However, during the past year cases were opened against corrupt senior officials in the Port Authority and financial institutions, although the court cases are inconclusive. President MOI has also announced the privatisation of the ports, airports, postal and electricity services, as well as the National Social Security Fund (the most corrupt and inefficient departments in the country) in order to curb corrupt practices in these institutions.

The proliferation of arms from unstable countries in the region such as Somalia, Sudan and Rwanda, has resulted in an increase in violent crime in especially the capital. The northern parts of the country also remain vulnerable to cattle rustling and armed banditry by Somalia and Sudanese refugees. Kenya is an important route for drug trafficking from East Asia and the recently introduced Drugs Task Force has had only limited success.

CONCLUSION

The MOI government will, in the short term, continue to monopolise the political process while simultaneously giving enough leeway for the opposition to harm themselves further. Some movement towards the realignment of the opposition before the elections is possible if internal differences could be settled. Should the opposition succeed in establishing a unified force with sufficient local and international support, the KANU government might resort to repressive actions to stem any challenge from this quarter. In this event, stability would be endangered and a repetition of the disturbing 1990 political riots cannot be ruled out.

President MOI will in the short to medium term probably succeed in his present attempts to improve Kenya's relations with neighbouring as well as donor countries even further. "Quiet diplomacy" and selective economic pressure from the international donors, in an effort to promote much needed political and economic reform, are expected to continue.

XA3184
R POXBT 06-15 00232
mun exg icx

COLOMBIA-CRISIS
Pte. SAMPER, ABSUELTO POR CONSEJO ETICO PARTIDO LIBERAL

Bogotá, 14 jun (EFE).- El Consejo de Control Etico del Partido Liberal Colombiano, en el Gobierno, absolvió hoy por unanimidad al presidente, Ernesto Samper, por la recepción de millonarios aportes del narcotráfico en la campaña que le llevó al poder en 1994.

El coordinador del consejo, Eduardo Abuchaibe, informó del resultado de la investigación realizada por ese ente, que no encontró pruebas de la culpabilidad del entonces candidato presidencial.

La decisión del Consejo de Control Etico es similar a la tomada por la Cámara de Representantes el 12 de junio de 1996, que decidió archivar por falta de pruebas las denuncias presentadas por el fiscal general, Alfonso Valdivieso, por 111 votos contra 43.

Sin embargo, el director general de la campaña, el ex ministro Fernando Botero, y su tesorero, Santiago Medina, fueron condenados a penas de 63 y 64 meses de prisión, respectivamente, por "enriquecimiento ilícito a favor de terceros" (la campaña), para la que según las sentencias se recaudaron unos cuatro millones de dólares del Cartel de las drogas de Cali.

El mandatario fue denunciado ante el Consejo de Control Etico por la congresista liberal Ingrid Betancurt, una de las más críticas opositoras de Samper.

La investigación se prolongó durante catorce meses e incluyó pruebas y declaraciones de los testigos, dijo Abuchaibe, que calificó de "exaustiva" la labor del consejo. EFE

ifs/arp

06/15/01-54/97

[illegible] ... A INDAGATORIA A EX FISCAL

[illegible] (EFE). La Comisión de Acusación de la Cámara de Representantes, [illegible] el presidente colombiano, Ernesto Samper, por el ingreso de dineros del narcotráfico a su campaña electoral, llamó hoy a indagatoria al ex fiscal general Alfonso Valdivieso.

El ex fiscal, uno de los pre candidatos a la presidencia de Colombia para el periodo 1998-2002, se presentó inmediatamente ante la Comisión, que lo interrogó por tres horas sobre el ingreso de dos millones de pesos ([illegible] dólares de hoy) a su campaña para el Senado en 1991, girados por una empresa del fallecido narcotraficante Efraín Hernández.

A la salida de la diligencia judicial, Valdivieso admitió que la Comisión abrió investigación preliminar en su contra por ese hecho, así como por la actuación de la Fiscalía General contra el comisario de Policía venezolano Ramón Eduardo Iglesias por encontrarlo comprometido en un presunto tráfico de automóviles robados.

La Fiscalía dictó auto de detención contra Iglesias el 5 de mayo de 1995, y este abandonó el país dos días después, lo que provocó la reacción del entonces vicefiscal general Adolfo Salamanca que acusó a Abdón Vivas, por esa época embajador venezolano en Colombia, de facilitar su huida.

El ministro de Relaciones Exteriores colombiano en 1995 Rodrigo Pardo, protestó por el manejo que dio la Fiscalía General al caso Iglesias, pues el hecho produjo roces entre los dos países por no haberse respetado los canales diplomáticos.

En lo referente al cheque de una compañía automotriz de Hernández, asesinado en Bogotá en octubre, un directivo de la empresa argumentó que desconocía las actividades del dueño de la misma, aunque señaló que él mismo había autorizado y firmado el cheque de la donación.

Valdivieso negó hoy que la citación de la Comisión de Acusación correspondiera a algún tipo de "revanchismo político", por haber sido él el encargado de investigar a los responsables del ingreso de dineros del narcotraficante cartel de Cali a la campaña presidencial de Samper en 1994.

Tras las investigaciones realizadas por la Fiscalía General fue condenado a [illegible] meses de prisión el ex ministro de Defensa Fernando Botero, director general de la campaña "Samper Presidente", y [illegible], el tesorero de la misma Santiago Medina.

El juicio de Samper correspondió a la Comisión de Acusación de la Cámara Baja que lo absolvió en dos oportunidades, y la oposición a su gobierno juzgó que fue un veredicto contraevidente, dadas las condenas a sus más cercanos colaboradores.

Valdivieso, del partido liberal gobernante, pero que figura en una candidatura independiente, pretende enfrentarse en la contienda electoral del [illegible] de 1998 al candidato que escoja oficialmente el partido liberal [illegible] el alcalde de Bogotá Antanas Mockus, [illegible] al candidato oficial que elija el partido conservador.

El ex ministro del Interior Horacio Serpa (liberal oficial), es el [illegible] para ser elegido candidato de su partido.

[illegible] figuran como [illegible] el ex ministro de Comercio [illegible] Juan [illegible] embajador en Estados Unidos [illegible]

[illegible] por la Fiscalía General [illegible] que fue de la pasada campaña presidencial.

Por el partido conservador figuran como pre candidatos Juan [illegible]

cr-cr

9708853

SECRET

REFERENCE: B/010.97

MAY 1997

ANGOLA

PROSPECTS FOR PEACE

Despite definite progress in the peace process in Angola the chances of success for the Government of National Unity and Reconciliation (GNUR) look bleak at this stage owing to the divergent views of the two major parties, UNITA and the MPLA. In addition, the military prescriptions of the Lusaka Protocol have not been concluded and the current uncertainty within the military dispensation will be exacerbated by the withdrawal of the UN and its UNAVEM III peace force.

SURVIVAL OF THE GNUR

The establishment of a GNUR on 11 April 1997 is no guarantee of lasting peace. The new GNUR must promote the national interest, but continuing mistrust between UNITA and the MPLA will mean that both will continue to put party interests first. Outstanding issues such as fixing new election dates and the amendment of the constitution present further challenges to the survival of the GNUR. This unwillingness to cooperate was illustrated when the process for the extension of state administration to all areas of the country had to be suspended because of insurmountable differences between UNITA and the MPLA. There are indications that UNITA feels it will be forced to withdraw from the GNUR at some

point and that the GNUR may perhaps not survive the short-term obstacles it faces. The dissolution of the GNUR would mean that the region would have to get involved to minimize the resulting increased potential for conflict in Angola.

POTENTIAL MILITARY PROBLEMS

The process of quartering UNITA troops has officially ended, but demobilisation and integration continue. There were 26 500 deserters from the UNITA quartering areas at the beginning of March 1997, while the integration of UNITA soldiers into the new national armed forces (FAA) is progressing slowly - by middle March 1997 about 8 000 of the planned 18 000 UNITA soldiers had joined the FAA. The thousands of former troops unaccounted for may be regrouped, or could turn to crime and banditry to survive.

There are indications that UNITA may be regrouping former soldiers from the large number of deserters from the quartering areas. Sources have confirmed that a large number of UNITA troops is assisting the FAZ of President MOBUTU, while Katanguese forces from Angola have joined the rebel forces in Zaire. This means that both UNITA and the MPLA still have a significant military capability. Further, UNITA seems to be anticipating a government military take-over of the diamond areas in the Lunda provinces and is preparing to defend these areas. UNITA still has the military capability to defend these areas and any move towards the Lundas by the MPLA will cause localised clashes at the least.

WITHDRAWAL OF UNAVEM III/UN

The establishment of the GNUR means that the UN peace mission to Angola has reached its goal. The normalisation of political life will diminish international interest in Angola. UNAVEM III has been a major factor in providing some military stability throughout Angola and its eventual withdrawal will give the two parties leeway to improve their strategic positions by moving troops into each other's controlled areas.

INTERNAL PROBLEMS IN PARTIES

Both the MPLA and UNITA leadership have to contend with a hardliner faction of members who do not want a negotiated settlement for Angola. The inner circle of the MPLA will continue to dominate the party's participation in governmental activities from outside the GNUR, while UNITA leader, Jonas SAVIMBI, and most of his prominent party members are similarly not members of the unity government. The UNITA deputies at the GNUR could become separated from the party's core (still in Bailundo) and this could create mistrust between the leadership and the deputies. Further, if SAVIMBI continues to feel that his personal position and UNITA's are under threat from the MPLA, his resulting decisions and actions will have a negative effect on the GNUR and continued stability in Angola.

CONCLUSION

Both parties still have the military potential to destabilise at least small parts of the country. The remaining mistrust combined with the history of the winner-takes-all attitude of both parties, contribute to the possibility of renewed conflict. The hostilities may not be on the scale of a civil war, but could present as localised clashes and guerilla activities. The fact that real power will still not be concentrated in the GNUR increases the possibility of renewed tension.

Continued international monitoring of and advice to the GNUR will be necessary to ensure reconciliation and cooperation between members of the GNUR. The longer the international community, including the Southern African region, can assist with the survival of a future GNUR, the better the chances for its success.

SECRET

REFERENCE: B/012.97 **MAY 1997**

UGANDA

INTRODUCTION

On a domestic level, the stability Uganda has achieved in recent years, is being undermined by a political dispensation increasingly taking on the character of a de facto one party-state, dissatisfaction within army ranks, continued ethnic and regional divisions, and especially socii-economic problems and rebel activities in the northern regions. Some opposition activists claim that overall political, ethnic and socii-economic tensions have regressed to such an extent that Uganda may be headed back to the pre-1986 struggles and internecine wars.

On a sub-regional level, Uganda has (willingly or unwillingly), been drawn into the ever-growing crisis and complexities of the Great Lakes region. Besides having to counter increasing rebel incursions from particularly Zaire and Sudan, and the overspill effect of the conflicts in those countries, the Ugandan government is, in turn, being accused of direct support (military and otherwise) to anti-government groupings in Zaire and Sudan. The latter allegations are claimed to be part of a clandestine, long term strategy by President MUSEVENI to entrench his politico-ethnic and economic influence both in the Great Lakes region and in an Eastern African context. These accusations pertaining to a hidden agenda are consistently denied by the Ugandan government.

SYNOPSIS OF THE CURRENT SITUATION PERTAINING TO UGANDA

Based on presently available data, the balance sheet on Uganda still reflects the following "negative" and "positive" indicators:

SECRET

INTERNAL SECURITY SITUATION

The situation pertaining to rebel incursions appeared at the beginning of 1997 to be more serious than it has been for a long time, and did not seem to develop in the favour of the Uganda People's Defence Force (UPDF). (The main rebel groupings are the Lord's Resistance Army - LRA - based in southern Sudan and operating in northern Uganda since 1987, the West Nile Bank Front - WNBF - based in southern Sudan/northeastern Zaire and operating in the far northwest of Uganda since 1994/95, and the recently-formed Uganda Allied Democratic Forces - Uganda-ADF - based and operating in the southwestern Uganda/Zaire border areas since November 1996. Various other splinter groups are also involved in periodic clashes with government forces or attacks on government institutions. All the rebel groups have a similar mission of overthrowing the MUSEVENI government for what they claim as its rigging of the 1996 elections and undemocratic tendencies. There has been an increase in violent incidents over the last six months, and thus casualties on both sides).

President MUSEVENI also personally went to northern Uganda for short periods since October 1996 to date, in order to take command of military operations and to address problems in the UPDF. The UPDF is in fact still experiencing serious internal problems - ranging from indiscipline and inefficiency, corruption and ethnic divisions, to a lack of sound command and control measures, and resignations by senior officers.

Currently (May 1997), however, the UPDF's overall military / strategic position seems to have improved somewhat, due to a series of tactical successes of their own as well as the military successes of rebel groups in Zaire (ADFL) and southern Sudan (SPLA) - both of which are pro-MUSEVENI - which negatively affected the anti-MUSEVENI rebel groupings based in that areas. There are also indications that clandestine efforts are underway, both on the part of the Ugandan government and the LRA, to establish direct negotiations in an effort to reach a peaceful, political solution to the conflict.

In geographic terms, the main armed activities are still restricted only to some parts of northern Uganda, while periodic incidents are being reported in the southwest. The greater

part of Uganda appears to be free of any organised armed opposition. Sporadic armed clashes between the UPDF and the various rebel groupings still take place at present; the nature of the conflict is still essentially hit-and-run guerilla warfare; and the rebel groupings themselves appear characterised by internal divisions, leadership struggles and continuously splintering factions.

Despite the ostensible failure to date to stop the insurgency, Uganda government officials and the UPDF maintain that President MUSEVENI's presence in the north has been a motivating factor, that the last six months have been used to identify management/command and other operational problems in the army and that these deficiencies are being addressed.

POLITICAL SITUATION

President Yoweri Kaguta MUSEVENI's political position has been strengthened with his and the ruling National Resistance Movement (NRM)'s landslide victory in the May/June 1996 "no-party" (de facto one-party) presidential and parliamentary elections.

Ugandan opposition leaders continuously accuse the NRM of planning various strategies to hold on to power - whatever the outcome of the scheduled referendum in 1999 on a multi-party system. President MUSEVENI, however, maintains that, given Uganda's history of conflict and ethnic/political divisions, the "movement" political system is the most appropriate. In an interview in January 1997 he reiterated that Uganda "was not yet ready for full democracy."

The succession question is still a factor of concern, and especially the fact that Uganda's apparent political stability hinges on the personal authority and continued control of President MUSEVENI over all aspects of the political process. The prospects for continued stability in the event of MUSEVENI's departure (as there is no obvious second-line leadership and the opposition political parties are mostly led by politicians associated with previous regimes), are still uncertain.

The legal Ugandan opposition parties, with only 20 out of 276 members of parliament, do

not appear to be capable of playing an important role on the political scene. This is not only due to MUSEVENI's governing style, but also because of internal leadership struggles and tensions within and between opposition groupings. The main opposition party, the Uganda People's Congress (UPC), is at this stage completely split in half and this obviously contributes to their marginalisation in the Uganda political scene.

It appears as if opposition activists freely utilise the Ugandan parliament and media to voice their opinions and accusations. President MUSEVENI has warned in 1996 of legal action against especially journalists, whom he accused of exaggerating the scale of the northern insurgency, but so far no widespread clampdown has transpired.

With regard to other possible indicators of domestic instability:

- Localised/limited labour actions did take place over the last six months, and the opposition continuously accuse the government of political dismissals, persecution, harassment and human rights abuses. Poverty and unevenly distributed economic development remain a problem. To date, however, these underlying tensions and problems did not manifest in any significant, widespread public demonstrations or socii-economic and labour unrest.

- Historical differences and tensions between especially northern and southern ethnic groups, and between President MUSEVENI himself and certain sections of other ethnic groups such as the Buganda, remain a threat to Uganda's stability. No significant ethnic tensions or clashes have, however, occurred over the last six months. Especially in a regional context, Uganda's political and ethnic tensions do not at present appear to be of the same extent and intensity as neighbouring Zaire, Burundi or Kenya, for example. As in the case of any other multi-ethnic/religious society, these underlying tensions could, however, increase significantly over a short period.

- Possible attempts by the NRM to secure its political position through further legislative measures, planned adaptations to the different levels of government, especially on local government level, as well as legislation pertaining to inter alia

land distribution and education, could contribute to increased political and ethnic tensions in 1997. The referendum on a future political system is only due in 1999, but initial campaigning and posturing in this regard could already manifest during the coming months.

SOCII-ECONOMIC AND ECONOMIC SITUATION

Uganda, like any other developing country, faces huge economic challenges, particularly related to adjustment, as well as problems that needs urgent attention - ranging from corruption and excessive military spending, to socii-economic disparities (especially between the north and south), poverty and underdevelopment, and health and education deficiencies. Uganda is also heavily dependent on foreign aid.

In general, however, the positive indicators of 1995 continued in 1996, and Uganda remains one of the models of economic rehabilitation. Its economic results are the best in the region: GDP growth dropped from 10% to 8% in 1995/96 but this was still better than expected (given the end of the coffee boom) and the GDP target for 1997 is 7%; inflation has been kept at 7% - despite an increase in the money supply; the government is keeping current with its multilateral debt; total external debt stands at $3.2 billion, but it is possible that Uganda may be forgiven up to 80% of this eventually as it is seen as one of the most likely countries to benefit from debt relief.

EXTERNAL RELATIONS

The USA and UK, as Uganda's main foreign donors/partners, continued their active support of MUSEVENI (whether diplomatically, politically or financially), while maintaining a concurrent policy of "critical dialogue", whereby they continuously pressure MUSEVENI to move towards a multiparty system, and greater accountability.

On a regional level, the outlook remains uncertain due to historical political and ethnic complexities. This situation is exacerbated by unsubstantiated claims to the effect that President MUSEVENI has a definite "regional" and perhaps ethnic ambitions and hidden agendas which could impact on regional security - even in the short term, and that he is

actively supported in this endeavour by the USA, based on the latter's own strategic geopolitical interests.

Uganda's relations with **Zaïrian** authorities deteriorated over the last six months due to Zaïrian accusations that Uganda actively supports the ADFL rebels, and counter-accusations by Uganda that Zaire allowed/allows the Uganda-ADF to operate from its territory.

Relations between Uganda and **Sudan** are also still dominated by accusations and counter-accusations between the two governments as to their respective support for the LRA and the Sudan People's Liberation Army (SPLA). Over the last months, Sudanese government officials have repeatedly accused the UPDF, together with Ethiopia and Eritrea, of assisting the SPLA and other Sudanese opposition forces in their current military offensive in southern and eastern Sudan. These claims are consistently denied by the relevant governments. Uganda, in turn, also accuses Sudan of fomenting Islamic militancy in the region and Uganda in particular. The much-vaunted Iran-mediated agreement between Uganda and Sudan in September 1996, to initiate several rounds of negotiations and eventually sign a formal peace accord, has not materialised as yet, and, given the escalating tensions and conflict in the sub-region, the chances are slim that it will succeed over the short to medium term. During May 1997, however, Presidents AL-BASHIR and MUSEVENI of Uganda met under the chairmanship of President MOI in Kenya and agreed to cease accusations and counter-accusations between their two countries and start a "new chapter of cooperation". The two heads of state also said they appreciated the positive points emerging from the peace accord recently signed between the Sudanese government and a factional leader Dr Riak MACHAR.

To date the Ugandan government maintained that it only lends moral support to both the ADFL and the SPLA. Whatever the case, Uganda's strategic security situation, both to the west and to the north, was significantly strengthened by the military advances of respectively the ADFL and SPLA in recent months.

The following is indicative of the context in which Uganda's role in the region should be viewed:

- MUSEVENI is on record as publicly stating that a degree of Ugandan oversight over some areas beyond its immediate borders (particularly to the west) is necessary to ensure political stability and economic development in terms of the full exploitation of the tourism and agriculture potential and mineral resources of the sub-region. Ugandan government sources maintain that any degree of Ugandan involvement (actual or potential) is purely based on protecting its short to medium term security and economic interests. According to this line of reasoning, instability in eastern Zaire (and southern Sudan) will mean continued support by Zaire (and Sudan) to anti-MUSEVENI rebels operating from that areas, resulting in continued socio-economic and economic degradation.

- In this regard President MUSEVENI's 12-point peace proposal (which was communicated to Rwandan and Zairian government representatives already on 16 November 1996, and which was accepted in principle by the US and French governments during a visit by MUSEVENI in February 1997), could be construed as a manifestation of this stated objective to secure a peace process in especially eastern Zaire to prevent the instability in that region from spreading into Uganda.

- Anti-MUSEVENI activists, however, maintain that this ostensibly progressive, regional approach hides an ulterior, ethnic-based motive on the part of the President, namely to consolidate direct and indirect control over Tutsi-dominated areas in the relevant region. According to this line of reasoning, the case of Rwanda (where Uganda's political ideologies have been transplanted), is now being repeated in eastern Zaire, with southern Sudan, Burundi, and possibly parts of Kenya to follow.

CONCLUSION

Despite the underlying, negative political, ethnic and socii-economic tensions, President MUSEVENI's political position, both in domestic and regional terms, is at present still ostensibly strong, supported in part by continued macro-economic progress. However, the evolving conflicts in Uganda and the immediate sub-region, as well as the myriad allegations pertaining to hidden political and ethnic agendas, justify concern. Given these complexities, even the immediate political, security and socii-economic outlook for Uganda (and the region) will remain essentially unpredictable.

X09517

R POXBT 06-19 00241
icx amt exg

COLOMBIA-PARLAMENTO

SENADO APRUEBA CREACION DEL MINISTERIO DE LA CULTURA

Bogotá, 19 jun (EFE).- El Senado de Colombia ha aprobado hoy la denominada Ley General de la Cultura, que establece entre otras iniciativas, la creación del ministerio de la Cultura.

La nueva cartera, que será la número dieciséis en el Gobierno nacional, absorberá al Instituto Colombiano de Cultura (COLCULTURA) y deberá entrar en funciones en el espacio de un año.

El ministro de Educación, Jaime Niño, dijo a los periodistas que el ministerio de la Cultura dispondrá de un presupuesto de 35.000 millones de pesos (32,27 millones de dólares)

De esa suma, 15.000 millones de pesos (13,83 millones de dólares) serán para gastos de funcionamiento y la otra parte para inversión, explicó Niño.

"No será una carga para el Estado", aseguró el ministro, al subrayar que las partidas presupuestarias de las que dispondrá el ministerio de la Cultura "son los recursos con los cuales trabaja COLCULTURA".

Con esta cartera, que el Gobierno del presidente colombiano, Ernesto Samper, promueve desde 1995, se busca unificar a todas las instituciones culturales de naturaleza estatal.

Algunos sectores políticos e intelectuales se habían opuesto a la creación del nuevo ministerior por considerar que pueda convertirse en un ente burocrático.

El escritor Gabriel García Márquez, Premio Nobel de Literatura de 1982, fue uno de los principales críticos a la creación de esta nueva cartera, que el Senado no aprobó en sus sesiones de hace dos años. EFE

JGH/cgr

06/19/23-20/97

GRAN BRETAÑA

Lineamientos generales del nuevo gobierno británico

El 14MAY97, según lo marca el protocolo victoriano, la Reina ISABEL II anunció en el seno del Parlamento británico el plan de gobierno de la nueva Administración laborista de Tony BLAIR, que incluye entre otros aspectos 26 proyectos de ley que deberán ser analizados para posteriormente ser aprobados en los próximos 18 meses.

Los puntos centrales del discurso fueron los referidos a la educación, al crecimiento económico, al fortalecimiento del Servicio Nacional de Salud, a la situación en IRLANDA DEL NORTE y al rol de GRAN BRETAÑA en el marco de la UE.

Entre los principales aspectos que incluye el programa se destacan:

En el campo de la política interior:

- llamado a un referéndum sobre la autonomía de ESCOCIA y GALES (SET97)

  Al respecto, el nuevo gobierno elaborará una legislación para que sus habitantes aprueben a través del voto la instauración de parlamentos autónomos, haciendo hincapié en que dicha transferencia de competencias no supondrá ninguna disminución de la unidad nacional;
- descentralización del gobierno, a partir de la creación de Consejos Regionales;
- introducción de una ley de protección de datos privados computarizados y llamado a propuestas a fin de formular una ley de libertad de acceso a información oficial;
- incorporación de los principios de la Convención Europea de Derechos Humanos en la legislación británica;
- creación de una Agencia de la Alimentación independiente del Ministerio de Agricultura destinada a defender los derechos del consumidor (esta propuesta responde a las críticas suscitadas por el manejo de la crisis de "la vaca loca");
- modernización de los procedimientos en la Cámara de los Comunes.

En el campo de la política exterior:

- otorgamiento de prioridad a la defensa de los derechos humanos, reingreso al seno de la UNESCO (AGO97), desempeñar un rol activo a favor de la ampliación de la UNION EUROPEA (UE), promover cambios de la Política Agropecuaria Común y de la política de pesca;
- apoyo a la ampliación de la OTAN con participación de RUSIA, mantenimiento del potencial nuclear pero con el compromiso de reducir las armas de destrucción masiva;
- cooperación con el gobierno irlandés en la búsqueda de la paz en IRLANDA DEL NORTE, y apoyo a los esfuerzos de paz en BOSNIA, CHIPRE y MEDIO ORIENTE;
- favorecer el traspaso exitoso de HONG KONG a CHINA.

LINEAMIENTOS GRALES DEL NUEVO GDO BRITANICO

11161

GRAN BRETAÑA

Lineamientos generales del nuevo gobierno británico

El 14MAY97, según lo marca el protocolo victoriano, la Reina ISABEL II anunció en el seno del Parlamento británico el plan de gobierno de la nueva Administración laborista de Tony BLAIR, que incluye entre otros aspectos 26 proyectos de ley que deberán ser analizados para posteriormente ser aprobados en los próximos 18 meses.

Los puntos centrales del discurso fueron los referidos a la educación, al crecimiento económico, al fortalecimiento del Servicio Nacional de Salud, a la situación en IRLANDA DEL NORTE y al rol de GRAN BRETAÑA en el marco de la UE.

Entre los principales aspectos que incluye el programa se destacan:

En el campo de la política interior:

- llamado a un referéndum sobre la autonomía de ESCOCIA y GALES (SET97)

  Al respecto, el nuevo gobierno elaborará una legislación para que sus habitantes aprueben a través del voto la instauración de parlamentos autónomos, haciendo hincapié en que dicha transferencia de competencias no supondrá ninguna disminución de la unidad nacional;
- descentralización del gobierno, a partir de la creación de Consejos Regionales;
- introducción de una ley de protección de datos privados computarizados y llamado a propuestas a fin de formular una ley de libertad de acceso a información oficial;
- incorporación de los principios de la Convención Europea de Derechos Humanos en la legislación británica;
- creación de una Agencia de la Alimentación independiente del Ministerio de Agricultura destinada a defender los derechos del consumidor (esta propuesta responde a las críticas suscitadas por el manejo de la crisis de "la vaca loca");
- modernización de los procedimientos en la Cámara de los Comunes.

En el campo de la política exterior:

- otorgamiento de prioridad a la defensa de los derechos humanos, reingreso al seno de la UNESCO (AGO97), desempeñar un rol activo a favor de la ampliación de la UNION EUROPEA (UE), promover cambios de la Política Agropecuaria Común y de la política de pesca;
- apoyo a la ampliación de la OTAN con participación de RUSIA, mantenimiento del potencial nuclear pero con el compromiso de reducir las armas de destrucción masiva;
- cooperación con el gobierno irlandés en la búsqueda de la paz en IRLANDA DEL NORTE, y apoyo a los esfuerzos de paz en BOSNIA, CHIPRE y MEDIO ORIENTE;
- favorecer el traspaso exitoso de HONG KONG a CHINA.

9708857

El Ministro de Relaciones Exteriores, Robin COOK, enfatizó que la absoluta prioridad en política exterior para los próximos doce meses será la presidencia de la UE, la ampliación de la OTAN, la transferencia en paz de la colonia de HONG KONG a CHINA y la preservación de su libertad, para luego incentivar un diálogo profundo entre ASIA y EUROPA y desarrollar una relación más intensa con los países emergentes -única referencia a AMERICA LATINA-.

Debe destacarse que, GRAN BRETAÑA manifestó que durante la presidencia de la UE -prevista para el primer semestre de 1998- intentará incentivar la ampliación del bloque, en especial con la inclusión de países del este europeo a la vez que promoverá la protección global del medio ambiente.

Del mismo modo, y como primer gesto de acercamiento a EUROPA y a los sindicatos británicos, el 05MAY97, el Canciller británico anunció que GRAN BRETAÑA firmaría la Carta Social Europea que hasta ahora había sido rechazada por los conservadores y que pretende mejorar los derechos y la calidad de vida de los trabajadores.

En el campo social:

- reforma del sistema educativo, lo que incluye: reducción del número de niños por clase en las escuelas públicas primarias. Capacitación de maestros, elevación de los estándares de excelencia y creación de "clubes de deberes escolares";
- construcción de viviendas sociales y reparación de las existentes con fondos locales;
- promulgación de una ley sobre crimen y desorden, que acelere las condenas de los criminales juveniles dando a las cortes más poderes y reducción de la edad mínima de responsabilidad penal (entre los 10 y 13 años);
- prohibición a la tenencia de todo tipo de arma de fuego;
- prohibición total a la publicidad que promueva el consumo de tabaco;
- abolición de la "competencia interna" en el sistema nacional de salud.

La educación se constituye en el eje central y "primera prioridad" del programa de gobierno. En este sentido, las autoridades gubernamentales estiman que debe mejorar el nivel de las escuelas, colegios secundarios y universidades, impulsando el aprendizaje en los lugares de trabajo, reduciendo las clases a menos de 30 alumnos y modificando las políticas de admisión. También se prevé la reformulación de los métodos de perfeccionamiento docente y la forma en que se otorgarán los créditos a los estudiantes.

En el campo económico

- introducción del salario mínimo nacional;
- Autonomía plena del BANCO DE INGLATERRA;
- sanción de una ley de finanzas que otorgue marco al otorgamiento de fondos para la creación de empleos;
- aplicación de sanciones a las grandes firmas que tardan en pagar sus deudas;
- incremento del impuesto a las ganancias a aquellas empresas de servicios privatizadas que obtengan réditos excesivos;

* derivación de los fondos recaudados por la lotería a las áreas de salud y educación y traspaso de la misma, cuando finalice la actual concesión, a un organismo sin fines de lucro.

La autonomía plena otorgada al BANCO DE INGLATERRA se constituyó en la primera medida económica adoptada por la Administración BLAIR. De este modo, la institución financiera podrá ejercer un control de la inflación y disponer el nivel de las tasas de interés al igual que ocurre en EEUU, ALEMANIA y JAPON.

No obstante ello, debe destacarse que el Ministro de Finanzas, Gordon BROWN, mantendrá una marcada influencia política en el comité de nueve miembros que fijará las tasas de interés, reteniendo así su derecho a emitir instrucciones.

En el campo ético

* prohibición a los partidos políticos de recibir donaciones del extranjero y exigencia de declarar el origen de todo ingreso superior a los U$S 8.000.

Asimismo, existen otros aspectos que a pesar de no haber sido mencionados específicamente en el discurso, serán incluidos por el gobierno laborista en las nuevas leyes:

* enmienda a la ley inmigratoria a fin de imponer mayores obstáculos al ingreso de demandantes de asilo;
* ratificación del Tratado de Prohibición de Tests Nucleares;
* aplicación de mayores tarifas a los teléfonos móviles.

Apreciación

El plan de gobierno anunciado por la Reina ISABEL II incluyó los principales ítems contenidos en la plataforma electoral laborista. Es así como, contando con una mayoría absoluta en el Parlamento y con la determinación que le permitió modificar a su partido, el Premier Tony BLAIR, espera la aprobación de las leyes que posibiliten la concreción del revolucionario plan de gobierno, el que se caracteriza por su pragmatismo y un contenido de carácter social pocas veces abordado por los sucesivos gobiernos británicos.

En este sentido, es probable que surjan algunas dificultades a lo largo de su tratamiento parlamentario, no sólo por el accionar de la oposición sino también de los miembros más conservadores de su propio partido.

En otro orden de cosas, las intenciones del nuevo gobierno laborista respecto del otorgamiento de autonomía a ESCOCIA y GALES, la creación de organismos regionales de desarrollo y la oportunidad concedida a los londinenses para elegir a su propio Alcalde, ponen de manifiesto una marcada tendencia hacia la descentralización. Proceso que acarrearía un cambio radical en el sistema político inglés.

En lo que respecta a los lineamientos en política exterior, si bien los laboristas se han definido decididamente "pro-europeos" y en consecuencia han elaborado estrategias que impulsen la concreción de etapas hasta hoy postergadas, la posibilidad de adherir a la moneda única en 1999 sería aún remota, pues la realización de un referéndum al respecto, haría más factible su acceso en el 2002, año en el que está estipulada la aparición de las primeras monedas y papel moneda de la UE.

No obstante ello, la firma del Capítulo Social del Tratado de MAASTRICHT y la reforma del Banco de INGLATERRA se constituirían en una señal positiva de la nueva Administración hacia la integración europea, haciendo cada vez más factible dicha posibilidad.

Cabe destacar que si bien BLAIR cuenta con una mayoría absoluta en el Parlamento, como se señaló previamente, aún resta esperar la manera en que evolucionarán las propuestas citadas, especialmente en el seno del propio PARTIDO LABORISTA donde cohabitan las antiguas ideologías de izquierda con las que ayudaron a conformar el nuevo esquema partidario.

En este sentido, el Premier se deberá enfrentar en los próximos meses a un escenario en que se configuren las expectativas generadas en un segmento de su partido y en los electores británicos que decidieron votar por un cambio -y ahora esperan que sea llevado a cabo-, y la "no innovación radical" pretendida por los sectores más moderados del laborismo que en un principio pretenderían "mantener", en cierta medida, la política de la saliente Administración a fin de no provocar mayores preocupaciones en los mercados financieros y a los inversionistas extranjeros.

IRAN

Victoria electoral de MOHAMED KHATAMI

Contrariando las estimaciones previas sobre el resultado de las elecciones presidenciales en IRAN, resultó vencedor Mohamed KHATAMI (Anexo Nro.1), con una amplia mayoría -20,9 millones (68%) sobre 30 millones de votantes-.

KHATAMI, considerado uno de los políticos moderados más liberales -tomando en cuenta los parámetros iraníes-, captó los votos de los jóvenes, los intelectuales, las mujeres -a quienes aseguró su participación en el próximo Gabinete- y la fracción de los bazaaris -viejas e influyentes familias dedicadas a actividades comerciales- que apoyan el libre mercado. Cabe aclarar que el otro sector de los bazaaris está compuesto por la nueva burguesía post-revolucionaria que se ha enriquecido con el aislacionismo y el proteccionismo del país, a partir del manejo de fondos originados por las actividades monopólicas del Estado, en especial la explotación de petróleo y gas.

Su victoria tuvo repercusiones en el ámbito interno:

- El líder espiritual Alí KHAMENEI, quien durante la campaña apoyó (aunque no en forma abierta) la candidatura de Nathek NURI (Presidente del Parlamento e ideológicamente más cercano a él) aceptó el resultado al tiempo que manifestó que no debía significar apartarse de los principios revolucionarios.
- Faiza RAFSANYANI, hija del Presidente saliente, principal opositora de NURI en el Parlamento y una de las impulsoras de reformas en la dirección política iraní, también ha dado señales de aprobación a los resultados de los comicios y ha insistido en la necesidad de una mayor participación de la mujer en la vida política del país.
- El Presidente saliente RAFSANYANI, por su parte, señaló que los líderes religiosos deberán tener en cuenta la voluntad popular, plasmada en el resultado de los comicios y agregó "que cooperará en algunas cuestiones con el nuevo gobierno".

Los parlamentarios, en su mayoría -200 de los 270 diputados que componen el Parlamento-, durante la primera sesión luego de las elecciones enviaron un mensaje a KHATAMI garantizándole toda su cooperación. No obstante, los legisladores exteriorizaron su certeza de que el nuevo Presidente no se apartará de los lineamientos establecidos por el Imán KHOMEINI (Anexo Nro.2). Vale recordar que durante la campaña electoral 200 diputados apoyaron a NURI, en tanto que sólo 70 al Presidente electo.

Por último, KHATAMI, con posterioridad a las manifestaciones del Parlamento se comprometió a mantener el rumbo político impulsado por KHOMEINI tanto en el orden interno como en el externo.

Apreciación

El triunfo de Mohammed KHATAMI reflejaría que a pesar de la fuerte acción propagandística efectuada por el poder constituido en IRAN, durante los años de la Revolución, el electorado iraní continúa evidenciando su deseo de apartarse de una interpretación rígida del Islam que lleve a la opresión y/o coerción.

En este contexto, analizando el espectro de los votantes -jóvenes, intelectuales, mujeres- se podría afirmar que este segmento de la población habría pretendido cuestionar, a través de "un voto castigo", la rigidez social del sistema.

El saliente RAFSANYANI continuará detentando una importante cuota de poder, fundamentalmente por ocupar la Presidencia del Consejo de Consulta (compuesto por ulemas). En dicho Consejo, que juega un rol determinante en el proceso de toma de decisiones más importantes, RAFSANYANI estará respaldado por varios funcionarios de su gobierno saliente: el Primer Vicepresidente HABIBI; el hermano de RAFSANYANI, Mohammad Hashemi, asistente del Vicepresidente; el Gobernador del Banco Central NOURBAKHSH y el Ministro de Petróleo AGAZADEH.

Con respecto a su futura acción de gobierno, se estima poco probable que el nuevo Presidente se aparte de los principios revolucionarios y de la apertura iniciada por su antecesor.

No obstante, el rotundo triunfo de KHATAMI se asienta en una debilidad: su victoria la ha logrado en base al respaldo que le han otorgado elementos políticos dispares, los mismos que al producirse la Revolución de 1979 se coaligaron para derrocar al régimen y que una vez logrado el objetivo no pudieron mantener una unidad política.

En efecto, algunos de los sectores que apoyaron a KHATAMI son tradicionalmente antagónicos y es posible que una vez asumida la presidencia tenga que contemporizar entre ellos o bien optar por alguno ante situaciones que eventualmente se presenten como fuente de conflicto.

Otra hipótesis a tener en cuenta sería la probable anulación o neutralización paulatina de la figura de KHAMENEI, hecho que podría afectar la esencia misma de la institución que representa el líder espiritual. De concretarse esta hipótesis se produciría una de las consecuencias más importantes de este proceso eleccionario: que se modifique la relación de fuerzas entre el poder espiritual y el político, sin apartarse de los principios esenciales de la Revolución.

Anexo 1

Muhammad KHATAMI

Antecedentes biográficos

Político iraní de tendencia moderada. Pertenece al entorno de RAFSANJANI junto a otras personalidades tales como el Director del Banco Central, NURBAKCH, y el Alcalde de TEHERAN, KARBASTCHI.

Hijo de un Ayatollah de la ciudad de YAZD, cursó estudios de teología en las ciudades de ISFAHAN y QUOM. Posteriormente se graduó en filosofía y educación en la Escuela Teológica de esta última localidad y posee una Maestría en Artes y Ciencias de la Educación de la Universidad de TEHERAN.

Tiene 54 años de edad y posee el título religioso de HODYATLISLAM. Es un descendiente directo del Profeta MAHOMA, hecho que acrecienta su prestigio religioso. Hace uso de un turbante negro que acredita la comprobada filiación con el Profeta.

Durante las décadas del '60 y '70 realizó campañas propagandísticas en contra del SHA Reza PAHLEVI, hecho que propició su acercamiento al desaparecido Ayatollah KHOMEINI a quien le escribió algunos de sus discursos.

En 1977 fue nombrado director del Centro Islámico de HAMBURGO (ALEMANIA) e Imám de la mezquita de la misma ciudad.

Luego de la caída del SHA regresó a IRAN y resultó electo diputado por ARDAKAN y MEIBOUD (MADSCHLIS). Poco tiempo después, KHOMEINI le encargó en forma adicional la dirección de varios periódicos oficialistas.

Fue miembro del grupo clerical alineado con los sectores radicales que en 1979 tomaron la Embajada de ESTADOS UNIDOS en TEHERAN, manteniendo como rehenes a sus diplomáticos por 444 días.

Desde 1982 hasta 1992 se desempeñó como Ministro de Cultura, cargo del que fue relevado como consecuencia de las fuertes críticas recibidas desde círculos conservadores, que lo catalogaron de "débil e indulgente" por permitir la circulación de libros, revistas y películas que consideraban de dudosa moral o subversivas. Otros clérigos lo acusaron de permitir el avance de la influencia cultural de EUROPA y ESTADOS UNIDOS.

Asimismo, fue severamente cuestionado por respaldar al Director cinematográfico, Mohsen MAKHAMALBAF, quien dirigió películas tales como "Nights of ZAYANDEROOD" y "Time of love" cuyos argumentos mostraban situaciones de adulterio y suicidio.

Luego de 1992 se retiró del escenario político, por un prolongado período de tiempo, para desempeñarse como Director de la Biblioteca Nacional.

Durante la campaña preelectoral se destacó por su apoyo a las minorías étnicas. En este sentido, durante las giras que efectuó por el interior del país, donde habitan estos grupos, se comprometió a aplicar el art. 15 de la Constitución que garantiza los derechos para las minorías. Por tal motivo, habría recibido el apoyo de las comunidades cristianas y zoroastrianas.

Es un defensor de la economía de libre mercado.

KHATAMI es definido entre sus amistades como una persona amable, tolerante, con un gran sentido del humor, y una buena disposición al diálogo. Su interpretación del ISLAM podría sindicarse como "pacífica". Posee conocimientos de idioma alemán, inglés y árabe. Es un excelente jugador de tenis. Está casado y tiene tres hijos.

En la actualidad, mantendría cordiales relaciones con representantes de la prensa y personalidades del ámbito artístico y literario.

Finalmente se prevé que durante la gestión de gobierno que iniciará en AGO97, KHATAMI, deberá enfrentar, en el ámbito económico, graves problemas tales como la desocupación, la caída de los salarios, la alta inflación y el incremento de la deuda externa. En el ámbito político deberá ejercer su mandato en un contexto caracterizado por la existencia de varios grupos de poder cuyos objetivos confusos e imprecisos provocarán conflictos toda vez que se imponga la toma de decisiones.

KHATAMI es definido entre sus amistades como una persona amable, tolerante, con un gran sentido del humor, y una buena disposición al diálogo. Su interpretación del ISLAM podría sindicarse como "pacífica". Posee conocimientos de idioma alemán, inglés y árabe. Es un excelente jugador de tenis. Está casado y tiene tres hijos.

En la actualidad, mantendría cordiales relaciones con representantes de la prensa y personalidades del ámbito artístico y literario.

Finalmente se prevé que durante la gestión de gobierno que iniciará en AGO97, KHATAMI, deberá enfrentar, en el ámbito económico, graves problemas tales como la desocupación, la caída de los salarios, la alta inflación y el incremento de la deuda externa. En el ámbito político deberá ejercer su mandato en un contexto caracterizado por la existencia de varios grupos de poder cuyos objetivos confusos e imprecisos provocarán conflictos toda vez que se imponga la toma de decisiones.

Anexo 2

Plataforma política y conceptos fundamentales vertidos por KHATAMI durante su campaña electoral

1- Crear los fundamentos necesarios para la valoración del pensamiento islámico, de la espiritualidad y de la ética mahometana.

2- Utilizar estos principios como base para la vida individual y social. Para el cumplimiento de este objetivo la dirigencia del Gobierno deberá realizar cursos en Seminarios.

3- Crear las condiciones para el desarrollo de los hombres y mujeres en todos los campos.

4- Dar igualdad de oportunidades y garantías a todos los ciudadanos.

5- Dar a todos los ciudadanos por medio de la legislación pertinente, la posibilidad de un uso igualitario de los recursos de la comunidad.

6- Luchar contra la discriminación.

7- Erradicar la pobreza y posibilitar las condiciones de vida dignas para todos los individuos, sobre todo para los sectores discriminados y oprimidos.

8- Crear las condiciones para el afianzamiento de las libertades legítimas: libertad de expresión oral y escrita; libertad de reunión; libertad de asociaciones civiles; respeto por las distintas opiniones y tendencias; fortalecimiento de la crítica cultural; exigencia de reglas éticas en los diálogos y debates tratando de evitar la arrogancia; impedir la violación de los derechos y libertades.

9- Proteger la independencia e integridad territoriales y fortalecer la capacidad de defensa del país.

10- Fortalecer la identidad iraní sobre la base de los valores islámicos y humanitarios.

11- Promover la aplicación del derecho y la seguridad social.

12- Respetar las distintas tendencias y defender los derechos de las minorías.

13- Racionalizar el uso de los recursos naturales.

14- Proteger los derechos de los ciudadanos iraníes en cualquier lugar del mundo.

15- Defender los derechos de los musulmanes y sobre todo del oprimido pueblo palestino.

16- Establecer que el gobierno es servidor y no señor del pueblo y que debe cuidar de la nación iraní en todos sus aspectos.

01-02

COLOMBIA MINISTRO
NO SE POSESIONO MINISTRO DESIGNADO Y PRESIDENTE NOMBRO NUEVO

[illegible] (EFE). - El designado ministro de Transporte de Colombia desde el 22 de mayo, Hernando Monroy Valencia, declinó posesionarse ante el presidente colombiano, Ernesto Samper, y éste nombró hoy al ingeniero José Enrique Rizo Pombo, que asumirá el cargo la semana próxima.

Monroy, nombrado para reemplazar al dimitente Carlos Hernán López, suspendido el 18 de mayo e investigado por la Procuraduría General por presunta participación en política, no asumió el cargo por supuesta inhabilitación para ejercerlo.

El designado ministro, ingeniero experto en vías, es socio de empresas que tuvieron contratos de obras públicas con el Ministerio de Transporte y con su filial Instituto Nacional de Vías (INVIAS), obstáculos que pueden superarse legalmente, le impidieron asumir el ministerio.

"Creo entender que ante la opinión pública la sola solución jurídica no es suficiente para que se comprenda y acepte que ha existido la desvinculación real y por el tiempo necesario" de las empresas objeto de la contratación, dijo Monroy a Samper en la carta donde declina el cargo, suscrita el 29 de mayo.

Monroy recalcó que a su juicio las inhabilitaciones no existen, pero que no podría dedicar la mitad de su tiempo como ministro en defenderse de las acusaciones que afloraron desde su nombramiento.

El Presidente lamentó hoy la decisión de Monroy, y nombró como nuevo titular de la cartera al ingeniero civil y ex alcalde de Cartagena José Enrique Rizo, del ala colaboracionista del partido conservador (opuesto al liberal, gobernante).

De 67 años, Rizo aceptó el nombramiento y será el tercer ministro de Transporte del cuatrienio de Samper, que comenzó su mandato el 7 de agosto de 1994.

El primero de ellos, Juan Gómez, dejó el gabinete cuando estalló una crisis política que retiró del poder a sectores conservadores de oposición, a uno de los cuales pertenecía.

El segundo, Carlos Hernán López afronta actualmente una investigación de la Procuraduría General por participación en política y uso de bienes estatales para desarrollar esa actividad partidista.

De López, que a comienzos de mayo salió airoso de una iniciativa de moción de censura promovida por sectores parlamentarios conservadores de oposición, la Procuraduría halló méritos para investigarlo (y suspenderlo por tres meses) por acompañar a las congresistas Carlina Rodríguez e Isabel Celis a actos aparentemente políticos y en un helicóptero del ministerio.

Las visitas fueron a Choachí (centro del país) el 28 de septiembre de 1996 y a Ocaña [illegible], cerca a los límites con Venezuela, el 7 [illegible] 10 de marzo de este año.

Por un viaje en el mismo helicóptero de las congresistas Rodríguez y Celis el 20 de abril, fue destituido el entonces viceministro de Transporte [illegible] Alberto Galvis.

Desde la renuncia de López tras su suspensión ocupa [illegible] el ministerio de Transporte el titular de la cartera de Desarrollo, Orlando [illegible]. EFE

[illegible]

[illegible]

2-2

1?? a?g mur

COLOMBIA-MEDIO AMBIENTE
BM OTORGA CREDITO 200 MILLONES PARA PROGRAMAS AMBIENTALES

Bogotá, 21 jun (EFE).- El Banco Mundial (BM) ha aprobado la concesion de un crédito de 200 millones de dólares al Gobierno colombiano para la ejecución de varios programas medioambientales, ha informado hoy el ministro de Medio Ambiente, Eduardo Verano de la Rosa.

El titular de Medio Ambiente viajará la semana próxima a Washington para firmar los pliegos de compromisos con la entidad de crédito multilateral, dijo a la emisora Cadena Radial Colombiana (Caracol).

Verano de la Rosa, que destacó que este es uno de los mayores empréstitos otorgados en los últimos años por el BM, indicó que el dinero será destinado a programas de protección de las costas colombianas, las cordilleras andinas y la región de los Llanos Orientales.

El Gobierno de Colombia ha solicitado a la misma entidad otro préstamo de 400 millones de dólares con el que se pretende cumplir la segunda etapa de los programas. EFE

ifs/cgr

06/22/02-17/97

DOCUMENTO 9708860
TEMA Colombia. BM. OTORGA CRED. PARA PROG. AMB. Y REITERA AL PAIS DE LISTADO ALTO RIESGO.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 21/6/97
VINCULACIONES 11921.
65592.
11164.
11161.
11412.
BM.

9708860

01- 02

[illegible]

[illegible]

[illegible]

COLOMBIA-BM

BANCO MUNDIAL RETIRA AL PAIS DE LISTADO DE ALTO RIESGO

Bogotá, 19 jun (EFE).- El Banco Mundial (BM) retiró a Colombia de su listado de naciones de alto riesgo, decisión que le representará al país unos [illegible],74 millones de dólares más en empréstitos de esa entidad multilateral, anunció hoy la directora del Departamento de Planeación Nacional (DPN), Cecilia López.

López explicó en Bogotá que el BM concluyó que Colombia debía ser manejado de [illegible], [illegible] que, dijo, se ha [illegible] en las pasadas horas.

"Es un gran [illegible] que se le hace al país", declaró a los periodistas, tras señalar que la salida de la relación de alto riesgo le permitirá a Colombia optar a mayores recursos de la entidad multilateral de crédito.

En un [illegible] fue calculado por la directora del DPN el incremento en el flujo de empréstitos del BM hacia Colombia.

Esa [illegible] 3.000 millones de pesos (unos [illegible],74 millones de dólares), agregó la funcionaria.

Los recursos adicionales, dijo Cecilia López, tendrán como destino proyectos de [illegible] urbanos. EFE

[illegible]

[illegible]

SIN FESTEJOS EN EL PIÑEYRO DEL CAMPO

Por resolución de la asamblea de trabajadores del Piñeyro del Campo, ayer no se realizó el tradicional festejo del «Día del Abuelo», al no ser posible el ingreso de los habituales grupos de escolares que se hacen presente en el local de la calle Larravide, como así tampoco se permitió la entrada de personas con donaciones para los internados.

De acuerdo a lo [illegible]sado a Últimas Noticias por Julia Cab[illegible], integrante de la comisión interna, «la decisión la tomamos debido a la situación conflictiva y los propios ancianos la comprendieron, ya que cuando estamos cumpliendo tareas mediante guardias gremiales, ellos saben que debemos esforzarnos al máximo para que tengan la mejor atención posible».

Agregó nuestra entrevistada que «debemos dejar bien en claro que es[illegible] no quiere decir que [illegible] sus[illegible] [illegible]a, pe[illegible] [illegible]s, por lo [illegible] hasta el 30 de ju[illegible] fecha fijada como tope para adoptar una decisión final por parte de la totalidad del gremio de Salud Pública».

Hizo hincapié en que «no es conveniente que ingrese gente ajena a la habitual que viene a visitar a los ancianos, ya que en un día tan especial se le entrega a los internados diversos regalos, entre ellos comestibles, lo que debido a la situación, no pueden controlarse, todo esto teniendo en cuenta que los ancianos deben adecuarse a una determinada dieta.

POSTERGACION Y NO SUSPENSION

La representante de la gremial subrayó que «esto no debe interpretarse como una suspensión sino que es una postergación, porque una vez que se solucione el conflicto, los internados podrán realizar este tradicional festejo del Día del Abuelo».

No obstante dejó bien en claro la delegada sindical que «se podría haber dejado las donaciones en la Dirección, pero también eso pudo haber resultado riesgoso, fundamentalmente por los comestibles».

ENTREGA A LOS PROPIOS INTERNADOS

En cuanto a la posición oficial acerca de este tema, voceros del MSP informaron a Últimas Noticias que «en casos puntuales como el de ayer, el Ministerio no puede recibir las donaciones fuera del lugar habitual».

A su vez agregaron que «lo ideal es que el donante efectúe la entrega a los propios internados, ya que es lógico que antes pueda observar las necesidades de cada uno de ellos».

FROM : ARMADA URUGUAY OFICINA ENLACE PHONE NO. : 96 57 28 Aug. 13 1997 10:54AM P01

Copia Nro. de Ejemplares.
Pagina de Paginas.

RESERVADO

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA

SEGUNDA DIVISON

R E S U M E N D E I N F O R M A C I O N Nro. 051/97.-

AGENCIA: E M I N T

FECHA: 11 - AGOSTO - 97.-

REFERENCIA: PED. DE INF. 061-062 y 063/A/97.-

ORIGEN: D.G.I.D..-

AREA /PAIS: R. O. DEL URUGUAY.-

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO.-

DISTRIBUCION: D.G.I.D. - ARCHIVO.-

ANEXOS: NEGATIVO.-

TEXTO: Referente a lo solicitado, adjunto se remite informacion.-

ESTADO MAYOR GENERAL DE LA ARMADA · 2da. DIVISION · República O. del Uruguay

Capitan de Navio (CG)
Jose L. MARTINEZ LANZANI
Jefe de la Segunda
Division del EMGA

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 18/09/97
Nº de Identificación 9708867/S6

RESERVADO

9708867
19 AGO. 1997

.001 1/2

REFERENTE A: SCIGLIANO, Teresita.-
REGISTRAMOS: SCIGLIANO GONZALEZ, Teresita Ema.-

C.I. Nro. 909.982-0.-

01/XI/974: ALTA en la Armada Nacional.-
31/I/975 : BAJA por: "PASAR A OCUPAR OTRO PUESTO EN LA ADMINISTRACION PUBLICA".-

LAS DEMAS PERSONAS SOLICITADAS NO REGISTRAN

ANOTACIONES.-

9708867

.002/2

LUSA NOTÍCIAS

18 AGO 97 - 09:12

Angola: Conselho de Segurança analisa relatório de Kofi Annan

Nações Unidas, Nova Iorque, 18 Ago (Lusa) - O Conselho de Segurança da ONU reúne-se hoje em Nova Iorque para analisar o relatório do secretário-geral, Kofi Annan, sobre a situação em Angola.

Annan afirma, no seu relatório divulgado sexta-feira, que o processo de paz angolano enfrenta a situação mais precária desde a assinatura do Protocolo de Lusaca e propõe a suspensão da retirada das tropas das Nações Unidas de Angola.

O secretário-geral responsabiliza principalmente a UNITA, de Jonas Savimbi, "pelas persistentes tensões em todo o país" e alerta o governo para o perigo de uma maior deterioração da situação militar.

Em sua opinião, as duas partes "têm grande responsabilidade pelo futuro do processo de paz e devem abster-se de qualquer acto que possa conduzir ao reatamento da luta".

Para o responsável máximo da ONU, "a completa desmilitarização da UNITA, a restauração da administração estatal em todo o país, a transformação da Rádio Vorgan (da UNITA) num meio de comunicação imparcial e a transformação real da UNITA num partido político são imperativos para a realização do processo de paz".

Annan advertiu que a comunidade internacional espera que a UNITA cumpra aquelas obrigações fundamentais e que "as concessões mediatizadas e à última hora antes das deliberações do conselho de segurança (que ameaçou aplicar novas sanções contra o movimento de Savimbi) já não são aceitáveis".

Uma reunião adequadamente preparada entre o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, "pode contribuir significativamente - considera Annan - para melhorar o clima político no país e facilitar a conclusão com êxito do processo de paz".

Depois de discutirem o relatório do secretário-geral, os 15 membros do Conselho devem reunir-se formalmente no final da semana para tomar uma decisão, que poderá consistir numa última oportunidade para a UNITA, antes da imposição de novas sanções.

Lusa/fim

Doc. con partes poco leg.

N° DOCUMENTO 9708869
TITULO ANGOLA
PROCEDENCIA 507710
FECHA DE PROCEDENCIA 180897
VINCULACIONES 11836 11165
50490 11612
50886 65605
94336 504663
507677 66813 01-22
65890

9708869

ANGOP
15 agosto

SG DA ONU FAVORAVEL A CIMEIRA DOS SANTOS/SAVIMBI

HELSINQUIA. 15/8 (ANGOP) - O SECRETARIO-GERAL DA ONU, KOFI ANNAN, DECLAROU HOJE, EM HELSINQUIA (FINLANDIA), QUE ESTA A ENVIDAR ESFORCOS PARA PROMOVER UM NOVO ENCONTRO ENTRE O PRESIDENTE ANGOLANO, JOSE EDUARDO DOS SANTOS, E O LIDER DA UNITA, JONAS SAVIMBI.

KOFI ANNAN, QUE NAO ADIANTOU MAIS PORMENORES A VOLTA DO ASSUNTO, TECEU ESTAS CONSIDERACOES DURANTE UMA CONFERENCIA DE IMPRENSA NA CAPITAL FINLANDESA, ONDE SE ENCONTRA EM VISITA DE TRABALHO.

NO PASSADO MES DE JULHO, O CHEFE DE ESTADO ANGOLANO MANIFESTOU-SE DISPONIVEL PARA UM TAL ENCONTRO, NA CONDICAO DE QUE O MESMO TENHA LUGAR EM TERRITORIO NACIONAL -- PREFERIVELMENTE NA CAPITAL - E DISCUTA ASSUNTOS DE INTERESSE NACIONAL, COM "SERIEDADE E PONDERACAO".

"ENCONTRO SIM, MAS NAO PARA TRATAR DE ASSUNTOS QUE ESTAO SUFICIENTEMENTE RESOLVIDOS PELO PROTOCOLO DE LUSAKA", DISSE, NA ALTURA, REAGINDO AOS INCUMPRIMENTOS DE VARIOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO LIDER DA UNITA, EM ENCONTROS ANTERIORES, TODOS REALIZADOS NO ESTRANGEIRO.

JOSE EDUARDO DOS SANTOS PONTUALIZOU, NA MESMA OCASIAO, QUE "OS ENCONTROS, REALIZADOS ATE AQUI, NAO PRODUZIRAM NADA. ISTO E, AS SUAS CONCLUSOES TORN[illegible]AM-SE LETRA MORTA, PORQUE A UNITA NAO RESPE[illegible]OU ABSOLUTAMENTE NADA DO QUE ASSUMIU COMO COMPROMISSO NESSE SENTIDO".

9708869

NESTE SENTIDO, FRISOU QUE NAO SE PREDISPUNHA A DISCUTIR, NUM EVENTUAL NOVO ENCONTRO COM JONAS SAVIMBI, ASSUNTOS TRATADOS NO AMBITO DO PROTOCOLO DE LUSAKA E CUJA EXECUCAO COMPETE AO GOVERNO E A UNITA.

O DESEJO DE UMA NOVA CIMEIRA A ESTE NIVEL VEM SENDO MANIFESTADO PELO LIDER DO "GALO NEGRO", AO QUE SE SUPOE, PARA TRATAR DE QUESTOES QUE, ALEGADAMENTE, IMPEDEM O CURSO NORMAL DO PROCESSO DE PAZ ANGOLANO MAS QUE SE SABE ESTAO INSCRITAS NO AMBITO DO PROTOCOLO DE LUSAKA.

NUMA CORRIDA CONTRA O TEMPO, DESTINADA A EVITAR AS SANCOES QUE O CONSELHO DE SUGURANCA DA ONU SE PREDISPOE APLICAR-LHE, PELOS INCUMPRIMENTOS DAS SUAS OBRIGACOES, A UNITA AVANCOU ESTA SEMANA UM "PACOTE" DE PROPOSTAS, QUE A MEDIACAO DA ONU E OS OBSERVADORES CONSIDERAM "NAO SATISFATORIAS".

DURANTE A SUA CONFERENCIA DE IMPRENSA, KOFI ANNAN CONSIDEROU SER AINDA "MUITO CEDO" PARA SE PRONUNCIAR SOBRE ESSAS PROPOSTAS, LEMBRANDO, NO ENTANTO, QUE O CONSELHO ESTA, SERIAMENTE, A ENCARAR A EVENTUALIDADE DE SANCIONAR A ORGANIZACAO DE JONAS SAVIMBI.

O CONSELHO DE SEGURANCA DA ONU VAI AVALIAR, NA PROXIMA SEMANA, O ESTADO ACTUAL DO PROCESSO DE PAZ ANGOLANO, TENDO COMO BASE A SUA RESOLUCAO 1118, DE 30 DE JUNHO ULTIMO, QUE ESTABELECE UM CONJUNTO DE EXIGENCIAS QUE A UNITA DEVE EXECUTAR, NO AMBITO DA APLICACAO DO PROTOCOLO DE LUSAKA.

PRESIDENTE DA REPUBLICA RECEBE MENSAGEM DE HOMOLOGO CONGOLES

LUANDA 15/8 (ANGOP) - O PRESIDENTE ANGOLANO, JOSE EDUARDO DOS SANTOS, RECEBEU HOJE UMA MENSAGEM DO SEU HOMOLOGO CONGOLES, PASCAL LISSOUBA, QUE ABORDA OS ULTIMOS DESENVOLVIMENTOS DA SITUACAO POLITICO-MILITAR NO CONGO-BRAZZAVILLE.

O MINISTRO CONGOLES DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS, DESTIN ARSENE TSATY-BOUNGOU, QUE FOI PORTADOR DA MISSIVA, DISSE A IMPRENSA QUE A AUDIENCIA COM O PRESIDENTE ANGOLANO CENTROU-SE NA ANALISE DA

9708869

SITUACAO NO TERRENO E SOBRE AS NEGOCIACOES DE LIBREVILLE, GABAO.

ACRESCENTOU QUE A SITUACAO ACTUAL DO CONGO E CARACTERIZADA PELA RETOMADA DOS COMBATES NA CAPITAL DO PAIS, NA SEQUENCIA DA ROPTURA DO CESSAR-FOGO, POR PARTE DAS MILICIAS DO EX-PRESIDENTE CONGOLES DENIS SASSOU NGUESSOU.

A SITUACAO POLITICA NA REPUBLICA DO CONGO DEGRADOU-SE HA CERCA DE TRES MESES, DEVIDO AOS CONFRONTOS MILITARES ENTRE MILICIAS AFECTAS AO EX-PRESIDENTE, DENIS SASSOU NGUESSOU, E AS FORCAS GOVERNAMENTAIS.

A AUDIENCIA FOI ASSISTIDA PELO MINISTRO ANGOLANO DAS RELACOES EXTERIORES, VENANCIO DE MOURA.

VENANCIO DE MOURA SOLICITA APOIO EXTERNO PARA O PROGRAMA DE LUANDA

LUANDA, 15/8 (ANGOP) - O MINISTRO DAS RELACOES EXTERIORES, VENANCIO DE MOURA, SOLICITOU NA NOITE DE QUINTA-FEIRA, O APOIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL PARA A IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA DE ACCAO DO GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA.

O GOVERNANTE FEZ ESTE APELO DURANTE A SESSAO DE ABERTURA DO ACTO DE APRESENTACAO DO REFERIDO PROGRAMA AO CORPO DIPLOMATICO ACREDITADO EM ANGOLA E AOS REPRESENTANTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS E DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE OPERAM NO PAIS.

O MINISTRO DAS RELACOES EXTERIORES DISSE ESPERAR QUE OS EMBAIXADORES PRESENTES NA CERIMONIA INFLUENCIEM OS SEUS GOVERNOS A AJUDAR NA MATERIALIZACAO DO PROGRAMA DE LUANDA "POR SER A NOSSA CIDADE COMUM".

PARA VENANCIO DE MOURA, A IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA REQUER A CONTRIBUICAO TECNICA E FINANCEIRA DOS PAISES COM REPRESENTACAO DIPLOMATICA EM ANGOLA, COM VISTA AO EXITO DA INICIATIVA DO GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA.

O PROGRAMA, JA APRESENTADO NA NOITE DE

QUARTA-FEIRA, AOS MINISTROS, DEPUTADOS, REPRESENTANTES DE PARTIDOS POLITICOS E DIRECTORES DE EMPRESAS NACIONAIS, PRIORIZA A PRESTACAO DE SERVICOS URBANOS BASICOS A POPULACAO E A CRIACAO DE CONDICOES MINIMAS DE QUALIDADE DE VIDA.

OS PRESENTES FORAM AINDA INFORMADOS DO "PROGRAMA SOBRE MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA DO GOVERNO DA PROVINCIA DE LUANDA" (PROMALD), A SER IMPLEMENTADO PROXIMAMENTE.

A NOVA ORGANICA PREVE A DIVISAO DO GOVERNO DE LUANDA EM DUAS DIRECCOES, SENDO UMA COM FUNCOES SOCIO-ECONOMICAS E OUTRA, DENOMINADA CONSELHO EXECUTIVO PROVINCIAL, COM ATRIBUICOES SOCIO-COMUNITARIAS.

"FUNDACAO EDUARDO DOS SANTOS" PRETENDE TER DIMENSAO NACIONAL

LUANDA, 15/8 (ANGOP) - OS PROGRAMAS DA "FUNDACAO EDUARDO DOS SANTOS" (FESA) TERAO UMA DIMENSAO NACIONAL, NO SENTIDO DE CONTRIBUIR PARA A FORMACAO TECNICO-PROFISSIONAL E ELEVACAO DO NIVEL DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA, DISSE HOJE A ANGOP UMA FONTE AFECTA A INSTITUICAO.

A FUNDACAO, QUE SE PREPARA PARA COMEMORAR O SEU PRIMEIRO ANIVERSARIO DE 20 A 30 DESTE MES, POSSUIRA TAMBEM PROGRAMAS QUE VISAM A REABILITACAO DE UM CONJUNTO DE ESCOLAS E LUGARES DE UTILIDADE PUBLICA POR TODO O PAIS.

A "FESA" ESTA ACTUALMENTE EMPENHADA NA REABILITACAO DE ESCOLAS, DO MERCADO DE SAO PAULO E RUAS ADJACENTES, MELHORAMENTO DO ESTADIO DE FUTEBOL DO SAMBIZANGA E CONSTRUCAO DE UM BAIRRO PARA A POLICIA EM VIANA, ENTRE OUTRAS ACCOES.

"EXISTE UM CONJUNTO DE ACCOES QUE ESTAO A SER EQUACIONADAS E SERAO, BREVEMENTE, APRESENTADAS AO CONSELHO DE CURADORES DA FESA", UM NUCLEO INTEGRADO POR 15 ELEMENTOS COM A FUNCAO DE ADMINISTRAR OS INTERESSES E OBJECTIVOS DA FUNDACAO, DISSE.

SEGUNDO A FONTE, GRANDE PARTE DOS PROGRAMAS DA

"FESA" ESTAO VIRADOS PARA ACTIVIDADES DE CARACTER SOCIAL E DE FORMACAO, QUE "E UMA DAS PREOCUPACOES DO PATRONO DA FUNDACAO", O PRESIDENTE JOSE EDUARDO DOS SANTOS.

"TODOS ESTES PROGRAMAS TEM COMO COMPONENTE IMPORTANTE A FORMACAO MORAL, ACADEMICA E PROFISSIONAL DA JUVENTUDE", ASSEGUROU, DESTACANDO QUE A PREOCUPACAO DO SEU PATRONO ESTA VIRADA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, CIENTIFICO, TECNOLOGICO, E SOCIAL DO PAIS.

RELATIVAMENTE AOS ESTATUTOS DA FUNDACAO, A FONTE REVELOU QUE DEVERAO SER REANALISADOS PARA A DEFINICAO DE UMA ESTRUTURA "COM DIMENSAO DOS PROJECTOS QUE ELA PRETENDE EXECUTAR".

QUANTO A INTENCAO DA APRESENTACAO DA CANDIDATURA OFICIAL A PREMIO NOBEL DA PAZ DO PATRONO DA FUNDACAO, NO PROXIMO DIA 30, REFERIU QUE A MESMA ADVEM DE "UMA INTENCAO DE PERSONALIDADES LIGADAS AO COMITE INTERNACIONAL DA PAZ".

POR ESTE MOTIVO, EXPLICOU, "INSERIMOS O ANUNCIO DA CANDIDATURA NO PROGRAMA COMEMORATIVO DO PRIMEIRO ANIVERSARIO DA FESA (..) POR NOS HONRAR MUITO E ACHARMOS QUE E MERECIDO".

OS FINANCIAMENTOS DA INSTITUICAO, DE ACORDO COM A FONTE, PROVEM DE PATROCINIOS DE ALGUMAS ENTIDADES DE "BOA VONTADE", DETENTORAS DE EMPRESAS QUE CONTRIBUEM NA EXECUCAO DOS PROJECTOS DA FESA.

OUTRA FORMA DE FINANCIAMENTO PROVEM DO PAGAMENTO DE QUOTAS DA PARTE DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA GERAL DA INSTITUICAO, ACRESCENTOU.

"A PERSPECTIVA E QUE A FUNDACAO ENCONTRE FORMAS DE FINANCIAR OS SEUS PROPRIOS PROJECTOS, PORQUE E ESTE O SEU PAPEL", ACRESCENTOU.

A "FUNDACAO EDUARDO DOS SANTOS" VAI ORGANIZAR, DE 20 A 30 DESTE MES, UM PROGRAMA COMEMORATIVO DO SEU PRIMEIRO ANIVERSARIO, QUE CULMINARA COM O ANUNCIO DA CANDIDATURA DO SEU PATRONO FUNDADOR A PREMIO NOBEL DA PAZ.

O PROGRAMA, DENOMINADO "SEMANA DA FESA", VAI REALIZAR-SE SOB O LEMA "SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO" E SERA ASSOCIADO AS FESTIVIDADES DO 55/0 ANIVERSARIO DO SEU PATRONO, O PRESIDENTE JOSE EDUARDO DOS SANTOS.

A FUNDACAO EDUARDO DOS SANTOS E UMA INSTITUICAO DE CARACTER TECNICO-CIENTIFICO, CULTURAL E SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS E DE DURACAO ILIMITADA.

9708869

EDIÇÃO ELECTRÓNICA

MISSÕES PROTESTANTES "SALVAM" O HUAMBO

Os garantes influenciais da Igreja Católica, em Angola, são de facto incontroversos, como refere a directora do INAR (Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos), mas as igrejas protestantes, as suas capacidades de implantação e o impacto da sua carga discursal continuam visíveis um pouco por todo o país.

Na respectiva liderança encontramos, hoje, em Angola, a Igreja Metodista Unida. Não menos relevante é a Igreja Adventista do Sétimo Dia. As igrejas baptistas, com sede em Luanda, Lubango e Huambo, encontram-se igualmente na primeira linha.

Em Janeiro deste ano, a directora do INAR, Fátima Viegas, visitou alguns municípios da província do Huambo. "Constatei que as missões protestantes do tempo colonial, a missão do Dondi, por exemplo, mantêm-se no terreno, mas a guerra fê-las perder o essencial das suas estruturas", explica Fátima Viegas ao JN. "As condições actuais de funcionamento dessas missões protestantes, no Huambo, são bastante precárias", insiste a directora do INAR. No Huambo, evidenciam-se, no quadro do protestantismo, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, que, de resto, tem ali instalada a sua sede; a Igreja Luterana de Angola, e a Igreja Fé Apostólica.

A grande aposta da Igreja Adventista do Sétimo Dia repousa no domínio da educação. "Um grande trabalho", sublinha Fátima Viegas, "que engloba não só a formação pastoral mas, também, a educação escolar até à oitava classe". Um estigma acompanha, entretanto, a Igreja Fé Apostólica: as muitas cisões que têm ocorrido no seu interior. Em fins de Maio, esta igreja protestante enviou uma carta ao Ministério da Justiça, que tutela o Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos, a solicitar a transferência, para Luanda, da sua sede. A Igreja Fé Apostólica é a síntese de dois referentes de origem: o Reino Unido e os Estados Unidos da América do Norte.

O Estado angolano (conclusão útil do JN) reconhece que, na província do Huambo, dilacerada pela guerra, "as ajudas das missões estrangeiras representam, neste momento, uma contribuição muito importante para a recomposição do tecido humano, do civismo e das relações sociais".

EDIÇÃO ELECTRÓNICA

A MÃO INVÍSIVEL DOS ESTADOS UNIDOS

Seitas e charlatães aproveitam o caos social em Angola
Angola é hoje um país desmantelado e muito difícil se torna, naturalmente, conseguir o triunfo do normativo, da lei, da ética, sobre a cultura do oportunismo mercantilista, da sofistaria e do desconchavo. É difícil, pois, separar o trigo do joio. Da vizinha República do Zaire, hoje República Democrática do Congo, "saltam" para Angola muitas igrejas, movimentos religiosos, "ideias para a religião". Um autêntico lufa-lufa.
O Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos pensa que os Estados Unidos da América do Norte estão, sistematicamente, na "rectaguarda" dessas igrejas, protestantes na sua maior parte. Se a Igreja Universal do Reino de Deus também está em Angola? Claro que está! A directora do Instituto garante ao JN que a IURD conta, entre os angolanos, com uma grande adesão. "Temos verificado alguns desvios da IURD, atitudes negativas que têm gerado reclamações de algumas províncias", adverte Fátima Viegas.
A crise de valores instalada em Angola favorece, forçosamente, os "desvios". uda os mercenários da fé. O Estado angolano possui informações sobre a "invasão", a multiplicidade de seitas e outros movimentos alegadamente religiosos - oriundos do Brasil, dos Estados Unidos, da Inglaterra.
"A pressão económica sobre os rendimentos dos crentes é a faceta mais chocante da actividade das seitas que actuam em Angola", comenta a directora do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos. "O caos social, a liberdade de culto e a viragem política em Angola" explicam, segundo a doutora Fátima Viegas, a vulnerabilidade que tanto facilita, hoje, a vinda de missionários britânicos, norte-americanos, alemães, franceses, holandeses, até mesmo asiáticos. "Uma parceria muito vasta", diz Fátima Viegas ao JN.

9708869

EDIÇÃO ELECTRÓNICA

TURBILHÃO DE DUZENTAS IGREJAS AGITA A VIDA RELIGIOSA EM ANGOLA

Estado reconhece 85 "legalizadas" numa geografia de crentes dominada pelos católicos (70 por cento da população)
Em Angola, a "espantosa" proliferação de igrejas
e movimentos religiosos ultrapassa, já, a dispersão inculcada na geografia
etnocultural e linguística
do país. Ao lado dos povos kikongos, kimbundus,
tchokwés, ovimbundus,
ngangelas, vaambos,
e outros, progride a estenia social dos credos religiosos. Não falta sequer, na Angola de hoje, o descaro das seitas "mercantis". Através
da fronteira com a República do Zaire penetram,
frequentemente, em Angola, novos "missionários".
A "confusão" é grande. Assinalável, também,
o número crescente de cisões no interior das várias igrejas - motivo de preocupação para as autoridades
angolanas.

Luís Alberto Ferreira
Enviado JN

O Estado angolano não esconde que a tendência actual, na paisagem religiosa, para a eclosão de cisões no interior das várias igrejas, encerra motivos de "preocupação" - tanto para ele próprio, Estado, como para toda a sociedade civil. Este pensamento foi objectivamente manifestado ao JN, em Luanda, pela directora do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos. Estudiosa pertinaz do fenómeno religioso em Angola (onde a Igreja Católica tem, ainda, muito "peso" influencial), a doutora Fátima Viegas não dissimula a sua perplexidade perante o crescente fenómeno do surgimento de novas igrejas. E de novas cisões -geradoras, forçosamente, de novos movimentos religiosos.
JORNAL DE NOTÍCIAS -- A Igreja Católica teve uma representação expressiva, hierarquicamente forte, no acto de investidura do novo Governo de Unidade Nacional. Os angolanos sussurram, a propósito, alguns comentários.
FÁTIMA VIEGAS - Não foi só a Igreja Católica. Outras hierarquias religiosas estiveram representadas, ao mais alto nível, na posse do novo Governo de Angola. Posso citar-lhe: a Igreja Metodista Unida, o Conselho das Igrejas Cristãs Angolanas (que totalizam, entre si,

cerca de vinte igrejas), a Aliança dos Evangelhos em Angola (ou Aliança Evangélica) e inúmeras igrejas independentes (evangélicas e protestantes), nomeadamente a Igreja Tocoísta.

JN - Parece ser assunto momentoso de reflexão, em Angola, o facto de a Igreja Católica manter a sua bandeira influencial apesar da actual floração de novas igrejas, novos credos, seitas religiosas, etc.

FV - A Igreja Católica, é verdade, tem sempre, aqui, o seu espaço. Diria mesmo: um espaço cada vez maior na sociedade angolana. Os cidadãos angolanos são bastante sensíveis a determinados aspectos que marcam o "múnus", a missão social da Igreja Católica.

JN - Que linha distintiva reivindica, então, a Igreja Católica?

FV- Refiro-me àqueles aspectos que outras igrejas, em Angola pelo menos, não abordam: a ética, os valores em sociedade, o primado do ser humano. Nós vemos, em Angola, como a Igreja Católica pode estar sempre presente na vida social do indivíduo sem, todavia, constituir um elemento de pressão.

JN - O Estado angolano tem, nesse caso, consciência de que há no país igrejas ou movimentos religiosos que pressionam, que condicionam e coarctam as acções do indivíduo?

FV - É um facto notório: o modo de agir de certos movimentos religiosos. Aqueles que cercam as pessoas, empregam métodos coercivos, são capazes de abordar o indivíduo numa esquina com as suas recomendações doutrinais. Que são capazes de agitar, diante do indivíduo, o espantalho do diabo que "está atrás da porta"...

"PROFISSIONAIS"

Em Fevereiro, na segunda quinzena, o Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos realizou, em diversas regiões de Angola, um levantamento que lhe permitiu concluir da existência, no país, de cerca de duzentas igrejas, 85 das quais já oficialmente reconhecidas. A directora do Instituto, Fátima Viegas, surpreende-se com a capacidade logística e os índices de penetração social das igrejas "marginais", cerca de 100, que o Estado angolano não reconheceu, por enquanto.

JN - Em que vertentes de Angola se desenvolvem todas essas igrejas ou "tendências"?

FV - Alastram, eis o termo, nas várias províncias do país. Há uma grande incidência de movimentos religiosos no Uíge, em Luanda, Malange, Benguela, Lubango e Huambo.

JN - O Estado identificou, já, todas essas igrejas que contracenam nos diferentes palcos sociais de Angola?

FV - Não foi possível, ainda, identificar todas.

JN - É um dado adquirido, dizem as pessoas, o pendor "mercantilista" de muitas, talvez a maior parte dessas igrejas.

FV - Um dos grandes indicadores que sustentam este proselitismo é mesmo o "aspecto económico", como as pessoas dizem. De resto, um pendor que observamos, hoje, em quase todo o planeta. Por detrás desta animação religiosa existem apoios, interesses, grandes parceiros e patrocínios de natureza económica.
Os Estados Unidos da América do Norte constituem, no tal "aspecto económico", um exemplo considerável.

JN - A doutora Fátima Viegas chamaria "profissionais" a muitas destas pessoas que fundam e "inventam" igrejas em Angola?

FV - Di-lo-ia, caso a caso, sempre em função do grau de evidência das razões mercantilistas. Nesta minha curta experiência no Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos, tenho recebido pessoas que, inadvertida ou intencionalmente, deixam transparecer os seus objectivos económicos quando "investem" no campo das novas igrejas!

9708869

Article Id: drafr08141997001029
Document Id: 0eez4bn0371439
Insert Date: 08/15/97
Purge Date: 08/29/99
Publish Date: 08/14/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 61

Title: Congo-Brazzaville: Angola Denies Troops Supporting Congo Rebel Sassou Nguesso

Document Number: FBIS-AFR-97-226
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 14 Aug 1997
Division: Central Africa
Subdivision: Congo-Brazzaville
Sourceline: AB1408172697 Paris AFP in English 1540 GMT 14 Aug 97
AFS Number: AB1408172697
Citysource: Paris AFP
Language: English
Article Type: BFN

Libreville, Aug 14 (AFP) -- Angola's government on Thursday formally denied its soldiers have been engaged as militiamen among the forces of Congo rebel leader General Denis Sassou Nguesso.
In a press release from the Angolan embassy in the Gabonese capital Libreville, the Angolan government stated that "there are no soldiers from the Angolan armed forces fighting beside the former Congolese president".
Fighting has been taking place around the Congolese capital Brazzaville on and off since June 5 between forces loyal to President Pascal Lissouba and the rebels loyal to former president Denis Sassou Nguesso.
Last Sunday, forces loyal to President Lissouba accused the "Cobras" militiamen of General Nguesso of having engaged "foreign troops" among their ranks, with rumours circulating of Angolan soldiers among the "Cobras".
However, the Angolan government denied the presence of their soldiers and stated in the press release: "The Angolan government remains firmly attached to the principles of non-interference in the internal affairs of foreign states and welcomes the return as soon as possible of peace in Brazzaville for the greater good of our Congo breathern."
The government also "welcomed the efforts by the president of the Republic of Gabon to find a way out of the inter-Congo conflict".
On Wednesday the President of the Democratic Republic of Congo, Laurent-Desire Kabila, announced having undertaken "peace talks" with his counterparts in Rwanda and Uganda in an attempt to end the bloody Congolese conflict which has left 4,000 dead.
The fighting initially broke out when government troops raided Sassou Nguesso's home in a bid to disarm his militia ahead of presidential elections that were to have been held on July 27. The elections have been indefinitely postponed.
[Description of Source: Paris AFP in English -- Semi-official, independent news agency]

Article Id: drafr08141997000736
Document Id: 0eez4bg01pr8df
Insert Date: 08/15/97
Purge Date: 08/29/99
Publish Date: 08/14/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 45

Title: Angola: UNITA Radio: Army Sends Soldiers to Congo, 50 Killed

Document Number: FBIS-AFR-97-226
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 14 Aug 1997
Division: Southern Africa,Central Africa
Subdivision: Angola,Congo-Brazzaville
Sourceline: MB1408141197 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 1200 G
AFS Number: MB1408141197
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

There is growing discontent in Luanda about the Angolan Army's involvement in bloody in Brazzaville. Our correspondent in Bengo Province reports people feel it is not right for the Angolan Army to be involved in a war against an elected president.
Angolan combat units that fought either in the Democratic Republic of Congo or in the Republic of the Congo left Angola in flagrant violation of democratic rules because the office of the president did not consult Parliament to send an Angolan expeditionary force to fight beyond the country's borders. Likewise, the President's Office lacks the legitimacy to send soldiers abroad because the president of the Republic has not been elected.
Discontent in Luanda stems from human Angolan Army losses in those unjust wars. A well informed source says at least 50 Angolan Armed Forces soldiers were reportedly killed in the Republic of Congo over the past few days.

Article Id: drafr08131997001270
Document Id: 0eez4b901gibrh
Insert Date: 08/15/97
Purge Date: 08/29/99
Publish Date: 08/13/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 44

Title: Angola: UNITA Forces Reportedly Heading to Lunda Provinces

Document Number: FBIS-AFR-97-225
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 13 Aug 1997

Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1308201897 Luanda TPA Television Network in Portuguese 1930 GMT 13 Aug
AFS Number: MB1308201897
Citysource: Luanda TPA Television Network
Language: Portuguese
Article Type: BFN

Reports from Lunda Norte Province speak of National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] troop movements in the northeastern region of the province. Our Lunda Norte correspondent reports:
There could be developments in the province's political and military situation over the next 15 days. An Angolan Armed Forces [FAA] source in the province said UNITA forces from Bie and Huambo are being deployed in Lunda Norte and Lunda Sul Provinces. This suggests that the UNITA leadership will move from central to eastern Angola. There have been intense movements of troops and equipment from Cazombo to Cangombe, Munhango, and Cuemba.
Recently, UNITA prevented a convoy from ferrying assorted equipment to the Catoca mining project, forcing it to return to Luanda. The FAA source said that Black Cockerel forces are restoring airstrips within the Capenda-Cuango-Xa Muteba triangle.

Article Id: drafr08141997001047
Document Id: 0eez4bo00mjjna
Insert Date: 08/15/97
Purge Date: 08/29/99
Publish Date: 08/14/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 61

Title: Angola: 'Source' Predicts Mediators' Rejection of UNITA Proposal

Document Number: FBIS-AFR-97-226
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 14 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: LD1408174997 Lisbon Diario de Noticias (Internet version) in Portuguese
AFS Number: LD1408174997
Citysource: Lisbon Diario de Noticias (Internet version)
Language: Portuguese
Article Type: BFN
Subslug: Report: "UNITA's Proposals Will Be Rejected"

A source connected with the Angolan peace process told the news agency Lusa that the proposals made this week by Jonas Savimbi in a bid to prevent the approval of anti-UNITA sanctions by the UN Security Council will be turned down again.
The proposals now say that the Black Cockerel movement [UNITA] has a total of 5448 men under arms. The rejection is expected to be announced in a communique from the mediators and the troika of peace process observers (Portugal, the United States, and Russia), who only formally considered the

9708869

substance of the UNITA proposals at a meeting yesterday.
Entitled, "Contribution From UNITA Toward a Resolution of the Present Crisis in the Process of Implementation of the Lusaka Protocol," the document, submitted on 10 August, is 16 pages long, the first three of which stress the efforts that the UNITA leadership claims to be making to "contribute to finding a resolution to this crisis."
According to the document, three of its chapters sections are particularly important: One on the extension of the state's administration, another on residual forces, and a third on Vorgan (UNITA's radio station).
Regarding the first chapter, UNITA is of the view that the extension of the state's administration "is a very concrete expression of national reconciliation."
The chapter devoted to residual forces describes as "exagerated" the troop numbers mentioned by the Government, which estimates them at about 35,000 spread throughout the country and in a state of combat readiness.
In the final section, UNITA gives assurances that its "media directorate will ensure scrupulously that Vorgan's editorial line will contribute positively to peace and national reconciliation."
The remaining 13 pages contain a proposal for a "readjusted program for extending the state's administration," in two stages. On 10 August Savimbi telephoned Thomas Pickering to apprise him of this proposal.

Article Id: drafr08141997001090
Document Id: 0eez4bo031x6if
Insert Date: 08/15/97
Purge Date: 08/29/99
Publish Date: 08/14/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 39

Title: Angola: Troika of Observers, Mediators Assess UNITA Document

Document Number: FBIS-AFR-97-226
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 14 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1408182297 Luanda TPA Television Network in Portuguese 1600 GMT 14 Aug
AFS Number: MB1408182297
Citysource: Luanda TPA Television Network
Language: Portuguese
Article Type: BFN

The troika of observers and mediators of the peace process in Angola today discussed documents containing information provided by the National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] on 11 August regarding its forces, programs for the state administration extension, and the status of Vorgan [Voice of Resistance of the Black Cockerel]. The mediators and the troika have once again deplored UNITA's delays in implementing the guidelines agreed upon and called UNITA to cooperate with the government, stating that the implementation of the guidelines agreed to previously should resume on 18 August.

9708869

U.N.I.T.A.
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA: 16/8/1997
JORNAL: Expresso
AUTOR: Nicole Guardiola
PÁGINA

A calma e a tempestade

Conselho de Segurança da ONU poderá aplicar sanções à UNITA por incumprimento de acordos estabelecidos

NICOLE GUARDIOLA*

UM fogo-de-artifício como há muitos anos não se vê em Luanda assinalará, no dia 23, a abertura dos Jogos Nacionais Militares, em que participarão mais de 1800 atletas. São estes os únicos «combates» programados pelas Forças Armadas Angolanas (FAA) para as próximas três semanas. Cortina de fumo ou resposta aos boatos que dão a guerra como iminente?

Informações comunicadas esta semana pelo representante do secretário-geral da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, a Kofi Annan, que deve divulgar hoje o seu relatório ao Conselho de Segurança, indicam que a calma reina no país, que os combates de Maio e Junho nas Lundas estão suspensos, apesar da tensão e dos movimentos de tropas. Como interpretar o actual ambiente alarmista? Tempestade «para americano ver»? Ou a calma que a antecede?

Beye disse ao EXPRESSO que o dilema do mediador consiste em evitar «ser ingénuo dando cobertura às manobras dilatórias em que os angolanos são mestres», sem contudo «ser niilista e deitar a perder o muito que já se conseguiu».

Por um lado, está a formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de que a UNITA faz parte, a participação dos deputados do Galo Negro no Parlamento nacional, a incorporação dos militares da UNITA, incluindo nove generais, nas Forças Armadas Angolanas (FAA).

No outro prato da balança está o facto de Savimbi — no documento de 16 páginas enviado na segunda-feira a Alioune Beye e ao Departamento de Estado dos EUA — ter dado respostas consideradas «insatisfatórias» ou «incompletas» a três questões fundamentais: identificação e localização dos efectivos militares, tendo em vista a sua desmobilização controlada; extensão da administração do Estado a todo o território angolano; cessação da propaganda hostil através da emissora em ondas curtas «Voz do Galo Negro» (Vorgan). O prazo para concretização destas medidas terminou em Julho sem uma resposta considerada satisfatória. Savimbi foi então avisado de que 15 de Agosto era o derradeiro prazo, findo o qual seriam desencadeadas as sanções previstas na resolução do CS de Setembro de 1993 (anterior ao acordo de Lusaka).

Contrapropostas e contradições

A nova proposta de Savimbi para a reposição da administração central em todo o território contrapõe um plano em duas fases. A primeira, a ser concluída a 24 de Setembro, abrangeria 56 localidades de 10 províncias; a segunda, afectando 56 povoações de oito províncias, executar-se-ia entre 15 de Setembro e fim de Novembro. A UNITA aceita a substituição da Vorgan por uma empresa privada, gestora de uma rede de emissoras em FM.

A questão da desmilitarização é a mais complicada. A UNITA afirma que os seus efectivos se resumem a 1245 membros da «guarda presidencial», 1718 agentes da «polícia mineira» e 2483 tropas residuais espalhadas pelo país. Ou seja, um potencial muito inferior aos 10 a 15 mil soldados regulares citados por fontes independentes e aos 35.000 soldados denunciados pelo Governo angolano.

«Desafiamos as Nações Unidas a verificarem onde e como quiserem estes números. Se encontrarem os 35 mil homens, dêem-lhes o respectivo tratamento», disse Rui Oliveira, porta-voz da UNITA em Lisboa.

Beye disse que «Angola é vítima da situação regional. A guerra do Zaire e a queda de Mobutu fizeram-nos perder três meses» e considera «que é ainda possível repor a paz nos carris». Beye tenta agora convencer Luanda a explorar os aspectos positivos da última proposta e pôr à prova a boa-fé da UNITA.

Rui Oliveira afirmou, a propósito, que a chegada de Kabila ao poder no ex-Zaire e a descoberta de um novo campo de petróleo no Soyo estão a ser aproveitadas por Luanda para pressionar os EUA e a França a «libertarem» com o Governo, jogando com a entrega de concessões de exploração.

Se a ONU optar pelas sanções, a UNITA afirma que a decisão irá provocar «uma chacina» e que poderá transformar Angola «numa segunda Argélia», uma ameaça que não é tomada com ligeireza em Luanda.

O general João de Matos, chefe do Estado-Maior-General das FAA, disse ao EXPRESSO, há uma semana, em Lisboa, que não receia a confrontação. «A guerra significa mortes, sofrimentos, destruições, razão pela qual tentamos evitá-la a todo o custo». Referiu, no entanto, que existe um descontentamento crescente dos militares obrigados a «aquartelar» em condições difíceis uma situação que dura já há quase cinco anos.

* com MIGUEL CALADO LOPES

9708869

16

U.N.I.T.A.
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA: 16/8/1997
JORNAL: Expresso
AUTOR: Nicole Guardiola
PÁGINA: ....

Lisboa vai cumprir todas as sanções da ONU

Delegação da UNITA pode ser encerrada

A DELEGAÇÃO da UNITA em Lisboa pode ser encerrada se o Conselho de Segurança da ONU aplicar, na próxima semana, as sanções previstas ao movimento de Jonas Savimbi.

Este é o cenário mais provável e surge após os mediadores internacionais terem recusado as recentes propostas da UNITA.

As informações facultadas pelo Galo Negro foram consideradas «incompletas» quanto aos efectivos militares e «irrisórias» quanto ao armamento. Isto mesmo consta de um comunicado emitido ontem à tarde em Luanda, depois de uma derradeira tentativa de acordo na Comissão Conjunta. O prazo imposto pelo Conselho de Segurança expira hoje.

Para lá do encerramento das «embaixadas» do Galo Negro, as sanções incluem o congelamento e confiscação dos seus bens e contas bancárias e o cancelamento de passaportes e vistos dos seus dirigentes.

Lisboa não tomará iniciativas unilaterais mas aplicará, segundo fonte do MNE, «com todo o rigor» as medidas da ONU.

Para a UNITA, a aplicação de sanções «só pode afrouxar a aceleração do processo de paz», disse ontem ao EXPRESSO Isaías Samakuva, chefe da delegação da UNITA na Comissão Conjunta.

Mas, em carta dirigida ao Conselho de Segurança, José Eduardo dos Santos qualificou a última mensagem de Savimbi de «mera retórica para confundir a comunidade internacional», e apelou a que «se faça convergir todo o peso possível (da comunidade internacional) sobre Jonas Savimbi, a fim de salvar o processo de paz».

9708869

LUSA NOTÍCIAS

19 AGO 97 - 04:33
Angola: Relatorio de Kofi Anan aponta para +oportunidade adicional+

+++ Por Jose Ricardo / Da Agencia Lusa +++

Washington, 19 Ago (Lusa) - O relatorio do secretario-geral da ONU sobre a situação em Angola aponta a +necessidade+ de dar às partes +uma oportunidade adicional de completarem o processo de paz+, mas não faz alusao a um novo pacote de sanções especifico.

O relatorio, datado de 13 de Agosto, a que a Agencia Lusa teve segunda-feira acesso, traça um cenario de crescentes tensões militares entre Luanda e a UNITA, e sublinha que +deve ser feito tudo o que for possivel para evitar esta perigosa tendencia+.

O secretario geral da ONU, Kofi Anan, manifesta a esperança de que um encontro entre o presidente Jose Eduardo dos Santos e o lider da UNITA, Jonas Savimbi, possa melhorar o clima politico e facilitar a conclusão do processo de paz.

Anan afirma no texto que é sua intenção, com o acordo do Conselho de Seguranca, adiar ainda mais a retirada das unidades militares da força de paz, mantendo em Angola 2.650 militares até finais de Outubro.

Para tal decisao, o secretario-geral diz ter em conta +a precaria situacao em Angola+, a +incompleta natureza da implementação do protocolo de Lusaca+, e a necessidade +de dar às partes uma oportunidade adicional de completar o processo de paz, bem como a necessidade de garantir a segurança do pessoal da ONU e de outro pessoal estrangeiro em Angola+.

O relatorio acusa a UNITA de não ter permitido progressos na normalização da administração do Estado, não ter transformado a Vorgan numa radio nao partidária e de ter prosseguido com emissoes de propaganda hostil, inclusive contra pessoal das Nacoes Unidas e de ter impedido a movimentação do seu pessoal em areas que domina, embora este tipo de acçao tambem tenha sido praticado algumas vezes pelas Forças Armadas Angolanas (FAA).

O relatorio refere também ataques da UNITA contra posições do governo na p[illegible]ncia da Lunda Norte, bem como ataques por elementos das FAA e do Co[illegible] de Defesa Civil contra aldeias na provincia da Huila.

O movimento de Jonas Savimbi é indirectamente acusado de ter roubado 300 quilos de explosivos que pertenciam a uma unidade de desminagem no Cazombo.

Os preparativos militares da UNITA são sublinhados com a referencia a 120 aterragens, entre 01 e 30 de Julho, em pistas por si controladas no centro e leste de Angola, sem que o pessoal da Missão de Observadores da ONU em Angola (MONUA) pudesse fazer a respectiva verificação.

O relatorio alude tambem à colocação de novas minas em regiões controladas pelo movimento de Jonas Savimbi, e sublinha que ambas as partes, +mas especialmente a UNITA+, tem continuado a impedir as actividades de verificacao do MONUA.

O relatorio aponta outras irregularidades, nomeadamente relativas à colocação de unidades da policia anti-motim nas Lundas sem conhecimento previo do MONUA.

O relatorio assinala que o governo angolano decidiu suspender o processo de desarmamento da populacao civil até que seja completada a

9708869
08/19/97 07:55:17

18

extensao da administração do Estado, insistindo em que a população civil nas areas de controlo do governo e da UNITA seja desarmada simultaneamente.

O documento sublinha que +a posse de armas pelos civis, especialmente por aqueles que sao membros do corpo de Defesa Civil, continua a representar uma ameaca à situação de segurança+.

Sao igualmente assinalados o aparecimento de novos postos de controlo em areas do governo e UNITA +como resultado do agravamento generalizado do ambiente politico e militar+.

Cerca de dez mil pessoas teriam sido já deslocadas nas duas Lundas em resultado dos recontros armados, ao mesmo tempo que as actividades de reconstrução foram desviadas para a assistencia de emergencia.

Novas actividades de colocação de minas são assinaladas nas provincias de Malanje e nas duas Lundas, tendo a UNITA impedido missõs de verificação.

O processo de paz, alerta Kofi Anan, +atravessa agora algumas das mais graves dificuldades desde a assinatura do protocolo de Lusaca+, e o progresso realizado nos ultimos dois anos e meio +está a ser severamente minado pelas persistentes tensões em todo o pais+.

O secreatrio-geral da ONU apela às duas partes para que evitem quaisquer acções que possam conduzir à renovação da luta, mas sublinha que +é obvio que o actual estado de coisas se deve principalmente às demoras da UNITA na implementação das suas obrigacoes ao abrigo do protocolo de Lusaca+.

O secratrio-geral deposita esperanças num enontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, e termina o seu relatório com um apelo às partes, +mas em particular à UNITA+, para que respeitem a segurança do pessoal da ONU e aqueles que ajudam o povo angolano a alcançar a esperada paz e reconciliação.

A Agencia Lusa soube, entretanto, que a reuniao formal do Conselho de Segurnca da ONU sobre Angola, que chegou a estar prevista para 23 de Agosto, teria sido adiada para principios de Setembro, altura em que a presidencia do Conselho pertence aos Estados Unidos, que substituirá a Grã-Bretanha.

Lusa/Fim

9708869

Document Date: 15 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1508070297 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 0600 GMT
AFS Number: MB1508070297
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

General Lukamba Paulo Gato, National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] secretary general, said in Bailundo yesterday that UNITA is not afraid of sanctions by the UN Security Council.
Gen. Gato said his party must not be accused of undermining the peace process, adding that UNITA has contributed more decisively toward peace than anybody else in Angola.
Lourenco Bento, a Bailundo-based Kwacha UNITA Press journalist, reports that Gato accused the Luanda government of hindering the Lusaka Protocol's implementation and endangering the peace process by launching an offensive against UNITA-controlled areas.
Reacting to remarks by Joao Lourenco, head of Popular Movement for the Liberation of Angola [MPLA] bench in the National Assembly, that Luanda supports sanctions against UNITA, Gen. Gato said these remarks reflect a deep political radicalism as well as belligerent tendencies. He also noted that MPLA hardliners are not adjusting to the new times of democracy, and harmonious coexistence on the basis of respect for differences. Instead, they support violence (?at any cost).
Gato said the peace process got back on track thanks to the political will shown by UNITA and its leadership. In view of all this, the UNITA official said he hoped the upcoming UN secretary general's report to the UN Security Council will reflect the reality in Angola, and recognize that UNITA has done much toward the Lusaka Protocol's implementation.
UNITA recently delivered a package of proposals to the troika of observers and the mediation. Gato said his party will continue to wait for UN Special Representative Alioune Blondin Beye to end his consultations and comment on the matter. He stressed that rejecting these proposals will be tantamount to rejecting the entire peace process.

Article Id: fbtac0815199700067
Document Id: 0ef4qup047hfle
Insert Date: 08/18/97
Purge Date: 09/01/99
Publish Date: 08/15/97
Publish Region: Undetermined
Lines: 57

Title: South Africa: Nation Said Sold 60 Million Rand Arms to Congo-Brazzaville

Document Number: FBIS-TAC-97-227
Document Type: FBIS
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 15 Aug 1997
Division: Southern Africa,Central Africa
Subdivision: South Africa,Congo-Brazzaville
Sourceline: MB1408203297 Johannesburg Mail & Guardian (Internet Version) in English 15 .

AFS Number: MB1408203297
Citysource: Johannesburg Mail & Guardian (Internet Version)
Language: English
Article Type: BFN
Subslug: Report by Khareen Pech

The National Conventional Arms Control Committee (NCACC) approved the sale of arms worth more than R60- million (rands) to President Pascal Lissouba's army last year, months before the outbreak of hostilities that have torn Congo (Brazzaville) asunder.
Official sources claim the deal involved only non-lethal equipment.
But French sources in Paris say South African-origin weapons, including 107mm multiple rocket launchers, turned up recently in the port of Pointe Noire.
NCACC chair Kader Asmal was unavailable for comment this week as he is abroad.
Lissouba has also beefed up his air force with new Russian helicopters and a crew of Russian MiG jet fighter pilots. Napalm bombs and ground-to-air missiles are also said to have been delivered.
Last month, several South African helicopter pilots who formerly worked for Executive Outcomes were approached by representatives of Lissouba to supply an air wing of 12 combat pilots. Ten British ex-military advisers also arrived recently in the capital, Brazzaville, to train and command Lissouba's own "Zoulous" militia, say sources in the capital.
Lissouba's opponent, Sassou Nguesso, has not refrained from stiffening his own militia with more than 100 European soldiers. Nguesso is also counting on military support from the Angolan government and the Congo (Kinshasa) government of Laurent Kabila.
Nguesso is in regular contact by satellite phone with senior African National Congress leaders who are determined not to isolate any one party, a representative of his French-led force told the Mail & Guardian.

9708869

REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA: 19/8/1997
JORNAL: O DIABO
AUTOR: XAVIER DE FIGUEIREDO
PÁGINA

Investimento americano via Portugal

Os investidores americanos consideram que o estabelecimento de parcerias ou *joint-ventures* com empresários portugueses é uma «modalidade apropriada» para se implantarem em Angola. A língua comum, associada a outras afinidades e ao capital de conhecimentos que os portugueses têm das grandes realidades de Angola, são tudo «mais-valias» que os investidores americanos julgam favorecer os seus negócios. Mas não é só os portugueses que os americanos pretendem como parceiros em Angola. Também querem juntar os próprios angolanos (as chamadas parcerias triangulares), contribuindo assim para o surgimento de um empresariado nacional praticamente inexistente ou muito limitado.

É tudo isto que explica que a organização da visita que uma grande missão empresarial americana efectuará a Angola, entre 8 e 11 de Setembro, esteja a ser activamente apoiada pela FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento) e também por uma ONG angolana, o CEGIA, criada há pouco mais de um ano sob os auspícios da própria FLAD, à qual mantém estreitas ligações. No programa da viagem da missão para Luanda, está prevista uma escala de um dia em Lisboa para contactos e mesas-redondas para as quais a FLAD fez convites a empresários portugueses. A missão é promovida pela Câmara de Comércio EUA-Angola e pelo Corporate Council on Africa. Esta é uma organização com um *faux* comparnente *lobbista*, que reúne mais de 150 grandes empresas americanas e/ou multinacionais interessadas em investir em África. Herman Cohen, antigo subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos, é o seu presidente. Edmund De Jarnette, primeiro embaixador americano em Luanda, é, por sua vez, o director executivo da Câmara de Comércio, [illegible] 1990 no âmbito de política [illegible] de Luanda e Washington, então já em curso.



Os investidores do país de Bill Clinton descobriram Portugal como trampolim para Angola

Prevê-se que a missão venha a incluir representantes de mais de 100 empresas, desde a AT&T à Motorolla, passando pela Coca-Cola. Um critério a que a sua constituição foi sujeita é o do seu não alargamento a empresas petrolíferas ou mineiras (*non oil, non mining*). A justificação é de que os interesses americanos nestes sectores já adquiriram uma dinâmica própria e estão consolidados. Há agora que explorar oportunidades em novos sectores, nomeadamente na indústria e na agricultura.

Os diamantes da Unita

Altos funcionários do Governo de Luanda têm disseminado entre embaixadas-chave em Luanda que a Unita procedeu nos últimos [illegible] a volumosas vendas de diamantes (mais do que é habitual) aos seus compradores tradicionais. A medida, de acordo com a versão dos referidos funcionários, destinar-se-ia a obter fundos adicionais a aplicar em compras de material de guerra.

9708869

22-22

Nº DOCUM 9708870
TITULO BOL 200.000 cocaleros amenazan con alzarse en armas en Chapare.
PROCEDENCIA LA NACION
12/5/94
11176 / 11354
65092
507480
11888
11225

El narcotráfico en América latina

Amenazan con alzarse en armas 200.000 cocaleros de Bolivia

Su líder denunció abusos policiales y advirtió que se defenderán con dinamita

LA PAZ, 11 (AP).- La posibilidad de que se produzca un alzamiento armado de magnitud por parte de los campesinos productores de hojas de coca de la zona de El Chapare, que suman unos 200.000, fue advertida hoy por su máximo líder, Evo Morales.

A través de una comunicación telefónica con varios periodistas desde El Chapare, Morales dijo que esa posibilidad se podría dar debido a "la serie de abusos que cometen los organismos policiales en contra de mujeres, niños y de los propios campesinos cuando intervienen sus cultivos con el propósito de erradicarlos".

Morales aclaró que en El Chapare, situado a 780 kilómetros al sudeste de La Paz, territorio donde el narcotráfico protege los más extensos cultivos de hojas de coca de Bolivia, los campesinos "cuentan con cartuchos de dinamita y algunas escopetas de caza para defenderse del abuso policial".

El líder campesino lamentó la muerte del agente de policía Jesús Veramendi, ocurrida la última semana en un enfrentamiento con los cocaleros, pero desmintió que la patrulla policial haya sido víctima de una "emboscada profesional", como aseveraron algunas autoridades.

"Lo que ocurre es que los campesinos están desesperados por el aislamiento y las presiones a las que son sometidos por parte de los organismos policiales, apoyados por fuerzas militares antiguerrilleras, y solamente se defienden", dijo Morales.

Además agregó que en el enfrentamiento en el que murió el policía otros seis campesinos también sufrieron heridas de bala.

Comités de defensa

Reveló que en El Chapare los productores de hojas de coca han organizado unos denominados "comités de defensa" para hacer valer sus derechos ante los abusos policiales.

El ministro de Gobierno, Víctor Hugo Canelas, sostuvo hoy que los mencionados "comités" no solamente se enfrentan a la policía, sino que amedrentan a los propios campesinos que quieren dejar la producción de coca para ingresar en otras actividades agrícolas legales.

Mencionó que casi el 95 por ciento de la producción de coca de El Chapare es vendida a bandas del narcotráfico que cuentan con sofisticados laboratorios de procesamiento de cocaína, principalmente en las inaccesibles zonas amazónicas fronterizas con Brasil.

El ministro reveló que los organismos de inteligencia han advertido que los narcotraficantes azuzan a los productores de coca para que provoquen conflictos con los organismos antidrogas, que a veces terminan en enfrentamientos con muertos.

Agregó que se ha establecido que muchos de los campesinos cocaleros no solamente producen la hoja verde, que es la materia prima para la fabricación de cocaína, sino que elaboran pasta de la droga con el propósito de lograr mayores ganancias en sus negocios con los narcotraficantes.

Canelas dijo que el gobierno proseguirá con la erradicación de las 35.000 hectáreas de coca en El Chapare, en cumplimiento de la ley de sustancias controladas.

FOT. REDUCIDA

9708870

[illegible]

[illegible]

POLITICA BOLIVIA

GOBIERNO Y COCALEROS SE ACHACAN LOS CONFLICTOS EN CHAPARE

LA PAZ, 7 may (EFE).- Los últimos enfrentamientos en la región boliviana de Chapare, en los que murió una persona, han sido atribuidos hoy por el Gobierno boliviano a una alianza de productores de coca con el narcotráfico, versión ésta que para los campesinos pretende condicionar el proceso electoral en la zona.

El pasado miércoles murió un policía y otros cinco resultaron heridos debido, según el Gobierno, a una emboscada de narcotraficantes en el subtrópico de Cochabamba, lo cual fue desmentido por los campesinos.

El líder de los cocaleros, Evo Morales, dijo que los agricultores no efectuaron ningún ataque, y que se produjeron enfrentamientos por la resistencia campesina a los abusos cometidos por las fuerzas del orden, producto de lo cual resultaron también heridos 14 productores de coca.

El ministro de Gobierno de Bolivia, Víctor Hugo Canelas, ratificó hoy en una reunión con el presidente del Congreso y vicepresidente de Bolivia, Víctor Hugo Cárdenas, su posición sobre la existencia de "una alianza entre un grupo de dirigentes cocaleros y el narcotráfico", que pretende sembrar un clima de violencia en Chapare, la mayor zona productora de la hoja de coca.

Canelas se trasladó ayer, jueves, a Chapare para investigar la supuesta emboscada, y entre las conclusiones de su indagación figura la de que los atacantes son "expertos tiradores".

El presidente del Congreso, por su parte, descartó la posibilidad de una alianza "narco-cocalera" en Chapare, aunque admitió la influencia del narcotráfico vinculada a la delincuencia en la región.

Añadió que será poco probable que se reúna el Congreso para abordar la situación de violencia en la zona cocalera, porque la mayoría de los parlamentarios se encuentran en campaña proselitista con miras a las elecciones presidenciales que se celebrarán en este país el próximo 1 de junio.

El candidato de Izquierda Unida (IU) y dirigente campesino, Alejo Véliz, dijo que en el trópico de Cochabamba su partido tiene un apoyo mayoritario de los campesinos, por lo que el Gobierno pretende atentar contra las elecciones en esa región y justificar la represión.

En tanto, la Iglesia Católica deploró los actos de violencia en Chapare y expresó su voluntad para mediar en la solución de los conflictos.

La Iglesia participa de la comisión interinstitucional que se constituyó en Chapare el pasado mes para velar por el respeto de los derechos humanos en la región, después de la muerte de un policía y cinco campesinos que se enfrentaron por la erradicación de cultivos de coca. EFE

ER/AA/MV PR

05/07/97 [illegible]

Samper/NT

YE8293

R POXBT 05 12 00593
mun exg icx

COLOMBIA-CRISIS
SERPA: "INFUNDIO" TESTIMONIO ESPAÑOL LE VINCULA NARCOESCANDALO

Bogotá, 12 may (EFE).- El ministro del Interior de Colombia, Horacio Serpa, afirmó hoy que el testimonio de un convicto español que le involucra en el "narcoescándalo" es "un infundio de la peor especie" con el que sus críticos pretenden dañar su eventual aspiración a la Presidencia del país en los comicios de 1998.

Serpa consideró "absolutamente mentirosa e infame" toda afirmación sobre nexos suyos con la delincuencia, en particular el narcotráfico.

El más cercano colaborador del presidente colombiano, Ernesto Samper, también negó que la declaración del español Florentino Fernández ante fiscales de Bogotá haya sido integrada a la causa por supuesto encubrimiento abierta contra él desde hace 16 meses.

Fernández, que residió varios años en Colombia y está preso en España bajo cargos de secuestro y narcotráfico, fue interrogado a mediados de noviembre pasado en Madrid por delegados del entonces fiscal general colombiano, Alfonso Valdivieso.

El magistrado Baltasar Garzón, juez de la Audiencia Nacional de España, había informado a Valdivieso de que el convicto decía disponer de información sobre la financiación de la campaña del presidente Samper con "narcodinero".

Las aportaciones ilegales ya habían dado lugar a una gigantesca investigación de la Fiscalía que incluso alcanzó al jefe del Estado, quien compareció en dos ocasiones ante un comité de la Cámara de Representantes que le exoneró.

En su testimonio, según versiones difundidas el domingo por el informativo "NTC" de la televisión y la revista "Semana", Fernández aseguró que asistió a una reunión en la que una mujer llamada Elizabeth Montoya de Sarriá ofreció a Samper, entonces aspirante presidencial, la posibilidad de recaudar de 15 a 20 millones de dólares para su campaña.

El dinero, según Fernández, podía provenir de "grupos de amigos de la señora de Sarriá, como Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, dirigentes del cartel de la cocaína de Cali, y otros "capos" del mismo grupo mafioso.

En la reunión, añadió Fernández, Samper pudo decirle a la mujer, asesinada en febrero de 1996 en Bogotá, que el jefe de debate de su campaña, Horacio Serpa, y el tesorero, Santiago Medina, administrarían las aportaciones en efectivo, mientras que los cheques o el dinero entregado en el exterior los manejaría el gerente general, Fernando Botero Zea.

Botero, que fue ministro de Defensa de Samper, y Medina fueron detenidos tras ser acusados por la Fiscalía de enriquecimiento ilícito, y en 1996 fueron condenados a casi seis años de prisión.

Fernández también afirmó, según las versiones periodísticas, que Serpa entregó en varias ocasiones en un apartamento de la capital colombiana aportaciones a responsables de la campaña en

algunas regiones del país.

En una declaración escrita, Serpa informó de que el pasado 2 de febrero, cuando "Semana" publicó una primera versión sobre el asunto, escribió al fiscal Valdivieso para solicitarle la "más severa, diligente e inmediata investigación, porque se trata de un infundio de la peor especie".

El ministro agrega que acudió de nuevo a la Fiscalía en las últimas cuatro semanas para solicitar claridad a ese organismo, ante la existencia de insistentes rumores en el mismo sentido.

Ni en una indagatoria a la que fue sometido el pasado enero, después de la cual recibió una medida judicial de arraigo, ni en ninguna otra oportunidad, prosiguió Serpa, ha sido interrogado sobre ese testimonio.

Para el ministro del Interior, el intento de vincularle con "narcodinero" responde a "la malintencionada campaña de atropellos y difamación" a la que cree que fue sometido desde que surgió la posibilidad de que figurara entre los aspirantes a la Presidencia de la República. EFE

JGH/mmg/fr

05/12/16-43/97

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencia

FECHA [illegible] 14/5/97-

VINCULACION [illegible]

Bogotá, 14 may (EFE).- El ministro del Interior de Colombia, Horacio Serpa, reafirmó hoy su inocencia e insistió en que los intentos de vincularlo con narcotraficantes forman parte de una campaña de "infamias" ante la inminencia de su renuncia para aspirar a la Presidencia en las elecciones de 1998.

Serpa declaró a las radioemisoras de Bogotá que no le intranquiliza que la justicia lo investigue, sino que la causa en la que comparece sea utilizada políticamente.

El ministro del Interior, considerado como el más cercano colaborador del presidente colombiano, Ernesto Samper, cuestionó nuevamente la credibilidad del testimonio del convicto español [illegible] Fernández que lo involucra en el "narcoescándalo".

De existir pruebas, no habrían pasado seis meses sin que la Fiscalía General de la Nación haya tomado decisión alguna, dijo Serpa, que es investigado por enriquecimiento en el ingreso de "narcodinero" en la campaña electoral del jefe del Estado.

La entidad penal tiene en etapa de valoración los resultados de una investigación efectuada por un fiscal delegado que el pasado noviembre interrogó a Fernández en la prisión de Madrid donde está recluido desde abril de [illegible].

El español, acusado de secuestro y narcotráfico, aseguró haber asistido en [illegible] a una reunión en la que fue planteada a Samper la posibilidad de que "capos" del cartel de la cocaína de Cali aportaran a su campaña presidencial de [illegible] millones de dólares.

El supuesto testigo también involucró a Serpa, que actuó como jefe de debate de la campaña electoral samperista, en el manejo de dinero ilegal.

Después de emitir el lunes un comunicado público, el ministro envió el martes al fiscal general interino, [illegible], un mensaje en el que advierte de su preocupación por el "daño político" que haya podido causar el asunto sin que la Fiscalía pareciera percatarse de ello.

Serpa dijo que la posibilidad que tiene de ser candidato a la Presidencia, para lo cual renunciaría "en los próximos días", constituye una realidad política con la que "se relacionan las continuas infamias de que soy objeto".

En su carta a [illegible], el ministro agregó que durante su carrera pública de treinta años ha actuado con decisión y [illegible] de comprometimiento firme y decidido contra la delincuencia, en particular el narcotráfico. (...)

03

9708871

[illegible]
[illegible]
INVESTIGAN NEXOS SERPA CON NARCOTRAFICANTES ESPAÑA Y COLOMBIA

Bogotá, [illegible] (EFE). La Fiscalía General de Colombia investiga al ministro del Interior colombiano y delegado de funciones presidenciales, Horacio Serpa, por sus presuntas relaciones con narcotraficantes de su país y de España, según publicó hoy el diario "El Espectador" de Bogotá.

Los supuestos nexos del alto cargo con traficantes de drogas fueron denunciados en España por un testigo, que ya fue interrogado por las autoridades colombianas.

Los nuevos cargos determinaron la apertura de otra causa contra Serpa, que desde comienzos de 1996 comparece ante fiscales delegados en la Corte Suprema de Justicia.

El titular de Interior, que desde hace nueve días desempeña las funciones presidenciales por un viaje del jefe del Estado, Ernesto Samper, a África y Oriente Medio, fue involucrado en el escándalo que desataron las denuncias sobre la financiación con "narcodinero" de la campaña electoral del gobernante.

Serpa, sobre el que se dictó hace varias semanas una orden de arraigo que le impide salir del país sin autorización judicial, está acusado de encubrir dicho método de financiación.

El ministro actuó como jefe de debate de la campaña de Samper, y se constituyó en uno de los seis ejecutivos de esta empresa política que fueron relacionados con el "narcoescándalo".

Dos de ellos, el ex ministro de Defensa Fernando Botero Zea y el anticuario Santiago Medina, que ejercieron como gerente general y tesorero de la campaña, respectivamente, se declararon responsables del delito de enriquecimiento ilícito y fueron condenados a más de seis años de prisión.

Los hoy ex ministros de Relaciones Exteriores, Rodrigo Pardo, y de Comunicaciones, Juan Manuel Turbay, y Juan Manuel Avella, ex gerente de un fondo estatal de garantías financieras, también fueron vinculados con causas que se derivaron del escándalo.

Según la versión del diario bogotano, el juez español Baltasar Garzón informó, a finales de 1996, al hoy ex fiscal general Alfonso Valdivieso, que un testigo había denunciado la existencia de nexos entre Serpa y narcotraficantes de ambos países.

Valdivieso y el entonces vicefiscal, Adolfo Salamanca, encomendaron al jefe de Asuntos Internacionales de la Fiscalía, Ernesto Carrasco, la misión de viajar a Madrid para que interrogara al testigo.

Carrasco, según "El Espectador", se desplazó a la capital española el pasado 7 de noviembre, y allí permaneció durante cinco días, en los que interrogó al testigo y recibió algunas pruebas.

La Fiscalía General colombiana investigó durante seis meses las denuncias del testigo.

La versión periodística asegura que esta nueva acusación ha sido integrada a la causa por encubrimiento que afronta el ministro colombiano del Interior. EFE

[illegible]

05-10-[illegible] 10:07

04-04

9708871.

Nº DOCUMENTO 9708872
TITULO COL: Auge cultivos de coca en región sur motiva preparativos de fumigación.-
PROCEDENCIA Agencias
FECHA DE PRO... 12/5/97
VINCULACIONES 111776 11354
65092 11075
65890 11225
11225 11994
11354

xEB291

R VARBT 05-12 00270
mun exg icx

COLOMBIA-DROGAS
AUGE CULTIVOS COCA REGION SUR MOTIVA PREPARATIVOS FUMIGACION

Bogotá, 12 may (EFE).- La Policía Antinarcóticos de Colombia considera urgente erradicar las siembras ilegales de hojas de coca en el departamento sureño del Caquetá debido al auge que han tomado, y realiza las últimas pruebas para su fumigación aérea, informaron hoy fuentes oficiales.

El director de esa fuerza policial, coronel Leonardo Gallego, declaró también a la prensa de Bogotá que el área sembrada con matas de coca en el Caquetá pasó de 15.600 a 21.600 hectáreas entre 1995 y 1996, lo que equivale a un incremento del 38 por ciento, según datos proporcionados por satélites estadounidenses.

El coronel Gallego explicó que a la fumigación en el Caquetá se unirá una flotilla de nuevas aeronaves donadas por las autoridades de Estados Unidos como parte de su ayuda a la lucha contra el narcotráfico.

Los aviones han tenido que ser adaptados para tareas de aspersión aérea porque fueron construidos para otras actividades, agregó el coronel.

Además del funcionamiento de los aparatos, en esta etapa de prueba las fuerzas de elite también buscan la forma de "articular" la flotilla con los helicópteros escolta y con los accesorios que se les han añadido.

"En esa región hay bastantes amenazas", admitió Gallego, en alusión a la gran presencia de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), la guerrilla más antigua y numerosa del país.

Los cultivos de matas de coca existentes en las regiones selváticas del sur colombiano han sido sembrados por colonos, que en julio del pasado año protagonizaron un enorme levantamiento campesino contra la eventual extensión de la fumigación aérea a esas regiones. EFE

JGH/mmg/fr

05/12/16-16/97

9708872.

[illegible]

[illegible] dos narcotraficantes [illegible] en dos [illegible] Guardia Civil, que [illegible] dólares).

Fuentes de la [illegible] en Cataluña informaron [illegible] la primera operación se inició el pasado [illegible] procedente de Perú [illegible] ciudadanos portugueses sospechosos de traficar con droga [illegible].

La Guardia Civil montó un sistema de vigilancia de la mujer y, al día siguiente, cuando acababa de entregar un paquete a un ciudadano nigeriano en el andén de una estación del tren metropolitano detuvo a la pareja.

El paquete contenía 5,1 kilos de cocaína y había viajado desde Perú en el doble fondo de una maleta. Los detenidos son M.N.A., portuguesa, de [illegible] años y domiciliada en Madrid, y K.M.I., de 40, ciudadano nigeriano y también vecino de Madrid.

La segunda operación se produjo hacia el mediodía del sábado, cuando la Guardia Civil encontró 5,[illegible] kilos de cocaína camuflada entre las baterías de una cámara de vídeo que transportaba desde La Habana un ciudadano argentino, [illegible], de 45 años, que se hacía pasar por cámara profesional.

Los tres detenidos han pasado a disposición judicial. EFE

[illegible]

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9708873

TITULO ESPAÑA: Decomisan 10 kg de cocaína en operativo en Barcelona.

PROCEDENCIA Noticias

FECHA DE PROCEDENCIA 12/5/97

VINCULACIONES 11176 11666
10892 66817
307513 500145
11351 11226
11352
11354

9708873.

01-01

0??4?8

U VARBF 05 13 00??2
mdn exg 1c.

EEUU NARCOTRAFICO

JUICIO CONTRA DOS ABOGADOS CARTEL CALI DURARA CUATRO MESES

Miami (EEUU), 13 may (EFE). El juicio contra dos abogados estadounidenses por fraude organizado relacionado con el "cartel" de Cali y que incluirá el testimonio de Guillermo Alejandro Pallomari, ex contable de este grupo, comenzará el próximo lunes y durará "unos cuatro meses".

Las dificultades en seleccionar un jurado para el juicio contra William Moran, abogado criminalista defensor, y Michael Abbell, ex funcionario del Departamento de Justicia, ambos abogados del "cartel" de Cali, han demorado el comienzo del juicio.

La oficina del juez William Hoeveler afirmó que se espera que la selección de los doce miembros del jurado, con seis alternativos, se realice antes de este viernes y el juicio comience el próximo lunes.

Cuatro de los seis abogados nombrados en el encausamiento ya se han declarado culpables con el fin de recibir una reducción en sus sentencias.

Sin embargo, Morán y Abbell han proclamado su inocencia y alegan ser blancos de los fiscales por el hecho de haber representado jurídicamente a los traficantes colombianos en tribunales de los Estados Unidos.

Según documentos de la corte, los acusados pasaron de sus deberes legales y falsificaron declaraciones juradas y obstruyeron el enjuiciamiento contra Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela, jefes de la organización de narcotráfico. EFE

HGH/JLM/PL

05/13/21 58/97

Nº DOCUMENTO 9708874

TITULO EEUU: Se inicia juicio contra Abogados de C. de Cali

~~Abbell~~ Rojo

13/5/97.

11170 11514
65092 11226 11019
65890 11354 65592
~~11214~~ 11670
~~11229~~ ~~11075~~
11422
11660

01-09

9708874.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

EEUU-NARCOTRAFICO COLOMBIA

ABOGADOS QUE DEFENDIERON CARTEL, "EJEMPLARES" EN SU PROFESION

Miami (EEUU), 20 may (EFE).- Los abogados que defendieron en tribunales de los EEUU a los capos del cartel de Cali, no sólo no cometieron ningún delito, sino que fueron "modelos de la ética de su profesión", afirmaron hoy sus abogados defensores en declaraciones iniciales durante el juicio en Miami.

"William Moran representó durante muchos años un ejemplo [illegible] de un abogado defensor de este país", afirmó Martin Weinberg, abogado de Moran.

"[illegible] acusaciones contra él van al corazón de la Sexta Enmienda de la Constitución de los EEUU, que garantiza el derecho del acusado de defenderse contra acusaciones [illegible]", agregó.

William Moran y Michael Abbell, ambos abogados estadounidenses, y otros cuatro presuntos miembros del cartel de Cali, afrontan cargos relacionados con el narcotráfico en un juicio que durará previsiblemente unos cuatro meses.

Un jurado de ocho hombres y seis mujeres escuchó hoy durante cuatro horas las declaraciones iniciales por parte de los abogados defensores.

Los fiscales iniciaron las suyas el pasado lunes, al detallar la ayuda -falsificación de declaraciones juradas y otros obstáculos en el enjuiciamiento- que los acusados presuntamente prestaron a la red de narcotraficantes.

Por su parte, Howard Srebnick, que representa a Abbell, atacó la práctica de los fiscales de "comprar" el testimonio de sus testigos.

Los principales testigos de los fiscales, Guillermo Pallomari, ex-contador del cartel, y William Santos, son narcotraficantes condenados en tribunales de los EEUU, que colaboran con los fiscales a cambio de una reducción en sus sentencias.

Según Srebnick, el cartel contrató los servicios de Abbell porque es uno de los expertos en el país en el campo de la extradición.

Abbell, [illegible] del Departamento de Justicia federal, representó a los hermanos Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela, que dirigieron el cartel durante años.

Las declaraciones iniciales de los otros cuatro acusados seguirán mañana miércoles en la corte federal de Miami. EFE

[illegible]

[illegible]

Nº DOCUMENTO ____________

TITULO ____________

PROCEDENCIA Agencias

[illegible] 20/5/97

[illegible]

02

9708874

EEUU-DROGAS COLOMBIA
FISCALES: CARTEL COMPRO ABOGADOS EEUU PARA ENCUBRIR PASOS

Miami (EEUU), 19 may (EFE). El cartel de Cali en Colombia introdujo centenares de toneladas de cocaína en los Estados Unidos y sus miembros "compraron su propio gobierno (colombiano)" y a abogados estadounidenses para encubrir sus actividades, alegaron hoy los fiscales federales al comenzar un caso relacionado con el narcotrafico.

En sus declaraciones iniciales en el juicio que hoy comenzó en Miami contra Michael Abbell y William Moran, ex representantes legales del Cartel de Cali, los fiscales detallaron una "sofisticada red de distribuidores, lavanderos de dinero y abogados", todos empleados de la "mayor y mas eficaz" organización criminal relacionada con las drogas.

"De hecho lo que hizo el cartel fue comprar su gobierno", dijo el fiscal Ed Ryan, en referencia a sobornos presuntamente pagados a "políticos" en Colombia y mencionados en el acto de acusación.

Tanto Abbell como Moran están acusados de obstacularizar el enjuiciamento de los capos de Cali, entre otros cargos, por haber supuestamente suministrado y comunicado información y otros servicios del cartel que iban más allá de la relación abogado cliente.

El juicio puede durar entre dos y cuatro meses, segun las previsiones. EFE

mrm/fjo/arn

05/20/00-03/97

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencia

FECHA 20/5/94

VINCULACIONES

9708874.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA EL OBSERVADOR
FE 21/5/97 fs 22
VINCULACIONES

JUICOSANG

EEUU presentará pruebas contra Ernesto Samper

El gobierno de EEUU anunció que presentará pruebas y testigos que demostrarán que el presidente colombiano, Ernesto Samper, recibió US$ 6 millones provenientes del Cartel de Cali para financiar su campaña presidencial. Esta es la primera vez que se menciona de forma oficial y con nombre a Samper, a quien se lo acusó reiteradamente de financiar su campaña con fondos del narcotráfico. La revelación fue hecha por el diario El Tiempo en base a declaraciones de un fiscal que participó en el juicio de la Operación Piedra Angular en una corte en Miami.*(EFE)*

04

Nº DOCUMENTO

TITULO :

PROCEDENCIA O. ESTADO de São Paulo 21/5/97

VINCULAÇÃO

ESTADOS UNIDOS

Promotor americano diz ter provas contra Samper

Num julgamento em Miami, ele promete provar que presidente colombiano recebeu doações do cartel de Cali

MIAMI — O promotor federal americano Ed Ryan prometeu ontem apresentar provas obtidas pelo governo americano de que o presidente colombiano, Ernesto Samper, recebeu US$ 6 milhões do cartel de drogas de Cali para financiar sua campanha para as eleições de 1994. Ryan acusa dois advogados americanos do cartel, Michael Abbell e William Moran, num julgamento que começou na segunda-feira em Miami. Ele fez a acusação a Samper em sua exposição inicial para o corpo de jurados. "Com a doação, o cartel quis assegurar-se de que teria em seu bolso o mais alto funcionário da Colômbia", afirmou. "Em resumo, os traficantes compraram seu próprio governo."

O julgamento de Abbell e Moran vem sendo acompanhado com grande expectativa na Colômbia. As denúncias de que Samper, eleito pelo Partido Liberal, financiou parcialmente sua campanha com fundos do cartel de Cali não são novas. Em dezembro de 1995 e em junho do ano passado, o presidente foi considerado inocente das mesmas acusações por uma comissão parlamentar que o investigou. As duas apurações do Congresso, porém, dificultaram a apresentação de provas que poderiam incriminar Samper e foram contestadas pela oposição colombiana e pelos EUA.

INVESTIGAÇÃO COLOMBIANA FOI CONTESTADA

Abbell e Moran são acusados pela Justiça americana de conspirar para permitir que o cartel de Cali traficasse para os EUA cerca de 250 toneladas de cocaína em 13 anos, tornando-se "a maior e mais formidável" organização criminosa do mundo, segundo Ed Ryan.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencia EFE

[illegible] 6/6/97

[illegible]IONES

Juicio Abog Cali

[illegible]

[illegible]

EEUU NARCOTRAFICO COLOMBIA
JUEZ EN JUICIO ABOGADOS CARTEL NIEGA PETICION SEPARAR CASOS

Miami (EEUU), 6 jun (EFE). El juez federal estadounidense William Hoeveler, que preside la causa contra dos abogados del narcotraficante Cartel de Cali y otros cuatro "empleados", negó hoy nuevamente una petición de la defensa para separar los casos contra los seis acusados.

Los abogados de los seis acusados presentaron por segunda vez su petición ante el juez, al considerar que las declaraciones prestadas contra uno pueden perjudicar indebidamente al otro acusado.

La causa, que empezó el 20 de mayo, se realiza a un ritmo lento y, en ocasiones, caóticamente debido a que los seis acusados cuentan con su propio equipo de abogados defensores.

Los acusados "estelares" del juicio, son William Morán, de Miami, y Michael Abbell, ex empleado del Departamento de Justicia federal. Ambos ex abogados de los capos de Cartel de Cali, encaran cargos por obstaculizar la justicia.

Según los fiscales, los dos abogados que representaban a Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela ante los tribunales de Estados Unidos durante varios años, ejercieron un papel clave -más allá de lo permitido por la ley- en ofrecer protección a dichos líderes del cartel de Cali.

Sin embargo, al menos hasta ahora, los fiscales sólo han presentado un caso general que detalla como el cartel se organizaba para introducir 200 toneladas de cocaína en Estados Unidos, y aun no han entrado en acusaciones específicas contra los acusados.

La comparecencia en la tribuna prevista para hoy de Harold Ackerman, el "embajador" del cartel en Miami hasta que fuese detenido y posteriormente sentenciado en agosto de 1993 a una condena perpetua, fue aplazada hasta el próximo lunes.

Además de la petición de "separación de los casos", la sesión de hoy se dedicó al testimonio de un agente del Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA) que detalló la forma como montaron el caso contra Ackerman, condenado por haber importado 22 toneladas de cocaína metida en cargas compuestas de postes de cemento y [illegible].

La sesión del jueves fue cancelada, y una parte de la realizada el miércoles también se suspendió debido a problemas con uno de los 12 jurados, según una fuente del tribunal.

El juicio continuará el lunes en la corte federal de esta ciudad. EFE

HAH CTF

[illegible] 21 55 07

Nº DOCUMENTO

TÍTULO

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA 9/6/97

VINCULACIONES

Juicio Abogs Cali

EEUU DROGAS

EX JEFE CARTEL CALI EN EEUU DECLARA SOBRE NARCOTRAFICO

Por Michael Malone

Miami (EEUU), 9 jun (EFE). Harold Ackerman, antiguo "capo" del cartel de Cali en EEUU, describió hoy, en el juicio que se sigue en Miami contra dos ex abogados de la organización y al que asiste como testigo, el control y las operaciones montadas para supervisar los cargamentos de cocaína que introdujo en este país.

Ackerman, que cumple una pena de cadena perpetua, declaró durante unas tres horas en el juicio contra William Moran y Michael Abbell, que fueron abogados del cartel de Cali, que se enfrentan a varios cargos por "obstaculizar la justicia".

Otros cuatro "empleados" del cartel colombiano también enfrentan cargos por narcotráfico en el mismo juicio por lo que, una vez más, la defensa pidió al juez William Hoeveler separar los seis casos debido al "perjuicio continuo" que implica enjuiciarlos todos juntos.

Por tercera vez, el juez negó la petición, pero exhortó a los fiscales a que "se proceda con un poco más de rapidez" en su caso, si bien se espera que no acabarán antes de unos cuatro meses.

Ackerman dijo que hablaba con Cali desde Miami "constantemente" por teléfono con el líder del cartel, Miguel Rodríguez-Orejuela, para recibir sus instrucciones.

Entre octubre 1990 y marzo 1991, Ackerman supervisó la llegada al sur de Florida de tres cargamentos de cocaína, que ascendían a un total de 3.700 kilos, y recibió unos 720.000 dólares por sus servicios.

En un momento en que Ackerman y otros miembros de la operación en EEUU estuvieron convencidos de que las autoridades del país estaban al tanto de su actividad ilegal, se lo comunicó al capo en Colombia.

"Nos acusó de estar paranoicos y de estar locos, e insistió en que continuáramos", dijo Ackerman, desde la tribuna.

Al ser detenido en 1992, Ackerman pretendió representar el nuevo estilo del narcotraficante del cartel: un hombre inteligente y sofisticado que desde su coche de lujo dirigía las operaciones de narcotráfico utilizando un teléfono portátil.

Ackerman, hasta el momento el testigo más importante en el juicio, compró una tienda de ropa cuando en 1990 un miembro del cartel le invitó a participar en una operación de lavado de dinero.

Tras una primera conversación teléfonica con Rodríguez-Orejuela, el capo le pidió que viajar a Cali para "conocerse de manera más personal".

Cuando "se calentó el negocio" de Jorge López, hasta entonces supervisor de las operaciones del cartel de Cali en EEUU, las responsabilidades de Ackerman aumentaron a petición de Rodríguez Orejuela.

Ackerman señaló que, cuando un miembro del cartel es detenido, los jefes le mandaban dinero para costear los servicios de un abogado defensor.

Los abogados Moran y Abbell están acusados de realizar servicios "mucho más allá" de los propios de un abogado y de ayudar a que los capos del cartel nunca llegaran a los tribunales de EEUU.

La defensa protestó contra la manera "lenta y detallada" con que los fiscales presentan sus pruebas.

"Pretenden inundar el jurado con evidencias sobre cocaína y dinero relacionados con la organización de narcotráfico, pruebas que no contestamos pero que tampoco tienen que ver con nuestros clientes", dijo Martin Weinberg, abogado defensor de Moran.

A cambio de sus declaraciones, Ackerman espera recibir una reducción de su condena. El testigo continuará en la tribuna el próximo martes. EFE.

9/6/97 07

9708874.

Nº DOC.

TITULO:

PROCEDENCIA: Efe

FECHA CRON: 16 JUNIO 1997

VINCULACIONES 11176 11070
65092 11214
65890 11229
65592 11422
11019

JULIO
[illegible]
COL

[illegible]

[illegible] 06-16 [illegible]

[illegible]

EEUU DROGAS/COLOMBIA
TESTIGO JUICIO MIAMI DECLARA SOBRE GUERRA ENTRE CARTELES

Miami (EEUU), 16 jun (EFE). Harold Ackerman, que hace unos años dirigió las operaciones del Cartel de Cali en Estados Unidos declaró hoy en un juicio en Miami sobre el transporte de armas y otros materiales utilizados en "una guerra" entre los carteles de drogas en Colombia.

Ackerman, "testigo estrella" de los fiscales en el juicio contra dos abogados del Cartel de Cali, testificó cómo supervisó la exportación a Colombia de un poderoso microscopio para vigilar a Pablo Escobar, "capo" del Cartel de Medellín.

Según el testigo, los narcotraficantes instalaron el microscopio en una finca adyacente a la cárcel donde el capo del cartel rival cumplía una pena.

"Este equipo se iba a utilizar en Medellín para monitorear lo que pasaba dentro de la cárcel", explicó Ed Ryan, fiscal principal en la causa contra Michael Abbell y William Moran.

Los abogados están acusados de "obstaculizar la justicia", o proteger ilegalmente a sus clientes, los capos del cartel de Cali, Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela, ahora detenidos en Colombia.

Otros cuatro colombianos, presuntos "soldados" de la organización ilícita también enfrentan cargos por narcotráfico en el mismo juicio que empezó en mayo.

Ante preguntas sobre un alijo de ametralladoras descubiertas en la casa de otro acusado, Ackerman señaló que el cartel de Cali planeaba enviar dichas armas a Colombia para utilizarlas en "su guerra" contra el de Medellín.

La comparecencia de Ackerman es la primera en un tribunal de Estados Unidos desde que fue condenado a seis cadenas perpetuas en 1992 por haber importado varias toneladas de cocaína.

En otras declaraciones, Ackerman dijo hoy que anteriormente ofreció un "análisis preciso" a las autoridades estadounidenses sobre la forma como los abogados del Cartel de Cali monitoreaban el sistema legal del país en representación de la red narcotraficante.

Según el testigo, con dichas afirmaciones "inició una serie de investigaciones" de los abogados, ahora acusados en el juicio.

En su contrainterrogatorio, [illegible] Weinberg, el abogado defensor de uno de los acusados, cuestionó los motivos que tuvo Ackerman para [illegible]

Weinberg [illegible] que Ackerman "[illegible] en la cárcel" si no recibe una reducción de sentencia de los fiscales a cambio de su colaboración. EFE

MRM GTP

06-16/97 17:57

08

970887[illegible]

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA 2/7/93

VINCULACIONES

Para Anexar

Abogy

Juicio Cali

EEUU-NARCOTRAFICO

ACKERMAN: CARTEL AMENAZO DETENIDOS EN EEUU PARA NO COOPERAR

Miami (EEUU), 1 jul (EFE).- El ex jefe de las operaciones del Cartel de Cali en EEUU, Harold Ackerman, testificó hoy que abogados de la red de narcotraficantes lo visitaron en la cárcel y lo amenazaron para que firmara declaraciones falsas por escrito en las que aseguraba que "no conocía" a los capos del Cartel.

Ackerman dijo ante el tribunal que aceptó firmar el documento presentado por Michael Abbell, uno de los dos ex abogados del Cartel acusados en este juicio de "obstaculizar la justicia", porque "no me quedaba otro remedio".

Abbell y otro abogado del cartel llamado William Moran se enfrentan a varias acusaciones en Miami por haber utilizado tácticas ilegales para proteger los hermanos Rodríguez-Orejuela de la justicia norteamericana.

Según Ackerman, condenado en 1993 a seis cadenas perpetuas por narcotráfico, otros abogados del cartel también le visitaron en la prisión federal y le amenazaron con represalias si cooperaba con las autoridades.

El condenado, ahora testigo "estelar" de los fiscales, declaró que el abogado Robert Moore le recordó que "tiene familia en Colombia" y que "si pensaba en cooperar con las autoridades, ni siquiera el perro de la familia escaparía las venganzas".

En otro testimonio ofrecido hoy, un agente de la Administración estadounidense Anti-Droga (DEA) declaró que se le comunicó una amenaza de muerte proveniente de Gilberto Rodríguez-Orejuela cuando se comprobó que un cargamento de dinero lavado nunca llegó a Colombia. EFE.

mrm/fjo/CGF

07/07/01-17/97

9708874

Junta de Droga planificó acción



Con el propósito de planificar un trabajo en común sobre el problema del consumo de drogas, el Secretario de la Junta Nacional de Drogas, Dr. Alberto Scavarelli, se reunió en las últimas horas con los presidentes y directores técnicos de las emergencias móviles. El encuentro, desarrollado en la Sala del Consejo de Ministros del Edificio Libertad, congregó a la Directora Técnica de UCAR, Dra. Lilia Fontenla, al Director Técnico del SUAT, Dr. Hugo Pombo, al Coordinador Gral. de Móviles Asistenciales de SSAE, Dr. Ricardo Yanicelli, al Presidente del Directorio de UCM, Dr. Mario della Cella, al Director Técnico de esa institución, Dr. Jorge Sanguinetti, al Responsable de la Red de UCM, Dr. Pablo Fernández, al Director Técnico y Directora Técnica del SEMM, Dres. Ricardo Volker y Mabel González, al responsable de la Red de la misma entidad, Dr. Leopoldo Barreira, al Director del Hospital Policial, Dr. Humberto Arenas y a los representantes del Hospital de las Fuerzas Armadas, Dra. Marina Cardeza, Dra. Norma Spurio y Dra. María Rosa Blanco.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Ultimas Noticias

PROCEDENCIA 29/5/97

VINCULACIONES

Horoto.

ANALIZAN SERVICIOS DE EMERGENCIA EN DROGAS

Con la participación del Ministro de Salud Pública, Dr. Raúl Bustos, y el Prosecretario de la Presidencia de la República y Secretario de la Junta Nacional de Drogas, Dr. Alberto Scavarelli, comenzó esta mañana, en la sala de actos del Banco Hipotecario del Uruguay, el «Encuentro de médicos de servicios de emergencia sobre la problemática de las drogas», organizado por la Junta Nacional de Drogas, UCM, SEMTA, UCAR, SUAT, SSAE, Sanidad Militar y Policial.

La reunión gira en torno al tema «Drogas de abuso: directivas, diagnósticos y terapéuticas», qué es debatido con participación de técnicos y especialistas del área pública y empresas privadas de emergencia móvil.

El Dr. Pedro Bustelo, disertó sobre «Características sociales, económicas y demográficas de los usuarios de drogas en Uruguay». Posteriormente se formalizó la mesa redonda «El médico de emergencia», coordinada por la Prof. Dra. Eva Fogel de Korc y los Dres. Alvaro Ramírez y Juan José Dapueto.

Por la tarde, 15 horas, el Prof. Dr. Humberto Casarotti expondrá acerca del «Uso y abuso de drogas y responsabilidad del médico de emergencia». A las 16.45 disertará el Director del Programa de Servicios Crónicos del MSP, Dr. Carlos Strozzi, y a las 18 se plantearán las conclusiones del encuentro.

02

Scavarelli aseguró que lucha contra las drogas requiere una política de Estado

El prosecretario de la Presidencia de la República y secretario de la Junta Nacional de Drogas, Alberto Scavarelli, subrayó que la tarea de prevención en la problemática de las drogas es una tarea colectiva, que involucra a todas las áreas de la sociedad. Al inaugurar el "Encuentro de Médicos de Servicios de Emergencia", acto al que asistió el ministro de Salud Pública, Raúl Bustos, y profesionales de UCM, SEMM, UCAR, SUAT, SSAE, Sanidad Militar y Sanidad Policial —entidades organizadoras conjuntamente con la Junta Nacional de Drogas—, Scavarelli puso de relieve la importancia de este evento, que se suma a una serie de acciones impulsadas para encontrar caminos que permitan dar solución al tema del uso y abuso de drogas.

En su intervención, Scavarelli indicó que la lucha contra la problemática de las drogas, "sin distingos, sin banderías y sin divisiones filosóficas", es un tema de Estado "porque está comprometida la calidad de vida de los uruguayos, la salud de los uruguayos, individual y colectivamente considerados".

"También está comprometido un estilo de vida y convivencia democrático, que detrás del problema del consumo, aún cuando no llegan a ser adicciones, significa un desapego de la realidad nacional, un desapego de la participación en la construcción diaria de un modo de convivencia, democrático, participativo y solidario, sin el cual las comunidades se van desdibujando, transformándose en algo distinto a la que debe ser una sociedad debidamente integrada".

Destacó luego el jerarca de gobierno el interés expuesto en este tema por las instituciones de emergencia móvil, tanto públicas, como privadas, señalando que "tienen un rol protagónico en lo que hace a la prevención" ya que tienen la oportunidad de un contacto directo con quienes padecen "los problemas del uso abusivo de sustancias de esta naturaleza".

Dijo Scavarelli que "hay un compromiso del Estado" en la tarea de prevención del uso de drogas, pero reconoció que hay "una responsabilidad compartida" que involucra a todos los sectores de la sociedad. "Cada comunidad tiene que compartir la responsabilidad para poder llevar adelante programas que tienen que ver con la difícil tarea de manejar la prevención en el terreno de la conciencia humana y de la conducta de cada ciudadano, libre pero integrado a una sociedad".

Precisó que "el ejercicio de la libertad responsable es lo que nos hace a todos responsable por este tema, no responsables para la culpa, sino responsables para una acción concertada en la que seguramente estamos todos de acuerdo, una política de Estado que no admite divisiones, no admite banderías y no admite otro enfoque que no sea cuidar la vida".

■ FACTOR DE DESORGANIZACION SOCIAL

El ministro Bustos, por su parte, destacó que "el consumo de sustancias psicoactivas productoras de dependencia, constituye hoy para nuestro país un problema relevante que afecta tanto a la salud individual como colectiva de nuestra sociedad".



DROGAS. *El ministro de Salud Pública, Mario Bustos y el secretario de la Junta Nacional de Drogas, Alberto Scavarelli, informan a los médicos de los servicios de emergencia sobre la problemática de las drogas*

Señaló que los efectos de este consumo no sólo resultan perjudiciales para la salud sino que a su vez tienen consecuencias negativas para la economía y el desarrollo del país "ya que son factor de desorganización social, afectando en definitiva el bienestar de toda la población".

Dijo el Ministro que "la desestructuración familiar y el menoscabo de los valores éticos, morales y de convivencia son también efectos claramente visibles en los grupos poblaciones afectados".

Bustos afirmó que, en consecuencia debe priorizarse la tarea de prevención en los sectores juveniles, que son los más vulnerables para este tipo de conductas, comprometiendo los máximos esfuerzos del Ministerio a su cargo para contribuir en esta tarea.

Nº DOCUMENTO 9708876

TITULO MEX: Detenidos ex militares al servicio de Amado Carrillo.-

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE ... 13/5/97

... 11176 11214
65092 11229
507623 11422
11514 11351
13065 11354
11226

+E0727

U FOSRT 05 17 00455
mun exg ics ecd

MEXICO NARCOTRAFICO
DETENIDOS EX POLICIAS Y MILITARES AL SERVICIO AMADO CARRILLO

Mexico, 13 may (EFE).- Cuatro ex agentes de la Policía Judicial, tres ex militares y un miembro del Instituto Nacional para el Combate a las Drogas, que trabajaban para el cartel de Ciudad Juarez, fueron detenidos en una acción conjunta del Ejército y la Policía de México, informó hoy la Fiscalía.

La Procuraduría General de la República (PGR) mexicana agregó en un comunicado que este operativo, efectuado en una fecha no especificada, supone "un fuerte golpe" a la organización delictiva que encabeza el narcotraficante Amado Carrillo Fuentes, conocido como "El Señor de los Cielos".

La investigación comenzó cuando dos ex militares intentaron sobornar al encargado del puesto militar fronterizo de La Tolva, en el municipio sonorense del Carmen (noroeste de México), a quien ofrecieron una gran cantidad de dinero a cambio de que les permitiera descargar un avión cargado de cocaína.

El responsable del puesto militar rechazó la proposición y procedió a la detención de los ex militares, tras lo cual se abrió una investigación que desembocó en el arresto de siete integrantes del cartel de Ciudad Juárez.

Los detenidos son Fernando Graciano García, alias "El Comandante Moreno", miembro del desaparecido Instituto Nacional para el Combate a las Drogas, tres ex agentes de la Policía Judicial Federal y tres ex militares.

La Procuraduría destacó que los narcotraficantes detenidos pertenecen a una célula dirigida por Ramón Alcides Magaña, alias "El Metro", que actuaba como guardaespaldas del "capo" Amado Carrillo Fuentes en el tiroteo ocurrido hace unos años en el restaurante "Bali Hai" de la Ciudad de México.

Este grupo, integrado también por los narcotraficantes Ramón Beltrán y Alfonso Quintero, opera en el sureste de México, especialmente en los estados de Veracruz y Quintana Roo.

La Procuraduría subrayó que estas detenciones demuestran el "firme propósito" de las autoridades mexicanas de luchar contra las organizaciones delictivas "sin importar el nivel de quienes participan o colaboran con las mismas".

El pasado 30 de abril, el titular de la PGR, Jorge Madrazo Cuellar, anunció la desaparición del Instituto Nacional para el Combate a las Drogas (INCD) y la creación de la Fiscalía Especial de Delitos contra la Salud.

La eficacia del INCD, organismo que dependía de la Procuraduría General, sufrió un duro golpe cuando el 18 de febrero se descubrió que su entonces titular, el general Jesús Gutiérrez Rebollo, y varios de sus colaboradores trabajaban para la organización de

9708876.

Amado Carrillo.

Este hecho, ocurrido en vísperas de que Estados Unidos divulgara su "certificación" sobre la lucha antidrogas de México, obligó a las autoridades mexicanas a reconocer que el narcotráfico se había infiltrado en puestos estratégicos de las Fuerzas Armadas y de los cuerpos de seguridad pública. EFE

mf amm/fi

05/13/18 14/27

3H7717

E SUCBT 05 13 00207
mun exg ics

PERU NARCOTRAFICO
ACUSADO DE TERRORISMO CABECILLA DE NARCOTRAFICO

Lima, 13 may (EFE). Un cabecilla del narcotráfico de Perú ha sido condenado, en primera instancia, por financiar la actividad de las bandas terroristas que operan en el valle del Huallaga, informó hoy, martes, un portavoz de la judicatura.

Wilmer Alvarado, alias "Champa", detenido en Ecuador hace unos meses, ha sido declarado culpable del delito de terrorismo agravado por el juez limeño Marlon Campos, y su caso ha pasado a un tribunal que le juzgará por esa causa.

Según la legislación antiterrorista peruana, de ser ratificado por el tribunal el fallo de Campos, el narcotraficante puede ser condenado a una pena máxima de cadena perpetua y a una mínima de 20 años de cárcel.

La investigación judicial realizada por el juez limeño estableció que "Champa" entregaba 5.000 dólares mensuales, así como alimentos y medicinas, a grupos armados de la banda maoísta Sendero Luminoso.

Esos pagos los hizo con el propósito de que los terroristas le dejaran traficar con droga sin problemas y le protegieran de la policía peruana.

Alvarado fue detenido en Quito a finales de 1996 y su banda, que ha sido desarticulada, era una de las principales suministradoras de pasta base de cocaína de los carteles colombianos del narcotráfico. EFE

VR/cho/M

05/13/17-19/97

Nº DOCUMENTO 9708877
TITULO Peru: Acusan a Wilmer Alvarado culpable de terrorismo.-
Agencia
13/5/97
11416
65092 1152
66817
11224
11214
11229
11422

01-01

9708877.

Nº DOCUMENTO 9708878

TITULO Brasil Detienen ppal intermediario de org. con el cartel de Cali.

Agencias

13/5/94

11179	11214
65092	11229
507482	11422
11670	11224
65890	11226

#06345

R SUCBT 05 13 00433

ICX MUN EXU

BRASIL-DROGAS

CONFIRMAN QUE TRAFICANTE DETENIDO ERA MAYOR CAPO CARTEL CALI

Sao Paulo (Brasil), 13 May (EFE). - La policía federal de Brasil ha confirmado hoy que el narcotraficante brasileño Antonio Mota Graza, detenido este lunes en el estado de Sao Paulo, no sólo es el mayor traficante que actuaba en el país sino también el principal intermediario del "cartel" de Cali en Brasil.

Los agentes federales de la División de Represión a los Estupefacientes (DRE), encargados de la detención, confirmaron que Mota Graza, conocido como Curica, es el principal responsable del envío a Europa y a los Estados Unidos de la cocaína que el "cartel" colombiano de Cali envía a Brasil.

El propio director de la policía federal, delegado Vicente Chelotti, quien se trasladó de Brasilia a Sao Paulo para presentar al delincuente detenido, aseguró que Mota Graza está directamente vinculado a las organizaciones criminales de los colombianos Gilberto y Miguel Rodríguez Orejuela -presos en Bogotá- y por José Santacruz -muerto en una operación antinarcóticos.

El "Curica", según la policía brasileña, logró instalar varios laboratorios de procesamiento de cocaína en la Amazonia brasileña, en compañía del también colombiano Rodrigo Angarita Bonilla, quien cumple condena por narcotráfico en Manaos.

"Curica era el responsable, por lo menos, del 20 por ciento de la cocaína que entra a Brasil por la Amazonia y procedente de las selvas colombianas. La droga es transportada por aviones que aterrizan en las más de 300 pistas clandestinas que esa organización posee en la Amazonia brasileña", aseguró uno de los responsables de la detención.

La captura de Mota Graza, detenido en una lujosa residencia en la ciudad de Campinas, una de las más industrializadas del estado de Sao Paulo, se consiguió gracias a una denuncia anónima en la ciudad de Manaos, que es el principal centro de operaciones de los miembros del "cartel" de Cali en Brasil.

En 1993, "Curica" que se encontraba cumpliendo una condena de ocho años de prisión por narcotráfico en el mayor centro penitenciario de América Latina, en Sao Paulo, fue liberado por un grupo de "pistoleros" al servicio del "cartel" de Cali.

Mota Graza fue rescatado en febrero de 1993, pocos minutos después de abandonar la Casa de Detención en un vehículo [illegible] escoltado que lo transportaría hasta el tribunal de justicia en donde sería interrogado.

Poco después de su fuga, la policía federal, en un operativo realizado para capturar al prófugo, se incautó de un cargamento de [illegible] toneladas de cocaína en el estado de Tocantins.

La policía federal considera que la captura del "Curica" puede ayudar a desmontar una de las principales organizaciones brasileñas de envío de cocaína hacia Europa y los Estados Unidos. [illegible]

[illegible]

9708878.

Nº DOCUMENTO 9708879
TITULO RESUMEN DE INF. NARCOTRAFICO. 01MAY97 - 30JUN97
PROCEDENCIA NARCOTRAFICO
FECHA DE PROCEDENCIA 11/8/97
VINCULACIONES 1176. RES. INF. 501889 500889 514142 12764.6.R. 65890 507623 10026 10027 65644 66097 66153 66718 66960 507480 507482 65709 65592 65838 66723 66817 502466 67390 10184 65201 507513 507604 507529 507294

RESERVADO

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SUB DIRECCION EXTERIOR - SECCION NARCOTRAFICO

COPIA Nº

Montevideo, 11 de agosto de 1997

RESUMEN DE INFORMACION Nº 03/97
PERIODO: 01MAY97 AL 30JUN97

TEMARIO

RESERVADO

9708879

F.- ECUADOR

G.- PARAGUAY

H.- PERU

I.- URUGUAY

J.- VENEZUELA

V.- **EUROPA**

A.- AUSTRIA

B.- ESPAÑA

C.- ITALIA

D.- REINO UNIDO

E.- RUSIA

I.- **ORGANISMOS INTERNACIONALES**

A.- **ORGANIZACION DE NACIONES UNIDAS**

- Un extenso informe de las Naciones Unidas presentado el pasado 26 de junio, Día Internacional de Lucha contra las Drogas, destaca entre otros puntos, que unos 30 millones de personas, que equivale al 0,5% de la población mundial, consumen anfetaminas y otras drogas sintéticas, mientras que otros ocho millones toman heroína y otras sustancias derivadas de las plantas opiáceas. También se calcula en 13,3 millones los adictos a la cocaína, en 141,2 millones los consumidores de cannabis y en 25,5 millones quienes se exceden en el consumo de alucinógenos, además de los 227,4 millones que toman sedantes, un 3,92% de la población del planeta.

La droga sintética más consumida es la metanfetamina, que registra altos índices en los EE.UU. así como en naciones del Medio Oriente y del Sudeste asiático, mientras que en Europa las anfetaminas ocupan el primer lugar al tiempo que aumenta el consumo de éxtasis.

Por otro lado, el informe indica que la producción de adormidera se ha triplicado desde 1985, mientras que la ilícita de hoja de coca se ha duplicado entre 1985 y 1995. La superficie mundial dedicada al cultivo ilícito primeramente mencionado creció hasta 280.000 hás. en 1996 y casi el 90% de la producción ilegal de opiáceos procede de la llamada Media Luna Dorada (Afganistán, Irán y Pakistán) y del Triángulo de Oro (Birmania, Laos y Tailandia). Por su parte, Perú, Colombia y Bolivia aportan más del 98% de los suministros mundiales de la materia prima de la cocaína; la mitad de los cultivos totales de unas 220.000 hás. corresponden a Perú, mientras que Bolivia y Colombia tienen una cuarta parte.

Otro de los puntos a destacar de este informe, indica que el narcotráfico internacional genera anualmente beneficios cercanos a los 400.000 millones de dólares, aproximadamente un 8% del comercio mundial. Además, la necesidad de legitimar las ganancias obtenidas ha crecido de modo proporcional a la expansión de la industria de la droga ilícita y a la propensión de los delincuentes a operar en el mundo de los negocios

legales. Según las NN.UU., la repercusión más importante del blanqueo de dinero sobre la economía legítima es que socava la integridad del sistema financiero, y este hecho, según la amplitud y rapidez de la pérdida de confianza, puede tener consecuencias devastadoras a nivel nacional e internacional.

- El iraní HAMID GHODSE, Presidente de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes, quien reemplazó en el cargo al alemán OSKAR SCHROEDER, informó que el 80% del éxtasis que se consume en el mundo proviene de Europa. También señaló la enorme dificultad que supone el control de sustancias químicas y la gran facilidad con que los productores de drogas de diseño pueden generar una sustancia diferente pero con iguales efectos que la sustancia catalogada como ilegal.

B.- **ORGANIZACION DE ESTADOS AMERICANOS (OEA)**

- La XXVII Asamblea General de la OEA llevada a cabo en Lima, Perú, aprobó un documento que recoge la Estrategia Continental Antidrogas, elaborada y sancionada en 1996 por la Comisión Interamericana de Control del Abuso de Drogas (CICAD). El mismo recoge el compromiso político de las naciones americanas de encarar el problema de las drogas desde una perspectiva multidisciplinaria, equitativa y coordinada, dentro del marco de la responsabilidad compartida.

Los aspectos prioritarios en su aplicación son la cooperación y coordinación continental, la reducción del tráfico, la demanda y la oferta de la droga, así como la armonización y aplicación de leyes para penar los delitos conexos al narcotráfico. Por otra parte, respecto al proceso de "certificación" realizado por los EE.UU., se indicó entre otras consideraciones que los estados miembros reafirman el compromiso de los principios y propósitos de la Carta de la OEA, y afirman que "en el espíritu de la Cumbre de las Américas deben proseguirse enfoques multilaterales para resolver problemas comunes", además de exhortar a respetar la personalidad, soberanía e independencia de los estados y a abstenerse de adoptar acciones unilaterales que no concuerden con los propósitos y principios de la Carta y que puedan perjudicar sus relaciones de amistad.

C.- **UNION EUROPEA**

- La Comisión Europea lanzó un llamamiento a los Gobiernos de la Unión para "atajar" el crecimiento de la producción y venta de nuevas drogas sintéticas en los países de la UE. Entre otras medidas, la Comisaria Europea responsable de los Asuntos de Justicia e Interior ANITA GRADIN, propuso la creación de un sistema de información rápido sobre las nuevas drogas que aparecen continuamente en el mercado, así como la puesta en marcha de un "mecanismo de evaluación de los riesgos" asociados a los estupefacientes modernos.

Asimismo, la Comisión pidió a los Gobiernos que busquen un instrumento jurídico que permita poner fin en toda la Unión a la producción y venta de cualquier nueva droga.

D.- **GRUPO DE RIO**

- Miembros del Grupo de Rio reunidos en Cancún, México discutieron aspectos sobre la lucha antidrogas que expondrán en la Asamblea General de las Naciones Unidas que se celebrará en 1988, como ser, mecanismos para hacer frente al tráfico de drogas, productos químicos, la cooperación judicial y la reducción de la demanda de estupefacientes.

Cabe destacar, que de este encuentro no hubo una declaración oficial, y los temas tratados serán estudiados en cada país para un estudio posterior dentro de una ronda de reuniones preparatorias de la mencionada asamblea de las NN.UU.

II.- **AMERICA DEL NORTE**

A.- **ESTADOS UNIDOS**

- Con el fin de reforzar los esfuerzos para combatir el narcotráfico en rutas cada vez más utilizadas por los narcotraficantes, el Pentágono transfirió la jurisdicción que controla el Caribe y las Islas de las Antillas del Comando del Atlántico al Comando Sur, responsable de Centro y Sudamérica.

Según indicó WESLEY CLARK, Jefe del Comando Sur, de esta forma se podrá distribuir mejor la carga de trabajo y el reforzamiento común entre la zona de origen y la de tránsito de la droga.

Desde 1950, el Caribe y el Golfo de México han estado bajo la jurisdicción del Comando del Atlántico, con sede en Norfolk, pero las operaciones de los carteles colombianos son cada vez

más refinadas, aumentando los embarques de droga a través del Caribe marcadamente durante los últimos años, en parte por los éxitos alcanzados para bloquear las rutas por Centroamérica y México, por lo cual se hace ilógica la separación de esa región del continente y dificulta los esfuerzos por interceptar cargamentos de drogas.

- El Departamento del Tesoro anunció una serie de medidas destinadas a prevenir el lavado de dinero, las que incluyen que toda agencia dedicada al manejo de dinero deberá estar registrada en el Dpto. del Tesoro, las que estarán obligadas a reportar todas las transacciones sospechosas (lo que incluye repetidos envíos de U$S 749 por parte de la misma persona o al mismo destinatario), y obliga a reportar toda transferencia de U$S 750 o más a cualquier persona fuera de los EE.UU. (incluyendo la identidad del remitente).

Cabe destacar, que esta medida no afectará a los bancos regulares, los que deberán seguir remitiendo información referida a transacciones internacionales superiores a los U$S 10.000, sino a establecimientos no bancarios que a menudo son utilizados por inmigrantes y narcotraficantes.

- Durante una reunión realizada en la Casa Blanca, los alcaldes de este país han elaborado un "plan nacional" para potenciar la prevención y tratamiento de la drogadicción, como complemento de la lucha policial contra el narcotráfico. Con el mismo se pretende "mantener el nivel del esfuerzo policial" contra el tráfico, y aumentar las medidas "para reducir la demanda" mediante "prevención, educación, tratamiento y sanciones por uso de drogas y pruebas para detectarlo".

Al mismo tiempo indicaron que la erradicación del narcotráfico debe ser una de las prioridades de la política exterior del país y apoyaron el sistema de "certificación" de la lucha antidrogas.

- Informes de la DEA indicaron que autoridades antidrogas desarticularon una red de distribución de cocaína y lavado de dinero establecida en Nueva Orleans, realizando un vasto operativo en varios estados, deteniéndose a 36 individuos y confiscando 400 kgrs. de cocaína pura. La droga era distribuida desde Nueva Orleans hacia otras ciudades de EE.UU.

como Nueva York, Detroit y Nashville.

- Según informes de la DEA, el precio de la cocaína se ha duplicado en los últimos meses en Nueva York, la que actualmente es vendida a U$S 35.000 el quilogramo, mientras que meses atrás se podía adquirir por 17.000.
Esta suba fue atribuida a las grandes incautaciones de esta droga que se han llevado a cabo últimamente, como ser la detención de un camión procedente de Texas en el que fueron encontrados 1.600 kgrs. de cocaína.

B.- **MEXICO**

- En el marco de la visita del primer mandatario estadounidense a este país, el Pte. BILL CLINTON y su par mexicano ERNESTO ZEDILLO firmaron una Declaración de Alianza Contra las Drogas, comprometiéndose a que sus gobiernos preparen una estrategia común contra el narcotráfico antes de fin de año. El documento identifica 16 objetivos, entre ellos la eliminación de la corrupción, la reducción de la demanda de drogas por medio de la educación y la erradicación de la producción y distribución, así como combatir el tráfico de armas de EE.UU. hacia México, con el retiro de permisos de exportación a empresas cuyos productos terminen en manos de narcotraficantes.
Al mismo tiempo, se firmó un convenio que refuerza la cooperación en la lucha contra el lavado de dinero, el que modifica el acuerdo de 1994 en materia de intercambio de información respecto a transacciones realizadas a través de instituciones financieras. También se prevé una reestructuración del personal de enlace en la zona fronteriza que incluye a agentes del FBI y la DEA, incrementandose el número de agentes de la DEA destacados en México. Al mismo tiempo se acordó que el Dpto. de Justicia estadounidense participe activamente en la selección y formación de nuevos agentes antidrogas, con el fin de evitar el reclutamiento de personas vinculadas a organizaciones de narcotraficantes.
Finalmente, se acordó que aviones y navíos de los EE.UU podrán realizar patrullajes en cielo y mar mexicano con el fin de combatir el narcotráfico.
Cabe destacar, que el Pte. CLINTON informó durante su visita que

su país, con apenas un 5% de la población mundial consume cerca del 50% de las drogas producidas en el mundo, incluyendo un tercio de la cocaína que circula por el planeta.
Asimismo indicó que en 1993 los norteamericanos gastaron 49.000 millones de dólares en drogas, 31.000 millones en cocaína, 9.000 millones en marihuana y el resto en otras drogas.

- El Procurador General de la República, JORGE MADRAZO CUELLAR indicó que en el transcurso de 1997 fueron incautadas 25 toneladas de cocaína y supera los decomisos de 1996. Además, se han erradicado 7.511 hás. de marihuana y 13.303 de amapola, cifra esta última que representa el 90% de lo destruido en 1996.

Por otra parte, el titular de la Secretaría de Salud, JUAN RAMON DE LA FUENTE, reveló que más de 1,6 millones de mexicanos han probado drogas ilícitas en alguna ocasión, siendo la droga más consumida en el país la marihuana, con aproximadamente 3,3% de la población entre 12 y 65 años, seguida de la cocaína e inhalantes, con el 0,5% de adictos de esa franja de población en cada caso. El número de adictos a la cocaína, éxtasis y metanfetaminas es muy superior en las zonas fronterizas con EE.UU. con respecto al resto del territorio mexicano.

III.- **AMERICA CENTRAL**

A.- **COSTA RICA**

- El Simposio Interamericano de Educación Preventiva Contra el Uso Indebido de Drogas, se llevó a cabo en la capital de este país organizado por la Organización de Estados Americanos (OEA) y el gobierno de Costa Rica, en el que participaron representantes de países de la región con el fin de acordar estrategias para la prevención del consumo de drogas en el continente americano.

En el mismo, se indicó que los esfuerzos de América Latina para controlar la oferta de drogas y el reforzamiento de los programas de prevención deben encontrar apoyo en el principal mercado de consumo, EE.UU., mostrándose satisfechos por la presencia creciente de parte de EE.UU. de reconocer también su responsabilidad en el consumo interno de drogas.

B.- **GUATEMALA**

- Cuatro muertes violentas y la explosión de dos

coches bomba por venganza entre narcotraficantes marcan una creciente violencia entre organizaciones de narcotraficantes que operan en el territorio de este país. Al respecto, Ministros de Estado, políticos, la Iglesia Católica y empresarios han expresado su preocupación por el clima de inestabilidad que produce el narcoterrorismo.

El Ministro del Interior, SALVADOR GANDARA, indicó que solicitará la ayuda de los EE.UU. y México para hacer frente a la actividad de los narcotraficantes, ya que no se cuenta con suficientes recursos para hacer frente al narcotráfico de forma eficaz.

C.- **HONDURAS**

- La Comisión de Seguridad de Centroamérica reunida en Tegucigalpa aprobó el Convenio Centroamericano para la Prevención y Represión de Delitos de Lavado de Dinero y Activos Relacionados con el Tráfico Ilícito de Drogas, el que "demuestra la voluntad política que anima a los países a unir esfuerzos contra este tipo de delitos de carácter internacional, bajo una nueva visión integral de la seguridad regional". El mismo establece rigurosos controles a bancos e instituciones, que llevaran registros de clientes y sus respectivas transacciones, además de informar sobre cualquier transacción sospechosa de dinero. Los países centroamericanos también exigirán la cooperación internacional para acceder a secretos bancarios y otras acciones orientadas a frenar el lavado de dinero.

Las leyes internas de Centroamérica fijarán los delitos de lavado de dinero y activos, y la competencia jurisdiccional y bienes que serán regulados.

D.- **PANAMA**

- El Ministro de Relaciones Exteriores RICARDO ARIAS expuso en Brasilia ante su par LUIZ FELIPE LAMPREIA y el Gral. ALBERTO CARDOSO, Jefe de la Casa Militar del Palacio Presidencial del Planalto, el futuro del Centro Multilateral para el Control del Tráfico de Drogas. La creación de este centro fue propuesto en la Cumbre del Grupo de Rio celebrada en Ecuador en 1995, el que se situaría en la base aérea norteamericana de Howard, en el litoral pacífico del Canal,

cuando esta zona militar sea transferida por EE.UU. a manos panameñas el 31 de diciembre de 1999, según estipulan los tratados del canal firmados por ambos gobiernos en 1977.
El mismo se dedicará al control del tráfico de drogas y a otras tareas civiles y no militares, y contará con la participación de algunos países de la región y Europa que han demostrado su interés por el proyecto como ser Alemania y España, los que darían apoyo financiero y tecnológico. Colombia y México son las naciones americanas más interesadas en el proyecto, como también Bolivia, Ecuador, Perú y Venezuela. Por su parte, los funcionarios brasileños demostraron su interés en el proyecto, ya que el mismo sería complementario del Sistema Integral de Vigilancia Amazónica (SIVAM) que se está implementando por parte del Gobierno brasileño.
El Centro Multilateral para el Control del Tráfico de Drogas utilizaría una red estadounidense de radares existente actualmente desde Perú hasta Panamá, exceptuando Brasil, y que sirve hasta ahora casi exclusivamente a EE.UU. en su lucha contra el narcotráfico.

- Este es el primer país latinoamericano en ser admitido como miembro del Grupo EGMONT, organismo con sede en Bruselas, integrado por más de 30 países que tienen agencias receptoras de información o unidades de análisis financiero que combaten el lavado de dinero procedente del narcotráfico, según informó GABRIEL CASTRO, Director del Consejo Nacional de Seguridad.
Este reconocimiento se produce después de que se han aprobado leyes respecto al lavado y se ha creado la Unidad de Análisis Financiero.

IV.- **AMERICA DEL SUR**

A.- **ARGENTINA**

- Los Gobiernos de Argentina y EE.UU. firmaron un nuevo tratado de extradición para toda clase de delitos, que incluye aquellos vinculados al terrorismo y narcotráfico. El mismo renueva el vigente desde enero de 1972 y deberá ser ratificado por el Congreso.

- Según informó el Secretario de Prevención de la

Drogadicción de la Provincia de Buenos Aires, JULIO CESAR ARAOZ, la mitad de los adolescentes argentinos han probado drogas antes de los 15 años de edad, siendo la edad de inicio los 11 años, mientras que poco tiempo atrás la misma era de 14.
La marihuana se sitúa como droga de inicio en el 66% de los casos y el 35% de los adolescentes iniciaron su adicción entre los 16 y 20 años. Cabe destacar, que el 30% de quienes inician tratamientos logra superar su adicción.

- En el marco de un operativo denominado Strawberry, la Policía Bonaerense descubrió 2.200 kgrs. de cocaína en un galpón de la localidad de General Pacheco. La droga provenía de Colombia (desde el puerto de Buenaventura) y tenía como destino final la ciudad de Hamburgo, Alemania, para luego ser distribuida a países europeos. Durante la operación se detuvo a unas 16 personas, entre los que se encuentra un brasileño, un colombiano y un argentino, presuntos líderes de esta banda. La droga pertenecía al Cartel de Cali, organización que pensaba designar a Buenos Aires como uno de los principales centros de reexportación de cocaína hacia Europa, luego de haber experimentado inconvenientes en el anterior centro, el puerto brasileño de Santos.

B.- **BOLIVIA**

- El Presidente GONZALO SANCHEZ DE LOZADA indicó que las redes del narcotráfico que operan en el país comenzaron a exportar cocaína cristalizada especialmente a través de Brasil y Paraguay. La represión ejercida por el Gobierno colombiano contra los Carteles de Cali y Medellín ha obligado a los traficantes de Bolivia a abandonar esa ruta y a retirar la droga ellos mismos y distribuirla directamente a diferentes partes del mundo. Cabe destacar que la afirmación presidencial contradice la versión de la Policía de que el país es utilizado por las redes de países vecinos como Perú, para llevar su propia droga al mercado mundial.
Al mismo tiempo, el Pte. agregó que debido al gran esfuerzo realizado en la lucha antidrogas y especialmente en cuanto a políticas de reducción de cultivos, Bolivia ocupa hoy en día el tercer lugar en cuanto a plantaciones de hoja de coca, tras Perú

y Colombia.

- El narcotraficante LUIS AMADO PACHECO, fue condenado a 13 años y 7 meses de prisión por el intento de enviar más de cuatro toneladas de cocaína por vía aérea hacia México en 1995, droga que fue incautada en Lima, Perú, en un caso conocido como "narcoavión". En el marco del mismo, los jueces condenaron a 14 implicados, absolvieron a otros nueve y se ordenó la investigación de una veintena de personas implicadas por narcotráfico en el proceso.

- Enfrentamientos producidos en la región del Chapare han sido atribuidos por el Gobierno de este país a una alianza de productores de coca con el narcotráfico, la que pretende sembrar un clima de violencia en el lugar, la mayor zona productora de hoja de coca del país.
El líder de los campesinos EVO MORALES afirmó que los agricultores no realizaron ataques, y que se produjeron enfrentamientos por la resistencia campesina a los abusos cometidos por las fuerzas del orden, mientras que el Gobierno indica que un policía resultó muerto y otros cinco fueron heridos tras una emboscada realizada en el subtrópico de Cochabamba.

C.- **BRASIL**

- El Presidente FERNANDO HENRIQUE CARDOSO ratificó un acuerdo con EE.UU. para coordinar la lucha antidrogas, aunque el compromiso brasileño depende de la aprobación de leyes que permitan la incautación de bienes a los narcotraficantes y contra el lavado de dinero.
El acuerdo prevé la entrega por parte de los EE.UU. de equipos y recursos económicos, así como el intercambio de informaciones policiales y la capacitación de médicos en programas en rehabilitación de drogadictos.

- El Director General de la Policía Federal VICENTE CHELOTTI criticó la falta de apoyo internacional a los esfuerzos de las autoridades de Brasil en el combate al narcotráfico, y la falta de recursos para dichas actividades.
También, informó de la instalación de cinco bases para el control del tráfico de drogas en la región amazónica, lo que ha

obligado a los narcotraficantes a crear en el sur del país nuevas rutas para su transporte, señalando que la utilización de Brasil como puente para el tráfico internacional de drogas disminuirá una vez instalado el SIVAM. Un estudio de la propia Policía Federal reveló que los 16.000 kms. de las fronteras continentales del país están bajo el dominio del crimen organizado.

Por otra parte, CHELOTTI indicó que ante la integración que supone el MERCOSUR, las fuerzas policiales buscan encontrar mecanismos que impidan que las fronteras sean obstáculos para la actuación policial. Actualmente, el acuerdo de Triple Frontera firmado por Argentina, Brasil y Paraguay, está garantizando la actuación de estos tres países contra el contrabando, robo de autos, tráfico de drogas y en la identificación de extranjeros clandestinos.

- Mediante la operación denominada "Portería Cerrada", la Policía Federal Brasileña desmanteló a una organización que llevaba pasta base de coca desde las selvas peruanas hasta laboratorios ubicados en la selva amazónica colombiana, deteniendose a 15 narcotraficantes, además de destruir 16 pistas clandestinas de aterrizaje y de decomisarse 19 avionetas.

La organización, integrada por peruanos, colombianos y brasileños transportaba anualmente unas 200 toneladas de pasta base de cocaína. En su ruta entre Perú y Colombia, se utilizaban como puente unas 50 pistas clandestinas en la amazonia brasileña, para burlar los radares estadounidenses instalados en el sur colombiano.

- La Policía Civil de Rio de Janeiro capturó al narcotraficante OLISSIANO DO NASCIMENTO, alias "Ulises", uno de los mayores narcotraficantes de la ciudad, quien controlaba unos 30 puntos de venta en las favelas y poblaciones cercanas a Río de Janeiro, facturando cerca de 1 millón de dólares mensuales. El detenido está acusado de secuestros y del homicidio en 1993 de dos agentes de la Policía Militar en la favela de Vicario Geral, lo que causó una venganza policial que terminó con el asesinato de 21 habitantes del sector.

- Agentes federales de la División de Represión a los

Estupefacientes (DRE), detuvieron en el Estado de San Pablo al presunto narcotraficante brasileño ANTONIO MOTA GRAZA, alias "Curica", sindicado como el principal intermediario del Cartel de Cali para el envío de cocaína vía Brasil hacia Europa y EE.UU.. Según se informó, el mismo era responsable de por lo menos el 80% de la cocaína que entra a Brasil por la Amazonia procedente de las selvas colombianas. La droga es transportada por aviones que aterrizan en más de 500 pistas clandestinas que la mencionada organización posee en la Amazonia brasileña.

- Según informes de la Policía Militar del Estado de Rio de Janeiro, nueve presuntos narcotraficantes fueron muertos durante un operativo en la favela Jacarezinho, en una operación en la que fue allanada la vivienda de quien fuera sindicado como el jefe del tráfico en la zona, JOSE SOARES, quien murió durante el operativo. En la misma se incautaron modernos fusiles, pistolas, revólveres, granadas y abundante munición, además de una cantidad no precisada de cocaína y marihuana.

D.- **CHILE**

- La ciudad de Santiago de Chile fue designada centro para la constitución y coordinación de la Primera Red de Ciudades contra el Consumo de Drogas y será sede del primer seminario sobre la materia en noviembre próximo.

El Embajador de la Unión Europea KURT JUUL y el Alcalde de Santiago JAIME RAVINET, suscribieron un acuerdo para enfrentar el consumo de estupefacientes a través de un programa de cooperación de cuatro años entre la UE y América Latina, que tendrá un costo de 26 millones de dólares.

El programa denominado "URBAL" tiene como objetivo central el desarrollo de una asociación directa y duradera entre organismos, autoridades y comunidades de ambas regiones, y contempla la creación, funcionamiento y desarrollo de ocho redes mundiales en torno al problema, que serán financiadas por la Comisión Europea.

E.- **COLOMBIA**

- La Superintendencia Bancaria anunció una serie de medidas para el control del lavado de dinero, las que equiparan las normas del país con las establecidas recientemente por los

EE.UU.. Se indicó que a partir de ahora las casas de cambio que operan en las fronteras del país están obligadas a registrar y dar a conocer a la estatal de control financiero toda transacción en efectivo que sea igual o superior a los U$S 500. Asimismo, las casas de tipo "cambista" deberán informar de operaciones en efectivo a partir de los U$S 750. También se estableció una reducción a los montos mensuales de las operaciones en efectivo realizadas en favor de una misma persona. En este caso, el total del mes debe ser registrado e informado como una sola operación.

Las disposiciones suponen una severa reducción a los topes que regían en Colombia, país en que estos establecimientos solo estaban obligados a registrar transacciones por cantidades superiores a los U$S 2.000, para las casas fronterizas, a los U$S 3.000 para las cambistas, y a las 5.000 para las dedicadas a la compraventa de divisas.

- El Parlamento colombiano dio el respaldo preliminar al proyecto del gobierno por el cual se restablecería la extradición de nacionales. Con esta decisión, la iniciativa que respalda el Gobierno del Pte. ERNESTO SAMPER será debatida en segunda vuelta en el nuevo período de sesiones ordinarias que comenzó el 20 de julio pasado. El carácter de reforma constitucional que tiene el proyecto hace necesario que sea tramitado en dos legislaturas diferentes, cada una de las cuales debe estudiarlo y votarlo en cuatro debates.

- En medio de la aprobación por parte de la Comisión Primera del Senado de un proyecto de enmienda constitucional para restablecer la extradición de nacionales colombianos, se descubrió según revelaciones de "informantes particulares" que las mafias del narcotráfico planeaban atentar contra varias personalidades, entre ellas el Pte. ERNESTO SAMPER, el Embajador de EE.UU. MYLES FRECHETTE, el ex Ministro de Justicia CARLOS MEDELLIN y el Director de la Policía colombiana ROSSO JOSE SERRANO.

Los narcotraficantes celebraron una "cumbre de emergencia", al parecer impulsada desde la cárcel La Picota, donde está detenida la cúpula del Cartel de Cali, acordándose perpetrar un

magnicidio o atentado que cause efectos contundentes y detenga definitivamente la amenaza de la extradición.

- El político liberal RAMON ELIAS NADER, ex Presidente del Congreso de este país, confesó ante un magistrado de la Corte Suprema de Justicia el haber estado a sueldo del Cartel de Cali entre 1993 y 1995, recibiendo unos 500.000 dólares en cheques bancarios de empresas de fachada de la mencionada organización. Este es el séptimo parlamentario que confiesa sus vínculos con el Cartel de Cali en una investigación que ha comprometido a decenas de políticos colombianos, de los cuales cinco ya han sido condenados.

- El Director de la Policía, ROSSO JOSE SERRANO recibió una donación por parte del Gobierno de los EE.UU. por valor de 20 millones de dólares para la lucha contra la producción y el tráfico de narcóticos. La misma incluye 12 helicópteros "Bell modelo UH-1H", 6 lanchas, 15 vehículos, 20 helicópteros viejos para repuestos y equipos de comunicación, además de cooperación técnica para la utilización de las naves.

- El Pte. ERNESTO SAMPER y el embajador de EE.UU., MYLES FRECHETTE inauguraron un nuevo centro de instrucción de aviación y base de servicio aéreo policial con una flotilla importante para luchar contra el narcotráfico especialmente y las demás modalidades delictivas.

Esta base será el primer centro policial de este tipo en latinoamérica y estará ubicada en la población de Mariquita, la que ha tenido un costo de 7 millones de dólares que han sido donados por EE.UU. en el marco de un acuerdo binacional de cooperación para la lucha contra el narcotráfico.

Esta ayuda es parte de una partida global de 120 millones de dólares que EE.UU. concederá a Colombia en 1997, para combatir los cultivos de coca y la producción de cocaína y sus derivados.

- La Policía Antinarcóticos considera urgente erradicar las siembras ilegales de hoja de coca en el Dpto. de Caquetá, zona de actuación de las FARC, debido al aumento que han tenido. Según informes policiales, el área sembrada con matas de coca en la mencionada región pasó de 15.600 a 21.200 hás. entre 1995 y 1996, lo que equivale a un incremento del 38%.

- En el marco del Plan de la Policía de detectar y desmantelar los nuevos jefes de las rutas de envío de cocaína, se detuvo al presunto jefe del Cartel del Norte del Valle, JORGE ELIECER ASPRILLA. El mismo, comandaba rutas de tráfico de cocaína hacia México y EE.UU. y está acusado por la Fiscalía Regional por enriquecimiento ilícito, además de ser investigado por narcotráfico por la Fiscalía General de Drogas de Panamá.
Al mismo tiempo, la Policía informó que en las operaciones "Satélite I" y "Satélite II", se desarticuló una red de comunicaciones de esta organización de narcotraficantes durante una serie de registros realizados en Bogotá, Cali, Medellín y la isla caribeña de San Andrés, incautándose equipos de comunicación de gran potencia con capacidad de transmisión desde varias ciudades del país a embarcaciones de alta mar y aviones.

- La Policía capturó en Cali a cuatro miembros del Cartel de Putumayo, incluyendo a LONGINO BURGOS, líder de esta organización, que realizaba sus operaciones con base en las selvas del Putumayo, en la frontera con Ecuador. Se indicó que esta banda llenaba los vacíos dejados en las rutas del narcotráfico hacia Centroamérica y EE.UU. por el encarcelamiento de los líderes del Cartel de Cali.

- La agencia DEA prevé un estancamiento de los envíos de cocaína desde Colombia hacia EE.UU., pero ha detectado un gran aumento de los envíos de heroína, según indicó el Sub Director de la misma JAMES MILFORD.
Asimismo indicó otras modificaciones detectadas en la evolución de las mafias colombianas, como la reducción de estas sociedades clandestinas, ya que no se han detectado grandes nuevas organizaciones, las que han reducido sus riesgos con el envío de cargamentos más pequeños, y han cedido los espacios de distribución en los EE.UU., tarea que cada vez más es realizada por mexicanos. Por último, informó que han diversificado sus mercados y han aumentado el contrabando hacia Europa, y con el fin de penetrar en Europa Central y del Este, las nuevas organizaciones se han aliado con la mafia rusa.

- Según un estudio de la Fundación para la Educación Superior y el Desarrollo (FEDESARROLLO), el narcotráfico

mantiene su peso en la economía colombiana, con el movimiento anual de 2.500 millones de dólares, igual suma a la que dejan al país las exportaciones de café y un poco por debajo de las divisas petroleras. Asimismo, advierte que el negocio de las drogas y la criminalidad causan un gran daño económico que repercute en menores índices de crecimiento.
Ante los mayores controles impuestos por el sistema financiero para combatir el "lavado", los carteles han recurrido a gigantescas operaciones de contrabando, lo cual es uno de los principales problemas que afectan al sector productivo.

F.- **ECUADOR**

- Los Gobiernos de Ecuador y EE.UU. firmaron en Quito un convenio para crear un centro de información en la ciudad portuaria de Guayaquil, que permitirá la vigilancia en puertos y aeropuertos, de actividades relacionadas con el narcotráfico. Este centro aspira a lograr un intercambio de información, vigilar las actividades aéreas y marítimas en los dos países y detectar aviones que se presuman estén relacionados con el narcotráfico.
Por otra parte, una misión del Departamento antinarcóticos de EE.UU. informó que el Banco Mundial otorgará a este país un crédito de 14 millones de dólares para capacitar a la Policía ecuatoriana y fortalecer la acción policial en contra de los delitos relacionados con las drogas.

- El Jefe de la Tercera Zona Naval de Ecuador, Comandante GALO MONCAYO NAVARRETE informó que las fuerzas navales de Ecuador y Colombia desarrollan ejercicios militares conjuntos en la frontera entre ambos países para combatir el narcotráfico en la zona. Las operaciones son realizadas en el sector del río Mataje, cercano al Pacífico, frontera natural entre ambas naciones, las que forman parte del programa de entrenamiento que comenzó meses atrás con el asesoramiento de efectivos estadounidenses.

G.- **PARAGUAY**

- Los gobiernos de Paraguay y Costa Rica firmaron en Asunción acuerdos de cooperación para la lucha contra el narcotráfico y de asistencia en materia judicial.

Mediante el primer acuerdo ambos gobiernos se comprometen a asistirse mutuamente en la prevención y control del abuso de drogas, el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, y otros delitos conexos que "constituyen males que afectan a la comunidad de los dos países".
En el ámbito judicial, y como paso previo la próxima firma de un tratado de extradición, se comprometieron prestarse la mayor asistencia posible en el desarrollo de los procedimientos judiciales penales.

H.- **PERU**

- El Gobierno prorrogó por 60 días (a partir del 29/6) el estado de emergencia en las provincias selváticas de Coronel Portillo y Padre Abad del Dpto. de Ucayali, y la de Puerto Inca del Dpto. de Huánuco, en donde actúan grupos terroristas y de narcotraficantes, estableciendo el decreto presidencial que las FF.AA. asumirán el control del orden público en las mismas.
- El Comandante de la Policía, Gral. EUGENIO DEL CASTILLO anunció durante un encuentro de jefes policiales y autoridades antidrogas de los países andinos, que su país compartirá con Colombia informes de inteligencia policial para combatir el narcotráfico en la zona limítrofe. La lucha antidrogas en dicha región hace especial hincapié en el control del transporte de insumos químicos y estupefacientes por el río Putumayo y la detección y destrucción de laboratorios de procesamiento de cocaína.
- El Gobierno de este país tiene proyectado un plan de desarrollo alternativo, prevención y control de las drogas que espera desarrollar hasta el año 2002, el que requerirá una inversión de 2.000 millones de dólares, los que serán aportados por el gobierno peruano y organismos de cooperación internacional. El mismo está destinado a la sustitución de cultivos de matas de coca por otros productos, a la construcción de infraestructura en las zonas cocaleras, a la prevención del consumo y a la rehabilitación de adictos. Este plan, elaborado por CONTRADROGAS será presentado para su aprobación en el Consejo de Ministros.
- Según indicaron fuentes del Programa de Naciones

Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas, este año se han destinado 4,5 millones de dólares para el cultivo de los productos alternativos en Perú. Alrededor de 100.000 productores se han beneficiado con el cambio de siembra por cultivos como el palmito, café y frutas.
Unas 30.000 hás. habrían dejado de cultivar hoja de coca y allí la producción ha sido reducida entre 1.400 y 1.500 kgrs. por hectárea.

- Un informe del Centro de Información y Educación para la Prevención del Uso de Drogas (CEDRO) señala que unas 800.000 personas viven en este país directa o indirectamente de la economía generada por la producción y tráfico de drogas, de los cuales 346.448 campesinos viven del cultivo del arbusto de coca y solo el 5% trabaja dentro de la legalidad. También se indica que el ingreso de dinero en la economía peruana derivado de las mencionadas actividades se calcula en 800 millones de dólares al año. El estudio también indica que el campesinado, que antes solo se dedicaba al cultivo de la coca, actualmente se ha convertido en fabricante de pasta básica de cocaína.
Además, según cifras de la Embajada de EE.UU., durante 1996 existían en Perú 94.400 hás. cultivadas con coca, de las que sólo el 9,5% eran legales. Se indica a las zonas cocaleras de mayor producción a los Dptos. de San Martín, Amazonas y Ucayali y en los andinos de Huánuco y Apurímac; transitando la producción por rutas terrestres hacia Ecuador por el Alto Mayo, mientras que el traslado aéreo se realiza hacia Colombia y Brasil, hacia donde también se utilizan rutas fluviales.

- Narcotraficantes que formaron parte de los carteles de Cali y Medellín intentan establecer en Lima una organización similar a las que integraban en su país, según indicaron servicios peruanos. La elección de Lima como centro de actuación habría sido adoptada ante la oposición por parte de las cuatro grandes bandas que dominan la región selvática peruana a que se establezcan en esa zona nuevos grupos de narcotraficantes. Entre los objetivos de esta nueva organización se han detectado la construcción de laboratorios clandestinos de elaboración de drogas en la periferia de Lima y la exportación de cocaína pura

a través del aeropuerto internacional de dicha ciudad y el vecino puerto del Callao.

- WILMER ALVARADO, alias "Champa", detenido en Ecuador meses atrás cuando fue desarticulada su organización, la que era una de las principales suministradoras de pasta base de cocaína a los carteles colombianos, fue declarado culpable del delito de terrorismo agravado y su caso ha pasado a un tribunal que le juzgara por esa causa. El mismo fue condenado en primera instancia por financiar la actividad de las bandas de Sendero Luminoso que operan en el valle del Huallaga, con el fin de facilitar sus actividades de tráfico, además de la obtención de protección.

Según la legislación antiterrorista peruana, de ser ratificado el fallo, ALVARADO puede ser condenado a una pena máxima de cadena perpetua y una mínima de 20 años

I.- **URUGUAY**

- Mediante decreto del Poder Ejecutivo, el Gobierno prohibió la comercialización de solventes orgánicos en todo el territorio nacional a menores de 18 años; de esta forma se extiende el régimen establecido para pegamentos y colas a otros productos de uso comercial e industrial susceptibles de ser utilizados como inhalantes con efectos tóxicos.

Entre los mismos se encuentran thinner, acetona, tetracloruro de carbono, nitrato y acetato de etilo, éter etílico, cloroformo, tolueno, benceno y xilenos o sus derivados.

J.- **VENEZUELA**

- EE.UU. incrementará su ayuda a la lucha antidrogas de Venezuela en la frontera con Colombia, según el ofrecimiento del Embajador John Maisto en reunión con autoridades del Estado de Zulia.

Cabe destacar, que el Ministro y Presidente de la Comisión Nacional Antidrogas CARLOS TABLANTE, solicitó ayuda a EE.UU. para combatir a la "narcoguerrilla" que opera en la zona fronteriza, en una reunión mantenida con los Grales. GEORGE CLOSE y RICHARD QUIRK, del Comando Sur, quienes llegaron al país para analizar la situación creada en la frontera por las bandas de narcotraficantes y guerrilleros colombianos.

Por su parte, el Ministro de Defensa, Gral. PEDRO VALENCIA, explicó que la intención del país es lograr de EE.UU. una mayor dotación de equipos militares y una amplia cooperación en el diseño de una estrategia para combatir con mayor efectividad la narcoguerrilla.

- La Corte Suprema de Justicia de este país extraditó al narcotraficante colombiano JUSTO PASTOR PERAFAN a EE.UU. por el delito de tráfico de sustancias estupefacientes y sicotrópicas.

Cabe destacar, que la extradición del mencionado traficante también fue solicitada por el gobierno colombiano, dictaminándose que la misma fuera concedida a los EE.UU. ya que este fue el primero en solicitar su detención por delitos de narcotráfico, en agosto de 1995, que revisten mayor importancia que el enriquecimiento ilícito, presentado por Colombia. En EE.UU. será juzgado por la introducción de al menos 30 ton. de cocaína entre 1988 y 1994.

- La Guardia Nacional detuvo en una acción conjunta con las fuerzas antidrogas de Italia y EE.UU. a 11 miembros de la mafia calabresa dedicada al narcotráfico en Sudamérica, Europa, Africa y Asia, como parte de la "Operación Osso", que se desarrolla en Italia, España y Venezuela.

Las investigaciones fueron iniciadas en 1995 en Italia y como resultado de las mismas. en 1996 se incautó en operaciones realizadas en Madrid, Barcelona y Palma de Mallorca 10 toneladas de drogas (cocaína, marihuana, hachís y heroína). En ese entonces se estableció que la droga salía de Colombia, era almacenada en Venezuela y de allí salía por diferentes rutas para llegar a Europa y abastecer a varios países, especialmente Italia.

La mafia calabresa realizaba importantes y sofisticadas operaciones financieras en Europa, Africa, Asia y Oriente Medio para legitimar el dinero procedente de la droga, acciones que también abarcarían a este país. Los tentáculos de la red descubierta en Venezuela se extenderían a contrabando de precursores químicos, armas y otras actividades delictivas.

V.- **EUROPA**

A.- **AUSTRIA**

- Según informes del Ministerio del Interior de este país, la llamada "ruta de los balcanes" de los narcotraficantes ha dejado de ser unidireccional, y la droga, sobre todo la cocaína sudamericana, viaja por ella últimamente también de Oeste a Este. Los antiguos países comunistas del Este de Europa, que eran hasta ahora países de tránsito de la droga procedente de Turquía y Asia, se han convertido en mercado de consumidores que atraen más a las mafias internacionales. Además, las autoridades austríacas han observado una mayor colaboración entre las diferentes mafias en el aprovechamiento común de las infraestructuras.

B.- **ESPAÑA**

- Mediante dos reglamentos aprobados por el Gobierno español que regularán la gestión del Fondo de Bienes Decomisados a Narcotraficantes y el control de los precursores químicos, dichos bienes serán destinados a financiar tareas de represión y prevención del tráfico y consumo de drogas y al control de las sustancias empleadas en la producción de estupefacientes.

Según indicó el Ministro del Interior, JAIME MAYOR OREJA, ambos reglamentos forman parte del Plan Nacional Contra la Droga y son síntoma de que el problema de los estupefacientes, que en 1986 causaron 80 veces más efecto mortífero que el terrorismo, es una prioridad del Gobierno.

- Uno de los capos del narcotráfico internacional, el francés JACQUES CANNAVAGGIO, alias "el corso", fue detenido en Martorell, Barcelona, en una operación en la que se incautaron 6 ton. de hachís. Este fue detenido cuando guiaba junto a otro narcotraficante un camión que transportaba la droga proveniente de Galicia, la que iba a ser distribuida en España y otros países europeos.

C.- **ITALIA**

- FRANCESCO POLO ALBAMONTE, encargado de la gestión del narcotráfico en Sudamérica de la Cosa Nostra, a quien Italia reclama por asociación mafiosa y tráfico de drogas, fue arrestado en Tolón, Francia. El detenido habría recibido el

encargo de realizar esta tarea por parte el capo TOTO RIINA, y se ocupaba desde el control de calidad en los centros de producción a los sistemas de transporte, escalas intermedias y destino final.

- La policía de este país detuvo a 46 personas e incautó 6.000 kgrs. de hachís y otras drogas en dos operaciones contra el narcotráfico internacional.

En una de ellas, se incautaron 4.000 kgrs. de hachís provenientes de Marruecos, que pretendían introducir a Italia tras hacer escala en Melilla, España. En esta operación denominada "Caronte" colaboraron agentes de aduanas de España y Francia, y las incautaciones y detenciones se realizaron en aguas internacionales al sur de la isla italiana de Cerdeña, a bordo del pesquero italiano "Domenico Emma".

En la otra operación denominada "Iberia" y efectuada en el norte de Italia, han sido decomisados un total de 2.000 kgrs. de hachís, 600 grs. de cocaína y 80.000 pastillas de éxtasis. La organización estaba ramificada en toda Italia y tenía relación con los clanes mafiosos sicilianos de los Cursotti y los Fidanzati, con el calabrés de La Scala y con grupos españoles, colombianos, ecuatorianos, franceses y holandeses.

D.- **REINO UNIDO**

- El Primer Ministro Británico TONY BLAIR anunció su decisión de luchar contra las drogas y nombrar un comité ministerial especializado de alto rango, compuesto por el Ministro del Interior, el de Asuntos Exteriores y el de Salud, presidido por la líder del grupo laborista en la Cámara de los Comunes ANN TAYLOR.

Este comité designará a un responsable de la lucha contra el consumo y tráfico de drogas, al tiempo que desarrollaran diversos planes contra las drogas, principalmente dedicados a educar e informar a los jóvenes para que no las consuman.

E.- **RUSIA**

- El Ministro del Interior ANATOLI KULIKOV informó que se han registrado al menos 9.000 bandas mafiosas que cuentan con unos 100.000 delincuentes, incrementandose en un 94% los crímenes cometidos por grupos criminales en los últimos cinco

años. Además, las mafias están utilizando cada vez más técnicas terroristas para lograr sus objetivos.
También indicó que si los beneficios del tráfico de drogas en el mundo radican en unos 500.000 millones de dólares, de 6.000 a 7.000 millones se obtienen en Rusia, donde los ingresos de los traficantes de drogas se incrementaron 650 veces.
Por otra parte, el volumen de las investigaciones realizadas en los primeros tres meses de 1997 dan una idea del poder de las mafias de este país, 11.800 expedientes de tráfico ilegal de armas y 40.000 relacionados con organizaciones de narcotraficantes.

1/14

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY
MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SUB DIRECCION DE EXTERIOR

Montevideo, 19 de agosto de 1997.

SEÑOR SUB DIRECTOR DE INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Adjunto remito a usted a los efectos que estime pertinente Sumario de Información - Dpto. II Nº 9708880.

Saluda a usted atentamente,

El Sub Director de Exterior de la D.G.I.D.

Cnel.

Pedro R. BARNEIX

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL – DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA – SUB DIRECTOR – República O. del Uruguay

001/14

9708880
20 AGO. 1997

cb

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB-DIRECCION EXTERIOR

DEPARTAMENTO II

SUMARIO DE INFORMACION

PERIODO: 02AGO97 AL 14AGO97

TEMARIO

I.- **AMERICA DEL SUR**

A.- ARGENTINA

B.- BRASIL

II.- **RESTO DEL MUNDO**

A.- MEDIO ORIENTE

III.- **ORGANISMOS INTERNACIONALES**

A.- AGENCIA CENTRAL DE INTELIGENCIA (CIA)

IV.- **CIENCIA, TECNOLOGIA Y MEDIO AMBIENTE**

A.- FORO MUNDIAL REITERA LLAMAMIENTO ABOLICION ARMAS NUCLEARES

I.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

ALIANZA UNION CIVICA RADICAL- FRENTE PAIS SOLIDARIO

Los partidos opositores U.C.R. Y FREPASO suscribieron un acuerdo electoral que posibilitará la presentación de candidatos comunes para las elecciones legislativas del mes de octubre.

Dicho acuerdo prevee además elecciones internas abiertas (que tendrían lugar en el mes de noviembre del próximo año) a los efectos de dirimir la fórmula presidencial para los comicios nacionales de 1999.

Para las próximas elecciones de octubre la lista de diputados por la Provincia de BUENOS AIRES la encabezará GRACIELA FERNANDEZ MEIJIDE del FREPASO siendo la segunda ubicación para FEDERICO STORANI de la U.C.R.

Por su parte en la Capital Federal el candidato "acuerdista" será CARLOS ALVAREZ (FREPASO) siendo secundado por RODOLFO TERRAGNO (U.C.R). Los terceros lugares de ambas listas también serán ocupados por figuras de la U.C.R.

Otro aspecto del acuerdo se refiere al apoyo de los legisladores porteños del FREPASO a la gestión del Intendente FERNANDO DE LA RUA.

Si bien la alianza tiene alcance nacional, algunos dirigentes radicales como el Gobernador de CORDOBA, RAMON MESTRE, expresaron su disconformidad con la misma, situación que se repite en CATAMARCA y CHUBUT provincias también gobernadas por radicales.

En lo referente a la propuesta de política económica de la Alianza es destacable que dirigentes de ambos partidos expresaron que "no hay que salir de la convertibilidad ni la estabilidad".

El acuerdo alcanzado por la U.C.R. y el FREPASO implica el surgimiento de un nuevo escenario político caracterizado por la polarización de las opciones electorales.

Si bien las conversaciones entre ambos partidos se venían realizando desde tiempo atrás, no se había podido concretar un acuerdo, pero ante la proximidad de las elecciones de octubre y en vista a que las encuestas en la Provincia de BUENOS AIRES favorecían al

Justicialismo, los principales dirigentes partidarios cambiaron rápidamente de estratégia, soslayando las diferencias que frenaban el acuerdo.

Dentro de este contexto se destaca el renunciamiento del ex-Presidente RAUL ALFONSIN a encabezar la lista electoral, priorizando en cambio a figuras del FREPASO mejor posicionadas en las encuestas.

La alianza electoral opositora aporta beneficios mutuos para ambas agrupaciones ya que si bien el FREPASO constituye una fuerza política en ascenso no contaba con infraestructura en el interior del país, que ahora le aporta la U.C.R.

En relación a las posibilidades de la Alianza, obviamente este acuerdo mejoraría las chances electorales de ambos partidos opositores y el triunfo del Justicialismo que surgía con cierta claridad hace unos días,ahora aparece muy comprometido por lo menos a nivel provincial.

Los dirigentes radicales por su parte, a través del acuerdo,"salvan" a RAUL ALFONSIN de una segura derrota de haber persistido en su candidatura a diputado. Por otra parte el ex-Presidente recupera un papel protagónico en el ambiente político nacional, surgiendo como una figura "componedora" lo que reivindicaría su rol en el "Pacto de Olivos".

Otra de las figuras que pueden cosechar un importante rédito político con la Alianza,es el Intendente FERNANDO DE LA RUA ya que puede tener el consenso necesario para desarrollar una buena gestión en BUENOS AIRES lo que puede reafirmar su figura como "presidenciable" para 1999.

De todas maneras es difícil determinar hasta que punto este acuerdo se reflejará dentro del electorado como la sumatoria de ambas fuerzas (lo que superaría al justicialismo) o si en realidad será una semi-suma donde habría que restar a algún sector de ambos partidos que se oponen a la alianza.

Esta última posibilidad puede surgir en el interior del país donde existen otros compromisos, inclusive con partidos provinciales, que dificultarán los acuerdos electorales.

En caso de que el resultado sea desfavoralbe para la alianza, los gobernadores de las Provincias que se mostraron en desacuerdo con la misma verían fortificada su posición en el seno de la U.C.R.

Otro elemento a considerar dentro de este contexto es la falta de una propuesta "diferenciadora e identificable" de la oposición,que no ha logrado presentar una alternativa diferente en el plano económico lo que puede incidir negativamente en la captación de votos "ideológicos".

En cuanto a la incidencia de esta alianza dentro del oficialismo, es previsible que el enfrentamiento dialéctico entre MENEM y DUHALDE pierda intensidad y procuren unificar criterios para enfrentar a la emergente alianza opositora.

En síntesis la consolidación del acuerdo alcanzado por los partidos opositores, dependerá de los resultados electorales de octubre.

Dentro de este contexto se pueden visualizar dos escenarios posibles: uno hasta octubre donde el electorado tendrá que optar entre dos propuestas: Gobierno y oposición y otro después de las elecciones legislativas donde la oferta electoral se puede diversificar ante el surgimiento de varios nombres con proyección nacional (DUHALDE, DE LA RUA, MEIJIDE, ALFONSIN, etc.). La ubicación de cada una de estas figuras en el panorama político nacional y la posibilidad de la continuación del acuerdo más allá del mes de octubre dependerá del protagonismo que adquiera cada una de ellos después de las elecciones legislativas.

Por último no es descartable que la nueva realidad política argentina permita el resurgimiento de propuestas reeleccionistas alentados por el entorno del Presidente MENEM.

Esta eventualidad podría presentarse si la candidata justicialista para diputada por la provincia de BUENOS AIRES, HILDA GONZALEZ DE DUHALDE, resulta derrotada por el acuerdo U.C.R.-FREPASO. Un resultado negativo en la provincia, afectaría la figura del Gobernador EDUARDO DUHALDE como sucesor "natural" del Presidente MENEM.

B.- BRASIL

COMPRA DE EQUIPAMIENTO MILITAR SIN LICITACION

Desde el pasado 4 de agosto, un decreto presidencial autoriza a las FF.AA. a comprar equipamiento bélico y a contratar servicios técnicos especializados sin licitación, inclusive en el área de información del Gobierno, siempre que se alegue "riesgo de seguridad nacional".

El decreto que permite la excepción de concurrencia pública para la adquisición y contratación de obras o servicios cuando "la revelación de su localización, necesidad, características de su finalidad, especificación o cantidad coloque en riesgo objetivos de la seguridad nacional", lleva la firma del Presidente FERNANDO H. CARDOSO y de su Ministro-Jefe de la Casa Civil, CLOVIS CARVALHO y entrará en vigor inmediatamente, ya que no depende del aval del Congreso.

Inmediatamente después de distribuirse en el Congreso ejemplares del Diario Oficial que contenía la publicación del nuevo decreto, algunos Diputados, integrantes de la Comisión de Relaciones Exteriores y Defensa nacional del Congreso, expresaron su disconformidad con la medida.

El Subsecretario Ejecutivo de la Secretaría de Asuntos Estratégicos (SAE), Brigadier ARCHIMEDES FARIA, afirmó que serán los Ministros militares los que decidirán que compras y servicios deberán ser liberados de licitaciones. Estos, no tendrán la necesidad de consultar al Consejo de Defensa Nacional siempre que justifiquen el compromiso con la seguridad nacional. FARIA agregó que el decreto reglamenta el Artículo 24 de la Ley de Licitaciones. Antes, cada pedido de liberación de licitación precisaba ser sometido al Consejo de Defensa Nacional, "ahora es responsabilidad de cada Ministro".

La edición del decreto coincidió con la divulgación de un comunicado oficial de la Embajada de los ESTADOS UNIDOS en BRASIL sobre la decisión del Gobierno norteamericano de examinar, caso a caso, las solicitudes de compra de "armas avanzadas" realizadas por los países de América Latina.

De acuerdo al presupuesto 1997, el Ejército, la Fuerza Aérea y la Marina disponen de más de U$S 600 millones para "reequipamiento" y de U$S 100 millones para la compra de "recursos bélicos". Los Ministerios militares disponen además de fondos especiales para proyectos como el avión AM-X, que deberá consumir U$S 82 millones de la Aeronáutica, y el submarino nuclear, para el cual están reservados cerca de U$S 60 millones. Estos proyectos dependen de tecnología y equipos avanzados, muchas veces disponibles unicamente fuera del país.

La Política de Defensa Nacional, presentada en noviembre del pasado año, contempla entre sus directrices la "necesidad de garantizar los recursos suficientes y continuos que proporcionen condiciones eficaces de preparación de las FF.AA. y demás órganos envueltos en la defensa nacional". Dentro de este contexto se ubicaría el reciente decreto presidencial, ya que éste otorgaría mayor versatilidad y flexibilidad para la adquisición de equipos y servicios por parte de las FF.AA. en su misón de defensa de la nación.

Por otra parte, la edición del decreto en momentos en que EE.UU. anuncia la posibilidad de que los países americanos puedan acceder a tecnología de punta, podría traducir la intención del gobierno brasileño en adquirir este tipo de material sin rendir cuenta de ello, ante la necesidad de mantener en reserva planes de defensa que se darían a conocer en pliegos de licitación.

Asimismo, esta situación podría interpretarse como una muestra más de la bipolaridad naciente a nivel EE.UU - BRASIL.

II.- RESTO DEL MUNDO

A.- MEDIO ORIENTE

CONFLICTO PALESTINO - ISRAELI

Tras el atentado ocurrido en la ciudad de JERUSALEN, el pasado día 30 de julio, el Gobierno de BENJAMIN NETANYAHU canceló las conversaciones de paz, acusando al líder palestino YASSER ARAFAT, de ser el responsable del mismo.

En respuesta al atentado, ISRAEL ordenó el cierre de las fronteras de la AUTONOMIA PALESTINA con EGIPTO y JORDANIA, restringiendo la entrada de alimentos, materias primas para la industria y mercancías para el comercio, estas medidas también afectan al turismo, impiden la pesca en GAZA y la entrada de cien mil trabajadores palestinos a ISRAEL, aumentando el desempleo en la AUTORIDAD NACIONAL PALESTINA (ANP) al 70%.

Asimismo, el Ministerio de Hacienda ha suspendido el reintegro del importe a las retenciones cobradas por ISRAEL para los palestinos en concepto de impuestos y que equivalen al 60% del presupuesto de la ANP.

En este contexto, los diputados de la oposición israelí calificaron el bloqueo económico impuesto por la coalición de NETANYAHU como una "idiotez", y consideran el atentado sufrido como una "quiebra" de la promesa del Premier al electorado israelí de que conseguiría una "paz con seguridad".

Por su parte, ARAFAT condenó el atentado y declaró que "NETANYAHU está atacando a toda la población civil con las medidas impuestas. Si sigue adelante con el bloqueo, habrá una explosión gigante que nadie podrá detener".

Con la finalidad de salvar el proceso de paz, el mediador estadounidense para MEDIO ORIENTE, DENISS ROSS, viajó a la región donde se reunió con los jefes de inteligencia de ISRAEL y la ANP. El principal objetivo de ROSS, es el de lograr un acuerdo de cooperación entre ambas partes en asuntos de seguridad.

ARAFAT condiciona esta cooperación, a que ISRAEL ponga fin al bloqueo impuesto, mientras que los israelíes insisten en que ARAFAT suprima la estructura clandestina de HAMAS y arreste a unos 150 palestinos acusados de ser activistas

islámicos.

El grupo HAMAS así como el JIHAD ISLAMICO PALESTINO (grupo pro-iraní) y miles de palestinos, han reaccionado duramente contra la presencia de ROSS. En un comunicado HAMAS denuncia que "el viaje de ROSS demuestra la alianza entre ESTADOS UNIDOS e ISRAEL contra los palestinos", y aseguran que si la ANP continúa con los arrestos a palestinos (15 hasta el momento, de los 150 denunciados por ISRAEL), y cumple con lo exigido por NETANYAHU, habrá un "gran estallido".

Luego del atentado, las conversaciones de paz se han estancado nuevamente, y no hay ningún indicio de que se reanuden en forma inmediata.

Ambos líderes enfrentan problemas tanto externos como internos para llevar adelante el proceso de paz, sin embargo la presencia de ROSS permitiría la continuación de las conversaciones sobre temas puntuales.

No es descartable que de alcanzar algunos acuerdos mínimos sobre la seguridad en la frontera con ISRAEL, el gobierno de NETANYAHU flexibilice su posición con respecto al bloqueo, lo que viabilizaría un nuevo acercamiento entre las partes.

Sin embargo, el Premier Israelí continúa con grandes limitaciones de maniobra política en virtud de las presiones internas, donde el sector no dialoguista ortodoxo evidencia un peso político determinante.

Por su parte, también el líder palestino ARAFAT, se encuentra en una situación similar y las medidas impuestas por ISRAEL, habrían puesto a su gobierno al borde de una crisis tanto económica como política, ya que se desestablilizaría la figura de ARAFAT que enfrenta fuertes cuestionamientos en su frente interno.

III.- ORGANISMOS INTERNACIONALES

A.- AGENCIA CENTRAL DE INTELIGENCIA (CIA)

1.- LA CIA A MEDIO SIGLO DE SU CREACION

Al cumplir medio siglo de su fundación, la AGENCIA CENTRAL DE INTELIGENCIA, ha generado en los ESTADOS UNIDOS una fuerte polémica sobre la conveniencia de su mantenimiento, como también está siendo objeto de renovadas críticas, incluso de parte de ex-directores de la agencia que creen que el triunfo de la CIA sobre el comunismo en la Guerra Fría le ha quitado su propia razón de ser.

Este organismo fue creado por el Congreso el 26 de julio de 1947, apodado en épocas de prestigio "la Agencia" y luego "el poder dentro del poder".

La misma no fue originalmente creada para acciones encubiertas sino simplemente para obtener y analizar información del exterior, por más secreta que fuera.

Al año siguiente la CIA acogió un nuevo servicio secreto, el Congreso Nacional de Seguridad, que tenía como objetivo específico contrarrestar "las actividades encubiertas de la UNION SOVIETICA, con propaganda, guerra económica, sabotaje, subversión y apoyo secreto a grupos de resistencia en el imperio comunista europeo.

Luego, los objetivos se extendieron fuera de la URSS. En la década de los ´50 el Presidente DWIGHT EISENHOWER ordenó a la Agencia organizar golpes en IRAN y GUATEMALA. Ambos tuvieron éxito, identificando para siempre a la agencia de inteligencia, con las operaciones encubiertas.

En 1961, la CIA convenció al Presidente JOHN F. KENNEDY de que las operaciones encubiertas eran una alternativa efectiva al enviar a los infantes de marina, pero ese argumento quedó destruído con la fallida invasión a CUBA ese mismo año.

El fracaso en la Bahía de Cochinos cubana comenzó a erosionar el apoyo público a esta organización. Años después, las críticas vinieron desde la misma Casa Blanca. El Presidente RICHARD NIXON fustigó a la CIA por no infiltrarse y subvertir el movimiento contra la guerra de VIETNAM dentro del propio país.
Además, en los años ´60 la Agencia cometió un error de evaluación histórica, al pronosticar que en 10 años la UNION SOVIETICA aventajaría a los EE.UU. en capacidad militar y crecimiento económico.

En los años ´70, el Congreso comenzó a investigar y criticar el apoyo de la CIA a todo tipo de dictadores y hasta a escuadrones de la muerte, en nombre del anticomunismo. Asimismo se vio impotente para conjurar la revolución Khomeinista en IRAN.

En los ´80, el escándalo IRAN-contras expuso, en audiencias televisivas del Congreso, las extrañas operaciones clandestinas para vender armas a IRAN a fin de financiar a los rebeldes anticomunistas en NICARAGUA.

En esta década, la turbulencia en la organización está expuesta por el hecho de que desde 1991 ha tenido cinco directores.

En los dos últimos años los mismos implementaron una purga de unos 1000 informantes secretos en todo el mundo (la mayoría latinoamericanos) porque no ofrecían ya ningún servicio o por estar involucrados en graves delitos, violaciones a los derechos humanos y asesinatos.

Actualmente la CIA a reducido su personal en un 25% y cuenta con un presupuesto de U$S 30.000 millones.

Su nuevo Director es GEORGE TENET, quien anunció que recientemente el servicio de espionaje se concentrará de ahora en más en obtener información sobre terrorismo, narcotráfico y armas de destrucción masiva.

TENET, fue Subdirector desde julio de 1995 y director interino con fuerte apoyo en el Capitolio. Entre los legisladores había buen ambiente hacia él por haber sido Jefe de Personal de la Comisión Senatorial de Inteligencia entre 1988 y 1993. Luego fue Asesor de Inteligencia en el Consejo de Seguridad Nacional, desde 1993 a 1995.

El nuevo Director consideró que el Servicio de Espionaje Norteamericano, no debe ser otra organización más que simplemente recolecte información en la era de la información, sino un servicio "especializado" que obtenga datos y conocimiento que otras personas o gobiernos no tienen.

Asimismo manifestó que "la nueva CIA" continuará utilizando básicamente los mismos instrumentos que hasta ahora: un director de operaciones; encargado de misiones secretas; una amplia red de espías nacionales y extranjeros; un grupo de analistas de información; los más modernos satélites y sistemas de interceptación de comunicaciones de todo tipo.

La AGENCIA CENTRAL DE INTELIGENCIA, al igual que otros organismos creados durante la guerra fría, esta sufriendo una crisis "existencial". En este contexto, esta siendo cuestionado tanto su pasado como su futuro.

Es esperable que pese a lo anteriormente expresado no haya grandes cambios en el ámbito de la CIA, en base al apoyo parlamentario con el que cuenta su nuevo Director.

En lo referente a los nuevos objetivos de la agencia norteamericana, es previsible que los mismos se ajusten a las expectativas del gobierno de EE.UU. en cuanto a visualizar como "enemigo" a todas las situaciones que puedan, de alguna manera, sugnifican una amenaza para los intereses norteamericanos.

IV.- CIENCIA, TECNOLOGIA Y MEDIO AMBIENTE

A.- FORO MUNDIAL REITERA LLAMAMIENTO ABOLICION ARMAS NUCLEARES.

Se llevó a cabo la Conferencia Mundial sobre la prohibición total de armas nucleares y de hidrógeno y la prohibición de las pruebas nucleares experimentales, que se realiza en Japón desde 1955. La misma tuvo lugar en la ciudad de HIROSHIMA (JAPON) con la presencia de 260 participantes, entre ellos 48 invitados extranjeros de 15 países en representación de distintas asociaciones pacifistas.

Los participantes firmaron una declaración, titulada "LLAMAMIENTO AL MUNDO: por un siglo XXI libre de armas nucleares",esta declaración critica a algunas potencias nucleares como a EE.UU. y advierte sobre el peligro militar y nuclear derivado del reforzamiento de las alianzas de defensa como la ampliación de la OTAN hacia EUROPA DEL ESTE.

Los participantes calificaron de "labor urgente" la aplicación del Tratado de Prohibición Total de Armas Nucleares y su ampliación a la prohibición de todo tipo de experimentación o investigación sobre estas armas.

Los participantes afirman que la reforma del Tratado de Cooperación en Defensa entre EE.UU. y JAPON prevé que este país otorgue apoyo logístico y material a ESTADOS UNIDOS en caso de guerra, aspecto que ha desencadenado una polémica por lo que la constitución japonesa prohíbe cualquier participación en conflictos bélicos con la excepción de un ataque armado al archipiélago.

La declaración concluye que sólo "la presión de los ciudadanos conseguiría que los gobiernos frenen su política militarista y nuclear", por lo que se hace un llamamiento a todos los pueblos para que se unan a las "Acciones Conjuntas Internacionales".

Estas acciones tienen como primer objetivo mantener la oposición a la política de "disuación nuclear" o de justificar los arsenales atómicos como amenaza para prevenir guerras.

El foro ehorta a la población mundial reforzar su solidaridad con las víctimas de los bombardeos, a la canalización de los gastos militares hacia la cobertura de necesidades reales a la población que erradiquen el hambre , la pobreza y la dgradación del medio ambiente.

Como en otras oportunidades las organizaciones pacifistas que se reunieron en HIROSHIMA, criticaron a los países desarrollados particularmente a ESTADOS UNIDOS por su política armamentista.

Dentro de este contexto es importante puntualizar que la declaración aprobada tiene un fuerte contenido ideológico encuadrándose dentro del estilo de las distintas organizaciones pacifistas en cuanto a su posición antinorteamericana.

Esta característica le resta objetividad a estos movimientos en el momento de evaluar las consecuencias internacionales de los acuerdos o pactos que como el referido a la OTAN en realidad disminuyen la posibilidad del incremento de armas nucleares al poder controlar el desarrollo armamentista de RUSIA.

En síntesis la reunión de HIROSHIMA no aporta nada novedoso y la declaración aprobada no difiere de otros similares referidos tanto a la carrera armamentista como al problema del hambre o de la deuda externa donde en forma sistemática se critica el papel hegemónico de ESTADOS UNIDOS.

HOMBRE DE TV, DE RADIO, PUBLICITARIO Y PINTOR.

RODRIGUEZ TABEIRA *el flaco de caravana*

Nació por esos pagos donde dicen que sale el sol de la Patria. Caminó paso a paso las calles silenciosas de su Rocha natal y fue a la Escuela Número 44 ubicada nada menos que en el "Barrio de las Ranas", donde su señora madre era la maestra de quinto año. Ya era flaco y larguirucho y su voz llenaba de sonido el salón de su clase, cuando simplemente decía "Presente". Le decían "Cucharita de refresco" y él se mataba de risa y vivía feliz, con su barra de amigos y su tiempo de [illegible] por delante. Así comienza la historia de un "flaco" que cosechó luego larga fama en la televisión uruguaya.

Su padre era técnico dactiloscópico de la Jefatura, pero su verdadera pasión era la fotografía. Tiene una única hermana (una gran amiga) y su madre, que vive plena y saludable con sus elegantes 93 años, de palabra justa, equilibrada y medida. Un día, con la edad suficiente como para empezar a tomarse la vida en serio, sintió como tantos muchachos de campaña que aquella su adorada tierra le quedaba chica para sus sueños y entonces armó su valijita y se vino a la capital, con la disculpa



Rodríguez Tabeira: recuerdos de sus tiempos de radio y de su querida "Caravana"

mento de ventas, llegando incluso a redactar los textos comerciales para los clientes, los que tienen una gran aceptación, despertando en Rodríguez Tabeira una vieja vocación un tanto olvidada por sus andanzas por los micrófonos y las grabadoras. Es allí entonces cuando, sin abandonar su activo mundo de las grabaciones, da paso al publicitario al que aún no le había dado su oportunidad. R.T. Producciones Publicitarias había nacido en el mercado uruguayo.

EL FLACO PUBLICITARIO

"Hace más de 25 años que estoy comandando mi pequeña pero muy activa agencia de Publicidad, con la alegría de haber obtenido importantes premios, que no son más que un reconocimiento para mis clientes y la satisfacción de contar con una razonable cartera de importantes empresas, hoy en día verdaderas y reconocidos amigos, en el mejor sentido de esta palabra". Y agregamos nosotros que basta ver los buenos avisos de Blue Patna para aquilatar los altos puntos que calza creativamente la empresa publicitaria R.T. Producciones.

Como buen rochense, Rodríguez Tabeira era y fue un consecuente habitante de La Paloma en la temporada veraniega. Y como hombre inquieto, luchador y creativo, sabía desde siempre que al balneario de sus amores le faltaba ese "boliche", compañero y amigo, donde hacer una pausa, encontrarse con la barra y compartir las horas cordiales de las noches. Y allá por el 64 funda su famosa discoteca, que por supuesto bautiza con el nombre de "CARAVANA". A casi 34 años de su fundación, ésta ahora reformada "Caravana" que empezó siendo conocida como "EL Galpón

que iba a seguir un curso para [illegible]. En verdad, lo que quería, era pintar, lo que hacía y hace todavía muy bien. Y entonces fue a parar al viejo y querido local de la escuela de Bellas Artes en la calle Martí, donde estudió nada menos que con el gran Edgardo Ribeiro, uno de nuestros plásticos más señalados. Allí se vinculó a cantidad de amigos, hasta que un día uno de ellos, Jorge Rodríguez, entusiasmado con la voz y la simpatía de este "paisanito" de los palmares rochenses, lo arrimó a CX 36 Radio Centenario, emisora que recién empezaba a levantar Pablito Acosta y Lara, uno de nuestros más brillantes ejecutivos, con una gracia, una velocidad y una simpatía ideal para impulsar una radio como la 36, que en esos tiempos jugaba en segunda división.

SUS PRIMEROS AÑOS EN RADIO

Allí Rodríguez Tabeira se encontró con un mundo al cual nunca había pensado acceder y que lo llenó de goce y de cosas nuevas. En esos tiempos tallaban valores como Tito Rey Kelly, (Raymundo Soto en "Telecataplum"), Castro Seré, Capocasale, el peruano Alberto Maraví, Estrella y Duke y hasta de vez en cuando pasaba de visita para charlar un rato y de paso templar un poco su voz y su guitarra, Vinicius de Moraes. "Al principio estuve más para la broma que para otra cosa —cuenta Homero Rodríguez Tabeira— pero de a poco fui agarrando más importancia, como por ejemplo los relatos de los radio-teatros. Un día, por suerte, tuve al fin mi programa propio, *La Discoteca de los éxitos*".



En esos tiempos la 36 era un hervidero de ideas, con programas que arrastraban gran audiencia y notables realizaciones, como por ejemplo el "Radio Club Musical", cuyo libreto escribía Tito Rey Kelly (una máquina de crear cosas y situaciones y personajes), con la participación en los micrófonos de Rodríguez Tabeira y Alberto Maraví. A la Centenario la transformaron en la emisora del nombre largo y entre las mil cosas que crearon hubo una despedida que se hizo famosa, pues una noche al cierre de "La Revista de la Hora 20", Rodríguez Tabeira cerró con un "Hasta lueguitoooo", al que Pizolanti, un brillante operador, le agregó un oportuno eco, quedando una frase impresionante que rápidamente ganó una increíble popularidad. Rey Kelly, al que no se le escapaba nada, "cazó" esta frase en el aire y se la vendió a Pomelo Salus, que ganó también rápida aceptación y logró una importante penetración en el mercado.

SURGE "CARAVANA"

Llegaba a su final la vibrante década del 50 cuando una noche, exactamente del 59, Rodríguez Tabeira lanza al aire su nuevo programa largo, que va de once de la noche a la una y media de la madrugada. Se llamó "CA RA VA NA...". "Era realmente una caravana de micro-programas, todos enganchados y en fila como las caravanas en el desierto". El caso es que este programa estuvo nada menos que 20 años en el aire y sin duda ha sido una de las grandes y recordadas realizaciones del dial uruguayo.

En la década del 70 Rodríguez Tabeira ya era un hombre experimentado y aceptado en el mundo publicitario y de los grandes espectáculos. Su voz es reconocida y apreciada por todos y su don de gente también muy bien visto por el público en general. Ahora, desde CX 22 Radio Universal, se proyecta en nuevas realizaciones hasta que un día René Roos, el padre del gran Jaime, lo lleva a la Radio del Palacio, perteneciente al Palacio de la Música, (2da. emisora de FM, la primera fue la del Plata). Allí arma prácticamente todo el engranaje, desde la programación hasta el departamento clave en la actividad social y amistosa de la muchachada que verano a verano puebla de cantos y alegría las costas rochenses de La Paloma. De aquellas iniciales pizzetas de mejillones, se pasó a los famosos omelettes de algas que hicieron época con toda justicia. Tampoco faltaron en el remozado escenario de *Caravana* las grandes figuras como Horacio Guaraní, [illegible], María Creuza, Zitarrosa, Los Olimareños, China y Taco con sus famosas "Cartas de Amor" y por supuesto Carlitos Perciavalle con su humor desenfadado y la calidez del excelso Jaime Roos. En resumen, "Caravana" ha sido un jalón en la vida turística de La Paloma y Rodríguez Tabeira un luchador sin pausas, digno del más sincero y cálido de los aplausos.

Y así se cuenta la historia. De aquella bulliciosa escuelita del barrio de las ranas, del quieto y apacible pueblo de Rocha (dicho esto con respeto y cariño por la gran capital rochense), salió este personaje largo y flaco como "Cucharita de refresco", que impuso en el dial uruguayo el tono de una voz campechana y amistosa, que montó una muy digna agencia de publicidad, reconocida y respetada por todos sus colegas y que al impulso de su corazón y de su fe, levantó con sus manos y su coraje, el famoso local de "Caravana", en pleno corazón de La Paloma.

Díaz Mondino
Foto: Mauricio Skricky

Sábado Show · 26 JUL. 1997

RADIO

"Aire Condicionado": periodismo allá y acá

Aire Condicionado es el nombre del nuevo periodístico conducido por José Antonio Carvalho, que se emite en CW 142 *"La voz de Artigas"* los sábados de 9:15 a 10:45.

El programa apunta a un público de entre 35 y 50 años y está estructurado en dos partes. La primera dedicada a un tema unitario de actualidad y cuenta con la presencia de un entrevistado en estudios, informes especiales grabados que enfocan el tema desde otros ángulos y opiniones de diferentes sectores de la población en relación al tema propuesto.

El segundo bloque tiene un formato revista y abarca diferentes propuestas como información, comentarios, sugerencias culturales y de esparcimiento, así como también deportes, ciencia y economía.

Este nuevo emprendimiento es una coproducción entre "La voz de Artigas" y el equipo de *Aire Condicionado*. Una parte del equipo se encuentra en Montevideo y otra en Artigas. "En Artigas se realizan los trabajos de producción que se refieren a la realidad local, como ser entrevistas, encuestas, informes y recepción de inquietudes, y desde Montevideo se producen informes especiales sobre temas de interés general apoyándonos en otros medios de comunicación. También se hacen intervenciones en vivo desde la capital", explicó Gerardo Carvalho.



El equipo capitalino del programa

El programa de divide en distintas secciones, por ejemplo "La lupa" es un espacio que trata sobre el estado actual de la realidad que se está analizando en el tema central de un modo objetivo y descriptivo, incluyendo datos, estadísticas e historia, "es como un preámbulo a la entrevista central", señaló el productor. "Temperatura ambiente" intenta canalizar las opiniones de la población de Artigas y "Plumas" es una sección dedicada a la literatura y al comentario de libros.

"Tenemos una sección muy interesante, "Caras conocidas", que pretende descubrir personajes a partir de individuos aparentemente anónimos, pero que por su actividad y/o presencia, representan símbolos de pertenencia a lugares o situaciones", agregó Carvalho.

Además hay otras secciones que incluyen comentarios de videos, lectura de cuentos, poesías, poemas o anécdotas, y la elección de cuatro o cinco noticias importantes que abarcan todo el espectro informativo. Todo esto va acompañado por un tema musical de cierre acorde al estilo del programa que como nota distintiva es acompañado por datos curiosos sobre su autor.

El equipo de producción está integrado por los licenciados en comunicaciones Gerardo Carvalho, Karina Caseefa y [illegible]alio Touriño, la técnica en comunicación social Leticia Gambetta y el publicitario Jorge Gregori.

Verónica D'Andrea

A veces, en su consagrado "Hoy por hoy", aparece con cara muy seria, como enojada; otras veces ríe en serio, con ganas. Cuando el medio de comunicación es Radio Sarandí, su voz trasunta soltura y calidez. Cuando el tema es la política maneja hábilmente el bisturí y si tiene que meterlo a fondo no le tiembla la mano; ni la voz, por supuesto. Sea como sea, cálida, dura o incisiva, es siempre por encima de todas las cosas una periodista de verdad, que sabe de lo que habla. Culta, profunda e inteligente, Sonia se ha ganado "a pulmón" el respeto y el reconocimiento de colegas y -lo principal- del público. Y atrás de esta respetable señora periodista hay una mujer muy humana, muy íntegra y muy agradable, por cierto.



"Hoy por hoy" en Canal 5 y "Buenas tardes" en CX 8 muestran toda la talla de una periodista seria e informada

Doña Minga, la señora mamá de Sonia Breccia, era maestra de una escuela de Capurro y cuando su pequeña y mimosa hija llegó a la edad escolar, pensó con toda razón inscribirla en una escuela cercana, pues ellos vivían en Pocitos y le pareció por lo tanto razonable evitarle ese largo viaje que ella hacía todos los días. Lo que no tuvo en cuenta fue la opinión de la pequeña, que pronto -entre sollozos y pataleos- hizo sentir el peso de sus razones, demostrando ya su fuerte temperamento; cuando se le ponía algo entre los ojos, más valía decirle que sí rápidamente. En resumen, Sonia Breccia cumplió toda su etapa escolar en la Escuela de Capurro, pasando luego al liceo Joaquín Suárez donde transcurrió su feliz proceso liceal; más tarde ingresaría al "viejo y querido" IAVA, para culminar finalmente sus años estudiantiles en el no menos célebre IPA, donde se recibió de Profesora de Literatura luego de haber tomado clases con verdaderos maestros de la materia, como Guido Castillo y Carlos Real de Azúa.

Y no vaya a pensar Ud. que aquella tímida e inexperiente niña recién recibida iba a tener problemas para enfrentar a una clase, cumplir con su programa y hacerse respetar. Nada de eso. Pronto, desde el Liceo Brause de la ciudad de Pando y posteriormente en el Liceo Larrañaga, o en el Seminario, o en el "Femenino" de la Avda. Agraciada y más tarde en el número 17 o en el Miranda, ésta suave pero dura (cuando era necesario) profesora de Literatura mostró su carácter, su disciplina y su amor por la materia que enseñaba.

Pero llegaron los años difíciles y la dictadura la destituyó, cambiándole bruscamente su destino y de hecho su vida, lo que indudablemente le duele pero no la amilana; sacando fuerzas no sabe de dónde y poniendo toda su fe en cada proyecto que inicia -segura además de que no la van a vencer- pone un pequeño taller de confecciones, saliendo ella misma a vender lo que hace; después de muchas idas y venidas, aciertos y tropiezos, tiene finalmente su propia boutique.

Y llega 1982 cuando se produce su primer contacto con el mundo de la comunicación. Lil Bettina Chouhy la invita un día (y por supuesto la impulsa) a realizar un micro de 10 minutos tres veces por semana por Radio Sarandí. La oferta es tentadora y Sonia acepta el desafío; así lanza al aire "Una mujer y su mundo", un pequeño espacio que le sirve como tarjeta de presentación y también como trampolín, pues unos años después es incorporada oficialmente a la atractiva tarde de Sarandí, donde Lil Bettina y Jorge Burel timoneaban con experiencia, simpatía y calidad un programa lleno de interés e inteligencia.

Pero Sonia estaba destinada para algo más trascendente y de mayor alcance popular, y en 1985 pasa a integrarse al famoso programa de la mañana de Sarandí, "En vivo y en directo", con Néber Araújo y Jorge Traverso. Allí permanece hasta 1993; el 1o. de setiembre de ese año pasa a dirigir la programación en la tarde de esta señalada emisora. "En la tarde de Sarandí nosotros buscamos la comunicación con la gente, tratando de romper ese encasillamiento que existía en nuestra radiotelefonía, donde no sé por qué se pensaba que los programas de la tarde, como iban principalmente dirigidos a la mujer, tenían que limitarse a temas intrascendentes donde sobresalieran las recetas culinarias. De a poco hemos ido abriendo espacios para otras áreas, inclusive hemos dado lugar a la importantísima entrevista política; ¿o acaso a las mujeres no les interesa también el tema político y no viven diariamente las alternativas de la vida socio-política del país?. El programa rompió entonces con ese molde obsoleto y abrió un surco de comunicación y de diálogo maduro, ágil e inteligente, con un mundo de oyentes que se expresan con fluidez, nos cuentan cosas y nos hacen conocer sus opiniones y sus puntos de vista sobre los más variados temas".

La televisión también abrió sus puertas para darle su merecido lugar a esta luchadora Sonia Breccia que comenzó muy humildemente en Telenoche 4 junto a Carlos Giacosa, para luego y por las suyas mudarse a Canal 5, donde durante 3 años realizó y produjo su programa, "Los viajes y la gente", hasta que un día y sin mayores aspavientos comenzó con "Hoy por hoy", su aplaudido y brillante periodístico de los viernes de noche, programa que se ha ganado a puro coraje de su protagonista un lugar más que destacado en el devenir de la televisión nacional. "El programa empezó como una especie de revista, con entrevistas y secciones fijas —cuenta Sonia Breccia— inicialmente iba grabado y tres veces por semana. De a poco se fue transformando en lo que es en la actualidad, donde le hemos agregado un informe inicial de César Aguiar con su equipo de Consultores y uno o dos columnistas que entrevistan al público. Al final cerramos el programa con lo que hemos bautizado el "Cara a Cara", que no es otra cosa que un rápido ping-pong de preguntas y respuestas, a veces realmente impactante".

Sonia sabe -y así lo hace notar- que sin un buen equipo de apoyo es muy difícil alcanzar las excelentes metas periodísticas que ha logrado. Por eso señala -y pide que lo marquemos muy especialmente- el nombre de los que la acompañan en sus tardes de la Radio Sarandí, haciendo posible el éxito que les distingue desde hace tanto tiempo. Ellos son Miguel Nogueira, Fernando Butazzoni, Aureliano Folle y Malena Fabregat, con la participación también muy especial de Enrique Mrak y Sergio Puglia y la eficaz secretaría de Cecilia Fernández.

"No no soy agresiva —dice Sonia Breccia ante una insinuación nuestra— eso sí, soy absolutamente seria e informada y a veces quizás, un poco incisiva, pero agresiva no. Podré parecerlo, pero sinceramente no lo soy".

Sonia Breccia jamás había pensado ser periodista. Se preparó esmeradamente para profesora. Amó profundamente el mundo de la Literatura que eligió con mucho cuidado. La vida un día la llevó a vender ropa cuando lo que ella quería era dar clases, pero aceptó las alternativas del juego y jamás se entregó, ni bajó la guardia, ni abandonó sus principios. El destino empero la ha recompensado debidamente y una pequeñita llamada Agustina, con una muy tierna sonrisita, suele devolverle a su dinámica abuelita Sonia muchas de esas cosas que la vida nos va arrancando a cada rato, en el diario trajinar de este hoy por hoy.

Díaz Mondino
Fotos: Luis Alonso

Piden cumplimiento de obras por convenio



Yannis Diakakis y Omar Varela (AODAMTOP): "convenios de obras por administración directa con organismos públicos deben cumplirse".

Teniendo como objetivo "más trabajos por administración directa, desarrollando áreas paralizadas en el interior, a pesar de existir convenios firmados", se desarrollará mañana el Sexto Plenario de la Asociación de Obreros de Arquitectura del Ministerio de Transporte y Obras Públicas.

Según lo expresado por Omar Varela y Yannis Diakakis, presidente y secretario respectivamente de la gremial (AODAMTOP), "preocupa en el interior que existiendo convenios por administración directa con organismos públicos, caso del MSP, ANEP, INAME, entre otros, esto no se han cumplido".

Subrayaron que "el personal está paralizado en diversas zonas, casos de Tacuarembó, Durazno, Florida, Río Negro, Paysandú y Chuy, por lo que reclamamos la puesta en marcha de obras pendientes".

El plenario de mañana, que sesionará desde las 8 horas en la sede de AFGAP (Uruguay 823) y contará con la presencia de un centenar de delegados de todos el país, también analizará el aspecto salarial, consignando nuestros entrevistados que "como cada vez más la administración nos va llevando a la categoría de privados, es que levantamos también la bandera del salario vacacional".

CAMPO S-COSOCIAL
Sector GREMIAL

JUBILADOS

1/1

LA FEDERACION DE JUBILADOS Y PENSIONISTAS DEL LITORAL SE REUNIO EN SALTO CON BERCHESI

Desde Salto nos informan que en esa ciudad el día 25 de julio de 1997, en la sede de AJUPENSAL se reunió la Federación de Jubilados y Pensionistas del Litoral, que preside Don Héctor Zanoniani. La reunión contó con la asistencia de delegaciones de Salto, Guichón, Artigas, Cañada de Nieto, Bella Unión, Dolores, Rosario, Colonia, Fray Bentos y Paysandú.

Además del extenso temario, hubo dos hechos a destacar, la presencia del Presidente del Banco de Previsión Social Cr. Juan Berchesi y de los jerarcas administrativos, Dr. Gastón Inda del Area de Promoción Social, Esc. Soutullo del Area de Prestaciones y el Cr. Piriz del Area Recaudaciones. Lo otro a destacar son las atenciones de la entidad anfitriona que preside el Dr. Roque Nicola Firpo, hecho por demás habitual por la calidad humana y capacidad de los dirigentes y funcionarios de AJUPENSAL.

Los temas tratados y por su orden se relacionaron con: la necesidad de la presencia de un escribano del organismo en los departamentos del interior, a los efectos de atender gratuitamente la expedición de poderes. A ello el Cr. Brechesi contestó afirmativamente, para lo cual se establecerán días y lugares de esa presencia profesional.

Se conversó además de la preocupación por el costo de los préstamos sociales, la posibilidad de mejorar esas condiciones, y la forma de efectuarlos.

Otro de los puntos preocupantes es el referente a las fechas del pago de las facturas: OSE, UTE y ANTEL y la posibilidad del descuento de las pasividades. Se dejó constancia que ha habido preocupación y algún contacto con los jerarcas de los entes, pero también hay aspectos legales que no permitirían tal forma de descuento.

Se plantearon además el pago de la Prima por Edad a los mayores de setenta años, una retribución especial dos veces al año, el pago de los sepelios y expensas funerarias, la extensión a otros jubilados del derecho a la cuota mutual, lo concerniente a las viviendas para jubilados y pensionistas, a lo que se contestó que en el pago de pasividades de agosto se entregará un formulario a quienes tengan hoy la posibilidad de acceder a ese derecho. Se conversó además sobre la elección del representante de los pasivos, que ya lleva la ilegalidad de haber estado sin designar otro representante 16 meses, un hecho sin precedentes en materia electoral y legal.

O.B.
Bio6

ULTIMAS NOTICIAS
6/8/97

Fotocopia muy reducida

A00845

E FOXBT 05-17 00287

exg mun

HUNGRIA OTAN

MAYORIA VOTANTES APOYARIAN ENTRADA HUNGRIA EN LA OTAN

Budapest, 17 may (EFE).- En el caso de que se celebrara un referendum sobre la integración de Hungría en la OTAN, entre el 70 y el 75 por ciento de los votantes lo haría a favor, según dijo hoy, sábado, Gyorgy Fischer, director del Instituto Demoscópico Gallup en Budapest.

Fischer, explicó que otros datos publicados recientemente por otras instituciones señalan que más del 50 por ciento de la población apoya la integración en la Alianza Atlántica lo cual significa que en caso de la votación se podrá alcanzar una mayoría del 75 por ciento.

El director de Gallup en Hungría explicó que estos cálculos se basan en que sólo una cuarta parte de la población magiar se opone claramente a la integración y en que más del 50 por ciento de los simpatizantes concurrirán a las urnas.

Las declaraciones de Fischer coinciden con las evaluaciones hechas por el ministerio húngaro de Defensa, cuyo portavoz, Lajos Erdélyi, explicó a EFE que según sus propios cálculos el 70 por ciento de los votantes apoyarán la integración y "esta cifra es muy buena" aseguró.

Erdélyi reconoció a su vez que "se deberá realizar una labor más intensa de información para que la población magiar esté al tanto de las exigencias, obligaciones y ventajas que le supondrá la integración a la OTAN".

László Kovacs, ministro húngaro de Asuntos Exteriores, señaló a EFE que "nos costaría mucho más dinero y sacrificio garantizar nuestra seguridad si no nos hiciéramos miembros de la OTAN y esto se debe explicar claramente a la población húngara".

Organismos internacionales de periodismo, como por ejemplo la sección húngara de la Asociación de Periodistas Europeos ayuda al gobierno magiar para realizar conferencias sobre el proceso de ampliación de la OTAN y de la Unión Europea (UE). EFE

NA/CO/11

05/17/13-45/97

Nº. DOCUMENTO 9708888

TITULO Buscan acuerdo histórico que acerque a Rusia a la OTAN el 14 mayo en Moscú.

PROCEDENCIA A5 0040

FECHA DE [illegible] 17/05/97

VINCULACIONES 508062.
507284
507283

ENTRADO
CRUZADO

[illegible]

[illegible]
mun esg [illegible]

OTAN-RUSIA (ampliacion)
SOLANA Y PRIMAKOV INTENTARAN ACUERDO 1? MAYO EN MOSCU

Luxemburgo, 7 may (EFE). El secretario general de la OTAN, Javier Solana, y el ministro ruso de Exteriores, Yevgueni Primakov, volverán a reunirse el próximo día 13 en Moscú para tratar de cerrar el acuerdo entre Rusia y la Alianza Atlántica, anunció hoy, miércoles, Primakov.

Sobre si se mantiene la fecha del próximo día 27 para la firma del acuerdo, según lo adelantado por el presidente ruso, Boris Yeltsin, Primakov señaló en una conferencia de prensa que "sólo después de la reunión del día 13 se podrá decir una fecha precisa".

El ministro ruso no quiso desvelar detalles de los progresos registrados en la reunión que anoche celebró en Luxemburgo con el secretario general de la OTAN, aunque confirmó que hubo "una aproximación de las posiciones".

"Las entrevistas mantenidas hasta ahora han sido fructíferas", agregó Primakov, quien aseguró que tras la conversación de anoche "las posiciones están un poco más próximas, aunque quedan aspectos en los que no ha habido acuerdo".

Solana y Primakov celebraron anoche la quinta ronda de negociaciones encaminadas a alcanzar un acuerdo que regule las relaciones entre Rusia y la nueva OTAN ampliada al Este.

La ronda [illegible] ambas [illegible] algunos progresos", pero sin [illegible] para cerrar un compromiso.

[illegible] de la Alianza Atlántica, [illegible] del acuerdo, al exigir Rusia [illegible] de que no instalará armas nucleares, ni desplegará infraestructuras de guerra en el territorio de los [illegible] Central y del Este.

[illegible]
EFE

[illegible]

[illegible]

01-21

9708888

XR8807

R FOXBT 05-07 00430

jcx mun exq

RUSIA-OTAN

POLITICO DICE PLAZO LIMITE ACUERDO ES ANTES 1999 Y NO 27 MAYO

Moscú, 7 may (EFE).- El "plazo límite" para que Rusia y la OTAN firmen el acuerdo sobre sus relaciones es antes de 1999, cuando comience el ingreso de nuevos miembros en la Alianza Atlántica, y no el próximo día 27, como desea el Kremlin, opinó hoy, miércoles, el político ruso Vladimir Lukin.

Lukin, quien encabeza el Comité de Asuntos Internacionales de la Cámara de Diputados de Rusia, dijo que no importa si Moscú y la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) no firman el acuerdo que regulará sus relaciones el próximo día 27 en París, como quiere el presidente ruso, Boris Yeltsin.

En una entrevista a la emisora "Eco de Moscú", Lukin indicó que "el plazo límite en el que Rusia y la OTAN deben definir sus relaciones es antes de 1999" y no el 27 de mayo ni julio próximo, cuando la Alianza Atlántica anunciará en su reunión de Madrid a los candidatos a ingresar en su seno en una primera fase (lo más probable, Polonia, Hungría y la República Checa).

"Si en la cumbre de Madrid se decide iniciar las negociaciones con una serie de países para su entrada en la OTAN, ello no impedirá llevar a cabo paralelamente las conversaciones con Rusia sobre las condiciones de su cooperación con la Alianza", señaló.

Añadió que "el problema real surgirá si estos países son admitidos en la OTAN mientras que nosotros todavía no tenemos un acuerdo que garantice nuestra seguridad".

Vladimir Lukin, ex embajador de Rusia en Estados Unidos, precisó que el acuerdo Rusia-OTAN debe ser firmado "no porque Moscú haya dejado de pronunciarse contra la ampliación de la Alianza Atlántica, sino con el objetivo de minimizar el daño que este proceso tendrá para nosotros y para Occidente".

El político defendió la exigencia de Moscú de suscribir con la OTAN un "acuerdo vinculante obligatorio, que las partes se comprometen a cumplir", y no una "carta", como propone la Alianza, puesto que ésta supone una mera "declaración de intenciones".

Según Lukin, las relaciones entre Rusia y Occidente sufrirían un empeoramiento si las partes no llegaran a un denominador común en las negociaciones que el ministro ruso de Asuntos Exteriores, Yevgueni Primakov, celebra con el secretario general aliado, Javier Solana, para concretar el futuro documento.

"Sería un periodo de malas relaciones, las partes se darían la espalda y cada una haría lo que considerara conveniente para sí misma, sin tener en cuenta la postura de la otra", manifestó.

Primakov se entrevistó anoche con Solana en Luxemburgo y ambos volverán a reunirse en Moscú el próximo martes para continuar sus negociaciones, estancadas en aspectos militares del proceso de ampliación de la Alianza Atlántica. EFE

si/acm dih

05/07/19-32/97

9708888

02

[illegible] (EFE).- La OTAN y Rusia harán un nuevo esfuerzo definitivo de alcanzar un compromiso el próximo martes en Moscú, en una carrera contrarreloj para poder firmar el 27 de mayo el acuerdo que despejará el camino a la ampliación de la Alianza.

El ministro ruso de Exteriores, Yevgueni Primakov, anunció hoy que la próxima ronda de las negociaciones será el martes 13 de mayo en Moscú, y que "sólo entonces será posible predecir si esa fecha puede mantenerse".

Fuentes de la OTAN en Bruselas se declararon hoy "moderadamente optimistas" tras los últimos progresos registrados en la reunión celebrada anoche entre Solana y Primakov y destacaron que la fecha del 27 de mayo sugerida por el presidente ruso, Boris Yeltsin, "no es considerada un compromiso por la Alianza".

No obstante, valoraron "la evidente voluntad de avanzar y concluir el acuerdo" que demuestra el hecho de que "se haya fijado para una fecha tan próxima la nueva ronda de negociaciones".

Fuentes diplomáticas consideran que en las tres semanas que quedan para la fecha sugerida por Yeltsin "hay tiempo" para alcanzar un compromiso final que permita cerrar el acuerdo "ya que se ha constatado que hay voluntad de hacerlo".

Pero otras fuentes aliadas destacan que el tiempo apremia porque si se quiere firmar el acuerdo el 27 de mayo "habrá que cerrarlo antes para dejar todos los cabos atados".

La OTAN "no va a acudir a París sin que todos los puntos estén cerrados", señalaron.

El acuerdo se llamará probablemente "Acta", ya que los rusos se oponen a que se denomine "carta", como quería la Alianza, y prefieren "acuerdo" o "tratado", con connotaciones más vinculantes.

La OTAN ofreció la posibilidad de que se denomine "Acta", y "parece que les ha parecido una buena idea, aunque no hay aún un acuerdo definitivo", dijeron a EFE fuentes aliadas.

Los rusos están dando señales de que prefieren cerrar un acuerdo con la OTAN antes de la ampliación de la Alianza Atlántica al centro y este de Europa, pero "jugarán todas sus cartas hasta el último minuto como buenos negociadores que son", señaló una fuente diplomática.

La Alianza declaró en repetidas ocasiones que la ampliación al Este se hará con o sin acuerdo con Moscú, aunque tampoco oculta que hacerlo sin un acuerdo previo con Rusia crearía un escenario más adverso.

Ni Primakov ni la OTAN desvelaron en qué consistieron los progresos anunciados al término de la reunión celebrada anoche en Luxemburgo, que se centró en el capítulo de los aspectos militares en el que se concentran los obstáculos.

La principal discrepancia está en las exigencias rusas de que la Alianza dé garantías por escrito de que no instalará nunca armas nucleares ni desplazará infraestructuras a los territorios de los nuevos aliados.

"La OTAN ya ha ofrecido todo lo que podía en el plano militar", señalan fuentes aliadas, convencidas de que "no se pueden traspasar ciertos límites".

Esta "línea roja" que la Alianza no está dispuesta a traspasar comprende "cualquier compromiso que implique limitar la capacidad de defender a los nuevos aliados o que afecte su soberanía", señaló una fuente aliada.

Moscú argumenta que la instalación de infraestructuras o la apertura o modernización de antiguas bases militares en dichos países supondría la ruptura del equilibrio militar en Europa [illegible]

[illegible]

97088887

Rusia y la OTAN, otrora acérrimos enemigos, a un paso de acuerdo histórico

BRUSELAS, 10 (ANSA).— Diplomáticos rusos y aliados están de acuerdo en que, salvo sorpresas de último momento, la OTAN y Rusia alcanzarán dentro de pocos días un acuerdo global sobre la histórica "Carta" de cooperación entre los "ex enemigos" de la guerra fría.

La "Carta" permitirá la ampliación de la Alianza Atlántica hacia el este europeo y será la base de la nueva estructura de seguridad del continente.

El martes los dos grandes negociadores del acuerdo, el secretario general de la OTAN, Javier Solana, y el canciller ruso Evgueni Primakov, se reunirán en Moscú para la sexta y, con toda probabilidad, última vuelta de la tratativa.

En la reunión debería participar el mismo presidente ruso Boris Yeltsin, quien está decidido a finalizar el acuerdo, "ya hecho en un 98 por ciento", según el mismo presidente declaró a los periodistas.

Según un diplomático europeo, la "Carta", que debería ser firmada luego por los dieciséis países miembros de la OTAN y por Yeltsin durante una cumbre extraordinaria que se celebrará en París el 27 de mayo, prácticamente hará "entrar en una mitad" a Rusia en la Alianza Atlántica.

A cambio, Rusia no se opondrá a la ampliación de la OTAN hacia el este europeo.

El 8 de julio, en ocasión de la cumbre de Madrid, la OTAN *cerrará* definitivamente una época que marcó en profundidad a Europa, la de la guerra fría, invitando oficialmente a adherir a al menos tres países (Polonia, Hungría y República Checa) y quizás también a dos más (Eslovenia y Rumania) países poscomunistas.

Durante la reunión del martes próximo, Solana y Primakov deberán terminar los últimos detalles de dos capítulos importantes de la "Carta".

Uno hace referencia al techo de fuerzas, estructuras y armas, sobre todo las nucleares, que se dislocarán en los nuevos países miembros, también a través de la revisión del tratado CFE. El segundo punto se refiere al futuro Consejo de consultación permanente OTAN-Rusia.



***A MOSCU.** Javier Solana, Secretario General de la OTAN, se reunirá con el canciller ruso, Evgueni Primakov, buscando un acuerdo definitivo*

OTAN RUSIA (Previsión)

DISCREPANCIAS EN EL KREMLIN MARCAN SEXTA RONDA CON SOLANA

Moscú, 13 may (EFE).- El secretario general de la OTAN, Javier Solana, celebra hoy, martes, en Moscú la sexta ronda del diálogo con Rusia, marcada por las discrepancias en el seno del Kremlin sobre la importancia que en estas negociaciones tienen los socios europeos de la Alianza Atlántica y Estados Unidos.

En la víspera de esta ronda de negociaciones, el presidente ruso, Boris Yeltsin, apostó por sus relaciones personales con los líderes de los principales países europeos miembros de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), a diferencia del jefe de su diplomacia, Yevgueni Primakov, quien parece seguro de que la clave del futuro pacto Rusia-Alianza está en Washington.

Yeltsin efectuó ayer y hoy una inusitada ofensiva telefónica, al hablar de las futuras relaciones Rusia-OTAN con el presidente francés, Jacques Chirac; el nuevo primer ministro británico, Tony Blair; el canciller alemán, Helmut Kohl; y el jefe de la diplomacia helvética y actual presidente de la Organización sobre la Seguridad y la Cooperación en Europa (OSCE), Flavio Cotti.

Pero, al igual que el Kremlin quiso aprovechar las discrepancias que los miembros europeos de la Alianza Atlántica pueden tener con EEUU, Solana puede haber llegado a Moscú preparado para jugar con las divergencias que parecen existir entre Yeltsin y su ministro de Asuntos Exteriores.

Primakov expresó hoy su esperanza en que esta ronda del diálogo con Solana sea la última antes de la firma del acuerdo Rusia-OTAN, que Moscú quiere que refrende el compromiso aliado de no avanzar sus armas nucleares y su estructura militar hacia el Este y reconozca al Kremlin como interlocutor obligatorio en materia de seguridad europea.

Al mismo tiempo, fuentes aliadas dijeron al diario ruso "Izvestia" en Bruselas que el mensaje que representantes de los 16 países de la OTAN dieron a Solana en la víspera de esta ronda de diálogo, empantanado en los aspectos militares de la ampliación de la Alianza, es que ésta ya no hará nuevas concesiones a Moscú.

La fuente señaló que la postura de Yeltsin, a diferencia de la de Primakov, "es mucho menos ideologizada, pues el presidente ruso comprende la importancia de mantener buenas relaciones con Occidente", mientras que el jefe de la diplomacia rusa "tardó en comprender que Estados Unidos y la OTAN no son lo mismo".

El periódico afirma en su edición de mañana, miércoles, que desde hace tiempo diplomáticos rusos de alto rango intentan, sin éxito, convencer a Primakov de la importancia de sostener negociaciones activas con los miembros europeos de la Alianza, mientras que éste prefiere dialogar con Washington.

Precisamente, el ministro ruso de Defensa, Igor Rodiónov, se encuentra estos días en Washington en una visita centrada en el problema de la OTAN y las relaciones ruso-estadounidenses.

El jefe de la diplomacia rusa reiteró hoy la esperanza, expresada por Yeltsin de que el acuerdo Rusia-OTAN se firme el próximo día 27 en París en una cumbre de los miembros de la Alianza, pero advirtió de que "hay que ver lo que trajo consigo Solana".

El líder ruso indicó la semana pasada que el acuerdo entre Moscú y la Alianza Atlántica tiene que tener caracter vinculante y no sólo estar preparado para su firma el próximo día 27, sino ultimarse en la cita de hoy entre Primakov y Solana.

Las fuentes aliadas consultadas por "Izvestia" sobre las posibilidades de que el acuerdo se suscriba el 27 de mayo opinaron que éstas son de "poco mas del cincuenta por ciento".

Por su parte, diputados rusos de diversas fuerzas políticas de la oposición, tanto comunista como liberal, entrevistados por la agencia Interfax se mostraron seguros de que no se debe esperar gran cosa de las negociaciones de hoy y pusieron en duda que el futuro acuerdo esté listo para su firma el próximo día 27. EFE

[illegible] 06

350114

U PO-BT 05 14 0077

[illegible]

OTAN-RUSIA

FECHAS CLAVES EN PROCESO NEGOCIACION ACUERDO

Bruselas, 14 may (EFE).- El proceso de negociación entre la OTAN y Rusia, que hoy culminó con el compromiso en Moscú para firmar un acuerdo que regulará sus relaciones futuras y despejará el camino a la ampliación de la Alianza al este de Europa, fue relativamente corto, con apenas cuatro meses de duración.

20 ENERO, MOSCU

El secretario general de la OTAN, Javier Solana, y el ministro ruso de Asuntos Exteriores, Evgueni Primakov, se reúnen por primera vez en Moscú para abrir el proceso de negociaciones.

Esta primera ronda termina con el acuerdo de dar por iniciado el proceso de negociación y de celebrar una nueva ronda mas adelante, precedida de una reunion entre "tecnicos" de ambas partes.

Las reuniones técnicas que a partir de entonces se celebraron periódicamente fueron encabezadas por el viceministro ruso de Exteriores, Nikolai Afanasievski, y por el secretario general adjunto para asuntos políticos de la OTAN, Gerbhert Von Moltke.

18 FEBRERO, BRUSELAS

La secretaria de Estado de EEUU, Madeleine Albright, aboga durante su primera visita a la sede de la Alianza Atlántica en Bruselas por la creación de un Consejo Conjunto OTAN-Rusia, centrado en "promover un diálogo regular en cuestiones importantes de seguridad".

Albraight también sugiere la posibilidad de crear una brigada conjunta OTAN-Rusia dentro de la futura cooperación de la organización militar occidental con ese país. Rusia acoge favorablemente la creación de un Consejo, pero reacciona con frialdad a la segunda sugerencia.

23 FEBRERO, BRUSELAS

Solana y Primakov vuelven a reunirse esta vez en Bruselas, en la residencia del secretario general de la OTAN. Esta ronda concluye con "progresos", aunque ambas partes constatan que persisten "las diferencias".

Los avances se concentraron en los aspectos políticos del acuerdo.

[illegible] MARZO, MOSCU

La tercer ronda de las negociaciones supuso "pasos positivos" en la búsqueda del acuerdo, pero ambas partes volvían a poner de manifiesto la disparidad de opiniones en varios asuntos.

El capítulo de los aspectos militares comienza a perfilarse

9708888

como el de más difícil negociación al exigir Rusia que la ampliación de la OTAN al Este de Europa sea "militarmente neutral" y la Alianza sostener la necesidad de unos "mínimos" en cuanto a infraestructuras y fuerzas convencionales en el territorio de los nuevos aliados.

En esta reunión, Solana presentó a Primakov un proyecto de borrador de acuerdo.

21 MARZO, HELSINKI

Los presidentes de EEUU, Bill Clinton, y de Rusia, Boris Yeltsin, pese a constatar sus diferencias sobre la ampliación de la OTAN al Este de Europa, acuerdan impulsar la firma de un acuerdo entre la Alianza Atlántica y Rusia en la cumbre que celebraron en Helsinki.

15 ABRIL, MOSCU

La cuarta ronda de negociaciones puso de manifiesto la magnitud de las diferencias entre la OTAN y Rusia en el capítulo de los aspectos militares, al considerar Moscú "inaceptables" las propuestas presentadas por la Alianza en este terreno.

La OTAN no aceptó que Rusia le pudiera traspasar las "líneas rojas" que la organización militar no puede sobrepasar al exigirle un compromiso por escrito de que "nunca" desplegará armas nucleares en los territorios de los nuevos socios, así como a establecer límites muy precisos en las fuerzas y armas convencionales.

17 ABRIL, BADEN-BADEN

El presidente ruso, Boris Yeltsin, afirma en la localidad alemana de Baden-Baden que el acuerdo entre su país y la Alianza Atlántica se firmará el 27 de mayo en París. La OTAN acoge con satisfacción y como "una buena señal" la declaración de Yeltsin, pero recuerda que "quedan cuestiones muy difíciles por resolver" y que tal fecha no es un "compromiso" asumido por la Alianza.

6 MAYO, LUXEMBURGO

Solana y Primakov logran "algunos progresos" pero no consiguen alcanzar un compromiso que permita cerrar el acuerdo en la reunión que mantuvieron en Luxemburgo, que había levantado grandes expectativas de que pudiera ser la última.

Una vez más, el capítulo militar se mostró como el principal obstáculo, al no cambiar sustancialmente ambas partes sus posiciones.

Se registraron algunos avances en cuanto a la denominación del documento, cuyo posible nombre de consenso se perfila como Acta Fundacional, en detrimento de Carta, que era como quería la OTAN, o Tratado, opción preferida por Rusia.

13-14 MAYO, MOSCU

El secretario general de la OTAN y el jefe de la diplomacia rusa alcanzan un compromiso para cerrar el acuerdo tras dos intensas jornadas negociadoras, en las que intervino personalmente el presidente Yeltsin en una larga conversación telefónica, el miércoles, con Solana, tras la que se anunció el compromiso.
[illegible] FFF

08

0708888

:D0107

U FOBKT 05 14 00571
mun exo 10x

OTAN RUSIA
PRINCIPALES PUNTOS DEL ACUERDO

Bruselas, 14 may (EFE). El compromiso alcanzado hoy, miércoles, en Moscú, entre la OTAN y Rusia para la firma de un acuerdo que abre una nueva etapa en las relaciones entre la Alianza Atlántica y ese país y despeja el camino a la ampliación al Este de Europa, se basa en cinco capítulos.

Aunque no ha sido confirmado aún por ninguna de las dos partes, la denominación de Acta Fundacional parece ser la que cuenta con mayores posibilidades de ser finalmente el nombre que recibirá el documento.

- PRINCIPIOS GENERALES

El acuerdo parte de la definición de unos principios generales de respeto a las normas internacionales democráticas y a los Derechos Humanos, que la OTAN y Rusia se comprometen a defender.

TRANSFORMACIONES OCURRIDAS

Este segundo capítulo recoge los cambios registrados en los últimos años tanto en Rusia, tras la desintegración de la Unión Soviética, como en la Alianza Atlántica, con la decisión adoptada en la cumbre aliada de 1994 de transformar la OTAN para adaptarla a las nuevas necesidades y a la nueva situación creada por el fin de la Guerra Fría.

- AREAS DE COOPERACION

Define una serie de campos en los que Rusia y la Alianza Atlántica pueden cooperar, como las operaciones de mantenimiento de la paz, en las que ya tienen experiencia a partir de las misiones de paz (IFOR y SFOR) de Bosnia, lucha contra la proliferación de armas de destrucción masiva, seguridad nuclear, protección del medio ambiente y cooperación en casos de grandes desastres naturales.

- MECANISMO DE CONSULTAS

La OTAN y Rusia acuerdan establecer un mecanismo de consultas, que se denominará Consejo OTAN Rusia, que funcionará a través de un Secretariado permanente, que podrá ser convocado a distintos niveles: con participación de ministros, en un consejo OTAN Rusia, o bien con altos jefes militares de ambas partes.

Este consejo no tendrá poder de veto, de manera que un desacuerdo no implicará el aparcamiento definitivo del asunto en conflicto.

Rusia contará con un representante permanente en la Alianza Atlántica, una especie de embajador, y la OTAN contará también con una Oficina en Moscú.

El Consejo tendrá un presidente, que será el secretario general de la Alianza Atlántica, actualmente Javier Solana.

- ASPECTOS MILITARES

Este fue el capítulo de más difícil negociación y, según fuentes aliadas, toma como base las declaraciones realizadas por la OTAN sobre armas nucleares y fuerzas convencionales.

La Alianza Atlántica expresó que "no tiene intención, ni planes, ni necesidad" de instalar armas nucleares en el territorio de los países que se incorporarán a la organización militar occidental en 1999.

La OTAN se comprometió también a "no emplazar permanentemente tropas convencionales en un número sustancial" en el territorio de los nuevos estados miembros.

Se incluye también el compromiso de una reducción sustancial de los límites actuales de fuerzas y armas convencionales, que se negocia en la renovación del Tratado de Fuerzas y Armas Convencionales (CFE) en Viena.

Deben sumarse asimismo medidas de confianza, que se basan fundamentalmente en una mayor transparencia y en el intercambio de visitas de observadores y expertos de ambas partes a sus bases e instalaciones militares. EFE

mlo/icr pa

05/14/11-14/97

DP5477

B F0BT 05 14 00155
mun exg jcx

OTAN RUSIA (Avance)
SOLANA Y PRIMAKOV ALCANZAN COMPROMISO DE ACUERDO

Bruselas, 14 may (EFE).- El secretario general de la OTAN, Javier Solana, y el ministro ruso de Exteriores, Evgueni Primakov alcanzaron hoy, miercoles, un compromiso para cerrar el acuerdo entre la Alianza Atlantica y Rusia, anunció la OTAN en Bruselas.

En la reunion celebrada ayer y hoy en Moscú "fueron realizados progresos decisivos en cuestiones claves del documento OTAN Rusia, incluidos los aspectos militares", señala el breve texto de una declaración conjunta.

El documento acordado por Solana y Primakov será sometido a la consideración de los gobiernos de la OTAN en el Consejo Atlantico de la Alianza, integrado por los embajadores de los dieciseis paises aliados, y al presidente ruso, Boris Yeltin, agrega la nota.

El Consejo Atlántico de la OTAN se reunirá esta tarde con Solana, que le informará sobre el compromiso alcanzado en Moscu y le presentara el texto pactado con Primakov. EFE

alg/jff

05/14/07 45/77

0708888

11

FE6767

G EXTERIOR 05 14 00165

exa mun ...

RUSIA OTAN (avance)

PRIMAKOV: ACUERDO TOTAL SOBRE RELACIONES RUSIA-OTAN

Moscú, 14 may (EFE). El ministro de Asuntos Exteriores de Rusia, Yevgueni Primakov, afirmó hoy, martes, que se ha alcanzado un "acuerdo total" sobre el documento que regulará las relaciones especiales entre la Federación Rusa y la OTAN, incluidos los aspectos militares.

Primakov hizo estas declaraciones a la prensa al término de sus negociaciones con el secretario general de la Alianza Atlántica, Javier Solana.

"Es una gran victoria de la razón, es una gran victoria de la comunidad mundial, para Rusia y para todos los países interesados en la paz y la cooperación", dijo el jefe de la diplomacia rusa visiblemente satisfecho.

Primakov comunicó que el Presidente Boris Yeltsin ya ha sido informado del compromiso alcanzado hoy y que su interlocutor, Javier Solana, comunicará hoy mismo los resultados de las negociaciones al Consejo Noratlántico, que "de aprobar el documento, como se espera, abrirá el camino para su firma el próximo día 27 en París". EFE

mcr/bri/ik

05/14/10-53/97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

TEXTO ACUERDO [illegible] SOMETIDO A [illegible] GOBIERNOS ALIADOS

Bruselas, 14 may (EFE).- El texto del acuerdo OTAN-Rusia sobre el que hoy, miércoles, se alcanzó un acuerdo en Moscú ha sido sometido al "[illegible]" de los gobiernos de los 16 países aliados por lo que no se considera todavía formalmente aprobado, señalaron fuentes de la Alianza Atlántica.

El secretario general de la OTAN, Javier Solana, presentó el texto a los embajadores de los países miembros que lo acogieron para transmitirlo a sus respectivas capitales, que si tienen alguna sugerencia u objeción que hacer al mismo deberán resolverla antes de las [illegible] del próximo viernes.

En el caso de que a esa hora no se haya recibido ninguna alusión por parte de los gobiernos aliados, el texto se considerará aprobado por la OTAN, señalaron fuentes de la Alianza.

Solana fue recibido con un gran aplauso por los embajadores a su llegada a la reunión del Consejo Atlántico, señalaron fuentes aliadas.

Un portavoz de la OTAN calificó el texto pactado hoy en Moscú de "sustancioso y muy equilibrado" y "un excelente resultado para ambas partes".

Las principales novedades incluidas en el mismo se refieren a la creación de un Consejo Permanente OTAN-Rusia, que estará integrado por una "troika", es decir el secretario general, un representante ruso y un representante del Consejo Atlántico, que será rotatorio.

Finalmente el acuerdo se denominará Acta Fundacional sobre las Relaciones Mutuas, Seguridad y Cooperación entre la Federación de Rusia y la OTAN.

En el capítulo de los aspectos militares, el de más difícil negociación, se mantienen los tres "no" de la OTAN sobre la "no intención, no planes, no necesidad" de instalar armas nucleares en el territorio de los nuevos aliados.

Se añade, como novedad, una [illegible], según una fuente de la Alianza, por lo que "no hay ni intención, ni planes ni necesidad" [illegible] de [illegible] armas nucleares [illegible]

[illegible]

05/14/1[illegible]

13

0708888

#0601?

H FO:BT 05 14 00680
mun exo

RUSIA-OTAN (Previsión)
PRIMAKOV Y SOLANA PONEN BROCHE FINAL TEXTO ACUERDO RUSIA OTAN

Por M. Carmen Romero

Moscú, 14 may (EFE).- El ministro ruso de Exteriores, Yevgueni Primakov, y el secretario general de la OTAN, Javier Solana, alcanzaron hoy, miércoles, un acuerdo sobre el contenido del texto que definirá las relaciones especiales entre Moscú y la Alianza, tras seis arduas rondas de negociación.

"Hemos alcanzado a nuestro nivel un acuerdo total" sobre el documento que reglamentará las relaciones especiales entre la Federación Rusa y la OTAN, "incluidos los aspectos políticos y militares", declaró Primakov al término de las negociaciones ruso-aliadas celebradas contrarreloj ayer y hoy en Moscú.

En un breve encuentro con la prensa en el que Primakov y Solana no permitieron hacer preguntas, el ministro ruso destacó visiblemente satisfecho que el pacto logrado hoy es "una gran victoria de la razón, de la comunidad mundial, de Rusia y de todos los países interesados en la paz y la cooperación".

Primakov dijo que el presidente ruso, Boris Yeltsin, ya ha sido informado del compromiso logrado y que su interlocutor, Javier Solana, comunicará hoy mismo los resultados de las negociaciones al Consejo Noratlántico que, "si aprueba el documento, como se espera, abrirá el camino para su firma (el próximo día 27) en París".

"Espero que tengamos todas las razones para opinar que no hemos trabajado en vano. Ha sido un trabajo nada fácil, que ha consistido de varias etapas, y debo decir que el Secretario General de la OTAN ha luchado hasta el final", subrayó Primakov.

Javier Solana, visiblemente cansado al igual que Primakov, subrayó: "espero que el Consejo Noratlántico apruebe" el compromiso, y "creo que el camino para su firma en París está abierto".

"Empecé a negociar con Primakov en enero, y las conversaciones han sido muy duras. Quiero alabarle por el modo en que ha defendido los intereses de su país", precisó.

Añadió: "pero yo también he defendido con determinación los de los países aliados", y coincidió con Primakov en que en la elaboración del acuerdo han primado "la inteligencia y la razón".

Primakov "ha sido un negociador duro e inteligente. Ha sido un gran patriota", afirmó Solana, quien manifestó que con los resultados alcanzados hoy en Moscú "se abre una nueva página en la historia de las relaciones entre Rusia y la Alianza".

"Estoy feliz de haber contribuido a este acuerdo", concluyó el Secretario General de la Alianza Atlántica.

Al término de las intensas negociaciones llevadas a cabo por Solana y Primakov desde ayer, martes, la Cancillería rusa y la Alianza difundieron un comunicado conjunto en el que resaltaron haber alcanzado "progresos decisivos en cuestiones clave del documento OTAN-Rusia, incluidos los aspectos militares".

La negociación de un acuerdo que reglamente las relaciones especiales ruso-aliadas se cerró hoy, tal y como esperaba el Kremlin, a fin de que éste pueda ser suscrito por los líderes de los 16 países miembros de la OTAN y el presidente Yeltsin el próximo día 27 en París.

Esta fecha era importante para el Kremlin, dado que este

9708888

pretendía cerrar un pacto con la Alianza antes de la cumbre de julio próximo en Madrid, en la que la OTAN anunciará oficialmente su ampliación a Europa del Este e invitará a los primeros futuros miembros.

En un intento desesperado de arrancar el mayor número de concesiones posibles de Occidente, el "número uno" del Kremlin lanzó esta semana una "ofensiva telefónica" en la que habló con los líderes de Francia, Gran Bretaña y Alemania para que atendiesen sus demandas, sobre todo en el capítulo militar, que había empantanado la recta final de las negociaciones.

Moscú exigía, sobre todo, que el acuerdo incluyera el compromiso de la OTAN de no instalar armas nucleares en el territorio de los países que se incorporen a la organización militar occidental en 1999, y de limitar el despliegue de fuerzas convencionales aliadas.

Aún no se ha desvelado ningún detalle sobre el compromiso alcanzado en el capítulo de aspectos militares.

Además de este apartado, el acuerdo tiene otros cuatro capítulos: una declaración de principios, otro relativo a las transformaciones registradas en la OTAN y en Rusia, el establecimiento de un mecanismo de consultas permanentes y otro que especifica las áreas de cooperación. EFE

mcr/mar/hm

05/14/12-44/97

La OTAN se acerca a Rusia tras firmar acuerdo en Moscú

Será refrendado en París por 16 países el próximo 27 de mayo

Por **Boris Bachorz**

Moscú, AFP

Los negociadores de Rusia y de la OTAN anunciaron ayer un acuerdo destinado a atenuar la oposición de Moscú a la próxima ampliación de la Alianza, lo que permitirá superar el más grave diferendo aparecido entre Rusia y Occidente desde que terminó la guerra fría.

El acuerdo será sometido a la aprobación del presidente ruso, Boris Yeltsin, y de los dirigentes de los 16 países miembros de la OTAN. La firma está prevista el 27 de mayo en París.

"Creo que es una gran victoria para la razón, para la comunidad mundial, para Rusia y para los otros países interesados en la paz", declaró a la prensa el canciller ruso, Evgueni Primakov.

Primakov y secretario general de OTAN, Javier Solana, anunciaron que habían logrado un acuerdo al cabo de su sexta y última sesión de negociaciones, iniciadas el martes por la tarde en una residencia oficial del centro de Moscú.

"Trabajamos ayer por la tarde, durante toda la noche y esta mañana", "es un éxito común, y espero que el documento sea aprobado para ser firmado el 27 de mayo en París", dijo Solana.

El objetivo es que el acuerdo esté firmado antes de la cumbre de la OTAN prevista el 8 y el 9 de julio en Madrid, durante la cual la organización cuenta anunciar a qué países propone la adhesión.

Entre los doce candidatos de Europa del este, se considerá que ingresarán probablemente a la OTAN Polonia, la República Checa y Hungría.

En su breve declaración a la prensa, ninguno de los negociadores reveló los detalles del acuerdo, reservando la primicia de sus informaciones a sus autoridades respectivas.

Yeltsin indicó la semana pasada que el acuerdo Rusia-OTAN "estaba preparado en un 98%", pero que subsistían dos problemas.

Según diplomáticos occidentales, se refería a la limitación de las fuerzas convencionales de la OTAN en los territorios de sus nuevos estados miembro y del no despliegue de armas nucleares por parte de la OTAN.

Respecto al primer punto, Solana llegó a Moscú con mandato de oponerse al pedido ruso de que no se autorice más de un batallón (mil hombres) de la OTAN en el territorio de cada uno de sus nuevos miembros en tiempos de paz.

El acuerdo, de concretarse, debe ser incorporado a la renegociación que se lleva a cabo en Viena del tratado de 1990 sobre Fuerzas Convencionales en Europa (CFE).

En lo que concierne al segundo punto, la OTAN indicó ya que no tiene "la intención, ni la necesidad, ni razones" de desplegar armas nucleares.

El acuerdo, que será bautizado "Acta fundadora", creará un Consejo OTAN-Rusia encargado de la cooperación y la concertación entre ambas partes.

Yeltsin debe dar ahora su aval al acuerdo, con lo que asumirá una grave decisión en materia de política exterior, dado que la oposición nacionalista y comunista pueden convertirla en un arma de gran peligro para el presidente. En efecto, los rusos consideran un peligro el avance hacia sus fronteras de su antiguo enemigo de la guerra fría. El propio Yeltsin calificó la decisión de ampliar la OTAN de "más grave error de Occidente desde el fin de la guerra fría", y las autoridades rusas han afirmado reiteradamente que ese proyecto creaba un nuevo telón de acero en medio de Europa, e incluso plantaba el riesgo de un nuevo conflicto mundial.



El español Javier Solana, secretario general de la OTAN, y el canciller ruso rubricaron los acuerdos en Moscú. (AFP)



Tras la firma de los acuerdos falta hora que el presidente ruso lo apruebe. (AFP)

El acuerdo fue definido como un compromiso

Washington, agencias

El ministro de Defensa ruso, Igor Rodionov, de visita en Washington, definió ayer como "un compromiso" el acuerdo alcanzado sobre la extensión de la OTAN hacia el este de Europa.

"El acuerdo demuestra la intención de ambas partes de encontrarse recíprocamente para encontrar un compromiso", dijo el ministro ruso a los periodistas, durante su visita al Pentágono.

"Pienso que el acuerdo está en los intereses tanto de Rusia como de Estados Unidos —agregó Radionov—, pienso que es muy positivo".

El ministro ruso se reunió en Washington con la secretaria de Exteriores, Madeleine Albright, y con su colega norteamericano, William Cohen.

El martes, Rodionov había afirmado que, a su parecer, "hubiera sido un error expandir la OTAN hacia el este".

Estados Unidos alienta la expansión hacia el Este

Washington, agencias

Estados Unidos dijo que se siente "muy alentado" por el acuerdo alcanzado sobre la extensión de la OTAN hacia el este de Europa.

"El acuerdo reforzará notablemente la aspiración del presidente Clinton de ver una Europa en paz y no dividida", comentó el portavoz de la Casa Blanca, Mike McCurry.

El portavoz subrayó que Clinton luchó y trabajó intensamente "mucho tiempo" para llegar a este punto.

El presidente norteamericano seguramente viajará a París a fin de mayo, para la firma del histórico acuerdo, si ésa es la fecha prevista, agregó el portavoz.



El presidente de EEUU Bill Clinton alienta la ampliación.

Rusia no está conforme pero está satisfecha

Moscú, agencias

El presidente ruso Boris Yeltsin reiteró ayer su parecer negativo a la ampliación de la OTAN, pero se declaró "satisfecho" del acuerdo alcanzado ayer sobre el texto que deberá definir las relaciones de "cooperación y consulta" entre su país y la alianza.

Así lo afirmó el mismo Yeltsin durante una entrevista con el segundo canal televisivo ruso.

El presidente añadió que "he hablado con Solana, el tono de la conversación fue bueno, Rusia obtuvo garantías sobre su seguridad".

Subrayó que Moscú logró reducir al mínimo, si no a excluir, la amenaza que "la ampliación de la OTAN representa para Rusia".



El presidente ruso Boris Yeltsin, no está muy contento.

0F5701

B FOXBT 05-16 00108

mun exg icx

OTAN-RUSIA (Avance)

CONSEJO ATLANTICO APRUEBA OFICIALMENTE ACUERDO CON RUSIA

Bruselas, 16 may (EFE).- El Consejo Atlántico de la OTAN aprobó hoy, viernes, oficialmente el acuerdo alcanzado con Rusia que regulará las futuras relaciones entre la organización militar y ese país, anunció un portavoz de la Alianza en Bruselas.

La aprobación formal se produjo después de que agotado el plazo establecido hasta las 08.00 GMT de hoy, viernes, para que los Estados miembros se pronunciaran sobre el texto acordado, ningún país aliados haya remitido ninguna observación sobre el mismo.

El acuerdo debe ser también aprobado formalmente por el presidente ruso, Boris Yeltsin. EFE

mlg/jff

05/16/09-07/97

17

9708888

DP5672

U PC,BI 05-16 00225
mun exg icx

OTAN-RUSIA/CANADA
CANADA SE CONGRATULA ACUERDO ENTRE OTAN Y RUSIA

Ottawa (Canadá). 15 may (EFE).- El Gobierno de Canadá expresó hoy su satisfacción por el acuerdo alcanzado entre Rusia y la OTAN para regular sus relaciones bilaterales tras la expansión de la Alianza Atlántica hacia los países de Europa Central y del Este.

"La nueva relación OTAN-Rusia marca una etapa importante en la evolución de la estructura de la seguridad europea en el período posterior a la Guerra Fría", afirmó en un comunicado el ministro canadiense de Asuntos Exteriores, Lloyd Axworthy.

"Estamos en los umbrales de una nueva era de estabilidad y prosperidad en el área Euroatlántica", dijo Axworthy.

"Los próximos pasos serán en la cumbre de la OTAN, que se celebrará en julio en Madrid, y (después) con la creación de un nuevo convenio de cooperación con Ucrania y abordar las preocupaciones de otros Estados como los países bálticos", añadió.

El acuerdo, logrado por el secretario general de la OTAN, el español Javier Solana, y el ministro ruso de Asuntos Exteriores, Eugueni Primakov, prevé, entre otras cosas, que Rusia participe en un consejo en el que se tomarán decisiones sobre respuestas a las nuevas amenazas contra la seguridad europea.

Se espera que el acuerdo sea firmado el próximo 27 de mayo en París, si para esa fecha, como previsiblimente sucederá, el Consejo Atlántico ya ha concluido el procedimiento de su aprobación. EFE

MS/EMM/PL

05/16/01-59/97

DP5671

U FOXBI 05 16 00206
mun exg icx

OTAN MOSCU/CHINA
PEKIN PRESTA "GRAN ATENCION" A ACUERDO ENTRE RUSIA Y LA OTAN

Pekín, 16 may (EFE).- Portavoces oficiales señalaron hoy que China presta "gran atención" al acuerdo logrado entre Rusia y la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) sobre sus futuras relaciones, pero no se congratularon abiertamente por ello.

Shen Guofang, portavoz del Ministerio de Asuntos Exteriores chino, señaló que su país espera que el acuerdo sea favorable para mantener los intereses de seguridad "de las diversas partes de la región (europea)" y positivo para la paz y estabilidad de Europa y, por ende, de todo el mundo.

China desea que Rusia "mejore y desarrolle sus relaciones" con los países europeos.

Hasta la década de los 90 China favorecía el desarrollo de la OTAN por considerar a la entonces Unión Soviética como su mayor enemigo, pero el "deshielo" iniciado en 1989 y las actuales relaciones de "asociación estratégica" con Rusia han matizado sustancialmente esa posición.

Los acuerdos chino-rusos no ván dirigidos contra terceros países, han repetido innumerables veces los portavoces chinos, pero una estrecha relación Rusia-OTAN podrían perjudicarles y orientar a Moscú hacia una posición más distante con respecto a Pekín, indicaron hoy fuentes diplomáticas en la capital china. EFE

JCR/PL

05/16/01-40/97

9708888

XG6148

U EUXBC 05 16 0024?
mun exg

RUSIA-OTAN
CHERNOMIRDIN:GOBIERNO DEFENDERA INTERESES RUSIA EN EXPANSION

Moscú, 16 may (EFE).- El primer ministro ruso, Víctor Chernomirdin, aseguró hoy, viernes, que el Gobierno hará todo lo posible para que los intereses de Rusia no resulten dañados por la ampliación de la OTAN hacia Europa del Este.

"Rusia no quiere enfrentamientos con ningún estado del mundo y considera que merece ser tratada de la misma manera por otras naciones", subrayó Chernomirdin durante una visita a la región de Kaliningrado.

El jefe del Ejecutivo ruso añadió que "el estado seguirá haciendo todo lo necesario para defender sus intereses, tanto en Occidente como en Oriente".

Chernomirdin hizo esas declaraciones después de que el ministro de Asuntos Exteriores Yevgueni Primakov informase al presidente de Rusia, Boris Yeltsin, de que el Consejo Atlántico aliado aprobó hoy el Acta Fundacional que regula las relaciones entre Rusia y la OTAN, negociado entre ese titular y el secretario general de esa organización, Javier Solana.

Dicho documento ha sido fuertemente criticado por la oposición comunista y hasta el propio ministro de Defensa, Igor Rodionov, reconoció que dicho acuerdo "no permite retirar todos los problemas existentes".

A pesar de los acuerdos alcanzados por Primakov con Solana, "el problema 'Rusia-OTAN' no ha desaparecido, y todavía nos aguarda un gran trabajo para establecer relaciones de confianza entre Moscú y Bruselas", dijo Rodionov.

La oposición comunista ha calificado el acuedo con la OTAN de "traición a los intereses nacionales rusos". EFE

MCR/hm

05/16/14-07/97

Primeros malentendidos entre la OTAN

Moscú - Aunque ya se conocen los detalles del tratado que suscribirán la OTAN y Rusia el 27 de mayo, ya han aparecido los primeros desfases acerca de cómo quieren leerlo las dos partes interesadas.

Rusia ha firmado el acuerdo de puertas para fuera, pero dentro del país intenta venderlo con otras palabras para amortiguar el impacto que tendrá en una sociedad que todavía no se ha curado de la guerra fría.

El canciller ruso, Evgueni Primakov, que ayer tenía en Moscú como invitado al secretario general de la ONU, Kofi Annan, reiteró que la ampliación de la OTAN hacia el Este de Europa es «un grave error».

El titular de Defensa, Igor Rodionov, subrayó que el Acta Fundacional negociada por Primakov y el secretario general de la Alianza Atlántica, Javier Solana, no solucionará todos los problemas existentes entre los dos ex enemigos de la guerra fría.

El propio Boris Yeltsin, en una entrevista al segundo canal de la televisión rusa, afirmaba que «si Rusia se opone a una decisión, significará que esa decisión no progresará». Sus declaraciones fueron interpretadas en Alemania como el derecho de veto que Moscú se atribuye respecto a la anunciada ampliación.

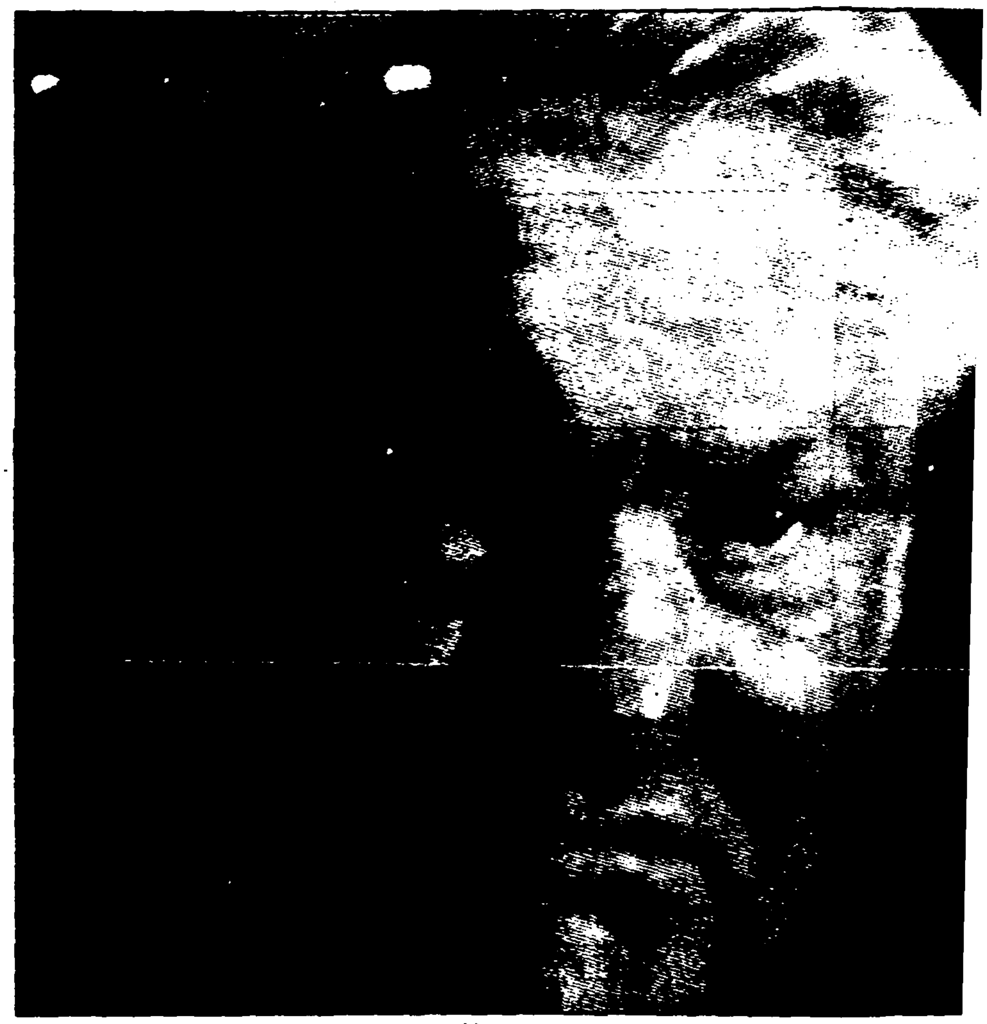
«Rusia no va a decidir con nosotros quién estará en la primera ronda de la ampliación de la OTAN y, por supuesto, tampoco lo hará en el futuro», aseguró ayer Klaus Kinkel, el ministro alemán de Exteriores.

También parece que hay divergencias no sólo de matiz en lo que respecta a la primera ronda de países admitidos. Kinkel no quiso pronunciarse sobre qué países serán invitados a integrarse en la OTAN en la cumbre de julio, en Madrid. Descarta, eso sí, «con absoluta seguridad» que entre ellos esté Croacia, país al que Bill Clinton ha instado a presentar su solicitud.

El acuerdo fue recibido por la clase política moscovita con mucho más odio que optimismo. Los nacionalistas y comunistas lo consideran una traición a la patria. Para gran parte de la oficialidad de las Fuerzas Armadas, incluido el general Aleksander Lébed, el enemigo occidental se les ha instalado gratis en casa.

Dentro del Parlamento ruso, tan sólo el grupo demócrata Yabloko se muestra favorable al histórico acuerdo entre el Kremlin y la Alianza Atlántica.

Vladimir Lukín, diputado de Yabloko y presidente del Comité de Exteriores de la Duma, dijo que lo más positivo del acuerdo es el presunto compromiso atlántico de no desplegar armas nucleares en los países del Este que se adhieran a la Alianza.



Boris Yeltsin y la OTAN: ¿qué sí, qué no?

Los comunistas, mayoría en el Parlamento, no han dejado de gritar desde que Solana abandonó Moscú con el permiso de Yeltsin para ampliar las fronteras de la OTAN hacia el Este.

El presidente del Comité de Seguridad de la Duma, el marxista-leninista Viktor Iliujin, calificó el acuerdo como un nuevo episodio de «alta traición a Rusia» y expresó la indignación de los comunistas porque, dijo, la decisión fue tomada a «puerta cerrada», sin consultar con el Parlamento ni el pueblo ruso.

«Yeltsin ha hecho de est trascendental cuestión u regateo», declaró Iliujin.

Los comunistas dudan d que el tratado evite realmei te el despliegue de arm nucleares en las fronter estratégicas de Rusia.

En último caso dijo el pc

Nº DOCUMENTO 9708889

TITULO JIFE: Pte. señala que 80% del éxtasis consumido en el mundo proviene de Europa.-

PROCEDENCIA Agencias

14/5/97

11176	11342
500889	11226
11235	11048
11214	11234
11076	

JIFE/NU

[illegible]

[illegible] ... CONSUMIDO EN MUNDO VIENE DE EUROPA

Viena, 14 may (EFE).- El ochenta por ciento del éxtasis que se consume en el mundo proviene de Europa, según informó hoy, miércoles, en Viena, el [illegible] Hamid Ghodse, presidente de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (JIFE) de las Naciones Unidas, con sede en la capital austríaca.

Ghodse, que fue elegido a principios de la semana pasada para reemplazar en la presidencia de la JIFE al alemán Oskar Schroeder, afirmó que "en Europa, la demanda del éxtasis es mucho más grande que en el resto del mundo".

"El ochenta por ciento del éxtasis que se trafica en el mundo procede de Europa", manifestó Ghodse en una conferencia prensa en la que se habló fundamentalmente del problema del éxtasis y las nuevas drogas de diseño.

"La globalización de los medios de comunicación sirve para que la información llegue de manera instantánea y en países menos desarrollados se tiende a imitar las costumbres de las naciones más avanzadas. Por eso considero que es muy importante la labor que desempeñan los medios de comunicación", indicó.

Ghodse [illegible] la enorme dificultad que supone el control de las sustancias químicas y la gran facilidad con la que los productores de drogas de diseño pueden generar una sustancia diferente, pero con iguales efectos a otra sustancia catalogada como ilegal.

[illegible] a pesar de que se hayan logrado algunos éxitos en la lucha contra estas drogas, el control es difícil, ya que existen sustancias "precursoras" legales.

"Queremos generar los mecanismos que permitan parar el suministro de estos precursores", subrayó el iraní.

"Tampoco es fácil controlar las redes de suministro, porque [illegible], no dependen de los tradicionales grandes carteles de [illegible] que trafican con heroína o cocaína".

[illegible] que en las redes clandestinas de tráfico de drogas [illegible] de [illegible]", explicó.

En Europa [illegible], pero [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

01-02

9708889.

9708889.

02-02

Nº DOCUMENTO 9708890

PROCEDENCIA AGENCIA 14/5/94

[illegible]

NARCOGUERRILLA

Caracas, 14 may (EFE).- El ministro y presidente de la Comision Nacional Antidrogas (CNA) de Venezuela, Carlos Tablante, ha solicitado hoy la ayuda de Estados Unidos para combatir a la llamada "narcoguerrilla" (la union de los narcotraficantes y la guerrilla colombiana), que opera en la zona fronteriza entre Venezuela y Colombia.

Tablante indico que "la narcoguerrilla es una realidad que los venezolanos estamos padeciendo en toda la region fronteriza".

El ministro señalo que hoy se reunio con los generales George [illegible] y Richard [illegible], del Comando Sur de los Estados Unidos con sede en Panama, quienes visitan Venezuela para analizar la situacion creada en la frontera por las bandas de narcotraficantes y guerrilleros colombianos.

Segun explico Tablante, "los Estados Unidos creian que el problema de las drogas se limitaba a la produccion, el trafico y el consumo, pero ahora estan comenzando a entender lo que significa la union entre guerrilleros y narcotraficantes".

El ministro expreso que "esa dramatica realidad ha obligado a Venezuela a desplazar [illegible] soldados a su frontera con Colombia, lo que supone un enorme gasto que pudiese tener un mejor destino si no existiera ese problema".

En declaraciones a "[illegible]", Tablante indico que en su reunion con los militares estadounidenses "hemos insistido en que la cooperacion internacional es la unica forma de enfrentar a los narcotraficantes, y en el marco de dicha cooperacion nosotros precisamos apoyo para defendernos de la narcoguerrilla".

Los generales [illegible] y [illegible], que permaneceran en Venezuela hasta el fin de semana proximo, visitaran los llamados "teatros de operaciones" creados por las fuerzas armadas venezolanas en la frontera, en los que estan acantonados [illegible] soldados que cuentan con modernos vehiculos blindados y aviones de combate.

Segun explico el ministro de Defensa venezolano, general [illegible], la intencion de su pais es lograr de Estados Unidos una mayor dotacion de equipos militares y una amplia cooperacion en el sistema de inteligencia para combatir con mayor eficacia a la narcoguerrilla". EFE

[illegible]

01-02

9708890.

Nº DOCUMENTO

TITULO

AGENCIA EFE
30/5/97

XT5836

R SUCBT 05-30 00407

VENEZUELA-NARCOTRAFICO
EEUU INCREMENTARA AYUDA ANTIDROGAS A VENEZUELA

Caracas, 30 may (EFE).- Estados Unidos incrementará su ayuda a la lucha antidrogas de Venezuela en la frontera con Colombia, según el ofrecimiento del embajador John Maisto en una reunión con autoridades del estado Zulia, señalaron hoy informes de prensa.

El general Henry Ortega Mota, comandante del Ejército en el estado Zulia, calificó como sumamente positiva la reunión del jueves con el embajador Maisto, quien habría garantizado un aumento de la cooperación antidrogas a Venezuela.

El general Ortega dijo que el embajador Maisto fue ampliamente informado sobre las actividades de la guerrilla y el narcotráfico colombianos, a los que calificó de "factores desencadenantes de conflictos e inseguridad" en la zona fronteriza de los dos países.

Por su parte, el general Edgar Chirino, jefe de la Guardia nacional (policía militarizada) agregó que Maisto fue informado también sobre la destrucción de sembradíos de marihuana, amapola y cocales en la Sierra de Perijá, fronteriza con Colombia.

La reunión estuvo dirigida por el gobernador del estado Zulia, Francisco Arias, que dijo que al embajador estadounidense se le hizo conocer las necesidades que tienen las autoridades fronterizas en tecnología vía satélite, informática, helicópetero y equipos de comunicación para una lucha más efectiva contra la "narcoguerrilla" colombiana.

El embajador Maisto se limitó a señalar que los asuntos tratados durante la reunión son de "enorme interés" para su Gobierno y que el estado Zulia es pionero en los vínculos con Estados Unidos debido a que fue la primera región petrolera venezolana donde se asentaron empresas estadounidenses.

La extensa frontera colombo-venezolana de 2.219 kilómetros es escenario de la actividad permanente de grupos guerrilleros y hampa común que atacan puestos militares y secuestran ganaderos, además de numerosas bandas de narcotraficantes y contrabandistas que negocian drogas y todo tipo de productos.

Los responsables antidrogas de Estados Unidos sostienen que Venezuela es un "país-puente" del narcotráfico internacional por el que anualmente pasan unos 200 toneladas de drogas con destino a Estados Unidos y Europa, cifra exagerada para las autoridades venezolanas.

Estas sostienen que aumentará ostensiblemente la cooperación antidrogas entre los dos países tras la extradicción la semana pasada del presunto "alto capo" del narcotráfico colombiano, Justo Pastor Perafán, detenido en la fronteriza ciudad de San Cristobal, el 19 de abril, y enviado a Nueva York para ser procesado. EFE

VHC/SC

05/30/14 29/97

9708890.

02-02

N° DOCUMENTO 9708891
TITULO
PROCEDENCIA LA NACION
FECHA 14/5/97
VINCULACIONES

Vendían cocaína en un puesto de panchos

Lo hacían a pocas cuadras de dos colegios; tres detenidos

Tres hombres fueron detenidos ayer por personal de la División Prevención del Delito cuando comercializaban droga en un puesto de panchos en la esquina de avenida Córdoba y Talcahuano, de esta capital.

El operativo estuvo a cargo del subcomisario Julio Morón, quien informó que los arrestados eran tres argentinos, de entre 25 y 28 años. Su detención se realizó después de que un móvil policial los viera en una actitud sospechosa.

El conductor de un taxi Renault 12, chapa patente C1556511, fue descubierto cuando compraba inocentemente un pancho pero, por debajo del carrito, el vendedor le alcanzaba un pequeño sobre.

Unas preguntas y la revisión del puesto bastaron para confirmar la corazonada de los efectivos: más de 60 sobres que contenían una dudosa sustancia se hallaban en la panchera.

Mediante la utilización de un reactivo químico, los policías determinaron que la sustancia en cuestión era "cocaína en máximo estado de pureza", expresó Morón, y "además de los sobres, había dos piedras de 2,5 gramos cada una".

Potenciales clientes

"Lo más llamativo de todo esto es que en la zona hay dos colegios -la escuela primaria Nicolás Avellaneda y el Instituto de Libre Segunda Enseñanza- que tienen alumnos de día y de noche", dijo Morón a LA NACION.

Aunque un permiso colgaba de la panchera, los policías no pudieron precisar si el puesto tenía o no habilitación municipal.

Sin embargo, informaron que el taxi que conducía uno de los tres detenidos era un auto alquilado. Al respecto, Morón señaló: "Es muy común que alquilen autos y los utilicen para cometer delitos. Después los dejan en cualquier lado y que el dueño se arregle".

Los tres hombres y el automóvil, la panchera y la droga secuestrados fueron trasladados a la dependencia de Prevención del Delito, donde el Juzgado Federal N°12 tomó intervención en la causa, caratulada como "infracción a la ley 23.737".

Sobre el total secuestrado, uno de los siete hombres que formaron parte del operativo estimó que cada sobre tenía alrededor de un gramo de cocaína. "Cada papel, que tiene 1 gramo, se suele vender en 20 pesos. Hacé la cuenta", agregó.

Nº. DOCUMENTO 9708892

TITULO Rusia, desde ahora, no tendrá poder de veto en la OTAN, afirmó EEUU

PROCE 508593

FECHA DE ... 23/05/97

VINCULACIONES 508062

507284

507293

9708892

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

01 - 06

X00975

U POXBT 05 18 00664

mun exg

OTAN RUSIA (Previsión)

EEUU INSISTE RUSIA NO TIENE CAPACIDAD VETO EN NUEVA OTAN

Washington, 18 may (EFE). El Gobierno estadounidense insistió hoy, domingo, en que el acuerdo alcanzado con Rusia no le concede ningún poder de veto en la OTAN, organización que se ampliará este verano hacia el Este de Europa con la aceptación de nuevos miembros.

"El documento es claro: ningún no miembro de la OTAN tendrá poder de veto" en la Alianza Atlántica, declaró el general John Shalikashvili, jefe de la Junta de Jefes de Estado Mayor de Estados Unidos, el máximo asesor militar de la Casa Blanca.

Shalikashvili no quiso hacer comentarios sobre las declaraciones del presidente ruso, Boris Yeltsin, en sentido contrario y subrayó que estaba "absolutamente seguro" de que los documentos firmados no conceden a Moscú capacidad de veto.

"Estoy absolutamente seguro de que (el presidente norteamericano, Bill) Clinton, está en lo cierto", agregó el militar en declaraciones a la cadena de televisión ABC.

Por su parte, William Cohen, secretario estadounidense de Defensa, defendió la ampliación de la OTAN como un asunto de interés nacional de Estados Unidos, a pesar de que la mayoría de la población norteamericana no tiene una opinión clara al respecto.

"La ampliación significa extender la estabilidad al centro y este de Europa.... alentar regímenes más democráticos y con economías más orientadas a la apertura", dijo Cohen en una entrevista con la cadena de televisión NBC.

El secretario general de la OTAN, Javier Solana, que llegó al acuerdo con Moscú la semana pasada, se reunirá el lunes en la Casa Blanca con el presidente Clinton para explicarle personalmente las negociaciones y avanzar en los otros capítulos aún pendientes.

El acta entre Rusia y la Alianza Atlántica, que contempla, entre otras cosas, la creación de un Consejo Rusia-OTAN para cooperar en todas las decisiones que puedan afectarles a ambos, será firmada el próximo 27 de mayo en París en una reunión a la que asistirán Yeltsin y Clinton, así como otros líderes políticos.

Ninguna de las partes tendrá derecho a veto sobre una decisión de la otra, aunque se intentará que éstas se adopten por consenso.

Fuentes norteamericanas reconocieron que al igual que el Kremlin, la Casa Blanca tendrá que defender el acuerdo con Rusia y todo el concepto de la ampliación de la OTAN, en los próximos meses, de las críticas por parte de republicanos y demócratas.

Varios parlamentarios han denunciado ya que el "Acta Fundacional sobre las relaciones, la cooperación y la seguridad mutuas entre la OTAN y la Federación Rusa" no requiere la ratificación del Senado de Estados Unidos, por no considerarse oficialmente como un tratado internacional.

Parece también muy difícil que Washington muestre su apoyo a la idea de algunos países europeos de ofrecer la adhesión a la Alianza Atlántica a otras naciones que no sean las ya casi pactadas de Polonia, la República Checa y Hungría.

Las fuentes oficiales dijeron que es muy probable que haya una importante resistencia en el Senado para la aprobación de la ampliación de la Alianza, algo que [illegible] en Estados Unidos como en los otros 15 miembros de la organización militar.

9708892

02

"¿Seriamente... cuántos norteamericanos estarían dispuestos a defender a Rumania?", agregaron las fuentes al recordar que según el tratado de la OTAN un ataque contra uno de sus miembros se considera automáticamente un ataque contra toda la Alianza.

Aunque no se ha tomado una decisión oficial al respecto, países como Francia propugnan la idea de que también se permita la entrada en esta primera fase de Rumania y Eslovenia con lo que se eliminaría la presión por aceptar una segunda oleada.

El asunto esta en la agenda de la reunión que la próxima semana mantendrán en Portugal los ministros de Exteriores de la OTAN y a la que asistirá la secretaria norteamericana de Estado, Madeleine Albright.

Los jefes de Estado y Gobierno de la Alianza Atlántica tienen previsto hacer públicas las primeras invitaciones para nuevos miembros en la reunión convocada en Madrid entre el ocho y nueve de julio, lo que significará la primera ampliación en 15 años.

Curiosamente, España fue el último país en incorporarse a la OTAN en 1982. EFE

cmi/co/ll

05/18/18 01/97

x08471

u POXDT 05-19 00678
mun exg icz

OTAN-RUSIA (Previsión)
RUSIA TEME EXPANSION OTAN DESATE NUEVA GUERRA ESPIONAJE

Por M. Carmen Romero

Moscú, 19 may (EFE). Una vez solucionados los problemas militares de la ampliación de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), Rusia ha descubierto una nueva amenaza: la guerra de espionaje que le podrá hacer la Alianza utilizando a sus antiguos socios del Pacto de Varsovia.

Cinco días después de que Rusia y la OTAN lograsen un acuerdo que permite ampliar la Alianza a países del Este, el ex jefe del Servicio de Espionaje Exterior del KGB Leonid Shebarshin advierte hoy, lunes, que la expansión de este bloque hará estallar una nueva guerra de espionaje contra Moscú debido a la entrada en acción de los servicios de espionaje "hermanos" (ex aliados).

El último "número uno" del espionaje soviético y actual presidente de la sociedad Servicio de Seguridad Económica Nacional declara hoy al semanario "Interfax-AyF" que, con la expansión, los órganos secretos de la OTAN utilizarán a agentes de sus miembros euroorientales "ya que éstos conocen muy bien el entramado y los métodos de trabajo del espionaje de nuestro país".

"Muchos de ellos estudiaron en la URSS, dominan el ruso y han conservado contactos útiles. En la actualidad (cuando a la OTAN le faltan dos meses para anunciar su ampliación que será efectiva en 1999) los servicios secretos británicos, alemanes y de EEUU se disputan el fichaje de agentes en el territorio de los futuros miembros orientales de la Alianza", señala.

Según otros analistas, las semillas de los servicios secretos de la OTAN caerán en terreno fértil, ya que en su día los servicios de espionaje y contraespionaje soviéticos compartieron "generosamente" sus experiencias con los colegas de Polonia, Hungría y la República Checa, y precisamente éstos han sido los países elegidos para ser los primeros en ingresar en la Alianza.

Es poco probable que las instituciones de espionaje de las naciones aliadas se guíen por la idea de que una vez cerrada la Guerra Fría con la ampliación de la OTAN las actividades secretas serán menos necesarias.

Todo lo contrario: la CIA (servicio de espionaje de EEUU) se empeñará a fondo y llevará la voz cantante en la reforma de los servicios secretos de los nuevos miembros aliados, seguida de las agencias de Gran Bretaña y Alemania, dicen comentaristas en la capital rusa.

La Agencia de Seguridad Nacional de EEUU, institución menos conocida que la CIA pero no por ello menos importante, será una de las que más dividendos obtendrá de la ampliación de la OTAN ya que al poner un pie en los países vecinos de Rusia podrá potenciar al máximo su red de espionaje electrónico y vía satélite, una rica fuente de datos para otras agencias de espionaje, aseguran.

Rusia deberá aumentar el presupuesto destinado a protegerse "de los ojos y orejas ajenos".

Como argumento para ello, expertos rusos esgrimen el hecho de que los servicios secretos occidentales no han reducido sus presupuestos en la época postcomunista y EEUU destina a ese fin, como en tiempos soviéticos, 30.000 millones de dólares al año.

De acuerdo con Shebarshin, la expansión de la OTAN e-

04

9708892

lamentable puesto que las fronteras de los servicios secretos aliados ya no serán Oder Neisse ni la cordillera de los Cárpatos, sino Smolensk (región rusa fronteriza con Bielorrusia a sólo 240 kilómetros de Moscú) y "éstos podrán controlar prácticamente cada kilómetro cuadrado de la parte europea de Rusia".

El ex agente destaca que los servicios secretos occidentales que durante décadas trabajaron "contra nuestro país" se sumarán a las agencias de "nuestros viejos aliados", como ocurre con las ex repúblicas soviéticas bálticas (Estonia, Letonia y Lituania, las tres quieren entrar en la OTAN) que ya operan contra Rusia.

A finales de 1991, indica Shebarshin, la CIA contaba en Vilna, Lituania, con una red de más de cincuenta agentes secretos.

Ahora, el gran peligro, señala, radica en que Ucrania (frontera occidental de la postsoviética Comunidad de Estados Independientes y país que limitará con la OTAN ampliada) puede convertirse en "plaza de armas" para la ofensiva aliada de espionaje contra Rusia.

Kiev, además, es proclive a un acercamiento a la Alianza.

En la actualidad los espías extranjeros trabajan "a sus anchas" en Rusia debido al descontrol que reina en el país en lo que se refiere a los criterios que deben determinar si algo es o no secreto de Estado, denuncia Shebarshin. EFE

MCR/jac

05/17/11:47/97

RUSIA-OTAN
CAMARA RECHAZA EXPANSION PERO DA VISTO BUENO ACUERDO CON OTAN

Moscú, 23 may (EFE). La Cámara de Diputados de Rusia dio hoy, viernes, su visto bueno para la firma del acuerdo entre ese país y la Alianza Atlántica, aunque reiteró su rechazo a los planes de la OTAN de ampliarse hacia los países del este de Europa.

En una declaración, aprobada por unanimidad por los 303 diputados presentes en la sesión, se reitera "la postura de rechazo de la ampliación de la OTAN (...) que tendrá graves consecuencias para la situación en Europa y en el mundo no sólo en los próximos años, sino también en el siglo XXI".

El documento fue adoptado en una sesión a puerta cerrada en la que el jefe de la diplomacia rusa, Yevgueni Primakov, explicó el contenido del acuerdo que alcanzó con el secretario general de la OTAN, Javier Solana, y que el presidente ruso, Boris Yeltsin, firmará con los dirigentes aliados el próximo martes en París.

La declaración de la Cámara, que supone la síntesis de tres proyectos -comunista, nacionalista y liberal-, interpreta los artículos del Acta Fundacional sobre las relaciones Rusia-OTAN como "vinculantes y obligatorios", y califica cualquier intento de revisarlos de una "medida incompatible con los acuerdos alcanzados".

Los legisladores rusos pidieron a la dirección del país que "adopte medidas adicionales para impedir el acercamiento de las fuerzas militares de la OTAN a las fronteras de Rusia".

En este sentido, exigieron al presidente "continuar sus esfuerzos, en particular en sus encuentros en París, para lograr un documento jurídicamente vinculante, que proteja plenamente los intereses estatales de Rusia".

Según la Cámara, "los medios diplomáticos son insuficientes para garantizar la defensa de Rusia ante los nuevos retos surgidos con la expansión de la OTAN. Hace falta un programa de acciones para reforzar la seguridad nacional que incluya medidas políticas, militares, diplomáticas y propagandísticas".

La Cámara "espera que el presidente y el Gobierno presenten ese programa cuando envíen, para su ratificación, el acuerdo con la OTAN, pues sin ese plan de acción la firma del citado Acta puede interpretarse como el consentimiento a la ampliación de la Alianza, lo que es totalmente inadmisible".

La declaración también insiste en que "si Occidente continua con su política de ignorar la postura de Rusia, ésta deberá conservar la plena libertad de acción y emprender medidas adecuadas de respuesta".

La Cámara cita, entre otras medidas, la revisión unilateral de tratados internacionales suscritos por Rusia, incluida la salida del régimen de sanciones contra los aliados tradicionales de Moscú, y de las limitaciones en materia de cooperación militar, o sea la venta de armas. EFE

si/ci dlh

05/23/15 40/97

Nº DOCUMENTO 9708893

TITULO

PROCEDENCIA Ultimas Noticias

FECHA PROCEDENCIA 14/5/97.

VINCULACIONES

Arrestan en San Pablo al «rey de la cocaína»

SAO PAULO, (Reuter) - La policía brasileña arrestó ayer a Antonio Graca Mota, uno de los narcotraficantes más famosos del país, que estaba prófugo desde que escapó de una cárcel en 1993, informó un portavoz de la policía.

Graca Mota, también conocido como el «Rey de la Cocaína», está acusado de tener lazos con el Cártel de Cali, de Colombia, y dirigir la parte brasileña de la ruta de las drogas entre Colombia y Europa, agregó el portavoz.

La policía informó que en 1993 Graca Mota logró escapar sobornando a los guardias del penal Carandiru de San Paulo, donde cumplía una condena de 10 años por tráfico de drogas y que desde entonces había estado viviendo en el extranjero.

La policía agregó que Graca Mota fue capturado el lunes por agentes federales, cuando se detuvo a comprar cigarrillos en una gasolinera cuando se dirigía al aeropuerto de San Paulo.

FR6572

R PUART 05 18 00234

MUN EXO

OTAN-RUSIA

DIFICIL CONVENCER A RUSIA QUE AMPLIACION ES DE SU INTERES

Varsovia, 18 may (EFE). Será difícil convencer a Rusia de que la ampliación de la OTAN al Este es en su propio interés, según la opinión de un grupo de políticos, diplomáticos y politólogos que hoy, domingo, se reunieron en esta capital.

Más de 30 expertos de Rusia, Estados Unidos, y diez países centroeuropeos celebraron hoy, una conferencia internacional para analizar las diferencias de posturas entre Rusia y Occidente al respecto.

Los rusos presentes argumentaron que la ampliación de la OTAN conducirá al aislamiento de su país y le obligará además a crear otra alianza con estados extraeuropeos.

Sin embargo, el resto de los participantes opinaron que la extensión de la OTAN contribuirá a la estabilidad de Europa, por lo que será igualmente provechosa para Rusia.

De la confrontación de ambas opiniones se llegó a la conclusión de que existe demasiada diferencia en los postulados, por lo que será difícil un acercamiento.

El consejero del presidente de Rusia, Aleksiej Salmin, subrayó que la mayoría de la sociedad de su país no aprueba las consecuencias de la ampliación, aunque la acepte de hecho. A su juicio, Rusia buscará en el futuro formas para equilibrar la extensión de la OTAN, a través de un desarrollo de relaciones políticas y económicas con China.

En cambio el ex jefe del gobierno ucraniano, Jewhen Marczuk, dijo que la sociedad ucraniana apoya la idea de la colaboración con la OTAN, pero las opiniones están divididas en cuanto a su ampliación al Este y el eventual ingreso de Ucrania en ella.

Los asistentes polacos señalaron al alimón que ni la en trada de Polonia en la OTAN, ni la ampliación de la alianza al Este, significan una forma de cerrarse a Rusia, pues Polonia desea unas fronteras orientales abiertas a la colaboración con todos sus vecinos. EFE

ga/co/jpg

05/18/18 28/97

FR6576

U PUART 05 17 ... 01-01

05/17/00 44/57

*08349

R UARBT 05 14 00167

ics ami

BOLIVIA-NARCOTRAFICO

EX "REY" COCAINA SALE CARCEL Y DESCANSA EN RESIDENCIA PRIVADA

Trinidad. (Bolivia) 13 may (EFE).- El ex "rey" de la cocaína en Bolivia, Roberto Suárez Gomez, ha sido puesto hoy en libertad bajo palabra tras casi 7 años de prisión, y se ha retirado a una residencia de su propiedad, informó su abogado.

Suárez, que fue detenido en 1988 y recluido en varias cárceles de Bolivia para cumplir 15 años de presidio por narcotráfico, logró su libertad provisional de un juez de La Paz, en virtud de su edad y por haber cumplido más de la mitad de su condena.

El narcotraficante cambio varias veces de penitenciaria, pues su salud obligaba a trasladarle a climas mas benignos debido a la afección cardiacs que le aqueja. En los últimos meses, Suárez ha estado saliendo frecuentemente de la cárcel para recibir tratamiento medico.

La libertad bajo palabra se hizo efectiva a última hora de ayer, despues de que Suárez se comprometiera a presentarse cada 30 días ante un Juzgado de Vigilancia. EFE

ffz/lc/fp/cgr

05/14/00 18/97

Nº DOCUMENTO 9708895

TITULO Bolivia [illegible]

PROCEDENCIA Noticias

FECHA Nº PROCES. 14/5/94

VINCULACIONES [illegible]

01-01

9708895.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] COLOMBIANOS [illegible] CON COCAINA EN AEROPUERTO MADRID

Madrid, 14 may (EFE).- Dos hombres y dos mujeres de nacionalidad colombiana fueron detenidos hoy por la policía en el aeropuerto de Madrid, al comprobar que transportaban un total de [illegible] bolas de cocaína en el estómago, cuyo peso no ha sido determinado, y otros dos kilos de la misma sustancia escondidos en un bolso de mano.

El matrimonio compuesto por Dora Elena Montes, de [illegible] años, y Juan Carlos Montes, de [illegible], que llegó a Barajas en un vuelo de Bogotá, fue detenido cuando esperaba la salida de otro vuelo con destino a Zurich (Suiza). Los agentes les detectaron un total de 200 bolas de cocaína que ambos transportaban en el interior de su cuerpo.

Otros dos pasajeros del mismo vuelo fueron detenidos en el aeropuerto: Luis Alejandro Jiménez [illegible], de [illegible] años, quien ocultaba [illegible] bolas de cocaína pura en el interior de su estómago, y María Eugenia Lozano, de [illegible] años, quien escondía un 1,035 gramos de la misma sustancia en los laterales de un bolso de mano.

Los cuatro detenidos han sido puestos a disposición judicial por agentes de la Brigada de Estupefacientes del aeropuerto de Barajas. EFE

[illegible]

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9708896

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA Agencia

FECHA DE PROD. 14/5/94 [illegible]

VINCULACIONES [illegible]

Nº. DOCUMENTO 9708897
TITULO: Cumbre de OTAN en julio en Madrid consagrará una nueva Alianza Atlant.
PROCEDENCIA: 518593
FECHA: 18/05/97
VINCULACION: 508062
507254
507253
507543

9708897

01-02

DAFSA1
R PO4BI 05 18 00525
mun icx

OTAN RUSIA
SOLANA: CUMBRE JULIO MADRID CONSAGRARA NUEVA ALIANZA ATLANTICA

Madrid, 18 may (EFE).- La cumbre que la Alianza Atlántica celebrará en Madrid en julio próximo "consagrará una nueva OTAN, con nuevos miembros, nuevas misiones, nueva estructura", en opinión de su secretario general, el español Javier Solana.

Solana, que negoció con el ministro ruso de Exteriores, Yevgueni Primakov, el Acta Fundacional sobre las relaciones, la cooperación y la seguridad mutuas entre la OTAN y la Federación Rusa, explica en una entrevista que publica hoy el diario "El País", de Madrid, algunos detalles de las negociaciones que terminaron en acuerdo el pasado miércoles, día 14.

Javier Solana afirma que el presidente ruso, Boris Yeltsin, le confirmó su asistencia a la "cumbre" de Madrid -que será "una reunión del más alto nivel" , pero no la fecha exacta.

El Acta regula las nuevas relaciones políticas y militares entre la OTAN y Rusia y elimina los obstáculos para la incorporación de otros países del Este de Europa a la OTAN.

Según Solana, el acuerdo acaba con la Europa dividida y su nueva configuración "garantiza la estabilidad para todos los ciudadanos", con el objetivo de "asegurar la prosperidad de todos, porque sin seguridad no hay progreso".

Para el secretario de la OTAN, el momento inicial de la ronda de negociaciones fue el más difícil y destaca una reunión de septiembre de 1996, en Viena, a solas con Primakov, "tumultuosa", en un momento en que "Rusia estaba todavía muy dura".

La reunión más importante, por el contrario, se produjo el 20 de enero pasado en una "dacha" a las afueras de Moscú, en la que fueron sentadas las bases de la negociación, porque hasta entonces -dice Solana- , Primakov "era escéptico sobre la seriedad de nuestras intenciones".

Solana relata algunos altibajosen las negociaciones, en temas como el derecho de veto en el Consejo Conjunto, en los asuntos militares o en la reforma del FACE (Tratado de Fuerzas Convencionales), que fueron abordados en Lisboa, en diciembre, cuando se acordó reformar la FACE.

La preocupación rusa, dice Solana, era "evitar el riesgo de acumulación de un poder militar amenazante en la zona más próxima a sus fronteras", en tanto que "la OTAN no albergaba, ni alberga, ningún deseo de generarlo".

El "asunto nuclear", explica el secretario general de la Alianza, fue resuelto con "los tres no", no a la necesidad, intención o plan alguno de desplegar armas nucleares en los nuevos territorios de la Alianza.

En Moscú, el pasado día 14 después de perfilar todos los aspectos del Acta y acordar su firma (el próximo día 27 en París), Solana recibió una llamada del presidente ruso, Boris Yeltsin, quien "no entró en detalles, pero dio el impulso político; demostró que quería cerrar (el acuerdo) en esa jornada".

Acerca de la posibilidad de que en una crisis la OTAN necesitara desplegar armas en sus nuevos territorios, Solana afirma que eso no se produciría "en las actuales circunstancias".

Para el secretario de la OTAN, lo pactado es que "la Alianza no utilizará las viejas instalaciones nucleares del Pacto de

[illegible]
Solana [illegible] Acta Fundacional sobre las relaciones, la cooperación [illegible] seguridad mutuas [illegible] OTAN y la Federación Rusa [illegible]
[illegible]

9708897

02-02

[illegible]

[illegible] La Dirección Nacional de Control de Drogas [illegible] de la República Dominicana [illegible] por [illegible] millones de dólares del supuesto jefe de una banda internacional de narcotraficantes implicado en al menos [illegible] asesinatos en Nueva York, [illegible] que [illegible] a las autoridades.

La DNCD afirmó que [illegible] Reyes estaba a cargo del [illegible], entre otros negocios, una agencia de venta de coches en Santo Domingo, de donde fueron confiscados [illegible].

Según la DNCD, Reyes era el jefe de la banda que operaba en Nueva York [illegible], [illegible] a la República Dominicana, de donde son originarios, después de mantener en jaque a la policía durante [illegible].

Reyes se entregó en la [illegible] de Santo Domingo, después que el coronel Juan Francisco [illegible], de la DNCD, le pidiera que no se resistiera y se entregara.

La detención de [illegible] también fue dirigida a los demás supuestos miembros de la banda denominada "La Compañía", Víctor Paulino [illegible], Félix [illegible], Luis Reyes [illegible], Julio Paulino [illegible], Ramón Bueno [illegible] y Máximo Reyes.

En la DNCD se informó de que la corte del distrito de Nueva York mantiene contra todos los miembros de la banda "La Compañía" cargos de narcotráfico, asesinato, lavado de dinero y agresión con herida de bala contra un agente de la Policía.

EEUU, por medio de su embajadora en la República Dominicana, Donna Hrinak, trata de que las autoridades dominicanas extraditen a todos los presuntos delincuentes que se encuentran en el país.

Entre ellos figura el presunto representante del cartel de Cali en el Caribe, el también dominicano Rolando Florián Félix, condenado a [illegible] años de prisión por tratar de introducir [illegible] kilogramos de cocaína en el país.

La droga procedía de Colombia y era transportada en el buque [illegible], confiscado por la DNCD el [illegible] de diciembre de 1994 cerca de [illegible], en el extremo [illegible] de la República Dominicana.

La DNCD afirmó que [illegible], quien se entregó, es el [illegible] de Félix en sus negocios en Nueva York y en la República Dominicana.

El tratado de extradición firmado en [illegible] por los gobiernos de Santo Domingo y Washington no incluye que dominicanos arrestados en territorio nacional sean juzgados por la justicia norteamericana.

No obstante, el procurador general dominicano, Abel Rodríguez del Orbe, se mostró partidario [illegible] de que se firme un nuevo tratado de extradición con EEUU, "ya que el país (República Dominicana) no puede ser [illegible] de [illegible] ni de personas que practiquen la [illegible]".

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9708898

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA Agencia

FECHA DE [illegible] 14/5/97

VINCULACIONES [illegible]

101.907 [illegible]

[illegible]

9708898.

01-01

[illegible]

[illegible] — [illegible] de 18 personas [illegible] detenidas [illegible] en una operación conjunta de las policías española y británica contra una red de tráfico de hachís en la que se [illegible] hasta [illegible] de fuentes policiales.

Entre los detenidos se encuentra el británico [illegible] [illegible] por ser el autor material del [illegible] de [illegible] hijo de la [illegible]

Las fuentes precisaron que en la operación fue detenido, el [illegible] de mayo pasado, [illegible] Charrington, el cabecilla de una red que operaba desde la localidad [illegible] de [illegible] que adquiría en Marruecos la droga que luego se vendía en [illegible], Italia y España.

Agregaron que Charrington fue arrestado en Calpe, mientras que [illegible] personas, entre ellas [illegible], fueron detenidas en aguas internacionales cuando navegaban frente a las costas de Lisboa con más de [illegible] kilos de hachís a bordo, repartidos en 140 fardos.

El mismo día, la South West Regional Crime Squad de Exeter (Gran Bretaña) detuvo a nueve personas, entre ellas "el brazo derecho" de Charrington, [illegible].

Varios de los detenidos son o han sido miembros de grupos de élite de la Armada británica, como expertos en buceo, técnicas de navegación y combate, señalaron las fuentes.

La operación policial, en la que se ha conseguido desarticular la red de narcotráfico, comenzó en noviembre pasado al detectarse un helicóptero que [illegible] posibles controles de la Guardia Civil o del Servicio de Vigilancia Aduanera y que se comunicaba por radio con los barcos de la organización.

Tras realizarse un seguimiento de los movimientos de Charrington, se comprobó que éste y otros tres integrantes de la red habían adquirido en marzo pasado en la isla de Malta la embarcación "Simon de Danser".

Según las fuentes, los narcotraficantes navegaron hasta Alicante [illegible] viajaron a Marruecos [illegible] Inglaterra.

El "Simon de Danser" emprendió después rumbo hacia el Reino Unido, pero el [illegible] de mayo pasado fue abordado por la marina británica en aguas internacionales frente a las costas de Lisboa.

La policía detuvo en la embarcación a ocho personas y se intervinieron [illegible] kilos de hachís.

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9708899

TITULO España: 18 personas detenidas por tráfico de hachís? —

PROCEDENCIA Abc/Vis

15/5/91 · 030. · 15/5 [illegible]

11229 · 11176 · 11422 · 11429 · 10184 · 11351 · 501513 · 11352 · 507619 · 11351 · 11340 · 11214 · 11224

01-01

9708899.

01-07

Columna

BUSQUEDA 15 al 21/5/97 PAG. 34

La ampliación de la OTAN es una bomba de tiempo

por Mijail Gorbachov (*)

La proyectada ampliación de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), que incluiría varios países del este de Europa con la excepción de Rusia, es una bomba de tiempo que amenaza con hacer saltar las relaciones intereuropeas y mundiales.

Europa no puede mantener la estabilidad sin el respaldo tanto de Estados Unidos como de Rusia y mucho menos aún si las relaciones intereuropeas se basan en sentimientos antiestadounidenses o antirrusos.

En conjunto, la ampliación de la OTAN sería contraria a los intereses de todos los estados, ya que cada uno de ellos perdería si esa alianza militar occidental se expande hacia el este europeo.

Pienso que todavía es tiempo de que Occidente actúe en forma razonable y evite todos los daños y peligros derivados de una injustificada expansión de la OTAN hacia Europa Oriental.

Los promotores de la iniciativa dicen que su preocupación por la seguridad de los estados europeos justifica la expansión de la OTAN.

Pero ¿es que realmente Europa está siendo amenazada? Por cierto, pero se trata de amenazas relacionadas con problemas ecológicos, demográficos, energéticos y económicos que sufre todo el mundo y no pueden ser eliminadas por un bloque militar, no importa cuán grande sea.

Se le dice a Rusia que la expansión de la OTAN no está dirigida contra nadie sino que, al contrario, beneficiará a todos, Rusia incluida, porque reforzaría la seguridad europea.

Sin embargo, el entrenamiento militar de las tropas de la OTAN no ha cambiado desde el fin de la Guerra Fría y sus planes estratégicos siguen siendo dirigidos contra un "adversario potencial" que tiene una gran cantidad de tanques y aviones.

Resulta claro para cualquiera quién es ese "adversario potencial".

¿Por qué crear "vínculos de seguridad" en torno a Rusia desde los países bálticos a través de Moldavia, Ucrania y el Cáucaso hasta Asia Central? Porque eso fue exactamente lo que hizo el secretario general de la OTAN cuando efectuó una gira reciente por muchos países integrantes de la Comunidad de Estados Independientes (CEI), Rusia excluida.

Y cuando Rusia hace el más débil intento de promover las relaciones económicas con otros ex estados soviéticos los dirigentes de la OTAN comienzan a agitar el espantajo de los "apetitos imperiales de Rusia".

Henry Kissinger y Zbigniew Brzezinsky, que fueron respectivamente secretario de Estado y consejero de Seguridad Nacional de los presidentes Richard Nixon y James Carter, están de moda de nuevo y proclaman con gran seguridad que Rusia es incorregible y por lo tanto hay que tratar con ella sólo por medio de la fuerza.

Es imposible imaginar que los dirigentes occidentales no sepan que Rusia no representa una amenaza militar para nadie tanto en términos de intenciones como de capacidades y que la ampliación de la OTAN está creando riesgos para el futuro, puesto que está haciendo que la sociedad rusa se indisponga con el Occidente.

¿Se sentirán más seguros los futuros nuevos miembros de la OTAN en esta situación? La respuesta es obvia: en lugar de una mayor seguridad tendremos más amenazas contra la seguridad y no sólo en Europa.

¿Por qué la ampliación de la OTAN, que es un problema que concierne a todo el planeta, no fue discutida en el Consejo de Seguridad de la ONU?

Al principio de los años '90, cuando Europa decidió la cuestión de la reunificación de Alemania, el debate fue determinado por la idea de que con ella se ayudaría a corregir la división de Europa y del mundo.

Se esperaba que la confrontación entre la OTAN y el Pacto de Varsovia se transformara en un mero recuerdo del pasado y que los bloques militares se convertirían gradualmente en uniones políticas.

En ese entonces la OTAN tomó en consideración tal razonamiento. La Carta Europea firmada por los jefes de estado europeos interpretó que la seguridad europea no podía basarse sino en un sistema colectivo, sin exclusiones.

Si todos estaban de acuerdo entonces de que era necesaria una Europa común y un sistema de seguridad europeo que abarcara a todos los estados, ¿qué fue lo que les hizo cambiar de opinión tan radicalmente?

A los esfuerzos de Rusia por tomar parte en el nuevo rumbo de Europa y para cambiar la lógica de las relaciones Este-Oeste, que podía conducir a un suicidio mundial, se contrapone ahora el fortalecimiento del papel de la OTAN.

¿Por qué comienzan estos nuevos juegos geopolíticos? ¿Cuál será el resultado de esta política egoísta, basada en la presunción de que Rusia está ahora débil y depende de la asistencia occidental y que por lo tanto ha llegado la hora de volver a repartir la torta?

● **Europa: ya hubo pruebas demasiado espantosas.** *Las pruebas por las que pasó Europa fueron demasiado espantosas como para permitir una nueva división de esferas de influencia. Lo que hace falta es integración y el continente está pronto para lograrla.*

Por otra parte, la actual situación internacional es mucho más favorable para la cooperación que la de, por ejemplo, 10 años atrás.

Hoy en día, un conflicto armado entre Rusia y Estados Unidos está fuera de cuestión, lo que constituye un vital elemento para la política global. Pero esta realidad es endeble debido a la lógica deformada que las dos potencias heredaron de la Guerra Fría y que les hace admitir la posibilidad de una guerra nuclear, aunque lo nieguen en sus declaraciones.

El origen del mal está en los obsoletos estereotipos políticos creados durante un largo período de confrontación que impiden elaborar y practicar una nueva política global.

Esto debe terminarse de una vez por todas. El modelo de la disuasión nuclear es un castillo de naipes.

¿Es que un Occidente racional no puede analizar razonablemente el pro y el contra de una ampliación de la OTAN? Sé que ello resulta difícil después de tantas declaraciones y decisiones poco menos que aprobadas, pero todavía hay tiempo para que Occidente reconsidere su actitud.

Algunas iniciativas han sido anticipadas en este sentido. Por ejemplo, Francia sugirió una reunión de los líderes de cinco estados europeos. Podríamos discutir un tratado preliminar en el que Moscú estipule garantías mutuas y conjuntas de la OTAN y Rusia hacia los países de Europa Oriental que buscan seguridad como miembros de la alianza militar occidental.

Debemos comenzar conversaciones honestas sobre la estructura de la seguridad europea, que no debería desmontarse en los meses que faltan hasta que, en julio próximo, la OTAN tome una decisión final.

Tenemos que hacer todo lo humanamente posible para cambiar la situación y no dejar un legado horrible para el siglo XXI.

(*) Mijail Gorbachov, líder de la Perestroika y último presidente de la ex Unión Soviética

02

Expansión de la OTAN: recuerdos de la Guerra Fría

A pesar de cómo la presentan los EE.UU., la ampliación de la alianza militar del Atlántico norte se parece a la división de intereses e influencias que los vencedores de la Segunda Guerra hicieron del mundo en 1945

DESDE que, a fines de semana, Boris Yeltsin le dio un sí público a la expansión de la alianza militar del Atlántico norte (la OTAN), Bill Clinton está de un humor decididamente autocelebratorio. No es, en verdad, el único.

Su secretaria de Estado, Madeleine Albright, cree que la decisión de Moscú es algo así como un **regalo de cumpleaños**, nunca mejor recibido que cuando un cuasi imposible se realiza en coincidencia con los primeros cien días de gestión.

El canciller alemán Helmut Kohl también puede sentirse satisfecho. Desde el comienzo fue el único líder de su región que se alineó tras el proyecto de Clinton de **llevar a la OTAN hasta la misma epidermis geográfica rusa**, sumando a los 16 miembros históricos del pacto de defensa a países de Europa oriental, y su mediación política frente a Yeltsin se probó decisiva.

Yalta no queda lejos

En abril pasado, después de reunirse con Kohl, Yeltsin anunció a los rusos que la ampliación de la OTAN **no podría ser detenida** y que era mejor pensar en sumarse al impulso en las mejores condiciones posibles. Hace algunas horas y muy poco antes de que el canciller ruso Yevgeny Primakov firmara en Baden-Baden el documento del acuerdo con el secretario general de la OTAN, Javier Solanas, Kohl volvió a acariciar por teléfono las últimas dudas de Yeltsin, despejando los últimos escollos al compromiso.

¿Qué significa este acuerdo? Varias

◆◆◆

Washington cree que la OTAN es la columna vertebral de la seguridad occidental

cosas a un mismo tiempo, tantas que cuesta esfuerzo intelectual no pensar en este acuerdo como en la **puerta de ingreso a una suerte de Yalta II**, la división de áreas de interés e influencia que los vencedores de la Segunda Guerra Mundial, en especial los Estados Unidos y la hoy difunta Unión Soviética, hicieron del mundo en 1945.

Lo pactado en Yalta definió la sustancia del período que llamamos la Guerra Fría, así como también la naturaleza de las muchas tragedias que sucedieron hasta que la historia lo agotó.

Esto de ampliar la OTAN, dicen Clinton y los otros defensores de la idea, será **distinto**.

Yalta definió las razones y el modo de forcejeo entre bloques antagónicos –casi siempre a costa de y por delegación de horrores en el Tercer Mundo–, mientras ambos protagonistas esquivaban la confrontación directa, incluyendo la pesadilla nuclear posible. La memoria de Yalta se aproxima bastante a lo infame.



Socio menor. A pesar de todo, Boris Yeltsin obtuvo muchas ventajas luego de dar el sí a la expansión de la OTAN hacia el este.

Lo de la OTAN hoy es diferente, asegura Clinton, aunque por momentos sugiere que podría ser una **extraña prolongación de la Guerra Fría**, parte de un cuerpo muerto que todavía se mueve. Nadie sabe a ciencia cierta si es sólo reflejo o si hay vida.

Washington está convencido de que la alianza atlántica es la **verdadera columna vertebral de la seguridad occidental** –no sólo Europea– y que aun en tiempo de promesa de paz perpetua como en el presente es el reaseguro de que los periódicos descensos de la periferia mundial en la costumbre brutal de la guerra no llegarán a territorio del centro.

Pactar en Madrid

Para esto lo que sucederá a partir del sí ruso es relativamente sencillo en las formas. Hubiera sucedido de cualquier modo, pero ahora **se hará sin crisis**, al menos en un principio.

A mediados de julio próximo, en una cumbre a realizarse en Madrid, por lo menos tres países de Europa oriental –ex miembros de la desaparecida alianza del Pacto de Varsovia– serán invitados a sumarse a la OTAN.

Los pronósticos más conservadores dicen que serán Polonia, Hungría y la República Checa, los países que primero accederán al pacto militar que considera la agresión a uno de sus miembros como una agresión a todos y que, en virtud del derecho a la autodefensa que concede la Carta de las Naciones Unidas en su artículo 51, compromete a una acción bélica colectiva.

La idea central es que esta ampliación de la defensa común llevará la prosperidad y seguridad que caracterizaron a la Europa de posguerra hasta una nueva frontera oriental. El antecedente más reciente es la llegada de España a la OTAN en 1982, pero por lo estratégico de este paso habría que remontarse hasta el ingreso de Turquía, junto con Grecia, en 1952.

Habrá consecuentemente **protección para las nuevas –y consecuentemente aún frágiles– democracias de Europa oriental**, o al menos así reza la letanía occidental que siempre lleva implícita el fantasma de que Rusia se despeñe una vez más hacia el abismo de su pasado de autocracia y expansionismo militar.

Esta construcción es, obviamente, el producto de una forma caprichosa que Occidente tiene de leer las lecciones de la historia.

De Napoleón a Stalingrado

Las amenazas posibles no provienen sólo del oso ruso; del mismo modo en que Europa oriental conoció la opresión soviética, los rusos pueden recordar hitos como la batalla de Bodino –tras la cual, en 1812, Napoleón I creyó brevemente que había extendido su imperio hasta Moscú–, la invasión alemana de 1941 o, en especial, los heroicos 900 días de resistencia al sitio nazi a Stalingrado.

Lo que más recuerda a la Guerra Fría es que –detrás de las amenidades y de las certezas que se proclaman– esta ampliación de la OTAN no se desprende de lo que fue su esencia misma: la de constituir ahora como en los 40 una **alianza militar contra Moscú**.

Y, sin embargo, es posible preguntarse si logró Clinton preservar esa naturaleza en los hechos. Hay quien piensa que no, por la **magnitud de las concesiones que debieron hacerse a Yeltsin** para que éste aceptara el acuerdo.

Hasta el presente hay tantas ambigüedades como certezas en el acuerdo. Entre las segundas, Yeltsin obtuvo que no hubiese despliegue de armas nucleares en el nuevo espacio de la OTAN y un paquete de posibles nuevos acuerdos de desarme, atómico y convencional.

Pero entre las ambigüedades está la

◆◆◆

Esta ampliación constituye ahora como en los 40 una alianza militar contra Moscú

forma diferente en que la OTAN y Moscú entienden lo que Primakov y Solanas firmaron en Baden-Baden. Para la alianza, **el documento es político** –con lo cual sus contenidos podrían ser hechos a un lado en una crisis hipotética–, mientras que Yeltsin quiere ver lo que obtuvo en la rígida tipografía de un tratado internacional.

Hay una duda adicional que hace que el resto mire a Washington y a Moscú con cierto recelo. El acuerdo creará un **mecanismo permanente de consulta entre la OTAN y Rusia**.

¿No es esto una forma de dormir con el enemigo? Y si así fuera, ¿no habrá que recordar una vez más a Yalta, aunque esta vez de un modo diferente? ¿Qué pasaría si Washington con Moscú como **socio menor** se encargaran en el futuro de frenar el desarrollo de un escenario mundial auténticamente multipolar?

Por Oscar [illegible] Cardoso
© Clarín

EDITORIAL

El ABC 20/5/97 OTAN

Un acuerdo histórico

El acuerdo entre la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) y Rusia es un paso histórico hacia una nueva situación de seguridad en Europa: admite la ampliación de la OTAN hacia el este y, a la vez, crea una vinculación entre Rusia y la alianza occidental. Finalizada la guerra fría, esa ampliación hacia el este más que una amenaza militar a Rusia significa sustraer a los nuevos miembros de las incertidumbres de un área tradicionalmente convulsionada y prevenir así conflictos mayores. De ahí que no haya sido difícil para los occidentales asegurar que no se desplegarán allí efectivos ni armas nucleares. El hecho político de la pertenencia a la alianza será la garantía ante eventuales amenazas y, se espera, un disuasivo de la inestabilidad. El mensaje es inequívoco: quienes ingresen no estarán solos.

Correlativamente la participación de Rusia en las estructuras de la OTAN es un giro completo del cuadro político y militar anterior. Aunque sea en forma consultiva y sin derecho a veto o membrecía plena, habilita el acercamiento a Occidente en el plano militar sobre una base institucional y regular. Complementa de manera fuerte los otros lazos que se van configurando. Desde antes, la Organización de la Seguridad y Cooperación Europea englobaba a países de todo el continente, incluso Rusia. Ahora se da participación especial en el Grupo de los Siete. Y durante la cumbre de Helsinki, precursora del presente acuerdo, el presidente Clinton manifestó su respaldo para el ingreso ruso a la OMC y al Club de París. Todo ello configura una creciente red de relaciones e intereses que asocian a Rusia con Europa. Y esto, a su vez, es un poderoso elemento de estabilidad.

No obstante, el acuerdo alcanzado en Moscú también ha despertado reparos. Para algunos arriesgaría

La integración plena de Rusia al concierto internacional en todos los órdenes es una prioridad que debería iluminar las decisiones específicas

producir una nueva división de Europa y exaltar en Rusia las fuerzas nacionalistas y hostiles a Occidente. Para otros implicaría asumir compromisos militares que en caso de efectiva amenaza no se estaría en condiciones de atender. Aun cuando esas eventualidades no pueden ser descartadas de manera absoluta, ellas no invalidan la ventaja de situar una zona de turbulencias potenciales bajo la cobertura de seguridad atlántica y de vincular a Rusia con ésta desde ya. Sobre esa base se podrá trabajar activamente para consolidar la confianza mutua y para alentar nuevas fases de la integración rusa a la Casa Europea.

Más difícil será la definición concreta de los estados que se incorporarán primero a la OTAN. Si la lista es reducida –los candidatos más probables son tres, Polonia, Hungría y la República Checa– los no incluidos se sentirán privados de seguridad. Si la nómina es amplia –comprendiendo por ejemplo las repúblicas bálticas y Ucrania– será segura una fuerte reacción adversa en Rusia, dañando así la prioritaria política de relacionamiento con Occidente. De ahí que, no habiendo en el momento amenazas inminentes, sería preferible al principio una ampliación limitada. Dando tiempo, de esta forma, a una profundización de las relaciones de Rusia con Occidente, particularmente cuando aquélla debe avanzar por el duro camino de las reformas estructurales. A las dificultades políticas internas que ello supone no debe añadirse el peso adicional de un factor externo que ayudaría a aglutinar fuerzas a los conservadores comunistas con los nacionalistas, perjudicando así no sólo la situación política rusa sino también la estabilidad general. La integración plena de Rusia al concierto internacional en todos los órdenes –postergada por la Revolución de Octubre y por la guerra fría– es una prioridad que debería iluminar las decisiones específicas. Se ha dado pues un paso histórico. Pero no es el fin del camino.

04

TRIBUNA ABIERTA

Rusia, de enemiga a socia

Para el autor, una Rusia democrática y una OTAN en expansión pueden buscar la cooperación constructiva



VACLAV HAVEL

Presidente de la República Checa

MIENTRAS sigo el debate acerca de si la OTAN debe ser ampliada, tengo la fuerte impresión de que los argumentos que se esgrimen son puramente mecánicos y pasan por alto el verdadero significado de la alianza.

El proceso de expansión debe ir acompañado de algo mucho más profundo: una definición depurada del propósito, la misión y la identidad de la OTAN.

La alianza debería recordar urgentemente que es ante todo un instrumento de la democracia que tiene el propósito de defender valores políticos y espirituales mutuamente sostenidos y creados. Debe verse a sí misma no como un pacto entre naciones contra un enemigo más o menos obvio, sino como garante de la civilización euroamericana y, en consecuencia, como un pilar de la seguridad mundial.

Sin embargo, los argumentos de muchos participantes en el debate sobre la OTAN –especialmente los que se oponen a admitir nuevos miembros– se estancaron en algún punto de la Guerra Fría, en la época del mundo bipolar. La transferencia instintiva y sutil al presente del viejo modo de pensamiento es quizá más peligrosa que el tolerar la idea claramente anacrónica de dos poderosos sistemas en guerra.

◆◆◆

Si Occidente no estabiliza a Oriente, Oriente desestabilizará a Occidente

Durante décadas, la ex Unión Soviética y el Pacto de Varsovia fueron los adversarios de la OTAN. Pero la amenaza no entrañaba peligro porque era rusa; entrañaba peligro porque era comunista y totalitaria.

No obstante, sería absurdo creer que después de la caída del comunismo y la disolución del Pacto de Varsovia, que yo presidí en Praga, ya nada atenta contra los valores euroatlánticos de libertad y democracia.

Algo en común

El peligro hoy no proviene del actual gobierno de Moscú. Las verdaderas amenazas son los conflictos locales nacidos del nacionalismo agresivo, el terrorismo y el mal uso de las armas nucleares.

Ciertas formas de pensamiento, que implican aferrarse a un estereotipo de la dicotomía OTAN-Rusia, nos impiden enfrentar esas amenazas. Algunas personas consideran a los rusos como su principal enemigo; piensan que la amenaza que plantea Rusia es la razón por la cual se debe expandir la OTAN. Otros, aun cuando tienen en cuenta el final del enfrentamiento, siguen los mismos lineamientos cuando dicen: "No ampliemos la OTAN porque eso podría irritar a los rusos" o "No ampliemos la OTAN porque Rusia ya no es una amenaza".

Todos tienen algo en común: su pensamiento está profundamente enraizado en el mundo bipolar del pasado, y subestiman groseramente la variedad de peligros que acechan a la democracia.

Si este modo de pensar se impone, convertirá a la alianza en un club de veteranos de la Guerra Fría irremediablemente anticuado.

Lo que es más, si la OTAN misma no logra estar a la altura de este nuevo propósito que describo, impulsará a algunos países –quizás incluso a alguno que ya esté dentro de la alianza– a volver a la desafortunada situación imperante antes de la OTAN, cuando las naciones más poderosas dividieron a Europa en esferas de influencia.

Decidir la expansión de la OTAN a través de una reunión cumbre de superpotencias –Estados miembros de la OTAN seleccionados y Rusia– no funcionará. Este enfoque también contradice el principio fundamental de la OTAN de plena igualdad entre los miembros.

No debe negarse a priori a los países que han adherido y promovido los valores políticos y culturales euroamericanos la oportunidad de tomar decisiones sobre la defensa común. Algunos de los candidatos a ingresar a la OTAN han sufrido grandes padecimientos por defender estos valores y han demostrado que están dispuestos a protegerlos, como en la guerra del Golfo Pérsico y Bosnia.

Existe hoy en Europa central un vacío de seguridad que podría tentar a los nacionalistas y los nostálgicos a crear bloques de poder y dominaciones regionales. Si Occidente no estabiliza a Oriente, Oriente desestabilizará a Occidente.

De modo que la expansión de la OTAN debería percibirse como un proceso continuo en el que las naciones de Europa maduren hasta alcanzar el significado, los valores y los objetivos de la alianza ampliada y revivificada.

Muchas de las tareas de la OTAN deberían encararse con Rusia como socio. Una nueva Rusia democrática y una OTAN revivificada pueden buscar activa y naturalmente la cooperación constructiva en la resolución de problemas concretos. Después de todo, enfrentan amenazas comunes.

Tanto Rusia como la OTAN tienen interés en evitar el mal uso de las armas nucleares. Y siempre existe la posibilidad de que se produzcan grietas tectónicas nuevas y no plenamente reconocidas en el mapa de la seguridad mundial.

Pero, con todo, Rusia es una superpotencia europea, tan influyente que es difícil imaginarla como parte de la OTAN sin que abrume a la alianza con la ajetreada agenda de los intereses rusos.

Quizá todavía no hayamos avanzado lo suficiente en la redefinición de la misión e identidad de la OTAN. Creo que expandir la alianza será un paso adelante.

No sólo requerirá analizar seriamente el propósito y el significado de la alianza sino que habrá más miembros que participen en esta revaluación.

OTAN

Expansión hacia el este

Los vecinos de Rusia negocian su ingreso

POR MELINDA LIU



YURI KADOBNOV—AFP

El Kremlin da luz verde a la alianza: *Primakov y Solana en Moscú*

NEWSWEEK 28/5/97 P.30

EL APODO RUSO DE MADELEINE ALbright es "La dama de hierro". La secretaria de Estado norteamericana desempeñó el papel este mes en Moscú. Los negociadores de ambas partes discutían la configuración de las relaciones OTAN-Rusia después que la alianza invite a incorporarse a varios ex miembros del Pacto de Varsovia. Al principio, el ministro ruso de Asuntos Exteriores, Yevgeni Primakov, ejerció presión para lograr un "tope" en el total de efectivos de la OTAN. Albright dijo que no. Primakov abandonó su exigencia, pero se quejó de que los rusos están terriblemente nerviosos sobre la expansión de la OTAN. "He escuchado sus inquietudes", dijo Albright, sonriendo dulcemente al ex espía magistral. "Como al presidente Clinton le gusta decir, siento su dolor".

Para empezar, Moscú no tenía mucho con qué negociar. El Pacto de Varsovia está muerto y la OTAN está preparada para expandirse hacia el este, con o sin el consentimiento de Moscú. Pese a las amenazas de los críticos sobre una reacción nacionalista adversa, el presidente ruso Boris Yeltsin decidió que "no podemos permitirnos el lujo de una gran confrontación con Occidente", dijo uno de sus asistentes. La semana pasada, Primakov y el secretario general de la OTAN, Javier Solana, acordaron instalar un consejo conjunto que da a Moscú voz en las decisiones de la alianza, pero no veto. Y la semana próxima, Yeltsin se reunirá con Clinton y otros líderes de la OTAN para suscribir el nuevo *modus vivendi*. Eso despeja el camino para que la OTAN admita a nuevos miembros por primera vez en 15 años.

La noticia contribuyó a dar nuevas garantías a los centroeuropeos, quienes se [illegible] "¿De verdad se preocupa Occidente por nosotros?", tal y como dijo el presidente checo Vaclav Havel durante una visita a Washington para la campaña a favor de la OTAN. La alianza develará a sus nuevos invitados en una



cumbre en Madrid, el 9 de julio. "Es sorprendente cómo ser miembro de la OTAN se ha vuelto un símbolo de estatus, como poseer un bolso de Gucci", dijo un funcionario estadounidense de alto rango. Los checos, los polacos y los húngaros son los únicos nuevos miembros seguros, pero otros, en especial los rumanos y los eslovenos, se están esforzando por unírseles.

Todo comenzó en 1994, cuando Clinton dijo que la expansión de la OTAN era un asunto "no de posibilidad, sino de tiempo". Al año siguiente, en un ejercicio multinacional de fuerzas de paz en Luisiana, un pelotón de soldados húngaros aprovechó su oportunidad cuando el jefe del Estado Mayor Conjunto estadounidense, general John Shalikashvili, se paró a conversar con ellos. El oficial húngaro de relaciones públicas [illegible] en manos de Shalikashvili algunas calcomanías para autos adornadas con banderas de Hungría. "Hasta tienen sus propias calcomanías para poner en los vehículos", comentó el general al alejarse. "¿Quién dice que no están listos para ingresar a la OTAN?" Está claro que algunos países, como la convulsa Albania, no lo están. La OTAN requiere democracia y reformas de libre mercado, así como la mejora de relaciones con los países vecinos.

Hasta 1995, Eslovaquia era uno de los principales aspirantes. Pero el mes pasado, su delegación abandonó Washington desilusionada. A los funcionarios estadounidenses no les han impresionado los hábitos autocráticos del primer ministro eslovaco, Vladimir Meciar. Los rumanos "han sido muy dinámicos", reconoció Nicholas Burns. Incluso el astro de los Bullets de Washington, Gheorghe Muresan (el único rumano en el baloncesto estadounidense) escribió a Clinton intercediendo por Bucarest. Su mayor frustración, dijo el baloncestista de 2,30 metros de estatura, era que "nadie en la NBA sabe dónde está Rumania".

Los parlamentos de los miembros de la OTAN, incluyendo al Congreso en Washington, deben aprobar a los nuevos invitados, en un proceso de dos años con resultados "que no podemos dar por descontados", admitió un funcionario estadounidense. Vender la nueva OTAN podría ser más fácil si Rumania y Eslovenia, que tienen algunos críticos en la alianza, no figuraran entre los de la primera hornada. Eso también mantiene vivas las esperanzas de futuras invitaciones para incorporarse a la alianza de defensa de mayor éxito del mundo. Aun en la tradicionalmente neutral Austria, funcionarios como el ministro de Exteriores, Wolfgang Schüssel, están vigilando el proceso: "Esta es una oportunidad inmensa y deberíamos aprovecharla". Tales emociones han generado una nueva "antropología de la expansión de la OTAN", dijo a Albright un académico ruso. Y nadie desea quedarse a la zaga.

Con ANDREW NAGORSKI *en Berlín y* BILL POWELL *en Moscú*

06

—Clarín 31/5/97 pág. 21 CL. 31/5/

La OTAN sufre la política del embudo

La alianza militar finalmente se amplía, pero la elección de los tres nuevos miembros no ahorra incertidumbres

TIENE razón Madeleine Albright cuando dice que la expansión hacia el este europeo de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) "no es un programa académico".

La aclaración parece haber sido necesaria unas pocas horas después del acuerdo entre Moscú y las 16 naciones del pacto atlántico por la tensión que produce elegir sólo algunos países de Europa oriental –entre tres y cinco, según los pronósticos–, mientras que otros quedarán frustrados en la lista de espera de otra expansión, de futuro incierto. La ampliación es en verdad una decisión política que en el mundo de los objetos físicos se asimila a un embudo –y estrecho, en este caso–, mientras que los "programas académicos" se identifican más con las puertas, amplias si son buenos.

Detrás de las palabras

No hay, sin embargo, mérito excesivo en la definición de la secretaria de Estado. Después de todo es más fácil ser preciso con la nueva OTAN cuando se trata de describir todo lo que no es; cuando el discurso va por la positiva –cuando se intenta explicar qué es– la retórica se complica o cae en las generalizaciones más grandilocuentes, pero poco reveladoras.

Sí, en la superficie, el acuerdo entre las 16 naciones de la alianza y Moscú podría "inaugurar una nueva era de paz y estabilidad", pero también puede resultar lo inverso y alimentar tensiones que los planificadores estratégicos de hoy apenas pueden temer, sin imaginar.

Las imágenes y las frases de 30 segundos de los líderes occidentales de esta semana son impactantes, pero muchas veces mienten en su trivialidad, algunas veces por acción y otras por omisión de la realidad. Bill Clinton jugando junto a Tony Blair al nuevo liderazgo de la generación de cuarentones y cincuentones –los de la explosión demográfica occidental de la segunda posguerra– tiene su atractivo visual, pero difícilmente responda los grandes interrogantes de la época, incluidos los que suscita el futuro esquema de seguridad internacional.

¿Qué pasará si los pesimistas tienen razón y la expansión de la OTAN impulsa el militarismo de una Rusia asediada? ¿Qué pasará si todo sucede en el otro extremo y la inclusión de Moscú en una instancia consultiva dentro de la OTAN termina empujando hacia una Yalta II, como temen los alemanes?

¿Qué pasará el mes entrante, cuando la República Checa sea invitada a sumarse al pacto y Eslovaquia quede a la intemperie de la inseguridad y el resentimiento?

¿Qué dirán los norteamericanos cuando amanezcan a la realidad de un compromiso por el cual sus ejércitos quedarán hipotecados en la seguridad de lugares que les costaría ubicar en un mapa?

No hay hoy respuestas reales –apenas pronósticos– para estas preguntas y hará falta que el futuro se transforme en historia para que aquellas se revelen.

Pero aunque la incertidumbre rodee el significado real de la ampliación de la OTAN es imposible hacer a un lado el enorme potencial que posee. Puede muy bien resultar la decisión histórica más importante en lo que va del incierto período de la post-Guerra Fría.

Cuestión de todos

En este sentido el problema expansivo de la OTAN es mucho más que simplemente europeo, o del Atlántico norte. Aun en el sur de América conviene no errar y pensarlo lejano y ajeno, porque está destinado a tener consecuencias que todos podremos sentir.

Tal concentración de poder en un mismo foro –las principales potencias occidentales y Rusia– le concede en los hechos la aptitud potencial de oscurecer en forma definitiva el sentido y, por consecuencia, el destino de arquitecturas políticas como la de las Naciones Unidas, aunque la crisis actual de esa organización se prolongue aún en una dilatada agonía.

Esta posibilidad es una invitación al escalofrío porque la OTAN es en su esencia un pacto militar, y como tal su inspiración es mucho menos tributaria de los ideales de una convivencia global democrática de lo que lo es la ONU; pensada para la convivencia planetaria armónica. Puede que el Tratado de Washington de hace 48 años invoque la idea democrática, pero su naturaleza original se justifica en el combate al "demonio" desaparecido –la Unión Soviética–, y este código genético acompañará las siglas en la nueva era, sin duda.

Para los que no tienen parte en esta sociedad queda pensar en los futuros demonios posibles y sacar sus conclusiones. Quizá como reflejo de estos cambios estratégicos que se están operando –y de los que la ampliación de la OTAN es el destello más intenso– los países del Mercosur empiecen a pensar que la integración regional debiera ser, si no lo es aún, mucho más que un inagotable tedio de listas de preferencias arancelarias.

07-07 9708900

XH6206

U SUCBT 05-15 00181
mun exg icx

COLOMBIA-NARCOTRAFICO
DETENIDO "CAPO" MENOR Y TRES NARCOTRAFICANTES CARTEL EMERGENTE

Cali (Colombia), 15 may (EFE).- La Policía de Colombia capturó hoy a cuatro narcotraficantes del "cartel de Putumayo", entre ellos el "capo" del grupo, tras una redada en las afueras de Cali, oeste del país, informaron portavoces oficiales.

El máximo dirigente del nuevo cartel, Longino Burgos Montenegro (alias "Tocayo") cayó junto con sus compañeros Edison Pasmín, Alirio Sánchez y Onésimo Toro, que según las fuentes realizaban sus operaciones con base en las selvas del Putumayo, en el sur del país, en los límites con Ecuador.

De acuerdo con el coronel Jairo Benavídez, comandante policial en Cali, la banda llenaba parte del vacío dejado en las rutas del narcotráfico hacia Centroamérica y Estados Unidos por el encarcelamiento de los máximos líderes del cartel de Cali entre 1995 y 1996.

La Policía puso a los detenidos a disposición de una fiscalía regional de Cali, junto con 700.000 dólares y tres vehículos incautados en el operativo. EFE

LDO/GTP ARCHIVADO REF.: XH6205 XSH 00165 FOX 05-15 2026
COLOMBIA-NARCOTRAFICO DETENIDO " ILOCALIZABLE RUTA: BGM

05/15/20-27/97

Nº DOCUMENTO 9708901
TITULO COL: Detenido capo al cartel emergente del Putumayo. -
PROCEDENCIA Agencias
FECHA 15/5/97
VINCULACIONES 11176 11423
65092 11226
65592
11224
11214
11229

9708901

01-01

XR9917

R FOXBT 05 23 00216
icx mun exg

POLONIA-OTAN
ROSATI:"QUEREMOS PARTICIPAR EN DIALOGO OTAN-RUSIA"

Varsovia, 23 may (EFE).- Polonia quiere participar en las negociaciones entre la Alianza Atlantica (OTAN) y Rusia y se esforzará en conseguirlo, anunció hoy, viernes, el ministro de Asuntos Exteriores polaco, Dariusz Rosati.

Al comentar la actitud negativa del subsecretario de Estado de Estados Unidos, Strobe Talbott, ante la participación de los paises candidatos al ingreso en la OTAN como observadores del diálogo con Rusia, Rosati señaló que "Polonia no se siente satisfecha".

Segun el ministro Polonia deberia estar presente en todas las negociaciones entre la OTAN y Rusia y no es admisible que Rusia goce de privilegios que no tenga Polonia.

Rosati manifestó su satisfacción ante la anunciada firma el 27 de mayo en Paris del acuerdo entre la OTAN y Rusia y subrayó que ese acuerdo, al establecer normas concretas en las relaciones entre las dos partes, consolidará la seguridad en Europa.

"Permitirá asimismo minimizar el temor de las sociedades occidentales ante un posible empeoramiento de las relaciones con Rusia como consecuencia de la ampliación de la OTAN", subrayó el ministro.

Segun Rosati el acuerdo que se firmará constituye una aceptación implicita por parte de Rusia de la ampliación de la OTAN en términos que no limitaran los derechos de los futuros nuevos miembros.EFE.

rtz dlh

05/23/10-42/97

Nº DOCUMENTO 09708903

TITULO Guatemala ...

PROCEDENCIA Agencias 15/5/97

11176 11351 11214 11341
11352 11229 11662
65092 11354 11422
XEB373 660097 005 15226 11666
R FUX...
msp exg icx 507623

GUATEMALA-NARCOTRAFICO
POLICIA ANTINARCOTICOS ACOSA A LOS CARTELES DE LA DROGA

Guatemala, 15 may (EFE).- La policía antinarcóticos de Guatemala acosa a los carteles de la droga, que han recibido otro duro golpe con la confiscación de mil kilos de cocaína, el mayor cargamento decomisado este año en el país, que iba rumbo a México.

En una operación realizada anoche, a 28 kilómetros al sur de la capital guatemalteca, el Departamento de Operaciones Antinarcóticas (DOAN) de la Guardia de Hacienda detuvo un furgón para una aparente inspección de rutina.

El vehículo viajaba vacío pero en un compartimento secreto detectado por los agentes del DOAN se encontraron 729 paquetes de cocaína, con pesos que oscilan entre uno y dos kilogramos.

El director de la Guardia de Hacienda, Cecilio López, calculó el valor de la droga en unos 100 millones de dólares.

Las autoridades detuvieron al conductor del furgón, el guatemalteco Víctor Martínez, de 42 años, quien señaló a Fernando López como el encargado de contratar el transporte.

La denuncia permitió la localización de López, quien fue detenido posteriormente en una vivienda en el municipio de Villa Nueva, a 15 kilómetros de Ciudad de Guatemala.

La Guardia de Hacienda supone que la droga, procedente de Colombia, estuvo almacenada en Guatemala y tenía como próxima escala México.

Cecilio López indicó que los últimos golpes al narcotráfico demuestran que Guatemala sigue siendo utilizada como importante"puente y bodega"

La ubicación geográfica del país lo convierte en paso obligado

La ubicación geográfica del país lo convierte en paso obligado
de las rutas terrestres, marítimas y aéreas utilizadas en el tráfico de estupefacientes entre Suramérica y Norteamérica.

Entre enero y abril de este año, las autoridades guatemaltecas se habían incautado de marihuana, amapola, cocaína, heroína, morfina y "crack", cuyo valor total es calculado en 17,25 millones de dólares por la Guardia de Hacienda.

Además de confiscar droga, las fuerzas de seguridad han desmantelado múltiples plantaciones de marihuana y amapola, así como pistas clandestinas para el aterrizaje de aeronaves cargadas con estupefacientes.

Según el Ministerio de Gobernación, el año pasado fueron decomisados 4.000 kilogramos de cocaína, lo que ha sido elogiado por Estados Unidos, que ha reiterado su disposición de mantener la ayuda a Guatemala para el combate al narcotráfico.

Hace una semana, el ex teniente coronel Carlos Ochoa Ruiz, quien se había librado en 1994 de ser extraditado a EEUU, fue detenido junto a dos hombres más en poder de 30 kilogramos de cocaína.

En 1994, un fallo de la Corte de Constitucionalidad determinó que era improcedente la extradición de Ochoa Ruiz, reclamado por la justicia estadounidense por introducir drogas a su territorio.

Los comentaristas opinan que los recientes éxitos de las fuerzas de seguridad en esta materia han acercado a EEUU y Guatemala.

Durante una visita realizada a Guatemala el pasado 4 de mayo, la secretaria de Estado de EEUU, Madeleine Albright, elogió los esfuerzos de la Administración del presidente guatemalteco, Alvaro

Arzú, en el combate de lo que calificó de "amenaza de envergadura" para la región.

Albright se comprometió con Arzú a pedir a las agencias estadounidenses antinarcóticos que redoblen la cooperación con las autoridades guatemaltecas. EFE

ES/RSM/SC/fr

05/15/19-50/97

02-02

9708903

Nº. DOCUMENTO 9708904

TITULO Letonia, Lituania y Estonia solicitan apoyo a la OTAN

PROCEDENCIA 518593

FECHA 27/05/97

VINCULOS 508062
507493
507254
507486
507483
507486

9708904

ENTRADO ✓

CITADO ✓

01-05

XR5043

R FOXDT 05-26 00377

ICX mun exg

OTAN-BALTICO

BALTICOS PIDEN LIDERES ALIADOS APOYEN SU INGRESO EN OTAN

Moscú, 26 may (EFE).- Los presidentes de Letonia, Lituania y Estonia solicitaron hoy, lunes, a los dirigentes de los 16 países miembros de la Alianza Atlántica que apoyen la aspiración de estos tres Estados bálticos a ingresar en la OTAN, lo que suscita el rechazo de Moscú.

Los presidentes letón, Guntis Ulmanis; lituano, Algirdas Brasauskas; y estonio, Lennart Meri, se entrevistaron hoy en la ciudad estonia de Otepa y aprobaron un mensaje a los paises aliados, en el que una vez más confirmaron el deseo de sus naciones de convertirse en miembros de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

Los lideres bálticos expresaron su satisfacción por la suscripción del acuerdo que regulará las relaciones entre la OTAN y Rusia, que mañana, martes, firmarán en París el presidente ruso, Boris Yeltsin, y los dirigentes de los paises aliados.

También resaltaron la importancia que tendrá para la seguridad europea la próxima cumbre aliada de julio en Madrid, en la que la OTAN anunciará a los paises de Europa del Este que serán los primeros en integrarse en su seno, lo mas probable Polonia, Hungría y República Checa.

Al final de la reunion, el presidente estonio dijo a los periodistas que los paises bálticos comparten "principios y valores" con la Alianza Atlántica y esperan que la ampliación de ésta incluya a Letonia, Lituania y Estonia.

Anteriormente, los paises bálticos habian solicitado a la OTAN que en la cumbre de Madrid admitiera en su seno al menos a uno de ellos, lo que irritó de nuevo a Rusia.

Yeltsin advirtió recientemente de que Rusia revisará sus relaciones con la OTAN, incluido el acuerdo que se firmará el martes, si ésta acepta a cualquier república de la antigua Unión Soviética, en alusión sobre todo a los Estados bálticos y a Ucrania, que no oculta su deseo de integrarse en la Alianza en un futuro más lejano.

Su declaración causó molestia e indignación en los tres paises bálticos, cuya pertenencia a la URSS nunca fue reconocida por Occidente, pues fueron ocupados por el Ejército Rojo en 1940, y que no entraron en la postsoviética Comunidad de Estados Independientes (CEI).

Los tres presidentes bálticos tienen previsto reunirse el martes en la capital estonia, Tallin, con sus colegas ucraniano, Leonid Kuchma, y polaco, Aleksander Kwasniewski, según las agencias rusas. EFE

ai-acm-jlh

05/26/17 02:07

9708904

02

XR9063

U POXBF 05 27 00421
ica mun exg

OTAN-ASPIRANTES (ampliación)
BALTICOS Y UCRANIA RECLAMAN DERECHO LIBRE INGRESO EN LA OTAN

Moscú, 27 may (EFE).- Los presidentes de Estonia, Lituania y Letonia, reunidos hoy, martes, en la capital estonia, Tallin, con sus colegas de Ucrania y Polonia, reclamaron para sus países el derecho al libre ingreso en la Alianza Atlántica, a lo que se opone Rusia.

"La OTAN debe seguir siendo una organización abierta a todos los Estados que quieran ingresar en ella", declararon en un comunicado conjunto los presidentes de Estonia, Lennart Meri; Letonia, Guntis Ulmanis; Lituania, Algirdas Brasauskas; Ucrania, Leonid Kuchma, y Polonia, Aleksander Kwasniewski.

Los mandatarios defendieron el derecho de cada país a elegir la forma de garantizar su seguridad, inclusive mediante el ingreso en alianzas, y resaltaron que el único criterio para la admisión en la OTAN debe ser "el grado de correspondencia" de los aspirantes con los requisitos de la organización.

Los cinco líderes celebraron su reunión justo en la fecha en la que el presidente de Rusia, Boris Yeltsin, firmó hoy en París el Acta Fundacional que regulará las relaciones entre Moscú y la OTAN, agravadas por la anunciada ampliación aliada hacia el este.

Yeltsin amenazó hace poco que Rusia revisará sus relaciones con la OTAN, inclusive el acuerdo hoy firmado, si ésta admite a cualquier república de la antigua URSS, en alusión, ante todo, a los estados bálticos y a Ucrania, que no oculta su deseo de ingresar en la Alianza en un futuro más lejano.

No obstante, el líder lituano afirmó en una conferencia de prensa después de la cumbre de Tallin que la firma del acurdo entre Rusia y la OTAN despejó el camino a la ampliación de la Alianza.

"El proceso (de ampliación), de hecho, ha comenzado, y ya no es posible detenerlo", indicó Brasauskas.

Los cinco presidentes aplaudieron la formalización del acuerdo entre la OTAN y Rusia y se pronunciaron a favor de la más pronta firma de un acuerdo análogo entre la Alianza y Ucrania, la segunda república en importancia suegida de la extinta URSS.

Declararon que sus países apoyan la integración europea y reforzarán sus lazos políticos y económicos con la Unión Europea (UE) con vistas a su futuro ingreso en el "club de los quince".

Kwasniewski, cuyo país es uno de los candidatos a ser invitado en la OTAN en la primera tanda en la cumbre aliada de julio en Madrid, reclamó para los nuevos miembros de la Alianza "los mismos estatutos, garantías, objetivos y obligaciones" que los demás integrantes.

"Debe haber una misma forma de participación para todos", afirmó el líder polaco, quien, además, apoyó el deseo de los estados bálticos a ingresar en la OTAN. EFE

si dih

05/27/14-16/97

9708904

03

*R2072

U POXBT 05 27 00/09
icx mun exg

OTAN-ASPIRANTES (Previsión)
POLONIA, BALTICOS Y UCRANIA TRAZAN NUEVA ALIANZA PROOCIDENTAL

Por Sergio Imbert

Moscú, 27 may (EFE).- Los tres países bálticos y Ucrania trazaron con Polonia hoy, martes, una nueva asociación regional orientada hacia Occidente y reclamaron el derecho al libre ingreso en la OTAN, en abierto desafío a Moscú, que reglamentó en París sus difíciles relaciones con la Alianza Atlántica.

Mientras el presidente ruso, Boris Yeltsin, firmaba hoy el acuerdo sobre las relaciones entre Rusia y la OTAN, los líderes de Polonia, Ucrania, Estonia, Letonia y Lituania, reunidos en la capital estonia, Tallin, proclamaron el derecho de sus países a entrar en la Alianza pese a la férrea oposición de Moscú.

De hecho, en Tallin se trazó la formación de una alianza regional en la franja estratégica entre el mar Báltico y el Negro integrada por países claramente orientados hacia Occidente y enfrentados en menor o mayor grado con Rusia.

Los cinco presidentes explicaron en una rueda de prensa que el factor clave que une a sus países es el temor de quedar en la llamada "zona gris" de seguridad, entre Rusia y Europa occidental, y dejaron claro que desean albergarse bajo el paraguas de la OTAN.

"La OTAN debe seguir siendo una organización abierta a todos los Estados que quieran ingresar en ella", declararon en un comunicado conjunto los presidentes de Estonia, Lennart Meri; Letonia, Guntis Ulmanis; Lituania, Algirdas Brasauskas; Ucrania, Leonid Kuchma, y Polonia, Aleksander Kwasniewski.

Los cinco mandatarios defendieron el derecho de cada país a elegir la forma de garantizar su seguridad, inclusive mediante el ingreso en alianzas, y resaltaron que el único criterio para la admisión en la OTAN debe ser "el grado de correspondencia" de los aspirantes con los requisitos de la organización.

Es significativo el formato de la cumbre estonia: Polonia es el candidato más probable a entrar en la OTAN en la primara tanda; los bálticos piden su ingreso aunque por ahora no serán invitados, y Ucrania, el país más prooccidental de la comunidad postsoviética y principal rival de Rusia, no oculta si deseo de ingresar en la Alianza en un futuro más lejano.

La cadena privada rusa NTV afirmó que Kwasnievski acudió a la cita por solicitud expresa de la dirección aliada para "explicar a Letonia, Lituania, Estonia y Ucrania las propuestas de Occidente sobre el nuevo modelo de seguridad europea y apoyar sus deseos de ingresar en la OTAN".

El interés de Kwasniewski es convertirse en "locomotora" que impulsará la entrada de sus nuevos aliados en la OTAN erigiéndose en el líder indiscutible de la nueva alianza regional de cinco países, cuya población total es de casi cien millones de personas.

Según, el diario ruso "Kommersant Daily", el plan inicial de Occidente trazado cuando se decidía la ampliación de la OTAN era incluir en tal alianza también a Bielorrusia.

Sin embargo, Yeltsin logró contrarrestarlo atrayendo a su lado al presidente de este país eslavo, Alexandr Lukashenko, al apoyar su régimen, tachado de "antidemocrático incluso por la prensa rusa, y crear una Unión de Rusia y Bielorrusia.

Previsiblemente, Occidente espera en el futuro atraer a esta

asociación geopolítica también a Moldavia, otro país ex soviético que se opone a la hegemonía de Rusia en la CEI, no oculta su deseo de aproximarse a Europa occidental y comparte historia e idioma con la vecina Rumania, otra aspirante a entrar en la OTAN.

Yeltsin amenazó hace poco que Rusia revisará sus relaciones con la OTAN, inclusive el acuerdo hoy firmado, si ésta admite a cualquier república de la antigua URSS, en alusión, ante todo, a los estados bálticos y a Ucrania.

No obstante, los asistentes a la cumbre de Tallin le negaron a Rusia semejante derecho a veto y confirmaron el deseo de sus países de integrarse en todas las estructuras europeas, hasta covertirse en miembros de plenos derechos de la Unión Europea y de la OTAN.

Como primer paso, "acordaron fortalecer la cooperación de sus paises para reforzar la seguridad, la estabilidad, la integración, en aras de la formación de una Europa indivisible, y ampliar su colaboración conjunta dentro del programa aliado Asociación Para la Paz", según el comunicado.

Por su parte, los presidentes estonio, letón y lituano acordaron ayer acelerar la formación de un mercado común báltico, una unión aduanera y controles fronterizos conjuntos, según las recomendaciones de la Unión Europea, con lo que, de hecho, preparan la futura frontera oriental de la UE con Rusia. EFE

si dlh

05/27/16-53/97

05-05

0708904

Nº DOCUMENTO 9708805

TITULO

PROCEDENCIA Clarín

FECHA 15/5/97

VINCULACIONES

FUERTE APACHE

Balean a una nena de 11 años en una guerra entre bandas

Una banda de narcos quiso emboscar a una mujer, miembro de un grupo rival • Pero hirieron a una nena que jugaba en la calle • Fuerte Apache, dice la Policía, es uno de los barrios más peligrosos del conurbano

JAVIER FEBRE

Una nena de 11 años fue herida de un balazo en Fuerte Apache el lunes poco antes de la medianoche, cuando un grupo de una banda de narcotraficantes intentó vengarse a tiros de una mujer, viuda de un delincuente de una banda rival.

Según fuentes policiales, la nena y otra chica menor que ella estaban jugando en la puerta de uno de los edificios del Nudo 9 del complejo Ejército de los Andes –más conocido como Fuerte Apache– en el momento en que la mujer, vecina y amiga de su familia, llegaba al lugar.

Un grupo de delincuentes, que hasta ese momento estaba escondido, empezó a disparar en dirección a la mujer.

Al escuchar los tiros, la nena de 11 años abrazó a la otra para protegerla y recibió un balazo en la espalda, en la zona lumbar, que le atravesó el cuerpo.

Sus padres la llevaron al hospital Ramón Carrillo, donde la operaron en la madrugada del martes y quedó internada en terapia intensiva. Su estado es grave.

Según un informe de la Dirección de Seguridad de la Policía Bonaerense, publicado el domingo pasado por Clarín, en los últimos dos años los delitos violentos aumentaron un 41 por ciento en el Gran Buenos Aires.

Delitos violentos

En 1994 la Policía Bonaerense contabilizó 71.898 delitos violentos, y el año pasado esa cifra creció a 101.676. El informe incluye, homicidios, asaltos, robos, asaltos a colectivos, piratas del asfalto, robos de autos y violaciones.

Fuerte Apache figura justamente en ese informe entre los barrios más conflictivos y peligrosos, junto con otros de Morón, Caseros, Villa Ballester, San Martín y Quilmes.

"Es zona roja", describió ayer el comisario inspector Carlos Duffau, subjefe de la Unidad Regional San Martín, que tiene dentro de su jurisdicción el polémico barrio.



GERARDO DELL'ORO

ZONA CALIENTE. La Policía dice que son frecuentes las guerras entre bandas.

Según la Policía, el blanco de la emboscada del lunes a la noche debió haber sido una mujer llamada Rosa "La Cocona" Vázquez, quien resultó ilesa.

Vázquez es la viuda de Rosendo Farías, asesinado el 11 de febrero pasado en Fuerte Apache por miembros de una banda rival de la suya. Farías tenía antecedentes por tráfico de drogas, al igual que Vázquez.

La Policía cree que Vázquez y los otros miembros de la banda de Farías vengaron su muerte y ahora la banda rival, que compite con ellos por el control del "negocio" de las drogas en el territorio, intentó un ajuste de cuentas.

Después de disparar durante varios minutos, los delincuentes se dieron cuenta de que habían herido a la nena y escaparon del lugar.

Rosa "La Cocona" Vázquez y la madre de la nena que recibió el balazo en la espalda son amigas.

La Policía tiene individualizados a algunos miembros de la banda rival de los Farías. Dos de ellos, de apellido Yubero, tienen pedido de captura y están prófugos.

Según una fuente de la comisaría de Ciudadela Norte, ubicada dentro de Fuerte Apache, algunos de los delincuentes que están prófugos habrían escapado hacia un lugar del interior del país.

Las fuentes consultadas aseguraron que hace varios meses las calles y pasillos del complejo de monoblocks, ubicado a solo cuatro cuadras de la General Paz, se transformaron en el campo de batalla donde las dos bandas rivales resuelven sus diferencias a balazos. □

Recurso de amparo

Fuerte Apache abarca 35 manzanas con 4.020 viviendas pensadas para albergar a 20.000 personas; según el censo de 1991 ahí viven 65.000. Pero la Policía cree que son 92.000.

Las zona crítica tiene un diseño de torres interconectadas en forma de nudos, que permite, dijeron las fuentes consultadas, que los delincuentes tengan un buen panorama desde los techos y puedan escapar fácilmente de la Policía.

El gobernador Duhalde quiere demolerla, pero por el momento se lo impide un recurso de amparo presentado por los vecinos de los nudos 8 y 9. En este último balearon a la nena de 11 años el lunes.

9708905

01-01

OPERATIVO EN EL PUERTO

Hallan 68 kilos de cocaína en un container que tenía chicles

La droga venía guardada en tres cajas • Estaban ocultas entre las cajas que tenían los chicles • El embarque procedía de Colombia • En unos días la carga iba a ser trasladada a un depósito en el Gran Buenos Aires

Funcionarios de la Aduana y de Prefectura secuestraron anoche en el puerto de Buenos Aires 68 kilos de cocaína, embarcados en tres cajas dentro de un container cuyo cargamento principal eran chicles.

La mercadería, procedente de Colombia, había ingresado al país en un barco de bandera estadounidense, con destino final en Buenos Aires.

El cargamento estaba en dos containers, en uno de los cuales se encontró la droga, introducida en tres cajas que aparecieron junto con otras que contenían goma de mascar marca Adams.

El diputado nacional Mario Das Neves (PJ), titular de la Comisión de Investigaciones de Ilícitos en la Aduana, dijo que la mercadería había partido del puerto estadounidense de Miami, pero aseguró que el verdadero origen de los dos containers donde estaban las cajas de chicles y las que guardaban la cocaína era un puerto colombiano.

Das Neves dijo que el cargamento estaba en el puerto de Buenos Aires desde el sábado, y que en los próximos días la mercadería de los dos containers iba a ser trasladada a un depósito de Adams en el Gran Buenos Aires.

El diputado oficialista agregó que durante la madrugada se realizarán varios allanamientos ordenados por el juez federal Alberto Tiscornia, a cargo de la causa, aunque se negó a brindar mayores precisiones.

El procedimiento se realizó anoche en la Terminal 3 del Puerto de Buenos Aires. Apenas pasadas las diez se presentó allí el juez Tiscornia, acompañado por algunos integrantes de la Comisión de Investigaciones de Ilícitos en la Aduana de la Cámara baja, entre ellos Das Neves y Mario Fadel, del Frepaso.

Rutina e indicios sospechosos

Según la directora de Comunicaciones de Terminales Portuarias Argentinas (TPA), Mónica de Hernández, la cocaína se encontró mientras se realizaba un procedimiento de rutina.

En los dos containers con la carga de chicles se había colocado un precintado falso que indicaba la procedencia: Miami.

Das Neves afirmó que la comisión parlamentaria que preside seguirá de cerca las investigaciones judiciales de "esta operación triangular", y al mismo tiempo solicitó que todo embarque que entre al país procedente de Colombia sea indefectiblemente pasado por el "canal rojo" de la Aduana para ser revisado.

Tanto el container donde se encontraron las tres cajas con cocaína como el camión que debía transportar la mercadería fueron secuestrados, pero hasta el cierre de esta edición no se había informado sobre detenciones. □

ALEJANDRO REYNOS



DE CERCA. El diputado Das Neves, anoche, en el lugar donde se halló la droga.

La empresa

"Habrá que determinar la responsabilidad de la empresa", dijo Das Neves.

Nº DOCUMENTO 9708907

TITULO CA: Declaraciones del representante de la JIFE.

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PRODUCCION 15/5/97

[illegible]ACIONES

11660
65890
11915
11994
11214
11374
11676

[illegible]

01-02

9708907

[illegible]

[illegible]

02-02

9708907.

Nº DOCUMENTO 9708908

TITULO Se firma Acta fundacional entre la OTAN y Rusia como acuerdo inicial el 27/MAY/97

PROCEDENCIA 150090

FECHA [illegible] 28/05/97

VINCULACIONES 808062

507293

507294

9708908

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

01-22

J66800

u FGXBT 05-26 00727

mun exg icx

OTAN-RUSIA (Previsión)

YELTSIN VIAJA A FIRMAR ACTA CON OTAN PERO OPUESTO A AMPLIACION

Moscú, 26 may (EFE).- El presidente ruso, Boris Yeltsin, viajó hoy, lunes, a París, para firmar mañana el Acta Fundacional que regirá las relaciones entre Rusia y la OTAN, sin haber abandonado su cerrada oposición a la ampliación de la Alianza Atlántica que considera puede desestabilizar Europa.

Yeltsin, en una entrevista difundida por la Agencia Itar-Tass, dio a entender que no asistirá a la cumbre de Madrid de la OTAN, aunque su respuesta fue algo ambigua ante la perspectiva de participar en la reunión en la que se formalizará la ampliación del bloque occidental.

El presidente aseguró que el documento que firmará "minimiza al máximo" las consecuencias negativas que tiene para Rusia el acercamiento de la Alianza Atlántica a sus fronteras porque prevé que no se desplieguen armas nucleares en los territorios de los próximos nuevos países miembros de la OTAN.

Yeltsin aseguró que el acuerdo, cuyo texto no ha sido difundido en Rusia, "garantiza los intereses nacionales y de seguridad" del estado ruso.

Pese a la oposición de la mayoría de los partidos políticos a la ampliación de la OTAN, la Duma, cámara de diputados, respaldó el Acta Fundacional sobre las relaciones de cooperación y seguridad entre Rusia y la Alianza, tras una sesión a puerta cerrada en la cual el ministro ruso de Asuntos Exteriores, Yevgueni Primakov, expuso a los legisladores el contenido deldocumento.

Según el presidente, la OTAN asume el compromiso de no desplegar armas nucleares en los nuevos países miembros, ni preparar el terreno para su posterior emplazamiento, como tampoco construir silos para almacenar este tipo de armamentos, ni reequipar la infraestructura que dejó en ellos el extinto Pacto de Varsovia.

"Existe una firme convicción de que no se incrementará la fuerza de la Alianza ni habrá emplazamientos permanentes de fuerzas adicionales de la OTAN cerca de nuestras fronteras, ni tampoco infraestructura para ello", afirmó Yeltsin al explicar que existe el objetivo de reducir la presencia de armamento pesado en el Continente.

El delicado asunto de la posterior ampliación de la OTAN, una vez que se formalice la primer tanda de nuevos miembros, que pueda incluir en el futuro a las repúblicas bálticas ex soviéticas y a Ucrania, fue abordado por Yeltsin con gran diplomacia, aunque su portavoz, Serguei Yastrzhembski, fue más explícito y llegó a la amenaza de denunciar el pacto aún no firmado si eso ocurre.

"Espero que un amplio y franco diálogo con estos y otros países nos permita persuadirlos que alineándose con la OTAN no aumentará, bajo ningún concepto, su seguridad, más aún ahora que Rusia y la Alianza basan sus relaciones sobre una base constructiva", dijo Yeltsin.

Para Yastrzhembski [illegible] para Rusia es "absolutamente inaceptable" el [illegible] planteamiento del ingreso de las ex repúblicas [illegible] a la OTAN, que así lo ha dejado claro Yeltsin a los líderes occidentales.

[illegible]

02

9708908

la opinión del Kremlin en este asunto, en "abierto desafío a Moscú". Rusia denunciará el Acta Fundacional que mañana suscribirá Yeltsin en París con los jefes de gobierno y Estado de los 16 miembros de la OTAN.

Yastrzhembski dijo que el Acta es vinculante y la comparó con el Acta de Helsinki de 1975 que "nadie ha puesto nunca en duda".

Yeltsin, por su parte, señaló que el Acta será firmada por los líderes de Rusia y la OTAN, y es un "firme compromiso" de los estados signatarios, adoptado al máximo nivel político, lo cual queda dicho en la primera línea del documento y confirmado en su contenido.

El presidente ruso, sin embargo, volvió a hacer un llamamiento a la reflexión a los miembros de la OTAN para que "sopesen una vez más" las posibles consecuencias negativas de la ampliación que lleva implícito el riesgo de la desestabilización de Europa.

También insistió en que existe otra alternativa, como es la creación de un sistema de seguridad colectivo para toda Europa, en el que los intereses de seguridad de cada estado queden garantizados, independientemente de su tamaño, potencial económico y militar y ubicación geográfica.

Yeltsin dijo que mediante el mecanismo conjunto de consulta equitativo ruso-atlántico que prevé el Acta podrán resolverse todas las cuestiones que inquieten a Rusia.

Yeltsin se entrevista hoy mismo en París con el presidente francés, Jacques Chirac, quien le ofrecerá luego una cena en su honor, y en el curso de su visita mantendrá reuniones con el nuevo primer ministro británico, Anthony Blair y, con el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton. EFE

EO/CO

05/26/12-51/97

AA1F09

U POXBT 05 26 00600
exo mun lcx

OTAN-RUSIA (Previsión)
YELTSIN VIAJA A FIRMAR ACTA CON OTAN PERO OPUESTO A AMPLIACION

Moscú, 26 may (EFE).- El presidente ruso, Boris Yeltsin, viajó hoy lunes a París para firmar el Acta Fundacional que regirá las relaciones entre Rusia y la OTAN, sin haber abandonado su cerrada oposición a la ampliación de esa Alianza porque considera que puede desestabilizar Europa.

Yeltsin, en una entrevista difundida por la Agencia Itar-Tass, dio a entender que no asistirá a la cumbre de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) en Madrid, aunque su respuesta fue algo ambigua ante la perspectiva de participar en la reunión en la que se formalizará la ampliación del bloque occidental.

El Presidente ruso aseguró que el documento que firmará "minimiza al máximo" las consecuencias negativas que tiene para Rusia el acercamiento de la Alianza Atlántica a sus fronteras porque prevé que no se desplieguen armas nucleares en los nuevos países miembros.

Explicó que el acuerdo, cuyo texto no ha sido difundido en Rusia, "garantiza los intereses nacionales y de seguridad" del Estado ruso.

Pese a la oposición de la mayoría de los partidos políticos a la ampliación de la OTAN, la Duma (cámara de diputados) respaldó el Acta Fundacional sobre las relaciones de cooperación y seguridad entre Rusia y la Alianza, tras una sesión a puerta cerrada en la que el ministro de Asuntos Exteriores, Yevgueny Primakov, expuso el contenido del documento.

Según el Presidente, la OTAN se compromete a no desplegar armas nucleares en los nuevos miembros, ni a preparar el terreno para su posterior emplazamiento, y tampoco a construir silos para almacenar este tipo de armamento, ni a reequipar la infraestructura que dejó en ellos el extinto Pacto de Varsovia.

"Existe una firme convicción de que no se incrementará la fuerza de la Alianza ni habrá emplazamientos permanentes de fuerzas adicionales de la OTAN cerca de nuestras fronteras, ni tampoco infraestructura para ello", dijo Yeltsin al explicar que existe el objetivo de reducir la presencia de armamento pesado en el continente.

El delicado asunto de una segunda ampliación de la OTAN, una vez que se formalice la primera, que pueda incluir a las repúblicas bálticas ex soviéticas y a Ucrania fue abordado por Yeltsin con gran diplomacia, aunque su portavoz, Serguei Yastrzhembski, fue más explícito y amenazó con denunciar el pacto aun no firmado si eso ocurre.

"Espero que un amplio y franco diálogo con estos y otros países nos permita persuadirlos que alineándose con la OTAN no aumentará, bajo ningún concepto, su seguridad. Más aun ahora que Rusia y la Alianza basan sus relaciones de forma constructiva", dijo Yeltsin.

Pero Yastrzhembski indicó que para Rusia es "absolutamente inaceptable" el solo planteamiento del ingreso de las ex hermanas soviéticas a la OTAN y que así lo ha dejado claro Yeltsin a los líderes occidentales.

El portavoz advirtió de que en caso de que no se tenga en cuenta la opinión del Kremlin en este asunto, en "abierto desafío

04

9708908

a Moscú", Rusia denunciará el Acta Fundacional que mañana suscribirá Yeltsin en París con los jefes de Gobierno y Estado de los 16 países de la OTAN.

Yastrzhembski dijo que ese texto es vinculante y lo comparó con el Acta de Helsinki de 1975 que "nadie ha puesto nunca en duda".

Yeltsin señaló que el Acta será firmada por los líderes de Rusia y la OTAN y es un "firme compromiso" de los Estados signatarios, adoptado al máximo nivel político, lo cual queda dicho en la primera línea del documento y confirmado en su contenido.

El Presidente ruso, sin embargo, volvió a hacer un llamamiento a la reflexión a los miembros de la OTAN para que "sopesen una vez más" las posibles consecuencias negativas de la ampliación que lleva implícito el riesgo de la desestabilización de Europa.

También inisitió en que existe otra alternativa: la creación de un sistema de seguridad colectivo para toda Europa, en el que los intereses de cada Estado estén garantizados, independientemente de su tamaño, potencial económico y militar y ubicación geográfica.

El jefe de Estado ruso se entrevistará hoy mismo con su colega francés, Jacques Chirac, quien ofrecerá luego una cena en su honor, y en el curso de su visita mantendrá reuniones con el primer ministro británico, Tony Blair y, con el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton. EFE

so/iac/ik

05/26/12-10/97

os

9708908

TD5...

I. POXBT 05-26 ...

mun 2..

OTAN-RUSIA

PRINCIPALES PUNTOS DEL ACTA FUNDACIONAL RELACIONES OTAN-RUSIA

París, 26 may (EFE).- El "Acta Fundacional" entre la OTAN y la Federación Rusa, que será firmada mañana por 17 jefes de estado o gobierno en París, se divide en cinco capítulos, el primero de ellos un preámbulo, que detallan como se regularán las futuras relaciones entre los antiguos adversarios.

Las versiones de dicho acuerdo en inglés, francés y ruso, han sido ya contrastadas por ambas partes.

Los siguientes apartados están tomados de la versión en inglés facilitada por la OTAN.

--PREAMBULO--

La OTAN y Rusia convienen que "no se consideran adversarios" y su propósito de "superar los vestigios de la pasada confrontación y de fortalecer la confianza mútua y la cooperación".

"El Acta reafirma la determinación de la OTAN y Rusia de dar contenido concreto a su compromiso de construir una estable, pacífica e indivisible Europa".

Este capítulo relata también las transformaciones registradas tanto en la OTAN a partir de 1991, cuando la Alianza revisó su doctrina estratégica "tomando en consideración el nuevo entorno de seguridad en Europa", y en Rusia, que "continua la construcción de una sociedad democratica y la realización de una transformación política y económica".

Capitulo I PRINCIPIOS

La OTAN y Rusia "trabajarán juntas para el establecimiento en Europa de una seguridad común".

"Ayudaran a fortalecer la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa", que al "ser la única organización de seguridad paneuropea, tiene un papel clave en la paz y estabilidad de Europa".

Rusia y la OTAN "cooperarán para evitar cualquier posibilidad del regreso de una Europa de división y confrontación, o del aislamiento de cualquier estado".

Ambas partes se comprometen a respetar los derechos humanos, y sus obligaciones internacionales, al tiempo que reconocen el "papel de vital importancia de la democracia, el pluralismo político, el estado de derecho, el respeto a los derechos y libertades civiles y del desarrollo de economías de libre mercado".

Se comprometen a evitar "el uso de la fuerza co[illegible]a el otro y contra cualquier estado" y al respeto por la soberanía, la independencia e integridad territorial de todos los estados y sus derecho inherente a elegir los medios para garantizar su propia seguridad.

CAPITULO II MECANISMO PERMANENTE DE CONSULTA Y COOPERACION

9708908

Rusia y la OTAN "crearán un Consejo conjunto permanente", cuyo objetivo central será incrementar los niveles de confianza, la unidad de propósitos y establecer consultas" entre ambas partes.

● El acta "no concede a Rusia ni a la OTAN, en ningún caso, derecho de veto sobre las decisiones del otro".

El Consejo permanente "se reunirá a varios niveles y de diferente manera, según el asunto a tratar y los deseos de ambos". Se reunirá a nivel de ministros de Asuntos Exteriores y de Defensa dos veces al año, y también una vez al mes a nivel de embajadores permanentes.

Podrá reunirse a nivel de jefes de estado y de jefes militares, así como establecer comités y grupos de trabajo para temas determinados.

Las reuniones a nivel de jefes de Estado mayor "tendrán lugar al menos dos veces al año y también una vez mensualmente a nivel de representantes militares permanentes".

El Consejo estará presidido conjuntamente por el secretario general de la OTAN, un representante de Rusia y, sobre la base de rotación, por un representante de los Estados miembros de la OTAN.

Rusia abrirá una embajada en la Alianza Atlántica, encabezada por un representante con rango de embajador y tendrá un representante militar, mientras que la OTAN tiene la posibilidad de establecer una "presencia adecuada en Moscú, cuya modalidad tendrá que ser determinada".

La agenda de las reuniones será fijada de forma conjunta.

CAPITULO III--AREAS DE COOPERACION

La OTAN y Rusia establecen diecinueve posiblea áreas de cooperación, entre otras:

-Cuestiones de mutuo interés relativas a seguridad y estabilidad en el territorio Euratlántico.
-Prevención de conflictos, incluida la diplomacia preventiva.
-Operaciones conjuntas, incluidas las de paz.
-Participación de Rusia en el nuevo Consejo Euroatlántico.
-Incremento de trasnparecnia y medidas de confianza.
-Transformación de la industria de armamentos.
-Lucha contra el tráfico de drogas y el terrorismo.

CAPITULO IV--ASPECTOS POLITICO-MILITARES

Fue el de más difícil negociación.

La OTAN "reitera que no tiene intención, ni planes ni razones para desplegar armas nucleares en el territorio de los nuevos miembros. No hay necesidad de cambiar ningún aspecto de la postura y política nuclear de la OTAN".

Asimismo, agrega que puesto que es así, "no tiene intenciones, ni plan, ni razones para establecer almacenes de armas nucleares en el territorio de los nuevos miembros, bien a través de la construcción de nuevos o de la adaptación de antiguas instalaciones nucleares".

El acta recoge varios párrafos dedicados a la renovación del Tratado de Fuerzas y Armas Convencionales en Europa (CFE), que se negocia en Viena.

La OTAN y Rusia expresan el objetivo de "concluir una adaptación del acuerdo tan pronto como sea posible, y como primer paso trabajarán junto con otros estados firmantes del CFE para

buscar lo antes posible un acuerdo sobre el calendario".

La Alianza Atlántica recuerda que no tiene intención de desplegar "importantes fuerzas de combate" en el territorio de los nuevos aliados.

El acta que será firmada mañana en París por los jefes de estado o gobierno de los 16 países de la OTAN y el presidente ruso, Boris Yeltsin, no es jurídicamente vinculante, como quería Rusia aunque tendrá una fuerte vinculación política al ser firmada por los mas altos dirigentes de esos países.

Entrará en vigor a partir del momento de su firma. EFE
mig/mir

05/26/16 53/97

08

9708908

Amlco3
- F9,BF 05-27 0073
mun e-g ii

OTAN-RUSIA FIRMA (Ampliacion)
LIDERES ALIANZA Y RUSIA FIRMARON ACTA FUNDACIONAL

Paris, 27 may (EFE). Los lideres de la Alianza Atlántica y de Rusia firmaron hoy, martes, en Paris el Acta Fundacional que regulará sus futuras relaciones y que abre un nuevo marco al sistema de seguridad en Europa.

El primero en firmar, en el salón de honor del palacio del Eliseo fue el secretario general de la OTAN, Javier Solana y a continuacion lo hizo el presidente de Rusia, Boris Yeltsin.

Seguidamente, el documento de 16 páginas que lleva por título "Acta fundacional sobre las relaciones mutuas de cooperación y seguridad entre la OTAN y Rusia" fue sometido a la firma de los restantes jefes de Estado o de Gobierno de la Alianza Atlántica.

Antes de procederse a la firma, Javier Solana dijo en una breve alocucion que con el Acta "nuestras miradas pueden dirigirse resueltamente hacia el siglo xxi, hacia una vision de una Europa unida y libre, próspera y estable".

En el mismo tono de confianza en el futuro de las relaciones entre la Alianza Atlántica y Rusia se expresaron tambien el presidente frances, Jacques Chirac y el de Rusia, Boris Yeltsin.

Para el primero, el Acta Fundacional OTAN-Rusia permite "volver la pagina a medio siglo de incomprensión, de confrontación y de división" en Europa.

Por su parte, Yeltsin destacó que el Acta es un "compromiso firme e incondicional" que permitirá "crear una Europa indivisible y preservar al mundo de una nueva confrontacion".

Tras la firma del documento, los participantes aprovecharon una pausa previa a las distintas intervenciones para una serie de contactos informales, entre ellos los que reunieron a Clinton y Chirac con el jefe del Gobierno italiano, Romano Prodi y al presidente del gobierno español, José María Aznar con Chirac. EFE

ai/ig/ca

05/27/09 33/07

09

9708908

TD50768

R POXB1 05-27 00570
mun

OTAN RUSIA ESPAÑA
AZNAR: CAMINO INICIADO TIENE CITA TRANSCENDENTE REUNION MADRID

París, 27 may (EFE).- El presidente del Gobierno español, José María Aznar, afirmó hoy, martes, que el camino iniciado por la OTAN, tras el acuerdo firmado con Rusia, tiene una "cita próxima muy transcendente" en Madrid, los días 8 y 9 de julio.

En una rueda de prensa celebrada en la Embajada de España en París, Aznar dijo que la cumbre de Madrid es una oportunidad para resaltar la "ambición española" de asumir plenamente la responsabilidad de la OTAN.

"La Cumbre tiene justamente un punto de oportunidad muy importante para asumir mayor responsabilidad y protagonismo, y ofrece la posibilidad de desterrar antiguos complejos, resabios e inseguridades de España", añadió.

El presidente del Gobierno español calificó el almuerzo con los otros mandatarios de la OTAN y el presidente de la Federación Rusa, Boris Yeltsin, como "histórico", "extraordinario, distendido y amable".

Dentro de este "ambiente de gran cordialidad y camaradería", se produjo el anuncio de Yeltsin sobre su intención de retirar primero y desmantelar luego los misiles que apuntan hacia los países de la OTAN, que los comensales celebraron con un aplauso y un brindis.

La retirada "puede comenzar en cualquier momento y una vez culminada se establecería un mecanismo de desmantelamiento", anunció Aznar, quien no quiso precisar cuánto tiempo tomaría este proceso.

En cuanto a la ampliación de la OTAN a los países del Este y su repercusión en las relaciones con Rusia, Aznar subrayó que "queremos que los recelos queden diluidos".

"No podemos pretender que los rusos cojan unas castañuelas y se pongan a bailar de felicidad", manifestó Aznar, quien agregó que "ahora hay que rellenar y hacer funcionar el acuerdo, aunque habrá encuentros y desencuentros".

Sobre la reestructuración interna de la OTAN, Aznar dejó claro que "la estructura de mandos no está definida" y que será uno de los temas cruciales de la cumbre de Madrid.

En el almuerzo oficial, además de Aznar, otros comensales como el canciller alemán, Helmut Kohl, el presidente estadounidense, Bill Clinton, el presidente francés, Jacques Chirac, y el primer ministro británico, Tony Blair, expresaron a Yeltsin la conveniencia de que acuda a la cumbre atlántica de julio.

El presidente de la Federación Rusa, al que Aznar encontró en "buen estado de salud y forma física", mostró "un extraordinario interés" en visitar España, aunque, según el jefe del Ejecutivo español, "algunas personas de su entorno no son tan proclives" a que se lleve a cabo este viaje.

Aznar recordó el almuerzo oficial de hoy como "de los que quedan grabados en la memoria de uno" por su "ambiente de camaradería y gran cordialidad" y por estar "empapados del nuevo espíritu" de la Alianza Atlántica.

En su comparecencia ante los medios, el presidente del Gobierno español concretó que alrededor del cinco de julio Clinton visitará España, poco antes de la cumbre de Madrid.

La cita, según Aznar, servirá para concretar las aspiraciones de España en la OTAN, determinar el papel de Europa en este esquema de seguridad, redefinir la organización de la Alianza, poner en marcha el diálogo mediterráneo y dar los primeros pasos para que el Consejo de Cooperación entre Rusia y la Organización del Tratado del Atlántico Norte "empiece a dar resultados".

El presidente del Gobierno español animó a mantener este "esfuerzo de proyección de estabilidad y seguridad para todos en el nuevo siglo".

"Se ha iniciado un camino que espero no sea una excepción y para las generaciones venideras sea regla general", concluyó Aznar. EFE

arp-dsp/ah/mlr

05/27/17-58/97

3A1666

E FOXBT 05-27 00453
mun exg icx

OTAN-RUSIA/FIRMA
CLINTON VE EN PACTO OTAN RUSIA PRUEBA NUEVA VISION DE FUTURO

París, 27 may (EFE).- El presidente de EEUU, Bill Clinton, se congratuló hoy del "cambio fundamental" de visión sobre el papel de la Alianza Atlántica, la realidad rusa y el futuro de Europa, que se refleja en el pacto OTAN-Rusia, firmado esta mañana en París.

Clinton inició su alocución -en la ceremonia de firma del tratado que fija el marco de las relaciones futuras entre la OTAN y Rusia- agradeciendo al presidente ruso, Boris Yeltsin, su "increible capacidad de imaginar un futuro mejor que el pasado que nos ha mantenido presos hasta ahora".

Agradeció también "especialmente" la "brillante y persistente" contribución del secretario general de la OTAN, Javier Solana, al acuerdo que se firma hoy, y el afán europeo del canciller alemán, Helmut Kohl.

El Acta Fundacional, un acuerdo de cooperación entra la OTAN y Rusia complementario del proceso de ampliación de la Organización que se lanzará en la cumbre de la Alianza de julio en Madrid, es visto en parte con escepticismo, tanto en Rusia como en Occidente.

En su discurso, pronunciado antes de que hablara Clinton, Yelstin volvió a reiterar el descontento de Rusia con la ampliación de la OTAN, un proyecto que es criticado también en EEUU, donde algunos analistas advierten contra medidas que puedan irritar a Moscú y temen una nueva división de Europa.

Contestando a esas críticas, Clinton dijo: "a quien todavia ve la OTAN con el prisma de la guerra fría...y afirman que Europa va a volver a quedar dividida, sólo que de otra manera, les diria que piensen dos veces. Vamos a trabajar con Rusia, no contra Rusia, para lograr una mayor estabilidad en Europa".

El presidente pidió que "se abandone la antigua manera de pensar" para construir una Europa "indivisa, democrática y en paz en que todas las naciones puedan unirse al esfuerzo de fortalecer la paz".

El acuerdo que se firmó hoy en París es, segun Clinton, un documento para "el próximo siglo", en que se refleja la nueva realidad de Rusia y de la OTAN.

Recalcó que tanto Rusia, pese a que le resulta "difícil la apertura hacia la democracia y la economía de mercado", como la OTAN, que es la "alianza más fuerte de la Historia", tienen ante si un gran futuro.

Clinton, que esta tarde viajará a Holanda para los actos conmemorativos del cincuentenario del plan Marshall, afirmó que con el acuerdo la culminación de la labor "empezada hace 50 años está finalmente a alcance de la mano".

Recordó Clinton que durante la segunda guerra mundial, Occidente y la URSS lucharon juntos y que su asociacion esta "cementada con sangre", pero lamentó que "nuestros predecesores no supieran aprovechar la oportunidad" y se cayera en la guerra fria.

Ahora, dijo, tenemos una nueva "oportunidad", de forjar una asociación que permita "a las generaciones futuras vivir tiempos mejores". EFE

jmm/ca

El Obs. 27.6.97
P. 21

DEFENSA INCERTIDUMBRE POR LA EXTENSIÓN DE LA ALIANZA AL ESTE EUROPEO

Rusia y OTAN firman histórico acuerdo

EEUU y sus aliados europeos ponen fin en París a cuatro meses y medio de negociaciones con Moscú por las que se abre una nueva era en la relación militar este-oeste

Rusia y los dieciséis países de la Organización del Tratado Atlántico Norte (OTAN) se disponen a firmar hoy en París un acuerdo de cooperación en materia de defensa que todos coinciden en calificar de histórico, aunque también existe consenso sobre las dudas que éste suscita.

Los jefes de Estado o gobierno de las naciones aliadas y el presidente ruso, Boris Yeltsin, firmarán el "Acta fundacional sobre las relaciones mutuas, Cooperación y Seguridad entre la Alianza Atlántica y la Federación Rusa", que regula el nuevo relacionamiento entre los antiguos adversarios.

Clinton considera "su" deber histórico terminar la guerra fría y asociar el este a Occidente

Así, la OTAN emprenderá una nueva etapa con Rusia a través de la cual pone fin a décadas de hostilidad, y despeja el camino hacia la extensión de la alianza al este de Europa, paso que se concretará en la cumbre de julio, en Madrid, con la invitación a los primeros países que se integrarán.

"Mañana (por hoy) será una jornada histórica para la seguridad en nuestro continente, para nosotros y para generaciones futuras", dijo el secretario de la OTAN, el español Javier Solana.

Para el presidente de EEUU, Bill Clinton, la cita será su oportunidad para presentar al viejo continente su sueño de una Europa sin conflictos por primera vez en la historia.



Boris Yeltsin y Jacques Chirac en París, la ampliación de OTAN como eje de diálogo

DEBER CON LA HISTORIA

Clinton entiende como su misión histórica enterrar la guerra fría en Europa, asociar a los países del antiguo bloque socialista a la comunidad occidental del "bienestar y la democracia" y abrir un nuevo capítulo de cooperación y paz en el continente, que debe ser el legado de la actual generación al siglo XXI.

Pero la estrategia de la Casa Blanca para integrar el este a Europa tiene críticas en EEUU porque gira en torno al proyecto de ampliación de la OTAN, que también crea suspicacias en Rusia.

Según fuentes estadounidenses, el acuerdo con Moscú no resuelve totalmente las diferencias sobre la ampliación de la alianza, y ésta supondrá, de hecho, una nueva división del continente que puede terminar minando la alianza con Moscú.

El acuerdo, concluido tras cuatro meses y medio de arduas negociaciones entre Solana y el canciller ruso Yevgeny Primakov, otorga a Rusia una voz consultiva en temas de la OTAN, pero no le otorga capacidad de voto. Establece nuevas áreas de cooperación y los propósitos militares futuros de Occidente.

Pero las interpretaciones varían y pese a que Moscú cree que es un error histórico la ampliación, recién hoy cuando se sienten Clinton, Yeltsin y los jefes de las otras 15 naciones en el Palacio del Elíseo, estará dada la última palabra. (En base a AP, AFP y Reuter)

Yeltsin pide evaluar los riesgos futuros

El presidente de Rusia, Boris Yeltsin, insistió ayer en la negativa de su país a la ampliación de la OTAN y formuló un llamamiento a las naciones miembros de la alianza para que evalúen "otra vez" todas las posibles consecuencias negativas de esa iniciativa.

Yeltsin lanzó sus advertencias en una entrevista difundida por la agencia ITAR-TASS, pocas horas antes de su partida hacia París, donde hoy suscribirá los documentos que regularán las relaciones entre Rusia y la OTAN.

Sin embargo, Yeltsin admitió que en las negociaciones sobre el texto del acuerdo entre Moscú y la OTAN se alcanzó un resultado equilibrado.

"Los acuerdos –explicó el presidente– salvaguardian nuestros intereses nacionales, la seguridad del Estado". Yeltsin insistió en que las "consecuencias negativas de la ampliación de la OTAN serán reducidas al mínimo. Además no nos hemos deslizado hacia la confrontación, que irremediablemente hubiese acarreado mayores gastos en armamentos y una nueva militarización de las partes", explicó.

"Existe la comprensión de que no habrá aumento de fuerzas de la alianza ni emplazamientos permanentes adicionales de la OTAN cerca de nuestras fronteras", dijo Yeltsin. (En base a EFE)

[illegible]
[illegible]
[illegible]

OTAN-RUSIA
FECHAS CLAVES EN PROCESO NEGOCIACION ACUERDO

Bruselas, 26 may (EFE).- El proceso de negociación entre la OTAN y Rusia, que culminó el pasado día 14 con el compromiso en Moscú para firmar un acuerdo que regulará sus relaciones futuras y despejará el camino a la ampliación de la Alianza al este de Europa, fue relativamente corto, con apenas cuatro meses de duración.

20 ENERO. MOSCU

El secretario general de la OTAN, Javier Solana, y el ministro ruso de Asuntos Exteriores, Evgueni Primakov, se reúnen por primera vez en Moscú para abrir el proceso de negociaciones.

Esta primera ronda termina con el acuerdo de dar por iniciado el proceso de negociación y de celebrar una nueva ronda más adelante, precedida de una reunión entre "técnicos" de ambas partes.

Las reuniones técnicas que a partir de entonces se celebraron periódicamente fueron encabezadas por el viceministro ruso de Exteriores, Nikolai Afanasievski, y por el secretario general adjunto para asuntos políticos de la OTAN, Gerbhert Von Moltke.

18 FEBRERO. BRUSELAS

La secretaria de Estado de EEUU, Madeleine Albright, aboga durante su primera visita a la sede de la Alianza Atlántica en Bruselas por la creación de un Consejo Conjunto OTAN-Rusia, centrado en "promover un diálogo regular en cuestiones importantes de seguridad".

Albraight también sugiere la posibilidad de crear una brigada conjunta OTAN-Rusia dentro de la futura cooperación de la organización militar occidental con ese país. Rusia acoge favorablemente la creación de un Consejo, pero reacciona con frialdad a la segunda sugerencia.

23 FEBRERO. BRUSELAS

Solana y Primakov vuelven a reunirse esta vez en Bruselas en la residencia del secretario general de la OTAN. Esta ronda concluye con "progresos", aunque ambas partes constatan que persisten "las diferencias".

Los avances se concentraron en los aspectos políticos del acuerdo.

9 MARZO. MOSCU

La tercer ronda de las negociaciones supuso "pasos positivos" en la búsqueda del acuerdo, pero ambas partes volvían a poner de manifiesto la disparidad de opiniones en varios asuntos.

El capítulo de los aspectos militares comienza a perfilarse como el de más difícil negociación al exigir Rusia que la ampliación de la OTAN al Este de Europa sea "militarmente neutral" y la Alianza sostener la necesidad de unos "mínimos" en cuanto a

infraestructuras y fuerzas convencionales en el territorio de los nuevos aliados.

En esta reunión, Solana presentó a Primakov un proyecto de borrador de acuerdo.

21 MARZO, HELSINKI

Los presidentes de EEUU, Bill Clinton, y de Rusia, Boris Yeltsin, pese a constatar sus diferencias sobre la ampliación de la OTAN al Este de Europa, acuerdan impulsar la firma de un acuerdo entre la Alianza Atlántica y Rusia en la cumbre que celebraron en Helsinki.

15 ABRIL, MOSCU

La cuarta ronda de negociaciones puso de manifiesto la magnitud de las diferencias entre la OTAN y Rusia en el capítulo de los aspectos militares, al considerar Moscú "inaceptables" las propuestas presentadas por la Alianza en este terreno.

La OTAN no aceptó que Rusia le pidiera traspasar las "líneas rojas" que la organización militar no puede sobrepasar al exigirle un compromiso por escrito de que "nunca" desplegará armas nucleares en los territorios de los nuevos socios, así como a establecer límites muy precisos en las fuerzas y armas convencionales.

17 ABRIL, BADEN-BADEN

El presidente ruso, Boris Yeltsin, afirma en la localidad alemana de Baden-Baden que el acuerdo entre su país y la Alianza Atlántica se firmará el 27 de mayo en París. La OTAN acoge con satisfacción y como "una buena señal" la declaración de Yeltsin, pero recuerda que "quedan cuestiones muy difíciles por resolver" y que tal fecha no es un "compromiso" asumido por la Alianza.

6 MAYO, LUXEMBURGO

Solana y Primakov logran "algunos progresos" pero no consiguen alcanzar un compromiso que permita cerrar el acuerdo en la reunión que mantuvieron en Luxemburgo, que había levantado grandes expectativas de que pudiera ser la última.

Una vez mas, el capítulo militar se mostró como el principal obstáculo, al no cambiar sustancialmente ambas partes sus posiciones.

Se registran algunos avances en cuanto a la denominación del documento, cuyo posible nombre de consenso se perfila como Acta Fundacional, en detrimento de Carta, que era como quería la OTAN, o Tratado, opción preferida por Rusia.

13-14 MAYO, MOSCU

El secretario general de la OTAN y el jefe de la diplomacia rusa alcanzan un compromiso para cerrar el acuerdo tras dos intensas jornadas negociadoras, en las que intervino personalmente el presidente Yeltsin en una larga conversación telefónica, hoy miércoles, con Solana, tras la que se anunció el compromiso alcanzado.

27 MAYO, PARIS

El "Acta Fundacional" entre la OTAN y la Federación Rusa es firmada en París por 17 jefes de estado o gobierno.

EFE

[illegible]

[illegible]

[illegible]

OTAN-RUSIA (resumen)

FIRMA DE ACUERDO HISTORICO ABRE ETAPA DE NUEVAS DUDAS

París, 26 may (EFE). Rusia y los dieciseis paises de la OTAN se disponen a firmar mañana en París un acuerdo de cooperación en materia de Defensa que todos coinciden en calificar de histórico, pero que sigue suscitando dudas sobre su consecuencia mas inmediata, la ampliación de la Alianza al Este de Europa.

Los jefes de Estado o Gobierno de los paises de la OTAN y el presidente ruso, Boris Yeltsin, firmarán el "Acta Fundacional sobre las Relaciones Mutuas, Cooperación y Seguridad entre la Alianza Atlántica y la Federación Rusa", que regula las nuevas relaciones entre los antiguos adversarios.

De esta forma, la OTAN emprenderá una nueva etapa con Rusia con la que pone fin a decadas de hostilidad y despeja el camino a la ampliación de la Alianza Atlántica al Este de Europa, que se concretará en la Cumbre de julio en Madrid con la invitación a los primeros paises que se integrarán.

"Mañana será una jornada histórica para la seguridad en nuestro continente, para nosotros y para las generaciones futuras", dijo el secretario de la OTAN, Javier Solana, en la víspera de la ceremonia.

Para el presidente de EEUU, Bill Clinton, la cita de mañana será su oportunidad para presentar al Viejo continente su sueño de una Europa sin conflictos por primera vez en la historia.

Clinton entiende como su misión histórica enterrar la guerra fria en Europa, asociar a los paises del antiguo bloque socialista a la comunidad del bienestar y la democracia y abrir "un nuevo capítulo" de cooperación y paz en el continente, que debe ser el legado de la actual generacion al siglo XXI.

Pero la estrategia prevista por la Casa Blanca para integrar al Este de Europa tiene muchos criticos en EEUU porque gira en torno al proyecto de ampliación de la OTAN, que levanta muchas ampollas en Rusia.

Algunos analistas en EEUU advierten que el acuerdo con Rusia no resuelve del todo las diferencias sobre la ampliación de la OTAN -que se lanzará en julio en la cumbre de Madrid-, y que ésta supondrá, de hecho, una nueva división del continente que puede acabar minando la alianza con Moscú.

Según George Kennan, el artífice de la estrategia de control de la guerra fria, el plan de ampliar la OTAN es el "mayor error de politica exterior estadounidense" desde la caída del Muro de Berlín.

Los adversarios de la ampliación advierten que no es prudente irritar a un país con arsenales nucleares como los de Rusia.

Opinan, además, que pocos estadounidenses están dispuestos a arriesgar vidas por Praga o Budapest y a hacer frente al gasto de la expansión, que sera al menos de 125.000 millones de dólares.

Clinton viajará el mismo martes a Holanda donde, al dia siguiente, asistira, con los demas líderes de los paises de la Organización para la Seguridad y la Cooperación en Europa, a los actos conmemorativos del cincuentenario del plan Marshall.

Por su parte, Boris Yeltsin viajó hoy a Paris para firmar elActa no s ampliación de la Alianza Atlántica que considera puede
ampliación de la Alianza Atlántica que considera puede
desestabilizar Europa.

16

9708908

Yeltsin, en una entrevista difundida por la Agencia Itar-Tass, dio a entender que no asistirá a la cumbre de Madrid de la OTAN, aunque la respuesta fue algo ambigua ante la perspectiva de participar en esta reunión, en la que se formalizará la ampliación del bloque occidental.

El delicado asunto de la posterior ampliación de la OTAN, que pueda incluir en el futuro a las repúblicas bálticas ex soviéticas y a Ucrania, fue abordado por Yeltsin con gran diplomacia, aunque su portavoz, Serguei Yastrzhembski, fue más explícito y llegó a la amenaza de denunciar el pacto aun no firmado si eso ocurre.

Yeltsin aseguró que el acuerdo, cuyo texto no ha sido difundido en Rusia, "garantiza los intereses nacionales y de seguridad" del estado ruso y es un "firme compromiso" de los estados signatarios.

El presidente ruso, sin embargo, volvió a hacer un llamamiento a la reflexión a los miembros de la OTAN para que "sopesen una vez mas" las posibles consecuencias negativas de la ampliacion que lleva implicito el riesgo de la desestabilización de Europa. EFE

int/pgl

05/26/17-58/97

LA SEGURIDAD EN EUROPA

clarín 27/5/97 p-32

Firman el pacto Rusia-OTAN

Es un acuerdo de cooperación en el área de defensa • El objetivo de la Alianza Atlántica es incorporar a su estructura a los países del Este europeo • Yeltsin reiteró su advertencia sobre la expansión de la OTAN

Clarín EN PARIS

JUAN C. ALGAÑARAZ
Enviado especial

Rusia y los 16 países miembros de la OTAN firmarán hoy en París **un acuerdo de cooperación en materia de defensa** a cambio de la aceptación de Moscú de una ampliación de la Alianza Atlántica a los países del Este europeo.

En medio de una seria crisis política por el revés electoral que sufrió el centroderecha en las elecciones del domingo pasado, el presidente Jacques Chirac recibió a sus colegas Boris Yeltsin, de Rusia, y Bill Clinton, de los Estados Unidos.

Es la primera vez que se realiza una asamblea cumbre de la OTAN en Francia, desde que el presidente Charles De Gaulle retiró a su país de la estructura militar occidental integrada en 1977.

La firma del "Acta fundacional" entre la OTAN y Rusia es, sobre todo, una iniciativa de Clinton para **crear un nuevo sistema de seguridad que otorgue a la Alianza Atlántica un rol hegemónico para mantener la paz en Europa.** El objetivo inmediato de Clinton y sus aliados es incorporar progresivamente a varios países que formaban parte del sistema comunista.

Polonia, Hungría y la República Checa son los primeros países que iniciarán los trámites de ingreso en la Alianza a partir de la reunión cumbre de la OTAN que tendrá lugar en Madrid en junio próximo. Los países del Este que vayan ingresando en la alianza militar formarán también parte de la Unión Europea.



[illegible] El presidente Yeltsin reiteró ayer a su par francés, Jacques Chirac, que Rusia [illegible]

La oposición rusa

Rusia ha tratado de resistirse a estos propósitos alegando que la disolución del Pacto de Varsovia, el sistema militar de los países comunistas, hace innecesaria la Alianza Atlántica.

El plan de Clinton considera que tanto el avance de la OTAN hacia el Este, como el acuerdo para calmar los temores y la fuerte irritación de los nacionalistas rusos permitirá lograr una **Europa "unida, democrática y en paz".**

Clinton ha recibido fuertes críticas por su plan de ampliar la Alianza hasta las puertas de la desaparecida Unión Soviética. El peor peligro, señalan los adversarios de la iniciativa, es que los nacionalistas y ex comunistas rusos bloqueen el acuerdo START que debe reducir los arsenales nucleares.

Pero el presidente norteamericano insiste en que **"este es el momento que nos permitirá crear una nueva estructura para garantizar la paz por cincuenta años de la** misma manera que lo hicieron quienes crearon el Plan Marshall asociados con los europeos y pudieron sortear todos los obstáculos de la Guerra Fría".

Clinton desechó también las objeciones sobre los costos de la ampliación de la OTAN que los especialistas han fijado entre los 150 y 250 millones de dólares anuales. Clinton ha insistido en que el ingreso de Polonia, Hungría y la República Checa no crea ningún problema de seguridad a Rusia.

Yeltsin hubiera querido un compromiso formal de los Estados Unidos y la OTAN de que no intentarán la adhesión de los países bálticos (Estonia, Letonia y Lituania) pero los norteamericanos se niegan a aceptar esta exigencia. Antes de viajar a París, el presidente ruso hizo un llamamiento a la OTAN para que **"sopese una vez más las posibles consecuencias negativas de su ampliación, que lleva implícito el riesgo de la desestabilización de Europa".**

El presidente francés Chirac señaló que la firma del acuerdo es un gran acontecimiento histórico que cancela definitivamente las consecuencias de la Conferencia de Yalta, en 1945, cuando Estados Unidos, la Unión Soviética y Gran Bretaña se reunieron en la ciudad de Crimea y se repartieron de hecho las respectivas áreas de influencia en el Viejo Continente. Francia fue excluida de la reunión.

Yalta es sinónimo de la división del mundo en bloques ideológicos y de la Guerra Fría que selló a fuego el mundo de la posguerra hasta el hundimiento de la Unión Soviética. □

18

SINTESIS

Puntos clave del acuerdo

Los principales acuerdos son los siguientes:

■ La OTAN no tiene intención ni planes ni necesidad para desplegar armas nucleares en el territorio de sus nuevos miembros. Tampoco se desplegarían tropas convencionales en gran escala.

■ Como los compromisos están abiertos a discusión se establece un Consejo conjunto que regulará las relaciones entre la OTAN y Rusia.

■ Con su presencia en el organismo, los rusos tendrán la oportunidad de controlar el desarrollo de los hechos y plantear sus objeciones cuando crean que no se está cumpliendo con los objetivos del acta.

■ El Consejo tendrá un secretariado y a Rusia la representará un embajador. Cada dos años se realizará una reunión de cancilleres y ministros de Defensa para tratar los temas relacionados con la OTAN y Rusia.

■ Los rusos aceptan, con ambigüedad, que puede producirse una expansión de la Alianza hacia el Este, ya que "hay que tener en cuenta ciertas realidades desagradables".

Estas decisiones no eliminaron las tensiones que se producen ante cada anuncio sobre la ampliación de la OTAN hacia el Este. Yeltsin anunció que no estará presente en la reunión cumbre de Madrid, en junio próximo, en donde ingresarán Polonia, Hungría y la República Checa.

19

La OTAN después de la Guerra Fría

LA REP. 28-5-97 PAG 24

París, agencias

La Alianza Atlántica y Rusia firmaron ayer un histórico acuerdo que fija el marco de sus relaciones futuras, abre el camino para la ampliación de la OTAN hacia sus ex adversarios de Europa del Este y marca de hecho el fin de la repartición del continente fijada en 1945 en la conferencia de Yalta.

El presidente Boris Yeltsin, los jefes de Estado y de Gobierno de los 16 países de la OTAN y el secretario general del organismo, el español Javier Solana, participaron de la firma del documento, en una fastuosa ceremonia presidida por el líder francés Jacques Chirac, en los salones de fiesta del Palacio del Elíseo.

"En el ocaso del siglo XX, estamos mirando juntos hacia un nuevo siglo, con una nueva Rusia y una nueva OTAN trabajando juntas en una nueva Europa de potencialidades ilimitadas", dijo el presidente norteamericano, Bill Clinton.

Chirac, por su parte, apuntó que "el acuerdo de París no modifica las divisiones creadas por Yalta, sino que las elimina de una vez para siempre".

En Yalta, localidad balnearia rusa a orillas del Mar Negro, los líderes aliados que estaban a punto de derrotar al Tercer Reich (Winston Churchill, Franklin Roosevelt y Josef Stalin) fijaron sus respectivas "zonas de influencia" en el Viejo Mundo.

Esta división quedó reflejada, en el equilibrio institucional de la Guerra Fría, por la creación del Tratado de la Alianza del Atlántico Norte (OTAN), que reunía a los países bajo el "paraguas atómico" estadounidense, y del Pacto de Varsovia, al que adhirieron las "repúblicas democrático populares" del Este europeo.





Ahora, en base al Acto Fundador de Cooperación Mutua firmado ayer por la mañana en París, ha quedado definido un diálogo institucional entre la OTAN y Rusia que prevé la creación de un consejo ruso-atlántico con sede y secretariado permanente y reuniones semestrales a nivel de ministros de Defensa y de Exteriores.

La firma del Acto abre a su vez el camino para el ingreso a la OTAN de una serie de ex miembros del Pacto de Varsovia (los primeros en la lista son la República Checa, Polonia y Hungría), posibilidad que será discutida en la inminente cumbre atlántica de Madrid.

Rusia siempre se ha opuesto a esta extensión al Este del Tratado de la Alianza del Atlántico Norte, como recordó el presidente Boris Yeltsin, quien sin embargo apuntó que "aun así, nuestras fuerzas reunidas lograron resolver las cuestiones más delicadas".

20

"Rusia capituló ante Occidente"

Moscú, agencias

El ex secretario del Consejo de Seguridad ruso, Alexander Lebed, dijo que el acuerdo firmado en París entre Rusia y la Alianza Atlántica equivale a "un acto de capitulación" por el que su país admite haber sido derrotado por las potencias occidentales en la Guerra Fría.

En un artículo publicado por el diario Izvestia, Lebed sostuvo que "el acuerdo sobre la empliación de la OTAN hacia Europa del Este es como una segunda Yalta, sólo que esta vez sin Rusia, o sea un tratado que establece las esferas de influencia de Estados Unidos y la Alianza, en cuanto vencedores de la Guerra Fría". La oposición nacionalista y comunista, que es mayoritaria en la Duma (Cámara Baja del Parlamento ruso) ha acusado a Yeltsin de haber cedido ante las exigencias de Occidente en materia de desarme, reunificación de Alemania y ampliación de la OTAN, y se ha negado hasta ahora a aprobar el tratado de desarme estratégico Start II, firmado en 1993 y ratificado por el Senado de Estados Unidos.

Los misiles rusos ya no apuntan a la OTAN

París, agencias

Boris Yeltsin confirmó ayer a Bill Clinton que los misiles nucleares rusos no estarán ya apuntados hacia las naciones que pertenecen a la Alianza Atlántica, informó Sandy Berger, asesor en materia de seguridad de la Casa Blanca.

Berger ratificó la declaración del presidente ruso al conversar hoy con la prensa en París tras una reunión de una hora entre Yeltsin y Clinton, al margen de la ceremonia de firma del Tratado de Fundación entre Rusia y la OTAN.

Durante la ceremonia, Yeltsin improvisó un segundo discurso en el que afirmó textualmente: "He tomado hoy una decisión, y es que a todas las armas que apuntamos hacia los países presentes hoy aquí les quitaremos las ojivas".

La declaración pareció tomar de sorpresa a todos los presentes, incluyendo los miembros del séquito oficial del mandatario ruso.

El vocero de prensa del Kremlin, Serguei Yastrjembski, se vio obligado a precisar más tarde que lo que Yelstin quiso decir es que los misiles nucleares rusos no estarán más apuntados hacia las ciudades de los países de la OTAN.

En 1993, tras una reunión cumbre en Moscú, Estados Unidos y Rusia habían anunciado que sus armas nucleares estratégicas no estaban más apuntadas sobre sus respectivas ciudades.

HISTORICO ACUERDO **POLONIA, UCRANIA Y LOS ESTADOS BALTICOS NO QUIEREN QUE SE BLOQUEE SU INGRESO A LA OTAN**

Países ex comunistas desafían a Moscú

Cinco naciones lanzaron una alianza en una franja estratégica que va del mar Báltico hasta el Negro, integrada por países inclinados hacia Occidente que tienen frías relaciones con Rusia

Los tres estados bálticos y Ucrania trazaron con Polonia una nueva asociación regional orientada hacia Occidente y reclamaron el derecho al libre ingreso en la OTAN, en abierto desafío a Moscú, que ayer reglamentó en París sus difíciles relaciones con la alianza atlántica.

Mientras el presidente de Rusia, Boris Yeltsin, firmaba ayer el acuerdo sobre las nuevas relaciones entre Rusia y la OTAN, los líderes de Estonia, Letonia, Lituania, Polonia y Ucrania, reunidos en la capital estonia de Tallin, proclamaron el derecho de sus naciones a ingresar a la OTAN pese a la férrea oposición del gobierno ruso.

De hecho, en Tallin se trazó la formación de una alianza regional en la franja estratégica entre el mar Báltico y el Negro integrada por países claramente orientados hacia Occidente y enfrentados –en menor o mayor grado– con Rusia.

Los cinco presidentes explicaron que el factor clave que une a sus naciones es el temor a quedar en la denominada "zona gris" de seguridad, entre Rusia y Europa occidental, y dejaron en claro que desean estar bajo el "paraguas" de protección de la OTAN.

"La OTAN debe seguir siendo una organización abierta a todos los estados que quieran ingresar en ella", declararon ayer los gobernantes de Estonia, Lennart Meri; de Letonia, Guntis Ulmanis; de Lituania, Algirdas Brasauskas; de Ucrania, Leonid Kuchma, y de Polonia, Aleksander Kwasniewski. El grupo defendió el derecho de cada país a elegir la forma de garantizar su seguridad, incluso mediante el ingreso de alianzas, y resaltaron que el *único criterio para la* admisión en la OTAN debe ser "el grado de correspondencia" de los aspirantes con los requisitos de la alianza.

"La OTAN debe seguir siendo una organización abierta a todos los que quieran ingresar en ella"

"EN LA PUERTA"

Polonia es el candidato con más posibilidades de entrar en la primera fase, los bálticos piden su ingreso aunque por ahora no serán invitados, y Ucrania, el país más prooccidental de la era postsoviética –y principal rival de Rusia– no oculta su deseo de ingresar a la OTAN en un futuro.

La cadena privada rusa NTV afirmó ayer que el polaco Kwasniewski acudió a la cita por solicitud expresa de la dirección aliada para explicar a los otros "aspirantes" las propuestas de Occidente sobre el nuevo modelo de seguridad europea y apoyar sus propósitos de ingresar a la alianza.

El interés de Polonia es convertirse en "locomotora" que arrastre a los nuevos integrantes hacia la OTAN, erigiéndose en el líder indiscutible de la nueva alianza regional de cinco naciones, cuya población global es de casi 100 millones de personas.

Según fuentes periodísticas rusas, el plan occidental inicial trazado cuando se decidía la ampliación de la alianza era incluir también a Bielorrusia.

Sin embargo, Yeltsin logró contrarrestar la idea atrayendo a su lado al presidente de ese país, Alexander Lukashenko, al apoyar su regimen, tildado de "antidemocrático" por la prensa rusa, y con la creación de una unión entre Rusia y Bielorrusia. Ahora, Occidente espera atraer también a Moldavia, otro ex soviético que se opone a la hegemonía rusa en la CEI. *(En base a AFP y Reuter)*



Chirac, Clinton y un marco distendido para la nueva Europa AFP



Bill Clinton y Tony Blair. La pareja más fotografiada pese al bajo perfil del británico AFP



Chirac le obsequió un café e.o a Clinton, quien no dudó en bromear con el AFP

Para Lebed lo acordado es la capitulación de Rusia

El general ruso Alexander Lebed estimó ayer que el acuerdo firmado en París entre su país y la OTAN constituye un "acta de capitulación" de Rusia y previno que en caso de llegar al poder él no reconocerá la ampliación de la alianza atlántica.

"El acuerdo sobre la ampliación de la alianza atlántica occidental en Europa del este es un segundo Yalta, pero sin Rusia, que establece las esferas de influencia del gobierno de Estados Unidos y de la alianza, los vencedores de la guerra fría", escribió Lebed en un artículo publicado ayer por el diario moscovita Izvestia.

"Rusia en este caso es el perdedor que firma el acta de capitulación", indicó el ex secretario del Consejo de Seguridad de Rusia y hoy dirigente de la oposición política.

Lebed dijo que desde su óptica existía una única solución digna para su nación: "No firmar ningún documento, dado que nosotros (los rusos) no pudimos obtener ningún documento que tuviera fuerza de ley".

El general retirado responsabilizó directamente por lo que consideró de un "histórico error político" al presidente Boris Yeltsin y advirtió con gran insistencia que si llega a asumir el poder político en Rusia no reconocerá la ampliación de la Organización del Tratado del Atlántico Norte y dio sus motivos: "Para nosotros, los habitantes de Rusia, habrá como en el pasado 16 países miembros de la OTAN, ninguno más". *(AFP)*

EL PAIS 29/5/97 PAG 7

El acuerdo OTAN-Rusia debe superar el escollo del Congreso de EE.UU.

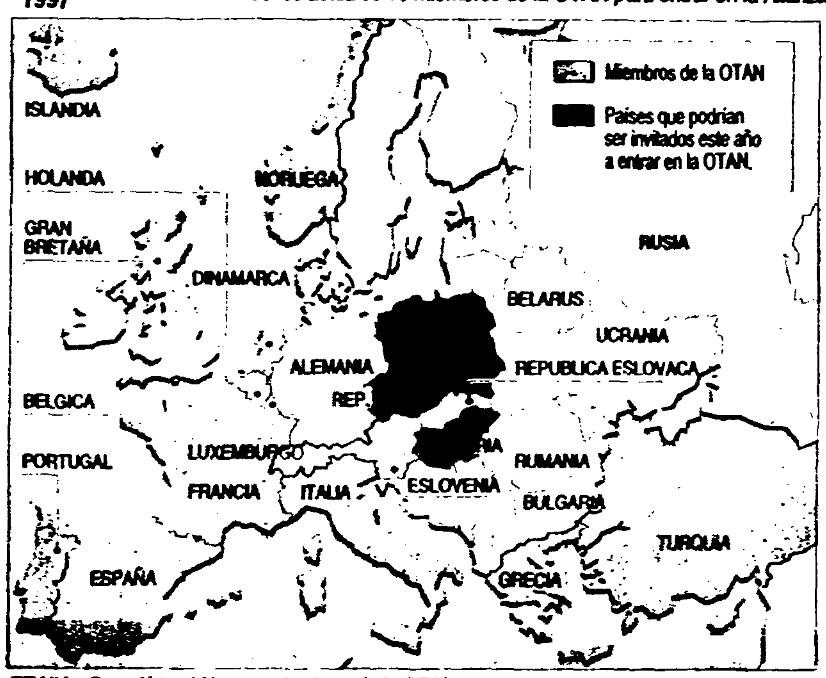
RUSIA FIRMA UN TRATADO CON LA OTAN

Dirigentes de la OTAN y el presidente de Rusia, Boris Yeltsin, firmaron el martes en París un histórico tratado que rubrica el fin de la Guerra Fría.

El acuerdo abre una nueva era de relaciones con Rusia que facilitará la creación de un nuevo orden de seguridad en Europa y la expansión de la OTAN hacia los países del Este.

EN LA ACTUALIDAD 1997

Polonia, Hungría y la República Checa podrían recibir el respaldo de los actuales 16 miembros de la OTAN para entrar en la Alianza.



EE UU y Canadá también son miembros de la OTAN

The New York Times

WASHINGTON (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS).— Después de la jornada armoniosa en París, que concitó la atención de todo el mundo, el presidente Bill Clinton y sus asesores se aprestan a librar dura batalla para convencer a los legisladores de Estados Unidos que deben aprobar el acuerdo firmado entre la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) y Rusia, que abre el camino a la expansión de la alianza occidental para incluir a países estuvieron bajo dominio comunista y amplía las condiciones de seguridad en Europa.

En el ámbito político estadounidense crecen las preguntas sobre las repercusiones de la expansión, lo que induce a integrantes del gobierno a pronosticar un vigoroso debate en el Parlamento, que será incentivado cuando en julio —en la cumbre convocada en la ciudad de Madrid— se apruebe la incorporación de Hungría, Polonia y República Checa.

Los legisladores ya comenzaron a preguntar sobre los costos que tendrá la ampliación de OTAN, si el acuerdo provocará dificultades adicionales para negociar nuevas reducciones de armas nucleares con un gobierno ruso que siempre desconfía de los países occidentales y si la admisión de las naciones de Europa Oriental no significará diluir la que es calificada como la alianza militar más exitosa de la historia mundial.

PROCESO CON DIFICULTADES

"Este partido será muy difícil de principio a fin", comentó el subsecretario de Estado, Strobe Talbott. "Quien crea que esto será fácil, se equivoca".

El presidente Clinton propuso la extensión de OTAN en 1994 como manera de vincular a las nuevas democracias europeas orientales con Occidente e impedir el surgimiento de rivalidades regionales y de nacionalismos desestabilizadores en Europa.

Antes de viajar a París para firmar el "Acta Fundacional de Relaciones Mutuas, Cooperación y Seguridad", el presidente Clinton pronunció un discurso en un homenaje realizado al general George C. Marshall —autor del plan que le permitió a Europa Occidental recuperarse después de la Segunda Guerra Mundial— en el que describió el crecimiento de OTAN como la próxima etapa en la construcción de una Europa unida y pacífica.

"Hace medio siglo, el general Marshall sabía que para ser un país fuerte y seguro teníamos que liderar al mundo para que se convirtiera en un lugar más seguro y mejor", indicó Clinton. "Luego que finalizó la Guerra Fría, cuando aparentemente no hay ninguna amenaza en el horizonte, debemos asumir ahora el desafío que abordó Marshall".

Hizo un llamado a que Estados Unidos y Europa "busquen en conjunto la extensión de los alcances de la seguridad y prosperidad para las nuevas democracias europeas, países que estuvieron del otro lado durante la Guerra Fría".

PREOCUPAN LOS COSTOS

Hasta el momento, la discusión sobre la expansión de OTAN estuvo limitada a círculos académicos que estudian la política exterior y las relaciones internacionales.

Hace algunos meses, el Parlamento de Estados Unidos indicó abrumador apoyo a la ampliación de la alianza, en una votación que fue, en gran medida, simbólica.

Tanto quienes apoyan como quienes rechazan el acuerdo firmado con Rusia, indican que seguramente los legisladores analizarán el tema con mayor detenimiento al abordar el texto del tratado y la posibilidad de que soldados estadounidense puedan ser enviados a defender a Polonia y República Checa igual que lo harían en Gran Bretaña.

Anticipando esas dudas, el gobierno creó una nueva oficina encabezada por Jeremy Rosner —asistente especial del Presidente y de la Secretaría de Estado— con el cometido de generar apoyo de los ciudadanos a la expansión de OTAN.

Los jerarcas del gobierno esperan que el centro del debate en el Parlamento sea el costo de la ampliación, en momentos en que programas internos son reducidos y en el ámbito militar se habla de nuevos cierres de bases.

El Pentágono calculó que la expansión tendrá un costo de entre U$S 28.000 millones y U$S 35.000 millones en un período de 10 años, requiriéndose una contribución de Estados Unidos por un monto anual de U$S 200 millones.

La secretaria de Estado Madeleine Albright insiste en señalar que "la extensión de OTAN no es un programa de becas. Los nuevos miembros tendrán que pagar por la modernización de sus estructuras militares para llegar a los niveles de Occidente".

22 - 22

9708908

Nº DOCUMENTO 1-9708909
TÍTULO Detida principal distribuidora de drogas do norte do Rio.
PROCEDÊNCIA Zero Hora
FECHA 15/5/97.

RIO

Vovó do Pó é presa por tráfico

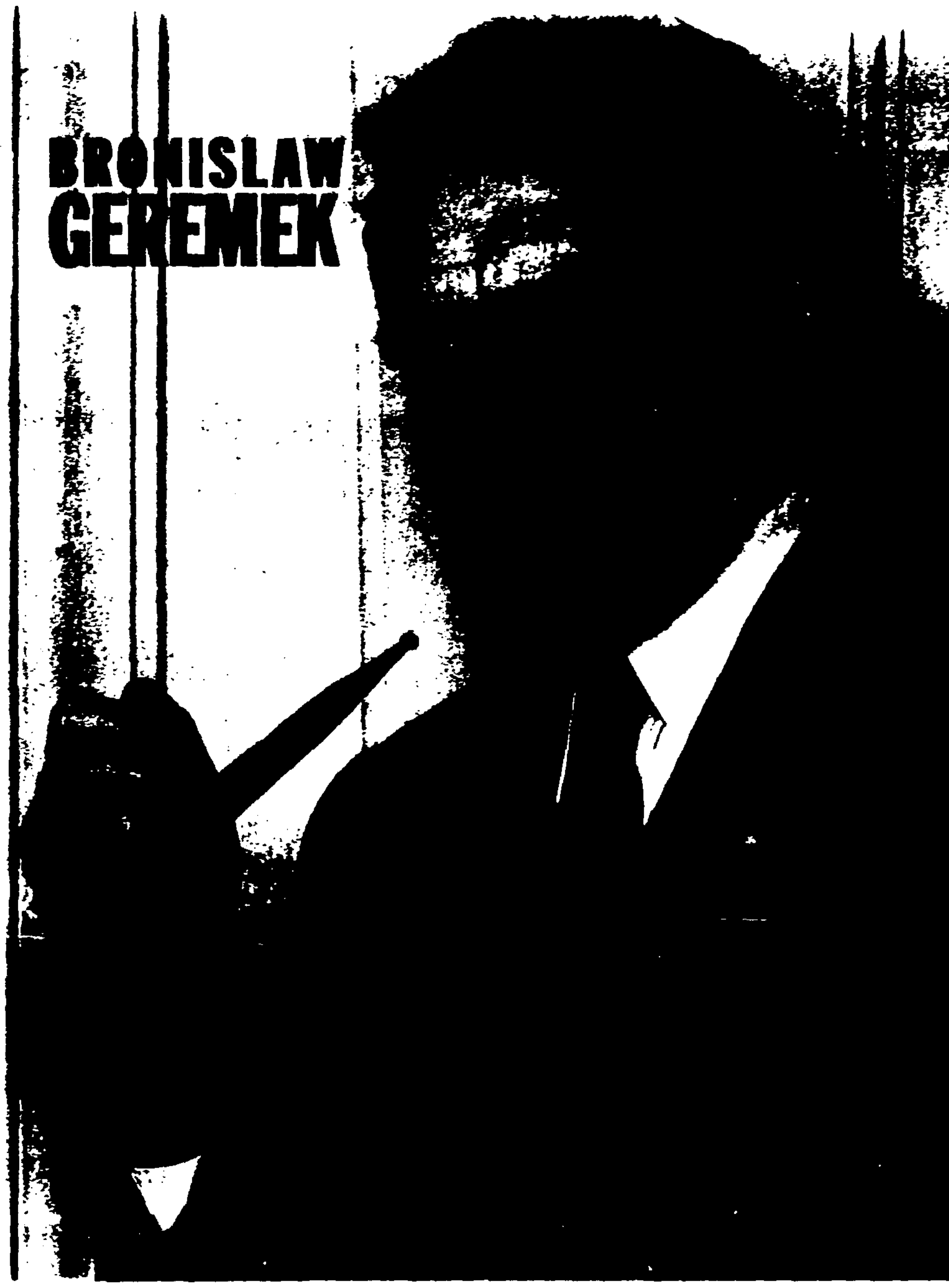
❑ Apontada pela polícia como a principal fornecedora de drogas para a região norte do Rio, Juraci Corrêa, 50 anos, conhecida como a Vovó do Pó, foi presa na manhã de ontem junto com seu filho Luiz Fernando Corrêa, 20 anos. Segundo os policiais, foram encontrados em sua casa 30 quilos de maconha, um quilo de cocaína, um revólver calibre 38, uma balança de precisão eletrônica e material para embalagem de drogas. Os dois foram presos em casa, em Campos, no norte fluminense. De acordo com as investigações da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), Juraci e seu filho recebiam maconha e cocaína de São Paulo para revendê-las no município. Juraci já cumpriu pena de um ano e meio de prisão por ter assaltado uma agência bancária.

9708909.

01-01

ENTREVISTA

MARIA MANEIRO *Cambio 16* 26/5/97 p. 38



El político e historiador polaco Bronislaw Geremek es uno de los puntos de referencia en la caída del comunismo y el nacimiento del sindicato Solidaridad. Para garantizar la estabilidad de Europa cree necesaria la ampliación de la OTAN a los países del Este

"Si Rusia no entra en la

NACIÓ EN VARSOVIA HACE 65 AÑOS y militó en el Partido Comunista hasta la invasión de Checoslovaquia en 1968. Desde entonces, Bronislaw Geremek se convirtió en una de las figuras claves de la disidencia junto a Lech Walesa y en 1980 participó en el nacimiento del sindicato Solidaridad. En 1989 fue miembro de la mesa negociadora que impuso la democracia en Polonia y actualmente se encuentra en las filas de Unión por la Libertad, la oposición al Gobierno de coalición de los excomunistas. Desde allí, lucha porque Polonia y el resto de los países del Este sigan el camino que empezaron en 1989, integrándose en la Unión Europea (UE) y la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN). Ahora, y dentro de la serie *Europeos sin fronteras*, la editorial Anaya & Mario Muchnik publica un libro donde repasa su vida y el proceso de transición de los países ex comunistas.

P. *¿Qué interés puede tener la OTAN en la ampliación hacia los países del Este de Europa?*
R. La ampliación entra dentro de la lógica de la OTAN y la Unión Europea. Si la OTAN dejara una zona gris en Europa, esta seguiría siendo un lugar de conflictos perpetuos. Si la OTAN pretende ser una fuerza defensiva que propugna la estabilidad de la zona, debe ampliarse a otros países.

P. *Antes de la ampliación, está pendiente la firma de un pacto entre Rusia y la OTAN. Parece que los rusos quieren dejarlo todo bien atado.*
R. Ni la OTAN es una amenaza para Rusia, ni Rusia es una amenaza para la OTAN. En Polonia no tememos a Rusia y compartimos los valores del Tratado fundacional de la OTAN; por eso queremos formar parte de la OTAN. Yo creo que a pesar de su oposición, Rusia estaría interesada en formar parte de la Alianza Atlántica.

P. *¿Por qué motivo?*
R. Porque puede peligrar su democracia. Por otro lado, si Polonia no entra en la OTAN, podría reforzarse la tendencia neoimperialista rusa, el deseo de dominar esa zona gris. La OTAN debe mantener relaciones con Rusia para que cambie. A Polonia también le gustaría que hubiera unas relaciones privilegiadas entre la OTAN y Ucrania. Si se dejara entrar a Ucrania en la OTAN, se debilitaría la tendencia neoimperialista rusa. Además, se haría justicia, porque Ucrania es un gran estado europeo que devolvió sus armas nucleares y esto es la primera vez que sucede en la historia, que un país devuelva su poder nuclear.

P. *¿No cree que los países del Este que no entren a formar parte de la OTAN van a sentirse excluidos?*
R. Yo no creo que la ampliación provoque inseguridad en los países que no pasen a formar parte de la OTAN, como Bulgaria, Rumania o los países bálticos. Esta ampliación debe ser una preampliación. En el caso de Polonia, que es un país mediano, pero bastante importante dentro de Europa, podría reforzar la seguridad en estos otros países a través de acuerdos bilaterales. Esto ya tiene un antecedente. Por ejemplo, vemos que Noruega ya ha entrado en la OTAN. Finlandia no ha entrado, pero ha visto reforzado su sentido de seguridad con la entrada de Noruega en la OTAN. La ampliación debe considerarse como un reforzamiento de la seguridad en toda la zona.

)TAN, puede Peligrar su Democracia”

“Si la Unión Europea no admite en el futuro a los países del Este, aceptará las fronteras entre países ricos y pobres”

P. *¿Cree que en la Unión Europea también hay un sitio para los países del Este?*

R. Desde hace unos años, Polonia ya es un miembro asociado de la Unión Europea y esperamos ser miembros de pleno derecho entre el año 2000 y el 2003. El problema no es si nos aceptarán o no, si no en qué Unión Europea entraremos y cuál será nuestro lugar. La UE está cambiando, camina hacia una moneda única. En Polonia esperamos que se refuerce, no queremos una liga de naciones sin poder, pero existe un problema: la moneda única puede crear una nueva repartición, la de los países privilegiados y los demás. Las categorías debilitarían la UE, y si no llega a un sistema monetaria único, será su mayor fracaso.

P. *Parece que cumplir los criterios económicos es lo único importante en la construcción de la UE.*

R. Hay que replantearse la filosofía de integración europea. la integración se llevó a cabo para conseguir la paz, pero sin la ampliación de la UE no existirá esta paz. Sin la ampliación, se aceptarían las fronteras entre países pobres y ricos dentro de Europa. La ampliación es un problema de solidaridad. Cuando España y Portugal entraron en la UE, la política regional se reforzó, pero ahora existe cierto egoísmo. Llamamos a su puerta y no nos quieren abrir. Para reforzar la UE hace falta una moneda única, pero también una identidad europea; y no la conseguiremos sin la ampliación.

P. *¿Existe ya una identidad europea?*

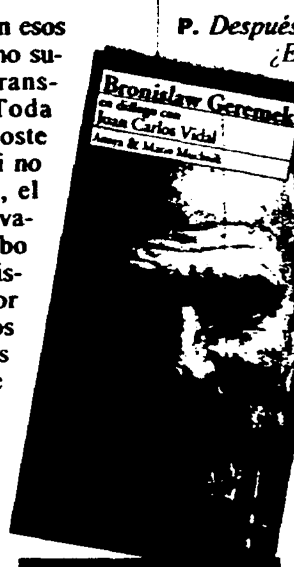
P. Hay un problema. Los partidos políticos están más vinculados con la identidad nacional que con la identidad europea. Pero la UE debe entender los sentimientos nacionales, porque la nación es parte del proceso de democratización de Europa. A través de la nación, el ciudadano se convirtió en sujeto político. Por ahora no se puede hablar de un pueblo europeo, sino de los pueblos de Europa. El proceso de formación de una identidad europea es muy largo.

P. *Usted se ha referido al año 1989 como el final del siglo XX. ¿Qué quería decir con esto?*

P. El siglo XX se caracteriza por una gran crisis moral y política vinculada a las guerras. Después de la I Guerra Mundial, aparecen los sistemas totalitarios: el fascismo y el comunismo. Después llegará la Guerra Fría. Pero en 1989 caen los regímenes totalitarios. Los pueblos despiertan de la pasividad y se forman movimientos de protesta en Hungría, Checoslovaquia y Polonia. Llega el cambio sin violencia y nacen unas nuevas fronteras. Entre 1914 y entre 1989 no existía el optimismo por las guerras y los totalitarismos. Pero después de 1989, se puede sacar una lección muy optimista, cuando se ve la voluntad de los pueblos que se alzaron y cuando vemos el logro que ha sido conseguir la integración europea.

P. *Usted habla de optimismo, pero en algunos países como Rumanía, Albania o Bulgaria, la transición democrática y económica está siendo muy dura. ¿No cree que en estos países el coste del cambio ha sido muy alto?*

P. Aunque me solidarizo con esos tres países, reconozco que no supieron llevar a cabo la transformación económica. Toda transformación lleva un coste social muy elevado; pero si no se lleva a cabo el cambio, el coste social es aún más elevado. En Polonia, donde hubo una transformación, hoy existe un crecimiento del 7 por ciento al año. Si comparamos Polonia con Albania, vemos que el coste de no haberse transformado ha sido mucho más elevado. Aunque estoy en la oposición polaca, en contra del Gobierno ex comunista, creo que han seguido la orientación que dimos los que formábamos parte de *Solidaridad* en 1989. Creo que Rumanía y Bulgaria seguirán el ejemplo polaco de la transformación y espero que Albania también lo haga. El cambio es imprescindible.



Bronislaw Geremek en diálogo con Juan Carlos Vidal.

P. *¿Cómo está Polonia económicamente?*

R. En una situación muy buena. En 1989, Polonia empezó a ir en una dirección y ha seguido en ella. Ahora vemos el fruto. Pero sigue estando detrás de los países de la UE y para llegar a su nivel, debe acelerar la privatización, desarrollar más la economía, los servicios y las economías bancarias. Necesita también un compromiso ciudadano para que se dé la transformación. Polonia cumple con los requisitos de Maastricht porque tiene un déficit inferior al 3 por ciento, un buen crecimiento y una deuda pública inferior a la exigida.

P. *Usted, que es historiador de la pobreza, ¿No cree que las democracias han traído más pobreza a los países del Este?*

R. Es cierto que en los países del Este ha aumentado la pobreza. La mayoría de la población vive por debajo de su umbral. Antes de 1989 la pobreza era general, pero no había diferencias tan dramáticas como las de ahora. Mi conclusión es que no basta con hacer un política económica liberal, también hay que llevar a cabo una política con dimensión social. La política social en Polonia estaba en nuestro programa de transformación pero no se llevó a cabo, porque en la economía socialista el estado era omnipresente y las personas no estaban acostumbradas a tener una actitud productiva.

P. *Después de la caída del comunismo, ¿Es el capitalismo el único sistema válido?*

R. Creo que hay que encontrar una tercera vía. Como decía Fernand Braudel, hace falta una economía de mercado, con mucha libertad y un poco de igualdad y fraternidad.

P. *¿Es Boris Yeltsin un buen líder para Rusia?*

R. Rusia no tiene otro. Yeltsin garantiza una política razonable de transformación económica, de orden interno y de cierta democracia. Pero no hay que atarse a las personas. En 1988 estuve hablando toda una noche con Andrei Sajarov, el gran científico ruso. Hablando de Gorvachov, me dijo que nunca apoyara sólo a un hombre, porque siempre puede corromperse. Lo que hay que apoyar es un programa político que se base en la modernización de la sociedad y la libertad.

P. *¿Qué opina de Lech Walesa, quien fuera su compañero en Solidaridad?*

R. Fue un personaje histórico muy importante, pero políticamente no supo cómo utilizar el poder. Fue un líder carismático, pero no un hombre político. ■

Nº DOCUMENTO 9708912
TITULO Yeltsin regresa a Moscú tras firmar acta fundacional entre Rusia - OTAN
PROCED. 518593
FECHA DE REFERENCIA 27/05/97
VINCULACIONES 528062
507297
507254
65963

EXTRAIDO
ANALIZADO

0F6/97
U PAKUT 05 27 00162
1CR MMN 6X0

OTAN-RUSIA
YELTSIN REGRESO A MOSCU TRAS FIRMA ACTA FUNDACIONAL

Moscú, 27 may (EFE).- El presidente de Rusia, Boris Yeltsin, regresó hoy a Moscú procedente de París, donde firmó con los jefes de Estado y de Gobierno de los 16 países de la Alianza Atlántica el Acta Fundacional que regula las relaciones entre la Federación Rusa y la OTAN.

Yeltsin anunció en París que Rusia dejará de apuntar sus misiles nucleares contra todos los Estados miembros de la Alianza y dejó entrever la posibilidad de desmontar incluso las cargas atómicas de dichos cohetes.

Antes de la llegada del jefe de Estado a Moscú, el Ministerio de Defensa emitió una declaración en la que se afirma que los cohetes nucleares rusos ya han dejado de apuntar a las naciones miembros de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

"Las fuerzas nucleares de Rusia ya no están en posición de combate contra los países de la OTAN, de conformidad con la iniciativa anunciada hoy en París por Yeltsin", asegura el Ministerio de Defensa. EFE

BSI/SI/ACN/JMA

05/27/20-26/97

01 - 01

9708912

imp. Sumi.

XM/810

R SUCBT 05 16 00301
exg mun icx

DROGAS
COCAINA SUDAMERICANA LLEGA AL ESTE POR EUROPA OCCIDENTAL

Viena, 16 may (EFE).- La llamada "ruta de los Balcanes" de los narcotraficantes ha dejado de ser unidireccional y la droga, sobre todo la cocaína sudamericana, viaja por ella últimamente también de Oeste a Este, afirmó hoy, viernes, Christa Bauer, funcionaria del ministerio del Interior austriaco.

Los antiguos países comunistas del Este de Europa, que eran hasta ahora sobre todo países de tránsito para la droga procedente de Turquía y Asia, se han convertido en mercados de consumidores que atraen cada vez más a las mafias internacionales, señaló Bauer.

Las autoridades austricas han observado una mayor colaboración entre las distintas mafias en el aprovechamiento común de las infraestructuras, y la cocaína sudamericana llega a Europa muchas veces de manos de "camellos" (vendedores) africanos.

Estos últimos suelen trabajar con pequeñas cantidades y, por ejemplo, un vendedor nigeriano no suele llevar más de tres bolitas de cocaína, que se tragará en caso de peligro de detención.

Como quiera que los "camellos" africanos llaman últimamente mucho la atención, los narcotraficantes recurren cada vez más a mujeres, en muchos casos sus propias amigas, así como a personas con pasaporte diplomático, dijo Bauer.

La divisa de los narcotraficantes es la de minimizar los riesgos, para lo que suelen almacenar la heroína del sudeste asiático en depósitos clandestinos en Hungría o Eslovaquia para luego distribuirla en pequeñas cantidades en la vecina Austria, utilizando a "correos" que no saben muchas veces ni el nombre de sus contactos.

Según el último informe del ministerio del Interior, en Austria se confiscaron en 1996 más drogas duras que el año anterior: más de 80 kilogramos de heroína y más de 70 kilogramos de cocaína.

En 1995, las cantidades aprehendidas fueron de 47 kilogramos de heroína y 55 kilogramos de cocaína. EFE

jr/mar/ik

05/16/08-15/97

Nº DOCUMENTO Austria: Ruta de los Balcanes multidireccional:

TITULO ~~España~~: ~~Ruta de los Balcanes ya no es unidireccional~~ - ~~cocaína Europa occ~~ - ~~Eu. oriente~~. -

PROCEDENCIA Agencias

FECHA 16/5/97

VINCULACIONES 11176 11226 11352 10184 11342 11862 11169 11421 11354 10034 66170 11677 11224 509944 507672 01-01

9708813

XU8424

R SUCBT 05-16 00234
msp exg

COSTA RICA-NARCOTRAFICO
POLICIA DECOMISA 198 KILOS DE COCAINA Y DESARTICULA BANDA

San José, 15 may (EFE).- La Policía de Control de Drogas de Costa Rica (PCD) informó hoy de que decomisó 198 kilos de cocaína a una banda que transportaba la droga hacia Estados Unidos y que la trasladaba desde Panamá.

La policía detuvo al costarricense William Cubillo, "quien traficaba toneladas de cocaína hacia los Estados Unidos", además de otras ocho personas, entre ellas, colombianos, panameños, guatemaltecos, nicaraguenses y costarricenses, cuyas identidades no fueron proporcionadas.

Cubillo, un empresario de unos 40 años, se encargaba de transportar la cocaína, por vía terrestre, hacia EEUU utilizando numerosos cómplices, según un comunicado distribuido hoy por el Ministerio de Seguridad Pública (MSP).

Según informó el MSP agentes de la PCD detuvieron un furgón con los paquetes de cocaína en Cañas, Guanacaste, norte del país.

Para las autoridades, Cubillos es uno de los principales narcotraficantes del país, y su captura se considera uno de los golpes más importantes dados a las bandas de narcotraficantes en lo que va del año.

La policía, que todavía continúa con las pesquisas, informó de que continuará con los registros de casas, un taller mecánico en Heredia, a 15 kilómetros de la capital, y otras acciones en la capital y Guanacaste.

Además de la droga la policía se incautó de armas, vehículos de lujo y furgones, dijo la Policía de Control de Drogas. EFE
MDS/LBB/JLM/ND

05/16/00-26/97

Nº DOCUMENTO 9708917
TITULO Costa Rica: Policía decomisa 198 Kg de cocaína y desarticula banda.
PROCEDENCIA Agencias
FECHA DE PRO... 16/5/94
VINCULACIONES 11176 11354
65549 11224
65644
11351
11352

9708917.

01-01

Nº. DOCUM... 9708918
TITULO Cohetes no apuntarán a países miembros de la Alianza por orden de YELTSIN
PROCEDENCIA 518593
FECHA 27/05/97
VINCULOS 508062
507293
501494

9708918

ENTRADO
CRUZADO

01-02

FB6894

U POXBT 05-27 00468
mun exg icx

OTAN-RUSIA (Ampliacion)
DEFENSA RUSA: COHETES YA NO APUNTAN OTAN POR ORDEN YELTSIN

Moscú, 27 may (EFE).- Los cohetes nucleares rusos han dejado de apuntar a los paises miembros de la OTAN por orden del presidente de Rusia, Boris Yeltsin, informó hoy, martes, el Ministerio de Defensa en Moscú.

"Las fuerzas nucleares de Rusia ya no están en posición de combate contra los paises de la OTAN, de conformidad con la iniciativa anunciada hoy en París por el presidente Yeltsin", declaró el Ministerio en una nota para la prensa.

Yeltsin, tras firmar en París el acuerdo que regulará las relaciones entre Rusia y la OTAN, sorprendió a los lideres aliados con el anuncio de que los misiles rusos dejarán de apuntar a los paises de la Alianza Atlántica y dejó entrever la posibilidad de retirar posteriormente las cabezas nucleares de los cohetes.

El servicio de prensa del departamento militar ruso explicó que las palabras del presidente "de hecho, suponen asegurar, mediante diversos procedimientos y métodos, el retiro de su posición de combate de todos los tipos de cohetes nucleares que pudieran estar apuntados contra los estados miembros de la OTAN".

Añadió que los citados métodos "incluyen tanto la desprogramación de los objetivos, como la retirada de las ojivas".

El comunicado recuerda que Rusia actualmente tiene acuerdos para no apuntar mutuamente sus misiles estratégicos con dos de las tres potencias nucleares de la OTAN -Estados Unidos y Gran Bretaña-, menos Francia, así como con China.

"La iniciativa del presidente de Rusia es un gran paso adicional para fortalecer la confianza con todos los países de la OTAN, que firmaron el 27 de mayo el Acta Fundacional" sobre las relaciones entre Moscú y la Alianza, indica la declaración.

Agrega que "desde luego, esta importante medida nos da el derecho de esperar reciprocidad por parte de nuestros socios" aliados.

Por su parte, un alto dirigente del ministerio de Defensa, dijo a Interfax que la reprogramación de objetivos para los cohetes nucleares es "cuestión de contados minutos".

La misma fuente destacó que la declaración del "número uno" del Kremlin en París "tiene un carácter más político que militar" y apunta a fortalecer la confianza entre Rusia y la OTAN.

Sin embargo, recalcó que esta decisión de Yeltsin "reduce sustancialmente el peligro eventual de un lanzamiento espontáneo de los cohetes que ya tenían un objetivo "programado".

En opinón del militar, este paso del Kremlin permitirá asimismo "disipar los temores de los políticos y medios informativos occidentales", que denuncian la disminución del grado de fiabilidad del sistema de mando de las fuerzas estratégicas de la Federación Rusa.

También el recientemente destituido ministro de Defensa Igor Rodionov, hace unos meses advirtió que Rusia podría "perder el control de sus fuerzas estratégicas" si el Gobierno no destinaba con urgencia los recursos financieros necesarios para garantizar la fiabilidad de los sistemas de mando. EFE

sl/bh1/co

05/27/18 52:07

9708918

TITULO ARG.: Reapareció en Córdoba un capomafia que traficaba de heroína y armas.-
PROCEDENCIA Clarín
FECHA 16/5/97
VINCULAC 11176 11229 65092 11422 66960 11226 11214 11662

FRANÇOIS CHIAPPE, 77 AÑOS, PIDIO SU RESIDENCIA EN LA ARGENTINA

Reapareció en Córdoba un capomafia que traficaba heroína y armas

En 1973, fue amnistiado por "error" • Estaba preso en Devoto por narcotráfico • Los militares lo expulsaron del país • Estuvo 12 años en una cárcel de Estados Unidos • Ahora vive en La Falda

MARTA PLATIA
La Falda. Enviada especial

Con solo preguntar en La Falda, cerca del viejo hotel Edén, los vecinos indicaron la calle Las Dalias, número 27. Allí vive François Chiappe. Para la historia es el último sobreviviente de la mafia corsa y protagonista del primer tráfico de heroína descubierto en la Argentina en los años 70. Para los habitantes de La Falda, se trata simplemente de un vecino simpático, que baja al pueblo a hacer las compras y le sonríe a los que aparecen en el camino.

Frente a un chalet con el techo a dos aguas y una galería repleta de zorzales enjaulados, Clarín llegó a la casa de Chiappe y dio tres golpes a la puerta. Eran las 6 y media de la tarde.

"Don François no está en casa", le respondió a la cronista una voz de hombre mayor, que titubeaba desde atrás del mosquitero de la ventana. "Soy Alfredo, un amigo", dijo el hombre con una tonada empapada del idioma italiano.

Con carcajadas –primero tensas y después más sueltas–, el hombre entabló una charla de 30 minutos, mosquitero mediante. "¿Sabe lo que pasa?", interrogó el supuesto Alfredo. "François no quiere hacer declaraciones. Será mejor que se vaya. Que no lo espere. El está asustado. Solo quiere vivir tranquilo, ¿entiende?". Sus frases, por momentos, parecían un ruego.

Ante la insistencia, el hombre siguió pegado al mosquitero. Soltó un par de risotadas contagiosas y potentes cuando se le preguntó cómo es Don Françoise. "Soy un tipo simple", dijo desenmascarándose de golpe. Y así, sin querer queriendo, entregó su identidad.

Este hombre, conocido como un capo mafia de la organización delictiva denominada "French Connection", no se asustó por la confusión. Continuó mezclando la primera y la tercera persona, reprochando la insistencia de la cronista, mientras cinco perros ladraban en la galería, bajo un imponente techo de madera.

La llegada de Margarita

Margarita Naval, esposa de François, llegó a Las Dalias cerca de las siete. "Váyase. El no va a hacer declaraciones", reaccionó la mujer asustada cuando vio a una periodista y un fotógrafo en la puerta de su casa.

Pero François –que dejó de llamarse Alfredo definitivamente–, contuvo a su mujer que a los pocos minutos invitó a Clarín a entrar en su casa.

Las Dalias, número 27, es por dentro un lugar cálido y prolijo, donde ayer se podían oler los preparativos de una cena en familia para el matrimonio con la hija y los nietos, que también viven en La Falda.

Ya sin el tono furioso del primer instante, Margarita entró de la mano de la cronista y la llevó hasta un hombre de 77 años, de espaldas anchas y bastante panzón.

François Chiappe –implicado como antiguo participante de la "French Connection" que 30 años atrás le disputaba tratas de blancas, negocios de narcotráfico, contrabando de armas y de obras de arte a la mafia mundial– tiene ojos azules y completamente redondos.

Su pelo y su bigote son blancos y algo escasos. Con una remera, un short azul y ojotas, se parece a un abuelo de cuentos, refugiado en una casa de estilo alemán y calor, también, típico de cuentos.

En un tono que por única vez fue serio, Chiappe dijo: "En La Falda encontré mi lugar en el mundo y no quiero perderlo. Solo queremos vivir tranquilos. En cuanto consiga los papeles de la residencia argentina, que están en trámite, voy a mostrar toda la documentación que tengo".

Después su charla continuó oscilando entre la risa potente y la emoción del llanto. Margarita Naval, en cambio, reía menos y lloraba más. "Nos gusta este lugar y queremos quedarnos", repetía.

Chiappe también recordó "la noche en que los militares lo intentaron tirar del balcón" de esta misma casa. "Le partieron los dientes y los desparramaron por el parque", agregó Margarita con los ojos empapados en lágrimas.

"Estuve en la resistencia francesa, pero nunca en la legión extranjera porque no fui un mercenario", contó Chiappe su versión de la historia. "Fui indultado durante el gobierno de Cámpora. Me consideraban preso político porque tuve problemas con los militares". También negó haber figurado en la circular roja de la Interpol, aunque según esta organización era buscado entre los delincuentes más importantes del mundo con el número A-8115.

Este abuelo que hace cuatro años volvió a La Falda con su elegida Margarita, ayer cenó con su familia en la casa alemana y festejó su cumpleaños número 77. □

"Murió de cáncer"

El penalista Pedro Bianchi, alguna vez abogado de Chiappe, dijo ayer a *Clarín*: "François murió hace 10 años en los Estados Unidos, donde estuvo preso. Tenía cáncer de próstata. Yo me carteaba con él hasta poco antes de su muerte".

ARCHIVO CLARIN



EN TRIBUNALES. En 1973, Chiappe y su mujer se presentan ante un juez.

Un informe

François Chiappe pidió que se le otorgue la residencia argentina, pero parece que no va a tener suerte. Un informe del Ministerio del Interior, al que tuvo acceso Clarín, recomienda que se le niegue el pedido y que sea expulsado del país.

Según ese informe, de un cuerpo asesor del Ministerio, Chiappe no puede vivir en el país por su prontuario internacional, número 5494, de donde surge que tiene antecedentes en Francia y Estados Unidos, donde lo condenaron a 20 años de cárcel por tráfico de drogas.

Desde esa época no tiene antecedentes salvo un pedido de captura de 1982 y que ya perdió vigencia. De todos modos, el informe dice que "subsisten las motivaciones que originaron las medidas" que hicieron que se fuera del país en 1976, por orden del Poder Ejecutivo. Ahora se sugiere declarar ilegal su permanencia y una vez que se haya ido disponer la prohibición de su reingreso.

OPINION

Por
ENRIQUE O. SDRECH
De la Redacción de Clarín

De leyenda

François Chiappe protagonizó en nuestro país golpes de tanta o más notoriedad que los que llevó a cabo en Europa. Tanto él como Lucian Sarti, también corso, tuvieron un rol destacado en el narcotráfico. En muchas ocasiones fueron acusados de importantes asaltos, como el perpetrado a la sucursal Boedo del Banco de la Nación, a mediados de 1968, que reportó un botín de 68 millones de pesos.

Detenidos muchísimas veces, otras tanto lograron evadir la acción de la Justicia, a través de fianzas millonarias, sugestivamente aceptadas, o, directamente, por cinematográficas fugas.

Sarti murió en México, tiroteándose con la policía, hace más de 20 años.

Chiappe reapareció ayer, como una antigua y legendaria pesadilla.

FOT. ROBUCHA

01 - 02

AGENCIA CORDOBA



UNA SOMBRA DEL PASADO. Chiappe ayer habló con Clarín a través de la ventana de su casa en La Falda.

UNA LARGA VIDA SIN GLORIA

Entre el terrorismo y la droga

Traficante de armas y drogas, el "capo-mafia" Francois Chiappe nació en la isla francesa de Corcega. Su "carrera" empezó en el París invadido por las tropas nazis, cuando apenas había cumplido 20 años. Según algunas versiones, el corso fue un "soplón" de los alemanes. Ese pasado, tal vez, es lo único que lo averguenza: cada vez que pudo, Chiappe proclamó que "perteneció a la Resistencia". Cierto o no, se tiene la certeza de que después de la liberación de Francia, en 1944, se dedicó al "negocio" de la prostitución.

En el empobrecido París de la posguerra, Chiappe conoció a otro corso, Lucien Sarti, en ese tiempo un delincuente de poca monta, con quien inició su vida delictiva "adulta". En 1947, durante un enfrentamiento a balazos en el parisino café Laura, Chiappe mató a Namitz Barca, jefe de una banda.

En 1954, el corso se enroló en la Legión Extranjera. Después de deambular por varios países de Africa y de Asia, a principios de los años 60 recaló en Argelia. La guerra de los argelinos contra Francia se acercaba a su fin, y los generales colonialistas– al mando de Raoul Salam– enfrentaban a Charles De Gaulle, que quería llegar a un acuerdo con los argelinos. Por supuesto, Chiappe se alineó con las huestes de Salam y su OAS, una organización terrorista de derecha. Años después en la Argentina colaboraría con otra siniestra organización de similar sello ideológico: las Tres A.

Su vinculación con la OAS le facilitó ganar mucho dinero con otro negocio: la venta de armas. Pero su nombre ya estaba demasiado expuesto, y su enrolamiento como mercenario en organizaciones de extrema derecha le había granjeado muchos enemigos. Chiappe, entonces, decidió emigrar a Uruguay. Además de Sarti, otro hombre lo acompañaba en sus aventuras: Joseph Augusto Ricord, más conocido como "Papá Ricord" o "El Comandante". Los tres ya integraban la mafia corsa, que le disputaba a la cosa nostra italiana el lucrativo negocio del narcotráfico, la venta de armas y la prostitución.

Los corsos vieron en Uruguay un país tranquilo, con una policía muy poco profesional. Por esta vía llegaron a la Argentina. Otra versión asegura que Chiappe llegó a la Argentina en 1965, como polizón en un buque. Lo cierto es que recién en 1968 los tres hombres aparecen "públicamente" en Buenos Aires, después de un asalto a la sucursal de Boedo e Independencia del Banco Nación. La Policía los acusó de haber cometido el hecho pero, a pesar de las evidencias en su contra, quedaron libres.

Chiappe optó por refugiarse en un lujoso chalé que había comprado en La Falda, en las sierras de Córdoba. Nada se supo de él hasta que el 3 de setiembre de 1972, la Policía lo detuvo en su refugio, acusado de ser el jefe de una organización que había introducido en la Argentina 46 kilos de heroína, con destino a Estados Unidos. También fue detenida su esposa, Margarita Nadal, entonces de 28 años.

En la madrugada del 26 de mayo de 1973, Chiappe salió de la cárcel de Villa Devoto, confundido entre los militantes y guerrilleros que acababa de liberar el gobierno peronista de Héctor J. Cámpora. Después de pasar casi tres meses en su chalé de La Falda, se entregó en agosto de 1973. Excarcelado en mayo de 1974, fue expulsado a Estados Unidos poco después del golpe militar de 1976. Desde el 9 de diciembre de 1980 estuvo preso en la cárcel de Lewisburk, en Pennsilvania. Allí pasó 12 años.

El año pasado, con discreción, un anciano François Chiappe fue hasta las oficinas de Migraciones y pidió su radicación en un país que conoce y muy bien: la Argentina.

Nº DOCUMENTO 9708921
TÍTULO En Tokio se califica como "bueno" el acuerdo Rusia-OTAN
P... 518593
FECHA 28/05/97
VINCULACIONES 66224
507282
537284
508062

TRADO
CRUZADO

XA1718

U POXBT 05-28 00288
mun exg

OTAN JAPON
TOKIO SE FELICITA POR ACUERDO RUSIA-OTAN

Tokio, 28 may (EFE).- Japón ha mostrado hoy, miércoles, su satisfacción por el acuerdo histórico alcanzado ayer en París entre Rusia y la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

Tras calificar el acuerdo como "bueno", el primer ministro japonés, Ryutaro Hashimoto, afirmó que Tokio estudiará "los cambios que se producirán en Europa y sus efectos en Asia".

Los 16 países miembros de la OTAN y Rusia firmaron ayer, martes, el Acta Fundacional que regirá las futuras relaciones entre los antiguos enemigos, que pone oficialmente el fin a la Guerra Fría y abre las puertas a la expansión de la organización militar a los países del antiguo bloque del este europeo.

Por su parte, el portavoz del Ministerio de Asuntos Exteriores, Hiroshi Hashimoto, subrayó que el acuerdo es importante tanto para los países que lo firmaron como para la paz y estabilidad del mundo.

"Ahora la guerra fría ha terminado, pero todavía la paz y la estabilidad del continente europeo tienen implicaciones globales", afirmó, para añadir que Japón quiere ser informado de cómo se lleva a cabo el diálogo entre la OTAN y la Federación Rusa bajo este nuevo marco.

La OTAN fue creada en 1949 para hacer frente a la amenaza de la entonces Unión Soviética y sus países comunistas aliados. Tras la caída del muro de Berlín y la extinción de la URSS, la OTAN ha buscado un nuevo diálogo con Rusia, país que se ha opuesto repetidamente a su expansión hacia el este. EFE

CD/FJU/FG

05/28/02 53/97

01-01

9708921

Nº DOCUMENTO 9708925
TIT. Asociación Euro-Atlántica celebra primera reunión el 30/05 en Sintra.
518593
FECHA 30/05/97
VINC. 66873
508062

ENTRADO
CRUZADO

SD04 7
0 POXBI 05 30 0050?
mun exo 10X

OTAN-COOPERACION (Prevision)
PRIMERA REUNION DEL CONSEJO DE ASOCIACION EURO-ATLANTICA

Sintra (Portugal), 30 may (EFE). El Consejo de Asociación Euro-Atlántica (CAEA), creado ayer por los ministros de Exteriores de la OTAN en sustitución del Consejo de Cooperación del Atlántico Norte (CCAN), celebra hoy su primera reunion en la ciudad portuguesa de Sintra.

El CAEA está integrado por los 16 paises miembros de la Alianza y por los 27 que integran la Asociacion para la Paz y tiene por objeto reforzar los mecanismos de cooperación política y militar ya existentes entre ambas partes.

El CAEA, según definió ayer el Consejo Ministerial de la OTAN, "sera el marco general de consultas sobre cuestiones politicas y de seguridad y para el refuerzo de la cooperación en el seno de la Asociación para la Paz, cuyos elementos fundamentales mantendran su vigencia".

Si durante los últimos cinco años el CCAN, que hoy celebrara su ultima reunion antes de desaparecer, ha sido "un foro esencial para reunir a Europa", según los ministros de Exteriores, la nueva estructura quiere reforzar la union entre los bloques europeos desaparecidos con el fin de la Guerra Fria.

Independientemente de la creación del CAEA, la OTAN plantea hoy a los demas paises europeos un "refuerzo fundamental" de la Asociacion para la Paz y el establecimiento de "relaciones de cooperación cada vez mas estrechas y profundas a todos los interesados".

Los ministros de la OTAN proponen a sus homólogos europeos, de algún modo asociados con la Alianza, diversas medidas para "reforzar las consultas politicas, acercar su participación en la toma de decisiones y planificación de la Asociación para la Paz y hacer mas operativo este organismo".

En la reunion fundacional del CAEA participan, junto al secretario general de la OTAN, Javier Solana, 43 ministros de Asuntos Exteriores.

Esta tarde esta prevista una reunion, solicitada por la secretaria de estado norteamericana, Madeleine Albright, del Consejo de Seguimiento de los Acuerdos de Paz de Dayton para Bosnia, pais sobre cuyo futuro el Consejo de la OTAN expreso ayer su más "viva preocupacion".

El Consejo considero que las autoridades de Bosnia-Herzegovina "carecen de determinacion para cumplir sus obligaciones" surgidas de esos Acuerdos de Paz y les exhortaron "con insistencia" a su cumplimiento.

La OTAN requiere a las autoridades de Sarajevo (los copresidentes bosnio, musulman y serbio) que creen instituciones centrales efectivas, el respeto de los derechos humanos, la libertad de las personas y la de prensa.

Tambien les pide que adopten medidas económicas que refuercen la unidad del pais y que colaboren en la captura y puesta a disposicion de la justicia internacional de los criminales de guerra.

9708925

α-02

En la reunion participaran los ministros de los paises que integran el Grupo de Contacto para Bosnia (Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia, Alemania y Rusia), Japon, Canada, Turquia,

Italia y Portugal, en calidad de anfitrion.

Ademas estaran los ministros de la Republica Federal de Yugoslavia (Serbia y Montenegro) y de Croacia, mientras Bosnia Herzegovina esta representada por sus tres coprecidentes (Alia Itzebegovic, bosnio musulman, Kresimir Zubak, croata y Momcilo Krajisnik, serbio). EFE

tc/cr/bu

05/30/07 02/07

02-02

9708925

Nº. DOCUMENTO 9708927

TITULO Alianza crea marco cooperación países asociados y neutrales de Europa

PROCED. 518593

FECHA DE: 30/05/97

VINCULACIONES 508062

66873

9708927

ARCHIVO +

CRUZADO ✓

01-03

[illegible]

[illegible] 05 30 00579

[illegible]

OTAN-COOPERACION (Previsión)

ALIANZA CREA MARCO COOPERACION PAISES ASOCIADOS Y NEUTRALES

Sintra (Portugal), 30 may (EFE).- La Alianza Atlantica creo hoy, viernes, un nuevo mecanismo de cooperación con los países miembros de la Asociación para la Paz y los neutrales de Europa, que abre la puerta a un nuevo concepto de seguridad en el Viejo Continente.

El nuevo Consejo de Asociación Euroatlántica (CAE) "constituirá el marco de nuestras consultas políticas y de nuestra actividad de cooperación práctica", señaló el secretario general de la OTAN, Javier Solana, en una conferencia de prensa.

El nuevo organismo sustituye al Consejo de Cooperación Noratlántico, creado a finales de 1991 para establecer el diálogo entre la OTAN y sus antiguos adversarios del Pacto de Varsovia.

Como el anterior, reúne a los 27 miembros de la Asociación para la Paz (ASP), los 16 de la Alianza Atlántica, y Tayikistan, ex república soviética que no pertenece a la ASP.

El Consejo de Asociación Euroatlántica se reunirá dos veces al año en sesiones de ministros de Asuntos Exteriores y otras dos a nivel de ministros de Defensa.

Está previsto también que se celebren reuniones extraordinarias si fuera preciso y se podrán convocar encuentros de jefes de Estado o de Gobierno.

Celebrará asimismo reuniones mensuales en Bruselas en las que participarán los embajadores ante la OTAN.

El Consejo podrá reunirse en sesión plenaria para "examinar cuestiones políticas y relacionadas con la seguridad común", y también se prevé reuniones limitadas a los miembros de la Alianza Atlántica con grupos de los países asociados que pueden variar, según el tema a tratar o la ocasión.

Para debatir asuntos relacionados con operaciones de paz o humanitarias, se podrán también celebrar reuniones con la participación de los países implicados o interesados en las misiones concretas que se analicen.

Hay además otra modalidad que contempla reuniones de la OTAN con sólo uno de los miembros del CAE.

Esta flexibilidad le convierte en un "mecanismo sofisticado" en palabras del portavoz del Departamento de Estado de EEUU, Nicholas Burns.

Fuentes diplomáticas consideran también que en cierta manera el CAE abre la puerta a la introducción en Europa de una especie de "seguridad a la carta", en la que los países pueden elegir su forma de cooperación.

Para el primer viceministro ruso de Exteriores, Igor Ivanov, que hoy representó a su país en la reunión de Sintra, el CAE es un "organismo que jugará un papel determinante en el establecimiento de la seguridad en Europa".

Madeleine Albright, la secretaria norteamericana de Estado, [illegible] por su parte que el CAE "es una nueva estructura que [illegible] juntos y que dará a la ASP una dimensión política".

[illegible] asociados a la OTAN "podrán ayudarnos a [illegible] en [illegible]" [illegible] suizos.

[illegible] también que [illegible] nuevo Consejo [illegible] parte de

9708927

02

una gran estructura que estamos construyendo para evitar en el futuro conflictos en Europa".

En este argumento incidió también Solana al señalar que con su creación "contribuiremos a construir una Europa más segura".

La secretaria de Estado puso como ejemplos de situaciones de crisis que se pueden prevenir o bien abordar en el futuro dentro del CAE la guerra de Bosnia y la crisis en Albania.

Los asuntos que podrán ser abordados en este Consejo son también amplios como las modalidades de reunión y trabajo del mismo y abarcan cuestiones políticas relacionadas con la seguridad, gestión de crisis, cuestiones regionales, armamento, terrorismo internacional y planes y presupuestos de defensa. EFE

mig/mi

05/30/16:28/97

Nº DOCUMENTO 9708928
TÍTULO Argelia no será incluida en comité cooperación mediterránea. Según decisión OTAN
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROC. 30/05/97
VINCULACIONES 507472
508062
66873

CRUZADO

T[illegible]

[illegible] 05 [illegible]

[illegible]

OTAN MEDITERRANEO
ARGELIA NO SERA INCLUIDA EN COMITE COOPERACION MEDITERRANEA

Sintra (Portugal), 30 may (EFE).- Argelia será el único país del Magreb, además de Libia, que no participará en el Comité de Cooperación Mediterránea que la OTAN decidió lanzar en la cumbre de Madrid, confirmó hoy, viernes, el secretario general de la Alianza, Javier Solana.

El secretario general de la OTAN respondió con un "no" al ser preguntado en una conferencia de prensa sobre si Argelia formará parte de dicho Comité, con cuya creación se pretende profundizar el diálogo con los países del Mediterráneo.

"El comité será creado probablemente en la cumbre de Madrid e incluirá a los países ya presentes en el diálogo con el Mediterráneo", señaló Solana.

El diálogo con los países del Mediterráneo, una iniciativa española y francesa, comenzó en 1995 y en él participan Marruecos, Jordania, Túnez, Mauritania, Egipto e Israel.

Argelia, cuya incorporación defienden Italia y España, quedó fuera debido a su situación interna.

En la reunión que los ministros de Asuntos Exteriores de los países de la OTAN celebran en la localidad portuguesa de Sintra, España e Italia defendieron la conveniencia de extender y profundizar las relaciones con esos países.

"Espero que de la cumbre de Madrid pueda salir algún tipo de institucionalización de este diálogo y la formación de un grupo de Cooperación mediterránea o como se lo quiera llamar", señaló el ministro español de Asuntos Exteriores, Abel Matutes.

Su colega italiano, Lamberto Dini, dijo por su parte que el objetivo final del reforzamiento del diálogo con los países mediterráneos debe ser "una Asociación para la Paz", pero necesitamos tiempo para prepararla.

España, Italia y Francia defienden la intensificación del diálogo y las consultas con esos países para equilibrar la ampliación de la Alianza al este de Europa y la Asociación para la Paz, integrada por los países ex comunistas de esa zona, antiguas repúblicas de la desaparecida Unión Soviética y países neutrales.

EFE

mig/[illegible]

[illegible]

01-01

9708928

N. DOCUMENTO 9708929

TITULO España negocia mayor integración en la estructura de mando de la OTAN

PROCED. 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 03/05/97

VINCULACIONES 508062
507513

9708929

ENTRADO
CRUZADO

01-03

DP4221

R POXBT 05-03 00727
mun

ESPAÑA-OTAN
NEGOCIACION INGRESO ESTRUCTURA MILITAR CENTRO PRIMER AÑO AZNAR

Por María Luisa González

Bruselas, 3 may (EFE).- El primer año de Gobierno de José María Aznar se caracterizó respecto a la OTAN por la decisión de integrarse plenamente en la estructura de mando y obtener el lugar que le corresponde a España en la Alianza por su peso político y aportación militar.

El Gobierno negocia la integración de España en la estructura militar de la OTAN con el respaldo del 91 por ciento del Congreso de los Diputados, que el pasado 14 de noviembre aprobó el mandato para negociar con la Alianza Atlántica la plena incorporación a la estructura de mando.

La "apreciación general y la valoración es positiva" por parte de los demás aliados a la aspiración española de integrarse en la estructura de mandos y tener un reflejo de su peso y aportación en la misma, dijo a EFE el embajador español en la OTAN, Javier Conde.

Tras la decisión de incorporarse a la estructura militar, de la que España permaneció fuera desde su entrada en la OTAN en 1982, las líneas de actuación del Gobierno español se han basado en "la voluntad de una integración total en la estructura de mando, la voluntad de participar en el proceso de ampliación de la Alianza, y de una plena participación en todo el proceso de una nueva OTAN", agregó.

España llega en un buen momento para negociar su incorporación a la estructura militar ya que la Alianza, tras la decisión adoptada en 1994 de transformar la OTAN para adaptarla a los cambios registrados tras el fin de la guerra fría, lleva a cabo un proceso de reforma en el que las aspiraciones españolas pueden encontrar su acomodo.

España aspira a albergar un cuartel general subregional conjunto, con control sobre todo el territorio nacional, incluidas las islas Canarias, y sobre los tres ejércitos : tierra, mar y aire.

La aspiración española de conservar el control sobre las aguas que rodean las islas Canarias, geograficamente situadas en el área atlántica dependiente del cuartel general estratégico aliado del Atlántico (Saclant) y no del Europeo (Saceur), como España, plantea un conflicto con Portugal.

Lisboa, con una larga trayectoria en la OTAN, se opone a que el mando subregional español controle las aguas atlánticas de Canarias y reclama dicho control para el Saclant y también para su mando regional situado en Oeiras y de un nivel superior al que puede obtener España.

Esta disputa, según reconoció el presidente del Comité militar de la OTAN, el general Claus Naumann, bloquea la reforma de la estructura de mandos en el nivel subregional del sur de Europa, que debería ser aprobada en la cumbre atlántica de julio en Madrid, y en la que se espera que España anuncie su ingreso en la estructura de mando.

España, según Naumann, quiere que sea el cuartel general supremo de la Alianza en Europa, el Saceur, situado en la localidad belga de Mons, el mando superior del que dependa el

9708929

control de las aguas Canarias, ya que de ese modo no caería en la zona de responsabilidad del cuartel regional portugués de Oeiras.

"Las espadas siguen en alto", reconoce una fuente diplomática, que considera normal que "Portugal defienda sus intereses" y cree que la disputa sólo podrá superarse "con un acuerdo político" entre ambos países.

La OTAN evita pronunciarse cuando dos socios mantienen una disputa por sus áreas de influencia, pero una fuente aliada consideró que "es muy bueno que España haya optado por la vía de la integración total en la estructura militar e intente ocupar el lugar que le corresponde por su peso, su aportación en términos militares y geoestratégicos y también por su amplia contribución a operaciones de paz internacionales".

España aspira además a tener presencia en el control de las entradas y salidas del estrecho de Gibraltar, que reclama también para el Saceur, y una amplia representación en los grandes cuarteles generales de la Alianza, como el Saclant (situado en EEUU), o el disputado mando sur de Nápoles, desde el que se controla todo el Mediterráneo.

El hecho de que se decidiera que la cumbre de julio, en la que los Jefes de Estado y de Gobierno de los 16 países que integran la Alianza se reunirán para dar comienzo oficialmente a la ampliación o impulsar una amplia reforma de la estructura de mando, demuestra que "los socios de la OTAN están dando ya a España el lugar que le corresponde", señaló una fuente aliada.

Dicha decisión tiene "un fuerte valor simbólico" en el "sentido de reconocer el interés español por participar plenamente en la nueva OTAN y es una apreciación positiva del nuevo papel de España", opinó también una fuente diplomática. EFE

03-03

Nº DOCUMENTO 9708930
TITULO EEUU. Desarticulan red de narcos colombianos. -
PROCEDENCIA Agencias
FECHA DE PRODUCCIÓN 17/5/97
VINCULACIONES 11176 - 11227
65092 11080
65890
11351
11224
11226
11354

DP5908

U VARBT 05 17 00348
mun exg icx

EEUU-DROGAS/COLOMBIA
DESARTICULAN RED NARCOTRAFICANTESS COLOMBIANOS

Nueva Orleans (EEUU). 17 may (EFE).- Las autoridades antidrogas de EEUU han desarticulado una red colombiana de distribución de cocaína y lavado de dinero establecida en Nueva Orleans, se anunció hoy, sábado.

El final de esta operación, realizada en varios estados, ha supuesto la detención de 36 individuos y la confiscación de 400 kilos de cocaína pura, según anunció el Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA).

Los responsables de la DEA aseguraron que, durante los dos ultimos años, los miembros de la banda han estado utilizando la ciudad de Nueva Orleans para realizar reuniones y entregas de la droga enviada desde Colombia.

Posteriormente, la cocaína era distribuida hacia otras ciudades de EEUU, como Nueva York, Detroit y Nashville.

Uno de los contactos del cartel en Nueva Orleans era un agente encubierto de la DEA a quien se confió la última remesa de cocaína.

Fue en ese momento cuando agentes del Servicio de Aduanas y de la misma DEA comenzaron a ejecutar diversos arrestos.

En febrero de este año, Henry Matos, miembro del grupo, se encontró en un motel del distrito de Metairie, en Nueva Orleans, con el agente encubierto a quien entregó una maleta con más de medio millón de dólares.

Poco después, segun explicó el agente Jerry Fadalino, de la Oficina de Aduanas de Nueva Orleans, la banda decidió enviar un importante cargamento de droga para probar la fiabilidad de sus contactos en el estado de Louisiana.

En ese momento, en palabras de Fadalino, "supimos que teníamos toda su confianza". La decision de operar en Nueva Orleans se debe, según este mismo agente, a la facilidad que ofrece en cuanto a comunicaciones y lavado de dinero que, posteriormente, era situado en otros lugares de Estados Unidos.

La fiscalia ha identificado a Octavio Betancur como el jefe del grupo quien, junto a María Claudia Córdoba y Oscar Botero, son acusados de diversos cargos.

Según Fadalino, además de las detenciones realizadas, principalmente en Nueva York, Detroit, Saint Louis y Nashville, se han requisado tres millones de dolares y se han congelado otros 20 millones depositados en diversas cuentas bancarias. EFE

RCE FI

05/17/97 23:07

01-01

9708930.

Nº DOCUMENTO 9708931
TITULO
PROCEDENCIA PAGINA 12
FECHA DE PROCEDENCIA 17/5/97
VINCULACIONES

DEBATE SOBRE LA CAMPAÑA OFICIAL

Lecciones de droga para dibujitos

*Los dibujos animados de dos adolescentes y un funcionario protagonizan la nueva campaña oficial contra el consumo de drogas. Tres especialistas consultados por **Página/12** cuestionan sus contenidos y efectos. Faltan programas preventivos.*

Los spots de la campaña

La campaña fue lanzada por la Secretaría para la Prevención de la Drogadicción que encabeza Julio César Aráoz. Incluye cinco spots de poco más de un minuto de duración cada uno. En tres de ellos aparece el subsecretario de Prevención y Asistencia, Alfredo Miroli, conversando con dibujos animados de dos adolescentes, un varón y una mujer, de aproximadamente 15 o 16 años, ambos de clase media. El joven, Fleco, es rubio, luce aros en sus orejas y una gorra con la visera hacia atrás. Male, de pechos prominentes, es pelirroja y viste una musculosa amarilla y un pantalón rojo. En cada uno de esos tres spots, Miroli se refiere en forma separada a los efectos que provocan en el organismo la marihuana, la cocaína y el éxtasis, aterrorizando a los dos adolescentes. En el cuarto spot, se ve a Miroli dando una charla a un grupo de jóvenes de carne y hueso, entre los que están mezclados Fleco y Mele. "Las drogas destruyen tu sistema nervioso, tu corazón, tu sexualidad, tu libertad, tus proyectos, tu futuro. No dependas. De vos depende", les dice Miroli.

En el último de los spots, la estrella es el mismo secretario Aráoz. Male y Fleco llegan a verlo a su despacho para plantearle su preocupación porque "un compañero de la división se droga". "Lo vimos *fumar marihuana* y dice que también consume cocaína. ¿Es tan serio el asunto?", preguntan los chicos. Y Aráoz les contesta: "Desde el momento que se droga ya perdió la voluntad y la libertad. Tenemos que planteamos hacer entre todos una sociedad libre de drogas y no con libertad para drogarse porque lo primero que se pierde es la libertad..."

(*Por Mariana Carbajal*) Desde ayer, el subsecretario nacional de Prevención y Asistencia, Alfredo Miroli, aparece en la televisión explicándoles a dos dibujos animados de adolescentes los daños que ocasionan en el organismo el consumo de marihuana, cocaína y éxtasis, en el marco de la campaña más importante de prevención de la drogadicción encarada hasta el momento por el Gobierno nacional. Consultados por *Página/12*, tres especialistas en adicciones criticaron la campaña y cuestionaron los siguientes aspectos del mensaje que transmite: sólo se hace hincapié en los peligros que implica ingerir estupefacientes y en algunos casos, incluso, se llega a informar erróneamente sobre los efectos de las drogas, como en el caso en que Miroli asegura que "una mamá que toma cocaína durante el embarazo tiene a veces un bebé sin cerebro". El lenguaje elegido es complejo de entender para los sectores menos instruidos; nada se dice sobre las causas que llevan a un joven a drogarse ni se da ningún número de teléfono al cual recurrir en caso de dudas o necesidad de pedir ayuda.



Los dibujitos y Alfredo Miroli, subsecretario nacional de Prevención y Asistencia.

"La juventud necesita otro tipo de mensaje, no sólo la explicación de cómo daña la droga al organismo", cuestiona un especialista.

"No se puede hablar desde el terror. Decir que los bebés nacen sin cerebro es jugar con la imposibilidad de la comprobación. Cada día 4 o 5 cocainómanas dan a luz en el hospital y nunca he visto que sus hijos nazcan descerebrados. Sí es cierto que nacen con anomalías y deficiencias orgánicas como bajo peso, síndrome de abstinencia o desbalances endocrinológicos. Me parece que la *juventud* necesita otro tipo de mensaje, no sólo la explicación de cómo daña la droga al organismo", cuestionó el médico toxicólogo del Ramos Mejía, Alejandro Carrá. Para Carrá en los spots no se ve la perspectiva del drogadicto. "Todos los pacientes que atiendo saben que las drogas complican su salud, pero igual se drogan por otros motivos. No creo que el que se drogue deje de hacerlo con esta campaña. El Gobierno se sigue olvidando de las causas del consumo, que son, entre otras, la falta de posibilidad laboral, la desintegración familiar", agregó Carrá.

El primer spot informa sobre los efectos que causa la marihuana (ver aparte). Miroli advierte que esta droga "destruye" las células del cerebro, y "genera esterilidad y además impotencia". Para Carrá debería aclararse cuánta marihuana debe consumirse para sufrir tales consecuencias. "Aunque no hay que dejar de decir que las drogas no provocan nada bueno, está probado que las personas que fuman marihuana de vez en cuando, los llamados consumidores recreativos, no sufren ninguna alteración en su organismo", puntualizó el toxicólogo del Ramos Mejía. "El cerebro se destruye y aparece la esterilidad y la impotencia después de consumir durante seis meses de dos a cuatro porros por día", aclaró el médico psiquiatra Camilo Verruno.

"El mensaje es complejo de entender y se dirige básicamente a una población sana, de clase media, instruida. No llega a los jóvenes de menos recursos, entre los que hay un alto porcentaje de consumidores. Además, un consumidor no puede fijar la atención el tiempo que dura cada spot", consideró Daniel Campagna, presidente de la Asociación de Comunidades Terapéuticas Argentinas (ACTA). Para el especialista, "habría que quitarle solemnidad al mensaje. No debe quedar en una charla de un especialista. Debería participar gente común, o personalidades como en el caso de la campaña de sida, que hablen coloquialmente". "Además –agregó Campagna– es fundamental que una campaña televisiva incluya un teléfono al cual se pueda recurrir."

"Mas que campañas deberían diseñarse programas preventivos. La campaña comienza y termina. Aquí hacen falta programas de concientización e información a largo plazo, que se extiendan por varios años", consideró Verruno, representante argentino del proyecto Cono Sur para reducción del consumo de drogas en América latina. No obstante, Verruno opinó que "como primera aproximación al tema podría estar bien", aunque "el mensaje debería ser menos paternalista y más participativo, y tendría que explicarse que al principio las drogas dan una sensación de bienestar y después destruyen".

POR - REDUCIDA

97089317

COLOMBIA

Los desplazados

Son echados por las armas guerrilleras, militares o narco. Pierden sus casas y su tierra. Viven hacinados en ningún lugar.

Dicen que Colombia parece Ruanda, pero no lo es. En verdad, hace años que sufre una enfermedad que prende bien en suelo latinoamericano. En parches de tierra infectada, suelo infinitamente necesario que, sin embargo, termina expulsando a los que siempre lo pisaron. Parches malditos por su riqueza y por la enorme atracción que ejercen sobre los hombres, capaces de matar por su dominio.

A diferencia de Ruanda, tanto Colombia como Perú, Guatemala, México y Brasil saben de una clase de peregrinos distintos: los que no tienen a dónde llegar.

Los desplazados internos no son refugiados. En el mundo, suman unos 30 millones. Resbalan por la tierra de su propio país, a la que parecen condenados. Ciudadanos olvidados en países con gobiernos democráticos en crisis, que no consiguen darles seguridad. América latina los crea y diversas causas -a veces políticas, a veces económicas- los destierran. Les quitan la casa y el paisaje, todo lo que tienen.

Los Sin Tierra, casi 5 millones de familias, caminan Brasil casi por razones económicas, detrás de un lugar donde comer, dormir y trabajar. En Perú, la lucha entre la guerrilla y la contraguerrilla llegó a desterrar a casi 500.000 campesinos, al margen de los motivos e intereses de esa guerra. El conflicto de Chiapas, a fines de 1994, desplazó a 22.000 mexicanos; milagrosamente, 18.500 han vuelto en los últimos tiempos a su hogar.

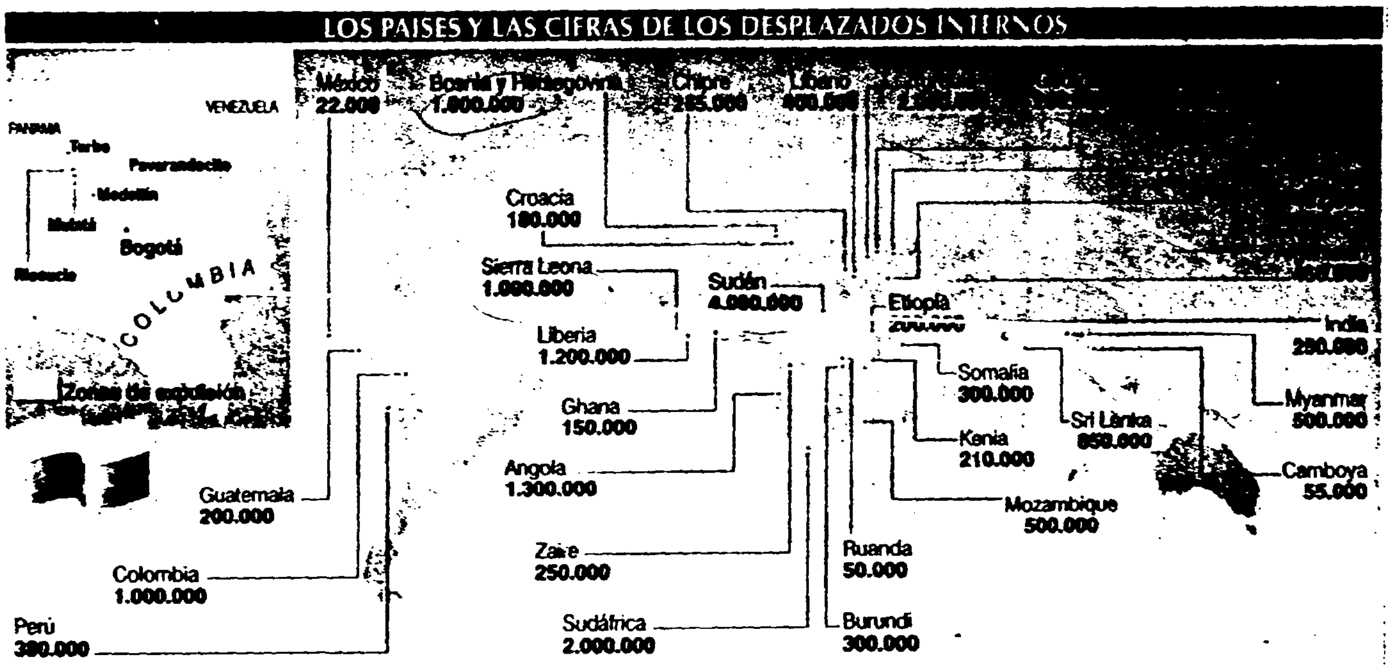
En Colombia, el gobierno aún no tiene un censo exacto de sus desplazados internos. Según la Conferencia Episcopal, Unicef y diversas organizaciones no gubernamentales, desbordan el millón.

Todos parecen entrar en la categoría de lo que Francis Deng, representante del secretario general de la ONU, define como desplazado interno: "Toda persona que se haya visto obligada a emigrar dentro del territorio nacional, abandonando su lugar de residencia o su oficio habitual, debido a que su vida, su integridad física o su libertad se han hecho vulnerables: sea por conflicto armado interno, disturbios o tensiones, violencia generalizada, o violación de los derechos humanos".

Exodo. "Si nos quedábamos en Riosucio era muerte segura. Ponían bombas en todos los pueblos. Nadie se salvó de la amenaza de los paracos (así llaman a los paramilitares). No nos organizamos ni nos llamamos uno a uno para irnos, porque no tenemos teléfono. Nos fuimos desesperadamente", cuenta el desplazado Moisés Perea.

Moisés llegó a Pavarandocito, un caserío en el municipio de Mutatá, justo para el jueves santo. De todos los campamentos improvisados ante el éxodo masivo en la zona norteña de Urabá, Pavarandocito es el más grande del área. Fue demarcado por el ejército. En abril era el "refugio" de 3.000 personas, hoy ya junta casi 7.000. Es un terreno de dos cuadras por dos cuadras.

LOS PAISES Y LAS CIFRAS DE LOS DESPLAZADOS INTERNOS



Fuentes: U.S. Committee for refugees; ACNUR.



MILES. Huyeron durante cientos de kilómetros y ahora conviven con demasiadas carencias en el norte. También hay desplazados en Bogotá.

Sobre el pasto, debajo de plásticos negros sostenidos por cuatro palos, se agrupan familias de hasta diez personas. El piso, de dos metros por uno y medio, está húmedo. Es evidente que la tierra no alcanza para todos.

"Desde octubre del '96, los militares y las guerrillas nos tomaron de anzuelo", sigue Moisés. "A veces mandábamos nuestras lanchas a comerciar en la ciudad y no volvían. Un día, los paracos vieron a nuestro hombre y le quitaron su mercadería acusándolo de ser 'sapo' y 'auxiliador', como llaman a los que colaboran con la guerrilla. Más tarde, cuando se volvía sin nada, un guerrillero que lo había visto amenazó con matarlo si lo veía otra vez 'dándole cosas a los paramilitares'."

A principios de febrero, el pueblo que Moisés tuvo que dejar se llenó de helicópteros bombarderos, según cuentan, propiedad exclusiva del ejército colombiano. Nadie dudó en abandonar Riosucio. Además de tres grupos guerrilleros de las FARC, aparecía la presencia de los paramilitares y de las autodefensas. Todos armados, constituyen la franja entera de los que se disputan no sólo la tierra sino el poder sobre territorio colombiano.

"La situación es particularmente trágica en Urabá, donde la violencia es endémica", dice el informe Deng. Y la expulsión no aparece separada de la sangre. A la histórica confrontación entre fuerzas armadas y guerrilla en todo el territorio, se sumó luego el accionar de los paramilitares o ejércitos privados, nacidos como grupos de autodefensa en zonas guerrilleras, contratados por empresas locales e internacionales y también por los cárteles de la droga, que durante los '80 adquirieron esas tierras subvaluadas por la fuerte presencia subversiva.

Región bananera agroindustrial, en el noroeste colombiano limítrofe con Panamá, Urabá es codiciada por su fertilidad y como punto estratégico para el comercio: asomada al océano, por allí entra y sale todo lo que alimenta y da dinero a Colombia. Mercancía legal y también armas y droga. Todos quieren tener algo en Urabá. El proyecto del presidente Ernesto Samper de hacer pasar por allí un canal interoceánico similar al de Panamá, que una el Caribe y el Pacífico, terminó de coronar a la región.

"A los 15 días de andar ya se habían sumado personas de todos lados", cuenta Moisés. Caminaron 40 días sobre el piso, que quemaba y cortaba. Ocho niños murieron; una mujer, que dio a luz en el camino, perdió a su bebé. Llegaron con los pies reventados por la selva y por la piedra.

Desde enero de 1997 el éxodo desde la región de Chocó hasta la de Antioquia arrastró a casi 12.000 personas, la mayoría campesinos y pescadores, minorías indígenas y negras. Además de los 7.000 que recalaron en el campamento de Pavarandocito, otros 4.000 desplazados se hacinan en el Co-



CHICOS. La tercera parte de las víctimas en Colombia tiene menos de 10 años. En Pavarandocito conviven 7.000 personas en pequeñas carpas.

Foto: Gentileza diario "El Espectador".

ENTRE TODOS. **Las comunidades de desplazados colombianos se cuidan entre todos, pero las precarias condiciones de higiene provocan olas de paludismo y fiebre intestinal.**



liseo Municipal (especie de estadio deportivo) del puerto de Turbo o en caseríos de las Bocas del Río Atrato.

Contra el destino de los desplazados, unos 1.000 campesinos partieron hacia el vecino Panamá. A pesar del pedido de Amnistía Internacional, 300 de ellos fueron rechazados y devueltos en helicópteros a Colombia, repatriación por la fuerza que en noviembre de 1996 ya habían sufrido otros 88 colombianos. En las devoluciones, siempre, cooperó la fuerza aérea colombiana.

Los campamentos hacen pensar en Ruanda porque allí están los "negros" colombianos y porque también hay paludismo, diarrea, fiebres intestinales y las mujeres dan a luz sobre hojas de plátano. Y porque a los chicos, mal alimentados, se les comienza a aclarar el pelo y se les hincha la barriga. A pesar de la ayuda de la Red de Solidaridad Social de Colombia y la Cruz Roja, la comida sólo se sirve en platos chicos y los médicos, hasta hace algunas semanas, eran sólo tres.

HISTORIA SIN TIERRA. El fenómeno no es nuevo en Colombia y parece no ser descifrado por nadie. "Estos hombres, desplazados por la violencia, han dejado todo para no ser asesinados. Lo han perdido todo y están allí sin poder hacer nada. Pero siguen en la mira: las autoridades militares llegaron a temer que esto fuese un éxodo planeado por las guerrillas para cortar caminos", dice Elizabeth Yarce, corresponsal del diario "El Espectador" en esa zona.

Aunque el norte colombiano es hoy la región más afectada por el conflicto, el país también vio el peregrinaje de campesinos barridos desde las zonas cocaleras del este y sur del país: el Programa de Erradicación de Cultivos Ilícitos ya destruyó más de 100.000 hectáreas de narcocultivos. Lo que quedó -una zona de franco enfrentamiento entre la guerrilla y el ejército- ya no les pertenece ni siquiera a los viejos sembradores de maíz, yuca y plátano.

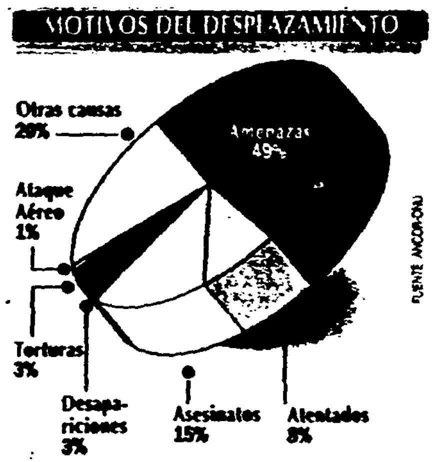
Los desplazados huyen en absoluto silencio por temor a ser identificados. Las cifras disponibles del destierro, nunca exactas, asustan: el éxodo permanente ha volcado en Bogotá, la capital del país, más de 100.000 desplazados. Viven en casas prefabricadas en los "barrios de invasión" o "cordones de miseria". También en Medellín, segunda ciudad del país, 15.000 desplazados conviven en zonas de alto riesgo.

Dice Unicef que cuatro familias son desterradas cada hora, y según la Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento (CODHES), 1 de cada 40 es un desplazado interno y la mayoría son menores de 18 años. De ellos, el 60% proviene del campo. Allí, los paramilitares están vistos como las fuerzas más hostiles, seguidos por la guerrilla y las fuerzas armadas.

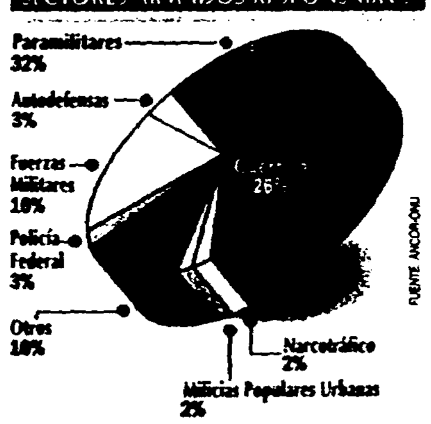
Un campesino de Bellacruz, hacienda del noreste colombiano, donde grupos paramilitares desalojaron por la fuerza a 287 familias campesinas en 1996, resumió ante Amnistía Internacional el padecer de un país donde el terror anula todos los derechos humanos. "¿A dónde vamos a ir? A la gente le da miedo hablarnos, porque con tanta propaganda diciendo que somos guerrilleros nadie quiere exponer su vida prestándole un servicio a un 'guerrillero'. ¿Cuánto hemos perdido nosotros? ¿Quién nos restablecerá la estabilidad perdida, la salud perdida, las vidas perdidas? Hay muchos que pueden comenzar desde cero, pero yo ya estoy viejo. He comenzado muchas veces desde cero, ahora las fuerzas me empiezan a faltar. Lo que me quedaba, lo quemaron en Bellacruz." ●

ROSALIA ITURBE

MOTIVOS DEL DESPLAZAMIENTO



SECTORES ARMADOS RESPONSABLES



EDAD DE LOS DESPLAZADOS

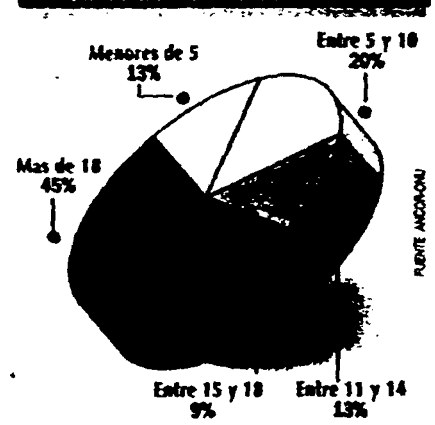


FOTO: GENTILEZA DIARIO "EL ESPECTADOR" - INFOGRAFIA: CLARA GONZALEZ.

03

9708932.

LA LUCHA POR LA TIERRA

LA VIOLENCIA CONTRA LOS CAMPESINOS

Más de un millón de personas huyen de la muerte en Colombia

Es un éxodo sin precedentes en el continente • Escapan de la guerra entre paramilitares, narcos y la guerrilla por la posesión de la tierra • El número de desterrados equivale a la población de La Matanza

Clarín EN URABÁ, COLOMBIA

NELSON F. PADILLA
Enviado especial

Alirio Mosquera Palacio tiene 28 años, una esposa, cinco hijos y ningún hogar. Como más de un millón y medio de campesinos colombianos, se vio obligado a emprender una huida sin rumbo, a través de los ríos y la selva del norte colombiano, para escapar de la **guerra no declarada** que libran paramilitares, narcotraficantes, guerrilleros y fuerzas del ejército.

Clarín acompañó a Alirio y a su familia en la travesía por el río Peranchito, en el norte de Colombia. Fueron cuatro días de viajes en botes, noches de sueño difícil en casas desocupadas, interminables caminatas, desesperación, gritos de niños y hambre menguado con **agua y bananas** recogidas en las riberas.

Un periplo similar fue seguido ya por **un millón y medio de nómadas** colombianos, un éxodo comparado con el de Ruanda y denunciado por un documento de las Naciones Unidas al que tuvo acceso **Clarín**. (...)

El aluvión de desplazados colombianos representa un éxodo difícil de imaginar: es como si debieran exiliarse todos los pobladores del partido bonaerense de La Matanza, el más grande de la provincia con casi 1,2 millón de habitantes.



DESTIERRO. La cabeza gacha, el gesto resignado, las columnas de refugiados huyen con lo puesto. No saben si regresarán.

> "Los paramilitares nos dijeron que nos fuéramos y que nos avisaban por lástima"

Los colombianos refugiados en su propio país huyen de los combates de la guerra librada entre la guerrilla, los paramilitares –pagados por hacendados–, los narcotraficantes y el ejército y cuyo botín es **la posesión de la tierra**.

Una de las regiones más calientes en este conflicto es la del Urabá, una selva bananera ubicada cerca de la frontera de Panamá, en el norte de Colombia y entre el **Mar Caribe y el océano Pacífico**.

La guerrilla quiere las tierras del Urabá y otras regiones colombianas para venderla a bajo precio a los narcos, que la usan luego como vía de salida de la droga hacia los Estados Unidos.

Los hacendados se aprovechan del conflicto para aumentar sus posesiones con campos por los que no pagan un peso. Y aunque los militares lo niegan, en los combates también participan los grupos civiles armados ilegales.

Peregrinos del miedo

El precio de esta guerra lo paga **entre el 3 y el 4% de la población colombiana que hoy vive en el destierro.**

A Alirio Mosquera Palacio, el destierro le llegó sin aviso la última semana de febrero. Distintos grupos paramilitares se desperdigaron, entonces, por las veredas de su municipio, Riosucio, en la región de Chocó, en el noroeste de Colombia, a varios kilómetros de la frontera con Panamá.

Hubo un **ultimátum** a la población: debían abandonar sus casas antes del primero de marzo. La amenaza fue tan clara que todos los campesinos dejaron al otro día sus ranchos y los cultivos.

"Llegaron, se identificaron como 'paras' y nos dijeron que desocupáramos la comunidad porque la necesitaban, que si no no respondían por nosotros y que nos avisaban por lástima", contó Alirio.

"Mi mujer, mi mamá y mis siete hijos **salimos a correr apenas con lo que teníamos en el cuerpo** y un bolso que yo recogí", relató otro de los desplazados, Fernando Araujo. "Alcanzaron a destruir varias casas", agregó.

Los perseguidos atravesaron varias poblaciones donde el mensaje fue continuar viaje: allí también todos estaban huyendo, **a cambio de no ser asesinados** o ver sus hijos muertos y sus casas incendiadas.

Retomaron el camino, estudiaron la situación en diversos pueblos cercanos y se decidieron a seguir rumbo norte, hasta cruzar de oeste a este el Golfo de Urabá, sobre el Mar Caribe.

Pero cuando desembarcaron, cuando ya creían que lo peor había pasado y sus vidas estaban salvadas al menos por el momento, la policía los detuvo, los amontonó en un camión y los trasladó a un edificio municipal en la localidad de Turbio, del lado este del Golfo de Urabá, hacia Venezuela.

Desde entonces, hace ya dos meses, Alirio y sus compañeros de ruta viven en el edificio municipal de Turbio, hacinados, con otros 1.300 **expulsados**, en su mayoría negros e indígenas.

Duermen tapados con mantas o con hojas de banano en colchonetas amontonadas sobre tribunas de cemento, a menudo húmedas gracias a las gigantescas goteras del edificio que alberga a ancianos, niños, hombres y mujeres.

Los niños, espejo del drama

Los niños colombianos se han acostumbrado a convivir con la muerte. Esa fue la conclusión a la que arribaron azorados psicólogos de UNICEF luego de pedir a **setecientos hijos de desplazados** que dibujen y describan en cartas cómo es su vida cotidiana en Urabá, la región agitada por un éxodo sin precedentes en todo el continente.

Según el estudio de la organización mundial para la infancia, casi todos incluyeron las palabras "**muerte**", "**tristeza**" y "**dolor**" en sus escritos. Los dibujos fueron aún más reveladores: no hubo uno de los niños analizados que no garabateara en el papel la imagen sobrecogedora de **un entierro, una madre llorando al pie de un ataúd o un fusil** junto a la figura de algún integrante del grupo familiar.

El organismo que depende de la ONU concluyó que, por extensión, es de esperar que la **mayoría** de los hijos de desterrados estén sufriendo el mismo problema. Hay otro dato más para medir la catástrofe: en 1996 hubo 180 mil campesinos que fueron echados de sus tierras. Más de la mitad eran niños.

Abandonados

La escena ocurrió en un campamento. Cientos de desplazados se reúnen en fogones improvisados para cocinar su cena. Unas pocas monjas y médicos voluntarios atienden a los enfermos. En medio de la muchedumbre hay una niña de unos tres años, sola y llorando. Entre los mismos desterrados se preguntan: "¿De quién es?". Saben que es **uno de los tantos niños abandonados en el campamento**. Pero ninguno contesta. Y la dejan en el mismo sitio llorando y con hambre. Ellos ya tienen demasiados hijos que cuidar.

Exodo de millares de campesinos en Colombia



Bogotá - Después de perderlo todo a causa de la creciente violencia, 18.000 campesinos colombianos caminan hoy sin rumbo hacia centros urbanos del norte del país.

Están divididos en dos grupos y huyen de la misma guerra librada entre la guerrilla, los paramilitares, los narcotraficantes y el ejército por poder territorial. Seis mil de los agricultores son negros, algunos indígenas, del selvático Urabá chocoano, en la frontera con Panamá.

Fueron expulsados de sus tierras por guerrilleros y bandas parapoliciales pagadas por los hacendados, dijeron fuentes gubernamentales. La guerrilla quiere la tierra para venderla a bajo precio a los narcos, que la usan luego como vía de salida de la droga hacia los Estados Unidos. Por su parte, los hacendados se aprovechan del conflicto para aumentar sus posesiones con campos por los que no pagan un peso. En su dramática huida, los campesinos se han asentado provisoriamente en pequeñas ciudades a la espera de que el gobierno les garantice el derecho a la vida, a la propiedad y al trabajo.

En por lo menos seis centros urbanos hay emergencias sanitarias declaradas por el hacinamiento de miles de familias que reciben dos raciones de comida al día de manos de voluntarios de la Cruz Roja.

Todos contra todos

Un grupo de 2.887 agricultores se instaló en un pueblo llamado Pavarandó, al que el miércoles llegaron varios ministros del gobierno encabezados por Horacio Serpa, titular de Interior, para buscar una solución al fenómeno. La policía y el ejército intentan contener a los desterrados y el martes ya hubo un enfrentamiento que dejó cinco campesinos heridos.

Allí, al menos 1.200 guerrilleros de cuatro frentes de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), la principal guerrilla del país, son perseguidos desde hace un mes por un batallón del ejército. Ha habido combates diarios y bombardeos de zonas selváticas. Aunque los militares lo niegan, en los combates también participan los grupos civiles armados ilegales, a los que llaman «los paramilitares». Detrás de los combates subyace el interés de todos los combatientes por quedarse con las tierras, en una maniobra de saqueo que se incrementa en zonas donde el valor de los campos es cada vez mayor. Por ejemplo, en el caso del Urabá chocoano, los campesinos fueron expulsados de una región selvática, pobre y tradicionalmente en poder de negros e indígenas. Desde el año pasado, cuando el presidente Ernesto Samper anunció que Colombia pretende construir un canal interoceánico que comunicará el Atlántico con el Pacífico en el siglo XXI, esta región se pobló de todos los actores armados. Los paramilitares y los narcos invaden las tierras y talan las selvas. Los labriegos negros y los indígenas que habían logrado que el Estado les reconociera legalmente la propiedad de esos campos para trabajarlos en un programa de desarrollo sostenible, hoy huyen de la violencia que no les reconoce derecho alguno.

La guerrilla agrega un condimento a este drama. Aprovecha la situación para atraer a los negros y a los indígenas atacados por los paramilitares o los hacendados. La estrategia ya les dio resultado: «Benkhos Biono» es el primer frente de guerrilleros negros del país. Quienes no se suman a los rebeldes deben dejar su tierra y sus bienes para no ser asesinados.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Busqueda pág 46 10/4/97

VINCULACIONES

Cada día, 500 personas deben abandonar sus hogares en ese país y en el último año fueron casi 37 mil, una cantidad aún mayor que en Ruanda

Los desplazados: otro drama humano surgido de la violencia crónica instalada en Colombia

Colombia es un país con una visceral tradición de violencia, ya que desde hace años se enfrentan la guerrilla, el ejército, los grupos paramilitares y el narcotráfico. Entre ellos y contra todos. Las víctimas de esta espiral, que lleva varias décadas, han sido políticos, jueces, periodistas, y miles de personas anónimas.

Pero además de las muertes como consecuencia de esa violencia —que ya poco impacto causan por su costumbre— en Colombia existe otro enorme drama humano desde hace varias décadas que es el de los desplazados.

Recientes estadísticas divulgadas por Unicef y organizaciones colombianas defensoras de los derechos humanos revelaron que, durante el año pasado, un promedio de 500 personas abandonaron sus hogares diariamente, registrando en ese período más desplazados que la turbulenta Ruanda.

De acuerdo con esas cifras, entre diciembre de 1995 y diciembre de 1996, 36.202 familias se vieron obligadas a abandonar sus hogares. En los últimos doce meses, 900 mil campesinos fueron expulsados "a balazos" de sus parcelas hacia diversos centros urbanos. Este dramático movimiento migratorio, según lo indican los despachos internacionales de los últimos días, está lejos de cambiar la dinámica.

Ahora, 7.500 campesinos de la noroccidental región de Urabá huyen del municipio de Riosucio hacia los pueblos de Turbo y Mutatá, debido a los enfrentamientos armados que se registran allí desde febrero entre la guerrilla y el ejército, que pretende desalojar a aquélla de la zona, donde se encontraba atrincherada.

También se están produciendo deplazamientos masivos en el departamento de Bolívar, donde 5.500 personas abandonaron sus casas, luego de que hombres armados que se identificaron como guerrilleros asesinaran a cuatro personas y dieran plazo al resto de la población para abandonar la localidad.

● Construir nuevas reglas de poder en territorio arrasado. Algunos analistas en Colombia consideran que detrás de esos desplazamientos hay intereses en juego y que los desplazados son utilizados por alguno de los bandos enfrentados. Según la socióloga Clara Inés García, tanto los paramilitares como la guerrilla pueden estar usando a los desplazados para desprestigiar al bando contrario.

García advirtió que "allí donde el accionar paramilitar se intensifica y consolida siempre hay desplazados, porque es la condición para lograr su cometido: dejar la tierra arrasada y establecer sus reglas de juego. Lo que ellos buscan es reinstaurar unas relaciones sociales y de poder a su amaño y para eso lo que necesitan es sacar a la población preexistente para después aceptar un repoblamiento controlado".

Empero, García consideró que "también es posible que con su desplazamiento los campesinos estén sirviendo a la guerrilla, porque son una población que llega a otros municipios y denuncia con su sola presencia. Entonces, muchas veces la demanda que hacen los desplazados es que se vayan los militares, otro de los bandos enfrentados".

Utilizados o no, es la lucha por el control de vastas zonas tanto por parte de la guerrilla, los paramilitares y el ejército lo que provoca el masivo desplazamiento de personas.

● Negociaciones: concreción tardía. El dramatismo de la situación impulsó al nuevo ministro de Defensa colombiano, Gilberto Echeverry, a declararse dispuesto a sentarse "con cualquiera, *en cualquier parte*" para poner fin a las décadas de violencia política y rural.

Los grupos armados de izquierda y de derecha —por enésima vez en todos estos años de violencia— acogieron la semana pasada la propuesta de Echeverry y se mostraron dispuestos a iniciar conversaciones. Pero el gobierno de Samper, desgastado y desprestigiado, se encuentra en una posición muy débil para negociar nada. Además, el año que viene hay elecciones.

Hace medio siglo Colombia conoció tal racha de muertes y enfrentamientos, que los textos de *historia* sitúan a aquél como el "período de la violencia". Eran tiempos en que liberales y conservadores dirimian sus pleitos a balazos. El "bogotazo", desatado con el asesinato del carismático candidato liberal Jorge Eliécer Gaitán (1948), fue el momento culminante de ese enfrentamiento.

● Las reglas tradicionales de la guerra no valen para Colombia. La dictadura de Gustavo Rojas Pinilla —a partir de 1948— obligó a que, en el exilio, los acérrimos enemigos —liberales y conservadores— pactaran en España el retorno democrático. La idea era que los partidos tradicionales se rotaran en el poder y se *repartieran* los cargos. Ese pacto duró de 1957 a 1969.

El pacto pareció atenuar los enfrentamientos, pero el surgimiento de la guerrilla provocó una nueva espiral de violencia. A los choques entre la guerrilla y el ejército se sumó la violencia de los narcotraficantes y de los paramilitares de extrema derecha.

Tanto los narcotraficantes como el gremio de los poderosos hacendados —que formaron sus ejércitos particulares— se opusieron en diversos momentos a las negociaciones de paz entre el gobierno y la guerrilla, desatando su propia guerra anticomunista, e impidiendo que el ejército regular y la guerrilla abandonaran la lucha.

El problema de Colombia es que su guerra civil es cruzada, según quiénes son los protagonistas y cuál la región. La irrupción de los narcos y de los grupos paramilitares rompió con todas las *normas tradicionales —ejército regular versus guerrilla—* y los parámetros establecidos en cualquier guerra civil del mundo no son válidos para Colombia. En efecto, la guerrilla combate a las fuerzas militares legales, pero los narcotraficantes se enfrentan a unos o a otros, o a ambos, según los intereses de cada región. Mientras se especula que los narcos entregan armas a las guerrillas rurales en algunas regiones a cambio de seguridad, los paramilitares se vinculan a las mafias de la droga por compartir profundos sentimientos anticomunistas; cuando no se alían con el ejército para combatir a la guerrilla a cambio de alguna prebenda. (Redacción de Búsqueda en base a información de AFP, DPA, ANSA y archivo.)

Uruguay. Rev NO174 3

04-06

9708932.

Nº. DOCUMENTO 9708933

TITULO Solana visita Kiev para ultimar acuerdo OTAN-Ucrania

PROCED.: 518593

FECHA DE ... 07/05/97

VINCULACIONES: 507355

508002

CRUZADO

[illegible]

[illegible]

OTAN-UCRANIA (Con ampliacion)

SOLANA LLEGA A KIEV PARA ULTIMAR ACUERDO UCRANIA-OTAN

Kiev, 7 may (EFE).- El secretario general de la OTAN, Javier Solana, llego hoy, miercoles, a Kiev en una visita oficial de un dia en la que intentara ultimar el acuerdo de relaciones especiales entre la Alianza Atlantica y Ucrania, la segunda mas importante de las ex republicas sovieticas.

Solana, que fue recibido en el aeropuerto "Borispol" por el ministro de Asuntos Exteriores de Ucrania, Guenadi Udovenko, se entrevistara con el presidente ucraniano, Leonid Kuchma, y el lider del Parlamento, Alexandr Moroz.

Ademas, el Secretario General inaugurara el Centro de Informacion y Documentacion de la OTAN en la capital ucraniana.

Actualmente, las relaciones entre la OTAN y Ucrania, pais miembro del programa aliado "Asociacion para la Paz", pasan por momentos dificiles debido a que el Parlamento ucraniano hasta ahora no ha ratificado el acuerdo de flancos dentro del CFE (Tratado de Armas Convencionales en Europa).

Las reticencias del Parlamento a ratificar dicho documento obedecen a que la renegociacion del acuerdo de flancos es demasiado favorable para Rusia, a la que permitiria emplazar fuerzas excesivas en la direccion suroccidental, es decir, junto a las fronteras de Ucrania.

Fuentes aliadas han señalado que la postura del Legislativo ucraniano podria paralizar la revision del CFE, sobre lo que se llego a un acuerdo, a insistencia de Rusia, en la cumbre de Lisboa de la Organizacion para la Seguridad y la Cooperacion en Europa (OSCE) en diciembre de 1996.

Esta situacion mantiene congeladas de hecho las negociaciones entre la OTAN y Ucrania sobre el acuerdo especial que ambas partes han expresado su intencion de suscribir en la cumbre atlantica que se celebrara en Madrid los dias 8 y 9 de julio proximo.

Sin embargo, pese a estas dificultades, Solana, en una entrevista con el Club de Prensa de Ucrania que reproducen hoy los diarios mas importantes del pais, manifesto su optimismo sobre la pronta ratificacion del acuerdo flancos por el Legislativo de Ucrania.

"Puedo decir que mis conversaciones con el ministro de Exteriores Udovenko transcurren en una atmosfera muy positiva, y confiemos en que el acuerdo entre la OTAN y Ucrania estara listo para la cumbre aliada de Madrid", dijo Solana. EFE

[illegible]

[illegible]

9708933

01-01

XE8232
U POXBT 05-08 00597
mun exg icx

UCRANIA-OTAN (Previsión)
KIEV ESTRECHA LAZOS CON OTAN ANTE DIFICIL DIALOGO CON RUSIA

Por Bernardo Suárez Indart

Kiev, 8 may (EFE).- Las autoridades de Ucrania han apostado claramente por fortalecer sus lazos con la OTAN en vísperas de que se reanude el diálogo con Rusia sobre las diferencias que impiden la firma de un amplio tratado entre ambos países.

"La OTAN ya está en Ucrania", titula hoy jueves el diario oficialista "Kievskie Védomosti" en un comentario sobre la inauguración, el miércoles, en la capital ucraniana del Centro de Información y Documentación de la Alianza Atlántica por el secretario general de la organización, Javier Solana.

"Su apertura -añade el rotativo- supone en la práctica el comienzo de la presencia diplomática de la Alianza en Ucrania, lo que para nuestro país es de suma importancia".

"En las relaciones entre Ucrania y la OTAN, a diferencia de las de la OTAN y Rusia, no hay ningún antagonismo, lo que influye positivamente en la marcha de las negociaciones sobre un acuerdo especial", dijo hoy en una rueda de prensa el primer viceministro de Asuntos Exteriores, Antón Buteiko.

El jefe de gabinete de la presidencia ucraniana, Yevgueni Kushnariov, aseguró que su país, neutral según la Declaración de Independencia de 1991, "no tiene intención por ahora de ingresar en la OTAN".

Sin embargo, el coqueteo de Kiev con la organización es evidente: las autoridades ucranianas persiguen asegurarse una retaguardia sólida antes de las conversaciones que el próximo día 29 comenzarán en Kiev el primer ministro ucraniano, Pavló Lazarenko, y su colega ruso, Víctor Chernomirdin.

El jefe del Ejecutivo ruso llegará a la capital ucraniana para reactivar el proceso de negociaciones sobre el reparto de la Flota del Mar Negro heredada de la desaparecida URSS y, en especial, el problema del emplazamiento de la parte correspondiente a Rusia.

Estas negociaciones de los jefes de Gobierno precederán a la cumbre ruso-ucraniana que tendrá lugar en Kiev el próximo día 30.

Segun Moscú, la flota rusa debe tener su base en el puerto ucraniano de Sebastopol, a los que el Gobierno de Kiev se opone terminantemente porque, en su opinión, ello atenta contra la soberanía de Ucrania.

Este contencioso no sólo ha demorado la firma de un amplio tratado de amistad entre ambos países, sino que ha originado un distanciamiento mayor de dos naciones eslavas que pasaron juntas los cinco últimos siglos de su historia.

En reiteradas declaraciones de destacados políticos rusos, como el alcalde de Moscú, Yuri Luzhkov, Sebastopol ha sido, es y será un puerto ruso, lo que irrita en Kiev.

El presidente ucraniano, Leonid Kuchma, ha llegado a afirmar que con semejantes actitudes "Rusia prácticamente empuja a Ucrania a los brazos de la OTAN".

Por otra parte, las maniobras navales "Sea Breeze-97", que se celebrarán el próximo mes de agosto en la península ucraniana de Crimea en el contexto del programa aliado Asociación para la Paz, han desatado las iras de Moscú.

La presencia de 17 buques de guerra de EEUU, Turquía, Rumanía

y Ucrania en las costas de Crimea ha sido considerada inaceptable por la Cámara de Diputados de Rusia, que ha dirigido reiterados llamamientos tanto a la OTAN como al Gobierno de Kiev a renunciar a la celebración de dichos ejercicios navales.

En opinión de algunos comentaristas, Ucrania debe mantener un equilibrio en su acercamiento a la OTAN como contrapeso a las pretensiones de Rusia de emplazar sus fuerzas en el puerto de Sebastopol.

La economía ucraniana depende actualmente en más del 70 por ciento del petróleo y gas que le suministra Rusia.

Tampoco se puede hacer caso omiso de los ánimos anti-OTAN que predominan en parte de la población, principalmente en la península de Crimea y otras zonas donde los rusohablantes son mayoría. EFE

bsi/ia

05/08/12-24/97

03-03

9708934

Nº DOCUMENTO 9708835

TITULO Brasil realiza operación a Jacarezinho, incauta, cocaína y armas.

PROCEDENCIA O ESTADO SAN PABLO

FECHA DE PROCEDENCIA 17/5/97

RELACIONES 11176 11354 65092 11019 507482 11351 11352

Polícia apreende droga e armas no Rio

RIO — Nove mil papelotes de cocaína, 920 projéteis de fuzil automático e uma metralhadora Intratec calibre 9 milímetros foram apreendidos ontem em uma operação policial na Favela do Jacarezinho, na zona norte. O material foi encontrado dentro de uma casa na Rua da Felicidade, um dos principais pontos de drogas da favela. Os responsáveis pelo tráfico de drogas do morro são conhecidos como *Lambari* e *Rogerinho*. Eles estão sendo procurados desde que fugiram da Divisão de Capturas (Polinter), há dois meses.

9708935.

01-01

FB6445

R SUCBT 05 17 00149

amt

BOLIVIA DROGAS

DETENIDOS POR NARCOTRAFICO UN COLOMBIANO Y UN BRASILEÑO

La Paz, 16 may (EFE).- La Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico (FELCN) de Bolivia informó hoy del arresto, ayer jueves, de un ciudadano colombiano y otro brasileño, además de tres bolivianos, por tráfico de cocaína a Estados Unidos y Brasil.

La FELCN, en un comunicado, aseguró que los detenidos forman parte de una banda que trafica con cocaína en pequeñas cantidades con conexiones en Brasil y Estados Unidos, y a los cuales se requisaron 1.080 gramos de droga, dos vehículos y tres inmuebles.

Según la Policía, la cocaína era sacada de Bolivia en forma de láminas aglutinadas con anticongelante, las cuales aparentaban ser plantillas para zapatos.

En los primeros 13 días de mayo, según un informe de la FELCN, se efectuaron 86 operaciones policiales antidroga en Bolivia, se incautaron 294 kilogramos de cocaína y se arrestaron a 129 personas. EFE

lc/mv/

05/17/00-50/97

Nº DOCUMENTO 9708936

TITULO BOLIVIA: Detenidos por NT brasileño y colombiano vinculados, 2 tráfico. -

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE PROCED. 17/5/94

VINCULACIONES 11176 11675

65092

507480 1352

11351 11663

11226

65890

507482

9708936.

01-01

XR8822

R FOXBT 05-08 00228
icx mun exo

OTAN LETONIA
LETONIA ASPIRA INGRESAR ALIANZA COMO GARANTIA DE SEGURIDAD

Moscú, 8 may (EFE).- Letonia aspira a ingresar en la Alianza Atlántica como único modo de garantizar su seguridad nacional, afirmó hoy, jueves, el lider del Parlamento letón, Alfred Chepanis, quien agregó que su pais carece de otra vía para afrontar las amenazas exteriores, en alusión a Rusia.

En una rueda de prensa celebrada en Kiev, capital ucraniana, el legislador aseguró que el 90 por ciento de los parlamentarios letones está a favor de un posible proyecto de incorporación a la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), aunque saben que "no es un asunto de hoy, ni de mañana".

Indicó que Riga está dispuesta a entrar "en otras estructuras políticas que pueden formarse en este periodo", así como a participar activamente en la Conferencia Consultiva de los líderes de los parlamentos europeos, centrada en problemas de la seguridad en el continente.

Rusia se opone al ingreso de las ex repúblicas soviéticas del Báltico en la OTAN, posición que defiende con más fuerza que en el caso de los antiguos miembros del desaparecido Pacto de Varsovia.

El presidente ruso, Boris Yeltsin, comparó hoy el estado actual de las relaciones entre Moscú y Washington con la crisis del Caribe en 1962, cuando el mundo estuvo al borde de una guerra nuclear, al referirse al empeño de Estados Unidos de ampliar la Alianza Atlántica hacia las fronteras rusas. EFE

tm/si/acm dlh

05/08/15-18/97

Nº DOCUMENTO 9708938
TITULO COSTA RICA
PROCEDENCIA 16 EUAS
FECHA DE PRO 17/5/97
VINCULACIONES 11116 11354
65092 11224
65644 11226
11351 11603
11352

FB6447

11 SUCRI 05-17 00330
asp

COSTA RICA-NARCOTRAFICO
POLICIA SE INCAUTO DE 575 KILOS COCAINA HASTA MAYO 1997

San José, 16 may (ACAN-EFE).- Las autoridades costarricenses antidrogas se incautaron en los primeros cinco meses de 1997, de un total de 575 kilos de cocaína, principalmente a bandas de costarricenses, panameños y colombianos, que intentaban enviar la droga hacia EEUU, según informes oficiales.

La Policía de Control de Drogas (PCD) del Ministerio de Seguridad Pública de Costa Rica decomisó esta semana 198 kilos de cocaína a una de las principales bandas locales y detuvo al "zar del sur", William Cubillo Díaz, tras ocho años de investigaciones.

La PCD explicó que Cubillo, un empresario de 40 años, es dueño de una mansión en Paso Canoas, comunidad fronteriza con Panamá, y de una lujosa vivienda en Guadalupe, (periferia norte de la capital), además de varios vehículos lujosos.

Junto a Cubillo fueron detenidas el pasado martes otras ocho personas, entre guatemaltecos, nicaraguenses, panameños y colombianos, involucradas en el envío de un alijo de 198 kilos de droga hacia EEUU.

Además de esa cantidad de droga, entre enero y mayo las autoridades se incautaron de 367 kilos en Guanacaste, norte del país, y de otros 10 kilos en Cuervito, Paso Canoas.

Según la forma de actuar de las bandas, de las que no se logró establecer vínculos entre sí en los diferentes decomisos, la droga ingresa por Panamá y es trasladada por tierra por Costa Rica para intentar mandarla hacia Estados Unidos.

"Con las capturas de los últimos días, las autoridades del MSP tienen la certeza de que existen varias organizaciones (de narcotraficantes) que utilizan a Costa Rica como bodega y puente del narco", reconoció el Ministerio de Seguridad en un comunicado.

Las autoridades admitieron que "mediante el pago con droga a los cómplices locales, se fomenta el consumo interno", al alertar también sobre el aumento del consumo local de estupefacientes.

La policía continúa con las indagaciones sobre la actuación de las diferentes bandas, que según reconoce, trafican hasta 1.000 con kilos de droga por mes. EFE

MDS/LBB/MMS/ND

05/17/00 54/97

9708938.

01-01

Nº DOCUMENTO 9708839
TITULO Rou. P. Ejecutivo prohibe venta de solventes a menores de 18 años.
PROCEDENCIA Rec. Prensa
FECHA 17/5/97
VINCULACIONES 11176, 65092, 504166, 11233, 11349, 11343, 51383, 11421, 11234, 11230, 11342

Limitan venta de solventes

Prohíben venta de diversos productos tóxicos a menores de dieciocho años en todo el país

EL Poder Ejecutivo prohibió la comercialización de solventes orgánicos a menores de 18 años. La medida, que regirá en todo el territorio nacional, abarca thinner, acetona, tetracloruro de carbono, nitrato y acetato de etilo, éter etílico, cloroformo, tolueno, benceno y xilenos o sus derivados.

De esta manera se extiende el régimen establecido para pegamentos y colas a otros productos de uso comercial e industrial, susceptibles de ser utilizados como inhalantes con efectos tóxicos.

Se ha comprobado que estos productos son utilizados como inhalantes, sobre todo por jóvenes.

El consumo de estos solventes a través de la inhalación provoca daños irreparables en la salud humana.

"PELIGRO: CONTIENE SUSTANCIAS TÓXICAS"

Los establecimientos comerciales que venden estos productos deberán llevar un libro foliado y rubricado por el Ministerio de Salud Pública, donde se registrarán todos los datos personales del adquirente, cantidad y calidad del producto. Toda esta información constará en la factura de venta que queda en poder de la empresa.

Los envases de estos solventes deberán lucir en etiqueta de color roja la advertencia "Peligro: contiene sustancias tóxicas".

Las violaciones a esta normativa serán sancionadas con decomiso de la mercadería en infracción y una multa de hasta 100 Unidades Reajustables. El control del cumplimiento de este decreto y la imposición de sanciones estará a cargo del Instituto Nacional del Menor. El producido por las multas será destinado a ese organismo.



Los establecimientos comerciales que venden estos productos deberán llevar un libro foliado y rubricado por el Ministerio de Salud Pública, que participará de esta forma en la campaña

9708939

01-02

Progresión en el consumo de drogas y preocupación por uso de psicofármacos

PROHIBIRAN VENTA A MENORES DE SUSTANCIAS VOLATILES

Existe preocupación a nivel del Gobierno por el alto pico que se registra en el país, desde hace años, en el consumo de las llamadas drogas lícitas, alcohol y psicofármacos, entre los adultos y por el leve crecimiento en el uso de inhalantes, pegamentos, marihuana y cocaína entre los adolescentes y jóvenes. En días, un nuevo decreto del Poder Ejecutivo restringirá la comercialización de todas las sustancias volátiles a menores de 18 años.

El Poder Ejecutivo está terminando la redacción de un nuevo decreto, en el que prohibirá la venta a menores de 18 años, de sustancias volátiles como el éter y otras, complementando así la prohibición ya existente de comercialización de pegamentos e inhalantes. La noticia fue confirmada a EL PAIS, por parte del Dr. Alberto Scavarelli, presidente de la Junta Nacional de las Drogas y Prosecretario de la Presidencia de la República.

Al referirse al tema, Scavarelli indicó que el Gobierno se siente preocupado porque observa no sólo un creciente uso indebido de inhalantes y pegamentos entre los adolescentes, sino que también ha detectado un leve crecimiento en el consumo de marihuana y cocaína entre la población adicta a dichas drogas, como por los altos picos de ingesta de drogas lícitas, alcohol y psicofármacos por parte de la población adulta de nuestro país.

Scavarelli señaló a EL PAIS que, "los 500.000 jóvenes constituyen el verdadero capital del país y es el capital más indefenso, pero no terminemos atribuyéndole a la juventud la responsabilidad exclusiva de este fenómeno, porque es la población más frágil, a la que hay que proteger por sobre todas las cosas porque es la más indefensa, pero no el único grupo etario con serios problemas de adicción".



DECRETO. *El Dr. Alberto Scavarelli, anunció que se prohibirá la venta a menores de sustancias volátiles*

Acerca del nivel de preparación que hoy a la comunidad internacional presenta Uruguay en los temas SIDA y drogas, dijo que, "siendo temas vinculados a la conducta humana, no hay mejor tarea y receta que la prevención y Uruguay, su gente, ha tomado conciencia de ambas cosas, contamos además con una infraestructura sanitaria en desarrollo, ya existente, para enfrentar las dos temáticas y todos sabemos que son temas delicados en el ámbito de la salud".

■ PROGRESION AL CONSUMO

Saber si ha crecido o no la problemática del consumo y venta de drogas en el Uruguay, es, según explicó el Presidente de la Junta Nacional de las Drogas, "muy difícil" y agregó que, "la tendencia mundial y que Uruguay acompaña lamentablemente es una progresión al consumo, aunque Uruguay presenta una estabilización de algunos temas y prácticamente ausencia de otros, como en la difusión de los opiáceos, un elemento importante a salvaguardar en el territorio nacional".

Asimismo destacó una progresión positiva en los operativos policiales de incautación de cargamentos de drogas, informando que en 1996 se lograron triplicar las incautaciones de marihuana en comparación con lo logrado en el año 1995, "que como todos recordamos fue un año récord en esta materia. Esto implica que existe mundialmente un mayor tráfico vinculado a la sobreoferta que existe en el mundo, pero que el país ha logrado frenar gracias al entrenamiento de un grupo de funcionarios policiales y aduaneros que siguen dando respuestas firmes en lo interno y externo".

■ PSICOFARMACOS Y ALCOHOL

Pero adolescentes y jóvenes no son los únicos adictos, sobre el particular este funcionario estatal dijo a EL PAIS que, "los adultos abusan de los psicofármacos, las drogas llamadas lícitas; el país tiene un pico alto desde hace muchos años, también en el consumo de alcohol".

Scavarelli anunció que en las próximas semanas, fortaleciendo los mecanismos de prevención a los que se debe apuntar, se instalará el primer Post-grado en Drogas en la Universidad de la República, para formar debidamente a los médicos en este campo.

También sostuvo que los padres, hoy deben asumir con mayor fuerza sus responsabilidades como tales, para prevenir a sus hijos al respecto de lo que significa el consumo de drogas y alcohol.

Nº DOCUMENTO 9708940

TITULO

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE REC 17/5/94

VINCULACIONES

COLOMBIA-DROGAS
CAPTURADOS MIEMBROS BANDA UTILIZA NIÑOS TRANSPORTE DROGAS

Barranquilla (Colombia), 17 may (EFE).- Las autoridades de Colombia capturaron hoy a tres miembros de una banda de narcotraficantes que utilizaba niños para el transporte de drogas en Barranquilla (noroeste del país), informaron portavoces oficiales.

El Departamento Administrativo de Seguridad (DAS) conoció de la existencia de la banda tras la detención de una niña de once años cargada con gran cantidad de marihuana y algunos derivados de la coca camuflados en cigarrillos.

Las investigaciones revelaron que sus padres adoptivos eran los encargados de preparar los "cigarrillos", para luego entregárselos a la niña o a cualquiera de sus amigos en un barrio de los suburbios de Barranquilla.

La función de los niños era entregar la droga a pequeños distribuidores en las calles de la ciudad, uno de los cuales fue capturado por el DAS junto con los padres adoptivos de la niña, ahora bajo la tutela de una institución estatal de ayuda a la niñez. EFE

ldo/ilm/arp

05/17/22-05/97

9708940.

01-01

FR6478

R SUCBT 05-17 00204
amt

MEXICO-NARCOTRAFICO
DETIENEN A AGENTE POLICIAL CON CARGAMENTO DE MARIHUANA

México, 17 may (EFE).- Un agente del recientemente desaparecido Instituto Nacional para el Combate a las Drogas (INCD) fue detenido en posesión de un cargamento de 172 kilogramos de marihuana, informó hoy la Procuraduría General de la República.

La confiscación de la droga se efectuó la víspera cuando agentes federales acudieron a las instalaciones de la Policía Federal de Caminos para inspeccionar una camioneta accidentada, en el estado occidental de Colima, la cual se presumía transportaba droga.

En un compartimento oculto en la parte posterior del vehículo fueron hallados 62 paquetes con 172 kilogramos de marihuana, precisó la Procuraduría.

El vehículo era conducido por un individuo identificado como agente del INCD, organismo cuya desaparición ordenó el mes pasado el fiscal de la nación, Jorge Madrazo, tras comprobarse el alto nivel de corrupción que había en el mismo.

El general Jesús Gutiérrez Rebollo, actualmente detenido, fue el último comisionado del INCD, a quien en febrero pasado se le acusó de proteger al cabecilla de la droga Amado Carrillo, alias "el señor de los cielos", quien encabeza del cartel de Juárez, una de las organizaciones de la droga más poderosas del país. EFE

MMB/SC/jpo

05/17/18-14/97

Nº DOCUMENTO 9708941
TITULO México: Detienen a agente policial con cargamento de marihuana.-
PROCEDENCIA Agencias
FECHA DE PROCESO 17/5/97
VINCULACIONES

01-01

9708941

Nº. DOCUMENTO 9708942

TITULO España logrará mando propio según jefe militar OTAN

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE [illegible] 13/05/97

VINCULACIONES 508062

507513

9708942

CRUZAR

01-03

XQ8327

R POXB1 05 13 00608
mun exg icx

EEUU-OTAN/ESPAÑA
JEFE MILITAR OTAN CONVENCIDO ESPAÑA LOGRARA MANDO PROPIO

Por Rafael Moreno

Washington, 13 may (EFE).- El comandante en jefe de la OTAN para Europa, el general estadounidense George Joulwan, se motró hoy, martes, "convencido" de que España logrará su objetivo de tener un mando militar propio dentro de la Alianza Atlántica que incluya todo su territorio nacional.

"Estoy convencido de que se lograra un acuerdo en el caso de España y Portugal, y veremos una alianza más fortalecida", subrayó Joulwan a preguntas de EFE en el Pentágono con motivo de una visita a Washington para informar de la situación en Bosnia-Herzegovina.

El general estadounidense, que abandonará próximamente su puesto y será sustituido por el también general estadounidense Wesley Clark, reconoció que la incorporación de España a la estructura militar integrada de la Alianza es uno de los asuntos que "está siendo discutido en estos precisos momentos".

"Con la entrada de España en la estructura integrada... uno de los asuntos importantes es saber cómo vamos a tratar todo el territorio español", dijo Joulwan, quien se mostro optimista sobre la posibilidad de llegar a un acuerdo antes de la cumbre de jefes de Estado y Gobierno de los países miembros de la OTAN en Madrid en julio.

El Gobierno de José María Aznar ha puesto como una de las condiciones para la plena integración de España en la nueva OTAN que todo el territorio español esté bajo responsabilidad de un mando encabezado por un militar español, algo que ha producido reticencias en algunos sectores de la Alianza Atlántica.

Aznar expresó la determinación de su gobierno sobre este punto en una reunión que mantuvo en la Casa Blanca con el presidente norteamericano, Bill Clinton, hace dos semanas, y pidió el apoyo político de Estados Unidos al planteamiento español.

Según el comandante en jefe de la OTAN, el problema principal radica en determinar la dependencia y coordinación del componente naval del submando regional español, ya que algunos militares aliados piensan que debería depender completamente del Mando para el Atlántico, con sede en Norfolk (Virginia), y responsabilidad de un almirante estadounidense.

"Debe haber unidad de mando en los componentes aéreo y terrestre (del mando de España) y todo debe estar ligado con el Mando para Europa", dijo Joulwan, que dirige el cuartel general para Europa con sede en Mons (Bélgica).

"El otro tema -agregó el general de cuatro estrellas- es saber qué pasa con la parte marítima, y esa es la preocupacion del Mando para el Atlántico. Seguro que buscaremos una solución".

Fuentes norteamericanas, que hablaron con EFE bajo la condición del anonimato, explicaron que la opción mas previsible es buscar acuerdos de coordinación con el Mando Atlántico para las operaciones navales, en especial alrededor de las islas Canarias.

"Las discusiones están ahora centradas en determinar y negociar las misiones concretas de las que se responsabilizarían los españoles, tanto navales como aéreas, tanto con el Mando Atlántico como en el Mando Sur (con sede en Nápoles)", agregaron.

02

9708942

También subrayaron que la OTAN, además de modernizar su estructura de mandos, es muy posible que modifique los límites de los actuales ya que, por ejemplo, en la actualidad las islas Canarias dependen del Mando Atlántico y no del Europeo, como parece que se determinará finalmente.

Estos cambios han traído consigo las protestas de Portugal, que cuenta con un mando de categoría regional en Oerias, cerca de Lisboa, y que se resiste a perder competencias en esa zona del Atlántico, que considera de su responsabilidad.

Según fuentes oficiales en Bruselas, el mando español sería "fundamentalmente terrestre" y sería uno de los cuatro submandos regionales (de tercer nivel) con los que contará la nueva estructura militar integrada, que aún esta por determinar en su conjunto. EFE

rmi/rcf/rml

05/13/13-29/97

03-03

0708942

Nº DOCUMENTO 9708944

TITULO Solana tras estrechas negociaciones con Rusia, parte a Bruselas

PROCED. 518593

FECHA 14/05/97

VINCULACIONES 507284

507283

11078

508062

65280

ENTRADO

CRUZADO

+A0571

U PO..BT 05-14 00255

mur e-d

RUSIA OTAN

SOLANA ABANDONA MOSCU RUMBO BRUSELAS TRAS COMPROMISO PRIMAKOV

Moscu, 14 may (EFE).- El secretario general de la OTAN, Javier Solana, partio hoy, miercoles, de Moscu rumbo a Bruselas tras dos dias de intensas negociaciones con el ministro ruso de Exteriores, Yevgueni Primakov, con el que alcanzo un compromiso sobre el texto de las futuras relaciones Rusia OTAN.

Segun fuentes diplomáticas rusas, nada mas despedir a Solana, Primakov celebro una reunión con la plana mayor del ministerio de Asuntos Exteriores de Rusia para informar sobre los resultados que ha alcanzado tras dos dias de arduas conversaciones con el directivo aliado.

El Consejo Atlantico de la OTAN se reunira a las 16.00 GMT de hoy con Solana, que le informara sobre el compromiso alcanzado en Moscu y le presentará el texto pactado con Primakov.

El texto pactado sera presentado hoy al presidente ruso, Boris Yeltsin, y debera ser aprobado por el Consejo Atlantico de la OTAN a fin de que pueda ser firmado el próximo dia 27 en Paris por el "numero uno" del Kremlin y los lideres de los paises aliados.

Los observadores en Moscu destacan que ninguna de las partes negociadoras ha precisado hasta ahora el nombre del documento que Rusia queria que fuese un tratado juridicamente vinculante mientras que la OTAN ofrecia una "carta" politicamente vinculante.

El denominador conjunto que habrian podido encontrar las partes seria que el documento fuese análogo al Acta Final de la Conferencia de Helsinki, que fue firmado por los lideres de los paises participantes sin tener que ser ratificado por los respectivos parlamentos. EFE

MCR SI/jp

05/14 13:31 ??

01-01

9708944

Nº. R[illegible] 9708945

Solana a su llegada a Bruselas, muestra optimismo a un acuerdo con Rusia

518593

[illegible] 14/05/97

VÍNCULOS 507284

507293

65280

11078

506062

ENTRADO

CRUZADO

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] (ampliación)

SOLANA DICE VÍA PARA FIRMAR ACUERDO 27 MAYO "ESTÁ ABIERTA"

Bruselas, 14 may (EFE).- El secretario general de la OTAN, Javier Solana, afirmó hoy miércoles a su llegada a la sede de la Alianza Atlántica en Bruselas procedente de Moscú que la "vía para firmar el acuerdo con Rusia el día 27 está abierta".

Con aspecto muy cansado, Solana dijo a los periodistas que en las reuniones que mantuvo ayer y hoy en Moscú con el ministro ruso de Exteriores, Evgueni Primakov, "creo que hemos sido capaces de cerrar los problemas que estaban abiertos".

Preguntado sobre si se habían hecho concesiones en la negociación, el secretario general de la OTAN respondió que "no, no, ha sido un acuerdo en el que se ha trabajado mucho tiempo, y cuando alguien alcanza un acuerdo, quiere decir que el acuerdo es posible".

Solana afirmó que se siente "muy feliz" del compromiso alcanzado en Moscú y que hoy es un "día muy importante".

Preguntado sobre si el acuerdo alcanzado con Rusia significará que la cumbre de Madrid será un "éxito", Solana respondió "sin duda ninguna".

La cumbre atlántica que reunirá los días 8 y 9 de julio en Madrid a los jefes de Estado o de Gobierno de la OTAN será la que marque el comienzo de la ampliación de la Alianza al Este de Europa, ya que en ella se anunciarán los países que serán invitados a incorporarse en una primera tanda en 1999.

Polonia, la República Checa y Hungría son los países que cuentan con mayores posibilidades, según diversas fuentes [illegible].

El acuerdo de principio alcanzado hoy por Solana y Primakov despeja en gran manera el camino para el proceso de ampliación.

El secretario general de la Alianza Atlántica señaló también que se disponía a informar sobre el acuerdo alcanzado con Primakov al Consejo Atlántico de la OTAN, integrado por los embajadores de los 16 países aliados.

La reunión del Consejo Atlántico está previsto que comience a las [illegible] hora local ([illegible] GMT).

Según un comunicado conjunto de Solana y Primakov, el texto acordado hoy en Moscú será sometido a la consideración del Consejo Atlántico de la OTAN y del presidente ruso, Boris Yeltsin. EFE

[illegible]

[illegible]

01-01

9708945

Nº DOCU... 9708946

TITULO: Mexico: Cinco Grandes organizaciones controlan el tráfico según Informe.–

PROCEDENCIA: AGENCIAS

17/5/97

11116 11422
65092 300414 11352
507023 11510 11663
11224 11514
11274 11352
11229 11354

FB6457

R FOXGT 05-17 00728
mun exo

MEXICO DROGAS
CINCO GRANDES ORGANIZACIONES CONTROLAN TRAFICO DE DROGAS

México. 17 may (EFE). Cinco grandes carteles del narcotráfico operan en territorio de México. de acuerdo con un informe del gobierno mexicano al que EFE tuvo acceso y que destaca los logros en la lucha contra las drogas y la detención de 28 cabecillas en los dos años y medio del Gobierno del presidente Ernesto Zedillo.

El informe. "Políticas y resultados en la lucha contra las drogas". destaca los rasgos generales de las organizaciones criminales y detalla las acciones oficiales para combatir el narcotráfico. considerado como la mayor amenaza a la soberanía y la salud pública.

El cartel "más peligroso" de los cinco que operan en México. es el de Ciudad Juárez, que dirige Amado Carrillo Fuentes y opera fundamentalmente en los estados de Chihuahua. Sonora y Coahuila. norte de México. señala el informe.

Otra organización. el cartel de Tijuana. la encabezan los hermanos Rafael y Benjamín Arellano Félix. en el noroeste del país. según el informe elaborado para la reciente reunión binacional con EEUU, en la que Zedillo firmó con el presidente estadounidense. Bill Clinton. una alianza contra las drogas.

El informe precisa que en el noroeste de México. en la frontera del estado de Sonora con Arizona (EEUU). opera en los dos países el cartel de Sonora dirigido por Héctor Luis Palma Salazar. detenido en junio de 1996 al caer la avioneta en la que viajaba en el estado de Nayarit. oeste del país.

Además. también opera el cartel de Sinaloa que encabezan Mario Ismael "El Mayo" Zambada García y Baltazar Díaz Vega. y que controlan las rutas de las drogas en este estado del noroeste de México. limítrofe con Sonora.

El otro gran cartel. el del Golfo. era encabezado por Juan García Abrego. actualmente preso en Estados Unidos. después de ser deportado de México el 14 de enero de 1996. y que actúa a lo largo de la costa del golfo de México.

Diversas fuentes consideran que Carrillo Fuentes. conocido como "El señor de los Cielos". gana unos 10.000 millones de dólares anuales por traficar drogas y se calcula que gasta en sobornos entre 500 y 800 millones de dólares.

Este narcotraficante se ha convertido en el principal objetivo de la justicia desde que en febrero pasado quedó al descubierto que tenía en su nómina al coordinador del Instituto Nacional para el Combate a las Drogas (INCD). el general Jesús Gutiérrez Rebollo. actualmente preso.

El informe gubernamental destaca que la detención de Gutiérrez Rebollo es "un ejemplo del compromiso del Gobierno mexicano en el combate a las drogas". que se enmarcó en las nuevas leyes contra el crimen organizado aprobadas en el Gobierno de Zedillo.

Tras el encarcelamiento de Gutiérrez Rebollo. el Gobierno de Zedillo determinó modificar la estructura del INCD para constituir una Fiscalía especial de delitos contra la salud con medidas estrictas de selección de personal y mejores salarios para evitar la corrupción.

Gutiérrez Rebollo fue detenido el 18 de febrero de 1997 al tenerse la evidencia suficiente de que ayudaba efectivamente

01-02

9708946.

combatía a algunas organizaciones de narcotraficantes, estuvo apoyando las actividades de Carrillo Fuentes", indica el informe.

En lo que corresponde a los hermanos Arellano Félix, la Policía mexicana los busca como los principales sospechosos del asesinato del cardenal Juan Jesús Posadas Ocampo, ocurrido durante un tiroteo entre bandas de narcotraficantes rivales el 24 de mayo de 1993 en Guadalajara, capital del estado occidental de Jalisco.

El documento resalta que el combate a las grandes organizaciones de traficantes "se han intensificado" en el Ejecutivo de Zedillo, especialmente en las ciudades en las que se había detectado un aumento en la actividad de estos carteles.

Entre los grandes cabecillas detenidos en los dos años y medio del Gobierno de Zedillo, el informe destaca a García Abrego, Héctor Luis Palma Salazar, Pedro y Héctor Lupercio Serratos, Manuel Rodríguez López, Emilio Valdez Mainero y José Luis Pereira Salas y Oscar Malherbe de León, sucesor al frente del cartel del Golfo.

Además de los grandes cabecillas, las autoridades mexicanas detuvieron tan sólo en 1996 a un total de 11.283 presuntos narcotraficantes, lo que significó un 13.95 por ciento más que en 1995, puntualiza el estudio.

Los cuerpos antidrogas confiscaron en 1996 un total de 1.006 toneladas de marihuana, un 15 por ciento más que en 1995 y casi un 40 por ciento más que en 1994.

Los decomisos de cocaína alcanzaron en 1996 los 23.571 kilosgramo, un 6.3 por ciento de aumento respecto a los 22.163 kilogramos que se confiscaron en 1995, indica el citado estudio.

EFE

JTH/M/SC/jng

05/17/14-21/97

02-02

97089460

combatía a algunas organizaciones de narcotraficantes, estuvo apoyando las actividades de Carrilio Fuentes", indica el informe.

En lo que corresponde a los hermanos Arellano Félix, la Policía mexicana los busca como los principales sospechosos del asesinato del cardenal Juan Jesús Posadas Ocampo, ocurrido durante un tiroteo entre bandas de narcotraficantes rivales el 24 de mayo de 1993 en Guadalajara, capital del estado occidental de Jalisco.

El documento resalta que el combate a las grandes organizaciones de traficantes "se han intensificado" en el Ejecutivo de Zedillo, especialmente en las ciudades en las que se había detectado un aumento en la actividad de estos carteles.

Entre los grandes cabecillas detenidos en los dos años y medio del Gobierno de Zedillo, el informe destaca a García Abrego, Héctor Luis Palma Salazar, Pedro y Héctor Lupercio Serratos, Manuel Rodríguez López, Emilio Valdez Mainero y José Luis Fereira Salas y Oscar Malherbe de León, sucesor al frente del cartel del Golfo.

Además de los grandes cabecillas, las autoridades mexicanas detuvieron tan sólo en 1996 a un total de 11.283 presuntos narcotraficantes, lo que significó un 13.95 por ciento más que en 1995, puntualiza el estudio.

Los cuerpos antidrogas confiscaron en 1996 un total de 1.006 toneladas de marihuana, un 15 por ciento más que en 1995 y casi un 40 por ciento más que en 1994.

Los decomisos de cocaína alcanzaron en 1996 los 23.571 kilosgramo, un 6,3 por ciento de aumento respecto a los 22.163 kilogramos que se confiscaron en 1995, indica el citado estudio.

EFE

JTH/M/SC/ipg

05/17/14-21/77

9708946

02-02

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Moscú, 15 may (EFE).- El acuerdo entre Rusia y la OTAN sobre el documento que regulará las relaciones entre Moscú y la Alianza Atlántica provocó hoy, jueves, reacciones encontradas en la Cámara de Diputados de la Federación Rusa.

El presidente del Comité de Relaciones Exteriores de la Cámara, Vladimir Lukin, calificó de éxito el proyecto del Acta Fundacional Rusia-OTAN, pues el texto recoge el "máximo de lo que podía conseguir Rusia" con la actual correlación de fuerzas en Europa.

Según Lukin, los principales aspectos del acuerdo logrado el miércoles entre el ministro de Asuntos Exteriores de Rusia, Yevgueni Primakov, y el secretario general de la OTAN, Javier Solana, se refieren al problema de las armas nucleares, donde el grado de obligatoriedad está muy claramente expresado.

Sin embargo, Lukin, dirigente del partido reformista de oposición Yabloko, fue más cauteloso al evaluar el consenso respecto a los "topes" de armas convencionales en los futuros nuevos miembros de la OTAN.

"Habrá que esperar a que se publiquen las cifras. Si éstas satisfacen a Rusia, podrá decirse entonces que nos hemos acercado al máximo de lo que podíamos aspirar", agregó.

El presidente del Comité de Seguridad de la Cámara, el comunista Víctor Iliujin, declaró a Interfax que el Tratado Rusia-OTAN es una prueba más de la traición del Gobierno a los intereses nacionales.

En su opinión, el presidente ruso, Boris Yeltsin, espera que la "OTAN le dé algo, pero la OTAN no dará nada", y no debe descartarse la posibilidad de que se instalen armas nucleares en el territorio de los nuevos miembros de la Alianza Atlántica.

Iliujin expresó su indignación por el hecho de que "en unas conversaciones serias no haya estado representado el poder legislativo del país, el cual, junto al pueblo, será puesto frente a un hecho consumado" una vez que se firme el documento en París el próximo día 27.

El diputado comunista señaló que el Acta Fundacional Rusia-OTAN deberá ser ratificada por los parlamentos de la Federación Rusa y de los 16 miembros de la Alianza Atlántica. EFE

[illegible]

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9708947

TITULO Reacciones en el Parlamento ruso por acuerdo Rusia-OTA

PROC. 516593

FECHA DE REFERENCIA 15/05/97

VINCULACIONES 507196
507293
508062
11005

ENTRADO

CRUZADO

9708947

01-01

Nº DOCUMENTO 9708948
TITULO Tras acuerdo con OTAN, Rusia no tendrá derecho a VETO
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE [illegible] 15/05/97
VINCULACIONES 11005
508062
507293
507294

9708948

01 - 03

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Moscú, 15 may (EFE).- El ministro ruso de Asuntos Exteriores, [illegible] Primakov, reconoció hoy, jueves, que el texto del acuerdo que discutió el pasado miércoles con el secretario general de la OTAN, Javier Solana, no le reserva a Rusia el derecho a veto de las decisiones de la alianza atlántica.

Rusia "no puede pretender tener derecho a veto en cuestiones que atañen a problemas internos de OTAN, pero si en el futuro adoptamos decisiones comunes sobre acciones conjuntas, como espera Rusia, las medidas posteriores se adoptarán por consenso", afirmó.

Primakov reconoció que el texto del acuerdo sobre las relaciones entre Rusia y la Alianza Atlántica es sólo un borrador que "finalmente está siendo acordado a nivel de presidentes" de Rusia y los países aliados.

Sin embargo, insistió en que Rusia, al participar en operaciones de paz junto con la alianza, sí tendrá derecho a participar en la preparación y a plantear "cualquier problema" en el futuro consejo [illegible], cuya creación está prevista en el [illegible].

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708948

9708948

03-03

9708948

Nº DOCUMENTO 9708849

TITULO ROU: Entrevista Scavarelli, sobre situación general y Uruguay del NT.

PROCEDENCIA Ultimas Noticias

FECHA 17/5/97 pág 8

11176 11421 500889
65092 11226 11224
507166 11342 11233
513837 501809 11375
112K 11343 11665
11676 11341

La oferta de drogas de diseño supera ampliamente a las naturales

El consumo de estupefacientes en el mundo no disminuye: apenas puede ser enlentecido

Los datos que periódicamente son dados a conocer en foros y seminarios internacionales señalan que el consumo de estupefacientes no muestra una tendencia descendente, por el contrario, no cesa de incrementarse. Mientras que en algunos países se advierte un aumento importante, en otros, a lo sumo, se ha logrado enlentecer un fenómeno que, junto al tráfico, es denominado por el Prosecretario de la Presidencia de la República y Coordinador de la Junta Nacional de Drogas, Dr. Alberto Scavarelli, como «dos caras de una misma moneda».

Entrevista de Marcelo Martorelli

En diálogo con **Ultimas Noticias**, Scavarelli apuntó que «el consumo no disminuye en ninguna parte, ni en los países que enfrentan esta problemática desde hace años ni en los que han comenzado su combate recientemente».

No obstante, «sí se está logrando enlentecer el crecimiento a nivel mundial, aunque en algunos casos el incremento es realmente importante».

Recientemente condecorado en Cartagena de Indias por el gobierno de Colombia con la «Orden de la Justicia y del Derecho», Scavarelli explicó que la tendencia mundial apunta a una sobreoferta de drogas de origen natural a la que se suma una supersobreoferta de las sustancias de diseño.

En Europa, estas últimas son más demandadas que las primeras. «Uno avizora que va a pasar algo similar a lo que sucedió con los alimentos. Hubo un tiempo en que la gente con menos recursos elaboraba su propio alimento y la gente más urbanizada, con mayor capacidad económica los compraba hechos. Hoy, restaurantes de gran categoría en todo el mundo, afirman orgullosos que elaboran su propio pan mientras que en los lugares donde se expende comida rápida, entregan el pan en bolsitas».

Las drogas sintéticas, como las anfetaminas y metanfetaminas, que comenzaron siendo productos «esotéricos», con el paso del tiempo «van a terminar siendo productos de consumo, mientas que las de origen natural seguirán existiendo como elementos de sofisticación».

Existen varios capítulos en materia de droga: las que no son alcaloides en sí mismas pero son utilizados como tales (ej. inhalantes), las de origen natural (marihuana), tóxicas en sí mismas o elaboradas a partir de sustancias naturales, las que se obtienen con el agregado de los denominados precursores químicos que, luego de procesos físico-químicos, derivan en clorhidratos (cocaína, heroína), y por último, las de diseño, elaboradas en laboratorios.

Estas últimas, que cada día posibilitan mayor fraccionamiento y menor complejidad en su elaboración, son de muy difícil contralor porque están mimetizadas en cualquier medicamento.

LIDERAZGO Y RESPONSABILIDAD COMPARTIDA

Por otra parte, el país está cumpliendo un rol de liderazgo en la región. Es así que, por unanimidad de delegados de foros internacionales, Scavarelli presidió el grupo de la OEA que recientemente aprobó las estrategias hemisféricas. A su vez, a propuesta de los delegados de las tres Américas, Scavarelli fue designado para hacer la presentación de las estrategias ante las Naciones Unidas, documento que resultó aprobado por el plenario internacional como un «insumo fundamental».

En junio del 98, en la Asamblea General Extraordinaria de la ONU que contará con la presencia de varios mandatarios, se va a evaluar y reconducir la estrategia mundial de los 185 países integrantes.

En este marco, las tareas preparatorias recayeron sobre Scavarelli quien oficiará como coordinador. En la asamblea se tratará de establecer una estrategia mundial en torno a la que se pondrán de acuerdo los cinco continentes. Previamente se redactará un borrador de declaración única a ser aprobada por la asamblea extraordinaria.



El Dr. Alberto Scavarelli tiene claro el panorama: el consumo no disminuye en ninguna parte.

«El país cumple un rol de equilibrio y ponderación para construir una estrategia mundial por encima de las diferencias internacionales», aseguró el experto.

Estimó que para alcanzar una fórmula de consenso «hay que generar un clima de confianza matando el doble discurso y estando muy atento a encontrar los principios comunes y compartidos». Una vez obtenido esto «es mucho más fácil ir limando las diferencias».

Sólo un clima de este tipo permitió que, durante el «serio» enfrentamiento entre los gobiernos de Estados Unidos y Colombia, no se estancara el debate en torno a las estrategias hemisféricas. Ambas partes lograron ponerse de acuerdo «a través de un clima de confianza generado incluso por la propia convicción de los participantes, fue un fenómeno interactivo».

En este marco, como país «hemos logrado imponer el criterio de que el fenómeno de la droga debe estar vinculado a temas sanitarios y actividades que promocionen el desarrollo humano, en un contexto global de responsabilidad compartida y evitando la ideologización del tema».

A su vez, cuando se habla de prevención «hay que tener en cuenta que uno no puede contabilizar a los que evitan el consumo, siempre se contabiliza a los que sí lo hacen».

MAFIA NIGERIANA

Más adelante, el titular de la Junta sostuvo que las capturas realizadas en el Aeropuerto de Carrasco «han dado resultado». Tanto las mafias nigerianas como otras que intentaron utilizar nuestro país como vía de tránsito hacia Europa, «a medida que van probando y viendo los resultados adversos, van cambiando sus conductas». Obviamente, esto no quiere decir que el tema esté resuelto.

Una represión efectiva implica información compartida y unidad de comando así como procurar entrenamiento a los funcionarios que toman cursos en formación aduanera, de prefectura y policías. En esta tarea, se cuenta con colaboración británica, francesa, estadounidense, alemana, de Naciones Unidas y OEA.

CONSUMIDOR Y TRAFICANTE, LAS DOS CARAS DE LA MONEDA

En la mayoría de los casos «nunca se va a encontrar a un consumidor -aunque esté en la mayor desesperación- que revele quién es el que le vende mercancía». Ambos elementos «son caras de una misma moneda que se retroalimentan».

Según Scavarelli, el sistema de negociación de pena para obtener confesiones no funcionaría porque el mecanismo «sirve para otros casos». La figura del arrepentido funciona como una institución «altamente riesgosa y está pensada para los integrantes de una misma banda».

Por otro lado, la experiencia internacional indica que los consumidores «al estar sometidos a penas necesariamente cortas, cuando salen siguen con el vicio y si accedieran a revelar sus fuentes les sería imposible tener luego proveedores».

Además, este sistema no sería eficaz para capturar a la cúpula de mando de los narcotraficantes.

¿CARTEL DEL MERCOSUR?

En cuanto a la eventual conformación de un cartel del Mercosur, Scavarelli opinó que el establecimiento de estructuras mafiosas «no pasa por agrupaciones geográficas o políticas». Si bien nunca se puede descartar de plano ninguna posibilidad, «uno tiene que pensar que este tipo de temas está referido más a mercados que a organizaciones geopolíticas».

Por otra parte, «está claro que la liberalización del tráfico de mercaderías dentro de una región, genera un caldo de cultivo de mayor riesgo para el tráfico de drogas».

¡Habrá posgrado de Universidad para el estudio de drogas!

[illegible]

Este seminario forma parte de una [illegible] de contacto con la [illegible] en cuanto al aspecto preventivo y con los [illegible] que tienen [illegible] contacto con [illegible].

Se trata de [illegible] un mínimo común [illegible] básico en el que todos los operadores [illegible] visión sobre este tema, explicó Scavarelli.

Puso como uno de los ejemplos de la tarea [illegible] que realiza [illegible] el organismo, el [illegible] que tuvo lugar días atrás en Fray [illegible] donde varios cientos de personas -padres de familia y jóvenes- se reunieron a escuchar a los técnicos de la [illegible] y a hacerles preguntas.

(Fotocopia Reducida y parte oscura)

9708949

01-02

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDE: Ultimas Noticias
17/5/97

Existe una propensión a la adicción que apunta siempre hacia lo social

«Hay una propensión humana al consumo de drogas, este es un nervio central en el que coincide la gente que está trabajando en el tema», señaló el Dr. Alberto Scavarelli a Ultimas Noticias.

Se trata, sociológicamente hablando, de la predisposición a tener una conducta específica.

Por otra parte, el perfil del consumidor individual va dejando paso a un vicio vinculado a las actividades sociales «de arrastre instintivo».

«Un consumidor normalmente necesita a otro porque no funciona en la soledad de un lugar. Se trata de vender la sustancia no sólo para financiar el vicio sino para compartir determinado estado de pérdida de contacto con la realidad».

Es muy difícil establecer factores diferenciales en una comunidad respecto de otra, consideró Scavarelli. La Organización Mundial de la Salud ha enumerado 45 causas probables que llevan al consumo, que no tienen que ver únicamente con la pobreza o el nivel de educación, aunque puede percibirse que éste «está vinculado a la problemática de la administración del tiempo libre».

«Está claro que puede haber un fenómeno de tipo individual en el que la persona necesita la sustancia para afrontar la peripecia diaria de la vida. Trata de superar esta angustia inicial y el consumo lo coloca -se ha comprobado científicamente- en un pozo de depresión mucho mayor.

También existe un fenómeno de carácter colectivo».

A los diversos causantes del consumo se suma el fenómeno de la globalización. «Uruguay es un país abierto y por lo tanto le entran las luces y las sombras del resto del mundo. Afortunadamente, tiene la virtud de ser un país con capital social acumulado, con comunidad atenta, ubicado como la primera de América en cuanto a desarrollo humano, lo cual ha llevado a que tengamos guarismos diferentes porque la cuantificación del problema es menor que en otras partes».

SCAVARELLI NO TIENE DUDAS DE QUE HAY RELACION ENTRE CONSUMO Y DELINCUENCIA

Existe relación entre el consumo de drogas y la delincuencia, aseveró el Dr. Alberto Scavarelli a Ultimas Noticias. Si bien no se puede determinar una correlación directa entre el incremento del consumo de estupefacientes y el de las rapiñas y copamientos, «sí se percibe cada vez más claramente la incidencia entre el delincuente común y el consumidor de drogas».

Si bien se ha registrado un incremento en las rapiñas, también se ha expresado reiteradamente la preocupación ante la agresividad exhibida por los delincuentes, que «no guarda proporcionalidad» con el delito cometido.

Los alcaloides acentúan la violencia de los actos delictivos, reveló. En un proyecto de ley elaborado por Scavarelli, y que desde marzo del año pasado se encuentra en la comisión de Constitución y Legislación del Senado, se tipifica como un agravante drogarse con el objetivo de cometer un crimen.



A pesar de los esfuerzos de las autoridades por combatirlo, el consumo de drogas crece en el mundo. No obstante, es firme la voluntad de continuar el combate.

EN NUESTRO PAIS "HAY CONFUSION" RESPECTO A LA DESPENALIZACION

En foros internacionales hay países que plantean la despenalización del consumo pero ninguno defiende liberar el suministro, aseveró el Dr. Alberto Scavarelli.

Mientras tanto, en nuestro país «existe confusión» respecto a la despenalización. «Mucha gente desconoce que el consumo no está penado por la ley. A los consumidores se les desintoxica».

Si se envía a prisión al que trafica. Sin embargo, «el consumo tampoco puede ser una cuestión alegremente considerada. Se trata de reconocer en los consumidores a gente que necesita apoyo».

Scavarelli sostiene que quienes, como el escritor Mario Vargas Llosa, quieren liberalizar el consumo de determinadas drogas, están equivocados. Frente a un problema como el del narcotráfico, alguna gente «entra en pánico y afirma que el problema es tan grande que más vale transar o, por el contrario, esto es tan complejo que hay que enojarse con alguien. El tema no pasa ni por la transacción ni por la acusación recíproca».

El hecho que pone en evidencia los estudios realizados es que la mayoría de los consumidores -el 65%- comenzaron a consumir cuando eran menores de edad. «Entonces, cuando se habla de libre suministro ¿Quiere decir darle droga a menores de 18 años? ¿Estamos diciendo que un joven de 15 años va a poder ir a la esquina a comprar una dosis de cocaína?».

El libre tráfico aparecería entonces como una «especie de venganza para con los narcotraficantes. Se puede destruir la estructura delictiva que provee la droga si se liberaliza el suministro pero esto no acaba con los problemas que origina el consumo. El tema de fondo es que el consumidor -el mayor aliado del traficante- está causándose un daño a sí mismo y a la comunidad».

Si se tratara del tráfico de una sustancia neutra «habría un problema de índole tributario, no podemos confundir contrabando de chocolate con contrabando de cocaína».

Además, existe una alta vinculación entre consumo y contagio de sida. «Una política de Estado para este tema debe tener el reconocimiento científico de lo nocivo que es para la condición humana».

INSCRIBEN PARA NUEVOS CURSOS

Hasta el próximo viernes, de 10 a 14 horas, se inscribe para el Curso Internacional sobre «Problemas vinculados al consumo de sustancias adictivas y aspectos conexos», que organizan conjuntamente la Junta Nacional de Drogas y la Universidad de la República a través del Servicio Central de Bienestar Universitario.

El ciclo dará comienzo el jueves 5 de junio próximo y está dirigido a graduados y docentes de la Universidad en las áreas de ciencias sociales y de la salud. Informes por los teléfonos 422432 y 432369.

Fotocopia Reducida

0708 [illegible]

02-02

FB6522

R FOXBT 05 18 00161
mun axo

R.UNIDO DROGA
BLAIR NOMBRA COMITE QUE DESIGNARA JEFE LUCHA ANTIDROGA

Londres, 18 may (EFE). El primer ministro británico, Tony Blair, anunció hoy su decisión de luchar contra las drogas y nombrar un comité ministerial especializado de alto rango, presidido por la líder del grupo laborista en la Cámara de los Comunes, Ann Taylor.

Una de las primeras funciones de este comité será la designación de un responsable de la lucha contra el consumo y el tráfico de drogas.

En el comité estarán el ministro del Interior, Jack Straw; el de Asuntos Exteriores, Robin Cook; y el de Salud, Frank Dobson.

La presidenta del comité manifestó que en los próximos meses desarrollará diversos planes contra las drogas, principalmente dedicados a educar e informar a los jóvenes para que no las consuman.

"Atacar a las drogas es una prioridad de este Gobierno y uno de los principales desafíos que afronta. Las drogas dañan comunidades y pueden corromper la energía y la vitalidad de nuestra juventud", añadió Taylor. EFE

PC/cho/jpg

05/18/16-30/97

Nº DOCUMENTO 9708950
TITULO R. UNIDO. Blair nombra comite que designará Jefe lucha Antidroga
PROCEDENCIA Agencia
FECHA DE PRODUCCION 18/5/97
VINCULACIONES
11176 11214
10184 11676
507529
11349
11421
11226

9708950

01-01

Nº. DOCUMENTO 9708951

TITULO Suecia no quiere entrar en la Alianza y Austria está dividida en cto. a Ingreso [illegible] OTAN

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 15/05/97

VINCULACIONES 67226

65201

308062

9708951

ENTRADO

CRUZADO

01-02

[illegible]

[illegible]

[illegible]

OTAN-NEUTRALIDAD

SUECIA NO QUIERE ENTRAR EN ALIANZA Y AUSTRIA ESTA DIVIDIDA

Viena, 14 may (EFE).- Austria y Suecia, dos países neutrales que ingresaron al mismo tiempo en la Unión Europea (UE), aparecen, sin embargo, divididos en cuanto a la urgencia de entrar en la OTAN, según se ha puesto de manifiesto en Viena.

"La cooperación con la OTAN es una cosa, otra, totalmente distinta, es la condición de miembro", afirmó el miércoles en la capital austríaca la ministra sueca de Asuntos Exteriores, Lena Hjelm-Wallén, tras reunirse con su colega austríaco, Wolfgang Schuessel.

Hjelm Wallén aseguró que su país seguirá manteniéndose al margen de las alianzas militares, lo que no significa que Suecia no esté dispuesta a colaborar estrechamente con la OTAN en operaciones de mantenimiento de la paz o dentro de la "Asociación para la Paz".

La ministra sueca expresó al mismo tiempo el rechazo de su gobierno a la posibilidad de que la Unión Europea Occidental (UEO), considerada por muchos como el futuro brazo armado de la UE, asuma las tareas de defensa de los Quince.

Mientras tanto, el ministro de Defensa austríaco, Werner Fasslabend, del Partido Popular (minoritario en la coalición con el partido socialdemócrata del canciller Viktor Klima), señaló en la ciudad austríaca de Graz que su país no debería ingresar en la OTAN "después de Polonia, Hungría, la República Checa y Eslovenia".

Tras el acuerdo en materia de seguridad al que han llegado Rusia y la OTAN, se da como seguro una invitación a esos países a [illegible] en la próxima cumbre de Madrid, a comienzos de julio.

[illegible] República [illegible] de la OTAN.

[illegible] neutralidad [illegible] OTAN [illegible]

[illegible] primer [illegible]

[illegible] EFE

[illegible]

[illegible]

9708951

02-02

FB6508

R SUCBT 05 18 0151
amt

BOLIVIA-NARCOTRAFICO
POLICIA DESTRUYO EXTENSA PLANTACION DE MARIHUANA

Santa Cruz (Bolivia), 18 may (EFE).- La policía antidroga de Bolivia destruyó, en una población cercana a Santa Cruz, mil plantas de marihuana y 1.300 gramos de semilla de esta especie, y detuvo al cuidador de la parcela, se informó hoy.

Según un informe de la Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico (FELCN), la operación de confiscación y destrucción se efectuó el pasado viernes en un lugar denominado San Martín, cerca de la población El Torno, a 30 kilómetros de Santa Cruz.

A requerimiento fiscal, se procedió a la destrucción de mil plantas de marihuana y se detuvo a Jaime Choque Quispe, de 21 años, quien, según el informe, tenía en su poder 1.300 gramos de semilla de esta planta.

El director de la FELCN, coronel Roberto Pérez, afirmó que esta operación fue el resultado de la coordinación que viene ejecutando su unidad para erradicar las plantaciones de marihuana y reducir su comercialización en este país. EFE

JA/FB/SC/iqg

05/18/18-36/97

Nº DOCUMENTO 9708952
TITULO BOL. Policía destruye extensa plantación de marihuana.-
PROCEDENCIA Agencias
FECHA DE PRO... 18/5/97
VINCULACIONES 11176
65092 1341
507480 11351
[illegible]
11[illegible]

0101

9708952

XG6145

U POXBI 05-16 00367
mun exg

HUNGRIA-OTAN
MAYORIA HUNGAROS APOYA INGRESO EN LA OTAN

Budapest, 16 may (EFE).- Más del cincuenta por ciento de la población húngara apoya la integración de su país en la OTAN, aunque al mismo tiempo no acepta plenamente las obligaciones que se derivarían del ingreso, según un sondeo publicado hoy aquí.

Según el sondeo de la Agencia de Informaciones de EEUU (USIA) y del instituto demoscópico húngaro "Median", un 55 por ciento de los ciudadanos de este país favorecen actualmente el ingreso, un 34 por ciento son contrarios y un 11 por ciento no opinan o no contestan.

Sin embargo, esa mayoría se convierte en minoría cuando se trata de dar su apoyo al envío de tropas húngaras para ayudar a otro país miembro, a la realización regular de maniobras militares en el marco de la OTAN o a la posibilidad de que en Hungría se instalen armas nucleares.

Así, sólo un 33 por ciento favorece actualmente el envío de tropas para defender a otro socio - porcentaje superior de todas formas al registrado en 1995, cuando sólo un 28 por ciento se declaraba partidario de ese tipo de misiones.

Un 35 por ciento apoya las maniobras regulares de la OTAN en territorio húngaro, frente a un 28 por ciento, hace dos años, según el sondeo, que indica que ha disminuido del 67 al 60 por ciento el porcentaje de quienes se oponen drásticamente a las mismas.

Por el contrario, ha crecido el número de húngaros contrarios a la instalación en Hungría de armas o depósitos nucleares: una abrumadora mayoría del 96 por ciento, frente a un 89 por ciento en 1991.

Además, un 58 por ciento de los húngaros dicen no al estacionamiento de unidades de la OTAN en territorio nacional mientras que sólo un 38 por ciento se declara dispuesto a aceptar la presencia de esos soldados extranjeros.

En una interpretación optimista del sondeo, el portavoz del Ejército húngaro, Lajos Erdelyi, explicó a EFE que, según el cálculo de probabilidades, de celebrarse ahora el referéndum sobre el ingreso hasta un 70 por ciento de quienes acudiesen a votar, lo harían a favor.

Erdélyi, reconoció que las opiniones referentes a los gastos y a la participación de soldados húngaros en acciones conjuntas de la OTAN "no gozan naturalmente de la misma popularidad, pero eso es algo humano y posiblemente se obtendrían datos similares en EEUU y otros países ya miembros". EFE

NA/JR/hm

05/16/13-56/97

SANTA MARIA

Apreendidos dois quilos de cocaína

❑ A Polícia Federal de Santa Maria apreendeu, às 13h de ontem, no centro da cidade, dois quilos de cocaína. A droga seria entregue a traficantes que esperavam a encomenda. O delegado Ildo Gasparetto apurou que a cocaína foi adquirida em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, por Leonardo Lucas Paulin, 32 anos, que dirigia uma caminhonete Corsa. A droga estava escondida atrás do banco do caroneiro e do estepe e embaixo do macaco. Os agentes federais interromperam a negociação quando Odney Santana Martins, 29 anos, recebia a encomenda. Ele foram detidos na frente da casa de Alexander Zanini da Costa. Zanini conseguiu fugir. Odney foi autuado em flagrante e levado para o presídio, onde está à disposição da Justiça.

CHINA-DROGAS

REFUERZAN CONTROL VENTA ANFETAMINAS EN LUCHA ANTIDROGAS

Pekín, 19 may (EFE). Las autoridades sanitarias chinas han reforzado el control de la distribución de los anestésicos, los medicamentos psicotrópicos y las anfetaminas, como parte de la lucha nacional antidrogas, informa hoy la prensa local.

El Departamento de Administración Médica, dependiente del ministerio de Salud, publicó recientemente una circular en la que pedía a los fabricantes de medicinas que vigilen su producción y administración, pues la negligencia en la gestión de los fármacos ha creado un problema muy grave, facilitando el narcotráfico.

A partir de ahora sólo los fabricantes autorizados podrán comerciar con las anfetaminas y se pondrá en marcha un sistema de control de su producción y venta.

El pago de las anfetaminas se efectuará mediante cheque bancario y estará estrictamente prohibida la aceptación de dinero en efectivo.

La circular, publicada por la agencia oficial de noticias "Xinhua", agrega que todos los fabricantes de esos medicamentos serán responsables de su mercancía y que cualquier violación de los reglamentos conllevará la pérdida automática de sus licencias.

La anfetamina es muy utilizada en la producción de la droga de diseño conocida como "hielo".

Aunque su consumo en China es relativamente reciente, el "hielo", derivado de la efedrina, es cada vez más común en las provincias costeras chinas donde se utiliza cada vez más como sustituto de la heroína. EFE

pgp/ga/ca

05/19/09-10/9?

Nº DOCUMENTO 9708955

TITULO CHINA: Refuerzan control de venta de anfetaminas en lucha antidrogas. -

PROCEDENCIA Agencia

FECHA DE PRODUCCION 19/5/94

VINCULACIONES 11176

16834

65712

11226

11342

11662

Nº. DOCUMENTO 9708956
TITULO Presidente cubano asistirá II Cumbre de la Tierra en junio
PROC. 518593
FECHA 07/05/97
VINCULACIONES 11487
65671

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

[illegible]

[illegible]

ONU CUBA
FIDEL CASTRO DISPUESTO A ACUDIR A II CUMBRE TIERRA EN JUNIO

Naciones Unidas, [illegible] may [illegible]. La misión cubana comunicó a la ONU que [illegible] el presidente Fidel Castro concurrirá a la sesión especial de la Asamblea General para revisar los logros y perspectivas de la Agenda 21 cinco años después de su adopción en la Cumbre de la Tierra de 1992 en Río de Janeiro.

La sesión, que se anuncia como la II Cumbre de la Tierra, está programada del [illegible] al [illegible] de junio, y ya han indicado que asistirán unos [illegible] jefes de Estado o Gobierno y un número similar de ministros.

Cuba, cuya intervención está prevista el martes 24 de junio, había anunciado inicialmente su participación a nivel ministerial.[illegible]

[illegible]

9708956

01-01

EF1753

U EOSEI 05 10 00165
MSD EXO ICA

CENTROAMERICA CUMBRE
XIX CITA PRESIDENCIAL SERA 11 Y 12 DE JULIO EN PANAMA

Panamá, 9 may (EFE).- La XIX Cumbre Centroamericana se celebrará en Panamá el 11 y 12 de julio próximo, informó hoy el ministro panameño de Relaciones Exteriores, Ricardo Alberto Arias.

El canciller panameño se reunió con sus colegas del istmo en la capital de Costa Rica para revisar el informe del Banco Interamericano de Desarrollo, de la Comisión Económica para América Latina y la Junta de Notables sobre la Institucionalidad Regional.

Arias dijo a la prensa local que la cita presidencial se centrará en "una revisión de los documentos de la institucionalidad centroamericana".

Los próximos días 30 y 31 de mayo se reunirán también en Panamá los ministros centroamericanos de Relaciones Exteriores y los de Economía para ultimar detalles de la agenda presidencial.

El ministro indicó que se considerará la propuesta de Panamá de negociar un Tratado de Libre Comercio (TLC) con Centroamérica lo que, dijo, fortalecerá las relaciones con la región. EFE

LBA/JMA

05/10/01 47/97

Nº. DOCUMENTO 9708957
TITULO FAX Cita presidencial en Panamá días 11 y 12/Jul/97.
PROCEDENCIA 510593
FECHA DE ENTRADA 10/05/97
VINCULACIONES 06718
11187

ENTRADO
CRUZADO ✓

9708957

01-01

Nº DOCUMENTO 9708958

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA [illegible]

19/5/94

EEUU-NARCOTRAFICO
EEUU APROBARA NUEVAS NORMAS PARA LUCHAR DINERO NARCOTRAFICO

Washington, 17 may (EFE). Estados Unidos tiene previsto aprobar hoy una nueva normativa que obligará a las empresas especializadas en transferir dinero al exterior a informar a las autoridades sobre movimientos importantes con el objetivo de combatir el "lavado" de dinero procedente del narcotráfico.

Según informa hoy, lunes, el diario "The New York Times", las normas serán anunciadas por el departamento del Tesoro y harán más difícil que los narcotraficantes puedan trasladar los beneficios obtenidos con la droga de EEUU a Colombia o a otros países latinoamericanos.

Las nuevas normas estan destinadas específicamente a las compañías especializadas en enviar fondos al exterior, como "Western Union" y "American Express", que a partir de ahora tendrán que informar de cualquier transferencia superior a 750 dólares, una cifra muy inferior a los 10.000 dólares actuales.

Las regulaciones, que entrarán en vigor en un plazo de 90 días, no afectarán a los bancos ordinarios que tienen la obligación de informar a las autoridades monetarias de cualquier transferencia de más de 10.000 dólares con destino al extranjero.

Este sistema ha sido probado en la ciudad de Nueva York desde el pasado mes de agosto gracias a una claúsula especial de la ley de banca y los informes preliminares afirman que ha sido un éxito.

"Ha tenido un éxito que no nos podíamos imaginar", agregó un funcionario que participa en el plan, quien explicó que la normativa obliga a los narcotraficantes a mover más dinero en metálico, lo que es bastante más complicado y peligroso.

Las confiscaciones de dinero en metálico procedente del narcotráfico en los aeropuertos Kennedy y Newark, en Nueva York, y Logan, en Boston, aumentaron hasta los 50 millones de dólares durante los seis meses que duró esta medida, agregó la fuente.

La policía neoyorquina considera que anualmente se mueven a Latinoamérica desde esta ciudad estadounidense cerca de 1.000 millones de dólares procedentes del narcotráfico, dinero que al final termina en las cuentas bancarias de Colombia.

El departamento de Justicia de EEUU reconoció, sin embargo, que a pesar de [illegible] nuevas regulaciones es muy probable que los narcotraficantes colombianos continúen recibiendo la mayor parte de los beneficios que su negocio produce en el área de Nueva York, calculados en unos 7.000 millones de dólares anuales. EFE

[illegible]

9708958.

01-05

EL PODER NARCO

LA CASA BLANCA Y EL DINERO CRIMINAL

EE.UU. toma medidas para frenar el "narcolavado"

Se deberá reportar toda transferencia al exterior de más de 750 dólares • La medida funcionó con éxito en Nueva York • Desde allí se enviaban 800 millones de dólares anuales a Colombia

DAVID SANGER
The New York Times. Especial para Clarín

El Departamento del Tesoro de Estados Unidos anunció ayer una serie de medidas para **combatir el lavado de dinero criminal**, obligando a todas las empresas dedicadas a la transferencia de fondos a registrarse y **reportar todo giro sospechoso y superior a 750 dólares.**

Esas medidas están en vigor con carácter temporal desde agosto pasado en Nueva York, aunque están restringidas a las transferencias hacia Colombia. El éxito de la medida fue tal que se decidió darle **carácter permanente y extenderla a toda la nación y a todos los destinos**, dijo el secretario del Tesoro, Robert Rubin.

> Toda agencia dedicada al manejo de dinero deberá estar registrada en el Departamento del Tesoro

Cuando las regulaciones se aplicaron en Nueva York, hace 10 meses, las evidencias indicaban que 25 mil familias colombianas radicadas en Nueva York –que tienen un ingreso promedio de 27 mil dólares por año– estaban enviando a su país 800 millones de dólares anuales, o sea 32 mil dólares por cada familia.

Después que se implementaron las medidas en Nueva York, ese tráfico virtualmente desapareció y aumentaron notoriamente las confiscaciones de dinero enviado ilegalmente en valijas o como mercadería, indicó el funcionario.

"**El blanqueo de dinero es la sangre del crimen organizado, pero también es su talón de Aquiles**, pues nos permite atacar a los líderes. Ellos pueden mantenerse a distancia de la actividad criminal cotidiana en nuestras calles, pero no pueden separarse del dinero fruto de esa actividad", dijo Rubin.



REUTER

A LA CAZA DE "LAVADORES". Bill Clinton, presidente de los Estados Unidos.

Colombia, el principal destino

Según estudios hechos por el departamento, una docena de agencias de transferencias de dinero localizadas en Nueva York estaban enviando **unos 800 millones de dólares por año a Colombia en giros menores de 10.000 dólares**, que era el límite tras el cual había que reportar toda transacción.

Ese límite sigue en vigencia para los bancos, que documentan todos los envíos y están obligados a avisar a las autoridades sobre las transacciones sospechosas.

En cambio, las transferencias hechas por agencias privadas como Western Union y American Express estaban virtualmente libres de regulaciones.

Las nuevas medidas

Las nuevas medidas, que para entrar en vigencia no requieren aprobación del Congreso, son:

1) Toda agencia dedicada al manejo de dinero **deberá estar registrada** en el Departamento del Tesoro.

2) Todos estos servicios quedarán obligados, como ya lo están los bancos, a reportar las **transacciones sospechosas** (esto incluye, por ejemplo, repetidos envíos de 749 dólares por parte de la misma persona o al mismo destinatario).

3) Obligación de reportar toda transferencia de 750 dólares o más –incluyendo la identidad del remitente– a cualquier persona fuera de Estados Unidos.

Raymond Kelly, subsecretario del Tesoro a cargo de vigilar el cumplimiento de las leyes financieras, admitió que las nuevas obligaciones representarán "un gran aumento" en el número de informes que recibirá el departamento, pero declinó dar cifras concretas.

Actualmente el departamento recibe unos **12 millones de informes anuales**, indicó.

Kelly negó en cambio que las medidas vayan a representar molestias indebidas para los negocios legítimos.

"El límite de 750 dólares se adoptó después de un estudio que demostró que la inmensa mayoría de las transferencias legítimas son de **menos de 500 dólares**", señaló.

Sam Banks, subcomisionado del Servicio de Aduanas, dijo que además se pondrá en práctica una inspección más rigurosa de los camiones y otros vehículos que cruzan la frontera hacia México. □

Una lupa sobre la ruta de los dólares sucios

ANÁLISIS

Por
JULIO SEVARES
De la Redacción de Clarín

Descubrir los caminos del dinero sucio es parte de la estrategia norteamericana contra el narcotráfico. La reglamentación que obligará a las entidades no bancarias que hacen transferencias de dinero a informar sobre los envíos mayores de 750 dólares tiene el propósito de **detectar la salida del país de los narcodólares ganados por quienes introducen la droga en el mayor mercado del mundo.**

En los Estados Unidos circulan narcodólares de dos orígenes. Parte es dinero que ingresa del exterior para blanquearse a través de inversiones. **Miami y los casinos están considerados las grandes mecas de esos fondos.** Otra parte es el dinero pagado por los distribuidores locales a los proveedores extranjeros que pretende volver a la patria de origen o hacia algún mercado menos regulado.

Los caminos que utiliza este último tipo de dinero van desde las transferencias por sofisticadas operaciones cuyo propósito es borrar el oscuro origen de los fondos hasta el **rudimentario transporte de fajos de billetes a través de la frontera hacia el sur del Río Grande.**

Para rastrear los caminos financieros el gobierno norteamericano dictó varias normas sobre información de transacciones. Desde 1970 los bancos tienen la obligación de informar sobre los movimientos mayores de 10.000 dólares.

Argentina y México implementaron un sistema de información para los bancos desde 1996 debido, en buena medida, a las presiones norteamericanas. Este año comenzará a funcionar en nuestro país un requisito similar para las **transacciones de títulos y acciones.**

¿Son eficientes estas medidas? En principio obligan a los intermediarios a hacer **más preguntas sobre el origen del dinero que reciben** y a ser más selectivos en la selección de sus clientes. También obligan a los dueños de la plata a ponerla en circulación en cantidades más pequeñas, lo que dificulta su trabajo y los expone más ante los sabuesos oficiales.

[illegible] **mismo.** Se estima que el narcotráfico mueve entre 300.000 y 600.000 millones de dólares anuales. A las diferentes tareas de lavado se dedican entidades especializadas en negocios ilegales pero también, atraídos por la magnitud del negocio, comienzan a intervenir **bancos internacionales de primera línea.**

DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA Agencia

FECHA 19/5/94

OBSERVACIONES

EEUU-NARCOTRAFICO [illegible]

EEUU PREPARA MAS MEDIDAS PARA LUCHAR CONTRA LAVADO DINERO

~~Por [illegible]~~

Washington, 19 may (EFE).- Estados Unidos tiene preparadas nuevas reglas que dificultarán más a los carteles del narcotráfico trasladar los beneficios realizados en este país a sus centros de origen, en la mayoría de los casos Colombia y otros países de Latinoamérica.

La medida, que se espera que sea anunciada hoy mismo por el secretario del Tesoro, Robert Rubin, obligará a las instituciones no bancarias a declarar todas las transferencias de dinero al exterior superiores a los 750 dólares, como un método más para luchar contra el lavado de dinero procedente del narcotráfico.

En la actualidad sólo es obligatorio declarar a las autoridades las transferencias realizadas por caja superiores a los 10.000 dólares, mientras que las que llegan a 9.975 dólares se pueden hacer sin necesidad de presentar el pasaporte o cualquier otro documento de identificación personal.

Su cumplimiento será obligatorio 30 días después de su anuncio oficial y afectará a más de 25.000 empresas registradas en el departamento del Tesoro para realizar ese tipo de operaciones.

La nueva legislación obligará también a ese tipo de instituciones a declarar a las autoridades cualquier movimiento que consideren sospechoso.

La decisión del Tesoro, apoyada por las investigaciones de la Agencia Central de Investigaciones (CIA) y la policía de Nueva York, no afectará a los bancos regulares, sino a establecimientos no bancarios, en su mayoría de pequeño tamaño, que a menudo son utilizados por los inmigrantes para enviar dinero a sus países y también por narcotraficantes.

El volumen de negocios anual de estas empresas en esas operaciones que son legales supera los 200.000 millones de dólares anuales, y se estima que de esa cantidad salen del país unos 11.000 millones de dólares, aunque no se sabe cuánto va a parar a las cuentas de los narcotraficantes.

El origen de esta medida de cumplimiento nacional está en una experiencia piloto realizada en Nueva York desde agosto de 1996, un lugar en donde el narcotráfico genera cada año unos 7.000 millones de dólares.

Según la policía neoyorquina, cada año se envían desde esta gran ciudad a diversos países latinoamericanos cerca de 1.000 millones de dólares procedentes del narcotráfico, y que, al final, casi siempre terminan en cuentas bancarias de Colombia.

Solamente en la "Gran Manzana" existen más de 3.500 agentes no bancarios que se ocupan de realizar ese tipo de operaciones, y en su mayoría se concentran en las áreas de Queens y Manhattan Norte, en donde se encuentran los principales barrios de inmigrantes latinos.

Fuentes oficiales dijeron que el límite de 750 dólares como cantidad que se puede enviar sin declarar no afectará a los envíos realizados por inmigrantes pues, según los cálculos de los servicios de inteligencia, estos casi nunca superan los 500 dólares.

Sin embargo, dijeron las fuentes, el daño principal lo

[illegible] dan los narcotraficantes [illegible] obligados [illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible] dirigida por Raymond Kelly [illegible] en 70 millones de dólares [illegible] metálico en la [illegible] internacional [illegible] [illegible] en el [illegible]

Fuentes del departamento de Justicia han señalado que muchísimas de [illegible] a través de la frontera con México por medio de camiones y automóviles armados y con grandes cargamentos de dinero en metálico, que pasan [illegible] porque los agentes de aduanas están demasiado ocupados revisando el tráfico que se dirige de sur a norte.

Este plan también tiene sus críticos, que alegan que la obligatoriedad de declarar operaciones de tan pequeño monto multiplicará la burocracia y retrasará el ya lento proceso de tramitación para las solicitudes actuales con transferencias superiores a 10.000 dólares.

Ese es el temor de los grandes agentes no bancarios como Western Union, Traveller Express, Thomas Cook Inc., American Express, MoneyGram Payments Systems, Citicorp Services y Comcata, que quieren demostrar que desde sus oficinas no se realizan operaciones ilegales. EFE

CMM/MLA JMI/PL

05 17/19:36:77

9708958.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA EL PAIS pág 17

FECHA DE PROCEDENCIA 22/5/97

VINCULACIONES

Se multiplica el consumo y Estados Unidos limita transferencias al exterior para evitar "lavado"

DROGAS SIN FONDO

En Estados Unidos, el uso de la marihuana entre los adolescentes de 12 a 17 años se duplicó desde 1992. Entre los jóvenes de Europa Occidental el consumo de éxtasis se multiplicó. Un alza en el consumo de heroína y opio se da en la ex-Unión Soviética. Hay una nueva explosión del consumo de drogas, en particular de la heroína inyectada, con una paralela progresión del SIDA, según el último informe mundial. Así, el gobierno de Estados Unidos puso en práctica una nueva estrategia destinada a crearle obstáculos a las organizaciones del narcotráfico en sus operaciones masivas de transferencias de dinero desde territorio estadounidense hacia países de Latinoamérica.

The New York Times

WASHINGTON (Servicio de "The New York Times" exclusivo para EL PAIS).— El gobierno de Estados Unidos pone en práctica una nueva estrategia destinada a crearle obstáculos a las organizaciones del narcotráfico en sus operaciones masivas de transferencias de dinero desde territorio estadounidense hacia países de Latinoamérica. Las acciones que se realizarán en función de una exitosa experiencia realizada en Nueva York, obligarán a instituciones bancarias y otras firmas que realizan transferencias de dinero al exterior, a informar en detalle al Departamento del Tesoro de todas las solicitudes de envío por un monto superior a U$S 750. Hasta el momento, sólo las transferencias por un monto mayor de U$S 10.000 deben ser incluidas en el sistema de información que incluye datos básicos de la persona que realiza el envío.

Los nuevos mecanismos de contralor fueron delineados por el secretario del Tesoro, Robert Rubin y el director Raymond Kelly, quien fue Jefe de Policía de Nueva York y ahora está encargado de las acciones de contralor del Departamento del Tesoro.

Los bancos, que están sujetos a otras normas que determinar la obligación de informar sobre actividades sospechosas, no estarán incluidos en las nuevas disposiciones, aunque deben remitir información referida a transacciones internacionales que superen los U$S 10.000. Las firmas financieras, que no son bancos, y realizan operaciones legales por U$S 200.000 millones anuales, han expresado temor porque las nuevas exigencias provoquen una pesadilla burocrática y de formularios.

■ ESPIONAJE SATELITAL

Las normas surgieron de una operación contra el "lavado" de dinero que se efectuó en Nueva York, en agosto de 1996, con participación de organismos del gobierno federal y autoridades locales. Sobre la base de las facultades de emergencia que otorga el Acta de Secreto Bancario, Kelly, quien recién había asumido funciones en el Departamento del Tesoro, obligó a firmas financieras y comercios autorizados a transferir dinero —especialmente en barrios donde la mayoría de los residentes son inmigrantes— a informar de todas operaciones superiores de U$S 750. En caso de omisión, se aplicarían duras sanciones.

Informaciones recogidas por los servicios de inteligencia de Estados Unidos indican que las firmas que efectúan transferencias telegráficas de dinero mueven más de U$S 1.000 millones de dólares anuales de dinero del narcotráfico hacia Latinoamérica —principalmente Colombia— en operaciones divididas en montos apenas inferiores a los U$S 10.000. De esa manera las organizaciones delictivas eluden las exigencias de declaración obligatoria.

Después de haber realizado tareas de espionaje e intercepción de comunicaciones de los narcotraficantes utilizando satélites, llegaron a la conclusión de que las limitaciones impuestas en Nueva York virtualmente terminaron con la transferencia de fondos por vía cablegráfica, debido a que, por ejemplo, dividir U$S 500.000 en envíos de U$S 750, se convertía en una pesadilla.

Partes con fondo oscuro

05-05

9708958

TITULO BOLIVIA Sanchez Lozada afirma que narcos exportan cocaína.-

PROCEDENCIA Agencias

19/5/94

11176 11226 60723
65092 11354 11224
507480 507482 11351
11352 11343
11224

BOL-DROGAS TRAFICO

~~SANCHEZ~~ LOZADA AFIRMA TRAFICANTES BOLIVIA EXPORTA COCAINA PURA

Cochabamba (Bolivia), 18 may (EFE). El presidente boliviano, Gonzalo Sánchez de Lozada, dijo hoy que las redes del narcotráfico que operan en el país comenzaron a exportar cocaína cristalizada, especialmente a través de Brasil y de Paraguay.

Sánchez de Lozada dijo que la lucha de las autoridades de Colombia contra los carteles de Medellín y de Cali, ha obligado a los traficantes de Bolivia a abandonar esa ruta para su negocio ilícito y a refinar la droga por su cuenta y distribuirla directamente a los consumidores del mundo.

El jefe de Estado boliviano reveló esa información durante un diálogo que sostuvo con directores de medios de comunicación de Cochabamba, en el centro del país, a quienes indicó que, en los últimos cuatro años los organismos policiales han constatado un incremento de la producción de cocaína ya refinada como no ocurría antes.

Aseguró que, frente a este problema, lo mejor es estar vigilantes y efectuar una "guerra sin cuartel" contra las líneas de narcotraficantes, para evitar que el narcotráfico genere corrupción institucional e individual.

La afirmación presidencial de que los traficantes bolivianos exportan ahora más droga refinada contradice la versión de la Policía, de que el país es utilizado por las redes de vecinos, como Perú, para llevar su propia droga al mercado mundial.

Sánchez de Lozada dijo que, durante su periodo de los últimos cuatro años, la labor antidrogas ha sido ingrata y lamentable "porque se ha desarrollado "una guerra que se libra cada día", en alusión a la oposición constante de los campesinos productores de la coca y también a las exigencias del Gobierno de Estados Unidos para cumplir sus compromisos de erradicación de cocales excedentes y la destrucción de almácigos.

"Eso me llevó a grandes problemas de enfrentamiento con los cocaleros, marchas y otros. Era una situación terrible porque estuve entre el fuego del imperio (estadounidense) y los cocaleros", señaló al precisar que, en 1976, la Policía erradicó 9.575 hectáreas de plantaciones excedentes de coca, se incautó 12 toneladas de droga, 524.423 litros de químicos líquidos y 323.674 kilogramos de químicos sólidos.

Aseguró que, producto de esos esfuerzos, Bolivia ocupa el tercer lugar en cuanto a plantaciones de coca, mientras en Perú y Colombia se han duplicado.

"La coca está desapareciendo, en una política dura que no tolera el almácigo y la coca nueva", señaló el jefe de Estado aunque lamentó que, en los últimos años, el consumo de droga en el país se ha incrementado a niveles alarmantes que involucra especialmente a gente humilde y de barrios populares.

Sin embargo, afirmó que Bolivia se ha convertido en un ejemplo en la lucha antidrogas porque "tenemos la confianza y el orgullo de que otros países están asimilando experiencias nacionales de lucha contra el narcotráfico, erradicación de cocales e implementación del desarrollo alternativo". EFE mc/icz/tm/aro

05/17:00 30/5

01-01

9708859

COLOMBIA-NARCOTRAFICO
NUEVA ORDEN DETENCION CONTRA HELMER HERRERA, DEL CARTEL CALI

Bogotá, 19 may (EFE). La Fiscalía Regional de Bogotá dictó hoy una nueva orden de detención sin beneficio de excarcelación contra Helmer Herrera, quien está encarcelado y es considerado uno de los jefes del cartel de Cali, informaron fuentes judiciales.

Según la nueva orden judicial, Herrera, alias "Pacho", quien se entregó a las autoridades el [illegible] de septiembre del año pasado, incurrió en los delitos de "concierto para delinquir, tráfico de estupefacientes, receptación de dineros, concierto para delinquir con fines de narcotráfico y enriquecimiento ilícito".

La misma entidad acusadora precisó que los nuevos cargos contra el narcotraficante confeso tienen que ver con el envío de más de una tonelada de droga a Estados Unidos y haber percibido por ello unos 4,7 millones de dólares.

"Pacho" Herrera es uno de los cuatro "capos" colombianos que han sido solicitados en extradición por las autoridades de Estados Unidos.

Los otros tres son los hermanos Gilberto y Miguel Rodríguez, detenidos en 1995, y Juan Carlos Ramírez Abadía, en prisión tras entregarse en marzo del año pasado.

La Fiscalía emitió la primera orden de detención contra Herrera en marzo de 1995, bajo cargos de narcotráfico y enriquecimiento ilícito. EFE

ERM/mmd/fr

05/19/18 26/97

Nº DOCUMENTO 9708960
TITULO COL[illegible]
PROCEDENCIA 16ewo1 R/5/97

9708960.

Nº DOCUMENTO 9708961

TITULO

PROCEDENCIA Agencias K qe P

13/5/94

AMT564

R CORBT 05-17 00717

PERU-NARCOTRAFICO

DECOMISAN MAS 11 TONELADAS DROGAS Y DETIENEN A 7 PERSONAS

Lima, 17 may (EFE).- La policía peruana antidrogas se ha incautado de mas de 11 toneladas de estupefacientes en diversas zonas del país en lo que va de año, se informó hoy, lunes, en Lima.

Agentes de la Dirección Nacional Antidrogas (Dinandro) de la Policía Nacional han llevado a cabo 7.000 operaciones en las que han decomisado esa cantidad de estupefacientes, según declaró el general Dennis del Castillo, jefe de este organismo, al diario limeño "Expreso".

Del Castillo indicó que también se había confiscado a los narcotraficantes 97.848 kilogramos de productos químicos que se utilizan en la elaboración de droga y que se habían destruido 48 campamentos de "narcos" en el mismo periodo de tiempo.

El general dio esta información en Tingo María, localidad selvática del departamento de Huánuco, ubicada en un sector de la zona cocalera del país, donde participó en la inauguración de una plaza en homenaje a los policías que han fallecido en la lucha contra el narcotráfico.

Fuentes policiales informaron hoy de que al menos siete vendedores habituales de estupefacientes fueron detenidos en los últimos días en zonas de Lima y en el vecino puerto del Callao, y que se les decomisaron alrededor de 1.500 pequeños envoltorios con pasta básica de cocaína. EFE

05/17/16-05/77

9708961

01-02

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA 21/5/97

ACIONES

XF5663

R SUCBT 05-21 00133
mun exg icx

PERU-NARCOTRAFICO
MAS DE 220 KILOS DE DROGA DECOMISADOS POR ADUANAS ESTE AÑO

Lima, 21 may (EFE).- Efectivos de Aduanas de Perú han decomisado más de 220 kilos de droga en diversas zonas del país en los cuatro primeros meses del año, informó hoy, miércoles, esa institución.

Segun indicó Aduanas. se incautaron 104,8 kilos de cocaína pura, 114 de pasta básica de cocaína y cuatro de opio.

El opio fue confiscado en un puesto de control del departamento de Tumbes, en el norte del país, y limítrofe con Ecuador. de acuerdo con la versión oficial.

El lunes pasado, fuentes de la policía antidrogas informaron de que este año se ha decomisado más de 41 toneladas de estupefacientes en diversos lugares de Perú como resultado de 3.000 operaciones antidrogas efectuadas por agentes de la Dirección Nacional Antidrogas (Dinandro). EFE

LAA jla

05/21/17-55/97

02-02

9708961

*A0474

R FOXBI 05-12 00506
mun exg

ONU-ECOLOGIA
II CUMBRE DE LA TIERRA ENFRENTA RECONOCIMIENTO DE FRUSTRACION

Naciones Unidas, 12 may (EFE).- Unos 60 jefes de Estado o Gobierno y una cifra similar de ministros, se reunirán del 23 al 27 de junio en la ONU en Nueva York para revisar los resultados de los compromisos que contrajeron en la Cumbre de la Tierra de 1992 en Río de Janeiro, conocidos como "Programa 21".

Pero las perspectivas indican que la II Cumbre de la Tierra será, más que una celebración, un reconocimiento de la frustración de las ilusiones que produjo hace cinco años la cumbre de Río, que consagró la meta del "desarrollo sostenible" para finalizar el milenio.

Recientemente, la Comisión sobre Desarrollo Sostenible culminó con más discrepancias que acuerdos la reunión preparatoria de la sesión especial, y ahora la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Diversidad Biológica proclama que "las actividades humanas están destruyendo la diversidad biológica a un ritmo sin precedentes".

El reconocimiento de esa realidad consta en la Declaración de la Conferencia, aprobada por los 161 estados que son parte del Convenio, y que fue remitada a la Asamblea, como documento para la sesión especial, por la secretaría general de la ONU.

La declaración destaca la importancia de la sesión especial para examinar los progresos alcanzados y reafirma su compromiso con los tres objetivos del Convenio: la conservación de la diversidad biológica, la utilización sostenible de sus componentes y la distribución justa y equitativa de los beneficios derivados de su utilización.

"El desarrollo sostenible no puede lograrse sin una utilización sostenible de la diversidad biológica del mundo", dice al calificar el Convenio como base jurídica para adoptar decisiones concretas a fin de aplicar los objetivos del Programa 21 y la Declaración de Río sobre Medio Ambiente y Desarrollo.

Subraya la declaración que las disposiciones del Convenio están estrechamente relacionadas con las cuestiones examinadas por la Comisión sobre Desarrollo Sostenible, entre ellas: la planificación y ordenación de los recursos de la tierra; la lucha contra la deforestación, la ordenación de ecosistemas frágiles; la promoción del desarrollo rural; y la diversidad biológica marina y costera.

Destaca también la conexión con cuestiones multisectoriales como la lucha contra la pobreza, la dinámica demográfica y la sostenibilidad, la integración de medio ambiente y desarrollo en la toma de decisiones, la ordenación racional de la biotecnología y los recursos y mecanismos financieros y transferencia de tecnología.

"La conferencia de las Partes señala que todavía queda mucho

por hacer, en colaboración con las instituciones y procesos pertinentes, para aplicar plenamente al Convenio", e insta a la sesión especial para que reconozca la urgencia de esa labor y la apoye.

En particular, la Conferencia considera urgente que se preste mayor interés a la sensibilización y comprensión pública de los problemas mediante programas educativos y de información, el

rápido desarrollo y aplicación de estrategias, planes o programase nacionales, la transferencia de tecnologías y la provisión de nuevos recursos financieros que permitan la aplicación del Convenio. EFE

jsd/fjo/arp

05/12/22-04/97

02-02

9708962

Nº DOCUMENTO 9708963

TITULO

PROCEDENCIA O Estado de São Paulo

19/5/97

Polícia descobre plano de fuga da Detenção

Com a ajuda de um agente penitenciário, armas, drogas e bombas de sucção entrariam no presídio para facilitar a saída de pelo menos 30 detentos, que escapariam por um túnel cavado a partir do Pavilhão 8

RENATO LOMBARDI

Os policiais do Departamento de Investigações Sobre Narcóticos (Denarc) descobriram ontem o plano para uma grande fuga da Casa de Detenção, o maior presídio da América Latina — que está com 6,4 mil presos —, financiada por assaltantes de bancos do Pavilhão 8. O agente penitenciário Robson Pereira Menezes iria permitir a entrada de armas, drogas, munição e telefone celular. Recebeu como pagamento, no sábado, um carro Ford Royale, fabricado em 1993, encontrado em sua casa, no Itaim Paulista.

A prisão da irmã de um condenado, quando se dirigia para o presídio com 7 quilos de cocaína, 15 quilos de maconha, um celular, duas armas, munição e duas bombas de sucção, permitiu aos policiais saber o esquema que pode envolver outros funcionários da Casa de Detenção e pelo menos 30 detentos, a maioria do Pavilhão 8, onde estão confinados os reincidentes.

A fuga seria igual à que ocorreu em 9 de maio de 1996, quando 53 detentos escaparam por um túnel aberto na sala de laborterapia do Pavilhão 7 e terminou numa casa, a cem metros da muralha. A denúncia anônima recebida pelo Denarc mencionava somente a entrada do tóxico no presídio. O delegado Idibão Correa de Lima, da 1ª Delegacia do Denarc, responsável pelas investigações, esteve no presídio e prendeu o agente penitenciário.

Segundo o delegado Lima, a denúncia feita por telefone apontou Judite da Silva, de 32 anos, moradora da Cohab 1, em Itaquera, como a pessoa que iria levar uma grande quantidade de cocaína e maconha para o presídio. O agente Menezes, de plantão, iria recebê-la. Ontem era dia de visitas e ele foi um dos destacados para a revista.

> EM 1996, 53 DETENTOS ESCAPARAM POR UM TÚNEL

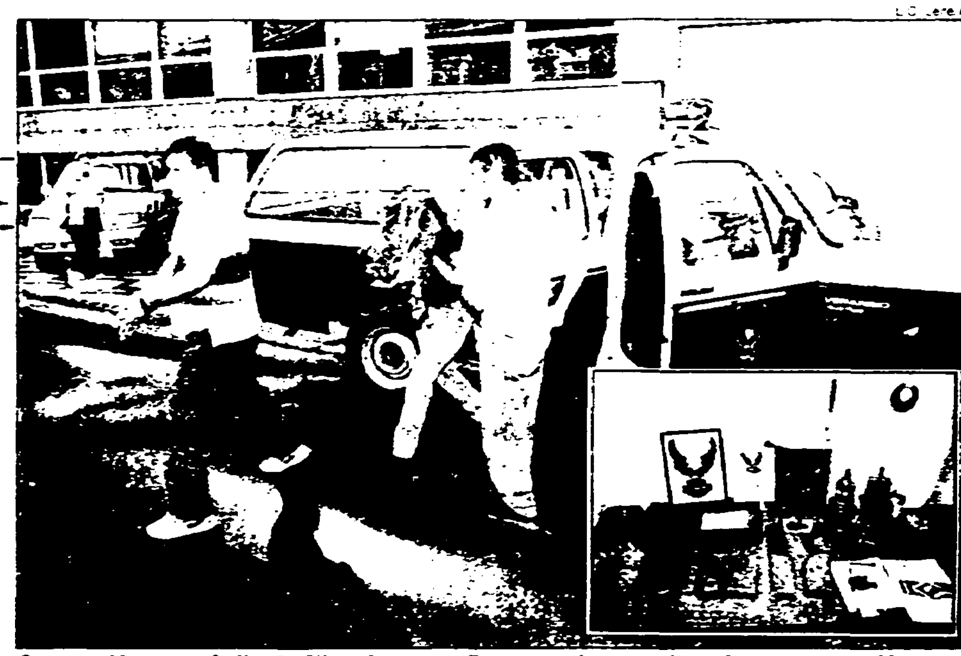
Comida — A droga entraria como se fosse comida e roupas para o irmão de Judite, Joel Carlos da Silva, que cumpre pena por assaltos no Pavilhão 8. Ele foi um dos autores do plano com os ladrões *Ceará, Dedé, Cido e Paraíba*.

Os policiais do Denarc chegaram na casa de Judite no momento em que ela se preparava para levar duas malas para o carro. Em uma das malas estavam sete pacotes de cocaína, de um quilo cada, vedados por fita crepe, e a maconha, em quatro volumes. Na outra, as bombas de sucção, uma pistola calibre 380, um revólver 38, dezenas de projéteis e o telefone celular.

Judite contou ao delegado que tudo fora deixado em sua casa por dois homens, no começo da madrugada. No domingo passado, ao visitar o irmão, fora orientada por ele a receber as malas e a entregá-las ao agente Menezes assim que chegasse à Detenção. Teria a ajuda de duas mulheres que sabiam de "todo o esquema."

Ao ser preso, o agente tinha um distintivo de investigador de polícia. Foi autuado por corrupção, uso ilegal de documento policial, tráfico e facilitação de fuga. Judite foi enquadrada por tráfico de drogas e porte ilegal de arma. "Eu só fiz isso para ajudar meu irmão, que está louco para sair da cadeia", declarou. O irmão é autor de assaltos a bancos.

O diretor da Casa de Detenção instaurou sindicância para apurar o envolvimento outros funcionários.



O agente Menezes e Judite da Silva chegam ao Denarc: malas escondiam drogas e armas (destaque)

Último túnel levou 2 meses para ser aberto

Traficantes, ladrões de bancos e estelionatários são considerados os ricos do sistema carcerário de São Paulo. Nas prisões o dinheiro compra tudo: fugas, drogas, bebidas, armas, celulares, transferências e mulheres para os dias de visitas íntimas. A fuga de 9 maio do ano passado, pelo túnel cavado a partir do Pavilhão 7, custou R$ 160 mil e foi financiada pelo grupo que roubou R$ 5 milhões do avião da TAM em São José dos Campos.

O túnel demorou dois meses para ser aberto e os presos usaram telefone celular para se comunicar com os cúmplices em liberdade. No dia da fuga, cinco carros estavam à disposição de muitos dos fugitivos. Parte do dinheiro teria sido destinada ao pagamento de funcionários do presídio e para a compra dos telefones. Dos 53 fugitivos, 5 foram mortos em assaltos, 12 recapturados e 36 continuam em liberdade.

Quando foram ouvidos no inquérito instaurado para apurar a fuga, os recapturados disseram não saber do plano. Declararam que estavam nas proximidades do setor de laborterapia, souberam do túnel e resolveram arriscar a sorte.

O juiz-corregedor Ivo de Almeida, da Vara das Execuções Criminais, disse que não há como administrar a Casa de Detenção da maneira como ela está. São 6,4 mil detentos para 2,5 mil vagas e o número de funcionários é pequeno. Pavilhões com 1,2 mil presos são vigiados muitas vezes por dez funcionários, em lugar dos 120 necessários. Almeida elogiou a conduta do diretor da Casa de Detenção, Walter Erwin Hoffgen, "que faz o que pode com os poucos funcionários que tem".

Numa das últimas tentativas de fuga da Detenção, os presos atiraram com revólveres e o juiz chegou a suspeitar que as armas tinham entrado no presídio com a colaboração de agentes penitenciários. "Fiz ver a eles que entregar um revólver a um preso é correr o risco de ser morto", explicou Ivo de Almeida. (R.L.)

9708963.

01-01

DP5629
R POXBT 05-15 00152
amt exq icx

AMERICAS-CUMBRE
REUNION PREPARATORIA CUMBRE DE LAS AMERICAS EN PUNTA DEL ESTE

Montevideo, 15 may (EFE).- Representantes de todos los países de América participarán la semana próxima en el balneario uruguayo de Punta del Este en una reunión preparatoria de la Cumbre de las Américas que se celebrará en Chile en 1998.

La reunión tendrá lugar los días 21 y 22 de mayo y a ella asistirá el responsable de organización de la cumbre, el ex embajador de Estados Unidos en Uruguay Richard C. Brown.

Thomas F. McLarty, representante para América Latina del presidente de Estados Unidos, y Jeffrey Davidow, subsecretario de Estado para la misma zona, visitarán Uruguay la semana próxima con motivo de esa reunión preparatoria.

Además de asistir a la cita de Punta del Este, los representantes del Gobierno del presidente Bill Clinton se reunirán con autoridades uruguayas.

La primera Cumbre de las Américas tuvo lugar en Miami (EEUU) en diciembre de 1994. EFE
AR/PL

05/15/20-14/97

Pérez del Castillo inauguró la IX Reunión del Grupo de Revisión de la Cumbre de las Américas

Lo Sov. 21/5/97 Pág. 6

El Ministro interino de Relaciones Exteriores, Lic. Carlos Pérez del Castillo, inauguró ayer en Punta del Este la IX Reunión del Grupo de Revisión de la Cumbre de las Américas.

En la misma participan altos funcionarios de los 34 países que integran la Iniciativa para las Américas y representantes de la Organización de Estados Americanos (OEA), el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), la Comisión Económica Para América Latina (CEPAL) y la Organización Panamericana de la Salud (OPS).

Durante la reunión que se desarrollará en dos jornadas, se realizará el seguimiento de las decisiones adoptadas en la I Cumbre de las Américas que se hizo en Miami en 1994 y se elaborará la agenda base para la II Cumbre que se efectuará en Santiago de Chile el año próximo.

Al respecto, el embajador del Castillo indicó que «el punto esencial de la IX Reunión es preparar la agenda para los Jefes de Estado y de Gobierno, que se estarán reuniendo por segunda vez en Santiago y que tendrá como objetivo central las 23 actividades que los Presidentes de los 34 países identificaron en Miami». Según expresó, esos puntos van desde la consolidación de la democracia, la creación de una zona de libre comercio hemisférica y la erradicación de la pobreza, hasta temas de desarrollo sostenible.

Concretamente, agregó el Vicecanciller uruguayo, «en esta reunión se evaluará lo que se ha logrado en cada uno de esos campos» y se «elaborará la agenda para que los Presidentes cuando se reúnan el año que viene, puedan orientar sus acciones a cuatro o cinco campos bien específicos que en este momento no tendrían una institucionalidad a nivel hemisférico para seguir siendo planteados».

Básicamente «se trata de conformar una agenda realista», que abarque «temas importantes para el hemisferio» y que «no son atendidos por organismos como la OEA, Cepal, el BID, o la OPS».

Al mismo tiempo consideró que el tema del comercio regional, analizado en la Reuniónm de Ministros de Comercio, Economía y Hacienda la semana pasad en Bello Horizonte, «es fundamental». En ese sentido precisó que «uno de los grandes temas en Santiago va a ser el tema del comercio», sin embargo agregó que «a diferencia de todas las otras actividades, creo que el tema de comercio tiene su propia ruta porque los Ministros acordaron en Bello Horizonte que si se lanzan las negociaciones en marzo, tendrán una Secretaría Temporal que seguirá atendiendo y apoyando todos estos esfuerzos». Además, agregó que «las otras 22 actividades no están tan definidas claramente como el tema del comercio, de manera que éste va a ser importante pero debemos concentrarnos en depurar esa Agenda y ver cuáles son los temas esenciales que merecen una atención prioritaria por parte de los países de la región», entre los que destacó «el tema de la educación, o el de la sociedad civil, o el tema de la pobreza, que no son temas que están siendo tratados puntualmente por los organismos» del área.

02

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PUBLICACION
VINCULACIONES

XA1487

R FOXBT 05-25 00487
mun exo

CHILE-CUMBRE
CUBA NO SERA INVITADA A LA CUMBRE DE LAS AMERICAS

Santiago de Chile, 25 may (EFE).- Cuba no será invitada a la II Cumbre de las Américas que se celebrará en Chile en marzo de 1998, anunció el ministro chileno de Relaciones Exteriores, José Miguel Insulza.

"Cuba no estuvo en la última Cumbre de las Américas, no va a ser invitada a ésta tampoco", dijo el jefe de la diplomacia chilena, encargada de organizar la próxima reunión continental.

El canciller aclaró que ser anfitrión de la cumbre "no significa ser dueño" y agregó que no se ha planteado la cuestión de fondo respecto a la posición de algunos países en el sentido de que sólo las naciones democráticas pueden participar en el foro.

"Somos mucho más prácticos. Invitamos a los que asistieron a la cumbre anterior a menos que algun pais pida lo contrario. Si algunos países de América Latina piden lo contrario, lo consideraremos", djo Insulza en una entrevista con el diario "La Epoca" difundida hoy, domingo.

Agregó que hasta el momento ningún gobierno latinoamericano ha planteado que se invite al país caribeño y agregó que ello debería ser objeto de una discusión colectiva, aunque advirtió que sería lamentable "desperdiciar mucho tiempo en esa discusión".

Respecto a los preparativos de la cita, el canciller chileno dijo que ésta se celebrará en la segunda quincena de marzo del próximo año y que hay dos fechas alternativas que se están consultando.

Indicó que todos los jefes de Estado invitados han confirmado ya su asistencia, incluido el presidente estadounidense, Bill Clinton.

Insulza reiteró que para Chile el objetivo de la cumbre es forjar una estrategia consensuada entre los países para alcanzar una zona de libre comercio el año 2005.

Aunque admitió que la tarea "es difícil", subrayó que tras la cita ministerial hemisférica de Belo Horizonte, en la que se enfrentaron las posiciones de Estados Unidos y el Mercado Común del Sur (MERCOSUR), "no es ni más ni menos difícil".

Aseguró que en la mencionada reunión de Brasil quedó el camino abierto para que durante el año se analicen los plazos de la negociación y las áreas que van a ser incluidas.

"Eso es una gran tarea, pero todo lo demás está despejado", apuntó.

Recordó que en la cita en Belo Horizonte, Estados Unidos se mostró dipuesto a aceptar que los países puedan negociar en bloque y asociarse de ese modo al Area de Libre Comercio de las Américas, lo que definió como "un gran avance". EFE

mw/egn/lm

05/25/17-30/97

03

9708964

XA16??

E FOXII 05-27 00530
1.. amt exa

CUMBRE-EDUCACION
EDUCACION TEMA ESTRELLA EN CUMBRE AMERICAS DE CHILE

Washington, 27 may (EFE).- La educación, uno de los sectores postergados y conflictivos de Latinoamérica, sera un tema estrella en la próxima Cumbre de la Américas que se celebrará en Chile en marzo de 1998, se anunció hoy, martes, en Washington.

César Gaviria, secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), adelantó que la educación, como factor esencial para la construcción del futuro regional, será uno de los puntos destacados de la agenda de la Cumbre.

La II Cumbre de jefes de Estado de las 34 naciones democráticas de Latinoamérica y el Caribe se celebrará en marzo próximo en Santiago de Chile.

En la III Reunión de Ministros de Comercio de las Américas, que se celebró este mes en la ciudad brasileña de Belo Horizonte, se puso énfasis en la importancia de la reforma del sector educativo como elemento esencial del mejoramiento del capital humano.

La crisis económica de los años ochenta obligó a disminuir las partidas destinadas a la educación como medio para reducir los gastos fiscales, con lo que este sector perdió su dinámica de movilidad social y laboral.

El gasto en educación se redujo del 3,5 por ciento del PIB nacional en los países de la región en 1980 a un 3,1 en 1992, según datos del Banco Mundial, mientras en las naciones industriales como Estados Unidos esa tasa alcanza al 5 por ciento.

En esa reducción fue la educación primaria la que acusó mayores recortes.

Bolivia, Colombia, Costa Rica, Chile, Paraguay, Perú y Uruguay introdujeron la reforma educativa para superar las viejas trabas que impiden su desarrollo y la incorporación de los sectores económicamente marginales en la instrucción primaria.

Las reformas buscan dar mayor participación a las comunidades para ampliar las oportunidades de educación primaria, dejando de privilegiar el sustento a las universidades, como tradicionalmente ha ocurrido.

Isaac Cohen, director en Washington de la Comisión Económica para America Latina (CEPAL), opina que las reformas ponen énfasis en la ampliación de la educación primaria, la descentralización del sistema educativo y el mejoramiento de la calidad docente.

Esos cambios han provocado la resistencia de ciertos sectores del magisterio tradicional que interpretan las reformas como una amenaza a sus posibilidades de ascenso en el escalafón y de debilitamiento de sus organizaciones sindicales, opina Cohen.

En algunos países el magisterio sindicalizado asumió actitudes radicalizadas por las frecuentes huelgas y disturbios que provocaron la represión policial, como ha ocurrido recientemente en Bolivia, Guatemala, México, Haití y Ecuador, según la misma fuente.

Las reformas introducidas en varias naciones intentan cerrar la "brecha" entre los sectores económicamente marginales (urbanos y rurales) y el tradicional privilegio otorgado a las universidades.

Un estudio del Centro Latinoamericano de Demografía y el BancoInteram la población de menores recursos y las mujeres, por lo que

04

la población de menores recursos y las mujeres, por lo que disminuyen sus oportunidades de mejor empleo e ingresos.

El mismo estudio indica que en la medida en que se amplie la base de oportunidad educativa se ensanchará la oportunidad de integracion en el desarrollo científico y tecnológico que se requiere para el mejoramiento de la capacidad productiva y económica de los paises de la region. EFE

frb/rct/r

05/27/16/10/97

05-05

9708364

Nº DOCUMENTO 9708865

TITULO [illegible] Simposio sobre estupefacientes en C. Rica patrocinado por OEA.-

PROCEDE[illegible] AGENCIAS

[illegible] 20/5/94

[illegible] 11476 65644 11677 11348 11000 11369 11356 11374 11360 11375 5008880

[illegible]

[illegible] POR [illegible] SEA [illegible] POR EEUU

San José, [illegible] may [illegible] - Los [illegible] de America Latina por [illegible] de drogas [illegible] de los programas de prevención deben [illegible] en el principal mercado del consumo, Estados Unidos, afirmaron hoy representantes latinoamericanos en un simposio sobre estupefacientes.

"Estamos muy satisfechos por una tendencia creciente, de parte de Estados Unidos, de [illegible] también su responsabilidad en el consumo interno de drogas", dijo en San José de Costa Rica el mexicano [illegible] Carrera, director del programa de Centros de Integración Juvenil, dedicados a prevenir el uso de drogas.

La [illegible] de la política antidrogas de otros países por parte de Estados Unidos fue [illegible] por Carrera y por el [illegible] García, asesor de la Procuraduría General de su país.

El delegado del ministerio de Salud de Chile Luis [illegible], por su parte, dijo que su país no tiene "ese tipo de problemas" y no teme una eventual "[illegible]".

Todos los delegados gubernamentales participan, junto a medio centenar de representantes de países de la región, en el "Simposio Interamericano de Educación Preventiva contra el uso indebido de drogas", que comenzó el lunes en la capital costarricense y terminará el próximo jueves.

Este acto, organizado por la Organización de Estados Americanos (OEA) y el gobierno de Costa Rica, pretende acordar estrategias para la prevención del consumo de drogas en el continente americano.

Los representantes oficiales, de organismos de prevención y expertos coincidieron en las exposiciones de hoy en la necesidad de aplicar programas para [illegible] a la edad más temprana posible para evitar [illegible] contacto con las drogas.

Carrera dijo que en México la prevención alcanza a niños y jóvenes de entre [illegible] y 15 años, [illegible] según diversos estudios un [illegible] por ciento de quienes se [illegible] en los estupefacientes lo hicieron a esa edad.

Los Centros de Integración Juvenil mexicanos atienden a 1,5 millones de niños [illegible] con un presupuesto de 75 millones de [illegible] anuales, detalló Carrera.

Por su parte, el guatemalteco [illegible] García [illegible], experto en [illegible], [illegible] que en su país "el tema de la [illegible] por los problemas de inestabilidad política de los últimos años".

[illegible] en la necesidad de que se adopten [illegible] que los niños [illegible] de las drogas.

[illegible]

[illegible]

9708965.

01-02

02- 02

97069657

Nº DOCUMENTO 9708966

TITULO COL. El Cartel de Cali planeaba atentado contra importantes autoridades.

PROCEDENCIA Clarín

FECHA 20/5/97

VINCULACION 11176 – 11433 – 65092 – 65592 – 11512 – 11670

EL PODER NARCO

DENUNCIA DE LOS SERVICIOS DE INTELIGENCIA DE COLOMBIA

El Cartel de Cali planeaba matar al presidente Samper

Bogotá
EFE y AFP

Los capos del narcotráfico en Colombia planeaban atentar contra varias personalidades del país, entre ellas el presidente, Ernesto Samper; el embajador de los Estados Unidos en Bogotá, Myles Frechette; y el ex ministro de Justicia Carlos Medellín, según informaciones difundidas ayer por la policía colombiana.

El plan fue revelado a la opinión pública tras varias denuncias formuladas por "informantes particulares" que fueron sucesivamente comprobadas por los servicios de inteligencia policiales a través de seguimientos electrónicos.

Según las denuncias, varios jefes de los poderosos carteles colombianos de la droga acordaron llevar a cabo un magnicidio, o algún atentado similar, "que cause efectos contundentes y detenga definitivamente la amenaza de la extradición" que ahora pesa sobre ellos en Colombia.

El martes pasado, la Comisión Primera del Senado aprobó un proyecto de enmienda constitucional para reestablecer la extradición de ciudadanos colombianos.

En el momento en que la iniciativa era aprobada para seguir su trámite en el Poder Legislativo, en un lugar no revelado de Colombia los narcotraficantes celebraron "una cumbre de emergencia", al parecer por iniciativa de algunos "capos" recluidos en la cárcel bogotana de "La Picota", que alberga, entre otros, a los hermanos Miguel y Gilberto Rodríguez Orejuela, los principales jefes del Cartel de Cali.

Los blancos

En la lista de las víctimas potenciales figuraba también el director de la Policía colombiana, general Rosso José Serrano, según los informes brindados ayer.

Los blancos de los atentados no fueron elegidos al azar: según el informe policial los capos narcos "rechazan la presión de los Estados Unidos, a través de su embajador en Colombia", para revivir la extradición y además la administración Clinton pidió a Bogotá la entrega de los hermanos Rodríguez Orejuela. Y el ex ministro Medellín es uno de los principales impulsores de la reimplantación de la extradición.

En los últimos días, la policía halló en varios allanamientos planos de la Embajada norteamericana y de la residencia presidencial.

Atentado con cohetes

Sin embargo, según las fuentes oficiales, las amenazas no incluían a ninguno de los parlamentarios que impulsan la derogación del artículo de la actual Constitución que prohíbe la extradición.

De acuerdo a informaciones publicadas en los diarios de Bogotá, se había planeado que el eventual ataque contra Samper se ejecutara "con cohetes". Los narcos buscarían derribar su helicóptero en el momento de aterrizar en la residencia presidencial.

En el caso de Frechette, se intentaría atentar contra él cuando descendiera de su vehículo en las instalaciones de la Embajada, con la ayuda de morteros.

Las acciones contra Frechette se llevarían a cabo desde un lugar próximo a la Embajada norteamericana en la capital colombiana; el director de la Policía sería atacado en su propio despacho, vecino a un parque; mientras que el ex ministro sería ejecutado en su casa.

"Magnicidio, la respuesta que planean los narcos", tituló ayer el diario bogotano El Tiempo, en relación con los atentados que preparaban los mayores perjudicados para cuando avanzara el debate parlamentario sobre la extradición.

Otro matutino de la capital colombiana, El Espectador, destacó que los servicios de inteligencia de la policía pusieron "al descubierto una serie de atentados de terrible importancia".

Según coincidieron en señalar varias fuentes, la seguridad alrededor de las personalidades amenazadas ha sido debidamente reforzada.

A pesar de estos movimientos, todavía falta mucho camino por recorrer para la aprobación parlamentaria de la extradición, ya que se requieren ocho votaciones positivas al proyecto, que hasta ahora sólo ha logrado una. La medida cuya reimplantación preocupa a los narcos fue prohibida por la Constitución de 1991.

Las discusiones en el Senado colombiano continuarán el jueves próximo, con el segundo debate. De acuerdo con la ley colombiana, antes de finalizar el período legislativo ordinario, el próximo 20 de junio, la ley debe haber superado cuatro debates.

Si eso sucede, el proyecto tiene tiempo hasta el próximo período de sesiones para lograr ser aprobado en cuatro debates más.

Ex fiscal es el gran favorito

El ex fiscal general colombiano Alfonso Valdivieso es el gran favorito para suceder en la presidencia a Ernesto Samper, de acuerdo con una encuesta difundida ayer que le otorga el 33 por ciento de las preferencias. El estudio colocó en segundo lugar al actual ministro del Interior, Horacio Serpa, con un 15 por ciento de intención de voto.

FOT REDUCIDA

9708966.

01-01

Nº DOCUMENTO 9708967

TITULO [illegible]

PROCEDENCIA Agencias

FECHA 20/5/97

[illegible]

MEXICO-DROGAS

PEDIRAN A ONU MAS CONTROL DE SUSTANCIAS PRECURSORAS DE DROGAS

Mexico, 20 may (EFE). - Mexico presentara ante la Asamblea Extraordinaria de la ONU un proyecto para que los estados miembros promulguen leyes de control en la produccion y el destino de los elementos quimicos precursores de la elaboración de drogas, señalaron hoy fuentes de la Cancillería mexicana.

Sofía Carbajo, directora general del Sistema de Naciones Unidas, de la Secretaría de Relaciones Exteriores, comentó que es urgente que los paises conozcan el movimiento de esas sustancias químicas precursoras de drogas.

Carbajo explicó que la propuesta aboga por un mayor control y supervisión del intercambio de exportaciones e importaciones, el uso que se da a esas sustancias, la legalidad de las transacciones y el destino de las importaciones.

Al participar en la VII Reunión Anual del Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Narcotráfico y la Estabilidad Democrática de la Región, que será clausurado hoy, Carbajo subrayó que "es necesario fortalecer los controles internacionales para [illegible] el problema del narcotráfico".

[illegible] que la próxima Asamblea Extraordinaria de la ONU permitirá ubicar el problema del narcotráfico en su dimensión correcta.

En la reunión [illegible] para fortalecer la cooperación internacional en el control del abuso de drogas, la prevención del lavado de dinero, el control para evitar el desvío de elementos químicos utilizados como precursores en la elaboración de estupefacientes.

Además, [illegible] la cooperación internacional para establecer políticas que permitan erradicar cultivos de drogas, promover un desarrollo alternativo, combatir el tráfico ilegal de armas [illegible] y fortalecer el Programa de las Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708967

02-02

9708967

RESERVADO

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DEPARTAMENTO II 18AGO	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 99/97	

I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 26AGO97

II.-INFORMACION CONOCIDA: A.-EVALUACION:

B.-T E X T O

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO II
Fecha de Entrada 27/8/97
N° 319/97

III.-INFORMACION SOLICITADA:

IV.-ACCION TOMADA:

V.-DISTRIBUCION: D.G.I.D.

DPTO. II E.M.E.

FIRMA EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.

CORONEL

NELSON H. COITINHO

9708968 19 AGO. 1997

RESERVADO

N° 1001/6

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 19/08/97
970898/56
Nº de Identificación

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.

(2725)

FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES... Ma. [illegible] .... APELLIDOS.. Alzate .. Villarreta ....

EDAD. 25. LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO .. Montevideo ... 30/3/41 ....

ESTADO CIVIL ... [illegible] ... CED. IDENTIDAD. 2.815.216-6 .C.C.SERIE. BNA Nº. 47.191

TRASLADO..

DOMICILIO ACTUAL .. [illegible] Bonomi .. 3327/611 ....

ENTRE. [illegible] .... BARRIO ... Prado ..... TELEFONO. 36 51 22.

DOMICILIO ANTERIOR ... Darwin .. 3402 ....

ESTUDIOS CURSADOS .... 3er. Año .. Facultad .. Odontología

....

EXPERIENCIA ANTERIOR ... Con niños ....

CARGO QUE ASPIRA ... En .. Relación .. con .. la odontología ...

PRESENTADO ... POR ... Auxiliar Administrativa ....



OBSERVACIONES...

DATOS DEL PADRE

NOMBRES. Washington .... APELLIDOS. Alzate .. Costa ....

CEDULA DE IDENTIDAD. 1.321.301-5 ... C.C.SEIRE. ECE ... Nº ..... 1682 ...... ⊗

OCUPACION. Sgto. Retirado .... DOMICILIO . Nicolás Bonomi .. 3327/611 ....

NACIONALIDAD. Oriental ...... EDAD.. 64 ....

⊗ Traslado: BJA 14.233

DATOS DE LA MADRE....

NOMBRES. Perla Teresa .... APELLIDOS. Villarreta Reyes ......

CEDULA DE IDENTIDAD. 869.123-1 ... C.C.SERIE. ASA ... Nº ... 9066 ...... ⊗

OCUPACION. Docente .... DOMICILIO. Nicolás .. Bonomi .. 3327/611 .....

NACIONALIDAD. Oriental ...... EDAD.. 64 ....

⊗ TRASLADO: BNA 42.166

DATOS DEL CONYUGE

NOMBRES............................. APELLIDOS.....................

CEDULA DE IDENTIDAD................ C.C.SERIE.........Nº..........

OCUPACION.................... DOMICILIO.............................

DATOS DE HERMANOS

NOMBRES Y APELLIDOS ... Ma. Teresita Alzate ... PROFESION Estudiante Fac. [illegible]

DOMICILIO... [illegible] Bonomi .... 3327/611 ....

NOMBRES Y APELLIDOS... Ma. Alzate .... PROFESION.. Docente ....

Ma. Rosario Alzate ... Empleada Pública

DATOS DE HIJOS

NOMBRES Y APELLIDOS.......................... PROFESION..............

DOMICILIO...

NOMBRES Y APELLIDOS.......................... PROFESION..............

DOMICILIO...

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES ... Padre .. Retirado .. Militar

.. Cuñado .. [illegible] Gonzalez Spalatto ....

FIRMA .. [signature] .... FECHA DE INSCRIPCION ..... 21/2/94 ....

CONTRAFIRMA .. Ma. [illegible] Alzate Villarreta

9708968

002 a todos [illegible] [illegible] 13/7/96 [illegible]

3498 -

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES Alejandra Isabel .... APELLIDOS Criet Madera -
EDAD 26 .... LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO 1/12/70 - Colonia
ESTADO CIVIL C CED.IDENTIDAD 3.343.600-4 C.C. NAA Nº 18670 -
TRASLADO — NLB 17.469 (original) (traslado)
DOMICILIO ACTUAL Quesoie 2621 - Quijote 2621
ENTRE .... BARRIO .... TEL 30 07 42 -
DOMICILIO ANTERIOR Dpto. Colonia



ESTUDIOS CURSADOS Segundo año - computación
Dactilografía Atención al público -
EXPERIENCIA ANTERIOR ....
CARGO QUE ASPIRA Servicio y administrativo
PRESENTADO POR Coronel Criet -
OBSERVACIONES falta certific. de estudios -

DATOS DEL PADRE
NOMBRES Ramón Adolfo - .... APELLIDOS Criet Melendez -
CEDULA DE IDENTIDAD 2.747.608-4 C.C. NLB Nº 10856 -
OCUPACION Retirado Militar DOMICILIO Pza. Lavalleja Frigorífico Blok 1 -
NACIONALIDAD Oriental - .... EDAD 72 A -

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES Rosa Laura - .... APELLIDOS Madera Madera -
CEDULA DE IDENTIDAD 2.748.317-8 C.C. NLB Nº 21959 -
OCUPACION Labores - DOMICILIO Ptl. Frigorífico Blok 1 -
NACIONALIDAD Oriental .... EDAD 51 A -

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES Abel Eduardo .... APELLIDOS Vignolo Suarez
CEDULA DE IDENTIDAD 1.766.203-1 C.C. — Nº —
OCUPACION Militar - DOMICILIO Quesoie 2621 -
NACIONALIDAD Oriental .... EDAD 27 A -

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS Patricia Janeit .... PROFESION Labores -
DOMICILIO Pza. Lavalleja Blok 1 - .... TELEFONO 09 242726 -
NOMBRES Y APELLIDOS .... PROFESION
DOMICILIO .... TELEFONO

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS Bryan Abel Vignolo PROFESION —
DOMICILIO Quesoie 2621 .... TELEFONO 30 07 42
NOMBRES Y APELLIDOS Micaela Melissa PROFESION
DOMICILIO Quesoie 2621 - Vignolo TELEFONO 30 07 42

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES ....

FIRMA [firma] .... FECHA DE INSCRIPCION 24/6/97
CONTRAFIRMA Alejandra Criet
Vignolo
Ingresar a trabajo el jueves 14/8 hora 7.15

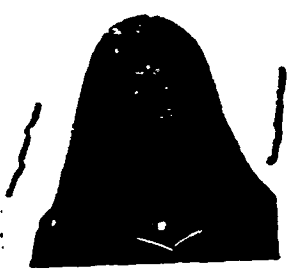
9708968

2003

3201

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES.......................................APELLIDOS Ferrari López
EDAD 18 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO Montevideo 11 de enero 1979
ESTADO CIVIL S CED.IDENTIDAD 2.650.988-6 C.C AOA Nº 6501
TRASLADO.......................................
DOMICILIO ACTUAL .... 1169 apto 801
ENTRE .... BARRIO Centro TEL 90-76-11
DOMICILIO ANTERIOR ....
ESTUDIOS CURSADOS ....
EXPERIENCIA ANTERIOR.......................................
CARGO QUE ASPIRA Administrativo
PRESENTADO POR.......................................
OBSERVACIONES.......................................



3 x X. ADETE

DATOS DEL PADRE
NOMBRES.......................................APELLIDOS Ferrari Hernández
CEDULA DE IDENTIDAD 1.238.967-3 C.C AOA Nº 5028
OCUPACION .... DOMICILIO .... 1169 apto 801
NACIONALIDAD Uruguayo EDAD 47 años

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES.......................................APELLIDOS López Cáceres
CEDULA DE IDENTIDAD 1.323.971-5 C.C AGA Nº 6437
OCUPACION empleada DOMICILIO .... 1169 apto 801
NACIONALIDAD Uruguaya EDAD 46 años

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES.......................................APELLIDOS.......................................
CEDULA DE IDENTIDAD.......................................C.C.......................................Nº.......................................
OCUPACION.......................................DOMICILIO.......................................
NACIONALIDAD.......................................EDAD.......................................

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS .... Ferrari López PROFESION .... escolar
DOMICILIO .... apto 801 TELEFONO 90-76-11
NOMBRES Y APELLIDOS .... Ferrari López PROFESION estudiante
DOMICILIO .... 1169 apto 801 TELEFONO 90-76-11

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS.......................................PROFESION.......................................
DOMICILIO.......................................TELEFONO.......................................
NOMBRES Y APELLIDOS.......................................PROFESION.......................................
DOMICILIO.......................................TELEFONO.......................................

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES.......................................
....

FIRMA.......................................FECHA DE INSCRIPCION 17/01/97
CONTRAFIRMA.......................................

9708968

1998

004

FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES. FEDERICO MARTIN ... APELLIDOS. LEZAMA LEZAMA FL

EDAD 32 .LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO. MONTEVIDEO 4/11/64

ESTADO CIVIL DIVORCIADO ... CED. IDENTIDAD 1.917.749-0 C.C. SERIE VLB No. 10075

TRASLADO ...

DOMICILIO ACTUAL. CANELONES 2050 / 202

ENTRE. PABLO DE MARIA Y BLANES BARRIO. CORDON ... TELEFONO. 90-56-69

DOMICILIO ANTERIOR ... EJIDO 1073 (Madre)

ESTUDIOS CURSADOS ... 3er AÑO CICLO BASICO Y UTU Imprenta 1 año

EXPERIENCIA ANTERIOR IMPRESOR TIPOGRAFICO Y OFFSET (Maquinista)



CARGO QUE ASPIRA ... Imprenta

PRESENTADO ... POR ...

OBSERVACIONES ... 22083 ... 1223

DATOS DEL PADRE

NOMBRES. MARCOS FRANCISCO ... APELLIDOS. LEZAMA MOLET FL — LEZAMA MUÑOZ, MOLET BATTARO

CEDULA DE IDENTIDAD. 984.567-6 C.C. SERIE. BQA No. 5596

OCUPACION. DOCENTE ... DOMICILIO. EJIDO 1073

NACIONALIDAD. ORIENTAL ... EDAD. 70 AÑOS

DATOS DE LA MADRE ...

NOMBRES. MAGDALENA SOFIA ... APELLIDOS. LEZAMA CASARAVILLA FL — MUÑOZ

CEDULA DE IDENTIDAD. 561.785-4 C.C. SERIE AZA No. 9800

OCUPACION. AMA DE CASA ... DOMICILIO. EJIDO 1073

NACIONALIDAD. ORIENTAL ... EDAD. 68 AÑOS

DATOS DEL CONYUGE

NOMBRES ... PATRICIA MARIEL ... APELLIDOS. SOSA ALVAREZ

CEDULA DE IDENTIDAD. 1.820.551-1 C.C. SERIE. CME No. 4276

OCUPACION. SEGURO DE DESEMPLEO DOMICILIO. CANELONES 2050 / 202

DATOS DE HERMANOS

NOMBRES Y APELLIDOS. MAGDALENA LEZAMA ... PROFESION. AMA DE CASA

DOMICILIO. AV. GIANNATTASIO Km. 19.200 SHANGRILA ... 1571

NOMBRES Y APELLIDOS. MARCOS MARIA LEZAMA ... PROFESION. FUNC. ADMINIST. NACIONAL DE PUERTOS

* CONTINUA AL DORSO (HERMANOS)

DATOS DE HIJOS

NOMBRES Y APELLIDOS. TANIA LEZAMA SOSA ... PROFESION ... 14 meses

DOMICILIO ...

NOMBRES Y APELLIDOS ... PROFESION ...

DOMICILIO ...

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES ...

FIRMA ... [signature] FECHA DE INSCRIPCION. 5/11/96

CONTRAFIRMA ... FEDERICO LEZAMA

[illegible] 8/8/97 Llamé a la ... Manuel Lezama [illegible] 11/8 [illegible]

005

9708968

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS

FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES.......................APELLIDOS Zampallo Pascosta

EDAD 24 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO Cerro Largo (Melo) 7/1/73

ESTADO CIVIL S CED.IDENTIDAD 2.718.950-6 C.C. CME Nº. 8333

TRASLADO —

DOMICILIO ACTUAL Cno Bertoletti Apto CCS viviendas Pancani (Pando)

ENTRE — BARRIO Pando TEL(039) 21695

DOMICILIO ANTERIOR — Ruta 8 Km 26 —

ESTUDIOS CURSADOS Secundaria 5º Humanístico (Continúo)



EXPERIENCIA ANTERIOR Encuadernación (El País S.A)

CARGO QUE ASPIRA — ½ oficial Cortadora o Estucar

PRESENTADO POR........................

OBSERVACIONES No presentó cc de los padres. Ficha incompleta. Traer foto.

DATOS DEL PADRE SAMPAYO

NOMBRES Carlos .... APELLIDOS .... Acosta

CEDULA DE IDENTIDAD 3.879.06-5 C.C. CTE Nº - 6904

OCUPACION .... DOMICILIO Ruta 8 Km 26 — 58

NACIONALIDAD Oriental EDAD 60 años x 305 ..

(83512) 039 x 305 28274 x 707 ..A

DATOS DE LA MADRE

NOMBRES Elvira Gladys APELLIDOS Pacosta Barboza

CEDULA DE IDENTIDAD 2.562.437-8 C.C — Nº —

OCUPACION Ama de casa DOMICILIO Ruta 8 Km 26

NACIONALIDAD Oriental EDAD 62 años

83512 (039)

DATOS DEL CONYUGE

NOMBRES Tatiana Mercedes APELLIDOS Ramírez Giménez

CEDULA DE IDENTIDAD 4.279.730-4 C.C. CMA Nº 48252

OCUPACION .... DOMICILIO Cno Bertoletti Apto CCS Pancani (Pa

NACIONALIDAD Oriental EDAD 21 Años

DATOS DE HERMANOS

NOMBRES Y APELLIDOS Carlos Richard Zampallo PROFESION Albañil /Contrat.

DOMICILIO Ruta 8 Km 26 TELEFONO (039 83512)

NOMBRES Y APELLIDOS.......................PROFESION.......................

DOMICILIO.......................TELEFONO.......................

DATOS DE HIJOS

NOMBRES Y APELLIDOS .... Zampallo PROFESION —

DOMICILIO Cno Bertoletti Apto CCS Pando TELEFONO 21695

NOMBRES Y APELLIDOS — PROFESION —

DOMICILIO.......................TELEFONO —

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES .... Zampallo

.... (Comando en Jefe)

FIRMA .... FECHA DE INSCRIPCION 6-8-97

CONTRAFIRMA ....

*006/6 9708968

Hoy + anexar

DE [illegible]

[illegible]

[illegible]

EEUU-DROGAS

ALCALDES EEUU PRESENTAN PLAN PARA POTENCIAR PREVENCION DROGAS

Washington, 20 may (EFE).- Los alcaldes de EEUU han elaborado un "plan nacional" para potenciar la prevención y tratamiento de la drogadicción, como complemento de la lucha policial contra el narcotráfico.

Con este plan se pretende "mantener el nivel del esfuerzo policial" contra el tráfico, y aumentar las medidas "para reducir la demanda" mediante "prevención, educación, tratamiento y sanciones por uso de drogas y pruebas para detectarlo".

La conferencia la abrió el "zar" antidrogas, Barry McCaffrey, que, a principios de este mes, viajó con el presidente, Bill Clinton, a México, para una visita en la que se lanzó un proyecto de estrategia común para luchar contra las drogas.

En aquel viaje, la parte estadounidense, y McCaffrey en particular, insistió mucho sobre la responsabilidad que tiene EEUU, por su consumo masivo de drogas, como incentivo para los traficantes y productores de drogas en Latinoamérica.

Los alcaldes declaran que la lucha contra el narcotráfico debe ser una prioridad de política exterior.

En este apartado, los alcaldes manifiestan su apoyo al controvertido sistema de certificación que levanta ampollas en Latinoamérica. EFE

DM/MLA FI

05/20/21-51/97

Nº DOCUMENTO 9708969

TITULO EEUU: Alcaldes presentan plan para potenciar prevención de drogas.

PROCEDENCIA [illegible]

FECHA 20/5/97

11176 65092 65890 500880 11060

11234 11374 11075 11349

01-03

9708969.

N° DOCUMENTO

TITULO EEUU: Alcaldes señala que Lucha Antid. debe ser la prioridad e política del país. -

PROCEDENCIA AGENCIAS

FECHA DE PROCEDENCIA 21/5/97

VINCULACIONES 111761 1349
65092 11075
65890 11233
11994 11234
500889
11660

Itayomo.

[illegible]

[illegible]

DROGAS-EEUU: [illegible]
ALCALDES [illegible] LUCHA CONTRA DROGA [illegible] PRIORIDAD POLITICA EEUU

Washington, 21 may (EFE) - Los alcaldes de EEUU, que estudian en Washington un plan nacional contra las drogas, insisten en que la erradicación del narcotráfico debe ser una de las prioridades de la política exterior de EEUU.

Los alcaldes apoyan el polémico sistema de "certificación", que irrita al continente y que, si se cumplen las previsiones será objeto nuevamente de la crítica continental en el transcurso de la Asamblea General de la OEA que se celebrará en Lima en la primera semana de junio.

Este proceso condiciona la ayuda de Estados Unidos a la buena disposición del país evaluado en la lucha contra el narcotráfico y exactamente fueron esos los términos que apoyaron los alcaldes durante la reunión que mantienen en Washington bajo el patrocinio de la Casa Blanca.

"Los países extranjeros deben ser certificados en función de su cooperación con EEUU en el esfuerzo contra el narcotráfico y la ayuda extranjera debe ser negada a los países que no cooperan adecuadamente", dice el texto del "plan nacional" con el que pretenden potenciar la prevención de la drogadicción como complemento de la lucha policial contra el narcotráfico.

Con este plan se pretende "mantener el nivel del esfuerzo policial" contra el narcotráfico y aumentar las medidas "para reducir la demanda" mediante "prevención, educación, tratamiento y sanciones por uso de drogas y pruebas para detectarlas".

La conferencia fue inaugurada el lunes por el "zar antidroga", Barry McCaffrey, quien [illegible], se congratuló de que los alcaldes de EEUU hayan dedicado a un tema tan grave su última conferencia y recalcó la importancia de que el plan haga hincapié en que hay que "invertir en los niños".

El consumo de drogas ha disminuido entre los adultos de EEUU pero no así entre los adolescentes. La prevención de la drogadicción entre los más jóvenes es la prioridad número uno de los alcaldes.

[illegible] a los [illegible], que deben entender que se les [illegible] y hasta a [illegible] de "educar, no [illegible]".

Los [illegible]

El [illegible] alcalde de Chicago, Richard [illegible]

[illegible]

[illegible]

02

9708969.

El secretario del Tesoro, Robert Rubin, insistió sobre la [illegible] en las graves consecuencias económicas de la drogadicción, que hace subir los gastos de salud y "socava directamente el sistema financiero".

"Hay que atacar a los traficantes donde más les duele: en sus beneficios", dijo Rubin, quien indicó que el Gobierno Clinton lucha por [illegible] el lavado de dinero a nivel internacional.

Rubin presentó una nueva regulación para evitar las transferencias de dinero de la droga, que con frecuencia se hacen en pequeñas cantidades.

La nueva regulación obligaría a declarar cualquier transferencia o cambio de divisas que supere los 750 dólares.

Los alcaldes, en su plan, insisten también en la importancia de la cooperación entre los distintos departamentos del Gobierno para prevenir el tráfico y piden que las empresas privadas tomen medidas contra "el uso de drogas en los lugares de trabajo".

Mañana, miércoles, el invitado de los alcaldes será el presidente Clinton, que participará en una mesa redonda sobre el problema de las drogas.- EFE

[illegible]

05/21/09-07/97

LANZAN CUMBRE DE "ECO AMERICA '97"

El lunes 2 de junio se producirá el lanzamiento de la cumbre «Eco América 97» que se realizará en Montevideo del 26 al 29 de agosto. El lanzamiento se desarrollará en el salón de actos del Edificio Libertad, a la hora 12.30.

La cumbre reunirá a los cuatro presidentes de los países miembros del Mercosur y a delegaciones ambientales de 22 naciones miembros del Parlamento Latinoamericano. La organización y financiamiento de la cumbre estará a cargo de la Comisión Latinoamericana Interparlamentaria de Medio Ambiente (Clima), la Alianza sobre Desarrollo Sostenible en el Cono Sur (Alidesur), la Comisión de Medio Ambiente del Parlamento Latinoamericano. La coordinación general pertenece a la Organización No Gubernamental (ONG) de Uruguay «Eco Natural».

Las 22 delegaciones que concurrirán a la cumbre estarán integradas por expertos, ministros, parlamentarios, miembros de comisiones y representantes de ONG vinculadas a la instrumentación de políticas ambientales.

La «Eco América 97» tiene como objetivo analizar los procesos sobre desarrollo sostenible en Latinoamérica y analizar las experiencias exitosas y su potencial adaptación a la realidad de otros países.

En el último día de sesión se elaborará un documento que se denominará «Recomendaciones y Compromisos de Montevideo».

En el documento se sugerirán algunas iniciativas orientadas a conservar el ambiente natural y se llamará a reconocer los impactos ambientales y la contaminación que generan algunas actividades productivas.

Reconocer los impactos ambientales de nuestras actividades no significa, por ejemplo, dejar de criar ganados o cultivar la tierra. Pero sí indica la necesidad de comprender que esas actividades están enmarcadas en un entramado ecológico y que el hombre debe aprender a manejarlo para poder reducir sus consecuencias negativas.

La cumbre «Eco América 97» se inscribe en el desafío de descubrir el ambiente y de apostar a la mejor calidad ambiental.

En función de esta preocupación, distintos pensadores se abocaron a buscar una nueva relación entre el desarrollo y el ambiente. De esta forma se generó la concepción de desarrollo sostenible.

Este concepto cobró notoriedad con la Comisión Mundial del Medio Ambiente y el Desarrollo que se realizó en Noruega en 1987.

Esta nueva alianza entre el desarrollo y el ambiente, para que realmente sea sustentable, tiene un nuevo punto de partida: la conservación de la naturaleza.

En tal sentido, se apunta a asegurar la integridad y salud del ambiente natural a todos sus niveles, desde la planta más pequeña, hasta las áreas naturales más extensas.

ULT. NOT. 31/5/97 P. 3

Nº DOCUMENTO 9706871

TITULO

PROCEDENCIA Ultimas Noticias

FECHA PROCEDENCIA 20/5/97

VINCULACIONES

SORPRENDEN A JOVENES CONSUMIENDO COCAINA

Tres jóvenes, oriundos de Montevideo, fueron sorprendidos y
detenidos por la policía de Minas con cocaína, en una transitada
arteria del centro de la ciudad. Personal policial, que realizaba una
recorrida de rutina, halló a los mencionados muchachones con la
droga. Funcionarios de la Seccional 1a. dentro del marco de
represión del tráfico y consumo de estupefacientes, sorprendió a
los tres jóvenes entre 19 y 23 años, todos domiciliados en Monte-
video, frente a un conocido bar ubicado en la intersección de las
calles Washington Beltrán y Gral. De la Llana.

Al advertir la presencia de la policía, los jóvenes arrojaron a la
calle un paquete que contenía varios gramos de cocaína, la cual
habían adquirido en Montevideo, según manifestaron al ser inte-
rrogados. Ahora la justicia competente resolverá sobre su futuro.

FOT. REDUCIDA

9708971

Nº DOCUMENTO 9708972
TITULO
PROCEDENCIA PAGINA 12
FECHA 20/5/97.
VINCULACIONES

Juicio por Tormenta Verde

Los 39 acusados de integrar una red internacional de narcotráficos desbaratada en el Operativo Tormenta Verde –en que se confiscó más de una tonelada de marihuana– empezaron a ser juzgados públicamente ayer. El proceso está a cargo del Tribunal Oral en lo Criminal Federal 3, del partido de San Martín. Los acusados podrían sufrir condenas de hasta 25 años. La causa se inició en octubre de 1993, cuando se detectó a un vendedor de droga que tenía un departamento cerca de la ruta Panamericana; pero recién se llegó hasta la banda en julio de 1994: tras una veintena de allanamientos se encontró el cargamento de marihuana, el mayor hasta la fecha.

Nº DOCUMENTO 9708973

TITULO EEUU · Clinton advierte que el futuro depende de la lucha antidroga -

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA DE PRENSA 21/5/97

VINCULACIONES 11176 11225
65092 11226
65890 11349
11365 11421
11239

XQ8576 00624

mun icx

EEUU-DROGA (Previsión)
CLINTON ADVIERTE FUTURO EEUU DEPENDE LUCHA CONTRA DROGAS

Por Delia Millán

Washington. 21 may (EFE).- El presidente de EEUU, Bill Clinton, advirtió hoy, miércoles, que el cumplimiento de "todos los objetivos de este país depende, en parte, de la capacidad de lograr un entorno libre de drogas" para las nuevas generaciones.

Clinton hizo estas declaraciones ante 80 alcaldes de EEUU reunidos en la Casa Blanca, en un discurso en el que atacó de forma especialmente virulenta a la industria de la moda y de la publicidad, a la que acusó de presentar la drogadicción "como algo lleno de 'glamour', para vender ropa".

No es la primera vez que Clinton ataca a los profesionales de la moda. El presidente ya acusó en el pasado al diseñador Calvin Klein por representar imágenes eróticas con modelos supuestamente menores de edad, pero un tribunal rechazó esas acusaciones.

También ha atacado con frecuencia a la industria tabacalera por tratar de atraer con su publicidad a un público joven, y ha tomado medidas para controlar los anuncios y limitar el acceso de los menores a los cigarrillos.

En su discurso, Clinton insistió en que, mientras la criminalidad y el uso de drogas han disminuido en los últimos cinco años entre los mayores de 18 años, ha aumentado entre los adolescentes, y advirtió que la heroína vuelve a estar de moda en las universidades.

"Nuestra sociedad no puede decir, por una parte, que no tolera las drogas, y, por otra, enviar un mensaje muy distinto cada vez que puede ganar algo de dinero con ello", dijo Clinton.

Añadió que "algunos profesionales de la moda han admitido que las imágenes publicitarias de los últimos años han hecho aparecer la heroína como algo sexy, moderno, y lleno de 'glamour'. Pero ahora que la gente que salía en esas fotos se está empezando a morir parece obvio que no es verdad".

"No se trata de arte, sino de vida y muerte", aseveró el presidente.

En su discurso ante los alcaldes, Clinton prometió que el Gobierno federal "estudiará muy atentamente el plan" antidrogas que estos han preparado en su última conferencia, y que prevé potenciar la prevención y el tratamiento de la drogadicción como complemento a la acción policial contra el tráfico.

El mandatario mencionó de pasada su reciente viaje a México Costa Rica y Barbados, en el que, dijo, "el tema de las drogas fue parte de las conversaciones en cada una de las etapas".

Pero Clinton no centró su intervención en la necesidad de cooperar internacionalmente para reducir la producción y el tráfico de drogas fuera de EEUU, sino en la prioridad de combatir el consumo en casa, algo que prometió a los líderes de los países del sur del continente que visitó a principios de mes.

Mencionó varias propuestas para detectar el dinero que genera el tráfico de drogas, y para apartar a los jóvenes de los estupefacientes.

El presidente citó medidas concretas para combatir el "lavado" de dinero, obligando a registrar los cambios de divisas, incitando

a las empresa a denunciar movimientos de dinero sospechosos, y

obligando a declarar las transferencias al extranjero que superan los 750 dólares.

"Si podemos dar con el dinero de las drogas, daremos con el problema", dijo.

Por otra parte, el Gobierno quiere combatir las pandillas de jóvenes responsables en gran parte de la violencia y el uso de drogas entre los adolescentes, ampliando las horas de aperturas de los colegios, y con medidas para limitar el acceso de los jóvenes a las armas de fuego, de venta libre en este país.

En su discurso, el presidente no dejó de mencionar el éxito de su Gobierno en la lucha contra el consumo de metanfetaminas, que se ha reducido en las grandes ciudades del Oeste del país, donde ésas drogas se han puesto de moda. X

"Los estupefacientes dividen a este país de muchas maneras", dijo Clinton, quien insistió en que todos los sectores de la sociedad deben participar en la lucha antidrogas porque es "un problema para todos los cuidadanos". EFE

Dm/mla/rml

05/21/17-22/97

02-02

9708973

Nº. DOCUMENTO 9708974
TITULO Proyecto de EE.UU y Costa Rica para solucionar corrupciones y sobornos
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE P. 07/05/97
VINCULACIONES 65890
65644
501.888

ENTRADO /
CRUZADO /

[illegible]

5 VARBF V3-07 0029[illegible]
ena mbn

ONU-CORRUPCION
EEUU Y COSTA RICA PRESENTAN DOS PROYECTOS DE RESOLUCION

Viena, 7 may (EFE).- Estados Unidos y Costa Rica han presentado dos proyectos de resolucion contra la corrupcion ante la Comision de Prevencion del Delito y Justicia Penal de las Naciones Unidas, reunida hasta el proximo viernes en Viena.

En su documento, Estados Unidos insta al resto de los paises a participar en programas que combatan, prevengan o acaben con el soborno y la corrupcion, limitando las barreras institucionales a traves del desarrollo de "sistemas de gestion integrados" y la promocion de reformas legales tanto en el sector publico como el privado.

Washington afirma que estos objetivos se pueden alcanzar fomentando la participacion de los ciudadanos en la formacion de gobiernos mas transparentes y responsables ante el pueblo, apoyando la participacion activa de Organizaciones No Gubernamentales en el lanzamiento de iniciativas que eleven "tanto el nivel de las normas eticas como su aplicacion en el gobierno y en las transacciones empresariales".

Costa Rica pretende, por su parte, que todos los paises penalicen a las empresas que practican el soborno de titulares de cargos publicos en otros Estados como si cometiesen el delito en el propio.

El texto del pais centroamericano insta a los paises miembros a que examinen su legislacion con el fin de introducir nuevas leyes, cuando sea necesario, que penalicen estas actividades, y pide a los paises que aun no lo hayan hecho que suscriban y ratifiquen los convenios internacionales contra la corrupcion.

Costa Rica exhorta a los Estados miembros a que "generosamente" faciliten a la Secretaria de las Naciones Unidas los recursos extrapresupuestarios necesarios para la asistencia tecnica destinada a la lucha contra la corrupcion, prestando asesoramiento a los paises que asi lo soliciten. EFE

ar.nc.cr mir

05/07 14 12.97

9708974

01-01

XU8572

R FOXBT 05-21 00252
icx mun exg

R.DOMINICANA-GOBIERNO
DESTITUYEN A JEFES DE POLICIA Y AGENCIA ANTIDROGAS DOMINICANOS

Santo Domingo, 21 may (EFE).- El jefe de la Policía y el responsable de la Dirección Nacional de Control de Drogas (DNCD) de la República Dominicana han sido destituidos por el Gobierno mediante un decreto presidencial.

El contraalmirante Camilo Antonio Nazir Tejada fue cesado como jefe de la Policía y en su lugar fue nombrado el general José Aníbal Sanz Jiminián.

Por otro lado, el mayor general piloto Juan Rafael Folch Hubieral es el nuevo responsable de la DNCD, tras el cese del contraalmirante Julio César Ventura Bayonet.

Folch Hubieral mantendrá el rango de mayor general de manera "transitoria", mientras permanezca en el cargo.

La destitución de Ventura Bayonet, en el cargo desde octubre de 1993, se produce semanas después de su enfrentamiento verbal con el Procurador Fiscal, Guillermo Moreno, a causa del destino que se les daba a los bienes incautados a los narcotraficantes apresados El martes pasado el presidente dominicano, Leonel Fernández ~~creó la Oficina Encargada de la Custodia y Cuidado de los Bienes~~ creó la Oficina Encargada de la Custodia y Cuidado de los Bienes Incautados que estará bajo la dirección del Consejo Nacional de Drogas (CND), lo que muchos analistas interpretaron como una forma de restar poder a la DNCD.

Esta oficina será la "encargada de velar por el mantenimiento, protección y cuidado de los bienes incautados por la Dirección Nacional de Control de Drogas".

Entre las decisiones adoptadas por el presidente en su decreto se incluye la designación de Julio César Santana como cónsul en San Juan de Puerto Rico. EFE

IM/ac/rml

05/21/14-00/97

Nº DOCUMENTO 9708975

TITULO R. Dominicana: Destituye a jefes de policía y agencia antidrogas —

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

F... PROC... 21/5/97

VINCULACIONES 11176
65548
66967
11514
M1113
11214
11229
11422

9708975

01-01

Nº DOCUMENTO 9708976

TITULO COL: PR y Emb. de EEUU inauguran base Aerea, donada, de helicopteros. -

PROCEDENCIA Agencia EFE

FECHA PROCESO 21/5/97

VINCULACIONES 11176 11358 65092 11005 65592 11349 65890 11354 11357

Suri //

XG8595

R FOXBT 05-21 00286

icx amt

COLOMBIA-POLICIA/EEUU

PRESIDENTE COLOMBIA Y EMBAJADOR EEUU INAUGURAN BASE AEREA

Bogotá, 21 may (EFE).- El presidente de Colombia, Ernesto Samper, y el embajador estadounidense en este país, Myles Frechette, inaugurarán el próximo viernes un centro de instrucción aéreo para la policía regalado por los Estados Unidos.

Así lo ha informado hoy el director de la Policía Nacional, general Rosso José Serrano, quien agregó que se trata de un centro de instrucción de aviación y base de servicio aéreo policial "con una flotilla importante para luchar contra el narcotráfico especialmente y contra las demás modalidades delictivas".

El general aseveró que se trata del primer centro policial de este tipo en Latinoamérica, dotada de los más modernos equipos y que servirá para la concentración de altos oficiales de policía de todo el hemisferio.

La base, que estará ubicada en la población de Mariquita (centro del país), ha costado 7 millones de dólares que han sido donados por Estados Unidos en el marco de un acuerdo binacional de cooperación para la lucha contra el narcotráfico.

Esta ayuda hace parte de una partida global de 120 millones de dólares que Estados Unidos concederá a Colombia, en 1997, para combatir los cultivos de coca y la producción de cocaína y sus derivados, todo como parte del mismo convenio.

El pasado sábado el gobierno de Estados Unidos entregó al director de la Policía colombiana 20 helicópteros, 6 lanchas y 15 automotores, valorados en 20 millones de dólares, que constituyeron el primer paquete de ayuda norteamericana a este país suramericano en 1997.

En la entrega de los helicópteros, varios de los cuales serán asignados a la próximamente inaugurada base aérea de Mariquita, Serrano manifestó que, con varias de estas naves, creará un equipo de reacción antinarcóticos. EFE

LDO/cgr

05/21/23-51/97

01-02

9708976.

N. DOCUMENTO

TITULO EEUU/COL Dona a Colombia helicopteros y 20 millones. -

PROCEDENCIA Agencia

FECHA DE PRO... 17/5/97

VINCULACIONES 11146 11358
65092 11349
65392 11005
65890
11356

X40885

U POXBT 05 17 00357
mun exa

COLOMBIA DROGAS
EEUU DONO HELICOPTEROS Y AYUDA POR 20 MILLONES DOLARES POLICIA

Santa Marta (Colombia), 17 may (EFE).- El director de la Policía de Colombia, general Rosso José Serrano, recibió hoy, sábado, en Santa Marta (norte del país), doce helicópteros y otras ayudas por valor de 20 millones de dólares del gobierno estadounidense para la lucha contra la producción y el tráfico de narcóticos.

La donación forma parte de un total de 120 millones de dólares que el gobierno colombiano recibirá en 1997 de su homólogo estadounidense para la lucha antidrogas.

El paquete recibido hoy por la Policía consta de 12 helicópteros "Bell modelo UH 1H", 6 lanchas, 15 vehículos, 20 helicópteros viejos para repuestos, munición y equipos de comunicación.

Los 20 millones de dólares de la ayuda recibida hoy también incluye cooperación técnica para la utilización de las naves.

Los helicópteros recibidos hoy en Santa Marta, permiten que la policía colombiana aumente hasta 65 la flotilla de que dispone para la erradicación del narcotráfico.

"Estos equipos los vamos a situar en las zonas de fumigación" en las selvas del sur del país, expresó en la ceremonia de recepción el director de la Policía Nacional.

Serrano informó que con la donación norteamericana "vamos a hacer un equipo de reacción antinarcóticos para que se pueda desplazar a cualquier zona del país cuando sea necesario".

Para el alto cargo, la donación "es un reconocimiento de que aquí no sólo necesitamos medios sino que estamos presentando resultados, que son tenidos en cuenta por los gobiernos que nos quieren ayudar a seguir luchando contra este flagelo".

Con esta ayuda "se reconoce que sí estamos luchando abiertamente contra el narcotráfico", recalcó Serrano al recibir la ayuda del gobierno de Estados Unidos, país que ha "descertificado" en dos años consecutivos la colaboración colombiana en la lucha contra la producción y la distribución de narcóticos.

Dentro de la ayuda estadounidense, que forma parte de un acuerdo de cooperación en el tema del narcotráfico, el embajador de ese país en Colombia, Myles Frechette, entregará el próximo viernes a la Policía una base para pilotos en la población de Mariquita (centro del país), con un costo de 7 millones de dólares. EFE

LDO/CO/jp/17/19-39/97

05/17/19 41/97

Sí

02-02

9708976.

Nº DOCUMENTO 9708977

TITULO PERÚ Deniega extradición a España al ex-futbolista.

PROCEDENCIA AGEncia EFe

FECHA 21/5/97

VINCULACIONES 11422

507513.
11433
11214
11229

DH4067

U DEPBT 05-21 00244
dpg dxe amt

FUTBOL-PERU
DENIEGAN EXTRADICION A ESPAÑA DE EX FUTBOLISTA MIFFLIN

Lima, 21 may (EFE).- El Gobierno de Perú ha denegado hoy, miércoles, la solicitud de extradición, solicitada por las autoridades judiciales de España, del ex futbolista peruano Ramón Mifflin, procesado por el presunto delito de tráfico ilícito de drogas.

La decisión gubernamental está contenida en una resolución suprema que publica hoy el diario oficial "El Peruano", y se fundamenta en una resolución expedida el 22 de octubre de 1996 por la Sala Penal de la Corte Suprema de Perú, que declaró improcedente la extradición de Mifflin solicitada a raíz del proceso que se le sigue ante el juzgado de instrucción número 3 de Barcelona.

El ex centrocampista internacional peruano fue hallado inocente el año pasado en un proceso por tráfico ilícito de estupefacientes en un tribunal de este país andino.

La Corte Suprema decidió declarar improcedente la solicitud de extradición de Mifflin basada en la absolución del ex futbolista y estableciendo que no procedía que se le procese nuevamente por un presunto delito del cual había sido encontrado inocente por un tribunal peruano.

Mifflin es considerado como uno de los jugadores más destacados en la historia del fútbol peruano y formó parte de la selección de su país que participó en el Mundial de México'70.

El ex centrocampista jugó por diversos equipos peruanos y también en el Racing de Argentina, Santos de Brasil y Cosmos de Nueva York, cuando Edson Arantes do Nascimento, el "Rey Pelé", jugaba en este equipo. EFE

LAA/sab

05/21/17-20/97

01- 01

9708977

[illegible]

[illegible]

[illegible]

RUSIA-DROGAS

MEDIO MILLAR DE NARCOTRAFICANTES ENCAUSADOS EN RUSIA

Moscú, 21 may (EFE).- Medio millar de narcotraficantes fueron detenidos y encausados en tribunales rusos durante 1996 gracias a la colaboración de Rusia con Estados Unidos, Venezuela, Alemania y Cuba, informó hoy, miércoles el Servicio Federal de Seguridad.

Según un portavoz de ese servicio citado por la agencia Interfax, la cooperación con colegas extranjeros les permitió desarticular el eslabón ruso de la red de narcotraficantes de América Latina y la "narcomafia africana".

Agregó que han sido detectados nuevos canales de introducción de drogas en Rusia, entre los que se hallan Afganistán, Brasil, Mongolia, Nigeria y Pakistán. EFE

[illegible]

[illegible]

Nº DOCUMENTO 9708978

TITULO RUSIA: Medio millar de narcos encausados. —

PROCEDENCIA Agencia

FECHA DE PROCEDENCIA 21/5/97

VINCULACIONES 11176 67390
10034 500145
507294 10224
658890
11236

01- 01

9708978.

Nº DOCUMENTO 9708979

TITULO México: Auto de prisión contra lugartenientes de Amado Carrillo Fuentes.-

PROCEDENCIA Agencias

FECHA DE REC 21/5/97

VINCULACION 11176 11422

65092

501023

11224

11214

11229

[illegible]

[illegible]

[illegible]

MEXICO-DROGAS

AUTO DE PRISION CONTRA LUGARTENIENTES "CAPO" AMADO CARRILLO

Mexico, 20 may (EFE).- Un juez federal de Mexico decretó hoy auto de formal prision contra Jose Gerardo Hernández Gutierrez, alias "el Flaco", y Jefthe Avila Gaytan, alias "el Jefthe", considerados los lugartenientes del "capo" Amado Carrillo Fuentes, jefe del cartel de drogas de Ciudad Juarez.

La Procuraduría General de la Republica (PGR) informo de que a los dos presuntos delincuentes -que trabajaban a las órdenes del "Señor de los Cielos"- se les acusa de trafico de narcóticos, introducción de droga en el país y colaboración en el fomento del tráfico de estupefacientes.

Los lugartenientes de Amado Carrillo fueron detenidos el pasado día 2 en el bar de un hotel de la Ciudad de Mexico en el momento en que planeaban el traslado de cocaína procedente de Colombia.

Jose Gerardo Hernández Gutierrez y Jefthe Avila Gaytán ingresaron en el penal Preventivo Oriente de la capital mexicana por decisión del juez tercero de distrito.

Por otro lado, el juez sexto de distrito en materia penal determinó hoy improcedente la extradición a Estados Unidos de Oscar Malherbe de León, considerado el sustituto de Juan García Abrego al frente del cartel del Golfo.

El juez notificó su decision a la defensa de Oscar Malherbe -detenido en el penal de alta seguridad de Almoloya de Juarez, a 55 kilometros de la capital mexicana- y a la Secretaría de Relaciones Exteriores de Mexico. EFE

MF/HHS/FG

[illegible]

01-01

9708979.

Nº DOCUMENTO 9708979
TITULO México: Auto de prisión contra lugartenientes de Amado Carrillo Fuentes.-
PROCEDENCIA Agencias
FECHA DE PRO 21/5/97
VINCULACION 11170 11422
65092
501023
11224
11214
11229

[illegible]

[illegible]

MEXICO-DROGAS
AUTO DE PRISION CONTRA LUGARTENIENTES "CAPO" AMADO CARRILLO

México, 20 may (EFE).- Un juez federal de México decretó hoy auto de formal prisión contra José Gerardo Hernández Gutiérrez, alias "el Flaco", y Jeffne Avila Gaytán, alias "el Jeffne", considerados los lugartenientes del "capo" Amado Carrillo Fuentes, jefe del cartel de drogas de Ciudad Juárez.

La Procuraduría General de la República (PGR) informó de que a los dos presuntos delincuentes -que trabajaban a las órdenes del "Señor de los Cielos"- se les acusa de tráfico de narcóticos, introducción de drogas en el país y colaboración en el fomento del tráfico de estupefacientes.

Los lugartenientes de Amado Carrillo fueron detenidos el pasado día 7 en el bar de un hotel de la Ciudad de México en el momento en que planeaban el traslado de cocaína procedente de Colombia.

José Gerardo Hernández Gutiérrez y Jeffne Avila Gaytán ingresaron en el penal Preventivo Oriente de la capital mexicana por decisión del juez tercero de distrito.

Por otro lado, el juez sexto de distrito en materia penal determinó hoy improcedente la extradición a Estados Unidos de Oscar Malherbe de León, considerado el sustituto de Juan García Abrego al frente del cartel del Golfo.

El juez notificó su decisión a la defensa de Oscar Malherbe -detenido en el penal de alta seguridad de Almoloya de Juárez, a 55 kilómetros de la capital mexicana- y a la Secretaría de Relaciones Exteriores de México. EFE

MF/MMS/FR

05/21/97-22/57

9708979.

CROACIA-NARCOTRAFICO
POLICIA CROATA SE INCAUTO DE [illegible] KILOS DE COCAINA

Zagreb, [illegible] may (EFE).- La policía croata se incautó anoche en el puerto adriático de Rijeka de [illegible] kilos de cocaína, el mayor alijo hallado este año en Europa.

La droga llegó a Rijeka en un barco extranjero desde el puerto ecuatoriano de Guayaquil, según el jefe del Departamento de estupefacientes del ministerio croata del Interior, Ivan [illegible].

La cocaína, cuyo valor en el mercado ilegal hubiese superado los [illegible] millones de dólares, fue hallada en un contenedor que supuestamente transportaba cocinas de gas para Hungría.

El destino del verdadero cargamento era el mercado de narcóticos de los países de Europa occidental, según la citada fuente.

La policía croata descubrió el mes pasado 187 kilos de cocaína en un contenedor en Rijeka, lo que indicaría que dicho puerto, situado cerca de Italia, se estaría convirtiendo en una importante vía de acceso de la cocaína a Europa. EFE

[illegible]

05/21/12-37/97

Nº DOCUMENTO 9708880

TITULO Croacia Policía incautó 375 kg cocaína.

46 [illegible]

21/5/97

11176 11226
10069 10184
65658 66170
11351
11352
11354

9708880

01 - 01

Nº DOCUMENTO 9708881
TITULO URUGUAY Insiste en que Clinton haga escala en Uruguay en Gira -
PROCEDENCIA AGENCIA EFE
FECHA Nº PRO... 21/5/97
VINCULACIONES 11146 66860
65092 50482
50466 11349
65090
65109

XU8594

R POXBT 05-21 00435
icx amt

URUGUAY-EEUU
INSISTEN CLINTON HAGA ESCALA EN URUGUAY EN GIRA POR CONO SUR

Punta del Este (Uruguay), 21 may (EFE).- El presidente de EEUU Bill Clinton posiblemente visite Uruguay en su viaje a la Cumbre de las Américas de Chile, en marzo de 1998, tras conocerse las dificultades para que pueda hacerlo en la próxima gira, programada para el segundo semestre de este año por Argentina y Brasil.

Jeff Davidow, secretario adjunto para Asuntos Latinoamericanos del Departamento de Estado, informó a EFE de que aún no está definido cuando Clinton podrá viajar a Uruguay, aunque mencionó que en la próxima gira hay problemas de calendarios y horarios.

"Porque el presidente de EEUU visite dos países latinoamericanos no pueden ofenderse los 32 restantes", dijo Davidow cuando se le preguntó si no consideraba que Uruguay podría sentirse lesionado como país sede del MERCOSUR, cuando Clinton sólo incluía a Argentina y Brasil, los dos principales socios del mercado suramericano.

El funcionario, que visita Uruguay, afirmó que "no tenemos que olvidar que el presidente Clinton también viajará al Cono Sur en marzo próximo para asistir a la Cumbre Iberoamericana de Chile, y esa puede ser una oportunidad para alguna otra escala".

Por su parte, el canciller interino de Uruguay, Carlos Pérez del Castillo, dijo que esa era una de las dos posibilidades que se habían baarajado en una cena privada que había mantenido con los funcionarios estadounidenses en Punta del Este.

Durante el encuentro, Pérez del Castillo expresó a los visitantes estadounidenses la posibilidad de que Clinton cruce desde Buenos Aires a la estancia Presidencial de Anchorena, en el departamento de Colonia, a 177 kilómetros de Montevideo, para asistir a un encuentro con su colega uruguayo, Julio María Sanguinetti.

En esa cena, en la que estuvieron presentes Thomas McLarthy III, Consejero y Enviado Especial para las Américas del presidente de EEUU, y Jeff Davidow, los diplomáticos uruguayos hablaron también sobre otros temas bilaterales como la supresión de visados para los ciudadanos uruguayos y la lucha contra el narcotráfico.

Un tratado entre EEUU y Argentina sobre la exoneración de visas impulsa a Uruguay a buscar un tratamiento similar para sus ciudadanos.

Uruguay considera que tiene un bajisimo índice estadístico en las entradas ilegales de sus ciudadanos a los EEUU, lo que podría ser motivo para aprobar la eliminación de la exigencia de visado.

El tema de la lucha contra el narcotráfico ocupa también un lugar de preferencia en la agenda bilateral.

Uruguay insistió en la responsabilidad compartida entre producción, tráfico, consumo y lavado de dinero y recordó a que el Parlamento estudia una ley que sanciona con graves penas los delitos vinculados al narcotráfico. EFE

apl/tp/cor

0708981

01-01

Nº DOCUMENTO 9708982

TITULO EEUU. Juzgarán en Miami a narco detenido en Colombia.-

PROCEDENCIA Agencia EFE

FECHA DE PROCESO 21/5/97

VINCULACIONES 11176
65092 11226
65890 11354
11219 65890
11229
11422

XH6464

U VARBT 05-21 00172
mun exg icx

EEUU-COLOMBIA
TORRES SERA JUZGADO EN EEUU TRAS SU ENVIO DESDE COLOMBIA

Washington, 21 may (EFE).- El presunto narcotraficante Oscar Albert Torres será juzgado en Estados Unidos por posesión e intento de distribución de cocaína, tras haber sido capturado en Colombia y enviado hoy a Miami (Florida), indicaron las autoridades norteamericanas.

Torres, de 53 años, escapó de la prisión de Moultrie (Georgia, EEUU) hace más de tres años, cuando esperaba ser juzgado por dicho delito, aunque su historial delictivo relacionado con las drogas se remonta a 1962.

El US Marshals Services informó hoy de que Torres, nativo de Cuba, pudo ser detenido en Colombia esta semana como resultado de las investigaciones llevadas a cabo por la Policía colombiana y por agencias federales estadounidenses.

El director de esa agencia estadounidense, Eduardo González, calificó a Torres de "fugitivo peligroso" y dijo que su detención pone de relieve una excelente cooperación internacional.

Torres se encuentra en Miami, a la espera de ser trasladado al estado de Georgia, donde será juzgado. EFE
CM/GTP

05/21/23-32/97

01-02

9708982.

Nº DOCUMENTO

TITULO

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

22/5/97

RELACIONES

mon exp INF

EEUU NARCOTRAFICO

NARCOTRAFICANTE TORRES LLEGA EEUU TRAS DETENCION EN COLOMBIA

Miami (EEUU), 22 may (EFE). El presunto narcotraficante Oscar Alberto Torres, fugitivo de las autoridades estadounidenses, llegó hoy de nuevo a territorio norteamericano tras su detencion hace varios dias en Colombia, informo la Oficina de los Aguaciles federales.

Torres, de nacionalidad cubana, llegó en avion acompañado por las autoridades para comparecer en la corte, donde un magistrado federal le negó la fianza.

El acusado, de 53 años, fue detenido originalmente en 1993 y, en custodia de las autoridades en Georgia (estado sureño EEUU), se esperaba su juicio por narcotrafico. Enfrentaba una posible sentencia de por vida, debido a la seriedad de los cargos en su contra.

Sin embargo, logro escapar de la carcel metropolitano.

Torres tiene una historia delictiva que empezó en 1962. Las autoridades creen que esta involucrado en una red internacional de narcotráfico.

El director de los Aguaciles federales, Eduardo González, calificó a Torres de "fugitivo peligroso" y dijo que su detención pone de relieve una excelente cooperación internacional. EFE.

MRM/FL

05/22/23-52/97

02-02

9708982.

Nº. DOCUMENTO 9708983

TITULO la UEO se reunirá el 13/5/97 en PARIS para estudiar relac. con OTAN y con UE.

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 11/05/97

VINCULACIONES 65463

11018

9708983

ENTRADO

CRUZADO

01-03

[illegible]

[illegible]

UEO-DEFENSA

REUNION ESTUDIARA DESARROLLO CAPACIDAD Y LAZOS CON OTAN Y UE

Bruselas, 11 may (EFE).- Los ministros de Asuntos Exteriores y de Defensa de los países de la Unión Europea Occidental (UEO) se reunirán el próximo 13 de mayo en París para estudiar el desarrollo de las capacidades operativas de la organización y las relaciones con la OTAN y con la Unión Europea (UE).

En la reunión regular semestral de la UEO en Francia, país que preside desde enero a junio la organización, está previsto que se adopten documentos que refuercen las relaciones con la Alianza Atlántica y con la UE, entre las que la única organización militar estrictamente europea quiere desempeñar un papel de bisagra.

En París, se reunirán ministros de los diez miembros de la UE que forman parte de la OTAN (Alemania, Bélgica, Francia, Gran Bretaña, Holanda, Luxemburgo, Italia, España, Grecia y Portugal), los de los asociados (Islandia, Noruega y Turquía) y los de los observadores (Dinamarca y los países neutrales de la UE: Austria, Finlandia, Irlanda y Suecia).

Los ministros de los diez países miembros de la UEO deben abordar en la capital francesa la forma de asignar a un país o a un estado mayor multinacional para realizar una operación militar.

Las modalidades para el control político y la dirección estratégica de la UEO en las que se pueda hacer uso de los medios y capacidades militares de la Alianza Atlántica centrarán también las discusiones de los ministros.

Para asegurar su función en el nuevo marco de la seguridad europea tras la caída de los regímenes comunistas de Europa Central y del Este, la UEO deberá contar con el consenso entre sus [illegible] miembros [illegible] Albania.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

9708983

que actualmente se por consenso, mediante una regla que instituya la "abstención constructiva" en las operaciones de mantenimiento de la paz, indican algunos expertos.

Las diferencias en el seno de la UEO respecto a su papel son evidentes.

Francia, Alemania y Bélgica quieren la fusión de la UEO con la UE, aunque en unos años, mientras que otros, encabezados por Gran Bretaña y los países neutrales comunitarios, se oponen a la militarización de la UE, a mantener dos organizaciones independientes y a que los Quince pierdan una parte de su soberanía en el ámbito de la defensa.

Aparentemente, la llegada de los laboristas al poder en Gran Bretaña no ha modificado la posición británica respecto a las cuestiones de defensa, según Cutileiro.

Cuando queda poco más de un mes para la celebración los próximos 16 y 17 de junio en Amsterdam del Consejo Europeo en el que se quiere concluir la revisión del Tratado de Maastricht que realiza la Conferencia Intergubernamental se desconoce cómo quedarán reguladas las relaciones de la UEO con la UE, "pero no habrá ninguna decisión espectacular", añadió Cutileiro. EFE

[illegible]

03-03

9708983

Nº DOCUMENTO 9708984

TITULO CCL Nueva disposición, casas de cambio deben informar

PROCEDENCIA Agencia EFE sobre transacciones superiores a 500. –

FECHA PRENSA 22/5/97

VINCULACIONES 11176

650092

655592

11227

11075

655890

11233

FB6675

R ECOBT 05-22 00281
mun exg icx

COLOMBIA-LAVADO
CASAS CAMBIO DEBERAN INFORMAR TRANSACCIONES DESDE 500 DOLARES

Bogotá, 21 may (EFE).- Las casas de cambio existentes en Colombia deberán registrar e informar a las autoridades de toda transacción en efectivo que supere los 500 dólares, en una nueva disposición que estrecha el control sobre el lavado de divisas, anunciaron hoy fuentes gubernamentales en Bogotá.

La medida fue adoptada por la Superintendencia Bancaria para equiparar las normas del país contra el "blanqueo" de dinero a las establecidas esta semana en los Estados Unidos.

El Centro de Información de Colombia (CIC) explicó que, a partir de ahora, las casas de cambio que operan en las fronteras del país están obligadas a registrar y dar a conocer a la estatal de control financiero toda transacción en efectivo que sea igual o superior a los 500 dólares.

Asimismo, las casas del tipo de las "cambistas" deberán informar de operaciones en efectivo a partir de los 750 dólares.

La disposición supone una severa bajada a los topes que regían en Colombia, país en el que estos establecimientos sólo estaban obligados a registrar transacciones por cantidades superiores a los 2.000 dólares, para las casas fronterizas; a los 3.000 dólares, para las "cambistas", y a los 5.000 dólares, para las dedicadas a la compraventa de divisas.

Del mismo modo, la Superintendencia Bancaria estableció también una reducción a los montos mensuales de las operaciones en efectivo realizadas en favor de una misma persona.

En este caso, el total del mes debe ser registrado e informado como una sola operación.

Con esta medida adicional, las autoridades de control buscan evitar burlas, con el fraccionamiento de los montos, a la obligación que tienen las casas de cambio de informar de las transacciones. EFE

JGH/bh/nd

05/22/00-05/97

9708984.

Nº DOCUMENTO 9708985

TITULO COL: Según Jefe Guerrillero las Farc no narcos

PROCEDENCIA AGENCIA EFE Vínculo con el NT. -

FECHA DE PROCED 22/5/97

VINCULACIONES 11176 11229
65092 11422
65592
314593
11214

XH6468

U POXBT 05-22 00668
mun exg icx

COLOMBIA-GUERRILLA
JEFE GUERRILLERO: MILITARES RETENIDOS "TIENEN QUE REGRESAR"

Bogotá, 21 may (EFE).- El jefe guerrillero Alfonso Cano, número dos en las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) afirmó que los 60 militares que este grupo retiene desde el pasado 30 de agosto "tienen que regresar a sus hogares", en entrevista emitida hoy por el noticiero de televisión "24 Horas".

"Hay que estar absolutamente ciertos de las condiciones y garantías que necesita un proceso de estos para que ellos puedan regresar íntegros", dijo Cano al informativo televisado.

En el reportaje, logrado tras dos días de travesía por montañas de Colombia sin identificar, el dirigente insurgente señaló al paramilitarismo como "una política de Estado", al tiempo que desestimó las propuestas de paz formuladas por el ministro de Defensa, Gilberto Echeverri.

Cano sostuvo que las FARC no tienen ninguna relación con actividades de narcotráfico; mostró su convicción en la vigencia de la lucha guerrillera en el mundo y recalcó su desconfianza en el proceso electoral que comenzará en Colombia en octubre.

El segundo "comandante" de las FARC aseguró que no han liberado a los 60 soldados retenidos hace 261 días desde su ataque a la base militar de Las Delicias, en las selvas del sur del país, "porque el enemigo que nos está combatiendo es muy fuerte y provocador".

"No tendría nada de raro que hicieran uno de tantos montajes para desprestigiar a la guerrilla colombiana; por ejemplo, matarlos", señaló Cano como argumento para mantener cautivos a los militares, para cuya liberación el Gobierno accedió el martes a la petición guerrillera de desmilitarizar 13.161 kilómetros cuadrados en las selvas sureñas, donde son rehenes.

Sobre las propuestas de paz que son prioridad en la gestión del ministro de Defensa, Cano las calificó de "extemporáneas, inoportunas e inviables".

"Nosotros no creemos en las propuestas que está haciendo el presidente (colombiano), Ernesto Samper, de conversar a estas alturas de la vida con la insurgencia sobre la paz en Colombia", dijo Cano.

El guerrillero señaló que "lo que sí es posible es que trabajemos entre todos, que entiendo es la esencia del planteamiento del ministro Echeverri, de construir una política que nos permita generar los mecanismos y situaciones que nos permitan con certeza trabajarle a un proceso de paz".

Según Cano, un proceso de esas características debe darse "independientemente de que sea en este Gobierno o del próximo o del que sea", y con unos "planteamientos serios, sólidos, que nosotros y el país veamos que se puede hablar en serio por la paz".

Cano dijo que ve "con preocupación" las elecciones regionales de octubre próximo, así como las parlamentarias y presidenciales en marzo y mayo de 1998, por considerarlas parte de un proceso "lleno de trampas, de plata mal habida, de dineros calientes y de la influencia de los sectores de gran capital sobre los gamonales

políticos y los medios de comunicación".

"Colombia no puede seguir engañándose y pensando que esta

oxigenando su democracia con procesos como los que el país acaba de reanudar", dijo el dirigente de las FARC.

De la posible identificación del grupo guerrillero con algún candidato a la Presidencia, Cano dijo que "ninguno", porque "todos son la continuidad de unas políticas que son las que tienen al país sumido en el caos".

Cano calificó de "condenable y gravísimo" el fenómeno del narcotráfico y dijo que "nosotros no tenemos nada que ver con ese negocio".

Sobre la cercanía con los narcotraficantes que les endilgan los militares y los medios de comunicación, Cano señaló que se limita al "tránsito necesario de nuestra gente por áreas donde hay cultivos ilícitos, nuestra relación con los muchos campesinos que viven de esos cultivos".

Cano rechazó que se llamara "dinosaurios" a los guerrilleros del mundo actual, pues "lo que está mostrando el mundo es que el sistema capitalista y las políticas neoliberales lo están hundiendo en una crisis total".

Citando ejemplos de México, Perú, Filipinas y el reciente triunfo de la guerrilla en el Congo, Cano dijo que "se está demostrando que las organizaciones que luchamos con las armas en la mano por cambiar el régimen porque no han dejado otra ruta, siguen vigentes". EFE

LDO/GTP

05/22/01-55/97

02-02

Nº. DOCUMENTO 9708986

TITULO entrevista con puntos de reflexión a los armas químicas, en La Haya el 4-5-97

PROCEDENCIA 51B593

FECHA DE [illegible] 07/05/97

VINCULACIONES 11019
11046
66151
501885

9708986

ENTRADO
CRUZADO

01-07

DF4556

U FOXBT 05 06 00471
mun exg icx

ARMAS QUIMICAS CONFERENCIA (Ampliación)
KOFI ANNAN INAUGURA CONFERENCIA PROHIBICION ARMAS QUIMICAS

La Haya, 6 may (EFE).- El secretario general de la ONU, Kofi Annan, inauguró hoy, martes, en La Haya la primera Conferencia de los países signatarios de la Organización para la Prohibición de las Armas Químicas (OPAQ), una semana después que entrara en vigor la convención que prohibe este armamento.

En presencia de la reina Beatriz de Holanda y del primer ministro holandés, Wim Kok, Annan calificó la creación de la OPAQ como "un evento histórico" en el ámbito de los tratados de desarme y no proliferación.

Asimismo calificó a la Convención, firmada por 165 países y ratificada por 88, como "la última de una serie de tratados de reducción de armamento que habrían sido inimaginables hace una década"

El secretario general de la ONU instó a los "185 países miembros de Naciones Unidas" a firmar y ratificar la convención.

La OPAQ, que tendrá una sede permanente en La Haya funcionará con 450 empleados administrativos internacionales y 140 inspectores especializados en armamento químico, que recibirán además una preparación especial.

La Convención prohibe desarrollar, fabricar, vender, comprar, usar e intercambiar armamento químico y establece la destrucción completa de estos arsenales antes del año 2007.

Estados Unidos, que la ratificó pocos días antes de que entrara en vigor la convención, el 29 de abril pasado, prometió destruir sus arsenales, calculados en 35.000 toneladas, antes del año 2002.

La Federación Rusa, que ha firmado el Convenio pero no lo ha ratificado, participa en la sesión inaugural sin derecho a voto, como el resto de los [illegible] países que aún no lo han ratificado.

Moscú, que ha declarado tener almacenado armamento químico, se ha opuesto a ratificar la convención por falta de recursos financieros para destruir los arsenales antes del año 2007, como establece el acuerdo.

El primer ministro de Holanda destacó en su discurso inaugural que las armas químicas son "una nube de muerte", que se han repetido en la historia de "Europa y Asia, con cientos de miles de víctimas, hombres, mujeres, niños, civiles y soldados".

"No podemos imaginarnos el sufrimiento que causa ese tipo de armamento", señaló.

Kok advirtió a los representantes gubernamentales y expertos reunidos en La Haya que "no puede haber malentendidos. No tenemos ninguna opción, sólo erradicar estas armas".

En esta primera Conferencia, que durará tres semanas, se elegirá al que será su presidente, un Consejo Ejecutivo [illegible] personas de los países que han ratificado [illegible] a la Secretaría Técnica, que tendrá que [illegible] de los especialistas. EFE

[illegible] ff

[illegible] 11 [illegible] 97

9708986

02

TD4...

6 EU-RI 05-06 0060?
mon

ARMAS QUIMICAS-CONFERENCIA
COMIENZA PROCESO DE PROHIBICION DE LAS ARMAS QUIMICAS

La Haya, 6 may (EFE).- Una semana después de que entrara en vigor la Convención sobre la Prohibición de las Armas Químicas, el Organismo Internacional que vetará su fabricación y uso y vigilará su destrucción fue creado hoy, martes, en La Haya.

La Organización para la Prohibición de las Armas Químicas (OPAQ) fue presentada por el secretario general de Naciones Unidas, Kofi Annan; el presidente en ejercicio de la Unión Europea (UE), Wim Kok, y la reina Beatriz de Holanda.

Hasta el momento se han presentado dos candidatos, uno de Chile y otro de Brasil, para el puesto de director general de la OPAQ, cargo que debe ser elegido por la Conferencia que comenzó hoy en La Haya.

En el caso de Brasil, se trata del embajador José Mauricio Bustani, que actualmente es director general para Organizaciones Internacionales en Brasilia, según confirmó a EFE Antonio Guerreiro, miembro de la delegación de ese país.

Fuentes de la Embajada de Chile confirmaron que el candidato chileno es el embajador Jorge Berguño, representante de ese país ante las organizaciones internacionales en Ginebra.

Annan instó a los 185 países de la ONU a firmar y ratificar la Convención que prohibe las armas químicas para convertirla en un "instrumento universal", porque el uso de este tipo de armamento "ha marcado nuestro siglo con dolor".

El primer ministro de Holanda, Wim Kok, se refirió a las armas químicas como "nubes de muerte que se han desplazado desde Ypres (Bélgica, hace 82 años) en Europa, Asia y Africa sacrificando la vida de cientos de miles de víctimas".

Turquía ratificó hoy la Convención, con lo que el número de países que la han suscrito ha aumentado a 89.

De todos los Estados miembros de la ONU, 165 han firmado el Convenio y 76 aún no lo han ratificado, incluida Rusia, el único país del Consejo de Seguridad de la ONU que no lo ha hecho.

La Convención prohibe el desarrollo, fabricación y utilización de armas químicas e impone sanciones a los países signatarios que violen las reglamentaciones de ese organismo de control.

La OPAQ tendrá 450 empleados administrativos y 140 inspectores especializados, que realizarán visitas programadas o "sin previo aviso" a industrias químicas e instalaciones para vigilar las posibles violaciones del convenio.

Los inspectores y expertos químicos recibirán una formación adicional y podrán tomar pruebas y analizarlas en laboratorios especializados.

El reglamento incluido en la Convención estipula la destrucción de los arsenales químicos antes del año 2007, calculados en decenas de miles de toneladas de material.

Los países deberán declarar sus arsenales e industria química incluyendo "aquellas sustancias utilizadas para reprimir disturbios internos", además de los precursores necesarios para fabricar este tipo de armamento.

La OPAQ diseñará durante las tres semanas que durará la Conferencia su funcionamiento y elegirá un Comité Ejecutivo, integrado por los 41 países signatarios fundadores, una Secretaría

Técnica y un Director General.

El ministro de Asuntos Exteriores de Holanda, Hans van Mierlo, que habló en nombre de la Unión Europea, expresó su preocupación por la falta de ratificación de Rusia.

El Gobierno ruso argumenta que no puede destruir su arsenal nuclear antes del año 2007, como establece el reglamento de la Convención.

Van Mierlo dijo que la UE "reconoce el problema financiero de la Federación Rusa para destruir el armamento" y algunos Estados miembros "han decidido aportar ayuda en ese proceso".

No obstante, advirtió que dicha ayuda consiste en "procesos bilaterales" y que la destrucción de arsenales es responsabilidad financiera de cada Estado.

Los únicos países no signatarios de la Convención son Siria, Irak, Corea del Norte e Irán. EFE

ms-mlg/cr/ah/mir

05/06/17-02/97

TD4387

R POXBT 05-06 00215

exg mun

ARMAS QUIMICAS-CONFERENCIA

DOS LATINOAMERICANOS CANDIDATOS A DIRECTOR GENERAL DE LA OPAQ

La Haya, 6 may (EFE).- Dos candidatos, un chileno y un brasileño, han sido presentados hasta ahora para el cargo de director general de la Organización Para la Prohibición de las Armas Químicas (OPAQ), que tendrá su sede en La Haya.

Fuentes de la organización de la primera Conferencia de los Estados firmantes de la OPAQ, que comenzó hoy, martes, en La Haya, confirmaron a la prensa la existencia de estos dos candidatos, aunque no revelaron sus nombres.

Durante la Conferencia, inaugurada por el secretario general de la ONU, Kofi Anann, en presencia de la reina Beatriz de Holanda y del primer ministro holandés, Wim Kok, y que se prolongará tres semanas, se deberá elegir un director general de la OPAQ.

Es probable que aún se presenten otros candidatos, "preferentemente" de países en desarrollo, agregaron las fuentes.

Durante las reuniones, que tendrán carácter técnico, se elegirá un Comité ejecutivo de 41 miembros y un Departamento Técnico para seguir la labor de 140 inspectores que realizarán investigaciones sobre violaciones a la Convención en todos los países que la han ratificado.

La Convención, firmada por 165 países y ratificada por 88 entró en vigor el 29 de abril pasado.

El acuerdo prohíbe desarrollar, fabricar y utilizar armamento químico, y ha comprometido a los signatarios a aniquilar todos los arsenales de este tipo de armamento antes del año 2007. EFE

vs-mlg/ah/mlr

05/06/13-47/97

[illegible]

[illegible]

[illegible]

RUSIA-ARMAS QUIMICAS

RUSIA CUMPLIRA CONVENCION SOBRE ARMAS QUIMICAS

Moscu, 7 ma. (EFE).- El presidente ruso Boris Yeltsin aseguro al secretario general de la ONU, Kofi Annan, que cumplirá las disposiciones principales de la Convención sobre la Prohibición de Armas Quimicas, pese a que Rusia aun no es signatario del acuerdo, dijo hoy, miercoles, el servicio de prensa del Kremlin.

En una carta enviada al diplomatico, el jefe del Estado ruso explico que una de los problemas fundamentales para la rubrica de la Convencion son las dificultades financieras de su gobierno para "la liquidacion de los arsenales quimicos", informo la agencia Interfax.

El tratado entro en vigor el 29 de abril ultimo tras una reunion en La Haya de sus firmantes, donde estuvo ausente Rusia debido a que el Parlamento no ha sancionado la Convencion y por tanto Yeltsin no ha estampado su firma.

El presidente asevero que Rusia se abstendra ademas de "cualquier accion que afecte los objetivos de la Convención", en tanto subrayo que "Rusia en breve se sumara al tratado". EFE.

tm/mb dlh

05/07/14-14/97

06

9708986

YA0043

U POXBT 05 07 00175
mun exq

ONU ARMAS QUIMICAS
COOPERACION ONU CON ORGANIZACION PROHIBICION ARMAS QUIMICAS

Naciones Unidas, 7 may (EFE). La Asamblea General discutirá en el pleno del 20 de mayo la cooperación entre la ONU y la Organización para la Prohibición de Armas Químicas (OPAQ), acordó hoy el Comité General tras una propuesta de Holanda en nombre los paises miembros del Convenio de prohibición, que entró en vigor el 29 de abril.

En un documento que acompañó a la solicitud de inclusión del tema en la actual Asamblea, Holanda señala que la OPAQ es una institución intergubernamental creada por el Convenio sobre Armas Químicas para asegurar su cumplimiento, y que tiene sede en La Haya, donde actualmente se celebra la primera conferencia de los estados firmantes del tratado.

Holanda propone que la Asamblea adopte una resolución que incluya una invitación al secretario general, Kofi Annan, a negociar un acuerdo de colaboración entre la ONU y el nuevo organismo, que incluya la emisión de los salvoconductos para asegurar el ingreso y la libertad de movimiento en los países que los inspectores deseen visitar. EFE

jsd/fjo/arp

05/07/22-05/97

0707

9708986

Nº DOCUMENTO 9708854

TITULO MEX. Ex subprocurador niega imputaciones de nexos con el narcotráfico.

AGENCIA EFE
22/5/97.

1176 11229
65092 11422
507623 11226
11514 11354
11214 65890

A0059?

N PGABT 05-22 00552
mon exg icx

MEXICO NARCOTRAFICO
EX SUBPROCURADOR NIEGA IMPUTACIONES DE NEXOS CON "CAPOS" DROGAS

México, 22 may (EFE). El subprocurador mexicano de Investigación y Lucha contra el Narcotrafico entre 1988 y 1990, Javier Coello Trejo, negó hoy las imputaciones de que protegio a "capos" de las drogas durante su gestión, por las que es investigado.

Coello declaró anoche en la televisión de su país que está dispuesto a comparecer ante las autoridades para esclarecer este asunto.

"Me siento inocente, soy inocente, tengo mi conciencia tranquila", aseguró el ex subprocurador, quien atribuyó las acusaciones, difundidas por medios de prensa estadounidenses, a "venganzas" de personas a las que investigó durante los 21 meses que estuvo en el cargo.

El pasado fin de semana, el diario "The Miami Herald" publicó las declaraciones de uno de los jefes del cartel de Cali, Juan Carlos Ramírez, quien afirmó que su organización contó con la protección de las autoridades judiciales mexicanas para permitir el paso de la droga hacia Estados Unidos.

El "capo" mencionó a Coello Trejo y a Guillermo González Calderoni, ex director de la Policía Judicial Federal y prófugo de la justicia, quienes presuntamente recibieron importantes sumas de dinero por su protección.

Las versiones señalaban nexos de Coello Trejo con el cartel del Golfo -organización relacionada con los "narcos" colombianos-, que encabezaba Juan García Abrego, capturado en enero de 1996 en México y extraditado a Estados Unidos, donde cumple una condena de cadena perpetua.

El ex subprocurador aclaró que durante su gestión fueron detenidos 21.500 narcotraficantes y se decomisaron unas cien toneladas de cocaína, y agregó que en algunos delitos estuvieron involucrados agentes de la propia policía judicial.

Coello fue subprocurador de la Procuraduría General de la República al comienzo de la Administración del presidente Carlos Salinas de Gortari, bajo las órdenes del entonces fiscal general, Enrique Alvarez del Castillo.

Entre 1988 y 1990, los miembros de la escolta de Coello Trejo participaron en 17 violaciones de mujeres, en zonas del sur de la capital mexicana, delitos por los que fueron juzgados y condenados a penas que totalizan unos cien años de prisión. EFE

MMB/MF/LTM/fr

05/22/18-07/97

9708987.

LA DROGA EN EE.UU.

REUNION CON ALCALDES EN LA CASA BLANCA

Clinton acusó al mundo de la moda de promover la heroína

Dijo que las fotos con modelos que parecen drogados promueven el consumo entre los jóvenes • Algunos empresarios admitieron que apelaron al "look heroinómano" para incrementar las ventas de sus productos

Washington
Reuter y The New York Times

El presidente estadounidense, Bill Clinton, acusó ayer a la industria de la moda de promover el uso de la heroína entre los jóvenes "glorificando la adicción para poder vender más ropa".

Al hablar en la Casa Blanca en una conferencia de alcaldes estadounidenses sobre el consumo de drogas, Clinton censuró a la industria de la moda porque al hacer posar a sus modelos con un demacrado look "heroinómano", contribuye a "incrementar la fascinación de la heroína entre los jóvenes".

Funcionarios de la Casa Blanca dijeron que los comentarios de Clinton fueron provocados, en parte, por un artículo del "The New York Times" de esta semana sobre la muerte del fotógrafo de modas David Sorrenti, de 20 años, cuyos modelos parecen estar bajo la influencia de la heroína.

Sorrenti murió en febrero por una sobredosis de drogas.

En ese artículo periodístico varios editores de importantes revistas de moda admitieron que habían impulsado el "look heroinómano" como una forma de recoger la rebelión de los jóvenes contra el acartonamiento.

Heroína, la droga elegida

En un tono inusualmente duro, Clinton responsabilizó a la industria de la moda por buscar imponer "la elegancia de la heroína". "Ahora vemos en las universidades y en los vecindarios cómo la heroína se hace cada vez más la droga elegida", dijo el presidente a los alcaldes. "Y sabemos qué parte de esto tiene que ver con las imágenes que llegan a nuestros jóvenes.

> "Ahora vemos cómo la heroína se hace cada vez más la droga elegida", dijo Clinton a los alcaldes

"Nuestra sociedad no puede decir por una parte que deseamos tener una actitud dura e intolerante hacia las drogas, y por la otra enviar un mensaje muy diferente cada vez que se puede hacer un poco de dinero."

En implícita referencia al artículo de "The New York Times", Clinton elogió a los empresarios de la moda que comenzaron a "admitir que las imágenes proyectadas en las fotos de moda durante los últimos años han hecho parecer elegante, sexy y audaz la adicción a la heroína".

"Como algunas de las personas en esas imágenes han empezado a morirse ahora, es obvio que no es verdad", dijo Clinton. "No se necesita hacer elegante la adicción para vender ropa", agregó.

Esta es la primera vez que Clinton critica a la industria de la moda. Las de la música y el cine han sido el objetivo de críticas en el pasado, lo que ha hecho que líderes de estas empresas hayan incrementado sus esfuerzos para evitar que se presente de forma elegante el consumo de drogas.

Mea culpa de la industria

El presidente y director editorial de la revista W, una publicación mensual sobre la moda femenina, y de Women's Wear Daily, la biblia de la industria de la moda, dijo que daba la bienvenida a los puntos de vista del presidente.

"Pienso que algunas personas exageraron y no se puede condenar a toda la industria por ello", dijo. "Lo bueno sobre esto es que haya más cantidad de personas que tomen conciencia."

"Muy pocas personas deciden hacer una campaña publicitaria que estimule el consumo de heroína. No lo hacen deliberadamente, pero hay personas que se dejan llevar por la elegancia de la decadencia", agregó. "Los editores no ponen la suficiente atención, y los diseñadores no ponen la suficiente atención."

"El resultado fue un número de artículos que, de hecho, mostraban como elegante el uso de la droga y la búsqueda de la decadencia como estilo de vida", agregó.

"Es una cultura de los jóvenes"

Barbara Lippert, una escritora de anuncios para la revista New York, opinó en cambio que el presidente no debería culpar sólo a la industria de la moda.

"Siempre es simplista culpar a una sola área", agregó Lippert. "Es toda la cultura de la juventud. Sus películas, libros, videocintas, música, comerciales, no sólo modas. Es muy simplista apuntar con el dedo."

Las fotografías que exaltan el "look heroinómano" tienen su antecedente más lejano en las imágenes de la vida real y el fotoperiodismo de Larry Clark en los años '60, y Nan Goldin en los 70.

Pero a diferencia de aquellas imágenes que podían ser consideradas disuasivas en tanto mostraban de forma elocuente la dolorosa desesperación de los adictos, las fotografías de moda en estos últimos años están lejos de mostrar la adicción en su lado cruel.

NOTA DE THE NEW YORK TIMES QUE PRECIPITO EL ESCANDALO

A Death Tarnishes Fashion's 'Heroin Look'

By AMY M. SPINDLER





Davide Sorrenti, left, in a photograph by his mother, Francesca Sorrenti, a week before his death from an overdose. Above, Detour magazine, in its March issue, published this picture in a layout of models posed in the so-called heroin-chic style. The issue included a tribute to Mr. Sorrenti.

Continued on Page A13

ANTECEDENTES

Un consumo fabuloso

- Con sólo el 5 por ciento de la población mundial, Estados Unidos consume casi el 50% de la droga que circula en el planeta.
- Más de doce millones de estadounidenses son adictos a las drogas.
- Unos 8,8 millones de estadounidenses consumen cocaína, 1,5 millón marihuana y el resto, un amplio abanico de estupefacientes, entre los que sobresale la heroína.
- Un 10,9% de los jóvenes estadounidenses de entre 12 y 17 años es adicto.
- Anualmente, los estadounidenses gastan 49 mil millones de dólares en drogas. De esa suma, 31 mil millones de dólares se destinan a adquirir cocaína, y 9 mil millones, a marihuana. Los nueve mil millones de dólares restantes se utilizan para comprar heroína, goma de opio y otros estupefacientes.

OPINION

Por
CARLOS PEREZ
Director Creativo de Casares, Grey

La gente no es estúpida

La publicidad como demonio me parece ya un tema viejo.

Sí creo que estas nueva acusación es aún más "naïf" que las anteriores: antes se decía que manejaba con métodos psicológicos las mentes de los consumidores, obligándolos a la compra. Ahora se subió la apuesta: se le endilga la capacidad de generar un comportamiento tan profundo como una adicción.

"La buena publicidad sobre un producto malo sólo logrará que más gente en menos tiempo se dé cuenta de que ese producto es malo", dijo un famoso publicitario. Esa es la clave. La publicidad quiere vender, pero la gente no es estúpida.

La primera conclusión es evidente: si la publicidad no puede obligar a nadie a comprar, que es su objetivo primario, ¿cómo podría provocar una legión de heroinómanos?

En cuanto a la "estética heroína" creo que deber dársele la importancia que tiene: es sólo una estética. Una de las tantas que usa la publicidad. Una de las tantas que dejará de usar. Una de las tantas que toma de lo cotidiano. Porque la publicidad no genera estéticas ni tendencias. Utiliza para comunicar lo que quiere manifestaciones de la realidad.

El caso de Sorrenti, el fotógrafo que desató este debate en EE.UU., es ejemplificador: él era adicto, se movía en un ambiente de adictos y un día decidió usar las imágenes de su mundo en su actividad profesional. Casualmente, la publicidad.

LA DROGA EN EE.UU.

El uso "estético" de la droga

OPINION

Por
HERIBERTO MURARO
Experto en medios y comunicación

La repercusión de un caso como éste puede llegar a ser algo minoritario si no se le agrega un escándalo. Esto, desde la técnica de los investigadores de opinión pública, es lo que llamamos una "crisis simbólica". Y eso es lo que ocurre en EE.UU. con el debate sobre las modas y la droga.

Toda sociedad sabe que tiene problemas que son de difícil solución, ya sea las drogas o la pobreza. La crisis simbólica es un hecho anecdótico que se transforma en el centro de un debate para que todos los involucrados sigan como de costumbre al día siguiente: los que están contra las drogas ratifican su adhesión a la proscripción; los que hacen negocio desaparecen.

Visité varias veces Estados Unidos. No creo que haya que ir a un desfile o ver fotos de modelos para ver gente drogada.

La droga no sólo tiene de letal el componente alucinógeno. También es una cultura, un estilo, una estética. Hay adolescentes que jamás se han drogado pero que, sin embargo, participan de la estética de la droga. Siempre hubo dentro de la droga un componente estético. Por eso no es extraño que se unan ambas industrias, la de la droga y la de la moda.

DAVID SORRENTI

El fotógrafo

El joven fotógrafo David Sorrenti, muerto el 4 de febrero a los 20 años por sobredosis de droga, se había convertido en pocos años en una estrella del mundo de la fotografía de modas.

David era uno de los defensores del look heroinómano, junto a fotógrafos como Juergen Teller, Craig McDean y Corrine Day.

Todos ellos repudiaban la idea de belleza perfecta e inalcanzable transmitida tradicionalmente por las páginas de las revistas de moda.

A pedido de Sorrenti, muchos de sus modelos posaban bajo el efecto de estupefacientes.

02-02

Nº DOCUMENTO [illegible]

TITULO: XIII Conf. Interparlam. UE-A. Lat. Se celebra en CARACAS del 19 al 23/5/97.

PROC: 518593

FECHA: 23/05/97

VINCULACIONES: 11046

13350

9708989

ENTRADO

CRUZADO

01-16

AFR187

[illegible] 19 [illegible]

[illegible]

LATINOAMERICA UE (Previsión)

PARLAMENTARIOS BUSCAN PROFUNDIZAR ACCION PAZ Y COOPERACION

Caracas, 19 may (EFE).- América Latina y la Unión Europea expresaron hoy la voluntad de profundizar su acción común para constituirse en factor de paz y convivencia en el mundo, al inaugurarse en Caracas la XIII Conferencia Interparlamentaria de las dos regiones.

Dicha voluntad fue expresada por los presidentes del Parlamento Europeo, el español José María Gil Robles; el presidente del Parlamento Latinoamericano, el uruguayo Juan Adolfo Singer, y el presidente de Venezuela, Rafael Caldera, en el acto inaugural de la conferencia.

"No hay duda que estamos obligados a profundizar nuestra acción común para que América Latina y la Unión Europea se constituyan en un factor moderno de cooperación y de paz en el mundo", dijo Gil Robles en su discurso en la sede del Parlamento venezolano.

Señaló que el encuentro parlamentario, que se celebra bianualmente y esta vez en Caracas, debatirá problemas que preocupan a todos, como son el narcotráfico, la corrupción y la mundialización de la economía, y su larga lista de secuelas.

Subrayó que europeos y latinoamericanos tienen un camino por recorrer hacia el futuro "difícil y lleno de muchos desafíos", en el que los parlamentarios cumplirán su obligación de facilitar el camino y las soluciones.

"En el mundo actual, ningún país puede hacer la paz por sí solo, ni resolver los grandes problemas de la humanidad. Se impone la acción conjunta y la cooperación en todos los sentidos [illegible]", indicó Gil Robles.

Por su parte, Singer recordó que se han cumplido 25 años de la cooperación entre los Parlamentos de Europa y América Latina y que la misma ha sido cada vez más estrecha y más fructífera.

Manifestó que [illegible] de los puntos centrales de la conferencia [illegible], como la [illegible] y la calidad de vida de los ciudadanos, que deben ser analizados [illegible] soluciones que no pueden ser individuales, [illegible].

"La globalización de la economía [illegible] problemas que [illegible] no pueden [illegible] de manera aislada [illegible]. Se requiere la acción conjunta y [illegible] Unión Europea y América Latina", [illegible].

La XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina [illegible] del Palacio [illegible] cooperación [illegible] a los problemas que afectan a la humanidad.

[illegible]

[illegible]

02

9708989

[illegible] que [illegible] más [illegible]

[illegible]

"La política social [illegible] da a los países más ricos y poderosos [illegible] obligaciones [illegible], de modo que los países más pobres y débiles puedan tener una [illegible] digna y [illegible] el [illegible] de una comunidad de hombres libres", dijo Caldera.

La Conferencia Interparlamentaria debatirá hasta su clausura, el jueves próximo, dos asuntos centrales: la lucha contra el narcotráfico y contra la corrupción como condición de estabilidad política y, en segundo lugar, los efectos de la globalización en el desarrollo y la respuesta de la integración. EFE

VHC [illegible]

05/12/[illegible] 14:[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

LATINOAMERICA-UE

PARLAMENTARIOS SOCIALISTAS APOYAN CUMBRE EUROLATINOAMERICANA

Caracas, [illegible] (EFE).- Parlamentarios socialistas de Europa y América Latina [illegible] hoy, durante la XIII Conferencia Interparlamentaria que se celebra en la capital venezolana, la conveniencia de convocar una cumbre Eurolatinoamericana.

"Estamos de acuerdo con una reunión Eurolatinoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, porque pensamos que puede ser sumamente útil para reforzar el diálogo y la acción conjunta de los dos continentes", dijo a EFE la eurodiputada española Ana Miranda de Lage.

El respaldo inicial a la iniciativa europea de llevar a cabo el próximo año la primera Cumbre Eurolatinoamericana fue planteada durante la Conferencia por el **diputado venezolano Henry Bencio, vicepresidente del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO)** y representante del partido socialcristiano COPEI.

Bencio dijo que la XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina apoyó claramente la propuesta formulada el año pasado por el presidente del gobierno de España, José María Aznar, durante la Cumbre Iberoamericana de Chile, en una iniciativa que fue respaldada por el presidente de Francia, Jacques Chirac, en una reciente gira suramericana.

El pronunciamiento de la diputada Miranda de Lage, del Partido de los Socialistas Europeos (PSE), fue secundado por el venezolano Oscar Celli, el costarricense Rolando González, el boliviano José Luis González, y otros miembros del Grupo Socialdemócrata del PARLATINO.

Miranda de Lage precisó que para el éxito de dicha reunión presidencial debe elaborarse una agenda "consistente, operativa y práctica", que garantice un mayor y dinámico avance de lo que hasta ahora han sido las relaciones UE-Latinoamérica.

En su condición de presidenta de la delegación para América del Sur del Parlamento Europeo, Miranda de Lage se mostró partidaria de que se fortalezcan los acuerdos suscritos y los que están en vías de suscribirse en materia de integración económica entre ambas partes.

La parlamentaria española subrayó que también debe garantizarse la realización, antes o después de esa reunión cumbre, de un encuentro parlamentario de similar nivel para hacer un seguimiento adecuado de las nuevas iniciativas que puedan surgir.

El bloque de parlamentarios socialistas de ambas regiones informó haber decidido en su reunión constitutiva sobre "El Papel del Estado en el nuevo orden económico", entre otros temas vinculados con el [illegible] de la XIII Conferencia Interparlamentaria.

Como conclusiones, [illegible] que están firmemente convencidos de la necesidad de fortalecer el papel del Estado democrático como instrumento ágil y eficaz al servicio de los ciudadanos, y al [illegible] del equilibrio entre los grupos sociales.

Defendemos un Estado democrático que haga realidad la igualdad de oportunidades, que fomente la solidaridad a través de políticas fiscales progresivas y políticas redistributivas de la renta, y que asegure niveles dignos de educación, salud y medio

0708898

[illegible] para [illegible] mj/arp.

En cuanto a la mundialización de la economía, el otro tema central de la Conferencia, los parlamentarios socialistas afirmaron estar convencidos de que "las políticas neoliberales no resuelven todos los problemas".

Añadieron que "en este campo también es necesaria la acción del Estado, como expresión del interés general, para corregir las disfunciones del mercado y para asegurar su transparencia".

"Sólo la acción del Estado es capaz de materializar la solidaridad y lograr la adhesión de los ciudadanos a un proyecto común, garantizando a la postre la cohesión de la sociedad, factor de estabilidad y de eficiencia", puntualizaron.

Se pronunciaron también a favor de intensificar la cooperación y el diálogo político en los procesos de integración entre la Unión Europea y América Latina.

Indicaron finalmente que los parlamentarios socialistas han establecido un sistema de consultas e información mutua con el propósito de mejorar la eficacia de su actividad parlamentaria y, de este modo, ser más útiles a los ciudadanos europeos y latinoamericanos en la defensa de valores e ideales comunes. EFE

[illegible]/fp/arp

05/06 [illegible] 30/97

[illegible]

[illegible] 05-20 [illegible]

[illegible]

LATINOAMERICA UE (Previsión)

CORRUPCION, DROGAS Y DEBILIDAD JUECES, FOCOS DESESTABILIZACION

Caracas, 20 may (EFE).- La corrupcion, el narcotrafico y la debilidad de los estamentos judiciales constituyen serios factores de "desestabilización" en América Latina, según los asistentes a la XIII Conferencia Interparlamentaria Union Europea-América Latina, que se celebra en Caracas.

La forma en que el narcotrafico y la corrupción influyen en la política y la economía de América Latina es uno de los principales asuntos que se analizan en el foro interparlamentario, que fue inaugurado el pasado lunes, debido a su creciente influencia en las relaciones entre Europa y las naciones latinoamericanas.

El parlamentario ecuatoriano Pio Oswaldo Cueva, en una ponencia que será discutida en la conferencia, señaló que sólo la cooperación internacional permitira combatir con efectividad al narcotrafico, al que definió como "un flagelo que ha alcanzado dimensiones planetarias".

Cueva se refirió a la forma de enfrentar a la corrupción, a la que consideró "un fenómeno social que no tiene procedencia geográfica específica".

Según Cueva, la lucha contra la corrupción no debe ser una de las prioridades de cada país en su respectivo territorio sino una tarea que debe ser asumida por toda la comunidad internacional e incluida entre sus prioridades.

La parlamentaria alemana Marlene Lenz coincidió con su colega ecuatoriano y subrayó que actualmente los asuntos de corrupción y drogas "no [illegible] Europea y América Latina".

Europea y América Latina"

Lenz indicó que la corrupcion no es exclusiva de América Latina y que tambien existe en Europa, pero subrayó que, en el caso latinoamericano, tiene consecuencias "particularmente graves y desestabilizadoras" pues desalienta a muchos de los posibles inversores que los países de la región intentan atraer.

La parlamentaria también [illegible] que un factor esencial tanto en la lucha contra el narcotráfico como contra la corrupcion "es la existencia de un sistema judicial independiente e imparcial", que en muchos de los países latinoamer[illegible] aun constituye una asignatura pendiente.

"La droga corrompe y la corrupción propicia la impunidad", [illegible] que [illegible] conducta sólo puede romperse "consolidando el estado de derecho mediante la creación de una justicia no sometida a presiones y capaz de enjuiciar todos los casos de impunidad e imponer sanciones".

Lenz también [illegible] el acento en los derechos humanos y subrayó como "imprescindible" que en América Latina se instituyan [illegible] [illegible] [illegible], [illegible] [illegible] y menos [illegible]

[illegible]

06

9708989

[illegible]

El presidente del Parlamento Europeo, el español José María Gil Robles, [illegible] [illegible] problemas de la humanidad".

En dicho planteamiento coincidió el presidente del Parlamento Latinoamericano, el uruguayo Juan Adolfo Singer, quien señaló que "para acabar con los males que aquejan a la humanidad se requiere la acción conjunta, y en ello la Unión Europea y América Latina tienen un papel importante que jugar".

Las conclusiones de la XII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina, que finalizará el jueves, serán entregadas a los jefes de Estado y de Gobierno que participarán en la VII Cumbre Iberoamericana que se celebrará en noviembre próximo en la isla venezolana de Margarita. EFE

ed-lm

05/20/09·05:37

07

9708989

XA1195

R POXBT 05-21 00398
amt eut exo

LATINOAMERICA-UE
CUMBRE EUROLATINOAMERICANA CREARA ESPACIO DIALOGO POLITICO

Caracas, 21 may (EFE).- La celebración de una cumbre Euroamericana para entablar un diálogo político entre los dos continentes fue respaldada hoy por los parlamentarios populares de ambos continentes, durante la XIII Conferencia Interpalamentaria Europa-América Latina que se celebra en Caracas.

La propuesta formulada por el jefe del Gobierno español, José María Aznar, durante la VI Cumbre Iberoamericana, celebrada en Chile en 1996, fue apoyada por el diputado socialcristiano venezolano Henry Bencid, vicepresidente del Parlamento Latinoamericano, y por el diputado español Gerardo Galeote, portavoz de la delgación española del Partido Popular en el Parlamento Europeo.

Galeote explicó que dicha cumbre busca crear un espacio para el diálogo político "al más alto nivel" para establecer la pauta del futuro de las relaciones entre los dos continentes.

El diputado del Partido Popular español, que también estuvo acompañado por parlamentarios de Alemania e Italia, indicó que desde el Parlamento Europeo también están dispuestos a aportar su experiencia comunitaria para apoyar los procesos de integración de América Latina.

"Los procesos de integración no son suficientemente vigorosos si no cuentan con un apoyo de carácter parlamentario", dijo Galeote, que puntualizó que la única manera de que la integración tenga éxito es unir los intereses económicos y políticos con apoyo parlamentario.

"En el Parlamento Europeo estamos haciendo un esfuerzo de ampliar nuestros márgenes manteniendo la cohesión de pensamiento y acción política que es propia de los movimientos demócrata cristianos, populares o centristas", expresó Galeote.

El eurodiputado informó de que durante 1997 se realizará "en un país europeo" un encuentro de parlamentarios de tendencia centrista con el propósito de contribuir a los procesos de integración que se están produciendo en América Latina y "a la consolidación de la democracia en la región".

"No entendemos una democracia moderna sino está sustentada en partidos políticos fuertes que le dan estabilidad y que son los interlocutores entre el poder político y la ciudadania", resaltó Galeote.

El diputado español señaló que el desarrollo de acciones políticas armonizables entre todos los partidos del continente que tienen un pensamiento común es un elemento "indispensable" para consolidar los procesos de integración de América Latina que "nosotros, desde nuestra realidad europea, apoyamos de manera muy firme". EFE

mm/fp/arp

05/21/22-18/97

08

9708989

XE8594

U POXBT 05 22 00750
mun exg icx

LATINOAMERICA-EU/CUMBRE (Previsión)
CONFERENCIA PARLAMENTARIOS APOYA CUMBRE EUROLATINOAMERICANA

Por Víctor Hugo Carvajal

Caracas, 22 (EFE).- La XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina respaldó hoy la iniciativa española de celebrar una Cumbre Eurolatinoamericana como una importante resolución de sus deliberaciones, clausuradas hoy en Caracas.

"La conferencia apoya la iniciativa española, avalada por los gobiernos de los Estados miembros de la Unión Europea, de celebrar una Cumbre de jefes de Estado y de Gobierno de la Unión Europea y de America Latina que, con una agenda adecuada, permita profundizar en el diálogo político y la cooperación birregional", indica la resolución.

La decisión, incluida en la primera parte del acta de conclusiones, propone además realizar, de forma paralela a la de jefes de Estado y de Gobierno, una "cumpre interparlamentaria" de las dos regiones con los mismos objetivos.

La iniciativa, planteada por el presidente del Gobierno de España, José María Aznar, en la V Cumbre Iberoamericana, celebrada en Chile el pasado noviembre, recibió el respaldo unánime de los casi 200 parlamentarios asistentes a la reunión de Caracas.

La convocatoria de la Cumbre Eurolatinoamericana fue apoyada inicialmente por el bloque de parlamentarios socialistas de ambos continentes, constituido formalmente en la reunión que se lleva a cabo en Caracas, a la que se sumaron luego los populares o conservadores.

También expresó su apoyo la directiva del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO), presidido por el uruguayo Juan Adolfo Singer, quien subrayó que dicha reunión fortaleceria de manera decisiva las relaciones entre ambas partes.

Además, los Parlamentos Andino, Centroamericano y Amazónico, y el Grupo Parlamentario del Mercado Común del Sur (Mercosur) hicieron constar su respaldo a la Cumbre Eurolatinoamericana en las actas de sus reuniones bilaterales con el Parlamento Europeo.

De forma especifica, respaldaron la reunion el vicepresidente de la Asambla Nacional del Poder Popular de Cuba, Jaime Crombet; el presidente de la Cámara de Diputados de Bolivia, Georg Prestel, y el presidente del Congreso de Venezuela, senador Cristóbal Fernández.

El documento de conclusiones de la Conferencia Interparlamentaria expresa su satisfacción por la intensificación de las relaciones entre América Latina y la Unión Europea mediante el "diálogo político, el desarrollo de acuerdos comerciales y la cooperación basada en el respeto de los derechos humanos y del Estado de Derecho".

Puntualiza que la globalización, uno de los asuntos centrales debatidos en la reunión, es "una realidad irreversible" cuyas potencialidades positivas deben ser aprovechadas por los países, al tiempo que deben luchar contra los efectos negativos que podría conllevar.

Los parlamentarios reunidos en Caracas reconocieron el papel fundamental del Estado "democrático y plural", como instrumento ágil y eficaz para impulsar y conciliar derechos y la gobernabilidad, así como para procurar un equilibrio entre la

globalización y unas politicas de regionalización adecuadas.

También concluyeron que la "narcoactividad" y sus secuelas, incluido el consumo de drogas, distorsionan la vida social y económica actual, y destacaron la importancia de los acuerdos internacionales sobre precursores químicos y la cooperación para la sustitución de los cultivos ilícitos.

Asimismo, esta conferencia acordó rechazar "la política de certificación" ejercida por Estados Unidos, que penaliza únicamente a los paises productores de estupefacientes, y propugnó la "corresponsabilidad" de productores, comercializadores, consumidores y de quienes "lavan" el dinero procedente de toda esa ilícita actividad.

La resolución encomienda a las directivas de los dos parlamentos, el Europeo y el Latinoamericano, que propongan para la próxima Conferencia Interparlamentaria una estrategia común en materia de lucha contra la corrupción, las drogas y el "lavado" de dinero procedente del narcotráfico.

Reitera el pleno respaldo al sistema democrático, el Estado de Derecho y el respeto de los derechos humanos y sociales de los ciudadanos, al tiempo que condena "enérgicamente" el terrorismo en todas sus formas y manifestaciones.

Los parlamentarios también se pronunciaron sobre asuntos como la igualdad de oportunidades para la mujer, la realidad que viven los migrantes y desplazados, los jóvenes, el medio ambiente y el desarrollo sostenible.

La conferencia fue clausurada por el presidente de la Cámara de Dipucados de Venezuela, Ramón Guillermo Aveledo, para quien su resultado más importante fue la revitalización de las relaciones y las acciones de los dos parlamentos, que en su opinión será de indudable beneficio para los ciudadanos de la UE y de Latinoamerica. EFE

vhc/mmg/fr

05/22/18-16/97

10

9708989

TD5093
U FOXBT 05-22 00651
mun

LATINOAMERICA-UE (Previsión)
INVITACION CUBA A ESPAÑA CONVIERTE CONFERENCIA EN HERVIDERO

Por Eduardo Davis

Caracas. 22 may (EFE).- La participación de Cuba en una reunión en España de presidentes de parlamentos democráticos ha convertido en un hervidero la XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina, que se clausura hoy en Caracas.

El carácter con que debe asistir Cuba a la Conferencia de Presidentes de Parlamentos Democráticos Iberoamericanos que se celebrará los próximos días 29 y 30 en Madrid puso a discutir en los pasillos a los congresistas reunidos en Caracas y generó una inesperada protesta formal del Parlamento Latinoamericano.

Cuba fue invitada a la conferencia de Madrid y todos los parlamentarios están de acuerdo en que debe asistir, pero la calidad de observador otorgada por los convocantes al Parlamento de la isla puso de manifiesto que en América Latina el caso cubano sigue siendo un quebradero de cabeza.

La directiva del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO) emitió desde Caracas una enérgica carta dirigida al presidente del Senado español, Juan Ignacio Barrero Valverde, manifestando su "profunda indignación" por la calidad de observador atribuida a Cuba.

El contenido de la carta, firmada por el presidente del PARLATINO, el diputado uruguayo Juan Adolfo Singer, fue aprobado "por unanimidad" por la directiva de ese organismo, en el que Cuba tiene la condición de miembro pleno.

La carta, que fue conocida primero en La Habana, dice que "es inaceptable la pretensión de un Estado amigo, como es España, dedecidir, ante sí y por sí, a quién considera digno y a quién no de ser invitado a una reunión de la naturaleza de la que se está convocando".

Sin embargo, entre los parlamentarios venezolanos se notaron las discrepancias que suelen surgir en América Latina cuando se trata del caso cubano.

El presidente de la Cámara de Diputados, el democristiano Ramón Guillermo Aveledo, declaró que si Cuba va a Madrid debe hacerlo sólo como observador ya que "el propio sentido de la convocatoria, que se refiere a parlamentos democráticos, excluye a la representación de un país que carece de libertades".

En el mismo sentido se manifestó el socialdemócrata Carmelo Lauría, quien se declaró "enemigo de todas las dictaduras, incluso de la cubana", pero indicó que Cuba es "una realidad que no puede ser excluida", por lo que estuvo de acuerdo con el carácter de observador asignado a la isla en la reunión de Madrid.

El presidente del Congreso venezolano, el socialista Cristóbal Fernández Daló, opinó que "si Cuba es un país iberoamericano y esa es la condición para asistir a la conferencia, debe hacerlo", pero no indicó si como observador o en un plano de igualdad con el resto de los países de la región.

El parlamentario colombiano Guillermo Angel, del partido Liberal, estuvo de acuerdo con el rechazo expresado por el PARLATINO y señaló que el Congreso de su país puede llegar a replantearse la asistencia a Madrid en el caso de que el trato dado a Cuba "no sea enmendado".

Fuentes del PARLATINO explicaron a EFE que la carta enviada al

presidente del Senado español sólo tuvo la intención de manifestar "la gran inconformidad" de ese bloque por los términos en que ha sido invitada Cuba, pero aclararon que de ninguna manera está planteada la posibilidad de un boicot a la reunión de Madrid.

Un parlamentario que pidió mantener su nombre en reserva dijo que "es imposible sostener un pulso con la historia", en tácita referencia a la pretensión general de que el presidente cubano, Fidel Castro, abra las compuertas para un régimen político de amplias libertades en la isla.

La XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina será clasurada hoy y, aunque aún no está planteado, puede haber un pronunciamiento respecto al caso cubano, ya que la agenda incluye un debate sobre "asuntos urgentes y de actualidad".

Y si de actualidad se trata, el tratamiento que debe recibir Cuba en la reunión de Madrid ha desplazado de las conversaciones informales a los que eran los tres asuntos centrales de la conferencia: la corrupción, el narcotráfico y la mundialización económica.- EFE

ed/lm

05/22/09-05/97

FI...

U POXBI 05-22 00705
amt exg lcx

LATINOAMERICA DE/CUBA
CUBA SATISFECHA APOYO PARLATINO ASISTENCIA CONFERENCIA MADRID

Por Magdalena Morales

Caracas, 22 may (EFE).- Cuba se mostró hoy satisfecha por un pronunciamiento del Parlamento Latinoamericano que condenó su relegación a país observador en una reunión de presidentes de los parlamentos democráticos iberoamericanos en Madrid.

"Cuba recibió el apoyo y la solidaridad plena, unánime y absoluta de los 22 miembros del Parlamento Latinoamericano (Parlatino) y se adoptó una resolución categórica y firme", dijo a EFE el vicepresidente de la Asamblea Nacional del Poder Popular cubana, Jaime Crombet.

La directiva del Parlatino aprobó el domingo pasado en Caracas una resolución en la que se declaró "indignada" por la decisión del Congreso español de invitar a Cuba como "observador" a la Conferencia de Presidentes de Parlamentos Democráticos Iberoamericanos, que se celebrará en Madrid los días 29 y 30 de mayo próximos.

Los parlamentarios latinoamericanos creen que Cuba debe asistir a la conferencia de Madrid, pero la calidad de observador otorgada por el Congreso español ha dividido las opiniones de los participantes en la XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina, que concluyó hoy en Caracas.

"Por unanimidad aprobamos rechazar la posición asumida por los presidentes de los parlamentos españoles. Es inadmisible", expresó a EFE el presidente del Parlatino, el uruguayo Juan Adolfo Singer.

Consideró Singer que ningún Estado anfitrión puede arrogarse el derecho a descalificar o discriminar a quienes deben participar de pleno derecho o no en esas reuniones.

"Hablando justamente del Reino de España, que tiene un rey, aquí algunos (el parlamento español) pretenden ser más realistas que el rey e ir en contra lo que hacen el Rey y el gobierno. Seamos un poquito coherentes", añadió el diputado uruguayo.

Singer precisó que el presidente cubano, Fidel Castro, ha asistido a las Cumbres Iberoamericanas en las que también ha participado el jefe del gobierno español, por lo que no entiende cómo el parlamento de ese país asume una posición distinta.

El presidente del Parlatino confirmó que la resolución de ese organismo se envió a los congresos latinoamericanos y afirmó que "hay algunos parlamentos de América Latina que no concurrirán a la conferencia y otros que lo harán con un planteamiento" sobre el caso cubano.

El presidente de la Cámara de Diputados de Venezuela, el democristiano Ramón Guillermo Aveledo, insistió en que si Cuba asiste debe hacerlo como observador hasta que ese país adopte un sistema parlamentario pluripartidista.

"Deseo que Cuba vaya como miembro pleno a este tipo de conferencias, pero para eso tiene que tener un parlamento democrático. En Latinoamérica tenemos la posibilidad de discutir libremente, un derecho que lamentablemente está conculcado para el pueblo cubano", dijo Aveledo a EFE.

Por su parte, los parlamentarios uruguayos Pablo Millor (Partido Colorado) y Yamandú Fau (Partido por el Gobierno del Pueblo), indicaron a EFE que las cortes españolas están en su

derechi de determinar quiénes son sus invitados.

"La preocupación de España en esta conferencia es afirmar y consolidar la democracia, que significa pluralidad. Parlamento y pluralidad son la misma cosa y en Cuba no hay pluralidad", dijo Fau, quien aseguro que su posición representa la del resto de la delegación uruguaya.

Millor recordó que "el señor Fidel Castro definió una vez al pluripartidismo como la pluriporquería. No entiendo porqué Cuba quiere participar en la porquería, ya que entre integrarla y ser observador, prefiero observarlo".

El delegado del Parlamento Europeo, el socialista español Jesús Cabezón Alonzo, quien participó en la XIII Conferencia Interparlamentaria, señaló a EFE que la Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba "no es asimilable" a una conferencia de parlamentos democráticos.

"Un parlamento es democrático en la medida en que es elegido por todos los ciudadanos bajo los mecanismos que la democracia parlamentaria establece", puntualizó Cabezón.

Giorgos Katiforis, del partido socialdemócrata griego PASOK, manifestó a EFE que "antes de ser aislada" con decisiones como la adoptada por las cortes españolas, Cuba debe ser "atraída a la comunidad internacional" para lograr un cambio político en la mentalidad de sus autoridades.

"Creo que hay que darle mayor representación para lograr ese cambio y permitir que se integre a la comunidad internacional", añadió el político griego. EFE

mm/tp/nd

05/22/21-24/97

BD1348

U LEBI 05 23 00529
MUN EXG ICX FCE

LATINOAMERICA-UE (Prevision)
RECHAZO CORRUPCION, CAUTELA ECONOMICA Y ALBOROTO POR CUBA

Caracas, 23 may (EFE).- Condenas a la corrupción y las drogas, cautela ante la mundializacion economica y alboroto sobre si Cuba debe ser "observador" o no en una reunion en Madrid quedaron en el balance de la XIII Conferencia Interparlamentaria Union Europea - América Latina celebrada esta semana en Caracas.

También se acordo un firme respaldo a la iniciativa española de celebrar una Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de la Union Europea y América Latina, pues permitirá profundizar en el dialogo politico y la cooperacion internacional.

La conferencia, que se celebro entre el lunes y el jueves pasados, tenia como asuntos centrales el narcotrafico, la corrupcion y las drogas, pero en la agenda informal se incorporó inesperadamente el caso cubano, que generó mas de una polémica en los pasillos del hotel que sirvió de sede al encuentro.

El foro parlamentario dejo un saldo positivo para Cuba, que logro un contundente respaldo del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO) a su pretensión de asistir en igualdad de condiciones a la Conferencia de Presidentes de Parlamentos Democráticos de Iberoamérica que se celebrara los dias 29 y 30 de mayo en Madrid.

En una carta enviada desde Caracas al presidente del Senado español, Juan Ignacio Barrero, el PARLATINO manifestó su "profunda indignación" por el caracter de observador asignado a Cuba.

La carta, firmada por el presidente del PARLATINO, el uruguayo Juan Adolfo Singer, señalo que "es inaceptable la pretensión de un Estado amigo, como España, de decidir, ante si y por sí, quién es digno y quién no de ser invitado a una reunión de la naturaleza de la que se convoca".

En cuanto a la agenda formal, no hubo una voz discordante en el rechazo y la condena mas enérgica al trafico de drogas y a la corrupción que genera y los asistentes coincidieron en que se trata de delitos que deben ser combatidos no sólo desde una perspectiva nacional, sino mediante la mayor cooperación internacional.

También hubo acuerdo en el rechazo a la certificación que anualmente otorga -o niega- Estados Unidos a otros paises por sus esfuerzos en la lucha contra las drogas.

Las certificaciones fueron consideradas como un elemento que "pone en tela de juicio la soberania y la dignidad de los paises" y como un factor que "atenta contra el derecho internacional".

Además, los parlamentarios alertaron sobre las consecuencias que pudiera tener la apertura económica que se intenta en América Latina, donde se coincidió en que el narcotráfico ha logrado penetrar tanto en la politica como en el poder judicial.

Segun una ponencia presentada por la alemana Marlene Lenz, la economia abierta que se intenta instaurar en América Latina supone riesgos adicionales, vinculados directamente con la corrupción y el narcotráfico.

Lenz señalo que si en los procesos de integracion en América Latina no se incluyen poderosos blindajes que les defiendan de los narcotraficantes, la apertura económica pudiera ser "utilizada" por los comerciantes de drogas.

El desafio de la mundialización económica, tercer asunto de

interés en la agenda formal, no parece haber sido del todo resuelto por los parlamentarios de Europa y América Latina, que sólo coincidieron en que el fenómeno tiene tantas cosas positivas como negativas y en que se trata de una realidad "irreversible".

Sin embargo, hubo un pronunciamiento claro en el sentido de que la mundialización impone a los parlamentos la tarea de diseñar los instrumentos jurídicos y económicos capaces de contrarrestar los peligros y aprovechar las ventajas del nuevo modelo, que todos aceptaron como inevitable. EFE

ed/mj

05/23/07:32/97

SOCBI 22

MUN EXQ

PERU-NARCOTRAFICO

DESARTICULADA BANDA DIRIGIDA POR NARCO COLOMBIANO

Lima, 22 may (EFE). Una banda de 22 presuntos narcotraficantes, encabezada por un colombiano, ha sido desarticulada por la policía antidroga de Perú (Dinandro), que se incautó de 160 kilogramos de cocaína en la operación, informaron hoy, jueves, fuentes policiales.

La organización criminal dirigida por el colombiano Edgard Virgilio Colmenares Fierro, de 37 años, actuaba en las ciudades peruanas de Tumbes, Trujillo, Piura, Tingo María y Lima, así como en Colombia.

En la operación policial, efectuada el pasado fin de semana en los cinco lugares, de manera simultánea, los agentes de la Dinandro se incautaron además de 70.715 dólares en efectivo, armamento y cinco vehículos, precisó la fuente policial.

En la localidad de La Cruz (Tumbes), la policía capturó a Rolando Vásquez Fernández, Luis Rodríguez Zamora, Gregorio López Fernández, Luis Miguel Martínez Chávez, José Saavedra Feria y Cayo Silverio Pérez Lorena.

En su poder fueron hallados los 160 kilogramos de cocaína básica requisados a la banda, envueltos en 146 paquetes que habían sido introducidos en sacos de polietileno, listos para ser embarcados con destino a Colombia, agregó la fuente.

Los presuntos narcotraficantes realizaban sus operaciones ilegales usando como tapadera una empresa denominada Importadora y Exportadora Fierro, que tenía su sede en la ciudad de Piura, unos mil kilómetros al norte de Lima.

Otros detenidos en las ciudades de Tingo María y Piura fueron Jorge Guevara Calderón, Elmer Moreno Miranda, Norma Fonseca Capillo, Zorca Curich Moreno, Walter Sandoma Rojas, Norma Moreno Villa y Santiago Fuente Camesca.

Los cuatro últimos han sido señalados como los proveedores de la cocaína básica que la banda dirigida por Colmenares exportaba a Colombia. EFE

VR/IBR/ND

05/22/22-23/97

Nº DOCUMENTO 9708990

TITULO Perú: Desarticula banda de narco colombiano.-

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA PROD 22/5/97

VINCULACIONES 11176 1354
65092 11224
66817 11214
11351 11229
11352 11422
11675

9708990.

01-01

N° DOCUMENTO 9708991

TITULO R. Dominicana: Detienen 2 colombianos con 30 kg de cocaína.

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA 22/5/97

[illegible] 11176

10190

66967

11351

11352

11354

FB0710

[illegible] 05 22 [illegible]

amt

R.DOMINICANA-DROGAS

DECOMISAN 30 KILOGRAMOS DE COCAINA Y ARRESTAN 2 COLOMBIANOS

Santo Domingo, 22 may (EFE). Inspectores de la Dirección Nacional de Control de Drogas (DNCD) arrestaron a dos colombianos despues de proceder a la incautacion de 30 kilogramos de cocaina que se hallaban en el baul de un coche, informó hoy el organismo antinarcóticos.

La DNCD no ofreció los nombres de los colombianos pero informó que persigue a otros tres hombres, uno por haber recibido una cantidad todavia no determinada de dinero para que transportara la cocaina desde Santiago (en el norte) hacia Santo Domingo, y los otros dos por ser los encargados de enviar la droga a EEUU.

La DNCD dijo que la intervención de sus agentes se llevó a cabo con la colaboracion y supervisión de los representantes de la Fiscalia de Santo Domingo.

Añadió, ademas, que siguen las investigaciones para determinar si los colombianos arrestados, y los otros tres hombres, pertenecen a alguna organizacion internacional de narcotráfico.

EFE

js/mv/nd

05/22/22-10/97

01-01

9708991

Nº DOCUMENTO 9708992

TITULO ARG.: Jueza señala en Convención de Bancos que hay 30 casos de lavado inconclusos. -

PROCEDENCIA PAGINA 12

FE 22/5/97

VINCULACIÓN 11176 11224 65092 11511 66960 11227 11214 11676

LOS BANQUEROS Y EL DINERO SUCIO

PAG 12 22/5

"Aquí vienen fondos lavados"

"En Argentina hay treinta casos abiertos en la Justicia por lavado de dinero, pero concluido ninguno", reveló ayer la jueza Patricia Llerena en un panel especial de la Convención Nacional de Bancos, organizada por Adeba. En su transcurso, representantes de esta cámara y del BCRA criticaron duramente el proyecto remitido por el Gobierno al Congreso. "Debería hacerse de nuevo", dijo otro de los expositores, Enrique Antonini, director del Banco Mariva.

La creciente preocupación por el *dinero sucio* se explica por la envergadura de los fondos que manejan las organizaciones criminales en el mundo. Se estima que se mueven por el mundo alrededor de 550 mil millones de dólares por año de ese origen, que equivale a casi el doble del Producto Bruto Interno argentino.

La Argentina no está al margen de esos enjuagues. Por el contrario, se ha visto involucrada en resonantes casos como el protagonizado por el magnate Gaith Pharaon y su autoliquidado banco BCCI. Sin embargo, los especialistas consideran que la legislación vigente en la materia no sólo es inadecuada. Además, sostienen que el Gobierno elaboró un proyecto contra el lavado de dinero sin consultar, entre otros sectores, a los bancos y a las propias autoridades monetarias. Las entidades finacieras figuran, precisamente, a la cabeza de los listados de actividades consideradas de alto riesgo. "Sin decisión política y un mayor acercamiento entre el sector público y el privado, las organizaciones criminales van a seguir andando con total tranquilidad", disparó Antonini, quien también integra el Comité de Prevención de Adeba.

Las críticas, no obstante, dejaron al menos en pie un punto de la iniciativa oficial. Es el que modifica la tipificación del delito, que en la actualidad es punible sólo si está vinculado al narcotráfico. Los panelistas destacaron que los millonarios negocios ilícitos se nutren de los tráficos de armas, obras de arte y personas. Y también de los secuestros extorsivos, la prostitución infantil y el contrabando de residuos tóxicos.

Este problema se ve agravado porque las organizaciones criminales, que son manejadas con rígidos criterios empresarios, creciente staff de profesionales y estructuras celulares, diseñan operaciones de lavado cada vez más sofisticadas. No sólo eso. Según destacó Llerena el aspecto más peligroso de este tipo de delincuencia internacional es que su finalidad no es meramente económica. El blanqueo de activos busca la conquista de posiciones de poder, que está siempre acompañada de abusos de autoridad con uso de la violencia. Por su lado, la gerenta departamental del BCRA, Alicia López, destacó a **Página/12** que "es primordial la cooperación internacional dado que la Argentina es sobre todo un país destinatario de fondos lavados".

01-01

9708992.

ª1574l

a FU2B1 05-23 00282
mun exg lcx

COLOMBIA-NARCOESCANDALO
EX PRESIDENTE CONGRESO CONFIESA ESTABA A SUELDO CARTEL

Bogotá, 23 may (EFE). El político liberal Ramón Elías Nader, ex presidente del Congreso de Colombia, confesó ante un magistrado de la Corte Suprema de Justicia que estuvo a sueldo del cartel de las drogas de Cali, reveló hoy la prensa local.

Elías recibió entre 1993 y 1995 al menos 515 millones de pesos (casi 500.000 dólares al cambio actual) en cheques bancarios de empresas de fachada de ese grupo de narcotraficantes.

Ramón Elías es el séptimo parlamentario que confiesa que ha estado a sueldo del cartel de Cali en una investigación que ha comprometido a decenas de políticos colombianos, de los que cinco han sido ya condenados.

Por otra parte, la Fiscalía General anunció hoy que ha dictado "medida de aseguramiento" (restricciones de movilización) al ex ministro de Comunicaciones Juan Manuel Turbay, acusado de encubrir el ingreso de dinero del narcotráfico en la campaña electoral de 1994 que llevó a la presidencia del país a Ernesto Samper.

En el mismo proceso están involucrados el actual ministro del Interior, Horacio Serpa, que también tiene "medida de aseguramiento" y cuya renuncia se espera en breve para empezar su campaña para las elecciones presidenciales de 1998, y el ex ministro de Exteriores Rodrigo Pardo.

El también ex ministro Fernando Botero, condenado a seis años de cárcel por el ingreso de dinero del cartel de Cali en la campaña de Samper, de la que era gerente, acusó a los tres de haber participado en reuniones en la Presidencia destinadas a planear el encubrimiento. EFE

AM/mmg/rr

05/23/13-33/97

Nº DOCUMENTO 9708993
TITULO COL: Ex Pte del congreso confiesa que estaba a sueldo del cartel.-
Agencias
23/5/97
11176 11214
65092 11229
65592 11426
11514
11214

9708993.

01-01

Nº DOCUMENTO 9708994

TITULO UE/A LAT: En reunión interparlamentaria señalo, narcotráfico y corrupción, peligro para democracias

PROCEDENCIA LA República Roja pag 23

FE 23/5/97

VINCULACIONES 11176 11356 65092 50142 67390 11077 11360 11214 11676

Corrupción y narcotráfico son un peligro para las democracias de la región

Caracas, agencias

La corrupción y el narcotráfico "ponen en peligro las instituciones democráticas y deben ser combatidos en forma supranacional", coincidieron ayer parlamentarios europeos y latinoamericanos reunidos en Caracas.

"El dinero que corrompe a los funcionarios públicos y que se filtra en los partidos políticos genera inestabilidad y puede acabar con la democracia", advirtió a ANSA el diputado Carlos García, del Partido Conservador de Colombia.

García explicó que una de las causas de la corrupción es el "enriquecimiento ilícito", pues quienes obtienen dinero ilegal corrompen a jueces y políticos en su afán de comprar protección a los órganos del poder".

"El problema está en dónde se generan esos capitales corruptos", dijo el legislador y especificó que el narcotráfico, la contratación de grandes obras públicas y el contrabando, son los ámbitos más propicios.

El combate de la corrupción requiere armonizar las leyes de todos los países, "porque los efectos del problema no se sienten en una sola nación, sino en la comunidad internacional", dijo García.



El legislador uruguayo Juan Adolfo Singer, presidente del Parlatino.

El legislador colombiano participa en la XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina, inaugurada el lunes en Caracas.

La diputada alemana Marlene Lenz, del Partido Popular Conservador alemán, expuso que la corrupción está ligada al tráfico de drogas y que ambos flagelos "ponen en peligro las instituciones políticas, legislativas y jurídicas del Estado".

"Esto puede entorpecer las relaciones entre Europa y América Latina y lamentablememnte estos problemas no representan todavía una prioridad en nuestras relaciones", dijo.

OSCURO

9708994.

01-02

ŤULO

El País (8)
29/5/97

Conf. Interparl.

Drogas y corrupción

Hablando en la XIII Conferencia Interparlamentaria celebrada recientemente en Caracas, sobre el tema "La lucha contra el narcotráfico y la corrupción como condición de estabilidad política", el diputado Carlos Pita (Frente Amplio) sostuvo que, en América Latina, "la corrupción está prioritariamente vinculada al proceso de achicamiento y reducción de los Estados, a través de las privatizaciones, tercerizaciones, concesiones y contratos con el sector privado".

02-02

97089947

ASOCIACION "VIAJE DE VUELTA"

La lucha contra las drogas en centros terapéuticos

Una entidad creó nueve centros para drogadictos en varias provincias y los ayudan a curarse • Allí, conviven todos los días con médicos y psicólogos

Entre la publicidad contra la droga hay una frase que se convirtió en una muletilla: "la droga es un viaje de ida". Quizá para responder a esa concepción e intentar la vía de recuperar al adicto surgió **Viaje de Vuelta**, una asociación que nació hace ocho años en Cañada de Gómez, Santa Fe.

Un equipo de 40 personas de esta entidad, que pertenece a la **Pastoral Nacional de Salud de la Conferencia Episcopal**, realiza tareas de prevención y de recuperación con dos premisas: buen trato a los adictos y basar el tratamiento en la **voluntad de recuperarse**.

Hoy, **Viaje de Vuelta** ya no es un pequeño proyecto con mucha iniciativa. Tiene nueve centros: dos en Río Cuarto y uno en Las Varillas, Córdoba; otros dos en Cañada de Gómez, dos en la ciudad de Santa Fe, uno en Rosario y uno en San Lorenzo, Santa Fe. Cada uno de los lugares es distinto, pero todos se parecen a una casa donde viven familias numerosas. Cenar, comprar pan, mantener los edificios y divertirse es la tarea en común que tienen.

En todas las casonas, los pacientes conviven con médicos, psicólogos y socioterapeutas. Estos últimos, que se capacitan en la misma institución, suelen ser ex adictos. El equipo trabaja para la rehabilitación y reinserción en la sociedad en una forma de vida que se llama **comunidad terapeútica**.

El tratamiento tiene un costo de **900 pesos mensuales**. Pero los que no pueden pagar **no quedan afuera**, dijeron los médicos de la asociación. Además de las propias becas de la institución, cuentan con 17 becas de la Secretaría de Programación para la Prevención de la Drogadicción de la Nación.

Quienes no necesitan como tratamiento la internación en una comunidad terapeútica son atendidos por otras dos modalidades: las consultas externas o el hospital de día. "La idea de la comunidad terapéutica es integrar a los adictos en un **sistema libre** de cualquier tipo de droga, donde tienen que cumplir tareas cotidianas con responsabilidades", explicó a **Clarín** el presidente de la entidad, Luis Ferrigno.

La directora médica de la entidad, Vilma de Ferrigno, explicó que de cada 100 personas que inician el tratamiento, solo **40 lo completan**, 52 abandonan y por lo menos ocho reinciden en la droga.

Además, destacó que si tres personas acuden a la institución, es posible que solo una inicie el proceso de recuperación. En Viaje de Vuelta, antes de comenzar el tratamiento se realizan cuatro entrevistas. "En cada una se va evaluando el compromiso y la voluntad que miden las intenciones del paciente", señaló Luis Ferrigno.

"Los residentes **son cada vez más jóvenes**. La mayoría tiene entre 18 y 24 años. Pertenecen a todos los sectores sociales y son principalmente adictos a la cocaína", detalló Luis Ferrigno. Entre los pacientes, el 25 por ciento es portador de HIV.

NESTOR SIERRA



PERSEVERANCIA. Los Ferrigno y la ayuda a los adictos.

La vida diaria en la comunidad

Un día en Viaje de Vuelta comienza a las siete de la mañana. En punto. Como son nueve casas que no contratan ningún servicio externo, **las tareas se reparten** como en una democrática familia. Algunos preparan el desayuno. Todos comen las tostadas. Y después se reúnen en una **"asamblea matinal"**: allí se marcan los errores de cada uno y se detallan actividades para el día.

Los roles van rotando por días o semanas. A uno le toca la lavandería. A otro limpiar zapatillas. También hay un escalafón interno: con el tiempo se puede llegar al cargo de coordinador general de las actividades. "Es fundamental que tengan responsabilidades, más aún porque vienen de una vida desordenada por la droga", aseguran los médicos.

Antes del almuerzo, es el momento indicado para las consultas **médicas o psicológicas individuales**. Con el estómago lleno, se da un tiempo de descanso hasta que comienzan las actividades grupales como teatro o educación física.

La merienda de las cinco es una actividad ineludible en estas comunidades. Y entre este recreo y la cena, los residentes terminan las tareas que hayan quedado inconclusas. Puertas a medio pintar y lamparitas quemadas pueden ser las tareas del atardecer.

A partir de las diez de la noche, los residentes se van a dormir según el rol de cada uno. Aunque hay televisión, los médicos explican que no es libre: "Funciona como un premio". La visita familiar está programada cada quince días.

FB7031

U POXBT 05-31 00224
asp

AMERICA-PRIMERAS DAMAS
AMPLIAN AGENDA VII CONFERENCIA CONTINENTAL PRIMERAS DAMAS

Panamá, 30 may (EFE).- La reunión técnica preparatoria de la VII Conferencia de Esposas de Jefes de Estado y de Gobierno de las Américas, que se celebrará en Panamá los próximos 8 y 9 de octubre, concluyó hoy en la capital panameña con la inclusión de cuatro nuevos temas en la agenda de la Cumbre de primeras damas.

Entre los nuevos asuntos figuran un programa sobre "Educación y Derechos Humanos y Cultura de Paz", y otro llamado "Escuela Siglo XXI: Formando para la vida", que propone un nuevo modelo escolar integrado para el fomento de valores y derechos.

Tambien fueron incluidos en la agenda un programa para la incorporación de la mujer rural a actividades de producción y otro para la erradicación del trabajo infantil.

Las participantes confirmaron que 1998 es el año límite para la erradicación del sarampión en toda América, tras felicitar a los países centroamericanos porque han logrado ya alcanzar esta meta, algo que no ha conseguido Norteamérica.

A la reunión técnica asistieron representantes de las primeras damas o esposas de jefes de gobierno de Argentina, Bolivia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, EEUU, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, Jamaica, México, Nicaragua, Paraguay, Perú, Santa Lucia, Trinidad y Tobago, Uruguay y Venezuela.

Entre los asuntos de relieve que se debatieron estuvieron la presentación de nuevos planes de asistencia de las agencias internacionales, la escuela del Siglo XXI, la erradicación del trabajo infantil y la integración de la mujer rural en actividades comerciales.

En las seis conferencias anteriores, las primeras damas han hecho hincapié en la solución de los problemas de la familia y el menor, los malos tratos en el seno familiar, la pobreza y la marginación de la mujer y el niño. EFE

FG/LBB/MMG/ND

05/31/01 41/97

DOCUMENTO 9708997
TITULO MEX: Roban 4 Bkg de cocaína decomisada. -
PROCEDENCIA AGENCIA
23/5/94
11176 11354
65092 11666
507623 11224
11351
11352

EF3629

R VARBT 05-23 00510
mun exg icx

MEXICO-DROGA
SIN PISTAS SOBRE LADRONES DE 477 KILOS DE COCAINA DECOMISADA

Mexico, 23 may (EFE). Las autoridades de México carecian hoy de pistas sobre los autores del robo de 477 kilos de cocaina, valorados en ocho millones de dólares, perpetrado el jueves en una delegacion de la Procuraduria General de la República (PGR).

Un grupo de presuntos narcotraficantes irrumpió de madrugada en la delegación de la PGR del municipio de San Luis Rio Colorado, en el estado norteño de Sonora, robó la cocaina y secuestró al unico policia judicial que custodiaba la droga, decomisada, y a una mujer detenida por posesión de 780 gramos de esa sustancia.

Fuentes de la delegación estatal de la Procuraduría en la ciudad de Hermosillo dijeron hoy a EFE que todavia carecen de pistas que permitan identificar a los integrantes del grupo armado que penetró en las dependencias policiales para cometer el robo.

La PGR aseguró, no obstante, que se han intensificado los interrogatorios para poder canalizar la investigacion.

A pesar de carecer de pistas, el delegado de la PGR en Sonora, Carmen Oralio Castro Aparicio, rechazó que los delincuentes pertenezcan al cartel de Ciudad Juarez, que encabeza Amado Carrillo Fuentes, alias "El señor de los cielos", uno de los narcotraficantes mas buscados en México y Estados Unidos.

Asimismo, descartó que la autoria pueda atribuirse al cartel de Tijuana, que dirigen los hermanos Ramón y Benjamin Arellano Félix.

Castro Aparicio señaló que se toma declaración a todo el personal de esa oficina de la PGR que pueda estar vinculado con el robo de la cocaina y el doble secuestro.

La droga habia sido decomisada el pasado dia 13, cuando fue interceptada una avioneta donde era transportada, cuyo piloto, David Enrique Gastelum Delgado, permanece preso desde entonces.

Autoridades de la PGR estatal reconocieron que hay confusión sobre quién tenia la responsabilidad de custodiar la droga, puesto que después de la incautacion el subdelegado de la PGR en la zona norte, Joaquin Hernández, informó de que el alijo habia sido guardado en dependencias militares, cuando realmente fue depositado en las oficinas de la Procuraduria.

Las autoridades de la PGR también admitieron que resultó ilogico que solo un agente de la Policia Judicial custodiara el alijo decomisado.

Para combatir la corrupción en la policia antinarcoticos, el titular de la PGR, Jorge Madrazo Cuellar, anunció recientemente la desaparición del Instituto Nacional para el Combate a las Drogas (INCD), al frente del cual estuvo hasta hace tres meses el general Jesus Gutiérrez Rebollo, hoy en la carcel acusado de complicidad con el narcotraficante Amado Carrillo Fuentes.

Tras la detención de Gutiérrez Rebollo, se descubrió que una veintena de militares que trabajaban en el INCD protegian supuestamente operaciones de narcotraficantes.

Madrazo Cuéllar reconoció en su momento que el organismo

[illegible]

Los [illegible] agentes antidrogas están siendo ocupados paulatinamente por policías que han de superar severos exámenes de capacitación.
EFE

jar/mt/ir

05/03/18-34/97

02-02

9708997.

[illegible]

[illegible]

España-Droga

250 KILOS COCAINA INCAUTADOS Y NUEVE DETENIDOS EN CANARIAS

Las Palmas de Gran Canaria (España), 23 may (EFE). Las autoridades españolas se incautaron en la madrugada de hoy, viernes, unos 250 kilos de cocaína pura y detuvieron a nueve personas, dos de ellos colombianos y otros dos franceses, en la isla de Tenerife, en el archipiélago de las Canarias (Atlántico).

El hallazgo del alijo de droga fue efectuado por la Guardia Civil en la cala Montaña Amarilla, en el municipio de Arona, en la llamada costa del Silencio de la isla de Tenerife.

Tras la incautación de la droga, los agentes detuvieron a nueve presuntos integrantes de una red de narcotráfico, dos de ellos franceses, dos colombianos, y cinco españoles.

Además del alijo, los agentes especializados en la lucha contra la droga se incautaron de un velero de pabellón británico, tres automóviles y un revólver del calibre 38.

El delegado del Gobierno en la comunidad Canaria, Antonio López, informó de que la operación aún sigue abierta, por lo que no se descarta que en las próximas horas la Guardia Civil lleve a cabo nuevas detenciones o aprehensiones de droga.

López afirmó que aún están pendientes varios registros, "de domicilios o de dependencias", pero no quiso ahondar en detalles para no interferir en el desarrollo de las investigaciones. EFE

cm/ima/jmc

05/23/15-51/97

Nº DOCUMENTO 9708998

TITULO España: Incautan 250 kg de cocaína y detienen 9 personas en las Canarias. -

PROCEDENCIA Agencia

23/5/97

11176 11224

10184 11429

507513

11351

11352

11354

9708998.

Nº. DOCUMENTO 9708999

TITULO En Madrid el 28 y 29/5/97 se realizó VIII Conf. de Parlamentos Iberoam.

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE E. 31/05/97

VINCULACIONES 11046

507466

65671

507513

CRUZADO

[illegible]

URUGUAY PIDE A CONGRESO ESPAÑOL CAMBIAR INVITACION

Montevideo, 25 may (EFE).- El Congreso uruguayo, a traves de los presidentes del Senado y de la Camara de Diputados pidio al Congreso de España cambiar el tipo de la invitación a Cuba para la VIII Conferencia de Parlamentos democraticos de America Latina, y en vez de observador se le respete el de pleno derecho.

Los parlamentarios uruguayos consideran "que se ha variado sustancialmente el criterio de anteriores reuniones", invitandose ahora a Cuba como "observador".

El vicepresidente de Uruguay y presidente del Senado, Hugo Batalla, y el de la Camara de Diputados, Carlos Baraibar, firmaron una carta dirigida al Presidente del Congreso español, Federico Trillo, en la que le sugieren rectificar la invitacion para la Conferencia que se realizara entre 28 y 29 de mayo en Madrid.

En opinion de los legisladores uruguayos, la decision promovera "un tema ajeno a los verdaderos e importantes problemas de los Parlamentos latinoamericanos, desplazando el eje de los debates".

"Si se quiere realmente estimular el dialogo democratico con Cuba y contribuir al proceso que vive esa republica, el camino seguido con respecto a su participacion en esta oportunidad no es el mejor", dicen los parlamentarios uruguayos.

El vicepresidente Batalla, en declaraciones a la prensa, dijo que "creemos que en cierto sentido todo este tema va a desmejorar el nivel de la Conferencia, porque va a haber referencias concretas en un sentido y en otro al problema".

"Entendemos los presidentes de las Camaras de Uruguay de que es importante que el ambito de dialogo se mantenga y le hacemos saber al Presidente de las Cortes de España nuestro pensamiento", agregó.

EFE

GC/GTP

05/25/97 21:??

9708999

01-05

[illegible]

[illegible]

[illegible]

CONFERENCIA IBEROAMERICANA (DECLARACION)
PRESIDENTES EXPRESAN COMPROMISO FIRME FORTALECER PARLAMENTOS

Madrid, [illegible] may (EFE).- La VIII Conferencia de Presidentes de Parlamentos Democráticos Iberoamericanos, la primera en seis años, finalizó hoy en Madrid con el compromiso firme de fortalecer el pilar parlamentario en las democracias de la comunidad de naciones.

En un momento en que se aprecia una perdida de poder politico de los partidos y los parlamentos, los 17 paises asistentes a la reunion apoyaron en la declaracion final proponer a la próxima Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno la creación de un mecanismo de relacion entre el Ejecutivo y el Legislativo.

Esa relacion más estrecha deberia también extenderse a los vinculos entre los Parlamentos iberoamericanos, segun se constató durante los dos dias de debate de la Conferencia y recalcó en su discurso de clausura el presidente del Congreso español de los Diputados, Federico Trillo.

"El fortalecimiento de la democracia en Iberoamerica pasa necesariamente por una mayor cooperación entre sus parlamentos", dijo Trillo, quien se hizo eco de la insatisfaccion manifestada por los parlamentarios sobre el papel que juegan actualmente las asambleas nacionales en sus respectivos paises.

El presidente del Congreso español invito, al igual que otros parlamentarios, a renovar los partidos politicos, a acercarse mas a los ciudadanos y a reforzar el papel de los parlamentos en los procesos de integracion regional, que en el caso de Latinoamérica, dijeron, es un "hecho indetenible".

Ese papel de los Parlamentos, sostuvo el presidente del Parlamento Europeo, el español José María Gil Robles, debe ser de liderazgo, no sólo para encabezar los procesos de integración regional, sino también para responder a los problemas que genera la globalización.

Los procesos de integracion regional, subrayaron en la declaracion final, deben servir de via para mejorar el nivel de vida y avanzar en la superación de las injusticias y las desigualdades sociales.

Acordaron asimismo crear mecanismo de información entre los Parlamentos e impulsar una red de cooperacion informática interparlamentaria, que el presidente del Congreso boliviano, Victor Hugo Cardenas, considero "muy útil".

Pero aunque la declaracion final fue aprobada por unanimidad, también se oyeron durante la conferencia voces de disenso.

Algunas delegaciones, como fue el caso de Mexico y Argentina, expresaron su disconformidad con el hecho de que las Cortes españolas invitasen a Cuba solamente como pais "observador", hecho que llevo al Parlamento cubano a rechazar la oferta.

"Es preocupante la ausencia de Cuba y esperamos que en una proxima conferencia podamos reunir a toda la familia iberoamericana", dijo hoy el diputado salvadoreño [illegible] Quintero Urquilla.

Para evitar que se repita este incidente la conferencia acordo que en proximas convocatorias el pais anfitrion y la secretaria pro tempore formulen y envien las propuestas de agenda y organizacion, asi como de participacion, cuatro meses antes de

[illegible] la reunion.

De todos modos, la declaracion final reiteró que estas conferencias son un foro político y parlamentario fundado en la circunstancia de pertenecer a la Comunidad Iberoamericana y "en la firme [illegible] compartido en los valores de la democracia representativa".

Junto al documento final se aprobó también una declaracion especial, en la que la Conferencia expresó su "complacencia" por los resultados del referéndum celebrado el domingo pasado en Ecuador que "ratificaron" la decision del Congreso ecuatoriano, en febrero pasado, de cesar a Abdalá Bucaram como presidente del país.

Los parlamentarios acordaron, por otra parte, celebrar este año un encuentro de presidentes en Valparaíso (Chile) y que la próxima conferencia tenga lugar en mayo de 1998 en Montevideo, a la que seguirá la de Isla Margarita (Venezuela) en ese mismo mes de 1999. EFE

cbg/gv/[illegible]

05/[illegible]/18:55/97

9708999

03

Uruguay será sede de reunión de parlamentos democráticos

Por Enrique Guzmán de Acevedo

Madrid, AFP

Los líderes de los parlamentos iberoamericanos, reunidos durante dos días en Madrid, subrayaron la necesidad de reforzar las democracias en América Latina para evitar que puedan verse amordazadas, debilitadas o pisoteadas como antaño ocurrió con la ola de dictaduras que ensangrentó la región.

Al clausurar sus trabajos, los parlamentarios acordaron el viernes poner énfasis en los valores democráticos y reunirse anualmente para defender la democracia representativa de todo peligro que la aceche.

También coincidieron en la necesidad de continuar trabajando en la construcción de un nuevo orden internacional, eliminando todo tipo de violaciones de los derechos fundamentales y rechazando las leyes unilaterales de alcance extraterritorial que tiendan a afectar a terceros países.

Los 85 parlamentarios de 19 países representados en la cita madrileña confirmaron en la Declaración Final del Congreso Iberoamericano la validez de todas las normas adoptadas en 1983 cuando este Foro nació, abierto a todos los parlamentos que creen en la democracia representativa.



Carlos Baráibar, presidente de la Cámara de Diputados de Uruguay.

Sin embargo, el documento no consigna mensaje alguno dirigido eventualmente a Cuba, como lo intentaron vanamente algunos parlamentarios sudamericanos.

Cuba estuvo ausente en la cita madrileña, al rechazar una invitación española a participar sólo en condición de "observador".

Federico Trillo —presidente del Congreso de los Diputados de España—, al clausurar la cita madrileña aplaudió el reconocimiento unánime para que esta Conferencia "se convierta en el verdadero pilar parlamentario" de la comunidad iberoamericana.

"El fortalecimiento de la democracia" en Iberoamérica "pasa necesariamente por una mayor cooperación entre sus parlamentos", afirmó.

Para asegurar la "continuidad de este Foro genuinamente parlamentario, democrático e iberoamericano", la Conferencia madrileña acordó realizar anualmente estas citas, evitando paréntesis tan prolongados como los seis años transcurridos entre las reuniones de Lisboa-1991 y de Madrid-1997.

En la Declaración Final quedó consignada la decisión de hacer las próximas Conferencias de Presidentes de Parlamentos Democráticos Iberoamericanos en mayo de 1998 en Montevideo (Uruguay) y en mayo de 1999 en Isla Margarita (Venezuela).

La Conferencia de Madrid también acogió por aclamación una invitación de Chile para organizar en el segundo semestre de 1997 un Encuentro de Presidentes de Parlamentos Iberoamericanos, esencialmente destinado a "analizar experiencias y propuestas concretas de modernización" de los Congresos de la región.

"Cuatro meses antes de la celebración de la Conferencia —según la Declaración Final—, la Secretaría pretempore y el país anfitrión formularán y enviarán las propuestas concretas de agenda y organización" a todos los países, para evitar polémicas en torno al procedimiento de invitaciones, como ocurrió esta vez con el caso cubano.

Hasta ayer, las invitaciones las cursaban los organizadores sin tomar en cuenta las opiniones previas de la mayoría participantes.

A partir de ahora será distinto, ante una iniciativa presentada al respecto por el Presidente Provisional del Senado de Argentina, Eduardo Menem.

Sobre esto y aquello

En la VIII Conferencia de Parlamentos Iberoamericanos se solicitó que Cuba sea invitada como miembro pleno y no como mero observador. La postura parece contradictoria, en especial cuando se trata de hombres públicos que están al servicio de las instituciones liberales

Servir a dos señores

Ramón Díaz

La invitación de segunda clase que las Cortes Generales de España enviaron al Congreso cubano para la VIII Conferencia de Parlamentos Iberoamericanos, evento que ayer se clausuró en Madrid, despertó en nuestros medios parlamentarios reacciones solidarias con el cuerpo caribeño. Los presidentes de ambas cámaras, Hugo Batalla y Carlos Baráibar, enviaron sendas notas de protesta, exigiendo que se reconvidase a aquel como miembro pleno, en lugar de mero observador. El presidente del Parlamento Latinoamericano, Juan Adolfo Singer, concibió su reclamación en términos airados y transmitió al presidente de las Cortes españolas "la más profunda indignación y malestar en todos los miembros de la Junta Directiva del Parlamento Latinoamericano por esta pretensión de juzgar y calificar (a uno de ellos)", actitud que describió en otro lugar de su misiva como "insolente e inadmisible".

Visto que debe ser notorio para todos, incluso por supuesto para los autores de tales reconvenciones, que en Cuba no existe nada que pueda llamarse Parlamento, en ningún sentido de la palabra que trascienda el meramente formal, dichas comunicaciones no pueden dejar de llamar la atención. Porque Parlamento, desde sus albores medievales y comoquiera que se hayan designado sus integrantes, es por esencia un cuerpo capaz de enfrentarse al titular del poder físico, capaz de albergar una oposición y eventualmente de llamarlo a responsabilidad. Y nadie, absolutamente nadie, puede estar dispuesto a sugerir que tal vez Cuba albergue esa clase de institución, ni ninguna otra que de alguna manera se le parezca.

> **"Nadie puede estar dispuesto a sugerir que tal vez Cuba albergue un Parlamento"**

Y no es que de hecho no la haya: es que de acuerdo con la filosofía que impera en la isla no debe haberla. No puede olvidarse que el golpe de Estado bolchevique de octubre se concreta con la disolución de la Asamblea Constituyente por los guardias rojos; y confío en que la expresión de Lenin de por entonces, "cretinismo parlamentario", será siempre convenientemente recordada. Lenin es uno de los mentores declarados de Castro, lo que significa que para el dictador cubano un Parlamento pluralista, no sujeto a su voluntad o a la del partido único, que viene a ser igual, es anatema. Con el advenimiento de los regímenes totalitarios en Europa, los parlamentos desaparecieron en un país tras otro. La Constitución soviética designó al Soviet Supremo, popularmente elegido y de apariencia parlamentaria, en la máxima autoridad del país, pero nadie dudó que el Partido Comunista concentró todo el poder. Hitler conservó el Reichstag, pero sólo lo convocó esporádicamente para votar alguna ley. En Italia, la Cámara de Diputados primero y el Consejo Corporativo más adelante, eran elegidos por órganos partidarios. Todos estos cuerpos actuaban bajo la regla de la unanimidad. Una vez que se acepta el principio de un partido único consustanciado con el interés nacional, no cabe otra cosa. Una asamblea pluralista es un truco de los burgueses y el odio a los burgueses fue uno de los rasgos que todos los regímenes totalitarios tuvieron en común.



De modo que sostener, como yo sostengo, que en Cuba no hay un Parlamento no es acusar al régimen castrista. Ni se plantea con ello una cuestión discutible. Si la miseria en la que vive el pueblo cubano es resultado del régimen colectivista que soporta o del bloqueo norteamericano, sí puede discutirse. Con ello no digo que sea opinable; digo que es algo que depende de pruebas ajenas a la propia ideología imperante. Pero afirmar que ese desgraciado país carece de Parlamento no es discutible, en el sentido de que el Parlamento, esa clase de institución en que se polemiza y se cuentan los votos, que tiene en su seno una oposición al gobierno, que en principio nunca vota por unanimidad, que está dispuesta a resistir toda presión del titular del poder y a juzgarle, si insiste en ella, que sólo se dispersa por la fuerza de las bayonetas, esa clase de institución, la Cuba castrista no la tiene por esencia porque su régimen es contrario a ella; no vergonzante, sino declaradamente.

Entonces, si allí no hay Parlamento, ¿por qué está mal que no lo inviten? El señor Singer invoca la condición de Cuba de miembro de las Naciones Unidas y del Parlamento Latinoamericano. Pero ¿desde cuándo las Naciones Unidas condicionan el ingreso de países a la posesión de parlamentos? Si lo hiciera, perdería tal vez la mayoría de sus actuales integrantes. Y, en cuanto a ser Cuba miembro del Parlamento Latinoamericano, eso sólo nos dice algo sobre el Parlamento Latinoamericano, nada sobre Cuba. El enfoque del señor Batalla es menos formalista. Si se hubiese invitado a Cuba como miembro pleno, dijo a *El Observador* el vicepresidente hace una semana, "se facilitaba el diálogo y un proceso de democratización que entendemos deseable para todo el continente." Que todo se arregla sentándose a conversar debe ser una de las ideas más arraigadas en este país y Hugo Batalla no hizo más que traducir el sentir nacional. Las cosas, sin embargo, son a veces más difíciles. La asamblea cubana que pasa por su Parlamento está compuesta apenas de peleles de Fidel Castro. Y sobre la apertura de éste al raciocinio ajeno vale la pena recordar la opinión de su hija Alina. Esta dijo al periodista Andrés Oppenheimer: "Nadie se atreve a darle una mala noticia. Es Dios". Y luego de que aquella hubiera declarado haber tenido conversaciones serias con él y Oppenheimer le preguntara si Fidel la había escuchado, agregó: "El no suele escuchar. Te explica las cosas." "¿Cómo si tú no entendieses?", inquirió el periodista. "Como si no estuvieses ahí", contestó Alina.

El episodio puede parecer trivial; para mí no lo es. La cuestión no tiene que ver, por supuesto, con la invitación de las Cortes españolas. El problema es que tres hombres públicos prominentes de nuestro país, que sin duda participan de los valores de la democracia liberal, estén dispuestos a dar la cara por un déspota totalitario, que representa todo lo opuesto a lo que presumo que ellos creen. En el tiempo respectivo, pienso que ninguno habría consentido en protestar porque el Soviet Supremo, el Reichstag o la Cámara Corporativa no fueran invitados a una jornada de parlamentos en que ellos interviniesen. Sin embargo, no hay verdadera diferencia entre esa hipotética situación y la que les hizo salir a la lid en defensa de una asamblea de paniaguados del otrora joven héroe revolucionario, transformado en pocos años, al decir de François Furet, "en un tirano estalinoide".

> **"Afirmar que ese desgraciado país carece de Parlamento no es discutible"**

¿Por qué? La culpa es sin duda de la cultura revolucionaria absorbida por nuestro país desde Francia. Fidel se beneficia del prestigio de Robespierre. La revolución se percibe como la apoteosis de la política, en la que ésta puede transmutar la suerte del hombre sobre la Tierra. Muchos de nuestros hombres públicos no perciben la contradicción, pero su realidad es indiscutible y sus consecuencias ineluctables. No se puede servir a la vez la causa de las instituciones liberales y la de su avasallamiento en aras de una utopía cuyo carácter ilusorio ya nadie puede negar. Y mientras nuestros hombres públicos insistan en servir a estos dos señores a la vez, la consolidación de nuestra democracia quedará en tela de juicio.

Nº DOCUMENTO 9709000
TITULO ARG: Grupo Velox (Peirano) hace oferta para adquirir cadena de supermercados
PROCEDENCIA
FECHA 23/5/97 fs 13
VINCULACIONES 11116
65092 65109
50466 50482
66960 50482
11214 (grupo económico)
11227

■ SUPERMERCADOS

Grupo Velox hizo oferta por la cadena Santa Isabel

El Grupo Velox de Argentina planea comprar parte de la cadena chilena de supermercados Santa Isabel.

La oferta que realizó el grupo argentino (propietario de Disco Argentina y del Banco Velox entre otras instituciones bancarias en Chile, Paraguay, Brasil y Uruguay) fue por un monto estimado en US$ 230 millones.

Como resultado de la intención del Grupo Velox de adquirir el 36,96% del capital accionario de la cadena de supermercados chilena, Santa Isabel y Disco se encuentran negociando los términos de un acuerdo de cooperación con el objeto de intercambiar *know-how* y tecnología que hasta ahora han aplicado ambas empresas en sus respectivos mercados.

No existe la intención de fusionar o integrar operativamente a Disco y a Santa Isabel. Cada una de las cadenas continuará operando en forma independiente con sus respectivos equipos gerenciales, aprovechando la cooperación que pueda desarrollarse en áreas como la tecnología de la información, marketing y el poder de compra conjunto.

01-02

9709000.



A LA CANASTA. Los dueños de Disco ahora apuestan a la expansión fronteras afuera.

EL BANCO VELOX PAGARA 230 MILLONES POR EL 37% DE SANTA ISABEL

Los dueños de Disco van tras una cadena chilena

El Velox es dueño de Disco desde 1991 • Ahora apunta al mercado de América latina • Santa Isabel tiene sucursales en Chile, Perú, Paraguay y Ecuador

En 1991, Juan Peirano le dio una mano a su suegro, Isidro Vejo Rodríguez. El primero era el dueño del Banco Velox. El segundo, de los supermercados Disco, que estaban endeudados con varios bancos. La ayuda fueron 12 millones, y con ellos el uruguayo Peirano se quedó con el 30% del súper. Ayer se demostró cuánto tiempo son 5 años en el sur de América: Velox Investment confirmó que pagará 230 millones por el 37% de una cadena de supermercados chilenos que parecen hermanos gemelos de Disco.

El grupo Peirano tiene una historia esencialmente bancaria (ver Empresa...). Pero Velox Investment es, actualmente, dueño del 42% de supermercados Disco. Esa misma empresa, tal como adelantó ayer Clarín, firmó un acuerdo con Eduardo Elberg, fundador y presidente de Santa Isabel, para comprarle su participación del 36,96% en esa cadena (el resto cotiza en Santiago de Chile y Nueva York).

> La Bolsa de Nueva York reaccionó haciendo subir el precio de las acciones de Santa Isabel casi un 10%

Santa Isabel es una cadena con un perfil muy parecido a Disco (ver Cara a cara...). Los distinguen sólo algunos datos puntuales: Santa Isabel ganó algo más del 3% neto sobre sus ventas; Disco, un poco más del 2%. En la totalidad de sus sucursales, la chilena tiene 110.000 metros cuadrados de venta, contra los algo más de 70.000 de Disco, lo que hace un promedio de locales más grandes. Pero la argentina se arregla con 6.500 empleados, contra 11.000 de la del otro lado de los Andes.

CARA A CARA

Perfil de los supermercados Disco y Santa Isabel

	DISCO	SANTA ISABEL
▶ Facturación	[illegible] millones	$ 800 millones
▶ Locales	61	80
▶ Bolsa donde cotiza	Bs. As y Wall Street	Santiago y Wall Street
▶ La presencia de Velox	42%	37%
▶ Ganancia anual	$ 21 millones	$ 25 millones

Fuente: Grupo Velox — CLARIN

Sin embargo, la gran diferencia, y lo que hizo más atractiva la cadena para los chilenos, fue la presencia regional de Santa Isabel: de los 80 locales, 64 están en Chile, 12 en Perú y 4 en Paraguay. Y está abriendo otros dos en Ecuador.

Cuando se vendió Norte, se pagó algo menos de 15 veces las ganancias que genera por año. El Velox pagará por Santa Isabel lo que la cadena ganará en 25 años.

–¿No es caro? –preguntó Clarín a Ricardo Esteves, director del Banco Velox.

–No. Es una empresa de gran potencial, de alta eficiencia y gran tasa de crecimiento. Y también es el mercado chileno, más previsible en el largo plazo.

–¿El grupo se va a endeudar para hacer frente a esos 230 millones?

–Los aportará Velox Investment.

–¿Van a fusionar Santa Isabel y Disco?

–No. Cada una operará en forma independiente y con su propio management. Sólo capitalizaremos la sinergia entre las dos cadenas en cosas como la experiencia, el know how para enfrentar situaciones.

–Cuando Carrefour lanzó productos con marca propia dijo que produciría aquí para Brasil. ¿Pasará lo mismo con Bells, de Disco?

–Puede ser. Tendremos que estudiarlo.

–¿Santa Isabel seguirá expandiéndose en otros países? ¿Disco seguirá el ejemplo?

–Uno de los grandes valores de la cadena chilena es su experiencia en manejar súpers en distintos países simultáneamente. Seguirán haciéndolo. Pero eso no significa que vengan a la Argentina. Y tampoco que Disco no vaya a salir al exterior, aunque todavía tiene mucho para crecer en el país.

En la Bolsa

De acuerdo con la legislación chilena, debe firmarse un compromiso de compra y dejar pasar diez días para ver si hay oposición a la venta. En eso están Velox y Elberg. Sin embargo, los mercados reaccionaron de manera más que favorable. La consultora de inversiones Goldman Sachs recomendó ayer la compra de acciones de Santa Isabel. Y la Bolsa de Nueva York reaccionó haciendo subir el precio de los papeles casi un diez por ciento en cuanto se conoció la operación. □

ANALISIS

Por MARCELO CANTON
De la Redacción de Clarín

Carrera con final abierto

El movimiento permanente pareciera ser hoy la característica principal de los supermercados. Y no es para menos, en un sector que, en la Argentina, factura más de 15.000 millones de dólares por año y que, en su mayoría, sigue en manos de empresas familiares y muy atomizado.

En lo que va del año, Norte compró La Florida del Norte y Coto se quedó con Acassuso, por citar dos ejemplos. En ese marco es que el grupo de Disco compra otra cadena en Chile y Coto sigue ampliando sus horizontes. También en esa línea está la expansión de esas mismas cadenas hacia el interior del país: hay una carrera febril por ocupar plazas en el mapa nacional, con actores como Carrefour, Wal Mart, Norte, Disco y Coto peleando por los mejores terrenos y ubicaciones.

Parte de esa carrera es por ganarles participación a los comercios tradicionales. Los 15.575 millones que vendieron los supermercados en 1996 son mucho dinero. Pero los súper e híper concentran "sólo" el 46% del total del gasto en alimentos y productos de limpieza. Aunque eso es 15 puntos más que hace una década, es mucho menos que el 67% que concentran, por ejemplo, en Alemania.

Pero el movimiento también viene por otro lado. En un informe distribuido por Wal Mart se pone el punto en negro sobre blanco. En la Argentina, las 5 principales cadenas concentran el 15% de las ventas. En España y Francia, se llevan el 60% de la torta. Hacia allí también apunta la ola de fusiones y aperturas.

EL GRUPO VELOX

Empresa familiar

El grupo Peirano se ha caracterizado, en general, por el bajo perfil. Pero sus negocios no: bancos y supermercados se mezclan en su portafolio de inversiones, y el sur de Sudamérica es su área de acción.

De origen uruguayo, la familia Peirano es dueña del 100 por ciento de las empresas del grupo que comanda Juan Peirano. En la Argentina son dueños del Banco Velox, que ronda el puesto 30° del ranking bancario del país, con depósitos y préstamos por entre 250 y 300 millones de pesos. Pero el patrimonio conjunto de los bancos del grupo superan los 150 millones: en Uruguay son dueños del Banco de Montevideo (entre los 3 primeros de aquel país), en Paraguay del Alemán-paraguayo (entre los primeros 5 del mercado) y en Brasil y Chile de Barilatin (representante de los bancos del grupo). También tienen el banco Trade and Commercial, en las islas Cayman. Y Velox Investment, la inversora que desde 1991 es dueña de Disco y que ahora comprará Santa Isabel. □

PS: poco legible

02-02

9709000.

Nº DOCUMENTO 9709001

TITULO Honduras: Investigan red de trafico que opera en puerto del caribe. -

Agencia EFE
23/5/97

11176 11226
65549 11354
65592 65890
66153
11224

HONDURAS INDOCUMENTADOS
INVESTIGAN TRAFICANTES COLOMBIANOS OPERA PUERTO CARIBE

Tegucigalpa, 22 may (EFE).- Las autoridades de Migración de Honduras investigan a una banda de traficantes de indocumentados con destino a Estados Unidos, que está presuntamente manejada por ciudadanos colombianos y que opera en Puerto Cortés, en el Caribe, informó hoy una fuente oficial.

Según el jefe de la Dirección de Migración en ese puerto, Gabriel Sierra, la banda envía los indocumentados, hondureños y extranjeros, como polizones en barcos cargueros que zarpan principalmente hacia Miami (EEUU).

El funcionario señaló, en unas declaraciones a la prensa local, que los cabecillas de la red, al parecer, se han casado con hondureñas con la intención de dificultar su eventual deportación.

Sierra no descartó que haya complicidad por parte del personal de la Empresa Nacional Portuaria (ENP), que facilita el acceso de los indocumentados a los muelles, y también de las tripulaciones de algunos barcos.

Según versiones del diario local "La Prensa", los jefes de la banda cobran un mínimo de 5.000 lempiras (casi 400 dólares) a cada indocumentado para enviarlo a Estados Unidos. EFE

LAM/LBB/MV/ND

05/23/00-59/97

[Doc. claro]

01-01

9709001

xA1430

R SUCBT 05-24 00145
amt ica

ECUADOR-DROGA
DETENIDOS COLOMBIANO, ESTADOUNIDENSE Y ECUATORIANO

Quito, 24 may (EFE).- La Policía ecuatoriana de antinarcóticos ha detenido hoy al colombiano Luis Barreto, al estadounidense Thomas Chin y al ecuatoriano Cristian Franco al encontrarseles 100 cápsulas de heroína que pretendían comercializar ilegalmente en Ecuador.

La Policía informó de que el colombiano Barreto fue detenido con el paquete de droga cerca a la población andina de Ibarra (100 kilómetros al norte de Quito) y tras un interrogatorio se pudo establecer que debía entregar la heroína en la ciudad portuaria de Guayaquil (oeste de Ecuador).

El colombiano, bajo vigilancia policial, contactó con los otros dos acusados en un hotel de Guayaquil, lo que fue aprovechado por los gendarmes para detenerles.

Los detenidos, que se encuentran detenidos en una de las cárceles de Guayaquil, han sido puestos a disposición judicial. EFE

FA/cgr

05/24/21-27/97

Doc. claro

9709002

ECUADOR: Detienen narcos c/heroína en el estomago.-

Agencias

24/5/97

VINCULACIONES: 11176 65092 65838 11351 11352 11662 11675 11214 11229 11472

9709002

Nº DOCUMENTO 9709003

TITULO [illegible]

PROCED Agencia

24/5/91

(DOC poco legible)

[illegible]

MEXICO NARCOTRAFICO (Prevision)

COMERCIO DROGA AMENAZA CON PROVOCAR CRISIS ECONOMICA Y POLITICA

México, 24 may (EFE). El narcotrafico genera al año unos 250.000 millones de dolares y amenaza con provocar la inestabilidad económica y política si no se combate en forma conjunta, dijeron a EFE especialistas latinoamericanos.

Un grupo de expertos participó esta semana en la VII Reunión Anual del Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Narcotráfico y la Estabilidad de la Democracia en la Región, celebrada en la capital mexicana y demandó la firma de acuerdos internacionales para combatir el "lavado" de dinero.

Ademas denunciaron que el narcotráfico deposita sus ganancias millonarias en paises con problemas económicos que necesitan "capital fresco", y aseguraron que el "dinero negro" aflora en los mercados especulativos.

Los asistentes a la citada reunión anual recalcaron que deben desaparecer las sanciones que el Gobierno de EEUU aplica a los paises que no considera aliados en la lucha antinarcótico.

Washington ha adoptado la medida unilateral de "certificar" la lucha antidroga que realizan una treintena de paises con los que mantiene intercambios y apoyo económico.

Los expertos latinoamericanos dijeron que esas sanciones, como las aplicadas a Colombia, además de provocar pérdidas económicas propician que los Gobiernos de los paises afectados acepten el ingreso de capitales sin investigar demasiado su origen, lo que facilita el "lavado" de dinero.

México ha propuesto que se elimine el secreto bancario para atacar internacionalmente el "blanqueo" de capitales procedentes del narcotráfico, planteamiento que será discutido en una reunión extraordinaria de la Asamblea General de la ONU, el próximo junio.

El director del Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Narcotráfico, el mexicano Ricardo Méndez Silva, dijo a EFE que puede parecer complicidad el que EEUU, la primera potencia mundial, haya perdido la guerra contra el narcotráfico a pesar de contar con un despliegue total de tecnologia militar.

Méndez alertó también del reforzamiento de los Ejércitos en varios paises latinoamericanos donde se combate a los carteles de la droga.

El director del citado grupo comentó que esa "militarización" se debe más a intereses internacionales que a los de cada pais, y por ello, en cierto modo, conculca la soberania nacional.

También consideró que los Gobiernos abogan por la limitación de la "acción rectora" de EEUU en el combate a la droga, la delincuencia organizada, el lavado de dinero y los crímenes producto de estas actividades ilícitas.

Añadió que Washington ha dictado en todo el continente las pautas sobre como afrontar la lucha contra el narcotráfico, y se ha adjudicado la facultad de sancionar y presionar políticamente a

1/2

[illegible]
[illegible] los 300 000 [illegible] y el principal destino de la droga es EEUU.
[illegible] para abastecer a su ejército en época de guerra, como sucedió durante

la II Guerra Mundial o en la de Vietnam en los años 70, recordó el director del Grupo Latinoamericano de Estudios sobre Narcotráfico.

Ante la creciente demanda de droga en EEUU, cuya población es el dos por ciento de la mundial y consume la mitad de los estupefacientes, el sur del continente americano experimentó un repentino cambio.

En Bolivia se alentó una "articulación cívico-militar para emprender la construcción de una estructura gigantesca de fabricación y exportación de cocaína ligada a los laboratorios de las bandas de Medellín y Cali en Colombia", dijo el especialista uruguayo Rubén Montedónico.

La demanda estadounidense alentó la "economía negra" en países como Colombia, Bolivia y México, y los productores lograron un enriquecimiento acelerado que les ha permitido desafiar a los gobiernos y poner en jaque a la policía. CEE

jar/mf/mcd/ma

05/24/09:28/97

02-02

9709003.

DF0624

R POAGT 05-24 00108

mun exg icx

MARRUECOS-DROGA

GOBIERNO PRESENTARA PROYECTO LEY SUBIR PENA ASUNTOS DROGA

Rabat, 24 may (EFE).- El Gobierno marroquí someterá al Parlamento marroquí un proyecto de ley para subir las penas en asuntos de tráfico de drogas que llegarán hasta 30 años de cárcel como pena máxima frente a los 10 años actuales.

Según informó hoy el diario "L'Opinion", la Unidad de Coordinación de Lucha Anti-Droga (UCLD), órgano del ministerio marroquí del Interior, que propuso este proyecto de ley.

La UCLD publicó recientemente un informe en el que indicó que 16.794 personas fueron detenidas en Marruecos, durante el año 1996, acusadas de tráfico de droga, entre ellas 342 extranjeros. EFE

hm/rs

05/24/11-34/97

Nº DOCUMENTO 9709004

TITULO Morruecos. Proyecto de ley para aumentar pena por tráfico. -

PROCEDENCIA Agencia 24/5/97

11176

10022

507619

11233

[Doc. claro]

9709004.

*A1338

R SUCBT 05 24 00199
amt exg

MEXICO-COLOMBIA
COLOMBIANO QUE SOBREVIVIO A ATENTADO, DETENIDO POR LA FGR

México, 23 may (EFE).- La Procuraduría General de la República (FGR) de México informó hoy de que el colombiano Fernando Restrepo Muñoz, quien sobrevivió a un intento se asesinato el pasado día 21, se encuentra detenido y está siendo investigado por sus actividades vinculadas con el narcotráfico.

En un despacho de prensa, la FGR indicó que Restrepo Muñoz y el mexicano Natalio Peña Muñoz fueron localizados en la madrugada del pasado miércoles en el maletero de un automóvil abandonado en la colonia Barrio Niño Jesús, al sur de la Ciudad de México.

Natalio Peña había sido asesinado con un arma de fuego, y su acompañante se encontraba herido. Las autoridades de la Policía Judicial supusieron que los agresores lo dieron por muerto.

En su declaración ante el ministerio público, el ciudadano colombiano dijo que él y su acompañante se dedicaban al tráfico de cocaína desde Colombia a Estados Unidos a través de México, por lo que la fiscalía ha iniciado las averiguaciones correspondientes.

Fernando Restrepo se encuentra detenido acusado de narcotráfico en las instalaciones de la FGR, y su situación jurídica ha sido notificada a la embajada de Colombia en México.
EFE

JAR/MF/FJO/PG

05/24/04-17/97

Doc claro

Nº DOCUMENTO 9709005

TITULO Mex colombiano sobrevive atentado detenido por NT.-

PROCEDENCIA Agencias

24/5/94

11176 11226
65092 65592
507623
11345
11214
11229
11422

01-01

9709005.

Nº DOCUMENTO 9709006

TITULO COSTA RICA. Preocupación por aumento de tráfico de drogas.

PROCEDENCIA AGENCIAS

25/5/97

11176 65592
10190 66718
65644 65880
11226
11663
1852
11354

COSTA RICA-NARCOTRAFICO
PREOCUPACION POR AUMENTO DEL TRAFICO DE DROGAS

Por Miguel Díaz S.

San José, 25 may (EFE).- La cantidad de cocaína decomisada en lo que va de año en Costa Rica es prácticamente igual a la totalidad incautada en 1996, lo que confirma el uso de este país como "puente y bodega" del narcotráfico internacional.

La policía expresó su preocupación al descubrir que aumenta diariamente el porcentaje de esa droga que se queda en el país para consumo interno, especialmente por parte de la juventud.

En los primeros cuatro meses y medio de este año, las autoridades han decomisado 1.405 kilos de cocaína, frente a los 1.446 kilos incautados en 1996, según cifras oficiales.

La viceministra de Justicia, Mónica Blanca, declaró hoy, domingo, a EFE que "es un hecho" que Costa Rica es utilizada como "puente" del narcotráfico internacional, como lo reveló un informe reciente del Departamento de Estado de Estados Unidos, publicado en abril pasado y que causó una intensa polémica en el país.

Un informe del ministerio de Seguridad (MSP) subraya que "con las capturas de los últimos días, las autoridades tienen la certeza de que existen varias organizaciones que utilizan nuestro país como bodega y puente del narcotráfico, y que, además, mediante el pago con droga a los cómplices, fomentan el consumo local".

La Policía de Control de Drogas del MSP detalla que en los cinco primeros meses de 1996 se incautaron de 483 kilos de cocaína, mientras en lo que va de 1997, el Organismo de Investigación Judicial (OIJ) ha decomisado 922 kilos de cocaína en dos operaciones en los últimos días.

Los datos suponen un incremento de la cocaína decomisada para 1997, en tanto que la heroína, con un kilo decomisado hasta mayo, muestra una sensible disminución, comparada con los 17,7 kilos incautados en 1996, añade el informe.

El estudio revela un preocupante aumento de las "piedras de crack" (pasta de desechos de cocaína que crea una alta dependencia), con 7.203 dosis incautadas en cinco meses frente a las 17.832 de todo 1996.

Blanco aseguró que la cocaína proviene de Colombia, vía Panamá y está destinada a Estados Unidos y Europa.

Sin embargo, la detención, el pasado 15 de mayo de uno de los más importantes narcotraficantes costarricenses, William Cubillo Díaz, alias "El zar del sur" que operaba en la zona fronteriza con Panamá, hizo reconocer a las autoridades que Costa Rica es más que un "puente".

Según las autoridades, Cubillo Díaz, de 40 años, a quien se decomisaron 178 kilos de cocaína, traficaba al menos 1.000 kilos de esa droga mensuales hacia Estados Unidos.

El Ministerio de Seguridad Pública recordó que otro kilo de cocaína localizado en un taller mecánico de un costarricense, durante la misma operación policial, fue dado "como pago por sus servicios".

Con ello, se promueve una cadena de vendedores pequeños y de detallistas como el "crack" para el consumo interno de jóvenes de la localidad de [illegible] de la capital, donde el

9709006.

Nº DOCUMENTO 9709006

TITULO COSTA RICA: Preocupación por aumento del tráfico de drogas.

PROCEDENCIA AGENCIA

25/5/97

11176 65592

10190 66718

65644 65880

11226

11663

1852

11354

COSTA RICA-NARCOTRAFICO
PREOCUPACION POR AUMENTO DEL TRAFICO DE DROGAS

Por Miguel Diaz S.

San José, 25 may (EFE).- La cantidad de cocaina decomisada en lo que va de año en Costa Rica es practicamente igual a la totalidad incautada en 1996, lo que confirma el uso de este país como "puente y bodega" del narcotráfico internacional.

La policia expresó su preocupacion al descubrir que aumenta diariamente el porcentaje de esa droga que se queda en el país para consumo interno, especialmente por parte de la juventud.

En los primeros cuatro meses y medio de este año, las autoridades han decomisado 1.405 kilos de cocaina, frente a los 1.448 kilos incautados en 1996, según cifras oficiales.

La viceministra de Justicia, Monica Blanca, declaró hoy, domingo, a EFE que "es un hecho" que Costa Rica es utilizada como "puente" del narcotráfico internacional, como lo reveló un informe reciente del Departamento de Estado de Estados Unidos, publicado en abril pasado y que causó una intensa polémica en el país.

Un informe del ministerio de Seguridad (MSP) subraya que "con las capturas de los ultimos dias, las autoridades tienen la certeza de que existen varias organizaciones que utilizan nuestro país como bodega y puente del narcotrafico, y que, ademas, mediante el pago con droga a los cómplices, fomentan el consumo local".

La Policia de Control de Drogas del MSP detalla que en los cinco primeros meses de 1996 se incautaron de 483 kilos de cocaina, mientras en lo que va de 1997, el Organismo de Investigación Judicial (OIJ) ha decomisado 922 kilos de cocaina en dos operaciones en los ultimos dias.

Los datos suponen un incremento de la cocaina decomisada para 1997, en tanto que la heroina, con un kilo decomisado hasta mayo, muestra una sensible disminución, comparada con los 17.7 kilos incautados en 1996, añade el informe.

El estudio revela un preocupante aumento de las "piedras de crack" (pasta de desechos de cocaina que crea una alta dependencia), con 7.203 dosis incautadas en cinco meses frente a las 17.232 de todo 1996.

Blanco aseguró que la cocaina proviene de Colombia, via Panamá y esta destinada a Estados Unidos y Europa.

Sin embargo, la detención, el pasado 15 de mayo de uno de los mas importantes narcotraficantes costarricenses, William Cubillo Diaz, alias "El zar del sur" que operaba en la zona fronteriza con Panamá, hizo reconocer a las autoridades que Costa Rica es más que un "puente".

Segun las autoridades, Cubillo Diaz, de 40 años, a quien se decomisaron 198 kilos de cocaina, traficaba al menos 1.000 kilos de esa droga mensuales hacia Estados Unidos.

El Ministerio de Seguridad Pública recordó que otro kilo de cocaina localizado en un taller mecanico de un costarricense, durante la misma operación policial, fue dado "como pago por sus servicios".

Con ello [illegible] que [illegible] de vendedores pequeños y de [illegible] para el consumo interno de [illegible] de la localidad de [illegible] kilometros de la capital, donde el

9709006.

[illegible]

[illegible] del Ministerio de Seguridad [illegible] aumento de [illegible] cantidades de [illegible].

Tras las últimas [illegible] en las que fueron detenidos 17 extranjeros, principalmente colombianos, panameños, guatemaltecos y nicaragüenses, [illegible] las autoridades han identificado la misma manera de trasladar la droga por vía terrestre, principalmente desde Colombia y Panamá hacia Centroamérica en ruta hacia Estados Unidos.

Las autoridades han establecido que varias bandas de narcotraficantes internacionales usan el país como puente y centro de almacenamiento temporal de la droga.

MDS/FR/ms/alr

05/25/18-45/97

02-02

9709006.

9709007

LATINOAMERICA NARCOTRAFICO

DESPENALIZAR CONSUMO DROGAS PARA ACABAR CON NEGOCIO DE MAFIAS

Caracas, 25 may (EFE).- El presidente del Parlamento Latinoamericano (Parlatino), el uruguayo Juan Alberto Singer ha planteado la despenalización mundial del consumo de drogas como un medio de reducir ese problema y acabar con el gran negocio de las mafias.

"Sin ser especialista, pienso que la despenalización puede contribuir a defendernos mejor del flagelo de las drogas. Es mi visión como político", dijo Singer en unas declaraciones que publica hoy, domingo, el diario "El Nacional" de Caracas.

Durante la XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina, que se celebró la semana pasada en Caracas, Singer aseguró que el narcotráfico es fundamentalmente un negocio de mafias y que su persecución encarece las drogas, lo que incrementa el beneficio y el poder de las bandas internacionales de narcotraficantes.

En su opinión, la represión del consumo de drogas genera el mismo efecto que la Ley Seca en Estados Unidos, donde los traficantes de bebidas alcohólicas acumularon enormes beneficios, pero el negocio se acabó cuando se legalizó su consumo.

Para el político, la despenalización tendría que ser una medida que contara con el respaldo de la comunidad internacional y formara parte de una estrategia de mayor envergadura que integrara factores como la educación, el deporte y la cultura.

Señaló que el asunto de la despenalización del consumo de drogas se planteó hace tiempo y es analizado, incluso en Estados Unidos, no sólo a nivel académico sino como parte del fenómeno de la globalización, junto con otros problemas como el consumo.

Singer afirmó que América Latina puede afrontar una estrategia de despenalización, siempre que forme parte de un acuerdo internacional y que, más allá de las reformas educativas, se introduzcan elementos para que los niños y jóvenes tomen conciencia de que la droga es un enemigo mortal.

Agregó que se hace muy poco sobre la formación de esa conciencia antidrogas, y citó que en Montevideo está de moda una película en la que un joven dice que "una inyección de heroína representa un placer mayor que mil orgasmos maravillosos".

El planteamiento de Singer es contradictorio con una decisión de la XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina, que presidió él, y que condenó el consumo y tráfico de drogas, además de la política de descertificación unilateral de Estados Unidos.

Singer precisó que sus opiniones no comprometen a las organizaciones parlamentarias que representa, pero señaló que la realidad actual es que, pese a la represión y otras medidas, el consumo mundial de drogas ha aumentado y que la despenalización puede ser una salida para reducir el problema. EFE

9709007.

DROGAS IDEA "ABSOLUTAMENTE IRREALIZABLE"

Rechazo oficial a despenalizar drogas

Alberto Scavarelli manifestó ayer que el gobierno se opone a liberalizar el suministro, saliendo al cruce de la opinión vertida por el diputado Singer

El gobierno uruguayo se opone a la despenalización del suministro de drogas, afirmó enfáticamente el presidente de la Junta Nacional de la Droga y prosecretario de la Presidencia, Alberto Scavarelli, saliendo al cruce de opiniones vertidas por el diputado Juan Adolfo Singer (lista 15), quien manejó esa posibilidad como forma de disminuir el tráfico de estupefacientes.

"Partiendo de la base que todos entendemos que consumir drogas es un hecho nefasto, la fórmula no es viable y el Estado uruguayo no la impulsa", subrayó Scavarelli, en declaraciones efectuadas durante el encuentro de médicos de servicios de emergencias sobre el tema de las drogas.

Scavarelli informó que se puso en contacto con el diputado Singer, quien le aclaró que sus dichos fueron simplemente una opinión personal y que no fue emitida en el ámbito del Parlamento Latinoamericano, del cual el legislador es presidente.



Scavarelli fundamentó la posición oficial en que no tendría sentido una despenalización para los mayores cuando las estadísticas indican que la mayoría de los consumidores comienza su adicción durante la minoría de edad. "Más del 60% de los consumidores uruguayos comenzaron a serlo antes de los 18 años", sostuvo.

Señaló además que, si se lleva ese tope un año más, hasta los 19, casi el 80% de los consumidores de marihuana se inició antes, así como el 70% de quienes emplean cocaína.

Es imposible pensar en mantener dos mercados en paralelo, dijo Scavarelli refiriéndose a uno que "habilite la venta de marihuana, cocaína y heroína públicamente y libremente a mayores de edad", mientras que por otro lado se pretende controlar el fenómeno a nivel de los menores. Esto es "absolutamente irrealizable", afirmó.

Scavarelli admitió que muchas voces se han levantado en el mundo ("algunas ilustres") proponiendo despenalizar la venta de drogas, pues "ante la magnitud del problema piensan que para resolver el tráfico ilícito no hay mejor modo que despenalizar la figura que lo tipifica". Sin duda que si se elimina el delito, dijo, "se acaban los delincuentes", pero añadió que esto "no deja de transformarla en una actividad altamente lucrativa, por cuanto los consumos explotarían en su número".

Más del 60% de los consumidores uruguayos comienza a usar drogas antes de los 18 años

Despenalización
Singer
narcotráfico.

REUNION DEL PARLAMENTO LATINOAMERICANO

Piden la despenalización de la droga

Caracas
EFE, AFP

El presidente del Parlamento Latinoamericano, el uruguayo Juan Alberto Singer, planteó ayer la despenalización mundial del consumo de drogas como medio para reducir el consumo y acabar con las mafias del narcotráfico.

La semana pasada tuvo lugar en esta ciudad la XIII Conferencia Interparlamentaria Unión Europea-América Latina. Allí Singer aseguró que el narcotráfico es fundamentalmente un negocio de mafias y que su persecución encarece las drogas, lo que incrementa el beneficio y el poder de las bandas.

"El tema reside en hasta dónde hemos sido capaces de disminuir el consumo. La realidad de hoy es que hay un crecimiento. La demanda sigue aumentando y por lo tanto también la producción en todas partes del mundo. La penalización no ha dado resultados", dijo.

Por eso, en su opinión, la represión del consumo de drogas genera el mismo efecto que la Ley Seca en Estados Unidos, donde los traficantes de bebidas alcohólicas acumularon enormes beneficios, pero el negocio se acabó cuando se legalizó su consumo.

Para el político, la despenalización tendría que ser una medida que contara con el respaldo de la comunidad internacional, que debería entablar una estrategia conjunta.

El uruguayo aclaró que hablaba a título personal y no en representación del Parlamento Latino, que justamente condenó el consumo y tráfico de drogas. □

Nº DOCUMENTO 9709008

TITULO ARG. Consumo empieza a los 11 a, según encuesta oficial de la Secretaría. —

PROCEDENCIA Clarín

FF 26/5/97

VINCULACIONES 11176 11421 65092 11663 66960 11235 11341

ESTUDIO SOBRE ADICCIONES

PRIMERAS CONCLUSIONES OFICIALES DE UNA ENCUESTA ENCARGADA POR EL GOBIERNO

El consumo de drogas empieza a los 11 años

El trabajo lo hizo la Secretaría de Prevención de la Drogadicción • Dicen que que la mitad de los menores de 15 ya las probó • Y que dos de cada tres chicos pasan de la marihuana a la cocaína • Por cada seis varones hay una mujer que consume • Dicen que para salir de la adicción se necesitan un buen tratamiento y la contención de la familia • El 30 por ciento se recupera

CEFERINO REATO

La mejor forma de combatir esta enfermedad social es diciendo la verdad: en los últimos años aumentó el consumo de drogas en la Argentina."

La frase pertenece al secretario de Prevención de la Drogadicción y Lucha contra el Narcotráfico, Julio César Aráoz, un cordobés que es menemista de la primera hora.

Aráoz dijo a **Clarín** que, junto con el Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) y dos universidades nacionales, está realizando una encuesta sobre el consumo de drogas en todo el país.

"No se hacía un relevamiento así desde 1991, hace ya seis años. Los resultados finales estarán listos a fin de junio, pero los primeros datos indican algo que estábamos sospechando: cada vez hay más gente que depende de las drogas", señaló.

Aráoz anticipó algunos datos que meten miedo:

- La droga de inicio es la *marihuana*, que en el 66 por ciento de los casos funciona como una puerta de entrada a la cocaína. El éxtasis aumentó, pero se da sólo en los estratos sociales altos.
- Bajó la edad en la que comienza el consumo de drogas: antes era a los 14 años y ahora es a los 11 años. "Eso, entre otras cosas, aumenta la posibilidad de daño al organismo", informó Aráoz.
- La mitad de los adolescentes ha probado drogas **antes de los 15 años**. Y más del 35 por ciento lo hizo entre los 16 y 20.
- Más de la mitad de los adictos consume drogas **todos los días** y los varones superan a las mujeres en una proporción de seis a uno.
- Para salir de la droga influyen varios factores: modos de tratamiento, contención de la familia y características del paciente. Pero la cifra de "recuperados" no pasa del 30 por ciento.

Aráoz admitió a medias que una de las causas del aumento en el consumo de drogas es la **falta de empleo**. "Como sucede en otras partes del mundo, hay múltiples causas", señaló el funcionario.

Y enumeró: "Falta de **proyectos de vida**, modelos falsos para lograr el éxito, problemas familiares y, también, situaciones económicas que no ofrecen un futuro atractivo".

Datos que preocupan

De acuerdo con la última encuesta nacional del 91, casi el 0,9 por ciento de la población consumía drogas, es decir, unas 290 mil personas.

En el 94, la Secretaría realizó un sondeo limitado a la Capital, el Gran Buenos Aires y algunas ciudades del interior: en esas localidades los adictos habían trepado al 1 por ciento, mientras que el 5 por ciento admitía haber consumido drogas alguna vez.

Por aquella fecha, este organismo hizo una radiografía de los adictos. El estudio concluyó que el 76 por ciento de los afectados tenía **menos de 29 años** y que el 59 por ciento **no tenía trabajo**; que el 51 por ciento se había iniciado fumando marihuana y que el 77 por ciento era cocainómano.

Aráoz señaló que el **porcentaje de adictos**, que ahora aumentó pero no se sabe todavía cuánto, está lejos de las cifras registran países europeos como España, Holanda o Italia, que tienen índices del 6 al 11 por ciento, o de los *Estados Unidos*, donde supera el 6 por ciento.

"Pero está en aumento, y eso nos preocupa", completó. Aráoz aclaró que lo peor es tapar los datos de la realidad, una manera, tal vez, de prevenir posibles retos en el Gobierno.

Dos semanas atrás, la difusión de un informe del INDEC sobre el aumento de la pobreza en la Capital y el Gran Buenos Aires le provocó más de un disgusto al ministro de Economía, Roque Fernández, incluido *un reto del presidente Menem*.

En este marco, la semana pasada la secretaría de Aráoz lanzó una campaña por televisión, que informa y previene sobre las consecuencias del uso de marihuana, cocaína y éxtasis.

> El consumo de éxtasis también aumentó pero se da solo en los estratos sociales altos

La campaña parece dirigida a los adolescentes, que, a través de dos dibujos animados, le hacen preguntas al número dos de Aráoz, Alfredo Miroli.

La gente de Aráoz asegura que la campaña no le costó un peso porque los canales de aire están obligados a emitir en forma gratuita los avisos, según lo prevé la Ley de Radiodifusión, y los de cable también, por un convenio con la asociación que los agrupa. Aráoz asumió este cargo en febrero de 1996 para remontar las controvertidas gestiones de Gustavo Green y Alberto Lestelle.

Lo primero que hizo al llegar a la secretaría fue archivar la campaña Sol sin Drogas, que protagonizó Diego Maradona. "Era muy cara; por ejemplo, sólo por la foto de Diego con la pelota hubo que pagar 900 mil pesos a una agencia de creativos", señaló.

Qué pueden hacer los padres

"Los datos que adelanta el estudio coinciden con lo que se percibe en los programas de tratamiento. Es cierto que hay un descenso en la edad de consulta. Pero debemos tener en cuenta que cuando se dice que la marihuana es la droga de iniciación, se está dejando de lado al **alcohol**", aseguró a **Clarín** Ricardo Grimson, presidente de la Federación de Oraganizaciones No Gubernamentales del Campo de las Adicciones.

El psiquiatra aseguró: "El alcohol es utilizado para ir a la discoteca y es mucho más fácil de conseguir que cualquier droga. Incluso hay padres que les dan permiso a sus hijos para que consuman alcohol, algo que resulta muy negativo".

Grimson destaca: "Algo que los estudios no suelen reflejar, pero que se ve mucho es la enorme difusión de **inhalantes** en los sectores no pudientes. Allí la edad de iniciación está abajo de los **diez años** como promedio".

Como consejos para los padres dice: "Primero, **hablar del tema**. Con las drogas se invirtió la pirámide de conocimiento, porque los chicos saben más. Sin embargo, los padres deben hablar como forma de prevenir. Una charla reflexiva, donde se introduzca el concepto de riesgo, es importante. En segundo lugar, si se topan con el problema, deben consultar a especialistas".

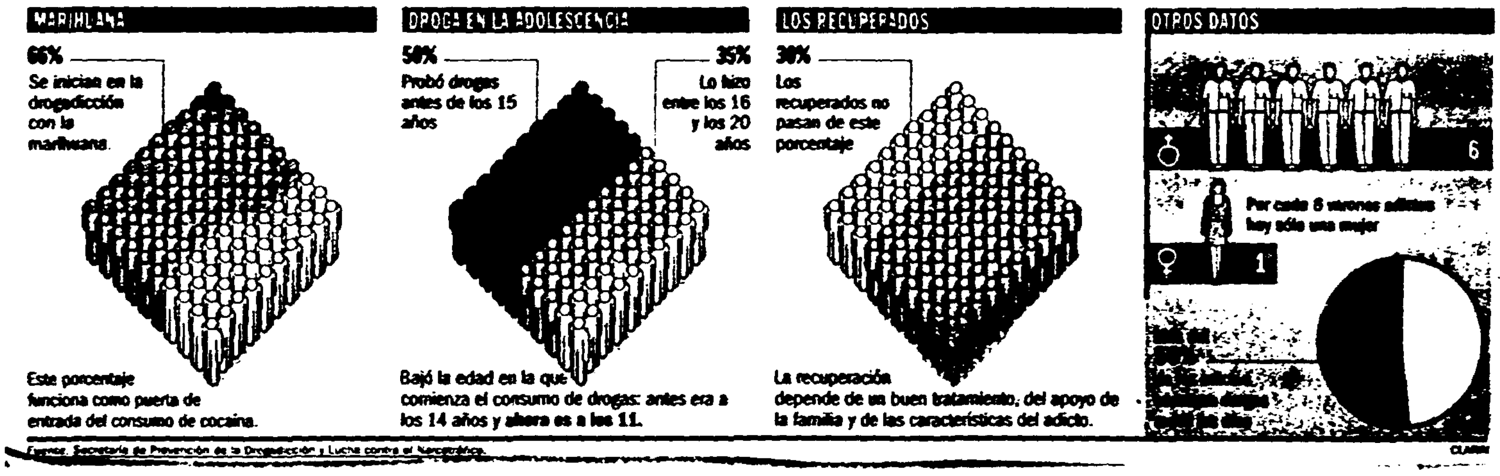
! Doc. con fs. poco legibles !

01 - 03

9709008.

Los datos más recientes

Los gráficos muestran qué usan y cómo cambiaron los hábitos de los consumidores de drogas en los últimos años.



Fuente: Secretaría de Prevención de la Drogadicción y Lucha contra el Narcotráfico.

CLARIN

02

9709008

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA Agencias
26/5/94

AMB037
SUCBT 05-26 00258
mun exo ic

ARGENTINA-DROGADICCION
MITAD ADOLESCENTES HAN PROBADO DROGAS ANTES DE LOS 15 AÑOS

Buenos Aires, 26 may (EFE).- La mitad de los adolescentes argentinos han probado drogas antes de los quince años de edad, según los resultados preliminares de un estudio, dijo el Secretario de Prevención de la Drogadicción, Julio César Aráoz.

"Hay cada vez más gente que depende de las drogas", afirmó Araoz en una entrevista exclusiva que publica hoy el diario "Clarín", de Buenos Aires.

Aráoz señaló que "la edad de inicio en la drogadicción es de once años cuando hace poco tiempo era de 14 años y más de la mitad de los adictos consumen drogas todos los días".

La cantidad de varones adictos es seis veces más alta que la de mujeres, agregó.

Dijo que "la droga de inicio" es la marihuana en el 66 por ciento de los casos y que el 35 por ciento de los adolescentes adictos iniciaron su adicción entre los 16 y los 20 años.

El 30 por ciento de quienes hacen tratamientos logra dejar la adicción a las drogas, agregó.

El funcionario dijo que la campaña oficial "Sol sin drogas", lanzada en el verano (austral) de 1976 con la participación del futbolista Diego Maradona "se suspendió porque era muy cara".

"Solo por una fotografía de Diego con la pelota hubo que pagar 900.000 pesos (o dólares) a una agencia de publicidad", comentó.

Un estudio de 1991, el último efectuado en todo el país, indicó que el 0.9 por ciento de la población, es decir unas 290.000 personas, consume drogas.

En 1994, otro informe oficial sobre la drogadicción en Buenos Aires y sus alrededores, señaló que el 79 por ciento de los adictos tiene menos de 29 años y que el 59 por ciento carece de empleo.

El 77 por ciento de los adictos residentes en la capital federal y sus alrededores, donde viven 12 millones de personas, un tercio de la población, consume cocaína y el 51 por ciento se inició con marihuana. EFE

alm/M

05/26/13-33/94

03-03

9709006.

Nº DOCUMENTO 9709009

TITULO COSTA RICA: Firman convenio bilateral para combatir terrorismo y NT. -

PROCEDENCIA AGENCIA

26/5/97

11/H6 11356

65599 11005

65644 11433

10189

507513

COSTA RICA-ESPAÑA

FIRMARAN CONVENIO BILATERAL PARA COMBATIR TERRORISMO

San José, 26 may (EFE).- Costa Rica y España emprenderán acciones conjuntas contra el terrorismo y extraditarán a personas de ambos países vinculadas con ese delito, narcotráfico u otros, afirmaron hoy en San José el ministro de Justicia costarricense Juan Diego Castro y dos altos funcionarios españoles.

Castro y Jesús Alarcón, subdirector de Cooperación Jurídica Internacional del Ministerio de Justicia de España, e Ignacio Sagaz, subdirector general de Asuntos Jurídicos del Ministerio de Relaciones Exteriores español firmarán, mañana, un convenio de extradición y de intercambio de presos.

La firma del documento, que también contempla la cooperación española para el sistema de cárceles de Costa Rica, "es un instrumento muy importante (para este país) en la lucha contra la delincuencia internacional", declaró a EFE el ministro de Justicia costarricense.

Por su parte, Sagaz comentó que para España los convenios forman parte de la lucha contra el terrorismo "que debe ser llevada a todos los ámbitos, a todas las formas, pues no respeta fronteras".

El tratado de extradición con Costa Rica, como el que también se buscará firmar con otros países centroamericanos, dijo Sagaz, "es un mecanismo para impedir que las bandas terroristas se expandan, comentan delitos y se trasladen a otros países dentro de un ámbito de impunidad".

Destacó que "con la ley en la mano y los convenios de extradición como instrumento, estamos enviando el mensaje a los terroristas de que no hay lugar seguro para ellos".

"El terrorismo, por definición es un delito internal,y todos estamos conscientes de la presencia de miembros de bandas terroristas muy conocidas, no solo para España sino para otros países y que tienen contactos, conocidos y presencia física de sus miembros en diferentes naciones", explicó el funcionario español.

El ministro costarricense detalló que en los actuales momentos, no hay ninguna persona cuya solicitud haya sido solicitada, mientras, en cuando al intercambio de "condenados", se podrá ser efectiva cuando sean ratificados los tratados, y que incluyen a once españoles en Costa Rica y tres costarricenses en España, todos acusados por narcotráfico. EFE

MDS/LBE/JMA

05/26/22-52/97

Doc. claro

01-01

9709009.

UE-JUSTICIA

QUINCE HABLARAN SISTEMA COMUN ALERTA DROGAS SINTETICAS

Bruselas, 26 may (EFE).- Los ministros de Justicia e Interior de la Unión Europea (UE) pueden decidir hoy, lunes, en Bruselas, la puesta en marcha de un sistema común de intercambio de información y alerta anticipada para controlar y vigilar las nuevas drogas sintéticas.

El Consejo, al que acuden los ministros españoles de Justicia e Interior, Margarita Mariscal de Gante y Jaime Mayor Oreja, y que se iniciará a las 14.30 horas (GMT), podría arreglar los últimos detalles del Acuerdo para su aplicación a finales de junio, según la presidencia holandesa.

La acción común de los Quince en este terreno es de particular importancia dado el consumo creciente, especialmente entre los jóvenes, de las llamadas nuevas drogas, tales como el éxtasis, subrayó la misma fuente.

Los Quince firmarán tres convenios sobre notificación de actos judiciales y extrajudiciales en materia civil y comercial, el protocolo del convenio relativo a la protección de los intereses financieros de la Comunidad y el convenio para la lucha contra la corrupción de funcionarios de la Comunidad o de los Estados miembros.

La comisaria europea de Asuntos de Justicia e Interior, Anita Gradin, presentará una propuesta, en previsión de futuras crisis con movimientos masivos de refugiados, sobre cómo actuar para proteger a las personas desplazadas.

El Consejo adoptará asimismo sin debate una resolución sobre la protección de menores procedentes de países terceros.

Los Quince se reunirán con sus homólogos de los países de Europea Central y Oriental (PECO) y Chipre dentro del diálogo que se mantiene con estos Estados candidatos a la adhesión.

El asilo será el tema central de discusión y la posibilidad de concluir con ellos un convenio como el de Dublín, firmado entre los países de la UE.

La presidencia holandesa presentará, como es habitual cada seis meses, un informe sobre la evaluación de la amenaza externa e interna del terrorismo en la UE, en base a las informaciones suministradas por los Estados miembros. EFE

va/es

05/26/11-19/97

doc. claro!

Nº DOCUMENTO 9709010

TITULO UE Estudian puesta en marcha de sistema común de alerta de d. sintéticas.-

PROCEDENCIA Agencias 26/5/97

11176 11342

10184 11349

514142 11005

11356

11360

9709010.

sEu.. 5

b ARBI 05 26 00250
mun exo ic.

VENEZUELA NARCOTRAFICO
MINISTRO ANTIDROGAS INSTA A FORMULAS CREATIVAS CONTRA "NARCOS"

Caracas. 26 may (EFE). El ministro de la Comision Nacional Antidrogas (CNA) de Venezuela. Carlos Tablante. instó hoy al sector financiero y a los cuerpos de seguridad a ser "muy creativos" para combatir al narcotráfico, que emplea las más avanzadas tecnologías para cometer sus delitos en este país.

"Frente a estos avances de la humanidad, cuyas desviaciones han sido difíciles de detener y de detectar, aun por los más grandes centros de investigación contra crímenes financieros, tenemos que ser muy creativos", señala Tablante en un artículo que publica hoy el diario "El Universal", de Caracas.

El ministro alerta sobre las "organizaciones criminales que operan en el 'lavado' de dinero que trabajan al más alto nivel tecnológico" y recomienda usar esas mismas herramientas de la tecnología para luchar contra el problema.

"Este problema no sólo debe preocupar a los organismos de seguridad e inteligencia, sino también a las instituciones bancarias, financieras, comerciales e inmobiliarias", indica Tablante en el artículo, en el que también describe los nuevos procesos para el 'lavado' de fondos, entre ellos el uso de dinero digital.

Según el Departamento Estadounidense Antidrogas (DEA), citado por "El Universal", el 'lavado' de dinero en Venezuela ascendió a unos 2.000 millones de dólares en 1995 y el tráfico de narcóticos por territorio venezolano procedente de Colombia mueve anualmente de 100 a 200 toneladas.

Tablante plantea ir a una lucha "sin cuartel" contra las mafias que "lavan" dinero, ya que considera que dicho delito incide negativamente en la economía de los países que sufren el problema. EFE

HM/SC/fr

05/26/16-07/97

Nº DOCUMENTO 9709011
TITULO Ven: Ministro Antidrogas insta a sector financiero a adopta medidas contra lavado.
PROCEDENCIA AGENCIAS
26/5/97
11176
65092
67390
11349
11227
11686
11665
11224

Doc. claro

01-01

9709011

CENTROAMERICA NARCOTRAFICO
REGION UNIFORMARA LEYES PARA COMBATIR TRAFICO DE DROGAS

Tegucigalpa, 27 may (EFE). Los países centroamericanos uniformarán sus leyes para combatir el tráfico de drogas en la región, informó hoy en Tegucigalpa una fuente oficial hondureña.

El presidente de la Comisión Antidrogas del Congreso Nacional de Honduras, Carlos Sosa Coello, indicó que es necesario armonizar las leyes existentes en Centroamérica para combatir el narcotráfico.

Los países centroamericanos sirven de puente a traficantes de drogas de países suramericanos que tienen en Estados Unidos su principal mercado.

El problema de la droga fue estudiado hace unos pocos días en una reunión organizada por el Centro de Desarrollo Jurídico para América Central con representantes de las asambleas legislativas de la región, auspiciada por la ONU, la Organización de Estados Americanos (OEA) y los gobiernos de la zona.

Sosa Coello resaltó que hay necesidad de armonizar las leyes y adaptarlas a la calidad del delito sobre tráfico de drogas, incluso con penas más severas y ágiles, como han señalado los presidentes de la región en las cumbres que celebran anualmente.

Además del narcotráfico, en la región operan grupos y particulares que se dedican al "lavado" de dólares, en muchos casos procedentes del tráfico de drogas, según denuncias de sectores oficiales de Centroamérica.

En 1996 las autoridades de Honduras confiscaron 3.400 kilogramos de cocaína valorados en 64 millones de dólares. EFE
GR/RSM/GC/ti

05/27/18:22/97

Nº DOCUMENTO 9709012
TITULO Centroamérica Región uniformará leyes para combatir el NT.-
PROCEDENCIA AGENCIA EFE
FECHA 27/5/97,
VINCULACIONES 11176, 65549, 60153, 11349, 11233, 11227, 11356

doc. dao

9709012.

Nº DOCUMENTO 9709043

TITULO

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

27/5/97

CANADA DROGA
POLICIA CULMINA OPERACION CON INCAUTACION 8 TONELADAS HACHIS

Montreal (Canadá), 27 may (EFE). La Policía canadiense concluyó hoy en Montreal una operación antidroga que ha durado 10 meses, con la incautación de ocho toneladas de hachís, valoradas en unos 47 millones de dólares (EEUU).

Según fuentes oficiales, en la operación participaron unos 350 policías y fueron arrestadas 27 personas en el área de Montreal, en la provincia de Quebec.

La Policía informó de que para hoy se esperaban otras nueve detenciones en Bélgica, Holanda y Suiza, en relación con dicha operación.

Las autoridades de varios países, entre ellos Emiratos Arabes Unidos, Estados Unidos, Paquistán y Reino Unido, colaboraron con Canadá en la operación.

La investigación comenzó en 1993 en Montreal, cuando el banco privado "Royal Bank of Canadá" advirtió a la Policía Montada de varias transacciones financieras sospechosas de ser "blanqueo" de dinero de una presunta organización criminal. EFE

ms/cm/mms/arp

05/27/22-45/97

doc. claro

9709013.

01-01

Nº DOCUMENTO 970904
TITULO PAR/COSTA RICA Acuerdan cooperación antidroga y asistencia judicial.-
PROCEDENCIA AGENCIA EFE
27/5/97

VINCULACIONES 11170 11369
65092 11349
60723 11356
11005
65644

PARAGUAY-COSTA RICA
ACUERDAN COOPERACION ANTIDROGAS Y ASISTENCIA JUDICIAL

Asuncion, 27 may (EFE).- Paraguay y Costa Rica firmaron hoy, martes, en Asunción acuerdos de cooperación para la lucha contra el narcotráfico y de asistencia en materia judicial.

Los documentos fueron suscritos por los cancilleres paraguayo, Rubén Melgarejo Lanzoni, y costarricense, Fernando Naranjo Villalobos, que hoy finaliza una visita oficial de tres días.

Mediante el primer acuerdo ambos gobiernos se comprometen a asistirse mutuamente en la prevención y control del abuso de drogas, el tráfico ilícito de estupefacientees y sustancias psicotrópicas, y otros delitos conexos, que "constituyen males que afectan a la comunidad de los dos países".

En el ámbito judicial, y como paso previo a la próxima firma de un tratado de extradición, los ejecutivos de Asunción y San José prometen prestarse la mayor asistencia posible en el desarrollo de procedimientos judiciales penales.

En una declaración conjunta, los cancilleres expresan tambien el deseo de fortalecer aún más los vínculos de amistad y cooperación, así como revisar el estado de las relaciones bilaterales e intercambiar puntos de vista sobre la situacion regional y mundial.

Además de entrevistarse con su homólogo paraguayo, el canciller costarricense, que llegó el pasado sábado a Asunción, se reunió con el presidente de la República, Juan Carlos Wasmosy, y autoridades del poder Legislativo y Judicial. EFE

IGO ila/M

05/27/16 13/97

DE clar

01-01

9709014.

Nº DOCUMENTO 9709015

TITULO ARG.: Incautan aprox. 200kg de marihuana a Formosa.

PROCEDENCIA LA NACION

FECHA 27/5/97

VINCULACIONES 11176
65092
66960 11226
11351 66723
11352 11075
11341

Secuestran droga

FORMOSA.- Cerca de 200 kilos de marihuana fueron secuestrados por la Gendarmería Nacional en dos operativos realizados en la ciudad fronteriza de Clorinda y en las cercanías de esta ciudad.

La droga fue hallada en camiones de carga procedentes de Paraguay que transportaban cemento en un doble fondo donde escondían la marihuana.

Poco legible

01-01

9709015.

Nº DOCUMENTO 9709016

TITULO Panamá. Desarticulan brazos operativos de red de Castrillón Henao. -

PROCEDENCIA AGENCIA EFE

FECHA 27/5/97

VINCULADO

11176 10884 11422 10184 11514
65092 11214 11224 11227
60718 11229 11670 11345

PANAMA NARCOTRAFICO
DESARTICULAN BRAZOS OPERATIVOS EN AMERICA Y EUROPA RED CRIMINAL

Por Franco Rojas

Panamá, 27 may (EFE). La Fiscalía de Drogas de Panamá, con la ayuda policial de varios países, desarticuló los brazos operativos que mantenía en América y Europa la red criminal del presunto narcotraficante colombiano José Castrillón Henao, reveló hoy el fiscal Rosendo Miranda.

El fiscal panameño antidrogas, en entrevista con EFE, explicó que en breve pedirá que se cite a declarar a Castrillón Henao y una pena máxima de veinte años de cárcel para el supuesto heredero de las rutas marítimas del cartel de Cali, preso en Panamá desde el 17 de abril de 1996.

Con la información de la Fiscalía de Drogas, a Castrillón Henao se le han abierto procesos penales por narcotráfico en Colombia, Costa Rica, Canadá, Ecuador, México, Estados Unidos, Alemania, Francia y Suiza, dijo Rosendo Miranda.

La Fiscalía presentará en el juicio un voluminoso expediente y las pruebas que confirman los vínculos de Castrillón Henao con personas y empresas dedicadas al narcotráfico y delitos conexos, como el "lavado" de dinero, aseguró la fuente.

Sólo en Panamá, añadió el fiscal, hay ocho detenidos por el "caso Castrillón", en Ecuador 14 y en México una de importancia en el organigrama delictivo del presunto traficante de drogas colombiano.

Rosendo Miranda informó de que una fiscalía federal del sur de la Florida (EEUU) se incautó de tres propiedades valoradas en total en 700.000 dólares pertenecientes a Castrillón Henao, y ahora los representantes en Estados Unidos del acusado tendrán que probar que fueron adquiridas por medios lícitos.

Dicha incautación se basó en las pruebas aportadas por la Fiscalía de Drogas de Panamá, dijo el fiscal Miranda.

"Hubo un intercambio de pruebas (con los agentes federales de EEUU) sobre estos bienes y nosotros aportamos las nuestras de cómo se pagaron esos bienes", subrayó el fiscal antidrogas.

Añadió que, tras una investigación de más de un año, Alemania, Colombia, Costa Rica, Canadá, Ecuador, EEUU, Francia, México, Panamá y Suiza han intercambiado pruebas y coordinado estrategias para armar el "rompecabezas" de la red delictiva.

El fiscal resaltó que todos estos procesos abiertos están vinculados entre sí y que ello "ha permitido lograr la desarticulación de los brazos operativos de esta organización criminal".

DOC. CLARO

Según el fiscal, el juicio de Castrillón Henao será muy interesante debido a la importancia de las personas que van a ser sentadas en el banquillo de los acusados y por los cargos.

Rogelio Cruz, abogado panameño de Castrillón Henao, declaró a EFE que probará la inocencia de su cliente y que denunciará las violaciones de los derechos humanos cometidas en la cárcel contra su representado.

Cruz, ex procurador general panameño, señaló al fiscal Miranda como uno de los más empecinados en mantener a Castrillón Henao en la cárcel a pesar de que, a su juicio, "no tiene pruebas" sobre su culpabilidad.

9709016.

El fiscal respondió que una investigación de ese tipo y obtener las pruebas no es asunto de un día, sobre todo porque las personas se resisten a acusar directamente al supuesto narcotraficante por temor.

Una fuente de la Policía Nacional de Panamá dijo a EFE que en la sede de ese organismo se construyó una celda de máxima seguridad para el acusado valorada en decenas de miles de dólares, con dos torretas de vigilancia, sistemas electrónicos de alarma y cámaras de televisión para evitar una fuga o un rescate.

El caso de Castrillón Henao cobró relevancia política en Panamá al conocerse que una de sus empresas donó 51.000 dólares en 1994 a la campaña electoral del actual presidente panameño, Ernesto Pérez Balladares.

El llamado escándalo de los "narcocheques" es un "caso cerrado y sobreseído" al no haberse encontrado pruebas de que se hubiera cometido dolo en la recepción de esos cheques porque Castrillón Henao era entonces un desconocido, dijo el fiscal. EFE

FR/rsm/mmg/fr

05/27/18:58/97

02-02

9709016.

Nº DOCUMENTO 9709017

TITULO Brasil: Mueren narcos en enfrentamiento e incautan chopas.

PROCEDENCIA Últimas Noticias

FECHA PROCEDENCIA 29/5/97.

VINCULACIONES 11176
65092
50482 11214
11888 11229
11351 11422 (narcomuerto)
11352
11341
11354



Nuevamente la Policía Militar irrumpió en las favelas de Río de Janeiro. En un operativo antidrogas mató a nueve narcotraficantes.

Nueve narcos muertos

RIO DE JANEIRO, (ANSA)- La Policía Militar (PM) brasileña informó que nueve presuntos narcotraficantes fueron muertos ayer durante un operativo en la favela de Jacarezinho, un suburbio de Río de Janeiro.

La operación fue realizada en colaboración con el Escuadrón de Represión de los Estupefacientes de la Policía Civil, y se utilizaron helicópteros.

Según el informe oficial, los policías allanaron la casa donde vivía quien fue definido como jefe del tráfico de la zona, José Soares, de 30 años, quien murió durante el operativo.

Los policías fueron recibidos a tiros en la casa de Soares y respondieron la agresión, según la versión oficial.

Los agentes encontraron en la casa cinco modernos fusiles, pistolas, revólveres, granadas y abundante munición, agregó el informe.

La policía comenzó la búsqueda de otros cómplices que huyeron a favelas vecinas.

En la operación también fueron decomisados varios paquetes de marihuana y cocaína.

DOC. OSCURO

9709017.

LOS BOLIVIANOS VOTAN ESTE DOMINGO ENTRE CONFLICTOS Y NARCOESCANDALO

LA PAZ, (Reuter) - La campaña electoral boliviana concluirá mañana, favorecida por el fin del largo conflicto sindical pero ensombrecida por un nuevo narco- escándalo que tocó inclusive al Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada.

Sin ocultar lágrimas, el líder de la Central Obrera Boliviana (CIB), Edgar Ramírez, abandonó ayer en camilla la sede sindical en la que cumplió 23 días de huelga de hambre en demanda de diálogo con el gobierno.

El diálogo fue reinstalado de inmediato, pero Ramírez y sus compañeros de ayuno permanecieron en la protesta hasta ayer, en espera de la confirmación de que ya estaban funcionando siete comisiones de negociación sectorial sobre salarios, fuero sindical, desarrollo campesino y otros temas.

Instalado el diálogo gobierno-sindicatos, el panorama boliviano quedó dominado por el escándalo desatado el martes por la publicación de una fotografía del Presidente Sánchez de Lozada abrazando a un supuesto narcotraficante.

El mismo Sánchez de Lozada rechazó indignado la insinuación de que habría conocido los antecedentes del acusado de narcotráfico, un ex alcalde de la localidad fronteriza de Puerto Quijarro, quien incluso condecoró a los presidentes de Perú, Alberto Fujimori, y de Paraguay, Juan Carlos Wasmosy.

El acusado, Carmelo Cuéllar Vaca, detenido desde hace un año y medio, admitió ser militante del partido del presidente, el centroderechista Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), según publicaron los diarios locales.

El domingo, los bolivianos concurrirán a comicios en los que serán elegidos el nuevo gobierno y el congreso para los cinco próximos años.



Remedios Loza, candidata de una organización indigenista, se dirige a sus partidarios durante la campaña electoral. El domingo los bolivianos concurrirán a las urnas para elegir el gobierno para los próximos cinco años. (Foto AP)

El ex dictador militar Hugo Banzer encabeza la preferencia ciudadana, con por lo menos el 25 por ciento de intención de voto, según diversas encuestas.

Le siguen, a una distancia de entre cinco y diez puntos porcentuales, el socialdemócrata Paz Zamora y el oficialista neoliberal Durán, aunque algunos sondeos no descartan, en la lucha por el segundo puesto, al populista Ivo Kuljis.

Doc. Poco legible!

01-01

97090180

Nº DOCUMENTO 9709019

TITULO HRG: Advierten sobre calcomanías con drogas en Bariloche -

PROCEDENCIA Clarín

FECHA PRODUCCION 29/5/97.

VINCULACIONES 11176
65092
669100
11680
11666

Advierten sobre calcomanías con drogas en Bariloche

Tatuajes y calcomanías infantiles que contenían ácido lisérgico (LSD) que se vendían en pleno centro de Bariloche fueron detectadas ayer por personal de Inteligencia de Gendarmería Nacional. Según trascendió, el vendedor de los tatuajes habría sido detenido. La venta de cada calcomanía costaría, al parecer, entre los 35 y 40 pesos, según el dibujito. La Aduana distribuyó un comunicado entre su personal alertando sobre la circulación de tatuajes parecidos a estampillas con dibujos de personajes de Disney, los Simpson, o en un tatuaje llamado "Estrella Azul", cuya estrella tendría LSD.

(Poco legible)

01 - 01

9709019.

[illegible]

CHINA DROGAS
18.000 DETENIDOS EN CANTON EN CHINA EN CAMPAÑA ANTIDROGA

Pekín, [illegible] (EFE). Las autoridades de la provincia de Guangdong (S.E. de China) detuvieron en el último mes y medio a 18.000 narcotraficantes y toxicómanos, informa hoy la prensa de Cantón, capital de la provincia.

Aproximadamente 2.000 de los detenidos en la campaña entre los pasados 1 de abril y 15 de mayo, son narcotraficantes, por lo que, en este país, afrontan la pena capital.

Los otros 16.000 eran drogadictos, 15.000 de los cuales fueron enviados a "centros de rehabilitación" y 1.000 a campos de trabajos forzados.

Para celebrar el final de la primera fase de la campaña fueron fusilados 12 narcotraficantes en Cantón el pasado 15 de mayo.

La segunda fase comenzará el próximo 3 de junio con la quema de 500 kilos de droga en el mismo lugar en que lo hizo en 1839, según afirman las fuentes chinas, el comisario imperial Lin Zexu.

Lin mandó quemar junto a una de las puertas del amurallado Cantón de la época un cargamento de opio que mercaderes británicos introducían en China, lo que dio origen a la primera de las "guerras del opio" con Gran Bretaña, en las que China perdió Hong Kong. EFE

jcr/mms/jdl

05/30/05-37/94

DOC. claro

Nº DOCUMENTO 9709020
TITULO CHINA: 18.000 Detenidos en campaña Antidrogas. –
PROCEDENCIA Agencia
FECHA 30/5/94
Nº [illegible] 11176
10034
65[illegible]
11351
11349
11884

01-01

9709020.

PANAMA DROGAS
INCAUTADOS 1.381 KILOS DE COCAINA COLOMBIA CON DESTINO A EEUU

Panamá, 29 may (EFE).- Un cargamento de 1.381 kilos de cocaína procedente de Colombia y que iba a ser enviado a EEUU fue incautado por la Policía Técnica Judicial (PTJ) de Panamá, que detuvo a cinco panameños y está en persecusión de otras personas, informó hoy el fiscal antidrogas, Rosendo Miranda.

El funcionario judicial indicó en rueda de prensa que 754 kilos fueron incautados por la PTJ este miércoles en horas de la noche en la ciudad caribeña de Colón, 80 kilómetros al norte de la capital, donde se detuvo a cuatro individuos, que no identificó.

Horas después, en Ciudad de Panamá se capturó a otro cómplice de la banda de traficantes y en un depósito comercial la PTJ decomisó 627 kilos, que estaban empacados y cubiertos de una sustancia para despistar a los perros antidrogas.

Miranda explicó que la droga procede "de los carteles del Pacífico de Colombia" y que iba con destino a Estados Unidos.

Además de la droga, la policía se incautó de 3 vehículos y 7.800 dólares en efectivo, aparatos buscapersonas y teléfonos celulares, de cuya memoria electrónica se ha extraído información sobre los contactos que mantuvieron los presuntos narcotraficantes en las últimas horas, lo que permitirá mas capturas, dijo. EFE

LBB/JMA

05/30/00-18/97

Nº DOCUMENTO 9709021
TITULO Panamá: Incautados 1381 Kg de cocaína de Col. a EEUU.-
PROCEDENCIA Agencias
FECHA DE PROCEDENCIA 30/5/94
VINCULACIONES 11176 11226
65092 65890
66718
11351
11352
11354

Doc. claro

01-01

97090211

9709022
Brasil: Español detenido con cocaína de C. de Nigeria en Bahía. –
AGENCIA EFE
30/5/97
11170 11422
65092 11351
50422 11352
11214 11354
11229 11224

XA1923

R SUCBT 05-30 00157
mag sur exgu

BRASIL-DROGA
ESPAÑOL PRESO CON CUATRO KILOS COCAINA DEL "CARTEL NIGERIANO"

Salvador de Bahía (Brasil), 30 may (EFE).- El español José Luis Muñoz Martínez, de 43 años, fue apresado hoy en el aeropuerto de la ciudad brasileña de Salvador, capital del estado de Bahía, cuando se aprestaba a regresar a Madrid con un alijo de cuatro kilos de cocaína oculto en su equipaje, informó la Policía.

El agente César Nunes, de la Delegación Federal de Tóxicos, informó a la prensa de que Muñoz Martínez despertó la sospecha de la Policía desde que llegó a Brasil, el pasado día 21, por las reiteradas llamadas telefónicas que efectuó a Nigeria, país que ha instalado en territorio brasileño un virtual "cartel" de la droga valiéndose de ciudadanos europeos de diferentes nacionalidades.

Nunes aseguró que Muñoz Martínez iba a recibir cerca de 5.000 dólares por llevar a España la droga, que poco antes fue transportada desde Sao Paulo por un nigeriano prófugo cuya identidad no ha sido revelada. EFE

ar/mv/arp

05/30/21-25/97

Doc. claro

Nº DOCUMENTO 9709023
TITULO MEX: Armada detiene 596 narcos e incautó gran cantidad de droga en este año.
PROCED. Abendio EFE
31/5/97
11176
65092
507623
11351
11352
11341
11354
11062
11225

xA1948
R VARBT 05-31 00195
amt

MEXICO-DROGAS
ARMADA MEXICANA DETUVO A 596 PRESUNTOS NARCOTRAFICANTES

México, 30 may (EFE).- La Secretaría de Marina mexicana detuvo a 596 presuntos narcotraficantes de mayo de 1996 a abril del presente año, a los que incautó cuarenta toneladas de marihuana, más de siete de cocaína, 821 kilos de marihuana en greña y otros 17 de semillas de esa misma hierba.

Durante este período de tiempo, los agentes incineraron 5.960 kilos de cocaína, 32.000 kilos de marihuana empaquetada, 1.577 kilos de esa hierba en greña y 45 kilos de marihuana en semilla.

También fueron destruidas 120 plantaciones de marihuana, con una superficie total de 315.662 metros cuadrados, y quince sembrados de amapola con una extensión total de 28.482 metros cuadrados.

Asimismo se inspeccionaron 551 buques extranjeros, 2.740 mexicanos, 337 aviones, 41.313 vehículos, 244 ferrocarriles, 9.182 embarcaciones menores, 1.335 propiedades y a 124.085 personas.

En estas operaciones fueron detenidos 139 mexicanos y 457 de otras nacionalidades, a quienes se les decomisaron 43 vehículos, diecisiete buques mexicanos, uno extranjero, 198 embarcaciones menores, 130 motores fuera de borda, cuarenta armas largas, veintiocho armas cortas y municiones. EFE
aqf/jlm/arp

Doc. claro

9709023.

Nº DOCUMENTO 9709023

TITULO MEX: Armada detiene 596 narcos e incautó gran cantidad de droga en este año. -

PROCEDENCIA Agencia EFE

31/5/97

11176

65092

507623

11351

11352

11341

11354

11662

11225

XA1948

R VARGT 05-31 00195

amt

MEXICO-DROGAS

ARMADA MEXICANA DETUVO A 596 PRESUNTOS NARCOTRAFICANTES

México, 30 may (EFE).- La Secretaría de Marina mexicana detuvo a 596 presuntos narcotraficantes de mayo de 1996 a abril del presente año, a los que incautó cuarenta toneladas de marihuana, más de siete de cocaína, 821 kilos de marihuana en greña y otros 19 de semillas de esa misma hierba.

Durante este período de tiempo, los agentes incineraron 5.760 kilos de cocaína, 32.000 kilos de marihuana empaquetada, 1.577 kilos de esa hierba en greña y 45 kilos de marihuana en semilla.

También fueron destruidas 120 plantaciones de marihuana, con una superficie total de 315.662 metros cuadrados, y quince sembrados de amapola con una extensión total de 28.482 metros cuadrados.

Asimismo se inspeccionaron 551 buques extranjeros, 2.740 mexicanos, 837 aviones, 41.313 vehículos, 244 ferrocarriles, 9.182 embarcaciones menores, 1.335 propiedades y a 124.085 personas.

En estas operaciones fueron detenidos 139 mexicanos y 457 de otras nacionalidades, a quienes se les decomisaron 43 vehículos, diecisiete buques mexicanos, uno extranjero, 198 embarcaciones menores, 130 motores fuera de borda, cuarenta armas largas, veintiocho armas cortas y municiones. EFE

aqf/jlm/arp

doc. claro

9709023.

01-01

R.E.Nº..............

ASUNTO: LISTA INTERNA DEL M.P.P. PARA ELECCIONES INTERNAS DEL FA (28/9/97)

PROCEDENCIA: D.G.I.D.

EVALUACION: ......

DISTRIBUCION: - BIOGRAFICO

- MILITAR

ORIGINAL

OBSERVACIONES: 19 AGO. 1997 APORTE A BUEDA CHICA DE D/F DEL Jefe II/E.M.E.

FECHA: 19 AGO, 1997

FIRMA: CAP. NORBERTO DEPINCENSI

9709025

E001/002

20 AGO 1997

Se ha tomado conocimiento que fue definida casi en su totalidad la lista del MPP en vista a las elecciones internas del F.A. a realizarse el 28/09. Se llega al acuerdo entre los diferentes grupos, después de por lo menos 4 (cuatro) extensas reuniones debido a que el MLN-T quería ocupar la mayoría de los 12 (doce) lugares previstos. Las reuniones se están realizando en el local de la C.U.F. en Avda.Italia 2701 el cual a su vez será utilizado como Base para la campaña electoral de las elecciones internas. Se han manejado eslogan de la lista como por ejemplo: "CORRIENTE DEL PUEBLO", "POR EL FRENTE POPULAR", "CORRIENTE ALTERNATIVA PLURAL DE IZQUIERDA Y SOCIALISTA", lo cual se definirá en próximas reuniones, así como la confirmación del día del Acto de lanzamiento, manejándose como fecha y lugar, el 15 de Agosto en el Palacio Sudamérica.

Integración de la lista:

LUGAR	GRUPO	NOMBRE
1º	MPP	Helios SARTHOU
2º	MPP	José MUJICA
3º	M26M	Mª de los angeles BALPARDA
4º	PST	Gustavo VAZQUEZ
5º	MPP	Jorge ZABALZA
6º	UP	Enrique ERRO
7º	CUF	Eduardo MENDEZ
8º	MPP	Marcos ABELENDA
9º	M26M	Lucas PITTALUGA o Jorge ROCHE
10º	M26M	cedido al MIF del cual no se conoce aún el nombre
11º	MPP	Jorge QUARTINO
12º	PST	cedido a la ... Eladio VELAZQUEZ

La campaña electoral será la más contundente posible tratando de lograr un máximo de movilización para que concurran a votar el 28 de Setiembre ya que el MPP entiende que debe y puede lograr el ingreso de los 12 (doce) dirigentes a la dirección del FA para lo cual es necesario obtener un 16% del total de votos emitidos.

"CORRIENTE DE IZQUIERDA POPULAR Y SOCIALISTA"

Este sería el Lema de la Lista para las elecciones internas.-

9709025

E002/002

DOC. ILEGIBLE

FECHA 2/10/97 INICIAL

Procesado a Sistema CPX

OBSERVACIONES

TAI7;

E EE-BT 05 17 00080

MUN 6AG 103

ARMAS QUIMICAS
BRASILEÑO ELEGIDO DIRECTOR GENERAL OPAQ

La Haya, 13 may (EFE). El brasileño Jose Mauricio Bustani fue elegido hoy, martes, en La Haya, director general de la Organizacion para la Prohibicion de las Armas Quimicas (OPAQ).

La OPAQ, fundada la pasada semana en La Haya, donde tendra su sede, eligio por consenso a Bustani.

El nuevo director de la OPAQ habia sido director general del Departamento de Desarme y no Proliferacion en la sede de Ginebra de Naciones Unidas. EFE

vev/a/cr/pgl

05/13/16-47/97

1/4

Montevideo, 18 de Agosto de 1997.-

MEMORANDUM

DE: Director General de Información de Defensa.

PARA: N-2 ; A-2 ; Dpto II/E.M.E.-

ASUNTO: VII Encuentro del Foro de San Pablo.

HECHOS:

Entre los días 31 de Julio y 3 de Agosto se llevó a cabo el VII Encuentro del Foro de San Pablo en la ciudad de Porto Alegre - Brasil. Los anteriores se habían desarrollado en la C. de San Pablo (1990), C. de México (1991), C. de Managua (1992), La Habana (1993), C. de Montevideo (1995) y C. El Salvador (1996).

En este encuentro al igual que en los anteriores el tema central consistió en la búsqueda de una alternativa viable ante el "Neoliberalismo", ideología predominante en el mundo según los partidos integrantes del Foro, a partir de la caída de la URSS.

A éste evento concurrieron alrededor de 160 representantes de 60 partidos y organizaciones de izquierda, originarias de América Latina y más de 50 observadores pertenecientes a entidades de América del Norte, Europa y Asia.

Previo al 31 de Julio y también simultáneamente con las reuniones centrales se desarrollaron talleres para analizar los temas: Racismo, Género (especialmente el tema de la mujer), Reforma agraria, Cultura, Cuestión indígena, Cristianos y el Foro, Medioambiente, Juventud, Gobiernos Municipales, Empresarial, Democratización de los medios de comunicación y Situación de Timor Este.

Referente a la integración en cuanto a miembros y observadores cabe destacar que no se aceptó la participación como observador de Herri Batasuna, dado los últimos hechos en España relacionados con la ETA. Esto fue propuesto por el Partido de los Trabajadores de Brasil. El ingreso solicitado por el Movimiento Revolucionario Tupac-Amarú fue vetado por el grupo Bandera Roja de Perú. El ingreso del Movimiento Todos por la Patria de Argentina también fue rechazado. En esta oportunidad contaba con el apoyo del Frente Sandinista de Liberación Nacional de Nicaragua.

Con respecto a los participantes uruguayos concurrieron representantes del Frente Amplio, Asamblea Uruguay,Vertiente Artiguista, Partido Socialista de los

Trabajadores, Partido Comunista, Movimiento 26 de Marzo,Corriente de Unidad Frenteamplista, Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros, Partido Socialista del Uruguay, Partido por la Victoria del Pueblo y Partido Obrero Revolucionario. Confluencia Frenteamplista participó como observador dado que la CUF veto su ingreso.

De lo propuesto en los talleres tratado en el documento central, y de las resoluciones del Foro se destaca:

* Nuevamente se evidencia las dos posturas predominantes una **moderada** o **reformista** a partir del PT (Brasil), PRD (México), FMLN (El Salvador) y grupos del FA, próximos a Asamblea Uruguay y otra **revolucionaria** o radical a partir del PC (Cuba), el FSLN (Nicaragua) y PC (Uruguay). No logrando acordar una posición conciliatoria.

* Se acordó el funcionamiento de una Secretaría Ejecutiva y la creación de Secretarías Regionales a fin de mejorar las comunicaciones y el desarrollo de acciones conjuntas.

* Se acordó aumentar los esfuerzos para profundizar las actividades conjuntas con movimientos sociales, populares y culturales.

* Llevar a cabo en el próximo período previo al desarrollo del VIII Encuentro del Foro de San Pablo en la C. de México, un Foro de los países del Cono Sur en C. Santiago de Chile previsto para Abril de 1998, taller de la Juventud organizado por el Frente Amplio de Uruguay y el Partido de los Trabajadores de Brasil, Foros de solidaridad con los Pueblos Indígenas y un Encuentro de Parlamentarios en Octubre de 1997 en la C. San Pablo.

* Con respecto a la resolución en sí se destaca:

  - Apoyar la lucha de Puerto Rico en busca de su independencia de los Estados Unidos, invitando a manifestar frente a las embajadas norteamericanas el 25 de Julio de 1998 fecha en que se conmemora un siglo de la "dominación" de EE.UU.

  - Solidarizarse con el pueblo peruano que rechaza el gobierno del presidente Fujimori.

  - Realizar una campaña continental contra los preparativos represivos, regionales monitoreados por EE.UU. En particular la pretensión de impulsar la integración de las FF.AA en el cono sur.

  - Organizar a través del grupo de trabajo del Foro una campaña continental en defensa de José Rainha (Líder del Movimiento Sin Tierra, requerido por la justicia brasileña).

  - Coordinar la realización de un encuentro en Santiago de Chile para Abril de 1998, a fin de analizar las "leyes represivas" que se están dictando en varios países y la

concepción frente a la integración.

- Coordinar a nivel regional actividades sindicales y estudiantiles.

- Exigir al gobierno colombiano medidas que garanticen la participación en elecciones de las fuerzas políticas de oposición y manifestar su apoyo a la búsqueda de una solución política al conflicto social y armado en ese país.

- Crear una red de comunicación popular para implementar una agenda de noticias de los trabajadores latinoamericanos.

- Crear un comité temático de municipalidades.

- Rechazar la salida militar impuesta por el gobierno de Fujimori a la toma de la embajada japonesa por parte del MRTA .

- Apoyar la convocatoria al Encuentro Mundial de Solidaridad entre las mujeres a realizarse en Cuba en Abril de 1998 y crear una coordinación de mujeres integrada por PRD (México), PT y PC (Brasil), PC (Cuba), FA (Uruguay), FSLN (Nicaragua) y Liga Socialista (Venezuela).

- Continuar con el intercambio de experiencias a través de parlamentarios para la unidad de las fuerzas progresistas y de izquierda.

- Considerar que el problema del narcotráfico es un problema político y social y por lo tanto la soluciones a éste fenómeno deben ser de ese carácter y no soluciones represivas.

- Exhortar al restablecimiento del diálogo entre el EZLN y el gobierno Mexicano.

- Declarar la solidaridad a la lucha de Timor Este por su libertad por su ocupación militar por parte de Indonesia.

- Hacer un llamado a los gobiernos Británico-Irlandés para garantizar el establecimiento de negociaciones de paz en Irlanda del Norte.

- Establecer un plazo de 4 meses para recibir aportes y sugerencias a la comisión integrada por el PC de Cuba, PT de Brasil, fuerzas políticas de Colombia, FA de Uruguay y fuerzas políticas de la República Dominicana a fin de que en una próxima reunión del grupo de trabajo, confeccione el documento definitivo.

CONCLUSIONES:

El VII Encuentro no marcó grandes diferencias con los anteriores. Se nota un avance en cuanto a la parte organizativa, dado que han aumentado las vinculaciones entre las distintas organizaciones integrantes y entre éstas y movimientos sociales .

Con referencia a los participantes se puede decir que no colmó las expectativas de los organizadores, ya que concurrió solo un 60% de lo esperado.

La delegación Uruguaya junto con la Argentina fueron las mas numerosas. No se determinó la presencia de delegados del MRO. Llamó la atención el apoyo del PCU al ingreso de CONFA como miembro pleno, aunque no se concretó dado el veto de la CUF.

Si bien dada la heterogeneidad de los integrantes, así como la existencia de distintas corrientes no se puede hablar de alcanzar una única posición referente a como enfrentar al neoliberalismo, se evidencia un avance que puede manifestarse en actividades conjuntas a nivel estudiantil y sindical.

Tanto al PRD Mexicano, PT de Brasil, FMLN de Salvador y al FA de Uruguay los encuentros les permiten el intercambio de experiencias y apoyos en el área de los gobiernos municipales.

Report on Drugs/Money Laundering

VIETNAM

Dramatic Rise in
Drug Consumption

Date: 06 June 1997
Ref.: ME 1334/97 VS-NfD

DOI: May 1997
Eval.: F - 2

Summary:
Mostly because of rising drug transit across Vietnam, drug consumption has drastically gone up in the country - especially among young people.

Report:
The number of identified drug addicts in Vietnam has reportedly risen by more than 300 percent to over 185,000 since 1994. Some 25 t of heroin are annually consumed in the country. For the authorities, it is particularly disquieting that the percentage of young addicts has been rising overproportionally. A study in which 3,000 school students were tested showed that 36 percent of them regularly consume drugs.

Comment:
Vietnam has developed lately into a major drug transit country. While most of the heroin produced in the "Golden Triangle" was formerly smuggled through Thai seaports and airports to the U.S. and European consumer market, especially the more effective steps taken by the Thai anti-drug agencies have had the result that more drugs are now transported across the Indochinese countries.
Rising drug transit is accompanied worldwide by definitely increasing drug consumption in the transit countries particularly because the drug traffickers mostly reward their helpers by giving them drugs for the purpose of getting them addicted and raising the demand for drugs even more.

RESERVADO

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
151000 - AGOSTO - 1997

1/20

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 106/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION:** Se omite

II.- **RESPONDE A:** Información obtenida por esta Agencia.

III.- **T E X T O:** Se adjunta

ORIGINAL

IV.- **SINTESIS:** Se omite.

005 -

V.- **DISTRIBUCION:**

EJEMPLAR 001 - D.E.I

EJEMPLAR 002 - D.E.II

EJEMPLAR 003 - D.E.III

EJEMPLAR 004 - D.E.IV

EJEMPLAR 005 - D.G.I.D

EJEMPLAR 006 - ARCHIVO

Doc. con fs. ebras

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-

CORONEL

WILSON CORONEL.-

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO - Departamento II - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

001/020

9709031

RESERVADO

 Nº 005

C.G.E.

E.M.E.

DPTO. II

INTELIGENCIA

RESUMEN DE ACTIVIDADES SINDICALES

PERIODO

08 AL 14 AGOSTO 1997

002

9709031

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

D.E.I

PIT-CNT (PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 2190

EL 11AGO97, SE DIO LECTURA A UNA PROCLAMA DEL PIT-CNT EN MITINES Y ASAMBLEAS EN APOYO A LOS GREMIOS EN CONFLICTO, LA CUAL SE TITULO "A NUESTRO PUEBLO EN GENERAL", EN LA MISMA SE SEÑALA "QUE DESPUES DE LA DICTADURA, LOS URUGUAYOS ELIGEN A SUS GOBERNANTES Y VIVEN EN DEMOCRACIA, PERO GOZAMOS DE NUESTROS DERECHOS, SE CUMPLE LA CONSTITUCION, SE RESPETAN LOS DERECHOS HUMANOS Y SE COLMARON NUESTRAS EXPECTATIVAS". AFIRMAN QUE "EN ESTE MOMENTO EN EL URUGUAY HAY 180.000 DESOCUPADOS; 500.000 CON EMPLEOS PRECARIOS; REPRESION ANTISINDICAL; DESPIDOS Y REESTRUCTURAS, TERCERIZACIONES Y PRIVATIZACIONES; DESPROTECCION DE LA INDUSTRIA NACIONAL Y DE NUESTRA PEQUEÑA Y MEDIANA EMPRESA; NO HAY CREDITO NI INCENTIVOS PARA LOS PEQUEÑOS PRODUCTORES RURALES; EL COMERCIO SUFRE RECESION; LAS REFORMAS REGRESIVAS, TANTO EN LA SEGURIDAD SOCIAL COMO EN LA ENSEÑANZA Y EN EL ESTADO, TIENDEN A EMPEORAR AUN MAS ESTA SITAUCION". MAS ADELANTE DESTACA QUE "...NO HAY PLATA O NO HAY RUBROS O EN REALIDAD NO HAY VOLUNTAD POLITICA PARA ENCONTRAR SOLUCION, TAL EL CONFLICTO DE LA SALUD QUE LLEVA MESES; PERO PARA COMPRAR HELICOPTEROS PRESIDENCIALES, SE DESTINARON VARIOS MILLONES DE DOLARES, LOS QUE MUESTRA CLARAMENTE LA CONCEPCION DEL GOBIERNO". PARA FINALIZAR DICIENDO QUE "...EL PIT-CNT ASPIRA A OTRA COSA, YA QUE INVITAMOS A TODOS LOS TRABAJADORES, LES INVITAMOS A CONSTRUIR JUNTOS UN URUGUAY PRODUCTIVO Y CON JUSTICIA SOCIAL, A DEVOLVERLES LA ESPERANZA A LA GENTE Y DE QUE HAY UN PAIS POSIBLE".
MOTIVO: MEDIDAS DE LUCHA EN APOYO A VARIOS GREMIOS EN CONFLICTO.

UNOTT (UNION NACIONAL DE OBREROS DE TRABAJADORES DEL TRANSPORTE)
ASCOT (ASOCIACION DE COOPERATIVAS DEL TRANSPORTE)
LOCAL: AVDA. LUIS ALBERTO DE HERRERA 3597

08AGO97, LAS COOPERATIVAS DEL TRANSPORTE CAPITALINO, DETUVIERON SUS ACTIVIDADES A PARTIR DE LAS 0830HS. PARA REUNIRSE EN ASAMBLEA A LAS 1000HS. EN FRAY BENTOS 3426. EN LA MISMA SE RECHAZO LA PROPUESTA DE LA IMM LA CUAL SERA INSTALADA A MEDIADOS DE AGO97, LA MISMA CONSISTE EN CREAR UN BOLETO DE $ 9 A LOS USUARIOS QUE LES PERMITIRA UTILIZAR DOS UNIDADES DE CUALQUIERA DE LAS CINCO EMPRESAS DEL TRANSPORTE CAPITALINO. EN EL MOMENTO DE LA COMPRA DEL BOLETO EL GUARDA DEBERA MARCAR EN EL MISMO LA FECHA Y LA HORA DE EXPEDICION, A PARTIR DE ENTONCES EL USUARIO TENDRA 120 MINUTOS PARA ABORDAR LA SEGUNDA UNIDAD. LA COMUNA AUN NO DEFINIO SI LOS BOLETOS SERAN DISTRIBUIDOS POR UN SISTEMA DE PLANCHAS O ROLLOS COMO LOS ESTUDIANTES, AUNQUE LAS AUTORIDADES MUNICIPALES SE INCLINAN POR LA PRIMERA OPCION. LOS LIMITES DE USO DEL SISTEMA TAMPOCO HAN SIDO DEFINIDOS.

9709031

12AGO97, SE REUNIERON LOS TRABAJADORES DEL TRANSPORTE, CON CARACTER DE GRAVE Y URGENTE.
MOTIVO: RESOLVER NO VENDER EL BOLETO MONTEVIDEO, POR ATENTAR CONTRA LAS COOPERATIVAS YA QUE EL REPARTO NO ES PROPORCIONAL A LA PARTICIPACION DE LAS EMPRESAS EN EL MERCADO.

MCA (MESA COORDINADORA DE LA ALIMENTACIÓN)
LOCAL: CANELONES 1003

08AGO97, LOS SINDICATOS ADHERIDOS A LA MESA SINDICAL COORDINADORA, CONTINUAN MOVILIZADOS.
MOTIVO: MEJORAS SALARIALES Y FIRMA DE NUEVO CONVENIO SALARIAL.

ATSS (ASOCIACION DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL)
LOCAL: AVDA. FERNANDEZ CRESPO 1780

13AGO97, LOS FUNCIONARIOS AGREMIADOS A ESTE SINDICATO SE ENCUENTRAN EN PRE-CONFLICTO.
MOTIVO: EN RECLAMO DE LA FIRMA DEL NUEVO CONVENIO SALARIAL.

FOEB (FEDERACION DE OBREROS Y EMPLEADOS DE LA BEBIDA)
EMPRESA SALUS
LOCAL: ABAYUBA 2832

14AGO97, LOS FUNCIONARIOS DE LA COMPAÑIA SALUS ENFRENTAN LA INMINENCIA DE UN CONFLICTO DESPUES QUE LA DIRECCION DE LA EMPRESA DIERA A CONOCER LA VOLUNTAD DE LLEVAR A CABO UNA RECONVERSION EN LA FIRMA. EN TAL SENTIDO LA FOEB EMITIO UN COMUNICADO ESTABLECIENDO QUE LA PROPUESTA QUE PRESENTA LA FIRMA PRETENDE DESVINCULAR A 29 FUNCIONARIOS DE LOS 79 QUE PERMANECEN EN ACTIVIDAD. AFIRMAN QUE "DESDE 1996 HASTA JUL97, FUERON DESAFECTADOS 15 FUNCIONARIOS, 11 DE LOS CUALES ERAN AFILIADOS AL SINDICATO, AHORA DE LOS 29 QUE SE INTENTAN ELIMINAR EN ESTA TANDA, HAY 26 QUE TIENEN ANTECEDENTES GREMIALES, POR LO QUE QUEDARIAN EN LA ACTUAL PLANILLA 50 OPERARIOS Y SOLO 12 AFILIADOS A SU COMISION INTERNA. LA MENCIONADA RECONVERSION LIQUIDA EN SALUS A PRACTICAMENTE TODA LA ORGANIZACION SINDICAL".
MOTIVO: FUENTES DE TRABAJO.

UAOEGAS (UNION AUTONOMA DE OBREROS Y EMPLEADOS DEL GAS)
LOCAL: CONVENCION 1131

12AGO97, LOS TRABAJADORES DE UAOEGAS DENUNCIARON ANTE EL M.I.E.M. (MINISTERIO DE INDUSTRIA, ENERGIA Y MINERIA), QUE EXISTE FALTA DE SEGURIDAD EN LA PLANTA INDUSTRIAL Y ALERTARON SOBRE EL IMPACTO NEGATIVO QUE CAUSARA EN LOS USUARIOS LA DECISION DE LA EMPRESA DE COMENZAR A COBRAR LAS REPARACIONES DOMICILIARIAS -TAREAS DE RECLAMO-. REFERENTE A LA FALTA DE SEGURIDAD DESTACAN QUE "EL CAMBIO DE METODOLOGIA DISPUESTO POR LA EMPRESA EN LOS SECTORES DE PRODUCCION Y MANTENIMIENTO, MEDIANTE UNA POLITICA

INDISCRIMINADA DE RETIROS INCENTIVADOS Y ALGUNOS DESPIDOS POR REESTRUCTURA, HA PROVOCADO UNA PSICOSIS DE LOS TRABAJADORES DE ESTOS SECTORES, FALTA DE PERSONAL Y CARENCIAS EN LAS TAREAS DE REPARACION Y MANTENIMIENTO".
MOTIVO: SEGURIDAD INDUSTRIAL.

COFE (CONFEDERACION DE ORGANIZACIONES FUNCIONARIOS DEL ESTADO)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 962

EL **08AGO97**, COFE RECLAMA EL REINTEGRO A LAS REPARTICIONES ESTATALES DE 180 FUNCIONARIOS, DECLARADOS EXCEDENTARIOS DE LA DIRECCION NACIONAL DE IMPRESIONES Y PUBLICACIONES OFICIALES EN EL MARCO DE LA REFORMA DEL ESTADO. DESTACAN QUE EL PROXIMO MES DE **SET97**, VENCE EL AÑO PREVISTO PARA PODER SER REDISTRIBUIDOS, DESPUES DE LO CUAL PASARIAN A PERCIBIR EL SALARIO BASICO MAS LOS BENEFICIOS SOCIALES, APROXIMADAMENTE $ 1.500. COFE EXIGE "LA INMEDIATA ADOPCION DE LAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS Y POLITICAS NECESARIAS PARA SU INCORPORACION DEFINITIVA A LOS ORGANISMOS PUBLICOS".
MOTIVO: REINTEGRO DE 180 FUNCIONARIOS.

ADEOM (ASOCIACION DE EMPLEADOS Y OBREROS MUNICIPALES)
SECTOR PROFESIONALES UNIVERSITARIOS
LOCAL: CANELONES 1330

11AGO97, LA ASOCIACION DE PROFESIONALES UNIVERSITARIOS DE LA IMM, SE DECLARARON EN CONFLICTO.
MOTIVO: RECLAMO DE UN AUMENTO DEL 30% DE LA COMPENSACION UNIFICADA, EXTENSION HORARIA OPCIONAL Y TRANSPARENTE PARA TODOS LOS PROFESIONALES.

AUTE (AGRUPACION UTE)
LOCAL: AVDA. AGRACIADA 2463

EL **14AGO97**, EL SINDICATO MANIFESTO PUBLICAMENTE QUE SE PROPONE COLABORAR CON LA EMPRESA DE ELECTRICIDAD PARA DETECTAR LOS CASOS DE ROBO DE ENERGIA, A CAMBIO DE QUE PARTE DE LOS AHORROS QUE SE GENEREN POR ESTE CONCEPTO SE DESTINEN A FINANCIAR SUPLEMENTOS SALARIALES PARA LOS FUNCIONARIOS. CABE DESTACAR QUE SEGUN AUTORIDADES DE UTE LA EMPRESA NO COBRA EL 19% DE LA ENERGIA QUE PRODUCE, LO QUE SE TRADUCE EN UNA PERDIDA DE U$S 176 MILLONES POR AÑO DE LOS CUALES U$S 111 MILLONES SE PIERDEN POR FALLAS TECNICAS Y U$S 65 MILLONES POR HURTOS, FRAUDES Y ALUMBRADO PUBLICO CLANDESTINO.
EL COMPROMISO DEL GREMIO EN LA EJECUCION DE LOS PROGRAMAS DE MEJORA DE LA GESTION DE LA EMPRESA INTEGRA UN ACTA DE ACUERDO QUE NEGOCIAN LAS AUTORIDADES DE UTE CON LOS REPRESENTANTES SINDICALES Y QUE INCLUYE PORCENTAJES DE RECUPERACION SALARIAL QUE VAN DEL 4,14% AL 29,97%, SEGUN LAS CATEGORIAS. ESTA PROPUESTA DE AUMENTO SALARIAL DE PORCENTAJE POR CATEGORIA ES APOYADA POR LA MAYORIA SINDICAL INTEGRANTES DE LA LISTA 1 (PCU -INDEP) Y QUIEN PROMUEVE

LA APROBACION DEL ACUERDO ES EL PRESIDENTE DE AUTE JULIO GARCIA (PCU), Y ESTANDO EN CONTRA LA LISTA 4 (RADICALES) QUE INTEGRAN LA MINORIA DEL SINDICATO, QUE ENCABEZA GABRIEL GERMAN PORTILLO SILVERA (PVP) LOS CUALES AFIRMAN "ES MEJOR UN REPARTO IGUALITARIO DEL DINERO". AL RESPECTO LA DIRECCION DEL GREMIO RESOLVIO PLEBISCITAR EL CONVENIO, LO QUE SUCEDERA ANTES DE FINES DE **AGO97**. MOTIVO: SALARIAL.

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)
LOCAL: DANIEL FERNANDEZ CRESPO 2173

11AGO97, RESPECTO AL CONFLICTO EN SALUD PUBLICA LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT DECRETO PASAR A UN CUARTO INTERMEDIO HASTA EL **15AGO97** PARA EVALUAR LA PROPUESTA DEL MINISTRO DE ECONOMIA Y FINANZAS. EN ESTA FECHA TAMBIEN SE ANALIZARA LA REALIZACION DE UN PARO DE 24 HS. A NIVEL NACIONAL.
LOS FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA DECIDIERON POSTERGAR EL ABANDONO DE LOS PUESTOS DE TRABAJO PREVISTO PARA EL **13AGO97**, EN ESPERA DE LA PROPUESTA DE INCREMENTO SALARIAL QUE EL MINISTRO DE ECONOMIA Y FINANZAS, LUIS MOSCA, SE COMPROMETIO A ENTREGARLES EL **14AGO97**.
EL TITULAR DE DICHA CARTERA PLANTEO A LA FEDERACION DE FUNCIONARIOS Y A REPRESENTANTES DEL PIT-CNT LOS CRITERIOS PARA BUSCAR FONDOS Y PARA REASIGNARLOS, EN EL MARCO DE LA REFORMA DEL ESTADO.
PARA QUE LA PROPUESTA DEL MINISTRO LUIS MOSCA SEA CONSIDERADA UN AVANCE TENDRA QUE SUPERAR LOS $U 500 DE INCREMENTO POR FUNCIONARIO. DE SER ASI SE CITARA A UN PLENARIO NACIONAL PARA EL **15AGO97**, EN EL QUE SE EVALUARA DICHA FORMULA Y ADOPTARA UNA RESOLUCION QUE SE PASARA A CONSIDERACION DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT, DONDE SE DARA POR FINALIZADO EL CONFLICTO O EN CASO CONTRARIO SE ADOPTARAN LAS MEDIDAS EXTREMAS ANUNCIADAS.

12AGO97 SE REALIZARON VARIAS CONCENTRACIONES ZONALES DE DIFUSION DE LOS POSTULADOS SALARIALES, EN QUE SE BASA EL PARO POR TIEMPO INDETERMINADO A NIVEL NACIONAL, QUE DESDE HACE VARIAS SEMANAS LLEVAN ADELANTE LOS FUNCIONARIOS DEL SECTOR.
A FINES DE IMPLEMENTAR ESTAS MEDIDAS, CONSISTENTES EN UNA PRIMERA ETAPA EN VOLANTEADAS, PROPAGANDA CALLEJERA Y LA UTILIZACION DE COCHES DE PUBLICIDAD, SE INSTALARON CANTONES UBICADOS EN:

- 8 DE OCTUBRE ESQ. COMERCIO
  GREMIO DE REFERENCIA: FEDERACION DEL CAUCHO
  PARTICIPANDO: FUS, ASCOT Y STIQ

- AV. AGRACIADA ESQ. FREIRE
  GREMIO DE REFERENCIA: COT
  PARTICIPANDO: FANCAP, UOC, AUTE Y FOEB

- PLAZA CAGANCHA
  GREMIO DE REFERENCIA: COFE
  PARTICIPANDO: UNOTT, FUECI, UAOEGAS Y AFJU

- EXPLANADA DE LA UNIVERSIDAD.
  GREMIO DE REFERENCIA: ATSS
  PARTICIPANDO: AEBU, AFCC, UTHC Y AFFUR

13AGO97, SE REALIZARON NUEVAMENTE JORNADAS DE INFORMACION EN LAS PUERTAS DE LOS HOSPITALES MACIEL, PEREIRA ROSSELL, PASTEUR, EN LA POLICLINICA MONTERREY Y EL CENTRO COORDINADOR DEL CERRO, CON LA PARTICIPACION DE OTROS GREMIOS.
CABE DESTACAR QUE POR LA CALLE 25 DE MAYO INSTALARON EL SIGUIENTE CARTEL "EL GOBIERNO ABANDONO LA SALUD, NOS OBLIGAN A ABANDONAR A NUESTROS PACIENTES. SALUD SIN RECURSOS. PAIS SIN REMEDIOS. PIT-CNT, COFE, FFSP".

POR OTRA PARTE SE REALIZARON ASAMBLEAS EN LOS LUGARES DE TRABAJO CON LECTURA DE PROCLAMAS.

14AGO97, EL MINISTRO DE ECONOMIA Y FINANZAS, LUIS MOSCA, ENTREGO A EL MINISTRO DE SALUD PUBLICA, RAUL BUSTOS, A DIRIGENTES DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT Y DELEGADOS DE LA FFSP, LA FORMULA DE INCREMENTO SALARIAL ELABORADA POR EL M.E.F., LA CUAL SE BASA EN EL MARCO DE LA REFORMA DEL ESTADO.
MOTIVO: NEGATIVA DEL MSP DE OTORGARLES UN AUMENTO SALARIAL DE $U 1.000.

FUS (FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD)
LOCAL: GARIBALDI 2819

LOS TRABAJADORES DEL SECTOR DE SALUD PRIVADA SE ENCUENTRAN MOVILIZADOS EN RECHAZO DEL ENVIO AL SEGURO DE PARO A 48 FUNCIONARIOS DEL HOSPITAL SANATORIO ESPAÑOL Y OTROS 7 DEL SANATORIO PANAMERICANO (DE LOS CUALES 3 SON DIRIGENTES SINDICALES Y 4 SON MILITANTES ACTIVOS DEL GREMIO), A LA TERCERIZACION DE LA LIMPIEZA EN EL HOSPITAL ITALIANO Y PERSECUCION SINDICAL CON AMENAZAS DE DESPIDOS DE DIRIGENTES Y AFILIADOS AL SINDICATO.

12AGO97, LA FUS LLAMO A UNA CONFERENCIA DE PRENSA PARA SEÑALAR LA SITUACION CRITICA DEL SECTOR, ASI COMO SU SOLIDARIDAD CON LOS TRABAJADORES DE SALUD PUBLICA Y CONVOCAR A UNA CONCENTRACION EN PIEDRAS BLANCAS.

13AGO97, LA FUS Y LOS TRABAJADORES DEL HOSPITAL ITALIANO REALIZARON UNA ACTO EN EL CLUB LIBERTAD (AV. JOSE BELLONI 5100), DE PIEDRAS BLANCAS EN APOYO A LOS FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA.
LA JORNADA SE REALIZO JUNTO AL BARRIO Y TODAS LAS FUERZAS SOCIALES, ASI COMO LAS POLICLINICAS DE LA ZONA Y EL PIT-CNT, EN RECHAZO A LA REPRESION SINDICAL EN EL SANATORIO PANAMERICANO, EN APOYO A LOS TRABAJADORES DE SALUD PUBLICA Y POR LAS SOLUCIONES DE FONDO PARA LA SALUD.
TAMBIEN PARTICIPARON DE ESTA JORNADA "SOLIDARIA" REPRESENTANTES DE LA IGLESIA Y SE DENUNCIARON LAS CARENCIAS DE SALUD QUE PADECE ESTA ZONA DE MONTEVIDEO.
MOTIVO: ENVIOS AL SEGURO DE PARO, TERCERIZACION DE LOS SERVICIOS Y REPRESION SINDICAL.

SMU (SINDICATO MEDICO DEL URUGUAY)
LOCAL: BVAR. ARTIGAS 1515 - 1521 - 1538

08AGO97, EL SINDICATO MEDICO REALIZO UNA ASAMBLEA GENERAL EXTRAORDINARIA EN LA QUE SE RESOLVIO REALIZAR UN PARO MEDICO NACIONAL, A NIVEL PUBLICO Y PRIVADO, EN APOYO A LAS REIVINDICACIONES DE LA FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA Y EN GENERAL DE TODOS LOS PROFESIONALES DEL SECTOR, NO ESTABLECIENDO AUN LA FECHA DE SU REALIZACION.
LOS MEDICOS YA HABIAN DECIDIDO EN UNA ASAMBLEA ANTERIOR DECLARARSE EN PRE-CONFLICTO CON EL MSP, PERO QUE NO ACOMPAÑARIAN A LA FFSP EN UN EVENTUAL ABANDONO DE LOS PUESTOS DE TRABAJO.
EL SINDICATO MEDICO SE REUNIO CON DIRIGENTES DE LA FEDERACION MEDICA DEL INTERIOR (FEMI) PARA ANALIZAR MOVILIZACIONES CONJUNTAS EN APOYO A LA FFSP.
EL SINDICATO MEDICO NO ACEPTO LAS PAUTAS SALARIALES DECRETADAS POR EL PODER EJECUTIVO PARA LOS MEDICOS DE LA ACTIVIDAD PRIVADA Y ESTA DISPUESTO A MOVILIZARSE PARA DEFENDER LA SITUACION DE LOS PROFESIONALES CUYOS SUELDOS HAN QUEDADO "REZAGADOS".
EL **31JUL97** FINALIZO EL CONVENIO SALARIAL QUE ESTABLECIA LOS AJUSTES DE LOS SUELDOS DE LOS FACULTATIVOS, POR LO QUE YA COMENZARON LAS NEGOCIACIONES PARA SU RENOVACION CON EN EL MTSS.

11AGO97, EL SINDICATO MEDICO REALIZO UN ACTO CELEBRATORIO DEL 77º ANIVERSARIO DONDE AUTORIDADES DE LA GREMIAL ENTREGARON DISTINCIONES SINDICALES.
MOTIVO: INSUFICIENCIA DE RECURSOS MATERIALES Y HUMANOS DE SALUD PUBLICA Y RECLAMO POR LOS SALARIOS MEDICOS DEL SECTOR QUE SEAN EQUIPARADOS A LOS MAS ALTOS EN SALUD PRIVADA, EN APOYO AL CONFLICTO QUE MANTIENE LA FFSP CON EL MSP.

CSEU (COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA DEL URUGUAY)
LOCAL: MALDONADO 1170

08AGO97, SE REUNIO EL GREMIO QUE AGRUPA TODAS LAS RAMAS EDUCATIVAS EN LA QUE SE DEFINIO UNA SERIE DE MOVILIZACIONES.
EN EL MARCO DEL DESFINANCIAMIENTO GLOBAL EDUCATIVO EN TODO EL MERCOSUR, LOS DOCENTES ARGENTINOS MANTIENEN UN AYUNO DESDE HACE 120 DIAS, POR LO QUE LA CSEU PROPUSO REALIZAR UNA JORNADA DE AYUNO CONJUNTA PARA EL MES DE SETIEMBRE.
UNA PROPUESTA DE PARO EN PRIMARIA, SECUNDARIA Y UTU NO PROSPERO EN LA CSEU, CUYOS SINDICATOS SE LIMITARON A APOYAR A LAS MOVILIZACIONES ESTUDIANTILES, CONVOCANDO A LOS DOCENTES A PARTICIPAR DE LA MARCHA POR LOS "MARTIRES ESTUDIANTILES "EL **14AGO97**.

EL PRINCIPAL RECLAMO DE LOS DOCENTES URUGUAYOS ES LA PERDIDA DEL PODER ADQUISITIVO DEL SECTOR, COMO ASI TAMBIEN LA PUESTA EN MARCHA DE LA REFORMA EDUCATIVA IMPLANTADA POR EL PRESIDENTE DEL CODICEN, GERMAN RAMA.

RESERVADO

FENAPES (FEDERACION NACIONAL DE PROFESORES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA)

10AGO97 SE REUNIO LA ASAMBLEA GENERAL DE PROFESORES DONDE SE RESOLVIO, QUE FRENTE A LA INSTANCIA EN EL JUZGADO DE LO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DEL **06AGO97**, EN LA QUE CUATRO DOCENTES COMPARECIERON, DEMANDANDO AL CODICEN POR SU RESOLUCION DE PASAR A LA ORBITA DE LOS DIRECTORES LA DESIGNACION DE LOS CARGOS RESOLUCION 2, ACTA EXTRAORDINARIA 3. FENAPES SEÑALA QUE POR RESOLUCION JUDICIAL QUE DA LA RAZON A LOS DOCENTES, SE GENERO UNA NUEVA INSTANCIA EN LA QUE UNA NORMA DE LA RESOLUCION DE DESIGNACION DE DOCENTES TIENE ALCANCE SOBRE TODA SECUNDARIA MENOS SOBRE LOS CUATRO PROFESORES DEMANDANTES.

ADES (ASOCIACION DE DOCENTES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA)
LOCAL: JUAN CARLOS GOMEZ 1459

08AGO97, LOS DOCENTES DE SECUNDARIA REALIZARON PAROS DE 1 HORA POR TURNO EN TODOS LOS LICEOS DE MONTEVIDEO.
DURANTE ESTA HORA, LOS DOCENTES REALIZARON ASAMBLEAS CON EL FIN DE DISCUTIR UNA SERIE DE ASPECTOS DE LA PLATAFORMA REIVINDICATIVA DEL GREMIO. EL TEMA SALARIAL, LAS CONDICIONES DE TRABAJO Y LA REFORMA EDUCATIVA QUE SE VIENE IMPLEMENTANDO FUERON LOS PRINCIPALES TEMAS DE DEBATE.
EL GREMIO SE ENCUENTRA DESARROLLANDO UNA PROYECTO ALTERNATIVO DE SISTEMA DE ENSEÑANZA QUE ELEVARAN EN LA PRIMERA QUINCENA DE OCTUBRE.
MOTIVO: EN RECHAZO A LA REFORMA EDUCATIVA Y AUMENTO SALARIAL.

CIESU (COORDINADORA INTERGREMIAL DE ESTUDIANTES DE SECUNDARIA Y UTUS)

11AGO97, SE REALIZO FRENTE AL LICEO Nº8, UN ACTO AL CONMEMORARSE 25 AÑOS DE LA MUERTE DE SANTIAGO RODRIGUEZ MUELA, ESTUDIANTE DE ESE CENTRO. EN ESTE ACTO PARTICIPARON ESTUDIANTES Y PROFESORES DE ESTE LICEO, ASI COMO INTEGRANTES DE LA CIESU.
SE INSTALO UNA CARPA FRENTE AL LICEO Nº3 DAMASO ANTONIO LARRAÑAGA DONDE LOS ESTUDIANTES REPRESENTARON UNA OBRA DE TEATRO SOBRE DERECHOS HUMANOS.
ASIMISMO EN EL LICEO Nº4 JUAN ZORRILLA DE SAN MARTIN SE DESARROLLARON TALLERES SOBRE EL ACTA 14 (REFERIDA A LAS OCUPACIONES EN LOS CENTROS DE ENSEÑANZA).

12AGO97, EN UNA ASAMBLEA REALIZADA EN EL LICEO Nº35 IAVA LOS ESTUDIANTES MANEJARON LA POSIBILIDAD DE REALIZAR OCUPACIONES ROTATIVAS.
POR OTRA PARTE, LOS ESTUDIANTES ESTAN RECOLECTANDO FIRMAS CONTRA EL ACTA 14 QUE REGLAMENTA LAS ACTIVIDADES GREMIALES DENTRO DE LOS ESTABLECIMIENTOS. LOS ESTUDIANTES ENTIENDEN QUE DICHA ACTA ES "REPRESIVA Y HASTA FASCISTA".

13AGO97, EN EL MARCO DE LAS MOVILIZACIONES EN DEMANDA DE MEJORAS PRESUPUESTALES A LA EDUCACION Y EN RECHAZO A LA REFORMA EDUCATIVA EN CURSO, LOS ESTUDIANTES DE SECUNDARIA Y UTU REALIZARON UNA "ACAMPADA" FRENTE A EL LICEO Nº6 FRANCISCO BAUZA. ESTA MOVILIZACION SE REALIZO JUNTO A ESTUDIANTES DE OTROS CENTROS DE LA ZONA DEL PRADO Y AREAS VECINAS, TRANSFORMANDOSE EN UN AMBITO DE DISCUSION ACERCA DE LOS EFECTOS DE LA REFORMA EDUCATIVA, SOBRE EL ACTA Nº14, DEL PRESUPUESTO PARA LA EDUCACION, ASI COMO TEMAS DE DERECHOS HUMANOS, DESAPARECIDOS Y POR SUPUESTO LA INSTRUMENTACION DE LA MARCHA DEL **14AGO97 "DIA DE LOS MARTIRES ESTUDIANTILES"**.

OTROS TEMAS TRATADOS FUERON EL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL DEL AÑO 68, LA DISCRIMINACION Y HASTA LA MANIPULACION GENETICA.
SI BIEN EL TEMA DE LA REFORMA EDUCATIVA ERA EL MOTIVO CENTRAL DE LA MOVILIZACION, TAMBIEN SE EXPONIA LA SITUACION INTERNA DE ESTE CENTRO DE ENSEÑANZA.
FRENTE AL LICEO BAUZA Y POR LA CALLE LUCAS OBES, EL TRANSITO SE ENCONTRABA CORTADO CON ALGUNAS RAMAS Y TRONCOS QUE SE HABIAN COLOCADO A FIN DE IMPEDIR LA CIRCULACION POR ESA CALLE, PERO NO SE REGISTRARON INCIDENTES.

LOS ESTUDIANTES, TAMBIEN REALIZARON PEAJES A LOS AUTOMOVILISTAS QUE PASABAN POR EL LUGAR, EXPONIENDOLES LOS MOTIVOS DE SU MEDIDA.
ESTA PREVISTO QUE LOS ESTUDIANTES DEL LICEO BAUZA JUNTO A OTROS ALUMNOS PERTENECIENTES A LICEOS DE LA ZONA SALGAN EN UNA SOLA COLUMNA Y SE HA TOMADO LA PRECAUCION DE QUE EN CASO DE LLUVIA SE PARTICIPE DE LA MARCHA EN CAMIONES.
DICHO CAMPAMENTO SE LEVANTARA CON LA PARTIDA HACIA LA MARCHA.

EN UNA REUNION QUE LOS GREMIOS CALIFICARON DE HISTORICA, LA CSEU, LA FEUU Y LA CIESU, ACORDARON UN PLAN COMUN DE MOVILIZACIONES.
LA PRINCIPAL ACTIVIDAD SE EFECTUARA EN EL MARCO DE UN NUEVO ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE LIBER ARCE.
EL ENCUENTRO REALIZADO EN LA EXPLANADA DEL INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS SIRVIO TAMBIEN PARA AJUSTAR DETALLES DE LA MARCHA.

14AGO97, SE CUMPLEN 29 AÑOS DE LA MUERTE DE LIBER ARCE, EN LO QUE SE RECUERDA COMO EL "DIA DE LOS MARTIRES ESTUDIANTILES", POR LO QUE LA CIESU JUNTO CON LA FEUU, Y LOS GREMIOS DE LA ENSEÑANZA, REALIZARON UNA MARCHA EN LA CUAL PARTICIPARON UNAS 2.000 PERSONAS, LA CUAL PARTIO DESDE LA PLAZA LIBERTAD HACIA LA EXPLANADA DE LA UNIVERSIDAD DONDE SE LEYERON UNA SERIE DE PROCLAMAS. LUEGO DE LA LECTURA DE ESTAS, SE CONTINUO LA MARCHA POR LA AVDA. DANIEL FERNADEZ CRESPO CON DESTINO HACIA EL PALACIO LEGISLATIVO. CABE DESTACAR SE DETECTO LA PRESENCIA DE MARCOS ABELENDA (MLN), JORGE QUARTINO (MLN), JOSE MUJICA (MLN); QUIENES SE DESPLAZABAN ENTRE LAS BANDERAS Y PANCARTAS DE DIFERENTES LICEOS Y FACULTADES PARTICIPANTES.
LA MARCHA ADEMAS DE CONMEMORAR EL FALLECIMIENTO DE LIBER ARCE INTENTA SENSIBILIZAR AL PARLAMENTO CON MOTIVO DE LA DEFINICION DE LA RENDICION DE CUENTAS.
AL TERMINO DE LA MARCHA LOS ESTUDIANTES QUEMARON UN MUÑECO Y UNAS CUBIERTAS FRENTE AL PALACIO LEGISLATIVO, Y POSTERIORMENTE REALIZARON UNA "ACAMPADA" FRENTE AL MISMO, PARA RECLAMAR AL PARLAMENTO LA APROBACION DE MEJORAS SUSTANCIALES DE LAS PARTIDAS PRESUPUESTALES DESTINADAS A LA ENSEÑANZA.

SE TIENE PREVISTO QUE LA "ACAMPADA" CULMINE EL **15AGO97.**
CABE DESTACAR QUE EL PIT-CNT SE ADHIRIO A LA MARCHA CONVOCANDO A TODOS LOS TRABAJADORES A PARTICIPAR DE LA MISMA.
MOTIVO: EN RECHAZO A LA REFORMA EDUCATIVA, POR UN DEBATE NACIONAL Y MAYOR PRESUPUESTO PARA LA ENSEÑANZA.

CEIPA (CENTRO DE ESTUDIANTES DEL INSTITUTO DE PROFESORES ARTIGAS)

07AGO97, LOS ESTUDIANTES DEL IPA SE REUNIERON EN ASAMBLEA CONTANDO CON LA PARTICIPACION DE 800 JOVENES Y RESOLVIERON "RETOMAR LAS MEDIDAS DE LUCHA" CONTRA LA REFORMA EDUCATIVA ADOPTANDO LA SIGUIENTE PLATAFORMA DE MOVILIZACIONES:

A.- ORGANIZAR UN CAMPAMENTO ABIERTO EN LA EXPLANADA DEL IPA CON EL FIN DE COORDINAR ACCIONES CON LOS DEMAS GREMIOS DE LA EDUCACION.

B.- REALIZAR TALLERES INFORMATIVOS Y DE DISCUSION CON PARTICIPACION ABIERTA, PROMOVIENDO EL INTERCAMBIO DE IDEAS EN PRO DE UNA REFORMA EDUCATIVA POR Y PARA LA GENTE.

08AGO97, LOS ESTUDIANTES NUCLEADOS EN CEIPA MONTARON EN LA EXPLANADA DEL INSTITUTO UNA CARPA EN RECLAMO DE MEJORES CONDICIONES DE ESTUDIO, EN CONTRA DE LA RENDICION DE CUENTAS DE GASTO CERO Y EN APOYO A LAS OCUPACIONES QUE VIENEN REALIZANDO LOS FUNCIONARIOS Y ESTUDIANTES DE LA UNIVERSIDAD.
UNA IMITACION DE UN GLOBO AEROSTATICO EN LA PUERTA DEL INSTITUTO ANUNCIA QUE LOS ESTUDIANTES INICIARON UN PLAN DE MOVILIZACIONES QUE SE MANTENDRA HASTA EL FINAL DE LOS CURSOS, AUNQUE ASEGURARON QUE ESTOS NO SUFRIRAN ALTERACIONES. LUEGO ESTE GLOBO SERA TRASLADADO A OTROS CENTROS DE ENSEÑANZA.
LOS ESTUDIANTES DEL IPA REALIZAN VOLANTEADAS EN LOS ALREDEDORES DE LOS LICEOS, E INCREMENTARON EL NUMERO DE ASAMBLEAS.
LA DECISION DE LOS ESTUDIANTES DEL IPA DE ESTABLECER UNA CARPA PODRIA SER IMITADA POR LOS LICEOS Y UTUS A PARTIR DEL **13AGO97,** MEDIDA QUE SE REALIZARIA POR ZONAS.
EL OBJETIVO ES PLANIFICAR, DESDE ESA ESTRUCTURA FISICA LA UNION DE LAS AGREMIACIONES DOCENTES Y ESTUDIANTILES, PARA DESARROLLAR FUTURAS MOVILIZACIONES EN CONJUNTO; ASI COMO TAMBIEN CREAR UN AMBITO FISICO AL CUAL NO SOLO CONCURRAN ESTUDIANTES DEL IPA, SINO QUE FUERON INVITADOS LOS ESTUDIANTES DE SECUNDARIA, LOS DOCENTES Y OTROS SINDICATOS QUE NOS SON SOLAMENTE DE LA ENSEÑANZA, PARA PROCURAR UNIFICAR UN PRE-CONFLICTO COMO LO DENOMINAN.
EN LA CARPA, DURANTE EL DIA, SE DESARROLLAN TALLERES SOBRE LA REFORMA EDUCATIVA CON LA PARTICIPACION DE DOCENTES Y ESTUDIANTES DE LOS LICEOS DE LA ZONA.

13AGO97, ORGANIZADO POR EL GRUPO INTERMEDIO DEL IPA SE REALIZO UN TALLER INFORMATIVO SOBRE LA IMPLEMENTACION, AVANCES Y EFECTOS DE LA REFORMA EDUCATIVA. PARTICIPARON EN CALIDAD DE EXPOSITORES EL VICE-PRESIDENTE DEL CODICEN, CLAUDIO WILLIMAN, Y EL MIEMBRO DEL CONSEJO DE EDUCACION SECUNDARIA, JORGE CARBONELL.
POR ESPACIO DE UNA HORA LOS REPRESENTANTES DE LA EDUCACION DESARROLLARON ASPECTOS DE LA REFORMA, PRINCIPALMENTE DESDE EL PUNTO DE VISTA ADMINISTRATIVO Y OPERATIVOS.
EL TALLER SE EFECTUO EN UNO DE LOS SALONES DEL IPA, SIN PERMITIR EL INGRESO DE LOS MEDIOS DE DIFUSION.

LOS ESTUDIANTES DEL IPA SE PLANTEARON LA MEDIDA DE PARO ACTIVO QUE IMPLICA DETENER LAS ACTIVIDADES USUALES, PERMANECIENDO EN EL INSTITUTO HACIENDO OTRO TIPO DE ACTIVIDADES: PROPAGANDA Y DIFUSION DE LO QUE ES LA REFORMA EDUCATIVA, REALIZAR VOLANTEADAS POR EL BARRIO Y LAS FERIAS.
SEGUN ESTUDIANTES DE ESTE INSTITUTO, LA CARPA FUE PENSADA COMO UN CENTRO INFORMATIVO Y DE CONSULTA EN TORNO AL RECHAZO DE LA REFORMA EDUCATIVA, Y QUE ESTA ABIERTA A TODO EL PUBLICO EN GENERAL.

SINTEP (SINDICATO NACIONAL DE LOS TRABAJADORES DE LA ENSEÑANZA PRIVADA)
LOCAL: MALDONADO 1170

13AGO97, SE REUNIERON EN ASAMBLEA PARA ANALIZAR LA REALIZACION DE UN PARO DE 24 HORAS EN FECHA A DETERMINAR, EN RECLAMO DE UNA RESPUESTA DE LAS AUTORIDADES DE LA EDUCACION A SU PEDIDO DE AJUSTE SALARIAL. ESTA REUNION SE REALIZO EN LA CASA DEL MAESTRO.

IU (INTERGREMIAL UNIVERSITARIA)

12AGO97, SE REALIZO UN ACTO EN EL PARANINFO DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA BAJO EL LEMA "SALARIOS PARA QUE" EN EL QUE EL RECTOR DE LA UNIVERSIDAD, JORGE BROVETTO, EXPUSO LOS MOTIVOS QUE LLEVAN A LA INSTITUCION A SOLICITAR EL AUMENTO DE LAS PARTIDAS PRESUPUESTALES QUE LE FUERON ASIGNADAS.
ASIMISMO EXPUSIERON EL DIRECTOR DEL HOSPITAL DE CLINICAS RICARDO VOELKER, Y UN REPRESENTANTE DE LA INTERGREMIAL UNIVERSITARIA QUE NUCLEA A LOS EGRESADOS UNIVERSITARIOS, LAS ASOCIACIONES DE DOCENTES (ADUR) Y DE FUNCIONARIOS (AFUR) Y DE LA FEDERACION DE ESTUDIANTES (FEUU) Y EL GREMIO DE TRABAJADORES DEL HOSPITAL DE CLINICAS (UTHC).
LA REUNION FUE CONVOCADA POR LA INTERGREMIAL UNIVESITARIA Y SE ENMARCO DENTRO DE LAS OCUPACIONES DE LAS FACULTADES DE ODONTOLOGIA Y PSICOLOGIA Y EL PLAN DE EMERGENCIA QUE SE VIENE LLEVANDO ADELANTE EN EL HOSPITAL DE CLINICAS POR LA FALTA DE RECURSOS PARA SEGUIR FUNCIONANDO.
EL DIRECTOR DEL HOSPITAL DE CLINICAS EN SU DISCURSO SE REFIRIO A LA SITUACION POR LA QUE ATRAVIESA ESTE CENTRO ASISTENCIAL PARA EL QUE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA SOLICITO UNA PARTIDA DE MAS DE 3 MILLONES DE DOLARES PARA PODER FUNCIONAR NORMALMENTE HASTA FINALES DE AÑO. TAMBIEN SEÑALO LA IMPORTANCIA QUE REPRESENTA ESTE HOSPITAL PARA LA SALUD DEL PAIS, YA QUE NO SOLO BRINDA ASISTENCIA, SINO QUE ADEMAS ES UN HOSPITAL UNIVERSITARIO, O SEA EL ENCARGADO DE FORMAR PROFESIONALES, Y QUE A SU VEZ ES EL QUE REALIZA DOCENCIA E INVESTIGACION.
MOTIVO: RENDICION DE CUENTAS, MAYOR PRESUPUESTO PARA LA UNIVERSIDAD.

AFUR (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA)

11AGO97, LOS FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA OCUPARON LAS FACULTADES DE ODONTOLOGIA Y PSICOLOGIA, ASI COMO EL INSTITUTO DE HIGIENE, CON MOTIVO DEL ACERCAMIENTO EN LA DEFINICION DE LA PROXIMA RENDICION DE CUENTAS DONDE SE OTORGARA, O NO, LA PARTIDA EXTRA PRESUPUESTAL SOLICITADA POR LA UNIVERSIDAD QUE APUNTO A LA OBTENCION DE RECURSOS PARA LA RECUPERACION SALARIAL DE LOS FUNCIONARIOS.
LOS FUNCIONARIOS REALIZARON TAMBIEN PAROS DE 3 HORAS POR TURNO AFECTANDO LOS SERVICIOS UNIVERSITARIOS EN TODAS LAS FACULTADES.
CABE DESTACAR QUE EL GREMIO DE FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD CUENTA CON EL APOYO DE LOS ESTUDIANTES Y DOCENTES A TRAVES DE LA REALIZACION DE UN PARO ACTIVO POR PARTE DE ESTOS.

12AGO97, SE REUNIERON DIRIGENTES ESTUDIANTILES Y DE AFUR PARA ACTUALIZAR LA INFORMACION SOBRE LA SITUACION QUE SE ESTA GENERANDO DEBIDO A LA FALTA DE PRESUPUESTO POR EL QUE PASA LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA.
SEGUN REPRESENTANTES DEL GREMIO LA PRIORIDAD ES LA DIFUSION DEL CONFLICTO, PARA LO QUE SE VIENEN LLEVANDO A CABO JORNADAS ESPECIFICAS, COMO LO SON EL CORTE DE AVENIDA ITALIA Y EL REPARTO DE VOLANTES EN LOS MEDIOS DE TRANSPORTE, PARA INTENTAR LLEGAR A LA MAYOR CANTIDAD DE POBLACION POSIBLE.
TAMBIEN INFORMARON QUE SE ESTA TRATANDO DE COORDINAR ACCIONES CON ESTUDIANTES DE OTROS CENTROS, PARA LA MAYOR DIFUSION POSIBLE.
SE REALIZARON PAROS DE 3 HORAS POR TURNO EN TODAS LAS FACULTADES.

13AGO97, SE REALIZARON PARO DE 3 HORAS POR TURNO, CON MOTIVO DE CONCURRIR A LAS FACULTADES DE ODONTOLOGIA Y PSICOLOGIA, QUE REALIZARAN LA DESOCUPACION DE LOS LOCALES EDUCATIVOS.

14AGO97, SE OCUPO LA FACULTAD DE DERECHO, CUYO EDIFICIO REPRESENTA COMO NINGUN OTRO A LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA EN CONFLICTO, Y POSTERIOR CONCENTRACION PARA PARTICIPAR DE LA MARCHA Y ACTO CONVOCADO POR LA CIESU, PARTICIPANDO ADEMAS DE LA ACAMPADA FRENTE AL PARLAMENTO.
TAMBIEN SE REALIZARON PAROS EN TODOS LOS SERVICIOS DE LA UNIVERSIDAD.

CABE DESTACAR QUE EL PLENARIO DE AFUR ESTA FUNCIONANDO EN SESION PERMANENTE, REALIZANDOSE EL 13AGO97 EN LA FACULTAD DE ODONTOLOGIA, EL 14 Y 15AGO97 EN LA FACULTAD DE DERECHO.
ASIMISMO EL PLENARIO FEDERAL DE AFUR DEL 06AGO97 RESOLVIO: QUE SI SE PROVOCARA LA DECLARACION DE SERVICIO ESENCIAL DEL MSP, SE APOYARA A LOS "COMPAÑEROS" DE SALUD PUBLICA, CONCURRIENDO A LOS CENTROS POR ZONAS.
MOTIVO: RECLAMO DE MEJORAS PRESUPUESTALES PARA LA EDUCACION EN LA PROXIMA RENDICION DE CUENTAS Y RECUPERACION SALARIAL.

ADUR (ASOCIACION DE DOCENTES DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA)

LOS DOCENTES DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA VIENEN REALIZANDO DIARIAMENTE PARO ACTIVO EN APOYO A LOS FUNCIONARIOS.
MOTIVO: MAYOR PRESUPUESTO EN LA PROXIMA RENDICION DE CUENTAS.

FEUU (FEDERACION DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DEL URUGUAY)

LOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS VIENEN REALIZANDO DIARIAMENTE PARO ACTIVOS EN APOYO A LOS FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD.
CABE DESTACAR QUE LOS ESTUDIANTES PARTICIPARON DE LA MARCHA POR LOS "MARTIRES ESTUDIANTILES" EL 14AGO97.
MOTIVO: MAYOR PRESUPUESTO PARA LA UNIVERSIDAD Y EN APOYO A LOS FUNCIONARIOS UNIVERSITARIOS.

9709031

014

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

D.E.I.

* DEPARTAMENTO DE SORIANO *

FOPCU (FEDERACION DE OBREROS PAPELEROS Y CARTONEROS DEL URUGUAY)
CENTRO PAPELEROS DE MERCEDES - PAPELERA PAMER

13AGO97, LUEGO DE INFRUCTUOSA REUNION TRIPARTITA (CENTRO PAPELEROS DE MERCEDES DE LA PAPELERA PAMER, CON EL APOYO DE FOPCU - MTSS - PATRONOS) PARA LA SOLUCION DEL CONFLICTO EN LA PAPELERA PAMER DE C.MERCEDES, LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT DECLARO QUE LAMENTA EL ESFUERZO REALIZADO PARA LOGRAR UNA SOLUCION AL PRESENTE CONFLICTO QUE HUBIERA BENEFICIADO A LAS DOS PARTES, DEBA SER CATALOGADO COMO INUTIL, EN TAL SENTIDO LA CENTRAL RESPALDA TODAS LAS ACCIONES QUE EN ADELANTE REALICEN LOS FUNCIONARIOS DE PAMER PARA ACCEDER A CONDICIONES DIGNAS DE TRABAJO -REFERIDAS AL SALARIO Y LAS MINIMAS LIBERTADES SINDICALES-. EXHORTA AL MTSS Y A LAS AUTORIDADES PERTINENTES A PONER EN PRACTICA TODOS LOS MECANISMOS ESTABLECIDOS EN LA NORMATIVA PARA ARRIBAR A LAS SOLUCIONES LARGAMENTE ESPERADAS. POR ULTIMO, LA MESA ADVIERTE QUE TODO ATAQUE REPRESIVO DIRIGIDO HACIA LOS TRABAJADORES DE PAMER SERA CONSIDERADO COMO UNA AGRESION AL CONJUNTO DEL MOVIMIENTO SINDICAL.
MOTIVO: SALARIAL Y LIBERTAD SINDICAL.

* DEPARTAMENTO DE COLONIA *

BAJO EL NOMBRE DE "ROSARIO EN MOVIMENTO" VECINOS DE ESTA CIUDAD SIGUEN MOVILIZADOS EN PROCURA DE FUENTES DE TRABAJO. POR TAL MOTIVO SE VIENEN REUNIENDO EN EL SALON PARROQUIAL DE LA IGLESIA CATOLICA CON REPRESENTANCION DE TODAS LAS FUERZAS VIVAS, EL **10AGO97** RESOLVIERON REALIZAR UN "RELEVAMIENTO BARRIO POR BARRIO, PARA SABER CUANTA GENTE DESOCUPADA HAY, Y COMO ESTAN VIVIENDO". ADEMAS, BUSCANDO MAYOR PARTICIPACION DE LA CIUDADANIA, SE HAN INSTALADO BUZONES EN DISTINTOS PUNTOS DE ROSARIO, DONDE LOS CIUDADANOS PUEDAN DEPOSITAR PEDIDOS Y SUGERENCIAS PARA TRANSMITIR A AUTORIDADES DEPARTAMENTALES Y NACIONALES. CABE DESTACAR QUE SE MANEJO LA POSIBILIDAD DE CORTAR LA RUTA 1 FRENTE A LA RADIO ROSARIO, PERO ESTA MEDIDA POR AHORA QUEDO DESCARTADA.
EL SACERDOTE FRANCISCO **ROMERO** POR SU PARTE AFIRMO QUE LA SITUACION ES MUY DELICADA, AGREGANDO QUE "...HAY FAMILIAS ENTERAS QUE SE VAN DE ROSARIO BUSCANDO MEJORES OPORTUNIDADES DE VIDA, Y NO PODEMOS PERMITIR ESE EXODO, QUEDANDONOS DE BRAZOS CRUZADOS".

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

DJEJOOL

*** DEPARTAMENTO DE SALTO ***

11AGO97, COMENZARON PARO POR 48 HS. LOS FUNCIONARIOS NO DOCENTES DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA REGIONAL NORTE EN LA CIUDAD DE SALTO.

*** DEPARTAMENTO DE ARTIGAS ***

EL **14AGO97**, SE EFECTUO UNA MARCHA CONVOCADA POR LA INTERSECTORIAL DE DICHO DEPARTAMENTO. LA MISMA CONSISTIO EN UNA JORNADA CON PARO DE ACTIVIDADES A PARTIR DE LAS 1700HS. Y UNA MARCHA POR EL CENTRO DE LA CIUDAD, DESDE LA PLAZA BATLLE A LA PLAZA ARTIGAS, BAJO LA CONSIGNA "ARTIGAS EXISTE NO VA MAS".
MANIFESTARON SU APOYO PUBLICAMENTE LA PASTORAL SOCIAL DE LA IGLESIA CATOLICA Y EL DIPUTADO DEPARTAMENTAL CARLOS **GUANI DOS SANTOS** (PNAL-MANOS A LA OBRA) QUIEN PARTICIPO EN LA REDACCION DE LA PROCLAMA QUE SE LEYO COMO CULMINACION DE LA MOVILIZACION, DONDE LOS PUNTOS BASICOS FUERON: RECLAMOS DE FUENTES DE TRABAJO, MEJORES SALARIOS, VIVIENDA, SALUD PUBLICA Y MANIFESTACION DE DESCONFORMIDAD CON LA POLITICA ECONOMICA DEL GOBIERNO.
PARTICIPARON APROXIMADAMENTE 2.000 PERSONAS DE DIFERENTES GREMIOS (AEBU, AFMGAP, AEOMTOP, FFSP, FFOSE, SUINM, ADEOMA, SMU, CENTRO COMERCIAL, MUTUALISTA GREMEDA)
MOTIVO: FUENTE DE TRABAJO, UNA ADECUACION DE LA POLITICA TRIBUTARIA. AFIRMAN UNA CRECIENTE EXTRANJERIZACION DE LA TIERRA A MANOS DE COMPRADORES O ARRENDATARIOS BRASILEÑOS QUE UTILIZAN CREDITOS DEL BROU (BANCO DE LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY) Y MANO DE OBRA EXTRANJERA, INGRESADA ILEGALMENTE AL PAIS, MIENTRAS LA GANANCIA SE VA PARA BRASIL. DESTACAN QUE A LOS PRODUCTORES BRASILEÑOS QUE COMPRAN O ARRIENDAN TIERRAS EN EL DEPARTAMENTO CON DESTINO A LA PRODUCCION ARROCERA SE LES PERMITE EL INGRESO DE MAQUINARIA EN REGIMEN DE ADMISION TEMPORARIA.
EN PROTESTA CONTRA EL DESEMPLEO Y LA POLITICA ECONOMICA DEL GOBIERNO.

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

D.E.IV

*** DEPARTAMENTO DE LAVALLEJA ***

ESTUDIANTES AGRARIOS

LOS ALUMNOS DE LA ESCUELA AGRARIA DE PIRARAJA "EMILIA VIGIL DE OLMOS", A 100 KILOMETROS AL NORTE DE LA CIUDAD DE MINAS, LAVALLEJA, SE ENCUENTRAN REALIZANDO UN PARO DESDE EL **04AGO97** Y HASTA QUE LES SEA ASIGNADO UN PROFESOR PARA 3 MATERIAS QUE NO LES DICTAN DESDE PRINCIPIOS DE AÑO.
CABE DESTACAR QUE A ESTA ESCUELA CONCURREN 38 ALUMNOS DE VARIOS DEPARTAMENTOS.

08AGO97, LOS ESTUDIANTES DE LA ESCUELA AGRARIA DE PIRARAJA LEVANTARON LAS MEDIDAS DE NO PARTICIPAR EN LAS ACTIVIDADES TEORICAS Y PRACTICAS DEL ESTABLECIMIENTO DE UTU, EN VIRTUD QUE EL CONSEJO DE LA UNIVERSIDAD DEL TRABAJO DESIGNO AL DOCENTE QUE FALTABA PARA COMPLEMENTAR LAS ASIGNATURAS DEL AÑO LECTIVO; POR LO QUE SE REANUDARON LAS ACTIVIDADES.

Nº 005
ORIGINAL

017 9709031

RESERVADO

RESERVADO

C.G.E.

E.M.E.
DPTO. II
INTELIGENCIA

[illegible]

PIT-CNT (PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 2190

EL 15AGO97, EN HORAS DE LA NOCHE ESTA PREVISTA UNA SESION DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT, DONDE SE ESTUDIARA LA SITUACION DEL CONFLICTO DE LA SALUD HASTA ESE MOMENTO Y DE NO SURGIR UN ACUERDO EN ESE SECTOR ES MUY POSIBLE SE APRUEBE UN PARO GENERAL EN SOLIDARIDAD.

LA CENTRAL FIJO EL 15AGO97, REALIZAR UN PARO DE 24HS., ADEMAS REALIZARA LA SEMANA QUE VIENE UNA MOVILIZACION EN APOYO AL CONFLICTO DE LA SALUD, EN CASO DE QUE NO SE SOLUCIONE EL MISMO.

FFSP (FEDERACION DE FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA)
LOCAL: AVDA. FERNANDEZ CRESPO 2173

ORIGINAL

15AGO97, SE REALIZARA UN NUEVO PLENARIO NACIONAL DE DELEGADOS DE LA FFSP CON MOTIVO DE ANALIZAR LA PROPUESTA DEL MEF, SI ESTA ES CONSIDERADA ACEPTABLE POR EL GREMIO, SE ABRIRA UNA INSTANCIA DE RESOLUCION PARA EL CONFLICTO. DE LO CONTRARIO, LA DIRECTIVA DE LA FFSP ESTA HABILITADA POR RESOLUCION DE SU PLENARIO NACIONAL A INSTRUMENTAR EL ABANDONO DE LOS PUESTOS DE TRABAJO, CON LO CUAL SE AGUDIZARIA AL MAXIMO EL PARO GENERAL, CON ATENCION SOLO DE INTERNADOS, URGENCIAS Y EMERGENCIAS, QUE LOS FUNCIONARIOS MANTIENEN DESDE HACE 2 MESES.
SI NO SE LOGRA SOLUCIONAR EL CONFLICTO Y NO SE APRUEBA LA FORMULA PRESENTADA POR EL MINISTRO DE ECONOMIA Y FINANZAS, LUIS MOSCA, SE ESTARIAN IMPLEMENTANDO LOS ABANDONOS DE LOS PUESTOS DE TRABAJO PARA EL 19AGO97.

TAMBIEN ESTA PREVISTA UNA SESION DE LA MESA REPRESENTATIVA DEL PIT-CNT DONDE, DE ACUERDO A LO QUE HAYA SUCEDIDO HASTA ENTONCES, SE PUEDE DECRETAR UN PARO GENERAL DE 24 HS EN APOYO A LOS FUNCIONARIOS DE SALUD PUBLICA.

9709031

RESERVADO

FUS (FEDERACION URUGUAYA DE LA SALUD)
LOCAL: GARIBALDI 2819

15AGO97, EL CONSEJO FEDERAL DE LA FUS SE REUNIRA PARA EVALUAR LAS MOVILIZACIONES REALIZADAS Y RESOLVERA EN CASO DE NO HABER SURGIDO SOLUCIONES EN TORNO AL CONFLICTO EN SALUD PUBLICA, LA PLANIFICACION DE INMEDIATAS MOVILIZACIONES CONJUNTAS DEL MUTUALISMO CON LOS TRABAJADORES DE LA SALUD A NIVEL PUBLICO, CONOCIENDO DE ANTEMANO CUALES HAN SIDO LAS PROPUESTAS REALIZADAS POR EL MINISTRO DE ECONOMIA Y FINANZAS.

CABE DESTACAR QUE PARA FINES DE SETIEMBRE O PRINCIPIOS DE OCTUBRE SE ESTARA REALIZANDO UNA "GRAN MOVILIZACION CONJUNTA" DE LA SALUD, PROMOVIDA POR LA COMISION DEL SECTOR DEL PIT-CNT.

CSEU (COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA DEL URUGUAY)
LOCAL: MALDONADO 1170

LAS GREMIALES DE LA ENSEÑANZA AGRUPADAS EN ESTA COORDINADORA ESTABLECIO QUE LOS DIAS 02, 03 Y 04SET97 SE EFECTUARA UNA "JORNADA DE AGITACION" CON UN PARO GENERAL PARA EL 02AGO97 Y UN CAMPAMENTO LOS TRES DIAS FRENTE AL PALACIO LEGISLATIVO.

CABE DESTACAR, QUE LA CARPA DE LOS AYUNANTES DE LOS MAESTROS ARGENTINOS, QUE MANTIENEN LA MEDIDA DESDE HACE 135 DIAS, SE TRASLADARA EN LOS PRIMEROS DIAS DE SETIEMBRE A URUGUAY, COMO FORMA DE UNIFICAR LOS RECLAMOS DE LA ENSEÑANZA EN UN MOMENTO EN EL QUE SE REALIZAN DISTINTOS TIPOS DE MOVILIZACIONES EN AMBAS MARGENES DEL RIO DE LA PLATA.
DURANTE LOS DIAS 21 Y 22AGO97 LLEGARA A URUGUAY UNA DELEGACION DE MAESTROS ARGENTINOS PARA TERMINAR DE COORDINAR LA FORMA EN QUE SE REALIZARA EL AYUNO CONJUNTO, QUE DE ACUERDO A LAS PRIMERAS INFORMACIONES SE REALIZARA ENTRE EL 02 Y 04SET97.
EN ESTA FORMA DE PROTESTA SE ESTIMA QUE PARTICIPARAN ALREDEDOR DE 100 DOCENTES URUGUAYOS.

AFUR (ASOCIACION DE FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD DE LA REPUBLICA)

15AGO97, LOS FUNCIONARIOS DE LA UNIVERSIDAD REALIZARAN UNA MARCHA HACIA EL PARLAMENTO CUANDO LA CAMARA DE DIPUTADOS TRATE EL PROYECTO DE RENDICION DE CUENTAS QUE PREVE UN "GASTO CERO" PARA EL PROXIMO AÑO.

ORGANIZACIONES DE LOS DD.HH.

TIENEN PREVISTO PARA EL 24AGO97, UNA CONCENTRACION FRENTE AL HOSPITAL FILTRO EN CONMEMORACION DEL 3ER. AÑO DE LA MUERTE DE FERNANDO MORRONI.

APU (ASOCIACION DE LA PRENSA DEL URUGUAY)
LOCAL: AVDA. URUGUAY 1140

ORGANIZADO POR LA APU, SE LLEVARA A CABO EN LA TARDE DEL **15AGO97**, EN EL SALON DE FIESTAS DEL PALACIO LEGISLATIVO UN SEMINARIO DENOMINADO "DERECHO A LA INFORMACION, ACCESO A LAS FUENTES". EL GREMIO DE LOS PERIODISTAS INVITA A COLEGAS, LEGISLADORES, JUECES, FISCALES, ESTUDIANTES Y DOCNETES DE LA COMUNICACION A PARTICIPAR EN EXPOSICIONES CUYOS TEMAS AFIRMAN TIENEN EN LA SOCIEDAD UNA VITAL IMPORTANCIA.
PARTICIPAN COMO PANELISTAS, EL DR. DAMIAN LORETTI (JURISTA ARGENTINO); DANIEL DIAZ MAYNARD (NP) AUTOR DE UN PROYECTO DE LEY SOBRE LAS COMUNICACIONES A ESTUDIO EN LA CAMARA DE DIPUTADOS; EL PRESIDENTE DE LA COMISION DE CONSTITUCION, CODIGOS, LEGISLACION GENERAL Y ADMINISTRACION ALEJO FERNANDEZ CHAVEZ (SE REGISTRA DR. ALEJO H. FERNANDEZ CHAVEZTIZZE -PCOL-FORO DIPUTADO DPTO.MALDONADO); Y EL PRESIDENTE DE LA INSTITUCION ORGANIZADORA, DR. JUAN CARLOS OTORMIN.
PIT-CNT (PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES)
LOCAL: AVDA. 18 DE JULIO 2190

ORIGINAL 005

9709031

20/020

112 1/18

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
130130 - AGOSTO - 1997

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 105/B/ANA/997.-

I.- **EVALUACION**: Se omite

II.- **RESPONDE A**: Información obtenida por esta Agencia.

ORIGINAL 001

III.- **T E X T O**: Se adjunta:

IV.- **SINTESIS**: Se omite.

V.- **DISTRIBUCION**:

EJEMPLAR 001 - D.G.I.D.

EJMPLAR 003 - ARCHIVO

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO Departamento II REPUBLICA O. del URUGUAY

El Jefe del Dpto.II (ICIA.) del E.M.E..-

CORONEL

WILSON CORONEL.-

9709033

20 AGO. 1997

E- 001|002

ASUNTO: Profesores del Liceo Nº 13.

TEXTO:

De información obtenida por esta agencia, se tomó conocimiento de actividades de agitación y proselitismo político que se llevan a cabo por parte de dos profesores en el liceo Nº 13 (zona Hipódromo de Maroñas).
El hecho concreto ocurre en 3er. año en las materias de:

- Sociología, profesora Mary PERAZA, realiza proselitismo político a favor del Frente Amplio y en contra de los partidos tradicionales. También se refiere en forma negativa a los militares y a la época del proceso.

- Música, profesora María Catalina STOKES CASTELLI, realiza actividades de agitación y proselitismo político similares a la anterior. Además durante el transcurso de las clases pone un casette con la canción del "Comandante Che Guevara", la cual es entonada por los alumnos.

Cabe acotar que en ambos casos, estas actividades se realizan en forma permanente y en detrimento de la materia en sí.

Bios/C.Mil

SECRETO

1/12

FICHA PERSONAL

NOMBRE: LUIS ALBERTO APELLIDO: MIGUEL SAMANIEGO

ALIAS: (C) "WILSON", "CHOCHERITA". "FLACO", "WALTER", "NEGRO"

FECHA DE NACIMIENTO: NACIONALIDAD: PERUANO

LUGAR DE NACIMIENTO:

MOTIVO DE FICHADO: ANTEC. SUBVERSIVO RELIGION: CATOLICA

FILIAC. POLIT.: "MRTA" CONDICION: LIBRE

Formó parte del Comité Regional Sur del MRTA, adquirió importancia luego que en 1992 fueran capturados los principales cabecillas del MRTA.

Está requisitoriado por la Corte Superior del Cusco, por los delitos de Homicidio, daños materiales y otros.

En Bolivia fue encargado de organizar un grupo integrado por emerretistas conjuntamente con integrantes de "Tupac Katari", con la finalidad de secuestrar al empresario boliviano Samuel DORIA-MEDINA. Asimismo, efectuaba coordinaciones con el Estado Mayor de la OT-TA en el Perú a quienes les conseguía documentación falsificada, [illegible] principal función era el traslado de una fracción de la [illegible] TA a Bolivia, buscar conexiones con el "Eje Pachacute" y [illegible] un nuevo grupo terrorista denominado "Grupo Guerrillero A[illegible]" el cual no se llego a consolidar, alquilando una casa des[illegible]ia a ser una base de comunicaciones y de apoyo logístico

Este (D.T) fue autor material del secuestro del Empresario boliviano Samuel DORIA-MEDINA, participando conjuntamente con los DD.TT Miguel RINCON Rincón, Juan CABALLERO Velázquez, Oscar Martín CERNA Por[illegible], Mario CORAL Reyna, Silvia GORA Rivera y su conviviente Elizabeth OCHOA Mamani con quien tuvo dos (02) hijos.

[illegible] la obtención de un certificado de nacimiento falsificado, consigue una identificación como ciudadano boliviano [illegible] el seudónimo de Fernando TORRES Campo, con este documento logra obtener su pasaporte como boliviano con el que viajava al Uruguay presumiblemente con la finalidad de abrir una cuenta bancaria para recepcionar el dinero producto del secuestro del empresario boliviano Samuel DORIA-MEDINA. Sin embargo, es detenido conjuntamente con Silvia Sonia GORA Rivera el 20 Diciembre 1995 a solicitud de los Gobiernos peruano y boliviano por los delitos cometidos.

El 24 Dic. 96, los (DD.TT-TA) Luis Alberto MIGUEL Samaniego y Silvia Sonia GORA Rivera son definitivamente liberados.

001 012 9709034

10 AGO. 1997

Doc. en su totalidad ILEGIBLE

Según información proporcionada por el Gobierno uruguayo al Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), la Secretaria de ACNUR María Teresa AISCAR, señala que los Dos (02) DD.TT-TA no han salido de este país.

Cabe señalar, que los dos (02) DD.TT. liberados en Uruguay recibieron ayuda humanitaria del Servicio Ecuménico de Derechos Humanos, facilitándole habitabilidad y alimentos, posteriormente los referidos DD.TT abandonaron la residencia religiosa en la que se encontraban, desconcciendose el lugar donde se encuentran actualmente.

002 9709034

FICHA PERSONAL

NOMBRE: Silvia Sonia APELLIDO: GORA Rivera

ALIAS: (C) "Nancy"

FECHA DE NACIMIENTO: NACIONALIDAD: PERUANO

LUGAR DE NACIMIENTO:

MOTIVO DE FICHADO: ANTEC. SUBVERSIVO RELIGION: CATOLICA

FILIAC. POLIT.: "MRTA" CONDICION: LIBRE

Detenidos Terroristas

Esta D.T fue detenida e investigada a mediados de 1989, luego de que la policía allanara un local de ADEPAZ (Institución de fachada de la OT-TA) que se dedicaba a la defensa de los Derechos Humanos. Sin embargo, fue liberada al no encontrarsele pruebas que indicaran su militancia en esta OT.

Pertenece a las Fuerzas Especiales del MRTA, hermana del emerretista Rafael GORA Rivera, uno de los que se fugaron del penal Miguel CASTRO Castro 1990,

En Bolivia permaneció hasta el 05 Dic.95, fecha en la que se traslada a Uruguay, para la cual utilizó como identidad falsa el nombre de Rosa CESPEDES Miranda.

Fue detenida el 13 Dic. 95, y liberada por la Justicia de Uruguay el 24 Dic. 96, conjuntamente con el D.T-TA Luis Alberto MIGUEL Samaniego. Según información proporcionada por el Gobierno uruguayo al Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR), la Secretaria de ACNUR María Teresa AISCAR, manifestó que los Dos (02) DD.TT-TA no han salido de dicho país.

Cabe señalar, que los dos (02) DD.TT. liberados en Uruguay recibieron ayuda humanitaria del Servicio Ecuménico de Derechos Humanos, facilitándole habitabilidad y alimentos, posteriormente los referidos DD.TT abandonaron la residencia religiosa en la que se encontraban, desconociendose el lugar donde se encuentran actualmente.

FICHA PERSONAL

NOMBRE: Isaac Cecilio APELLIDO: VELASCO Fuertes

ALIAS: (C) "Ciego"

FECHA DE NACIMIENTO: NACIONALIDAD: PERUANO

LUGAR DE NACIMIENTO:

MOTIVO DE FICHADO: ANTEC. SUBVERSIVO RELIGION: CATOLICA

FILIAC. POLIT.: "MRTA" CONDICION: LIBRE

Fue uno de los fundadores de la OT-TA (18 May. 83.)

En el año de 1987 este D.T conjuntamente con Víctor POLAY Campos y Néstor CERPA Cartolini se trasladan a la selva, donde formaron el denominado "Frente Nor-Oriental". Entre 1989 y 1992 estando en la selva, perdió el ojo izquierdo en circunstancias que preparaba un artefacto explosivo, luego en circunstancias no conocidos perdió la visión del ojo derecho.

La Dirección Nacional de esta OT, le encomendo debido a su limitación física que se hiciera cargo de negociar los montos de los rescates con los familiares de los secuestrados; asimismo, era encargado de administrar las cárceles del pueblo.

Posteriormente, en 1994 viaja a Alemania acompañado de su conviviente (militante de la OT-TA) Ada Martha BERAUN Terrones, por encontrarse requisitoriado por el delito de traición a la patria. En este país recibió el estatus de refugiado por persecución política.

Viaja con documentación Alemana para asilados políticos que le permite desplazarse sin dificultad por cualquier país europeo, de igual forma por intermedio del despacho del Ministerio del Interior de Italia ha confirmado a nuestra embajada en dicho país que Isaac VELASCO no es buscado a nivel internacional, en tal virtud la legislación italiana no permite la detención y solo lo haría de existir mandato de búsqueda internacional de INTERPOL, situación que aún no ha sido confirmada por las autoridades peruanas. Hasta el momento, se efectúa una vigilancia frente a las actividades del referido individuo de conformidad a dichas leyes

En Enero 1997, se definió como ciudadano peruano residente en Alemania, como único jefe de la guerrilla en el exterior.

El 23 May. 97, viajó a El Salvador (habiendo ingresado a través de Honduras), donde se contacto con diversos dirigentes de izquierda a fin de obtener apoyo político y económico que permita a la OT-TA la reorganización de su movimiento. Así como la posibilidad de que sus cuadros reciban entrenamiento político-militar. Cabe resaltar que sus gestiones vienen siendo apoyadas por el hijo del líder del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacionmal (FMLN), Schafick HANDAL. En la actualidad se encontraría en Hamburgo-Alemania.

El Ministerio del Interior del Estado de Hamburgo (Alemania), ha remitido una comunicación al vocero del MRTA en Europa, Isaac VELASCO prohibiéndole que haga declaraciones públicas que "anuncien", recomienden o justifiquen el empleo de la violencia por dicho grupo terrorista en el Perú.

FICHA PERSONAL

NOMBRE: Hugo APELLIDO: AVELLANEDA Valdez

ALIAS: (C) "Eloy", "Cmdte. Raúl", "Licenciado", "El Ingeniero".

FECHA DE NACIMIENTO: 31 Ene. 45. NACIONALIDAD: PERUANO
LUGAR DE NACIMIENTO:

MOTIVO DE FICHADO: ANTEC. SUBVERSIVO RELIGION CATOLICA

FILIAC. POLIT.: "MRTA" CONDICION: LIBRE

DIRECCION LIMA: JR. PUMACAHUA 2344 INT. 3 - LINCE

DIRECCION FRANCIA: NRO. 21 ALLE-JEAN BART-AQUILLON-AVINAY-SQUSBCLD-93600-PARIS NROS. 48790353 Y 48791086

DIRECCION BOLIVIA: CALLE CHULUMANI NRO. 135, ZONA VILLA EL CARMEN-LA PAZ

ESTADO CIVIL: CASADO CON MARIA LUISA ZAMORA LECLERE

HERMANOS: AMELIA Y ROSAS (ANTROPOLOGA)

DOCUMENTO DE IDENTIDAD: L.E. 07443574 LM. 22898445

PASAPORTE: NRO. 3332612.

PROFESION: PROFESOR

E. Ago. 79, en el Departamento de Lima integra el Comité Dir tivo de la UDP.

El 1 go. 79, en el Departamento de Lima hace uso de la palabra en represe de su partido (FIR-ML), en una manifestación llevada aca Frente Revolucionario Anti Imperialista por Sociali mo ocal de 1 ederación Gráfica del Perú, dicha concent ue con la alidad de dar a conocer sus lineamentos p lit y su raz su constitución.

. 80, en el ep amen le Lima, integra la lista de candidatos a Diput Lima por la UDP)

Set. 88, ideologo de la OT-TA con responsabilidad de nivel ternacional.

El Feb. 88, fue detenido en el Aeropuerto Internacional Jorge Cháve , en circunstancias que pretendía viajar abordo de la Cia. de Aviación Air Panamá con destino a la República de México, utilizando el pasa Nro. 338773 de la Repúblca de Ecuador a nombre de Artemio P Pasos. le encontró block con an nes de la OT-TA; así c la cantidad dólares norteamericanos y I/. 3,400 Intis en efecti

El motivo de dicho viaje era con la finalidad de concurrir a un congreso de coordinación con movimientos afines.

El 29 Feb. 88, pasó al Octavo Juzgado de Instrucción de Lima por terrorismo.

El 03 Mar. 88, es recluido en el Penal Miguel CASTRO Castro por el delito de terrorismo, admite ser ideólogo de la OT-TA y responsable del trabajo a nivel internacional de esta OT en Europa (Francia, Suecia, Alemania, España e Italia).

El 22 Jun. 89, el Tercer Tribunal Civil de Lima dispusó su libertad.

El 01 Oct. 89, fue considerado como principal sospechoso del secuestro de Héctor DELGADO Parker.

El 09 Ene. 90, es uno de los implicados en el asesinato del Gral. EP. Enrique LOPEZ Albujar.

El 01 Ago. 92, se tiene conocimiento que se encontraría en París-Francia, quien estaría utilizando bigotes y otro peinado en relación a las primeras fotografías que circulaban en las dependencias policiales.

Tiene orden de captura en Lima, la Policía Nacional del Perú lo señala como uno de los que participó en el secuestro de Héctor DELGADO Parker y en el asesinato del Gral. (r) EP. Enrique LOPEZ Albujar.

En Jul. 93, radicó en Francia-Paris considerado como el máximo cabecilla de la red de difusión ideológica y propagandística de la OT-TA. Se encuentra requisitoriado por el delito de Traición a la Patria en agravió del Estado Peruano, entidades públicas y privadas.

El 06 Ago. 95, se encontraría en Bolivia, habiendo viajado desde Francia, en dicho país trata de formar una alianza con el Ejército Guerrillero Túpac Katari.

El 09 Ene. 96, es responsable del trabajo internacional de la OT-TA en Europa y de la edición del folleto "Voz Rebelde Internacional", editada en Francia como medio de difusión escrita a nivel internacional.

En París cuenta con la colaboración de la familia peruana BARNETT, cuyos miembros son 15 personas aproximadamente y se encuentran en condición de asilado político, siendo miembro del "Comité de Solidaridad con el Perú".

En Francia hace coordinaciones con Rosa ESPINOZA Carballo, esposa de POLAY Campos, quién domicilia en 24 Rue Henri Cochard 44000-Nantes-Francia, quien a su vez dirige una facción del grupo "Comité de Solidaridad con el Perú" y recepciona correspondencia a nombre Ivet LAMOULEN.

9709034

Mantiene correspondencia con dos instituciones en El Salvador, siendo estas METROCENTRO (Radio Venceremos) en el apartado postal 052009 y Centro de Gobierno (Radio Martí) en el apartado postal 2374-San Salvador.

Actualmente, según informaciones de prensa de El Salvador, los Dirigentes de la OT-TA, tendrían previsto realizar una reunión en dicho país en la que participarían los DD.TT-TA Rodolfo Klein SAMANEZ, cuñado del extinto Néstor CERPA Cartolini y Hugo AVELLANEDA

PERFIL PSICOLOGICO

Denota un nivel de funcionamiento intelectual normal promedio, con habilidad verbal, capacidad creadora y constancia en el encadenamiento de las ideas y de las acciones sucesivamente.

Se le percibe como una persona cuya importancia profesional o social, ha sido logrado por su propio impulso y fuerza de voluntad, con tendencia a la extrovisión, sociable y con respecto a los que comparten su ideologia se relaciona con un carácter conciliante, simpático y trato cordial, capaz de emplear artificios verbales para convencer a otros, con predominio de la razón en los contactos interpersonales, independencia en las acciones, fidelidad y firmeza de los propósitos preestablecidos , pero manteniendo un comportamiento de reflexión, prudencia y deseos de una perfecta ejecución, siempre orientado a la afirmación de las propias ideas, valores y métodos de acción a través de un comportamiento de estudio de la situación para el logro de sus objetivos, combativo, tenaz y aveces un tanto obstinado (terquedad), además se observa una constancia en sus estados de ánimos y del humor, indicadores de autocontrol y autodominio, con capacidad de expansión y crecimiento condicionado a sus propios intereses; asimismo, denota deseos de agradar.

Su vulneravilidad radicaría en su tendencia a vivenciar sentimientos de culpabilidad y sufrimientos internos e intensos relacionados a incompatibilidades con el ambiente íntimo familiar, asimismo es proclive a la desconfianza, pesimismo y temor vago del presente o el porvenir .
Demuestra una personalidad psicopática, capaz de transgredir normas morales, convencionales y legales.

Presenta antecedentes penales y policiales, por terrorismo como integrante del MRTA y Tráfico ilicito de Drogas.

HIJA DE SILVIA SONIA GORA RIVERA

El 10 Dic. 96, el Diputado del Partido Socialista de Uruguay, Guillermo CHIFFLET manifestó que Luis Alberto MIGUEL Samaniego y Silvia Sonia GORA Rivera y una niña, se presentaron al local del Movimiento de Liberación Nacional "Tupa Maru", para luego trasladarse a un local del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para Refugiados (ACNUR).

La niña es identificada como Carol (04 años) la misma que es hija de los DD.TT-TA Juan Carlos CABALLERO Velásquez (preso en Bolivia) y Silvia Sonia GORA Rivera (actualmente se encuentra libre en Uruguay).

SITUACION ACTUAL DE LA OT-TA

Luego de l intervención militar a la residencia del embajador japonés en Lima (22 Abr. 97), donde resultaron muertos los 14 emerretistas y un (01) rehén; esta OT ha continuado realizando acciones bajo la modalidad de "Agitación y Propaganda" a nivel nacional, resaltando las realizadas en los Departamentos de Pasco, Lima y Piura, en las cuales mencionan que su lucha revolucionaria continua y que vengaran la muerte de los emerretistas ocurrido el 22 Abr. 97, la misma que trataría de demostrar que esta OT no ha desaparecido como resultado de la intervención de las FF.OO a la residencia nipona y por el contrario estaría planeando la realización de próximas acciones subversivas.

En su denominado "Frente Centro" (Junín y Pasco), el accionar subversivo de esta O.T es esporádico, realizando acciones bajo la modalidad de "Agitación y Propaganda", no descartándose que la disminución de sus acciones se debería a que se encontrarían abocados a la recomposición de sus cuadros, teniéndose información de miembros del "Frente Revoluciònario Salvadoreño" (FRS) se encontrarían en este Frente con la finalidad de apoyar a la OT-TA en la realización de acciones subversivas.

Cabe señalar, que se tiene información que indicarían la posible presencia en Centro América de los DD.TT-TA Hugo AVELLANEDA Valdez, Rodolfo KLEIN Samanez e Isaac VELASCO Fuertes, con la finalidad de buscar apoyo de los grupos de izquierda de Guatemala y El Salvador, con el propósito de realizar acciones subversivas en el país.

Asimismo, la dirigencia de la OT-TA tiene previsto enviar a México a tres de sus militantes, con la finalidad de entrevistarse con los dirigentes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, a fin de realizar coordinaciones sobre futuras acciones a favor de la OT-TA.

Al respecto, en la capital de Guatemala un grupo denominado "MRTA AVANZA" distribuyó volantes, dicho grupo estaría conformado por ciudadanos de dicho país, no descartándose que tenga alguna vinculación con la OT-TA del Perú.

SECRETO



Hugo AVELLANEDA Valdez

011

9709034



Isaac Cecilio VELASCO Fuertes

012/012 9709034

[illegible]

[illegible]

COSTA RICA-NARCOTRAFICO
FORO INTERNACIONAL SOBRE NARCOTRAFICO SE CELEBRARA EN 1998

San José, 6 may. (EFE).- Costa Rica será la sede de un foro internacional sobre narcotráfico a principios de 1998, lo que supone un reconocimiento a las autoridades del país por sus esfuerzos para acabar con el tráfico de drogas, afirmó hoy el Ministerio de Seguridad Pública.

La designación de Costa Rica fue acordada unánimemente por los representantes de [illegible] países que participaron en la XV Conferencia Internacional sobre Narcotráfico en Bahamas.

Allan Solano, director de la Policía de Control de Drogas (PCD) de Costa Rica, destacó que la estabilidad de la democracia costarricense y su férreo combate al narcotráfico favorecieron la designación.

Los participantes discutirán la necesidad de adoptar programas conjuntos de investigación para conseguir la desarticulación de las bandas de narcotraficantes, el control de sustancias químicas esenciales para producir cocaína y reducir el empleo de aeronaves en el transporte de drogas y dinero "sucio". EFE

MDS/CM/MV/Fo

05/06/23:16/97

9709042.

TITULO: COSTA RICA: Foro internacional sobre Narcotráfico se celebrará a 1998.-

PROCEDENCIA: AGENCIAS

FECHA DE PROCEDENCIA: 6/5/97

VINCULACIONES: 11146, 65149, 65644, 11706, 11356, 10190, 11349, 11374, 11226, 11354, 11225

Doc daro

01-01

9709042.

INUR Nº 00167/220/16 MAI 97

O uso de drogas ilegais – em especial sintéticas – na EUROPA e suas consequências para o BRASIL num cenário globalizado.

(16 Mai 97)

A XXIII Reunião Européia de Chefes de Serviços Nacionais de Combate às Drogas, realizada em Alicante/ESPANHA, de 22 a 24 de ABR/97, teve sua abertura marcada pelo pronunciamento do Secretário-Geral da Interpol, RAYMOND KENDALL, que classificou como alarmante o quadro do consumo de drogas naquele continente.

Há uma crescente ampliação dos índices de abuso de drogas ilícitas e da diversificação, principalmente das chamadas drogas sintéticas, produzidas em laboratórios legais ou clandestinos, na POLÔNIA, RÚSSIA, HUNGRIA e HOLANDA. Com o esforço de repressão sobre a oferta de drogas ilegais ditas "naturais" – como a cocaína, a maconha e a heroína –, o mercado das drogas ilícitas tende a inovar, estabelecendo novas alternativas, com a super-oferta de anfetaminas, em particular do "ecstasy".

A exemplo do que ocorre no âmbito da Comunidade Econômica Européia (CEE), a situação de crescimento acelerado dos índices de consumo de entorpecentes motivou a RÚSSIA a patrocinar, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Controle de Drogas, uma Conferência Internacional em Moscou, nos dias 16 e 17 de ABR/97. A Conferência teve como objetivo angariar assistência externa, sobretudo financeira, para combater o problema na RÚSSIA.

A estatística oficial russa indica um crescimento em 1995 de 35% no número de viciados em drogas em relação ao ano anterior. Estima-se em cerca de 2 milhões os usuários de entorpecentes naquele país e, a despeito de a estatística do ano de 1996 ainda não estar disponível, acredita-se que provavelmente apresentará crescimento superior ao registrado em 1995.

O agravamento do problema na RÚSSIA deve-se também a outros fatores, dentre eles:

a) proximidade geográfica aos grandes produtores de entorpecentes (PAQUISTÃO, IRÃ e AFEGANISTÃO);

b) controle aduaneiro deficiente;

c) desorganização, fiscalização industrial deficiente e corrupção (determinando maior facilidade de acesso ilegal à industria químico-farmacêutica);

d) desemprego nas indústrias químico-farmacêuticas.

Simultâneamente às reuniões em ALICANTE e MOSCOU, divulgou-se os resultados estatísticos anuais do combate às drogas ilícitas na FRANÇA. Tais resultados indicam que em 1996 foi registrado um aumento de 58% no total das aprensões de entorpecentes em relação a 1995.

Observa-se, nesses indicadores, um crescimento considerável do consumo das diferentes substâncias entorpecentes. É perceptível também que a gradual escalada dos níveis de consumo de "drogas sintéticas" deve-se, em parte, ao permanente esforço de combate ao tráfico das denominadas drogas naturais, como a maconha e a cocaína. O desenvolvimento, na EUROPA, do mercado das "drogas de laboratório" é fomentado por uma ampla estrutura de produção e distribuição descentralizada e com maior segurança quando comparada à predominante natureza transfronteiriça do tráfico tradicional.

Adicionalmente, observam-se algumas transformações no "modus operandi" das organizações criminosas, uma vez que países tradicionalmente consumidores, como é o caso da FRANÇA, passam a elencar simultâneamente o rol de países de trânsito quando as rotas da droga encontram trâmites facilitados pelo cenário de integração econômica e comercial com amplas oportunidades de variação de procedimentos e considerável segurança. É o caso da recente apreensão de 20 toneladas de maconha de origem colombiana no porto de Le Havre com destino a HOLANDA.

Trata-se de uma tríplice inovação, uma vez que o mercado europeu é tradicionamente abastecido de maconha originária do MARROCOS ou LÍBANO; a COLÔMBIA não se caracteriza por destinar sua produção de maconha à EUROPA; e a FRANÇA não apresentaria condições favoráveis à situação de entreposto para o tráfico com destino à HOLANDA, principalmente em virtude do seu permanente esforço de repressão ao tráfico de drogas ilícitas.

O quadro de transformações por que passa o narcotráfico internacional desloca a análise estratégica para o desafio da inovação permanente. Mecanismos tradicionalmente utilizados passam a ser substituidos por processos mais dinâmicos e seguros, como:

a) a " translocalização da produção" (característica básica do processo de internacionalização da produção), ou seja, a transferência das unidades de processamento de drogas sintéticas dos países produtores tradicionais para os países consumidores, principalmente caracterizada pela proliferação de laboratórios clandestinos;

b) o desenvolvimento de complexos esquemas de "lavagem" de dinheiro;

c) o emprego das estruturas e instituições públicas ou de acesso público com propósitos criminosos, como o demonstram a ampla utilização da INTERNET e dos correios para o tráfico de entorpecentes.

* * *

Nº DOCUMENTO 9709044

TITULO EXPOSICION SOBRE NARCOTERRORISMO A ALUMNOS DEL IMES

PROCEDENCIA NARCOTRAFICO

FECHA PROC. 15/5/97

VINCULACIONES 11176 11512 11343 11019 6559C 50469
11365 11226 11227 11225 50482 11231
30044 11514 11224 11354 66817
11510 11514 11224 11341
11511 11421 11513 11063 50480

P R E S E R V A D O

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

SUB DIRECCION EXTERIOR - SECCION NARCOTRAFICO

Montevideo, 15 de mayo de 1997

EXPOSICION SOBRE NARCOTERRORISMO A ALUMNOS DEL INSTITUTO MILITAR DE ESTUDIOS SUPERIORES (IMES)

Doc. con fs. poco legibles

P R E S E R V A D O

9709044.

01-47

PARTE I: GENERALIDADES SOBRE NARCOTRAFICO

PUNTO A: CONCEPTO DE NARCOTRAFICO

1. Introduccion
2. Estupefaciente
3. Sustancia Sicotropica
4. Trafico Ilicito

PUNTO B: PROBLEMATICA DEL NARCOTRAFICO

1. Globalizacion del Fenomeno
2. Producción
   - Narcoeconomia
3. Tráfico
   - Narcocorrupción
4. Consumo
5. Precursores
6. Lavado de Dinero
7. Contaminación Ambiental
8. Delincuencia Organizada
9. Narcoterrorismo

PUNTO C: CONCEPTO DE NARCOTERRORISMO

1. Significado del Termino
2. Antecedentes en la Region
   a. Narcoterrorismo
   b. Narcosubversion
3. Conexiones con el Tráfico de Armas

PARTE III. [illegible] NARCOTRAFICO: SITUACION ACTUAL

PARTE I

GENERALIDADES SOBRE NARCOTRAFICO

A. CONCEPTO DE NARCOTRAFICO

1. Introducción. El término narcotráfico es una forma breve de referirse al tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas.

2. Estupefaciente. Es cualquiera de las sustancias naturales o sintéticas que figuran en las Listas I y II de la **Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes** y en esa Convención enmendada por el **Protocolo de 1972 de Modificación de la Convención Unica de 1961 sobre Estupefacientes** (en adelante, nos referiremos a ambos documentos con el nombre abreviado de **Convención de 1961**).

3. Sustancia Sicotrópica. Es cualquier sustancia, natural o sintética, o cualquier material natural que figura en las Listas I, II, III o IV del **Convenio sobre Sustancias Sicotrópicas de 1971** (en adelante, **Convenio de 1971**).

4. Tráfico Ilícito. Por "tráfico ilícito" se entiende, en principio, los delitos enunciados en los párrafos 1 y 2 del artículo 3 de la **Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas**, de 1988 (en adelante, **Convención de Viena**). Dichos delitos incluyen todas las actividades relativas al comercio ilegal y clandestino de las sustancias antes mencionadas -es decir, desde la producción de drogas naturales o sintéticas, hasta la tenencia para su uso por el consumidor-, pero abarca otras como ser las actividades de organización y financiamiento, de lavado de dinero, de posesión y tráfico de equipos, materiales y precursores, etc. (Anexo "A").

B. PROBLEMATICA DEL NARCOTRAFICO

1. Globalización del Fenómeno

Hasta hace algunos decenios, el narcotráfico afectaba sólo a un número limitado de países, pero durante los últimos veinte años se ha producido una "globalización" del

fenómeno. En efecto, los traficantes han logrado colocar drogas, principalmente cannabis, cocaina y heroina, prácticamente en todo el mundo. Pero se debe tener en cuenta también, que el tráfico y el uso indebido de productos farmacéuticos, que en muchas circunstancias sustituyen a las antes mencionadas, están extendidos no sólo en AFRICA, en parte de ASIA y AMERICA LATINA, sino también en EUROPA y AMERICA DEL NORTE. Desde hace alrededor de una década, el narcotráfico se ha constituido en la segunda actividad ilícita internacional (después del tráfico de armas y explosivos), reciclando millones de dolares anualmente en todo el mundo. El enorme crecimiento de esas actividades y su expansión geográfica han generado una compleja problemática, que procuraremos describir resumidamente en los párrafos siguientes.

2. Producción. La producción incluye todas la operaciones y procesos necesarios para la obtención de drogas, tanto naturales como sintéticas. La producción en gran escala en determinados países ha llevado a que se les denomine "países productores" o "países proveedores", para distinguirlos de los "países de tránsito" y los "países consumidores", que mencionaremos más adelante. A este respecto, sin embargo, cabe destacar un pasaje del **Informe de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes** correspondiente a 1993: "Antes se distinguía entre países proveedores y países consumidores. En la actualidad se ha visto claramente que estas distinciones carecen ya de significado: los países consumidores se han convertido en países proveedores y viceversa. La expresión "país de tránsito" también ha perdido su significado original: estos también se están convirtiendo rápidamente en países consumidores y pueden llegar a ser países proveedores". El principal problema en relación a este aspecto, gira en torno a lo que se ha dado en llamar "narcoeconomía".

A. Narcoeconomía

En algunos países, la producción y la

fabricación de drogas ilícitas y su tráfico han tenido considerables repercusiones en el conjunto de la economía, generando un elevado porcentaje del producto nacional bruto. Cuando la economía de un país ha llegado a depender de esas actividades ilícitas, los esfuerzos por combatirlas tendrán un importante efecto recesionista o irán acompañados de costosos planes de compensación. Por lo tanto, los gobiernos deben tomar todas las medidas posibles para impedir que las actividades relacionadas con las drogas ilícitas lleguen a integrarse a la economía nacional en tal medida que combatirlas entrañe graves consecuencias económicas.

3. Tráfico. Comenzando con el retiro de los lugares de producción y continuando con el traslado hacia los centros de consumo, el tráfico abarca todas las actividades relativas al comercio ilegal y clandestino de drogas, que culmina con la tenencia de la misma por parte de los consumidores. El transporte de las drogas desde los lugares de producción hasta los centros de consumo, muchas veces se realiza a través de diferentes países, a los cuales se los denomina "países de tránsito". El principal problema en relación a este aspecto está relacionado con las secuelas de corrupción y consumo que va dejando a su paso.

a. Corrupción. También llamada "narcocorrupción". La corrupción en general, y la corrupción en los sistemas de lucha contra el narcotráfico en particular, es un problema muy grave y extendido, al cual se debe en gran parte el enorme crecimiento que ha tenido el narcotráfico en los últimos años. Al respecto, cabe destacar el siguiente Informe de la JIFE (1993): "La Junta desea reiterar su profunda preocupación por las repercusiones de la corrupción en los sistemas nacionales de fiscalización de estupefacientes. La corrupción es un problema del que no se libra ninguna sociedad, independientemente de su nivel de desarrollo. La corrupción de funcionarios públicos o personal de la justicia penal compromete los propios principios y objetivos de los tratados de fiscalización de drogas y merma la eficacia del sistema de

fiscalización internacional de drogas. En los últimos años, el problema se ha agravado con la expansión de la delincuencia transnacional organizada".

4. Consumo. Junto con la producción y el tráfico, constituye la piedra angular de la problemática del narcotráfico, pues los restantes factores son consecuencias o actividades conexas de estas tres. Se suele hablar de "países consumidores", para referirse a aquellos en que existen altas tasas de consumo de drogas, como por ejemplo de los EE.UU., en donde se consumen el 50% de todas las drogas ilícitas producidas en el mundo; según estadísticas de 1995, este país cuenta con 12.8 millones de consumidores de drogas, de los cuales 3.6 millones son adictos.
Los problemas relacionados con este aspecto son varios, y todos productos principalmente de los estragos síquicos y físicos que las drogas ocasionan en los usuarios. En principio, está el problema humano o humanitario, de los millones de vidas que literalmente se pierden por esta razón. También está la agresión que se produce al potencial humano de un nación, y sus consecuencias principalmente económicas (ausentismo laboral, pérdida de mano de obra, etc.) y militares (pérdida del potencial humano). Finalmente, cabe destacar la atención y los enormes recursos que los Gobiernos deben distraer en el tratamiento y la rehabilitación de toxicómanos, generalmente con resultados bastante magros: "...ningún programa (de tratamiento y rehabilitación) concreto ha resultado eficaz para todos los toxicómanos, incluso en un solo país, y la transferencia de un régimen de tratamiento de una cultura a otra no siempre ha sido positiva...".

5. Precursores. Aunque la designación de "precursores" no es correcta técnicamente, su empleo se ha extendido para referirse a las "sustancias que se utilizan con frecuencia en la fabricación ilícita de estupefacientes o sustancias sicotrópicas". Dicho en otras palabras, son productos químicos que se aplican a la materia prima en distintas fases del proceso, para obtener la droga. Tales precursores son

cualquiera de la sustancias que figuran en el Cuadro I o en el Cuadro II de la **Convención de 1988**. El problema en este aspecto radica en que las potentes y peligrosas drogas derivadas de la adormidera y la hoja de coca no existirían si tales precursores no llegaran a los narcotraficantes productores.

6. Lavado de Dinero. También llamado "blanqueo de capitales". Se denomina así a todas las operaciones que realizan los narcotraficantes para legitimar los miles de millones de dólares que obtienen de beneficio por sus actividades ilícitas. El problema aquí radica en que toda la actividad de la inmensa mayoría de los narcotraficantes persigue la obtención de esos beneficios, pensándose que si los mismos les fueran impedidos, se terminaría con el narcotráfico. Varios países han implementado medidas para impedir tales operaciones, pero: "El blanqueo de capitales se sigue produciendo, no obstante, pincipalmente de resultar de la creciente complejidad y la evolución de las tácticas de los narcotraficantes para blanquear el producto de sus actividades. Los traficantes buscan países y territorios con bancos centrales débiles, prácticas de secreto bancario restrictivas y controles limitados de divisas extranjeras. La experiencia enseña que incluso en los países que han promulgado leyes que tipifican el blanqueo de capitales como delito penal, es probable que esas leyes sean ineficaces sin una modificación de las disposiciones relativas a los secretos bancarios, empresariales y oficiales, con las garantías apropiadas".

7. Contaminación Ambiental. Hasta donde sabemos, este es un factor muy importante, principalmente en nuestra región, y particularmente en la subregión de la AMAZONIA. Los daños al medio ambiente se producen en la zona que abarca parte de BRASIL, COLOMBIA y PERU, y proviene de tres fuentes: 1) los desechos químicos que se vierten a los ríos de los precursores que se emplean en la producción de heroína y cocaína; 2) los productos químicos que se emplean desde el aire para destruir

los plantíos de coca, principalmente porque afectan el resto de la flora y a la fauna y pobladores de la zona; [illegible] y, sobre todo, de las extensas talas que se han realizado, para emplear esas tierras en el cultivo de la coca y la adormidera, factor que es el que más repercute en el medio ambiente planetario.

6. Delincuencia Organizada. Este es uno de los nuevos, graves y crecientes problemas. Está referido a los Carteles de la Droga y otras formas de delincuencia organizada, como ser, en el escenario mundial: la mafia italiana, la yacuzza japonesa, las triadas chinas, los grupos nigerianos, etc., todos los cuales tienen cada vez más que ver con el tráfico de drogas. A este respecto, el Informe de la JIFE de 1993 dice: "Están aumentando el poder económico y la influencia política de los carteles de las drogas. Paralelamente a la "globalización" del uso indebido de drogas, han aumentado también la internacionalización y la cooperación entre los "carteles de la droga". Hay también pruebas concluyentes de que las organizaciones de traficantes se intercambian diferentes tipos de drogas. Los sindicatos de narcotraficantes están participando cada vez más en otras formas de delincuencia organizada y violenta, utilizando técnicas complejas y modernos sistemas de comunicaciones. Las organizaciones delictivas controlan las drogas desde las fases de cultivo y producción hasta las de almacenamiento y distribución. Grandes cantidades de drogas se almacenan provisionalmente en determinados países para aprovechar sus legislaciones débiles o ineficaces. Hay pruebas de que las organizaciones dedicadas al narcotráfico utilizan con frecuencia los territorios de países a) que no son Partes de los tratados de fiscalización internacional de estupefacientes; b) que han ratificado oficialmente las convenciones sin aplicar sus disposiciones; c) que se ven afectados por guerras civiles, actividades terroristas, inestabilidad política, conflictos étnicos, depresión económica o tensiones sociales; d) que no están en condiciones de garantizar el control del gobierno sobre algunas partes de

sus territorios; el que no son capaces de garantizar el cumplimiento de la ley ni de mantener servicios aduaneros y de control farmacéutico adecuados.

C. CONCEPTO DE NARCOTERRORISMO

1. Significado del término. El término "narcoterrorismo" se viene empleando para designar dos tipos de fenómenos:

a. en primer término, alude a la violencia empleada por la delincuencia organizada dedicada al tráfico de drogas, para el logro de sus fines.

b. en segundo término, alude a los vínculos con el narcotráfico que tienen algunas organizaciones subversivas o guerrilleras. En este caso, muchas veces se emplean como sinónimos los términos "narcosubversión" y "narcoguerrilla".

Lo que distingue escencialmente a ambos tipos de fenómenos, entonces, es el tipo de organización que está detrás de las acciones que se denominan "narcoterrorismo". Para diferenciar un caso de otro, nosotros preferimos utilizar la expresión "narcoterrorismo" cuando se trata de acciones promovidas por la delincuencia organizada, y la expresión "narcosubversión" en el otro caso. Es de señalar, sin embargo, que podría ser más adecuado emplear el término "narcoterrorismo" en ambos casos, principalmente por las connotaciones jurídicas del término "terrorismo".

1. Antecedentes en nuestra Región

Si bien existen antecedentes en varias partes del mundo, nuestra región ha sido una de las más afectadas por este tipo de acciones en los últimos 10 a 15 años, existiendo buenos ejemplos al respecto.

a. Narcoterrorismo

Como sabemos, el terrorismo es un arma sicológica de enorme poder. En Colombia este ha sido el método más empleado por el Cartel de Medellín para el logro de sus fines, en especial, para evitar la extradición de narcotraficantes a los EE.UU. (Distinguiéndose de los métodos del Cartel de Cali, orientados fundamentalmente a la

infiltración y compra de voluntades. o sea. corrupción). siendo varios miles los civiles. funcionarios judiciales y policiales y los militares asesinados por dicho cartel. Esto motivó que se debiera realizar modificaciones sin precedentes en el funcionamiento de la justicia, creándose novísimas medidas como la de los denominados 'jueces sin rostro" y "telejuicios". Precisamente esta actividad terrorista del Cartel de Medellín fue uno de los factores decisivos de la guerra frontal desatada por el ex-Presidente Virgilio Barco en 1985. actuando como hecho desencadenante el asesinato del candidato presidencial LUIS GALAN (quien hubiera resultado electo Presidente de no haber sido asesinado).

b. Narcosubversión

El narcoterrorismo en relación con las organizaciones subversivas o guerrilleras que operan en la región, ha conocido distintas modalidades:

- en un principio, el vínculo estuvo dado por la protección que la guerrilla brindaba a las actividades e instalaciones de los narcotraficantes, por lo cual recibían una comisión, ya sea en dinero o en armas y equipo. Tal ha sido el caso de las F.A.R.C. en COLOMBIA.

- posteriormente. las propias organizaciones guerrilleras se avocan a la producción de drogas para solventar sus actividades. asunto que cobró mayor importancia en los últimos tiempos. en la medida que el apoyo del bloque comunista fue disminuyendo, hasta cesar completamente. Este es nuevamente el caso de las mencionadas F.A.R.C. y también el ELN de Colombia. Pese a que en algunas oportunidades se ha dicho que las acusaciones oficiales a las FARC son producto de una campaña de acción sicológica emprendida por el gobierno, existirían numerosos indicios de que dicha organización sería una de las de mayor importancia en COLOMBIA. habiéndose dedicado a la producción de cocaína desde la segunda mitad de la década pasada. y expandiendo esa actividad a la producción de heroína desde principios de los años 90.

- Sendero Luminoso, en el PERU, ha sido el otro

rango de importancia en cuanto a narcoproducción. En este caso, la guerrilla logró adquirir el control de las principales zonas de producción de hojas de coca, actuaba como intermediario entre los narcotraficantes y los campesinos dedicados a esos plantíos, fijando principalmente los precios que se debían pagar. De esta manera, no sólo obtenía ingresos por tal concepto, sino que ampliaba su base social de apoyo entre los campesinos, los cuales se beneficiaban con mejores ingresos.

3. Las Conexiones con el Tráfico Ilícito de Armas

Una de las principales connotaciones del narcoterrorismo son sus vínculos con tráfico ilícito de armas y explosivos, que como se dijo anteriormente, es la principal actividad ilícita internacional en todo el mundo. Este problema no es nuevo. Desde hace mucho años, por ejemplo, las redes turcas tienen organizada una ruta de dos vías: drogas de oriente a occidente y armas en sentido inverso. En nuestra región todavía se conoce muy poco sobre este problema. En la reunión de C.I.C.A.D. (O.E.A.) realizada en marzo de 1992, se había encomendado realizar un estudio sobre los vínculos entre ambas actividades, que por causas que desconocemos no llegó a resultado alguno. Una cosa es clara, sin embargo: dichos vínculos existen, como lo demuestran los potentes y sofisticados arsenales que poseen tanto la guerrilla vinculada al narcotráfico como la delincuencia común organizada, o carteles.

PARTE II

NARCOTERRORISMO: SITUACION ACTUAL

A. INTRODUCCION

Actualmente, cuando se habla de narcoterrorismo se tiende a identificar por tal los nexos entre traficantes de drogas y organizaciones subversivas o terroristas (con fines politicos), mas que con la delincuencia organizada, problematica esta ultima que esta comenzando a ser tratada bajo este concepto, o el de "crimen organizado".

B. SITUACION MUNDIAL

1. Generalidades

Segun numerosos informes de distintas fuentes, el narcoterrorismo en sus dos aspectos esta extendido en varias regiones del mundo, pero la mayoria de ellos son bastantes imprecisos e incompletos. Nosotros citaremos a continuación dos informes que, si bien son muy generales, tienen el valor de provenir de fuente altamente confiable. Aunque de manera muy prudente, ambos informes reconocen la existencia actual del problema y la gravedad que el mismo viene alcanzando.

2. Narcosubversion

El informe de la JIFE correspondiente a 1992, refiriendose a las conexiones entre los narcotraficantes y las organizaciones subversivas establece: "El cultivo ilicito de plantas de estupefacientes y el tráfico ilicito de drogas siguen constituyendo una amenaza para la estabilidad politica, economica y social de varios paises. Parece que existen vinculos entre el cultivo y el trafico ilicito de drogas y las actividades de organizaciones subversivas en algunos paises de América del Sur y de Asia Sudoriental, pero también se ha notificado la existencia de lazos similares en otras regiones del mundo. El producto derivado de ofrecer "protección" a los cultivadores ilicitos y de participar en la comercializacion y distribución ilicitas de los productos ilicitos constituyen a menudo la principal base economica de las actividades

[illegible] correspondiente a [illegible], en cambio, carece de [illegible] la [illegible] situación del informe presentado: "Están sometidos a poder económico [illegible] la influencia política de los carteles de la droga (...) los sindicatos de narcotraficantes están participando cada vez más en otras formas de delincuencia organizada y violenta, utilizando técnicas complejas y modernos sistemas de comunicaciones (...)".

4. Otras consideraciones

Es interesante citar la tesis sustentada por la Doctora en Criminología Rachel Ehrenfeld, en su obra *Narcoterrorismo*, publicada en 1990, la cual define al narcoterrorismo como "la utilización del tráfico de drogas para promover los objetivos de ciertos gobiernos y organizaciones terroristas". La mencionada investigadora expresa que "las conexiones entre narcotraficantes y terroristas no son nuevas, sino que durante los años 80 alcanzaron una nueva preeminencia", y sostiene: "El Blanco más importante de esta actividad ilícita y mortal son, y siempre han sido, los Estados Unidos, como consecuencia natural de factores políticos y económicos. Para el traficante, los Estados Unidos representan el más grande y rico consumidor de drogas ilegales en todo el mundo, siendo este país el "enemigo principal" de la ideología marxista y de otras antioccidentales para las cuales las drogas sirven a un triple propósito. Primero desestabilizan a la sociedad norteamericana; segundo socavan a los gobiernos democráticos de este y otros hemisferios; y tercero, el mejor de todos ellos, los resultados no tienen ningún costo para estos regímenes y sus aliados terroristas, puesto que son los consumidores norteamericanos y de otros países occidentales quienes pagan, en definitiva, la totalidad del operativo".

C. SITUACIÓN EN EL CONTINENTE AMERICANO

1. Generalidades

La situación en el continente americano continúa

siendo grave, especialmente en lo que respecta a la región latinoamericana, destacándose en la expresión de violencia en algunas zonas del BRASIL, y particularmente en RIO DE JANEIRO.

2. Situación general

En la Declaración de los Representantes de alto nivel de los Estados miembros de la Organización de los Estados Americanos, responsables del control de tráfico ilícito y abusivo de drogas, reunidos en Ixtapa, Mexico, del 17 al 20 de abril de 1990, en la Reunión de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas - Alianza de las Américas contra el Narcotráfico; estos se manifestaron, en primer término: "Profundamente preocupados por el aumento en el Hemisferio de la demanda , el cultivo, la producción, la oferta, el tránsito, la distribución y el consumo de ilícitos de estupefacientes y psicotrópicos y de sustancias que se utilizan con frecuencia en la fabricación de aquellos, así como del lavado de dinero proveniente de esas operaciones, actividades ilícitas que siembran la corrupción y la violencia, cada vez más vinculadas con el tráfico clandestino de armas, el terrorismo y la subversión, y que constituyen una grave y persistente amenaza a la sociedad, a la estabilidad política de países, al crecimiento y consolidación de la democracia, al estado de derecho, al equilibrado desarrollo económico social, al medio ambiente, a la salud pública y al bienestar de sus pueblos, sobre todo el de las nuevas generaciones.

3. Colombia

Este ha sido y continúa siendo el país latinoamericano más afectado por el narcoterrorismo, cuyos orígenes se remontan a los últimos años de la década del 60. Desde entonces, dicha actividad ha mantenido una tendencia creciente, con una enorme expansión en los años 80.

En principio, cabe mencionar la situación del crimen organizado: a diferencia del Cartel de Cali, el Cartel de Medellín fue la organización que desde principios de los 80 acudió a la violencia terrorista, alcanzando su actividad más intensa hacia finales de dicha década. Estas actividades

disminuyeron a partir de junio de 1991, cuando fue detenido Pablo Escobar Gaviria, pero se renovaron con gran vigor al producirse su fuga en julio del siguiente año.

Con la muerte de Escobar en diciembre de 1993 y la detención de casi la totalidad de la cupula del Cartel de Cali en el transcurso de 1995, el negocio de las drogas fue heredado por pequeñas organizaciones y otras de mayor porte como el Cartel del Norte del Valle y el de la Costa, además del Cartel de Antioquia, el que comenzo a gestarse aprovechando los espacios vacios dejados por la organización de Medellin.

Asimismo, tras la captura del lider de la organización caleña y el virtual desmoronamiento de la misma, responsable por el 80% de la cocaina que se consume en el mundo, las disputas entre las distintas facciones han causado la muerte de cerca de mil personas. Al respecto, las tendencias en el pais son del aumento de importancia de pequeños carteles, cada vez más autónomos y dispersos, y la elevación de los niveles de violencia en función de la mayor competitividad y rivalidad entre estas organizaciones.

Cabe destacar, que a pesar de los esfuerzos llevados a cabo no solo por el gobierno colombiano sino por la comunidad internacional que concluyeron con el desmoronamiento de las mencionadas organizaciones, no se ha logrado disminuir el precio, la disponibilidad y la pureza de la cocaina, así como tampoco la demanda de la misma. El poder de reorganización de las redes delictivas ha llevado no solo a que las actividades continúen constantes en el territorio colombiano, sino que las mismas se han expandido no sólo a paises productores como Bolivia y Perú, sino tambien a Mexico.

Por otra parte, este país es el principal productor de clorhidrato de cocaina, contando con una superficie de entre 50.000 y 60.000 hes. cultivadas con arbusto de coca, unas 20.000 de adormidera y otras 6.000 de cannabis. Según datos de la Policía Nacional, en el transcurso de 1996 se desmantelaron unos 900 laboratorios de fabricacion de drogas,

9709044

además de haberse fumigado 25.1[illegible] hás. de cultivos ilícitos. La destrucción de cultivos ilegales por fumigación aérea, realizada con la pulverización de glifosato (herbicida químico), alcanzó a las 15.000 has. de coca y unas 6.000 de amapola. Al respecto, el Gobierno colombiano mantiene diferencias con su par norteamericano, el que asegura que en la actualidad existen unas 67.200 has. de plantaciones de coca, las que habrían aumentado en un 32% durante el pasado año. La erradicación de cultivos por fumigación aérea ha provocado innumerables disturbios en el sector campesino, como la ocupación de ciudades y bloqueo de carreteras, además de la problemática que presenta al ser efectuada en zonas conflictivas, con presencia de grupos guerrilleros, y han tenido un costo de mas de 20 muertos y 100 heridos solo en el periodo julio-setiembre de 1996.

Desde inicios de 1995, como parte del plan gubernamental de combate a las drogas, se implantó el Plan Nacional de Desarrollo Alternativo (PLANTE), el cual tiene un costo de 300 millones de dólares, la mitad de los cuales deben ser financiados por el presupuesto nacional y la otra mitad con ayuda internacional. La ineficiencia en la implementación del PLANTE, está en el hecho de destruir las plantaciones ilegales de coca y amapola sin dar mayor apoyo tecnológico y de mercado a los campesinos.

Dificultando cualquier posibilidad de reforma agraria, los narcotraficantes colombianos se han apoderado de la mayor parte de las tierras cultivables del país, elevando su precio e intensificando los problemas sociales, tales como el conflicto por la posesión de tierra y la dependencia económica de los campesinos de los cultivos ilegales, así como todo tipo de producción campesina, aumentando el índice de desempleo en el campo y el éxodo rural.

Por otra parte, cabe destacar que en 1990 se comenzó a cultivar amapola opiácea en el país y a producir heroína de la mejor calidad, comparable a la que se produce en el Triángulo de Oro (Birmania, Laos y Tailandia), que ha sido el

principal abastecedor de Europa y EE.UU.. La producción de adormidera y sus productos, entre ellos el opio y la heroína, poseen innumerables ventajas en relación a la coca y la cocaína. La misma, aunque produzca sólo dos cosechas al año y la coca proporciona hasta cuatro, tiene mayor rentabilidad para a los campesinos, los laboratorios para su elaboración son menos sofisticados y más discretos, además de las mayores ganancias que ofrece el comercio de estas sustancias. Ante esta situación, un mercado estadounidense saturado de cocaína y las redes de distribución ya establecidas, los grupos colombianos han conseguido diversificar la oferta de drogas.

También cabe destacar, que según datos de las Naciones Unidas, el narcotráfico representa entre un 3 y un 13% del PBN, calculándose asimismo que entre 1.500 y 2.000 millones de dólares son repatriados cada año por los narcotraficantes.

Por otra parte, a pesar de los esfuerzos realizados por este país en materia de lucha antidrogas, que incluyen la aprobación de leyes referentes al aumento de penas a los narcotraficantes y a la confiscación de bienes obtenidos con dinero ilícito, el Gobierno norteamericano "descertificó" a Colombia por segundo año consecutivo, entre otras razones por la imposibilidad colombiana para entregar a sus ciudadanos acusados por la justicia de otros países, prohibida por la Constitución de 1991; la falta de mayores controles para los capos detenidos y el presunto aumento de cultivos ilícitos. Además, el alto grado de corrupción existente en el país y el hecho de que el Pte. Ernesto Samper fuera acusado de recibir seis millones de dólares para su campaña electoral de 1994 por parte los narcotraficantes del Cartel de Cali, por lo que fue absuelto y por lo cual EE.UU. le retiró la visa de entrada a este país, es otro punto de la crisis en las relaciones entre ambos países.
Con respecto a la modificación de la Constitución de 1991 y así posibilitar la extradición de nacionales, se espera una pronta decisión al respecto. La aprobación de la misma

ocasionaría el resurgimiento de actividades de narcoterrorismo, con las que el Cartel de Medellín combatió al Estado entre 1989 y 1991. Un grupo creado a finales de la década pasada integrado por ex miembros del Cartel de Medellín denominado "Los Extraditables", han anunciado la reanudación de sus actividades con el fin de tratar de impedir la reimplantación de la extradición y a finales del pasado año amenazaron a varios congresistas que estudiaban el tema.

La narcoguerrilla ha venido incrementando sus actividades desde principios de los 90, pese a las sucesivas medidas de excepción que el gobierno ha adoptado a partir de finales de 1992. La misma está compuesta por las FARC, el ELN y un sector disidente del EPL, todas las cuales se agrupan en la Coordinadora Guerrillera Simón Bolivar, que sustenta su actividad con dinero que recolecta por concepto de extorsiones, secuestros, participación en el tráfico de drogas y asaltos.

La expansión de la actividad de los narcotraficantes coincidió con las áreas controladas o dominadas por grupos guerrilleros, en especial las FARC, contratando estos la protección y seguridad de los grupos guerrilleros, los que a su vez cobraban impuestos y regalías por las actividades que desarrollaban en la zona. Según datos de los Servicios de Inteligencia del Estado, las FARC y el ELN facturan anualmente 710 millones de dólares, con una ganancia neta de 220 millones. El cobro de "peaje" a los aviones del narcotráfico por la salida de la cocaína de las zonas selváticas y los "impuestos" aplicados al ingreso de químicos, la vigilancia de pistas clandestinas de aterrizaje y de los cultivos ilícitos figuran entre los principales rubros de donde la guerrilla obtiene los beneficios.

Durante la VII Conferencia Guerrillera (1982), las FARC ordenaron incrementar la obtención de recursos financieros. A cada frente (unos 30 o 35 en esa época) se les impuso una cuota de acuerdo a las características de su zona de acción. Como consecuencia se intensificaron y

diversificaron las relaciones existentes y la participación de las FARC en el control de la producción, tras lo cual comenzaron a desarrollar su propio negocio (cultivo, procesamiento y comercialización de drogas), adquiriendo cada vez más autonomía con respecto a los traficantes. Lo expuesto derivó en enfrentamientos y ocasionó que los narcotraficantes entrenaran sus propias estructuras de autodefensa para su seguridad, y mantener o recuperar el control de las áreas de su interés, y a su vez que estos narcotraficantes fueran desplazados de esas áreas por la fuerza por las FARC.

La penetración vertical de esta organización en el narcotráfico, originó que llegara a ocupar el tercer puesto detrás de los carteles de Cali y Medellín (las mismas monopolizaban el 80% de la producción colombiana y el restante 20% correspondía a las FARC y otros carteles menores). Actualmente, tras el virtual desmoronamiento de los dos grandes carteles, serían la mayor organización de tráfico y producción en el país, según estimaciones del Ejército. Posee sus propias áreas de cultivo y elaboración de PBC y cultivos de amapola en los 12 de los 26 departamentos del país. Asimismo, se considera la posibilidad de que las FARC operen en actividades de narcotráfico en la Provincia del Darién, Panamá, fronteriza con Colombia.

Este país es propenso para el tráfico de armas debido a la existencia de grupos guerrilleros, organizaciones de narcotraficantes, delincuentes comunes y paramilitares, todos ellos conectados entre sí. Al respecto, cabe destacar que en 1992 se localizó una fábrica de armas en Timbío, desde donde se abastecía al Frente XIX de las FARC, incautándose carabinas, revólveres y escopetas de diferentes calibres. Autoridades establecieron que uno de los principales elementos de vinculación entre la guerrilla y el narcotráfico es el tráfico de armas, debido a las similares características de los mercados ilegales, los que incluso utilizan las mismas cadenas de contactos y puntos de distribución.

Por otra parte, se han constatado vinculaciones

entre esta organización con insurgentes peruanos de Sendero Luminoso y el MRTA. Asimismo, habrían cooperado con la mafia de Europa Oriental mediante el envío de cocaína en contenedores hacia Polonia y el recibo de armas a cambio. También se ha mencionado que grupos serbios y rusos están involucrados en este negocio cambista. Al mismo tiempo, se considera la posibilidad de que algunos cargamentos de armas se hayan obtenido de Nicaragua y El Salvador.

4. Perú

Este ha sido, y continúa siendo, el segundo país mas afectado de la región, aunque a diferencia de Colombia, la problemática fundamental ha sido relativo a la narcosubversión.

A pesar de los esfuerzos realizados por el Gobierno del Pte. ALBERTO FUJIMORI, en un decidido ataque frontal a las organizaciones de narcotraficantes y con programas de reducción de cultivos, Perú es el principal productor de hoja de coca y cocaína básica, con unas 160.000 hás. cultivadas. Es el responsable por el 80% de la cocaína que entra en los EE.UU. y el 60% de la producción mundial de la droga; comenzando en los últimos años a diversificar su producción con los cultivos de adormidera, materia prima del opio y la heroína.

El gobierno peruano, ha priorizado la represión relativamente a las campañas de sustitución de cultivos y de desarrollo alternativo, los que no han dado los resultados esperados. En los últimos tiempos, se está verificando la expansión de los cultivos de hoja de coca hacia la zona del Medio Huallaga y los ríos Marañón, Ucayali, Urubamba, Perené, Tambopata y Ene, en función de las represalias en las áreas tradicionales del Alto Huallaga y los males causados a las plantas por el hongo "oxisporum fusarium". Además, las ofensivas gubernamentales, dirigidas principalmente a las zonas tradicionales de cultivos de coca, asociadas al control del tráfico aéreo, han obligado a los narcotraficantes a transferir su eje de actuación para regiones fronterizas.

donde la presencia estatal es deficiente, facilitando la utilización de las vías terrestres y marítimas para el trasiego de drogas.

El eje del comercio de estupefacientes ha pasado de los Dptos. de San Martín y Huánuco, (Alto Huallaga, selva peruana), para ciudades fronterizas con los Dptos de Loreto, Ucayali, Madre de Dios, Tacna y Puno, que forman el llamado "corredor del sur", cuyas principales rutas de salida son las ciudades de Atalaya, Purus, Iñapari y Noaya, todas situadas en la frontera con la selva baja brasileña, de difícil acceso y poca población. Por lo tanto, los afluentes del río Amazonas recobraron relevancia, ya que por los mismos circulan toneladas de insumos químicos que abastecen a los laboratorios clandestinos. En esta zona del Trapecio Amazónico existen grandes extensiones de cultivos, y es la zona por la cual las organizaciones envían la pasta base de cocaína hacia Colombia, mediante embarcaciones que transitan por los ríos amazónicos peruanos, colombianos y brasileños, tras haberse virtualmente "cortado" el puente aéreo Huallaga-Colombia, debido al éxito logrado por las autoridades peruanas para controlar el espacio aéreo amazónico fronterizo mediante la vigilancia con radares de Aviones Awacs y Orion.

La instalación de las nuevas bases tiene el objetivo de revertir los efectos provocados por la lucha antidrogas y la baja en los precios de las drogas, causada por la prisión en Junio de 1995 de los principales líderes del Cartel de Cali, organización que era abastecida de pasta base de cocaína (PBC) por las "firmas" del Alto Huallaga.

Por otra parte, fueron detectadas plantaciones de amapola en los Dptos. de Piura, Cajamarca, San Martín, Ayacucho, Junín y Pasco. La amapola y sus productos como el opio y la heroína, poseen ventajas en relación a la coca, y es previsible la ampliación de las áreas cultivadas. Al respecto, los carteles mexicanos promueven la siembra de amapola para proveerse de materia prima, financiando la distribución de semillas de la planta. Además, estos carteles presionan a los

jefes de las mafias peruanas para que obliguen a los campesinos cocaleros de los valles selváticos, que se calculan en más de 200.000 familias, a rebelarse contra el Gobierno e impedir que continúe la batalla contra el narcotráfico. Las rutas utilizadas para el transporte de la amapola serían las mismas que las de la cocaína, a través de Ecuador utilizando el río Napo, otra por Colombia y la más utilizada e importante por Brasil, a través de los ríos del Amazonas.

En el país actúan en principio dos tipos de organizaciones, las que son filiales de los poderosos carteles colombianos y las "firmas" peruanas o "minicarteles".

Tras las prisiones de ABELARDO CACHIQUE, proveedor del Cartel de Cali y que actuaba en la zona del Huallaga, y de DEMETRIO CHAVEZ PEÑAHERRERA, alias "Vaticano", el poderío de estas se ha dividido en numerosísimas firmas de menor porte, pero que mueven un gran volumen de drogas. Cabe destacar, que estos traficantes fueron condenados a 30 años de prisión por haber realizado conexiones con la banda maoísta de Sendero Luminoso.

Actualmente, cuatro organizaciones tienen el control del tráfico en el país, los que operan con el apoyo de grupos de la mencionada organización terrorista, con los que han ratificado sus pactos de cooperación en las regiones selváticas cocaleras del país. Las mismas, predominan en diversas zonas de los sectores cocaleros desde principios de 1996, a raíz de la retirada del Ejército, existiendo también otras organizaciones menores, integradas por quienes se encargan de acopiar el estupefaciente.

El grupo más poderoso es el encabezado por el colombiano Waldo Vargas Arias, alias "Ministro", quien opera desde hace más de una década en la región del Río Putumayo, en la región fronteriza con su país - que se extiende al sector fronterizo con Brasil -. "Ministro", ha pactado con cabecillas senderistas en otra región, ubicada en los potos selváticos de San Martín, Huánuco y Amazonas, donde mantiene laboratorios de elaboración de pasta base de cocaína. Esta organización también estaría ligada a las Fuerzas Armadas Revolucionarias

de Colombia (FARC). Otras de las organizaciones con poderío dentro del país son las del colombiano conocido como "Chico Moncada" y los peruanos Ricardo Gutiérrez y Wilder Alvarado Linares, alias "Champa", quien fue capturado y podría recibir una condena perpetua si se comprueban sus conexiones con Sendero Luminoso, a quienes habría provisto de armas y dinero.

Los orígenes del narcotráfico en este país se remontan a 1975, iniciando posteriormente sus actividades subversivas el PCP-SL (17.5.80 inicio de la lucha armada), tomando el Dpto. de Ayacucho como bastión principal y foco de irradiación subversiva, que luego fue expandiéndose hacia la región oriental del país, coincidiendo con las zonas de influencia que tenía el narcotráfico hacia 1983. Así, SL se establece como intermediario entre los narcotraficantes y los campesinos, imponiéndoseles a los primeros cupos en armas y dinero, en base a los precios que fijaba la propia organización subversiva, y desarrollando una intensa actividad proselitista entre los segundos. De esta manera la organización no sólo obtenía importantes recursos para su actividad revolucionaria, sino que cimentaba una nada despreciable base social de apoyo para su actividad.

Más adelante, la otra organización subversiva surgida en el Perú, el MRTA, siguió similares patrones de procedimientos.

El mismo, mucho menos poderoso que SL, se vio prácticamente diezmado por las acciones de contrainsurgencia que se desarrollaron a partir de abril de 1992, cuando el Pte. FUJIMORI asumió todos los poderes. Pero existen informaciones no confirmadas, de que el narcotráfico destinó unos 150 millones de dólares para reclutar a los guerrilleros desactivados de este movimiento, para emplearlos a sus fines.

Paralelamente, la captura de la cúpula dirigente de SL, ha hecho decrecer sensiblemente la actividad terrorista en el Perú a partir de fines de 1992.

Por su parte, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), transportan semanalmente desde ciudades fronterizas la pasta de coca para ser refinada en sus laboratorios.

El apoyo economico brindado por los narcotraficantes no obedece exclusivamente a la necesidad de los operadores de la droga de contar con seguridad armada formando una alianza con los subversivos, sino que el narcotráfico habria fomentado las acciones guerrilleras ideologizadas como un método distractivo que oblique a las autoridades a otorgarle prioridad a la guerra insurreccional. De esta forma, los negocios de la droga pasan a un segundo plano en los aspectos de capacidad represiva, en tanto que las fuerzas gubernamentales se debilitan en sus operaciones.

Por otra parte, en 1995 Perú cultivó unas 165.000 toneladas de hojas de coca, superando en producción a Bolivia y Colombia. Este cultivo genera mas de 1.000 millones de dolares anuales, el 2% del PBI, antes del valor agregado por elaboración y transporte. Segun calculos de las Naciones Unidas, esta industria representa el 11% del PBI que hace al sector mayor aún que el de la mineria, construccion, generación de energia y pesca. La economia de la droga involucra aproximadamente a un millón de los 22.5 millones de habitantes del pais y produce el equivalente al 18% de las divisas generadas por exportaciones generadas del mismo.
Al mismo tiempo, unos 700 millones de dolares ingresan anualmente en el mercado financiero procedentes del tráfico ilegal de drogas derivadas de la hoja de coca, volumen que no se considera realmente significativo en relación a las enormes cantidades que se mueven en otros mercados de la droga, como ser Colombia y EE.UU.
Por las razones expuestas, la evolucion de la situación en el Perú es todavia incierta estimandose que hasta tanto no se logre erradicar el narcotráfico, no puede hablarse de una solucion del problema del narcoterrorismo en este pais.

Por su parte, durante 1995, el Gobierno peruano realizo una ofensiva frontal contra el narcotrafico, al decretar en Estado de Emergencia a todas las zonas cocaleras del pais, incluyendo sus aeropuertos y puertos fluviales, ademas de la aprobación de una Ley de Lucha contra el

narcotráfico. La misma, forma parte de una estrategia integral que incluye el combate contra la drogadicción y el tráfico de estupefacientes, creándose asimismo un ente rector a nivel nacional, la Comisión de Lucha contra las Drogas, (CONTRADROGAS). Mediante esta ley, se adoptó un esquema similar al que se dictó en la lucha contra el terrorismo, creando un sistema de beneficios, exención, reducción de penas y cambio de identidad para quienes colaboren con la justicia, pero que exceptúa de la misma a los jefes de las organizaciones. Al respecto, el Presidente FUJIMORI indicó que la misma fue aprobada "dentro de la estrategia de guerra total contra el narcotráfico, que es la principal fuente de financiación del terrorismo".

Paralelamente, cabe destacar que en el mes de diciembre de 1995, el Pte. retiró a las FF.AA. de la lucha contra el narcotráfico para evitar repercusiones negativas derivadas de denuncias sobre casos de corrupción. De este modo la Policía Nacional quedó encargada de la misma, con el aporte del Poder Judicial y el Ministerio Público, además del acopio logístico de la Fuerza Aérea.

5. Brasil

Este ha sido y continúa siendo el país más afectado de la región por la expansión del narcotráfico. El mismo, cuenta con un vasto territorio, grandes zonas poco pobladas, una densa vía férrea, fluvial y portuaria, un mercado financiero amplio y posibilidades de lavado de dinero y transferencia de activos hacia el exterior, existencia de industrias fabricantes de solventes químicos con control deficiente, significativas comunidades extranjeras, permeabilidad de las fronteras nacionales y proximidad geográfica con los países productores de América del Sur. En consecuencia, Brasil es hoy en día el principal país de tránsito de la droga producida en Bolivia, Colombia y Perú que demandan los mercados europeos y norteamericanos.
Asimismo, este país es considerado un "productor alternativo" debido a las facilidades de acceso a los precursores químicos.

[illegible] peruanos, especialmente en [illegible] del sur y la Amazonia Occidental. La existencia de plantaciones de "epadu" en aquella region, a pesar del bajo valor de esta planta debido a la pequeña cantidad de alcaloides de cocaina que posee.
En cuanto a la marihuana es considerado uno de los principales productores mundiales, estando concentradas las plantaciones en las regiones del nordeste del pais, en los Estados de Pernambuco, Maranhao y Bahia.
Tambien se presume que se ha convertido en una de las principales bocas de salida hacia Europa de la heroina producida en Colombia.

Ademas, este pais puede ser llamado como "consumidor secundario", porque cantidades crecientes de drogas permanecen como pago de operaciones de transporte, aumentando el número de adictos, a pesar de que inhalantes y formas preindustrializadas de la cocaina como el "crack" y la "merla" esten ampliando su participacion en el mercado.

En los ultimos años han aumentado de manera alarmante las actividades narcoterroristas, así como las pruebas de un intenso tráfico ilicito de armas que equipa a dichos grupos. Si bien el narcoterrorismo tiene una marcada caracteristica de crimen organizado, también posee algunos rasgos que no permiten descartar que en un futuro evolucione hacia la narcosubversión.

El narcotráfico esta dirigido por varias organizaciones, algunas de ellas presuntamente vinculadas con la mafia italiana y los carteles colombianos. Las dos principales son el Comando Rojo y el Tercer Comando, que centran su actuación en las favelas de Rio de Janeiro, a muchas de las cuales han convertido practicamente en "zonas liberadas" bajo su absoluto control. La más poderosa es el Comando Rojo, que nació en la década de los años 70 como fruto de la convivencia de los delincuentes comunes con los presos politicos del anterior regimen militar. La organizacion aprendio de los grupos guerrilleros a organizarse en celulas y

a ganarse el apoyo de los pobres con una supuesta preocupacion por los problemas sociales. Estas organizaciones se caracterizan por las violentas disputas entre sus jefes por el control de los puntos de venta de drogas, lo que hace imposible el surgimiento de asociaciones monopolistas a corto y mediano plazo.

Estos grupos cuentan con un sofisticado armamento, todavia superior al de las policias civil y militar. Dicho arsenal cuenta con armas automaticas de precision y fuerte impacto, compradas en Miami o Pedro Juan Caballero, Paraguay, entre las que se destacan: la metralleta KALASHINIKOV, modelo AK47, calibre 223, con cargadores de 20 y 40 tiros; fusiles AR15, Remington y Rugger, de fabricación estadounidense, calibre 223; la Pistol-UZI y la UZI Carbini, 9 mm (israeli); la INTRATEC 9 mm (EE.UU.); las pistolas COLT.45, BERETTA 9 mm y la Smith 9 mm y los revólveres Magnum y Rugger 357 (EE.UU.). Asimismo, cuentan con granadas, lanza bombas y varios tipos de miras: con rayos infrarojos o con LASER, para uso nocturno.

Al mismo tiempo, este pais ha sido utilizado desde hace varias decadas como refugio de criminales internacionales, y actualmente gran numero de organizaciones criminales tienen presencia en el pais, como ser carteles colombianos, organizaciones bolivianas, "firmas" peruanas, organizaciones mafiosas italianas, chinas, japonesas, libanesas, nigerianas, rusas, ruso-israelíes y norteamericanas. Al respecto, cabe destacar, que la mafia nigeriana transporta unas 10 toneladas de cocaina boliviana al año por medio de la ruta que sale desde Rio de Janeiro o San Pablo y que llega a Lagos, Nigeria, organización que cada vez mas está utilizando a Uruguay como ruta alternativa de ésta.

Las operaciones denominadas "Rio I y II" consiguieron estancar esporadicamente las acciones de las organizaciones criminales, en especial en el periodo NOV94 a MAR95, produciendo ademas un estancamiento en la oferta de drogas, aunque en contrapartida, aumentaron los crimenes de secuestro en un 50% en relación a igual periodo del año

anterior. La presencia de las Fuerzas Armadas en las mencionadas acciones, fueron suspendidas en marzo de 1995 para evitar un mayor desgaste y también porque los resultados fueron menores a los previstos en términos de capturas e incautaciones. Las estructuras criminales se mantuvieron incólumes porque evitaron el enfrentamiento y al mismo tiempo dispersaron temporalmente a sus integrantes para otras ciudades y Paraguay.

Según conclusiones de la Conferencia de Napoles sobre Crimen Organizado de 1994, Brasil es uno de las seis principales plazas de lavado de dinero del narcotráfico, principal corredor de exportación de cocaína y uno de los principales abastecedores de productos químicos para la producción de drogas en América del Sur.

Por su parte, el Gobierno brasileño en su nueva política de defensa nacional centra la estrategia brasileña en la protección de la Amazonia, rodeada por zonas de inestabilidad que pueden contrariar los intereses del país, como el narcotráfico, el lavado de dinero y el contrabando de armas. En esta región, donde se limita con Perú, Bolivia y Colombia, las FF.AA. deberán tener un nuevo papel, reforzando el sistema de vigilancia, control y defensa de las fronteras, donde no hay un enemigo definido. La Amazonia brasileña, tiene un territorio de 5,6 millones de km2 , donde las pequeñas ciudades de Xapuri, Cacoal y Caceres, que sobreviven del cultivo del café o de la extracción del caucho, se han transformado en puestos base de la droga. Estas poblaciones no sólo son utilizadas para instalar sus laboratorios de refinamiento de coca, sino que utilizan sus bancos para el lavado de dinero. Ante esta situación, el gobierno de este país no sólo ha rediseñado su política de defensa nacional, sino que implantará un complejo programa militar denominado Sistema Integral de Vigilancia Amazónica (SIVAM), el que contará con una red de telecomunicaciones, centros de comunicación y satélites para controlar los vuelos irregulares y evitar los desplazamientos en las fronteras, el narcotráfico

el medio ambiente, el que implica un costo de unos 1.400 millones de dólares.

5. México

Este país, que por sus condiciones geográficas ha servido como pasaje de drogas hacia el gran mercado estadounidense, ha comenzado a montar una estructura de producción y procesamiento, que sumado al potencial de las organizaciones existentes en el mismo, hacen prever que este cada vez más será objeto de dichas actividades ilícitas.
Cada vez mas la estructura del narcotráfico se está trasladando a México, donde los Carteles de Tijuana, Juárez, Jalisco, del Golfo y del Pacífico controlan el negocio de las drogas. En 1989 el 30% de la cocaína que llegaba a EE.UU. provenía de México, mientras que hoy más del 80% ingresa por esa ruta. Las organizaciones mexicanas pasaron de ser simples intermediarias de la producción colombiana a montar sus propios laboratorios de cocaína.

El cultivo de cannabis, la fabricación de metanfetaminas y el tráfico ilícito de cocaína y otras drogas son problemas que en gran medida guardan relación con el uso indebido de drogas en los EE.UU.. Según datos del Instituto Nacional de Combate a las Drogas (INCD), México es el primer productor de marihuana y segundo de amapola a nivel continental. Datos dados a conocer por la JIFE en su último informe, indican que en 1995 se erradicaron unas 21.600 de las 32.000 has. estimadas de cultivo de cannabis en el país, mientras que en relación a la adormidera se erradicaron más de 15.000 de las 22.900 has.
Asimismo, este país es un importante proveedor de metanfetaminas, droga también conocida como "speed" en los EE.UU., donde su consumo ha tenido una gran escalada, el que se inició en la costa oeste y progresa hacia el este.

Comenzando el 10 de diciembre de 1992, se han producido enfrentamientos entre carteles rivales, presuntamente por el control de los corredores del tráfico ilícito hacia los EE.UU., en los Estados de Jalisco, Sinaloa,

Guerrero y en la propia capital. Que alcanzó un punto máximo en mayo de 1993, con el asesinato del Cardenal Juan Jesus Posadas, su chofer y guardaespaldas, y otras cinco personas, en el aeropuerto internacional de la ciudad de Guadalajara, presuntamente perpetrado por el Cartel de Tijuana. Es de destacar que los narcotraficantes emplearon metralletas AK47 y fusiles AR 15, en la mayoria de los atentados y enfrentamientos. A partir de este momento la problematica del narcoterrorismo comienza a gestarse en este pais, principalmente en la ciudad de Tijuana, donde el cartel denominado con el mismo nombre ha sido identificado como el más violento.

En octubre de 1995, el gobierno mexicano adoptó un Plan Nacional de Fiscalización de Drogas para el período 1995-2000, en el que se da un enfoque general a la estrategia, que abarca la política en general, la coordinación de actividades administrativas y operacionales. El mismo también prevé la reestructuración de los órganos encargados de la lucha antidrogas, iniciada en 1994 y que concluirá en el presente año. En el marco del mismo, fue cerrado recientemente el INCD, creandose la Fiscalia Especial de los Delitos contra la Salud. Cabe destacar, que este organismo fue seriamente infiltrado por la corrupción ejercida por los narcotraficantes, al evidenciarse en el mes de febrero próximo pasado, que el Comisionado del mismo, Gral Jesus Gutiérrez Rebollo y varios de sus colaboradores, protegían y colaboraban con el narcotraficante AMADO CARILLO FUENTES, Jefe del Cartel de Juarez. Con respecto a la narcocorrupción, cabe destacar que se ha vinculado al ex Pte. Carlos Salinas de Gortari y su familia, así como también a figuras politicas asesinadas y funcionarios policiales principalmente a los Carteles de Tijuana y del Golfo.

Asimismo, este pais ha mantenido una estrecha colaboración con el Gobierno de los EE.UU. en el marco de la lucha antidrogas, y tras una cuestionada certificación otorgada por el Pte. Bill Clinton, que estaria en suspenso

hasta setiembre, ambos gobiernos han firmado días pasados acuerdos por lavado de dinero en el marco de la recient visita del Pte. norteamericano a este país, además de concretarse una alianza antidrogas entre ambas naciones para reforzar la cooperación bilateral para reducir la producción y distribucion de narcóticos.

7. Bolivia

Bolivia, es después de Perú el mayor productor mundial de hoja de coca y también el segundo productor mundial de clorhidrato de cocaina, siendo superado en este caso por Colombia: no siendo productor de precursores quimicos utilizados en el procesamiento de la cocaina, los que son contrabandeados de paises vecinos, como Brasil, Argentina y Chile, o desviados de su uso legitimo para los narcotraficantes.

El uso de la coca es parte integral de sus rituales y vida social y es una señal de identidad cultural. La misma crece en localidades subtropicales y tropicales, siendo, en Bolivia, tradicionalmente cultivada en las provincias de Los Yungas, en el Departamento de La Paz.

Con la presión de la demanda de cocaina en los años 80, el cultivo en la región del Chapare, en el departamento de Cochabamba, destinado a la producción de cocaina, superó a las tradicionales áreas de Los Yungas. La coca producida en El Chapare contiene mayor concentración del alcaloide de cocaina (cerca de 1%), que la extraida de la hoja cultivada en Los Yungas.

Las zonas de cultivo de coca, controladas por el Departamento Nacional de Coca, se encuentran en la región de Los Yungas, con cerca de 19 mil has. plantadas principalmente para fines licitos, mientras que en las regiones del Chapare y de Carrasco, en el Dpto. de Cochabamba, existen aproximadamente 37.700 has. plantadas, la mayoria es destinada a la producción de cocaina. Hay también plantaciones menos significativas en los Dptos. de Beni y Santa Cruz.

El cultivo de coca continúa siendo realizado predominantemente por campesinos, algunos de los cuales también desarrollan la producción de pasta de coca y pasta base de cocaína (PBC); siendo vendida la mayor parte de su producción a procesadores locales. El procesamiento de la PBC, el producto de la primera etapa en el proceso que extrae cocaína de las hojas de la coca, no requiere gran sofisticación, empleándose queroseno, ácido sulfúrico y algunas veces, cal. Parte de la coca que anteriormente era transportada a laboratorios localizados en las áreas más remotas, en Cochabamba, Beni y Santa Cruz, en los últimos años pasó a elaborarse cerca de las áreas de cultivo. La segunda etapa de proceso, que requiere "laboratorios" más sofisticados y precursores químicos de más difícil obtención en Bolivia ya que el país no los produce, también está siendo efectuada allí, aunque igualmente sea procesada en Colombia y algunas veces en Brasil.

Desde 1990, viene observándose la creciente presencia de narcotraficantes colombianos en Bolivia. Organizaciones colombianas, y más recientemente mexicanas, están directamente vinculadas en la compra y procesamiento de hojas de coca. Narcotraficantes italianos ligados a las grandes organizaciones mafiosas, especialmente a la "Camorra" y "N'drangheta", así como nigerianos y libaneses, han establecido nexos directos con las "familias" productoras de Bolivia.

La producción de cocaína domina la economía boliviana. Los efectos de la "economía de la coca" en el país han sido más profundos que en cualquier otra nación latinoamericana, debido a su magnitud en comparación con el resto de la economía. La cocaína genera una renta ilegal, empleo a los agricultores de coca y ganancias a través de su "exportación", llegando a ser considerada el principal producto y mayor generador de capital en Bolivia. Se estima que el número de personas que cultivan coca gira en torno a

les 120 mil, mientras que aquellas que se ganan la vida de la coca, directa o indirectamente, alcanzaría a 1/5 de la población económicamente activa.
La expansión de la economía de la coca y la crisis económica de los años ochenta en Bolivia pasaron a alimentar otras actividades ilegales, como el lavado de dinero y el contrabando, a un punto en que la economía informal es actualmente mucho más importante que la formal. Además de eso, los fondos lavados a través de sus efectos multiplicadores, estimulan la economía como un todo, con reflejos en la construcción civil, transportes, comercio y servicios.

Aunque el cultivo de coca no sea considerado una actividad criminal, siendo solamente ilegal su procesamiento en PBC, se está desarrollando un plan destinado a la erradicación voluntaria en todas las regiones, menos en las áreas tradicionales de cultivo, desarrollado por la Dirección Nacional de Reconversión. La región de los Yungas fue designada por la Ley Nº 1008 de 1988 como área protegida, en la cual el cultivo para abastecer el consumo tradicional (té, medicamentos, coqueo y rituales tradicionales), es permitido.
Presionado por el Gobierno de los Estados Unidos, por intermedio de la extensión de financiamientos o amenazas para retirarlos, el gobierno boliviano negoció metas para la erradicación de hectáreas de cocales. Mientras tanto, el cultivo de la hoja se convirtió en una forma de agricultura bastante rentable y de difícil sustitución. Por esa razón, el Gobierno de Gonzalo Sánchez de Lozada enfrenta serios obstáculos a su proyecto de erradicación de las áreas cocaleras y su sustitución por otras alternativas. El proyecto del Gobierno prevé un programa de compensación financiera de U$S 2.500 por hectárea erradicada.

Según las autoridades bolivianas, la meta de erradicación de cocales de 1995 fue cumplida, siendo erradicadas 5.[illegible] has., o sea por encima de los 5.400 establecidas en la legislación vigente. La erradicación de las

ultimas 7.000 has. en el segundo semestre de 1995, fue realizada en su mayor parte de manera forzada, sin ningun tipo de indemnización a los cocaleros; en el Chapare, la erradicación forzada es realizada por efectivos del Ejército y de la Policia Nacional, con el empleo de las llamadas Unidades Móviles de Patrullamiento Rural (UMOPAR). Mientras tanto, el pasado año se logró la erradicacion de 6.100 hás, programándose para el presente año la eliminación de 600 has. mensuales, con lo que se llegaria a la erradicacion de 7.000 has. anuales.

La politica de erradicación viene demostrando ser de dificil implementación; el programa no ha conseguido resultados positivos debido al hecho de ser impopular, las ventajas comparativas del cultivo de la coca y la corrupción existente.

Al igual que ocurre en Colombia, la erradicación forzada puede llevar a una intensificación de los conflictos entre los "campesinos cocaleros" y las autoridades gubernamentales, ya que se sienten amenazados por el gobierno, que trata de destruir su principal fuente de sustento. A pesar de que los productores de hoja de coca son los más mal pagos del ciclo del tráfico, estos ganan de 10 a 20 veces más del salario medio del empleado boliviano. El costo de la produccion de un quilo de sulfato de cocaina (pasta basica de cocaina) es de U$S 200. Esta cantidad es vendida a los procesadores en el Chapare por U$S 450 y en Santa Cruz, que es una de las puertas de salida de la droga de Bolivia, por U$S 900. Para traficantes internacionales, la cocaina es vendida por U$S 1500, en Santa Cruz o Puerto Suarez.

La politica de represión a la producción y trafico promovida por el Gobierno norteamericano no está dando muestras de haber alcanzado los resultados esperados, al igual que en las operaciones "Green Clover" y "Laser Strike", ya que la reducción en la oferta a los paises consumidores no está siendo alcanzada y la producción está llegando a niveles sin

producción y el tráfico de cocaína en Bolivia, no son muy alentadoras debido a la ausencia de alternativas económico-sociales tan lucratívas como la proporcionada por la coca y la falta de concientización de la población. Esto ha permitido el fortalecimiento de una economia subterránea y en franca expansión que escapa a las estadísticas oficiales, usadas para estimular el apoyo externo, y que crean una exagerada impresión de que las políticas gubernamentales de erradicación y sustitucion de cultivos vienen siendo ejecutadas sin traumas.

Por otra parte, pese al surgimiento en los años 90 de algunas organizaciones indigenistas de corte subversivo como TUPAK-KATARI, no han surgido informes concretos sobre narcoterrorismo en el pais.

A pesar de esto, se han investigado los nexos entre narcotraficantes y altos miembros del Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR). En 1994, el gobierno del Pte. Jaime Paz Zamora (1989-1993) fue vinculado con el actualmente fallecido narcotraficante Isaac Chavaría, quien le habría financiado su campaña electoral y proporcionado cobertura logistica; facilitandose el montaje de una narcoestructura favorable al mencionado narcotraficante, quien además habría influido en la designación de autoridades militares y de lucha antidrogas. Por su parte, el ex Pte. del MIR, Óscar Eid, fue condenado a 4 años de prisión por encubrimiento de dicho narcotraficante, habiendo sido señalado junto con Paz Zamora por recibir dinero del narcotráfico.

D. <u>SITUACION DEL NARCOTRAFICO EN URUGUAY</u>

A partir de 1984-1985, cuando comenzó a intensificarse el tráfico de drogas en la región, se verificó en nuestro pais la actividad de correos tanto hacia países limitrofes como hacia Europa y Estados Unidos, período en el que tambien se intensificó el tráfico interno, realizándose las primeras incautaciones de cocaina y marihuana.

Estacionalmente, el tráfico se intensifica y diversifica en la temporada estival, para abastecer a los consumidores que

estacionalmente, el tráfico se intensifica y diversifica en la temporada estival, para abastecer a los consumidores que ingresan al país dentro del flujo turístico de esa época del año, registrándose incautaciones de LSD y Éxtasis, las que no se mantienen constantes en el correr del año.

Cabe destacar que en los últimos años se han incrementado notoriamente los decomisos de diversas drogas, detectándose el tráfico de heroína y más recientemente la incautación de crack en la capital de nuestro país.

La caída de distintos carteles de Latinoamérica y el endurecimiento de la lucha contra el narcotráfico en otros países de la región que eran la salida tradicional de la droga, obligó a los narcotraficantes a trasladar sus centros de producción, lavado de dinero y búsqueda de nuevas rutas hacia el Cono Sur, fenómeno que ha sido denominado "Efecto Sur" o "Aplastamiento del Globo". Se ha constatado la presencia creciente de narcotraficantes colombianos en el MERCOSUR, no solo de miembros del Cartel de Cali en Argentina, sino también la actividad de narcoguerrillas como las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) en la región amazónica brasileña. Este hecho ha sido comprobado en Uruguay con la incautación de volúmenes record para nuestro país, además de constatarse la actividad de correos extranjeros en tránsito por nuestro territorio hacia EE.UU. y Europa, principalmente hacia España, y en menor medida hacia Polonia, Alemania e Italia.

Nuestro país, que hasta el momento era un punto de salida alternativo de la droga, por sus características geográficas se ha convertido en una importante ruta de salida, principalmente de la cocaína de la ciudad boliviana de Santa Cruz de la Sierra en tránsito hacia Europa, ya que se considera que la marihuana que llega al país por Brasil y Argentina desde Paraguay abastece el mercado interno. Al respecto cabe destacar que el 80% de la marihuana que se consume en Uruguay y en los restantes países del MERCOSUR es producida en la ciudad paraguaya de Pedro Juan Caballero.

(Dpto. de [illegible]).
Ambas sustancias, que llegan a nuestro país por medios terrestres, fluviales y aéreos, ingresan principalmente por los siguientes pasos fronterizos: Dpto. de Artigas; Dpto. de Cerro Largo; Fray Bentos (Dpto. de Río Negro), Dpto. de Paysandú, Chuy (Dpto. de Rocha), Dpto. de Rivera y Dpto. de Colonia, presumiéndose que los principales puntos de salida de la cocaína hacia Europa son el Puerto de Montevideo, y el Aeropuerto Internacional de Carrasco.

A nivel de tráfico interno, las organizaciones dedicadas al narcotráfico son grupos delictivos que han cambiado de rubro por su rentabilidad, que se encuentran estructuradas y organizadas, y que presentan vínculos con otras modalidades delictivas como la falsificación de monedas y el robo de automóviles.
Se ha constatado la presencia de organizaciones bolivianas, brasileñas y argentinas actuando en nuestro país, así como correos pertenecientes al Cartel de Cali y organizaciones nigerianas; pero aún no se cuenta con indicios de actividades de poderosas organizaciones extranjeras, ni la existencia de organizaciones locales de ese nivel ligadas al narcotráfico. Al respecto, hay que tener en cuenta que Uruguay, como miembro del MERCOSUR, debe estar alerta ante los riesgos que asume este proceso de integración regional, en el que sus socios presentan situaciones para las cuales no se visualizan mejoras sustanciales en el corto y mediano plazo; y donde actúan de forma permanente organizaciones asiáticas, africanas y sirio-libanesas.
Más precisamente, las relevantes incautaciones practicadas desde fines de 1995 en adelante, permiten establecer la existencia de tres niveles de organización, cuya composición e infraestructura varía, y que se pueden clasificar de la siguiente manera:

- Organizaciones de nivel internacional, dirigidas por ciudadanos de nacionalidad africana, en particular nigerianos que [illegible] utilizan como

9709044

[illegible] de nacionalidad [illegible] los cuales son contactados en Europa. La droga es ingresada a nuestro país vía terrestre, a través de empresas de transporte internacional por la frontera con Brasil y posteriormente derivada hacia Europa vía aérea.

- Organizaciones de nivel internacional dirigidas por ciudadanos de nacionalidad uruguaya establecidos en el país y en algunos de los casos en España, que utilizan transportistas por vía aérea hacia ese país, constituidos en su mayoría por naturales de nuestro país.

- El tercer nivel lo componen integrantes del amplio espectro de delincuentes comunes, que proveen el mercado interno, pero que aún no alcanzan un real nivel de organización, los que en su mayoría operan en forma individual a través de contactos personales, tanto en el exterior como en nuestro país.

Las organizaciones de nivel internacional a las que se hizo mención, observan algunos puntos en común de los cuales resaltan:

- la droga a traficar es cocaína
- la obtienen en el límite fronterizo entre Brasil y Bolivia (ciudades de Corumbá y Ponta Porã)
- en todos los casos las cantidades son superiores a uno o dos kilogramos
- el punto de ingreso a nuestro país es la frontera terrestre con Brasil (Dptos. de Rivera y Rocha), y en algún caso concreto vía aérea en aeronaves particulares.

Con referencia al tercer nivel aludido, el mismo reviste características singulares que hacen un tanto complejo determinar su accionar, no obstante poder acotar que:

- las drogas con las cuales trafican son la cocaína, marihuana y otros tipos como éxtasis y LSD
- sus proveedores los encontramos en nuestros puntos fronterizos con Argentina y Brasil, existiendo casos concretos que a través de sus contactos personales viajan y la obtienen directamente en ambos países, al igual que en el Paraguay

de carga, automóviles, etc.)

- las cantidades con las cuales trafican varian según el tipo de droga, lugar de adquisicion de la misma y disponibilidad de dinero del traficante

- la droga traficada en todos los casos es comercializada en nuestro mercado.

Por otra parte, el uso indebido de drogas ha sido calificado por expertos como una "epidemia", ya que el mismo se ha extendido al interior del pais y zonas balnearias, diversificandose las drogas consumidas y descendiendo la edad de los consumidores. Cabe destacar que a partir de los 80 comenzó a extenderse el consumo de inhalantes, como ser colas y pegamentos, entre menores y jóvenes de escasos recursos; legislándose en 1989 respecto al acceso a los mismos.

El cultivo de drogas no es un problema en nuestro país, y no se producen precursores químicos a gran escala; el narcotráfico no ha generado una economía informal de la cual dependa la economia legal del pais y no existen por el momento fenómenos ligados al narcoterrorismo, ni parece ser una plaza significativa para el tráfico de armas.

Al mismo tiempo, a diferencia de otros países latinoamericanos, no se han detectado casos de narcocorrupción por parte de funcionarios públicos o personalidades oficiales.

Uruguay y sus socios del MERCOSUR han sido calificados por el Departamento de Estado de EE.UU. con un grado "medio alto" en relación a las facilidades que ofrecen para el lavado de dinero, aunque hasta el momento han sido escasas las operaciones de este tipo que se han detectado en nuestro país.

El Poder Ejecutivo envió un Proyecto de Ley al Parlamento para su aprobación, el que además de realizar modificaciones sobre la antigua legislación, reglamenta las actividades bancarias y tipifica el delito de lavado de dinero, ajustándose a los requisitos de las convenciones internacionales de la OEA y las NN.UU.

Asimismo, nuestro país es parte de todos los tratados internacionales que conforman el sistema internacional de fiscalización de estupefacientes, siendo ratificada la Convención de Viena de 1988 a fines de 1994, la que introduce medidas para combatir el narcotráfico de acuerdo con las circunstancias actuales.

ANEXO "A"

PARRAFOS 1 Y 2 DEL ART. 3 DE LA CONVENCION DE LAS NACIONES UNIDAS CONTRA EL TRAFICO ILICITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS SICOTROPICAS

1. Cada una de las partes adoptará las medidas que sean necesarias para tipificar como delitos penales en su derecho interno, cuando se cometan intencionalmente:

a) i) la producción, la fabricación, la extracción, la preparación, la oferta, la oferta para la venta, la distribucion, la venta, la entrega en cualesquiera condiciones, el corretaje, el envio, el envío de tránsito, el transporte, la importación, o la exportación de cualquier estupefaciente o sustancia sicotrópica en contra de lo dispuesto en la Convención de 1961, en la Convención de 1961 en su forma enmendada o en el Convenio de 1971;

ii) el cultivo de la adormidera, el arbusto de la coca o la planta de cannabis con objeto de producir estupefacientes en contra de lo dispuesto en la Convención de 1961 y en la Convención de 1961 en su forma enmendada;

iii) la posesión o la adquisición de cualquier estupefaciente o sustancia sicotrópica con objeto de realizar cualquiera de las actividades enumeradas en el precedente apartado i);

iv) la fabricación, el transporte o la distribución de equipos, materiales o de las sustancias enumeradas en el Cuadro I y el Cuadro II, a sabiendas de que van a utilizarse en el cultivo, la producción o la fabricación ilícitos de estupefacientes o sustancias sicotrópicas o para dichos fines;

v) la organización, la gestión o la financiación de alguno de los delitos enumerados en los precedentes apartados i), ii), iii) o iv);

b) i) la conversión o la transferencia de bienes a sabiendas de que tales bienes proceden de alguno o algunos de los delitos tipificados de conformidad con el inciso a) del presente párrafo, o de un acto de participación en tal delito o delitos, con objeto de ocultar o encubrir el origen ilícito de los bienes o de ayudar a cualquier persona que participe en la comisión de tal delito o delitos a eludir las consecuencias jurídicas de sus acciones;

ii) la ocultación o el encubrimiento de la naturaleza, el origen, la ubicación, el destino, el movimiento o la propiedad reales de bienes, o de derechos relativos a tales bienes, a sabiendas de que proceden de alguno o algunos de los delitos tipificados de conformidad con el inciso a) del presente párrafo o de un acto de participación en tal delito o delitos;

c) a reserva de sus principios constitucionales y a los conceptos fundamentales de su ordenamiento jurídico:

i) la adquisición, la posesión o la utilización de bienes, a sabiendas, en el momento de recibirlos, de que tales bienes proceden de alguno o algunos de los delitos tipificados de conformidad con el inciso a) del presente párrafo o de un acto de participación en tal delito o delitos;

ii) la posesión de equipos o materiales o sustancias enumeradas en el Cuadro I y el Cuadro II, a sabiendas de que se utilizan o se habrán de utilizar en el cultivo, la producción o la fabricación ilícitos de estupefacientes o sustancias sicotrópicas o para tales fines;

iii) instigar o inducir públicamente a otros, por cualquier medio, a cometer alguno de los delitos tipificados de conformidad con el presente artículo o a utilizar ilícitamente estupefacientes o sustancias sicotrópicas;

iv) la participación en la comisión de alguno de los delitos tipificados de conformidad con lo dispuesto en el presente artículo, la asociación y la confabulación para cometerlos, la tentativa de cometerlos, y la asistencia, la incitación, la facilitación o el asesoramiento en relación con su comisión.

2. A reserva de sus principios constitucionales y a los conceptos fundamentales de su ordenamiento jurídico, cada una de las Partes adoptará las medidas que sean necesarias para tipificar como delitos penales conforme a su derecho interno, cuando se cometan intencionalmente, la posesión, la adquisición o el cultivo de estupefacientes o sustancias sicotrópicas para el consumo personal en contra de lo dispuesto en la Convención de 1961, en la Convención de 1961 en su forma enmendada o el Convenio de 1971.

ANEXO "A"

PARRAFOS 1 Y 2 DEL ART. 3 DE LA CONVENCION DE LAS NACIONES UNIDAS CONTRA EL TRAFICO ILICITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS SICOTROPICAS

1. Cada una de las partes adoptara las medidas que sean necesarias para tipificar como delitos penales en su derecho interno, cuando se cometan intencionalmente:

a) i) la producción, la fabricación, la extracción, la preparación, la oferta, la oferta para la venta, la distribución, la venta, la entrega en cualesquiera condiciones, el corretaje, el envio, el envio de tránsito, el transporte, la importación, o la exportación de cualquier estupefaciente o sustancia sicotrópica en contra de lo dispuesto en la Convención de 1961, en la Convención de 1961 en su forma enmendada o en el Convenio de 1971;

ii) el cultivo de la adormidera, el arbusto de la coca o la planta de cannabis con objeto de producir estupefacientes en contra de lo dispuesto en la Convención de 1961 y en la Convención de 1961 en su forma enmendada;

iii) la posesión o la adquisición de cualquier estupefaciente o sustancia sicotropica con objeto de realizar cualquiera de las actividades enumeradas en el precedente apartado i);

iv) la fabricacion, el transporte o la distribución de equipos, materiales o de las sustancias enumeradas en el Cuadro I y el Cuadro II, a sabiendas de que van a utilizarse en el cultivo, la producción o la fabricación ilícitos de estupefacientes o sustancias sicotropicas o para dichos fines;

v) la organización, la gestión o la financiación de alguno de los delitos enumerados en los precedentes apartados i), ii), iii) o iv);

b) i) la conversión o la transferencia de bienes a sabiendas de que tales bienes proceden de alguno o algunos de los delitos tipificados de conformidad con el inciso a) del presente párrafo, o de un acto de participación en tal delito o delitos, con objeto de ocultar o encubrir el origen ilícito de los bienes o de ayudar a cualquier persona que participe en la comisión de tal delito o delitos a eludir las consecuencias jurídicas de sus acciones;

ii) la ocultación o el encubrimiento de la naturaleza, el origen, la ubicación, el destino, el movimiento o la propiedad reales de bienes, o de derechos relativos a tales bienes, a sabiendas de que proceden de alguno o algunos de los delitos tipificados de conformidad con el inciso a) del presente párrafo o de un acto de participación en tal delito o delitos;

c) a reserva de sus principios constitucionales y a los conceptos fundamentales de su ordenamiento jurídico:

i) la adquisición, la posesión o la utilización de bienes, a sabiendas, en el momento de recibirlos, de que tales bienes proceden de alguno o algunos de los delitos tipificados de conformidad con el inciso a) del presente párrafo o de un acto de participación en tal delito o delitos;

ii) la posesión de equipos o materiales o sustancias enumeradas en el Cuadro I y el Cuadro II, a sabiendas de que se utilizan o se habrán de utilizar en el cultivo, la producción o la fabricación ilícitos de estupefacientes o sustancias sicotrópicas o para tales fines;

iii) instigar o inducir públicamente a otros, por cualquier medio, a cometer alguno de los delitos tipificados de conformidad con el presente artículo o a utilizar ilícitamente estupefacientes o sustancias sicotrópicas;

iv) la participación en la comisión de alguno de los delitos tipificados de conformidad con lo dispuesto en el presente artículo, la asociación y la confabulación para cometerlos, la tentativa de cometerlos, y la asistencia, la incitación, la facilitación o el asesoramiento en relación con su comisión.

2. A reserva de sus principios constitucionales y a los conceptos fundamentales de su ordenamiento jurídico, cada una de las Partes adoptará las medidas que sean necesarias para tipificar como delitos penales conforme a su derecho interno, cuando se cometan intencionalmente, la posesión, la adquisición o el cultivo de estupefacientes o sustancias sicotrópicas para el consumo personal en contra de lo dispuesto en la Convención de 1961, en la Convención de 1961 en su forma enmendada o el Convenio de 1971.

ARCHIVO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
201200AGO.97

M E M O R A N D U M Nro. 9709045/A

E V A L U A C I O N : A-1.

R E F E R E N T E A : José Luis CLAVER RODRIGUEZ (F/R)

T E X T O : C.C.: SERIE : BA NRO. 21988

OCUPACION: Rematador Público

ORIGINAL

CORREGIDO 21/8/97 Inic.: JA

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

Capitán de Fragata (CG)
JORGE SARAVIA BRIANO
Jefe del Departamento I

El Jefe de la División Biográfico y Antecedentes
Capitán
Norberto Bevincensi

9709045
20 AGO 1997

001

FECHA 21/8/97 INICIAL UR
Procesado a Sistema DPX
OBSERVACIONES

PROCEDENCIA Agregado Militar. (Agregado Militar). -
FECHA PROCEDENCIA 7 JULIO 1997
VINCULACIONES 11176 11214 11354 11233 504623 11343
65092 11229 66960 11224 500145 11356
66423 11422 1504513 11340 11512 65646
11994 11341 11226 507480 11224
11225 11351 11352 11666 11005 11615

INFORMACION SOBRE NARCOTRAFICO EN LAS REPUBLICAS DE PARAGUAY,BOLIVIA Y PERU

1.-Día 30/III,"SENAD EVALUA RESULTADOS DEL OPERATIVO REALIZADO EN BADO".-Una evaluación de los resultados obtenidos en el denominado operativo "Picudo" realizan autoridades de la Secretaría Nacional Antidrogas (SENAD) del Paraguay,a poco de que dicho trabajo culminara con la destrucción de unas 225 hectáreas de marihuana diseminadas en boscosos puntos de Capitán Bado.-Los agentes antidrogas recordaron que la tarea se inició el pasado 17 de este mes,oportunidad en que una estancia que pertenece al brasileño LAIR LINARES FERNANDEZ fue allanada por orden del juez de paz de Capitán Bado,Leongino Benítez.-Duranten el allanamiento,un hijo del estanciero,identificado como LAIR JUNIOR LINARES,fue detenido por la tenencia de varias armas sin documentación,halladas en la propiedad.-Fue puesto inmediatamente en libertad al comprobarse que las mismas pertenecían a su padre.-En posteriores procedimientos realizados durante una semana,la SENAD halló nada menos que 225 hectáreas de marihuana en montes de las colonias "Cerro Kuatiá" y "Umbú" de Capitán Bado.-Los antinarcóticos realizaron sucesivas incursiones en los montes y destruyeron plantaciones capaces de generar nada menos que 450 toneladas de la droga ya prensada.-

2.-Día 1º/IV,"BOLIVIANOS DERRIBARON AVION DE SUPUESTO NARCO PARAGUAYO".-Pedro Juan Caballero,un avión que pertenece al supuesto narco LUIS GONZALEZ ALDERETE fue abatido por agentes antinarcóticos bolivianos.-En el interior de la aeronave hallaron 84 kilos de cocaína que pertenecerían a otro supuesto traficante,CELIO UEMURA,residente en Ponta Porá,ciudad brasileña fronteriza con esta capital departamental.-El piloto,un brasileño de apellido LEITE,resultó herido y actualmente guarda reclusión en el penal Palma Sola de Santa Cruz,Bolivia.-González es dueño de la estancia El Pampero,ubicada en el kmto.740 de la Ruta Transchaco.-Según fuentes de la SENAD,El Pampero sería un punto de almacenamiento de cocaína proveniente de Bolivia.-

3.-Día 1º/IV,"LA MARIHUANA,UN NEGOCIO EN AUGE EN EL PARAGUAY".-"La marihuana,un negocio en auge con base en el Paraguay,titula La Nación de Bs.As. un artículo sobre un informe de la DEA que coloca al Paraguay como el mayor productor del alucinógeno y denuncia el paso de la droga a Argentina por la Provincia de Misiones.-El informe,señala que la zona de mayores cultivos de la marihuana se concentra en el norteño Dpto. de Amambay,del Paraguay.-Se estima que de media hectárea sembrada se puede extraer suficiente cantidad para armar hasta un millón de cigarrillos o "porros".-La Ton.puesta en chacra

se estaría vendiendo a 60 dólares,en tanto su comercialización en el último verano se habría incrementado en 10 veces en cualquier boliche de la costa atlántica bonaerense o de Punta del Este.-Destaca que de las investigaciones practicadas por la DEA surge otro dato revelador: en centros nocturnos de Palma de Mallorca,en España,la marihuana paraguaya desplazó a la colombiana y a la mexicana,por una supuesta mayor calidad alucinógena,llegándose a vender a 1.800 dólares la ton.,un precio 30 veces superior al que pagan los acopiadores en las chacras del Paraguay.-

4.-Día 2/IV,"MURIO ANOCHE "NITO" VAZQUEZ,SUPUESTO NARCOTRAFICANTE".-Pedro Juan Caballero,anoche,frente a un motel ubicado en un tramo entre Zanja Pytá y Ponta Porá,falleció en un accidente de tránsito el "empresario de frontera" DIONISIO "NITO" VAZQUEZ.-Los datos indican que el presunto narcotraficante volcó en circunstancias todavía no aclaradas,en momentos en que estaba con una mujer,quien resultó gravemente herida.-

5.-Día 3/IV,"POLICIA DECOMISO CASI 150 KGS.DE MARIHUANA EN CAPIATA".-La marihuana incautada está avaluada en unos 300 millones de Gs.,unos U$S 140 mil,en el mercado negro internacional. La hierba se vende en unos mil dólares el Kg. en Brasil y en Argentina,según datos oficiales.-El supuesto propietario fue identificado como ANASTACIO QUIÑONEZ,quien fue detenido.-En una vivienda alquilada por el detenido,se hallaron los paquetes que totalizaron 149 Kgs. de la droga,considerada de alta calidad por los intervinientes.-Según la Policía,el sujeto sería nexo de un importante grupo de traficantes de marihuana despachada desde la zona de Amambay.-

6.-Día 3/IV,"SENAD QUIERE LEGITIMAR ENTREGA VIGILADA DE DROGAS".-Ciudad del Este,la SENAD presentará este mes un Proyecto de Ley al Parlamento Paraguayo para entregas vigiladas de drogas,según el titular de esta entidad,Gral.(SR) Carlos A.Ayala.-El militar retirado no quiso arriesgarse a dar nombres de "peces gordos" del narcotráfico,pero no dudó en nombrar a un muerto:el pedrojuanino DIONISIO "NITO" VAZQUEZ,

7.-Día 5/IV,"DINAR SE INCAUTO DE 26 KGS.DE COCAINA EN PEDRO JUAN CABALLERO".-26 kgs.de cocaína fueron decomisados y 4 sujetos-dos brasileños y dos libaneses-quedaron detenidos durante un allanamiento realizado ayer por efectivos de la Direc.de Narcóticos (DINAR) en un departamento,en plena zona céntrica de la Ciudad de Pedro Juan Caballero.-Uno de los narcos intentó suicidarse al arrojarse desde el segundo piso del edificio.-No logró su objetivo ya que cayó sobre dos agentes antidrogas.-El precio de la mercadería podría superar el millón de dólares en los mercados de consumo norteamericano y europeo,según cálculos oficiales.-Los sujetos detenidos fueron identificados como

se estaría vendiendo a 60 dólares,en tanto su comercialización en el último verano se habría incrementado en 10 veces en cualquier boliche de la costa atlántica bonaerense o de Punta del Este.-Destaca que de las investigaciones practicadas por la DEA surge otro dato revelador: en centros nocturnos de Palma de Mallorca,en España,la marihuana paraguaya desplazó a la colombiana y a la mexicana,por una supuesta mayor calidad alucinógena,llegándose a vender a 1.800 dólares la ton.,un precio 30 veces superior al que pagan los acopiadores en las chacras del Paraguay.-

4.-Día 2/IV,"MURIO ANOCHE "NITO" VAZQUEZ,SUPUESTO NARCOTRAFICANTE".-Pedro Juan Caballero,anoche,frente a un motel ubicado en un tramo entre Zanja Pytá y Ponta Porá,falleció en un accidente de tránsito el "empresario de frontera" DIONISIO "NITO" VAZQUEZ.-Los datos indican que el presunto narcotraficante volcó en circunstancias todavía no aclaradas,en momentos en que estaba con una mujer,quien resultó gravemente herida.-

5.-Día 3/IV,"POLICIA DECOMISO CASI 150 KGS.DE MARIHUANA EN CAPIATA".-La marihuana incautada está avaluada en unos 300 millones de Gs.,unos U$S 140 mil,en el mercado negro internacional. La hierba se vende en unos mil dólares el Kg. en Brasil y en Argentina,según datos oficiales.-El supuesto propietario fue identificado como ANASTACIO QUIÑONEZ,quien fue detenido.-En una vivienda alquilada por el detenido,se hallaron los paquetes que totalizaron 149 Kgs. de la droga,considerada de alta calidad por los intervinientes.-Según la Policía,el sujeto sería nexo de un importante grupo de traficantes de marihuana despachada desde la zona de Amambay.-

6.-Día 3/IV,"SENAD QUIERE LEGITIMAR ENTREGA VIGILADA DE DROGAS".-Ciudad del Este,la SENAD presentará este mes un Proyecto de Ley al Parlamento Paraguayo para entregas vigiladas de drogas,según el titular de esta entidad,Gral.(SR) Carlos A.Ayala.-El militar retirado no quiso arriesgarse a dar nombres de "peces gordos" del narcotráfico,pero no dudó en nombrar a un muerto:el pedrojuanino DIONISIO "NITO" VAZQUEZ, Lef

7.-Día 5/IV,"DINAR SE INCAUTO DE 26 KGS.DE COCAINA EN PEDRO JUAN CABALLERO".-26 kgs.de cocaína fueron decomisados y 4 sujetos-dos brasileños y dos libaneses-quedaron detenidos durante un allanamiento realizado ayer por efectivos de la Direc.de Narcóticos (DINAR) en un departamento,en plena zona céntrica de la Ciudad de Pedro Juan Caballero.-Uno de los narcos intentó suicidarse al arrojarse desde el segundo piso del edificio.-No logró su objetivo ya que cayó sobre dos agentes antidrogas.-El precio de la mercadería podría superar el millón de dólares en los mercados de consumo norteamericano y europeo,según cálculos oficiales.-Los sujetos detenidos fueron identificados como

MARCELO NEHENE ABDALA,libanés naturalizado brasileño y presunto cabecilla del grupo,NASSER SALEM,libanés;ALDO RIKIERO FILHO,brasileño y NEUMAR TORRES,brasileño.-Los 26 kgs.de cocaína estaban envueltos en bolsos de polietileno y fueron encontrados en uno de los dormitorios del departamento.-Aparentemente,el lugar también era utilizado como un "minilaboratorio",ya que allí se encontraron varios productos químicos y aparatos utilizados para la elaboración de la droga.-Del poder de los narcotraficantes se incautaron de una escopeta calibre 12 y un ravólver Taurus calibre 38.-También se encontró una prensa hidraúlica y balanza de precisión,además de 2.100 dólares.-

8.-Día 6/IV,"NARCOS DETENIDOS ERAN CLIENTES DEL MINICARTEL DE PEDRO JUAN CABALLERO".-Los 4 sujetos detenidos,ver punto anterior,resultaron ser "clientes" de miembros del mini-cártel brasileño que opera en esta ciudad y que se dedican a la comercialización de droga proveniente de Bolivia.-

9.-Día 6/IV,"SE DISPUTAN PUESTO VACANTE DEJADO POR EL NARCO VAZQUEZ".-La muerte del narcotraficante "Nito" Vázquez movió el "avispero" de los mandos medios-altos del cártel brasileño instalado en Pedro Juan Caballero y provocó que varios mafiosos,de los considerados "nuevos",se disputen el puesto vacante dentro de las "familias".-Como principal candidato surgiría el conocido "empresario" JOSE LOPEZ ALVARENGA,supuesto narco y sindicado como presunto distribuidor de dólares falsos.-José López,"empresario de frontera" que vive en Pedro Juan Caballero,ganó preponderancia durante los últimos años como sospechoso de estar ligado a las máximas instancias del crimen organizado y al tráfico de drogas.-

10.-Día 12/IV,"LIBANES DETENIDO IDENTIFICO A NARCOS CON QUIEN OPERABA".-El libanés Marcelo Nehene Abdala,un verdadero "científico" en la elaboración de la cocaína de gran calidad, reveló nombres de personas para quienes trabajó en la transformación de droga de menor calidad en mercaderías más valiosa.-Según fuentes de la DINAR,algunos de los citados habrían sido el conocido ANIBAL NARA y RICARDO UEMURA,un brasileño-japonés que residiría en Ponta Porá.-

11.-Día 12/IV,"ANTIDROGAS COMPLETAN 400 HA.DE MARIHUANA DESTRUIDAS".-Con la destrucción de otras 167 hectáreas en el transcurso de la semana que termina,agentes de la SENAD totalizaron las 400 hectáreas de marihuana en la zona de Capitán Bado,en el procedimiento denominado "Kaavyrory".-

12.-Día 12/IV,"CHOFER RECONOCIO QUE DEBIA COBRAR 300 DOLARES POR LLEVAR EL HACHIS".-El chofer detenido por transportar una carga de hachís valuada en 20 millones de guaraníes,unos 10 mil dólares,admitió que debía recibir 300 dólares por llevar

la droga hasta Buenos Aires,dijeron ayer fuentes de la DINAR. El conductor,LEOCADIO ALMIRON,iba en un camión que agentes antidrogas incautaron en Puerto Falcón el jueves en horas de la tarde,al detectar varias bolitas de hachis (cera de la marihuana) en el interior de un termo.-Las 31 bolitas de cera de marihuana pueden llegar a ser vendidas en Argentina inclusive a 20 millones de guaraníes,según fuentes de la SENAD.-

13.-Día 13/IV,"EE.UU.AMENAZA CON SANCIONES A BOLIVIA".- EE.UU.aplicará sanciones económicas contra Bolivia si en el próximo gobierno participan personas que hayan mantenido vínculos con el narcotráfico,advirtió el Embajador de ese país en Bolivia,Curtis Kamman.-"Si teóricamente hubiera problemas con algún dirigente político,obviamente tendremos que cumplir con la sección de la Ley 487 que señala que si personas vinculadas con narcotraficantes pertenecen a una institución o unidad,EE.UU. no podrá continuar con una relación oficial para propósitos de ayuda externa",afirmó el diplomático.-Un funcionario norteamericano advirtió el miércoles último que si el ex-presidente Jaime Paz Zamora participa directa o indirectamente en el próximo gobierno,su país aplicará sanciones económicas a Bolivia.-A principios de 1996,EE.UU. suspendió la visa de Paz Zamora y de otros dirigentes de su partido el MIR,supuestamente por sus presuntos vínculos con el narcotráfico.-Sin mencionar al ex mandatario boliviano,Kamman informó que cuando su país retira la visa a una persona que haya mantenido algún tipo de relación con el narcotráfico y el terrorismo,lo hace en forma permanente.-Sobre la advertencia del subsecretario de Asuntos Internacionales de Narcóticos,Robert Gelbard,en torno a un eventual bloqueo de Bolivia si hubiera en el gobierno personas que hayan mantenido vínculos con el narcotráfico,Kamman dijo que solo se trató de informar que existe una ley que determina sanciones para esa figura.-

14.-Día 14/IV,"QUEMARON 122 KGS.DE MARIHUANA PRENSADA".-Un total de 122 kgs. de marihuana prensada fueron incautados y quemados por efectivos de la SENAD.-El procedimiento tuvo lugar en Puerto Falcón y la droga fue hallada dentro de un camión cisterna.-En el operativo detuvieron al conductor del vehículo.-El camión,conducido por ADEMIR FERNANDEZ,iba con destino a Buenos Aires,supuestamente vacío,con la intención de traer combustible.-

15.-Día 14/IV,"HALLARON CULTIVOS DE MACOÑA EN AZOTEY".-En un procedimiento realizado en Azotey,Dpto.de Concepción,se detuvieron a tres presuntos cultivadores de marihuana,en cuya propiedad fueron halladas 2,5 hectáreas del producto y semillas de la denominada "hierba maldita",de acuerdo a los datos ofi-

ciales.-Se constató la existencia de 7.500 plantitas de marihuana,semillas de la misma y armas,a más de los supuestos responsables del cultivo.-En la oportunidad fueron detenidos FABIAN COHONE,MARIA RITA COHONE de BAZAN,hermana del primero, y GUMERCINDO BAZAN,esposo de la anterior.-

16.-Día 18/IV,"AVION QUE HABRIA TRAIDO COCAINA ATERRIZO EN EL AEROPUERTO DE PEDRO JUAN CABALLERO".-Un avión que acusó problemas mecánicos en Brasil cuando supuestamente transportaba un cargamento de cocaína-adquirido en Bolivia con unos 700 mil dólares falsos-efectuó un aterrizaje de emergencia en en Aeropuerto de Pedro Juan Caballero.-La aeronave es un Cessna 210 monomotor,con placa ZP-TLO.-Un narcotraficante conocido en el submundo delincuencial como "El Chanco" arrendó la avioneta,según los informes provenientes de antidrogas bolivianos.-En avión provenía de Bolivia.-Antes de dirigirse a esta frontera,aterrizó en una pista clandestina de Corumbá (Brasil),frontera con Puerto Suárez (Bolivia).-Dicha pista estaba inhabilitada debido a fuertes lluvias que habían caído en la zona de Brasil.-Pese a todo,el piloto-cuyo nombre se desconoce-aterrizó y provocó daños a la aeronave en una de las alas.-Volvió a despegar y se dirigió a Pedro Juan Caballero.-Antes de aterrizar en esta ciudad,la avioneta habría ido hasta una estancia cercana,donde habría descargado 50 kgs.de cocaína adquiridos en Bolivia con unos 700 mil dólares falsos,fabricados en dos imprentas clandestinas de esta frontera.-

17.-Día 20/IV,"UNIRAN FUERZAS CONTRA TRAFICO DE DROGAS Y LAVADO DE DINERO".-Paraguay propuso a México elaborar un proyecto de convenio sobre combate al narcotráfico y lavado de dinero,a fin de lograr mejores resultados en la materia.-Fue en ocasión de la visita realizada por el canciller paraguayo,Rubén Melgarejo Lanzoni,a su colega de aquel país,José Angel Gurria.- legisl. coop. int

18.-Día 23/IV,"POLICIA DETUVO A SUPUESTO NARCOTERRORISTA LIBANES" El supuesto narcoterrorista libanés que protagonizó una balacera el pasado día 20 en un barrio de Asunción fue detenido ayer al mediodía por agentes de Narcóticos de la Plicía.-La captura se realizó en base a un pedido de captura con fines de extradicción por tráfico de cocaína,emanado de la justicia de Alemania.-En Suiza también se lo requiere por un caso de homicidio.-SERGIO RODRIGO SALEM o MOHAMMED AUDI es uno de los libaneses capturados en Paraguay y extraditados a Argentina en 1995.-Lo juzgaron con otros 5 libaneses como sospechosos de haber participado en el atentado contra la Embajada de Israel en Bs.As.,ocurrido en marzo de 1992.-Ayer Salem fue aprehendido de nuevo frente a su domicilio en pleno Centro de Asunción.-Es considerado miembro del grupo fundamentalista

árabe Hizbullah o Partido de Dios,es sospechoso de haber enviado a Alemania 18 kgs. de cocaína a fines de 1994.-

19.-Día 23/IV,"EN PLENO MONTE HALLAN MARIHUANA EN MACETAS".-Ko'e Pyahu,Río Verde,Dpto.de San Pedro,un nuevo método para cultivar marihuana fue detectado por agentes antidrogas durante la última incursión en montes aledaños al asentamiento campesino mencionado.-Ahora los capataces de la "macoña" siembran plantas en pequeñas macetas y las depositan en improvisados viveros,a un costado de las parcelas.-La intención de los macoñeros sería seleccionar las mejores plantas una vez germinadas para posteriormente transplantarlas en las parcelas.-De esa manera se asegurarían un ciento por ciento de calidad del producto final.-Los cientos de macetas estaban depositadas en fosas de medio metro de profundidad,de 5x10 aproximadamente.-Las macetas estaban cubiertas por carpas,otras expuestas al aire libre.-

20.-Día 25/IV,"JUEZ Y POLICIAS CONTROLARAN EL TRAFICO DE LA RUTA I".-Villa Florida,controles sorpresivos,periódicos y estrictos serán realizados en el puesto de peaje del Min.de Obras Públicas y Comunicaciones de esta ciudad,según un acuerdo al cual llegaron autoridades judiciales y policiales del Dpto.de Misiones.-Numerosas denuncias refieren que por la Ruta I se trafican drogas y vehículos robados.-

21.-Día 23/IV,"NARCOTRAFICO LAVA DINERO EN EL PERU ENTRE U$S MIL Y MIL QUINIENTOS MILLONES".-Entre U$S 1.000 y 1.500 millones se calcula el monto de dinero que lava el narcotráfico en el Perú anualmente manifestó ayer Eduardo Patsías Mella,Dtor.de Tecnología y Operaciones del Banco de Boston,en el Seminario Internacional sobre Lavado de Dinero que concluyó en Lima.-Expresó que no se puede descartar que el lavado de dólares en el Perú también ocurra en empresas exportadoras de fachada.- lavado

22.-Día 26/IV,"EN DOS OMNIBUS HALLARON 64 KGS.DE MARIHUANA".-San Estanislao,más de 64 kgs. de marihuana fueron encontrados en dos ómnibus de la empresa García,en un solo día,en Ciudad del Este y San Estanislao.-Fueron detenidos PANFILO MORAL PORTILLO y LUCIO SANCHEZ GONZALEZ,quienes confesaron que trabajaban como "mulas".-

23.-Día 27/IV,"DETUVIERON A LIBANES QUE VIVIA CON NARCOTRAFICANTE Un ciudadano libanés que vivía con el detenido SERGIO RODRIGO SALEM fue detenido en un procedimiento realizado en pleno centro de Asunción.-El detenido,SALIM EL BERUTI,fue liberado al no hallarse indicios delictivos en su contra,habiendo manifestado a la Policía que no tenía conocimiento de las actividades del libanés Salem.-

24.-Día 29/IV,"CAE MULA CHILENA CON MARIHUANA EN EL AEROPUERTO".-Una "mula" de nacionalidad chilena que tenía planeado trafi-

car marihuana hasta la ciudad de Santiago,fue detenida ayer en el Aeropuerto,poco antes de abordar una aeronave.-La mujer llevaba la droga adherida a su cuerpo,simulando estar embarazada.-Se trata de PAMELA DEL CARMEN GUZMAN PEREZ.-Le decomisaron 3,071 kgms.de marihuana prensada.-Al ser interrogada manifestó que la droga le fue entregada por un sujeto de nombre CARLOS VAZQUEZ.-

25.-Día 1º/V,"CAE PERUANO DENUNCIADO POR TRAFICO DE DROGA CON HARINA DE PESCADO".-El peruano VICTOR SALAZAR SANCHEZ o LUIS ALBERTO SANCHEZ MORALES,fue capturado ayer en Cali y está implicado como el principal responsable de la empresa Hayduk que utiliza como pantalla la harina de pescado.-

26.-Día 1º/V,"HALLAN 3.4 KGMS.DE COCAINA ESCONDIDOS EN TAPAS DE LIBROS".-3,400 kgms. de cocaína,camuflados en la tapa y contratapa de libros que tenían como destino Africa fueron incautados en una revisación de una empresa de correos.-La encomienda fue recibida de un sujeto de nacionalidad africana que,para enviar los paquetes se identificó como JOHN OXKE.-

27.-Día 1º/V,"DECOMISAN MARIHUANA EN EX MOTEL TRAS ARRESTO DE UN CHILENO".-Siete kgms.de marihuana prensada fueron decomisados durante un allanamiento efectuado en un ex motel de Asunción, poco después del arresto de la chilena PAMELA DEL CARMEN GUZMAN PEREZ.-Asimismo se detuvo a PATRICIO JOSE CARREÑO BRAVO,también chileno,quien se encontraba en el lugar.-

28.-Día 1º/V,"PROPONEN CREACION DE FUERZA INTERNACIONAL CONTRA DROGAS".-La Paz,los representantes de Argentina,Chile,Perú,Uruguay y Bolivia,en el seminario sobre sustancias químicas controladas que se clausuró el pasado 29 en La Paz,propusieron la creación de una fuerza especial internacional de lucha contra el tráfico de drogas.-Legisladores,expertos,policías y técnicos de organismos de la lucha antidroga procedentes de esos cinco países,establecieron la necesidad de coordinar las acciones de control de sustancias químicas utilizadas para fabricar drogas,así como de intercambiar información oficial sobre estos productos.-

29.-Día 3/V,"OPERATIVO EN AMAZONAAS SE REALIZO PARA GOLPEAR AL CARTEL DE PEDRO JUAN CABALLERO".-El procedimiento que permitió la captura de un piloto paraguayo con armas en el Estado de Amazonas,Brasil,fue realizado en el marco de una pesquisa abierta por la Policía del Brasil que buscaba golpear a un grupo de narcotraficantes que opera desde la mencionada ciudad paraguaya.-

30.-Día 8/V,"SE INCAUTAN DE 43 KILOS DE MARIHUANA EN EL PUENTE

SAN ROQUE GONZALEZ".-Encarnación,un cargamento de 43 kgms.de marihuna prensada fue decomisado ayer en el Centro de Frontera,lado argentino,del puente internacional San Roque González.-La droga iba escondida en el interior del asiento del conductor y el guardabarros delantero de un automóvil marca Ford Falcon,con chapa B1 850319,de la provincia de Bs.As..-El conductor fue identificado como JORGE ASCONA RIVEROS,paraguayo residente en Bs.As..-

31.-Día 10/V,"DECOMISARON 150 KILOS DE MARIHUANA EN OPERATIVOS MONTADOS EN PUENTE FRONTERIZO".-Posadas,Argentina,en dos procedimientos diferentes,agentes aduaneros incautaron unos 150 kilos de marihuana.-En ambos casos,los traficantes emplearon el mismo modus operandi,consistente en esconder la mercancía en compartimentos especialmente preparados en automóviles.-

32.-Día 12/V,"HALLAN MAS DE 140 GRAMOS DE COCAINA EN UNA VIVIENDA DE DOS HERMANOS MILITARES".-Dos militares fueron detenidos en una vivienda ubicada en Campo Verde de Capiatá,se tratan de VIDAL NOGUERA GAVILAN,marinero y LIDER NOGUERA GAVILAN,Sub-Ofl.de la marina.-La droga habría sido traída de Bolivia y estaba enterrada en el patio de la casa.-

33.-Día 17/V,"DECOMISARON HACHIS Y CRAK EN OPERATIVO REALIZADO EN AMAMBAY".-Varios paquetes de crak y de hachís fueron hallados en una vivienda de Pedro Juan Caballero.-En el operativo fue detenido BELMIRO ALVAREZ LARANJEIRA allí domiciliado.-

34.-Día 24/V,"CAMBIO TOTAL EN DINAR DE PEDRO JUAN CABALLERO Y CIUDAD DEL ESTE".-En la DINAR de Pedro Juan Caballero asumió como nuevo jefe REINALDO GILL LOPEZ y el Agente REINALDO URIZAR será el supervisor en el aeropuerto de dicha ciudad.-La DINAR de C.del este está ahora a cargo del Ofl.1º MIGUEL ORUE RIVEROS,el Ofl.KARIM OJEDA VILLORDO quedó como encargado del control en el Aeropuerto Guaraní de esta Ciudad.-En Encarnación,la DINAR estará comandada por el Ofl.Insp.VICENTE COLMAN PRIETO y el Agente Especial MIGUEL DEL VALLE es el nuevo Subjefe de esa regional.-El experimentado Agente Especial JOSE LUIS REYES estará a cargo de la regional de Puerto Falcón.-La oficina de Itá Enramada será comandada por el Ofl.1º DOMINGO NOLDIN.-

35.-Día 27/V,"COSTA RICA Y PARAGUAY COOPERARAN EN LUCHA CONTRA EL NARCOTRAFICO".-Los cancilleres de Costa Rica,Fernando Naranjo Villalobos,y de Paraguay,Rubén Melgarejo Lanzoni,firmarán esta mañana,entre otros documentos,un acuerdo de cooperación para la lucha contra el narcotráfico.- coop.

36.-Día 27/V,"CAEN EN FORMOSA CAMIONES PARAGUAYOS CON MARIHUANA".-Tres camiones paraguayos que transportaban toneladas de cemento hacia Resistencia,Argentina,fueron capturados ayer en territorio argentino al encontrarse más de 150 kilos de marihuana en su interior.-

37.-Día 29/V."HALLARON 12 MIL KILOS DE MARIHUANA Y ENORMES PRENSAS EN EL MONTE".-Sanguina Cué,Dpto.de San Pedro,el hallazgo de seis hectáreas de marihuana,cuatro prensas y un detenido fue el saldo de un operativo realizado ayer.-

38.-Día 30/V."EE.UU.QUIERE EXTRADITAR A LOS NARCOTRAFICANTES".-El Gobierno de los EE.UU. quiere extraditar del Paraguay a narcotraficantes.-El Embajador Robert Service confesó que el narcotráfico es uno de los tópicos que su país quiere actualizar con el Paraguay en el nuevo tratado de extradición.-Aún no se iniciaron las negociaciones,pero comenzaron las conversaciones oficiales preliminares.-

39.-Día 30/V."SE INCAUTAN DE COCAINA Y ARMAS EN EL CHACO".-Sanguina Cué,Dpto.de San Pedro,dos procedimientos,uno realizado durante 48 horas y otro en Pozo Colorado,Chaco,permitieron la incautación de 5,228 kilos de cocaína,procedentes de Bolivia; numerosas armas y la destrucción de seis hectáreas de marihuana.-

Embajada de la República
Oriental del Uruguay
Agregaduría Militar
Paraguay

OFICIO Nº 36/97

Asunción, 07 de julio de 1997

SEÑOR REPRESENTANTE ANTE LA JUNTA NACIONAL DE PREVENCION Y REPRESION DEL TRAFICO ILICITO Y USO ABUSIVO DE DROGAS, CNEL. DON PEDRO R. BARNEIX

EMBAJADA DEL URUGUAY PARAGUAY AGREGATURA MILITAR

OBJETO: Elev. inf. sobre narcotráfico.

Atento a su Nota de fecha 28 de febrero próximo pasado, adjunto al presente remito a usted el primero de una serie mensual de informes que elevaré al respecto.-

Asimismo, le solicito me informe si los mismos están adecuados a sus necesidades.-

Saluda a usted atentamente
El Agregado Militar a la
Embajada del Uruguay en Paraguay
Cnel.
LUIS E. CUNEO.-

9709046

Embajada de la República
Oriental del Uruguay
Agregaduría Militar
Paraguay

Asunción,07 de julio de 1997

OFICIO Nº 36/97

SEÑOR REPRESENTANTE ANTE LA JUNTA NACIONAL DE PREVENCION Y REPRESION DEL TRAFICO ILICITO Y USO ABUSIVO DE DROGAS,CNEL.DON PEDRO R.BARNEIX

OBJETO:Elev. inf.sobre narcotráfico.

Atento a su Nota de fecha 28 de febrero próximo pasado,adjunto al presente remito a usted el primero de una serie mensual de informes que elevaré al respecto.-

Asimismo,le solicito me informe si los mismos están adecuados a sus necesidades.-

Saluda a usted atentamente
El Agregado Militar a la
Embajada del Uruguay en Paraguay
Cnel.
LUIS E.CUNEO.-

9709046

DOCUMENTO 10404?

TITULO Cdad Este/F. do Iguazu Paraguayo vinculado a falsificación de tarjetas y NT (Enlace Brasil)

PROCEDENCIA 16/5/97

FECHA PROCEDENCIA SERVICIOS BRASIL

VINCULACIONES 11176 11214

65092 11229

507482 11422

11229 20302

INUR Nº 00174/220/16 MAI 97

FALSIFICAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITO – ENVOLVIMENTO DE ESTRANGEIROS.

(16 Mai 97)

Autoridades policiais prenderam, na noite de 12 Mai 97, em dois apartamentos na Rua Rui Barbosa, no centro, e na Boutique Italy Fashion, no Shopping Mercosul, em FOZ DO IGUAÇU/PR, uma organização criminosa especializada em falsificar cartões de crédito de grandes empresas.

Na ocasião, foram detidos os cidadãos libaneses IBRAHIM MAJID EL MISTRAN (26 anos), HUSSAN MOHAMAD KHARFAN (24 anos), KARAM ABDUL CHOKAIR (27 anos), MARWAN CHAIN BAALBAKI (28 anos); as brasileiras MÁRCIA APARECIDA DE OLIVEIRA (19 anos) e SUZANA DE PAULA COSTA (35 anos); e o paraguaio PEDRO PANAIOTIS DIMITROPULOS GOMEZ (30 anos), todos comerciantes, que utilizavam os cartões para compras no comércio de FOZ DO IGUAÇU/PR e CIUDAD DEL ESTE/PY.

Foram encontrado em poder dos detidos dezenas de cartões de crédito falsos, além de boletos manuais, comprovantes de compras e documentos contendo dados cadastrais de várias pessoas. O grupo, que também manipulava uma "agência de empregos", lesou as empresas CREDICARD, MASTERCARD, VISA e DINERS CLUB, além de usuários das administradoras destes cartões.

Os criminosos foram autuados em flagrante, sendo enquadrados por estelionato, receptação, formação de quadrilha e falsidade ideológica. O paraguaio PEDRO GOMEZ também foi autuado por tráfico de drogas. Todos permanecem detidos à disposição da Justiça.

* * *

DOCUMENTO
TITULO PRISIÓN DE MAFIOSOS ITALIANOS EN BRASIL
PROCEDENCIA SERU · BRASIL
24/6/97
RELACIONES 11176 11345. 65087 507604. 20362. 30044 507682. 11224 11214

INUR Nº 00208/220/24 JUN 97

Prisão de mafiosos italianos no BRASIL.

(24 Jun 97)

Em 04 Jun 97, autoridades policiais prenderam no Rio de Janeiro o comerciante italiano PASQUALE LUPIS, 39 anos, acusado de ser o responsável por um golpe de R$ 50 milhões aplicado na ITÁLIA.

A prisão de LUPIS havia sido solicitada pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), em atendimento a pedido de extradição apresentado pela Justiça italiana.

PASQUALE LUPIS é ex-sócio e curador falimentar da empresa GRIFIN EXPORT, estabelecida em MILÃO/ITÁLIA, fechada em 1991. Em 1993, LUPIS, que é casado e tem filhos brasileiros, fixou residência no RIO DE JANEIRO.

O dinheiro roubado da GRIFIN teria saído da ITÁLIA para o CARIBE e, de lá, para o BRASIL no esquema de "lavagem" usado pela Máfia.

Além de LUPIS, foram presos nos últimos dias os cidadãos italianos MÁRIO BARATA, no RIO DE JANEIRO/RJ; MICHELLE VARACORTE, em SÃO PAULO/SP; e DOMENICO VERDE, em MACÉIO/AL.

DOMENICO VERDE, 54 anos, naturalizado brasileiro, é suspeito de fazer parte da organização mafiosa "CAMORRA", e também atuou como lobista na ITÁLIA para favorecer empreiteiras com obras da ferrovia estatal no valor de US$ 45 milhões, tendo recebido uma comissão no valor de US$ 1 milhão.

DOMENICO estava construindo um imóvel avaliado em R$ 1 milhão na Praia de GUAXUMA, em MACÉIO/AL.

Em sua conta corrente nas agências do BANCO SUDAMERIS foram descobertos dois depósitos de R$ 500 mil: um em novembro de 1994 e outro em maio de 1997.

Assim como LUPIS, DOMENICO é casado e tem filhos brasileiros, o que dificulta o atendimento ao pedido de extradição para a ITÁLIA.

Foram encontrados dentro de uma maleta, na casa de DOMENICO VERDE, em JATIOCA/AL, onde morava com a mulher, ALINE MICHELE DO CARMO NUNES, e um filho de onze meses, documentos das transações bancárias já realizadas, cartões magnéticos de bancos e textos de jornais italianos com notícias sobre prisões de mafiosos.

DOMENICO declarou que residiu em NÁPOLES/ITÁLIA até o início de 1993, quando decidiu se mudar para o RIO DE JANEIRO, onde residiu por três anos, casou e teve um filho, tendo, após, transferido residência para MACÉIO/AL.

* * *

Nº DOCUMENTO 9709049
TITULO 026 · CRIMINALES PERUANAS ACTUANTES EN FRONTERA BRASILEÑA.
PROCEDENCIA SERU · BRASIL
FECHA DE PROC. 24/JUL/97
VINCULACIONES 11176 11224 11220. 20362 · 11354 11214 30044 11422. 11225 507482 11663. 66817. 65592.

INUR Nº 00286/220/24 JUL 97

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS PERUANAS ATUANTES NA FRONTEIRA BRASILEIRA.

(24 Jul 97)

Organizações criminosas peruanas, conhecidas como "firmas", vêm atuando na fronteira brasileira, especialmente na bacia dos rios JAVARI-JAQUIRANA, na SERRA DO DIVISOR e nos rios que integram as bacias do JURUÁ e PURUS. Tais organizações estão envolvidas no processamento de pasta básica de cocaína e pbc e no seu transporte para áreas de refino no BRASIL e COLÔMBIA, em associação com grupos brasileiros e colombianos.

Em MADRE DE DIOS e UCAYALI atuam "firmas'que exploram a produção das novas áreas cocaleiras situadas próximas à fronteira brasileira, nos municípios de NOAYA, BUTSAYA, IÑAPARI, PUERTO PORTILLO e PUERTO MALDONADO. Entre as "firmas" atuantes na fronteira acreana, ques se utilizam dos Rios MOA, AZUL e AMÔNEA para o tráfico de pbc, destaca-se a dos irmãos MODESTO e ANTONIO RIOS LASTRA ("TIO RIOS"). Entre as atuantes nos Rios JAVARI e BLANCO, a mais importante é a dos irmãos CACHIQUE, associada à organização colombiana PORRAS - liderada por EVARISTO e FREDDY PORRAS ARDILA e vinculada ao chamado Cartel de LETÍCIA - e à organização criminosa de ANTONIO MOTA GRAÇA ("CURICA") que, embora preso, segue como o principal agenciador do tráfico no ALTO SOLIMÕES e no BAIXO JAVARI.

Das novas organizações peruanas, ainda pouco conhecidas, destacam-se as "firmas" de "CRISTAL"; de MANUEL GARCIA ORRELO ("Ciego Manuel"), que não atua no comércio de pbc, porém armas e aviões para narcotraficantes; a de "EL CHOLO CLAUDIO II", e a de "EL NEGRO AZUL".

* * *

Anexo: Quadro das firmas peruanas do narcotráfico.

CONFIDENCIAL

04 - 05

9709049

"FIRMAS" PERUANAS DO NARCOTRÁFICO

FIRMAS (são conhecidas pelos nomes dos principais chefes)	PRINCIPAL CHEFE	LOCALIDADE	AREA DE ATUAÇÃO		TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE DE DROGA MANIPULADA	OBSERVAÇÕES
			INICIAL	ATUAL			
VATICANO LOCO SONY	DEMETRIO LIMONIEL CHAVES PENÃ-HERRERA (PRESO)	P (SAPOSOA)	CAMPANILLA UCHIZA TOCACHE	BOCA DEL BIABO	PF, A, AT	1 a 2 vôos diários de 1000 kg de PBC lavada	-
EL MINISTRO ou TIO MINISTRO	WALDO VARGAS ARIAS (preso)	C	PAMPA HERMOSA	YARINA ZUNGARO	PF, A, AT	7 a 8 vôos de 1000 kg de PBC lavada	-
FAMILIA CACHIQUE RIVERA	ABELARDO CACHIQUE RIVERA (EL NEGRO) (preso) SEGUNDO CACHIQUE RIVERA	P (TINGO MARIA)	MONZÓN, TINGO MARIA	BOCA DEL BIABO SANTA ANA AGUAYTIA	PF, A, AT	Mais de 1500 de PCB lavada	Outros chefes: SEGUNDO GAUDENCIO (CAPITÁN)
CHINO JORGE	JORGE ALVAREZ (CHINO JORGE)	P (TRUJILLO)	UCHIZA, DOS DE MAYO, PAMPA HERMOSA, SAUCE	PALMA-PAMPA, BAJO HUALLAGA	PF, A, AT	Mais de 1500 de PCB lavada	-
LUCHO CULON	LUIS PEREZ DOMINGO HERRERRA LUCHO CULON	P (CAJAMARCA)	PIZANA, CAMPANILLA SAPOSOA	-	PF, A, AT	Mais de 2000 kg de PCB lavada	-
TIO RIOS ou TIO CANAS	LUIS RIOS LASTRA MODESTO RIOS (TIO RIOS) LASTNA	P (MOYOBAMBA)	PARAÍSO, HUICUNGO UCHIZA	AGUAYTIA MADRE DE DIOS (NOAYA, BUTSAYA)	PF, A, AT	1.800 KG DE PBC/ SEMANA	-
MIGUEL PEÑA OU "CHATON"PEÑA	-	P (AUCAYACU)	TINGO MARIA AUCAYACU	AGUAYTIA ACHICOTO ASPUZANA PALMA-PAMPA	PF, A, AT	1.000 KG DE PBC LAVADA	-
"PICURO"	ROY ARAUJO LANG	P (TOCACHE)	TOCACHE, CAMPANILLA SAPOSOA	PALMA-PAMPA	PF, A, AT	500 KG DE PBC lavada	-
"CIEGO MANUEL"	MANUEL GARCIA ORRELO	-	-	MADRE DE DIOS	PF	-	Oferece facilidades e apoio (armas, aviões e pilotos)
CAVERO	JESUS CAVERO CARUZA	P	CAMPANILLA	-	PF	-	-
"TIO PODEROSO"	-	P (HUÁNUCO)	UCHIZA (TOCACHE)	AUCAYACU RAMAL DE ASPUZARA	PF, A, AT	2.000 KG de PBC lavada	-
"LA CALEÑA"	BERTHA CHAVES PEÑA-HERRERA	P (SAPOSOA)	UCHIZA, TOCACHE, CAMPANILLA	LIMA, TARAPOTO, IQUITOS, SAPOSOA	PF, A, AT	500 Kg de PBC lavada cada 15 dias	-

CONFIDENCIAL

FIRMAS (são conhecidas pelos nomes dos principais chefes)	PRINCIPAL CHEFE	LOCALIDADE	AREA DE ATUAÇÃO		TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE DE DROGA MANIPULADA	OBSERVAÇÕES
			INICIAL	ATUAL			
"CALAVERA"ou "COLOMBO"	HUMBERTO CHAVES PEÑA -HERRERA	P (SAPOSOA)	EL BIABO, JUANJUÍ		A, AT	-	-
"CALLETA"	D	C	TOCACHE	UCHIZA	PF, A, AT	800 kg de PBC lavada	-
"CLAVO"	JUAN DA VILA (morto em 93)	P	UCHIZA (PUCALLPA)	COLÔMBIA	PF, A, AT	1.000 Kg de PBC lavada	-
SALOMON OU "NIÑO"	JUAN ABRAHAM LEGUIA, LUIS LEGUIA MANZUR (SALOMON)	P (PUCALLPA)	TOCACHE, UCHIZA	-	PF, A, AT	4.000 Kg de PBC lavada	-
"LEO"	D	C	D	UCHIZA, TOCACHE	PF, A, AT	500 kg de PBC lavada	-
"POLACO"	JORGE CHAVES MOTOYA	P (RIOJA)	D	UCHIZA, TOCACHE, CAMPANILLA	PF, A, AT	500 KG DE pbc LAVADA	-
"AZUL"	D	C	CAMPANILLA, SAPOSOA	SAPOSOA, ZÚNGARO	PF, P, TC	1.000 kG DE pbc LAVADA	-
" CRESPO"	D	C	CAMPANILLA, SAPOSOA	-	PF, A, AT	500 KG de PBC lavada	-
"BEDOYA"	D	C	CAMPANILLA, SAPOSOA	-	PF, A, AT	500 KG DE pbc LAVADA	"pOLACO"É EX-POLICIAL
"EL INGENIERO	P. LÚCIO ENRIQUE TIJERO GUZMAN (preso)	P.HUÁNUCO SAN MARTÍN	TINGO MARÍA	-	-	-	-
"TOLIMA"	D	C	CAMPANILLA, SAPOSOA	-	PF, A, AT	500 Kg de PBC lavada	-
"CAMELLO"	D	C	AUCAYACU, AGUAYTÍA	-	PF, A, AT	500 kg de PBC lavada	-
"EL CHAMPA"	D WILLER ALVARADO LINARES (preso)	D	UCHIZA, AUCAYACU, SAPOSOA, AGUAYTÍA	-	PF, A, AT	1000 kg de PBC lavada	-
"PESCUEZO"	D	C	-	AGUAYTÍA	PF, A, AT	2000 Kg de PBC lavada	-
"PEAJE"	D	C	-	AGUAYTÍA	PF, A, AT	-	-
"TROMPA DE BUQUE"	LUIS HERMAN PINEDA MENJUCA (TROMPA DE BUQUE)	C	UCHIZA	AGUAYTÍA	PF, A, AT	500 Kg de PBC lavada	-
CHICO MONCADA	-	PELESTRECHO FLOR DE AGOSTO	FLOR DE AGOSTO SANTA ROSA BAIXO RIO PUTUMAYO	CABALLOCOCHA SANTA ROSA ANGAMOS RIO JAVARI (baixo)	PF, A, AT	1000 kg de PBC	-
"EL CHOLO CLAUDIO II"	-	P	LA MAR AYACUCHO	-	-	-	-

CONFIDENCIAL

FIRMAS (são conhecidas pelos nomes dos principais chefes)	PRINCIPAL CHEFE	LOCALIDADE	AREA DE ATUAÇÃO		TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE DE DROGA MANIPULADA	OBSERVAÇÕES
			INICIAL	ATUAL			
"LUCHO PELADO" "PONCE"	A	P	UCHIZA (TOCACHE)	ZÚNGARO, AGUAYTÍA, APARU, PUERTO MALDONADO	PA, A, AT	500 Kg de PBC lavada	Atua na Fronteira Brasileira no ACRE.
"HERMANOS UCHURACCAY"	D	P	AGUAYTÍA	ZÚNGARO	PF, A, AT	300 Kg de PBC lavada	-
"BURRO" BOFARIN	D	P	PAMPA HERMOSA	BAJO HUALLAGA	PF, A, AT	Mais de 500 Kg de PBC lavada	-
"TIO BRAULIO"	BRAULIO TAFU	P	UCHIZA, CAMPANILLA, HUICUNGA	BAJO HUALLAGA	PF, A, AT	500 Kg de PBC lavada	-
"TOYOTA"	D	C, CAMPANILLA	UCHIZA	ZÚNGARO	PF, A, AT	-	-
"CHIVAS"	D	C	TOCACHE, UCHIZA, HUICUNGO	BAJO HUALLAGA	PF, A, AT	400 KG de PBC lavada	-
"CHALIS"	D	C	TOCACHE, UCHIZA, HUICUNGO	BAJO HUALLAGA	PF, A, AT	400 Kg de PBC lavada	-
"CORONEL"	D	P (TINGO MARÍA)	MONZÓN, AGUAYTIA		PF, A, AT	500 Kg de PBC lavada -	
"MOSQUITOS"	LUIS, JORGE CARLOS CÁRDENAS GUZMÁN	P	BELLAVISTA IQUITOS	-	PF, P, TC		-
"MOSHE"	MOISÉS ZAMORA	P	TINGO MARÍA	-	PF, A, AT	-	-
"COJO INOCHO"	P	MONZÓN, TINGO MARÍA	IQUITOS		PF, P, AT		-
"ARÉVALO"	P. EDWIN ARÉVALO RENGIFO	P	JUANJUÍ	-	PF, A, AT	-	EDWIN é o atual prefeito de JUANJUÍ
"CARAVANA"	D	C	UCHIZA	-	PF, A, AT	500 Kg de PBC lavada	-
"NEGRO AZUL"	RAUL EDUARDO PALÁCIOS MATAMBA ("RICARDO GUTIERREZ")	C	RIO ENE RIO APURÍMAC SAN FRANCISCO/AYACUCHO	ALTO e MÉDIO HUALLAGA	PF, A, AT	1000 Kg de PBC	-
"CRISTAL"	-	-	-	-	-	-	-
HERMANOS LOPES AGUIAR		P	-	DEPARTAMENTO DE LORETO	-	-	-

LEGENDA:

NACIONALIDADE	ATIVIDADE
P - PERUANA	PF - "PATRÃO DE FIRMA"
C - COLOMBIANA	A - "ACOPIADOR" (intermediário que reúne PBC)
B - BRASILEIRA	AT - ATACADISTA ILEGAL DE COCA
D - ORIGEM DESCONHECIDA	P - PROCESSADOR DE PBC EM CLORIDRATO
	TC - TRAFICANTE DE COCAÍNA

Nº DOCUMENTO 9709050

TITULO CONVENIOS ANTIDROGA - EUROPA / AMÉRICA.

PROCEDENCIA JUNTA NAC. 5A38337

FECHA DE PROCEDENCIA

VINCULACIONES 11176 507480 65592 507511 66907 10184
65092 66960 65838 66097 65671 507513
11233 507466 66817 66603 507004
11005 66723 67390 507023 507694
507482 65549 10190 65890 507672
10046 507656

PIA 10

1) PAÍSES LIMÍTROFES.

2) RESTO DE SUDAMÉRICA.

3) AMÉRICA CENTRAL.

4) CARIBE.

5) AMÉRICA DEL NORTE.

6) EUROPA.

Doc. poco legible

01-17

01|017 9709050.

9709050

COPIA

1) PAÍSES LIMÍTROFES:

	BOLIVIA	BRASIL	CHILE	PARAGUAY	URUGUAY
FECHA	13/12/1989	26/5/1993.	29/8/90	28/11/1989.	11/9/1987.
LEY APROBATORIA	Nº 23.933	Nº 24.505	Nº 24.165	Nº 23.944.	
FECHA DE LA LEY	18/4/1991.	14/6/1995.	30/9/1992.	25/6/1991.	
VIGENCIA	PROVISORIA DESDE LA FIRMA Y DEFINITIVA A PARTIR DEL INTERCAMBIO DEL INSTRUMENTO DE RATIFICACIÓN. DURACIÓN ILIMITADA	EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO DESDE LA FECHA DE RECIBIDAS LAS NOTIFICACIONES DE LA APROBACIÓN DEL ACUERDO SEGÚN ORDENAMIENTO JURÍDICO INTERNO DE LAS PARTES.	EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO DESDE LA FECHA DE RECIBIDAS LAS NOTIFICACIONES DE LA APROBACIÓN DEL ACUERDO SEGÚN ORDENAMIENTO JURÍDICO INTERNO DE LAS PARTES.	EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO DESDE LA FECHA DE RECIBIDAS LAS NOTIFICACIONES DE LA APROBACIÓN DEL ACUERDO SEGÚN ORDENAMIENTO JURÍDICO INTERNO DE LAS PARTES.	ENTRO EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO A PARTIR DE LA FECHA DE SU SUSCRIPCIÓN.
OBJETO	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y LUCHA CONTRA EL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	CONVENIO DE ASISTENCIA Y COOPERACIÓN PARA LA PREV. DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS.

02

AUTORIDAD DE APLICACIÓN	MINISTERIOS DE RR.EE DE LAS PARTES	MINISTERIOS DE RR.EE DE LAS PARTES.	MINISTERIOS DE RR.EE DE LAS PARTES.	MINISTERIOS DE RR.EE DE LAS PARTES.	GENDARMERÍA NACIONAL Y PREFECTURA NAVAL ARGENTINAS DEL MINISTERIO DE DEFENSA POR LA ARGENTINA Y LA DIRECCIÓN NACIONAL DE INFORMACIÓN E INTELIGENCIA DEL MINISTERIO DEL INTERIOR DE LA REP. ORIENTAL DEL URUGUAY.
MECANISMO DE FUNCIONAMIENTO	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.	COMUNICACIÓN ENTRE ORGANISMOS COMPETENTES DE CADA UNA DE LAS PARTES.	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.	INTERCAMBIO DE INFORMACIÓN ENTRE LOS ORGANISMOS MENCIONADOS.

03

9709050

OTRO DOCUMENTO FIRMADO I	REGLAMENTO DE LA COMISIÓN MIXTA BOLIVIANO-ARGENTINA PARA LA PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS DEL 20/12/1990.	ACTA FINAL DE LA REUNIÓN DE COORD. EN OCASIÓN DE LA VISITA AL BRASIL DEL SECRETARIO DE PROG. PARA LA PREV. DE LA DROGADICCIÓN Y LUCHA CONTRA EL NACOT. DR. LESTELLE. FIRMA POR BRASIL EL SECRETARIO EJECUTIVO DEL MINISTERIO DE JUSTICIA. DEL 26/7/1995.	MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL PNUFID Y ARGENTINA, BOLIVIA, CHILE Y PERÚ DEL 14/4/1994.	REGLAMENTO DE LA COMISION PERMANENTE TRIPARTITA ARGENTINA - BOLIVIA- PARAGUAY SOBRE LA LUCHA CONTRA LA PRODUCCIÓN, TRÁFICO ILÍCITO Y USO INDEBIDO DE DROGAS DEL 18/12/1990.	
OTRO DOCUMENTO FIRMADO II	REGLAMENTO DE LA COMISIÓN PERMANENTE TRIPARTITA ARGENTINA - BOLIVIA- PARAGUAY SOBRE LA LUCHA CONTRA LA PRODUCCIÓN, TRÁFICO ILÍCITO Y USO INDEBIDO DE DROGAS DEL 18/12/1990.			ACTA DE ASUNCIÓN. PRIMERA REUNIÓN MULTILATERAL DE COORD. PARA LUCHA CONTRA LA PRODUCCIÓN, TRÁFICO ILÍCITO Y U.I.D. ARGENTINA., BOLIVIA Y PARAGUAY DEL 11/6/1990.	

04 9709050

OTRO DOCUMENTO FIRMADO III	ACTA DE ASUNCIÓN PRIMERA REUNIÓN MULTILATERAL DE COORD. PARA LUCHA CONTRA LA PRODUCCIÓN, TRÁFICO ILÍCITO Y U.I.D. ARGENTINA, BOLIVIA Y PARAGUAY DEL 11/6/1990.			ACTA DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA SEGUNDA REUNIÓN MULTILATERAL DE COORD. PARA LA LUCHA CONTRA LA PRODUCCIÓN, TRÁFICO ILÍCITO Y U.I.D. (ARG - BOLIVIA Y PARAGUAY) DEL 19/12 DE 1990.	
OTRO DOCUMENTO FIRMADO IV.	ACTA DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA SEGUNDA REUNIÓN MULTILATERAL DE COORD. PARA LA LUCHA CONTRA LA PRODUCCIÓN, TRÁFICO ILÍCITO Y U.I.D. (ARG.- BOLIVIA Y PARAGUAY) DEL 19/12 DE 1990.				
OTRO DOCUMENTO FIRMADO V.	ACTA DE LA PRIMERA REUNIÓN DE LA COMISIÓN MIXTA BOLIVIANO-ARGENTINA SOBRE PREV. DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE EST. Y SUST. PSICOT. DEL 20/12/1990.				

OTRO DOCUMENTO FIRMADO VI.	ACTA DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA. REUNION DE MAGISTRADOS Y JUECES DE BOLIVIA Y ARGENTINA. DEL 24/8/1993				
OTRO DOCUMENTO FIRMADO VII.	MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL PNUFID Y ARGENTINA, BOLIVIA, CHILE Y PERÚ. DEL 14/4/1994				

-06- 9709050

2) RESTO DE SUDAMÉRICA

	COLOMBIA	ECUADOR	PERÚ	VENEZUELA
FECHA	28/4/1988.	2/11/1990.	10/10/1989.	23/6/1988.
LEY APROBATORIA		Nº 24.141	Nº 23.917.	Nº 23.865
FECHA DE LA LEY		23/9/1992.	15/4/1991.	19/10/1990.
VIGENCIA	ENTRA EN VIGOR EN LA FECHA DE SU FIRMA.	APLICACIÓN PROVISIONAL A PARTIR DE SU FIRMA Y VIGENCIA DEFINITIVA A PARTIR DE INTERCAMBIO DE INSTRUMENTOS DE RATIFICACIÓN.	ENTRA EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO A PARTIR DE LA FECHA DE INTERCAMBIO DE LOS DOCUMENTOS DE RATIFICACIÓN.	ENTRA EN VIGOR A PARTIR DE LA FECHA DE INTERCAMBIO DE LOS DOCUMENTOS DE RATIFICACIÓN. **VIGENCIA: 2 AÑOS**
OBJETO	COOPERACIÓN EN MATERIA DE PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO DE ESTUPEF. Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEF. Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEF. Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN Y CONTROL DEL CONSUMO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFAC. Y SUST. PSICOTRÓPICAS.
AUTORIDAD DE APLICACIÓN	MINISTERIOS DE RR.EE. DE LAS PARTES.	MINISTERIOS DE RR.EE. DE LAS PARTES.	MINISTERIOS DE RR.EE. DE LAS PARTES.	MINISTERIOS DE RR.EE. DE LAS PARTES.
MECANISMO DE FUNCIONAMIENTO	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.
OTRO DOCUMENTO FIRMADO I	TRATADO SOBRE COOPERACIÓN JUDICIAL MUTUA. DEL 22/2/1994.		MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO ENTRE EL PNUFID Y ARGENTINA, BOLIVIA, CHILE Y PERÚ. DEL 14/4/1994.	

OTRO DOCUMENTO FIRMADO II	ACTA FINAL DE LA II REUNIÓN DE LA COMISIÓN MIXTA COLOMBO-ARGENTINA DE COOPERACIÓN TÉCNICA Y CIENTÍFICA. DEL 10/11/1995.			

9709050

3) AMÉRICA CENTRAL

	COSTA RICA	EL SALVADOR	GUATEMALA	NICARAGUA
FECHA	24/1/1992	4/9/1991.	19/11/1991.	25/3/92.
LEY APROBATORIA		Nº 24.502	Nº 24.542.	Nº 24.419.
FECHA DE LA LEY		5/7/1995.	16/8/1995.	7/12/94.
VIGENCIA	PROVISIONAL A PARTIR DE LA FIRMA Y ENTRA EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO CUANDO LAS PARTES SE COMUNIQUEN HABER CUMPLIDO CON REQUISITOS IMPUESTOS POR SUS ORDENAMIENTOS CONSTITUCIONALES.	ENTRA EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO CUANDO LAS PARTES HAYAN COMUNICADO EL CUMPLIMIENTO DE LOS REQUISITOS LEGALES CORRESPONDIENTES.	ENTRA EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO CUANDO LAS PARTES HAYAN COMUNICADO EL CUMPLIMIENTO DE LOS REQUISITOS LEGALES CORRESPONDIENTES.	ENTRA EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO CUANDO LAS PARTES HAYAN COMUNICADO EL CUMPLIMIENTO DE LOS REQUISITOS LEGALES CORRESPONDIENTES.
OBJETO	REDUCIR LA DEMANDA E IMPEDIR EL CONSUMO INDEBIDO DE ESTUPEFACIENTES Y SUST. PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUST. PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUST. PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUST. PSICOTRÓPICAS.
AUTORIDAD DE APLICACIÓN	SEDRONAR POR ARGENTINA Y CONADRO POR COSTA RICA.	MINISTERIOS DE RR.EE. DE LAS PARTES.	MINISTERIOS DE RR.EE. DE LAS PARTES.	MINISTERIOS DE RR.EE. DE LAS PARTES.
MECANISMO DE FUNCIONAMIENTO	POR MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO QUE ABARCARÁ UN PERÍODO DE UN AÑO.	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE ORGANISMOS COMPETENTES.

OTRO DOCUMENTO FIRMADO I	ACUERDO ENTRE SEDRONAR Y EL CONADRO-CONSEJO NACIONAL DE DROGAS-PARA LA INVESTIGACIÓN, CAPACITACIÓN, TRATAMIENTO Y REDUCCION DEL CONSUMO INDEBIDO DE SUST. PSICOTRÓPICAS DEL 24/1/1992.			
OTRO DOCUMENTO FIRMADO II.	CONVENIO ENTRE LA REP. ARGENTINA Y LA REP. DE COSTA RICA SOBRE MUTUA ASISTENCIA JUDICIAL CONTRA EL TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS DEL 18/6/1992 RATIFICADO POR LEY 24.553 DEL 13/9/1995. AUT. DE APLICACIÓN: MINISTERIO DE RR.EE POR ARGENTINA Y PROCURADURÍA GRAL. DE LA RCA. POR COSTA RICA.			

Q709050

4) CARIBE

	CUBA	JAMAICA	REPÚBLICA DOMINICANA
FECHA	6/4/1994.	30/11/1992.	17/10/1992.
LEY APROBATORIA	Nº 24.552.	Nº 24.503.	Nº 24.504.
FECHA DE LA LEY	13/9/1995.	14/6/1995.	14/6/1995.
VIGENCIA	ENTRA EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO CUANDO LAS PARTES HAYAN COMUNICADO EL CUMPLIMIENTO DE LOS REQUISITOS LEGALES CORRESPONDIENTES.	ENTRA EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO CUANDO LAS PARTES HAYAN COMUNICADO EL CUMPLIMIENTO DE LOS REQUISITOS DE SUS RESPECTIVOS ORDENAMIENTOS CONSTITUCIONALES.	ENTRA EN VIGOR POR TIEMPO INDEFINIDO CUANDO LAS PARTES HAYAN COMUNICADO EL CUMPLIMIENTO DE LOS REQUISITOS LEGALES CORRESPONDIENTES.
OBJETO	COOPERACIÓN PARA COMBATIR EL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	PARA LA LUCHA CONTRA LA PRODUCCIÓN, EL TRÁFICO ILÍCITO Y EL ABUSO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	PREVENCIÓN DEL USO INDEBIDO Y REPRESIÓN DEL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.
AUTORIDAD DE APLICACIÓN	SEDRONAR POR LA REP. ARGENTINA Y LA COMISIÓN NACIONAL DE DROGAS POR LA REPÚBLICA DE CUBA.	SEDRONAR Y EL MINISTERIO DE RR.EE POR LA REP. ARGENTINA Y EL MINISTERIO DE SEGURIDAD NACIONAL Y JUSTICIA POR JAMAICA.	MINISTERIOS DE RR.EE. DE AMBAS PARTES.
MECANISMO DE FUNCIONAMIENTO	COMITÉ ARGENTINO- CUBANO.	POR MEDIO DE REUNIONES CON REPRESENTANTES DE AMBOS GOBIERNOS.	COMISIÓN MIXTA INTEGRADA POR REPRESENTANTES DE LOS ORGANISMOS COMPETENTES

5) AMÉRICA DEL NORTE

	ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA	MÉXICO
FECHA	24/5/1989.	15/10/1992.
LEY APROBATORIA	Nº 23.920.	Nº 24.513.
FECHA DE LA LEY	16/4/1991.	14/6/95.
VIGENCIA	PROVISIONAL A PARTIR DE SU FIRMA Y DEFINITIVA POR TIEMPO ILIMITADO UNA VEZ CUMPLIDOS LOS REQUISITOS DE LOS RESPECTIVOS ORDENAMIENTOS CONSTITUCIONALES.	ENTRA EN VIGOR EN LA FECHA EN QUE AMBAS PARTES SE NOTIFIQUEN EL CUMPLIMIENTO DE LOS PROCEDIMIENTOS DE SUS RESPECTIVOS ORDENAMIENTOS CONSTITUCIONALES. TENDRÁ UNA VIGENCIA ILIMITADA.
OBJETO	REDUCIR LA DEMANDA, IMPEDIR EL CONSUMO INDEBIDO Y COMBATIR LA PRODUCCIÓN Y EL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.	LUCHA CONTRA EL ABUSO Y TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS.
AUTORIDAD DE APLICACIÓN	POR LA ARGENTINA, EL MINISTERIO DE RR.EE Y POR EE.UU. LA OFICINA DE ASUNTOS INTERNACIONALES SOBRE NARCÓTICOS DEL DEPARTAMENTO DE ESTADO.	POR ARGENTINA EL MINISTERIO DE RR.EE. Y SEDRONAR Y POR MÉXICO LA SECRETARÍA DE RR.EE. Y LA PROCURADURÍA GENERAL DE LA REPÚBLICA.

MECANISMO DE FUNCIONAMIENTO	LAS PARTES CONTRATANTES ACREDITARÁN EN SUS RESPECTIVAS MISIONES DIPLOMÁTICAS A UN FUNCIONARIO DIPLOMÁTICO ESPECIALIZADO EN ASUNTOS INTERNACIONALES DE NARCÓTICOS Y COOP. BILATERAL PARA QUE SIRVA DE ENLACE PERMANENTE. Y, LAS PARTES DEFINIRÁN EN CADA CASO MEDIANTE MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO LOS RECURSOS MATERIALES, FINANCIEROS Y HUMANOS PARA LA EJECUCIÓN DE PROGRAMAS CONCRETOS.	COMUNICACION DIRECTA ENTRE LAS PARTES.

13

9709050

ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA - MEMORANDUMS DE ENTENDIMIENTO FIRMADOS EN BASE AL CONVENIO MARCO.

I.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO:** FECHA DE FIRMA: 31/8/1989. VIGENCIA: 1 AÑO. OBJETO: APORTE DEL GOBIERNO DE LOS EE.UU. PARA LA ADQUISICIÓN DE ARTÍCULOS Y/O ASISTENCIA TÉCNICA PARA PROYECTO DE INSTALACIÓN DE UN SISTEMA DE INFORMACIÓN SOBRE ACTIVIDADES DE NARCÓTICOS EN LA ARGENTINA.
II.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO:** FECHA DE FIRMA: 31/8/1989 VIGENCIA: 1 AÑO. OBJETO: CONTRIBUCIÓN DEL GOBIERNO DE LOS EE.UU. PARA ADQUISICIÓN DE EQUIPOS DE ANÁLISIS DE LABORATORIO DESTINADO A LA POLICÍA FEDERAL ARGENTINA.
III.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO:** FECHA DE FIRMA: 28/7/1990. VIGENCIA: 1 AÑO. OBJETO: DESARROLLO DEL PROYECTO ARGENTINO PARA EL CONTROL DEL NARCOTRÁFICO.
IV.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO:** FECHA DE FIRMA: 9/9/91 VIGENCIA: HASTA EL 30/3/1992. OBJETO: APORTE DEL GOBIERNO DE LOS EE.UU EN PROYECTO DE AYUDA EN EL ÁREA DE ESTUPEFACIENTES. MODIFICACIÓN DEL MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO DE FECHA 30/9/1991. OBJETO: FONDOS ADICIONALES PARA ADQUISICIÓN DE EQUIPOS DE RADIO PARA SEDRONAR, PREFECTURA NAVAL Y GENDARMERÍA NACIONAL.
V.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO:** FECHA DE FIRMA: 30/9/1991. VIGENCIA: HASTA EL 30/3/1992. OBJETO: MEJORAMIENTO DEL CENTRO DE INTELIGENCIA DEL COMANDO CONJUNTO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. PROYECTO DE COMUNICACIONES PARA EL CONTROL DE ESTUPEFACIENTES.
VI.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO:** FECHA DE FIRMA: 1/9/1992. VIGENCIA: HASTA EL 30/3/1993. OBJETO: REDUCIR LA DEMANDA E IMPEDIR EL CONSUMO INDEBIDO Y COMBATIR LA PRODUCCIÓN Y EL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS. PROYECTO DE ASISTENCIA EN EL AREA DE ESTUPEFACIENTES.
VII.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO:** FECHA DE FIRMA: 24/6/1993. VIGENCIA: 1 AÑO. OBJETO: REDUCIR LA DEMANDA, IMPEDIR EL CONSUMO INDEBIDO Y COMBATIR LA PRODUCCIÓN Y EL TRÁFICO ILÍCITOS DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS. PROYECTO DE COOPERACIÓN EN EL AREA DE ESTUPEFACIENTES.

VIII.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO:** FECHA DE FIRMA: 23/8/1994. VIGENCIA: 1 AÑO. OBJETO: REDUCIR LA DEMANDA, IMPEDIR EL CONSUMO INDEBIDO Y COMBATIR LA PRODUCCIÓN Y EL TRÁFICO ILÍCITOS DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS. PROYECTO DE COOPERACIÓN EN EL AREA DE ESTUPEFACIENTES..
IX.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO:** FECHA DE FIRMA: 29/9/1995. VIGENCIA: 1 AÑO. OBJETO: REDUCIR LA DEMANDA, IMPEDIR EL CONSUMO INDEBIDO Y COMBATIR LA PRODUCCIÓN Y EL TRÁFICO ILÍCITOS DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS. PROYECTO DE COOPERACIÓN EN EL ÁREA DE ESTUPEFACIENTES.

ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA: OTROS DOCUMENTOS FIRMADOS.

I.	**TRATADO DE ASISTENCIA JURÍDICA MUTUA EN ASUNTOS PENALES.** FECHA DE FIRMA: 4/12/1990. RATIFICADO POR LEY Nº 24.034 DEL 20/12/1991. VIGENCIA: ENTRA EN VIGOR EN LA FECHA DE CANJE DE LOS INSTRUMENTOS DE RATIFICACIÓN. AUTORIDAD DE APLICACIÓN: POR LA RCA. ARGENTINA, EL SUBSECRETARIO DE JUSTICIA O LAS PERSONAS DESIGNADAS POR ÉL. POR LOS EE.UU. EL PROCURADOR GENERAL O LAS PERSONAS DESIGNADAS POR ÉL. MECANISMO DE FUNCIONAMIENTO: LAS AUTORIDADES CENTRALES SE COMUNICARÁN DIRECTAMENTE ENTRE SÍ.
II.	**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO ENTRE SEDRONAR Y EL DEPARTAMENTO DEL TESORO DE LOS EE.UU. (RED DE EJECUCIÓN DE DELITOS FINANCIEROS).** FECHA DE FIRMA: 2/12/1995. VIGENCIA: ENTRÓ EN VIGOR A PARTIR DE SU SUSCRIPCIÓN POR TIEMPO INDEFINIDO. OBJETO: COOPERACIÓN EN EL INTERCAMBIO DE INFORMACIÓN FINANCIERA Y CRIMINAL RELACIONADA CON EL LAVADO DE DINERO Y TRANSACCIONES QUE INVOLUCRAN EL PRODUCTO DEL NARCOTRÁFICO Y DELITOS CONEXOS. AUTORIDAD DE APLICACIÓN: POR LA ARGENTINA, SEDRONAR Y LA COMISIÓN MIXTA DE CONTROL DE LAS OPERATORIAS RELACIONADAS CON EL LAVADO DE DINERO DEL NARCOTRÁFICO Y POR LOS EE.UU. FINCEN EJERCIENDO UNA AUTORIDAD ADMINISTRATIVA DELEGADA POR LA SECRETARÍA DEL DEPARTAMENTO DEL TESORO. MECANISMO DE FUNCIONAMIENTO: COMUNICACIÓN DIRECTA ENTRE LAS PARTES.

6) EUROPA : PARTE I.

	ESPAÑA	FEDERACIÓN RUSA	ITALIA
FECHA	13/3/1987.	25/10/1990.	6/10/1992.
LEY APROBATORIA		Nº 24.243.	Nº 24.530.
FECHA DE LA LEY		6/10/1993.	9/8/1995.
VIGENCIA	ENTRA EN VIGOR 30 DÍAS DESPUÉS DE LA FECHA DEL CANJE DE LOS INSTRUMENTOS DE RATIFICACIÓN CON DURACIÓN ILIMITADA.	PROVISIONAL A PARTIR DE SU FIRMA Y EN VIGOR POR UN PERÍODO DE 10 AÑOS A PARTIR DE QUE SE NOTIFIQUEN HABER CUMPLIDO LOS REQUISITOS DE LOS ORDENAMIENTOS CONSTITUCIONALES.	ENTRA EN VIGOR CUANDO LAS PARTES SE NOTIFICARAN DEL CUMPLIMIENTO DE LOS REQUISITOS INTERNOS CON UNA DURACIÓN ILIMITADA.
OBJETO	TRATADO DE EXTRADICIÓN Y ASISTENCIA JUDICIAL EN MATERIA PENAL.	COOPERACIÓN PARA COMBATIR EL USO INDEBIDO Y LA PRODUCCIÓN Y TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES.	COOPERACIÓN EN LA LUCHA CONTRA EL TERRORISMO, EL TRÁFICO ILÍCITO INTERNACIONAL DE ESTUPEFACIENTES Y LA CRIMINALIDAD ORGANIZADA.
AUTORIDAD DE APLICACIÓN	MINISTERIOS DE RR.EE. DE LAS PARTES.	MINISTERIOS DE RR.EE. DE LAS PARTES.	NO ESPECIFICADO
MECANISMO DE FUNCIONAMIENTO	VÍA DIPLOMÁTICA, NO OBSTANTE LAS PARTES PODRÁN DESIGNAR OTRAS AUTORIDADES.	VÍA DIPLOMÁTICA, PREVIA CONSULTA A LOS ORGANISMOS CORRESP. DE LAS PARTES.	NO ESPECIFICADO.

16 9709050

COPIA

EUROPA PARTE II.

	REINO UNIDO DE GRAN BRETAÑA	RUMANIA	TURQUÍA
FECHA	27/8/91.	21/4/1994.	4/4/1995.
LEY APROBATORIA	Nº 24.259		
FECHA DE LA LEY	13/10/93		
VIGENCIA	ENTRA EN VIGOR EL PRIMER DÍA HÁBIL DEL MES SIGUIENTE A LA EXPIRACIÓN DE UN MES CALENDARIO DESPUÉS DE LA FECHA DE LA ÚLTIMA NOTIFICACIÓN DE CUMPLIMIENTO CON LOS RESPECTIVOS PROCEDIMIENTOS LEGALES.	ENTRA EN VIGOR EN LA FECHA DE LA ÚLTIMA NOTIFICACIÓN SOBRE LOS CUMPLIMIENTOS LEGALES PERTINENTES POR TIEMPO ILIMITADO.	ENTRA EN VIGOR EN LA FECHA DE LA ÚLTIMA NOTIFICACIÓN SOBRE LOS CUMPLIMIENTOS LEGALES PERTINENTES, CON UNA DURACIÓN DE UN AÑO RENOVABLE AUTOMÁTICAMENTE.
OBJETO	MUTUA ASISTENCIA JUDICIAL CONTRA EL TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS.	COOPERACIÓN EN LA LUCHA CONTRA EL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEFACIENTES Y SUST. PSICOTRÓPICAS Y SUS DELITOS CONEXOS.	COOPERACIÓN PARA COMBATIR EL CONTRABANDO INTERNACIONAL DE ESTUPEFACIENTES Y SUST. PSICOTRÓPICAS, EL TERRORISMO INTERNACIONAL Y LA CRIMINALIDAD ORGANIZADA.
AUTORIDAD DE APLICACIÓN	POR LA RCA. ARGENTINA, EL MINISTERIO DE RR.EE. Y POR EL REINO UNIDO EL MINISTERIO DEL INTERIOR	ORGANISMOS DE LAS PARTES QUE CENTRALIZAN LA LUCHA CONTRA EL TRÁFICO ILÍCITO DE ESTUPEF. Y SUST. PSICOTRÓPICAS.	POR LA RCA. ARGENTINA, SEDRONAR Y LA SECRETARÍA DE SEGURIDAD Y PROTECCIÓN A LA COMUNIDAD Y POR TURQUIA, EL MINISTERIO DEL INTERIOR.
MECANISMO DE FUNCIONAMIENTO	LAS PARTES SE COMUNICARÁN ENTRE SÍ DIRECTAMENTE.	A TRAVÉS DE COMISIÓN MIXTA.	A TRAVÉS DE COMISIÓN CONJUNTA.

17 \| 17 9709050.

17-17

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

SIRVASE CITAR

FECHA	20 de junio de 1997
FAX Nº	215
PAGINAS	3
ACUSE RECIBO	SI - NO
TELE. FAX	81 48 33

DE: SEÑOR AYTE.AEREO DEL SEÑOR MINISTRO. CNEL.(AV.) JUAN ANDRES FALCO

PARA: SR.DTOR.GRAL.DE INFORMACION DE DEFENSA,BRIG.GRAL.(AV.)JOSE E.MAYO

TEXTO:

Por así haberlo dispuesto el Señor Ministro, remito a Usted adjunto a la presente para su conocimiento fotocopia del Boletín Informativo Nro.11 de la Embajada de la Federación de Rusia, el cual contiene el mensaje del Señor Presidente BORIS YELTSIN, refe- rente al 7mo. Aniversario de la Proclamación de la Soberanía Estatal.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL AYUDANTIA

Saluda a Usted atentamente
El Ayudante Aéreo del Señor Ministro
Coronel (Av.)
Juan Andrés Falco

AYTIA.MTRO.
JAF/mfn

Doc. poco Legible

DOCUMENTO 9709055
TITULO ENVIA MENSAJE PRESIDENCIAL
PROCEDENCIA MDN
FECHA DE PROCEDENCIA 200697
VINCULACIONES 11876
501294
11650
500889
65671
11148
11609

... CONT ... UEA Y VISITA DE ... CUBANO ... MIN. ...

9709055

01-05

EMBAJADA DE LA FEDERACION DE RUSIA

BOLETIN INFORMATIVO

N 11 16 de junio de 1997

Se transcribe a continuación el Mensaje televisivo del Presidente de la Federación de Rusia, Borís Yeltsin, a los ciudadanos del país con motivo del 7° Aniversario de la Proclamación de la Soberanía Estatal:

"¡Estimados compatriotas!

Hoy nuestro país está de fiesta. Hace exactamente siete años el Congreso de Diputados Populares de la República Socialista Federativa Soviética de Rusia emitió la Declaración sobre la Soberanía Estatal de la Federación de Rusia. Pasaron siete años desde aquel entonces. A pesar de los sacrificios y dificultades del período transitorio, Rusia está avanzando por el camino de verdaderas transformaciones políticas y económicas, ganando la delantera a muchos de sus vecinos.

El prestigio de Rusia está siendo reconocido en todo el mundo. Pero, por primera vez, en 80 años dicho reconocimiento no está basado en el miedo - como solía ser en la época de Stalin, Brezhnev y otros - de ser sepultado bajo los escombros del imperio. ¡No! Rusia es estable. Está abierta al mundo y no amenaza a nadie. Es precisamente por ello que hoy los 16 Estados de la OTAN se sientan con nosotros en la mesa de negociaciones, comprometiéndose a respetar nuestros intereses. Es presisamente por ello que el "Grupo de los Siete" países desarrollados dentro de una semana en la ciudad de Denver dará un gran paso hacia su transformación en el "Grupo de los Ocho".

Es precisamente por ello que se constituyó la Unión con Belarús, se desbloqueó la situación en la zona de

BULEVAR ESPAÑA 2741, C.C. 1139 - MONTEVIDEO - URUGUAY
TEL: 78 18 84 - 78 38 79 - FAX: 78 65 97

Transdniestr y se firmó el importantísimo acuerdo con Ucrania. Es simbólico que justamente el 12 de junio los buques de la Flota del Mar Negro izarán la bandera rusa de San Andrés que representa el orgullo, el honor y el poderío del Estado Ruso. Es una prueba más de que para nosotros no existen problemas sin solución. ¡Rusia se está parando sobre sus pies! Es por ello que el patrocinio de Rusia está buscado, así como lo fue durante siglos, por aquellas personas que esperan encontrar en ella una Patria fuerte, pacífica y generosa; un país donde no sólo los rusos, sino también los representantes de cualquier otra etnia se sientan seguros y dignos.

El día 12 de junio tiene todo el derecho de ser Fiesta Estatal. Pero yo, en calidad de Presidente, quiero que este día sea sentido por cada ciudadano del país como un día especial. Quiero que se sienta no como la fecha de la firma de un documento importante pero distanciado de la vida cotidiana de la gente común, sino como el día de todos nosotros, como el día de nuestro país: Rusia.

Yo sé cuantas reclamaciones justificadas ha acumulado la gente contra mí, contra el gobierno, los diputados, los intendentes, es decir, contra el poder. Nadie puede afirmar que la voz de los descontentos en Rusia no se oye. Pero, escuchémonos a nosotros mismos. Pensemos en lo que podemos dar a otros: nuestras familias, parientes, amigos, colegas.

Yo sería feliz si hoy nosotros, los ciudadanos de Rusia, pudiéramos sentirnos como integrantes de una familia, una enorme, multinacional, talentosa y fuerte familia cuyo nombre es la gran Rusia. Nadie puede apreciar este sentimiento estando solo. Se trata del esfuerzo de millones de corazones. Una gran potencia no significa montones de armas y súbditos sin derechos, sino personas independientes, talentosas y de iniciativa, que no olvidan de la pertenencia a una Patria común, que es lo que los une.

¡Queridos compatriotas! Propongo denominar nuestra principal fiesta estatal como el Día de Rusia. No estamos edificando el Estado Ruso basándonos en un fundamento abstracto sino que dándonos cuenta de que el país empieza en

cada uno de nosotros. La medida de la grandeza de nuestra Patria consiste en qué tan libre, sano, educado y, por que no decirlo feliz, es cada ciudadano de Rusia. De mi parte haré todo lo que sea necesario para que nuestros sueños se hagan realidad.

¡Felicitaciones, mis queridos compatriotas!

¡Feliz Día de Rusia!".

RUSIA CONSIDERA IMPORTANTE DESARROLLAR LA COOPERACION CON LA OEA

El portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores de la Federación de Rusia informó que el Canciller de Rusia Eugueni M.Primakov envió un mensaje a los participantes de la XXVII Asamblea General que se celebró entre el 1 y 5 de junio en Lima, en el cual reafirmó el interés de Rusia en desarrollar la cooperación con esta prestigiosa organización regional. Una delegación rusa encabezada por el Director del Departamento Latinoamericano de la Cancillería, Vasili Grómov, tomó parte en el trabajo de la Asamblea en calidad de observador.

Se considera en Rusia que los resultados de la Asamblea evidencian el aumento de la importancia de la OEA en las relaciones interamericanas, el afianzamiento de su rol de un mecanismo eficaz de adopción de las decisiones consensuadas en torno a los problemas más acuciantes del Hemisferio Occidental. La voz de los Estados latinoamericanos se escucha cada vez más alto en la OEA. Una confirmación de esto la constituye el documento final de la Asamblea - "Compromiso de Lima" - que estipula la supremacía de las normas del derecho internacional en el sistema interamericano. Entre los resultados más importantes de la Asamblea se destacan la decisión de convocar la II Conferencia Interamericana sobre Medidas de Fomento de la Confianza y de la Seguridad (El Salvador, 1998), la entrada en la fase final de preparación de la Convención Interamericana sobre la Prohibición del Tráfico Ilícito de Armas y la adopción del Programa Interamericano de lucha

contra la pobreza. Representantes de varios Estados miembros se pronunciaron asimismo a favor de la reintegración de Cuba en el sistema interamericano.

En su discurso ante la Asamblea y en las reuniones que sostuvo con el Secretario General de la OEA César Gaviria el jefe de la delegación rusa valoró altamente la interacción activa que mantiene Rusia con este principal foro de los Estados del Hemisferio Occidental, lo que corresponde al objetivo de formar un orden mundial multipolar. En sus encuentros con los representantes de la "troika" del Grupo de Río y del Gobierno peruano resaltó asimismo la voluntad de Rusia de afianzar el avance positivo de sus relaciones con América Latina.

VISITA DEL MINISTRO DE COMERCIO EXTERIOR DE CUBA A MOSCU

Ministro de Comercio Exterior de la República de Cuba Ricardo Cabrisas visitó Moscú en los primeros días de junio del a.c. con el fin de participar en la 1ª sesión de la Comisión Intergubernamental ruso-cubana para la [illegible]ación económico-comercial y científico-técnica.

Ricardo Cabrisas aprovechó su estadía en Moscú para reunirse con el Ministro de Relaciones Exteriores de Rusia Euqueni M.Primakov. Durante las conversaciones el jefe de la diplomacia rusa dijo que en condiciones de la ausencia de una base ideológica en las relaciones con La Habana, Rusia es[illegible] favor de una constructiva cooperación económico-comercial con Cuba en base a beneficio mutuo .

El Canciller Primakov destacó que los dos países tenían muchos intereses comunes y expresó la esperanza de que la visita del ministro Cabrisas contribuyera al desarrollo de relaciones ruso-cubanas en distintas esferas.

===== *Servicio de Prensa de la Embajada de Rusia* =====

5-5

9709055

RUSIA considera importante desarrollar la cooperación con la OEA.

1-JUN-97.

500889.

507293

507294

11078

ENTRADO

CRITICO

9709055

01-02

RUSIA CONSIDERA IMPORTANTE DESARROLLAR LA COOPERACION CON LA OEA

El portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores de la Federación de Rusia informó que el Canciller de Rusia Eugueni M.Primakov envió un mensaje a los participantes de la XXVII Asamblea General que se celebró entre el 1 y 5 de junio en Lima, en el cual reafirmó el interés de Rusia en desarrollar la cooperación con esta prestigiosa organización regional. Una delegación rusa encabezada por el Director del Departamento Latinoamericano de la Cancillería, Vasili Grómov, tomó parte en el trabajo de la Asamblea en calidad de observador.

Se considera en Rusia que los resultados de la Asamblea evidencian el aumento de la importancia de la OEA en las relaciones interamericanas, el afianzamiento de su rol de un mecanismo eficaz de adopción de las decisiones consensuadas en torno a los problemas más acuciantes del Hemisferio Occidental. La voz de los Estados latinoamericanos se escucha cada vez más alto en la OEA. Una confirmación de esto la constituye el documento final de la Asamblea - "Compromiso de Lima" - que estipula la supremacía de las normas del derecho internacional en el sistema interamericano. Entre los resultados más importantes de la Asamblea se destacan la decisión de convocar la II Conferencia Interamericana sobre Medidas de Fomento de la Confianza y de la Seguridad (El Salvador, 1998), la entrada en la fase final de preparación de la Convención Interamericana sobre la Prohibición del Tráfico Ilícito de Armas y la adopción del Programa Interamericano de lucha

1 al 5 jun/97.

DOC. OTROS

Proc.

01-02

9709055

ORIGINAL - R. del Mundo.

Mensaje del Pte. Rusia referente al 7mo. Aniversario de Proclamación de Soberanía estatal

DOCUMENTO 9709056

TITULO ESTABLECIMIENTO DE RR. DIPLOMATICAS ENTRE TAIWAN Y LA REP. SANTO TOME Y PRINCIPE

PROCEDENCIA 300570

FECHA DE PROCEDENCIA 060597

VINCULACIONES 11846

514095

67183

11399

Oficina Económica de Taipei en la
República Oriental del Uruguay

La Oficina Económica de Taipei saluda muy atentamente a ese prestigioso medio de comunicación y tiene el agrado de participarle que [illegible] la República de China ha [illegible] relaciones diplomáticas con la República de Santo Tomé y Príncipe. Se adjunta para su referencia el [illegible] Ministros de Relaciones Exteriores de [illegible]

La Oficina Económica de Taipei al agradecer la mayor difusión de este acuerdo, reitera a ese medio de comunicación las seguridades de su [illegible] y distinguida consideración.

Montevideo, [illegible] de mayo de 1997

DOC. ILEGIBLE

9709056

01-02

Oficina Económica de Taipei en la
República Oriental del Uruguay

TRADUCCION

ESTABLECIMIENTO DE RELACIONES DIPLOMATICAS
ENTRE LA REPUBLICA DE SANTO TOME Y PRÍNCIPE Y LA
REPUBLICA DE CHINA

El Gobierno de la Republica Democratica de Santo Tomé y Principe y el Gobierno de la Republica de China, animados por una voluntad comun de promover los lazos de amistad y de sincera cooperación entre los dos paises sobre la base de los principios consagrados en el derecho internacional relativos a la igualdad entre los estados y al respeto mutuo de la soberania, han decidido establecer relaciones diplomáticas a partir del 6 de mayo de 1997.

El Gobierno de la República Democratica de Santo Tomé y Principe y el Gobierno de la República de China han convenido abrir sus respectivas embajadas en Taipei y en Santo Tomé en el más breve plazo

Hecho en Taipei el 6 de mayo de mil novecientos noventa y siete correspondiente al sexto dia del quinto mes del octogésimo sexto año de la Republica de China

9709056

02-02

Gazzetta Ufficiale della Padania

Recolección Oficial de los Actos
de las Instituciones de la Padania

DECLARACIÓN DE INDEPENDENCIA Y SOBERANÍA DE LA PADANIA

NOSOTROS, PUEBLOS DE LA PADANIA,

Reunidos en el grande río Po de la Emilia, del Friul, de la Liguria, de la Lombardia, de las Marcas, del Piamonte, de la Romaña, del Tirol del sur - Alto Adige, de la Toscana, del Trentino, de la Umbria, de la Val de Aosta, del Veneto e de la Venecia-Julia,

reunidos hoy, 15 de septiembre de 1996, en Asamblea Constituyente afirmamos y declaramos:

Cuando en el curso de los eventos humanos se hace necesario para los pueblos desatar los vínculos que los unen a los otros, constituirse en nación independiente y soberana [illegible] entre las naciones de la Tierra el [illegible] asignado a ellos por el derecho natural de autodeterminación, el respeto que se debe a la opinión de la Sociedad Internacional y de la humanidad entera requiere que ellos declaren las razones que los han constreñidos a la separación.

De tiempos inmemoriales habitamos, [illegible], trabajamos, protejemos y amamos estas tierras, [illegible] pasadas de nuestros antepasados, atravesadas y [illegible] por las aguas de nuestros grandes ríos;

Aquí hemos [illegible] un modo original de vivir, de desarrollar las artes y de [illegible];

Nosotros pertenecemos a una área histórica, la Padania, que bajo el perfil socioeconómico está fuertemente integrada al interior, en la reconocida y respetada diversidad de los pueblos que la componen;

Estas tierras están unidas por un [illegible] tan profundo como aquellos de [illegible] que la gobiernan, de los elementos que la plasman, de la gente que lo habita;

Nosotros, por tanto, formamos una comunidad natural, cultural y socio[illegible] fundada por un compartido patrimonio de valores, de cultura, de historia y de [illegible] condiciones sociales, morales y [illegible]micas;

La Padania es nuestro orgullo, [illegible] grande recurso y nuestra única posibilidad de expresarnos libremente en plenitud de nuestras individualidades [illegible] y de nuestro sentir colectivo;

La historia del Estado italiano [illegible], por el contrario, historia de opresión [illegible]lonial, de explotación económica y de [illegible] moral;

El Estado italiano ha sistemáticamente [illegible] en el tiempo, a través de su aparato [illegible] el sistema económico y social de la Padania.

El Estado italiano [illegible]

lado toda forma de autonomía y de autogobierno de nuestros Ayuntamientos, de nuestras Provincias y de nuestras Regiones;

El Estado italiano ha comprometido la serenidad de las generaciones futuras de la Padania, dilapidando enormes recursos en políticas estatalistas, de asistencialismo, de cargos otorgados a cambio de favores, y criminales que han llevado a la Padania y a la Italia a una situación de quiebra irreversible;

El Estado italiano ha constreñido mediante el engaño los pueblos de la Padania a someterse a la sistemática explotación de los recursos económicos y financiarios, fruto del trabajo cotidiano para despilfarrarlo de mil maneras mediante el sistema de asistencialismo corrupto y mafioso del sur.

El Estado italiano ha intentado deliberadamente de suprimir los idiomas y las identidades culturales de los pueblos de la Padania a través de la colonización del sistema público de la instrucción;

El Estado italiano ha impuesto a los pueblos de la Padania la aplicación de sus leyes inicuas a través de una magistratura seleccionada con criterios racistas;

El Estado italiano ha intentado dominar los pueblos de la Padania confidando tareas y funciones de orden público y de seguridad a prefectos y fuerzas de policía garantes del odioso centralismo colonial;

El Estado italiano ha expropiado a los pueblos de la Padania de su poder constituyente y se muestra sordo al grito de protesta que se alza siempre y cada vez más en alto;

Por estas razones

Nosotros estamos íntimamente convencidos que una posterior permanencia de la Padania al interior de los límites del Estado italiano significaría dejar apagar lentamente cada esperanza de renacimiento y aniquilar la identidad de los pueblos que la componen;

Nosotros sabemos que la Padania libre e indipendiente llegará a ser el referimiento político e institucional per la construcción de la Europa de las Regiones y de los pueblos.

Nosotros estamos convencidos que la Padania libre e indipendiente sabrá garantizar un contributo decisivo a la cooperación, a la tolerancia y a la paz entre los pueblos de la Tierra;

Nosotros hoy representamos, aquí reunidos, la última esperanza [illegible] el régimen colonial romano que oprime la Padania pueda luego terminar.

NOSOTROS, PUEBLOS DE LA PADANIA

Puesto que el coraje y la fe de quien nos ha precedido en la lucha por la libertad de los pueblos sea nuestra herencia y deber indicarnos a hacernos irrevocablemente cargo de nuestro destino.

Puesto que queremos que nuestros actos sean guiados por el respeto que nos debemos a nosotros mismos, a nuestros antepasados y a nuestros hijos;

Puesto que reconocemos el inalienable poder soberano de cada pueblo a decidir libremente con quien estar, cómo y por quien ser gobernado.

Puesto que afirmamos nuestro derecho y nuestra voluntad de asumir los plenos poderes de un Estado, recojer todos los impuestos y votar todas las leyes, firmar todos los tratados;

Puesto que la Padania será compuesta de todos aquellos, hombres y mujeres, que la habitan, la defiende y la reconocen, y puesto que estos somos nosotros;

Puesto que ha llegado la hora de poner en marcha la grande empresa de hacer nacer este nuevo país que bautisamos hoy con el nombre de Padania;

En nombre y con la autoridad que nos deriva del derecho natural de autodeterminación y de nuestra libre conciencia;

Llamando por la voz de nuestras libres instituciones las enseñanzas de amor por la libertad y de coraje de los Padres Padanos a testimonio de honestidad de nuestras instituciones

NOSOTROS, PUEBLOS DE LA PADANIA
solemnemente proclamamos:

LA PADANIA ES
UNA REPUBLICA FEDERAL
INDIPENDIENTE Y SOBERANA

En sostenimiento de ello nosotros nos ofrecemos los unos a los otros, con recíproco empeño de nuestras vidas, nuestras fortunas y nuestro sagrado honor.

CONSTITUCION TRANSITORIA

1. Tratado de separación consensual.

1. El gobierno provisorio de la Padania está autorizado a dar actuación de la Declaración de Independencia y soberanía de la Padania. Tal actuación deberá, todavía, ser precedida de la oferta formal al gobierno italiano de subscribir un tratado de separación consensual.

2. Las negociaciones para la estipulación del tratado serán conducidas por el gobierno provisorio, sobre la base de la plataforma negocial predispuesta del mismo gobierno.

3. Las negociaciones relativas a la conclusión del tratado no deberán prolongarse más allá del 15 de septiembre de 1997. Transcurrido tal plazo la Declaración de independencia y soberanía adquirirá plena eficacia y la Padania será a todo lo efectos una República Federal independiente y soberana.

4. El Comité de Liberación Nacional de la Padania puede en cualquier momento declarar interrumpidas las negociaciones del inciso segundo y disponer la inmediata ejecución de la declaración de independencia y soberanía.

2. Territorio.

La Padania se constituye como República Federal formada por las siguientes actuales regiones: Emilia, Friuli, Liguria, Lombardía, las Marcas, Piamonte, Romaña, Tirol del sur - Alto Adige, Toscana, Trentino, Umbria, Val de Aosta, Veneto e Venecia-Julia.

3. Bandera e Himno.

1. La bandera de la Padania es el sol de los alpes, constituido de seis pétalos dispuestos al interior de un círculo, de color verde celta o verdético con fondo blanco.

2. La Padania adopta como su himno nacional el *"Va pensiero"* de Giuseppe Verdi.

4. Ciudadanía.

1. Adquiere la ciudadanía de la Padania cualquiera que tenga la ciudadanía europea y la residencia en Padania de al menos cinco años a la fecha de hoy.

2. La ciudadanía de la Padania es acumulable con el de otras naciones de la Unión Europea.

5. Moneda.

1. La lira padana asume curso legal en Padania.

2. El gobierno provisorio de la Padania determinará las relaciones de cambio con la lira italiana y las otras monedas.

6. Reconocimiento Internacional.

1. El gobierno provisorio de la Padania está autorizado a solicitar el reconocimiento internacional de la Padania a la Unión Europea, a las Naciones Unidas y a otro tipo de gobierno democrático.

2. Al gobierno provisorio de la Padania le sido a su vez delegado el compito de garantizar la participación de la Padania en las instituciones de la Unión Europea y la admisión de la Padania a la Organización de las Naciones Unidas y a las demás Organizaciones y Conferencias Internacionales que retenga útil adherir.

7. Continuidad de los tratados, actos, acuerdos y contratos

1. La Padania asume las obligaciones y goza de los derechos enunciados en los tratados, en las convenciones y en los acuerdos internacionales de los cuales Italia es parte a la fecha de acceso a la soberanía.

2. Los actos administrativos aprobados por los entes locales, por las regiones y por las administraciones del Estado italiano hasta la fecha de acceso a la soberanía permanecen válidos.

3. Los acuerdos y los contratos estipulados antes de hoy por el Estado italiano, de sus agencias u organismos y vigentes en Padania a la fecha de acceso a la soberanía, restan en vigor sustituyendo, si es necesario, el gobierno provisorio de la Padania la parte italiana. Aquellos concluidos a partir del 15 de septiembre 1996 rimanen en vigor a condición que sean ratificados por el Gobierno dentro de tres meses de la fecha de acceso a la soberanía.

8. Oficinas Públicas.

1. La actividad judicial y de otro tipo de instituciones públicas pueden ser desarrolladas sólo por ciudadanos de la Padania.

2. Dentro de noventa días a contar de la fecha de hoy el gobierno provisorio de la Padania establece las disposiciones de los regímenes transitorios, determinando las condiciones objetivas y subjetivas necesarias para acceder al sistema administrativo público de la Padania.

9. Normas reguladoras.

1. Hasta la fecha de acceso a la soberanía las relaciones jurídicas, económicas y sociales al interior de la Padania serán regidas por las disposiciones de la Unión Europea y del Estado italiano vigentes en el territorio de la Padania a la fecha de hoy, en cuanto compatibles con la presente Constitución transitoria.

2. Las disposiciones del Estado italiano permanecen en vigor hasta que no sean modificadas, sustituidas o derogadas por el gobierno de la Padania.

3. El gobierno provisorio de la Padania podrá en cualquier momento aportar a la presente constitución transitoria cualquier modificación, añadidura o integración que retenga oportuna.

CARTA DE LOS DERECHOS DE LOS CIUDADANOS PADANOS

1. Cada ciudadano padano tiene derecho a la libertad, a la educacion, al trabajo, a la salvaguardia de la vida privada y a una justa información.

2. Los ciudadanos padanos no pueden ser constreñidos a servir a ninguno, ni aún a sus propios compatriotas. Puesto que una ordenada milicia es necesaria para la seguridad de cada libre Estado, los ciudadanos participan a la defensa nacional a traves de la voluntaria adhesión a la Guardia Nacional Padana.

3. La familia es la primaria y vital célula de la sociedad. Los ciudadanos padanos tienen derecho a fundar una familia, a vivir según sus seculares tradiciones y a darse instituciones y reglas de vida que correspondan a las vocaciones y a los valores en que creen y según las necesidades que reconozcan.

4. Ellos tienen derecho de autogobernarse, de elegir en su propio seno y de controlar las personas a las cuáles confiar el cometido de administrar los intereses comunes, en primer lugar los enseñantes, los magistrados y las fuerzas de Orden. Todos los empleados públicos, además, serán asumidos con contrato a plazo de derecho privado.

5. Tienen derecho de rehusar cada gravámen económico y jurídico que venga a ellos atribuido sin el explícito consentimiento. Tienen, además, derecho a determinar la cantidad de los recursos financiarios necesarios para administrar los servicios públicos de que ellos tengan necesidad; la distribución de las relativas cargas y con las modalidades y tiempos de recaudación; tienen el derecho de controlar el empleo y la administración de tales recursos.

6. Los ciudadanos padanos consideran su comunidad abierta a todos los hombres y mujeres, pero retieren en su derecho predisponer reglas que impidan el desnaturalización de su patrimonio etico-cultural.

7. Los ciudadanos padanos reconocen el deber de ayudar a quienes, sin su culpa, no logran alcanzar un nivel de vida igual a ellos. Pero estas ayudas deben ser exclusivamente incentivos a producir y a crear otros recursos, y deben ser determinados y decididos por los mismos ciudadanos padanos, a través de sus instituciones.

8. Los derechos y las libertades de las estirpes que componen la nacion padana serán tuteladas por las Instituciones, de manera tal que la identidad de estas etnias, comunidades naturales y pueblos pueda conservarse y desarrollarse sin encontrar obstáculos distintos del recíproco respeto y de la necesidad de favorecer elecciones y decisiones comunes. La República Federal Padana estará abierta a la colaboración a todos los demás sujetos de la Comunidad de gentes, y en particular con los pueblos fronterizos.

9. Las Instituciones de la República Federal Padana estarán basadas en la inviolabilidad de los derechos y de las libertades individuales. Estas prerrogativas del ciudadano encontrarán un límite solo en el ejercicio de los mismos derechos de parte de los otros ciudadanos.

10. La República Federal Padana reconoce a los Ayuntamientos y a sus gobiernos libremente elejidos, el incomprimible derecho de disponer sin vinculos, de sus recursos, de ejercer, sin interferencias, las competencias y de asumir, sin limitaciones, las responsabilidades necesarias para garantizar la plena satisfacción de las exigencias de las Comunidades locales.

9709057

GOVERNO PROVVISORIO
DELLA PADANIA

REFERENDUM

for / por / für / pour

- the Independence of

- la Independencia de la

- die Unabhängigkeit von

- l'Indépendance de la

PADANIA

Governo Provvisorio della Padania - via Bellerio 41 - 20161 Milano (Padania) - Tel. 39-2-66211.417 - Fax 39-2-66222957
E - Mail http://www.leganordsen.it/federale/uomini.sole.htm

06 - 9709057

To: Governo Provvisorio della Padania

fax: **39-2-66222957**

I want to participate to the Referendum for Padania's Independence as an International Observer.

Name and Surname ....tel. ....

Signature ....

Al: Governo Provvisorio della Padania

fax: **39-2-66222957**

Deseo partecipar al Referéndum por la Independencia de la Padania en calidad de Observator Internacional.

Nombre y Apellido ....tel. ....

Fírma ....

Dem: Governo Provvisorio della Padania

fax: **39-2-66222957**

Ich möchte am Referendum für die Unabhängigkeit Padaniens als Internationaler Beobachter teilnehmen.

Name und Familienname ....tel. ....

Unterschrift ....

Au: Governo Provvisorio della Padania

fax: **39-2-66222957**

J'aimerai bien participer au Référendum pour l'Indépendance de la Padanie, en qualité d'Observateur International.

Prenom et Nom ....tel. ....

Signature ....

REPUBBLICA FEDERALE DELLA PADANIA
Il Governo Provvisorio

Distinguido Senor, Amigo

Como Usted sabe, el pasado 15 de Septiembre, se ha celebrado la Proclamación de Independencia de la República Federal Padana.

Más de dos millónes de personas han llegado a la orilla del rio Po, por expresar, con sus partecipación, la grande aprobación popular que reune la PADANIA INDEPENDIENTE.

Los *mass media* italianos y, de reflejo, la mayoría de aquellos internacionales, han negado y manipulado el valor de esto evento histórico, confiando de vituperarlo, creando una de las campañas más colocales de desinformación en la historia del periodismo.

EnviandoLes esta Videocasset el Gobierno Provisional de la Padania, desea poner a Vuestra disposición esta testificación para que Le pueda ser de ayuda a comprender las proporciónes y la natura de esto evento.

El pacífico decurso de independencia padano sigue imparable, junto al aumento de la libre conciencia de nuestro pueblo.

Es un placer para nosotros enterarLa de que el Gobierno Provisional de la Padania ha convocado por el próximo més de Abril un libre referéndum sobre la autodeterminación de la Padania. El referéndum será dirigido para el mismo Gobierno Provisional y reservado a todos los ciudadanos padanos.

Deseando conferir la máxima oficialidad a esto evento Les pedimos su disponibilidad a partecipar al referéndum en calidad de observator internacional.
Confiando en su partecipación, aprovechamos la ocasión para eviarLes

Cordiales Saludos Padanos.

El Gobierno Provisional de la Padania

Governo Provvisorio della Padania - via Bellerio 41 - 20161 Milano (Padania) - Tel. 39-2-66211.417 - Fax 39-2-66222957
E - Mail http://www.leganordsen.it/federale/uomini/sole.htm

Qué rapresenta la Padania?

La Padania es una Nación que está viviendo hoy un proceso de rescate de sí misma. Ella constituye una extensa y populosa parte del Europa occidental, atravesada por el rio Po. Los habitantes son más de 25 millónes. La Padania es una area fuertemente integrada al interior, tan sobre el perfil cultural como sobre aquello social y económico. Su historia, su herencia cívicas, la inclinación de su pueblo y otros aspectos fundamentales diferencián la Padania da todo el resto de la península italica, presentando además fuertes uniónes con todos los otros pueblos limítrofes.

Sobre el plan económico, es necesario recordar que el Producto Interno Bruto pro-capite de la Padania rapresenta uno de los más altos de Europa, mientras su cooperación comercial es también muy alto y presenta un efectivo saldo activo.

A pesar de esta fuerza económica, por culpa de la intermediación del estado de quiebra italiano:

- La Padania corre el riesgo de ser excluida de la Unión Monetaria Europea, y de consecuencia de la integración europea. Así tendrá que ser alejada de una area cuya pertenece por historia, económia y cultura.
- A nuestros gobiernos locales Les faltan siempre dinero suficiente para afrontar los problemas del territorio, como la protección del medioambiente o el desarrollo de los transportes, mientras nuestra sanidad y nuestras escuelas no pueden competir con los standard europeos.
- El bienestar de las nuestras generaciones futuras ya tiene una hipoteca, porque se ha ido creciendo una deuda publica superior al 120% del Producto Interno Bruto, por financiar derroches y clientelas de varios tipo.

Además de eso, la exclusión *de facto* de los ciudadanos padanos da toda la administración publlica y decenî de clientelismo especulador han alejado ahora el ciudadano padano da uno Estado que non rapresenta más el garante de los intereses comunes, y viene por lo tanto comprendido como un ajeno.

Por qué todas estas absurdidades, por qué estas discriminaciónes, por qué estas enajenaciónes? Porque la Padania hoy non rapresenta todavía una entidad politica, porque ella pertenece rígidamente a uno Estado centralista italiano.

Qué quiere la Padania?

Ella quiere ser libre !

Libre de la opresión centralista romana y dal cancer de la mafia.

Libre de administrar sus problemas. Libre de permanecer en Europa. Libre de competir en todos los mercados internacionales y de cooperar al desarrollo des los pueblos que tienen una económia más débil. Libre de proteger y de promover sus identidad culturales.

Libre de ser si misma!

09/09 9709057

Elf-Angola

AP US & WorldTuesday, August 19, 1997 10:12:00 AM

PARIS (AP) -- France's Elf Acquitaine and Angolan national oil company Sonangol have discovered a new oil deposit off the Angolan coast, the French firm said Tuesday.

The new deposit is located about 120 miles northeast of the Angolan capital, Luanda, and could produce 16,000 barrels of crude oil a day, Elf Acquitaine said.

Elf's shares jumped 7 percent on the French stock market Tuesday following the announcement of the discovery.

Doc. en su totalidad poco legible.

9709058

01-42

Elf oil find in Angola could be Africa's biggest

Reuters World ReportTuesday, August 19, 1997 12:16:00 PM

By John Fleming

LUANDA, Aug 19 (Reuter) - An offshore oil find in Angola by Elf Aquitaine could be one of the biggest in Africa and hold in excess of 500 to 700 million barrels of reserves, an Elf Exploration Angola official said on Tuesday.

Elf said earlier on Tuesday that the new find was made in the Dalia field in Block 17 in a water depth of 1,360 metres about three km from the Girassol well announced in April 1996.

Bernard Astier, Elf Exploration Angola assistant director general, told Reuters the potential of the new find was fantastic.

"It is perfectly possible that this is the biggest offshore find yet in Africa. The seismic work shows this particular area to be fantastic," Astier said.

Elf said in an earlier statement that production tests gave a cumulative flow rate of 16,000 barrels per day. Further appraisals have to be carried out to evaluate the commercial [illegible]

Girassol 1 was the company's first discovery well.

"Girassol was a very good find. It has between 500 to 700 million barrels of reserves, but we think the Dalia find is better," Astier said.

He said his optimism was not based on speculation but on scientific data.

"Of course we need to do more tests to make sure. But we are confident it is something big, and we base our feelings on our experience in Block 17, but also on our seismic data which looks very good."

Elf Exploration, a joint venture between the French oil company Elf Aquitaine and the Angolan state oil company Sonangol, is the operator of the Block 17 drilling licence and holds a 35 percent stake in the block.

Other partners in Block 17 are Esso Exploration Angola, BP Exploration (Angola), Den Norske Stats Oljeselkskap ASA (Statoil), Norsk Hydro and Fina Exploration M.B.V.

Angola is Africa's fifth-largest oil producer and analysts see the country's oil and gas potential as enormous. REUTER

9709058

02

Boeing 727 Crashes in Angola

Tuesday, August 19, 1997; 1:17 p.m. EDT

LISBON, Portugal (AP) -- A Boeing 727 crashed today in northern Angola but everyone aboard survived, according to a radio report from Angola's capital, Luanda.

The passenger plane, chartered by an Angolan transport company, crashed at an airport in the northern town of Lucapa, about 500 miles northeast of Luanda, according to radio station Luanda Antena Comercial.

It was impossible to independently confirm the information by phone. Telephone systems and other infrastructure in Angola, emerging from two decades of civil war, are in ruins.

The radio said it was unclear how many people were aboard the flight, which originated in Luanda, or whether anyone was injured.

The Portuguese news agency LUSA had initially reported the crash occurred while the plane was attempting a landing in Luanda, but then issued a correction, saying it happened in Lucapa, in the northern province of Lunda Norte.

Back to the top

9709058

03

LUSA NOTÍCIAS

19 AGO 97 - 02:56

Angola: Enviado especial de Clinton vai a Luanda e Bailundo

+++ Por Jose Ricardo / Da Agencia Lusa +++

Washington, 19 Ago (Lusa) - Paul Hare, enviado especial do presidente norte-americano, Bill Clinton, para o processo de paz em Angola, parte quarta-feira para Luanda numa missão que o levará também ao Bailundo, soube a Agencia Lusa de fontes próximas do processo angolano.

O embaixador Paul Hare viajará acompanhado por Jerry Galucci, director-adjunto para os assuntos da Africa Austral no departamento norte-americano de Estado.

A missao do enviado do presidente Clinton será, aparentemente, no sentido de ajudar a ultrapassar um clima de tensão entre o governo de Luanda e a UNITA que poderá resvalar de novo para a guerra.

A viagem de Paul Hare surge pouco depois dos Estados Unidos terem anunciado estarem dispostos a apoiar novas sanções contra a UNITA se este movimento não completasse imediatamente uma serie de tarefas, entre elas o desarmamento total.

A possibilidade dessas sanções adicionais - que impediriam a movimentação entre fronteiras da direcção da UNITA, tem sido discutida informalmente entre membros do Conselho de Seguranca da ONU.

No entanto, o relatorio enviado ao Conselho de Segurança con data de 13 de Agosto, o secretario-geral da ONU, Kofi Anan, não fala de sanções, mas na +necessidade de dar às duas partes uma oportunidade adicional de completarem o processo de paz, bem como da necessidade de garantir a segurança do pessoal das Nações Unidas e de outro pessoal internacional em Angola+.

A LUSA soube tambem que o subcomité Africa da comissão para os assuntos internacionais da Camara dos Representantes pediu à secretaria de Estado, Madeleine Albright, que +revitalizasse o papel dos Estados Unidos como garante do processo de paz, envolvendo mais activamente o enviado especial Paul Hare naquele processo+.

A carta enviada a Albright, datada de 08 de Agosto, foi assinada simultaneamente pelo presidente do subcomité, o republicano Edward Royce, e pelo lider da minoria no mesmo subcomité, o congressista democrata Robert Menendez, traduzindo assim as preocupacoes dos dois partidos representados na Camara dos Representantes dos Estados Unidos.

O documento, a que a Agencia LUSA teve acesso, expressava igualmente preocupacao pelo facto da administracao Clinton ter anunciado a decisao de vender seis avioes C-130 ao governo angolano e, por esse motivo, pedia a revisão de tal decisao.

Tal venda, segundo os dois congressistas, +representaria uma significativa inclinacao da politica dos Estados Unidos a favor do governo de Angola numa altura de instabilidade naquele pais+.

Os dois congressistas disseram tambem que esta +não é a altura para abandonar o nosso papel neutral e tomar partido nesta disputa+, e que +em nome de uma paz duradoura em Angola, os Estados Unidos devem agora cumprir o seu papel de garante do processo de paz angolano+, pelo que a venda dos aviões seria +inconsistente com esse papel+.

Lusa/Fim

9709058

04

LUSA
NOTÍCIAS

19 AGO 97 - 13:07

Angola: Missão empresarial dos EUA para avaliar investimento

Luanda, 19 Ago (Lusa) - Uma missao empresarial norte-americana visita Angola em Setembro para avaliar as possibilidades de desenvolvimento das relacoes comerciais bilaterais, disse hoje à agencia Lusa fonte ligada à organizacao da missão.

Edmund de Jarnette, director-executivo da Camara de Comercio Estados Unidos-Angola e primeiro embaixador norte-americano em Luanda, acrescentou que a missao, composta por 35 empresarios, vai apurar as oportunidades de negocio que garantam a diversificacao dos investimentos dos estados unidos em angola, para alem do sector petrolifero.

"Somos o comprador mais importante do petroleo de Angola e pretendemos desenvolver e diversificar outros produtos exportaveis de Angola, principalmente nos dominios da agricultura, industria, telecomunicacoes, construcao de infra-estruturas como portos, aeroportos, estradas e caminhos-de-ferro", salientou Edmund de Jarnette.

Entre as empresas que se farao representar nesta missao figuram a Coca-Cola Company, Merser, Scheffer, Anglo-American Corporation, Motorola, General Motors e a ATT.

Lusa/fim

5

9709058

LUSA NOTÍCIAS

19 AGO 97 - 20:36

Angola: Candidatura de José Eduardo dos Santos ao Nobel da Paz

Luanda, 19 Ago (Lusa) - A candidatura do presidente José Eduardo dos Santos ao premio Nobel da Paz será apresentada em Luanda no proximo dia 30, disse hoje à agencia Lusa fonte ligada à Fundacao que tem o nome do presidente da Republica de Angola.

A ideia partiu de um grupo de personalidades nao angolanas e o anuncio da candidatura será feito no final dos trabalhos alusivos à comemoracao do primeiro aniversario da criacao da Fundacao José Eduardo dos Santos (FESA) e do 55/0 aniversario do seu patrono e fundador, que se celebra no proximo dia 28.

Joao Beirao, curador e porta-voz da FESA, disse à Lusa que a ideia lhe foi comunicada pelo presidente da Fundacao, Ismael da Silva, consul de Angola no Brasil, que lhe pediu para inscrever o anuncio da candidatura no programa das comemoracoes.

"Sei apenas que se trata de uma iniciativa de um grupo de individualidades estrangeiras. Ele (Ismael da Silva) é que tem os elementos necessarios", acrescentou.

A FESA foi criada em 29 de Marco de 1996, e os seus estatutos foram publicados em Abril seguinte, tendo a comissao permanente do conselho de ministros atribuido em Dezembro de 1996 o titulo de instituicao de utilidade publica.

De acordo com o programa, as comemoracoes iniciam-se no proximo dia 20 com uma entrega de donativos no municipio do Soyo, e terminam dia 30 com o encerramento das primeiras jornadas tecnico-cientificas.

O anuncio da candidatura ao Nobel da Paz e uma intervencao de José Eduardo dos Santos encerram os trabalhos. A realizacao da Semana da FESA visa dar a conhecer o conjunto de actividades desenvolvidas e as que se propoe realizar.

As primeiras jornadas tecnico-cientificas têm a colaboracao de especialistas brasileiros que irao apresentar comunicacoes destinadas a medicos, juristas, professores, pedagogos, arquitectos e economistas.

As inscricoes sao livres e o secretariado está a funcionar na representacao em Angola da Odebrecht, empresa brasileira ligada à construcao civil.

A FESA está actualmente envolvida na reabilitacao de escolas, do mercado de Sao Paulo - um dos bairros populares de Luanda - e ruas adjacentes, melhora do campo de futebol do bairro do Sambizanga, onde nasceu José Eduardo dos Santos, alem da construcao de um bairro habitacional para a Policia Nacional de Angola em Viana, arredores da capital angolana.

O nucleo de curadores da FESA é constituido por 15 individualidades proximas do chefe de estado, que têm a funcao de administrar os interesses e objectivos da fundacao.

Lusa/fim

LUSA NOTÍCIAS

19 AGO 97 - 16:49

Angola: obus matou duas crianças e feriu mais quatro pessoas

Luanda, 19 Ago (Lusa) - A deflagracao de um obus de 70 milimetros, encontrado no quintal de uma residencia no bairro de [illegible], [illegible], [illegible] hoje a morte de duas criancas e ferimentos noutras tres e num adulto, anunciou a Radio Nacional de Angola.

O acidente verificou-se na segunda-feira, quando as cinco criancas brincavam com o engenho explosivo.

O obus fazia parte dos inumeros engenhos explosivos que cairam na martirizada cidade de Huambo, no planalto central de Angola, apos o reinicio da guerra civil em 1992.

Os feridos pela deflagracao do engenho estao internados em estado grave no hospital central do Huambo.

Angola e' considerada dos paises mais minados do mundo, a par do Afeganistao e Camboja. Embora nao haja consenso quanto ao total de minas e engenhos explosivos colocados no seu território, acredita-se que existam ainda cerca de sete a oito milhoes.

Lusa/Fim

9709058

07

PÚBLICO

economia

Quarta-feira
20 de Agosto de 1997

O jornal de hoje

Canal PÚBLICO
Suplementos
Calvin & Hobbes
Pesquisa
Últimas
Dossiers
Portfólios
Televisão
Guia do Lazer
Fórum PÚBLICO
Nós
Serviço PÚBLICO
Gabinete PÚBLICO
PÚBLICO na escola
Eu leio o PÚBLICO
Home Page

Petrogal garante accionista no fim do Verão

Sonangol compra 10 por cento

Bruno Portela/Arquivo



A Sonangol entra na Petrogal pagando a participação em dinheiro e petróleo

Lurdes Ferreira*

As negociações para a entrada da Sonangol no capital da Petrogal deverão ficar concluídas no fim do Verão, com uma participação dos angolanos no capital da empresa portuguesa de dez por cento, o dobro do que chegou a estar previsto há alguns meses. A compra será efectuada em dinheiro e "crude".

A aquisição de dez por cento do capital da Petrogal, por parte da Sonangol, será concretizada através da entrada de dinheiro fresco e de uma parte em petróleo, apurou o PÚBLICO.

A operação representa o primeiro passo de um processo de interesses cruzados não só entre as duas empresas, mas também com a Saudi Aramco, a maior produtora mundial de "crude". A decisão da Sonangol é aguardada há mais de um ano, depois de um entendimento inicial com a petrolífera nacional, no âmbito da criação da Petrogal Angola, que detém as participações na Sonangalp, Agran e Refinaria de Luanda, e deve ser tomada até ao fim do Verão.

A contrapartida desta parceria demorou, contudo, a definir-se e há alguns meses admitia-se que a participação seria inferior à prevista, descendo até aos cinco por cento. Hoje, as negociações estão praticamente concluídas e as expectativas são de que o negócio fique fechado até ao fim do ano, segundo fonte da companhia portuguesa, o que deverá passar por uma deslocação a Angola do secretário de Estado da Indústria e Energia, José Penedos.

9709058

Depois do longo tempo de espera, a entrada da Saudi Aramco na Petrogal, anunciada em Junho passado e que deverá concretizar-se também até ao fim do ano, aparentemente acelerou o processo da Sonangol. A nova estrutura accionista deve estar a funcionar no início do próximo ano e nela estarão a Sonangol, com dez por cento, a Saudi Aramco, com 27,5 por cento, a Petrocontrol, com outros 27,5 por cento, e o Estado, com 35 por cento. Com a prevista colocação de 20 por cento do capital em Bolsa, o Estado deverá ficar com apenas 15 por cento, mas como "golden share".

Os elementos ligados às negociações com a Saudi Aramco garantem que as ligações da Petrogal ao mercado africano não foram contabilizadas na altura, mas o facto é que acabaram por funcionar como uma mais-valia, até mais cedo do que se previa. Há alguns meses, a descoberta de petróleo no "bloco 14", no "offshore" de águas profundas em Angola, valorizou a petrolífera nacional em cerca de 50 milhões de contos, por participar no capital da sociedade concessionária deste bloco.

Interesse tripartido

Para os especialistas do mercado, estão abertas as portas para que os interesses oriundos e estratégicos entre as três empresas ganhem dimensão, num negócio em que todos parecem ganhar. Para a Saudi Aramco, está em causa a possibilidade de acesso directo às ramas de Angola, uma zona de África cobiçada pelas maiores multinacionais do planeta e onde as estimativas de extracção de "crude" têm sido revistas em alta: de 660 mil barris/dia para um milhão barris/dia e mais recentemente para dois a 2,5 milhões de barris/dia.

Aliás, o interesse dos sauditas já tinha sido manifestado de outro modo. No início do ano, um grupo de individualidades do regime da Arábia Saudita expressou o seu interesse em adquirir a totalidade da dívida externa angolana, na altura calculada em mais de oito mil milhões de dólares (cerca de 1,5 mil milhões de contos, dos quais 225 milhões correspondem à dívida para com Portugal).

Enquanto a Petrogal conquistou, através da participação no "bloco 14", a entrada na produção de "crude", a Sonangol pode agora arriscar a sua participação num segmento de mercado que não tem: a refinação, o mercado de derivados e a comercialização. A companhia angolana tem estado até agora limitada à produção e os maiores proveitos que lhe advêm são sob a forma de "royalties". Através da parceria com a Petrogal, o mercado espanhol fica também mais próximo para a Sonangol.

A companhia portuguesa tem, por outro lado, mantido negociações com a petrolífera marroquina Somepi para entrar no seu negócio de distribuição de combustíveis, que possui uma rede de cerca de cem postos, conforme noticiou ontem o "Diário Económico". A concretizar-se, o negócio representará mais um passo na estratégia de internacionalização da empresa, mas, apesar de ambas as partes manterem o interesse, as conversações encontram-se num compasso de espera para a Petrogal ouvir a opinião do futuro accionista Saudi Aramco.

9709058

PÚBLICO

internacional

Quarta-feira
20 de Agosto de 1997

Em vésperas de uma reunião do Conselho de Segurança

Enviado de Clinton em Angola

O Jornal de hoje

Canal PÚBLICO
Suplementos
Calvin & Hobbes
Pesquisa
Últimas
Dossiers
Portfólios
Televisão
Guia do Lazer
Fórum PÚBLICO
Nós
Serviço PÚBLICO
Gabinete PÚBLICO
PÚBLICO na escola
Eu leio o PÚBLICO
Home Page

Helena Valente/LUSA



Koffi Annan (à esquerda), quando em Março, visitou o Cuito

Jorge Heitor

Um enviado especial da Casa Branca é aguardado sexta-feira em Luanda, num momento em que o Governo angolano tenta alargar a sua administração a mais áreas até agora sob controlo da UNITA. O seu recado para os dois lados será o mesmo: contenção. Em vésperas de uma reunião em que o Conselho de Segurança da ONU vai debater o mais recente relatório do Secretário-Geral Koffi Annan sobre as dificuldades da pacificação de Angola.

Paul Hare, enviado especial do Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, encarregado do dossier angolano, é sexta-feira esperado em Luanda, de acordo com um porta-voz da embaixada norte-americana naquela cidade, citado pela AFP.

Os contactos que Hare vai ter durante o fim de semana tanto na capital como nas terras do Planalto Central onde reside o líder da UNITA, Jonas Savimbi, inserem-se nos preparativos de uma reunião em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas se deverá pronunciar sobre o relatório sexta-feira passada concluído pelo Secretário-Geral Koffi Annan. Esta reunião, que chegou a ser dada como possível para hoje ou amanhã, está agora em risco de não se efectuar antes do fim da próxima semana.

9709058

Hare deverá pedir às duas partes que usem de contenção numa altura crucial do processo.

Entretanto, o porta-voz da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), David Wimhurst, esclareceu ontem o PÚBLICO de que a ONU e a "troika" de observadores do processo angolano - EUA, Rússia e Portugal - não rejeitaram as mais recentes propostas da UNITA, apesar de as haverem considerado tardias.

As primeiras duas respostas que o movimento de Savimbi dera à resolução tomada no dia 30 de Junho pelo Conselho de Segurança tinham sido na verdade julgadas pouco credíveis e rejeitadas, mas desta vez foi decidido estudar o que é que o Galo Negro diz quanto aos seus militares, à extensão da administração do Estado e à transformação da Vorgan numa emissora de frequência modulada.

A partir de agora, "o processo de extensão da administração do Estado volta a avançar", enquanto a MONUA procede à identificação e contagem dos homens armados que a UNITA diz que ainda tem, "mesmo que pensemos que eles sejam substancialmente mais do que os afirmados", acrescentou Wimhurst.

"Constatou-se uma melhoria nas últimas propostas de Savimbi, se bem que ainda sejam um pouco insuficientes", disse entretanto ao PÚBLICO uma fonte ligada aos contactos que nos últimos dias têm estado a decorrer tanto em Nova Iorque como em Luanda, entre os diversos observadores que ajudam a mediar o processo angolano.

Entrada no Negage

Por seu turno, o ministro da Administração Territorial, Fernando Faustino Muteka, anunciou à imprensa, em Luanda, que o Estado ia passar ontem ao controlo de sete novos municípios, em quatro províncias do interior; devendo no fim do mês entrar nas cidades de Negage (província do Uíge) e Cuango (Lunda Norte).

A decisão de avançar em mais esta fase do alargamento da administração central foi tomada numa reunião que as duas principais partes da questão angolana tiveram com a MONUA e com diplomatas de Portugal, dos Estados Unidos e da Rússia.

Toda a presente movimentação das diversas chancelarias e a passagem para a próxima semana - ou até para mais tarde - da reunião formal do Conselho de Segurança seguem-se ao conhecimento na íntegra do relatório pouco tranquilizador que o secretário-geral Kofi Annan elaborou na semana passada.

Annan fala da profunda preocupação da comunidade internacional quanto à falta de cumprimento de alguns compromissos assumidos, designadamente por parte da UNITA. Mas não vai ao ponto de abordar especificamente a hipótese

9709058

de novas sanções, que tanta controvérsia gerou durante a semana passada, levando inclusive o movimento de Jonas Savimbi a insistir em que uma "política de dois pesos e duas medidas" poderá muito bem ter um efeito indesejável e fazer correr mais sangue.

"Há ainda muitas indefinições quanto ao verdadeiro teor da próxima resolução do Conselho de Segurança. Tudo está a ser discutido", explicou ao PÚBLICO um diplomata ligado a este processo negocial; e segundo o qual as sanções são prováveis, restando porém ver qual o tipo e a partir de que altura é que poderiam vir a ser aplicadas.

"As acusações e contra-acusações, combinadas com rumores sem fundamento e com inflamadas declarações públicas, agravaram ainda mais uma atmosfera política já altamente carregada", escreveu Koffi Annan no seu relatório ao Conselho de Segurança, relatório esse divulgado na sequência de uma série de notícias sobre o perigo de a guerra terminada em Angola no fim de Novembro de 1994 se reacender agora em larga escala.

A UNITA atacou durante os últimos dois meses e meio posições governamentais na Lunda Norte e em outras partes de Angola, enquanto alguns elementos das Forças Armadas e da Defesa Civil atacavam aldeias na província da Huíla, disse o Secretário-Geral da ONU, que em Março estivera de visita a território angolano.

"O roubo, em Julho, de 300 quilos de explosivos pertencentes a uma brigada de desminagem, no Cazombo, e a aterragem nesse mês de mais de 120 voos em pistas controladas pela UNITA, no centro e leste do país, são claros indícios de grandes preparativos militares", prosseguiu Annan, no seu documento de 19 páginas.

Por outro lado, num dos aspectos mais dramáticos da sua reflexão, recordou que em Setembro de 1995 a conferência de doadores reunida em Bruxelas prometeu quase 1.000 milhões de dólares para o Programa de Reabilitação Comunitária de Angola, mas que até agora ainda nem sequer foram recebidos 10 milhões.

O processo de pacificação da sociedade angolana está pois a experimentar algumas das suas mais graves dificuldades dos últimos dois anos e meio, notando Annan que tanto o Governo como a UNITA têm uma grande responsabilidade quanto ao futuro, devendo abster-se de qualquer acção que possa conduzir a novos combates.

Por tudo isso, propôs ao Conselho de Segurança que pelo menos até ao fim de Outubro fiquem em Angola, dos anteriores efectivos da Unavem III que transitaram para a MONUA, 2.650 capacetes azuis, fornecidos por países como o Bangladesh, o Brasil, a Namíbia, Portugal, a Roménia e o Zimbabwe.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS 20 de Agosto de 1997

Enviado de Clinton inicia visita a Angola

Paul Hare terá contactos em Luanda e no Bailundo, tentando evitar que o clima de tensão entre as duas partes degenere de novo em guerra



Arquivo AP-Wilfredo Lee
PREOCUPAÇÃO. Clinton decidiu a venda de seis aviões "C-130" a Luanda

Um enviado especial do Presidente Bill Clinton, o embaixador Paul Hare, parte hoje para Angola, numa viagem que inclui Luanda e o Bailundo e que visa evitar que o actual clima de tensão degenere numa nova guerra.

Hare, que viaja acompanhado por Jerry Galucci, director adjunto do Departamento de Estado para os Assuntos da África Austral, visita Angola pouco depois de Washington ter anunciado que estava na disposição de apoiar a aplicação de novas sanções contra a UNITA se este movimento não completar imediatamente uma série de tarefas, entre elas a desmilitarização total.

A possibilidade destas sanções tem sido referida informalmente entre os membros do Conselho de Segurança da ONU, que se reúne no final desta semana para apreciar a situação em Angola. No entanto, o relatório apresentado ao Conselho de Segurança pelo secretário-geral Kofi Annan não fala de sanções, mas sim na "necessidade de dar às duas partes uma nova oportunidade de completarem o processo de paz, bem como de garantir a segurança do pessoal da ONU e outro pessoal internacional em África".

Entretanto, a subcomissão África da comissão para os assuntos internacionais da Câmara de Representantes pediu à secretária de Estado Madeleine Albright que "revitalizasse o papel dos Estados Unidos como garante do processo de paz, envolvendo mais activamente o enviado especial Paul Hare no processo".

A carta, datada de 8 de Agosto, manifesta igualmente alguma preocupação pelo facto de a Administração Clinton ter anunciado a decisão de vender seis aviões *C-130* ao Governo de Luanda. O texto pede a revisão dessa decisão, argumentando que ela "representaria uma significativa inclinação da política dos EUA a favor do Governo de Luanda numa altura de instabilidade" em Angola.

9709058

U.N.I.T.A.
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA: 20/8/1997
JORNAL: Público
AUTOR: Jorge Heitor
PÁGINA

Alguns pontos do relatório do secretário geral das Nações Unidas

O RELATÓRIO 640/1997 do secretário-geral Koffi Annan que no fim desta semana deverá ser debatido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas debruça-se sobre diferentes facetas da situação angolana. Uma síntese:

Aspectos políticos

"Durante os últimos dois meses e meio, o processo angolano continuou a registar graves dificuldades. Dado o agravamento da situação militar e os contínuos atrasos na aplicação do Protocolo de Lusaca, escrevi no dia 3 de Julho ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao líder da UNITA, a manifestar a minha grave preocupação com o aumento da tensão nas províncias do nordeste e com o atraso na extensão da administração do Estado a todo o país."

Aspectos militares

"A situação militar caracteriza-se presentemente por tensões que afectam quase todo o país, mas em particular as províncias de Lunda Norte, Lunda Sul e Malange. No período em apreço, continuou a registar-se mobilização de tropas e equipamento militar, alistamento de recrutas e um aumento de propaganda hostil."

Polícia

"Nas poucas áreas onde a administração do Estado foi alargada, não houve até agora queixas contra a polícia, apesar da atitude de falta de cooperação e até mesmo de hostilidade muitas vezes manifestada por militantes da UNITA". "Houve treino militar de pessoal da polícia na província da Lunda Norte, estimulando uma possível tentativa de preparar a polícia civil para tarefas não compatíveis com as que seriam normais". "O Governo suspendeu temporariamente o processo de desarmamento da população civil, enquanto não termina a normalização da administração do Estado, insistindo em que a população civil tanto das áreas governamentais como das áreas controladas pela UNITA seja desarmada em simultâneo."

Aspectos humanitários

"As persistentes tensões levaram a uma insegurança crescente em muitas partes do país e afectaram as actividades das agências humanitárias das Nações Unidas e das organizações não-governamentais. A presente situação já causou uma mudança das atenções, que se deveriam concentrar na reconstrução e desenvolvimento e que se desviaram para o auxílio de emergência. Os recontros levaram à deslocação de mais de 10.000 pessoas nas províncias de Lunda Norte e Lunda Sul."

Governo de Luanda manifesta desagrado a Pretória

Chivukuvuku na África do Sul

AS AUTORIDADES angolanas comunicaram à embaixada sul-africana em Luanda que não tinham gostado mesmo nada de saber esta semana que o chefe da bancada parlamentar da UNITA, Abel Chivukuvuku, se encontrava na África do Sul e fora recebido pelo vice-presidente Thabo Mbeki, declarou ontem ao PÚBLICO uma fonte diplomática. Os embaixadores de Angola e da África do Sul em Washington também já estiveram reunidos a tal respeito, pois o Futungo de Belas não aprecia toda a consideração que os dirigentes do ANC, velhos aliados do MPLA, estão agora a demonstrar pela UNITA, precisamente numa altura em que o grupo de Jonas Savimbi vê fecharem-se-lhe muitas outras portas. [illegible]

Enquanto isto, entre os observadores do processo de paz angolano começa a circular a possibilidade de a próxima resolução do Conselho de Segurança a este respeito já não vir a ser aprovada antes de Setembro, dada a necessidade de escalonar as sanções que estão previstas para quem ao longo das próximas semanas não der mostras de um mais eficaz cumprimento de tudo o que está previsto no Protocolo de Lusaca. ■

9709058

FEATURE - Italian firm to rebuild Angolan railway

Reuters World ReportTuesday, August 19, 1997 10:30:00 PM

By John Fleming

LOBITO, Angola, Aug 20 (Reuter) - The reconstruction of Angola's war-ravaged Benguela railway, first opened in the 1920s by Portuguese colonialists, is set to begin next month.

The railway stretches 1,350 km (840 miles) from the Atlantic port of Lobito to Luau on the border with the Democratic Republic of the Congo.

"We are almost ready to start work. As soon as we get our people down from Italy we will begin. We are looking at early September," said Raymondo Fossati, Lobito manager for Tor di Valle, the Italian firm rehabilitating the railway.

Working track already runs between Lobito and its sister city of Benguela, some 40 km (25 miles) to the south. The line carries about 20,000 people a day.

Another stretch of track snakes through hills into the interior 150 kilometres (93 miles) to a bridge bombed by Angola's former rebel movement UNITA during a two-decade-long civil war with the Angolan government.

FIRM BARTERS RAILWAY JOB FOR PLANTATIONS

It is easy to see the havoc wreaked on the railway by the civil war. Near Lobito, miles of rusting stock lie along the track and a train graveyard is choked with the remains of landmined and ambushed diesel locomotives.

Tor di Valle won the contract to reconstruct the railway through a barter scheme set up with the government. In return for the rebuilding work, the firm has the right to exploit a series of eucalyptus plantations totalling about 37,000 hectares (91,400 acres).

The trees were planted more than 100 years ago by the Portuguese, who anticipated using the wood to power steam locomotives.

Tor di Valle officials say the plantations will bring in more than $500 million, enough to cover the rebuilding costs and make the company a healthy, though undisclosed, profit.

PROBLEMS AS POLITICAL SITUATION DETERIORATES

The steam engines have now been replaced by modern General Electric locomotives at a cost of about $2 million each, but the project is fraught with problems.

"They will most likely have labour problems and logistical and supply problems, but the biggest question is the political uncertainties. This country could go back to civil war at any time. That wouldn't be good for business," said one industry analyst who asked not to be identified.

UNITA, the National Union for the Total Independence of Angola, entered into a power-sharing agreement with the government in April. It continues to hold vast areas of the country, including most of the territory the railway crosses.

In recent months the country's precarious peace process has begun to unravel, bringing Angola closer to the point of renewed

15

conflict than at any time since UNITA and the government signed a peace treaty in 1994.

REBUILDING TASK, POTENTIAL BENEFITS ENORMOUS

Even if peace holds, the work to be done on the railway is staggering.

After Tor di Valle has restored the track to accommodate minimum traffic, a three-year project, it will modernise the entire line.

Fossati said the 14-year project includes rebuilding 20 bridges, replacing the steel rails, reconstructing 22 passenger stations and three work stations and the telephone and signals system.

The company will also replace every one of the line's 1.5 million sleepers.

The payoff for the firm could also be huge and open up, not only the interior of Angola, but also the whole of central Africa.

"This project is vital to the development of Angola, but also the central Africa region," said Lukoki Sebastiao, general manager of the Benguela Railway Company.

Sebastiao said the rail-rebuilding investment was not ill-timed, despite the precarious and volatile political outlook in Angola.

"Sure there are problems in Angola. But I think the best solution is not always to wait. This investment could be a factor in strengthening peace," he said.

During the Portuguese colonial period, the railway was used not only to transport products out of Angola but to move copper and cobalt from huge mines in the south of what used to be Zaire.

Company officials say that following the change of leadership in Kinshasa, those mines will once again begin exporting through Angola. REUTER

SAfrica Wants End to Mercenaries

Wednesday, August 20, 1997; 2:52 p.m. EDT

CAPE TOWN, South Africa (AP) -- Concerned about the overseas activities of South African mercenaries, the government is pushing legislation that could punish soldiers of fortune with 10 years in prison and $220,000 fines.

The foreign military assistance bill would fulfill South Africa's "constitutional duty" to avoid interference in the affairs of other countries, an arms control chief told a parliamentary committee on Tuesday.

The bill, introduced by Defense Minister Joe Modise in July, would expand existing legislation by imposing strict controls on military assistance abroad.

The legislation, prompted by foreign criticism of South African mercenaries, would require South Africans to get government approval for military service abroad.

Executive Outcomes, perhaps the world leader in the private military industry, made headlines in February when it was hired to provide a small mercenary force to help Papua New Guinea combat a rebellion on Bougainville Island.

But the foreigners' arrival triggered a military mutiny and violent protests, prompting the government to nullify the contract several weeks later.

In addition to banning actual combat, the bill would forbid military advice, training, paramedical services, procurement of equipment and providing security services for individuals or property abroad.

"We are serious about this matter," Kader Asmal, who heads the National Conventional Arms Control Committee, said Tuesday. He was addressing the parliamentary committee on defense, where public hearings will be held in

9709058

17

coming days.

"Applications (for permission) will be refused outright if they might result in the violation or suppression of human rights, endanger peace by military destabilization ... support terrorism ... or prejudice South Africa's national or international obligations and interests," Asmal said.

Back to the top

Article Id: drafr08191997000255
Document Id: 0ef9erw0180aa6
Insert Date: 08/21/97
Purge Date: 09/04/99
Publish Date: 08/19/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 51

Title: Congo-Brazzaville: Cabinda Police Chief in Congo for Security Talks

Document Number: FBIS-AFR-97-231
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Transcribed Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 19 Aug 1997
Division: Central Africa
Subdivision: Congo-Brazzaville
Sourceline: AB1908090097 Paris AFP in English 1502 GMT 18 Aug 97
AFS Number: AB1908090097
Citysource: Paris AFP
Language: English
Article Type: BFN

Kinshasa, Aug 18 (AFP) -- The police chief of the Angolan enclave of Cabinda is in southern Congo to discuss border security with the Congolese authorities, a report on Radio Congo monitored here said Monday.
General Marion Sita arrived Sunday in the southwestern town of Dolisie where the Angolan government wants to open a consulate, the radio said.
Frequent armed clashes have been reported between Congolese civilians and Angolan soldiers hunting down Cabinda separatists inside Congo.
Luanda has repeatedly accused the Congolese authorities of supporting separatists in the enclave, charges Brazzaville denies.
Sita's visit follows talks last month between the Angolan and Congolese interior ministers in the oil-rich enclave wedged between Congo and the Democratic Republic of Congo.
Cabinda, on the Atlantic coast, was made part of Angola in 1956 by its former Portuguese colonial rulers. After independence in 1975, Angola made the region one of its 14 provinces.
Three armed separatist groups are among about a dozen groups calling for the territory's independence from Angola.
Congo is sheltering around 11,000 Cabinda refugees, most in the coastal Pointe-Noire region.
[Description of Source: Paris AFP in English -- Semi-official, independent news agency]

Article Id: drafr08181997001105
Document Id: 0ef9eru02p4qh3
Insert Date: 08/21/97
Purge Date: 09/04/99
Publish Date: 08/18/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 65

Title: Angola: Official: State Administration Extension To Resume 19 Aug

9709058
08/21/97 07:50:0

Document Number: FBIS-AFR-97-230
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Excerpt
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 18 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1808201897 Luanda TPA Television Network in Portuguese 1930 GMT 18 Aug
AFS Number: MB1808201897
Citysource: Luanda TPA Television Network
Language: Portuguese
Article Type: BFN

The process of restoring state administration resumes on 19 August. Today, negotiators sat at the same table and National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] promised the process would go ahead without incidents or delays. The initial stage does not include Lunda Norte and Lunda Sul Provinces. [passage omitted]
The process came to a halt about three months ago, but negotiators announced today that the national flag will fly again in more than 40 areas beginning tomorrow. Acting Prime Minister Pedro van Dunem said this:
[Begin van Dunem recording] These were peaceful talks. Full consensus was reached concerning all issues pertaining to state administration and now we can only hope that the process will go ahead as promised -- without any disturbances at all -- and that difficulties will be of a logistical nature only. [end recording]
Deputy Minister Without Portfolio Higino Carneiro spoke next. He said the agreement reached this morning entails two stages of implementation: The first will end in October. The process will not begin in Lunda Norte and Lunda Sul Provinces immediately, but this might start happening by next week.
[Begin recording] [Carneiro] The first stage will probably end in the first half of October, and then the second stage will take place. The next 20 days will see some crucial work done, notably along the borders with the Democratic Republic of the Congo, Zambia, and Namibia.
[Unidentified reporter] [Words indistinct] government and UNITA [words indistinct]?
[Carneiro] That was never one of our concerns. People in administrative duties will be Angolans, not foreigners. We never saw the need to prod anyone's emotions to see if he is Angolan. That is a UNITA theory which we have sidelined because we feel it is not applicable. Were that the case, the government would also have to lobby with other Angolans to bring UNITA to Luanda, and to other parts of our territory. This is a poor excuse and you can be sure we will not support it.
[Reporter] Will Lunda Norte and Lunda Sul Provinces be among the areas where state administration restoration will resume tomorrow?
[Carneiro] No, not yet. But it might happen later in the week. [end recording] [passage omitted]

LUSA
NOTÍCIAS

20 AGO 97 - 13:05

Angola: Falsa partida na extensão da administração a zonas da Unita

+++ por eduardo lobao, da agencia lusa +++

luanda, 20 ago (lusa) - a extensao da administracao do estado às zonas ainda controladas pela unita voltou a marcar passo, e responsaveis governamentais querem acreditar que hoje sera' finalmente possivel reiniciar o que se encontra interrompido ha' quase tres meses.

o processo deveria ter-se reiniciado terca-feira, 24 horas depois de governo e unita, em luanda, terem acertado com a mediacao e a "troika" de observadores uma nova partida para um dos pontos previstos no protocolo de lusaca, e cuja falta de cumprimento e' imputada pela comunidade internacional 'a organizacao de jonas savimbi.

a extensao da administracao do estado foi interrompida em maio passado na sequencia dos incidentes que marcaram o processo nalgumas localidades, designadamente quibala (provincia de cuanza sul) e londuimbali (huambo), e ainda devido 'as movimentacoes militares levadas a cabo pelas forcas governamentais na provincia da lunda norte.

estas operacoes visaram alegadamente impedir elementos armados da unita que se encontravam do lado da republica democratica do congo (ex-zaire), acompanhados de hutus ruandeses, de regressaren a angola, mas resultaram, sobretudo, na ocupacao de varias posicoes detidas pela unita, que ripostou, e reocupou duas das cerca de 10 que perdeu.

na passada segunda-feira ficou acertado que a extensao iria processar-se em varias localidades nas provincias do zaire, malange e uige, mas dificuldades de varia ordem, de ambito material e logistico, inviabilizaram-na.

em malange, o vice-ministro da administracao do territorio, general higino carneiro, reconheceu o fracasso, mas anunciou que as localidades de caculama e calandula passarao finalmente quinta-feira a ser controladas pelo governo, caso a reunião prevista para hoje na capital provincial, com responsaveis da unita, produza resultados visiveis.

caso a unita nao compareca 'a reuniao, o governo, alegou aquele governante, "esta' preparado para orientar o processo (...) e para reagir a todo e qualquer tipo de manobras que possam ferir a soberania do estado angolano".

na provincia do uige, mais propriamente nas localidades de quitexe, dange, vila vicosa e vista alegre, a nova data foi tambem fixada para quinta-feira.

no dia seguinte, caso nao se verifiquem novos adiamentos, sera' a vez dos municipios do songo e bembe.

onde se verificam resistencias por parte da unita e' na provincia do cuando cubango, tendo o comandante regional da missao de observacao das nacoes unidas (monua) reunido terca-feira com o governador provincial, a quem transmitiu os resultados do encontro que manteve segunda-feira com responsaveis da unita.

estes continuam a alegar a necessidade de novos simbolos nacionais serem utilizados na extensao da administracao do estado prevista para os municipios do rivungo e cuangar.

9709058

21

o que ficou acertado na reuniao de segunda-feira em luanda era que o processo abrangesse para ja' mais de 40 localidades distribuidas por varias provincias, tendo em comum o facto de se situarem junto 'a fronteira com os paises vizinhos de angola.

esta primeira fase seria executada ate' 'a prmeira quinzena de outubro e abrangeria 16 municipios e 21 comunas.

a segunda fase incluiria os municipios do bailundo e andulo, quarteis-generais da unita nas provincias do huambo e bie', respectivamente, e localidades da lunda norte e lunda sul.

este acerto alterou um pouco a proposta avancada no passado dia 11 pela unita, e o chefe da delegacao do movimento do "galo negro" na comissao conjunta, isaias samakuva, partiu segunda-feira para o bailundo para obter o assentimento de jonas savimbi.

observadores em luanda sao de opiniao que sem o regresso de isaias samakuva do bailundo, dificilmente se avancara' no processo.

por outro lado a chegada a angola de paul hare, enviado especial do presidente bill clinton, aguardada sexta-feira, podera' atrasar a execucao do processo.

O objectivo da sua estada em angola, em que se encontrara' com o presidente jose' eduardo dos santos e, possivelmente, com o lider da unita, e' recolher informacoes sobre a situacao politico-militar e inscreve-se nos intensos contactos que estao a ser feitos antes da decisão do conselho de seguranca da onu, que chegou a ter uma reuniao marcada para o passado dia 15.

esta reuniao, em que a possibilidade da aprovacao de um pacote adicional de sancoes contra a unita tem vindo a ser fortemente considerada, foi entretanto adiada para a proxima sexta-feira, mas informacoes ainda nao confirmadas apontam para novo adiamento, agora para os primeiros dias de setembro.

Lusa/fim

West Africa oil race hots up with new Angola find

Reuters World ReportWednesday, August 20, 1997 2:57:00 PM

By William Maclean

LONDON, Aug 20 (Reuter) - A scramble to develop African oil has gained impetus from fresh evidence of the deep water riches off the continent's west coast, industry watchers said on Wednesday.

French oil major Elf's announcement on Tuesday of its second multi-million barrel crude find off Angola confirms west African deep waters as the hottest new property on the international oil exploration scene.

"This augurs very well for deep water West Africa and is good news for the industry as a whole," said Peter Bogin, associate director of Cambridge Energy Research Associates (CERA) in Paris.

"It puts deep water west Africa on a par with what we have seen in the Gulf of Mexico. One result will be tremendous pressure on the rig industry to supply the rigs necessary to drill in these kinds of waters."

"This confirms Angolan deep water prospects," said Gerald Kepes, managing director of the Upstream Services Group at Petroleum Finance Company in Washington.

"The questions now are how big it actually is, how many companies can play in it and is it enough to put Angola well over one million barrels a day production and to keep it that way."

Oil companies are expected to invest between $40 billion and $60 billion in the region in the next 20 years to extract an estimated 15 billion barrels or more of oil believed to lie in very deep West African waters.

West Africa's comparatively young offshore sector has so far attracted fewer oil companies and less investment than the older prospects in the North Sea and Gulf of Mexico, the test beds where many of the technological developments used in Africa were developed, Kepes said.

The African finds boost the region's global importance alongside other inviting new plays such as the Caspian. And that means Africa's importance to Big Oil can only grow, analysts say.

U.S. major Chevron, for example, says Africa now contributes 20 to 25 percent of revenues from its overseas operations.

Angolan offshore prospects remain a distant second to Nigeria, where the exploration firm of Anglo/Dutch major Royal Dutch Shell has seen encouraging finds at its deep water Bonga and Ngolo prospects.

Shell last year said Nigerian deep waters in total could prove to contain commercial reserves of anywhere between five and 20 billion barrels.

Shell has led offshore exploration in Nigeria, which has also seen drilling by Exxon Corp, Norway's Statoil, Agip Spa of Italy and a Statoil/BP-led alliance in water depths exceeding

1,000 metres.

Shell in June denied a report that Shell Nigeria Exploration and Production Company of Nigeria (SNEPCO) had found 2.2 billion barrels of oil reserves from appraisal drilling at Bonga and Ngolo.

Some experts, however, suspect the company is playing its cards close to its chest and that at least one highly promising discovery has been made.

Eloi Dolivo of Geneva-based Patroconsultants said Shell had put Bonga on a fast-track development but said information about it and Ngolo was being tightly held.

Elf's new Angolan find was made in the Dalia field in Block 17 in a water depth of 1,360 metres about three km from the Girassol well announced in April 1996.

"This is the first time we have had confirmation of the size of (Angolan offshore prospects). It is the most significant find there yet," said Edinburgh-based Wood Mackenzie analyst Andrew Latham.

"The size of the reserves indicates that there is more than enough there for commerciality and it brings Angola into the first division in West Africa."

Dolivo said the find could raise the stakes in the bidding process for three new deep water block licences.

Angolan state oil company Sonangol was lucky to have waited before launching the next bidding round for deep water blocks 23, 24 and 25, he said.

"The Dalia discovery will further raise the bids and throats will bleed in the scramble for those blocks."

Angola's offshore production has been largely unaffected by a civil war which officially came to an end under a peace treaty signed in 1994.

Congo is another play that has attracted attention.

Elf's Congo subsidiary last year carried out a test with positive results at the offshore Congo Moho field on the Haute Mer exploration permit.

EDIÇÃO ELECTRÓNICA

ANGOLA: OS DESAFIOS DA "PETROPOLÍTICA"
Descoberta de jazigo gigante reforça Governo de Eduardo dos Santos

Américo Gonçalves
Colaborador em Luanda

A gigantesca descoberta petrolífera do jazigo Dália I, realizada pela companhia francesa Elf Exploration Angola, no bloco 17, vem confirmar o grande potencial das águas profundas angolanas e acelerar a corrida e a concorrência das maiores companhias petrolíferas do Mundo, com os seus altos responsáveis a aterrarem em Luanda para disputarem uma licença de exploração, cenário absolutamente inimaginável ainda no início desta década.
O anúncio desta descoberta, que parece ser a maior até hoje jamais realizada em África, se por um lado agitou os meios petrolíferos e financeiros internacionais, particularmente o próprio grupo francês Elf Aquitaine - que conseguiu uma revalorização dos seus títulos, que nos últimos dias estavam em queda na Bolsa -, não deixará por outro de causar um ainda maior impacto no panorama político angolano.
Desde já se pode referir uma consolidação do poder do presidente Eduardo dos Santos e do seu Governo, numa altura em que é crescente a crispação da comunidade internacional contra Jonas Savimbi pelos sucessivos incumprimentos das obrigações finais do Protocolo de Lusaca.
Assim, esta descoberta representa um trunfo de primeira grandeza nas mãos de Eduardo dos Santos, que, a ser esgrimido com perícia, poderá atenuar certa má-vontade até aqui manifestada contra o presidente e o Governo por tradicionais sectores apoiantes da UNITA.
Eduardo dos Santos utilizará, sem dúvida, a arma da "petropolítica" para que se congregue internacionalmente uma maior vontade de condenação daqueles que, por diferentes vias, promovem o adiamento da consolidação da paz em Angola.
Mas esta descoberta espectacular do grupo petrolífero francês só muito erradamente poderá servir para alimentar aquilo que é visto em Angola como rivalidades franco-americanas, como fazem acreditar alguns observadores, face aos acontecimentos recentes do ex-Congo (Zaire) e o abalar dos pilares de Pascal Lissouba, em Brazzaville.
A descoberta deste jazigo gigante simplesmente veio confirmar o potencial das águas profundas angolanas, e é precisamente aí que o Governo vai apostar fortemente para recolher maiores dividendos políticos e financeiros. Este é, sem dúvida, o mérito desta descoberta, que renova o já grande interesse dos grupos petrolíferos em relação a Angola.
Convém saber-se que as melhores fatias desse enorme bolo de "ouro negro" do off-shore angolano ainda não foram colocadas a concurso e localizam-se numa zona que se convencionou

... águas ultraprofundas", que englobam as concessões já definidas e nu situadas a oeste dos blocos 15, 16, 17 e 18, ou seja, as que são continuidade da es geológica dos blocos enumerados e que se têm mostrado bastante prolíferos.
O entusiasmo que se vive nos sectores técnicos da Sonangol, a companhia naciona combustíveis, e no Ministério angolano dos Petróleos, é justificada, porque, apesar não existir uma declaração oficial sobre o assunto, tudo indica que a nova descobert superior à realizada em 1996 e baptizada de Girassol, que foi então considerado um j gigante. A confirmação comercial do Girassol foi anunciada em Abril último e, segur independentes, poderá conter reservas da ordem dos 900 milhões de barris a mil milh barris.
A nova descoberta situa-se a apenas três quilómetros do poço Girassol e a uma profund similar, de 1.360 metros.
Os testes de pesquisa forneceram um débito acumulado de 16 mil barris/dia. Peritos independentes afirmam, também, que apesar do óleo ser bastante mais pesado, as reserva recuperáveis são bem maiores.
A companhia francesa, ainda mal refeita do impacto desta descoberta, prepara-se para pass aos estudos de avaliação, com o objectivo de simular com objectividade as potencialidades desta descoberta, enquanto arruma as malas para aterrar com as suas ferramentas no novo campo, já baptizado de Rosa.
Para sectores da companhia francesa Elf Exploration Angola, que explora 35% do pretóleo angolano, liderando assim um grupo integrado pela Esso Exploration Angola (20%), PP Exploration (16,67%), Den Norske Stats Oljeseskap A.c. (13,33%), Norsk Hydron Asa (10%) e Fine Exploration Angola (5%), esta descoberta confirma estar-se em presença de uma nova "província" petrolífera, o que dá razão àqueles que afirmam que Angola é um verdadeiro "escândalo geológico".

Regresso à página anterior

9709058

26

LUSA
NOTÍCIAS

21 AGO 97 - 19:04

Angola: UNITA cessou movimentação militar no Cuanza Norte

Ndalatando, Angola, 21 Ago (Lusa) - A UNITA cessou as movimentacoes militares que vinha fazendo a partir do Cuanza Norte em direccao 'a Lunda Norte, disse hoje 'a Agencia Lusa fonte militar governamental.

A fonte, do Comando Operacional local das Forcas Armadas Angolanas (FAA), acrescentou que as movimentacoes eram feitas sobretudo a partir dos municipios de Quiculungo, Bolongongo, Ambaca e Samba Caju.

O fim das movimentacoes, em Julho passado, contribuiu para a normalizacao da situacao politico-militar.

Mas nao teve efeitos nas restricoes que se verificam na circulacao de pessoas e bens no interior da provincia, que compreende 10 municipios, distribuidos de forma igual pelo governo e pela UNITA.

Contudo, os insistentes rumores sobre uma eventual ofensiva de forcas governamentais sobre posicoes controladas pela UNITA, designadamente as localidades de Quiongombe (ex Vila Flor) e Samba Caju, mantem as populacoes dessas areas em sobressalto, disse 'a Agencia Lusa um civil fugido daquela regiao.

Mario Pedro, 34 anos, afirmou que a circulacao de pessoas e bens, quer do lado do governo quer do lado da UNITA, processa-se apenas a pe'.

Sao sobretudo mulheres que circulam e que chamam a si as trocas comerciais entre os dois lados, a partir da povoacao de Quigia, a 48 quilometros a nordeste de Ndalatando e controlada pelo movimento do Galo Negro.

Apenas as organizacoes nao-governamentais e a Missao de Observacao da ONU em Angola (MONUA) utilizam viaturas nas deslocaçoes na região, disse.

Lusa/Fim

9709058

LUSA NOTÍCIAS

21 AGO 97 - 20:08

Angola: CS da ONU deverá restringir deslocações de dirigentes da UNITA

Nações Unidas, Nova Iorque, 21 Ago (Lusa) - O Conselho de Segurança da ONU está a encarar a possibilidade de restringir as deslocações ao estrangeiro aos dirigentes da UNITA e interditar o sobrevoo dos territórios controlados pelo movimento de Jonas Savimbi.

"Está em preparação um projecto de resolução e nele constam várias medidas" que contemplam sanções, disse aos jornalistas o presidente em exercício do Conselho de Segurança, o britânico John Weston, lembrando as consultas à porta-fechada que têm vindo a decorrer.

Segundo diplomatas ocidentais, as sanções serão votadas mas não entrarão imediatamente em vigor, de forma a dar tempo à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) para cumprir as exigências internacionais.

John Weston não adiantou mais pormenores, indicando unicamente que o projecto de resolução vai ser analisado pelo Conselho de Segurança "nos próximos dias e, provavelmente, na próxima semana", com base nas propostas da "troika" de observadores do processo de paz angolano - Portugal, Estados Unidos e Rússia.

Sexta-feira última, num relatório, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirmou que o processo de paz em Angola atravessa "sérias dificuldades" e que "as tímidas concessões" da UNITA eram "inaceitáveis".

Para Annan, a desmilitarização total das tropas, o restabelecimento da administração do Estado a todo o território, a transformação da Vorgan (rádio oficial da UNITA) numa estação emissora "não partidária" e a "verdadeira mudança" da UNITA para um partido político são "imperativos" para o processo de paz.

Segundo os diplomatas, o projecto de resolução contra a UNITA poderá começar a ser debatido na próxima terça-feira, que precede um debate público sobre a questão, cuja data não foi indicada, seguido da votação do documento.

De qualquer forma, as sanções não entrarão imediatamente em vigor, pelo que a UNITA beneficiará de um período de três a quatrro semanas para dar mostras da vontade em levar para diante o processo de paz, segundo um participante no encontro de hoje no Conselho de Segurança.

Lusa/Fim

9709058

08/21/97 15:42:55

U.N. council working on sanctions against UNITA

Reuters World ReportThursday, August 21, 1997 5:35:00 PM

By Anthony Goodman

UNITED NATIONS, Aug 21 (Reuter) - Security Council members are drafting a resolution to impose new sanctions on the former rebel UNITA movement in Angola, council president Sir John Weston of Britain said on Thursday.

While declining to give details, he told reporters after closed-door council consultations: "Yes, there will be a resolution and, yes, it will impose measures."

A council source said a vote was likely next week.

Council members have been discussing a recent report by Secretary-General Kofi Annan recommending a delay in withdrawing U.N. troops from Angola and pointing the way toward sanctions against UNITA (the National Union for the Total Independence of Angola) for flouting peace accords.

After two decades of civil war, UNITA entered into a unity government in April with the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA). But UNITA continues to control about 70 percent of the country, including diamond mines, and only a minority of its fighters have been demobilized and incorporated into a new national Angolan army.

The Security Council imposed an arms and oil embargo on UNITA in 1993 but it has not been effective.

Diplomats said additional sanctions, with a possible grace period before entry into force, could include a travel ban on UNITA personnel, closing the movement's offices abroad and a ban on flights into UNITA-held territory.

Annan said in his report that 2,650 military personnel from a scaled-down U.N. peacekeeping force should remain in Angola until the end of October, given the "prevailing precarious situation."

Referring to past efforts to obtain compliance with the peace accord, he added: "Last-minute half-hearted concessions by UNITA, under pressure and on the eve of Security Council deliberations, are no longer acceptable." REUTER

9709058

UNITA
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA 22/8/1997
JORNAL INDEPENDENTE
AUTOR
PÁGINA

O "draft" da resolução das Nações Unidas onde se prevêem sanções muito duras para a UNITA deverá ser discutido para a semana. O Independente divulga o projecto em primeira-mão.

Setembro negro

O projecto de resolução das Nações Unidas que prevê sanções muito duras e serem aplicadas à UNITA deverá ser discutido já na próxima semana - terça ou quarta-feira são os dias [illegible] processo. O Independente teve acesso ao "draft" da resolução da ONU que prevê sanções políticas e comerciais extremamente rigorosas para a UNITA. Mas, segundo a mesma fonte, "as sanções comerciais e económicas não vão ter ainda contempladas". Por outro lado, o Conselho de Segurança deverá dar um "prazo de suspensão de um mês", ao fim do qual as sanções políticas serão "automaticamente aplicadas". No dia 15 de Setembro, haverá novo relatório do secretário-geral da ONU sobre Angola e, caso voltem a ser reiteradas as críticas ao movimento do Galo Negro, as sanções entrarão em vigor no final do próximo mês.

Os Estados Unidos são os principais responsáveis pelo adiamento de uma decisão final sobre a aplicação de sanções à UNITA pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estavam previstas para esta semana. A Rússia e sobretudo Portugal defendiam que os "castigos severos" ao movimento do Galo Negro, constantes do projecto de resolução, deveriam entrar em vigor imediatamente. Mas os norte-americanos preferiram esperar pelo próximo mês, altura em que assumem a presidência do Conselho de Segurança, talvez por pretenderem então aumentar o seu protagonismo no processo angolano.

Sanções. A UNITA está convencida de que o Governo português é o principal responsável pelo lançamento da ideia das no [illegible] congelamento de contas bancárias e à anulação de vistos a membros do movimento, assim como ao encerramento das suas representações externas, a começar pela de Lisboa.

"As autoridades portuguesas que se lembrem que já tentaram destruir a UNITA por várias vezes e nunca conseguiram. Também não será desta" - avisa Carlos Morgado, o antigo médico de Jonas Savimbi que é hoje o "número dois" da representação da UNITA em Portugal. Esta ideia é considerada "ridícula" por uma fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o Governo de Guterres a preferir não comentar "tais disparates". Mais: "Portugal apenas se limitará a aplicar escrupulosamente as sanções que venham a ser adoptadas pelas Nações Unidas. O Governo nada tem contra a representação da UNITA, isso é apenas a habitual ideia de perseguição do movimento do Galo Negro", afirma uma fonte diplomática em Lisboa.

No projecto de resolução das Nações Unidas, a que tivemos acesso, só a UNITA é condenada directamente, apesar de serem dirigidas algumas exigências ao "Governo de Angola". Assim, é previsto que o Conselho de Segurança venha a decidir "condenar a UNITA por até agora não ter adoptado passos concretos e irreversíveis no cumprimento das suas obrigações" no contexto do protocolo de Lusaka. "Lembrando que o Conselho de Segurança já fez inúmeros avisos à UNITA [illegible] Presidente em 23 de Julho de 1997", as Nações Unidas determinam que todos os seus Estados membros devem "a) restringir a entrada ou o trânsito nos seus territórios de representantes oficiais civis e militares da UNITA que não sejam membros dos corpos governamental e parlamentar de Angola".

Em segundo lugar, é previsto que sejam anulados todos os documentos de viagem, sejam qual forem as suas datas de expiração, assim como a anulação de todos os vistos de residência aos membros do movimento. Na alínea d) o projecto de resolução é taxativo e a decisão muito clara: "fechar as representações oficiais da UNITA" fora do território de Angola. Seguem-se as chamadas "sanções comerciais", que apesar de estarem previstas no projecto de resolução a que tivemos acesso, não deverão ser contempladas para já. Entre outras, contam-se a proibição de importação de bens e minerais "extraídos, produzidos ou manufacturados" nos territórios sob o controlo da UNITA, assim como "o congelamento" de todos os fundos ou recursos financeiros do movimento do Galo Negro - novamente com a excepção dos que dizem respeito a membros do Parlamento ou do Governo de Angola. A ideia parece ser a de fazer uma clara distinção entre os deputados e governantes da UNITA que estão em Luanda e todos aqueles que se mantêm "à margem da lei internacional", numa posição de conflito.

[illegible]. Ainda no projecto de resolução apresentado pela "troika" de observadores - Portugal, Estados Unidos e Rússia -, as Nações Unidas apelam mais uma vez para que se concretize o prometido encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi "em território angolano", uma proposta que tem sido recusada pela UNITA, que admite a cimeira mas só se for realizada fora de Angola. Prevê-se ainda que seja adiada a retirada das unidades militares das Nações Unidas em Angola, desta vez para o fim de Outubro deste ano. Em suma, a ONU entende que há "sérias dificuldades" no processo de paz angolano e que o movimento do Galo Negro é o grande responsável pelo precário estado do país.

Depois do conhecimento de algumas das sanções previstas, a UNITA, numa atitude de alegada cedência, demonstrava-se já disposta a entregar 80 por cento do território que se mantém sob a sua jurisdição. Mas, pedia "mais tempo e mais diálogo" para que a "efectivação da reposição da administração do Estado" se desse sem conflitos.

9709058

30

U.N.I.T.A
REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA 22/8/1997
JORNAL Independente / Público
AUTOR Paulo Pinto Mascarenhas
PÁGINA

O adiamento da decisão do CS é também explicado pelo facto de chegar hoje a Angola Paul Hare, enviado especial do presidente norte-americano para o processo de paz em Angola. Como afirma fonte diplomática em Luanda, "esta estada de Paul Hare em Angola, contemplando um encontro com José Eduardo dos Santos e, depois, possivelmente, com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, terá como principal preocupação ultrapassar o clima existente de grande desconfiança".

A visita, que surge numa altura em que o Partido Republicano norte-americano começa a dar sinais de não querer ver completamente diluída a influência da UNITA em Angola, pretende demonstrar mais uma vez que o conflito não poderá nunca ser resolvido pela força das armas. Assim se convençam as partes em conflito.

Paulo Pinto Mascarenhas / José Luís Carneiro

Angola Desenham-se sanções à UNITA

RESTRIÇÕES às deslocações ao estrangeiro de responsáveis da UNITA e interdição do sobrevoo dos territórios controlados pelo movimento são hipóteses de sanções ao partido de Jonas Savimbi que estão a ser discutidas nos gabinetes das Nações Unidas, indicaram ontem diplomatas citados pela AFP. "Está actualmente em preparação um projecto de resolução, e implicará medidas" de sanções, confirmou o britânico John Weston, presidente em exercício do Conselho de Segurança. O Conselho discutirá o projecto "nos próximos dias", com base em propostas feitas pela "troika" de observadores (Portugal, Estados Unidos, Rússia), e pode começar a examiná-lo mais formalmente já na terça-feira. Os passos que se seguem são um debate público e a aprovação da resolução. ■

9709058.

REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL

RECORTE DE IMPRENSA
DATA 22.8.1997
JORNAL Jornal de Notícias
AUTOR Américo Gonçalves
PÁGINA

EMISSÁRIO DE CLINTON CHEGA HOJE A ANGOLA

Américo Gonçalves
Correspondente em Luanda

Paul Hare, o homem de confiança de Bill Clinton para a questão angolana, chegou às primeiras horas de hoje a Luanda, numa derradeira tentativa para fazer avançar o processo de paz, comprometido há mais de dois meses devido aos incidentes nas Lundas e ao não cumprimento pela UNITA de todas as cláusulas do Protocolo de Lusaka.

Até ao momento, ainda não foi possível [illegible] a extensão da administração do Estado a todas as áreas ocupadas pela UNITA, nem esta alterou o estatuto da VORGAN, que terá de passar a ser uma rádio privada, ou efectuou o desarmamento de todas as suas tropas excedentárias, incluindo numa alegada Polícia mineira, bem como todos os homens da guarda pessoal de Jonas Savimbi.

Paul Hare vai encontrar-se em Luanda com a "troika" de países observadores (Portugal, EUA e Rússia) e reunir com a Comissão Conjunta, integrada por representantes do Governo angolano, da UNITA e da troika.

O emissário de Bill Clinton será recebido em audiência pelo presidente Eduardo dos Santos.

Está ainda prevista uma deslocação de Paul Hare ao Bailundo, onde vai tentar convencer Jonas Savimbi a respeitar o Protocolo de Lusaka.

Espera-se que o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deverá reunir até final de semana, traga algo de mais substancial para o processo de paz em Angola, embora ninguém acredite que venham a ser aplicadas sanções contra o movimento liderado por Jonas Savimbi.

Sabe-se que José Eduardo dos Santos terá solicitado ao Conselho de Segurança a seguinte fórmula: aplicar sanções à UNITA mas suspendê-las sempre que ela mostrasse uma atitude positiva.

9709058

Article Id: drafr08201997001015
Document Id: 0efa96702n5g6g
Insert Date: 08/21/97
Purge Date: 09/04/99
Publish Date: 08/20/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 43

Title: Angola: Sakala on 'High-Level' Talks With South African Officials

Document Number: FBIS-AFR-97-232
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 20 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola,South Africa
Sourceline: MB2008163497 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 1200 GMT
AFS Number: MB2008163497
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

Ambassador Alcides Sakala Simoes, National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] foreign relations secretary, visited South Africa from 14-18 August. During his visit, the UNITA official held several high-level meetings with South African Government officials. He briefed them on the latest developments in the Angolan peace process, particularly the latest proposals presented by UNITA.
Alcides Sakala returned to Angola yesterday. In South Africa, he reiterated UNITA's total commitment to working toward the positive conclusion of the Lusaka Protocol, the only alternative for the Angolan people to free themselves once and for all from the war drama.
In turn, South African Government officials recognized the need to revive the peace process in Angola and promised all support to bring Angolans closer to each other within the framework of the UN mediation.

Article Id: drafr08201997000262
Document Id: 0efa95y026yosu
Insert Date: 08/21/97
Purge Date: 09/04/99
Publish Date: 08/20/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 66

Title: Angola: UNITA's Foreign Mission Meets; Issues Communique

Document Number: FBIS-AFR-97-232
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 20 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola

9709058

Sourceline: MB2008100197 Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro in Portuguese 0600 GMT
AFS Number: MB2008100197
Citysource: Jamba Voz da Resistencia do Galo Negro
Language: Portuguese
Article Type: BFN

UNITA's [National Union for the Total Independence of Angola] foreign mission has met in Rome to evaluate the prevailing Angolan political and military situation. A communique was issued at the end of the meeting on 19 August. The following are excerpts of the communique carried by the Portuguese service of Channel Africa:

The long communique is entitled, Double Standards May Spell Doom for the Peace Process. The communique says the success of any mediation depends on a strictly balanced performance. The apparent successes of the peace process are due to the role played by UNITA. UNITA, the MPLA [Popular Movement for the Liberation of Angola], and the United Nations are responsible for its shortcomings. It is wrong to single out one side because responsibility should be shouldered by all sides. If the United Nations insists on not apportioning responsibilities and [words indistinct] a destructive war for Angola.

The communique adds: We would like to ask what has promoted the mediator and observers to keep quiet in view of peace accord violations by the MPLA? Does the Lusaka Protocol not state that Angolan Armed Forces [FAA] personnel should be in barracks? Where are the soldiers that the MPLA was supposed to have demobilized? Why are there over 100 security companies armed with [words indistinct] Executive Outcomes? Why has [words indistinct] Interior Minister Pitra Petrof, who said that the Riot Police have more than 30,000 members, compared to defense minister's remarks about UNITA's strength? Why has UNITA's Voice of Resistance of the Black Cockerel been (?criticized), but nothing has been said about the role of Jornal de Angola, the TPA [Televisao Popular de Angola], Radio Nacional de Angola, and LAC [Luanda Antena Comercial]? Why have no facilities been forthcoming to assist in the timely demobilization and reintegration of soldiers, although such facilities had been pledged? If the UN Secretary General report regrets the lack of such facilities, why has it failed to evaluate the consequences? Why has the United Nations never condemned the MPLA's offensive in the Lunda Norte and Lunda Sul Provinces? Why has the UN Secretary General report dealing with economic issues made no reference to the lack of accountability to ensure a clear-cut management of public affairs?

Finally, the communique says everything now depends on the United Nations, and the MPLA's goodwill.

Article Id: drafr08181997001105
Document Id: 0ef9eru02p4qh3
Insert Date: 08/21/97
Purge Date: 09/04/99
Publish Date: 08/19/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 65

Title: Angola: Official: State Administration Extension To Resume 19 Aug

Document Number: FBIS-AFR-97-230
Document Type: Daily Report

9709058

Document Title: FBIS Translated Excerpt
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 18 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1808201897 Luanda TPA Television Network in Portuguese 1930 GMT 18 Aug 97
AFS Number: MB1808201897
Citysource: Luanda TPA Television Network
Language: Portuguese
Article Type: BFN

The process of restoring state administration resumes on 19 August. Today, negotiators sat at the same table and National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] promised the process would go ahead without incidents or delays. The initial stage does not include Lunda Norte and Lunda Sul Provinces. [passage omitted]

The process came to a halt about three months ago, but negotiators announced today that the national flag will fly again in more than 40 areas beginning tomorrow. Acting Prime Minister Pedro van Dunem said this:

[Begin van Dunem recording] These were peaceful talks. Full consensus was reached concerning all issues pertaining to state administration and now we can only hope that the process will go ahead as promised -- without any disturbances at all -- and that difficulties will be of a logistical nature only. [end recording]

Deputy Minister Without Portfolio Higino Carneiro spoke next. He said the agreement reached this morning entails two stages of implementation: The first will end in October. The process will not begin in Lunda Norte and Lunda Sul Provinces immediately, but this might start happening by next week.

[Begin recording] [Carneiro] The first stage will probably end in the first half of October, and then the second stage will take place. The next 20 days will see some crucial work done, notably along the borders with the Democratic Republic of the Congo, Zambia, and Namibia.

[Unidentified reporter] [Words indistinct] government and UNITA [words indistinct]?

[Carneiro] That was never one of our concerns. People in administrative duties will be Angolans, not foreigners. We never saw the need to prod anyone's emotions to see if he is Angolan. That is a UNITA theory which we have sidelined because we feel it is not applicable. Were that the case, the government would also have to lobby with other Angolans to bring UNITA to Luanda, and to other parts of our territory. This is a poor excuse and you can be sure we will not support it.

[Reporter] Will Lunda Norte and Lunda Sul Provinces be among the areas where state administration restoration will resume tomorrow?

[Carneiro] No, not yet. But it might happen later in the week. [end recording] [passage omitted]

Article Id: drafr08191997001323
Document Id: 0efa95v021bw20
Insert Date: 08/21/97
Purge Date: 9/04/99
Publish Date: 08/19/97
Publish Region: Sub-Saharan Africa
Lines: 42

9709058

Title: Angola: Official on Continued UNITA Troops' Movement in Lunda Norte

Document Number: FBIS-AFR-97-231
Document Type: Daily Report
Document Title: FBIS Translated Text
Document Region: Sub-Saharan Africa
Document Date: 19 Aug 1997
Division: Southern Africa
Subdivision: Angola
Sourceline: MB1908205797 Luanda TPA Television Network in Portuguese 1930 GMT 19 Aug 97
AFS Number: MB1908205797
Citysource: Luanda TPA Television Network
Language: Portuguese
Article Type: BFN

Lunda Norte Deputy Governor Alcides Pereira said the National Union for the Total Independence of Angola [UNITA] continues to move troops in Lunda Norte Province. He also said UNITA is transferring its High Military Command to Cazombo.
[Begin Pereira recording] UNITA is transferring military equipment and men to the country's eastern region, particularly Lunda Norte Province. This is more noticeable in [words indistinct]. UNITA is preparing for war. We are unable to carry out activities to develop the province. This is a very difficult period. [end recording]
Of the nine districts in the province, the free movement of people and goods is only felt in Chitato, Lucapa, Cambulo, and Cafunfo. Other districts are outside the government's control.

9709058

LUSA
NOTÍCIAS

21 AGO 97 - 21:51

Angola: MNE Venâncio de Moura critica "falta de determinação" da ONU

São Tomé, 21 Ago (Lusa) - O ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio de Moura, acusou hoje o Conselho de Segurança da ONU de "falta de determinação" face à UNITA, conduzindo a "um atraso do processo de paz" em Angola.

"A não aplicação das sanções, o adiamento sistemático de uma tomada de posição firme em relação a um rebelde que se opõe a todo um povo angolano, contra as instituições democraticamente eleitas e reconhecidas pela comunidade internacional, lançará o descrédito sobre o Conselho de Segurança", afirmou.

Venâncio de Moura fez estas declarações em S. Tomé e Principe, ao iniciar hoje uma visita de trabalho aquele país.

"Existem condições mais do que suficientes para que, desta vez, o Conselho de Segurança tome medidas para impedir a sabotagem das resoluções já adoptadas", defendeu o chefe da diplomacia angolana.

Segundo Venâncio de Moura, o povo e o governo angolanos esperam que as Nações Unidas, através do Conselho de Segurança, adopte as medidas para pôr fim à arrogância e à perversidade com que (o líder da UNITA) Jonas Savimbi se opõe à conclusão do processo de paz e de reconciliação nacional em Angola".

O Conselho de Segurança deverá debater na próxima terça-feira um projecto de resolução contra a UNITA mas tudo indica que as eventuais sanções a aprovar não entrem imediatamente em vigor, podendo a UNITA beneficiar de um período de três a quatro semanas para cumprir as exigências internacionais.

Uma dessas medidas poderá ser a restrição das deslocações ao estrangeiro dos dirigentes da UNITA, podendo o Conselho de Segurança interditar também o sobrevoo dos territórios controlados pelo movimento de Savimbi.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirmou num relatório apresentado ao Conselho na semana passada que o processo de paz em Angola atravessa "sérias dificuldades" e que "as tímidas concessões" da UNITA são "inaceitáveis".

Para Annan, a desmilitarização total da UNITA, o restabelecimento da administração do Estado a todo o território, a transformação da Vorgan (rádio oficial da UNITA) numa estação emissora "não partidária" e a "verdadeira mudança" do movimento num partido político são "imperativos" para o processo de paz.

Lusa/fim

9709058

37

LUSA NOTÍCIAS

22 AGO 97 - 09:41

Angola: UNITA classifica sanções da ONU como "caução para a guerra"

luanda, 22 ago (lusa) - a aprovacao pelo conselho de seguranca da onu de um pacote adicional de sancoes contra a unita e' "uma caucao para a guerra", disse hoje 'a agencia lusa em luanda uma fonte da organizacao liderada por jonas savimbi.

a fonte, que solicitou o anonimato, acrescentou ser lamentavel que a comunidade internacional "faca orelhas moucas 'a propaganda vergonhosa que passa na imprensa estatal, e se preocupe apenas com a vorgan", emissora da unita, que emite em ondas curtas a partir da jamba, provincia do cuando cubango.

o pacote adicional de sancoes devera' ser aprovado no inicio da proxima semana em nova iorque, quando o conselho de seguranca das nacoes unidas finalmente se reunir, disse 'a lusa fonte diplomatica ligada ao processo de paz.

a reuniao, que chegou a estar marcada para o passado dia 15, e que depois foi adiada para hoje, esta agora definitivamente marcada para a proxima terca-feira e, de acordo com o presidente em exercicio daquele orgao das nacoes unidas, ira' aprovar um pacote de sancoes com entrada em vigor a prazo, isto e' para comecarem a vigorar "dentro de duas a tres semanas".

"acredito que o conselho de seguranca vai aprovar uma resolucao no principio da semana e que inclui medidas que obriguem a unita a cooperar com a normalizacao da administracao do estado, a permitir a verificacao e desarmamento das forcas militares que mantem e paara transformar a vorgan numa estacao nao partidaria", disse a fonte diplomatica 'a lusa.

para a fonte da unita contactada pela lusa, "trata-se de uma farsa".

"quando se fala em restringir o sobrevoo das areas controladas da unita isso quer dizer o que? que os avioes da (missao de observacao da onu em angola) monua tambem vao ser impedidos de sobrevoar esse territorio? isso significa caucionar a guerra", considerou a fonte do movimento do "galo negro".

a extensao da administracao a todo o territorio nacional compete ao governo, e o desarmamento e desmobilizacao das forcas residuais da unita e' da responsabilidade da onu, considerou ainda a fonte, justificando que da parte da organizacao de jonas savimbi "se tem registado o cumprimento das tarefas indicadas".

questionado sobre qual sera' a posicao da sua organizacao relativamente 'a pretensao de paul hare, enviado especial do presidente bill clinton - que hoje chega a luanda para uma visita de uma semana e no decurso da qual se pretende encontrar com jonas savimbi - a fonte da unita escusou-se a dar uma resposta de "sim" ou "nao".

"veremos. veremos como vao decorrer as consultas no conselho de seguranca", limitou-se a responder.

contudo, confirmou, paul hare tem previsto para hoje um encontro com a delegacao do "galo negro" que integra a comissao conjunta e que inclui o embaixador isaias samakuva e o brigadeiro horacio junjuvili.

lusa/fim

9709058

LUSA NOTÍCIAS

22 AGO 97 - 03:58

Angola: Senador Jesse Helms contra venda de aviões

Washington, 22 Ago (Lusa) - O presidente da comissão dos assuntos internacionais do senado dos Estados Unidos Jesse Helms pediu, quinta-feira, ao governo do presidente Bill Clinton que renuncie à venda de aviões militares a Angola.

Helms receia que a venda de seis aviões a Angola prejudique o processo de paz nesse país africano.

+Será extremamente pouco sensato para os Estados Unidos abandonar a sua neutralidade em Angola e de se colocar ao lado do governo do movimento popular de libertação de Angola (MPLA), disse Helms em carta enviada à secretaria de estado, Madeleine Albright.

A venda de seis aviões de transporte Hercules C-130 poderá ser +interpretada pela linha dura do MPLA como uma aprovação tacita ao seu desejo de eliminar a oposição da UNITA por meios violentos+, alertou o senador.

Lusa/Fim

9709058

LUSA
NOTÍCIAS

21 AGO 97 - 20:08

Angola: CS da ONU deverá restringir deslocações de dirigentes da UNITA

Nações Unidas, Nova Iorque, 21 Ago (Lusa) - O Conselho de Segurança da ONU está a encarar a possibilidade de restringir as deslocações ao estrangeiro aos dirigentes da UNITA e interditar o sobrevoo dos territórios controlados pelo movimento de Jonas Savimbi.

"Está em preparação um projecto de resolução e nele constam várias medidas" que contemplam sanções, disse aos jornalistas o presidente em exercício do Conselho de Segurança, o britânico John Weston, lembrando as consultas à porta-fechada que têm vindo a decorrer.

Segundo diplomatas ocidentais, as sanções serão votadas mas não entrarão imediatamente em vigor, de forma a dar tempo à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) para cumprir as exigências internacionais.

John Weston não adiantou mais pormenores, indicando unicamente que o projecto de resolução vai ser analisado pelo Conselho de Segurança "nos próximos dias e, provavelmente, na próxima semana", com base nas propostas da "troika" de observadores do processo de paz angolano - Portugal, Estados Unidos e Rússia.

Sexta-feira última, num relatório, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirmou que o processo de paz em Angola atravessa "sérias dificuldades" e que "as tímidas concessões" da UNITA eram "inaceitáveis".

Para Annan, a desmilitarização total das tropas, o restabelecimento da administração do Estado a todo o território, a transformação da Vorgan (rádio oficial da UNITA) numa estação emissora "não partidária" e a "verdadeira mudança" da UNITA para um partido político são "imperativos" para o processo de paz.

Segundo os diplomatas, o projecto de resolução contra a UNITA poderá começar a ser debatido na próxima terça-feira, que precede um debate público sobre a questão, cuja data não foi indicada, seguido da votação do documento.

De qualquer forma, as sanções não entrarão imediatamente em vigor, pelo que a UNITA beneficiará de um período de três a quatro semanas para dar mostras da vontade em levar para diante o processo de paz, segundo um participante no encontro de hoje no Conselho de Segurança.

Lusa/Fim

9709058

40

United States Senate

COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS
WASHINGTON, DC 20510-6225

August 21, 1997

The Hon. Madeleine Albright
Secretary of State
United States Department of State
Washington, DC 20520

Dear Madam Secretary:

We strongly object to the Administration's proposed sale of six C-130 military aircraft to the Government of Angola, and to the shift in the United States' Angolan policy that this proposed sale clearly represents.

Madam Secretary, it would be extremely unwise for the United States to abandon its policy of neutrality in Angola, and become militarily involved on the side of the MPLA (People's Movement for the Liberation of Angola) government. We believe that the sale of C-130 aircraft will signal just such a change in U.S. policy, and encourage the further deterioration of the peace process. For this reason we will oppose the sale or provision of any U.S. military equipment to the Angolan government.

Providing such equipment to the MPLA would be extremely ill-advised, particularly in the wake of the MPLA's recent unprovoked military offensives against UNITA in Lunda Norte province. It is no coincidence that the MPLA chose to attack UNITA almost immediately after Laurent Kabila marched into Kinshasa. Hard-line elements within the MPLA have clearly been emboldened by the fall of Mobutu in Zaire, and see his ouster as an opportunity to return to the battlefield, defeat UNITA, and consolidate one-party rule.

We view this attack as a signal that the MPLA may be preparing to abandon the peace process and resume the war. The United States should actively discourage such thinking within Angola's ruling party. The sale of American military aircraft to Angola would do just the opposite; it would be interpreted by hard-liners within the MPLA as tacit approval of their desire to eliminate the UNITA opposition by violent means.

While we recognize that UNITA has not fully lived up to its commitment to demobilize all of its forces, Dr. Savimbi's hesitation to disarm fully has been vindicated by the MPLA's recent military actions. He has good reason to doubt that the MPLA is committed to peaceful coexistence, and real power-sharing in the Government of National Reconciliation and Unity (GURN).

9709058

41

Today, while a unity government is supposedly in place, UNITA has been given no real authority in that government. It is quite revealing that not one UNITA representative was included in the recent high-level Angolan political delegation that visited Washington at the invitation of the State Department. The nine UNITA generals sent to Luanda by Dr. Savimbi to participate in the new, unified army have been given absolutely no significant responsibilities. Angola's is a "unity" government in name only.

Madam Secretary, lasting peace will come to Angola only if the MPLA is willing to truly share power with UNITA, and recognize that UNITA represents the aspirations of a significant percentage of the Angolan population.

Peace will not be enhanced by further isolating UNITA, or by taking steps that may unintentionally encourage the MPLA's inclination to seek a military resolution to the conflict. Instead, the U.S. must take action to prevent the collapse of the peace process altogether. We recommend that you take several steps in this regard:

First, the United States should oppose any actions that further isolate UNITA, including opposing any further UN Security Council sanctions on UNITA.

Second, the U.S. must make clear to the Government of Angola that it will be held responsible for any resumption of war resulting from further unprovoked military action against UNITA, in the Lundas or elsewhere in the country. UNITA must be warned that any unprovoked actions on its part will not be tolerated.

Third, Dr. Savimbi and President Dos Santos must be encouraged to meet at the earliest possible time to work out remaining unresolved issues (including the sharing of diamond resources between the government and UNITA, real authority for UNITA in the GURN, and the peaceful extension of state administration). We believe that a high-level U.S. diplomatic initiative is required to encourage a meeting between the two Angolan leaders.

Finally, we urge that you restore balance to the U.S. treatment of the two parties in Angola, and that no signal be sent to either party implying U.S. approval for a military solution to the Angolan conflict.

Sincerely,

Jesse Helms
JESSE HELMS
Chairman,
Senate Foreign Relations Committee

John Ashcroft
JOHN ASHCROFT
Chairman,
Subcommittee on African Affairs

9709058

42-42

RESERVADO

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DEPARTAMENTO II 19AGO97	HOJA:
	PEDIDO DE INFORMES: 92/97	

I.-FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 27AGO97

II.-INFORMACION CONOCIDA: A.-EVALUACION:

B.-TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 26/8/97
N. 317

III.-INFORMACION SOLICITADA:

IV.-ACCION TOMADA:

V.-DISTRIBUCION: D.G.I.D.

DPTO. II E.M.E.

FIRMA EL JEFE DE LA DIVISION INFORMACIONES D.N.S.FF.AA.

CORONEL

NELSON H. COITINHO

Dirección Nacional de Sanidad — División Informaciones — República O. del Uruguay

001/016

9709070
22 AGO. 1997

RESERVADO

Doc. en su totalidad poco legible

Fe. 21.8.97

Nº 9709070/56

RESERVADO 3803

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES CORINA LUCIA APELLIDOS ARRILLAGA PEREGALLI
EDAD 23 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO MONTEVIDEO 2/1/1974
ESTADO CIVIL S CED.IDENTIDAD 3.464.100-6 C.C. CJA Nº 18405
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL LUIS A. HERRERA S/N TALA - Canelones
ENTRE BARRIO TEL 03152095
DOMICILIO ANTERIOR 60-59-48 (cónyuge)
ESTUDIOS CURSADOS NUTRICION Y DIETETICA, INGLES Y DECLAMACION.
EXPERIENCIA ANTERIOR ATENCION DE PACIENTES EN POLICLINICA INTERIOR
CARGO QUE ASPIRA NUTRICIONISTA - DIETISTA
PRESENTADO POR
OBSERVACIONES

DATOS DEL PADRE
NOMBRES RAUL MARIO APELLIDOS ARRILLAGA ECHEVERRIA
CEDULA DE IDENTIDAD 3.618.143-6 C.C. QAA Nº 22300 ⊗
OCUPACION TRABAJADOR RURAL DOMICILIO LUIS A HERRERA S/N TALA - CANELO.
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 53
⊗ CJA. 17.465 FR

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES MARGARITA ERNESTINA APELLIDOS PEREGALLI DIAZ
CEDULA DE IDENTIDAD 3.374.032-2 C.C. CJA Nº 13053
OCUPACION AMA DE CASA DOMICILIO LUIS A HERRERA S/N
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 48

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES APELLIDOS
CEDULA DE IDENTIDAD C.C. Nº
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS MARTIN ANDRES ARRILLAGA PEREGALLI PROFESION ESTUDIANTE
DOMICILIO LUIS A HERRERA S/N TALA - CANELONES TELEFONO (0315) 2095
NOMBRES Y APELLIDOS MARCELA [illegible] ARRILLAGA PEREGALLI PROFESION ESTUDIANTE
DOMICILIO LUIS A HERRERA S/N TALA - CANELONES TELEFONO (0315) 2095

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES MILITAR - BISABUELO POR PARTE DE MADRE
FIRMA Corina Arrillaga FECHA DE INSCRIPCION 22/7/97
CONTRAFIRMA CORINA ARRILLAGA

002

[illegible] 9709070

3785

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES SILVIA BEATRIZ APELLIDOS BORGES CRUZ
EDAD 31 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO MONTEVIDEO 23/01/66
ESTADO CIVIL C CED.IDENTIDAD 1.961-156-7 C.C. BBA Nº 42634
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL CORRALES 3091 Bis ESQ. SERRATOSA
ENTRE SUDAMERICA BARRIO VILLA ESPAÑOLA TEL 57-84-71
DOMICILIO ANTERIOR
ESTUDIOS CURSADOS 1er CICLO BASICO
Aux. ENFERMERIA
EXPERIENCIA ANTERIOR SANATORIO IMPASA
CARGO QUE ASPIRA AUXILIAR DE ENFERMERIA
PRESENTADO POR
OBSERVACIONES



DATOS DEL PADRE
NOMBRES EMILIO NESTOR APELLIDOS BORGES SILVERA
CEDULA DE IDENTIDAD 858 241-4 C.C. ASB Nº 9468
OCUPACION JUBILADO DOMICILIO INSTRUCCIONES 4347
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 59 AÑOS

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES MARIA NELIDA APELLIDOS CRUZ RAMALLO
CEDULA DE IDENTIDAD 1.091.218-2 C.C. BBA Nº 26027
OCUPACION EMPLEADA DOMICILIO CORRALES 3091 Bis
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 55 AÑOS

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES JESUS APELLIDOS LOPEZ APOLINARIO
CEDULA DE IDENTIDAD 3.179.614-7 C.C. BDA Nº 13931
OCUPACION Oficial Maquin. DOMICILIO CORRALES 3091 Bis
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 36 AÑOS
⊗ BBA- 41.859.

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS NESTOR A. BORGES CRUZ PROFESION EMPLEADO
DOMICILIO INSTRUCCIONES 4347 TELEFONO 22-22-44
NOMBRES Y APELLIDOS ALFREDO VIDAL PROFESION ESTUDIANTE
DOMICILIO CORRALES 3091 Bis TELEFONO 57 84 71

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS SABRINA P. LOPEZ BORGES PROFESION —
DOMICILIO CORRALES 3091 Bis TELEFONO 57-84-71
NOMBRES Y APELLIDOS ROMINA S. LOPEZ BORGES PROFESION —
DOMICILIO CORRALES 3091 Bis TELEFONO 57-84-71

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES —

FIRMA [signature] FECHA DE INSCRIPCION 15/8/97
CONTRAFIRMA SILVIA BORGES CRUZ

9709070

3788.

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES Ana Laura APELLIDOS Cardozo Sánchez
EDAD 20 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO 12/11/76 Montevideo
ESTADO CIVIL C CED.IDENTIDAD 288.526-1 C.C. BNS Nº 51.509
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL Mateo Cabral 3792 Apto 302 (282282)
ENTRE Caravaggio BARRIO Unión TEL (56 77 04)
DOMICILIO ANTERIOR José Zevuelta 3786 Apto 302
ESTUDIOS CURSADOS Secundaria Auxiliar de enfermería

EXPERIENCIA ANTERIOR
CARGO QUE ASPIRA Auxiliar de enfermería
PRESENTADO POR Blanca González C. Dietista Ju
OBSERVACIONES



DATOS DEL PADRE
NOMBRES Juan APELLIDOS Cardozo Sosa
CEDULA DE IDENTIDAD 1.436 848-4 C.C. BNS Nº 35.113
OCUPACION Empleado DOMICILIO Mateo Cabral 3792 Apto 302
NACIONALIDAD Oriental EDAD 46

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES Ana Delia APELLIDOS Sánchez Laguna
CEDULA DE IDENTIDAD 2520438-6 C.C. BNS Nº 37.275
OCUPACION Empleada DOMICILIO Mateo Cabral 3792 Apto 302
NACIONALIDAD Oriental EDAD 42

DATOS DEL CONYUGE (SEPARADA)
NOMBRES Marcelo Linardi APELLIDOS Linardi González
CEDULA DE IDENTIDAD C.C. Nº
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS Agustín Linardi PROFESION —
DOMICILIO Mateo Cabral 3792 Apto 302 TELEFONO 50 27 04
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES Robert Álvarez
Blanca González
FIRMA Ana Laura Cardozo FECHA DE INSCRIPCION 11/3/97
CONTRAFIRMA Ana Laura Cardozo

[illegible]

004

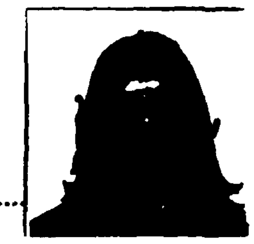
Villasboas

9709070

3797(5)

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES MARÍA NOEL APELLIDOS FURLAN IBÁÑEZ
EDAD 20 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO MTDEO 05/04/77
ESTADO CIVIL SOLTERA CED.IDENTIDAD 3.078.756/1 C.C CDB Nº 15134
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL EX RUTA 5 KM 30 PROGRESO DPTO CANELONES
ENTRE BARRIO TEL 032 88834
DOMICILIO ANTERIOR — 30-32-95 -
ESTUDIOS CURSADOS CICLO BÁSICO 1º 5º BACHILLER
AUX. ENFERMERÍA
EXPERIENCIA ANTERIOR
CARGO QUE ASPIRA Aux Enfermera
PRESENTADO POR No presentó título aún de
OBSERVACIONES Vení de parte del Gral Caussi y que el Ca autorizó a inscribirse y que en octubre le dan el título.



DATOS DEL PADRE
NOMBRES RUBEN LINO APELLIDOS FURLAN LÓPEZ
CEDULA DE IDENTIDAD C.C Nº
OCUPACION DOMICILIO Fallecido
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES MARÍA BELIA APELLIDOS IBÁÑEZ MORALES
CEDULA DE IDENTIDAD 1.170.545/1 C.C CEA Nº 10.144
OCUPACION AMA DE CASA DOMICILIO RUTA 5 KM 30 PROGRESO
NACIONALIDAD URUGUAYA EDAD 60 AÑOS

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES APELLIDOS
CEDULA DE IDENTIDAD C.C Nº
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS SANDRA FURLAN IBÁÑEZ PROFESION AMA DE CASA
DOMICILIO RUTA 5 KM 28 PROGRESO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS CÉSAR FURLAN IBÁÑEZ PROFESION COMERCIANTE
DOMICILIO FOSTER BQ FIGUEROA DPTO CANELONES TELEFONO 0332-5544

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES

FIRMA [firma] FECHA DE INSCRIPCION 03/03/97
CONTRAFIRMA MARÍA NOEL FURLAN

[firma]
9709070

3802

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES Odila Teresita APELLIDOS Gómez Cigarán
EDAD 36 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO 4.3.61 Artigas
ESTADO CIVIL casada CED.IDENTIDAD 3.215.330/0 C.C BDB Nº 46473
TRASLADO DE ARTIGAS ORIGINAL IAC 28970
DOMICILIO ACTUAL Camino Carrasco 4490 Block EH Apto 12
ENTRE Aguaceros y Estado de Israel BARRIO Malvin Norte TEL 554297
DOMICILIO ANTERIOR
ESTUDIOS CURSADOS Primaria - Secundaria - Aux. de Enfermería - Adiestramiento en Block Quirúrgico (Instrumentación)
EXPERIENCIA ANTERIOR Hospital de Clínicas - Asociación Española
CARGO QUE ASPIRA Instrumentista
PRESENTADO POR Capitán (N) Olga Rodriguez y Dr. Abel Carlos
OBSERVACIONES Solo Instrumentista (no Enfermería)

DATOS DEL PADRE
NOMBRES Diamantino APELLIDOS Gomez Peralta
CEDULA DE IDENTIDAD 3.760612.9 C.C IAC Nº 19427
OCUPACION Empleado DOMICILIO Sarandí 776 Artigas
NACIONALIDAD Uruguayo EDAD 60 años

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES Odila APELLIDOS Cigarán Batista
CEDULA DE IDENTIDAD 42330 C.C IAC Nº 22157
OCUPACION fallecida DOMICILIO FALLECIDA
NACIONALIDAD Uruguaya EDAD

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES Hugo Walter APELLIDOS Silva Artigas
CEDULA DE IDENTIDAD 1670.670.1 C.C BDB Nº 44670
OCUPACION Empleado DOMICILIO C^no Carrasco 4490 Block EH Apto 12
NACIONALIDAD Uruguayo EDAD 37 años

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS Ana Gabriela Gomez Cigarán PROFESION Empleada
DOMICILIO C^no Carrasco 4680 Block B Torre 2 Apto 1303 TELEFONO 550216
NOMBRES Y APELLIDOS — PROFESION —
DOMICILIO — TELEFONO —

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS Antonio Gomez Cigarán PROFESION Empleado
DOMICILIO Sarandí 776 (Artigas) TELEFONO 0772 3811
NOMBRES Y APELLIDOS Hugo Maximiliano Silva Gomez PROFESION Estudiante
DOMICILIO C^no Carrasco 4490 Block EH Apto 12 TELEFONO 554297

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES Inspector Principal (R) Carmen Gómez Peralta - Néstor Uruguay Artigas (Carceres)
FIRMA [signature] FECHA DE INSCRIPCION 9/8/97
CONTRAFIRMA TERESITA GOMEZ DE SILVA

006

9709070

3789

F/2

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES EDUARDO JORGE APELLIDOS HERNANDEZ PAPARAMBORDA
EDAD 29 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO MONTEVIDEO 31/12/1967
ESTADO CIVIL C CED.IDENTIDAD 1.892.286-0 C.C BUA Nº 18.616
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL COLONIA 1181 Apto 801 (PORTERIA)
ENTRE CURREM y RONDEAU BARRIO CENTRO TEL 92 79 00
DOMICILIO ANTERIOR
ESTUDIOS CURSADOS AUXILIAR ENFERMERIA



EXPERIENCIA ANTERIOR VOLUNTARIO HOSPITAL PASTEUR
CARGO QUE ASPIRA AUX ENFERMERIA
PRESENTADO POR DRA. MONICA KAVOT
OBSERVACIONES NO TRATO CON MIS PADRES Y HERMANA

FR BNB 21128

DATOS DEL PADRE
NOMBRES EDUARDO APELLIDOS HERNANDEZ BRUN
CEDULA DE IDENTIDAD C.C Nº
OCUPACION EMPLEADO DOMICILIO CONCILIACION 4172 Apto 4
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 56 AÑOS

FR BUA-12425

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES SUSANA MARGARITA APELLIDOS PAPARAMBORDA GARCIA
CEDULA DE IDENTIDAD C.C Nº
OCUPACION FUNCIONARIA UTU DOMICILIO CONCILIACION 4172 Apto 4
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 54 AÑOS

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES YANNET APELLIDOS MORAN PAIS
CEDULA DE IDENTIDAD 2.703.639-7 C.C BUA Nº 19.793 (K)
OCUPACION AMA DE CASA DOMICILIO COLONIA 1181 Apto 801
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 30 AÑOS

(K) ORIGINAL - ALA. 9323.

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS PATRICIA HERNANDEZ PROFESION EMPLEADA
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS TATIANA HERNANDEZ MORAN PROFESION
DOMICILIO COLONIA 1181/801 TELEFONO 92 79 00
NOMBRES Y APELLIDOS JORGE HERNANDEZ MORAN PROFESION
DOMICILIO COLONIA 1181/801 TELEFONO 92 79 00

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES
MARIA GISEL MORAN PAIS (CUÑADA)
FIRMA [signature] FECHA DE INSCRIPCION 2/8/97
CONTRAFIRMA EDUARDO HERNANDEZ

9709070

3143 · I

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES ALESANDRO FABIAN .... APELLIDOS LERENA SANCHEZ
EDAD 18 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO MONTEVIDEO 26/10/78
ESTADO CIVIL SOL CED.IDENTIDAD 2-898-545-6 ...... C.C BRA 6027 Nº 45027
TRASLADO ....
DOMICILIO ACTUAL PASAJE 500 3232 Block 34/201
ENTRE CALLAO Y LONDRES BARRIO CENTENARIO IV ...... TEL 56-15-96
DOMICILIO ANTERIOR CENTENARIO 3814 Block 7/202
ESTUDIOS CURSADOS PRIMARIA, 3º SECUNDARIA, INGLES (5 AÑOS) + Cursando 3ro Sec. ... (aprobado)



EXPERIENCIA ANTERIOR NINGUNA
CARGO QUE ASPIRA CHOFER
PRESENTADO POR EL PADRE (Dr. LERENA del HMC)
OBSERVACIONES * Posee libreta de conducir amateur (prefiere ...)

87155-8

DATOS DEL PADRE
NOMBRES RUBEN AGUSTIN .... APELLIDOS LERENA BARBOZA
CEDULA DE IDENTIDAD 1-031-299-5 C.C BTA ...... Nº 6809
OCUPACION MEDICO ...... DOMICILIO PASAJE 500 3232 Block 34/201
NACIONALIDAD ORIENTAL ...... EDAD 53 AÑOS

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES SONIA IRMA .... APELLIDOS SANCHEZ GONZALES
CEDULA DE IDENTIDAD 912-027-9 ...... C.C BEA ...... Nº 4024
OCUPACION ENFERMERA ...... DOMICILIO PASAJE 500 3232 Block 34/201
NACIONALIDAD ORIENTAL ...... EDAD 56 AÑOS

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES .... APELLIDOS ....
CEDULA DE IDENTIDAD .... C.C .... Nº ....
OCUPACION .... DOMICILIO ....
NACIONALIDAD .... EDAD ....

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS SONIA M. LERENA .... PROFESION ENFERMERA
DOMICILIO RAMON Y GUERRA 3805 .... TELEFONO 36-55-05
NOMBRES Y APELLIDOS RUBEN A LERENA .... PROFESION OBRERO
DOMICILIO SANTIN C ROSSI S/N .... TELEFONO ....

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS .... PROFESION ....
DOMICILIO .... TELEFONO ....
NOMBRES Y APELLIDOS .... PROFESION ....
DOMICILIO .... TELEFONO ....

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES ....

FIRMA [signature] .... FECHA DE INSCRIPCION 7/8/97
CONTRAFIRMA ALESANDRO LERENA ....

[signature]

008

970907

3798 I

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES PABLO GABRIEL APELLIDOS LÓPEZ KUZMICZ
EDAD 24 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO MONTEVIDEO 31-12-1972
ESTADO CIVIL S CED.IDENTIDAD 1.859.682-5 C.C.BKA Nº 15413
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL AV. GRAL. FLORES 2361
ENTRE [illegible] y N. BERRETA BARRIO GOES TEL 230166
DOMICILIO ANTERIOR
ESTUDIOS CURSADOS SECUNDARIA COMPLETA / AUXILIAR ENFERMERÍA
FACULTAD DE MEDICINA (ACTUALMENTE 4º AÑO)
EXPERIENCIA ANTERIOR
CARGO QUE ASPIRA AUXILIAR DE ENFERMERÍA
PRESENTADO POR
OBSERVACIONES

FI2 85682

DATOS DEL PADRE
NOMBRES BONEBAL APELLIDOS LÓPEZ PIGNATA
CEDULA DE IDENTIDAD 1.111.286-4 C.C BCA Nº 48030
OCUPACION COMERCIANTE DOMICILIO PIRAPÓ 5814 (MARINDIA) CANELONES
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 48

P.C.U. (FR)

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES SUSANA BEATRIZ APELLIDOS KUZMICZ BOGAO
CEDULA DE IDENTIDAD 1.183.516-7 C.C BPB Nº 109207
OCUPACION NURSE DOMICILIO AV. GRAL. FLORES 2361
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 45

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES APELLIDOS
CEDULA DE IDENTIDAD C.C Nº
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS NICOLAS LOPEZ KUZMICZ PROFESION ESTUDIANTE
DOMICILIO GRAL. FLORES 2361 TELEFONO 230166
NOMBRES Y APELLIDOS MAURO LÓPEZ KUZMICZ PROFESION ESTUDIANTE
DOMICILIO GRAL. FLORES 2361 TELEFONO 230166

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES

FIRMA [signature] FECHA DE INSCRIPCION 8/8/97
CONTRAFIRMA [signature]

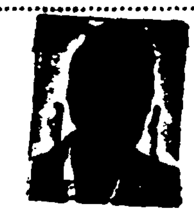
P.C.U.
SOL INGRESO - 1.370.538 - (F.A.A. 25/11/32)
C.C - BKE - 10920 - (ESPOSA?)
DOMIC: 56 44
OCUP - ESTUDIANTE [illegible]

009

9709070

3812

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO



NOMBRES Silvana Elizabeth APELLIDOS López Sanguinet
EDAD 22 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO Montevideo 16.01.75
ESTADO CIVIL soltera CED.IDENTIDAD 1.887.813-2 C.C. BDA Nº 97998
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL Mazarino 6839
ENTRE Chón y A. Einstein BARRIO Punta de Rieles TEL 54 78 39
DOMICILIO ANTERIOR Leonardo Da Vinci 3533 apto 204
ESTUDIOS CURSADOS Secundaria completa (orientacion derecho) Auxiliar de enfermería
EXPERIENCIA ANTERIOR Voluntariado en Hospital Policial
CARGO QUE ASPIRA Aux de enfermería
PRESENTADO POR
OBSERVACIONES

DATOS DEL PADRE
NOMBRES Oscar Celiar APELLIDOS López Inchausti
CEDULA DE IDENTIDAD 999.660-0 C.C. BDB Nº 28199
OCUPACION retirado policial DOMICILIO Mazarino 6839
NACIONALIDAD oriental EDAD 65 años

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES Elsa APELLIDOS Sanguinet Baixa
CEDULA DE IDENTIDAD 1.313.630-7 C.C. BDB Nº 28187
OCUPACION ama de casa DOMICILIO Mazarino 6839
NACIONALIDAD oriental EDAD 61 años

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES APELLIDOS
CEDULA DE IDENTIDAD C.C. Nº
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE HERMANOS FR- 4463 BDC-
NOMBRES Y APELLIDOS Oscar Eduardo López Sanguinet PROFESION jardinero
DOMICILIO Bernardo Susviela 4569 TELEFONO 38 37 81
NOMBRES Y APELLIDOS Sonia Graciela López Sanguinet PROFESION ama de casa
DOMICILIO Marcelino Sosa 3211 apto 2 TELEFONO 23 88 60

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES padre Sub Oficial Mayor retirado (policial)
FIRMA Silvana López FECHA DE INSCRIPCION 11-8-97
CONTRAFIRMA Silvana lopez

Sdo 1º [illegible]

010

9709070

3787

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES Ibis Soledad APELLIDOS Molina Magallanes
EDAD 22 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO Montevideo 6/11/74
ESTADO CIVIL S CED.IDENTIDAD 3.776.251-2 C.C. BDA Nº 55.755
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL Modena 3654
ENTRE Montecarlo y Viena BARRIO Jardines del Hipodromo TEL 53 52 14
DOMICILIO ANTERIOR
ESTUDIOS CURSADOS Secundaria Aux. de Enfermeria
Ingles



EXPERIENCIA ANTERIOR —
CARGO QUE ASPIRA Auxiliar de Enfermeria
PRESENTADO POR
OBSERVACIONES

DATOS DEL PADRE
NOMBRES No tengo contacto APELLIDOS
CEDULA DE IDENTIDAD C.C Nº
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES Maria Sonia APELLIDOS Magallanes Sosa
CEDULA DE IDENTIDAD 1.273.115-2 C.C BDA Nº 93.647
OCUPACION Auxiliar Enfermeria DOMICILIO Modena 3654
NACIONALIDAD Oriental EDAD 47

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES APELLIDOS
CEDULA DE IDENTIDAD C.C Nº
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS Alejandra [illegible] Gonzalez Magallanes PROFESION Estudiante
DOMICILIO Modena 3654 TELEFONO 53 52 14
NOMBRES Y APELLIDOS Jorge Eduardo Gonzalez Magallanes PROFESION Escolar
DOMICILIO Modena 3654 TELEFONO 53 52 14

101801? — Efrain Carlos Molina Magallanes — Fotografo profesional — Norberto Ortiz 4195 25.09.43

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES

FIRMA [signature] FECHA DE INSCRIPCION 15/8/97
CONTRAFIRMA Ibis Soledad Molina

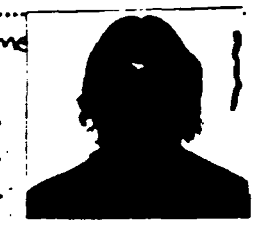
011

Giovoni

9709070

RESERVADO 3796

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO



NOMBRES Alexandra Fercy APELLIDOS Palma Díaz
EDAD 24 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO 20/6/73 Montevideo
ESTADO CIVIL S CED.IDENTIDAD 1760.856-0 C.C. BQA Nº 21201
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL Aiguá 1183
ENTRE J.C.Blancos y Luguna BARRIO Prado TEL 361155
DOMICILIO ANTERIOR
ESTUDIOS CURSADOS 6to de Medicina, Aux de Enferme
EXPERIENCIA ANTERIOR 1 año en Medica Uruguaya.
CARGO QUE ASPIRA Aux de Enfermería.
PRESENTADO POR
OBSERVACIONES

DATOS DEL PADRE
NOMBRES Luis Alberto APELLIDOS PALMA Casaña
CEDULA DE IDENTIDAD 1150603-1 C.C. BTA Nº 6973
OCUPACION Dueño de un taxi DOMICILIO Aiguá 1183
NACIONALIDAD Uruguayo EDAD 49

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES Luz Cristina APELLIDOS DIAZ Posada
CEDULA DE IDENTIDAD 1067524-9 C.C. BEA Nº 7374
OCUPACION Empleada DOMICILIO Aiguá 1183
NACIONALIDAD Uruguaya EDAD 44

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES APELLIDOS
CEDULA DE IDENTIDAD C.C. Nº
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS Barbara Andrea Palma Diaz PROFESION Estudiante.
DOMICILIO Aiguá 1183 TELEFONO 361155
NOMBRES Y APELLIDOS Cristian de Jesús Palma Diaz PROFESION escolar.
DOMICILIO Aiguá 1183 TELEFONO 361155

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES

FIRMA [signature] FECHA DE INSCRIPCION 13/8/97
CONTRAFIRMA Alexandra Palma

012 9709070

3791

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS

FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO



NOMBRES CYNTHIA BETTINA APELLIDOS PERNA VAZQUEZ
EDAD 26 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO MONTEVIDEO 11/03/71
ESTADO CIVIL C CED.IDENTIDAD 1906898/8 C.C. BJA Nº 25192
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL GRAL URQUIZA 3041/603
ENTRE PEDRO OLMIDAS BARRIO LA BLANQUEADA TEL 479858
DOMICILIO ANTERIOR CUFRE 2415
ESTUDIOS CURSADOS BACHILLERATO MEDICINA
EGRESADA ESCUELA TEC MEDICA - FONOAUDIO
EXPERIENCIA ANTERIOR HOSPITAL PASTEUR
CARGO QUE ASPIRA FONOAUDIOLOGA
PRESENTADO POR RICARDO DICONO (LABORATORIO
OBSERVACIONES

DATOS DEL PADRE (NO TENGO CONTACTO)
NOMBRES RICARDO ANTONIO APELLIDOS PERNA LOIS
CEDULA DE IDENTIDAD C.C. A.I.B Nº 4438
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES MARIA CRISTINA APELLIDOS VAZQUEZ VIGLIOLA
CEDULA DE IDENTIDAD 1042204/4 C.C. BLA Nº 16009
OCUPACION PROF QUIMICA DOMICILIO CUFRE 2415
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 52

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES ALBERTO RAMON APELLIDOS PEREZ NUÑEZ
CEDULA DE IDENTIDAD 1895142/3 C.C. BLA Nº 26188
OCUPACION EMPLEADO DOMICILIO GRAL URQUIZA 3041/603
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 26

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS MONICA PERNA PROFESION PROFESORA ESTUDIANTE
DOMICILIO GRAL FARIAS 2834 /201 TELEFONO 284184
NOMBRES Y APELLIDOS RICARDO PERNA PROFESION AGENTE 1ª
DOMICILIO CUFRE 2415 TELEFONO 292543

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES HNO. RICARDO PERNA (AGENTE 1º)

FIRMA [firma] FECHA DE INSCRIPCION 14/08/97
CONTRAFIRMA CYNTHIA PERNA

013 9709070

RESERVADO 3799

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO



NOMBRES: CARLA MARDELL APELLIDOS: PIÑEIRO BELSAGUI
EDAD: 21 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO: RIVERA 27/21/76
ESTADO CIVIL: S CED.IDENTIDAD: 3.796.700-5 C.C: HBD Nº 4131
TRASLADO: -
DOMICILIO ACTUAL: M. C. MARTINEZ 2763/7
ENTRE: GARIBALDI y COLORADO BARRIO: GOES TEL: 477836 (Tía)
DOMICILIO ANTERIOR: EJIDO 1480 -
ESTUDIOS CURSADOS: SECUNDARIA COMPLETA -
CURSO AUX. ENF. E.S. DR. J. SCOSERIA -
EXPERIENCIA ANTERIOR: VOLUNTARIADO
CARGO QUE ASPIRA: AUX. DE ENFERMERIA
PRESENTADO POR: May. Sanabria (Manifesta sd)
OBSERVACIONES:

DATOS DEL PADRE
NOMBRES: FALLECIDO APELLIDOS:
CEDULA DE IDENTIDAD: C.C: Nº:
OCUPACION: DOMICILIO:
NACIONALIDAD: EDAD:

DATOS DE LA MADRE
NOMBRES: ILDA ~~BELSAGUI~~ APELLIDOS: BELSAGUI GUATIMI
CEDULA DE IDENTIDAD: 3.901.890-1 C.C: HAB Nº: 23350
OCUPACION: PENSIONISTA DOMICILIO: AV. ITALIA 2209 RIVERA -
NACIONALIDAD: URUGUAYA EDAD: 64

DATOS DEL CONYUGE (SOLTERA)
NOMBRES: APELLIDOS:
CEDULA DE IDENTIDAD: C.C: Nº:
OCUPACION: DOMICILIO:
NACIONALIDAD: EDAD:

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS: JORGE PIÑEIRO BELSAGUI PROFESION: MILITAR
DOMICILIO: B. INF. Nº 1 AVD. MALDONADO KM 14 TELEFONO: 5457 97/40
NOMBRES Y APELLIDOS: MABEL PIÑEIRO BELSAGUI PROFESION: LABORES
DOMICILIO: FCIO. SANCHEZ 571/302 RIVERA TELEFONO: (0622) 5525

DATOS DE HIJOS NO -
NOMBRES Y APELLIDOS: PROFESION:
DOMICILIO: TELEFONO:
NOMBRES Y APELLIDOS: PROFESION:
DOMICILIO: TELEFONO:

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES: WASHINGTON RICARDO MENDEZ PIÑEIRO - TTE. 1º (INSTITUTO REMONTA) (PRIMO HERMANO) -

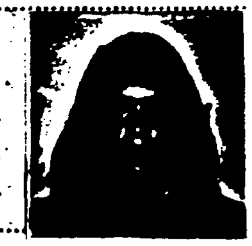
FIRMA: [signature] FECHA DE INSCRIPCION: 8/8/97
CONTRAFIRMA: CARLA PIÑEIRO [signature]

014 9709070

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS

FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES FABIANA APELLIDOS RIBOLI FRASSINETTI
EDAD 25 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO MONTEVIDEO 28-6-72
ESTADO CIVIL S CED.IDENTIDAD 1.803.902-2 C.C. BCC Nº 7519
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL PABLO PODESTA 1437
ENTRE BOLIVIA - LARGHERO BARRIO CARRASCO TEL 60 59 48
DOMICILIO ANTERIOR
ESTUDIOS CURSADOS NUTRICION Y DIETETICA.
INGLES - OXFORD PRELIMINARY
EXPERIENCIA ANTERIOR NINGUNA.
CARGO QUE ASPIRA NUTRICIONISTA - DIETISTA.
PRESENTADO POR
OBSERVACIONES



DATOS DEL PADRE FFC 1257310
NOMBRES SERGIO APELLIDOS RIBOLI GARAY
CEDULA DE IDENTIDAD 745.281-0 C.C. BCA Nº 27868
OCUPACION PROFESOR MATEM. DOMICILIO PABLO PODESTA 1437.
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 60
→ EX. MESA LIGA UNIV. DE DEPORTES

DATOS DE LA MADRE FFC
NOMBRES ESTELA MARY LOURDES APELLIDOS FRASSINETTI LABORDE
CEDULA DE IDENTIDAD 848.114-5 C.C. BAB Nº 18987
OCUPACION JEFA NEC. MED. CASA GALICIA DOMICILIO PABLO PODESTA 1437.
NACIONALIDAD ORIENTAL EDAD 58

DATOS DEL CONYUGE
NOMBRES APELLIDOS
CEDULA DE IDENTIDAD C.C. Nº
OCUPACION DOMICILIO
NACIONALIDAD EDAD

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS SERGIO RIBOLI PROFESION ESTUD. FARMACIA CA 464444
DOMICILIO PABLO PODESTA 1437 TELEFONO 60 59 48
NOMBRES Y APELLIDOS ANDREA RIBOLI PROFESION LIC. CIENC. DE COMUNIC.
DOMICILIO PABLO PODESTA 1437. TELEFONO 60 59 48.

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES

FIRMA [signature] FECHA DE INSCRIPCION 6/1/97
CONTRAFIRMA FABIANA RIBOLI

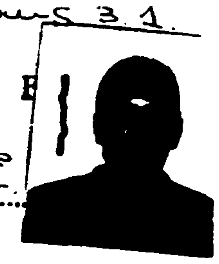
015

9709070

3786

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS
FICHA DE ASPIRANTES A INGRESO

NOMBRES Mónica Mariela APELLIDOS Siciani Bentancur
EDAD 27 LUGAR Y FECHA DE NACIMIENTO Montevideo - 10/05/70
ESTADO CIVIL S CED.IDENTIDAD 1.766.925-5 C.C. BHA Nº 29.725
TRASLADO
DOMICILIO ACTUAL Charrúa 2026 apto 3
ENTRE [illegible] BARRIO Cordón TEL 428381
DOMICILIO ANTERIOR Dr. Magestad 1633
ESTUDIOS CURSADOS Aux. de Enf. Operador P.C. Windows 3.1 Relaciones Publicas Primaria y secundaria completa
EXPERIENCIA ANTERIOR Asistente Endoscopia Digestiva
CARGO QUE ASPIRA Aux de Enfermería — Pasantía en Emergencia del H. Pasteur
PRESENTADO POR
OBSERVACIONES



DATOS DEL PADRE
NOMBRES Guillermo Abel APELLIDOS Siciani Alvarez
CEDULA DE IDENTIDAD 847.252-2 C.C. BUA Nº 16760 (R)
OCUPACION empleado DOMICILIO Alejandro Gallinal 2065
NACIONALIDAD Uruguayo EDAD 58 A Tel 630216 / 638018
Domicilio del suegro - Dr. Magestad 1633

DATOS DE LA MADRE (R) BNB 2456.
NOMBRES Olga Haydeé APELLIDOS Bentancur Barza
CEDULA DE IDENTIDAD 1.158.994-6 C.C. BHA Nº 11702 0710
OCUPACION Ama de casa DOMICILIO Dr. Magestad 1633
NACIONALIDAD Uruguaya EDAD 52 A.

DATOS DEL ~~CONYUGE~~ compañero
NOMBRES Carlos Roberto APELLIDOS Vogdanich Le Pera
CEDULA DE IDENTIDAD 1.953.201-0 C.C. AQH Nº 14871
OCUPACION DOMICILIO Charrúa 2026 / 3
NACIONALIDAD Uruguayo EDAD 30 A
RI BMA 28368

DATOS DE HERMANOS
NOMBRES Y APELLIDOS Antonio Daniel Siciani Bentancur PROFESION empleado
DOMICILIO Dr. Magestad 1633 TELEFONO 238988
NOMBRES Y APELLIDOS Claudia Maria Siciani Bentancur PROFESION empleada
DOMICILIO Dr. Magestad 1633 TELEFONO 238988
Alejandro Jose Siciani Bentancur Dr. Magestad 1633 238988

DATOS DE HIJOS
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO
NOMBRES Y APELLIDOS PROFESION
DOMICILIO TELEFONO

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES

FIRMA FECHA DE INSCRIPCION 15/08/97
CONTRAFIRMA

9709070

016/96

ARCHIVO

1/1

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
211330AG097

M E M O R A N D U M Nro. 9709071/A.

E V A L U A C I O N : A-1

R E F E R E N T E A : ULRIKSEN UGARTE Maren Oellegaard

T E X T O : Fecha nacimiento: 16-03-37

Domicilio: Joaquín Nuñez 2946

Teléfono: 70 26 48

Estado civil: casada con VIÑAR MUNICHOR Nelson

Fecha nacimiento: 16-09-36

Profesión: Médico

ORIGINAL

CORREGIDO
F 12.2.98
Inicial
[illegible]

12/02/98 INICIAL lc

o a Sistema DPX

/ACIONES

D I S T R I B U C I O N : BIOGRAFICO

El Jefe de la División Biográfico y Antecedentes

Capitán

Norberto Devincensi

DOC. CARO

001/001

9709071
21 AGO 1997

ARCHIVO

1/4

FORMULARIO DE SOLICITUD DE E.E.I
(Uso interno de la D.G.I.D)

FECHA: 22/AGO/97

REFERENCIA: LA REPUBLICA 22AGO97

ORIGEN: Dpto I (Int.) Campo Militar

DIFUSION: Dpto III

ANEXOS: Se adjunta artículo

INFORMACION CONOCIDA:

- El 24AGO se realizará una marcha recordatoria de los sucesos ocurridos el 24AGO94 en el Filtro. La misma partirá a las 16:00 hrs. desde la Plaza 1º de Mayo, ubicada frente al Palacio Legislativo y culminará en Bvar.Artigas y Campisteguy.

ORIGINAL

E.E.I.:

Se solicita:

* Cantidad aproximada de asistentes.
* Identificación de dirigentes.
* Actitud de estudiantes.
* Gremios que participan.
* Seguridad de la Marcha.
* Algún otro dato de interés.

PLAZO:

9709078

2 - AGO. 1997

001/4

El País 22/8/97

MINISTERIO DEL INTERIOR DISPUSO UN OPERATIVO ESPECIAL PARA EL DOMINGO

Marcha del Filtro divide al PIT-CNT

La central obrera y los sectores radicales de la coalición de izquierda adhieren a la concentración, pero no participarán como convocantes

La convocatoria a una marcha por parte de la Coordinadora contra la Impunidad, por los tres años de los incidentes en el hospital Filtro, dividió a la central sindical, y recibió el apoyo sólo de los sectores radicales del Frente Amplio.

A diferencia de los últimos dos años, el PIT-CNT y la mayoría de los sectores radicales de la coalición de izquierda –si bien adhieren a la concentración– no convocan a la movilización que partirá a la hora 16 de la plaza 1° de Mayo y culminará en las proximidades del Filtro.

Fuentes oficiales, por su parte, expresaron que los organizadores han mantenido contactos con la Jefatura de Policía de Montevideo y que el Ministerio del Interior desarrollará un operativo especial el domingo, aunque será menor que en años anteriores teniendo en cuenta que no hubo incidentes.

Sólo el Movimiento 26 de Marzo resolvió "apoyar y convocar" a la marcha, aseguraron a *El Observador* fuentes del sector, al igual que quince gremios pertenecientes a la central de trabajadores.



El Movimiento de Participación Popular y el Partido Comunista, aseguraron su presencia, pero subrayaron que la convocatoria la realiza la Coordinadora contra la Impunidad.

La posibilidad de que el Frente Amplio participe en la movilización, no fue propuesto por ningún sector, afirmaron allegados a la Presidencia de la coalición de izquierda.

En tanto, fuentes sindicales señalaron que al no prosperar una propuesta presentada en la Mesa Representativa del PIT-CNT, relativa a que la central convocara a la movilización, varios gremios decidieron emitir una declaración conjunta contra los hechos ocurridos el 24 de agosto de 1994. Ese día tres ciudadanos vascos acusados de pertenecer a la organización terrorista ETA realizaban una huelga de hambre en el hospital Filtro, mientras militantes de grupos de izquierda manifestaban contra su extradición a España. Los incidentes entre los manifestantes y la Policía provocaron la muerte del joven Fernando Morroni y –según los organizadores de la marcha– también la de Roberto Facal, aunque este hecho nunca fue reconocido oficialmente.

Tras considerar que en la marcha del domingo la ciudadanía debe dar "una respuesta multitudinaria", los quince gremios responsabilizan al ex presidente Luis Alberto Lacalle y al ex ministro del Interior, Angel María Gianola, de haber realizado un acto de "terrorismo de Estado". Los dirigentes de la central sindical, por su parte, aprobaron otra declaración en la que destaca "la total y justificada actualidad y permanencia del reclamo del movimiento sindical para que la Justicia laude definitivamente en torno a los responsables y sus consecuencias de la feroz represión desatada".

La Coordinadora de Estudiantes de Secundaria y UTU resolverá mañana si adhiere a la convocatoria.

El Observador 22/8/97

ORIGINAL

Marcha el 24 en aniversario por los sucesos del Filtro

El País 22/8/97

Más de una decena de sindicatos, familiares de detenidos desaparecidos, representantes de las Madres de Plaza de Mayo, dos radios comunitarias, numerosas cooperativas vecinales y al menos una coordinadora del Frente Amplio convocaron a asistir el próximo domingo 24 a la marcha "Por la vida y la libertad, contra el olvido y la impunidad", con la que se recordará el tercer aniversario de los enfrentamientos que se produjeron en las inmediaciones del Hospital Filtro durante el operativo de extradición de tres ciudadanos vascos acusados de pertenecer al grupo terrorista ETA.



PRESENCIA. *La madre de Fernando Morroni participó de la conferencia de prensa en la que se anunció la realización de la marcha*

La marcha —organizada por la Asamblea Autónoma por los Derechos Humanos— partirá a las 16 horas desde la Plaza 1° de Mayo y recorrerá las calles General Flores, Machado y Bulevar Artigas detrás de un camión dotado de equipos de amplificación desde el que se dará lectura a las adhesiones que se reciban.

Integrantes de la comisión que coordina la concentración indicaron a EL PAIS que la marcha —que será transmitida por una radio "pirata" que podrá ser captada en el 103.5 del dial en frecuencia modulada— se detendrá en la intersección de General Flores y Garibaldi para escuchar la palabra de los representantes de los gremios que actualmente se encuentran en conflicto, y que se hará lo propio frente al liceo Nº 26, donde los estudiantes efectuarán fogones desde mañana sábado 23 en adhesión a la protesta.

Ayer jueves se conoció una declaración firmada por quince gremios afiliados al PIT-CNT que manifestaron su respaldo público a la marcha y llamaron a participar en reclamo de la dilucidación de responsabilidades respecto de las muertes de Fernando Morroni y Roberto Facal, "la libertad de expresión y la devolución de CX44", "el esclarecimiento de todas las desapariciones" y el rechazo "a todas las formas de violación de los derechos humanos y de impunidad".

.002

9709078

Marcha "por la vida y la libertad, contra el olvido y la impunidad"

Sindicatos y organizaciones sociales convocaron ayer para este domingo a una "marcha por la vida y la libertad, contra el olvido y la impunidad", al cumplirse tres años de la denominada "masacre de Jacinto Vera" ocurrida el 24 de agosto de 1994.



Mauricio García, Rolando Goggia, Norma Morroni, Beatriz Lima y Sandra Menotti.

La marcha partirá ese día a las 16 horas desde la Plaza 1° de Mayo, ubicada frente al Palacio Legislativo, y culminará en Bulevar Artigas y Campisteguí, escenario de los graves incidentes. A lo largo del recorrido, se leerán mediante un sistema de amplificación las adhesiones recibidas. En la esquina de la calle Garibaldi, primera escala, varios sindicatos darán a conocer sus puntos de vista sobre el carácter de la movilización. La marcha se estacionará luego en la calle Machado, frente a la puerta del liceo N° 26; en ese punto, se sumarán estudiantes que, desde el día anterior, debatirán la situación de la enseñanza en distintos talleres. De ahí se ingresará a Bulevar Artigas, para confluir finalmente en la calle Campisteguí. Las Madres de Plaza de Mayo, Marta Badillo y Carmen Ramiro, viajarán desde la República Argentina para participar en la movilización. En conferencia de prensa, los convocantes pusieron de manifiesto el carácter "apolítico" de la movilización y enmarcaron la misma en el "mandato que surge del VI Congreso del PIT-CNT recientemente culminado donde se autocriticó expresamente el no haber convocado a la Marcha del 24 de agosto de 1995".

El Frente Amplio no consideró el tema en su última sesión de la Mesa Política el pasado lunes y no se espera que procese una decisión antes del domingo, informaron fuentes políticas. El año pasado, la fuerza de izquierda no figuró entre las organizaciones convocantes, aunque sí lo había hecho en 1995. En un comunicado, los organizadores señalan "la gravedad de la actitud de quienes pretenden confundir y tergiversar el sentido profundamente democrático de nuestra movilización y pretenden transformar víctimas en victimarios mientras la impunidad sigue en pie", y advierten que la misma "sólo merece una respuesta multitudinaria que ubique las cosas en su lugar: en nuestro país miles de balas surgidas del aparato represivo dieron en el blanco en cientos de manifestantes matando a uno de ellos; todo esto bajo la responsabilidad política de Lacalle y Gianola que concretó un acto de evidente terrorismo de Estado". La movilización prevista para el domingo reclamará por el "esclarecimiento de las muertes de Fernando Morroni y Roberto Facal"; también por la "libertad de expresión y la devolución de CX 44", el "esclarecimiento de las desapariciones contra todas las formas de violación de los derechos humanos" y "contra la impunidad".

Hasta el momento, figuran como convocantes: los sindicatos FUS, Sutel, Uaoegas, Adeom, Fenapes, Afutu, Amepu, Ademu, Sutma, STIQ, SOCU, SIMA, AFUR, SAG, UTHC, Sudora, la Asamblea Autónoma por Derechos Humanos, las cooperativas Covitea, Covide, Tacuabé y Covine 7, el grupo Tendida, las FM "Alternativa", "Sembrando" y la Coordinadora de Radios Comunitarias (que realizará ese día una transmisión especial), Familiares de Detenidos Desaparecidos, y el Consejo Vecinal N°9.

Conferencia

Norma Morroni, madre del joven asesinado, dijo no entender como a tres años de los hechos, la Justicia no haya podido determinar responsables: "es como si mi hijo no hubiera muerto".

"Por eso mismo volvemos a la calle pidiendo justicia; ésta es una nueva marcha por la vida y no por la muerte", agregó.

Puntualizó que la falta de respuestas la llevó este año a tomar la decisión de dar a publicidad la autopsia practicada a su hijo "para que la gente vea la brutalidad de la agresión".

Beatriz Lima, integrante de la Asamblea Autónoma por DDHH, recordó que la muerte de Fernando Morroni "nunca se aclaró": "no surge de la investigación judicial ningún responsable por este asesinato". No obstante, aclaró que la marcha pretende significar "el conjunto de los problemas que aquejan a la sociedad: una impunidad que pasa por los derechos humanos, pero también los problemas del trabajo, de la desocupación, y también de los estudiantes".

Sandra Menotti, de la FUS, consideró una "obligación" respetar el mandato del VI Congreso del PIT-CNT donde la propia central de trabajadores cuestionó la actitud adoptada en 1995. Criticó además las "tergiversaciones" que se han hecho sobre el motivo de esta marcha.

Rolando Goggia, integrante de la Asamblea Autónoma, dijo que "los asesinatos que se cometieron en el Filtro por parte de la Policía son parte de un paquete que consideramos como una globalidad que tiene que ver con una respuesta en general autoritaria y represiva ante la crisis económica que de alguna manera limita las formas de expresión".

Reflexionó que la movilización es de alguna forma una "continuidad de la lucha que también llevan adelante los familiares de detenidos desaparecidos para impedir nuevos avances represivos".

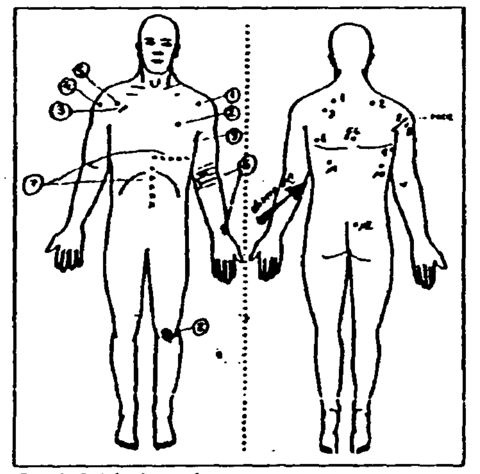
Calificó dentro de éstos el paquete de iniciativas contenidas en la Ley de Seguridad Ciudadana, como la llamada del "gatillo fácil", y aquella que califica como delitos algún tipo de reuniones sociales, como la de las radios comunitarias.

Por su parte, Mauricio García, del Consejo Vecinal N°9, expuso los motivos que lo llevaron a respaldar la convocatoria. Señaló que el incremento de los asentamientos en Montevideo y el cierre de fábricas constituye una "gran omisión" del sistema político al que responsabilizó de "privilegiar los grandes intereses": "eso es una lesión de los derechos humanos y una forma más de la impunidad". Advirtió que si bien es "evidente en este caso la muerte de un joven en la marcha", también lo son "los niños que mueren de hambre y de frío en Uruguay como muestra de la agresión del sistema".

Un disparo directo, desde atrás y casi a quemarropa

Fernando Morroni, de 24 años, murió en forma "violenta", la noche del 24 de agosto de 1994, por "disparo de escopeta (proyectiles múltiples tipo postas de 6 mm de diámetro) directo", según surge de la autopsia practicada por el Instituto Técnico Forense. Al cuerpo se le extrajeron siete proyectiles idénticos. El impactante informe forense, que dio a conocer ayer su madre, Norma, descartó "rebote o tiro indirecto" al constatar que los proyectiles no presentaban deformaciones. La Junta Médica integrada por los doctores Guido Berro, Beatriz Balbela y Zully Domínguez, refiere que los disparos provinieron "desde atrás y algo a la izquierda" de Morroni, "y a una distancia que ya se separan pero aún no demasiado (a precisar por la pericia balística)".

El informe destaca que al recibir el impacto, el joven "es proyectado hacia adelante y se lesiona la rodilla izquierda" y que las "lesiones de grandes vasos y viscerales resultaron incompatibles con la sobrevivencia". Como causa de la muerte se determinó una "anemia aguda", "heridas de grandes vasos, destacándose la de aorta, por proyectiles de arma de fuego (múltiples, tipo postas de plomo de 6 mm no deformadas)". El cuerpo presentaba las siguientes características: "erosión puntiforme en región malar derecha, coágulo sanguíneo en narina derecha. No huellas de violencia en cabeza ni cuello. Orificios de proyectiles de arma de fuego en anterior de hombro (1) y supra mamario (2); incisión de retiro previo de proyectil en Hospital Policial (3). Se palpa y extrae proyectil en deltoide derecho (4). Se palpa y extrae proyectil encima de incisión que ya traía recién referida (5). Zona quemadura química y punción venosa en pliegue de codo y puño lado radial derecho (6) Toracotomía y laparotomía supra umbilical (para masaje cardíaco directo y exploración) no infiltradas (en paro cardíaco) (7). Excoriación con zona de perforación punzo cortante central en rodilla izquierda (caída sobre suelo) (8). Orificio en línea axilar anterior izquierda (9) En dorso: multiplicidad de orificios. Se dirigen de atrás a adelante y algo de izquierda a derecha, son todos de entrada, idénticos proyectiles (postas de plomo de 6 mm). No tienen tatuaje, la dispersión no es muy marcada, no obstante para precisar distancia se espera pericia balística". Más adelante se agrega que "el impacto posterior explica, por caída hacia adelante, la excoriación de rodilla".



Facsímil del informe forense.

Ala radical del FA lanzó su campaña

La Corriente Izquierda, frente político conformado los grupos que integran el ala radical del Frente Amplio (FA), lanzó ayer su campaña hacia las elecciones internas del 28 de setiembre, anunciando su lista de candidatos propuestos. La Corriente está integrada por el Movimiento de Participación Popular (MPP), el 26 de Marzo, la Corriente de Unidad Frenteamplista, Unión Popular, el Partido Socialista de los Trabajadores (PST), el Movimiento 20 de Mayo, Izquierda Frenteamplista Independiente (IFI) y Tendencia Marxista. Estos dos últimos grupos no integran el FA y —hasta ayer— solo la IFI solicitó el ingreso, según señalaron fuentes de presidencia. Un documento que explica las bases del acuerdo suscrito entre las fuerzas radicales señala: "Nos unifica en la acción el pasado común de los sectores políticos integrantes de la Corriente, en temas cruciales para la vida del país. Son ejemplos la posición adoptada en minoría dentro del FA, con el voto en contra respecto al tratado de Asunción y el Mercosur que como quedó demostrado ocasionara con la apertura de la economía efectos letales e irrecuperables sobre el trabajo de los uruguayos: (...) el claro y decidido rechazo a la reforma capitalista y antisolidaria de la Seguridad Social que introdujo las AFAPs (...)". En su edición del martes **LA REPUBLICA** adelantó la lista de los candidatos de la "Corriente": senador Helios Sarthou (MPP), diputado José Mujica (MLN), dirigente Ángeles Balparda (26 de Marzo), dirigente Gustavo Vázquez (PST) y edil Jorge Zabalza (MPP).

... mo por mejoras en el estado de las calles, mejor iluminación y saneamiento. Por otra parte, en Tacuarembó se realizará un paro parcial de actividades y una marcha el 23 de setiembre en reclamo de fuentes de trabajo.

22/8/87

U. Noticias 21/8/87

PIT-CNT RECLAMA LAUDO JUDICIAL POR EL «FILTRO»

Mientras el próximo domingo 24 de agosto, al cumplirse tres años de los sucesos del Hospital Filtro, la Coordinadora contra la Impunidad tiene prevista la realización de una marcha, el PIT-CNT reclama que la Justicia aclare los hechos, que dejaron el saldo de un estudiante muerto.

Referente a la marcha, cabe consignar que la misma será el domingo, partiendo a las 16 horas desde la Plaza «Mártires de Chicago», frente al Palacio Legislativo, tomando por Gral. Flores, Bulevar Artigas, hasta las cercanías del Filtro, donde se dará lectura a una proclama por parte de la madre de Fernando Morroni, el joven que murió en aquella circunstancia.

LA DECLARACION DE LA CENTRAL

En cuanto a la posición adoptada por el PIT-CNT ante este nuevo aniversario de lo ocurrido en los alrededores del Hospital Filtro, la Mesa Representativa emitió la siguiente declaración:

1) «La total y justificada actualidad y permanencia, de reclamo del movimiento sindical, para que la Justicia laude definitivamente en torno a los responsables y sus consecuencias, de la feroz represión desatada en la referida jornada, ocasionando entre varios heridos la muerte de un compañero militante.

2) Como ya hemos expresado, el tema se torna vigente, ya que en una manifestación pacífica que convocó la central, tal cual es su característica, el Gobierno de entonces, a través del Ministro del Interior, D. Angel María Gianola, reprimió en forma inusitada, sin que haya dado respuestas, ni probado los por qué.

3) Es en ese marco, que el PIT-CNT, en este tercer aniversario de los sucesos del 24 de agosto, convoca a todos los trabajadores y al pueblo uruguayo, a exigir que la Justicia aclare los hechos y sus responsables se atengan a las consecuencias, decisión que mantendremos mientras la muerte de Fernando Morroni siga impune».

EMERGENCIAS EN GASEBA POR ASAMBLEA DE LOS TRABAJADORES

Desde el mediodía se encuentran realizando un paro de actividades los trabajadores de Gaseba, aunque el suministro se mantiene por parte de guardias gremiales, como así también la atención de emergencias.

La detención de tareas se cumple debido a que está reunida la asamblea general del gremio, abordando temas como la propuesta salarial, la constitución de la Cooperativa de Viviendas y otros puntos de medular importancia.

De acuerdo a lo expresado por el secretario general de la UAOEGAS, Washington Beltrán Durán, «pondremos a consideración el estudio realizado por nuestro gremio junto a técnicos de Instituto Cuesta Duarte del PIT-CNT, referente al reajuste salarial».

Referente a las viviendas para funcionarios de la ex Compañía del Gas, precisó el dirigente que «tenemos treinta lugares asignados para la conformación de una cooperativa, en las calles San Salvador y Minas».

Por otra parte señaló que «también nos preocupa a reiterada violación por parte de la empresa, del convenio suscrito en marzo en el MTSS».

Frente a ello, no descartó la instrumentación de movilizaciones y medidas, como así también la solicitud de una entrevista con la Ministra y el Director Nacional de Trabajo, en su carácter de garantes del convenio.

Además anunció el arribo de un representante del sindicato de Gaz de France, como un próximo viaje de delegados de la UAOEGAS, para mantener contactos con sus colegas franceses.

Otro aspecto que destacó Beltrán fue el de la seguridad de la planta industrial ubicada en el Barrio Sur, problemática que será analizada en un seminario-taller que se está preparando con organizaciones sociales, como el caso de SERPAJ, al igual que con vecinos de la zona.

Acuerdo en el MSP, descontándose los paros en cuotas

Al lograrse un convenio sobre los descuentos por paro, que se aplicarán en cuotas, este mediodía se firmaba el acuerdo entre las autoridades y la gremial, por lo que se pone fin al extenso conflicto en Salud Pública.

En el marco de una agitada jornada, en las últimas horas de la noche de ayer se llegó a convenir la forma en que serán des[illegible]s las horas no trabajadas.

Pa[illegible] en las deliberaciones, ase[illegible]SP y del MTSS, como así tam[illegible] representantes de la FFSP y del se[illegible]do del PIT-CNT.

El descuento será en 20 cuotas a quienes ocuparon los centros asistenciales, recordando que estos fueron los hospitales de Salto, Fray Bentos y Sarandí Grande en el interior, como así también el asilo Piñeyro del Campo en Montevideo.

Al resto del funcionariado se le descontará el 50 por ciento de los días no trabajados, a contar a partir del quinto, todo ello en 12 cuotas.

Tras lograrse el acuerdo, el presidente de la FFSP, Angel Bataile, señaló que el mismo «contempla parcialmente nuestros postulados, teniendo en cuenta que el aumento de 500 pesos es solamente para un sector, pero esperando que en el futuro pueda alcanzar a todo el funcionariado».

Sobre la instrumentación de los descuentos, consideró el dirigente que «fue un tema muy difícil de abordar, logrando finalmente una fórmula que, teniendo en cuenta las circunstancias, podemos calificarla como adecuada».

Otro aspecto al que se refirió Bataile fue la necesidad de integrar una comisión, con participación del MSP, del MTSS y de la gremial (FFSP), a los efectos de abordar temas como la equiparación salarial, los incentivos, las categorizaciones, los fueros sindicales y las mejoras en las condiciones de trabajo.

Nº. DOCUMENTO 9709079
TITULO Indígenas de todo el mundo se reunirán en el sur de Chile d 6 78 [illegible]
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE RECEPCION 03/05/97
VINCULACIONES 65709
11176
11078

ENTRADO
CRUZADO

FDE940
U VARDT 05 02 00201
mun exg

CHILE-INDIGENAS
INDIGENAS DE TODO EL MUNDO SE REUNIRAN EN EL SUR DE CHILE

Santiago de Chile, 2 may (EFE).- Indígenas de todo el mundo se reunirán en el sur de Chile para analizar la posibilidad de establecer un foro permanente para los pueblos aborígenes en la Organización de Naciones Unidas.

El encargado de Relaciones Internacionales del Consejo chileno de Todas las Tierras, Aucán Huilcamán Paillama, señaló hoy que el encuentro se realizará entre el 6 y 9 de mayo en Temuco, a 673 kilómetros al sur de Santiago, y en él participarán representantes "de toda América y del resto del mundo".

"La reunión va a explorar las distintas posibilidades que ofrece el sistema de Naciones Unidas para que podamos establecer un órgano verificador de los derechos humanos indígenas, en vista de que el actual derecho internacional es insuficiente", explicó el líder indigenista, perteneciente a la etnia mapuche, la más numerosa en Chile.

A ese respecto, denunció que "hay muchos actos que se cometen en el mundo con los indígenas y quedan en completa impunidad", por lo que subrayó la necesidad de considerar la posibilidad de tener un foro permanente en la ONU.

"Con un órgano de este nivel, los gobiernos tendrían otra actitud con los indígenas", concluyó Huilcamán. EFE.

mm/fp/nd

05/02/00-45/97

Nº. DOCUMENTO 9709080
TITULO Reunion de Indios de la Amazonia en Georgetown el 13/5/97
PROC. 518593
FECHA 12/05/97
VINCUL. 65606
11776
521152

ENVIADO
CRUZADO

X08294

R VARBT 05 12 00142
icx usa rdo cub mxc and sur

GUYANA-AMAZONIA
INDIOS AMAZONIA SE REUNEN A PARTIR DE MAÑANA EN GEORGETOWN

Georgetown, 12 may (EFE).- Grupos indígenas de la Amazonia, procedentes de nueve países, se reunirán a partir de mañana, martes, en Georgetown, Guyana, para encontrar mecanismos para proteger esa cuenca sudamericana.

El V Congreso de la Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA) se llevará a cabo en el centro de convenciones "Ocean View" de Georgetown, capital de este país sudamericano de habla inglesa.

La Asociación de Poblaciones Amerindias (APA) auspicia el encuentro, que se extenderá hasta el sábado 17 de mayo.

La asamblea general de la COICA, que se celebra cada cuatro años, reunirá a representantes de Guyana, Surinam, Venezuela, Brasil, Guayana Francesa, Perú, Colombia, Bolivia y Ecuador.

La APA, por su lado, reune a unos 50.000 personas de origen indio. EFE

UW jad/rml

05/12/19-50/97

9709080

XA0201

R FOXBT 05 17 00255

ami

ASAMBLEA INDIGENAS/BOLIVIA

VICEPRESIDENTE BOLIVIA PRESIDIRA FONDO INDIGENA PARA AMERICA

La Paz, 17 may (EFE).- La II Asamblea del Fondo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas de América, que concluyó anoche en La Paz, autorizó la formación del capital de la institución, de unos 100 millones de dólares, y renovó su consejo directivo, que presidirá el vicepresidente boliviano, Victor Hugo Cárdenas.

Tras la conclusión de las deliberaciones de la Asamblea, el Vicepresidente boliviano, de origen aymara, indicó que el Fondo se capitalizará con las aportaciones de los países miembros del organismo, estados amigos de fuera de la región y organismos multilaterales.

La Asamblea, a la que asistieron representantes de 19 países, encargó al nuevo consejo directivo que negocie con cada nación la aportación que harán al organismo.

Una vez reunidos los 100 millones de dólares serán depositados en fideicomiso en el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y los intereses, de aproximadamente 10 millones de dólares, servirán para que el Fondo cumpla sus funciones, explicó Cárdenas.

Ese dinero servirá, según el vicepresidente boliviano, para el fortalecimiento institucional de las organizaciones indígenas, la capacitación para el desarrollo, la concertación y formación de estrategias de desarrollo y la colaboración en la preparación de los proyectos (fase de preinversión).

Asimismo se decidió realizar en 1998 una conferencia internacional, en Chile, sobre algún tema de interés que deberá definirlo el consejo directivo y la realización -en 1999- de la III Asamblea del Fondo Indígena en México. EFE

as/eb/mms/arp

05/17/22 12/97

XA0858

R SUCBT 05 17 00161

ami

01-01

9709081

F1_5208
R VARBT 05-28 00247
mun exo

AMERICA-INDIGENAS
DERECHOS INDIGENAS SON "INVISIBLES", AFIRMA JURISTA BRASILEÑO

México, 27 may (EFE).- Los sistemas jurídicos en América Latina "han convertido prácticamente en invisibles los derechos de los pueblos indígenas", afirmó hoy el director del Instituto Socioambiental de Brasil e investigador de la Universidad de Paraná, Carlos Federico Mares.

Mares, quien intervino hoy en el Seminario Internacional sobre Derechos Indígenas, que se celebrará hasta mañana en la capital mexicana, afirmó que "sólo a veces" los sistemas jurídicos latinoamericanos reconocen la existencia de diferentes etnias.

El problema de la existencia de amplios sectores que viven en la miseria no lo ha resuelto del todo ningún país en el mundo, pero en Latinoamérica a esto hay que añadir además el problema de los indígenas, indicó el jurista.

El Estado tiene como fundamento garantizar la libertad, la seguridad, la igualdad y la propiedad, "pero parece que sólo se ha prestado atención a esto último en lo que se refiere a la propiedad privada y la protección del capital multinacional", afirmó Carlos Federico Mare

"Los derechos hasta ahora reconocidos son fruto de una dura y larga lucha que ha costado muchas víctimas y su reconocimiento ha traído consigo la pérdida de la cultura y la identidad indígenas", afirmó.

"La lucha por los derechos colectivos de los indígenas no debe cesar, para que el Estado sea tan fuerte que no permita la opresión de los grandes capitales contra estas comunidades", dijo el director del Instituto Socioambiental de Brasil. EFE

HMB/MF/JLM/ND

05/28/06 03/97

Nº DOCUMENTO 97.09.083
TITU JAIME APARICIO ser. Sis. de Rel. Int. de Bolivia es asesor de Gaviria en la OEA.
PROC 51 B 5 83
FECHA 01/05/97
VI U. 507430
500885

ENTRADO
CRUZADO

DP3958

R POXBT 05-01 00137
amt icx

BOLIVIA-OEA
FUNCIONARIO CANCILLERIA BOLIVIANA ASESOR OEA

La Paz, 1 may (EFE).- El que fue hasta ahora secretario de Relaciones Internacionales de la Cancillería Boliviana, **Jaime Aparicio**, asumirá las funciones de asesor **principal del Secretario General de la Organización de Estados Americanos (OEA), César Gaviria, se informó** hoy.

Es la primera vez que un funcionario boliviano desempeñará el cargo de asesor principal de un Secretario General de la OEA, informó Aparicio al anunciar su renuncia a su cargo en la Cancillería boliviana.

Según Aparicio, una de las razones por las cuales le interesa su nuevo cargo es que ciertas reformas que se hicieron en Bolivia, respecto a la asignación de recursos a las regiones para su utilización directa, se están efectuando en varios países centroamericanos y la OEA es la encargada de coordinar su implantación. EFE

lc/SM

05/01/19:08/97

9709083

a-01

Nº. DOCUMENTO 9709084

TITULO Reunión en que se trató cómo prevenir y combatir el terrorismo por parte de la OEA el 5/5/97 en Washington

PROCEDENCIA 150050

FECHA DE ENTRADA 08/05/97

VINCULACIONES 11847

500889

ENTRADO ✓

CRUZADO ✓

R FO?BT 05-05 00421

ICX MUN ASD

OEA TERRORISMO

REUNION EXPERTOS PARA PREVENIR Y COMBATIR EL TERRORISMO

Washington, 5 may (EFE).- La prevención, combate y eliminación del terrorismo en las naciones del sistema interamericano es el objeto de una reunión de dos días que comenzó hoy en la sede de la Organización de Estados Americanos (OEA).

Los expertos de las naciones miembros de la OEA examinarán los medios que mejoren el intercambio de información y otras medidas de cooperación para luchar contra los grupos que aún subsisten en algunas naciones y amenazan a otras.

"Los actos terroristas son delitos comunes graves que constituyen una violación de los derechos y libertades esenciales de los individuos, dondequiera sean cometidos y cualesquiera sean sus agentes, modalidades y motivaciones con las que se pretenda justificar", dijo en la apertura de la reunión la embajadora peruana, Beatriz Ramacciotti.

La diplomática, que es presidenta de la Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos de la OEA, hizo un llamamiento a los países de la organización para que combatan el terrorismo de forma conjunta, pasando de la condena a la prevención y eliminación.

El presidente del Consejo Permanente de la OEA y embajador de Santa Lucía, Joseph Edmunds, calificó de "cobarde flagelo del terrorismo" la actividad de los grupos dedicados a esta actividad marginal.

Los asuntos que abordarán los expertos durante la reunión son: los medios existentes para el intercambio de información y su modernización; cooperación policial y de inteligencia en los temas relacionados al terrorismo; capacitación del personal encargado; y cooperación en las fronteras.

Ricardo Rodríguez, representante alterno de Venezuela, instó a los delegados gubernamentales a cooperar para convertir a la región "un territorio libre de terrorismo" en el futuro.

Esta reunión es la primera de su especialidad que se celebra desde que todas las naciones del sistema interamericano están gobernadas por regímenes democráticos.

En la década de los setenta hubo acuerdos secretos entre dictaduras de Centro y Sudamérica para luchar contra los opositores, a los que se consideraba terroristas.

La reunión de expertos anti-terrorismo se inauguró en la sede de la OEA cuando aún no han pasado dos semanas desde que un comando del Movimiento Revolucionario Tupac Amaru (MRTA) fue eliminado en Lima, donde mantuvo como rehenes a 72 personas que fueron secuestradas en la embajada japonesa.

El terrorismo, en muchos lugares de Latinoamérica vinculado al narcotráfico, tiene al borde de la guerra civil a Colombia y alerta a Venezuela, mientras que en Bolivia se han detectado indicios de un resurgimiento de algunos grupos extremistas. EFE

frb-mla-seh/rt

05/05/18-22/97

0709084

0-03

#08166

U FOXBT 05 07 00188

mun exg

OEA-CORRUPCION

PROGRAMA INTERAMERICANO LUCHA CONTRA CORRUPCION

Washington, 7 may (EFE).- El Consejo Permanente de la Organización de Estados Americanos (OEA) aprobó hoy, miércoles, un proyecto para el futuro establecimiento del Programa Interamericano de Cooperación de Lucha contra la Corrupción.

El proyecto, elaborado bajo la presidencia del embajador chileno Edgar Vargas Carreño, será presentado a la Asamblea General de la OEA que debe celebrarse el próximo mes de junio.

El programa busca llevar a la práctica diferentes y múltiples acciones que permitan a los paises, así como a la OEA, enfrentarse adecuadamente al problema de la corrupción.

El plan prevé acciones comunes y actividades de apoyo en los ámbitos jurídico e institucional, así como de coordinación de actividades con organismos como el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo.

La corrupción se ha convertido en varios paises en un factor de erosión de la credibilidad de los gobiernos y la estabilidad democrática.

Este problema se vió incrementado en los últimos años como consecuencia de la expansión del tráfico de drogas y el lavado de dinero. EFE

frb/mv/nd

05/07/21-54/97

02

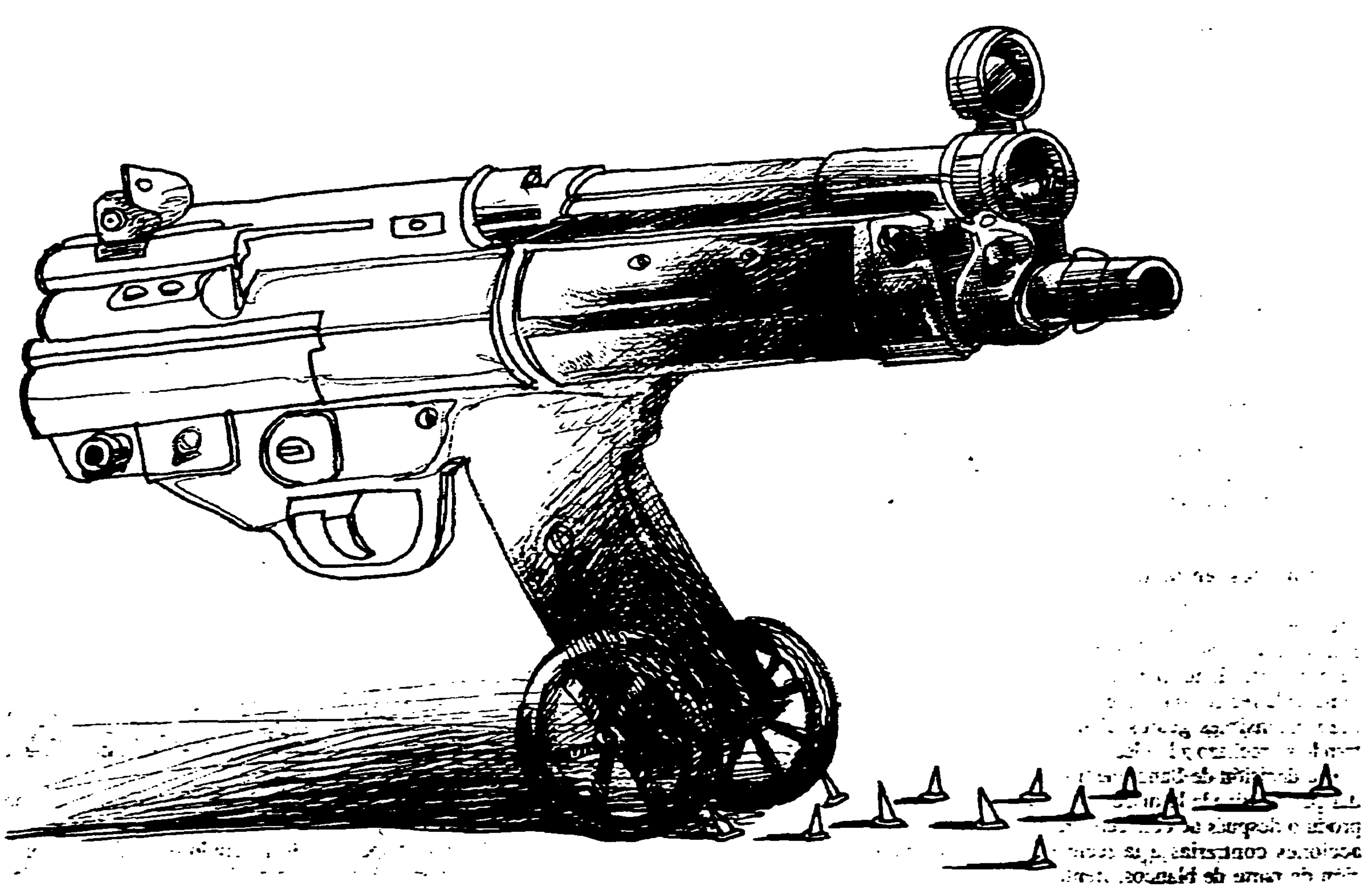
9709084

■ GONZÁLEZ LAPEYRE REPRESENTÓ A URUGUAY EN LA REUNIÓN CELEBRADA EN WASHINGTON

Coordinan medidas contra el terrorismo

Representantes de todos los países miembros de la OEA aconsejaron una serie de medidas que incluyen un mayor intercambio de información y un papel más activo de Interpol

POR ALFONSO LESSA
de la redacción de EL OBSERVADOR



Delegados de los 34 países que componen la Organización de los Estados Americanos, entre los que se encontraba el uruguayo Edison González Lapeyre, acordaron en Washington recomendar la puesta en práctica de una serie de medidas destinadas a la coordinación de información y la cooperación policial para lograr un eficiente combate al terrorismo.

El encuentro alcanzó una peculiar relevancia, teniendo en cuenta los recientes hechos ocurridos con la toma de rehenes en la Embajada japonesa en Lima por parte de un comando del MRTA. También coincidió con la creciente preocupación del gobierno uruguayo de ajustar sus acuerdos internacionales en materia de refugio, asilo y extradición, para evitar que el país se transforme en "un santuario" terrorista.

El abogado González Lapeyre, experto en derecho internacional que representó al gobierno uruguayo, dijo a *El Observador* desde Washington que entre las medidas propuestas se encuentra

El delegado uruguayo destacó la idea de crear una central coordinadora de la información

la de crear una central coordinadora de la información y el incremento de las potestades de Interpol para actuar en ese terreno.

Los delegados redactaron un documento relator de las posturas expresadas en la reunión que se celebró durante lunes y martes en la capital estadounidense, el que será elevado a la OEA para ser estudiado por el respectivo grupo de trabajo especializado en terrorismo. El informe contiene una serie de medidas concretas que incluyen el combate del tráfico clandestino de armas y explosivos, un mejor intercambio de la información migratoria y la eventual modificación de aspectos del estatuto de Interpol que limitan el accionar de éste respecto a algunas formas específicas de terrorismo. Así mismo se propone a los países miembro de OEA la ratificación de las 10 convenciones de la ONU que tienen relación con la materia. Respecto al tráfico de armas, existe preocupación porque desde la firma de paz en Guatemala, El Salvador y la desmovilización de los grupos irregulares en Nicaragua hay importantes arsenales de municiones y equipo.

"El encuentro fue muy interesante por su contenido esencialmente práctico", dijo González Lapeyre. El experto también destacó la asunción de posturas comunes de parte de los países del Mercosur, los que resaltaron los acuerdos de Santa María en relación a las actividades policiales en áreas fronterizas.

GUERRILLAS

Durante las discusiones se destacaron la toma de la residencia del embajador de Japón en Lima por el MRTA y la actividad de la guerrilla colombiana, como una demostración de "que el terrorismo continúa como una amenaza en América Latina", según informó un cable de la agencia EFE.

Durante 1996, según las estadísticas del Pentágono de Estados Unidos, se registraron 84 atentados terroristas en América Latina, de los cuales 45 ocurrieron en Colombia, pero la acción más espectacular fue en Lima, con la toma de la residencia del embajador japonés y su mantenimiento con rehenes durante cuatro meses.

Varios delegados asistentes a la reunión en la sede de la OEA expresaron, por otra parte, su preocupación por la vinculación de los grupos terroristas con el narcotráfico. Hay pruebas de esa relación en Colombia y Perú, según se señaló en las reuniones.

A pesar de la amenaza que supone este problema para la estabilidad democrática de varios países de la región, el proceso todavía se observa lento, reconocen en privado algunos delegados. En ese sentido, se apunta que en las dictaduras militares latinoamericanas de los años de 1970 hubo un rápido acuerdo de cooperación entre Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay para combatir a los opositores, a los que se denominaba "terroristas".

En Centroamérica –se recordó– hubo hasta la década de los años de 1980 un intenso intercambio de cooperación militar y de inteligencia para contraatacar a la guerrilla en El Salvador y Guatemala, labor que contó con el asesoramiento militar argentino y estadounidense. En la actualidad Colombia y Perú, en este orden, confrontan mayores problemas de terrorismo. Las FARC y el ELN colombianos están transformados en fuerzas militares, mientras que en Perú, Sendero Luminoso y el MRTA mantienen latente su amenaza de golpes terroristas a pesar de las derrotas que les infligió el gobierno. En México, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, que trata de transformarse en una fuerza política, y el Ejército Revolucionario Popular mantienen la amenaza contra el gobierno central. Recientes informes oficiales indican el riesgo de un rebrote guerrillero en Bolivia que contaría con el asesoramiento de peruanos, salvadoreños y colombianos. *(En base a información propia y de la agencia EFE)*

Participantes del encuentro se mostraron preocupados por el tráfico de armas

CLAVES

■ **ENCUENTRO.** Representantes de los 34 países miembros de la OEA analizaron en Washington, durante dos días, los riesgos de la violencia guerrillera y el terrorismo.

■ **URUGUAY.** El especialista en derecho internacional Edison González Lapeyre fue el delegado del gobierno uruguayo en el encuentro.

■ **MERCOSUR.** Los países del Mercosur expusieron posturas conjuntas.

■ **MEDIDAS.** Las posturas expuestas y una serie de recomendaciones concretas fueron incluidas en un docu- mento que será elevado a la respectiva comisión de la OEA.

■ **FUJIMORI.** Finalmente fue excluido del documento un párrafo en respaldo a las acciones del gobierno de Fujimori en la crisis del MRTA.

Bloquearon declaración de apoyo a acción de Fujimori

En el entendido de que se trataba de un pronunciamiento político que no correspondía al encuentro de expertos, la mayoría de los países latinoamericanos participantes de la reunión de Washington sobre terrorismo bloqueó una declaración de expreso apoyo a lo actuado por el gobierno de Alberto Fujimori en la reciente crisis desatada por el copamiento de la Embajada japonesa en Lima. La postura mayoritaria fue la compartida por Uruguay, según informó a *El Observador* Edison González Lapeyre.

El respaldo fue incluido en un párrafo del documento final a propuesta de Estados Unidos. Canadá y el propio Perú, y también expresaba que lo ocurrido en Lima era un ejemplo acerca de la inflexibilidad que se debe tener para no negociar con los terroristas.

La intervención de países como México y Venezuela alertando que se trataba de un pronunciamiento político que excedía el motivo de convocatoria de la reunión, dejó sin efecto el citado párrafo. Esas repúblicas sostuvieron que un tema de ese tenor corresponde a la Asamblea General de la OEA, que precisamente se reunirá en Lima en poco tiempo. La presidenta de la Comisión de Asuntos Jurídicos y Políticos de la OEA que presidió la reunión fue la embajadora peruana, Beatriz Ramacciotti. La diplomática afirmó que el episodio no aceleró la reunión de Washington pero "la experiencia peruana es analizada con interés".

Fuentes diplomáticas, por otra parte, dijeron que, además del motivo argumentado, hubo quienes entendieron que la declaración era contradictoria con lo que realmente ocurrió en Lima, donde se produjeron negociaciones entre el gobierno y el MRTA.

ACTUALIDAD

AMBOS SE ENTREVISTARON A POCO DE CONCLUIR LA VISITA A CARACAS

Carlos Andrés Pérez: Sanguinetti es un «extraordinario candidato» para la OEA

■ **«Debería decidirse a jugar un papel más activo a nivel global latinoamericano»**

GUIA FINANCIERA



Caracas (por Pedro Larrosa, enviado especial, vía Antel). El presidente de la República, Julio María Sanguinetti, sería un «extraordinario candidato» para ocupar la secretaría general de la Organización de Estados Americanos (OEA) y «debería decidirse a jugar un papel más activo a nivel global latinoamericano», saliéndose de los «límites» del Mercosur y de la creencia de que Uruguay tiene poca influencia en el continente, dijo a GUIA el expresidente de Venezuela, Carlos Andrés Pérez. Pérez recordó que apoyó con «gran entusiasmo» la posibilidad de que un ex presidente de la República se hiciera cargo de la conducción del organismo internacional, pero, al mismo tiempo, fustigó la gestión del ex mandatario ecuatoriano César Gaviria.

«No ha respondido a las expectativas que teníamos y la OEA sigue siendo un organismo muerto, burocrático, que no está cumpliendo en absoluto la función que le corresponde dentro del hemisferio», aseveró. Uruguay, afirmó también, puede «jugar un papel de liderazgo en la integración latinoamericana».

Aunque Pérez no manejó fechas, el mandato de Gaviria vence aprincipios del año próximo y parece improbable que puede ser reelecto. Su sucesor permanecerá en el cargo hasta los primeros meses del año 2000. El 1° de marzo de ese año Sanguinetti colocará en Uruguay la banda presidencial a quien gane las elecciones de 1999.

Al llegar a Caracas el domingo 18, Sanguinetti se encontró con que un enviado especial a Montevideo del diario El Nacional había trasladado a las páginas de ese matutino un rumor que dijo haber escuchado en Montevideo, según el cual el mandatario uruguayo aspiraría a un importante cargo internacional una vez alejado de la primera magistratura. El periodista citó la hipótesis de la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

El miércoles 21, Pérez, que afirma haber sido «víctima» de una «conspiración» e insiste en que no se pudieron probar las acusaciones de malversación de fondos públicos en su contra, llegó hasta el hotel Caracas Hilton pasadas las 7 de la mañana, donde fue

recibido por Sanguinetti en la suite presidencial.

Café mediante y por espacio de algo más de 20 minutos, ambos pasaron revista a la agenda de las relaciones bilaterales, la eventual asociación de Venezuela con el Mercosur, que Pérez cree que debe concretarse a través del Pacto Andino, y las relaciones de América Latina con los Estados Unidos y los otros bloques.

De haberse hecho público el encuentro, concretado una vez que el mandatario uruguayo había dado cuenta de la agenda oficial de la visita y pocos minutos antes de partir hacia Miami, habrían sido desmentidos los rumores que circularon en el Congreso venezolano, donde el hecho de que Sanguinetti no saludara expresamente a Pérez fue interpretado como una decisión vinculada a la delicada situación por la que atravesó el ex mandatario venezolano. Fuentes del entorno del primer mandatario uruguayo señalaron a **GUIA** que se trató simplemente de un problema de protocolo.

Minutos después de la entrevista, mientras Sanguinetti se aprestaba a dejar atrás el aeropuerto Simón Bolívar de Caracas, en otra zona de la ciudad, Pérez arribaba a un desayuno de trabajo con la prensa que Apertura, su nueva fuerza política, organizó bajo la consigna de que el gobierno de Caldera «es un desastre».

La convocatoria coincidió con el cuarto aniversario de la interrupción de su mandato en medio de un escándalo político y se enmarca en el esfuerzo de Pérez por reconquistar la banca de senador que perdió como consecuencia de su encarcelamiento. De esto también habló con **GUIA**, en un aparte concedido mientras se ajustaban los detalles del encuentro con la prensa venezolana.

-¿Qué evaluación hace del gesto del presidente Sanguinetti de anunciar en Caracas que el Mercosur va a aceptar lo que resuelva Venezuela, ya sea que decida ir hacia un acuerdo de liberalización comercial sola o con el Pacto Andino?

-Creo que fue una expresión de cortesía por parte del presidente Sanguinetti, porque él sabe, como sabemos todos nosotros, porque ese fue nuestro propósito, que el Mercosur tiene que buscar una integración global con el Pacto Andino. Con las asimetrías que existen entre nuestros países no nos llevaría a buen término conectarnos separadamente. Y por el contrario, aunque la integración entre Mercosur y el Pacto Andino llevará tiempo, donde habrá que fijarse metas progresivas, nos lleva hacia la meta fundamental de nuestra región, que es la integración latinoamericana. No para separarnos de lo que se ha llamado el mercado hemisférico sino simplemente para fortalecernos ante esa eventualidad que tendremos que afrontar en el futuro, de acuerdo con la agenda fijada en la Cumbre de Miami.

-¿Está de acuerdo con la forma en que el gobierno de su país está llevando adelante este proceso?

-Desgraciadamente no, y esto es lo

que nos aleja un poco más de estos propósitos. Pero es inevitable, inexorable, que Venezuela, más temprano que tarde, tenga que unirse al proceso que nos lleve a la integración.

-¿Qué papel le adjudica a Uruguay en el Mercosur y al presidente Sanguinetti en esa instancia?

-Creo que es una circunstancia muy feliz que un hombre como Sanguinetti esté gobernando en este momento al Uruguay, porque él es un factor importante para contribuir al buen funcionamiento del Mercosur, que no es fácil, por las diferencias entre los cuatro países que lo integran. Pero, con la comprensión que tiene el presidente Sanguinetti del fenómeno, con el conocimiento que tiene de nuestra historia latinoamericana, demostrado claramente en su extraordinario discurso en el Congreso, creo que va a jugar un papel sumamente importante.

Aunque lamento mucho que Sanguinetti no pueda jugar un papel más activo en el proceso (de integración) latinoamericano. No hay dudas de que mientras vemos avanzar con satisfacción la integración económica no podemos decir lo mismo de la unidad latinoamericana. Estos movimientos, tan interesantes, del Parlamento Andino, del Parlamento Latinoamericano, del Parlamento Amazónico, son, más que una acción sincera y efectiva para unir a nuestros pueblos y lo digo con cierto dolor, un homenaje al turismo rentado. Poco efectivo es realmente lo que se está haciendo a favor de la unidad latinoamericana.

-¿Qué papel cree usted puede jugar Sanguinetti? ¿Uno más político o de liderazgo político de alguna forma?

-Creo que sí, creo que Sanguinetti debería decidirse a jugar un papel más activo a nivel global latinoamericano y salirse un poco de los límites en que lo colocan las obligaciones del Mercosur y de la poca influencia que, seguramente, él piensa que tiene el Uruguay dentro de América Latina. Yo creo por el contrario que, así como Uruguay al comienzo de nuestro proceso democrático jugó un papel significativo y se le llamaba en ese entonces la 'Suiza de América', puede volver a jugar un papel de liderazgo en la integración latinoamericana.

> *“Creo que Uruguay puede volver a jugar un papel de liderazgo en la integración latinoamericana*

-¿Puede ser a través de la Organización de Estados Americanos, por ejemplo?

-Me plantea un tema que a mí me duele. Yo puse un gran entusiasmo en la llegada de un gran ex presidente de la República a la presidencia de la OEA. Primero pensé en Osvaldo Hurtado, (ex) presidente de Ecuador, y circunstancias ajenas a nosotros mismos impidieron que prosperara. Entonces, surgió la candidatura del (ex) presidente César Gaviria, un hombre de todo nuestro afecto y confianza, pero que sinceramente no ha respondido a las expectativas que teníamos nosotros y la OEA sigue siendo un organismo muerto, burocrático, que no está cumpliendo en absoluto la función que le corresponde dentro del hemisferio.

-¿Cree entonces que Sanguinetti podría ser un buen candidato?

-Sanguinetti sería un extraordinario candidato. Llenaría todas nuestras aspiraciones.

-La corrupción ha sido uno de los temas más manidos en América Latina en los últimos tiempos. Usted ha sido uno de los protagonistas....

-Bueno, piense usted lo que sucedió al final. Yo fui víctima de una confabulación en este país, se me acusó efectivamente, se me hizo un juicio por corrupción. ¿En qué terminó ese juicio? En que fui totalmente, después de una investigación infamante y aviesa, excluido de toda sospecha de haber manejado recursos del Estado en beneficio personal y toda la acusación que se me hace es haber contribuido al proceso de estabilización democrática en Centroamérica y la condena que se me hace es, según ellos, por haber ayudado a la (ex) presidenta (de Nicaragua) Violeta Chamorro.

-¿Hacia dónde va hoy políticamente Carlos Andrés Pérez?

-Voy por el mismo camino que he transitado toda mi vida, por el mismo camino que llevaba cuando me presenté en el Uruguay, cuando la lucha contra el militarismo, para dar mi apoyo precisamente a Sanguinetti y a los líderes políticos que luchaban junto con él por la reinstauración de la democracia. No he perdido nunca ese camino y por él seguiré.

-¿Está absolutamente superado el diferendo entre Uruguay y Venezuela que derivó en la ruptura de relaciones entre ambos países?

-Quien rompió relaciones fui yo, que era presidente de Venezuela, por las violaciones de los Derechos Humanos de la dictadura que había en Uruguay en aquellos momentos y, precisamente, cuando la toma de posesión de Sanguinetti estuve presente en el acto, junto con el presidente en ese momento de Venezuela, Jaime Lussinchi, demostrando nuestro contento por el retorno a la democracia del Uruguay. ■

XM8045
R POXBT 05-27 00343
mun exo icx

OEA-CUBA
CUBA SEGUIRA SEPARADA HASTA QUE HAYA CONSENSO PARA REINGRESO

Lima, 27 may (EFE).- Cuba seguirá suspendida en sus derechos en la OEA hasta que haya consenso para readmitirla, afirmó hoy, martes, la embajadora peruana ante ese organismo, Beatriz Ramacciotti.

Tras señalar que el caso de Cuba es un tema que preocupa de manera especial al secretario general de la OEA, el colombiano César Gaviria, la embajadora señaló que actualmente se realizan gestiones silenciosas pero intensas para hallar una salida.

"En la OEA somos 35 estados miembros, de los cuales 34 estamos activos con todos nuestros derechos y uno solo, Cuba, está suspendido, no expulsado, sino suspendido", precisó la diplomática.

"El espíritu de todos los países de la región es ver de nuevo a Cuba dentro de la OEA, integrada a los demás, pero hay problemas diversos que lo impiden", agregó.

Entre esos obstáculos mencionó algunos requisitos establecidos en la carta de la Organización, como la elección democrática de los Gobiernos, y la vigencia plena de los derechos civiles y políticos en cada país".

"Mientras no haya unanimidad en que Cuba cumple esos puntos, no se podrá reincorporar", subrayó.

Ramacciotti recordó que en la Asamblea General de la OEA que se celebró en junio de 1995, en Haití, se discutió de manera informal aunque con detenimiento la situación cubana, sin que se llegase a conclusiones mayores.

La embajadora informó también de que en la asamblea que se celebrará en Lima del 1 al 5 de junio tampoco está previsto en la agenda ver el caso cubano, "porque nadie lo ha planteado, pero el secretario general continúa preocupado en el tema y hace esfuerzos para tratar de solucionarlo".

En la cita de Lima, según dijo, la asamblea aprobará las bases de una estrategia continental contra las drogas propuesta por la Comisión Interamericana Contra el Abuso de Drogas (Cicad).

Discutirá también la unificación de las legislaciones nacionales de los países del continente en materia de lucha contra el terrorismo y otros temas considerados vitales para la estabilidad democrática como el combate a la corrupción, la paz, la seguridad y la cooperación para el desarrollo. EFE

ir/ii

05/27/19-21/97

OEA-NARCOTRAFICO

ASAMBLEA EN LIMA APROBARA ESTRATEGIA CONTINENTAL ANTIDROGAS

Lima, 27 may (EFE).- Los cancilleres americanos aprobarán en la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA), que se celebrará en Lima del 1 al 5 de junio próximo, las bases de una estrategia común para combatir al narcotráfico, dijo hoy la embajadora de Perú ante ese organismo, Beatriz Ramacciotti.

Esas bases fueron negociadas y aprobadas recientemente en el seno de la Comisión Interamericana Contra el Abuso de las Drogas (CICAD) por iniciativa de Perú y del resto de países miembros del Grupo de Río que integran también la OEA, explicó la diplomática.

"En esta reunión de Lima los cancilleres formalizarán el acuerdo de la CICAD, de manera que éste se convertirá en un plan de acción que permitirá ejecutar las convenciones de la OEA contra el narcotráfico", agregó Ramacciotti.

El tema del narcotráfico es prioritario para los países del hemisferio americano, según la embajadora peruana, "porque está relacionado de manera indirecta con la estabilidad democrática, como una amenaza potencial contra la democracia".

Aludió así al poder económico del narcotráfico, que logró infiltrarse y corromper a instituciones diversas de algunos Estados.

Ramacciotti señaló que en la OEA no hay consenso para aprobar la propuesta presentada por Panamá para que se cree un Centro Internacional Antidrogas con el fin de que los países de la región combatan desde allí el narcotráfico.

"En lo que sí hay consenso en la OEA es en que no puede haber una instancia supranacional que sustituya a las multilaterales; en este caso ya existe la CICAD y por eso la propuesta de Panamá todavía está en conversaciones", explicó.

"Lo que se conversa es cuáles serían las características del centro propuesto por el gobierno panameño", agregó.

La embajadora informó de que en septiembre próximo se reunirá en Lima el pleno de la CICAD para aprobar los planes de acción que permitan ejecutar la nueva estrategia hemisférica antinarcóticos.

En esa reunión, dijo, Perú asumirá la presidencia de ese organismo de la OEA, "para la que fue elegido en reconocimiento a su iniciativa de proponer una estrategia única".

El embajador Pablo Portugal, director de Política Multilateral de la Cancillería peruana, indicó que para Perú es importante también impulsar el concepto de Desarrollo Alternativo como eje de una política integral de lucha contra el narcotráfico.

Ese concepto es compartido por otras regiones del mundo, como Europa, "que está dispuesta a apoyarlo, siempre y cuando los países de la región identifiquen proyectos específicos".

Portugal destacó el papel jugado por el Grupo de Río en el tema de la lucha antidrogas dentro de la OEA e indicó que ese bloque de coordinación política latinoamericana ha acordado recientemente convocar a sus expertos para retomar ese trabajo ante la cita continental antinarcóticos que se celebrará en junio de 1998 en México.

Ramacciotti señaló, además, que la Asamblea General de la OEA en Lima también abordará otros temas de prioridad para el hemisferio: terrorismo, derechos humanos, paz, seguridad, cooperación para el desarrollo y la democracia. EFE

vr/ila/H

05/27/19:30/97

OEA-ASAMBLEA

CITA APROBARA PROGRAMAS CONTRA POBREZA, CORRUPCION Y DROGAS

Lima, 30 may (EFE).- La XVII Asamblea General de la OEA, que se iniciará este domingo en Lima, aprobará programas de acción continental contra la pobreza, el narcotráfico y la corrupción, informó hoy la embajadora del Perú en ese organismo, Beatriz Ramacciotti.

La lucha contra esos tres problemas, según señaló, es una tarea prioritaria para la OEA (Organización de Estados Americanos), "en la medida que constituyen amenazas latentes para la estabilidad democrática y la seguridad del hemisferio".

Tras señalar que a la asamblea asistirán representantes de 34 Estados miembros mas 41 observadores permanentes, Ramacciotti señaló que los programas, diseñados por expertos, buscan "que haya una coordinación política efectiva entre nuestros paises, para combatir esos males".

"A diferencia de la etapa anterior de la OEA, en la que nos quedábamos en las declaraciones de principios, actualmente plasmamos los acuerdos en programas y planes de acción", precisó la diplomática peruana.

Los ministros de Relaciones Exteriores del continente aprobarán en Lima, según dijo, el "Programa Interamericano de Cooperación para Combatir la Corrupción", elaborado sobre la base de las conclusiones extraídas de la Convención que, sobre esa cuestión, se celebró en Venezuela en 1996.

El programa impulsará el desarrollo de las legislaciones internas de los paises americanos "para que tipifiquen los delitos de corrupción de manera adecuada", explicó Ramacciotti.

Plantea también "criterios para elaborar leyes que penalicen el enriquecimiento ilegal, el soborno internacional y otros delitos similares o conexos", agregó.

Facilitará, además, acciones de apoyo mutuo en asuntos de investigación y materias judiciales, incluyendo lo relativo al secreto bancario; y fomentará la cooperación horizontal entre los organismos nacionales anticorrupción.

Otros documentos que aprobarán los cancilleres americanos serán el "Programa Interamericano de Combate a la Pobreza y la Discriminación", y la "Estrategia Antidrogas del Hemisferio para el Siglo XXI".

Esta última fue diseñada y sancionada en octubre del año pasado, en Buenos Aires, por la Comisión Interamericana Contra el Abuso de Drogas (Cicad), según informó la portavoz de la OEA.

El programa antidrogas, según la embajadora peruana, "reafirma los principios del enfoque integral y responsabilidad compartida, así como la necesidad de privilegiar los mecanismos concertados a nivel multilateral para avanzar en la prevención y erradicación de esta amenaza, que no puede ser afrontada con medidas unilaterales".

El enfoque de la Cicad señala tambien que el problema de las drogas está vinculado al de la corrupción mediante el lavado de dinero ilegal y la financiación de las campañas electorales con ese mismo dinero.

En cuanto al programa contra la pobreza, Ramacciotti indicó que el mismo recoge dos temas centrales en la estrategia

continental para combatir ese mal: el papel de la mujer y la educación.

En ese sentido, plantea acciones dirigidas a darle a la mujer una mayor presencia en los planos político y económico; y a permitir el acceso universal de la población a una educación de mejor calidad.

Por otro lado, Ramacciotti confirmó que la asamblea general debatirá y someterá a aprobación el informe del Comité Interamericano de Derechos Humanos (CIDH) de 1996, que ha sido criticado por algunos países como Guatemala, Perú y Colombia.

Otros países, como Canadá, Estados Unidos, Argentina y otras naciones del Caribe, respaldan en cambio la independencia absoluta del CIDH.

Ramacciotti lamentó que el CIDH haya hecho público su informe antes de ponerlo en conocimiento de los países a los que se les hace objecciones en el documento, ya "que no tuvieron así la oportunidad de plantear alguna observación".

La embajadora se negó a comentar el apoyo de otros estados a ese Comité, pero recordó que Canadá y Estados Unidos figuran entre los países que no están adheridos a la Convención Interamericana de Derechos Humanos, que ya tiene una existencia de más de 20 años. EFE

vr/mv/nd

05/30/20-49/97

xA1963

U POXBT 05-31 00225
amt exg

OEA-ASAMBLEA
LLEGA A LIMA SECRETARIO GENERAL OEA PARA PRESIDIR ASAMBLEA

Lima, 30 may (EFE).- El secretario general de la Organización de Estados Americanos (OEA), el colombiano César Gaviria, llegó hoy a Lima, donde presidirá la XXVII Asamblea General del organismo continental que tendrá lugar del 1 al 5 de junio.

Gaviria llegó al aeropuerto Jorge Chávez a las 02.00 GMT procedente de Bogotá y fue recibido por altos funcionarios del Ministerio peruano de Relaciones Exteriores en medio de extremas medidas de seguridad.

La XXVII Asamblea General de la OEA, organismo que agrupa a 34 países, será inaugurada el domingo por el presidente peruano, Alberto Fujimori, y concluirá el jueves próximo con la firma por parte de los ministros de Relaciones Exteriores del continente de los programas interamericanos de cooperación para combatir la corrupción, la pobreza y el narcotráfico, entre otros.

El sábado, Gaviria y el presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el uruguayo Enrique Iglesias, ofrecerán una conferencia ante empresarios y líderes de opinión sobre el papel del sector privado frente a los desafíos que el inicio de un nuevo milenio ofrece a los países de la zona.

La ponencia del secretario general de la OEA enfocará "los nuevos desafíos políticos" que se plantean en ese nuevo escenario, en tanto que "los nuevos desafíos económicos" será el tema que desarrollará el presidente del BID. EFE

DMC/MMG/FG

9709086

06-06

9709087

01-02

XA0831

R POXRT 05 17 00466
msp exd

GUATEMALA-D.HUMANOS
RECHAZAN CANDIDATURA DE EX VICEPRESIDENTE A CIDH

Guatemala, 17 may (EFE). Organizaciones humanitarias no gubernamentales de Guatemala rechazaron hoy la candidatura del ex vicepresidente de la república, Francisco Villagrán Kramer, para ocupar un puesto en la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) de la OEA.

La candidatura de Villagrán Kramer, vicepresidente entre 1978 y 1981 durante el régimen del general Romeo Lucas, fue presentada por el Gobierno del presidente Alvaro Arzú.

"No podemos aceptar la postulación del doctor Francisco Villagrán Kramer dados sus antecedentes y nos resulta incomprensible cómo el gobierno lo postula, promueve y defiende", indica la Coordinadora Nacional de Derechos Humanos de Guatemala (CONADEHGUA).

La organización, formada por diez grupos, advierte en un comunicado que la postura gubernamental está en contra de los acuerdos de paz que firmó con la antigua guerrilla.

La CONADEHGUA pide a la Administración Arzú que retire la candidatura y presente como alternativa a una persona "idónea" en la materia que no haya participado en violaciones de los derechos humanos por acción u omisión.

También solicita que en la elección del candidato haya consenso entre las organizaciones defensoras de las libertades fundamentales del hombre.

Cuando ocupaba el cargo de vicepresidente, Villagrán Kramer renunció al puesto un año antes de terminar su mandato como prueba de su rechazo a la represión contra la oposición política que realizaba el Gobierno del general Lucas García.

Para la CONADEHGUA, la renuncia fue tardía e ineficaz, aunque significó un paso más para afirmar la ilegitimidad del régimen de Lucas García.

Otro motivo, que según el organismo humanitario descalifica a Villagrán Kramer para ocupar un puesto en la CIDH, es la defensa que hizo del general Efraín Ríos Montt cuando éste aspiraba a presentarse como candidato a la Presidencia en las elecciones de 1990.

La Constitución guatemalteca prohibe la candidatura presidencial de quienes hayan llegado al poder por medio de golpes de estado, caso de Ríos Montt, que gobernó el país entre 1982 y 1983.

Villagrán Kramer también ha sido rechazado por la organización humanitaria internacional America's Watch.

El ex vicepresidente ha defendido su candidatura a la CIDH en una carta enviada a los embajadores de Latinoamérica, Canadá y Estados Unidos.

En dicha carta, recuerda los éxitos diplomaticos, principalmente en materia de derechos humanos, del ministro guatemalteco de Relaciones Exteriores, Eduardo Stein, que lo defiende como candidato a la CIDH.

A principios de este mes, Stein anunció que la ONU aprobó el reingreso de Guatemala a la Comisión de Derechos Humanos del organismo mundial, con sede en Ginebra (Suiza).

Sin embargo, para la CONADEHGUA, en la CIDH debe estar una persona "solidaria" con las víctimas de las violaciones de los derechos humanos y "no defensora de los Gobiernos". EFE
ES/[illegible] 17 [illegible]

05 17 17 [illegible]

9709087

2-02

DP6659

R CULBT 05-24 00442
mun icx

ESPAÑA-MASONES
MASONES SE ABREN A LA SOCIEDAD CONTEMPORANEA

Gijón (España), 24 may (EFE).- Los masones han decidido "abrirse a la sociedad contemporánea" para cambiar su imagen tras "cientos de años de persecución", según resaltaron hoy en el I Congreso Internacional de Masonería celebrado en España.

Doscientos "aprendices, compañeros y maestros" prácticantes de la llamada "obediencia liberal", entre ellos españoles, franceses y portugueses, debaten en la norteña ciudad de Gijón sobre el pasado, el presente y el futuro de este movimiento cultural y social.

La revisión histórica de la masonería en España es una de las prioridades, según el gran maestre saliente de la Gran Logia Simbólica Española, Joan García Grau, que participa en el encuentro.

Para Grau, "Madrid, Barcelona y Valencia son las provincias con mayor presencia de masones en España, donde hay muchos hermanos pero muy poco organizados".

A juicio de Grau, la democracia interna que se vive en las logias queda patente "por la alternacia entre los grandes maestres o por la diversidad de tendencias políticas entre los miembros de las mismas".

El racismo, el autoritarismo y muchos de los "ismos" que hoy en día son criticados en la sociedad contemporánea "no tienen cabida en la masonería" para Grau, quien precisó que "nos podemos definir como una asociación culta de librepensadores y de buenas costumbres que trabajamos por el progreso de la humanidad".

La masonería está dividida en la actualidad en dos corrientes, la regular o anglosajona, y la liberal, dentro de las que hay partidarios de mantener el hermetismo y otros de abrirlas a la sociedad, "sin olvidar que no queremos captar socios", dijo el presidente del comité organizador del Congreso, José Iglesias.

"El encuentro -añadió- pretende dar a conocer unas asociaciones culturales que son discretas pero no secretas".

El lema bajo el que se rige la masonería parte "de la Carta de Derechos Humanos, que era un documento masón, y por lo tanto los principios de libertad, igualdad, fraternidad y tolerancia son los básicos", explicó Iglesias.

Definió la masonería como "una escuela de pensamiento liberal que fue influyente, no por presiones políticas, sino por el nivel cultural de sus miembros que en momentos de analfabetismo generalizado eran casi como una casta de privilegiados que además tenían dinero".

Uno de los aspectos dados a conocer en el congreso ha sido el proceso de selección para alguien que quiera ser masón, que comienza por expresar su interés.

El I Congreso Internacional de Masonería finalizará mañana domingo y sus organizados piensan ya en la celebración de una segunda edición el próximo año. "con una mayor participación dado el eco que esta consiguiendo este encuentro en todo el mundo", explicó el presidente del comité organizador. EFE
nal/me/ll

9709088

Sínodo de las Américas se celebra en noviembre

CIUDAD DEL VATICANO, 28 (ANSA).— El primer sínodo de las Américas se realizará del 16 de noviembre al 12 de diciembre de 1997 en el Vaticano.

Los obispos discutirán en asamblea los problemas específicos del continente que cuenta con el mayor número de católicos en el mundo.

Juan Pablo II había anunciado la idea hace casi cinco años, en octubre de 1992, cuando visitó Santo Domingo en ocasión del V Centenario de la Evangelización Americana, e inauguró la IV Asamblea General del Episcopado Latinoamericano.

Como presidentes delegados el Papa nombró a un brasileño, el cardenal de Río de Janeiro Eugenio de Araujo Sales, al arzobispo de Los Angeles, Estados Unidos, cardenal Roger Michael Mahony, y al arzobispo emérito de Bucamaranga, Colombia, monseñor Darío Castrillón Hoyos.

Como relator general el Papa nombró al cardenal Juan Sandoval Iñiguez, arzobispo de Guadalajara, México.

Los secretarios especiales del Sínodo serán, por nombramiento papal, el arzobispo de Chicago, Estados Unidos, Francis Eugene George, y el arzobispo de Paraná y presidente de la Conferencia Episcopal Argentina, monseñor Estanislao Esteban Karlic.

Por otra parte Juan Pablo II decidió la constitución de dos comisiones, una que se ocupará del mensaje final del Sínodo y la otra de las informaciones.

Los obispos americanos expondrán sus conclusiones en un documento que será entregado al Papa y que será el primero en la historia de la Iglesia Católica representativo de las realidades de todas las diócesis del continente.



SINODO. *El Papa convocó una reunión de obispos de toda América del 16 de noviembre al 12 de diciembre* **(AP)**

el PAIS 29/5/97 p.5

LA REF. 10/5/97 PAG 28

Juan Pablo II busca recomponer sus fuerzas en las Américas



Ciudad del Vaticano, ANSA

El Papa lanzó un valiente desafío sobre la unidad de los católicos del norte y del sur de América, convocando a Roma para noviembre próximo el primer Sínodo especial de los obispos de todo el continente.

En estos días se reunió en el Vaticano el Consejo de la secretaría del Sínodo para poner a punto los textos y el programa del mismo.

Será una novedad histórica pues en cinco siglos nunca se reunió hasta ahora una asamblea panamericana de obispos.

La idea se le ocurrió al Papa cuando convocó a los obispos de toda América en Santo Domingo, el 12 de octubre de 1992, para celebrar los 500 años de la llegada de Cristóbal Colón, "primer evangelizador" del continente.

El propósito del Papa es lanzar un desafío sobre la unidad, doctrinaria y activa, de los católicos de un continente que presenta fuertes diferencias y fracturas: entre un norte industrializado y económicamente dominante y un centro-sur con enormes problemas de pobreza y desarrollo, entre una tradición "yankee" y una sociedad latinoamericana muy distinta.

Pero, como se lee en las cuatro partes del primer documento de trabajo publicado, el "Instrumentum laboris" del Sínodo, el Papa apunta todas las fuerzas sobre una "Nueva Evangelización" que abra un camino unitario de "conversión, comunión y solidaridad en América". En toda América.

El diagnóstico es severo: está en crisis la fe, falta la solidaridad. No sólo entre el norte y el sur sino entre familia y familia.

Los riesgos de un Sínodo único para toda América no los oculta, sin embargo, Civiltà cattolica, la reconocida revista romana de los jesuitas.

Esa revista publicó un análisis del documento preparatorio mientras el Papa hizo anunciar las fechas de la asamblea, que se realizará en el Vaticano del 16 de noviembre al 12 de diciembre, y el tema unitario: "Encuentro con Jesucristo, vivo: camino para la conversión, la comunicación y la solidaridad en América".

Ese Sínodo especial está orientado a preparar el "Gran Jubileo" del 2000 y se vincula con los Sínodos, efectuados o en preparación, para los otros continentes.

No se presenta, en América, como Sínodo de conciliación entre tendencias diversas, sino como ataque: piensa derrotar con anticipación el disenso teológico y los movimientos de dispersión de quienes adhieren a sectas o movimientos mágicos, o a polarizaciones políticas. El primer riesgo de este Sínodo es querer atacar, de manera unitaria, los males de un continente que ofrece una "enorme diferencia" entre norte y sur, como dice el propio documento. No sólo económica y social sino cultural.

El segundo peligro, más grave al interior de la Iglesia, es que el disenso teológico con Roma se concentre: las tendencias liberales y feministas, de Estados Unidos y Canadá, pueden unirse con la Teología de la Liberación y con las rebeliones sociales del centro y del sur del continente.

Pero el Papa, con 19 obispos, casi todos americanos, que se reunieron en Roma para preparar la agenda de los trabajos, tiene confianza. Desea una fuerte convocatoria a la unidad de los católicos sobre la base de un consenso de fe.

Quiere obtener, dice el documento, "un encuentro actual con Cristo, muerto y resucitado" es decir, viviente en la humanidad de hoy: toda la primera parte del texto insiste sobre el encuentro con "Cristo vivo" como base para una "nueva Evangelización del continente americano".

La segunda parte pide claramente a cada uno, joven o adulto, un "camino de conversión", observando siempre la presencia de Cristo.

Y las otras dos partes se refieren una, a la "comunión" entre todos los fieles y la otra, a la "solidaridad" con cualquier condición humana, sobre todo la más sufriente.

El texto advierte para el debate de los obispos en el Sínodo, el objetivo y los límites de la asamblea: "El análisis y las sugerencias operativas que brotarán no serán pricipalmente sociológicos y técnicos sino evangélicos". Y precisa: "en esta hora de la historia, el Espíritu del Señor invita a abandonar miedos y vacilaciones y a anunciar con audacia la Palabra, con valentía en América, a proclamarla con toda su fuerza de transformación de los corazones, de la sociedad y de las culturas".

Sin embargo, precisamente ese llamado a los valores elevados y a una unidad de voces y de organizaciones, hizo notar algunas debilidades del primer documento preparatorio. El primer documento sobre el Sínodo será, sin embargo, corregido con las observaciones de los obispos que llegarán a Roma en mayo.

XAI [illegible]
R [illegible] 05-24 [illegible]
[illegible]

VATICANO-SINODO
PRESENTAN LINEAS ORIENTADORAS SINODO ESPECIAL PARA OCEANIA

Ciudad del Vaticano, 24 may (EFE).- El documento en el que se proponen las grandes líneas orientadoras ("Lineamenta") del Sínodo especial de Obispos para Oceanía ha sido ultimado, según una nota de la Secretaría General del Sínodo, publicada hoy por la Sala de Prensa de la Santa Sede.

Este Sínodo especial, anunciado por el Papa en su carta apostólica "Tertio millenio adveniente" (10 de noviembre de 1994), cierra el ciclo de los Sínodos "continentales", después de los celebrados para Europa y Africa, y que se une a los otros, anunciados en la misma carta, para América y Asia.

Desde la institución de las asambleas sinodales, con Pablo VI, en 1965, son siete las asambleas especiales del Sínodo para Países Bajos (1980); Europa (1991); Africa (1994); Líbano (1995), a los que hay que unir los de América, en fase avanzada de preparación, de Asia y, finalmente, el de Oceanía.

El cuestionario o "Lineamenta" será enviado a las conferencias episcopales del continente, y a partir de sus respuestas, propuestas y sugerencias se elaborará el "Insturmentum laboris" o libro de trabajo sobre el cual se orientan las tareas propiamente sinodales.

En el caso de Oceanía, la dispersión geográfica es tal que los obispos difícilmente pueden reunirse, por lo que serán los obispos residenciales quienes deberán responder directamente y no las conferencias episcopales, lo que requerirá citas previas.

Sacerdotes, religiosos y religiosas, personas consagradas, laicos y laicas, seminaristas, facultades de teologías, consejos parroquiales y todas las organizaciones de la Iglesia han sido invitadas a enviar sus respuestas.

La temática del cuestionario trata de la historia de la Iglesia en el continente y la multiplicidad de culturas hasta los diálogos ecuménico e interreligioso, las relaciones con las sectas y los problemas relacionados con la justicia, así como la vida propiamente eclesial. EFE

MAA/LTM/mir

05/24/12-59/97

Nº. DOCUMENTO 9709090
TITULO: Juan Pablo II llevó mensaje de paz al Líbano bajo estrictas medidas de seguridad
PROCEDENCIA: 150090
FECHA DE PROCEDENCIA: 11/05/97
VINCULACIONES: 50047
66330
501684

9709090

CRUZ

01-06

EL PAIS 2/5/97 P. 5

EL PAPA VISITA LIBANO

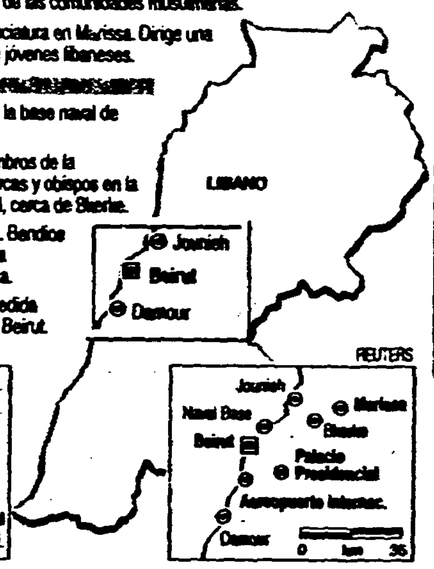
El Papa Juan Pablo II realizará su primera gira a Oriente Medio el sábado cuando comience su visita al Líbano.

ITINERARIO DEL PAPA EN EL LIBANO

- Llegada al aeropuerto internacional de Beirut, donde pronunciará un discurso en la ceremonia de recepción.
- Se reúne con el presidente Hrawi, el primer ministro libanés y dirigentes de las comunidades musulmanas.
- Se traslada a la nunciatura en Marissa. Dirige una oración colectiva de jóvenes libaneses.

- Misa al aire libre en la base naval de Beirut.
- Encuentro con miembros de la Asamblea de Patriarcas y obispos en la residencia patriarcal, cerca de Bkerke.
- Reunión ecuménica. Bendice la nueva capilla en la nunciatura apostólica.
- Ceremonia de despedida en el aeropuerto de Beirut.







REUTERS

Viaje a Beirut bajo amenazas de muerte

LA MITAD DEL EJERCITO DEL LIBANO BRINDARA PROTECCION A JUAN PABLO II

Veinte mil militares libaneses, casi la mitad del ejército, garantizarán la seguridad del Papa Juan Pablo II durante la visita que realizará al Líbano el sábado y domingo próximos. El ejército libanés, que cuenta con 50.000 hombres, puso a sus tropas en estado de "movilización total" para esta visita.

BEIRUT, 7 (ANSA).— Fuentes de la seguridad libanesas consideraron infundada la alarma suscitada por "rumores de prensa" sobre la preparación de un atentado misilístico desde el mar contra el Papa Juan Pablo II, que dentro de tres días visitará Beirut. Por su parte Siria, considerada potencia hegemónica en el país, "hará todo lo posible" para que la visita se desarrolle serenamente. "Dado que se trata de rumores, no valdría la pena desmentirlos. De todos modos se adoptaron medidas aéreas, terrestres y navales para la protección de Su Santidad", dijo a ANSA un vocero de las Fuerzas Armadas libanesas.

Un imponente dispositivo de seguridad se está desplegando en Beirut, con 20.000 soldados (casi la mitad de las Fuerzas Armadas) además de las fuerzas y servicios especiales, todos en "movilización total", incluso en el mar que baña Beirut. Siria, que tiene unos 40.000 soldados en Líbano, expresó su bienvenida a Juan Pablo II. "Damos la bienvenida al Papa en la vecina Beirut en un momento en el que las relaciones diplomáticas entre Siria y el Vaticano están en su mejor momento, como nunca lo estuvieron", dijo hoy una fuente oficial siria a ANSA. "Siria hará todo lo posible para que la visita se desarrolle en plena seguridad y sea un éxito", concluyó la fuente.

9709090

02

Juan Pablo II lleva hoy su mensaje de paz al Líbano

BEIRUT, Líbano (Servicio de "Financial Times" exclusivo para EL PAIS).— El Papa Juan Pablo II llega en esta jornada al Líbano —sede de la mayor comunidad católica del Medio Oriente— bajo estrictas medidas de seguridad y con el propósito de contribuir a que este país pueda cerrar las heridas de 17 años de guerra civil.

La visita papal estuvo originalmente programada para 1994, pero fue aplazada luego de un atentado del terrorismo, en el que una bomba explotó en una iglesia, provocando la muerte de 10 personas.



FOTO DIGITAL

VISITA. *Su Santidad exhorta a superar divisiones*

Juan Pablo II exhortó a "encontrar la energía necesaria para superar las divisiones y los obstáculos y desarrollar armoniosas relaciones entre todas las comunidades".

■ *AMPLIO APOYO POLITICO*

La visita de Su Santidad suscitó positivas reacciones en el ámbito político. Todos los sectores expresaron su complacencia por la presencia del Papa y le pidieron que les ayude a superar las divergencias.

Sin duda, para los cristianos, que constituyen el 40 por ciento de la población libanesa, la visita tiene emotivo significado.

El punto central de la visita será la misa que oficiará Su Santidad ante 300.000 personas, en una zona de Beirut que todavía muestra los destrozos causados por la guerra.

En su recorrida, el Papa deberá cruzar los barrios de la capital libanesa que son controlados por el movimiento Hizbollah que desarrolla acciones terroristas.

En un mensaje especial dirigido al pueblo libanés antes de iniciar la visita,

Juan Pablo II tiene el propósito de anunciar las conclusiones de un sínodo de la iglesia libanesa que se efectuó en El Vaticano, en 1995.

El encuentro hizo un llamado para la retirada de las fuerzas de Israel y Siria del territorio del Líbano. Los cristianos maronitas esperan que el Papa ratifique esa exhortación.

(Más información en la página 8)

PAG 1 El País 10/5/97

Diario revela plan para atentado en el Vaticano

PAG 8 El PAIS 10/5/97

MILAN, 9 (ANSA).— Un plan preparado por un grupo de terroristas islámicos para asesinar al Papa Juan Pablo II con una autobomba en la plaza San Pedro, fue publicado hoy por el diario milanés Il Giornale, que cita un presunto informe secreto del espionaje militar italiano (SISMI).

"He aquí el plan para asesinar al Papa", tituló en primera página el diario, que publicó de manera íntegra lo que afirma es un informe del SISMI con los pasos de un grupo islámico "cercano a los Hizbolah".

El grupo, encabezado por Ahmet Tansu —apodado "el psicópata"— entre el 16 y el 18 de abril pasado hubiera debido dar muerte al Pontífice, agrega el presunto informe.

Según el informe citado por Il Giornale, un "comando suicida compuesto por 18 terroristas mediorientales" enrolados en Bosnia, debía emplazar un automóvil con cinco kilos de tritolo junto al ala izquierda de las columnas de mármol que abrazan la plaza San Pedro, a diez metros de donde habitualmente pasa el vehículo del Papa.

Sin embargo, el Vaticano hizo notar que el plan hubiera sido irrealizable siguiendo las características ilustradas en el informe del Il Giornale.

Se explicó que en la realidad el Papa nunca hace ese camino, y por otra parte es imposible estacionar un automóvil en esa zona, por lo tanto la parte esencial del "plan" terrorista sería irrealizable.

El periódico afirma que una comunicación reservada en poder del SISMI revela los nombres completos y todos los detalles del plan terrorista, en un informe de siete páginas escritas a máquina, según las cuales los presuntos asesinos provenían de Turquía, de Bosnia y de Irán, y mucho de ellos son "terroristas kurdos" adiestrados en campos paramilitares.

Los terroristas —según el informe citado por el diario— llegaron en distintas etapas a Roma, y se reunieron en un conocido hotel en las afueras del centro, mientras que otra parte del comando ultimó la parte técnica del atentado en un hotel de Túnez.

"En el hotel Hilton de Roma, la cita es para las 10.45 del 18 de abril. Estarán presentes Ahmet Salim, Kemal Ataran, Fatik Okaia, Suleman Antali y un cierto Sayd, que entregará cinco kilos de explosivos plástico más las armas", dice un fragmento del informe militar citado por Il Giornale.

El atentado contra el Papa hubiera debido perpetrarse con el tritolo, un explosivo plástico extremadamente potente de uso casi exclusivamente militar, que tiene una velocidad de detonación de unos 7.800 metros por segundo y puede desencadenar una ola de impacto de potencia devastadora.

El diario milanés subrayó que diecisiete años atrás —cuando Ali Agca disparó a Juan Pablo II— los servicios secretos franceses señalaron al Vaticano el peligro de un atentado contra el Pontífice, pero la alarma fue ignorada.

03

EF575?

II BELBT 05 11 0070?

[illegible]

PAPA VIAJE

JUAN PABLO II REGRESO A ROMA TRAS VISITA AL LIBANO

Roma, 11 may. (EFE).- El papa Juan Pablo II regresó hoy a Roma después de realizar una visita de 30 horas al Líbano, la primera a un país de Oriente Medio en sus 19 años de pontificado.

Durante la visita, Juan Pablo II pidió a la comunidad internacional que trabaje por la instauración de la paz en Oriente Medio y a los libaneses que preserven la convivencia cristiano-musulmana.

Juan Pablo II regresó a Roma en un avión de la compañía aérea libanesa "Middle East Airline", y fue despedido en el aeropuerto internacional de Beirut por los principales dirigentes políticos y religiosos libaneses.

"Exhorto a los dirigentes de las naciones a que preserven el derecho internacional, en especial en Oriente Medio, para que se garantice la soberanía, la autonomía legítima y la seguridad de los Estados", dijo el Papa en el aeropuerto antes de partir.

Pidió, asimismo, a las autoridades libanesas que "establezcan un nuevo orden social que asegure un lugar importante al ser, a los grupos humanos en la vida nacional y en las decisiones comunitarias".

Su visita, calificada de histórica, estuvo acompañada de medidas de seguridad sin precedentes en Líbano, donde más de 20.000 efectivos de la Policía y del Ejército libaneses se encargaban de su protección. EFE

MAG MC JMG

05 11 ?? ?? ??

04

9709090

[illegible]

[illegible]

PAPA-VIAJE (crónica)
DEFENDIO SOBERANIA LIBANO Y PAZ [illegible] ORIENTE MEDIO

Por Miguel Angel [illegible]

Ciudad del Vaticano, 11 may. (EFE).- El papa Juan Pablo II ha concluido esta tarde su ansiada visita a Beirut, de dos días de duración, durante los cuales ha defendido la soberanía del Líbano, la plena independencia de sus instituciones, y el reconocimiento de sus fronteras para garantizar su integridad.

Al mismo tiempo denunció la presencia siria e israelí, con más fuerza esta segunda, pidió el cese del sufrimiento de las poblaciones sureñas y exhortó a los dirigentes de las naciones a respetar el derecho internacional, en especial en Medio Oriente, "para que se garanticen la soberanía, la autonomía legítima y la seguridad de los Estados, y se respeten el derecho y las comprensibles aspiraciones de los pueblos".

La visita estuvo precedida por un clima de preocupación. Se había hablado de atentados incluso con misiles, desde el mar, tras la revelación de una supuesta trama de matriz iraní, presuntamente desarticulada por los servicios secretos italianos.

Por fortuna no se confirmaron estos temores. Las medidas de seguridad han sido ciertamente eficaces, aparte de que todos los grupos descartaron cualquier implicación que se les quisiera atribuir, pues hubo unanimidad en dar la bienvenida al Papa aunque los más escépticos (como el líder druso Walid Yumblat) dudase de la eficacia de la visita.

El número de miembros de seguridad ha sido excepcional. Se trataba no sólo de cubrir los recorridos previstos por donde debía pasar el "papamóvil", sino de no dejar un solo inmueble (nuevo, derruido o en restauración) sin controlar desde sus alturas.

El Papa aguantó bien la gira. Regresa a Roma con la tez bronceada por el sol de Beirut. Recurrió al bastón en ciertos momentos, y se mostró más cansado física que psicológicamente, estimulado por una acogida cordial, en la que el pueblo libanés ha hecho gala de su proverbial sentido de hospitalidad.

A la cita con el Papa Wojtyla han respondido tanto los cristianos como los musulmanes (chiíes y suníes). A su paso por el barrio pobre chií, al sur de la ciudad, fue saludado como "bien venido el príncipe de la paz", con pancartas colocadas en las mezquitas.

En el más exquisito respeto al reparto (confesional) de poderes que prevén los acuerdos en vigor, se entrevistó con el presidente de la República, cristiano maronita, el de la Asamblea nacional, chií, y el jefe del gobierno, suní, además de reunirse con los líderes religiosos chiíes, suníes y drusos, y con los de las Iglesias cristianas no católicas.

Concentró el entusiasmo [illegible] en el encuentro celebrado en el santuario mariano de Harissa, en la colina que domina el litoral, [illegible] a los jóvenes, sin distinción de credos, [illegible] a "abatir los muros" del [illegible], en una ciudad donde otros muros materiales quedaron en pie, y elevar "puentes de entendimiento".

[illegible] al pueblo libanés la exhortación apostólica postsinodal, un "programa completo [illegible] articulado para la Iglesia del Líbano", según lo ha definido el portavoz del Vaticano.

05

9709090

[illegible] ... un Líbano libre, unificado y todos ... [illegible]
... la fórmula ... en Roma.

Todos han comprendido el mensaje del Papa, de ahí que la acogida ha sido general [illegible], aunque cada grupo hará su propia interpretación de las palabras del Papa.

Cuando Juan Pablo II abandonaba Roma, camino de Beirut, manifestaba que (el Líbano) "no es un país, es un mensaje". "Sus palabras son más un deseo que una realidad", afirmó a EFE el padre Antoine Gemayel, responsable del Centro Católico de Información.

Según los observadores, si cesa la presencia extranjera (dentro de un acuerdo global de paz para Medio Oriente) se asegurará la independencia del Líbano, pero existirán otros problemas.

El Líbano es un país multiconfesional, cuyos ciudadanos deberán superar ante todo las divisiones internas de cada grupo, cristianos con cristianos, musulmanes con musulmanes, y luego entre sí. Si los cristianos se pusiesen de acuerdo ya por eso la visita de Juan Pablo II no habrá sido superflua.

El único modo de superar el predominio de un grupo sobre otros, y cualquier tipo de integrismo, es la aceptación por todos (y no todos lo quieren aceptar) de un Estado laico, democrático, donde todos sean iguales ante la ley, no decida el número de miembros de una comunidad determinada ni los intereses de clanes familiares.

En suma, como el Papa mismo no se ha cansado de señalar en sus discursos, el futuro del Líbano está sobre todo en manos de los propios libaneses. EFE

MAA/TJG/FG

05/11/97 17:??

9709090

06-06

Nº. DOCUMENTO 9709091

TITULO Arribo Sacerdote a Cuba para últimos detalles de la visita del papa a ese país.

REFERENCIA 518593

FECHA 19/05/97

VINCULACIONES 65671

500777

501684

ENTRADO /

CRUZADO /

GA1063

U REL BT 05-19 00262

ambt ewo

CUBA-VATICANO

LLEGO A CUBA SACERDOTE QUE PREPARA VIAJES DEL PAPA

La Habana, 17 may (EFE).- Roberto Tucci, el sacerdote que prepara los viajes del Papa, llegó hoy a La Habana para analizar con las autoridades cubanas los detalles logísticos de la visita de Juan Pablo II a Cuba.

El Papa visitará Cuba, único país de América Latina que no conoce, entre el 21 y el 25 de enero de 1998, y celebrará misas en La Habana, de Santa Clara, Camaguey y Santiago de Cuba.

Tucci, que permanecerá en la isla hasta el próximo viernes y que fue recibido en el aeropuerto por el cardenal cubano Jaime Ortega y el Nuncio Apostólico, Beniamino Stella, se negó a hacer declaraciones a la prensa.

Según fuentes eclesiásticas, la última misa del Papa en Cuba será en la capital, y más concretamente en la Plaza de la Revolución, un inmenso espacio flanqueado, por un lado por un gigantesco monumento a José Martí, héroe de la independencia, y por otro, por una imagen, que decora la fachada del ministerio del Interior, del guerrillero cubano argentino Ernesto "Che" Guevara.

Fue el propio presidente cubano, Fidel Castro, quien reiteró ante el Papa una antigua invitación para visitar Cuba, en una histórica audiencia que mantuvieron el pasado mes de noviembre en el Vaticano.

La anterior invitación fue cursada en 1987, pero no llegó a materializarse por razones que nunca fueron explicadas públicamente, ni por el Gobierno cubano, ni por la Santa Sede.

Pocos días después de la audiencia del Papa a Castro, el gobierno cubano autorizó el ingreso en Cuba de un grupo de unos 40 religiosos y religiosas, que vinieron a sumarse a los algo más de 500 que trabajan en el país. EFE

mar fp arp

05 17/97 ?? ??

9709091

01-01

Nº. DOCUMENTO 9709092
TITULO 46º Congreso Eucarístico Internacional en Polonia el 25 de Mayo
PROCEDENCIA 518593
FECHA DE PROCEDENCIA 24/05/97
VINCULACIONES 66361
507684
65606
500117

9709092

ENTRA ✓
CRUZADO ✓

01-02

XA1366
R RELBT 05-24 00429
mun exg

POLONIA-IGLESIA
PRIMER CONGRESO EUCARISTICO MUNDIAL EN ANTIGUO MUNDO COMUNISTA

Varsovia, 24 may (EFE).- El 46 Congreso Eucarístico Internacional. que comenzará sus debates mañana, domingo, en la ciudad polaca de Wroclaw, será el primero que se celebre en el antiguo mundo comunista.

Cerrará el Congreso de Wroclaw el papa Juan Pablo II que con la participación en la clausura de esa reunión el 31 de mayo dará comienzo a su visita oficial a Polonia.

La presencia del Papa, defensor consecuente del ecumenismo y gran autoridad moral, así como la realidad del antiguo mundo comunista, justifican que entre los principales temas del Congreso estén previstos el diálogo ecuménico y la labor a desarrollar para impedir el abuso de la libertad.

Dentro de las Iglesias de los antiguos países comunistas prevalece la opinión de que, siete años después de la caída del Muro de Berlín. que simbolizaba el totalitarismo de los regímenes anteriores y la división de Europa en dos bloques opuestos, el ejercicio de las libertades atraviesa por una peligrosa crisis.

Esa crisis se manifiesta en la interpretación de la libertad como el derecho a rechazar y negar todas las reglas y normas éticas.

El informe elaborado por el secretariado del Congreso pone de relieve que, semejante interpretación de la libertad, tiene que conducir, por fuerza, a la anarquía.

Las consecuencias de esa situación, según el citado informe, se manifiestan en la frustración de la población de los antiguos países comunistas y en su desorientación ante la nueva oferta del mundo que les rodea que va, desde las ilusiones relacionadas con los mitos del pasado. hasta la ética liberal.

El fomento del diálogo ecuménico se verá confirmado en el Congreso de Wroclaw por la creación de un grupo de trabajo que debatirá en lengua rusa, en el que participarán sacerdotes de la Iglesia de Rusia y que celebrará sus reuniones en un templo ortodoxo de la ciudad.

Importancia simbólica tiene la elección de la ciudad de Wroclaw como sede del Congreso, ciudad que dentro de dos años celebrará su primer milenio y que siempre fue punto de encuentro entre las culturas del Este y el Oeste.

El cardenal Henryk Gulbinowicz. metropolitano de Wroclaw subrayó que el papa siempre deseó que en dicha ciudad, corazón histórico de Europa. se llevase a cabo una profunda reflexión sobre lo que hay que hacer para el bien común del continente y para la conservación o recuperación de sus raíces cristianas.

Juan Pablo II recalcó en en más de una ocasión que en la eucaristía. a través del perdón y del amor. se puede encontrar el camino que conduce a la liberación, también de las nuevas formas de esclavitud aparecidas en la sociedad afectada por el consumismo y el hedonismo. EFE

rl-mcd/mir

05/24/17/0429

9709092

02-02

Nº DOCUM. 9709093

TITULO: el papa partió de Roma para su visita a Polonia

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDEN. 31/05/97

VINCULACIONES 500417

507684

66861

65606

9709093

ENTRADO /

CRUZADO /

01-02

DF7289

B RELBI 05-31 00475

icx mun exg

PAPA-VIAJE (Ampliación)

PONTIFICE VIAJO A POLONIA PARA MAS LARGA VISITA PASTORAL

Ciudad del Vaticano, 31 may (EFE).- El papa Juan Pablo II partió hoy de Roma con destino a Wroclaw, la antigua Breslau, para realizar su más larga visita apostólica a Polonia, su patria, donde permanecerá hasta el martes 10 de junio.

El avión en que viaja el Obispo de Roma despegó del aeropuerto romano de Fiumicino a las 07.20 gmt.

Juan Pablo II llegó hacia las 07.00 gmt al aeropuerto Leonardo Da Vinci, rodeado de rígidas medidas de seguridad. Parecía un poco fatigado y su paso era lento.

El Pontífice viaja acompañado del Sustituto de la Secretaría de Estado, Giambattista Re, (el Secretario de Estado, cardenal Angelo Sodano se encuentra ya en Breslau, como delegado pontificio en el Congreso Eucarístico Internacional); Prefecto de la Casa Pontificia, arzobispo Dino Monduzzi; Secretario privado, Stanislao Dziwitz; Maestro de ceremonias, Piero Marini, médico personal, Renato Buzzonetti, y miembros de la Seguridad vaticana.

En el aeropuerto de Fiumicino, el papa Wojtyla fué despedido por el cardenal Camarlengo, Eduardo Martínez Somalo, y por el cardenal Decano, Bernardin Gantin.

Poco antes de embarcar en el avión, centenares de personas, entre fieles y pasajeros en tránsito, saludaron al Papa con aplausos, cánticos improvisados e incluso una pancarta, en la que se leía "La Inmaculada vencerá".

Juan Pablo II, su séquito y medio centenar de periodistas viajan a bordo de un reactor MD-S80 de la compañía de bandera italiana Alitalia, que cubrirá la distancia de 1.320 kilómetros que separan Roma de Wroclaw en dos horas y quince minutos, sobrevolando Italia, Croacia, Eslovenia, Austria, República Checa y Polonia.

En su viaje número 78 fuera de Italia, el Papa se propone visitar las ciudades de Breslau, Legnica, Gorzow, Gniezno, Poznan, Kalisz, Czestochowa, Zakopane, Ludzmierz, Cracovia, Krosno y Dukla, recorriendo un total de 3.878 kilómetros e interviniendo en 26 actos públicos, menos que en anteriores viajes apostólicos a Polonia en los que permaneció menos días.

El Papa llegará a Breslau -donde ya estuvo en 1983- a las 09.00 GMT, en cuyo aeropuerto será recibido por el presidente de la República, Aleksander Kwasniewski, ante el que pronunciará el primero de los 26 discursos previstos.

Posteriormente se dirigirá a la catedral, donde presidirá un acto religioso, al que asistirán los 115 obispos polacos en activo, así como otros 15 retirados, otros 50 de diversos países, presentes en el Congreso Eucarístico Internacional, y miembros del clero diocesano y religioso.

Por la tarde efectuará una visita de cortesía al presidente polaco, en su calidad de Jefe del pequeño Estado Vaticano, en el palacio municipal de Breslau, con el que ya se entrevistó, en el Vaticano, el pasado [illegible] de abril.

La primera jornada del Pontífice concluirá con una Oración ecuménica, en la sala del palacio de Congresos "Hala Ludowa", que sirve de marco a los actos principales del XLVI Congreso Eucarístico Internacional. EFE

9709093

02-02

Nº. DOCUMENTO 9709094

TITULO Nuevos suicidios cuestionan proyectos de llevar al cine historia de suicidio colectivo

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 09/05/97

VINCULACIONES 12773

65890

9709094

ENTRADO

CRUZADO

01-03

05/09/14:33/97

408216

R VARBT 05-07 00634

icx mun exa

EEUU-SECTA

NUEVOS SUICIDIOS CUESTIONAN PROYECTOS EN CINE SOBRE SECTA

Por Rocío Ayuso

Los Angeles (EEUU), 8 may (EFE). Los nuevos intentos de suicidio de miembros de la secta "Puerta del cielo" han puesto en entredicho la idoneidad de llevar al cine la historia del mayor suicidio colectivo ocurrido en Estados Unidos, que ya es uno de los guiones más cotizados de Hollywood.

Las macabras imágenes proporcionadas por los 39 miembros de la secta que se suicidaron hace seis semanas se han convertido en fuente de inspiración de esta industria, siempre ávida de nuevos guiones.

El suicidio de Wayne Cooke, que eleva la cifra de muertos a 40, llegó cuando al menos cuatro historias relacionadas con la secta "Puerta del cielo" se encuentran en diferentes fases de pre-producción cinematográfica.

Junto a él, que apareció también vestido de negro de los pies a la cabeza y con un pañuelo morado que le cubrió en los últimos momentos, Chuck Humphrey vio frustrado su intento de suicidio y se encuentra internado en un hospital de San Diego.

Ambos han sido confirmados como miembros de la secta y según un ex compañero de credo, Dick Joslyn, el número de suicidios aún puede aumentar en las próximas semanas, quizá con otras seis víctimas.

Sin embargo, hay quien, como Peter Locke, copresidente de la productora "Kushner-Locke", cree que esta es una buena razón para llevar la historia de la secta "Puerta del cielo" a la pantalla, "para ayudar al público a comprender qué es lo que está pasando".

Locke ha firmado un contrato con la cadena de televisión ABC para realizar un telefilme centrado en la figura de Rio D'Angelo, miembro de la secta que abandonó el grupo sólo semanas antes del suicidio y que más tarde se encargaría de descubrir los cadáveres de sus ex compañeros.

Sergio Myers, al frente de la compañía "Rising Sun", también está preparando un video de 90 minutos que espera poner a la venta en las próximas semanas y que contiene una discusión de los miembros de la secta sobre su filosofía. La reunión tuvo lugar en la Universidad de Idaho (EEUU).

Myers es de la opinión de que, a pesar del tono de humor macabro que baña su cinta, el programa puede llegar a ganar nuevos adeptos para la secta de Marshall Applewhite, pero no parece preocuparle mucho.

"Es posible. Claro que es posible. Pero esto es un negocio", declaró a la prensa ante los temores de que un aumento de la publicidad de la secta pueda conducir a más suicidios.

Antes incluso de que haya salido al mercado cualquiera de estos productos, el suicidio de los miembros de la secta dio lugar a imitaciones como la muerte, el pasado 1 de abril, de una persona de 58 años que se quitó la vida convencido de pertenecer al mismo grupo.

"En los últimos dos intentos de suicidio no se ha tratado de una imitación sino de una extensión del mismo proceso", aclaró Larry Trachte, dedicado al estudio de las sectas.

Sin embargo, la tentación de la industria de Hollywood de [illegible]

9709094

convertir en un éxito de taquilla esta macabra historia, se muy fuerte, especialmente cuando existen guiones realizados por los propios fallecidos y suficiente material escrito, grabado, en ordenador o en imágenes como para elaborar una miniserie.

La atención está puesta en el proyecto que tiene en sus manos el productor Alex Papas, de la firma "Way out pictures", basado en un guion escrito colectivamente por la secta "Puerta del cielo".

La historia, titulada "Beyond human: Return of the next level", fue el "pago" que la secta hizo al dueño de la casa cuando se enteraron de que éste era productor.

La secta todavía elaboraría otra historia, en la que también mezcla su propio credo, la presencia de extraterrestres y objetos salidos de series de ciencia ficción como "Star Trek", que se encuentra en desarrollo.

"La eterna pregunta en Hollywood es ¿dónde está el conflicto?. Esta claro que esta historia esta centrada en la dicotomía más antigua del mundo: la lucha entre lo humano y lo que no es de esta Tierra", resumió otro de los ejecutivos relacionados con este proyecto. EFE

ra/mla/rml

05/09/13-37/97

03-03

9709094

Nº DOCUMENTO 9709095
TITULO Propone ir contra sectas pero sin nueva "caza de brujas"
PROC. 518592
FECHA 30/05/97
VINCULACIONES 12773
500177

ENTRADA
CRUZADO

XD0145

R EFE BI 05 30 00282
MUN EXG ICX

VATICANO-SECTAS
PROPONEN IR CONTRA SECTAS PERO SIN NUEVA "CAZA DE BRUJAS"

Ciudad del Vaticano, 30 may (EFE).- El director del Centro de Estudios de Nuevas Religiones (Cesnur), Massimo Introvigne, propuso hoy, viernes, ir en contra de las sectas pero sin que esto suponga una nueva "caza de brujas".

En una mesa redonda celebrada en Roma, bajo el titulo de "libertad religiosa y legislación antisectas", Introvigne habló de la defensa de los "mas debiles e inocentes" frente a los cuales diversos grupos o sectas "practican deshonestamente el asociacionismo religioso".

No se trata de "crear nuevas categorias de delitos penales", señalo el director del Cesnur, sino de "utilizar la legislación vigente ampliando su aplicacion a aquellos grupos que practiquen deshonestamente el asociacionismo religioso".

Introvigne advirtio que en ciertas comisiones parlamentarias de Francia y Belgica se han incluido como sectas a grupos catolicos como el Opus Dei, Renovación del Espiritu, la Comunidad de San Egidio y uno laico de los jesuitas.

Segun Introvigne, a la hora de hacer la clasificación de los grupos como sectas se han detectado errores como, por ejemplo, de tipo metodologico "que separa las acciones de las doctrinas, de modo que el comportamiento de una religiosa que lava a los leprosos con riesgo de su propia vida es indicado como fruto de tecnicas de condicionamiento y no como acto libre y gratuito".

Otro error consiste en "el analisis de las fuentes", según el cual "a menudo se oye solo la opinion de los ex miembros de un grupo, sin tener en cuenta a la otra parte o grupo del que salieron".

Para Introvigne, no se trata de inventar "un delito de secta" sino de estar mas atento a la persecución legal de los fraudes que violan los derechos de los consumidores.- EFE

MAA/IG/BN

05/30/17 ...

9709095

01-01

307871

E RELBT 05-19 00547

mun exo lex

LATINOAMERICA-CELAM

OBISPOS Y JURISTAS ANALIZAN LA CORRUPCION EN LA REGION

Santiago de Chile, 19 may (EFE). Tres cardenales, 21 obispos, académicos, juristas y delegados gubernamentales de Latinoamérica participan desde hoy, lunes, en el seminario "Probidad o Corrupción" en la capital chilena, que concluirá el jueves con la entrega de una ley marco para combatir ese flagelo.

"La corrupción ha llegado a ser una subcultura en el continente y éste no es sólo un problema socioeconómico, sino también cultural", dijo monseñor Oscar Andrés Rodríguez, presidente de la Conferencia Episcopal Latinoamericana (CELAM).

En rueda de prensa, el obispo guatemalteco explicó los objetivos del seminario que organizan CELAM y el Centro Interdisciplinario de Estudios para el Desarrollo de Latinoamérica (CIEDLA).

"Este es un problema endémico, gran parte de la problemática económica que aflige a muchos de nuestros continentes se debe a aspectos de corrupción, tanto en las esferas pública como privada. Se ha llegado casi a una especie de estilo de relaciones de corrupción", afirmó monseñor Rodríguez.

El prelado de la Iglesia latinoamericana recordó que en algunos países se ha tenido que pedir la renuncia incluso a presidentes de la República por delitos de corrupción, mientras en otros se ha visto que el problema de las drogas ha salpicado campañas electorales.

En este contexto, monseñor Rodríguez hizo un llamamiento a países, gobernantes y líderes a reflexionar sobre este flagelo "de manera que pueda emprenderse un camino más fuerte, más digno, desde la dimensión ética para enfrentarlo".

El presidente de la Iglesia latinoamericana dijo, asimismo, que uno de los problemas más importantes en la región es el narcotráfico y sus ramificaciones, sobre todo por la cantidad de dinero que mueve.

"En las crisis económicas, las tentaciones son muy fuertes", dijo, al señalar que en algunos países se supera la capacidad de resistencia de las instituciones.

"Incluso aquellas diseñadas para combatir ese flagelo, se vuelven vulnerables", subrayó.

Para consolidar y entregar una propuesta ética frente a la corrupción [illegible] los delegados discutirán a puerta cerrada sobre las causas y consecuencias de la corrupción, la corrupción y la pobreza, la cultura de la corrupción y la tarea del Estado, entre otras materias.

La reunión, que clausurará el [illegible] el presidente de Chile, Eduardo Frei, terminará con la elaboración de una ley marco para combatir la corrupción, que será entregada por los obispos a los presidentes de cada país.

[illegible] los valores [illegible] monseñor Rodríguez.

[illegible] el propósito del CELAM [illegible]

Indicó que la primera reunión tuvo como tema central la sociedad civil y la consolidación de la democracia e informó de que la programada para 1998 versará sobre la pobreza y la de 1999 sobre paz, conflictos y armamentismo en América Latina.

En la cita participan, entre otros, el vicario general de La Habana, Carlos Manuel de Céspedes, el cardenal Nicolás de Jesús López Rodríguez, presidente de la conferencia episcopal de la República Dominicana, y el ex fiscal colombiano y candidato a la presidencia de ese país, Alfonso Valdivieso. EFE

[illegible]

05/17/18 08/07

03-03

9709096.

TITULO: Pobreza es una amenaza contra la democracia y la paz según Cardenal Obando

PROCEDENCIA: 518593

FECHA DE RECEPCIÓN: 24/05/97

VINCULACIONES: 502061

11827

9709097

ENTRADO /

CRUZADO /

01-02

FD6779

R FOXBT 05-24 00467
amt

LATINOAMERICA-IGLESIA
CARDENAL OBANDO: POBREZA ES UNA AMENAZA CONTRA LA DEMOCRACIA

Caracas, 24 may (EFE).- El cardenal nicaraguense Miguel Obando y Bravo dijo hoy, sábado, que la pobreza es actualmente una amenaza contra la paz y la democracia en América Latina porque es cada vez más grande la brecha entre ricos y pobres.

"La paz y la democracia han ganado terreno, pero la injusticia social es una amenaza cierta contra ambas", dijo Obando y Bravo, quien participa en un encuentro del Consejo Episcopal de América Latina (CELAM), en declaraciones al diario "El Universal" de Caracas.

"Hay una brecha enorme entre unos que tienen el cielo, la tierra y el mar y otros que no tienen nada, y eso debe preocuparnos", agregó el también Arzobispo de Managua, para quien el problema de la pobreza y el desempleo son actualmente los problemas más graves de la realidad latinoamericana.

El prelado católico reclamó una acción urgente de los gobiernos del continente para resolver los problemas de hambre y de miseria, porque advirtió que "no puede haber paz sin justicia" y porque cuando el "trono de la Justicia queda desocupado, lo puede ocupar inmediatamente la violencia".

Los gobiernos y las instituciones están obligadas a demostrar, a corto plazo, que la democracia ayuda a resolver los problemas, sobre todo los de la gente que tiene menos recursos, pues en caso contrario los pueblos dejarán de creer en la democracia, agregó.

"Si no demostramos con hechos, y no sólo con palabras, que la democracia ayuda a resolver los problemas, el pueblo puede quedar desilusionado, y cuando un pueblo está desilusionado puede buscar un sustituto", indicó el cardenal.

En ese sentido, dijo que la economía de mercado y la globalización económica parece que son irreversibles, pero el Estado no puede desaparecer como pretenden los mercaderes puros, sino que tiene que ejercer un cierto control, reforzado por el control de la comunidad.

"Si dejamos a la economía de mercado actuar libremente, a la larga sale afectado el más pobre y para evitar eso tiene que haber control del Estado", dijo el cardenal nicaraguense, a quien el Gobierno venezolano distinguió con la condecoración del "Gran Cordón de la Orden del Libertador".

En cuanto a la situación de Nicaragua, señaló que había mucha injusticia durante la dictadura de Anastasio Somoza, que se lograron algunos avances con la revolución sandinista y el Gobierno de Violeta Chamorro, pero que quedan todavía muchos y graves problemas por resolver.

Monseñor Obando afirmó que durante la guerra "Nicaragua puso los muertos (...) y Estados Unidos intervino tratando de salvarse las espaldas" y añadió que ahora ese país debería ser comprensivo con los refugiados que están siendo expulsados de territorio estadounidense.

Recordó que muchos de esos nicaraguenses fueron a Estados Unidos a causa de la guerra y que actualmente están siendo expulsados en un elevado número, lo que se convierte en un grave problema para Nicaragua. EFE

[illegible]

9709097

02-02

Nº. DOCUMENTO 9709098
TITULO ONU publicará recomendaciones armas de fuego en un estudio int. que presentará el 5 MAY.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCESO 10/05/97
VINCULACIONES 501889
11019
65201

ENTRADO
CRUZADO

XF5767

R POXBT 05-01 00371
mun exg icx

UNU-ARMAS
ONU PUBLICARA ESTUDIO INTERNACIONAL SOBRE ARMAS DE FUEGO

Viena, 1 may (EFE).- Las Naciones Unidas presentará el próximo 5 de mayo en Viena un nuevo estudio internacional con recomendaciones para restringir y regular el uso de las armas de fuego, según anunciaron aquí fuentes de la organización.

Con el fin de la Guerra Fría, los conflictos armados entre Estados han sido sustituidos por una creciente inseguridad colectiva a la que contribuye el recurso por individuos y grupos civiles a armas de fuego de pequeño calibre, señala la ONU.

Ese tipo de armas proliferan cada vez más en todos los estratos sociales: con frecuencia se compran a través de canales privados, pasan de contrabando las fronteras o se roban en armerías de la policía o de las Fuerzas ARmadas.

El estudio de las Naciones Unidas, que contiene informaciones sobre legislaciones nacionales, así como estadísticas relativas al índice de homicidios, asesinatos y suicidios, se basa en los datos suministrados por 46 países con una población total de 3.700 millones.

Según el informe, el índice de propietarios de armas de fuego con respecto a la población de un país puede oscilar entre menos de uno, como es el caso de Grecia, a más de 120 por cada 1.000 habitantes (Alemania). En la tabla no se dan datos relativos a EEUU.

En cuanto a las muertes por ese tipo de armas, incluidos suicidios, homicidios y accidentes-, su índice oscila entre un -0,07, en Japón, y un 26.97 por 100.000 habitantes, en Brasil.

El tráfico y contrabando de armas de fuego tiene también diferente penalización: en Grecia, Eslvoaquia, Suráfrica y Vietnam puede castigarse con veinte años de cárcel, en China, la India, Japón, Jamaica y Uganda, se aplica cadena perpetua, mientras que en Singapur y China los contrabandistas pueden ser condenados a muerte.

Los autores del estudio, que se presentará a la Comisión para la Prevención del Crimen de la ONU, actualmente reunida en la capital austriaca, recomiendan a los Estados incrementar su cooperación bilaeral, regional e internacional sobre todo con respecto al contrabando y la asistencia técnica.

Asimismo proponen el desarrollo por Interpol de un sistema homologado internacionalmente para la clasificación e identificación de armas de fuego e instan a otras organizaciones internacionales a intercambiar informaciones sobre su comercio ilegal. EFE

JR/ca

05/01/09-09/97

9709098

XM/335

R FOXBC 05-01 0037

sur exo lcx

ONU-ARMAS

BRASIL Y JAPON PRIMERO Y ULTIMO EN LISTA VICTIMAS ARMAS FUEGO

Viena, 1 may (EFE).- Brasil tiene un indice de 26,97 victimas mortales por armas de fuego por cada 100.000 habitantes, frente a sólo 0,07 en el caso de Japón, según un estudio de la ONU que se presentará el próximo día 5 en la Comisión para la Prevención del Crimen, actualmente reunida en Viena,

Esos datos incluyen homicidios, suicidios y muertes por accidente, aunque en el caso del Brasil los homicidios predominan claramente con 25,78 por cada 100.000 habitantes, frente a 0,44 suicidios con ese tipo de armas por 100.000 habitantes.

El segundo país de la lista es Jamaica, con 18,72 muertes por cada 100.000 habitantes (18,23 suicidios), por delante de Estados Unidos, que tiene un índice total de 14,05, con 6,24 homicidios y 7,23 suicidios con armas de fuego por cada 100.000 habitantes.

En España, el índice de muertes por ese tipo de armas es de 1,01 por cada 100.000 habitantes (homicidios 0,19, suicidios 0,55 y el resto accidentes).

Entre los paises latinoamericanos recogidos en la tabla figuran Argentina, con 1,50 homicidios con armas de fuego por cada 100.000 habitantes, y Costa Rica, con 4,47 víctimas de armas de fuego por cada 100.000 habitantes (2,57 corresponden a los homicidios y 1,61 a suicidios).

Perú tiene un índice total de víctimas mortales por armas de fuego de 1,18 por cada 100.000 habitantes, con 1,06 correspondiente a los homicidios, 0,10 a suicidios y 0,02 a muertes por accidente. EFE

jr/mar

05/01/10-16/97

Tu4679

E VARBT 05 09 00450

MUN EXU

ONU ARMAS DE FUEGO

COMISION ONU INSTA A EXTREMAR CONTROL ARMAS DE FUEGO

Viena, 9 may (EFE).- La Comisión para la Prevención del Crimen de la ONU aprobó hoy, viernes, en Viena por consenso una resolución que pide a los Estados que extremen el control de las armas de fuego en manos de civiles, que causan millones de muertes en el mundo.

El texto, presentado por EEUU, Canadá, Japón y México, anima a los Estados a regular el empleo de armas de fuego, adoptando multas o sanciones administrativas para delitos relacionados con el abuso o posesión ilegal de armas de fuego.

También se propone un sistema de licencias que incluya la necesidad de obtenerlas por parte de los comercios de armas y que garantice que estas últimas no acaban en manos de personas acusadas de crímenes graves o a quienes las leyes de los respectivos Estados miembros prohiben su posesión.

Se estimula la creación de un sistema de registro de armas de fuego para su distribución comercial y la exigencia de marcarlas tanto en fábrica como en la aduana por la que entran para ayudar así a la policía, disuadir de eventuales robos y garantizar que las armas de fuego sólo llegan a manos de personas facultadas para su posesión.

En la resolución de la ONU se invita al mismo tiempo a la Organización Internacional de la Policía (Interpol) a estudiar las capacidades de seguimiento balístico y de las armas de fuego de sus países miembros para presentar luego un informe a la Comisión de la ONU que permita evaluar si son o no adecuadas.

También se propone la elaboración de una terminología común sobre armas de fuego en forma de índice para facilitar el intercambio entre los Estados de información sobre tenencia ilícita.

La Comisión invita, por otro lado, a la Organización Internacional de Aduanas a revisar las prácticas aduaneras relacionadas con el movimiento de armas de fuego para usos civiles y las tendencias mundiales en tráfico de armas, incluido el procesamiento de licencias de importación y exportación.

Asimismo pide al Secretario General de la ONU que continúe la recogida y difusión de datos relacionados con las distintas legislaciones de armas de fuego.

Un informe de la ONU sobre armas de fuego presentado aquí esta semana señala que con el fin de la Guerra Fria, los conflictos armados entre Estados han sido sustituidos por una creciente inseguridad colectiva por el uso por parte de civiles de armas de fuego de pequeño calibre que proliferan en todos los estratos sociales.

Las armas se compran a través de canales privados, son robadas en las armerías de las fuerzas del orden público o pasan las fronteras de contrabando.

Según ese informe, el numero de víctimas mortales debidas al uso de ese tipo de armas (tanto homicidios como suicidios o accidentes) pueden oscilar entre 26,97 por cada 100.000 habitantes, caso de Brasil, y el 0,07 pro 100.000, en Japon. EFE

JR mlr

9709048

Preocupa a Naciones Unidas aumento del armamento en las manos de civiles

VIENA, (EFE).— La proliferación de armas de fuego en posesión de civiles preocupa a las Naciones Unidas, que pretende marcar las pautas para ampliar la colaboración internacional en materia de prevención, legislación y control de las mismas.

La Comisión de las Naciones Unidas para la Prevención del Crimen presentó ayer, lunes, en Viena, el principal documento de su reunión anual, que durará hasta el próximo viernes.

En la elaboración del texto intervinieron representantes de 46 países —con una población de 3.700 millones de habitantes—, una muestra "representativa del balance geopolítico mundial" en opinión de James Hayes, coordinador del Cuerpo de Control de Armas de Fuego del Departamento de Justicia de Canadá, encargado de presentar el informe.

La ONU señala que con el fin de la Guerra Fría los conflictos armados entre Estados han sido sustituidos por una creciente inseguridad colectiva a la que contribuye la utilización por parte de individuos y grupos civiles de armas de fuego de pequeño calibre, que proliferan en todos los estratos sociales.

Las armas se compran a través de canales privados, son robadas de las armerías de las fuerzas del orden o pasan las fronteras de contrabando.

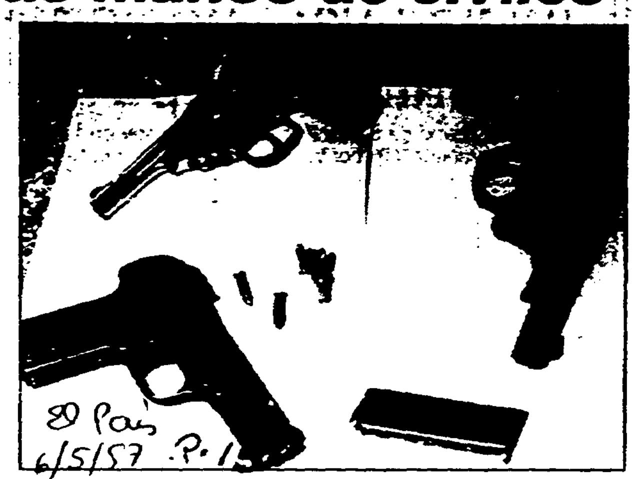
El estudio de las Naciones Unidas contiene informaciones sobre legislaciones nacionales, así como estadísticas relativas al índice de accidentes, suicidios y asesinatos perpetrados con armas de fuego.

Según el informe, el índice de propietarios de armas de fuego con respecto a la población de un país puede oscilar entre menos de uno —como es el caso de Grecia—a más de 120 por cada 1.000 habitantes de Alemania.

En cuanto al número de víctimas mortales, Brasil figura en el primer lugar, con un índice de 26,97 por cada 100.000 habitantes, frente a los 0,07 de Japón, que ocupa el último puesto en esta relación.

En España, el índice de muertes por este tipo de armas es de 1,01 por cada 100.000 habitantes, divididas en 0,19 por homicidios, 0,55 por suicidios y el resto, por accidentes.

Entre los países latinoamericanos recogidos en la tabla figuran Argentina, con 1,50 homicidios con armas de fuego por 100.000 habitantes, y Costa Rica, con 4,47 víctimas, de las que 2,57 corresponden a homicidios y 1,61 a suicidios.



ALARMA. En las Naciones Unidas hay preocupación por el aumento de la cantidad de armas en poder de civiles, en todo el mundo

En Brasil los homicidios con armas de fuego predominan claramente, con un 25,78 por cada 100.000 habitantes, frente a los suicidios, que sólo alcanzan un 0,44.

Sin embargo, en Australia, de las alrededor de 500 muertes que se producen anualmente con estas armas, 420 corresponden a suicidios, según indicó Darryl Smeaton, director del Commonwealth Law Enforcement Board de ese país, que también intervino en la presentación del estudio, boceto de otro más extenso que la ONU presentará a finales de año.

El contrabando y tráfico de armas de fuego está distintamente penalizado en cada nación. En países como Grecia, Sudáfrica, Eslovaquia o Vietnam, las penas pueden ascender a veinte años de cárcel; en Jamaica, Japón, India o Uganda, los responsables pueden ser condenados a cadena perpetua, mientras que en China o en Singapur la pena puede ser de muerte.

EFE139 [illegible]

[illegible]

ONU CORRUPCION

NACIONES UNIDAS PROPONE APLICACION CODIGOS DE CONDUCTA

Viena, 7 may (EFE). La Comision de Prevencion del Delito y Justicia Penal de la ONU cree que la aplicacion de codigos de conducta en las administraciones publicas es una de las principales soluciones para reducir el problema de la corrupcion en el mundo.

El griego Dimitros Vlassis, miembro de la citada Comision, explico hoy, miercoles, en la sede de Naciones Unidas de Viena que 185 paises se han puesto de acuerdo en que un codigo de conducta sirva como modelo para cada nacion que lo quiera aplicar, o redactar uno basandose en el.

Para Vlassis, que opino que "no existe, ni existira ninguna sociedad que este libre de la corrupcion", los medios de comunicacion desempeñan un papel esencial como efecto reductor, al airear escándalos de sobornos, tráfico de influencias o demas corruptelas relacionadas con el abuso del poder.

La Comision ha enfocado el problema no sólo desde el punto de vista de la Justicia Penal, sino que anima a los paises a tomar un conjunto de medidas de tipo preventivo, administrativo y financiero, al margen de las estrictamente legales.

El asunto se ha tratado desde una perspectiva amplia, y la ONU ha contado con la colaboracion de otros foros internacionales, entre los que destacan la Organizacion para la Cooperacion y el Desarrollo Economico (OCDE), la Union Europea (UE) o la Organizacion de Estados Americanos (OEA).

Vlassis se refirio a los paises del Centro y Este de Europa, que antes pertenecian al bloque comunista y que ahora afrontan una nueva situacion de transicion hacia la economia de libre mercado, con numerosas privatizaciones.

"Estos paises combaten ahora unos problemas contra los que el resto de las naciones desarrolladas [illegible] hace años", dijo Vlassis.

Agregó que "Rumania, por ejemplo, solicito que un equipo de la Comision se desplazase a su pais, y su Gobierno ha desarrollado leyes que se han basado en nuestro modelo legal".

"Otros paises han hecho peticiones de asistencia, y en ellos se desarrollaran seminarios en los que se [illegible] las tecnicas usadas en paises desarrollados y con tradicion democratica. Si unimos nuestras fuerzas podremos avanzar en la lucha contra la corrupcion", informo Vlassis. [illegible]

[illegible]

[illegible]

05

9709098

EF4???

R PO?BT 05 10 00?6?

mun exo

ONU-CRIMEN

EL CRIMEN TRANSNACIONAL ORGANIZADO, "ENEMIGO COMUN" DE ESTADOS

Viena, 10 may (EFE). El crimen transnacional organizado es el "enemigo comun" de la comunidad internacional, señalaron los participantes en la reunión de la Comision para la Prevención del Crimen y Justicia Penal de la ONU que concluyó anoche en Viena.

Los estados participantes denunciaron la corrupción y el soborno de los funcionarios públicos, la compra de votos, el abuso de niños, el tráfico ilegal de emigrantes, la venta de vehiculos robados y los delitos contra el medio ambiente.

Varios países latinoamericanos, especialmente Argentina, advirtieron del aumento de los delitos contra los menores de edad y denunciaron la falta de legislación sobre este asunto.

Durante la reunión se presentó un estudio sobre las armas de fuego, auspiciado por las Naciones Unidas, que revela que son cada vez más utilizadas.

En este sentido, el Reino Unido destaco la introducción de nuevos controles legislativos de las armas en posesión privada tras la matanza del año pasado en un colegio de Dunblane.

El robo de vehiculos ha provocado una subida de los seguros y se ha convertido también en riesgo para la seguridad de las personas, advirtió la asamblea.

Algunos estados abogaron por la extradición de los ladrones de vehiculos y se indico que la iniciativa de organizar la información sobre el robo internacional de automóviles ha conseguido reducir estos delitos

Respecto a las agresiones contra el medio ambiente se puso de manifiesto la necesidad de una ley contra el tráfico ilegal de substancias peligrosas, material nuclear y especies en peligro de extincion.EFE

FIN ??

05-10 0? 41 97

06 - 06

9709098

Nº. DOCUMENTO 9709098

TITULO 166 Annan en su primer viaje a China coordina ayuda a la ONU

PROCEDENCIA 518593

FECHA DE PROCEDENCIA 08/05/97

VINCULACIONES 501888

507638

ENTRADO

CRUZADO

463855

[illegible]

[illegible]

CHINA ONU

ANNAN COORDINARA AYUDA CHINA A LA ONU Y LA QUE RECIBIRA

Pekin, 7 may (EFE). El secretario general de la ONU, Kofi Annan, anunció que coordinará con los dirigentes chinos la ayuda que Naciones Unidas puede recibir de China y la que esta le ofrezca, durante su primera visita a este país, indicaron fuentes de las Naciones Unidas en Pekín.

Annan llegó hoy miércoles al aeropuerto de Pekín, y elogió el papel de China, como miembro permanente del Consejo de Seguridad, para coadyuvar en la labor estabilizadora y de pacificación de la ONU, añadieron las fuentes.

La reforma del Consejo de Seguridad será uno de los temas centrales que Annan debatirá en sus entrevistas de mañana con el presidente, Jiang Zemin, el ministro de Asuntos Exteriores, Qian Qichen, y el responsable supremo de la economía, Zhu Rongji.

Annan no dio precisiones sobre el asunto, aunque es conocida la reticencia de Pekín a que Japón ingrese como miembro permanente del Consejo, sobre todo al [illegible] ahora el contencioso por las islas Diaoyu (llamadas Senkaku por los japoneses) y único asunto en el que los chinos de China, Hong Kong, Macao y Taiwan están de acuerdo contra Tokio.

También se debatirá la contribución económica china a la ONU y su participación en las misiones de pacificación y, a la vez, Annan ofreció el concurso de las agencias especializadas de la ONU, como el Programa para el Desarrollo (PNUD) para contribuir a erradicar la pobreza en China.

Pekín reconoce que [illegible] millones de chinos ingresan menos de 50 dólares anuales, pero hasta 50 millones pueden recibir ayuda del PNUD y otras organizaciones, como la Mundial de la Salud (OMS), para contribuir a acabar con las epidemias en el atrasado noroeste chino, señalaron las fuentes. EFE

[illegible]

[illegible]

9709099

01-04

DP4??4

U POXBI 05 08 00652
1cx mun exo

CHINA-ONU (Previsión)
KOFI ANNAN: DERECHOS HUMANOS SON DESEO UNIVERSAL DE DEMOCRACIA

Por Jesús Carlos Redondo

Pekín, 8 may (EFE).- El Secretario General de las Naciones Unidas, Kofi Annan, señaló hoy aquí que los derechos humanos son un elemento esencial del mundo actual y se traducen en el tremedo deseo de democracia existente en todo el planeta.

Annan, que realiza su primera visita a China como jefe de la ONU, respondía a una pregunta de la televisión china sobre los derechos humanos en los países en desarrollo, para los que Pekín sostiene la tesis de que los económicos y sociales son mucho más importantes que los políticos e individuales.

El jefe de la ONU afirmó que este deseo universal de democracia se traduce en que en 1992 se pidió la asesoría y asistencia de Naciones Unidas en la celebración de 6 o 7 elecciones y en 1996 ese número había ascendido a 120, aunque en China los comicios todavía se restringen al nivel de aldeas y pueblos.

Annan, que se había entrevistado con el ministro de Asuntos Exteriores, Qian Qichen, y con el presidente, Jiang Zemin, señaló que entre los temas abordados no estuvo el de la concesión por la UNESCO del premio a la libertad de prensa a la encarcelada periodista china Gao Yu lo que, según indicaron hoy portavoces oficiales chinos, "afectará a nuestras relaciones con la UNESCO".

El secretario general indicó que ese asunto "ni es inconveniente ni embarazoso" para él y que el premio de la UNESCO, organismo que ha hecho de China uno de los países del mundo con más lugares a los que se ha dado el galardón de "patrimonio de la Humanidad", es algo "que habla por si mismo".

El jefe de la ONU, que también se entrevistará con el máximo responsable económico chino, Zhu Rongji, pers hsblsr sobre aspectos financieros de la reforma de Naciones Unidas, alabó los progresos logrados por China en un tiempo relativamente corto y dijo que son un ejemplo para el mundo en desarrollo.

Dijo también que Pekín tiene un papel destacado en la organización y mantenimiento de las operaciones de paz de la ONU, que él dirigió antes de ser secretario general, y agradeció su comprensión sobre las reformas en la organización y personaal de la ONU, en la que desea que tengan un papel mucho mayor las Organizaciones No Gubernamentales (ONG).

Es imperativo que se llegue a un acuerdo sobre el papel y funciones fundamentales de la futura ONU y luego actuar y cumplir el programa que se consensue, dijo Annan, quien no hizo referencia expresa a la ampliación del Consejo de Seguridad y a la opinión china al respecto, de la que es conocida su reticencia a que Japón esté en ella.

Sobre Hong Kong, el jefe de la ONU dijo que los dirigentes chinos le dieron garantías de que no interferirán en los asuntos hongkoneses y expresó su creencia de que la prosperidad del territorio continuará "porque ello no solo le beneficia, sino que también favorece los intereses del pueblo chino".

Respecto a Irak y al acuerdo "petróleo a cambio de alimentos" Annan señaló que es un programa cuyo cumplimiento llevará 5 o 6 años destinado a a que el pueblo iraquí no pague las consecuencias

de la crisis en el Golfo Pérsico y abogó porque se pueda resolver completamente ese problema regional.

Aplaudió luego Annan el acuerdo de reducción de tropas fronterizas logrado por China con Rusia y 3 antiguas repúblicas soviéticas del Asia Central pero criticó también las importantes ventas de armamento ruso a China y norteamericano a Taiwán "porque la ONU es una organización de paz y esta contra la proliferación de armamentos".

Recordó Annan que hace pocas décadas en un conflicto armado morían 9 soldados por cada civil pero ahora, y puso los ejemplos de Afganistán y de algunos países africanos, son 9 los civiles que perecen por cada soldado que lo hace, y protestó contra un mundo subdesarrollado "en el que lo único sofisticado son las armas".

Otros aspectos que abordó Annan en su reunión con la prensa fue la cooperación Norte-Sur y Sur-Sur, la reafirmación de que para la ONU "hay una sola China" y el deseo de que Africa deje de ser un continente en conflicto àunque, indicó, la situación es ahora bastante mejor que hace 25 años. EFE

icr/lm

05/08/10-33/97

03

9709099

CHINA ONU

SECRETARIO GENERAL ONU CONCLUYO PRIMER VIAJE A CHINA

Shanghai (China), 11 may (EFE). El secretario general de la ONU, Kofi Annan, concluyó hoy, domingo, en esta ciudad su primer viaje oficial, de cinco días de duración, a China y visitó a Japón, informaron fuentes locales.

Annan visitó durante su día y medio de estancia en Shanghai diversas instituciones económicas y culturales de la ciudad, de la que destacó su gran dinamismo, ya que está "en pleno movimiento", y dio una conferencia en la Universidad de Fudan.

El secretario general de la ONU indicó que la globalización de la economía ha beneficiado a China, y que la creciente integración mundial ha hecho que los países en desarrollo participen de un modo más extensivo, crezca su importancia en el comercio mundial y reciban mayor inversión directa extranjera.

Annan alabó los progresos de China desde que en 1978 decidió lanzarse a la reforma economica y apertura al exterior, que ha hecho que su economía crezca un promedio del 9 por ciento anual, y dijo que para los países en desarrollo este es "un ejemplo alentador".

La conferencia, dada ante profesores y alumnos de Fudan, se centró en el importante papel económico y político de China en el mundo y en la ONU.

El secretario general de la ONU pidió a China que aproveche sus progresos para desempeñar un papel único y específico en el nuevo orden mundial que se está construyendo tras el final de la guerra fría.

Con respecto a la ONU, Annan dijo que es la única alternativa para aunar las acciones que los Estados adoptan para progresar y es necesario que se refuerce si queremos que cumpla su papel efectiva y eficazmente.

La ultima actividad de Annan en Shanghai fue una visita al nuevo Museo de Artes de la ciudad, considerado el mejor de China.

EFE

jcr/jac

05/11/07/53/07

04-04

9709099

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N°-1692 (SI)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 25 de mayo de 1998.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1997.

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. Nro. 9709099 Ref. a: Kofi Annan en su primer viaje a China coordina ayuda a la ONU. Fs. 04/04.

OPERARIO/S: Cbo. 2da. S.Mello , Sdo. 1ra. J.González , Sdo.1ra. M. Silva.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la// microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de// este Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M.
Efraín Silva

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.
Cnel.
Dorval B. Rodríguez

FIN
ROLLO
1692